TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO
Estado do Amazonas

Diário da Justiça
Eletrônico

Caderno 2
JUDICIÁRIO - CAPITAL

Presidente:
Desembargador
Yedo Simões de Oliveira

Ano XI • Edição 2572 • Manaus, quarta-feira, 13 de março de 2019 dje.tjam.jus.br

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

SEÇÃO I

PRESIDÊNCIA

SECRETARIA JUDICIÁRIA

Decisões

DECISÃO MONOCRÁTICA

Nº 4000483-29.2019.8.04.0900 - Tutela Antecipada Antecedente - Manaus - Requerente: O Estado do Amazonas - Requerido: Amazon Milk Indústria e Comércio Ltda - Ficam INTIMADOS, no prazo legal, do(a) despacho/decisão de fls. 677/680. - Advs: Diogo Diniz Ferreira de Carvalho (OAB: 1273A/AM) - Gina Moraes de Almeida (OAB: 7036/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º Andar

Intimações

DESPACHO DE INTIMAÇÃO

Nº 0001126-39.2019.8.04.0000 - Recurso Especial - Manaus - Recorrente: Fundo Previdenciário do Estado do Amazonas - Amazonprev - Recorrido: Paulo Vitor Vieira Valença - Fica (am) o(a,s) Dr(a,s). Jari Vargas (686/AM) e Jari Vargas Filho (4722/AM), advogado (a,s) de Paulo Vitor Vieira Valença, intimado(a,s) para apresentar(em) CONTRARRAZÕES, no prazo legal. 25 de fevereiro de 2019 - Advs: Luciane Barros de Souza (OAB: 4789/AM) - Jari Vargas (OAB: 686/AM) - Jari Vargas Filho (OAB: 4722/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º Andar

SECRETARIA DA CENTRAL DE PRECATÓRIOS

Intimações

Precatório - N.º 0004960-84.2018.8.04.0000 Credor: Alcidia da Silva Moura. Advs.: Maria Esperança da Costa Alencar (2114/AM) e Devedor: Municipio de Anori/AM. Ficam INTIMADAS, as partes, por meio de seus representantes legais, da DECISÃO de fls. 89/90, cujo teor é o seguinte: "expeça-se ofício requisitório no valor deR$ (...) em favor de Alcidia da Silva Moura, crédito de natureza alimentícia, nos exatos termos do que prescreve o art. 25 da Resolução TJAM n.º 003/2014. Intimem-se as partes e comunique-se ao Juízo de origem, nos termos do art. 25, § 2.º da Resolução n.º 003/2014 do TJAM. Não havendo irresignação das partes e, após a inclusão do processo à listagem de ordem cronológica, permaneçam os autos na Secretaria da Central de Precatórios até o decurso do prazo constitucional para pagamento do presente requisitório.". Manaus, 12 de março de 2019.

Precatório - N.º 0005068-21.2015.8.04.0000 - Credores: Leila Teles dos Santos e Auton Francisco Furtado Maia. Advs: Auton Francisco Furtado Maia (5821/AM) Devedor: Município de Beruri/AM. Ficam INTIMADAS as partes, por meio de seus representantes legais, do DESPACHO de fls.126, cujo teor final é o seguinte: "Considerando a Certidão de fls. 125 e o decurso do prazo constitucional para pagamento do presente precatório, intimem-se os credores para, no prazo de 48 horas, requererem o que entenderem de direito, observando o art. 100, § 6.° da Constituição Federal. À Secretaria da Central de Precatórios para o cumprimento, com as cautelas de estilo.". Manaus, 12 de março de 2019.

Precatório - N.º 0003168-66.2016.8.04.0000 - Credor: Antonio Maciel da Silva. Advs: Américo Gorayeb Neto (3923/AM), Margareth Buzaglo Pinto (2641/AM) e Vasco Pereira do Amaral (99A/AM) Devedor: O Estado do Amazonas. Ficam INTIMADAS as partes, por meio de seus representantes legais, do DESPACHO de fls. 485, cujo teor final é o seguinte: "Intimem-se as partes para manifestação, no prazo de 48 horas, sobre os novos cálculos apresentados pela Assistente de Cálculos Judiciais às fls. 482/484. Não havendo impugnação, intime-se o devedor para, no prazo de 10 (dez) dias, depositar o saldo remanescente em favor do credor no importe total de R$ (...). Caso considere mais cômodo pode o ente, no mesmo prazo, efetuar o recolhimento no valor de R$ (...) de imposto de renda, R$(...) de contribuição previdenciária e depositar o restante, no total de R$(...), em favor de Antônio Maciel da Silva. À Secretaria da Central de Precatórios para o cumprimento, com as cautelas de estilo.". Manaus, 12 de março de 2019.

Precatório - N.º 0002010-39.2017.8.04.0000 - Credor: Fernando Viana PImenta. Advs: Aldemir da Rocha Silva Júnior (5445/AM) - Devedor: O Estado do Amazonas. Ficam INTIMADAS as partes, por meio de seus representantes legais, do DESPACHO de fls.124, cujo teor final é o seguinte: "indefiro os valores apontados pelo patrono do beneficiário, ressaltando ainda que, caso trate-se de honorários contratuais com o credor, não é possível seu destaque após a expedição da requisição de precatórios, conforme o art. 5.°, § 2.° da Resolução 115/2010 do CNJ. Intimem-se as partes. Encaminhem-se os autos à Assistente de Cálculos Judiciais da Central de Precatórios para emissão de guia para transferência ao beneficiário.". Manaus, 12 de março de 2019.

Precatório - N.º 0001638-90.2017.8.04.0000 - Credor: Tatiana Rolim da Fonseca. Advs: José Carlos de Moraes Bezerra (151A/AM) Devedor: O Estado do Amazonas. Ficam INTIMADAS as partes, por meio de seus representantes legais, do DESPACHO de fls. 107, cujo teor final é o seguinte: "Intime-se a requerente para manifestação, no prazo de 10 (dez) dias, sobre a petição de fls. 103/106. À Secretaria da Central de Precatórios para o cumprimento, com as cautelas de estilo.". Manaus, 12 de março de 2019.

Precatório - N.º 0001233-54.2017.8.04.0000 - Credor: Adson José Messias Ribeiro e Maria José Sarmento de Azevedo. Advs: Adson José Messias Ribeiro (6534/AM) Devedor: Município de Parintins/AM. Advs. José Cláudio Alves Rodrigues Ramos (8729/AM) - Ficam INTIMADAS as partes, por meio de seus representantes legais, do DESPACHO de fls. 134/135, cujo teor final é o seguinte: "intime-se a parte requerente para, no prazo de 10 (dez) dias, apresentar nova procuração atualizada, autorizando expressamente que o depósito do presente precatório seja depositado na conta do patrono ou que apresente seus dados

bancários para recebimento do crédito. Considerando que não decorreu o prazo aludido na decisão de fls. 124/126, indefiro a petição da requerente às fls. 132/133. À Secretaria da Central de Precatórios para o cumprimento, com as cautelas de estilo.". Manaus, 12 de março de 2019.

Precatório - N.º 0001158-44.2019.8.04.0000 - Credor: Reginaldo Sarmento de Almeida. Advs: Alex Mendes dos Santos (7308/AM) e Andreza Silva de Oliveira (9241/AM) 9241/AM - Devedor: Fundação de Vigilância Em Saúde - Fvs. Ficam INTIMADAS as partes, por meio de seus representantes legais, do DESPACHO de fls. 45/46, cujo teor final é o seguinte: "Compulsando os autos, verifico que a documentação necessária para formação do precatório encontra-se incompleta, conforme certidão da Central de Precatórios às fls. 44. Isto posto, oficie-se ao Juízo da Execução para providenciar a regularização da documentação pendente, exigida no art. 18 da Resolução TJAM n.° 003/2014, no prazo de 30 (trinta) dias. Na oportunidade do envio do expediente, devem ser anexadas cópias deste despacho e da certidão de fls. 44. Ademais, para não haver prejuízo à parte, intime-se o credor para que, se interessado, providencie a complementação da documentação faltante descrita na certidão de fls. 44, podendo diligenciar junto ao Juízo da Execução, ou nestes autos, no prazo de 30 (trinta) dias. Cumpre ressaltar que se a petição for interposta pelo patrono da parte requerente, este deverá declarar que se responsabiliza por todas as informações prestadas, sob pena de responder civil e criminalmente. Quando da juntada dos documentos, encaminhem-se os autos à Central de Precatórios para nova análise dos requisitos. À Secretaria da Central de Precatórios para o cumprimento, com as cautelas de estilo.". Manaus, 12 de março de 2019.

Precatório - N.º 0001128-09.2019.8.04.0000 - Credor: Aurimar Alves Caetano e Aurimar Alves Caetano e Azevedo Feitosa e Advogados. Advs: Ademário do Rosário Azevedo (2926/AM) e Wiston Feitosa de Souza (6596/AM) - Devedor: Inss - Instituto Nacional do Seguro Social. Ficam INTIMADAS as partes, por meio de seus representantes legais, do DESPACHO de fls. 45/46, cujo teor final é o seguinte: "Compulsando os autos, verifico que a documentação necessária para formação do precatório encontra-se incompleta, conforme certidão da Central de Precatórios às fls. 44. Isto posto, oficie-se ao Juízo da Execução para providenciar a regularização da documentação pendente, exigida no art. 18 da Resolução TJAM n.° 003/2014, no prazo de 30 (trinta) dias. Na oportunidade do envio do expediente, devem ser anexadas cópias deste despacho e da certidão de fls. 44. Ademais, para não haver prejuízo à parte, intime-se o credor para que, se interessado, providencie a complementação da documentação faltante descrita na certidão de fls. 44, podendo diligenciar junto ao Juízo da Execução, ou nestes autos, no prazo de 30 (trinta) dias. Cumpre ressaltar que se a petição for interposta pelo patrono da parte requerente, este deverá declarar que se responsabiliza por todas as informações prestadas, sob pena de responder civil e criminalmente. Quando da juntada dos documentos, encaminhem-se os autos à Central de Precatórios para nova análise dos requisitos. À Secretaria da Central de Precatórios para o cumprimento, com as cautelas de estilo.". Manaus, 12 de março de 2019

Precatório - N.º 0000438-77.2019.8.04.0000 - Credor: Walteir José Antunes. Advs: Ademário do Rosário Azevedo (2926/AM) e José Carlos Pereira de Oliveira (2772/AM) Devedor: O Estado do Amazonas. Ficam INTIMADAS as partes, por meio de seus representantes legais, do DESPACHO de fls. 62/63, cujo teor final é o seguinte: "Compulsando os autos, verifico que a documentação necessária para formação do precatório encontra-se incompleta, conforme certidão da Central de Precatórios às fls. 61. Isto posto, oficie-se ao Juízo da Execução para providenciar a regularização da documentação pendente, exigida no art. 18 da Resolução TJAM n.° 003/2014, no prazo de 30 (trinta) dias. Na oportunidade do envio do expediente, devem ser anexadas cópias deste despacho e da certidão de fls. 61. Ademais, para não haver prejuízo à parte, intime-se o credor para que, se interessado, providencie a complementação da documentação faltante descrita na certidão de fls. 61, podendo diligenciar junto ao Juízo da Execução, ou nestes autos, no prazo de 30 (trinta) dias. Cumpre ressaltar que se a petição for interposta pelo patrono da parte requerente, este deverá declarar que se responsabiliza por todas as informações prestadas, sob pena de responder civil e criminalmente. Quando da juntada dos documentos, encaminhem-se os autos à Central de Precatórios para nova análise dos requisitos. À Secretaria da Central de Precatórios para o cumprimento, com as cautelas de estilo.". Manaus, 12 de março de 2019.

Precatório - N.º 0002549-39.2016.8.04.0000 - Credor: Oldovani Rodrigues Barroso. Advs: Américo Gorayeb Neto (3923/AM), Ivanildo Xavier Soares (199A/AM), Margareth Buzaglo Pinto (2641/AM) e Vasco Pereira do Amaral (99A/AM) - Devedor: O Estado do Amazonas.Ficam INTIMADAS as partes, por meio de seus representantes legais, do DESPACHO de fls. 505, cujo teor final é o seguinte: "Intimem-se as partes para manifestação, no prazo de 48 horas, sobre os novos cálculos apresentados pela Assistente de Cálculos Judiciais às fls. 492/504. Não havendo impugnação, intime-se o devedor para, no prazo de 10 (dez) dias, depositar o saldo remanescente em favor dos credores no importe total de R$ (...). Caso considere mais cômodo, o Ente pode utilizar parte do saldo remanescente para pagamento dos tributos e depositar apenas a diferença em favor da requerente, conforme demonstrado pela Assistente de Cálculos Judiciais às fls. 494. À Secretaria da Central de Precatórios para o cumprimento, com as cautelas de estilo.". Manaus, 12 de março de 2019.

Precatório - N.º 0000615-46.2016.8.04.0000 - Credores: Vania Maria Tereza Novoa Tadros e Adrianne Antony Gonçalves . Advs: Adrianne Antony Gonçalves (3399/AM) e Carlos Fausto Ventura Gonçalves (399/AM) - Devedor: Superintendência de Habitação do Amazonas - SUHAB. Advs. Daniel Augusto Maues Carvalho (5629/AM), Edinaldo Carvalho de Aguiar (5982/AM), Hugo Fabio Sampaio Telles de Souza (7153/AM), Iracema de Paula Maia Araújo de Freitas (12386/AM), Olivia Maria Assis Campos Couto (4212/AM) e Paulo Agner da Silva Souza (5361/AM) - Ficam INTIMADAS as partes, por meio de seus representantes legais, do DESPACHO de fls. 228, cujo teor final é o seguinte: "Considerando a petição de fls. 221, bem como as informações da Assistente de Cálculos Judiciais às fls. 227, intimem-se os procuradores da Superintendência Estadual de Habitação - SUHAB para que apresentem, no prazo de 10 (dez) dias, os dados bancários de pessoa jurídica para recebimento do seu crédito. Intime-se também o ente devedor para, no prazo de 10 (dez) dias, depositar o saldo remanescente no importe de R$23.021,17 (vinte e três mil, vinte e um reais e dezessete centavos). À Secretaria da Central de Precatórios para o cumprimento, com as cautelas de estilo.". Manaus, 12 de março de 2019.

Listagem em ordem cronológica dos precatórios dos entes públicos devedores

Precatório - N.º 0005499-50.2018.8.04.0000 - Credor: Servisan Ltda. Advs: Valter Ferreira de Alencar Pires Rebelo (2604/PI) - Devedor: O Município de Manaus. Ficam INTIMADAS as partes, por meio de seus representantes legais, do DESPACHO de fls. 131/132, cujo teor final é o seguinte: "Assim, sendo inadmissível a correção em sede de precatório sem gerar prejuízo ao credor, indefiro o pedido de reconsideração às fls. 112/114 e mantenho o despacho de fls. 105/107. Intimem-se as partes. Permaneçam os autos na secretaria da central de precatórios até o decurso do prazo constitucional para pagamento do presente requisitório.". Manaus, 12 de março de 2019.

Precatório - N.º 0004028-04.2015.8.04.0000 – Credor: Francisco Carvalho de Lima. Advs.: Ana Esmelinda Menezes de Melo (356A/AM) e Devedor: O Estado do Amazonas. Ficam INTIMADAS, as partes, por meio de seus representantes legais, da DECISÃO de fls. 483/485, cujo teor é o seguinte: "Oficie-se à Caixa Econômica Federal (Sr. Alan Dione Gomes da Fonseca - Gerente de Atendimento do PAB TJAM - Ed. Arnoldo Péres) para que, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, proceda a transferência conforme guia às fls. 481/482, devendo juntar ao feito documentação comprobatória da transação efetuada, no prazo de até 05 (cinco)

dias. Cópia da presente decisão serve como ofício, devendo, na oportunidade do envio, ser anexada cópia do documento de fls. 481/482. Após a juntada dos comprovantes da transferência efetuada pela Caixa Econômica Federal, encaminhem-se os autos à Assistente de Cálculos Judiciais da Central de Precatórios para análise e providências.". Manaus, 12 de março de 2019.

Precatório - N.º 0004171-22.2017.8.04.0000 – Credores: Gerson Clementino de Castro e Cristina Maria da Conceição. Advs.: Eduardo José Borges Guerra (5188/AM) e Eduardo José Borges Guerra (5188/AM) e Devedor: O Estado do Amazonas. Ficam INTIMADAS, as partes, por meio de seus representantes legais, da DECISÃO de fls. 157/159, cujo teor é o seguinte: "Oficie-se à Caixa Econômica Federal (Sr. Alan Dione Gomes da Fonseca - Gerente de Atendimento do PAB TJAM - Ed. Arnoldo Péres) para que, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, proceda a transferência conforme guia às fls. 148, devendo juntar ao feito documentação comprobatória da transação efetuada, no prazo de até 05 (cinco) dias. Ato contínuo, intimem-se as partes para, no prazo de 48 horas, apresentarem manifestação com relação aos novos cálculos apresentados pela Assistente de Cálculos Judiciais às fls. 146/147. Cópia da presente decisão serve como ofício, devendo, na oportunidade do envio, ser anexada cópia do documento de fls. 148. Após a juntada dos comprovantes da transferência efetuada pela Caixa Econômica Federal, encaminhem-se os autos à Assistente de Cálculos Judiciais da Central de Precatórios para análise e providências. Cumpra-se, com as cautelas de estilo.". Manaus, 12 de março de 2019.

Precatório - N.º 0003556-66.2016.8.04.0000 - Credor: Espólio de João Bezerra de Queiroz, representado pela inventariante Silvia Carla Figueiredo de Queiroz Barros. Advs.: Gabriela Barile Tavares (4485/AM) e Devedor: O Estado do Amazonas. Ficam INTIMADAS, as partes, por meio de seus representantes legais, da DECISÃO de fls. 191/193, cujo teor é o seguinte: "Oficie-se à Caixa Econômica Federal (Sr. Alan Dione Gomes da Fonseca - Gerente de Atendimento do PAB TJAM - Ed. Arnoldo Péres) para que, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, proceda a transferência conforme guia às fls. 189/190, devendo juntar ao feito documentação comprobatória da transação efetuada, no prazo de até 05 (cinco) dias. Ato contínuo, intimem-se as partes para, no prazo de 48 horas, apresentarem manifestação com relação aos novos cálculos apresentados pela Assistente de Cálculos Judiciais às fls. 182/183. Cópia da presente decisão serve como ofício, devendo, na oportunidade do envio, ser anexada cópia do documento de fls. 189/190. Após a juntada dos comprovantes da transferência efetuada pela Caixa Econômica Federal, encaminhem-se os autos à Assistente de Cálculos Judiciais da Central de Precatórios para análise e providências. Cumpra-se, com as cautelas de estilo.". Manaus, 12 de março de 2019.

Precatório - N.º 0000169-09.2017.8.04.0000 – Credor: Rosilete Cunha de Souza. Advs.: Glauce Maria Costa de Sousa (6140/AM), Paulo Marcos Bastos Sampaio (8878/AM) e Vanessa Pizarro Rapp (569A/AM) e Devedor: Fundação de Medicina Tropical Doutor Heitor Vieira Dourado - FMT. Ficam INTIMADAS, as partes, por meio de seus representantes legais, da DECISÃO de fls. 151/152, cujo teor é o seguinte: "Oficie-se à Caixa Econômica Federal (Sr. Alan Dione Gomes da Fonseca - Gerente de Atendimento do PAB TJAM - Ed. Arnoldo Péres) para que, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, proceda a transferência conforme guia às fls. 150, devendo juntar ao feito documentação comprobatória da transação efetuada, no prazo de até 05 (cinco) dias. Cópia da presente decisão serve como ofício, devendo, na oportunidade do envio, ser anexada cópia do documento de fls. 150. Após a juntada dos comprovantes da transferência efetuada pela Caixa Econômica Federal, encaminhem-se os autos à Assistente de Cálculos Judiciais para recalcular o valor remanescente nos termos do RE 579.431, no sentido de que os juros moratórios incidam da data de feitura do cálculo até a data de apresentação do precatório, considerando os ditames do art. 4.º, da Resolução CNJ n.º 115/2010.". Manaus, 12 de março de 2019.

Precatório - N.º 0005289-67.2016.8.04.0000 – Credor: Deyse Daci Trancoso Davila. Advs.: Marcelo Santos Asensi (3027/AC) e Devedor: Manaus Previdência - MANAUSPREV. Ficam INTIMADAS, as partes, por meio de seus representantes legais, da DECISÃO de fls. 171/174, cujo teor é o seguinte: "Diante do exposto, razão não assiste ao devedor na petição de 151/157, todavia, constato que há equívoco nos cálculos elaborados às fls. 138/143 e, assim, determino a remessa dos autos à Assistente de Cálculos Judiciais para recalcular o valor remanescente nos moldes delineados na presente decisão. Oficie-se à Caixa Econômica Federal (Sr. Alan Dione Gomes da Fonseca - Gerente de Atendimento do PAB TJAM - Ed. Arnoldo Péres) para que, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, proceda à transferência conforme guia às fls. 161, devendo juntar ao feito documentação comprobatória da transação efetuada, no prazo de até 05 (cinco) dias. Cópia da presente decisão serve como ofício, devendo, na oportunidade do envio, ser anexada cópia do documento de fls. 161. Intimem-se as partes. Cumpra-se, com as cautelas de estilo.". Manaus, 12 de março de 2019.

Precatório - N.º 0000485-22.2017.8.04.0000 – Credores: Cristiane Silveira Lima, Bernadete Dantas Batalha, Manoel Porto de Albuquerque e Moacir Mariano de Souza. Advs.: Rafael de Araújo Romano Júnior (3652/AM) e Renzzo Fonseca Romano (6242/AM) e Devedor: Superintendência Estadual de Navegação, Portos e Hidrovias - SNPH. Advs.: Virginia Nunes Bessa (3591/AM). Ficam INTIMADAS, as partes, por meio de seus representantes legais, da DECISÃO de fls. 228/230, cujo teor é o seguinte: "Oficie-se à Caixa Econômica Federal (Sr. Alan Dione Gomes da Fonseca - Gerente de Atendimento do PAB TJAM - Ed. Arnoldo Péres) para que, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, proceda a transferência conforme guia às fls. 226/227, devendo juntar ao feito documentação comprobatória da transação efetuada, no prazo de até 05 (cinco) dias. Cópia da presente decisão serve como ofício, devendo, na oportunidade do envio, ser anexada cópia do documento de fls. 226/227. Após a juntada dos comprovantes da transferência efetuada pela Caixa Econômica Federal, encaminhem-se os autos à Assistente de Cálculos Judiciais para recalcular o valor remanescente nos termos do RE 579.431, no sentido de que os juros moratórios incidam da data de feitura do cálculo até a data de apresentação do precatório, considerando os ditames do art. 4.º, da Resolução CNJ n.º 115/2010. Após a juntada dos comprovantes da transferência efetuada pela Caixa Econômica Federal, encaminhem-se os autos à Assistente de Cálculos Judiciais da Central de Precatórios para análise e providências.". Manaus, 12 de março de 2019.

Precatório - N.º 0005493-14.2016.8.04.0000 – Credores: Bioplus Comercio e Representação de Medicamentos e Serviços de Equioamentos Medicos Hospitalares Ltda e Almeida Prado, Max, Tesser & Flor Sociedade e Advogados. Advs.: Lourenço de Almeida Prado (760A/AM), Paulo Augusto Tesser Filho (772A/AM), Pedro Neves Marx (464A/AM) e Rafael Fernando Melo da Costa (5837/AM) e Devedor: O Estado do Amazonas. Ficam INTIMADAS, as partes, por meio de seus representantes legais, da DECISÃO de fls. 84/85, cujo teor é o seguinte: "Oficie-se à Caixa Econômica Federal (Sr. Alan Dione Gomes da Fonseca - Gerente de Atendimento do PAB TJAM - Ed. Arnoldo Péres) para que, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, proceda a transferência conforme guia às fls. 83, devendo juntar ao feito documentação comprobatória da transação efetuada, no prazo de até 05 (cinco) dias. Ato contínuo, intimem-se os credores para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestarem-se acerca da petição de fls. 78/80. Cópia da presente decisão serve como ofício, devendo, na oportunidade do envio, ser anexada cópia do documento de fls. 83. À Secretaria da Central de Precatórios para o cumprimento, com as cautelas de estilo.". Manaus, 12 de março de 2019.

Precatório - N.º 0005924-48.2016.8.04.0000 – Credores: Maria da Conceição Rufino Ferreira e Marcelo Ramos Rodrigues. Advs.: Marcelo Ramos Rodrigues (2831/AM) e Devedor: O Estado do Amazonas. Ficam INTIMADAS, as partes, por meio de seus representantes legais, da DECISÃO de fls. 187/188, cujo teor é o seguinte: "Oficie-se à Caixa Econômica Federal (Sr. Alan Dione

Gomes da Fonseca - Gerente de Atendimento do PAB TJAM - Ed. Arnoldo Péres) para que, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, proceda a transferência conforme guia às fls. 186, devendo juntar ao feito documentação comprobatória da transação efetuada, no prazo de até 05 (cinco) dias. Cópia da presente decisão serve como ofício, devendo, na oportunidade do envio, ser anexada cópia do documento de fls. 186. Após a juntada dos comprovantes da transferência efetuada pela Caixa Econômica Federal, encaminhem-se os autos à Assistente de Cálculos Judiciais para recalcular o valor remanescente nos termos do RE 579.431, no sentido de que os juros moratórios incidam da data de feitura do cálculo até a data de apresentação do precatório, considerando os ditames do art. 4.º, da Resolução CNJ n.º 115/2010. À Secretaria da Central de Precatórios para o cumprimento, com as cautelas de estilo.". Manaus, 12 de março de 2019.

SEÇÃO II

TRIBUNAL PLENO

Conclusões de Acórdãos

REBUBLICAÇÃO

PROCESSO: REMESSA NECESSÁRIA EM AÇÃO CIVIL PÚBLICA Nº 0000912-67.2013.8.04.6302 - 1ª Vara de Parintins. Requerente: **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS.** Requeridos: Frank Luiz da Cunha Garcia, Frank Nelson Torres da Costa e Toyla construções Ltda. Advogados: Drs. Antonio das Chagas; Ferreira Batista (OAB/AM nº 4.177), Alcides Martins de Oliveira Neto (OAB/AM nº 7.306), Francisco Cloacir Chaves Figueira- (OAB/AM nº (OAB/AM nº 2.501), Adrimar Freitas de Siqueira - (OAB/AM nº 8,243), Diogo de Mendonça Melim (OAB/DF nº 35.188), Maiara Cristina Moral da Silva (OAB/AM nº 7.738), Patricia Gomes de Abreu (OAB/AM nº 4.447), Fabricia Taliéle Cardoso dos Santos (OAB/AM nº 8.446). Relator: Desdor. **SABINO DA SILVA MARQUES.** Procuradora-Geral de Justiça: Lêda Mara Nascimento Albuquerque. **EMENTA**: REEXAME NECESSÁRIO. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. INCOMPETÊNCIA DO JUÍZO ESTADUAL. SUPOSTO DANO AO ERÁRIO POR MAU USO DE VERBA FEDERAL ORIUNDA DO MINISTÉRIO DA DEFESA. AUSÊNCIA DE INTIMAÇÃO DA UNIÃO PARA MANIFESTAR INTERESSE NOS AUTOS. NECESSIDADE. REMESSA NECESSÁRIA CONHECIDA E PROVIDA. 1. É cediço que nos termos da jurisprudência da Corte Superior, caracteriza-se o interesse da União quando a verba objeto do litígio é oriunda do Erário Federal e sujeita à prestação de contas e fiscalização por órgão federal, nos termos da Súmula 208/STJ. 2. O julgamento monocrático foi precipitado e não se observou o regular andamento processual, na medida em que, antes da prolação da sentença não houve a devida intimação da União, a qual se constitui como necessária a demonstrar seu interesse ou não na lide, uma vez que se trata de verba pública federal. 3. Recurso Conhecido e provido. **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem o Tribunal Pleno do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade, em parcial consonância com o parecer do Graduado Órgão do Ministério Público, conhecer e dar provimento, nos termos do voto do relator que passa a integrar o presente. **EXTRATO DA ATA-DECISÃO**: "Por unanimidade, em parcial consonância com o parecer do Graduado Órgão do Ministério Público, conhecer e dar provimento, nos termos do voto do relator ." **VOTARAM** os Exmos. Srs. Desdores. Sabino da Silva Marques, Relator, Carla Maria Santos dos Reis, Wellington José de Araújo, Jorge Manoel Lopes Lins, Lafayette Carneiro Vieira Júnior, Jomar Ricardo Saunders Fernandes, Airton Luís Corrêa Gentil, José Hamilton Saraiva dos Santos, Anselmo Chíxaro, Elci Simões de Oliveira, Djalma Martins da Costa, Maria das Graças Pessôa Figueiredo, Ari Jorge Moutinho da Costa, Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura, Flávio Humberto Pascarelli Lopes, Paulo César Caminha e Lima, João Mauro Bessa, Cláudio César Ramalheira Roessing e Onilza Abreu Gerth,Juíza de Direito convocada. **AUSÊNCIAS JUSTIFICADAS**: Exmos. Srs. Desdores. João de Jesus Abdala Simões, Domingos Jorge Chalub Pereira,Aristóteles Lima Thury, Nélia Caminha Jorge e Joana dos Santos Meirelles. **IMPEDIDO**: Exmo. Sr. Des. Délcio Luís Santos. Presidiu a Sessão o Exmo. Sr. Desdor. Yedo Simões de Oliveira. **Sessão Ordinária do Egrégio Tribunal Pleno do Tribunal de Justiça do Amazonas, realizada no dia 26.02.2019.**

Intimações

DESPACHO DE INTIMAÇÃO

Nº 0001251-07.2019.8.04.0000 - Agravo Interno - Manaus - Agravante: O Estado do Amazonas - Agravado: Carlos Samuel Brandão do Nascimento - Agravado: Raimundo Ernani de Souza Pirez - FICA INTIMADOS os Agravados, por meios de seu represente legal Dr. Marcio Silva Teixeira (4672/AM) para apresentar CONTRARRAZÕES, nos termos do Despacho de fls. 16 cujo teor é o seguinte: " Intime-se o agravado para, querendo, ofertar contrarrazões no prazo de 15 (quinze) dias. ". Manaus, 12 de março de 2019. Conceição Liane Pinheiro Secretária do Tribunal Pleno - Advs: Ingrid Khamylla Monteiro Ximenes de Souza (OAB: 3629/AM) - Marcio Silva Teixeira (OAB: 4672/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º Andar

Decisões

DECISÃO MONOCRÁTICA

Nº 4000854-74.2019.8.04.0000 - Mandado de Segurança (Cível) - Manaus - Impetrante: Thiago Barbosa Liborio dos Santos - Impetrado: Exmo. Sr. Governador do Estado do Amazonas - 4000854-74.2019.8.04.0000 - Mandado de Segurança Impetrante : Thiago Barbosa Liborio dos SantosAdvogado : Cleyton Rafael Martins do Amaral (11691/AM)Advogado : Frederico Santos Paiva (6569/AM)Advogado : Álvaro da Trindade Garcia Filho (6236/AM)Impetrado : Exmo. Sr. Governador do Estado do AmazonasProcuradoria Ge : Procuradoria Geral do Estado do Amazonas - PGEMPAM : Ministério Público do Estado do Amazonas - Segundo Grau Cível FICA INTIMADO o Impetrante, por meio de seus representantes legais, Advogados: Dr..Álvaro da Trindade Garcia Filho (OAB/AM Nº 6.236), Dr.Cleyton Rafael Martins do Amaral (OAB/AM Nº 11.691) e Frederico Santos Paiva (OAB/AM Nº 6.569), da DECISÃO MONOCRÁTICA proferida pelo Exmo. Senhor Desembargador Paulo César Caminha e Lima, Relator destes autos, cujo teor final é o seguinte: " Ante o exposto, indefiro o pedido liminar por não observar, initio litis, periculum in mora suficiente à concessão da medida. Defiro, por oportuno, o pedido de justiça gratuita, nos termos do art. 98 do CPC, ante a afirmação da parte de que não pode custear as despesas do processo sem prejuízo de seu próprio sustento. Notifique-se a Autoridade Coatora (Governador do Estado) para que preste as informações, no prazo da Lei (LMS, art. 7.º, inciso I). Dê-se ciência da impetração do writ ao órgão de representação judicial do Estado do Amazonas para, querendo, ingressar no Feito (LMS, art. 7º, inciso II). Após, vista ao Ministério Público (LMS, art.12) ". Manaus, 12 de março de 2019. Secretaria do Tribunal Pleno 12 de março de 2019 - Advs: Cleyton Rafael Martins do Amaral (OAB: 11691/AM) - Frederico Santos Paiva (OAB: 6569/AM) - Álvaro da Trindade Garcia Filho (OAB: 6236/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º Andar

Pauta de Julgamento Designado

De ordem do Presidente da Egrégia Tribunal Pleno, Exmo(a). Des(a) Yedo Simões de Oliveira, faço público que, de acordo com o artigo 934 do Novo Código do Processo Civil, serão julgados nas próximas sessões, após cumpridas as formalidades legais, os seguintes processos:

Mandado de Segurança nº 0657605-34.2018.8.04.0001, de Vara de Origem do Processo Não informado
Impetrante: Isaías Cabuia de Jesus
Advogado: Matheus Lobato Beltrão (OAB: 13287/AM)
Impetrado: Governador do Estado do Amazonas
Impetrado: O Estado do Amazonas
MPAM: Ministério Público do Estado do Amazonas - Segundo Grau Cível
Presidente: Yedo Simões de Oliveira. Relator: João de Jesus Abdala Simões. Revisor: Revisor do processo Não informado

Mandado de Segurança nº 4001547-92.2018.8.04.0000, de Vara de Origem do Processo Não informado
Impetrante: Israel Aguiar Level
Advogada: Wanessa Beltrão da Silva (OAB: 12623/AM)
Impetrado: Governador do Estado do Amazonas
Impetrado: Ilmo Sr. Comandante Geral da Policia Militar do Estado do Amazonas/am
Terceiro I: Procuradoria Geral do Estado do Amazonas - PGE
MPAM: Ministério Público do Estado do Amazonas - Segundo Grau Cível
Presidente: Yedo Simões de Oliveira. Relator: Elci Simões de Oliveira. Revisor: Revisor do processo Não informado

Mandado de Segurança nº 4002450-30.2018.8.04.0000, de Vara de Origem do Processo Não informado
Impetrante: Dulcilândia Belém da Silva
Advogada: Anne Lise Perin (OAB: 7447/AM)
Advogado: Érico de Oliveira Gonçalo (OAB: 5165/AM)
Impetrado: Governador do Estado do Amazonas
Terceiro I: Procuradoria Geral do Estado do Amazonas - PGE
MPAM: Ministério Público do Estado do Amazonas - Segundo Grau Cível
Presidente: Yedo Simões de Oliveira. Relator: Elci Simões de Oliveira. Revisor: Revisor do processo Não informado

Mandado de Segurança nº 4005230-40.2018.8.04.0000, de Vara de Origem do Processo Não informado
Impetrante: Elisabeth Machado Bastos
Advogado: Thiago Aparecido Mendes Andrade (OAB: 9033/RO)
Advogado: HIAGO BASTOS TRINDADE (OAB: 9858/RO)
Impetrado: Exmo. Sr. Governador do Estado do Amaozonas
Impetrado: Secretária Estadual de Educação e Qualidade de Ensino do Estado do Amazonas
Terceiro I: Procuradoria Geral do Estado do Amazonas - PGE
MPAM: Ministério Público do Estado do Amazonas - Segundo Grau Cível
Presidente: Yedo Simões de Oliveira. Relator: João de Jesus Abdala Simões. Revisor: Revisor do processo Não informado

Petição nº 0000282-89.2019.8.04.0000, de Vara de Origem do Processo Não informado
Requerente: Leoney Figliuolo Harraquian
Presidente: Yedo Simões de Oliveira. Relator: José Hamilton Saraiva dos Santos. Revisor: Revisor do processo Não informado

Secretaria do(a) Tribunal Pleno, em Manaus, 12 de março de 2019.

SEÇÃO III

CÂMARAS REUNIDAS

Conclusões de Acórdãos

CÂMARAS REUNIDAS

Processo nº 0000426-63.2019.8.04.0000 - Emb. de Declaração – C. Reunidas Origem: 3ª Vara da Fazenda Pública - **Embargante: Elaine Guimarães** - Advogado:Dr. Augusto Costa Júnior (4337/AM) - **Embargado:Secretário de Estado da Educação e Qualidade do Ensino-Seduc** - Procuradora do Estado:Dra. Glícia Pereira Braga(OAB/AM n.º 2269) Presidente: Exmo. Sr. Des. Wellington José de Araújo - Relator: Exmo. Sr. Des. Djalma Martins da Costa. **Desembargadores presentes**: os Exmos. Srs. Desdores. **Djalma Martins da Costa-Relator,** Maria das Graças Pessoa Figueiredo, Ari Jorge Moutinho da Costa, Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura, Domingos Jorge Chalub Pereira, Paulo César Caminha e Lima, João Mauro Bessa, Sabino da Silva Marques, Jomar Ricardo Saunders Fernandes, Airton Luís Corrêa Gentil, José Hamilton Saraiva dos Santos, Anselmo Chíxaro, Elci Simões de Oliveira, Délcio Luís Santos e Onilza Abreu Gerth.**EMENTA**: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISÃO VERIFICADA. CORREÇÃO. JUSTIÇA GRATUITA. PESOA NATURAL. DECLARAÇÃO DE INSUFICIÊNCIA DE RECURSOS. CONTRADIÇÃO. INEXISTÊNCIA. PARCIAL PROVIMENTO. MANUTENÇÃO DO RESULTADO DO JULGAMENTO. 1. A pesoa natural com insuficiência de recursos para pagar as custas, despesas procesuais e os honorários advocatícios tem direito à gratuidade de justiça. 2. “A contradição que autoriza o manejo dos embargos de declaração é aquela interna, ou seja, entre proposições do próprio julgado e não aquela entre ele e a lei ou entendimento das partes” (STJ - EDcl no REsp 1602681/ES) 3. Os embargos de declaração devem ser parcialmente acolhidos para sanar a omisão identificada, sem, contudo, alterar o resultado do julgamento proferido. **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes do Câmaras Reunidas, por unanimidade de votos, em acolher parcialmente os presentes Embargos de Declaração, apenas para sanar a omissão em relação ao pedido de gratuidade de justiça, sem contudo, alterar o resultado do julgamento

Processo nº 0006270-28.2018.8.04.0000 - Emb. de Declaração-C. Reunidas Embargante:Direcional Rubi Empreendimentos Imobiliários Ltda Advogados(as):Dra. Angélica Ortiz Ribeiro (2847/AM) e Dra. Luma Vieira Marquez (10959/AM) - **Embargada:Juízo de Direito da 1.ª Turma Recursal do Juizado Especiais da Comarca de Manaus/AM -** Presidente: Exmo. Sr. Des. Wellington José de Araújo - Relator: Exmo. Sr. Des. Ernesto Anselmo Queiroz Chíxaro. **Desembargadores presentes**: os Exmos. Srs. Desdores. **Anselmo Chíxaro-Relator,** Elci Simões de Oliveira, Délcio Luís Santos, Onilza Abreu Gerth, Djalma Martins da Costa, Maria das Graças Pessoa Figueiredo, Ari Jorge Moutinho da Costa, Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura, Domingos Jorge Chalub Pereira, Paulo César Caminha e Lima, João Mauro Bessa, Sabino da Silva Marques, Airton Luís Corrêa Gentil e José Hamilton Saraiva dos Santos. **EMENTA**: PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ALEGAÇÃO DE OMISSÃO, OBSCURIDADE E CONTRADIÇÃO. INEXISTÊNCIA DOS VÍCIOS ELENCADOS NO ARTIGO 1.022 DO CPC/2015. REDISCUSSÃO DO MÉRITO. IMPOSSIBILIDADE. EMBARGOS REJEITADOS. Para o acolhimento dos Embargos de Declaração é indispensável a existência de um dos vícios insertados no art. 1.02 do CPC/2015, descabendo o acolhimento de aclaratórios que não comprovam, remarque-se, qualquer uma das falhas ensejadoras da sua admisão. - Inviável a utilzação dos embargos, sob a alegação de vícios, quando a intenção é, em verdade, a reapreciação do julgado, objetivando a alteração do conteúdo meritório do acórdão embargado. - Embargos de Declaração rejeitados. **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que integram a Câmaras Reunidas do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, à unanimidade de votos, em rejeitar os embargos de declaração, nos termos do voto do relator, que acompanha o presente julgado, dele fazendo parte integrante”.

Proc. nº 0617443-65.2016.8.04.0001-Conflito de Competência-C. Reunidas - Origem:2ª Vara de Família - **Suscitante:Juízo de Direito da 9ª Vara de Família da Comarca da Capital(AM) - Suscitado:Juízo de Direito da 13ª V. Cível e de Acid. de Trabalho da Capital(AM)** - Presidente: Exmo. Sr. Des. Wellington José de Araújo - Relator: Exmo. Sr. Des. José Hamilton Saraiva dos Santos - Procurador de Justiça: Exma. Sra. Dra.Noeme Tobias de Souza. **Desembargadores presentes**: os Exmos. Srs. Desdores. **José Hamilton Saraiva dos Santos-Relator,** Anselmo Chíxaro, Elci Simões de Oliveira, Délcio Luís Santos, Onilza Abreu Gerth, Djalma Martins da Costa, Maria das Graças Pessoa Figueiredo, Ari Jorge Moutinho da Costa, Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura, Domingos Jorge Chalub Pereira, Paulo César Caminha e Lima, João Mauro Bessa, Sabino da Silva Marques e Airton Luís Corrêa Gentil. **EMENTA**: CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. VARA DE FAMÍLIA E VARA CÍVEL. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA HOMOLOGATÓRIA DE ACORDO. DIVÓRCIO CONSENSUAL. PARTILHA DE BENS. COMPETÊNCIA DO JUÍZO SENTENCIANTE. ART. 516, INCISO I, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. PRECEDENTES DESTA EGRÉGIA CORTE DE JUSTIÇA. CONFLITO CONHECIDO PARA DECLARAR A COMPETÊNCIA DO DOUTO JUÍZO DE DIREITO DA 9.ª VARA DE FAMÍLIA DA COMARCA DE MANAUS/AM. 1. In casu, em que pese o Juízo Suscitante alegar, em suma, que, com a determinação da partilha, restou exaurida a competência da Vara Familar, já que, com a partilha, desaparece a comunhão do bem e se instaura um condomínio, exsurge dos autos que a questão controvertida diz respeito ao descumprimento de um título executivo emanado daquele juízo. 2. Desarte, deve ser respeitado o teor do art. 516, inciso I, do Código de Proceso Civil, que dispõe que "o cumprimento da sentença efetuar-se-á perante: (.) I - o juízo que decidiu a causa no primeiro grau de jurisdição". 3. Ademais, de acordo com o art. 154, inciso VII, da Lei Complementar n.º 17/197, que trata da Organização e Divisão Judiciária do Estado do Amazonas, "Ao Juiz de Vara de Família compete por distribuição: VII - a partilha de bens, intervivos, decorente de vínculo conjugal disolvido", ou seja, se cabe ao Juiz da Vara de Família julgar a partilha decorente da ação de divórcio, também lhe compete julgar as consequências desa divisão de bens. Precedentes desta egrégia Corte de Justiça. 4. CONFLITO CONHECIDO PARA DECLARAR A COMPETÊNCIA DO JUÍZO DE DIREITO DA 9.ª VARA DE FAMÍLIA DA COMARCA DE MANAUS/AM. **DECIDEM** as colendas Câmaras Reunidas do egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, em consonância com o Graduado Órgão Ministerial, por unanimidade de votos, CONHECER DO CONFLITO E DECLARAR COMPETENTE O JUÍZO DE DIREITO DA 9.ª VARA DE FAMÍLIA DA COMARCA DE MANAUS/AM, nos termos do voto do Relator, que integra esta decisão para todos os fins de direito.

Processo nº 0634966-56.2017.8.04.0001-Conflito de Competência-C. Reunidas -Origem:Vara Especializada da Dívida Ativa Municipal - **Suscitante:Juízo da Vara Especializada da Dívida Ativa Municipal Suscitado:Juízo de Direito do Juizado da Fazenda Publica Municipal e Estadual.** Presidente: Exmo. Sr. Des. Wellington José de Araújo - Relator: Exmo. Sr. Des. João Mauro Bessa Procuradora de Justiça: Exma. Sra. Dra. Suzete Maria dos Santos. **Desembargadores presentes**: os Exmos. Srs. Desdores. **João Mauro Bessa-Relator,** Sabino da Silva Marques, Airton Luís Corrêa Gentil, José Hamilton Saraiva dos Santos, Anselmo Chíxaro, Elci Simões de Oliveira, Délcio Luís Santos, Onilza Abreu Gerth, Djalma Martins da Costa, Maria das Graças Pessoa Figueiredo, Ari Jorge Moutinho da Costa, Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura, Domingos Jorge Chalub Pereira e Paulo César Caminha e Lima. **EMENTA:** CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA - VARA DA DÍVIDA ATIVA MUNICIPAL E JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL E MUNICIPAL - AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS AJUIZADA CONTRA O MUNICÍPIO DE MANAUS - DEMANDA CUJO OBJETO NÃO POSUI NATUREZA TRIBUTÁRIA - INCOMPETÊNCIA DA VARA DA DÍVIDA ATIVA MUNICIPAL CONFLITO CONHECIDO E JULGADO PROCEDENTE PARA DECLARAR A COMPETÊNCIA DO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL E MUNICIPAL. 1. O cerne da questão envolve a análise da competência para procesar e julgar ação judicial intentada com o propósito de condenar o Município de Manaus ao pagamento de indenização por danos morais e materiais em razão de cobrança indevida de débitos de IPTU referente à matrícula eroneamente cadastrada em nome do requerente e a consequente inserção dos dados do contribuinte no cartório de protesto de notas. 2. Não compete à Vara da Dívida Ativa Municipal o julgamento da ação, tendo em vista não envolver matéria tributária. 3. Considerando a recente restruturação realizada por esta Corte de Justiça, a 1ª Vara da Dívida Ativa Estadual foi transformada em Vara do Juizado da Fazenda Pública Estadual e Municipal, motivo pelo qual deve ser reconhecida a competência desta para procesamento da ação, na forma disposta no artigo 2º, da Lei 12.153/09. 4. Conflito de competência conhecido para declarar a competência do Juizado Especial da Fazenda Pública Estadual e Municipal. **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem as Câmaras Reunidas do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em conhecer do conflito para declarar a competência da Vara do Juizado Especial da Fazenda Pública Estadual e Municipal, nos termos do voto que acompanha a presente decisão, dela fazendo parte integrante".

Processo nº 0635847-96.2018.8.04.0001-Conflito de Competência- C. Reunidas - Origem:2º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha) - **Suscitante: Juízo de Direito do 2.º do Juizado Especializado no Combate a Violência doméstica e Familiar contra a Mulher/AM - Suscitado:Juízo de Direito do 3.º do Juizado Especializado em Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher/AM** - Presidente: Exmo. Sr. Des. Wellington José de Araújo - Relator: Exma. Sra. Desa. Maria das Graças Pessoa Figueiredo Procuradora de Justiça:Exma. Sra. Dra. Noeme Tobias de Souza. Desembargadores presentes: os Exmos. Srs. Desdores. **Maria das Graças Pessoa Figueiredo-Relatora,** Ari Jorge Moutinho da Costa, Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura, Domingos Jorge Chalub Pereira, Paulo César Caminha e Lima, João Mauro Bessa, Sabino da Silva Marques, Airton Luís Corrêa Gentil, José Hamilton Saraiva dos Santos, Anselmo Chíxaro, Elci Simões de Oliveira, Délcio Luís Santos, Onilza Abreu Gerth e Djalma Martins da Costa. **EMENTA:** CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. 2ª VARA ESPECIALIZADA NO COMBATE À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER. 3ª VARA ESPECIALIZADA NO COMBATE À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER. ARTIGOS 3º E 4º DA RESOLUÇÃO N.º 15/2017 DO TJAM. DISTRIBUIÇÃO DOS PROCESSOS CONFORME A RESIDÊNCIA DA VÍTIMA. MATÉRIA INSERIDA NO ÂMBITO ORGANIZACIONAL DOS TRIBUNAIS DE JUSTIÇA. CONSTITUCIONALIDADE. FACILITAÇÃO E PROTEÇÃO À MULHER EM SITUAÇÃO DE FRAGILIDADE E VULNERABILIDADE. CONFLITO PROCEDENTE. 1. Em se tratando de Conflito Negativo de Competência entre Varas Especializadas nos Crimes previstos na Lei Maria da Penha, cumpre analisar a constitucionalidade dos artigos 3º e 4º da Resolução n.º 15/2017 do TJAM, que prevê a distribuição dos feitos conforme a residência da vítima. 2. In casu, não há falar em inconstitucionalidade, porquanto a matéria tratada na Resolução n.º 15/2017 do TJAM versa sobre normas meramente procedimentais de distribuição dos procesos entre as três Varas especializadas existentes, estando dentro de sua competência concorente. 3. Segundo a Constituição Federal, é de competência dos Tribunais Estaduais estabelecer a forma de organização de seus órgãos jurisdicionais, não implicando em ofensa à competência privativa da União a Resolução que versa sobre a distribuição conforme o bairo da vítima, dentro da Comarca de Manaus. 4. Resolução que posui o escopo, ainda, de faciltar e melhor proteger a mulher em situação de risco, fragildade e vulnerabildade, em atenção à Convenção de Belém do Pará, da qual o Brasil é signatário. 5. Conflito Negativo de Competência conhecido e julgado procedente, em consonância ao Parecer do Ministério Público, declarando o Juízo do 3º Juizado Especializado da Violência Doméstica e Familar Contra a Mulher, tendo em vista que a vítima reside em Bairo sob sua responsabildade. **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes das Egrégias Câmaras Reunidas do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, unanimidade de votos, em consonância ao Ministério Público conhecer e julgar procedente o Conflito Negativo de Competência

Processo nº 0635934-52.2018.8.04.0001-Conflito de Competência-C. Reunidas - Origem:2º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha) - **Suscitante: Juízo de Direito do 1.º Juizado Especializado no combate a Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher/AM Suscitado: Juízo de Direito da 3.º Juizado Especializado no Combate a Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher/AM** Presidente: Exmo. Sr. Des. Wellington José de Araújo - Relator: Exmo. Sr. Des. João Mauro Bessa - Procuradora de Justiça: Exma. Sra. Dra. Rita Augusta de Vasconcelos Dias. EMENTA: CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA - 2.º JUIZADO ESPECIALIZADO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E 3.º JUIZADO ESPECIALIZADO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA - REGRA DE DISTRIBUIÇÃO INSERTA NOS ARTIGOS 3.º E 4.º DA RESOLUÇÃO N.º 15/2017 DO TJAM - BAIRRO DE RESIDÊNCIA DA VÍTIMA - CONSTITUCIONALIDADE FORMAL E MATERIAL - EXERCÍCIO DE PRERROGATIVA CONSTITUCIONAL DE AUTO-ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA - INAPLICABILIDADE DA CLÁUSULA DE RESERVA DE PLENÁRIO CONFLITO DE COMPETÊNCIA PROCEDENTE. 1. Não há que se falar na presença do suposto vício de inconstiucionalidade na norma inserta na Resolução 15/2017 - TJAM, ao paso em que o referido ato normativo tratou de simples regras de organização judiciária e em nada interferiu na competência privativa da União para legislar sobre direito procesual. 2. Fixou-se com a resolução norma subsidiária sobre distribuição interna nos órgãos jurisdicionais do Tribunal que em nada afronta o teor do artigo 70, do CP, ao paso que todas as ações abrangidas pelos artigos 3.º e 4.º da Resolução n.º 15/2017 permanecerão tramitando na comarca em que se consumou a infração, privilegiando-se, contudo, dentre os magistrados competentes, aquele que atua no órgão jurisdicional mais próximo à casa da vítima, haja vista a sua vulnerabildade e em respeito aos princípios norteadores da Lei da Violência Doméstica (Lei nº 1.340/06). 3. Trata-se de regular exercício da prerogativa constiucional de organização judiciária, garantida pelo artigo 96, I, da Carta Magna e respaldada pela Lei de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Amazonas - Lei Complementar 17/197. 4. Nese contexto, não há que se falar em inconstiucionalidade formal por afronta à competência privativa da União nem, tampouco, em inconstiucionalidade material no teor dos arts. 3.º e 4.º da Resolução n.º 15/2017 deste egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, na medida em que não abordam matéria de direito procesual e amoldam-se, perfeitamente, aos ditames do ordenamento jurídico vigente. 5. Mantida a incidência da norma questionada, não existem razões para submeter a questão ao e. Tribunal Pleno desta Corte, consoante ratio decidendi da Súmula Vinculante n.º 10 do STF. 6. Conflito de Competência procedente. **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem as Câmaras Reunidas do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos e em consonância do parecer do graduado órgão do Ministério Público, em julgar procedente o conflito para declarar a competência do Juízo Suscitado 3.º Juizado Especializado no Combate à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da Comarca de Manaus/AM, nos termos do voto que acompanha a presente decisão, dela fazendo parte integrante

Processo nº 4001444-85.2018.8.04.0000- Mandado de Segurança – C . Reunidas - Impetrante: Samuel Pereira de Castro - Advogado: Dr. Adriano Silveira de Souza (12312/AM) **Impetrado: Câmara Municipal de Coari (AM) -** Procurador da Câmara Municipal: Dr. Edinei Lourenço de Carvalho Júnior(OAB/AM nº 9347) - Presidente: Exmo. Sr. Des. Wellington José de Araújo - Relator: Exmo. Sr. Des. Ari Jorge Moutinho da Costa - Procurador de Justiça: Exmo. Sr. Dr. Públio Caio Bessa Cyrino. **Desembargadores presentes:** os Exmos. Srs. Desdores. **Ari Jorge Moutinho da Costa-Relator**, Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura, Domingos Jorge Chalub Pereira, Paulo César Caminha e Lima, João Mauro Bessa, Sabino da Silva Marques, Airton Luís Corrêa Gentil, José Hamilton Saraiva dos Santos, Anselmo Chíxaro, Elci Simões de Oliveira, Délcio Luís Santos, Onilza Abreu Gerth, Djalma Martins da Costa e Maria das Graças Pessoa Figueiredo.**EMENTA:** MANDADO DE SEGURANÇA. CASSAÇÃO DE MANDATO DE VEREADOR. DECRETO-LEI Nº. 201/67. INEXISTÊNCIA DE ATO ILEGAL NO TOCANTE AO RECEBIMENTO DA DENÚNCIA E À FORMAÇÃO DA COMISSÃO PROCESSANTE. AFASTAMENTO CAUTELAR DO PARLAMENTAR. AUSÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL EXPRESSA. INEXISTÊNCIA DE MOTIVAÇÃO E PROVAS DA NECESSIDADE DA MEDIDA. CONCESSÃO PARCIAL DA SEGURANÇA. I - O afastamento do parlamentar de suas funções legislativas apenas pode ocorrer de forma definitiva, após todo o procedimento de cassação, com direito ao contraditório e ampla defesa, e mediante o voto de, pelo menos, dois terços dos membros da Câmara Municipal (art. 5º, V, do DL 201/67). II - O afastamento provisório do impetrante, portanto, foi realizado sem o devido respeito ao procedimento legal, em grave violação à ampla defesa e ao contraditório, e sem a presença de motivação na ata da sessão correlata. III Concessão Parcial da Segurança, em consonância com o Parecer Ministerial. Confirmação da liminar concedida pela Decisão de fls. 183/188, que determinou a recondução imediata do impetrante às funções do mandato de vereador do Município de Coari/AM. **DECIDEM** as e. Câmaras Reunidas do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, à unanimidade de seus membros e em consonância com o Parecer Ministerial, CONCEDER PARCIALMENTE A SEGURANÇA, nos termos do voto do Desembargador Relator, que integra esta decisão para todos os fins legais

Processo nº 4001582-52.2018.8.04.0000-Mandado de Segurança- C. Reunidas - Impetrantes: Ewerton Rodrigo A. de Medeiros e Ademoque Rebouças da Silva Júnior - Advogado:Dr. Elton Manuel Barreto Rodrigues (6683/AM) - **Impetrado: Mesa Diretora da Câmara Municipal de Coari (AM) -** Procurador da Câmara Municipal: Dr. Edinei Lourenço de Carvalho Júnior(OAB/AM nº 9347) - Presidente: Exmo. Sr. Des. Wellington José de Araújo - Relator: Exmo. Sr. Des. Ari Jorge Moutinho da Costa **-** Procurador de Justiça:Exma. Sra. Dra. Silvana Maria Mendonça Pinto dos Santos. **Desembargadores presentes**: os Exmos. Srs. Desdores. **Ari Jorge Moutinho da Costa-Relator,** Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura, Domingos Jorge Chalub Pereira, Paulo César Caminha e Lima, João Mauro Bessa, Sabino da Silva Marques, Wellington José de Araújo, Airton Luís Corrêa Gentil, José Hamilton Saraiva dos Santos, Anselmo Chíxaro, Elci Simões de Oliveira, Délcio Luís Santos, Onilza Abreu Gerth, Djalma Martins da Costa e Maria das Graças Pessoa Figueiredo. **EMENTA:** MANDADO DE SEGURANÇA. CASSAÇÃO DE MANDATO DE VEREADOR. DECRETO-LEI Nº. 201/67. AFASTAMENTO CAUTELAR DOS PARLAMENTARES. AUSÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL EXPRESSA. INEXISTÊNCIA DE MOTIVAÇÃO E PROVAS DA NECESSIDADE DA MEDIDA. CONCESSÃO PARCIAL DA SEGURANÇA. I - O afastamento dos parlamentares de suas funções legislativas apenas pode ocorrer de forma definitiva, após todo o procedimento de cassação, com direito ao contraditório e ampla defesa, e mediante o voto de, pelo menos, dois terços dos membros da Câmara Municipal (art. 5º, V, do DL 201/67). II - O afastamento provisório dos impetrantes, portanto, foi realizado sem o devido respeito ao procedimento legal, em grave violação à ampla defesa e ao motivação na ata da sessão correlata. III Concessão Parcial da Segurança, em consonância com o Parecer Ministerial. Confirmação da liminar concedida pela Decisão de fls. 30/36, que determinou a recondução imediata dos impetrantes às funções do mandato de vereador do Município de Coari/AM. **DECIDEM** as e. Câmaras Reunidas do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, à unanimidade de seus membros e em consonância com o Parecer Ministerial, CONCEDER PARCIALMENTE A SEGURANÇA, nos termos do voto do Desembargador Relator, que integra esta decisão para todos os fins legais.

Processo nº4002592-34.2018.8.04.0000-Mandado de Segurança – C. Reunidas - Impetrantes: Samuel Pereira de Castro e Ewerton Rodrigo A. de Medeiros e Ademoque Rebouças da Silva Júnior - Advogado: Dr. Elton Manuel Barreto Rodrigues (6683/AM) **Impetrado: Mesa Diretora da Câmara Municipal de Coari (AM) -** Procurador da Câmara Municipal de Coari/AM: Dr. Raphael Martins Borges(OAB/AM n.º 7892) -

Presidente: Exmo. Sr. Des. Wellington José de Araújo - Relator: Exmo. Sr. Des. Ari Jorge Moutinho da Costa - Procurador de Justiça:Exma. Sra. Dra. Silvana Maria Mendonça Pinto dos Santos. **Desembargadores presentes**: os Exmos. Srs. Desdores. **Ari Jorge Moutinho da Costa-Relator,** Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura, Domingos Jorge Chalub Pereira, Paulo César Caminha e Lima, João Mauro Bessa, Sabino da Silva Marques, Airton Luís Corrêa Gentil, José Hamilton Saraiva dos Santos, Anselmo Chíxaro, Elci Simões de Oliveira, Joana dos Santos Meirelles, Délcio Luís Santos, Onilza Abreu Gerth, Djalma Martins da Costa e Maria das Graças Pessoa Figueiredo **EMENTA**: MANDADO DE SEGURANÇA. CASSAÇÃO DE MANDATO DE VEREADORES. GRAVES INDÍCIOS DA PRÁTICA DO CRIME DE DENUNCIAÇÃO CALUNIOSA POR PARTE DOS DENUNCIANTES. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DE PROVAS NA DENÚNCIA ESCRITA. VIOLAÇÃO AO ART. 5º DO DECRETO-LEI Nº. 201/67. RECEBIMENTO DA DENÚNCIA. ATO ILEGAL. CONCESSÃO DA SEGURANÇA. I - A denúncia ensejadora do processo de cassação dos impetrantes foi também apurada através de inquérito policial, no qual concluiu-se pela ausência de justa causa para o prosseguimento da persecução criminal e pela presença de graves indícios da prática do crime de denunciação caluniosa pelos denunciantes. II Além disso, a denúncia recebida pelo impetrado foi apresentada desacompanhada de documentos comprobatórios, em ofensa ao art. 5º do Decreto-Lei 201/67 e às garantias da ampla defesa e do devido processo. III - Há, assim, vício no nascedouro do processo de cassação, assentado na própria denúncia apresentada perante a Câmara Municipal, cujo conteúdo contém sinais de inveracidade e motivação escusa, além de não possuir qualquer lastro probatório que a ampare. IV - Concessão da Segurança, em consonância com o Parecer Ministerial, para o fim de determinar o arquivamento em definitivo do processo de cassação dos impetrantes junto à Câmara Municipal de Coari/AM. **DECIDEM** as e. Câmaras Reunidas do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, à unanimidade de seus membros e em total consonância com o Parecer Ministerial, CONCEDER A SEGURANÇA, nos termos do voto do Desembargador Relator, que integra esta decisão para todos os fins legais.".

Processo nº 4004766-16.2018.8.04.0000-Mandado de Segurança – C. Reunidas Impetrante: Márcia Silva de Sousa - Advogado:Dr. Bruno Ayres de Andrade Rocha (621/RR) - **Impetrado: Secretaria de Estado da Saúde - SUSAM -** Presidente: Exmo. Sr. Des. Wellington José de Araújo - Relator: Exmo. Sr. Des. Sabino da Silva Marques - Procuradora de Justiça: Exma. Sra. Dra. Silvana Maria Mendonça Pinto dos Santos. **Desembargadores presentes:** os Exmos. Srs. Desdores. **Sabino da Silva Marques-Relator,** Airton Luís Corrêa Gentil, José Hamilton Saraiva dos Santos, Anselmo Chíxaro, Elci Simões de Oliveira, Délcio Luís Santos, Onilza Abreu Gerth, Djalma Martins da Costa, Maria das Graças Pessoa Figueiredo, Ari Jorge Moutinho da Costa, Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura, Domingos Jorge Chalub Pereira, Paulo César Caminha e Lima e João Mauro Bessa. EMENTA: MANDADO DE SEGURANÇA. CONCURSO PÚBLICO. PERDA DA VAGA. CANDIDATA APROVADA QUE NÃO ATENDEU À CONVOCAÇÃO DENTRO DO PRAZO LEGAL. DIVULGAÇÃO DA NOMEAÇÃO NO DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO. PREVISÃO NO EDITAL. AUSÊNCIA DE DIREITO LÍQUIDO E CERTO CONFIGURADO. DENEGAÇÃO DA SEGURANÇA. A Impetrante se insurge contra o ato que tornou sem efeito sua nomeação em razão do seu não comparecimento ante a ausência de notifcação pesoal. A notifcação pesoal do candidato no decorer de concurso público apenas é exigida caso haja previsão editalícia expresa. (precedentes Superior Tribunal de Justiça) Segurança denegada. **ACORDAM**, os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem as Câmaras Reunidas do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em consonância com o parecer do Graduado Órgão Ministerial, denegar a segurança pleiteada, nos termos do voto do relator, que passa a integrar o presente.

Processo nº 4004936-85.2018.8.04.0000 - Revisão Criminal – C. Reunidas - Origem:2ª Vara de Maués/AM - **Requerente:Dhony Martins de Oliveira** - Advogados:Dr. Diego Marcelo P. Gonçalves(7613/AM), Dr. Jorsemar B. Rodrigues Júnior - **Requerido:Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau -** Presidente: Exmo. Sr. Des. Wellington José de Araújo - Relator: Exma. Sra. Desa. Mª das Graças Pessoa Figueiredo - Revisor: Exmo. Sr. Des. Ari Jorge Moutinho da Costa - Procurador de Justiça: Exmo. Sr. Dr. Carlos Fábio Braga Monteiro. **Desembargadores presentes**: os Exmos. Srs. Desdores. **Maria das Graças Pessoa Figueiredo-Relatora,** Ari Jorge Moutinho da Costa, Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura, Domingos Jorge Chalub Pereira, Paulo César Caminha e Lima, João Mauro Bessa, Sabino da Silva Marques, Airton Luís Corrêa Gentil, José Hamilton Saraiva dos Santos, Anselmo Chíxaro, Elci Simões de Oliveira, Délcio Luís Santos, Onilza Abreu Gerth e Djalma Martins da Costa. **EMENTA:** REVISÃO CRIMINAL. NULIDADE PARCIAL DA SENTENÇA. VIOLAÇÃO DO PRINCÍPIO DA CONGRUÊNCIA. INEXISTÊNCIA. CORRELAÇÃO ENTRE OS FATOS NARRADOS NA PEÇA ACUSATÓRIA E OS FATOS DESCRITOS NA SENTENÇA. AUSÊNCIA DE PREJUÍZO À AMPLA DEFESA DOS ACUSADOS. EMENDATIO LIBELI. ALTERAÇÃO DO REGIME INICIAL DE CUMPRIMENTO DE PENA. TESE NÃO CONHECIDA. REVISIONAL JULGADA IMPROCEDENTE NA PARTE CONHECIDA. 1. O princípio da corelação, também denominado princípio da congruência, exige a imperiosa corespondência entre a imputação e a condenação, traduzida na estrita relação entre os fatos descritos na peça acusatória e os fatos constantes da sentença penal condenatória. 2. Considerando-se a narativa da exordial e as peças produzidas pelos réus na ação penal, não verifico a nulidade suscitada pelo requerente, pois os fatos descritos na sentença condenatória guardam estreita relação com os fatos apontados na inicial, não violando o princípio da congruência, tampouco impondo prejuízo de qualquer espécie à defesa dos denunciados. 3. Ainda que se admita o não enfrentamento direito acerca do regime inicial do cumprimento da pena no acórdão da apelação, igualmente não pode ser conhecida a revisão criminal, sob pena de supresão de instância, quando a tese suscitada pela defesa na ação autônoma não foi deduzida nas instâncias ordinárias da ação penal, configurandose verdadeira inovação defensiva o que é inadmisível nesta via. 3. Revisão Criminal parcialmente conhecida e nesa parte julgada improcedente, em parcial consonância com o Ministério Público. **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Egrégias Câmaras Reunidas do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos e em parcial consonância com o Ministério Público, conhecer parcialmente da revisão criminal e no mérito julga-lá improcedente".

Secretaia das Colendas Câmaras Reunidas em Manaus , 12 de março de 2019.

Intimações

Câmaras Reunidas

INTIMAÇÃO

De ordem do Exmo. Sr. Desembargador **José Hamilton Saraiva dos Santos**, Relator nos autos de **Mandado de Segurança N.º 4000445-98.2019.8.04.0000 Manaus(AM)**, em que são Impetrantes **Fredson Moraes de Souza Silva, Esmael Normando Rodrigues e outros,** Advogados: Dr. Jonathan Xávier Donadoni (3390/AC) e Dr. João Tota Soares deFigueiredo Filho (2787/AM) e Impetrado **Presidente da Câmara Municipal de Guajará (AM), Sr. Luiz Liberman Enes de Melo,** Advogados: Dr. José Ricardo Gomes de Oliveira (5254/AM) e Dr. Rodrigo Ramos Rodrigues (6701/AM), fica a parte **Impetrada** intimada, na pessoa de seus Advogados, **Dr. José Ricardo Gomes de Oliveira (5254/AM) e Dr. Rodrigo Ramos Rodrigues (6701/AM),** para,

no prazo de **48 (quarenta e oito) horas**, para que se manifeste quanto à situação fática apresentada pelos autores, notadamente, a respeito da definição da data para a nova eleição da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Guajará(AM), (art. 10 do CPC). Em 08.03.2019. Desembargador **José Hamilton Saraiva dos Santos – Relator.**

-

Secretaria das Câmaras Reunidas, em Manaus, 12 de março de 2019. Roberval Wilkens Marinho

CÂMARAS REUNIDAS

INTIMAÇÕES

De ordem do(a) Exmo.(a) Desembargador(a) **Airton Luís Corrêa Gentil**, Relator(a) nos Autos de **Agravo de Instrumento nº 4000792-34.2019.8.04.0000 Manaus(AM),** Agravante **M. DE S. HARB** e Agravados **Presidente da Comissão Geral de Licitação do Poder Executivo – CGL, O Estado do Amazonas**, **Rsg Comercio Atacadista de Alimentos e Organizador Logistico Ltda**. Fica a parte Agravante Intimada, na pessoa de seus advogados, **Drs. Diego Valadão Lauar (35101/BA), Gabriella Maia Moraes Sales (47066/BA),** bem como, a Agravada **Rsg Comercio Atacadista de Alimentos e Organizador Logistico Ltda** na pessoa de seus advogados **Drs. Davis D'albuquerque Braga (5081/AM), Rodrigo Araújo Rebelo D'albuquerque (12324/AM)** do Despacho/Decisão com o seguinte teor: "(...)" Pelo exposto, indefiro o pedido de tutela antecipada recursal, sem prejuízo de nova análise posterior. Intime-se o agravado para, querendo, apresente contrarrazões recursais. Em 08/03/2019. Desembargador(a) **Airton Luís Corrêa Gentil - Relator(a).**

De ordem do(a) Exmo.(a) Desembargador(a) **Ari Jorge Moutinho da Costa**, Relator(a) nos Autos de **Revisão Criminal nº 4005285-88.2018.8.04.0000 Manaus(AM),** Requerente **Adriano Freitas de Souza** e Requerido **Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau**. Fica a parte Requerente Intimada, na pessoa de seu advogado, **Dr. Aleksander Cuesta de Oliveira (5607/AM)** do Despacho/Decisão com o seguinte teor: "(...)" Intime o requerente para que providencie também a cópia integral dos autos nº. 0000931-35.2015.8.04.2800, sob pena de ter o seu pedido indeferido in limine, em atenção ao disposto no art. 625, § 2º, do CPP. Em 08/03/2019. Desembargador(a) **Ari Jorge Moutinho da Costa - Relator(a).**

De ordem do(a) Exmo.(a) Desembargador(a) **Domingos Jorge Chalub Pereira**, Relator(a) nos Autos de **Mandado de Segurança nº 0620653-27.2016.8.04.0001 Manaus(AM),** Impetrante **Salomão Matos Cordeiro** e Impetrado **Prefeitura Municipal de São Gabriel da Cachoeirinha (AM**). Fica a parte Impetrante Intimada, na pessoa de seu advogado, **Dr. Mayara Benício Galvão (11076/AM)** do Despacho/Decisão com o seguinte teor: "(...)" Ante o exposto e em consonância com o parecer Ministerial, julgo prejudicado o pedido por perda superveniente do seu objeto jurídico e ordeno o arquivamento dos autos, nos termos do art.485, IV do CPC c/c art. 61 VI do Regimento Interno deste Tribunal de Justiça. Em 28/02/2019. Desembargador(a) **Domingos Jorge Chalub Pereira - Relator(a).**

De ordem do(a) Exmo.(a) Desembargador(a) **Anselmo Chíxaro**, Relator(a) nos Autos de **Petição nº 4000882-42.2019.8.04.0000 Manaus(AM),** Requerente **Adriano Coelho da Silva** e Requerido **Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau**. Fica a parte Requerente Intimada, na pessoa de seu advogado, **Dr. Geraldo Corrêa Dantas de Araujo (1370/AM)** do Despacho/Decisão com o seguinte teor: "(...)" Diante do exposto, homologo a desistência manifestada pela parte em petição de p. 587, para que produza seus devidos efeitos, conforme requerido, determinado a baixa e arquivamento dos autos. Em 11/03/2019. Desembargador(a) **Anselmo Chíxaro - Relator(a).**

De ordem do(a) Exmo.(a) Desembargador(a) **João de Jesus Abdala Simões**, Relator(a) nos Autos de **Mandado de Segurança nº 4000889-34.2019.8.04.0000 Manaus(AM),** Impetrante **Gremio Recreativo Escola de Samba Imperio do Havai** e Impetrados **Procuradoria Geral do Estado do Amazonas - PGE, Secretaria do Estado da Cultura, Estado do Amazonas**. Fica a parte Impetrante Intimada, na pessoa de sua advogada, **Dra. Tayza Reis Meireles (14059/AM)** do Despacho/Decisão com o seguinte teor: "(...)" Feitas tais considerações, tendo em conta o que dispõe o artigo 485, VIII do CPC, homologo a desistência do Mandado de Segurança manejado às fls. 01/15. Em 11/03/2019. Desembargador(a) **João de Jesus Abdala Simões - Relator(a).**

De ordem do(a) Exmo.(a) Desembargador(a) **Nélia Caminha Jorge**, Relator(a) nos Autos de **Agravo Interno nº 0000502-87.2019.8.04.0000 Manaus(AM),** Agravante **Prefeitura Municipal de São Gabriel da Cachoeira (AM)**, Procurador Dr.Leonardo Barroso Monteiro (12619/AM) e Agravado **Otacila Lemos Barreto**. Fica a parte Agravada Intimada, na pessoa de seu advogado, **Dr. Jose Ricardo Gomes de Oliveira (5254/AM)** do Despacho/Decisão com o seguinte teor: "(...)" Ante o exposto, ausente, por causa superveniente, o interesse recursal, não conheço o recurso. Em 12/03/2019. Desembargador(a) **Nélia Caminha Jorge - Relator(a).**

De ordem do(a) Exmo.(a) Desembargador(a) **Airton Luís Corrêa Gentil**, Relator(a) nos Autos de **Embargos de Declaração nº 0001528-23.2019.8.04.0000 Manaus(AM),** Embargante **M. DE S. HARB**, advogado Diego Valadão Lauar (35101/BA), Gabriella Maia Moraes Sales (47066/BA) e Embargados **Presidente da Comissão Geral de Licitação do Poder Executivo – Cgl, Rsg Comercio Atacadista de Alimentos e Organizador Logistico Ltda, O Estado do Amazonas**. Fica a parte Embargada **(Rsg Comércio Atacadista de Alimentos e Organizador Logístico Ltda)** Intimada, na pessoa de seus advogados **Drs. Davis D'albuquerque Braga (5081/AM), Rodrigo Araújo Rebelo D'albuquerque (12324/AM)** do Despacho/Decisão com o seguinte teor: "(...)" Ante a possibilidade do efeito modificativo do julgado, intime-se a parte embargada para, no prazo legal, manifestar-se acerca do teor dos Embargos de Declaração, nos termos do art. 1023, §2.º, do Código de Processo Civil. Em 12/03/2019. Desembargador(a) **Airton Luís Corrêa Gentil - Relator(a).**

De ordem do(a) Exmo.(a) Desembargador(a) **Airton Luís Corrêa Gentil**, Relator(a) nos Autos de **Ação Rescisória nº 4000872-95.2019.8.04.0000 Manaus(AM),** Autor **André Seixas Paiva** e Réu **Estado do Amazonas**. Fica a parte Autora Intimada, na pessoa de sua advogada, **Dra. Cristiane Vasconcelos Ribeiro Bastos (91114/RJ)** do Despacho/Decisão com o seguinte teor: "(...)" Ante todo o exposto, indefiro o pedido de tutela antecipada. Em 12/03/2019. Desembargador(a) **Airton Luís Corrêa Gentil - Relator(a).**

De ordem do(a) Exmo.(a) Desembargador(a) **João Mauro Bessa**, Relator(a) nos Autos de **Revisão Criminal nº 4000450-57.2018.8.04.0000 Manaus(AM),** Requerente **Geymison Marques de Oliveira** e Requerido **Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau**. Fica a parte Requerente Intimada, na pessoa de sua advogada, **Dra. Ane Caroline dos Santos Silva (10053/AM)** do Despacho/Decisão com o seguinte teor: "(...)" Por todo o exposto e com fundamento no artigo 932, III do Código de Processo Civil c/c o artigo 3º e 625, §3º, ambos do Código de Processo Penal, indefiro in limine a presente Revisão Criminal e, em consequência, julgo extinto o processo sem resolução do mérito. Em 11/03/2019. Desembargador(a) **João Mauro Bessa - Relator(a).**

--

Secretaria das Egrégias Câmaras Reunidas, em **12 de março de 2019**

Pauta de Julgamento Designado

CÂMARAS REUNIDAS
PAUTA DE JULGAMENTO DESIGNADO

De ordem do Presidente da Egrégia Câmaras Reunidas, Exmo Sr. Des. **Jorge Manoel Lopes Lins**, faço público que, de acordo com o artigo **934 do Código do Processo Civil/2015 e Portaria n.º 001/2016-VPTJAM**, serão julgados nas próximas sessões, após cumpridas as formalidades legais, os seguintes processos:

Conflito de Competência nº 0603523-42.2017.8.04.0016, de 6ª Vara Criminal
Suscitante: Juízo de Direito da 6ª Vara Criminal da Comarca da Capital/AM. Suscitado: Juízo de Direito da 18ª Vara do Juizado Especial Criminal de Manaus/AM. Interessados: Leonice de Queiroz Campos e Rodrigo Marques de Freitas. **Presidente**: Exmo. Sr. Des. Wellington José de Araújo. **Relator: Exmo. Sr. Des. Airton Luís Corrêa Gentil.**Procurador(a) de Justiça: Exmo. Sr. Dr. Carlos Lélio Lauria Ferreira

Conflito de Competência nº 0626447-58.2018.8.04.0001, de 17ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Suscitante: Juízo de Direito da 17ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho da Capital/AM. Suscitado: Juízo de Direito da 12ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho da Capital/AM. Interessada: Francy Claudia Macedo Corrêa. **Presidente**: Exmo. Sr. Des. Wellington José de Araújo. **Relator: Exmo. Sr. Des. Airton Luís Corrêa Gentil.** Procurador de Justiça: Exmo. Sr. Dr. Pedro Bezerra Filho

Secretaria das Câmaras Reunidas em Manaus/AM, 12 de março de 2019, Dr. Roberval Wilkens Marinho, Secretário.

SEÇÃO IV

CÂMARAS ISOLADAS

PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL

PAUTA DE JULGAMENTO

De ordem do Presidente da Egrégia Primeira Câmara Cível, Exmo. Sr. Des. Cláudio César Ramalheira Roessing , torno público que, de acordo com o artigo 934 do Código do Processo Civil, após cumpridas as formalidades legais, serão julgados na Sessão do dia **25.03.2019**, segunda-feira, às 09:00h, no Plenário da 1ª Câmara Cível, 3º andar, situado no Edificio Arnoldo Péres, Av. Andre Araújo, s/nº - Aleixo, podendo, entretanto, nessa mesma sessão ou sessões subsequentes serem julgados os processos adiados ou constantes de pautas já publicadas. As inscrições para sustentação oral somente serão aceitas antes de iniciada a sessão, nos termos do artigo 114, § 2º da Resolução 72/84 - Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas.

Relator: Des. Paulo César Caminha e Lima
Membro: Exmo(a). Sr(a). Des(a). Maria das Graças Pessoa Figueiredo e Exmo(a). Sr(a). Des(a). Anselmo Chíxaro e, em caso de ausência, impedimento ou suspeição de um deste a Desa. Joana dos Santos Meirelles.
Apelação nº 0612197-88.2016.8.04.0001
Origem: 3ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Manuel Amaro Lima
Apelante: Banco Bradesco S.A.
Advogado: Dr. Mauro Paulo Galera Mari (3056/MT)
Apelado: Kedson Gonzaga Taveira
Presidente:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Cláudio César Ramalheira Roessing
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Paulo César Caminha e Lima

Relatora: Desa. Maria das Graças Pessoa Figueiredo
Membros: Exmo(a). Sr(a). Des(a). Joana dos Santos Meirelles e Exmo(a). Sr(a). Des(a). Anselmo Chíxaro e, em caso de ausência, impedimento ou suspeição de um deste o Des. Paulo César Caminha e Lima.

Apelação nº 0002284-37.2016.8.04.0000
Origem: Forúm de Alvarães
Juiz Prolator: James Oliveira dos Santos
Apelante: Municipio de Alvaraes/am
Advogado: Dr. Ricardo Souza Guimarães (8675/AM)
Apelado: João da Silva Batista
Advogado: Dr. Raimundo Claudemir Bezerra de Queiroz (1973/AM)
Presidente: Exmo(a). Sr(a). Des(a). Cláudio César Ramalheira Roessing
Relatora:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Maria das Graças Pessoa Figueiredo
Procuradora de Justiça: Exma. Sra. Dra. Maria Jose da Silva Nazaré

Apelação / Remessa Necesária nº 0005561-27.2017.8.04.0000
Origem: 1ª Vara de Coari
Juiz Prolator: Fábio Lopes Alfaia
Apelante: Municipio de Coari -Prefeitura Municipal
Procuradora: Dra. Laura Macedo Coelho (11723/AM)
Apelado: Raimundo Alves Nogueira
Advogado: Luiz Otavio de Verçosa Chã (910A/AM)
Presidente:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Cláudio César Ramalheira Roessing
Relatora:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Maria das Graças Pessoa Figueiredo
Procuradora de Justiça: Exma. Sra. Dra. Maria José da Silva Nazaré

Apelação nº 0613262-84.2017.8.04.0001
Origem: 3ª Vara da Fazenda Pública
Juiz Prolator: Etelvina Lobo Braga
Apelante: Cirley Maria Melo da Fonseca
Advogados: Drs. Eric Pires Benigno (9944/AM), Natan Costa Teixeira (10656/AM) e Lara Betse Pará Nunes (12034/AM)
Apelado: O Estado do Amazonas
Procuradora: Dra. Neusa Dídia Brandão Soares Pinheiro (2342/AM)
Presidente:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Cláudio César Ramalheira Roessing
Relatora:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Maria das Graças Pessoa Figueiredo

Apelação nº 0000084-23.2016.8.04.2501
Origem: Fórum de Autazes
Juiz Prolator: Cid da Veiga Soares Junior
Apelante: Banco Bradesco Financiamentos S/A
Advogado: Dr. Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (598A/AM)
Apelado: Valdecy Rodrigues Costa
Advogado: Dr. Sandro Vidal Mendonça Guimarães (11914/AM)
Presidente:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Cláudio César Ramalheira Roessing
Relatora:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Maria das Graças Pessoa Figueiredo
Procuradora: Exma. Sra. Dra. Maria José da Silva Nazaré

Apelação nº 0617007-09.2016.8.04.0001
Origem: 3ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Manuel Amaro Lima
Apelante: Banco do Brasil
Advogados: Drs. José Arnaldo Janseen Nogueira (1047A/AM), Servio Túlio de Barcelos (44698/MG) e Sérvio Túlio de Barcelos (1048A/AM)
Apelado: Fernando Pereira Simões
Advogados: Drs. Heladio de Souza Gomes Júnior (11129/AM) e Heladio de Souza Gomes (11163/AM)

Presidente:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Cláudio César Ramalheira Roessing

Relatora:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Maria das Graças Pessoa Figueiredo

Procuradora: Exma. Sra. Dra. Sandra Cal Oliveira

Apelação nº 0606101-23.2017.8.04.0001

Origem: 14ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

Juiz Prolator: Francico Carlos G. de Queiroz

Apelante: Banco Bmg S/A

Advogados: Drs. Flávia Almeida Moura Di Latella (109730/MG), Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (876/AM), Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (4732/AM), Hendrya Karnopp Albuquerque (4018/AM), Henrique Lima Marinheiro (9324/AM) e Marcelo Tostes de Castro Maia (63440/MG)

Apelada: Davina Araujo de Oliveira

Advogado: Dr. Luis Albert dos Santos Oliveira (8251/AM)

Presidente:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Cláudio César Ramalheira Roessing

Relatora:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Maria das Graças Pessoa Figueiredo

Procuradora: Exma. Sra. Dra. Sandra Cal Oliveira

Apelação nº 0210262-78.2016.8.04.0001

Origem: 13ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

Juiz Prolator: Victor André Liuzzi Gomes

Apelante: Vanderlan Dps Santos Coutinho

Defensora: Dra. Adriana Monteiro de Castro Martins (600002/AM)

Apelado: Inss - Instituto Nacional do Seguro Social

Procuradora: Dra. Fernanda Meyge de Brito (35105/BA)

Presidente:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Cláudio César Ramalheira Roessing

Relatora:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Maria das Graças Pessoa Figueiredo

Procuradora: Exma. Sra. Dra. Noeme Tobias de Souza

Apelação nº 0610805-50.2015.8.04.0001

Origem: 5ª Vara da Fazenda Pública

Juiz Prolator: Etelvina Lobo Braga

Apelantes: Josival Salvador Monteiro, Marcio de Freitas Lopes, Martins Figueira da Silva, Osmar de Souza de Araújo, Raimundo José Guerreiro, Rosivaldo Jean do Nascimento, Sebastião Ataide Filho, Valderlan Costa Pantaleão, Waldir Ferreira Ramos e Luiz do Nascimento Torres

Advogada: Dra. Martha Mafra Gonzalez (4103/AM)

Apelado: O Estado do Amazonas

Procurador: Dr. Carlos Alexandre M. de C. Martins de Matos (2364/AM)

Presidente:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Cláudio César Ramalheira Roessing

Relatora:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Maria das Graças Pessoa Figueiredo

Procuradora: Exma. Sra. Dra. Sandra Cal Oliveira.

Apelação nº 0607185-59.2017.8.04.0001

Origem: 4ª Vara da Fazenda Pública

Juiz Prolator: Paulo Fernando de Britto Feitoza

Apelante: O Município de Manaus

Procurador: Dr. Rodrigo Monteiro Custódio (6452/AM)

Apelado: Edmilson de Souza Carvalho

Advogadas: Dras. Telma Maria Silva de Mello (10202/AM) e Vanessa Inglyd Azevedo Guimas (10800/AM)

Presidente:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Cláudio César Ramalheira Roessing

Relatora:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Maria das Graças Pessoa Figueiredo

Apelação nº 0618231-84.2013.8.04.0001

Origem: 7ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

Juiz Prolator: Rosselberto Himenes

Apelante: Delka do Brasil Fábrica de Reboques Ltda

Advogados: Drs. Maiko Roberto Maier (31939/SC) e Celso Almeida da Silva (23796/SC)

Apelada: Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/a)

Advogados: Drs. Guilherme Vilela de Paula (69306/MG), Bairon Antônio do Nascimento Júnior (3795/AM), Isabela Montuori Bougleux de Araújo (1069A/AM) e Gustavo Henrique Wykrota Tostes (1065A/AM)

Presidente:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Cláudio César Ramalheira Roessing

Relatora:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Maria das Graças Pessoa Figueiredo

Presidente/Relator: Cláudio César Ramalheira Roessing

Membros: Exma. Sra. Desa. Joana dos Santos Meirelles e Exmo. Sr. Des. Anselmo Chíxaro e, em caso de ausência, impedimento ou suspeição de um deste a Exma. Sra Desa. Maria das Graças Pessoa Figueiredo.

Agravo de Instrumento nº 4001047-60.2017.8.04.0000

Origem: 9ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

Juiz Prolator: Maria Eunice Torres do Nascimento

Agravantes: Sebastião Rezende Cavalcante Júnior e Alessandra Marymar de Souza Cavalcante

Advogados: Drs. Elci Simões de Oliveira Junior (5543/AM) e Roberta Cintrão Simões de Oliveira (3582/AM)

Agravado: Unimed de Manaus Cooperativa de Trabalho Médico Ltda.

Advogado: Dr. Keyth Yara Pontes Pina (3467/AM)

Presidente:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Paulo César Caminha e Lima

Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Cláudio César Ramalheira Roessing

Agravo de Instrumento nº 4003642-32.2017.8.04.0000

Origem: 1ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

Juiz Prolator: Joana dos Santos Meireles

Agravante: Tintas Hidracor SA

Advogados: Drs. Celso Luiz de Oliveira (77977/SP), Aldemir Ferreira de Paula Augusto (20301/PE) e Anchieta Guerreiro Chaves Junior (20127/CE)

Agravados: Y M Krul Comercial / Me e Yara Mendonça Krul

Presidente:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Paulo César Caminha e Lima

Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Cláudio César Ramalheira Roessing

Averbação de Impedimento: Exma. Sra. Desa. Joana dos Santos Meirelles

Agravo de Instrumento nº 4003879-66.2017.8.04.0000

Origem: 10ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

Juiz Prolator: Mônica Cristina R. da Câmara C. do Carmo

Agravante: Solange Maria Santiago Morais

Advogada: Dra. Fernanda Gabriella Ferreira e Silva (9442/AM)

Agravado: Richard Barreto Sidi

Advogado: Dr. Andrei Farias de Barros (6074/AM)

Presidente:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Paulo César Caminha e Lima

Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Cláudio César Ramalheira Roessing

Agravo de Instrumento nº 4004414-92.2017.8.04.0000

Origem: Fórum de Caapiranga

Juiz Prolator: Nome do juiz prolator da sentença Não informado

Agravante: Vivo S/A

Advogados: Drs. Marcelo da Silva Carlos (7366/AM), André Frossard Albuquerque (302000A/SP), Fabiano Robalinho Cavalcanti (95237/RJ), Caetano Berenguer (135124/RJ), Lívia Ikeda (163415/RJ), Ian Von Niemeyer (211103/RJ), Renato Caldeira Grava Brazil (305379/SP), Sergio Santos do Nascimento (305211/SP), João Lucas Pascoa Bevilacqua (357630/SP), Eloi Pinto Andrade (819/AM), Eugênio Figueiredo Pinto de Andrade (3424/AM), Eloi Pinto de Andrade Junior (3840/AM) e Maria do Perpétuo Socorro Figueiredo de Andrade (6566/AM)

Agravado: Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau

Promotor: Dr. Daniel Silva Chaves Amazonas Menezes

Presidente:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Paulo César Caminha e Lima

Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Cláudio César Ramalheira Roessing

Agravo de Instrumento nº 4002807-44.2017.8.04.0000
Origem: 19ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Rogério José da Costa Vieira
Agravante: Raimundo Xavier da Costa
Advogados: Dr. Renato de Oliveira Gamenha (10292/AM)
Agravada: Neila Barbosa Siqueira
Advogados: Drs. Giselle Cristina M. Ferreira (11159/AM) e Cândido Honório Ferreira Filho (1270/AM)
Presidente:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Paulo César Caminha e Lima
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Cláudio César Ramalheira Roessing

Apelação nº 0631485-27.2013.8.04.0001
Origem: 7ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Rosselberto Himenes
Apelante/Apelado: Banco Safra S.A.
Advogados: Drs. Antônio Cláudio Pinto Flores (583A/AM) e Nelson Luiz Mestieri de Macedo (608A/AM)
Apelante/Apelado: Prince Bike Norte Ltda
Advogado: Dr. Mauro Celi Martins (2907/AM)
Presidente:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Paulo César Caminha e Lima
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Cláudio César Ramalheira Roessing

Apelação nº 0615308-17.2015.8.04.0001
Origem: 7ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Rosselberto Himenes
Apelante: Stanny Carla Cruz Azedo
Advogados: Drs. Janne Sales Gomes (3045/AM) e Maria Auxiliadora Bicharra (3004/AM)
Apelado: Banco Cruzeiro do Sul S/A
Advogado: Dr. Oreste Nestor de Souza Laspro (98628/SP)
Presidente:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Paulo César Caminha e Lima
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Cláudio César Ramalheira Roessing

Apelação nº 0718552-64.2012.8.04.0001
Origem: 17ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Diógenes Vidal Pessoa Neto
Apelantes: Ocimar Lopes de Souza e Maria Lucia Lopes de Souza
Advogado: Dr. Ocimar Lopes de Souza (1717/AM)
Apelada: Patri Quatro Empreedimentos Imobiliários Ltda
Advogada: Keyth Yara Pontes Pina (3467/AM)
Presidente:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Paulo César Caminha e Lima
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Cláudio César Ramalheira Roessing

Apelação nº 0608407-62.2017.8.04.0001
Origem: 8ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Onilza Abreu Gerth
Apelante: Bv Financeira S/A Crédito, Financiamento e Investimento
Advogados: Drs. Hudson Jose Ribeiro (150060/SP), Gustavo Pasquali Parise (155574/SP) e Alexandre Pasquali Parise (112409/SP)
Apelado: Renilson da Silva Barreto
Presidente:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Paulo César Caminha e Lima
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Cláudio César Ramalheira Roessing

Relator: Exmo. Sr. Des. Anselmo Chíxaro
Membros: Exma. Sra. Desa. Joana dos Santos Meirelles e Exmo. Sr. Des. Paulo César Caminha e Lima e, em caso de ausência, impedimento ou suspeição de um deste a Exma. Sra Desa. Maria das Graças Pessoa Figueiredo.

Apelação nº 0609608-26.2016.8.04.0001
Origem: 5ª Vara da Fazenda Pública
Juiz Prolator: Cezar Luiz Bandiera
Apelante: O Município de Manaus
Procuradora: Dra. Ladyane Serafim Pereira (4990/AM)
Apelados: Claudenilde Duarte Cardoso, Joao Vinicius Cardoso Melo Pereira, Felipe Cardoso Melo Pereira e Junio Cardoso Melo Pereira
Advogados: Drs. Waldery Junio Marques de Mesquita (10714/AM) e Daniel Botelho Campelo (5100/AM)
Presidente:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Cláudio César Ramalheira Roessing
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Anselmo Chíxaro
Averbação de Impedimento: Exma. Sra. Desa. Maria das Graças Pessoa Figueiredo

Apelação nº 0612446-73.2015.8.04.0001 -
Origem: 13ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Victor André Liuzzi Gomes
Apelante: Sul América Companhia de Seguro Saúde
Advogados: Drs. José Carlos de Almeida Van Cleef de Almeida Santos (273843/SP) e Paulo Fernando Lopes de Almeida (305877/SP)
Apelada: Logos Bolsa de Veículos Ltda
Advogados: Drs. Arnoldo Bentes Coimbra (345/AM) e Daniel Santos de Andrade (6733/AM)
Presidente:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Cláudio César Ramalheira Roessing
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Anselmo Chíxaro

Apelação nº 0616917-64.2017.8.04.0001
Origem: 3ª Vara da Fazenda Pública
Juiz Prolator: Etelvina Lobo Braga
Apelante: Norma Campos Castro
Advogado: Dr. Fred Gerson de Souza Pinheiro (8444/AM)
Apelado: O Estado do Amazonas
Procurador: Dr. Janilson da Costa Barros (13152/AM)
Presidente:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Cláudio César Ramalheira Roessing
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Anselmo Chíxaro
Procuradora de Justiça: Exma. Sra. Dra. Sandra Cal Oliveira

Apelação nº 0638561-34.2015.8.04.0001
Origem: 10ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Roberto Hermidas de Aragão Filho
Apelante: Banco Honda S/A
Advogados: Drs. Hiran Leão Duarte (10422/CE) e Eliete Santana Matos (10423/CE)
Apelada: Maria Doroteia Souto Jorge
Presidente:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Cláudio César Ramalheira Roessing
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Anselmo Chíxaro

Apelação nº 0005018-52.1998.8.04.0012
Origem: 4ª Vara da Fazenda Pública
Juiz Prolator: Cezar Luiz Bandiera
Apelante: Alda Filgueiras Peres
Advogado: Dr. Andre Ricardo Cabral Pio (6688/AM)
Apelada: Irene Lopes Pimenta
Defensor: Dr. Theo Eduardo Ribeiro Fernandes Moreira da Costa (14088OM/T)
Apelado: O Município de Manaus
Procurador: Dr. Paulo César Laborda Valente (1403/AM)
Presidente:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Cláudio César Ramalheira Roessing
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Anselmo Chíxaro
Procuradora de Justiça: Exma. Sra. Dra. Sandra Cal Oliveira
Averbação de Impedimento: Exmo(a). Sr(a). Des(a). Maria das Graças Pessoa Figueiredo

Apelação nº 0000753-51.2015.8.04.7500
Origem: 1ª Vara de Tefé
Juiz Prolator: Nome do juiz prolator da sentença Não informado
Apelante: O Município de Tefé / Prefeitura Municipal
Procurador: Dr. Emer de Senna Gomes (7602/AM)
Apelada: Jeisa Bernardo Gomes
Advogado: Dr. Jones de Oliveira Santos (9616/AM)
Presidente:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Cláudio César Ramalheira Roessing
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Anselmo Chíxaro
Procuradora de Justiça: Exma. Sra. Dra. Noeme Tobias de Souza

Apelação nº 0003853-48.2014.8.04.7500
Origem: 1ª Vara de Tefé
Juiz Prolator: Nome do juiz prolator da sentença Não informado
Apelante: O Município de Tefé / Prefeitura Municipal
Advogado: Dr. Emer de Senna Gomes (7602/AM)
Apelado: Francisco Alves de Lima Filho
Advogado: Dr. Jones de Oliveira Santos (9616/AM)
Presidente:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Cláudio César Ramalheira Roessing
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Anselmo Chíxaro
Procuradora de Justiça: Exma. Sra. Dra. Sandra Cal Oliveira.

Apelação nº 0003998-07.2014.8.04.7500
Origem: 1ª Vara de Tefé
Juiz Prolator: Nome do juiz prolator da sentença Não informado
Apelante: O Município de Tefé/am
Procuradores: Dr. Emer de Senna Gomes (7602/AM) e Alvimar Costa Monteiro Junior (8580/AM)
Apelada: Odeth Cavalcante da Silva
Advogado: Dr. Jones de Oliveira Santos (9616/AM)
Presidente:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Cláudio César Ramalheira Roessing
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Anselmo Chíxaro
Procuradora de Justiça: Exma. Sra. Dra. Noeme Tobias de Souza.

Apelação nº 0639926-26.2015.8.04.0001
Origem: 8ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Áldrin Henrique de Castro Rodrigues
Apelante: Nilto Silva dos Santos
Advogado: Dr. Wilson Molina Porto (12790AM/T)
Apelado: Inss - Instituto Nacional do Seguro Social
Procuradora: Dra. Fernanda Meyge de Brito (35105/BA)
Presidente:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Cláudio César Ramalheira Roessing
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Anselmo Chíxaro
Procuradora de Justiça: Exma. Sra. Dra. Sandra Cal Oliveira

Remessa Necessária nº 0212697-64.2012.8.04.0001
Origem: 4ª Vara da Fazenda Pública
Juiz Prolator: Articlina Oliveira Guimarães
Requerente: O Estado do Amazonas
Procuradora: Dra. Karla Brito Novo (4771/AM)
Requerida: Cintia Andrade Ferreira
Defensor: Dr. Ricardo Queiroz de Paiva (4510/AM)
Presidente:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Cláudio César Ramalheira Roessing
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Anselmo Chíxaro
Procuradora de Justiça: Exma. Sra. Dra. Maria José da Silva Nazaré

Relatora: Exma. Sra. Desa. Joana dos Santos Meirelles
Membros: Exma. Sra. Desa. Maria das Graças Pessoa Figueiredo e Exmo. Sr. Des. Paulo César Caminha e Lima e, em caso de ausência, impedimento ou suspeição de um deste o Exmo. Sr Des. Anselmo Chíxaro.

Apelação nº 0606909-28.2017.8.04.0001
Origem: 17ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Simone Laurent de Figueiredo
Apelantes: São Constantino Empreendimentos Imobiliários Ltda, Rossi Residencial S/A - Capital Rossi, Santa Emerciana Empreendimentos Imobiliários Ltda e Capital Rossi Empreendimentos S/A
Advogado: Dr. Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (598A/AM)
Apelados: Alessandra Mendes de Lira e Marcos Pereira de Lira
Advogados: Drs. Keila Azevedo Menezes de Castro (8113/AM), Lorena ferreira Caldas Ramos (10557/AM) e Deuza Brito Ramos (9076/AM)
Presidente:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Cláudio César Ramalheira Roessing
Relatora:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Joana dos Santos Meirelles
Procuradora de Justiça: Exma. Sra. Dra. Maria José da Silva Nazaré

Apelação nº 0618733-47.2018.8.04.0001
Origem: 20ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Roberto Hermidas de Aragão Filho
Apelante/Apelado: Banco Bmg S/A
Advogado: Dr. Antonio de Moraes Dourado Neto (30142AC/E)
Apelante/Apelada: Francinete Serrão do Nascimento
Advogados: Drs. Calixto Hagge Neto (8788/AM), Wagner Jackson Santana (8789/AM) e Diego Andrade de Oliveira (8792/AM)
Presidente:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Cláudio César Ramalheira Roessing
Relatora:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Joana dos Santos Meirelles
Procuradora de Justiça: Exma. Sra. Dra. Noeme Tobias de Souza

Apelação nº 0713171-75.2012.8.04.0001
Origem: 19ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Rogério José da Costa Vieira
Apelante: João de Deus de Souza
Defensor: Dr. Christiano Pinheiro da Costa (3542/AM)
Apelado: Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/a)
Advogado: Drs. Guilherme Vilela de Paula (1010A/AM) e Luis Phillip de Lana Foureaux (1011A/AM)
Presidente:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Cláudio César Ramalheira Roessing
Relatora:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Joana dos Santos Meirelles

Apelação nº 0630008-90.2018.8.04.0001
Origem: 13ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Victor André Liuzzi Gomes
Apelante: Banco Bradesco S.A.
Advogado: Dr. Mauro Paulo Galera Mari (3056/MT)
Apelada: Vanessa Perreira de Sousa
Presidente:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Cláudio César Ramalheira Roessing
Relatora:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Joana dos Santos Meirelles

Apelação nº 0618834-84.2018.8.04.0001
Origem: 9ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Rosselberto Himenes
Apelante: Banco Bradesco S.a.
Advogado: Dr. Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (A598/AM)
Apelada: Elizabeth Romania Miranda
Presidente:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Cláudio César Ramalheira Roessing
Relatora:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Joana dos Santos Meirelles

Apelação nº 0602311-02.2015.8.04.0001
Origem: 13ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Victor André Liuzzi Gomes
Apelante: Águas do Amazonas S.A.
Advogado: Dr. Ney Bastos Soares Junior (4336/AM)
Apelado: Gefeson Rodrigues Alves
Defensor: Leonardo Cunha e Silva de Aguiar (3470/AM)
Presidente:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Cláudio César Ramalheira Roessing
Relatora:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Joana dos Santos Meirelles

Apelação nº 0633971-09.2018.8.04.0001
Origem: 2ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Roberto Santos Taketomi
Apelante/Apelado: Banco Bmg S/A
Advogados: Drs. Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (4732/AM), Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (876/AM) e Hendrya Karnopp Albuquerque (4018/AM)
Apelante/Apelada: Gleiciane Cavalcante Januário
Advogados: Drs. Calixto Hagge Neto (8788/AM), Diego Andrade de Oliveira (8792/AM) e Wagner Jackson Santana (8789/AM)

Presidente:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Cláudio César Ramalheira Roessing
Relatora:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Joana dos Santos Meirelles
Procuradora de Justiça: Exma. Sra. Dra. Maria José da Silva Nazaré

Remessa Necessária nº 0615796-69.2015.8.04.0001 -
Origem: 14ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Francico Carlos G. de Queiroz
Requerente: Josias Lourenço da Silva
Advogado: Dr. Wilson Molina Porto (12790AM/T)
Requerido: Instituto Nacional de Seguridade Social Inss
Presidente:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Cláudio César Ramalheira Roessing
Relatora:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Joana dos Santos Meirelles
Procuradora de Justiça: Exma. Sra. Dra. Noeme Tobias de Souza

Apelação nº 0608004-35.2013.8.04.0001 -
Origem: 3ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Manuel Amaro Lima
Apelante: Maria de Nazare Alves da Silva Anjos
Defensor: Dr. Raimundo Sérvulo Lourido Barreto (3135/AM)
Apelados: Joelson Rodrigues de Almeida e Edenilson Medeiros Alves
Presidente:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Cláudio César Ramalheira Roessing
Relatora:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Joana dos Santos Meirelles
Procuradora de Justiça: Exma. Sra. Dra. Maria José da Silva Nazaré

Remessa Necessária nº 0639016-96.2015.8.04.0001
Origem: 14ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Francisco Carlos G. de queiroz
Remetente: Juízo de Direito da 14ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho da Capital do Amazonas
Requerente: Maria Bernadete dos Santos
Advogado: Dr. Wilson Molina Porto (12790AM/T)
Requerido: Inss - Instituto Nacional do Seguro Social
Presidente:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Cláudio César Ramalheira Roessing
Relatora:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Joana dos Santos Meirelles
Procuradora de Justiça: Exma. Sra. Dra. Maria José da Silva Nazaré

Relator: Exmo. Sr. Des. Lafayette Carneiro Viera Júnior

Apelação nº 0251172-26.2011.8.04.0001 -
Origem: 3ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Diógenes Vidal Pessoa Neto
Apelante: Amazonas Distribuidora de Energia S/A
Advogados: Drs. Giovana Isabella Pimentel Lima (3981/AM) e Danielle Salgado Freire (5349/AM)
Apelada: Elizabeth Dinye da Silva Ferreira
Defensor: Dr. Christiano Pinheiro da Costa (3542/AM)

JULGAMENTOS EM MESA

Des. Paulo César Caminha e Lima

Embargos de Declaração nº 0003471-12.2018.8.04.0000
Origem: 7ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Rosselberto Himenes
Embargante: IRB - Brasil Resseguros S.A
Advogada: Dra. Débora Schalch (113514/SP)
Embargada: Mafre Vera Cruz Seguradora S/A
Advogados: Drs. Lino Jose de Souza Chixaro (1567/AM), Carlos Eduardo Staudacher Leal de Carvalho (130.189/RJ.) e João Alves da Silva (66331/SP)
Embargado: J. V. C. Aerotáxi Ltda
Advogadas: Dras. Carolina Gomes Mar (8627/AM) e Monica Vicente Takeda (7988/AM)
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Paulo César Caminha e Lima

Desa. Maria das Graças Pessoa Figueiredo

Embargos de Declaração nº 0006410-62.2018.8.04.0000 -
Origem: 20ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Roberto Hermidas de Aragão Filho
Embargante: Banco do Brasil S/A
Advogados: Drs. Grace Kelly da Silva Barbosa (3627/AM) e Rui de Jesus Soares Junior (7253/AM)
Embargado: Raimundo Sabino Castelo Branco Maués
Advogado: Dr. Claiton Costa de Oliveira (1694E/AM)
Relatora:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Maria das Graças Pessoa Figueiredo

Des. Cláudio César Ramalheira Roessing

Embargos de Declaração nº 0006424-46.2018.8.04.0000
Origem: 8ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Onilza Abreu Gerth
Embargante: Construtora Capital S/A
Advogados: Drs. Ana Carolina de Menezes Carvalho (13583/AM) e Luis Felipe Avelino Medina (6100/AM)
Embargado: Edson Palheta Brasil
Advogados: Drs. Maria Glaucia Barbosa Soares (2477/AM), Lídice Mayo Langbeck (9475/AM) e Taianilce Monteiro Souza (9222/AM)
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Cláudio César Ramalheira Roessing

Des. Anselmo Chíxaro

Embargos de Declaração nº 0006413-17.2018.8.04.0000
Origem: 8ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Onilza Abreu Gerth
Embargante: Imbrasco Empreendimentos Imobiliários Ltda
Embargante: Laion Empreendimentos Imobiliários Ltda
Advogado: Dr. Nelson Willians F. Rodrigues (128341/SP)
Embargado: Sálvio Peixoto Tinôco
Advogada: Dra. Bruna Maia Cordeiro (8557/AM)
Relator: Exmo(a). Sr(a). Des(a). Anselmo Chíxaro

Embargos de Declaração nº 0006538-82.2018.8.04.0000
Origem: 2ª Vara de Humaitá
Juiz Prolator: Jeferson Galvão de Melo
Embargante: Dpvat - Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Dpvat S/A
Advogado: Dr. Alvaro Luiz da Costa Fernandes (831A/AM)
Embargada: Camila Jheovana Almeida Ferreira
Advogados: Drs. Michelle Souza Pires Stegmann (888A/AM) e Rodrigo Stegmann (968A/AM)
Relator: Exmo(a). Sr(a). Des(a). Anselmo Chíxaro

Embargos de Declaração nº 0006621-98.2018.8.04.0000
Embargante: Ldb Comércio de Petróleo Ltda (Posto Margarita)
Advogado: Dr. Andre de Souza Oliveira (5219/AM)
Embargada: Delita Maria Miranda Matos
Embargado: Rodolfo Bezerra Matos
Advogados: Drs. Ayrton de Sena Gentil Neto (12521/AM), Lucas Alberto de Alencar Brandão (12555/AM), Luciano Araújo Tavares (12512/AM) e Rainier da Silva Cardoso (9835/AM)
Relator: Exmo(a). Sr(a). Des(a). Anselmo Chíxaro

Embargos de Declaração nº 0006909-46.2018.8.04.0000
Origem: 2ª Vara da Fazenda Pública
Juiz Prolator: Leoney F. Harraquian
Embargante: O Estado do Amazonas
Procuradora: Dra. Luciana Barroso de Freitas (5144/AM)
Embargado: Napoleão Protásio Lopes
Advogados: Drs. Christine Monteiro Augusto Souza (5087/AM), Frederico Gustavo Távora (6462/AM), Elcinete Cardoso de Almeida (6946/AM), Patricia Sena Praia (8244/AM), Suziane Santos de Alencar (7071/AM), Franrobson Rodrigues Ribeiro (5441/AM), Caliria Maia Hayek (2858/AM), Marcelo Oliveira Lopes (6083/AM),

Maria Luiza Castelo Barros (6904/AM), Daisy Feitosa Coutinho (6989/AM) e Sidney José Vieira de Souza (5798/AM)
Relator: Exmo(a). Sr(a). Des(a). Anselmo Chíxaro

Embargos de Declaração nº 0006998-69.2018.8.04.0000
Origem: 6ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Joana dos Santos Meireles
Embargante: Grêmio Guanabara
Advogados: Dr. João de Deus Gomes dos Anjos (903/AM)
Embargado: Felipe Xavier Benfica
Advogados: Drs. Alonso Oliveira de Souza (1976/AM) e Saulo Grana de Menezes (2408/AM)
Relator: Exmo(a). Sr(a). Des(a). Anselmo Chíxaro
Averbação de Impedimento: Exmo(a). Sr(a). Des(a). Joana dos Santos Meirelles

Embargos de Declaração nº 0007672-47.2018.8.04.0000
Origem: 20ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Roberto Hermidas de Aragão Filho
Embargante: Dpvat - Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Dpvat S/A
Advogado: Dr. Alvaro Luiz da Costa Fernandes (831A/AM)
Embargada: Aldeide Santos da Silva
Advogado: Dr. Timóteo Martins Nunes (503/RR)
Relator: Exmo(a). Sr(a). Des(a). Anselmo Chíxaro

Embargos de Declaração nº 0000017-87.2019.8.04.0000
Origem: 10ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Mônica Cristina R. da Câmara C. do Carmo
Embargante: Unimed de Manaus Cooperativa de Trabalho Médico Ltda
Advogados: Drs. Pedro Camara Junior (2834/AM), Isabelle Benlolo de Azevedo (11737/AM), Pedro Câmara - Sociedade de Advogados (613/AM), Caio Patrick Coelho Silva Andrade (13408/AM), Elisa Pinto Gomes (9767/AM) e Elaise Moss Portela (7689/AM)
Embargado: Ícaro Sérvulo Pereira Mendes
Advogado: Dr. Ricardo Mendes Lasmar (5933/AM)
Relator: Exmo(a). Sr(a). Des(a). Anselmo Chíxaro

Embargos de Declaração nº 0000403-20.2019.8.04.0000
Origem: 18ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Kathleen dos Santos Gomes
Embargantes: São Sifronio Empreendimentos Imobiliarios e Eridano Empreendimentos Imobiliarios Ltda
Soc. Advogados: Andrade Gc Advogados (5797/AM)
Advogados: Drs. Ana Beatriz da Silva Oliveira (9372/AM) e Paloma Tavares Feitoza Vieira (8759/AM)
Embargados: Zuldy Omena Bonates e Hadja Abdalla Bonates
Advogados: Drs. André Rodrigues de Almeida (5016/AM), Carlos Daniel Rangel Barretto Segundo (5035/AM), Eduardo Bonates de Lima (5076/AM), Bruna Camila Gonçalves da Silva (10280/AM), Carolina Postigo Silva (9214/AM), Therse Catarine Pires de Figueiredo (11406/AM), Ilka Cristina Di Felicio Pinto da Silva (9727/AM), Adriane Larusha de Oliveira Alves (10860/AM), Aline Ferreira de Andrade (7676/AM), Panthev da Trindade Maciel (11053/AM) e Tycianne Larissa de Vasconcelos Dias Marie (10727/AM)
Relator: Exmo(a). Sr(a). Des(a). Anselmo Chíxaro

Desa. Joana dos Santos Meirelles

Embargos de Declaração nº 0000240-40.2019.8.04.0000
Origem: 4ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Naira Neila Batista de Oliveira Norte
Embargantes: Espólio de Julião da Silva Henriques e Maria de Jesus Gomes e Maria de Jesus Gomes Henriques
Advogado: Dr. Carlos Alberto Gomes Henriques (1654/AM)
Embargado: Águas do Amazonas S.A.
Advogados: Drs. Ney Bastos Soares Junior (4336/AM), Luis Felipe Avelino Medina (6100/AM), Marcos dos Santos Carmo Filho (6818/AM), Daniel Fábio Jacob Nogueira (3136/AM) e Thiago Almeida Rebello (12327/AM)
Relatora:**Exmo(a). Sr(a). Des(a). Joana dos Santos Meirelles**

Embargos de Declaração nº 0000279-37.2019.8.04.0000
Origem: 1ª Vara de Família
Embargante: José Melquiades Alves de Oliveira
Advogada: Dra. Maiara Carvalho da Motta (3994/AM)
Embargada: Maria Izabella Menezes de Oliveira
Advogada: Dra. Brenda Luana Sluzarski da Silva (13378/AM)
Relatora:**Exmo(a). Sr(a). Des(a). Joana dos Santos Meirelles**

Embargos de Declaração nº 0000292-36.2019.8.04.0000
Origem: Fórum de Autazes
Juiz Prolator: Cid da Veiga Soares Junior
Embargante: José Roberto Gomes da Silva
Advogado: Dr. Rubenito Cardoso da Silva Júnior (4947/AM)
Embargado: Município de Autazes
Procuradores: Drs. Andre Luiz Farias de Oliveira (2419/AM), Luciany Mota Bezerra de Oliveira (5679/AM), Antonio Brasil Vieira (5411/AM) e Wlisses Mota Bezerra (8959/AM)
Relatora:**Exmo(a). Sr(a). Des(a). Joana dos Santos Meirelles**

Embargos de Declaração nº 0000296-73.2019.8.04.0000
Origem: 4ª Vara da Fazenda Pública Estadual (Extinta)
Juiz Prolator: Articlina Oliveira Guimarães
Embargante: Yasser Hussami Hauache
Advogados: Drs. Lucas Alberto de Alencar Brandão (12555/AM), Alcemir Pessoa Figliuolo Neto (13248/AM), Ayrton de Sena Gentil Neto (12521/AM) e Luciano Araújo Tavares (12512/AM)
Embargado: O Estado do Amazonas
Procurador: Dr. Paulo José Gomes de Carvalho (1124/AM)
Relatora:**Exmo(a). Sr(a). Des(a). Joana dos Santos Meirelles**

Embargos de Declaração nº 0000335-70.2019.8.04.0000
Origem: Fórum de Boa Vista do Ramos
Embargante: Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/A)
Advogados: Drs. Décio Freire (56543/MG), Décio Freire (697-A/AM), Gustavo de Marchi (84288/MG), Danilo Carvalho Freire (162033/MG) e Isabella Jacob Nogueira (8800/AM)
Embargado: Município de Boa Vista do Ramos
Advogado: Antonio das Chagas Ferreira Batista (4177/AM)
Relatora:**Exmo(a). Sr(a). Des(a). Joana dos Santos Meirelles**

Embargos de Declaração nº 0000343-47.2019.8.04.0000
Origem: 17ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Simone Laurent de Figueiredo
Embargante: P.L.DE Oliveira & Cia Ltda (Residencial Modulados)
Advogado: Dr. Fued Cavalcante Sêmen Neto (10435/AM)
Embargada: Izabel da Silva Valente
Advogados: Drs. Daniel Crepaldi Diaz (441/AM) e Wilna Elizabeth Santiago Cavalcante (4339/AM)
Relatora:**Exmo(a). Sr(a). Des(a). Joana dos Santos Meirelles**

Embargos de Declaração nº 0000488-06.2019.8.04.0000
Origem: 3ª Vara da Fazenda Pública
Juiz Prolator: Cid da Veiga Soares Junior
Embargante: Obdias Januário dos Santos
Advogados: Enéas de Paula Bezerra (2354/AM) e Mauricio Pereira da Silva (1122/AM)
Embargado: O Estado do Amazonas
Advogado: Dr. Vitor Hugo Mota de Menezes (1675/AM)
Relatora:**Exmo(a). Sr(a). Des(a). Joana dos Santos Meirelles**

Embargos de Declaração n° 0000573-89.2019.8.04.0000
Origem: 3ª Vara da Fazenda Pública
Juiz Prolator: Cid da Veiga Soares Junior
Embargante: Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau
Embargado: Obdias Januário dos Santos
Advogados: Drs. Enéas de Paula Bezerra (2354/AM), Mauricio Pereira da Silva (1122/AM)
Relatora:**Exmo(a). Sr(a). Des(a). Joana dos Santos Meirelles**

Embargos de Declaração nº 0000624-03.2019.8.04.0000
Origem: 4ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

Juiz Prolator: Naira Neila Batista de Oliveira Norte
Embargante: Águas do Amazonas S.A.
Advogados: Drs. Ney Bastos Soares Junior (4336/AM), Luis Felipe Avelino Medina (6100/AM), Marcos dos Santos Carmo Filho (6818/AM), Daniel Fábio Jacob Nogueira (3136/AM) e Thiago Almeida Rebello (12327/AM)
Embargado: Espólio de Julião da Silva Henriques e Maria de Jesus Gomes
Advogado: Dr. Carlos Alberto Gomes Henriques (1654/AM)
Relatora:**Exmo(a). Sr(a). Des(a). Joana dos Santos Meirelles**

Embargos de Declaração nº 0000661-30.2019.8.04.0000
Origem: 2ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Roberto Santos Taketomi
Embargante: Banco Toyota do Brasil S.A.
Advogado: Dr. Amandio Ferreira Tereso Junior (739A/AM)
Embargado: Bruno Infante Fonseca
Advogado: Dr. José Augusto Celestino de Oliveira Gomes (3597/AM)
Relatora:**Exmo(a). Sr(a). Des(a). Joana dos Santos Meirelles**

Des. Lafayette Carneiro Vieira Júnior

Embargos de Declaração nº 0011137-06.2014.8.04.0000
Origem: 3ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Diógenes Vidal Pessoa Neto
Embargante: Amazonas Distribuidora de Energia S/A
Advogados: Drs. Guilherme Vilela de Paula (69306/MG) e Luis Philipe de Lana Foureaux (104147/MG)
Embargada: Elizabeth Dinye da Silva Ferreira
Defensor: Dr. Christiano Pinheiro da Costa (3542/AM)
Relator:**Exmo(a). Sr(a). Des(a). Lafayette Carneiro Vieira Júnior**

Manaus, 12 de março de 2019.
Nelsilene Lima da Silva Gomes - Mat. 2631
Assistente da Secretária

Pauta de Julgamento Designado

De ordem do Presidente da Egrégia Primeira Câmara Cível, Exmo(a). Des(a) Cláudio César Ramalheira Roessing , faço público que, de acordo com o artigo 934 do Código do Processo Civil, após cumpridas as formalidades legais, serão julgados os seguintes processos:

Agravo de Instrumento nº 4003653-61.2017.8.04.0000, de 4ª Vara de Família. Agravante: Ciloeth Barbara Vanzeler da Silva. Advogada: Márcia Regina Barroso Costa (OAB: 5130/AM). Agravado: Eberson da silva santos. Defensoria: Defensoria Pública do Estado do Amazonas. Presidente: Exmo. Sr. Des. Cláudio César Ramalheira Roessing. **Relator: Exmo. Sr. Des. Paulo César Caminha e Lima.** Procuradora de Justiça: Exma. Sra. Dra. Sandra Cal Oliveira.

Agravo de Instrumento nº 4004633-71.2018.8.04.0000, de 2ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Agravante: Banco Bmg S/A. Advogado: Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB: 23255/PE). **Agravado: Orleilson Moraiz de Lima.** Advogado: Matheus Nunes de Oliveira Dantas (OAB: 7197/AM). Presidente: Exmo. Sr. Des. Cláudio César Ramalheira Roessing. **Relator: Exmo. Sr. Des. Paulo César Caminha e Lima.**

Agravo de Instrumento nº 4004634-56.2018.8.04.0000, de 14ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Agravante: Banco Bmg S/A. Advogado: Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB: 23255/PE). **Agravado: Telmo Barros Filho.** Advogado: Flávio Rafael Perdigão Guerra (OAB: 8500/AM). Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. **Relator: Paulo César Caminha e Lima.** Procuradora de Justiça: Exma. Sra. Dra. Sandra Cal Oliveira.

Apelação / Remessa Necesária nº 0626939-21.2016.8.04.0001, de 3ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Apelante: Simone Viturino de Oliveira Silva. Advogado: Wilson Molina Porto (OAB: 12790AM/T). **Apelado: Instituto Nacional de Seguridade Social.** Procuradora: Fernanda Meyge de Brito (OAB: 35105/BA). Presidente: Exmo. Sr. Des. Cláudio César Ramalheira Roessing. **Relator: Exmo. Sr. Des. Paulo César Caminha e Lima.** Procuradora de Justiça: Exma. Sra. Dra. Sandra Cal Oliveira.

Apelação nº 0611255-61.2013.8.04.0001, de 9ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Apelante: Pedro Antônio Aldehy Kanaan. Advogado: Pedro Lucas Portugal Al- Behy Kanan (OAB: 8587/AM). Apelados: Caesar Participações Imobiliárias Ltda, Fátima Figueiredo Rosa e Amilcar Augusto Cesar de Carvalho, representante legal de "Ceasar Participações Ltda". Advogado: Amilcar Augusto César de Carvalho (OAB: 1450/AM). Presidente: Exmo. Sr. Des. Cláudio César Ramalheira Roessing. **Relator: Exmo. Sr. Des. Paulo César Caminha e Lima.**

Apelação nº 0612200-14.2014.8.04.0001, de 4ª Vara de Família. Apelante: Francisco Paulo da Silva Seixas. Advogados: Alessandra Amazonas da Cunha (OAB: 5780/AM), Moysés Roberto Geber Corrêa (OAB: 5678/AM), Paulo Marcos Bastos Sampaio (OAB: 8878/AM) e Flávio José de Sousa (OAB: 1924/AM). **Apelada: A. de F. C.** Advogados: Adnilso Gomes Nery (OAB: 4124/AM) e Carlos Varanda (OAB: 3091/AM). Presidente: Exmo. Sr. Des. Cláudio César Ramalheira Roessing. **Relator: Exmo. Sr. Des. Paulo César Caminha e Lima.**

Apelação nº 0618261-17.2016.8.04.0001, de 4ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Apelante: Afeam - Agencia de Fomento do Estado do Amazonas. Advogados: Karen Bezerra Rosa Braga (OAB: 6617/AM), Olavo Cesar Castro Mendes (OAB: 513A/AM) e Cris da Silva Palmeira (OAB: 7281/AM). **Apelada: Patricia Pinheiro da Costa.** Presidente: Exmo. Sr. Des. Cláudio César Ramalheira Roessing. **Relator: Exmo. Sr. Des. Paulo César Caminha e Lima**.

Apelação nº 0620697-46.2016.8.04.0001, de 13ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Apelante: Vetoh Materiais e Equipamentos de Segurança do Trabalho Ltda. Advogados: Manoel Pedro de Carvalho (OAB: 4890/AM), Viviane Nunes de Oliveira da Costa (OAB: 8944/AM), Francyne Negro Vaz Leal (OAB: 10447/AM) e Oswaldo Tavora Buarque Neto (OAB: 5566/AM). **Apelado: A. P. Moller - Maersk A/s.** Advogados: Elaine Figueiró da Silva (OAB: 301602/SP), Bruno Benevides Ferreira (OAB: 8632/AM), Fernando da Silva Lima (OAB: 9218/AM), Suzel Maria Reis Cunha (OAB: 139210/SP), Baudilio Gonzalez Regueira (OAB: 139684/SP) e João Paulo Alves Justo Braun (OAB: 184716/SP). Presidente: Exmo. Sr. Des. Cláudio César Ramalheira Roessing. **Relator: Exmo. Sr. Des. Paulo César Caminha e Lima.**

Apelação nº 0623832-37.2014.8.04.0001, de 17ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Apelante: Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/A). Advogados: Guilherme Vilela de Paula (OAB: 69306/MG), Leandro Fernandes Carlos Gomes (OAB: 133221/MG) e Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB: A1065/AM). **Apelado: Merson França Sevalho.** Defensor: Christiano Pinheiro da Costa (OAB: 3542/AM). Presidente: Exmo. Sr. Des. Cláudio César Ramalheira Roessing. **Relator: Exmo. Sr. Des. Paulo César Caminha e Lima.**

Apelação nº 0627869-05.2017.8.04.0001, de 13ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Apelante: André Luiz S. Cruz Melo. Defensor: Christiano Pinheiro da Costa (Defensor Público). **Apelado: Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/a).** Advogados: Isabela Montuori Bougleux de Araujo (OAB: 118303/MG), Guilherme Vilela de Paula (OAB: 69306/MG) e Lígia de Souza Frias (OAB: A1074/AM). Presidente: Exmo. Sr. Des. Cláudio César Ramalheira Roessing. **Relator: Exmo. Sr. Des. Paulo César Caminha e Lima.**

Apelação nº 0628149-39.2018.8.04.0001, de 1ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Apelante: Banco Bradesco S.a. Advogado: Mauro Paulo Galera Mari (OAB: 3056/MT). **Apelados: Marcante Moda Import e Comercio Ltda e Luiz Paulo Fernandes.** Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. **Relator: Exmo. Sr. Des. Paulo César Caminha e Lima.**

Apelação nº 0629712-39.2016.8.04.0001, de 17ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Apelante: Davison Santos da Silva. Advogado: Alexsandra Helena P. S. Rosa (OAB: 920A/AM). **Apelante: SABEMI - Previdência Privada.** Advogado: Juliano Martins Mansur (OAB: 113786/RJ). **Apelado: Sabemi Previdência Privada.** Advogados: Juliano Martins Mansur (OAB: 113786/RJ), Joicy Costa Corrêa da Cunha Argent Thompson (OAB: 897A/AM) e Vitor Moura Vilarinho (OAB: 177597/RJ). **Apelado: Davison Santos da Silva.** Advogada: Alexsandra Helena Peixoto da Silva Rosa (OAB: A920/AM). Presidente: Exmo. Sr. Des. Cláudio César Ramalheira Roessing. **Relator: Exmo. Sr. Des. Paulo César Caminha e Lima.**

Apelação nº 0634510-43.2016.8.04.0001, de 9ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Apelante: Mapfre Vera Cruz Seguradora S/A. Advogado: David Sombra Peixoto (OAB: 16477/CE). **Apelante: Bv Financeira S/A Crédito, Financiamento e Investimento.** Advogados: Guilherme da Costa Ferreira Pignaneli (OAB: 115224/RO), Edson Antônio Sousa Pinto (OAB: 4643/RO) e Rod Daniel Gomes do Nascimento (OAB: 8498/RO). **Apelada: Bárbara Ellen de Oliveira Rodrigues.** Advogada: Sulamita Brandão da Rocha (OAB: 4782/AM). Presidente: Exmo. Sr. Des. Cláudio César Ramalheira Roessing. **Relator: Exmo. Sr. Des. Paulo César Caminha e Lima.**

Apelação nº 0636349-06.2016.8.04.0001, de 4ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Apelante: Banco Bradesco S.A. Advogados: Edson Rosas Junior (OAB: 1910/AM) e Lúcia Cristina Pinho Rosas (OAB: 5109/AM). **Apelados: Furyan Serviços de Conservação, Limpeza e Monitoramento Em Condomínio (Julivalda Correa Lopes - Me) e Julivalda Correa Lopes.** Presidente: Exmo. Sr. Des. Cláudio César Ramalheira Roessing. **Relator: Exmo. Sr. Des. Paulo César Caminha e Lima.**

Apelação nº 0639428-27.2015.8.04.0001, de 8ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Apelante: Livia Cristina da Silva Nogueira. Advogado: José Orisvaldo Brito da Silva (OAB: 57069/RJ). **Apelado: Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais.** Advogados: Simone de Sá Araújo Jardim (OAB: 1650/AM) e Rodolfo Meira Roessing (OAB: 12719/PA). Presidente: Exmo. Sr. Des. Cláudio César Ramalheira Roessing. **Relator: Exmo. Sr. Des. Paulo César Caminha e Lima.** Procuradora de Justiça: Exma. Sra. Dra. Sandra Cal Oliveira.

Apelação nº 0643815-85.2015.8.04.0001, de 14ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Apelante: João Nabor Silva dos Santos. Advogado: Matheus Araújo Muniz (OAB: 7626/AM). **Apelado: Águas do Amazonas S.A.** Advogados: Jorge Antonio Veras Filho (OAB: 5693/AM) e Thiago Almeida Rebello (OAB: 12327/AM). Presidente: Exmo. Sr. Des. Cláudio César Ramalheira Roessing. **Relator: Exmo. Sr. Des. Paulo César Caminha e Lima.**

Apelação nº 0700696-87.2012.8.04.0001, de 19ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Apelante: Rosiane Casemiro da Silva. Advogado: Elio Francisco de Carvalho (OAB: 493/AM). **Apelado: Dpvat - Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Dpvat S/A.** Advogado: Rodolfo Meira Roessing (OAB: 12719/PA). Presidente: Exmo. Sr. Des. Cláudio César Ramalheira Roessing. **Relator: Exmo. Sr. Des. Paulo César Caminha e Lima.** Procurador de Justiça: Exmo. Sr. Dr. Publio Caio Bessa Cyrino.

Agravo de Instrumento nº 4000331-62.2019.8.04.0000, de 18ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Agravante: Eduardo Humberto Deneriaz Bessa. Advogado: Eduardo Humberto Deneriaz Bessa (OAB: 14181/AM). **Agravado: Banco Bradesco S.A.** Advogados: Lúcia Cristina Pinho Rosas (OAB: 5109/AM) e Edson Rosas Júnior (OAB: 1910/AM). Presidente: Exmo. Sr. Des. Cláudio César Ramalheira Roessing. **Relatora: Exma. Sra. Desa. Maria das Graças Pessoa Figueiredo.**

Agravo de Instrumento nº 4002278-88.2018.8.04.0000, de 14ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Agravante: H. A. M. LTDA. Advogados: Aline Carvalho Borja (OAB: 18267/CE), Ana Claudia Madeiro Façanha (OAB: 13650/CE), Camila Gurgel Macambira (OAB: 27385/CE), Francisco José Almeida Severiano (OAB: 21834BC/E), Hugo Leonardo Pegado Benicio (OAB: 5526/CE), Igor Macedo Facó (OAB: 16470/CE), Igor Marcelo Marreiro (OAB: 22757/CE), Isaac Costa Lázaro Filho (OAB: 18663/CE), Italo Regis de VAsconcelos Carvalho (OAB: 27984/CE), Laura Maria Amaro Martins (OAB: 22874/CE), Luiz Carlos Vidal Maia Júnior (OAB: 20266/CE), Rachel Feitosa Pontes (OAB: 24441/CE), Rene Freitas de Queiroz (OAB: 21796/CE), Ronaldo da Silva Bezerra (OAB: 21197/CE) e Sílvia Letícia Ferreira da Silva (OAB: 23717BC/E). **Agravado: Guilherme Gael Barros Vianna. Reptado: Celiana Barros Martins.** Advogados: Caroline Salermo (OAB: 384112/SP) e Raissa Moreira Soares (OAB: 365112/SP). Presidente: Exmo. Sr. Des. Cláudio César Ramalheira Roessing. **Relatora: Exma. Sra. Desa. Maria das Graças Pessoa Figueiredo.** Procuradora de Justiça: Exma. Sra. Dra. Maria José da Silva Nazaré.

Agravo de Instrumento nº 4004449-18.2018.8.04.0000, de 3ª Vara da Fazenda Pública. Agravante: O Estado do Amazonas. Procuradora: Lisieux Ribeiro Lima (OAB: 4486/AM). **Agravada: Sthephanie Ribeiro da Silva.** Advogada: Patricia Benayon Albano de Souza (OAB: 2500/AM). Presidente: Exmo. Sr. Des. Cláudio César Ramalheira Roessing. **Relatora: Exma. Sra. Desa. Maria das Graças Pessoa Figueiredo.**

Agravo de Instrumento nº 4004604-21.2018.8.04.0000, de Vara Especializada da Dívida Ativa Estadual. Agravante: O Estado do Amazonas. Procurador: Eugênio Nunes Silva (OAB: 763A/AM). **Agravado: L N P Comércio de Produtos Alimentícios Ltda Me.** Agravado: Lucas Nishigushi Petry. Presidente: Cláudio César Ramalheira Roessing. **Relatora: Exma. Sra. Desa. Maria das Graças Pessoa Figueiredo.**

Apelação nº 0041062-30.2003.8.04.0001, de 3ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Apelante: Banco do Brasil S/A. Advogadas: Louise Rainer Pereira Gionédis (OAB: 8123/PR) e Sérvio Túlio de Barcelos (OAB: 1048A/AM). **Apelada: Rozana Paz Lopes.** Presidente: Exmo. Sr. Des. Cláudio César Ramalheira Roessing. **Relatora: Exma. Sra. Desa. Maria das Graças Pessoa Figueiredo.**

Apelação nº 0611950-39.2018.8.04.0001, de 2ª Vara da Fazenda Pública. Apelante: O Estado do Amazonas. Procuradora: Indra Mara Bessa (OAB: 1877/AM). **Apelado: João Gilmar da Silva Morais.** Advogados: Marcelo Augusto Farias de Souza (OAB: 7664/AM) e Cristiane Maria Pontes da Silva (OAB: 12495/AM). Presidente: Exmo. Sr. Des. Cláudio César Ramalheira Roessing. **Relatora: Exma. Sra. Desa. Maria das Graças Pessoa Figueiredo.** Procuradora de Justiça: Exma. Sra. Dra. Noeme Tobias de Souza.

Apelação nº 0615537-11.2014.8.04.0001, de 9ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Apelante: Jorge Luiz Gioia Ribeiro. Advogado: Fábio Guedes dos Reis (OAB: 3132/AM). **Apelado: Mafre Seguros.** Advogado: Jaime Augusto Freire de Carvalho Marques (OAB: 9446/BA). **Apelado: Banco do Brasil S/A.** Advogados: Servio Túlio de Barcelos (OAB: 44698/MG) e José Arnaldo Janssen Nogueira (OAB: 79757/MG). Presidente: Exmo. Sr. Des. Cláudio César Ramalheira Roessing. **Relatora: Exma. Sra. Desa. Maria das Graças Pessoa Figueiredo.**

Apelação nº 0621641-14.2017.8.04.0001, de 9ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Apelante: Banco do Brasil S/A. Advogados: Sérvio Túlio de Barcelos (OAB: 1048A/AM) e José Arnaldo Janseen Nogueira (OAB: 1047A/AM). **Apelada: Silene de Jesus Macedo Fernandes.** Advogado: Eduardo Gomes Araújo

Castro (OAB: 8567/AM). Presidente: Exmo. Sr. Des. Cláudio César Ramalheira Roessing. **Relatora: Exma. Sra. Desa. Maria das Graças Pessoa Figueiredo.**

Apelação nº 0637596-22.2016.8.04.0001, de 6ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Apelante: Swiss Park Manaus Incorporadora Ltda. Advogada: Luciana Buzatto Peres (OAB: 239449/SP). **Apelados: Neemias Alves Viana e Vana Uchôa Fernandes Viana.** Advogadoa: Manoel Pedro de Carvalho (OAB: 4890/AM) e Viviane Nunes de Oliveira da Costa (OAB: 8944/AM). Presidente: Exmo. Sr. Des. Cláudio César Ramalheira Roessing. **Relatora: Exma. Sra. Desa. Maria das Graças Pessoa Figueiredo.** Procuradora de Justiça: Exma. Sra. Dra. Sandra Cal Oliveira.

Apelação nº 0707607-18.2012.8.04.0001, de Vara Esp. do Meio Ambiente e Questões Agrárias. Apelante: O Município de Manaus. Procuradores: Fernanda Miranda Ferreira de Mattos (OAB: 5003/AM) e Ellen Larissa de Oliveira Frota. **Apelado: Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau.** Promotor: Aguinelo Balbi Junior (OAB: 089AM). Presidente: Exmo. Sr. Des. Cláudio César Ramalheira Roessing. **Relatora: Exma. Sra. Desa. Maria das Graças Pessoa Figueiredo.** Procuradora de Justiça: Exma. Sra. Dra. Sandra Cal Oliveira.

Agravo de Instrumento nº 4002096-39.2017.8.04.0000, de Fórum de Envira. Agravante: R S Cosme Loureiro - Prod Agropecuário - Me. Agravante: Rossana Simone C. Loureiro. Advogado: Alex Cosme Pinto (OAB: 12301/AM). **Agravado: Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau.** Promotor: Andre Lavareda Fonseca. Presidente: Exmo. Sr. Des. Paulo César Caminha e Lima. **Relator: Exmo. Sr. Des. Cláudio César Ramalheira Roessing.** Procuradora de Justiça: Exma. Sra. Dra. Sandra Cal Oliveira.

Agravo de Instrumento nº 4004313-55.2017.8.04.0000, de 1ª Vara da Dívida Ativa Estadual. Agravante: Nova Vida Comércio de Armarinho. Advogado: João Lucas Pantoja Vieira (OAB: 9982/AM). **Agravado: Estado do Amazonas.** Presidente: Exmo. Sr. Des. Paulo César Caminha e Lima. **Relator: Exmo. Sr. Des. Cláudio César Ramalheira Roessing.**

Agravo de Instrumento nº 4004377-65.2017.8.04.0000, de 19ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Agravante: B J L Participação Eireli – Epp. Advogada: Julie Rodrigo Porto da Silva (OAB: 7818/AM). **Agravado: Raçoes Pindare Ltda - Me.** Advogadas: Rosa Oliveira de Pontes (OAB: 4231/AM) e Jones Ramos dos Santos (OAB: 6333/AM). Presidente: Exmo. Sr. Des. Paulo César Caminha e Lima. **Relator: Exmo. Sr. Des. Cláudio César Ramalheira Roessing.**

Agravo de Instrumento nº 4005856-59.2018.8.04.0000, de 19ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Agravante: Claro S/A. Advogadas: Tatiana Maria Mello de Lima (OAB: 15118/DF) e Rodrigo Badaró de Castro (OAB: 2221A/DF). **Agravados: Manoel Lourenço do Nascimento e Maria Eglaiz Maia Nascimento.** Advogados: Raquel Natalina Brito Silva (OAB: 10323/AM) e Ivi Martins do Nascimento (OAB: 11105/AM). Presidente: Exmo. Sr. Des. Paulo César Caminha e Lima. **Relator: Exmo. Sr. Des. Cláudio César Ramalheira Roessing.**

Apelação nº 0000015-48.2015.8.04.4401, de 2ª Vara de Humaitá. Apelante: João Rebouças de Almeida. Advogados: Rodrigo Fernando de Almeida Oliveira (OAB: 189340/SP), Kon Tshi Wang (OAB: 4646/AM) e Beatriz de Souza Souza (OAB: 12761/AM). **Apelado: Clube dos Subtenentes e Sargentos de Humaitá.** Advogado: Carlos Evaldo Terrinha A. de Souza (OAB: 1520/AM). Presidente: Exmo. Sr. Des. Paulo César Caminha e Lima. **Relator: Exmo. Sr. Des. Cláudio César Ramalheira Roessing.**

Apelação nº 0202917-66.2013.8.04.0001, de 2ª Vara da Fazenda Pública. Apelante: O Estado do Amazonas. Procurador: Giordano Bruno Costa da Cruz (OAB: 761A/AM). **Apelado: Maria Ossineide Pinheiro Lima.** Advogados: André Luiz Guedes da Silva (OAB: 5261/AM), Cleonira Marques Seixas (OAB: 4341/AM), Tatianny Alecrim Pinto (OAB: 8488/AM) e Fernando Ricardo Fernandes Coelho (OAB: 2218/AM). Presidente: Exmo. Sr. Des. Paulo César Caminha e Lima. **Relator: Exmo. Sr. Des. Cláudio César Ramalheira Roessing.** Procuradora de Justiça: Exma. Sra. Dra. Maria José da Silva Nazaré.

Apelação nº 0243504-72.2009.8.04.0001, de 2ª Vara da Fazenda Pública. Apelante: Janete Furtado Lucena. Advogada: Eliza Paes Araújo (OAB: 5162/AM). **Apelado: Departamento Estadual de Transito do Amazonas - Detran/AM.** Advogados: Shirley do Carmo Ferreira (OAB: 5161/AM), José Roberto Gióia Alfaia (OAB: 1746/AM), Silvana Miranda Correa (OAB: 3454/AM), Marita Santos de Oliveira Correa (OAB: 5391/AM) e Maria do Perpétuo Socorro Aparício de Souza (OAB: 7142/AM). Presidente: Exmo. Sr. Des. Paulo César Caminha e Lima. **Relator: Exmo. Sr. Des. Cláudio César Ramalheira Roessing.** Procuradora de Justiça: Exma. Sra. Dra. Maria José da Silva Nazaré.

Apelação nº 0600958-35.2013.8.04.0020, de 9ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Apelante: Juan Patrick Martins Ferreira. Advogados: Jamila Marinho Chehad Barbosa (OAB: 2950/AM), Simone Patricia Wanderley da Silva (OAB: 5353/AM) e Aguinaldo Pereira Dias (OAB: 7667/AM). **Apelada: Brecha Transporte e Turismo Ltda.** Advogado: Jozelúcia Lima Maciel (OAB: 7160/AM). Presidente: Exmo. Sr. Des. Paulo César Caminha e Lima. **Relator: Exmo. Sr. Des. Cláudio César Ramalheira Roessing.**

Apelação nº 0604683-84.2016.8.04.0001, de 6ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Apelante: Banco Santander S.A. Advogados: Marco André Honda Flores (OAB: 6171/MS), Natália Katsui Kubo (OAB: 19773/MS) e Thiago Noronha Benito (OAB: 11127/MS). **Apelado: Gustavo Ferreira Pinheiro.** Advogado: Ronélio Cardoso de Lima (OAB: 6432/AM). Presidente: Exmo. Sr. Des. Paulo César Caminha e Lima. **Relator: Exmo. Sr. Des. Cláudio César Ramalheira Roessing.**

Apelação nº 0607022-16.2016.8.04.0001, de Vara de Órfãos e Sucessões. Apelante: J. C. L. de S. Advogados: Nieli Nascimento Araújo Fernandes (OAB: 1089A/AM), Jammes Bezerra de Oliveira (OAB: 10038/AM) e Otavio Araujo Neto (OAB: 10189/AM). **Apelado: R. K. A. de S.** Advogada: Selma Mara Santana Mota (OAB: 5524/AM). Presidente: Exmo. Sr. Des. Paulo César Caminha e Lima. **Relator: Exmo. Sr. Des. Cláudio César Ramalheira Roessing.** Procuradora de Justiça: Exma. Sra. Dra. Sandra Cal Oliveira.

Apelação nº 0610642-41.2013.8.04.0001, de 4ª Vara de Família. Apelante: Yara Silvia Santos Tavares. Advogados: Ana Barbara Martins Bacelar (OAB: 11404/AM) e Ewerton Carneiro (OAB: 11062/AM). **Apelada: Ivana Borges Moreira.** Advogados: Carla Gomes de Oliveira (OAB: 149061/RJ), Vanessa Portes Cerqueira (OAB: 138152/RJ) e Juscelino Rosa Gomes Junior (OAB: 9278/AM). Presidente: Exmo. Sr. Des. Paulo César Caminha e Lima. **Relator: Exmo. Sr. Des. Cláudio César Ramalheira Roessing.** Procuradora de Justiça: Exma. Sra. Dra. Sandra Cal Oliveira.

Apelação nº 0621441-07.2017.8.04.0001, de 13ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Apelante: Banco Bradesco Cartões S/A. Advogados: Taciana Segatto Moreira (OAB: 157513/MG), Gabriel Moreira Neves (OAB: 171392/MG) e Wanderley Romano Donadel (OAB: 78870/MG). **Representa: Banco Bradesco S.A. Apelado: Arnaldo Silvio Brozzo Botelho.** Presidente: Exmo. Sr. Des. Paulo César Caminha e Lima. **Relator: Exmo. Sr. Des. Cláudio César Ramalheira Roessing.**

Apelação nº 0621505-85.2015.8.04.0001, de 13ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Apelante: Banco Bradesco S/A. Advogado: Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB: 128341/SP). **Apelado: Gessilvaldo Barbosa da Silva.** Advogado: Maria do Carmo Lima dos Santos (OAB: 9096/AM). Presidente: Exmo. Sr. Des. Paulo César Caminha e Lima. **Relator: Exmo. Sr. Des. Cláudio César Ramalheira Roessing.**

Apelação nº 0627317-45.2014.8.04.0001, de 3ª Vara da Fazenda Pública. Apelante: Elias Sousa de Oliveira. Advogados: Wiston Feitosa de Sousa (OAB: 6596/AM), Ademario do Rosario Azevedo (OAB: 2926/AM) e Leandro Menezes dos Santos (OAB: 171750/RJ). **Apelado: Detran-am.** Advogados: Maria do Perpétuo Socorro Aparício de Souza (OAB: 7142/AM), Marita Santos de Oliveira Correa (OAB: 5391/AM), José Roberto Gióia Alfaia (OAB: 1746/AM), Ike Kennedy Veiga da Silva (OAB: 4519/AM) e Sergio Augusto G. Cavalcante (OAB: 4895/AM). Presidente: Exmo. Sr. Des. Paulo César Caminha e Lima. **Relator: Exmo. Sr. Des. Cláudio César Ramalheira Roessing.**

Apelação nº 0636711-42.2015.8.04.0001, de 1ª Vara da Fazenda Pública. Apelante: O Estado do Amazonas. Procurador: Lisieux Ribeiro Lima (OAB: 4486/AM). **Apelada: Karynne Marques Carvalho. Representa: Nilziane Araujo Marques.** Defensores: Isaltino José Barbosa Neto (OAB: 9055/AM) e José Alberto Ribeiro Simonetti Cabral (OAB: 3725/AM). **Apelante: Karynne Marques Carvalho. Representa: Nilziane Araujo Marques.** Defensor: Isaltino José Barbosa Neto (OAB: 9055/AM). **Apelado: O Estado do Amazonas.** Procuradora: Lisieux Ribeiro Lima (OAB: 4486/AM). Presidente: Exmo. Sr. Des. Paulo César Caminha e Lima. **Relator: Exmo. Sr. Des. Cláudio César Ramalheira Roessing.**

Apelação nº 0638763-45.2014.8.04.0001, de 5ª Vara da Fazenda Pública. Apelante: Iinstituto Municipal de Ordem Social e Planejamento Urbano - Implurb. Procurador: Oleisia Maximina Abreu da Silva (OAB: 5513/AM). **Apelado: Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau.** Advogado: Aguinelo Balbi Junior (OAB: 089AM). Presidente: Exmo. Sr. Des. Paulo César Caminha e Lima. **Relator: Exmo. Sr. Des. Cláudio César Ramalheira Roessing.** Procuradora de Justiça: Exma. Sra. Dra. Maria José da Silva Nazaré.

Averbação de Impedimento: Exma. Sra. Desa. Maria das Graças Pessoa Figueiredo.

Apelação nº 0712715-28.2012.8.04.0001, de Vara Esp. do Meio Ambiente e Questões Agrárias. Apelante: Felisberto Sarkis Calacina Filho. Apelante: F. Sarkis Calacina Filho. Advogados: Glenda Alves Tavares de Mello (OAB: 4218/AM) e Vilson Gomes Benayon Filho (OAB: 4820/AM). **Apelado: Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau.** Promotora: Maria Cristina Vieira da Rocha. Presidente: Exmo. Sr. Des. Paulo César Caminha e Lima. **Relator: Exmo. Sr. Des. Cláudio César Ramalheira Roessing.** Procuradora de Justiça: Exma. Sra. Dra. Maria José da Silva Nazaré.

Apelação nº 0718377-70.2012.8.04.0001, de 19ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Apelante: MAC Cabotagem Ltda. Advogado: Leonardo Sperb de Paola (OAB: 16015/PR). **Apelado: CM Distribuidora de Alimentos Ltda.** Advogados: Thiago Rodrigues Abreu (OAB: 7113/AM) e Agassiz Rubim da Silva Reis Filho (OAB: 6552/AM). Presidente: Exmo. Sr. Des. Paulo César Caminha e Lima. **Relator: Exmo. Sr. Des. Cláudio César Ramalheira Roessing.**

Habeas Corpus nº 4006032-38.2018.8.04.0000, de Vara de Registros Públicos e Usucapião. Impetrante: Ramyde Washington Abel Caldeira Doce Cardozo. Impetrante: Italo Eduardo Pina Prado. Advogados: Italo Eduardo Pina Prado (OAB: 13261/AM) e Ramyde Washington Abel Caldeira Doce Cardozo (OAB: 12029/AM). **Paciente: Raimundo Silva Figueira. Impetrado: Juízo de Direito da Vara de Registros Públicos e Cartas Precatóras.** Presidente: Exmo. Sr. Des. Paulo César Caminha e Lima. **Relator: Exmo. Sr. Des. Cláudio César Ramalheira Roessing.** Procuradora de Justiça: Exma. Sra. Dra. Noeme Tobias de Souza.

Agravo de Instrumento nº 4002387-05.2018.8.04.0000, de 4ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Agravante: Cefisso Empreendimentos Imobiliários Ltda. Advogados: Mara Lucia Antony (OAB: 598/AM) e Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB: 598A/AM). **Agravada: Edilena da Silva Serafim.** Advogado: Djalma Martins da Costa Junior (OAB: 9628/AM). Presidente: Exmo. Sr. Des. Cláudio César Ramalheira Roessing. **Relator: Exmo. Sr. Des. Anselmo Chíxaro.**

Apelação nº 0000079-63.2015.8.04.3300, de Fórum de Caapiranga. Apelante: Maria Bernadete Marques Macena. Advogadas: Marly Gomes Capote (OAB: 7067/AM) e Aldemiro Rezende Dantas Junior (OAB: 2174/AM). **Apelado: Município de Caapiranga - Prefeitura Municipal.** Procuradores: Antonio das Chagas Ferreira Batista (OAB: 4177/AM) e Patricia Gomes de Abreu (OAB: 4447/AM). Presidente: Exmo. Sr. Des. Cláudio César Ramalheira Roessing. **Relator: Exmo. Sr. Des. Anselmo Chíxaro.** Procuradora de Justiça: Exma. Sra. Dra. Maria José da Silva Nazaré.

Apelação nº 0602100-92.2017.8.04.0001, de 11ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Apelante: Antonio Martins do Carmo. Advogado: Wilson Molina Porto (OAB: 12790AM/T). **Apelado: Inss - Instituto Nacional do Seguro Social.** Procuradora: Fernanda Meyge de Brito (OAB: 35105/BA). Presidente: Exmo. Sr. Des. Cláudio César Ramalheira Roessing. **Relator: Exmo. Sr. Des. Anselmo Chíxaro.** Procuradora de Justiça: Exma. Sra. Dra. Maria José da Silva Nazaré.

Apelação nº 0612306-68.2017.8.04.0001, de 1ª Vara da Fazenda Pública. Apelante: Maria Solenilda de Oliveira Correa. Advogada: Barbara Correa Araujo (OAB: 9965/AM). **Apelado: O Estado do Amazonas.** Procurador: Evandro Ezidro de Lima Regis (OAB: 2498/AM). Presidente: Exmo. Sr. Des. Cláudio César Ramalheira Roessing. **Relator: Exmo. Sr. Des. Anselmo Chíxaro.** Procuradora: Dra. Sandra Cal Oliveira.

Apelação nº 0616350-33.2017.8.04.0001, de 1ª Vara da Fazenda Pública. Apelante: Maria Izanete Pereira. Advogados: Sâmea Picanço Oliveira (OAB: 10852/AM), Aldacy Régis de Souza Macedo (OAB: 4752/AM), José Airton Mendes da Silva (OAB: 220/AM) e Israel de Jesus Gonçalves (OAB: 3051/AM). **Apelado: O Estado do Amazonas.** Procuradora: Debora Bandeira Koenow (OAB: 12898/AM). Presidente: Exmo. Sr. Des. Cláudio César Ramalheira Roessing. **Relator: Exmo. Sr. Des. Anselmo Chíxaro.** Procuradora de Justiça: Exma. Sra. Dra. Maria José da Silva Nazaré.

Apelação nº 0616652-62.2017.8.04.0001, de 3ª Vara da Fazenda Pública. Apelante: Fundação de Vigilância Em Saúde - Fvs. Advogados: Alcineia da Silva Rodrigues (OAB: 3887/AM) e Tibiriçá Valério de Holanda Filho (OAB: 7159/AM). **Apelado: Clauber da Silva Cavalcante.** Advogado: Alex Mendes dos Santos (OAB: 7308/AM). Presidente: Exmo. Sr. Des. Cláudio César Ramalheira Roessing. **Relator: Exmo. Sr. Des. Anselmo Chíxaro.** Procuradora de Justiça: Exma. Sra. Dra. Maria José da Silva Nazaré.

Apelação nº 0620459-90.2017.8.04.0001, de 20ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Apelante: Haroldo Maciel Gomes. Advogado: Cairo Lucas Machado Prates (OAB: 33787/SC). **Apelado: Inss - Instituto Nacional do Seguro Social.** Presidente: Exmo. Sr. Des. Cláudio César Ramalheira Roessing. **Relator: Exmo. Sr. Des. Anselmo Chíxaro.** Procuradora de Justiça: Exma. Sra. Dra. Maria José da Silva Nazaré.

Apelação nº 0623626-18.2017.8.04.0001, de 7ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Apelante: Inss - Instituto Nacional do Seguro Social. Procurador: Fabrício Perrotta da Silva (OAB: 165909/RJ). **Apelado: Rayson dos Santos Gonçalves.** Advogados: Wiston Feitosa de Sousa (OAB: 6596/AM) e Ademario do Rosario Azevedo (OAB: 2926/AM). Presidente: Exmo. Sr. Des. Cláudio César Ramalheira Roessing. **Relator: Exmo. Sr. Des. Anselmo Chíxaro.** Procuradora de Justiça: Exma. Sra. Dra. Maria José da Silva Nazaré.

Apelação nº 0628293-47.2017.8.04.0001, de 2ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Apelante: Dpvat - Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Dpvat S/A. Advogado: Alvaro Luiz da Costa Fernandes (OAB: 831A/AM). **Apelado: Julhinho Cassimiro de Souza.** Advogado: Raquel Natalina Brito Silva (OAB: 10323/AM). Presidente: Exmo. Sr. Des. Cláudio César Ramalheira Roessing. **Relator: Exmo. Sr. Des. Anselmo Chíxaro.** Procuradora de Justiça: Exma. Sra. Dra. Maria José da Silva Nazaré.

Remessa Necessária nº 0637065-33.2016.8.04.0001, de 17ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Requerente: João Bosco Mendes. Advogado: Wilson Molina Porto (OAB: 12790AM/T). **Requerido: INSS - Instituto Nacional do Seguro Social.** Procuradora: Fernanda Meyge de Brito (OAB: 35105/BA). Presidente: Exmo. Sr. Des. Cláudio César Ramalheira Roessing. **Relator: Exmo. Sr. Des. Anselmo Chíxaro.** Procuradora de Justiça: Exma. Sra. Dra. Sandra Cal Oliveira.

Agravo de Instrumento nº 4004415-43.2018.8.04.0000, de 5ª Vara da Fazenda Pública. Agravante: O Município de Manaus. Procuradores: Ellen Larissa de Oliveira Frota (OAB: 4310/AM) e Fernanda Miranda Ferreira de Mattos (OAB: 5003/AM). **Agravado: Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau.** Promotor: Otávio de Souza Gomes (OAB: 1789/AM). Presidente: Exmo. Sr. Des. Cláudio César Ramalheira Roessing. **Relatora: Exma. Sra. Desa. Joana dos Santos Meirelles.** Procuradora de Justiça: Exma. Sra. Dra. Maria José da Silva Nazaré.

Averbação de Impedimento: Exma. Sra. Desa. Maria das Graças Pessoa Figueiredo.

Apelação nº 0000257-89.2013.8.04.3200, de Fórum de Borba. Apelante: Oi - Tnl Pcs S/A. Advogada: Elba Kátia Correa de Oliveira (OAB: 5934/AM). **Apelada: Juliane Soares Assunção.** Advogado: José Nazareno da Silva (OAB: 3052/AM). Presidente: Exmo. Sr. Des. Cláudio César Ramalheira Roessing. **Relatora: Exma. Sra. Desa. Joana dos Santos Meirelles.** Procuradora de Justiça: Exma. Sra. Dra. Noeme Tobias de Souza.

Apelação nº 0225278-48.2011.8.04.0001, de 6ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Apelante: Edimir Lima da Silva. Advogados: Wilson Peçanha Neto (OAB: 4630/AM) e Geraldo Albano de Souza Júnior (OAB: 6951/AM). **Apelada: Mene e Portella Publicidade Ltda.** Advogados: Ferdinando Desideri Neto (OAB: 7322/AM), Rafaela Fernanda Tiesca Maciel Chitto (OAB: 9265/AM), Erivelton Ferreira Barreto (OAB: 5568/AM) e Rafael Fernando Tiesca Maciel (OAB: 7187/AM). Presidente: Exmo. Sr. Des. Cláudio César Ramalheira Roessing. **Relatora: Exma. Sra. Desa. Joana dos Santos Meirelles.**

Apelação nº 0238439-33.2008.8.04.0001, de 18ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Apelante: Oi - Telemar Norte Leste S/A. Advogadas: Wilna Elizabeth Santiago Cavalcante (OAB: 4339/AM), Daniel Coutinho da Silva (OAB: 9122/AM) e Eladio Miranda Lima (OAB: 86235/RJ). **Apelado: Uatumã Empreendimentos Turísticos Ltda - Tucunaré Turismo.** Advogados: Maria Claudia Sousa da Silva (OAB: 5528/AM), Joel Vasconcelos da Silva (OAB: 5588/AM) e Kelma de Souza Lima (OAB: 5470/AM). Presidente: Exmo. Sr. Des. Cláudio César Ramalheira Roessing. **Relatora: Exma. Sra. Desa. Joana dos Santos Meirelles.**

Apelação nº 0253190-44.2016.8.04.0001, de 2ª Vara da Fazenda Pública. Apelante: Ines Castro Segadilha. Advogados: Nancy Castro Segadilha (OAB: 8575/AM), Kal El Bessa Nascimento Salem (OAB: 6389/AM) e Rodrigo da Silva Couto (OAB: 8351/AM). **Apelado: O Estado do Amazonas.** Procuradora: Tatianne Vieira Assayag Toledo (OAB: 3653/AM). Presidente: Exmo. Sr. Des. Cláudio César Ramalheira Roessing. **Relatora: Exma. Sra. Desa. Joana dos Santos Meirelles.** Procuradora de Justiça: Exma. Sra. Dra. Noeme Tobias de Souza.

Apelação nº 0602430-26.2016.8.04.0001, de 7ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Apelantes/Apelados: Capital Rossi Empreendimentos S/A e São Constantino Empreendimentos Imobiliários Ltda. Advogados: Keyth Yara Pontes Pina (OAB: 3467/AM) e Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB: 598A/AM). **Apelante/Apelado: Thiago Facundo de Magalhães Franco.** Advogada: Gabriela Barreto Lima de Carvalho (OAB: 10244/AM). Presidente: Exmo. Sr. Des. Cláudio César Ramalheira Roessing. **Relatora: Exma. Sra. Desa. Joana dos Santos Meirelles.**

Apelação nº 0613400-22.2015.8.04.0001, de 3ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Apelante/Apelada: Patri Dezoito Empreendimentos Imobiliários Ltda. Advogados: Keyth Yara Pontes Pina (OAB: 3467/AM) e Joaquim Liborio dos Santos (OAB: 8860/AM). **Apelante/Apelada: Libertalamar Bilhalva Saraiva.** Advogado: Joaquim Liborio dos Santos (OAB: 8860/AM). Presidente: Exmo. Sr. Des. Cláudio César Ramalheira Roessing. **Relatora: Exma. Sra. Desa. Joana dos Santos Meirelles.** Procuradora de Justiça: Exma. Sra. Dra. Sandra Cal Oliveira.

Apelação nº 0626172-12.2018.8.04.0001, de 2ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Apelante: Banco Bmg S/A. Advogados: Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB: 4732/AM), Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB: 4018/AM) e Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB: 876/AM). **Apelado: Marcus Adriano Viana Freire.** Advogado: Flávio Rafael Perdigão Guerra (OAB: 8500/AM). Presidente: Exmo. Sr. Des. Cláudio César Ramalheira Roessing. **Relatora: Exma. Sra. Desa. Joana dos Santos Meirelles.** Procuradora de Justiça: Exma. Sra. Dra. Maria José da Silva Nazaré.

Remessa Necessária nº 0211866-11.2015.8.04.0001, de 2ª Vara da Fazenda Pública. Apelante: O Estado do Amazonas. Procuradora: Luciana Araújo Paes (OAB: 4678/AM). **Apelante: O Município de Manaus.** Procuradora: Margaux Guerreiro de Castro (OAB: 3917/AM). **Apelado: Agripino Turibio Neto.** Defensor: Arlindo Gonçalves dos Santos Neto (OAB: 4368/AM). Presidente: Exmo. Sr. Des. Cláudio César Ramalheira Roessing. **Relatora: Exma. Sra. Desa. Joana dos Santos Meirelles.** Procuradora de Justiça: Exma. Sra. Dra. Maria José da Silva Nazaré.

Remessa Necessária nº 0612145-63.2014.8.04.0001, de 11ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Requerente: INSS - Instituto Nacional da Seguridade Social. Procuradora: Lia Maria Guedes de Freitas (OAB: 1643/AM). **Apelada: Elisangela Francisca Sadala da Silva.** Advogado: Wilson Molina Porto (OAB: 12790AM/T). Presidente: Exmo. Sr. Des. Cláudio César Ramalheira Roessing. **Relatora: Exma. Sra. Desa. Joana dos Santos Meirelles.** Procuradora de Justiça: Exma. Sra. Dra. Noeme Tobias de Souza.

Agravo de Instrumento nº 4003807-84.2014.8.04.0000, de 2ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Agravantes: João Bosco Dantas Nunes e Maria Ivaneide Gomes Dantas. Advogado: Tulio Gomes Dantas (OAB: 4034/AM). **Agravada: Lyara Moitinha Benevides Leão.** Advogadas: Merita Azulay (OAB: 3369/AM) e Ana Micea Azulay Menezes (OAB: 3102/AM). Presidente: Exmo. Sr. Des. Cláudio César Ramalheira Roessing. **Relator: Exmo. Sr. Des. Sabino da Silva Marques.**

Apelação nº 0010602-03.1998.8.04.0012, de 2ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Apelante: Joao Bosco Dantas Nunes. Advogados: Raimundo Azevedo Pereira (OAB: 2186/AM), Tulio Gomes Dantas (OAB: 4034/AM), Ulysses Faias de Magalhães Neto (OAB: 7166/AM) e Joao Bosco Dantas Nunes. **Apelada: Inez Benevides da Silva Leão.** Advogados: Merita Azulay Cardoso Soares (OAB: 3396/AM) e Ana Micea Azulay Menezes (OAB: 3102/AM). **Apelado: Eucatur - Empresa União Cascável de Transportes e Turismo Ltda.** Advogados: Ely Marques Cavalcante Junior (OAB: 2881) e Talvani Franco Leite Brito (OAB: 680A/AM). Presidente: Exmo. Sr. Des. Cláudio César Ramalheira Roessing. **Relator: Exmo. Sr. Des. Sabino da Silva Marques.**

Manaus, 12 de março de 2019.
Nelsilene Lima da Silva Gomes- Assistente da Secretária

SEGUNDA CÂMARA CÍVEL

De ordem da Exma. Sra. Desª. Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura, Presidente da Egrégia Segunda Câmara Cível, determino a inclusão dos processos abaixo relacionados na Pauta de Julgamento do dia 25.03.2019, às 9:00 horas, podendo, entretanto, nessa mesma sessão ou sessões subseqüentes, ser julgados os processos adiados ou constantes de pautas já publicadas.

9º SESSÃO ORDINÁRIA DA EGRÉGIA SEGUNDA CÂMARA CÍVEL
PAUTA DE JULGAMENTO - 25/03/2019 às 09:00

PRESIDENTE: Exmo(ª). Sr(ª). Des(a). Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura
SECRETÁRIO(A): Pollyana de Souza Bastos Lisciotto

I - Leitura da Ata
II - Leitura de Acórdãos
III - Passagem (Relatórios para Revisão)
IV - Julgamentos Designados
V - Pauta de Julgamento

Agravo de Instrumento nº4001057-70.2018.8.04.0000
Origem:19ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator:Rogério José da Costa Vieira
Agravante:Claro S/A
Advogados:Dra. Vivian Mendonça Martins (9403/AM) e Dr. Jean Cleuter Simões Mendonça (3808/AM)
Agravado:Silvio Kleber Batista Lobato (8813/AM), em causa própria
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Domingos Jorge Chalub Pereira

Agravo de Instrumento nº4001148-05.2014.8.04.0000
Origem:5ª Vara da Fazenda Pública
Juiz Prolator:Cezar Luiz Bandiera
Agravante:Orlando da Silva Câmara
Advogados:Dr. Pedro Câmara Junior (2834/AM) e Dra. Isabelle Benlolo de Azevedo (11737/AM)
Agravado:Ministério Público do Estado do Amazonas
Promotora:Dra. Wandete de Oliveira Neto
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Domingos Jorge Chalub Pereira

Agravo de Instrumento nº4002291-29.2014.8.04.0000
Origem:5ª Vara da Fazenda Pública
Juiz Prolator:Cezar Luiz Bandiera
Agravante:Município de Manaus
Procurador:Dr. Walter Siqueira Brito (4186/AM)
Agravado:Ministério Público do Estado do Amazonas
Promotor:Dr. Paulo Stélio Sarbá Guimarães (000050/AM)
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Domingos Jorge Chalub Pereira

Agravo de Instrumento nº4002371-90.2014.8.04.0000
Origem:Fórum de Atalaia do Norte
Juiz Prolator:Bárbara de Araújo Folhadela
Agravante:Estado do Amazonas
Procurador:Dr. Aldenor de Souza Rabelo (8030/AM)
Agravado:Ministério Público do Estado do Amazonas
Promotora:Dra. Ynna Breves Maia
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Domingos Jorge Chalub Pereira

Agravo de Instrumento nº4002797-68.2015.8.04.0000
Origem:4ª Vara da Fazenda Pública
Juiz Prolator:Paulo Fernando de Britto Feitoza
Agravante:Ministério Público do Estado do Amazonas
Promotor:Dr. Edgard Maia de Albuquerque Rocha
Agravados:Arthur Seiji Onuki e Kiyoe Takamiya
Advogado:Dr. Celso Roberto Cavalcanti de Albuquerque (2044/AM)
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Domingos Jorge Chalub Pereira

Agravo de Instrumento nº4002897-23.2015.8.04.0000
Origem:4ª Vara da Fazenda Pública
Juiz Prolator:Paulo Fernando de Britto Feitoza
Agravante:Ministério Público do Estado do Amazonas
Promotora:Dra. Neyde Regina D. Trindade (P/RO)
Agravadas:Maria Arminda Castro Mendonça e Maria das Mercês Marinho Costa
Advogadas:Dra. Paula Ângela Valério de Oliveira (1024/AM) e Dra. Edna Maria Mourão Pereira Machado (2189/AM)
Agravado:Marco Aurélio de Medeiros Cursino
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Domingos Jorge Chalub Pereira

Apelação Cível nº0000678-84.2012.8.04.4600
Origem:1ª Vara de Iranduba
Juiz Prolator:Jorsenildo Dourado do Nascimento
Apelante:Marcos Antonio Rodrigues da Silva, Márcio Flaviano Silva dos Santos e outros
Advogados:Marco Aurélio de Lima Choy (4271/AM) e Dr. Wallestein Monteiro de Souza (4907/AM)
Apelados:Alexandre Correia Lima, Maria Ilma Souza Costa, Antônio Carlos da Silva Santos, Patrícia Albuquerque de Souza e outros
Advogados:Dr. Francisco Ézio Viana de Oliveira (2160/AM) e Dr. Daniel de Oliveira Campos (5258/AM)
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Domingos Jorge Chalub Pereira

Apelação Cível nº0000974-05.2013.8.04.7500
Origem:1ª Vara de Tefé
Juiz Prolator:Cid da Veiga Soares Junior
Apelante:Francisco Helio Bezerra Bessa
Advogados:Dr. Aniello Miranda Aufiero (1579/AM), Dra. Aldenize Magalhães Aufiero (1874/AM) e Dr. Michel Macedo Bessa (4058/AM)
Apelado:Ministério Público do Estado do Amazonas
Promotor:Dr. Leonardo Abinader Nobre
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Domingos Jorge Chalub Pereira

Apelação Cível nº0200076-40.2009.8.04.0001
Origem:4ª Vara da Fazenda Pública Estadual (Extinta)
Juiz Prolator:Márcio Rothier Pinheiro Torres
Apelante:Ministério Público do Estado do Amazonas
Promotora:Dra. Wandete de Oliveira Netto (180AM)
Apelada:Joselita Carmen Alves de A. Nobre
Advogados:Dr. Jurandir Almeida de Toledo (381/AM) e Dr. David Amorim Toledo (3474/AM)
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Domingos Jorge Chalub Pereira

Apelação Cível nº0215739-53.2014.8.04.0001
Origem:7ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator:Rosselberto Himenes
Apelante:Elizio Ferreira de Brito
Advogado:Dr. Carlos Alberto Rodrigues de Souza (6164/AM)
Apelado:Banco Itaú Veículos S/A
Advogados:Dr. Maurício Coimbra Guilherme Ferreira (91811/MG) e outros
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Domingos Jorge Chalub Pereira

Apelação Cível nº0242207-64.2008.8.04.0001
Origem:17ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator:Simone Laurent de Figueiredo
Apelante:Carlos André Veira Costa
Advogados:Dr. Ademario do Rosario Azevedo (2926/AM) e Dr. Wiston Feitosa de Sousa (6596/AM)
Apelada:Amazonas Distribuidora de Energia S/A
Advogados:Dr. Adair Jose Pereira Moura (1251/AM), Dra. Cristiane Bentes Teixeira (5283/AM) e outros
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Domingos Jorge Chalub Pereira

Apelação Cível nº0265040-71.2011.8.04.0001
Origem:8ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator:Onilza Abreu Gerth
Apelante:Raimundo Francisco Rabelo Tavares
Advogada:Dra. Zeni Teresinha Sechnorr Bortoli (4044/AM)
Apelado:INSS - Instituto Nacional do Seguro Social
Procurador:Dr. Homero Teixeira Junior (26069/CE)
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Domingos Jorge Chalub Pereira

Apelação Cível nº0603801-93.2014.8.04.0001
Origem:15ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator:Ida Maria Costa de Andrade
Apelante:Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/A)
Advogados:Dr. Guilherme Vilela de Paula (1010A/AM), Dr. Luis Phillip de Lana Foureaux (1011A/AM) e outros
Apelada:CSN Comércio e Serviços Náuticos Ltda.
Advogados:Dr. Vivaldo Barros Frota (165/AM), Dr. Raul Barreto Ornelas (16506/DF) e Dr. Vitor Ceolin Frota (7994/AM)
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Domingos Jorge Chalub Pereira

Apelação Cível nº0609030-34.2014.8.04.0001
Origem:17ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator:Simone Laurent de Figueiredo
Apelante:Api Spe22 Planejamento e Desenvolvimento de Empreendimentos Imobiliários Ltda (PDG Construtora e Empreendimentos)
Advogados:Dr. Felipe Chads Azeredo (13559/AM), Dr. André Gonçalves de Arruda (200777/SP) e outros
Apelada:Carla Vladiane Alves Leite
Advogada:Dra. Carla Vladiane Alves Leite (6976/AM)
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Domingos Jorge Chalub Pereira

Apelação Cível nº0609771-11.2013.8.04.0001
Origem:5ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator:José Renier da Silva Guimarães
Apelante:Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro - Dpvat S/A
Advogados:Dr. Alvaro Luiz da Costa Fernandes (86415RJ) e outros
Apelado:Walter Barros de Assunção
Advogados:Dra. Laís Cristiane Lira Pereira (5376/AM) e outros
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Domingos Jorge Chalub Pereira

Apelação Cível nº0610456-18.2013.8.04.0001
Origem:9ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator:Maria Eunice Torres do Nascimento
Apelante:Wilmar Pereira de Melo
Advogado:Dr. Altemir de Souza Pereira (6773/AM)
Apelados:Eliete Medeiros da Costa e Ricardo Medeiros Sales
Defensora:Dra. Caroline da Silva Braz de Oliveira (4846/AM)
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Domingos Jorge Chalub Pereira

Apelação Cível nº0011729-05.2000.8.04.0012
Origem:Vara Especializada da Dívida Ativa Estadual
Juiz Prolator:Marco Antonio Pinto da Costa
Apelante:Fazenda Publica Estadual do Amazonas
Procuradora:Dra. Vivian Maria Oliveira da Frota (6880/AM)
Apelada:Importadora Donk Ltda
Relatora:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura

Apelação Cível nº0247379-84.2008.8.04.0001
Origem:17ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator:Simone Laurent de Figueiredo
Apelante:J. M. de Almeida & Cia. Ltda
Advogados:Dr. Rafael de Nazaré Pinto Dutra (11666/PA) e outros
Apelado:Petróleo Sabbá S/A
Advogados:Dr. Márcio de Souza Polto (144.384/SP), Dr. Ricardo Quass Duarte (195.873/SP), Gledson Marques de Campos (174.310/SP) e outros
Relatora:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura

Apelação Cível nº0611900-81.2016.8.04.0001
Origem:2ª Vara da Fazenda Pública
Juiz Prolator:Ronnie Frank T. Stone
Apelante:Raimundo Oliveira da Costa
Advogada:Dra. Maria do Carmo Lima dos Santos (9096/AM)
Apelada:Fundação de Vigilância Em Saúde - FVS
Advogados:Dr. Wellington Filgueira Sampaio (5308/AM), Dra. Alcineia da Silva Rodrigues (3887/AM) e Dr. Tibiriçá Valério de Holanda Filho (7159/AM)
Relatora:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura

Apelação Cível nº0617416-87.2013.8.04.0001
Origem:17ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator:Simone Laurent de Figueiredo
Apelante:Banco do Brasil S/A
Advogados:Dr. Servio Túlio de Barcelos (1048A/AM), Dr. José Arnaldo Janseen Nogueira (1047A/AM) e outros
Apelados:Burro Branco Distribuidora de Produtos Alimentícios Ltda-ME, Egídio Cassol, Ana Elice Piovezan Cassol, Adauto Dias Gomes e Ezequiel Alves Praia
Relatora:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura

Apelação Cível nº0626390-74.2017.8.04.0001
Origem:5ª Vara da Fazenda Pública
Juiz Prolator:Cezar Luiz Bandiera
Apelante:Jose Aelson da Silva
Advogados:Dr. Jean Carlo Navarro Corrêa (5114/AM) e Dra. Priscila Neves Silva Costa (12879/AM)
Apelado:Instituto Municipal de Engenharia e Fiscalização do Trânsito - Manaustrans
Advogados:Dr. Júlio César Lima (6182/AM) e Dra. Natalia Malta Diniz (9592/AM)
Relatora:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura

Apelação Cível nº0640479-39.2016.8.04.0001
Origem:1ª Vara da Fazenda Pública
Juiz Prolator:Ronnie Frank T. Stone
Apelante:Francenilda Seixas Ferreira
Advogado:Dr. Alex Mendes dos Santos (7308/AM)
Apelada:Fundação de Vigilância Em Saúde - FVS
Advogados:Dra. Alcineia da Silva Rodrigues (3887/AM), Dr. Tibiriçá Valério de Holanda Filho (7159/AM) e Dr. Wellington Filgueira Sampaio (5308/AM)
Relatora:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura

Agravo de Instrumento nº4005924-09.2018.8.04.0000
Origem:8ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Agravante:Banco Bradesco S/A
Advogados:Dr. José Manoel Arruda Alvim Neto (12363/SP) e Dr. Eduardo Arruda Alvim (118685/SP)
Agravados:Unimac Importação e Exportação Ltda. e Antônio Carlos Contartesi
Advogados:Dr. Raphael Coelho da Silva (7998/AM), Dr. Francisco Charles Cunha Garcia Junior (4563/AM) e Dr. Adalberto A. N. Sobrinho (2953/AM)
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Wellington José de Araújo

Apelação Cível nº0202353-24.2012.8.04.0001
Origem:18ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator:Kathleen dos Santos Gomes
Apelante:Nayara Nadja Rodrigues dos Santos
Advogado:Dr. Paulo Henrique de Souza Viana (12177/AM)
Apelante:JM Apolônio da Silva - ME
Advogados:Dra. Alessandra Caroline Oliveira Mota (6359/AM) e Dra. Evellyn Kelryen Apolonio da Silva (9125/AM)

Apelada:Juracy Melo do Nascimento
Defensor:Dr. José Ivan Benaion Cardoso (1657/AM)
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Wellington José de Araújo

Apelação Cível nº0209436-91.2012.8.04.0001
Origem:6ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator:Diógenes Vidal Pessoa Neto
Apelante:Banco BMG S/A
Advogados:Dr. Celso Henrique dos Santos (A795/AM), Dr. Willian Batista Nésio (A797/AM) e Dr. Ivan Mercedo de Andrade Moreira (A796/AM)
Apelante:Banco Bonsucesso S/A
Advogados:Dra. Flavia Almeida Moura Di Latella (109730/MG) e Dr. Marcelo Tostes de Castro Maia (63440/MG)
Apelada:Maria Francisca da Silva Oliveira
Advogado:Dr. Roberto André Xavier Bezerra (3158/AM)
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Wellington José de Araújo

Apelação Cível nº0701727-45.2012.8.04.0001
Origem:20ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator:Roberto Hermidas de Aragão Filho
Apelante/Apelado:Cabral Transportes e Navegação Ltda.
Advogados:Dr. Adonay Paes Barreto de Oliveira (6202/AM), Dr. Clynio Maurício Saunier Cavalcanti (4217/AM) e outros
Apelante/Apelada:Raylena Angeli Ferreira Souza
Advogado:Dr. Marcos Antonio Vasconcelos (5794/AM)
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Wellington José de Araújo

Apelação Cível nº0000263-96.2013.8.04.3200
Origem:Fórum de Borba
Juiz Prolator:Igor de Carvalho Leal Campagnolli
Apelante/Apelada:Oi - Tnl Pcs S/A
Advogados:Dra. Elba Kátia Corrêa (5934/AM) e Dr. Eladio Miranda Lima (86235/RJ)
Apelante/Apelada:Maria Rosa Pantoja Soares
Advogado:Dr. José Nazareno da Silva (3052/AM)
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Ari Jorge Moutinho da Costa

Apelação Cível nº0000564-81.2015.8.04.6301
Origem:1ª Vara de Parintins
Juiz Prolator:Fábio Cesar Olintho Souza
Apelante:J de C Gouvêa (GRÁFICA GOUVEIA)
Advogada:Dra. Roberta Souza de Oliveira (9466/AM)
Apelado:Município de Parintins
Procurador:Dr. Patrick Stéfano de Souza Gadelha (9044/AM)
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Ari Jorge Moutinho da Costa

Apelação Cível nº0215610-09.2018.8.04.0001
Origem:17ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator:Simone Laurent de Figueiredo
Apelante:Ricardo Ribeiro da Silva
Advogada:Dra. Jaqueline Oliveira de Paula (9269/AM)
Apelado:INSS - Instituto Nacional de Seguridade Social
Procuradora:Dra. Fernanda Meyge de Brito (35105/BA)
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Ari Jorge Moutinho da Costa

Apelação Cível nº0604839-77.2013.8.04.0001
Origem:6ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator:Diógenes Vidal Pessoa Neto
Apelantes:Elisiê Macena Corrêa Pedrosa e Francisco Gabriel Gonçalves Pedrosa
Advogados:Dr. André Guimarães da Cruz (7549/AM), Dr. Mário da Cruz Glória (4013/AM) e Dr. Bruno Barbosa dos Reis Glória (9432/AM)
Apelado:Espólio de Orlando Marreiro Lúcio
Advogados:Dr. Flávio Jose dos Santos Marques (1608/AM) e Dr. Gunther Aquiles Marques Paz (7296/AM)
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Ari Jorge Moutinho da Costa

Apelação Cível nº0607490-43.2017.8.04.0001
Origem:17ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator:Simone Laurent de Figueiredo
Apelante:Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/A)
Advogados:Dr. Guilherme Vilela de Paula (1010A/AM), Dr. Gustavo Henrique Wykrota Tostes (A1065/AM) e Dra. Isabela Montuori Bougleux de Araujo (1069/AM)
Apelado:Instituto Religioso São Domingos Sávio
Advogados:Dra. Williane Wanessa Queiroz Cavalcante (8489/AM) e Dr. João Antônio S. Tolentino (2300/AM)
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Ari Jorge Moutinho da Costa

Apelação Cível nº0624409-15.2014.8.04.0001
Origem:13ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator:Victor André Liuzzi Gomes
Apelante/Apelada:Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/A)
Advogados:Dr. Guilherme Vilela de Paula (69306/MG), Dr. Luís Phillip de Lana Foureaux (1011A/AM) e Dra. Isabela Montuori Bougleux de Araújo (1069A/AM)
Apelante/Apelado:Agenor Rodrigues de Matos
Advogada:Dra. Taís Miranda Rodrigues (7743/AM)
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Ari Jorge Moutinho da Costa

Apelação Cível nº0624614-44.2014.8.04.0001
Origem:14ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator:Francisco Carlos G. de Queiroz
Apelante:Sidclei Tavares de Oliveira
Advogado:Dr. Luis Alberto dos Santos Oliveira (8251/AM)
Apelado:Banco Bradesco S/A.
Advogados:Dr. Thales Silvestre Júnior (2406/AM) e Dr. Marcondes Fonseca Luniere Junior (2897/AM)
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Ari Jorge Moutinho da Costa

Apelação Cível nº0633958-78.2016.8.04.0001
Origem:6ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator:Diógenes Vidal Pessoa Neto
Apelante:Banco Bradesco Financiamentos S/A
Advogados:Dra. Roberta Beatriz do Nascimento (192649/SP) e Dr. José Lidio Alves dos Santos (156187/SP)
Apelado:Ayllon Menezes de Oliveira
Advogado:Dr. Antonio do Nascimento Cordeiro Filho (12225/AM)
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Ari Jorge Moutinho da Costa

Apelação Cível nº0636263-40.2013.8.04.0001
Origem:15ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator:Ida Maria Costa de Andrade
Apelante:Mapemi-brasil Materiais Médicos e Odontológicos Ltda
Advogados:Dra. Carla Luz Abreu (7038/AM), Dra. Luzilena Gomes Mota (9991/AM), Dra. Mariana de Jesus Rodrigues Ramos (9702/AM) e Dr. Filipe de Freitas Nascimento (6445/AM)
Apelado:Pátio Sertório Shopping Ltda
Advogada:Dra. Mara Ruth Ferraz Ottoni (787A/AM)
Apelados:Mauricio Saboia Freire, Andrey da Conceição Reston e La Brigada Restaurante Ltda (Nome Fantasia Restaurante Barbacoa)
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Ari Jorge Moutinho da Costa

Apelação Cível nº0638050-02.2016.8.04.0001
Origem:1ª Vara da Fazenda Pública
Juiz Prolator:Ronnie Frank T. Stone
Apelante:Superintendência de Habitação do Amazonas - SUHAB
Advogada:Dra. Mônica Santa Rita Bonfim (3384/AM)
Apelada:Maria Nilma Mendes dos Santos
Defensora:Dra. Caroline Pereira de Souza (9052/AM)
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Ari Jorge Moutinho da Costa

Apelação Cível nº0640569-13.2017.8.04.0001
Origem:1ª Vara da Fazenda Pública
Juiz Prolator:Ronnie Frank T. Stone
Apelante/Apelado:Estado do Amazonas
Procuradora:Dra. Karla Brito Novo (4771/AM)
Apelante/Apelada:Maria Rita Teixeira dos Santos
Advogado:Dr. Francisco Jorge Ribeiro Guimarães (2978/AM)
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Ari Jorge Moutinho da Costa

Apelação Cível nº0641011-47.2015.8.04.0001
Origem:20ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator:Roberto Hermidas de Aragão Filho
Apelante:Banco Bradesco Financiamentos S/A
Advogados:Dr. Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (128341/SP) e outros
Apelado:Allan Rolim de Souza
Advogado:Dr. Fernando Oliveira de Almeida (9481/AM)
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Ari Jorge Moutinho da Costa

Apelação Cível nº0642291-19.2016.8.04.0001
Origem:8ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator:Onilza Abreu Gerth
Apelante:Adriane Cristine Cabral Magalhães
Advogados:Dra. Adriane Cristine Cabral Magalhães (5373/AM), Dra. Pauline Chixaro Voss (6648/AM), Dra. Ludmila Bezerra Batista Teixeira (8250/AM) e Dr. Tarcísio Ramos do Vale (8534/AM)
Apelada:Izabel Cristina Cipriano de Andrade (6737/AM), em causa própria
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Ari Jorge Moutinho da Costa

Apelação Cível nº0715733-57.2012.8.04.0001
Origem:10ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator:Mônica Cristina R. da Câmara C. do Carmo
Apelante:Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/A)
Advogados:Dr. Luis Phillip de Lana Foureaux (1011A/AM) e Dr. Guilherme Vilela de Paula (1010A/AM)
Apelado:Francisco de Oliveira Barreto
Advogados:Dr. Geraldo Albuquerque da Mata (1394/AM) e outros
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Ari Jorge Moutinho da Costa

Apelação Cível nº0718441-80.2012.8.04.0001
Origem:19ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator:Rogério José da Costa Vieira
Apelante/Apelada:Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/A)
Advogados:Dr. Guilherme Vilela de Paula (1010A/AM), Dr. Luis Phillip de Lana Foureaux (1011A/AM) e outros
Apelante/Apelada:Híbrida Indústria de Materiais Termoplásticos Ltda.
Advogado:Dr. Nelson Willians F. Rodrigues (128341/SP) e outros
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Ari Jorge Moutinho da Costa

Apelação Cível nº0719383-15.2012.8.04.0001
Origem:14ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator:Francisco Carlos G. de Queiroz
Apelante:Fernando Leite Teixeira Filho
Advogado:Dr. Wilson Molina Porto (12790AM/T)
Apelado:INSS - Instituto Nacional do Seguro Social
Procuradora:Dra. Dandara Viégas Dantas (27739/PE)
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Ari Jorge Moutinho da Costa

Apelação Cível nº0839488-55.2011.8.04.0001
Origem:Vara Especializada da Dívida Ativa Municipal
Juiz Prolator:Ana Mª de O. Diógenes
Apelante:Município de Manaus
Procurador:Dr. José Luiz Franco de Moura Mattos Júnior (5517/AM)
Apelado:José Mathias dos Santos Filho (5009/AM), em causa própria
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Ari Jorge Moutinho da Costa

Apelação / Remessa Necessária nº0602971-93.2015.8.04.0001
Origem:3ª Vara da Fazenda Pública
Remetente:Juízo de Direito da 3ª Vara da Fazenda Pública Estadual da Capital
Juiz Prolator:Etelvina Lobo Braga
Apelante:Jakeline Alves de Macedo
Advogado:Dr. Noslen Benatti Santos (186431/SP) e outros
Apelado:Estado do Amazonas
Procuradora:Dra. Luciana Barroso de Freitas (5144/AM)
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Ari Jorge Moutinho da Costa

Apelação Cível nº0362046-20.2007.8.04.0001
Origem:5ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator:José Renier da Silva Guimarães
Apelante:Luiz Ferreira de Barros
Advogadas:Dra. Fabiane Rodrigues de Castro (6031/AM) e outro
Apelado:Banco Bradesco S/A
Advogados:Dr. Marcondes Fonseca Luniere Junior (2897/AM) e Dr. Thales Silvestre Júnior (2406/AM)
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Délcio Luís Santos

Apelação Cível nº0638107-83.2017.8.04.0001 (Segredo de Justiça)
Origem:1ª Vara de Família
Juiz Prolator:Marcos Santos Maciel
Apelante:J. L. C. da S.
Advogado:Dr. Anderson de Oliveira Moreira (8025/AM)
Apelado:L. Q. S.
Advogado:Dr. Nildo Nogueira Nunes (2698/AM)
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Délcio Luís Santos

JUGAMENTOS EM MESA:

Agravo Interno nº0001379-27.2019.8.04.0000
Origem:15ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Agravante:ABSA Aerolinhas Brasileiras S/A
Advogados:Dr. Fabio Rivelli (297608/SP) e outros
Agravado:Gilmar Lima da Silva
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Domingos Jorge Chalub Pereira

Agravo Interno nº0004413-44.2018.8.04.0000
Origem:12ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Agravante:Amazonas Distribuidora de Energia S/A
Advogados:Dr. Guilherme Vilela de Paula (69306/MG), Dra. Isabela Montuori Bougleux de Araújo (1069A/AM) e outros
Agravado:Oliveira Energia Geração de Serviços Ltda.
Advogados:Dr. Waldemir dos Santos Costa Junior (8905/AM) e outros
Relatora:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura

Agravo Interno nº0006384-64.2018.8.04.0000
Origem:6ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Agravante:Aymoré Crédito Financiamento e Investimento S/A
Advogados:Dra. Thatiane Tupinambá de Carvalho (3696/AM) e Dr. José Maria Santos de Carvalho (1928/AM)
Agravado:Robson Lincoln Santos Lima
Advogado:Dr. Iran Vieira de Sousa (5706/AM)
Relatora:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura

Embargos de Declaração nº0006255-59.2018.8.04.0000
Origem:13ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Embargantes:Santa Beatriz Empreendimentos Imobiliários Ltda. Spe, Rossi Residencial S/A - Capital Rossi e Santo Anatolio Empreendimentos Imobiliários Ltda.
Advogados:Dr. Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (128341/SP) e outros
Embargado:Joermerson da Silva Braga
Advogado:Dr. André Ricardo Cabral Pio (6688/AM)
Relatora:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura

Embargos de Declaração nº0007214-30.2018.8.04.0000
Origem:6ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Embargante:P.L.DE Oliveira & Cia Ltda (Residencial Modulados)
Advogados:Jean Cleuter Simões Mendonça (3808/AM), Jony Cleuter Simões Mendonça (8340/AM), Vivian Mendonça Martins (9403/AM) e Dr. Fued Cavalcante Sêmen Neto (10435/AM)

Embargado:Luiz Américo Barbosa de Freitas
Advogado:Dra. Cristiane Barbosa Rodrigues (7806/AM)
Relatora:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura

Embargos de Declaração nº0007641-27.2018.8.04.0000
Origem:17ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Embargante:Banco do Brasil S/A
Advogados:Dr. Rafael Sganzerla Durand (737A/AM) e outros
Embargado:CPOA Comércio de Peixes Ornamentais da Amazônia Ltda
Advogados:Dr. Marcelo de Lima (2797/AM), Dra. Flavia do Nascimento Silva (103544/RJ) e Dr. Alessandro Moura de Paula Freitas (97605/RJ)
Relatora:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura

Embargos de Declaração nº0005463-08.2018.8.04.0000
Origem:4ª Vara da Fazenda Pública Estadual (Extinta)
Embargante:Defensoria Pública do Estado do Amazonas
Procurador:Dr. Thiago Nobre Rosas (4773/AM)
Embargado:Estado do Amazonas
Procuradora:Dra. Ingrid Monteiro
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Elci Simões de Oliveira

Embargos de Declaração nº0006101-41.2018.8.04.0000
Origem:4ª Vara da Fazenda Pública Estadual (Extinta)
Embargante:Defensoria Pública do Estado do Amazonas
Defensor:Dr. Thiago Nobre Rosas (4773/AM)
Embargado:Estado do Amazonas
Procurador:Dr. Júlio Cezar Lima Brandão
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Elci Simões de Oliveira

Embargos de Declaração nº0007731-35.2018.8.04.0000
Origem:4ª Vara da Fazenda Pública Estadual (Extinta)
Embargante:Defensoria Pública do Estado do Amazonas
Defensor:Dr. Thiago Nobre Rosas (4773/AM)
Embargado:Estado do Amazonas
Procurador:Dr. Laércio de Castro Dourado Júnior
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Elci Simões de Oliveira

Embargos de Declaração nº0007774-69.2018.8.04.0000
Origem:4ª Vara da Fazenda Pública Estadual (Extinta)
Embargante:Defensoria Pública do Estado do Amazonas
Defensor:Dr. Thiago Nobre Rosas (4773/AM)
Embargado:Estado do Amazonas
Procuradora:Dra. Ingrid Monteiro
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Elci Simões de Oliveira

Manaus, 25 de março de 2019
Pollyana de Souza Bastos Lisciotto
Secretário(a) da Segunda Câmara Cível

Intimações

SEGUNDA CÂMARA CÍVEL
INTIMAÇÃO

De ordem do Exmo. **Sr. Des. Elci Simões de Oliveira** - Relator nos autos Eletrônicos de **Agravo de Instrumento nº 4004105-37.2018.8.04.0000**, em que é **Agravante: Petros Fundação Petrobras de Seguridade Social** (Advogados: Dr. Carlos Roberto Siqueira Castro (671A/AM) e Dr. Francisco Nonato Boary (1058/AM). **Agravados: Germano Tadeu Fonseca Júnior, Almir Alves Fernandes, Aluzenildo Monteiro Vasconcelo da Silva, José Roberto Batista de Souza, Marcelon Garcez Moreno de Oliveira, Lucival de Andrade Miranda, Ronaldo Matos Monteiro, Januário Soares de Souza Júnior e Florêncio Almeida Pedreira.** (Advogadas: Dra. Ezelaide Viegas da Costa Almeida (1339/AM) e Dra. Rylene Álvares Bastos Rodrigues (10145/AM). **Ficam os Agravados intimados, nas pessoas de seus advogados para, querendo, apresentar Contrarrazões ao presente recurso, bem como o Agravante para conhecimento da Decisão de fls. 161/164**, cujo teor final é o seguinte: "Posto isso, indefiro o pedido de efeito suspensivo. Intime-se a agravada para responder no prazo de 15 (quinze) dias, facultando-lhe juntar a documentação que entender necessária ao julgamento do recurso. À Secretaria para providências. Manaus, 25 de janeiro de 2019. Des. Elci Simões de Oliveira - Relator".

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus, 12 de março de 2019 (as) Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

RPCR

De ordem do Exmo. **Sr. Des. Elci Simões de Oliveira** - Relator nos autos Eletrônicos de **Agravo de Instrumento nº 4001895-13.2018.8.04.0000**, em que são **Agravantes: Tereza de Jesus Velez Barbosa e Artemio Pereira Barbosa** (Advogados: Dr. Mauro Allen Bezerra (2655/AM), Dr. Rafael de Araújo Romano Júnior (3652/AM) e Dr. Vasco Macedo Vasques (5305/AM). **Agravado: Banco Bradesco S/A** (Advogado Dr. Marcondes Fonseca Luniere Junior (2897/AM). **Fica o Agravado intimado, na pessoa de seu advogado para, querendo, apresentar Contrarrazões ao presente recurso, bem como o Agravante para conhecimento da Decisão de fls. 106/107,** cujo teor final é o seguinte: "Posto isso, indefiro o pedido de efeito suspensivo. Por oportuno, intime-se a Agravada para, querendo, apresentar contrarrazões ao recurso de Agravo de Instrumento, no prazo de 15 (quinze) dias, facultando-lhe juntar documentos que entender pertinentes, consoante o art. 1.019, II do Código de Processo Civil. Comunique-se o juízo à quo, nos termos do art. 1.019, inciso I do Código de Processo Civil. A Secretaria para providências. Manaus, 7 de março de 2019. Des. Elci Simões de Oliveira - Relator".

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus, 12 de março de 2019 (as) Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

RPCR

De ordem do Exmo. **Sr. Des. Elci Simões de Oliveira -** Relator nos autos Eletrônicos de **Agravo de Instrumento nº 4005919-84.2018.8.04.0000, em que é Agravante: Geap - Autogestão Em Saúde (**Advogado: Dr. Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (128431/SP). **Agravado: Célio Fagundes de Souza (**Advogada Dra. Juliana Carla Teixeira Vinagre Cotta (4364/AM). **Fica o Agravado intimado, na pessoa de sua advogada para, querendo, apresentar Contrarrazões ao presente recurso, bem como o Agravante para conhecimento da Decisão de fls. 322/324,** cujo teor final é o seguinte: "Posto isso, indefiro o pedido de efeito suspensivo vindicado. Intime-se o Agravado para, querendo, apresentar contrarrazões ao recurso de agravo de instrumento, no prazo de 15 (quinze) dias, facultando-lhe juntar documentos que entender pertinentes, consoante o art. 1.019, II do Código de Processo Civil. Comunique-se ao Juízo da 1ª instância (CPC, do artigo 1019, inciso I). A Secretaria para providências. Manaus, 8 de março de 2019. Des. Elci Simões de Oliveira - Relator".

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus, 12 de março de 2019 (as) Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

RPCR

De ordem da Exma. **Sra. Desa. Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura** - Relatora nos autos Eletrônicos de **Apelação nº 0604875-85.2014.8.04.0001**, em que **é Apelante/Apelado: Sofios Construções Ltda** (Advogados: Dr. Edson Pereira Duarte (3702/AM), Dr. João Paulo Monteiro de Lima (7618/AM) e Dra. Luciana Pedrosa de Moraes Rego Figueiredo (2819/AM). **Apelados/Apelantes: MÔNICA DO CARMO E FLEBER SANTOS LINS JUNIOR** (Advogados: Dra. Sâmara Ribeiro De Souza (10152/AM), Dr. Edson Rosas Junior (1190/AM) e Dr. João Paulo Monteiro de Lima (7618/AM). **Ficam as partes intimadas do DESPACHO de fl. 306, exarado nos autos acima cujo teor final é o seguinte: "À vista da petição de fls. 303/304**, intimem-

se as partes para que se manifestem acerca do acordo noticiado naquele instrumento, no prazo de 05 (cinco) dias, haja vista que a advogada que o subscreve, salvo engano, não tem procuração de nenhum dos sujeitos processuais nestes autos. À Secretaria da Segunda Câmara Cível para as providências pertinentes. Cumpra-se. Manaus, 17 de dezembro de 2018". Manaus/AM, 17 de dezembro de 2018. Desa. Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura - Relatora".

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus, 12 de março de 2019 (as) Dra. Pollyana de Souza Bastos Secretária.

RPCR

De ordem da **Exma. Sra. Desa. Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura** - Relatora nos autos Eletrônicos de **Apelação nº 0610538-15.2014.8.04.0001, em que são Apelantes: PATRIURBIS 01 EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S.A e outros.** (Advogados: Dra. Carolina Ribeiro Botelho (5963/AM) e Dr. Rennalt Lessa de Freitas (1722E/AM) **Apelado: Fabricio Luiz Lima Cavalcante de Oliveira** (Advogado: Dr. Eduardo Simões Passos (4906/AM). **Ficam os Apelantes intimados do DESPACHO de fls. 436,** exarado nos autos acima referidos na qual "Considerando o teor da petição de fls. 425 e documentos que a acompanham (fls. 426/434), na qual os Apelados requerem audiência para possível conciliação, DETERMINO a intimação dos Apelantes para informar se tem interesse em transigir, bem como na realização de audiência de conciliação, devendo observar o prazo indelével de 05 (cinco) dias. Cumpra-se. Manaus, 14 de dezembro de 2018. Desa. Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura - Relatora".

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus, 12 de março de 2019 (as) Dra. Pollyana de Souza Bastos Secretária.

RPCR

Pauta de Julgamento Designado

De ordem do Presidente da Egrégia Segunda Câmara Cível, Exmo(a). Des(a) Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura, faço público que, de acordo com o artigo 934 do Novo Código do Processo Civil, serão julgados nas próximas sessões, após cumpridas as formalidades legais, os seguintes processos:

Agravo de Instrumento nº 0005836-44.2015.8.04.0000, de Vara de Origem do Processo Não informado. Agravante: Ministério Público do Estado do Amazonas. Promotor: Leonardo Abnader Nobre (OAB: 3341/AM). Agravados: Ubirajara Ramos Moraes Júnior, Angela Maria de Araújo Nascimento, Raul Armonia Zaidan e outros. Advogados: Wilson Peçanha Neto (OAB: 4630/AM) Marcus Vinicius Cavalcanti Albano de Souza (2520/AM), Luis Felipe Avelino Medina (6100/AM) e Jucelino dos Santos Nobre (6166/AM). Presidente: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. **Relator: Ari Jorge Moutinho da Costa**. Membro: Wellington Jose de Araújo. Membro: Domingos Jorge Chalub Pereira. Membro: Elci Simões de Oliveira. Membro: Délcio Luiz Santos.

Agravo de Instrumento nº 4001248-18.2018.8.04.0000, de Vara de Família - Meta 2 do CNJ. Agravante: Francisca Maria Santana da Silva. Advogados: José Carlos de Sena Dantas (OAB: 6295/AM), Alcides Andrade (OAB: 6377/AM), Nancy Maggio (OAB: 6460/AM) e Nilson de Melo Santos (OAB: 10915/AM). Agravado: Isaias da Silva Cruz. Defensora: Valéria Araújo Neves. Presidente: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. **Relator: Ari Jorge Moutinho da Costa.** Membro: Wellington Jose de Araújo. Membro: Domingos Jorge Chalub Pereira. Membro: Elci Simões de Oliveira. Membro: Délcio Luiz Santos

Agravo de Instrumento nº 4001859-68.2018.8.04.0000, de Vara de Família - Meta 2 do CNJ. Agravante: Izaias da Silva Cruz. Defensora: Valéria Araújo Neves (OAB: 120303/MG). Agravada: Francisca Maria Santana da Silva. Advogado: José Carlos de Sena Dantas (OAB: 6295/AM) e outros. Presidente: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. **Relator: Ari Jorge Moutinho da Costa**. Membro: Wellington Jose de Araújo. Membro: Domingos Jorge Chalub Pereira. Membro: Elci Simões de Oliveira. Membro: Délcio Luiz Santos

Agravo de Instrumento nº 4002339-46.2018.8.04.0000, de Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania. Agravante: Carlos Alberto Pereira de Lima. Advogado: Yvon José Ramalho Gomes (OAB: 2791/AM). Agravada: Mariléia Gama Coimbra. Advogada: Dra. Michele Ferreira de Alencar - OAB/AM 11.864. Presidente: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. **Relator: Ari Jorge Moutinho da Costa**. Membro: Wellington Jose de Araújo. Membro: Domingos Jorge Chalub Pereira. Membro: Elci Simões de Oliveira. Membro: Délcio Luiz Santos

Apelação nº 0253303-03.2013.8.04.0001, de 3ª Vara de Família. Apelante: W. da C. A.. Defensora: Valéria Araújo Neves (OAB: 120303/MG). Apelada: L. L. dos S. A. - M. Representa: D. T. dos S. Advogado: Werley Stennyson Silva de Medeiros. Presidente: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. **Relator: Ari Jorge Moutinho da Costa.** Membro: Wellington Jose de Araújo. Membro: Domingos Jorge Chalub Pereira. Membro: Elci Simões de Oliveira. Membro: Délcio Luiz Santos.

Apelação nº 0258991-14.2011.8.04.0001, de 11ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Apelantes: Medição COM. e Repr. de Materiais Elétrica Ltda, Andrey Humberto Froz de Borba e Adriano Marcelo Froz de Borba. Advogados: Igor de Mendonça Campos (OAB: 766A/AM), Priscila Lima Monteiro (OAB/AM 5901) e outros. Apelado: Banco do Brasil S/A. Advogados: Servio Túlio de Barcelos (OAB: 44698/MG), José Arnaldo Janseen Nogueira (OAB: 1047A/AM) e outros. Presidente: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. **Relator: Ari Jorge Moutinho da Costa.** Membro: Wellington Jose de Araújo. Membro: Domingos Jorge Chalub Pereira. Membro: Elci Simões de Oliveira. Membro: Délcio Luiz Santos.

Apelação nº 0600886-37.2015.8.04.0001, de 3ª Vara da Fazenda Pública. Apelante: Fundo Previdenciário do Estado do Amazonas - Amazonprev Advogado: Fabio Martins Ribeiro (OAB: A449/AM) e outros. Apelante: O Estado do Amazonas Procuradora: Dra. Ingrid Monteiro (OAB/AM 3629). Apelada: Elvira Ferreira da Silva Willott Advogado: Elder Ricardo Willott Pereira (OAB: 16578/PA). Presidente: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. **Relator: Ari Jorge Moutinho da Costa**. Membro: Wellington Jose de Araújo. Membro: Domingos Jorge Chalub Pereira. Membro: Elci Simões de Oliveira. Membro: Délcio Luiz Santos.

Apelação nº 0603573-79.2018.8.04.0001, de 5ª Vara da Fazenda Pública Apelante: Ministério Público do Estado do Amazonas. Promotor: Edilson Queiroz Martins (OAB: 0136/MP/AM) Apelado: Isaac Tayah Advogadas: Bruna Mariana Nascimento dos Santos (OAB: 10935/AM) e Samara Ribeiro de Souza (OAB: 10152/AM). Presidente: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. **Relator: Ari Jorge Moutinho da Costa**. Membro: Wellington Jose de Araújo. Membro: Domingos Jorge Chalub Pereira. Membro: Elci Simões de Oliveira. Membro: Délcio Luiz Santos.

Apelação nº 0610831-77.2017.8.04.0001, de 1ª Vara da Fazenda Pública Apelante/Apelado: O Estado do Amazonas Procurador: Ticiano Alves e Silva (OAB: 764A/AM) Apelante/Apelado: Maria de Jesus Barros de Araújo. Defensora: Caroline Pereira de Souza (OAB: 9052/AM). Presidente: Maria do Perpétuo

Socorro Guedes Moura. **Relator: Ari Jorge Moutinho da Costa.** Membro: Wellington Jose de Araújo. Membro: Domingos Jorge Chalub Pereira. Membro: Elci Simões de Oliveira. Membro: Délcio Luiz Santos.

Apelação nº 0613863-61.2015.8.04.0001, de 4ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Apelante: Banco Bmg S/A. Advogados: Carlos Eduado Pereira Texeira (OAB: 327026/SP), Carla da Prato Campos (OAB: 156844/SP) e outros. Apelado: Francisco Ferreira de Melo. Advogado: José Luís Cantuária dos Reis (OAB: 2896/AM) Presidente: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. **Relator: Ari Jorge Moutinho da Costa.** Membro: Wellington Jose de Araújo. Membro: Domingos Jorge Chalub Pereira. Membro: Elci Simões de Oliveira. Membro: Délcio Luiz Santos.

Apelação nº 0615586-86.2013.8.04.0001, de 1ª Vara da Fazenda Pública Apelante/Apelado: Construtora J.E Arduino Ltda. Advogados: José Gilberto de Souza Luzeiro (OAB: 1891/AM), Rômulo José Fernandes da Silva (OAB: 1818/AM) e outros. Apelante/Apelado: O Estado do Amazonas. Procurador: Rafael Cândido da Silva (OAB: 6499/AM). Presidente: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. **Relator: Ari Jorge Moutinho da Costa.** Membro: Wellington Jose de Araújo. Membro: Domingos Jorge Chalub Pereira. Membro: Elci Simões de Oliveira. Membro: Délcio Luiz Santos.

Apelação nº 0618241-89.2017.8.04.0001, de 14ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho Apelante: Delta Máquinas Ltda Advogada: Gina Moraes de Almeida Apelados: Jaime Arturo Garcia Rodriguez e Inês Verônica Neyra Cáceres. Presidente: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. **Relator: Ari Jorge Moutinho da Costa.** Membro: Wellington Jose de Araújo. Membro: Domingos Jorge Chalub Pereira. Membro: Elci Simões de Oliveira. Membro: Délcio Luiz Santos.

Apelação nº 0622051-77.2014.8.04.0001, de Vara Especializada da Dívida Ativa Estadual Apelante: Fazenda Pública Estado do Amazonas. Procurador: Eugênio Nunes Silva (OAB: 763A/AM) Apelado: Natura Cosméticos S/A Advogados: Daniel Lacasa Maya (OAB: 163223/SP), Júlio Maria de Oliveira (OAB: 120807/SP), Felipe Cassarotti de Souza (OAB/SP 319864) e outros. Presidente: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. **Relator: Ari Jorge Moutinho da Costa**. Membro: Wellington Jose de Araújo. Membro: Domingos Jorge Chalub Pereira. Membro: Elci Simões de Oliveira. Membro: Délcio Luiz Santos.

Apelação nº 0622746-26.2017.8.04.0001, de 7ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho Apelante: Hapvida Assistencia Medica Ltda. Advogados: Fabianne Ribeiro Halinski (OAB: 7059/AM), Igor Macedo Facó (OAB: 16470/CE). Apelado: Luiz Heitor de Lima Coelho Advogado: Diogo Coelho de Freitas (OAB: 10733/AM) e Renato de Oliveira Gamenha (OAB/AM 10.292). Presidente: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. **Relator: Ari Jorge Moutinho da Costa**. Membro: Wellington Jose de Araújo. Membro: Domingos Jorge Chalub Pereira. Membro: Elci Simões de Oliveira. Membro: Délcio Luiz Santos.

Apelação nº 0626861-95.2014.8.04.0001, de 19ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho Apelante/Apelado: Patri Onze Empreendimentos Imobiliários Ltda Advogados: Keyth Yara Pontes Pina (OAB: 3467/AM) e Escritório Andrade GC Advogados (OAB/AM no. 057/97). Apelante/Apelada: Hedylamar Menezes de Souza e Souza e Paulo Tavares de Souza. Advogado: Ednilson Pimentel (OAB: 1799/AM). Presidente: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. **Relator: Ari Jorge Moutinho da Costa**. Membro: Wellington Jose de Araújo. Membro: Domingos Jorge Chalub Pereira. Membro: Elci Simões de Oliveira. Membro: Délcio Luiz Santos.

Apelação nº 0639651-77.2015.8.04.0001, de 13ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho Apelante: Construtora Capital S/A Advogada: Keyth Yara Pontes Pina (OAB: 3467/AM) Soc. Advogados Dias dos Santos Advogados (OAB: 311/AM). Apelado: Eduvaldo Vieira de Azevedo Advogados: Hanna Tavares Cunha (OAB: 10417/AM), Luiz Felipe Vilhena Rodrigues (OAB: 10418/AM). Presidente: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. **Relator: Ari Jorge Moutinho da Costa.** Membro: Wellington Jose de Araújo. Membro: Domingos Jorge Chalub Pereira. Membro: Elci Simões de Oliveira. Membro: Délcio Luiz Santos.

Apelação nº 0701586-26.2012.8.04.0001, de 16ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho Apelante: Exata Cargo Ltda. Advogados: Selma Mara Santana Mota (OAB: 5524/AM), Crisologo Everton Rocha de Queiroz (OAB: 337559/SP). Apelado: Tatiane Braga dos Santos. Presidente: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. **Relator: Ari Jorge Moutinho da Costa.** Membro: Wellington Jose de Araújo. Membro: Domingos Jorge Chalub Pereira. Membro: Elci Simões de Oliveira. Membro: Délcio Luiz Santos.

Apelação nº 0704494-56.2012.8.04.0001, de 6ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho Apelante: Hsbc Bank Brasil S/A - Banco Múltiplo Advogado: Felipe Gazola Vieira Marques (OAB: A995/AM) e outros. Apelado: Astro Veículos Ltda. Advogado: Eloy das Neves Lopes Júnior (OAB: 4900/AM) e outro. Presidente: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. **Relator: Ari Jorge Moutinho da Costa**. Membro: Wellington Jose de Araújo. Membro: Domingos Jorge Chalub Pereira. Membro: Elci Simões de Oliveira. Membro: Délcio Luiz Santos.

Apelação nº 0707663-51.2012.8.04.0001, de 13ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho Apelante: Tokio Marine Brasil Seguradora S/A Advogados: André de Souza Oliveira (OAB: 5219/AM), Jorge Antônio Dantas Silva (OAB: 255381A/SP), Karina Tatiana da Câmara Elias (OAB: 5420/AM) e outros. Apelado: Jr Transporte Ltda Advogados: Afranio Azevedo Pereira (OAB: 4434/AM) Henrique França Ribeiro (OAB/AM nº 7.080) e outros. Presidente: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. **Relator: Ari Jorge Moutinho da Costa.** Membro: Wellington Jose de Araújo. Membro: Domingos Jorge Chalub Pereira. Membro: Elci Simões de Oliveira. Membro: Délcio Luiz Santos.

Remessa Necessária nº 0634682-48.2017.8.04.0001, de 14ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho Requerente: Francisco Damião Fernandes de Macedo. Advogado: Kassia Cristina Pereira Torres (OAB: 10577/AM) Requerido: Instituto Nacional do Seguro Social Procurador: Cassiano Cardoso Calandrelli (OAB: 371064/SP) Presidente: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. **Relator: Ari Jorge Moutinho da Costa**. Membro: Wellington Jose de Araújo. Membro: Domingos Jorge Chalub Pereira. Membro: Elci Simões de Oliveira. Membro: Délcio Luiz Santos.

Agravo de Instrumento nº 4000630-49.2013.8.04.0000, de 8ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho Agravante: Ww Moraes Ltda Advogados: Emerson Paxá Pinto Oliveira (OAB/AM 9435), Olivia de Moraes Bezerra (OAB/AM 8317) e outros. Agravado: Geraldo Corrêa Dantas de Araujo Advogado: Geraldo Corrêa Dantas de Araújo (OAB/AM - 1370). **Presidente/Relatora: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura.** Relator: Ari Jorge Moutinho da Costa. Membro: Wellington Jose de Araújo. Membro: Domingos Jorge Chalub Pereira. Membro: Elci Simões de Oliveira. Membro: Délcio Luiz Santos.

Agravo de Instrumento nº 4001204-96.2018.8.04.0000, de 11ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho Agravante: Transcal - Industria e Comercio de Cerâmica Ltda. Advogados: João de Deus Gomes dos Anjos (OAB: 903/AM) e Diego Henrique Santos dos Anjos (OAB: 8583/AM). Agravado: Arapaima Motores e Veículos

Ltda Advogados: Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB: 128341/SP), Lais Mota de Souza Costa (OAB: 8503/AM), Bruno Rodrigo Vale Palheta (OAB: 7932/AM) e outros. **Presidente/Relatora: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura.** Relator: Ari Jorge Moutinho da Costa. Membro: Wellington Jose de Araújo. Membro: Domingos Jorge Chalub Pereira. Membro: Elci Simões de Oliveira. Membro: Délcio Luiz Santos.

Agravo de Instrumento nº 4001304-85.2017.8.04.0000, de 4ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho Agravante: Itaú Seguros S/A Advogados: Amandio Ferreira Tereso Junior (OAB: 739/AM), Maria Lucília Gomes (OAB: 313A/AM) e Bruno Braz Cordeiro (OAB: 6849/AM). Agravada: Maria do Socorro Melo da Costa Advogado: Evanete Batista Frota (OAB: 4635/AM) e Valter de Souza Neves (OAB: 4807/AM). **Presidente/Relatora: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura.** Relator: Ari Jorge Moutinho da Costa. Membro: Wellington Jose de Araújo. Membro: Domingos Jorge Chalub Pereira. Membro: Elci Simões de Oliveira. Membro: Délcio Luiz Santos

Agravo de Instrumento nº 4002061-45.2018.8.04.0000, de 3ª Vara de Família (Fora de Uso) Agravante: K. B. P. Representa: K. P. da S. B. Defensora: Valéria Araújo Neves (OAB: 120303/MG). Agravado: K. M. P. **Presidente/Relatora: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura.** Relator: Ari Jorge Moutinho da Costa. Membro: Wellington Jose de Araújo. Membro: Domingos Jorge Chalub Pereira. Membro: Elci Simões de Oliveira. Membro: Délcio Luiz Santos.

Agravo de Instrumento nº 4003129-30.2018.8.04.0000, de 19ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho Agravante: Joao Marcos Pozzeti. Advogado: Jucelino dos Santos Nobre (OAB: 6166/AM). Agravados: Isaac Torres Da Silva e outro. Advogados: Erico Caboclo de Macedo (OAB: 7685/AM) e Henrique Caboclo de Macedo (OAB: 8816/AM). **Presidente/Relatora: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura.** Relator: Ari Jorge Moutinho da Costa. Membro: Wellington Jose de Araújo. Membro: Domingos Jorge Chalub Pereira. Membro: Elci Simões de Oliveira. Membro: Délcio Luiz Santos.

Agravo de Instrumento nº 4004241-34.2018.8.04.0000, de 15ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho Agravante: Banco Bcv S/A (Atual Banco Sifra) Advogado: Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB: 23255/PE) e outros. Agravado: Raimundo Farias Braga Neto. Advogado: Thiago Andrade de Oliveira (OAB: 7671/AM). **Presidente/Relatora: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura.** Relator: Ari Jorge Moutinho da Costa. Membro: Wellington Jose de Araújo. Membro: Domingos Jorge Chalub Pereira. Membro: Elci Simões de Oliveira. Membro: Délcio Luiz Santos.

Agravo de Instrumento nº 4004967-08.2018.8.04.0000, de 2ª Vara da Fazenda Pública Agravante: O Estado do Amazonas. Procurador: Micael Pinheiro Neves Silva (OAB: 6088/AM). Agravado: Banco Bradesco S.A. Advogado: Mauro Paulo Galera Mari (OAB: 877A/AM). **Presidente/Relatora: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura.** Relator: Ari Jorge Moutinho da Costa. Membro: Wellington Jose de Araújo. Membro: Domingos Jorge Chalub Pereira. Membro: Elci Simões de Oliveira. Membro: Délcio Luiz Santos.

Agravo de Instrumento nº 4005086-66.2018.8.04.0000, de 3ª Vara de Família Agravante: Eliane Souza da Silva Defensora: Caroline Pereira de Souza (OAB: 9052/AM). Agravado: O Estado do Amazonas. Procurador: Janilson da Costa Barros (OAB/AM 13152). **Presidente/Relatora: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura.** Relator: Ari Jorge Moutinho da Costa. Membro: Wellington Jose de Araújo. Membro: Domingos Jorge Chalub Pereira. Membro: Elci Simões de Oliveira. Membro: Délcio Luiz Santos.

Apelação nº 0000898-44.2014.8.04.7500, de 2ª Vara de Tefé Apelante: Estado do Amazonas. Procurador: Alberto Bezerra de Melo (OAB: 2015/AM). Apelado: Maria Amelia Pereira da Silva. Defensor: Gustavo Linhares Rodrigues (OAB: 31361/BA). **Presidente/Relatora: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura.** Relator: Ari Jorge Moutinho da Costa. Membro: Wellington Jose de Araújo. Membro: Domingos Jorge Chalub Pereira. Membro: Elci Simões de Oliveira. Membro: Délcio Luiz Santos.

Apelação nº 0200474-16.2011.8.04.0001, de 14ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho Apelante: INSS - Instituto Nacional do Seguro Social Procuradora: Fernanda Meyge de Brito (OAB: 35105/BA). Apelada: Ana Helena Duarte Araujo Advogada: Elisabete Lucas (OAB: 4118/AM). **Presidente/Relatora: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura.** Relator: Ari Jorge Moutinho da Costa. Membro: Wellington Jose de Araújo. Membro: Domingos Jorge Chalub Pereira. Membro: Elci Simões de Oliveira. Membro: Délcio Luiz Santos.

Apelação nº 0212849-83.2010.8.04.0001, de 2ª Vara da Fazenda Pública Apelante: Afeam - Agencia de Fomento do Estado do Amazonas. Advogados: Olavo Cesar Castro Mendes (OAB: 513/AM), Dr. João Bosco de A. Toledano (OAB/AM 1.456) e outros. Apeladas: Vulcaplast Indústria da Amazônia Ltda, Cristiane Rodrigues Silveira e Ricardo Rosseti Moraes. Advogados: Fernando Souza Machado (OAB: 5975/AM), Rafael Fernando Tiesca Maciel (OAB: 7187/AM), Erivelton Ferreira Barreto (OAB: 5568/AM) e outro. **Presidente/Relatora: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura.** Relator: Ari Jorge Moutinho da Costa. Membro: Wellington Jose de Araújo. Membro: Domingos Jorge Chalub Pereira. Membro: Elci Simões de Oliveira. Membro: Délcio Luiz Santos.

Apelação nº 0244152-81.2011.8.04.0001, de 5ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho Apelante: Bradesco Seguros S/A Advogado: Edson Rosas Junior (OAB: 1910/AM) e outros. Apelados: Cesar C. Vieira - ME e Cesar Carlos Vieira. **Presidente/Relatora: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura.** Relator: Ari Jorge Moutinho da Costa. Membro: Wellington Jose de Araújo. Membro: Domingos Jorge Chalub Pereira. Membro: Elci Simões de Oliveira. Membro: Délcio Luiz Santos.

Apelação nº 0248738-98.2010.8.04.0001, de 2ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho Apelantes: Olga Helena Toledo Pires de Carvalho e Carvalho e Falcão Ltda. Advogados: Saulo Grana de Menezes e Alonso Oliveira de Souza (OAB: 1976/AM) Apelado: Johny Keiji Sasahara Advogada: Michelle Castro (OAB: 3997/AM). **Presidente/Relatora: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura.** Relator: Ari Jorge Moutinho da Costa. Membro: Wellington Jose de Araújo. Membro: Domingos Jorge Chalub Pereira. Membro: Elci Simões de Oliveira. Membro: Délcio Luiz Santos.

Apelação nº 0260834-14.2011.8.04.0001, de 16ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho Apelante/Apelado: Banco Bradesco Financiamentos S/A. Advogados: Rubens Gaspar Serra (OAB: 119859/SP) e Felipe Gazola Vieira Marques (OAB/MG 76.696) e outros. Apelante/Apelado: Amazonina Dantas de Souza Advogados: Maria do Rosário de Oliveira Melo (OAB: 5385/AM) e Juscelino de Oliveira Melo (OAB: 12546/AM). **Presidente/Relatora: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura.** Relator: Ari Jorge Moutinho da Costa. Membro: Wellington Jose de Araújo. Membro: Domingos Jorge Chalub Pereira. Membro: Elci Simões de Oliveira. Membro: Délcio Luiz Santos.

Secretaria do(a) Segunda Câmara Cível, em Manaus, 12 de março de 2019.

De ordem do Presidente da Egrégia Segunda Câmara Cível, Exmo(a). Des(a) Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura, faço público que, de acordo com o artigo 934 do Novo Código do Processo Civil, serão julgados nas próximas sessões, após cumpridas as formalidades legais, os seguintes processos:

Agravo de Instrumento nº 4000433-21.2018.8.04.0000, de 18ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Agravante: Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/a). Advogado: Guilherme Vilela de Paula (OAB: 69.306/MG). Advogada: Ligia de Souza Frias (OAB: 84.507/MG). Advogada: Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB: 118.303/MG) e outros. Agravado: Md Comércio de Materiais de Construção Ltda. Advogado: Rodolfo Rodrigues de Sant'Anna (OAB: 13.1000/AM). Presidente: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. **Relator: Wellington José de Araújo.** Membro: Domingos Jorge Chalub Pereira. Membro: Ari Jorge Moutinho da Costa. Membro: Elci Simões de Oliveira. Membro: Délcio Luís Santos.

Agravo de Instrumento nº 4001031-72.2018.8.04.0000, de 19ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Agravantes: Jorge Carlos Wider, Jaqueline Chagas Câmara. Advogada: Giselle Falcone Medina Pascarelli Lopes (OAB: 3.747/AM). Advogado: Bruno Veiga Pascarelli Lopes (OAB: 7.092/AM). Agravado: União Noroeste Brasileira da Igreja Adventista do Sétimo Dia. Advogado: Marcelo Abdon Kizem (OAB: 2.138/AM) e outro. Presidente: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. **Relator: Wellington José de Araújo.** Membro: Domingos Jorge Chalub Pereira. Membro: Ari Jorge Moutinho da Costa. Membro: Elci Simões de Oliveira. Membro: Délcio Luís Santos.

Agravo de Instrumento nº 4001437-93.2018.8.04.0000, de 17ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Agravante: Construtora Capital S/A. Advogado: Pedro de Araújo Ribeiro (OAB: 6.935/AM). Advogado: Luis Felipe Avelino Medina (OAB: 6.100/AM) e outros. Agravados: Maria do Carmo Seffair Lins de Albuquerque, Wellington Lins de Albuquerque. Advogado: Saulo Moyses Rezende da Costa (OAB: 7.300/AM). Advogada: Maria do Carmo Seffair Lins de Albuquerque (OAB: 4.039/AM). Presidente: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. **Relator: Wellington José de Araújo.** Membro: Domingos Jorge Chalub Pereira. Membro: Ari Jorge Moutinho da Costa. Membro: Elci Simões de Oliveira. Membro: Délcio Luís Santos.

Agravo de Instrumento nº 4001689-96.2018.8.04.0000, de 9ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Agravante: Instituto Nacional do Seguro Social. Procuradora: Karina Broze Naimeg Grossi (OAB: 119.869/MG). Agravado: Adenais Bezerra de Souza. Advogado: Wilson Molina Porto (OAB: 805A/AM). Presidente: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. **Relator: Wellington José de Araújo.** Membro: Domingos Jorge Chalub Pereira. Membro: Ari Jorge Moutinho da Costa. Membro: Elci Simões de Oliveira. Membro: Délcio Luís Santos.

Agravo de Instrumento nº 4001878-74.2018.8.04.0000, de 19ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Agravante: Banco Bradesco Financiamentos S/A. Advogado: Antonio Braz da Silva (OAB: 12.450/PE). Advogada: Gilmara Valões Cavalcanti da Silva (OAB: 24.533/PE) e outros. Agravado: José Ribamar Ferreira da Silva. Advogado: Wagner Silva dos Santos (OAB: 9.227/AM). Presidente: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. **Relator: Wellington José de Araújo.** Membro: Domingos Jorge Chalub Pereira. Membro: Ari Jorge Moutinho da Costa. Membro: Elci Simões de Oliveira. Membro: Délcio Luís Santos.

Agravo de Instrumento nº 4002151-87.2017.8.04.0000, de 1ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Agravante: Banco do Brasil S/A. Advogado: Rafael Iansen Cezar (OAB: 11.910/AM). Advogada: Érika Seffair Riker (OAB: 7.735/AM) e outros. Agravado: Paulo Roberto Cavalcante de Oliveira. Advogada: Francisca Núbia de Oliveira de Lima (OAB: 4.376/AM). Presidente: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. **Relator: Wellington José de Araújo.** Membro: Domingos Jorge Chalub Pereira. Membro: Ari Jorge Moutinho da Costa. Membro: Elci Simões de Oliveira. Membro: Délcio Luís Santos.

Agravo de Instrumento nº 4002171-44.2018.8.04.0000, de 18ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Agravante: Construtora Capital S/A. Advogada: Keyth Yara Pontes Pina (OAB: 3.467/AM). Soc. Advogados: Andrade Gc Advogados (OAB: 5.797/AM) e outros. Agravados: Tiago Oliveira, Olivia Helena Xavier Mengue. Advogado: Leonardo Guimarães Brito (OAB: 4.096/AM). Advogado: Pablo da Silva Negreiros (OAB: 4.227/AM). Presidente: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. **Relator: Wellington José de Araújo.** Membro: Domingos Jorge Chalub Pereira. Membro: Ari Jorge Moutinho da Costa. Membro: Elci Simões de Oliveira. Membro: Délcio Luís Santos.

Agravo de Instrumento nº 4002314-67.2017.8.04.0000, de 10ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Agravante: J. Cruz Industria e Comercio Ltda. Advogado: Igor de Mendonça Campos (OAB: 303.002/SP). Advogada: Priscila Lima Monteiro (OAB: 5.901/AM). Agravada: Francisca Rubim Correa. Advogado: Ademário do Rosário Azevedo (OAB: 2.926/AM). Advogado: Wiston Feitosa de Souza (OAB: 6.596/AM) e outros. Presidente: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. **Relator: Wellington José de Araújo.** Membro: Domingos Jorge Chalub Pereira. Membro: Ari Jorge Moutinho da Costa. Membro: Elci Simões de Oliveira. Membro: Délcio Luís Santos.

Agravo de Instrumento nº 4003229-19.2017.8.04.0000, de 14ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Agravante: Aymoré Crédito Financiamento e Investimento S/A. Advogado: Marco Antônio Crespo Barbosa (OAB: 1.007/AM) e outros. Agravada: Fabiana de Oliveira Cássio. Advogada: Maria Ângela Ferreira Reis (OAB: 5.906/AM). Advogada: Rita de Cassia Ferreira de Lucena (OAB: 5.107/AM). Presidente: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. **Relator: Wellington José de Araújo.** Membro: Domingos Jorge Chalub Pereira. Membro: Ari Jorge Moutinho da Costa. Membro: Elci Simões de Oliveira. Membro: Délcio Luís Santos.

Agravo de Instrumento nº 4003259-54.2017.8.04.0000, de 15ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Agravante: Claudia Deysy Figueira Belém. Advogado: Luis Augusto Pestana Vieira (OAB: 4.003/AM). Agravado: Adinael Farias de Souza. Presidente: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. **Relator: Wellington José de Araújo.** Membro: Domingos Jorge Chalub Pereira. Membro: Ari Jorge Moutinho da Costa. Membro: Elci Simões de Oliveira. Membro: Délcio Luís Santos.

Agravo de Instrumento nº 4003994-24.2016.8.04.0000, de 19ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Agravante: Banco Bradesco S/A. Advogado: Mauro Paulo Galera Mari (OAB: 887-A/AM) e outros. Agravados: Procoating Industrial de Laminado da Amazônia Ltda., Mbset Industrial Ltda. Advogado: Higinio Antônio Júnior (OAB: 22.214/SP). Advogado: Carlos Roberto Deneszczuk Antonio (OAB: 146.360/SP) e outros. Presidente: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. **Relator: Wellington José de Araújo.** Membro: Domingos Jorge Chalub Pereira. Membro: Ari Jorge Moutinho da Costa. Membro: Elci Simões de Oliveira. Membro: Délcio Luís Santos.

Agravo de Instrumento nº 4004361-14.2017.8.04.0000, de 1ª Vara da Dívida Ativa Estadual. Agravante: Estado do Amazonas. Procurador: Júlio Cezar Lima Brandão (OAB: 2.258/AM). Agravada: Nanda Life Corretora de Seguros Ltda. Advogado: Sérgio Luiz Schaefer (OAB: 11.780/SC). Presidente: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. **Relator: Wellington José de Araújo.** Membro: Domingos Jorge Chalub Pereira. Membro: Ari Jorge Moutinho da Costa. Membro: Elci Simões de Oliveira. Membro: Délcio Luís Santos.

Apelação nº 0702190-84.2012.8.04.0001, de 1ª Vara da Fazenda Pública. Apelante: Darla Mayara Marreiro Camara. Advogado: Félix de Melo Ferreira (OAB: 3.032/AM). Advogada: Luciana Lopes Xavier (OAB: 8.022/AM) e outros. Apelado: O Estado Amazonas. Procurador: Benedito Evaldo de Lima Moreno (OAB: 4.821/AM). Presidente: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. **Relator: Wellington José de Araújo.** Membro: Domingos Jorge Chalub Pereira. Membro: Ari Jorge Moutinho da Costa. Membro: Elci Simões de Oliveira. Membro: Délcio Luís Santos.

Agravo de Instrumento nº 4001404-06.2018.8.04.0000, de 16ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Agravante: Transdourada Navegação Ltda., Aracy Rodrigues Gonçalves., João Dias da Silva. Advogado: Rondineli Ferreira Pinto (OAB: 10.389/PA) e outros. Agravado: C A Martins Navegação - Me. Advogado: Ademário do Rosário Azevedo (OAB: 2.926/AM). Advogado: Wiston Feitosa de Sousa (OAB: 6.596/AM) e outros. **Presidente/Relatora: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura.** Membro: Wellington José de Araújo. Membro: Domingos Jorge Chalub Pereira. Membro: Ari Jorge Moutinho da Costa. Membro: Elci Simões de Oliveira. Membro: Délcio Luís Santos.

Apelação nº 0201243-92.2009.8.04.0001, de 16ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Apelante: Empresa de Jornais Calderaro Ltda. Advogado: Júlio Antônio de Jorge Lopes (OAB: 2023/AM). Advogado: Walter Siqueira Brito (OAB: 4.186/AM) e outros. Apelado: Raimundo Elson de Castro. Advogado: Manoel Pedro de Carvalho (OAB: 4.890/AM) Advogada: Eunice Valente Lima Ribeiro (OAB: 5.315/AM). **Presidente/Relatora: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura.** Membro: Wellington José de Araújo. Membro: Domingos Jorge Chalub Pereira. Membro: Ari Jorge Moutinho da Costa. Membro: Elci Simões de Oliveira. Membro: Délcio Luís Santos.

Apelação nº 0201763-52.2009.8.04.0001, de 5ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Apelante: Unimed de Manaus Cooperativa de Trabalho Médico Ltda. Advogado: Caio Patrick Coelho Silva Andrade (OAB: 13.408/AM). Advogado: Pedro Câmara Júnior (OAB: 2.834/AM). Advogada: Isabelle Benlolo de Azevedo (OAB: 11.737/AM) e outros. Apelado: Mário George de Oliveira Breta. Advogada: Maricarla Fonseca de Souza (OAB: 10.573/AM). Advogada: Silvania Paula dos Santos (OAB: 10.536/AM) e outros. **Presidente/Relatora: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura.** Membro: Wellington José de Araújo. Membro: Domingos Jorge Chalub Pereira. Membro: Ari Jorge Moutinho da Costa. Membro: Elci Simões de Oliveira. Membro: Délcio Luís Santos.

Apelação nº 0230597-84.2017.8.04.0001, de 2ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Apelante: Inss - Instituto Nacional do Seguro Social. Procuradora: Karina Broze Naimeg Grossi (OAB: 119.869/MG) e Procuradoria Federal No Estado do Amazonas. Apelado: José Cleber Oliveira Ribeiro. Advogado: Ademário do Rosário Azevedo (OAB: 2.926/AM). Advogada: Eliângela Martins de Alencar (OAB: 6.948/AM). Advogado: Raimundo Lazaro M. Silva (OAB: 10.640/AM). **Presidente/Relatora: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura.** Membro: Wellington José de Araújo. Membro: Domingos Jorge Chalub Pereira. Membro: Ari Jorge Moutinho da Costa. Membro: Elci Simões de Oliveira. Membro: Délcio Luís Santos.

Apelação nº 0602057-92.2016.8.04.0001, de 15ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Apelante: Risonei Maria Bezerra Nascimento. Advogado: Wilson Molina Porto (OAB: 805-A/AM - 12790AM/T). Apelado: Inss - Instituto Nacional do Seguro Social. Procuradora: Karina Broze Naimeg Grossi (OAB: 119.869/MG) e Procuradoria Federal No Estado do Amazonas. **Presidente/Relatora: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura.** Membro: Wellington José de Araújo. Membro: Domingos Jorge Chalub Pereira. Membro: Ari Jorge Moutinho da Costa. Membro: Elci Simões de Oliveira. Membro: Délcio Luís Santos.

Apelação nº 0617246-47.2015.8.04.0001, de 7ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Apelantes/Apelados: Capital Rossi Empreendimentos S/A., Eridano Empreendimentos Imobiliários Ltda., São Sinfrônio Empreendimentos Imobiliários Ltda. Advogada: Keyth Yara Pontes Pina (OAB: 3.467/AM). Advogado: Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB: 128.341/SP). Sociedade Andrade GC Advogados (OAB: 057/97/AM). Sociedade Dias dos Santos Advogados (OAB: 311/2010/AM) e outros. Apelantes/Apelados: Adilsimar Saraiva Maciel Lima., Gilberto Queiroz Lima. Advogada: Lais Araújo de Faria (OAB: 9.037/AM). Advogada: Marília Da Poian Furlan (OAB: 7.540/AM). **Presidente/Relatora: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura.** Membro: Wellington José de Araújo. Membro: Domingos Jorge Chalub Pereira. Membro: Ari Jorge Moutinho da Costa. Membro: Elci Simões de Oliveira. Membro: Délcio Luís Santos.

Apelação nº 0624382-32.2014.8.04.0001, de 3ª Vara da Fazenda Pública. Apelantes: Rosemary Miranda., Silvio Henrique de Melo., Vanda dos Santos Ribeiro., Vânia das Graças Buzaglo Alves., Waldeir Weguina Viera. Advogada: Martha Mafra Gonzalez (OAB: 4.103/AM). Apelado: O Estado do Amazonas. Procurador: Carlos Alexandre M. C. M. de Matos (OAB: 2.364/AM). **Presidente/Relatora: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura.** Membro: Wellington José de Araújo. Membro: Domingos Jorge Chalub Pereira. Membro: Ari Jorge Moutinho da Costa. Membro: Elci Simões de Oliveira. Membro: Délcio Luís Santos.

Apelação nº 0624710-88.2016.8.04.0001, de 2ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Apelantes: Cartaxo Empreendimentos Imobiliários Ltda., Baceiro Empreendimentos Imobiliários Ltda. Advogado: Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB: 12.8341/SP – A-598/AM) e outros. Apelado: Sandro Brandão Freire., Patrícia Castro Guedes. Advogada: Amanda de Souza Trindade Aizawa (OAB: 5.979/AM). Advogada: Juliane dos Santos Simões Pereira (OAB: 7.624/AM). **Presidente/Relatora: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura.** Membro: Wellington José de Araújo. Membro: Domingos Jorge Chalub Pereira. Membro: Ari Jorge Moutinho da Costa. Membro: Elci Simões de Oliveira. Membro: Délcio Luís Santos.

Apelação nº 0642215-58.2017.8.04.0001, de 13ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Apelante: Banco Pan S/A. Advogado: Sérgio Schulze (OAB: A-1.213/AM - 7.629/SC). Apelada: Camila Carla Marinho Martins. Advogada: Adna Lima da Silva (OAB: 11.171/AM). **Presidente/Relatora: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura.** Membro: Wellington José de Araújo. Membro: Domingos Jorge Chalub Pereira. Membro: Ari Jorge Moutinho da Costa. Membro: Elci Simões de Oliveira. Membro: Délcio Luís Santos.

Apelação nº 0643949-44.2017.8.04.0001, de 2ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Apelante: Banco do Brasil S/A. Advogado: Sérvio Túlio de Barcelos (OAB: 1.048A/AM). Advogado: José Arnaldo Janseen Nogueira (OAB: 1.047A/AM). Apelada: Eunice Sarah Filgueiras. Advogado: Paulo Felipe da Silva (OAB: 10.242/AM). **Presidente/Relatora: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura.** Membro: Wellington José de Araújo. Membro: Domingos Jorge Chalub Pereira. Membro: Ari Jorge Moutinho da Costa. Membro: Elci Simões de Oliveira. Membro: Délcio Luís Santos.

Agravo de Instrumento nº 4001790-36.2018.8.04.0000, de 2ª Vara da Fazenda Pública. Agravante: Luis Carlos Pereira Coutinho. Defensor: Arlindo Gonçalves dos Santos Neto (OAB: 4.368/AM) e Defensoria Pública do Estado do Amazonas. Agravado: Estado do Amazonas. Presidente: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. **Relator: Elci Simões de Oliveira.** Membro: Wellington José de Araújo. Membro: Domingos Jorge Chalub Pereira. Membro: Ari Jorge Moutinho da Costa. Membro: Délcio Luís Santos.

Agravo de Instrumento nº 4001802-50.2018.8.04.0000, de 8ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Agravante: Banco Santander (Brasil) S.A. Advogado: José Quagliotti Salamone (OAB: 103.587/SP). Agravada: Helvinis Medeiros de Almeida. Advogado: Glaucio Nunes da Luz (OAB: 6.326/AM). Advogada: Sudjane da Luz Rodrigues (OAB: 6.718/AM). Advogado: Christiano de Oliveira Santiago (OAB: 9.536/AM). Presidente: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. **Relator: Elci Simões de Oliveira.** Membro: Wellington José de Araújo. Membro: Domingos Jorge Chalub Pereira. Membro: Ari Jorge Moutinho da Costa. Membro: Délcio Luís Santos.

Agravo de Instrumento nº 4001871-82.2018.8.04.0000, de 8ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Agravante: Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/a). Advogado: Guilherme Vilela de Paula

(OAB: A-1.010/AM - 69.306/MG). Advogada: Ligia de Souza Frias (OAB: 84507/MG) Advogada: Isabela Montuori Bougleux de Araujo (OAB: 118.303/MG) e outros. Agravada: Patricia Atala Tuma. Advogado: Nataniel Pereira Massulo (OAB: 12.038/AM). Presidente: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. **Relator: Elci Simões de Oliveira.** Membro: Wellington José de Araújo. Membro: Domingos Jorge Chalub Pereira. Membro: Ari Jorge Moutinho da Costa. Membro: Délcio Luís Santos.

Agravo de Instrumento nº 4001978-29.2018.8.04.0000, de 18ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Agravante: Condomínio Residencial Ocean Park. Advogada: Ana Barbara Martins Bacelar (OAB: 11.404/AM). Advogado: Ewerton Carneiro (OAB: 11.062/AM). Advogado: Ramyde Washington Abel Caldeira Doce Cardozo (OAB: 12.029/AM). Agravado: CIEX-Laghi Engenharia – SPD Ltda. Advogado: Arnoldo Bentes Coimbra (OAB: 345/AM). Advogado: Wellington de Amorim Alves (OAB: 2.993/AM). Advogada: Cláudia Moraes Nadaf da Costa Val (OAB: 2.523/AM). Advogado: Daniel Santos de Andrade (OAB: 6.733/AM). Presidente: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. **Relator: Elci Simões de Oliveira.** Membro: Wellington José de Araújo. Membro: Domingos Jorge Chalub Pereira. Membro: Ari Jorge Moutinho da Costa. Membro: Délcio Luís Santos.

Apelação / Remessa Necesária nº 0606983-53.2015.8.04.0001, de 16ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Apelante: Instituto Nacional de Seguro Social - INSS. Procuradora: Karina Broze Naimeg Grossi (OAB: 9.245/AM). Apelada: Rosinilde Silveira Araújo. Advogado: Hermerson dos Santos Rodrigues (OAB: 8.245/AM). Advogado: Israel Lamego de Lima Júnior (OAB: 8.475/AM). Advogado: Ronildo Apoliano Oliveira (OAB: 8.490/AM). Advogado: Aguinaldo Pereira Dias (OAB: 7.667/AM) e outros. Presidente: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. **Relator: Elci Simões de Oliveira.** Membro: Wellington José de Araújo. Membro: Domingos Jorge Chalub Pereira. Membro: Ari Jorge Moutinho da Costa. Membro: Délcio Luís Santos.

Apelação / Remessa Necesária nº 0637653-40.2016.8.04.0001, de 3ª Vara da Fazenda Pública. Apelante: Estado do Amazonas. Procuradora: Ana Marcela Grana de Almeida (OAB: 7.513/AM). Apelados: Gilbert Tavares de Oliveira, Aluisio de Oliveira Borges, Ajanildo Soares Cortes, Antônio Batista Ribeiro, Beto Gonçalves de Souza. Advogado: Jonilson Maia Pereira (OAB: 7.871/AM). Presidente: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. **Relator: Elci Simões de Oliveira.** Membro: Wellington José de Araújo. Membro: Domingos Jorge Chalub Pereira. Membro: Ari Jorge Moutinho da Costa. Membro: Délcio Luís Santos.

Apelação nº 0234141-61.2009.8.04.0001, de 14ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Apelante: Banco Bradesco S.A.., Cabea - Caixa de Prev. dos Funcionários do Banco do Estado do Amazonas. Advogado: Rafael B. Fontelles (OAB: 327.331/SP) e outros. Apelados: Antônio Pereira Barbosa Neto, Mary Anne Zagury. Advogado: Paulo Roberto Lopes da Silva (OAB: 6.699/AM). Presidente: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. **Relator: Elci Simões de Oliveira.** Membro: Wellington José de Araújo. Membro: Domingos Jorge Chalub Pereira. Membro: Ari Jorge Moutinho da Costa. Membro: Délcio Luís Santos.

Apelação nº 0251544-77.2008.8.04.0001, de 11ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Apelante: Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/a). Advogado: Guilherme Vilela de Paula (OAB: 1.010A/AM). Advogada: Cristiane Bentes Teixeira (OAB: 5.283/AM). Advogado: Luis Phillip de Lana Foureaux (OAB: 1.011A/AM) e outros. Apelado: José de Souza Vale. Defensor: Christiano Pinheiro da Costa (OAB: 3.542/AM) e Defensoria Pública do Estado do Amazonas. Presidente: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. **Relator: Elci Simões de Oliveira.** Membro: Wellington José de Araújo. Membro: Domingos Jorge Chalub Pereira. Membro: Ari Jorge Moutinho da Costa. Membro: Délcio Luís Santos.

Apelação nº 0606700-30.2015.8.04.0001, de 5ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Apelantes: Ana Maria da Silva Batalha, Carlos Henrique da Silva Candido, Carmendes Pereira de Alcântara, Cíntia Maria Silva da Costa e outros. Advogada: Maria do Rosário de Oliveira Melo (OAB: 5.385/AM) e outro. Apelado: Brummel e Jathahy Consultoria Em Publicidade e Eventos Ltda- Festa Fácil Formaturas. Advogado: César Augusto Gomes Monteiro (OAB: 9.696/AM). Advogada: Lidiane de Souza Soares (OAB: 12.067/AM). Advogado: Bruno Machado de Lima (OAB: 12.597/AM). Presidente: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. **Relator: Elci Simões de Oliveira.** Membro: Wellington José de Araújo. Membro: Domingos Jorge Chalub Pereira. Membro: Ari Jorge Moutinho da Costa. Membro: Délcio Luís Santos.

Apelação nº 0640293-79.2017.8.04.0001, de 13ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Apelante: Tim Celular S/A. Advogado: Carlos Roberto Siqueira Castro (OAB: 671-A/AM). Advogado: Diogo Ribeiro Ayres (OAB: 148.491/RJ). Advogado: Marcelo da Silva Carlos (OAB: 7.366/AM) e outro. Apelado: Roberto Alves. Advogado: Roberto Alves (OAB: 9.258/AM). Presidente: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. **Relator: Elci Simões de Oliveira.** Membro: Wellington José de Araújo. Membro: Domingos Jorge Chalub Pereira. Membro: Ari Jorge Moutinho da Costa. Membro: Délcio Luís Santos.

Agravo de Instrumento nº 4003350-13.2018.8.04.0000, de 15ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Agravante: Maria Vangela dos Reis Cunha. Advogado: Elio Francisco de Carvalho (OAB: 493/AM) e outro. Agravada: Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/a). Advogado: Décio Freire (OAB: A-697/AM – 56.543/MG) e outros. Presidente: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. **Relator: Délcio Luís Santos**. Membro: Wellington José de Araújo. Membro: Domingos Jorge Chalub Pereira. Membro: Ari Jorge Moutinho da Costa. Membro: Elci Simões de Oliveira.

Agravo de Instrumento nº 4003589-17.2018.8.04.0000, de 9ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Agravante: Tecon Tecnologia em Construções Ltda. Advogada: Elizabete Rozeli Cordoba (OAB: 95.045/SP). Advogado: Antônio Coimbra Filho (OAB: 3.252/AM). Advogada: Romilda Alves (OAB: 94.168/SP). Agravado: Pinheiro e Pinheiro Materiais de Contrução Ltda – Epp. Advogado: Rodrigo Araújo Rebelo D. Albuquerque (OAB: 12.324/AM) e outro. Presidente: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. **Relator: Délcio Luís Santos.** Membro: Wellington José de Araújo. Membro: Domingos Jorge Chalub Pereira. Membro: Ari Jorge Moutinho da Costa. Membro: Elci Simões de Oliveira.

Apelação nº 0602378-30.2016.8.04.0001, de 14ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Apelantes: Robert Renato de Freitas Pereira., Erlandia dos Santos Lima., Helton de Freitas Pereira. Advogado: Eduardo Alvarenga Viana (OAB: 6.032/AM). Advogada: Pualani Moreira Barreto (OAB: 9.852/AM). Apelada: Capital Rossi - ESEPO Empreendimentos Imobiliários Ltda. Presidente: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura. **Relator: Délcio Luís Santos.** Membro: Wellington José de Araújo. Membro: Domingos Jorge Chalub Pereira. Membro: Ari Jorge Moutinho da Costa. Membro: Elci Simões de Oliveira.

Secretaria do(a) Segunda Câmara Cível, em Manaus, 12 de março de 2019.

TERCEIRA CÂMARA CÍVEL

Despachos

Despacho proferido pelo Exmo. Sr. Desembargador **Airton Luís Corrêa Gentil** Relator do Processo Eletrônico de **Embargos de Declaração nº. 0001497-03.2019.8.04.0000**/Manaus – AM, em que figuram como **Embargante, Fundação de Vigilância Em Saúde - Fvs**, advogado, Alcineia da Silva Rodrigues (3887/AM), Tibiriçá Valério de Holanda Filho (7159/AM) e Wellington Filgueira Sampaio (5308/AM) e como **Embargado, José Francisco de Lima Martins**, advogado, Alex Mendes dos Santos (7308/AM). **Despacho: "(...)** Ante a possibilidade do efeito modificativo do julgado, intime-se a parte embargada para, no prazo legal, manifestar-se acerca do teor dos Embargos de Declaração, nos termos do art. 1023, §2º, do Código de Processo Civil. À Secretaria para providências necessárias. Manaus, 12 de março de 2019. Desembargador Airton Luís Corrêa Gentil-Relator

Fica intimada a parte embargada, por meio de seu advogado, **Alex Mendes dos Santos (7308/AM)**, para apresenta r manifestação ao recurso em epígrafe, no prazo legal, contados da publicação deste. Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça.

Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 12 de março de 2019.

Tânia Mara Garcia Mafra. Assistente da Secretária. M. 1104

Despacho proferido pelo Exmo. Sr. Desembargador **Airton Luís Corrêa Gentil** Relator do Processo Eletrônico de **Embargos de Declaração nº. 0001489-26.2019.8.04.0000**/Manaus – AM, em que figuram como **Embargante, Fundação de Vigilância Em Saúde - Fvs**, advogado, Alcineia da Silva Rodrigues (3887/AM), Tibiriçá Valério de Holanda Filho (7159/AM) e Wellington Filgueira Sampaio (5308/AM) e como **Embargado, Marcos Paulo Lobo da Silva**, advogado, Alex Mendes dos Santos (7308/AM) e Joyce Marques de Almeida (13087/AM). **Despacho: "(...)** Ante a possibilidade do efeito modificativo do julgado, intime-se a parte embargada para, no prazo legal, manifestar-se acerca do teor dos Embargos de Declaração, nos termos do art. 1023, § 2º, do Código de Processo Civil. À Secretaria para providências necessárias. Manaus, 12 de março de 2019. Desembargador Airton Luís Corrêa Gentil-Relator

Fica intimada a parte embargada, por meio de seu advogado, **Dr. Alex Mendes dos Santos (7308/AM) e Joyce Marques de Almeida (13087/AM)**, para apresenta r manifestação ao recurso em epígrafe, no prazo legal, contados da publicação deste. Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça.

Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 12 de março de 2019.

Tânia Mara Garcia Mafra. Assistente da Secretária. M. 1104.

Despacho proferido pelo Exmo. Sr. Desembargador **Airton Luís Corrêa Gentil** Relator do Processo Eletrônico de **Embargos de Declaração nº. 0001486-71.2019.8.04.0000**/Manaus – AM, em que figuram como **Embargante, Fundação de Vigilância Em Saúde - Fvs**, advogado, Alcineia da Silva Rodrigues (3887/AM), Tibiriçá Valério de Holanda Filho (7159/AM) e Wellington Filgueira Sampaio (5308/AM) e como **Embargado, Ailson Cunha da Silva**, advogado, Alex Mendes dos Santos (7308/AM) e Andreza Silva de Oliveira (9241/AM). **Despacho: "(...)** Ante a possibilidade do efeito modificativo do julgado, intime-se a parte embargada para, no prazo legal, manifestar-se acerca do teor dos Embargos de Declaração, nos termos do art. 1023, §2.º, do Código de Processo Civil. À Secretaria para providências necessárias. Manaus, 12 de março de 2019. Desembargador Airton Luís Corrêa Gentil-Relator

Fica intimada a parte embargada, por meio de seu advogado, **Dr. Alex Mendes dos Santos (7308/AM) e Andreza Silva de Oliveira (9241/AM)**, para apresenta r manifestação ao recurso em epígrafe, no prazo legal, contados da publicação deste. Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça.

Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 12 de março de 2019.

Tânia Mara Garcia Mafra. Assistente da Secretária. M. 1104.

EDITAL DE INTIMAÇÃO

Despacho proferido pelo Exmo. Sr. Desembargador **João de Jesus Abdala Simões** Relator dos Autos Virtuais de **Apelação nº. 0612176-20.2013.8.04.0001**/Manaus – AM, em que figuram como **Apelante, Direcional Rubi Empreendimentos Imobiliários Ltda e Robério Castro de Oliveira Júnior**, advogado, Camila Cantanhede Oliveira Gonçalves (7757/AM), Fabricio da Silva Henriques (7744/AM), Humberto Rossetti Portela (91263/MG) e Túlio Picanço Taketomi (7747/AM) e como **Apelado, Direcional Rubi Empreendimento Imobiliário Ltda e Robério Castro de Oliveira Júnior**, advogado, Fabricio da Silva Henriques (7744/AM), Humberto Rossetti Portela (91263/MG), Leonardo Braz de Carvalho (76653/MG) e Monique Kelly Costa de Oliveira (7925/AM). **Despacho:** "Permaneçam os autos sobrestados junto ao Núcleo de Gerenciamento de Precedentes NUGEP, tendo em vista que o conteúdo da petição de fls. 516/522 diz respeito ao mérito do recurso de apelação, suspenso em razão do IRDR nº 0005477-60.2016.8.04.0000. À secretaria para providências. Manaus, 11 de março de 2019. Desembargador JOÃO DE JESUS ABDALA SIMÕES. Relator."

Ficam as partes intimadas do inteiro teor do presente despacho. Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça.

Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 12 de março de 2019.

Tânia Mara Garcia Mafra. Secretária. M. 1104.

Despacho proferido pelo Exmo. Sr. Desembargador **João de Jesus Abdala Simões** Relator dos Autos Virtuais de **Apelação nº. 0623270-86.2018.8.04.0001**/Manaus – AM, em que figuram como **Apelante, Joelma Maria Oliveira da Silva**, advogado, Cintia Rossette de Souza (4605/AM) e como **Apelado, Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/a)**, advogado, Guilherme Vilela de Paula (69306/MG) e Isabela Montuori Bougleux de Araújo (1069A/AM). **Despacho:** "(...)Na forma dos arts. 10 e 933 do CPC/2015, intime-se a parte Recorrente para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar-se sobre eventual não conhecimento do recurso por ausência de dialeticidade. Isso porque, conquanto os pedidos de revisão e de indenização por danos morais tenham sido indeferidos em razão da ausência de demonstração mínima de justa causa, as razões do recurso giram em torno de um suposto reconhecimento de ilegalidade da cobrança (o que não ocorreu no caso concreto) e na colação de argumentos genéricos a respeito do dano moral. Cumpra-se com as cautelas de praxe. Manaus, 11 de março de 2019. Desembargador JOÃO DE JESUS ABDALA SIMÕES. Relator."

Ficam a parte apelante intimada do inteiro teor do presente despacho , por meio de seus advogados, **Cintia Rossette de Souza (4605/AM)**. Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça.

Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 12 de março de 2019.

Tânia Mara Garcia Mafra. Secretária. M. 1104.

Despacho proferido pelo Exmo. Sr. Desembargador **João de Jesus Abdala Simões** Relator do Processo Eletrônico de **Embargos de Declaração nº. 0001362-88.2019.8.04.0000**/Manaus – AM, em que figura como **Embargante, Raimundo França Azevedo**, advogado, Dr. Eduardo Santana Pinheiro (7049/AM) e como **Embargado, Luciete Paes Guimarães**, advogado, Dr. Marco Roberto Pereira da Silva (10172/AM). **Despacho: "(...)** Considerando que os aclaratórios podem implicar a modificação do julgado, intime-se a parte embargada para apresentar manifestação no prazo disposto no art. 1.023, §2º, respeitando-se o que preceitua o art. 219, ambos do CPC/2015. Cumpra-se com as cautelas de praxe. Manaus/AM, 11 de março de 2019. Desembargador JOÃO DE JESUS ABDALA SIMÕES – Relator."

Fica intimada a parte embargada, por meio de seu advogado, **Dr. Marco Roberto Pereira da Silva (10172/AM)**, para apresenta r manifestação ao recurso em epígrafe, no prazo legal, contados da publicação deste. Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça.

Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 12 de março de 2019.
Tânia Mara Garcia Mafra. Assistente da Secretária. M. 1104.

Despacho proferido pelo Exmo. Sr. Desembargador **João de Jesus Abdala Simões** Relator do Processo Eletrônico de **Embargos de Declaração nº. 0001364-58.2019.8.04.0000**/Manaus – AM, em que figura como **Embargante, China Construction Bank (Brasil) Banco Multiplo S.a.**, advogados, Drs. Carolina Pfeiffer Figueiredo (210943/RJ), Diogo A. Rezende de Almeida (123702/RJ) e Jacques Felipe Albuquerque Rubens (208019/RJ) e como **Embargados, Empresa Brasileira de Tecnologia Digital Ltda. e Igb Eletrônica S/A**, advogados, Drs. Adriano de Souza Jaques (315165/SP), Elaine Carnavale Bussi (272431/SP), Gilberto Giansante (76519/SP) e Rafael Isber Figliola (320581/SP). **Despacho: "(...)** Considerando que os aclaratórios podem implicar a modificação do julgado, intime-se a parte embargada para apresentar manifestação no prazo disposto no art. 1.023, §2º, respeitando-se o que preceitua o art. 219, ambos do CPC/2015. Cumpra-se com as cautelas de praxe. Manaus/AM, 11 de março de 2019. Desembargador JOÃO DE JESUS ABDALA SIMÕES- Relator."

Fica intimada a parte embargada, por meio de seu advogado, **Dr. Adriano de Souza Jaques (315165/SP), Elaine Carnavale Bussi (272431/SP), Gilberto Giansante (76519/SP) e Rafael Isber Figliola (320581/SP)**, para apresenta r manifestação ao recurso em epígrafe, no prazo legal, contados da publicação deste. Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça.

Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 12 de março de 2019.
Tânia Mara Garcia Mafra. Assistente da Secretária. M. 1104.

Despacho proferido pelo Exmo. Sr. Desembargador **João de Jesus Abdala Simões** Relator dos Autos Virtuais de **Apelação nº. 0245392-76.2009.8.04.0001**/Manaus – AM, em que figura como **Apelante, Itautinga Agro Industrial S/A**, advogados, Drs. Adriana Ferreira do Nascimento (5498/AM), Antônia Andrade de Queiroz (3059/AM), João Bosco de Albuquerque Toledano (1456/Am) e Sandro Abreu Torres (4078/AM) e como **Apelado, Andreza Barros do Nascimento - Me. Despacho:** "(...) Isso posto, determino que a apelante apresente documentos que atestem o preenchimento dos pressupostos legais ao deferimento da justiça gratuita, consoante o disposto no art. 99, §2º, do CPC. 03. À secretaria para providências. Manaus, 11 de março de 2019. Desembargador JOÃO DE JESUS ABDALA SIMÕES – Relator."

Ficam as partes intimadas do inteiro teor do presente despacho . Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça.

Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 12 de março de 2019.
Tânia Mara Garcia Mafra. Secretária. M. 1104.

Despacho proferido pelo Exmo. Sr. Desembargador **Flávio Humberto Pascarelli Lopes** Relator dos Autos Virtuais de **Agravo de Instrumento nº. 4005987-34.2018.8.04.0000**/Manaus – AM, em que figura como **Agravante, Eulalia Rodrigues da Rocha**, advogada, Dra. Geisa Rodrigues da Frota (8871/AM) e como **Agravado, Francisca da Costa Rocha**,. **Despacho:** "(...) Diga a agravante sobre a certidão de fls. 86, no prazo de 10 (dez) dias. À Secretaria para as devidas providências. CUMPRA-SE. Manaus, 1º de março de 2019. Desembargador Flávio Humberto Pascarelli Lopes – Relator."

Ficam as partes intimadas do inteiro teor do presente despacho. Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça.

Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 11 de março de 2019.
Tânia Mara Garcia Mafra. Secretária. M. 1104.

Despacho proferido pelo Exmo. Sr. Desembargador **Flávio Humberto Pascarelli Lopes** Relator dos Autos Virtuais de **Agravo Interno nº. 0001228-61.2019.8.04.0000**/Manaus – AM, em que figura como **Agravante, O Estado do Amazonas**, advogada, Dra. Ana Marcela Grana de Almeida (7513/AM) e como **Agravado, Antônio Gerlan Martin da Silva**, advogado, Dr. Douglas Herculano Barbosa (6407/AM). **Despacho:** "(...) Intime-se o agravado para, querendo, ofertar contrarrazões no prazo de 15 (quinze) dias. À Secretaria para as devidas providências. CUMPRA-SE. Manaus, 1 de março de 2019. Desembargador Flávio Humberto Pascarelli Lopes - Relator

Ficam as partes intimadas do inteiro teor do presente despacho. Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça.

Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 11 de março de 2019.
Tânia Mara Garcia Mafra. Secretária. M. 1104.

Despacho proferido pelo Exmo. Sr. Desembargador **Airton Luís Corrêa Gentil** Relator do Processo Eletrônico de **Embargos de Declaração nº. 0001514-39.2019.8.04.0000**/Manaus – AM, em que figura como **Embargante, Eduardo Teixeira Cavalcante**, advogados, Drs.Glaucio Castelo Branco Maués. (5666/AM) e Luiz Paulo Cavalcante (5746/AM) e como **Embargado, Ronaldo Lázaro Tiradentes**, advogado,Dr.Ronaldo Lázaro Tiradentes (4113/AM). **Despacho: "(...)** Ante a possibilidade do efeito modificativo do julgado, intime-se a parte embargada para, no prazo legal, manifestar-se acerca do teor dos Embargos de Declaração, nos termos do art. 1023, § 2º, do Código de Processo Civil. À Secretaria para providências necessárias. Manaus, 1 de março de 2019. Desembargador Airton Luis Corrêa Gentil-Relator."

Fica intimada a parte embargada, por meio de seu advogado, **Dr. Ronaldo Lázaro Tiradentes (4113/AM)**, para apresentar manifestação ao recurso em epígrafe, no prazo legal, contados da publicação deste. Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça.

Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 11 de março de 2019.
Tânia Mara Garcia Mafra. Assistente da Secretária. M. 1104.

Na forma do que dispõe o Provimento nº 028/96 de 16.04.96 da Egrégia Corregedoria Geral de Justiça, e art. 1.019, II do CPC/2015. Processo Eletrônico de Agravo de Instrumento **nº 4000888-49.2019.8.04.0000**/Manaus - AM, em que figura como **Agravante, Hugo Fernandes Levy Filho**, advogados, Drs. Carolina Augusta Martins (9989/AM), Hugo Fernandes Levy Neto (4366/AM), Robert Merrill York Júnior (4416/AM) e Victor Hugo Trindade Simões (9286/AM) e como **Agravado, Maria Clice Marques**, advogada, Dra. Andreza Priscila Lima de Lima (9192/AM).

Fica intimada a parte agravada, por meio de seu advogada, **Dra. Andreza Priscila Lima de Lima (9192/AM)**, para **apresentação de contrarrazões** ao recurso em epígrafe, no prazo da lei, contados da publicação desta. Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça.

Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 12 de março de 2019.

Tânia Mara Garcia Mafra. Assistente da Secretária. M. 1104.

Intimações

Despacho proferido pelo Exmo. Sr. Desembargador **Nélia Caminha Jorge** Relator dos Autos Virtuais de **Agravo de Instrumento nº. 4001032-23.2019.8.04.0000**/Manaus – AM, em que figuram como **Agravante, Raimundo Nonato dos Santos Duarte**, advogado, Alcimar Almeida Sena (2788/AM) e como **Agravado, Condomínio Edifício Tropical Executive & Residence Hotel**, advogado, Adriane Cristine Cabral Magalhães (5373/AM) e José Mário de Carvalho Neto (4861/AM). **Despacho:** "(...) Trata-se de agravo de instrumento interposto por Raimundo Nonato dos Santos Duarte contra decisão interlocutória acostada às fls. 12/14 destes autos, proferida pelo Juízo da 16ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho, em sede de cumprimento de sentença n.° 0364513-69.2007, inaugurado pelo Condomínio Edifício Tropical Executive & Residence Hotel. Determino a intimação do recorrido para que apresente contrarrazões no prazo de 15 (quinze) dias úteis, tudo nos termos do artigo 1019 do CPC. À Secretaria para as providências. Manaus, 12 de março de 2019. Desembargadora Nélia Caminha Jorge-Relatora

Ficam as partes intimadas, Adriane Cristine Cabral Magalhães (5373/AM) e José Mário de Carvalho Neto (4861/AM). do inteiro teor do presente despacho . Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça.

Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 12 de março de 2019.

Tânia Mara Garcia Mafra. Secretária. M. 1104.

Despacho proferido pelo Exmo. Sr. Desembargador **João de Jesus Abdala Simões** Relator dos Autos Virtuais de **Apelação nº. 0601830-34.2018.8.04.0001**/Manaus – AM, em que figuram como **Apelante, Zila de Souza Lima**, advogados, Antonio Carlos Gama Alves (924A/AM) e José Eldair de Souza Martins (1822/AM) e como **Apelado, Banco Bradesco S.a.**, advogados, Edson Rosas Junior (1910/AM) e Lúcia Cristina Pinho Rosas (5109/AM). **Despacho:** "(...) Considerando que o juízo a quo rejeitou liminarmente os embargos à execução, aplico por analogia o disposto no art. 332, §4º, do CPC, e, nesse contexto, determino a citação do réu para, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar contrarrazões. À secretaria para providências. Manaus, 11 de março de 2019. Desembargador JOÃO DE JESUS ABDALA SIMÕES - Relator

Ficam as partes intimadas, Edson Rosas Junior (1910/AM) e Lúcia Cristina Pinho Rosas (5109/AM), do inteiro teor do presente despacho . Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça.

Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 12 de março de 2019.

Tânia Mara Garcia Mafra. Secretária. M. 1104.

Decisões

Decisão proferida pelo Exmo. Sr. Desembargador **Flávio Humberto Pascarelli Lopes**, Relator do Processo Eletrônico de **Tutela Cautelar Antecedente nº. 4000647-91.2019.8.04.0900**/ Manaus - AM, em que figuram como **Requerente, O Estado do Amazonas**, advogado, José Carlos Marinho da Silva (1273/AM) e Júlio Cesar de Vasconcelos Assad (5765/AM) e como **Requerido, Amazon Milk Indústria e Comércio Ltda**. Advogada, Gina Moraes de Almeida(7036/AM). **DECISÃO: "(...)** Trata-se de pedido de atribuição de efeito suspensivo ao recurso de apelação interposto nos autos nº 0605583-33.2017.8.04.0001. Em suas razões, argumenta o requerente sinteticamente a necessidade de concessão de efeito suspensivo a apelação manejada em face da sentença que julgou procedente o pedido reivindicatório movido pelo requerido. Relatado, decido. Reputo prejudicado o presente requerimento em razão da decisão proferida nos autos do pedido de suspensão de liminar nº 4000483-29.2019.8.04.0000, que suspendeu os efeitos da tutela provisória de urgência concedida na sentença recorrida no bojo da ação reivindicatória n.º 0605583-33.2017.8.04.0001, a qual vigorará até o trânsito em julgado do processo em comento.Transitado em julgado, arquive-se com as cautelas de estilo. À Secretaria para providências. CUMPRA-SE. Manaus, 1 de março de 2019. Desembargador Flávio Humberto Pascarelli Lopes-Relator

Ficam as partes intimadas, por meio de seus advogados, Gina Moraes de Almeida(7036/AM) do inteiro teor da presente decisão. Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça.

Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 12 de março de 2019.

Tânia Mara Garcia Mafra. Assistente da Secretária. M. 1104.

Decisão Monocrática proferida pelo Exmo. Sr. Desembargador **Flávio Humberto Pascarelli Lopes**, Relator do Processo Eletrônico de **Agravo de Instrumento nº. 4003198-62.2018.8.04.0000**/ Manaus - AM, em que figuram como **Agravante, A M da S Rodrigues e Cia Ltda**, advogado, Renata Andréa Cabral Pestana Vieira (3149/AM) e como **Agravado, Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau**, advogado, Weslei Machado. **DECISÃO MONOCRÁTICA: "(...)** De início, esclareço que o presente feito comporta julgamento monocrático, com fundamento no artigo 932 do CPC/2015, eis que presentes os requisitos autorizativos. Em consulta ao andamento procesual da ação originária nº 0000236-80.2018.8.04.3801, pude confirmar que foi proferida sentença em 01/10/2018. Desse modo, o presente recurso perdeu seu objeto. Assim, impõe-se o reconhecimento da prejudicialidade do presente recurso em razão da perda superveniente do interesse no julgamento do mérito recursal, com base no artigo 932, II do Código de Processo Civil. Por todo o exposto, julgo prejudicado o presente recurso em razão da prolação da r. sentença, na forma do artigo 932, III do Código de Processo Civil. À Secretaria para providências. CUMPRA-SE. Manaus(AM), 1 de março de 2019. Desembargador Flávio Humberto Pascarelli Lopes-Relator

Ficam as partes intimadas, por meio de seus representantes, do inteiro teor da presente Decisão. Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça.

Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 12 de março de 2019.

Tânia Mara Garcia Mafra. Assistente da Secretária. M. 1104.

Decisão Monocrática proferida pelo Exmo. Sr. Desembargador **Lafayette Carneiro Vieira Júnior**, Relator do Processo Eletrônico de **Agravo de Instrumento nº. 4004971-79.2017.8.04.0000**/ Manaus - AM, em que figuram como **Agravante, Albar Logistics LTDA**, advogados, Elaine Cristina Montenegro de Paula Bastos (148024/RJ) e Márcio Carvalho de Sá (156115/RJ) e como

Agravado, João Pereira da Costa Neto - ME (Amazon Rios Navegação e Transportes). **DECISÃO MONOCRÁTICA: "(...)** Ante o exposto, defiro o pedido de fls. 1264, homologando a desistência do recurso de agravo de instrumento, com fulcro no art.485, inciso VI do novo CPC c/c inciso V, artigo 61 do Regimento Interno desta Corte de Justiça. Não havendo irresignação, remetem-se à vara de origem. À Secretaria para providências. Manaus, 11 de março de 2019. Desembargador Lafayette Carneiro Vieira Júnior - Relator

Ficam as partes intimadas, por meio de seus representantes, Elaine Cristina Montenegro de Paula Bastos (148024/RJ) e Márcio Carvalho de Sá (156115/RJ), do inteiro teor da presente Decisão. Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça.

Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 12 de março de 2019.

Tânia Mara Garcia Mafra. Assistente da Secretária. M. 1104.

Decisão Monocrática proferida pelo Exmo. Sr. Desembargador **Airton Luís Corrêa Gentil**, Relator do Processo Eletrônico de **Embargos de Declaração nº. 0000086-22.2019.8.04.0000**/ Manaus - AM, em que figuram como **Embargante, Guirk Costa e Silva**, advogado, Ana Carolina da Costa Ramos (275422/SP) e como **Embargado, Cta - Cleiton Táxi Aéreo Ltda**, advogado, Flávio Jose dos Santos Marques (1608/AM) e Gunther Aquiles Marques Paz (7296/AM). **DECISÃO MONOCRÁTICA: "(...)** Ante o exposto, tendo em vista que não há quaisquer dos vícios apontados no art. 1.022, do CPC, conheço e rejeito os Embargos de Declaração opostos, mantendo o ato judicial fustigado em sua integralidade. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Inexistindo irresignação, arquivem-se os autos. À secretaria para providências. Manaus, 12 de março de 2019. Desembargador Airton Luís Corrêa Gentil-Relator

Ficam as partes intimadas, por meio de seus representantes, Ana Carolina da Costa Ramos (275422/SP) do inteiro teor da presente Decisão. Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça.

Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 12 de março de 2019.

Tânia Mara Garcia Mafra. Assistente da Secretária. M. 1104.

Decisão Monocrática proferida pelo Exmo. Sr. Desembargador **Airton Luís Corrêa Gentil**, Relator do Processo Eletrônico de **Agravo de Instrumento nº. 4000335-02.2019.8.04.0000**/Manaus - AM, em que figuram como **Agravante, Hilton Alves de Lima**, advogado, João Soares Gomes (2545/AM) e como **Agravado, MIneia Maria da Costa Silva**, advogada, Ana Carolina da Costa Magalhães (6477/AM). **DECISÃO MONOCRÁTICA: "(...)** Pelo exposto, nego seguimento ao recurso, com fundamento no art. 932, III do Código de Processo Civil³ em decorrência de restar patente a inadmissibilidade recursal pela presença de preclusão consumativa e temporal. À Secretaria para as providências legais subsequentes. Manaus, 8 de março de 2019. Desembargador Airton Luís Corrêa Gentil - Relator

Ficam as partes intimadas, por meio de seus representantes, João Soares Gomes (2545/AM), do inteiro teor da presente Decisão. Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça.

Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 12 de março de 2019.

Tânia Mara Garcia Mafra. Assistente da Secretária. M. 1104.

EDITAL DE INTIMAÇÃO

Decisão Monocrática proferida pelo Exmo. Sr. Desembargador **João de Jesus Abdala Simões**, Relator do Processo Eletrônico de **Agravo de Instrumento nº. 4004491-67.2018.8.04.0000**/Manaus - AM, em que figuram como **Agravante, Tokio Marine Seguradora S.a.**, advogado, Jaime Augusto Freire de Carvalho Marques (9446/AM) e como **Agravado, Ana Luiza Santos Marques**, advogado, Ademar Brito da Costa Junior (6090/AM), Carla Andrea Chaves de Carvalho Martins (3382/AM), Daniel Pereira da Silva Neto (5055/AM) e Mauro Celi Martins (2907/AM). **DECISÃO MONOCRÁTICA: "(...)**Nesse passo, na forma do art. 932, III, do CPC, considerando a interposição em duplicidade, não conheço o presente recurso e determino o cancelamento da distribuição, com o consequente arquivamento dos autos. Intime-se as partes. Transcorrido o prazo recursal sem qualquer manifestação, arquivem-se os autos. À Secretaria para providências. Manaus/AM, 11 de março de 2019. Desembargador JOÃO DE JESUS ABDALA SIMÕES. Relator**."**

Ficam as partes intimadas, por meio de seus representantes, do inteiro teor da presente Decisão. Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça.

Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 12 de março de 2019.

Tânia Mara Garcia Mafra. Assistente da Secretária. M. 1104.

Decisão proferida pelo Exmo. Sr. Desembargador **Flávio Humberto Pascarelli Lopes**, Relator do Processo Eletrônico de **Agravo de Instrumento nº. 4000895-41.2019.8.04.0000**/Manaus - AM, em que figuram como **Agravante, Brenda Anne Abrigato Barra e Eduardo Benes Abrigato Barra**, advogado, Antonio Candido Barra Monteiro de Britto (258/AM), Antônio Candido B.m. de Britto (3961/PA), Catarina Lehtinen de Carvalho Daun e Lorena de Brito (19325/PA), Francisco Lindolfo Mendonça Rebouças Almeida Araujo (24348/PA), Francistela Torres Caldas (7840/PA), Kamilla de Quadros Carvalho (20240/PA), Marcia Dorilene de Oliveira (25107/PA) e Samuel Teixeira da Silva (5265/PA) e como **Agravado, Cristal Engenharia Ltda.**, advogado, Arnoldo Bentes Coimbra (345/AM), Daniel Santos de Andrade (6733/AM) e Wellington de Amorim Alves (2993/AM). **DECISÃO: "(...)** Posto isso, com fulcro no art. 932, inc. II c/c art. 1.019, inc. I, ambos do CPC, admito provisoriamente o processamento do recurso e indefiro o efeito suspensivo postulado. Intime-se o agravado para que apresente contrarrazões, querendo, no prazo de 15 (quinze) dias. À Secretaria, para as providências devidas. CUMPRA-SE. Manaus, 1 de março de 2019. Desembargador Flávio Humberto Pascarelli Lopes. Relator**."**

Fica a parte agravada intimada, por meio de seus advogados, Arnoldo Bentes Coimbra (345/AM), Daniel Santos de Andrade (6733/AM) e Wellington de Amorim Alves (2993/AM), do inteiro teor da presente decisão. Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça.

Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 12 de março de 2019.

Tânia Mara Garcia Mafra. Assistente da Secretária. M. 1104.

Decisão proferida pelo Exmo. Sr. Desembargador **João de Jesus Abdala Simões**, Relator do Processo Eletrônico de **Apelação nº. 0602079-82.2018.8.04.0001**/Manaus - AM, em que figuram como **Apelante, Luis Carlos Meireles Mouzinho e Raymonde Degohunkpe**, advogado, Danielle da Costa Pinheiro (7710/AM), Defensoria Pública do Estado do Amazonas, Roger Moreira de Queiroz (2909/AM), Samia Brena Furtado Monteiro (11988/AM) e Sidney José Vieira de Souza (5798/AM) e como **Apelado, Luis Carlos Meireles Mouzinho e Raymonde Degohunkpe**, advogado, Defensoria Pública do Estado do Amazonas, Roger Moreira de Queiroz (70000/AM), Samia Brena Furtado Monteiro (11988/AM) e Sidney José Vieira de Souza (5798/AM). **DECISÃO: "(...)**Ante as

razões expostas, restando comprovado que o primeiro apelante, Sr. Luis Carlos Meireles Mouzinho, não possui condições de efetuar o pagamento de despesas sem prejuízo de sua subsistência, defiro os benefícios da gratuidade da justiça, nos termos do art. 99, §7º do CPC, dispensando o recolhimento do preparo. Intime-se as partes. Após, voltem-me os autos conclusos. À secretaria para providências. Manaus, 11 de março de 2019. Desembargador JOÃO DE JESUS ABDALA SIMÕES. Relator**."**

Ficam as partes intimadas, por meio de seus advogados, do inteiro teor da presente decisão. Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça.

Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 12 de março de 2019.

Tânia Mara Garcia Mafra. Assistente da Secretária. M. 1104.

Decisão Monocrática proferida pelo Exmo. Sr. Desembargador **João de Jesus Abdala Simões**, Relator do Processo Eletrônico de **Apelação nº. 0606615-10.2016.8.04.0001**/Manaus - AM, em que figura como **Apelante, Condominio Residencial Vivendas da Cidade**, advogados, Drs. Claudevan de Souza Pereira (7800/AM), Fabrício Cabral dos Anjos Marinho (7665/AM), Silvio Kleber Batista Lobato (8813/AM) e Tatianny Alecrim Pinto (8488/AM) e como **Apelado, Maria Dulce S. da Silva - ME**, advogada, Dra. Patricia Portugal da Silva Benfica (7395/AM). **DECISÃO MONOCRÁTICA: "(...)** Dê-se conhecimento desta decisão ao magistrado prolator da sentença apelada ou a quem estiver na direção da ação principal. Intimem-se as partes. Transcorrido o prazo recursal, sem irresignação, remetam-se os autos à Vara de origem. À secretaria para as providências pertinentes, com as cautelas de praxe. Manaus/AM, 11 de março de 2019. Desembargador JOÃO DE JESUS ABDALA SIMÕES- Relator."

Ficam as partes intimadas, por meio de seus representantes, do inteiro teor da presente Decisão. Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça.

Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 12 de março de 2019.
Tânia Mara Garcia Mafra. Assistente da Secretária. M. 1104.

Decisão proferida pelo Exmo. Sr. Desembargador **João de Jesus Abdala Simões**, Relator do Processo Eletrônico de **Apelação nº. 0636500-40.2014.8.04.0001**/Manaus - AM, em que figura como **Apelante, Confecções Doreme Ltda.**, advogados, Drs. Ana Caroline (44022/GO), João de Abreu Curado (2724/GO) e Raíssa Souza Curado (38897/GO) e como **Apelado, José Raimundo Maia da Silva Me**, advogado, Dr. Rafael Reis Pereira (7219/AM). **DECISÃO: "(...)** Posto isso, indefiro os benefícios da gratuidade da justiça em sede recursal e determino que o apelante proceda, no prazo de 05 (cinco) dias, ao pagamento do preparo recursal, nos termos do art. 98, §7º do CPC/2015, sob pena de deserção. Intime-se o recorrente. Após o decurso do prazo para pagamento, voltem-me os autos conclusos. À Secretaria para providências. Manaus/AM, 11 de março de 2019. Desembargador João De Jesus Abdalá Simões – Relator."

Ficam as partes intimadas, por meio de seus advogados, do inteiro teor da presente decisão. Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça.

Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 12 de março de 2019.
Tânia Mara Garcia Mafra. Assistente da Secretária. M. 1104.

Decisão Monocrática proferida pelo Exmo. Sr. Desembargador **Flávio Humberto Pascarelli Lopes**, Relator do Processo Eletrônico de **Agravo de Instrumento nº. 4001025-31.2019.8.04.0000**/ Manaus - AM, em que figura como **Agravante, Andrea Souza Carpinteiro Péres**, advogada,Dra. Adriana Souza Carpinteiro Peres (12276/AM) e como **Agravado, Instituto de Ensino Superior da Amazônia Ltda. (Faculdade Martha Falcão - Wyden)**, **DECISÃO MONOCRÁTICA: "(...)** Posto isso, com fulcro no art. 1.019, inc. I e 932, I, do CPC, admito provisoriamente o processamento do recurso e atribuo o efeito ativo requerido para determinar à recorrida que promova a matrícula na agravante no curso requerido, no prazo de 5 (cinco) dias, emitindo o boleto referente à matrícula e às demais mensalidades de forma proporcional às disciplinas que serão efetivamente cursadas pela discente, sob pena de multa diária de R$ 500,0 (quinhentos reais) limitados a 15 dias-multa. Intime-se o agravado, para, querendo, no prazo da lei, contraminutar o recurso. À Secretaria para as providências devidas. CUMPRA-SE. Manaus, 1 de março de 2019. Desembargador Flávio Humberto Pascarelli Lopes – Relator."

Ficam as partes intimadas, por meio de seus representantes, do inteiro teor da presente Decisão. Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça.

Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 11 de março de 2019.
Tânia Mara Garcia Mafra. Assistente da Secretária. M. 1104.

Pauta de Julgamento Designado

De ordem do Presidente da Egrégia Terceira Câmara Cível, Exmo(a). Des(a) Nélia Caminha Jorge, faço público que, de acordo com o artigo 934 do Novo Código do Processo Civil, serão julgados nas próximas sessões, após cumpridas as formalidades legais, os seguintes processos:

Agravo Interno nº 0007496-68.2018.8.04.0000, de 4ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho.Agravante: Eliana Carvalho da Silva. Advogada: Gabriela Barreto Lima de Carvalho (OAB: 10244/AM).**Agravado: Colmeia Residencial do Bosque Empreendimentos Imobiliarios Ltda-spe.**Advogada: Keyth Yara Pontes Pina (OAB: 3467/AM).Soc. Advogados: Andrade GC Advogados (OAB: 57/AM). Presidente: Nélia Caminha Jorge. Relator: João de Jesus Abdala Simões.

Embargos de Declaração nº 0000397-13.2019.8.04.0000, de 6ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho.Embargante: Elke Queiroz Simonette. Advogado: Luciano Menezes Gadelha (OAB: 8648/AM).**Embargado: Banco Safra S.A.**Advogados: Roberta Beatriz do Nascimento (OAB: 192649/SP) e José Lidio Alves dos Santos (OAB: 156187/SP).Presidente: Nélia Caminha Jorge. Relator: João de Jesus Abdala Simões.

Embargos de Declaração nº 0001132-46.2019.8.04.0000, de 11ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho.Embargantes: Igb Eletrônica S/A e Empresa Brasileira de Tecnologia Digital Ltda. Advogados: Cesar Rodrigo Nunes (OAB: 260942/SP), Tiago Aranha D alvia (OAB: 335730/SP), Roberto Gomes Notari (OAB: 273385/SP),Marco Antonio Pozzebon Tacco (OAB: 304775/SP) e Christiane Nascimento Sousa Reis (OAB: 342821/SP). **Embargado: Banco Safra S.A.**Advogado: Henrique Cavalheiro Ricci (OAB: 35939/PR).Presidente: Nélia Caminha Jorge. Relator: João de Jesus Abdala Simões.

Agravo de Instrumento nº 4000306-65.2019.8.04.0900, de 3ª Vara da Fazenda Pública.Agravante: Domingos Savio de Oliveira Monteiro. Advogados: Wilson Molina Porto (OAB: 12790/MT) e Wilson Molina Porto (OAB: A805/AM).**Agravado: O Estado do Amazonas.** Procurador: Ivânia Lucia Silva Costa (OAB: 7530/AM).Presidente: Nélia Caminha Jorge. Relatora: Nélia Caminha Jorge.

Agravo Interno nº 0001520-46.2019.8.04.0000, de 2ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho.Agravante: Bv Financeira S/A Crédito, Financiamento e Investimento. Advogado: Hudson Jose Ribeiro (OAB: 150060/SP).Soc. Advogados: Parquali e Parise Gasparini Junior (OAB: 4752/SP). **Agravado: Wemerson Silva Soeiro.**Presidente: Nélia Caminha Jorge. Relatora: Nélia Caminha Jorge.

Agravo de Instrumento nº 4004328-87.2018.8.04.0000, de 5ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho.Agravante: Sociedade Fogás Ltda. Advogado: José Alberto Maciel Dantas (OAB: 3311/AM).**Agravada: Cecy Santos de Souza.** Advogado: Tude Moutinho da Costa (OAB: 564/AM).**Agravado: João Dias Neto.**Advogados: Oassis Trindade de Oliveira (OAB: 495/AM) e Lindon Carlos Cruz de Oliveira (OAB: 3577/AM).Presidente: Nélia Caminha Jorge. Relator: Airton Luís Corrêa Gentil.**Procuradora de Justiça: Antonina Mria de Castro do Couto Valle.**

Apelação nº 0025811-69.2003.8.04.0001, de 5ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Apelante: Cecy Santos de Souza. Advogado: Tude Moutinho da Costa (OAB: 564/AM).**Apelado: Joao Dias Neto.**Advogados: Oassis Trindade de Oliveira (OAB: 495/AM) e Lindon Carlos Cruz de Oliveira (OAB: 3577/AM). Presidente: Nélia Caminha Jorge. Relator: Airton Luís Corrêa Gentil.**Procurador de Justiça: Pedro Bezerra Filho.**

Secretaria do(a) Terceira Câmara Cível, em Manaus, 12 de março de 2019.

PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL

Despachos

EDITAL DE INTIMAÇÃO

O Excelentíssimo Senhor **Desembargador Sabino da Silva Marques,** Relator dos autos de **Apelação n.º 0612771-43.2018.8.04.0001 (Processo Digital).** Manaus/AM, em que é **Apelante Edson Francisco Alves de Souza, Advogado Dr. Francisco Rodrigues Balieiro, OAB/AM n.º 2.241, Lucas Obando de Oliveira OAB 11198/AM, Tiago Brito Mendes OAB 7814/AM**, **Apelado Ministério Público do Estado do Amazonas**, usando de suas atribuições legais, etc... FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem por meio deste, fica **INTIMADO** o **Apelante Edson Francisco Alves de Souza** na pessoa de seus advogados Drs. **Francisco Rodrigues Balieiro, OAB/AM n.º 2.241, Lucas Obando de Oliveira (11198/AM) e Tiago Brito Mendes (7814/AM)** para tomar conhecimento do seguinte **DESPACHO**: "01.01. Inclua-se o processo em pauta de julgamento. 01.02. Defiro o pedido de sustentação oral requerido às fls. 516/517 dos autos." **Processo pautado para sessão de julgamento do dia 25 de março de 2019, 9h.** Dado e passado nesta cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 12 de março de 2019. **(a) Desembargador Sabino da Silva Marques - Relator.** Secretaria da colenda 1ª Câmara Criminal, em Manaus, 12 de março de 2019. Mastewener Abreu Nery. Secretário - M33901.

Intimações

EDITAL DE INTIMAÇÃO

O Excelentíssimo Senhor Desembargador **João Mauro Bessa,** Relator dos autos de **Apelação nº 0000954-97.2019.8.04.0000 (Processo Digital).** Manaus/AM, em que é **Apelante Jucicleudo Santiago Jorge, Advogado Dr. Vanderley Oliveira de Araújo OAB/AM 8.983** usando de suas atribuições legais, etc... FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem por meio deste, **INTIME** o **Apelante Jucicleudo Santiago Jorge** na pessoa de seu advogado Dr. Vanderley Oliveira de Araújo OAB/AM n° 8.983 para, no prazo de 8 (oito) dias, oferecer as razões de recurso nos termos do art. 600 § 4.º do CPP. Dado e passado nesta cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 12 de março de 2019. **(a) Desembargador João Mauro Bessa - Relator.** Secretaria da Egrégia 1ª Câmara Criminal, em Manaus, 12 de março de 2019. **Mastewener Abreu Nery**. Secretário - M33901.

O Excelentíssimo Senhor Desembargador **Sabino da Silva Marques**, dos autos de **Apelação** nº **0209302-80.2016.8.04.0015** (Processo Digital). Manaus/AM, em que é **Apelante Maria Jacinta da Silva Souza**, **Advogado Dr. Marcos Paulo Coelho de Souza (OAB 4395/AM), e Apelada Daylla Guedes dos Santos e Silva, Advogado (a): Márcio Ávila de Queirós (OAB 8193/AM)** usando de suas atribuições legais, etc... FAZ SABER a todos, que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem por meio deste, INTIME a **Apelada Daylla Guedes dos Santos e Silva** na pessoa de seu advogado Dr. **Márcio Ávila de Queirós (OAB 8193/AM)**, para no prazo de 8 (oito) dias, oferecer as **CONTRARRAZÕES** do recurso nos termos do art. 600 § 4.º do CPP. Dado e passado nesta cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 12 de março de 2019. (a) Desembargador **Sabino da Silva Marques - Relator.** Secretaria da colenda 1.ª Câmara Criminal, em Manaus, 12 de março de 2019. **Mastewener Abreu Nery**. Secretário - M33901.

O Excelentíssimo Senhor Desembargador **José Hamilton Saraiva dos Santos,** Relator dos autos de **Apelação nº 0237710-60.2015.8.04.0001 (Processo Digital).** Manaus/AM, em que é **Apelante R. A. de A. , Advogado Dr. Aguiberto Camilo Redi OAB A-202AM** usando de suas atribuições legais, etc... FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem por meio deste, **INTIME** o **Apelante R. A. de A.** na pessoa de seu advogado Aguiberto Camilo Redi (A-202AM) para, no prazo de 8 (oito) dias, oferecer as razões de recurso nos termos do art. 600 § 4.º do CPP. Dado e passado nesta cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 12 de março de 2019. **(a) Desembargador José Hamilton Saraiva dos Santos - Relator.** Secretaria da Egrégia 1ª Câmara Criminal, em Manaus, 12 de março de 2019. **Mastewener Abreu Nery**. Secretário - M33901.

O Excelentíssimo Senhor Desembargador **João Mauro Bessa,** Relator dos autos de **Apelação nº 0604557-06.2018.8.04.0020 (Processo Digital).** Manaus/AM, em que é **Apelante M. A. B. , Advogado: Dr. Mozarth Ribeiro Bessa Neto OAB/AM 4390** usando de suas atribuições legais, etc... FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem por meio deste, **INTIME** o **Apelante M. A. B.** na pessoa de seu advogado Mozarth Ribeiro Bessa Neto (OAB/AM 4390) para, no prazo de 8 (oito) dias, oferecer as razões de recurso nos termos do art. 600 § 4.º do CPP. Dado e passado nesta cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 12 de março de 2019. **Desembargador João Mauro Bessa - Relator.** Secretaria da Egrégia 1ª Câmara Criminal, em Manaus, 12 de março de 2019. **Mastewener Abreu Nery**. Secretário - M33901.

A Excelentíssima Senhora Desembargadora **Carla Maria Santos dos Reis,** Relatora dos autos de **Apelação nº 0620629-28.2018.8.04.0001 (Processo Digital).** Manaus/AM, em que é **Apelante Aldamir Romario Silva da Rocha, Advogado Dr. Muller Henrique Pessoa OAB/AM n° 8.124** usando de suas atribuições legais, etc... FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem por meio deste, **INTIME** o **Apelante Aldamir Romario Silva da Rocha** na pessoa de seu advogado Dr. Muller Henrique Pessoa OAB/AM n° 8.124 para, no prazo de 8 (oito) dias, oferecer as razões de recurso nos termos do art. 600 § 4.º do CPP. Dado e passado nesta cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 12 de março de 2019. **(a) Desembargadora Carla Maria Santos dos Reis - Relatora.** Secretaria da Egrégia 1ª Câmara Criminal, em Manaus, 12 de março de 2019. **Mastewener Abreu Nery**. Secretário - M33901.

O Excelentíssimo Senhor Desembargador **João Mauro Bessa,** Relator dos autos de **Apelação nº 0645606-21.2017.8.04.0001 (Processo Digital).** Manaus/AM, em que é **Apelante Wanderlan Gomes Barbosa, Advogados Drs. Maurilio Sergio Ferreira da Costa Filho OAB/AM n° 9.967 e Tarcisio Neves de Souza OAB/AM n° 13.946** usando de suas atribuições legais, etc... FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento

tiverem por meio deste, **INTIMAÇÃO** ao **Apelante Wanderlan Gomes Barbosa** na pessoa de seus advogados Drs. Maurilio Sergio Ferreira da Costa Filho OAB/AM n° 9.967 e Tarcisio Neves de Souza OAB/AM n° 13.946 para, no prazo de 8 (oito) dias, oferecer as razões de recurso nos termos do art. 600 § 4.º do CPP, ou justificar a impossibilidade de fazê-lo, sob pena de aplicação da multa prevista no artigo 265 do Código de Proceso Penal. Dado e passado nesta cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 12 de março de 2019. **(a) Desembargador João Mauro Bessa - Relator.** Secretaria da Egrégia 1ª Câmara Criminal, em Manaus, 12 de março de 2019. **Mastewener Abreu Nery**. Secretário - M33901.

O Excelentíssimo Senhor Desembargador **João Mauro Bessa,** Relator dos autos de **Apelação nº 0227486-29.2016.8.04.0001 (Processo Digital).** Manaus/AM, em que é **Apelante Marcos Fábio Pereira da Costa, Advogada Dra. Fabiana Amorim Barros OAB/AM 10647** usando de suas atribuições legais, etc... FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem por meio deste, **INTIME** o **Apelante Marcos Fábio Pereira da Costa** na pessoa de seu advogado Defensoria Pública do Estado do Amazonas, Fabiana Amorim Barros OAB/AM nº 10647 para, no prazo de 8 (oito) dias, oferecer as razões de recurso nos termos do art. 600 § 4.º do CPP.ou justificar a impossibilidade de fazê-lo, sob pena de aplicação da multa prevista no artigo 265 do Código de Processo Penal Dado e passado nesta cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 12 de março de 2019. **(a) Desembargador João Mauro Bessa - Relator.** Secretaria da Egrégia 1ª Câmara Criminal, em Manaus, 12 de março de 2019. **Mastewener Abreu Nery**. Secretário - M33901.

Decisões

EDITAL DE INTIMAÇÃO

A Excelentíssima Senhora Desembargadora **Carla Maria Santos dos Reis,** Relatora dos autos de **Habeas Corpus n.º 4001020-09.2019.8.04.0000 (Processo Digital). Processo Originário n.º 0000096-89.2018.8.04.4401 Manaus/AM**, em que é **Impetrantes e Advogados Dr**s. **Vagner Boscato de Almeida (OAB 6737/RO) e Debora de Souza Lima (OAB 7663/RO**), **Paciente Francisco de Lima Mota e Impetrado Juízo de Direito da 1ª Vara Comarca de Humaitá/AM** usando de suas atribuições legais, etc... FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem por meio deste, fica **INTIMADO** o **Paciente Francisco de Lima Mota** na pessoa de seus advogados Drs. **Debora de Souza Lima (7663/RO) e Vagner Boscato de Almeida (6737/RO)** para tomar conhecimento da seguinte **DECISÃO MONOCRÁTICA**: "Ao exposto, tendo em vista que a estreita via do habeas corpus não abre espaço para dilação probatória, indefere-se-o, in limine, com fundamento no art. 663, do CPP. ". Dado e passado nesta cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 12 de março de 2019. **(a) Desembargadora Carla Maria Santos dos Reis - Relatora.** Secretaria da colenda 1ª Câmara Criminal, em Manaus, 12 de março de 2019. Mastewener Abreu Nery. Secretário - M33901.

Pauta de Julgamento Designado

PAUTA DE JULGAMENTO DESIGNADO – PROCESSOS VIRTUAIS: De ordem do Excelentíssimo Senhor Desembargador Sabino da Silva Marques - Presidente da colenda Primeira Câmara Criminal, faço público para conhecimento de todos os interessados, que logo após cumpridas as formalidades legais, **serão julgados nas sessões seguintes os processos constantes da pauta.**

Apelação nº 0634371-91.2016.8.04.0001 - Manaus/AM.
Origem:3ª V.E.C.U.T.E.
Apelante I: Andre Menezes de Castro
Advogada:Dra. Maria Goreth Terças de Oliveira OAB/AM n° 3.735.
Apelante II:Theylon Pacson de Souza Meris
Defensor Público: Dr. Ulysses Silva Falcão
Apelado: Ministério Público do Estado do Amazonas.
Presidente: Exmo. Sr. Des. Sabino da Silva Marques.
Relator: Exmo. Sr. Des. José Hamilton Saraiva dos Santos.
Revisor: Exmo. Sr. Des. João Mauro Bessa.
Membro: Exma. Sra. Desa. Carla Maria Santos dos Reis
Procuradora de Justiça: Exma. Sra. Dra. Rita Augusta de Vasconcellos Dias
Juiz Prolator da Sentença: Exmo. Sr. Dr. Julião Lemos Sobral Júnior.
Secretaria da colenda Primeira Câmara Criminal, em Manaus, 12 de março de 2019. **Mastewener Abreu Nery, Secretário M33901.**

Apelação nº 0242267-27.2014.8.04.0001 - Manaus/AM.
Origem: 9ª Vara Criminal
Apelante: Jocivaldo de Souza Barbosa
Advogada: Dra. Luciana da Silva Terças (OAB 4121/AM).
Apelado: Ministério Público do Estado do Amazonas.
Presidente/Revisor: Exmo. Sr. Des. Sabino da Silva Marques.
Relatora: Exma. Sra. Desa. Carla Maria Santos dos Reis.
Membros: Exmo. Sr. Des. João Mauro Bessa
Exmo. Sr. Des. José Hamilton Saraiva dos Santos
Procurador de Justiça: Exmo. Sr. Dr. Francisco das Chagas Santiago da Cruz
Juiz Prolator da Sentença: Exmo. Sr. Dr. Henrique Veiga Lima.
Secretaria da colenda Primeira Câmara Criminal, em Manaus, 12 de março de 2019. **Mastewener Abreu Nery, Secretário.** M33901**.**

Apelação nº 0645244-82.2018.8.04.0001 - Manaus/AM.
Origem: 2ª V.E.C.U.T.E.
Apelante: Ide Nicolas da Silva Lopes
Advogada: Dra. Mirna Cristina Geber da Silva (OAB 9097/AM).
Apelado: Ministério Público do Estado do Amazonas.
Presidente/Revisor: Exmo. Sr. Des. Sabino da Silva Marques.
Relatora: Exma. Sra. Desa. Carla Maria Santos dos Reis.
Membros: Exmo. Sr. Des. João Mauro Bessa
Exmo. Sr. Des. José Hamilton Saraiva dos Santos
Procuradora de Justiça: Exma. Sra. Dra. Rita Augusta de Vasconcelos Dias
Juiz Prolator da Sentença: Exmo. Sr. Dr. Rivaldo Matos Norões Filho.
Secretaria da colenda Primeira Câmara Criminal, em Manaus, 12 de março de 2019. **Mastewener Abreu Nery, Secretário.** M33901**.**

Apelação nº 0253536-05.2010.8.04.0001 - Manaus/AM.
Origem:11ª Vara Criminal
Apelante: Ministério Público do Estado do Amazonas.
Apelado: Dorian Moreira Cavalcanti Júnior.
Defensor Público:Dr. Everton Sarraff Nascimento.
Presidente/Revisor: Exmo. Sr. Des. Sabino da Silva Marques.
Relatora: Exma. Sra. Desa. Carla Maria Santos dos Reis.
Membros: Exmo. Sr. Des. João Mauro Bessa
Exmo. Sr. Des. José Hamilton Saraiva dos Santos
Procurador de Justiça: Exmo. Sr. Dr. Francisco das Chagas Santiago da Cruz
Juiz Prolator da Sentença: Exmo. Sr. Dr. Jean Carlos Pimentel dos Santos.
Secretaria da colenda Primeira Câmara Criminal, em Manaus, 12 de março de 2019. **Mastewener Abreu Nery**, Secretário M33901.

Recurso Em Sentido Estrito nº 0237286-81.2016.8.04.0001 - Manaus/AM.
Origem: 1ª Vara do Tribunal do Juri
Recorrente: Armando da Cunha Gonçalves
Advogados: Drs. Antonio Nilson Cardoso Viana OAB/AM n° 5.469
Luis Eduardo dos Santos Valois Coêlho OAB/AM n° 1.975
Recorrido: Ministério Público do Estado do Amazonas.
Presidente: Exmo. Sr. Des. Sabino da Silva Marques.
Relatora: Exma. Sra. Desa. Carla Maria Santos dos Reis.
Membros: Exmo. Sr. Des. João Mauro Bessa
Exmo. Sr. Des. José Hamilton Saraiva dos Santos
Procurador de Justiça: Exmo. Sr. Dr. Carlos Lélio Lauria Ferreira
Juiz Prolator da Sentença: Exmo. Sr. Dr. George Hamilton Lins Barroso.
Secretaria da colenda Primeira Câmara Criminal, em Manaus, 12 de março de 2019. **Mastewener Abreu Nery, Secretário. M33901.**

Apelação nº 0226296-02.2014.8.04.0001 - Manaus/AM.
Origem:4ª V.E.C.U.T.E.
Apelante: Rodrigo dos Santos Gomes
Defensor Público: Dr. Nilson Gomes Oliveira Meireles.
Apelado:Ministério Público do Estado do Amazonas
Presidente/**Relator: Exmo. Sr. Des. Sabino da Silva Marques.**
Revisor: Exmo. Sr. Des. João Mauro Bessa.
Membros: Exma. Sra. Desa. Carla Maria Santos dos Reis
Exmo. Sr. Des. José Hamilton Saraiva dos Santos
Procuradora de Justiça: Exma. Sra. Dra. Silvia Abdala Tuma
Secretaria da colenda Primeira Câmara Criminal, em Manaus, 12 de março de 2019. **Mastewener Abreu Nery, Secretário M33901.**

Apelação nº 0618823-55.2018.8.04.0001 - Manaus/AM.
Origem:11ª Vara Criminal
Apelante: R. S. da S.
Advogado: Dr. Orlando Lima Barros (12188/AM).
Apelado:Ministério Público do Estado do Amazonas.
Presidente/Revisor: Exmo. Sr. Des. Sabino da Silva Marques.
Relatora: Exma. Sra. Desa. Carla Maria Santos dos Reis.
Membros: Exmo. Sr. Des. João Mauro Bessa
Exmo. Sr. Des. José Hamilton Saraiva dos Santos
Procurador de Justiça: Exmo. Sr. Dr. Francisco das Chagas Santiago da Cruz
Juíza Prolatora da Sentença: Exma. Sra. Dra. Eulinete Melo Silva Tribuzy.
Secretaria da colenda Primeira Câmara Criminal, em Manaus, 12 de março de 2019. **Mastewener Abreu Nery, Secretário.** M33901**.**

SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL

Despachos

EDITAL DE INTIMAÇÃO
DESPACHO

O Excelentíssimo Senhor Desembargador Djalma Martins da Costa, Relator dos autos de **Apelação nº 0245516-49.2015.8.04.0001 Manaus/AM**, em que é Apelante **Maria do Socorro da Silva Rocha**, Defensor Público **Monique Rodrigues da Cruz** e é Apelado **Ministério Público do Estado do Amazonas,** usando de suas atribuições legais, etc,... FAZ SABER a todos, que o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem, por meio deste: Ficam **INTIMADAS AS PARTES** nas pessoas de seus Advogados para tomarem conhecimento do seguinte **DESPACHO,** da lavra do **Des. Djalma Martins da Costa,** cujo teor final é o seguinte: "*Diante do exposto, mantenho o acórdão exarado sob minha lavra, votado à unanimidade pela Segunda Câmara Criminal, em todos os seus termos*".

O Excelentíssimo Senhor Desembargador Jomar Ricardo Saunders Fernandes, Relator dos autos de **Habeas Corpus nº 4000285-89.2019.8.04.0900 Manaus/AM**, em que é Impetrante e Advogado **Fabricio Arteiro de Paiva (11185/AM)** e Paciente **Idelberto Mafra**, Impetrado **Juízo de Direito da 1ª Vara Especializada Em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes da Comarca de Manaus (1ª Vecute),** usando de suas atribuições legais, etc,... FAZ SABER a todos, que o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem, por meio deste: Ficam **INTIMADOS** o Paciente **Fabricio Arteiro de Paiva e Idelberto Mafra** na pessoa de seu Advogado **Fabricio Arteiro de Paiva (11185/AM)** para tomarem conhecimento do seguinte **DESPACHO,** da lavra do **Des. Jomar Ricardo Saunders Fernandes,** cujo teor final é o seguinte: "*O pedido de fls. 101/103 deve ser analisado pelo Juízo de 1.º Grau, inclusive já havendo cópia da petição nos autos originários. Aguarde-se o prazo de trânsito em julgado e, não havendo recurso, proceda-se a baixa*.".

O Excelentíssimo Senhor Desembargador Jomar Ricardo Saunders Fernandes, Relator dos autos de **Habeas Corpus nº 4000945-67.2019.8.04.0000/Manaus-AM**, em que é Paciente **Julian da Silva Paula,** Impetrantes e Advogados: Drs. **Euller Araújo da Costa (10908/AM) e Salin Ribeiro Alves (8135/AM)** e Impetrado **Juízo de Direito da Vara Única da Comarca do Careiro Castanho/AM,** usando de suas atribuições legais, etc,... FAZ SABER a todos, que o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem, por meio deste: Ficam **INTIMADAS AS PARTES** na pessoa de seus Advogados para tomarem conhecimento do seguinte **DESPACHO,** da lavra do **Des. Jomar Ricardo Saunders Fernandes,** cujo teor final é o seguinte: "*O Plantão Judicial de Segundo Grau, através da Decisão de fls. 26/28 indeferiu liminarmente a ordem, por constar que foi apresentado pedido de prisão preventiva em desfavor do paciente nos autos de nº 0000067-71.2019.8.04.3700, sob a acusação do crime de homicídio dias antes do protocolo deste writ. Concluiu o plantonista: '*Diante disso, é defeso a este grau de jurisdição apreciar a alegação desenvolvida por meio da presente ordem de Habeas Corpus, de modo a afastar a indesejável supressão de instância, uma vez que não pode ser olvidada a competência originária do juízo de 1.º Grau para analisar o caso'. *Nestes termos, mantenho o decisum de fls. 26/28, por seus próprios fundamentos*".

O Excelentíssimo Senhor Desembargador Djalma Martins da Costa, Relator dos autos de **Habeas Corpus nº 4001044-37.2019.8.04.0000 Manaus/AM**, em que é Impetrante e Advogado Dr. **Marco Antonio de Carvalho Brasil (9165/AM),** Paciente **Eudimar da Silva Oliveira** e Impetrado **Juízo de Direito da 6ª Vara Criminal da Comarca de Manaus/AM,** usando de suas atribuições legais, etc,... FAZ SABER a todos, que o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem, por meio deste: Fica **INTIMADO** o Paciente **Eudimar da Silva Oliveira,** na pessoa de seu Advogado **Marco Antonio de Carvalho Brasil (9165/AM)**, para tomar conhecimento do seguinte **DESPACHO** da lavra do **Des. Djalma Martins da Costa,** cujo teor final é o seguinte: "*Todavia, não vislumbro o periculum in mora, essencial para a concessão da liminar vindicada, posto que estão sendo observados o contraditório e a ampla defesa em favor do Paciente. Portanto, indefiro o pedido de suspensão da AIJ acima referida*.".

O Excelentíssimo Senhor Desembargador Jorge Manoel Lopes Lins, Relator dos autos de **Apelação nº 0251944-52.2012.8.04.0001 Manaus/AM**, em que é Apelante **A. de S. C., C. E. de A. T., C. G. de L., D. A. da C., F. dos S. da S., G. G. A., J. C. L., e K. T. B.**, Advogado **Ana Esmelinda Menezes de Melo (356A/AM), Ana Esmelinda Menezes de Melo (356A/AM), Daniel Guedes Carvalho (7533/AM), Daniel Guedes Carvalho (7533/**

AM), Emerson da Silva Castro (5591/AM), Emerson Siqueira Pereira (10338/AM), Janaína Veríssimo dos Santos (4475/AM), Josemar Berçot Rodrigues (5935/AM), Josemar Berçot Rodrigues (5935/AM), Josemar Berçot Rodrigues Júnior (7557/AM), Josemar Berçot Rodrigues Júnior (7557/AM), Marcus Di Fabianni Ferreira Lopes (A358AM), Nilton Mendes Pinto Junior (10346/AM), Paloma Gurgel de Oliveira Cerqueira (9654/RN), Paloma Gurgel de Oliveira Cerqueira (9654/RN), Pedro Xavier Coelho Sobrinho (598/RR), Ricardo de Oliveira Lima (6306/AM), Ricardo de Oliveira Lima (6306/AM), Tiago Brito Mendes (7814/AM), Verena Cerqueira S Cardoso (17468/PA) e Verena Cerqueira S Cardoso (17468/PA) e Apelado **M. P. do E. do A. - P. G. ,** usando de suas atribuições legais, etc,... FAZ SABER a todos, que o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem, por meio deste: Ficam **INTIMADAS AS PARTES** na pessoa de seus Advogados para tomarem conhecimento do seguinte **DESPACHO,** da lavra do (a) **Des. Jorge Manoel Lopes Lins,** cujo teor final é o seguinte: ""*Solicito a inclusão do presente processo na pauta de julgamento da próxima Sessão da Segunda Câmara Criminal*". **Pedido de Sustentação Oral. Sessão Ordinária de 18.03.2019, às 9h**.

O Excelentíssimo Senhor Desembargador Djalma Martins da Costa, Relator dos autos de **Apelação nº 0221326-85.2016.8.04.0001 Manaus/AM**, em que é Apelante **Iago Luan Moura dos Santos,** Advogado **Sarah Lima Toledano (10106/AM)** e é Apelado **Ministério Público do Estado do Amazonas,** usando de suas atribuições legais, etc,... FAZ SABER a todos, que o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem, por meio deste: Ficam **INTIMADOS** Participação da principal parte ativa Não informado **Iago Luan Moura dos Santos,** na pessoa de sua Advogada **Sarah Lima Toledano (10106/AM)**, para tomar conhecimento do seguinte **DESPACHO** da lavra do **Des. Djalma Martins da Costa,** cujo teor final é o seguinte: "*Defiro a sustentação oral, requerida às fls. 772 para surtimento dos efeitos legais. À Secretaria, para incluir o processo na pauta de julgamento*". **Pedido de Sustentação Oral. Sessão Ordinária de 18.03.2019, às 9h**.

Secretaria da Egrégia 2ª. Câmara Criminal, em Manaus, 12 de março de 2019.

Geysa Marjory P. Ramirez
Secretária
M27863

Intimações

EDITAL DE INTIMAÇÃO

O Excelentíssimo Senhor Desembargador **Djalma Martins da Costa,** Relator dos autos de **Apelação nº 0001029-62.2018.8.04.4401 (Processo Digital).** Manaus/AM, em que é **Apelante Nailson Santos de Souza, Advogado: Dr. Jose Wagner Nepomuceno de Lima OAB 35272/CE** e Apelado **Ministério Público do Estado do Amazonas** usando de suas atribuições legais, etc... FAZ SABER a todos, que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem por meio deste, **INTIME** o Apelante **Nailson Santos de Souza,** na pessoa de seu advogado **Jose Wagner Nepomuceno de Lima (35272/CE)**, para, no prazo de 8 (oito) dias, oferecer as razões de recurso nos termos do art. 600 § 4º do CPP. **Relator Des. Djalma Martins da Costa.**

O Excelentíssimo Senhor Desembargador **Jomar Ricardo Saunders Fernandes,** Relator dos autos de **Apelação nº 0605294-66.2018.8.04.0001 (Processo Digital).** Manaus/AM, em que é **Apelante Marcio de Oliveira Melo, Advogado: Dr. Wanderley Pinheiro da Silva OAB 13288/AM** e Apelado **Ministério Público do Estado do Amazonas** usando de suas atribuições legais, etc... FAZ SABER a todos, que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem por meio deste, **INTIME** o Apelante **Marcio de Oliveira Melo,** na pessoa de seu advogado **Dr. Wanderley Pinheiro da Silva OAB 13288/AM**, para, no prazo de 8 (oito) dias, oferecerem as razões de recurso nos termos do art. 600 § 4º do CPP. **Relator Des. Jomar Ricardo Saunders Fernandes.**

Secretaria da Egrégia 2ª Câmara Criminal, em Manaus, 11 de março de 2019.

Geysa Marjory P. Ramirez
Secretária
M27863

Decisões

EDITAL DE INTIMAÇÃO
DESPACHO

O Excelentíssimo Senhor Desembargador Djalma Martins da Costa, Relator dos autos de **Habeas Corpus nº 4001044-37.2019.8.04.0000 Manaus/AM**, em que é Impetrante e Advogado Dr. **Marco Antonio de Carvalho Brasil (9165/AM),** Paciente **Eudimar da Silva Oliveira** e Impetrado **Juízo de Direito da 6ª Vara Criminal da Comarca de Manaus/AM,** usando de suas atribuições legais, etc,... FAZ SABER a todos, que o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem, por meio deste: Fica **INTIMADO** o Paciente **Eudimar da Silva Oliveira,** na pessoa de seu Advogado **Marco Antonio de Carvalho Brasil (9165/AM)**, para tomar conhecimento do seguinte **DESPACHO** da lavra do **Des. Djalma Martins da Costa,** cujo teor final é o seguinte: "*Todavia, não vislumbro o periculum in mora, essencial para a concessão da liminar vindicada, posto que estão sendo observados o contraditório e a ampla defesa em favor do Paciente. Portanto, indefiro o pedido de suspensão da AIJ acima referida*.".

O Excelentíssimo Senhor Desembargador Jomar Ricardo Saunders Fernandes, Relator dos autos de **Habeas Corpus nº 4000899-78.2019.8.04.0000 Manaus/AM**, em que é Paciente **Pablo Henrique da Silva Saul**, Advogado **Ane Rocha de Carvalho (7116/AM) e Márcio Rocha de Carvalho (5274/AM)** e Impetrado **Juízo de Direito da Comarca de São Sebastião do Uatumã/am,** usando de suas atribuições legais, etc,... FAZ SABER a todos, que o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem, por meio deste: Ficam **INTIMADAS AS PARTES** na pessoa de seus Advogados para tomarem conhecimento da seguinte **DECISÃO MONOCRÁTICA,** da lavra do **Des. Jomar Ricardo Saunders Fernandes,** cujo teor final é o seguinte: "*Ante o exposto, INDEFIRO O PEDIDO DE CONCESSÃO DE ORDEM LIMINAR DE SOLTURA.* ".

A Excelentíssima Senhora Doutora Onilza Abreu Gerth, Relatora dos autos de **Habeas Corpus nº 4000971-65.2019.8.04.0000 Manaus/AM**, em que é Impetrante e Advogado Dr. **Tomás Gomes da Silva Neto (12978/AM),** Paciente **Kalebio de Morais Silva** e Impetrado **Juízo de Direito da Vara Única da Comarca de Lábrea,** usando de suas atribuições legais, etc,... FAZ SABER a todos, que o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem, por meio deste: Fica **INTIMADO** o Paciente **Kalebio de Morais Silva,** na pessoa de seu Advogado Dr. **Tomás Gomes da Silva Neto (12978/AM),** para tomar conhecimento da seguinte **DECISÃO MONOCRÁTICA,** da lavra da Doutora **Onilza Abreu Gerth,** cujo teor final é o seguinte: "*Assim, ante a ocorrência da litispendência nos termos do dispositivo retrocitado, extingo o processo sem resolução do mérito*".

O Excelentíssimo Senhor Desembargador Jomar Ricardo Saunders Fernandes, Relator dos autos de **Habeas Corpus nº 4000982-94.2019.8.04.0000 Manaus/AM**, em que é Paciente **Yan Matheus de Souza Guimarães**, Impetrantes e Advogados Drs. **Eduardo Marques da Silva (9114/AM), Emmilly Karen Apolônio da Silva (9716/AM) e Evellyn Kelryen Apolonio da Silva (9125/AM)** e Impetrado **Juízo de Direito da 2ª Vara do Tribunal do Juri da Capital,** usando de suas atribuições legais, etc,... FAZ SABER a todos, que o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem, por meio deste: Fica **INTIMADA A PARTE** na pessoa de seus Advogados para tomarem conhecimento da seguinte **DECISÃO MONOCRÁTICA,** da lavra do **Des. Jomar Ricardo Saunders Fernandes,** cujo teor final é o seguinte: " Ante o exposto, **INDEFIRO O PEDIDO DE CONCESSÃO DE ORDEM LIMINAR DE SOLTURA**. Requisite-se informações da autoridade apontada como coatora, nos moldes do art. 62 do CPP."

A Excelentíssima Senhora Doutora Onilza Abreu Gerth, Relatora dos autos de **Habeas Corpus nº 4001000-18.2019.8.04.0000 Manaus/AM**, em que é Paciente **Augusto Cesar Oliveira dos Santos**, Impetrante e Advogada Dra. **Suyanne Soares Loiola (9050/AM)**, **Defensora Pública do Estado do Amazonas** e Impetrado **Juízo de Direito da 2ª Vara Especializada Em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes da Comarca de Manaus/Am., (2ª Vecute),** usando de suas atribuições legais, etc,... FAZ SABER a todos, que o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem, por meio deste: Fica **INTIMADA A PARTE** na pessoa de sua Advogada para tomarem conhecimento da seguinte **DECISÃO MONOCRÁTICA,** da lavra da **Relatora** Doutora Onilza Abreu Gerth**,** cujo teor final é o seguinte: " Ocorre que, no presente momento, não vislumbro a presença de tais requisitos para a concessão da liminar, em razão da ausência de informações concretas acerca do caso do paciente, motivo pelo qual INDEFIRO a liminar pleiteada. Notifique-se a Autoridade coatora para, em 05 dias, prestar as informações necessárias. "

O Excelentíssimo Senhor Desembargador Jorge Manoel Lopes Lins, Relator dos autos de **Execução da Pena nº 4003943-42.2018.8.04.0000 Manaus/AM**, em que é Requerente **Ministério Público do Estado do Amazonas ,** Promotor **Hilton Serra Viana** e Requerida **Agleis Seixas Pinheiro, Advogado Dr. Muller Henrique Pessoa (OAB/AM 8124)**, usando de suas atribuições legais, etc,... FAZ SABER a todos, que o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem, por meio deste: Fica **INTIMADA Agleis Seixas Pinheiro** na pessoa de seu Defensor Público do Estado do Amazonas , para tomar conhecimento da seguinte **DECISÃO MONOCRÁTICA,** da lavra do **Des. Jorge Manoel Lopes Lins**, cujo teor final é o seguinte: *"Ante o exposto, não conheço deste incidente processual, julgando o processo extinto, sem resolução de mérito, com fundamento no artigo 485, inciso VI, do Código de Processo Civil, aplicado por analogia conforme previsão no artigo 3º do Código de Processo Penal ."*

Secretaria da Egrégia 2ª. Câmara Criminal, em Manaus, 12 de março de 2019.

Geysa Marjory P. Ramirez
Secretária
M27863

Pauta de Julgamento Designado

De ordem do Presidente da Egrégia Segunda Câmara Criminal, Exmo(a). Des(a) Jomar Ricardo Saunders Fernandes, faço público que, de acordo com o artigo 934 do Novo Código do Processo Civil, serão julgados nas próximas sessões, após cumpridas as formalidades legais, os seguintes processos:

1. Apelação nº 0220912-29.2012.8.04.0001, de 3º Vara do Tribunal do Júri
Apelante: Lindemberg Magalhaes Nascimento
Advogado: Julio Alberto Neves de Carvalho (OAB: 9011/AM)
Advogado: Robinson Eutemio Seleski Filho (OAB: 9973/AM)
Advogado: Emerson Paxá Pinto Oliveira (OAB: 9435/AM)
Apelado: Ministério Público do Estado do Amazonas
Promotor: Géber Mafra Rocha
Procuradora: Liani Mônica Guedes de Freitas Rodrigues
Presidente: Jomar Ricardo Saunders Fernandes. **Relator: Jomar Ricardo Saunders Fernandes.** Revisora: Onilza Abreu Gerth

2. Apelação nº 0608621-53.2017.8.04.0001, de 10ª Vara Criminal
Apelante: Arlisson Andrade da Silva
Defensor Público: Daniel Britto Freire Aráujo
Defensoria Pública do Estado do Amazonas
Apelante: Ildeson Gonçalves da Silva
Defensor Público: Daniel Britto Freire Aráujo
Defensoria Pública do Estado do Amazonas
Apelado: Ministério Público do Estado do Amazonas
Promotor: André Luís Medeiros Figueira
Procurador: Nicolau Libório dos Santos Filho
Presidente: Jomar Ricardo Saunders Fernandes. **Relator: Jomar Ricardo Saunders Fernandes.** Revisora: Onilza Abreu Gerth

3. Apelação nº 0612605-45.2017.8.04.0001, de 3ª V.E.C.U.T.E.
Apelante: Gilmar de Souza Pinto
Advogada: Tereza Carmo de Castro (OAB: 479/AM)
Apelado: Ministério Público do Estado do Amazonas
Promotora: Renata Cintrão Simões de Oliveira
Procurador: José Roque Nunes Marques
Presidente: Jomar Ricardo Saunders Fernandes. **Relator: Jomar Ricardo Saunders Fernandes.** Revisora: Onilza Abreu Gerth

4. Apelação nº 0621207-25.2017.8.04.0001, de 4ª V.E.C.U.T.E.
Apelante: José Lemos Garcia
Advogado: Regis Ferreira Machado (OAB: 10077/AM)
Advogada: Gina Carla Sarkis Romeiro (OAB: 2669/AM)
Defensora Pública: Larissa Vianez Sant'Anna Figueira Machado
Defensoria Pública do Estado do Amazonas
Apelado: Ministério Público do Estado do Amazonas
Promotora: Laís Rejane de Carvalho Freitas
Procuradora: Liani Mônica Guedes de Freitas Rodrigues
Presidente: Jomar Ricardo Saunders Fernandes. **Relator: Jomar Ricardo Saunders Fernandes.** Revisora: Onilza Abreu Gerth

5. Apelação nº 0203846-76.2012.8.04.0020, de 1º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha)
Apelante: Ministério Público do Estado do Amazonas
Promotor: Raimundo do Nascimento Oliveira
Apelado: A. B. do N.
Defensor Publico: Danilo Germano Ribeiro Penha
Defensoria Pública do Estado do Amazonas
Procurador: Francisco Cruz
Presidente: Jomar Ricardo Saunders Fernandes. **Relatora: Onilza Abreu Gerth.**

6. Apelação nº 0215070-97.2014.8.04.0001, de 1ª Vara Criminal
Apelante: Ministério Público do Estado do Amazonas
Promotora: Sarah Pirangy Souza
Apelado: Jadson Pereira da Cruz
Defensora Pública: Laiane Tammy Abati
Defensoria Pública do Estado do Amazonas
Procurador: Carlos Antônio Ferreira Coelho
Presidente: Jomar Ricardo Saunders Fernandes. **Relatora: Onilza Abreu Gerth.** Revisor: Djalma Martins da Costa

7. Apelação nº 0227547-89.2013.8.04.0001, de 1ª V.E.C.U.T.E.
Apelante: Adriano Silva Monteiro
Advogado: Rodrigo Rodrigues Campos (OAB: 12150/AM)
Apelado: Ministério Público do Estado do Amazonas
Promotor: George Pestana Vieira
Procurador: Nicolau Libório dos Santos Filho
Presidente: Jomar Ricardo Saunders Fernandes. **Relatora: Onilza Abreu Gerth.** Revisor: Djalma Martins da Costa

8. Apelação nº 0228020-75.2013.8.04.0001, de 3º Vara do Tribunal do Júri
Apelante: Wilqson Wil Costa de Souza
Defensoria Pública do Estado do Amazonas
Apelante: Edeson de Oliveira Rodrigues
DefensorPúblico: Maurílio Casas Maia
Defensoria Pública do Estado do Amazonas
Apelado: Ministério Público do Estado do Amazonas
Promotor: Rogério Marques Santos
Promotor: Géber Mafra Rocha
Procurador: Nicolau Libório dos Santos Filho
Presidente: Jomar Ricardo Saunders Fernandes. **Relatora: Onilza Abreu Gerth.** Revisor: Djalma Martins da Costa

9. Apelação nº 0229186-74.2015.8.04.0001, de 1ª Vara do Tribunal do Júri
Apelante: Rodrigo da Cruz Reis
DefensorPúblico: Sérgio Enrique Ochoa Guimarães
Defensoria Pública do Estado do Amazonas
Apelado: Ministério Público do Estado do Amazonas
Promotor: Armando Gurgel Maia
Procuradora: Liani Mônica Guedes de Freitas Rodrigues
Presidente: Jomar Ricardo Saunders Fernandes. **Relatora: Onilza Abreu Gerth.** Revisor: Djalma Martins da Costa

10. Apelação nº 0263401-13.2014.8.04.0001, de 2ª V.E.C.U.T.E.
Apelante: Wellington Cunha Waughao
Advogado: Manoel Eduardo dos Santos Assis (OAB: 9613/AM)
Apelado: Ministério Público do Estado do Amazonas
Promotor: Mario Ypiranga Monteiro Neto
Procurador: Flávio Ferreira Lopes
Presidente: Jomar Ricardo Saunders Fernandes. **Relatora: Onilza Abreu Gerth.** Revisor: Djalma Martins da Costa

11. Apelação nº 0607963-29.2017.8.04.0001, de 4ª V.E.C.U.T.E.
Apelante: Erilene da Silva Costa
Advogado: Janderson Fernades Ribeiro (OAB: 7750/AM)
Apelante: Sirlei de Castro Silva
Advogado: Janderson Fernades Ribeiro (OAB: 7750/AM)
Apelante: Aparicio de Freitas
Advogado: Janderson Fernades Ribeiro (OAB: 7750/AM)
Apelado: Ministério Público do Estado do Amazonas
Promotora: Laís Rejane de Carvalho Freitas
Procurador: Carlos Antônio Ferreira Coelho
Presidente: Jomar Ricardo Saunders Fernandes. **Relatora: Onilza Abreu Gerth.** Revisor: Djalma Martins da Costa

12. Apelação nº 0613397-96.2017.8.04.0001, de 1ª Vara Especializada em Crimes contra Dignidade Sexual de Crianças e Adolescentes
Apelante: L. F. da S. C.
Advogado: Alex Junio Silva dos Santos (OAB: 12430/AM)
Apelado: Ministério Público do Estado do Amazonas
Promotor: Rodrigo Miranda Leão Junior
Procuradora: Liani Mônica Guedes de Freitas Rodrigues
Presidente: Jomar Ricardo Saunders Fernandes. **Relatora: Onilza Abreu Gerth.** Revisor: Djalma Martins da Costa

Secretaria da Segunda Câmara Criminal, em Manaus, 12 de março de 2019.

SEÇÃO VI

VARAS - COMARCA DA CAPITAL

1ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
JUIZ(A) DE DIREITO SHEILLA JORDANA DE SALES
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL MARIA FRANCISCA GARCIA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0068/2019

ADV: DAVIDSON REIS DA SILVA (OAB 8228/AM), ADV: DÊNIS REIS DA SILVA (OAB 10799/AM), ADV: DOUGLAS REIS DA SILVA (OAB 10368/AM) - Processo 0204683-18.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum - DIREITO PREVIDENCIÁRIO - REQUERENTE: Alda Maria Siqueira Pantoja - REQUERIDA: Procuradoria da República no Estado do Amazonas - O processo está em ordem. As partes legítimas, estão legalmente representadas, demonstrando legítimo interesse na causa, nada havendo que sanear. Diante da desnecessidade de produção de prova em audiência, impõe-se o julgamento antecipado da lide, à luz do art. 355, I, do C.P.C. Intimem-se e voltem-me os autos conclusos para sentença.

ADV: FABRÍCIO PERROTTA DA SILVA (OAB 165909/RJ) - Processo 0206004-54.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Aposentadoria por Invalidez - REQUERENTE: Francisco Medeiros Leite - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e outro - Ante o exposto, HOMOLOGO o acordo apresentado pelo INSS, motivo pelo que extingo o feito com fulcro no art. 487, III, b, do NCPC. À Secretaria para: Publicar esta decisão, intimando as partes; Após o trânsito em julgado, dar baixa no feito e arquivar os autos, com as cautelas de praxe.

ADV: ROBERTO ALVES (OAB 9258/AM) - Processo 0208412-18.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: Antônia Ferreira da Silva - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e outro - O processo está em ordem. As partes legítimas, estão legalmente representadas, demonstrando legítimo interesse na causa, nada havendo que sanear. Diante da desnecessidade de produção de prova em audiência, impõe-se o julgamento antecipado da lide, à luz do art. 355, I, do C.P.C. Intimem-se e voltem-me os autos conclusos para sentença.

ADV: WELLINGTON ARAÚJO DE OLIVEIRA (OAB 10146/AM), ADV: THIAGO NASCIMENTO DE BRITO E SILVA (OAB 9643/AM), ADV: HELENA MARIE DA CUNHA FISH (OAB 4332/AM), ADV: AUGUSTO CESAR SANTOS PANTOJA (OAB 5976/AM) - Processo 0211746-94.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum - Aposentadoria por Invalidez - REQUERENTE: RAIMUNDO NONATO RICARDO DA COSTA - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e outro - O processo está em ordem. As partes legítimas, estão legalmente representadas, demonstrando legítimo interesse na causa, nada havendo que sanear. Diante da desnecessidade de produção de prova em audiência, impõe-se o julgamento antecipado da lide, à luz do art. 355, I, do C.P.C. Intimem-se e voltem-me os autos conclusos para sentença.

ADV: ADAIR JOSÉ PEREIRA MOURA (OAB 1251/AM), ADV: GERUZA DE ARAÚJO LIMA NADAF (OAB 3503/AM), ADV: CAYO MARCELLOS LOPES DE VASCONCELOS (OAB 8080AM) - Processo 0224670-21.2009.8.04.0001 (001.09.224670-3) - Cautelar Inominada - Medida Cautelar - REQUERENTE: Conselho Fiscal da Associação Brasileira de Cirurgiões-Dentista - Secção Amazonas - REQUERIDO: Associação Brasileira de Cirurgiões-Dentistas Secção Amazonas - Vistos. Compulsando os autos, noto que a causa de pedir se refere à conjuntura fática que ocorrereu há cerca de 10 anos, qual seja, intervenção alegadamente irregular na administração da ré. Assim, entendo por intimar a parte requerente para manifestar se ainda subsiste tal quadro fático que justifica seu interesse jurídico no julgamento do feito, no prazo de 05 dias, sob pena de extinção do feito por ausência de interesse de agir.

ADV: SANDRO DA SILVA SANTOS (OAB 7523/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: INÁCIA MARIA CALDAS TRINDADE PUGA FERREIRA (OAB 6656/AM) - Processo 0227585-43.2009.8.04.0001 (apensado ao processo 0202880-78.2009.8.04.0001) (001.09.227585-1) - Cumprimento de sentença - REQUERENTE: Wenderson Costa de Oliveira - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Vistos, etc... HOMOLOGO, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, a transação celebrada nestes autos da Ação de Embargos de Terceiro movida por WENDERSON COSTA DE OLIVEIRA contra BANCO BMG S/A. Em caso de descumprimento, valerá a presente sentença como título executivo judicial, cuja execução seguirá o rito do art. 523 e seguintes do NCPC. Honorários advocatícios já distribuídos pelas partes. Transitada em julgado, arquivem-se e dê-se baixa. P. R. I.

ADV: MOACIR MARQUES DE MEDEIROS (OAB 13394/AM) - Processo 0229225-66.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: Rosineia Cavalcante dos Santos - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e outro - O processo está em ordem. As partes legítimas, estão legalmente representadas, demonstrando legítimo interesse na causa, nada havendo que sanear. Diante da desnecessidade de produção de prova em audiência, impõe-se o julgamento antecipado da lide, à luz do art. 355, I, do C.P.C. Intimem-se e voltem-me os autos conclusos para sentença.

ADV: ADRIANA ALMEIDA LIMA (OAB 4577/AM), ADV: LUZIANE DE FIGUEIREDO SIMAO LEAL (OAB 8044/AM), ADV: PAULO ROBERTO FARIAS DE OLIVEIRA (OAB 6011/AM), ADV: CRISTIANNE SARMENTO ROCHA LEAL ALI (OAB 6285/AM), ADV: MÁRIO VITOR MAGALHÃES AUFIERO (OAB 8787/AM) - Processo 0236582-34.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum - Auxílio-Doença Previdenciário - REQUERENTE: Cristiane Menezes de Souza - REQUERIDO: INSS - Instituto Nacional do Seguro Social - Vistos, etc Ao exame dos autos, cite-se o INSS para contestar e para cumprir a decisão às fls. 81, sob pena de aplicação da multa já arbitrada. Cumpra-se com urgência.

ADV: MILCYETE BRAGAASSAYAG (OAB 5006/AM), ADV: MARIA FERREIRA DE OLIVEIRA (OAB 6469/AM), ADV: LUDMILA MOREIRA DE SOUSA (OAB 17579/BA), ADV: AMADEU ALAKRA NETO (OAB 6463/AM) - Processo 0242704-39.2012.8.04.0001 - Procedimento Comum - Auxílio-Doença Previdenciário - REQUERENTE: DINEIDE CARNEIRO DA SILVA - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social e outro - O processo está em ordem. As partes legítimas, estão legalmente representadas, demonstrando legítimo interesse na causa, nada havendo que sanear. Diante da desnecessidade de produção de prova em audiência, impõe-se o julgamento antecipado da lide, à luz do art. 355, I, do C.P.C. Intimem-se e voltem-me os autos conclusos para sentença.

ADV: GILDO LEOBINO DE SOUZA JÚNIOR (OAB 28669CE) - Processo 0243637-02.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Auxílio-Doença Previdenciário - REQUERENTE: Maria das Graças Ferreira da Cruz - REQUERIDO: Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS - Vistos, etc... A requente, Maria das Graças Ferreira da Cruz interpôs Ação Concessão de Auxílio-Doença c/c Pedido de Conversão em Aposentadoria por Invalidez em face de Instituto Nacional de Seguro Social - INSS. Em análise, verifica-se a existência de Juízo Estadual na comarca de domicílio da parte autora. Assim, este juízo entende ser incompetente para processar o presente feito, com fulcro no art. 109, §3°, da Constituição Federal. ISSO POSTO, DETERMINO que os autos sejam remetidos à Justiça Estadual da Comarca de Anamã por tratar-se do Juízo do domicílio da requerente, por sua vez, competente para apreciação da demanda.

ADV: ELAINE DIB BOTELHO RIBEIRO (OAB 8028/AM), ADV: EDUARDO AURÉLIO DE VASCONCELOS (OAB 1536/AM) - Processo 0252221-05.2011.8.04.0001 - Procedimento Comum - Adjudicação Compulsória - REQUERENTE: Alciléia Pinto de Sena - REQUERIDO: Luis Roberto Martins Meireles - David Alves Meireles (falecido) - Imobiliária Vieiralves Ltda. - Defensoria Pública do Estado do Amazonas - Vistos, etc... O processo encontra-se parado em decorrência de diligencia que ao demandante compete. Instado a impulsionar o feito, manteve-se inerte o autor. Em consequência, JULGO EXTINTO o presente feito sem resolução do mérito, com fulcro no art. 485, III, do Código de Processo Civil. Custas pagas. Proceda-se à baixa. P. R. I.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT) - Processo 0603120-84.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Restabelecimento - REQUERENTE: Ayrton Menezes Guimarães - REQUERIDO: Instituto Nacional de Seguridade Social e outro - O processo está em ordem. As partes legítimas, estão legalmente representadas, demonstrando legítimo interesse na causa, nada havendo que sanear. Diante da desnecessidade de produção de prova em audiência, impõe-se o julgamento antecipado da lide, à luz do art. 355, I, do C.P.C. Intimem-se e voltem-me os autos conclusos para sentença.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT), ADV: ANA CAROLINA SOUSA CEI (OAB 8349/AM) - Processo 0605266-06.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - EXECUTADO: Mário Ribeiro Magalhães - O feito foi convertido em ação executiva em virtude da não localização do bem. A conversou operou-se nos moldes legal, eis que realizada antes da citação (cumprimento integral da liminar). Assim, passa-se à execução do titulo extrajudicial consistente no contrato de financiamento. Ocorre que o requerente atravessou pedido de busca e apreensão do veículo, inobstante tratar-se agora de ação de execução. Para o deferimento deste pedido o autor deve requerer expressamente seja o rito novamente convolado para ação de busca e apreensão, eis que não serve a providência pedida como medida constritiva em sede de ação executória.

ADV: MARCELO ABDON SOUTO KIZEM (OAB 2138/AM) - Processo 0608395-77.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Adjudicação Compulsória - REQUERENTE: Paulo Fernando de Oliveira Alves - REQUERIDO: Paulo Farias Imóveis S/c Ltda - Vistos, etc. Embora para a concessão da gratuidade não se exija o estado de miséria absoluta, imperiosa é a comprovação da impossibilidade de arcar com as custas e despesas do processo sem prejuízo de seu sustento próprio ou de sua família. A declaração de pobreza, por sua vez, estabelece, tão somente, uma mera presunção relativa da hipossuficiência, que cede ante outros elementos concretos a fim de servir para indicar a capacidade financeira. No caso, afiro que há elementos suficientes para afastar tal presunção, em especial o objeto da lide, demonstrando, assim, possibilidades de arcar com as custas deste processo. No entanto, antes de indeferir o pedido, convém facultar à interessada o direito de provar a impossibilidade de arcar, sem o seu próprio prejuízo ou de sua família, com as custas e despesas do processo. Assim, para apreciação do pedido de Justiça Gratuita, a parte requerente deverá, em 15 (quinze) dias, apresentar, sob pena de indeferimento do benefício: a) cópia das últimas folhas da carteira do trabalho, ou comprovante de renda mensal, e de eventual cônjuge; b) cópia dos extratos bancários de contas de titularidade, e de eventual cônjuge, dos últimos três meses; c) cópia da última declaração do imposto de renda apresentada à Secretaria da Receita Federal; d) cópia do contra-cheque atualizado; e) comprovantes de despesas mensais que demonstrem o comprometimento da renda apontada no contra-cheque e forma a inviabilizar o pagamento das custas. Ou, no mesmo prazo, deverá recolher as custas judiciais e despesas processuais, sob pena de cancelamento da distribuição, a teor do art. 290, do CPC, sem nova intimação. Ou, ainda, se assim lhe convier, faculto à parte demandante requerer o parcelamento das custas iniciais, no mesmo prazo acima assinalado, com fulcro nas disposições constantes no art. 98, § 6º, do NCPC, no art. 1º da Portaria 490/2017-PTJ e no art. 10 da Portaria nº 116/2017. Após, retornem-me os autos conclusos para a fila de Despacho Inicial.

ADV: ESAÚ MATIAS DE LIMA (OAB 5019/AM) - Processo 0608863-17.2014.8.04.0001 - Procedimento Sumário - Adjudicação Compulsória - REQUERENTE: ELDINEY GIL DE QUEIROZ ROCHA - GISSELY ROMINA QUEIROZ ROCHA - LEONARDO DE QUEIROZ ROCHA - REQUERIDO: RUI LUIZ FONSECA ARANTES - Edenir Costa Arantes - Art. 4°. O Diretor de Secretaria poderá praticar outros atos processuais sem caráter decisórios não relacionados nesta Portaria, em conformidade com o art. 93, XIV, da Constituição Federal; Intimar o Requerente para se manifestar a respeito do extrato do processo onde afirma que houve a intimação do despacho de fls. 50, cujo decurso do prazo ocorreu sem manifestação, devendo o mesmo se manifestar acerca da certidão negativa, oferecendo subsídios para viabilizar a citação do(a) Requerido(a), no prazo de cinco (05) dias, sob pena de extinção do processo, nos termos do art. 485, III do NCPC.

ADV: ACÁCIO FERNANDES ROBOREDO (OAB 89774/SP) - Processo 0609431-57.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Banco Santander Brasil S/A - REQUERIDO: Helder Carlos de Andrade Junior - Ab initio, ante a natureza da causa e a possibilidade de conciliação entre as partes, determino a realização de audiência de conciliação ou mediação, nos moldes do art. 334, do NCPC, a qual será realizada pelo CEJUSC - Cível, localizado no 3º andar deste Fórum, devendo os autos serem encaminhados ao referido setor. Cite-se e intime-se a parte Ré. O prazo, de 15 (quinze) dias, para contestação será contado a partir da realização da audiência. A ausência de contestação implicará revelia e presunção de veracidade da matéria fática apresentada na petição inicial.

ADV: WILLIAM CARMONA MAYA (OAB 257198/SP), ADV: FELIPE NAVEGA MEDEIROS (OAB 217017/SP), ADV: CARLOS ROBERTO DENESZCZUK ANTÔNIO (OAB 146360/SP) - Processo 0626189-19.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Itaú Unibanco S/A - EXECUTADO: Alberto Simonetti de Melo - Vista à parte Exequente para que se manifeste acerca da Exceção de Pré-Executividade de fls. 76/105, no prazo de dez (10) dias.

ADV: ÂNGELA DE CARVALHO ARGENTA (OAB 9389/AM), ADV: ROBERVAL EMERSON OLIVEIRA DE PAULA FILHO (OAB 6721/AM), ADV: JUAN PABLO FERREIRA GOMES (OAB 7716/AM), ADV: ANNE LISE PERIN (OAB 7447/AM) - Processo 0626909-83.2016.8.04.0001 (apensado ao processo 0633867-22.2015.8.04.0001) - Cumprimento de sentença - Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução - EMBARGANTE: CONDOMINIO PARADISE SKY - EMBARGADO: Roberval Emerson Oliveira de Paula Filho - Vistos, etc... Diante das informações contidas na certidão de fls. 57, diga o exequente se ainda tem interesse no feito.

ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP), ADV: JOSÉ LÍDIO ALVES DOS SANTOS (OAB 1163A/AM) - Processo 0629296-03.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - REQUERIDO: Allan Denis Araujo da Cruz - Vistos, etc... O autor requereu incessantemente a consulta aos sistemas eletrônicos, o que foi, em todas as ocasiões , indeferido pelo Juízo. Trata-se de dever da parte esgotar as diligencias a seu cargo, razão pela qual também indefiro o pedido de fls. 70. Quanto à restrição junto ao sistema RENAJUD, importante frisar que o veículo foi devidamente apreendido e encontra-se sob a posse de depositário indicado pelo proprio requerente. Por tal razão, não vislumbro risco de indevida transferência e tampouco deterioração decorrente da circulação. Se tais circunstâncias ocorrerem, são de responsabilidade do próprio autor, que se encontra com a posse do bem.

ADV: WISTON FEITOSA DE SOUSA (OAB 6596/AM), ADV: ADEMÁRIO DO ROSÁRIO AZEVEDO (OAB 2926/AM) - Processo 0633808-63.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum - Restabelecimento - REQUERENTE: Roberto Carlos Souza da Silva - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e outro - O processo está em ordem. As partes legítimas, estão legalmente representadas, demonstrando legítimo interesse na causa, nada havendo que sanear. Diante da desnecessidade de produção de prova em audiência, impõe-se o julgamento antecipado da lide, à luz do art. 355, I, do C.P.C. Intimem-se e voltem-me os autos conclusos para sentença.

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM) - Processo 0641883-91.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - REQUERIDO: Francisco Uranio Cosmo - De ordem, fica intimada a parte autora/exequente para proceder a juntada do comprovante de pagamento referente as diligências do Sr. Oficial de Justiça necessárias à prática do ato processual, no prazo de 10 (dez) dias. Manaus, 28 de fevereiro de 2019. Maria Francisca Garcia Escrivã

ADV: FRANCISCO CARLOS NUNES DE OLIVEIRA (OAB 10057/AM), ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM) - Processo 0656189-31.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Valmir Rubim Fernandes - REQUERIDO: Banco Bradesco S.a - Homologo a desistência do feito para fins do artigo 200, parágrafo único do Código de Processo Civil. Em consequência, JULGO EXTINTO o presente feito sem resolução do mérito, com fulcro no art. 485, VIII, do Código de Processo Civil. Custas pagas. Proceda-se à baixa.

ADV: FABRÍCIO ARTEIRO DE PAIVA (OAB 11185/AM) - Processo 0656962-76.2018.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: Jemilson Lima Oliveira - REQUERIDO: Rodrigo Otávio dos Santos - Vistos, etc. Trata-se de Ação de Reintegração de Posse com Pedido Liminar movida por Jemilson Lima Oliveira em face de Rodrigo Otávio dos Santos. Sinteticamente, narra o Requerente adquiriu imóvel localizado na Rua Bem-te-vi, n° 63, quadra 51, Conjunto Residencial Cidade Nova 1, Bairro Cidade Nova, nesta cidade. Alega que autorizou o Requerido a residir nos fundos de sua residência, que possui entrada independente por outra rua. Entretanto, o Requerido recusa-se a sair e está utilizando parte invadida do imóvel para fins comerciais. Dessa forma pugna, liminarmente, pela reintegração de posse do imóvel. No mérito, requer a confirmação do pleito liminar. Relatados no essencial, decido. O deferimento da liminar, quando tratar-se de posse nova (menos de ano e dia), reclama o preenchimento dos requisitos entabulados no art. 561 do Código de Processo Civil, in verbis: Art. 561. Incumbe ao autor provar: I - a sua posse; II - a turbação ou o esbulho praticado pelo réu; III - a data da turbação ou do esbulho; IV - a continuação da posse, embora turbada, na ação de manutenção, ou a perda da posse, na ação de reintegração. Pois bem. A posse do imóvel resta comprovada através das imagens acostadas aos autos, que mostram uma residência construída e habitável, corroborada com prova de inscrição do Requerente como contribuinte do Imposto Territorial Urbano- IPTU do referido imóvel, conforme documento de fls. 33, bem como pelo registro da propriedade, colacionado às fls. 30, em seu nome. Entretanto, em relação a prova do esbulho, depreende-se da narrativa fática que o Requerido foi autorizado pelo Autor a permanecer em parte de sua propriedade, estabelecendo-se, inclusive, comercialmente no local. Assim, resta dúvida a este juízo, a partir do documentado, do real acordo celebrado entre as partes e, por conseguinte, da existência de esbulho, uma vez que as fotos e Boletim de Ocorrência anexados, não se prestam a ratificar o alegado pelo autor, exigindo-se dilação probatória a respeito. A concessão de liminar, ante a ausência de oitiva da parte contrária, é medida que deve estar cabalmente justificada e amparada em provas incontroversas, o que não entrevejo no caso em comento. Pelo exposto, INDEFIRO a liminar postulada. Em relação ao pedido de concessão dos benefícios da gratuidade da justiça, DEFIRO PARCIALMENTE o pleito, com fulcro no art. 98, § 5.º, do CPC, isentando a autora apenas das custas judiciais iniciais, de modo a excluir das benesses as despesas postais e demais encargos processuais que se fizerem necessários no decorrer da lide. Por fim, cite-se e intime-se a parte requerida para comparecer a audiência de conciliação ou mediação, na forma do art. 334 do NCPC, a ser designada pelo CEJUSC

Acácio Fernandes Roboredo (OAB 89774/SP)
Adair José Pereira Moura (OAB 1251/AM)
Ademário do Rosário Azevedo (OAB 2926/AM)
Adriana Almeida Lima (OAB 4577/AM)
Amadeu Alakra Neto (OAB 6463/AM)
Ana Carolina Sousa Cei (OAB 8349/AM)
Ângela de Carvalho Argenta (OAB 9389/AM)
Anne Lise Perin (OAB 7447/AM)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Augusto Cesar Santos Pantoja (OAB 5976/AM)
Carlos Roberto Deneszczuk Antônio (OAB 146360/SP)
Cayo Marcellos Lopes de Vasconcelos (OAB 8080AM)
CRISTIANNE SARMENTO ROCHA LEAL ALI (OAB 6285/AM)
Davidson Reis da Silva (OAB 8228/AM)
Dênis Reis da Silva (OAB 10799/AM)
Douglas Reis da Silva (OAB 10368/AM)
Edson Rosas Júnior (OAB 1910/AM)
Eduardo Aurélio de Vasconcelos (OAB 1536/AM)
Elaine Dib Botelho Ribeiro (OAB 8028/AM)

Esaú Matias de Lima (OAB 5019/AM)
Fabrício Arteiro de Paiva (OAB 11185/AM)
Fabrício Perrotta da Silva (OAB 165909/RJ)
Felipe Navega Medeiros (OAB 217017/SP)
Francisco Carlos Nunes de Oliveira (OAB 10057/AM)
Geruza de Araújo Lima Nadaf (OAB 3503/AM)
Gildo Leobino de Souza Júnior (OAB 28669CE)
Helena Marie da Cunha Fish (OAB 4332/AM)
Inácia Maria Caldas Trindade Puga Ferreira (OAB 6656/AM)
José Lídio Alves dos Santos (OAB 1163A/AM)
Juan Pablo Ferreira Gomes (OAB 7716/AM)
Ludmila Moreira de Sousa (OAB 17579/BA)
Luziane de Figueiredo Simao Leal (OAB 8044/AM)
Marcelo Abdon Souto Kizem (OAB 2138/AM)
Maria Ferreira de Oliveira (OAB 6469/AM)
Mário Vitor Magalhães Aufiero (OAB 8787/AM)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Milcyete Braga Assayag (OAB 5006/AM)
Moacir Marques de Medeiros (OAB 13394/AM)
Paulo Roberto Farias de Oliveira (OAB 6011/AM)
Philippe Nunes de Oliveira Dantas (OAB 8872/AM)
Roberta Beatriz do Nascimento (OAB 192649/SP)
Roberto Alves (OAB 9258/AM)
Roberval Emerson Oliveira de Paula Filho (OAB 6721/AM)
Sandro da Silva Santos (OAB 7523/AM)
Thiago Nascimento de Brito e Silva (OAB 9643/AM)
Wellington Araújo de Oliveira (OAB 10146/AM)
William Carmona Maya (OAB 257198/SP)
Wilson Molina Porto (OAB 12790A/MT)
Wiston Feitosa de Sousa (OAB 6596/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
JUIZ(A) DE DIREITO SHEILLA JORDANA DE SALES
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL MARIA FRANCISCA GARCIA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0073/2019

ADV: JURANDIR ALMEIDA DE TOLEDO (OAB 000.381/AM) - Processo 0001763-91.1995.8.04.0012 (012.95.001763-3) - Processo de Execução - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Jose Ferreira Lima - REQUERIDO: Francisco Nascimento de Oliveira - Vistos, etc... O processo encontra-se parado em decorrência de diligencia que ao demandante compete. Instado a impulsionar o feito, manteve-se inerte o autor. Em consequência, JULGO EXTINTO o presente feito sem resolução do mérito, com fulcro no art. 485, III, do Código de Processo Civil. Custas pagas. Proceda-se à baixa. P. R. I.

ADV: ALEX ROPOHOLFO DE OLIVEIRA (OAB 9439/MS) - Processo 0003250-71.2010.8.04.0012 (012.10.003250-0) - Falência de Empresários, Sociedades Empresáriais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Autofalência - REQUERENTE: Amazonas Transporte de Cargas Ltda - REQUERIDO: S.r. Produtos Hospitalares S.a. - TERCEIRO I: Helio Vieira - Nos termos do art. 145, §1º, do CPC, declaro-me suspeita para atuar neste processo, por motivos de foro íntimo. Remetam-se os autos ao meu substituto legal, com as cautelas de praxe. Cumpra-se.

ADV: ALEX ROPOHOLFO DE OLIVEIRA (OAB 9439/MS) - Processo 0003250-71.2010.8.04.0012 (012.10.003250-0) - Falência de Empresários, Sociedades Empresáriais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Autofalência - REQUERENTE: Amazonas Transporte de Cargas Ltda - REQUERIDO: S.r. Produtos Hospitalares S.a. - Defiro o pedido de fls. 3727/3731, em cumprimento a decisão de fls. 3267/3274. Dê-se ciência ao síndico e ao MP. I.

ADV: LUIZ SERUDO MARTINS NETO (OAB 3762/AM), ADV: SIDNEY SERUDO DE MENDONÇA (OAB 4891/AM), ADV: LUIZ AUZIER DE ALMEIDA (OAB 3496/AM), ADV: GLÁUCIO CASTELO BRANCO MAUÉS (OAB 5666/AM), ADV: LUIZ SERUDO MARTINS NETO (OAB 3.762/AM), ADV: LUIS PAULO CAVALCANTE (OAB 5746/AM) - Processo 0003831-61.2006.8.04.0001 (001.06.003831-5) - Procedimento Comum - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Mouhamad Mourad - REQUERIDO: Info Park Estacionamentos e Sistemas - Considerando a inércia da parte, pendente a necessidade de diligência para a seqüência regular do feito, intime-se a parte Requerente, para atender ao despacho já determinado, no prazo de cinco (05) dias, sob pena de extinção do processo sem resolução do mérito, na forma do art. 485, III, do CPC/2015. Decorrido o prazo, voltem conclusos. Intimem-se.

ADV: FRANCISCO ADONIAS PINHEIRO (OAB 1584/AM), ADV: MAGDA RAQUEL GUIMARÃES FERREIRA (OAB 724A/AM), ADV: CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB 671A/AM) - Processo 0005264-03.2006.8.04.0001/02 (001.06.005264-4/00002) - Embargos de Terceiro - Recurso - EMBARGANTE: LG Eletronics da Amazônia - EMBARGADO: Pontual Factoring Fomento Comercial LTDA - Vistos. Os autos encontravam-se suspensos aguardando decisão do STJ em sede de Agravo em Recurso Especial. Em consulta ao site daquele Tribunal Superior, constatei que o referido recurso fora baixado definitivamente ao tribunal de origem -TJAM- em 15/09/2015. Nessa senda, determino que a Secretaria oficie o segundo grau deste Tribunal para que remeta a este Juízo cópia da decisão proferida pelo STJ; recebido referido documento, determino que seja intimada as partes para manifestarem o que for de interesse no prazo de 15 dias, sob pena de arquivamento dos autos e decurso do prazo de prescrição intertemporal. Cumpra-se.

ADV: ERONILDE SILVA DE MORAIS (OAB 255127/SP), ADV: DÂMEA MOURÃO TELLES DE MENEZES (OAB 9198/AM) - Processo 0007234-30.1991.8.04.0012 (012.91.007234-6) - Processo de Execução - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Costeira Transportes e Servicos Ltda - REQUERIDO: Comercial Progresso Ltda. - Marly Elen Maurício de Souza - Joaquim Vieira Magalhães - Processo nº: 0007234-30.1991.8.04.0012 Art. 1º. Delegar aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais abaixo especificados: III - Intimação da parte para se manifestar sobre mandados, cartas de citação ou intimação e demais expedientes devolvidos e juntados aos autos; Manaus(AM), 07 de março de 2019. Maria Francisca Garcia Escrivã

ADV: HUMBERTO CAMPOS (OAB 003.095/AM), ADV: AMANDA DIAS SIMÕES DE OLIVEIRA (OAB 12445/AM), ADV: ALTAMIR DA SILVA VIEIRA JÚNIOR (OAB 12961/AM), ADV: ALTAMIR DA SILVA VIEIRA JUNIOR (OAB 12961/AM) - Processo 0007253-69.2010.8.04.0012 (012.10.007253-7) - Processo de Execução - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Escritorio Central de Arrecadacao e Distribuicao - Ecad - REQUERIDO: Arnaldo Alves Bezerra - A & M Promocoes e Publicidade Ltda. - Considerando a inércia da parte, pendente a necessidade de diligência para a seqüência regular do feito, intime-se a parte Requerente, para atender ao despacho já determinado, no prazo de cinco (05) dias, sob pena de extinção do processo sem resolução do mérito, na forma do art. 485, III, do CPC/2015. Decorrido o prazo, voltem conclusos. Intimem-se.

ADV: MICHAEL QUEIROZ LEITÃO (OAB 9714/AM), ADV: GUILHERME MARINHO SOARES (OAB 18556B/CE), ADV: MARIA DAS GRACAS TEIXEIRA NISSEN (OAB 017.298/RS), ADV: ACÁCIO FERNANDES ROBOREDO (OAB 89774/SP), ADV: TERESA CRISTINA PITTA PINHEIRO FABRÍCIO (OAB 14694/CE) - Processo 0010236-61.1998.8.04.0012 (012.98.010236-4) - Processo de Execução - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Banco Sudameris Brasil S/A - REQUERIDO: A. C. S. de Souza - Antonio Carlos Simoes de Souza - Vistos, etc... O processo encontra-se parado em decorrência de diligencia que ao demandante compete. Instado a impulsionar o feito, manteve-se inerte o autor. Em consequência, JULGO EXTINTO o presente feito sem resolução do mérito, com fulcro no art. 485, III, do Código de Processo Civil. Custas pagas. Proceda-se à baixa. P. R. I.

ADV: PEDRO CÂMARA - SOCIEDADE DE ADVOGADOS (OAB 613/AM), ADV: ELISA PINTO GOMES (OAB 9767/AM), ADV: CAIO PATRICK COELHO SILVA ANDADE (OAB 13408/AM), ADV: ISABELLE BENLOLO DE AZEVEDO (OAB 11737/AM), ADV: MICHELLE CHRISTINE MILÉRIO PINTO (OAB 3796/AM), ADV: MARCO ANTÔNIO PORTELLA DE MACÊDO (OAB 002.039/AM), ADV: PEDRO CÂMARA JÚNIOR (OAB 2834/AM) - Processo 0018847-89.2005.8.04.0001 (001.05.018847-0) - Procedimento

Comum - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Associação dos Servidores da Suframa - ASFRAMA - REQUERIDO: Unimed de Manaus - Cooperativa de Trabalho Medico - Considerando a inércia da parte, pendente a necessidade de diligência para a seqüência regular do feito, intime-se a parte Requerente, para atender ao despacho já determinado, no prazo de cinco (05) dias, sob pena de extinção do processo sem resolução do mérito, na forma do art. 485, III, do CPC/2015. Decorrido o prazo, voltem conclusos. Intimem-se.

ADV: ROGERIO ROLIM DA CRUZ (OAB 002.409/AM), ADV: MARIA DO CARMO DO AMARAL LINHARES (OAB 1786/AM) - Processo 0024450-37.2010.8.04.0012 (012.10.024450-8) - Despejo - Locação de Imóvel - REQUERENTE: Rogerio da Silva Perez - REQUERIDO: Antonio da Silva Noronha - Maria Martins Noronha - Indefiro o pedido formulao. Como bem explicado na decisão de fl. 156/158, a coisa julgada tem seus limites subjetivos inter partes. Por tal razão, não procede expedição de mandado em face de terceiro não identificado. Mantenham-se arquivados os presentes autos. Cumpra-se. Manaus(AM), 11 de maço de 2019. (a) Sheilla Jordana de Sales, Juíza de Direito. Sheilla Jordana de Sales Juíza de Direito

ADV: ALCIMAR ALMEIDA SENA (OAB 2788/AM), ADV: MARIA LUCÍLIA GOMES (OAB 313A/AM), ADV: ALESSANDRA COSTA PACHECO (OAB 4876/AM) - Processo 0041212-06.2006.8.04.0001 (001.06.041212-8) - Consignação em Pagamento - Pagamento em Consignação - REQUERENTE: Zenira Fernandes Sena - REQUERIDO: Banco Toyota do Brasil S/A - Considerando a inércia da parte, pendente a necessidade de diligência para a seqüência regular do feito, intime-se a parte Requerente, para atender ao despacho já determinado, no prazo de cinco (05) dias, sob pena de extinção do processo sem resolução do mérito, na forma do art. 485, III, do CPC/2015. Decorrido o prazo, voltem conclusos. Intimem-se.

ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB 737A/AM) - Processo 0048179-09.2002.8.04.0001 (001.02.048179-0) - Processo de Execução - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: BANCO DO BRASIL S/A. - REQUERIDO: Sebastião Lourenço da Silva - Processo nº: 0048179-09.2002.8.04.0001 Art. 1º. Delegar aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais abaixo especificados: III - Intimação da parte para se manifestar sobre mandados, cartas de citação ou intimação e demais expedientes devolvidos e juntados aos autos; Manaus(AM), 07 de março de 2019. Maria Francisca Garcia Escrivã

ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB A737/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0054661-70.2002.8.04.0001 (001.02.054661-1) - Processo de Execução - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: BANCO DO BRASIL S/A. - REQUERIDA: Olívia Nascimento Gonçalves - Vistos, etc... A parte Exequente não indicou bens passíveis de penhora, inexistindo bens penhoráveis do Executado frustra o prosseguimento da Execução e/ou cumprimento de sentença. Para que a parte credora possa persistir realizando buscas de patrimônio (que venham a viabilizar a penhora e excussão), concedo alvará judicial, servindo a presente decisão, assinada digitalmente, cumprindo à parte interessada a sua impressão e apresentação aos destinatários. Por este alvará, fica BANCO DO BRASIL S/A., autorizado a promover pesquisas junto às instituições financeiras, corretoras de valores mobiliários, tabelionatos de notas, ofícios de registro de imóveis, Receita Federal, Ciretrans e Capitania dos Portos, em relação à existência de bens e ativos em nome do(s) executado(s) OLIVIA NASCIMENTO GONÇALVES, CPF/CNPJ 181.952.962-20. Quem receber deverá prestar todas as informações necessárias a respeito de bens e valores de titularidade do executado supramencionado. Este alvará judicial é válido por cinco anos a contar da data desta decisão. Aguarde-se em arquivo a eventual sobrevinda de notícia acerca da existência de patrimônio passível de penhora. Enquanto a parte exequente não indicar patrimônio passível de penhora o trâmite da execução não será retomado. Intime-se. Após, arquivem-se e dê-se baixa.

ADV: PEDRO ROBERTO ROMÃO (OAB 209551/SP), ADV: ANDRÉA TATTINI ROSA (OAB 210738/SP) - Processo 0202465-32.2008.8.04.0001 (001.08.202465-1) - Busca e Apreensão - REQUERENTE: HSBC Brasil Administradora de Consórcio LTDA - REQUERIDO: Dilson Vicente Seade Dourado - Vistos, etc... O processo encontra-se parado em decorrência de diligencia que ao demandante compete. Instado a impulsionar o feito, manteve-se inerte o autor. Em consequência, JULGO EXTINTO o presente feito sem resolução do mérito, com fulcro no art. 485, III, do Código de Processo Civil. Custas pagas. Proceda-se à baixa. P. R. I.

ADV: ADRIANA MARIA MARGARITA RODRIGUES (OAB 118155/SP), ADV: FÁBIO AGUSTINHO DA SILVA (OAB 2776/AM), ADV: ALESSANDRA MARIA MARGARITA LA REGINA (OAB 97954/SP), ADV: JOÃO PAULO MONTEIRO DE LIMA (OAB 7618/AM) - Processo 0202919-07.2011.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Obrigações - REQUERENTE: Cambuci S/A - REQUERIDA: Pachaka Comércio de Materiais Esportivos Ltda - Francilda de Oliveira Lopes - Demétrio Nunes Lopes - Vistos, Na forma do artigo 513 § 2º, do NCPC, intime-se o executado para que, no prazo de 15 (quinze) dias, pague o valor indicado no demonstrativo discriminado e atualizado do crédito, acrescido de custas, se houver. Fica a parte executada advertida de que, transcorrido o prazo previsto no art. 523 sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação. Não ocorrendo pagamento voluntário no prazo do artigo 523 do CPC, o débito será acrescido de multa de dez por cento e, também, de honorários de advogado de dez por cento. Ademais, não efetuado o pagamento voluntário no prazo de 15 (quinze) dias, independentemente de nova intimação do credor, poderá a parte exequente efetuar pedido de pesquisas junto aos sistemas informatizados à disposição do juízo. Por fim, certificado o trânsito em julgado da decisão e transcorrido o prazo do art. 523, mediante o recolhimento das respectivas taxas, a parte exequente poderá requerer diretamente à serventia a expedição de certidão, nos termos do art. 517 do CPC, que servirá também aos fins previstos no art. 782, §3º, todos do Código de Processo Civil. Int.

ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 1026A/AM), ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 12450/PE) - Processo 0217180-74.2011.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Posse - REQUERENTE: HSBC BANK BRASIL S.A. - BANCO MULTIPLO - REQUERIDO: João Paulo Mar de Moraes - Ante o exposto, indefiro o pedido de consulta ao Renajud/Infojud/Bacenjud por entender que a parte demandante não esgotou os meios que lhe são acessíveis para obter o endereço correto da parte requerida. Oportunamente, fica intimado a parte autora para indicar o endereço da parte ré no prazo de 10 dias, sob pena de não se interromper a prescrição, na forma do art. 240, §2º do NCPC. Decorrido 30 dias da intimação deste despacho sem manifestação do autor em que promova diligências aqui determinadas, entendo que ficará caracterizado abandono da causa, motivo pelo que determino a intimação pessoal do autor para dizer se tem interesse no prosseguimento do feito, na forma do art. 485, §1º, do NCPC.

ADV: FRANCISCO NONATO BOARY (OAB 1058/AM), ADV: DAVID NEVES MARTINS (OAB 5776/AM) - Processo 0228866-34.2009.8.04.0001 (001.09.228866-0) - Despejo - Locação de Imóvel - REQUERENTE: Valdir Trancoso da Silva - REQUERIDO: Sérgio Ricardo Alves da Silva - Considerando a inércia da parte, pendente a necessidade de diligência para a seqüência regular do feito, intime-se a parte Requerente, para atender ao despacho já determinado, no prazo de cinco (05) dias, sob pena de extinção do processo sem resolução do mérito, na forma do art. 485, III, do CPC/2015. Decorrido o prazo, voltem conclusos. Intimem-se.

ADV: MARCO ANDRÉ HONDA FLORES (OAB 6171/MS), ADV: THIAGO NORONHA BENITO (OAB 11127/MS), ADV: CARLOS MAXIMIANO MAFRA DE LAET (OAB 809A/AM), ADV: PAULO ROBERTO LOPES DA SILVA (OAB 6699/AM) - Processo 0241984-09.2011.8.04.0001 - Procedimento Comum - Antecipação de Tutela / Tutela Específica - REQUERENTE: Jogli Pereira caldas - REQUERIDO: Banco Santander S/A - Aymoré Financeira - SENTENÇA Vistos, Ante a satisfação da obrigação, EXTINGO a execução em trâmite, com fundamento no art. 924, inc. II, do Código de Processo Civil. Expeça-se o competente alvará de levantamento do valor depositado em favor do Exequente. Com o levantamento ou decorrido o prazo, arquivem-se os autos e dê-se baixa. P.R.I. Manaus, 08 de março de 2019.

ADV: PAULO AUGUSTO GRECO (OAB 119729/SP) - Processo 0247431-12.2010.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Valor da Execução / Cálculo / Atualização - EXEQUENTE: GREIF EMBALAGENS INDUSTRIAIS DO AMAZONAS LTDA - EXECUTADO: Mychelyne Fyscher da Costa Thompson - Vistos, etc... Por todos seus fundamentos MANTENHO o despacho de fls. 116/118 e INDEFIRO o pedido de fls. 120/123. Prossiga o Requerente, atendendo para o regular andamento do feito, no prazo de cinco (05) dias, sob pena de extinção do processo sem resolução do mérito, na forma do art. 485, III, do CPC/2015.

ADV: PÉRICLES DUARTE DE SOUZA JÚNIOR (OAB 4808/AM), ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM), ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM) - Processo 0248103-20.2010.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Valor da Execução / Cálculo / Atualização - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - EXECUTADA: Big Amazonia Comercio de Produtos Alimentícios Ltda - DECISÃO Vistos, A repetição de diligências já realizadas somente se justifica após o decurso de prazo razoável e/ou havendo notícia de modificação da situação econômica do devedor, que pode ser detectada através de diversas circunstâncias fáticas, as quais ao menos indiquem a possibilidade de, então, haver ativos em nome do devedor Assim, ausentes tais hipóteses, indefiro o pedido de fls. 181/183. Assim, no prazo de 10 (DEZ) dias, manifeste-se a parte exequente em termos de prosseguimento, indicando outros bens à penhora, ou, alternativamente, postulando a suspensão do processo. Em caso de inércia por prazo superior a 30 (trinta) dias, arquivem-se os autos. Int. Manaus, 09 de março de 2019. Sheilla Jordana de Sales Juíza de Direito

ADV: FREDERICO GUSTAVO TÁVORA (OAB 6462/AM) - Processo 0253294-17.2008.8.04.0001 (001.08.253294-0) - Reintegração / Manutenção de Posse - Posse - REQUERENTE: Margareth de Lourdes dos Santos - REQUERIDA: Cléa Santos de Souza - Considerando a inércia da parte, pendente a necessidade de diligência para a seqüência regular do feito, intime-se a parte Requerente, para atender ao despacho já determinado, no prazo de cinco (05) dias, sob pena de extinção do processo sem resolução do mérito, na forma do art. 485, III, do CPC/2015. Decorrido o prazo, voltem conclusos. Intimem-se.

ADV: NELSON JOSÉ OLIVEIRA DA SILVA (OAB 5103/AM), ADV: MARIA DAS GRAÇAS CARVALHO MONTEIRO (OAB 1964/AM), ADV: VARCILY QUEIROZ BARROSO (OAB 2683/AM) - Processo 0257115-92.2009.8.04.0001 (apensado ao processo 0614694-80.2013.8.04.0001) (001.09.257115-9) - Reintegração / Manutenção de Posse - Posse - REQUERENTE: Eduardo Cavalcante de Assis - Reinaldo da Silva Nunes - Fernanda Santiago Leal - Oneide Duarte de Souza - REQUERIDO: Oseas da Silva Carvalho - Denize Ribeiro dos Reis Carvalho - Jackson Wilson Leite Santana - Pedro Silveira de Carvalho - Vistos, etc... O processo encontra-se parado em decorrência de diligencia que ao demandante compete. Instado a impulsionar o feito, manteve-se inerte o autor. Em consequência, JULGO EXTINTO o presente feito sem resolução do mérito, com fulcro no art. 485, III, do Código de Processo Civil. Custas pagas. Proceda-se à baixa. P. R. I.

ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM) - Processo 0258205-67.2011.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Valor da Execução / Cálculo / Atualização - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - EXECUTADA: Via Manaus Telecomunicações Ltda ME - Widerson Carlos Correa - Vistos, etc... O executado não tem bens para garantir a divida exequenda. ISSO POSTO, suspendo a execução (NCPC, art. 921, III) pelo prazo de 01 (um) ano, durante o qual se suspende a prescrição (§ 1º). Transcorrido o prazo do § 1º sem que sejam localizados bens penhoráveis, desde já, ORDENO o arquivamento dos autos após a certificação da negativação da constrição (§ 2º), contudo, poderão ser desarquivados para prosseguimento, a qualquer tempo, caso sejam encontrados pelo credor bens penhoráveis (§ 3º). O credor fica intimado, desde já, que, transcorrido o prazo do § 1º, sem sua manifestação, começa a correr o prazo de prescrição intercorrente (§ 4º). Defiro o pedido de desbloqueio ocorrido via Renajud (fls. 49/50). Intime-se e cumpra-se.

ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB 737A/AM), ADV: GUSTAVO AMATO PISSINI (OAB 261030/SP), ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB A737/AM) - Processo 0262187-89.2011.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Valor da Execução / Cálculo / Atualização - EXEQUENTE: Banco do Brasil S/A - EXECUTADA: J.R. Distribuidora de Frios Ltda ME - Jhonny César Araújo de Oliveira - Rosenir Araújo da Silva - Art. 4°. O Diretor de Secretaria poderá praticar outros atos processuais sem caráter decisórios não relacionados nesta Portaria, em conformidade com o art. 93, XIV, da Constituição Federal; Fica deferido o pedido de fls. 262, pelo prazo de trinta (30) dias, nos termos do art. 227 do NCPC.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM) - Processo 0265071-91.2011.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: José Antônio Simões da Costa - Vistos, etc... Por todos seus fundamentos MANTENHO o despacho de fls. 182/184 e INDEFIRO o pedido de fls. 200. Prossiga o Requerente, atendendo para o regular andamento do feito, no prazo de cinco (05) dias, sob pena de extinção do processo sem resolução do mérito, na forma do art. 485, III, do CPC/2015.

ADV: CLEMENTE AUGUSTO GOMES (OAB 438/AM), ADV: RAIMUNDO SÉRVULO LOURIDO BARRETO (OAB 3135/AM), ADV: CAROLINE DA SILVA BRAZ (OAB 4846/AM), ADV: CÉSAR AUGUSTO GOMES MONTEIRO (OAB 9696/AM), ADV: JOSÉ AUGUSTO CELESTINO DE OLIVEIRA GOMES (OAB 3597/AM) - Processo 0309028-21.2006.8.04.0001 (001.06.309028-8) - Cumprimento de sentença - Posse - REQUERENTE: Mac Empeendimentos Imobiliários Ltda - REQUERIDA: Francisca Chagas Almeida - Regiane Almeida Barbosa - Vistos, etc... Cumpra-se o Acórdão de fls. 262/270, com a expedição de mandado de imissão de posse, devendo o senhor oficial de justiça lavrar auto circunstanciado, bem como, requerer auxílio de força policial, caso necessário. Após, cumprimento da medida, arquivem-se e dê-se baixa, haja vista, a suspensão do pagamento pela parte Requerida (fls. 270). Cumpra-se.

ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP) - Processo 0600069-31.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - REQUERIDO: Elineide da Silva Barreto - Processo nº: 0600069-31.2019.8.04.0001 Art. 1º. Delegar aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais abaixo especificados: III - Intimação da parte para se manifestar sobre mandados, cartas de citação ou intimação e demais expedientes devolvidos e juntados aos autos; Manaus(AM), 07 de março de 2019. Maria Francisca Garcia Escrivã

ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB A737/AM) - Processo 0600097-67.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco do Brasil S/A - EXECUTADO: D 5 Assessoria e Serviços Ltda - Joao Virgilio Ferreira Arbex - Maria do Socorro Costa de Lima Arbex - Fabio Costa de Lima - Art. 4°. O Diretor de Secretaria poderá praticar outros atos processuais sem caráter decisórios não relacionados nesta Portaria, em conformidade com o art. 93, XIV, da Constituição Federal; Fica deferido o pedido de fls. 214/215, pelo prazo de quinze (15) dias, nos termos do art. 227 do NCPC.

ADV: BISMARCK BERNARDO E SÁ JUNIOR (OAB 23420GO), ADV: ANTÔNIO EDUARDO DE SANTA CRUZ ABREU (OAB A757/AM) - Processo 0600817-73.2013.8.04.0001 - Procedimento Sumário - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: André Luis da Silva Suleiman - REQUERIDO: Santa Cruz Advogados Associados - De ordem, fica designado o dia 08/04/2019 às 09:0o horas, para a realização de audiência de Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: KARINA BROZE NAIMEG GROSSI (OAB 9245/AM), ADV: THIAGO VINÍCIUS MENDONÇA MOREIRA (OAB A1087AM) - Processo 0601236-88.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum - Aposentadoria por Invalidez - REQUERENTE: Deivison de Paula Castro - INTSSADO: Procuradoria Federal no Estado do Amazonas - Vistos, etc... O processo encontra-se parado em decorrência de diligencia que ao demandante compete. Instado a impulsionar o feito, manteve-se inerte o autor. Em consequência,

JULGO EXTINTO o presente feito sem resolução do mérito, com fulcro no art. 485, III, do Código de Processo Civil. Custas pagas. Proceda-se à baixa. P. R. I.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT) - Processo 0601546-60.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: João das Dores Diniz Dourado - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e outro - Assim, não decorrendo a doença de acidente de trabalho ou do trabalho exercido, a competência para julgar o feito é da Justiça Federal, nos termos do art. 109, §3º, da CF. Do exposto, não decorrendo a doença de acidente de trabalho ou do trabalho exercido, declino da competência para Justiça Federal.

ADV: GUSTAVO DA SILVA GRILLO (OAB 7883/AM), ADV: ANDREY AUGUSTO BENTES RAMOS (OAB 7526/AM) - Processo 0601571-05.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Bancários - REQUERENTE: Leandro Ribeiro dos Anjos - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Art. 4°. O Diretor de Secretaria poderá praticar outros atos processuais sem caráter decisórios não relacionados nesta Portaria, em conformidade com o art. 93, XIV, da Constituição Federal; Fica deferido o pedido de fls. 55, pelo prazo de quinze (15) dias, nos termos do art. 227 do NCPC.

ADV: SÉRGIO ALBERTO CORRÊA DE ARAÚJO (OAB 3749/AM), ADV: CAMILA LEAL DE SOUZA (OAB 7498/AM), ADV: HELOÍSA PONTES MAUÉS (OAB 9667/AM) - Processo 0601686-60.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Locação de Imóvel - EXEQUENTE: Lourenco & Marques Ltda - EXECUTADO: João Batista Alves Leandro - Processo nº: 0601686-60.2018.8.04.0001 Art. 1º. Delegar aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais abaixo especificados: III - Intimação da parte para se manifestar sobre mandados, cartas de citação ou intimação e demais expedientes devolvidos e juntados aos autos; Manaus(AM), 07 de março de 2019. Maria Francisca Garcia Escrivã

ADV: GUSTAVO AMATO PISSINI (OAB 261030/SP), ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB 737A/AM), ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB A737/AM) - Processo 0601688-69.2014.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco do Brasil S/A - EXECUTADO: J B V DO NASCIMENTO (U T I DO NOTEBOOK 3) - WILSOM SILVA DE VASCONCELOS - Vistos, etc... Por todos seus fundamentos MANTENHO a decisão de fls. 88/92 e INDEFIRO o pedido de fls. 119. Prossiga o Requerente, atendendo para o regular andamento do feito, no prazo de cinco (05) dias, sob pena de extinção do processo sem resolução do mérito, na forma do art. 485, III, do CPC/2015.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT) - Processo 0601702-77.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - EXECUTADA: Egle Betania Portela Wanzeler - De ordem, fica intimada a parte autora/exequente para recolher as diligências do Sr. Oficial de Justiça necessárias à prática do ato processual, no prazo de 10 (dez) dias. Manaus, 11 de março de 2019. Maria Francisca Garcia Escrivã

ADV: RUBENS ALVES DA SILVA (OAB 9610/AM) - Processo 0601739-41.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Simplicio Bento de Moraes - REQUERIDO: Kristen Roriz de Carvalho - Considerando a inércia da parte, pendente a necessidade de diligência para a seqüência regular do feito, intime-se a parte Requerente, para atender ao despacho já determinado, no prazo de cinco (05) dias, sob pena de extinção do processo sem resolução do mérito, na forma do art. 485, III, do CPC/2015. Decorrido o prazo, voltem conclusos. Intimem-se.

ADV: PIO CARLOS FREIRIA JUNIOR (OAB A1118AM), ADV: CRISTIANE BELLINATI GARCIA LOPES (OAB 751A/AM) - Processo 0601821-72.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Itaucard S/A - REQUERIDO: Carlos Cascais de Macedo - Por meio da petição de fls. 71/73, a instituição bancária pleiteou a conversão do feito de busca e apreensão em execução, vez que frustrada a tentativa de citar a ré e apreender o veículo, conforme certidão do oficial de justiça (fls. 60). O art. 5º, do Decreto-Lei nº 911/69, assim regulamenta o tema em discussão: “Art. 5º Se o credor preferir recorrer à ação executiva ou, se for o caso ao executivo fiscal, serão penhorados, a critério do autor da ação, bens do devedor quantos bastem para assegurar a execução.” Registre-se, ainda, que “antes da citação, o autor poderá aditar o pedido, correndo à sua conta as custas acrescidas em razão dessa iniciativa”, conforme o art. 329, do NCPC. E, o art. 784, inciso III , do NCPC, dispõe que se constitui título executivo o documento particular assinado pelo devedor e por duas testemunhas. Dessa forma, defiro o pedido de fls. 71/73 e converto a presente Ação de Busca e Apreensão em Ação de Execução, nos termos do Art. 5º do Decreto-Lei 911/69. Efetuem-se as necessárias alterações junto ao SAJ, imprimindo-se nova etiqueta. Cite(m)-se o(s) executado(s) para pagar a dívida, custas e despesas processuais, além de honorários advocatícios, fixados no patamar de 10% (dez por cento), no prazo de 3 (três) dias, a contar da citação. Caso o(s) executado(s) possua(m) cadastro na forma do art. 246, § 1º, e art. 1.051, do Novo Código de Processo Civil, a citação deverá ser feita de maneira preferencialmente eletrônica. Em observância ao que dispõe o Provimento nº 261/2016-CGJ/AM, onde determina que a parte interessada proceda ao recolhimento das custas de diligências atribuídas aos Oficiais de Justiça. Após, a comprovação do pagamento da diligência, expeça-se o competente mandado. Caso não seja efetuado o pagamento, voltem-me os autos conclusos. Do mandado ou carta de citação deverá constar, também, a ordem de penhora e avaliação a ser cumprida pelo Oficial de Justiça tão logo verificado o não pagamento no prazo assinalado, de tudo lavrando-se auto, com intimação do executado. Não encontrado(s) o(s) executado(s), havendo bens de sua titularidade, o Oficial de Justiça deverá proceder ao arresto de tantos quanto bastem para garantir a execução, seguindo o processo na forma do art. 830, do Código de Processo Civil. As citações, intimações e penhoras poderão realizar-se no período de férias forenses, ou nos feriados ou dias úteis mesmo antes das 6 e depois das 20 horas, observado o disposto no art. 5º, inciso XI, da Constituição Federal. O(s) executado(s) deverá(ão) ter ciência de que, nos termos do art. 827, § 1º, do Novo Código de Processo Civil, em caso de pagamento integral no prazo declinado, os honorários advocatícios poderão ser reduzidos pela metade. Registre-se, também, a possibilidade de oferecimento de embargos à execução, distribuídos por dependência e instruídos com cópias das peças processuais relevantes, no prazo de 15 (quinze) dias, contados na forma do art. 231, do Novo Código de Processo Civil. Alternativamente, no lugar dos embargos, mediante o depósito de trinta por cento do valor total executado, poderá ser requerido o parcelamento do restante em até 6 (seis) parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e de juros de um por cento ao mês. Fica(m) o(s) executado(s) advertido(s) que a rejeição dos embargos, ou, ainda, inadimplemento das parcelas, poderá acarretar na elevação dos honorários advocatícios, multa em favor da parte, além de outras penalidades previstas em lei. O exequente, por sua vez, deverá ter ciência de que, não localizados o(s) executado(s), deverá, na primeira oportunidade, requerer as medidas necessárias para a viabilização da citação, sob pena de não se aplicar o disposto no art. 240, § 1º, do Novo Código de Processo Civil. Tratando-se de pessoa jurídica, deverá, desde logo, providenciar a juntada de certidão de breve relato obtida junto à Junta Comercial ou semelhante, diligenciando, ainda, perante os cadastros processuais do juízo onde a empresa tem sede ou filial. Por fim, registre-se que, independentemente de nova ordem judicial, mediante o recolhimento das respectivas taxas, o exequente poderá requerer diretamente à Serventia a expedição de certidão, nos termos do art. 828, que servirá também aos fins previstos no art. 782, § 3º, todos do Novo Código de Processo Civil. Expedida a certidão, caberá ao exequente providenciar as averbações e comunicações necessárias, comprovando posteriormente nos autos no prazo de 10 dias, sob pena de nulidade, sem prejuízo de eventual responsabilização. A presente decisão, assinada digitalmente e devidamente instruída, servirá como carta, mandado ou ofício. Cumpra-se na forma e sob as penas da Lei. Int.

ADV: RAYANA RAFAEL TORRES HENRIQUE (OAB 10812/AM), ADV: MAURÍCIO DOS SANTOS PEREIRA JÚNIOR (OAB 7768/AM) - Processo 0602005-62.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum - Perdas e Danos - REQUERENTE: Laiana Said Santos - Bruno Finotti de Oliveira - REQUERIDO:

São Raimundo Empreendimentos Imobiliários Ltda. - Capital Rossi Empreendimentos S/A - Santa Cassilda Empreendimentos Imobiliários Ltda - Cite-se como requerido.

ADV: RUBENITO CARDOSO DA SILVA JÚNIOR (OAB 4947/AM) - Processo 0602117-65.2016.8.04.0001 - Monitória - Cheque - REQUERENTE: Shopping Cidade Leste - REQUERIDO: Mania de Bolsas e Acessórios Ltda. - Cite-se como requerido.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM) - Processo 0602523-52.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: Tecal Alumínio da Amazônia Ltda - Vistos, etc... Trata-se de Ação Monitória proposta por AMAZONAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A., em face de TECAL ALUMÍNIO DA AMAZÔNIA LTDA., que afirma, com base em prova escrita, sem eficácia de título executivo Contrato de Fornecimento de Energia Elétrica, ter direito de exigir do devedor capaz o pagamento de quantia em dinheiro (NCPC, art. 700, I) ou a entrega de coisa fungível ou infungível de bem móvel ou imóvel (NCPC, art. 700, II); ou o adimplemento de obrigação de fazer ou de não fazer (NCPC, art. 700, III). O Requerido citado (fls. 89), não cumpriu a obrigação e nem ofereceu embargos. Em se tratando de procedimento monitório, os documentos juntados com a inicial bastam como prova do fato constitutivo do direito da autora, cabendo a parte requerida provar a falta de causa do título, fatos modificativos, extintivos ou impeditivos do direito alegado, de forma a fazer prova de que nada deve, ônus do qual não se desincumbiu, nos termos do artigo 333, inciso II, do Código de Processo Civil. ISSO POSTO, com fundamento nos arts. 701, § 2º, do NCPC, CONSTITUO, de pleno direito, em título judicial, o Contrato de Fornecimento de Energia Elétrica, objeto da lide, acrescidos de juros de mora a partir da citação e a correção monetária a partir do ajuizamento da ação, CONVERTENDO, doravante, o mandado inicial em mandado executivo e prosseguindo-se na forma da Parte Especial, Livro I, Título II (Cumprimento de Sentença). Condeno o Requerido ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, os quais fixo em 10% (dez por cento) sobre o valor do débito atualizado. Após, o trânsito em julgado, independentemente de nova intimação, deverá o credor, na pessoa de seu advogado, providenciar o cumprimento de sentença adequado a sua pretensão. Cumpra-se e Intime-se.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0602684-62.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: Gilmara Pinheiro Tamborini - Vistos, etc... Trata-se de Ação Monitória proposta por AMAZONAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A., em face de GILMARA PINHEIRO TAMBORINI, que afirma, com base em prova escrita, sem eficácia de título executivo Contrato de Fornecimento de Energia Elétrica, ter direito de exigir do devedor capaz o pagamento de quantia em dinheiro (NCPC, art. 700, I) ou a entrega de coisa fungível ou infungível de bem móvel ou imóvel (NCPC, art. 700, II); ou o adimplemento de obrigação de fazer ou de não fazer (NCPC, art. 700, III). O Requerido citado (fls. 84 e 93), não cumpriu a obrigação e nem ofereceu embargos. Em se tratando de procedimento monitório, os documentos juntados com a inicial bastam como prova do fato constitutivo do direito da autora, cabendo a parte requerida provar a falta de causa do título, fatos modificativos, extintivos ou impeditivos do direito alegado, de forma a fazer prova de que nada deve, ônus do qual não se desincumbiu, nos termos do artigo 333, inciso II, do Código de Processo Civil. ISSO POSTO, com fundamento nos arts. 701, § 2º, do NCPC, CONSTITUO, de pleno direito, em título judicial, o Contrato de Fornecimento de Energia Elétrica, objeto da lide, acrescidos de juros de mora a partir da citação e a correção monetária a partir do ajuizamento da ação, CONVERTENDO, doravante, o mandado inicial em mandado executivo e prosseguindo-se na forma da Parte Especial, Livro I, Título II (Cumprimento de Sentença). Condeno o Requerido ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, os quais fixo em 10% (dez por cento) sobre o valor do débito atualizado. Após, o trânsito em julgado, independentemente de nova intimação, deverá ocredor, na pessoa de seu advogado, providenciar o cumprimento de sentença adequado a sua pretensão. Cumpra-se e Intime-se.

ADV: NANCY MAGGIO (OAB 6460/AM) - Processo 0602709-46.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum - Rescisão / Resolução - REQUERENTE: VALDA COSME ALVES - REQUERIDO: RAIMUNDO HELIO MARQUES DE SOUZA - PABLO MARTINS DA COSTA - SOLUTIONS SAT - COMÉRCIO DE MATERIAL DE INFORMÁTICA E SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES LTDA - MES - Vistos, etc... O processo encontra-se parado em decorrência de diligencia que ao demandante compete. Instado a impulsionar o feito, manteve-se inerte o autor. Em consequência, JULGO EXTINTO o presente feito sem resolução do mérito, com fulcro no art. 485, III, do Código de Processo Civil. Custas pagas. Proceda-se à baixa. P. R. I.

ADV: FÁBIO VINÍCIUS LESSA CARVALHO (OAB 5614/AM), ADV: MAURÍCIO COIMBRA GUILHERME FERREIRA (OAB 91811/MG) - Processo 0602791-48.2013.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Itau Unibanco S/A - EXECUTADA: Monicar Locadora de Veículos Ltda - ME - Mônica Seixas Bessa Rosa - Processo nº: 0602791-48.2013.8.04.0001 Art. 1º. Delegar aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais abaixo especificados: III - Intimação da parte para se manifestar sobre mandados, cartas de citação ou intimação e demais expedientes devolvidos e juntados aos autos; Manaus(AM), 07 de março de 2019. Maria Francisca Garcia Escrivã

ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: GILSON REIS DE SOUZA (OAB 2336/AM), ADV: MICHELLE DE PAULA OLIVEIRA SALDANHA (OAB 9824/AM), ADV: CECÍLIA AROUCHA JIMENES (OAB 10261/AM) - Processo 0602890-81.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum - Compra e Venda - REQUERENTE: RICHARD MATOS DE LIMA - GISELI NASCIMENTO MATTOS - REQUERIDO: Patrionze Empreendimentos Imobiliarios Ltda - Manifeste-se a parte requerida sobre a contraproposta ofertada pelos autores no prazo de quinze dias Decorrido o prazo, voltem conclusos. Intimem-se.

ADV: SÉRGIO SCHULZE (OAB 7629/SC) - Processo 0602977-61.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: V.F.C.F.I. - REQUERIDA: M.A.A.S. - Processo nº: 0602977-61.2019.8.04.0001 Art. 1º. Delegar aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais abaixo especificados: III - Intimação da parte para se manifestar sobre mandados, cartas de citação ou intimação e demais expedientes devolvidos e juntados aos autos; Manaus(AM), 07 de março de 2019. Maria Francisca Garcia Escrivã

ADV: ROBERVAL EMERSON OLIVEIRA DE PAULA FILHO (OAB 6721/AM) - Processo 0603022-02.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: Condomínio Total Ville Harmonia - EXECUTADO: Direcional Engenharia S/A - Considerando a inércia da parte, pendente a necessidade de diligência para a seqüência regular do feito, intime-se a parte Requerente, para atender ao despacho já determinado, no prazo de cinco (05) dias, sob pena de extinção do processo sem resolução do mérito, na forma do art. 485, III, do CPC/2015. Decorrido o prazo, voltem conclusos. Intimem-se.

ADV: AMANDIO FERREIRA TERESO JÚNIOR (OAB 739A/AM) - Processo 0603357-84.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Bradesco Administradora de Consorcios Ltda - REQUERIDA: Aulivete de Lima - Art. 4°. O Diretor de Secretaria poderá praticar outros atos processuais sem caráter decisórios não relacionados nesta Portaria, em conformidade com o art. 93, XIV, da Constituição Federal; Fica deferido o pedido de fls. 69, pelo prazo de 60 (sessenta) dias, nos termos do art. 227 do NCPC.

ADV: ENYSSON ALCÂNTARA BARROSO (OAB 5097/AM), ADV: WALTER SIQUEIRA BRITO (OAB 4186/AM), ADV: RUY SILVIO LIMA DE MENDONCA (OAB 18285/PA) - Processo 0603683-15.2017.8.04.0001 - Monitória - Compra e Venda - REQUERENTE: JG Comércio de Produtos Alimentícios Ltda

(Masterfrigo) - REQUERIDO: RFS Comercio e Atacado de Produtos Alimenticios (Mercadinho Bom Preço) - Considerando a inércia da parte, pendente a necessidade de diligência para a seqüência regular do feito, intime-se a parte Requerente, para atender ao despacho já determinado, no prazo de cinco (05) dias, sob pena de extinção do processo sem resolução do mérito, na forma do art. 485, III, do CPC/2015. Decorrido o prazo, voltem conclusos. Intimem-se.

ADV: SUELEN TORRES DE OLIVEIRA (OAB 10754/AM), ADV: CLEYSON DA SILVA DANTAS (OAB 11206/AM) - Processo 0603730-52.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Heriberto José de Vasconcelos - REQUERIDO: Bela Vista Empreendimentos Imobiliários Ltda - Nv Indústria Comércio e Construção Ltda. - Não obstante tenha sido citado(a), o(a) Requerido(a) não contestou a ação, conforme pode se verificar da certidão de fl. 91, fato este que a deixa em estado de revelia e passível da punição inserta no art. 344, do Novo Código de Processo Civil. Ora, se a afirmação do(a) Autor(a) passa a adquirir o status de verdade formal em virtude da contumácia do(a) Requerido(a), tratando-se de direito disponível e que não necessita ser provado em audiência, é perfeitamente aplicável a regra do art. 355, II, do Novo Código de Processo Civil, para que o juiz conheça diretamente o pedido. Não havendo irresignação a este talante, retornem os autos conclusos para sentença.

ADV: ROBERVAL EMERSON OLIVEIRA DE PAULA FILHO (OAB 6721/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0603902-57.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Jomariaze Gomes Viana - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Banco Bonsucesso Consignado S/A - Vistos, etc... Trata-se de Ação Procedimento Comum intentada por Jomariaze Gomes Viana em desfavor de Banco BMG S/A e outro. Em despacho inaugural, foi determinado o recolhimento das custas, no prazo de 15 (quinze) dias. A parte autora entretanto, deixou escoar o prazo sem dar adequado cumprimento às determinações (fl. 94). Ante o exposto, determino o CANCELAMENTO DA DISTRIBUIÇÃO, nos termos do art. 290, do Código de Processo Civil. P.R.I.

ADV: JOSÉ WELLINGTON COUTINHO CAMPELO (OAB 870A/AM), ADV: CLAUDIO KAZUYOSHI KAWASAKI (OAB A1117/AM), ADV: FRANCISCO OSMÍDIO BRÍGIDO BEZERRA DE LIMA (OAB 871A/AM), ADV: ROBERTO GUENDA (OAB 101856/SP) - Processo 0603914-81.2013.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: CREDIFIBRA S.A - CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO - REQUERIDA: IVANETE SIMÃO EPIFÂNIO - Considerando a inércia da parte, pendente a necessidade de diligência para a seqüência regular do feito, intime-se a parte Requerente, para atender ao despacho já determinado, no prazo de cinco (05) dias, sob pena de extinção do processo sem resolução do mérito, na forma do art. 485, III, do CPC/2015. Decorrido o prazo, voltem conclusos. Intimem-se.

ADV: LÍGIA DE SOUZA FRIAS (OAB 1074A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0603926-22.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Paulo Pereira dos Santos - Vistos, etc... Trata-se de Ação Monitória proposta por AMAZONAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A., em face de PAULO PEREIRA DOS SANTOS, que afirma, com base em prova escrita, sem eficácia de título executivo Contrato de Fornecimento de Energia Elétrica, ter direito de exigir do devedor capaz o pagamento de quantia em dinheiro (NCPC, art. 700, I) ou a entrega de coisa fungível ou infungível de bem móvel ou imóvel (NCPC, art. 700, II); ou o adimplemento de obrigação de fazer ou de não fazer (NCPC, art. 700, III). O Requerido citado (fls. 62), não cumpriu a obrigação e nem ofereceu embargos. Em se tratando de procedimento monitório, os documentos juntados com a inicial bastam como prova do fato constitutivo do direito da autora, cabendo a parte requerida provar a falta de causa do título, fatos modificativos, extintivos ou impeditivos do direito alegado, de forma a fazer prova de que nada deve, ônus do qual não se desincumbiu, nos termos do artigo 333, inciso II, do Código de Processo Civil. ISSO POSTO, com fundamento nos arts. 701, § 2º, do NCPC, CONSTITUO, de pleno direito, em título judicial, o Contrato de Fornecimento de Energia Elétrica, objeto da lide, acrescidos de juros de mora a partir da citação e a correção monetária a partir do ajuizamento da ação, CONVERTENDO, doravante, o mandado inicial em mandado executivo e prosseguindo-se na forma da Parte Especial, Livro I, Título II (Cumprimento de Sentença). Condeno o Requerido ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, os quais fixo em 10% (dez por cento) sobre o valor do débito atualizado. Após, o trânsito em julgado, independentemente de nova intimação, deverá o credor, na pessoa de seu advogado, providenciar o cumprimento de sentença adequado a sua pretensão. Cumpra-se e Intime-se.

ADV: ACÁCIO FERNANDES ROBOREDO (OAB 89774/SP) - Processo 0604062-82.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Banco Santander Brasil S/A - REQUERIDO: D da Maia Dias Me - Daniele da Maia Dias - Processo nº: 0604062-82.2019.8.04.0001 Art. 1º. Delegar aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais abaixo especificados: III - Intimação da parte para se manifestar sobre mandados, cartas de citação ou intimação e demais expedientes devolvidos e juntados aos autos; Manaus(AM), 07 de março de 2019. Maria Francisca Garcia Escrivã

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0604255-05.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Vitorino Carneiro Nunes - Vistos, etc... Trata-se de Ação Monitória proposta por AMAZONAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A., em face de VITORINO CARNEIRO NUNES, que afirma, com base em prova escrita, sem eficácia de título executivo Contrato de Fornecimento de Energia Elétrica, ter direito de exigir do devedor capaz o pagamento de quantia em dinheiro (NCPC, art. 700, I) ou a entrega de coisa fungível ou infungível de bem móvel ou imóvel (NCPC, art. 700, II); ou o adimplemento de obrigação de fazer ou de não fazer (NCPC, art. 700, III). O Requerido citado (fls. 70), não cumpriu a obrigação e nem ofereceu embargos. Em se tratando de procedimento monitório, os documentos juntados com a inicial bastam como prova do fato constitutivo do direito da autora, cabendo a parte requerida provar a falta de causa do título, fatos modificativos, extintivos ou impeditivos do direito alegado, de forma a fazer prova de que nada deve, ônus do qual não se desincumbiu, nos termos do artigo 333, inciso II, do Código de Processo Civil. ISSO POSTO, com fundamento nos arts. 701, § 2º, do NCPC, CONSTITUO, de pleno direito, em título judicial, o Contrato de Fornecimento de Energia Elétrica, objeto da lide, acrescidos de juros de mora a partir da citação e a correção monetária a partir do ajuizamento da ação, CONVERTENDO, doravante, o mandado inicial em mandado executivo e prosseguindo-se na forma da Parte Especial, Livro I, Título II (Cumprimento de Sentença). Condeno o Requerido ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, os quais fixo em 10% (dez por cento) sobre o valor do débito atualizado. Após, o trânsito em julgado, independentemente de nova intimação, deverá o credor, na pessoa de seu advogado, providenciar o cumprimento de sentença adequado a sua pretensão. Cumpra-se e Intime-se.

ADV: PEDRO ROBERTO ROMÃO (OAB 209551/SP) - Processo 0604302-08.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Bradesco Administradora de Consórcios Ltda - REQUERIDO: Aco Leste Comercio Varejista de Chapas e Serviços Metalurgicos Ltda - Processo nº: 0604302-08.2018.8.04.0001 Art. 1º. Delegar aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais abaixo especificados: III - Intimação da parte para se manifestar sobre mandados, cartas de citação ou intimação e demais expedientes devolvidos e juntados aos autos; Manaus(AM), 01 de março de 2019. Maria Francisca Garcia Escrivã

ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM) - Processo 0604773-87.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Paulo Victor Bezerra Bendaham - REQUERIDO: Condomínio Civil do Shopping

Ponta Negra - Consorcio Condominio Shopping Ponta Negra - Vistos, etc. Trata-se de demanda movida por Paulo Victor Bezerra Bendaham em face de Condomínio Civil do Shopping Ponta Negra. Narra, sucintamente, a existência de acordo de renegociação de dívida firmando pelas partes no valor de R$ 60.000,00 (sessenta mil reais), a ser realizado em 10 (dez) parcelas de R$ 6.000,00 (seis mil reais). Alega ter a requerida inserido indevidamente o nome do requerente no cadastro do SPC e SERASA, um vez que houve ampla e total quitação do acordo. Nesse sentido, pugna liminarmente pela retirada do nome do autor do cadastro de inadimplentes, bem como pelo impedimento de nova inclusão, sob pena de multa diária de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), em caso de descumprimento. Relatados no essencial, decido. De início, cumpre observar, segundo o artigo 300 do Código de Processo Civil, que a tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. Sendo assim, passa-se a analisá-los pormenorizadamente. Compulsando os autos, verifica-se, às fls. 32/37, a presença do acordo celebrado entre as partes, bem como dos comprovantes de quitação do mesmo, conforme fls. 38/80. Entretanto, não é possível atestar a alegação de que a requerida inscreveu o nome da parte autora nos bancos de inadimplentes SPC e SERASA em consequência do inadimplemento do supracitado acordo. Assim, entrevejo maculada a probabilidade do direito a partir de uma análise sumária dos elementos acostados aos autos. Nesse diapasão, INDEFIRO a antecipação de tutela requerida, nos moldes do art. 300, caput, do CPC. Por fim, determino a remessa dos autos para o Centro Judiciário de Resolução de Conflitos (CEJUSC - CÍVEL), a fim de que este designe audiência de conciliação ou mediação, nos termos do artigo 334 do Código de Processo Civil.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT) - Processo 0604854-41.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum - Auxílio-Doença Previdenciário - REQUERENTE: Rosa Maria Mota da Silva - REQUERIDO: Instituto Nacional de Seguridade Social e outro - Vistos, etc... O processo encontra-se parado em decorrência de diligencia que ao demandante compete. Instado a impulsionar o feito, manteve-se inerte o autor. Em consequência, JULGO EXTINTO o presente feito sem resolução do mérito, com fulcro no art. 485, III, do Código de Processo Civil. Custas pagas. Proceda-se à baixa. P. R. I.

ADV: CRISTIANO MENEGHETTI PEDROSO (OAB 11813/AM), ADV: LUIZ MAURÍCIO DE OLIVEIRA BASTOS (OAB 2620/AM), ADV: ANTÔNIO IVAN OLÍMPIO DA SILVA (OAB 3110/AM) - Processo 0604954-59.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Yhara Madalena Garcia dos Santos - Marcelo Garcia dos Santos - Rosangela Marques Figueira - REQUERIDO: J.v.p da Silva & Cia Ltda Epp - De ordem, fica designado o dia 08/04/2019, às 08:30 horas, para a realização de audiência de Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB A737/AM), ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB 737A/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: GUSTAVO AMATO PISSINI (OAB 261030/SP) - Processo 0605039-84.2013.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Comercial - EXEQUENTE: Banco do Brasil S/A - EXECUTADO: W P dos Santos Junior ME - WILSON PINHEIRO DOS SANTOS JUNIOR - Francinei Marcos Jesus Calderaro - Vistos, etc... Cite-se como requerido.

ADV: MARCO ANTÔNIO CRESPO BARBOSA (OAB A1007/AM), ADV: MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM) - Processo 0605455-81.2015.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Itapeva VII Multicarteira Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados - REQUERIDO: Raimundo Marques Queiroz - Considerando a inércia da parte, pendente a necessidade de diligência para a seqüência regular do feito, intime-se a parte Requerente, para atender ao despacho já determinado, no prazo de cinco (05) dias, sob pena de extinção do processo sem resolução do mérito, na forma do art. 485, III, do CPC/2015. Decorrido o prazo, voltem conclusos. Intimem-se.

ADV: STEFANIA DE SOUZA FARIAS (OAB 6176/AM), ADV: VICTOR DA SILVA TRINDADE (OAB 2991/AM), ADV: MARCELLO ZANGARI (OAB 158093/SP), ADV: LUCIANA RANIERI (OAB 147043/SP) - Processo 0605732-34.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Sustação de Protesto - REQUERENTE: MF REPRESENTAÇÃO, SERVIÇOS E COMÉRCIO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA-ME - REQUERIDO: Kdowidat Ferramentas Especiais Ltda. - Art. 1º. Delegar aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais abaixo especificados: V - Intimação da parte autora ou exequente para dar prosseguimento ao feito, requerendo o que entender de direito;

ADV: JAMILA MARINHO CHEHAD BARBOSA (OAB 2950/AM), ADV: MARCOS LARA TORTORELLO (OAB 249247/SP), ADV: JOÃO BOSCO DE ALBUQUERQUE TOLEDANO (OAB 1456/AM) - Processo 0605954-26.2019.8.04.0001 - Embargos à Execução - Nulidade / Inexigibilidade do Título - EMBARGANTE: Comércio e Transportes Hernandes Ltda - EMBARGADO: Palhano Fomento Mercantil Ltda - Vistos, etc... Trata-se de Ação Embargos À Execução intentada por Comércio e Transportes Hernandes Ltda em desfavor de Palhano Fomento Mercantil Ltda. Em despacho inaugural, foi determinado o recolhimento das custas, no prazo de 15 (quinze) dias. A parte autora entretanto, deixou escoar o prazo sem dar adequado cumprimento às determinações (fl. 506). Ante o exposto, determino o CANCELAMENTO DA DISTRIBUIÇÃO, nos termos do art. 290, do Código de Processo Civil. P.R.I.

ADV: MARIA DO ROSÁRIO NEVES FILARDI (OAB 5504/AM), ADV: FÁBIO DE ASSUNÇÃO ACOSTA (OAB 8415/AM) - Processo 0606084-50.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Pagamento - REQUERENTE: Josepha Gomes Abreu - Me - REQUERIDO: Construtora Hexagono Ltda - Epp - Considerando a inércia da parte, pendente a necessidade de diligência para a seqüência regular do feito, intime-se a parte Requerente, para atender ao despacho já determinado, no prazo de cinco (05) dias, sob pena de extinção do processo sem resolução do mérito, na forma do art. 485, III, do CPC/2015. Decorrido o prazo, voltem conclusos. Intimem-se.

ADV: LUIS RONALDO SOARES MUNIZ BARRETO (OAB 97707/RS) - Processo 0606333-64.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Bancários - REQUERENTE: Jaime Andrade Damasceno - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Vistos, etc. Considerando as disposições constantes no art. 98, § 6º, do CPC, no art. 1º da Portaria 490/2017-PTJ e no art. 10 da Portaria nº 116/2017, defiro o pagamento PARCELADO das custas processuais em 05 (cinco) prestações iguais e sucessivas, cuja primeira parcela deverá ser paga no prazo de 15 dias, sob pena de cancelamento da distribuição, consoante art. 290, do CPC. Intime-se o Setor da Contadoria para que proceda com o cálculo das custas. Após a comprovação do pagamento no prazo assinalado acima, remetam-se os autos para fila de Despacho Inicial para apreciação da tutela de urgência. Caso haja o decurso in albis do prazo acima assinalado sem o respectivo recolhimento da primeira parcela das custas judicias, determino seja cancelada a distribuição deste feito, nos moldes do art. 290 do CPC. Intime-se. Cumpra-se

ADV: ALMIR DA CRUZ BARROS (OAB 3660/AM) - Processo 0606370-28.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Evicção ou Vicio Redibitório - REQUERENTE: Lenai da Silva Martins - REQUERIDO: Jeferson Favacho da Rocha - Vistos, etc... Trata-se de Ação Procedimento Comum intentada por Lenai da Silva Martins em desfavor de Jeferson Favacho da Rocha. Em despacho inaugural, foi determinado o recolhimento das custas, no prazo de 10 (dez) dias. A parte autora entretanto, deixou escoar o prazo sem dar adequado cumprimento às determinações (fl. 51). Ante o exposto, determino o CANCELAMENTO DA DISTRIBUIÇÃO, nos termos do art. 290, do Código de Processo Civil. P.R.I.

ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 12450/PE) - Processo 0606557-02.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - REQUERIDO: Dionicy Souza Soares - Art. 4°. O Diretor de Secretaria poderá praticar outros atos processuais sem caráter decisórios não relacionados nesta Portaria, em conformidade com o art. 93, XIV, da Constituição Federal; Fica deferido o pedido de fls. 58, pelo prazo requerido.

ADV: LUIZ MAURÍCIO DE OLIVEIRA BASTOS (OAB 2620/AM) - Processo 0606700-88.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Adjudicação Compulsória - REQUERENTE: Raimundo Pereira de Almeida - REQUERIDA: Idalina da Silva Reis - Diante do

exposto, intime-se o autor para que, no prazo de 15 (quinze) dias, apresente aos autos: contrato de promessa de compra e venda, prova de quitação do preço, bem como a matrícula do imóvel que se pretende adjudicar, sob pena de extinção do processo sem resolução do mérito, com fulcro do art. 485, VI, do CPC.

ADV: CARLA CRISTINA LOPES SCORTECCI (OAB 248970/SP) - Processo 0607064-94.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Itaú Unibanco S/A - REQUERIDO: Antonio do Carmo de S Silva - Processo nº: 0607064-94.2018.8.04.0001 Art. 1º. Delegar aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais abaixo especificados: III - Intimação da parte para se manifestar sobre mandados, cartas de citação ou intimação e demais expedientes devolvidos e juntados aos autos; Manaus(AM), 07 de março de 2019. Maria Francisca Garcia Escrivã

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM) - Processo 0607889-09.2016.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Aldo Ferreira Pinto - Indefiro o pedido de folhas antecedentes tendo em vista sua impossibilidade, uma vez que inexiste convênio do Tribunal de Justiça do Amazonas com o Sistema de Informações Eleitorais. Intime-se.

ADV: JOSÉ ALBERTO RIBEIRO SIMONETTI CABRAL (OAB 3725/AM), ADV: ANDREY FARACHE BARROSO (OAB 12705/AM), ADV: ALBERTO SIMONETTI CABRAL NETO (OAB 2599/AM) - Processo 0608124-68.2019.8.04.0001 - Monitória - Compra e Venda - REQUERENTE: Sovel da Amazônia Ltda - REQUERIDO: Diego Alexandre Costa Moreira Me - Trata-se de Ação Monitória, cujo prova escrita, sem eficácia de título executivo que afirma, ter direito de exigir do devedor capaz o pagamento da quantia em dinheiro (NCPC, art. 700, I) ou a entrega de coisa fungível ou infungível de bem móvel ou imóvel (NCPC, art. 700, II); ou o adimplemento de obrigação de fazer ou de não fazer (NCPC, art. 700, III). A inicial, está devidamente instruída e de acordo com os §§ 2º a 5º do art. 700 do NCPC, sendo, ainda, evidente o direito da parte autora, DEFIRO, de plano, a expedição do mandado de pagamento, de entrega de coisa ou para execução da obrigação de fazer ou de não fazer, CONCEDENDO o prazo de quinze (15) dias para o cumprimento e o pagamento dos honorários advocatícios de cinco (05) por cento do valor atribuído à causa (NCPC, art. 701, caput), ficando isento das custas processuais se cumprir o mandado no prazo (NCPC, art. 701, § 1º). Caso não haja o cumprimento da obrigação ou oferecimento de embargos, constituir-se-á, de pleno direito, o título executivo judicial (NCPC, art. 701, § 2º). A parte requerida deverá ser intimada, ainda, da faculdade do art. 916 do NCPC. Contudo, a citação, dar-se-á por meio de carta, modalidade preferencial contida no art. 246, inciso I, do NCPC, tendo à parte Requerente, no prazo de dez (10) dias, arcar com a despesa prévia, conforme determina a Portaria deste Egrégio Poder, com a comprovação do pagamento da diligência que, deverá ser juntada aos autos. Em não havendo o recolhimento, voltem-me os autos conclusos.

ADV: CHRISTIANO PINHEIRO DA COSTA (OAB 3542/AM) - Processo 0608150-03.2018.8.04.0001 - Consignação em Pagamento - Pagamento em Consignação - REQUERENTE: Gilberto Ferreira Frota - REQUERIDA: Verônica Sayuri Rodrigues Tano - Vistos, etc... O processo encontra-se parado em decorrência de diligencia que ao demandante compete. Instado a impulsionar o feito, manteve-se inerte o autor. Em consequência, JULGO EXTINTO o presente feito sem resolução do mérito, com fulcro no art. 485, III, do Código de Processo Civil. Custas pagas. Proceda-se à baixa. P. R. I.

ADV: FABRÍCIO ARTEIRO DE PAIVA (OAB 11185/AM), ADV: EDINEI LOURENÇO DE CARVALHO (OAB 9689/AM) - Processo 0608508-31.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Perdas e Danos - REQUERENTE: Nóvoa Industria de Cerâmica Ltda - REQUERIDO: F.o.g.do Carmo Eireli -me - Ante o exposto, INDEFIRO o pedido de concessão de gratuidade processual. Após o pagamento, retornem-me os autos conclusos para a fila de Despacho Inicial para análise da tutela de urgência. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: MÔNICA ALEXANDRA COSTA DE SEIXAS (OAB 7218/AM), ADV: ELIZEU DANIEL TAVARES DA SILVA (OAB 14245/DF), ADV: JAQUELINE MONTENEGRO DA CRUZ (OAB 7763/AM), ADV: NELSON JOSÉ OLIVEIRA DA SILVA (OAB 5103/AM) - Processo 0608582-95.2013.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: Angela Abinader Ribeiro da Silva - Paulo Afonso Tavares da Silva - REQUERIDO: Azael Ferreira de Miranda - I) Quanto à impossibilidade jurídica do pedido - inépcia da petição inicial. Sustenta o réu que o pedido de reintegração de posse é impossível juridicamente porque a autora nunca exerceu a posse sobre o bem objeto da lide, e essa ainda sustenta seu direito com fundamento em direito de propriedade. Pois bem, a possibilidade jurídica do pedido deixou de ser condição da ação, motivo pelo não há que se falar na presença ou ausência de tal requisito. Outrossim, o art.330, §1º, do NCPC, enumera as causas em que ocorrerá inépcia da petição inicial, contudo nenhuma das hipóteses lá elencadas encontra-se presente. Ademais, consigno que a autora não defende seu direito com base unicamente na alegação de propriedade, vez que essa sustenta também ter exercido a posse sobre o bem a que se refere os autos. Noutro giro, passo a fixar na espécie os seguintes pontos controvertidos que referem às questões de fato sobre as quais deve recair a atividade probatória de natureza testemunhal e depoimento das partes: a) quem exercia a posse de fato sobre o imóvel objeto dos autos até dia 26/11/11;e, b) quem se encontra na posse atualmente do imóvel, e há quanto tempo exerce tal posse. Por sua vez, as questões de direito a serem equacionadas na presente demanda versam sobre: a) a força probante do contrato de fls. 94/95; e, b) se a autora tem direito de ser reintegrada na posse do objeto da lide. Isso posto, concedo prazo de 15 (quinze) dias para que as partes apresentem rol de testemunhas, acaso queiram produzir referidas provas. Ônus da prova na forma legal do art. 373, I e II, do NCPC.

ADV: LUCAS NUNES CHAMA (OAB 16956/PA), ADV: FÁBIO RIVELLI (OAB 297608/SP), ADV: ALFREDO JOSÉ BORGES GUERRA (OAB 2668/AM) - Processo 0608927-56.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Marcio Jorge Maciel Cavalcante - REQUERIDO: Agra Singolare Incorporadora Ltda. - PDG Realty S.A. Empreendimentos e Participações - Aliança Incorporadora ltda - Considerando a inércia da parte, pendente a necessidade de diligência para a seqüência regular do feito, intime-se a parte Requerente, para atender ao despacho já determinado, no prazo de cinco (05) dias, sob pena de extinção do processo sem resolução do mérito, na forma do art. 485, III, do CPC/2015. Decorrido o prazo, voltem conclusos. Intimem-se.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0608966-19.2017.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: OPX Operadora Portuária e Logística Ltda. - Processo nº: 0608966-19.2017.8.04.0001 Art. 1º. Delegar aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais abaixo especificados: III - Intimação da parte para se manifestar sobre mandados, cartas de citação ou intimação e demais expedientes devolvidos e juntados aos autos; Manaus(AM), 01 de março de 2019. Maria Francisca Garcia Escrivã

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT) - Processo 0609280-96.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - EXECUTADA: Raquelzinha Fashion Kids Comércio de Vestuário Ltda - EPP (RAQUEL FASHION KIDS) - Luciane Silva de Souza - Edinaldo Soares de Souza - De ordem, fica intimada a parte autora/exequente para recolher as despesas dos correios ou das diligências do Sr. Oficial de Justiça, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 10 (dez) dias. Manaus, 11 de março de 2019. Maria Francisca Garcia Escrivã

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM) - Processo 0609718-59.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Jackson Douglas

Marques Gama - Considerando a inércia da parte, pendente a necessidade de diligência para a seqüência regular do feito, intime-se a parte Requerente, para atender ao despacho já determinado, no prazo de cinco (05) dias, sob pena de extinção do processo sem resolução do mérito, na forma do art. 485, III, do CPC/2015. Decorrido o prazo, voltem conclusos. Intimem-se.

ADV: CRISTIANE BELLINATI GARCIA LOPES (OAB 751A/AM) - Processo 0609801-36.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Itaú Unibanco S/A - REQUERIDO: George da Silva Sousa - Como é cediço, a alienação fiduciária é uma garantia atípica. O domínio se transfere desde logo para o credor, embora de caráter resolúvel. O devedor permanece na posse direta, transferindo para o credor, a instituição financeira, a posse indireta. Continua como depositário. Advindo o vencimento da obrigação, não sendo paga, o domínio resolúvel se torna definitivo. Assim, provado o inadimplemento e a mora do(a) devedor(a), conforme demonstra a notificação extrajudicial coligida aos autos, assiste ao credor perseguir a coisa através de ação de busca e apreensão, com fundamento no art. 3º, do Decreto-lei nº. 911/69. Em consequência, DEFIRO o pedido de liminar de busca e apreensão formulado pelo autor. Contudo, antes de proceder à expedição do mandado, em observância ao que dispõe a Portaria nº 116/2017, determino que a parte interessada proceda ao recolhimento das custas de diligências atribuídas aos Oficiais de Justiça, cujo valores estão previstos no Provimento nº 250/2015/CGJ/AM. Após, a comprovação do pagamento da diligência, expeça-se mandado, consignando nele que, uma vez executada a liminar e efetuada a citação, o devedor terá o prazo de 5 (cinco) dias para efetuar o pagamento integral da dívida - entendida esta como os valores apresentados e comprovados pelo credor na inicial. Não o fazendo neste prazo, ficará automaticamente consolidada a propriedade e a posse plena e exclusiva do bem no patrimônio do credor, conforme a nova redação dada pela Lei nº 10.931/04, sendo certo que o prazo para contestar é de 15 (quinze) dias da execução da liminar, sob pena de revelia. Desde logo, faculto ao meirinho encarregado da diligência, proceder na conformidade do disposto no § 2º, do art. 212, do NCPC, se necessário. Em não havendo o recolhimento das custas, voltem-me os autos conclusos. Intime-se e cumpra-se.

ADV: WICTOR FLÁVIO DE SÃO PAULO AGUIAR (OAB 8907/AM) - Processo 0609923-83.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Compra e Venda - EXEQUENTE: Ricardo Maciel de Almeida - EXECUTADO: Daniel Oliveira Lima - Dd Comercio de Produtos Alimenticios Ltda - Setor de Rh - Caso quitada a guia de fls. 60, expeça-se o mandado; Caso negativo, intime-se a parte Requerente, para atender ao despacho já determinado, no prazo de cinco (05) dias, sob pena de extinção do processo sem resolução do mérito, na forma do art. 485, III, do CPC/2015. Intimem-se.

ADV: ADSON PINHO PINTO (OAB 5850/AM) - Processo 0609930-41.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Acidente de Trabalho - REQUERENTE: Francisco Miguel Cuartas Fanjul - REQUERIDO: Telefônica Brasil S/A - Assim, para apreciação do pedido de Justiça Gratuita, a parte requerente deverá, em 15 (quinze) dias, apresentar, sob pena de indeferimento do benefício: a) cópia das últimas folhas da carteira do trabalho, ou comprovante de renda mensal, e de eventual cônjuge; b) cópia dos extratos bancários de contas de titularidade, e de eventual cônjuge, dos últimos três meses; c) cópia da última declaração do imposto de renda apresentada à Secretaria da Receita Federal; d) cópia do contra-cheque atualizado; e) comprovantes de despesas mensais que demonstrem o comprometimento da renda apontada no contra-cheque e forma a inviabilizar o pagamento das custas. Ou, no mesmo prazo, deverá recolher as custas judiciais e despesas processuais já sob o novo valor da causa, sob pena de cancelamento da distribuição, a teor do art. 290, do CPC, sem nova intimação. Ou, ainda, se assim lhe convier, faculto à parte demandante requerer o parcelamento das custas iniciais já sob o novo valor da causa, no mesmo prazo acima assinalado, com fulcro nas disposições constantes no art. 98, § 6º, do CPC, no art. 1º da Portaria 490/2017-PTJ e no art. 10 da Portaria nº 116/2017. Após, retornem-me os autos conclusos para a fila de Despacho Inicial. Int. Cumpra-se.

ADV: RODRIGO DOS SANTOS PIRES (OAB 10113/AM) - Processo 0609949-52.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: Fundação de Apoio Institucional Muraki - EXECUTADO: Francisco Salles Navarro Pennini - Considerando a inércia da parte, pendente a necessidade de diligência para a seqüência regular do feito, intime-se a parte Requerente, para atender ao despacho já determinado, no prazo de cinco (05) dias, sob pena de extinção do processo sem resolução do mérito, na forma do art. 485, III, do CPC/2015. Decorrido o prazo, voltem conclusos. Intimem-se.

ADV: GUILHERME FELIPE NASCIMENTO PESSOA (OAB 7574/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0609975-21.2014.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: ANEZIO FARIAS - Cite-se como requerido.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0609976-69.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: Mariane de Souza - Cite-se como requerido.

ADV: MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM) - Processo 0610004-95.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - REQUERIDA: Keyla Cristina Goncalves Siqueira - Vistos, etc... Analisando os autos, tenho que o valor da causa nas ações de busca e apreensão é o valor do contrato firmado entre as partes, posto que, não se trata de mera cobrança de parcelas remanescentes, mas de apreensão satisfativa, o que acaba por gerar a rescisão do negócio. Não poderia o valor da causa, portanto, ser aquele correspondente ao débito, mas sim o que disser respeito ao valor do contrato firmado, eis que não se trata “de ação de cobrança de dívida ou prestações vencidas ou vincendas”, afastando incidência do inciso I, do artigo 292, do Novo Código de Processo Civil. Ademais, em havendo possibilidade de futura venda extrajudicial, o real saldo devedor só pode ser apurado após a alienação e, via de regra, “a ação de busca e apreensão não tem em seu objeto (pedidos mediato e imediato) a discussão sobre o valor da dívida do devedor fiduciante” (Márcio Calil de Assumpção, in “Ação de Busca e Apreensão Decorrente de Alienação Fiduciária em Garantia”, pág. 58). Na ação de busca e apreensão, embasada no Decreto-lei 911/69, a meu ver, portanto, o critério para correta atribuição é o do valor do contrato. A especificidade e a amplitude do artigo 259, inciso II, do Novo Código de Processo Civil, não deixam margem a dúvida, ou seja, é o contrato a fonte da relação fiduciária que autoriza a utilização da via judicial específica de reipersecução assegurada ao proprietário fiduciário em caso de rescisão por mora ou inadimplemento, devendo servir de base à estimação do valor da causa, que não pode ser arbitrário. No mesmo sentido: TJSP, Relator(a): Ruy Coppola Comarca: São José dos Campos Órgão julgador: 32ª Câmara de Direito Privado Data do julgamento: 03/12/2009 Data de registro: 19/12/2009 Outros números: 990.09.306446-4 Ementa: Agravo de instrumento. Ação de busca e apreensão. Valor da Causa. Indicação correspondente ao valor do contrato. Necessidade de observância das prestações vencidas e não pagas e também das vincendas. Recurso provido. Diante do exposto, providencie a parte autora a emenda da inicial, indicando o valor da causa devida, bem como, a complementação das custas. Prazo: 15 (quinze) dias, sob pena de extinção (artigo 321, parágrafo único, do NCPC). Intime-se.

ADV: PRISCILA LIMA MONTEIRO (OAB 5901/AM) - Processo 0610061-16.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Pagamento - REQUERENTE: Centro de Doenças Renais do Amazonas S/c Ltda. - REQUERIDO: Unimed de Manaus Cooperativa de Trabalho Médico Ltda. - Vistos, Cite(m)-se o(s) Executado(os) para, no prazo de três (03) dias contados da citação, pagar a dívida (NCPC, art. 829, caput). Fixo, de plano, honorários advocatícios de 10% (dez por cento), a serem pagos pelo(s) Executado(s) (NCPC, art. 827, caput), ficando, contudo, reduzidos pela metade, caso, no prazo de três (03) dias, o devedor efetuar o pagamento integral da dívida (§ 1º). Não efetuado o pagamento no prazo legal, deverá se proceder à penhora e avaliação de bens indicados pelo credor, lavrando-se auto, com a intimação pessoal do Executado (NCPC, art. 829, § 1º). Caso sejam indicados bens à penhora pelo(s) Executado(s), antes da lavratura do auto, deverá

o credor se manifestar se concorda, lavrando-se a seguir o auto se houver manifestação positiva, senão conclusos para determinar o que for de direito (NCPC, art. 829, § 2º); do contrário, não havendo indicação do credor e/ou ofertado pelo(s) Executado(s), a penhora e avaliação deverá ser formalizada por Oficial de Justiça. Não encontrando bens do(s) Executado(s), o Oficial de Justiça deverá cumprir o art. 830 do NCPC. AUTORIZO, desde já, caso haja requerimento do credor, a EXPEDIÇÃO de certidão de que a execução foi admitida para fins de averbação e anotações (NCPC, arts. 828, c/c 844), devendo o exequente cumprir a obrigação legal do § 1º do art. 828. No mandado deverá, ainda, constar a faculdade de, querendo, o Executado embargar a execução, nos termos do arts. 914 e ss do NCPC. Observe-se ainda o Exequente o que dispõe o Provimento nº 116/2017, onde determina que a parte interessada proceda ao recolhimento das custas de diligências atribuídas aos Oficiais de Justiça. Após, a comprovação do pagamento da diligência, expeça-se o competente mandado. Caso não seja efetuado o pagamento, voltem-me os autos conclusos.

ADV: PRISCILA LIMA MONTEIRO (OAB 5901/AM) - Processo 0610064-68.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Pagamento - REQUERENTE: Real Bebidas da Amazônia Ltda - REQUERIDA: Kerly Janaina Silva - Vistos, Ab initio, ante a natureza da causa e a possibilidade de conciliação entre as partes, determino a realização de audiência de conciliação ou mediação, nos moldes do art. 334, do NCPC, a qual será realizada pelo CEJUSC - Cível. Cite-se e intime-se a parte Ré. O prazo, de 15 (quinze) dias, para contestação será contado a partir da realização da audiência. A ausência de contestação implicará revelia e presunção de veracidade da matéria fática apresentada na petição inicial. Fiquem as partes cientes de que o comparecimento na audiência é obrigatório. A ausência injustificada é considerada ato atentatório à dignidade da justiça, sendo sancionada com multa de até 2% (dois por cento) da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa. As partes devem estar acompanhadas de seus advogados. Intime-se. Cumpra-se. Manaus, 07 de março de 2019. Sheilla Jordana de Sales Juíza de Direito

ADV: PRISCILA LIMA MONTEIRO (OAB 5901/AM) - Processo 0610064-68.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Pagamento - REQUERENTE: Real Bebidas da Amazônia Ltda - REQUERIDA: Kerly Janaina Silva - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 20/05/2019 às 09:00h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, telefone: 33035246. Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL CITAÇÃO - ADVERTÊNCIAS: Art. 334 do Código de Processo Civil: § 8º O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. § 9º As partes devem estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos. Art. 335 do Código de Processo Civil: O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data: I - da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição; II - do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso I; III - prevista no art. 231, de acordo com o modo como foi feita a citação, nos demais casos. § 1º No caso de litisconsórcio passivo, ocorrendo a hipótese do art. 334, § 6º, o termo inicial previsto no inciso II será, para cada um dos réus, a data de apresentação de seu respectivo pedido de cancelamento da audiência. § 2º Quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso II, havendo litisconsórcio passivo e o autor desistir da ação em relação a réu ainda não citado, o prazo para resposta correrá da data de intimação da decisão que homologar a desistência. Caso V. S.ª não apresente contestação no prazo legal, serão aplicadas as penas de confissão e de revelia, ou seja, serão presumidos aceitos como verdadeiros, todos os fatos articulados pela parte requerente na petição inicial CPC, art. 344); OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

ADV: CARLA DA PRATO CAMPOS (OAB 156844/SP), ADV: ORESTE NESTOR DE SOUZA LASPRO (OAB 98628/SP) - Processo 0610162-92.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco Cruzeiro do Sul S/A - REQUERIDA: SOLANGE MARIA BASTOS FURTADO - Considerando a inércia da parte, pendente a necessidade de diligência para a seqüência regular do feito, intime-se a parte Requerente, para atender ao despacho já determinado, no prazo de cinco (05) dias, sob pena de extinção do processo sem resolução do mérito, na forma do art. 485, III, do CPC/2015. Decorrido o prazo, voltem conclusos. Intimem-se.

ADV: CARLOS DANIEL RANGEL BARRETTO SEGUNDO (OAB 5035/AM), ADV: EDUARDO BONATES DE LIMA (OAB 5076/AM) - Processo 0610385-11.2016.8.04.0001 - Monitória - Cheque - REQUERENTE: Tintão Tintas e Materiais de Construção Ltda. - REQUERIDO: Ezaudir Sabino da Silva ME - Cite-se como requerido.

ADV: GEANDRE ETIANNE DA SILVA FERREIRA (OAB 9994/AM), ADV: SELMA MAGALHAES SANTANA (OAB 7683/AM), ADV: LEYLA VIGA YURTSEVER (OAB 3737/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: DIOGO HENRIQUE VIEIRA BARRETO (OAB 9487/AM), ADV: DÉBORA KATARINNE DE SOUZA RODRIGUES (OAB 9840/AM), ADV: NATHACHA CAMARA DE ALBUQUERQUE (OAB 12164/AM) - Processo 0610790-76.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Espécies de Contratos - REQUERENTE: Williams Medeiros Siqueira - REQUERIDO: Banco Daycoval S/A - Rg Assessoria e Consultoria Financeira Ltda Me - Considerando a juntada de mídia pela parte Autora, fls. 238, intime-se o requerido para se manifestar, em 15 dias, art. 437, I, do CPC, sobre a prova.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT), ADV: CLAUDIO KAZUYOSHI KAWASAKI (OAB A1117/AM), ADV: CLÁUDIO KAZUYOSHI KAWASAKI (OAB 122626/SP) - Processo 0610877-71.2014.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - REQUERIDO: J.O. DA SILVA REIS - De ordem, fica intimada a parte autora/exequente para recolher as diligências do Sr. Oficial de Justiça necessárias à prática do ato processual, no prazo de 10 (dez) dias. Manaus, 11 de março de 2019. Maria Francisca Garcia Escrivã

ADV: MARCOS LARA TORTORELLO (OAB 249247/SP) - Processo 0610963-37.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - EXEQUENTE: Palhano Fomento Mercantil Ltda - EXECUTADO: Comercio e Transportes Hernandes Ltda - Art. 1º. Delegar aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais abaixo especificados: V - Intimação da parte autora ou exequente para dar prosseguimento ao feito, requerendo o que entender de direito;

ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB 211648/SP), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB A598/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 128341/SP), ADV: JOSÉ FRANCISCO DE OLIVEIRA SANTOS (OAB 74659/MG) - Processo 0611057-19.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum - Pagamento - REQUERENTE: Postal Saúde - Caixa de Assistência e Saúde dos Empregados dos Correios - REQUERIDA: Lilia Maria Paula Mamede - Vistos, etc... O processo encontra-se parado em decorrência de diligencia que ao demandante compete. Instado a impulsionar o feito, manteve-se inerte o autor. Em consequência, JULGO EXTINTO o presente feito sem resolução do mérito, com fulcro no art. 485, III, do Código de Processo Civil. Custas pagas. Proceda-se à baixa. P. R. I.

ADV: MARCOS ALESSANDRO MACEDO FERNANDES DA SILVA (OAB 11680/AM) - Processo 0611164-29.2017.8.04.0001 - Monitória - Cheque - REQUERENTE: Edson Renato da Silva - REQUERIDO: Gustavo Torres Silva Me - Vistos, etc... O processo encontra-se parado em decorrência de diligencia que

ao demandante compete. Instado a impulsionar o feito, manteve-se inerte o autor. Em consequência, JULGO EXTINTO o presente feito sem resolução do mérito, com fulcro no art. 485, III, do Código de Processo Civil. Custas pagas. Proceda-se à baixa. P. R. I.

ADV: JOSÉ CARLOS VAN CLEEF DE ALMEIDA SANTOS (OAB 273843/SP), ADV: RAFAEL REIS PEREIRA (OAB 7219/AM), ADV: WARNEY MAURO PRESTES DA COSTA VAL (OAB 2837/AM) - Processo 0611233-03.2013.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Antecipação de Tutela / Tutela Específica - EXEQUENTE: AJL Ind. e Com. Ltda. - EXECUTADO: Sul América Seguro Saúde S.A. - SENTENÇA Vistos, Ante a satisfação da obrigação, EXTINGO a execução em trâmite, com fundamento no art. 924, inc. II, do Código de Processo Civil. Proceda-se ao levantamento do valor depositado, nos termos requeridos. Com o levantamento ou decorrido o prazo para retirada da guia de levantamento, arquivem-se os autos e dê-se baixa. P.R.I. Manaus, 08 de março de 2019. Sheilla Jordana de Sales Juíza de Direito

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT) - Processo 0611438-56.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: Telmar Barbosa Damasceno - REQUERIDO: Instituto Nacional de Seguridade Social - Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - Processo se encontra pronto para julgamento, conclua-se para sentença.

ADV: BRUNO HENRIQUE DE OLIVEIRA VANDERLEI (OAB 21678/PE) - Processo 0611999-51.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Volkswagen S/A - REQUERIDO: CLAUDIO MARCELO DE SOUZA PIMENTEL - Vistos, etc... O processo encontra-se parado em decorrência de diligencia que ao demandante compete. Instado a impulsionar o feito, manteve-se inerte o autor. Em consequência, JULGO EXTINTO o presente feito sem resolução do mérito, com fulcro no art. 485, III, do Código de Processo Civil. Custas pagas. Proceda-se à baixa. P. R. I.

ADV: RODOLFO MEIRA ROESSING (OAB 12719/PA), ADV: MARÍLIA DIAS ANDRADE (OAB 14351/PA), ADV: MÁRCIO LEANDRO DEODATO DE AQUINO (OAB 748/RR), ADV: LUANA SILVA SANTOS (OAB 16292/PA) - Processo 0612168-04.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum - Seguro - REQUERENTE: Pedrinho Maciel Pesqueira - REQUERIDO: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A - Instituto Médico Legal - IML - Considerando a ausência de perícia, encaminhe-se o autor para nova perícia. Ressalto que o autor deverá ser periciado e informado ao Juízo como se encontra no momento da perícia, não importando se está em tratamento ou não, mas sim como se apresenta no momento da perícia. Cumpra-se.

ADV: JOSA PAULA ALVES FURTADO (OAB 7811/AM), ADV: ELISANDRA ANJOS DOS REIS (OAB 9575/AM), ADV: SÉRGIO DE LIMA (OAB 201/AM), ADV: GEFSON HEFER ANTIQUERA DE OLIVEIRA (OAB 2842/AM) - Processo 0612239-74.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Aposentadoria por Invalidez Acidentária - REQUERENTE: ECLESIASTES GUIMARÃES DA COSTA - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - Vistos, Na forma do artigo 513 § 2º, do NCPC, intime-se o executado para que, no prazo de 15 (quinze) dias, pague o valor indicado no demonstrativo discriminado e atualizado do crédito, acrescido de custas, se houver. Fica a parte executada advertida de que, transcorrido o prazo previsto no art. 523 sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação. Não ocorrendo pagamento voluntário no prazo do artigo 523 do CPC, o débito será acrescido de multa de dez por cento e, também, de honorários de advogado de dez por cento. Ademais, não efetuado o pagamento voluntário no prazo de 15 (quinze) dias, independentemente de nova intimação do credor, poderá a parte exequente efetuar pedido de pesquisas junto aos sistemas informatizados à disposição do juízo. Por fim, certificado o trânsito em julgado da decisão e transcorrido o prazo do art. 523, mediante o recolhimento das respectivas taxas, a parte exequente poderá requerer diretamente à serventia a expedição de certidão, nos termos do art. 517 do CPC, que servirá também aos fins previstos no art. 782, §3º, todos do Código de Processo Civil. Int.

ADV: GUILHERME DA COSTA FERREIRA PIGNANELI (OAB 5546/RO) - Processo 0612409-41.2018.8.04.0001 - Monitória - Duplicata - REQUERENTE: Seara Alimentos Ltda - REQUERIDO: Mendes e Lima Comercio de Alimentos Ltda - Epp - Ante o exposto, indefiro o pedido de consulta ao Renajud/Infojud/Bacenjud por entender que a parte demandante não esgotou os meios que lhe são acessíveis para obter o endereço correto da parte requerida. Oportunamente, fica intimado a parte autora para indicar o endereço da parte ré no prazo de 10 dias, sob pena de não se interromper a prescrição, na forma do art. 240, §2º do NCPC. Decorrido 30 dias da intimação deste despacho sem manifestação do autor em que promova diligências aqui determinadas, entendo que ficará caracterizado abandono da causa, motivo pelo que determino a intimação pessoal do autor para dizer se tem interesse no prosseguimento do feito, na forma do art. 485, §1º, do NCPC.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT) - Processo 0612426-77.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: Francisco José Martins Teixeira - REQUERIDO: Instituto Nacional de Seguridade Social e outro - Vistos. Entendo que o feito está devidamente instruído, encerro a fase instrutória e determino à Secretaria que mova os autos para fila de “conclusos para sentença”. Publique-se.

ADV: ROBERTO GUENDA (OAB 101856/SP), ADV: CLAUDIO KAZUYOSHI KAWASAKI (OAB A1117/AM) - Processo 0612613-61.2013.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: BANCO FIBRA S/A - REQUERIDO: IRIVALDO ALVES CRISOSTOMO - Considerando a inércia da parte, pendente a necessidade de diligência para a seqüência regular do feito, intime-se a parte Requerente, para atender ao despacho já determinado, no prazo de cinco (05) dias, sob pena de extinção do processo sem resolução do mérito, na forma do art. 485, III, do CPC/2015. Decorrido o prazo, voltem conclusos. Intimem-se.

ADV: JOSÉ AUGUSTO DE REZENDE JÚNIOR (OAB A1109/AM) - Processo 0612792-87.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - REQUERIDA: Ivanilda Santana Guimarães - Art. 4°. O Diretor de Secretaria poderá praticar outros atos processuais sem caráter decisórios não relacionados nesta Portaria, em conformidade com o art. 93, XIV, da Constituição Federal; Fica deferido o pedido de fls. 99, pelo prazo de quinze (15) dias, nos termos do art. 227 do NCPC.

ADV: ACÁCIO FERNANDES ROBOREDO (OAB 89774/SP) - Processo 0612986-92.2013.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco Santander Brasil S/A - EXECUTADA: M de F B Benevides ME - Considerando a inércia da parte, pendente a necessidade de diligência para a seqüência regular do feito, intime-se a parte Requerente, para atender ao despacho já determinado, no prazo de cinco (05) dias, sob pena de extinção do processo sem resolução do mérito, na forma do art. 485, III, do CPC/2015. Decorrido o prazo, voltem conclusos. Intimem-se.

ADV: JOÃO SOARES GOMES (OAB 2545/AM), ADV: TASSYANE MEIRIÑO GOMES (OAB 5563/AM), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 1048A/AM), ADV: JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (OAB 1047A/AM) - Processo 0613749-93.2013.8.04.0001 - Procedimento Comum - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - REQUERIDO: MARCOS DANIEL M BORGES ME - (AMAZON NUTRI COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA ME) - MARCOS DANIEL MENDONÇA BORGES - FLAVIO RODRIGUES DOS SANTOS - Art. 4°. O Diretor de Secretaria poderá praticar outros atos processuais sem caráter decisórios não relacionados nesta Portaria, em conformidade com o art. 93, XIV, da Constituição Federal; Fica deferido o pedido de fls. 137, pelo prazo de quinze (15) dias, nos termos do art. 227 do NCPC.

ADV: GLÁUCIO HERCULANO ALENCAR (OAB 11183/AM), ADV: LINCONL FREIRE DA SILVA (OAB 11125/AM), ADV: KARLA ETELVINA OLIVEIRA MACHADO (OAB 13826/AM) - Processo 0613915-52.2018.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Sana Distribuidora de Peças e Lubrificantes Ltda - REQUERIDO: Lauro Soares de Aquino - Considerando a inércia da parte, pendente a necessidade de diligência para a seqüência

regular do feito, intime-se a parte Requerente, para atender ao despacho já determinado, no prazo de cinco (05) dias, sob pena de extinção do processo sem resolução do mérito, na forma do art. 485, III, do CPC/2015. Decorrido o prazo, voltem conclusos. Intimem-se.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0614317-70.2017.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Grêmio Recreativo Escola de Samba Balaku Blaku - Vistos, etc... Trata-se de Ação Monitória proposta por AMAZONAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA ELÉTRICA S/A., em face de GRÉS BALAKU BLAKU, que afirma, com base em prova escrita, sem eficácia de título executivo Contrato de Fornecimento de Energia Elétrica, ter direito de exigir do devedor capaz o pagamento de quantia em dinheiro (NCPC, art. 700, I) ou a entrega de coisa fungível ou infungível de bem móvel ou imóvel (NCPC, art. 700, II); ou o adimplemento de obrigação de fazer ou de não fazer (NCPC, art. 700, III). O Requerido citado (fls. 145), não cumpriu a obrigação e nem ofereceu embargos. Em se tratando de procedimento monitório, os documentos juntados com a inicial bastam como prova do fato constitutivo do direito da autora, cabendo a parte requerida provar a falta de causa do título, fatos modificativos, extintivos ou impeditivos do direito alegado, de forma a fazer prova de que nada deve, ônus do qual não se desincumbiu, nos termos do artigo 333, inciso II, do Código de Processo Civil. ISSO POSTO, com fundamento nos arts. 701, § 2º, do NCPC, CONSTITUO, de pleno direito, em título judicial, o Contrato de Fornecimento de Energia Elétrica, objeto da lide, acrescidos de juros de mora a partir da citação e a correção monetária a partir do ajuizamento da ação, CONVERTENDO, doravante, o mandado inicial em mandado executivo e prosseguindo-se na forma da Parte Especial, Livro I, Título II (Cumprimento de Sentença). Condeno o Requerido ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, os quais fixo em 10% (dez por cento) sobre o valor do débito atualizado. Após, o trânsito em julgado, independentemente de nova intimação, deverá ocredor, na pessoa de seu advogado, providenciar o cumprimento de sentença adequado a sua pretensão. Cumpra-se e Intime-se.

ADV: GIULO ALVARENGA REALE (OAB 1006/AM) - Processo 0614436-02.2015.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Itapeva VII Multicarteira Fundo de Inestimento em Direitos Creditórios Não Padronizados - REQUERIDA: Andreia Cidade de Souza - Processo nº: 0614436-02.2015.8.04.0001 Art. 1º. Delegar aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais abaixo especificados: III - Intimação da parte para se manifestar sobre mandados, cartas de citação ou intimação e demais expedientes devolvidos e juntados aos autos; Manaus(AM), 07 de março de 2019. Maria Francisca Garcia Escrivã

ADV: VILMA OLIVEIRA DOS SANTOS (OAB 542A/AM) - Processo 0614735-76.2015.8.04.0001 - Procedimento Sumário - Adjudicação Compulsória - REQUERENTE: GUILHERME PINTO SARAIVA - MARIA ALECI DE OLIVEIRA CONTREIRA SARAIVA - REQUERIDO: PRAXIS ENGENHARIA LTDA - Leonardo Bezerra de Menezes Filho - À luz do artigo 72, inciso II, do NCPC., faz-se necessário a nomeação de Curador Especial ao Réu revel quando citado mediante a publicação de editais. No caso deste autos, observo que o(a) Requerido(a) foi citado(a) por edital. Assim, nomeio o Curador Especial, nos termos do art. 245, § 5º do N.C.P.C., para o encargo, devendo ser notificado da nomeação e para, no prazo legal, manifestar-se sobre os termos da petição inicial. Mova-se para Fila da Curadoria, nos termos dos arts. 183, § 1º e 270, § único, ambos do NCPC e art. 5º, § §, da Lei 11.419/2006 c/c Portaria nº 274/CGJ/AM, datado de 07/06/2016, onde formaliza à forma de intimação por meio eletrônico disponibilizado pelo Sistema de Automação do Judiciário - SAJ/PG5.

ADV: FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES (OAB 995A/AM), ADV: EDSON ANTÔNIO SOUSA PINTO (OAB 4643/RO), ADV: JOSÉ MARCELO BRAGA NASCIMENTO (OAB 18298/GO), ADV: DENISE DE CÁSSIA ZÍLIO ANTUNES (OAB 90949/SP), ADV: LUIZ ROBERTO FRANKLIN MUNIZ JÚNIOR (OAB 6791/AM), ADV: GUILHERME DA COSTA FERREIRA PIGNANELI (OAB 5546/RO) - Processo 0614798-38.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum - Anulação - REQUERENTE: Plastape Indústria de Fitas e Plásticos Ltda. - REQUERIDO: JET LIFE TAXI AEREO BRASIL LTDA. - Banco Safra S/A - Considerando a inércia da parte, pendente a necessidade de diligência para a seqüência regular do feito, intime-se a parte Requerente, para atender ao despacho já determinado, no prazo de cinco (05) dias, sob pena de extinção do processo sem resolução do mérito, na forma do art. 485, III, do CPC/2015. Decorrido o prazo, voltem conclusos. Intimem-se.

ADV: CLAUDIO KAZUYOSHI KAWASAKI (OAB A1117/AM), ADV: CLÁUDIO KAZUYOSHI KAWASAKI (OAB 122626/SP) - Processo 0614831-62.2013.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Propriedade Fiduciária - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - EXECUTADO: Alex Aguiar Lima - Cumpra-se o mandado, caso paga a guia anexa aos autos.

ADV: MANOEL PEDRO DE CARVALHO (OAB 4890/AM) - Processo 0615233-07.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum - Imissão - REQUERENTE: Jose Almir Magalhães - REQUERIDA: Rosa Maria Caetano de Castro - Considerando a inércia da parte, pendente a necessidade de diligência para a seqüência regular do feito, intime-se a parte Requerente, para atender ao despacho já determinado, no prazo de cinco (05) dias, sob pena de extinção do processo sem resolução do mérito, na forma do art. 485, III, do CPC/2015. Decorrido o prazo, voltem conclusos. Intimem-se.

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM) - Processo 0615795-79.2018.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Posse - REQUERENTE: Bradesco Leasing S/A Arrendamento Merc Ant II - REQUERIDO: Supermercados Gomes Ltda Me - José Ricardo Gomes de Oliveira - Luciana D'Angelo Ventura de Oliveira - Por meio da petição de fls. 84/86, a instituição bancária pleiteou a conversão do feito de busca e apreensão em execução, vez que frustrada a tentativa de citar a ré e apreender o veículo, conforme certidão do oficial de justiça (fls. 81). O art. 5º, do Decreto-Lei nº 911/69, assim regulamenta o tema em discussão: "Art. 5º Se o credor preferir recorrer à ação executiva ou, se for o caso ao executivo fiscal, serão penhorados, a critério do autor da ação, bens do devedor quantos bastem para assegurar a execução." Registre-se, ainda, que "antes da citação, o autor poderá aditar o pedido, correndo à sua conta as custas acrescidas em razão dessa iniciativa", conforme o art. 329, do NCPC. E, o art. 784, inciso III , do NCPC, dispõe que se constitui título executivo o documento particular assinado pelo devedor e por duas testemunhas. Dessa forma, defiro o pedido de fls. 84/86 e converto a presente Ação de Busca e Apreensão em Ação de Execução, nos termos do Art. 5º do Decreto-Lei 911/69. Efetuem-se as necessárias alterações junto ao SAJ. Cite(m)-se o(s) executado(s) para pagar a dívida, custas e despesas processuais, além de honorários advocatícios, fixados no patamar de 10% (dez por cento), no prazo de 3 (três) dias, a contar da citação. Caso o(s) executado(s) possua(m) cadastro na forma do art. 246, § 1º, e art. 1.051, do Novo Código de Processo Civil, a citação deverá ser feita de maneira preferencialmente eletrônica. Em observância ao que dispõe o Provimento nº 261/2016-CGJ/AM, onde determina que a parte interessada proceda ao recolhimento das custas de diligências atribuídas aos Oficiais de Justiça. Após, a comprovação do pagamento da diligência, expeça-se o competente mandado. Caso não seja efetuado o pagamento, voltem-me os autos conclusos. Do mandado ou carta de citação deverá constar, também, a ordem de penhora e avaliação a ser cumprida pelo Oficial de Justiça tão logo verificado o não pagamento no prazo assinalado, de tudo lavrando-se auto, com intimação do executado. Não encontrado(s) o(s) executado(s), havendo bens de sua titularidade, o Oficial de Justiça deverá proceder ao arresto de tantos quanto bastem para garantir a execução, seguindo o processo na forma do art. 830, do Código de Processo Civil. As citações, intimações e penhoras poderão realizar-se no período de férias forenses, ou nos feriados ou dias úteis mesmo antes das 6 e depois das 20 horas, observado o disposto no art. 5º, inciso XI, da Constituição Federal. O(s) executado(s) deverá(ão) ter ciência de que, nos termos do art. 827, § 1º, do Novo Código de Processo Civil, em caso de pagamento integral no prazo declinado, os honorários advocatícios poderão ser reduzidos pela metade. Registre-se, também, a possibilidade de oferecimento de embargos à execução, distribuídos por dependência e instruídos com cópias das peças processuais relevantes, no prazo de 15 (quinze) dias, contados na forma do art. 231, do Novo Código de

Processo Civil. Alternativamente, no lugar dos embargos, mediante o depósito de trinta por cento do valor total executado, poderá ser requerido o parcelamento do restante em até 6 (seis) parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e de juros de um por cento ao mês. Fica(m) o(s) executado(s) advertido(s) que a rejeição dos embargos, ou, ainda, inadimplemento das parcelas, poderá acarretar na elevação dos honorários advocatícios, multa em favor da parte, além de outras penalidades previstas em lei. O exequente, por sua vez, deverá ter ciência de que, não localizados o(s) executado(s), deverá, na primeira oportunidade, requerer as medidas necessárias para a viabilização da citação, sob pena de não se aplicar o disposto no art. 240, § 1º, do Novo Código de Processo Civil. Tratando-se de pessoa jurídica, deverá, desde logo, providenciar a juntada de certidão de breve relato obtida junto à Junta Comercial ou semelhante, diligenciando, ainda, perante os cadastros processuais do juízo onde a empresa tem sede ou filial. Por fim, registre-se que, independentemente de nova ordem judicial, mediante o recolhimento das respectivas taxas, o exequente poderá requerer diretamente à Serventia a expedição de certidão, nos termos do art. 828, que servirá também aos fins previstos no art. 782, § 3º, todos do Novo Código de Processo Civil. Expedida a certidão, caberá ao exequente providenciar as averbações e comunicações necessárias, comprovando posteriormente nos autos no prazo de 10 dias, sob pena de nulidade, sem prejuízo de eventual responsabilização. A presente decisão, assinada digitalmente e devidamente instruída, servirá como carta, mandado ou ofício. Cumpra-se na forma e sob as penas da Lei. Int.

ADV: JOSÉ RIBAMAR COSTA SOARES (OAB 1971/AM), ADV: EDUARDO DA COSTA SOARES (OAB 13025/AM) - Processo 0616117-70.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum - Perdas e Danos - REQUERENTE: JOSÉ PEREIRA JORGE - REQUERIDO: SÃO CONSTANTINO EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA - SANTA EMERECIANA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA - Considerando a inércia da parte, pendente a necessidade de diligência para a seqüência regular do feito, intime-se a parte Requerente, para atender ao despacho já determinado, no prazo de cinco (05) dias, sob pena de extinção do processo sem resolução do mérito, na forma do art. 485, III, do CPC/2015. Decorrido o prazo, voltem conclusos. Intimem-se.

ADV: QUEILA COELHO DE SOUZA (OAB 7931/AM), ADV: HELENA MARIE DA CUNHA FISH (OAB 4332/AM), ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787SC), ADV: GUSTAVO MICHELOTTI FLECK (OAB 21243/DF) - Processo 0616328-38.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Josinaldo Lopes Moraes - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - Intime-se o Senhor Perito para complementar o Laudo quanto ao quesito “d”, uma vez que no quesito “c”, este aponta como causa provável da doença “esforço físico intenso, movimentos repetitivos”. Assim, considerando que o autor trabalha com montagem e embalagem de aparelhos eletrônicos, eletrodomésticos e condicionadores de ar, o que requer esforço físico intenso e movimento repetitivo, informe o Perito se as lesões M65.9 - Sinovite e tenossinovite, M75.4 - Síndrome da colisão do ombro são decorrentes da atividade laboral exercida pelo autor. Cumpra-se.

ADV: CARLA DA PRATO CAMPOS (OAB 156844/SP), ADV: ORESTE NESTOR DE SOUZA LASPRO (OAB 98628/SP) - Processo 0616348-34.2015.8.04.0001 - Monitória - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco Cruzeiro do Sul S/A - REQUERIDO: MARCIO ROMARIO COSTA COELHO - Processo nº: 0616348-34.2015.8.04.0001 Art. 1º. Delegar aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais abaixo especificados: III - Intimação da parte para se manifestar sobre mandados, cartas de citação ou intimação e demais expedientes devolvidos e juntados aos autos; Manaus(AM), 07 de março de 2019. Maria Francisca Garcia Escrivã

ADV: BRUNO HENRIQUE DE OLIVEIRA VANDERLEI (OAB 21678/PE), ADV: ALEKSANDER CUESTA DE OLIVEIRA (OAB 5607/AM) - Processo 0616458-96.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: JOSÉ BERNARDO FARIAS PAIXÃO - REQUERIDO: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - V8 Autocar Repr. Com. de Veic. Aut. Ltda. ME - PAULO ROBERTO DE OLIVEIRA JUNIOR - AUGUSTO MARINO BACIN - Vistos, etc... O processo encontra-se parado em decorrência de diligencia que ao demandante compete. Instado a impulsionar o feito, manteve-se inerte o autor. Em consequência, JULGO EXTINTO o presente feito sem resolução do mérito, com fulcro no art. 485, III, do Código de Processo Civil. Custas pagas. Proceda-se à baixa. P. R. I.

ADV: EHUD EMANUEL ABENSUR SANTOS (OAB 10760/AM) - Processo 0616557-32.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: Francisca Guimarães do Nascimento - REQUERIDO: S do N de Lima Comercio - Processo nº: 0616557-32.2017.8.04.0001 Art. 1º. Delegar aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais abaixo especificados: III - Intimação da parte para se manifestar sobre mandados, cartas de citação ou intimação e demais expedientes devolvidos e juntados aos autos; Manaus(AM), 07 de março de 2019. Maria Francisca Garcia Escrivã

ADV: AMANDIO FERREIRA TERESO JÚNIOR (OAB 739A/AM) - Processo 0616907-20.2017.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Bradesco Adminstradora de Consórcios Ltda - REQUERIDO: Modificar Construções Ltda - Vistos, etc... O processo encontra-se parado em decorrência de diligencia que ao demandante compete. Instado a impulsionar o feito, manteve-se inerte o autor. Em consequência, JULGO EXTINTO o presente feito sem resolução do mérito, com fulcro no art. 485, III, do Código de Processo Civil. Custas pagas. Proceda-se à baixa. P. R. I.

ADV: ROBERTO GUENDA (OAB 101856/SP), ADV: CLAUDIO KAZUYOSHI KAWASAKI (OAB A1117/AM) - Processo 0617106-13.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - EXEQUENTE: BANCO FIBRA S/A - EXECUTADO: RONIERE CARNEIRO PINTO - Vistos, etc... O processo encontra-se parado em decorrência de diligencia que ao demandante compete. Instado a impulsionar o feito, manteve-se inerte o autor. Em consequência, JULGO EXTINTO o presente feito sem resolução do mérito, com fulcro no art. 485, III, do Código de Processo Civil. Custas pagas. Proceda-se à baixa. P. R. I.

ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0617126-04.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Antonio Maia Pinto - Tendo em vista a possibilidade de conciliação, remetam-se os autos ao CEJUSC

ADV: TOMÉ RODRIGUES LEÃO DE CARVALHO GAMA (OAB 7312/AL), ADV: CARLO ANDRÉ DE MELLO QUEIROZ (OAB 6047/AL) - Processo 0617241-20.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Cia de Credito Financiamento e Investimento Rci Brasil - REQUERIDO: Raimundo Nonato Gomes da Silva - Vistos, Na forma do artigo 513, incisos II, III e IV do § 2º, do NCPC, intime-se o(a) Executado(a), por meio de Carta, com Aviso de Recebimento - AR, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, pague o valor indicado no demonstrativo discriminado e atualizado do crédito, acrescido de custas, se houver. Tendo em vista o que dispõe o Provimento nº 273/2016-CGJ/AM, que regulamenta sobre o recolhimento da taxa de postagem, determino que à parte Requerente proceda ao recolhimento das despesas postais, por meio da Guia disponibilizada no sítio virtual do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas (http://www.tjam.jus.br), no prazo de cinco (05) dias, querendo, sob pena de extinção do processo, nos termos do art. 485, inciso III, do NCPC. Após, a comprovação do pagamento da diligência, deverá ser expedida nova Carta, nos moldes institucional. Fica a parte executada advertida de que, transcorrido o prazo previsto no art. 523 sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação. Não ocorrendo pagamento voluntário no prazo do artigo 523 do CPC, o débito será acrescido de multa de dez por cento e, também, de honorários de advogado de dez por cento. Ademais, não efetuado o pagamento voluntário no prazo de 15 (quinze) dias, independentemente de nova intimação do credor, poderá a parte exequente efetuar pedido de pesquisas

junto aos sistemas informatizados à disposição do juízo. Por fim, certificado o trânsito em julgado da decisão e transcorrido o prazo do art. 523, mediante o recolhimento das respectivas taxas, a parte exequente poderá requerer diretamente à serventia a expedição de certidão, nos termos do art. 517 do CPC, que servirá também aos fins previstos no art. 782, § 3º, todos do Código de Processo Civil. Int.

ADV: JAMILLY VIANA DA SILVA (OAB 10666/AM), ADV: FRANCYNE NEGRO VAZ LEAL (OAB 10447/AM) - Processo 0617441-27.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Lazaro de Castro e Silva Junior - REQUERIDO: Ronnie Von Alves Arouca - Ela - Empresa Lider Em Assessoria Ltda - Vistos, etc... O processo encontra-se parado em decorrência de diligencia que ao demandante compete. Instado a impulsionar o feito, manteve-se inerte o autor. Em consequência, JULGO EXTINTO o presente feito sem resolução do mérito, com fulcro no art. 485, III, do Código de Processo Civil. Custas pagas. Proceda-se à baixa. P. R. I.

ADV: PAULO CESAR AZEVEDO DOS SANTOS (OAB 13278/AM), ADV: MARIVAN PEREIRA DE MATTOS (OAB 10066/AM), ADV: VICENTE DE PAULO ARMOND DE MELO (OAB 1828/AM), ADV: ELOI PINTO DE ANDRADE (OAB 819/AM), ADV: RENATA BERNARDINO PAIVA (OAB 10345/AM), ADV: NIRVANA MARYAN QUEIROZ DA FONSECA (OAB 1889/AM) - Processo 0617656-71.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Manoel Varlindo Sousa D' Assunção - REQUERIDO: Hospital Santa Júlia - Bradesco Saúde S/A - Encerrada a fase postulatória do feito, passo a sanear o processo na forma do disposto no art. 357 do CPC. Dentre as questões processuais, houve alegação de ilegitimidade passiva por parte da segunda ré, Bradesco Saúde S/A. A demanda cinge-se à análise de dano moral e obrigação de fazer decorrente da prestação de serviço de saúde, tendo o autor se submetido aos serviços do hospital referido, para tratamento de esteneose de JUP e, no mês seguinte, realizou cirurgia de peloplastia, relacionada ao rim. Ocorre, todavia, que exames detectaram infecção pela bactéria Klebsiella pneumoniae, a qual alega ter adquirido durante a internação no próprio hospital. O plano de saúde do autor era custeado pela empresa onde trabalhava e após ser demitido sem justa causa teve o plano cancelado. Restou demonstrado nos autos, de forma incontroversa, conforme informações do próprio hospital, que todo o tratamento fora custeado pelo plano de saúde, ora demandado. Há inclusive prova de vários atendimentos posteriores a demissão (3/11/2015), v.g., alguns datados até de março da 2016, documento à fl. 108. A segunda ré honrou a obrigação de custear o tratamento e de colocar uma rede de estabelecimentos conveniados à disposição do cliente para sua escolha, conforme seu livre alvedrio. No presente caso, restou demonstrado o cumprimento por parte do plano de saúde de todas as obrigações assumidas. Inexistência, portanto, da prática de qualquer ato ilícito atribuível a ela passível de indenização. Isso posto, diante de sua ilegitimidade passiva, julgo extinto o processo em relação a segunda ré - Bradesco Saúde S/A - com fulcro no art. 485, VI e 354 do CPC. Doravante, tem-se como autor - Manoel Varlindo Sousa D Assunção e réu - Hospital Santa Júlia LTDA, fato que deverá ser prontamente atualizado no cadastrado do sistema. Por oportuno, em atenção ao art. 319, VII do CPC, DEFIRO pedido de audiência de conciliação por parte do autor em sua peça inicial. Encaminhem-se autos ao CEJUSC com as cautelas de praxe. Caso infrutífera a conciliação, delimito as questões fáticas controvertidas para fins de prosseguimento do feito: 1) se a infecção bacteriana foi contraída nas dependências da empresa ré; 2) a permanência da necessidade de tratamento médico. Os meios de prova deferidos, art. 357, III, CPC: 1) perícia consistente na análise de documentos, laudos, termos específicos da área médica e possibilidade de infecção intra-hopitalar; 2) depoimento pessoal; 3) prova testamunhal; 4) a juntada posterior de documentos deverá se submeter necessariamente ao contraditório e a ampla defesa. Tratando-se de relação de consumo, o ônus da prova fica assim distribuído, nos termos do art. 6º, VIII do CDC, considerando a hipossuficiência técnica do consumidor, e art. 373, I e II do CPC: 1) ao réu (Hospital Santa Júlia LTDA), comprovar que a infecção bacteriana do autor não foi contraída nas suas dependências; 2) a autor, a necessidade da permanência do tratamento médico reclamado. Questão de direito relevante para o deslinde da causa: 1) Direito de indenização. O Dano moral alegado é de natureza in re ipsa, uma vez configurado o ilícito, o prejuízo será presumido. Determino a designação de audiência de instrução e julgamento para esclarecer os pontos controvertidos. Ficam as partes intimadas para apresentarem documentos através dos quais pretendam provar suas alegações, bem como juntar rol de testemunhas no prazo de 15 (quinze) dias, conforme art. 357, §4º, CPC. Quanto à prova pericial, nomeio como perito o Sr. Francisco Batista de Almeida (Médico, Cirurgião Geral/Urologista), cadastrado no painel de peritos deste Tribunal, devendo este informar se aceita o encargo, em 05 dias, tendo em vista que, a título de honorários periciais, lhe será pago o montante estabelecido pela Portaria nº 1233/2012, visto que o autor desta lide é beneficiário da justiça gratuita. Nesse sentido, dispenso a manifestação a que se refere o art. 465, § 2º, I, do CPC. Por sua vez, em atenção ao art. 465, § 2º, II e III, do CPC, deverá apresentar currículo e contatos profissionais (e-mail, endereço e telefone), os quais deverá manter atualizados, facilitando a comunicação com o Cartório. Em aceitando atuar como perito nesta causa, nos termos do art. 465, caput do CPC, deverá o laudo ser entregue em até 60 dias, a contar da intimação do despacho que autorizar o início dos trabalhos. Ante o exposto, ficam as partes intimadas para que: i) apresentem rol de testemunhas e/ou documentos complementares, em 15 (quinze) dias, acaso queiram produzir referidas provas, diante dos fatos controversos indicados nesta decisão (art. 357, §4º, CPC); e, ii) apresentar quesitos e indicar assistentes técnicos e, se querendo, arguir impedimento e suspeição do perito, tudo no prazo de 15 dias, a contar da intimação desta decisão (art. 465, §1º, I, II e III do CPC). Determino à Secretaria que: i) publique esta decisão para que as partes fiquem intimadas do seu conteúdo decisório para fins do art. 357, §§ 1º e 2º do CPC. ii) intime o perito aqui nomeado - após a preclusão da presente decisão saneadora - para apresentar os dados apontados no corpo desta decisão; Por fim, determino que seja pautada audiência de instrução e julgamento após a data aqui fixada para apresentação do laudo pericial. Providências legais. Cumpra-se.

ADV: ARIOSMAR NERIS (OAB 232751/SP), ADV: DANIEL NUNES ROMERO (OAB 168016/SP), ADV: SIDNEI FERRARIA (OAB 253137/SP) - Processo 0618397-82.2014.8.04.0001 - Depósito - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Volkswagen S/A - REQUERIDO: SEBASTIÃO MAGALHÃES DOS SANTOS - Vistos, Na forma do artigo 513 § 2º, do NCPC, intime-se o executado para que, no prazo de 15 (quinze) dias, pague o valor indicado no demonstrativo discriminado e atualizado do crédito, acrescido de custas, se houver. Fica a parte executada advertida de que, transcorrido o prazo previsto no art. 523 sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação. Não ocorrendo pagamento voluntário no prazo do artigo 523 do CPC, o débito será acrescido de multa de dez por cento e, também, de honorários de advogado de dez por cento. Ademais, não efetuado o pagamento voluntário no prazo de 15 (quinze) dias, independentemente de nova intimação do credor, poderá a parte exequente efetuar pedido de pesquisas junto aos sistemas informatizados à disposição do juízo. Por fim, certificado o trânsito em julgado da decisão e transcorrido o prazo do art. 523, mediante o recolhimento das respectivas taxas, a parte exequente poderá requerer diretamente à serventia a expedição de certidão, nos termos do art. 517 do CPC, que servirá também aos fins previstos no art. 782, §3º, todos do Código de Processo Civil. Int.

ADV: ACÁCIO VALDEMAR LORENÇÃO JÚNIOR (OAB 105465/SP), ADV: EMÁNUEL SINATRA BUÁS DE LIMA (OAB 8895/AM), ADV: RAPHAEL RODRIGUES P. DA SILVA (OAB 190081/SP) - Processo 0618660-46.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Transsoc Representacao de Material de Construcao LTDA - REQUERIDO: Wapmetal Indústria e Comércio de Componentes Metálicos, Máquinas e Equipamentos Ltda. - De ordem, fica designado o dia 09/04/2019 às 08:30 horas, para a realização de audiência de Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: FÁBIO RIVELLI (OAB 297608/SP) - Processo 0618739-54.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Valor da Execução / Cálculo / Atualização - EXEQUENTE: Tam Linhas Aéreas S/A - EXECUTADO: Genesis Express Logística de Transporte de Carga Ltda - Me - Expeça-se o AR.

ADV: JOSÉ RICARDO GOMES DE OLIVEIRA (OAB 5254/AM) - Processo 0618783-10.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum - Inadimplemento - REQUERENTE: Srb Comercio e Servicos de Materiais de Construcao Ltda - REQUERIDO: Iteka Comercio de Alimentos e Eletro Eletronicos Ltda - Me - Vistos, etc... O processo encontra-se parado em decorrência de diligencia que ao demandante compete. Instado a impulsionar o feito, manteve-se inerte o autor. Em consequência, JULGO EXTINTO o presente feito sem resolução do mérito, com fulcro no art. 485, III, do Código de Processo Civil. Custas pagas. Proceda-se à baixa. P. R. I.

ADV: FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES (OAB 995A/AM), ADV: CHRISTIANO PINHEIRO DA COSTA (OAB 3542/AM) - Processo 0618878-06.2018.8.04.0001 - Produção Antecipada da Prova - Provas - REQUERENTE: Cesar Alves de Souza - REQUERIDO: Banco Bmc Promotora - Vistos, etc... O processo encontra-se parado em decorrência de diligencia que ao demandante compete. Instado a impulsionar o feito, manteve-se inerte o autor. Em consequência, JULGO EXTINTO o presente feito sem resolução do mérito, com fulcro no art. 485, III, do Código de Processo Civil. Custas pagas. Proceda-se à baixa. P. R. I.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 104147/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0618917-42.2014.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Francisco de Assis Lima Tomaz - Expeça-se o mandado, caso quitada a guia de fls. 119.

ADV: FRANCISCO CARLOS NUNES DE OLIVEIRA (OAB 10057/AM), ADV: NEWTON PAULO DA SILVA (OAB 5709/AM), ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM) - Processo 0618927-86.2014.8.04.0001 (apensado ao processo 0624934-94.2014.8.04.0001) - Reintegração / Manutenção de Posse - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: RICARDO LIMA DE ARAÚJO - ANDRÉIA MERGULHÃO DE ARAÚJO - REQUERIDA: JOSYLENE RODRIGUES DE LIMA - INTSSADA: Maria Ivanilda Castro Guimarães - Cite-se como requerido.

ADV: TEREZA CARMO DE CASTRO (OAB 479A/AM), ADV: FREDERICO SANTOS PAIVA (OAB 6569/AM), ADV: TEREZA CARMO DE CASTRO, ADV: ROSELI DE CASTRO PISZTER (OAB 4873/AM), ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM) - Processo 0618936-82.2013.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Corretagem - REQUERENTE: AKINORI TERAGUTI - REQUERIDO: API SPE15 - Planejamento e Desenvolvimento de Empreendimentos Imobiliários Ltda - Considerando a inércia da parte, pendente a necessidade de diligência para a seqüência regular do feito, intime-se a parte Requerente, para atender ao despacho já determinado, no prazo de cinco (05) dias, sob pena de extinção do processo sem resolução do mérito, na forma do art. 485, III, do CPC/2015. Decorrido o prazo, voltem conclusos. Intimem-se.

ADV: PEDRO ROBERTO ROMÃO (OAB 209551/SP) - Processo 0619096-34.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Bradesco Administradora de Consórcios Ltda. - REQUERIDO: N e Rep de Prod Petr Ltda - Processo nº: 0619096-34.2018.8.04.0001 Art. 1º. Delegar aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais abaixo especificados: III - Intimação da parte para se manifestar sobre mandados, cartas de citação ou intimação e demais expedientes devolvidos e juntados aos autos; Manaus(AM), 07 de março de 2019. Maria Francisca Garcia Escrivã

ADV: GUSTAVO RODRIGO GÓES NICOLADELLI (OAB 8927/SC), ADV: RODRIGO FRASSETTO GÓES (OAB 33416/SC) - Processo 0619202-30.2017.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Omni S/A Crédito Financiamento e Investimento - REQUERIDO: Paulo Henrique Marinho de Matos - Considerando a inércia da parte, pendente a necessidade de diligência para a seqüência regular do feito, intime-se a parte Requerente, para atender ao despacho já determinado, no prazo de cinco (05) dias, sob pena de extinção do processo sem resolução do mérito, na forma do art. 485, III, do CPC/2015. Decorrido o prazo, voltem conclusos. Intimem-se.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT) - Processo 0619296-75.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum - Auxílio-Acidente (Art. 86) - REQUERENTE: Keila Palmeiras Rosas - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e outro - O processo está em ordem. As partes legítimas, estão legalmente representadas, demonstrando legítimo interesse na causa, nada havendo que sanear. Diante da desnecessidade de produção de prova em audiência, impõe-se o julgamento antecipado da lide, à luz do art. 355, I, do C.P.C. Intimem-se e voltem-me os autos conclusos para sentença.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT) - Processo 0619296-75.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum - Auxílio-Acidente (Art. 86) - REQUERENTE: Keila Palmeiras Rosas - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e outro - O processo está em ordem. As partes legítimas, estão legalmente representadas, demonstrando legítimo interesse na causa, nada havendo que sanear. Diante da desnecessidade de produção de prova em audiência, impõe-se o julgamento antecipado da lide, à luz do art. 355, I, do C.P.C. Intimem-se e voltem-me os autos conclusos para sentença.

ADV: ROSÂNGELA DA ROSA CORRÊA (OAB 921A/AM) - Processo 0619379-28.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - REQUERIDO: Hilton da Silva Rodrigues - Ante o exposto, indefiro o pedido de consulta ao Renajud/Infojud/Bacenjud por entender que a parte demandante não esgotou os meios que lhe são acessíveis para obter o endereço correto da parte requerida. Oportunamente, fica intimado a parte autora para indicar o endereço da parte ré no prazo de 10 dias, sob pena de não se interromper a prescrição, na forma do art. 240, §2º do NCPC. Decorrido 30 dias da intimação deste despacho sem manifestação do autor em que promova diligências aqui determinadas, entendo que ficará caracterizado abandono da causa, motivo pelo que determino a intimação pessoal do autor para dizer se tem interesse no prosseguimento do feito, na forma do art. 485, §1º, do NCPC.

ADV: ANTONIO CLAUDIO PINTO FLORES (OAB 583A/AM), ADV: DOUGLAS GOMES DA SILVA (OAB 6980/AM), ADV: ANTÔNIO CLÁUDIO PINTO FLORES (OAB A583/AM), ADV: DIEGO CAMPOS (OAB 115411/MG), ADV: ALI ASSAAD HAMADE DE OLIVEIRA (OAB 253180/SP) - Processo 0619570-78.2013.8.04.0001 - Procedimento Comum - DIREITO CIVIL - REQUERENTE: Brasil Norte Bebidas Ltda - REQUERIDO: Ivan Felix dos Santos - Ante o exposto, indefiro o pedido de consulta ao Renajud/Infojud/Bacenjud por entender que a parte demandante não esgotou os meios que lhe são acessíveis para obter o endereço correto da parte requerida. Oportunamente, fica intimado a parte autora para indicar o endereço da parte ré no prazo de 10 dias, sob pena de não se interromper a prescrição, na forma do art. 240, §2º do NCPC. Decorrido 30 dias da intimação deste despacho sem manifestação do autor em que promova diligências aqui determinadas, entendo que ficará caracterizado abandono da causa, motivo pelo que determino a intimação pessoal do autor para dizer se tem interesse no prosseguimento do feito, na forma do art. 485, §1º, do NCPC.

ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: PENÉLOPE ARYADNE ANTONY LIRA (OAB 7357/AM) - Processo 0619869-16.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Valdiene Gibson Nascimento - REQUERIDO: Banco BMG S/A - De ordem, intimo a parte apelada para, querendo, oferecer contrarrazões à apelação interposta, nos termos do art. 1.010, § 1º do NCPC. Prazo de (15) quinze dias. Manaus, 11 de março de 2019. Maria Francisca Garcia Escrivã

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0620110-24.2016.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: Francisca Vieira de Sena - Indefiro o pedido de folhas antecedentes tendo em vista sua impossibilidade, uma vez que inexiste convênio do Tribunal de Justiça do Amazonas com o Sistema de Informações Eleitorais. Intime-se.

ADV: HARBEN GOMES AVELAR (OAB 9795/AM), ADV: ADRIANE CRISTINE CABRAL MAGALHÃES (OAB 5373/AM) - Processo 0620302-20.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum

- Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Julio Cesar dos Santos Silvestre - REQUERIDO: Alcemir Queiroz de Souza - De ordem, fica designado o dia 09/04/2019 às 09:00 horas, para a realização de audiência de Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 86415/RJ), ADV: ROBERTO ALVES (OAB 9258/AM), ADV: ÁLVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 831A/AM) - Processo 0620342-70.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum - Seguro - REQUERENTE: Moisés Ramos - REQUERIDO: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A - Isto posto, nos termos do art. 487, I, do NCPC, Julgo Improcedente o feito. Custas e honorários, que fixo em 10% pelo sucumbente, nos termos do art. 85, §2º, do CPC. Suspensa a exigibilidade, nos termos do art. 98, §3º, do citado Diploma Legal. P.R.I.

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: KELLY ANNE CORRÊA DE OLIVEIRA (OAB 9330/AM) - Processo 0620710-74.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Ricelli da Silva Lavor - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Vistos, etc... Trata-se de Ação Procedimento Comum intentada por Ricelli da Silva Lavor em desfavor de Banco BMG S/A. Em despacho inaugural, foi determinado o recolhimento das custas, no prazo de 15 (quinze) dias. A parte autora entretanto, deixou escoar o prazo sem dar adequado cumprimento às determinações (fl. 139). Ante o exposto, determino o CANCELAMENTO DA DISTRIBUIÇÃO, nos termos do art. 290, do Código de Processo Civil. P.R.I.

ADV: AGUINALDO PEREIRA DIAS (OAB 7667/AM), ADV: FELIPE CÉSAR MICHNA (OAB 44153/PR) - Processo 0621371-58.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum - Aposentadoria por Invalidez Acidentária - REQUERENTE: Alberto Santos Mota - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e outro - Ante o exposto, HOMOLOGO o acordo apresentado pelo INSS, motivo pelo que extingo o feito com fulcro no art. 487, III, b, do NCPC. À Secretaria para: Publicar esta decisão, intimando as partes; Após o trânsito em julgado, dar baixa no feito e arquivar os autos, com as cautelas de praxe.

ADV: JOSÉ CARLOS VAN CLEEF DE ALMEIDA SANTOS (OAB 273843/SP) - Processo 0622080-25.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Seguro - EXEQUENTE: Sul Americas Companhia de Seguro Saúdesul - EXECUTADO: Formula Construções e Comércio de Material de Construção Ltda - Fabiola de Almeida Hagge - Processo nº: 0622080-25.2017.8.04.0001 Art. 1º. Delegar aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais abaixo especificados: III - Intimação da parte para se manifestar sobre mandados, cartas de citação ou intimação e demais expedientes devolvidos e juntados aos autos; Manaus(AM), 01 de março de 2019. Maria Francisca Garcia Escrivã

ADV: RENATA BENTES SENA (OAB 13543/AM), ADV: ROBERTO MARQUES DA COSTA (OAB 4135/AM) - Processo 0622311-18.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Constrição / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens - EXEQUENTE: Condomínio Residencial Nascentes do Tarumã - EXECUTADA: Sibia Mara Macedo Arakaki - Samanta Macedo da Silva - Vistos, Na forma do artigo 513, incisos II, III e IV do § 2º, do NCPC, intime-se o(a) Executado(a), por meio de Carta, com Aviso de Recebimento - AR, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, pague o valor indicado no demonstrativo discriminado e atualizado do crédito, acrescido de custas, se houver. Tendo em vista o que dispõe o Provimento nº 273/2016-CGJ/AM, que regulamenta sobre o recolhimento da taxa de postagem, determino que à parte Requerente proceda ao recolhimento das despesas postais, por meio da Guia disponibilizada no sítio virtual do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas (http://www.tjam.jus.br), no prazo de cinco (05) dias, querendo, sob pena de extinção do processo, nos termos do art. 485, inciso III, do NCPC. Após, a comprovação do pagamento da diligência, deverá ser expedida nova Carta, nos moldes institucional. Fica a parte executada advertida de que, transcorrido o prazo previsto no art. 523 sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação. Não ocorrendo pagamento voluntário no prazo do artigo 523 do CPC, o débito será acrescido de multa de dez por cento e, também, de honorários de advogado de dez por cento. Ademais, não efetuado o pagamento voluntário no prazo de 15 (quinze) dias, independentemente de nova intimação do credor, poderá a parte exequente efetuar pedido de pesquisas junto aos sistemas informatizados à disposição do juízo. Por fim, certificado o trânsito em julgado da decisão e transcorrido o prazo do art. 523, mediante o recolhimento das respectivas taxas, a parte exequente poderá requerer diretamente à serventia a expedição de certidão, nos termos do art. 517 do CPC, que servirá também aos fins previstos no art. 782, § 3º, todos do Código de Processo Civil. Int.

ADV: ALEXANDRE MILLEN ZAPPA (OAB 27862/PR), ADV: AURÉLIO CÂNCIO PELUSO (OAB 32521/PR), ADV: LUCIOMAR DA SILVA ALMEIDA (OAB 2401/AM) - Processo 0622334-37.2013.8.04.0001 - Procedimento Comum - Interpretação / Revisão de Contrato - REQUERENTE: Antonio Jose Leopoldino Matos Arantes - REQUERIDA: Cia de Crédito, Financiamento e Investimento Renault do Brasil - Vistos, Na forma do artigo 513 § 2º, do NCPC, intime-se o executado para que, no prazo de 15 (quinze) dias, pague o valor indicado no demonstrativo discriminado e atualizado do crédito, acrescido de custas, se houver. Fica a parte executada advertida de que, transcorrido o prazo previsto no art. 523 sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação. Não ocorrendo pagamento voluntário no prazo do artigo 523 do CPC, o débito será acrescido de multa de dez por cento e, também, de honorários de advogado de dez por cento. Ademais, não efetuado o pagamento voluntário no prazo de 15 (quinze) dias, independentemente de nova intimação do credor, poderá a parte exequente efetuar pedido de pesquisas junto aos sistemas informatizados à disposição do juízo. Por fim, certificado o trânsito em julgado da decisão e transcorrido o prazo do art. 523, mediante o recolhimento das respectivas taxas, a parte exequente poderá requerer diretamente à serventia a expedição de certidão, nos termos do art. 517 do CPC, que servirá também aos fins previstos no art. 782, §3º, todos do Código de Processo Civil. Int.

ADV: ADRIANE ORTIZ GRANJA DE SOUZA (OAB 5129/AM), ADV: CLÁUDIO KAZUYOSHI KAWASAKI (OAB 122626/SP), ADV: CLAUDIO KAZUYOSHI KAWASAKI (OAB A1117/AM) - Processo 0622682-21.2014.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Itaucard S/A - REQUERIDO: Edson Rafael Guirro - Considerando a inércia da parte, pendente a necessidade de diligência para a seqüência regular do feito, intime-se a parte Requerente, para atender ao despacho já determinado, no prazo de cinco (05) dias, sob pena de extinção do processo sem resolução do mérito, na forma do art. 485, III, do CPC/2015. Decorrido o prazo, voltem conclusos. Intimem-se.

ADV: KARINA DE FARIAS SERRA (OAB 9605/AM), ADV: GERSICA BARBOSA DA CUNHA (OAB 14051/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: ADEMÁRIO DO ROSÁRIO AZEVEDO (OAB 2926/AM), ADV: WISTON FEITOSA DE SOUSA (OAB 6596/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 128341/SP) - Processo 0622742-91.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum - Repetição de indébito - REQUERENTE: ANTONIO ABREU DA SILVA - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Defiro pedido formulado pelo Requerente para levantamento do valor depositado, valor este incontroverso. Quanto ao pedido afeto a extratos, entendo que o proprio interessado pode efetuar tal diligência, cabendo a intervenção do Judiciário somente em caso de injustificada recusa. . Cumpra-se. Intime-se.

ADV: CLAUSEN BENETTI (OAB 27520/SC) - Processo 0623023-08.2018.8.04.0001 - Monitória - Cheque - REQUERENTE: Transportes Tremea Ltda - REQUERIDO: WA Comércio de Hortifrutigranjeiros Ltda - ME - Art. 4°. O Diretor de Secretaria poderá praticar outros atos processuais sem caráter decisórios não relacionados nesta Portaria, em conformidade com o art. 93, XIV, da Constituição Federal; Fica deferido o pedido de fls. 62, pelo prazo de trinta (30) dias, conforme determina o art. 227 do NCPC.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0623305-22.2013.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Milton Cardoso Coutinho - Vistos, etc... Cite-se como requerido.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB A598/AM) - Processo 0623327-41.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - REQUERIDO: Raimundo Nonato de Magalhaes Junior - Indefiro o pedido de folhas antecedentes tendo em vista sua impossibilidade, uma vez que inexiste convênio do Tribunal de Justiça do Amazonas com o Sistema de Informações Eleitorais. Intime-se.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT) - Processo 0623424-07.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Restabelecimento - REQUERENTE: Wander Lúcio Cardoso Fernandes - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - Vistos. Entendo que o feito está devidamente instruído, encerro a fase instrutória e determino à Secretaria que mova os autos para fila de “conclusos para sentença”. Publique-se.

ADV: BAIRON ANTÔNIO DO NASCIMENTO JÚNIOR (OAB 3795/AM), ADV: TATIANA DANTAS PORTELA (OAB 6562/AM) - Processo 0623581-77.2018.8.04.0001 - Despejo por Falta de Pagamento - Locação de Imóvel - REQUERENTE: Condomínio Amazonas - REQUERIDA: Rosilene de Souza Lima Nunes (Loja Amandine) - Considerando a inércia da parte, pendente a necessidade de diligência para a seqüência regular do feito, intime-se a parte Requerente, para atender ao despacho já determinado, no prazo de cinco (05) dias, sob pena de extinção do processo sem resolução do mérito, na forma do art. 485, III, do CPC/2015. Decorrido o prazo, voltem conclusos. Intimem-se.

ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB A737/AM) - Processo 0624005-56.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco do Brasil S/A - EXECUTADO: Barateiro Comercio de Materiais de Construção Ltda - Jorge Rodrigues Matos Junior - Martemia Costa Matos - Processo nº: 0624005-56.2017.8.04.0001 Art. 1º. Delegar aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais abaixo especificados: III - Intimação da parte para se manifestar sobre mandados, cartas de citação ou intimação e demais expedientes devolvidos e juntados aos autos; Manaus(AM), 07 de março de 2019. Maria Francisca Garcia Escrivã

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 104147/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0624234-21.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - EXECUTADA: Irlancia Braga Dirandy - Vistos, etc... Trata-se de Ação Monitória proposta por AMAZONAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A., em face de IRLANDA BRAGA DIRANY, que afirma, com base em prova escrita, sem eficácia de título executivo Contrato de Fornecimento de Energia Elétrica, ter direito de exigir do devedor capaz o pagamento de quantia em dinheiro (NCPC, art. 700, I) ou a entrega de coisa fungível ou infungível de bem móvel ou imóvel (NCPC, art. 700, II); ou o adimplemento de obrigação de fazer ou de não fazer (NCPC, art. 700, III). O Requerido citado (fls. 105), não cumpriu a obrigação e nem ofereceu embargos. Em se tratando de procedimento monitório, os documentos juntados com a inicial bastam como prova do fato constitutivo do direito da autora, cabendo a parte requerida provar a falta de causa do título, fatos modificativos, extintivos ou impeditivos do direito alegado, de forma a fazer prova de que nada deve, ônus do qual não se desincumbiu, nos termos do artigo 333, inciso II, do Código de Processo Civil. ISSO POSTO, com fundamento nos arts. 701, § 2º, do NCPC, CONSTITUO, de pleno direito, em título judicial, o Contrato de Fornecimento de Energia Elétrica, objeto da lide, acrescidos de juros de mora a partir da citação e a correção monetária a partir do ajuizamento da ação, CONVERTENDO, doravante, o mandado inicial em mandado executivo e prosseguindo-se na forma da Parte Especial, Livro I, Título II (Cumprimento de Sentença). Condeno o Requerido ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, os quais fixo em 10% (dez por cento) sobre o valor do débito atualizado. Após, o trânsito em julgado, independentemente de nova intimação, deverá ocredor, na pessoa de seu advogado, providenciar o cumprimento de sentença adequado a sua pretensão. Cumpra-se e Intime-se.

ADV: RODRIGO GAGO FREITAS VALE BARBOSA (OAB 165046/SP) - Processo 0624436-90.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco Olé Bonsucesso Consignado S/A - EXECUTADO: Francisco Romulo Benício da Silva - Processo nº: 0624436-90.2017.8.04.0001 Art. 1º. Delegar aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais abaixo especificados: III - Intimação da parte para se manifestar sobre mandados, cartas de citação ou intimação e demais expedientes devolvidos e juntados aos autos; Manaus(AM), 07 de março de 2019. Maria Francisca Garcia Escrivã

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM) - Processo 0624584-09.2014.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - EXECUTADA: Elisabeth Magalhães Luz - Art. 4°. O Diretor de Secretaria poderá praticar outros atos processuais sem caráter decisórios não relacionados nesta Portaria, em conformidade com o art. 93, XIV, da Constituição Federal; Fica deferido o pedido de fls. 58, pelo prazo de cinco (05) dias, nos termos do art. 227 do NCPC.

ADV: DANIEL NUNES ROMERO (OAB 168016/SP), ADV: SIDNEI FERRARIA (OAB 253137/SP) - Processo 0624602-30.2014.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Volkswagen S/A - REQUERIDO: K S B Transportes e Logistica LTDA - Considerando a inércia da parte, pendente a necessidade de diligência para a seqüência regular do feito, intime-se a parte Requerente, para atender ao despacho já determinado, no prazo de cinco (05) dias, sob pena de extinção do processo sem resolução do mérito, na forma do art. 485, III, do CPC/2015. Decorrido o prazo, voltem conclusos. Intimem-se.

ADV: ANTÔNIA ANDRADE DE QUEIROZ (OAB 3059/AM) - Processo 0625016-57.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum - Perdas e Danos - REQUERENTE: Andrade de Queiroz Advogados Associados S/CANDRADE DE QUEIROZ - REQUERIDO: Jailson de Souza Manso - Vistos, etc... O processo encontra-se parado em decorrência de diligencia que ao demandante compete. Instado a impulsionar o feito, manteve-se inerte o autor. Em consequência, JULGO EXTINTO o presente feito sem resolução do mérito, com fulcro no art. 485, III, do Código de Processo Civil. Custas pagas. Proceda-se à baixa. P. R. I.

ADV: JOÃO DARVIN ROSEIRA (OAB 73941/SP) - Processo 0625055-83.2018.8.04.0001 - Consignação em Pagamento - Pagamento em Consignação - REQUERENTE: Sociedade Portuguesa Beneficente do Amazonas - Vítor Vilhena Gonçalo da Silva - REQUERIDO: Banco Santander (Brasil) S. A. - Vistos, etc... Trata-se de Ação Consignação Em Pagamento intentada por Sociedade Portuguesa Beneficente do Amazonas em desfavor de Banco Santander (Brasil) S. A.. Em despacho inaugural, foi determinado o recolhimento das custas, no prazo de 10 (dez) dias. A parte autora entretanto, deixou escoar o prazo sem dar adequado cumprimento às determinações (fl. 437). Ante o exposto, determino o CANCELAMENTO DA DISTRIBUIÇÃO, nos termos do art. 290, do Código de Processo Civil. P.R.I.

ADV: ADEMÁRIO DO ROSÁRIO AZEVEDO FILHO (OAB 10357/AM), ADV: ÁLVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 831A/AM), ADV: DJANE OLIVEIRA MARINHO (OAB 5849/AM), ADV: ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 86415/RJ) - Processo 0625090-48.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum - Seguro - REQUERENTE: Vandeberg Barbosa Peixoto - REQUERIDO: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A e outro - Considerando a ausência de perícia, encaminhe-se o autor para nova perícia. Ressalto que o autor deverá ser periciado e informado ao Juízo como se encontra no momento da perícia, não importando se está em tratamento ou não, mas sim como se apresenta no momento da perícia. Cumpra-se.

ADV: FÁBIO NOGUEIRA CORRÊA (OAB 5674/AM), ADV: LUCIANO DA SILVA BURATTO (OAB 179235/SP), ADV: ADRIANO ALVES DE LIMA (OAB 7398/AM) - Processo 0625211-71.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Carolina Cota Nards - REQUERIDO: Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados NPL I - Não obstante tenha sido citado(a), o(a) Requerido(a) não contestou a ação, conforme pode se verificar da certidão de fl. 251, fato este que a deixa em estado de revelia e passível da punição inserta no art. 344, do Novo Código de Processo Civil. Ora, se a afirmação do(a) Autor(a) passa a adquirir o status de verdade formal em virtude da contumácia do(a) Requerido(a), tratando-se de direito disponível e que não necessita ser provado em audiência, é perfeitamente aplicável a regra do art. 355, II, do Novo Código de Processo Civil, para que o juiz conheça diretamente o pedido. Não havendo irresignação a este talante, retornem os autos conclusos para sentença.

ADV: GERALDO CANTUÁRIO DOS SANTOS (OAB 9942/AM), ADV: FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES (OAB 76696/MG), ADV: RUBENS GASPAR SERRA (OAB 3499/AC) - Processo 0625346-83.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Levantamento de Valor - REQUERENTE: Helenilde Cantuario dos Santos - REQUERIDO: Bradesco S.a - Vistos, etc... O processo encontra-se parado em decorrência de diligencia que ao demandante compete. Instado a impulsionar o feito, manteve-se inerte o autor. Em consequência, JULGO EXTINTO o presente feito sem resolução do mérito, com fulcro no art. 485, III, do Código de Processo Civil. Custas pagas. Proceda-se à baixa. P. R. I.

ADV: FRANCISCO ROSQUILDE PESSOA ARAÚJO (OAB 12131/AM) - Processo 0625384-95.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Maria Lucia Gonçalves de Paiva - Marlon Paiva Moreira - REQUERIDO: São Daniel Empreendimentos Imobiliários Ltda - Vistos, etc... Trata-se de Ação de Rescisão Contratual c/c Devolução de Quantias Pagas intentada por Maria Lucia Gonçalves de Paiva em desfavor de São Daniel Empreendimentos Imobiliários Ltda. Em despacho inaugural, foi determinado o recolhimento das custas, no prazo de 15 (quinze) dias. A parte autora entretanto, deixou escoar o prazo sem dar adequado cumprimento às determinações (fl. 75). Ante o exposto, determino o CANCELAMENTO DA DISTRIBUIÇÃO, nos termos do art. 290, do Código de Processo Civil. P.R.I.

ADV: NORTHON SÉRGIO LACERDA SILVA (OAB 2708/AC), ADV: EDER AUGUSTO DOS SANTOS PICANÇO (OAB 10396/PA), ADV: BONIEK PEREIRA DA SILVA (OAB 8303/AM) - Processo 0625727-28.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco da Amazônia S/A - EXECUTADO: Potência Autolocadora Ltda. - Ivan Pereira de Lima Junior - Liziannne Ramos Mirandola de Lima - Processo nº: 0625727-28.2017.8.04.0001 Art. 1º. Delegar aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais abaixo especificados: III - Intimação da parte para se manifestar sobre mandados, cartas de citação ou intimação e demais expedientes devolvidos e juntados aos autos; Manaus(AM), 07 de março de 2019. Maria Francisca Garcia Escrivã

ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 1048A/AM), ADV: JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (OAB 1047A/AM) - Processo 0625856-72.2013.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - EXECUTADO: L. F. Gil de Brito - Clara Gol de Brito - Wilson Salém de Brito - Art. 1º. Delegar aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais abaixo especificados: III - Intimação da parte para se manifestar sobre mandados, cartas de citação ou intimação e demais expedientes devolvidos e juntados aos autos;

ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0625994-34.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum - Perdas e Danos - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Monreal Recuperação de Ativos e Serviços Ltda - Ante o exposto, indefiro o pedido de consulta ao Renajud/Infojud/Bacenjud por entender que a parte demandante não esgotou os meios que lhe são acessíveis para obter o endereço correto da parte requerida. Oportunamente, fica intimado a parte autora para indicar o endereço da parte ré no prazo de 10 dias, sob pena de não se interromper a prescrição, na forma do art. 240, §2º do NCPC. Decorrido 30 dias da intimação deste despacho sem manifestação do autor em que promova diligências aqui determinadas, entendo que ficará caracterizado abandono da causa, motivo pelo que determino a intimação pessoal do autor para dizer se tem interesse no prosseguimento do feito, na forma do art. 485, §1º, do NCPC.

ADV: JOÃO EURICO BRASILEIRO DE SOUZA FARIA (OAB 8312/AM) - Processo 0626099-40.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: Paulo Afonso Honorato Bezerra - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - Inss e outros - Vistos, etc Considerando a contradição existente no Laudo Pericial, fls. 62/65, quanto à resposta aos quesitos “G” e “L”, uma vez que se concluiu pela incapacidade Total e Permanente, intime-se o Senhor perito para dirimir a contradição.

ADV: CLAUDIO KAZUYOSHI KAWASAKI (OAB A1117/AM), ADV: DANIEL LESSA MARINHO (OAB 252196/SP) - Processo 0626637-21.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Banco Itaucard S/A - REQUERIDA: Edinelza Alves de Oliveira - Considerando a inércia da parte, pendente a necessidade de diligência para a seqüência regular do feito, intime-se a parte Requerente, para atender ao despacho já determinado, no prazo de cinco (05) dias, sob pena de extinção do processo sem resolução do mérito, na forma do art. 485, III, do CPC/2015. Decorrido o prazo, voltem conclusos. Intimem-se.

ADV: VICTOR HUGO TRINDADE SIMÕES (OAB 9286/AM), ADV: CAROLINA AUGUSTA MARTINS (OAB 9989/AM) - Processo 0626639-93.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Cheque - REQUERENTE: MERRONIT COMERCIAL LTDA ME - REQUERIDO: YASSER A D MORAES EVENTOS ESPORTIVOS - Vistos, etc... Por se tratar de cumprimento de sentença, INDEFIRO o pedido de citação na forma requerida às fls. 84. Poderá o Requerente por meio que lhe são acessíveis para obter o endereço correto da parte Requerida, devendo, no prazo de dez (10) dias, indicar o atual endereço, sob pena de ser caracterizado abandono da causa.

ADV: PAULO ALBERTO RODRIGUES DE OLIVEIRA ARRUDA (OAB 8766/AM), ADV: ERIK GUEDES NAVROCKY (OAB 240117/SP), ADV: EDUARDO BARROS MIRANDA PÉRILLIER (OAB 301920/SP), ADV: GIÁCOMO DINELLY LIMA (OAB 9753/AM) - Processo 0626642-14.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - EXEQUENTE: Amazônia Mucajaí Mineração Ltda. - EXECUTADO: ECOVEC Construções Eireli - Expeça-se o AR, caso quitada a guia de fls 247

ADV: RAIMUNDO NONATO DE MORAES BRANDÃO (OAB 8253/AM), ADV: FABIANE RODRIGUES DE CASTRO (OAB 6031/AM) - Processo 0626838-81.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Constrição / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens - EXEQUENTE: Jose Dacy de Lima - EXECUTADO: FEDERAÇÃO DOS PESCADORES DO AMAZONAS E RORAIMA - Walzenir de Oliveira Falcão - Considerando a inércia da parte, pendente a necessidade de diligência para a seqüência regular do feito, intime-se a parte Requerente, para atender ao despacho já determinado, no prazo de cinco (05) dias, sob pena de extinção do processo sem resolução do mérito, na forma do art. 485, III, do CPC/2015. Decorrido o prazo, voltem conclusos. Intimem-se.

ADV: WILTON PEREIRA DE LIMA (OAB 50537/GO) - Processo 0626845-05.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Aposentadoria por Invalidez - LITSATIVO: Francisco Arcanjo Oliveira da Silva - LITSPASSIV: Instituto Nacional do Seguro Social - Considerando a inércia da parte, pendente a necessidade de diligência para a seqüência regular do feito, intime-se a parte Requerente, para atender ao despacho já determinado, no prazo de cinco (05) dias, sob pena de extinção do processo sem resolução do mérito, na forma do art. 485, III, do CPC/2015. Decorrido o prazo, voltem conclusos. Intimem-se.

ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 104147/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0626884-41.2014.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: DANIEL MARCOS BRANDÃO CHAGAS - Ante o exposto, indefiro o pedido de consulta ao Renajud/Infojud/Bacenjud por entender que a parte demandante não esgotou os meios que lhe são acessíveis para obter o endereço correto da parte requerida. Oportunamente, fica intimado a parte autora para indicar o endereço da parte ré no prazo de 10 dias, sob pena de não se interromper a prescrição, na forma do art. 240, §2º do NCPC. Decorrido 30 dias da intimação deste despacho sem manifestação do autor em que promova diligências aqui determinadas, entendo que ficará caracterizado abandono da causa, motivo pelo que determino a intimação pessoal do autor para dizer se tem interesse no prosseguimento do feito, na forma do art. 485, §1º, do NCPC.

ADV: DANIELLE QUEIROZ RIBEIRO (OAB 9296/AM) - Processo 0626914-37.2018.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: Gino Delmer Moraes Bezerra - REQUERIDO: Invasores Desconhecidos - Vistos, etc... O processo encontra-se parado em decorrência de diligencia que ao demandante compete. Instado a impulsionar o feito, manteve-se inerte o autor. Em consequência, JULGO EXTINTO o presente feito sem resolução do mérito, com fulcro no art. 485, III, do Código de Processo Civil. Custas pagas. Proceda-se à baixa. P. R. I.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB A737/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB A598/AM) - Processo 0627213-48.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - EXECUTADO: Peniel Comercio de Equipamentos de Informatica (Dca Comercio) - Marly Sodre de Oliveira - Vistos, etc... Devo ressaltar que, tratando-se de ação ajuizada em desfavor de vários réus, o prazo somente começa a fluir a partir da data da juntada do último mandado citatório cumprido (ou carta), conforme dicção do art. 231, § 1º do NCPC. INTIME-SE à parte Requerente, para que se manifestar acerca da certidão negativa, no prazo de cinco (05) dias, indicando novo endereço à fim de viabilizar à localização da parte Requerida, sob pena de extinção do processo, nos termos do art. 485, III do NCPC.

ADV: THATIANE TUPINAMBÁ DE CARVALHO (OAB 3696/AM) - Processo 0627227-95.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - REQUERIDA: Sandrey Garcia Souza - Processo nº: 0627227-95.2018.8.04.0001 Art. 1º. Delegar aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais abaixo especificados: III - Intimação da parte para se manifestar sobre mandados, cartas de citação ou intimação e demais expedientes devolvidos e juntados aos autos; Manaus(AM), 08 de março de 2019. Maria Francisca Garcia Escrivã

ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG) - Processo 0627275-88.2017.8.04.0001 - Monitória - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - REQUERIDO: Uniao Despachos Aduaneiros Ltda - Ednilson da Costa Loureiro - Joao Pedro Monteiro Paes - Marina Venâncio Paes - Ante o exposto, indefiro o pedido de consulta ao Renajud/Infojud/Bacenjud por entender que a parte demandante não esgotou os meios que lhe são acessíveis para obter o endereço correto da parte requerida. Oportunamente, fica intimado a parte autora para indicar o endereço da parte ré no prazo de 10 dias, sob pena de não se interromper a prescrição, na forma do art. 240, §2º do NCPC. Decorrido 30 dias da intimação deste despacho sem manifestação do autor em que promova diligências aqui determinadas, entendo que ficará caracterizado abandono da causa, motivo pelo que determino a intimação pessoal do autor para dizer se tem interesse no prosseguimento do feito, na forma do art. 485, §1º, do NCPC.

ADV: ROGÉRIO PINTO MARTINS (OAB 31084/CE), ADV: ROSEANY ARAÚJO VIANA ALVES (OAB 10952/CE) - Processo 0627321-14.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Itaú Unibanco S/A - EXECUTADO: M M RESTAURANTE LTDA. - ME - MÁRCIA REGINA DE LAY PINHO - Vistos, etc... Trata-se de pedido de cumprimento de sentença do acordo celebrado entre as partes e devidamente homologado por este Juízo. Não havendo o cumprimento do acordo tratou o Exequente de demonstrar, de forma discriminada e atualizada o crédito a ser satisfeito pelo Executado. Conforme prevê o art. 513 do NCPC, deverá ser intimada a parte para pagamento voluntário, sob pena de incidência de multa, acrescido de juros e correção monetária, além de honorários, seguindo os autos com a expropriação. Todavia, por se tratar de Requerido revel, deverá ser cumprido conforme determina o art. 513, incisos II, III e § 2º do NCPC, ou seja, com a intimação para pagamento voluntário, tendo sido expedido o AR e devolvido de forma negativa. Por esta razão, INDEFIRO o pedido de fls. 80/82.

ADV: WISTON FEITOSA DE SOUSA (OAB 6596/AM), ADV: ADEMÁRIO DO ROSÁRIO AZEVEDO (OAB 2926/AM) - Processo 0627341-05.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: Nádia Souza Mendes - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e outro - O processo está em ordem. As partes legítimas, estão legalmente representadas, demonstrando legítimo interesse na causa, nada havendo que sanear. Diante da desnecessidade de produção de prova em audiência, impõe-se o julgamento antecipado da lide, à luz do art. 355, I, do C.P.C. Intimem-se e voltem-me os autos conclusos para sentença.

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM) - Processo 0627457-79.2014.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - EXECUTADO: EDUARDO ANTONIO LUCCHESI REIS - Vistos, etc... Por todos seus fundamentos MANTENHO o despacho de fls. 68/70 e INDEFIRO o pedido de fls. 72/73. Prossiga o Requerente, atendendo para o regular andamento do feito, no prazo de cinco (05) dias, sob pena de extinção do processo sem resolução do mérito, na forma do art. 485, III, do CPC/2015.

ADV: RODOLFO PAULO CABRAL (OAB 3548/AM) - Processo 0627631-20.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - EXEQUENTE: J. J. Comércio de Borracha Ltda. - EXECUTADO: São Jorge Transportes Especiais S.A - Vistos, etc... O executado não tem bens para garantir a divida exequenda. ISSO POSTO, suspendo a execução (NCPC, art. 921, III) pelo prazo de 01 (um) ano, durante o qual se suspende a prescrição (§ 1º). Transcorrido o prazo do § 1º sem que sejam localizados bens penhoráveis, desde já, ORDENO o arquivamento dos autos após a certificação da negativação da constrição (§ 2º), contudo, poderão ser desarquivados para prosseguimento, a qualquer tempo, caso sejam encontrados pelo credor bens penhoráveis (§ 3º). O credor fica intimado, desde já, que, transcorrido o prazo do § 1º, sem sua manifestação, começa a correr o prazo de prescrição intercorrente (§ 4º). Intime-se e cumpra-se.

ADV: MAYRA DE CASTRO MAIA FLORÊNCIO (OAB 11740/PB) - Processo 0627966-05.2017.8.04.0001 - Monitória - Compromisso - REQUERENTE: Petrocard Administradora de Crédito Ltda - REQUERIDO: Eng Perfil Manufatura de Perfilados de Aluminio Ltda - José Raimundo Siqueira - Leson Lima Siqueira - INTIME-SE à parte Requerente para se manifestar sobre o AR negativo , no prazo de cinco (05) dias. Na oportunidade, deve indicar novo endereço a fim de viabilizar à localização da parte Requerida, sob pena de extinção do processo, nos termos do art. 485, III do NCPC.

ADV: DANIELLE RUFINO ALVES RICARDO (OAB 3643/AM) - Processo 0628362-79.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: J.S.V. - REQUERIDO: R.C.S.C.F. - Vistos, etc... Trata-se de Ação Procedimento Comum intentada por Jurandir Soares Ventura em desfavor de Renova Companhia Securitizadora de Créditos Fianceiros S/A. Em despacho inaugural, foi determinado o recolhimento das custas, no prazo de 15 (quinze) dias. A parte autora entretanto, deixou escoar o prazo sem dar adequado cumprimento às determinações (fl. 25). Ante o exposto, determino o CANCELAMENTO DA DISTRIBUIÇÃO, nos termos do art. 290, do Código de Processo Civil. P.R.I.

ADV: ACÁCIO FERNANDES ROBOREDO (OAB 89774/SP), ADV: PAULA DA SILVA CAITANO (OAB 283225/SP) - Processo 0628660-08.2016.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Santander Brasil S/A - REQUERIDO: JOSÉ ANTÔNIO DE AGUIAR FERREIRA JUNIOR - Considerando a inércia da parte, pendente a necessidade de diligência para a seqüência regular do feito, intime-se a parte Requerente, para atender ao despacho já determinado, no prazo de cinco (05) dias, sob pena de extinção do processo sem resolução do mérito, na forma do art. 485, III, do CPC/2015. Decorrido o prazo, voltem conclusos. Intimem-se.

ADV: JOÃO ALVES BARBOSA FILHO (OAB 4246/PE) - Processo 0628980-58.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - EXEQUENTE: Itaú Seguros S/A - EXECUTADA: ANTONIA GREICE MAGALHAES - Vistos, etc... O processo encontra-se parado em decorrência de diligencia que ao demandante compete. Instado a impulsionar o feito, manteve-se inerte o autor. Em consequência, JULGO EXTINTO o presente feito sem resolução do mérito, com fulcro no art. 485, III, do Código de Processo Civil. Custas pagas. Proceda-se à baixa. P. R. I.

ADV: WALLESTEIN MONTEIRO DE SOUZA (OAB 4907/AM), ADV: ISAURA CRISTINA BONAFÉ RODRIGUES (OAB 9518/AM) - Processo 0629133-57.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Sindicato dos Funcionários Fiscais Estatutários do Estado do Amazonas Sindifisco/am - REQUERIDO: Sindicato dos Fazendários do Estado do Amazonas - Considerando a inércia da parte, pendente a necessidade de diligência para a seqüência regular do feito, intime-se a parte Requerente, para atender ao despacho já determinado, no prazo de cinco (05) dias, sob pena de extinção do processo sem resolução do mérito, na forma do art. 485, III, do CPC/2015. Decorrido o prazo, voltem conclusos. Intimem-se.

ADV: DANIEL PEREIRA DA SILVA NETO (OAB 5055/AM) - Processo 0629153-53.2014.8.04.0001 - Monitória - Cheque - REQUERENTE: FRANCISCA ASSIS MOUSSE - Luana de Assis Pires - REQUERIDA: Maria José Rodrigues Menescal de Vasconcellos - Vistos, etc... O processo encontra-se parado em decorrência de diligencia que ao demandante compete. Instado a impulsionar o feito, manteve-se inerte o autor. Em consequência, JULGO EXTINTO o presente feito sem resolução do mérito, com fulcro no art. 485, III, do Código de Processo Civil. Custas pagas. Proceda-se à baixa. P. R. I.

ADV: ANDRÉ MENEZES DE SOUZA E SOUZA (OAB 5847/AM), ADV: RENNALT LESSA DE FREITAS (OAB 8020/AM), ADV: EDNILSON PIMENTEL MATOS (OAB 1799/AM), ADV: CÍNTIA ALMEIDA PRADO (OAB 12891/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: CAROLINA RIBEIRO BOTELHO (OAB 5963/AM) - Processo 0629160-79.2013.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Constrição / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens - REQUERENTE: CÍCERO JOSÉ DE LIMA ALENCAR - MERIANY MARIA MENDONÇA DE SOUZA ARAÚJO - REQUERIDO: PLATIUM CONSTRUÇÕES LTDA - Vistos, Haja vista o cumprimento voluntário quanto à entrega do imóvel, sem prejuízo da continuidade do feito. Na forma do artigo 513 § 2º, do NCPC, intime-se o executado para que, no prazo de 15 (quinze) dias, pague o valor indicado no demonstrativo discriminado e atualizado do crédito, acrescido de custas, se houver. Fica a parte executada advertida de que, transcorrido o prazo previsto no art. 523 sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação. Não ocorrendo pagamento voluntário no prazo do artigo 523 do CPC, o débito será acrescido de multa de dez por cento e, também, de honorários de advogado de dez por cento. Ademais, não efetuado o pagamento voluntário no prazo de 15 (quinze) dias, independentemente de nova intimação do credor, poderá a parte exequente efetuar pedido de pesquisas junto aos sistemas informatizados à disposição do juízo. Por fim, certificado o trânsito em julgado da decisão e transcorrido o prazo do art. 523, mediante o recolhimento das respectivas taxas, a parte exequente poderá requerer diretamente à serventia a expedição de certidão, nos termos do art. 517 do CPC, que servirá também aos fins previstos no art. 782, §3º, todos do Código de Processo Civil. Int.

ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: LUIZ CLÁUDIO DE MELO FROTA (OAB 11291/AM) - Processo 0629315-09.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - DIREITO CIVIL - REQUERENTE: Nortepack Indústria de Embalagens Ltda-me - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Vistos, etc... Estando devidamente cumpridos o que determinam os arts. 274 e 375, ambos do NCPC, determino sejam dadas vistas ao(s) Requerido(s), para manifestar(em)-se, nos termos do art. 485, § 4º, do NCPC, a respeito do pedido de desistência, formulado às fls. 94. Cumpra-se.

ADV: ROBERTO RAMOS DE CASTRO JUNIOR (OAB 10467/AM) - Processo 0629418-84.2016.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: KAREN RENATA DIAS BARBOSA - REQUERIDO: Haroldo Almeida Dutra - Vistos, etc... O processo encontra-se parado em decorrência de diligencia que ao demandante compete. Instado a impulsionar o feito, manteve-se inerte o autor. Em consequência, JULGO EXTINTO o presente feito sem resolução do mérito, com fulcro no art. 485, III, do Código de Processo Civil. Custas pagas. Proceda-se à baixa. P. R. I.

ADV: RODRIGO OTÁVIO BORGES MELO (OAB 6488/AM), ADV: LEANDRO KAZUYUKI TAKAHASHI (OAB 12343/AM), ADV: ANNESON FRANK PAULINO DE SOUZA (OAB 11981/AM) - Processo 0629553-33.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Fergel Indústria de Ferro e Aço Ltda. - REQUERIDO: Paulo Roberto da Silva Pinheiro - Processo nº: 0629553-33.2015.8.04.0001 Art. 1º. Delegar aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais abaixo especificados: III - Intimação da parte para se manifestar sobre mandados, cartas de citação ou intimação e demais expedientes devolvidos e juntados aos autos; Manaus(AM), 07 de março de 2019. Maria Francisca Garcia Escrivã

ADV: JUZÉ RICARDO ABTIBOL VILHENA (OAB 12235/AM) - Processo 0629988-02.2018.8.04.0001 - Monitória - Cheque - REQUERENTE: Alenice Industria Textil Ltda - REQUERIDO: Mahmoud Mohmmad Ata Mohmmad Yacub - Lojão Manaus Comércio de Tecidos e Confecções Ltda-me - Raquel Modas Ltda - Estrela de Ouro Magazine Ltda - X J Lojas de Variedades Ltda - Considerando a inércia da parte, pendente a necessidade de diligência para a seqüência regular do feito, intime-se a parte Requerente, para atender ao despacho já determinado, no prazo de cinco (05) dias, sob pena de extinção do processo sem resolução do mérito, na forma do art. 485, III, do CPC/2015. Decorrido o prazo, voltem conclusos. Intimem-se.

ADV: MOISÉS BATISTA DE SOUZA (OAB 149225/SP), ADV: RAFAEL LUIZ NARDI (OAB 12027/AM), ADV: EDNEY MARTINS GUILHERME (OAB 177167/SP), ADV: MAURÍCIO MIRANDA REIS (OAB 8678/AM), ADV: PATRÍCIA MANTES DO AMARAL TOLEDO PIZA (OAB 98124/SP), ADV: FERNANDO LUZ PEREIRA (OAB 147020/SP) - Processo 0630296-14.2013.8.04.0001 - Procedimento Comum - Interpretação / Revisão de Contrato - REQUERENTE: ELZIRA DANTAS MARINHO - REQUERIDO: Banco Itaú Veículos S/A - Vistos, etc... O processo encontra-se parado em decorrência de diligencia que ao demandante compete. Instado a impulsionar o feito, manteve-se inerte o autor. Em consequência, JULGO EXTINTO o presente feito sem resolução do mérito, com fulcro no art. 485, III, do Código de Processo Civil. Custas pagas. Proceda-se à baixa. P. R. I.

ADV: KELMA SOUZA LIMA (OAB 5470/AM), ADV: THIAGO ALMEIDA REBELLO (OAB 12327/AM), ADV: ELOY DAS NEVES LOPES JÚNIOR (OAB 4900/AM) - Processo 0630300-75.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Raimunda Pereira da Silva - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Manifeste-se o Autor sobre à Contestação, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 350, do N.C.P.C.

ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB A598/AM) - Processo 0630380-39.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Compra e Venda - EXEQUENTE: Ipiranga Produtos de Petróleo S/A - EXECUTADO: Cotrar Comercio Transportes e Representacoes Ltda - Me - Considerando a inércia da parte, pendente a necessidade de diligência para a seqüência regular do feito, intime-se a parte Requerente, para atender ao despacho já

determinado, no prazo de cinco (05) dias, sob pena de extinção do processo sem resolução do mérito, na forma do art. 485, III, do CPC/2015. Decorrido o prazo, voltem conclusos. Intimem-se.

ADV: CLAUDIO KAZUYOSHI KAWASAKI (OAB A1117/AM), ADV: CLÁUDIO KAZUYOSHI KAWASAKI (OAB 122626/SP), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT) - Processo 0630392-29.2013.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - REQUERIDO: ANDRADE E SILVA LTDA (ANDRADE TRANSPORTES) - Considerando a inércia da parte, pendente a necessidade de diligência para a seqüência regular do feito, intime-se a parte Requerente, para atender ao despacho já determinado, no prazo de cinco (05) dias, sob pena de extinção do processo sem resolução do mérito, na forma do art. 485, III, do CPC/2015. Decorrido o prazo, voltem conclusos. Intimem-se.

ADV: HUDSON JOSÉ RIBEIRO (OAB 150060/SP), ADV: PASQUALI PARISE E GASPARINI JÚNIOR (OAB 4752/SP), ADV: IRLANE LIMA DE OLIVEIRA ARAÚJO (OAB 7784/AM), ADV: FERNANDO LUZ PEREIRA (OAB 658A/AM) - Processo 0630475-11.2014.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - REQUERIDA: FERNANDA LIMA DE ARAUJO - Por meio da petição de fls. 97/99, a instituição bancária pleiteou a conversão do feito de busca e apreensão em execução, vez que frustrada a tentativa de citar a ré e apreender o veículo, conforme certidão do oficial de justiça (fls. XX). O art. 5º, do Decreto-Lei nº 911/69, assim regulamenta o tema em discussão: “Art. 5º Se o credor preferir recorrer à ação executiva ou, se for o caso ao executivo fiscal, serão penhorados, a critério do autor da ação, bens do devedor quantos bastem para assegurar a execução.” Registre-se, ainda, que “antes da citação, o autor poderá aditar o pedido, correndo à sua conta as custas acrescidas em razão dessa iniciativa”, conforme o art. 329, do NCPC. E, o art. 784, inciso III , do NCPC, dispõe que se constitui título executivo o documento particular assinado pelo devedor e por duas testemunhas. Dessa forma, defiro o pedido de fls. 97/99 e converto a presente Ação de Busca e Apreensão em Ação de Execução, nos termos do Art. 5º do Decreto-Lei 911/69. Efetuem-se as necessárias alterações junto ao SAJ, imprimindo-se nova etiqueta. Cite(m)-se o(s) executado(s) para pagar a dívida, custas e despesas processuais, além de honorários advocatícios, fixados no patamar de 10% (dez por cento), no prazo de 3 (três) dias, a contar da citação. Caso o(s) executado(s) possua(m) cadastro na forma do art. 246, § 1º, e art. 1.051, do Novo Código de Processo Civil, a citação deverá ser feita de maneira preferencialmente eletrônica. Em observância ao que dispõe o Provimento nº 261/2016-CGJ/AM, onde determina que a parte interessada proceda ao recolhimento das custas de diligências atribuídas aos Oficiais de Justiça. Após, a comprovação do pagamento da diligência, expeça-se o competente mandado. Caso não seja efetuado o pagamento, voltem-me os autos conclusos. Do mandado ou carta de citação deverá constar, também, a ordem de penhora e avaliação a ser cumprida pelo Oficial de Justiça tão logo verificado o não pagamento no prazo assinalado, de tudo lavrando-se auto, com intimação do executado. Não encontrado(s) o(s) executado(s), havendo bens de sua titularidade, o Oficial de Justiça deverá proceder ao arresto de tantos quanto bastem para garantir a execução, seguindo o processo na forma do art. 830, do Código de Processo Civil. As citações, intimações e penhoras poderão realizar-se no período de férias forenses, ou nos feriados ou dias úteis mesmo antes das 6 e depois das 20 horas, observado o disposto no art. 5º, inciso XI, da Constituição Federal. O(s) executado(s) deverá(ão) ter ciência de que, nos termos do art. 827, § 1º, do Novo Código de Processo Civil, em caso de pagamento integral no prazo declinado, os honorários advocatícios poderão ser reduzidos pela metade. Registre-se, também, a possibilidade de oferecimento de embargos à execução, distribuídos por dependência e instruídos com cópias das peças processuais relevantes, no prazo de 15 (quinze) dias, contados na forma do art. 231, do Novo Código de Processo Civil. Alternativamente, no lugar dos embargos, mediante o depósito de trinta por cento do valor total executado, poderá ser requerido o parcelamento do restante em até 6 (seis) parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e de juros de um por cento ao mês. Fica(m) o(s) executado(s) advertido(s) que a rejeição dos embargos, ou, ainda, inadimplemento das parcelas, poderá acarretar na elevação dos honorários advocatícios, multa em favor da parte, além de outras penalidades previstas em lei. O exequente, por sua vez, deverá ter ciência de que, não localizados o(s) executado(s), deverá, na primeira oportunidade, requerer as medidas necessárias para a viabilização da citação, sob pena de não se aplicar o disposto no art. 240, § 1º, do Novo Código de Processo Civil. Tratando-se de pessoa jurídica, deverá, desde logo, providenciar a juntada de certidão de breve relato obtida junto à Junta Comercial ou semelhante, diligenciando, ainda, perante os cadastros processuais do juízo onde a empresa tem sede ou filial. Por fim, registre-se que, independentemente de nova ordem judicial, mediante o recolhimento das respectivas taxas, o exequente poderá requerer diretamente à Serventia a expedição de certidão, nos termos do art. 828, que servirá também aos fins previstos no art. 782, § 3º, todos do Novo Código de Processo Civil. Expedida a certidão, caberá ao exequente providenciar as averbações e comunicações necessárias, comprovando posteriormente nos autos no prazo de 10 dias, sob pena de nulidade, sem prejuízo de eventual responsabilização. A presente decisão, assinada digitalmente e devidamente instruída, servirá como carta, mandado ou ofício. Cumpra-se na forma e sob as penas da Lei. Int.

ADV: CAROLINA RIGO PALMEIRO (OAB 60961/RS), ADV: FÁBIO AUGUSTO RIGO DE SOUZA (OAB 147513/SP) - Processo 0630593-84.2014.8.04.0001 - Execução de Título Judicial - Pagamento - EXEQUENTE: Getnet S/A Adquirência e Serviços para Meios de Pagamento - EXECUTADO: Reginaldo Melo de Oliveira - ME - Considerando a inércia da parte, pendente a necessidade de diligência para a seqüência regular do feito, intime-se a parte Requerente, para atender ao despacho já determinado, no prazo de cinco (05) dias, sob pena de extinção do processo sem resolução do mérito, na forma do art. 485, III, do CPC/2015. Decorrido o prazo, voltem conclusos. Intimem-se.

ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 12450/PE) - Processo 0631398-32.2017.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - REQUERIDO: Railson Marques de Lima - Cumpra-se o despacho de fls. 106. Cumpra-se.

ADV: RODOLFO MEIRA ROESSING (OAB 12719/PA), ADV: LUANA SILVA SANTOS (OAB 16292/PA), ADV: MARÍLIA DIAS ANDRADE (OAB 14351/PA), ADV: MARLON TAVARES DANTAS (OAB A1261/AM) - Processo 0632465-95.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Seguro - REQUERENTE: Humberto Carlos Obando - REQUERIDO: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A - Encaminhe-se o autor para perícia. Intime-se.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: JOSÉ CARLOS VAN CLEEF DE ALMEIDA SANTOS (OAB 273843/SP), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0632943-74.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais S/A - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Fixo na espécie, os seguintes pontos controvertidos que referem às questões de fato sobre as quais deve recair a atividade probatória de natureza documental: a) sobre se houve distúrbio de tensão quando do fornecimento de energia elétrica no local e data apontados na inicial; b) sobre se a ré equipa a rede de fornecimento de energia elétrica com todos os equipamentos de segurança necessários à segura prestação do serviço, segundo as especificações da legislação pertinente; e c) se o alegado distúrbio de tensão decorreu em razão da forma como é prestado o serviço elétrico. Por sua vez, as questões de direito a serem equacionadas na presente demanda versam sobre: a) se a responsabilidade do caso em comento é subjetiva ou objetiva; b) se houve falha na prestação do serviço; c) se o usuário de média/alta tensão tem direito a ressarcimento por danos provocados em razão do fornecimento de energia elétrica; d) se a resolução nº 414/2010 da ANEEL se aplica ao caso em comento; e) da força probatória dos laudos colacionados pela autora; e, f) se a requerente tem direito a indenização. Adiante, no que pertine à aplicação do CDC e a consequente inversão do ônus da prova, entendo que por força do art. 786, do CC a seguradora tem o direito de se sub-rogar na posição do consumidor na relação de fornecimento de energia elétrica. Diante de tal assertiva, incide

ao caso em comento o CDC. Ademais, verifico que a requerente é hipossuficiente no plano técnico e fático para comprovar a inexistência de oscilação de tensão no episódio narrado na exordial, ou que os equipamentos da ré se adéquam à legislação específica. Por tais razões, defiro em favor da demandante a inversão do ônus probatório, nos moldes do art. 6º, VIII, do CDC e art. 373, § 1º, do CPC. A corroborar a incidência do CDC a casos similares ao dos autos, bem como a possibilidade de inversão do ônus da prova, colaciono julgados dos Tribunais brasileiros quanto ao tema: E M E N T A - AGRAVO DE INSTRUMENTO - AÇÃO REGRESSIVA (COBRANÇA) - SEGURADORA CONTRA O CAUSADOR DO DANO - SUB-ROGAÇÃO NOS DIREITOS DO SEGURADO - APLICAÇÃO DO CDC - INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA - POSSIBILIDADE - RECURSO PROVIDO. Tratando-se de ação regressiva proposta pela seguradora em desfavor de concessionária de serviço público com base em alegado dano havido da relação existente com o consumidor (falha no serviço), incide a inversão do ônus da prova, pois a empresa sub-rogada, nessa qualidade, se enquadra na condição de consumidora.(TJ-MS - AI: 14141341320188120000 MS 1414134-13.2018.8.12.0000, Relator: Des. Eduardo Machado Rocha, Data de Julgamento: 05/02/2019, 2ª Câmara Cível, Data de Publicação: 07/02/2019) EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO - AÇÃO REGRESSIVA DE RESSARCIMENTO DE DANOS - CEMIG - INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA - SEGURADORA REQUERENTE QUE SE SUB-ROGOU NOS DIREITOS DO SEGURADO - APLICAÇÃO DA NORMA CONSUMERISTA - HIPOSSUFICIÊNCIA TÉCNICA COMPROVADA - DEFERIMENTO DA INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA, NOS TERMOS DO ART. 6º, VIII, DO CDC - RECURSO PROVIDO. . O ônus probatório, em regra, incumbe ao autor, recaindo sobre o réu a responsabilidade pela comprovação da existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito alegado pelo requerente. A regra do art. 373, do CPC, pode ser excepcionada, caso haja determinação legal que imponha a inversão ou reste excessivamente dificultosa a produção das provas . Ajuizada a ação pelo autor na qualidade de segurador do efetivo ofendido, ocorre a sub-rogação nos direitos do segurado, atraindo os atributos da relação jurídica material existente entre o ofendido/segurado e o ofensor, e, via de consequência, a aplicação das normas consumeristas . Demonstrado que a seguradora não reúne condições técnicas para produzir provas diversas daquelas já colacionadas ao feito, deve ser invertido o ônus probatório . Recurso provido.(TJ-MG - AI: 10000181371113001 MG, Relator: Corrêa Junior, Data de Julgamento: 12/02/2019, Data de Publicação: 20/02/2019) Isso posto, concedo prazo de 15 (quinze) dias para que as partes colacionem documentos complementares, acaso queiram produzir referida prova. Após, determino sejam os autos conclusos para sentença.

ADV: SAULLO SAMMIR BERRÊDO PACHECO (OAB 8593/AM) - Processo 0632980-72.2014.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco GMAC S.A - REQUERIDA: DALVA BENEVIDES RODRIGUES - Vistos, etc... O processo encontra-se parado em decorrência de diligencia que ao demandante compete. Instado a impulsionar o feito, manteve-se inerte o autor. Em consequência, JULGO EXTINTO o presente feito sem resolução do mérito, com fulcro no art. 485, III, do Código de Processo Civil. Custas pagas. Proceda-se à baixa. P. R. I.

ADV: JOSÉ AUGUSTO DE REZENDE JÚNIOR (OAB A1109/AM) - Processo 0633903-30.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - REQUERIDA: Iona Venancia Menezes Fernandez - Considerando a inércia da parte, pendente a necessidade de diligência para a seqüência regular do feito, intime-se a parte Requerente, para atender ao despacho já determinado, no prazo de cinco (05) dias, sob pena de extinção do processo sem resolução do mérito, na forma do art. 485, III, do CPC/2015. Decorrido o prazo, voltem conclusos. Intimem-se.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0633920-95.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Alvaro Samuel Queiroz - Vistos, etc... Trata-se de Ação Monitória proposta por AMAZONAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA ELÉTRICA em face de ALVARO SAMUEL QUEIROZ FARIAS, que afirma, com base em prova escrita, sem eficácia de título executivo Contrato de Fornecimento de Energia Elétrica, ter direito de exigir do devedor capaz o pagamento de quantia em dinheiro (NCPC, art. 700, I) ou a entrega de coisa fungível ou infungível de bem móvel ou imóvel (NCPC, art. 700, II); ou o adimplemento de obrigação de fazer ou de não fazer (NCPC, art. 700, III). O Requerido citado (fls. 59), não cumpriu a obrigação e nem ofereceu embargos. Em se tratando de procedimento monitório, os documentos juntados com a inicial bastam como prova do fato constitutivo do direito da autora, cabendo a parte requerida provar a falta de causa do título, fatos modificativos, extintivos ou impeditivos do direito alegado, de forma a fazer prova de que nada deve, ônus do qual não se desincumbiu, nos termos do artigo 333, inciso II, do Código de Processo Civil. ISSO POSTO, com fundamento nos arts. 701, § 2º, do NCPC, CONSTITUO, de pleno direito, em título judicial, o Contrato de Fornecimento de Energia Elétrica, objeto da lide, acrescidos de juros de mora a partir da citação e a correção monetária a partir do ajuizamento da ação, CONVERTENDO, doravante, o mandado inicial em mandado executivo e prosseguindo-se na forma da Parte Especial, Livro I, Título II (Cumprimento de Sentença). Condeno o Requerido ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, os quais fixo em 10% (dez por cento) sobre o valor do débito atualizado. Após, o trânsito em julgado, independentemente de nova intimação, deverá o credor, na pessoa de seu advogado, providenciar o cumprimento de sentença adequado a sua pretensão. Cumpra-se e Intime-se.

ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0633993-67.2018.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Antonio Alves de Carvalho - Ante o exposto, indefiro o pedido de consulta ao Renajud/Infojud/Bacenjud por entender que a parte demandante não esgotou os meios que lhe são acessíveis para obter o endereço correto da parte requerida. Oportunamente, fica intimado a parte autora para indicar o endereço da parte ré no prazo de 10 dias, sob pena de não se interromper a prescrição, na forma do art. 240, §2º do NCPC. Decorrido 30 dias da intimação deste despacho sem manifestação do autor em que promova diligências aqui determinadas, entendo que ficará caracterizado abandono da causa, motivo pelo que determino a intimação pessoal do autor para dizer se tem interesse no prosseguimento do feito, na forma do art. 485, §1º, do NCPC.

ADV: MÁRCIO FERREIRA JUCÁ (OAB 2172/AM) - Processo 0634080-23.2018.8.04.0001 - Despejo por Falta de Pagamento Cumulado Com Cobrança - Inadimplemento - REQUERENTE: Luiz Augusto Ervolino - REQUERIDO: Wanessa Beltrão da Silva - Considerando a inércia da parte, pendente a necessidade de diligência para a seqüência regular do feito, intime-se a parte Requerente, para atender ao despacho já determinado, no prazo de cinco (05) dias, sob pena de extinção do processo sem resolução do mérito, na forma do art. 485, III, do CPC/2015. Decorrido o prazo, voltem conclusos. Intimem-se.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LÍGIA DE SOUZA FRIAS (OAB 1074A/AM) - Processo 0634217-39.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Clodoaldo José Cavalcante dos Santos - Vistos, etc... Trata-se de Ação Monitória proposta por AMAZONAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A., em face de CLODOALDO JOSÉ CAVALCANTE DOS SANTOS, que afirma, com base em prova escrita, sem eficácia de título executivo Contrato de Fornecimento de Energia Elétrica, ter direito de exigir do devedor capaz o pagamento de quantia em dinheiro (NCPC, art. 700, I) ou a entrega de coisa fungível ou infungível de bem móvel ou imóvel (NCPC, art. 700, II); ou o adimplemento de obrigação de fazer ou de não fazer (NCPC, art. 700, III). O Requerido citado (fls. 60), não cumpriu a obrigação e nem ofereceu embargos. Em se tratando de procedimento monitório, os documentos juntados com a inicial bastam como prova do fato constitutivo do direito da autora, cabendo a parte requerida provar a falta de causa do título, fatos modificativos, extintivos ou impeditivos do direito alegado, de forma

a fazer prova de que nada deve, ônus do qual não se desincumbiu, nos termos do artigo 333, inciso II, do Código de Processo Civil. ISSO POSTO, com fundamento nos arts. 701, § 2º, do NCPC, CONSTITUO, de pleno direito, em título judicial, o Contrato de Fornecimento de Energia Elétrica, objeto da lide, acrescidos de juros de mora a partir da citação e a correção monetária a partir do ajuizamento da ação, CONVERTENDO, doravante, o mandado inicial em mandado executivo e prosseguindo-se na forma da Parte Especial, Livro I, Título II (Cumprimento de Sentença). Condeno o Requerido ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, os quais fixo em 10% (dez por cento) sobre o valor do débito atualizado. Após, o trânsito em julgado, independentemente de nova intimação, deverá o credor, na pessoa de seu advogado, providenciar o cumprimento de sentença adequado a sua pretensão. Cumpra-se e Intime-se.

ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP), ADV: JOSÉ LÍDIO ALVES DOS SANTOS (OAB 1163A/AM) - Processo 0634223-17.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - REQUERIDO: DAVI NERE DA SILVA - Considerando a inércia da parte, pendente a necessidade de diligência para a seqüência regular do feito, intime-se a parte Requerente, para atender ao despacho já determinado, no prazo de cinco (05) dias, sob pena de extinção do processo sem resolução do mérito, na forma do art. 485, III, do CPC/2015. Decorrido o prazo, voltem conclusos. Intimem-se.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT) - Processo 0634270-83.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - REQUERIDO: Rudson Duarte do Vale - Processo nº: 0634270-83.2018.8.04.0001 Art. 1º. Delegar aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais abaixo especificados: III - Intimação da parte para se manifestar sobre mandados, cartas de citação ou intimação e demais expedientes devolvidos e juntados aos autos; Manaus(AM), 07 de março de 2019. Maria Francisca Garcia Escrivã

ADV: FILIPE MENDES SILVA (OAB 9766/AM) - Processo 0634409-35.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Compra e Venda - REQUERENTE: Lucas Mendes Silva - REQUERIDO: Senso Engenharia e Comercio Ltda - Art. 4°. O Diretor de Secretaria poderá praticar outros atos processuais sem caráter decisórios não relacionados nesta Portaria, em conformidade com o art. 93, XIV, da Constituição Federal; Haja vista a comunicação da interposição do Agravo de Instrumento, ficarão estes autos aguardando o julgamento do mesmo.

ADV: QUEILA COELHO DE SOUZA (OAB 7931/AM), ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787SC) - Processo 0634490-81.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Auxílio-Acidente (Art. 86) - REQUERENTE: Francisca Cassia Batista de Melo - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e outro - O processo está em ordem. As partes legítimas, estão legalmente representadas, demonstrando legítimo interesse na causa, nada havendo que sanear. Diante da desnecessidade de produção de prova em audiência, impõe-se o julgamento antecipado da lide, à luz do art. 355, I, do C.P.C. Intimem-se e voltem-me os autos conclusos para sentença.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787SC), ADV: QUEILA COELHO DE SOUZA (OAB 7931/AM) - Processo 0635126-81.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Leudo Cabral de Abreu - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - Vistos, etc... O processo encontra-se parado em decorrência de diligencia que ao demandante compete. Instado a impulsionar o feito, manteve-se inerte o autor. Em consequência, JULGO EXTINTO o presente feito sem resolução do mérito, com fulcro no art. 485, III, do Código de Processo Civil. Custas pagas. Proceda-se à baixa. P. R. I.

ADV: LUÍS FERNANDO DE ALMEIDA LORENZONI (OAB 8948/AM) - Processo 0635334-31.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Auxílio-Doença Previdenciário - REQUERENTE: Adriana Patricia Vasconcelos de Assunção - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - VISTOS. Compulsando os autos noto que a perícia é contraditória em dois momentos, o quais passo a pontuar. Primeiro, quando o perito assevera que a incapacidade é permanente e total e complementa afirmando que é passível de reabilitação no prazo de 06 meses. Ora, se a incapacidade é total é porque o segurado não é passível de reabilitação para qualquer outra atividade, isso porque está completamente inapto para qualquer trabalho, o que leva à concessão de aposentadoria. Assim, não se pode afirmar que alguém é totalmente incapaz porém poderá se reabilitar. Por segundo, vislumbro contradição quando o perito afirma não poder certificar que o acidente ocorreu no trabalho, contudo o próprio expert menciona o CAT de fls. 63, documento este que por si só comprova a ocorrência de acidente de trabalho. Nesses termos, determino sejam os autos devolvidos ao perito para esclarecer que tipo de incapacidade detém a autora, bem como observar o teor do documento CAT, no prazo de 60 dias. À Secretaria para: enviar os autos ao perito; Após o perito devolver os autos para o Cartório com os esclarecimentos aqui requeridos, façam os autos conclusos para decisão interlocutória.

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM) - Processo 0635402-15.2017.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - REQUERIDO: Wagner Omar Ramos Dias - Certifique o cartório se houve oposição de embargos pelo requerido.

ADV: CÉLIO ORLANDO PAPES DE OLIVEIRA (OAB 9078/AM) - Processo 0635465-74.2016.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Posse - REQUERENTE: Daniel Mendonça de Oliveira - REQUERIDO: Leopoldo Augusto Almeida Montenegro - Considerando a inércia da parte, pendente a necessidade de diligência para a seqüência regular do feito, intime-se a parte Requerente, para atender ao despacho já determinado, no prazo de cinco (05) dias, sob pena de extinção do processo sem resolução do mérito, na forma do art. 485, III, do CPC/2015. Decorrido o prazo, voltem conclusos. Intimem-se.

ADV: MARCOS ANTÔNIO VASCONCELOS (OAB 5794/AM) - Processo 0635519-40.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum - Incapacidade Laborativa Parcial - REQUERENTE: João Bosco Cortêz de Melo - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - Inss e outros - Manifeste-se o Autor sobre à Contestação, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 350, do N.C.P.C.

ADV: THEREZINHA DE JESUS DA COSTA WINKLER (OAB 25730/SP) - Processo 0636488-26.2014.8.04.0001 - Monitória - Duplicata - REQUERENTE: Brasil Norte Bebidas Ltda. (Manaus Refrigerante Coca Cola) - REQUERIDO: ANISIO FREITAS PONTES - Considerando a inércia da parte, pendente a necessidade de diligência para a seqüência regular do feito, intime-se a parte Requerente, para atender ao despacho já determinado, no prazo de cinco (05) dias, sob pena de extinção do processo sem resolução do mérito, na forma do art. 485, III, do CPC/2015. Decorrido o prazo, voltem conclusos. Intimem-se.

ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0636532-06.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Pedro Marcal Cavalcanti Soares - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Vistos, etc... Trata-se de Ação Procedimento Comum intentada por Pedro Marcal Cavalcanti Soares em desfavor de Banco BMG S/A. Em despacho inaugural, foi determinado o recolhimento das custas, no prazo de 15 (quinze) dias. A parte autora entretanto, deixou escoar o prazo sem dar adequado cumprimento às determinações (fl. 68). Ante o exposto, determino o CANCELAMENTO DA DISTRIBUIÇÃO, nos termos do art. 290, do Código de Processo Civil. P.R.I.

ADV: ANDRÉA CRISTINA DA COSTA LE SUEUR (OAB 6161/AM), ADV: MANOEL ARCHANJO DAMA FILHO (OAB A700/AM), ADV: ANNIE MARA ARRUDA DE SÁ E BRITO (OAB 6286/AM) - Processo 0637781-31.2014.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Volkswagen S/A - REQUERIDO: ADÍLIO NERES MOTA - Processo nº: 0637781-31.2014.8.04.0001 Art. 1º. Delegar aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais abaixo especificados: III - Intimação da parte para se manifestar sobre mandados, cartas de citação ou intimação e demais expedientes devolvidos e juntados aos autos; Manaus(AM), 01 de março de 2019. Maria Francisca Garcia Escrivã

ADV: CRISTIANE BELLINATI GARCIA LOPES (OAB 751A/AM) - Processo 0638091-37.2014.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Itaucard S/A - EXECUTADA: ANDREIA OLIVEIRA MARINHO - Vistos, etc... O processo encontra-se parado em decorrência de diligencia que ao demandante compete. Instado a impulsionar o feito, manteve-se inerte o autor. Em consequência, JULGO EXTINTO o presente feito sem resolução do mérito, com fulcro no art. 485, III, do Código de Processo Civil. Custas pagas. Proceda-se à baixa. P. R. I.

ADV: CELSO MARCON (OAB A566/AM), ADV: ELAINE BONFIM DE OLIVEIRA (OAB 336A/CE) - Processo 0638131-48.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - EXECUTADO: Aldenei Jose Pereira de Oliveira - Vistos, etc... Por todos seus fundamentos do o despacho de fls. 42/44, INDEFIRO o pedido de fs. 59. Prossiga o Requerente, atendendo para o regular andamento do feito, no prazo de cinco (05) dias, sob pena de extinção do processo sem resolução do mérito, na forma do art. 485, III, do CPC/2015.

ADV: WILLIAM DANIEL BRASIL DAVID (OAB 6796/AM), ADV: CLÁUDIA DA SILVA DAVID (OAB 4863/AM), ADV: ANDREI FARIAS DE BARROS (OAB 6074/AM), ADV: ALESSANDRO SILVA RIBEIRO (OAB 6854/AM), ADV: ANDRÉA MARQUES TELLES DE SOUZA (OAB 3283/AM) - Processo 0639050-03.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Compra e Venda - REQUERENTE: Casa dos Epeis Comércio de Máquinas e Equipamentos Ltda - REQUERIDO: Companhia Tropical de Hoteis da Amazonia - Intime-se o Exequente para que, no prazo de cinco (05) dias, requeira as medidas expropriatórias cabíveis, a fim de que seja dado prosseguimento ao feito.

ADV: JOÃO ALVES BARBOSA FILHO (OAB 4246/PE) - Processo 0639059-33.2015.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Itau Seguros S/A - REQUERIDO: ELIEZER LIMA BATISTA - Vistos, etc... O processo encontra-se parado em decorrência de diligencia que ao demandante compete. Instado a impulsionar o feito, manteve-se inerte o autor. Em consequência, JULGO EXTINTO o presente feito sem resolução do mérito, com fulcro no art. 485, III, do Código de Processo Civil. Custas pagas. Proceda-se à baixa. P. R. I.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0639299-85.2016.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: José Ribamar Pinheiro de Albuquerque - Expeça-se o mandado, caso quitada a guia de fls 105. Decorrido o prazo, voltem conclusos. Intimem-se.

ADV: BRUNO ANDERSON MENDES AMOEDO FERREIRA (OAB 11025/AM) - Processo 0639394-18.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Alexandre da Paz Nogueira - REQUERIDA: Maria da Penha Coelho Simão - Considerando a inércia da parte, pendente a necessidade de diligência para a seqüência regular do feito, intime-se a parte Requerente, para atender ao despacho já determinado, no prazo de cinco (05) dias, sob pena de extinção do processo sem resolução do mérito, na forma do art. 485, III, do CPC/2015. Decorrido o prazo, voltem conclusos. Intimem-se.

ADV: ELAINE BONFIM DE OLIVEIRA (OAB 336A/CE) - Processo 0639605-54.2016.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - REQUERIDO: Douglas Moreira de Almeida - Vistos, etc... O processo encontra-se parado em decorrência de diligencia que ao demandante compete. Instado a impulsionar o feito, manteve-se inerte o autor. Em consequência, JULGO EXTINTO o presente feito sem resolução do mérito, com fulcro no art. 485, III, do Código de Processo Civil. Custas pagas. Proceda-se à baixa. P. R. I.

ADV: RICARDO DE JESUS COLARES DE OLIVEIRA (OAB 10985/AM) - Processo 0639739-47.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Ademilson de Souza Nogueira - REQUERIDO: Certo Soluções - Júlia Cardoso de Lucena - Vistos, etc... O processo encontra-se parado em decorrência de diligencia que ao demandante compete. Instado a impulsionar o feito, manteve-se inerte o autor. Em consequência, JULGO EXTINTO o presente feito sem resolução do mérito, com fulcro no art. 485, III, do Código de Processo Civil. Custas pagas. Proceda-se à baixa. P. R. I.

ADV: ISANA SILVA GUEDES (OAB 12679/PA), ADV: CLAUDIO KAZUYOSHI KAWASAKI (OAB A1117/AM), ADV: CLÁUDIO KAZUYOSHI KAWASAKI (OAB 122626/SP) - Processo 0640118-56.2015.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - REQUERIDA: Maximina Penha Malagueta - Processo nº: 0640118-56.2015.8.04.0001 Art. 1º. Delegar aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais abaixo especificados: III - Intimação da parte para se manifestar sobre mandados, cartas de citação ou intimação e demais expedientes devolvidos e juntados aos autos; Manaus(AM), 07 de março de 2019. Maria Francisca Garcia Escrivã

ADV: MARCINEI BRITO DE SOUZA LIMA (OAB 8258/AM) - Processo 0640262-93.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum - Dissolução - REQUERENTE: Graciene Silva de Siqueira - REQUERIDA: ROSSANA OLIVEIRA GRAFFIGNA - Morada do Saber Limitada Ltda. - Vistos, etc... O processo encontra-se parado em decorrência de diligencia que ao demandante compete. Instado a impulsionar o feito, manteve-se inerte o autor. Em consequência, JULGO EXTINTO o presente feito sem resolução do mérito, com fulcro no art. 485, III, do Código de Processo Civil. Custas pagas. Proceda-se à baixa. P. R. I.

ADV: RODRIGO FRASSETTO GÓES (OAB 1084A/AM), ADV: GUSTAVO RODRIGO GÓES NICOLADELLI (OAB 1044A/AM) - Processo 0640654-67.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Renova Companhia Securitizadora de Créditos Fianceiros S/A - EXECUTADO: RAIMUNDO FREITAS DOS SANTOS - Vistos, etc... O processo encontra-se parado em decorrência de diligencia que ao demandante compete. Instado a impulsionar o feito, manteve-se inerte o autor. Em consequência, JULGO EXTINTO o presente feito sem resolução do mérito, com fulcro no art. 485, III, do Código de Processo Civil. Custas pagas. Proceda-se à baixa. P. R. I.

ADV: ELÍSIA LIMA DE SÁ (OAB 9161/AM), ADV: ROBERTO MARQUES DA COSTA (OAB 4135/AM), ADV: DANIELLE BATISTA DA SILVA (OAB 9832/AM), ADV: ADOLFO PRAIA FERREIRA DO NASCIMENTO (OAB 10804/AM) - Processo 0640702-21.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Adjudicação Compulsória - REQUERENTE: Condomínio do Edifício Ajuricaba - REQUERIDO: Hotel Amazonas Turismo Ltda - Considerando a inércia da parte, pendente a necessidade de diligência para a seqüência regular do feito, intime-se a parte Requerente, para atender ao despacho já determinado, no prazo de cinco (05) dias, sob pena de extinção do processo sem resolução do mérito, na forma do art. 485, III, do CPC/2015. Decorrido o prazo, voltem conclusos. Intimem-se.

ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG) - Processo 0640794-33.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Compra e Venda - EXEQUENTE: Ônix Empreendimentos Imobiliários Ltda. - EXECUTADO: Alcione Souza Andrade - Processo nº: 0640794-33.2017.8.04.0001 Art. 1º. Delegar aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais abaixo especificados: III - Intimação da parte para se manifestar sobre mandados, cartas de citação ou intimação e demais expedientes devolvidos e juntados aos autos; Manaus(AM), 07 de março de 2019. Maria Francisca Garcia Escrivã

ADV: BIANCA TRENTIN (OAB 45553/RS), ADV: DANIELA ZINI BOZARDI (OAB 101077/RS), ADV: KARINE DE BACCO GEREMIA (OAB 92961/RS), ADV: MORGANA CRISTINA TONDIN (OAB 66000/RS) - Processo 0640976-19.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - EXEQUENTE: Vulcabras Azaleia - Ce, Calçados e Artigos Esportivos S/A - REQUERIDO: A C Ribeiro Pantoja - Me - Processo nº: 0640976-19.2017.8.04.0001 Art. 1º. Delegar aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais abaixo especificados: III -

Intimação da parte para se manifestar sobre mandados, cartas de citação ou intimação e demais expedientes devolvidos e juntados aos autos; Manaus(AM), 07 de março de 2019. Maria Francisca Garcia Escrivã

ADV: FELIPE DA SILVA LOPES (OAB 13817/AM) - Processo 0641221-30.2017.8.04.0001 - Interdito Proibitório - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: Francisco Geraldo Lopes - REQUERIDO: Janio Moreira Gonçalves - Defiro o requerimento formulado pelo Sr. Oficial de Justiça. Requisite-se a força policial para cumprimento da diligencia

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0641410-76.2015.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: Eva Maria Furtado Mano - Considerando a inércia da parte, uma vez que tal pedido já fora indeferido por meio da decisão de fls. 74, determino que o autor indique o atual endereço da parte ré, no prazo de cinco (05) dias, sob pena de extinção do processo sem resolução do mérito, na forma do art. 485, III, do CPC/2015. Decorrido o prazo, voltem conclusos. Intimem-se.

ADV: LUCIANA MORAIS AVELAR (OAB 633A/AM), ADV: KLAUS GIACOBBO RIFFEL (OAB 75938/RS) - Processo 0641470-44.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Direitos / Deveres do Condômino - REQUERENTE: Condomínio Alphaville Manaus 3 - REQUERIDO: Ricardo Cristiano Pesqueira da Silva - Revenda Representações e Vendas Comerciais Sa - Alphaville Manaus Empreendimentos Imobiliarios Ltda e outro - Considerando a inércia da parte, pendente a necessidade de diligência para a seqüência regular do feito, intime-se a parte Requerente, para atender ao despacho já determinado, no prazo de cinco (05) dias, sob pena de extinção do processo sem resolução do mérito, na forma do art. 485, III, do CPC/2015. Decorrido o prazo, voltem conclusos. Intimem-se.

ADV: ROBERTO MARQUES DA COSTA (OAB 4135/AM) - Processo 0641493-87.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Constrição / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens - EXEQUENTE: Condomínio Residencial Nascentes do Tarumã - EXECUTADO: Nalu dos Santos Macedo - Vistos, etc... O processo encontra-se parado em decorrência de diligencia que ao demandante compete. Instado a impulsionar o feito, manteve-se inerte o autor. Em consequência, JULGO EXTINTO o presente feito sem resolução do mérito, com fulcro no art. 485, III, do Código de Processo Civil. Custas pagas. Proceda-se à baixa. P. R. I.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM) - Processo 0641500-84.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Vistos, etc... Trata-se de Ação Monitória proposta por AMAZONAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A., em face de GRÁFICA LORENA LIMITADA, que afirma, com base em prova escrita, sem eficácia de título executivo Contrato de Fornecimento de Energia Elétrica, ter direito de exigir do devedor capaz o pagamento de quantia em dinheiro (NCPC, art. 700, I) ou a entrega de coisa fungível ou infungível de bem móvel ou imóvel (NCPC, art. 700, II); ou o adimplemento de obrigação de fazer ou de não fazer (NCPC, art. 700, III). O Requerido citado (fls. 103), não cumpriu a obrigação e nem ofereceu embargos. Em se tratando de procedimento monitório, os documentos juntados com a inicial bastam como prova do fato constitutivo do direito da autora, cabendo a parte requerida provar a falta de causa do título, fatos modificativos, extintivos ou impeditivos do direito alegado, de forma a fazer prova de que nada deve, ônus do qual não se desincumbiu, nos termos do artigo 333, inciso II, do Código de Processo Civil. ISSO POSTO, com fundamento nos arts. 701, § 2º, do NCPC, CONSTITUO, de pleno direito, em título judicial, o Contrato de Fornecimento de Energia Elétrica, objeto da lide, acrescidos de juros de mora a partir da citação e a correção monetária a partir do ajuizamento da ação, CONVERTENDO, doravante, o mandado inicial em mandado executivo e prosseguindo-se na forma da Parte Especial, Livro I, Título II (Cumprimento de Sentença). Condeno o Requerido ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, os quais fixo em 10% (dez por cento) sobre o valor do débito atualizado. Após, o trânsito em julgado, independentemente de nova intimação, deverá ocredor, na pessoa de seu advogado, providenciar o cumprimento de sentença adequado a sua pretensão. Cumpra-se e Intime-se.

ADV: RICARDO SILVEIRA DE PAULA (OAB 196843/RJ), ADV: DOUGLAS WILLIAM CAMPOS DOS SANTOS (OAB 31138/DF), ADV: ROBERTA SILVA DE SENA (OAB 8956/AM), ADV: ROZANA RIBEIRO PRAIA (OAB 10234/AM) - Processo 0641655-82.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Rescisão / Resolução - REQUERENTE: Ana Kezia da Silva - REQUERIDO: Jacira Reis Empreendimentos Imobiliários Ltda - Tecnisa Consultoria Imobiliária - Residence Negocios Imobiliarios Ltda. - Art. 1º. Delegar aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais abaixo especificados: XIII - Intimação da parte autora para manifestação, no prazo legal, quando o réu na contestação ou impugnação opuser fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor (NCPC, art. 350), ou arguir preliminares (NCPC, art. 350/351);

ADV: OSVALDO FRANCISCO JÚNIOR (OAB 106054/SP), ADV: MARCELA FÁTIMA PASIERPSKI SCHWENDNER (OAB 39887/SC) - Processo 0641902-68.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum - Duplicata - REQUERENTE: CRYSALIS SEMPRE MIO INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CALÇADOS LTDA. - REQUERIDO: R. E. COMÉRCIO DE CALÇADOS LTDA. ME - Considerando a inércia da parte, pendente a necessidade de diligência para a seqüência regular do feito, intime-se a parte Requerente, para atender ao despacho já determinado, no prazo de cinco (05) dias, sob pena de extinção do processo sem resolução do mérito, na forma do art. 485, III, do CPC/2015. Decorrido o prazo, voltem conclusos. Intimem-se.

ADV: DANIELLE DA COSTA PINHEIRO (OAB 7710/AM), ADV: GIOVANA TONELLO PEDRO LIMA (OAB 34777/DF), ADV: NICOLLE SOUZA DA SILVA (OAB 14839/PA), ADV: MARIA FERNANDA PULCHERIO DE MEDEIROS CAMPOS (OAB 30340/DF) - Processo 0641983-12.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Mútuo - EXEQUENTE: Mútua de Assistência dos Profissionais do Crea - Caixa de Assistê. - EXECUTADA: Etiene Silva de Souza - Considerando a inércia da parte, pendente a necessidade de diligência para a seqüência regular do feito, intime-se a parte Requerente, para atender ao despacho já determinado, no prazo de cinco (05) dias, sob pena de extinção do processo sem resolução do mérito, na forma do art. 485, III, do CPC/2015. Decorrido o prazo, voltem conclusos. Intimem-se.

ADV: THIAGO THADEU BASTOS TAVARES DA SILVA (OAB 11821/AM) - Processo 0642339-07.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: V.H.M.C. - A.V.M.C. - J.L.M. - REQUERIDO: E.N.L. - Vistos, etc... Trata-se de Ação Procedimento Comum intentada por Victor Hugo Montenegro da Costa em desfavor de Escolas Nilton Lins. Em despacho inaugural, foi determinado o recolhimento das custas, no prazo de 15 (quinze) dias. A parte autora entretanto, deixou escoar o prazo sem dar adequado cumprimento às determinações (fl. 34). Ante o exposto, determino o CANCELAMENTO DA DISTRIBUIÇÃO, nos termos do art. 290, do Código de Processo Civil. P.R.I.

ADV: LUIZ CLÁUDIO DE MELO FROTA (OAB 11291/AM) - Processo 0642578-11.2018.8.04.0001 - Despejo por Falta de Pagamento Cumulado Com Cobrança - Inadimplemento - REQUERENTE: Maria de Nazaré Kramer Mendonça - Jesus Faria do Amaral - REQUERIDO: Tom Wendel de Moraes Lima - Manifeste-se a parte autora sobre o AR de fls. 145.

ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG), ADV: JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (OAB 1047A/AM), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 1048A/AM) - Processo 0643498-82.2018.8.04.0001 - Monitória - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - REQUERIDO: Baracho e Dutra Com de Veículos Ltda Epp - Janayna Rodrigues Dutra e outro - Processo nº: 0643498-82.2018.8.04.0001 Art. 1º. Delegar aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais abaixo especificados: I Intimar a parte interessada para que proceda ao recolhimento da taxa de Postagem, para o aperfeiçoamento do ato, uma vez

que a parte foi devidamente citada por hora certa, devendo ser cumprido o que determina os arts. 252 ao 254 do NCPC. A citação válida é indispensável, a fim de que sejam respeitados os direitos fundamentais ao contraditório e à ampla defesa da parte passiva. (Portaria nº 116/2017-PTJ - Notas 7 - pág. 14), no prazo de 05 (cinco) dias. Manaus(AM), 07 de março de 2019. Maria Francisca Garcia Escrivã

ADV: MATHEUS ARAÚJO MUNIZ (OAB 7626/AM) - Processo 0643810-63.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Fabrício Dias Bezerra - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Vistos, etc... O processo encontra-se parado em decorrência de diligencia que ao demandante compete. Instado a impulsionar o feito, manteve-se inerte o autor. Em consequência, JULGO EXTINTO o presente feito sem resolução do mérito, com fulcro no art. 485, III, do Código de Processo Civil. Custas pagas. Proceda-se à baixa. P. R. I.

ADV: ANDRÉ LUIZ REGO DA SILVA (OAB 5955/AM) - Processo 0643905-88.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Julliana Barroso Aguiar - REQUERIDO: Ciec Eja - Centro Integrado de Educação Christhus - Não obstante tenha sido citado(a), o(a) Requerido(a) não contestou a ação, conforme pode se verificar da certidão de fl. 63, fato este que a deixa em estado de revelia e passível da punição inserta no art. 344, do Novo Código de Processo Civil. Ora, se a afirmação do(a) Autor(a) passa a adquirir o status de verdade formal em virtude da contumácia do(a) Requerido(a), tratando-se de direito disponível e que não necessita ser provado em audiência, é perfeitamente aplicável a regra do art. 355, II, do Novo Código de Processo Civil, para que o juiz conheça diretamente o pedido. Não havendo irresignação a este talante, retornem os autos conclusos para sentença.

ADV: ANDRÉA CRISTINA DA COSTA LE SUEUR (OAB 6161/AM) - Processo 0643908-77.2017.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - REQUERIDO: José Alberto Serrão do N Marques - Processo nº: 0643908-77.2017.8.04.0001 Art. 1º. Delegar aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais abaixo especificados: III - Intimação da parte para se manifestar sobre mandados, cartas de citação ou intimação e demais expedientes devolvidos e juntados aos autos; Manaus(AM), 07 de março de 2019. Maria Francisca Garcia Escrivã

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: JOÃO PAULO GOMES MONTEIRO BARBOSA (OAB 8657/AM) - Processo 0643941-33.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Amazongás Distribuidora de Gás Liquefeito de Petróleo Ltda. - Jose Anselmo Garcia Rodrigues Filho - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - De ordem, intimo a parte autora para, no prazo de 15 dias, na forma dos arts.350 e 351 do NCPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos. Manaus, 11 de março de 2019. Maria Francisca Garcia Escrivã

ADV: JOÃO ALVES BARBOSA FILHO (OAB 4246/PE) - Processo 0644750-23.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Itau Seguros S/A - REQUERIDA: Dayse de Oliveira Matute - Pelo exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido da presente Ação de Busca e Apreensão, confirmando a liminar concedida anteriormente, para consolidar a propriedade do(a) Requerente sobre o bem alienado fiduciariamente, e condenar o(a) Requerido(a) ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, que fixo em 10% (dez por cento) sobre o valor da causa, devidamente corrigido. Resguardo ao(à) Requerido(a) o direito de receber o saldo apurado com a venda do veículo após o pagamento do débito e das despesas decorrentes deste, se houver, tudo de conformidade com o artigo 2º do Decreto-Lei 911/69, devendo o(a) Requerente juntar aos autos a planilha de despesas e do valor apurado com a venda do veículo.

ADV: AGUINALDO PEREIRA DIAS (OAB 7667/AM) - Processo 0645132-16.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Perdas e Danos - REQUERENTE: Raimundo Rodrigues Borges - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - Inss e outros - O processo está em ordem. As partes legítimas, estão legalmente representadas, demonstrando legítimo interesse na causa, nada havendo que sanear. Diante da desnecessidade de produção de prova em audiência, impõe-se o julgamento antecipado da lide, à luz do art. 355, I, do C.P.C. Intimem-se e voltem-me os autos conclusos para sentença.

ADV: DANIEL REIS WANDERLEY (OAB 4546/AM) - Processo 0645166-88.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Constrição / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens - EXEQUENTE: Condominios do Residencial Eliza Miranda - 2a. Etapa - Amapá - EXECUTADO: Augusto Rodrigues Nazare Junior - Ante o exposto, indefiro o pedido de consulta ao Renajud/Infojud/Bacenjud/Siel por entender que a parte demandante não esgotou os meios que lhe são acessíveis para obter o endereço correto da parte requerida. Oportunamente, fica intimado a parte autora para indicar o endereço da parte ré no prazo de 10 dias, sob pena de não se interromper a prescrição, na forma do art. 240, §2º do NCPC. Decorrido 30 dias da intimação deste despacho sem manifestação do autor em que promova diligências aqui determinadas, entendo que ficará caracterizado abandono da causa, motivo pelo que determino a intimação pessoal do autor para dizer se tem interesse no prosseguimento do feito, na forma do art. 485, §1º, do NCPC.

ADV: AMANDIO FERREIRA TERESO JÚNIOR (OAB 739A/AM) - Processo 0645303-70.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Bradesco Administradora de Consorcios Ltda - REQUERIDA: Graciete Augusta Nogueira Campos - Pelo exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido da presente Ação de Busca e Apreensão, confirmando a liminar concedida anteriormente, para consolidar a propriedade do(a) Requerente sobre o bem alienado fiduciariamente, e condenar o(a) Requerido(a) ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, que fixo em 10% (dez por cento) sobre o valor da causa, devidamente corrigido. Resguardo ao(à) Requerido(a) o direito de receber o saldo apurado com a venda do veículo após o pagamento do débito e das despesas decorrentes deste, se houver, tudo de conformidade com o artigo 2º do Decreto-Lei 911/69, devendo o(a) Requerente juntar aos autos a planilha de despesas e do valor apurado com a venda do veículo.

ADV: ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 86415/RJ), ADV: MÁRCIO LEANDRO DEODATO DE AQUINO (OAB 748/RR) - Processo 0645512-73.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum - Seguro - REQUERENTE: Johnatan da Silva Laranjeira - REQUERIDO: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A - Considerando a informação às fls. 125, intime-se o autor para se manifestar, em cinco dias.

ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM) - Processo 0645522-83.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Rosimary Santos Vale - REQUERIDO: Banco Industrial do Brasil S/A - Vistos, etc... O processo encontra-se parado em decorrência de diligencia que ao demandante compete. Instado a impulsionar o feito, manteve-se inerte o autor. Em consequência, JULGO EXTINTO o presente feito sem resolução do mérito, com fulcro no art. 485, III, do Código de Processo Civil. Custas pagas. Proceda-se à baixa. P. R. I.

ADV: MARIA CLÁUDIA SOUSA DA SILVA (OAB 5528/AM) - Processo 0646400-08.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Hilo Lopes Bastos - REQUERIDO: Net Claro S.a - Art. 4°. O Diretor de Secretaria poderá praticar outros atos processuais sem caráter decisórios não relacionados nesta Portaria, em conformidade com o art. 93, XIV, da Constituição Federal; Tendo sido interposto o Agravo de Instrumento ficarão estes autos suspensos aguardando decisão do mesmo.

ADV: FRANROBSON RODRIGUES RIBEIRO (OAB 5441/AM) - Processo 0646664-25.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: Mc Lavanderia Eireli - Epp - EXECUTADO: Unimed de Manaus Empreendimentos S.a - Vistos, etc... Trata-se de Ação Procedimento Comum intentada por Mc Lavanderia Eireli - Epp em desfavor de Unimed de Manaus Empreendimentos S.a. Em despacho inaugural, foi determinado o recolhimento das custas, no prazo de 15 (quinze) dias. A parte

autora entretanto, deixou escoar o prazo sem dar adequado cumprimento às determinações (fl. 119). Ante o exposto, determino o CANCELAMENTO DA DISTRIBUIÇÃO, nos termos do art. 290, do Código de Processo Civil. P.R.I.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT) - Processo 0648964-57.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Restabelecimento - REQUERENTE: Francisco Medeiros Silva - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e outro - Assim, não decorrendo a doença de acidente de trabalho ou do trabalho exercido, a competência para julgar o feito é da Justiça Federal, nos termos do art. 109, §3º, da CF. Do exposto, não decorrendo a doença de acidente de trabalho ou do trabalho exercido, declino da competência para Justiça Federal. Remetam-se os autos.

ADV: QUEILA COELHO DE SOUZA (OAB 7931/AM) - Processo 0649225-22.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Interpretação / Revisão de Contrato - REQUERENTE: Marcos Antônio de Oliveira Cavalcanti - REQUERIDO: Banco do Brasil S/A - Vistos, etc... Trata-se de Ação Procedimento Comum intentada por Marcos Antônio de Oliveira Cavalcanti em desfavor de Banco do Brasil S/A. Em despacho inaugural, foi determinado o recolhimento das custas, no prazo de 15 (quinze) dias. A parte autora entretanto, deixou escoar o prazo sem dar adequado cumprimento às determinações (fl. 105). Ante o exposto, determino o CANCELAMENTO DA DISTRIBUIÇÃO, nos termos do art. 290, do Código de Processo Civil. P.R.I.

ADV: JEFFERSON DA SILVA GONCALVES (OAB 13276/AM) - Processo 0649868-77.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: Francisca Paiva Andrade - REQUERIDO: Jonathan Campos Cutrim - O AR foi entregue a pessoa diversa do requerido Manifeste-se a autora.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT) - Processo 0650707-05.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - EXECUTADO: Manoel Maria R Fernandes - Art. 1º. Delegar aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais abaixo especificados: V - Intimação da parte autora ou exequente para dar prosseguimento ao feito, requerendo o que entender de direito;

ADV: ROBERVAL EMERSON OLIVEIRA DE PAULA FILHO (OAB 6721/AM) - Processo 0651019-78.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: Condomínio Key Biscayne - EXECUTADO: Romoaldo Batista do A Filho - Vistos, Após o recolhimento da segunda parcela, no prazo, de cinco (05) dias, o feito seguirá seu regular andamento. Cite(m)-se o(s) Executado(os) para, no prazo de três (03) dias contados da citação, pagar a dívida (NCPC, art. 829, caput). Fixo, de plano, honorários advocatícios de 10% (dez por cento), a serem pagos pelo(s) Executado(s) (NCPC, art. 827, caput), ficando, contudo, reduzidos pela metade, caso, no prazo de três (03) dias, o devedor efetuar o pagamento integral da dívida (§ 1º). Não efetuado o pagamento no prazo legal, deverá se proceder à penhora e avaliação de bens indicados pelo credor, lavrando-se auto, com a intimação pessoal do Executado (NCPC, art. 829, § 1º). Caso sejam indicados bens à penhora pelo(s) Executado(s), antes da lavratura do auto, deverá o credor se manifestar se concorda, lavrando-se a seguir o auto se houver manifestação positiva, senão conclusos para determinar o que for de direito (NCPC, art. 829, § 2º); do contrário, não havendo indicação do credor e/ou ofertado pelo(s) Executado(s), a penhora e avaliação deverá ser formalizada por Oficial de Justiça. Não encontrando bens do(s) Executado(s), o Oficial de Justiça deverá cumprir o art. 830 do NCPC. AUTORIZO, desde já, caso haja requerimento do credor, a EXPEDIÇÃO de certidão de que a execução foi admitida para fins de averbação e anotações (NCPC, arts. 828, c/c 844), devendo o exequente cumprir a obrigação legal do § 1º do art. 828. No mandado deverá, ainda, constar a faculdade de, querendo, o Executado embargar a execução, nos termos do arts. 914 e ss do NCPC. Observe-se ainda o Exequente o que dispõe o Provimento nº 116/2017, onde determina que a parte interessada proceda ao recolhimento das custas de diligências atribuídas aos Oficiais de Justiça. Após, a comprovação do pagamento da diligência, expeça-se o competente mandado. Caso não seja efetuado o pagamento, voltem-me os autos conclusos.

ADV: ANTÔNIO JARLISON PIRES DA SILVA (OAB 12261/AM) - Processo 0652200-17.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Perdas e Danos - REQUERENTE: Vilmar Wilson Bentes Pinheiro - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Vistos, etc... Trata-se de Ação Procedimento Comum intentada por Vilmar Wilson Bentes Pinheiro em desfavor de Banco Bradesco S/A. Em despacho inaugural, foi determinado o recolhimento das custas, no prazo de 15 (quinze) dias. A parte autora entretanto, deixou escoar o prazo sem dar adequado cumprimento às determinações (fl. 29). Ante o exposto, determino o CANCELAMENTO DA DISTRIBUIÇÃO, nos termos do art. 290, do Código de Processo Civil. P.R.I.

ADV: GUSTAVO MICHELOTTI FLECK (OAB 21243/DF), ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787SC), ADV: QUEILA COELHO DE SOUZA (OAB 7931/AM) - Processo 0652372-56.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Madson da Silva Tavares - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - Vistos, etc... O processo encontra-se parado em decorrência de diligencia que ao demandante compete. Instado a impulsionar o feito, manteve-se inerte o autor. Em consequência, JULGO EXTINTO o presente feito sem resolução do mérito, com fulcro no art. 485, III, do Código de Processo Civil. Custas pagas. Proceda-se à baixa. P. R. I.

ADV: TÚLIO GOMES DANTAS (OAB 4034/AM), ADV: STEPHANIE GRAZIELLE DE SOUZA ALBERTINO (OAB 10099/AM) - Processo 0652714-67.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Daniel Mar Dantas - REQUERIDO: Ciec Eja - Centro Integrado de Educação Christhus - Não obstante tenha sido citado(a), o(a) Requerido(a) não contestou a ação, conforme pode se verificar da certidão de fl. 63, fato este que a deixa em estado de revelia e passível da punição inserta no art. 344, do Novo Código de Processo Civil. Ora, se a afirmação do(a) Autor(a) passa a adquirir o status de verdade formal em virtude da contumácia do(a) Requerido(a), tratando-se de direito disponível e que não necessita ser provado em audiência, é perfeitamente aplicável a regra do art. 355, II, do Novo Código de Processo Civil, para que o juiz conheça diretamente o pedido. Não havendo irresignação a este talante, retornem os autos conclusos para sentença.

ADV: ROBERVAL EMERSON OLIVEIRA DE PAULA FILHO (OAB 6721/AM) - Processo 0652958-93.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: Condomínio Residencial Paradise River - EXECUTADO: Marcos Paulo Frazao Maciel - Cumpra-se a decisão e fls 58, caso quitadas as guias de fls 60/62. Caso negativo, intime-se a parte Requerente, para atender à referidas decisão, no prazo de cinco (05) dias, sob pena de extinção do processo sem resolução do mérito, na forma do art. 485, III, do CPC/2015. Decorrido o prazo, voltem conclusos. Intimem-se.

ADV: MAURO VERÇOZA FERREIRA (OAB 9079/AM) - Processo 0652990-98.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Espécies de Contratos - REQUERENTE: Iraide de Souza Oliveira de Oliveira - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Vistos, etc... O processo encontra-se parado em decorrência de diligencia que ao demandante compete. Instado a impulsionar o feito, manteve-se inerte o autor. Em consequência, JULGO EXTINTO o presente feito sem resolução do mérito, com fulcro no art. 485, III, do Código de Processo Civil. Custas pagas. Proceda-se à baixa. P. R. I.

ADV: BRUNA CARVALHO DOS SANTOS (OAB 11179/AM) - Processo 0653237-79.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Ludymila Lobo de Aguiar Gomes - Dalva Nunes Lobo - REQUERIDO: Amil - Assistência Médica e Odontológica Internacional S/A - Zw Corretora de Seguros Ltda. - Vistos, etc... Trata-se de Ação Procedimento Comum intentada por Ludymila Lobo de Aguiar Gomes em desfavor de Amil - Assistência Médica e Odontológica Internacional S/A e outro. Em despacho inaugural, foi determinado o recolhimento das custas, no prazo de 15 (quinze) dias. A parte autora entretanto, deixou escoar o prazo sem dar adequado cumprimento às determinações (fl. 146). Ante o exposto, determino o CANCELAMENTO DA DISTRIBUIÇÃO, nos termos do art. 290, do Código de Processo Civil. P.R.I.

ADV: LUANA SILVA SANTOS (OAB 16292/PA), ADV: MARÍLIA DIAS ANDRADE (OAB 14351/PA), ADV: LUCÉLIA GOMES RODRIGUES DE SOUZA (OAB 10142/AM) - Processo 0654525-62.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Seguro - REQUERENTE: Wellington Raidon Andreza da Silva - REQUERIDO: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A - Art. 1º. Delegar aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais abaixo especificados: XVII - Intimação das partes para manifestação sobre o laudo pericial apresentado, no prazo de quinze (15) dias;

ADV: HIRAN LEÃO DUARTE (OAB 10422/CE) - Processo 0654687-57.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Honda S/A - REQUERIDA: Marluce de Souza Braga - Pelo exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido da presente Ação de Busca e Apreensão, confirmando a liminar concedida anteriormente, para consolidar a propriedade do(a) Requerente sobre o bem alienado fiduciariamente, e condenar o(a) Requerido(a) ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, que fixo em 10% (dez por cento) sobre o valor da causa, devidamente corrigido. Resguardo ao(à) Requerido(a) o direito de receber o saldo apurado com a venda do veículo após o pagamento do débito e das despesas decorrentes deste, se houver, tudo de conformidade com o artigo 2º do Decreto-Lei 911/69, devendo o(a) Requerente juntar aos autos a planilha de despesas e do valor apurado com a venda do veículo.

ADV: ROBERVAL EMERSON OLIVEIRA DE PAULA FILHO (OAB 6721/AM) - Processo 0654912-77.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: Condomínio Residencial Ponta Negra 2 - EXECUTADO: Interface Serviços Terceirizados Ltda - Vistos, Defiro o pedido de parcelamento das custas, as quais podem ser pagas em até 02 (duas) vezes, ante o valor das custas. Cite(m)-se o(s) Executado(os) para, no prazo de três (03) dias contados da citação, pagar a dívida (NCPC, art. 829, caput). Fixo, de plano, honorários advocatícios de 10% (dez por cento), a serem pagos pelo(s) Executado(s) (NCPC, art. 827, caput), ficando, contudo, reduzidos pela metade, caso, no prazo de três (03) dias, o devedor efetuar o pagamento integral da dívida (§ 1º). Não efetuado o pagamento no prazo legal, deverá se proceder à penhora e avaliação de bens indicados pelo credor, lavrando-se auto, com a intimação pessoal do Executado (NCPC, art. 829, § 1º). Caso sejam indicados bens à penhora pelo(s) Executado(s), antes da lavratura do auto, deverá o credor se manifestar se concorda, lavrando-se a seguir o auto se houver manifestação positiva, senão conclusos para determinar o que for de direito (NCPC, art. 829, § 2º); do contrário, não havendo indicação do credor e/ou ofertado pelo(s) Executado(s), a penhora e avaliação deverá ser formalizada por Oficial de Justiça. Não encontrando bens do(s) Executado(s), o Oficial de Justiça deverá cumprir o art. 830 do NCPC. AUTORIZO, desde já, caso haja requerimento do credor, a EXPEDIÇÃO de certidão de que a execução foi admitida para fins de averbação e anotações (NCPC, arts. 828, c/c 844), devendo o exequente cumprir a obrigação legal do § 1º do art. 828. No mandado deverá, ainda, constar a faculdade de, querendo, o Executado embargar a execução, nos termos do arts. 914 e ss do NCPC. Observe-se ainda o Exequente o que dispõe o Provimento nº 116/2017, onde determina que a parte interessada proceda ao recolhimento das custas de diligências atribuídas aos Oficiais de Justiça. Após, a comprovação do pagamento da diligência, expeça-se o competente mandado. Caso não seja efetuado o pagamento, voltem-me os autos conclusos.

ADV: MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM) - Processo 0655421-08.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - REQUERIDO: Marcio dos Reis Bandeira - Processo nº: 0655421-08.2018.8.04.0001 Art. 1º. Delegar aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais abaixo especificados: III - Intimação da parte para se manifestar sobre mandados, cartas de citação ou intimação e demais expedientes devolvidos e juntados aos autos; Manaus(AM), 07 de março de 2019. Maria Francisca Garcia Escrivã

ADV: ANTÔNIO BRAZ DE LIMA FILHO (OAB 10014/AM), ADV: MARCELA NUNES FERREIRA (OAB 10243/AM) - Processo 0656861-39.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Regilson José Auzier Peixoto - Regilson José Auzier Peixoto Júnior - REQUERIDO: Escolas Nilton Lins - Não obstante tenha sido citado(a), o(a) Requerido(a) não contestou a ação, conforme pode se verificar da certidão de fl. 92, fato este que a deixa em estado de revelia e passível da punição inserta no art. 344, do Novo Código de Processo Civil. Ora, se a afirmação do(a) Autor(a) passa a adquirir o status de verdade formal em virtude da contumácia do(a) Requerido(a), tratando-se de direito disponível e que não necessita ser provado em audiência, é perfeitamente aplicável a regra do art. 355, II, do Novo Código de Processo Civil, para que o juiz conheça diretamente o pedido. Não havendo irresignação a este talante, retornem os autos conclusos para sentença.

ADV: JOSÉ RICARDO GOMES DE OLIVEIRA (OAB 5254/AM) - Processo 0657036-33.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Braga Veículos Ltda - REQUERIDO: Wsb Veiculos Ltda (Jj Rental Car) - Vistos, etc... Trata-se de Ação Monitória proposta por BRAGA VEÍCULOS LTDA., em face de W S B VEÍCULOS LTDA - EPP, nome fantasia J. J. RENTAL CAR, que afirma, com base em prova escrita, sem eficácia de título executivo Nota Fiscal 000.277.558, ter direito de exigir do devedor capaz o pagamento de quantia em dinheiro (NCPC, art. 700, I) ou a entrega de coisa fungível ou infungível de bem móvel ou imóvel (NCPC, art. 700, II); ou o adimplemento de obrigação de fazer ou de não fazer (NCPC, art. 700, III). O Requerido citado (fls. 49), não cumpriu a obrigação e nem ofereceu embargos. Em se tratando de procedimento monitório, os documentos juntados com a inicial bastam como prova do fato constitutivo do direito da autora, cabendo a parte requerida provar a falta de causa do título, fatos modificativos, extintivos ou impeditivos do direito alegado, de forma a fazer prova de que nada deve, ônus do qual não se desincumbiu, nos termos do artigo 333, inciso II, do Código de Processo Civil. ISSO POSTO, com fundamento nos arts. 701, § 2º, do NCPC, CONSTITUO, de pleno direito, em título judicial, a Nota Fiscal 000.277.558, objeto da lide, acrescidos de juros de mora a partir da citação e a correção monetária a partir do ajuizamento da ação, CONVERTENDO, doravante, o mandado inicial em mandado executivo e prosseguindo-se na forma da Parte Especial, Livro I, Título II (Cumprimento de Sentença). Condeno o Requerido ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, os quais fixo em 10% (dez por cento) sobre o valor do débito atualizado. Após, o trânsito em julgado, independentemente de nova intimação, deverá o credor, na pessoa de seu advogado, providenciar o cumprimento de sentença adequado a sua pretensão. Cumpra-se e Intime-se.

ADV: ALYSSON ROBERTO ROCHA FERREIRA (OAB 11860/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0657674-66.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Marilene Ribeiro da Silva - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Vistos, etc... Trata-se de Ação Procedimento Comum intentada por Marilene Ribeiro da Silva em desfavor de Banco BMG S/A. Em despacho inaugural, foi determinado o recolhimento das custas, no prazo de 15 (quinze) dias. A parte autora entretanto, deixou escoar o prazo sem dar adequado cumprimento às determinações (fl. 26). Ante o exposto, determino o CANCELAMENTO DA DISTRIBUIÇÃO, nos termos do art. 290, do Código de Processo Civil. P.R.I.

ADV: JOAO DIEGO RAPHAEL CURSINO BOMFIM (OAB 3669/RO) - Processo 0658230-68.2018.8.04.0001 - Embargos à Execução - Nulidade / Inexigibilidade do Título - EMBARGANTE: Auto Posto Marcella Ltda epp - EMBARGADO: Ipiranga Produtos de Petróleo S/A - Vistos, etc... Trata-se de Ação Embargos À Execução intentada por Auto Posto Marcella Ltda -epp em desfavor de Ipiranga Produtos de Petróleo S/A. Em despacho inaugural, foi determinado o recolhimento das custas, no prazo de 15 (quinze) dias. A parte autora entretanto, deixou escoar o prazo sem dar adequado cumprimento às determinações (fl. 98). Ante o exposto, determino o CANCELAMENTO DA DISTRIBUIÇÃO, nos termos do art. 290, do Código de Processo Civil. P.R.I.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: VINICIUS SOARES SOUZA (OAB 4926/RO) - Processo 0658381-34.2018.8.04.0001 - Embargos à Execução - Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução - EMBARGANTE: Clarice da Rosa Ruppenthal - Clovis Aparecido de Carvalho - Leucir Ruppenthal - EMBARGADO: Ipiranga Produtos de Petróleo S/A - Vistos, etc... Trata-se de Ação Embargos À Execução intentada por Clarice da Rosa Ruppenthal em desfavor de Ipiranga Produtos de Petróleo S/A. Em despacho inaugural, foi determinado o recolhimento das custas, no prazo de 15 (quinze) dias. A parte autora entretanto, deixou escoar o prazo sem dar adequado cumprimento às determinações (fl. 89). Ante o exposto, determino o CANCELAMENTO DA DISTRIBUIÇÃO, nos termos do art. 290, do Código de Processo Civil. P.R.I.

ADV: ROBERVAL EMERSON OLIVEIRA DE PAULA FILHO (OAB 6721/AM) - Processo 0658481-86.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: Villa Jardim Torquato Condominio Jasmim - EXECUTADO: Eric Rocha Garcia - Vistos, etc... Trata-se de Ação Execução de Título Extrajudicial intentada por Villa Jardim Torquato Condominio Jasmim em desfavor de Eric Rocha Garcia. Em despacho inaugural, foi determinado o recolhimento das custas, no prazo de 15 (quinze) dias. A parte autora entretanto, deixou escoar o prazo sem dar adequado cumprimento às determinações (fl. 105). Ante o exposto, determino o CANCELAMENTO DA DISTRIBUIÇÃO, nos termos do art. 290, do Código de Processo Civil. P.R.I.

ADV: ROBERVAL EMERSON OLIVEIRA DE PAULA FILHO (OAB 6721/AM) - Processo 0658506-02.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: Villa Jardim Torquato Condominio Jasmim - EXECUTADO: Raimundo Jose Marinho Bezerra Filho - Vistos, etc... Trata-se de Ação Execução de Título Extrajudicial intentada por Villa Jardim Torquato Condominio Jasmim em desfavor de Raimundo Jose Marinho Bezerra Filho. Em despacho inaugural, foi determinado o recolhimento das custas, no prazo de 15 (quinze) dias. A parte autora entretanto, deixou escoar o prazo sem dar adequado cumprimento às determinações (fl. 105). Ante o exposto, determino o CANCELAMENTO DA DISTRIBUIÇÃO, nos termos do art. 290, do Código de Processo Civil. P.R.I.

ADV: JULIANA PASSOS DOS SANTOS (OAB 7815/AM) - Processo 0658963-34.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Compra e Venda - EXEQUENTE: Valdenice Correa Garcia - EXECUTADO: Alexandre Santos do Carmo - Elaise Alves Serrão do Carmo - Considerando a inércia da parte, pendente a necessidade de diligência para a seqüência regular do feito, intime-se a parte Requerente, para atender ao despacho já determinado, no prazo de cinco (05) dias, sob pena de extinção do processo sem resolução do mérito, na forma do art. 485, III, do CPC/2015. Decorrido o prazo, voltem conclusos. Intimem-se.

ADV: NATAN MONTEIRO DA SILVA (OAB 4142/AM) - Processo 0659349-64.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Robertson John Santos da Silva - REQUERIDO: Luiz Henrique da Silva Cardoso - Vistos, Ab initio, ante a natureza da causa e a possibilidade de conciliação entre as partes, determino a realização de audiência de conciliação ou mediação, nos moldes do art. 334, do NCPC, a qual será realizada pelo CEJUSC - Cível. Cite-se e intime-se a parte Ré. O prazo, de 15 (quinze) dias, para contestação será contado a partir da realização da audiência. A ausência de contestação implicará revelia e presunção de veracidade da matéria fática apresentada na petição inicial. Fiquem as partes cientes de que o comparecimento na audiência é obrigatório. A ausência injustificada é considerada ato atentatório à dignidade da justiça, sendo sancionada com multa de até 2% (dois por cento) da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa. As partes devem estar acompanhadas de seus advogados. Intima-se. Cumpra-se. Manaus, 07 de março de 2019. Sheilla Jordana de Sales Juíza de Direito

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: DIEGO ANDRADE DE OLIVEIRA (OAB 8792/AM), ADV: CALIXTO HAGGE NETO (OAB 8788/AM) - Processo 0659652-78.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Diego Valois Cortez Mendonça - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Dessarte, considerando que os requisitos do art. 300 do CPC são cumulativos e não vislumbrando probabilidade do direito da autora, tenho por INDEFERIR o pedido de antecipação de tutela, sem prejuízo de posterior análise acaso renovado e desde que conste dos autos elemento novo. No mais, quanto à inversão do ônus da prova, segundo as regras ordinárias de experiência, tem-se que são verossímeis as alegações da parte requerente motivo pelo qual determino que o ônus da prova seja invertido em prol da parte requerente, nos moldes do art. 6º, VIII, do CDC. Cite-se e Intime-se a parte requerida para comparecer a audiência de conciliação ou mediação, na forma do art. 334 do NCPC, a ser designada pelo CEJUSC-Cível, e sobre a presente decisão.

ADV: JOSÉ FERNANDO DE OLIVEIRA GARCIA (OAB 2105/AM) - Processo 0659845-93.2018.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: J.F.O.G. - REQUERIDO: J.O.S.M. - Vistos, etc... Trata-se de Ação Monitória intentada por José Fernando de Oliveira Garcia em desfavor de José Orange da Silva Melo. Em despacho inaugural, foi determinado o recolhimento das custas, no prazo de 15 (quinze) dias. A parte autora entretanto, deixou escoar o prazo sem dar adequado cumprimento às determinações (fl. 25). Ante o exposto, determino o CANCELAMENTO DA DISTRIBUIÇÃO, nos termos do art. 290, do Código de Processo Civil. P.R.I.

ADV: JÚNIOR SOUSA AGUIAR (OAB 25546-A/PB) - Processo 0659850-18.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Luis Carlos Andrade - REQUERIDO: Centrape Central Nacional dos Aposentados e Pensionista do Brasil - Vistos, etc... Trata-se de Ação Procedimento Comum intentada por Luis Carlos Andrade em desfavor de Centrape - Central Nacional dos Aposentados e Pensionista do Brasil. Em despacho inaugural, foi determinado o recolhimento das custas, no prazo de 15 (quinze) dias. A parte autora entretanto, deixou escoar o prazo sem dar adequado cumprimento às determinações (fl. 19). Ante o exposto, determino o CANCELAMENTO DA DISTRIBUIÇÃO, nos termos do art. 290, do Código de Processo Civil. P.R.I.

ADV: FERNANDO LUZ PEREIRA (OAB A658AM) - Processo 0660303-13.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Pan S/A - REQUERIDA: Maria Alfa Pinheiro de Carvalho - Processo nº: 0660303-13.2018.8.04.0001 Art. 1º. Delegar aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais abaixo especificados: III - Intimação da parte para se manifestar sobre mandados, cartas de citação ou intimação e demais expedientes devolvidos e juntados aos autos; Manaus(AM), 01 de março de 2019. Maria Francisca Garcia Escrivã

ADV: KELSON GIRÃO DE SOUZA (OAB 7670/AM), ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM) - Processo 0660687-73.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Perdas e Danos - REQUERENTE: Quimifix Comércio de Produtos Automotivos Ltda. -me - REQUERIDO: Banco do Brasil S/A - Vistos, etc... Trata-se de Ação Procedimento Comum intentada por Quimifix Comércio de Produtos Automotivos Ltda. -me em desfavor de Banco do Brasil S/A. Em despacho inaugural, foi determinado o recolhimento das custas, no prazo de 15 (quinze) dias. A parte autora entretanto, deixou escoar o prazo sem dar adequado cumprimento às determinações (fl. 326). Ante o exposto, determino o CANCELAMENTO DA DISTRIBUIÇÃO, nos termos do art. 290, do Código de Processo Civil. P.R.I.

ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP), ADV: JOSÉ LÍDIO ALVES DOS SANTOS (OAB 1163A/AM) - Processo 0660873-96.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Pan S/A - REQUERIDA: Maria Jocilene Neves Carvalho - Considerando a inércia da parte, pendente a necessidade de diligência para a seqüência regular do feito, intime-se a parte Requerente, para atender ao despacho já determinado, no prazo de cinco (05) dias, sob pena de extinção do processo sem resolução do mérito, na forma do art. 485, III, do CPC/2015. Decorrido o prazo, voltem conclusos. Intimem-se.

ADV: FLÁVIO RAFAEL PERDIGÃO GUERRA (OAB 8500/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0661394-41.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Eros Vieira de Santana - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Ab initio, tendo em vista

acórdão de fls. 88/93, dar-se-á regular prosseguimento ao presente feito. Assim, quanto ao incidência das normas consumeristas ao caso em comento, necessário assentar que a relação que envolve a parte autora e a parte ré é submetida ao direito do consumidor, vez que as partes enquadram-se no conceito legal de consumidor e fornecedor, nos termos dos arts. 2º e 3º, ambos do CDC. Não obstante, também se aplica ao caso, entre outras, as regras de direito comum, em homenagem ao chamado diálogo das fontes, nos termos do art. 7º do CDC. Quanto à inversão do ônus da prova, segundo as regras ordinárias de experiência, tem-se que são verossímeis as alegações da parte requerente e essa é hipossuficiente no plano técnico e probatório para comprovar o alegado ato ilícito da ré, motivos pelos quais determino que o ônus da prova seja invertido em prol da parte requerente, nos moldes do art. 6º, VIII, do CDC. Noutro giro, ante a natureza da causa e a possibilidade de conciliação entre as partes, determino a realização de audiência de conciliação ou mediação, nos moldes do art. 334, do NCPC, a qual será realizada pelo CEJUSC - Cível. Cite-se e intime-se a parte Ré. O prazo, de 15 (quinze) dias para contestação será contado a partir da realização da audiência. A ausência de contestação implicará revelia e presunção de veracidade da matéria fática apresentada na petição inicial. Fiquem as partes cientes de que o comparecimento na audiência é obrigatório. A ausência injustificada é considerada ato atentatório à dignidade da justiça, sendo sancionada com multa de até 2% (dois por cento) da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa. As partes devem estar acompanhadas de seus advogados.

ADV: ADSON PINHO PINTO (OAB 5850/AM) - Processo 0661771-12.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: Carlos Afonso Violante dos Santos - REQUERIDO: Banco Olé Bonsucesso Consignado S/A - Art. 4°. O Diretor de Secretaria poderá praticar outros atos processuais sem caráter decisórios não relacionados nesta Portaria, em conformidade com o art. 93, XIV, da Constituição Federal; Ante a comunicação da interposição do Agravo de Instrumento, ficarão estes autos aguardando a decisão do mesmo.

ADV: JORGE ALEXANDRE MOTTA DE VASCONCELLOS (OAB 2790/AM), ADV: JORGE FERNANDES GARCIA DE VASCONCELLOS JÚNIOR (OAB 2167/AM), ADV: RUMMENIGGE CORDOVIL GRANGEIRO (OAB 5810/AM), ADV: LUCIANO MOURA MACIEL (OAB 6744/AM) - Processo 0706080-31.2012.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Direito de Imagem - REQUERENTE: Elem Alves da Silva - REQUERIDO: Auto Viação Vitória Régia Ltda. - Vistos, Na forma do artigo 513 § 2º, do NCPC, intime-se o executado para que, no prazo de 15 (quinze) dias, pague o valor indicado no demonstrativo discriminado e atualizado do crédito, acrescido de custas, se houver. Fica a parte executada advertida de que, transcorrido o prazo previsto no art. 523 sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação. Não ocorrendo pagamento voluntário no prazo do artigo 523 do CPC, o débito será acrescido de multa de dez por cento e, também, de honorários de advogado de dez por cento. Ademais, não efetuado o pagamento voluntário no prazo de 15 (quinze) dias, independentemente de nova intimação do credor, poderá a parte exequente efetuar pedido de pesquisas junto aos sistemas informatizados à disposição do juízo. Por fim, certificado o trânsito em julgado da decisão e transcorrido o prazo do art. 523, mediante o recolhimento das respectivas taxas, a parte exequente poderá requerer diretamente à serventia a expedição de certidão, nos termos do art. 517 do CPC, que servirá também aos fins previstos no art. 782, §3º, todos do Código de Processo Civil. Int.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0714527-08.2012.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: Madeiral Amazonas Madereira Ind. Com. Ltda - Ante o exposto, indefiro o pedido de consulta ao Renajud/Infojud/Bacenjud por entender que a parte demandante não esgotou os meios que lhe são acessíveis para obter o endereço correto da parte requerida. Oportunamente, fica intimado a parte autora para indicar o endereço da parte ré no prazo de 10 dias, sob pena de não se interromper a prescrição, na forma do art. 240, §2º do NCPC. Decorrido 30 dias da intimação deste despacho sem manifestação do autor em que promova diligências aqui determinadas, entendo que ficará caracterizado abandono da causa, motivo pelo que determino a intimação pessoal do autor para dizer se tem interesse no prosseguimento do feito, na forma do art. 485, §1º, do NCPC.

ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM) - Processo 0715829-72.2012.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S A - EXECUTADO: Ferrati Construcoes LTDA - INDEFIRO o pedido de fls. 119/121 e 122/123, uma vez que a consulta da Receita Federal são realizadas, via Infojud, e, já possuem a resposta nos autos. Considerando a inércia da parte, pendente a necessidade de diligência para a seqüência regular do feito, intime-se a parte Requerente, para atender ao despacho já determinado, no prazo de cinco (05) dias, sob pena de extinção do processo sem resolução do mérito, na forma do art. 485, III, do CPC/2015. Decorrido o prazo, voltem conclusos. Intimem-se.

ADV: JOÃO BOSCO DE ALBUQUERQUE TOLEDANO (OAB 1456/AM), ADV: PRISCILA LIMA MONTEIRO (OAB 5901/AM), ADV: LEILA ALMEIDA DE SOUSA (OAB 3734/AM) - Processo 0716110-28.2012.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Valor da Execução / Cálculo / Atualização - EXEQUENTE: AMAZON REFRIGERANTES LTDA. - EXECUTADO: OCP PEREIRA - Considerando a inércia da parte, pendente a necessidade de diligência para a seqüência regular do feito, intime-se a parte Requerente, para atender ao despacho já determinado, no prazo de cinco (05) dias, sob pena de extinção do processo sem resolução do mérito, na forma do art. 485, III, do CPC/2015. Decorrido o prazo, voltem conclusos. Intimem-se.

ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0716279-15.2012.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: Andreia Alves de Souza - Vistos, etc... A parte devedora ainda não foi devidamente intimada para o cumprimento da obrigação. Vale lembrar que seu prazo é de quinze (15) dias, conforme previsão contida no art. 523, do NCPC. Tecidas tais considerações, tenho como indevido o início de constrição , razão pela qual INDEFIRO o pedido de fls. 156/158. Prossiga o Exequente.

Acácio Fernandes Roboredo (OAB 89774/SP)
Acácio Valdemar Lorenção Júnior (OAB 105465/SP)
Ademário do Rosário Azevedo (OAB 2926/AM)
Ademário do Rosário Azevedo Filho (OAB 10357/AM)
Adolfo Praia Ferreira do Nascimento (OAB 10804/AM)
Adriana Maria Margarita Rodrigues (OAB 118155/SP)
Adriane Cristine Cabral Magalhães (OAB 5373/AM)
Adriane Ortiz Granja de Souza (OAB 5129/AM)
Adriano Alves de Lima (OAB 7398/AM)
Adson Pinho Pinto (OAB 5850/AM)
Aguinaldo Pereira Dias (OAB 7667/AM)
Alberto Simonetti Cabral Neto (OAB 2599/AM)
Alcimar Almeida Sena (OAB 2788/AM)
Aleksander Cuesta de Oliveira (OAB 5607/AM)
Alessandra Costa Pacheco (OAB 4876/AM)
Alessandra Maria Margarita La Regina (OAB 97954/SP)
Alessandro Silva Ribeiro (OAB 6854/AM)
Alex Ropoholfo de Oliveira (OAB 9439/MS)
Alexandre Millen Zappa (OAB 27862/PR)
Alfredo José Borges Guerra (OAB 2668/AM)
Ali Assaad Hamade de Oliveira (OAB 253180/SP)
Almir da Cruz Barros (OAB 3660/AM)
Altamir da Silva Vieira Junior (OAB 12961/AM)
Altamir da Silva Vieira Júnior (OAB 12961/AM)
Álvaro Luiz da Costa Fernandes (OAB 831A/AM)
ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 86415/RJ)
Alysson Roberto Rocha Ferreira (OAB 11860/AM)
Amanda Dias Simões de Oliveira (OAB 12445/AM)
Amandio Ferreira Tereso Júnior (OAB 739A/AM)
André de Souza Oliveira (OAB 5219/AM)
André Luiz Rego da Silva (OAB 5955/AM)
André Menezes de Souza e Souza (OAB 5847/AM)

Andréa Cristina da Costa Le Sueur (OAB 6161/AM)
Andréa Marques Telles de Souza (OAB 3283/AM)
Andréa Tattini Rosa (OAB 210738/SP)
Andrei Farias de Barros (OAB 6074/AM)
Andrey Augusto Bentes Ramos (OAB 7526/AM)
Andrey Farache Barroso (OAB 12705/AM)
Anneson Frank Paulino de Souza (OAB 11981/AM)
Annie Mara Arruda de Sá e Brito (OAB 6286/AM)
Antônia Andrade de Queiroz (OAB 3059/AM)
Antônio Braz da Silva (OAB 1026A/AM)
Antônio Braz da Silva (OAB 12450/PE)
Antônio Braz de Lima Filho (OAB 10014/AM)
ANTONIO CLAUDIO PINTO FLORES (OAB 583A/AM)
Antônio Cláudio Pinto Flores (OAB A583/AM)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Antônio Eduardo de Santa Cruz Abreu (OAB A757/AM)
Antônio Ivan Olímpio da Silva (OAB 3110/AM)
Antônio Jarlison Pires da Silva (OAB 12261/AM)
Ariosmar Neris (OAB 232751/SP)
Aurélio Câncio Peluso (OAB 32521/PR)
Bairon Antônio do Nascimento Júnior (OAB 3795/AM)
Bianca Trentin (OAB 45553/RS)
Bismarck Bernardo e Sá Junior (OAB 23420GO)
Boniek Pereira da Silva (OAB 8303/AM)
Bruna Carvalho dos Santos (OAB 11179/AM)
Bruno Anderson Mendes Amoedo Ferreira (OAB 11025/AM)
Bruno Henrique de Oliveira Vanderlei (OAB 21678/PE)
Caio Patrick Coelho Silva Andade (OAB 13408/AM)
Cairo Lucas Machado Prates (OAB 33787SC)
Calixto Hagge Neto (OAB 8788/AM)
Camila Leal de Souza (OAB 7498/AM)
Carla Cristina Lopes Scortecci (OAB 248970/SP)
Carla da Prato Campos (OAB 156844/SP)
Carlo André de Mello Queiroz (OAB 6047/AL)
Carlos Daniel Rangel Barretto Segundo (OAB 5035/AM)
Carlos Maximiano Mafra de Laet (OAB 809A/AM)
Carlos Roberto Siqueira Castro (OAB 671A/AM)
Carolina Augusta Martins (OAB 9989/AM)
Carolina Ribeiro Botelho (OAB 5963/AM)
Carolina Rigo Palmeiro (OAB 60961/RS)
Caroline da Silva Braz (OAB 4846/AM)
Cecília Aroucha Jimenes (OAB 10261/AM)
Célio Orlando Papes de Oliveira (OAB 9078/AM)
Celso Marcon (OAB A566/AM)
César Augusto Gomes Monteiro (OAB 9696/AM)
Christiano Pinheiro da Costa (OAB 3542/AM)
Cíntia Almeida Prado (OAB 12891/AM)
Cláudia da Silva David (OAB 4863/AM)
Cláudio Kazuyoshi Kawasaki (OAB 122626/SP)
Claudio Kazuyoshi Kawasaki (OAB A1117/AM)
Clausen Benetti (OAB 27520/SC)
Clemente Augusto Gomes (OAB 438/AM)
Cleyson da Silva Dantas (OAB 11206/AM)
Cristiane Bellinati Garcia Lopes (OAB 751A/AM)
Cristiano Meneghetti Pedroso (OAB 11813/AM)
Dâmea Mourão Telles de Menezes (OAB 9198/AM)
Daniel Lessa Marinho (OAB 252196/SP)
Daniel Nunes Romero (OAB 168016/SP)
Daniel Pereira da Silva Neto (OAB 5055/AM)
Daniel Reis Wanderley (OAB 4546/AM)
Daniela Zini Bozardi (OAB 101077/RS)
Danielle Batista da Silva (OAB 9832/AM)
Danielle da Costa Pinheiro (OAB 7710/AM)
Danielle Queiroz Ribeiro (OAB 9296/AM)
Danielle Rufino Alves Ricardo (OAB 3643/AM)
David Neves Martins (OAB 5776/AM)
Débora Katarinne de Souza Rodrigues (OAB 9840/AM)
Denise de Cássia Zílio Antunes (OAB 90949/SP)
Diego Andrade de Oliveira (OAB 8792/AM)
Diego Campos (OAB 115411/MG)
Diogo Henrique Vieira Barreto (OAB 9487/AM)
Djane Oliveira Marinho (OAB 5849/AM)
Douglas Gomes da Silva (OAB 6980/AM)
Douglas William Campos dos Santos (OAB 31138/DF)
Eder Augusto dos Santos Picanço (OAB 10396/PA)
Edinei Lourenço de Carvalho (OAB 9689/AM)
Edney Martins Guilherme (OAB 177167/SP)
Ednilson Pimentel Matos (OAB 1799/AM)
Edson Antônio Sousa Pinto (OAB 4643/RO)
Edson Rosas Júnior (OAB 1910/AM)
Eduardo Barros Miranda Périllier (OAB 301920/SP)
Eduardo Bonates de Lima (OAB 5076/AM)
Eduardo da Costa Soares (OAB 13025/AM)
EHUD EMANUEL ABENSUR SANTOS (OAB 10760/AM)
Elaine Bonfim de Oliveira (OAB 336A/CE)
Elisa Pinto Gomes (OAB 9767/AM)
Elisandra Anjos dos Reis (OAB 9575/AM)
Elísia Lima de Sá (OAB 9161/AM)
ELIZEU DANIEL TAVARES DA SILVA (OAB 14245/DF)
Eloi Pinto de Andrade (OAB 819/AM)
Eloy das Neves Lopes Júnior (OAB 4900/AM)
Emánuel Sinatra Buás de Lima (OAB 8895/AM)
Enysson Alcântara Barroso (OAB 5097/AM)
Erik Guedes Navrocky (OAB 240117/SP)
Eronilde Silva de Morais (OAB 255127/SP)
Fabiane Rodrigues de Castro (OAB 6031/AM)
Fábio Agustinho da Silva (OAB 2776/AM)
Fábio Augusto Rigo de Souza (OAB 147513/SP)
Fábio de Assunção Acosta (OAB 8415/AM)
Fábio Nogueira Corrêa (OAB 5674/AM)
Fábio Rivelli (OAB 297608/SP)
Fábio Vinícius Lessa Carvalho (OAB 5614/AM)
Fabrício Arteiro de Paiva (OAB 11185/AM)
Felipe César Michna (OAB 44153/PR)
Felipe da Silva Lopes (OAB 13817/AM)
Felipe Gazola Vieira Marques (OAB 76696/MG)
Felipe Gazola Vieira Marques (OAB 995A/AM)
Fernando Luz Pereira (OAB 147020/SP)
Fernando Luz Pereira (OAB 658A/AM)
Fernando Luz Pereira (OAB A658AM)
Filipe Mendes Silva (OAB 9766/AM)
Flávio Rafael Perdigão Guerra (OAB 8500/AM)
Francisco Adonias Pinheiro (OAB 1584/AM)
Francisco Carlos Nunes de Oliveira (OAB 10057/AM)
Francisco Nonato Boary (OAB 1058/AM)
Francisco Osmídio Brígido Bezerra de Lima (OAB 871A/AM)
Francisco Rosquilde Pessoa Araújo (OAB 12131/AM)
Francyne Negro Vaz Leal (OAB 10447/AM)
Franrobson Rodrigues Ribeiro (OAB 5441/AM)
Frederico Gustavo Távora (OAB 6462/AM)
Frederico Santos Paiva (OAB 6569/AM)
Geandre Etianne da Silva Ferreira (OAB 9994/AM)
Gefson Hefer Antiquera de Oliveira (OAB 2842/AM)
Geraldo Cantuário dos Santos (OAB 9942/AM)
Gersica Barbosa da Cunha (OAB 14051/AM)
Giácomo Dinelly Lima (OAB 9753/AM)
Gilson Reis de Souza (OAB 2336/AM)
Giovana Tonello Pedro Lima (OAB 34777/DF)
Giulo Alvarenga Reale (OAB 1006/AM)
Gláucio Castelo Branco Maués (OAB 5666/AM)
Gláucio Herculano Alencar (OAB 11183/AM)
Guilherme da Costa Ferreira Pignaneli (OAB 5546/RO)
Guilherme Felipe Nascimento Pessoa (OAB 7574/AM)
Guilherme Marinho Soares (OAB 18556B/CE)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo Amato Pissini (OAB 261030/SP)
Gustavo da Silva Grillo (OAB 7883/AM)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB A1065/AM)
Gustavo Michelotti Fleck (OAB 21243/DF)
Gustavo Rodrigo Góes Nicoladelli (OAB 1044A/AM)
Gustavo Rodrigo Góes Nicoladelli (OAB 8927/SC)
Harben Gomes Avelar (OAB 9795/AM)
Helena Marie da Cunha Fish (OAB 4332/AM)
Heloísa Pontes Maués (OAB 9667/AM)
Hiran Leão Duarte (OAB 10422/CE)
Hudson José Ribeiro (OAB 150060/SP)
Humberto Campos (OAB 003.095/AM)

Irlane Lima de Oliveira Araújo (OAB 7784/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabelle Benlolo de Azevedo (OAB 11737/AM)
Isana Silva Guedes (OAB 12679/PA)
Isaura Cristina Bonafé Rodrigues (OAB 9518/AM)
Jamila Marinho Chehad Barbosa (OAB 2950/AM)
Jamilly Viana da Silva (OAB 10666/AM)
Jaqueline Montenegro da Cruz (OAB 7763/AM)
Jefferson da Silva Goncalves (OAB 13276/AM)
João Alves Barbosa Filho (OAB 4246/PE)
João Bosco de Albuquerque Toledano (OAB 1456/AM)
João Darvin Roseira (OAB 73941/SP)
Joao Diego Raphael Cursino Bomfim (OAB 3669/RO)
João Eurico Brasileiro de Souza Faria (OAB 8312/AM)
João Paulo Gomes Monteiro Barbosa (OAB 8657/AM)
João Paulo Monteiro de Lima (OAB 7618/AM)
João Soares Gomes (OAB 2545/AM)
Jorge Alexandre Motta de Vasconcellos (OAB 2790/AM)
Jorge Fernandes Garcia de Vasconcellos Júnior (OAB 2167/AM)
Josa Paula Alves Furtado (OAB 7811/AM)
José Alberto Maciel Dantas (OAB 3311/AM)
José Alberto Ribeiro Simonetti Cabral (OAB 3725/AM)
José Arnaldo Janssen Nogueira (OAB 1047A/AM)
José Augusto Celestino de Oliveira Gomes (OAB 3597/AM)
José Augusto de Rezende Júnior (OAB A1109/AM)
José Carlos Van Cleef de Almeida Santos (OAB 273843/SP)
José Fernando de Oliveira Garcia (OAB 2105/AM)
JOSÉ FRANCISCO DE OLIVEIRA SANTOS (OAB 74659/MG)
José Lídio Alves dos Santos (OAB 1163A/AM)
José Marcelo Braga Nascimento (OAB 18298/GO)
José Ribamar Costa Soares (OAB 1971/AM)
José Ricardo Gomes de Oliveira (OAB 5254/AM)
José Wellington Coutinho Campelo (OAB 870A/AM)
Juliana Passos dos Santos (OAB 7815/AM)
Júnior Sousa Aguiar (OAB 25546-A/PB)
Jurandir Almeida de Toledo (OAB 000.381/AM)
Juzé Ricardo Abtibol Vilhena (OAB 12235/AM)
Karina Broze Naimeg Grossi (OAB 9245/AM)
Karina de Farias Serra (OAB 9605/AM)
Karine de Bacco Geremia (OAB 92961/RS)
Karla Etelvina Oliveira Machado (OAB 13826/AM)
Kelly Anne Corrêa de Oliveira (OAB 9330/AM)
Kelma Souza Lima (OAB 5470/AM)
Kelson Girão de Souza (OAB 7670/AM)
Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM)
Klaus Giacobbo Riffel (OAB 75938/RS)
Leandro Kazuyuki Takahashi (OAB 12343/AM)
Leila Almeida de Sousa (OAB 3734/AM)
Leyla Viga Yurtsever (OAB 3737/AM)
Lígia de Souza Frias (OAB 1074A/AM)
Linconl Freire da Silva (OAB 11125/AM)
Luana Silva Santos (OAB 16292/PA)
Lucas Nunes Chama (OAB 16956/PA)
Lucélia Gomes Rodrigues de Souza (OAB 10142/AM)
Luciana Morais Avelar (OAB 633A/AM)
Luciana Ranieri (OAB 147043/SP)
Luciano da Silva Buratto (OAB 179235/SP)
Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB 4732/AM)
Luciano Moura Maciel (OAB 6744/AM)
Luciomar da Silva Almeida (OAB 2401/AM)
Luís Albert dos Santos Oliveira (OAB 8251/AM)
Luís Fernando de Almeida Lorenzoni (OAB 8948/AM)
LUIS PAULO CAVALCANTE (OAB 5746/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 104147/MG)
Luis Ronaldo Soares Muniz Barreto (OAB 97707/RS)
Luiz Auzier de Almeida (OAB 3496/AM)
Luiz Cláudio de Melo Frota (OAB 11291/AM)
Luiz Maurício de Oliveira Bastos (OAB 2620/AM)
Luiz Roberto Franklin Muniz Júnior (OAB 6791/AM)
Luiz Serudo Martins Neto (OAB 3.762/AM)
Luiz Serudo Martins Neto (OAB 3762/AM)
Magda Raquel Guimarães Ferreira (OAB 724A/AM)
Manoel Archanjo Dama Filho (OAB A700/AM)
Manoel Pedro de Carvalho (OAB 4890/AM)
Marcela Fátima Pasierpski Schwendner (OAB 39887/SC)
Marcela Nunes Ferreira (OAB 10243/AM)
Marcello Zangari (OAB 158093/SP)
Marcinei Brito de Souza Lima (OAB 8258/AM)
Márcio Ferreira Jucá (OAB 2172/AM)
Márcio Leandro Deodato de Aquino (OAB 748/RR)
Marco André Honda Flores (OAB 6171/MS)
MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM)
Marco Antônio Crespo Barbosa (OAB A1007/AM)
Marco Antônio Portella de Macêdo (OAB 002.039/AM)
Marcondes Fonseca Luniere Júnior (OAB 2897/AM)
Marcos Alessandro Macedo Fernandes da Silva (OAB 11680/AM)
Marcos Antônio Vasconcelos (OAB 5794/AM)
Marcos Lara Tortorello (OAB 249247/SP)
Maria Cláudia Sousa da Silva (OAB 5528/AM)
Maria das Graças Carvalho Monteiro (OAB 1964/AM)
Maria das Gracas Teixeira Nissen (OAB 017.298/RS)
Maria do Carmo do Amaral Linhares (OAB 1786/AM)
Maria do Rosário Neves Filardi (OAB 5504/AM)
Maria Fernanda Pulcherio de Medeiros Campos (OAB 30340/DF)
Maria Lucília Gomes (OAB 313A/AM)
Marília Dias Andrade (OAB 14351/PA)
Marivan Pereira de Mattos (OAB 10066/AM)
Marlon Tavares Dantas (OAB A1261/AM)
Matheus Araújo Muniz (OAB 7626/AM)
Maurício Coimbra Guilherme Ferreira (OAB 91811/MG)
Maurício dos Santos Pereira Júnior (OAB 7768/AM)
Maurício Miranda Reis (OAB 8678/AM)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Mauro Verçoza Ferreira (OAB 9079/AM)
Mayra de Castro Maia Florêncio (OAB 11740/PB)
Michael Queiroz Leitão (OAB 9714/AM)
Michelle Christine Milério Pinto (OAB 3796/AM)
Michelle de Paula Oliveira Saldanha (OAB 9824/AM)
Moisés Batista de Souza (OAB 149225/SP)
Mônica Alexandra Costa de Seixas (OAB 7218/AM)
Morgana Cristina Tondin (OAB 66000/RS)
Nancy Maggio (OAB 6460/AM)
Natan Monteiro da Silva (OAB 4142/AM)
Nathacha Camara de Albuquerque (OAB 12164/AM)
Nelson José Oliveira da Silva (OAB 5103/AM)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB 128341/SP)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB A598/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Newton Paulo da Silva (OAB 5709/AM)
Nicolle Souza da Silva (OAB 14839/PA)
Nirvana Maryan Queiroz da Fonseca (OAB 1889/AM)
Northon Sérgio Lacerda Silva (OAB 2708/AC)
Oreste Nestor de Souza Laspro (OAB 98628/SP)
Osvaldo Francisco Júnior (OAB 106054/SP)
Pasquali Parise e Gasparini Júnior (OAB 4752/SP)
Patrícia Mantes do Amaral Toledo Piza (OAB 98124/SP)
Paula da Silva Caitano (OAB 283225/SP)
Paulo Alberto Rodrigues de Oliveira Arruda (OAB 8766/AM)
Paulo Augusto Greco (OAB 119729/SP)
Paulo Cesar Azevedo dos Santos (OAB 13278/AM)
Paulo Roberto Lopes da Silva (OAB 6699/AM)
Pedro Câmara - Sociedade de Advogados (OAB 613/AM)
Pedro Câmara Júnior (OAB 2834/AM)
Pedro Roberto Romão (OAB 209551/SP)
Penélope Aryadne Antony Lira (OAB 7357/AM)
Péricles Duarte de Souza Júnior (OAB 4808/AM)
Philippe Nunes de Oliveira Dantas (OAB 8872/AM)
PIO CARLOS FREIRIA JUNIOR (OAB A1118AM)
Priscila Lima Monteiro (OAB 5901/AM)
Queila Coelho de Souza (OAB 7931/AM)
Rafael Luiz Nardi (OAB 12027/AM)
Rafael Reis Pereira (OAB 7219/AM)
Rafael Sganzerla Durand (OAB 211648/SP)
Rafael Sganzerla Durand (OAB 737A/AM)
Rafael Sganzerla Durand (OAB A737/AM)
Raimundo Nonato de Moraes Brandão (OAB 8253/AM)
Raimundo Sérvulo Lourido Barreto (OAB 3135/AM)

Raphael Rodrigues P. da Silva (OAB 190081/SP)
Rayana Rafael Torres Henrique (OAB 10812/AM)
Renata Bentes Sena (OAB 13543/AM)
Renata Bernardino Paiva (OAB 10345/AM)
Rennalt Lessa de Freitas (OAB 8020/AM)
Ricardo de Jesus Colares de Oliveira (OAB 10985/AM)
Ricardo Silveira de Paula (OAB 196843/RJ)
Roberta Beatriz do Nascimento (OAB 192649/SP)
Roberta Silva de Sena (OAB 8956/AM)
Roberto Alves (OAB 9258/AM)
Roberto Guenda (OAB 101856/SP)
Roberto Marques da Costa (OAB 4135/AM)
Roberto Ramos de Castro Junior (OAB 10467/AM)
Roberval Emerson Oliveira de Paula Filho (OAB 6721/AM)
Rodolfo Meira Roessing (OAB 12719/PA)
Rodolfo Paulo Cabral (OAB 3548/AM)
Rodrigo Barbosa Vilhena (OAB 7396/AM)
Rodrigo dos Santos Pires (OAB 10113/AM)
Rodrigo Frassetto Góes (OAB 1084A/AM)
Rodrigo Frassetto Góes (OAB 33416/SC)
Rodrigo Gago Freitas Vale Barbosa (OAB 165046/SP)
Rodrigo Otávio Borges Melo (OAB 6488/AM)
Rogério Pinto Martins (OAB 31084/CE)
Rogerio Rolim da Cruz (OAB 002.409/AM)
Rosângela da Rosa Corrêa (OAB 921A/AM)
Roseany Araújo Viana Alves (OAB 10952/CE)
ROSELI DE CASTRO PISZTER (OAB 4873/AM)
Rozana Ribeiro Praia (OAB 10234/AM)
Rubenito Cardoso da Silva Júnior (OAB 4947/AM)
Rubens Alves da Silva (OAB 9610/AM)
Rubens Gaspar Serra (OAB 3499/AC)
Rummenigge Cordovil Grangeiro (OAB 5810/AM)
RUY SILVIO LIMA DE MENDONCA (OAB 18285/PA)
Saullo Sammir Berrêdo Pacheco (OAB 8593/AM)
Selma Magalhaes Santana (OAB 7683/AM)
Sérgio Alberto Corrêa de Araújo (OAB 3749/AM)
Sérgio de Lima (OAB 201/AM)
Sérgio Schulze (OAB 7629/SC)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 1048A/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 44698/MG)
Sidnei Ferraria (OAB 253137/SP)
Sidney Serudo de Mendonça (OAB 4891/AM)
Stefania de Souza Farias (OAB 6176/AM)
Stephanie Grazielle de Souza Albertino (OAB 10099/AM)
Suelen Torres de Oliveira (OAB 10754/AM)
Tassyane Meiriño Gomes (OAB 5563/AM)
Tatiana Dantas Portela (OAB 6562/AM)
Teresa Cristina Pitta Pinheiro Fabrício (OAB 14694/CE)
Tereza Carmo de Castro
Tereza Carmo de Castro (OAB 479A/AM)
Thales Silvestre Júnior (OAB 2406/AM)
Thatiane Tupinambá de Carvalho (OAB 3696/AM)
Therezinha de Jesus da Costa Winkler (OAB 25730/SP)
Thiago Almeida Rebello (OAB 12327/AM)
Thiago Noronha Benito (OAB 11127/MS)
Thiago Thadeu Bastos Tavares da Silva (OAB 11821/AM)
Thiago Vinícius Mendonça Moreira (OAB A1087AM)
Tomé Rodrigues Leão de Carvalho Gama (OAB 7312/AL)
Túlio Gomes Dantas (OAB 4034/AM)
Varcily Queiroz Barroso (OAB 2683/AM)
Vicente de Paulo Armond de Melo (OAB 1828/AM)
Victor da Silva Trindade (OAB 2991/AM)
Victor Hugo Trindade Simões (OAB 9286/AM)
Vilma Oliveira dos Santos (OAB 542A/AM)
Vinicius Soares Souza (OAB 4926/RO)
Wallestein Monteiro de Souza (OAB 4907/AM)
Walter Siqueira Brito (OAB 4186/AM)
Warney Mauro Prestes da Costa Val (OAB 2837/AM)
Wictor Flávio de São Paulo Aguiar (OAB 8907/AM)
William Daniel Brasil David (OAB 6796/AM)
Wilson Molina Porto (OAB 12790A/MT)
Wilson Sales Belchior (OAB 17314/CE)
Wilton Pereira de Lima (OAB 50537/GO)
Wiston Feitosa de Sousa (OAB 6596/AM)

2ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0077/2019

ADV: DIEGO ANDRADE DE OLIVEIRA (OAB 8792/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: CALIXTO HAGGE NETO (OAB 8788/AM) - Processo 0600741-39.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Rubens Paiva Assayag - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes para apresentarem eventuais propostas de acordo e especificarem as provas que ainda pretendam produzir, devendo mencionar qual a sua utilidade para o deslinde da causa. No caso de prova oral, resumidamente, os fatos que com ela pretendem esclarecer. No caso de prova pericial, a utilidade do expediente, indicando a especialidade requerida e quesitos correlatos, no prazo comum de 15 (quinze) dias.

ADV: DIEGO ANDRADE DE OLIVEIRA (OAB 8792/AM), ADV: CALIXTO HAGGE NETO (OAB 8788/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0600741-39.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Rubens Paiva Assayag - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para que se manifeste acerca da Petição de fls. 332/334, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: ADRIANNE SANCHES SOARES DA SILVA (OAB 8595/AM), ADV: ROBERTO CÉSAR DINIZ CABRERA (OAB 6071/AM) - Processo 0600970-33.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Compra e Venda - REQUERENTE: José W. Xavier - ME (Mery Malhas Confecções) - REQUERIDO: Erin - Estaleiro Rio Negro Ltda. - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que apresente memória de calculos atualizada e discriminada do débito, incluídas as sanções constantes do art. 523, § 1º do CPC, no prazo de 5 (cinco) dias. Não tendo sido deferido o benefício da gratuidade da justiça de forma total, no mesmo ato, intimo a parte interessada, sem necessidade de nova publicação, para recolher os emolumentos pertinentes à consulta do sistema BACENJUD, conforme Lei nº 4.408/2016, caso ainda não tenha o feito.

ADV: SERAFIM PEREIRA D'ALVIM MEIRELLES NETO (OAB 1694/AM), ADV: EMERSON PERKINS LEMOS DE ASSIS (OAB 3715/AM), ADV: CHRISTINA CUNHA E SILVA MEIRELLES (OAB 7896/AM) - Processo 0601930-23.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cheque - EXEQUENTE: Esmar Manfer Dutra do Prado - EXECUTADO: Mopel Logística e Transporte de Cargas Ltda. - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta almejada nos sistemas conveniados (Renajud), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: LUCIANA RODRIGUES PINTO (OAB 9164/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: WALDEMIRA RODRIGUES MATOS (OAB 9750/AM) - Processo 0603414-05.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Obrigações - REQUERENTE: Rozineide Gomes Monteiro - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A e outro - Em conformidade com o art. 1º, XXIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos opostos, nos termos do art. 1.023, § 2º do NCPC.

ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB 737A/AM) - Processo 0603680-26.2018.8.04.0001 - Monitória - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - Em conformidade com o art. 1º, XXVIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a Defensoria Pública Estadual, na qualidade de curador especial do réu/executado revel, nos termos do art. 72, inciso II, do Código do Processo Civil, do processo acima indicado, o qual deverá formular sua manifestação no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: ANNESON FRANK PAULINO DE SOUZA (OAB 11981/AM), ADV: RODRIGO OTÁVIO BORGES MELO (OAB 6488/AM) - Processo 0604234-24.2019.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Fergel Indústria de Ferro e Aço Ltda. - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha a 1ª parcela, bem como as custas postais e junte comprovante de recolhimento, conforme Provimento nº 273/CGJ, levando-se em consideração a quantidade de partes e endereços que deverão constar na(s) carta(s), no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. .

ADV: THATIANE TUPINAMBÁ DE CARVALHO (OAB 3696/AM) - Processo 0604838-82.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - Deflui da análise da inicial que a liminar vindicada faz-se necessária diante da hipótese vertente, visto que a mora do devedor se encontra evidenciada nos autos. Intime-se a parte interessada para que, no prazo de 05 (cinco) dias, comprove o recolhimento das custas referentes às diligências requeridas, quais sejam: mandado de citação, com busca e apreensão, e bloqueio do veículo objeto da lide por meio do sistema RENAJUD, tudo nos termos da Portaria 116/2017 da Presidência desta Corte, se não for a parte interessada beneficiária da justiça gratuita total. Após juntada de comprovante de recolhimento de custas, defiro liminarmente a Busca e Apreensão do bem indicado na vestibular, tudo com fundamento no caput do art. 3º, do Decreto-Lei nº 911, de 1º de outubro de 1969, nomeando, ainda, como fiel depositário do bem litigioso, representante legal do requerente. Em caso de a parte ré não ser encontrada no logradouro declinado na exordial, autorizo a pesquisa de novo endereço por meio dos sistemas BACENJUD, RENAJUD, INFOJUD e SIEL, após o recolhimento dos emolumentos para cada pesquisa solicitada, renove-se a citação. Não recolhidos os respectivos emolumentos, ou, ainda, na hipótese de o autor não envidar esforços no sentido de localizar o demandado, autorizo, desde já, seja intimado o banco requerente, pelo órgão oficial, para que, querendo, no prazo de 05 (cinco) dias, diga se tem efetivo interesse no prosseguimento do feito, sob pena de extinção do processo sem resolução de mérito, na forma do art. 485, IV e VI, do CPC. Paralelamente, se o veículo alienado fiduciariamente não for encontrado ou não se achar na posse do devedor, intime-se o autor para que, no prazo de quinze dias, requeira, nos mesmos autos, a conversão do pedido de busca e apreensão em ação executiva, tudo na forma do art. 4º do Decreto-Lei 911/69, sob pena de extinção por ausência de emenda à exordial, ex vi dos arts. 321, parágrafo único, e 330, IV, ambos do CPC. Uma vez cumprida a liminar, cite-se a parte ré para que no prazo de 05 (cinco) dias pague a integralidade da dívida pendente, segundo os valores apresentados pelo credor fiduciário na inicial, condição em que o bem ser-lhe-á restituído livre do ônus, ex vi do art. 3º, §2º, do Decreto-Lei nº 911/69, ou, querendo, ainda que quitado débito, apresente resposta no prazo de 15 (quinze) dias contados da execução da liminar, na forma do art. 3º, §3º do mesmo repositório legal. Cientifique-se o requerido de que a referida resposta poderá ser apresentada ainda que tenha pago a integralidade da dívida, caso entenda ter havido pagamento a maior e desejar restituição, conforme art. 3º, §4º, do Decreto-Lei no. 911/69. Autorizo o Sr. Meirinho a proceder na forma prevista no art. 212, parágrafo 2º, do Diploma Processual Civil. Advirto o banco credor de que, durante o prazo de cinco dias previsto no §1º do art. 3º do Decreto-Lei 911/69, não deverá alienar o bem dado em garantia, sob pena de eventual incidência dos §§6º e 7º da indigitada lei. Recolhidas as custas de diligências do(a) Sr.(a) Oficial(a) de Justiça, expeça-se mandado.

ADV: ROOSEVELT JOBIM FILHO (OAB 3920/AM) - Processo 0606954-61.2019.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Leivinho T de Souza Navegacao Me - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas postais e junte comprovante de recolhimento, conforme Provimento nº 273/CGJ, levando-se em consideração a quantidade de partes e endereços que deverão constar na(s) carta(s), no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. .

ADV: CRISTIANE BELLINATI GARCIA LOPES (OAB 751A/AM) - Processo 0608499-69.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Itaucard S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo.

ADV: MARCO ROBERTO PEREIRA DA SILVA (OAB 10172/AM) - Processo 0610223-11.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Francy Kerlen de Oliveira Souza - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Autora para que tome ciência da audiência de Conciliação - CEJUSC - Cível, designada para o dia 16/04/2019 às 09:00h, a ser realizada no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania no 4º Andar /Setor 01 do Fórum de Justiça Henoch Reis - Telefone: (92) 3303-5246.

ADV: MARCO ROBERTO PEREIRA DA SILVA (OAB 10172/AM) - Processo 0610223-11.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Francy Kerlen de Oliveira Souza - Em complemento a decisão fls. 43/51, estabeleço pena de MULTA no valor de R$20.000,00 (vinte mil reais), visto que a medida liminar deve ser cumprida hoje, 11/03/2019.

ADV: HIRAN LEÃO DUARTE (OAB 10422/CE) - Processo 0610467-37.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Honda S/A - Deflui da análise da inicial que a liminar vindicada faz-se necessária diante da hipótese vertente, visto que a mora do devedor se encontra evidenciada nos autos. Intime-se a parte interessada para que, no prazo de 05 (cinco) dias, comprove o recolhimento das custas referentes às diligências requeridas, quais sejam: mandado de citação, com busca e apreensão, e bloqueio do veículo objeto da lide por meio do sistema RENAJUD, tudo nos termos da Portaria 116/2017 da Presidência desta Corte, se não for a parte interessada beneficiária da justiça gratuita total. Após juntada de comprovante de recolhimento de custas, defiro liminarmente a Busca e Apreensão do bem indicado na vestibular, tudo com fundamento no caput do art. 3º, do Decreto-Lei nº 911, de 1º de outubro de 1969, nomeando, ainda, como fiel depositário do bem litigioso, representante legal do requerente. Em caso de a parte ré não ser encontrada no logradouro declinado na exordial, autorizo a pesquisa de novo endereço por meio dos sistemas BACENJUD, RENAJUD, INFOJUD e SIEL, após o recolhimento dos emolumentos para cada pesquisa solicitada, renove-se a citação. Não recolhidos os respectivos emolumentos, ou, ainda, na hipótese de o autor não envidar esforços no sentido de localizar o demandado, autorizo, desde já, seja intimado o banco requerente, pelo órgão oficial, para que, querendo, no prazo de 05 (cinco) dias, diga se tem efetivo interesse no prosseguimento do feito, sob pena de extinção do processo sem resolução de mérito, na forma do art. 485, IV e VI, do CPC. Paralelamente, se o veículo alienado fiduciariamente não for encontrado ou não se achar na posse do devedor, intime-se o autor para que, no prazo de quinze dias, requeira, nos mesmos autos, a conversão do pedido de busca e apreensão em ação executiva, tudo na forma do art. 4º do Decreto-Lei 911/69, sob pena de extinção por ausência de emenda à exordial, ex vi dos arts. 321, parágrafo único, e 330, IV, ambos do CPC. Uma vez cumprida a liminar, cite-se a parte ré para que no prazo de 05 (cinco) dias pague a integralidade da dívida pendente, segundo os valores apresentados pelo credor fiduciário na inicial, condição em que o bem ser-lhe-á restituído livre do ônus, ex vi do art. 3º, §2º, do Decreto-Lei nº 911/69, ou, querendo, ainda que quitado débito, apresente resposta no prazo de 15 (quinze) dias contados da execução da liminar, na forma do art. 3º, §3º do mesmo repositório legal. Cientifique-se o requerido de que a referida resposta poderá ser apresentada ainda que tenha pago a integralidade da dívida, caso entenda ter havido pagamento a maior e desejar restituição, conforme art. 3º, §4º, do Decreto-Lei

no. 911/69. Autorizo o Sr. Meirinho a proceder na forma prevista no art. 212, parágrafo 2º, do Diploma Processual Civil. Advirto o banco credor de que, durante o prazo de cinco dias previsto no §1º do art. 3º do Decreto-Lei 911/69, não deverá alienar o bem dado em garantia, sob pena de eventual incidência dos §§6º e 7º da indigitada lei. Recolhidas as custas de diligências do(a) Sr.(a) Oficial(a) de Justiça, expeça-se mandado.

ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM), ADV: EDUARDO CHALFIN (OAB A1140/AM) - Processo 0612323-07.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum - Contratos de Consumo - REQUERENTE: José Ferreira Lima - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Diante do exposto, HOMOLOGO o acordo para que surta seus efeitos jurídicos e legais, julgando extinto o presente processo com fulcro no artigo 487, III, b) do Código de Processo Civil. A Requerimento do credor, expeça-se competente alvará, se for o caso.

ADV: ELIETE SANTANA MATOS (OAB 10423/CE), ADV: HIRAN LEÃO DUARTE (OAB 10422/CE) - Processo 0612756-11.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Honda S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo.

ADV: ALESSANDRA MARIA MARGARITA LA REGINA (OAB 97954/SP) - Processo 0614924-20.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Confia Administradora de Consórcio Ltda. - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo.

ADV: SIMONE ANGÉLICA GRÉGIOS (OAB 212349/SP) - Processo 0625443-54.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - EXEQUENTE: Ananda Metais Ltda. - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta de endereço almejada nos sistemas conveniados (Bacenjud), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: MANOEL PEDRO DE CARVALHO (OAB 4890/AM) - Processo 0626695-24.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Perdas e Danos - REQUERENTE: Francisco Ferreira Lima - Pelo exposto, julgo extinto o processo, sem resolução do mérito, ex vi do art. 485, IV, do CPC.

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM) - Processo 0629870-26.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo.

ADV: AMANDIO FERREIRA TERESO JÚNIOR (OAB 739A/AM), ADV: MARIA LUCÍLIA GOMES (OAB 313A/AM) - Processo 0629895-10.2016.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Bradesco Administradora de Consórcios Ltda. - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo.

ADV: MÁRCIO ALEXANDRE MALFATTI (OAB 139482/SP), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0630968-85.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Pagamento com Sub-rogação - REQUERENTE: Tokio Marine Seguradora S/A - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerida para que apresente o número de agência bancária válido e compatível para a expedição do alvará eletrônico, ou seja, com quatro algarismos e um dígito (XXXX-X), no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: ANA PAULA IVO FERNANDES (OAB 4288/AM), ADV: PEDRO CÂMARA JÚNIOR (OAB 2834/AM), ADV: ISABELLE BENLOLO DE AZEVEDO (OAB 11737/AM), ADV: CAIO PATRICK COELHO SILVA ANDADE (OAB 13408/AM), ADV: PEDRO CÂMARA - SOCIEDADE DE ADVOGADOS (OAB 613/AM) - Processo 0631663-97.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Obrigações - REQUERENTE: Marso Corretora de Seguros Ltda. - REQUERIDO: Unimed de Manaus Cooperativa de Trabalho Médico Ltda. - Compulsando os autos, verifico que a parte requerida não foi intimada do Ato Ordinatório de fls. 142, tendo em vista que os patronos desta, vide procuração de fls. 126, não constam na certidão de publicação de fls. 144. Dessa forma, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que tome(m) ciência de seu conteúdo, cujo teor segue abaixo: “Em conformidade com o art. 1º, XIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes para apresentarem eventuais propostas de acordo e especificarem as provas que ainda pretendam produzir, devendo mencionar qual a sua utilidade para o deslinde da causa. No caso de prova oral, resumidamente, os fatos que com ela pretendem esclarecer. No caso de prova pericial, a utilidade do expediente, indicando a especialidade requerida e quesitos correlatos, no prazo comum de 15 (quinze) dias.

ADV: ELIANA ALÓ DA SILVEIRA (OAB 105933/SP), ADV: ERIK LORENZZO MARINHO DA SILVA (OAB 4944/AM), ADV: ELIANA ALÓ DA SILVEIRA (OAB 105933/SP) - Processo 0634763-60.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: China Transport Logistics Co. Ltda., Representada Por Santos Pride Serviços de Comércio Exterior Ltda. - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que apresente memória de calculos atualizada e discriminada do débito, incluídas as sanções constantes do art. 523, § 1º do CPC, no prazo de 5 (cinco) dias. Não tendo sido deferido o benefício da gratuidade da justiça de forma total, no mesmo ato, intimo a parte interessada, sem necessidade de nova publicação, para recolher os emolumentos pertinentes à consulta do sistema BACENJUD, conforme Lei nº 4.408/2016, caso ainda não tenha o feito.

ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 12450/PE), ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 1026A/AM) - Processo 0637383-16.2016.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Itaucard S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo.

ADV: JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (OAB 1047A/AM), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG) - Processo 0638741-79.2017.8.04.0001 - Execução de Título

Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco do Brasil S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha corretamente as custas postais e junte comprovante de recolhimento, conforme Provimento nº 273/CGJ, levando-se em consideração a quantidade de partes e endereços que deverão constar na(s) carta(s), no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. .

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 877A/AM) - Processo 0640968-13.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 877A/AM) - Processo 0647125-94.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta almejada nos sistemas conveniados (Bacenjud), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: CAIO HENRIQUE FAUSTINO DA SILVA (OAB 13247/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE) - Processo 0647890-65.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Gerard Maxmiliano Rodrigues de Souza - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas finais pendentes, conforme Guia de Recolhimento Judicial elaborada pelo contador judicial, e junte comprovante de pagamento, no prazo de 15 (quinze) dias. Decorrido o prazo sem que a parte tenha juntado os respectivos comprovantes, os autos serão remetidos ao contador judicial para emissão de Certidão de Dívida e providências necessárias, em conformidade com o art. 2º do Provimento nº 228/2014-CGJ/AM.

ADV: ELZU SOUSA ALVES (OAB 9641/AM), ADV: ISLEY E SOUZA DE SOUZA (OAB 9703/AM), ADV: VANESSA CHAVES VIEIRA (OAB 10163/AM), ADV: VANESSA CUNHA FORTES (OAB 10579/AM), ADV: DAYANE RICARDO DE PAIVA (OAB 10592/AM) - Processo 0650384-97.2018.8.04.0001 - Execução de Título Judicial - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Maria do Socorro Rodrigues Feitosa - REQUERIDO: Micael Ribeiro Valerio e outro - Compulsando aos autos, verifico que o renunciante não juntou comprovante de comunicação de sua renúncia ao mandante, conforme determina o art. 112 do CPC. Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo o renunciante para que comprove a comunicação ao mandante, no prazo de 10 (dez) dias.

ADV: MANOEL PEDRO DE CARVALHO (OAB 4890/AM) - Processo 0656851-92.2018.8.04.0001 - Ação de Exigir Contas - Serviços Profissionais - REQUERENTE: Rosiane Alves da Costa - De ordem, intimo a parte autora para comprovar o pagamento da primeira parcela, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção.

ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: ANDRADE GC ADVOGADOS (OAB 5797/AM), ADV: PALOMA TAVARES FEITOZA VIEIRA (OAB 8759/AM), ADV: YACY SOUZA DERZI (OAB 4734/AM) - Processo 0657704-04.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Michelle Pereira Cruz - REQUERIDO: Capital Rossi Empreendimentos S/A - São Daniel Empreendimentos Imobiliários Ltda - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: FRANCISCA NILCE PINHEIRO ROCHA (OAB 9906/AM), ADV: JÉSSICA THAYS NASCIMENTO MARTINS (OAB 9252/AM) - Processo 0660207-95.2018.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: J A F de Lima - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas postais e junte comprovante de recolhimento, conforme Provimento nº 273/CGJ, levando-se em consideração a quantidade de partes e endereços que deverão constar na(s) carta(s), no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. .

Adrianne Sanches Soares da Silva (OAB 8595/AM)
Alessandra Maria Margarita La Regina (OAB 97954/SP)
Amandio Ferreira Tereso Júnior (OAB 739A/AM)
Ana Paula Ivo Fernandes (OAB 4288/AM)
Andrade GC Advogados (OAB 5797/AM)
Anneson Frank Paulino de Souza (OAB 11981/AM)
Antônio Braz da Silva (OAB 1026A/AM)
Antônio Braz da Silva (OAB 12450/PE)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Caio Henrique Faustino da Silva (OAB 13247/AM)
Caio Patrick Coelho Silva Andade (OAB 13408/AM)
Calixto Hagge Neto (OAB 8788/AM)
Christina Cunha e Silva Meirelles (OAB 7896/AM)
Cristiane Bellinati Garcia Lopes (OAB 751A/AM)
Dayane Ricardo de Paiva (OAB 10592/AM)
Diego Andrade de Oliveira (OAB 8792/AM)
Edson Rosas Júnior (OAB 1910/AM)
Eduardo Chalfin (OAB A1140/AM)
Eliana Aló da Silveira (OAB 105933/SP)
Eliete Santana Matos (OAB 10423/CE)
Elzu Sousa Alves (OAB 9641/AM)
Emerson Perkins Lemos de Assis (OAB 3715/AM)
Erik Lorenzzo Marinho da Silva (OAB 4944/AM)
FRANCISCA NILCE PINHEIRO ROCHA (OAB 9906/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Hiran Leão Duarte (OAB 10422/CE)
Isabelle Benlolo de Azevedo (OAB 11737/AM)
Isley e Souza de Souza (OAB 9703/AM)
Jéssica Thays Nascimento Martins (OAB 9252/AM)
José Arnaldo Janssen Nogueira (OAB 1047A/AM)
Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM)
Luciana Rodrigues Pinto (OAB 9164/AM)
Luís Albert dos Santos Oliveira (OAB 8251/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Manoel Pedro de Carvalho (OAB 4890/AM)
Márcio Alexandre Malfatti (OAB 139482/SP)
Marco Roberto Pereira da Silva (OAB 10172/AM)
Maria Lucília Gomes (OAB 313A/AM)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 877A/AM)
Paloma Tavares Feitoza Vieira (OAB 8759/AM)
Pedro Câmara - Sociedade de Advogados (OAB 613/AM)
Pedro Câmara Júnior (OAB 2834/AM)
Rafael Sganzerla Durand (OAB 737A/AM)
Roberto César Diniz Cabrera (OAB 6071/AM)
Rodrigo Otávio Borges Melo (OAB 6488/AM)
Roosevelt Jobim Filho (OAB 3920/AM)
Serafim Pereira D'Alvim Meirelles Neto (OAB 1694/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 44698/MG)
Simone Angélica Grégios (OAB 212349/SP)
Thatiane Tupinambá de Carvalho (OAB 3696/AM)
Vanessa Chaves Vieira (OAB 10163/AM)
Vanessa Cunha Fortes (OAB 10579/AM)
Waldemira Rodrigues Matos (OAB 9750/AM)
Wilson Sales Belchior (OAB 17314/CE)
Yacy Souza Derzi (OAB 4734/AM)

3ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0078/2019

ADV: MAYKA SALOMÃO CORDEIRO VIANA (OAB 6321/AM), ADV: ALEXANDRE VIANA FREIRE (OAB 9947/AM) - Processo 0203010-63.2012.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Valor da Execução / Cálculo / Atualização - EXEQUENTE: Pinheiro e Pinheiro Comércio de Materiais para Pintura Ltda - EXECUTADA: Tecmacon Construções Ltda - Yasmine Raad Salim Bader - REQUERIDO: Hayder Raad Salim Bader - TERCEIRO I: Banco Bradesco S/A e outro - Compulsando os autos, verifico que houve restrição às fls. (35), porém sem ordem judicial, restando totalmente indevida. Ademais, houve instauração de procedimento administrativo junto a Coordenadoria da Central de Mandados às fls. (80), a respeito do cumprimento do mandado expedido, sem ordens judiciais expressas. Adverto, ainda, a parte autora acerca do art. 77, IV, §1º do NCPC/2015, o qual preconiza: [...] São deveres das partes, de seus procuradores e de todos aqueles que de qualquer forma participem do processo: IV - Cumprir com exatidão as decisões jurisdicionais, de natureza provisória ou final, e NÃO criar embaraços à sua efetivação. 1oNas hipóteses dos incisos IV e VI, o juiz advertirá qualquer das pessoas mencionadas nocaputde que sua conduta poderá ser punida como ato atentatório à dignidade da justiça. (grifo nosso) Portanto, defiro pedido de petição de fls. (230/231). Determino, IMEDIATAMENTE, o desbloqueio dos bens elencados às fls. (35), realizados por esta serventia, haja vista conter vício e portanto, nulos. À secretaria para que expeça-se ofício ao Departamento de Trânsito do Estado do Amazonas para cumprimento desta decisão. Noutro giro, determino a secretaria que cumpra decisão de fls. (216), custas já recolhidas. Restando infrutífera pesquisa eletrônica via sistema BACENJUD, e tendo em vista que é dever do magistrado, em sua função jurisdicional, filtrar diligências inúteis ou desnecessárias, conforme interpretação analógica do parágrafo único do art. 370 do Código de Processo Civil, no intuito de promover um processo mais eficaz, e sob à luz do art. 921, III, §§ 1º e 2º, CPC/2015, DECIDO: I - À secretaria para que suspenda o processo em epígrafe, pelo prazo de 1 (um) ano. II - Decorrido o referido prazo, sem que seja localizado o executado (a) ou encontrados bens penhoráveis, o juiz ordenará o arquivamento dos autos. III - Transcorrido o prazo de que trata o § 1o do art. 921 do NCPC/2015, sem manifestação do exequente, começa a correr o prazo de prescrição intercorrente. P.R.I.C.

ADV: HÉLVIA SOCORRO FERNANDES DE CASTRO PEREIRA (OAB 6597/AM) - Processo 0243747-06.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum - Auxílio-Doença Previdenciário - REQUERENTE: Eulalia da Silva Lima - Ante o exposto JULGO PROCEDENTE o pedido, com base no art. 487, I do CPC, para: A) Confirmar a antecipação de tutela concedida no sentido de Restabelecer o NB 5208296078 a partir do dia 13/10/2014, calculado na forma do art. 61 da Lei 8.213/91, até conclusão de curso de reabilitação, ou conversão em aposentadoria caso a mesma não logre êxito. B) Determinar que o pagamento das parcelas vencidas em parcela única, fulcro no art. 23 da Lei 8.213/91, observada a prescrição quinquenal, se existir. C) Quanto à correção monetária, devem ser observados os índices relativos a cada período e respectivo fundamento legal: IPCA-E a partir de 25 de março de 2015, em função da modulação dos efeitos na Questão de Ordem, nas ADIs nº 4.357 e 4.425. Em relação aos juros de mora, devem incidir a contar da citação (art. 240, caput, do CPC) e não poderão ultrapassar o percentual de 6% ao ano, de acordo com a anterior redação do artigo 1º-F da Lei 9.494/1997. D) Condenar a parte requerida no pagamento das custas (STJ Súmula nº 178), e nos honorários advocatícios de sucumbência em 10% sobre as parcelas vencidas até a data da prolação da sentença, em atenção ao enunciado da Súmula 111 do STJ e art.85, §3º do CPC. P.R.I.C Nome do segurado: Eulalia da Silva Lima Data do início do benefício: 13/10/2014Nome da mãe: Ana Lúcia da Silva Lima Data de início do pagamento: 13/10/2014Data de cessação do benefício: conclusão de curso de reabilitação ou início da aposentadoria por invalidez.

ADV: LUÍS FELIPE DE AZEVEDO ARAÚJO (OAB 13522/AM) - Processo 0607040-32.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Aposentadoria por Invalidez - REQUERENTE: Maurício Oliveira dos Santos - De ordem, abro vista às partes para se manifestarem acerca do laudo Pericial de fls. 40/46 no prazo de 15 dias, conforme § 1º do art. 477 do CPC.

Alexandre Viana Freire (OAB 9947/AM)
Hélvia Socorro Fernandes de Castro Pereira (OAB 6597/AM)
Luís Felipe de Azevedo Araújo (OAB 13522/AM)
Mayka Salomão Cordeiro Viana (OAB 6321/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
JUIZ(A) DE DIREITO MANUEL AMARO DE LIMA
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL EDNA MOUZINHO BARRETO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0079/2019

ADV: GLÁUCIA CRISTINA BULCÃO DA SILVA (OAB 3964/AM), ADV: FABRÍCIO GUEDES HALINSKI (OAB 5205/AM), ADV: PAULO GUILHERME DE MENDONÇA LOPES (OAB 98709/SP), ADV: MAISA VIVIANE PEREIRA PARENTE CAMPOS (OAB 5897/AM), ADV: LUIZ ALBERTO MONTEIRO MEDEIROS (OAB 3970/AM), ADV: JULIANA BERGAMASCHI BOTTA (OAB 51006/RS), ADV: EDSON BALDOINO (OAB 32809/SP) - Processo 0000250-77.2002.8.04.0001 (001.02.000250-6) - Cumprimento de sentença - REQUERENTE: Marmoré Mineração e Metalurgica ltda - REQUERIDA: Solda New Distribuidora da Amazonia ltda - Francisco de Assis Parras - Rita de Cassia de Carvalho Parras - Tendo em vista petição de fls. (316/326), intimo a parte autora para se manifestar sobre o alegado, no prazo de 15 (quinze) dias, bem como acerca da prescrição intercorrente, conforme preconiza o Novo Código de Processo Civil de 2015. P.R.I.C.

ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 1048/AM), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG) - Processo 0001127-80.2003.8.04.0001 (001.03.001127-3) - Processo de Execução - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: BANCO DO BRASIL S/A. - REQUERIDA: SULAMITA DA SILVA GUSMÃO - Indefiro pedido de fls. (153), haja vista o processo em epígrafe permanecer sem andamento pelo prazo superior a 1 (um) ano, contando da expedição de alvará datado em agosto de 2014. É o breve relatório. Decido. Como é cediço no nosso ordenamento jurídico, mantendo-se o autor da ação inerte pelo prazo superior a 1 (um) ano, começa a correr o prazo de prescrição intercorrente. Portanto, determino a intimação do requerente acerca da prescrição intercorrente, conforme preconiza o NCPC/2015, no prazo de 15 (quinze) dias. P.R.I.C

ADV: RIULNA VENTURA MULLER (OAB 6654/AM), ADV: FABIANO DA SILVA MACIEL (OAB 5005/AM), ADV: ALEXANDRE FLEMING NEVES DE MELO (OAB 6142/AM), ADV: FRANCISCO DOS SANTOS SILVA (OAB 3458/AM), ADV: ROSEMARY LIMA RODRIGUES (OAB 2351/AM), ADV: GRACIREZA BEZERRA AZEDO (OAB 3842/AM), ADV: JAIR ALVES CORRÊA (OAB 5317/AM), ADV: LUCIANA CRISTINA RODRIGUES (OAB 3671/AM), ADV: LEONARDO ALVARENGA VIANA (OAB 6956/AM), ADV: MONICA NAZARÉ PICANÇO DIAS BONOLO (OAB 6929/AM), ADV: NÍVEA DA SILVA CORADO (OAB 5490/AM), ADV: EDINEY COSTA DA SILVA (OAB 7646/AM), ADV: VANYLTON BEZERRA DOS SANTOS (OAB 7719/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011/AM), ADV: ADAIR JOSÉ PEREIRA MOURA (OAB 1251/AM), ADV: MARCOS OSAMO BASTO TAKEDA (OAB 3739/AM), ADV: NEIVA EVANGELISTA BARBOZA (OAB 3187/AM), ADV: CRISTIANE BENTES TEIXEIRA (OAB 5283/AM), ADV: RAIMUNDO DE AMORIM FRANCISCO SOARES (OAB 1137/AM), ADV: SAMIRA CAMINHA (OAB 5267/AM), ADV: FÁBIO NOGUEIRA CORRÊA (OAB 5674/AM), ADV: GUSTAVO AMORIM CORRÊA (OAB 5071/AM), ADV: KARLA FREIXO BRAGA (OAB 3775/AM), ADV: PRISCILA SOARES FEITOZA (OAB 4656/AM), ADV: MARIA DE FÁTIMA CARDOSO SAMPAIO (OAB 2455/AM) - Processo 0001884-74.2003.8.04.0001 (001.03.001884-7) -

Monitória - REQUERENTE: Manaus Energia S/A - REQUERIDO: Raimundo Nonato Costa - Indefiro pedido de fls. (306/307), haja vista que não restou comprovado nos autos que o devedor realmente mudou de endereço. Portanto, determino, desde já, expedição de novo mandado de intimação, devendo o oficial de justiça atentar-se a ocultação do executado, para efetuar-se a intimação por hora certa. Intimo a parte autora para recolher as devidas custas de mandado de intimação, no prazo de 5 (cinco) dias. P.R.I.C.

ADV: THIAGO NOBRE ROSAS (OAB 4773AM) - Processo 0002503-96.2006.8.04.0001 (001.06.002503-5) - Cumprimento de sentença - Pagamento em Consignação - REQUERENTE: Simone rossetti Sampaio - REQUERIDO: Cooperativa Habitacional Duque de Caxias - Tendo em vista o lapso temporal, determino a intimação das partes para informarem nos autos, de forma sintetizada, a diligência pleiteada e dados completos para melhor entendimento da marcha processual, no prazo de 15 (quinze) dias. Após, façam-se os autos conclusos. P.R.I.C.

ADV: CARLOS ANTÔNIO DE CARVALHO MOTA (OAB 2155/AM), ADV: FRANCISCO ADONIAS PINHEIRO (OAB 1584/AM), ADV: FRANCISCO ADONIAS PINHEIRO (OAB 1584/AM) - Processo 0012904-57.2006.8.04.0001 (001.06.012904-3) - Despejo - Locação de Imóvel - REQUERENTE: Expresso Oliva Ltda - REQUERIDO: Sm da Amazônia Indústria Comércio e Serviços de Transportes - Edson Roberto Antonioli - Trata-se de Despejo proposta por Expresso Oliva Ltda, em face de Edson Roberto Antonioli e Sm da Amazônia Indústria Comércio e Serviços de Transportes. Defiro pedido de fls. (261/262), determino à secretaria o desbloqueio via sistema BACENJUD. Noutro giro, diante dos principios da economia processual que preconiza o máximo resultado na atuação do direito com o mínimo emprego possível de atividades processuais, bem como o da celeridade processual, que determina que os processos devem desenvolver-se em tempo razoável, de modo a garantir a utilidade do resultado alcançado ao final da demanda, hei por bem determinar o arquivamento dos presentes autos. Determino que à secretaria para que arquivem-se os autos assim como proceda à baixa na distribuição. P.R.I.C.

ADV: DANIEL CARDOSO DE ALBUQUERQUE (OAB 6086/AM), ADV: DEOLINDA MARIA NOGUEIRA CARDOSO (OAB 4127/AM) - Processo 0031294-17.2002.8.04.0001 (001.02.031294-7) - Cumprimento de sentença - REQUERENTE: Genial Refrigeração Ltda - Fórum de Justiça da Comarca de Parintins/AM - REQUERIDO: Assoc. Folclorica Boi Bumbá Garantido - Diante da Carta Precatória de fls. 203, de ordem, intimo o autor para que cumpra o estabelecido na Decisão Interlocutória de fl. 196-197: "(...) imprima a carta e os documentos pertinentes, bem assim remeta-os ou protocole um processo eletrônico autônomo junto ao juízo deprecado (...) a parte autora deve comprovar nestes autos o protocolo da precatória junto à vara competente, no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de extinção. Com a juntada do protocolo, o autor deverá comprovar o cumprimento da diligência em até 6 (seis) meses, sob pena de extinção." [grifo]

ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 1048A/AM), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG), ADV: JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (OAB 1047A/AM) - Processo 0051856-47.2002.8.04.0001 (001.02.051856-1) - Processo de Execução - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: BANCO DO BRASIL S/A. - REQUERIDO: Maneciel Almeida Romaina - De ordem, conforme Portaria 001/2017 - PTJ em seu art. 1º, que delega aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais: I - Intime-se o Requerente para manifestar-se acerca do bloqueio NEGATIVO via sistema BACENJUD fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 1048A/AM), ADV: JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (OAB 1047A/AM) - Processo 0054713-66.2002.8.04.0001 (001.02.054713-8) - Processo de Execução - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: BANCO DO BRASIL S/A. - REQUERIDA: Marilza Silva dos Santos - De ordem, conforme Portaria 001/2017 - PTJ em seu art. 1º, que delega aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais: I - Intime-se o Requerente para manifestar-se acerca do bloqueio NEGATIVO via sistema BACENJUD fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: JOSE RIBAMAR FERNANDES MORAIS (OAB A559/AM) - Processo 0207740-73.2019.8.04.0001 (processo principal 0634241-72.2014.8.04.0001) - Incidente de Desconsideração de Personalidade Jurídica - Cheque - REQUERENTE: F F COMÉRCIO VAREJISTA DE DERIVADOS DE PETRÓLEO - LTDA - ME - Portanto, citem-se os sócios indicados na petição de folhas 99/100 dos autos principais, para à luz do art. 135, do CPC, manifestarem-se no prazo de quinze dias úteis. Havendo manifestação, intime-se a parte adversa para manifestação, no mesmo prazo, independentemente de novo despacho. Ato contínuo, determino a suspensão do autos principais n° 0634241-72.2014.8.04.0001, até resolução sobre a referida intervenção de terceiros, nos termos do art. 134, § 2°, do CPC/15. Cumpra-se.

ADV: PAULO ROBERTO VIGNA (OAB 173477/SP) - Processo 0210488-25.2012.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Asian Company Transportes Ltda - REQUERIDA: Luizia Lima da Silva - TERCEIRA: Defensoria Pública do Estado do Amazonas - ATO ORDINATÓRIO Da análise dos autos, verifica-se que decorreu o prazo da citação por edital sem manifestação da parte citada (fl. 168). Desta feita, de ordem e conforme a Decisão Interlocutória de fl. 160, intime-se a Defensoria Pública para atuar como curador especial no presente processo (art. 72, II do CPC).

ADV: LEÔNIDAS DE ABREU (OAB 2635/AM), ADV: FÁBIO CÉSAR OLIVEIRA CABRAL (OAB 3224/AM) - Processo 0211279-18.2017.8.04.0001 (processo principal 0632878-50.2014.8.04.0001) - Cumprimento de Sentença contra a Fazenda Pública - Responsabilidade dos sócios e administradores - REQUERENTE: CONDOMÍNIO FOREST HILL - REQUERIDO: Francisco das Chagas de Souza - Ante os documentos acostados aos autos, bem como a penhora ineficaz via Bacenjud, e observando a ordem de penhora prevista no art. 835 do CPC/15, defiro pedido de penhora e avaliação do imóvel descrito no item "a", folha 40 dos autos. Determino a intimação do autor, a fim de que promova o pagamento das custas de diligência do Oficial de Justiça, no prazo de cinco dias, nos termos estabelecidos pelo Portaria 116/217 PTJ/AM.

ADV: JAIRO BEZERRA LIMA (OAB 1507/AM), ADV: JORGE ANTÔNIO VERAS FILHO (OAB 5693/AM), ADV: FÁBIO NUNES BANDEIRA DE MELO (OAB 4331/AM), ADV: DANIEL FÁBIO JACOB NOGUEIRA (OAB 3136/AM), ADV: LUÍS FELIPE AVELINO MEDINA (OAB 6100/AM), ADV: NEY BASTOS SOARES JÚNIOR (OAB 4336/AM) - Processo 0213469-22.2015.8.04.0001 (processo principal 0242711-36.2009.8.04.0001) - Cumprimento de sentença - Obrigação de Fazer / Não Fazer - EXEQUENTE: Emiko Yasui - EXECUTADO: Manaus Ambiental S/A - Indefiro pedido de fls. 48/50 dos autos, tendo em vista que cabe a parte exequente apresentar sua planilha atualizada de débito, consoante determina o art. 524 do CPC. Desse modo, determino a intimação da parte autora para requerer o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias. P.R.I.C.

ADV: ANDRÉ GUIMARÃES DA CRUZ (OAB 7549/AM), ADV: BENJAMIM SAUL BENCHIMOL (OAB 4902/AM), ADV: JOABE DE FRANÇA BARROS (OAB 4919/AM), ADV: MARY MARUMY BASTOS TAKEDA (OAB 4107/AM), ADV: AMANDA PRISCILA DOS SANTOS LIMA (OAB 7053/AM), ADV: WALTER CALDAS NETO (OAB 7043/AM), ADV: ANA LUIZA GARCIA AVELINO (OAB 8119/AM), ADV: CRISTIANE BARBOSA RODRIGUES (OAB 7806/AM) - Processo 0214608-48.2011.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Valor da Execução / Cálculo / Atualização - REQUERENTE: Múltipla Gestão de Pessoas Ltda - REQUERIDO: Cosmosplast Indústria e Comércio de Plásticos Ltda - DEPRECADO: Juízo de Direito da Comarca de São Paulo - Cartas Precatórias - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO - ATO ORDINATÓRIO De ordem, conforme Portaria 001/2017 - PTJ em seu art. 1º, que delega aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais: I- Intime-se o Requerente, por intermédio de seu patrono constituído nos autos, para se manifestar acerca da Carta Precatória devolvida de fls. 222-227, no prazo legal de 10 (dez) dias.

ADV: ROBERTO TRIGUEIRO FONTES (OAB 692A/AM), ADV: ALBERTINO HAYDEN DOS SANTOS (OAB 189032/RJ), ADV: EMERSON ABINEÃ DA SILVA (OAB 6393/AM), ADV: MAURÍCIO MARQUES DOMINGUES (OAB 175513/SP), ADV: MANUELA MOTTA MOURA DA FONTE (OAB 20397/PE) - Processo 0230463-28.2015.8.04.0001 (processo principal 0704123-92.2012.8.04.0001) - Cumprimento Provisório de Sentença - Direito de Imagem - REQUERENTE: Valéria Freitas Cunha - REQUERIDO: Carrefour Comércio e Indústria Ltda - SEGURADORA ZURICH BRASIL SEGUROS - Determino a intimação da parte impugnada para se manifestar sobre a impugnação ao cumprimento de sentença no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: SANDOVAL FERNANDO CARDOSO DE FREITAS JÚNIOR (OAB 9321/AM), ADV: SANDOVAL FERNANDO CARDOSO DE FREITAS (OAB 7944/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB A598/AM) - Processo 0231108-53.2015.8.04.0001 (processo principal 0713209-87.2012.8.04.0001) - Cumprimento de sentença - Pagamento - EXEQUENTE: Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobrás - EXECUTADA: Marco Aurélio de Mello Ferreira - Defiro pedido de livre penhora acerca dos bens capazes de satisfazer a dívida, no endereço informado pelo exequente. Determino a intimação do autor, a fim de que promova o pagamento das custas de diligência do Oficial de Justiça, no prazo de cinco dias, nos termos estabelecidos pelo Portaria 116/217 PTJ/AM.

ADV: ELI MARQUES CAVALCANTE JÚNIOR (OAB 2881/AM), ADV: WAGNEY GUIMARÃES ROSAS (OAB 7908/AM), ADV: MARIA AURILENE GUIMARÃES ROSAS (OAB 8148/AM) - Processo 0234958-47.2017.8.04.0001 (processo principal 0620617-82.2016.8.04.0001) - Cumprimento Provisório de Decisão - Cheque - REQUERENTE: Eli Marques Cavalcante Júnior - REQUERIDA: Priscila Miranda Lustosa - BRÍGIDA MIRANDA LUSTOSA - Patricia Miranda Lustosa - Valdeniza Alvarez Clemente - Indefiro pedido de fls. 50/51, tendo em vista que a tentativa anterior de bloqueio dos ativos financeiros em nome do executado, não lograram êxito, portanto, é improvável que desta vez se obtenha resultado positivo. Ademais, é dever do magistrado, em sua função jurisdicional, filtrar diligências inúteis ou desnecessárias, conforme interpretação analógica do parágrafo único do art. 370 do Código de Processo Civil, no intuito de promover um processo mais eficaz. Desse modo, determino a intimação do exequente a fim de requerer o que entender de direito, sob pena de arquivamento dos autos.

ADV: MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM), ADV: SAMARA VIVIANE PEREIRA DE SANTANA (OAB 7524/AM), ADV: DEBORAH FARIAS CAVALCANTE (OAB 7822/AM), ADV: JOSÉ WELLINGTON COUTINHO CAMPELO (OAB 6441/CE) - Processo 0237280-11.2015.8.04.0001 (processo principal 0610931-71.2013.8.04.0001) - Cumprimento de sentença - Propriedade Fiduciária - EXEQUENTE: Maria Rosimar de Andrade Souza Beckman - EXECUTADO: Itapeva VII Multicarteira Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados - Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - Determino a intimação da exequente, por meio de seu patrono, a fim de que se manifeste acerca da petição de folhas 65 dos autos, no prazo de 5 (cinco) dias. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: GIOVANI PRAVATO (OAB 18656/ES), ADV: ALESSANDRA SARA DA COSTA LEAL (OAB 8668/ES), ADV: GABRIELLA MONTEIRO MACHADO (OAB 4839/AM), ADV: FERNANDO SOUZA MACHADO (OAB 5975/AM), ADV: ERIVELTON FERREIRA BARRETO (OAB 5568/AM), ADV: JADYLSON GUEISON OLIVEIRA CAVALCANTE (OAB 5567/AM) - Processo 0242723-11.2013.8.04.0001 (apensado ao processo 0218509-92.2009.8.04.0001) (processo principal 0218509-92.2009.8.04.0001) - Cumprimento de sentença - EXEQUENTE: Fuzari Comercio de Materiais de Construcao e Servicos LTDA - EXECUTADO: Grein Brasil Indústria, Comércio Importação Exportação e Serviços Ltda - INTSSADO: Banco do Brasil S/A - Trata-se de Cumprimento de Sentença proposta por Fuzari Comercio de Materiais de Construcao e Servicos LTDA, em face de Grein Brasil Indústria, Comércio Importação Exportação e Serviços Ltda. Diante dos principios da economia processual que preconiza o máximo resultado na atuação do direito com o mínimo emprego possível de atividades processuais, bem como o da celeridade processual, que determina que os processos devem desenvolver-se em tempo razoável, de modo a garantir a utilidade do resultado alcançado ao final da demanda, hei por bem determinar o arquivamento dos presentes autos. Determino que à secretaria para que arquivem-se os autos assim como proceda à baixa na distribuição. P.R.I.C.

ADV: ANNE GUIOMAR SANTOS RIBEIRO DA SILVA (OAB 4741/AM) - Processo 0244209-89.2017.8.04.0001 (processo principal 0608036-40.2013.8.04.0001) - Incidente de Desconsideração de Personalidade Jurídica - Duplicata - REQUERENTE: Denys Antônio Abdala Tuma - ANTE AO EXPOSTO, com fundamento no Art. 485, VI do CPC, determino a extinção do feito sem a resolução de mérito. Ordeno o arquivamento dos autos observando-se as cautelas legais, assim como a baixa na distribuição. Remetam-se os autos à contadoria para apurar possíveis custas pendentes. Custas pelo autor.

ADV: FRED ANDRES DO COUTO SILVA (OAB 7695/AM), ADV: CLÁUDIA MORAES NADAF DA COSTA VAL (OAB 2523/AM), ADV: PAULO RICARDO DA SILVA SANTOS (OAB 7887/AM) - Processo 0247192-27.2018.8.04.0001 (apensado ao processo 0640957-81.2015.8.04.0001) - Embargos à Execução - Cheque - EMBARGANTE: Luiz Carlos Brasil Vasconcelos Junior - EMBARGADO: RC RECEBÍVEIS LTDA - Indefiro o benefício da justiça gratuita ao autor, vez que fora oportunizado a parte embargante a juntada de documentos favoráveis a concessão do benefício, restando este inerte, sem justificativa. O benefício da justiça gratuita presta-se a conceder acesso à justiça àqueles que não possuem condições econômicas o suficiente para arcar com as despesas judiciais. Conceder o comentado benefício com base, unicamente, em declaração firmada pelo próprio autor, sem considerar demais fatores atinentes ao requerente é, no mínimo, temerário. À luz do art. 290, do NCPC, intime-se o requerente para, sob pena de cancelamento da distribuição, antecipar as custas processuais, no prazo legal de 15 (quinze) dias, sob pena de extinção. P.R.I.C.

ADV: PRYSCILA DUARTE NUNES (OAB 9068/AM), ADV: JOSÉ ROBERTO BECHIR MAUÉS FILHO (OAB 15848/PA) - Processo 0250716-03.2016.8.04.0001 (processo principal 0627551-90.2015.8.04.0001) - Embargos Infringentes na Execução Fiscal - Duplicata - REQUERENTE: ISOAMAZON INDÚSTRIA COMÉRCIO DE ARTEFATOS PLÁSTICOS LTDA. - ME - REQUERIDO: TDM TRANSPORTES LTDA - A parte autora requereu a concessão dos benefícios da gratuidade da justiça. No entanto, verifico que não trouxe aos algo quaisquer documentos que comprovem, de forma objetiva, sua condição de hipossuficiência econômica, como por exemplo, juntada do ativo e passivo do autor. De acordo com a Súmula 481 do STJ, cabe a comprovação inequívoca da hipossuficiência econômica por parte da pessoa jurídica pleiteante Em função do exposto acima, à luz do art. 99, §2º, do CPC, fica dada ao autor a oportunidade para, em 15 (quinze) dias úteis, juntar aos autos documentos contundentes e favoráveis ao deferimento da gratuidade da justiça, seu parcelamento, ou mesmo a redução em pontos percentuais, sob pena de indeferimento. P.R.I.C.

ADV: ELSON RODRIGUES DE ANDRADE FILHO (OAB 5753/AM), ADV: NILTON MENDES PINTO (OAB 7315/AM) - Processo 0600875-71.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Despejo para Uso Próprio - REQUERENTE: CENTRO CULTURAL CHANNEL LTDA - EPP - REQUERIDO: GREEN SCHOOL EDUCAÇÃO INFANTIL LTDA. EPP - Trata-se de Cumprimento de Sentença proposta por CENTRO CULTURAL CHANNEL LTDA - EPP, em face de GREEN SCHOOL EDUCAÇÃO INFANTIL LTDA. - EPP. Deixo de acolher o pedido formulado pelo exequente tendo em vista que: A) a desconsideração da personalidade jurídica deve se dar por meio de processo incidente, de acordo com o novo diploma processual; B) não há elementos suficientes nos autos que demonstrem qualquer abuso da personalidade jurídica, elemento essencial para sua desconsideração; C) não se esgotaram as diligências executórias em face da pessoa jurídica, vez que a mera negativa do mandado de penhora não demonstra exaurimento destas. Assim sendo, determino a intimação do exequente para que, no prazo de 10 (dez) dias, se manifeste acerca do regular prosseguimento do feito. P.R.I.C.

ADV: JUAREZ NASCIMENTO DE OLIVEIRA FILHO (OAB 7562/AM), ADV: LEANDRO SOUZA BENEVIDES (OAB 491A/AM), ADV: AFRÂNIO AZEVEDO PEREIRA (OAB 4434/AM), ADV:

GUNTHER AQUILES MARQUES PAZ (OAB 7296/AM), ADV: THATIANA NEVES COSTA DE SOUZA CASTELO BRANCO (OAB 5715/AM), ADV: FLÁVIO JOSÉ DOS SANTOS MARQUES (OAB 1608/AM), ADV: PAULO VICTOR VIEIRA DA ROCHA (OAB 231839/SP), ADV: ANA LUIZA MORAES REBOUÇAS (OAB 5891/AM), ADV: RUBENITO CARDOSO DA SILVA JÚNIOR (OAB 4947/AM), ADV: MARCEL MASTEGUIN (OAB 246409/SP), ADV: BRUNO GIOTTO GAVINHO FROTA (OAB 4514/AM) - Processo 0600941-85.2015.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Posse - REQUERENTE: Indústrias Reunidas Progresso LTDA - REQUERIDO: T.P. Vision Indústria Eletrônica Ltda - PERITO: MARCELO VITAL VIEIRA - PERTO ENG CIVIL - Trata-se de Reintegração / Manutenção de Posse proposta por Indústrias Reunidas Progresso LTDA, em face de T.P. Vision Indústria Eletrônica Ltda. Intime-se o perito Marcelo Vital Vieira (fl. 491), para apresentar a proposta de honorários. No outro giro, intime-se a parte interessada para o pagamento dos honorários no mesmo prazo supracitado, conforme art. 95 NCPC. No mesmo soar, intimem-se, também, as partes para indicarem assistentes técnicos e quesitos, ou arguir o impedimento ou a suspeição do perito, se for o caso, conforme art. 465, §1º do NCPC, no prazo de 15 (quinze) dias, contados desse despacho de intimação e nomeação do perito. Cumpridas as determinações acima, defiro o prazo de 30 (trinta) dias para entrega do laudo pericial. P.R.I.C.

ADV: ROSIANA APARECIDA DAS NEVES VALENTIM (OAB 223195/SP), ADV: MARCOS DE REZENDE ANDRADE JÚNIOR (OAB 188846/SP) - Processo 0601397-35.2015.8.04.0001 - Consignação em Pagamento - Pagamento em Consignação - CONSIGNANTE: Liberty Seguros Seguradora - CONSIGNADO: VITTORIO STUDIO 5 RESTAURANTE LTDA - Verifica-se pelo quadro fático que a questão poderá ser resolvida com as provas já produzidas documentalmente e que, portanto, é dispensável a realização de audiência para a oitiva de testemunhas ou a efetivação de perícia. Assim, no caso em tela, o julgamento antecipado de mérito é medida que se impõe, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil. Não havendo irresignação no prazo de 05 (cinco) dias, façam-me os autos conclusos para sentença.

ADV: PRISCILA LIMA MONTEIRO (OAB 5901/AM), ADV: IGOR DE MENDONÇA CAMPOS (OAB 303002/SP) - Processo 0601767-09.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Espécies de Contratos - REQUERENTE: Transale Transportadora Ale Ltda - REQUERIDO: Petrobras Distribuidora S.a. - Prima facie, não merece acolhimento o pedido de folhas 81/84, posto que, no tocante às sentenças existe recurso próprio para a parte insatisfeita pugnar pela reforma do decisum. Consigno que tal peça não encontra respaldo legal no sistema processual brasileiro, analisar tal pleito sem previsão legal, implicaria em ofensa ao princípio da taxatividade dos recursos, segundo o qual os recursos a serem interpostos pelas partes interessadas deverão estar sempre previstos no ordenamento jurídico. É de se ressaltar para o princípio da taxatividade recursal, que não admite a criação de qualquer espécie recursal se a mesma não for criada, por força de Lei Federal. Sendo assim, possibilitar a reforma de uma decisão pelo próprio julgador, quando não houver previsão expressa em lei, é criar um recurso não previsto no ordenamento jurídico. Forte nessas razões, indefiro o pedido de fls. 81/84 , mantendo a sentença de fls. 72 na forma que está lançada. Publique-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011/AM) - Processo 0601862-10.2016.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Luiz José Alves de Oliveira - Indefiro pedido de suspensão do feito, ante ausência de umas das possibilidades previstas no art. 313 do CPC. Determino a intimação da parte para dar prosseguimento na demanda, no prazo de cinco dias, sob pena de extinção do feito, na forma do art. 485 VI, do CPC.

ADV: RENNALT LESSA DE FREITAS (OAB 8020/AM) - Processo 0602057-87.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Constrição / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens - EXEQUENTE: Lyra Góes & Advogados Associados - EXECUTADO: Lvm Construções Ltda Eireli Epp - Com base no Provimento n.° 63/02 - CGJ, intime-se a parte exequente para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias.

ADV: RENATO ANDRÉ DA COSTA MONTE (OAB 4435/AM) - Processo 0602380-92.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - EXEQUENTE: Condomínio The Place Business Center - EXECUTADO: Cdc Empreendimentos Ltda - Com base no Provimento n.° 63/02 - CGJ, intime-se a parte exequente para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias.

ADV: JOSÉ DAS GRAÇAS BARROS DE CARVALHO (OAB 561/AM), ADV: WANDERLEY ROMANO DANADEL (OAB 78870/MG), ADV: MARIANE CRISTINA COSTA NASCIMENTO (OAB 13670/AM), ADV: TATIANE CASTRO SILVA (OAB 185367/MG) - Processo 0602811-63.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - REQUERIDO: Jose Barros de Carvalho Junior - De ordem, abro vista à parte interessada para se manifestar acerca da petição de fl. 141, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 877A/AM), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT), ADV: ANA CAROLINA SOUSA CEI (OAB 8349/AM) - Processo 0604443-66.2014.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - EXECUTADO: ALILSON JOSÉ FERREIRA DE OLIVEIRA - ME (PRO-MOTOS) - ALILSON JOSÉ FERREIRA DE OLIVEIRA - TERCEIRA: Setor de Cartas Precatórias do Fórum da Comarca de Santarém/PA - Tendo em vista o lapso temporal, determino a intimação da parte autora para informar a este juízo o cumprimento da carta precatória expedida para fins de citação, no prazo de 10 (dez) dias. P.R.I.C.

ADV: LOUISE CAROLINE MIQUILES GUIMARÃES (OAB 9251/AM) - Processo 0605013-86.2013.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - EXEQUENTE: ACS COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA. - EXECUTADO: ENTERPA ENGENHARIA LTDA - DEPRECADO: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO - Da análise dos autos, verifica-se que a parte interessada foi intimada para providenciar o andamento do feito, porém, quedou-se inerte, sem qualquer justificativa. Ademais, fora enviada carta com aviso de recebimento ao autor, retornando negativa com a justificativa de que o número não existe, sendo que este informou, por meio da exordial, o vindicado domicílio, e eventual alteração, deveria ser informada ao presente juízo, em face do princípio da cooperação. ANTE O EXPOSTO, revogo a liminar anteriormente concedida, e com fundamento no art. 485, III do CPC e tendo em vista que não foi oferecido contestação, não sendo necessário requerimento do réu, julgo extinto o processo sem resolução do mérito, por inércia do autor em promover os atos de sua incumbência. Após o trânsito em julgado da presente decisão, determino o arquivamento dos autos observando-se as cautelas legais, assim como a baixa na distribuição. Encaminhem-se os autos à Contadoria a fim de verificar custas pendentes. Custas pelo Autor.

ADV: FLÁVIO RAFAEL PERDIGÃO GUERRA (OAB 8500/AM) - Processo 0605676-93.2017.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Lincon Matos de Oliveira - REQUERIDO: RAUCIELY CAMPOS DE FARIAS - Tendo em vista o retorno negativo do AR de f. 95, determino expedição de mandado de intimação ao autor, com o fito de dar prosseguimento da demanda, no prazo de cinco dias, sob pena de extinção. Cumpra-se.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT) - Processo 0606005-37.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: Jociane Ferreira de Vasconcelos - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - TERCEIRO I: Procuradoria Federal no Estado do Amazonas - Advocacia Geral da União - De ordem, abro vista às partes para se manifestarem acerca do laudo Pericial de fls. 68/74 no prazo de 15 dias, conforme § 1º do art. 477 do CPC.

ADV: ACÁCIO FERNANDES ROBOREDO (OAB 89774/SP) - Processo 0606021-88.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Santander Brasil S/A - Deflui da análise da inicial que a liminar vindicada faz-se necessária diante da hipótese vertente,

visto que a mora do devedor se encontra evidenciada nos autos. Determino a intimação da parte interessada para que, no prazo de 05 (cinco) dias, comprove o recolhimento das custas referentes às diligências requeridas, quais sejam: mandado de citação, com busca e apreensão, e bloqueio do veículo objeto da lide por meio do sistema RENAJUD, tudo nos termos da Portaria 116/2017 da Presidência desta Corte.

ADV: MAYRA DE CASTRO MAIA FLORÊNCIO (OAB 11740/PB) - Processo 0607905-89.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Compromisso - EXEQUENTE: Atem's Distribuidora de Petróleo S/A - EXECUTADO: Auto Posto Taruma Ltda - Vistos, etc... Homologo, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o acordo de fls. 89/92, firmado entre as partes no processo de Execução de Título Extrajudicial movido por Atems Distribuidora de Petróleo S/A contra Auto Posto Taruma Ltda. ANTE AO EXPOSTO, com fundamento no Art. 924, III c/c o art. 487, III, b, ambos do NCPC, julgo extinto o presente processo. Tendo em vista a juntada do comprovante de pagamento à f. 93 dos autos, determino o arquivamento dos autos observando-se as cautelas legais, assim como a baixa na distribuição. P.R.I.C.

ADV: ELAINE BONFIM DE OLIVEIRA (OAB 336A/CE), ADV: CELSO MARCON (OAB A566/AM) - Processo 0608062-28.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - REQUERIDO: Raimundo da Costa Nascimento - Deflui da análise da inicial que a liminar vindicada faz-se necessária diante da hipótese vertente, visto que a mora do devedor se encontra evidenciada nos autos. Determino a intimação da parte interessada para que, no prazo de 05 (cinco) dias, comprove o recolhimento das custas referentes às diligências requeridas, quais sejam: mandado de citação, com busca e apreensão, e bloqueio do veículo objeto da lide por meio do sistema RENAJUD, tudo nos termos da Portaria 116/2017 da Presidência desta Corte. Após juntada de comprovante de recolhimento de custas, defiro liminarmente a Busca e Apreensão do bem indicado na vestibular, tudo com fundamento no caput do art. 3º, do Decreto-Lei nº 911, de 1º de outubro de 1969, nomeando, ainda, como fiel depositário do bem litigioso, representante legal do requerente.

ADV: JORGE HENRIQUE SILVA DE MELO (OAB 7999/AM) - Processo 0608269-27.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Planos de Saúde - REQUERENTE: Domício de Melo Magalhães Neto - REQUERIDO: Amil - Assistência Médica Internacional S.a. - Portanto, passo a decidir. Em função do exposto acima, à luz do art. 99, §2º, do CPC, fica dada ao autor a oportunidade para, em 15 (quinze) dias úteis, juntar aos autos documentos contundentes e favoráveis ao deferimento da gratuidade da justiça, seu parcelamento, ou mesmo a redução em pontos percentuais, sob pena de indeferimento. P.R.I.C

ADV: ROCHA & SOUZA ADVOGADOS ASSOCIADOS (OAB 001152/CE), ADV: GILDO LEOBINO DE SOUZA JÚNIOR (OAB 28669CE) - Processo 0608628-74.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: Exata Serviços Ltda - REQUERIDO: Federação dos Sindicatos dos Pescadores e Pescadoras Artesanais do Estado do Amazonas - Fesinpeam - Raimundo Braga Gonçalves - Por força do princípio da promoção da solução por autocomposição, e tendo em vista que a petição inicial preenche os requisitos essenciais, designo audiência de conciliação para o dia a ser estabelecido pela secretaria, consoante art. 334, do CPC, a ser realizada no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSC), localizado no 4º andar, setor 1, do Fórum de Justiça Ministro Henoch da Silva Reis. Dê-se ciência que, com fulcro no art. 334, § 8º, do CPC, o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. No entanto, intime-se a parte interessada para que em 5 (cinco) dias úteis recolha as custas referentes à emissão de cartas/ARs, nos termos do que determina o Provimento 273/CGJ/AM.

ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 12450/PE) - Processo 0608642-58.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Determino a intimação da parte interessada para que, no prazo de 05 (cinco) dias, comprove o recolhimento das custas referentes às diligências requeridas, quais sejam: mandado de citação, com busca e apreensão, e bloqueio do veículo objeto da lide por meio do sistema RENAJUD, tudo nos termos da Portaria 116/2017 da Presidência desta Corte. Após juntada de comprovante de recolhimento de custas, defiro liminarmente a Busca e Apreensão do bem indicado na vestibular, tudo com fundamento no caput do art. 3º, do Decreto-Lei nº 911, de 1º de outubro de 1969, nomeando, ainda, como fiel depositário do bem litigioso, representante legal do requerente.

ADV: ELAINE FIGUEIRÓ DA SILVA (OAB 301602/SP), ADV: BAUDÍLIO GONZALEZ REGUEIRA (OAB 139684/SP), ADV: TEREZA CRISTINA LEÃO JOSÉ (OAB 261818/SP) - Processo 0608691-02.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Créditos / Privilégios Marítimos - REQUERENTE: Maersk Line A/s, Neste Ato Representada Por Maersk Brasil (Brasmar) Ltda - REQUERIDO: Quimar Comércio de Produtos Químicos e Tratamento de Água Ltda - Verifico que o autor manteve-se inerte quanto à opção pela realização de audiência de conciliação ou de mediação. No entanto, embora haja essa situação negativa, o juiz é obrigado a designá-la, nos termos do art. 334, caput e §1º, do referido diploma legal, porque a situação dos autos não se refere à ausência dos requisitos da petição inicial, nem tampouco à improcedência liminar do pedido. Veja-se. "Art. 334. Se a petição inicial preencher os requisitos essenciais e não for o caso de improcedência liminar do pedido, o juiz designará audiência de conciliação ou de mediação com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, devendo ser citado o réu com pelo menos 20 (vinte) dias de antecedência. § 1o O conciliador ou mediador, onde houver, atuará necessariamente na audiência de conciliação ou de mediação, observando o disposto neste Código, bem como as disposições da lei de organização judiciária." (CPC15) É que se torna perfeitamente possível a autocomposição ao caso tratado nos autos. Mais que isso: só será permitido abster-se da designação da audiência de conciliação ou mediação caso haja manifestação expressa nesse sentido de ambas as partes, consoante art. 334, §4º, I e II, e §5º, do citado caderno legislativo. Com efeito, nos termos do art. 3°, §2°, do NCPC/2015, tem-se que o Estado promoverá, sempre que possível, a solução consensual dos conflitos. E ainda, conforme §3°, do mesmo artigo, a conciliação, a mediação e outros métodos de solução consensual de conflitos deverão ser estimulados por juízes, advogados, defensores públicos e membros do Ministério Publico, inclusive no curso do processo judicial. Assim, por força do princípio da promoção da solução por autocomposição, e tendo em vista que a petição inicial preenche os requisitos essenciais, designo audiência de conciliação para o dia a ser estabelecido pela secretaria, consoante art. 334, do CPC, a ser realizada no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSC), localizado no 4º andar, setor 1, do Fórum de Justiça Ministro Henoch da Silva Reis. Dê-se ciência que, com fulcro no art. 334, §8º, do CPC, o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. No entanto, intime-se a parte interessada para que em 5 (cinco) dias úteis recolha as custas referentes à emissão de carta/AR, nos termos do que determina o Provimento 273/CGJ/AM. P.R.I.C.

ADV: MARCUS AURÉLIO FERNANDES SENA (OAB 10817/AM) - Processo 0608790-69.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Alcina Martins da Silva - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Em função do exposto acima, à luz do art. 99, §2º, do CPC, fica dada ao autor a oportunidade para, em 15 (quinze) dias úteis, juntar aos autos documentos contundentes e favoráveis ao deferimento da gratuidade da justiça, SEU PARCELAMENTO, ou mesmo a redução em pontos percentuais, sob pena de indeferimento.

ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP) - Processo 0609044-42.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Administradora de Consórcio Nacional Honda Ltda. - REQUERIDO: Amanda Viana Garcez - Determino a intimação da parte interessada para que, no prazo de 05 (cinco) dias, comprove o recolhimento das custas referentes às diligências requeridas, quais

sejam: mandado de citação, com busca e apreensão, e bloqueio do veículo objeto da lide por meio do sistema RENAJUD, tudo nos termos da Portaria 116/2017 da Presidência desta Corte. Após juntada de comprovante de recolhimento de custas, defiro liminarmente a Busca e Apreensão do bem indicado na vestibular, tudo com fundamento no caput do art. 3º, do Decreto-Lei nº 911, de 1º de outubro de 1969, nomeando, ainda, como fiel depositário do bem litigioso, representante legal do requerente.

ADV: KELMA SOUZA LIMA (OAB 5470/AM) - Processo 0609066-03.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Jeane da Encarnação Conegundes - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Portanto, passo a decidir. Em função do exposto acima, à luz do art. 99, §2º, do CPC, fica dada ao autor a oportunidade para, em 15 (quinze) dias úteis, juntar aos autos documentos contundentes e favoráveis ao deferimento da gratuidade da justiça, seu parcelamento, ou mesmo a redução em pontos percentuais, sob pena de indeferimento. P.R.I.C

ADV: ROSÂNGELA DA ROSA CORRÊA (OAB 921A/AM), ADV: ROSÂNGELA DA ROSA CORRÊA (OAB A921/AM), ADV: ROSÂNGELA DA ROSA CORRÊA (OAB 205961/SP), ADV: ANNE CLÍCIA ALVES DA SILVA GUILHERME (OAB 3881/AM), ADV: ROSÂNGELA DA ROSA CORRÊA (OAB 30820/RS) - Processo 0609156-21.2013.8.04.0001 - Busca e Apreensão - Liminar - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - REQUERIDO: José Roberto Lopes da Silva - Tendo em vista o longo lapso temporal para retorno do AR, e com base no princípio da celeridade processual, determino expedição de nova carta de intimação para o Banco autor. À secretaria, providências. Cumpra-se.

ADV: RENATA BERNARDINO PAIVA (OAB 10345/AM) - Processo 0609255-78.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Juracy Leite de Araujo - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - IEm função do exposto acima, à luz do art. 99, §2º, do CPC, fica dada ao autor a oportunidade para, em 15 (quinze) dias úteis, juntar aos autos documentos contundentes e favoráveis ao deferimento da gratuidade da justiça, SEU PARCELAMENTO, ou mesmo a redução em pontos percentuais, sob pena de indeferimento.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011/AM), ADV: LÍGIA DE SOUZA FRIAS (OAB 1074A/AM), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069/AM) - Processo 0609266-44.2018.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: Maria da Conceição Martins Santos - Com base no Provimento n.° 63/02 - CGJ, intime-se a parte requerente para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias.

ADV: JOÃO ROAS DA SILVA (OAB 98981/MG) - Processo 0609375-92.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Intermedium S/A - EXECUTADO: Arthur Cezar Tavares Rodrigues - Vistos, etc... O autor Banco Intermedium S/A, nos autos da Ação de Execução de Título Extrajudicial/PROC que move em face de Arthur Cezar Tavares Rodrigues, apresentou petição de página 125, requerendo a desistência do feito e seu consequente arquivamento. ANTE AO EXPOSTO, com fundamento no Art. 485, VIII do CPC, bem como tendo em vista que não foi oferecida contestação, não sendo necessário portanto o consentimento do réu, defiro o pedido e determino a extinção do feito sem a resolução de mérito. Determino o arquivamento dos autos observando-se as cautelas legais, assim como a baixa na distribuição. Remetam-se os autos à contadoria para apurar possíveis custas pendentes. Custas pelo autor. P.R.I.C.

ADV: SUELLEN APARECIDA DE CARVALHO BELASQUE (OAB 811A/AM) - Processo 0609519-95.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condomínio do Edifício Corporate Trade Center - REQUERIDO: Senso Engenharia e Comercio Ltda - À luz do art. 290 do Código de Processo Civil, intime-se o requerente para, no prazo legal de 15 (quinze), antecipar as custas processuais, sob pena de cancelamento do feito na distribuição. P.R.I.C.

ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP) - Processo 0609589-15.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - REQUERIDO: Gildina Maria da Costa - Determino a intimação da parte interessada para que, no prazo de 05 (cinco) dias, comprove o recolhimento das custas referentes às diligências requeridas, quais sejam: mandado de citação, com busca e apreensão, e bloqueio do veículo objeto da lide por meio do sistema RENAJUD, tudo nos termos da Portaria 116/2017 da Presidência desta Corte. Após juntada de comprovante de recolhimento de custas, defiro liminarmente a Busca e Apreensão do bem indicado na vestibular, tudo com fundamento no caput do art. 3º, do Decreto-Lei nº 911, de 1º de outubro de 1969, nomeando, ainda, como fiel depositário do bem litigioso, representante legal do requerente.

ADV: RENAN VIEIRA DA GAMA MALCHER (OAB 18941/PA), ADV: IVANILDO RODRIGUES DA GAMA JÚNIOR (OAB 8525/PA) - Processo 0609590-05.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Safra S/A - EXECUTADO: Xavier Comércio de Produtos Alimentícios EIRELI EPP - ODILIO MIRANDA XAVIER - Indefiro, por ora, pedido de expedição de mandado de avaliação aos bens penhorados às fls. (44/46). Tendo em vista que até o presente momento a parte executada (Odílio Miranda Xavier) não foi devidamente citada, determino as pesquisas eletrônicas aos sistemas BACENJUD, RENAJUD, INFOJUD e SIEL, acerca de busca de ENDEREÇOS da parte supracitada. Devendo a exequente recolher, desde logo, as custas devidas, no prazo de 15 (quinze) dias. Noutro giro, determino consulta de VALORES no sistema BACENJUD, RENAJUD, INFOJUD e ERIDFT em nome da empresa executada (Xavier Comércio de Produtos Alimentícios EIRELI EPP), devidamente citada, somente após a parte autora recolher as devidas custas, no mesmo prazo retromencionado, informo que as custas são cobradas por cada ato, conforme preconiza a Portaria Portaria 116/217 - PTJ, Tabela III, item 9 (atos Processuais). P.R.I.C.

ADV: CARLOS ALBERTO RODRIGUES DE SOUZA (OAB 6164/AM) - Processo 0609647-18.2019.8.04.0001 - Usucapião - Usucapião Conjugal - REQUERENTE: Ezilanda de Souza Freire - REQUERIDO: Marcelo Picanço Freire - A Lei Complementar nº. 172/2016, publicada no Diário Oficial do Estado em 28/12/2016, alterou o Art. 161, I, “a”, da Lei Complementar nº. 17/1997 (Lei de Organização Judiciária do Amazonas), dispõe que compete à Vara de Registros Públicos e Usucapião, processar e julgar os feitos referentes a usucapião de bem imóvel. Assim, declaro a incompetência deste Juízo para processar e julgar o feito e determino a redistribuição imediata dos presentes autos à Vara de Registros Públicos e Usucapião. Redistribua-se. Faça-se a respectiva remessa. Publique-se. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ LEITE NETO (OAB 6506/AM) - Processo 0609656-77.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: Maria de Lourdes Souza - REQUERIDO: Banco do Brasil S/A - Trata-se de Procedimento Comum proposta por Maria de Lourdes Souza, em face de Banco do Brasil S/A. Da análise dos autos, verifico razoável o pagamento das custas judiciais de maneira parcelada pela parte autora, consoante determina o art. 98 § 6° CPC. Desse modo, em consonância com a Portaria n° 490/2017 PTJ/AM, determino o pagamento das custas iniciais em cinco prestações. Determino remessa dos autos à Contadoria do foro para as providências cabíveis. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: JÉSSICA LAÍS RONDON PIRANGY (OAB 10452/AM) - Processo 0609675-88.2016.8.04.0001 - Consignação em Pagamento - Pagamento em Consignação - REQUERENTE: ALTEVIR SALGADO DOS SANTOS - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Verifica-se pelo quadro fático que a questão poderá ser resolvida com as provas já produzidas documentalmente e que, portanto, é dispensável a realização de audiência para a oitiva de testemunhas ou a efetivação de perícia. Assim, no caso em tela, o julgamento antecipado de mérito é medida que se impõe, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil. Não havendo irresignação no prazo de 05 (cinco) dias, façam-me os autos conclusos para sentença.. P.R.I.C.

ADV: ELIANA DE OLIVEIRA RESENDE (OAB 12168/AM) - Processo 0609869-83.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Interpretação / Revisão de Contrato - REQUERENTE: Helaiton Josias de Azevedo Borba - REQUERIDO: Banco Olé Bonsucesso Consignado S/A - Da análise dos autos, verifico razoável o pagamento das custas judiciais de maneira parcelada pela parte autora, consoante determina o art. 98 § 6° CPC. Desse modo, em consonância com a Portaria n° 490/2017 PTJ/AM, determino o pagamento das custas iniciais em três prestações. Determino remessa dos autos à Contadoria do foro para as providências cabíveis. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ALCEMIR PESSOA FIGLIUOLO NETO (OAB 13248/AM) - Processo 0609979-82.2019.8.04.0001 - Despejo - Despejo para Uso de Ascendentes e Descendentes - REQUERENTE: Espólio de Noêmia de Figueiredo Loio - REQUERIDO: Eriko Bruno Figueiredo da Costa - Em função do exposto acima, à luz do art. 99, §2º, do CPC, fica dada ao autor a oportunidade para, em 15 (quinze) dias úteis, juntar aos autos documentos contundentes e favoráveis ao deferimento da gratuidade da justiça, SEU PARCELAMENTO, ou mesmo a redução em pontos percentuais, sob pena de indeferimento.

ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP) - Processo 0609989-29.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Banco Itaucard S/A - REQUERIDO: Fabricio Lopes Figueiredo - Determino a intimação da parte interessada para que, no prazo de 05 (cinco) dias, comprove o recolhimento das custas referentes às diligências requeridas, quais sejam: mandado de citação, com busca e apreensão, e bloqueio do veículo objeto da lide por meio do sistema RENAJUD, tudo nos termos da Portaria 116/2017 da Presidência desta Corte. Após juntada de comprovante de recolhimento de custas, defiro liminarmente a Busca e Apreensão do bem indicado na vestibular, tudo com fundamento no caput do art. 3º, do Decreto-Lei nº 911, de 1º de outubro de 1969, nomeando, ainda, como fiel depositário do bem litigioso, representante legal do requerente.

ADV: ALEXANDRE MARTINS DE MENDONÇA (OAB 9107/AM) - Processo 0610197-13.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Anderson

rafael Desouza Nunes (Menor Impúbere) - Anderson Cardozo Nunes - REQUERIDO: Arle dos Santos Martins - Edilberto Patricio Batista de Melo - Da análise dos autos, verifico razoável o pagamento das custas judiciais de maneira parcelada pela parte autora, consoante determina o art. 98 § 6° CPC. Desse modo, em consonância com a Portaria n° 490/2017 PTJ/AM, determino o pagamento das custas iniciais em cinco prestações. Determino remessa dos autos à Contadoria do foro para as providências cabíveis. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: MARCOS PAULO DO CARMO OLIVEIRA (OAB 11771/AM) - Processo 0610477-81.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cláusula Penal - REQUERENTE: Angela dos Santos Cativo - REQUERIDO: Eduardo de Oliveira Soares - Portanto, passo a decidir. Em função do exposto acima, à luz do art. 99, §2º, do CPC, fica dada ao autor a oportunidade para, em 15 (quinze) dias úteis, juntar aos autos documentos contundentes e favoráveis ao deferimento da gratuidade da justiça, seu parcelamento, ou mesmo a redução em pontos percentuais, sob pena de indeferimento. P.R.I.C

ADV: NORBERTO ANGELO GARBIN (OAB 9978/SC) - Processo 0610512-41.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Revisão do Saldo Devedor - REQUERENTE: José Hildo de Oliveira - REQUERIDO: Brazilian Mortgages Companhia Hipotecária - Decido. Compulsando os autos, verifico que a venda do imóvel estava prevista para ocorrer nos dias 21 e 25 de fevereiro do presente ano. No entanto, pela elevada demanda judicial, a análise dos autos só pode ocorrer na presente data, o que inviabiliza a concessão de uma tutela para um ato que já ocorreu. Desse modo, acautelo-me quanto a liminar pretendida. Por força do princípio da promoção da solução por autocomposição, e tendo em vista que a petição inicial preenche os requisitos essenciais, designo audiência de conciliação para o dia a ser estabelecido pela secretaria, consoante art. 334, do CPC, a ser realizada no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSC), localizado no 3º andar, setor 1, do Fórum de Justiça Ministro Henoch da Silva Reis. Dê-se ciência que, com fulcro no art. 334, §8º, do CPC, o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. Cite-se. P.R.I.C.

ADV: CÍNTIA ROSSETTE DE SOUZA (OAB 4605/AM) - Processo 0610590-35.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Descontos dos benefícios - REQUERENTE: Maria de Fátima Nascimento de Souza - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Pelo exposto, INDEFIRO o pedido de suspensão dos descontos efetuados pelo banco requerido, consoante informado na exordial. Por força do princípio da promoção da solução por autocomposição, e tendo em vista que a petição inicial preenche os requisitos essenciais, designo audiência de conciliação para o dia a ser estabelecido pela secretaria, consoante art. 334, do CPC, a ser realizada no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSC), localizado no 3º andar, setor 1, do Fórum de Justiça Ministro Henoch da Silva Reis. Dê-se ciência que, com fulcro no art. 334, §8º, do CPC, o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. Cite-se.

ADV: ALEANDRO LIMA DE QUEIROZ (OAB 23008-A/PB) - Processo 0610780-95.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Maria Elideia Nunes Lioca - REQUERIDO: Associação Nacional de Aposentados e Pensionistas da Previdência Social - Anapps - Ex positis, e por tudo mais que dos autos constam, DEFIRO A TUTELA DE URGÊNCIA, consistente na suspensão dos descontos referentes a Contribuição ANAPPS efetuados na aposentadoria da parte autora, sob pena de multa diária no valor de R$ 500,00 (quinhentos reais), até 30 dias multas, a ser revertida em favor da Requerente. Defiro os benefícios da justiça gratuita, na forma do Art. 98, §1º e ss. do NCPC. Expeça-se o competente mandado de intimação desta Tutela de Urgência. Após, paute-se audiência de Conciliação no Centro de Conciliação Cível - CEJUSC CÍVEL.

ADV: JÚLIO CÉSAR MAGALHÃES DOS SANTOS (OAB 6766/AM) - Processo 0610867-51.2019.8.04.0001 - Despejo por Falta de Pagamento - Despejo para Uso Próprio - REQUERENTE: Geferson da Silva Santos - REQUERIDO: Dênio Alex Silva da Mota - Portanto, passo a decidir. Em função do exposto acima, à luz do art. 99, §2º, do CPC, fica dada ao autor a oportunidade para, em 15 (quinze) dias úteis, juntar aos autos documentos contundentes e favoráveis ao deferimento da gratuidade da justiça, seu parcelamento, ou mesmo a redução em pontos percentuais, sob pena de indeferimento. P.R.I.C

ADV: IVANA DA CUNHA LEITE RUIZ (OAB 4814/AM) - Processo 0610940-23.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Condomínio - REQUERENTE: Cond. Mundi Resort Residencial - REQUERIDO: Edmir Thome - À luz do art. 290 do Código de Processo Civil, intime-se o requerente para, no prazo legal de 15 (quinze), antecipar as custas processuais, sob pena de cancelamento do feito na distribuição. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: AMANDIO FERREIRA TERESO JÚNIOR (OAB 739A/AM) - Processo 0611114-32.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Bradesco Administradora de Consorcios Ltda - REQUERIDO: Frank Martins de Macedo - Deflui da análise da inicial que a liminar vindicada não preenche os requisitos que implicam sua concessão, visto que a mora do devedor não se encontra evidenciada nos documentos acostados à exordial, por meio de notificação extrajudicial encaminhada por meio da Serventia de Títulos e Documentos, pressupostos estes cominados pelo art. 2º, §2º, do Decreto-Lei 911/69. Cite-se a parte ré para que no prazo de 05 (cinco) dias pague a integralidade da dívida pendente, segundo os valores apresentados pelo credor fiduciário na inicial, condição em que o bem ser-lhe-á restituído livre do ônus, ex vido art. 3º, §2º, do Decreto-Lei nº 911/69, ou, querendo, apresente defesa no prazo de 15 (quinze) dias. Cientifique-se o requerido de que a referida resposta poderá ser apresentada ainda que tenha pago a integralidade da dívida, caso entenda ter havido pagamento a maior e desejar restituição, conforme art. 3º, §4º, do Decreto-Lei no. 911/69.

ADV: ROBERTO GUENDA (OAB 101856/SP), ADV: ROBERTA BRAGA PINHEIRO (OAB 5853/AM), ADV: FRANCISCO CARLOS RAMOS DA SILVA (OAB 163988/RJ) - Processo 0611227-93.2013.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Credifibra S.A. Crédito, Financiamento e Investimento - REQUERIDA: Fátima Almeida de Lima - Da análise dos autos, verifica-se que a parte interessada foi intimada para providenciar o andamento do feito, porém, quedou-se inerte, sem qualquer justificativa. Ademais, fora enviada carta com aviso de recebimento ao autor, retornando negativa com a justificativa de mudança de endereço, sendo que este não informou ao juízo eventual alteração em seu domicílio, algo que lhe era inerente, em face do princípio da cooperação. ANTE O EXPOSTO, revogo a liminar anteriormente concedida, e com fundamento no art. 485, III do CPC e tendo em vista que não foi oferecido contestação, não sendo necessário requerimento do réu, julgo extinto o processo sem resolução do mérito, por inércia do autor em promover os atos de sua incumbência. Após o trânsito em julgado da presente decisão, determino o arquivamento dos autos observando-se as cautelas legais, assim como a baixa na distribuição. Encaminhem-se os autos à Contadoria a fim de verificar custas pendentes.

ADV: ELZA MENEGUMI LIDA (OAB 95740/SP) - Processo 0611889-18.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - EXEQUENTE: Pandurata Alimentos Ltda. - EXECUTADO: Can Comércio Atacadista de Produtos Alimentícios Ltda. - Vistos, etc... Da análise dos autos, verifica-se que a parte interessada foi intimada para providenciar o andamento do feito, porém, quedou-se inerte, sem qualquer justificativa, por prazo superior a 30 dias. ANTE O EXPOSTO, com fundamento no art. 485, III do CPC e tendo em vista que não foi oferecido contestação, não sendo necessário requerimento do réu, julgo extinto o processo sem resolução do mérito, por inércia do autor em promover os atos de sua incumbência. Após o trânsito em julgado da presente decisão, determino o arquivamento dos autos observando-se as cautelas legais, assim como a baixa na distribuição. Encaminhem-se os autos à Contadoria a fim de verificar custas pendentes. Custas pelo Autor. P.R.I.C.

ADV: HIRAN LEÃO DUARTE (OAB 10422/CE), ADV: SAULLO SAMMIR BERRÊDO PACHECO (OAB 8593/AM) - Processo 0612770-29.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco GMAC S.A - REQUERIDO: MILTON CESAR PEREIRA ROCHA - ANTE AO EXPOSTO, com fundamento no Art. 485, IV do CPC, determino a extinção do feito sem a resolução de mérito. Ordeno o arquivamento dos autos observando-se as cautelas legais, assim como a baixa na distribuição. Remetam-se os autos à contadoria para apurar possíveis custas pendentes. Custas pelo autor.

ADV: ORESTE NESTOR DE SOUZA LASPRO (OAB 98628/SP) - Processo 0612923-62.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco Cruzeiro do Sul S/A - REQUERIDO: Vasco Bento dos Santos Ribeiro - Indefiro pedido de folha 105/105, ante ausência de intimação pessoal do requerido, revel na presente demanda, determino nova intimação por carta com aviso de recebimento, a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, promova o cumprimento voluntário da sentença, no valor indicado pelo exequente, sob pena do acréscimo de multa de 10% (dez por cento) e honorários também de 10% (dez por cento). Acaso a parte executada efetue o pagamento integral da dívida, defiro a expedição de alvará em favor da parte Exequente para levantamento do respectivo valor. Após, dê-se baixa e arquivem-se os autos. Efetuado o pagamento parcial, a multa e os honorários incidirão sobre o restante, ressaltando-se que o prazo para impugnação contar-se-á a partir do depósito parcial. Após a fluência do prazo sem o pagamento voluntário, iniciar-se-á o prazo de 15(quinze) dias para o oferecimento de impugnação ao cumprimento de sentença. Oferecida a impugnação, certifique-se sua tempestividade, bem assim o pagamento de custas processuais sobre o valor da execução. Ultimadas tais providências, intime-se a parte exequente para se manifestar, no prazo de 15 (quinze) dias sobre a impugnação. Em caso de não recolhimento, ou, ainda, de adimplemento a menor das referidas custas, voltem-me os autos conclusos. Transcorrido o prazo para pagamento voluntário, intime-se a parte exequente para que apresente, no prazo de 05 (cinco) dias, memória atualizada e discriminada do débito, incluídas as sanções constantes do art. 523, §1º, do CPC, bem como recolha, em igual prazo, os emolumentos pertinentes as consultas ao sistemas BACENJUD/ RENAJUD/ INFOJUD e ERIDFT, conforme tabela de custas consolidada pela Portaria nº116/2017-PTJ. Com a devida juntada, proceda-se as consultas por meio dos sistemas supracitados, na forma do art. 854 do CPC. Efetivado o bloqueio, intime-se a parte executada para se manifestar, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre a constrição dos valores, nos termos do art. 854, §3, do NCPC. Após, intimem-se a parte exequente, para que, no prazo de 05 (cinco) dias, requeira o que entender de direito, sob pena de arquivamento, mantendo-se os autos em arquivo provisório, sem prejuízo da retomada da execução, desde que requerido pela parte exequente e trazendo aos autos bens passíveis de penhora, haja vista ser dever do magistrado, em sua função jurisdicional, filtrar diligências inúteis ou desnecessárias, conforme interpretação analógica do parágrafo único do art. 370 do Código de Processo Civil, no intuito de promover um processo mais eficaz. Por fim, certificado o trânsito em julgado da decisão e transcorrido o prazo do art. 523 do CPC, a parte exequente poderá requerer diretamente à serventia a expedição de certidão, nos termos do art. 517 do CPC. P.R.I.C.

ADV: ALESSANDRO FERNANDES BRAGA (OAB 72065/MG), ADV: JOÃO ROAS DA SILVA (OAB 98981/MG) - Processo 0613186-02.2013.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Intermedium S.AINTERMEDIUM S/A - EXECUTADO: Maick de Souza Almeida - Tendo em vista a existência de sentença resolutiva nos autos, determino o arquivamento e baixa dos presentes autos. Ato contínuo, deverá a Secretaria, certificar decurso de prazo, e proceder com as providências ordenadas. Cumpra-se.

ADV: ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 86415/RJ), ADV: LUCÉLIA GOMES RODRIGUES DE SOUZA (OAB 10142/AM), ADV: BÁRBARA ANTUNES ANDRADE (OAB 10919/AM) - Processo 0613314-46.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Seguro - REQUERENTE: Raimundo da Costa Alves - REQUERIDO: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A - EX POSITIS e por tudo mais que dos autos constam, julgo improcedente a presente a ação que Raimundo da Costa Alves, move contra Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A. Pelo princípio da causalidade, condeno o autor ao pagamento das custas e despesas processuais, corrigidas do desembolso, bem como em honorários advocatícios que arbitro em 20% do valor da condenação, com base no art. 85, §2º, do Código de Processo Civil, executáveis caso haja reversão econômica do autor em cinco anos.

ADV: ANDRÉ LUIZ PEDROSO MARQUES (OAB 208234RJ), ADV: CLAUDIO KAZUYOSHI KAWASAKI (OAB A1117/AM), ADV: ROBERTO GUENDA (OAB 101856/SP), ADV: IRLANE LIMA DE OLIVEIRA ARAÚJO (OAB 7784/AM), ADV: ROBERTA BRAGA PINHEIRO (OAB 5853/AM) - Processo 0613316-89.2013.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Fibra S/A - REQUERIDO: Alvaro Harlem de Souza Lima - Vistos, etc... Da análise dos autos, verifica-se que a parte interessada foi intimada para providenciar o andamento do feito, porém, quedou-se inerte, sem qualquer justificativa. Ademais, fora enviada carta com aviso de recebimento ao autor, retornando negativa com a justificativa de mudança de endereço, sendo que este não informou ao juízo eventual alteração em seu domicílio, algo que lhe era inerente, em face do princípio da cooperação. ANTE O EXPOSTO, revogo a liminar anteriormente concedida, e com fundamento no art. 485, III do CPC e tendo em vista que não foi oferecido contestação, não sendo necessário requerimento do réu, julgo extinto o processo sem resolução do mérito, por inércia do autor em promover os atos de sua incumbência. Após o trânsito em julgado da presente decisão, determino o arquivamento dos autos observando-se as cautelas legais, assim como a baixa na distribuição. Encaminhem-se os autos à Contadoria a fim de verificar custas pendentes. Custas pelo Autor. P.R.I.C.

ADV: PIO CARLOS FREIRIA JUNIOR (OAB A1118AM), ADV: CRISTIANE BELLINATI GARCIA LOPES (OAB 751A/AM) - Processo 0614052-39.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Renova Securitizadora de Créditos Financeiros S/A - EXECUTADA:

MUSSA VIEIRA PINHEIRO - Defiro pedido f. 124 dos autos. Determino expedição de ofício aos órgãos de proteção de crédito a fim de cadastrar o executado, nos termos do art. 782 do CPC/15. À Secretaria, providências. Cumpra-se.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 805A/AM), ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT), ADV: MARIA APARECIDA ROSSI BEZERRA (OAB 29209/BA) - Processo 0614939-57.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Auxílio-Doença Previdenciário - REQUERENTE: ANDERSON DE SOUZA OLIVEIRA - REQUERIDO: INSS - Instituto Nacional da Seguridade Social - PERITO: Marcelo de Vasconcelos Dias - INTSSADO: Procuradoria Federal no Estado do Amazonas - Advocacia Geral da União - Trata-se de Cumprimento de Sentença proposta por ANDERSON DE SOUZA OLIVEIRA, em face de INSS - Instituto Nacional da Seguridade Social. Intime-se a Autarquia Previdenciária, na pessoa de seu representante judicial, para, querendo, no prazo de 30 (trinta) dias, impugnar a execução, conforme redação do artigo 535, CPC, bem como para que cumpra a obrigação de fazer constante na sentença prolatada. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM) - Processo 0616109-93.2016.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco S. A. - REQUERIDO: Marcos Deleon Bezerra da Silva - Com base no Provimento n.° 63/02 - CGJ, intime-se a parte requerente para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0617231-78.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Joaquim Souza Guedes - Trata-se de Cumprimento de Sentença proposta por Amazonas Distribuidora de Energia S/A, em face de Joaquim Souza Guedes. Diante dos principios da economia processual que preconiza o máximo resultado na atuação do direito com o mínimo emprego possível de atividades processuais, bem como o da celeridade processual, que determina que os processos devem desenvolver-se em tempo razoável, de modo a garantir a utilidade do resultado alcançado ao final da demanda, hei por bem determinar o arquivamento dos presentes autos. Determino que à secretaria para que arquivem-se os autos. P.R.I.C.

ADV: LUANA SILVA SANTOS (OAB 16292/PA), ADV: ÉRICO VIDAL ROTONDANO (OAB 10709/AM) - Processo 0617250-16.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum - Seguro - REQUERENTE: Rudson Mendonça Martins - REQUERIDO: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A - PERITO: Instituto Médico Legal - IML - Tendo em vista discordância da parte requerida acerca do pedido de desistência efetuado pela pare autora, e pela análise dos autos, reputo que este já se encontra maduro para julgamento. Desse modo o julgamento antecipado de mérito é medida que se impõe, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil. Não havendo irresignação no prazo de 05 (cinco) dias, façam-me os autos conclusos para sentença. Cumpra-se.

ADV: EDEMILSON KOJI MOTODA (OAB 231747/SP) - Processo 0617801-30.2016.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Disal Adminiatradora de Consórcios Ltda - REQUERIDA: ADELIA CRISTINA VIEIRA DE R. DORNELAS - Ante ausência de manifestação do juízo deprecado, determino a intimação do requerente, pessoa de seu patrono, para dar prosseguimento no feito, afim de informar o cumprimento ou não da citação, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção do feito. Decorrido os prazos, conclusos os autos. P.R.I.C.

ADV: FRED FIGUEIREDO CÉSAR (OAB 9508/AM), ADV: CMG - CÉSAR, MENDES & GALLARDO ADVOGADOS ASSOCIADOS (OAB 9508/AM) - Processo 0618137-63.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Conversão - REQUERENTE: Aldemar Maquine Bezerra - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - TERCEIRO I: Procuradoria Federal no Estado do Amazonas - Advocacia Geral da União - Vistos, etc... Homologo, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o acordo de fls. 73/76, em todos seus termos, oferecido pela Procuradoria, tendo sido aceito pela parte autora à f. 118/119 dos autos, das partes no processo deProcedimento Comum movido por Aldemar Maquine Bezerra contra Instituto Nacional do Seguro Social - INSS. ANTE AO EXPOSTO, com fundamento no Art. 924, III c/c o art. 487, III, b, ambos do NCPC, julgo extinto o presente processo. Determino, após o cumprimento integral do acordo, o arquivamento dos autos observando-se as cautelas legais, assim como a baixa na distribuição. P.R.I.C.

ADV: ROBERTO MARQUES DA COSTA (OAB 4135/AM) - Processo 0622312-03.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Constrição / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens - EXEQUENTE: Condomínio Residencial Nascentes do Tarumã - EXECUTADA: Karla Oliveira de Moraes Rios - Renato Pimentel Rios - Com base no Provimento n.° 63/02 - CGJ, intime-se a parte exequente para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 877A/AM), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT) - Processo 0622774-33.2013.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - REQUERIDO: F. L. F. VIDAL - Com base no Provimento n.° 63/02 - CGJ, intime-se a parte requerente para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias.

ADV: LÍGIA DE SOUZA FRIAS (OAB 1074A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0622790-45.2017.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: FTD TRANSPORTES DE CARGA LTDA - Com base no Provimento n.° 63/02 - CGJ, intime-se a parte requerente para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias.

ADV: ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 86415/RJ), ADV: LEONARDO COSTA (OAB 3584/AC), ADV: ÁLVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 831A/AM), ADV: FLORINDO SILVESTRE POERSCH (OAB 800/AC), ADV: BERGSON MENDONÇA LACERDA (OAB 8963/AM), ADV: ÁLVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 3592/AC), ADV: MARCELO DAVOLI LOPES (OAB 143370/SP) - Processo 0623426-16.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Seguro - REQUERENTE: ZAQUEU MAIA LOPES - REQUERIDO: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. - INTSSADO: Diretor do Instituto Médico Legal (IML) - Manaus/AM - Diante dos principios da economia processual que preconiza o máximo resultado na atuação do direito com o mínimo emprego possível de atividades processuais, bem como o da celeridade processual, que determina que os processos devem desenvolver-se em tempo razoável, de modo a garantir a utilidade do resultado alcançado ao final da demanda, hei por bem determinar o arquivamento dos presentes autos. Advirta-se à parte autora que para requerer o desarquivamento deverá recolher as custas de tal ato, bem como suprir de imediato a necessidade processual que lhe foi atribuída e não cumprida. Determino que a secretaria encaminhe os autos à Contadoria, e após arquivem-se os autos assim como a baixa na distribuição. P.R.I.C.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT) - Processo 0623708-15.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - EXECUTADO: Jose dos Santos Ferreira Fo - De ordem, conforme Portaria 001/2018, em seu Art. 1º, item I, intime-se a parte exequente, para que, no prazo de 05 (cinco) dias, providencie o recolhimento das custas de diligências do Oficial de Justiça, conforme Portaria nº 116/2017 PTJ. Após a comprovação do pagamento, expeça-se mandado.

ADV: ELISABETE LUCAS (OAB 4118/AM) - Processo 0625047-77.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: Cinara Gilvandrea Souza de Moura - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - INTSSADA: Iara Aline Negreiros da Silva - PERITO: Abrahim Bady Bacry Filho - TERCEIRO I: Procuradoria Federal no Estado do Amazonas - Advocacia Geral da União - Vistos, etc... O autor Cinara Gilvandrea Souza de Moura, nos autos da Ação de Procedimento Comum/

PROC que move em face de Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e outro, apresentou petição de páginas 94, requerendo a desistência do feito e seu consequente arquivamento. Intimado o réu para se manifestar acerca deste pedido, este manifestou seu consentimento. ANTE AO EXPOSTO, com fundamento no Art. 485, VIII do CPC, defiro o pedido e determino a extinção do feito sem a resolução de mérito. Determino o arquivamento dos autos observando-se as cautelas legais, assim como a baixa na distribuição. Remetam-se os autos à contadoria para apurar possíveis custas pendentes. Custas pelo autor. P.R.I.C.

ADV: GIULIO ALVARENGA REALE (OAB 65628/MG), ADV: GIULO ALVARENGA REALE (OAB 1006/AM) - Processo 0625204-84.2015.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Itapeva VII Multicarteira Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados - REQUERIDA: INGRID CAROLINE FERREIRA GONÇALVES - ATO ORDINATÓRIO De ordem, conforme Portaria 001/2017 - PTJ em seu art. 1º, que delega aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais: De ordem, abro vista a parte interessada para se manifestar acerca das fls. 161/165.

ADV: FLAVIANA HONORATA DE ARAÚJO (OAB 8918/AM), ADV: ALESSANDRA DA SILVA CONTENTE (OAB 7091/AM) - Processo 0626422-16.2016.8.04.0001 - Despejo por Falta de Pagamento - Despejo por Denúncia Vazia - REQUERENTE: Carlos Tadeu Celestino Silva - REQUERIDO: Sérgio Seixas Tavares - Flávia Caroline Marques Amorim - Tendo em vista a existência de outros patronos representando a parte autora, determino a exclusão da patrona, consoante solicitado à f. 108 autos. Cumpra-se.

ADV: MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM) - Processo 0626549-17.2017.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Pan S/A - REQUERIDO: Emerson A Cruz Correa - De ordem, conforme Portaria 001/2018, em seu Art. 1º, item I, intime-se a parte requerente, para que, no prazo de 05 (cinco) dias, providencie o recolhimento das custas de diligências do Oficial de Justiça, conforme Portaria nº 116/2017 PTJ. Após a comprovação do pagamento, expeça-se mandado.

ADV: ROBSON MATHEUS (OAB 8853/AM), ADV: PRYSCILA DUARTE NUNES (OAB 9068/AM), ADV: CLEIDE RODRIGUES BARRETO MATHEUS (OAB 8164/AM), ADV: FERNANDA MARIA RODRIGUES DE SENA PIMENTA (OAB 10178/AM), ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 10026A/PB), ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 12450/PE) - Processo 0627331-92.2015.8.04.0001 - Consignação em Pagamento - Pagamento em Consignação - REQUERENTE: Ricardo da Silva Calheiros - REQUERIDO: Banco Itaú Veículos S/A - Verifica-se pelo quadro fático que a questão poderá ser resolvida com as provas já produzidas documentalmente e que, portanto, é dispensável a realização de audiência para a oitiva de testemunhas ou a efetivação de perícia. Assim, no caso em tela, o julgamento antecipado de mérito é medida que se impõe, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil. Não havendo irresignação no prazo de 05 (cinco) dias, façam-me os autos conclusos para sentença.

ADV: JOÃO ROAS DA SILVA (OAB 98981/MG) - Processo 0629494-45.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Intermedium S/A - EXECUTADO: Helton de Lima Matos - Vistos, etc... O autor Banco Intermedium S/A, nos autos da Ação de Execução de Título Extrajudicial/PROC que move em face de Helton de Lima Matos, apresentou petição de página 120, requerendo a desistência do feito e seu consequente arquivamento. ANTE AO EXPOSTO, com fundamento no Art. 485, VIII do CPC, bem como tendo em vista que não foi oferecida contestação, não sendo necessário portanto o consentimento do réu, defiro o pedido e determino a extinção do feito sem a resolução de mérito. Determino o arquivamento dos autos observando-se as cautelas legais, assim como a baixa na distribuição. Remetam-se os autos à contadoria para apurar possíveis custas pendentes. Custas pelo autor. P.R.I.C.

ADV: HUDSON JOSÉ RIBEIRO (OAB 150060/SP), ADV: PASQUALI PARISE E GASPARINI JÚNIOR (OAB 4752/SP), ADV: PASQUALI PARISE E GASPARINI JÚNIOR (OAB 4752/SP) - Processo 0630487-25.2014.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Omini S/A, Financiamento e Investimento - REQUERIDO: Ricardo de Lima Leão - Com base no Provimento n.° 63/02 - CGJ, intime-se a parte requerente para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias.

ADV: FERNANDA MEYGE DE BRITO (OAB 35105/BA), ADV: FABIANO VÍTOR DA CRUZ SANTANA (OAB 12287/AM) - Processo 0630493-90.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Auxílio-Doença Previdenciário - REQUERENTE: Augusto Haroldo da Silva Sena - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - Inss - Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - TERCEIRO I: Procuradoria Federal no Estado do Amazonas - Advocacia Geral da União - Considerando a concordância da requerida com o cálculo de fl. 118/121, HOMOLOGO-O, para que surtam seus efeitos. Ademais, determino que seja efetuado o pagamento devido por meio de RPV (Requisição de Pequeno Valor) em nome do causídico e da parte autora, fazendo-se o adimplemento na ordem de apresentação da requisição e à conta do respectivo crédito, sendo desnecessária nova conclusão dos autos .. Após, arquive-se os autos com as baixas e anotações necessárias. Cumpra-se, providenciando e expedindo o necessário. À Secretaria, providências.

ADV: ISANA SILVA GUEDES (OAB 12679/PA), ADV: ELISÂNGELA PEREIRA DANIEL (OAB 5725/AM) - Processo 0631196-94.2013.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - REQUERIDO: Joselita Nascimento Neves - Vistos, etc... Da análise dos autos, verifica-se que a parte interessada foi intimada para providenciar o andamento do feito, porém, quedou-se inerte, sem qualquer justificativa. ANTE O EXPOSTO, revogo a liminar anteriormente concedida, e com fundamento no art. 485, III do CPC e tendo em vista que não foi oferecido contestação, não sendo necessário requerimento do réu, julgo extinto o processo sem resolução do mérito, por inércia do autor em promover os atos de sua incumbência. Após o trânsito em julgado da presente decisão, determino o arquivamento dos autos observando-se as cautelas legais, assim como a baixa na distribuição. Encaminhem-se os autos à Contadoria a fim de verificar custas pendentes. Custas pelo Autor. P.R.I.C.

ADV: GABRIEL TOSETTI SILVEIRA (OAB 252852/SP), ADV: BRUNA ROBERTA CARDOSO MINHOTO (OAB 356898/SP), ADV: GILMAR MARTINS MONTEIRO (OAB 6520/AM), ADV: JOÃO GILBERTO FEIRE GOULART (OAB 291913/SP), ADV: CRISTIANO SILVA COLEPICOLO (OAB 291906/SP) - Processo 0632188-55.2013.8.04.0001 - Procedimento Comum - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo - REQUERENTE: CARREFOUR COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA - REQUERIDO: VF MANAUS LTDA (CASA DO PÃO DE QUEIJO) - Consag- Consultoria e apoio à gestão LTDA - Com base no Provimento n.° 63/02 - CGJ, intime-se a parte requerente para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias.

ADV: MALBER MAGALHÃES SOUZA TAVARES (OAB 6455/AM), ADV: ARIVAN DE CARVALHO NUNES (OAB 5108/AM), ADV: NATASJA DESCHOOLMEESTER (OAB 2140/AM), ADV: LEANDRO SOUZA BENEVIDES (OAB 491A/AM), ADV: PEDRO DE ARAÚJO RIBEIRO (OAB 6935/AM) - Processo 0632443-13.2013.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: J CRUZ INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA. - REQUERIDO: V P MOCA BRINDES E IMPRESSÃO SERIGRAFICAS - ME - CARTÓRIO DO 6º OFÍCIO DE PROTESTO DE LETRAS DE MANAUS - RC RECEBÍVEIS LTDA. RIO CLARO - De ordem, intime-se o Embargado para se manifestar acerca dos Embargos de Declaração opostos nas fls. 2133-2134, no prazo legal de 05 (cinco) dias, nos termos do artigo 1.023 §2º CPC.

ADV: DOUGLAS RUI PESSOA REIS AGUIAR (OAB 11441/AM), ADV: PEDRO DE ARAÚJO RIBEIRO (OAB 6935/AM), ADV: DANIEL SILVA BARROSO (OAB 2965/AM), ADV: MOYSÉS ROBERTO GEBER CORRÊA (OAB 5678/AM), ADV: MALBER MAGALHÃES SOUZA TAVARES (OAB 6455/AM), ADV: ARIVAN DE CARVALHO NUNES (OAB 5108/AM), ADV: AFFIMAR CABO VERDE FILHO (OAB A229/AM), ADV: NATASJA DESCHOOLMEESTER (OAB 2140/AM), ADV: LEANDRO SOUZA BENEVIDES (OAB 491A/

AM) - Processo 0632834-65.2013.8.04.0001 - Protesto - Liminar - REQUERENTE: J CRUZ INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA. - REQUERIDO: CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO DE PROTESTO DE LETRAS DE MANAUS - RC RECEBÍVEIS LTDA. - RIO CLARO - Oficial do Cartório do 2.° Ofício de Registro de Imóveis de Protesto e Letras de Manaus - Cartório do 3º Ofício de Registro de Imóveis e Protesto de Letras da Comarca de Manaus/AM - CARTÓRIO DO 4º OFICIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS E PROTESTOS DE LETRAS DE MANAUS-AM - CARTORIO DO QUINTO OFÍCIO DE PROTESTO DE LETRAS DE MANAUS - CARTÓRIO DO 6º OFICIO DE PROTESTO DE LETRAS DA COMARCA DE MANAUS/AM. - Pela análise dos autos, extrai-se que a demanda é direcionada a sete executados, quais sejam Cartório do 1º Ofício de Protesto de Letras de Manaus, Cartório do 2º Ofício de Protesto de Letras de Manaus, Cartório do 3º Ofício de Protesto de Letras de Manaus, Cartório do 4º Ofício de Protesto de Letras de Manaus, e Cartório do 6º ofício de Protesto de Letras de Manaus, RC RECEBÍVEIS LTDA - Rio Claro, e V P MOCA BRINDES E IMPRESSÃO SERIGRAFICAS-ME. Desse modo, nos termos do art. 85 do CPC, em que cabe ao vencido, neste caso o autor, arcar com o pagamento dos honorários do vencedor, e constatando-se que há pluralidade de partes com direito de cada uma receber sua verba honorária, configuro como necessária a remessa dos autos à Contadoria do Foro, com o fito de calcular a quota parte devida, acerca dos honorários, ao patrono solicitante, consoante parâmetros determinados à f. 627 dos autos ao patrono solicitante. À Secretaria, providências.

ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 12450/PE) - Processo 0633431-58.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - REQUERIDO: Premácio Pessoa Medeiros - ANTE AO EXPOSTO, julgo procedente o pedido inicial, extinguindo o feito com resolução de mérito, com fulcro no artigo 487, I, do Código de Processo Civil, para consolidar em favor da autora a propriedade e a posse plena e exclusiva do bem descrito na petição inicial, ficando-lhe facultada a venda, na forma do artigo 3º, § 1º, do Decreto-Lei nº 911/69.

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM) - Processo 0634232-42.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - REQUERIDA: Braga e Gomes Comércio de Plásticos Ltda - JJ Importação - Oreni Campêlo Braga da Silva - Jullyano Braga da Silva - Ante o exposto, REJEITO a exceção de pré-executividade, nos termos da fundamentação supra. Indefiro pedido de fls. (172/176), por estar em desacordo com a realidade dos fatos e determinações judiciais. Determino, imediatamente, que a secretaria reitere a expedição de ofícios de fls. (147/148). Por consequência, após o decurso do prazo da presente decisão, prossiga-se normalmente com a execução.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT) - Processo 0634882-89.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: Leucilene Bindá Ferreira Barbosa - REQUERIDO: INSS - Instituto Nacional do Seguro Social - Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - ATO ORDINATÓRIO De ordem, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos opostos, nos termos do art. 1.023, § 2º do NCPC.

ADV: PRYSCILA DUARTE NUNES (OAB 9068/AM), ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 12450/PE) - Processo 0636462-91.2015.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Itaucard S/A - REQUERIDO: FRANCISCO ALDENIR DA SILVA FO - Indefiro pedido de fls. 187/188, tendo em vista a presente ação rege-se pelos moldes do Decreto- Lei 911/69, Busca e Apreensão e Alienação Fiduciária, logo não há razão para suspender execução que se quer existe nos autos. Ademais, é dever do magistrado, em sua função jurisdicional, filtrar diligências inúteis ou desnecessárias, conforme interpretação analógica do parágrafo único do art. 370 do Código de Processo Civil, no intuito de promover um processo mais eficaz. Desse modo, determino a intimação do autor para dar prosseguimento a demanda, no prazo de cinco dias, sob pena de extinção do feito, na forma do art. 485, IV, do CPC. Ressalto que,nos termos do art. 4° do Decreto-Lei 911/69, se o veículo alienado fiduciariamente não for encontrado ou não se achar na posse do devedor, o autor pode,nos mesmos autos, requerer a conversão do pedido de busca e apreensão em ação executiva.

ADV: ADALGIZA RADOYKA SIMÃO DE QUEIROZ (OAB 8240/AM) - Processo 0637385-15.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Elvânia Maria Ramos Carvalho - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - PERITO: Marcelo Cláudio Barroso de Vasconcelos Dias - Vistos, etc... Da análise dos autos, verifica-se que a parte interessada foi intimada para providenciar o andamento do feito, porém, quedou-se inerte, sem qualquer justificativa, por prazo superior a 30 dias. Ademais, fora determinado que o patrono informasse endereço correto para notificação acerca da perícia técnica que se faz necessária para o deslinde da demanda, sem sua devida manifestação no prazo concedido. ANTE O EXPOSTO, com fundamento no art. 485, III do CPC e tendo em vista que não foi oferecido contestação, não sendo necessário requerimento do réu, julgo extinto o processo sem resolução do mérito, por inércia do autor em promover os atos de sua incumbência. Após o trânsito em julgado da presente decisão, determino o arquivamento dos autos observando-se as cautelas legais, assim como a baixa na distribuição. Encaminhem-se os autos à Contadoria a fim de verificar custas pendentes. Custas pelo Autor. P.R.I.C.

ADV: CÍNTIA ALMEIDA PRADO (OAB 12891/AM) - Processo 0637723-86.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Patriurbis 03 Empreendimentos Imobiliários - Patri Vinte e Quatro Empreendimentos Imobiliários Ltda - Patri Vinte e Dois Empreendimentos Imobiliários - Patri Quatro Empreendimentos Imobiliários - Patri Dezoito Empreendimentos Imobiliários - Patriurbis 02 Empreendimentos Imobiliários Ltda - Patri Doze Empreendimentos Imobiliarios Ltda - Patri Dez Empreendimentos Imobiliários - Patri Onze Empreendimentos Imobiliários Ltda. - Patriurbis Empreendimento Imobiliario S.a - Manau Empreendimentos e Construções Ltda - Acautelo-me quanto a liminar pretendia, para análise posterior a citação do requerido. Por força do princípio da promoção da solução por autocomposição, e tendo em vista que a petição inicial preenche os requisitos essenciais, designo audiência de conciliação para o dia a ser estabelecido pela secretaria, consoante art. 334, do CPC, a ser realizada no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSC), localizado no 3º andar, setor 1, do Fórum de Justiça Ministro Henoch da Silva Reis. Dê-se ciência que, com fulcro no art. 334, §8º, do CPC, o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. Cite-se. P.R.I.C.

ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 12450/PE) - Processo 0638359-23.2016.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - REQUERIDO: Abemair Fraga Pereira - Pela análise da certidão do Oficial de Justiça de folhas 153/157, depreende-se que o requerido não for a devidamente citado até a presente data, desse modo, determino que o autor promova sua citação, no prazo de 5 (cinco) dias. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT) - Processo 0638389-24.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - EXECUTADA: Kamila Duarte do Carmo - De ordem, conforme Portaria 001/2018, em seu Art. 1º, item I, intime-se a parte exequente, para que, no prazo de 05 (cinco) dias, providencie o recolhimento das custas de diligências do Oficial de Justiça, conforme Portaria nº 116/2017 PTJ. Após a comprovação do pagamento, expeça-se mandado.

ADV: CRISTIANE BELLINATI GARCIA LOPES (OAB 751A/AM) - Processo 0638996-03.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Itaucard S/A - REQUERIDO: Valdir Marques da Rocha - Vistos, etc... O autor Banco Itaucard S/A, nos autos da Ação de Busca e Apreensão Em Alienação Fiduciária/PROC que move em face de Valdir Marques da Rocha, apresentou petição de página 71, requerendo a desistência do feito e seu consequente arquivamento. ANTE AO EXPOSTO, revogo a liminar anteriormente concedida, e com fundamento no Art. 485, VIII do CPC, bem como tendo em vista

que não foi oferecida contestação, não sendo necessário portanto o consentimento do réu, defiro o pedido e determino a extinção do feito sem a resolução de mérito. Determino o arquivamento dos autos observando-se as cautelas legais, assim como a baixa na distribuição. Remetam-se os autos à contadoria para apurar possíveis custas pendentes. Custas pelo autor. P.R.I.C.

ADV: BRUNO HENRIQUE DE OLIVEIRA VANDERLEI (OAB 21678/PE) - Processo 0640868-24.2016.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco J.safra S/A - REQUERIDO: Mariolino Siqueira de Oliveira Junior - INTSSADO: Juízo de Direito da Comarca de São Gabriel da Cachoeira/AM - Com base no Provimento n.° 63/02 - CGJ, intime-se a parte interessada para manifestar-se acerca da Carta Precatória juntada aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias.

ADV: RUBENITO CARDOSO DA SILVA JÚNIOR (OAB 4947/AM), ADV: JOÃO MARCOS POZZETTI (OAB 6160/AM), ADV: JOSÉ ARTUR POZZETTI (OAB 9707/AM) - Processo 0643352-46.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Locação de Móvel - EXEQUENTE: Shopping Cidade Leste - EXECUTADO: Fatiane Silva do Nascimento (Divina Morena) - Jamees Araújo do Nascimento - Trata-se de Impugnação ao cumprimento de acórdão de fls. (144/157), o qual houve condenação de honorários advocatícios fixados em 10% sobre o valor da execução, nos termos do art. 85, § 2º do NCPC/2015. A parte impugnante alega inépcia da inicial, bem como excesso de execução, tendo reconhecido como devido o valor correspondente à R$ 4.992,18 (quatro mil, novecentos e noventa e dois reais e dezoito centavos), conforme memória de cálculo de fls. (180). É o relatório. Decido. Nenhuma das alegações expostas pelo autor, ora executado, não merecem acolhimento, portanto, REJEITO todas os argumentos de fls. (168/182), haja vista que o juízo de primeiro grau nada mais fez do que dar regular cumprimento ao que foi decidido no juízo Ad Quem. Portanto, a decisão de fls. (164), deve ser integralmente mantida. Noutro giro, determino a realização de cálculo pelo contador judicial, a fim de se obter o valor da condenação, conforme acórdão de fls. (153), bem como a o acréscimo da multa de 10 % sobre o montante da execução pelo descumprimento da condenação de honorários sucumbenciais, no prazo de 15 (quinze) dias. Após disponibilização de tal planilha, façam-me conclusos os autos. P.R.I.C.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010/AM), ADV: HARIANE ROSARI LEAL SCHROETER (OAB 12127/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: RACHEL TÁVORA DE QUEIROZ (OAB 83351/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011/AM) - Processo 0643751-75.2015.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: João Eudes da Costa Sá - Ex positis, JULGO PROCEDENTE o pedido de formulado no bojo da ação monitória intentada por Amazonas Distribuidora de Energia S/A, com escopo de condenar o réu João Eudes da Costa Sá ao pagamento do quantum de R$ 49.572,31 (Quarenta e nove mil, quinhentos e setenta e dois reais e trinta e um centavos). Juros e correção monetária, desde o vencimento de cada obrigação, conforme a súmula 43 do STJ e art. 397, caput, do CC. Custas e honorários advocatícios pelo réu, estes à proporção de 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação, conforme previamente estipulado no despacho inicial. Suspensa a exigibilidade por ser parte amparada pela Justiça Gratuita, nos termos do art. 98, § 3o do CPC. Na hipótese de interposição de apelação, tendo em vista a nova sistemática estabelecida pelo CPC que extinguiu o juízo de admissibilidade a ser exercido pelo Juízo “a quo” (art. 1.010 do CPC) sem nova conclusão, intime-se a parte contrária para que ofereça resposta no prazo de 15 (quinze) dias. Havendo recurso adesivo, também deve ser intimada a parte contrária para oferecer contrarrazões. P.R.I.C.

ADV: JOSÉ AUGUSTO CELESTINO DE OLIVEIRA GOMES (OAB 3597/AM), ADV: CÉSAR AUGUSTO GOMES MONTEIRO (OAB 9696/AM) - Processo 0644156-09.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Reivindicação - REQUERENTE: Mac Empreeendimentos Imobiliarios - REQUERIDA: Maria das Gracas Andrade de Souza - Defiro atualização do valor da causa para R$ 292.961,14 (duzentos e noventa e dois mil, novecentos e sessenta e um reais e quatorze centavos), à secretaria, proceda a devida alteração no sistema SAJ. Nos termos da Portaria n° 490/2017 PTJ/AM,e do art. 98, §6°, do CPC, concedo o pagamento das custas processuais em seis prestações. Determino remessa dos autos à Contadoria do foro, para providências cabíveis. Após, façam os autos imediatamente conclusos.

ADV: JONATHAN MIKE GONÇALVES DE CASTRO (OAB 410812/SP), ADV: MICHELLE DE OLIVEIRA FERREIRA (OAB 20399/PA), ADV: ACÁCIO FERNANDES ROBOREDO (OAB 89774/SP) - Processo 0644429-85.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco Santander Brasil S/A - EXECUTADO: R L Comercio Varejista de Bebidas Ltda - Me - Lourdes Maria Monteiro Moraes - Rafael Pimentel Matos - Determino a intimação da parte autora a fim de que promova o pagamento das custas de diligência do Oficial de Justiça, ante a informação de novo endereço da parte à f. 59, ou especifique pedido de f. 60, no prazo de cinco dias, sob pena de extinção da demanda. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 12450/PE) - Processo 0644748-53.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Itaucard S/A - REQUERIDO: Peregrino Oliveira Diniz - Com base no Provimento n.° 63/02 - CGJ, intime-se a parte requerente para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias.

ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: MELQUISEDEC FREITAS PANTOJA (OAB 10412/AM), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM) - Processo 0646364-63.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Antecipação de Tutela / Tutela Específica - REQUERENTE: Rosilene Queiroz de Almeida - REQUERIDO: Bradesco S.a - Ex positis, e por tudo mais que dos autos constam, DEFIRO A TUTELA DE URGÊNCIA, a fim de que o Banco Requerido proceda com a imediata abertura da Conta Salário a autora, com o fito desta receber regularmente seus proventos, sob pena de multa diária no valor de R$ 1.000,00 (um mil reais), até 30 dias multas, a ser revertida em favor da Requerente.

ADV: MAURO DA GAMA MONTEIRO (OAB 9734/AM) - Processo 0649498-98.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: A M F de Souza Serviços Me - REQUERIDO: Hospital Adventista de Manaus - Da análise dos autos, verifico razoável o pagamento das custas judiciais de maneira parcelada pela parte autora, consoante determina o art. 98 § 6° CPC. Desse modo, em consonância com a Portaria n° 490/2017 PTJ/AM, determino o pagamento das custas iniciais em seis prestações. Determino remessa dos autos à Contadoria do foro para as providências cabíveis. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: CRISTIANE BELLINATI GARCIA LOPES (OAB 751A/AM) - Processo 0651211-11.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Itaucard S/A - REQUERIDO: Jose Reginaldo Leao Lima - Vistos, etc... O autor Banco Itaucard S/A, nos autos da Ação de Busca e Apreensão Em Alienação Fiduciária/PROC que move em face de Jose Reginaldo Leao Lima, apresentou petição de página 39, requerendo a desistência do feito e seu consequente arquivamento. ANTE AO EXPOSTO, revogo a liminar anteriormente concedida, e com fundamento no Art. 485, VIII do CPC, bem como tendo em vista que não foi oferecida contestação, não sendo necessário portanto o consentimento do réu, defiro o pedido e determino a extinção do feito sem a resolução de mérito. Determino o arquivamento dos autos observando-se as cautelas legais, assim como a baixa na distribuição. Remetam-se os autos à contadoria para apurar possíveis custas pendentes. Custas pelo autor. P.R.I.C.

ADV: CRISTIANE BELLINATI GARCIA LOPES (OAB 751A/AM) - Processo 0656150-34.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Itaucard S/A - REQUERIDA: Maria Socorro Machado da Mota - Com base no Provimento n.° 63/02 - CGJ, intime-se a parte requerente para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias.

ADV: THIAGO MAHFUZ VEZZI (OAB 11937A/AL) - Processo 0657374-07.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Promessa de Compra e Venda - EXEQUENTE: Parque 10 Empreedimentos Imobiliários Spe - S.a (Construtora Tecnisa) - EXECUTADO: Guilherme da Silva Alcantara - Intime-se o requerente para dar prosseguimento no feito e requerer o que entender de direito, atentando-se para INTIMAÇÃO CORRETA (diário oficial ou portal eletrônico), no prazo de 5 (cinco) dias úteis, sob pena de configurar-se o abandono da causa, razão de julgamento sem resolução do mérito, na forma do art. 485, III, §1º, do CPC. P.R.I.C.

ADV: MAURÍCIO COIMBRA GUILHERME FERREIRA (OAB 865A/AM), ADV: MAURÍCIO COIMBRA GUILHERME FERREIRA (OAB 16814A/PA), ADV: MAURÍCIO COIMBRA GUILHERME FERREIRA (OAB 91811/MG), ADV: FÁBIO VINÍCIUS LESSA CARVALHO (OAB 5614/AM) - Processo 0707559-59.2012.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Itaú Unibanco S/A - REQUERIDO: MCS GONÇALVES - Maria da Conceição da Silva Gonçalves - Determino a manutenção da suspensão dos autos, consoante fora determinado em f. 72 dos autos. Cumpra-se.

ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB 64601/MG), ADV: EDINEY COSTA DA SILVA (OAB 7646/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 104147/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: WILSON OLIVEIRA MELO JÚNIOR (OAB 3220/AM), ADV: RAIMUNDO DE AMORIM FRANCISCO SOARES FILHO (OAB 5505/AM), ADV: FABIANO DA SILVA MACIEL (OAB 5005/AM), ADV: RAIMUNDO DE AMORIM FRANCISCO SOARES (OAB 1137/AM), ADV: LEONARDO ALVARENGA VIANA (OAB 6956/AM) - Processo 0708118-16.2012.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: Maria Divina Aires Aly - Deixo de acolher pedido de fls. 195/196, tendo em vista que o não cumprimento das intimações anteriores ocorreu pela não localização do endereço, e não pela justificativa de mudança. Desse modo, determino a intimação da parte autor a fim de que promover o prosseguimento da demanda, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de arquivamento do feito. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 104147/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ALEXANDRE SILVEIRA DO NASCIMENTO (OAB 118432/MG) - Processo 0710047-84.2012.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Janete Cohen Rodrigues - De ordem, conforme Portaria 001/2017 - PTJ em seu art. 1º, que delega aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais : I - Tendo em vista o cumprimento negativo de AR. Intime-se o requerente, através de seu patrono constituído nos autos, para se manifestar sobre a resposta do AR juntado às fls. (233), no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: LUIZ MAURÍCIO DE OLIVEIRA BASTOS (OAB 2620/AM) - Processo 0715675-54.2012.8.04.0001 - Busca e Apreensão - Liminar - REQUERENTE: JOSÉ GERMANO PIRES - REQUERIDO: ROSILVADO BIL COSTA - TERCEIRA: Defensoria Pública do Estado do Amazonas - Vistos, etc... Da análise dos autos, verifica-se que a Defensoria Pública informou que não possui contanto com o autor e pleiteou a intimação deste por AR, para prosseguimento da demanda. Expedida a carta, esta retornou negativa, sob o a justificativa de endereço desconhecido, sendo, portanto, impossível a localização do autor, e consequente prosseguimento da demanda. ANTE O EXPOSTO, com fundamento no art. 485, VI do CPC, determino a extinção do feito sem resolução do mérito. Após o trânsito em julgado da presente decisão, determino o arquivamento dos autos observando-se as cautelas legais, assim como a baixa na distribuição. Encaminhem-se os autos à Contadoria a fim de verificar custas pendentes. Custas pelo Autor, isento de pagamento, ante a concessão do benefício da justiça gratuita. P.R.I.C.

ADV: MARILÂNDIA MARIA ENES RIBEIRO HATTORI (OAB 6358/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 128341/SP), ADV: ALEXANDRE MAIA LOPES (OAB 4424/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB A598/AM), ADV: CÉSAR AUGUSTO DE PINHO PEREIRA (OAB 17712/BA), ADV: NANCY NEVES REIS LOPES (OAB 5250/AM), ADV: EWERTON ALMEIDA FERREIRA (OAB 6839/AM), ADV: HELIANDRO DA MATTA QUEIROZ DE AQUINO (OAB 6674/AM), ADV: SÍLVIA ROBERTA PADILHA DE OLIVEIRA (OAB 6664/AM), ADV: FABRÍCIO CATUNDA DA SILVA (OAB 744A/AM), ADV: LARISSA RETTO DUTRA (OAB 5143/AM) - Processo 0716449-84.2012.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Locação de Móvel - EXEQUENTE: WILLEM WAGNER SOARES RODRIGUES - EXECUTADO: TENACE ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA - PETROLEO BRASILEIRO S/A - De ordem, dou ciência às partes do retorno dos autos da superior instância e as intimo para manifestação no prazo legal de (15) quinze dias.

ADV: GLÍCIA PEREIRA BRAGA E SILVA (OAB 2269/AM), ADV: NEUSA DÍDIA BRANDÃO SOARES (OAB 2342/AM), ADV: ICAROTY JOSÉ DA SILVA (OAB 6010/AM), ADV: CLÁUDIA DA SILVA DAVID (OAB 4863/AM), ADV: AMANDA LADEIRA BENZION (OAB 3587/AM), ADV: HILEANO PEREIRA PRAIA (OAB 3834/AM), ADV: ONILDA ABREU DA SILVA (OAB 2288/AM), ADV: ANDRÉA MARQUES TELLES DE SOUZA (OAB 3283/AM) - Processo 0718706-82.2012.8.04.0001 - Procedimento Comum - Antecipação de Tutela / Tutela Específica - REQUERENTE: José Augusto Pereira Neto - Rosely Pedraça de Azevedo Pereira - REQUERIDO: Torquato Empreendimento Imobiliário S.A. - Tecnisa S/A - De ordem, intime-se o Embargado para se manifestar acerca dos Embargos de Declaração opostos nas fls. 393/396, no prazo legal de 05 (cinco) dias, nos termos do artigo 1.023 §2º CPC.

Acácio Fernandes Roboredo (OAB 89774/SP)
Adair José Pereira Moura (OAB 1251/AM)
ADALGIZA RADOYKA SIMÃO DE QUEIROZ (OAB 8240/AM)
Affimar Cabo Verde Filho (OAB A229/AM)
Afrânio Azevedo Pereira (OAB 4434/AM)
Albertino Hayden dos Santos (OAB 189032/RJ)
Alcemir Pessoa Figliuolo Neto (OAB 13248/AM)
Aleandro Lima de Queiroz (OAB 23008-A/PB)
Alessandra da Silva Contente (OAB 7091/AM)
Alessandra Sara da Costa Leal (OAB 8668/ES)
Alessandro Fernandes Braga (OAB 72065/MG)
Alexandre Fleming Neves de Melo (OAB 6142/AM)
Alexandre Maia Lopes (OAB 4424/AM)
Alexandre Martins de Mendonça (OAB 9107/AM)
Alexandre Silveira do Nascimento (OAB 118432/MG)
Álvaro Luiz da Costa Fernandes (OAB 3592/AC)
Álvaro Luiz da Costa Fernandes (OAB 831A/AM)
ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 86415/RJ)
Amanda Ladeira Benzion (OAB 3587/AM)
Amanda Priscila dos Santos Lima (OAB 7053/AM)
Amandio Ferreira Tereso Júnior (OAB 739A/AM)
Ana Carolina Sousa Cei (OAB 8349/AM)
Ana Luiza Garcia Avelino (OAB 8119/AM)
Ana Luiza Moraes Rebouças (OAB 5891/AM)
André de Souza Oliveira (OAB 5219/AM)
André Guimarães da Cruz (OAB 7549/AM)
André Luiz Pedroso Marques (OAB 208234RJ)
Andréa Marques Telles de Souza (OAB 3283/AM)
Anne Clícia Alves da Silva Guilherme (OAB 3881/AM)
Anne Guiomar Santos Ribeiro da Silva (OAB 4741/AM)
Antônio Braz da Silva (OAB 10026A/PB)
Antônio Braz da Silva (OAB 12450/PE)
Arivan de Carvalho Nunes (OAB 5108/AM)
Bárbara Antunes Andrade (OAB 10919/AM)
Baudílio Gonzalez Regueira (OAB 139684/SP)
Benjamim Saul Benchimol (OAB 4902/AM)
Bergson Mendonça Lacerda (OAB 8963/AM)
Bruna Roberta Cardoso Minhoto (OAB 356898/SP)
Bruno Giotto Gavinho Frota (OAB 4514/AM)
Bruno Henrique de Oliveira Vanderlei (OAB 21678/PE)
Carlos Alberto Rodrigues de Souza (OAB 6164/AM)
Carlos Antônio de Carvalho Mota (OAB 2155/AM)
Celso Marcon (OAB A566/AM)
César Augusto de Pinho Pereira (OAB 17712/BA)

César Augusto Gomes Monteiro (OAB 9696/AM)
Cíntia Almeida Prado (OAB 12891/AM)
Cíntia Rossette de Souza (OAB 4605/AM)
Cláudia da Silva David (OAB 4863/AM)
Cláudia Moraes Nadaf da Costa Val (OAB 2523/AM)
Claudio Kazuyoshi Kawasaki (OAB A1117/AM)
Cleide Rodrigues Barreto Matheus (OAB 8164/AM)
CMG - César, Mendes & Gallardo Advogados Associados (OAB 9508/AM)
Cristiane Barbosa Rodrigues (OAB 7806/AM)
Cristiane Bellinati Garcia Lopes (OAB 751A/AM)
Cristiane Bentes Teixeira (OAB 5283/AM)
Cristiano Silva Colepicolo (OAB 291906/SP)
Daniel Cardoso de Albuquerque (OAB 6086/AM)
Daniel Fábio Jacob Nogueira (OAB 3136/AM)
Daniel Silva Barroso (OAB 2965/AM)
Deborah Farias Cavalcante (OAB 7822/AM)
Deolinda Maria Nogueira Cardoso (OAB 4127/AM)
Douglas Rui Pessoa Reis Aguiar (OAB 11441/AM)
Edemilson Koji Motoda (OAB 231747/SP)
Ediney Costa da Silva (OAB 7646/AM)
Edson Baldoino (OAB 32809/SP)
Edson Rosas Júnior (OAB 1910/AM)
Elaine Bonfim de Oliveira (OAB 336A/CE)
Elaine Figueiró da Silva (OAB 301602/SP)
Eli Marques Cavalcante Júnior (OAB 2881/AM)
Eliana de Oliveira Resende (OAB 12168/AM)
Elisabete Lucas (OAB 4118/AM)
Elisângela Pereira Daniel (OAB 5725/AM)
Elson Rodrigues de Andrade Filho (OAB 5753/AM)
Elza Menegumi Lida (OAB 95740/SP)
Emerson Abineã da Silva (OAB 6393/AM)
Érico Vidal Rotondano (OAB 10709/AM)
Erivelton Ferreira Barreto (OAB 5568/AM)
Ewerton Almeida Ferreira (OAB 6839/AM)
Fabiano da Silva Maciel (OAB 5005/AM)
Fabiano Vítor da Cruz Santana (OAB 12287/AM)
Fábio César Oliveira Cabral (OAB 3224/AM)
Fábio Nogueira Corrêa (OAB 5674/AM)
Fábio Nunes Bandeira de Melo (OAB 4331/AM)
Fábio Vinícius Lessa Carvalho (OAB 5614/AM)
Fabrício Catunda da Silva (OAB 744A/AM)
Fabrício Guedes Halinski (OAB 5205/AM)
Fernanda Maria Rodrigues de Sena Pimenta (OAB 10178/AM)
Fernanda Meyge de Brito (OAB 35105/BA)
Fernando Souza Machado (OAB 5975/AM)
Flaviana Honorata de Araújo (OAB 8918/AM)
Flávio José dos Santos Marques (OAB 1608/AM)
Flávio Rafael Perdigão Guerra (OAB 8500/AM)
Florindo Silvestre Poersch (OAB 800/AC)
Francisco Adonias Pinheiro (OAB 1584/AM)
Francisco Carlos Ramos da Silva (OAB 163988/RJ)
Francisco dos Santos Silva (OAB 3458/AM)
Fred Andres do Couto Silva (OAB 7695/AM)
Fred Figueiredo César (OAB 9508/AM)
Gabriel Tosetti Silveira (OAB 252852/SP)
Gabriella Monteiro Machado (OAB 4839/AM)
Gildo Leobino de Souza Júnior (OAB 28669CE)
Gilmar Martins Monteiro (OAB 6520/AM)
Giovani Pravato (OAB 18656/ES)
Giulio Alvarenga Reale (OAB 65628/MG)
Giulo Alvarenga Reale (OAB 1006/AM)
Gláucia Cristina Bulcão da Silva (OAB 3964/AM)
Glícia Pereira Braga e Silva (OAB 2269/AM)
Gracireza Bezerra Azedo (OAB 3842/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gunther Aquiles Marques Paz (OAB 7296/AM)
Gustavo Amorim Corrêa (OAB 5071/AM)
GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB 64601/MG)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB A1065/AM)
Hariane Rosari Leal Schroeter (OAB 12127/AM)
Heliandro da Matta Queiroz de Aquino (OAB 6674/AM)
Hileano Pereira Praia (OAB 3834/AM)
Hiran Leão Duarte (OAB 10422/CE)
Hudson José Ribeiro (OAB 150060/SP)
Icaroty José da Silva (OAB 6010/AM)
Igor de Mendonça Campos (OAB 303002/SP)
Irlane Lima de Oliveira Araújo (OAB 7784/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069/AM)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
Isana Silva Guedes (OAB 12679/PA)
Ivana da Cunha Leite Ruiz (OAB 4814/AM)
Ivanildo Rodrigues da Gama Júnior (OAB 8525/PA)
Jadylson Gueison Oliveira Cavalcante (OAB 5567/AM)
Jair Alves Corrêa (OAB 5317/AM)
Jairo Bezerra Lima (OAB 1507/AM)
Jéssica Laís Rondon Pirangy (OAB 10452/AM)
Joabe de França Barros (OAB 4919/AM)
João Gilberto Feire Goulart (OAB 291913/SP)
João Marcos Pozzetti (OAB 6160/AM)
João Roas da Silva (OAB 98981/MG)
Jonathan Mike Gonçalves de Castro (OAB 410812/SP)
Jorge Antônio Veras Filho (OAB 5693/AM)
Jorge Henrique Silva de Melo (OAB 7999/AM)
José Arnaldo Janssen Nogueira (OAB 1047A/AM)
José Artur Pozzetti (OAB 9707/AM)
José Augusto Celestino de Oliveira Gomes (OAB 3597/AM)
José das Graças Barros de Carvalho (OAB 561/AM)
José Leite Neto (OAB 6506/AM)
JOSE RIBAMAR FERNANDES MORAIS (OAB A559/AM)
José Roberto Bechir Maués Filho (OAB 15848/PA)
José Wellington Coutinho Campelo (OAB 6441/CE)
Juarez Nascimento de Oliveira Filho (OAB 7562/AM)
Juliana Bergamaschi Botta (OAB 51006/RS)
Júlio César Magalhães dos Santos (OAB 6766/AM)
Karla Freixo Braga (OAB 3775/AM)
Kelma Souza Lima (OAB 5470/AM)
Larissa Retto Dutra (OAB 5143/AM)
Leandro Souza Benevides (OAB 491A/AM)
Leonardo Alvarenga Viana (OAB 6956/AM)
LEONARDO COSTA (OAB 3584/AC)
Leônidas de Abreu (OAB 2635/AM)
Lígia de Souza Frias (OAB 1074A/AM)
Louise Caroline Miquiles Guimarães (OAB 9251/AM)
Luana Silva Santos (OAB 16292/PA)
Lucélia Gomes Rodrigues de Souza (OAB 10142/AM)
Luciana Cristina Rodrigues (OAB 3671/AM)
Luís Felipe Avelino Medina (OAB 6100/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 104147/MG)
Luiz Alberto Monteiro Medeiros (OAB 3970/AM)
Luiz Maurício de Oliveira Bastos (OAB 2620/AM)
Maisa Viviane Pereira Parente Campos (OAB 5897/AM)
Malber Magalhães Souza Tavares (OAB 6455/AM)
Manuela Motta Moura da Fonte (OAB 20397/PE)
Marcel Masteguin (OAB 246409/SP)
MARCELO DAVOLI LOPES (OAB 143370/SP)
MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM)
Marcos de Rezende Andrade Júnior (OAB 188846/SP)
Marcos Osamo Basto Takeda (OAB 3739/AM)
Marcos Paulo do Carmo Oliveira (OAB 11771/AM)
MARCUS AURÉLIO FERNANDES SENA (OAB 10817/AM)
Maria Aparecida Rossi Bezerra (OAB 29209/BA)
Maria Aurilene Guimarães Rosas (OAB 8148/AM)
Maria de Fátima Cardoso Sampaio (OAB 2455/AM)
Mariane Cristina Costa Nascimento (OAB 13670/AM)
Marilândia Maria Enes Ribeiro Hattori (OAB 6358/AM)
Mary Marumy Bastos Takeda (OAB 4107/AM)
Maurício Coimbra Guilherme Ferreira (OAB 16814A/PA)
Maurício Coimbra Guilherme Ferreira (OAB 865A/AM)
Maurício Coimbra Guilherme Ferreira (OAB 91811/MG)
Maurício Marques Domingues (OAB 175513/SP)
Mauro da Gama Monteiro (OAB 9734/AM)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)

Mauro Paulo Galera Mari (OAB 877A/AM)
Mayra de Castro Maia Florêncio (OAB 11740/PB)
Melquisedec Freitas Pantoja (OAB 10412/AM)
Michelle de Oliveira Ferreira (OAB 20399/PA)
monica nazaré picanço dias bonolo (OAB 6929/AM)
Moysés Roberto Geber Corrêa (OAB 5678/AM)
Nancy Neves Reis Lopes (OAB 5250/AM)
Natasja Deschoolmeester (OAB 2140/AM)
Neiva Evangelista Barboza (OAB 3187/AM)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB 128341/SP)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB A598/AM)
Neusa Dídia Brandão Soares (OAB 2342/AM)
Ney Bastos Soares Júnior (OAB 4336/AM)
Nilton Mendes Pinto (OAB 7315/AM)
Nívea da Silva Corado (OAB 5490/AM)
Norberto Angelo Garbin (OAB 9978/SC)
Onilda Abreu da Silva (OAB 2288/AM)
Oreste Nestor de Souza Laspro (OAB 98628/SP)
Pasquali Parise e Gasparini Júnior (OAB 4752/SP)
Paulo Guilherme de Mendonça Lopes (OAB 98709/SP)
Paulo Ricardo da Silva Santos (OAB 7887/AM)
Paulo Roberto Vigna (OAB 173477/SP)
Paulo Victor Vieira da Rocha (OAB 231839/SP)
Pedro de Araújo Ribeiro (OAB 6935/AM)
PIO CARLOS FREIRIA JUNIOR (OAB A1118AM)
Priscila Lima Monteiro (OAB 5901/AM)
Priscila Soares Feitoza (OAB 4656/AM)
Pryscila Duarte Nunes (OAB 9068/AM)
RACHEL TÁVORA DE QUEIROZ (OAB 83351/MG)
Raimundo de Amorim Francisco Soares (OAB 1137/AM)
Raimundo de Amorim Francisco Soares Filho (OAB 5505/AM)
Renan Vieira da Gama Malcher (OAB 18941/PA)
Renata Bernardino Paiva (OAB 10345/AM)
Renato André da Costa Monte (OAB 4435/AM)
Rennalt Lessa de Freitas (OAB 8020/AM)
Riulna Ventura Muller (OAB 6654/AM)
Roberta Beatriz do Nascimento (OAB 192649/SP)
Roberta Braga Pinheiro (OAB 5853/AM)
Roberto Guenda (OAB 101856/SP)
Roberto Marques da Costa (OAB 4135/AM)
Roberto Trigueiro Fontes (OAB 692A/AM)
Robson Matheus (OAB 8853/AM)
Rocha & Souza Advogados Associados (OAB 001152/CE)
Rosângela da Rosa Corrêa (OAB 205961/SP)
Rosângela da Rosa Corrêa (OAB 30820/RS)
Rosângela da Rosa Corrêa (OAB 921A/AM)
Rosângela da Rosa Corrêa (OAB A921/AM)
Rosemary Lima Rodrigues (OAB 2351/AM)
Rosiana Aparecida das Neves Valentim (OAB 223195/SP)
Rubenito Cardoso da Silva Júnior (OAB 4947/AM)
Samara Viviane Pereira de Santana (OAB 7524/AM)
Samira Caminha (OAB 5267/AM)
Sandoval Fernando Cardoso de Freitas (OAB 7944/AM)
Sandoval Fernando Cardoso de Freitas Júnior (OAB 9321/AM)
Saullo Sammir Berrêdo Pacheco (OAB 8593/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 1048/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 1048A/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 44698/MG)
Sílvia Roberta Padilha de Oliveira (OAB 6664/AM)
Suellen Aparecida de Carvalho Belasque (OAB 811A/AM)
Tatiane Castro Silva (OAB 185367/MG)
Tereza Cristina Leão José (OAB 261818/SP)
Thales Silvestre Júnior (OAB 2406/AM)
Thatiana Neves Costa de Souza Castelo Branco (OAB 5715/AM)
Thiago Mahfuz Vezzi (OAB 11937A/AL)
Thiago Nobre Rosas (OAB 4773AM)
Vanylton Bezerra dos Santos (OAB 7719/AM)
Wagney Guimarães Rosas (OAB 7908/AM)
Walter Caldas Neto (OAB 7043/AM)
Wanderley Romano Danadel (OAB 78870/MG)
Wilson Molina Porto (OAB 12790A/MT)
Wilson Molina Porto (OAB 805A/AM)
Wilson Oliveira Melo Júnior (OAB 3220/AM)
Wilson Sales Belchior (OAB 17314/CE)

JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
JUIZ(A) DE DIREITO MANUEL AMARO DE LIMA
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL EDNA MOUZINHO BARRETO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0080/2019

ADV: JOÃO MENDES DE ALMEIDA (OAB 1552/AM), ADV: EZELAIDE VIEGAS DA COSTA ALMEIDA (OAB 1339/AM) - Processo 0201775-17.2019.8.04.0001 (processo principal 0030897-41.2010.8.04.0012) - Incidente de Desconsideração de Personalidade Jurídica - REQUERENTE: Ana Maria Bayma de Almeida - Do exposto, reconheço a ocorrência da prescrição intercorrente e, em consequência, JULGO EXTINTA a presente execução, com fulcro no artigo 924, V, do Novo Código de Processo Civil. Após o trânsito em julgado, anote-se a extinção e arquivem-se os autos. Custas ex lege. P.R.I.C.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 805A/AM) - Processo 0205864-54.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum - Auxílio-Doença Previdenciário - REQUERENTE: Lázaro dos Santos Barbosa - REQUERIDO: INSS - Instituto Nacional do Seguro Social - Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - TERCEIRO I: Procuradoria Federal no Estado do Amazonas - Advocacia Geral da União - Ante o exposto JULGO PROCEDENTE o pedido, com base no art. 487, I do CPC, para: A) Confirmar a antecipação de tutela concedida no sentido de Restabelecer o NB 5362341789 a partir do dia 30/09/2009, calculado na forma do art. 61 da Lei 8.213/91, até conclusão de curso de reabilitação, ou conversão em aposentadoria caso a mesma não logre êxito. B) Determinar que o pagamento das parcelas vencidas em parcela única, fulcro no art. 23 da Lei 8.213/91, observada a prescrição quinquenal, se existir. C) Quanto à correção monetária, devem ser observados os índices relativos a cada período e respectivo fundamento legal: IPCA-E a partir de 25 de março de 2015, em função da modulação dos efeitos na Questão de Ordem, nas ADIs nº 4.357 e 4.425. Em relação aos juros de mora, devem incidir a contar da citação (art. 240, caput, do CPC) e não poderão ultrapassar o percentual de 6% ao ano, de acordo com a anterior redação do artigo 1º-F da Lei 9.494/1997. D) Condenar a parte requerida no pagamento das custas (STJ Súmula nº 178), e nos honorários advocatícios de sucumbência em 10% sobre as parcelas vencidas até a data da prolação da sentença, em atenção ao enunciado da Súmula 111 do STJ e art.85, §3º do CPC. P.R.I.C

ADV: NÍVEA DA SILVA CORADO (OAB 5490/AM), ADV: RIULNA VENTURA MULLER (OAB 6654/AM), ADV: ALEXANDRE FLEMING NEVES DE MELO (OAB 6142/AM), ADV: EDUARDO SIMÕES PASSOS (OAB 4906/AM), ADV: FRANCISCO DOS SANTOS SILVA (OAB 3458/AM), ADV: MONICA NAZARÉ PICANÇO DIAS BONOLO (OAB 6929/AM), ADV: FABIANO DA SILVA MACIEL (OAB 5005/AM), ADV: EDINEY COSTA DA SILVA (OAB 7646/AM), ADV: VANYLTON BEZERRA DOS SANTOS (OAB 7719/AM), ADV: KEULISON DA SILVA RAMOS (OAB 8581/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011/AM), ADV: RAIMUNDO DE AMORIM FRANCISCO SOARES FILHO (OAB 5505/AM), ADV: PRISCILA SOARES FEITOZA (OAB 4656/AM), ADV: GUSTAVO AMORIM CORRÊA (OAB 5071/AM), ADV: FÁBIO NOGUEIRA CORRÊA (OAB 5674/AM), ADV: SAMIRA CAMINHA (OAB 5267/AM), ADV: JAIR ALVES CORRÊA (OAB 5317/AM), ADV: RAIMUNDO DE AMORIM FRANCISCO SOARES (OAB 1137/AM), ADV: WALLESTEIN MONTEIRO DE SOUZA (OAB 4907/AM), ADV: DANIELLE SALGADO FREIRE (OAB 5349/AM), ADV: NEIVA EVANGELISTA BARBOZA (OAB 3187/AM), ADV: LUCIANA CRISTINA RODRIGUES (OAB 3671/AM) - Processo 0211212-29.2012.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: Gráfica Vitória Régia Ltda - Milton Aguiar Caminha - Roberto de Lima Caminha Filho - INTSSADO: COODENADOR DA CENTRAL DE MANDADOS - De ordem, conforme Portaria 001/2017 - PTJ em seu art. 1º, I, que delega aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a

prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais : I - INTIME-SE o Requerente a fim de que, no prazo de 5 (cinco) dias, promova o pagamento das despesas postais, de acordo com a Portaria 116/2017. Cumpre ressaltar que o valor monetário para emissão é de R$ 20,00 pelo Aviso de Recebimento e R$ 1,50 pela emissão do boleto.

ADV: NÍVEA DA SILVA CORADO (OAB 5490/AM), ADV: MONICA NAZARÉ PICANÇO DIAS BONOLO (OAB 6929/AM), ADV: LEONARDO ALVARENGA VIANA (OAB 6956/AM), ADV: EDINEY COSTA DA SILVA (OAB 7646/AM), ADV: FRANCISCO DOS SANTOS SILVA (OAB 3458/AM), ADV: EDUARDO SIMÕES PASSOS (OAB 4906/AM), ADV: ALEXANDRE FLEMING NEVES DE MELO (OAB 6142/AM), ADV: RIULNA VENTURA MULLER (OAB 6654/AM), ADV: JAIR ALVES CORRÊA (OAB 5317/AM), ADV: VANYLTON BEZERRA DOS SANTOS (OAB 7719/AM), ADV: KEULISON DA SILVA RAMOS (OAB 8581/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 104147/MG), ADV: ALEXANDRE SILVEIRA DO NASCIMENTO (OAB 118432/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011/AM), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM), ADV: CRISTIANE BENTES TEIXEIRA (OAB 5283/AM), ADV: RAIMUNDO DE AMORIM FRANCISCO SOARES FILHO (OAB 5505/AM), ADV: PRISCILA SOARES FEITOZA (OAB 4656/AM), ADV: GIOVANA ISABELLE PIMENTEL LIMA (OAB 3981/AM), ADV: GUSTAVO AMORIM CORRÊA (OAB 5071/AM), ADV: FÁBIO NOGUEIRA CORRÊA (OAB 5674/AM), ADV: SAMIRA CAMINHA (OAB 5267/AM), ADV: LUCIANA CRISTINA RODRIGUES (OAB 3671/AM), ADV: RAIMUNDO DE AMORIM FRANCISCO SOARES (OAB 1137/AM), ADV: WALLESTEIN MONTEIRO DE SOUZA (OAB 4907/AM), ADV: ROSEMARY LIMA RODRIGUES (OAB 2351/AM), ADV: DANIELLE SALGADO FREIRE (OAB 5349/AM), ADV: ADAIR JOSÉ PEREIRA MOURA (OAB 1251/AM), ADV: NEIVA EVANGELISTA BARBOZA (OAB 3187/AM) - Processo 0212276-74.2012.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Roberto Frederico Paes Junior - De ordem, conforme Portaria 001/2017 - PTJ em seu art. 1º, I, que delega aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais : I - INTIME-SE o Requerente a fim de que, no prazo de 5 (cinco) dias, promova o pagamento das despesas postais, de acordo com a Portaria 116/2017. Cumpre ressaltar que o valor monetário para emissão é de R$ 20,00 pelo Aviso de Recebimento e R$ 1,50 pela emissão do boleto.

ADV: RICARDO HÜBNER (OAB 9398/AM) - Processo 0247016-82.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum - Auxílio-Doença Previdenciário - REQUERENTE: Vanessa Batalha Reis - REQUERIDO: INSS - Instituto Nacional do Seguro Social - INTSSADO: Defensoria Pública da União no Amazonas - Procuradoria Federal no Estado do Amazonas - Advocacia Geral da União - Ante o exposto JULGO PROCEDENTE o pedido, com base no art. 487, I do CPC, para: A) Confirmar a antecipação de tutela concedida no sentido de Estabelecer o NB 6156453729, AUXÍLIO DOENÇA, a partir do dia 20/07/2015, calculado na forma do art. 61 da Lei 8.213/91, até conclusão de curso de reabilitação, ou conversão em aposentadoria caso a mesma não logre êxito. B) Determinar que o pagamento das parcelas vencidas em parcela única, fulcro no art. 23 da Lei 8.213/91, observada a prescrição quinquenal, se existir. C) Quanto à correção monetária, devem ser observados os índices relativos a cada período e respectivo fundamento legal: IPCA-E a partir de 25 de março de 2015, em função da modulação dos efeitos na Questão de Ordem, nas ADIs nº 4.357 e 4.425. Em relação aos juros de mora, devem incidir a contar da citação (art. 240, caput, do CPC) e não poderão ultrapassar o percentual de 6% ao ano, de acordo com a anterior redação do artigo 1º-F da Lei 9.494/1997. D) Condenar a parte requerida no pagamento das custas (STJ Súmula nº 178), e nos honorários advocatícios de sucumbência em 10% sobre as parcelas vencidas até a data da prolação da sentença, em atenção ao enunciado da Súmula 111 do STJ e art.85, §3º do CPC. P.R.I.C

ADV: SERAFIM PEREIRA D'ALVIM MEIRELLES NETO (OAB 1694/AM), ADV: CHRISTINA CUNHA E SILVA MEIRELLES (OAB 7896/AM) - Processo 0247540-45.2018.8.04.0001 - Carta Precatória Cível - Atos executórios - REQUERENTE: A. - REQUERIDO: C.S.V. - Com base no Provimento n.° 63/02 - CGJ, intime-se a parte requerente para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0262719-63.2011.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: Cleideana Lima do Nascimento - De ordem, conforme Portaria 001/2017 - PTJ em seu art. 1º, I, que delega aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais : I - INTIME-SE o Requerente a fim de que, no prazo de 5 (cinco) dias, promova o pagamento das despesas postais, de acordo com a Portaria 116/2017. Cumpre ressaltar que o valor monetário para emissão é de R$ 20,00 pelo Aviso de Recebimento e R$ 1,50 pela emissão do boleto.

ADV: MAURÍCIO COIMBRA GUILHERME FERREIRA (OAB 91811/MG), ADV: SIMONE APARECIDA SARAIVA LIMA (OAB 931A/AM) - Processo 0263066-96.2011.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Valor da Execução / Cálculo / Atualização - EXEQUENTE: HSBC BANK BRASIL S.A. - BANCO MULTIPLO - EXECUTADO: Paulo Henrique Costa de Alencar - ANTE DO EXPOSTO, pronuncio a prescrição e, por conseguinte, julgo extinto o feito nos moldes do artigo 487, II e 925, todos do Código de Processo Civil. Conjugando os princípios da causalidade e da sucumbência, entendo pela não incidência de honorários de sucumbência. Custas pelo exequente. Após o trânsito em julgado, arquive-se imeditamente.

ADV: ELAINE NAVEGANTE DO AMARAL (OAB 9092/AM), ADV: DANIELLA RODRIGUES DE ARAÚJO (OAB 8199/AM), ADV: DANIEL COUTINHO DA SILVA (OAB 9122/AM), ADV: MARÍLIA DIAS ANDRADE (OAB 14351/PA), ADV: RONALDO SPERRY JÚNIOR (OAB 9308/AM), ADV: MARLUCE ALMEIDA DE MEDEIROS (OAB 6778/PA), ADV: JUSCELINO ROSA GOMES JÚNIOR (OAB 9278/AM), ADV: JOSEANE DE ANDRADE COELHO (OAB 8365/AM), ADV: HILCIA REGINA LIMA DE AQUINO (OAB 5648/AM), ADV: LUANA SILVA SANTOS (OAB 16292/PA), ADV: RODOLFO MEIRA ROESSING (OAB 12719/PA), ADV: DANIELLE AMORIM BATISTA DOS SANTOS (OAB 7109/AM), ADV: AMANDA ARAÚJO DOS SANTOS (OAB 6150/AM), ADV: DJANE OLIVEIRA MARINHO (OAB 5849/AM), ADV: LÍGIA BEZERRA GONÇALVES (OAB 10161/AM), ADV: LAÍS MONIQUE DA SILVA SANTOS (OAB 10340/AM), ADV: JÉSSICA LORENA FALCÃO DE OLIVEIRA BELEZA (OAB 9568/AM) - Processo 0600395-93.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum - Perdas e Danos - REQUERENTE: Ediney Mota de Lima - REQUERIDO: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A - INTSSADO: IML - EX POSITIS e por tudo mais que dos autos constam, julgo improcedente a presente a ação que Ediney Mota de Lima, move contra Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A. Pelo princípio da causalidade, condeno o autor ao pagamento das custas e despesas processuais, corrigidas do desembolso, bem como em honorários advocatícios que arbitro em 20% do valor da condenação, com base no art. 85, §2º, do Código de Processo Civil, executáveis caso haja reversão econômica do autor em cinco anos.

ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM), ADV: JANDER GLEDSON REIS RAMOS (OAB 9368/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0600577-11.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Jardson Magno Reis Ramos, - De ordem, conforme Portaria 001/2017 - PTJ em seu art. 1º, I, que delega aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais : I - INTIME-SE o Requerente a fim de que, no prazo de 5 (cinco) dias, promova o pagamento das despesas postais, de acordo com a Portaria 116/2017. Cumpre ressaltar que o valor monetário para emissão é de R$ 20,00 pelo Aviso de Recebimento e R$ 1,50 pela emissão do boleto.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 805A/AM), ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT) - Processo 0602298-66.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum - Auxílio-Doença Previdenciário - REQUERENTE: Jurema Correa Abdoral - REQUERIDO: Instituto Nacional de Seguridade Social - Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - TERCEIRO I: Procuradoria Federal no Estado do Amazonas - Advocacia Geral da União - Ante o exposto JULGO PROCEDENTE o pedido, com base no art. 487, I do CPC, para: A) Restabelecer o NB 6060777850, em sede de tutela antecipada concedida em sentença, a partir do dia 09/06/2015, calculado na forma do art. 61 da Lei 8.213/91, permanecendo tal benefício por 6 meses (laudo pericial fls. 177), decorrido tal prazo, tendo em vista o caráter transitório da doença e do benefício, deverá ocorrer nova perícia. B) Determinar que o pagamento das parcelas vencidas, se houverem em parcela única, fulcro no art. 23 da Lei 8.213/91, observada a prescrição qüinqüenal, se existir. C) Quanto àcorreçãomonetária, devem ser observados os índices relativos a cada períodoerespectivo fundamento legal:- IPCA-Ea partir de 25 de março de 2015, em função da modulação dos efeitos na Questão de Ordem, nas ADIs nº 4.357e4.425. Em relação aosjurosde mora, devem incidir a contar da citação (art. 240, caput, do CPC) e não poderão ultrapassar o percentual de 6% ao ano, de acordo com a anterior redação do artigo 1º-F da Lei 9.494/1997. D) Condenar a parte requerida no pagamento das custas (STJ Súmula nº 178), e nos honorários advocatícios de sucumbência em 10% sobre as parcelas vencidas até a data da prolação da sentença, em atenção ao enunciado da Súmula 111 do STJ e art.85, §3º do CPC. E)Julgar improcedente o pedido de dano moral.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT) - Processo 0602345-06.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: Rogério Ribeiro Kos - REQUERIDO: INSS - Instituto Nacional do Seguro Social - Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - TERCEIRO I: Procuradoria Federal no Estado do Amazonas - Advocacia Geral da União - Ante o exposto JULGO PROCEDENTE o pedido, com base no art. 487, I do CPC, para: A) Condenar o INSS a Restabelecer/pagar o NB 6150972694 (auxílio doença acidentário) a partir do dia 29/08/2016, calculado na forma do art. 61 da Lei 8.213/91, até conclusão de curso de reabilitação, ou conversão em aposentadoria caso a mesma não logre êxito. B) Determinar a concessão do auxílio acidente, nos termos do disposto no art. 86 da Lei nº 8.213/91, após cessado o auxílio doença acidentário, caso não seja este imediatamente convertido em aposentadoria. C) Determinar que o pagamento das parcelas vencidas em parcela única, fulcro no art. 23 da Lei 8.213/91, observada a prescrição qüinqüenal, se existir. D) Quanto àcorreçãomonetária, devem ser observados os índices relativos a cada períodoerespectivo fundamento legal: - IGP-DI de maio de 1996 a março de 2006, conforme os artigos 10 da Lei nº 9.711/98e20, §§ 5ºe6º, da Lei nº 8.880/94; - INPC de abril de 2006 a 29 de junho de 2009, conforme artigo 31 da Lei nº 10.741/03, cumulada com a Lei nº 11.430/06; - TR de 30 de junho de 2009 a 24 de março de 2015, conforme Lei nº 11.960/2009, em consonância com a Questão de Ordem nas ADIs nº 4.357e4.425; - IPCA-Ea partir de 25 de março de 2015, em função da modulação dos efeitos na Questão de Ordem, nas ADIs nº 4.357e4.425. Em relação aosjurosde mora, devem incidir a contar da citação (art. 240, caput, do CPC) e não poderão ultrapassar o percentual de 6% ao ano, de acordo com a anterior redação do artigo 1º-F da Lei 9.494/1997. E) Condenar a parte requerida no pagamento das custas (STJ Súmula nº 178), e nos honorários advocatícios de sucumbência em 10% sobre as parcelas vencidas até a data da prolação da sentença, em atenção ao enunciado da Súmula 111 do STJ e art.85, §3º do CPC. F) Expeça-se Alvará Judicial no nome da perita Judicial, Dra. Viviany da Cruz Ramos Pinto, conforme depósito às fls. 174. P.R.I.C

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 104147/MG), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0603848-04.2013.8.04.0001 - Procedimento Sumário - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: Francisca Martins Freire - Com base no Provimento n.° 63/02 - CGJ, intime-se a parte requerente para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias.

ADV: GIULIO ALVARENGA REALE (OAB 65628/MG) - Processo 0604424-26.2015.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - REQUERIDO: José Alves dos Santos - Com base no Provimento n.° 63/02 - CGJ, intime-se a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias.

ADV: MARISA TAVARES BARROS PAIVA DE MOURA (OAB 23647D/PE), ADV: ANDERSON DE OLIVEIRA MOREIRA (OAB 8025/AM), ADV: FILIPE DE SOUZA LEÃO ARAÚJO (OAB 23973/PE), ADV: LUÍS FELIPE DE SOUZA REBÊLO (OAB 17593/PE), ADV: DANIEL SANTOS DE ANDRADE (OAB 6733/AM), ADV: CLÁUDIA MORAES NADAF DA COSTA VAL (OAB 2523/AM) - Processo 0605933-89.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Rescisão / Resolução - REQUERENTE: PORTO VEÍCULOS LTDA. - REQUERIDO: GREGÓRIO PEREIRA VERDE - INTSSADO: Departamento Estadual de Trânsito do Amazonas - DETRAN/AM - I - Expeça-se nova Carta de Intimação, tendo em vista haver ocorrido equívoco no destinatário da Carta.

ADV: MICHAELEN DE JESUS HARRAQUIAN CABO VERDE (OAB 5604/AM), ADV: NATASJA DESCHOOLMEESTER (OAB 2140/AM), ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM), ADV: AFFIMAR CABO VERDE FILHO (OAB A229/AM), ADV: MOYSÉS ROBERTO GEBER CORRÊA (OAB 5678/AM), ADV: SUERDA CARLA CAMPOS MORAIS DE ARAÚJO (OAB 4083/AM), ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM), ADV: SÉRGIO PAULO MONTEIRO LITAIFF FILHO (OAB 7507/AM), ADV: CARLOS EUGÊNIO VERAS DE MENEZES (OAB 4693/AM), ADV: MALBER MAGALHÃES SOUZA TAVARES (OAB 6455/AM), ADV: ARIVAN DE CARVALHO NUNES (OAB 5108/AM), ADV: JOSÉ ANTÔNIO DO NASCIMENTO PINHEIRO (OAB 6353/AM), ADV: DANIEL SILVA BARROSO (OAB 2965/AM), ADV: DIEGO CID VIEIRA PRESTES (OAB 7805/AM), ADV: ARLINTON CABO VERDE RIBEIRO (OAB 1844E/AM), ADV: ADRIANO MARCELO FROZ DE BORBA (OAB 8966/AM) - Processo 0606120-34.2014.8.04.0001 - Protesto - Liminar - REQUERENTE: J CRUZ INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA. - REQUERIDO: CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO DE PROTESTO DE LETRAS DE MANAUS - CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO DE PROTESTO DE LETRAS DE MANAUS - CARTÓRIO DO 5º OFÍCIO DE PROTESTO DE LETRAS DE MANAUS - BANCO BRADESCO S/A - V P MOCA BRINDES E IMPRESSÃO SERIFRÁFICAS - ME - S. E. Factoring Fomento Mercantil LTDA - De ordem, intimo a parte autora (conforme sentença de fls. 295-296) para que efetue o pagamento das custas processuais, conforme fls. 308, no prazo de 10 (dez) dias.

ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB A737/AM) - Processo 0606457-47.2019.8.04.0001 - Monitória - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - REQUERIDO: Espólio de Bismarque Goncalves Leite - Lucas de Araújo Leite - Raimunda Goncalves Rolim - Ramayana Araújo Leite - Raymundo Leite da Silva Neto - De ordem, conforme Portaria 001/2017 - PTJ em seu art. 1º, I, que delega aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais : I - INTIME-SE o Requerente a fim de que, no prazo de 5 (cinco) dias, promova o pagamento das despesas postais, de acordo com a Portaria 116/2017. Cumpre ressaltar que o valor monetário para emissão é de R$ 20,00 pelo Aviso de Recebimento e R$ 1,50 pela emissão do boleto.

ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP), ADV: JOSÉ LÍDIO ALVES DOS SANTOS (OAB 1163A/AM) - Processo 0606775-98.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Bradesco Administradora de Consórcios Ltda - REQUERIDO: V. R. Rocha do Amaral - Me - De ordem, conforme Portaria 001/2017 - PTJ em seu art. 1º, I, que delega aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais : I - INTIME-SE o Requerente a fim de que, no prazo de 5 (cinco) dias, promova o pagamento das despesas postais, de acordo com a Portaria 116/2017. Cumpre ressaltar que o valor monetário para emissão é de R$ 20,00 pelo Aviso de Recebimento e R$ 1,50 pela emissão do boleto.

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM), ADV: LUCILENE MACÊDO DOS SANTOS (OAB 8545/AM) - Processo 0607004-24.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - REQUERIDO: Francisco Airton Rodrigues de Melo - Pelo exposto, julgo procedente o pedido na ação movida por Banco Bradesco S/A, em face de Francisco Airton Rodrigues de Melo para, confirmando a liminar antes deferida, declarar rescindido o contrato e consolidar na pessoa do autor o domínio e a posse plena do bem. Condeno o requerido ao pagamento de custas e honorários advocatícios, estes fixados em R$ 500,00 (quinhentos reais), com fulcro no art. 85, § 8º, do CPC. Transitada em julgado a sentença, intime-se a parte interessada no cumprimento da sentença, na pessoa de seu advogado, para requerer o que entender de direito (513, § 1º, CPC). Em caso de recurso, nova conclusão somente após a publicação desta decisão. P. R. I.

ADV: TIMÓTEO MARTINS NUNES (OAB 847A/AM), ADV: ÁLVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 831A/AM) - Processo 0608473-76.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Paulo Salatiel Oliveira da Silva - REQUERIDO: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A - INTSSADO: Diretor do Instituto Médico Legal (IML) - Manaus/AM - Ex positis, JULGO IMPROCEDENTES os pleitos formulados por Paulo Salatiel Oliveira da Silva, em face de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A, nos termos da fundamentação. Custas e honorários advocatícios pelo demandante, estes arbitrados em 10% (dez por cento) doa valor da causa atualizado, com suporte no art. 85, §§ 2º e 6º, do CPC, cujo pagamento restará suspenso até que o demandante, beneficiário da assistência judiciária, apresente condições de arcar com as sobreditas despesas, sem prejuízo do sustento próprio e de sua família, tudo na forma do art. 12 da Lei 1.060/50, salvo o decurso do prazo de 05 (cinco) anos, quando, então, tal pretensão estará fulminada pela prescrição.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT) - Processo 0608684-78.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: Nelson Fernandes Oliveira - REQUERIDO: Instituto Nacional de Seguridade Social - Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - TERCEIRO I: Procuradoria Federal no Estado do Amazonas - Advocacia Geral da União - PERITO: abrahim bady bracy filho - Ante o exposto, e considerando o que mais dos autos consta, JULGO IMPROCEDENTE a ação, nos termos do artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil. Custas e honorários advocatícios pelo demandante, estes arbitrados em 10% (dez por cento) doa valor da causa atualizado, com suporte no art. 85, §§ 2º e 6º, do CPC, cujo pagamento restará suspenso até que o demandante, beneficiário da assistência judiciária, apresente condições de arcar com as sobreditas despesas, sem prejuízo do sustento próprio e de sua família, tudo na forma do art. 98, §3º do CPC, salvo o decurso do prazo de 05 (cinco) anos. P.R.I.C

ADV: NATASJA DESCHOOLMEESTER (OAB 2140/AM), ADV: AFFIMAR CABO VERDE FILHO (OAB A229/AM), ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM), ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM), ADV: SÉRGIO PAULO MONTEIRO LITAIFF FILHO (OAB 7507/AM), ADV: MALBER MAGALHÃES SOUZA TAVARES (OAB 6455/AM), ADV: MOYSÉS ROBERTO GEBER CORRÊA (OAB 5678/AM), ADV: DANIEL SILVA BARROSO (OAB 2965/AM), ADV: ARIVAN DE CARVALHO NUNES (OAB 5108/AM) - Processo 0609294-51.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: J CRUZ INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA. - REQUERIDO: V P MOCA BRINDES E IMPRESSÃO SERIFRÁFICAS - ME - CARTÓRIO D 1º OFÍCIO DE PROTESTO DE LETRAS DE MANAUS - CARTÓRIO D 2º OFÍCIO DE PROTESTO DE LETRAS DE MANAUS - CARTÓRIO DO 4º OFÍCIO DE PROTESTO DE LETRAS DE MANAUS - CARTÓRIO D 5º OFÍCIO DE PROTESTO DE LETRAS DE MANAUS - CARTÓRIO DO 6º OFÍCIO DE PROTESTO DE LETRAS DE MANAUS - BANCO BRADESCO S/A - RETA FACTORING FOMENTO COMERCIAL LTDA-EPP - De ordem, intimo a parte autora (conforme estabelecido em sentença de fls. 757-760) para que efetue o pagamento das custas processuais, conforme fls. 773, no prazo de 10 (dez) dias.

ADV: CELSO MARCON (OAB A566/AM), ADV: ELAINE BONFIM DE OLIVEIRA (OAB 336A/CE) - Processo 0609960-47.2017.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - REQUERIDO: Paulo Freitas da Silva - Com base no Provimento n.° 63/02 - CGJ, intime-se a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias.

ADV: CAROLINE DA SILVA BRAZ DE OLIVEIRA (OAB 4846/AM), ADV: CHARLES RIBEIRO DA SILVA (OAB 5694/AM), ADV: MARIA ALTAMIRA DE SOUZA (OAB 6959/AM) - Processo 0614765-82.2013.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: Renata Serrão Pereira - Francisco Antonio Pereira Balbino - REQUERIDO: Raimundo Nelson Cimaque da Costa - Francisco Valentim da Silva - Ante o exposto, e considerando o que mais dos autos consta, JULGO IMPROCEDENTE a ação, nos termos do artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil. Custas e honorários advocatícios pelo demandante, estes arbitrados em 10% (dez por cento) doa valor da causa atualizado, com suporte no art. 85, §§ 2º e 6º, do CPC, cujo pagamento restará suspenso até que o demandante, beneficiário da assistência judiciária, apresente condições de arcar com as sobreditas despesas, sem prejuízo do sustento próprio e de sua família, tudo na forma do art. 98, §3º do CPC, salvo o decurso do prazo de 05 (cinco) anos. P.R.I.C

ADV: MARIA LUCÍLIA GOMES (OAB 84206/SP), ADV: AMANDIO FERREIRA TERESO JÚNIOR (OAB 739A/AM) - Processo 0615067-09.2016.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Administradora de Consórcio Nacional Honda Ltda. - REQUERIDA: MARIA ELIETE SOUZA REZENDE - Com base no Provimento n.° 63/02 - CGJ, intime-se a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias.

ADV: ROBERVAL VIEIRA JÚNIOR (OAB 244234/SP), ADV: ALBERTO ALVES DE MORAES (OAB 17578/PA) - Processo 0617353-23.2017.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Santander Brasil S/A - REQUERIDO: J. Gomes Uchoa Me (D. J. Distribuidora) - João Gomes Uchoa - De ordem, conforme Portaria 001/2017 - PTJ em seu art. 1º, I, que delega aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais : I - INTIME-SE o Requerente a fim de que, no prazo de 5 (cinco) dias, promova o pagamento das despesas postais, de acordo com a Portaria 116/2017. Cumpre ressaltar que o valor monetário para emissão é de R$ 20,00 pelo Aviso de Recebimento e R$ 1,50 pela emissão do boleto.

ADV: ALCINARA MARQUES DOS SANTOS (OAB 8665/AM) - Processo 0618842-32.2016.8.04.0001 - Petição Cível - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: Dionizia da Costa Pereira - REQUERIDO: INSS - Instituto Nacional da Seguridade Social - Procuradoria Federal no Estado do Amazonas - Advocacia Geral da União - Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - TERCEIRO I: Procuradoria Federal no Estado do Amazonas - Advocacia Geral da União - Ante o exposto JULGO PROCEDENTE o pedido, com base no art. 487, I do CPC, para: A) Condenar o INSS a conceder o benefício de auxílio-acidente à parte autora, no valor de 50% do salário-de-benefício, a partir do dia seguinte ao da cessação do auxílio-doença, respeitada a prescrição quinquenal. B) Determinar que o pagamento das parcelas vencidas em parcela única, fulcro no art. 23 da Lei 8.213/91, observada a prescrição quinquenal, se existir. C) Quanto àcorreçãomonetária, devem ser observados os índices relativos a cada períodoerespectivo fundamento legal: - IGP-DI de maio de 1996 a março de 2006, conforme os artigos 10 da Lei nº 9.711/98e20, §§ 5ºe6º, da Lei nº 8.880/94; - INPC de abril de 2006 a 29 de junho de 2009, conforme artigo 31 da Lei nº 10.741/03, cumulada com a Lei nº 11.430/06; - TR de 30 de junho de 2009 a 24 de março de 2015, conforme Lei nº 11.960/2009, em consonância com a Questão de Ordem nas ADIs nº 4.357e4.425; - IPCA-Ea partir de 25 de março de 2015, em função da modulação dos efeitos na Questão de Ordem, nas ADIs nº 4.357e4.425. Em relação aosjurosde mora, devem incidir a contar da citação (art. 240, caput, do CPC) e não poderão ultrapassar o percentual de

6% ao ano, de acordo com a anterior redação do artigo 1º-F da Lei 9.494/1997. D) Condenar a parte requerida no pagamento das custas (STJ Súmula nº 178), e nos honorários advocatícios de sucumbência em 10% sobre as parcelas vencidas até a data da prolação da sentença, em atenção ao enunciado da Súmula 111 do STJ e art.85, §3º do CPC. P.R.I.C Nome do segurado: Dionizia da Costa Pereira Data do início do benefício: 03/11/2011Nome da mãe: Raimunda Aparecida da Costa Pereira Data de início do pagamento: Data da SentençaData de cessação do benefício: eventual concessão de aposentadoria de qualquer espécie

ADV: JOSÉ RICARDO GOMES DE OLIVEIRA (OAB 5254/AM) - Processo 0619349-56.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum - Inadimplemento - REQUERENTE: Srb Comercio e Servicos de Materiais de Construcao Ltda - REQUERIDO: R de Figueiredo Gonçalves - Epp - Com base no Provimento n.° 63/02 - CGJ, intime-se a parte requerente para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 805A/AM), ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT) - Processo 0622349-98.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum - Auxílio-Doença Previdenciário - REQUERENTE: Brasilina dos Santos Lopes - REQUERIDO: INSS - Instituto Nacional do Seguro Social - Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - INTSSADO: Procuradoria Federal no Estado do Amazonas - Advocacia Geral da União - Ante o exposto e tudo mais que dos autos consta, JULGO PROCEDENTE o pedido formulado por BRASILINA DOS SANTOS LOPES, contra INSS - Instituto Nacional de Seguro Social, com fundamento no art. 487, I, do Código de Processo Civil, e consoante fundamentação supra, e, via de consequência, defiro a liminar, condeno a parte requerida a restabelecer o benefício previdenciário de auxílio-doença n° 31/602.338.947-7. Havendo prestações em atraso, estas devem ser pagas de uma só vez corrigidas monetariamente desde o respetivo vencimento pelo IPCA-E,e acrescidas de juros de mora a partir da citação observando-se o índice aplicado à caderneta de poupança (art. 1º-F da Lei nº 9.494/97,com a redação dada pela Lei nº 11.960/09). A duração do beneficio ora reconhecido deverá seguir o que determina o artigo 62 da Lei n. 8.213/91. Condeno ainda a parte requerida ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios que fixo em 10% (dez por cento) sobre sobre o montante das prestações vencidas até a data da sentença (art. 85, § 3º, CPC e Súmula 111, STJ). Interposto recurso de embargos de declaração, com efeito modificativo, intime-se a parte contrária para se manifestar no prazo legal. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: VICTOR HUGO TRINDADE SIMÕES (OAB 9286/AM), ADV: CAROLINA AUGUSTA MARTINS (OAB 9989/AM) - Processo 0624580-30.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Kl Rente A Car - REQUERIDA: Vera Lucia Carvalho Martins - Com base no Provimento n.° 63/02 - CGJ, intime-se a parte requerente para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT) - Processo 0626832-74.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: Adail de Souza Nascimento - REQUERIDO: INSS - Instituto Nacional do Seguro Social - Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - PERITO: Marcelo Cláudio Barroso de Vasconcelos Dias - TERCEIRO I: Procuradoria Federal no Estado do Amazonas - Advocacia Geral da União - Ante o exposto JULGO PROCEDENTE o pedido, com base no art. 487, I do CPC, para: A) Confirmar a antecipação de tutela concedida no sentido de Restabelecer o NB 5379880815 a partir do dia 09/09/2017, calculado na forma do art. 61 da Lei 8.213/91, até conclusão de curso de reabilitação, ou conversão em aposentadoria caso a mesma não logre êxito. B) Determinar que o pagamento das parcelas vencidas em parcela única, fulcro no art. 23 da Lei 8.213/91, observada a prescrição quinquenal, se existir. C) Quanto à correção monetária, devem ser observados os índices relativos a cada período e respectivo fundamento legal: IPCA-E a partir de 25 de março de 2015, em função da modulação dos efeitos na Questão de Ordem, nas ADIs nº 4.357 e 4.425. Em relação aos juros de mora, devem incidir a contar da citação (art. 240, caput, do CPC) e não poderão ultrapassar o percentual de 6% ao ano, de acordo com a anterior redação do artigo 1º-F da Lei 9.494/1997. D) Condenar a parte requerida no pagamento das custas (STJ Súmula nº 178), e nos honorários advocatícios de sucumbência em 10% sobre as parcelas vencidas até a data da prolação da sentença, em atenção ao enunciado da Súmula 111 do STJ e art.85, §3º do CPC. P.R.I.C.

ADV: JOSÉ LÍDIO ALVES DOS SANTOS (OAB 1163A/AM), ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 12450/PE), ADV: LUÍS JORGE DE ARRUDA ROSAS (OAB 42760/BA), ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 1164A/AM) - Processo 0627205-37.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - REQUERIDO: Manoel Dirceu Alves de Negreiros - Pelo exposto, julgo procedente o pedido na ação movida por Unibanco S/A em face de Edjunho dos Santos Gomes para, confirmando a liminar antes deferida, declarar rescindido o contrato e consolidar na pessoa do autor o domínio e a posse plena do bem. Condeno o requerido ao pagamento de custas e honorários advocatícios, estes fixados em R$ 500,00 (quinhentos reais), com fulcro no art. 85, § 8º, do CPC. Transitada em julgado a sentença, intime-se a parte interessada no cumprimento da sentença, na pessoa de seu advogado, para requerer o que entender de direito (513, § 1º, CPC). Em caso de recurso, nova conclusão somente após a publicação desta decisão. P. R. I.

ADV: CRISTIANO SILVA COLEPICOLO (OAB 291906/SP), ADV: GABRIEL TOSETTI SILVEIRA (OAB 252852/SP), ADV: JOÃO GILBERTO FEIRE GOULART (OAB 291913/SP) - Processo 0628025-27.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo - REQUERENTE: Carrefour Comercio e Industria Ltda - REQUERIDO: R. M. JESUS - ME (Nome fantasia CHICKEN SHOW) - ROGÉRIO MARANHÃO DE JESUS - Com base no Provimento n.° 63/02 - CGJ, intime-se a parte requerido para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias.

ADV: JOSÉ AUGUSTO DE REZENDE JÚNIOR (OAB A1109/AM) - Processo 0633999-45.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - REQUERIDO: ANTONIO MAGELA TAVARES - Com base no Provimento n.° 63/02 - CGJ, intime-se a parte requerente para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011/AM) - Processo 0634257-89.2015.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Adamor Printes Cancio - Com base no Provimento n.° 63/02 - CGJ, intime-se a parte requerente para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias.

ADV: BRUNO HENRIQUE DE OLIVEIRA VANDERLEI (OAB 21678/PE), ADV: ELIEZER LEÃO GONZALES (OAB 212A/AM), ADV: GEANDRE ETIANNE DA SILVA FERREIRA (OAB 9994/AM) - Processo 0634791-33.2015.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Aquisição - REQUERENTE: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - REQUERIDA: MARIA DA CONCEIÇÃO FREITAS BATISTA - Pelo exposto, julgo procedente o pedido na ação movida por para, confirmando a liminar antes deferida, declarar rescindido o contrato e consolidar em nome da parte autora o domínio plena do bem. Condeno o réu ao pagamento de custas e honorários advocatícios, este fixados em 10% (dez por cento) sobre o valor da causa, com fulcro no art. 85, § 2º, do CPC. Transitada em julgado a presente decisão, arquivem-se os autos com a baixa nos registros. Em caso de recurso, nova conclusão somente após a publicação desta decisão.. P. R. I.

ADV: HELENA MARIE DA CUNHA FISH (OAB 4332/AM), ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT) - Processo 0638706-22.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: Jacilene Silva de Souza - REQUERIDO: Instituto Nacional de Seguridade Social - Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - TERCEIRO I: Procuradoria Federal no Estado do Amazonas - Advocacia Geral da União - Ante o exposto e considerando o mais que dos autos consta, JULGO IMPROCEDENTE a ação e extingo o processo com fundamento

no inciso I, do artigo 487, do Código de Processo Civil. Condeno a parte autora ao pagamento de honorários advocatícios e de custas processuais. Entretanto, suspendo a execução tendo em vista ser beneficiária da assistência judiciária gratuita nos termos do art. 12 da lei 1.060/50.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT) - Processo 0639285-67.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: Vicente Teixeira Pinto - REQUERIDO: Instituto Nacional de Seguridade Social - Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - Ante o exposto e considerando o mais que dos autos consta, JULGO IMPROCEDENTE a ação e extingo o processo com fundamento no inciso I, do artigo 487, do Código de Processo Civil. Condeno a parte autora ao pagamento de honorários advocatícios e de custas processuais. Entretanto, suspendo a execução tendo em vista ser beneficiária da assistência judiciária gratuita nos termos do art. 12 da lei 1.060/50. Em caso de recurso de apelação, ciência à parte contrária para, querendo, apresentar contrarrazões no prazo de 15 dias úteis (art. 1.010 §1º do CPC). No mesmo sentido, recurso adesivo. Após, subam os presentes autos ao Egrégio Tribunal de Justiça do Amazonas, com nossas homenagens e cautelas de estilo. Com o advento da Lei nº 13.105/2015, o juízo de admissibilidade é efetuado pelo juízo ad quem, na forma do artigo 1.010, § 3º, a seguir transcrito: "Após as formalidades previstas nos §§ 1º e 2º, os autos serão remetidos ao tribunal pelo juiz, independentemente de juízo de admissibilidade".

ADV: MÁRCIO LEANDRO DEODATO DE AQUINO (OAB 748/RR) - Processo 0640792-63.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum - Seguro - REQUERENTE: Antônio Carlos Bulcão dos Santos - REQUERIDO: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A - PERITO: Instituto Médico Legal - IML - Ex positis, JULGO PROCEDENTE o pleito de complementação da indenização paga pela via administrativa formulado por Antônio Carlos Bulcão dos Santos, em face de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A, nos termos do art. 487, I, do C.P.C., para condenar a requerida ao pagamento da indenização por invalidez permanente na quantia correspondente a R$ 6.615,00 (Seis mil, seiscentos e quinze reais). , corrigidos monetariamente a partir da data do acidente, juros de mora, incidem sobre o valor da condenação, a partir da citação válida, nos termos da Portaria TJAM 1.855/2016. Custas e honorários advocatícios pela ré, estes à proporção de 15% (quinze por cento) sobre o valor da condenação, com suporte no art. 85, §2.º, do CPC. Após o trânsito em julgado, intime-se a parte interessada no cumprimento da sentença, na pessoa de seu advogado, para requerer o que entender de direito (513, § 1º, CPC). Em caso de recurso, nova conclusão somente após a publicação desta decisão. P.R.I.C.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT) - Processo 0643017-56.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: Maria Izabel Ribeiro Gomes - REQUERIDO: Instituto Nacional de Seguridade Social - Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - PERITO: abrahim bady bracy filho - TERCEIRO I: Procuradoria Federal no Estado do Amazonas - Advocacia Geral da União - Diante do exposto, JULGO PROCEDENTE a pretensão veiculada na petição inicial e extinto o feito com resolução de mérito, com fundamento no art. 467, inc. I, do Código de Processo Civil, para o fim de CONDENAR o INSS a CONCEDER à autora o AUXÍLIO-DOENÇA, desde a data do indeferimento administrativo e a CONVERTER o benefício em APOSENTADORIA POR INVALIDEZ, desde a data da perícia judicial; CONDENAR o INSS ao pagamento das parcelas vencidas, com juros e correção monetária, até o efetivo pagamento, pelos índices oficiais de remuneração básica e juros aplicados à caderneta de poupança (Art. 1º-F, da Lei n.º 9.494/97, com redação dada pela Lei nº 11.960/09), devendo ser descontados os valores já recebidos após a data acima indicada; CONDENAR o INSS ao pagamento das custas e despesas processuais (Súmula n.º 178/STJ), além de pagar honorários advocatícios, que arbitro em R$1.000,00 (mil reais). Por fim, saliento a inviabilidade de se postergar os efeitos da tutela, considerando o caráter alimentar do benefício postulado. Sob essa ótica, o TRF4 firmou entendimento no sentido de que, nas causas similares a esta, deve-se determinar a imediata implementação do benefício previdenciário, valendo-se da tutela específica da obrigação de (TRF4, QUOAC 2002.71.00.050349-7, rel. p/Acórdão Celso Kipper, D.E. 01/10/2007). Após o trânsito em julgado, certifique-se e intime-se o autor para se manifestar sobre o prosseguimento. Nada sendo requerido, arquivem-se os autos.

ADV: THIAGO VINÍCIUS MENDONÇA MOREIRA (OAB A1087AM) - Processo 0643319-85.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum - Aposentadoria por Invalidez - REQUERENTE: Maria Cristina Costa Vendramini - REQUERIDO: Inss - Instituto Nacional de Seguridade Social - Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - TERCEIRO I: Procuradoria Federal no Estado do Amazonas - Advocacia Geral da União - Ante o exposto, e considerando o que mais dos autos consta, JULGO IMPROCEDENTE a ação, nos termos do artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil. Custas e honorários advocatícios pelo demandante, estes arbitrados em 10% (dez por cento) doa valor da causa atualizado, com suporte no art. 85, §§ 2º e 6º, do CPC, cujo pagamento restará suspenso até que o demandante, beneficiário da assistência judiciária, apresente condições de arcar com as sobreditas despesas, sem prejuízo do sustento próprio e de sua família, tudo na forma do art. 98, §3º do CPC, salvo o decurso do prazo de 05 (cinco) anos. P.R.I.C

ADV: ANDREZA DA COSTA PAES (OAB 12353/AM), ADV: AMÉRICO VALENTE CAVALCANTE JÚNIOR (OAB 8540/AM) - Processo 0644328-82.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: S.E.I.P.C.E.A.S. - REQUERIDO: J.N.S.S. - J.N.S.S.M.V.E. - De ordem, conforme Portaria 001/2017 - PTJ em seu art. 1º, que delega aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais : I - Tendo em vista o cumprimento negativo de AR. Intime-se o requerente, através de seu patrono constituído nos autos, para se manifestar sobre a resposta do AR juntado às fls. (331), no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: SUELEN CRISTINA MAIA DE ALMEIDA ALBUQUERQUE (OAB 4345/AM) - Processo 0644371-19.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Beatriz Guimarães Menezes - Simone de Souza Guimarães - REQUERIDO: Escolas e Supletivo Nilton Lins - Ante o exposto, julgo procedente a ação, proposta por Beatriz Guimarães Menezes e Simone de Souza Guimarães, em face de Escolas e Supletivo Nilton Lins, bem como mantenho a liminar deferida às fls. 45/52. Condeno o réu ao pagamento das custas e do honorário do patrono da parte autora,que fixo 20%, nos termos do artigo 85, NCPC. P.R.I.C.

ADV: PIO CARLOS FREIRIA JUNIOR (OAB A1118AM), ADV: JEANE FERNANDES DE ALMEIDA (OAB 12508/AM) - Processo 0644379-93.2017.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Itaú Veículos S/A - REQUERIDO: Ivan Santos - Pelo exposto, julgo procedente o pedido na ação movida porBanco Itaú Veículos S/A, em face de Ivan Santos para, confirmando a liminar antes deferida, declarar rescindido o contrato e consolidar na pessoa do autor o domínio e a posse plena do bem. Condenar a parte ré ao pagamento das custas e honorários advocatícios, estes fixados em 10% (dez por cento) sobre o valor da causa, com suporte no art. 85, § 2º, do CPC. Todavia, em razão da gratuidade de justiça concedida, fica suspensa a exigibilidade desses valores, que somente poderão ser executados se, no prazo de 5 (cinco) anos contados do trânsito em julgado da decisão que os certificou, o credor demonstrar que deixou de existir a situação que ensejou o direito à gratuidade, após o que extingue-se a obrigação do beneficiário, nos termos do art. 98, § 3º do CPC. Transitada em julgado a sentença, intime-se a parte interessada no cumprimento da sentença, na pessoa de seu advogado, para requerer o que entender de direito (513, § 1º, CPC). Em caso de recurso, nova conclusão somente após a publicação desta decisão. P. R. I.

ADV: GIULIO ALVARENGA REALE (OAB 1006A/AM), ADV: GIULIO ALVARENGA REALE (OAB 65628/MG), ADV: CLÁUDIA DE SANTANA (OAB 8369/AM), ADV: BERNARDO SILVA DE SEIXAS (OAB 7910/AM) - Processo 0710641-98.2012.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: ITAPEVA II MULTICARTERIA FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO PAZDRONIZADOS - REQUERIDO: Fernando silva de Andrade - TERCEIRO I: INSTITUTO DE PERÍCIAS DA AMAZÔNIA - INPEAM, CNPJ 26.398.105/0001-34, - De ordem, abro vista à parte interessada para se manifestar acerca da petição de fls. 211/212 no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: CELSO DE FARIA MONTEIRO (OAB 1080A/AM), ADV: ANTONIO CLAUDIO PINTO FLORES (OAB 583A/AM), ADV: CELSO DE FARIA MONTEIRO (OAB A1080/AM), ADV: ANA SELMA RODRIGUES PINHEIRO (OAB 4958/AM), ADV: ANTÔNIO CLÁUDIO PINTO FLORES (OAB A583/AM), ADV: DANIEL DO NASCIMENTO SILVA (OAB 7472/AM) - Processo 0714766-12.2012.8.04.0001 - Procedimento Comum - Evicção ou Vicio Redibitório - REQUERENTE: Jose Carlos Bandeira Bastos - ANA ESTHER PINHEIRO BASTOS - REQUERIDO: Ford Motor Company Brasil LTDA - MONTANNA VEICULOS LTDA - PERITO: Marcos Antonio Mota de Vasconcelos - Ante o exposto, conheço dos declaratórios interpostos e, no mérito, dou-lhes parcial provimento, para que o dispositivo da r. sentença passe a constar com a seguinte redação: " Ante o exposto e tudo mais que dos autos consta, JULGO PROCEDENTE o pedido formulado por ANA ESTHER PINHEIRO BASTOS E JOSE CARLOS BANDEIRA BASTOS contra FORD MOTOR COMPANY BRASIL LTDA E MONTANNA VEICULOS LTDA, para condenar as rés solidariamente ao pagamentode R$ 30.000,00 (trinta mil reais), a título de danos morais, com juros e correção monetária a contar desta data, bem como ao pagamento do equivalente a objeto da lide,qual seja, carro Ford Fusion no valor de R$ 80.000,00 (oitenta mil reais), juros e correção monetária a contar da data do primeiro evento danoso (21/11/2010 - fls. 03) a título de dano material,com fundamento no art. 487, I, do Código de Processo Civil, e consoante Fundamentação. Determino aos Embargados a obrigação de entregar o veículo livre de débitos financeiros, bem como os documentos necessários para a transferência".

ADV: RAFAEL DE OLIVEIRA PINHO (OAB 22514/CE), ADV: FRANCISCO OSMÍDIO BRÍGIDO BEZERRA LIMA (OAB 5091/CE), ADV: JOSÉ WELLINGTON COUTINHO CAMPELO (OAB 6441/CE), ADV: ROSÂNGELA DA ROSA CORRÊA (OAB 921A/AM) - Processo 0719585-89.2012.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Liminar - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - REQUERIDA: Núbia da Costa Pantoja - TERCEIRO I: Juizo da Comarca de Ituverava - SP. - Com base no Provimento n.° 63/02 - CGJ, intime-se a parte requerente para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias.

Adair José Pereira Moura (OAB 1251/AM)
Adriano Marcelo Froz de Borba (OAB 8966/AM)
Affimar Cabo Verde Filho (OAB A229/AM)
Alberto Alves de Moraes (OAB 17578/PA)
Alcinara Marques dos Santos (OAB 8665/AM)
Alexandre Fleming Neves de Melo (OAB 6142/AM)
Alexandre Silveira do Nascimento (OAB 118432/MG)
Álvaro Luiz da Costa Fernandes (OAB 831A/AM)
Amanda Araújo dos Santos (OAB 6150/AM)
Amandio Ferreira Tereso Júnior (OAB 739A/AM)
Américo Valente Cavalcante Júnior (OAB 8540/AM)
Ana Selma Rodrigues Pinheiro (OAB 4958/AM)
Anderson de Oliveira Moreira (OAB 8025/AM)
Andreza da Costa Paes (OAB 12353/AM)
Antônio Braz da Silva (OAB 12450/PE)
ANTONIO CLAUDIO PINTO FLORES (OAB 583A/AM)
Antônio Cláudio Pinto Flores (OAB A583/AM)
Arivan de Carvalho Nunes (OAB 5108/AM)
ARLINTON CABO VERDE RIBEIRO (OAB 1844E/AM)
Bernardo Silva de Seixas (OAB 7910/AM)
Bruno Henrique de Oliveira Vanderlei (OAB 21678/PE)
Carlos Eugênio Veras de Menezes (OAB 4693/AM)
Carolina Augusta Martins (OAB 9989/AM)
Caroline da Silva Braz de Oliveira (OAB 4846/AM)
Celso de Faria Monteiro (OAB 1080A/AM)
Celso de Faria Monteiro (OAB A1080/AM)
Celso Marcon (OAB A566/AM)
Charles Ribeiro da Silva (OAB 5694/AM)
Christina Cunha e Silva Meirelles (OAB 7896/AM)
Cláudia de Santana (OAB 8369/AM)
Cláudia Moraes Nadaf da Costa Val (OAB 2523/AM)
Cristiane Bentes Teixeira (OAB 5283/AM)
Cristiano Silva Colepicolo (OAB 291906/SP)
Daniel Coutinho da Silva (OAB 9122/AM)
Daniel do Nascimento Silva (OAB 7472/AM)
Daniel Santos de Andrade (OAB 6733/AM)
Daniel Silva Barroso (OAB 2965/AM)
Daniella Rodrigues de Araújo (OAB 8199/AM)
Danielle Amorim Batista dos Santos (OAB 7109/AM)
Danielle Salgado Freire (OAB 5349/AM)
Diego Cid Vieira Prestes (OAB 7805/AM)
Djane Oliveira Marinho (OAB 5849/AM)
Ediney Costa da Silva (OAB 7646/AM)
Edson Rosas Júnior (OAB 1910/AM)
Eduardo Simões Passos (OAB 4906/AM)
Elaine Bonfim de Oliveira (OAB 336A/CE)
ELAINE NAVEGANTE DO AMARAL (OAB 9092/AM)
Eliezer Leão Gonzales (OAB 212A/AM)
Ezelaide Viegas da Costa Almeida (OAB 1339/AM)
Fabiano da Silva Maciel (OAB 5005/AM)
Fábio Nogueira Corrêa (OAB 5674/AM)
Filipe de Souza Leão Araújo (OAB 23973/PE)
Francisco dos Santos Silva (OAB 3458/AM)
Francisco Osmídio Brígido Bezerra Lima (OAB 5091/CE)
Gabriel Tosetti Silveira (OAB 252852/SP)
Geandre Etianne da Silva Ferreira (OAB 9994/AM)
Giovana Isabelle Pimentel Lima (OAB 3981/AM)
Giulio Alvarenga Reale (OAB 1006A/AM)
Giulio Alvarenga Reale (OAB 65628/MG)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo Amorim Corrêa (OAB 5071/AM)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB A1065/AM)
Helena Marie da Cunha Fish (OAB 4332/AM)
Hilcia Regina Lima de Aquino (OAB 5648/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Jair Alves Corrêa (OAB 5317/AM)
JANDER GLEDSON REIS RAMOS (OAB 9368/AM)
Jeane Fernandes de Almeida (OAB 12508/AM)
JÉSSICA LORENA FALCÃO DE OLIVEIRA BELEZA (OAB 9568/AM)
João Gilberto Feire Goulart (OAB 291913/SP)
João Mendes de Almeida (OAB 1552/AM)
José Antônio do Nascimento Pinheiro (OAB 6353/AM)
José Augusto de Rezende Júnior (OAB A1109/AM)
José Lídio Alves dos Santos (OAB 1163A/AM)
José Ricardo Gomes de Oliveira (OAB 5254/AM)
José Wellington Coutinho Campelo (OAB 6441/CE)
Joseane de Andrade Coelho (OAB 8365/AM)
Juscelino Rosa Gomes Júnior (OAB 9278/AM)
Keulison da Silva Ramos (OAB 8581/AM)
Laís Monique da Silva Santos (OAB 10340/AM)
Leonardo Alvarenga Viana (OAB 6956/AM)
Lígia Bezerra Gonçalves (OAB 10161/AM)
Luana Silva Santos (OAB 16292/PA)
Luciana Cristina Rodrigues (OAB 3671/AM)
Lucilene Macêdo dos Santos (OAB 8545/AM)
Luís Felipe de Souza Rebêlo (OAB 17593/PE)
Luís Jorge de Arruda Rosas (OAB 42760/BA)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 104147/MG)
Malber Magalhães Souza Tavares (OAB 6455/AM)
Márcio Leandro Deodato de Aquino (OAB 748/RR)
Marcondes Fonseca Luniere Júnior (OAB 2897/AM)
Maria Altamira de Souza (OAB 6959/AM)
Maria Lucília Gomes (OAB 84206/SP)
Marília Dias Andrade (OAB 14351/PA)
Marisa Tavares Barros Paiva de Moura (OAB 23647D/PE)
Marluce Almeida de Medeiros (OAB 6778/PA)
Maurício Coimbra Guilherme Ferreira (OAB 91811/MG)
Michaelen de Jesus Harraquian Cabo Verde (OAB 5604/AM)
monica nazaré picanço dias bonolo (OAB 6929/AM)
Moysés Roberto Geber Corrêa (OAB 5678/AM)
Natasja Deschoolmeester (OAB 2140/AM)
Neiva Evangelista Barboza (OAB 3187/AM)
Nívea da Silva Corado (OAB 5490/AM)

PIO CARLOS FREIRIA JUNIOR (OAB A1118AM)
Priscila Soares Feitoza (OAB 4656/AM)
Rafael de Oliveira Pinho (OAB 22514/CE)
Rafael Sganzerla Durand (OAB A737/AM)
Raimundo de Amorim Francisco Soares (OAB 1137/AM)
Raimundo de Amorim Francisco Soares Filho (OAB 5505/AM)
Ricardo Hübner (OAB 9398/AM)
Riulna Ventura Muller (OAB 6654/AM)
Roberta Beatriz do Nascimento (OAB 1164A/AM)
Roberta Beatriz do Nascimento (OAB 192649/SP)
Roberval Vieira Júnior (OAB 244234/SP)
Rodolfo Meira Roessing (OAB 12719/PA)
Ronaldo Sperry Júnior (OAB 9308/AM)
Rosângela da Rosa Corrêa (OAB 921A/AM)
Rosemary Lima Rodrigues (OAB 2351/AM)
Samira Caminha (OAB 5267/AM)
Serafim Pereira D'Alvim Meirelles Neto (OAB 1694/AM)
Sérgio Paulo Monteiro Litaiff Filho (OAB 7507/AM)
Simone Aparecida Saraiva Lima (OAB 931A/AM)
Suelen Cristina Maia de Almeida Albuquerque (OAB 4345/AM)
Suerda Carla Campos Morais de Araújo (OAB 4083/AM)
Thales Silvestre Júnior (OAB 2406/AM)
Thiago Vinícius Mendonça Moreira (OAB A1087AM)
Timóteo Martins Nunes (OAB 847A/AM)
Vanylton Bezerra dos Santos (OAB 7719/AM)
Victor Hugo Trindade Simões (OAB 9286/AM)
Wallestein Monteiro de Souza (OAB 4907/AM)
Wilson Molina Porto (OAB 12790A/MT)
Wilson Molina Porto (OAB 805A/AM)

4ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 4ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0072/2019

ADV: IÊDA SANTOS CARDOSO (OAB 5714/AM) - Processo 0637388-67.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Anulação - REQUERENTE: Ama de Lima Frios - Me - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - A parte autora pugna por medida antecipatória de tutela a fim de determinar que a empresa Requerida se abstenha de suspender o fornecimento de energia elétrica da Unidade Consumidora 2127094-5, bem como, se abstenha a incluir, ou se já estiver incluído, que retire o nome da Requerente dos órgãos de proteção ao crédito assim como nos Cartórios de Ofício de Registro de Imóveis e Protesto de Letras de Manaus, sob pena de multa diária a ser fixada pelo juízo. O instituto da tutela provisória constitui-se em providência que se reveste do caráter de excepcionalidade. Como direito que se assegura à parte, deve ser determinado pelo juízo em exercício da cognição prévia, desde que verifique a probabilidade do direito e o perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo, salientando-se, contudo o caráter de provisoriedade da tutela. No caso sub examen, entendo presentes os requisitos para a concessão da medida e, a fim de evitar grave prejuízo ou de difícil reparação, DECIDO antecipar PARCIALMENTE os efeitos da tutela, e DETERMINO que seja intimada a parte requerida para que, a contar do recebimento desta determinação, se abstenha de suspender o fornecimento de energia elétrica da Unidade Consumidora 2127094-5, em razão do débito discutido nestes autos, bem como, deverá se abster de incluir, ou se já estiver incluído, que retire o nome da Requerente dos cadastros de inadimplentes e suspenda eventual protesto em Cartórios de Protesto de Letras, em escorreito atendimento à situação fática que exsurge dos autos e, tudo de conformidade com o artigo 294 e ss. da Lei do Rito Civil. Faço-o com arrimo na existência de prova inequívoca e diante da induvidosa verossimilhança da alegação. Sem prejuízo de responsabilidade penal por crime de desobediência, em caso de descumprimento ao presente decisório, FIXO multa diária, no importe de R$ 500,00 (quinhentos reais), até o limite de 10 dias-multa, a serem suportados pela parte ré. Da inversão do ônus da prova. Por entender como verossímil a alegação da parte autora, DETERMINO a inversão do ônus da prova em seu favor, estabelecendo-se incontinenti a paridade no tratamento processual, consoante permissivo que exsurge do artigo 6°, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor. Dos procedimentos de praxe. 1- Após a citação/intimação da parte a acerca da liminar concedida, paute-se audiência de conciliação, nos termo do artigo 334 e ss. do CPC e intime-se as partes. Ressalvo que o prazo de contestação fluirá após a audiência de conciliação, nos termos do art. 334 do CPC. E a não apresentação de contestação implicará na aplicação das medidas contidas nos artigos 344 e ss., do Código de Processo Civil, salvo se a demanda versar sobre direito indisponível. Outrossim, no mesmo prazo, a parte ré deverá informar, motivadamente, quais provas pretende produzir ou, do contrário, requerer o julgamento antecipado da lide. 2- Apresentada contestação e havendo alegação de preliminares, intime-se a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestar-se sobre a contestação, nos termos do art. 351, do Código de Processo Civil, indicando, motivadamente, as provas que pretende produzir ou requerendo o julgamento antecipado da lide. Destaco às partes que requerimento genérico de prova, sem a devida fundamentação, fica desde logo indeferido. 3- Havendo juntada de documentos por ocasião da réplica, determino, à parte requerida que se manifeste acerca da referida documentação. 4- Caso seja ou não necessária a réplica, já tenha sido apresentada ou já tenha decorrido o prazo para sua apresentação, voltem-me os autos conclusos para designação de audiência ou deliberação sobre o pedido de julgamento antecipado da lide, se for o caso. O impulso necessário ao cumprimento do presente despacho deverá ser dado pelos próprios servidores, na forma do art. 206 e ss. do Código de Processo Civil. Observe-se que a ré insere-se no rol das grandes demandadas, o que implica em intimação/citação eletrônica. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se

Iêda Santos Cardoso (OAB 5714/AM)

5ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 5ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0056/2019

ADV: JOSÉ CARLOS MARINHO DA SILVA (OAB 001.273/AM), ADV: JULYANA LYA SILVA DOS SANTOS (OAB 6257/AM), ADV: RAPHAEL HEINRICH BARBOSA DE OLIVEIRA (OAB 5885/AM), ADV: PRISCILA LIMA MONTEIRO (OAB 5901/AM) - Processo 0012393-93.2005.8.04.0001 (001.05.012393-0) - Processo de Execução - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Santa Cláudia Bebidas e Concentrados da Amazônia Ltda - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que se manifeste(m) acerca do bloqueio negativo/insuficiente realizado no sistema BACENJUD, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: FELIPE ANDRES ACEVEDO IBAÑEZ (OAB 206339/SP), ADV: PEDRO CAMARA JUNIOR (OAB 002.834/AM), ADV: BRUNO BRAZ CORDEIRO (OAB 6849/AM) - Processo 0025400-26.2003.8.04.0001 (001.03.025400-1) - Depósito - Depósito - REQUERENTE: Banco Safra S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que se manifeste(m) acerca do bloqueio negativo/insuficiente realizado no sistema BACENJUD, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: LAUDENIR DA COSTA LANDIM (OAB 3201/AM), ADV: JOÃO CARLOS DE ALMEIDA ZANINI (OAB 812A/AM), ADV: IRLANE LIMA DE OLIVEIRA ARAÚJO (OAB 7784/AM), ADV: MARCO ANTÔNIO CRESPO BARBOSA (OAB 115665/SP), ADV: IVANILDO RODRIGUES DA GAMA JÚNIOR (OAB 8525/PA) - Processo 0047151-89.2010.8.04.0012 (012.10.047151-2) - Busca

e Apreensão - REQUERENTE: Banco Safra S/A - REQUERIDO: M.m. de Freitas - Assim, determino a extinção dos autos sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, III, do Código de Processo Civil. Custas pelo autor, das quais está isento diante da justiça gratuita que agora defiro. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Transitada em julgado, baixem-se e arquivem-se imediatamente. Cumpra-se.

ADV: ELISABETE LUCAS (OAB 4118/AM), ADV: THAIZA FABIANNE CARRIÇO CORRÊA (OAB 4745/AM) - Processo 0210168-14.2008.8.04.0001/01 (001.08.210168-0/00001) - Incidentes - IMPUGNANTE: UNIMED Cooperativa de Trabalho Médico - IMPUGNADA: Terezinha Ferreira de Souza e outro - Vistos etc. A impugnante argumenta que o valor da causa foi dado de forma aleatória e sem qualquer fundamento legal, pois os impugnados não especificam o dano moral que a impugnante teria ocasionado e fixam o valor dos danos materiais com base no salário do falecido, no entanto não comprovam que o salário era de R$ 1.400,00. Impugnam também o deferimento da gratuidade da justiça, sem apresentar qualquer fato ou fundamento que o justifique. Decido. Pois bem, ainda que se possa alegar a intempestividade da impugnação, vou ao julgamento do seu mérito, tendo em vista ser ato processual mais proveitoso aos impugnados. O valor da causa nas ações que buscam a indenização por ato ilícito ou defeito na prestação de serviço deve corresponder à quantia pretendida pela autora e não ao que for efetivamente devido. Assim, a impugnação se funda em matéria de mérito da ação de indenização e questiona a existência do dever de reparar e seu eventual valor em caso de procedência. Ocorre que o valor dado à causa na petição inicial não depende da procedência do pedido, apenas da mera existência do pleito e do proveito econômico que representa, somente quando do julgamento do mérito é que eventuais custas e condenações passarão a considerar o valor deferido em sentença. Assim, o valor apresentado na inicial está de acordo com o CPC2015, art. 292, V e com o CPC1973, art. 259, II, e representa o proveito econômico pretendido pelos autores com a somatória de seus pedidos iniciais. A impugnação à gratuidade da justiça também não merece acolhida já que a impugnante não trouxe qualquer demonstração da condição financeira dos requerentes que afaste a presunção de veracidade da declaração de pobreza. Dito desta forma, julgo improcedente a impugnação ao valor da causa e à gratuidade da justiça e extingo o processo com resolução de mérito, mantendo o valor apresentado na inicial e o deferimento da gratuidade da justiça. Transitado em julgado, determino a baixa e arquivamento do feito. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ANTÔNIO SAMPAIO NUNES (OAB 3912/AM), ADV: MARCOS ANDRADE DE ALMEIDA XAVIER (OAB 5747/AM), ADV: MAYRA DE CASTRO MAIA FLORÊNCIO (OAB 11740/PB), ADV: LIZANDRA BRAGA SOARES DE MELO (OAB 8156/AM) - Processo 0603421-36.2015.8.04.0001 - Monitória - Cheque - REQUERENTE: ATEM'S DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: THIAGO RODRIGUES ABREU (OAB 7113/AM), ADV: JORGE ANTÔNIO VERAS FILHO (OAB 5693/AM) - Processo 0609424-07.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Mauro Cesar Maglione Grateli - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Dito isso, julgo procedentes os pedidos formulados pelo autor, confirmo a liminar concedida e extingo o processo com resolução de mérito, nos termos do art. 487, I, do CPC, para: a) condenar a requerida ao pagamento de R$-40.000,00 (quarenta mil reais) a título de indenização por danos morais, quantia que considero equivalente e suficiente para reparar o dano sofrido pelo demandante e punir a demandada por sua conduta antijurídica; b) condenar a requerida em custas de sucumbência e honorários de advogado, estes fixados em 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação, atendendo orientação do CPC, 85, § 2°. Quanto ao dano moral, incidirão sobre o valor correção monetária pelo INPC e juros de mora de 1% a partir da publicação desta sentença, nos termos da Súmula 362 do STJ. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se. Transitado em julgado, baixem-se e arquivem-se.

ADV: NEY BASTOS SOARES JÚNIOR (OAB 4336/AM), ADV: AMANDA LADEIRA BENZION (OAB 3587/AM), ADV: WILLIAM DANIEL BRASIL DAVID (OAB 6796/AM) - Processo 0610988-89.2013.8.04.0001 - Procedimento Comum - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Monica Camara de Alencar Brasil - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Dito isso, julgo parcialmente procedentes os pedidos formulados pela autora, confirmo a liminar concedida e extingo o processo com resolução de mérito, nos termos do art. 487, I, do CPC, para: a) declarar a inexigibilidade da cobrança indevida e determinar o cancelamento do débito no valor de R$-137.077,20 (cento e trinta e sete mil, setenta e sete reais e vinte centavos); b) condenar a requerida ao pagamento de R$-40.000,00 (quarenta mil reais) a título de indenização por danos morais, quantia que considero equivalente e suficiente para reparar o dano sofrido pelo demandante e punir a demandada por sua conduta antijurídica; c) condenar a requerida em custas de sucumbência e honorários de advogado, estes fixados em 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação, atendendo orientação do CPC, 85, § 2°. Quanto ao dano moral, incidirão sobre o valor correção monetária pelo INPC e juros de mora de 1% a partir da publicação desta sentença, nos termos da Súmula 362 do STJ. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se. Após o trânsito em julgado, baixem-se e arquivem-se.

ADV: ROBERTO GUENDA (OAB 101856/SP), ADV: CLAUDIO KAZUYOSHI KAWASAKI (OAB A1117/AM), ADV: ANDRÉ LUIZ PEDROSO MARQUES (OAB 208234RJ) - Processo 0618626-71.2016.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Banco Fibra S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM) - Processo 0619668-58.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: GIULIO ALVARENGA REALE (OAB 65628/MG), ADV: GIULIO ALVARENGA REALE (OAB 1006A/AM) - Processo 0625128-60.2015.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Itapeva VII Multicarteira Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: RICARDO DE JESUS COLARES DE OLIVEIRA (OAB 10985/AM), ADV: FRANCISCO EDBERTO DOS SANTOS (OAB 12232/AM) - Processo 0625270-59.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Valor da Execução / Cálculo / Atualização - EXEQUENTE: Norbom Comércio Ltda -epp - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que se manifeste(m) acerca do bloqueio negativo/insuficiente realizado no sistema BACENJUD, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: JOÃO PAULO BEZERRA DE FREITAS (OAB 12201/AM), ADV: BRÁULIO GHIDALEVICH (OAB 2248/AM) - Processo 0628636-09.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: D.d. Incorporações Imobiliárias Ltda. - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº

001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: JOSÉ LÍDIO ALVES DOS SANTOS (OAB 1163A/AM), ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP) - Processo 0631670-26.2017.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: WALTER ROBERTO HEE (OAB 29484/SP), ADV: WALTER ROBERTO LODI HEE (OAB 104358SP) - Processo 0634074-84.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Seguro - EXEQUENTE: Bradesco Saúde - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: GUILHERME DA COSTA LINS (OAB 10685/AM), ADV: ARI BADARANE NICOLAU JÚNIOR (OAB 11935/AM), ADV: LEONOR REGINA FIGUEIREDO PINTO DE ANDRADE (OAB 11932/AM) - Processo 0634530-39.2013.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: RC RECEBÍVEIS LTDA - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha/complemente as custas de ofícios pleiteados à fl. 152 e junte comprovante de recolhimento, conforme Provimento nº 273/CGJ, levando-se em consideração a quantidade de partes e endereços que deverão constar na(s) carta(s), no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM), ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM) - Processo 0638774-06.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência (citação, penhora e avaliação), bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: SAMUEL CAVALCANTE DA SILVA (OAB 3260/AM), ADV: JAQUELINE MONTENEGRO DA CRUZ (OAB 7763/AM) - Processo 0639973-63.2016.8.04.0001 - Petição Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Regina Josiane Gomes da Silva - REQUERIDO: Lourival Lopes Brito - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: VITOR KIKUDA (OAB 199259/SP), ADV: ANA CAROLINA REMÍGIO DE OLIVEIRA (OAB 86844/MG), ADV: FLÁVIA ALMEIDA MOURA DI LATELLA (OAB 109730/MG), ADV: MARCELO TOSTES DE CASTRO MAIA (OAB 63440/MG), ADV: CHRISTIANO PINHEIRO DA COSTA (OAB 3542/AM) - Processo 0639990-36.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum - Evicção ou Vicio Redibitório - REQUERENTE: Max da Costa Campos ME e outro - REQUERIDO: Volkswagen do Brasil Indústria de Veículos Ltda. - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s), para que tomem ciência da data de perícia marcada para o dia 30/03/2019, às 08:30h, no endereço

ADV: KARLA FREIXO BRAGA (OAB 3775/AM), ADV: JOSÉ ALBERTO RIBEIRO SIMONETTI CABRAL (OAB 3725/AM), ADV: JÉSSICA FERREIRA BOTELHO (OAB 6826/AM), ADV: ANDREY FARACHE BARROSO (OAB 12705/AM) - Processo 0642123-17.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Locação de Imóvel - EXEQUENTE: Condomínio Civil do Shopping Ponta Negra - Jhsf Manaus Empreendimentos e Incorporações S.a. - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca da exceção interposta, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: NALDO CANUTO FERNANDES (OAB 8230/AM) - Processo 0643039-80.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Anulação - REQUERENTE: Raimundo Nonato Cadete de Araujo - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT), ADV: MAURO DA GAMA MONTEIRO (OAB 9734/AM) - Processo 0648620-76.2018.8.04.0001 - Petição Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Eleonora da Silva Ferreira - REQUERIDO: Banco Bradesco S.a - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: ALEXANDRE GOMES RIBEIRO (OAB 6199/AM), ADV: PABLO DE PAULA LIMA (OAB 9482/AM), ADV: COELHO & RIBEIRO ADVOGADOS ASSOCIADOS (OAB 6199/AM), ADV: GUILHERME DA COSTA FERREIRA PIGNANELI (OAB 5546/RO) - Processo 0650696-73.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Celio Alfaia Barbosa e outro - REQUERIDO: Banco Votorantim - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: CAROLINE GUIMARÃES DO VALLE (OAB 6412/AM) - Processo 0659416-29.2018.8.04.0001 - Imissão na Posse - Imissão - REQUERENTE: Alberto Tadeu do Nascimento Borges - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: RODRIGO GONÇALVES DA LUZ PEREIRA (OAB 8520/AM) - Processo 0659795-67.2018.8.04.0001 - Petição Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Camila Froes Barros - REQUERIDO: Amil - Assistência Médica Internacional S.a. e outro - Isto posto, homologo por sentença a transação efetuada, para que surta seus efeitos legais e jurídicos, e extingo o processo com julgamento do mérito, nos termos do art. 487, III, “b”, do CPC. Sem custas, diante do CPC, art. 90, §3º. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Transitada em julgado nesta data, diante da falta de interesse das partes em recorrer, arquivem-se os autos e dê-se baixa na distribuição imediatamente. Cumpra-se.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: DANIELLE SALGADO FREIRE (OAB 5349/AM) - Processo 0712431-20.2012.8.04.0001 - Execução de Título Judicial - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Vistos etc. Omissa a decisão de fl. 110, chamo o processo a ordem para torná-la sem efeito. Tendo em vista que não houve qualquer manifestação dos requeridos, seja por meio de embargos monitórios ou com o pagamento da dívida, converto, de pleno direito, o presente débito em título executivo judicial, conforme art. 701, §2º, CPC. Condeno o requerido em custas processuais e honorários de sucumbência no percentual de 10% sobre o valor atualizado da dívida. Intime-se o autor para juntada de cálculo atualizado do

valor. Após, intimem-se os devedores ao pagamento voluntário da dívida, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 523, caput e §1º, CPC. Não efetuado tempestivamente o pagamento, determino a expedição de mandado de penhora e avaliação, prosseguindo-se com os respectivos atos expropriatórios. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ LEITE NETO (OAB 6506/AM), ADV: FELIPE ANDRES ACEVEDO IBAÑEZ (OAB 206339/SP) - Processo 0716108-58.2012.8.04.0001 - Execução de Título Judicial - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: SAFRA LEASING SA ARRENDAMENTO MERCANTIL - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

Alexandre Gomes Ribeiro (OAB 6199/AM)
Amanda Ladeira Benzion (OAB 3587/AM)
Ana Carolina Remígio de Oliveira (OAB 86844/MG)
André Luiz Pedroso Marques (OAB 208234RJ)
Andrey Farache Barroso (OAB 12705/AM)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Antônio Sampaio Nunes (OAB 3912/AM)
Ari Badarane Nicolau Júnior (OAB 11935/AM)
Bráulio Ghidalevich (OAB 2248/AM)
Bruno Braz Cordeiro (OAB 6849/AM)
Caroline Guimarães do Valle (OAB 6412/AM)
Christiano Pinheiro da Costa (OAB 3542/AM)
Claudio Kazuyoshi Kawasaki (OAB A1117/AM)
Coelho & Ribeiro Advogados Associados (OAB 6199/AM)
Danielle Salgado Freire (OAB 5349/AM)
Edson Rosas Júnior (OAB 1910/AM)
Elisabete Lucas (OAB 4118/AM)
Felipe Andres Acevedo Ibañez (OAB 206339/SP)
Flávia Almeida Moura Di Latella (OAB 109730/MG)
Francisco Edberto dos Santos (OAB 12232/AM)
Giulio Alvarenga Reale (OAB 1006A/AM)
Giulio Alvarenga Reale (OAB 65628/MG)
Guilherme da Costa Ferreira Pignaneli (OAB 5546/RO)
Guilherme da Costa Lins (OAB 10685/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Irlane Lima de Oliveira Araújo (OAB 7784/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Ivanildo Rodrigues da Gama Júnior (OAB 8525/PA)
Jaqueline Montenegro da Cruz (OAB 7763/AM)
Jéssica Ferreira Botelho (OAB 6826/AM)
João Carlos de Almeida Zanini (OAB 812A/AM)
João Paulo Bezerra de Freitas (OAB 12201/AM)
Jorge Antônio Veras Filho (OAB 5693/AM)
José Alberto Ribeiro Simonetti Cabral (OAB 3725/AM)
José Carlos Marinho da Silva (OAB 001.273/AM)
José Leite Neto (OAB 6506/AM)
José Lídio Alves dos Santos (OAB 1163A/AM)
Julyana Lya Silva dos Santos (OAB 6257/AM)
Karla Freixo Braga (OAB 3775/AM)
Laudenir da Costa Landim (OAB 3201/AM)
Leonor Regina Figueiredo Pinto de Andrade (OAB 11932/AM)
Lizandra Braga Soares de Melo (OAB 8156/AM)
Marcelo Tostes de Castro Maia (OAB 63440/MG)
Marco Antônio Crespo Barbosa (OAB 115665/SP)
Marcondes Fonseca Luniere Júnior (OAB 2897/AM)
Marcos Andrade de Almeida Xavier (OAB 5747/AM)
Mauro da Gama Monteiro (OAB 9734/AM)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Mayra de Castro Maia Florêncio (OAB 11740/PB)
NALDO CANUTO FERNANDES (OAB 8230/AM)
Ney Bastos Soares Júnior (OAB 4336/AM)
Pablo de Paula Lima (OAB 9482/AM)
Pedro Camara Junior (OAB 002.834/AM)
Priscila Lima Monteiro (OAB 5901/AM)
Raphael Heinrich Barbosa de Oliveira (OAB 5885/AM)
Ricardo de Jesus Colares de Oliveira (OAB 10985/AM)
Roberta Beatriz do Nascimento (OAB 192649/SP)
Roberto Guenda (OAB 101856/SP)
Rodrigo Gonçalves da Luz Pereira (OAB 8520/AM)
Samuel Cavalcante da Silva (OAB 3260/AM)
Thaiza Fabianne Carriço Corrêa (OAB 4745/AM)
Thales Silvestre Júnior (OAB 2406/AM)
Thiago Rodrigues Abreu (OAB 7113/AM)
Vitor Kikuda (OAB 199259/SP)
WALTER ROBERTO HEE (OAB 29484/SP)
Walter Roberto Lodi Hee (OAB 104358SP)
William Daniel Brasil David (OAB 6796/AM)

6ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 6ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0076/2019

ADV: RANGEL DA SILVA (OAB 41305/PR), ADV: HANNA TAVARES CUNHA (OAB 10417/AM), ADV: CAUÊ TAUAN DE SOUZA YAEGASHI (OAB 357590/SP), ADV: RAPHAEL BERNARDES DA SILVEIRA (OAB 209697/RJ) - Processo 0001211-42.2007.8.04.0001 (001.07.001211-4) - Processo de Execução - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Meridiano Fundo de Investimentos em Direitos Creditoriais Multisegmentos - Não padronizado - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta almejada nos sistemas conveniados Bacenjud, levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: VICTOR HUGO TRINDADE SIMÕES (OAB 9286/AM), ADV: CAROLINA AUGUSTA MARTINS (OAB 9989/AM), ADV: LUÍS AUGUSTO PESTANA VIEIRA (OAB 4003AM) - Processo 0012609-54.2005.8.04.0001 (001.05.012609-2) - Execução de Título Extrajudicial - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Posto São Francisco Ltda. - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção do feito, por ausência de pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo.

ADV: ROBERTA BRAGA DE ALENCAR (OAB 5.907/AM), ADV: RUBENS SAMUEL BENZECRY NETO (OAB 9212/AM), ADV: MARIA GLADES RIBEIRO DOS SANTOS (OAB 2144/AM), ADV: KARLA FREIXO BRAGA (OAB 3775/AM) - Processo 0345658-42.2007.8.04.0001 (001.07.345658-7) - Cumprimento de sentença - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Usemix Concreto e Fundações Ltda - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo.

ADV: ANA RITA LIMA FREIRE (OAB 3056/AM), ADV: JOÃO BOSCO DE ALBUQUERQUE TOLEDANO (OAB 1456/AM), ADV: ADRIANA FERREIRA DO NASCIMENTO (OAB 5498/AM), ADV: SOLANGE PEREIRA (OAB 130873/SP) - Processo 0602412-10.2013.8.04.0001 - Procedimento Comum - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: LGN Logística Ltda. - REQUERIDO: E. S. M. Cominicação Ltda. - EPP (Consulte - Guia Empresarial)

- Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção do feito, por ausência de pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0602446-77.2016.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Pesquisa nos sistemas eletrônicos realizadas de fls.84-88. Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção do feito, por ausência de pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo.

ADV: IVANILDO RODRIGUES DA GAMA JÚNIOR (OAB 8525/PA), ADV: RAILSON ANDRADE MACIEL (OAB 12113/AM) - Processo 0603931-44.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco J. Safra S/A - REQUERIDO: Mercês Indústria e Comércio de Pedras Ltda. - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta de endereço almejada nos sistemas conveniados (Infojud), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: LIGIA DE SOUZA FRIAS (OAB A1074AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0607854-49.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, recolha as custas da(s) diligência(s) do Oficial de Justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo.

ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP) - Processo 0608275-34.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos parcialmente cumprido, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 12450/PE) - Processo 0608631-29.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0609652-79.2015.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção do feito, por ausência de pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0609783-54.2015.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção do feito, por ausência de pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo.

ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB A598/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0612761-96.2018.8.04.0001 - Monitória - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 877A/AM) - Processo 0613532-79.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 685A/AM), ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 9558/AL) - Processo 0615769-52.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum - Seguro - REQUERENTE: Bradesco Saúde S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta de endereço almejada nos sistemas conveniados (Renajud, Infojud), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, bem como, no caso de consulta no SIEL, informe o nome completo da genitora da parte a ser consultada, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: LUÍS FRANCISCO MORAES DEIRO (OAB 57718/RS) - Processo 0618077-66.2013.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - EXEQUENTE: R. R. Shoes Comércio e Fabricação de Calçados - Eireli - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, complemente as custas necessárias à prática do ato processual e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no AR, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção por falta de pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo.

ADV: PEDRO DE ARAÚJO RIBEIRO (OAB 6935/AM) - Processo 0618767-27.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cheque - EXEQUENTE: R. C. Recebíveis Ltda. - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção do feito, por ausência de pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo.

ADV: AMANDIO FERREIRA TERESO JÚNIOR (OAB 739A/AM), ADV: MARIA LUCÍLIA GOMES (OAB 313A/AM) - Processo 0620837-12.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Bradesco Administradora de Consórcios Ltda. - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0623844-51.2014.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção do feito, por ausência de pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo.

ADV: VICTOR HUGO TRINDADE SIMÕES (OAB 9286/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: ROBERT MERRILL YORK JÚNIOR (OAB 4416/AM), ADV: CAROLINA AUGUSTA MARTINS (OAB 9989/AM), ADV: ANDRADE GC ADVOGADOS (OAB 5797/AM) - Processo 0624384-60.2018.8.04.0001 (apensado ao processo 0213785-40.2012.8.04.0001) - Cumprimento de sentença - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Valtina Fernandes Bezerra - REQUERIDO: Direcional Engenharia S/A - De ordem, intimo as partes para se manifestarem acerca dos cálculos da contadoria, no prazo de 05 dias.

ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB A598/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0625148-80.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo.

ADV: ERICK DREAN PEREIRA DA COSTA (OAB 7746/AM), ADV: CAROLINE PEREIRA DA COSTA (OAB 5249/AM) - Processo 0628044-96.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Inadimplemento - REQUERENTE: Nissin Brake do Brasil Ltda. - Em conformidade com o art. 1º, V, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que promova o prosseguimento do feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: VICTOR HUGO TRINDADE SIMÕES (OAB 9286/AM), ADV: CAROLINA AUGUSTA MARTINS (OAB 9989/AM) - Processo 0629070-95.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Merronit Comercial Ltda. - K. L. Rent A Car - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção do feito, por ausência de pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo.

ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 12450/PE), ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 1026A/AM) - Processo 0629120-24.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Em conformidade com o art. 1º, V, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte autora para que promova o prosseguimento do feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: ANNABELLE DE OLIVEIRA MACHADO (OAB 4419/AM), ADV: HELEN SUSANE MACHADO DE MIRANDA (OAB 7627/AM) - Processo 0630062-95.2014.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Debêntures - EXEQUENTE: Banco da Amazônia S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção do feito, por ausência de pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo.

ADV: MARIA GLADES RIBEIRO DOS SANTOS (OAB 2144/AM), ADV: ISALTINO JOSÉ BARBOSA NETO (OAB 9055/AM), ADV: RAFAEL ALLBUQUERQUE GOMES DE OLIVEIRA (OAB 4831/AM), ADV: ARTHUR DA COSTA PONTE (OAB 11757/AM) - Processo 0630893-12.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Bruno Figueira de Souza - Em conformidade com o art. 1º, XIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes para apresentarem eventuais propostas de acordo e especificarem as provas que ainda pretendam produzir, devendo mencionar qual a sua utilidade para o deslinde da causa. No caso de prova oral, resumidamente, os fatos que com ela pretendem esclarecer. No caso de prova pericial, a utilidade do expediente, indicando a especialidade requerida e quesitos correlatos, no prazo comum de 15 (quinze) dias.

ADV: JOSÉ AUGUSTO DE REZENDE JÚNIOR (OAB A1109/AM) - Processo 0633997-75.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0634583-83.2014.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção do feito, por ausência de pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo.

ADV: RENATA MARQUES DE JESUS (OAB 9737/AM), ADV: IGOR DE MENDONÇA CAMPOS (OAB 303002/SP), ADV: PRISCILA LIMA MONTEIRO (OAB 5901/AM), ADV: ERIK LORENZZO MARINHO DA SILVA (OAB 4944/AM) - Processo 0637071-40.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Locação de Imóvel - REQUERENTE: FLM Administração de Participações Em Outras Sociedades Ltda. - REQUERIDO: Adson José Cavalcanti Veras - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção do feito, por ausência de pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo.

ADV: HIRAN LEÃO DUARTE (OAB 10422/CE), ADV: ELIETE SANTANA MATOS (OAB 10423/CE) - Processo 0639603-21.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Honda S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado/AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/

carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: JORGE FERNANDES GARCIA DE VASCONCELLOS JÚNIOR (OAB 2167/AM), ADV: JORGE ALEXANDRE MOTTA DE VASCONCELLOS (OAB 2790/AM), ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 805A/AM) - Processo 0640524-43.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Lilian Regina Nunes de Andrade - REQUERIDO: Global G. N. V. Transportes Ltda. - Em conformidade com o art. 1º, XVII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes interessadas para que se manifestem sobre o laudo pericial, em conformidade com o art. 477, § 1º do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: CECIL VENTURIN DA SILVA (OAB 9361/AM), ADV: TAINAH OLÍMPIO GALAXE (OAB 7927/AM), ADV: MAURÍCIO ALEXANDRE DE MENESES PEREIRA - Processo 0643692-87.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: José Francisco de Souza - REQUERIDO: ACE Seguradora S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s), para que tomem ciência da data de perícia marcada para o dia 16 de abril de 2019, às 10 horas, no endereço Av. Mário Ypiranga, 315, 6º andar, sala 615, Adrianópolis, edifício The Office.

ADV: FÁBIO RIVELLI (OAB 297608/SP), ADV: JUZÉ RICARDO ABTIBOL VILHENA (OAB 12235/AM) - Processo 0644911-67.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum - Espécies de Contratos - REQUERENTE: Amazon Garden Paisagismo - REQUERIDO: Agra Bergen Incorporadora Ltda. e outros - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: AMANDIO FERREIRA TERESO JÚNIOR (OAB 739A/AM), ADV: MARIA LUCÍLIA GOMES (OAB 313A/AM) - Processo 0646065-86.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Bradesco Administradora de Consórcios Ltda. - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo.

ADV: MARCO ANTÔNIO CRESPO BARBOSA (OAB 115665/SP), ADV: MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM) - Processo 0648196-34.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta almejada nos sistemas conveniados (Renajud), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: ROBERTA SILVA DE SENA (OAB 8956/AM), ADV: MARCO ANDRÉ HONDA FLORES (OAB 6171/MS), ADV: MIGUEL ROMANO JUNIOR (OAB 195241/SP), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: ROZANA RIBEIRO PRAIA (OAB 10234/AM) - Processo 0654789-79.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: Rejane dos Santos Souza - REQUERIDO: M 12 Veículos Nacionais e Importados - Eireli (M12 Motors) - Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: AMANDIO FERREIRA TERESO JÚNIOR (OAB 739A/AM), ADV: LYGIANA GONÇALVES LEITE DE FREITAS (OAB 5356/AM) - Processo 0660275-45.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Bradesco Administradora de Consórcios Ltda - REQUERIDA: Monize Lima Macedo - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

Adriana Ferreira do Nascimento (OAB 5498/AM)
Amandio Ferreira Tereso Júnior (OAB 739A/AM)
Ana Rita Lima Freire (OAB 3056/AM)
Andrade GC Advogados (OAB 5797/AM)
André de Souza Oliveira (OAB 5219/AM)
Annabelle de Oliveira Machado (OAB 4419/AM)
Antônio Braz da Silva (OAB 1026A/AM)
Antônio Braz da Silva (OAB 12450/PE)
Arthur da Costa Ponte (OAB 11757/AM)
Carolina Augusta Martins (OAB 9989/AM)
Caroline Pereira da Costa (OAB 5249/AM)
Cauê Tauan de Souza Yaegashi (OAB 357590/SP)
Cecil Venturin da Silva (OAB 9361/AM)
Eliete Santana Matos (OAB 10423/CE)
Erick Drean Pereira da Costa (OAB 7746/AM)
Erik Lorenzzo Marinho da Silva (OAB 4944/AM)
Fábio Rivelli (OAB 297608/SP)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB A1065/AM)
Hanna Tavares Cunha (OAB 10417/AM)
Helen Susane Machado de Miranda (OAB 7627/AM)
Hiran Leão Duarte (OAB 10422/CE)
Igor de Mendonça Campos (OAB 303002/SP)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isaltino José Barbosa Neto (OAB 9055/AM)
Ivanildo Rodrigues da Gama Júnior (OAB 8525/PA)
João Bosco de Albuquerque Toledano (OAB 1456/AM)
Jorge Alexandre Motta de Vasconcellos (OAB 2790/AM)
Jorge Fernandes Garcia de Vasconcellos Júnior (OAB 2167/AM)
José Augusto de Rezende Júnior (OAB A1109/AM)
Juzé Ricardo Abtibol Vilhena (OAB 12235/AM)
Karina de Almeida Batistuci (OAB 685A/AM)
Karina de Almeida Batistuci (OAB 9558/AL)
Karla Freixo Braga (OAB 3775/AM)
Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM)
Ligia de Souza Frias (OAB A1074AM)
Luís Augusto Pestana Vieira (OAB 4003AM)
Luís Francisco Moraes Deiro (OAB 57718/RS)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Lygiana Gonçalves Leite de Freitas (OAB 5356/AM)
Marco André Honda Flores (OAB 6171/MS)
MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM)
Marco Antônio Crespo Barbosa (OAB 115665/SP)
Maria Glades Ribeiro dos Santos (OAB 2144/AM)
Maria Lucília Gomes (OAB 313A/AM)
Maurício Alexandre de Meneses Pereira
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 877A/AM)
Miguel Romano Junior (OAB 195241/SP)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB A598/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Pedro de Araújo Ribeiro (OAB 6935/AM)
Priscila Lima Monteiro (OAB 5901/AM)
Rafael Allbuquerque Gomes de Oliveira (OAB 4831/AM)
Railson Andrade Maciel (OAB 12113/AM)
Rangel da Silva (OAB 41305/PR)
Raphael Bernardes da Silveira (OAB 209697/RJ)
Renata Marques de Jesus (OAB 9737/AM)
Robert Merrill York Júnior (OAB 4416/AM)
Roberta Beatriz do Nascimento (OAB 192649/SP)
Roberta Braga de Alencar (OAB 5.907/Am)
Roberta Silva de Sena (OAB 8956/AM)

Rozana Ribeiro Praia (OAB 10234/AM)
Rubens Samuel Benzecry Neto (OAB 9212/AM)
Solange Pereira (OAB 130873/SP)
Tainah Olímpio Galaxe (OAB 7927/AM)
Victor Hugo Trindade Simões (OAB 9286/AM)
Wilson Molina Porto (OAB 805A/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 6ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
JUIZ(A) DE DIREITO DIÓGENES VIDAL PESSOA NETO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL CLARINDO JOSÉ LÚCIO GOMES JUNIOR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0075/2019

ADV: VICTOR JOSÉ PETRAROLI NETO (OAB 31464/SP), ADV: ANA RITA DOS REIS PETRAROLI (OAB 130291/SP), ADV: LUCILENE MARIA GOMES COSTA (OAB 3948AM), ADV: KLINGER COSTA (OAB 000.252/AM), ADV: CARLOS ABENER DE OLIVEIRA RODRIGUES (OAB 000.652/AM) - Processo 0007572-51.2002.8.04.0001 (001.02.007572-4) - Procedimento Comum - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Antônio Jaider Soares da Silva - REQUERIDO: Unibanco S/A - Varig S/A - Viação Aérea Rio Grandense - Itaú Soluções Corporativas S/A - Intime-se o Requerido para informar o andamento do Agravo de Instrumento, no prazo de 05 dias. Cumpra-se.

ADV: MARCIO DE SOUZA POLTO (OAB 144384/SP), ADV: NELSON LUIZ MESTIERI DE MACEDO (OAB 608A/AM), ADV: TIAGO CARDOSO VAITEKUNAS ZAPATER (OAB 210110/SP), ADV: JÚLIO CÉSAR FRANCO DE SOUZA (OAB 6415/AM), ADV: GLEDSON MARQUES DE CAMPOS (OAB 174310/SP), ADV: RICARDO QUASS DUARTE (OAB 195873/SP) - Processo 0008893-98.1996.8.04.0012 (012.96.008893-3) - Procedimento Comum - Rescisão / Resolução - REQUERENTE: Petróleo Sabbá S/A - REQUERIDO: Auto Posto Três Elefantes Comércio de Derivados de Petróleo Ltda. - À Secretaria para inserir no sistema Saj o nome do novo patrono da autora, consoante pedido de fls. 460/461 e substabelecimento de fls. 483/485 dos autos.

ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB A598/AM), ADV: VALDIVINO JOAQUIM FERREIRA (OAB 83A/AM), ADV: JOÃO ANTÔNIO DA SILVA TOLENTINO (OAB 002.300/AM) - Processo 0009318-91.1997.8.04.0012 (012.97.009318-3) - Procedimento Comum - Compra e Venda - REQUERENTE: Indústria de Bebidas Antarctica da Amazônia S/A - REQUERIDO: Empresa Orides Ramos da Silva - Intime-se o devedor para que se manifeste, querendo, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre o bloqueio de fls. 257, na forma do art. 854, §3º, do CPC.

ADV: JOÃO BOSCO DE ALBUQUERQUE TOLEDANO (OAB 1456/AM), ADV: ADRIANA FERREIRA DO NASCIMENTO (OAB 5498/AM) - Processo 0011190-44.1997.8.04.0012 (012.97.011190-4) - Busca e Apreensão - REQUERENTE: Banco BMG S/A - REQUERIDO: Herbet Reinaldo Mitoso Crispim - Intime-se o Autor para se manifestar acerca da certidão de fl. 178, no prazo de 05 dias. Cumpra-se.

ADV: ANDRÉA CRISTINA DA COSTA LE SUEUR (OAB 6161/AM), ADV: MANOEL ARCHANJO DAMA FILHO (OAB A700/AM) - Processo 0011867-63.2004.8.04.0001 (001.04.011867-4) - Execução de Título Extrajudicial - REQUERENTE: Banco General Motors S/A - REQUERIDA: Ana Maria Rodrigues Ferreira - INTSSADO: Juízo de Direito da Comarca de Aparecida de Goiânia - GO - Defiro o pedido de dilação de prazo de 20 (vinte) dias, consoante solicitado à fl. 183.

ADV: ELI MARQUES CAVALCANTE JÚNIOR (OAB 2881/AM) - Processo 0013060-61.1996.8.04.0012 (012.96.013060-3) - Processo de Execução - Liquidação / Cumprimento / Execução - EXEQUENTE: Rozineide Barbosa de Lemos - EXECUTADO: Maria de Jesus Pinheiro de Figueiredo Reis - Efigênio Pereira Reis - TERCEIRO I: Cartório do 4º Ofício do Registro de Imóveis e Protesto de Letras - Defiro em parte o pedido de fl. 486 dos autos. Proceda-se a transferência dos valores bloqueados às fls. 480/482, consoante solicitado.

ADV: SERAFIM PEREIRA D'ALVIM MEIRELLES NETO (OAB 1694/AM), ADV: ALFREDO MOACYR CABRAL (OAB 341/AM) - Processo 0019652-33.2010.8.04.0012 (012.10.019652-0) - Processo de Execução - Liquidação / Cumprimento / Execução - EXEQUENTE: Banco da Amazônia S/A - EXECUTADO: Luiz Silva dos Santos - Luiz Silva dos Santos - AVALISTA: Maria Conceição Siqueira de Carvalho - INTSSADO: Imóvel a ser avaliado - I- Defiro o pedido de fls. 108 dos autos. II- Consoante Portaria 116/217 - PTJ, tabela III, item 9 (atos processuais), intime-se o autor para, no prazo de 5 (cinco) dias, efetuar o pagamento das custas acerca da requisição de informações eletrônicas. Após, proceda-se a consulta via sistema BACENJUD, consoante solicitado.

ADV: PRISCILA LIMA MONTEIRO (OAB 5901/AM), ADV: EURICO FERNANDES ALVES JÚNIOR (OAB 4456/AM) - Processo 0025844-54.2006.8.04.0001 (001.06.025844-7) - Despejo - Locação de Imóvel - REQUERENTE: Amparo de Maria Cardoso Amud - REQUERIDA: Edila de Souza Alves - INEXISTENTE: JUCEA - Junta Comercial do Estado do Amazonas - Defiro o pedido de fl. 267 dos autos. Proceda-se consulta, via sistema Infojud, a fim de localizar bens da Requerida, consoante solicitado. Custas pagas (fls. 270/272).

ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB 737A/AM) - Processo 0026135-59.2003.8.04.0001 (001.03.026135-0) - Processo de Execução - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - REQUERIDA: Dinorá Maria Castro da Silva - Averbo-me de suspeito por motivo íntimo, para processar e julgar o feito, com base no art. 145, § 1º, do NCPC. II. Ao meu substituto legal, observando-se a regra dos arts. 7º e 9º, da Resolução nº 23, de 15/07/2010, do Pleno do Tribunal de Justiça do Amazonas. Cumpra-se.

ADV: FLAMARION CHAGAS BENAION (OAB 5697/AM) - Processo 0026947-33.2005.8.04.0001 (001.05.026947-0) - Procedimento Comum - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Orivaldo Gouvêa Martins - REQUERIDO: Emmanuel Fabrício da Silva - Márcia Cheila Farias Thomé - INTSSADA: Defensoria Pública do Estado do Amazonas - Manifeste-se o autor acerca da petição de fls. 468/469, bem como acerca da resposta do Detalhamento de Ordem Judicial de Bloqueio de Valores de fls. 470/472, no prazo de 05 dias.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0032821-04.2002.8.04.0001 (001.02.032821-5) - Processo de Execução - Liquidação / Cumprimento / Execução - EXEQUENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - EXECUTADO: Word Construção Ltda. - Manifeste-se o autor acerca do Detalhamento de Ordem Judicial de Bloqueio de Valores de fls. 189/190, dos autos, no prazo de 05 dias.

ADV: FUED CAVALCANTE SÊMEN NETO (OAB 10435/AM), ADV: JONNY CLEUTER SIMÕES MENDONÇA (OAB 8340/AM) - Processo 0035904-28.2002.8.04.0001 (001.02.035904-8) - Processo de Execução - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Amazon Transportes Ltda. - REQUERIDO: Dolly da Amazônia Ltda. - INTSSADO: Conta Única do TJ/AM - Manifeste-se o autor acerca do Detalhamento de Ordem Judicial de Bloqueio de Valores de fls. 82/84, dos autos, no prazo de 05 dias.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0036474-43.2004.8.04.0001 (001.04.036474-8) - Processo de Execução - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Manaus Energia S/A - REQUERIDO: José Maria Monteiro Mendes - Manifeste-se o Requerido, via correio acerca da avaliação dos veículos penhorados às fls. 130/131, no prazo de 05 dias.

ADV: DANIEL ALCÂNTARA NASTRI CERVEIRA (OAB 200121/SP) - Processo 0036791-95.2010.8.04.0012 (012.10.036791-0) - Cumprimento de sentença - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Saraiva S/A Livreiros Editores - REQUERIDO: Isaac Correia Maciel - Indefiro o pedido de fls. 213, por não haver o autor comprovado que esgotou as tentativas de localização da parte requerida. Posto isso, determino a intimação do autor para dar prosseguimento ao feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 05 dias.

ADV: VÍTOR KIKUDA (OAB 2488A/AM) - Processo 0040125-49.2005.8.04.0001 (001.05.040125-5) - Processo de Execução - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Maria Hozana Ribeiro Vieira - REQUERIDA: Edinelza Moraes de Carvalho - Josué Maquiné de Carvalho - INTSSADA: Defensoria Pública do Estado do Amazonas - Compulsando os autos, verifico que a assinatura do recebimento do AR (aviso de recebimento) de fl. 96, é de pessoa que não faz parte da lide. Nos termos do que dispõe o artigo 248 do Código de Processo Civil, a citação pelo correio deverá ser entregue pessoalmente ao citando, de quem deverá ser exigida a assinatura do recibo. Nestes termos, para se ter como válida a citação não basta a simples entrega da carta no endereço da ré, com recebimento por outrem, uma vez que a lei não se contenta com simples presunção da ciência inequívoca do réu citando, acerca dos termos e atos da ação que lhe é movida. Isso porque, o ato processual da citação afigura-se como a base da instauração da relação jurídica processual, e como corolário, do julgamento da causa, traduzindo providência necessária à realização do princípio do contraditório e da ampla defesa, sendo imprescindível à constituição e desenvolvimento válido do processo. Ademais, o ato citatório, para alcançar suas finalidades, deve ser cumprido em estrita observância às exigências legais, sob pena de viciar toda a demanda. Posto isso, restando verificado que o AR de fls.96, não foi entregue na pessoa da requerida, sendo assinado por terceiro estranho à lide, determino a renovação do ato citatório, que desta vez deverá ser diligenciado por Oficial de Justiça. Expeça-se o competente mandado de citação.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0043637-11.2003.8.04.0001 (001.03.043637-1) - Processo de Execução - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Manaus Energia S/A - REQUERIDO: Windsor Indústria e Comércio de Plástico Ltda. - Peter Richard Mowat - Manifeste-se a autora acerca do Detalhamento de Ordem Judicial de Bloqueio de Valores de fls. 169/170 dos autos, no prazo de 05 dias.

ADV: SERAFIM PEREIRA D'ALVIM MEIRELLES NETO (OAB 1694/AM), ADV: ALFREDO MOACYR CABRAL (OAB 341/AM) - Processo 0047571-94.2010.8.04.0012 (012.10.047571-2) - Processo de Execução - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Banco da Amazônia S/A - REQUERIDO: Roberto Alves Barbosa - DEPOSFIEL: José Roberto da Silva - Defiro o pedido de suspensão do feito, consoante solicitado à fl. 200.

ADV: ALFREDO MOACYR CABRAL (OAB 341/AM), ADV: SERAFIM PEREIRA D'ALVIM MEIRELLES NETO (OAB 1694/AM) - Processo 0047571-94.2010.8.04.0012 (012.10.047571-2) - Processo de Execução - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Banco da Amazônia S/A - REQUERIDO: Roberto Alves Barbosa - DEPOSFIEL: José Roberto da Silva - Em cumprimento ao despacho de fl. 216.

ADV: MÁRCIO FERREIRA JUCÁ (OAB 2172/AM), ADV: PEDRO DE ARAÚJO RIBEIRO (OAB 6935/AM), ADV: DOUGLAS RUI PESSOA REIS AGUIAR (OAB 11441/AM) - Processo 0049870-53.2005.8.04.0001 (001.05.049870-4) - Cumprimento de sentença - Pagamento - REQUERENTE: Rio Claro Trust de Recebíveis S/A - REQUERIDA: Apla Comércio de Combustível e Serviços Ltda. - I- Defiro em parte os pedidos de fls. 264 dos autos. II- Proceda-se a consulta via sistema BACENJUD, consoante solicitado.

ADV: LEILA ALMEIDA DE SOUSA (OAB 3734/AM), ADV: JOÃO BOSCO DE ALBUQUERQUE TOLEDANO (OAB 1456/AM), ADV: CINTHYA FEITOSA DE SOUZA (OAB 6978/AM) - Processo 0054867-70.2010.8.04.0012 (012.10.054867-1) - Procedimento Comum - REQUERENTE: G. M. Auto Peças Ltda. - Ante o exposto, defiro os pedidos de fls. 140/141, no sentido de determinar o imediato desbloqueio do valor de R$ 21.620,27, consoante protocolo de fl. 139. Determino ainda a exclusão da presente demanda a Agência de Fomento do Estado do Amazonas S/A - AFEAM, posto que não consta nos autos qualquer pedido de inclusão na demanda, tampouco determinação para tanto, sendo assim, parte ilegítima para integrar o polo passivo. Intime-se o Autor para regularizar o polo passivo da demanda, requerendo o que entender de direito, no prazo de 10 (dez) dias. Cumpra-se.

ADV: MARIA DE NAZARETH FARIAS DO NASCIMENTO (OAB 003.182/AM) - Processo 0056022-11.2010.8.04.0012 (012.10.056022-1) - Cumprimento de sentença - REQUERENTE: Maria José de Souza Colares - Gabrielle Araújo de Lima Colares - Maria Gracilene Martins da Silva - REQUERIDO: Associação dos Servidores da Fundação Nacional de Saúde do Amazonas - ASFUNASA - PROMOTORA: Renata Cintrão Simões de Oliveira - Manifeste-se a autora acerca do Detalhamento de Ordem Judicial de Bloqueio de Valores de fls. 222/223, no prazo de 05 dias.

ADV: ASSURBANIPAL DE FREITAS BRAGA (OAB 8883/AM), ADV: ANTÔNIO DIONYSIO CARVALHO PAIXÃO (OAB 900.147/AM) - Processo 0057752-57.2010.8.04.0012 (012.10.057752-3) - Procedimento Sumário - REQUERENTE: Ednelza Pais de Freitas Braga - Oldemar Freitas Braga - REQUERIDO: Rodrigo Ramalho Angelim - Ilário Amorim de Miranda - Manifeste-se a autora acerca do Detalhamento de Ordem Judicial de Requisição de Informações de fls. 329/331 dos autos, no prazo de 05 dias.

ADV: ANY CAROLINY DA SILVA OZORIO (OAB 8130/AM) - Processo 0201137-62.2011.8.04.0001 (apensado ao processo 0001255-53.1992.8.04.0012) - Habilitação de Crédito - Títulos de Crédito - REQUERENTE: Maria Creuza de Castro Vieira - REQUERIDO: Pavcon - Pavimentacão e Construcões Ltda - Tendo em vista a certidão de fl. 74, determino a intimação da autora, via correio, para dar prosseguimento ao feito, no prazo de 05 dias, sob pena de extinção.

ADV: JORGE FERNANDES GARCIA DE VASCONCELLOS JÚNIOR (OAB 2167/AM), ADV: VERA LÚCIA DA SILVA MATOS (OAB 3758/AM) - Processo 0205252-92.2012.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Locação de Imóvel - REQUERENTE: Carlos José de Barros - Antônio Luiz de Barros - Maria Emília de Barros Brandão - REQUERIDA: Gravita Brasil Eventos Empresariais Ltda - ME - Avandson Mácio de Oliveira - Manifeste-se a autora acerca do Detalhamento de Ordem Judicial de Bloqueio de Valores de fls. 132/133 dos autos, no prazo de 05 dias.

ADV: ALÍRIO VIEIRA MARQUES (OAB 3772/AM) - Processo 0205679-45.2019.8.04.0001 (processo principal 0622327-69.2018.8.04.0001) - Oposição - Constrição / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens - INVTARTE: Condomínio Residencial Nascentes do Tarumã - REQUERIDO: Caixa Econômica Federal - CAIXA - Após, diante do exposto, determino a extinção da presente ação com fundamento no art. 485, IV, do CPC. Dê-se baixa na distribuição e arquivem-se os autos Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: MARCOS PAULO MONTALVÃO GALDINO (OAB 152911/SP), ADV: LEONARDO KASAKEVICIUS ARCARI (OAB 278952/SP), ADV: JAYME ALVES JÚNIOR (OAB 113686/SP), ADV: GILSON LUIZ DA ROCHA (OAB 278933/SP), ADV: EDUARDO PEREIRA (OAB 34655/MG), ADV: VALDÁVIA CARDOSO (OAB 90557/SP), ADV: GENILSON GOMES GUIMARÃES (OAB 325395/SP), ADV: IRAPUÃ SANTANA DO NASCIMENTO DA SILVA (OAB 341538/SP), ADV: RODRIGO CAMPOS MORAES (OAB 11355/MT), ADV: GERVÁSIO FIRMO DOS SANTOS SOBRINHO (OAB 14566/BA), ADV: SIDNEY LEVORATO (OAB 78957/SP), ADV: CARLOS ANTÔNIO RODRIGUES (OAB 105658/MG), ADV: ODAIR SANCHES DA CRUZ (OAB 52773/SP), ADV: MARCOS ROBERTO DE SIQUEIRA (OAB 171132/SP), ADV: NILO SÉRGIO GONÇALVES (OAB 1596/SC), ADV: RAPHAEL ANDRADE PIRES DE CAMPOS (OAB 257112/SP), ADV: ELIZABETH MACIEL NOGUEIRA (OAB 76987/SP), ADV: CARMEN KARINE STEIMBACH (OAB 8524/AM), ADV: ANA CAROLINA SOUSA CEI (OAB 8349/AM), ADV: JORGE ANTÔNIO DANTAS SILVA (OAB 255381A/SP), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 877A/AM), ADV: ALDENIR NILDA PUCCA (OAB 31770BS/P), ADV: MAURO ROBERTO PEREIRA (OAB 78676/SP), ADV: ADÉLCIO CARLOS MIOLA (OAB 122246/SP), ADV: GERMANA VIEIRA DO VALLE (OAB 128579/RJ), ADV: MARILDA DE FÁTIMA FERREIRA GADIG (OAB 95545/SP), ADV: KELLY DAS NEVES LEITE (OAB 266227/SP), ADV: DORCAN RODRIGUES LOPES FEIJÓ (OAB 88503/SP), ADV: FERNANDO BENYHE JÚNIOR (OAB 190210/SP), ADV: FERNANDA PASQUALINI (OAB 257886/SP), ADV: ELIZABETH REGINA MORAES MATIAS (OAB 8654/AM), ADV: GERMANA VIEIRA DO VALLE (OAB 927A/AM), ADV: LUIZ GONZAGA XAVIER (OAB 107043/SP), ADV: LEILA MARIA STOPPA PAZZINI (OAB 254541/SP), ADV: MOHAMAD FAHAD HASSAN (OAB 228151/SP), ADV: SANDRA REGINA DA FONSECA (OAB 189348/SP), ADV: RENATO YASUTOSHI ARASHIRO (OAB 96238/SP), ADV: MOACYR JACINTHO FEREIRA (OAB 49482/SP), ADV: JORGE

EVANDRO FERREIRA (OAB 185904/SP), ADV: LUIZ ANTÔNIO ALVES DE SOUZA (OAB 36186/SP), ADV: MARLENE DE MELO (OAB 142466/SP), ADV: MARCOS ANTÔNIO DE ANDRADE (OAB 79274/SP), ADV: JOSELMA RODRIGUES DA SILVA (OAB 579A/AM), ADV: FRANCISCO AFONSO DOS SANTOS JÚNIOR (OAB 872A/AM), ADV: MÁRCIO SCARIOT (OAB 163161/SP), ADV: ROSANGELA DA SILVA PEREIRA (OAB 241456/SP), ADV: ANTÔNIO BENEDITO DE CARVALHO RAMOS (OAB 56012/MG), ADV: ALESSANDRA MOREIRA CALDERANI (OAB 211716/SP), ADV: VICENTE BORGES DA SILVA NETO (OAB 106265/SP), ADV: DANIEL BIZERRA DA COSTA (OAB 370538/SP), ADV: GISELE DOS REIS MARCELINO (OAB 365742/SP), ADV: MARIO MIRANDOLA NETO (OAB 268673/SP), ADV: LAÉRCIO TRISTÃO (OAB 53920/SP), ADV: ROSELI KATSUE SAKAGUTI (OAB 84416/SP), ADV: MELISSA DE CÁSSIA LEHMAN (OAB 196516/SP), ADV: JULIANA DE PAULI VASCONCELOS (OAB 274646/SP), ADV: SANDRA CRISTINE CASSORLA (OAB 119536/SP), ADV: LUCIANA NUNES DA SILVA (OAB 139987/SP), ADV: MONIQUE DOMINICHELI DO NASCIMENTO (OAB 273879/SP), ADV: MARIA HELENA DE OLIVEIRA (OAB 130279/SP), ADV: TATIANE CAMARA BESTEIRO (OAB 177883/SP), ADV: ELIANE PACHECO OLIVEIRA (OAB 110823/SP), ADV: ELIANA BARBOSA CAMARGO DIAS (OAB 49000/MG), ADV: LEONARDO ANDRÉ DA MATA (OAB 9126O/MT), ADV: TÂNIA VIAZOVSKI (OAB 133667/SP), ADV: HEDNAIDE ALVES CARDOSO (OAB 123548/MG), ADV: ANTÔNIO CARLOS PORTANTE (OAB 101075/SP), ADV: ANDREIA LUCIANA TORANZO (OAB 120032/SP), ADV: CLÁUDIA DELA PÁSCOA TORANZO (OAB 115508/SP), ADV: ANA PAULA MARTINS SGRIGNOLI (OAB 393545/SP), ADV: RODRIGO WAUGHAN DE LEMOS (OAB 3967/AM), ADV: CÉLIO ALBERTO CRUZ DE OLIVEIRA (OAB 2906/AM), ADV: HILDEBERTO CORRÊA DIAS (OAB 1127/AM), ADV: ANELSON BRITO DE SOUZA (OAB 5342/AM), ADV: CAROLINE PEREIRA DE SOUZA (OAB 6118/AM), ADV: NALDIR FRANCO HAYDEN (OAB 957/AM), ADV: EMERSON FABRÍCIO NOBRE DOS SANTOS (OAB 4147/AM), ADV: ISAEL DE JESUS GONÇALVES AZEVEDO (OAB 3051/AM), ADV: EDUARDO DE SOUZA RODRIGUES (OAB 5559/AM), ADV: MARY AMÉLIA BARROS MUNIZ TUMA (OAB 4566/AM), ADV: HILDA MARIA FIGUEIREDO MANDATO (OAB 5350/AM), ADV: VALDECIR FRAGATA MEIRELES DA SILVA (OAB 2461/AM), ADV: JULIANA CHAVES COIMBRA GARCIA (OAB 4040/AM), ADV: MÁRIO JORGE OLIVEIRA DE PAULA FILHO (OAB 2908/AM), ADV: MILCYETE BRAGA ASSAYAG (OAB 5006/AM), ADV: GISELLE FERNANDES BLANK BUENO (OAB 5457/AM), ADV: ADEMÁRIO DO ROSÁRIO AZEVEDO (OAB 2926/AM), ADV: ADRIANA LO PRESTI MENDONÇA (OAB 3139/AM), ADV: DÉBORA ROMANO (OAB 98602/SP), ADV: MAURO CELI MARTINS (OAB 2907/AM), ADV: BEATRIZ ARAÚJO LIMA DE CASTRO (OAB 7706/AM), ADV: AGUINALDO PEREIRA DIAS (OAB 7667/AM), ADV: FRANCISCO AFONSO DOS SANTOS JÚNIOR (OAB 123365/MG), ADV: ANDREIA BASTOS DA SILVA (OAB 6816/AM), ADV: ROBERTO CARLOS LEANDRO SOARES (OAB 7653/AM), ADV: ANTÔNIO FÁBIO BARROS DE MENDONÇA (OAB 2275/AM), ADV: WALTER MARQUES SIQUEIRA (OAB 11730/GO), ADV: JOSELMA RODRIGUES DA SILVA (OAB A579/AM), ADV: SUELEN CRISTINA MAIA DE ALMEIDA ALBUQUERQUE (OAB 4345/AM), ADV: RAFAEL FERNANDO TIESCA MACIEL (OAB 7187/AM), ADV: HELYAMARA SILVA DE MEDEIROS (OAB 6318/AM), ADV: MARIA SUELY MUNIZ DA SILVA (OAB 1474/AM), ADV: ALBERTO CORDEIRO (OAB 173096/SP), ADV: CARLOS ANTÔNIO DE CARVALHO MOTA (OAB 2155/AM), ADV: FÉLIX DE MELO FERREIRA (OAB 3032/AM), ADV: AGUIBERTO CAMILO REDI (OAB 340B/RO), ADV: HILÁRIO SILVA DA C. SANTOS (OAB 6391/AM) - Processo 0211083-24.2012.8.04.0001 (apensado ao processo 0619719-74.2013.8.04.0001) - Recuperação Judicial - Recuperação judicial e Falência - REQUERENTE: Soltur Solimões Transportes e Turismo Ltda. - Viman - Viação Manauense Ltda. - Cidade de Manaus - Viação Cidade de Manaus Ltda. - Edvaldo Brando Barbosa - EMPRESA AUTO ONIBUS SANTO ANDRÉ LTDA - Viação Ribeirão Pires Ltda - Renato Francisco - REQUERIDO: 13ª Vara do Trabalho de Manaus - Transportes Jaó Ltda. - Transtaza Rodoviário Ltda. - TERCEIRO I: Terceira Vara Cível da Comarca de Santo André - Sexta Vara Cível da Comarca de Santo André - ADMINISTRA: Ewerson Dias Moreira - INTSSADO: EMTU - Empresa Metropolitana de Tranporte Urbano do Estado de São Paulo - Juízo da 19ª Vara do Trabalho de Manaus - Viação São Pedro Ltda. - Joacir Rosa de Oliveira - Neide Elisabete Alves do Nascimento - Marli Alves - Odete Alves da Cunha - Gianerson Antunes de Azevedo - Magali Antunes de Jesus - Rone César Antunes do Carmo - Walquíria Antunes de Azevedo - PROMOTOR: Dra. Kátia Maria Araújo Oliveira - Promotora de Justiça - INTSSADO: Juízo da Primeira Vara da Comarca de Nova Xavantina - MT - PERITA: Maria do Socorro Soares Martins - INTSSADO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - 2ª Vara Cível da Comarca de Santo André - Quinta Vara Cível da Comarca de Uberaba - Terceira Vara Judicial do Fórum de Embu das Artes - Procuradoria - Seccional da Fazenda Nacional - Uberaba - Nailde Batista da Silva - Isaías José Soares - Josué Aranha - Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau - Alexandre Manzine - Vistos, etc Defiro o pedido de fls. 60.769/60.770, para pagamento dos credores trabalhistas. Intime-se a arrematante para que proceda aos depósitos na conta indicada pelo Administrador Judicial como requerido. Considerando que não houve até a presente decisão comprovação de pagamento da arrematação, fls. 58.199/58.201, determino que o arrematante proceda ao depósito imediato do valor da arrematação no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, e em caso de não cumprimento, determino o cancelamento da arrematação.

ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM), ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM) - Processo 0211645-33.2012.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Liquidação / Cumprimento / Execução - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - EXECUTADO: Fênix Serviços de Blindagens de Automóveis Ltda. - AVALISTA: Edgar Alves Neto - Raquel Freitas da Costa - Manifeste-se o autor acerca do Detalhamento de Ordem Judicial de Bloqueio de Valores de fls. 60/61, dos autos, no prazo de 05 dias.

ADV: NEY BASTOS SOARES JÚNIOR (OAB 4336/AM) - Processo 0211962-70.2008.8.04.0001 (001.08.211962-8) - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Alfama Comércio e Serviços Ltda. - ME - REQUERIDO: Pepsi-Cola Industrial da Amazônia Ltda. - I- Defiro o pedido de fls. 737 dos autos. II- Consoante Portaria 116/217 - PTJ, tabela III, item 9 (atos processuais), intime-se o autor para, no prazo de 5 (cinco) dias, efetuar o pagamento das custas acerca da requisição de informações eletrônicas. Após, proceda-se a consulta via sistema BACENJUD, consoante solicitado.

ADV: MARIA DAS GRAÇAS CARVALHO MONTEIRO (OAB 1964/AM), ADV: MARCOS ANTÔNIO VÍTOR DA SILVA (OAB 7841/AM) - Processo 0215471-67.2012.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Posse - REQUERENTE: Hozana Carvalho de Oliveira - REQUERIDO: Francisco Carlos Marinho de Araújo - Tendo em vista a certidão de fl. 132, determino a intimação da autora para dar prosseguimento ao feito, no prazo de 05 dias.

ADV: HUMBERTO LESSA DE FARIAS FILHO (OAB 10655/AM), ADV: LEIRY MARIA PADILHA DE ARAÚJO (OAB 9157/AM) - Processo 0215569-42.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Auxílio-Doença Previdenciário - REQUERENTE: Gilmar Alves da Silva - REQUERIDO: Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS - Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - Tendo em vista a certidão de fl. 106, determino a intimação do autor para, no prazo de 05 dias, dar prosseguimento ao feito.

ADV: FERNANDA MEYGE DE BRITO (OAB 35105/BA), ADV: MÁRIO EURICO AMARAL PINTO (OAB 4680/AM) - Processo 0219657-60.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum - DIREITO PREVIDENCIÁRIO - REQUERENTE: Mirian Maia Nogueira - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - INTSSADO: Procuradoria Federal no Estado do Amazonas - Advocacia Geral da União - Tendo a manifestação do autor e a petição do Requerido de fls. 169, determino a expedição da competente RPV, do valor indicado às fls. 158/159.

ADV: FREDERICO MORAES BRACHER (OAB 7311/AM), ADV: VITOR KIKUDA (OAB 199259/SP), ADV: LEYLA VIGA YURTSEVER (OAB 3737/AM), ADV: ARIOSTO LOPES BRAGA NETO (OAB 1448/AM) - Processo 0219742-56.2011.8.04.0001 (apensado ao processo 0246939-54.2009.8.04.0001) - Reintegração / Manutenção de Posse - Posse - REQUERENTE:

Walquiria Carvalho dos Reis - Maria Etelvina Belém de Souza - Maria Queiroz Xavier - REQUERIDO: Leandro Rocha de Paula - Marcelo e Francimara - Dorotéia do Rosário de Sousa - Compulsando os autos, verifico que a Secretaria não observou que a autora apresentou recurso de apelação às fls. 452/460, uma vez que proferiu certidão à fl. 491 de transito em julgado, em seguida baixou os autos. Posto isso, determino a Secretaria que torne sem efeito a certidão de fl. 491, bem como o termo de fl. 492 e proceda a reativação dos autos, em seguida certifique se a parte requerida apresentou suas contrarrazões, em caso positivo ou negativo, faça a remessa dos autos à Instância Superior, com as nossas homenagens.

ADV: DEUZINA DE FÁTIMA FERREIRA TUPINAMBÁ (OAB 2307/AM) - Processo 0220861-23.2009.8.04.0001 (001.09.220861-5) - Execução de Título Extrajudicial - Liquidação / Cumprimento / Execução - EXEQUENTE: Amazon Explores Ltda. - EXECUTADA: Gênius Instituto de Tecnologia - Tendo em vista o AR Negativo de fl.115, determino a intimação da autora, na pessoa de seu patrono dar prosseguimento ao feito, apresentando novo endereço requerendo o que entender de direito, no prazo de 05 dias, sob pena de extinção por abandono.

ADV: KRISTEN RORIZ DE CARVALHO (OAB 552A/AM), ADV: ÁLVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 831A/AM) - Processo 0223399-06.2011.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Seguro - REQUERENTE: Sandra Maria Borges Ferreira - REQUERIDA: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A - PERITO: Diretor do Instituto Médico Legal (IML) - Intime-se o Executado para recolhimento das custas processuais referente ao incidente de impugnação ao cumprimento de sentença. Após, dê-se vista dos autos ao Credor para apresentar resposta. Publique-se. Cumpra-se.

ADV: YARGO GOSZTONYL VIDAL (OAB 10415/AM), ADV: LÚCIO FÁBIO CORDEIRO RIBEIRO (OAB 10088/AM), ADV: PAULO ROGÉRIO KOLENDA LEMOS DOS SANTOS (OAB 7199/AM) - Processo 0223714-87.2018.8.04.0001 (apensado ao processo 0623559-24.2015.8.04.0001) (processo principal 0623559-24.2015.8.04.0001) - Embargos de Terceiro - Valor da Execução / Cálculo / Atualização - REQUERENTE: Edinelson Alves Braga - REQUERIDA: Jovânia Mota Pereira - TERCEIRA: Lindomar Alves Braga - Vistos, etc Por motivo de foro íntimo, dou-me por suspeito para processar e julgaro feito, nos termos do art. 145, § 1º, do NCPC. Inclusive, já havia me julgado suspeito nos auto principais (Ação de Despejo, proc. 0623559-24.2015.8.04.0001). Remetam-se os autos ao meu substituto legal, conforme o disposto nos arts. 7º e 9º, da Resolução nº 23, de 15/07/2010, do Pleno do Tribunal de Justiça do Amazonas. A presente decisão servirá como ofício. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: DANIEL PEREIRA DA SILVA NETO (OAB 5055/AM), ADV: LAURA MARIA SANTIAGO LUCAS (OAB 4872/AM), ADV: LUANA DE ASSIS PIRES (OAB 5030/AM) - Processo 0229059-78.2011.8.04.0001 (apensado ao processo 0245777-53.2011.8.04.0001) - Execução de Título Extrajudicial - Valor da Execução / Cálculo / Atualização - EXEQUENTE: R. C. Recebíveis Ltda. - EXECUTADO: Classic Festas e Eventos Ltda. - I- Defiro o pedido de fls. 98 dos autos. II- Consoante Portaria 116/217 - PTJ, tabela III, item 9 (atos processuais), intime-se o autor para, no prazo de 5 (cinco) dias, efetuar o pagamento das custas acerca da requisição de informações eletrônicas. Após, proceda-se a consulta via sistema BACENJUD, consoante solicitado.

ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB A598/AM) - Processo 0229733-56.2011.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Banco Rural S/A - REQUERIDO: Yano Rene Pinheiro Monteiro - Manifeste-se o autor acerca das Respostas dos sistemas, Bacenjud, Renajud e Infojud de fls. 103/104 dos autos, no prazo de 05 dias.

ADV: MARIA SOCORRO DE SOUSA PEREIRA (OAB 6616/AM) - Processo 0229913-43.2009.8.04.0001 (001.09.229913-0) - Procedimento Comum - Reivindicação - REQUERENTE: Maria da Conceição Pereira Biagi - REQUERIDO: Juarez de Souza Azevedo - Cristiane Guimarães Avelino - Alcides de Jesus - Clicy Hellen Paiva - Adriana Mascarenha Magalhães - Semário Jesus da Costa - Leandro Martins - INTSSADO: Defensoria Pública do Estado do Amazonas 2 - Defensoria Pública do Estado do Amazonas - Nomeio Curador Especial, na forma do art. 72, II, do CPC.

ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 685A/AM), ADV: CELSO ANTÔNIO DA SILVEIRA (OAB 5807/AM) - Processo 0230514-78.2011.8.04.0001 - Procedimento Comum - Obrigações - REQUERENTE: Luanque dos Santos - REQUERIDO: Banco Itaú Unibanco S/A - PERITO: Hélio do Carmo Magalhães Neto - Ex positis, e por tudo mais que constam dos autos, com fundamento no artigo 487, I, do Código de Processo Civil, JULGO PROCEDENTES os pedidos formulados por Luanque dos Santos, contra Banco Itaú Unibanco S/A, no sentido de: a) Declarar a nulidade do contrato bancário de fls. 152/167, e, consequentemente, declarar a inexistência do débito dele decorrente; b) Condenar o Requerido ao pagamento de R$ 20.000,00 (vinte mil reais) a título de indenização por danos morais, corrigidos monetariamente desde a data da publicação da sentença (Súmula 362 - STJ) e de juros moratórios a partir do evento danoso (26/04/2011- data do suposto contrato) de acordo com a Súmula 54 - STJ; c) Confirmar a tutela antecipada de fls. 31/32, que determinou que o Requerido se abstivesse de efetuar novos descontos relativos ao contrato objeto da lide, no entanto, retificando-a apenas quanto a periodicidade, fixando seu limite em 30 (trinta) dias-multa, o que faço de ofício com fundamento no art. 537, §1, I do CPC; d) Ante a sucumbência condeno o Requerido ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios ao patrono do Autor, os quais arbitro em 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação, na forma do art. 85, §2º, CPC. e) Determino que a Secretaria proceda com a criação de um incidente de cumprimento de multa, após, efetue o desentranhamento da petição de fl. 46/48 fixando-a no referido incidente, após, intime-se o Autor para que, querendo, proceda com o seu aditamento, no prazo de 05 (cinco) dias, em seguida, dê-se vista ao Requerido para manifestar-se no prazo de 10 (dez) dias. f) Determino o desentranhamento da contestação de fls. 77/80 por ser cópia da contestação anterior de fls. 37/40. g) Determino ainda o desentranhamento da réplica de fls. 144/146 posto que o Autor já havia apresentado sua réplica às fls. 54/60. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: FRANCISCO DE ASSIS LELIS DE MOURA JÚNIOR (OAB 20.289/PE), ADV: SILVANA CASTRO MUNIZ (OAB 3328/RO), ADV: ÉLIO FRANCISCO DE CARVALHO (OAB 493/AM) - Processo 0233231-87.2016.8.04.0001 (processo principal 0700139-37.2011.8.04.0001) - Cumprimento Provisório de Sentença - Seguro - REQUERENTE: Marcos Antônio Leite Martins - REQUERIDO: Mitsui Sumitomo Seguros S/A - Desta feita, ante a inexistência de divergência entre as partes, homologo os cálculos de fls. 31-32 e 69, no valor total de R$ 34.306,75. Determino que expeça-se alvará ao Autor, em nome de seu patrono, no valor de R$ 34.306,75. Quanto ao valor residual constante na conta judicial vinculada aos presentes autos, determino desde já a expedição de alvará a Requerida, com as devidas atualizações e correções. Após, dê-se baixa na distribuição e arquive-se o feito. Cumpra-se.

ADV: ADRIANA LO PRESTI MENDONÇA (OAB 3139/AM), ADV: NELSON LUIZ MESTIERI DE MACEDO (OAB 608/AM), ADV: ANTONIO CLAUDIO PINTO FLORES (OAB 583A/AM), ADV: ANTÔNIO FÁBIO BARROS DE MENDONÇA (OAB 2275/AM) - Processo 0234927-90.2018.8.04.0001 (apensado ao processo 0043897-11.2010.8.04.0012) - Embargos à Execução - Valor da Execução / Cálculo / Atualização - EMBARGANTE: S. S. Auto Posto Ltda. - EMBARGADO: Petróleo Sabba S/A - Intime-se a Autora para comprovar sua hipossuficiência, no prazo de 05 dias. Cumpra-se.

ADV: PEDRO ANTÔNIO DE OLIVEIRA (OAB 9678/AM), ADV: ELMA FARIAS BORGES (OAB 7285/AM), ADV: LUCIANA CAXEIXA ALFAIA (OAB 7226/AM) - Processo 0237784-80.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum - Auxílio-Doença Previdenciário - REQUERENTE: Lindomar Figueiredo Moda - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - Agência da Previdência Social de Atendimento de Demandas Judicais - Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - INTSSADO: Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau - Procuradoria Federal no Estado do Amazonas - Advocacia Geral da União - À Secretaria para certificar se até o presente momento já houve o retorno do AR referente a carta de intimação de fl. 142, ou, resposta da Agência da Previdência Social de Atendimento de Demandas Judiciais - APSDJ. Determino ainda a intimação do Autor para que, querendo, inicie o procedimento de liquidação de sentença referente da condenação disposta às fls. 117/118. Cumpra-se.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0240224-25.2011.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: Vênus da Silva Passos - Intime-se a Autora, via correio, para dar prosseguimento ao feito, no prazo de 05 dias, sob pena de extinção. Cumpra-se.

ADV: SÉRGIO GALVÃO DE SOUZA CAMPOS (OAB 56248/SP) - Processo 0242054-26.2011.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Valor da Execução / Cálculo / Atualização - EXEQUENTE: Michel Merheje & Cia. Ltda. - EXECUTADA: A. de J. Morais (Casa do Esmalte) - Tendo em vista a certidão de fl. 101, determino a intimação do autor, via correio, para dar prosseguimento ao feito, no prazo de 05 dias, sob pena de extinção do presente feito.

ADV: ROBERTO TRIGUEIRO FONTES (OAB 692A/AM), ADV: BRUNO VEIGA PASCARELLI LOPES (OAB 7092/AM), ADV: SOLON ANGELIM DE ALENCAR FERREIRA (OAB 3338/AM), ADV: GISELLE FALCONE PASCARELLI LOPES (OAB 3747/AM) - Processo 0243146-97.2015.8.04.0001 (processo principal 0218637-44.2011.8.04.0001) - Cumprimento Provisório de Sentença - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: M. M. Engenharia Ltda. - REQUERIDA: W. L. Sistema Amazonense de Turismo Ltda. - INTSSADO: Sociedade de Desenvolvimento Cultural do Amazonas Ltda. - Compulsando os autos, verifico que com relação os valores bloqueados às fls. 400/401, foi expedido alvará de levantamento, no dia 10/05/2018, consoante fl. 742. Posto isso, determino a expedição de ofício à Conta única, para informar a este juízo se possui saldo remanescente nas constas de fls. 466 e fl. 468/471.

ADV: SERAFIM PEREIRA D'ALVIM MEIRELLES NETO (OAB 1694/AM) - Processo 0246309-80.2018.8.04.0001 - Carta Precatória Cível - Atos executórios - REQUERENTE: Banco da Amazônia S/A - REQUERIDO: Francisco das Chagas Fernandes dos Santos - Cumpra-se a carta precatória. Expeça-se o competente mandado. Após, devolva-se ao juízo de origem. Cumpra-se.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0248624-28.2011.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: Auge Modas Ltda. - Manifeste-se a autora acerca das Respostas dos sistemas, Bacenjud, Renajud e Infojud de fls. 112/117 dos autos, no prazo de 05 dias.

ADV: PAULO DIAS GOMES (OAB 2337/AM), ADV: HILDERSON FARIAS DE OLIVEIRA (OAB 7364/AM) - Processo 0252339-78.2011.8.04.0001 - Procedimento Comum - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Steve Janderson Santos de Oliveira - REQUERIDO: Walter Marconi de Oliveira - Wanusa Pereira de Souza - Tendo em vista a certidão de fl. 142, determino a intimação do autor para dar prosseguimento ao feito, no prazo de 05 dias.

ADV: PATRÍCIA REJANE DE BRITO ALVES (OAB 8178/AM), ADV: YASMIN CONDÉ ARRIGHI (OAB 211726/RJ) - Processo 0254090-08.2008.8.04.0001 (001.08.254090-0) - Procedimento Comum - Obrigações - REQUERENTE: Augusto Izumi Nakashima - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - À secretaria para inserir no sistema Saj o nome da nova patrono do autor, consoante solicitado à fl. 201 e substabelecimento de fl. 202 dos autos.

ADV: THATIANE TUPINAMBÁ DE CARVALHO (OAB 3696/AM) - Processo 0261064-56.2011.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - REQUERIDO: Manoel Santos de Lima - Indefiro o pedido de fls. 131, por não haver o autor comprovado que esgotou as tentativas de localização da parte requerida. Posto isso, determino a intimação do autor para dar prosseguimento ao feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 05 dias.

ADV: FABIANA CAROLINE SILVA (OAB 8019/AM), ADV: ELAINE DIB BOTELHO RIBEIRO (OAB 8028/AM) - Processo 0314738-85.2007.8.04.0001 (001.07.314738-0) - Procedimento Comum - Rescisão / Resolução - REQUERENTE: Vieiralves Imobiliária Ltda. - REQUERIDO: Valdir Virgílio da Silva - Cláudia Regina de Souza Henriques - INTSSADO: Comando Geral da Polícia Militar do Amazonas - I- Defiro o pedido de fl. 141 dos autos. II- Expeça-se a competente Carta de Citação, no endereço indicado.

ADV: LEYLA BRASIL DA SILVA (OAB 3.540), ADV: RICARDO DA CUNHA COSTA (OAB 5.737/AM) - Processo 0318539-43.2006.8.04.0001 (001.06.318539-4) - Cumprimento de sentença - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Leyla Brasil da Silva - REQUERIDA: Tim Celular S/A - Tendo em vista a certidão de fl. 255, determino a intimação da autora para dar prosseguimento ao feito, no prazo de 05 dias, sob pena de extinção.

ADV: ANNESON FRANK PAULINO DE SOUZA (OAB 11981/AM), ADV: ADRIANA MOUTINHO MAGALHÃES IANNUZZI (OAB 8065/AM) - Processo 0320487-83.2007.8.04.0001 (001.07.320487-1) - Processo de Execução - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Associação de Ensino Palas Atena - REQUERIDA: Dirceclides Lira da Serra - Tendo em vista a certidão de fl. 107, determino a intimação do autor para dar prosseguimento ao feito, no prazo de 05 dias.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0359904-43.2007.8.04.0001 (001.07.359904-3) - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Manaus Energia S/A - REQUERIDA: Marquiza Soares da Silva - Manifeste-se o autor acerca do Detalhamento de Ordem Judicial de Requisição de Informações de fls. 233, dos autos, no prazo de 05 dias.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0600295-75.2015.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Jefferson Afonso César da Silva Oliveira - Tendo em vista que já se esgotaram as tentativas de localização da parte requerida, consoante consultas de fls. 58/61, defiro o pedido de fls. 83/85 dos autos. Expeça-se o competente edital de citação, consoante solicitado. Intime-se a autora para efetuar o pagamento das custas do edital, consoante Portaria nº 116/2017.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 877A/AM) - Processo 0600377-09.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - REQUERIDO: Jorge Luís de Queiroz Leite - Defiro o pedido de suspensão do feito, pelo prazo de 60 (sessenta) dias, consoante solicitado às fls. 234/235.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 877A/AM) - Processo 0600377-09.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - REQUERIDO: Jorge Luís de Queiroz Leite - Em cumprimento ao despacho de fl. 236.

ADV: ANA CAROLINA SOUSA CEI (OAB 8349/AM) - Processo 0600563-66.2014.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - EXECUTADO: MANAUS PARAFUSOS LTDA - ME - ORIVALDO CAPUCHU GOMES - Manifeste-se o autor acerca do Detalhamento de Ordem Judicial de Bloqueio de Valores de fls. 98/99 dos autos, no prazo de 05 dias.

ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 1164A/AM), ADV: JOSÉ LÍDIO ALVES DOS SANTOS (OAB 1163A/AM) - Processo 0600591-29.2017.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Banco Safra S/A - REQUERIDO: Gildo Nunes da Silva - Tendo em vista a certidão de fl. 117, determino a intimação do autor para, no prazo de 05 dias, dar prosseguimento ao feito.

ADV: KELY CRISTINE BENEVIDES (OAB 3843/RO) - Processo 0600779-85.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Nota de Crédito Comercial - EXEQUENTE: Nutrizon Alimentos Ltda. - EXECUTADO: Arno Frank Schropfer - Manifeste-se o autor acerca do Detalhamento de Ordem Judicial de Requisição de Informações de fls. 75/77, dos autos, no prazo de 05 dias.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 877A/AM) - Processo 0600845-07.2014.8.04.0001 - Monitória - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - REQUERIDO: Raimundo Inocêncio Farias Ferreira - ME (Mercadinho União) - Raimundo Inocêncio Farias Ferreira - I. O processo encontra-se maduro para julgamento, haja vista que não houve contestação e assim reputando-se como verdadeiros os fatos narrados pela autora, razão pelo qual dou-me em condições de conhecer diretamente do pedido, com inteligência do art. 355, II, do CPC. Cumpra-se.

ADV: VANGLEYS REIS VIANNA (OAB 7797/AM), ADV: JOSÉ DE JESUS GOUVÊA OLIVEIRA JÚNIOR (OAB 10793/AM), ADV: MOISÉS CAVALCANTI GOUVÊA DE OLIVEIRA (OAB 5912/AM), ADV: ANTONIO VINICIUS RODRIGUES DE ALBUQUERQUE (OAB 9782/AM) - Processo 0601099-09.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: PP Análises Clínicas e Serviços de Nutrição Ltda. - ME - REQUERIDO: Laboratório Santa Edwiges Ltda. - Analisando detidamente os autos, verifico que o Edital de Intimação - Prazo de 20 dias, foi publicado no dias 26/11/2018, fl. 315, começando a contar o prazo de 20 dias, a partir de 27/11/2018. Vale salientar que o prazo foi interrompido por ocasião do Recesso Forense, no dia 20/12/2018, retomando a contar no dia 21/01/2019, portanto, tendo terminado o prazo do edital em 23/01/2019, começando o de Apelação em 24/01/2019, com seu término em 13/02/2019, constata-se que a Apelação foi interposta tempestivamente, no último dia do prazo, qual seja, 13/02/2019. Portanto, determino à Secretaria que exclua a certidão de fl.341, por ter sido expedida erroneamente. Intime-se a Apelada para se manifestar acerca da apelação de fls. 332/337, no prazo de lei. Após, subam-se os autos, com os nossos cumprimentos. Intime-se. Cumpra-se. Manaus (AM), 27 de fevereiro de 2019.

ADV: CÁSSIA LUCIANA DA CONCEIÇÃO ROCHA (OAB 7819/AM) - Processo 0601127-69.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Auxílio-Doença Previdenciário - REQUERENTE: Cledia Rodrigues Lima - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - Ex positis e por tudo mais que dos autos constam, concedo a tutela de urgência na forma do art. 300, do CPC, a fim de determinar que o Requerido proceda com a implementação do benefício previdenciário de auxílio-doença acidentário à Autora, até o julgamento final da ação. Determino a expedição de ofício à Agência da Previdência Social de Atendimento de Demandas Judiciais APSDJ, no seguinte endereço: Rua Marcos da Silveira, s/n, São Francisco -Manaus/AM, CEP 69.079-340, conforme PORTARIA CONJUNTA PGF/INSS Nº 83, de 04 de junho de 2012 - DOU de 06/06/2012, na forma do art. 8º, I, da mencionada Portaria, para que cumprir com a tutela de urgência acima descrita, no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data do recebimento do ofício, sob pena de multa no valor de R$ 500,00 (quinhentos reais) por dia de descumprimento, no limite de 30 (trinta) dias-multa, de acordo com o art. 537, §1º, I, CPC. Concedo à Autora os benefícios da justiça gratuita, na forma do art. 98, do CPC. Determino a remessa dos autos o Centro Judiciário de Soluções de Conflitos - CEJUS Cível, para realização de perícia na Autora, em seguida, cumpra-se com as demais disposições dispostas na portaria nº 2.183/2016 - PTJ, referente ao Termo de Cooperação nº 012/2017 - TJ. Publique-se. Intime-se. Cumpra-se com prioridade e urgência.

ADV: ROSELY CRISTINA MARQUES CRUZ (OAB 178930/SP) - Processo 0601231-03.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Fundo de Recuperação de Ativos - Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios Não Padronizado e outro - EXECUTADO: A. G. Veículos Ltda. - Ana Lúcia de Macedo Matos - Audemides das Graças Guedes - I- Defiro em parte o pedido de fls. 115/116 dos autos. II- Consoante Portaria 116/217 - PTJ, tabela III, item 9 (atos processuais), intime-se o autor para, no prazo de 5 (cinco) dias, efetuar o pagamento das custas acerca da requisição de informações eletrônicas. Após, proceda-se a consulta via sistemas INFOJUD, BACENJUD e RENAJUD, consoante solicitado.

ADV: ROBERVAL EMERSON OLIVEIRA DE PAULA FILHO (OAB 6721/AM) - Processo 0601789-67.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: Condomínio Total Ville Harmonia - EXECUTADO: José Francisco da Silva Ferreira - Tendo em vista a certidão de fl. 166, determino a intimação do autor, para dar prosseguimento ao feito, no prazo de 05 dias, sob pena de extinção.

ADV: ANA CRISTINA DA SILVEIRA GOMES DE FREITAS (OAB 5763/AM), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM) - Processo 0601835-22.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Ana Andrea da Silveira Gomes - REQUERIDO: Banco BMG S/A - I. O processo encontra-se maduro para julgamento, haja vista que não há necessidade de produzir provas em audiência, pois a matéria de mérito é exclusivamente de direito, razão pelo qual dou-me em condições de conhecer diretamente do pedido, com inteligência do art. 355, I, do NCPC. Cumpra-se.

ADV: WISTON FEITOSA DE SOUSA (OAB 6596/AM), ADV: ADEMÁRIO DO ROSÁRIO AZEVEDO (OAB 2926/AM) - Processo 0602096-94.2013.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Auxílio-Doença Previdenciário - REQUERENTE: Valéria Silva de Araújo - REQUERIDO: Instituto Nacional de Seguro Social - INSS - Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - PERITO: Marcelo Cláudio Barroso de Vasconcelos Dias - INTSSADO: Agência da Previdência Social de Atendimento de Demandas Judiciais - Intime-se o Executado, através do sistema de convênios para citações e Intimações a Empresas e Entes Públicos, na forma do art. 513, §2º do CPC, para efetuar o pagamento voluntário da dívida nos termos da sentença exequenda, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 523, caput, do CPC. Não ocorrendo pagamento voluntário, o débito será acrescido de multa no equivalente a 10% (dez por cento), nos termos do art. 523, §1º. Fixo os honorários de advogado, pelo cumprimento de sentença, no equivalente a 20% (vinte por cento), da dívida atualizada, nos termos do art. 85, §1º, c/c art. 523, §1º, do CPC. Autorizo a realização de penhora via Bacenjud, nos termos do art. 523, §3º do CPC, desde que o credor apresente o demonstrativo de débito atualizado, bem como o comprovante de pagamento das custas com a consulta, nos termos da Tabela III, da Portaria Nº 116/2017 - PTJ (DJe 24/01/2017). Advirto ao Executado que, optando por apresentar impugnação ao cumprimento de sentença, deverá juntar o comprovante de pagamento das custas do incidente, nos termos da Tabela II, da Portaria Nº 116/2017 - PTJ (DJe 24/01/2017). Após, dê-se vista ao Exequente. Cumpra-se.

ADV: ROSÂNGELA DA ROSA CORRÊA (OAB 921A/AM) - Processo 0602109-25.2015.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - REQUERIDA: Rana Amado Ali Hajoj - Defiro o pedido de fl. 148. Oficie-se a Caixa Econômica Federal, agência: 3205, para proceder com a transferência conforme solicitado. Após, arquive-se os autos.

ADV: RENATO MULINARI (OAB 47342/RS) - Processo 0602295-14.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - EXEQUENTE: Intercement Brasil S/A - EXECUTADO: Eduarda S. A. da Silva - ME - Tendo em vista que já se esgotaram as tentativas de localização da parte requerida, consoante consultas de fls. 108/109 e fls. 123/124, defiro o pedido de fls. 130 dos autos. Expeça-se o competente edital de citação, consoante solicitado. Intime-se a autora para efetuar o pagamento das custas do edital, consoante Portaria nº 116/2017.

ADV: MAURO ALLEN BEZERRA (OAB 2655/AM) - Processo 0602310-80.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Transação - EXEQUENTE: Adehel Comércio e Navegação Ltda. - EXECUTADO: E. Silva Rosa - ME - Elcimar Silva Rosa - DEPOSFIEL: Artêmio Pereira Barbosa - Defiro o pedido de suspensão do feito, pelo prazo de 1 (um) ano, consoante solicitado à fl. 128.

ADV: MAURO ALLEN BEZERRA (OAB 2655/AM) - Processo 0602310-80.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Transação - EXEQUENTE: Adehel Comércio e Navegação Ltda. - EXECUTADO: E. Silva Rosa - ME - Elcimar Silva Rosa - DEPOSFIEL: Artêmio Pereira Barbosa - Em cumprimento ao despacho de fl. 129.

ADV: ROBERTO MARQUES DA COSTA (OAB 4135/AM) - Processo 0602504-12.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Constrição / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens - EXEQUENTE: Condomínio Residencial Paradiso Anturio - EXECUTADA: Alessandra Souza Nogueira - I- Defiro o pedido de fls. 95 dos autos. II- Proceda-se a consulta via sistema INFOJUD, consoante solicitado.

ADV: EDUARDO JOSÉ BORGES GUERRA (OAB 5188/AM), ADV: CARLA CRISTINA LOPES SCORTECCI (OAB 248970/SP), ADV: EGBERTO HERNANDES BLANCO (OAB 89457/SP) - Processo 0603031-37.2013.8.04.0001 (apensado ao processo 0625057-29.2013.8.04.0001) - Cumprimento de sentença - Interpretação / Revisão de Contrato - REQUERENTE: ELISÂNGELA CORREA DA COSTA - REQUERIDO: BANCO ITAUCARD S/A - Indefiro o pedido de cumprimento de sentença,

tendo em vista que não está de acordo com o art. 524, do CPC. Intime-se o Credor para que no prazo de 02 dias emende o pedido. Decorrido o prazo sem manifestação, arquivem-se os autos.

ADV: LAILA JÉSSICA ALENCAR COSTA E SILVA (OAB 9572/AM) - Processo 0603292-89.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Edvard Sobreira dos Santos - REQUERIDO: Banco Bradesco - Intime-se o Autor para emenda a inicial, devendo indicar a opção pela realização ou não de audiência de conciliação ou mediação, na forma do art. 319, VII, CPC, tendo para tanto o prazo 15 (quinze) dias, na forma do art. 321, parágrafo único, CPC. Com fundamento no art. 99, §3º, CPC, determino que Autor apresente comprovação do preenchimentos dos requisitos para concessão da justiça gratuita, posto que os documentos de fls. 33/34 não são suficientes para aferir a condição de hipossuficiência financeira alegada na inicial, concedendo-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento. Desde já defiro o parcelamento das custas iniciais, na forma do art. 98, §6º, CPC c/c Portaria nº 490/2017. Cumpra-se.

ADV: JOSEMARA SOUZA DINIZ DA SILVA (OAB 7161/AM) - Processo 0603714-35.2017.8.04.0001 - Despejo por Falta de Pagamento Cumulado Com Cobrança - Locação de Imóvel - REQUERENTE: Adonaid Abrantes de Souza Tavares - REQUERIDA: Berenice Pereira Neves - Berenice Pereira Neves - Indefiro o pedido de fls. 94, por não haver o autor comprovado que esgotou as tentativas de localização da parte requerida. Posto isso, determino a intimação do autor para dar prosseguimento ao feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 05 dias.

ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0603802-05.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Marivaldo Alves Natario - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Compulsando os autos verifico que nos contracheques acostados à inicial (fls. 23/94), constam vários descontos referentes a empréstimos, no entanto, em sua inicial o Autor não especifica qual contrato pretende declarar inexigível por meio da presente demanda. Assim, determino a intimação do Autor para emendar a inicial, devendo indicar de forma clara qual o contrato que pretende declarar inexigível, de acordo com o art. 319, III, CPC, tendo para tanto o prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento, na forma do art. 321, parágrafo único, CPC. Cumpra-se.

ADV: CLÓVIS ROBERTO SOARES MUNIZ BARRETO (OAB 2968/AM) - Processo 0603844-64.2013.8.04.0001 - Procedimento Comum - Pagamento - REQUERENTE: Carlos Alberto Wanderley Ferreira - REQUERIDO: Marcos Valderes Braga Moreira - O processo encontra-se maduro para julgamento, haja vista que não há necessidade de produzir provas em audiência, pois a matéria de mérito é exclusivamente de direito, razão pelo qual dou-me em condições de conhecer diretamente do pedido, com inteligência do art. 355, II, do CPC.

ADV: GABRIELA BARRETO LIMA DE CARVALHO (OAB 10244/AM) - Processo 0603883-51.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Navegação Ana Carolina Ltda - REQUERIDO: Capital Rossi Empreendimentos S/A - Realty Xxvii Empreendimentos Imobiliários Ltda - Simois Empreendimentos Imobiliários Ltda. - Crimiso Empreendimentos Imobiliarios Ltda - Spe - A concessão da justiça gratuita não pode ser concedida por mera deliberação diante das afirmações do beneficiário, devendo ser considerado ainda a comprovação do estado de pobreza. Diante do exposto, e de conformidade com o art. 5º, LXXIV, da Constituição Federal, comprove o requerente no prazo de 15 (quinze) dias a condição de beneficiário da justiça gratuita, juntando aos autos documentos de sua condição de hipossuficiência ou efetue o pagamento das custas processuais. Intime-se. Cumpra-se

ADV: CAIO MARCELO GREGOLIN SAMPAIO (OAB 317046/SP), ADV: JOÃO FELIPPE RODRIGUES NETO (OAB 337933/SP), ADV: DOUGLAS ALVES VILELA (OAB 264173/SP), ADV: ROSELY CRISTINA MARQUES CRUZ (OAB 178930/SP) - Processo 0604001-66.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Fundo de Recuperação de Ativos - Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios Não Padronizados - EXECUTADO: A. G. Veículos Ltda. - Audemides das Graças Guedes - Ana Lúcia de Macedo Matos - Tendo em vista a certidão de fl. 99, determino a intimação do autor para dar prosseguimento ao feito, no prazo de 05 dias.

ADV: CRISTIANE BELLINATI GARCIA LOPES (OAB 751A/AM) - Processo 0604082-73.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Itaucard S/A - REQUERIDA: Roselandia Gomes da Silva - O feito em questão comporta o julgamento antecipado, nos termos do art. 355, I, do Código de Processo Civil, haja vista que a questão controvertida nos autos é meramente de direito, mostrando-se, por outro lado, suficiente a prova documental produzida, para dirimir as questões de fato suscitadas. A presente ação deve ser extinta sem resolução do mérito, na medida em que não houve constituição da devedora em mora, sendo que tal questão pode ser analisada de ofício, uma vez que trata de ausência de pressuposto de constituição e desenvolvimento válido do processo (artigo 485, IV, do CPC). É indubitável que a comprovação da mora é requisito da ação de busca e apreensão, por força do que dispõe o artigo 2º, § 2º, do Decreto Lei n. 911/1969, com a redação dada pela Lei n. 13.043/2014, segundo a qual "a mora decorrerá do simples vencimento do prazo para pagamento e poderá ser comprovada por carta registrada com aviso de recebimento, não se exigindo que a assinatura constante do referido aviso seja a do próprio destinatário". Por força desse dispositivo, o Superior Tribunal de Justiça editou a Súmula 72, segundo a qual "a comprovação da mora é imprescindível à busca e apreensão do bem alienado fiduciariamente". No caso dos autos nada há a revelar que o autor tivesse regularmente constituído em mora a ré, visto que a notificação encaminhada pelos Correios foi devolvida ao remetente, sem cumprimento da diligência. Em sendo assim, a verdade é que não houve comprovação da mora, motivo porque inviável se mostra o prosseguimento da ação. A propósito, nesse sentido se colhem recentes precedentes: "RECURSO AGRAVO DE INSTRUMENTO CONTRATO DE FINANCIAMENTO - AQUISIÇÃO DE VEÍCULO AUTOMOTOR - ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA EM GARANTIA BUSCA E APREENSÃO CONSTITUIÇÃO EM MORA DO DEVEDOR TUTELA PROVISÓRIA. Insurgência contra a respeitável decisão que deixou de concedeu liminar de busca e apreensão de veículo automotor, sob o fundamento de que o protesto de título não mais se configura como meio de provar a mora. Notificação extrajudicial não recebida no endereço constante do contrato porque a devedora estava ausente. Ausência de constituição em mora (Súmula 72/STJ). A intimação via protesto do título é válida, desde que o devedor seja intimado pessoalmente pelo oficial do cartório, cuja declaração é dotada de fé pública, não sendo aceita a intimação por edital quando não esgotadas todas as tentativas de entrega pessoal da notificação, como ocorreu no caso vertente. Precedentes. Decisão mantida. Recurso de agravo não provido." (Agravo de Instrumento n. 2155957-67.2017.8.26.0000, 25ª Câmara de Direito Privado, Rel. Marcondes D'Angelo, j. em 21/09/2017). "AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO. ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. AUSÊNCIA de COMPROVAÇÃO PRÉVIA DA MORA DO DEVEDOR. Não se exige o recebimento da notificação pelo próprio devedor, devendo-se, no entanto, demonstrar a efetiva entrega da notificação no endereço declinado no contrato, ainda que recebida por terceiro. Não preenchimento de requisito específico da petição inicial, consistente na comprovação da mora do devedor. Recurso da autora não provido." (Agravo de Instrumento n. 2027556-50.2017.8.26.0000, 28ª Câmara de Direito Privado, Rel. Berenice Marcondes César, j. em 29/08/2017). O egrégio TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO AMAZONAS já firmou entendimento quanto à extinção da ação ante a ausência de constituição em mora. Confira-se: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO. ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. PROTESTO DO TÍTULO POR EDITAL. IMPOSSIBILIDADE. INEXISTÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DO ESGOTAMENTO DOS MEIOS DE LOCALIZAÇÃO DO DEVEDOR. PRECEDENTES DO STJ. RECURSO NÃO PROVIDO. I - A comprovação da mora é imprescindível para o ajuizamento da Ação de Busca e Apreensão pelo Decreto-Lei n.º 911/69, tal como preceitua o enunciado da Súmula n.º 72 do STJ. II - Só se admite o protesto da cédula de crédito bancário via edital quando comprovado que esgotados todos os meios possíveis de intimação pessoal do devedor, o que não ocorreu no caso em análise, haja

vista única tentativa de notificação extrajudicial. Precedentes do STJ. III - Impõe-se a manutenção da extinção do feito, tendo em vista a ausência de pressuposto de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo. IV - Recurso conhecido e desprovido. (TJAM. 0625905-74.2017.8.04.0001 - Apelação. Relatora: Desembargadora NÉLIA CAMINHA JORGE. Órgão julgador: Terceira Câmara Cível. Data do julgamento: 01/10/2017. Data de registro: 02/10/2017) PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO. APELAÇÃO CÍVEL CONTRATO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO. CONSTITUIÇÃO DO DEVEDOR EM MORA. NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL. AUSÊNCIA. DEVEDOR QUE NÃO FOI CONSTITUÍDO EM MORA NA FORMA LEGAL. CASO QUE COMPORTA A EXTINÇÃO DO FEITO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO. IMPUGNAÇÃO DE DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU SEGUIMENTO A RECURSO IMPROCEDENTE (CPC, ART. 557) MANUTENÇÃO DA DECISÃO. IMPROVIMENTO DO RECURSO. - Não comprovada a mora, pressuposto processual de constituição e desenvolvimento regular da ação de busca e apreensão, deve ser extinto o processo, sem resolução de mérito, pois não se admite que a notificação ou o protesto ocorram após o ajuizamento da ação, uma vez que estes os pressupostos - são condição de procedibilidade da ação de busca e apreensão. - In casu, o fato é que não houve regular notificação do devedor, admitidamente. Logo, sem notificação válida e regular do devedor, não há cogitar-se de constituição em mora. - Decisum monocrático ad quem mantido. - Agravo Interno Conhecido, mas não provido. (TJAM. 0004293-35.2017.8.04.0000 -Agravo Regimental. Relator: Desembargador ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA. Órgão julgador: Segunda Câmara Cível. Data do julgamento: 24/09/2017. Data de registro: 26/09/2017) AGRAVO REGIMENTAL EM APELAÇÃO CÍVEL AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO DE AUTOMÓVEL - AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DA CONSTITUIÇÃO DA MORA REQUISITO ESSENCIAL À AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO - RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. 1.Na ação de busca e apreensão se faz mister a comprovação de constituição de mora do devedor, na forma do art. 3º do Decreto Lei n. 911/1969, salientando que a comprovação da mora é imprescindível à espécie de ação em proposta na origem. 2. Inexistindo a ciência inequívoca do demando quanto a constituição da mora contra si, há óbice a prosperidade da ação de busca e apreensão, eis que o momento processual para comprovação da mora é ato de ajuizamento da ação e não a posteriori. 3.Recurso conhecido e não provido. (TJAM. 0005384-63.2017.8.04.0000 - Agravo / Extinção do Processo Sem Resolução de Mérito. Relatora: Desembargadora MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO GUEDES MOURA. Órgão julgador: Segunda Câmara Cível. Data do julgamento: 17/09/2017. Data de registro: 19/09/2017) AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO COM PEDIDO DE LIMINAR. CONSTITUIÇÃO EM MORA DO DEVEDOR. NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL INEFICAZ. EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO. 1.A ação de busca e apreensão tem como pressuposto a regular comprovação da mora, com a notificação realizada no endereço do devedor, não restando configurada quando, embora enviada ao endereço constante no contrato firmado entre as partes, inexista nos autos documento em que conste o efetivo recebimento. 2. A ausência de comprovação da mora implica na extinção do processo, sem resolução do mérito, por falta de pressuposto de constituição e desenvolvimento válido e regular do processo. 3. Precedentes do Superior Tribunal de Justiça. (TJAM. 0701792-40.2012.8.04.0001 - Apelação. Relator: Desembargador FLÁVIO HUMBERTO PASCARELLI LOPES. Órgão julgador: Primeira Câmara Cível. Data do julgamento: 22/06/2014. Data de registro: 05/12/2014) No tocante à apresentação do instrumento de protesto, como forma de constituição em mora, o mesmo não pode ser aceito, na medida em que a instituição financeira deveria ter comprovado o esgotamento das diligências para a correta localização do devedor fiduciário e, após, não obtendo êxito, deveria ter realizado o protesto do título, com a intimação por edital, fins de atender aos requisitos formais impostos pela Lei nº 9.492, de 10 de setembro de 1997: Art. 14. Protocolizado o título ou documento de dívida, o Tabelião de Protesto expedirá a intimação ao devedor, no endereço fornecido pelo apresentante do título ou documento, considerando-se cumprida quando comprovada a sua entrega no mesmo endereço. Ademais, de acordo com o PROVIMENTO Nº 278/2016 - CGJ/AM, que dispõe sobre o Manual do Serviço Extrajudicial, determina que: Art. 191. Protesto é o ato formal e solene pelo qual se prova a inadimplência e o descumprimento da obrigação originada em títulos e outros documentos de dívida. Art. 193. Aos tabeliães de Protesto de Título compete privativamente: II. intimar os devedores dos títulos para aceitá-los, devolvê-los ou pagá-los, sob pena de protesto; Nesse sentido: AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO. ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL NÃO ENTREGUE. AUSÊNCIA DE PROVA DE ESGOTAMENTO DAS DILIGÊNCIAS DE LOCALIZAÇÃO DA DEVEDORA. MORA NÃO CONFIGURADA. CONDIÇÃO DE PROCEDIBILIDADE. DESCABIMENTO DE EMENDA DA INICIAL. EXTINÇÃO DO PROCESSO MANTIDA. I. O direito de o credor fiduciário reaver o bem que se encontra na posse do devedor está diretamente ligado à caracterização da mora do último, a teor do que dispõe o art 3º, do Decreto-Lei nº 911/69. A notificação do devedor, para a constituição em mora, deve ocorrer por carta registrada, por intermédio do Cartório de Títulos ou Documentos, ou pelo protesto do título. II. No caso concreto, a notificação enviada pelo credor não foi recebida no endereço informado no contrato, pois a devedora estava ausente. Assim, o credor deveria esgotar os meios para a localização da devedora e, não obtendo êxito, realizar o protesto, com a intimação por edital, fins de atender as exigências formais impostas pela lei. Outrossim, não se admite que a notificação ou o protesto ocorram após o ajuizamento da ação, através de emenda da inicial, uma vez que estes são condição de procedibilidade da ação de busca e apreensão. III. Não comprovada a regular constituição em mora da devedora, é caso de extinção do feito, pois ausentes os pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo, na forma do art. 267, IV, do CPC. Apelação Desprovida. (Apelação Cível Nº 70045969847, Décima Quarta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Jorge André Pereira Gailhard, Julgado em 24/04/2014). AGRAVO DE INSTRUMENTO BUSCA E APREENSÃO (ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA) CONSTITUIÇÃO EM MORA NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL NÃO ENTREGUE PORQUE O DEVEDOR MUDOU-SE FORMALIDADE PREVISTA EM LEI NÃO CUMPRIDA - Não tendo a notificação extrajudicial sido entregue no endereço constante do contrato, em virtude da informação de que o réu mudou-se, evidente o não cumprimento da formalidade exigida em lei. Indispensável o esgotamento dos meios para tentativa de notificação pessoal e, se for o caso, a intimação do devedor por edital Agravo provido. (TJ-SP - AI: 21959672720158260000 SP 2195967-27.2015.8.26.0000, Relator: Antonio Tadeu Ottoni, Data de Julgamento: 11/11/2015, 34ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 13/11/2015)". O egrégio Tribunal de Justiça do Amazonas, em recente jurisprudência entende que: "RECURSO DE APELAÇÃO - AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO - ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA - MORA NÃO COMPROVADA - DESNECESSÁRIA A INTIMAÇÃO DA PARTE - VÍCIO INSANÁVEL - INICIAL INDEFERIDA - EXTINÇÃO - SENTENÇA MANTIDA - RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. (Relator (a): Lafayette Carneiro Vieira Júnior; Comarca: Capital - Fórum Ministro Henoch Reis; Órgão julgador: 16ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho; Data do julgamento: 07/05/2017; Data de registro: 09/05/2017) CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO. EXTINÇÃO DO PROCESSO. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DA MORA DO DEVEDOR FIDUCIÁRIO. IMPRESCINDIBILIDADE PARA O AJUIZAMENTO E PROCESSAMENTO DA AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO. 1 - A ausência de documento dando conta da comprovação da mora do devedor fiduciário, indispensável para o processamento da ação de busca e apreensão, acarreta a extinção do processo por falta de pressuposto processual. 2 - Recurso conhecido e improvido. (Relator (a): Yedo Simões de Oliveira; Comarca: Capital - Fórum Ministro Henoch Reis; Órgão julgador: 20ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho; Data do julgamento: 15/03/2015; Data de registro: 18/03/2015) APELAÇÃO CÍVEL - ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA - AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO COM PEDIDO DE LIMINAR - CONSTITUIÇÃO EM MORA - AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO - NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL NÃO ENTREGUE - NECESSIDADE DE EXAURIMENTO DAS DEMAIS

FORMAS DE INTIMAÇÃO DO DEVEDOR - RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. - De acordo com a exegese do artigo 3º do Decreto Lei 911/69, o direito do credor de reaver o bem que se encontra alienado fiduciariamente com o devedor está diretamente ligado à caracterização em mora do último. - o Art. 2º, §2º do Decreto Lei 911/69 dispõe que para a comprovação da mora do devedor será por meio de carta registrada expedida por intermédio de Cartório de Títulos e Documentos ou pelo protesto do título, a critério do credor. - In casu, a notificação enviada pelo credor ao endereço constante no contrato do devedor restou infrutífera, em razão de não ter sido encontrado o número da casa, contudo, não se vislumbra nos autos a tentativa por parte do credor de exaurir as demais formas de buscar o local em que se encontra o devedor, inclusive com a intimação via edital, a fim de atender a exigência contida no §2º do art. 2º do Decreto Lei 911/99 combinado com o art. 15 da Lei 9.492/97. - Recurso conhecido e desprovido. (Relator (a): Aristóteles Lima Thury; Comarca: Capital - Fórum Ministro Henoch Reis; Órgão julgador: 8ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho; Data do julgamento: 11/05/2014; Data de registro: 06/12/2014) Assim, a credora apenas trouxe aos autos notificação extrajudicial que não comprova efetivamente a constituição da devedora em mora, em razão de a notificação ter retornado sem o cumprimento por ausência da notificada no endereço. E, o protesto efetivado, não ficou provado se obedeceu ao que determina a legislação especial. Observa-se que os documentos juntados não são aptos a comprovar a mora debendi, porquanto a carta com aviso de recebimento não foi entregue no destino. Como dito antes, frustrada a tentativa de notificação por carta registrada, cabe ao credor apresentar o título a protesto no cartório competente para que então proceda com nova intimação para pagamento, devendo essa providência anteceder a propositura da ação, por se consubstanciar em pressuposto ao seu ajuizamento. Sendo assim, diante destas considerações, forçoso concluir que a constituição da devedora em mora não se aperfeiçoou de acordo com exigências legais pertinentes, cuja circunstância representa ausência de pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo, autorizando a sua extinção. Na ação de busca e apreensão, a apreensão do bem é pressuposto de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo. Destarte, se o veículo não pode ser apreendido, porque notificação válida não ocorreu, parece óbvio que não há como prosseguir a demanda. Cabível, sim, que persistindo a mora, a credora fiduciária promova notificação regular ou, em suma, comprove a mora com observância das formalidades legais, para, aí sim, voltar a juízo, sob pena de atentado à garantia constitucional do devido processo legal. Ex positis e por tudo mais que dos autos constam, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, por ausência de pressuposto de constituição e de desenvolvimento válido e regular na forma do art. 485, inciso IV, § 3º, do Código de Processo Civil. Sucumbente, arcará o autor, credor fiduciário, com as custas, despesas processuais e honorários advocatícios que ficam arbitrados em 20% (vinte por cento) do valor da causa, atualizado. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: RAFAEL FERNANDO TIESCA MACIEL (OAB 7187/AM) - Processo 0604615-66.2018.8.04.0001 - Execução de Título Judicial - Constrição / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens - REQUERENTE: Denise Almeida da Silva - REQUERIDA: Marcelaine Santos Schumann - Tendo em vista a certidão de fl. 410, determino a intimação da autora para dar prosseguimento ao feito, no prazo de 05 dias.

ADV: JANDER RUBEM SOUZA DA ROCHA (OAB 7886/AM) - Processo 0605063-44.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - EXEQUENTE: A. L. Comércio Varejista de Ferragens e Ferramentas Ltda. - ME - EXECUTADO: P. Aguiar Pereira - ME - I- Defiro o pedido de fls. 52 dos autos. II- Proceda-se a consulta via sistema BACENJUD, consoante solicitado.

ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM), ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM) - Processo 0605072-69.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - EXECUTADA: Comercial Lopes Araújo Ltda. (CLA - Cama, Mesa e Banho) - Willames Lopes Araújo, avalista da empresa Comercial Lopes Araújo Ltda. - Expedito Lopes Araújo Júnior, avalista da empresa Comercial Lopes Araújo Ltd.a - I. Consoante Portaria 116/2017 PTJ-AM, tabela III, item 9 (atos processuais), INTIME-SE o Autor para, no prazo de 05 dias, efetuar o pagamento das custas acerca da requisição de informações eletrônicas. Após proceda-se a consulta via Sistema RENAJUD, consoante solicitado à fl. 542. Cumpra-se.

ADV: MOYSÉS ROBERTO GEBER CORRÊA (OAB 5678/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0605261-42.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Pagamento em Consignação - REQUERENTE: Maria das Graças Feitoza dos Santos - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Compulsando os autos verifico que a Autora não especifica qual contrato pretende que seja cancelado por meio da presente demanda, sendo que de acordo com os contracheques de fls. 28/87 constam vários descontos referentes a empréstimos. Além disso, a Autora se contradiz quanto ao período de desconto relativo ao contrato questionado, pois à fl. 03 diz que “os descontos iniciaram antes de março/2012”, já À fl. 9 diz que “foram descontadas 60 parcelas no período de janeiro/2013 à dezembro/2018”, e ainda à fl. 19, no pedido n. 4.1.6, requer danos materiais “pelos 60 meses (fevereiro/2014 à janeiro/2019”. Outrossim, quanto aos danos materiais diz que o valor total descontado foi de R$ 8.875,30 (oito mil oitocentos e setenta e cinco reais e trinta centavos), todavia, não indica quais os valores dos descontos mês a mês, o que poderia ser feito inclusive por meio de uma planilha de cálculos. Assim, com fundamento no art. 319, III, CPC, determino a intimação do Autor para emendar a inicial, no sentido de: i) indicar de forma clara qual o contrato que pretende que seja cancelado, alterando o pedido para requerer a declaração de nulidade; ii) sanar a contradição disposta nos fatos da inicial quanto ao período de descontos; iii) apresente planilha de cálculos demonstrando os valores dos descontos mês a mês, podendo ainda, caso queira, requerer a apuração da totalidade dos descontos em sede de liquidação de sentença; Concedo o prazo de 15 (quinze) dias para a Autora emendar a inicial, sob pena de indeferimento, na forma do art. 321, parágrafo único, CPC. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ ESTEVÃO XAVIER (OAB 8824/AM) - Processo 0605677-10.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Restabelecimento - REQUERENTE: Francisco Carlos Brucio dos Santos - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - Intime-se o Autor para emendar à inicial, devendo indicar o endereço eletrônico das partes, na forma do art. 319, II, CPC. Determino ainda, que retifique o valor da causa de acordo com o art. 292, III, CPC. Prazo: 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento da inicial, nos termos do art. 321, parágrafo único, CPC. Cumpra-se.

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM) - Processo 0605683-27.2013.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - EXECUTADO: F. L. F. Vidal - Fernando Luís Ferreira Vidal - João Vidal Filho - I- Defiro o pedido de fls. 92/93 dos autos. II- Consoante Portaria 116/217 - PTJ, tabela III, item 9 (atos processuais), intime-se o autor para, no prazo de 5 (cinco) dias, efetuar o pagamento das custas acerca da requisição de informações eletrônicas. Após, proceda-se a consulta via SistemaS de Registro de Imóveis Eletrônico - ERIDFT e Renajud consoante solicitado.

ADV: RISONALDO DE MELO LIMA JÚNIOR (OAB 6997/AM) - Processo 0605698-54.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Constrição / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens - EXEQUENTE: Condomínio do Conjunto Residencial Ariranhas - EXECUTADO: Raimundo Nonato dos Santos - Intime-se o Autor para se manifestar acerca da petição de fls. 82/83, no prazo de 05 dias. Cumpra-se.

ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM) - Processo 0605803-60.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Marivaldo Alves Natario - REQUERIDO: Banco Industrial do Brasil S/A - Compulsando os autos verifico que nos contracheques acostados à inicial (fls. 23/94), constam vários descontos referentes a empréstimos, no entanto, em sua inicial o Autor não especifica qual contrato pretende declarar inexigível por meio da presente demanda. Assim, determino a intimação do Autor para emendar a inicial, devendo indicar de forma clara qual o contrato que pretende declarar inexigível, de acordo com o art. 319, III, CPC, tendo para tanto o prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento, na forma do art. 321, parágrafo único, CPC. Cumpra-se.

ADV: THIAGO NOBRE ROSAS (OAB 4773/AM) - Processo 0605931-80.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Antônia Moisa Chaves de Azevedo - REQUERIDO: Mário Alberto Zangrande Júnior - ASSLITISC: Jennyfer Carioca Porto - INTSSADA: Defensoria Pública do Estado do Amazonas - Intime-se a Autora para se manifestar acerca da manifestação de fls. 38/46, no prazo de 15 dias. Cumpra-se.

ADV: THIAGO NOBRE ROSAS (OAB 4773/AM) - Processo 0605931-80.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Antônia Moisa Chaves de Azevedo - REQUERIDO: Mário Alberto Zangrande Júnior - ASSLITISC: Jennyfer Carioca Porto - INTSSADA: Defensoria Pública do Estado do Amazonas - Compulsando os autos verifico que o primeiro Requerido, Mário Alberto Zangrande Júnior, não foi citado, consoante certidão do Sr. Oficial de Justiça (fl. 36). Desta feita, determino a intimação da Autora para adotar as providências necessárias para viabilizar a citação do primeiro Requerido, tendo para tanto o prazo de 10 (dez) dias. Cumpra-se.

ADV: JÚLIO DE CARVALHO PAULA LIMA (OAB A1149AM), ADV: HUMBERTO ROSSETTI PORTELA (OAB 91263/MG) - Processo 0605956-93.2019.8.04.0001 - Despejo por Falta de Pagamento - Locação de Imóvel - REQUERENTE: HTS Serviços de Hotelaria e Turismo Conservação e Serviços Ltda. - REQUERIDO: Tekman Tecnologia e Manutenção Ltda. - ME (Nome Fantasia: Mr. Chinese) - Defiro o pedido de fl. 207 dos autos. Concedo o prazo de 10 (dez) dias ao autor, consoante solicitado.

ADV: ANA PAULA MARTINS SGRIGNOLI (OAB 393545/SP) - Processo 0606129-20.2019.8.04.0001 - Habilitação de Crédito - Pagamento - REQUERENTE: Rubens Alves da Silva - REQUERIDO: Viação Januária-soltur Solimões Transportes e Turismo Ltda - Após, diante do exposto, determino a extinção da presente ação com fundamento no art. 485, IV, do CPC. Dê-se baixa na distribuição e arquivem-se os autos. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: LEONARDO KASAKEVICIUS ARCARI (OAB 278952/SP) - Processo 0606131-87.2019.8.04.0001 - Habilitação de Crédito - Pagamento - REQUERENTE: Paulo Alegre Machado - REQUERIDO: Viação Barão de Mauá Ltda - Portanto, determino o traslado da presente petição e documentos que a acompanham para Recuperação Judicial, processo nº 0211083-24.2012.8.04.0001. Após, diante do exposto, determino a extinção da presente ação com fundamento no art. 485, IV, do CPC. Dê-se baixa na distribuição e arquivem-se os autos. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: LEONARDO KASAKEVICIUS ARCARI (OAB 278952/SP) - Processo 0606132-72.2019.8.04.0001 - Habilitação de Crédito - Pagamento - REQUERENTE: Jobson Ferreira de Paula - REQUERIDO: Viação Barão de Mauá Ltda - Portanto, determino o traslado da presente petição e documentos que a acompanham para Recuperação Judicial, processo nº 0211083-24.2012.8.04.0001. Após, diante do exposto, determino a extinção da presente ação com fundamento no art. 485, IV, do CPC. Dê-se baixa na distribuição e arquivem-se os autos Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: LEONARDO KASAKEVICIUS ARCARI (OAB 278952/SP) - Processo 0606138-79.2019.8.04.0001 - Habilitação de Crédito - Pagamento - REQUERENTE: Donizete de Moraes - REQUERIDO: Viação São Camilo Ltda - Portanto, determino o traslado da presente petição e documentos que a acompanham para Recuperação Judicial, processo nº 0211083-24.2012.8.04.0001. Após, diante do exposto, determino a extinção da presente ação com fundamento no art. 485, IV, do CPC. Dê-se baixa na distribuição e arquivem-se os autos Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: LEONARDO KASAKEVICIUS ARCARI (OAB 278952/SP) - Processo 0606144-86.2019.8.04.0001 - Habilitação de Crédito - Pagamento - REQUERENTE: Luiz Antonio Pires - REQUERIDO: Empresa Auto Onibus Santo André Ltda - Portanto, determino o traslado da presente petição e documentos que a acompanham para Recuperação Judicial, processo nº 0211083-24.2012.8.04.0001. Após, diante do exposto, determino a extinção da presente ação com fundamento no art. 485, IV, do CPC. Dê-se baixa na distribuição e arquivem-se os autos Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ANA PAULA MARTINS SGRIGNOLI (OAB 393545/SP) - Processo 0606145-71.2019.8.04.0001 - Habilitação de Crédito - Pagamento - REQUERENTE: Pollyanna Dutra Teixeira - REQUERIDO: Viação Barão de Mauá Ltda - Portanto, determino o traslado da presente petição e documentos que a acompanham para Recuperação Judicial, processo nº 0211083-24.2012.8.04.0001. Após, diante do exposto, determino a extinção da presente ação com fundamento no art. 485, IV, do CPC. Dê-se baixa na distribuição e arquivem-se os autos Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: LEONARDO KASAKEVICIUS ARCARI (OAB 278952/SP) - Processo 0606147-41.2019.8.04.0001 - Habilitação de Crédito - Pagamento - REQUERENTE: Cristiano Barbosa dos Santos - REQUERIDO: Viação Ribeirão Pires Ltda - Portanto, determino o traslado da presente petição e documentos que a acompanham para Recuperação Judicial, processo nº 0211083-24.2012.8.04.0001. Após, diante do exposto, determino a extinção da presente ação com fundamento no art. 485, IV, do CPC. Dê-se baixa na distribuição e arquivem-se os autos Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ANA PAULA MARTINS SGRIGNOLI (OAB 393545/SP) - Processo 0606150-93.2019.8.04.0001 - Habilitação de Crédito - Pagamento - REQUERENTE: Eduardo Hilario Muniz - REQUERIDO: Viação Januária-soltur Solimões Transportes e Turismo Ltda - Portanto, determino o traslado da presente petição e documentos que a acompanham para Recuperação Judicial, processo nº 0211083-24.2012.8.04.0001. Após, diante do exposto, determino a extinção da presente ação com fundamento no art. 485, IV, do CPC. Dê-se baixa na distribuição e arquivem-se os autos Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: LEONARDO KASAKEVICIUS ARCARI (OAB 278952/SP) - Processo 0606154-33.2019.8.04.0001 - Habilitação de Crédito - Pagamento - REQUERENTE: Amauri dos Santos - REQUERIDO: Viação Ribeirão Pires Ltda - Portanto, determino o traslado da presente petição e documentos que a acompanham para Recuperação Judicial, processo nº 0211083-24.2012.8.04.0001. Após, diante do exposto, determino a extinção da presente ação com fundamento no art. 485, IV, do CPC. Dê-se baixa na distribuição e arquivem-se os autos Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ANA PAULA MARTINS SGRIGNOLI (OAB 393545/SP) - Processo 0606157-85.2019.8.04.0001 - Habilitação de Crédito - Pagamento - REQUERENTE: Maria Melandia Martins Alves - REQUERIDO: Viação Januária-soltur Solimões Transportes e Turismo Ltda - Portanto, determino o traslado da presente petição e documentos que a acompanham para Recuperação Judicial, processo nº 0211083-24.2012.8.04.0001. Após, diante do exposto, determino a extinção da presente ação com fundamento no art. 485, IV, do CPC. Dê-se baixa na distribuição e arquivem-se os autos Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: LEONARDO KASAKEVICIUS ARCARI (OAB 278952/SP) - Processo 0606163-92.2019.8.04.0001 - Habilitação de Crédito - Pagamento - REQUERENTE: Sonia Aparecida da Silva - REQUERIDO: Viação Januária-soltur Solimões Transportes e Turismo Ltda - Portanto, determino o traslado da presente petição e documentos que a acompanham para Recuperação Judicial, processo nº 0211083-24.2012.8.04.0001. Após, diante do exposto, determino a extinção da presente ação com fundamento no art. 485, IV, do CPC. Dê-se baixa na distribuição e arquivem-se os autos Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: LEONARDO KASAKEVICIUS ARCARI (OAB 278952/SP) - Processo 0606168-17.2019.8.04.0001 - Habilitação de Crédito - Pagamento - REQUERENTE: Emerson Aires da Trindade - REQUERIDO: Empresa Auto Onibus Santo André Ltda - Portanto, determino o traslado da presente petição e documentos que a acompanham para Recuperação Judicial, processo nº 0211083-24.2012.8.04.0001. Após, diante do exposto, determino a extinção da presente ação com fundamento no art. 485, IV, do CPC. Dê-se baixa na distribuição e arquivem-se os autos Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: LEONARDO KASAKEVICIUS ARCARI (OAB 278952/SP) - Processo 0606172-54.2019.8.04.0001 - Habilitação de Crédito - Pagamento - REQUERENTE: Edson Simplicio dos Santos - REQUERIDO: Viação Barão de Mauá Ltda - Portanto,

determino o traslado da presente petição e documentos que a acompanham para Recuperação Judicial, processo nº 0211083-24.2012.8.04.0001. Após, diante do exposto, determino a extinção da presente ação com fundamento no art. 485, IV, do CPC. Dê-se baixa na distribuição e arquivem-se os autos Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: CRISTIANE RODRIGUES SILVEIRA (OAB 10838/AM) - Processo 0606244-41.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Nota Promissória - REQUERENTE: Jcw Comercial Ltda (Jaqueline Chagas Joias) - REQUERIDA: Maria do Socorro Carneiro de Oliveira Dias - Cite-se a Devedora para, no prazo de 03 (três) dias, efetue o pagamento da dívida acrescida das cominações legais e dos honorários de advogado, fixando este ultimo em 10% (dez por cento) sob o valor da causa. (CPC, arts. 829, 841 e 827). II. No caso de integral pagamento, no prazo acima estipulado, a verba honorária será reduzida pela metade (CPC, art. 841, § 1º) III. Caso não seja efetuado o pagamento da dívida e demais encargos, determino, desde já, que o Oficial de Justiça, munido da segunda via do mandado, proceda de imediato à penhora de bens e sua avaliação, lavrando-se o respectivo auto, devendo, ainda, na mesma oportunidade, realizar a intimação do devedor de tais atos, para que ofereça embargos no prazo de 15 (quinze) dais. (CPC, arts.829, § 1º e 915). Cumpra-se.

ADV: LEONARDO KASAKEVICIUS ARCARI (OAB 278952/SP) - Processo 0606284-23.2019.8.04.0001 - Habilitação de Crédito - Pagamento - REQUERENTE: Jose Vieira Neto - REQUERIDO: Empresa Auto Onibus Santo André Ltda - Após, diante do exposto, determino a extinção da presente ação com fundamento no art. 485, IV, do CPC. Dê-se baixa na distribuição e arquivem-se os autos Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: LEONARDO KASAKEVICIUS ARCARI (OAB 278952/SP) - Processo 0606285-08.2019.8.04.0001 - Habilitação de Crédito - Pagamento - REQUERENTE: Moises Pereira da Silva - REQUERIDO: Viação Ribeirão Pires Ltda - Após, diante do exposto, determino a extinção da presente ação com fundamento no art. 485, IV, do CPC. Dê-se baixa na distribuição e arquivem-se os autos Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: LEONARDO KASAKEVICIUS ARCARI (OAB 278952/SP) - Processo 0606288-60.2019.8.04.0001 - Habilitação de Crédito - Pagamento - REQUERENTE: Janio Cardoso dos Santos - REQUERIDO: Empresa Auto Onibus Santo André Ltda - Após, diante do exposto, determino a extinção da presente ação com fundamento no art. 485, IV, do CPC. Dê-se baixa na distribuição e arquivem-se os autos Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: LEONARDO KASAKEVICIUS ARCARI (OAB 278952/SP) - Processo 0606289-45.2019.8.04.0001 - Habilitação de Crédito - Pagamento - REQUERENTE: Givaldo Carlos Santos - REQUERIDO: Viação Ribeirão Pires Ltda - Após, diante do exposto, determino a extinção da presente ação com fundamento no art. 485, IV, do CPC. Dê-se baixa na distribuição e arquivem-se os autos Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: LEONARDO KASAKEVICIUS ARCARI (OAB 278952/SP) - Processo 0606290-30.2019.8.04.0001 - Habilitação de Crédito - Pagamento - REQUERENTE: Maria Edjane da Silva - REQUERIDO: Viação Imigrantes Ltda - Após, diante do exposto, determino a extinção da presente ação com fundamento no art. 485, IV, do CPC. Dê-se baixa na distribuição e arquivem-se os autos Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: LEONARDO KASAKEVICIUS ARCARI (OAB 278952/SP) - Processo 0606297-22.2019.8.04.0001 - Habilitação de Crédito - Pagamento - REQUERENTE: Maria Melandia Martins Alves - REQUERIDO: Viação Januaria Ltda - Após, diante do exposto, determino a extinção da presente ação com fundamento no art. 485, IV, do CPC. Dê-se baixa na distribuição e arquivem-se os autos Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: LEONARDO KASAKEVICIUS ARCARI (OAB 278952/SP) - Processo 0606298-07.2019.8.04.0001 - Habilitação de Crédito - Pagamento - REQUERENTE: Housman Sales Pinheiro - REQUERIDO: Empresa Auto Onibus Santo André Ltda - Após, diante do exposto, determino a extinção da presente ação com fundamento no art. 485, IV, do CPC. Dê-se baixa na distribuição e arquivem-se os autos Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: LEONARDO KASAKEVICIUS ARCARI (OAB 278952/SP) - Processo 0606299-89.2019.8.04.0001 - Habilitação de Crédito - Pagamento - REQUERENTE: Jose Maria da Silva Costa - REQUERIDO: Viação Barão de Mauá Ltda - Após, diante do exposto, determino a extinção da presente ação com fundamento no art. 485, IV, do CPC. Dê-se baixa na distribuição e arquivem-se os autos Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: LEONARDO KASAKEVICIUS ARCARI (OAB 278952/SP) - Processo 0606300-74.2019.8.04.0001 - Habilitação de Crédito - Pagamento - REQUERENTE: Sebastião da Silva Ferreira - REQUERIDO: Empresa Auto Onibus Santo André Ltda - Após, diante do exposto, determino a extinção da presente ação com fundamento no art. 485, IV, do CPC. Dê-se baixa na distribuição e arquivem-se os autos Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: LEONARDO KASAKEVICIUS ARCARI (OAB 278952/SP) - Processo 0606301-59.2019.8.04.0001 - Habilitação de Crédito - Pagamento - REQUERENTE: Amarildo da Silva Campos - REQUERIDO: Viação Ribeirão Pires Ltda - Após, diante do exposto, determino a extinção da presente ação com fundamento no art. 485, IV, do CPC. Dê-se baixa na distribuição e arquivem-se os autos Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: LEONARDO KASAKEVICIUS ARCARI (OAB 278952/SP) - Processo 0606302-44.2019.8.04.0001 - Habilitação de Crédito - Pagamento - REQUERENTE: Jose Carlos dos Santos - REQUERIDO: Empresa Urbana Santo André Ltda - Após, diante do exposto, determino a extinção da presente ação com fundamento no art. 485, IV, do CPC. Dê-se baixa na distribuição e arquivem-se os autos Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: LEONARDO KASAKEVICIUS ARCARI (OAB 278952/SP) - Processo 0606303-29.2019.8.04.0001 - Habilitação de Crédito - Pagamento - REQUERENTE: Oscar José Fonseca Ribeiro - REQUERIDO: Viação Ribeirão Pires Ltda - Após, diante do exposto, determino a extinção da presente ação com fundamento no art. 485, IV, do CPC. Dê-se baixa na distribuição e arquivem-se os autos Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: LEONARDO KASAKEVICIUS ARCARI (OAB 278952/SP) - Processo 0606304-14.2019.8.04.0001 - Habilitação de Crédito - Pagamento - REQUERENTE: Josemar Bento de Souza - REQUERIDO: Empresa Auto Onibus Santo André Ltda - Após, diante do exposto, determino a extinção da presente ação com fundamento no art. 485, IV, do CPC. Dê-se baixa na distribuição e arquivem-se os autos Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ANA PAULA MARTINS SGRIGNOLI (OAB 393545/SP) - Processo 0606449-70.2019.8.04.0001 - Habilitação de Crédito - Pagamento - REQUERENTE: Osvaldo Elias da Silva - REQUERIDO: Viação Barão de Mauá Ltda - Após, diante do exposto, determino a extinção da presente ação com fundamento no art. 485, IV, do CPC. Dê-se baixa na distribuição e arquivem-se os autos Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ANA PAULA MARTINS SGRIGNOLI (OAB 393545/SP) - Processo 0606451-40.2019.8.04.0001 - Habilitação de Crédito - Pagamento - REQUERENTE: Elisangela Gonçalves de Oliveira - REQUERIDO: Viação Barão de Mauá Ltda - Após, diante do exposto, determino a extinção da presente ação com fundamento no art. 485, IV, do CPC. Dê-se baixa na distribuição e arquivem-se os autos Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ANA PAULA MARTINS SGRIGNOLI (OAB 393545/SP) - Processo 0606452-25.2019.8.04.0001 - Habilitação de Crédito - Pagamento - REQUERENTE: José Uilton Honorio Silva - REQUERIDO: Viação Imigrantes Ltda - Após, diante do exposto, determino a extinção da presente ação com fundamento no art. 485, IV, do CPC. Dê-se baixa na distribuição e arquivem-se os autos Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ANA PAULA MARTINS SGRIGNOLI (OAB 393545/SP) - Processo 0606458-32.2019.8.04.0001 - Habilitação de Crédito - Pagamento - REQUERENTE: Reginaldo Lucas de Oliveira - REQUERIDO: Empresa Auto Onibus Santo André Ltda - Após, diante do exposto, determino a extinção da presente ação com fundamento no art. 485, IV, do CPC. Dê-se baixa na distribuição e arquivem-se os autos Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ANA PAULA MARTINS SGRIGNOLI (OAB 393545/SP) - Processo 0606461-84.2019.8.04.0001 - Habilitação de Crédito - Pagamento - REQUERENTE: Edvaldo Brando Barbosa - REQUERIDO: Empresa Auto Onibus Santo André Ltda - Após, diante do exposto, determino a extinção da presente ação com fundamento no art. 485, IV, do CPC. Dê-se baixa na distribuição e arquivem-se os autos Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ANA PAULA MARTINS SGRIGNOLI (OAB 393545/SP) - Processo 0606462-69.2019.8.04.0001 - Habilitação de Crédito - Pagamento - REQUERENTE: Renato Francisco - REQUERIDO: Viação Ribeirão Pires Ltda - Após, diante do exposto, determino a extinção da presente ação com fundamento no art. 485, IV, do CPC. Dê-se baixa na distribuição e arquivem-se os autos Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ANA PAULA MARTINS SGRIGNOLI (OAB 393545/SP) - Processo 0606471-31.2019.8.04.0001 - Habilitação de Crédito - Pagamento - REQUERENTE: Aparecida das Graças Carlos da Silva - REQUERIDO: Viação Cidade de Maua Ltda - Após, diante do exposto, determino a extinção da presente ação com fundamento no art. 485, IV, do CPC. Dê-se baixa na distribuição e arquivem-se os autos Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ANA PAULA MARTINS SGRIGNOLI (OAB 393545/SP) - Processo 0606474-83.2019.8.04.0001 - Habilitação de Crédito - Pagamento - REQUERENTE: Sebastião Pereira dos Santos - REQUERIDO: Viação São Camilo Ltda - Após, diante do exposto, determino a extinção da presente ação com fundamento no art. 485, IV, do CPC. Dê-se baixa na distribuição e arquivem-se os autos Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ANA PAULA MARTINS SGRIGNOLI (OAB 393545/SP) - Processo 0606510-28.2019.8.04.0001 - Habilitação de Crédito - Pagamento - REQUERENTE: João Francisco do Nascimento - REQUERIDO: Viação Januaria Ltda - Após, diante do exposto, determino a extinção da presente ação com fundamento no art. 485, IV, do CPC. Dê-se baixa na distribuição e arquivem-se os autos Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: LEONARDO KASAKEVICIUS ARCARI (OAB 278952/SP) - Processo 0606555-32.2019.8.04.0001 - Habilitação de Crédito - Pagamento - REQUERENTE: Fernando Aparecido Santos - REQUERIDO: Viação Ribeirão Pires Ltda - Após, diante do exposto, determino a extinção da presente ação com fundamento no art. 485, IV, do CPC. Dê-se baixa na distribuição e arquivem-se os autos Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: LEONARDO KASAKEVICIUS ARCARI (OAB 278952/SP) - Processo 0606559-69.2019.8.04.0001 - Habilitação de Crédito - Pagamento - REQUERENTE: Espólio de Ivanildo Morais da Silva - REQUERIDO: Viação Barão de Mauá Ltda - Após, diante do exposto, determino a extinção da presente ação com fundamento no art. 485, IV, do CPC. Dê-se baixa na distribuição e arquivem-se os autos Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: HÉLIDA GENARI BACCAN (OAB 2838/RO), ADV: CHARLES BACCAN JÚNIOR (OAB 2823/RO) - Processo 0606634-16.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - EXEQUENTE: Distribuidora de Alimentos Piarara Ltda. - EXECUTADO: Antônio Valdir Soares Gonçalves - Manifeste-se a autora acerca da petição do Curador Especial de fls. 88/90, no prazo de 05 dias.

ADV: ALDA HELOÍSA TAVARES TOLEDO (OAB 7133/AM) - Processo 0606635-06.2013.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Heverton Costa dos Santos - Geeselanda Cruz Rocha - REQUERIDO: Julsem Pinto de Souza - Manifeste-se o autor acerca do Detalhamento de Ordem Judicial de Bloqueio de Valores de fls. 137/138 dos autos, no prazo de 05 dias.

ADV: LEONARDO KASAKEVICIUS ARCARI (OAB 278952/SP) - Processo 0606767-53.2019.8.04.0001 - Habilitação de Crédito - Pagamento - REQUERENTE: Adão Fernandes da Cruz - REQUERIDO: Viação São Camilo Ltda - Após, diante do exposto, determino a extinção da presente ação com fundamento no art. 485, IV, do CPC. Dê-se baixa na distribuição e arquivem-se os autos Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: LEONARDO KASAKEVICIUS ARCARI (OAB 278952/SP) - Processo 0606771-90.2019.8.04.0001 - Habilitação de Crédito - Pagamento - REQUERENTE: Anízio Jose de Oliveira, - REQUERIDO: Viação Januaria Ltda - Após, diante do exposto, determino a extinção da presente ação com fundamento no art. 485, IV, do CPC. Dê-se baixa na distribuição e arquivem-se os autos Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: LEONARDO KASAKEVICIUS ARCARI (OAB 278952/SP) - Processo 0606775-30.2019.8.04.0001 - Habilitação de Crédito - Pagamento - REQUERENTE: Lameque Cassiano de Carvalho Cruz - REQUERIDO: Empresa Urbana Santo André Ltda - Após, diante do exposto, determino a extinção da presente ação com fundamento no art. 485, IV, do CPC. Dê-se baixa na distribuição e arquivem-se os autos Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: RICARDO QUEIROZ DE PAIVA (OAB 4510/AM) - Processo 0606890-56.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: José Roberto da Silva Júnior - REQUERIDA: Dagmar do Nascimento Govinho - INTSSADA: Defensoria Pública do Estado do Amazonas - Tendo em vista o AR Negativo de fl. 92, determino a intimação do autor, na pessoa de seu Defensor, para dar prosseguimento ao feito, apresentando novo endereço requerendo o que entender de direito, no prazo de 05 dias, sob pena de extinção.

ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM), ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM) - Processo 0607462-41.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - EXECUTADO: Mais Aço Indústria e Comércio de Ferro Ltda. - Geovana Maria Paula dos Santos Chaves - Intime-se a Executada para no prazo de 05 (cinco) dias, apresentar manifestação a respeito da indisponibilidade dos ativos financeiros de fls. 69/70, nos termos do Art. 854, §3º, do Código de Processo Civil.

ADV: ROSÂNGELA DA ROSA CORRÊA (OAB 921A/AM) - Processo 0607465-64.2016.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - REQUERIDO: Francisco Carlos de Freitas Paiva - Tendo em vista a certidão de fl. 87, determino a intimação do autor para, no prazo de 05 dias, dar prosseguimento ao feito.

ADV: ROSÂNGELA DA ROSA CORRÊA (OAB 921A/AM) - Processo 0607465-64.2016.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - REQUERIDO: Francisco Carlos de Freitas Paiva - I- Defiro o pedido de fls. 89 dos autos. II- Proceda-se a consulta via sistemas INFOJUD e RENAJUD, consoante solicitado.

ADV: RAINIER CARDOSO (OAB 9835/AM) - Processo 0607738-38.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Seção Cível - REQUERENTE: Richard Oliveira de Alencar - REQUERIDO: Instituição Adventista de Educação e Assistencia Social Norte Brasileira Colégio Adventista de Manaus - Cite-se a Requerida, via correio, para responder aos temos da presente ação, no prazo de lei, devendo constar na carta as advertências de praxe. Cumpra-se.

ADV: LEONARDO KASAKEVICIUS ARCARI (OAB 278952/SP) - Processo 0607952-29.2019.8.04.0001 - Habilitação de Crédito - Pagamento - REQUERENTE: Espólio Jose Cadimo de Freitas - REQUERIDO: Viação Barão de Mauá Ltda - Após, diante do exposto, determino a extinção da presente ação com fundamento no art. 485, IV, do CPC. Dê-se baixa na distribuição e arquivem-se os autos Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: GIULIO ALVARENGA REALE (OAB 1006A/AM), ADV: IRAN VIEIRA DE SOUSA (OAB 5706/AM) - Processo 0608021-37.2014.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: ITAPEVA VII Multicarteira Fundo de Investimento em Direitos Creditorios Não Patronizados "Fundos" - REQUERIDO: José Maria Cruz da Silva - I- Defiro o pedido de fls. 227 dos autos. II- Expeça-se o competente mandado de Busca e Apreensão, no endereço indicado.

ADV: LEONARDO KASAKEVICIUS ARCARI (OAB 278952/SP) - Processo 0608117-76.2019.8.04.0001 - Habilitação de Crédito - Pagamento - REQUERENTE: Espólio José Luiz Barbosa Torres - REQUERIDO: Viação Januária Ltda - Após, diante do exposto, determino a extinção da presente ação com fundamento no art. 485, IV, do CPC. Dê-se baixa na distribuição e arquivem-se os autos Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: MARCO ANTÔNIO CRESPO BARBOSA (OAB 115665/SP) - Processo 0608118-95.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Itapeva VII Multicarteira Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados e outro - REQUERIDO: Marcos Adriano Oliveira da Silva - Defiro o pedido de substituição processual do pólo ativo da demanda para NVESTIMENTO S/A, o crédito objeto da presente demanda foi cedido ao ITAPEVA VII MULTICARTEIRA FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS NÃO PADRONIZADOS (FUNDO), consoante solicitado às fls. 77/78. À secretaria para proceder a substituição e a inclusão no Saj dos patronos do autor, Dr. Marco Antonio Crespo Barbosa.

ADV: VITO SASSO FILHO (OAB 10344/AM) - Processo 0608303-02.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Contratos Bancários - REQUERENTE: Samara Roriz Moreira - REQUERIDO: Banco do Brasil S/A - Averbo-me de suspeito por motivo íntimo, para processar e julgar o feito, com base no art. 145, § 1°, do CPC. Ao meu substituto legal, observando-se a regra dos arts. 7º e 9º, da Resolução nº 23, de 15/07/2010, do Pleno do Tribunal de Justiça do Amazonas. Cumpra-se.

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM) - Processo 0608518-46.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - EXECUTADO: S. E. Oliveira - ME - Suely Encarnação de Oliveira - Manifeste-se o autor acerca do Detalhamento de Ordem Judicial de Bloqueio de Valores de fls. 79/80, dos autos, no prazo de 05 dias.

ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 12450/PE) - Processo 0608631-29.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - REQUERIDA: Janaina Bastos Fonseca - Deflui da análise da inicial que a liminar vindicada faz-se necessária diante da hipótese vertente, visto que a mora do devedor se encontra evidenciada nos autos. Assim, defiro liminarmente a Busca e Apreensão do bem indicado na vestibular, tudo com fundamento no caput do art. 3º, do Decreto-Lei nº 911, de 1º de outubro de 1969, nomeando, ainda, como fiel depositário do bem litigioso, representante legal do requerente. Paralelamente, se o veículo alienado fiduciariamente não for encontrado ou não se achar na posse do devedor, intime-se o autor para que, no prazo de quinze dias, requeira, nos mesmos autos, a conversão do pedido de busca e apreensão em ação executiva, tudo na forma do art. 4º do Decreto-Lei 911/69, sob pena de extinção por ausência de emenda à exordial, ex vi dos arts. 321, parágrafo único, e 330, IV, ambos do CPC. Uma vez cumprida a liminar, cite-se a parte ré para que no prazo de 05 (cinco) dias pague a integralidade da dívida pendente, segundo os valores apresentados pelo credor fiduciário na inicial, condição em que o bem ser-lhe-á restituído livre do ônus, ex vi do art. 3º, §2º, do Decreto-Lei nº 911/69, ou, querendo, ainda que quitado débito, apresente resposta no prazo de 15 (quinze) dias contados da execução da liminar, na forma do art. 3º, §3º do mesmo repositório legal. Cientifique-se o requerido de que a referida resposta poderá ser apresentada ainda que tenha pago a integralidade da dívida, caso entenda ter havido pagamento a maior e desejar restituição, conforme art. 3º, §4º, do Decreto-Lei no. 911/69. Autorizo o Sr. Meirinho a proceder na forma prevista no art. 212, parágrafo 2º, do Diploma Processual Civil. Recolhidas as custas de diligências do(a) Sr.(a) Oficial(a) de Justiça, expeça-se mandado. Advirto o banco credor de que, durante o prazo de cinco dias previsto no §1º do art. 3º do Decreto-Lei 911/69, não deverá alienar o bem dado em garantia, sob pena de eventual incidência dos §§6º e 7º da indigitada lei. Decorrido o prazo e optando por vender o bem a terceiro, deverá prestar contas nos autos do negócio realizado.

ADV: ANDRE VICENTE DA SILVA (OAB 346621/SP) - Processo 0608695-39.2019.8.04.0001 - Habilitação de Crédito - Classificação de créditos - REQUERENTE: José Marcos Machado - REQUERIDO: Viação Campo Limpo Ltda. - Após, diante do exposto, determino a extinção da presente ação com fundamento no art. 485, IV, do CPC. Dê-se baixa na distribuição e arquivem-se os autos Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM) - Processo 0609061-78.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - REQUERIDO: Antônio Raimundo da Silva - Me - I. Analisando detidamente os autos verifico que o Autor cumpriu os requisitos dos arts. 319 e 320, do NCPC. II. Acautelo-me na concessão da liminar requerida. II - Tendo em vista o Provimento nº 273/2016 - CGJ, intime-se o autor para que proceda ao recolhimento das despesas postais, no prazo de 10 (dez) dias, por meio de Guia de Recolhimento propria a ser disponibilizada no sítio virtual do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas (http:/www.Tjam.jus.br). III. Após o pagamento, Cite-se a Requerida, via Correio, para responder aos termos da presente ação, no prazo de lei, devendo constar na carta as advertências de praxe. Cumpra-se

ADV: SUELEN PEREIRA TEIXEIRA ALBUQUERQUE (OAB 9699/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB A598/AM) - Processo 0609080-89.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Francisca Delfino Félix - REQUERIDO: BP Promotora de Vendas Ltda. (Bradesco Promotora) e outro - Ex positis, e por tudo mais que constam dos autos, com fundamento no artigo 487, I, do Código de Processo Civil, JULGO PROCEDENTES os pedidos formulados por Francisca Delfino Félix, contra Banco Bradesco Financiamentos S/A, no sentido de: a) Declarar a nulidade do contrato bancário nº 793588616, e, consequentemente, declarar a inexistência do débito dele decorrente; b) Condenar o Requerido ao pagamento de R$ 20.000,00 (vinte mil reais) a título de indenização por danos morais, corrigidos monetariamente desde a data da publicação da sentença (Súmula 362 - STJ) e de juros moratórios a partir do evento danoso (10/06/2014 - data do suposto contrato) de acordo com a Súmula 54 - STJ; c) Condenar o Requerido a proceder com a devolução, em dobro, de todos valores indevidamente descontados no contracheque da Autora referente ao contrato objeto da lide (nº 79358618), acrescido de correção monetária desde a data de cada desconto e juros de 1% ao mês a partir da citação, tudo isto a ser apurado em sede de liquidação de sentença pelo procedimento comum, na forma do art. 509, II, do CPC; d) Concedo a tutela antecipada para determinar que o Requerido se abstenha de debitar da conta da Autora novas parcelas do empréstimo objeto da lide, a contar da publicação da presente Sentença, sob pena de multa de R$ 500,00 por desconto; e) Condenar o réu ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, os quais arbitro em 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação, na forma do art. 85, §2º, CPC. f) Determino que a Secretaria proceda com a retificação do CNPJ da Requerida, consoante pedido à fl. 187. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: WAGNER DE OLIVEIRA VIEIRA (OAB 2786/AM), ADV: AGNALDO ALVES MONTEIRO (OAB 6437/AM) - Processo 0609149-53.2018.8.04.0001 - Despejo por Falta de Pagamento Cumulado Com Cobrança - Inadimplemento - REQUERENTE: A. Salles Chã - ME - REQUERIDO: Peniel Comércio de Equipamentos de Informática (DCA Comércio) - Tendo em vista a certidão de fl. 57, determino a intimação do autor, via correio, para dar prosseguimento ao feito, no prazo de 05 dias, sob pena de extinção por abandono.

ADV: JOSÉ LUÍS CANTUÁRIA DOS REIS (OAB 2896/AM) - Processo 0609162-18.2019.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Jid Distribuidora de Medicamentos Ltda - REQUERIDO: Unimed de Manaus Empreendimentos S.a - I. Defiro o pedido de parcelamento de custas consoante pedido de fl. 02 e portaria 490/2017 - PTJ em 06 (seis) parcelas. II. Intime-se o autor para efetuar o pagamento da primeira parcela em 05 (dias) e as demais subsequente. Cumpra-se

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT) - Processo 0609164-85.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Aposentadoria por Invalidez - REQUERENTE: Madi Aquino Nogueira - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - I. Analisando detidamente os autos verifico que o Autor cumpriu os requisitos dos arts. 319 e 320, do CPC. II. Acautelo-me na concessão da tutela antecipada requerida na inicial. III. Defiro o pedido de Justiça Gratuita, nos termos do art. 98 e ss, CPC. IV. Em que pese a existência de laudo pericial realizado nos autos do processo nº 0708180-56.2012 (fls. 43/48), entendo pela necessidade de renovação da perícia médica, motivo pelo qual determino a remessa dos autos o Centro Judiciário de Soluções de Conflitos - CEJUS Cível, para realização de perícia no Autor, nos termos da portaria nº 2.183/2016 - PTJ. Cumpra-se.

ADV: GERMANA VIEIRA DO VALLE (OAB 927A/AM), ADV: CARLOS ALBERTO BAIÃO (OAB A925AM) - Processo 0609260-76.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum - Contratos Bancários - REQUERENTE: Itaú Unibanco S/A - REQUERIDO: R. Barros Bezerra - ME - Plano Certo Telecomunicação - Rafael Barros Bezerra - Manifeste-se a autora acerca do Detalhamento de Ordem Judicial de Requisição de Informações de fls. 160/163 dos autos, no prazo de 05 dias.

ADV: JUCENIR BELINO ZANATTA (OAB 125881/SP) - Processo 0609284-31.2019.8.04.0001 - Habilitação de Crédito - Classificação de créditos - REQUERENTE: Fernanda Santos da Cruz - REQUERIDO: Viação Imigrantes Ltda - Após, diante do exposto, determino a extinção da presente ação com fundamento no art. 485, IV, do CPC. Dê-se baixa na distribuição e arquivem-se os autos Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: RUSTENE ROCHA MONTEIRO (OAB 11974/AM) - Processo 0609332-87.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Auxílio-Acidente (Art. 86) - REQUERENTE: Cristiano de Albuquerque Mendes Gandra Junior - REQUERIDO: Instituto Nacional de Seguro Social - Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - Defiro o pedido de Justiça Gratuita, nos termos do art. 98, do CPC. Em atenção a Recomendação Conjunta CNJ/AGU/MTPS nº 1 de 15.12.2015 (D.O.U.: 08.01.2016), determino que sejam os autos sejam remetidos ao CEJUSC a fim de que seja realizada perícia no Autor. Após a elaboração do laudo pericial, cite-se o Requerido para que apresente proposta de acordo ou contestação, na forma do art. 335, CPC Cumpra-se.

ADV: HELOÍSA PONTES MAUÉS (OAB 9667/AM) - Processo 0609372-69.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - REQUERENTE: Konkrex Engenharia de Concreto Ltda - REQUERIDO: Senso Engenharia e Comércio Ltda - Cite-se a Devedora para, no prazo de 03 (três) dias, efetue o pagamento da dívida acrescida das cominações legais e dos honorários de advogado, fixando este ultimo em 10% (dez por cento) sob o valor da causa. (CPC, arts. 829, 841 e 827). II. No caso de integral pagamento, no prazo acima estipulado, a verba honorária será reduzida pela metade (CPC, art. 841, § 1º) III. Caso não seja efetuado o pagamento da dívida e demais encargos, determino, desde já, que o Oficial de Justiça, munido da segunda via do mandado, proceda de imediato à penhora de bens e sua avaliação, lavrando-se o respectivo auto, devendo, ainda, na mesma oportunidade, realizar a intimação do devedor de tais atos, para que ofereça embargos no prazo de 15 (quinze) dais. (CPC, arts. 829, § 1º e 915). Cumpra-se.

ADV: LÍGIA DE SOUZA FRIAS (OAB 1074A/AM) - Processo 0609501-50.2014.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Josimar dos Santos de Souza - Manifeste-se a autora acerca do Detalhamento de Ordem Judicial de Bloqueio de Valores de fls. 85/86 dos autos, no prazo de 05 dias.

ADV: CRISTIANE SANTIAGO DE ABREU CAMBAIA (OAB 174743/SP) - Processo 0609505-14.2019.8.04.0001 - Habilitação de Crédito - Classificação de créditos - REQUERENTE: Maria Elisa Cardoso Sousa - REQUERIDO: Massa Falida da Viação Transleste Ltda. - Após, diante do exposto, determino a extinção da presente ação com fundamento no art. 485, IV, do CPC. Dê-se baixa na distribuição e arquivem-se os autos Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: THATIANE TUPINAMBÁ DE CARVALHO (OAB 3696/AM) - Processo 0609564-02.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - REQUERIDO: Aldrimar Viana Frota - Intime-se o Autor para efetuar o pagamento das custas judiciais, no prazo de 05 dias. Cumpra-se.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0609932-16.2016.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: Alcineia Ferreira Garrido - I- Defiro o pedido de fls. 75 dos autos. II- Consoante Portaria 116/217 - PTJ, tabela III, item 9 (atos processuais), intime-se o autor para, no prazo de 5 (cinco) dias, efetuar o pagamento das custas acerca da requisição de informações eletrônicas. Após, proceda-se consulta, via sistema BACENJUD, consoante solicitado.

ADV: ADSON PINHO PINTO (OAB 5850/AM) - Processo 0609950-32.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Maria Elenita de Castro - REQUERIDO: Banco Itau Consignado S/A - Intime-se a Autora para comprovar sua hipossuficiência, no prazo de 05 dias. Cumpra-se.

ADV: CHRISTIANO PINHEIRO DA COSTA (OAB 3542/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0610223-21.2013.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Damião Pires da Silva - INTSSADA: Defensoria Pública do Estado do Amazonas - Intime-se o Executado, através do sistema de convênios para citações e Intimações a Empresas e Entes Públicos, na forma do art. 513, §2º do CPC, para efetuar o pagamento voluntário da dívida nos termos da sentença exequenda, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 523, caput, do CPC. Não ocorrendo pagamento voluntário, o débito será acrescido de multa no equivalente a 10% (dez por cento), nos termos do art. 523, §1º. Fixo os honorários de advogado, pelo cumprimento de sentença, no equivalente a 20% (vinte por cento), da dívida atualizada, nos termos do art. 85, §1º, c/c art. 523, §1º, do CPC. Autorizo a realização de penhora via Bacenjud, nos termos do art. 523, §3º do CPC, desde que o credor apresente o demonstrativo de débito atualizado, bem como o comprovante de pagamento das custas com a consulta, nos termos da Tabela III, da Portaria Nº 116/2017 - PTJ (DJe 24/01/2017). Advirto ao Executado que, optando por apresentar impugnação ao cumprimento de sentença, deverá juntar o comprovante de pagamento das custas do incidente, nos termos da Tabela II, da Portaria Nº 116/2017 - PTJ (DJe 24/01/2017). Após, dê-se vista ao Exequente. Cumpra-se.

ADV: JOÃO PAULO ALVES JUSTO BRAUN (OAB 184716/SP), ADV: SUZEL MARIA REIS ALMEIDA CUNHA (OAB 139210/SP), ADV: ELAINE FIGUEIRÓ DA SILVA (OAB 301602/SP), ADV: BAUDÍLIO GONZALEZ REGUEIRA (OAB 139684/SP) - Processo 0610608-61.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum - Créditos / Privilégios Marítimos - REQUERENTE: A. P. MØLLER - MAERSK A/S, neste ato representada por MAERSK BRASIL (BRASMAR) LTDA - REQUERIDO: NORTEMAR AGÊNCIA MARÍTIMA LTDA EPP - Manifeste-se a autora acerca do Detalhamento de Ordem Judicial de Requisição de Informações de fls. 167/168 dos autos, no prazo de 05 dias.

ADV: RONALDO DA SILVA GAMA (OAB 7900/AM), ADV: RAMI YURI MENEZES GAMA (OAB 8933/AM) - Processo 0610963-03.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Rescisão / Resolução - REQUERENTE: Erika dos Santos Melo - Erick Richard dos Santos Melo - Valéria Lopes Melo - REQUERIDO: Construtora Capital/Rosssi - Esepo Empreendimentos Imobiliários Ltda. - Hibride Empreendimentos Imobiliários Ltda. - Rossi Residencial S/A - Analisando os presentes autos, verifico que a Requerida Esepo Empreendimentos Imobiliários LTDA, não foi devidamente citada, conforme comprova o Aviso de Recebimento de fl. 82, bem como, a Requerida Hibride Empreendimentos Imobiliários Ltda, que até a presente data não foi citada. Intime-se os Autores para apresentarem o endereço da Requerida Esepo Empreendimentos Imobiliários Ltda, bem como, promoverem a citação da Requerida Hibride Empreendimentos Imobiliários Ltda, no prazo de 05 dias. Cumpra-se.

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM), ADV: FRANCISCO CARLOS NUNES DE OLIVEIRA (OAB 10057/AM) - Processo 0611150-45.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum - Contratos Bancários - REQUERENTE: Paulo Henrique Ramos Rodrigues - REQUERIDO: Banco Pan S/A - PERITO: Hélio do Carmo Magalhães Neto - Manifestem-se as partes acerca do laudo pericial de fls. 444/461 dos autos, no prazo de 05 dias. Expeça-se o competente alvará em favor do Sr. Perito, do valor depositado à fl. 425, consoante pedido de fl. 462.

ADV: FÁBIO RIVELLI (OAB 1119A/AM), ADV: YUN KI LEE (OAB 131693/SP), ADV: FÁBIO RIVELLI (OAB 297608/SP), ADV: CÍNTIA HOSSOKAWA (OAB 7437/AM), ADV: CARLOS DANIEL RANGEL BARRETTO SEGUNDO (OAB 5035/AM) - Processo 0611628-92.2013.8.04.0001 - Cumprimento de sentença

- Pagamento em Consignação - REQUERENTE: Dunhellington Oliveira de Souza - REQUERIDA: API SPE 15 - Planejamento e Desenvolvimento de Empreendimentos Imobiliários Ltda. - Abyara Planejamento Imobiliário S/A - PDG Realty S/A Empreendimentos e Participações - Defiro o pedido de fl. 272. Oficie-se à Caixa Econômica Federal para proceder a transferência dos valores depositados nestes autos, para a conta corrente da Requerida, descrita à fl. 272. Cumpra-se.

ADV: FRANCISCO ALVES DE OLIVEIRA (OAB 9936/AM), ADV: KLEDSON DE MOURA LIMA (OAB 4111/TO), ADV: JUAN PABLO FERREIRA GOMES (OAB 7716/AM), ADV: ÉRICO DE OLIVEIRA GONÇALO (OAB 5165/AM) - Processo 0611641-23.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Marcelino Macêdo Melo - REQUERIDO: Fundação Universidade do Tocantins - Intimem-se as partes para informarem se o Autor já recebeu o diploma de conclusão do curso Tecnológico de Análises de Desenvolvimento de Sistemas, tendo para tanto o prazo de 48h (quarenta e oito horas). Após, voltem-me os autos conclusos para sentença. Cumpra-se.

ADV: CRISTIAN MENDES DA SILVA (OAB 691A/AM), ADV: ALAN SANTOS DE ALBUQUERQUE (OAB 6815/AM) - Processo 0612533-63.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Hélio Vicente de Matos - Leniza dos Santos Barros Matos - REQUERIDO: José Airton Albuquerque - DENUNCIADO: Francisco de Jesus Barroso da Silva - I. Designo o dia 29 de março de 2019, às 11:30h, para realização da audiência de instrução neste juízo. II. Especifiquem as partes sobre as provas que pretendem produzir na respectiva audiência, em caso de prova testemunhal, fixo o prazo estabelecido no §4º do art. 357 do NCPC. III. Intimem-se as partes e seus advogados para comparecerem à audiência. IV. Após tenha sido apresentado rol de testemunhas no prazo legal, intimem-se as testemunhas arroladas para comparecerem a audiência de instrução e julgamento designada. V. Determino a intimação, via mandado, da Srª. Cleonice Moreira dos Santos, residente e domiciliada na Leonardo Malcher, nº 815, centro, para comparecer a audiência como testemunha do juízo. Cumpra-se.

ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG), ADV: LOUISE RAINER PEREIRA GIONÉDIS (OAB 8123/PR), ADV: JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (OAB 1047A/AM) - Processo 0613178-25.2013.8.04.0001 - Procedimento Comum - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - REQUERIDA: Mundo dos Plásticos Comércio de Descartáveis Ltda - Averbo-me de suspeito por motivo íntimo, para processar e julgar o feito, com base no art. 145, § 1º, do NCPC. II. Ao meu substituto legal, observando-se a regra dos arts. 7º e 9º, da Resolução nº 23, de 15/07/2010, do Pleno do Tribunal de Justiça do Amazonas. Cumpra-se.

ADV: CELSO ANTÔNIO DA SILVEIRA (OAB 5807/AM), ADV: MELQUISEDEC FREITAS PANTOJA (OAB 10412/AM) - Processo 0613281-32.2013.8.04.0001 - Procedimento Comum - Contratos Bancários - REQUERENTE: Paulo César Silva Santana - REQUERIDO: Banco Santander S/A - Banco Bradesco Financiamentos S/A - LITSPASSIV: Banco Matone S/A - Banco Intermedium S/A - Banco Pan S/A - Tendo em vista a petição de fl. 517, determino a intimação do autor, via correio, no endereço indicado, para dar prosseguimento ao feito, no prazo de 05 dias, sob pena de extinção, por abandono.

ADV: PAULO HENRIQUE KURASHIMA (OAB 305617/SP), ADV: GERALDO FONSECA DE BARROS NETO (OAB 206438/SP), ADV: ALEX PFEIFFER (OAB 181251/SP) - Processo 0613463-13.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Brasil Factoring Fomento Comercial Ltda. - REQUERIDO: Banco Safra S/A - Intime-se o Autor para informar o andamento do Agravo de instrumento, no prazo de 05 dias. Cumpra-se.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 877A/AM) - Processo 0613532-79.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - REQUERIDO: Antônio Gomes Graça - INTSSADA: Defensoria Pública do Estado do Amazonas - Nomeio Curador Especial, na forma do art. 72, II, do CPC.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 805A/AM) - Processo 0613968-67.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: Suellen da Rocha Parente - REQUERIDO: Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS - Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - Agência da Previdência Social de Atendimento de Demandas Judiciais - INTSSADO: Procuradoria Federal no Estado do Amazonas - Advocacia Geral da União - Compulsando os autos, verifico que a secretaria não intimou de forma correta o Requerido INSS acerca do ato ordinatório de fl. 231, uma vez que somente inseriu do Diário Eletrônico, consoante certidão de fl. 233, intimando o advogado da autora, ora apelante. Posto isso, determino a Secretaria que proceda a intimação do Requerido, na pessoa de seu Procurador, intime-se ainda, a autora para se manifestar acerca do Oficio de fls. 235/137.

ADV: MAYRA DE CASTRO MAIA FLORÊNCIO (OAB 11740/PB), ADV: ANTÔNIO SAMPAIO NUNES (OAB 3912/AM), ADV: PAULO DE TARSO MENDES COIMBRA (OAB 7585/AM) - Processo 0614582-14.2013.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - EXEQUENTE: Atem's Distribuidora de Petróleo S/A - EXECUTADA: Enterpa Engenharia Ltda. - Tendo em vista a certidão de fl. 218, determino a intimação da autora para dar prosseguimento ao feito, no prazo de 05 dias.

ADV: LEYLA VIGA YURTSEVER (OAB 3737/AM), ADV: GUILHERME DA COSTA FERREIRA PIGNANELI (OAB 5546/RO) - Processo 0614968-05.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum - Contratos Bancários - REQUERENTE: Mabole Construções e Comercio Ltda. - REQUERIDO: Banco Safra S/A - Tendo em vista a certidão de fl. 192, determino a secretaria que proceda a baixa e arquivamento dos autos.

ADV: ORESTE NESTOR DE SOUZA LASPRO (OAB 98628/SP) - Processo 0615327-23.2015.8.04.0001 - Monitória - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco Cruzeiro do Sul S/A - REQUERIDA: Maria do Carmo de Magalhães Coelho - Defiro o pedido de fls.152/153, oficie-se as operadoras de telefonias citadas na petição de fl. 152/153, para que informem o endereço da Requerida, constante em seus bancos de dados. Cumpra-se.

ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB A598/AM) - Processo 0616232-57.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - EXECUTADO: Wilmar Fonteles de Oliveira - ME - Wilmar Fonteles de Oliveira - Tendo em vista a certidão de fl. 80, determino a intimação do autor para dar prosseguimento ao feito, no prazo de 05 dias.

ADV: KARLA FREIXO BRAGA (OAB 3775/AM), ADV: JOSÉ ALBERTO RIBEIRO SIMONETTI CABRAL (OAB 3725/AM), ADV: IGOR ALMEIDA REBELO (OAB 7529/AM) - Processo 0617041-47.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Locação de Imóvel - EXEQUENTE: Condomínio Civil do Shopping Ponta Negra - JHSF Manaus Empreendimentos e Incorporações Ltda - EXECUTADO: Editora Círculo do Conhecimento Ltda - Me - I- Defiro o pedido de fls. 91 dos autos. II- Consoante Portaria 116/217 - PTJ, tabela III, item 9 (atos processuais), intime-se o autor para, no prazo de 5 (cinco) dias, efetuar o pagamento das custas acerca da requisição de informações eletrônicas. Após, proceda-se a consulta via sistema BACENJUD, consoante solicitado.

ADV: DAYSEVANDA DAS GRAÇAS BRITO DANTAS (OAB 7003/AM) - Processo 0617220-78.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum - Levantamento de Valor - REQUERENTE: Fernando Augusto dos Santos Bandeira - INTSSADO: Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau - Vista ao Ministério Público. Cumpra-se.

ADV: JABER CALIL NADAF NETO (OAB 5247/AM), ADV: MARIZETE DE SOUZA CALDAS (OAB 6405/AM), ADV: RACHEL NADAF PAPALÉO (OAB 5585/AM), ADV: NYTON PAES DE OLIVEIRA (OAB 8448/AM) - Processo 0617350-68.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum - Perdas e Danos - REQUERENTE: Sandro Corrêa Mendes - REQUERIDO: Adalberto Silva dos Santos - I. Tendo em vista a reformulação da pauta, redesigno a audiência marcada no despacho de fl. 198 para o dia 12 de Junho de 2019, às 11:30h, para a realização da audiência de instrução neste juízo. II. Especifiquem as partes sobre as provas que pretendem produzir na respectiva audiência, em caso de prova testemunhal, fixo o prazo estabelecido no §4º do art. 357 do NCPC. III. Intimem-se as partes e seus advogados para comparecerem à audiência. Cumpra-se.

ADV: JÚLIA GABRIELA TRINDADE DE MELO (OAB 8074/AM), ADV: MARCOS RICARDO HERSZON CAVALCANTI (OAB 2324/AM), ADV: PAULO ROGÉRIO ARANTES (OAB 1509/AM), ADV: MARIA GLADES RIBEIRO DOS SANTOS (OAB 2144/AM), ADV: RAFAEL ALLBUQUERQUE GOMES DE OLIVEIRA (OAB 4831/AM), ADV: KARLA FREIXO BRAGA (OAB 3775/AM) - Processo 0617507-41.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Locação de Imóvel - EXEQUENTE: Condomínio Civil do Shopping Ponta Negra - JHSF Manaus Empreendimentos e Incorporações Ltda. - EXECUTADO: L. D. Comércio de Calçados Ltda. - EPP - Elimar Cunha e Silva - Tendo em vista a certidão de fl. 113, determino a intimação da autora para dar prosseguimento ao feito, no prazo de 05 dias.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010/AM) - Processo 0617633-62.2015.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Maria Camelo de Lima - Manifeste-se a autora acerca das Respostas dos sistemas, Bacenjud, Renajud e Infojud de fls. 60/64, dos autos, no prazo de 05 dias.

ADV: ROBERTO GUENDA (OAB 101856/SP) - Processo 0617668-90.2013.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Fibra S/A - REQUERIDO: Mário Jorge de Souza Valente - Tendo em vista o AR Negativo de fl. 268, determino a intimação da autora, na pessoa de seu patrono dar prosseguimento ao feito, apresentando novo endereço requerendo o que entender de direito, no prazo de 05 dias, sob pena de extinção por abandono.

ADV: LUCAS EMANUEL PIRES MONTENEGRO (OAB 8001/AM), ADV: JORGE HENRIQUE SILVA DE MELO (OAB 7999/AM) - Processo 0617924-62.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - EXEQUENTE: M. A. X. Comércio Atacadista de Produtos Para Animais Ltda. - EXECUTADO: André Soares Sales - Microempresa Individual - Manifeste-se o autor acerca do Detalhamento de Ordem Judicial de Bloqueio de Valores de fls. 130/131, dos autos, no prazo de 05 dias.

ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM), ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM) - Processo 0618484-72.2013.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - EXECUTADA: Monteiro e Cavalcante Serviços de Alimentação Ltda. - ME - Caroline de Queiroz Cavalcante - I- Defiro o pedido de fls. 116/118 dos autos. II- Proceda-se a consulta via Sistema de Registro de Imóveis Eletrônico - ERIDFT e INFOJUD, consoante solicitado.

ADV: WILNA ELIZABETH SANTIAGO CAVALCANTE (OAB 4339/AM), ADV: ALEXANDRE MIRANDA LIMA (OAB 131436/RJ), ADV: KATIENE SILVA SENA (OAB 11329/AM), ADV: DANIELLA RODRIGUES DE ARAÚJO (OAB 8199/AM), ADV: SABRINA CREDER CORRÊA (OAB 140906/RJ), ADV: ELÁDIO MIRANDA LIMA (OAB 86235/RJ) - Processo 0618699-43.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Luciana de Oliveira de Araújo - REQUERIDO: Oi Móvel S.A - Oi Móvel S/A - Indefiro o pedido de penhora online (fls. 264/265), tendo em vista que a Credora sequer deu início a fase de cumprimento de sentença na forma do art. 523, e ss, CPC. Assim, determino que a Credora adeque o seu pedido ao disposto no art. 523, e ss, CPC, devendo observar a majoração de honorários advocatícios disposta no Acórdão de fls. 253/257, tendo para tanto o prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de arquivamento. Cumpra-se.

ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM), ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM) - Processo 0619168-94.2013.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - EXECUTADO: J. C. Indústria e Comércio de Lactose e Laticínios Ltda. - Fred Jorge Ferreira Melo - Juliana Corrêa Albuquerque - I- Defiro o pedido de fls. 74/76 dos autos. II- Consoante Portaria 116/217 - PTJ, tabela III, item 9 (atos processuais), intime-se o autor para, no prazo de 5 (cinco) dias, efetuar o pagamento das custas acerca da requisição de informações eletrônicas. Após, proceda-se a consulta via sistema BACENJUD, consoante solicitado.

ADV: JOSÉ AUGUSTO DE REZENDE JÚNIOR (OAB A1109/AM) - Processo 0619913-69.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - REQUERIDO: Ramon Leonel de Barros - Defiro o pedido de fl.102, requisitem-se informações do Sistema Bancário Bacenjud, acerca de existência de ativos em nome do devedor. II. Em caso positivo, determino sua indisponibilidade, até o valor utilizado da execução, qual seja, R$ 164.680,90 (cento e sessenta e quatro mil, seiscentos e oitenta reais e noventa centavos), conforme planilha de fls. 1103/105. Cumpra-se.

ADV: ANDRÉ FONTOLAN SCARAMUZZA (OAB 220482/SP), ADV: DIMAS SANTIAGO DE OLIVEIRA (OAB 373220/SP) - Processo 0620406-80.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - EXEQUENTE: JBS S/A - EXECUTADO: O Boteco Bar e Petiscos Ltda. - ME - À Secretaria para cumprir o despacho de fl. 72, tendo em vista a juntada das custas pela autora à fl. 80.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0620436-81.2016.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: Etelvina Miranda Cunha - Tendo em vista que já se esgotaram as tentativas de localização da parte requerida, consoante consultas de fls.80/84, defiro o pedido de fls. 101/103 dos autos. Expeça-se o competente edital de citação, consoante solicitado. Intime-se a autora para efetuar o pagamento das custas do edital, consoante Portaria nº 116/2017.

ADV: LUANA SILVA SANTOS (OAB 16292/PA), ADV: MARÍLIA DIAS ANDRADE (OAB 14351/PA), ADV: LUCÉLIA GOMES RODRIGUES DE SOUZA (OAB 10142/AM), ADV: BÁRBARA ANTUNES ANDRADE (OAB 10919/AM) - Processo 0620505-45.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Seguro - REQUERENTE: Rejane Silva de Benedetto - REQUERIDO: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A - PERITO: Instituto Médico Legal - IML - O processo encontra-se maduro para julgamento, haja vista que não há necessidade de produzir provas em audiência, pois a matéria de mérito é exclusivamente de direito, razão pelo qual dou-me em condições de conhecer diretamente do pedido, com inteligência do art. 355, I, do CPC.

ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: LÍGIA DE SOUZA FRIAS (OAB 1074A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0620578-17.2018.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: Lícia Regina Nunes Barbosa - Manifeste-se o autor acerca do Detalhamento de Ordem Judicial de Requisição de Informações de fls. 58, dos autos, no prazo de 05 dias.

ADV: ACÁCIO FERNANDES ROBOREDO (OAB 89774/SP) - Processo 0621378-84.2014.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco Santander Brasil S/A - EXECUTADO: Gaspar Clécio Modesto - DEPOSFIEL: Izaias de Paiva Vieira - Manifeste-se a autora acerca do Detalhamento de Ordem Judicial de Requisição de Informações de fls. 134/135 dos autos, no prazo de 05 dias.

ADV: MOISÉS BATISTA DE SOUZA (OAB 469A/AM), ADV: FERNANDO LUZ PEREIRA (OAB 658A/AM) - Processo 0621382-58.2013.8.04.0001 - Procedimento Comum - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Maria Elridez Vasconcelos de Souza - REQUERIDO: B. V. Financeira S/A - Manifeste-se o Banco Requerido acerca da certidão de fl. 308 e Ofício da conta única de fls. 309/311 dos autos, no prazo de 05 dias.

ADV: CLAUDIO KAZUYOSHI KAWASAKI (OAB A1117/AM) - Processo 0621603-36.2016.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Fibra S/A - REQUERIDO: Luiz Carlos Nobre Júnior - Tendo em vista a certidão de fl. 137, determino a intimação do autor para, no prazo de 05 dias, dar prosseguimento ao feito.

ADV: CÉSAR AUGUSTO GOMES MONTEIRO (OAB 9696/AM) - Processo 0622022-22.2017.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Posse - REQUERENTE: Ronaldo Ribeiro dos Santos - REQUERIDA: Joana Macário da Silva - INTSSADA: Defensoria Pública do Estado do Amazonas - Intime-se o Autor para se manifestar acerca das petições de fls. 167/170, no prazo de 05 dias. Cumpra-se.

ADV: EDEMILSON KOJI MOTODA (OAB 231747/SP) - Processo 0622154-50.2015.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Disal Administradora de Consórcios Ltda. - REQUERIDA: Kênia Gomes dos Santos - INTSSADO: Setor de Carta Precatória da Comarca de Boa Vista/RR - Os documentos de fls. 86/89, devem ser protocolados no juízo deprecado informando o pagamento das custas da carta. Assim, intime-se o Requerente para comprovar que juntou o referido pagamento naqueles autos, bem como informar se ainda há interesse no prosseguimento do feito. Prazo 15 dias.

ADV: ANTÔNIO HUMBERTO BEZERRA DE MATOS JÚNIOR (OAB 8442/AM) - Processo 0622165-11.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Adjudicação Compulsória - REQUERENTE: Dair Pereira da Silveira - REQUERIDO: Embracont Construções Ltda. - Intime-se o Executado, através do sistema de convênios para citações e Intimações a Empresas e Entes Públicos, na forma do art. 513, §2º do CPC, para efetuar o pagamento voluntário da dívida nos termos da sentença exequenda, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 523, caput, do CPC. Não ocorrendo pagamento voluntário, o débito será acrescido de multa no equivalente a 10% (dez por cento), nos termos do art. 523, §1º. Fixo os honorários de advogado, pelo cumprimento de sentença, no equivalente a 20% (vinte por cento), da dívida atualizada, nos termos do art. 85, §1º, c/c art. 523, §1º, do CPC. Autorizo a realização de penhora via Bacenjud, nos termos do art. 523, §3º do CPC, desde que o credor apresente o demonstrativo de débito atualizado, bem como o comprovante de pagamento das custas com a consulta, nos termos da Tabela III, da Portaria Nº 116/2017 - PTJ (DJe 24/01/2017). Advirto ao Executado que, optando por apresentar impugnação ao cumprimento de sentença, deverá juntar o comprovante de pagamento das custas do incidente, nos termos da Tabela II, da Portaria Nº 116/2017 - PTJ (DJe 24/01/2017). Após, dê-se vista ao Exequente. Cumpra-se.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0622452-08.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: Vieira Comércio e Transporte Ltda. - I- Defiro o pedido de fls. 129 dos autos. II- Consoante Portaria 116/217 - PTJ, tabela III, item 9 (atos processuais), intime-se o autor para, no prazo de 5 (cinco) dias, efetuar o pagamento das custas acerca da requisição de informações eletrônicas. Após, proceda-se a consulta via sistema RENAJUD, consoante solicitado.

ADV: ROBERTO MARQUES DA COSTA (OAB 4135/AM) - Processo 0622501-78.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Constrição / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens - EXEQUENTE: Condomínio Residencial Nascentes do Tarumã - EXECUTADO: Paulo Renato Melo de Oliveira - Fernanda Alencar de Oliveira - Manifeste-se a autora acerca do Detalhamento de Ordem Judicial de Requisição de Informações de fls. 103/106 dos autos, no prazo de 05 dias.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0622656-57.2013.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: Rossana Ferreira da Silva Pinheiro - Intime-se o Executado, através do sistema de convênios para citações e Intimações a Empresas e Entes Públicos, na forma do art. 513, §2º do CPC, para efetuar o pagamento voluntário da dívida nos termos da sentença exequenda, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 523, caput, do CPC. Não ocorrendo pagamento voluntário, o débito será acrescido de multa no equivalente a 10% (dez por cento), nos termos do art. 523, §1º. Fixo os honorários de advogado, pelo cumprimento de sentença, no equivalente a 20% (vinte por cento), da dívida atualizada, nos termos do art. 85, §1º, c/c art. 523, §1º, do CPC. Autorizo a realização de penhora via Bacenjud, nos termos do art. 523, §3º do CPC, desde que o credor apresente o demonstrativo de débito atualizado, bem como o comprovante de pagamento das custas com a consulta, nos termos da Tabela III, da Portaria Nº 116/2017 - PTJ (DJe 24/01/2017). Advirto ao Executado que, optando por apresentar impugnação ao cumprimento de sentença, deverá juntar o comprovante de pagamento das custas do incidente, nos termos da Tabela II, da Portaria Nº 116/2017 - PTJ (DJe 24/01/2017). Após, dê-se vista ao Exequente. Cumpra-se.

ADV: LUÍS CARLOS ALVES DE ALMEIDA JÚNIOR (OAB 161263RJ), ADV: RIVALDO SIMÕES PIMENTA (OAB 209676/SP), ADV: ALEXANDER CHOI CARUNCHO (OAB 320977/SP), ADV: JORGE CARDOSO CARUNCHO (OAB 87946/SP) - Processo 0623026-65.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum - Quanto à Carga - REQUERENTE: Maersk Line A/S - REQUERIDO: Ásia Shipping Transportes Internacionais Ltda. - Blu Logistics Brasil Transportes Internacionais Ltda. - DC Logistics Brasil Ltda. - Masa da Amazônia Ltda. - Panalpina Ltda. - Pantos do Brasil Logística Ltda. - INTSSADA: Porto de Chibatão - Chibatão Navegação e Comércio Ltda - Tendo em vista a certidão de fl. 859, determino a intimação da autora para dar prosseguimento ao feito, no prazo de 05 dias.

ADV: PAULO ROGÉRIO KOLENDA LEMOS DOS SANTOS (OAB 7199/AM), ADV: YARGO GOSZTONYL VIDAL (OAB 10415/AM), ADV: THEO EDUARDO RIBEIRO FERNANDES MOREIRA DA COSTA (OAB 14088O/MT), ADV: LÚCIO FÁBIO CORDEIRO RIBEIRO (OAB 10088/AM) - Processo 0623559-24.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum - Despejo para Uso Próprio - REQUERENTE: Jovânia Mota Pereira - REQUERIDA: Lindomar Alves Braga - TERCEIRO I: Edinelson Alves Braga - Vistos, etc Por motivo de foro íntimo, dou-me por suspeito para processar e julgar o feito, nos termos do art. 145, § 1º, do NCPC. Remetam-se os autos ao meu substituto legal, conforme o disposto nos arts. 7º e 9º, da Resolução nº 23, de 15/07/2010, do Pleno do Tribunal de Justiça do Amazonas. A presente decisão servirá como ofício. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 1164A/AM), ADV: JOSÉ LÍDIO ALVES DOS SANTOS (OAB 1163A/AM) - Processo 0623651-31.2017.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Bradesco Administradora de Consórcios Ltda. - REQUERIDO: Carlos Adriano Oliveira de Souza - Tendo em vista a juntada das custas do Oficial de Justiça, determino a Secretaria que expeça o competente mandado de citação, consoante determinado na decisão interlocutória de fls. 37.

ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB A598/AM) - Processo 0623827-10.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - REQUERIDO: V. S. Ramos - Manifeste-se o autor acerca do AR negativo de fl. 126 dos autos, no prazo de 05 dias.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 104147/MG) - Processo 0624076-63.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: Maria Eunice Félix Lima - INTSSADA: Defensoria Pública do Estado do Amazonas - Manifeste-se a autora acerca do Detalhamento de Ordem Judicial de Bloqueio de Valores de fls. 135/136 dos autos, no prazo de 05 dias.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: CARLOS DANIEL RANGEL BARRETTO SEGUNDO (OAB 5035/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0624377-73.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Centro do Alumínio Ltda. - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Intime-se o Executado, através do sistema de convênios para citações e Intimações a Empresas e Entes Públicos, na forma do art. 513, §2º, do CPC, para efetuar o pagamento voluntário da dívida nos termos da sentença exequenda, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 523, caput, do CPC. Não ocorrendo pagamento voluntário, o débito será acrescido de multa no equivalente a 10% (dez por cento), nos termos do art. 523, §1º. Fixo os honorários de advogado, pelo cumprimento de sentença, no equivalente a 20% (vinte por cento), da dívida atualizada, nos termos do art. 85, §1º, c/c art. 523, §1º, do CPC. Autorizo a realização de penhora via Bacenjud, nos termos do art. 523, §3º do CPC, desde que o credor apresente o demonstrativo de débito atualizado, bem como o comprovante de pagamento das custas com a consulta, nos termos da Tabela III, da Portaria Nº 116/2017 - PTJ (DJe 24/01/2017). Advirto ao Executado que, optando por apresentar impugnação ao cumprimento de sentença, deverá juntar o comprovante de pagamento das custas do incidente, nos termos da Tabela II, da Portaria Nº 116/2017 - PTJ (DJe 24/01/2017). Após, dê-se vista ao Exequente. Cumpra-se.

ADV: PRISCILA NEVES SILVA COSTA (OAB 12879/AM), ADV: THALYTA VASCONCELOS DA SILVA (OAB 8649/AM), ADV: JEAN CARLO NAVARRO CORRÊA (OAB 5114/AM), ADV: BRENO DANTAS CESTARO (OAB 7352/AM) - Processo 0624713-72.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Amazonas Copiadora Ltda. - REQUERIDA: Vanessa Kelly Navarro Freitas Borba - Defiro o pedido de fl. 95 Designo audiência de conciliação para o dia 13 de Junho de 2019, às 10:30 horas, nos termos do Art. 334 do NCPC, a ser realizada neste juízo, localizado no 3º andar /setor 6, 2ª UPJ - Fórum de Justiça Ministro Henoch da Silva Reis. Intimem-se as partes e seus procuradores habilitados a transigir. Cumpra-se.

ADV: ALEXANDRE VIANA FREIRE (OAB 9947/AM) - Processo 0625018-56.2018.8.04.0001 - Monitória - Compra e Venda - REQUERENTE: Distribuidora Comercial Rembraz Ltda. - REQUERIDO: N. V. Indústria, Comércio e Construção Ltda. - Manifeste-se a autora acerca do Detalhamento de Ordem Judicial de Bloqueio de Valores de fls. 92/94 dos autos, no prazo de 05 dias.

ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 1164A/AM), ADV: JOSÉ LÍDIO ALVES DOS SANTOS (OAB 1163A/AM) - Processo 0625138-70.2016.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Itaucard S/A - REQUERIDO: Salomão Paulo da Silva - Tendo em vista a certidão de fl. 99, determino a intimação do autor para dar prosseguimento ao feito, no prazo de 05 dias.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 805A/AM) - Processo 0625337-58.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: Mouzandilson Campos de Melo - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - INTSSADO: Procuradoria Federal no Estado do Amazonas - Advocacia Geral da União - Defiro o pedido de desarquivamento dos autos (fl. 272). Defiro o pedido de fls. 270/271, determinando assim, a expedição de ofício à Agência da Previdência Social de Atendimento de Demandas Judiciais APSDJ, no seguinte endereço: Rua Marcos da Silveira, s/n, São Francisco -Manaus/AM, CEP 69.079-340, conforme PORTARIA CONJUNTA PGF/INSS Nº 83, de 04 de junho de 2012 - DOU de 06/06/2012, na forma do art. 8º, I, da mencionada Portaria, para que esta proceda com a implementação do benefício concedido por meio da Sentença de fls. 259/263, tendo para tanto o prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data do recebimento do ofício, sob pena de multa de R$ 500,00 (quinhentos reais), limitada em 30 (trinta) dias-multa, de acordo com o art. 537, §1º, I, CPC. Em atenção ao princípio da cooperação entre as partes do processo (art. 6º, CPC), determino que o Requerido peticione no autos comprovando o cumprimento da presente decisão. Cumpra-se.

ADV: ALESSANDRA DE LIMA OLIVEIRA (OAB 7547/AM), ADV: GIULIO ALVARENGA REALE (OAB 65628/MG), ADV: DAVI MAFRA DOS ANJOS (OAB 9694/AM) - Processo 0625487-10.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Itapeva VII Multicarteira Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados - REQUERIDO: Genilson Maciel Vieira - Defiro o pedido de fls. 210/211 dos autos. Concedo o prazo de 10 dias, para o autor juntar o comprovante de pagamento das despesas postais.

ADV: MARCELO CANDIOTTO FREIRE (OAB 346433SP) - Processo 0625723-54.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Compra e Venda - EXEQUENTE: Ônix Empreendimentos Imobiliários Ltda. - EXECUTADA: Adriana Pinto Ribeiro - Intime-se a Autora, via correio, para dar prosseguimento ao feito, no prazo de 05 dias, sob pena de extinção. Cumpra-se.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: LÍGIA DE SOUZA FRIAS (OAB 1074A/AM) - Processo 0625735-73.2015.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: João Lucena Teixeira - Manifeste-se a autora acerca das Respostas dos sistemas, Bacenjud, Renajud e Infojud de fls. 115/118 dos autos, no prazo de 05 dias.

ADV: FÁBIO RIVELLI (OAB 297608/SP), ADV: PAULO ROBERTO ARCE NICOLAU (OAB 8226/AM), ADV: ANDERSON LUIZ DE ALMEIDA (OAB 4689/AM) - Processo 0625997-23.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum - Corretagem - REQUERENTE: Luiz Felipe Santos Pereira - Vanessa Mitie Seki - REQUERIDO: Clarissa dos Prazeres Mendes Lima - ME (Personnallite Imóveis) - PDG Vendas Corretora Imobiliária Ltda. - Agra Bergen Incorpoardora Ltda. - Intime-se a Requerida Clarissa dos Prazeres Mendes Lima - ME, e seu Patrono Dr. Anderson Luiz de Almeida, inscrito na OAB/AM 4.689, para tomarem conhecimento da renúncia da Patrona Dr. Ana Paula Nogueira de São Marcos, consoante petição de fl. 277. À Secretaria para excluir, do sistema SAJ, o nome da Dra. Ana Paula Nogueira de São Marcos, inscrita na OAB/AM 6.677, consoante renuncia de fl. 277. Cumpra-se.

ADV: CLÓVIS ROBERTO SOARES MUNIZ BARRETO (OAB 2968/AM), ADV: GLAUCIA AZEVEDO NARCELHA (OAB 12303/AM) - Processo 0626105-23.2013.8.04.0001 - Monitória - Locação de Imóvel - REQUERENTE: Irene Raoru Sasahara - REQUERIDA: Rossicléia do Nascimento Lima dos Santos - Intime-se a Requerida para se manifestar acerca da contra proposta do acordo, às fls. 123/124,no prazo de 05 dias. Cumpra-se.

ADV: MAURÍCIO COIMBRA GUILHERME FERREIRA (OAB 151056S/RJ) - Processo 0626347-45.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Itaú Unibanco S/A - REQUERIDO: Johnny da Silva Souza- Me (Vidraçaria Cavalcante) - Manifeste-se o autor acerca do Detalhamento de Ordem Judicial de Bloqueio de Valores de fls. 73/74, dos autos, no prazo de 05 dias.

ADV: FERNANDA MENDES DE SOUZA (OAB 330723/SP) - Processo 0627062-48.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - EXEQUENTE: Glassec Vidros de Segurança Ltda. - EXECUTADO: Vidrorios Indústria e Comércio Ltda. - Intime-se a Autora, via correio, para dar prosseguimento ao feito, no prazo de 05 dias, sob pena de extinção. Cumpra-se.

ADV: LUCÉLIA GOMES RODRIGUES DE SOUZA (OAB 10142/AM), ADV: BÁRBARA ANTUNES ANDRADE (OAB 10919/AM) - Processo 0627153-75.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Jocileide de Souza Santos - REQUERIDO: Cristal Transportes e Veículos Ltda. - Tendo em vista que já se esgotaram as tentativas de localização da parte requerida, consoante consultas de fls. 45/46, defiro o pedido de fls. 58/65 dos autos. Expeça-se o competente edital de citação, consoante solicitado.

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM) - Processo 0627209-45.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - EXECUTADA: Big Marcas Comércio e Serviços de Refrigeração Eireli - ME (Big Marcas) - Themis Lima Gandra - Tendo em vista a certidão de fl. 106 dos autos, determino a intimação do autor para dar prosseguimento ao feito, no prazo de 05 dias.

ADV: DEYVISON SOUZA CASTELO (OAB 9163/AM), ADV: LEIDY DAIANA SOUTELO BATISTA (OAB 9413/AM), ADV: MÁRIO DA CRUZ GLÓRIA (OAB 4013/AM), ADV: DOUGLAS ALEIXO SANTOS DA CRUZ (OAB 9426/AM), ADV: BRUNO YOHAN SOUSA GOMES (OAB 253205/SP) - Processo 0627965-59.2013.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Inadimplemento - REQUERENTE: Actual Cargo Ltda. - REQUERIDO: H-Buster da Amazônia Indústria e Comércio S/A - Ho Yi - INTSSADO: Comandante do Comando Geral da Polícia Militar da Capital do Estado do Amazonas, Representante Legal/Cel Dan Câmara - Intime-se o Executado, através do sistema de convênios para citações e Intimações a Empresas e Entes Públicos, na forma do art. 513, §2º do CPC, para efetuar o pagamento voluntário da dívida nos termos da sentença exequenda, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 523, caput, do CPC. Não ocorrendo pagamento voluntário, o débito será acrescido de multa no equivalente a 10% (dez por cento), nos termos do art. 523, §1º. Fixo os honorários de advogado, pelo cumprimento de sentença, no equivalente a 20% (vinte por cento), da dívida atualizada, nos termos do art. 85, §1º, c/c art. 523, §1º, do CPC. Autorizo a realização de penhora via Bacenjud, nos termos do art. 523, §3º do CPC, desde que o credor apresente o demonstrativo de débito atualizado, bem como o comprovante de pagamento das custas com a consulta, nos termos da Tabela III, da Portaria Nº 116/2017 - PTJ (DJe 24/01/2017). Advirto ao Executado que, optando por apresentar impugnação ao cumprimento de sentença, deverá juntar o comprovante de pagamento das custas do incidente, nos termos da Tabela II, da Portaria Nº 116/2017 - PTJ (DJe 24/01/2017). Após, dê-se vista ao Exequente. Cumpra-se.

ADV: PEDRO DE ARAÚJO RIBEIRO (OAB 6935/AM), ADV: DOUGLAS RUI PESSOA REIS AGUIAR (OAB 11441/AM) - Processo 0627973-36.2013.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cheque - EXEQUENTE: R. C. Recebíveis Ltda. - EXECUTADO: F. L. S. Pompeu - EPP - Florência Lisandra Santos Pompeu - INTSSADO: Construtora Capital S/A - I. Consoante Portaria 116/2017 - PTJ, tabela III, item 9 (atos processuais), intime-se a Autora para, no prazo de 5(cinco) dias, efetuar o pagamento das custas acerca da requisição de informações eletrônicas. II. Intime-se a Autora para juntar planilha atualizada de seu crédito, no prazo de 05 dias, após, proceda-se a consulta via sistemas BACENJUD, consoante solicitado à fl. 208. Cumpra-se.

ADV: STEPHANY MARY FERREIRA RÉGIS DA SILVA (OAB 53612/PR), ADV: LUCIANA SEZANOWSKI MACHADO (OAB 25276/PR) - Processo 0628299-88.2016.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: BANCO CNH INDUSTRIAL CAPITAL S/A - REQUERIDO: EJ COMERCIO DE ALIMENTOS - DECISÃO Defiro o pedido de substituição processual do pólo ativo da demanda para BANCO CNH INDUSTRIAL CAPITAL S/A, consoante solicitado às fls. 105/106. determino a secretaria que proceda a substituição. O autor requereu Ação de Busca e Apreensão contra E.J. COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA, qualificado à fl. 01, alegando em síntese, que celebrou com o requerido 03 contratos de financiamento, com garantia de alienação fiduciária, o primeiro Contrato nº 15739, no valor de R$81.000,00, para ser pago em 60 prestações iguais, cujo financiamento foi destinado ao bem descrito a fl. 02, o segundo contrato nº 15740, no valor de R$31.500,00 para ser pago em 60 prestações iguais, cujo financiamento foi destinado ao bem descrito a fl. 02, e o terceiro contrato nº 15741 no valor de R$10.800,00, para ser pago em 60 prestações iguais, cujo financiamento foi destinado ao bem descrito a fl. 02, que o requerido não pagou as prestações vencidas em 09.03.15, e subsequentes dos contratos 15739 e 15740 e as vencidas em 20.08.2015 e subsequentes do contrato 15741 que esgotou todos os meios para obter o seu crédito, inclusive notificando através de notificação do Cartório de Títulos e Documentos (fls. 40/42, 53/55, 67/69), não restando outra opção senão a presente medida. Requereu finalmente a concessão da medida, a citação do requerido, a procedência da ação e a condenação das custas e honorários de advogado. Examinando os autos, constata-se que o receio do Autor é legitimo em tentar manter o patrimônio representado pelo bem descrito na inicial. Isto Posto, estando devidamente comprovada a mora do Requerido, DEFIRO liminarmente a medida, com espeque no art. 3º. do Dec-Lei 911/69, com nova redação dada pelo art. 56 da Lei 10.931 de 03.08.2004, para determinar a busca e apreensão dos bens acima descrito, na residência do requerido ou no local onde for encontrado, devendo para tanto, ser entregue ao autor, mediante termo de apreensão, até decisão final. Após o cumprimento da medida, cite-se o requerido para, no prazo de 05 dias, pagar o valor da dívida pendente, conforme os valores apresentados pelo autor na inicial, acrescidos de honorários e custas processuais (nova redação do art. 3º, § 2º do Decreto-Lei 911/69), sob pena de lhe ser aplicado o que está estabelecido no parágrafo 1º, do art. 3º do referido Dec-Lei ou, no prazo de 15 dias, apresentar resposta, conforme está estabelecido nos parágrafos 3º e 4º do Dec-Lei 911/69 (nova redação). Intime-se o autor para efetuar o pagamento da diligência do oficial de justiça, no prazo de 10 (dez) dias, após expeça o competente mandado. Cumpra-se

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 877A/AM) - Processo 0629995-91.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - REQUERIDO: M. E. Nunes - ME - I- Defiro o pedido de fls. 109/110 dos autos. II- Proceda-se o consulta via sistemas Infojud, consoante solicitado.

ADV: RAMI YURI MENEZES GAMA (OAB 8933/AM), ADV: NÉLIO GLAUBER DE SOUZA ARAGÃO (OAB 10807/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE) - Processo 0630099-83.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Bancários - REQUERENTE: Antônio Nazaré de Souza - REQUERIDO: Agiplan Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - Diante a nova disposição contida no art. 357, I, e II do NCPC, determino a intimação das partes, para que se manifestem no prazo de 05 (cinco) dias se pretendem produzir provas em de audiência de instrução, ou requeiram o julgamento antecipado da lide, na forma do art. 355, I, do CPC.

ADV: MARIA CAROLINA PORDEUS E SILVA CARDOSO (OAB 8083/AM), ADV: EDYRANNE NASCIMENTO DOS SANTOS (OAB 11157/AM) - Processo 0630188-14.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cheque - EXEQUENTE: TOP INTERNACIONAL LTDA - EXECUTADO: JOSÉ FERNANDES DA SILVA - Tendo em vista a certidão de fl. 72, determino a intimação da autora para dar prosseguimento ao feito, no prazo de 05 dias, sob pena de extinção.

ADV: TIMÓTEO MARTINS NUNES (OAB 503/RR), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM) - Processo 0631159-33.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Erlon da Silva Carvalho - REQUERIDO: Parente Andrade Ltda. - INTSSADO: Instituto Médico Legal - IML - PERITO: Francisco Batista de Almeida, CRM/AM: 3009 - Tendo em vista a certidão de fl. 229, nomeio perito deste Juízo, o Sr. Francisco Batista de Almeida, CRM nº 3009, com endereço profissional na Clínica Hap Vida, na Av. Duque de Caxias, nº 1905, Bairro Praça 14 de Janeiro, nesta cidade, para fazer a perícia médica no Autor, Erlon da Silva Carvalho, com o fito de se apurar as lesões, deformações, alterações morfológicas na perna direita, suportadas por esse em decorrência do acidente em discussão. Tendo em vista que o Autor é beneficiario da justiça gratuita, fixo os honorários em R$ 1.000,00 (um mil reais), a ser pago pelo e. TJ/AM, conforme artigo 1º e 6º da portaria nº 1.233/TJ-AM. Intime-se o Sr. Francisco Batista de Almeida, para informar a este juízo se aceita o encargo de perito deste juízo, prazo de 10 (dez) dias, e em caso de concordância, devendo, desde já, designar data para realização da perícia.

ADV: MÁRIO JORGE OLIVEIRA DE PAULA FILHO (OAB 2908/AM), ADV: ANELSON BRITO DE SOUZA (OAB 5342/AM), ADV: CÉLIO ALBERTO CRUZ DE OLIVEIRA (OAB 2906/AM), ADV: CAIO PATRICK COELHO SILVA ANDADE (OAB 13408/AM) - Processo 0631173-75.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Compra e Venda - EXEQUENTE: Biotargeting Representações e Comércio de Produtos Para Saúde Ltda. - EXECUTADO: Unimed de Manaus Cooperativa de Trabalho Médico Ltda. - Requisitem-se informações do Sistema Bancário Bacenjud, acerca de existência de ativos em nome do devedor. Em caso positivo, determino sua indisponibilidade, até o valor utilizado da execução, qual seja, R$ 522.252,06 (quinhentos e vinte e dois mil, duzentos e cinquenta e dois e seis centavos), conforme pedido de fls. 1295/1296.

ADV: DANIEL AUGUSTO MAUÉS CARVALHO (OAB 5629/AM), ADV: DAVID AZULAY BENAYON (OAB 8688/AM) - Processo 0632391-46.2015.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Amazon Compressores Comércio e Serviços de Equipamentos Ltda. - REQUERIDO: Construtora Rodrigues Ltda. - À Secretaria para modificar, no sistema SAJ, os nomes dos Patronos da Autora, consoante Substabelecimentos de fls. 66/67. Defiro o pedido de Citação por Edital, consoante requerido às fls. 61/65. Cumpra-se.

ADV: MAYRA DE CASTRO MAIA FLORÊNCIO (OAB 11740/PB) - Processo 0632546-15.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - EXEQUENTE: Posto Distrito Comércio de Combustíveis Ltda. - EXECUTADO: M. L. Serviços de Cargas Ltda. - EPP - I. Tendo em vista que o novo CPC descreveu em seu corpo expressamente o incidente de desconsideração da personalidade jurídica (arts. 133 a 137), intime-se o exequente para, no prazo de 15 (quinze) dias, adequar o pedido de folhas 126/127, sob pena de indeferimento desse petitório. Cumpra-se.

ADV: LEONARDO BRAZ DE CARVALHO (OAB 76653/MG), ADV: RODRIGO BENAYON PONTES SERUDO (OAB 11132/AM), ADV: HUMBERTO ROSSETTI PORTELA (OAB 91263/MG), ADV: JÚLIO DE CARVALHO PAULA LIMA (OAB 90461/MG), ADV: ANDRÉA FONSECA OLIVEIRA (OAB 5959/AM) - Processo 0632807-77.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum - Compra e Venda - REQUERENTE: ALDEÍZA AGUIAR DE ARAÚJO - Daniel Farias Brelaz - REQUERIDO: Ônix Empreendimentos Imobiliários Ltda. - CONDOMÍNIO TOTAL VILLE LIBERDADE - Manifestem-se as partes acerca do auto de verificação de fl. 367 dos autos, no prazo de 05 dias.

ADV: ROZANGELA BARBOSA BANDEIRA (OAB 10632/AM), ADV: ANDRÉ FERNANDES (OAB 3957/AM) - Processo 0633116-98.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Cancelamento de vôo - REQUERENTE: Rosineide Barbosa Bandeira - REQUERIDO:

TAP - Transportes Aéreos Portugueses - I- Defiro o pedido de fls. 254 dos autos. II- Consoante Portaria 116/217 - PTJ, tabela III, item 9 (atos processuais), intime-se a autora para, no prazo de 5 (cinco) dias, efetuar o pagamento das custas acerca da requisição de informações eletrônicas. Após, proceda-se a consulta via sistema BACENJUD, consoante solicitado.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0633547-40.2013.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: ALESSANDRA DA SILVA FREITAS - Manifeste-se a autora acerca do Detalhamento de Ordem Judicial de Bloqueio de Valores de fls. 128/129 dos autos, no prazo de 05 dias.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0633929-91.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - EXECUTADO: Gráfica e Editora Belvedere - ME - Pedro Ricardo Bonafe - Defiro o pedido de fls. 120/121 dos autos. Expeça-se o competente mandado de penhora e avaliação, consoante solicitado. Intime-se o autor para, no prazo de 05 dias, efetuar o pagamento das diligências do Sr. Oficial de Justiça, consoante Portaria nº 116/2017.

ADV: CAMILA MENDES VIANNA CARDOSO (OAB 67677/RJ), ADV: SYLLA CHERFAN CRISTO DA COSTA E SILVA (OAB 172605/RJ) - Processo 0633990-49.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum - Créditos / Privilégios Marítimos - REQUERENTE: Hambürg Südamerikanische Dampfschiffahrts-Gesellchaft Kg, Por Seu Agente No Brasil, Hamburg Sud do Brasil Ltda. - REQUERIDO: ABX Serviços Aduaneiros e Logística Ltda. - ME - INTSSADO: JUCEA - Junta Comercial do Estado do Amazonas - Intime-se a Autora para recolher as custas da diligência do Oficial de Justiça, no prazo de 05 dias. Cumpra-se.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0634148-75.2015.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Rodrigo Belém Coelho - Defiro o pedido de fl. 94 dos autos. Expeça-se os competentes ofícios as empresas telefônicas, consoante solicitado.

ADV: ADSON PINHO PINTO (OAB 5850/AM) - Processo 0634207-58.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: Wilson da Silva Valentins - REQUERIDO: Banco Daycoval S/A - Tendo em vista a certidão de fl. 39, determino a intimação do autor, via correio, para dar prosseguimento ao feito, no prazo de 05 dias, sob pena de extinção.

ADV: ACÁCIO FERNANDES ROBOREDO (OAB 89774/SP) - Processo 0634383-71.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco Santander Brasil S/A - EXECUTADO: Transportadora Monte Sião Ltda. - Bruno Nascimento de Souza - Tendo em vista a certidão de fl. 99, determino a intimação do autor para dar prosseguimento ao feito, no prazo de 05 dias, sob pena de extinção.

ADV: FRANCISCO RODRIGUES EDEN DO NASCIMENTO (OAB 7487/AM), ADV: LUÍS FERNANDO DE ALMEIDA LORENZONI (OAB 8948/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: TAINAH OLÍMPIO GALAXE (OAB 7927/AM), ADV: SUZANA PINTO LORENZONI (OAB 9155/AM) - Processo 0634623-65.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Ivo Kempes Félix Liberal - REQUERIDO: Manaus Aerotáxi Participações Ltda. - DENUNCIADO: Erick Evangelhista da Costa Pessoa - Aldacina Malheiros da Costa - Eliane Malheiros da Costa - Elisabete do Carmo Malheiros da Costa - Erlane Malheiros da Costa - Evangelhista da Costa - Evangelhista da Costa Júnior - Yan da Costa Liberal - Paulo Afonso Liberal Neto e outro - REQUERIDO: Swiss Re Corporate Solutions Brasil Seguros S/A - Diante a nova disposição contida no art. 357, I, e II, do NCPC, determino a intimação das partes, para que se manifestem no prazo de 05 (cinco) dias se pretendem produzir provas em de audiência de instrução, ou requeiram o julgamento antecipado da lide, na forma do art. 355, I, do CPC.

ADV: RAQUEL NATALINA BRITO SILVA (OAB 10323/AM) - Processo 0635453-26.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum - Seguro - REQUERENTE: Sandro de Souza Malveira - REQUERIDO: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A - PERITO: Instituto Médico Legal - IML - Tendo em vista a certidão de fl. 129, determino a intimação do autor, via correio, para dar prosseguimento ao feito, no prazo de 05 dias, sob pena de extinção por abandono.

ADV: PAULO SÉRGIO LOPES GONÇALVES (OAB 281005/SP), ADV: HELEN SUSANE MACHADO DE MIRANDA (OAB 7627/AM), ADV: BONIEK PEREIRA DA SILVA (OAB 8303/AM) - Processo 0635787-94.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco da Amazônia S/A - EXECUTADO: Hotel R. D. Ltda. - ME - Roberta Anunciação Marques - Rodrigo Demétrio Anunciação Marques - Manifeste-se o autor acerca do AR negativo de fl. 225 dos autos, no prazo de 05 dias.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: LÍGIA DE SOUZA FRIAS (OAB 1074A/AM) - Processo 0636940-31.2017.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Paulo Cezar Christiano Fortunato da Silva - Tendo em vista que já se esgotaram as tentativas de localização da parte requerida, consoante consultas de fls. 47/48 e fls. 51/53, defiro o pedido de fls. 66/68 dos autos. Expeça-se o competente edital de citação, consoante solicitado. Intime-se a autora para efetuar o pagamento das custas do edital, consoante Portaria nº 116/2017.

ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM), ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM) - Processo 0637279-92.2014.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - EXECUTADO: Mário Jorge Lira de Oliveira - Manifeste-se a autora acerca do Detalhamento de Ordem Judicial de Requisição de Informações de fls. 80/81 dos autos, no prazo de 05 dias.

ADV: JONATHAS MACIEL DE MENEZES (OAB 11140/AM) - Processo 0637822-56.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Interpretação / Revisão de Contrato - REQUERENTE: P. H. D. Comércio de Alimentos e Cosméticos Ltda. - ME (Mercadinho Big Boi) - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Tendo em vista a certidão de fl. 60, determino a intimação da autora para dar prosseguimento ao feito, no prazo de 05 dias, sob pena de extinção por abandono.

ADV: LUCIANA RODRIGUES PINTO (OAB 9164/AM), ADV: CAROLINE FUGOLARI FREITAS (OAB 11135/AM), ADV: NATALIE MAGALHÃES COUTINHO (OAB 12334/AM), ADV: THAMIRES LEMOS DE MATTOS (OAB 12344/AM) - Processo 0638205-39.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Despejo para Uso Próprio - REQUERENTE: Manaus Shopping São José Ltda. - REQUERIDA: Nayara Carvalho Caldeira - Nayron Brendo Carvalho Caldeira - I- Defiro em parte os pedidos de fls. 162 dos autos. II- Proceda-se a consulta via sistema BACENJUD, consoante solicitado.

ADV: LUIZ AUGUSTO DOS SANTOS PORTO (OAB 6168/AM), ADV: LETÍCIA SANT'ANA XAVIER (OAB 12994/AM), ADV: CARLA CONDÉ MARQUES E OLIVEIRA ARAÚJO (OAB 9186/AM), ADV: CARLA DAYANY LUZ ABREU (OAB 7038/AM) - Processo 0638245-16.2018.8.04.0001 (apensado ao processo 0624759-61.2018.8.04.0001) - Embargos à Execução - Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução - EMBARGANTE: Carine Daniele da Luz - Thiago da Silva Freitas - Dilene da Silva Freitas - EMBARGADO: Condomínio Residencial Life Ponta Negra - Na forma do art. 920, do CPC, dou-me em condições de conhecer diretamente do pedido.

ADV: CAROLINA ALBUQUERQUE DO VALLE (OAB 8112/AM), ADV: ANDRADE GC ADVOGADOS (OAB 5797/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM) - Processo 0638374-55.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Bazilio Frasco Vianez - REQUERIDO: Construtora Capital S/A - PERITO: Newton Carlos Heinrich de Oliveira - Manifestem-se as partes acerca do laudo pericial de fls. 417/450 dos autos, no prazo de 05 dias.

ADV: GERALDO HENRIQUE DUTRA DE MAGALHÃES (OAB 11072/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: ÉRICO VIDAL ROTONDANO (OAB 10709/AM), ADV: HENRIQUE LIMA MARINHEIRO (OAB 9324/AM), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM) - Processo 0638392-

13.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Maria Luzilda Cativo Pereira - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Intime-se o Executado, através do sistema de convênios para citações e Intimações a Empresas e Entes Públicos, na forma do art. 513, §2º do CPC, para efetuar o pagamento voluntário da dívida nos termos da sentença exequenda, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 523, caput, do CPC. Não ocorrendo pagamento voluntário, o débito será acrescido de multa no equivalente a 10% (dez por cento), nos termos do art. 523, §1º. Fixo os honorários de advogado, pelo cumprimento de sentença, no equivalente a 20% (vinte por cento), da dívida atualizada, nos termos do art. 85, §1º, c/c art. 523, §1º, do CPC. Autorizo a realização de penhora via Bacenjud, nos termos do art. 523, §3º do CPC, desde que o credor apresente o demonstrativo de débito atualizado, bem como o comprovante de pagamento das custas com a consulta, nos termos da Tabela III, da Portaria Nº 116/2017 - PTJ (DJe 24/01/2017). Advirto ao Executado que, optando por apresentar impugnação ao cumprimento de sentença, deverá juntar o comprovante de pagamento das custas do incidente, nos termos da Tabela II, da Portaria Nº 116/2017 - PTJ (DJe 24/01/2017). Após, dê-se vista ao Exequente. Cumpra-se.

ADV: IVO PEREIRA (OAB 143801/SP) - Processo 0638686-02.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Porto Seguro - Portoseg S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - REQUERIDO: Leonardo do Socorro Serra Nascimento - I- Tendo em vista o pedido de fl. 341, determino a transferência dos valores bloqueados às fls. 336/338 para a conta única deste Juízo. II- Consoante Portaria 116/217 - PTJ, tabela III, item 9 (atos processuais), intime-se o autor para, no prazo de 5 (cinco) dias, efetuar o pagamento das custas acerca da requisição de informações eletrônicas. Após, proceda-se a consulta via sistemas INFOJUD e RENAJUD, consoante solicitado.

ADV: MARA MÔNICA VIEIRA JUCÁ (OAB 5382/AM), ADV: LUCIANO RADAELLI (OAB 8565/AM), ADV: ANTÔNIO JOSÉ BATISTA NOGUEIRA (OAB 6834/AM), ADV: FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES (OAB 76696/MG), ADV: MÁRCIO FERREIRA JUCÁ (OAB 2172/AM), ADV: QUEILA COELHO DE SOUZA (OAB 7931/AM) - Processo 0639338-48.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Cristiane Reis Alfaia Santiago - REQUERIDO: Concessionárria Fiat Via Marconi Veículos Ltda. (Cachoeirinha) - Fiat Automóveis Ltda. - Ex positis, e por tudo mais que constam dos autos, com supedâneo no artigo 487, I, do CPC, JULGO IMPROCEDENTE os pedidos formulados por Cristiane Reis Alfaia Santiago, contra Via Marconi Veículos Ltda e FCA Fiat Chrysler Automóveis do Brasil Ltda. Condeno a Autora pagamento de custas processuais e honorários advocatícios ao patrono de cada uma das Requeridas, os quais fixo em 10% sobre o valor da causa, observando-se os benefícios da justiça gratuita. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: RUI GUILHERME MODESTO BORGES (OAB 11829/AM), ADV: MANOEL ARCHANJO DAMA FILHO (OAB 700A/AM), ADV: ANDRÉA CRISTINA DA COSTA LE SUEUR (OAB 6161/AM) - Processo 0639832-73.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - REQUERIDO: José Roberto Queiroz Rodrigues - DEPOSFIEL: Wesley Pereira da Costa - Determino a remessa do feito ao CEJUSC Cível, setor responsável pela realização de sessões, audiências de conciliação, mediação e pelo desenvolvimento de programas destinados a auxiliar, orientar e estimular a autocomposição, para os fins dos arts. 165 a 175, todos do NCPC.

ADV: HIRAN LEÃO DUARTE (OAB 10422/CE), ADV: ELIETE SANTANA MATOS (OAB 10423/CE) - Processo 0640026-73.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Honda S/A - REQUERIDO: Alciney Corrêa Soares - Defiro o pedido de fl. 43 dos autos. Concedo ao autor, o prazo de 30 (trinta) dias, consoante solicitado.

ADV: TRAJANO BASTOS DE OLIVEIRA NETO FRIEDRICH (OAB 964A/AM) - Processo 0640405-82.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: HDI Seguros S/A - REQUERIDO: Medsys Amazonas Ltda. - EPP - Eduardo Henrique Alves Vieira - Intime-se o autor, na pessoa de seu patrono para fundamentar melhor seu pedido de fl. 132 dos autos, no prazo de 05 dias.

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM) - Processo 0640450-23.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - EXECUTADO: H e H COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTOS LTDA ME (JG SUPERMERCADOS) - HASSEM FERREIRA SALOMÃO - HELLEN CRISTINA P. BABROSA - Manifeste-se o autor acerca do Detalhamento de Ordem Judicial de Requisição de Informações de fls. 76/80, dos autos, no prazo de 05 dias.

ADV: JOÃO BOSCO DE ALBUQUERQUE TOLEDANO (OAB 1456/AM) - Processo 0641159-24.2016.8.04.0001 - Monitória - Cheque - REQUERENTE: Mercantil Nova Era Ltda. - REQUERIDO: Adriano Bezerra Agra - ME - Tendo em vista que já se esgotaram as tentativas de localização da parte requerida, consoante consultas de fls. 73/77, defiro o pedido de fls. 103/104 dos autos. Expeça-se o competente edital de citação, consoante solicitado. Intime-se a autora para efetuar o pagamento das custas do edital, consoante Portaria nº 116/2017.

ADV: FÁBIO RIVELLI (OAB 297608/SP), ADV: EDUARDO LUIZ BROCK (OAB 91311/SP), ADV: SOLANO DE CAMARGO (OAB 149754/SP) - Processo 0642111-66.2017.8.04.0001 - Consignação em Pagamento - Pagamento em Consignação - CONSIGNANTE: PSS - Seguridade Social - CONSIGNADO: Amaury Silva dos Santos - Manifeste-se a autora acerca do Detalhamento de Ordem Judicial de Requisição de Informações de fls. 83/85 dos autos, no prazo de 05 dias.

ADV: TAINAH OLÍMPIO GALAXE (OAB 7927/AM), ADV: MAURÍCIO ALEXANDRE DE MENESES PEREIRA, ADV: CECIL VENTURIN DA SILVA (OAB 9361/AM) - Processo 0643692-87.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: José Francisco de Souza - REQUERIDO: ACE Seguradora S/A - PERITO: Maurício Alexandre de Meneses Pereira - Determino a secretaria que proceda a intimação do Sr. Perito, nomeado à fl. 237, para dar inicio a perícia designada.

ADV: ANA LÍVIA DIAS SILVA (OAB 12918/AM) - Processo 0645018-77.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Alessandro Correia Lima - REQUERIDO: Santa Leôncia Empreendimentos Imobiliários Ltda. - Capital Rossi Empreendimentos S/A - SÃO DANIEL EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA - Defiro o pedido de fls. 81/82 dos autos. À secretaria para incluir no polo passivo da demanda a INCORPORADORA SÃO DANIEL EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA Expeça-se a competente carta de citação, no endereço indicado. Custas pagas (fls. 96/97).

ADV: CLAUDIO KAZUYOSHI KAWASAKI (OAB A1117/AM) - Processo 0645867-83.2017.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Banco Itaucard S/A - REQUERIDO: Claudemilson Santos de Souza - Tendo em vista a certidão de fl. 78, determino a intimação da autora para dar prosseguimento ao feito, no prazo de 05 dias, sob pena de extinção por abandono.

ADV: CHARLES RIBEIRO DA SILVA (OAB 5694/AM), ADV: SHEILA BARTOLOTTI RAVEDUTTI (OAB 3809/AM), ADV: MARIA DAS GRAÇAS CARVALHO MONTEIRO (OAB 1964/AM), ADV: IZABHELE LOPES MOURA (OAB 10011/AM) - Processo 0647673-22.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Patrícia Ruiz de Souza - REQUERIDA: Valéria Moreira da Silva - MCW Construções, Comércio e Terraplanagem Ltda. - Aplico ao feito o art. 355, I, do CPC, faculto as partes a apresentação de alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias. Quanto a alegada falsidade de selo eletrônico na escritura de doação, deixo para manifestar-me por ocasião da sentença.

ADV: MARCO ANTÔNIO CRESPO BARBOSA (OAB 115665/SP) - Processo 0649449-57.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - REQUERIDO: Davidson Mariano dos Santos - I- Defiro o pedido de fls. 52 dos autos. II- Consoante Portaria 116/217 - PTJ, tabela III, item 9 (atos processuais), intime-se o autor para, no prazo de 5 (cinco) dias, efetuar o pagamento das custas acerca da requisição de informações eletrônicas. Após, proceda-se o bloqueio do veículo, via sistemas RENAJUD, consoante solicitado.

ADV: MICHELLE DE OLIVEIRA FERREIRA (OAB 20399/PA), ADV: ACÁCIO FERNANDES ROBOREDO (OAB 89774/SP) - Processo 0650103-44.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco Santander Brasil S/A - EXECUTADO: Ilza Mara Oliveira do Monte - ME - Ilza Mara Oliveira do Monte - Ilza Mara Oliveira do Monte - Manifeste-se a autora acerca do Detalhamento de Ordem Judicial de Requisição de Informações de fls. 58/60 dos autos, no prazo de 05 dias.

ADV: CÁRITA MARTINS BORGES PEDROSO (OAB 7310/AM) - Processo 0650623-04.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Valor da Execução / Cálculo / Atualização - REQUERENTE: Cássio Martins Borges - REQUERIDO: Luiz da Silva Campelo - Manifeste-se a autora acerca do Detalhamento de Ordem Judicial de Requisição de Informações de fls. 115/116 dos autos, no prazo de 05 dias.

ADV: PAULO ROGÉRIO ARANTES (OAB 1509/AM), ADV: MARIA GLADES RIBEIRO DOS SANTOS (OAB 2144/AM), ADV: MARCOS RICARDO HERSZON CAVALCANTI (OAB 2324/AM), ADV: JÉSSICA FERREIRA BOTELHO (OAB 6826/AM), ADV: RAFAEL ALLBUQUERQUE GOMES DE OLIVEIRA (OAB 4831/AM), ADV: KARLA FREIXO BRAGA (OAB 3775/AM), ADV: JÚLIA GABRIELA TRINDADE DE MELO (OAB 8074/AM), ADV: ISALTINO JOSÉ BARBOSA NETO (OAB 9055/AM), ADV: VICTORIA DUTRA DE ALENCAR ARANTES (OAB 10316/AM), ADV: PAULO FELIPE SANTOS MAGALHÃES (OAB 11367/AM), ADV: ANDREY FARACHE BARROSO (OAB 12705/AM), ADV: RUBENS SAMUEL BENZECRY NETO (OAB 9212/AM), ADV: MARIA FERNANDA VIANEZ DE CASTRO E CAVALCANTI (OAB 13000/AM) - Processo 0650848-24.2018.8.04.0001 (apensado ao processo 0606800-14.2017.8.04.0001) - Embargos à Execução - Prescrição e Decadência - EMBARGANTE: Ivair Ferreira - Cláudia Helena Carlomagno Ferreira - EMBARGADO: Condomínio Civil do Shopping Ponta Negra - JHSF Manaus Empreendimentos e Incorporações Ltda. - Cite-se os Embargados para responderem aos termos dos presentes Embargos à Execução, no prazo de lei. Cumpra-se.

ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM), ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM) - Processo 0651511-70.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Paulo Eduardo Dourado - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Compulsando os autos, verifico que até a presente data, não houve audiência de conciliação. Posto, isso, determino a remessa do feito ao CEJUSC Cível, setor responsável pela realização de sessões, audiências de conciliação, mediação e pelo desenvolvimento de programas destinados a auxiliar, orientar e estimular a autocomposição, para os fins dos arts. 165 a 175, todos do NCPC

ADV: MOISÉS BATISTA DE SOUZA (OAB 469A/AM), ADV: FERNANDO LUZ PEREIRA (OAB 658A/AM) - Processo 0655252-21.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Pan S/A - REQUERIDO: Adriano Paulino da Silva - Tendo em vista a certidão de fl. 40, determino a intimação do autor para dar prosseguimento ao feito, no prazo de 05 dias.

ADV: KELLY ANNE CORRÊA DE OLIVEIRA (OAB 9330/AM), ADV: KELLY OLIVEIRA - SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA (OAB 9330/AM) - Processo 0655347-51.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - DIREITO DO CONSUMIDOR - REQUERENTE: Marcelo de Oliveira Laranjeira - REQUERIDO: Banco Industrial do Brasil S/A - Manifeste-se o autor acerca da contestação de fls. 86/98 e documentos anexos, no prazo de 15 dias.

ADV: EDINEI LOURENÇO DE CARVALHO (OAB 9689/AM) - Processo 0659211-97.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Cleildo Sousa Serrão - REQUERIDO: Eliezer Leão Gonzales - Compulsando os autos, verifico que a assinatura do recebimento do AR (aviso de recebimento) de fl. 316, é de pessoa que não faz parte da lide. Nos termos do que dispõe o artigo 248, do Código de Processo Civil, a citação pelo correio deverá ser entregue pessoalmente ao citando, de quem deverá ser exigida a assinatura do recibo. Nestes termos, para se ter como válida a citação não basta a simples entrega da carta no endereço do réu, com recebimento por outrem, uma vez que a lei não se contenta com simples presunção da ciência inequívoca do réu citando, acerca dos termos e atos da ação que lhe é movida. Isso porque, o ato processual da citação afigura-se como a base da instauração da relação jurídica processual, e como corolário, do julgamento da causa, traduzindo providência necessária à realização do princípio do contraditório e da ampla defesa, sendo imprescindível à constituição e desenvolvimento válido do processo. Ademais, o ato citatório, para alcançar suas finalidades, deve ser cumprido em estrita observância às exigências legais, sob pena de viciar toda a demanda. Posto isso, restando verificado que o AR de fls.316, não foi entregue na pessoa do requerido, sendo assinado por terceiro estranho à lide, determino a renovação do ato citatório, que desta vez deverá ser diligenciado por Oficial de Justiça. Expeça-se o competente mandado de citação.

ADV: AUTON FRANCISCO FURTADO MAIA (OAB 5821/AM), ADV: ROBERTO MARQUES DA COSTA (OAB 4135/AM) - Processo 0660413-12.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Constrição / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens - EXEQUENTE: Condomínio Residencial Vertentes do Tarumã - EXECUTADA: Patrícia de Melo Veloso - Ricardo Alves Grijó - Tendo em vista a certidão de fl. 143, determino a intimação do autor, via correio, para dar prosseguimento ao feito, no prazo de 05 dias, sob pena de extinção.

ADV: ADRIANA ALMEIDA LIMA (OAB 4577/AM) - Processo 0661315-62.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Constrição / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens - EXEQUENTE: Condomínio Residencial Paul Cezanne - EXECUTADO: Claudio do Carmo Chaves - Intime-se o Autor, via correio, para cumprir o despacho de fl. 35, no prazo de 05 dias, sob pena de cancelamento da distribuição. Cumpra-se.

ADV: KÊNIA MÔNIKA ARCANJO DE SOUZA (OAB 6427/AM) - Processo 0662128-89.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Auxílio-Doença Previdenciário - REQUERENTE: Moises Queiroz de Castro - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - Determino que o Autor proceda com a emenda à inicial, devendo indicar o endereço eletrônico das partes, na forma do art. 319, II, CPC, tendo para tanto o prazo de 05 (cinco) dias. Após, voltem-me os autos conclusos para despacho inicial. Cumpra-se.

ADV: CLÓVIS ROBERTO SOARES MUNIZ BARRETO (OAB 2968/AM), ADV: DÉCIO FLÁVIO GONÇALVES TORRES FREIRE (OAB 56543/MG) - Processo 0704412-25.2012.8.04.0001 - Procedimento Comum - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERENTE: Marília Medeiros da Silva - Denise Medeiros dos Santos - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - PERITO: Marcelo Cláudio Barroso de Vasconcelos Dias - INTSSADA: Defensoria Pública do Estado do Amazonas - PERITO: Francisco Batista de Almeida, CRM/AM: 3009 - Tendo em vista a certidão de fl. 235, nomeio perito deste Juízo, o Sr. Francisco Batista de Almeida, CRM nº 3009, com endereço profissional na Clínica Hap Vida, na Av. Duque de Caxias, nº 1905, Bairro Praça 14 de Janeiro, nesta cidade, para fazer a perícia médica para comprovar a extensão dos danos alegados. Tendo em vista que o Autor é beneficiaria da justiça gratuita, fixo os honorários em R$ 1.000,00 (um mil reais), a ser pago pelo e. TJ/AM, conforme artigo 1º e 6º da portaria nº 1.233/TJ-AM. Intime-se o Sr. Francisco Batista de Almeida, para informar a este juízo se aceita o encargo de perito deste juízo, prazo de 10 (dez) dias, e em caso de concordância, devendo, desde já, designar data para realização da perícia.

ADV: HELENITA SILVA BATEMARCO (OAB 2443/AM) - Processo 0704555-14.2012.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Transação - REQUERENTE: Distribuidora de Alimentos Manaos Ltda. - REQUERIDA: E. F. Cantuário - ME - Tendo em vista o AR Negativo de fl.130, determino a intimação da autora, na pessoa de seu patrono dar prosseguimento ao feito, apresentando novo endereço requerendo o que entender de direito, no prazo de 05 dias, sob pena de extinção por abandono.

ADV: DJANE OLIVEIRA MARINHO (OAB 5849/AM) - Processo 0712065-78.2012.8.04.0001 - Procedimento Comum - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Antônio Assunção Saraiva da Silva - REQUERIDA: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A - INTSSADO: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A - Tendo em vista o AR negativo de fl. 319, determino a intimação do patrono do autor para, no prazo de 05 dias, informar o novo endereço do mesmo, sob pena de extinção por abandono.

ADV: JOSÉ WELLINGTON COUTINHO CAMPELO (OAB 6441/CE), ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM), ADV: RAFAEL DE OLIVEIRA PINHO (OAB 22514/CE), ADV: FRANCISCO OSMÍDIO BRÍGIDO BEZERRA LIMA (OAB 5091/CE), ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM) - Processo 0713258-31.2012.8.04.0001 - Procedimento Comum - Interpretação / Revisão de Contrato - REQUERENTE: Iracema Gurgel de Sales - REQUERIDO: HSBC Bank Brasil S/A - Banco Múltiplo - I. O processo encontra-se maduro para julgamento, haja vista que não há necessidade de produzir provas em audiência, pois a matéria de mérito é exclusivamente de direito, razão pelo qual dou-me em condições de conhecer diretamente do pedido, com inteligência do art. 355, I, do NCPC. Cumpra-se.

ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM) - Processo 0715032-96.2012.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A. - EXECUTADO: M. R. Herrera Comercial - Antônio Luis de Sousa Rocha - Mariene R. Herrera - Manifeste-se o autor acerca do Detalhamento de Ordem Judicial de Bloqueio de Valores de fls. 78/79, dos autos, no prazo de 05 dias.

ADV: WELLINGTON FILGUEIRA SAMPAIO (OAB 5308/AM), ADV: JANEYLA SANTOS SUIJKERBUIJK (OAB 5874/AM), ADV: CELSO MARCON (OAB A566/AM) - Processo 0715756-03.2012.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Itauleasing S/A - Cia. Itauleasing de Arrendamento Mercantil - REQUERIDA: Graciete de Araújo Costa - INTSSADO: Juizo de Direito da 2ª Vara da Comarca de Comodoro/MT - De acordo com o art. 85, §14, do CPC, os honorários pertencem ao advogado. Assim, o pedido de cumprimento de sentença deve vir em nome do Advogado Credor e não seu cliente. Portanto, indefiro o cumprimento de sentença na forma como está apresentado. Decorrido o prazo, arquivem-se os autos. Publique-se. Cumpra-se.

ADV: DANIEL PEREIRA DA SILVA NETO (OAB 5055/AM), ADV: LAURA MARIA SANTIAGO LUCAS (OAB 4872/AM), ADV: LUANA DE ASSIS PIRES (OAB 5030/AM) - Processo 0715931-94.2012.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cheque - EXEQUENTE: R. C. Recebíveis Ltda. - EXECUTADO: Telecomunicações do Norte do Brasil Ltda. - Isca Alves Pereira - Wesley Alves Pereira - I. Consoante Portaria 116/2017 - PTJ, tabela III, item 9 (atos processuais), intime-se o autor para, no prazo de 5(cinco) dias, efetuar o pagamento das custas acerca da requisição de informações eletrônicas. Após, proceda-se a consulta via sistemas BACENJUD, consoante solicitado à fls. 156/157 . Cumpra-se.

ADV: MANOEL ROMÃO DA SILVA (OAB 1432/AM), ADV: VICENTE DE PAULO SOARES COELHO (OAB 1144/AM), ADV: ALICE DE AQUINO SIQUEIRA E SILVA (OAB 4564/AM) - Processo 0716090-37.2012.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Inadimplemento - REQUERENTE: Pedro Martins de Menezes Filho & Cia. Ltda. - REQUERIDA: A. M. Medina - EPP - Tendo em vista o AR negativo de fl. 87, determino a intimação dos patronos do autor para, no prazo de 05 dias, informarem o novo endereço do mesmo, sob pena de extinção por abandono.

ADV: ADALBERTO DE ASSIS NAZARÉ SOBRINHO (OAB 2953/AM) - Processo 0718196-69.2012.8.04.0001 (apensado ao processo 0718664-33.2012.8.04.0001) - Notificação - Recuperação judicial e Falência - NOTIFICTE: Regina Benzecry Cal Cunha e Silva - NOTIFICADA: FLS Pompeu - EPP - Florência Lisandra Santos Pompeu - Defiro o pedido de sobrestamento do feito, pelo prazo de 90 dias, consoante requerido à fl. 94. Cumpra-se.

ADV: ADALBERTO DE ASSIS NAZARÉ SOBRINHO (OAB 2953/AM) - Processo 0718196-69.2012.8.04.0001 (apensado ao processo 0718664-33.2012.8.04.0001) - Notificação - Recuperação judicial e Falência - NOTIFICTE: Regina Benzecry Cal Cunha e Silva - NOTIFICADA: FLS Pompeu - EPP - Florência Lisandra Santos Pompeu - Em cumprimento ao despacho de fl. 95.

Acácio Fernandes Roboredo (OAB 89774/SP)
Adalberto de Assis Nazaré Sobrinho (OAB 2953/AM)
Adélcio Carlos Miola (OAB 122246/SP)
Ademário do Rosário Azevedo (OAB 2926/AM)
Adriana Almeida Lima (OAB 4577/AM)
Adriana Ferreira do Nascimento (OAB 5498/AM)
Adriana Lo Presti Mendonça (OAB 3139/AM)
Adriana Moutinho Magalhães Iannuzzi (OAB 8065/AM)
Adson Pinho Pinto (OAB 5850/AM)
Agnaldo Alves Monteiro (OAB 6437/AM)
Aguiberto Camilo Redi (OAB 340B/RO)
Aguinaldo Pereira Dias (OAB 7667/AM)
Alan Santos de Albuquerque (OAB 6815/AM)
Alberto Cordeiro (OAB 173096/SP)
Alda Heloísa Tavares Toledo (OAB 7133/AM)
Aldenir Nilda Pucca (OAB 31770BS/P)
Alessandra de Lima Oliveira (OAB 7547/AM)
Alessandra Moreira Calderani (OAB 211716/SP)
Alex Pfeiffer (OAB 181251/SP)
Alexander Choi Caruncho (OAB 320977/SP)
Alexandre Miranda Lima (OAB 131436/RJ)
Alexandre Viana Freire (OAB 9947/AM)
Alfredo Moacyr Cabral (OAB 341/AM)
Alice de Aquino Siqueira e Silva (OAB 4564/AM)
Alírio Vieira Marques (OAB 3772/AM)
Álvaro Luiz da Costa Fernandes (OAB 831A/AM)
Ana Carolina Sousa Cei (OAB 8349/AM)
Ana Cristina da Silveira Gomes de Freitas (OAB 5763/AM)
Ana Lívia Dias Silva (OAB 12918/AM)
Ana Paula Martins Sgrignoli (OAB 393545/SP)
Ana Rita dos Reis Petraroli (OAB 130291/SP)
Anderson Luiz de Almeida (OAB 4689/AM)
Andrade GC Advogados (OAB 5797/AM)
André Fernandes (OAB 3957/AM)
André Fontolan Scaramuzza (OAB 220482/SP)
Andre Vicente da Silva (OAB 346621/SP)
Andréa Cristina da Costa Le Sueur (OAB 6161/AM)
Andréa Fonseca Oliveira (OAB 5959/AM)
Andreia Bastos da Silva (OAB 6816/AM)
Andreia Luciana Toranzo (OAB 120032/SP)
Andrey Farache Barroso (OAB 12705/AM)
Anelson Brito de Souza (OAB 5342/AM)
Anneson Frank Paulino de Souza (OAB 11981/AM)
Antônio Benedito de Carvalho Ramos (OAB 56012/MG)
Antônio Braz da Silva (OAB 12450/PE)
Antônio Carlos Portante (OAB 101075/SP)
ANTONIO CLAUDIO PINTO FLORES (OAB 583A/AM)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Antônio Dionysio Carvalho Paixão (OAB 900.147/AM)
Antônio Fábio Barros de Mendonça (OAB 2275/AM)
Antônio Humberto Bezerra de Matos Júnior (OAB 8442/AM)
Antônio José Batista Nogueira (OAB 6834/AM)
Antônio Sampaio Nunes (OAB 3912/AM)
Antonio Vinicius Rodrigues de Albuquerque (OAB 9782/AM)
Any Caroliny da silva Ozorio (OAB 8130/AM)
Ariosto Lopes Braga Neto (OAB 1448/AM)
Assurbanipal de Freitas Braga (OAB 8883/AM)
Auton Francisco Furtado Maia (OAB 5821/AM)
Bárbara Antunes Andrade (OAB 10919/AM)
Baudílio Gonzalez Regueira (OAB 139684/SP)
Beatriz Araújo Lima de Castro (OAB 7706/AM)
Boniek Pereira da Silva (OAB 8303/AM)
Breno Dantas Cestaro (OAB 7352/AM)
Bruno Veiga Pascarelli Lopes (OAB 7092/AM)
Bruno Yohan Sousa Gomes (OAB 253205/SP)
Caio Marcelo Gregolin Sampaio (OAB 317046/SP)
Caio Patrick Coelho Silva Andade (OAB 13408/AM)
Camila Mendes Vianna Cardoso (OAB 67677/RJ)
Cárita Martins Borges Pedroso (OAB 7310/AM)
Carla Condé Marques e Oliveira Araújo (OAB 9186/AM)
Carla Cristina Lopes Scortecci (OAB 248970/SP)
Carla Dayany Luz Abreu (OAB 7038/AM)
Carlos Abener de Oliveira Rodrigues (OAB 000.652/AM)
CARLOS ALBERTO BAIÃO (OAB A925AM)
Carlos Antônio de Carvalho Mota (OAB 2155/AM)
Carlos Antônio Rodrigues (OAB 105658/MG)
Carlos Daniel Rangel Barretto Segundo (OAB 5035/AM)
Carmen Karine Steimbach (OAB 8524/AM)
Carolina Albuquerque do Valle (OAB 8112/AM)
Caroline Fugolari Freitas (OAB 11135/AM)
Caroline Pereira de Souza (OAB 6118/AM)

Cássia Luciana da Conceição Rocha (OAB 7819/AM)
Cecil Venturin da Silva (OAB 9361/AM)
Célio Alberto Cruz de Oliveira (OAB 2906/AM)
Celso Antônio da Silveira (OAB 5807/AM)
Celso Marcon (OAB A566/AM)
César Augusto Gomes Monteiro (OAB 9696/AM)
Charles Baccan Júnior (OAB 2823/RO)
Charles Ribeiro da Silva (OAB 5694/AM)
Christiano Pinheiro da Costa (OAB 3542/AM)
Cinthya Feitosa de Souza (OAB 6978/AM)
Cíntia Hossokawa (OAB 7437/AM)
Cláudia Dela Páscoa Toranzo (OAB 115508/SP)
Claudio Kazuyoshi Kawasaki (OAB A1117/AM)
Clóvis Roberto Soares Muniz Barreto (OAB 2968/AM)
Cristian Mendes da Silva (OAB 691A/AM)
Cristiane Bellinati Garcia Lopes (OAB 751A/AM)
CRISTIANE RODRIGUES SILVEIRA (OAB 10838/AM)
Cristiane Santiago de Abreu Cambaia (OAB 174743/SP)
Daniel Alcântara Nastri Cerveira (OAB 200121/SP)
Daniel Augusto Maués Carvalho (OAB 5629/AM)
Daniel Bizerra da Costa (OAB 370538/SP)
Daniel Pereira da Silva Neto (OAB 5055/AM)
Daniella Rodrigues de Araújo (OAB 8199/AM)
Davi Mafra dos Anjos (OAB 9694/AM)
David Azulay Benayon (OAB 8688/AM)
Daysevanda das Graças Brito Dantas (OAB 7003/AM)
Débora Romano (OAB 98602/SP)
Décio Flávio Gonçalves Torres Freire (OAB 56543/MG)
Deuzina de Fátima Ferreira Tupinambá (OAB 2307/AM)
Deyvison Souza Castelo (OAB 9163/AM)
Dimas Santiago de Oliveira (OAB 373220/SP)
Djane Oliveira Marinho (OAB 5849/AM)
Dorcan Rodrigues Lopes Feijó (OAB 88503/SP)
Douglas Aleixo Santos da Cruz (OAB 9426/AM)
Douglas Alves Vilela (OAB 264173/SP)
Douglas Rui Pessoa Reis Aguiar (OAB 11441/AM)
Edemilson Koji Motoda (OAB 231747/SP)
Edinei Lourenço de Carvalho (OAB 9689/AM)
Edson Rosas Júnior (OAB 1910/AM)
Eduardo de Souza Rodrigues (OAB 5559/AM)
Eduardo José Borges Guerra (OAB 5188/AM)
Eduardo Luiz Brock (OAB 91311/SP)
Eduardo Pereira (OAB 34655/MG)
Edyranne Nascimento dos Santos (OAB 11157/AM)
Egberto Hernandes Blanco (OAB 89457/SP)
Eládio Miranda Lima (OAB 86235/RJ)
Elaine Dib Botelho Ribeiro (OAB 8028/AM)
Elaine Figueiró da Silva (OAB 301602/SP)
Eli Marques Cavalcante Júnior (OAB 2881/AM)
Eliana Barbosa Camargo Dias (OAB 49000/MG)
Eliane Pacheco Oliveira (OAB 110823/SP)
Eliete Santana Matos (OAB 10423/CE)
Élio Francisco de Carvalho (OAB 493/AM)
Elizabeth Maciel Nogueira (OAB 76987/SP)
Elizabeth Regina Moraes Matias (OAB 8654/AM)
Elma Farias Borges (OAB 7285/AM)
Emerson Fabrício Nobre dos Santos (OAB 4147/AM)
Érico de Oliveira Gonçalo (OAB 5165/AM)
Érico Vidal Rotondano (OAB 10709/AM)
Eurico Fernandes Alves Júnior (OAB 4456/AM)
Fabiana Caroline Silva (OAB 8019/AM)
Fábio Rivelli (OAB 1119A/AM)
Fábio Rivelli (OAB 297608/SP)
Felipe Gazola Vieira Marques (OAB 76696/MG)
Félix de Melo Ferreira (OAB 3032/AM)
Fernanda Mendes de Souza (OAB 330723/SP)
Fernanda Meyge de Brito (OAB 35105/BA)
Fernanda Pasqualini (OAB 257886/SP)
Fernando Benyhe Júnior (OAB 190210/SP)
Fernando Luz Pereira (OAB 658A/AM)
Flamarion Chagas Benaion (OAB 5697/AM)
Francisco Afonso dos Santos Júnior (OAB 123365/MG)
Francisco Afonso dos Santos Júnior (OAB 872A/AM)
Francisco Alves de Oliveira (OAB 9936/AM)
Francisco Carlos Nunes de Oliveira (OAB 10057/AM)
Francisco de Assis Lelis de Moura Júnior (OAB 20.289/PE)
Francisco Osmídio Brígido Bezerra Lima (OAB 5091/CE)
Francisco Rodrigues Eden do Nascimento (OAB 7487/AM)
Frederico Moraes Bracher (OAB 7311/AM)
Fued Cavalcante Sêmen Neto (OAB 10435/AM)
Gabriela Barreto Lima de Carvalho (OAB 10244/AM)
Genilson Gomes Guimarães (OAB 325395/SP)
Geraldo Fonseca de Barros Neto (OAB 206438/SP)
Geraldo Henrique Dutra de Magalhães (OAB 11072/AM)
Germana Vieira do Valle (OAB 128579/RJ)
Germana Vieira do Valle (OAB 927A/AM)
Gervásio Firmo dos Santos Sobrinho (OAB 14566/BA)
Gilson Luiz da Rocha (OAB 278933/SP)
Gisele dos Reis Marcelino (OAB 365742/SP)
Giselle Falcone Pascarelli Lopes (OAB 3747/AM)
Giselle Fernandes Blank Bueno (OAB 5457/AM)
Giulio Alvarenga Reale (OAB 1006A/AM)
Giulio Alvarenga Reale (OAB 65628/MG)
Glaucia Azevedo Narcelha (OAB 12303/AM)
Gledson Marques de Campos (OAB 174310/SP)
Guilherme da Costa Ferreira Pignaneli (OAB 5546/RO)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Hednaide Alves Cardoso (OAB 123548/MG)
Helen Susane Machado de Miranda (OAB 7627/AM)
Helenita Silva Batemarco (OAB 2443/AM)
Hélida Genari Baccan (OAB 2838/RO)
Heloísa Pontes Maués (OAB 9667/AM)
Helyamara Silva de Medeiros (OAB 6318/AM)
Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB 4018/AM)
Henrique Lima Marinheiro (OAB 9324/AM)
Hilário Silva da C. Santos (OAB 6391/AM)
Hilda Maria Figueiredo Mandato (OAB 5350/AM)
Hildeberto Corrêa Dias (OAB 1127/AM)
Hilderson Farias de Oliveira (OAB 7364/AM)
Hiran Leão Duarte (OAB 10422/CE)
Humberto Lessa de Farias Filho (OAB 10655/AM)
Humberto Rossetti Portela (OAB 91263/MG)
Igor Almeida Rebelo (OAB 7529/AM)
Iran Vieira de Sousa (OAB 5706/AM)
Irapuã Santana do Nascimento da Silva (OAB 341538/SP)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
Isael de Jesus Gonçalves Azevedo (OAB 3051/AM)
Isaltino José Barbosa Neto (OAB 9055/AM)
Ivo Pereira (OAB 143801/SP)
Izabhele Lopes Moura (OAB 10011/AM)
Jaber Calil Nadaf Neto (OAB 5247/AM)
Jander Rubem Souza da Rocha (OAB 7886/AM)
Janeyla Santos Suijkerbuijk (OAB 5874/AM)
Jayme Alves Júnior (OAB 113686/SP)
Jean Carlo Navarro Corrêa (OAB 5114/AM)
Jéssica Ferreira Botelho (OAB 6826/AM)
João Antônio da Silva Tolentino (OAB 002.300/AM)
João Bosco de Albuquerque Toledano (OAB 1456/AM)
João Felippe Rodrigues Neto (OAB 337933/SP)
João Paulo Alves Justo Braun (OAB 184716/SP)
Jonathas Maciel de Menezes (OAB 11140/AM)
Jonny Cleuter Simões Mendonça (OAB 8340/AM)
Jorge Antônio Dantas Silva (OAB 255381A/SP)
Jorge Cardoso Caruncho (OAB 87946/SP)
Jorge Evandro Ferreira (OAB 185904/SP)
Jorge Fernandes Garcia de Vasconcellos Júnior (OAB 2167/AM)
Jorge Henrique Silva de Melo (OAB 7999/AM)
José Alberto Ribeiro Simonetti Cabral (OAB 3725/AM)
José Arnaldo Janssen Nogueira (OAB 1047A/AM)
José Augusto de Rezende Júnior (OAB A1109/AM)
José de Jesus Gouvêa Oliveira Júnior (OAB 10793/AM)
José Estevão Xavier (OAB 8824/AM)
José Lídio Alves dos Santos (OAB 1163A/AM)
José Luís Cantuária dos Reis (OAB 2896/AM)
José Wellington Coutinho Campelo (OAB 6441/CE)
Joselma Rodrigues da Silva (OAB A579/AM)

Joselma Rodrigues da Silva (OAB 579A/AM)
Josemara Souza Diniz da Silva (OAB 7161/AM)
Juan Pablo Ferreira Gomes (OAB 7716/AM)
JUCENIR BELINO ZANATTA (OAB 125881/SP)
Júlia Gabriela Trindade de Melo (OAB 8074/AM)
Juliana Chaves Coimbra Garcia (OAB 4040/AM)
Juliana de Pauli Vasconcelos (OAB 274646/SP)
Júlio César Franco de Souza (OAB 6415/AM)
Júlio de Carvalho Paula Lima (OAB 90461/MG)
Júlio de Carvalho Paula Lima (OAB A1149AM)
Karina de Almeida Batistuci (OAB 685A/AM)
Karla Freixo Braga (OAB 3775/AM)
Katiene Silva Sena (OAB 11329/AM)
Kelly Anne Corrêa de Oliveira (OAB 9330/AM)
Kelly das Neves Leite (OAB 266227/SP)
Kelly Oliveira - Sociedade Individual de Advocacia (OAB 9330/AM)
Kely Cristine Benevides (OAB 3843/RO)
Kênia Mônika Arcanjo de Souza (OAB 6427/AM)
Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM)
Kledson de Moura Lima (OAB 4111/TO)
Klinger Costa (OAB 000.252/AM)
Kristen Roriz de Carvalho (OAB 552A/AM)
Laércio Tristão (OAB 53920/SP)
Laila Jéssica Alencar Costa e Silva (OAB 9572/AM)
Laura Maria Santiago Lucas (OAB 4872/AM)
Leidy Daiana Soutelo Batista (OAB 9413/AM)
Leila Almeida de Sousa (OAB 3734/AM)
Leila Maria Stoppa Pazzini (OAB 254541/SP)
Leiry Maria Padilha de Araújo (OAB 9157/AM)
Leonardo André da Mata (OAB 9126O/MT)
Leonardo Braz de Carvalho (OAB 76653/MG)
Leonardo Kasakevicius Arcari (OAB 278952/SP)
Letícia Sant'ana Xavier (OAB 12994/AM)
Leyla Brasil da Silva (OAB 3.540)
Leyla Viga Yurtsever (OAB 3737/AM)
Lígia de Souza Frias (OAB 1074A/AM)
Louise Rainer Pereira Gionédis (OAB 8123/PR)
Luana de Assis Pires (OAB 5030/AM)
Luana Silva Santos (OAB 16292/PA)
Lucas Emanuel Pires Montenegro (OAB 8001/AM)
Lucélia Gomes Rodrigues de Souza (OAB 10142/AM)
Luciana Caxeixa Alfaia (OAB 7226/AM)
Luciana Nunes da Silva (OAB 139987/SP)
Luciana Rodrigues Pinto (OAB 9164/AM)
Luciana Sezanowski Machado (OAB 25276/PR)
Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB 4732/AM)
Luciano Radaelli (OAB 8565/AM)
Lucilene Maria Gomes Costa (OAB 3948AM)
Lúcio Fábio Cordeiro Ribeiro (OAB 10088/AM)
Luís Albert dos Santos Oliveira (OAB 8251/AM)
Luís Carlos Alves de Almeida Júnior (OAB 161263RJ)
Luís Fernando de Almeida Lorenzoni (OAB 8948/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 104147/MG)
Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB 876/AM)
Luiz Antônio Alves de Souza (OAB 36186/SP)
Luiz Augusto dos Santos Porto (OAB 6168/AM)
Luiz Gonzaga Xavier (OAB 107043/SP)
Manoel Archanjo Dama Filho (OAB 700A/AM)
Manoel Archanjo Dama Filho (OAB A700/AM)
Manoel Romão da Silva (OAB 1432/AM)
Mara Mônica Vieira Jucá (OAB 5382/AM)
Marcelo Candiotto Freire (OAB 346433SP)
Marcio de Souza Polto (OAB 144384/SP)
Márcio Ferreira Jucá (OAB 2172/AM)
Márcio Scariot (OAB 163161/SP)
Marco Antônio Crespo Barbosa (OAB 115665/SP)
Marcondes Fonseca Luniere Júnior (OAB 2897/AM)
Marcos Antônio de Andrade (OAB 79274/SP)
Marcos Antônio Vítor da Silva (OAB 7841/AM)
Marcos Paulo Montalvão Galdino (OAB 152911/SP)
Marcos Ricardo Herszon Cavalcanti (OAB 2324/AM)
Marcos Roberto de Siqueira (OAB 171132/SP)
Maria Carolina Pordeus e Silva Cardoso (OAB 8083/AM)
Maria das Graças Carvalho Monteiro (OAB 1964/AM)
Maria de Nazareth Farias do Nascimento (OAB 003.182/AM)
Maria Fernanda Vianez de Castro e Cavalcanti (OAB 13000/AM)
Maria Glades Ribeiro dos Santos (OAB 2144/AM)
Maria Helena de Oliveira (OAB 130279/SP)
Maria Socorro de Sousa Pereira (OAB 6616/AM)
Maria Suely Muniz da Silva (OAB 1474/AM)
Marilda de Fátima Ferreira Gadig (OAB 95545/SP)
Marília Dias Andrade (OAB 14351/PA)
Mário da Cruz Glória (OAB 4013/AM)
Mário Eurico Amaral Pinto (OAB 4680/AM)
Mário Jorge Oliveira de Paula Filho (OAB 2908/AM)
Mario Mirandola Neto (OAB 268673/SP)
Marizete de Souza Caldas (OAB 6405/AM)
Marlene de Melo (OAB 142466/SP)
Mary Amélia Barros Muniz Tuma (OAB 4566/AM)
Maurício Alexandre de Meneses Pereira
Maurício Coimbra Guilherme Ferreira (OAB 151056S/RJ)
Mauro Allen Bezerra (OAB 2655/AM)
Mauro Celi Martins (OAB 2907/AM)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 877A/AM)
Mauro Roberto Pereira (OAB 78676/SP)
Mayra de Castro Maia Florêncio (OAB 11740/PB)
Melissa de Cássia Lehman (OAB 196516/SP)
Melquisedec Freitas Pantoja (OAB 10412/AM)
Michelle de Oliveira Ferreira (OAB 20399/PA)
Milcyete Braga Assayag (OAB 5006/AM)
Moacyr Jacintho Fereira (OAB 49482/SP)
Mohamad Fahad Hassan (OAB 228151/SP)
Moisés Batista de Souza (OAB 469A/AM)
Moisés Cavalcanti Gouvêa de Oliveira (OAB 5912/AM)
Monique Dominicheli do Nascimento (OAB 273879/SP)
Moysés Roberto Geber Corrêa (OAB 5678/AM)
Naldir Franco Hayden (OAB 957/AM)
Natalie Magalhães Coutinho (OAB 12334/AM)
Nélio Glauber de Souza Aragão (OAB 10807/AM)
Nelson Luiz mestieri de Macedo (OAB 608/AM)
Nelson Luiz Mestieri de Macedo (OAB 608A/AM)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB A598/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Ney Bastos Soares Júnior (OAB 4336/AM)
Nilo Sérgio Gonçalves (OAB 1596/SC)
Nyton Paes de Oliveira (OAB 8448/AM)
Odair Sanches da Cruz (OAB 52773/SP)
Oreste Nestor de Souza Laspro (OAB 98628/SP)
Patrícia Rejane de Brito Alves (OAB 8178/AM)
Paulo de Tarso Mendes Coimbra (OAB 7585/AM)
Paulo Dias Gomes (OAB 2337/AM)
Paulo Felipe Santos Magalhães (OAB 11367/AM)
Paulo Henrique Kurashima (OAB 305617/SP)
Paulo Roberto Arce Nicolau (OAB 8226/AM)
Paulo Rogério Arantes (OAB 1509/AM)
Paulo Rogério Kolenda Lemos dos Santos (OAB 7199/AM)
Paulo Sérgio Lopes Gonçalves (OAB 281005/SP)
Pedro Antônio de Oliveira (OAB 9678/AM)
Pedro de Araújo Ribeiro (OAB 6935/AM)
Philippe Nunes de Oliveira Dantas (OAB 8872/AM)
Priscila Lima Monteiro (OAB 5901/AM)
Priscila Neves Silva Costa (OAB 12879/AM)
Queila Coelho de Souza (OAB 7931/AM)
Rachel Nadaf Papaléo (OAB 5585/AM)
Rafael Allbuquerque Gomes de Oliveira (OAB 4831/AM)
Rafael de Oliveira Pinho (OAB 22514/CE)
Rafael Fernando Tiesca Maciel (OAB 7187/AM)
Rafael Sganzerla Durand (OAB 737A/AM)
Rainier Cardoso (OAB 9835/AM)
Rami Yuri Menezes Gama (OAB 8933/AM)
Raphael Andrade Pires de Campos (OAB 257112/SP)
Raquel Natalina Brito Silva (OAB 10323/AM)
Renato Mulinari (OAB 47342/RS)
Renato Yasutoshi Arashiro (OAB 96238/SP)
Ricardo da Cunha Costa (OAB 5.737/AM)
Ricardo Quass Duarte (OAB 195873/SP)

Ricardo Queiroz de Paiva (OAB 4510/AM)
Risonaldo de Melo Lima Júnior (OAB 6997/AM)
Rivaldo Simões Pimenta (OAB 209676/SP)
Roberta Beatriz do Nascimento (OAB 1164A/AM)
Roberto Carlos Leandro Soares (OAB 7653/AM)
Roberto Guenda (OAB 101856/SP)
Roberto Marques da Costa (OAB 4135/AM)
Roberto Trigueiro Fontes (OAB 692A/AM)
Roberval Emerson Oliveira de Paula Filho (OAB 6721/AM)
Rodrigo Benayon Pontes Serudo (OAB 11132/AM)
Rodrigo Campos Moraes (OAB 11355/MT)
Rodrigo Waughan de Lemos (OAB 3967/AM)
Ronaldo da Silva Gama (OAB 7900/AM)
Rosângela da Rosa Corrêa (OAB 921A/AM)
Rosangela da Silva Pereira (OAB 241456/SP)
Roseli Katsue Sakaguti (OAB 84416/SP)
Rosely Cristina Marques Cruz (OAB 178930/SP)
Rozangela Barbosa Bandeira (OAB 10632/AM)
Rubens Samuel Benzecry Neto (OAB 9212/AM)
Rui Guilherme Modesto Borges (OAB 11829/AM)
Rustene Rocha Monteiro (OAB 11974/AM)
Sabrina Creder Corrêa (OAB 140906/RJ)
Sandra Cristine Cassorla (OAB 119536/SP)
Sandra Regina da Fonseca (OAB 189348/SP)
Serafim Pereira D'Alvim Meirelles Neto (OAB 1694/AM)
Sérgio Galvão de Souza Campos (OAB 56248/SP)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 44698/MG)
Sheila Bartolotti Ravedutti (OAB 3809/AM)
Sidney Levorato (OAB 78957/SP)
Silvana Castro Muniz (OAB 3328/RO)
Solano de Camargo (OAB 149754/SP)
Solon Angelim de Alencar Ferreira (OAB 3338/AM)
Stephany Mary Ferreira Régis da Silva (OAB 53612/PR)
Suelen Cristina Maia de Almeida Albuquerque (OAB 4345/AM)
Suelen Pereira Teixeira Albuquerque (OAB 9699/AM)
Suzana Pinto Lorenzoni (OAB 9155/AM)
Suzel Maria Reis Almeida Cunha (OAB 139210/SP)
Sylla Cherfan Cristo da Costa e Silva (OAB 172605/RJ)
Tainah Olímpio Galaxe (OAB 7927/AM)
Tânia Viazovski (OAB 133667/SP)
Tatiane Camara Besteiro (OAB 177883/SP)
Thales Silvestre Júnior (OAB 2406/AM)
Thalyta Vasconcelos da Silva (OAB 8649/AM)
Thamires Lemos de Mattos (OAB 12344/AM)
Thatiane Tupinambá de Carvalho (OAB 3696/AM)
Theo Eduardo Ribeiro Fernandes Moreira da Costa (OAB 14088O/MT)
Thiago Nobre Rosas (OAB 4773/AM)
Tiago Cardoso Vaitekunas Zapater (OAB 210110/SP)
Timóteo Martins Nunes (OAB 503/RR)
Trajano Bastos de Oliveira Neto Friedrich (OAB 964A/AM)
Valdávia Cardoso (OAB 90557/SP)
Valdecir Fragata Meireles da Silva (OAB 2461/AM)
Valdivino Joaquim Ferreira (OAB 83A/AM)
Vangleys Reis Vianna (OAB 7797/AM)
Vera Lúcia da Silva Matos (OAB 3758/AM)
Vicente Borges da Silva Neto (OAB 106265/SP)
Vicente de Paulo Soares Coelho (OAB 1144/AM)
Victor José Petraroli Neto (OAB 31464/SP)
Victoria Dutra de Alencar Arantes (OAB 10316/AM)
Vito Sasso Filho (OAB 10344/AM)
Vitor Kikuda (OAB 199259/SP)
Vítor Kikuda (OAB 2488A/AM)
Wagner de Oliveira Vieira (OAB 2786/AM)
Walter Marques Siqueira (OAB 11730/GO)
Wellington Filgueira Sampaio (OAB 5308/AM)
Wilna Elizabeth Santiago Cavalcante (OAB 4339/AM)
Wilson Molina Porto (OAB 12790A/MT)
Wilson Molina Porto (OAB 805A/AM)
Wilson Sales Belchior (OAB 17314/CE)
Wiston Feitosa de Sousa (OAB 6596/AM)
Yargo Gosztonyl Vidal (OAB 10415/AM)
Yasmin Condé Arrighi (OAB 211726/RJ)
Yun Ki Lee (OAB 131693/SP)

7ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 7ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0046/2019

ADV: PAULO NEY SIMÕES DA SILVA (OAB 2196/AM), ADV: JOÃO PAULO SIMÕES DA SILVA ROCHA (OAB 5549/AM) - Processo 0010908-40.1996.8.04.0012 (012.96.010908-6) - Processo de Execução - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Jumar Pecas e Acessorios para Veiculos Ltda - RH. Diga o autor como deseja prosseguir com o feito em 15 quinze) dias, inclusive, manifestando-se sobre a(s) pesquisa(s) no(s) sistema(s) judiciário(s). Intime-se. Manaus, 11 de março de 2019. Rosselberto Himenes Juiz de Direito

ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB A737/AM), ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB 737A/AM) - Processo 0031030-92.2005.8.04.0001 (001.05.031030-6) - Cumprimento de sentença - REQUERENTE: BANCO DO BRASIL S/A. - R.H. Nos termos da Lei 4.408/2016 que Regulamenta as custas judicias no âmbito do Poder Judiciário e em conformidade com a tabela 04- Despesas de Processamento Eletrônico, item 09, onde consta "Requisição de informações por meio eletrônico para efetivação de penhora, arresto e obtenção de dados (POR ATO)", no valor de R$ 14,98 (quatorze reais e noventa e oito centavos), Defiro ERIDFT como requerido, condicionando a consulta ao pagamento do valor. Intime-se o(a) Autor(a) a providenciar o pagamento por intermédio da Guia de Recolhimento próprio, disponibilizada no sitio virtual do Tribunal de Justiça do Amazonas (http://www.tjam.jus.br), com a devida comprovação nos autos. Cumpra-se. Manaus, 11 de março de 2019. Rosselberto Himenes Juiz de Direito

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0213539-49.2009.8.04.0001 (001.09.213539-1) - Cumprimento de sentença - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - R.H. Nos termos da Lei 4.408/2016 que Regulamenta as custas judicias no âmbito do Poder Judiciário e em conformidade com a tabela 04- Despesas de Processamento Eletrônico, item 09, onde consta "Requisição de informações por meio eletrônico para efetivação de penhora, arresto e obtenção de dados (POR ATO)", no valor de R$ 14,98 (quatorze reais e noventa e oito centavos), Defiro BACENJUD como requerido, condicionando a consulta ao pagamento do valor. Intime-se o(a) Autor(a) a providenciar o pagamento por intermédio da Guia de Recolhimento próprio, disponibilizada no sitio virtual do Tribunal de Justiça do Amazonas (http://www.tjam.jus.br), com a devida comprovação nos autos. Cumpra-se. Manaus, 11 de março de 2019. Rosselberto Himenes Juiz de Direito

ADV: SERAFIM PEREIRA D'ALVIM MEIRELLES NETO (OAB 1694/AM), ADV: ALFREDO MOACYR CABRAL (OAB 341/AM), ADV: NICOLLE SOUZA DA SILVA (OAB 14839/PA), ADV: BONIEK PEREIRA DA SILVA (OAB 8303/AM), ADV: CHRISTINA CUNHA E SILVA MEIRELLES (OAB 7896/AM) - Processo 0221320-54.2011.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Obrigações - REQUERENTE: Banco da Amazonia S.A - Vistos, Considerando que as informações cadastrais das empresas telefônicas e concessionárias não estão albergadas sob sigilo, bem como, inexistir comprovação nos autos, da recusa de tais empresas em fornecer os dados; Considerando ainda, que os sistemas do BACENJUD, RENAJUD e INFOJUD, são os sistemas mais completos e totalmente disponibilizados ao Poder Judiciário e respectivas partes; Considerando finalmente, que as empresas telefônicas já informaram reiteradamente ao TJ/AM que os dados cadastrais que possuem, não vinculam ENDEREÇOS, mas tão somente CPF dos clientes. Intime-se o autor para informar como deseja prosseguir com o feito.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM) - Processo 0600501-84.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas

Distribuidora de Energia S/A - R.H. Nos termos da Lei 4.408/2016 que Regulamenta as custas judicias no âmbito do Poder Judiciário e em conformidade com a tabela 04- Despesas de Processamento Eletrônico, item 09, onde consta "Requisição de informações por meio eletrônico para efetivação de penhora, arresto e obtenção de dados (POR ATO)", no valor de R$ 14,98 (quatorze reais e noventa e oito centavos), Defiro BACENJUD como requerido, condicionando a consulta ao pagamento do valor. Intime-se o(a) Autor(a) a providenciar o pagamento por intermédio da Guia de Recolhimento próprio, disponibilizada no sitio virtual do Tribunal de Justiça do Amazonas (http://www.tjam.jus.br), com a devida comprovação nos autos. Cumpra-se. Manaus, 11 de março de 2019. Rosselberto Himenes Juiz de Direito

ADV: JOÃO BOSCO DE ALBUQUERQUE TOLEDANO (OAB 1456/AM), ADV: ADRIANA FERREIRA DO NASCIMENTO (OAB 5498/AM), ADV: FERNANDA CABRAL MARQUES (OAB 6755/AM) - Processo 0601281-24.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Inadimplemento - REQUERENTE: Martins Veículos Ltda. - Vistos, Indefiro o pedido de suspensão do feito, uma vez que o requerido não foi citado e a liminar ainda não foi cumprida. Ocorre que essa imbricação lógica implica na falta de pressuposto processual, pois ambas (apreensão e citação) não podem ser dissociadas e devem ser cumpridas. Desse modo, na hipótese de não localização do bem, o credor deve requerer a conversão da ação de busca e apreensão em ação executiva, nos termos do decreto- lei nº911/69 Portanto, intime-se o autor a informar como deseja prosseguir com o feito.

ADV: LOUISE RAINER PEREIRA GIONÉDIS (OAB 8123/PR), ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB A737/AM), ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB 737A/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0601937-83.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - Vistos, Defiro pedido de SERAJUD, que ficará condicionado ao pagamento do valor de R$20,00(vinte reais). Intimo o autor a providenciar a pagamento por intermédio da Guia de Recolhimento próprio, disponibilizada no sitio virtual do tribunal de justiça do amazonas (http:www.tjam.jus.br), com a devida comprovação nos autos, para que assim possa ser expedido o documento.

ADV: WISTON FEITOSA DE SOUSA (OAB 6596/AM), ADV: JULIANO MARTINS MANSUR (OAB 113786/RJ) - Processo 0602041-70.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Direito de Imagem - REQUERENTE: Rodolfo Araujo Andes - REQUERIDO: Sabemi Seguradora S/A - Vistos, Intime-se o requerido para se manifestar sobre a contraproposta do autor de fls.217.

ADV: RENATO TADEU RONDINA MANDALITI (OAB 115762/SP), ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 685A/AM), ADV: ROSANE ROMERO RAVAZI (OAB 8063/AM), ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 9558/AL), ADV: LEONARDO DA SILVA GONÇALVES (OAB 854A/AM) - Processo 0602733-06.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum - Planos de Saúde - REQUERENTE: Luannah Sofia Lobato Carvalho - REQUERIDO: Sulamérica Companhia de Seguro de Saúde - Nos termos do art.1º, inciso XXX da portaria conjunta nº 001/2017-PTJ, INTIMO o recorrido/apelado para contrarrazoar, em 15 (quinze) dias o Recurso de Apelação de fls.429/443. Após as formalidades legais, Remeto os autos ao Tribunal de Justiça.

ADV: KLAUS GIACOBBO RIFFEL (OAB 75938/RS), ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB A737/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0603388-41.2018.8.04.0001 - Monitória - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - Defiro expedição de Carta de Citação no endereço indicado nas fls. 211/212. Intime-se o(a) Autor(a) a providenciar o pagamento das despesas postais, por intermédio da Guia de Recolhimento próprio, disponibilizada no sitio virtual do Tribunal de Justiça do Amazonas (http://www.tjam.jus.br), com a devida comprovação nos autos, para que assim possa ser expedida a devida carta. Cumpra-se.

ADV: PRISCILA LIMA MONTEIRO (OAB 5901/AM) - Processo 0604431-76.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Obrigações - REQUERENTE: Mccr - Atividades Médica Ambulatorial Ltda - Me - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 23/05/2019 às 10:00h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, telefone: 33035246. Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL CITAÇÃO - ADVERTÊNCIAS: Art. 334 do Código de Processo Civil: § 8º O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. § 9º As partes devem estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos. Art. 335 do Código de Processo Civil: O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data: I - da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição; II - do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso I; III - prevista no art. 231, de acordo com o modo como foi feita a citação, nos demais casos. § 1º No caso de litisconsórcio passivo, ocorrendo a hipótese do art. 334, § 6º, o termo inicial previsto no inciso II será, para cada um dos réus, a data de apresentação de seu respectivo pedido de cancelamento da audiência. § 2º Quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso II, havendo litisconsórcio passivo e o autor desistir da ação em relação a réu ainda não citado, o prazo para resposta correrá da data de intimação da decisão que homologar a desistência. Caso V. S.ª não apresente contestação no prazo legal, serão aplicadas as penas de confissão e de revelia, ou seja, serão presumidos aceitos como verdadeiros, todos os fatos articulados pela parte requerente na petição inicial CPC, art. 344); OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

ADV: THAMIRES LEMOS DE MATTOS (OAB 12344/AM) - Processo 0604969-57.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Cíntia Aquino dos Santos - Nos termos do Provimento nº 273-CGJ/AM de 09.06.2016, intimo o (a) autor(a) a providenciar o pagamento das despesas postais , por intermédio da Guia da Recolhimento próprio, disponibilizada no sitio virtual do Tribunal de Justiça do Amazonas (http://www.tjam.jus.br), com a devida comprovação nos autos, para que possa ser expedida a devida carta.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0606102-08.2017.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - RH. Diga o autor como deseja prosseguir com o feito em 15 quinze) dias, inclusive, manifestando-se sobre a(s) pesquisa(s) no(s) sistema(s) judiciário(s). Intime-se. Manaus, 11 de março de 2019. Rosselberto Himenes Juiz de Direito

ADV: LUCÉLIA GOMES RODRIGUES DE SOUZA (OAB 10142/AM), ADV: ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 86415/RJ), ADV: ÁLVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 831A/AM) - Processo 0607935-95.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum - Seguro - REQUERENTE: COSME DAMIAO FERREIRA SANTOS - REQUERIDO: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A - Nos termos do art.1º, inciso XXX da portaria conjunta nº 001/2017-PTJ, INTIMO o recorrido/apelado para contrarrazoar, em 15 (quinze) dias o Recurso de Apelação de fls. 172/183. Após as formalidades legais, Remeto os autos ao Tribunal de Justiça.

ADV: PRISCILA LIMA MONTEIRO (OAB 5901/AM) - Processo 0608671-11.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Duplicata - REQUERENTE: Real Bebidas da Amazônia Ltda. - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 23/05/2019 às 09:00h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, telefone: 33035246. Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL

CITAÇÃO - ADVERTÊNCIAS: Art. 334 do Código de Processo Civil: § 8º O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. § 9º As partes devem estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos. Art. 335 do Código de Processo Civil: O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data: I - da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição; II - do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso I; III - prevista no art. 231, de acordo com o modo como foi feita a citação, nos demais casos. § 1º No caso de litisconsórcio passivo, ocorrendo a hipótese do art. 334, § 6º, o termo inicial previsto no inciso II será, para cada um dos réus, a data de apresentação de seu respectivo pedido de cancelamento da audiência. § 2º Quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso II, havendo litisconsórcio passivo e o autor desistir da ação em relação a réu ainda não citado, o prazo para resposta correrá da data de intimação da decisão que homologar a desistência. Caso V. S.ª não apresente contestação no prazo legal, serão aplicadas as penas de confissão e de revelia, ou seja, serão presumidos aceitos como verdadeiros, todos os fatos articulados pela parte requerente na petição inicial CPC, art. 344); OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

ADV: ARIEL CRISTINA BRAZ MOTA (OAB 13665/AM) - Processo 0608735-21.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: Katia Regina Ferreira Ramos - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 23/05/2019 às 09:30h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, telefone: 33035246. Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL CITAÇÃO - ADVERTÊNCIAS: Art. 334 do Código de Processo Civil: § 8º O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. § 9º As partes devem estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos. Art. 335 do Código de Processo Civil: O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data: I - da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição; II - do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso I; III - prevista no art. 231, de acordo com o modo como foi feita a citação, nos demais casos. § 1º No caso de litisconsórcio passivo, ocorrendo a hipótese do art. 334, § 6º, o termo inicial previsto no inciso II será, para cada um dos réus, a data de apresentação de seu respectivo pedido de cancelamento da audiência. § 2º Quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso II, havendo litisconsórcio passivo e o autor desistir da ação em relação a réu ainda não citado, o prazo para resposta correrá da data de intimação da decisão que homologar a desistência. Caso V. S.ª não apresente contestação no prazo legal, serão aplicadas as penas de confissão e de revelia, ou seja, serão presumidos aceitos como verdadeiros, todos os fatos articulados pela parte requerente na petição inicial CPC, art. 344); OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 12450/PE) - Processo 0609158-78.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - REQUERIDO: Antonio Teixeira de Andrade Neto - Ante o exposto e tudo mais que dos autos consta, DECLARO EXTINTA, nos termos do Art. 485, VIII do CPC. Certificado o trânsito em julgado, dê-se baixa na Distribuição e arquive-se.P. R. I. Cumpra-se.

ADV: RODRIGO FRASSETTO GÓES (OAB 33416/SC), ADV: GUSTAVO RODRIGO GÓES NICOLADELLI (OAB 8927/SC) - Processo 0609504-39.2013.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymorè Crédito Financiamento e Investimento S.A. - R.H. Face a inércia do autor e a inexistência de bens, proceda-se a baixa dos autos. Ressalto que o feito poderá ser desarquivado a qualquer tempo, mediante solicitação da parte interessada com prova da existência de bens ou para diligências nesse sentido.

ADV: PAULO ROBERTO PINHEIRO AMAZONAS (OAB 11243/AM) - Processo 0609886-22.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Alberto Pinheiro de Souza - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 16/05/2019 às 11:30h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, telefone: 33035246. Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL CITAÇÃO - ADVERTÊNCIAS: Art. 334 do Código de Processo Civil: § 8º O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. § 9º As partes devem estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos. Art. 335 do Código de Processo Civil: O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data: I - da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição; II - do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso I; III - prevista no art. 231, de acordo com o modo como foi feita a citação, nos demais casos. § 1º No caso de litisconsórcio passivo, ocorrendo a hipótese do art. 334, § 6º, o termo inicial previsto no inciso II será, para cada um dos réus, a data de apresentação de seu respectivo pedido de cancelamento da audiência. § 2º Quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso II, havendo litisconsórcio passivo e o autor desistir da ação em relação a réu ainda não citado, o prazo para resposta correrá da data de intimação da decisão que homologar a desistência. Caso V. S.ª não apresente contestação no prazo legal, serão aplicadas as penas de confissão e de revelia, ou seja, serão presumidos aceitos como verdadeiros, todos os fatos articulados pela parte requerente na petição inicial CPC, art. 344); OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 104147/MG) - Processo 0609936-24.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Pagamento - REQUERENTE:

Amazonas Distribuidora de Energia S/A - R.H. Nos termos da Lei 4.408/2016 que Regulamenta as custas judicias no âmbito do Poder Judiciário e em conformidade com a tabela 04- Despesas de Processamento Eletrônico, item 09, onde consta "Requisição de informações por meio eletrônico para efetivação de penhora, arresto e obtenção de dados (POR ATO)", no valor de R$ 14,98 (quatorze reais e noventa e oito centavos), Defiro BACENJUD como requerido, condicionando a consulta ao pagamento do valor. Intime-se o(a) Autor(a) a providenciar o pagamento por intermédio da Guia de Recolhimento próprio, disponibilizada no sitio virtual do Tribunal de Justiça do Amazonas (http://www.tjam.jus.br), com a devida comprovação nos autos. Cumpra-se. Manaus, 11 de março de 2019. Rosselberto Himenes Juiz de Direito

ADV: ALEANDRO LIMA DE QUEIROZ (OAB 23008-A/PB) - Processo 0610788-72.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Marinalva Soares Passos - REQUERIDO: Associação Nacional de Aposentados e Pensionistas da Previdência Social - Anapps - Ante o exposto e tudo mais que dos autos consta, DECLARO EXTINTA, nos termos do Art. 485, VIII do CPC. Certificado o trânsito em julgado, dê-se baixa na Distribuição e arquive-se. P. R. I. Cumpra-se.

ADV: MIGUEL DE ARAÚJO BECKMAN (OAB 12909/AM) - Processo 0610888-27.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Sergio Luiz Silva Santos - Vistos, Indefiro o pedido de gratuidade de justiça, uma vez que a concessão do benefício não é automática e, em análise aos autos, verifico que o autor não se enquadra na condição de hipossuficiente que aduz a lei, uma vez que é Delegado da Polícia Civil e em seu contracheque de outubro/2018 (fls. 77) observa-se sua renda mensal na importância de R$ 28.446,93 (bruto) e R$ 12.326,41 (líquido). Assim, o pagamento das custas não importará em prejuízo a seu sustento e de sua família, mesmo porque há a possibilidade de pagamento parcelado. Sendo assim, INTIME-SE o autor para realizar o pagamento das custas processuais, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de cancelamento da Distribuição, nos termos do art. 290 do CPC. Dentro do prazo pagamento, fica facultado o parcelamento das custas, em até 6 parcelas, nos temos do art. art. 98, § 6º do CPC.

ADV: AMANDA DE SOUZA TRINDADE AIZAWA (OAB 5979/AM), ADV: KARINA BROZE NAIMEG GROSSI (OAB 9245/AM) - Processo 0611766-83.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Auxílio-Doença Previdenciário - REQUERENTE: Joaquim Leal Costa - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - Nos termos do art.1º, inciso XXX da portaria conjunta nº 001/2017-PTJ, INTIMO o recorrido/apelado para contrarrazoar, em 15 (quinze) dias o Recurso de Apelação de fls.249/253. Após as formalidades legais, Remeto os autos ao Tribunal de Justiça.

ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB A737/AM), ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB 737A/AM) - Processo 0614090-22.2013.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - R.H. Nos termos da Lei 4.408/2016 que Regulamenta as custas judicias no âmbito do Poder Judiciário e em conformidade com a tabela 04- Despesas de Processamento Eletrônico, item 09, onde consta "Requisição de informações por meio eletrônico para efetivação de penhora, arresto e obtenção de dados (POR ATO)", no valor de R$ 14,98 (quatorze reais e noventa e oito centavos), Defiro BACENJUD como requerido, condicionando a consulta ao pagamento do valor. Intime-se o(a) Autor(a) a providenciar o pagamento por intermédio da Guia de Recolhimento próprio, disponibilizada no sitio virtual do Tribunal de Justiça do Amazonas (http://www.tjam.jus.br), com a devida comprovação nos autos. Cumpra-se. Manaus, 11 de março de 2019. Rosselberto Himenes Juiz de Direito

ADV: CRISTIANE BELLINATI GARCIA LOPES (OAB 751A/AM) - Processo 0618215-91.2017.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - Vistos, Constata-se que este juízo tomou todas as providências possíveis visando auxiliar o autor na localização do réu, mas as diligências restaram negativas. Na ação de busca e apreensão tanto a citação, como também o cumprimento da liminar de busca e apreensão se faz necessária, pois essa imbricação lógica implica na falta do pressuposto processual, pois ambas (apreensão e citação) não podem ser dissociadas. É obrigação da parte autora indicar o endereço correto da parte ré para promover o cumprimento da liminar e a consequente citação. De acordo com o art. 240, §§ 2º, do CPC, o prazo de dez dias para a citação somente pode ser prorrogado por, no máximo, noventa dias. Isso porque não deve o processo permanecer eternamente aberto. Outrossim, na hipótese de não localização do bem, o credor deve requerer a conversão da ação de busca e apreensão em ação executiva, nos termos do Decreto-lei nº 911/69. Indefiro o pedido de suspensão do processo, assim, assino um prazo de 10 dias para que o autor promova diligências úteis nesse sentido, sob pena de extinção do feito, sem resolução do mérito, nos termos do artigo 485, incisos IV, do Código de Processo Civil.

ADV: ALFREDO JOSÉ BORGES GUERRA (OAB 2668/AM) - Processo 0620642-32.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Condomínio - REQUERENTE: CONDOMINIO DO EDIFICIO CASTELLI - Nos termos do art. 1º, XXVI do Provimento nº 63/02-CGJ, INTIME-SE o autor para se manifestar sobre as pesquisas nos sistemas judiciário, no prazo de cinco dias. Manaus, 11 de março de 2019 Adilson José da Silva Oliveira Escrivão

ADV: JULIANA CHAVES MOURA (OAB 8901/AM) - Processo 0620672-38.2013.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - EXEQUENTE: SELENETUR AGENCIA TURISMO LTDA - RH. Diga o autor como deseja prosseguir com o feito em 15 quinze) dias, inclusive, manifestando-se sobre a(s) pesquisa(s) no(s) sistema(s) judiciário(s). Intime-se. Manaus, 11 de março de 2019. Rosselberto Himenes Juiz de Direito

ADV: MILCYETE BRAGA ASSAYAG (OAB 5006/AM) - Processo 0621415-77.2015.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Dermilson Antonio Maceno Neto - REQUERIDO: Israel Alves de Oliveira - Ante o exposto e tudo mais que dos autos consta, DECLARO EXTINTA, nos termos do Art. 485, III e IV do CPC, REVOGO a liminar concedida e defiro expedição de ofício para a retirada de restrições do veículo junto ao DETRAN. Certificado o trânsito em julgado, dê-se baixa na Distribuição e arquive-se. P. R. I. Cumpra-se.

ADV: LUCIANA RODRIGUES PINTO (OAB 9164/AM), ADV: NATALIE MAGALHÃES COUTINHO (OAB 12334/AM) - Processo 0623051-78.2015.8.04.0001 - Arresto - Constrição / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens - REQUERENTE: DW SECURITIZADORA DA AMAZÔNIA S/A - RH. Diga o autor como deseja prosseguir com o feito em 15 quinze) dias, inclusive, manifestando-se sobre a(s) pesquisa(s) no(s) sistema(s) judiciário(s). Intime-se. Manaus, 11 de março de 2019. Rosselberto Himenes Juiz de Direito

ADV: DANTE MARIANO GREGNANIN SOBRINHO (OAB 31618/SP) - Processo 0625027-52.2017.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Administradora de Consórcio Nacional Honda Ltda. - REQUERIDO: Cleiton Santos Duarte - Ante o exposto e tudo mais que dos autos consta, REVOGO a liminar concedida e DECLARO EXTINTA, nos termos do Art. 485, III e IV do CPC. Certificado o trânsito em julgado, dê-se baixa na Distribuição e arquive-se. P. R. I. Cumpra-se.

ADV: AMANDA DE OLIVEIRA LOPES (OAB 13271/AM), ADV: MÔNICA VICENTE TAKETA (OAB 7988/AM) - Processo 0625583-20.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Locação de Imóvel - REQUERENTE: Yacov Machado Costa Ferreira - REQUERIDA: Maria Angela Holanda dos Santos - Vistos, Intimem-se as partes para apresentarem as provas que desejam produzir.

ADV: YONETE MELO DAS CHAGAS (OAB 8827/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: PENÉLOPE ARYADNE ANTONY LIRA (OAB 7357/AM) - Processo 0626107-17.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Luciana Pereira Guedes - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Nos termos do art.1º, inciso XXX da portaria conjunta nº 001/2017-PTJ, INTIMO o recorrido/apelado para contrarrazoar, em 15 (quinze) dias o Recurso de Apelação de fls. 462/484. Após as formalidades legais, Remeto os autos ao Tribunal de Justiça.

ADV: ANA HELLEN BRANDÃO FURTADO (OAB 8509/AM), ADV: NELSON CLAY FERNANDES TAVARES (OAB 8453/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: DIOGO HENRIQUE VIEIRA BARRETO (OAB 9487/AM)

- Processo 0626672-78.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Bancários - REQUERENTE: Maria das Graças Gondim Doce - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Nos termos do art.1º, inciso XXX da portaria conjunta nº 001/2017-PTJ, INTIMO o recorrido/apelado para contrarrazoar, em 15 (quinze) dias o Recurso de Apelação de fls.395/441. Após as formalidades legais, Remeto os autos ao Tribunal de Justiça.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM) - Processo 0628831-28.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERIDO: Eletrobrás Amazonas Energia e outro - Vistos, Intimem-se as partes para apresentarem as provas que desejam produzir.

ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: VANESSA MAYARA BRAZ NOVAES (OAB 8573/AM), ADV: RODRIGO BENAYON PONTES SERUDO (OAB 11132/AM), ADV: ANDRADE GC ADVOGADOS (OAB 5797/AM) - Processo 0629443-34.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: CINTIA GALUCIO SILVA e outro - REQUERIDO: DIRECIONAL ENGENHARIA S/A - Onix Empreendimentos Imobiliários Ltda. - Nos termos do art.1º, inciso XXX da portaria conjunta nº 001/2017-PTJ, INTIMO o recorrido/apelado para contrarrazoar, em 15 (quinze) dias os Recursos de Apelação de fls.337/478. Após as formalidades legais, Remeto os autos ao Tribunal de Justiça.

ADV: THIAGO ALMEIDA REBELLO (OAB 12327/AM), ADV: RAQUEL TINÔCO NÉIA (OAB 10222/AM) - Processo 0630966-76.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Raimundo Nonato de Souza - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Vistos, Intimem-se as partes para apresentarem as provas que desejam produzir.

ADV: RISONALDO DE MELO LIMA JÚNIOR (OAB 6997/AM) - Processo 0632427-83.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Constrição / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens - EXEQUENTE: Condomínio do Conjunto Habitacional Ariranhas - RH. Diga o autor como deseja prosseguir com o feito em 15 quinze) dias, inclusive, manifestando-se sobre a(s) pesquisa(s) no(s) sistema(s) judiciário(s). Intime-se. Manaus, 11 de março de 2019. Rosselberto Himenes Juiz de Direito

ADV: JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (OAB 1047A/AM), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG) - Processo 0635443-16.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco do Brasil S/A - RH. Diga o autor como deseja prosseguir com o feito em 15 quinze) dias, inclusive, manifestando-se sobre a(s) pesquisa(s) no(s) sistema(s) judiciário(s). Intime-se. Manaus, 11 de março de 2019. Rosselberto Himenes Juiz de Direito

ADV: KELSON GIRÃO DE SOUZA (OAB 7670/AM), ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM), ADV: NATHALIA PEREIRA LEITE VILELA TEIXEIRA (OAB 167006/RJ), ADV: LUIZ GUSTAVO FERNANDES DA COSTA (OAB 149048/MG) - Processo 0636740-87.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Perdas e Danos - REQUERENTE: Gean Barroso da Silva - REQUERIDO: Banco Bonsucesso Consignado S/A - R. H. Afigura-se cabível o julgamento antecipado da lide, eis que desnecessária a produção de provas em audiência (CPC, art. 355, I) devendo o juízo velar pela rápida solução do litígio (CPC, art. 139, II). Decorrido o prazo, sem manifestação recursal, inicia-se prazo de 15 (quinze) dias para as alegações finais. Após, voltem-me os autos concluso para sentença.

ADV: WANDERLEY ROMANO DANADEL (OAB 78870/MG) - Processo 0637078-61.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - R. H. Afigura-se cabível o julgamento antecipado da lide, considerando a revelia do requerido (CPC, art. 355, II) . Publique-se. Decorrido o prazo sem manifestação recursal, voltem-me os autos conclusos para sentença. Manaus, 11 de março de 2019. Rosselberto Himenes Juiz de Direito

ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE) - Processo 0637353-10.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Interpretação / Revisão de Contrato - REQUERENTE: Joana D'arc Cruz da Silva - REQUERIDO: Banco Industrial do Brasil S/A - Vistos, Intimem-se as partes para apresentarem as provas que desejam produzir.

ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM) - Processo 0637582-04.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S A - R.H. Nos termos da Lei 4.408/2016 que Regulamenta as custas judicias no âmbito do Poder Judiciário e em conformidade com a tabela 04- Despesas de Processamento Eletrônico, item 09, onde consta "Requisição de informações por meio eletrônico para efetivação de penhora, arresto e obtenção de dados (POR ATO)", no valor de R$ 14,98 (quatorze reais e noventa e oito centavos), Defiro INFOJUD, para encontrar endereço atualizado, ERIDFT, para encontrar bens passiveis de penhora, condicionando a consulta ao pagamento do valor. Intime-se o(a) Autor(a) a providenciar o pagamento por intermédio da Guia de Recolhimento próprio, disponibilizada no sitio virtual do Tribunal de Justiça do Amazonas (http://www.tjam.jus.br), com a devida comprovação nos autos. Cumpra-se. Manaus, 11 de março de 2019. Rosselberto Himenes Juiz de Direito

ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB A598/AM), ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB A737/AM) - Processo 0638067-38.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco do Brasil S/A - Vistos, Defiro os pedidos de fls.266 mediante pagamento. Intime-se o autor para o pagamento bem como para informar o endereço das administradoras a qual se refere. Cumpra Manaus, 11 de março de 2019. Rosselberto Himenes Juiz de Direito

ADV: FRANCISCO DUQUE DABUS (OAB 4629/AC), ADV: JAKSON WAGNER RODRIGUES SANTOS (OAB 226132/SP) - Processo 0638560-15.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Itaucard S/A - R.H. Sem informações do advogado. Intime-se o autor para manifestar interesse no prosseguimento do feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de extinção e arquivamento.

ADV: BRUNO HENRIQUE DE OLIVEIRA VANDERLEI (OAB 21678/PE) - Processo 0639316-87.2017.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco J. Safra S/A - De acordo com o Provimento nº 261-CGJ/AM .Intimo o Autor a proceder o pagamento do boleto eletrônico referente as custas da diligencia do Oficial de Justiça, com a devida comprovação nos autos, para que possa ser gerado o devido mandado.

ADV: ELAINE BONFIM DE OLIVEIRA (OAB 336A/CE), ADV: CELSO MARCON (OAB A566/AM) - Processo 0639417-61.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - De acordo com o art. 1°, inciso XXXV, do provimento de n.° 63/02-CGJ nos termos do art.203, § 4º do NCPC. Abro vista ao Autor para se manifestar sobre a certidão negativa do Sr. Oficial de Justiça.

ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB A737/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0639990-65.2017.8.04.0001 - Monitória - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - Vistos, Defiro pedido de dilação do prazo por 15(quinze) dias.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT) - Processo 0644372-67.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - R. H. Indefiro o pedido de desentranhamento do mandado. Defiro o pedido de expedição de novo Mandado. Intime-se o Requerente para realizar o pagamento referente as custas do Oficial de Justiça, mediante impressão do boleto bancário diretamente no site do TJ/AM (http://www.tjam.Jus.br/). Após, comprovado o pagamento, expeça-se Mandado para o endereço indicado. Cumpra-se.

ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: MARVYN BORIS DE OLIVEIRA COSTA (OAB 12571/AM), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM) - Processo 0646401-90.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Bancários - REQUERENTE: Ronaldo Freitas dos Santos - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Vistos, Intimem-se as partes para apresentarem as provas que desejam produzir.

ADV: MARVYN BORIS DE OLIVEIRA COSTA (OAB 12571/AM), ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 9558/AL), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM) - Processo 0647726-03.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Bancários - REQUERENTE: Ronaldo Freitas dos Santos - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A e outro - Vistos, Intimem-se as partes para apresentarem as provas que desejam produzir.

ADV: EULAYNE DA SILVA ALVES (OAB 13719/AM) - Processo 0652993-53.2018.8.04.0001 - Petição Cível - Erro Médico - REQUERENTE: Maria de Jesus Souza Carvalho - Vistos, Considerando a petição de fls.115, Defiro pedido para redesignar a audiência de conciliação. REMETAM-SE os autos ao CEJUSC-Cível (Centros Judiciários de Solução de Conflitos) para realização de audiência preliminar de conciliação, conforme previsão do art. 334 c/c 165, ambos do CPC.

ADV: HIRAN LEÃO DUARTE (OAB 10422/CE) - Processo 0656281-09.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Yamaha Motor do Brasil S/A - R.H. Sem informações do advogado. Intime-se o autor para manifestar interesse no prosseguimento do feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de extinção e arquivamento.

ADV: AUTON FRANCISCO FURTADO MAIA (OAB 5821/AM), ADV: ROBERTO MARQUES DA COSTA (OAB 4135/AM) - Processo 0658338-97.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Interpretação / Revisão de Contrato - REQUERENTE: Condomínio Residencial Flex Tapajós - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 16/05/2019 às 11:00h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, telefone: 33035246. Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL CITAÇÃO - ADVERTÊNCIAS: Art. 334 do Código de Processo Civil: § 8º O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. § 9º As partes devem estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos. Art. 335 do Código de Processo Civil: O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data: I - da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição; II - do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso I; III - prevista no art. 231, de acordo com o modo como foi feita a citação, nos demais casos. § 1º No caso de litisconsórcio passivo, ocorrendo a hipótese do art. 334, § 6º, o termo inicial previsto no inciso II será, para cada um dos réus, a data de apresentação de seu respectivo pedido de cancelamento da audiência. § 2º Quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso II, havendo litisconsórcio passivo e o autor desistir da ação em relação a réu ainda não citado, o prazo para resposta correrá da data de intimação da decisão que homologar a desistência. Caso V. S.ª não apresente contestação no prazo legal, serão aplicadas as penas de confissão e de revelia, ou seja, serão presumidos aceitos como verdadeiros, todos os fatos articulados pela parte requerente na petição inicial CPC, art. 344); OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

Adriana Ferreira do Nascimento (OAB 5498/AM)
Aleandro Lima de Queiroz (OAB 23008-A/PB)
Alfredo José Borges Guerra (OAB 2668/AM)
Alfredo Moacyr Cabral (OAB 341/AM)
Álvaro Luiz da Costa Fernandes (OAB 831A/AM)
ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 86415/RJ)
Amanda de Oliveira Lopes (OAB 13271/AM)
Amanda de Souza Trindade Aizawa (OAB 5979/AM)
Ana Hellen Brandão Furtado (OAB 8509/AM)
Andrade GC Advogados (OAB 5797/AM)
André de Souza Oliveira (OAB 5219/AM)
Antônio Braz da Silva (OAB 12450/PE)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Ariel Cristina Braz Mota (OAB 13665/AM)
Auton Francisco Furtado Maia (OAB 5821/AM)
Boniek Pereira da Silva (OAB 8303/AM)
Bruno Henrique de Oliveira Vanderlei (OAB 21678/PE)
Celso Marcon (OAB A566/AM)
Christina Cunha e Silva Meirelles (OAB 7896/AM)
Cristiane Bellinati Garcia Lopes (OAB 751A/AM)
Dante Mariano Gregnanin Sobrinho (OAB 31618/SP)
Diogo Henrique Vieira Barreto (OAB 9487/AM)
Elaine Bonfim de Oliveira (OAB 336A/CE)
Eulayne da Silva Alves (OAB 13719/AM)
Fernanda Cabral Marques (OAB 6755/AM)
Francisco Duque Dabus (OAB 4629/AC)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB A1065/AM)
Gustavo Rodrigo Góes Nicoladelli (OAB 8927/SC)
Hiran Leão Duarte (OAB 10422/CE)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Jakson Wagner Rodrigues Santos (OAB 226132/SP)
João Bosco de Albuquerque Toledano (OAB 1456/AM)
João Paulo Simões da Silva Rocha (OAB 5549/AM)
José Arnaldo Janssen Nogueira (OAB 1047A/AM)
Juliana Chaves Moura (OAB 8901/AM)
Juliano Martins Mansur (OAB 113786/RJ)
Karina Broze Naimeg Grossi (OAB 9245/AM)
Karina de Almeida Batistuci (OAB 685A/AM)
Karina de Almeida Batistuci (OAB 9558/AL)
Kelson Girão de Souza (OAB 7670/AM)
Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM)
Klaus Giacobbo Riffel (OAB 75938/RS)
Leonardo da Silva Gonçalves (OAB 854A/AM)
Louise Rainer Pereira Gionédis (OAB 8123/PR)
Lucélia Gomes Rodrigues de Souza (OAB 10142/AM)
Luciana Rodrigues Pinto (OAB 9164/AM)
Luís Albert dos Santos Oliveira (OAB 8251/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 104147/MG)
Luiz Gustavo Fernandes da Costa (OAB 149048/MG)
Marvyn Boris de Oliveira Costa (OAB 12571/AM)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Miguel de Araújo Beckman (OAB 12909/AM)
Milcyete Braga Assayag (OAB 5006/AM)
Mônica Vicente Taketa (OAB 7988/AM)
Natalie Magalhães Coutinho (OAB 12334/AM)
Nathalia Pereira Leite Vilela Teixeira (OAB 167006/RJ)
Nelson Clay Fernandes Tavares (OAB 8453/AM)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB A598/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Nicolle Souza da Silva (OAB 14839/PA)
Paulo Ney Simões da Silva (OAB 2196/AM)
Paulo Roberto Pinheiro Amazonas (OAB 11243/AM)
Penélope Aryadne Antony Lira (OAB 7357/AM)
Priscila Lima Monteiro (OAB 5901/AM)
Rafael Sganzerla Durand (OAB 737A/AM)
Rafael Sganzerla Durand (OAB A737/AM)
Raquel Tinôco Néia (OAB 10222/AM)
Renato Tadeu Rondina Mandaliti (OAB 115762/SP)
Risonaldo de Melo Lima Júnior (OAB 6997/AM)
Roberto Marques da Costa (OAB 4135/AM)
Rodrigo Barbosa Vilhena (OAB 7396/AM)
Rodrigo Benayon Pontes Serudo (OAB 11132/AM)
Rodrigo Frassetto Góes (OAB 33416/SC)
Rosane Romero Ravazi (OAB 8063/AM)
Serafim Pereira D'Alvim Meirelles Neto (OAB 1694/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 44698/MG)

Thales Silvestre Júnior (OAB 2406/AM)
Thamires Lemos de Mattos (OAB 12344/AM)
Thiago Almeida Rebello (OAB 12327/AM)
Vanessa Mayara Braz Novaes (OAB 8573/AM)
Wanderley Romano Danadel (OAB 78870/MG)
Wilson Sales Belchior (OAB 17314/CE)
Wiston Feitosa de Sousa (OAB 6596/AM)
Yonete Melo das Chagas (OAB 8827/AM)

8ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 8ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0067/2019

ADV: RENATA CAVALCANTE DE MELLO SANTOS (OAB 319070/SP), ADV: FLÁVIA CHRISPIM FERREIRA (OAB 164165/SP), ADV: ANDERSON DE SOUZA LIMA (OAB 10190/AM), ADV: MANOEL DIAS BARBOSA (OAB 6736/AM) - Processo 0209632-51.2018.8.04.0001 (processo principal 0629566-61.2017.8.04.0001) - Incidente de Desconsideração de Personalidade Jurídica - Duplicata - REQUERENTE: Cerealista Matto Grosso Ltda “só Grãos” - REQUERIDO: Matheus Tonin Duarte - Luiz Eduardo de Oliveira Renno e outro - Decido. Sabe-se que a desconsideração da personalidade jurídica apenas se justifica quando restar caracterizado o disposto no art. 50, do Código Civil, somente deve ser aplicada quando estiver demonstrado os pressupostos autorizadores, quais sejam, desvio de finalidade, dissolução irregular da sociedade ou confusão patrimonial. Ressalto que o artigo 50 do Código Civil, ao dispor sobre o instituto da desconsideração da personalidade jurídica, prevê: Art. 50. Em caso de abuso da personalidade jurídica, caracterizado pelo desvio de finalidade, ou pela confusão patrimonial, pode o juiz decidir, a requerimento da parte, ou do Ministério Público quando lhe couber intervir no processo, que os efeitos de certas e determinadas relações de obrigações sejam estendidos aos bens particulares dos administradores ou sócios da pessoa jurídica. Resta claro que o legislador deixou determinado dois requisitos para a desconsideração da personalidade jurídica: o desvio de finalidade ou a confusão patrimonial entre a pessoa jurídica e o seu sócio. Entendo que para que haja a aplicação da desconsideração, é necessária a robusta comprovação da ocorrência do desvio. Compartilho as seguintes jurisprudências, como razão de decidir: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO RECEBIDOS COMO AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA. REQUISITOS. AUSÊNCIA. REEXAME. SÚMULA N.º 7 - STJ. NÃO PROVIMENTO. 1. “Para haver a desconsideração da personalidade jurídica, as instâncias ordinárias devem, fundamentalmente, concluir pela ocorrência do desvio de sua finalidade ou confusão patrimonial desta com a de seus sócios, requisitos objetivos sem os quais a medida torna-se incabível. (Resp: 1098712/RS, Rel. Ministro Aldir Passarinho Júnior, Quarta Turma, Julagdo em 17/06/2010, Dje 04/08/2010) (...) (STJ, EDcl no REsp 1279207/PR, Rel. Ministra Maria Isabel Gallotti, Quarta Turma, Julgado em 02/08/2012, DJe 07/08/2012). Compulsando o processo, verifico que não vieram nos autos provas concretas de que a Executada e seus sócios tivessem agido com abuso da personalidade jurídica que possibilitasse a aplicação do disposto no art. 50 do Código Civil. Constato que, o Exequente interpôs a desconsideração apenas por encontrar outra empresa no endereço da executada e por não ter encontrado saldo em conta bancária vinculada a empresa. Ressalto que ao requerer o incidente da desconsideração da personalidade jurídica, o exequente deve comprovar que houve a caracterização do desvio de finalidade ou confusão patrimonial entre os bens da empresa executada e de seus sócios, para que possa ser deferido o pedido por este juízo, entretanto, a parte não o fez de forma robusta. Saliento que o Exequente pode demonstrar tal prova e requerer novamente a desconsideração da personalidade jurídica demonstrando fortes indicios legais para tanto. Diante o exposto, não havendo a comprovação dos quesitos enumerados no art. 50 do Código Civil, não há motivos para desconsiderar a personalidade jurídica neste momento, motivo pelo o qual INDEFIRO o Incidente da Desconsideração da Personalidade Jurídica. Decorrido o prazo para a interposição de recurso desta decisão sem a sua impugnação, certifique-se nos autos e proceda o seu arquivamento com as cautela de praxe, retornando a execução no processo sob o n.º 0629566-61.2017.8.04.0001.

ADV: CAROLINA MORAIS VERAS (OAB 11144/AM) - Processo 0600527-82.2018.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: Mônica Zimmermann - De ordem, intimo as partes para especificarem provas que ainda pretendam produzir, devendo mencionar qual a sua utilidade para o deslinde da causa. No caso de prova oral, resumidamente, os fatos que com ela pretendem esclarecer. No caso de prova pericial, a utilidade do expediente, indicando a especialidade requerida e quesitos correlatos, sob pena de indeferimento, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: DIAS DOS SANTOS ADVOGADOS (OAB 311/AM), ADV: PAULA PRADA FURQUIM DE CAMPOS (OAB 131634/SP), ADV: NATÁLIA CIRILO DA SILVA ROQUE (OAB 266399/SP), ADV: HUSSEIN WALID ADBDALLAH OWEIS (OAB 309810/SP), ADV: TIAGO DOMINGUES DE ALMEIDA RICCI (OAB 314452/SP), ADV: ROBERVAL EMERSON OLIVEIRA DE PAULA FILHO (OAB 6721/AM), ADV: CINTIA CALABRARO (OAB 155447/SP), ADV: FÁBIO RAIMUNDO (OAB 377245/SP), ADV: FERNANDA NOBREGA PRADO (OAB 225443/SP) - Processo 0601148-16.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Jobson Chagas e Silva Neto - REQUERIDO: Esepo Empreendimento Imobiliario Ltda - Hibride Empreendimentos Imobiliários Ltda. - De ordem, dou ciência às partes do retorno dos autos da superior instância e as intimo para manifestação no prazo de 10 (dez) dias.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT), ADV: FABRÍCIO PERROTTA DA SILVA (OAB 165909/RJ) - Processo 0607615-11.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: Raimundo Guimaraes Lopes - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e outros - De ordem, intimo a parte Apelada para, querendo, oferecer contrarrazões à apelação interposta, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Prazo de (15) quinze dias.

ADV: RAFAEL CÂNDIDO DA SILVA (OAB 6499/AM), ADV: RAFAEL RAPOSO DA CÂMARA AULER (OAB 8000/AM) - Processo 0611000-64.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Locação de Imóvel - REQUERENTE: Maria da Graça Pinto Cardoso Participações Comercial Ltda - De ordem, intimo a parte Exequente para efetuar o pagamento das custas consulta de bens via sistema conveniado InfoJud, conforme portaria 116/17 PTJ/AM, no valor, por ato, de R$ 14,98 (quatorze reais e noventa e oito centavos), via depósito ou transferência, no Banco do Brasil, Agência 3053-8, Conta-Corrente 762.187-6, Cartório da 8.ª Vara Cível, CNPJ n.º 04.395.257/0001-40, identificando o número do processo, no prazo de 10 (dez) dias. Após, com a devida comprovação nos autos, proceda-se a consulta solicitada.

ADV: JOSEMAR BEZERRA DO VALE (OAB 9662/AM), ADV: JOMARA MARTINS ROSAS DO VALE (OAB 10424/AM) - Processo 0618506-28.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum - Aposentadoria por Invalidez Acidentária - REQUERENTE: Maria Telma Freitas do Nascimento - Ante o exposto, e por tudo mais que nos autos constam, JULGO IMPROCEDENTE o pedido inicial e, via de consequência, julgo extinto o processo, com resolução do mérito, com fulcro no art. 487, I, do Código de Processo Civil. Por força do princípio da sucumbência, condeno a Autora em custas e honorários advocatícios que fixo em 10% sobre o valor atualizado da causa, nos termos do art. 85, § 2.° do Código de Processo Civil, devendo ficar suspensa sua exigibilidade em virtude da concessão dos benefícios da gratuidade da justiça, na forma do art. 98, § 3.° do Código de Processo Civil. Oportunamente, DÊ-SE baixa na distribuição e ARQUIVEM-SE os autos com as cautelas de praxe. P.R.I.

ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: HENRIQUE LIMA MARINHEIRO (OAB 9324/

AM), ADV: MARCELO TOSTES DE CASTRO MAIA (OAB 63440/MG), ADV: ALEXANDRE MARTINS DE MENDONÇA (OAB 9107/AM), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM) - Processo 0619003-42.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Álvaro Rocha - REQUERIDO: Banco BMG S/A - De ordem, dou ciência às partes do retorno dos autos da superior instância e as intimo para manifestação no prazo de 10 (dez) dias. Por oportuno, faço a remessa dos autos à Contadoria para cálculo das custas processuais.

ADV: TELMA MARIA SILVA DE MELLO (OAB 10202/AM) - Processo 0626711-75.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Auxílio-Doença Previdenciário - REQUERENTE: Oscar Moreno do Nascimento - Trata-se o presente feito de Ação Previdenciária de Restabelecimento de Benefício por Incapacidade, ajuizado por Oscar Moreno do Nascimento, contra Instituto Nacional do Seguro Social - INSS. Observo que, aberto vista às partes acerca do Laudo Pericial de fls. 51/56, foi constatado que a doença do Requerente não decorre de acidente de trabalho conforme resposta do item “e”, do referido laudo pericial, desta forma, requer, o Requerido, que os autos sejam remetidos à Justiça Federal conforme a preliminar de contestação de fls. 62/64. Decido. De acordo com o disposto no art. 109 da CF/88, assim dispõe: I - as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes, exceto as de falência, as de acidente de trabalho e as sujeitas à Justiça Eleitoral e à Justiça do Trabalho. Assim, tendo em vista que a doença não possui qualquer nexo de causalidade com acidente do trabalho e não sendo compatível com as exceções previstas no artigo supramencionado, entendo pela incompetência deste Juízo para julgar o presente feito. Consequentemente, tal situação torna competente a Justiça Federal para o seu julgamento. Veja-se entendimento jurisprudencial consoante a esta decisão: EMENTA - APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO PREVIDENCIÁRIA - LAUDO PERICIAL QUE AFASTA O NEXO CAUSAL - CAUSA DE NATUREZA NÃO ACIDENTÁRIA - INCOMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL - REMESSA DOS AUTOS À JUSTIÇA FEDERAL - SENTENÇA INSUBSISTENTE - RECURSO PROVIDO. Comprovado pericialmente que a doença incapacitante não decorre de acidente de trabalho, enquadrando-se sua situação na esfera do direito previdenciário comum, não deve ser julgado improcedente o pedido, mas remetido à Justiça Federal, que é competente para o seu julgamento, tendo em vista os princípios da celeridade e da economia processual, e, ainda, da efetiva prestação jurisdicional. (TJ-MS 00654026920108120001 MS 0065402-69.2010.8.12.0001, Relator: Des. Eduardo Machado Rocha, Data de Julgamento: 28/11/2017, 3.ª Câmara Cível). PROCESSUAL CIVIL. RECURSO DE APELAÇÃO. PEDIDO DE CONCESSÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. AUXÍLIO DOENÇA. BENEFÍCIO NÃO DECORRENTE DE ACIDENTE DE TRABALHO. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL. MATÉRIA DE ORDEM PÚBLICA. INCOMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL. ANULAÇÃO DA SENTENÇA. - Se a invalidez da parte autora é decorrente de doença e não de acidente de trabalho, é da Justiça Federal a competência para julgar a presente ação, nos termos do art. 109, da constituição Federal, que pode ser declarada, inclusive de ofício, por se tratar de matéria de ordem pública. - Diante da incompetência da justiça estadual para o julgamento da demanda, impõe-se a anulação da sentença proferida por Juiz Estadual em Comarca que há vara da Justiça federal. - Sentença anulada, com a determinação e remessa dos autos à Justiça Federal. (TJ-AM 02153925920108040001 AM 0215392-59.2010.8.04.0001, Relator: Wellington José de Araújo, Data de Julgamento: 05/02/2017, Segunda Câmara Cível). Ante o exposto, com fulcro nos arts. 109 da CF/88 e 64, §1.º, do CPC, ACOLHO a preliminar de incompetência absoluta da vara de acidentes de trabalho e DETERMINO a remessa destes autos à Justiça Federal para apreciação do mérito, com baixa na distribuição. Cumpra-se.

ADV: LEONARDO FRANCISCO RUIVO (OAB 203688/SP), ADV: HELLEN DA SILVA LIMA DE FREITAS (OAB 10961/AM), ADV: ANNA LUIZA BANDEIRA GUIMARAES MARÇAL (OAB 295620SP), ADV: DAIANE APARECIDA KLAUS (OAB 12860/AM) - Processo 0632912-20.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Jackson Tavares Aquino - REQUERIDO: Jac Motors do Brasil Automóveis S/A e outros - De ordem, intimo a parte Autora para, no prazo de 15 dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT) - Processo 0638964-66.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: Jairo de Jesus Tavares - De ordem, intimo a parte apelada para, querendo, oferecer contrarrazões à apelação interposta, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Prazo de (15) quinze dias.

ADV: DANIEL OCTÁVIO SILVA MARINHO (OAB 4301/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0660436-55.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Antecipação de Tutela / Tutela Específica - REQUERENTE: Gemma Magali Pereira da Silva Rezende - REQUERIDO: Geap Autogestão Em Saúde - De ordem, intimo a parte autora para, no prazo de 15 dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: EUTHICIANO MENDES NUNIZ (OAB A733/AM), ADV: DOUGLAS GOMES DA SILVA (OAB 6980/AM), ADV: MARIZA LUSTOZA RIBEIRO (OAB 6869/AM), ADV: DIEGO CAMPOS (OAB 621A/AM), ADV: YNGRID VENTILARI DE FIGUEIREDO BEZERRA (OAB 4658/AM), ADV: FRANCISCO CHARLES CUNHA GARCIA JÚNIOR (OAB 4563/AM), ADV: CAROLINA RIBEIRO BOTELHO (OAB 5963/AM), ADV: JULIANA CHAVES COIMBRA GARCIA (OAB 4040/AM) - Processo 0708392-77.2012.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Protesto Indevido de Título - REQUERENTE: Unimed de Manaus Cooperativa de Trabalho Médico Ltda. - REQUERIDA: DEPA - Desenvolvimento de Empreendimentos e Participações da Amazônia Ltda - Transexcel Segurança e Transporte de Valores Ltda e outro - De ordem, remeto os autos para à contadoria para verificação de custas processuais.

Alexandre Martins de Mendonça (OAB 9107/AM)
Anderson de Souza Lima (OAB 10190/AM)
Anna Luiza Bandeira Guimaraes Marçal (OAB 295620SP)
Carolina Morais Veras (OAB 11144/AM)
Carolina Ribeiro Botelho (OAB 5963/AM)
CINTIA CALABRARO (OAB 155447/SP)
Daiane Aparecida Klaus (OAB 12860/AM)
Daniel Octávio Silva Marinho (OAB 4301/AM)
Dias dos Santos Advogados (OAB 311/AM)
Diego Campos (OAB 621A/AM)
Douglas Gomes da Silva (OAB 6980/AM)
Euthiciano Mendes Nuniz (OAB A733/AM)
FÁBIO RAIMUNDO (OAB 377245/SP)
Fabrício Perrotta da Silva (OAB 165909/RJ)
FERNANDA NOBREGA PRADO (OAB 225443/SP)
Flávia Chrispim Ferreira (OAB 164165/SP)
Francisco Charles Cunha Garcia Júnior (OAB 4563/AM)
Hellen da Silva Lima de Freitas (OAB 10961/AM)
Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB 4018/AM)
Henrique Lima Marinheiro (OAB 9324/AM)
Hussein Walid Adbdallah Oweis (OAB 309810/SP)
Jomara Martins Rosas do Vale (OAB 10424/AM)
Josemar Bezerra do Vale (OAB 9662/AM)
Juliana Chaves Coimbra Garcia (OAB 4040/AM)
Leonardo Francisco Ruivo (OAB 203688/SP)
Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB 4732/AM)
Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB 876/AM)
Manoel Dias Barbosa (OAB 6736/AM)
Marcelo Tostes de Castro Maia (OAB 63440/MG)
Mariza Lustoza Ribeiro (OAB 6869/AM)
Natália Cirilo da Silva Roque (OAB 266399/SP)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Paula Prada Furquim de Campos (OAB 131634/SP)
Rafael Cândido da Silva (OAB 6499/AM)
Rafael Raposo da Câmara Auler (OAB 8000/AM)
Renata Cavalcante de Mello Santos (OAB 319070/SP)
Roberval Emerson Oliveira de Paula Filho (OAB 6721/AM)
Telma Maria Silva de Mello (OAB 10202/AM)
Tiago Domingues de Almeida Ricci (OAB 314452/SP)
Wilson Molina Porto (OAB 12790A/MT)
Yngrid Ventilari de Figueiredo Bezerra (OAB 4658/AM)

9ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 9ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0076/2019

ADV: ADALBERTO DE ASSIS NAZARÉ SOBRINHO (OAB 2953/AM) - Processo 0215684-97.2017.8.04.0001 (processo principal 0011652-87.2004.8.04.0001) - Cumprimento Provisório de Sentença - Rescisão / Resolução - EXEQUENTE: Odalea Torres Botelho - Adalberto de Assis Nazaré Sobrinho, nos autos devidamente qualificado e representado, ajuizou Cumprimento Provisório de Sentença/PROC em face de Soterra Construtora e Imobiliária Ltda., igualmente qualificado nos autos. Compulsando os autos principais, verifica-se que o mesmo fora extinto pela prescrição do título. Assim, sendo a presente ação dependente da ação principal, mesmo sorte deve seguir, minando os fundamentos da necessidade e utilidade da presente ação. Em assim sendo, detectada a falta de interesse de agir superveniente, julgo EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, nos termos do que dispõe o artigo 485, inciso VI do Código de Processo Civil. Transitada esta em julgado e, observadas as cautelas devidas, dê-se baixa e arquivem-se os presentes. P.R.I.C.

ADV: RODRIGO MOURA FARIA VERDINI (OAB 107477/RJ), ADV: FERNANDA GOMES VIDIGAL SOARES (OAB 125848/RJ), ADV: GUSTAVO CLEMENTE VILELA (OAB 220907/SP), ADV: ROSELI DE CASTRO PISZTER (OAB 4873/AM), ADV: GUSTAVO PINHEIRO GUIMARÃES PADILHA (OAB 178268A/SP), ADV: JORGE HENRIQUE SILVA DE MELO (OAB 7999/AM), ADV: GUSTAVO MOURA AZEVEDO NUNES (OAB 107088/RJ), ADV: SORAIA LIMA ARAÚJO GÓES (OAB 28488/PE) - Processo 0220839-62.2009.8.04.0001 (001.09.220839-9) - Cumprimento de sentença - Obrigações - EXEQUENTE: R.N. Incorporações Ltda - EXECUTADO: Adrianos Marinus Leonardus Suijkerbuiijk - DENUNCIADO: Gafisa Incorporação, Construção e Acabamento S/A - Fica o requerente intimado para, no prazo de 5 (cinco) dias, providenciar o recolhimento das custas, conforme portaria 116/2017. Recolhida as custas, proceda com a pesquisa junto aos sistemas conveniados requerido às fls. 871.

ADV: AMANDA GOUVEIA MOURA (OAB 7222/AM), ADV: ELAISE MOSS PORTELA (OAB 7689/AM), ADV: ISABELLE BENLOLO DE AZEVEDO (OAB 11737/AM), ADV: PEDRO CÂMARA - SOCIEDADE DE ADVOGADOS (OAB 613/AM), ADV: GABRIELA MARINHO ALVES (OAB 13368/AM), ADV: PEDRO CÂMARA JÚNIOR (OAB 2834/AM) - Processo 0242884-79.2017.8.04.0001 (processo principal 0617493-28.2015.8.04.0001) - Cumprimento Provisório de Sentença - Planos de Saúde - REQUERENTE: DAYANE BRANDÃO MATTOS - REQUERIDO: Unimed de Manaus Cooperativa de Trabalho Médico Ltda. - Indefiro o pedido de fls. 279/281, visto que consta nos autos bloqueio de fls.142/143. Intime-se o requerente para, no prazo de 5 (cinco) dias, requerer o quê de direito. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: MONIKE RAMOS RODRIGUES (OAB 7877/AM), ADV: THERSE CATARINE PIRES FIGUEIREDO (OAB 11406/AM), ADV: EDUARDO BONATES DE LIMA (OAB 5076/AM), ADV: CARLOS DANIEL RANGEL BARRETTO SEGUNDO (OAB 5035/AM), ADV: FRANCIMAR RODRIGUES SOARES (OAB 7022/AM), ADV: ÉRICO DE VERÇOSA ROESSING (OAB 7041/AM) - Processo 0252997-97.2014.8.04.0001 (apensado ao processo 0632494-24.2013.8.04.0001) (processo principal 0632494-24.2013.8.04.0001) - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - EXEQUENTE: Caa - Comércio Amazonense de Alumínio Ltda -epp - EXECUTADO: Bambozzi Soldas Ltda. - Defiro o pedido de fls 140/141. Em sendo negativo o resultado, intime-se a exequente para, no prazo de 15 (quinze) dias, indicar bens à penhora, sob pena de extinção do feito.

ADV: JAMILA MARINHO CHEHAD BARBOSA (OAB 2950/AM), ADV: ELAINE DIB BOTELHO RIBEIRO (OAB 8028/AM), ADV: FABIANA CAROLINE SILVA (OAB 8019/AM), ADV: JOÃO BOSCO DE ALBUQUERQUE TOLEDANO (OAB 1456/AM), ADV: ANA RITA LIMA FREIRE (OAB 3056/AM), ADV: DIEGO DOS SANTOS RAMOS (OAB 12503/AM) - Processo 0266708-77.2011.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Posse - REQUERENTE: S.B. Comércio Ltda - REQUERIDO: Vieiralves Imobiliaria Ltda - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: GERMANA VIEIRA DO VALLE (OAB 927A/AM), ADV: ANDREY VICTOR PINTO GUSMÃO (OAB 8046/AM), ADV: CARLOS ALBERTO BAIÃO (OAB A925AM) - Processo 0601200-17.2014.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Itaú Unibanco S/A - EXECUTADO: RUDARY PRESTADORA DE SERVIÇOS DO AMAZONAS LTDA e outro - Ante a decisão de fls. 278 - à Secretaria para o cumprimento do inteiro teor. Após, intime-se o exequente para, no prazo de 10 (dez) dias, providenciar o recolhimento das custas, conforme portaria nº 116/2017. Recolhidas as custas proceda com a pesquisa junto ao Bacenjud. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: HENRIQUE FRANÇA RIBEIRO (OAB 7080/AM), ADV: WALDELINA PEREIRA DUARTE CORRÊA (OAB 1293/AM), ADV: EDSON PEREIRA DUARTE (OAB 3702/AM), ADV: LUCIANA PEDROSA DE MORAES REGO FIGUEIREDO (OAB 2819/AM) - Processo 0601278-35.2019.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Arcoma da Amazônia Indústria e Comércio Ltda. - REQUERIDO: Amazonpostes Industria de Artefatos de Concreto Ltda. - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos art.702, § 5º do CPC, responder aos embargos.

ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: ALEXANDRO MAGNO FERREIRA DE ARAÚJO (OAB 7983/AM), ADV: JOAAB MELO BARBOSA (OAB 8348/AM), ADV: RENATO DE SOUZA PINTO (OAB 8794/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 373659/SP) - Processo 0601793-70.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: José Eliseu Lima da Cruz - REQUERIDO: Banco Industrial do Brasil S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: BRUNO VEIGA PASCARELLI LOPES (OAB 7092/AM), ADV: JORGE EDUARDO DE SOUZA MARTINHO (OAB 5273/AM), ADV: GISELLE FALCONE PASCARELLI LOPES (OAB 3747/AM), ADV: ALICE VIEIRA NUNES (OAB 7323/AM), ADV: RODRIGO FERNANDO DE ALMEIDA OLIVEIRA (OAB 799A/AM), ADV: EMMYLE FALCÃO CARNEIRO (OAB 9971/AM) - Processo 0606382-76.2017.8.04.0001 (apensado ao processo 0600041-39.2014.8.04.0001) - Embargos de Terceiro - Coisas - EMBARGANTE: Frederico Augusto Gama Maués - EMBARGADO: Distrel - Distribuidora Elétrica Ltda - Metro Quadrado Engenharia Ltda - O art. 1º, §2º da Portaria nº 2072/2016-PTJ, assim dispõe: "A impressão, o envio e o protocolo quando dirigidos a setores externos do Poder Judiciário Estadual fica a cargo da parte interessada, salvo situações específicas da Justiça Criminal e dos assistidos pela Defensoria Pública do Estado do Amazonas." Desta feita, intimo a parte interessada para que tome ciência do(s) documento(s) expedido(s) - ofícios nº 273 e 274/2019, remeta-o(s) ao(s) seu(s) destinatário(s), juntamente com cópia da decisão de fls. 39/40 e despacho de fl. 156, e junte, nos presentes autos, o(s) respectivo(s) comprovante(s) de protocolamento. Caso o(s) referido(s) documento(s) seja(m) enviado(s) via postal, solicito ao responsável pelo envio que identifique o número do processo no(s) Aviso(s) de Recebimento (AR), possibilitando a juntada deste(s) no processo correto quando devolvido ao cartório.

ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM), ADV: MARCELO ABDON SOUTO KIZEM (OAB 2138/AM), ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM) - Processo 0607239-54.2019.8.04.0001 (apensado ao processo 0650737-40.2018.8.04.0001) - Embargos à Execução - Liquidação / Cumprimento / Execução - EMBARGANTE: Emg Comercio de Equipamentos e Suprimentos de Informática Eireli Epp - EMBARGADO: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com

o art. 1º, XXIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 15 (quinze) dias, sobre os embargos opostos, consoante art. 920, inc. I, do CPC.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 877A/AM) - Processo 0607642-28.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Exequente para que se manifeste acerca de consulta em fls.200/202 , no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: AMÉRICO VALENTE CAVALCANTE JÚNIOR (OAB 8540/AM) - Processo 0608281-41.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Priscila Stertz - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que complemente as custas postais e junte comprovante de recolhimento, conforme Provimento nº 273/CGJ, levando-se em consideração a quantidade de partes e endereços que deverão constar na(s) carta(s), no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: MANOEL MATOS RODRIGUES (OAB 8791/AM) - Processo 0609933-93.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Levantamento de Valor - REQUERENTE: Lucia Verçosa Farias - Intime-se o Requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, a fim de atender o disposto nos artigos 291, 319 e 320 do CPC, indicando expressamente: 1- os nomes, os prenomes, o estado civil, a existência de união estável, a profissão, o número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, o endereço eletrônico, o domicílio e a residência do autor e do réu; [...] 4- o valor preciso da causa; Decorrido o prazo retro, volte-me conclusos para despacho inicial. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: DANTE MARIANO GREGNANIN SOBRINHO (OAB 31618/SP) - Processo 0611329-13.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Alienação Fiduciária - EXEQUENTE: Disal Administradora de Consórcios Ltda. - De ordem, intimo a parte interessada (exequente) para que, no prazo de 5 (cinco) dias, junte procuração válida com poderes especiais (levantamento de valores) para tal finalidade.

ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598/AM), ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB A737/AM) - Processo 0612045-69.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco do Brasil S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas postais e junte comprovante de recolhimento, conforme Provimento nº 273/CGJ, levando-se em consideração a quantidade de partes e endereços que deverão constar na carta, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: FELIPE NAVEGA MEDEIROS (OAB 217017/SP), ADV: FELIPE NAVEGA MEDEIROS (OAB 165147/MG) - Processo 0613116-77.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Constrição / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens - REQUERENTE: COTEMINAS S.A. - Indefiro o pedido de fls. 1484, em razão de não ter sido esgotado todos os meios de diligências junto aos órgãos aqui conveniados, de tal modo, proceda com a pesquisa junto ao Siel, conforme informações às fls. 25. Fica o exequente intimado para, no prazo de 5 (cinco) dias, providenciar o recolhimento das custas, conforme portaria nº 116/2017. Recolhida as custas proceda com a pesquisa. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ALMERON CAMINHA (OAB 12270/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 1037A/AM), ADV: DAVI FONTENELE DE ALMEIDA (OAB 13125/AM), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE) - Processo 0614521-80.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Bancários - REQUERENTE: Francisco Weberson Ferreira Martins - REQUERIDO: Banco Industrial do Brasil S/A - Defiro o pedido da parte ré e designo audiência de Instrução e Julgamento para o dia 22/04/2019 às 9:00hrs a ser realizada na Sala 1 da 1ª UPJ, localizada no Forum Cível Euza Maria Naice de Vasconcellos. Ressalto ao Banco Requerido que, deverá o mesmo trazer na data designada a mídia a ser reproduzida em audiência, ou comparecer ao cartório deste Juízo para armazená-la. Intimem-se as partes para que compareçam ao ato. Cumpra-se.

ADV: ROBERT LINCOLN DA COSTA AREIAS (OAB 8088/AM), ADV: ENY BITTENCOURT (OAB 29442/BA) - Processo 0615005-95.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - DIREITO DO CONSUMIDOR - REQUERENTE: Daniel Wajnperlach - REQUERIDO: Banco Itaú - Personalité - Compulsando os presentes autos, verifica-se pelo quadro fático que a questão poderá ser resolvida com as provas já produzidas documentalmente e que, portanto, é dispensável a realização de audiência para a oitiva de testemunhas ou a efetivação de perícia. Assim, no caso em tela, o julgamento antecipado de mérito é medida que se impõe, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil. Decorrido o prazo recursal sem apresentação de impugnação própria, façam-me os autos conclusos para sentença. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: JORGE HENRIQUE GONZAGA DIAS JÚNIOR (OAB 9953/AM), ADV: JOSÉ RODRIGO ORESTES DE SOUSA (OAB 9938/AM), ADV: DANIEL SILVA BARROSO (OAB 2965/AM) - Processo 0615798-39.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Adjudicação Compulsória - EXEQUENTE: ONETY DE OLIVEIRA FOURNIER - EXECUTADO: Massimiliano Arcangeli - ELAINE COLETTO DOS SANTOS ARCANGELI e outro - Remetam-se os autos à Contadoria para atualizar o valor da condenação, qual seja: honorários advocatícios de sucumbência no valor de R$ 1.000,00 com correção a contar do arbitramento (19/07/2018) e juros de mora a contar do fim do prazo do art. 523 do CPC (01/10/2018), bem como a correção monetária das custas processuais que foram despendidas pela parte Exequente a contar do pagamento, quais sejam: custas iniciais, fls. 95/96 e fls. 130, sendo que somente sobre essa última verba, qual seja, despesas processuais, é que incidirá os encargos do art. 523, §1º do CPC, conforme REsp 1.757.033. Observe-se ainda que às fls. 214/215, houve penhora de valores em contas bancárias da parte executada. Apresentados os cálculos, intimem-se as partes para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestarem-se sobre os cálculos. Após, voltem-me os autos conclusos para decisão. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: MARCO ANDRÉ HONDA FLORES (OAB 6171/MS), ADV: WALFRAN SIQUEIRA CALDAS (OAB 8915/AM), ADV: CÍNTIA MARTINS DE SOUZA (OAB 4399/AM) - Processo 0622136-92.2016.8.04.0001 - Consignação em Pagamento - Pagamento em Consignação - REQUERENTE: Edwin Araújo Rocha - REQUERIDO: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - De ordem, intimo a parte interessada para que, no prazo de 5 (cinco) dias, indique em nome de quem deverá ser levantado o alvará juntando procuração válida com poderes especiais (levantamento de alvará) para tal finalidade.

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM), ADV: LÚCIA CRISTINA PINHO ROSAS (OAB 5109/AM) - Processo 0622257-23.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Intime-se o exequente para, no prazo de 5 (cinco) dias, efetue o recolhimento das custas de consulta junto aos sistemas conveniados requeridos. Recolhida as custas proceda com as pesquisas. Após volte-me concluso. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG) - Processo 0625171-26.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco do Brasil S/A - Defiro o pedido de fls. 130, expeça-se o competente mando nos termos do pedido. Intime-se e Cumpra-se

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: LÍGIA DE SOUZA FRIAS (OAB 1074A/AM), ADV: LEANDRO FERNANDES CARLOS GOMES (OAB 133221/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0625274-96.2018.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerente para que se manifeste acerca de consulta em fl.94, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: ISANA SILVA GUEDES (OAB 12679/PA), ADV: CLÁUDIO KAZUYOSHI KAWASAKI (OAB 122626/SP) - Processo 0627813-74.2014.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Itaucard S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas finais

pendentes, conforme Guia de Recolhimento Judicial elaborada pelo contador judicial, e junte comprovante de pagamento, no prazo de 15 (quinze) dias. Decorrido o prazo sem que a parte tenha juntado os respectivos comprovantes, os autos serão remetidos ao contador judicial para emissão de Certidão de Dívida e providências necessárias, em conformidade com o art. 2º do Provimento nº 228/2014-CGJ/AM.

ADV: CAROLINE FUGOLARI FREITAS (OAB 11135/AM), ADV: EUKELLY CRISTHIE PENEDO DE OLIVEIRA (OAB 8733/AM), ADV: FABIANNE RIBEIRO HALINSKI (OAB 7059/AM), ADV: IGOR MACEDO FACÓ (OAB 16470/CE) - Processo 0628006-84.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum - Planos de Saúde - REQUERENTE: Ricardo Sampaio Benedetto - REQUERIDO: Hapvida Assistência Médica Ltda. - Fenixsoft Gestão de Softwares e Consignados LTDA (Rede Nova Gestão de Softwares e Consignados Ltda Me) - Trata-se de pedido de tutela de urgência em caráter incidental. Compulsando os autos, verifica-se que a parte Requerente pugna pelo restabelecimento do serviço contratado junto à Requerida HapVida, qual seja, serviço odontológico. Assim, para concessão da liminar vindicada, faz-se necessário analisar a "probabilidade do direito", o "perigo na demora" ou o "risco ao resultado útil do processo", requisitos estes insertos no corpo do próprio art. 300 do Código de Processo Civil. No que tange à probabilidade do direito, verifico seu preenchimento com a juntada do contrato firmado entre as partes, os descontos no contracheque da parte Requerente a interrupção do serviço unilateralmente e a informação prestada pela parte Requerida HapVida de que a mesma teve problemas administrativos junto à segunda Requerida para ter acesso aos beneficiários do plano. Acerca do perigo na demora, também vislumbro a sua existência, na medida em que o serviço contratado era devidamente pago e o autor carece do uso do mesmo, sendo obstruído por possível conflito administrativo dos Requeridos. Diante do exposto, CONCEDO a tutela de urgência pleiteada, determinando que a parte Requerida HapVida restabeleça, no prazo de 10 (dez) dias, o serviço inicialmente contratado pela parte Requerente nos mesmos limites que fazia jus antes do cancelamento, podendo efetuar a cobrança via boletos bancários enquanto está pendente a análise do mérito, sob pena de aplicação de multa diária no valor de R$ 500,00 por dia de descumprimento, até o limite de 15 dias multa. No mais, cumpra-se a decisão de fls.197. Intimem-se.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT) - Processo 0632309-44.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que informe o nome completo da genitora da parte a ser consultada, providência necessária à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM), ADV: LÚCIA CRISTINA PINHO ROSAS (OAB 5109/AM) - Processo 0632572-13.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Exequente para que se manifeste acerca de consulta em fls.172/181 , no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM), ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM) - Processo 0634665-46.2016.8.04.0001 - Monitória - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Banco Bradesco S A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerente para que se manifeste acerca de consulta em fls.153/173, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: LUCIVANE CARLA DA SILVA (OAB 10109/AM), ADV: JOÃO LÚCIO GALVÃO GONÇALVES (OAB 6614/AM) - Processo 0635978-71.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Repetição de indébito - REQUERENTE: José Ivan da Silva - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: CÁSSIA LUCIANA DA CONCEIÇÃO ROCHA (OAB 7819/AM) - Processo 0636551-80.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Auxílio-Doença Acidentário - EXEQUENTE: Jangle Teixeira da Silva - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que cumpra o disposto na decisão de fl. 194, cujo teor segue abaixo: "Apresentados os cálculos, intime-se a parte exequente para, no prazo de15 (quinze) dias, manifestar-se sobre o que entender de direito." Após, os autos serão conclusos para decisão.

ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM) - Processo 0650071-39.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Mayana de Moura Bonfim - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: FLÁVIO RAFAEL PERDIGÃO GUERRA (OAB 8500/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0651172-14.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Maria do Socorro de Fátima da Silva Alves Dutra - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 877A/AM), ADV: ADSON PINHO PINTO (OAB 5850/AM), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT) - Processo 0651823-46.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: Elson Fabiano Castro França - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB A737/AM), ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB 211648/SP), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0654989-86.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco do Brasil S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas postais e junte comprovante de recolhimento, conforme Provimento nº 273/CGJ, levando-se em consideração a quantidade de partes e endereços que deverão constar na(s) carta(s), no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: ANNE LOUISE VENTURA DA SILVA (OAB 8297/AM), ADV: ÁLVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 831A/AM), ADV: ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 86415/RJ) - Processo 0659504-67.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Isabelle de Paula Sarmento - REQUERIDO: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A e outro - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

Adalberto de Assis Nazaré Sobrinho (OAB 2953/AM)
Adson Pinho Pinto (OAB 5850/AM)
Alexandro Magno Ferreira de Araújo (OAB 7983/AM)
Alice Vieira Nunes (OAB 7323/AM)
Almeron Caminha (OAB 12270/AM)
Álvaro Luiz da Costa Fernandes (OAB 831A/AM)
ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 86415/RJ)
Amanda Gouveia Moura (OAB 7222/AM)
Américo Valente Cavalcante Júnior (OAB 8540/AM)
Ana Rita Lima Freire (OAB 3056/AM)
André de Souza Oliveira (OAB 5219/AM)
Andrey Victor Pinto Gusmão (OAB 8046/AM)
Anne Louise Ventura da Silva (OAB 8297/AM)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Bruno Veiga Pascarelli Lopes (OAB 7092/AM)

CARLOS ALBERTO BAIÃO (OAB A925AM)
Carlos Daniel Rangel Barretto Segundo (OAB 5035/AM)
Caroline Fugolari Freitas (OAB 11135/AM)
Cássia Luciana da Conceição Rocha (OAB 7819/AM)
Cíntia Martins de Souza (OAB 4399/AM)
Cláudio Kazuyoshi Kawasaki (OAB 122626/SP)
Daniel Silva Barroso (OAB 2965/AM)
Dante Mariano Gregnanin Sobrinho (OAB 31618/SP)
Davi Fontenele de Almeida (OAB 13125/AM)
Diego dos Santos Ramos (OAB 12503/AM)
Edson Pereira Duarte (OAB 3702/AM)
Edson Rosas Júnior (OAB 1910/AM)
Eduardo Bonates de Lima (OAB 5076/AM)
Elaine Dib Botelho Ribeiro (OAB 8028/AM)
Elaise Moss Portela (OAB 7689/AM)
Emmyle Falcão Carneiro (OAB 9971/AM)
Eny Bittencourt (OAB 29442/BA)
Érico de Verçosa Roessing (OAB 7041/AM)
Eukelly Cristhie Penedo de Oliveira (OAB 8733/AM)
Fabiana Caroline Silva (OAB 8019/AM)
Fabianne Ribeiro Halinski (OAB 7059/AM)
Felipe Navega Medeiros (OAB 165147/MG)
Felipe Navega Medeiros (OAB 217017/SP)
Fernanda Gomes Vidigal Soares (OAB 125848/RJ)
Flávio Rafael Perdigão Guerra (OAB 8500/AM)
Francimar Rodrigues Soares (OAB 7022/AM)
Gabriela Marinho Alves (OAB 13368/AM)
Germana Vieira do Valle (OAB 927A/AM)
Giselle Falcone Pascarelli Lopes (OAB 3747/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo Clemente Vilela (OAB 220907/SP)
Gustavo Moura Azevedo Nunes (OAB 107088/RJ)
Gustavo Pinheiro Guimarães Padilha (OAB 178268A/SP)
Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB 4018/AM)
Henrique França Ribeiro (OAB 7080/AM)
Igor Macedo Facó (OAB 16470/CE)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
Isabelle Benlolo de Azevedo (OAB 11737/AM)
Isana Silva Guedes (OAB 12679/PA)
Jamila Marinho Chehad Barbosa (OAB 2950/AM)
Joaab Melo Barbosa (OAB 8348/AM)
João Bosco de Albuquerque Toledano (OAB 1456/AM)
João Lúcio Galvão Gonçalves (OAB 6614/AM)
Jorge Eduardo de Souza Martinho (OAB 5273/AM)
Jorge Henrique Gonzaga Dias Júnior (OAB 9953/AM)
Jorge Henrique Silva de Melo (OAB 7999/AM)
José Rodrigo Orestes de Sousa (OAB 9938/AM)
Leandro Fernandes Carlos Gomes (OAB 133221/MG)
Lígia de Souza Frias (OAB 1074A/AM)
Lúcia Cristina Pinho Rosas (OAB 5109/AM)
Luciana Pedrosa de Moraes Rego Figueiredo (OAB 2819/AM)
Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB 4732/AM)
Lucivane Carla da Silva (OAB 10109/AM)
Luís Albert dos Santos Oliveira (OAB 8251/AM)
Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB 876/AM)
Manoel Matos Rodrigues (OAB 8791/AM)
Marcelo Abdon Souto Kizem (OAB 2138/AM)
Marco André Honda Flores (OAB 6171/MS)
Marcondes Fonseca Luniere Júnior (OAB 2897/AM)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 877A/AM)
Monike Ramos Rodrigues (OAB 7877/AM)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB 598/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Pedro Câmara - Sociedade de Advogados (OAB 613/AM)
Pedro Câmara Júnior (OAB 2834/AM)
Rafael Sganzerla Durand (OAB 211648/SP)
Rafael Sganzerla Durand (OAB A737/AM)
Renato de Souza Pinto (OAB 8794/AM)
Robert Lincoln da Costa Areias (OAB 8088/AM)
Rodrigo Fernando de Almeida Oliveira (OAB 799A/AM)
Rodrigo Moura Faria Verdini (OAB 107477/RJ)
ROSELI DE CASTRO PISZTER (OAB 4873/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 44698/MG)
Soraia Lima Araújo Góes (OAB 28488/PE)
Thales Silvestre Júnior (OAB 2406/AM)
Therse Catarine Pires Figueiredo (OAB 11406/AM)
Waldelina Pereira Duarte Corrêa (OAB 1293/AM)
Walfran Siqueira Caldas (OAB 8915/AM)
Wilson Sales Belchior (OAB 1037A/AM)
Wilson Sales Belchior (OAB 17314/CE)
Wilson Sales Belchior (OAB 373659/SP)

JUÍZO DE DIREITO DA 9ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
JUIZ(A) DE DIREITO MARIA EUNICE TORRES DO NASCIMENTO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL CYNTHIA MARIA JACOB ROCHA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0077/2019

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: JORGE HENRIQUE SILVA DE MELO (OAB 7999/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 128341/SP), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB A598/AM) - Processo 0203345-72.2018.8.04.0001 (processo principal 0610471-84.2013.8.04.0001) - Cumprimento Provisório de Sentença - Obrigação de Fazer / Não Fazer - EXEQUENTE: Igor Gavinho Marques - EXECUTADO: SANTA SÍLVIA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA. - SPE AREIA BRANCA EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA - Capital Rossi Empreendimentos S/A - Desse modo, considerando as razões expostas, a descrição individualizada e pormenorizada, e a exatidão dos cálculos atualizados do Exequente, em conformidade com a sentença e acórdão, acrescido da multa e honorários advocatícios, nos termos do disposto no art. 520, § 2, do CPC, homologo os cálculos elaborados pelo Exequente, descontando-se do valor total da condenação os valores depositados pelo Executado, conforme dispositivo da sentença. Ante o exposto, Julgo Parcialmente Procedente a impugnação ao cumprimento de sentença oposta pelos Executados apenas no tocante ao abatimento sobre o quantum devido dos valores depositados em juízo, na quantia de R$ 4.800,00. Condeno os Executados ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, que arbitro no percentual de 10%, sobre o valor atualizado do débito de R$ 158.065,80 (R$ 162.862,80 - R$ 4.800,00) em 28 de novembro de 2018. Proceda, ao bloqueio das contas dos Executados pelo sistema bacenjud do valor de R$ 158.065,80 (R$ 162.862,80 - R$ 4.800,00), sem custas por tratar-se, o Exequente, de beneficiário da justiça gratuita. Logrado êxito no bloqueio, prestada caução suficiente e idônea pelo Exequente, art. 520, IV do CPC, expeça-se alvará em favor do Exequente da quantia incontroversa do débito apontado pelo Executado na quantia de R$ 71.612,06. P.R.I.C.

ADV: CELSO ANTÔNIO DA SILVEIRA (OAB 5807/AM), ADV: CELSO ANTÔNIO DA SILVEIRA (OAB 5807AM) - Processo 0218487-68.2008.8.04.0001 (001.08.218487-0) - Processo de Execução - Liquidação / Cumprimento / Execução - EXEQUENTE: Musa Abdelqader Musa Imwas - EXECUTADO: Rrucian Duarte Alecrim - Ante o anteriormente exposto, indefiro o pedido de fls. 273 e JULGO EXTINTA a execução com resolução do mérito pela prescrição trienal, com fundamento no artigo 487, inciso II, do Código de Processo Civil. Custas pagas. Após o trânsito em julgado e demais cautelas legais, arquivem-se os autos. P.R.I.C.

ADV: ANTÔNIO CLÁUDIO PINTO FLORES (OAB A583/AM), ADV: DIOGO HENRIQUE VIEIRA BARRETO (OAB 9487/AM), ADV: DANIELLE CRISTHINA DEDA FERREIRA (OAB 46165/PR), ADV: NELSON LUIZ MESTIERI DE MACEDO (OAB 608A/AM), ADV: WILSON JORGE BRAGA DO VALE (OAB 6360/AM), ADV: MARIA EMÍLIA GONÇALVES DE RUEDA (OAB 23748/PE) - Processo 0627431-47.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: EDINELZA MARINHO DA SILVA - REQUERIDO: VIAÇÃO SÃO PEDRO LTDA. - DENUNCIADO: Companhia Nobre Seguradora do Brasil S/A -

Findo os depoimentos, a MMa. Juíza deliberou: "Defiro o pedido de juntada da carta de preposição, no prazo de 05 (cinco) dias. Após, o decurso do prazo, e ante a manifestação de remissão a Inicial e a Contestação, remetam-me os autos conclusos para Sentença. Saem as partes intimadas a partir deste ato. Cumpra-se."

Antônio Cláudio Pinto Flores (OAB A583/AM)
Celso Antônio da Silveira (OAB 5807/AM)
Celso Antônio da Silveira (OAB 5807AM)
Danielle Cristhina Deda Ferreira (OAB 46165/PR)
Diogo Henrique Vieira Barreto (OAB 9487/AM)
Jorge Henrique Silva de Melo (OAB 7999/AM)
Maria Emília Gonçalves de Rueda (OAB 23748/PE)
Nelson Luiz Mestieri de Macedo (OAB 608A/AM)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB 128341/SP)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB A598/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Wilson Jorge Braga do Vale (OAB 6360/AM)

10ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 10ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0067/2019

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0201017-82.2012.8.04.0001 - Execução de Título Judicial - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Acato o pedido de reconsideração de fls. 332/335. Publique-se o Edital na forma do art. 257, do CPC.

ADV: LUIZ EDUARDO HAYDEN DOS SANTOS (OAB 12051/AM), ADV: IÊDA BARBOSA PAUXIS (OAB 139726/RJ), ADV: ALINE FREITAS POUBEL RIBEIRO (OAB 154955/RJ) - Processo 0207558-34.2012.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Albertino Haydem dos Santos - REQUERIDO: Ademar Veículos Com Aut Fac da Amazonia Ltda - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que apresente memória de calculos atualizada e discriminada do débito, incluídas as sanções constantes do art. 523, § 1º do CPC, no prazo de 5 (cinco) dias. Não tendo sido deferido o benefício da gratuidade da justiça de forma total, no mesmo ato, intimo a parte interessada, sem necessidade de nova publicação, para recolher os emolumentos pertinentes à consulta do sistema BACENJUD, conforme Lei nº 4.408/2016, caso ainda não tenha o feito.

ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB A737/AM), ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB 737A/AM) - Processo 0209249-83.2012.8.04.0001 - Procedimento Comum - Obrigações - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - R.H. Processo que se arrasta desde 2012 sem que a parte autora promova a citação da parte adversa, apesar de constar várias decisões deferindo a citação por edital. Mais uma vez, desta feita derradeira, defiro a citação editalícia. Cite-se a parte requerida por edital, tendo em vista que ignorado seu paradeiro, na forma do art. 256, do Digesto Processual Civil, ao fito de que a ré, querendo, apresente defesa, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do decurso do prazo de 20 (vinte) dias a que alude o art. 257, III, do CPC. Cumpre esclarecer que este iter concerne ao tempo estimado para a realização da citação, findo o qual iniciar-se-á a contagem do prazo para contestação. Impende assinalar, ainda, que, em caso de conduta dolosa atinente ao requerimento da entelada citação por edital, o autor incorrerá em multa de 05 (cinco) salários mínimos, a ser revertida em prol do citando, conforme determina o art. 258, caput e parágrafo único, do CPC. Promova-se a publicação do edital na rede mundial de computadores, no sítio eletrônico do TJAM e na plataforma de editais do Conselho Nacional de Justiça, que deve ser certificada nos autos, nos termos do art.257, II do CPC. Em não havendo manifestação da parte requerida, nomeio, desde já, a Defensoria Pública para exercer a Curadoria de Especial, nos termos do art. 72, II, parágrafo único. Caso a citação não seja promovida, o processo será imediatamente extinto. Cumpra-se.

ADV: CARLOS FERNANDO SIQUEIRA CASTRO (OAB 672A/AM), ADV: LUIZ HENRIQUE ZUBARAN OSSUOSKY FILHO (OAB 7537/AM), ADV: BIANCA MEDRADO DE CARVALHO (OAB 8775/AM), ADV: MARCELO AUGUSTO CRUZ PEDROSA (OAB 9290/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB 1058A/AM) - Processo 0210807-90.2012.8.04.0001 (apensado ao processo 0607264-77.2013.8.04.0001) - Procedimento Comum - Obrigações - REQUERENTE: Gelnet Tecnologia Ltda - REQUERIDA: LG Eletronics da Amazônia Ltda - Façam-se os autos conclusos para sentença, conforme determinado em audiência.

ADV: JEAN CLEUTER SIMÕES MENDONÇA (OAB 3808/AM), ADV: ALCIMAR ALMEIDA SENA (OAB 2788/AM), ADV: RICARDO VIEIRA RODRIGUES (OAB 8801/AM) - Processo 0212883-24.2011.8.04.0001 - Procedimento Comum - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Silvio Carlos Silva da Paixão - REQUERIDO: Ivo José Caetano Filho - Processo que se arrasta desde o ano de 2011, paralisado ao aguardo de perícia. Verifico, ainda, que a última petição da parte autora data do ano de 2015, motivo pelo qual determino que seja intimado o requerente pessoalmente e na pessoa de seu Patrono pelo DJE, para que, querendo, no prazo de 05 (cinco) dias, diga se tem efetivo interesse no prosseguimento do feito, sob pena de extinção do processo sem resolução de mérito, na forma do art. 485, III, do CPC.

ADV: ALEXANDRE GOMES RIBEIRO (OAB 6199/AM), ADV: CARLOS ANTÔNIO NOGUEIRA DA SILVA (OAB 6943/AM), ADV: ANNE CAROLINE CASTRO SILVA (OAB 11421/AM) - Processo 0233057-54.2011.8.04.0001 - Procedimento Comum - Obrigações - REQUERENTE: Clinica Martinho S/S Ltda - Vistos, etc Reporto-me às petições em fls.177/181 e 211/212 para indeferi-las na forma de seu requerimento, eis que o Acórdão de fls.164/172, determina ao juízo a adoção do rito processual que refere à instauração do incidente de desconsideração da personalidade jurídica, conforme assim prevê o art.133 e seguintes do CPC, a fim de que ocorram na sequência as providências requeridas pelo Exequente nos petitórios acima referidos. Em assim sendo, determino ocorram nos autos as seguintes providências: I) comunique-se a instauração do incidente de desconsideração da personalidade jurídica em fls. 135/138 ao Distribuidor para as anotações devidas, ex vi do art.134, §1º do CPC; II) suspenda-se o processo, em observância ao disposto no art.134, §3º do CPC; III) cite-se o sócio da empresa Executada - YURI FABER, para manifestar-se e requerer as provas cabíveis no prazo de 15 (quinze) dias - art.135 do CPC. Nesse contexto, determino viabilize informar o Exequente nos autos, em 15 (quinze) dias, o(s) endereço(s) de localização do Executado, a fim de que seja ele regular e legalmente citado, na forma do art.135 do CPC. Providências legais. Int. Cumpra-se.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: CAIO CESAR FERNANDES DA CRUZ (OAB 154217/MG), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0241070-42.2011.8.04.0001 - Execução de Título Judicial - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em razão de a hipótese encartada aos autos cuidar de matéria de fato e de direito, sem necessidade, contudo, de maior dilação probatória, entendo que o feito comporta julgamento antecipado da lide, conforme art. 355, I, do Digesto Processual Civil. Intimem-se as partes sobre a presente deliberação. Após a fluência, in albis, do prazo para recurso, voltem-me os autos conclusos para sentença.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0241671-48.2011.8.04.0001 - Execução de Título Judicial - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em razão de a hipótese encartada aos autos cuidar de matéria de fato e de direito, sem necessidade, contudo, de maior dilação probatória, entendo que o feito comporta julgamento antecipado da

lide, conforme art. 355, I, do Digesto Processual Civil. Intimem-se as partes sobre a presente deliberação. Após a fluência, in albis, do prazo para recurso, voltem-me os autos conclusos para sentença.

ADV: ALDEMIR DA ROCHA SILVA JÚNIOR (OAB 5445/AM), ADV: NAZARENO PEREIRA DE MELO (OAB 5690/AM), ADV: ELISÂNGELA NOGUEIRA RODRIGUES (OAB 3433/AM), ADV: CAROLINE RIBEIRO FROTA MOREIRA (OAB 5670/AM), ADV: LUIZ EDUARDO LUSTOSA DE OLIVEIRA (OAB 833/AM), ADV: LUCIENE CABRAL DE ALBUQUERQUE (OAB 3903/AM) - Processo 0258120-81.2011.8.04.0001 - Procedimento Comum - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: José Rodrigues da Silva e outro - REQUERIDO: P. M Comércio e Navegação Ltda - Francisco Alves Rodrigues - Ermelson dos Santos Ferreira e outros - Verifico que não há registro nos autos quanto ao retorno dos oficios determinados a fls. 479, à exceção do Tribunal Marítimo, cujo recebimento consta à fls. 488. Assim, determino que a Secretaria certifique quanto a devolução dos ars de fls. 480 e 481, bem como quanto a resposta do Ofício de fls. 482. Após, imediatamente conclusos.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0267272-56.2011.8.04.0001 - Execução de Título Judicial - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Acato o pedido de reconsideração de fls. 339/343. Publique-se o Edital na forma prevista no art. 257, do C.P.C

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 877A/AM) - Processo 0601699-25.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Exequente para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: LÚCIA CRISTINA PINHO ROSAS (OAB 5109/AM), ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM) - Processo 0602795-46.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerente para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: RIULNA VENTURA MULLER (OAB 6654/AM), ADV: RICARDO LEITE MENEZES (OAB 10110/AM) - Processo 0604499-26.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: Luiz Santanna Campos Junior - Ante o exposto, INDEFIRO o pedido de gratuidade da justiça requerido pelo autor. Intime-se a parte autora para que, no prazo de 15 dias, recolha as custas iniciais sob pena de cancelamento da distribuição, nos termos do art. 290 do CPC. Cumpra-se.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: PRESTES SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA (OAB 8776/AM), ADV: FERNANDA PRESTES DE LIMA (OAB 8776/AM) - Processo 0604764-28.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Mútuo - REQUERENTE: Mirian Kelly Pinheiro dos Santos Ferreira - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Ante o exposto, INDEFIRO o pedido de gratuidade da justiça requerido pelo autor. Intime-se a parte autora para que, no prazo de 15 dias, recolha as custas iniciais sob pena de cancelamento da distribuição, nos termos do art. 290 do CPC. Cumpra-se.

ADV: CARLA CRISTINA LOPES SCORTECCI (OAB 1254A/AM), ADV: CARLA CRISTINA LOPES SCORTECCI (OAB 248970/SP) - Processo 0607368-59.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Itaú Unibanco S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: CRISTIANE BELLINATI GARCIA LOPES (OAB 751A/AM) - Processo 0608486-70.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Itaucard S/A - Reporto me à petição de fls. 32, a suspensão pelo prazo de 60 dias para a juntada de documento, que obrigatoriamente deveria acompanhar a inicial mostra-se excessiva. Concedo 15 dias de prazo para juntada do documento mencionado às fls. 29. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação da parte, façam-se os autos conclusos.

ADV: ACÁCIO FERNANDES ROBOREDO (OAB 89774/SP) - Processo 0609644-63.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: S.B.S. - Deflui da análise da inicial que a liminar vindicada faz-se necessária diante da hipótese vertente, visto que a mora do devedor se encontra evidenciada nos autos. Intime-se a parte interessada para que, no prazo de 05 (cinco) dias, comprove o recolhimento das custas referentes às diligências requeridas, quais sejam: mandado de citação, com busca e apreensão, e bloqueio do veículo objeto da lide por meio do sistema RENAJUD, tudo nos termos da Portaria 116/2017 da Presidência desta Corte, se não for a parte interessada beneficiária da justiça gratuita total. Após juntada de comprovante de recolhimento de custas, defiro liminarmente a Busca e Apreensão do bem indicado na vestibular, tudo com fundamento no caput do art. 3º, do Decreto-Lei nº 911, de 1º de outubro de 1969, nomeando, ainda, como fiel depositário do bem litigioso, representante legal do requerente. Em caso de a parte ré não ser encontrada no logradouro declinado na exordial, autorizo a pesquisa de novo endereço por meio dos sistemas BACENJUD, RENAJUD, INFOJUD e SIEL. Recolhidos os pertinentes emolumentos para cada pesquisa solicitada, renove-se a citação. Não recolhidos os respectivos emolumentos, ou, ainda, na hipótese de o autor não envidar esforços no sentido de localizar o demandado, autorizo, desde já, seja intimado o banco requerente, pelo órgão oficial, para que, querendo, no prazo de 05 (cinco) dias, diga se tem efetivo interesse no prosseguimento do feito, sob pena de extinção do processo sem resolução de mérito, na forma do art. 485, IV, do CPC, por ausência de preenchimento de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Paralelamente, se o veículo alienado fiduciariamente não for encontrado ou não se achar na posse do devedor, intime-se o autor para que, no prazo de quinze dias, requeira, nos mesmos autos, a conversão do pedido de busca e apreensão em ação executiva, tudo na forma do art. 4º do Decreto-Lei 911/69, sob pena de extinção por ausência de emenda à exordial, ex vi dos arts. 321, parágrafo único, e 330, IV, ambos do CPC. Uma vez cumprida a liminar, cite-se a parte ré para que no prazo de 05 (cinco) dias pague a integralidade da dívida pendente, segundo os valores apresentados pelo credor fiduciário na inicial, condição em que o bem ser-lhe-á restituído livre do ônus, ex vi do art. 3º, §2º, do Decreto-Lei nº 911/69, ou, querendo, ainda que quitado débito, apresente resposta no prazo de 15 (quinze) dias contados da execução da liminar, na forma do art. 3º, §3º do mesmo repositório legal. Cientifique-se o Requerido de que a referida resposta poderá ser apresentada ainda que tenha pago a integralidade da dívida, caso entenda ter havido pagamento a maior e desejar restituição, conforme art. 3º, §4º, do Decreto-Lei no. 911/69. Autorizo o Sr. Meirinho a proceder na forma prevista no art. 212, parágrafo 2º, do Diploma Processual Civil. Finalmente, proceda-se ao bloqueio do bem objeto da lide, para fins de transferência, por meio do sistema RENAJUD, desde que previamente pagos os respectivos emolumentos. Advirto o banco credor de que, durante o prazo de cinco dias previsto no §1º do art. 3º do Decreto-Lei 911/69, não deverá alienar o bem dado em garantia, sob pena de eventual incidência dos §§6º e 7º da indigitada lei. Cumpra-se.

ADV: LINCOLN MARTINS DA COSTA NOVO (OAB 3423/AM) - Processo 0609882-82.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condomínio Residencial Ephygênio Salles - Cite-se o executado para, em 3 (três) dias, pagar o débito, sob pena de serem penhorados tantos bens quantos bastem para o pagamento do valor principal atualizado, incluindo-se custas e honorários advocatícios. Os honorários advocatícios correspondem a 10% do valor total da dívida. Entretanto, em caso de pagamento integral da dívida, os honorários serão reduzidos à metade (art. 827, pg. 1º, CPC), podendo eventualmente serem majorados na forma do do §2º do artigo anteriormente referido. Para citação, forneça a exequente os meios necessários (recolhimento da taxa para expedição de carta de citação, ou diligência do Oficial de Justiça, indicando inclusive onde serão realizadas), no prazo de 10 dias, sob pena de extinção. Se requerido, defiro a indisponibilidade de ativos financeiros em nome do(s) executado(s), no valor indicado na execução (art. 854 do CPC). Decorrido o prazo e não efetuado o pagamento, o Oficial de Justiça, munido da segunda via do mandado, procederá de imediato à penhora de bens e à sua avaliação, lavrando-se o respectivo auto, e de tais atos intimando o executado (art. 829, par. 1º do Código de Processo Civil). Se não localizar o executado, o Oficial de Justiça deverá arrestar tantos bens quantos bastem para garantir a execução, observando-se, após, os procedimentos do art. 830, par. 1º, do CPC. Em caso de o(s) devedor(es) não efetuar(em) o pagamento do aludido montante, no prazo legal e não sendo a hipótese do artigo 854 do CPC, autorizo a realização de penhora dos bens em nome do(s) executado(s), via BacenJud e RenaJud, bem como sua avaliação, tudo na forma do §1º do art. 829 do Diploma Processual Civil. Poderá o devedor, querendo, apresentar defesa, sob a forma de embargos, independentemente de penhora, depósito ou caução (art. 914), no prazo de 15 (quinze) dias, contados nos termos do artigo 231 e respectivos incisos. Em caso de execução em cujo pólo passivo haja mais de um executado, o prazo será contado individualmente. Os embargos à execução, via de regra, não terão efeito suspensivo (art. 919, caput, CPC), salvo em casos excepcionais, após apreciação e deferimento judicial, o que poderá vir a ser revogado, caso cessadas as justificativas para a concessão (art. 919, par. 2º, CPC). A eventual concessão do efeito suspensivo aos embargos oferecidos por um dos executados não suspenderá a execução contra os que não embargaram, quando o respectivo fundamento disser respeito exclusivamente ao embargante (art. 919, par. 4º). No prazo para embargos, o devedor, reconhecendo o crédito do exequente e comprovando o depósito de 30% (trinta por cento) do valor em execução, inclusive custas e honorários advocatícios, poderá requerer o pagamento do restante em até 6 (seis) parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% ao mês, observando-se, no mais, os termos do artigo 916 do Código de Processo Civil. No caso de citação por carta ou mandado infrutíferos, intime-se o exequente para que, no prazo de 10 dias, recolha as custas para consulta eletrônicas por meio do RENAJUD/BACENJUD/SIEL/INFOJUD ou indique novo endereço para citação com o recolhimento das custas correspondentes. Após, proceda-se à consulta de endereços do réu/s via Bacen/Renajud/Infojud/Siel e intime-se o exequente para que promova a citação em 10 dias, com a indicação do endereço para cumprimento da medida e o recolhimento das custas correspondentes, sob pena de extinção. Não serão aceitos pedidos de dilação de prazo para o recolhimento das custas, tanto para as consultas eletrônicas, quanto para expedição de carta/mandado, tendo em vista que o prazo de 10 dias é suficiente para tal. A inércia da parte autora ou o não recolhimento das custas para consultas eletrônicas ou expedição de carta/mandado, ensejará a extinção do feito, nos termos do art. 485, IV do CPC. A Requerimento do Exequente, expeça-se certidão do artigo 828 do CPC. Cumpra-se.

ADV: PAULO FELIPE SANTOS MAGALHÃES (OAB 11367/AM) - Processo 0610501-12.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Quitação - REQUERENTE: Logic Pro Serviços de Tecnologia da Informação Ltda - Intime-se a parte autora para que, no prazo de 15 dias, recolha as custas iniciais sob pena de cancelamento da distribuição, nos termos do art. 290 do CPC.

ADV: ALEXANDRO MAGNO FERREIRA DE ARAÚJO (OAB 7983/AM), ADV: RENATO DE SOUZA PINTO (OAB 8794/AM) - Processo 0610514-11.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Francisco Ivaldo Silva de Andrade - Assim sendo, no caso concreto, a priori, diante da natureza da demanda, objeto discutidos, a condição pessoal da parte a permitir contratação de advogado particular a patrocinálo, necessário se faz juntada pela parte requerente sob pena de indeferimento da benesse: a) cópia da declaração de imposto de renda do último ano; b) cópia das ultima folhas da carteira de trabalho ou comprovante de rendimentos mensal, bem como aquele percebido por eventual cônjuge; c) cópia dos extratos bancários de contas de titularidade e de eventual cônjuge referentes aos últimos três meses; d) cópia dos extratos de cartão de crédito dos últimos três meses, bem assim daqueles pertencentes a eventual cônjuge; Cumpra-se no prazo de 15 dias. Decorrido o prazo legal, com resposta do(a) requerente, voltem-me, imediatamente, os autos conclusos para análise do pedido de gratuidade processual. Caso a parte requerente não apresente a documentação acima descrita, deverá no prazo assinalado comprovar o pagamento das custas iniciais, sob pena de cancelamento da distribuição. Intime-se.

ADV: LÚCIA CRISTINA PINHO ROSAS (OAB 5109/AM), ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM) - Processo 0610515-30.2018.8.04.0001 - Monitória - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerente para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM) - Processo 0612426-48.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: JULIANO TADEU FERREIRA LISBOA (OAB 41616/DF), ADV: JÚLIO DE CARVALHO PAULA LIMA (OAB A1149AM), ADV: ROBERTO MARIANO DE OLIVEIRA SOARES (OAB 23604/DF), ADV: HUMBERTO ROSSETTI PORTELA (OAB 91263/MG) - Processo 0614632-64.2018.8.04.0001 - Produção Antecipada da Prova - Provas - REQUERENTE: Microsoft Corporation e outro - REQUERIDO: Amazon Security Ltda - R.H. Expeça se alvará em nome do Perito, para fins de levantamento dos valores referentes aos honorários periciais. Quanto às manifestações do Requerido, concedo prazo de 15 (quinze) dias para que a Requerida cumpra com a parte final da decisão de fls. 442/444, e apresentem os contratos de licença e/ou notas fiscais dos softwares de propriedade intelectual das requerentes eventualmente utilizados em seu parque informático, indicadas pelo perito judicial (fls.487 e 509). Cumpra-se.

ADV: GISELLE CORDEIRO SAMPAIO (OAB 8091/AM), ADV: ANDRÉA CRISTINA DA COSTA LE SUEUR (OAB 6161/AM), ADV: MANOEL ARCHANJO DAMA FILHO (OAB A700/AM), ADV: FREDERICO AUGUSTO FERREIRA BARBOSA (OAB 18828/GO), ADV: MANOEL ARCHANJO DAMA FILHO (OAB 700A/AM), ADV: MANOEL ARCHANJO DAMA FILHO (OAB 21593A/GO) - Processo 0618050-78.2016.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco GMAC S.A - R.H. Cite-se a parte requerida por edital, tendo em vista que ignorado seu paradeiro, na forma do art. 256, do Digesto Processual Civil, ao fito de que a ré, querendo, apresente defesa, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do decurso do prazo de 20 (vinte) dias a que alude o art. 257, III, do CPC. Cumpre esclarecer que este iter concerne ao tempo estimado para a realização da citação, findo o qual iniciar-se-á a contagem do prazo para contestação. Impende assinalar, ainda, que, em caso de conduta

dolosa atinente ao requerimento da entelada citação por edital, o autor incorrerá em multa de 05 (cinco) salários mínimos, a ser revertida em prol do citando, conforme determina o art. 258, caput e parágrafo único, do CPC. Promova-se a publicação do edital na rede mundial de computadores, no sítio eletrônico do TJAM e na plataforma de editais do Conselho Nacional de Justiça, que deve ser certificada nos autos, nos termos do art.257, II do CPC. Em não havendo manifestação da parte requerida, nomeio, desde já, a Defensoria Pública para exercer a Curadoria de Especial, nos termos do art. 72, II, parágrafo único. Cumpra-se.

ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 128341/SP), ADV: ROBERTA NINA ALCÂNTARA BARROSO (OAB 12189/AM), ADV: MATHEUS LUNIÉRE MARTINS (OAB 7013/AM), ADV: WALTER SIQUEIRA BRITO (OAB 4186/AM), ADV: ENYSSON ALCÂNTARA BARROSO (OAB 5097/AM), ADV: JOCIONE DOS SANTOS SOUZA JÚNIOR (OAB 8538/AM) - Processo 0619890-94.2014.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: J C Viana (META Construções) - REQUERIDO: SAO CONSTANTINO EMP IMOBILIARIOS LTDA e outro - Intime-se a parte executada, na pessoa de seu advogado, se constituído nos autos (art. 513, §2º, I, CPC); por carta com aviso de recebimento, se acompanhado da Defensoria Pública, ou quando não possuir advogado cadastrado nos autos (art. 513, §2º, I, CPC); ou por publicação oficial, no caso de réu revel (artigo 513, §2º, IV, c/c 346 do CPC/2015), a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, promova o cumprimento voluntário da sentença, no valor indicado pelo exequente, sob pena do acréscimo de multa de 10% (dez por cento) e honorários também de 10% (dez por cento). Acaso a parte Executada efetue o pagamento integral da dívida, defiro a expedição de alvará em favor da parte Exequente para levantamento do respectivo valor. Após, dê-se baixa e arquivem-se os autos. Efetuado o pagamento parcial, a multa e os honorários incidirão sobre o restante, ressaltando-se que o prazo para impugnação contar-se-á a partir do depósito parcial. Após a fluência do prazo sem o pagamento voluntário, iniciar-se-á o prazo de 15(quinze) dias para o oferecimento de impugnação ao cumprimento de sentença. Oferecida a impugnação, certifique-se sua tempestividade, bem assim o pagamento de custas processuais sobre o valor da execução. Ultimadas tais providências, intime-se a parte exequente para se manifestar no prazo de quinze dias sobre a impugnação. Em caso de não recolhimento, ou, ainda, de adimplemento a menor das referidas custas, voltem-me os autos conclusos. Transcorrido o prazo para pagamento voluntário, intime-se a parte exequente para que apresente, no prazo de 05 (cinco) dias, memória atualizada e discriminada do débito, incluídas as sanções constantes do art. 523, §1º, do CPC, bem como recolha, em igual prazo, os emolumentos pertinentes à consulta ao sistema BACENJUD, conforme Lei nº4.408/2016 e tabela de custas consolidada pela Portaria nº116/2017-PTJ. Com a devida juntada, proceda-se à penhora por meio do BACENJUD, na forma do art. 854 do CPC. Em caso de resposta positiva, determino que se proceda ao bloqueio dos aludidos recursos no limite do crédito executado. Após efetivada a penhora, intime-se o(a) Devedor(a) nos termos dos arts. 854, §§ 3º e 6ºc/c 847, ambos do CPC. Proceda-se, ainda, à transferência dos valores bloqueados para conta judicial. Em caso da pesquisa resultar em bloqueio excessivo, determino, desde já, o desbloqueio dos valores excedentes. Na hipótese de insuficiência da penhora e desde que pagos, no prazo de 05 (cinco) dias, os emolumentos processuais concernentes à consulta aos sistemas mencionados, conforme Lei n. 4.408/2016 e tabela de custas consolidada pela Portaria nº116/2017-PTJ, efetue-se a pesquisa de bens em nome da parte executada, por meio do INFOJUD, RENAJUD. Autorizo, desde logo, a bloqueio da transferência, mediante RENAJUD, de eventuais veículos existentes em nome do devedor. Após, intimem-se a parte exequente, para que, no prazo de 05 (cinco) dias, requeira o que entender de direito, sob pena de suspensão, na forma do artigo 921, III do CPC, mantendo-se os autos em arquivo provisório, sem prejuízo da retomada da execução, desde que requerido pela parte. Por fim, certificado o trânsito em julgado da decisão e transcorrido o prazo do art. 523 do CPC, a parte exequente poderá requerer diretamente à serventia a expedição de certidão, nos termos do art. 517 do CPC, que servirá também aos fins previstos no art. 782, §3º, todos do CPC. Cumpra-se.

ADV: RODRIGO GAGO FREITAS VALE BARBOSA (OAB 165046/SP) - Processo 0621763-90.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco Olé Bonsucesso Consignado S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta almejada nos sistemas conveniados Bacenjud, Renajud e Infojud, levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0624037-66.2014.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB A737/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0628352-98.2018.8.04.0001 - Monitória - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerente para manifestar-se acerca dos ARs juntados aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: CARLO ANDRÉ DE MELLO QUEIROZ (OAB 6047/AL), ADV: TOMÉ RODRIGUES LEÃO DE CARVALHO GAMA (OAB 7312/AL) - Processo 0629926-59.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Alienação Fiduciária - EXEQUENTE: Carlo André de Mello Queiroz - Intime-se a parte executada, na pessoa de seu advogado, se constituído nos autos (art. 513, §2º, I, CPC); por carta com aviso de recebimento, se acompanhado da Defensoria Pública, ou quando não possuir advogado cadastrado nos autos (art. 513, §2º, I, CPC); ou por publicação oficial, no caso de réu revel (artigo 513, §2º, IV, c/c 346 do CPC/2015), a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, promova o cumprimento voluntário da sentença, no valor indicado pelo exequente, sob pena do acréscimo de multa de 10% (dez por cento) e honorários também de 10% (dez por cento). Acaso a parte Executada efetue o pagamento integral da dívida, defiro a expedição de alvará em favor da parte Exequente para levantamento do respectivo valor. Após, dê-se baixa e arquivem-se os autos. Efetuado o pagamento parcial, a multa e os honorários incidirão sobre o restante, ressaltando-se que o prazo para impugnação contar-se-á a partir do depósito parcial. Após a fluência do prazo sem o pagamento voluntário, iniciar-se-á o prazo de 15(quinze) dias para o oferecimento de impugnação ao cumprimento de sentença. Oferecida a impugnação, certifique-se sua tempestividade, bem assim o pagamento de custas processuais sobre o valor da execução. Ultimadas tais providências, intime-se a parte exequente para se manifestar no prazo de quinze dias sobre a impugnação. Em caso de não recolhimento, ou, ainda, de adimplemento a menor das referidas custas, voltem-me os autos conclusos. Transcorrido o prazo para pagamento voluntário, intime-se a parte exequente para que apresente, no prazo de 05 (cinco) dias, memória atualizada e discriminada do débito, incluídas as sanções constantes do art. 523, §1º, do CPC, bem como recolha, em igual prazo, os emolumentos pertinentes à consulta ao sistema BACENJUD, conforme Lei nº4.408/2016 e tabela de custas consolidada pela Portaria nº116/2017-PTJ. Com a devida juntada, proceda-se à penhora por meio do BACENJUD, na forma do art. 854 do CPC. Em caso de resposta positiva, determino que se proceda ao bloqueio dos aludidos recursos no limite do crédito executado. Após efetivada a penhora, intime-se o(a) Devedor(a) nos termos dos arts. 854, §§ 3º e 6ºc/c 847, ambos do CPC. Proceda-se, ainda, à transferência dos valores bloqueados para conta judicial. Em caso da pesquisa resultar

em bloqueio excessivo, determino, desde já, o desbloqueio dos valores excedentes. Na hipótese de insuficiência da penhora e desde que pagos, no prazo de 05 (cinco) dias, os emolumentos processuais concernentes à consulta aos sistemas mencionados, conforme Lei n. 4.408/2016 e tabela de custas consolidada pela Portaria nº116/2017-PTJ, efetue-se a pesquisa de bens em nome da parte executada, por meio do INFOJUD, RENAJUD. Autorizo, desde logo, a bloqueio da transferência, mediante RENAJUD, de eventuais veículos existentes em nome do devedor. Após, intimem-se a parte exequente, para que, no prazo de 05 (cinco) dias, requeira o que entender de direito, sob pena de suspensão, na forma do artigo 921, III do CPC, mantendo-se os autos em arquivo provisório, sem prejuízo da retomada da execução, desde que requerido pela parte. Por fim, certificado o trânsito em julgado da decisão e transcorrido o prazo do art. 523 do CPC, a parte exequente poderá requerer diretamente à serventia a expedição de certidão, nos termos do art. 517 do CPC, que servirá também aos fins previstos no art. 782, §3º, todos do CPC. Cumpra-se.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0633889-80.2015.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: SANDRA REGINA DOS SANTOS (OAB 3455/AM) - Processo 0634100-19.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum - Compra e Venda - REQUERENTE: Fernando Mariano dos Santos e outro - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerente para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0634370-43.2015.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 8º, II da Portaria nº 1985/2017, intimo a parte interessada para indicar o endereço (falta NOME do BAIRRO e CEP correto da rua) que deverá constar no mandado, no prazo legal de 05 (cinco) dias.

ADV: SÉRGIO EDUARDO GOMES SAYAO LOBATO (OAB 28362/RS) - Processo 0640183-80.2017.8.04.0001 - Monitória - Duplicata - REQUERENTE: Shizen Veículos Ltda. - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerente para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: FELIPE NAVEGA MEDEIROS (OAB 217017/SP) - Processo 0640407-52.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Santander Brasil S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que complemente as custas postais e junte comprovante de recolhimento, conforme Provimento nº 273/CGJ, levando-se em consideração a quantidade de partes que deverão constar na(s) carta(s), no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT) - Processo 0642805-98.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, recolha as custas da diligência do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LÍGIA DE SOUZA FRIAS (OAB 1074A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0648688-26.2018.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerente para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: WALTER SIQUEIRA BRITO (OAB 4186/AM), ADV: ENYSSON ALCÂNTARA BARROSO (OAB 5097/AM), ADV: ROBERTA NINA ALCÂNTARA BARROSO (OAB 12189/AM) - Processo 0653166-77.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Inadimplemento - REQUERENTE: Amazonas Industria e Comercio de Colchões e Espuma Ltda - Vistos, Considerando que as audiências de conciliação pautadas foram frustadas por ausência de citação do requerido, diante das especificidades da causa e de modo a adequar o rito processual às necessidades do conflito, postergo a realização da audiência de conciliação para momento oportuno após a contestação. (CPC, art.139, VI e Enunciado nº 35 da ENFAM: "Além das situações em que a flexibilização do procedimento é autorizada pelo art. 139, VI, do CPC/2015, pode o juiz, de ofício, preservada a previsibilidade do rito, adaptá-lo às especificidades da causa, observadas as garantias fundamentais do processo"). Citem- se o Requerido e o fiador FRANCISCO FELIPE DA SILVA, na forma e endereços constantes da petição de fls. 95/97. Defiro, ainda, a pesquisa por endereços do Fiador CESAR DOS SANTOS FERNANDES, nos sistemas BACENJUD, RENAJUD, INFOJUD e SIEL, após a juntada das consultas, intime-se o Requerente para ciência das mesmas.

ADV: ALDEMIR DO CARMO SILVA (OAB 9202/AM), ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM), ADV: FLAIDA BEATRIZ NUNES DE CARVALHO (OAB 96864/MG) - Processo 0658999-76.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Manoel Jesus da Conceição - REQUERIDO: Banco Bonsucesso S.a - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: FERREIRA NASCIMENTO & COSTA ADV.EMPRESARIAL (OAB 732/SC), ADV: EVERALDO JOÃO FERREIRA (OAB 1967/SC) - Processo 0661353-74.2018.8.04.0001 - Monitória - Compra e Venda - REQUERENTE: Bendo & Cia Ltda - Intime-se a parte autora para que, no prazo de 15 dias, recolha as custas iniciais sob pena de cancelamento da distribuição, nos termos do art. 290 do CPC.

ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 685A/AM), ADV: ANTÔNIO IVAN OLÍMPIO DA SILVA (OAB 3110/AM) - Processo 0701104-78.2012.8.04.0001 - Procedimento Comum - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Ricardo David Martins Nascimento - REQUERIDO: Banco IBI Card S/A - Banco Múltiplo - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas finais pendentes, conforme Guia de Recolhimento Judicial elaborada pelo contador judicial, e junte comprovante de pagamento, no prazo de 15 (quinze) dias. Decorrido o prazo sem que a parte tenha juntado os respectivos comprovantes, os autos serão remetidos ao contador judicial para emissão de Certidão de Dívida e providências necessárias, em conformidade com o art. 2º do Provimento nº 228/2014-CGJ/AM.

ADV: MÁRIO SOUZA DA SILVA (OAB 1880/AM), ADV: NALDIR FRANCO HAYDEN (OAB 957/AM), ADV: JOSÉ LUÍS CANTUÁRIA DOS REIS (OAB 2896/AM), ADV: MÁRIO SOUZA DA SILVA JUNIOR (OAB 6417/AM) - Processo 0703113-13.2012.8.04.0001 - Procedimento Comum - Rescisão / Resolução - REQUERENTE: P. N. da Silva - LITSPASSIV: Alpha Extração de Areia Ltda. - Vistos, etc. Vieram-me os autos conclusos. Enfito que o autor não procedeu à citação do réu no prazo assinalado por este juízo, nada obstante sua intimação para tanto. Ademais, o verbete sumular de nº 240 do STJ incide quando a relação processual se perfaz triangularizada, hipótese esta que não se coaduna com a dos autos, visto que não há sequer réu citado. É de se notar que, no caso em testilha, afigura-se prescindível a intimação pessoal da parte ou dos próprios patronos, à míngua de previsão legal, a considerar que a figura prevista no art. 485, III, do CPC, não se confunde com aquela vertida no art. 240, §2º também da Lei Adjetiva Civil. Nesse sentido, os seguintes julgados: 0641361-98.2016.8.04.0001 - Apelação - Ementa: PROCESSO CIVIL. APELAÇÃO. AÇÃO MONITÓRIA. EXTINÇÃO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO. AUSÊNCIA DE PRESSUPOSTOS DE CONSTITUIÇÃO E DE DESENVOLVIMENTO VÁLIDO E REGULAR DO PROCESSO. AUSÊNCIA DE INTIMAÇÃO DO RÉU. ART. 239 DO CPC. DESNECESSIDADE DE INTIMAÇÃO PESSOAL DO AUTOR. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. 1. Considera-se a citação do réu pressuposto de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo,cabendo ao autor promover os meios para que seja o réu encontrado e citado. 2. A necessidade de intimação pessoal do autor, somente se aplica nos casos do art. 485, inciso II e III do CPC. 3. Recurso conhecido e desprovido. (Relator (a): Maria das Graças Pessoa Figueiredo; Comarca: Manaus/AM; Órgão julgador: Primeira Câmara Cível; Data do julgamento: 26/11/2018; Data de registro: 27/11/2018) 0633880-55.2014.8.04.0001 - Apelação - Ementa: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. AUSÊNCIA DE CITAÇÃO. EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO. AUSÊNCIA DE PRESSUPOSTO DE DESENVOLVIMENTO VÁLIDO DO PROCESSO. DESNECESSIDADE DE INTIMAÇÃO PESSOAL. APELAÇÃO DESPROVIDA. - A citação possui natureza de pressuposto processual, de forma que sua não efetivação em prazo razoável autoriza a extinção do feito com fundamento no art. 485, IV, do CPC/15. - Recurso conhecido e desprovido. (Relator (a): Wellington José de Araújo; Comarca: Manaus/AM; Órgão julgador: Segunda Câmara Cível; Data do julgamento: 08/10/2018; Data de registro: 23/10/2018) 0632762-73.2016.8.04.0001 - Apelação - Ementa: APELAÇÃO CÍVEL. PROCESSO EXTINTO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO. INÉRCIA DO AUTOR EM PROMOVER AS DILIGÊNCIAS NECESSÁRIAS PARA A CITAÇÃO. PRESSUPOSTO PROCESSUAL DE VALIDADE DO PROCESSO. AUSÊNCIA. PROCESSO INVÁLIDO. EXTINÇÃO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO. ART. 485, IV, DO CPC. SENTENÇA MANTIDA. EXTINÇÃO POR ABANDONO. HIPÓTESE NORMATIVA DISTINTA. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. (Relator (a): Flávio Humberto Pascarelli Lopes; Comarca: Manaus/AM; Órgão julgador: Terceira Câmara Cível; Data do julgamento: 05/11/2018; Data de registro: 05/11/2018) Deferidas várias consultas de endereço e citação por Edital, sem que a parte autora procedesse conforme estabelece a legislação processual civil. Por fim, intimado a promover a citação, não o fez e não agravou da decisão de fls. 144, deixando de cumprir a formalidade necessária no prazo aventado. Desse modo, a contumácia do autor em promover a citação do réu no prazo assinalado elide a responsabilidade da máquina judiciária nesse tocante, rendendo ensanchas à extinção prematura do feito. Por conseguinte, julgo extinto o processo, sem resolução do mérito, ex vi do art. 485, IV, do CPC, ante a inexistência de citação, enquanto um dos pressupostos de existência do processo. Custas pelo Requerente. Transitada em julgado a presente decisão, desentranhem-se as peças que instruem a inicial, devolvendo-as ao autor, caso este queira, tudo mediante cópia. Após, arquivem-se os autos com a baixa nos registros. P.R.I.C.

Acácio Fernandes Roboredo (OAB 89774/SP)
Alcimar Almeida Sena (OAB 2788/AM)
Aldemir da Rocha Silva Júnior (OAB 5445/AM)
Aldemir do Carmo Silva (OAB 9202/AM)
Alexandre Gomes Ribeiro (OAB 6199/AM)
Alexandro Magno Ferreira de Araújo (OAB 7983/AM)
Aline Freitas Poubel Ribeiro (OAB 154955/RJ)
Andréa Cristina da Costa Le Sueur (OAB 6161/AM)
Anne Caroline Castro Silva (OAB 11421/AM)
Antônio Ivan Olímpio da Silva (OAB 3110/AM)
Bianca Medrado de Carvalho (OAB 8775/AM)
CAIO CESAR FERNANDES DA CRUZ (OAB 154217/MG)
Carla Cristina Lopes Scortecci (OAB 1254A/AM)
Carla Cristina Lopes Scortecci (OAB 248970/SP)
Carlo André de Mello Queiroz (OAB 6047/AL)
Carlos Antônio Nogueira da Silva (OAB 6943/AM)
Carlos Fernando Siqueira Castro (OAB 672A/AM)
Caroline Ribeiro Frota Moreira (OAB 5670/AM)
Cristiane Bellinati Garcia Lopes (OAB 751A/AM)
Edson Rosas Júnior (OAB 1910/AM)
Elisângela Nogueira Rodrigues (OAB 3433/AM)
Enysson Alcântara Barroso (OAB 5097/AM)
EVERALDO JOÃO FERREIRA (OAB 1967/SC)
Felipe Navega Medeiros (OAB 217017/SP)
Fernanda Prestes de Lima (OAB 8776/AM)
FERREIRA NASCIMENTO & COSTA ADV.EMPRESARIAL (OAB 732/SC)
Flaida Beatriz Nunes de Carvalho (OAB 96864/MG)
Frederico Augusto Ferreira Barbosa (OAB 18828/GO)
Giselle Cordeiro Sampaio (OAB 8091/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo Gonçalves Gomes (OAB 1058A/AM)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB A1065/AM)
Humberto Rossetti Portela (OAB 91263/MG)
Iêda Barbosa Pauxis (OAB 139726/RJ)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
Jean Cleuter Simões Mendonça (OAB 3808/AM)
Jocione dos Santos Souza Júnior (OAB 8538/AM)
José Luís Cantuária dos Reis (OAB 2896/AM)
Juliano Tadeu Ferreira Lisboa (OAB 41616/DF)
Júlio de Carvalho Paula Lima (OAB A1149AM)
Karina de Almeida Batistuci (OAB 685A/AM)
Lígia de Souza Frias (OAB 1074A/AM)
Lincoln Martins da Costa Novo (OAB 3423/AM)
Lúcia Cristina Pinho Rosas (OAB 5109/AM)
Luciene Cabral de Albuquerque (OAB 3903/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luiz Eduardo Hayden dos Santos (OAB 12051/AM)
Luiz Eduardo Lustosa de Oliveira (OAB 833/AM)
Luiz Henrique Zubaran Ossuosky Filho (OAB 7537/AM)
Manoel Archanjo Dama Filho (OAB 21593A/GO)
Manoel Archanjo Dama Filho (OAB 700A/AM)
Manoel Archanjo Dama Filho (OAB A700/AM)
Marcelo Augusto Cruz Pedrosa (OAB 9290/AM)
Mário Souza da Silva (OAB 1880/AM)
Mário Souza da Silva Junior (OAB 6417/AM)
Matheus Luniére Martins (OAB 7013/AM)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 877A/AM)
Naldir Franco Hayden (OAB 957/AM)
Nazareno Pereira de Melo (OAB 5690/AM)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB 128341/SP)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Paulo Felipe Santos Magalhães (OAB 11367/AM)
Philippe Nunes de Oliveira Dantas (OAB 8872/AM)
Prestes Sociedade Individual de Advocacia (OAB 8776/AM)
Rafael Sganzerla Durand (OAB 737A/AM)
Rafael Sganzerla Durand (OAB A737/AM)
Renato de Souza Pinto (OAB 8794/AM)
Ricardo Leite Menezes (OAB 10110/AM)
Ricardo Vieira Rodrigues (OAB 8801/AM)
Riulna Ventura Muller (OAB 6654/AM)

Roberta Nina Alcântara Barroso (OAB 12189/AM)
Roberto Mariano de Oliveira Soares (OAB 23604/DF)
Rodrigo Gago Freitas Vale Barbosa (OAB 165046/SP)
Sandra Regina dos Santos (OAB 3455/AM)
Sérgio Eduardo Gomes Sayao Lobato (OAB 28362/RS)
Tomé Rodrigues Leão de Carvalho Gama (OAB 7312/AL)
Walter Siqueira Brito (OAB 4186/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 10ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
JUIZ(A) DE DIREITO MÔNICA CRISTINA RAPOSO DA CÂMARA CHAVES DO CARMO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL CYNTHIA MARIA JACOB ROCHA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0068/2019

ADV: EVANDER ELIAS DE QUEIROZ (OAB 7015/AM), ADV: ZENIZE RIBEIRO TAMER (OAB 5489/AM), ADV: KARINA TATIANA DA CÂMARA ELIAS (OAB 5420/AM) - Processo 0236284-86.2010.8.04.0001 (001.10.236284-0) - Cumprimento de sentença - Obrigação de Fazer / Não Fazer - EXEQUENTE: Elizangela Pinheiro da Silva - EXECUTADO: Escola Metropolitano de Manaus - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte exequente para que se manifeste acerca da petição de fls. 235/238, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0252024-55.2008.8.04.0001 (001.08.252024-1) - Execução de Título Judicial - REQUERENTE: Manaus EnergiaS/A - REQUERIDA: MARIA AUXILIADORA SIQUEIRA DE OLIVEIRA - De ordem, fica intimada a parte autora/exequente para manifestar-se sobre as consultas eletrônicas de fls. antecedentes, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: SANDRO SANTOS SILVA (OAB 003.550/AM), ADV: RODRIGO LOPES MARTINS (OAB 11802/AM), ADV: FELIPE FIDELIS COSTA DE BARCELLOS (OAB 148512/RJ), ADV: FELIPE RODRIGUES MATTOS MARTINS (OAB 169772/RJ), ADV: RAFAEL BARROSO FONTELLES (OAB 119910/RJ), ADV: RAFAEL BARROSO FONTELLES (OAB 327331/SP) - Processo 0319102-03.2007.8.04.0001 (001.07.319102-8) - Cumprimento de sentença - EXEQUENTE: Banco do Estado do Amazonas S.A - CABEA - Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Estado do Amazonas - Banco Alvorada S/A - EXECUTADO: Erivaldo Aguiar Maia - Francisco Augusto Reis de Souza - Antonio Carlos Castro de Souza - Antonio Walter de Jesus Ferreira - Julio Sergiop gonzaga Ferreira - Em conformidade com o art. 1º, V, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que promova o prosseguimento do feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0600514-88.2015.8.04.0001 - Execução de Título Judicial - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerente para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM), ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM), ADV: MIGUEL BARRELLA FILHO (OAB 1622/AM) - Processo 0601166-08.2015.8.04.0001 - Ação de Exigir Contas - Contratos Bancários - REQUERENTE: M. A. DE JESUS BARBOSA ME - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que tome ciência da petição de fls. 108/112, e se manifeste, caso queira.

ADV: WALLACE ELLER MIRANDA (OAB 868A/AM) - Processo 0607917-40.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: BRB - Crédito, Financiamento e Investimento S.A. - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Exequente para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB A737/AM), ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB 211648/SP) - Processo 0611080-91.2018.8.04.0001 - Monitória - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerente para manifestar-se acerca dos ARs juntados aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 57680/MG), ADV: NATÁLIA DE SOUSA RODRIGUES ALVES (OAB 9289/AM) - Processo 0621792-82.2014.8.04.0001 - Procedimento Sumário - Rescisão / Resolução - REQUERENTE: R. G. S. Representações Ltda. - REQUERIDO: Claro S/A - Logo, não havendo a autora se desincumbido, nos termos do art. 373, I, do CPC do ônus de demonstrar o pagamento das faturas vinculadas à conta 972481408 (linha 92984009608), JULGO IMPROCEDENTES os pedidos constantes da demanda de rescisão de contrato cumulada com indenização por danos materiais e morais aforada por R.G.S. REPRESENTAÇÕES LTDA. - EPP, em face de CLARO S/A. Custas e honorários pelo autor, os quais fixo em 10% sobre o valor atribuído à causa, tudo com fulcro no art. 85, §2º, do CPC. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: DANIEL CARDOSO DE ALBUQUERQUE (OAB 6086/AM) - Processo 0624971-24.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: RAQUEL NATÁLIA DE OLIVEIRA TEIXEIRA - REQUERIDO: ESEPO EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA. - HIBRIDE EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA - Pelo exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos deduzidos no ventre da demanda de rescisão contratual ajuizada por RAQUEL NATÁLIA DE OLIVEIRA TEIXEIRA, em face de ESEPO EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA. e HIBRIDE EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA., a fim de decretar a rescisão da promessa de compra e venda entabulada entre as partes, bem assim condenar as rés a restituírem à autora, de forma una e imediata, 80% (oitenta por cento) do montante por esta despendido durante o desenlace contratual, acrescido de juros, desde a citação inicial, e de correção monetária, a partir de cada desembolso efetuado. Havendo a requerente decaído de parte mínima do pedido, condeno as rés ao pagamento e custas e honorários advocatícios, estes fixados em R$ 2.000,00 (dois mil reais), com suporte no art. 85, §2º, do CPC. Intimem-se.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT) - Processo 0625299-12.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, recolha as custas da diligência do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: ANDRÉ NIETO MOYA (OAB 235738/SP) - Processo 0630451-75.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Banco Bradesco Cartões S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerente para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: PAULO BERNARDO LINDOSO E LIMA (OAB 11333/AM), ADV: TATIANA FERREIRA DA SILVA (OAB 10168/AM) - Processo 0632595-27.2014.8.04.0001 (apensado ao processo 0621113-19.2013.8.04.0001) - Procedimento Comum - Direito de Imagem - REQUERENTE: JOSIRENE SILVA DE MATOS - REQUERIDA: DANIELA LABORDA DA SILVA SAMPAIO - Ante o exposto, à míngua de comprovação do alegado, JULGO IMPROCEDENTES os pedidos constantes da demanda indenizatória aforada por JOSIRENE SILVA DE MATOS, em face de DANIELA LABORDA DA SILVA SAMPAIO. Custas e honorários pela demandante, os quais fixo em R$ 2.000,00 (dois mil reais), com fulcro no art. 85, §2º, do CPC. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB A598/AM) - Processo 0635536-13.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - EXEQUENTE: PONTE IRMÃO & CIA LTDA - LOJAS ESPLANADAS - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Exequente para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

André Nieto Moya (OAB 235738/SP)
Daniel Cardoso de Albuquerque (OAB 6086/AM)
Evander Elias de Queiroz (OAB 7015/AM)
Felipe Fidelis Costa de Barcellos (OAB 148512/RJ)
Felipe Rodrigues Mattos Martins (OAB 169772/RJ)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069/AM)
José Henrique Cançado Gonçalves (OAB 57680/MG)
Karina Tatiana da Câmara Elias (OAB 5420/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Marcondes Fonseca Luniere Júnior (OAB 2897/AM)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Miguel Barrella Filho (OAB 1622/AM)
Natália de Sousa Rodrigues Alves (OAB 9289/AM)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB A598/AM)
Paulo Bernardo Lindoso e Lima (OAB 11333/AM)
Rafael Barroso Fontelles (OAB 119910/RJ)
Rafael Barroso Fontelles (OAB 327331/SP)
Rafael Sganzerla Durand (OAB 211648/SP)
Rafael Sganzerla Durand (OAB A737/AM)
Rodrigo Lopes Martins (OAB 11802/AM)
Sandro Santos Silva (OAB 003.550/AM)
Tatiana Ferreira da Silva (OAB 10168/AM)
Thales Silvestre Júnior (OAB 2406/AM)
Wallace Eller Miranda (OAB 868A/AM)
Zenize Ribeiro Tamer (OAB 5489/AM)

11ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DO TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 11ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0056/2019

ADV: CHRISTIAN ALBERTO RODRIGUES DA SILVA (OAB 2682/AM), ADV: JOSE FALABELLA NETTO (OAB 002.899/AM), ADV: RAIMUNDO HITOTUZI DE LIMA (OAB 2024/AM), ADV: DANIELLE VIEIRA HITOTUZI PAES (OAB 4631/AM) - Processo 0022157-74.2003.8.04.0001 (001.03.022157-0) - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Delmira Souza de Carvalho - REQUERIDO: Centro de Assist. ao Desenv. de Form. Profissional - Literatus - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca da impugnação aos cálculos, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: WALDIR GONÇALVES BARROS JÚNIOR (OAB 5535/AM), ADV: JOSÉ RENATO CHÍXARO DE MENEZES (OAB 003.321/AM), ADV: JOSÉ ALFREDO FERREIRA DE ANDRADE (OAB A-29/AM), ADV: PEDRO STÊNIO LÚCIO GOMES (OAB 2604/AM), ADV: MIRIAM REGINA CUNHA DUTRA (OAB 4869/AM) - Processo 0034373-87.2010.8.04.0012 (012.10.034373-5) - Cumprimento de sentença - Medida Cautelar - REQUERENTE: Jose de Moura Teixeira Lopes - Joao Alberto Ribeiro Ponce de Leao - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que se manifeste(m) acerca do bloqueio negativo/insuficiente realizado no sistema BACENJUD, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: LUIZ FERNANDO MAFRA NEGREIROS (OAB 5641/AM), ADV: GIZÉLIA ALMEIDA DA SILVA (OAB 6491/AM), ADV: RUBENITO CARDOSO DA SILVA JR (OAB 4947/AM), ADV: ADONIRAN RIBEIRO DE CASTRO (OAB 25751/PR), ADV: ALESSANDRO DESSIMONI VICENTE (OAB 146121/SP), ADV: ANDRE ALMEIDA BLANCO (OAB 147925/SP) - Processo 0202416-88.2008.8.04.0001 (001.08.202416-3) - Execução de Título Extrajudicial - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Coplast. Indústria Comércio Representação Plastica Ltda - REQUERIDO: Plast Mídia - Indústria e Comércio de Embalagens Plásticas Ltda - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM), ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM) - Processo 0225409-23.2011.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Liquidação / Cumprimento / Execução - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: PAULO FELIPE SARAIVA DA SILVA (OAB 10242/AM), ADV: ALDINEI FERNANDES DE AZEVEDO (OAB 10642/AM) - Processo 0601451-59.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Nulidade / Anulação - REQUERENTE: Pedro Gonçalves da Silva - REQUERIDO: Zander Eijiro Sassaki e outros - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, complemente as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça necessárias à prática do ato processual e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM) - Processo 0601819-73.2016.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - A hipótese encartada aos autos cuida de matéria de fato e de

direito, sem necessidade de que ocorra maior dilação probatória. Assim, entendo que o feito comporta julgamento antecipado da lide, com proferimento de sentença com resolução de mérito, na forma do disposto no art. 355, I, do NCPC. Intimem-se as partes sobre a presente deliberação. Após, voltem-me os autos conclusos para sentença. Por derradeiro, defiro à Requerida/Embargante o beneplácito da gratuidade de justiça, nos termos do art. 98 do CPC. Int. Cumpra-se.

ADV: IRAN VIEIRA DE SOUSA (OAB 5706/AM), ADV: GUILHERME DA COSTA FERREIRA PIGNANELI (OAB 5546/RO) - Processo 0602386-41.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: SILVIO MARCELO DA COSTA GOMES - REQUERIDO: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s), POR PORTAL, para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: MARIA POMPÉIA TELES DE OLIVEIRA BATISTA (OAB 10797/AM), ADV: DANIEL ROCHA NÓBREGA (OAB 10626/AM), ADV: VENICIO ALVES DE ANDRADE (OAB 12715/AM) - Processo 0602594-25.2015.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Francisco Sergio Macedo da Rocha - A hipótese encartada aos autos cuida de matéria de fato e de direito, sem necessidade de que ocorra maior dilação probatória. Assim, entendo que o feito comporta julgamento antecipado da lide, com proferimento de sentença com resolução de mérito, na forma do disposto no art. 355, I, do NCPC. Intimem-se as partes sobre a presente deliberação. Após, voltem-me os autos conclusos para sentença. Int. Cumpra-se.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ADILSON JOSÉ DA COSTA ALMEIDA FILHO (OAB 11094/AM), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM) - Processo 0603025-59.2015.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: Sônia Mariza Alves - Avalio a preliminar ofertada em Embargos à Monitória de fls. 190/200: I) Prescrição da Dívida: Ab initio, importante frisar que o presente feito iniciou a sua tramitação quando ainda se encontrava em vigência o CPC/73, posto que distribuído em 31/01/2015, sendo certo que o NCPC/15 passou a viger em 17/03/2016, conforme o disposto no art. 1.045 do novel diploma. Portanto, a análise da presente arguição deve ser realizada à luz da norma processual corrente ao tempo da prática do ato, ou seja, as regras do CPC/73. Em assim sendo, diante da arguição de prescrição, assimilo que assiste parcialmente razão à Embargante. Explico. A citação da devedora para integrar o pólo passivo da lide ocorreu em 29/10/2018. Considerando que nos termos do art. 219, §1°, do CPC/73, o efeito interruptivo da prescrição abarcado no art. 202, I, do CC, retroage a data da propositura da ação, ou seja, 31/01/2015. Dessa forma, aplica-se à espécie o prazo prescricional de 10 (dez) anos, contido no art. 205 do Código Civil e em consonância com a jurisprudência do STJ (REsp 1579177/GO, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, julgado em 17/03/2016, DJe 31/05/2016), indiscutível ressoa a ocorrência de prescrição dos débitos das faturas de energia elétrica anteriores à data de 12/01/2005, eis que esta data se refere ao vencimento da fatura de energia elétrica do mês de dezembro de 2004 (fl. 13). Por essa trilha, acolho parcialmente a preliminar de prescrição e tenho por reconhecer a prescrição da cobrança de valores relativos ao período de setembro de 2003 a dezembro de 2004, restando exigíveis aqueles dispostos nas faturas do período de janeiro de 2005 a agosto de 2006. No que pertine ao pedido de gratuidade de justiça, tenho por deferi-lo à Requerida/Embargante, nos termos do art. 98, do CPC. Assim, superada a pendência processual ora decidida, compreendo que a hipótese encartada aos autos cuida de matéria de fato e de direito, sem necessidade de que ocorra maior dilação probatória. Assim, julgo que o feito comporta julgamento antecipado da lide, com proferimento de sentença com resolução de mérito, na forma do disposto no art. 355, I, do NCPC. Intimem-se as partes sobre a presente deliberação. Após, voltem-me os autos conclusos para sentença. Int. Cumpra-se.

ADV: CLÁUDIO AUGUSTO GONÇALVES PEREIRA (OAB 157457/SP), ADV: CAIO AUGUSTO MASCARENHAS DIAS (OAB 4100/AM), ADV: RAQUEL SEGALLA REIS (OAB 30152B/SC) - Processo 0604311-04.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Perdas e Danos - REQUERENTE: FGL Global Logística Ltda - REQUERIDO: Pointer Comércio Importação e Exportação Ltda - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha/complemente as custas postais (AR) e junte comprovante de recolhimento, conforme Provimento nº 273/CGJ, levando-se em consideração a quantidade de partes e endereços que deverão constar na(s) carta(s), no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: CRISTIANE BELLINATI GARCIA LOPES (OAB 751A/AM) - Processo 0604500-11.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Itaú Unibanco S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: LOURENÇO DE ALMEIDA PRADO, ADV: MARLON ALEXANDRE DE SOUZA FLOR (OAB 12673/SC), ADV: LOURENÇO DE ALMEIDA PRADO (OAB 222325/SP), ADV: PEDRO NEVES MARX (OAB 464A/AM), ADV: PAULO AUGUSTO TESSER FILHO (OAB 772A/AM), ADV: NÁDIA ALMEIDA LIMA (OAB 10786/AM), ADV: RAFAEL FERNANDO MELO DA COSTA (OAB 5837/AM) - Processo 0607456-10.2013.8.04.0001 - Execução de Título Judicial - Cheque - REQUERENTE: Tempus Comércio de Alimentos da Amazônia Ltda EPP - REQUERIDO: Allanderlan Ferreira Santana - Em conformidade com o art. 1º, XV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte contrária para que se manifeste sobre os documentos juntados, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma do § 1º do artigo 437 do CPC.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: JOÃO CARLOS PINTO DE ARAÚJO (OAB 3787/AM), ADV: SHEILA MARA MARTINS ARAUJO (OAB 11995/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: CIRLANE FIGUEREDO ALBERTINO (OAB 8085/AM) - Processo 0607751-42.2016.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Olivia Neves de Freitas - Avalio a preliminar ofertada em Embargos à Monitória de fls. 99/109: I) Carência da Ação: Em análise dos autos, verifico que a presente demanda foi ajuizada no dia 10/03/2016 e conforme se extrai dos comprovantes de fls. 103/109, os referidos pagamentos ocorreram dia 29/03/2016; isto é, em data posterior ao ajuizamento da ação, motivo pelo qual resta presente o direito de ação da empresa Autora à época da propositura do feito. Assim, afasto a referida preliminar. Superada a pendência processual ora decidida, compreendo que a hipótese encartada aos autos cuida de matéria de fato e de direito, sem necessidade de que ocorra maior dilação probatória. Assim, julgo que o feito comporta julgamento antecipado da lide, com proferimento de sentença com resolução de mérito, na forma do disposto no art. 355, I, do NCPC. Intimem-se as partes sobre a presente deliberação. Após, voltem-me os autos conclusos para sentença. Int. Cumpra-se.

ADV: AUTON FRANCISCO FURTADO MAIA (OAB 5821/AM), ADV: ROBERTO MARQUES DA COSTA (OAB 4135/AM) - Processo 0607848-37.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Condomínio - REQUERENTE: Condomínio Residencial Nascentes do Tarumã - Vistos, Cuidam os presentes autos de Execução de Título Extrajudicial formulada por Condomínio Residencial Nascentes do Tarumã em face de Marcos André dos Santos Amorim e Michele Freitas Amorim. Verifico quanto ao

preenchimento dos requisitos do art. 798, I do NCPC, ao observar que a petição inicial demonstra a existência de título executivo extrajudicial consubstanciado em crédito referente às contribuições ordinárias ou extraordinárias de condomínio edilício, previstas na respectiva convenção ou aprovadas em assembleia geral, com força executiva atribuída pelo art. 784, X do CPC e demonstrativo de débito atualizado (fls. 55/131). Assim, entendo como cumpridos todos os requisitos necessários ao prosseguimento do feito. Desta forma, determino sejam citados os Executados, nos termos do art. 829 do CPC, atentando-se para o que dispõe o art. 830 do CPC. Fixo os honorários advocatícios do patrono do Exequente em 10% (dez por cento) sobre o valor da execução, nos termos do art. 827, do CPC. Acaso se efetivem citação e penhora e transcorra in albis o prazo para embargar, intime-se o Exequente para postular o que bem entender no prazo de 10 (dez) dias. Acaso se realize apenas o arresto previsto no art. 830 do CPC, intime-se o Exequente para lhe oportunizar agir na forma do art. 830, §2º, do CPC. De outra banda, se a juntada do mandado executivo despontar o insucesso integral dos objetivos dessa diligência, intime-se o Exequente para se manifestar também em 10 (dez) dias. Int. Cumpra-se.

ADV: ROBERTO MARQUES DA COSTA (OAB 4135/AM), ADV: AUTON FRANCISCO FURTADO MAIA (OAB 5821/AM) - Processo 0607965-28.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Condomínio - REQUERENTE: Condomínio Residencial Nascentes do Tarumã - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca da petição de fls. 120, apresentando comprovante de recolhimento das custas iniciais , no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: ROBERTO MARQUES DA COSTA (OAB 4135/AM), ADV: AUTON FRANCISCO FURTADO MAIA (OAB 5821/AM) - Processo 0607997-33.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Condomínio - REQUERENTE: Condomínio Residencial Nascentes do Tarumã - Vistos, Cuidam os presentes autos de Execução de Título Extrajudicial formulada por Condomínio Residencial Nascentes do Tarumã em face de Ruy dos Santos Andrade,. Verifico quanto ao preenchimento dos requisitos do art. 798, I do NCPC, ao observar que a petição inicial demonstra sobre a existência de título executivo extrajudicial consubstanciado em crédito referente às contribuições ordinárias ou extraordinárias de condomínio edilício, previstas na respectiva convenção ou aprovadas em assembleia geral, com força executiva atribuída pelo art. 784, X do CPC e demonstrativo de débito atualizado (fls. 55/131). Assim, entendo como cumpridos todos os requisitos necessários ao prosseguimento do feito. Desta forma, determino seja citado o Executado nos termos do art. 829 do CPC, atentando-se para o que dispõe o art. 830 do CPC. Fixo os honorários advocatícios do patrono do Exequente em 10% (dez por cento) sobre o valor da execução, nos termos do art. 827, do CPC. Acaso se efetivem citação e penhora e transcorra in albis o prazo para embargar, intime-se o Exequente para postular o que bem entender no prazo de 10 (dez) dias. Acaso se realize apenas o arresto previsto no art. 830 do CPC, intime-se o Exequente para lhe oportunizar agir na forma do art. 830, §2º, do CPC. De outra banda, se a juntada do mandado executivo despontar o insucesso integral dos objetivos dessa diligência, intime-se o Exequente para se manifestar também em 10 (dez) dias. Int. Cumpra-se.

ADV: ROBERTO MARQUES DA COSTA (OAB 4135/AM), ADV: AUTON FRANCISCO FURTADO MAIA (OAB 5821/AM) - Processo 0608056-21.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Constrição / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens - REQUERENTE: Condomínio Residencial Nascentes do Tarumã - Vistos, Cuidam os presentes autos de Execução de Título Extrajudicial formulada por Condomínio Residencial Nascentes do Tarumã em face de Armando Roberto de Paula e Sousa e Andreia Alves de Lima. Verifico quanto ao preenchimento dos requisitos do art. 798, I do NCPC, ao observar que a petição inicial demonstra sobre a existência de título executivo extrajudicial consubstanciado em crédito referente às contribuições ordinárias ou extraordinárias de condomínio edilício, previstas na respectiva convenção ou aprovadas em assembleia geral, com força executiva atribuída pelo art. 784, X do CPC e demonstrativo de débito atualizado (fls. 55/131). Assim, entendo como cumpridos todos os requisitos necessários ao prosseguimento do feito. Desta forma, determino sejam citados os Executados, nos termos do art. 829 do CPC, atentando-se para o que dispõe o art. 830 do CPC. Fixo os honorários advocatícios do patrono do Exequente em 10% (dez por cento) sobre o valor da execução, nos termos do art. 827, do CPC. Acaso se efetivem citação e penhora e transcorra in albis o prazo para embargar, intime-se o Exequente para postular o que bem entender no prazo de 10 (dez) dias. Acaso se realize apenas o arresto previsto no art. 830 do CPC, intime-se o Exequente para lhe oportunizar agir na forma do art. 830, §2º, do CPC. De outra banda, se a juntada do mandado executivo despontar o insucesso integral dos objetivos dessa diligência, intime-se o Exequente para se manifestar também em 10 (dez) dias. Int. Cumpra-se.

ADV: HIRAN LEÃO DUARTE (OAB 10422/CE) - Processo 0608165-35.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Gmac S/A - Vistos, Cuidam os presentes autos de ação de Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária formulada por Banco Gmac S/A em face de Allan Carlos de Azevedo Viana Lima. Comprovada a celebração de contrato com alienação fiduciária (fls. 5/8) e sumariamente demonstrado o inadimplemento do Requerido (fl. 23), concedo liminarmente a busca e apreensão do bem individualizado na inicial, nos termos do art. 3.º do Decreto-Lei n.º 911/69. Após o cumprimento da liminar, intime-se, em ato contínuo o Réu para no prazo de 05 dias pagar a integralidade da dívida pendente, segundo os valores apresentados na inicial pelo Autor, hipótese na qual o bem será restituído àquele livre de ônus, consoante o art. 3.º, §2.º, do referido Diploma Legal. Também em ato contínuo, cite-se o Réu para responder à ação no prazo de 15 dias, contado a partir da juntada aos autos do mandado de citação devidamente cumprido, resposta cabível ainda que se tenha providenciado o pagamento acima referido, caso entenda ter havido pagamento a maior e deseje restituição, de acordo com o art. 3.º, §§3.º e 4.º, desse Decreto-Lei. Esclareço que apenas após o eventual decurso desse prazo de 05 dias sem a purgação da mora acima aludida, é que a liminar ora concedida ensejará a consolidação da propriedade e da posse plena e exclusiva do bem no patrimônio do Autor, na forma do art. 3.º, §1.º, do Decreto-Lei n.º 911/69. Expeça-se o competente mandado na forma da Lei após a comprovação do pagamento das custas da diligência, conforme o disposto na Portaria 116/2017 (publicada no DJE do dia 23/01/2017). Por fim, caso o Réu não logre ser citado, intime-se o Autor para viabilizar a medida em 10 dias; e, caso o bem alienado fiduciariamente não seja encontrado ou não se ache na posse do Requerido, intime-se o Autor para, em 10 dias, indicar novas diligências aptas à efetivação da liminar ou para requerer a conversão do pedido de busca e apreensão, nos mesmos autos, em ação de execução. Transcorrido o prazo de 30 dias após o decurso in albis do prazo de manifestação do Requerente, intime-se pessoalmente para manifestar interesse no prosseguimento do feito em 5 dias, sob pena de extinção processual. P.R.I.Cumpra-se.

ADV: ELOI PINTO DE ANDRADE & FILHOS - ADVOGADOS (OAB 46/AM), ADV: SABRINA MENDES DE OLIVEIRA (OAB 11358/AM), ADV: YURI DA SILVA LADISLAU (OAB 10857/AM), ADV: RODRIGO TOSTA GIROLDO (OAB 4503/RO) - Processo 0610251-47.2017.8.04.0001 - Monitória - Compra e Venda - REQUERENTE: Rondobras da Amazonia Distribuidora de Auto Pecas Ltda - REQUERIDO: Bradesco Saúde S/A - A hipótese encartada aos autos cuida de matéria de fato e de direito, sem necessidade de que ocorra maior dilação probatória. Assim, entendo que o feito comporta julgamento antecipado da lide, com proferimento de sentença com resolução de mérito, na forma do disposto no art. 355, I, do NCPC. Intimem-se as partes sobre a presente deliberação. Após, voltem-me os autos conclusos para sentença. Int. Cumpra-se.

ADV: ANTÔNIO ALVES PEREIRA (OAB 2622/AM) - Processo 0610740-16.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Paulo Ney de Jesus Ferreira - Ante o exposto, reconheço quanto a falta de interesse de agir no vertente episódio, razão pela qual decido por extinguir o feito sem resolução de mérito, nos termos do art. 485, VI, do CPC e art. 10 da Lei n.º 9.507/97. Sem custas a pagar, ex vi do art. 21 da Lei n.º 9.507/97. P.R.I.Cumpra-se.

ADV: ALEANDRO LIMA DE QUEIROZ (OAB 23008-A/PB) - Processo 0610774-88.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Maria Aparecida da Silva - Vistos, Da análise da exordial, verifico que a parte Autora

pleiteia seja a Ré condenada a lhe devolver em dobro valores supostamente descontados de forma indevida de seu benefício de aposentadoria sem, contudo, indicar o montante almejado. Nesse contexto, determino seja intimada a Requerente, por seu advogado, via DJE, a fim de que quantifique o valor pretendido a título de repetição de indébito, corrigindo o valor da causa, ex vi do art. 292, V, do CPC, em prazo de 15 (quinze) dias. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: IVANA DA CUNHA LEITE RUIZ (OAB 4814/AM) - Processo 0610920-32.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Condomínio - REQUERENTE: Cond. Mundi Resort Residencial - Vistos, A fim de que o crédito referente às contribuições ordinárias ou extraordinárias de condomínio edilício consubstanciem-se em título executivo extrajudicial, faz-se necessário que estejam previstas na convenção do condomínio ou tenham sido aprovadas em ata de assembleia, e em todo caso deve-se comprová-las documentalmente, consoante norma disposta no artigo 784, inciso X do Código de Processo Civil. In casu, analisando os autos, não verifico as atas de assembleia que aprovaram as contribuições que estão sendo cobradas de acordo com demonstrativo de débito (fl. 17), tampouco a respectiva convenção condominial. Verifico tão somente a ata de assembleia que elegeu a síndica Silmara Neves Serrão, bem como o seu Conselho. Em assim sendo, determino que se intime o Exequente a fim de junte aos autos atas de assembleia em que teriam sido aprovadas as taxas de condomínio referentes ao período que está sendo cobrado ou a convenção do condomínio, se a contribuição for ali prevista, em prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento da inicial, nos termos do art.321 do Código de Processo Civil. Noutro giro, diante da ausência de recolhimento das custas processuais, intime-se o Exequente para diligenciar quanto a providência legal no mesmo prazo, na forma do art. 290, do CPC, pena de cancelamento da distribuição. Int. Cumpra-se.

ADV: WANDREY CRISTIANO DE JESUS VIEIRA (OAB 8900/AM) - Processo 0611018-17.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Adjudicação Compulsória - REQUERENTE: Ana Graziela Souza de Matos - Diante disso, determino seja intimada a Requerente, por seu advogado, a fim de que comprove em 15 (quinze) dias a alegada hipossuficiência econômico-financeira, devendo juntar aos autos suas 03 (três) últimas declarações de imposto de renda e outros documentos idôneos, nos moldes do art. 321 do CPC. Decorrido o prazo, voltem-me conclusos à análise do pedido de gratuidade processual. Int. Cumpra-se.

ADV: SÉRGIO SCHULZE (OAB 7629/SC) - Processo 0611050-22.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: V.F.C.F.I. - Vistos, Cuidam os presentes autos de ação de Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária formulada por B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento em face de Marcílio Brito dos Santos Filho. Comprovada a celebração de contrato com alienação fiduciária (fls. 10/11) e sumariamente demonstrado o inadimplemento do Requerido (fl. 15), concedo liminarmente a busca e apreensão do bem individualizado na inicial, nos termos do art. 3.º do Decreto-Lei n.º 911/69. Após o cumprimento da liminar, intime-se, em ato contínuo o Réu para no prazo de 05 dias pagar a integralidade da dívida pendente, segundo os valores apresentados na inicial pelo Autor, hipótese na qual o bem será restituído àquele livre de ônus, consoante o art. 3.º, §2.º, do referido Diploma Legal. Também em ato contínuo, cite-se o Réu para responder à ação no prazo de 15 dias, contado a partir da juntada aos autos do mandado de citação devidamente cumprido, resposta cabível ainda que se tenha providenciado o pagamento acima referido, caso entenda ter havido pagamento a maior e deseje restituição, de acordo com o art. 3.º, §§3.º e 4.º, desse Decreto-Lei. Esclareço que apenas após o eventual decurso desse prazo de 05 dias sem a purgação da mora acima aludida, é que a liminar ora concedida ensejará a consolidação da propriedade e da posse plena e exclusiva do bem no patrimônio do Autor, na forma do art. 3.º, §1.º, do Decreto-Lei n.º 911/69. Expeça-se o competente mandado na forma da Lei após a comprovação do pagamento das custas da diligência, conforme o disposto na Portaria 116/2017 (publicada no DJE do dia 23/01/2017). Por fim, caso o Réu não logre ser citado, intime-se o Autor para viabilizar a medida em 10 dias; e, caso o bem alienado fiduciariamente não seja encontrado ou não se ache na posse do Requerido, intime-se o Autor para, em 10 dias, indicar novas diligências aptas à efetivação da liminar ou para requerer a conversão do pedido de busca e apreensão, nos mesmos autos, em ação de execução. Transcorrido o prazo de 30 dias após o decurso in albis do prazo de manifestação do Requerente, intime-se pessoalmente para manifestar interesse no prosseguimento do feito em 5 dias, sob pena de extinção processual. P.R.I.Cumpra-se.

ADV: JOSÉ LÍDIO ALVES DOS SANTOS (OAB 156187/SP), ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP) - Processo 0613963-79.2016.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: THIAGO MAHFUZ VEZZI (OAB 228213/SP), ADV: KLISMAN DA SILVA MULLER (OAB 11080/AM) - Processo 0614206-52.2018.8.04.0001 - Consignação em Pagamento - Pagamento em Consignação - REQUERENTE: Andreia Assuncao Alves - REQUERIDO: Lojas Marisa S/A - Ante o exposto, homologo o reconhecimento pela Ré do pedido formulado na exordial, resolvendo o mérito da presente ação, nos termos do art. 487, III, “a”, do CPC, para declarar extinta a obrigação da Autora, ex vi do art. 546, também do CPC. Condeno a Ré ao pagamento de custas e honorários advocatícios arbitrados em R$ 1.500,00, nos termos do art. 85, § 8.º, do CPC, uma vez que houve ela por dar causa à presente demanda. Ocorrente o trânsito em julgado, ultimem-se providências à expedição de alvará em favor da Ré para levantamento do valor depositado em juízo (fl. 15), ato contínuo, determino providências à baixa e arquivamento dos autos. P.R.I.Cumpra-se.

ADV: CELSO DE FARIA MONTEIRO (OAB A1080/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 128341/SP), ADV: MÁRCIA CHEILA FARIAS THOMÉ (OAB 3471/AM) - Processo 0614331-20.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: C.D.E.R.E. - REQUERIDA: L.P. - F.S.O.B. e outro - Ante o exposto, homologo o pedido de desistência formulado pela Autora e decido por extinguir o processo sem resolução do mérito, à vista do disposto no artigo 485, VIII, do CPC. À vista do art. 90 do CPC, condeno a Autora ao pagamento das custas processuais e honorários sucumbenciais aos patronos das Rés, os quais arbitro em 10% sobre o valor da causa. Ocorrente o trânsito em julgado, ultimem-se providências à baixa e arquivamento dos autos. P.R.I.C.

ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM) - Processo 0615245-26.2014.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: BANCO BRADESCO S. A. - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: ANNIE MARA ARRUDA DE SÁ E BRITO (OAB 6286/AM), ADV: ANDRÉA CRISTINA DA COSTA LE SUEUR (OAB 6161/AM), ADV: MANOEL ARCHANJO DAMA FILHO (OAB 21593A/GO) - Processo 0615318-27.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM), ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM) - Processo 0615544-32.2016.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB A737/AM), ADV: MARCELO ABDON SOUTO KIZEM (OAB 2138/AM) - Processo 0617530-50.2018.8.04.0001 - Monitória - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - REQUERIDO: Raad

Mohamad Raad - Determino que se intime o Requerente a fim de que no prazo de 15 (quinze) dias apresente resposta aos Embargos de fls. 102/159, nos termos do art. 702, §5°, do CPC. Int. Cumpra-se.

ADV: CARLOS HENRIQUE CASTRO CAVALCANTI (OAB 9271/AM), ADV: DANIEL MARINHO PEREIRA (OAB 5157/AM) - Processo 0622269-03.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Locação de Imóvel - REQUERENTE: Elizabeth Batista Sena - REQUERIDO: Tariq Masih e outro - Vistos, Trata-se de pedido de cumprimento de sentença formulado pela Exequente em montante de R$ 148.469,73 (cento e quarenta e oito mil, quatrocentos e sessenta e nove reais e setenta e três centavos), bem assim honorários sucumbenciais em valor de R$ 14.846,97 (quatorze mil, oitocentos e quarenta e seis reais e noventa e sete centavos). Intimen-se os Executados, na pessoa de seu advogado, a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, promovam o cumprimento voluntário da sentença, no valor indicado pela Exequente, sob pena do acréscimo de multa de 10% (dez por cento) e honorários também de 10% (dez por cento). Acaso os Executados efetuem o pagamento integral da dívida, defiro a expedição de alvará em favor do Exequente. Após, dê-se baixa e arquivem-se os autos. Efetuado o pagamento parcial, a multa e os honorários incidirão sobre o restante, nos moldes do art. 523, §2º, do NCPC, consignando-se que o prazo para impugnação contar-se-á a partir do depósito parcial. Após a fluência do prazo sem o pagamento voluntário, iniciar-se-á o prazo de 15 (quinze) dias para o oferecimento de impugnação ao cumprimento de sentença, ex vi do art. 525 do NCPC. Oferecida a impugnação, certifique-se sua tempestividade, bem assim o pagamento de custas processuais sobre o valor da execução. Ultimadas tais providências, intime-se a Exequente para se manifestar no prazo de 15 (quinze) dias. Em caso de não recolhimento ou ainda de adimplemento a menor das referidas custas, voltem-me os autos conclusos. Transcorrido o prazo para pagamento voluntário, intime-se a Exequente para que apresente no prazo de 05 (cinco) dias, memória atualizada e discriminada do débito, incluídas as sanções constantes do art. 523, §1º, do CPC, bem como recolha em igual prazo os emolumentos pertinentes à consulta ao sistema BACENJUD, conforme os termos da Lei nº4.408/2016 e da tabela de custas consolidada pela Portaria nº116/2017-PTJ. Com a juntada, proceda-se à penhora por meio do sistema BACENJUD, na forma do art. 854 do CPC. Efetivado o bloqueio, intimem-se os Executados para se manifestarem no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 525, §11, do CPC. Na hipótese de insuficiência da penhora e desde que pagos, no prazo de 05 (cinco) dias os emolumentos processuais concernentes à consulta aos sistemas mencionados, conforme os termos da Lei n. 4.408/2016 e da tabela de custas consolidada pela Portaria nº116/2017-PTJ, efetue-se a pesquisa de bens em nome dos Executados, por meio dos sistemas INFOJUD e RENAJUD. Autorizo desde logo ocorra constrição, através do sistema RENAJUD, de eventuais veículos existentes em nome dos devedores. Após, intime-se a Exequente para que no prazo de 05 (cinco) dias, requeira o que entender de direito. Transcorrido o prazo "in albis", intime-se pessoalmente a Exequente, bem assim seu patrono via DJE, para que se manifeste sobre o interesse na continuidade do feito,sob pena de extinção da fase de cumprimento de sentença, nos termos do art. 485, inc. III, do CPC. Int. Cumpra-se.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 877A/AM) - Processo 0623537-34.2013.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que se manifeste(m) acerca do bloqueio negativo/insuficiente realizado no sistema BACENJUD, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: PEDRO CÂMARA JÚNIOR (OAB 2834/AM), ADV: PEDRO CÂMARA - SOCIEDADE DE ADVOGADOS (OAB 613/AM), ADV: ISABELLE BENLOLO DE AZEVEDO (OAB 11737/AM), ADV: WILLIANE WANESSA QUEIROZ CAVALCANTE (OAB 8489/AM), ADV: JANAÍNA MENDONÇA DE MORAES (OAB 8070/AM), ADV: JOÃO ANTÔNIO DA SILVA TOLENTINO (OAB 2300/AM), ADV: ELAISE MOSS PORTELA (OAB 7689/AM), ADV: JOÃO ANTONIO DA SILVA TOLENTINO (OAB 2300/AM) - Processo 0626613-95.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: WILSON IBERNOM - REQUERIDO: Unimed de Manaus Cooperativa de Trabalho Médico Ltda. - Ante o exposto, julgo improcedentes os pedidos contidos na exordial, resolvendo no mérito a presente demanda, nos moldes do art. 487, I, do CPC. Nos termos do art. 98, §§2º e 3º, do CPC, diante da sucumbência do Autor e tendo em vista ser ele beneficiário da justiça gratuita, condeno-o ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios no percentual de 10% sobre o valor da causa, suspendendo-se, entretanto, a exigibilidade deste crédito pelo prazo de 5 (cinco) anos, contados do trânsito em julgado desta ação, período em que a cobrança se legitimará se o Exequente demonstrar que a situação de insuficiência de recursos deixou de existir. Ao final desse prazo, extinguir-se-á esta obrigação. P.R.I.Cumpra-se.

ADV: MARCELO ABDON SOUTO KIZEM (OAB 2138/AM), ADV: CARLOS DANIEL RANGEL BARRETTO SEGUNDO (OAB 5035/AM) - Processo 0627957-14.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cheque - EXEQUENTE: CENTRO DO ALUMINIO LTDA - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: HECTOR VICTOR MENDES ALMEIDA (OAB 8249/AM) - Processo 0628305-61.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Stephanie Andrielle Araújo de Freitas - Vistos, etc A hipótese encartada aos autos cuida de matéria de fato e de direito, sem necessidade de que ocorra maior dilação probatória. Assim, entendo que o feito comporta julgamento antecipado da lide, com proferimento de sentença com resolução de mérito, na forma do disposto no art. 355, II, do NCPC. Intimem-se as partes sobre a presente deliberação. Após, voltem-me os autos conclusos para sentença.

ADV: PEDRO ROBERTO ROMÃO (OAB 209551/SP) - Processo 0629329-61.2016.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: BRADESCO ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, complemente as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça necessárias à prática do ato processual e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: JÉSSICA SANTANA MAGNANI (OAB 10343/AM), ADV: DAVID CUNHA NOVOA (OAB 10777/AM), ADV: ANDRADE GC ADVOGADOS (OAB 57/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: ANA BEATRIZ DA SILVA OLIVEIRA (OAB 9372/AM), ADV: GILBERTO GUIMARÃES VIEIRA (OAB 8506/AM) - Processo 0631120-65.2016.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Rodrigo Otavio Moraes de Oliveira - REQUERIDO: Platinium Construções Ltda - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: MARIA LUCÍLIA GOMES (OAB 313A/AM), ADV: AMANDIO FERREIRA TERESO JÚNIOR (OAB 739A/AM) - Processo 0633195-77.2016.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Bradesco Administradora de Consorcio Ltda - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta de endereço almejada nos sistemas conveniados (Bacenjud, Infojud), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: PIO CARLOS FREIRIA JUNIOR (OAB A1118AM), ADV: CRISTIANE BELLINATI GARCIA LOPES (OAB 751A/AM) - Processo 0638008-21.2014.8.04.0001 - Execução de Título Judicial - Transação - REQUERENTE: HSBC Bank Brasil S/A - Banco Múltiplo - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: BEATRIZ MERHEJE TREVISAN (OAB 151035/SP), ADV: PAULO MERHEJE TREVISAN (OAB 170382/SP), ADV: LIDIANE DA COSTA BATISTA (OAB 7492/AM) - Processo 0639654-61.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Locação de Imóvel - EXEQUENTE: Pátio Sertório Shopping Ltda - EXECUTADO: Lgp Maxx Ltda - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca da impugnação à penhora, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: ROOSEVELT COSTA DINIZ (OAB 11032/AM), ADV: RODRIGO BENAYON PONTES SERUDO (OAB 11132/AM), ADV: ANDRADE GC ADVOGADOS (OAB 57/AM) - Processo 0642189-26.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: José Flávio Matos Ribeiro - REQUERIDO: ABARE EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA - LITSPASSIV: Direcional Engenharia S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: FELIPE ANDRES ACEVEDO IBAÑEZ (OAB 206339/SP) - Processo 0644186-44.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Banco Itaucard S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: NÁDIA ALMEIDA LIMA (OAB 10786/AM), ADV: RONALDO LÁZARO TIRADENTES (OAB 4113/AM), ADV: MARIA SANTANA DE FREITAS (OAB 5708/AM) - Processo 0651852-96.2018.8.04.0001 - Embargos de Terceiro - Constrição / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens - REQUERENTE: Rosa Neiva Pinheiro Sampaio - REQUERIDO: Rede e Radio de Televisão Tiradentes Ltda - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: ADALBERTO FONSATTI (OAB 18678/PR) - Processo 0654795-86.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Obrigações - REQUERENTE: Demóbile Indústria de Móveis Ltda - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB A737/AM), ADV: ELIETE SANTANA MATOS (OAB 10423/CE), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB A598/AM), ADV: SAULLO SAMMIR BERRÊDO PACHECO (OAB 8593/AM), ADV: BIANCA ALESSANDRA BATISTA LIMA (OAB 7516/AM), ADV: VITOR TADEU NEVES NOGUEIRA (OAB 19117O/MT), ADV: HIRAN LEÃO DUARTE (OAB 10422/CE) - Processo 0703277-75.2012.8.04.0001 - Busca e Apreensão - Liminar - REQUERENTE: Mercedes-Benz do Brasil S/A. - Vistos, etc Trata-se de analisar pedido de substituição processual formulado em fls. 145/146. Nesse contexto, verifico que até o presente momento os Requeridos não foram citados; inocorrendo, portanto, a estabilização subjetiva da relação processual. Em assim sendo, em homenagem ao princípio da economia e eficiência processual, defiro ocorra nos autos a substituição processual requerida, devendo constar doravante no polo processual ativo o nome de Itapeva VII Multicarteira Fundo de Investimento em Direitos Creditórios não Padronizados. Outrossim, intime-se a empresa Autora para que em 10 (dez) dias viabilize a citação dos Réus, bem assim indique novas diligências aptas à efetivação da liminar ou para requerer a conversão do pedido de busca e apreensão, nos mesmos autos, em ação de execução. Transcorrido o prazo de 30 dias após o decurso in albis do prazo de manifestação da Requerente, intime-se-a pessoalmente para manifestar interesse no prosseguimento do feito em 05 (cinco) dias, sob pena de extinção processual, ex vi do art. 485, III, do CPC. Providências legais. Int. Cumpra-se.

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM), ADV: EDSON DE AGUIAR ROSAS (OAB 465/AM) - Processo 0714829-37.2012.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADALBERTO FONSATTI (OAB 18678/PR)
Adilson José da Costa Almeida Filho (OAB 11094/AM)
Adoniran Ribeiro de Castro (OAB 25751/PR)
Aldinei Fernandes de Azevedo (OAB 10642/AM)
Aleandro Lima de Queiroz (OAB 23008-A/PB)
Alessandro Dessimoni Vicente (OAB 146121/SP)
Amandio Ferreira Tereso Júnior (OAB 739A/AM)
Ana Beatriz da Silva Oliveira (OAB 9372/AM)
Andrade GC Advogados (OAB 57/AM)
Andre Almeida Blanco (OAB 147925/SP)
Andréa Cristina da Costa Le Sueur (OAB 6161/AM)
Annie Mara Arruda de Sá e Brito (OAB 6286/AM)
Antônio Alves Pereira (OAB 2622/AM)
Auton Francisco Furtado Maia (OAB 5821/AM)
BEATRIZ MERHEJE TREVISAN (OAB 151035/SP)
Bianca Alessandra Batista Lima (OAB 7516/AM)
Caio Augusto Mascarenhas Dias (OAB 4100/AM)
Carlos Daniel Rangel Barretto Segundo (OAB 5035/AM)
Carlos Henrique Castro Cavalcanti (OAB 9271/AM)
Celso de Faria Monteiro (OAB A1080/AM)
Christian Alberto Rodrigues da Silva (OAB 2682/AM)
Cirlane Figueredo Albertino (OAB 8085/AM)
Cláudio Augusto Gonçalves Pereira (OAB 157457/SP)
Cristiane Bellinati Garcia Lopes (OAB 751A/AM)
Daniel Marinho Pereira (OAB 5157/AM)
Daniel Rocha Nóbrega (OAB 10626/AM)
Danielle Vieira Hitotuzi Paes (OAB 4631/AM)
David Cunha Novoa (OAB 10777/AM)
Edson de Aguiar Rosas (OAB 465/AM)
Edson Rosas Júnior (OAB 1910/AM)
Elaise Moss Portela (OAB 7689/AM)
Eliete Santana Matos (OAB 10423/CE)
Eloi Pinto de Andrade & Filhos - Advogados (OAB 46/AM)
Felipe Andres Acevedo Ibañez (OAB 206339/SP)
Gilberto Guimarães Vieira (OAB 8506/AM)
Gizélia Almeida da Silva (OAB 6491/AM)
Guilherme da Costa Ferreira Pignaneli (OAB 5546/RO)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB A1065/AM)
HECTOR VICTOR MENDES ALMEIDA (OAB 8249/AM)
Hiran Leão Duarte (OAB 10422/CE)
Iran Vieira de Sousa (OAB 5706/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
Isabelle Benlolo de Azevedo (OAB 11737/AM)
Ivana da Cunha Leite Ruiz (OAB 4814/AM)
Janaína Mendonça de Moraes (OAB 8070/AM)
Jéssica Santana Magnani (OAB 10343/AM)

João Antonio da Silva Tolentino (OAB 2300/AM)
João Antônio da Silva Tolentino (OAB 2300/AM)
João Carlos Pinto de Araújo (OAB 3787/AM)
José Alfredo Ferreira de Andrade (OAB A-29/AM)
Jose Falabella Netto (OAB 002.899/AM)
José Lídio Alves dos Santos (OAB 156187/SP)
José Renato Chíxaro de Menezes (OAB 003.321/AM)
Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM)
Klisman da Silva Muller (OAB 11080/AM)
Lidiane da Costa Batista (OAB 7492/AM)
Lourenço de Almeida Prado
Lourenço de Almeida Prado (OAB 222325/SP)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luiz Fernando Mafra Negreiros (OAB 5641/AM)
Manoel Archanjo Dama Filho (OAB 21593A/GO)
Marcelo Abdon Souto Kizem (OAB 2138/AM)
Márcia Cheila Farias Thomé (OAB 3471/AM)
Marcondes Fonseca Luniere Júnior (OAB 2897/AM)
Maria Lucília Gomes (OAB 313A/AM)
Maria Pompéia Teles de Oliveira Batista (OAB 10797/AM)
Maria Santana de Freitas (OAB 5708/AM)
Marlon Alexandre de Souza Flor (OAB 12673/SC)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 877A/AM)
Miriam Regina Cunha Dutra (OAB 4869/AM)
Nádia Almeida Lima (OAB 10786/AM)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB 128341/SP)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB A598/AM)
Paulo Augusto Tesser Filho (OAB 772A/AM)
Paulo Felipe Saraiva da Silva (OAB 10242/AM)
PAULO MERHEJE TREVISAN (OAB 170382/SP)
Pedro Câmara - Sociedade de Advogados (OAB 613/AM)
Pedro Câmara Júnior (OAB 2834/AM)
Pedro Neves Marx (OAB 464A/AM)
Pedro Roberto Romão (OAB 209551/SP)
Pedro Stênio Lúcio Gomes (OAB 2604/AM)
PIO CARLOS FREIRIA JUNIOR (OAB A1118AM)
Rafael Fernando Melo da Costa (OAB 5837/AM)
Rafael Sganzerla Durand (OAB A737/AM)
Raimundo Hitotuzi de Lima (OAB 2024/AM)
Raquel Segalla Reis (OAB 30152B/SC)
Roberta Beatriz do Nascimento (OAB 192649/SP)
Roberto Marques da Costa (OAB 4135/AM)
Rodrigo Benayon Pontes Serudo (OAB 11132/AM)
Rodrigo Tosta Giroldo (OAB 4503/RO)
Ronaldo Lázaro Tiradentes (OAB 4113/AM)
Roosevelt Costa Diniz (OAB 11032/AM)
Rubenito Cardoso da Silva Jr (OAB 4947/AM)
Sabrina Mendes de Oliveira (OAB 11358/AM)
Saullo Sammir Berrêdo Pacheco (OAB 8593/AM)
Sérgio Schulze (OAB 7629/SC)
Sheila Mara Martins Araujo (OAB 11995/AM)
Thales Silvestre Júnior (OAB 2406/AM)
Thiago Mahfuz Vezzi (OAB 228213/SP)
Venicio Alves de Andrade (OAB 12715/AM)
Vitor Tadeu Neves Nogueira (OAB 19117O/MT)
Waldir Gonçalves Barros Júnior (OAB 5535/AM)
Wandrey Cristiano de Jesus Vieira (OAB 8900/AM)
Williane Wanessa Queiroz Cavalcante (OAB 8489/AM)
Yuri da Silva Ladislau (OAB 10857/AM)

12ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 12ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0054/2019

ADV: FÁBIO DE ASSUNÇÃO ACOSTA (OAB 8415/AM), ADV: FERNANDO LUZ PEREIRA (OAB 147020/SP), ADV: CELSO MARCON (OAB A566/AM), ADV: MOISÉS BATISTA DE SOUZA (OAB 149225/SP) - Processo 0201972-45.2014.8.04.0001 (processo principal 0608592-42.2013.8.04.0001) - Cumprimento de sentença - Alienação Fiduciária - EXEQUENTE: Geremias Salvador da Silva - EXECUTADO: Banco Itaucard S/A - Compulsando os autos, verifico que os advogados da parte executada Dr. Fernando Luz Pereira OAB/SP 147.020 e Moisés Batista de Souza OAB/SP 149.225 não foram intimados do ato ordinatório de fls. 72. Dessa forma, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que tome(m) ciência do(a) do ato ordinatório, cujo teor segue abaixo: “Em conformidade com o art. 1º, XVI, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes interessadas para que se manifestem sobre proposta de honorários periciais, no prazo de 5 (cinco) dias, na forma do § 3º do artigo 465 do CPC.

ADV: JULIANO LUÍS CERQUEIRA MENDES (OAB 3940/AM), ADV: GERMANO COSTA ANDRADE (OAB 2835/AM), ADV: CAROLINA RIBEIRO BOTELHO (OAB 5963/AM), ADV: FRANCISCO AUGUSTO MARTINS DA SILVA (OAB 1753/AM), ADV: ISABELLE BIANCA SAMPAIO GOMES (OAB 5831/AM) - Processo 0208960-92.2008.8.04.0001 (001.08.208960-5) - Procedimento Comum - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: Foxcon do Brasil Indústria e Comércio de Eletrônicos Ltda - REQUERIDO: Luciano Medeiros Auditores Independentes E.I - DECISÃO Isto posto e tudo mais que dos autos consta, JULGO IMPROCEDENTE a pretensão deduzida na inicial por FOXCONN DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ELETRÔNICOS LTDA contra LUCIANO MEDEIROS AUDITORES INDEPENDENTES e, em consequência, extingo o processo com resolução do mérito (artigo 487, I, do CPC). CONDENO a Autora à SUCUMBÊNCIA - custas e honorários, fixando estes em 20% (vinte porcento) sobre o valor da causa. Com o TRÂNSITO EM JULGADO, ARQUIVEM-SE estes autos com a devida BAIXA no SAJ e no setor da DISTRIBUIÇÃO.

ADV: ERNESTO ALVES DE SOUSA (OAB 401/AM), ADV: SÉRGIO MARINHO LINS (OAB 2414/AM), ADV: PEDRO STÊNIO LÚCIO GOMES (OAB 2604/AM), ADV: CAMILA BERTOLINI DE PAIVA (OAB 8223/AM), ADV: PEDRO STENIO LÚCIO GOMES (OAB 2604/AM) - Processo 0329008-17.2007.8.04.0001 (001.07.329008-5) - Cumprimento de sentença - Títulos de Crédito - REQUERENTE: Maersk Line Maersk Brasil(Brasmar) Ltda - REQUERIDO: Transalex Cargas Ltda - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que se manifeste(m) acerca do bloqueio negativo/insuficiente realizado no sistema BACENJUD, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB 1065A/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0602346-88.2017.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: FILIPE MENDES SILVA (OAB 9766/AM) - Processo 0603020-95.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Civilcorp Incorporações

Ltda - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: GERALDO FRANCISCO DE SOUZA PITOLI (OAB 8035/AM), ADV: MAURÍCIO COIMBRA GUILHERME FERREIRA (OAB 865A/AM), ADV: SÉRGIO SCHULZE (OAB 7629/SC), ADV: SÉRGIO SCHULZE (OAB 1213A/AM) - Processo 0605074-73.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Propriedade Fiduciária - EXEQUENTE: Leandro Barros da Silva - EXECUTADO: Banco Pan S/A - Expeça-se o respectivo ALVARÁ no valor apresentado, a fls. 159/160, em nome do patrono do exequente, com as devidas cominações legais que houverem. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 104147/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0605776-53.2014.8.04.0001 - Execução de Título Judicial - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha/complemente as custas de ofícios e junte comprovante de recolhimento, conforme Provimento nº 273/CGJ, levando-se em consideração a quantidade de partes e endereços que deverão constar na(s) carta(s), no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB 1065/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0606077-92.2017.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta de endereço almejada nos sistemas conveniados (Renajud), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: HIRAN LEÃO DUARTE (OAB 10422/CE), ADV: ELIETE SANTANA MATOS (OAB 10423/CE) - Processo 0607077-59.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Honda S/A - Ante ao exposto, HOMOLOGO A DESISTÊNCIA DA AÇÃO, para que surta seus efeitos jurídicos e legais, nos termos artigo 200, parágrafo único, do Código de Processo Civil, e, via consequência, extingo o processo, sem resolução do mérito, termos do artigo 485, inciso VIII, do referido Código. Transitada em julgado esta decisão, dê-se baixa e arquivem-se os autos com as cautelas de estilo. P.R.I.C.

ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0607600-08.2018.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: CRISTIANE BELLINATI GARCIA LOPES (OAB 751A/AM) - Processo 0607881-27.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Itaucard S/A - Ante ao exposto, HOMOLOGO A DESISTÊNCIA DA AÇÃO, para que surta seus efeitos jurídicos e legais, nos termos artigo 200, parágrafo único, do Código de Processo Civil, e, via consequência, extingo o processo, sem resolução do mérito, termos do artigo 485, inciso VIII, do referido Código. Transitada em julgado esta decisão, dê-se baixa e arquivem-se os autos com as cautelas de estilo. P.R.I.C.

ADV: BRUNO HENRIQUE DE OLIVEIRA VANDERLEI (OAB 21678/PE), ADV: FABRÍCIO HILARICKI FERREIRA (OAB 10398/AM) - Processo 0608335-07.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco J Safra S/A - REQUERIDO: Horleans da Costa Hilaricki - DECISÃO Diante do exposto, REVOGO a LIMINAR, momento em que JULGO EXTINTO o processo, nos termos do art. 487, III, “a”, do NCPC. Pela SUCUMBÊNCIA, a parte Requerida arcará com custas e despesas processuais e com honorários advocatícios que fixo em 10% do valor da causa (NCPC, art. 85, §2º, parte final, inc. III e IV). DECLARO o REQUERIDO - HORLEANS DA COSTA HILARICKI, consolidado na propriedade e posse do bem, pelo que DETERMINO seja expedido, imediatamente, o MANDADO DE RESTITUIÇÃO e respectiva BAIXA de ALIENAÇÃO do veículo em litígio em favor do REQUERIDO, junto ao DETRAN/AM. DEFIRO a isenção de custas de RESTITUIÇÃO pugnada pelo Requerido. Advindo o trânsito em julgado, expeça-se guia de levantamento em favor da parte autora do depósito judicial efetuado pela parte ré às fls. 49/50. Com o trânsito em julgado, dê-se BAIXA e ARQUIVEM-SE os autos. P.R.I.C. Manaus, 11 de março de 2019. MÁRCIO ROTHIER PINHEIRO TORRES JUIZ DE DIREITO

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT) - Processo 0610393-80.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - DESPACHO Cite-se a parte Executada, expedindo-se o atinente MANDADO DE CITAÇÃO, PENHORA e AVALIAÇÃO, para que efetue o PAGAMENTO DO DÉBITO indicado na petição inicial, acrescido de honorários advocatícios, os quais fixo de plano em 10% (dez por cento) sobre o valor da dívida, no prazo de 03 (três) dias, contado da citação, nos termos dos arts. 827 e 829 do Código de Processo Civil. Na hipótese de o Executado NÃO SER LOCALIZADO, proceda-se ao ARRESTO de tantos bens quantos bastem para garantir a execução. Em caso de o Executado NÃO EFETUAR o PAGAMENTO da DÍVIDA no prazo assinalado, AUTORIZO, desde já, a realização de PENHORA e AVALIAÇÃO de seus BENS, inclusive via BACENJUD e/ou RENAJUD, em conformidade com o art. 829, §1º c/c art. 854, ambos do NCPC. Façam-se presentes os dispositivos 914 e 915 do Código de Processo Civil, que fixam prazo e instrumento para que a parte Executada, querendo, OPONHA-SE à EXECUÇÃO. Antes, porém, DETERMINO a INTIMAÇÃO do EXEQUENTE para, no prazo de 05 (cinco) dias, PROCEDER AO RECOLHIMENTO DAS CUSTAS DE DILIGÊNCIA DO OFICIAL DE JUSTIÇA, devendo colacionar aos autos o respectivo comprovante. Após a comprovação, expeça-se o competente mandado. P.I.C. MÁRCIO R. P. TORRES JUIZ DE DIREITO

ADV: ARI BADARANE NICOLAU JÚNIOR (OAB 11935/AM), ADV: LEONOR REGINA FIGUEIREDO PINTO DE ANDRADE (OAB 11932/AM) - Processo 0610813-85.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Pagamento - REQUERENTE: Rc Recebíveis Ltda - DESPACHO Cite-se a parte Executada, expedindo-se o atinente MANDADO DE CITAÇÃO, PENHORA e AVALIAÇÃO, para que efetue o PAGAMENTO DO DÉBITO indicado na petição inicial, acrescido de honorários advocatícios, os quais fixo de plano em 10% (dez por cento) sobre o valor da dívida, no prazo de 03 (três) dias, contado da citação, nos termos dos arts. 827 e 829 do Código de Processo Civil. Na hipótese de o Executado NÃO SER LOCALIZADO, proceda-se ao ARRESTO de tantos bens quantos bastem para garantir a execução. Em caso de o Executado NÃO EFETUAR o PAGAMENTO da DÍVIDA no prazo assinalado, AUTORIZO, desde já, a realização de PENHORA e AVALIAÇÃO de seus BENS, inclusive via BACENJUD e/ou RENAJUD, em conformidade com o art. 829, §1º c/c art. 854, ambos do NCPC. Façam-se presentes os dispositivos 914 e 915 do Código de Processo Civil, que fixam prazo e instrumento para que a parte Executada, querendo, OPONHA-SE à EXECUÇÃO. Antes, porém, DETERMINO a INTIMAÇÃO do EXEQUENTE para, no prazo de 05 (cinco) dias, PROCEDER AO RECOLHIMENTO DAS CUSTAS DE DILIGÊNCIA DO OFICIAL DE JUSTIÇA, devendo colacionar aos autos o respectivo comprovante. Após a comprovação, expeça-se o competente mandado. P.I.C. MÁRCIO R. P. TORRES JUIZ DE DIREITO

ADV: THATIANE TUPINAMBÁ DE CARVALHO (OAB 3696/AM) - Processo 0610869-21.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - Vistos. Intime-se a parte Requerente para, no prazo de 10 (dez) dias, proceder

ao recolhimento das custas processuais iniciais, sob pena de cancelamento da distribuição, nos termos do artigo 290 do Código de Processo Civil. I.C

ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM), ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM) - Processo 0611130-25.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S.A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência (citação, penhora e avaliação), bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM) - Processo 0612247-17.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: PÉRICLES DUARTE DE SOUZA JÚNIOR (OAB 4808/AM), ADV: FELIPE FIGUEIREDO SEREJO MESTRINHO (OAB 7981/AM) - Processo 0613002-07.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum - Benefícios em Espécie - REQUERENTE: José Edilson Pinheiro da Silva e outro - DISPOSITIVO Posto isso, nos termos do art. 487, inciso I, do CPC, JULGO PROCEDENTE o pedido formulado na inicial e, DEFIRO o pedido de tutela de urgência para que o auxílio doença acidentário seja imediatamente restabelecido, sob a espécie 91, e em consequência, condeno o Instituto réu a concessão do benefício previdenciário de auxílio-acidente, esculpido no artigo 86 da Lei nº. 8.213/91, desde a cessação do último auxílio-doença (fls. 27), conforme dispõe o § 2º do aludido dispositivo, aplicável à hipótese dos autos. As prestações em atraso deverão ser pagas de uma só vez, corrigidas monetariamente desde os respectivos vencimentos; os juros moratórios devem ser calculados com base no índice oficial de remuneração básica e juros aplicados à caderneta de poupança, nos termos da regra do art. 1º-F da Lei 9.494/97, com redação da Lei 11.960/09. Do mesmo modo, a correção monetária deverá observar o disposto no artigo 1º, da lei n.º 9494/97, com redação dada pela lei 11.960/09. Isto porque a modulação recentemente efetuada pelo Pretório Excelso quanto às ADIs nos 4.357 e 4.425 restringiu-se a feitos com precatório já expedido, conferindo eficácia prospectiva à declaração de inconstitucionalidade, aplicando-se quanto a eles a Lei nº 11.960/09 até 25.03.15, quando então passará a incidir o IPCA-E. (RE nº 747703 AgR Plenário do STF de 25.03.15 Rel. Min. LUIZ FUX). Ressalte-se que a decisão plenária de 25.03.15 da C. Suprema Corte delibera apenas sobre o regime de precatório. Quanto aos acréscimos atualização monetária e juros moratórios nos demais casos (fase de conhecimento e execução antes do precatório, e não se tratando de matéria tributária) permanecem aplicáveis o art. 1º-F da Lei nº. 9.494/97 e as Leis nºs 11.960/09 e 12.703/12, pois a definição ainda se encontra pendente em incidente de Repercussão Geral (Tema nº 810 do STF atrelada ao RE nº 870947). Condeno o Instituto réu, ainda, ao pagamento de honorários periciais arbitrados e honorários advocatícios que fixo em 10% sobre as prestações vencidas até esta data, conforme Súmula 111 do STJ. Sentença sujeita ao reexame necessário, exceto se demonstrado pela parte credora, desde já e de forma inequívoca, que o valor da condenação é inferior a 1.000 (mil) salários mínimos, nos termos do artigo 496, § 3º, inciso I, do Código de Processo Civil. P.R.I. Manaus, 11 de março de 2019. MÁRCIO ROTHIER PINHEIRO TORRES JUIZ DE DIREITO

ADV: MANOEL ARCHANJO DAMA FILHO (OAB 4482/MT), ADV: MARCELO BRASIL SALIBA (OAB 11546A/MT), ADV: MANOEL ARCHANJO DAMA FILHO (OAB A700/AM), ADV: ANDRÉA CRISTINA DA COSTA LE SUEUR (OAB 6161/AM) - Processo 0614348-27.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Canopus Administradora de Consórcios S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: YONETE MELO DAS CHAGAS (OAB 8827/AM), ADV: PENÉLOPE ARYADNE ANTONY LIRA (OAB 7357/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM) - Processo 0614483-68.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Luziel dos Santos Siqueira - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: FELIPE NAVEGA MEDEIROS (OAB 217017/SP), ADV: FERNANDO DENIS MARTINS (OAB 182424/SP), ADV: WILLIAM CARMONA MAYA (OAB 257198/SP) - Processo 0622819-32.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco Santander Brasil S/A - Compulsando os autos, verifico que a parte requerida não foi intimada da decisão de fls. 161. Dessa forma, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que tome(m) ciência do(a) decisão, cujo teor segue abaixo: "Vistos. Especifiquem as partes as provas que eventualmente pretendam produzir, justificando a necessidade e a finalidade de cada uma delas, sob pena de indeferimento. I.C "

ADV: VICTOR HUGO TRINDADE SIMÕES (OAB 9286/AM), ADV: CAROLINA AUGUSTA MARTINS (OAB 9989/AM) - Processo 0624736-18.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: KI Rente A Car - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 12450/PE) - Processo 0626303-55.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: HSBC Bank Brasil S/A - Banco Múltiplo - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, complemente as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça necessárias à prática do ato processual (penhora e avaliação) e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT) - Processo 0628199-02.2017.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, complemente as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça necessárias à prática do ato processual e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: BAIRON ANTÔNIO DO NASCIMENTO JÚNIOR (OAB 3795/AM) - Processo 0630465-25.2018.8.04.0001 - Despejo por Falta de Pagamento Cumulado Com Cobrança - Locação de Imóvel - REQUERENTE: Jose Araujo Mendes - Posto isso, intime-se a parte Requerente, por meio de seu advogado, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, promova a citação do(s) Requerido(s) nos termos do artigo 240, § 2º, do CPC/2015, sob pena de extinção e arquivamento do processo, nos termos do art. 317 e c/c art. 485, IV, do CPC. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: RENNALT LESSA DE FREITAS (OAB 8020/AM), ADV: MARIZA LUSTOZA RIBEIRO (OAB 6869/AM) - Processo 0632253-74.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: Lyra Góes & Advogados Associados - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido

de se expedir novo mandado ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: JOSÉ AUGUSTO DE REZENDE JÚNIOR (OAB A1109/AM) - Processo 0633902-45.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 9558/AL), ADV: RODRIGO TOSTA GIROLDO (OAB 4503/RO) - Processo 0634253-47.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Jose Eduardo Duarte Spuldaro - REQUERIDO: Sul America Seguro Saúde S.a e outro - Considerando a CITAÇÃO e consequente CONTESTAÇÃO fixando a CONTROVÉRSIA, INTIMEM-SE os REQUERIDOS para MANIFESTAREM acerca do PEDIDO DE DESISTÊNCIA, formulado a fls. 280, nos termos do art. 485, §4 do NCPC, no PRAZO de 15 (quinze) DIAS. Desincumbindo a obrigação processual ou não, CERTIFIQUE a Secretaria, os ATOS, tornando os autos CONCLUSOS. I.C.

ADV: SÉRGIO SCHULZE (OAB 7629/SC) - Processo 0635124-77.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - Pelo exposto, JULGO EXTINTO O PROCESSO, sem resolução do mérito, ex vi do art. 485, IV, do CPC. Proceda-se ao cancelamento do mandado de fl. 31 . Com o trânsito em julgado, dê-se BAIXA e ARQUIVEM-SE os autos. P.R.I.C.

ADV: DIOCLEMAR SANTOS NOGUEIRA JÚNIOR (OAB 12013/AM), ADV: AULENICE MARIA FERNANDES DE OLIVEIRA NOGUEIRA (OAB 10233/AM) - Processo 0637859-83.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Evicção ou Vicio Redibitório - REQUERENTE: Fabio Fernandes Lima, - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: RODRIGO JOSÉ RODRIGUES ALVES BRASILEIRO (OAB 902A/AM) - Processo 0641855-89.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - DIREITO DO CONSUMIDOR - REQUERENTE: Nely Bispo de Lima - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 27/06/2019 às 10:30h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, tel 33035246. Manaus, 11 de março de 2019 Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL CITAÇÃO - ADVERTÊNCIAS: Art. 334 do Código de Processo Civil: § 8º O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. § 9º As partes devem estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos. Art. 335 do Código de Processo Civil: O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data: I - da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição; II - do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso I; III - prevista no art. 231, de acordo com o modo como foi feita a citação, nos demais casos. § 1º No caso de litisconsórcio passivo, ocorrendo a hipótese do art. 334, § 6º, o termo inicial previsto no inciso II será, para cada um dos réus, a data de apresentação de seu respectivo pedido de cancelamento da audiência. § 2º Quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso II, havendo litisconsórcio passivo e o autor desistir da ação em relação a réu ainda não citado, o prazo para resposta correrá da data de intimação da decisão que homologar a desistência. Caso V. S.ª não apresente contestação no prazo legal, serão aplicadas as penas de confissão e de revelia, ou seja, serão presumidos aceitos como verdadeiros, todos os fatos articulados pela parte requerente na petição inicial CPC, art. 344); OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

ADV: BRUNO ANDERSON MENDES AMOEDO FERREIRA (OAB 11025/AM), ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 12450/PE) - Processo 0642614-87.2017.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - REQUERIDA: Sigrid Brandão Taveira - Considerando a CITAÇÃO e consequente CONTROVÉRSIA fixada em sede de CONTESTAÇÃO a fls. 80 / 100, INTIME-SE a REQUERIDA para MANIFESTAR acerca do pedido de DESISTÊNCIA, de fls. 280, nos termos do art. 485, §4 do NCPC, em 15 (quinze) DIAS. Decorrido o PRAZO, desincumbindo ou não, voltem os autos CONCLUSOS.

ADV: MARIA DE FÁTIMA LIMA DA SILVA (OAB 6785/AM), ADV: ISRAEL LAMEGO DE LIMA JÚNIOR (OAB 8475/AM) - Processo 0644500-87.2018.8.04.0001 - Despejo por Falta de Pagamento Cumulado Com Cobrança - Locação de Imóvel - REQUERENTE: Edjary Leite Raposo e Silva - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 27/06/2019 às 11:30h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, telefone: 33035246. Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL CITAÇÃO - ADVERTÊNCIAS: Art. 334 do Código de Processo Civil: § 8º O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. § 9º As partes devem estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos. Art. 335 do Código de Processo Civil: O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data: I - da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição; II - do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso I; III - prevista no art. 231, de acordo com o modo como foi feita a citação, nos demais casos. § 1º No caso de litisconsórcio passivo, ocorrendo a hipótese do art. 334, § 6º, o termo inicial previsto no inciso II será, para cada um dos réus, a data de apresentação de seu respectivo pedido de cancelamento da audiência. § 2º Quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso II, havendo litisconsórcio passivo e o autor desistir da ação em relação a réu ainda não citado, o prazo para resposta correrá da data de intimação da decisão que homologar a desistência. Caso V. S.ª não apresente contestação no prazo legal, serão aplicadas as penas de confissão e de revelia, ou seja, serão presumidos aceitos como verdadeiros, todos os fatos articulados pela parte requerente na petição inicial CPC, art. 344); OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

ADV: MARIA STELLA BARBOSA DE OLIVEIRA (OAB 145252/RJ) - Processo 0646212-15.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Seguro - REQUERENTE: Porto Seguro Companhia de Seguros

Gerais S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta de endereço almejada nos sistemas conveniados (Bacenjud), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: JAMILE RIBEIRO DA SILVA (OAB 4977/AM) - Processo 0646369-85.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: Sociedade Amazonense de Educação e Cultura Ltda - SAMEC - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que se manifeste(m) acerca do bloqueio negativo/insuficiente realizado no sistema BACENJUD, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: FERNANDO CÉSAR LIMA FERREIRA DE OLIVEIRA (OAB 843A/AM) - Processo 0647774-59.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Revisão do Saldo Devedor - REQUERENTE: Jairo Moraes de Oliveira - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 18/07/2019 às 10:30h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, tel 33035246. Manaus, 11 de março de 2019 Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL CITAÇÃO - ADVERTÊNCIAS: Art. 334 do Código de Processo Civil: § 8º O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. § 9º As partes devem estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos. Art. 335 do Código de Processo Civil: O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data: I - da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição; II - do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso I; III - prevista no art. 231, de acordo com o modo como foi feita a citação, nos demais casos. § 1º No caso de litisconsórcio passivo, ocorrendo a hipótese do art. 334, § 6º, o termo inicial previsto no inciso II será, para cada um dos réus, a data de apresentação de seu respectivo pedido de cancelamento da audiência. § 2º Quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso II, havendo litisconsórcio passivo e o autor desistir da ação em relação a réu ainda não citado, o prazo para resposta correrá da data de intimação da decisão que homologar a desistência. Caso V. S.ª não apresente contestação no prazo legal, serão aplicadas as penas de confissão e de revelia, ou seja, serão presumidos aceitos como verdadeiros, todos os fatos articulados pela parte requerente na petição inicial CPC, art. 344); OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 12450/PE) - Processo 0648100-19.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: FÁBIO RIVELLI (OAB 297608/SP), ADV: RENATO FERNANDES MARIANO (OAB 8246/AM) - Processo 0651188-65.2018.8.04.0001 - Monitória - Compra e Venda - REQUERENTE: Marcos Guimarães dos Anjos - REQUERIDO: Natura Cosméticos S/A - HOMOLOGO POR SENTENÇA o ACORDO celebrado entre as partes, para que produza seus efeitos jurídicos e legais, e, em consequência, resolvo o mérito da presente demanda, nos termos do artigo 487, inciso III, alínea “b”, do Código de Processo Civil. Com o TRÂNSITO EM JULGADO e observadas as cautelas devidas, silente as partes quanto ao cumprimento do acordo, dê-se baixa e arquivem-se os autos. P.R.I.C.

ADV: DANDARA GEBER LOPES (OAB 12425/AM) - Processo 0653367-69.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Irislane Rosa Becil - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 10/04/2019 às 10:00h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, tel 33035246. Manaus, 11 de março de 2019 Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL CITAÇÃO - ADVERTÊNCIAS: Art. 334 do Código de Processo Civil: § 8º O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. § 9º As partes devem estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos. Art. 335 do Código de Processo Civil: O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data: I - da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição; II - do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso I; III - prevista no art. 231, de acordo com o modo como foi feita a citação, nos demais casos. § 1º No caso de litisconsórcio passivo, ocorrendo a hipótese do art. 334, § 6º, o termo inicial previsto no inciso II será, para cada um dos réus, a data de apresentação de seu respectivo pedido de cancelamento da audiência. § 2º Quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso II, havendo litisconsórcio passivo e o autor desistir da ação em relação a réu ainda não citado, o prazo para resposta correrá da data de intimação da decisão que homologar a desistência. Caso V. S.ª não apresente contestação no prazo legal, serão aplicadas as penas de confissão e de revelia, ou seja, serão presumidos aceitos como verdadeiros, todos os fatos articulados pela parte requerente na petição inicial CPC, art. 344); OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: LÍGIA DE SOUZA FRIAS (OAB 1074A/AM) - Processo 0657527-40.2018.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta de endereço almejada nos sistemas conveniados (Infojud), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: JOÃO PAULO BEZERRA DE FREITAS (OAB 12201/AM) - Processo 0659321-96.2018.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: True Data Projetores Notebooks e Informetica Ltda - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, recolha as custas da(s) diligência(s) do

oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: CHRISTINA CUNHA E SILVA MEIRELLES (OAB 7896/AM), ADV: SERAFIM PEREIRA D'ALVIM MEIRELLES NETO (OAB 1694/AM), ADV: DANIELLE CRISTHINA DEDA FERREIRA (OAB 46165/PR) - Processo 0659602-52.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - EXEQUENTE: Petrobras Distribuidora S.a. - EXECUTADO: Viação São Pedro - Em conformidade com o art. 1º, IV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste sobre a nomeação de bens à penhora, no prazo de 10 (dez) dias.

ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG) - Processo 0660458-16.2018.8.04.0001 - Monitória - Compra e Venda - REQUERENTE: Ônix Empreendimentos Imobiliários Ltda. - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: SARAH GEORGIA DE FIGUEIREDO (OAB 10631/AM) - Processo 0662098-54.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Duplicata - REQUERENTE: Top Fruttii Comercio de Alimentos Ltda. - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 27/06/2019 às 11:00h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, telefone: 33035246. Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL CITAÇÃO - ADVERTÊNCIAS: Art. 334 do Código de Processo Civil: § 8º O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. § 9º As partes devem estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos. Art. 335 do Código de Processo Civil: O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data: I - da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição; II - do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso I; III - prevista no art. 231, de acordo com o modo como foi feita a citação, nos demais casos. § 1º No caso de litisconsórcio passivo, ocorrendo a hipótese do art. 334, § 6º, o termo inicial previsto no inciso II será, para cada um dos réus, a data de apresentação de seu respectivo pedido de cancelamento da audiência. § 2º Quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso II, havendo litisconsórcio passivo e o autor desistir da ação em relação a réu ainda não citado, o prazo para resposta correrá da data de intimação da decisão que homologar a desistência. Caso V. S.ª não apresente contestação no prazo legal, serão aplicadas as penas de confissão e de revelia, ou seja, serão presumidos aceitos como verdadeiros, todos os fatos articulados pela parte requerente na petição inicial CPC, art. 344); OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

ADV: ELIETE DE OLIVEIRA (OAB 3523/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM) - Processo 0709460-62.2012.8.04.0001/01 - Cumprimento Provisório de Decisão - REQUERENTE: Waldir de Araújo Almeida - EXECUTADO: Unimed de Manaus Cooperativa de Trabalho Médico Ltda. - Vistos. Trata-se de CUMPRIMENTO DE SENTENÇA apresentado por WALDIR DE ARAÚJO ALMEIDA em desfavor de UNIMED MANAUS COOPERATIVA DE SERVIÇOS MÉDICOS LTDA, visando à satisfação do PAGAMENTO da ASTREINTE de R$ 30.000,00 (trinta mil reais). A fls. 12/13 dos autos da IMPUGNAÇÃO - PROC. 0709460-62.2012.8.04.0001/02, PAGAMENTO efetuado em 15/02/2013 pela EXECUTADA UNIMED MANAUS, no VALOR de R$17.000,00 (dezessete mil reais), referente à GARANTIA DO JUÍZO. A fls. 20/21 destes autos de EXECUÇÃO DA ASTREINTE - PROC. 0709460-62.2012.8.04.0001/01, TRANSFERÊNCIA para CONTA JUDICIAL do VALOR de R$17.000,00 (dezessete mil reais), realizada em 02/09/2014 via sistema Bacenjud, referente ao BLOQUEIO efetuado nas CONTAS da EXECUTADA. A fls. 98/99, juntada de COMPROVANTES de DEPÓSITOS JUDICIAIS, totalizando a QUANTIA ATUALIZADA de R$48.152,30 (quarenta e oito mil, cento e cinquenta e dois reais e trinta centavos). É o relatório, sucinto. DECIDO. Evidencia-se que SATISFEITA está a obrigação por parte da EXECUTADA UNIMED MANAUS, uma vez que o SOMATÓRIO do VALOR referente à GARANTIA DO JUÍZO com o VALOR que foi BLOQUEADO e TRANSFERIDO perfaz a QUANTIA de R$34.000,00 (trinta e quatro mil reais), SEM ATUALIZAÇÕES. Considerando que a EXECUTADA foi CONDENADA ao PAGAMENTO da ASTREINTE no valor de R$ 30.000,00 (trinta mil reais), DEVE o SALDO REMANESCENTE ser DEVOLVIDO. Portanto, EXPEÇA-SE ALVARÁ JUDICIAL em favor da EXECUTADA UNIMED MANAUS, no VALOR de R$4.000,00 (quatro mil reais), devidamente CORRIGIDO, a partir de 02/09/2014 - DATA DA TRANSFERÊNCIA da QUANTIA BLOQUEADA para CONTA JUDICIAL. EXPEÇAM-SE 02 (DOIS) ALVARÁS JUDICIAIS em favor do EXEQUENTE WALDIR DE ARAÚJO ALMEIDA: (1) no VALOR de R$ 17.000,00 (dezessete mil reais), devidamente CORRIGIDO, a partir de 15/02/2013 - DATA do DEPÓSITO referente à GARANTIA DO JUÍZO, ID 081060000000336097; (2) no VALOR de R$ 13.000,00 (treze mil reais), devidamente CORRIGIDO, a partir de 02/09/2014 - DATA DA TRANSFERÊNCIA da QUANTIA BLOQUEADA para CONTA JUDICIAL. Encerrados os ATOS ORDINATÓRIOS, de logo DECLARO, por SENTENÇA, a EXTINÇÃO do presente CUMPRIMENTO DE SENTENÇA, nos termos do arts. 924, II, e 925 c/c 513, do Código de Processo Civil, para que produza seus efeitos legais e jurídicos. Após, ARQUIVEM-SE os autos, sendo observadas as formalidades legais. P.R.I.C.

ADV: ANTONIO CLAUDIO PINTO FLORES (OAB 583A/AM), ADV: DIEGO CAMPOS (OAB 115411/MG) - Processo 0713844-68.2012.8.04.0001 - Procedimento Comum - Perdas e Danos - REQUERENTE: Brasil Norte Bebidas Ltda - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas postais e junte comprovante de recolhimento, conforme Provimento nº 273/CGJ, levando-se em consideração a quantidade de partes e endereços que deverão constar na(s) carta(s), no prazo de 5 (cinco) dias.

André de Souza Oliveira (OAB 5219/AM)
Andréa Cristina da Costa Le Sueur (OAB 6161/AM)
Antônio Braz da Silva (OAB 12450/PE)
ANTONIO CLAUDIO PINTO FLORES (OAB 583A/AM)
Ari Badarane Nicolau Júnior (OAB 11935/AM)
Aulenice Maria Fernandes de Oliveira Nogueira (OAB 10233/AM)
Bairon Antônio do Nascimento Júnior (OAB 3795/AM)
Bruno Anderson Mendes Amoedo Ferreira (OAB 11025/AM)
Bruno Henrique de Oliveira Vanderlei (OAB 21678/PE)
Camila Bertolini de Paiva (OAB 8223/AM)
Carolina Augusta Martins (OAB 9989/AM)
Carolina Ribeiro Botelho (OAB 5963/AM)
Celso Marcon (OAB A566/AM)
Christina Cunha e Silva Meirelles (OAB 7896/AM)
Cristiane Bellinati Garcia Lopes (OAB 751A/AM)
Dandara Geber Lopes (OAB 12425/AM)
Danielle Cristhina Deda Ferreira (OAB 46165/PR)
Diego Campos (OAB 115411/MG)
Dioclemar Santos Nogueira Júnior (OAB 12013/AM)
Edson Rosas Júnior (OAB 1910/AM)
Eliete de Oliveira (OAB 3523/AM)
Eliete Santana Matos (OAB 10423/CE)
Ernesto Alves de Sousa (OAB 401/AM)

Fábio de Assunção Acosta (OAB 8415/AM)
Fábio Rivelli (OAB 297608/SP)
Fabrício Hilaricki Ferreira (OAB 10398/AM)
Felipe Figueiredo Serejo Mestrinho (OAB 7981/AM)
Felipe Navega Medeiros (OAB 217017/SP)
Fernando César Lima Ferreira de Oliveira (OAB 843A/AM)
Fernando Denis Martins (OAB 182424/SP)
Fernando Luz Pereira (OAB 147020/SP)
Filipe Mendes Silva (OAB 9766/AM)
Francisco Augusto Martins da Silva (OAB 1753/AM)
GERALDO FRANCISCO DE SOUZA PITOLI (OAB 8035/AM)
Germano Costa Andrade (OAB 2835/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB 1065/AM)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB 1065A/AM)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB A1065/AM)
Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB 4018/AM)
Hiran Leão Duarte (OAB 10422/CE)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069/AM)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
Isabelle Bianca Sampaio Gomes (OAB 5831/AM)
Israel Lamego de Lima Júnior (OAB 8475/AM)
Jamile Ribeiro da Silva (OAB 4977/AM)
João Paulo Bezerra de Freitas (OAB 12201/AM)
José Augusto de Rezende Júnior (OAB A1109/AM)
Juliano Luís Cerqueira Mendes (OAB 3940/AM)
Karina de Almeida Batistuci (OAB 9558/AL)
Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM)
Leonor Regina Figueiredo Pinto de Andrade (OAB 11932/AM)
Lígia de Souza Frias (OAB 1074A/AM)
Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB 4732/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 104147/MG)
Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB 876/AM)
Manoel Archanjo Dama Filho (OAB 4482/MT)
Manoel Archanjo Dama Filho (OAB A700/AM)
Marcelo Brasil Saliba (OAB 11546A/MT)
Marcondes Fonseca Luniere Júnior (OAB 2897/AM)
Maria de Fátima Lima da Silva (OAB 6785/AM)
Maria Stella Barbosa de Oliveira (OAB 145252/RJ)
Mariza Lustoza Ribeiro (OAB 6869/AM)
Maurício Coimbra Guilherme Ferreira (OAB 865A/AM)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Moisés Batista de Souza (OAB 149225/SP)
Pedro Stenio Lúcio Gomes (OAB 2604/AM)
Pedro Stênio Lúcio Gomes (OAB 2604/AM)
Penélope Aryadne Antony Lira (OAB 7357/AM)
Péricles Duarte de Souza Júnior (OAB 4808/AM)
Renato Fernandes Mariano (OAB 8246/AM)
Rennalt Lessa de Freitas (OAB 8020/AM)
Rodrigo José Rodrigues Alves Brasileiro (OAB 902A/AM)
Rodrigo Tosta Giroldo (OAB 4503/RO)
Sarah Georgia de Figueiredo (OAB 10631/AM)
Serafim Pereira D'Alvim Meirelles Neto (OAB 1694/AM)
Sérgio Marinho Lins (OAB 2414/AM)
Sérgio Schulze (OAB 1213A/AM)
Sérgio Schulze (OAB 7629/SC)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 44698/MG)
Thales Silvestre Júnior (OAB 2406/AM)
Thatiane Tupinambá de Carvalho (OAB 3696/AM)
Victor Hugo Trindade Simões (OAB 9286/AM)
William Carmona Maya (OAB 257198/SP)
Yonete Melo das Chagas (OAB 8827/AM)

13ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 13ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0065/2019

ADV: ROBERT LINCOLN DA COSTA AREIAS (OAB 8088/AM), ADV: LUCIENE CABRAL DE ALBUQUERQUE (OAB 3903AM), ADV: NEYRIMAR FURUKAWA BARRETO (OAB 3871/AM), ADV: LUCIENE CABRAL DE ALBUQUERQUE (OAB 3903/AM) - Processo 0020646-36.2006.8.04.0001 (001.06.020646-3) - Cumprimento de sentença - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: Osvaldo de Oliveira Silva - REQUERIDO: José Monteiro dos Santos - Luiz Loureiro de Lucena - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes para que se manifeste acerca do auto de penhora de fl. 244, no prazo de 05 (dias) dias.

ADV: DANIELEN CESTARI DA SILVA (OAB 7560/AM), ADV: FABÍOLA CAMPOS SILVA (OAB 2930/AM), ADV: FÁBIO LEANDRO LIRA PEREIRA (OAB 4730/AM), ADV: DEBORAH SABBÁ GALVÃO (OAB 3048/AM), ADV: TATIANA ROCHA DE MENEZES E ROCHA (OAB 3663/AM) - Processo 0022209-02.2005.8.04.0001 (001.05.022209-1) - Cumprimento de sentença - Obrigações - REQUERENTE: Escritório Central de Arrecadação e Distribuição - REQUERIDO: Antônio José Nascimento Araújo - Clube do Forró - Dê-se baixa na Distribuição. Arquivem-se os autos com as cautelas de praxe.

ADV: KARINA TATIANA DA CÂMARA ELIAS (OAB 5420/AM), ADV: RENAN DE SOUZA SALGADO (OAB 9691/AM), ADV: GISELLE CORDEIRO SAMPAIO (OAB 8091/AM), ADV: MARCOS ANTÔNIO BRANDÃO SAMPAIO (OAB 1863/AM), ADV: ZENIZE RIBEIRO TAMER (OAB 5489/AM) - Processo 0061612-80.2002.8.04.0001 (001.02.061612-1) - Procedimento Comum - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Maria do Carmo da Silva Souza - REQUERIDO: Prontocord - Hospital do Coração - Dê-se baixa na Distribuição. Arquivem-se os autos com as cautelas de praxe.

ADV: LUCIANO RADAELLI (OAB 8565/AM), ADV: KRISTEN RORIZ DE CARVALHO (OAB 552A/AM), ADV: JOSÉ CARLOS MARINHO DA SILVA (OAB 1273/AM) - Processo 0204884-54.2010.8.04.0001 (001.10.204884-4) - Procedimento Comum - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Ivana Gonçalves de Souza - Vinicius Gonçalves Nogueira - REQUERIDO: Empresa de Transportes Dantas Ltda - Dê-se baixa na distribuição. Arquivem-se os autos com as cautelas de praxe.

ADV: ERIKA NAIANA D. PIRES (OAB 590A/AM), ADV: ÁLVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 831A/AM), ADV: ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 86415/RJ), ADV: RAFAEL CARVALHO FERNANDES (OAB 7099/AM), ADV: PÉRICLES DUARTE DE SOUZA JÚNIOR (OAB 4808/AM), ADV: VÍTOR VILHENA GONÇALO DA SILVA (OAB 6502/AM), ADV: HIRLEY VERÇOSA DOS SANTOS (OAB 2591/AM) - Processo 0213984-33.2010.8.04.0001 (001.10.213984-0) - Procedimento Comum - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: Marcelo de Oliveira Viana e outro - REQUERIDO: Porto Seguro S/A - Maria Esteva de Oliveira - DEFIRO o pedido de consulta, via sistemas INFOJUD, RENAJUD e BACENJUD, dos dados cadastrais da parte requerida, MARIA ESTEVA DE OLIVEIRA, CPF 406.367.802-44. Intime-se a parte requerente para promover o recolhimento das custas relativas à diligência, nos termos da Portaria n. 116/2017 - PTJ, item 9, Tabela III, tudo no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: JORGE HENRIQUE DE FREITAS PINHO (OAB 1644/AM), ADV: WANDERLANN VIEIRA DE SOUZA (OAB 585/AM), ADV: ANTÔNIO DE PAULA BEZERRA (OAB 2600/AM) - Processo 0218231-91.2009.8.04.0001 (001.09.218231-4) - Cumprimento de sentença - Nulidade / Anulação - REQUERENTE: José Paulo Sanchez Orrutia - REQUERIDA: Urbanizadora Aleixo Ltda - Dê-se baixa na distribuição. Arquivem-se os autos com as cautelas de praxe.

ADV: CELSO MARCON (OAB A566/AM), ADV: ACÁCIO FERNANDES ROBOREDO (OAB 89774/SP), ADV: JABSON DA SILVA CÉO (OAB 5803/AM), ADV: CARLOS ALESSANDRO SANTOS SILVA (OAB 8773/ES), ADV: ROBERVAL VIEIRA

JÚNIOR (OAB 244234/SP) - Processo 0218707-61.2011.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Posse - REQUERENTE: Banco Santander Brasil S/A - Intime-se a parte autora, pessoalmente, para, no prazo de 5 (cinco) dias, dar prosseguimento no processo, requerendo o que entender necessário, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, III, do CPC. Cumpra-se.

ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB A737/AM), ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB 211648/SP), ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB 737A/AM) - Processo 0226724-23.2010.8.04.0001 (001.10.226724-4) - Processo de Execução - Liquidação / Cumprimento / Execução - EXEQUENTE: Banco do Brasil S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: JOSÉ IVAN BENAION CARDOSO (OAB 1657/AM), ADV: CAROLINE OLIVEIRA QUINTANILLA (OAB 2035/AM), ADV: JOÃO BOSCO DE ALBUQUERQUE TOLEDANO (OAB 1456/AM), ADV: GUSTAVO AMATO PISSINI (OAB 261030/SP), ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB 211648/SP), ADV: SANDRO ABREU TORRES (OAB 4078/AM), ADV: FERNANDA CABRAL MARQUES (OAB 6755/AM) - Processo 0228078-49.2011.8.04.0001 - Procedimento Comum - Obrigações - REQUERENTE: Itaiguara Transportes Ltda. - REQUERIDA: Promoblu Confecções Ltda - Banco do Brasil S/A e outro - I. Defiro o pedido de fl. 305. Expeça-se Carta de Citação com aviso de recebimento para o endereço indicado. II. Intime-se a Parte Autora para promover o pagamento das diligências dos Correios, no prazo de 5 (cinco) dias, nos termos da Portaria 116/2017-PTJ, disponibilizada no DJE de 24-01-2017. A expedição de carta fica condicionada à comprovação do recolhimento das custas. Cumpra-se.

ADV: ROSÂNGELA DA ROSA CORRÊA (OAB 921A/AM), ADV: ROSÂNGELA DA ROSA CORRÊA (OAB 205961/SP), ADV: ANNE CLÍCIA ALVES DA SILVA GUILHERME (OAB 3881/AM) - Processo 0238948-90.2010.8.04.0001 (001.10.238948-0) - Reintegração / Manutenção de Posse - Posse - REQUERENTE: Banco Finasa S/A - Compulsando os autos, verifico que as partes não foram intimada da decisão de fls. 179, razão pela qual intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que tome(m) ciência do(a) decisão em questão, cujo teor segue abaixo: “isto posto, determino que o exequente prossiga no feito, nos moldes da sentença de fls. 142-143, no prazo de 05 (cinco) dias.”

ADV: JOCIL DA SILVA MORAES FILHO (OAB 12010/AM), ADV: ELIEZER LEÃO GONZALES (OAB 212A/AM) - Processo 0242116-66.2011.8.04.0001 - Procedimento Sumário - Auxílio-Acidente (Art. 86) - REQUERENTE: Maria Virginia Freires dos Santos - REQUERIDO: INSS - Instituto Nacional do Seguro Social - Intime-se a parte Requerida para que, no prazo de 15 (quinze) dias, opte pela realização do procedimento de execução invertida, juntado aos autos o débito devido. Ou, alternativamente, apresente nos autos os dados necessários à elaboração dos cálculos. Cumpra-se.

ADV: AMANDIO FERREIRA TERESO JÚNIOR (OAB 739A/AM), ADV: MARIA LUCÍLIA GOMES (OAB 84206/SP), ADV: MARIA DAS GRAÇAS RIBEIRO DE MELO MONTEIRO (OAB 96226/SP), ADV: AMANDIO FERREIRA TERESO JÚNIOR (OAB 107414/SP), ADV: BRUNO BRAZ CORDEIRO (OAB 6849/AM) - Processo 0244682-90.2008.8.04.0001 (001.08.244682-3) - Busca e Apreensão - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A e outro - Intime-se a parte autora, pessoalmente, para, no prazo de 5 (cinco) dias, dar prosseguimento no processo, requerendo o que entender necessário, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, III, do CPC. Cumpra-se.

ADV: SOLON ANGELIM DE ALENCAR FERREIRA (OAB 3338/AM) - Processo 0247398-41.2018.8.04.0001 (processo principal 0209601-12.2010.8.04.0001) - Incidente de Desconsideração de Personalidade Jurídica - REQUERENTE: HTS Servicos de Hotelaria e Turismo Conservação e Serviços Ltda - Intime-se a parte autora, pessoalmente, para, no prazo de 5 (cinco) dias, dar prosseguimento no processo, recolhendo as custas referentes à carta de citação, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, III, do CPC. Cumpra-se.

ADV: ALFREDO MOACYR CABRAL (OAB 341/AM), ADV: SERAFIM PEREIRA D’ALVIM MEIRELLES NETO (OAB 1694/AM) - Processo 0247556-96.2018.8.04.0001 - Carta Precatória Cível - Atos executórios - REQUERENTE: A. - Cumpra-se na forma deprecada.

ADV: ELOI PINTO DE ANDRADE (OAB 819/AM), ADV: FABÍOLA DA SILVA GESTA CARUSO (OAB 4662/AM), ADV: ÁLVARO DA TRINDADE GARCIA FILHO (OAB 6236/AM), ADV: PAULO AUGUSTO GRECO (OAB 119729/SP), ADV: MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO FIGUEIREDO DE ANDRADE (OAB 6566/AM), ADV: HILDERLEY REGO BARBOSA (OAB 7654/AM), ADV: DJANE OLIVEIRA MARINHO (OAB 5849/AM), ADV: ELOI PINTO DE ANDRADE & FILHOS - ADVOGADOS (OAB 46/AM) - Processo 0247839-95.2013.8.04.0001 - Procedimento Comum - Perdas e Danos - REQUERENTE: Richard Gomes da Encarnação - REQUERIDO: Bradesco Vida e Previdência - Videolar S. A. - Intime-se o Sr. Perito para que preste os esclarecimentos solicitados às fls. 287-288, bem como o requisitado à fl. 374, no prazo de 15 (quinze) dias. Cumpra-se.

ADV: ROBERTO CARLOS LEANDRO SOARES (OAB 7653/AM) - Processo 0254399-24.2011.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Repetição de indébito - REQUERENTE: Patrícia Nahmias Costa - DEFIRO o pedido de consulta, via sistema INFOJUD, dos dados cadastrais da parte requerida, CENTRAL CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA, CNPJ 07.862.792/0001-52. Intime-se a parte requerente para promover o recolhimento das custas relativas à diligência, nos termos da Portaria n. 116/2017 - PTJ, item 9, Tabela III, tudo no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: JULIANA BATISTA BRAGA (OAB 4166/AM), ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 9558/AL), ADV: JOSÉ EDGARD DA CUNHA BUENO FILHO (OAB 126504/SP), ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 685A/AM) - Processo 0257873-71.2009.8.04.0001 (001.09.257873-0) - Execução de Título Extrajudicial - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: ITAPEVA VII MULTICARTEIRA FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO PADRONIZADOS - DEFIRO o pedido de consulta, via sistema BACENJUD, dos dados cadastrais da parte requerida, ALCINDO RUIZ RODRIGUES, CPF 643.433.838-49. Intime-se a parte requerente para promover o recolhimento das custas relativas à diligência, nos termos da Portaria n. 116/2017 - PTJ, item 9, Tabela III, tudo no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: KÊNIO MARCOS SANTOS E SILVA (OAB 6406/AM), ADV: MARIA DO ROSÁRIO DE OLIVEIRA MELO (OAB 5385/AM), ADV: ANDREIA SABINO CORREIA (OAB 7074/AM), ADV: JUVENAL CANUTO FERNANDES (OAB 8230/AM), ADV: JUSCELINO DE OLIVEIRA MELO (OAB 12546/AM) - Processo 0262011-13.2011.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Alciney Mota Santos - REQUERIDO: José Izaquiel de Sousa - Dê-se baixa na distribuição. Arquivem-se os autos com as cautelas de praxe.

ADV: RAQUEL D DE OLIVEIRA (OAB 4238AM), ADV: MARIA SHAIDA CORDOVIL (OAB 6580/AM), ADV: MAURIM LAMEIRA VERGOLINO (OAB 565A/AM), ADV: ALEXANDER SIMONETTE PEREIRA (OAB 6139/AM), ADV: VICENTE DE PAULO SOARES COELHO (OAB 1144/AM) - Processo 0304684-94.2006.8.04.0001 (001.06.304684-0) - Cumprimento de sentença - Rescisão / Resolução - REQUERENTE: Marcia Soares Coelho Damasceno - REQUERIDA: Soterra Construtora e Imobiliaria Ltda. - Reitere-se o ofício de fl. 449. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: MARIANE CARDOSO MACAREVICH (OAB 30264/RS), ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 10026A/PB), ADV: ANNE CLÍCIA ALVES DA SILVA GUILHERME (OAB 3881/AM), ADV: PRYSCILA DUARTE NUNES (OAB 9068/AM), ADV: ROSÂNGELA DA ROSA CORRÊA (OAB 30820/RS), ADV: ELAINE BONFIM DE OLIVEIRA (OAB A336/AM), ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 12450/PE) - Processo 0329094-85.2007.8.04.0001 (001.07.329094-8) - Cumprimento de sentença - Depósito - REQUERENTE: HSBC Bank Brasil S.A. - Banco Múltiplo - Intime-se a parte autora, pessoalmente, para, no prazo de 5 (cinco) dias, dar prosseguimento no processo, requerendo o que entender necessário, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, III, do CPC. Cumpra-se.

ADV: FELIPE BRAGA DE OLIVEIRA (OAB 9663/AM), ADV: JOYCE JOANNY DE OLIVEIRA LEITÃO LIMEIRA (OAB 11294/AM), ADV: ANA CLEIA DE LIMA MACHADO (OAB 12249/AM), ADV: VILA & BRAGA ADVOGADOS ASSOCIADOS (OAB 523/AM), ADV: ULISSES ARJAN CRUZ DOS SANTOS (OAB 11928/AM) - Processo 0600649-38.2018.8.04.0020 - Procedimento Comum - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Edilson Castro da Fonseca - REQUERIDA: Maria Etelvina Cruz de Melo - Intimem-se as partes, a fim de que se manifestem quanto ao interesse de produzir novas provas, especificando, de forma fundamentada, a pertinência da prova testemunhal/deponencial/pericial que pretendem produzir, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de indeferimento, nos termos do art. 370, parágrafo único do CPC. Cumpra-se.

ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB A737/AM) - Processo 0601016-85.2019.8.04.0001 - Monitória - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - Intime-se a parte autora, pessoalmente, para, no prazo de 5 (cinco) dias, dar prosseguimento no processo, recolhendo as custas do oficial de justiça, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, III, do CPC. Cumpra-se.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: BAIRON ANTÔNIO DO NASCIMENTO JÚNIOR (OAB 3795/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ÂNGELA MARIA DANTAS DE ALENCAR (OAB 8924/AM), ADV: TATIANA DANTAS PORTELA (OAB 6562/AM) - Processo 0601206-24.2014.8.04.0001 - Execução de Título Judicial - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - I - Citado por Edital, o Réu deixou transcorrer o prazo legal sem apresentar defesa, razão pela qual decreto a revelia da referida parte, nos termos do disposto no art. 344 do NCPC. II - Nos termos do art. 72º, II, do NCPC, nomeio Curador Especial para funcionar no presente feito.

ADV: ROBERTA SOUZA SILVA (OAB 11429/AM), ADV: ANTONIO CLAUDIO PINTO FLORES (OAB 583A/AM), ADV: FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES (OAB 995A/AM), ADV: DANIEL DO NASCIMENTO SILVA (OAB 7472/AM), ADV: ANTÔNIO CLÁUDIO PINTO FLORES (OAB A583/AM), ADV: DJANE OLIVEIRA MARINHO (OAB 5849/AM) - Processo 0603491-19.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum - Perdas e Danos - REQUERENTE: Gilvan Pinto de Souza - REQUERIDO: Murano Veículos Ltda. - FCA FIAT CHRYSLER AUTOMOVEIS DO BRASIL LTDA - Reitere-se a intimação ao Sr. Perito. Cumpra-se.

ADV: FÁBIO VINÍCIUS LESSA CARVALHO (OAB 5614/AM), ADV: MAURÍCIO COIMBRA GUILHERME FERREIRA (OAB 151056S/RJ) - Processo 0603719-96.2013.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: I.U. - Intime-se a parte autora, pessoalmente, para, no prazo de 5 (cinco) dias, dar prosseguimento no processo, requerendo o que entender necessário, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, III, do CPC. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ MÁRIO DE CARVALHO NETO (OAB 4861/AM), ADV: PALOMA TAVARES FEITOZA VIEIRA (OAB 8759/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 128341/SP) - Processo 0603738-97.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum - Perdas e Danos - REQUERENTE: DIEGO MONTEIRO DE CARVALHO - REQUERIDO: SÃO DANIEL EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA - Em conformidade com o art. 1º, XV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte contrária para que se manifeste sobre a petição de fl. 236, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma do § 1º do artigo 437 do CPC.

ADV: HUDSON JOSÉ RIBEIRO (OAB 150060/SP), ADV: PASQUALI PARISE E GASPARINI JÚNIOR (OAB 4752/SP) - Processo 0605196-47.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - Intime-se a parte autora, pessoalmente, para, no prazo de 5 (cinco) dias, dar prosseguimento no processo, requerendo o que entender necessário, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, III, do CPC. Cumpra-se.

ADV: MIGUEL BARRELLA FILHO (OAB 1622/AM) - Processo 0605468-41.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Miguel Barrella Filho - Ante o exposto, homologo a desistência requerida e, com espeque no art. 485, VIII, do NCPC, EXTINGO o presente processo sem resolução de mérito. Após o trânsito em julgado, dê-se baixa na distribuição e arquivem-se os autos, observando-se as cautelas legais. Publique-se. Registre-se. Intime-se.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM) - Processo 0605796-68.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Bancários - REQUERENTE: Eny Araújo de Paula Teófilo - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: SORAYA SEIXAS NUNES COLARES (OAB 9952/AM) - Processo 0606493-89.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Aposentadoria por Invalidez Acidentária - REQUERENTE: Anelinda Simões da Silva - Nos termos da Recomendação Conjunta nº: 01 de15 de dezembrode 2015, firmado entre o Presidente do Conselho Nacional de Justiça, o Advogado-Geral da União e o Ministro de Estado do Trabalho e Previdência Social, bem como da Portaria 2183/2016-PTJ, de ordem fica designado:1 - A realização de prova pericial médica, com nomeação de perito do Juízo e ciência à parte Autora dos quesitos unificados no anexo da Recomendação conjunta01/12/2015(http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=3060)2 - A nomeação do perito médico abaixo indicado, especialista em medicina do trabalho, momento em que faculta-se às partes a indicação de assistentes técnicos, sem prejuízo da apresentação dos respectivos quesitos, tudo no prazo de 15 (quinze) dias, conforme preceitua o art. 465, § 1º, do Código de Processo Civil.3 - Perícia médica designada para o dia 19/03/2019, a partir das 08:00 hs., no endereço abaixo indicado.4 - A intimação do INSS para que efetue o depósito dos honorários periciais no valor de R$350,00 (trezentos e cinquenta reais).5 - Apresentado o laudo, se for o caso, façam os autos conclusos ao juízo competente para apreciação de tutela de urgência ou evidência.6 -Dispensa-se a audiência de conciliação, de forma a tornar mais célere a prestação jurisdicional. Contar-se-á o prazo para contestação de 30 dias a partir da intimação da juntada do laudo pericial.7- A intimação da parte autora, por seu advogado, a comparecer no dia designado para a realização da perícia, munido de todos os exames médicos, radiológicos, laboratoriais e documentos pertinentes, mesmo que já juntados aos autos do processo. De ordem, abro vista às partes para se manifestarem acerca do laudo pericial apresentado no prazo comum de 15 dias (Art. 477, CPC).Dr Helder Freitas Alagia, CRM/AM-2021, CPF:270.934.920-53,no Eldorado Consultórios, sito à Rua Z, Casa 01, Praça dos Caranguejos - Eldorado, nesta cidade.

ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB A737/AM), ADV: ROSANE ROMERO RAVAZI (OAB 8063/AM), ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB 211648/SP) - Processo 0606674-27.2018.8.04.0001 - Monitória - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - REQUERIDO: João Moquedace dos Santos Júnior - Diante destas judiciosas razões, a teor do art. 487, I do CPC, ACOLHO PARCIALMENTE os Embargos à Monitória , para JULGAR PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos formulados por BANCO CRUZEIRO DO SUL S/A contra MASTECELY ABREU NERY na Ação Monitória, CONDENANDO o Requerido ao pagamento das parcelas relativas ao Contrato de Empréstimo através de consignação nº 854555970 (operação nº 00000000854555970), relativamente as parcelas vencidas em dezembro de 2015 até a presente data, com correção monetária desde os seus inadimplementos e com juros de mora a partir da citação, acrescido das parcelas vincendas, excluindo o valor referente ao seguro. Em relação ao ônus da sucumbência, considerando que o Autor decaiu em parte mínima do pedido, a teor do art. 86, do CPC, CONDENO a Embargante ao pagamento de custas, despesas e honorários de sucumbência, este arbitrado em 10% (dez por cento) sobre o valor da causa, cuja exigibilidade ficará suspensa ante o disposto no art. 98, §3º, do CPC, face o deferimento da justiça gratuita. Diante destas judiciosas razões, a teor do art. 487, I do CPC, JULGO IMPROCEDENTES os pedidos formulados MASTECELY ABREU NERY contra BANCO CRUZEIRO DO SUL S/A na reconvenção. Condeno o Reconvinte

ao pagamento de custas e honorários advocatícios, os quais arbitro em 10% (dez por cento) sobre o valor da causa da reconvenção, cuja exigibilidade ficará suspensa ante o disposto no art. 98, §3º, do CPC, face o deferimento da justiça gratuita.

ADV: DÂMEA MOURÃO TELLES DE MENEZES (OAB 9198/AM) - Processo 0607231-19.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - EXEQUENTE: QUESIA MARIA SILVA DE SOUZA - Considerando que a parte Requerida não foi devidamente intimada, designo audiência de conciliação para o dia 23/04/2019 às 09:00h, sala 01 de audiências da 3ª UPJ (Unidade de Processamento Judicial), devendo as partes ser intimadas pessoalmente, via carta com AR e o membro da Defensoria Pública, via portal eletrônico, ocasião em que deverão comparecer as partes ou seus procuradores, habilitados a transigir. Intimem-se.

ADV: ADEMÁRIO DO ROSÁRIO AZEVEDO (OAB 2926/AM) - Processo 0607402-34.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Restabelecimento - REQUERENTE: Waldeciclei Guimaraes Horta - Nos termos da Recomendação Conjunta nº: 01 de15 de dezembrode 2015, firmado entre o Presidente do Conselho Nacional de Justiça, o Advogado-Geral da União e o Ministro de Estado do Trabalho e Previdência Social, bem como da Portaria 2183/2016-PTJ, de ordem fica designado:1 - A realização de prova pericial médica, com nomeação de perito do Juízo e ciência à parte Autora dos quesitos unificados no anexo da Recomendação conjunta01/12/2015(http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=3060)2 - A nomeação do perito médico abaixo indicado, especialista em medicina do trabalho, momento em que faculta-se às partes a indicação de assistentes técnicos, sem prejuízo da apresentação dos respectivos quesitos, tudo no prazo de 15 (quinze) dias, conforme preceitua o art. 465, § 1º, do Código de Processo Civil.3 - Perícia médica designada para o dia 19/01/2019, a partir das 13:30 hs., no endereço abaixo indicado.4 - A intimação do INSS para que efetue o depósito dos honorários periciais no valor de R$350,00 (trezentos e cinquenta reais).5 - Apresentado o laudo, se for o caso, façam os autos conclusos ao juízo competente para apreciação de tutela de urgência ou evidência.6 -Dispensa-se a audiência de conciliação, de forma a tornar mais célere a prestação jurisdicional. Contar-se-á o prazo para contestação de 30 dias a partir da intimação da juntada do laudo pericial.7- A intimação da parte autora, por seu advogado, a comparecer no dia designado para a realização da perícia, munido de todos os exames médicos, radiológicos, laboratoriais e documentos pertinentes, mesmo que já juntados aos autos do processo. De ordem, abro vista às partes para se manifestarem acerca do laudo pericial apresentado no prazo comum de 15 dias (Art. 477, CPC).Dr. Flaviano Bivaqua de Araújo Junior, CRM/AM-4335, CPF:613.382.572-34,na ONCLOCIN, sito a Av. Castelo Branco , 1779, Cachoeirinha, nesta cidade.

ADV: MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM), ADV: DARDEN KLINGER COLARES LIBÓRIO (OAB 10423/AM) - Processo 0608001-70.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - REQUERIDO: Rogério Guilherme Vieira Bentes - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para que se manifeste acerca da petição de fls. 51/61, no prazo de 05 (dias) dias.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT) - Processo 0608326-45.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: Francisco William dos Santos Ferreira - Haja vista a presunção de veracidade da alegação de insuficiência de recursos para arcar com as custas, despesas e honorários de advogado, defiro o benefício da gratuidade da justiça formulado na inicial nos termos do artigo 98 c/c 99, §§ 2º e 3º, ambos do CPC. A teor do art. 300, do CPC, a tutela provisória de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. No caso dos autos, porém, entendo que os documentos carreados a inicial, em análise sumária, não são capazes de induzir este juízo à concessão da medida pleiteada. Diante disso, INDEFIRO por ora a medida antecipatória de tutela provisória, sem prejuízo de análise por ocasião da sentença. Remetam-se os autos ao Centro Judiciário de Solução de Conflitos - CEJUSC, a fim de que promova as diligências necessárias para a realização da audiência de conciliação ou mediação nos termos do artigo 334 do CPC, bem como para a realização de perícia médica. Cite-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ANDRÉA CRISTINA DA COSTA LE SUEUR (OAB 6161/AM), ADV: ANNIE MARA ARRUDA DE SÁ E BRITO (OAB 6286/AM), ADV: MANOEL ARCHANJO DAMA FILHO (OAB 21593A/GO), ADV: FREDERICO AUGUSTO FERREIRA BARBOSA (OAB 18828/GO), ADV: MANOEL ARCHANJO DAMA FILHO (OAB A700/AM) - Processo 0608471-09.2016.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco GMAC S/A. - Intime-se a parte autora, pessoalmente, para, no prazo de 5 (cinco) dias, dar prosseguimento no processo, recolhendo as custas do Sr. Oficial de justiça, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, III, do CPC. Cumpra-se.

ADV: JOÃO BOSCO DE ALBUQUERQUE TOLEDANO (OAB 1456/AM) - Processo 0608536-96.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Pagamento - REQUERENTE: Martins Import Ltda. - Com amparo no art. 7º da Portaria nº 116/2017 - PTJ c/c art. 98, 6º, do CPC, a fim de evitar prejuízo ao direito constitucional de acesso ao Judiciário (art. 5º, XXXV, da CF), DEFIRO o benefício da gratuidade da justiça somente com relação às custas iniciais, para conceder o direito ao pagamento parcelado das mesmas em 06 (seis) parcelas iguais. Por conseguinte, determino que a parte autora apresente nos autos, mensalmente, comprovante de pagamento das respectivas parcelas independente de nova intimação, sob pena de extinção. A teor do art. 300, do CPC, a tutela provisória de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. No caso dos autos, porém, entendo que os documentos carreados à inicial, em análise sumária, não são capazes de induzir este juízo à concessão da medida pleiteada. Diante disso, INDEFIRO por ora a medida antecipatória de tutela provisória, sem prejuízo de posterior reanálise. Intime-se a parte Autora para dirigir-se a 3ª contadoria deste forum a fim de providenciar o emissão e retirada dos boletos, com o referido parcelamento e efetuar o pagamento da primeira parcela no prazo de 15 (quinze), sob pena de extinção do feito sem resolução do mérito (art. 290 do CPC).

ADV: ELISABETE LUCAS (OAB 4118/AM) - Processo 0609073-92.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Restabelecimento - REQUERENTE: Maria Suely Freitas Colares - Haja vista a presunção de veracidade da alegação de insuficiência de recursos para arcar com as custas, despesas e honorários de advogado, defiro o benefício da gratuidade da justiça formulado na inicial nos termos do artigo 98 c/c 99, §§ 2º e 3º, ambos do CPC. A teor do art. 300, do CPC, a tutela provisória de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. No caso dos autos, porém, entendo que os documentos carreados a inicial, em análise sumária, não são capazes de induzir este juízo à concessão da medida pleiteada. Diante disso, INDEFIRO por ora a medida antecipatória de tutela provisória, sem prejuízo de análise por ocasião da sentença. Remetam-se os autos ao Centro Judiciário de Solução de Conflitos - CEJUSC, a fim de que promova as diligências necessárias para a realização da audiência de conciliação ou mediação nos termos do artigo 334 do CPC, bem como para a realização de perícia médica. Cite-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ANDERSON DE OLIVEIRA MOREIRA (OAB 8025/AM) - Processo 0609299-97.2019.8.04.0001 (apensado ao processo 0203706-07.2009.8.04.0001) - Embargos de Terceiro - Constrição / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens - REQUERENTE: Gleyson Cavalcante de Oliveira - Intime-se a parte autora para efetuar o pagamento das custas processuais. Cumpra-se no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de cancelamento da distribuição do feito (Art. 290, NCPC). Publique-se.

ADV: ANDERSON DE OLIVEIRA MOREIRA (OAB 8025/AM) - Processo 0609346-71.2019.8.04.0001 (apensado ao processo 0203706-07.2009.8.04.0001) - Embargos de Terceiro - Constrição / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens - REQUERENTE: Espólio de Maria Zélia Cavalcante de Oliveira - Intime-se a parte autora para efetuar o pagamento das custas processuais. Cumpra-se no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de cancelamento da distribuição do feito (Art. 290, NCPC). Publique-se.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0609808-67.2015.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado/AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0610073-35.2016.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado/AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 12450/PE), ADV: DJACY DAS NEVES BENEVIDES FILHO (OAB 11994/AM), ADV: PRYSCILA DUARTE NUNES (OAB 9068/AM) - Processo 0610297-41.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum - Interpretação / Revisão de Contrato - REQUERENTE: Maria Nazare Mendes dos Santos - REQUERIDO: Banco Itaucard S/A - Ante o exposto, nos termos do 924, II, do CPC, JULGO EXTINTA a presente execução. Expeça-se Alvará para levantamento dos valores depositados em juízo em favor do exequente, conforme requerido à fl. 243. Após o trânsito em julgado, dê-se baixa na distribuição e arquivem-se os autos, observando-se as cautelas legais. Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB A598/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0613753-57.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - REQUERIDO: Alvaro Gomes dos Santos - Chamo o processo à ordem, a fim de que a intimação do Requerido em relação à decisão de fl. 89 se dê por carta com aviso de recebimento destinada ao endereço onde ocorreu a citação, conforme estipula o art. 513, §2º, II do CPC, observando-se o §3º do mesmo artigo, visto que o executado não possui procurador constituído nos autos. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: CLEMENTE AUGUSTO GOMES (OAB 438/AM), ADV: CLEMENTE AUGUSTO GOMES NETO (OAB 10785/AM), ADV: MILTON ANTÔNIO RIVERA REYES (OAB 9851/AM), ADV: CÉSAR AUGUSTO GOMES MONTEIRO (OAB 9696/AM), ADV: BRUNO OLIVEIRA MEDEIROS (OAB 7203/AM) - Processo 0614531-95.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: A.S.M. e outro - REQUERIDA: C.R.R.S. - R. H. Averbo-me suspeito para atuar no presente feito por motivo de foro íntimo, na forma do parágrafo único do art. 145, § 1º do NCPC, in verbis:

ADV: GEORGES DE MOURA FERREIRA (OAB 19700/GO), ADV: ANTONIO TAVARES PAES JUNIOR (OAB 229614/SP), ADV: THIAGO FREIXO CLARO (OAB 385904/SP), ADV: DANIEL MARINHO PEREIRA (OAB 5157/AM) - Processo 0616208-29.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: Ana Paula da Silva Farias Tietz - REQUERIDO: Daniel Dias Moreno - LITSPASSIV: Embraer S.a. - Expeça-se ofício ao SERIPA VII, solicitando informações sobre o Relatório Final referente ao acidente envolvendo a matrícula PT-REI, ocorrido em 7 de dezembro de 2016.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT) - Processo 0617097-46.2018.8.04.0001 - Monitória - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - DEFIRO o pedido de consulta, via sistemas SIEL e BACENJUD, dos dados cadastrais da parte requerida, FRANCISCO FABRÍCIO GOMES GAMA, CPF 666.937.302-30. Intime-se a parte requerente para promover o recolhimento das custas relativas à diligência, nos termos da Portaria n. 116/2017 - PTJ, item 9, Tabela III, tudo no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 104147/MG) - Processo 0617321-23.2014.8.04.0001 - Execução de Título Judicial - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Considerando que a parte Requerida não foi devidamente intimada da audiência de conciliação de termo à fl. 171, designo nova audiência para o dia 17/04/2019 às 09:00h, sala 01 de audiências da 3ª UPJ (Unidade de Processamento Judicial), devendo a parte Requerida ser intimada pessoalmente via carta com AR e o membro da Defensoria Pública, via portal eletrônico, ocasião em que deverão comparecer as partes ou seus procuradores, habilitados a transigir. Intimem-se.

ADV: ANDRADE GC ADVOGADOS (OAB 57/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: MARCELO COSTA DOS SANTOS (OAB 3821/AM), ADV: MAURÍCIO ALEXANDRE DE MENESES PEREIRA, ADV: CAIO PATRICK COELHO SILVA ANDADE (OAB 13408/AM) - Processo 0617680-65.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum - Liminar - REQUERENTE: Henrique Gabriel Ribeiro Torres - REQUERIDO: Hospital Maternidade Unimed ,Unimed Manaus-Cooperativa de Trabalho Médico Ltda. - Considerando a recusa do profissional anteriormente indicado, nomeio a Drª. Vania Maria Silva de Carvalho, telefone profissional:(92) 98444-8000, para atuar como perita no feito. Intime-se a Srª. perita para informar se aceita o encargo e, em caso positivo, apresentar proposta de honorários. Desde já, as partes ficam intimadas para, no prazo de 15 (quinze) dias, arguir impedimento ou suspeição do perito, indicar assistente técnico e apresentar quesitos, nos termos do art. 465, § 1º, do NCPC.

ADV: RODRIGO GAGO FREITAS VALE BARBOSA (OAB 165046/SP) - Processo 0621767-30.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco Olé Bonsucesso Consignado S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha/complemente as custas postais e junte comprovante de recolhimento, conforme Provimento nº 273/CGJ, levando-se em consideração a quantidade de partes e endereços que deverão constar na(s) carta(s), no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: WILNA ELIZABETH SANTIAGO CAVALCANTE (OAB 4339/AM), ADV: ISAURA CRISTINA BONAFÉ RODRIGUES (OAB 9518/AM), ADV: ELÁDIO MIRANDA LIMA (OAB 86235/RJ), ADV: DANIELLA RODRIGUES DE ARAÚJO (OAB 8199/AM), ADV: TUPINAMBÁ TIAGO E SOUZA (OAB 9299/AM), ADV: DANIEL COUTINHO DA SILVA (OAB 9122/AM) - Processo 0624435-13.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Ótica Avenida Ltda. - REQUERIDO: Telemar Norte Leste S/A - Remetam-se os autos a contadoria para que apresente manifestação sobre a petição de fls. 271-276.

ADV: MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM) - Processo 0624766-53.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - DEFIRO o pedido de consulta, via sistema BACENJUD, dos dados cadastrais da parte requerida, ALLAN DA COSTA E SILVA BARBOSA, CPF 614.057.012-34. Intime-se a parte requerente para promover o recolhimento das custas relativas à diligência, nos termos da Portaria n. 116/2017 - PTJ, item 9, Tabela III, tudo no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: ANTONIO CARLOS MACIEL LUZARDI (OAB 55630/RS) - Processo 0625208-53.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Compra e Venda - EXEQUENTE: Arrozeira Pérola Ltda - I. Defiro o pedido de fl. 143. Expeça-se Mandado de Citação para o endereço indicado. II. Intime-se a Parte Autora para promover o pagamento das diligências do Oficial de Justiça, no prazo de 5 (cinco) dias, nos termos da Portaria 116/2017-PTJ, disponibilizada no DJE de 24-01-2017. A expedição de mandado fica condicionada à comprovação do recolhimento das custas. Cumpra-se.

ADV: VILA & BRAGA ADVOGADOS ASSOCIADOS (OAB 523/AM), ADV: FELIPE BRAGA DE OLIVEIRA (OAB 9663/AM) - Processo 0626905-75.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Direitos e Títulos de Crédito - EXEQUENTE: Condomínio Residencial Mediterrâneo I - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. 104/105, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: ROBERTO MARQUES DA COSTA (OAB 4135/AM) - Processo 0633030-59.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Constrição / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens - EXEQUENTE: Condominio Bem Viver Total Ville Vida Nova - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: DANTE MARIANO GREGNANIN SOBRINHO (OAB 31618/SP) - Processo 0633268-49.2016.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Disal Administradora de Consórcios Ltda. - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: MÔNICA SANTA RITA BONFIM (OAB 3384/AM), ADV: LIDIANE DA COSTA BATISTA (OAB 7492/AM) - Processo 0633964-17.2018.8.04.0001 - Despejo por Falta de Pagamento - Locação de Imóvel - REQUERENTE: Pátio Sertório Shopping Ltda - REQUERIDO: Danimar Fast-food Restaurante Ltda Epp (Risoto Mix) e outros - Designo audiência de conciliação para o dia 17/04/2019 às 09:30h, sala 01 de audiências da 3ª UPJ (Unidade de Processamento Judicial), ocasião em que deverão comparecer as partes ou seus procuradores, habilitados a transigir. Intimem-se.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011/AM) - Processo 0634403-33.2015.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Francisco da Silva Bezerra - Considerando a existência do endereço indicado, conforme se extrai do AR de fl. 119, determino o desentranhamento do mandado de fl. 126, a fim de que o Sr. Oficial de justiça proceda ao seu fiel cumprimento. Autor isento de custas. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: LAINA REGINA FERNANDES DE ALENCAR (OAB 10949/AM), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT), ADV: JOSÉ DELFIN BUITRAGO ACOSTA (OAB 5546/AM), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM) - Processo 0634854-53.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Contratos Bancários - REQUERENTE: Liliana Buitrago Acosta - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Vistos etc. Liliana Buitrago Acosta ajuizou a presente ação indenizatória, em fase de cumprimento de sentença, contra Banco Bradesco S/A. Ocorre que, na forma do art. 924, II, do CPC, tratou o Executado de remir a execução (fl. 116). A Exequente requereu a expedição de alvará (fl. 119). Ante o exposto, nos termos do 924, II, do CPC, JULGO EXTINTA a presente execução. Expeça-se Alvará para levantamento dos valores depositados em juízo em favor da Exequente, conforme requerido à fl. 119. Após o trânsito em julgado, dê-se baixa na distribuição e arquivem-se os autos, observando-se as cautelas legais. Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

ADV: FABIANO VÍTOR DA CRUZ SANTANA (OAB 12287/AM) - Processo 0635339-53.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: Ana Maria Nascimento de Castro - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - Encaminhem-se os autos ao CEJUSC, para que informe sobre a realização da perícia e laudo do perito.

ADV: DELANO JOSÉ DA SILVA (OAB 7030/AM) - Processo 0637778-42.2015.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: Moisés de Oliveira Izel - REQUERIDO: Antonio Josafá Alves da Silva - Solicite-se informações ao Juízo Deprecado sobre o cumprimento da Carta Precatória.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: PAULO ROBERTO PINHEIRO AMAZONAS (OAB 11243/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0638175-33.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Klinger da Silva Oliveira - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Diante destas judiciosas razões, a teor do art. 487, I, do CPC, conheço o mérito da presente lide, para JULGAR TOTALMENTE IMPROCEDENTES os pedidos formulados por Klinger da Silva Oliveira contra Amazonas Distribuidora de Energia S/A. Ante a sucumbência, CONDENO o Autor ao pagamento de custas e honorários advocatícios, os quais arbitro em 10% (dez por cento) sobre o valor da causa, cuja exigibildiade ficará suspensa a teor do art. 98, §3º, do CPC. P.R.I.

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM) - Processo 0638244-31.2018.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Considerando que o valor de fls. 62-63 não se referem a pesquisa nos sistemas eletrônicos, Intime-se a parte autora, pessoalmente, para, no prazo de 5 (cinco) dias, cumprir o despacho de fl. 65 ou requerer o que entender necessário, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, III, do CPC. Cumpra-se.

ADV: NEILDES ARAUJO AGUIAR DI GESU (OAB 217897/SP), ADV: WALTER CALDAS NETO (OAB 7043/AM) - Processo 0640268-32.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Adjudicação Compulsória - REQUERENTE: Israel Bruno Silva do Nascimento - REQUERIDO: Banco Santander Brasil S/A e outros - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado/AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB A737/AM) - Processo 0640638-79.2016.8.04.0001 - Monitória - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - Intime-se novamente a Sra. Oficiala de Justiça para, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, proceder a devolução do mandado devidamente cumprido e certificado. Caso o referido mandado seja devolvido sem o cumprimento, deve informar o motivo da não efetivação da medida que lhe foi determinanda. Cumpra-se.

ADV: MIGUEL DE ARAÚJO BECKMAN (OAB 12909/AM) - Processo 0640873-75.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - EXEQUENTE: Cícero Monteiro da Silva - Ante o exposto, com fundamento no art. 485, III do NCPC, julgo extinto o processo sem resolução de mérito. Após o trânsito em julgado da presente decisão, arquivem-se os autos e dê-se baixa na distribuição, observando-se as cautelas legais. Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

ADV: FELIPE ANDRES ACEVEDO IBAÑEZ (OAB 206339/SP), ADV: ADNA LIMA DA SILVA (OAB 11171/AM), ADV: FELIPE ANDRES ACEVEDO IBAÑEZ (OAB 206339/SP) - Processo 0640896-55.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum - Depósito - REQUERENTE: Elizandra Silva dos Santos - REQUERIDO: Banco Pan S/A - Diante destas razões, DETERMINO a suspensão da tramitação da presente lide, até o julgamento final do referido incidente. P.R.I.C. Manaus, 07 de março de 2019.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LÍGIA DE SOUZA FRIAS (OAB 1074A/AM) - Processo 0641919-02.2018.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - DEFIRO o pedido de consulta, via sistema INFOJUD, dos dados cadastrais

da parte requerida, SAMARA LINS FELIX DE FIGUEIREDO, CPF 781.894.542-34. Intime-se a parte requerente para promover o recolhimento das custas relativas à diligência, nos termos da Portaria n. 116/2017 - PTJ, item 9, Tabela III, tudo no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: JOSÉ ESTEVÃO XAVIER (OAB 8824/AM) - Processo 0643327-28.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Restabelecimento - REQUERENTE: Jefferson Nunes Arruda - Assim, pelas judiciosas razões acima expendidas e por tudo mais que consta nos autos, nos termos do que prediz o art. 269, I do CPC, JULGO IMPROCEDENTES OS PEDIDOS formulados na inicial, em razão da ausência de redução ou perda da capacidade laboral, requisito imprescindível para a concessão do benefício pleiteado. Condeno a parte Autora ao pagamento das custas e honorários de advogado, os quais fixo no montante de R$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais), suspensa a exigibilidade nos termos do artigo 98, §3º do CPC.

ADV: PRISCILA PACHECO FERREIRA (OAB 5364/AM), ADV: JOSÉ CARLOS HERCULINO DOS SANTOS (OAB 9945/AM), ADV: EDSON DE OLIVEIRA (OAB 480/AM), ADV: PRISCILA PACHECO FERREIRA (OAB 5364/AM), ADV: EDSON DE OLIVEIRA (OAB 480/AM) - Processo 0644077-64.2017.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: Zuleide Carvalho Feitosa e outro - REQUERIDA: Maria do Perpetuo Socorro Carvalho Feitosa e outro - Intimem-se as partes, a fim de que se manifestem quanto ao interesse de produzir novas provas, especificando, de forma fundamentada, a pertinência da prova testemunhal/deponencial/pericial que pretendem produzir, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de indeferimento, nos termos do art. 370, parágrafo único do CPC. Cumpra-se.

ADV: MARCO ANDRÉ HONDA FLORES (OAB 6171/MS) - Processo 0646005-16.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Itaú Unibanco S/A - EXECUTADO: Cian Infantil Comércio de Produtos e Serviços de Beleza Ltda - Jacqueline Souza da Silva - Intime-se a parte exequente, para se manifestar sobre o Aviso de Recebimento de fl. 55.

ADV: JOSÉ ESTEVÃO XAVIER (OAB 8824/AM) - Processo 0646246-87.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: Andrei Jose Dolzany Andrade, - De ordem, abro prazo para que o réu apresente contestação no prazo de 30(trinta) dias, nos termos da Portaria 2183/2016 - PTJ e do Termo de Cooperação nº 012/2017, oportunidade em que o autor(a) também poderá se manifestar acerca do laudo pericial.

ADV: MARCO ANDRÉ HONDA FLORES (OAB 6171/MS) - Processo 0649869-62.2018.8.04.0001 - Monitória - Contratos Bancários - REQUERENTE: Itaú Unibanco S/A - I. Defiro parcialmente o pedido de fl. 67-68. Expeça-se Mandado de Citação para o endereço indicado, sendo desnecessária a carta precatória. II. Intime-se a Parte Autora para promover o pagamento das diligências do Oficial de Justiça, no prazo de 5 (cinco) dias, nos termos da Portaria 116/2017-PTJ, disponibilizada no DJE de 24-01-2017. A expedição de mandado fica condicionada à comprovação do recolhimento das custas. Cumpra-se.

ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM), ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM) - Processo 0652824-66.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: CAROLINA AUGUSTA MARTINS (OAB 9989/AM), ADV: VICTOR HUGO TRINDADE SIMÕES (OAB 9286/AM) - Processo 0653322-65.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Kaele Ltda. - Kl Rent A Car - DEFIRO o pedido de consulta, via sistemas INFOJUD e BACENJUD, dos dados cadastrais da parte requerida, RODRIGO COLARES LIRA, CPF 010.308.592-05. Intime-se a parte requerente para promover o recolhimento das custas relativas à diligência, nos termos da Portaria n. 116/2017 - PTJ, item 9, Tabela III, tudo no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: FREDERICO SANTOS PAIVA (OAB 6569/AM) - Processo 0654063-08.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Perdas e Danos - REQUERENTE: A.R. e outro - Processo findo. Dê-se baixa na distribuição e arquivem-se os autos. Cumpra-se.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT) - Processo 0654378-36.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Auxílio-Acidente (Art. 86) - REQUERENTE: Marilene Reathes Pinheiro - De ordem, abro prazo para que o réu apresente contestação no prazo de 30(trinta) dias, nos termos da Portaria 2183/2016 - PTJ e do Termo de Cooperação nº 012/2017, oportunidade em que o autor(a) também poderá se manifestar acerca do laudo pericial.

ADV: MARCOS DOS SANTOS BELTRÃO (OAB 7295/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM) - Processo 0654472-81.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Adinei Gama dos Santos - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Diante destas judiciosas razões, a teor do art. 487, I do CPC, conheço o mérito da presente lide, para JULGAR PROCEDENTES os pedidos formulados por Adinei Gama dos Santos contra Banco BMG S/A para DECLARAR a revisão do débito imputado ao Autor, aplicando a taxa máxima de juros de 22,08% (vinte e dois virgula zero oito por cento) a.A.. Realizado o recálculo, CONDENAR o Requerido ao pagamento em dobro da diferença entre o valor pago e o valor efetivamente devido, considerando todos os valores recebidos pelo Autor por força do contrato entabulado em setembro de 2013, com correção monetária desde a data do adimplemento e juros de mora desde a citação. Em relação aos danos morais, CONDENO o Requerido ao pagamento ao Autor da quantia de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), a título de danos morais, com correção monetária e juros de mora desde a citação, tratando-se de responsabilidade civil contratual. Ante o disposto no art. 85, do CPC, CONDENO o Requerido ao pagamento de custas, despesas e honorários de sucumbência, os quais arbitro em 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação. P.R.I.

ADV: JOÃO EURICO BRASILEIRO DE SOUZA FARIA (OAB 8312/AM) - Processo 0659618-06.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: Wellington da Silva Lima - Nos termos da Recomendação Conjunta nº: 01 de15 de dezembrode 2015, firmado entre o Presidente do Conselho Nacional de Justiça, o Advogado-Geral da União e o Ministro de Estado do Trabalho e Previdência Social, bem como da Portaria 2183/2016-PTJ, de ordem fica designado:1 - A realização de prova pericial médica, com nomeação de perito do Juízo e ciência à parte Autora dos quesitos unificados no anexo da Recomendação conjunta01/12/2015(http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=3060)2 - A nomeação do perito médico abaixo indicado, especialista em medicina do trabalho, momento em que faculta-se às partes a indicação de assistentes técnicos, sem prejuízo da apresentação dos respectivos quesitos, tudo no prazo de 15 (quinze) dias, conforme preceitua o art. 465, § 1º, do Código de Processo Civil.3 - Perícia médica designada para o dia 19/03/2019, a partir das 11:15 hs., no endereço abaixo indicado.4 - A intimação do INSS para que efetue o depósito dos honorários periciais no valor de R$350,00 (trezentos e cinquenta reais).5 - Apresentado o laudo, se for o caso, façam os autos conclusos ao juízo competente para apreciação de tutela de urgência ou evidência.6 -Dispensa-se a audiência de conciliação, de forma a tornar mais célere a prestação jurisdicional. Contar-se-á o prazo para contestação de 30 dias a partir da intimação da juntada do laudo pericial.7- A intimação da parte autora, por seu advogado, a comparecer no dia designado para a realização da perícia, munido de todos os exames médicos, radiológicos, laboratoriais e documentos pertinentes, mesmo que já juntados aos autos do processo. De ordem, abro vista às partes para se manifestarem acerca do laudo pericial apresentado no prazo comum de 15 dias (Art. 477, CPC).Dr. Marcelo Vasconcellos Dias, CRM /AM-4887, CPF493150482-56,na UBS Ivone Lima, sito a Rua Luiz Corrente, s/nº - Ouro Verde, nesta cidade.

ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 12450/PE) - Processo 0661161-44.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Ante ao exposto, com fundamento no Art. 485, VI do CPC, EXTINGO o presente processo sem resolução de mérito. Determino o arquivamento dos autos observando-se as cautelas legais, assim como a baixa na distribuição. Publique-se. Registre-se. Intime-se.

ADV: CAROLINE CUNHA E SILVA MEIRELLES (OAB 4940/AM), ADV: SERAFIM PEREIRA D'ALVIM MEIRELLES NETO (OAB 1694/AM) - Processo 0703116-65.2012.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco da Amazônia S/A. - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: AGUINALDO PEREIRA DIAS (OAB 7667/AM), ADV: EBNEZER ALBUQUERQUE BEZERRA (OAB 2521/AM) - Processo 0710306-79.2012.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Liminar - REQUERENTE: Sinval Fernandes da Silva Júnior - REQUERIDO: Wendell Ferreira Fernandes - Dê-se baixa na Distribuição. Arquivem-se os autos com as cautelas de praxe.

ADV: CLÁUDIO KAZUYOSHI KAWASAKI (OAB 122626/SP), ADV: CLAUDIO KAZUYOSHI KAWASAKI (OAB A1117/AM) - Processo 0713459-23.2012.8.04.0001 - Depósito - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Itaucard S.A - Intime-se a parte autora, pessoalmente, para, no prazo de 5 (cinco) dias, dar prosseguimento no processo, requerendo o que entender necessário, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, III, do CPC. Cumpra-se.

Acácio Fernandes Roboredo (OAB 89774/SP)
Ademário do Rosário Azevedo (OAB 2926/AM)
Adna Lima da Silva (OAB 11171/AM)
Aguinaldo Pereira Dias (OAB 7667/AM)
Alexander Simonette Pereira (OAB 6139/AM)
Alfredo Moacyr Cabral (OAB 341/AM)
Álvaro da Trindade Garcia Filho (OAB 6236/AM)
Álvaro Luiz da Costa Fernandes (OAB 831A/AM)
ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 86415/RJ)
Amandio Ferreira Tereso Júnior (OAB 107414/SP)
Amandio Ferreira Tereso Júnior (OAB 739A/AM)
Ana Cleia de Lima Machado (OAB 12249/AM)
Anderson de Oliveira Moreira (OAB 8025/AM)
Andrade GC Advogados (OAB 57/AM)
André de Souza Oliveira (OAB 5219/AM)
Andréa Cristina da Costa Le Sueur (OAB 6161/AM)
Andreia Sabino Correia (OAB 7074/AM)
Ângela Maria Dantas de Alencar (OAB 8924/AM)
Anne Clícia Alves da Silva Guilherme (OAB 3881/AM)
Annie Mara Arruda de Sá e Brito (OAB 6286/AM)
Antônio Braz da Silva (OAB 10026A/PB)
Antônio Braz da Silva (OAB 12450/PE)
Antonio Carlos Maciel Luzardi (OAB 55630/RS)
ANTONIO CLAUDIO PINTO FLORES (OAB 583A/AM)
Antônio Cláudio Pinto Flores (OAB A583/AM)
Antônio de Paula Bezerra (OAB 2600/AM)
ANTONIO TAVARES PAES JUNIOR (OAB 229614/SP)
Bairon Antônio do Nascimento Júnior (OAB 3795/AM)
Bruno Braz Cordeiro (OAB 6849/AM)
Bruno Oliveira Medeiros (OAB 7203/AM)
Caio Patrick Coelho Silva Andade (OAB 13408/AM)
Carlos Alessandro Santos Silva (OAB 8773/ES)
Carolina Augusta Martins (OAB 9989/AM)
Caroline Cunha e Silva Meirelles (OAB 4940/AM)
Caroline Oliveira Quintanilla (OAB 2035/AM)
Celso Marcon (OAB A566/AM)
César Augusto Gomes Monteiro (OAB 9696/AM)
Cláudio Kazuyoshi Kawasaki (OAB 122626/SP)
Claudio Kazuyoshi Kawasaki (OAB A1117/AM)
Clemente Augusto Gomes (OAB 438/AM)
Clemente Augusto Gomes Neto (OAB 10785/AM)
Dâmea Mourão Telles de Menezes (OAB 9198/AM)
Daniel Coutinho da Silva (OAB 9122/AM)
Daniel do Nascimento Silva (OAB 7472/AM)
Daniel Marinho Pereira (OAB 5157/AM)
Danielen Cestari da Silva (OAB 7560/AM)
Daniella Rodrigues de Araújo (OAB 8199/AM)
Dante Mariano Gregnanin Sobrinho (OAB 31618/SP)
Darden Klinger Colares Libório (OAB 10423/AM)
Deborah Sabbá Galvão (OAB 3048/AM)
Delano José da Silva (OAB 7030/AM)
Djacy das Neves Benevides Filho (OAB 11994/AM)
Djane Oliveira Marinho (OAB 5849/AM)
Ebnezer Albuquerque Bezerra (OAB 2521/AM)
Edson de Oliveira (OAB 480/AM)
Edson Rosas Júnior (OAB 1910/AM)
Eládio Miranda Lima (OAB 86235/RJ)
Elaine Bonfim de Oliveira (OAB A336/AM)
Eliezer Leão Gonzales (OAB 212A/AM)
Elisabete Lucas (OAB 4118/AM)
Eloi Pinto de Andrade (OAB 819/AM)
Eloi Pinto de Andrade & Filhos - Advogados (OAB 46/AM)
Erika Naiana D. Pires (OAB 590A/AM)
Fabiano Vítor da Cruz Santana (OAB 12287/AM)
Fábio Leandro Lira Pereira (OAB 4730/AM)
Fábio Vinícius Lessa Carvalho (OAB 5614/AM)
Fabíola Campos Silva (OAB 2930/AM)
Fabíola da Silva Gesta Caruso (OAB 4662/AM)
Felipe Andres Acevedo Ibañez (OAB 206339/SP)
Felipe Braga de Oliveira (OAB 9663/AM)
Felipe Gazola Vieira Marques (OAB 995A/AM)
Fernanda Cabral Marques (OAB 6755/AM)
Frederico Augusto Ferreira Barbosa (OAB 18828/GO)
Frederico Santos Paiva (OAB 6569/AM)
Georges de Moura Ferreira (OAB 19700/GO)
Giselle Cordeiro Sampaio (OAB 8091/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo Amato Pissini (OAB 261030/SP)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB A1065/AM)
Hilderley Rego Barbosa (OAB 7654/AM)
Hirley Verçosa dos Santos (OAB 2591/AM)
Hudson José Ribeiro (OAB 150060/SP)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
Isaura Cristina Bonafé Rodrigues (OAB 9518/AM)
Jabson da Silva Céo (OAB 5803/AM)
João Bosco de Albuquerque Toledano (OAB 1456/AM)
João Eurico Brasileiro de Souza Faria (OAB 8312/AM)
Jocil da Silva Moraes Filho (OAB 12010/AM)
Jorge Henrique de Freitas Pinho (OAB 1644/AM)
JOSÉ CARLOS HERCULINO DOS SANTOS (OAB 9945/AM)
José Carlos Marinho da Silva (OAB 1273/AM)
José Delfin Buitrago Acosta (OAB 5546/AM)
José Edgard da Cunha Bueno Filho (OAB 126504/SP)
José Estevão Xavier (OAB 8824/AM)
José Ivan Benaion Cardoso (OAB 1657/AM)
José Mário de Carvalho Neto (OAB 4861/AM)
Joyce Joanny de Oliveira Leitão Limeira (OAB 11294/AM)
Juliana Batista Braga (OAB 4166/AM)
Juscelino de Oliveira Melo (OAB 12546/AM)
Juvenal Canuto Fernandes (OAB 8230/AM)
Karina de Almeida Batistuci (OAB 685A/AM)
Karina de Almeida Batistuci (OAB 9558/AL)
Karina Tatiana da Câmara Elias (OAB 5420/AM)
Kênio Marcos Santos e Silva (OAB 6406/AM)
Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM)
Kristen Roriz de Carvalho (OAB 552A/AM)
Laina Regina Fernandes de Alencar (OAB 10949/AM)
Lidiane da Costa Batista (OAB 7492/AM)
Lígia de Souza Frias (OAB 1074A/AM)
Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB 4732/AM)
Luciano Radaelli (OAB 8565/AM)
Luciene Cabral de Albuquerque (OAB 3903/AM)
Luciene Cabral de Albuquerque (OAB 3903AM)

Luís Albert dos Santos Oliveira (OAB 8251/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 104147/MG)
Manoel Archanjo Dama Filho (OAB 21593A/GO)
Manoel Archanjo Dama Filho (OAB A700/AM)
Marcelo Costa dos Santos (OAB 3821/AM)
Marco André Honda Flores (OAB 6171/MS)
MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM)
Marcondes Fonseca Luniere Júnior (OAB 2897/AM)
Marcos Antônio Brandão Sampaio (OAB 1863/AM)
Marcos dos Santos Beltrão (OAB 7295/AM)
MARIA DAS GRAÇAS RIBEIRO DE MELO MONTEIRO (OAB 96226/SP)
Maria do Perpétuo Socorro Figueiredo de Andrade (OAB 6566/AM)
Maria do Rosário de Oliveira Melo (OAB 5385/AM)
Maria Lucília Gomes (OAB 84206/SP)
Maria Shaida Cordovil (OAB 6580/AM)
Mariane Cardoso Macarevich (OAB 30264/RS)
Maurício Alexandre de Meneses Pereira
Maurício Coimbra Guilherme Ferreira (OAB 151056S/RJ)
MAURIM LAMEIRA VERGOLINO (OAB 565A/AM)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Miguel Barrella Filho (OAB 1622/AM)
Miguel de Araújo Beckman (OAB 12909/AM)
Milton Antônio Rivera Reyes (OAB 9851/AM)
Mônica Santa Rita Bonfim (OAB 3384/AM)
Neildes Araujo Aguiar Di Gesu (OAB 217897/SP)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB 128341/SP)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB A598/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Neyrimar Furukawa Barreto (OAB 3871/AM)
Paloma Tavares Feitoza Vieira (OAB 8759/AM)
Pasquali Parise e Gasparini Júnior (OAB 4752/SP)
Paulo Augusto Greco (OAB 119729/SP)
Paulo Roberto Pinheiro Amazonas (OAB 11243/AM)
Péricles Duarte de Souza Júnior (OAB 4808/AM)
Priscila Pacheco Ferreira (OAB 5364/AM)
Pryscila Duarte Nunes (OAB 9068/AM)
RAFAEL CARVALHO FERNANDES (OAB 7099/AM)
Rafael Sganzerla Durand (OAB 211648/SP)
Rafael Sganzerla Durand (OAB 737A/AM)
Rafael Sganzerla Durand (OAB A737/AM)
Raquel D de Oliveira (OAB 4238AM)
Renan de Souza Salgado (OAB 9691/AM)
Robert Lincoln da Costa Areias (OAB 8088/AM)
Roberta Souza Silva (OAB 11429/AM)
Roberto Carlos Leandro Soares (OAB 7653/AM)
Roberto Marques da Costa (OAB 4135/AM)
Roberval Vieira Júnior (OAB 244234/SP)
Rodrigo Gago Freitas Vale Barbosa (OAB 165046/SP)
Rosane Romero Ravazi (OAB 8063/AM)
Rosângela da Rosa Corrêa (OAB 205961/SP)
Rosângela da Rosa Corrêa (OAB 30820/RS)
Rosângela da Rosa Corrêa (OAB 921A/AM)
Sandro Abreu Torres (OAB 4078/AM)
Serafim Pereira D'Alvim Meirelles Neto (OAB 1694/AM)
Solon Angelim de Alencar Ferreira (OAB 3338/AM)
Soraya Seixas Nunes Colares (OAB 9952/AM)
Tatiana Dantas Portela (OAB 6562/AM)
Tatiana Rocha de Menezes e Rocha (OAB 3663/AM)
Thales Silvestre Júnior (OAB 2406/AM)
Thiago Freixo Claro (OAB 385904/SP)
Tupinambá Tiago e Souza (OAB 9299/AM)
Ulisses Arjan Cruz dos Santos (OAB 11928/AM)
Vicente de Paulo Soares Coelho (OAB 1144/AM)
Victor Hugo Trindade Simões (OAB 9286/AM)
Vila & Braga Advogados Associados (OAB 523/AM)
Vítor Vilhena Gonçalo da Silva (OAB 6502/AM)
Walter Caldas Neto (OAB 7043/AM)
Wanderlann Vieira de Souza (OAB 585/AM)
Wilna Elizabeth Santiago Cavalcante (OAB 4339/AM)
Wilson Molina Porto (OAB 12790A/MT)
Zenize Ribeiro Tamer (OAB 5489/AM)

14ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 14ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0063/2019

ADV: RODRIGO MEDEIROS LÓCIO (OAB 39972/PE), ADV: MOLINA ADVOGADOS ASSOCIADOS (OAB 12790A/MT) - Processo 0216273-55.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Aposentadoria por Invalidez - REQUERENTE: Luiz Carlos Castro dos Santos - REQUERIDO: Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS e outro - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: ENNY LUDMYLA PEREIRA DUARTE (OAB 8094/AM) - Processo 0247902-47.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Auxílio-Doença Previdenciário - REQUERENTE: Elisaldo do Nascimento Silva - Trata de Ação Previdenciária. Defiro o pedido de gratuidade da justiça, com fulcro no art. 129, parágrafo único, da Lei nº 8.213/91. Considerando a necessidade de perícia, a análise do pleito de tutela antecipada ocorrerá em momento posterior. Tendo em vista o regulamentado na Portaria n° 2.183/2016-PTJ, determino a remessa dos presentes autos ao Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania - CEJUSC para os devidos fins. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT) - Processo 0601661-13.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Auxílio-Doença Previdenciário - REQUERENTE: Jose Batista Neto - Nos termos da Recomendação Conjunta nº: 01 de15 de dezembrode 2015, firmado entre o Presidente do Conselho Nacional de Justiça, o Advogado-Geral da União e o Ministro de Estado do Trabalho e Previdência Social, bem como da Portaria 2183/2016-PTJ, de ordem fica designado:1 - A realização de prova pericial médica, com nomeação de perito do Juízo e ciência à parte Autora dos quesitos unificados no anexo da Recomendação conjunta01/12/2015(http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=3060)2 - A nomeação do perito médico abaixo indicado, especialista em medicina do trabalho, momento em que faculta-se às partes a indicação de assistentes técnicos, sem prejuízo da apresentação dos respectivos quesitos, tudo no prazo de 15 (quinze) dias, conforme preceitua o art. 465, § 1º, do Código de Processo Civil.3 - Perícia médica designada para o dia 19/03/2019, a partir das 13:30 hs., no endereço abaixo indicado.4 - A intimação do INSS para que efetue o depósito dos honorários periciais no valor de R$350,00 (trezentos e cinquenta reais).5 - Apresentado o laudo, se for o caso, façam os autos conclusos ao juízo competente para apreciação de tutela de urgência ou evidência.6 -Dispensa-se a audiência de conciliação, de forma a tornar mais célere a prestação jurisdicional. Contar-se-á o prazo para contestação de 30 dias a partir da intimação da juntada do laudo pericial.7- A intimação da parte autora, por seu advogado, a comparecer no dia designado para a realização da perícia, munido de todos os exames médicos, radiológicos, laboratoriais e documentos pertinentes, mesmo que já juntados aos autos do processo. De ordem, abro vista às partes para se manifestarem acerca do laudo pericial apresentado no prazo comum de 15 dias (Art. 477, CPC).Dr. Flaviano Bivaqua de Araújo Junior, CRM/AM-4335, CPF:613.382.572-34,na ONCLOCIN, sito a Av. Castelo Branco , 1779, Cachoeirinha, nesta cidade.

ADV: ANA CRISTINA DA SILVEIRA GOMES DE FREITAS (OAB 5763/AM) - Processo 0602992-30.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Auxílio-Doença Previdenciário - REQUERENTE: Allan Andrade Dantas - Nos termos da Recomendação Conjunta nº: 01 de15 de dezembrode 2015, firmado entre o Presidente do Conselho Nacional de Justiça, o Advogado-Geral da União e o Ministro de Estado do Trabalho e Previdência Social, bem como da Portaria 2183/2016-PTJ, de ordem fica designado:1 - A realização de prova pericial médica, com nomeação de perito do Juízo e ciência à parte Autora dos quesitos unificados no anexo da Recomendação conjunta01/12/2015(http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=3060)2 - A nomeação do perito médico abaixo indicado, especialista em medicina do trabalho, momento

em que faculta-se às partes a indicação de assistentes técnicos, sem prejuízo da apresentação dos respectivos quesitos, tudo no prazo de 15 (quinze) dias, conforme preceitua o art. 465, § 1º, do Código de Processo Civil.3 - Perícia médica designada para o dia 19/03/2019, a partir das 13:30 hs., no endereço abaixo indicado.4 - A intimação do INSS para que efetue o depósito dos honorários periciais no valor de R$350,00 (trezentos e cinquenta reais).5 - Apresentado o laudo, se for o caso, façam os autos conclusos ao juízo competente para apreciação de tutela de urgência ou evidência.6 -Dispensa-se a audiência de conciliação, de forma a tornar mais célere a prestação jurisdicional. Contar-se-á o prazo para contestação de 30 dias a partir da intimação da juntada do laudo pericial.7- A intimação da parte autora, por seu advogado, a comparecer no dia designado para a realização da perícia, munido de todos os exames médicos, radiológicos, laboratoriais e documentos pertinentes, mesmo que já juntados aos autos do processo. De ordem, abro vista às partes para se manifestarem acerca do laudo pericial apresentado no prazo comum de 15 dias (Art. 477, CPC).Dr. Flaviano Bivaqua de Araújo Junior, CRM/AM-4335, CPF:613.382.572-34,na ONCLOCIN, sito a Av. Castelo Branco , 1779, Cachoeirinha, nesta cidade.

ADV: FELIPE ANDRES ACEVEDO IBAÑEZ (OAB 206339/SP), ADV: FELIPE ANDRES ACEVEDO IBAÑEZ (OAB 206339/SP) - Processo 0604159-19.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Itaú Unibanco S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado/AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: LEONARDO AUGUSTO NEVES DA COSTA (OAB 8147/AM), ADV: ANTÔNIO CLÁUDIO PINTO FLORES (OAB A583/AM), ADV: FRANCISCA NÚBIA DE OLIVEIRA DE LIMA (OAB 4376/AM), ADV: FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES (OAB 995A/AM), ADV: JÚLIO CÉSAR FRANCO DE SOUZA (OAB 6415/AM), ADV: ANTONIO CLAUDIO PINTO FLORES (OAB 583A/AM), ADV: ANDRÉ LUIZ SIMONETTI RIBEIRO DE SOUZA (OAB 12350/AM) - Processo 0604491-59.2013.8.04.0001 - Procedimento Comum - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: A J COMÉRCIO DE PNEUS LTDA - ME - REQUERIDO: Murano Veículos Ltda. - ASSLITISC: Fiat Automóveis S/A - Em relação à renúncia da patrona do requerente (fl. 283), é dever da advogada comprovar que cientificou seu constituinte, nos termos do art. 112 do CPC. Diante disso, determino a intimação da advogada renunciante para, no prazo de 05 (cinco) dias, colacione aos autos comprovação da ciência de seu constituinte, sob pena de ineficácia da renúncia. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: BRUNO HENRIQUE DE OLIVEIRA VANDERLEI (OAB 21678/PE), ADV: ALEXANDRE OLIVEIRA DE ARAÚJO (OAB 7201/AM), ADV: SOLON ANGELIM DE ALENCAR FERREIRA (OAB 3338/AM), ADV: ROBERTA NINA ALCÂNTARA BARROSO (OAB 12189/AM), ADV: ALEXANDRE FIDALGO (OAB 172650/SP), ADV: WALTER SIQUEIRA BRITO (OAB 4186/AM), ADV: ANA FLÁVIA PEREIRA GUIMARÃES (OAB 105287/MG), ADV: JÚLIO ANTÔNIO DE JORGE LOPES (OAB 2023/AM), ADV: FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES (OAB 76696/MG), ADV: DAYANA ARNAUD DE OLIVEIRA (OAB 6913/AM), ADV: LUIZ ROBERTO FRANKLIN MUNIZ JÚNIOR (OAB 6791/AM), ADV: LIA REGINA DE ALMEIDA PINTO (OAB 3777/AM) - Processo 0604801-65.2013.8.04.0001 - Procedimento Comum - Sustação de Protesto - REQUERENTE: HTS - Serviços de Hotelaria e Turismo Ltda - REQUERIDO: Love Brand Publicidade e Propaganda Ltda - Abril Comunicações S/A - Empresa J.R. de Calderaro - Banco Itaú S/A e outros - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes interessadas para que se manifestem acerca da petição e documentos de fls. 464/478, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: ORESTE NESTOR DE SOUZA LASPRO (OAB 98628/SP), ADV: MARIA AUXILIADORA BICHARRA DA SILVA SANTANA (OAB 3004/AM) - Processo 0605279-34.2017.8.04.0001 - Monitória - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco Cruzeiro do Sul S/A - REQUERIDA: Raimunda Nonata Marinho Carneiro - Em conformidade com o art. 1º, XIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes para apresentarem eventuais propostas de acordo e especificarem as provas que ainda pretendam produzir, devendo mencionar qual a sua utilidade para o deslinde da causa. No caso de prova oral, resumidamente, os fatos que com ela pretendem esclarecer. No caso de prova pericial, a utilidade do expediente, indicando a especialidade requerida e quesitos correlatos, no prazo comum de 15 (quinze) dias.

ADV: EDSON DE OLIVEIRA (OAB 480/AM), ADV: PRISCILA PACHECO FERREIRA (OAB 5364/AM), ADV: RODRIGO BENAYON PONTES SERUDO (OAB 11132/AM), ADV: PRISCILA PACHECO FERREIRA (OAB 5364/AM), ADV: EDSON DE OLIVEIRA (OAB 480/AM) - Processo 0606140-83.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Állia Abdel Kareem Traireh - REQUERIDO: Direcional Zircone Empreendimentos Imobiliários Ltda. e outro - Certifico que em atendimento ao despacho de fls. 222, foi constatado que o endereço da requerida JSHF Manaus Empreendimentos e Incorporações Ltda, qual seja, Avenida Magalhães de Castro, nº 12000, 3º Pavimento, L5 (parte), São Paulo, SP, CEP: 050502-001, conforme Petição Inicial de fls. 1 e AR negativo de fls. 90, não pertence a comarca de Manaus o que impossibilita a expedição de um mandado por Oficial de Justiça, por este motivo e em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas postais e junte comprovante de recolhimento, conforme Provimento nº 273/CGJ, ou custas de carta precatória, conforme Provimento 116/2017-PTJ, Tabela II, Atos Processuais, levando-se em consideração a quantidade de partes e endereços que deverão constar na(s) carta(s), no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: JOSÉ AUGUSTO DE REZENDE JÚNIOR (OAB A1109/AM), ADV: JOSÉ AUGUSTO DE REZENDE JÚNIOR (OAB 1109A/AM) - Processo 0606921-76.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - EXECUTADA: Angelica da Silva Pinheiro - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado/AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT) - Processo 0606999-65.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Auxílio-Acidente (Art. 86) - REQUERENTE: Edilson Oliveira Derzi - Nos termos da Recomendação Conjunta nº: 01 de15 de dezembrode 2015, firmado entre o Presidente do Conselho Nacional de Justiça, o Advogado-Geral da União e o Ministro de Estado do Trabalho e Previdência Social, bem como da Portaria 2183/2016-PTJ, de ordem fica designado:1 - A realização de prova pericial médica, com nomeação de perito do Juízo e ciência à parte Autora dos quesitos unificados no anexo da Recomendação conjunta01/12/2015(http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=3060)2 - A nomeação do perito médico abaixo indicado, especialista em medicina do trabalho, momento em que faculta-se às partes a indicação de assistentes técnicos, sem prejuízo da apresentação dos respectivos quesitos, tudo no prazo de 15 (quinze) dias, conforme preceitua o art. 465, § 1º, do Código de Processo Civil.3 - Perícia médica designada para o dia 19/03/2019, a partir das 08:00 hs., no endereço abaixo indicado.4 - A intimação do INSS para que efetue o depósito dos honorários periciais no valor de R$350,00 (trezentos e cinquenta reais).5 - Apresentado o laudo, se for o caso, façam os autos conclusos ao juízo competente para apreciação de tutela de urgência ou evidência.6 -Dispensa-se a audiência de conciliação, de forma a tornar mais célere a prestação jurisdicional. Contar-se-á o prazo para contestação de 30 dias a partir da intimação da juntada do laudo pericial.7- A intimação da parte autora, por seu advogado, a comparecer no dia designado para a realização da perícia, munido de todos os exames médicos, radiológicos,

laboratoriais e documentos pertinentes, mesmo que já juntados aos autos do processo. De ordem, abro vista às partes para se manifestarem acerca do laudo pericial apresentado no prazo comum de 15 dias (Art. 477, CPC).Dr Helder Freitas Alagia, CRM/AM-2021, CPF:270.934.920-53,no Eldorado Consultórios, sito à Rua Z, Casa 01, Praça dos Caranguejos - Eldorado, nesta cidade.

ADV: MARCOS ALDENIR FERREIRA RIVAS (OAB 2250/AM), ADV: LAUREANO CEZAR ELIAS MULLER (OAB 1633/AM) - Processo 0608307-39.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Obrigações - REQUERENTE: Edilson Rufino de Jesus - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes interessadas para que tomem ciência da audiência de Conciliação - CEJUSC - Cível, designada para o dia 23/05/2019 às 09:00h, a ser realizada na sala de audiência nº XX do Cartório da 3ª UPJ, Av. Paraíba, S/N, Fórum Ministro Henoch da Silva Reis, 3º Andar, Setor 5, Adrianópolis - CEP 69079-265, Manaus-AM.

ADV: ALDENORA DOS SANTOS SOARES (OAB 13129/AM), ADV: ALDENORA DOS SANTOS SOARES (OAB 13129/AM), ADV: MARCUS DI FABIANNI FERREIRA LOPES (OAB 358A/AM), ADV: WAGNER RICARDO PEREIRA PENHA (OAB 2924/AM), ADV: ALESSANDRA CAROLINE OLIVEIRA MOTA (OAB 6359/AM), ADV: MAURO SÉRGIO LYRA DA SILVA (OAB 6144/AM), ADV: WAGNER RICARDO FERREIRA PENHA (OAB 2924/AM) - Processo 0608356-90.2013.8.04.0001 - Procedimento Comum - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: JÉSSICA DOS SANTOS SOARES - REQUERIDO: Alonso Villa Nunez - Emith Ruth Martinez Corrales - LITSPASSIV: Marcos Alexandre Siqueira Brilhante - Alonso Albino de Oliveira e outro - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: PRISCILA LIMA MONTEIRO (OAB 5901/AM) - Processo 0608660-79.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Duplicata - REQUERENTE: Real Bebidas da Amazônia Ltda. - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 15/05/2019 às 09:00h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, telefone: 33035246. Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL CITAÇÃO - ADVERTÊNCIAS: Art. 334 do Código de Processo Civil: § 8º O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. § 9º As partes devem estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos. Art. 335 do Código de Processo Civil: O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data: I - da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição; II - do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso I; III - prevista no art. 231, de acordo com o modo como foi feita a citação, nos demais casos. § 1º No caso de litisconsórcio passivo, ocorrendo a hipótese do art. 334, § 6º, o termo inicial previsto no inciso II será, para cada um dos réus, a data de apresentação de seu respectivo pedido de cancelamento da audiência. § 2º Quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso II, havendo litisconsórcio passivo e o autor desistir da ação em relação a réu ainda não citado, o prazo para resposta correrá da data de intimação da decisão que homologar a desistência. Caso V. S.ª não apresente contestação no prazo legal, serão aplicadas as penas de confissão e de revelia, ou seja, serão presumidos aceitos como verdadeiros, todos os fatos articulados pela parte requerente na petição inicial CPC, art. 344); OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

ADV: ADRIANA FERREIRA DO NASCIMENTO (OAB 5498/AM), ADV: FRANCISCO NASCIMENTO MARQUES (OAB 1192/AM), ADV: RAIMUNDO FILHO SOBRAL DOS SANTOS (OAB 8038/AM), ADV: JOÃO BOSCO DE ALBUQUERQUE TOLEDANO (OAB 1456/AM) - Processo 0608915-71.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cheque - EXEQUENTE: Martins Rent A Car Ltda. - EXECUTADO: Fortunato Ferreira de Azevedo e Cia Ltda. Epp - Em conformidade com o art. 1º, XXVI, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte excepta para manifestar-se sobre exceção de pré-executividade, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: QUEILA COELHO DE SOUZA (OAB 7931/AM), ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787SC), ADV: GUSTAVO MICHELOTTI FLECK (OAB 21243/DF) - Processo 0609891-78.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Ana Lucia da Silva Brandao - Em conformidade com o art. 1º, XV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte contrária para que se manifeste sobre os documentos juntados, de fls. 197/204, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma do § 1º do artigo 437 do CPC.

ADV: JONATHAS MARCELINO ANDRADE DOS SANTOS (OAB 7607/AM) - Processo 0610651-27.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Bruno Alexandre Schmitt Vieira - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado/AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: RODRIGO GAGO FREITAS VALE BARBOSA (OAB 165046/SP) - Processo 0610932-17.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco Olé Bonsucesso Consignado S/A - Em conformidade com o art. 1º, XXIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos opostos, nos termos do art. 1.023, § 2º do NCPC.

ADV: SIDNEI FERRARIA (OAB 253137/SP), ADV: BRUNO HENRIQUE DE OLIVEIRA VANDERLEI (OAB 21678/PE), ADV: DANIEL NUNES ROMERO (OAB 168016/SP), ADV: ARIOSMAR NERIS (OAB 232751/SP) - Processo 0615190-07.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Volkswagen S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para indicar o endereço que deverá constar no mandado, no prazo legal de 05 (cinco) dias.

ADV: MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM), ADV: ELAINE RODRIGUES JERÔNIMO SILVA (OAB 7793/AM), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG) - Processo 0618627-85.2018.8.04.0001 - Monitória - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Banco Santander Brasil S/A - REQUERIDO: Edilberto Rodrigues - Em conformidade com o art. 1º, XIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes para apresentarem eventuais propostas de acordo e especificarem as provas que ainda pretendam produzir, devendo mencionar qual a sua utilidade para o deslinde da causa. No caso de prova oral, resumidamente, os fatos que com ela pretendem esclarecer. No caso de prova pericial, a utilidade do expediente, indicando a especialidade requerida e quesitos correlatos, no prazo comum de 15 (quinze) dias.

ADV: ANDRÉA CRISTINA DA COSTA LE SUEUR (OAB 6161/AM), ADV: MARCELO BRASIL SALIBA (OAB 11546A/MT), ADV: MANOEL ARCHANJO DAMA FILHO (OAB 4482/MT), ADV: ANNIE MARA ARRUDA DE SÁ E BRITO (OAB 6286/AM) - Processo 0618675-15.2016.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Canopus Administradora de Consórcios S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado/AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias.

Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: PATRÍCIA FONSECA BENAYON ALBANO DE SOUZA (OAB 2500/AM), ADV: FRANCISCO HONORATO DE BRITO (OAB 6638/AM) - Processo 0619264-36.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Perdas e Danos - REQUERENTE: Neder de Oliveira Felipe e outro - REQUERIDO: Senso Engenharia e Comercio Ltda - Em conformidade com o art. 1º, XIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes para apresentarem eventuais propostas de acordo e especificarem as provas que ainda pretendam produzir, devendo mencionar qual a sua utilidade para o deslinde da causa. No caso de prova oral, resumidamente, os fatos que com ela pretendem esclarecer. No caso de prova pericial, a utilidade do expediente, indicando a especialidade requerida e quesitos correlatos, no prazo comum de 15 (quinze) dias.

ADV: LUCAS CEZAR JOSÉ FIGUEIREDO BANDIERA (OAB 8798/AM), ADV: GILVAN SIMÕES PIRES DA MOTTA (OAB 1662/AM), ADV: LUZIANE DE FIGUEIREDO SIMAO LEAL (OAB 8044/AM), ADV: ANA CAROLINA AMARAL DE MESSIAS (OAB 9171/AM), ADV: BRUNO BEZERRA DE SOUZA (OAB 19352/PE) - Processo 0619387-34.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Maria das Graças Pessôa Figueiredo - REQUERIDO: Rede Globo de Televisão (Globo Comunicação e Participações S.a) - Rede Amazônica de Televisão (Radio Tv do Amazonas S/a) - Em conformidade com o art. 1º, XIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes para apresentarem eventuais propostas de acordo e especificarem as provas que ainda pretendam produzir, devendo mencionar qual a sua utilidade para o deslinde da causa. No caso de prova oral, resumidamente, os fatos que com ela pretendem esclarecer. No caso de prova pericial, a utilidade do expediente, indicando a especialidade requerida e quesitos correlatos, no prazo comum de 15 (quinze) dias.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0625393-62.2015.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado/AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: ALEXANDRA THEREZA ZANGEROLAME (OAB 3098/AM), ADV: ISABELA RIBEIRO ALVES (OAB 5270/AM), ADV: CAROLINA RIBEIRO BOTELHO (OAB 5963/AM), ADV: RENNALT LESSA DE FREITAS (OAB 8020/AM), ADV: CÍNTIA ALMEIDA PRADO (OAB 12891/AM) - Processo 0626795-18.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum - Rescisão / Resolução - REQUERENTE: Patri Quatro Empreendimentos Imobiliários LTDA - REQUERIDA: Fabrícia Kelen Silva Assunção - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte apelante para, querendo, se manifestar sobre o Recurso Adesivo, nos termos do art. 997, § 2º e 1.010, § 2º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, remeto os autos à Instância Superior.

ADV: KÊNIA MÔNIKA ARCANJO DE SOUZA (OAB 6427/AM), ADV: NELSON LUIZ MESTIERI DE MACEDO (OAB 608A/AM), ADV: ANTÔNIO CLÁUDIO PINTO FLORES (OAB A583/AM), ADV: SÉRGIO SANTOS SETTE CÂMARA (OAB 51452/MG), ADV: FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES (OAB 76696/MG), ADV: ROBERTA ESPINHA CORRÊA (OAB 50342/MG), ADV: FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES (OAB 995A/AM), ADV: ANTONIO CLAUDIO PINTO FLORES (OAB 583A/AM) - Processo 0631370-06.2013.8.04.0001 - Procedimento Comum - Substituição do Produto - REQUERENTE: NELITA VASCONCELOS DOS SANTOS e outro - REQUERIDO: Murano Veículos Ltda. - Fiat Automóveis S/A - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões às apelações interpostas, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT) - Processo 0631734-02.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM) - Processo 0633345-29.2014.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S. A. - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: CRISTIANE BELLINATI GARCIA LOPES (OAB 751A/AM) - Processo 0639871-41.2016.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: V.F.C.F.I. - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado/AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: CAIO PATRICK COELHO SILVA ANDADE (OAB 13408/AM) - Processo 0645675-19.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERIDO: Unimed de Manaus Cooperativa de Trabalho Médico Ltda. - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP) - Processo 0649683-39.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: ANTÔNIO CARLOS SANTOS DOS REIS (OAB 2208/AM) - Processo 0649724-06.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Revisão - REQUERENTE: Antônio Carlos Santos dos Reis - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes para apresentarem eventuais propostas de acordo e especificarem as provas que ainda pretendam produzir, devendo mencionar qual a sua utilidade para o deslinde da causa. No caso de prova oral, resumidamente, os fatos que com ela pretendem esclarecer. No caso de prova pericial, a utilidade do expediente, indicando a especialidade requerida e quesitos correlatos, no prazo comum de 15 (quinze) dias.

ADV: ROSIANE RODRIGUES BOTELHO (OAB 153258/MG), ADV: VINICIUS MAGNO DE CAMPOS FROIS (OAB 77852/MG), ADV: ROSIANE RODRIGUES BOTELHO (OAB 153258/MG) - Processo 0652015-76.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Valor da Execução / Cálculo / Atualização - EXEQUENTE: Sociedade Mineira de Cultura - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado/AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: FRANCISCO ADONIAS PINHEIRO (OAB 1584/AM), ADV: PALOMA TAVARES FEITOZA VIEIRA (OAB 8759/AM) - Processo 0655890-54.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Cecília de Oliveira Pinheiro - REQUERIDO: Simois Empreendimentos Imobiliários Ltda - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: ALEXANDRE CHICRE ALCANTARA (OAB 14063/AM), ADV: BRUNO HENRIQUE DE OLIVEIRA VANDERLEI (OAB 21678/PE) - Processo 0659938-56.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco J. Safra S/A - REQUERIDA: Neila Soraia Alves Leitao - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para que se manifeste acerca da contraproposta apresentada, no prazo de 10 (dez) dias.

ADV: CAROLINE CUNHA E SILVA MEIRELLES (OAB 4940/AM), ADV: ALFREDO MOACYR CABRAL (OAB 341/AM), ADV: SERAFIM PEREIRA D'ALVIM MEIRELLES NETO (OAB 1694/AM) - Processo 0712399-15.2012.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Banco da Amazônia - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado/AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

Adriana Ferreira do Nascimento (OAB 5498/AM)
Aldenora dos Santos Soares (OAB 13129/AM)
Alessandra Caroline Oliveira Mota (OAB 6359/AM)
Alexandra Thereza Zangerolame (OAB 3098/AM)
Alexandre Chicre Alcantara (OAB 14063/AM)
Alexandre Fidalgo (OAB 172650/SP)
Alexandre Oliveira de Araújo (OAB 7201/AM)
Alfredo Moacyr Cabral (OAB 341/AM)
Ana Carolina Amaral de Messias (OAB 9171/AM)
Ana Cristina da Silveira Gomes de Freitas (OAB 5763/AM)
Ana Flávia Pereira Guimarães (OAB 105287/MG)
André Luiz Simonetti Ribeiro de Souza (OAB 12350/AM)
Andréa Cristina da Costa Le Sueur (OAB 6161/AM)
Annie Mara Arruda de Sá e Brito (OAB 6286/AM)
Antônio Carlos Santos dos Reis (OAB 2208/AM)
ANTONIO CLAUDIO PINTO FLORES (OAB 583A/AM)
Antônio Cláudio Pinto Flores (OAB A583/AM)
Ariosmar Neris (OAB 232751/SP)
Bruno Bezerra de Souza (OAB 19352/PE)
Bruno Henrique de Oliveira Vanderlei (OAB 21678/PE)
Caio Patrick Coelho Silva Andade (OAB 13408/AM)
Cairo Lucas Machado Prates (OAB 33787SC)
Carolina Ribeiro Botelho (OAB 5963/AM)
Caroline Cunha e Silva Meirelles (OAB 4940/AM)
Cíntia Almeida Prado (OAB 12891/AM)
Cristiane Bellinati Garcia Lopes (OAB 751A/AM)
Daniel Nunes Romero (OAB 168016/SP)
Dayana Arnaud de Oliveira (OAB 6913/AM)
Edson de Oliveira (OAB 480/AM)
Elaine Rodrigues Jerônimo Silva (OAB 7793/AM)
Enny Ludmyla Pereira Duarte (OAB 8094/AM)
Felipe Andres Acevedo Ibañez (OAB 206339/SP)
Felipe Gazola Vieira Marques (OAB 76696/MG)
Felipe Gazola Vieira Marques (OAB 995A/AM)
Francisca Núbia de Oliveira de Lima (OAB 4376/AM)
Francisco Adonias Pinheiro (OAB 1584/AM)
Francisco Honorato de Brito (OAB 6638/AM)
Francisco Nascimento Marques (OAB 1192/AM)
Gilvan Simões Pires da Motta (OAB 1662/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB A1065/AM)
Gustavo Michelotti Fleck (OAB 21243/DF)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabela Ribeiro Alves (OAB 5270/AM)
João Bosco de Albuquerque Toledano (OAB 1456/AM)
Jonathas Marcelino Andrade dos Santos (OAB 7607/AM)
José Augusto de Rezende Júnior (OAB 1109A/AM)
José Augusto de Rezende Júnior (OAB A1109/AM)
Júlio Antônio de Jorge Lopes (OAB 2023/AM)
Júlio César Franco de Souza (OAB 6415/AM)
Kênia Mônika Arcanjo de Souza (OAB 6427/AM)
Laureano Cezar Elias Muller (OAB 1633/AM)
Leonardo Augusto Neves da Costa (OAB 8147/AM)
Lia Regina de Almeida Pinto (OAB 3777/AM)
Lucas Cezar José Figueiredo Bandiera (OAB 8798/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luiz Roberto Franklin Muniz Júnior (OAB 6791/AM)
Luziane de Figueiredo Simao Leal (OAB 8044/AM)
Manoel Archanjo Dama Filho (OAB 4482/MT)
Marcelo Brasil Saliba (OAB 11546A/MT)
MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM)
Marcos Aldenir Ferreira Rivas (OAB 2250/AM)
Marcus Di Fabianni Ferreira Lopes (OAB 358A/AM)
Maria Auxiliadora Bicharra da Silva Santana (OAB 3004/AM)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Mauro Sérgio Lyra da Silva (OAB 6144/AM)
MOLINA ADVOGADOS ASSOCIADOS (OAB 12790A/MT)
Nelson Luiz Mestieri de Macedo (OAB 608A/AM)
Oreste Nestor de Souza Laspro (OAB 98628/SP)
Paloma Tavares Feitoza Vieira (OAB 8759/AM)
Patrícia Fonseca Benayon Albano de Souza (OAB 2500/AM)
Priscila Lima Monteiro (OAB 5901/AM)
Priscila Pacheco Ferreira (OAB 5364/AM)
Queila Coelho de Souza (OAB 7931/AM)
Raimundo Filho Sobral dos Santos (OAB 8038/AM)
Rennalt Lessa de Freitas (OAB 8020/AM)
Roberta Beatriz do Nascimento (OAB 192649/SP)
ROBERTA ESPINHA CORRÊA (OAB 50342/MG)
Roberta Nina Alcântara Barroso (OAB 12189/AM)
Rodrigo Benayon Pontes Serudo (OAB 11132/AM)
Rodrigo Gago Freitas Vale Barbosa (OAB 165046/SP)
Rodrigo Medeiros Lócio (OAB 39972/PE)
Rosiane Rodrigues Botelho (OAB 153258/MG)
Serafim Pereira D'Alvim Meirelles Neto (OAB 1694/AM)
Sérgio Santos Sette Câmara (OAB 51452/MG)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 44698/MG)
Sidnei Ferraria (OAB 253137/SP)
Solon Angelim de Alencar Ferreira (OAB 3338/AM)
Thales Silvestre Júnior (OAB 2406/AM)
Vinicius Magno de Campos Frois (OAB 77852/MG)
Wagner Ricardo Ferreira Penha (OAB 2924/AM)
WAGNER RICARDO PEREIRA PENHA (OAB 2924/AM)
Walter Siqueira Brito (OAB 4186/AM)
Wilson Molina Porto (OAB 12790A/MT)

15ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 15ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0082/2019

ADV: CLEMENTE AUGUSTO GOMES NETO (OAB 10785/AM), ADV: WELLINGTON DE AMORIM ALVES (OAB 002.993/AM) - Processo 0028000-15.2006.8.04.0001 (001.06.028000-0) - Embargos de Terceiro - EMBARGANTE: Waldick Feitoza de Araújo - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que apresente memória de calculos atualizada e discriminada do débito, incluídas as sanções constantes do art. 523, § 1º do CPC, no prazo de 5 (cinco) dias. Não tendo sido deferido o benefício da gratuidade da justiça de forma total, no mesmo ato, intimo a parte interessada, sem necessidade de nova publicação, para recolher os emolumentos pertinentes à consulta do sistema BACENJUD, conforme Lei nº 4.408/2016, caso ainda não tenha o feito.

ADV: WALDEMIR DOS SANTOS COSTA JÚNIOR (OAB 8905/AM), ADV: FRANCISCO MOACIR MAIA FILHO (OAB 5560/AM), ADV: HILDEBERTO CORRÊA DIAS (OAB 1127/AM), ADV: SOLON ANGELIM DE ALENCAR FERREIRA (OAB 3338/AM), ADV: RONAN BATISTA MOREIRA (OAB 8849/AM), ADV: RONAN BATISTA MOREIRA (OAB 8849/AM), ADV: MIRIAM REGINA CUNHA DUTRA (OAB 4869/AM) - Processo 0211316-16.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Causas Supervenientes à Sentença - EXEQUENTE: Indústria de Componentes Industriais Ltda. - EXECUTADO: Equatorial Transporte da Amazonia Ltda - Nasser Abdala Fraxe e outros - Vistos em saneador permanente. Ordeno à Secretaria que realize a evolução de classe associada a este processo que encontra em fase de satisfatividade do crédito reconhecido em sentença, o qual, por sua vez, ainda é alvo de controvérsia sob o prisma da sujeição da empresa, notadamente após o comando de Segundo Grau que reconheceu error in procedendo do Juízo quanto à falta de citação de TPE (fls. 296 a 301). Desta feita, em virtude da concessão do efeito suspensivo é de se aguardar a decisão final daquele Órgão. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: SÔNIA MARIA CANSANÇÃO DA SILVA (OAB 2431/AM), ADV: CRISTIANE BENTES TEIXEIRA (OAB 5283/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0248495-28.2008.8.04.0001 (001.08.248495-4) - Cumprimento de sentença - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Manaus EnergiaS/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que apresente memória de calculos atualizada e discriminada do débito, incluídas as sanções constantes do art. 523, § 1º do CPC, no prazo de 5 (cinco) dias. Não tendo sido deferido o benefício da gratuidade da justiça de forma total, no mesmo ato, intimo a parte interessada, sem necessidade de nova publicação, para recolher os emolumentos pertinentes à consulta do sistema BACENJUD, conforme Lei nº 4.408/2016, caso ainda não tenha o feito.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0251429-51.2011.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que apresente memória de calculos atualizada e discriminada do débito, incluídas as sanções constantes do art. 523, § 1º do CPC, no prazo de 5 (cinco) dias. Não tendo sido deferido o benefício da gratuidade da justiça de forma total, no mesmo ato, intimo a parte interessada, sem necessidade de nova publicação, para recolher os emolumentos pertinentes à consulta do sistema BACENJUD, conforme Lei nº 4.408/2016, caso ainda não tenha o feito.

ADV: MARISA TAVARES BARROS PAIVA DE MOURA (OAB 23647D/PE), ADV: LUÍS FELIPE DE SOUZA REBÊLO (OAB 17593/PE), ADV: MARISA TAVARES BARROS PAIVA DE MOURA (OAB 23647/PE) - Processo 0600050-30.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cheque - EXEQUENTE: Mardisa Veículos Ltda. - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo.

ADV: FABÍOLA DA SILVA GESTA CARUSO (OAB 4662/AM), ADV: EUGÊNIO FIGUEIREDO PINTO DE ANDRADE (OAB 3424/AM) - Processo 0601023-87.2013.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Constrição / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens - EXEQUENTE: R. C. Recebíveis Ltda. - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado/AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: YURI DANTAS BARROSO (OAB 4237/AM) - Processo 0602899-67.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Cooperativa - REQUERENTE: Salwa Muhammad Musa Hamdan - Vistos em saneador permanente. É imperioso que a Secretaria cumpra a integralidade do pronunciamento de fls. 411 a 414, notadamente no que guarda respeito ao apensamento para evitar decisões conflitantes. Admito o recolhimento parcelado das custas pelos Autores Salwa Muhammad Musa Hamdan, Rogério Vendola e Hélder Magarão Schramm (fls. 420, 421 e 448), desde que, em 5 dias tragam aos autos a memória do cálculo associada ao extrato financeiro que corresponde ao proveito econômico pretendido por cada um deles. A partir da respectiva juntada, contarão o prazo de 5 dias para o desembaraço das guias e a demonstração do recolhimento da primeira parcela do total de seis. Concedo a benesse de gratuidade apenas à Autora Camila Fornitano Cholfe Machado (fls. 422 a 428), porquanto haja provado o acometimento de enfermidade grave (Tumor parietal - Linfoma difuso de grandes células B) a lhe gerar gastos significativos de tratamento e mantença (fls. 429 a 447). A rememorar que os Autores deverão recolher as custas de citação do Réu, à exceção da beneficiária supramencionada. Intime-se.

ADV: MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM) - Processo 0604252-45.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - Vistos. Na demanda de Busca e Apreensão não basta à retomada do bem à esfera de disponibilidade do Autor (instituição financeira), é imperioso que se ultime a citação do Réu para que possa purgar a mora e oferecer sua resistência à demanda. Sucede que o oficial de justiça, de acordo com a certidão de fls. 46 deixou de citar a Ré em função de viagem que esta estaria a empreender à cidade de São Paulo (fls. 47), o que por óbvio não valida o ato de seu chamamento que deve ser pessoal, de conformidade com o que dita o artigo 251, e inciso I, da Lei do Rito Civil. "DIREITO PROCESSUAL CIVIL. TERMO INICIAL DO PRAZO PARA OFERECIMENTO DE RESPOSTA PELO DEVEDOR FIDUCIANTE EM AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO DE BEM. Em ação de busca e apreensão de bem alienado fiduciariamente, o termo inicial para a contagem do prazo de 15 dias para o oferecimento de resposta pelo devedor fiduciante é a data de juntada aos autos do mandado de citação devidamente cumprido, e não a data da execução da medida liminar. A partir da edição da Lei n. 10.931/2004, o § 3° do art. 3° do DL n. 911/1969 passou a prever que: "O devedor fiduciante apresentará resposta no prazo de quinze dias da execução da liminar." Veja-se que o

legislador elegeu a execução da liminar como termo inicial de contagem do prazo para a apresentação de resposta pelo réu. Em relação a esse aspecto, como bem acentuado por doutrina, “a lei não fala em citação, e essa omissão suscita questionamento quanto ao termo inicial do prazo, seja para purgação da mora ou para resposta do réu”. De fato, conquanto a nova lei seja efetivamente omissa a respeito da citação, tal ato é imprescindível ao desenvolvimento válido e regular do processo, visto que somente a perfeita angularização da relação processual é capaz de garantir à parte demandada o pleno exercício do contraditório, sobretudo porque a ação de que ora se cuida, diversamente do procedimento cautelar previsto no art. 839 e seguintes do CPC/1973, “constitui processo autônomo e independente de qualquer procedimento posterior” (art. 3º, § 8º, do DL n. 911/1969). Assim, concedida a liminar inaudita altera parte, cumpre ao magistrado determinar a expedição de mandados visando à busca e apreensão do bem alienado fiduciariamente e à citação do réu, assinalando-se, nesse último, o prazo de 15 (quinze) dias para resposta. No entanto, em se tratando de ato citatório, deve tal norma ser interpretada em conjunto com o disposto no art. 241, II, do CPC/1973, segundo o qual começa a correr o prazo, quando a citação for por oficial de justiça, da data de juntada aos autos do respectivo mandado devidamente cumprido. Em doutrina, defende-se que “[...] o termo inicial para a contagem do prazo de 15 dias não é a ‘execução da liminar’, tendo-se em conta a necessidade de interpretar-se o art. 3º, § 3º do Dec.-lei 911/1969 sistematicamente com as regras insculpidas no Código de Processo Civil (macrossistema instrumental), mais precisamente o art. 241, II c/c art. 184, § 2º. Outra não pode ser a interpretação conferida à hipótese vertente, seja pelas regras de hermenêutica aplicáveis, como também por questões de lógica, bom senso e praticidade, pois, se assim não for, tornar-se-á muito frágil a maneira de contagem desse prazo, dando azo à incidência de dúvidas (indesejáveis) em importante seara do processo. Conclui-se, portanto, que a contagem do prazo de quinze dias para oferecimento de resposta, em ação especial de busca e apreensão fundada em propriedade fiduciária tem o dies a quo a partir da juntada aos autos do mandado liminar (e citatório) devidamente cumprido, excluindo-se, para tanto, o dia do começo (primeiro dia útil após), incluindo o do vencimento”. (REsp 1.321.052-MG, Terceira Turma do STJ, Rel. Min. Ricardo Villas Bôas Cueva, julgado em 16/8/2016, DJe 26/8/2016). Por tais razoes, indefiro o pedido de exclusão restritiva do veículo e assinalo ao Autor o prazo de 5 dias para que promova a citação regular da Ré. Intime-se.

ADV: ELZU SOUSA ALVES (OAB 9641/AM), ADV: MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM) - Processo 0604497-56.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - REQUERIDO: Evandro Sousa Alves - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo o requerido para que se manifeste acerca da Petição de fls. 55, referente ao pedido de extinção da ação, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM), ADV: MARCO ANTÔNIO CRESPO BARBOSA (OAB 115665/SP) - Processo 0606466-43.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - Vistos em saneador permanente. Chama atenção desta Julgadora que o Autor haja informado por petição de fls. 79 que não tem interesse na expedição de carta precatória, isto porque o endereço que indica é nesta cidade. Portanto, para a retomada do bem e a citação da parte ré ordeno a expedição de mandado e, assim ordeno ao Autor que, em 5 dias, recolha as custas da referida diligência, sob pena de extinção do feito sem resolução do mérito por falta de observância a pressuposto de seu desenvolvimento válido e regular. Atente-se, o Autor que, no caso de restar infrutífera a diligência supramencionada, contará ele o prazo de 5 dias para que indique outro endereço de localização do bem e do Réu, sob as mesmas consequências supramencionadas. A tanto, fica ordenada a expedição de ato ordinatório. Intime-se.

ADV: PASQUALI PARISE E GASPARINI JÚNIOR (OAB 4752/SP), ADV: HUDSON JOSÉ RIBEIRO (OAB 150060/SP) - Processo 0607896-98.2016.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Omini S/A, Financiamento e Investimento - Vistos. Acolho o pedido do Autor para a busca e apreensão do bem no endereço fornecido às fls. 117, o qual, aliás foi melhor explicitado. Expeça-se mandado, desde que o Autor, em 5 dias recolha as custas da diligência a cargo do oficial de justiça. Observo que, em caso de não localização do veículo e do Réu, contará o Autor o prazo de 5 dias, para a indicação do novo endereço e a promoção citatória, sob pena de extinção do feito sem resolução do mérito por falta de observância a pressuposto de seu desenvolvimento válido e regular. Para tanto, a Secretaria expedirá ato ordinatório. Intime-se.

ADV: KAREN ESTHER DE QUEIROZ NORONHA (OAB 9293/AM) - Processo 0608176-69.2016.8.04.0001 - Monitória - Compra e Venda - REQUERENTE: FRANCISCO EDILSON DA SILVA - Vistos e examinados. O Autor Francisco Edilson da Silva ingressou com a presente demanda monitória contra o Réu Manuel D. Nogueira Almeida, com quem celebrou, em 13/05/2014, contrato particular de promessa de compra e venda do veículo Volkswagen 7.100, caminhão ANERTA, chassi 9BWVTAP5XSDB81326, ano de fabricação - 1995, modelo 1996, cor branca, placa JWT 3870, pelo preço de R$ 50.000,00, a ser pago através da negociação e entrega do veículo GM/Montana Conquest, 2010/2010, chassi 9BGXL80P0AC2439322, no valor de R$ 21.000,00, como princípio de pagamento; além da parcela de R$ 9.000,00 com vencimento em 30/06/2014 e duas parcelas de R$ 10.000,00 com vencimentos em 30/07/2014 e 30/08/2014, respectivamente. Sucede que o Réu apenas quitou o pagmento do veículo Montana, porém não se desincumbiu do pagamento do valor pecuniário que totaliza R$ 29.000,00, não se lhe servindo de escusa a emissão de um cheque no valor de R$ 13.300,00 em virtude de sua prescrição (fls. 13 e 14). Atribuiu à causa a importância de R$ 40.618,84 que corresponderia ao valor atualizado do débito. O Autor juntou ao caderno processual o contrato (fls. 10 a 12). Houve o deferimento de gratuidade ao Autor no mesmo pronunciamento que ordenou a citação do Réu para pagamento da importância aludida, sob pena de constituição do título de pleno direito (fls. 54 a 56). O Réu ofereceu Embargos à Monitória (fls. 64 a 66), quando então admitiu a celebração do contrato e a veracidade parcial do articulado na inicial. Admitiu a transferência da pick up dada como sinal ao nome do Autor que de seu turno também cumpriu sua parte do pacto quanto ao fornecimento do DUT. Aponta a emissão do cheque de R$ 13.300,00 por seu próprio filho, como garantia da última parcela do pagamento, embora o Autor não haja lhe devolvido a cártula e a quitação do contrato por entrega de dinheiro ultimada através do filho do Réu, Christian Dornelles Lima Almeida, em novembro de 2014, quando então houve a assinatura do DUT do caminhão adquirido que, inclusive já foi vendido a terceiro - Buriti Caminhões Ltda, com sede em Porto Velho - Rondônia. Pugna a improcedência da demanda. Juntou uma escritura pública declaratória feita pelo Senhora Daniel Garcia da Cruz, de cujo bojo afirma ter ouvido dizer aquilo que já foi explicitado na contestação (fls. 68 e 69). O Autor ofereceu sua impugnação aos Embargos (fls. 76 a 78). É o relato. DECIDO. A partir da constatação fática e em ancoragem aos documentos que as partes trouxeram aos autos é possível vociferar como incontroversos: - o entabulamento do contrato de compra e venda de veículo automotor entre as partes, através do qual o Autor entregou ao Réu o veículo Volkswagen 7.100, caminhão ANERTA, chassi 9BWVTAP5XSDB81326, ano de fabricação - 1995, modelo 1996, cor branca, placa JWT 3870, pelo valor de R$ 50.000,00, mediante obrigação por este assumida de entrega de veículo de porte menor GM/Montana Conquest, 2010/2010, chassi 9BGXL80P0AC2439322, no valor de R$ 21.000,00, como princípio de pagamento; além da parcela de R$ 9.000,00 com vencimento em 30/06/2014 e duas parcelas de R$ 10.000,00 com vencimentos em 30/07/2014 e 30/08/2014, respectivamente. - a emissão de um cheque prescrito no valor de R$ 13.300,00 pelo filho do Réu, com data de 20/10/2014. - as transferências de propriedade dos veículos negociados por um e outro (DUT) para fins de regularização perante o órgão de trânsito. Pois bem, com base no contrato não se há falar em adimplemento contratual do Réu, isto porque quando da emissão da cártula supramencionada, já havia ele incorrido na violação da cláusula primeira, alínea “b” do instrumento vinculativo, precisamente no que se refere ao vencimento dos valores pecuniários concertados (fls. 10). Ademais, o cheque aludido não

correspondia, tampouco aos valores que emergiram da obrigação recaída sobre o Réu - R$ 9.000,00 (vencimento em 30/06/2014); R$ 10.000,00 (vencimento em 30/07/2014) e R$ 10.000,00 (vencimento em 30/08/2014), ainda de conformidade com a cláusula em destaque. Notório frisar que o Réu não logrou provar a existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do Autor quanto ao perseguimento da verba que se tem por concretamente inadimplida, isto que dizer que não houve sua desobrigação do ônus probatório quanto ao pagamento e quitação contratual por entrega em dinheiro ultimada por seu filho (artigo 373, inciso II, da Lei do Rito Civil). Fosse assim, teria juntado aos autos os recibos, ainda mais se a entrega dos valores teria se operado por pecúnia. A registrar como imprestável a escritura de declaração que o Réu fez juntar aos autos, isto porque o Senhor que a prestou diante do Cartório Extrajudicial se limitou a descortinar fatos delineados na contestação sem que deles se vislumbrasse, ainda que como indícios, o pagamento. Finalmente, é de se colocar à deriva a invocação do Réu de que a realização da transferência do veículo implicaria a quitação do contrato (cláusula primeira, parágrafo único) (fls. 10), isto porque a realidade eclodida destes autos, como alhures mencionada, hasteia o convencimento deste Juízo quanto ao descumprimento contratual do Réu, exceto quanto à entrega e transferência do veículo Montana. É patente a boa-fé do Autor na realização do negócio jurídico e na transferência do DUT ao Réu sem que tal implique a quitação do contrato. A pretensão monitória foi, então deduzida pelo Autor em válido estofo material associado ao artigo 700, da Lei do Rito Civil contra Réu capaz, a quem se dirigiu o chamamento citatório de pagamento por cognição sumária a cargo deste órgão julgador que apurou a evidência do direito vindicado. “Para viabilizar a ação monitória, a prova escrita deve ser suficiente em si mesma, não sendo hábil a tal fim o mero começo de prova escrita” (REsp 180.515/SP, Rel. Ministro BARROS MONTEIRO, QUARTA TURMA, DJ de 12/4/1999). Parte dispositiva Diante do exposto, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO do Autor da demanda monitória, reconhecendo-lhe o direito ao crédito representado pelo valor de R$ 40.618,84 (quarenta mil, seiscentos e dezoito reais e oitenta e quatro centavos), de conformidade com a memória de cálculo colacionada às fls. 15 a 17. Mencionado valor reflete a CONDENAÇÃO recaída sobre o Réu MANUEL DORNELLES NOGUEIRA ALMEIDA, sobre cujo valor haverá incidir correção monetária oficial e juros de mora de 1% ao mês, a partir da citação. DESACOLHO OS EMBARGOS À MONITÓRIA pela razão jurígena percorrida. CONVERTO o comando inicial de pagamento em mandado executivo, com fundamento no artigo 701, § 2°, do Código de Processo Civil, incidindo-se correção monetária oficial (INPC) e juros de mora de 1% ao mês a partir da citação válida, nos termos do que apregoa o artigo 240, da Lei do Rito Civil. JULGO EXTINTA a demanda por sentença, tal o que dita o artigo 487, inciso I, combinado com o artigo 316, da Lei do Rito Civil. DETERMINO a penhora de ativos financeiros do valor condenatório, acaso o Réu não cumpra voluntariamente a obrigação, tampouco ofereça impugnação. Observe-se ao Réu que sua intimação acerca da sentença e do cumprimento voluntário haverá se dar em 15 (quinze) dias, sob pena de incidência da multa de 10% (dez por cento) sobre a dívida líquida, certa e exigível que lhe foi reconhecida em desfavor, na forma como estatuído no artigo 523, § 1º do Código de Processo Civil. Fixo, desde já os honorários advocatícios em 10% sobre o valor da execução para a fase de cumprimento da sentença que se dá com o transcurso do prazo de cumprimento voluntário da obrigação. É a dicção da Súmula 517, do STJ. CONDENO o Réu ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios (princípio da causalidade), que fixo em 10% sobre o valor da condenação, com sustentáculo no que dita o artigo 85, § 2°, incisos I, II, III e IV da Lei do Rito Civil, atendendo ao grau de zelo do profissional, o lugar da prestação do serviço, a natureza e relevância da causa. Publique-se. Registre-se. Intime-se e Cumpra-se. O trânsito em julgado se impõe.

ADV: CRISTIANE FURLIN CAVALCANTE (OAB 6970/AM), ADV: BAIRON ANTÔNIO DO NASCIMENTO JÚNIOR (OAB 3795/AM) - Processo 0608561-46.2018.8.04.0001 - Despejo - Despejo para Uso Próprio - REQUERENTE: Condomínio Amazonas - Vistos e examinados. Trata-se de demanda de Despejo com pedido liminar aviado por Condomínio Amazonas contra LFA Comércio de Jóias Ltda - ME (Empório do Aço), fulcrada em inadimplemento do contrato de locação de imóvel comercial, tal a dicção do artigo 9°, inciso III, da Lei n. 8.245/91 (Lei das Locações). O objeto do contrato é o imóvel localizado no 1º piso do Amazonas Shopping Center, Avenida Djalma Batista, 482, Parque Dez, entretanto o Réu teria deixado de cumprir com sua obrigação de pagamento de prêmio. Atribuiu à causa o valor de R$ 72.000,00 (setenta e dois mil reais), ultimou o pagamento das custas (fls. 48 a 50), mas deixou de recolher a caução, condição de procedibilidade do despejo, tal o estatuído no artigo 59, § 1º da Lei nº 8.245/91. Esta Julgadora indeferiu o pedido liminar em razão da ausência de caução e ordenou o agendamento da audiência de conciliação e a citação do Réu, conforme decisão de fls. 51 a 54. Entretanto, tal ato restou malogrado, em virtude da falta de citação regular do Réu, consoante ata de fls. 61. A registrar que o aviso postal dirigido ao Réu em ambiências do Autor (Shopping Center), apontou-lhe a mudança de endereço. Por conseguinte, o Autor atravessou petitório de fls. 62, em que informou a perda do objeto da demanda eis que atingira seu objetivo com a entrega das chaves do imóvel pelo Réu, conforme “Termo de Entrega de Chaves” (fls. 63.) e pugnou o prosseguimento do feito. Julgador outro, em substituição à signatária durante as férias regulamentares, ordenou ao Autor que prestasse esclarecimentos acerda da narrativa de fls. 62, isto porque em uma ponta o demandante informou a perda do objeto da demanda e de outra pugnou o prosseguimento do feito. Assim lhe assinalou prazo para tal, sob pena de reconhecimento exclusivo do pedido de desistência da demanda (fls. 69). Ocorre que o Autor, a despeito de regularmente intimado (fls. 70), deixou transcorrer o prazo sem apresentar qualquer manifestação, tal a certidão de fls. 71. É o relato. DECIDO. Diante do silêncio do Autor revelado no não atendimento ao comando judicial, e diante da expressa advertência que lhe foi dirigida, reconheço que o demandante intentou a desistência do feito. O Réu, assinala-se, sequer chegou a ser citado, tornando desnecessário o seu consentimento para que a desistência produza os efeitos almejados, nos termos do § 4°, do artigo 485, do Código de Processo Civil. Parte dispositiva Assim sendo, HOMOLOGO a presente desistência, à inteligência do que dita o artigo 200, parágrafo único, daquele Diploma legal. Em consequência, JULGO EXTINTO o feito sem resolução do mérito, fazendo-o com sustentáculo no inciso VIII, do art. 485, do Digesto Processual Civil. “Desistência da ação é ato unilateral do autor (incondicionado ou condicionado - v. § 4° e art. 298, parágrafo único) pelo qual se abre mão do processo como meio de solução do litígio. Não se confunde com renúncia, que tem por objeto o direito material, sem com ato de disposição do direito de ação, que teria como consequência não permitir a propositura. Do que se abre mão na desistência é apenas do instrumento, a relação processual, nada impedindo que a ação volte a ser proposta (art. 268, caput).” (MACHADO, Antônio Cláudio da Costa. Código de Processo Civil interpretado: artigo por artigo, parágrafo por parágrafo - 12ª. ed. - Baueri, SP: Manole, 2013, p. 249). Custas e despesas remanescentes pelo Autor, tal a dicção do artigo 90, do Digesto Processual Civil. Publique-se. Registre-se. Intime-se e Cumpra-se. Certificado o trânsito em julgado, arquive-se o caderno virtual e ultime-se sua baixa diante do acervo desta Unidade Judicial.

ADV: LUÍS FELIPE AVELINO MEDINA (OAB 6100/AM), ADV: PEDRO DE ARAÚJO RIBEIRO (OAB 6935/AM) - Processo 0612071-38.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: Construtora Capital S.A. - Certifico que a parte Exequente atravessou petição às fls.157/159 pugnando pela expedição de mandado. Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que apresente memória de calculos atualizada e discriminada do débito, incluídas as sanções constantes do art. 523, § 1º do CPC, no prazo de 5 (cinco) dias. Não tendo sido deferido o benefício da gratuidade da justiça de forma total, no mesmo ato, intimo a parte interessada, sem necessidade de nova publicação, para recolher os emolumentos pertinentes à consulta do sistema BACENJUD, conforme Lei nº 4.408/2016, caso ainda não tenha o feito.

ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: DIOGO HENRIQUE VIEIRA BARRETO (OAB 9487/AM) - Processo 0618713-56.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum -

Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Pedro Augusto Lelis de Souza - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM), ADV: MARCO ANTÔNIO CRESPO BARBOSA (OAB 115665/SP) - Processo 0620248-54.2017.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Itapeva VII Multicarteira Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados - Vistos e examinados. Trata-se de demanda de busca e apreensão manejada por Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A. contra a Ré Dayse Cristina Farias Sousa, com quem entabulou contrato de financiamento do veículo que restou inadimplido. Exercido o juízo de admissibilidade da exordial positivo houve o deferimento da tutela em cognição sumária, embora nunca haja sido concretizado o comando, porquanto não encontrados o veículo e a demandada, inobstante diligências várias. Admitiu-se, em substituição ativa, ITAPEVA VII MULTICARTEIRRA FUNDO DE INVESTIMENTO, a quem se ordenou, em 5 dias, a indicação do endereço do Réu e sua promoção citatória, sob pena de extinção do feito sem resolução do mérito por falta de observância a pressuposto de seu desenvolvimento válido e regular (fls. 139). Foi informado o endereço do Réu, porém não houve o recolhimento das custas da referida diligência, embora a Secretaria houvesse tomado providências para tanto (fls. 144), inclusive com repetição das consequências do desatendimento ao comando. É o relatório. Decido. Não escapa ao conhecimento dos operadores do direito que a citação é ato dotado de formalismo de eficácia endoprocessual, isto porque a validade de sua realização culmina com o entendimento de que o Réu tomou conhecimento inequívoco do processo que foi contra si manejado. Assim, uma vez admitida a petição inicial pela autoridade judiciária, é proferido decisório que torna efetivo o chamamento da parte adversa, eis que por meio dele se acolhe a promoção citatória do Autor em desfavor do Réu. Cumprem-se, então os pressupostos processuais de existência (jurisdição petição inicial e citação) para que, em momento subsequente, também sejam consolidados os pressupostos de validade (competência imparcialidade capacidade e legitimidade processual petição inicial válida e citação válida). A citação figura como pressuposto processual de existência que, a partir da ordem judicial de sua ultimação obriga o Autor a tornar efetivo referido comando e, assim se desobrigar do dever processual de recolher as custas da diligência citatória, o que pode ocorrer segundo o tipo de ato citatório pretendido, aviso de registro postal ou mandado a ser cumprido por oficial de justiça, um e outro enquadrado como pressuposto de validade do chamamento do Réu. Seja sob a ótica da existência da citação, ou de sua validade, configura-se ela como pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo judicial. Bem a propósito, dita o artigo 239, da Lei do Rito Civil: "Art. 239. Para a validade do processo é indispensável a citação do réu ou do executado, ressalvadas as hipóteses de indeferimento da petição inicial ou de improcedência liminar do pedido." Sucede que não são bastantes o pedido de citação do Réu e sua acolhida judicial, faz-se de mister que o Autor se desobrigue de recolher as respectivas custas para a prática do ato processual (custas pela prestação do serviço de citação), eis que estas são necessárias à consecução do ato de chamamento. Nunca demasiado lembrar que as custas judiciais, ou as denominadas taxas judiciárias são tributos que integram a espécie taxa. Nesta toada, as custas associadas à realização da diligência do oficial de justiça situação em baila estão inseridas como custas judiciais (taxas) que, acaso não recolhidas, conduzem ao reconhecimento judicial da falta de atendimento (observância) a pressuposto objetivo de desenvolvimento válido e regular do processo. É remunerável por taxa a atividade jurisdicional até a formação da tríade processual. Em resumo, o serviço judicial (serviço público específico colocado à disposição do jurisdicionado) é prestado com a simples aceitação da exordial e a subsequente ordem citatória da parte, para cujo aperfeiçoamento válido se exige o recolhimento das respectivas custas. Diz o artigo 145, inciso II, da Constituição Federal: "Art. 145. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão instituir tributos: II. taxas, em razão do exercício do poder de polícia ou pela utilização efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição." Ensina-nos Costa Machado: "Ao contrário do que acontece com os impostos, a taxa é uma espécie de tributo vinculada a uma atividade estatal específica, seu objetivo é remunerar a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios pelo custa de sua atuação em relação ao contribuinte (contraprestação) no exercício do poder de polícia ou pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, efetivamente prestados ou postos à disposição. Na primeira hipótese, a exigência se materializa por meio da criação, pela administração pública, de limitações de ordem formal (alvarás, licenças, etc.) que condicionam o exercício de certos direitos individuais ou coletivos, com a finalidade de proteção ao interesse público (ver art. 78 do CTN). No segundo caso, trata-se de cobrança por serviço público específico e divisível, não se exige que o contribuinte efetivamente o utilize, basta a sua colocação à disposição." (Constituição Federal Interpretada: artigo por artigo, parágrafo por parágrafo / Costa Machado, organizador. Anna Cândida da Cunha Ferraz, coordenadora 5ª. ed. Barueri, SP. Manole, 2014, p. 402). Importante, ademais, a leitura do Pedido de Providências 0009204-05.2017.2.00.0000 em que figurou como Requerente o Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário do Estado do Paraná SINDIJUSPR e, Requerida, a Corregedoria-Geral de Justiça do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná e outros. De seu bojo transcrevo Acórdão referido no Recurso Extraordinário n. 89.876: "Há, sem dúvida alguma, taxas que o são, pela natureza mesma da relação jurídica entre o poder público e o particular, e, apesar disso, só são exigidas quando este solicita e recebe a prestação de serviço daquele. É o caso, por exemplo, da taxa judiciária, certo como é que só é exigida quando quem pretende ter um direito violado requer a prestação jurisdicional que tão-somente o Estado lhe pode prestar. E taxa que não se paga pelo simples fato de o serviço judiciário estar colocado à disposição dos particulares." (Rel. Min. Moreira Alves, 04/09/1980). São estas as premissas que colocam à deriva qualquer objurgação recursal a apontar que a sentença judicial final, longe de reconhecer a falta de pressupostos processuais deve reconhecer, diante da falta da prática de ato, o abandono da causa, depois de dirigida intimação postal à parte por falta de cumprimento do ato por seu patrono (artigo 485, inciso III, § 1º, do CPC). Ressalte-se que ao Autor foi determinado, em exercício ao juízo positivo de aceitação da substituição processual ativa, o recolhimento das custas relativas à diligência citatória a cargo do oficial de justiça dentro do prazo de 5 dias, o que não ocorreu. Logo, a falta de cumprimento desse comando não enquadra a inação do Autor como abandono, mas, sim como conduta que inobserva a exigência legal de atendimento ao pressuposto de desenvolvimento válido e regular do feito para a formação da relação jurídica tríade. Digno de registro que a Tabela de valores das diligências a cargo dos Oficiais de Justiça no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado foi estabelecido através do Provimento n 250/CGJ, de 26 de junho de 2015, publicado no DJe de 1º de julho do corrente, édito que culminou a Portaria n. 11, de 3 de julho de 2015, da Coordenadoria da Central de Mandados que dispôs sobre o recolhimento das custas e diligências do Oficial de Justiça, na conta-corrente n. 57.204-7, agência 3.739-7, do Banco Bradesco S/A, em nome do SINDOJUS-AM Sindicato dos oficiais de Justiça Avaliadores do Estado do Amazonas. Nos autos não houve, pelo Autor o recolhimento das custas para a realização da diligência citatória a cargo do meirinho, dentro do prazo judicialmente assinalado, embora cônscio que o comando judicial para a válida formação da demanda de busca e apreensão estaria condicionada a tal cumprimento fidedigno. Eis a jurisprudência em torno da questão: "EXTINÇÃO SEM JULGAMENTO DE MÉRITO. RECOLHIMENTO DE DILIGÊNCIAS DE OFICIAL DE JUSTIÇA. FALTA DE CITAÇÃO. PRESSUPOSTOS DE CONSTITUIÇÃO E DESENVOLVIMENTO VÁLIDO DO PROCESSO. REQUERIMENTO DO RÉU. 1. Tratando-se de ação monitória na qual, apesar de intimado por intermédio de seu advogado, o autor não efetua pagamento de diligências para citação, o fundamento da extinção do feito é a ausência de pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido do processo (CPC, art. 267, inciso IV). 2. Nessa hipótese, não há necessidade de intimação pessoal do

autor, o que só é exigível em caso de sentença de extinção fundada nos incisos II e III daquele dispositivo legal. 3. É desnecessário que o réu requeira extinção da ação por abandono nos casos em que ele sequer foi citado nos autos. Não se presume interesse no prosseguimento do feito de parte do réu quando sequer tem ciência de sua existência. 4. Recurso não provido." (TJ-SP - APL: 07041149520118260020 SP 0704114-95.2011.8.26.0020, Relator: Melo Colombi, Data de Julgamento: 11/12/2013, 14ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 17/12/2013). "PROCESSO CIVIL. BUSCA E APREENSÃO. NÃO CITAÇÃO DO REQUERIDO. EXTINÇÃO DO PROCESSO. AUSÊNCIA DE PRESSUPOSTOS DE CONSTITUIÇÃO E DE DESENVOLVIMENTO VÁLIDO E REGULAR DO PROCESSO. RECURSO DESPROVIDO. 1. A citação válida configura pressuposto de validade subjetivo de desenvolvimento processual. 2. O ordenamento claramente inadmite que o processo se desenvolva sem a citação da parte contrária, sob pena de nulidade transrescisória. Cogitar seu prosseguimento com esta mácula fere não apenas o basilar princípio do contraditório, como também o princípio da eficiência da prestação jurisdiciona. 3. Apelo conhecido e desprovido." (TJ-AM-APL:02519901220108040001AM0251990-12.2010.8.04.0001, Relator: Wellington José de Araújo, Data de Julgamento: 21/09/2015, Segunda Câmara Cível, Data de Publicação: 21/09/2015). O Autor inobservou o princípio da cooperação e judicializou desnecessariamente a questão, à medida que negligenciou a ordem proferida por autoridade judiciária quando lhe admitiu a petição inicial. Parte dispositiva Desta feita, JULGO EXTINTA A DEMANDA formulada pelo Autor, ante a inobservância do requisito de desenvolvimento válido e regular do processo, relativo este ao recolhimento da diligência citatória a cargo do meirinho, dentro do prazo que lhe foi judicialmente assinalado. Faço-o ex officio por sentença sem resolução do mérito, na forma como insculpido no artigo 485, inciso IV, § 3º, da Lei do Rito Civil. Custas iniciais de processamento da demanda recolhidas. Publique-se. Registre-se. Intimem-se e Cumpra-se. Certificado o trânsito em julgado arquive-se o caderno processual e ultime-se a respectiva baixa.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: EMERSON FABRÍCIO NOBRE DOS SANTOS (OAB 4147/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: LÍGIA DE SOUZA FRIAS (OAB 1074A/AM) - Processo 0620401-53.2018.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Adilton Corrêa Gentil - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos art.702, § 5º do CPC, responder aos embargos.

ADV: AGUINALDO PEREIRA DIAS (OAB 7667/AM), ADV: MAURÍCIO MARQUES DOMINGUES (OAB 175513/SP) - Processo 0623411-08.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Seguro - REQUERENTE: Mazarela Brazão Velasques - REQUERIDO: Mapfre Seguros de Vida - Brasilprev Nosso Futuro Seguros e Previdencia S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes para apresentarem eventuais propostas de acordo e especificarem as provas que ainda pretendam produzir, devendo mencionar qual a sua utilidade para o deslinde da causa. No caso de prova oral, resumidamente, os fatos que com ela pretendem esclarecer. No caso de prova pericial, a utilidade do expediente, indicando a especialidade requerida e quesitos correlatos, no prazo comum de 15 (quinze) dias.

ADV: GISELLE CORDEIRO SAMPAIO (OAB 8091/AM), ADV: MANOEL ARCHANJO DAMA FILHO (OAB A700/AM) - Processo 0625679-11.2013.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Volkswagen S/A - Vistos. Fase de cumprimento de sentença que se inaugurou com o trânsito em julgado certificado às fls. 122, ao tempo em que providências foram tomadas para a satisfatividade do crédito sem êxito, inclusive quanto à penhora de ativos financeiros (fls. 132 e 133).. A fase de cumprimento ou a execução não podem, porém, ficar suspensas indefinidamente em aguardo à indicação de bens pelo Exequente a fim de que seja obtida a satisfatividade do crédito judicialmente reconhecido. Assim é que aponto, ante a inexistência de bens penhoráveis de propriedade e em nome do executado (artigo 921, inciso III do CPC), a imprescindibilidade de que a suspensão deste processo obedeça ao prazo de 1 (um) ano, segundo o que reza o artigo 921, da Lei do Rito Civil, durante o qual não se excogitará de prescrição (§ 1°, do mesmo artigo mencionado). Todavia, em caso de seu transcurso e na falta de manifestação do Exequente, situações a serem certificadas no caderno processual, incumbirá à Secretaria que, por ato ordinatório de delegação, o intime à manifestação e providências em 15 dias. No caso de silêncio haverá ser iniciado o prazo da prescrição intercorrente (§ 4°, do artigo 921, do CPC). Colaciono: "RECURSO ESPECIAL. CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO. AUSÊNCIA DE BENS PASSÍVEIS DE PENHORA. SUSPENSÃO DO PROCESSO. INÉRCIA DO EXEQUENTE. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. INOCORRÊNCIA. ATO PROCESSUAL ANTERIOR AO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. MANUTENÇÃO DA SEGURANÇA JURÍDICA. NECESSIDADE DE PRÉVIA INTIMAÇÃO DO EXEQUENTE PARA DAR ANDAMENTO AO FEITO PARA INÍCIO DA CONTAGEM DO PRAZO PRESCRICIONAL. 1. A prescrição intercorrente ocorre no curso do processo e em razão da conduta do autor que, ao não prosseguir com o andamento regular ao feito, se queda inerte, deixando de atuar para que a demanda caminhe em direção ao fim colimado. 2. No tocante ao início da contagem desse prazo na execução, vigente o Código de Processo Civil de 1973, ambas as Turmas da Seção de Direito Privado sedimentaram a jurisprudência de que só seria possível o reconhecimento da prescrição intercorrente se, antes, o exequente fosse devidamente intimado para conferir andamento ao feito. 3. O Novo Código de Processo Civil previu regramento específico com relação à prescrição intercorrente, estabelecendo que haverá a suspensão da execução "quando o executado não possuir bens penhoráveis" (art. 921, III), sendo que, passado um ano desta, haverá o início (automático) do prazo prescricional, independentemente de intimação, podendo o magistrado decretar de ofício a prescrição, desde que, antes, ouça as partes envolvidas. A sua ocorrência incorrerá na extinção da execução (art. 924, V). 4. O novel estatuto trouxe, ainda, no "livro complementar" (arts. 1.045-1.072), disposições finais e transitórias a reger questões de direito intertemporal, com o fito de preservar, em determinadas situações, a disciplina normativa já existente, prevendo, com relação à prescrição intercorrente, regra transitória própria: "considerar-se-á como termo inicial do prazo da prescrição prevista no art. 924, inciso V [prescrição intercorrente], inclusive para as execuções em curso, a data de vigência deste Código" (art. 1.056). 5. A modificação de entendimento com relação à prescrição intercorrente acabaria por, além de surpreender a parte, trazer-lhe evidente prejuízo, por transgredir a regra transitória do NCPC e as situações já consolidadas, fragilizando a segurança jurídica, tendo em vista que o exequente, com respaldo na jurisprudência pacífica do STJ, estaria ciente da necessidade de sua intimação pessoal, para fins de início do prazo prescricional. 6. Assim, seja em razão da segurança jurídica, seja pelo fato de o novo estatuto processual estabelecer dispositivo específico regendo a matéria, é que, em interpretação lógico-sistemática, tem-se que o atual regramento sobre prescrição intercorrente deve incidir apenas para as execuções ajuizadas após a entrada em vigor do CPC/2015 e, nos feitos em curso, a partir da suspensão da execução, com base no art. 921. 7. Na hipótese, como o deferimento da suspensão da execução ocorreu sob a égide do CPC/1973 (ago/1998), há incidência do entendimento jurisprudencial consolidado no sentido de que não tem curso o prazo de prescrição intercorrente enquanto a execução estiver suspensa com base na ausência de bens penhoráveis (art. 791, III), exigindo-se, para o seu início, a intimação do exequente para dar andamento ao feito. 8. Recurso especial provido." RECURSO ESPECIAL Nº 1.620.919 - PR (2016/0217735-4). Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça. RELATOR : MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO. Data do Julgamento: 10 de novembro de 2016. (GRIFEI). Intime-se o Exequente para que conheça o inteiro teor deste pronunciamento e desde que nada requeira que se mantenha o arquivamento pelo prazo assinalado. Cumpra-se.

ADV: HAMILTON DA FONSECA CAMINHA (OAB 4552/AM), ADV: THAIS CAMINHA WANDERLEI (OAB 7525/AM) - Processo 0633163-38.2017.8.04.0001 - Consignação em Pagamento - Pagamento em Consignação - REQUERENTE: Caminha

Consultoria Empresarial Ltda. - Vistos e examinados. O Autor ingressou com a presente demanda de consignação em pagamento contra o Réu que teria sido por si contratado para a realização de serviços de desinstalação de um aparelho de ar condicionado que se realizaram inadequadamente. Exercido o juízo de admissibilidade da proemial consignatória ordenou-se ao Autor o depósito, do qual se desobrigou, porém em que pesem as tentativas de citação do Réu foram elas inexitosas, motivo pelo qual pugnou ele a desistência do feito (fls. 77). O Réu, assinala-se, sequer chegou a ser citado, tornando desnecessário o seu consentimento para que a desistência produza os efeitos almejados, nos termos do § 4°, do artigo 485, do Código de Processo Civil. Parte dispositiva Assim sendo, HOMOLOGO a presente desistência, à inteligência do que dita o artigo 200, parágrafo único, daquele Diploma legal. Em consequência, JULGO EXTINTO o feito sem resolução do mérito, fazendo-o com sustentáculo no inciso VIII, do art. 485, do Digesto Processual Civil. "Desistência da ação é ato unilateral do autor (incondicionado ou condicionado v. § 4° e art. 298, parágrafo único) pelo qual se abre mão do processo como meio de solução do litígio. Não se confunde com renúncia, que tem por objeto o direito material, nem com ato de disposição do direito de ação, que teria como consequência não permitir a repropositura. Do que se abre mão na desistência é apenas do instrumento, a relação processual, nada impedindo que a ação volte a ser proposta (art. 268, caput)." (MACHADO, Antônio Cláudio da Costa. Código de Processo Civil interpretado: artigo por artigo, parágrafo por parágrafo 13ª. ed. Baueri, SP: Manole, 2014, p. 242). Custas remanescentes de processamento da demanda que decorrem da sentença de desistência haverão ser suportados pelo Autor, segundo dicção do artigo 90, da Lei do Rito Civil. "Art. 90. Proferida sentença com fundamento em desistência, em renúncia ou em reconhecimento do pedido, as despesas e os honorários serão pagos pela parte que desistiu, renunciou ou reconheceu." Colaciono: "Trata-se de consagração específica do princípio da causalidade: responde o autor por ter dado causa ao processo e depois desistido dele ou renunciado ao direito material; responde o réu por ter exigido do autor a propositura da ação e reconhecido seu pedido em juízo." (NEVES, Daniel Amorim Assumpção. Novo Código de Processo Civil Comentado: artigo por artigo. Salvador. Ed. JusPodivm, 2016, p. 145) (grifo posterior). Ordeno à Secretaria que providencie o alvará para que o Autor levante o valor consignado. Faça-o imediatamente, acaso renuncie ele ao prazo recursal. Publique-se. Registre-se. Intime-se e Cumpra-se. Certificado o trânsito em julgado, e desde que não haja pendências, arquive-se o caderno virtual e ultime-se sua baixa diante da Distribuição.

ADV: JOCIMAR ESTALK (OAB 247302/SP) - Processo 0639220-38.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Tokio Marine Seguradora S/A - Em conformidade coma certidão de fls. 74, intimo a parte interessada para que recolha corretamente as custas postais e junte comprovante de recolhimento, conforme Provimento nº 273/CGJ, levando-se em consideração a quantidade de partes e endereços que deverão constar na(s) carta(s), no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. .

ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 1164A/AM), ADV: JOSÉ LÍDIO ALVES DOS SANTOS (OAB 1163A/AM), ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP) - Processo 0639220-72.2017.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo.

ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 1026A/AM), ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 12450/PE) - Processo 0641023-90.2017.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: ANDREY AUGUSTO BENTES RAMOS (OAB 7526/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: GUSTAVO DA SILVA GRILLO (OAB 7883/AM) - Processo 0642263-80.2018.8.04.0001 (apensado ao processo 0615932-61.2018.8.04.0001) - Procedimento Comum - DIREITO DO CONSUMIDOR - REQUERENTE: Maria Aparecida Silva Pinheiro - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Vistos. A Autora Maria Aparecida Silva Pinheiro ingressou judicialmente com dúplice demanda, das quais se extrai identidade de partes, de pedido e causa de pedir, porquanto a pretensão de direito material esteja associada ao mútuo celebrado diante do Réu por descontos em folha de pagamento. A tal respeito este processo e o que tomou o número 0615932-61.2018.8.04.0001, nos quais o demandado já ofereceu contestação sem observar o relevante fato jurídico, motivo pelo qual lhe foi ordenada manifestação expressa, o que se deu às fls. 188 e 189, desta feita apenas para que fosse reconhecida a litispendência e extinto este feito. A Autora elucidou o ocorrido quando afirmou que o descortino fático espelhado neste caderno processual é diverso daquele trilhado no Processo n. 0615932-61.2018.8.04.0001, logo enquanto neste aponta como órgão pagador a Secretaria de Estado da Administração e Gestão - SEAD, através da SEDUC, naquele é a Secretaria Municipal de Educação, através da SEMED. Pois bem, o que desafia a delimitação da demanda é a pretensão declaratória de nulidade do contrato de mútuo, na modalidade cartão de crédito consignado, cumulada com indenizatória por danos materiais e morais contra o mesmo Réu, embora diversos sejam as fontes pagadoras, daí então o afastamento da litispendência, sem prejuízo, todavia, à resolução da demanda simultaneamente, notadamente quando se sabe que este já ofereceu sua contestação no processo (fls. 129 a 142). Mantenha-se este feito apensado ao outro a fim de que possa esta Julgadora proferir sentenças num e noutro, ainda que o pedido seja diverso quanto à fonte pagadora. Intimem-se. Certificado o trânsito em julgado, que me venham ambos em conclusão, exceto se as partes pugnarem provas de forma clara e objetiva, sem o que é de se frisar a possibilidade de realização do julgamento antecipado à luz do artigo 355, inciso I, da Lei do Rito Civil. Intime-se.

ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM), ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM) - Processo 0644038-38.2015.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco SA AGENCIA 3712 - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: ROSÂNGELA DA ROSA CORRÊA (OAB 921A/AM) - Processo 0660508-42.2018.8.04.0001 (apensado ao processo 0601829-15.2019.8.04.0001) - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo.

ADV: BRUNO GIMACK SALGADO (OAB 6610/AM), ADV: ANTÔNIO JOSÉ PINTO BARROS (OAB 6587/AM), ADV: LUIZ JOSÉ LOPES PESSÔA (OAB 1075/AM), ADV: ANA CAROLINA REMÍGIO DE OLIVEIRA (OAB 86844/MG) - Processo 0702712-14.2012.8.04.0001 - Procedimento Comum - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: MAgno Raonir Alves Dourado Macedo - REQUERIDO: SOLIMÕES VEÍCULOS LTDA - WOLKSWAGEN DO BRASIL S.A. - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca da Petição de fls. 248/251, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT), ADV: MARIANE CARDOSO MACAREVICH (OAB 30264/RS), ADV: ROSÂNGELA DA ROSA CORRÊA (OAB 30820/RS) - Processo 0706877-07.2012.8.04.0001 - Busca e Apreensão - Liminar - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, XXVIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a Defensoria Pública Estadual, na qualidade de curador especial do réu/executado revel, nos termos do art. 72, inciso II, do Código do Processo Civil, do processo acima indicado, o qual deverá formular sua manifestação no prazo de 15 (quinze) dias.

Aguinaldo Pereira Dias (OAB 7667/AM)
Ana Carolina Remígio de Oliveira (OAB 86844/MG)
Andrey Augusto Bentes Ramos (OAB 7526/AM)
Antônio Braz da Silva (OAB 1026A/AM)
Antônio Braz da Silva (OAB 12450/PE)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Antônio José Pinto Barros (OAB 6587/AM)
Bairon Antônio do Nascimento Júnior (OAB 3795/AM)
Bruno Gimack Salgado (OAB 6610/AM)
Clemente Augusto Gomes Neto (OAB 10785/AM)
Cristiane Bentes Teixeira (OAB 5283/AM)
Cristiane Furlin Cavalcante (OAB 6970/AM)
Diogo Henrique Vieira Barreto (OAB 9487/AM)
Elzu Sousa Alves (OAB 9641/AM)
Emerson Fabrício Nobre dos Santos (OAB 4147/AM)
Eugênio Figueiredo Pinto de Andrade (OAB 3424/AM)
Fabíola da Silva Gesta Caruso (OAB 4662/AM)
Francisco Moacir Maia Filho (OAB 5560/AM)
Giselle Cordeiro Sampaio (OAB 8091/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Gustavo da Silva Grillo (OAB 7883/AM)
Hamilton da Fonseca Caminha (OAB 4552/AM)
Hildeberto Corrêa Dias (OAB 1127/AM)
Hudson José Ribeiro (OAB 150060/SP)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
Jocimar Estalk (OAB 247302/SP)
José Lídio Alves dos Santos (OAB 1163A/AM)
Karen Esther de Queiroz Noronha (OAB 9293/AM)
Lígia de Souza Frias (OAB 1074A/AM)
Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB 4732/AM)
Luís Albert dos Santos Oliveira (OAB 8251/AM)
Luís Felipe Avelino Medina (OAB 6100/AM)
Luís Felipe de Souza Rebêlo (OAB 17593/PE)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luiz José Lopes Pessôa (OAB 1075/AM)
Manoel Archanjo Dama Filho (OAB A700/AM)
MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM)
Marco Antônio Crespo Barbosa (OAB 115665/SP)
Marcondes Fonseca Luniere Júnior (OAB 2897/AM)
Mariane Cardoso Macarevich (OAB 30264/RS)
Marisa Tavares Barros Paiva de Moura (OAB 23647/PE)
Marisa Tavares Barros Paiva de Moura (OAB 23647D/PE)
Maurício Marques Domingues (OAB 175513/SP)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Miriam Regina Cunha Dutra (OAB 4869/AM)
Pasquali Parise e Gasparini Júnior (OAB 4752/SP)
Pedro de Araújo Ribeiro (OAB 6935/AM)
Roberta Beatriz do Nascimento (OAB 1164A/AM)
Roberta Beatriz do Nascimento (OAB 192649/SP)
Ronan Batista Moreira (OAB 8849/AM)
Rosângela da Rosa Corrêa (OAB 30820/RS)
Rosângela da Rosa Corrêa (OAB 921A/AM)
Solon Angelim de Alencar Ferreira (OAB 3338/AM)
Sônia Maria Cansanção da Silva (OAB 2431/AM)
Thais Caminha Wanderlei (OAB 7525/AM)
Thales Silvestre Júnior (OAB 2406/AM)
Waldemir dos Santos Costa Júnior (OAB 8905/AM)
Wellington de Amorim Alves (OAB 002.993/AM)
Yuri Dantas Barroso (OAB 4237/AM)

16ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 16ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0073/2019

ADV: CLÁUDIO ELIAS DOS SANTOS (OAB 4036/AM), ADV: WALDEMIR COSTA DA ROCHA JÚNIOR (OAB 3520AM), ADV: WALDEMIR COSTA DA ROCHA JUNIOR (OAB 3520/AM), ADV: HILEANO PEREIRA PRAIA (OAB 3834/AM), ADV: PAULO ALEXANDRE LEITE DA SILVA (OAB 3760/AM) - Processo 0025937-17.2006.8.04.0001 (001.06.025937-0) - Processo de Execução - Liquidação / Cumprimento / Execução - EXEQUENTE: Hercy Silva Lopes - EXECUTADO: TRM Pneus, Comércio e Importação Ltda. e outros - R.H Diante do alegado na petição de fls. 321/331, intime-se o advogado do Requerente, para no prazo de 10 dias, juntar aos autos atestado de óbito do Requerente. Cumpra-se.

ADV: ADALBERTO DE ASSIS NAZARÉ SOBRINHO (OAB 2953/AM), ADV: CELSO MARCON (OAB A566/AM) - Processo 0047744-30.2005.8.04.0001 (001.05.047744-8) - Cumprimento de sentença - Depósito - REQUERENTE: Banco Finasa S/A - REQUERIDA: Edna Alves dos Santos - Com vistas ao princípio do contraditório, intime-se a parte Requerente para que, no prazo de 5 (cinco) dias, se manifeste acerca da petição de fls. 240/244.

ADV: GUNTHER AQUILES MARQUES PAZ (OAB 7296R/AM), ADV: THATIANA NEVES COSTA DE SOUZA CASTELO BRANCO (OAB 5715/AM), ADV: MIGUEL BARRELLA FILHO (OAB 1622/AM), ADV: RUBENITO CARDOSO DA SILVA JÚNIOR (OAB 4947/AM), ADV: MARCELO FURUKAWA MAIA (OAB 4527/AM) - Processo 0200378-64.2012.8.04.0001 - Procedimento Comum - Obrigações - REQUERENTE: Djalma de Souza Castelo Branco - REQUERIDA: Energia Participações e Representações S/A - Em conformidade com o art. 1º, XXIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos opostos, nos termos do art. 1.023, § 2º do NCPC.

ADV: ÍKARO PEREIRA AMORE (OAB 6350/AM), ADV: SÔNIA MARIA CANSANÇÃO DA SILVA (OAB 2431/AM) - Processo 0202561-76.2010.8.04.0001 (001.10.202561-5) - Procedimento Comum - Nulidade / Anulação - REQUERENTE: Cooperativa dos Permissionários Associados em Transportes Alternativos e Fretamentos Urbanos de Manaus - Coopatam - REQUERIDA: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Preceitua o art. 355, do CPC/15: Art. 355. O juiz julgará antecipadamente o pedido, proferindo sentença com resolução de mérito, quando: I - não houver necessidade de produção de outras provas; II - o réu for revel, ocorrer o efeito previsto noart. 344e não houver requerimento de prova, na forma doart. 349. Compulsando os autos, entendo que a matéria debatida comporta julgamento antecipado, na forma do art. 355, I do novel Digesto Processual Civil. Após, voltem-me os autos conclusos. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: IVANILDO RODRIGUES DA GAMA JÚNIOR (OAB 8525/PA) - Processo 0203990-78.2010.8.04.0001 (001.10.203990-0) - Processo de Execução - Liquidação / Cumprimento / Execução - EXEQUENTE: Banco Safra S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta

de endereço almejada nos sistemas conveniados (Infojud), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: CLAUDIO KAZUYOSHI KAWASAKI (OAB A1117/AM), ADV: CLÁUDIO KAZUYOSHI KAWASAKI (OAB 122626/SP) - Processo 0206668-32.2011.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Itaucard S/A - Defiro o pedido de substituição processual, de fl. 94/95. À Secretaria, para que proceda à alteração respectiva no sistema. Expeça-se competente mandado, para cumprimento da decisão de fl. 92. Caso a parte não seja beneficiária da justiça gratuita, condiciono tal expedição ao recolhimento das custas da diligência, nos moldes da Portaria nº 116/2017 - PTJ. Cumpra-se.

ADV: ALONSO OLIVEIRA DE SOUZA (OAB 1976/AM), ADV: PEDRO ARY AGACCI NETO (OAB 645A/AM), ADV: TATIANA TAVARES DE CAMPOS (OAB 3069/PE), ADV: ANTÔNIO EDUARDO GONÇALVES DE RUEDA (OAB 16983/PE) - Processo 0207265-35.2010.8.04.0001 (001.10.207265-6) - Procedimento Comum - REQUERENTE: Dorvalina Góes Paiva e outros - REQUERIDO: Companhia Excelsior de Seguros Gerais - Intimem-se as partes, por seus advogados habilitados no feito, para que no prazo de cinco dias (art. 485, III e § 1º, do NCPC c/c art. 317, NCPC) manifestem interesse no prosseguimento do feito, requerendo o que lhes parecer de direito, sob pena de extinção do processo, sem resolução do mérito. Cumpra-se.

ADV: JOÃO MENDES DE ALMEIDA (OAB 1552/AM), ADV: ELOI PINTO DE ANDRADE (OAB 819/AM), ADV: EZELAIDE VIEGAS DA COSTA ALMEIDA (OAB 1339/AM), ADV: MARCELO CAMPOS SCHRODER (OAB 2499/AM), ADV: MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO FIGUEIREDO DE ANDRADE (OAB 6566/AM) - Processo 0208238-87.2010.8.04.0001 (001.10.208238-4) - Procedimento Comum - Serviços Profissionais - REQUERENTE: André Ricardo do Nascimento Lemos e outro - REQUERIDA: Total Empreendimentos Imobiliários Ltda. - Intime-se a parte vencida, na pessoa de seu patrono para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, pagar o montante da condenação, sob pena de incidir multa e honorários advocatícios no percentual de 10% (dez por cento), bem como ser expedido mandado de penhora e avaliação sobre seus bens, seguindo-se os atos de expropriação, nos termos do art. 523 do NCPC, in verbis: Art. 523. No caso de condenação em quantia certa, ou já fixada em liquidação, e no caso de decisão sobre parcela incontroversa, o cumprimento definitivo da sentença far-se-á a requerimento do exequente, sendo o executado intimado para pagar o débito, no prazo de 15 (quinze) dias, acrescido de custas, se houver. § 1o Não ocorrendo pagamento voluntário no prazo do caput, o débito será acrescido de multa de dez por cento e, também, de honorários de advogado de dez por cento. § 2o Efetuado o pagamento parcial no prazo previsto no caput, a multa e os honorários previstos no § 1o incidirão sobre o restante. § 3o Não efetuado tempestivamente o pagamento voluntário, será expedido, desde logo, mandado de penhora e avaliação, seguindo-se os atos de expropriação. Cumpra-se.

ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM), ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM) - Processo 0210313-31.2012.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Liquidação / Cumprimento / Execução - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que se manifeste(m) acerca do bloqueio negativo/insuficiente realizado no sistema BACENJUD, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: SÉRGIO ALBERTO CORRÊA DE ARAÚJO (OAB 3749/AM), ADV: CARLOS RICARDO DE ARAÚJO MELO (OAB 4239/AM), ADV: ABSALÃO GONZALES JÚNIOR (OAB 3278/AM), ADV: LEANDRO SOUZA BENEVIDES (OAB 491/AM), ADV: JEAN CLEUTER SIMÕES MENDONÇA (OAB 3808/AM) - Processo 0215009-81.2010.8.04.0001 (apensado ao processo 0200205-11.2010.8.04.0001) (001.10.215009-6) - Procedimento Comum - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Conterpe Comércio e Serviços Ltda. - REQUERIDO: Auto Posto Nogueira Ltda. e outro - R.H. Compulsando os autos, verifico que a petição inicial está incompleta, na sequencia da página 03 vem a página 11, em razão deste fato, determino que a Secretaria desarquive os autos físicos para digitalizar as páginas que estão faltando no presente feito, no prazo de 10 (dez) dias. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: MARIA ELIANA DA SILVA HOROHIAQUE (OAB 9095/AM) - Processo 0216600-97.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Aposentadoria por Invalidez - REQUERENTE: Enoque Carvalho da Silva - R. H. Torno sem efeito a decisão de fl. 191 em sua totalidade. Permaneçam os autos concluso para sentença. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM), ADV: HENRIQUE CABOCLO DE MACEDO (OAB 8816/AM) - Processo 0217383-41.2008.8.04.0001 (001.08.217383-5) - Despejo - Locação de Imóvel - REQUERENTE: Gradiente Eletrônica S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: SAMUEL MARTINS FREITAS (OAB 11969/AM), ADV: JOSÉ LUÍS CANTUÁRIA DOS REIS (OAB 2896/AM) - Processo 0217763-93.2010.8.04.0001 (001.10.217763-6) - Execução de Título Judicial - Pagamento - REQUERENTE: Brasil Factoring Fomento Comercial Ltda. - Vistos etc. Tendo em vista que não houve qualquer manifestação dos requeridos, seja por meio de embargos monitórios ou com o pagamento da dívida, converto, de pleno direito, o presente débito em título executivo judicial, conforme art. 701, §2º, CPC. Intimem-se os devedores ao pagamento voluntário da dívida, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 523, caput e §1º, CPC. Não efetuado tempestivamente o pagamento, determino a expedição de mandado de penhora e avaliação, prosseguindo-se com os respectivos atos expropriatórios. Cumpra-se.

ADV: JOSEMAR LAURIANO PEREIRA (OAB 132101/RJ), ADV: LUIZ CARLOS SILVA (OAB 168472/SP), ADV: MÁRIO MARCONDES NASCIMENTO (OAB 7701/SC) - Processo 0224719-91.2011.8.04.0001 - Procedimento Comum - Seguro - REQUERENTE: Aquino Pinto do Rosário e outros - REQUERIDO: Federal de Seguros - R.H Intime-se a Requerida para se manifestar acerca da petição de fls. 518/526. Outrossim, intime-se a Caixa Seguradora S/A para, no prazo de 10 dias, manifestar seu interesse na lide. Cumpra-se.

ADV: VILMAR LUIZ GRAÇA GONÇALVES (OAB 111023/RJ), ADV: DANIEL CORRÊA HOMEM DE CARVALHO (OAB 52551/RJ), ADV: LEONARDO MARTINS WYKROTA (OAB 407097/SP), ADV: LEONARDO MARTINS WYKROTA (OAB 87955/MG) - Processo 0232406-80.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum - Perdas e Danos - REQUERENTE: Delta Construções S/A - REQUERIDA: Fiat Automóveis S/A e outro - De ordem, ficam intimadas as partes, por seus advogados habilitados no feito, para que no prazo de cinco dias (art. 485, III e § 1º, do NCPC c/c art. 317, NCPC) manifestem interesse no prosseguimento do feito, requerendo o que lhes parecer de direito, sob pena de extinção do processo, sem resolução do mérito.

ADV: IURY ROBERTO BORGES CELLA (OAB 10410/AM) - Processo 0234075-66.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Auxílio-Doença Previdenciário - REQUERENTE: Antônio da Conceição Santos - Intimem-se as partes, por seus advogados habilitados no feito, para que no prazo de cinco dias (art. 485, III e § 1º, do NCPC c/c art. 317, NCPC) manifestem interesse no prosseguimento do feito, requerendo o que lhes parecer de direito, sob pena de extinção do processo, sem resolução do mérito. Cumpra-se.

ADV: MARIA LUCÍLIA GOMES (OAB 313A/AM), ADV: AMANDIO FERREIRA TERESO JÚNIOR (OAB 739A/AM) - Processo 0237245-27.2010.8.04.0001 (001.10.237245-5) - Cumprimento de sentença - REQUERENTE: Bradesco Administradora de Consórcios Ltda. - Desta feita, concedo o prazo de 10 (dez) dias para que a parte Autora promova a citação da parte requerida, sob pena de extinção, nos moldes disciplinados no art. 485, IV, do CPC. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 1026A/AM), ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 12450/PE) - Processo 0241532-67.2009.8.04.0001 (001.09.241532-7) - Execução de Título Extrajudicial - REQUERENTE: HSBC Bank Brasil S/A - Banco Múltiplo - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta

nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta de endereço almejada nos sistemas conveniados (Renajud), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, bem como, no caso de consulta no SIEL, informe o nome completo da genitora da parte a ser consultada, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0242623-27.2011.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Intime-se a parte vencida, na pessoa de seu patrono para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, pagar o montante da condenação, sob pena de incidir multa e honorários advocatícios no percentual de 10% (dez por cento), bem como ser expedido mandado de penhora e avaliação sobre seus bens, seguindo-se os atos de expropriação, nos termos do art. 523 do NCPC, in verbis: Art. 523. No caso de condenação em quantia certa, ou já fixada em liquidação, e no caso de decisão sobre parcela incontroversa, o cumprimento definitivo da sentença far-se-á a requerimento do exequente, sendo o executado intimado para pagar o débito, no prazo de 15 (quinze) dias, acrescido de custas, se houver. § 1o Não ocorrendo pagamento voluntário no prazo do caput, o débito será acrescido de multa de dez por cento e, também, de honorários de advogado de dez por cento. § 2o Efetuado o pagamento parcial no prazo previsto no caput, a multa e os honorários previstos no § 1o incidirão sobre o restante. § 3o Não efetuado tempestivamente o pagamento voluntário, será expedido, desde logo, mandado de penhora e avaliação, seguindo-se os atos de expropriação. Cumpra-se.

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM) - Processo 0251127-22.2011.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Liquidação / Cumprimento / Execução - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - R. H. Defiro o pedido de citação por edital postulado às fls. .181/182. Expeça-se o edital, observando-se o prazo de 30 (trinta) dias, para os fins do art. 257, III, do NCPC. À Secretaria para tomar as devidas providências.

ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: LEONARDO GUIMARÃES BRITO (OAB 4096/AM), ADV: PABLO DA SILVA NEGREIROS (OAB 4227/AM), ADV: HUMBERTO ROSSETTI PORTELA (OAB 91263/MG), ADV: ANDRADE GC ADVOGADOS (OAB 5797/AM) - Processo 0254702-38.2011.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Manoel Pedro de Souza Neto - REQUERIDO: Direcional Engenharia S/A - Jonasa Empreendimentos Imobiliários Ltda. - Intime-se a parte vencida, na pessoa de seu patrono para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, pagar o montante da condenação, sob pena de incidir multa e honorários advocatícios no percentual de 10% (dez por cento), bem como ser expedido mandado de penhora e avaliação sobre seus bens, seguindo-se os atos de expropriação, nos termos do art. 523 do NCPC, in verbis: Art. 523. No caso de condenação em quantia certa, ou já fixada em liquidação, e no caso de decisão sobre parcela incontroversa, o cumprimento definitivo da sentença far-se-á a requerimento do exequente, sendo o executado intimado para pagar o débito, no prazo de 15 (quinze) dias, acrescido de custas, se houver. § 1o Não ocorrendo pagamento voluntário no prazo do caput, o débito será acrescido de multa de dez por cento e, também, de honorários de advogado de dez por cento. § 2o Efetuado o pagamento parcial no prazo previsto no caput, a multa e os honorários previstos no § 1o incidirão sobre o restante. § 3o Não efetuado tempestivamente o pagamento voluntário, será expedido, desde logo, mandado de penhora e avaliação, seguindo-se os atos de expropriação. Cumpra-se.

ADV: ANDRÉ LUIZ SILVA PINTO (OAB 7736/AM), ADV: JOÃO BOSCO RAMOS BATISTA (OAB 2739/AM), ADV: ANDREY FARACHE BARROSO (OAB 12705/AM), ADV: BRUNA DA SILVA BESSA (OAB 8034/AM), ADV: JOSÉ MÁRIO DE CARVALHO NETO (OAB 4861/AM), ADV: JÉSSICA FERREIRA BOTELHO (OAB 6826/AM) - Processo 0266290-42.2011.8.04.0001 - Procedimento Comum - Rescisão - REQUERENTE: C. A. Martins Navegação - REQUERIDA: J. Soares Construções e Comércio Ltda. - Rosângela Maria Riker de Sousa Batista e outro - R. H. Antes de pronunciar-me sobre a petição da autora de fls. 145 a 146, determino que àquela seja intimada para se manifestar acerca do teor da contestação e documentos apensados nos presentes autos, no prazo de 15 (quinze) dias. Por fim, ordeno que a parte Requerida seja pessoalmente intimada, para que regularize a sua representação processual, no prazo de 15 (quinze dias), sob pena de aplicação do disposto no artigo 76, §1º, II do CPC. Cumpra-se.

ADV: JULIANO LUÍS CERQUEIRA MENDES (OAB 3940/AM), ADV: EDUARDO VITAL CHAVES (OAB 257874/SP), ADV: ANA LÚCIA DA CRUZ PATRÃO (OAB 116611/SP), ADV: JOSÉ LUIZ FRANCO DE MOURA MATTOS JÚNIOR (OAB 5517/AM), ADV: JOÃO PAULO FOGAÇA DE ALMEIDA FAGUNDES (OAB 154384/SP) - Processo 0323828-20.2007.8.04.0001 (001.07.323828-8) - Procedimento Comum - REQUERENTE: Douglas Indústria Eletrônica Ltda. - REQUERIDO: Jatex Transportes Ltda. - R. H. Em virtude do lapso temporal sem que tenha se obtido êxito em intimar o perito nomeado nos autos, determino à Secretaria da 2ª UPJ que certifique a existência de peritos no Banco de Peritos deste Tribunal de Justiça, na especialidade de engenharia elétrica, em conformidade com a Resolução n° 233/2016 do CNJ. Após, voltem-me conclusos. Cumpra-se.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0600566-79.2018.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Tendo a inicial preenchido os requisitos do artigo 700 do CPC/2015 e, estando a mesma devidamente instruída com documentação comprobatória do débito, com base em prova escrita, sem eficácia de título, defiro a monitória. Determino a expedição de carta de citação para pagamento da quantia em dinheiro, apontada na inicial (art. 700, I), no prazo máximo e improrrogável de 15 (quinze) dias, incluído o pagamento de honorários advocatícios de 5% (cinco por cento) do valor atribuído a causa, conforme Caput do artigo 701, CPC/2015. Intime-se o autor para que, no prazo de 05 (cinco) dias, comprove o pagamento das custas de emissão do AR, por meio de boleto bancário acessível no sítio eletrônico do TJAM, conforme Provimento nº 273-CGJ/AM, sob pena de extinção do processo, sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, IV e VI do CPC/2015. Advirto desde já que, caso não seja realizado o pagamento ou não opostos embargos, constituir-se-á de pleno direito o título executivo judicial, nos termos do disposto no §2º do artigo 701, CPC/2015. Anote-se, de igual forma, que se ocorrer o pagamento também no mesmo prazo o réu ficará isento de custas processuais, em consonância com o disposto no parágrafo 1o, do artigo 701, também do CPC/2015. Caso sejam apresentados embargos à monitória, suspenda-se a eficácia da decisão referida no Caput do art.701 do CPC/15 até o julgamento em primeiro grau. Ato contínuo ao recebimento dos embargos, intime-se o autor da monitória para que responda aos embargos em até 15(quinze) dias, nos termos do art. 702, §5º, do CPC/15. Cumpre ressaltar que o devedor poderá, mediante a comprovação de depósito de 30% (trinta por cento) do valor cobrado, acrescido de custas e honorários de advogado de 5% (cinco por cento), requerer o restante do pagamento em até 6 (seis) parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês, nos termos dos artigos 701, §5º c/c 916, CPC/2015. Caso a carta expedida retorne negativa, consulte-se o(s) sistema(s) eletrônico(s) INFOJUD, SIEL, BACENJUD e/ou RENAJUD, a fim de localizar o atual endereço da parte ré, após o pagamento, no prazo de 05(cinco) dias, dos emolumentos pertinentes a cada pesquisa solicitada, nos termos da Portaria nº 116/2017, sob pena de extinção do processo, nos termos do art.485, IV e VI do CPC. Constatado um único endereço e diverso do que já fora efetuada a diligência, expeça-se imediatamente nova carta de citação, caso contrário, intime-se o autor para manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre as referidas consultas, sob pena de extinção do processo, nos termos do art.485, IV e VI, do CPC. No caso de ser solicitado a expedição de mandado de pagamento, defiro-a desde logo, devendo a parte comprovar, no prazo de 15 (quinze) dias, o recolhimento das custas das diligências do Oficial de Justiça, no prazo de 15 (quinze) dias, por meio de boleto bancário acessível no sítio eletrônico do TJAM, conforme valores constantes da Portaria n° 116/2017-PTJ, sob pena de extinção do processo, nos termos do art. 485, IV e VI do CPC. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: DANIEL SANTOS DE ANDRADE (OAB 6733/AM), ADV: ARNOLDO BENTES COIMBRA (OAB 345/AM), ADV: WELLINGTON DE AMORIM ALVES (OAB 2993/AM) - Processo 0600820-57.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Noroeste Máquinas e Equipamentos Ltda. - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG), ADV: JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (OAB 1047A/AM) - Processo 0601086-05.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco do Brasil S/A - Cite(m)-se o(s) executado(s) para que, querendo, proceda(m) ao adimplemento do débito indicado na exordial, acrescido de honorários advocatícios, no importe de 10% sobre o valor da dívida, no prazo de 03 (três) dias, conforme o art. 827 c/c 829, caput, do CPC. Se requerido, defiro a indisponibilidade de ativos financeiros em nome do(s) executado(s), no valor indicado na execução (art. 854 do CPC). Caso o(s) devedor(es) não efetuar(em) o pagamento do aludido montante, no prazo legal e não sendo a hipótese do artigo 854 do CPC, autorizo a realização de penhora dos bens em nome do(s) executado(s), via BacenJud e RenaJud, bem como sua avaliação, tudo na forma do §1º do art. 829 do Diploma Processual Civil. Determino, ainda, na hipótese de não localizar o(s) executado(s), o arresto de tantos bens quantos bastem para satisfazer o objeto do presente processo de expropriação do patrimônio do devedor, ex vi do art. 830, caput, também do CPC, através dos mesmos sistemas eletrônicos. Precedente do STJ: PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. EXECUTADOS NÃO LOCALIZADOS. ARRESTO PRÉVIO OU EXECUTIVO. ART. 653 DO CPC. BLOQUEIO ON LINE. POSSIBILIDADE, APÓS O ADVENTO DA LEI N. 11.382/2006. APLICAÇÃO DO ART. 655-A DO CPC, POR ANALOGIA. 1.- "1. O arresto executivo, também designado arresto prévio ou pré-penhora, de que trata o art. 653 do CPC, objetiva assegurar a efetivação de futura penhora na execução por título extrajudicial, na hipótese de o executado não ser encontrado para citação. 2. Frustrada a tentativa de localização do executado, é admissível o arresto de seus bens na modalidade on-line (CPC, art. 655-A, aplicado por analogia). (...)." (REsp 1.370.687/MG, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, DJe 15/08/2013). Em retornando o AR negativo por decorrência de não ter sido encontrado o endereço/réu no endereço indicado, proceda-se à consulta dos dados cadastrais do réu via Bacen/Renajud/Infojud. Indicando, qualquer um desses sistemas, diferente endereço daquele informado na inicial, expeça-se nova carta. Intimo a parte autora para que recolha as custas da despesa postal (R$ 20,00 [vinte reais] por carta expedida), no prazo de 15 (quinze) dias. A Requerimento do Exequente, expeça-se certidão do artigo 828, CPC. Cumpra-se.

ADV: GLÁUCIO NUNES DA LUZ (OAB 6326/AM), ADV: SUDJANE DA LUZ RODRIGUES (OAB 6718/AM), ADV: CHRISTIANO DE OLIVEIRA SANTIAGO (OAB 9536/AM) - Processo 0601288-50.2017.8.04.0001 (apensado ao processo 0627594-90.2016.8.04.0001) - Embargos à Execução - Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução - EMBARGANTE: Jacinto da Silva Rebelo - ME - R. H. Intime-se a parte Embargada para se manifestar acerca do teor dos embargos à execução e documentos apensados nos presentes autos, no prazo de 15 (quinze) dias. Cumpra-se.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: ROBERTO MARQUES DA COSTA (OAB 4135/AM), ADV: AUTON FRANCISCO FURTADO MAIA (OAB 5821/AM), ADV: ADOLFO PRAIA FERREIRA DO NASCIMENTO (OAB 10804/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0601745-19.2016.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Condomínio Edifício Ajuricaba - Compulsando os autos, constato que os advogados da parte requerida não estavam cadastrados perante o SAJ-PG5, sendo cadastrados apenas nesta data, razão pela qual intimo a parte requerida para que tome ciência do conteúdo da Decisão interlocutória de folhas 172, cujo teor segue abaixo: "R. H. Intimem-se as partes para especificarem provas que ainda pretendam produzir, devendo mencionar qual a sua utilidade para o deslinde da causa. No caso de prova oral, resumidamente, os fatos que com ela pretendem esclarecer. No caso de prova pericial, a utilidade do expediente, indicando a especialidade requerida e quesitos correlatos, sob pena de indeferimento, no prazo de lei. No tocante às questões de fato controvertidas, deixo para apreciá-las quando do proferimento da decisão de mérito. Cumpra-se. "

ADV: CLAYTON ROITMAN MORAES DE OLIVEIRA (OAB 9115/AM) - Processo 0602564-87.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Ilcilene de Paula da Silva - R. H. Não vislumbro que a parte autora tenha cumprido na totalidade o despacho de fls. 169. Intime-se a parte autora para que se manifeste sobre a decisão já mencionada. Cumpra-se.

ADV: ROBERVAL VIEIRA JÚNIOR (OAB 244234/SP), ADV: MICHELLE DE OLIVEIRA FERREIRA (OAB 20399/PA), ADV: ACÁCIO FERNANDES ROBOREDO (OAB 89774/SP) - Processo 0603206-55.2018.8.04.0001 - Monitória - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco Santander Brasil S/A - R.H. Defiro os pedidos de pesquisas através dos sistemas RENAJUD e BACENJUD para fins de localização de endereço. Intime-se a parte Autora para pagar as custas de cumprimento da ordem (Portaria 116/2017-PTJ), sob pena de extinção. Após a comprovação do pagamento, voltem-me. Intime-se.Cumpra-se.

ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB 211648/SP) - Processo 0603592-22.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco do Brasil S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, c/c o art. 854, §§2º e 3º do CPC, intimo a(s) parte(s) executada(s) para que se manifeste(m) acerca do resultado de bloqueio realizado via sistema BACENJUD, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: FÁBIO MORAES CASTELLO BRANCO (OAB 4603/AM) - Processo 0604228-51.2018.8.04.0001 (apensado ao processo 0632990-48.2016.8.04.0001) - Embargos à Execução - Valor da Execução / Cálculo / Atualização - EMBARGANTE: J. P. F. dos Santos - ME - Intime-se o autor para, no prazo de 5 (cinco) dias, cumprir a decisão exarada à fl. 11, sob pena de cancelamento do feito, nos termos do artigo 290, do NCPC. Cumpra-se.

ADV: ACÁCIO FERNANDES ROBOREDO (OAB 89774/SP) - Processo 0604606-70.2019.8.04.0001 - Execução de Título Judicial - Constrição / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Cite(m)-se o(s) executado(s) para que, querendo, proceda(m) ao adimplemento do débito indicado na exordial, acrescido de honorários advocatícios, no importe de 10% sobre o valor da dívida, no prazo de 03 (três) dias, conforme o art. 827 c/c 829, caput, do CPC. Se requerido, defiro a indisponibilidade de ativos financeiros em nome do(s) executado(s), no valor indicado na execução (art. 854 do CPC). Caso o(s) devedor(es) não efetuar(em) o pagamento do aludido montante, no prazo legal e não sendo a hipótese do artigo 854 do CPC, autorizo a realização de penhora dos bens em nome do(s) executado(s), via BacenJud e RenaJud, bem como sua avaliação, tudo na forma do §1º do art. 829 do Diploma Processual Civil. Determino, ainda, na hipótese de não localizar o(s) executado(s), o arresto de tantos bens quantos bastem para satisfazer o objeto do presente processo de expropriação do patrimônio do devedor, ex vi do art. 830, caput, também do CPC, através dos mesmos sistemas eletrônicos. Precedente do STJ: PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. EXECUTADOS NÃO LOCALIZADOS. ARRESTO PRÉVIO OU EXECUTIVO. ART. 653 DO CPC. BLOQUEIO ON LINE. POSSIBILIDADE, APÓS O ADVENTO DA LEI N. 11.382/2006. APLICAÇÃO DO ART. 655-A DO CPC, POR ANALOGIA. 1.- "1. O arresto executivo, também designado arresto prévio ou pré-penhora, de que trata o art. 653 do CPC, objetiva assegurar a efetivação de futura penhora na execução por título extrajudicial, na hipótese de o executado não ser encontrado para citação. 2. Frustrada a tentativa de localização do executado, é admissível o arresto de seus bens na modalidade on-line (CPC, art. 655-A, aplicado por analogia). (...)." (REsp 1.370.687/MG,

Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, DJe 15/08/2013). Em retornando o AR negativo por decorrência de não ter sido encontrado o endereço/réu no endereço indicado, proceda-se à consulta dos dados cadastrais do réu via Bacen/Renajud/Infojud. Indicando, qualquer um desses sistemas, diferente endereço daquele informado na inicial, expeça-se nova carta. Intimo a parte autora para que recolha as custas da despesa postal (R$ 20,00 [vinte reais] por carta expedida), no prazo de 15 (quinze) dias. A Requerimento do Exequente, expeça-se certidão do artigo 828, CPC. Cumpra-se.

ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 128341/SP), ADV: ANA VIRGÍNIA ARAKIAN IZEL (OAB 3701/AM), ADV: CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB 671A/AM) - Processo 0606087-44.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Elisabeth de Fátima Bastos Monteiro - REQUERIDO: Petróleo Brasileiro S/A - Petrobras - Fundação Petrobras de Seguridade Social - Petros - Preceitua o art. 355, do CPC/15: Art. 355. O juiz julgará antecipadamente o pedido, proferindo sentença com resolução de mérito, quando: I - não houver necessidade de produção de outras provas; II - o réu for revel, ocorrer o efeito previsto noart. 344e não houver requerimento de prova, na forma doart. 349. Compulsando os autos, entendo que a matéria debatida comporta julgamento antecipado, na forma do art. 355, I do novel Digesto Processual Civil. Após, voltem-me os autos conclusos. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB 1065A/AM) - Processo 0606091-76.2017.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: JOANA DARC DOS SANTOS CORDEIRO (OAB 8645/AM), ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM) - Processo 0606390-92.2013.8.04.0001 - Procedimento Comum - Antecipação de Tutela / Tutela Específica - REQUERENTE: Caloi Norte S/A - REQUERIDO: Aruanda Tecnologia e Comércio de Equipamentos Industriais Ltda. - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas postais e junte comprovante de recolhimento, conforme Provimento nº 273/CGJ, levando-se em consideração a quantidade de partes e endereços que deverão constar na(s) carta(s), no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. .

ADV: SERAFIM PEREIRA D'ALVIM MEIRELLES NETO (OAB 1694/AM) - Processo 0606559-06.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco da Amazônia S/A - Cite(m)-se o(s) executado(s) para que, querendo, proceda(m) ao adimplemento do débito indicado na exordial, acrescido de honorários advocatícios, no importe de 10% sobre o valor da dívida, no prazo de 03 (três) dias, conforme o art. 827 c/c 829, caput, do CPC. Se requerido, defiro a indisponibilidade de ativos financeiros em nome do(s) executado(s), no valor indicado na execução (art. 854 do CPC). Caso o(s) devedor(es) não efetuar(em) o pagamento do aludido montante, no prazo legal e não sendo a hipótese do artigo 854 do CPC, autorizo a realização de penhora dos bens em nome do(s) executado(s), via BacenJud e RenaJud, bem como sua avaliação, tudo na forma do §1º do art. 829 do Diploma Processual Civil. Determino, ainda, na hipótese de não localizar o(s) executado(s), o arresto de tantos bens quantos bastem para satisfazer o objeto do presente processo de expropriação do patrimônio do devedor, ex vi do art. 830, caput, também do CPC, através dos mesmos sistemas eletrônicos. Precedente do STJ: PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. EXECUTADOS NÃO LOCALIZADOS. ARRESTO PRÉVIO OU EXECUTIVO. ART. 653 DO CPC. BLOQUEIO ON LINE. POSSIBILIDADE, APÓS O ADVENTO DA LEI N. 11.382/2006. APLICAÇÃO DO ART. 655-A DO CPC, POR ANALOGIA. 1.- "1. O arresto executivo, também designado arresto prévio ou pré-penhora, de que trata o art. 653 do CPC, objetiva assegurar a efetivação de futura penhora na execução por título extrajudicial, na hipótese de o executado não ser encontrado para citação. 2. Frustrada a tentativa de localização do executado, é admissível o arresto de seus bens na modalidade on-line (CPC, art. 655-A, aplicado por analogia). (...)." (REsp 1.370.687/MG, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, DJe 15/08/2013). Em retornando o AR negativo por decorrência de não ter sido encontrado o endereço/réu no endereço indicado, proceda-se à consulta dos dados cadastrais do réu via Bacen/Renajud/Infojud. Indicando, qualquer um desses sistemas, diferente endereço daquele informado na inicial, expeça-se nova carta. Intimo a parte autora para que recolha as custas da despesa postal (R$ 20,00 [vinte reais] por carta expedida), no prazo de 15 (quinze) dias. A Requerimento do Exequente, expeça-se certidão do artigo 828, CPC. Cumpra-se.

ADV: ROBERVAL EMERSON OLIVEIRA DE PAULA FILHO (OAB 6721/AM) - Processo 0606810-24.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: Condomínio Residencial Ponta Negra 2 - Cite(m)-se o(s) executado(s) para que, querendo, proceda(m) ao adimplemento do débito indicado na exordial, acrescido de honorários advocatícios, no importe de 10% sobre o valor da dívida, no prazo de 03 (três) dias, conforme o art. 827 c/c 829, caput, do CPC. Se requerido, defiro a indisponibilidade de ativos financeiros em nome do(s) executado(s), no valor indicado na execução (art. 854 do CPC). Caso o(s) devedor(es) não efetuar(em) o pagamento do aludido montante, no prazo legal e não sendo a hipótese do artigo 854 do CPC, autorizo a realização de penhora dos bens em nome do(s) executado(s), via BacenJud e RenaJud, bem como sua avaliação, tudo na forma do §1º do art. 829 do Diploma Processual Civil. Determino, ainda, na hipótese de não localizar o(s) executado(s), o arresto de tantos bens quantos bastem para satisfazer o objeto do presente processo de expropriação do patrimônio do devedor, ex vi do art. 830, caput, também do CPC, através dos mesmos sistemas eletrônicos. Precedente do STJ: PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. EXECUTADOS NÃO LOCALIZADOS. ARRESTO PRÉVIO OU EXECUTIVO. ART. 653 DO CPC. BLOQUEIO ON LINE. POSSIBILIDADE, APÓS O ADVENTO DA LEI N. 11.382/2006. APLICAÇÃO DO ART. 655-A DO CPC, POR ANALOGIA. 1.- "1. O arresto executivo, também designado arresto prévio ou pré-penhora, de que trata o art. 653 do CPC, objetiva assegurar a efetivação de futura penhora na execução por título extrajudicial, na hipótese de o executado não ser encontrado para citação. 2. Frustrada a tentativa de localização do executado, é admissível o arresto de seus bens na modalidade on-line (CPC, art. 655-A, aplicado por analogia). (...)." (REsp 1.370.687/MG, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, DJe 15/08/2013). Em retornando o AR negativo por decorrência de não ter sido encontrado o endereço/réu no endereço indicado, proceda-se à consulta dos dados cadastrais do réu via Bacen/Renajud/Infojud. Indicando, qualquer um desses sistemas, diferente endereço daquele informado na inicial, expeça-se nova carta. Intimo a parte autora para que recolha as custas da despesa postal (R$ 20,00 [vinte reais] por carta expedida), no prazo de 15 (quinze) dias. A Requerimento do Exequente, expeça-se certidão do artigo 828, CPC. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ CARLOS VAN CLEEF DE ALMEIDA SANTOS (OAB 273843/SP) - Processo 0606915-35.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Seguro - EXEQUENTE: Sul América Companhia de Seguro Saúde - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que se manifeste(m) acerca do bloqueio negativo/insuficiente realizado no sistema BACENJUD, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: ISABELLA CARLA MARRA MAGALHÃES BARBOSA (OAB 151018/MG) - Processo 0607141-69.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Elielson Mendes da Silva Me e outros - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Autora para que tome ciência da audiência de Conciliação - CEJUSC - Cível, designada para o dia 04/06/2019 às 10:00h, a ser realizada no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania no 4º Andar /Setor 01 do Fórum de Justiça Henoch Reis - Telefone: (92) 3303-5246.

ADV: MARCOS FÁBIO OLIVEIRA DE LIMA (OAB 11070/AM) - Processo 0608065-80.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Andreliane Cardoso dos Santos - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Autora para que tome ciência da audiência de Conciliação - CEJUSC - Cível, designada para o dia 04/06/2019 às 10:30h, a ser realizada no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania no 4º Andar /Setor 01 do Fórum de Justiça Henoch Reis - Telefone: (92) 3303-5246.

ADV: VINÍCIUS MARTINS DUTRA (OAB 69677/RS) - Processo 0608483-57.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Mútuo - EXEQUENTE: Fundação Aplub de Crédito Educativo - FUNDAPLUB - A Requerimento do Exequente, expeça-se certidão do artigo 828, CPC. Cumpra-se.

ADV: KETLLEN BRAGA CASTRO (OAB 12518/AM), ADV: FABIANO VÍTOR DA CRUZ SANTANA (OAB 12287/AM), ADV: DÉBORAH CAROLINE SANTOS DA SILVA (OAB 12525/AM) - Processo 0608730-96.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Leonardo Soares da Silva Neto - Compulsando os autos, verifico que a parte Requerente deixou de cumprir os requisitos da inicial indicados no art. 319, incisos II e VII, do NCPC, senão vejamos: Art. 319. A petição inicial indicará: I - o juízo a que é dirigida; II - os nomes, os prenomes, o estado civil, a existência de união estável, a profissão, o número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, o endereço eletrônico, o domicílio e a residência do autor e do réu; III - o fato e os fundamentos jurídicos do pedido; IV - o pedido com as suas especificações; V - o valor da causa; VI - as provas com que o autor pretende demonstrar a verdade dos fatos alegados; VII - a opção do autor pela realização ou não de audiência de conciliação ou de mediação. Assim, concedo o prazo de 15 (quinze) dias para que a parte Autora complete a inicial, atentando para os pressupostos supramencionados, sob pena de indeferimento da inicial, nos termos do parágrafo único do artigo 321 do NCPC. Ressalto que deve ser considerando o teor da Portaria n° 2073/2016 - TJAM, que obriga a citação/intimação eletrônica das pessoas jurídicas, faz-se imprescindível que a parte autora informe o endereço eletrônico (email) da empresa Requerida. A parte Autora deve pesquisar junto aos sítios eletrônicos dos órgãos públicos, tais como a da Receita Federal nos casos de se tratar de pessoa jurídica, ou ainda, no próprio Tribunal de Justiça, especificamente no cadastro de intimação eletrônica, na lista de instituições conveniadas, se a parte Requerida ou seu representante legal está ou não cadastrado. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: MARCO ANTÔNIO PORTELLA DE MACÊDO (OAB 2039/AM), ADV: CLÁUDIA SULZBACH PORTELLA DE MACÊDO (OAB 9886/AM), ADV: NILCILENE PEREIRA CAVALCANTE (OAB 9834/AM) - Processo 0608780-59.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: Condomínio Residencial Smille Cidade Nova - Em retornando o AR negativo por decorrência de não ter sido encontrado o endereço/réu no endereço indicado, proceda-se à consulta dos dados cadastrais do réu via Bacen/Renajud/Infojud. Indicando, qualquer um desses sistemas, diferente endereço daquele informado na inicial, expeça-se nova carta. Intimo a parte autora para que recolha as custas da despesa postal (R$ 20,00 [vinte reais] por carta expedida), no prazo de 15 (quinze) dias. A Requerimento do Exequente, expeça-se certidão do artigo 828, CPC.

ADV: MARINEZ DA SILVA ARAÚJO (OAB 8377/AM) - Processo 0608798-46.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Ederley Castro Ramos - R.H. Concedo os benefícios da justiça gratuita, com fundamento no art. 98 e ss., do NCPC. Tendo em vista a verossimilhança das alegações da parte autora, bem como sua condição de hipossuficiente técnica e econômica, defiro a inversão do ônus da prova a seu favor, na forma do artigo 6º, inciso VIII, do CDC. Nos termos do art. 3°, §2°, do CPC/15, "o Estado promoverá, sempre que possível, a solução consensual dos conflitos". Destarte, por conta do dever atribuído ao Estado de estimular a solução por autocomposição, e, tendo em vista que a petição inicial preenche os requisitos de sua admissibilidade, encaminhem-se os autos para o CEJUSC para que seja pautada a audiência de conciliação correspondente. Dê-se ciência de que "o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. (art. 334, §8º, do CPC), e a que a defesa deverá ser apresentada no prazo de quinze dias, na forma do art. 335 do CPC. Em caso de a parte ré não ser encontrada no logradouro declinado na exordial, autorizo a pesquisa de novo endereço por meio dos sistemas BACENJUD, RENAJUD, INFOJUD e SIEL, após o recolhimento dos emolumentos para cada pesquisa solicitada, renove-se a citação. Na hipótese de esgotamento dos meios ordinários de citação pessoal da parte demandada, defiro, mediante prévio requerimento, a citação da parte requerida por edital, na forma do art. 256, III, §3º, do Digesto Processual Civil, ao fito de que a ré, querendo, apresente defesa, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do decurso do prazo de 20 (vinte) dias a que alude o art. 257, III, do CPC. Determino, ainda, que o Edital seja publicado em jornal de ampla circulação, no prazo máximo de 15 dias, por no mínimo duas vezes, na forma do art. 257, parágrafo único, do Código de Processo Civil. Cumpre esclarecer que este iter concerne ao tempo estimado para a realização da citação, findo o qual iniciar-se-á a contagem do prazo para contestação. Impende assinalar, ainda, que, em caso de conduta dolosa atinente ao requerimento da entelada citação por edital, o autor incorrerá em multa de 05 (cinco) salários mínimos, a ser revertida em prol do citando, conforme determina o art. 258, caput e parágrafo único, do CPC. Em não havendo manifestação da parte requerida, nomeio, desde já, a Defensoria Pública para exercer a Curadoria de Especial, nos termos do art. 72, II, parágrafo único, do CPC. Ressalta-se que eventual desinteresse da parte requerida quanto à realização da audiência deverá ser apresentada, por petição, com 10 (dez) dias de antecedência, contados da data da audiência. Apenas no caso de igual negativa de interesse pelo autor - exposta em sua exordial, sob pena de preclusão -, autoriza-se a não realização da audiência, haja vista que a lei exige o duplo desinteresse para que a diligência não seja cumprida (art. 334, §§ 5º e 4º, inc. I, do CPC/15). Nesse caso, retornem-se conclusos os autos. Se a resposta positiva for apresentada tempestivamente, intime-se a parte autora para, no prazo de quinze dias, manifestar-se sobre as peças e documentos entranhados, com esteio nos arts. 350 e 351 do NCPC, bem como especificar, de modo justificado, as provas que ainda pretende produzir, se houver. Se a reconvenção for ajuizada, intime-se a parte autora/reconvinda para que, no prazo de quinze dias, querendo, apresente resposta. Em havendo réplica à defesa ou contestação à reconvenção, intime-se a parte requerida/reconvinte para, também no prazo de quinze dias, dizer sobre tal manifestação e apontar, de modo fundamentado, os meios de prova cuja produção entende necessária ao deslinde da controvérsia sob exame. Caso obtida eventual autocomposição, sejam conclusos os autos para que esta seja reduzida a termo e homologada por sentença definitiva, nos moldes do art. 334, § 11, do CPC. Remetam-se os autos ao CEJUSC para a designação da entelada audiência. Ultimadas tais providências, voltem-me os autos conclusos para deliberação. Cite(m)-se e intime(m)-se. Cumpra-se.

ADV: KELMA SOUZA LIMA (OAB 5470/AM) - Processo 0609074-77.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Adelson da Cunha Filho - A concessão da justiça gratuita não pode ser deferida por mera deliberação diante das afirmações do beneficiário, devendo ser considerado ainda a comprovação do estado de pobreza. Diante do exposto, e de conformidade com o artigo 5º, LXXIV da Constituição Federal, comprove o requerente a condição de beneficiário da justiça gratuita, juntando aos autos documentos de sua condição de hipossuficiência, ou efetue o pagamento das custas

processuais. Assim, concedo o prazo de 15 (quinze) dias, para que a parte Autora complete a inicial atentando para os pressupostos supramencionados, sob pena de indeferimento da inicial, nos termos do parágrafo único do artigo 321 do NCPC. Saliento, por fim, que o transcurso do prazo sem qualquer manifestação da parte Autora acerca da emenda da justiça gratuita ocasionará a condenação em custas processuais, a qual, homologada por sentença, gerará título executivo passível de cobrança judicial e extrajudicial. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: MILENE VIEIRA MARTINS (OAB 12828/AM) - Processo 0609581-38.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Espécies de Títulos de Crédito - REQUERENTE: Herlio Marcos Sardinha de Siqueira - Defiro os benefícios da gratuidade judiciária, com fundamento no art. 98 e ss., do CPC. Cite(m)-se o(s) executado(s) para que, querendo, proceda(m) ao adimplemento do débito indicado na exordial, acrescido de honorários advocatícios, no importe de 10% sobre o valor da dívida, no prazo de 03 (três) dias, conforme o art. 827 c/c 829, caput, do CPC. Se requerido, defiro a indisponibilidade de ativos financeiros em nome do(s) executado(s), no valor indicado na execução (art. 854 do CPC). Caso o(s) devedor(es) não efetuar(em) o pagamento do aludido montante, no prazo legal e não sendo a hipótese do artigo 854 do CPC, autorizo a realização de penhora dos bens em nome do(s) executado(s), via BacenJud e RenaJud, bem como sua avaliação, tudo na forma do §1º do art. 829 do Diploma Processual Civil. Determino, ainda, na hipótese de não localizar o(s) executado(s), o arresto de tantos bens quantos bastem para satisfazer o objeto do presente processo de expropriação do patrimônio do devedor, ex vi do art. 830, caput, também do CPC, através dos mesmos sistemas eletrônicos. Precedente do STJ: PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. EXECUTADOS NÃO LOCALIZADOS. ARRESTO PRÉVIO OU EXECUTIVO. ART. 653 DO CPC. BLOQUEIO ON LINE. POSSIBILIDADE, APÓS O ADVENTO DA LEI N. 11.382/2006. APLICAÇÃO DO ART. 655-A DO CPC, POR ANALOGIA. 1.- "1. O arresto executivo, também designado arresto prévio ou pré-penhora, de que trata o art. 653 do CPC, objetiva assegurar a efetivação de futura penhora na execução por título extrajudicial, na hipótese de o executado não ser encontrado para citação. 2. Frustrada a tentativa de localização do executado, é admissível o arresto de seus bens na modalidade on-line (CPC, art. 655-A, aplicado por analogia). (...)." (REsp 1.370.687/MG, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, DJe 15/08/2013). Em retornando o AR negativo por decorrência de não ter sido encontrado o endereço/réu no endereço indicado, proceda-se à consulta dos dados cadastrais do réu via Bacen/Renajud/Infojud. Indicando, qualquer um desses sistemas, diferente endereço daquele informado na inicial, expeça-se nova carta. Intimo a parte autora para que recolha as custas da despesa postal (R$ 20,00 [vinte reais] por carta expedida), no prazo de 15 (quinze) dias. A Requerimento do Exequente, expeça-se certidão do artigo 828, CPC. Cumpra-se.

ADV: FRANCISCO ANTÔNIO LIMA PINHEIRO (OAB 1605/AM) - Processo 0609630-79.2019.8.04.0001 - Habilitação de Crédito - Classificação de créditos - REQUERENTE: Gerson de Souza Armando - R. H. Cuida-se de Habilitação de Crédito movida por Gerson de Souza Armando em face de Wapmetal Indústria e Comércio de Componentes Metálicos, Máquinas e Equipamentos Ltda., a qual a parte Autora requer seja distribuída por dependência ao Processo n° 0636105-14.2015.8.04.0001 (Recuperação Judicial). Ocorre que, em decisão exarada nos autos da Recuperação Judicial citada, às fls. 490, averbei-me suspeito para atuar naquele feito. Por efeito, averbo-me também suspeito para atuar no presente processo, conexo àquele. Comunique-se à Corregedoria deste Tribunal. Assim sendo, determino a remessa dos presentes autos ao meu substituto legal.

ADV: HUMBERTO ROSSETTI PORTELA (OAB 91263/MG) - Processo 0609735-56.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Locação de Móvel - REQUERENTE: Supermercados DB Ltda. - Compulsando os autos, verifico que a parte Requerente deixou de cumprir os requisitos da inicial indicados no art. 319, incisos II e VII, do NCPC, senão vejamos: Art. 319. A petição inicial indicará: I - o juízo a que é dirigida; II - os nomes, os prenomes, o estado civil, a existência de união estável, a profissão, o número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, o endereço eletrônico, o domicílio e a residência do autor e do réu; III - o fato e os fundamentos jurídicos do pedido; IV - o pedido com as suas especificações; V - o valor da causa; VI - as provas com que o autor pretende demonstrar a verdade dos fatos alegados; VII - a opção do autor pela realização ou não de audiência de conciliação ou de mediação. Outrossim, observo que o Autor indica como um dos Réus a empresa M.B Cruz Freitas - ME (Nome Fantasia: TIM), contudo outra é a pessoa jurídica apontada nos documentos que instruem a sua exordial, qual seja Tech Village Comércio de Eletroeletrônicos Ltda. - ME. Assim, concedo o prazo de 15 (quinze) dias para que a parte Autora complete a inicial, atentando para os pressupostos supramencionados, sob pena de indeferimento da inicial, nos termos do parágrafo único do artigo 321 do NCPC. Ressalto que deve ser considerando o teor da Portaria n° 2073/2016 - TJAM, que obriga a citação/intimação eletrônica das pessoas jurídicas, faz-se imprescindível que a parte autora informe o endereço eletrônico (email) da empresa Requerida. A parte Autora deve pesquisar junto aos sítios eletrônicos dos órgãos públicos, tais como a da Receita Federal nos casos de se tratar de pessoa jurídica, ou ainda, no próprio Tribunal de Justiça, especificamente no cadastro de intimação eletrônica, na lista de instituições conveniadas, se a parte Requerida ou seu representante legal está ou não cadastrado. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: JOÃO EURICO BRASILEIRO DE SOUZA FARIA (OAB 8312/AM), ADV: LIA DE SOUZA FARIA (OAB 10211/AM) - Processo 0609820-13.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: Manoel Ferreira do Nascimento - À Secretaria, para que repita o ato de fl. 127, promovendo a citação do INSS por seu órgão competente, com a devolução do prazo de contestação ao Réu. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: SOLON ANGELIM DE ALENCAR FERREIRA (OAB 3338/AM) - Processo 0609968-53.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo - REQUERENTE: Phs Empreendimentos Ltda. - Considerando a Portaria n° 490/2017-PTJ, o princípio constitucional da acessibilidade ao Poder Judiciário estipulado no art. 5º, XXXV, CF/88, e o disposto no art. 98, §6°, do CPC/2015, defiro o pedido de pagamento parcelado de custas iniciais que se dará nos termos da Portaria mencionada, a saber: Art.1°. O parcelamento das custas processuais poderá ser realizado em até 06 (seis) parcelas mensais e sucessivas, cujo pagamento integral deverá ocorrer antes da sentença, com correção monetária, incumbindo à serventia a fiscalização quanto ao correto recolhimentos das respectivas parcelas. Art. 2°. O parcelamento referir-se-á tão somente às custas do processo, não abrangendo, em hipótese alguma, as despesas processuais. Art. 3°. Compete ao interessado a emissão dos boletos bancários no sítio do Tribunal de Justiça do Amazonas (www.tjam. jus.br), no portal de serviços @-SAJ - custas processuais. Art. 4º A Contadoria Judicial prestará suporte técnico às unidades na elaboração dos cálculos de atualização monetária das custas e subsidiará as serventias na fiscalização dos pagamentos. Insurge salientar que, embora a referida portaria não informe o termo inicial do referido pagamento, este juízo determina que a parte autora efetue o pagamento da primeira parcela em até 30 (trinta) dias a contar da publicação desta decisão, comprovando nestes autos a primeira parcela bem como as demais sucessivamente. Informo ainda, que tal procedimento será adotado a fim de que possibilite à Secretaria a fiscalização em conformidade com a Portaria em epígrafe, bem como, a fim de evitar prejuízos ao autor quanto à ordem cronológica de prolatação de sentença conforme o CPC/2015. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0610302-97.2013.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta de endereço almejada nos sistemas conveniados (SIEL), levando-se em consideração a quantidade

de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, bem como, no caso de consulta no SIEL, informe o nome completo da genitora da parte a ser consultada, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: BAIRON ANTÔNIO DO NASCIMENTO JÚNIOR (OAB 3795/AM), ADV: JANAINA MARIA ALBUQUERQUE FOGASSA (OAB 13800/AM) - Processo 0611285-62.2014.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cheque - EXEQUENTE: Isabel Cristina Rodrigues Santiago de Faria e Cunha - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que se manifeste(m) acerca do bloqueio negativo/insuficiente realizado no sistema BACENJUD, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM), ADV: LÚCIA CRISTINA PINHO ROSAS (OAB 5109/AM) - Processo 0612649-98.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta almejada no sistema conveniado (ERIDFT), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: MARCELO DE SOUZA FERREIRA (OAB 8664/AM), ADV: ANA SARAH TELES MONTEIRO (OAB 10519/AM) - Processo 0612898-78.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Comissão - REQUERENTE: João Batista Braga Filho e outro - REQUERIDO: Reginaldo José de Bessa e outro - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: JOSÉ AUGUSTO DE REZENDE JÚNIOR (OAB A1109/AM), ADV: DELIAS TUPINAMBÁ VIEIRALVES (OAB 2268/AM) - Processo 0613059-59.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - EXECUTADO: Marinalvo Ferreira da Silva - Em conformidade com o art. 1º, XXVI, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte excepta para manifestar-se sobre exceção de pré-executividade, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: BRUNO HENRIQUE DE OLIVEIRA VANDERLEI (OAB 21678/PE), ADV: WALDIR EUGÊNIO DE SOUZA (OAB 11350/AM), ADV: WILLIAN DO NASCIMENTO TELLES (OAB 9688/AM) - Processo 0613454-51.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Maria Lucinene Gama Fragoso - REQUERIDO: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - De ordem, ficam intimadas as partes, por seus advogados habilitados no feito, para que no prazo de cinco dias (art. 485, III e § 1º, do NCPC c/c art. 317, NCPC) manifestem interesse no prosseguimento do feito, requerendo o que lhes parecer de direito, sob pena de extinção do processo, sem resolução do mérito.

ADV: AMANDIO FERREIRA TERESO JÚNIOR (OAB 739A/AM), ADV: MARIA LUCÍLIA GOMES (OAB 313A/AM) - Processo 0613948-76.2017.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Bradesco Administradora de Consórcios Ltda. - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo.

ADV: KELLY ANNE CORRÊA DE OLIVEIRA (OAB 9330/AM) - Processo 0614365-92.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Romeu Beltrão de Souza - Por tais razões, concedo liminarmente a tutela vindicada, amparado pelo art. 300, § 2º, do NCPC, para determinar ao Requerido que se abstenha de efetuar qualquer desconto na folha de pagamento da parte Autora relacionado à relação jurídica objeto da lide. Vislumbro, por fim, que a ré tem melhores condições técnicas de demonstrar o tipo de relação jurídica com a parte demandante e quais as suas condições. Desta feita, inverto o ônus da prova para que a instituição financeira colacione ao caderno processual até a audiência de conciliação, o contrato de empréstimo cartão de crédito consignado, em virtude da hipossufiência informacional e técnica do autor, na qualidade de consumidor, nos termos do artigo 6º, VIII do CPC. Neste sentido, o STJ determina que: RECURSO ESPECIAL REPETITIVO (ART. 543-C DO CPC) - AÇÃO DECOBRANÇA - EXPURGOS INFLACIONÁRIOS EM CADERNETA DEPOUPANÇA - PLANOS BRESSER E VERÃO - PRELIMINAR -PRESCRIÇÃO VINTENÁRIA - NÃO-OCORRÊNCIA - EXIBIÇÃO DOSEXTRATOS BANCÁRIOS - INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA EM FAVORDA CORRENTISTA - POSSIBILIDADE - OBRIGAÇÃO DECORRENTE DELEI - CONDICIONAMENTO OU RECUSA - INADMISSIBILIDADE -RESSALVA - DEMONSTRAÇÃO DE INDÍCIOS MÍNIMOS DA EXISTÊNCIADA CONTRATAÇÃO - INCUMBÊNCIA DO AUTOR (ART. 333, I, DO CPC)- ART. 6º DA LEI DE INTRODUÇÃO AO CÓDIGO CIVIL - AUSÊNCIA DEPREQUESTIONAMENTO - INCIDÊNCIA DO ENUNCIADO N. 211/STJ - NOCASO CONCRETO, RECURSO ESPECIAL IMPROVIDO. I - Preliminar: nas ações em que se discutem os critérios deremuneração de caderneta de poupança e são postuladas asrespectivas diferenças de correção monetária e dos jurosremuneratórios, o prazo prescricional é de vinte anos, não transcorrido,na espécie; II - A obrigação da instituição financeira de exibir os extratos bancáriosnecessários à comprovação das alegações do correntista decorre delei, já que se trata de relação jurídica tutelada pelas normas do Códigodo Consumidor, de integração contratual compulsória, não podendo serobjeto de recusa nem de condicionantes, em face do princípio daboa-fé objetiva; III - A questão relativa ao art. 6º da LICC não foi objeto de debate no v.acórdão recorrido, ressentindo-se o especial, portanto, doindispensável prequestionamento, incindindo, na espécie, o Enunciadon. 211/STJ; IV - Para fins do disposto no art. 543-C, do Código de Processo Civil, écabível a inversão do ônus da prova em favor do consumidor para o fimde determinar às instituições financeiras a exibição de extratosbancários, enquanto não estiver prescrita a eventual ação sobre eles,tratando-se de obrigação decorrente de lei e de integração contratualcompulsória, não sujeita à recusa ou condicionantes, tais como oadiantamento dos custos da operação pelo correntista e a prévia recusa administrativa da instituição financeira em exibir osdocumentos, com a ressalva de que ao correntista, autor da ação,incumbe a demonstração da plausibilidade da relação jurídica alegada,com indícios mínimos capazes de comprovar a existência dacontratação, devendo, ainda, especificar, de modo preciso, os períodosem que pretenda ver exibidos os extratos; V - Recurso especial improvido, no caso concreto. (RECURSO ESPECIAL Nº 1.133.872 - PB (2009/0130944-4), Rel. Ministro Massami Uyeda, Segunda Seção, julgado em 14.12.2011, DJe 28.03.2012, Tema 411. Prosseguindo, remetam-se os autos para o Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Conflitos-CEJUSC, para que procedam a designação de audiência de conciliação/mediação, bem como realizem a citação da parte Requerida e a intimação das partes para comparecerem à audiência agendada, nos moldes do art. 334, do NCPC. Não havendo audiência ou autocomposição, a parte Requerida poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data prevista no art. 335, do NCPC, sob pena de revelia. Ressalto que o não comparecimento injustificado da parte Autora ou da parte Requerida à audiência designada é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será cominado com multa de 2% (dois por cento) da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, nos termos do art. 334, § 8º, do NCPC. Em caso de AR Negativo devolvido em razão de ausência ou recusa do Requerido, defiro, desde logo, a expedição de competente mandado de citação. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: CAIO PATRICK COELHO SILVA ANDADE (OAB 13408/AM), ADV: PEDRO CÂMARA - SOCIEDADE DE ADVOGADOS (OAB 613/AM), ADV: VICTÓRIA DUTRA DE ALENCAR ARANTES (OAB 188133/RJ), ADV: JÚLIA GABRIELA TRINDADE DE MELO (OAB 8074/AM), ADV: ISABELLE BENLOLO DE AZEVEDO (OAB

11737/AM), ADV: PEDRO CÂMARA JÚNIOR (OAB 2834/AM), ADV: ELAISE MOSS PORTELA (OAB 7689/AM) - Processo 0614651-12.2014.8.04.0001 - Consignação em Pagamento - Pagamento em Consignação - CONSIGNANTE: Unimed de Manaus Cooperativa de Trabalho Médico Ltda. - CONSIGNADO: Labor Terceirizações Ltda. - R.H Cumpra-se o despacho de fls. 350.

ADV: RUBENS EDMAR VERONEZZI (OAB 4259/AM) - Processo 0614678-58.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - EXEQUENTE: Leandro Carneiro Leite - Certificado o decurso do prazo sem qualquer manifestação do executado às fls. 24, caso o(s) devedor(es) não efetuar(em) o pagamento do aludido montante, no prazo legal e não sendo a hipótese do artigo 854 do CPC, autorizo a realização de penhora dos bens em nome do(s) executado(s), via BacenJud e RenaJud, bem como sua avaliação, tudo na forma do §1º do art. 829 do Diploma Processual Civil. Determino, ainda, na hipótese de não localizar o(s) executado(s), o arresto de tantos bens quantos bastem para satisfazer o objeto do presente processo de expropriação do patrimônio do devedor, ex vi do art. 830, caput, também do CPC, através dos mesmos sistemas eletrônicos. Precedente do STJ: PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. EXECUTADOS NÃO LOCALIZADOS. ARRESTO PRÉVIO OU EXECUTIVO. ART. 653 DO CPC. BLOQUEIO ON LINE. POSSIBILIDADE, APÓS O ADVENTO DA LEI N. 11.382/2006. APLICAÇÃO DO ART. 655-A DO CPC, POR ANALOGIA. 1.- "1. O arresto executivo, também designado arresto prévio ou pré-penhora, de que trata o art. 653 do CPC, objetiva assegurar a efetivação de futura penhora na execução por título extrajudicial, na hipótese de o executado não ser encontrado para citação. 2. Frustrada a tentativa de localização do executado, é admissível o arresto de seus bens na modalidade on-line (CPC, art. 655-A, aplicado por analogia). (...)." (REsp 1.370.687/MG, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, DJe 15/08/2013). A Requerimento do Exequente, expeça-se certidão do artigo 828, CPC. Cumpra-se.

ADV: RENATO DE SOUZA PINTO (OAB 8794/AM), ADV: JOÃO BOSCO DE ALBUQUERQUE TOLEDANO (OAB 1456/AM), ADV: SANDRO ABREU TORRES (OAB 4078/AM), ADV: ALEXANDRO MAGNO FERREIRA DE ARAÚJO (OAB 7983/AM) - Processo 0614792-60.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum - Direito de Imagem - REQUERENTE: Rubens Damianos Lapas - REQUERIDO: Uniodonto de Manaus Cooperativa de Trabalho Odontológico Ltda. - R. H. Determino à Secretaria que certifique a existência de peritos no Banco de Peritos deste Tribunal de Justiça, na especialidade de cirurgião dentista, como requer, em conformidade com a Resolução n° 233/2016 do CNJ. Após, voltem-me conclusos. Cumpra-se.

ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM), ADV: LÁZARO JOSÉ GOMES JÚNIOR (OAB 8125/MS) - Processo 0616205-74.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum - Interpretação / Revisão de Contrato - REQUERENTE: Edson da Silva Campos - REQUERIDO: Crefisa S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - Preceitua o art. 355, do CPC/15: Art. 355. O juiz julgará antecipadamente o pedido, proferindo sentença com resolução de mérito, quando: I - não houver necessidade de produção de outras provas; II - o réu for revel, ocorrer o efeito previsto noart. 344e não houver requerimento de prova, na forma doart. 349. Compulsando os autos, entendo que a matéria debatida comporta julgamento antecipado, na forma do art. 355, I do novel Digesto Processual Civil. Após, voltem-me os autos conclusos. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: MATHEUS NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 7197/AM), ADV: CARLOS DANIEL RANGEL BARRETTO SEGUNDO (OAB 5035/AM), ADV: ELIANA DE OLIVEIRA RESENDE (OAB 12168/AM) - Processo 0616407-17.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Locação de Imóvel - EXEQUENTE: Supermercado San Juan Ltda. - EXECUTADO: Natureza Comércio de Descartável Ltda. e outro - De ordem, intimo o autor para recolher as custas iniciais, sob pena de extinção, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: DIOGO HENRIQUE VIEIRA BARRETO (OAB 9487/AM), ADV: KELSON GIRÃO DE SOUZA (OAB 7670/AM), ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0616585-63.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Perdas e Danos - REQUERENTE: Sérgio Nascimento Martins - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: ALEXANDRE COELHO DA SILVA (OAB 5846/AM), ADV: FÉLIX DE MELO FERREIRA (OAB 3032/AM) - Processo 0616912-47.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Klinger Santos Marinho - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0617611-04.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Preceitua o art. 355, do CPC/15: Art. 355. O juiz julgará antecipadamente o pedido, proferindo sentença com resolução de mérito, quando: I - não houver necessidade de produção de outras provas; II - o réu for revel, ocorrer o efeito previsto noart. 344e não houver requerimento de prova, na forma doart. 349. Compulsando os autos, entendo que a matéria debatida comporta julgamento antecipado, na forma do art. 355, I do novel Digesto Processual Civil. Após, voltem-me os autos conclusos. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: KELLY ANNE CORRÊA DE OLIVEIRA (OAB 9330/AM) - Processo 0618123-79.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: João Marcos Torres dos Santos - Por tais razões, concedo liminarmente a tutela vindicada, amparado pelo art. 300, § 2º, do NCPC, para determinar ao requerido que se suspenda os descontos consignados a título "BIB Cartão de Crédito" em folha de pagamento diante do órgão público em que o autor exerce atividade. Faça-o no prazo de 3 (três) dias, sob pena de multa de R$ 1.000,00 (um mil reais) ao dia, até o limite de 5 (cinco) dias-multa. Vislumbro, por fim, que a ré tem melhores condições técnicas de demonstrar o tipo de relação jurídica com a parte demandante e quais as suas condições. Desta feita, inverto o ônus da prova para que a instituição financeira colacione ao caderno processual até a audiência de conciliação, o contrato de empréstimo cartão de crédito consignado, em virtude da hipossufiência informacional e técnica do autor, na qualidade de consumidor, nos termos do artigo 6º, VIII do CPC. Neste sentido, o STJ determina que: RECURSO ESPECIAL REPETITIVO (ART. 543-C DO CPC) - AÇÃO DECOBRANÇA - EXPURGOS INFLACIONÁRIOS EM CADERNETA DEPOUPANÇA - PLANOS BRESSER E VERÃO - PRELIMINAR -PRESCRIÇÃO VINTENÁRIA - NÃO-OCORRÊNCIA - EXIBIÇÃO DOSEXTRATOS BANCÁRIOS - INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA EM FAVORDA CORRENTISTA - POSSIBILIDADE - OBRIGAÇÃO DECORRENTE DELEI - CONDICIONAMENTO OU RECUSA - INADMISSIBILIDADE -RESSALVA - DEMONSTRAÇÃO DE INDÍCIOS MÍNIMOS DA EXISTÊNCIADA CONTRATAÇÃO - INCUMBÊNCIA DO AUTOR (ART. 333, I, DO CPC)- ART. 6º DA LEI DE INTRODUÇÃO AO CÓDIGO CIVIL - AUSÊNCIA DEPREQUESTIONAMENTO - INCIDÊNCIA DO ENUNCIADO N. 211/STJ - NOCASO CONCRETO, RECURSO ESPECIAL IMPROVIDO. I - Preliminar: nas ações em que se discutem os critérios deremuneração de caderneta de poupança e são postuladas asrespectivas diferenças de correção monetária e dos jurosremuneratórios, o prazo prescricional é de vinte anos, não transcorrido,na espécie; II - A obrigação da instituição financeira de exibir os extratos bancáriosnecessários à comprovação das alegações do correntista decorre delei, já que se trata de relação jurídica tutelada pelas normas do Códigodo Consumidor, de integração contratual compulsória, não podendo serobjeto de recusa nem de condicionantes, em face do princípio daboa-fé objetiva; III - A questão relativa ao art. 6º da LICC não foi objeto de debate no v.acórdão recorrido, ressentindo-se o especial, portanto, doindispensável prequestionamento, incindindo, na espécie, o Enunciadon. 211/STJ; IV - Para fins do disposto no art. 543-C, do Código de Processo Civil, écabível a inversão do ônus da prova em favor do consumidor para o fimde determinar às

instituições financeiras a exibição de extratosbancários, enquanto não estiver prescrita a eventual ação sobre eles,tratando-se de obrigação decorrente de lei e de integração contratualcompulsória, não sujeita à recusa ou condicionantes, tais como oadiantamento dos custos da operação pelo correntista e a prévia recusa administrativa da instituição financeira em exibir osdocumentos, com a ressalva de que ao correntista, autor da ação,incumbe a demonstração da plausibilidade da relação jurídica alegada,com indícios mínimos capazes de comprovar a existência dacontratação, devendo, ainda, especificar, de modo preciso, os períodosem que pretenda ver exibidos os extratos; V - Recurso especial improvido, no caso concreto. (RECURSO ESPECIAL Nº 1.133.872 - PB (2009/0130944-4), Rel. Ministro Massami Uyeda, Segunda Seção, julgado em 14.12.2011, DJe 28.03.2012, Tema 411. Prosseguindo, remetam-se os autos para o Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Conflitos-CEJUSC, para que procedam a designação de audiência de conciliação/mediação, bem como realizem a citação da parte Requerida e a intimação das partes para comparecerem à audiência agendada, nos moldes do art. 334, do NCPC. Não havendo audiência ou autocomposição, a parte Requerida poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data prevista no art. 335, do NCPC, sob pena de revelia. Ressalto que o não comparecimento injustificado da parte Autora ou da parte Requerida à audiência designada é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será cominado com multa de 2% (dois por cento) da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, nos termos do art. 334, § 8º, do NCPC. Em caso de AR Negativo devolvido em razão de ausência ou recusa do Requerido, defiro, desde logo, a expedição de competente mandado de citação. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: CHRISTINA CUNHA E SILVA MEIRELLES (OAB 7896/AM), ADV: ALFREDO MOACYR CABRAL (OAB 341/AM), ADV: CAROLINE CUNHA E SILVA MEIRELLES (OAB 4940/AM) - Processo 0618886-22.2014.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Promessa de Compra e Venda - EXEQUENTE: Staff Construções Ltda. - No tocante a penhora realizada sobre o imóvel em questão, vejo que assiste razão a parte demandada posto que o imóvel em questão não se encontra em nome do devedor, sendo, portanto, nula a penhora realizada fora dos moldes do que determina o artigo 835, §1º, do CPC. Nesse sentido, defiro o pedido para tornar nula a penhora efetuadas à fls. 47/53 , com arrimo no artigo 835, §1º, do CPC. Outrossim, defiro o pedido de Bacenjud a ser realizado no valor atualizado apontado às fls. 92. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: RONDINELI FERREIRA PINTO (OAB 10389/PA), ADV: ADEMÁRIO DO ROSÁRIO AZEVEDO (OAB 2926/AM), ADV: WISTON FEITOSA DE SOUSA (OAB 6596/AM) - Processo 0620056-24.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Valor da Execução / Cálculo / Atualização - EXEQUENTE: C. A. Martins Navegação - ME - EXECUTADO: Transdourada Navegação Ltda. e outros - Intimem-se as partes, por seus advogados habilitados no feito, para que no prazo de cinco dias (art. 485, III e § 1º, do NCPC c/c art. 317, NCPC) apresentem informação sobre o eventual desfecho do agravo interposto e manifestem interesse no prosseguimento do presente feito, requerendo o que lhes parecer de direito, sob pena de extinção do processo, sem resolução do mérito. Cumpra-se.

ADV: JOÃO ROAS DA SILVA (OAB 98981/MG) - Processo 0620850-84.2013.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Intermedium S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que se manifeste(m) acerca do bloqueio negativo/insuficiente realizado no sistema BACENJUD, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: WISTON FEITOSA DE SOUSA (OAB 6596/AM), ADV: ADEMÁRIO DO ROSÁRIO AZEVEDO (OAB 2926/AM), ADV: SUERDA CARLA CAMPOS MORAIS DE ARAÚJO (OAB 4083/AM) - Processo 0621142-64.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum - Direito de Imagem - REQUERENTE: Wilians Eduardo Rodrigues de Castro - REQUERIDO: EUCATUR - Empresa União Cascavel de Transportes e Turismo Ltda. - R. H. Determino à Secretaria que certifique a existência de peritos médicos no Banco de Peritos deste Tribunal de Justiça, na especialidade de ortopedista, como requer, em conformidade com a Resolução n° 233/2016 do CNJ. Após, voltem-me conclusos. Cumpra-se.

ADV: PRISCILA LIMA MONTEIRO (OAB 5901/AM) - Processo 0621552-59.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Pagamento - REQUERENTE: Bravvatech Indústria e Comércio de Componentes Eletrônicos Ltda. - Intime-se a parte vencida, na pessoa de seu patrono para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, pagar o montante da condenação, sob pena de incidir multa e honorários advocatícios no percentual de 10% (dez por cento), bem como ser expedido mandado de penhora e avaliação sobre seus bens, seguindo-se os atos de expropriação, nos termos do art. 523 do NCPC, in verbis: Art. 523. No caso de condenação em quantia certa, ou já fixada em liquidação, e no caso de decisão sobre parcela incontroversa, o cumprimento definitivo da sentença far-se-á a requerimento do exequente, sendo o executado intimado para pagar o débito, no prazo de 15 (quinze) dias, acrescido de custas, se houver. § 1o Não ocorrendo pagamento voluntário no prazo do caput, o débito será acrescido de multa de dez por cento e, também, de honorários de advogado de dez por cento. § 2o Efetuado o pagamento parcial no prazo previsto no caput, a multa e os honorários previstos no § 1o incidirão sobre o restante. § 3o Não efetuado tempestivamente o pagamento voluntário, será expedido, desde logo, mandado de penhora e avaliação, seguindo-se os atos de expropriação. Cumpra-se.

ADV: FERNANDO LUZ PEREIRA (OAB A658AM), ADV: EDNEY MARTINS GUILHERME (OAB 177167/SP), ADV: MOISÉS BATISTA DE SOUZA (OAB 469A/AM), ADV: FRANROBSON RODRIGUES RIBEIRO (OAB 5441/AM) - Processo 0621697-47.2017.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - REQUERIDA: Cherla Gama da Silva - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: RISONALDO DE MELO LIMA JÚNIOR (OAB 6997/AM), ADV: ADEMAR LINS VITÓRIO FILHO (OAB 5269/AM) - Processo 0622174-12.2013.8.04.0001 (apensado ao processo 0600819-43.2013.8.04.0001) - Interdito Proibitório - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: Francisco Paulino dos Santos - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha/complemente as custas postais e junte comprovante de recolhimento, conforme Provimento nº 273/CGJ, levando-se em consideração a quantidade de partes e endereços que deverão constar na(s) carta(s), no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. .

ADV: ÂNGELA MARIA LEITE DE ARAÚJO SILVA (OAB 6940/AM) - Processo 0622453-56.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Raquel dos Santos de Araújo - Intimem-se as partes, por seus advogados habilitados no feito, para que no prazo de cinco dias (art. 485, III e § 1º, do NCPC c/c art. 317, NCPC) manifestem interesse no prosseguimento do feito, requerendo o que lhes parecer de direito, sob pena de extinção do processo, sem resolução do mérito. Cumpra-se.

ADV: LAURA MARIA SANTIAGO LUCAS (OAB 4872/AM), ADV: DANIEL PEREIRA DA SILVA NETO (OAB 5055/AM), ADV: LUANA DE ASSIS PIRES (OAB 5030/AM), ADV: ANNESON FRANK PAULINO DE SOUZA (OAB 11981/AM) - Processo 0622879-10.2013.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cheque - EXEQUENTE: R. C. Recebíveis Ltda. - EXECUTADA: Maria Nilza dos Santos Campos e outros - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, c/c o art. 854, §§2º e 3º do CPC, intimo a(s) parte(s) executada(s) para que se manifeste(m) acerca do resultado de bloqueio realizado via sistema BACENJUD, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: RODRIGO JOSÉ RODRIGUES ALVES BRASILEIRO (OAB 902A/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE) - Processo 0622933-97.2018.8.04.0001 (apensado ao processo 0622929-60.2018.8.04.0001) - Procedimento Comum

- Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Nely Bispo de Lima - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: NELSON DOS SANTOS ALE JÚNIOR (OAB 8507/AM), ADV: RAPHAELA BATISTA DE OLIVEIRA (OAB 9169AC) - Processo 0623528-04.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Nelson dos Santos Ale Júnior - REQUERIDO: Urbis Empreendimentos Imobiliários S/A - Compulsando os autos, entendo que a matéria debatida comporta julgamento antecipado, na forma do art. 355, I do novel Digesto Processual Civil. Após, voltem-me os autos conclusos. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ROMMEL JÚNIOR QUEIROZ RODRIGUES (OAB 8279/AM), ADV: RODRIGO FERNANDO DE ALMEIDA OLIVEIRA (OAB 799A/AM) - Processo 0623745-18.2013.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - EXEQUENTE: Rego e Mendes Construções Ltda. - EPP - EXECUTADO: Luiz Otávio Bastos Bastos - Considerando a petição de fls. 183, defiro o pedido de consulta e penhora online do Sistema de Registro de Imóveis Eletrônico - RIDFT. Ressalto que a penhora on-line dos referidos imóveis está condicionada à demonstração da titularidade ser de propriedade da executada, bem como à indicação de um fiel depositário do bem imóvel a ser penhorado. Intime-se a parte pleiteante para pagar as custas de cumprimento da ordem (Portaria 116/2017-PTJ), sob pena de extinção. Após a comprovação do pagamento, voltem-me. Cumpra-se.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0623884-33.2014.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção do feito, por ausência de pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo.

ADV: PAULO ROGÉRIO ARANTES (OAB 1509/AM), ADV: NATASJA DESCHOOLMEESTER (OAB 2140/AM), ADV: RAFAEL ALLBUQUERQUE GOMES DE OLIVEIRA (OAB 4831/AM), ADV: MALBER MAGALHÃES SOUZA TAVARES (OAB 6455/AM) - Processo 0624142-09.2015.8.04.0001 (apensado ao processo 0609584-95.2016.8.04.0001) - Procedimento Comum - Rescisão / Resolução - REQUERENTE: M. T. Comércio de Alimentos Ltda. - EPP - REQUERIDO: JHSF Manaus Empreendimentos e Incorporações Ltda. e outros - Compulsando os autos, entendo que a matéria debatida comporta julgamento antecipado, na forma do art. 355, I do novel Digesto Processual Civil. Após, voltem-me os autos conclusos. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: WALLISON DANIEL DIAS OLIVEIRA (OAB 8932/AM) - Processo 0625058-72.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condomínio Residencial Parque Lusitano - Defiro os benefícios da justiça gratuita, com fundamento no art. 98 e ss., do CPC/2015. Cite(m)-se o(s) executado(s) para que, querendo, proceda(m) ao adimplemento do débito indicado na exordial, acrescido de honorários advocatícios, no importe de 10% sobre o valor da dívida, no prazo de 03 (três) dias, conforme o art. 827 c/c 829, caput, do CPC. Se requerido, defiro a indisponibilidade de ativos financeiros em nome do(s) executado(s), no valor indicado na execução (art. 854 do CPC). Caso o(s) devedor(es) não efetuar(em) o pagamento do aludido montante, no prazo legal e não sendo a hipótese do artigo 854 do CPC, autorizo a realização de penhora dos bens em nome do(s) executado(s), via BacenJud e RenaJud, bem como sua avaliação, tudo na forma do §1º do art. 829 do Diploma Processual Civil. Determino, ainda, na hipótese de não localizar o(s) executado(s), o arresto de tantos bens quantos bastem para satisfazer o objeto do presente processo de expropriação do patrimônio do devedor, ex vi do art. 830, caput, também do CPC, através dos mesmos sistemas eletrônicos. Precedente do STJ: PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. EXECUTADOS NÃO LOCALIZADOS. ARRESTO PRÉVIO OU EXECUTIVO. ART. 653 DO CPC. BLOQUEIO ON LINE. POSSIBILIDADE, APÓS O ADVENTO DA LEI N. 11.382/2006. APLICAÇÃO DO ART. 655-A DO CPC, POR ANALOGIA. 1.- "1. O arresto executivo, também designado arresto prévio ou pré-penhora, de que trata o art. 653 do CPC, objetiva assegurar a efetivação de futura penhora na execução por título extrajudicial, na hipótese de o executado não ser encontrado para citação. 2. Frustrada a tentativa de localização do executado, é admissível o arresto de seus bens na modalidade on-line (CPC, art. 655-A, aplicado por analogia). (...)." (REsp 1.370.687/MG, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, DJe 15/08/2013). Em retornando o AR negativo por decorrência de não ter sido encontrado o endereço/réu no endereço indicado, proceda-se à consulta dos dados cadastrais do réu via Bacen/Renajud/Infojud. Indicando, qualquer um desses sistemas, diferente endereço daquele informado na inicial, expeça-se nova carta. Intimo a parte autora para que recolha as custas da despesa postal (R$ 20,00 [vinte reais] por carta expedida), no prazo de 15 (quinze) dias. A Requerimento do Exequente, expeça-se certidão do artigo 828, CPC. Cumpra-se.

ADV: BRUNO HENRIQUE DE OLIVEIRA VANDERLEI (OAB 21678/PE) - Processo 0625792-23.2017.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Volkswagen S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: JANE CLEIDE ALVES DA SILVA (OAB 217623/SP) - Processo 0626568-23.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - EXEQUENTE: Pincéis Compel Indústria e Comércio Ltda. - Remetam-se os autos à Contadoria para que gere competente Guia de Recolhimento referente ao preparo, juntando-a no feito. Após a referida juntada, intime-se a parte Autora, por seu advogado habilitado nos autos, para, no prazo de 15 (quinze) dias, pagar as custas iniciais, sob pena de cancelamento da distribuição do feito, a teor do disposto no art. 290, do NCPC, in verbis: Art. 290. Será cancelada a distribuição do feito se a parte, intimada na pessoa de seu advogado, não realizar o pagamento das custas e despesas de ingresso em 15 (quinze) dias. Cumpra-se.

ADV: JÚLIO DE CARVALHO PAULA LIMA (OAB A1149AM) - Processo 0627087-61.2018.8.04.0001 (apensado ao processo 0605816-93.2018.8.04.0001) - Embargos à Execução - Extinção da Execução - EMBARGANTE: Paulo Ronaldo Bomfim D'oliveira e outro - Intime-se a parte Embargada para se manifestar acerca do teor dos embargos à execução e documentos apensados nos presentes autos, no prazo de 15 (quinze) dias. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ CARLOS SKRZYSZOWSKI JÚNIOR (OAB 45445/PR), ADV: ERIVELTON PINHEIRO DE MENEZES (OAB 7181/AM), ADV: JOSÉ CARLOS SKRZYSZOWSKI JÚNIOR (OAB 862A/AM), ADV: JONATHAS MACIEL DE MENEZES (OAB 11140/AM) - Processo 0627111-31.2014.8.04.0001 - Exibição - Liminar - REQUERENTE: Jônathas Maciel de Menezes - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Intime-se a parte Requerente para, no prazo de 5 (cinco) dias, se manifestar acerca da petição de fl. 81.

ADV: ANDRÉA CRISTINA DA COSTA LE SUEUR (OAB 6161/AM), ADV: MANOEL ARCHANJO DAMA FILHO (OAB 4482/MT) - Processo 0627260-22.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - EXEQUENTE: Canopus Administradora de Consórcios S/A - R. H. Defiro o pedido de BACENJUD postulado às fls. 101. Ressalto que o posicionamento do STJ é neste sentido: PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. EXECUTADOS NÃO LOCALIZADOS. ARRESTO PRÉVIO OU EXECUTIVO. ART. 653 DO CPC. BLOQUEIO ON LINE. POSSIBILIDADE, APÓS O ADVENTO DA LEI N. 11.382/2006. APLICAÇÃO DO ART. 655-A

DO CPC, POR ANALOGIA. 1.- "1. O arresto executivo, também designado arresto prévio ou pré-penhora, de que trata o art. 653 do CPC, objetiva assegurar a efetivação de futura penhora na execução por título extrajudicial, na hipótese de o executado não ser encontrado para citação. 2.Frustrada a tentativa de localização do executado, é admissível o arresto de seus bens na modalidade on-line (CPC, art. 655-A, aplicado por analogia). (...)." (REsp 1.370.687/MG, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, DJe 15/08/2013). 2.- Recurso Especial provido, para permitir o arresto on line, a ser efetivado na origem.(REsp 1338032/SP, Rel. Ministro SIDNEI BENETI, TERCEIRA TURMA, julgado em 05/11/2013, DJe 29/11/2013)" g.n. Proceda-se à pesquisa via sistema automatizado Bacen-jud para eventual bloqueio de valores. Intime-se a parte Autora para pagar as custas de cumprimento da ordem (Portaria 116/2017-PTJ), sob pena de extinção. Cumpra-se.

ADV: AGUIBERTO CAMILO REDI (OAB 202A/AM) - Processo 0627288-24.2016.8.04.0001 (apensado ao processo 0612167-53.2016.8.04.0001) - Embargos à Execução - Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução - EMBARGANTE: Bellanne Engenharia Eireli - ME e outro - R. H. Determino a intimação da parte embargada para, querendo, impugnar os embargos à execução opostos no prazo legal. Após, retornem-me os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: BRUNO BEZERRA DE SOUZA (OAB 19352/PE), ADV: PAULO MARCOS RODRIGUES BRANCHER (OAB 146221/SP) - Processo 0628485-14.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Compra e Venda - EXEQUENTE: Esko-Graphics Inc. - R. H. Compulsando os autos, verifico que a parte requerida manifestou-se espontaneamente às fls. 169/176, por meio de petição nos autos principais, denominada Embargos da Monitória, o qual entendo como Embargos à Execução. Os Embargos à Execução é o meio de defesa pelo qual a parte executada, sendo que estes serão distribuídos por dependência, ou seja, este tipo defesa tramita em autos apartados e as custas iniciais pertinentes a estes devem ser recolhidas, conforme dispõe o artigo 914 do CPC c/c artigo 290 do CPC. Desta feita, intime-se a parte requerida, por seu advogado habilitado nos autos, para no prazo de 15 (quinze dias), providencie a distribuição em autos apartados dos embargos à execução e pagar as custas iniciais, sob pena de cancelamento da distribuição do feito, a teor do disposto no art. 290, do NCPC, in verbis: "Art. 290. Será cancelada a distribuição do feito se a parte, intimada na pessoa de seu advogado, não realizar o pagamento das custas e despesas de ingresso em 15 (quinze) dias." Cumpra-se.

ADV: ROGÉRIO PINTO MARTINS (OAB 31084/CE), ADV: ALESSANDRA ARAÚJO AZEVEDO FORTUNATO (OAB 25586/CE), ADV: DARLEN SANTIAGO (OAB 31724/CE), ADV: ROSEANY ARAÚJO VIANA ALVES (OAB 10952/CE) - Processo 0630345-50.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Itaú Unibanco S/A - Cite(m)-se o(s) executado(s) para que, querendo, proceda(m) ao adimplemento do débito indicado na exordial, acrescido de honorários advocatícios, no importe de 10% sobre o valor da dívida, no prazo de 03 (três) dias, conforme o art. 827 c/c 829, caput, do CPC. Se requerido, defiro a indisponibilidade de ativos financeiros em nome do(s) executado(s), no valor indicado na execução (art. 854 do CPC). Caso o(s) devedor(es) não efetuar(em) o pagamento do aludido montante, no prazo legal e não sendo a hipótese do artigo 854 do CPC, autorizo a realização de penhora dos bens em nome do(s) executado(s), via BacenJud e RenaJud, bem como sua avaliação, tudo na forma do §1º do art. 829 do Diploma Processual Civil. Determino, ainda, na hipótese de não localizar o(s) executado(s), o arresto de tantos bens quantos bastem para satisfazer o objeto do presente processo de expropriação do patrimônio do devedor, ex vi do art. 830, caput, também do CPC, através dos mesmos sistemas eletrônicos. Precedente do STJ: PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. EXECUTADOS NÃO LOCALIZADOS. ARRESTO PRÉVIO OU EXECUTIVO. ART. 653 DO CPC. BLOQUEIO ON LINE. POSSIBILIDADE, APÓS O ADVENTO DA LEI N. 11.382/2006. APLICAÇÃO DO ART. 655-A DO CPC, POR ANALOGIA. 1.- "1. O arresto executivo, também designado arresto prévio ou pré-penhora, de que trata o art. 653 do CPC, objetiva assegurar a efetivação de futura penhora na execução por título extrajudicial, na hipótese de o executado não ser encontrado para citação. 2. Frustrada a tentativa de localização do executado, é admissível o arresto de seus bens na modalidade on-line (CPC, art. 655-A, aplicado por analogia). (...)." (REsp 1.370.687/MG, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, DJe 15/08/2013). Em retornando o AR negativo por decorrência de não ter sido encontrado o endereço/réu no endereço indicado, proceda-se à consulta dos dados cadastrais do réu via Bacen/Renajud/Infojud. Indicando, qualquer um desses sistemas, diferente endereço daquele informado na inicial, expeça-se nova carta. Intimo a parte autora para que recolha as custas da despesa postal (R$ 20,00 [vinte reais] por carta expedida), no prazo de 15 (quinze) dias. A Requerimento do Exequente, expeça-se certidão do artigo 828, CPC. Cumpra-se.

ADV: RODOLFO PAULO CABRAL (OAB 3548/AM) - Processo 0631040-38.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - EXEQUENTE: Pool Engenharia Serviço, Indústria e Comércio de Construções Ltda. - Em conformidade com o art. 1º, V, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que promova o prosseguimento do feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: LEONARDO DA SILVA DE PAULA (OAB 158085/RJ) - Processo 0631507-17.2015.8.04.0001 (apensado ao processo 0626242-34.2015.8.04.0001) - Procedimento Comum - Anulação - REQUERENTE: Musashi da Amazônia Ltda. - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que traga aos autos o ato constitutivo da parte requerida, para fins de citação na pessoa do sócio, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: EVERTON SARRAFF NASCIMENTO (OAB 6538/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0631780-25.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Neide da Silva Taveira - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Intimem-se as partes para que procedam à juntada do acordo extrajudicial indicado nos autos.

ADV: DAINIUSEN PEDROSA CASTRO E SILVA (OAB 953/RR), ADV: ALFREDO GLUCK YOUNG (OAB 1838/AM) - Processo 0632130-76.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Compromisso - EXEQUENTE: Galileu Jassé Jezine, - EXECUTADA: Hellen Grace Affonso Nahmis - R.H Analisando os autos, verifico os embargos à execução não foram distribuídos por dependência, mas protocolado tempestivamente no bojo da presente execução. Assim, intime-se o executado para que no prazo de 05 (cinco) dias, cumpra o disposto no art. 914, §1° do Código de Processo Civil, sob pena de extinção.

ADV: CELSO MARCON (OAB A566/AM) - Processo 0632472-24.2017.8.04.0001 - Monitória - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Compulsando os autos, verifico que os documentos de fls. 12 a 21 encontram-se ilegíveis, sendo estes essenciais à propositura da ação. Assim, concedo o prazo de 15 (quinze) dias para que a parte Autora complete a inicial, apresentando os referidos documentos de forma legível, sob pena de indeferimento, com fundamento no parágrafo único do art. 321, do Digesto Processual Civil.

ADV: ROBERTO CARLOS LEANDRO SOARES (OAB 7653/AM) - Processo 0632546-78.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Maria da Gloria de Souza Moura - Por tais razões, concedo a liminar vindicada, amparado pelo art. 300, § 2º, do NCPC, no sentido de determinar a exclusão do nome da autora dos cadastros de proteção de crédito e Cartórios de Protestos de Manaus de no prazo de 5 (cinco) dias sob pena de multa diária de R$ 500,00 (quinhentos reais) até o limite de 10 (cinco) dias-multa. Expeça-se o necessário para o cumprimento desta decisão. Concedo os benefícios da justiça gratuita, com fundamento no art. 98 e ss., do NCPC. Tendo em vista a verossimilhança das alegações da parte autora, bem como sua condição de hipossuficiente técnica e econômica, defiro a inversão do ônus da prova a seu favor, na forma do artigo 6º, inciso VIII, do CDC. Nos termos do art. 3°, §2°, do CPC/15, "o Estado promoverá, sempre que possível, a solução consensual dos conflitos". Destarte, por conta do dever

atribuído ao Estado de estimular a solução por autocomposição, e, tendo em vista que a petição inicial preenche os requisitos de sua admissibilidade, encaminhem-se os autos para o CEJUSC para que seja pautada a audiência de conciliação correspondente. Dê-se ciência de que "o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. (art. 334, §8º, do CPC), e a que a defesa deverá ser apresentada no prazo de quinze dias, na forma do art. 335 do CPC. Em caso de a parte ré não ser encontrada no logradouro declinado na exordial, autorizo a pesquisa de novo endereço por meio dos sistemas BACENJUD, RENAJUD, INFOJUD e SIEL, após o recolhimento dos emolumentos para cada pesquisa solicitada, renove-se a citação. Na hipótese de esgotamento dos meios ordinários de citação pessoal da parte demandada, defiro, mediante prévio requerimento, a citação da parte requerida por edital, na forma do art. 256, III, §3º, do Digesto Processual Civil, ao fito de que a ré, querendo, apresente defesa, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do decurso do prazo de 20 (vinte) dias a que alude o art. 257, III, do CPC. Determino, ainda, que o Edital seja publicado em jornal de ampla circulação, no prazo máximo de 15 dias, por no mínimo duas vezes, na forma do art. 257, parágrafo único, do Código de Processo Civil. Cumpre esclarecer que este iter concerne ao tempo estimado para a realização da citação, findo o qual iniciar-se-á a contagem do prazo para contestação. Impende assinalar, ainda, que, em caso de conduta dolosa atinente ao requerimento da entelada citação por edital, o autor incorrerá em multa de 05 (cinco) salários mínimos, a ser revertida em prol do citando, conforme determina o art. 258, caput e parágrafo único, do CPC. Em não havendo manifestação da parte requerida, nomeio, desde já, a Defensoria Pública para exercer a Curadoria de Especial, nos termos do art. 72, II, parágrafo único, do CPC. Ressalta-se que eventual desinteresse da parte requerida quanto à realização da audiência deverá ser apresentada, por petição, com 10 (dez) dias de antecedência, contados da data da audiência. Apenas no caso de igual negativa de interesse pelo autor exposta em sua exordial, sob pena de preclusão , autoriza-se a não realização da audiência, haja vista que a lei exige o duplo desinteresse para que a diligência não seja cumprida (art. 334, §§ 5º e 4º, inc. I, do CPC/15). Nesse caso, retornem-se conclusos os autos. Se a resposta positiva for apresentada tempestivamente, intime-se a parte autora para, no prazo de quinze dias, manifestar-se sobre as peças e documentos entranhados, com esteio nos arts. 350 e 351 do NCPC, bem como especificar, de modo justificado, as provas que ainda pretende produzir, se houver. Se a reconvenção for ajuizada, intime-se a parte autora/reconvinda para que, no prazo de quinze dias, querendo, apresente resposta. Em havendo réplica à defesa ou contestação à reconvenção, intime-se a parte requerida/reconvinte para, também no prazo de quinze dias, dizer sobre tal manifestação e apontar, de modo fundamentado, os meios de prova cuja produção entende necessária ao deslinde da controvérsia sob exame. Caso obtida eventual autocomposição, sejam conclusos os autos para que esta seja reduzida a termo e homologada por sentença definitiva, nos moldes do art. 334, § 11, do CPC. Remetam-se os autos ao CEJUSC para a designação da entelada audiência. Ultimadas tais providências, voltem-me os autos conclusos para deliberação. Concedo a gratuidade judicial pleiteada. Cite(m)-se e intime(m)-se. Cumpra-se.

ADV: ANNABELLE DE OLIVEIRA MACHADO (OAB 4419/AM) - Processo 0632683-31.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco da Amazônia S/A - Desta feita, concedo o prazo de 10 (dez) dias para que a parte Autora promova a citação da parte requerida, sob pena de extinção, nos moldes disciplinados no art. 485, IV, do CPC. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 877A/AM) - Processo 0632926-38.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - R. H. Defiro o pedido de citação por edital postulado às fls. 148 a 149. Expeça-se o edital, observando-se o prazo de 30 (trinta) dias, para os fins do art. 257, III, do NCPC. À Secretaria para tomar as devidas providências.

ADV: FRANCISCO DE ASSIS LELIS DE MOURA JÚNIOR (OAB 23289/PE), ADV: ELOI PINTO DE ANDRADE & FILHOS - ADVOGADOS (OAB 46/AM), ADV: ELOI PINTO DE ANDRADE (OAB 819/AM) - Processo 0633106-54.2016.8.04.0001 - Consignação em Pagamento - Pagamento em Consignação - CONSIGNANTE: Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados de Manaus - CONSIGNADO: Zurich Minas Brasil Seguros S/A - Preceitua o art. 355, do CPC/15: Art. 355. O juiz julgará antecipadamente o pedido, proferindo sentença com resolução de mérito, quando: I - não houver necessidade de produção de outras provas; II - o réu for revel, ocorrer o efeito previsto noart. 344e não houver requerimento de prova, na forma doart. 349. Compulsando os autos, entendo que a matéria debatida comporta julgamento antecipado, na forma do art. 355, I do novel Digesto Processual Civil. Após, voltem-me os autos conclusos. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ANDRÉ NIETO MOYA (OAB 235738/SP) - Processo 0633930-81.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco Bradesco Cartões S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção do feito, por ausência de pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo.

ADV: GLAUCO GOMES MADUREIRA (OAB 188483/SP), ADV: FUED CAVALCANTE SÊMEN NETO (OAB 10435/AM), ADV: CAROLINA AUGUSTA MARTINS (OAB 9989/AM), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM) - Processo 0634233-90.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - REQUERIDO: Merronit Comercial Ltda - KI Rent A Car - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: ADRIANO DE OLIVEIRA LEITE (OAB 4609/AM), ADV: NAZARENO PEREIRA DE MELO (OAB 5690/AM), ADV: SAMIA NASCIMENTO DA SILVA (OAB 10082/AM) - Processo 0634499-77.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: Construtora Arruda Guimarães Ltda. - REQUERIDO: Comércio de Derivados de Petróleo M. M. Ltda. - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca da contraproposta ao acordo de fls. 149/150, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: WALTER SIQUEIRA BRITO (OAB 4186/AM), ADV: DAGOBERTO RAMOS (OAB 28851/SC) - Processo 0635574-59.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum - Perdas e Danos - REQUERENTE: Rovitex Indústria e Comércio de Malhas Ltda. - REQUERIDO: Tapajós Tecidos Ltda. - R.H Intime-se a requerida, para que no prazo de 05(cinco) dias, se manifeste acerca dos documentos juntados às fls. 108/115.

ADV: CLÁUDIA MORAES NADAF DA COSTA VAL (OAB 2523/AM) - Processo 0636170-77.2013.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cheque - EXEQUENTE: R. C. Recebíveis Ltda. - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado/AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 1164A/AM), ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP), ADV: JOSÉ LÍDIO ALVES DOS SANTOS (OAB 1163A/AM) - Processo 0636822-55.2017.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Em conformidade com a Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte autora para, no prazo de

5 (cinco) dias, manifestar-se acerca da carta recebida por terceiro, indicando as providências cabíveis e, em caso de novo pedido de citação por carta/mandado, recolher as custas pertinentes.

ADV: PASQUALI PARISE E GASPARINI JÚNIOR (OAB 4752/SP), ADV: HUDSON JOSÉ RIBEIRO (OAB 150060/SP) - Processo 0637010-82.2016.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Omni S/A Crédito, Financiamento e Investimento - Deflui da análise da inicial que a liminar vindicada faz-se necessária diante da hipótese vertente, visto que a mora do devedor se encontra evidenciada nos autos. Intime-se a parte interessada para que, no prazo de 05 (cinco) dias, comprove o recolhimento das custas referentes às diligências requeridas, quais sejam: mandado de citação, com busca e apreensão, e bloqueio do veículo objeto da lide por meio do sistema RENAJUD, tudo nos termos da Portaria 116/2017 da Presidência desta Corte, se não for a parte interessada beneficiária da justiça gratuita total. Após juntada de comprovante de recolhimento de custas, defiro liminarmente a Busca e Apreensão do bem indicado na vestibular, tudo com fundamento no caput do art. 3º, do Decreto-Lei nº 911, de 1º de outubro de 1969, nomeando, ainda, como fiel depositário do bem litigioso, representante legal do requerente. Em caso de a parte ré não ser encontrada no logradouro declinado na exordial, autorizo a pesquisa de novo endereço por meio dos sistemas BACENJUD, RENAJUD, INFOJUD e SIEL, após o recolhimento dos emolumentos para cada pesquisa solicitada, renove-se a citação. Não recolhidos os respectivos emolumentos, ou, ainda, na hipótese de o autor não envidar esforços no sentido de localizar o demandado, autorizo, desde já, seja intimado o banco requerente, pelo órgão oficial, para que, querendo, no prazo de 05 (cinco) dias, diga se tem efetivo interesse no prosseguimento do feito, sob pena de extinção do processo sem resolução de mérito, na forma do art. 485, IV e VI, do CPC. Paralelamente, se o veículo alienado fiduciariamente não for encontrado ou não se achar na posse do devedor, intime-se o autor para que, no prazo de quinze dias, requeira, nos mesmos autos, a conversão do pedido de busca e apreensão em ação executiva, tudo na forma do art. 4º do Decreto-Lei 911/69, sob pena de extinção por ausência de emenda à exordial, ex vi dos arts. 321, parágrafo único, e 330, IV, ambos do CPC. Uma vez cumprida a liminar, cite-se a parte ré para que no prazo de 05 (cinco) dias pague a integralidade da dívida pendente, segundo os valores apresentados pelo credor fiduciário na inicial, condição em que o bem ser-lhe-á restituído livre do ônus, ex vi do art. 3º, §2º, do Decreto-Lei nº 911/69, ou, querendo, ainda que quitado débito, apresente resposta no prazo de 15 (quinze) dias contados da execução da liminar, na forma do art. 3º, §3º do mesmo repositório legal. Cientifique-se o requerido de que a referida resposta poderá ser apresentada ainda que tenha pago a integralidade da dívida, caso entenda ter havido pagamento a maior e desejar restituição, conforme art. 3º, §4º, do Decreto-Lei no. 911/69. Autorizo o Sr. Meirinho a proceder na forma prevista no art. 212, parágrafo 2º, do Diploma Processual Civil. Advirto o banco credor de que, durante o prazo de cinco dias previsto no §1º do art. 3º do Decreto-Lei 911/69, não deverá alienar o bem dado em garantia, sob pena de eventual incidência dos §§6º e 7º da indigitada lei. Recolhidas as custas de diligências do(a) Sr.(a) Oficial(a) de Justiça, expeça-se mandado.

ADV: SÉRGIO SCHULZE (OAB 7629/SC), ADV: CASSIUS CLEI FARIAS DE AGUIAR (OAB 9725/AM), ADV: HENRIQUE HÉRCULES DA COSTA PINTO (OAB 10229/AM), ADV: THATIANE TUPINAMBÁ DE CARVALHO (OAB 3696/AM) - Processo 0637147-98.2015.8.04.0001 (apensado ao processo 0629685-90.2015.8.04.0001) - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: BANCO PSA FINANCE BRASIL - REQUERIDO: Cleamilton Oliveira da Rocha Júnior - Intimem-se as partes, por seus advogados habilitados no feito, para que no prazo de cinco dias (art. 485, III e § 1º, do NCPC c/c art. 317, NCPC) manifestem interesse no prosseguimento do feito, requerendo o que lhes parecer de direito, sob pena de extinção do processo, sem resolução do mérito. Cumpra-se.

ADV: RICARDO MAGALHÃES DOS SANTOS (OAB A436AM) - Processo 0637406-88.2018.8.04.0001 - Petição Cível - DIREITO CIVIL - REQUERENTE: Marivaldo Firmino da Costa - R.H. Concedo os benefícios da justiça gratuita, com fundamento no art. 98 e ss., do NCPC. Nos termos do art. 3°, §2°, do CPC/15, "o Estado promoverá, sempre que possível, a solução consensual dos conflitos". Destarte, por conta do dever atribuído ao Estado de estimular a solução por autocomposição, e, tendo em vista que a petição inicial preenche os requisitos de sua admissibilidade, encaminhem-se os autos para o CEJUSC para que seja pautada a audiência de conciliação correspondente. Dê-se ciência de que "o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. (art. 334, §8º, do CPC), e a que a defesa deverá ser apresentada no prazo de quinze dias, na forma do art. 335 do CPC. Em caso de a parte ré não ser encontrada no logradouro declinado na exordial, autorizo a pesquisa de novo endereço por meio dos sistemas BACENJUD, RENAJUD, INFOJUD e SIEL, após o recolhimento dos emolumentos para cada pesquisa solicitada, renove-se a citação. Na hipótese de esgotamento dos meios ordinários de citação pessoal da parte demandada, defiro, mediante prévio requerimento, a citação da parte requerida por edital, na forma do art. 256, III, §3º, do Digesto Processual Civil, ao fito de que a ré, querendo, apresente defesa, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do decurso do prazo de 20 (vinte) dias a que alude o art. 257, III, do CPC. Determino, ainda, que o Edital seja publicado em jornal de ampla circulação, no prazo máximo de 15 dias, por no mínimo duas vezes, na forma do art. 257, parágrafo único, do Código de Processo Civil. Cumpre esclarecer que este iter concerne ao tempo estimado para a realização da citação, findo o qual iniciar-se-á a contagem do prazo para contestação. Impende assinalar, ainda, que, em caso de conduta dolosa atinente ao requerimento da entelada citação por edital, o autor incorrerá em multa de 05 (cinco) salários mínimos, a ser revertida em prol do citando, conforme determina o art. 258, caput e parágrafo único, do CPC. Em não havendo manifestação da parte requerida, nomeio, desde já, a Defensoria Pública para exercer a Curadoria de Especial, nos termos do art. 72, II, parágrafo único, do CPC. Ressalta-se que eventual desinteresse da parte requerida quanto à realização da audiência deverá ser apresentada, por petição, com 10 (dez) dias de antecedência, contados da data da audiência. Apenas no caso de igual negativa de interesse pelo autor - exposta em sua exordial, sob pena de preclusão -, autoriza-se a não realização da audiência, haja vista que a lei exige o duplo desinteresse para que a diligência não seja cumprida (art. 334, §§ 5º e 4º, inc. I, do CPC/15). Nesse caso, retornem-se conclusos os autos. Se a resposta positiva for apresentada tempestivamente, intime-se a parte autora para, no prazo de quinze dias, manifestar-se sobre as peças e documentos entranhados, com esteio nos arts. 350 e 351 do NCPC, bem como especificar, de modo justificado, as provas que ainda pretende produzir, se houver. Se a reconvenção for ajuizada, intime-se a parte autora/reconvinda para que, no prazo de quinze dias, querendo, apresente resposta. Em havendo réplica à defesa ou contestação à reconvenção, intime-se a parte requerida/reconvinte para, também no prazo de quinze dias, dizer sobre tal manifestação e apontar, de modo fundamentado, os meios de prova cuja produção entende necessária ao deslinde da controvérsia sob exame. Caso obtida eventual autocomposição, sejam conclusos os autos para que esta seja reduzida a termo e homologada por sentença definitiva, nos moldes do art. 334, § 11, do CPC. Remetam-se os autos ao CEJUSC para a designação da entelada audiência. Ultimadas tais providências, voltem-me os autos conclusos para deliberação. Cite(m)-se e intime(m)-se. Cumpra-se.

ADV: VIVIANE LOPES SOARES (OAB 10534/AM), ADV: TONNY ANDRÉ DE SOUZA SILVA (OAB 8893/AM), ADV: ALEXANDRE PEREIRA PINTO (OAB 8997/AM), ADV: PEDRO NORONHA MONSALVE JÚNIOR (OAB 10511/AM) - Processo 0637470-69.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Compra e Venda - EXEQUENTE: Irmãos Brito Distribuidora Comércio de Material de Construção e Serviços Ltda. - EPP - De ordem, ficam intimadas as partes, por seus advogados habilitados no feito, para que no prazo de cinco dias (art. 485, III e § 1º, do NCPC c/c art. 317, NCPC) manifestem interesse no prosseguimento do feito, requerendo o que lhes parecer de direito, sob pena de extinção do processo, sem resolução do mérito.

ADV: ALEXANDER SIMONETTE PEREIRA (OAB 6139/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0637577-45.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERENTE: Pablo M. Magalhães França - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: FREDERICO MORAES BRACHER (OAB 7311/AM), ADV: BAIRON ANTÔNIO DO NASCIMENTO JÚNIOR (OAB 3795/AM) - Processo 0638759-08.2014.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cheque - EXEQUENTE: Isabel Cristina Rodrigues Santiago de Faria e Cunha - R. H. Defiro o pedido de citação por edital postulado às fls. 71. Expeça-se o edital, observando-se o prazo de 30 (trinta) dias, para os fins do art. 257, III, do NCPC. À Secretaria para tomar as devidas providências.

ADV: DIOGO HENRIQUE VIEIRA BARRETO (OAB 9487/AM), ADV: KARLA PATRÍCIA BULASLAN DE MENDONÇA (OAB 11742/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0639108-69.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Bancários - REQUERENTE: Rossicler Ferreira Valcacer - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: RISONALDO DE MELO LIMA JÚNIOR (OAB 6997/AM) - Processo 0639177-04.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Constrição / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens - EXEQUENTE: Condomínio do Conjunto Habitacional Ariranhas - Cite(m)-se o(s) executado(s) para que, querendo, proceda(m) ao adimplemento do débito indicado na exordial, acrescido de honorários advocatícios, no importe de 10% sobre o valor da dívida, no prazo de 03 (três) dias, conforme o art. 827 c/c 829, caput, do CPC. Se requerido, defiro a indisponibilidade de ativos financeiros em nome do(s) executado(s), no valor indicado na execução (art. 854 do CPC). Caso o(s) devedor(es) não efetuar(em) o pagamento do aludido montante, no prazo legal e não sendo a hipótese do artigo 854 do CPC, autorizo a realização de penhora dos bens em nome do(s) executado(s), via BacenJud e RenaJud, bem como sua avaliação, tudo na forma do §1º do art. 829 do Diploma Processual Civil. Determino, ainda, na hipótese de não localizar o(s) executado(s), o arresto de tantos bens quantos bastem para satisfazer o objeto do presente processo de expropriação do patrimônio do devedor, ex vi do art. 830, caput, também do CPC, através dos mesmos sistemas eletrônicos. Precedente do STJ: PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. EXECUTADOS NÃO LOCALIZADOS. ARRESTO PRÉVIO OU EXECUTIVO. ART. 653 DO CPC. BLOQUEIO ON LINE. POSSIBILIDADE, APÓS O ADVENTO DA LEI N. 11.382/2006. APLICAÇÃO DO ART. 655-A DO CPC, POR ANALOGIA. 1.- "1. O arresto executivo, também designado arresto prévio ou pré-penhora, de que trata o art. 653 do CPC, objetiva assegurar a efetivação de futura penhora na execução por título extrajudicial, na hipótese de o executado não ser encontrado para citação. 2. Frustrada a tentativa de localização do executado, é admissível o arresto de seus bens na modalidade on-line (CPC, art. 655-A, aplicado por analogia). (...)." (REsp 1.370.687/MG, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, DJe 15/08/2013). Em retornando o AR negativo por decorrência de não ter sido encontrado o endereço/réu no endereço indicado, proceda-se à consulta dos dados cadastrais do réu via Bacen/Renajud/Infojud. Indicando, qualquer um desses sistemas, diferente endereço daquele informado na inicial, expeça-se nova carta. Intimo a parte autora para que recolha as custas da despesa postal (R$ 20,00 [vinte reais] por carta expedida), no prazo de 15 (quinze) dias. A Requerimento do Exequente, expeça-se certidão do artigo 828, CPC. Cumpra-se.

ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG), ADV: JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (OAB 1047A/AM) - Processo 0641194-13.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo.

ADV: JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (OAB 1047A/AM), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG) - Processo 0641194-13.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo.

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM) - Processo 0641607-60.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - R. H. Cumpra-se a decisão de fls. 47.

ADV: SAMUEL SOARES DE MIRANDA (OAB 10370/AM), ADV: JEFERSON ALEX SALVIATO (OAB 236655/SP), ADV: THAYS DE SOUZA BATISTA (OAB 10440/AM) - Processo 0641627-17.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Edna Dias Bastos - REQUERIDO: Rodobens Administradora de Consórcios Ltda. - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0641634-14.2015.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção do feito, por ausência de pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo.

ADV: LÍGIA DE SOUZA FRIAS (OAB 1074A/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0641660-41.2017.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - R. H. Ocorrendo a citação por edital, dou curador especial ao réu, na forma do art. 72, II do CPC. Notifique-se pessoalmente o Defensor Público que atua junto a este Juízo. Cumpra-se.

ADV: ANDRÉ RICARDO CABRAL PIO (OAB 6688/AM), ADV: FUED CAVALCANTE SÊMEN NETO (OAB 10435/AM) - Processo 0642877-22.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - EXEQUENTE: Pavão Indústria e Comércio Ltda. - EXECUTADO: Meireles & Munin Ltda. - Defiro o pedido de BACENJUD postulado às fls. 94, para eventual bloqueio de valores. Intime-se a parte Autora para pagar as custas de cumprimento da ordem (Portaria 116/2017-PTJ), sob pena de extinção. Cumpra-se.

ADV: HILEANO PEREIRA PRAIA (OAB 3834/AM) - Processo 0643439-94.2018.8.04.0001 (apensado ao processo 0641051-58.2017.8.04.0001) - Embargos à Execução - Locação de Imóvel - EXEQUENTE: Condomínio Civil do Shopping Ponta Negra - Considerando a Portaria n° 490/2017-PTJ, o princípio constitucional da acessibilidade ao Poder Judiciário estipulado no art. 5º, XXXV, CF/88, e o disposto no art. 98, §6°, do CPC/2015, defiro o pedido de pagamento parcelado de custas iniciais que se dará nos termos da Portaria mencionada, a saber: Art.1°. O parcelamento

das custas processuais poderá ser realizado em até 06 (seis) parcelas mensais e sucessivas, cujo pagamento integral deverá ocorrer antes da sentença, com correção monetária, incumbindo à serventia a fiscalização quanto ao correto recolhimentos das respectivas parcelas. Art. 2°. O parcelamento referir-se-á tão somente às custas do processo, não abrangendo, em hipótese alguma, as despesas processuais. Art. 3°. Compete ao interessado a emissão dos boletos bancários no sítio do Tribunal de Justiça do Amazonas (www.tjam. jus.br), no portal de serviços @-SAJ - custas processuais. Art. 4º A Contadoria Judicial prestará suporte técnico às unidades na elaboração dos cálculos de atualização monetária das custas e subsidiará as serventias na fiscalização dos pagamentos. Insurge salientar que, embora a referida portaria não informe o termo inicial do referido pagamento, este juízo determina que a parte autora efetue o pagamento da primeira parcela em até 30 (trinta) dias a contar da publicação desta decisão, comprovando nestes autos a primeira parcela bem como as demais sucessivamente. Informo ainda, que tal procedimento será adotado a fim de que possibilite à Secretaria a fiscalização em conformidade com a Portaria em epígrafe, bem como, a fim de evitar prejuízos ao autor quanto à ordem cronológica de prolatação de sentença conforme o CPC/2015. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: MARGIDE AMARO DE SOUZA (OAB 10380/AM) - Processo 0643683-23.2018.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: Alonso Sousa do Nascimento - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Autora para que tome ciência da audiência de Conciliação - CEJUSC - Cível, designada para o dia 04/06/2019 às 11:00h, a ser realizada no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania no 4º Andar /Setor 01 do Fórum de Justiça Henoch Reis - Telefone: (92) 3303-5246.

ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: FRANCISCO CARLOS NUNES DE OLIVEIRA (OAB 10057/AM), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM) - Processo 0644090-29.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Raimunda do Carmo Lima Sampaio - REQUERIDO: Banco BMG S/A - À Secretaria para cumprimento da decisão de fls. 154. Cumpra-se.

ADV: JONNY CLEUTER SIMÕES MENDONÇA (OAB 8340/AM), ADV: FUED CAVALCANTE SÊMEN NETO (OAB 10435/AM) - Processo 0644509-49.2018.8.04.0001 (apensado ao processo 0642877-22.2017.8.04.0001) - Embargos à Execução - Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução - EMBARGANTE: Meireles & Munin Ltda - À Secretaria a fim de certificar a tempestividade dos presentes embargos à execução. Cumpra-se.

ADV: ROBERTO MARQUES DA COSTA (OAB 4135/AM) - Processo 0645027-73.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Constrição / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens - EXEQUENTE: Condomínio Residencial Flex Tapajós - Cite(m)-se o(s) executado(s) para que, querendo, proceda(m) ao adimplemento do débito indicado na exordial, acrescido de honorários advocatícios, no importe de 10% sobre o valor da dívida, no prazo de 03 (três) dias, conforme o art. 827 c/c 829, caput, do CPC. Se requerido, defiro a indisponibilidade de ativos financeiros em nome do(s) executado(s), no valor indicado na execução (art. 854 do CPC). Caso o(s) devedor(es) não efetuar(em) o pagamento do aludido montante, no prazo legal e não sendo a hipótese do artigo 854 do CPC, autorizo a realização de penhora dos bens em nome do(s) executado(s), via BacenJud e RenaJud, bem como sua avaliação, tudo na forma do §1º do art. 829 do Diploma Processual Civil. Determino, ainda, na hipótese de não localizar o(s) executado(s), o arresto de tantos bens quantos bastem para satisfazer o objeto do presente processo de expropriação do patrimônio do devedor, ex vi do art. 830, caput, também do CPC, através dos mesmos sistemas eletrônicos. Precedente do STJ: PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. EXECUTADOS NÃO LOCALIZADOS. ARRESTO PRÉVIO OU EXECUTIVO. ART. 653 DO CPC. BLOQUEIO ON LINE. POSSIBILIDADE, APÓS O ADVENTO DA LEI N. 11.382/2006. APLICAÇÃO DO ART. 655-A DO CPC, POR ANALOGIA. 1.- "1. O arresto executivo, também designado arresto prévio ou pré-penhora, de que trata o art. 653 do CPC, objetiva assegurar a efetivação de futura penhora na execução por título extrajudicial, na hipótese de o executado não ser encontrado para citação. 2. Frustrada a tentativa de localização do executado, é admissível o arresto de seus bens na modalidade on-line (CPC, art. 655-A, aplicado por analogia). (...)." (REsp 1.370.687/MG, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, DJe 15/08/2013). Em retornando o AR negativo por decorrência de não ter sido encontrado o endereço/réu no endereço indicado, proceda-se à consulta dos dados cadastrais do réu via Bacen/Renajud/Infojud. Indicando, qualquer um desses sistemas, diferente endereço daquele informado na inicial, expeça-se nova carta. Intimo a parte autora para que recolha as custas da despesa postal (R$ 20,00 [vinte reais] por carta expedida), no prazo de 15 (quinze) dias. A Requerimento do Exequente, expeça-se certidão do artigo 828, CPC. Cumpra-se.

ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: FLÁVIO RAFAEL PERDIGÃO GUERRA (OAB 8500/AM) - Processo 0645114-92.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Contratos Bancários - REQUERENTE: Cléa Maria Oliveira de Lima - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Por tais razões, concedo liminarmente a tutela vindicada, amparado pelo art. 300, § 2º, do NCPC, para determinar ao requerido que se suspenda os descontos consignados a título "BMG Cartão 10", sob o código 6306, em folha de pagamento diante do órgão público em que o autor exerce atividade. Faça-o no prazo de 3 (três) dias, sob pena de multa de R$ 1.000,00 (um mil reais) ao dia, até o limite de 5 (cinco) dias-multa. Vislumbro, por fim, que a ré tem melhores condições técnicas de demonstrar o tipo de relação jurídica com a parte demandante e quais as suas condições. Desta feita, inverto o ônus da prova para que a instituição financeira colacione ao caderno processual até a audiência de conciliação, o contrato de empréstimo cartão de crédito consignado, em virtude da hipossufiência informacional e técnica do autor, na qualidade de consumidor, nos termos do artigo 6º, VIII do CPC. Neste sentido, o STJ determina que: RECURSO ESPECIAL REPETITIVO (ART. 543-C DO CPC) - AÇÃO DECOBRANÇA - EXPURGOS INFLACIONÁRIOS EM CADERNETA DEPOUPANÇA - PLANOS BRESSER E VERÃO - PRELIMINAR -PRESCRIÇÃO VINTENÁRIA - NÃO-OCORRÊNCIA - EXIBIÇÃO DOSEXTRATOS BANCÁRIOS - INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA EM FAVORDA CORRENTISTA - POSSIBILIDADE - OBRIGAÇÃO DECORRENTE DELEI - CONDICIONAMENTO OU RECUSA - INADMISSIBILIDADE -RESSALVA - DEMONSTRAÇÃO DE INDÍCIOS MÍNIMOS DA EXISTÊNCIADA CONTRATAÇÃO - INCUMBÊNCIA DO AUTOR (ART. 333, I, DO CPC)- ART. 6º DA LEI DE INTRODUÇÃO AO CÓDIGO CIVIL - AUSÊNCIA DEPREQUESTIONAMENTO - INCIDÊNCIA DO ENUNCIADO N. 211/STJ - NOCASO CONCRETO, RECURSO ESPECIAL IMPROVIDO. I - Preliminar: nas ações em que se discutem os critérios deremuneração de caderneta de poupança e são postuladas asrespectivas diferenças de correção monetária e dos jurosremuneratórios, o prazo prescricional é de vinte anos, não transcorrido,na espécie; II - A obrigação da instituição financeira de exibir os extratos bancáriosnecessários à comprovação das alegações do correntista decorre delei, já que se trata de relação jurídica tutelada pelas normas do Códigodo Consumidor, de integração contratual compulsória, não podendo serobjeto de recusa nem de condicionantes, em face do princípio daboa-fé objetiva; III - A questão relativa ao art. 6º da LICC não foi objeto de debate no v.acórdão recorrido, ressentindo-se o especial, portanto, doindispensável prequestionamento, incindindo, na espécie, o Enunciadon. 211/STJ; IV - Para fins do disposto no art. 543-C, do Código de Processo Civil, écabível a inversão do ônus da prova em favor do consumidor para o fimde determinar às instituições financeiras a exibição de extratosbancários, enquanto não estiver prescrita a eventual ação sobre eles,tratando-se de obrigação decorrente de lei e de integração contratualcompulsória, não sujeita à recusa ou condicionantes, tais como oadiantamento dos custos da operação pelo correntista e a prévia recusa administrativa da instituição financeira em exibir osdocumentos, com a ressalva de que ao correntista, autor da ação,incumbe a demonstração da plausibilidade da relação jurídica alegada,com indícios mínimos capazes de comprovar a existência dacontratação, devendo, ainda, especificar, de modo preciso, os períodosem que pretenda ver exibidos os extratos; V - Recurso

especial improvido, no caso concreto. (RECURSO ESPECIAL Nº 1.133.872 - PB (2009/0130944-4), Rel. Ministro Massami Uyeda, Segunda Seção, julgado em 14.12.2011, DJe 28.03.2012, Tema 411. Prosseguindo, remetam-se os autos para o Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Conflitos-CEJUSC, para que procedam a designação de audiência de conciliação/mediação, bem como realizem a citação da parte Requerida e a intimação das partes para comparecerem à audiência agendada, nos moldes do art. 334, do NCPC. Não havendo audiência ou autocomposição, a parte Requerida poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data prevista no art. 335, do NCPC, sob pena de revelia. Ressalto que o não comparecimento injustificado da parte Autora ou da parte Requerida à audiência designada é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será cominado com multa de 2% (dois por cento) da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, nos termos do art. 334, § 8º, do NCPC. Em caso de AR Negativo devolvido em razão de ausência ou recusa do Requerido, defiro, desde logo, a expedição de competente mandado de citação. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: GUILHERME DA COSTA FERREIRA PIGNANELI (OAB 5546/RO), ADV: ADRIANO MENEZES HERMIDA MAIA (OAB 8894/AM), ADV: MISAEL DE MELO E SILVA (OAB 10934/AM) - Processo 0646114-64.2017.8.04.0001 (apensado ao processo 0646113-79.2017.8.04.0001) - Procedimento Comum - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Manoel Fenelon da Silva - REQUERIDO: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: DIOGO HENRIQUE VIEIRA BARRETO (OAB 9487/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: MANOEL MARQUES DE OLIVEIRA FILHO (OAB 5587/AM) - Processo 0646922-35.2018.8.04.0001 - Petição Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Marcilene Moraes Silva - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: LÍGIA DE SOUZA FRIAS (OAB 1074A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0648792-18.2018.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta de endereço almejada nos sistemas conveniados (Bacenjud), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: FRANCISCO CARLOS NUNES DE OLIVEIRA (OAB 10057/AM), ADV: FLAIDA BEATRIZ NUNES DE CARVALHO (OAB 38699/DF) - Processo 0649202-76.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Isamilton Amaral de Souza - REQUERIDO: Banco Bonsucesso S.a - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: DAVI MAFRA DOS ANJOS (OAB 9694/AM) - Processo 0656371-17.2018.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: Augusta Ferreira - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: ROBERTO JARBAS MOURA DE SOUZA (OAB 1246RO) - Processo 0657671-14.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Fundo de Prevenção Ao Risco Sistema Sicoob Norte - SICOOB FRS - Cite(m)-se o(s) executado(s) para que, querendo, proceda(m) ao adimplemento do débito indicado na exordial, acrescido de honorários advocatícios, no importe de 10% sobre o valor da dívida, no prazo de 03 (três) dias, conforme o art. 827 c/c 829, caput, do CPC. Se requerido, defiro a indisponibilidade de ativos financeiros em nome do(s) executado(s), no valor indicado na execução (art. 854 do CPC). Caso o(s) devedor(es) não efetuar(em) o pagamento do aludido montante, no prazo legal e não sendo a hipótese do artigo 854 do CPC, autorizo a realização de penhora dos bens em nome do(s) executado(s), via BacenJud e RenaJud, bem como sua avaliação, tudo na forma do §1º do art. 829 do Diploma Processual Civil. Determino, ainda, na hipótese de não localizar o(s) executado(s), o arresto de tantos bens quantos bastem para satisfazer o objeto do presente processo de expropriação do patrimônio do devedor, ex vi do art. 830, caput, também do CPC, através dos mesmos sistemas eletrônicos. Precedente do STJ: PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. EXECUTADOS NÃO LOCALIZADOS. ARRESTO PRÉVIO OU EXECUTIVO. ART. 653 DO CPC. BLOQUEIO ON LINE. POSSIBILIDADE, APÓS O ADVENTO DA LEI N. 11.382/2006. APLICAÇÃO DO ART. 655-A DO CPC, POR ANALOGIA. 1.- "1. O arresto executivo, também designado arresto prévio ou pré-penhora, de que trata o art. 653 do CPC, objetiva assegurar a efetivação de futura penhora na execução por título extrajudicial, na hipótese de o executado não ser encontrado para citação. 2. Frustrada a tentativa de localização do executado, é admissível o arresto de seus bens na modalidade on-line (CPC, art. 655-A, aplicado por analogia). (...)." (REsp 1.370.687/MG, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, DJe 15/08/2013). Em retornando o AR negativo por decorrência de não ter sido encontrado o endereço/réu no endereço indicado, proceda-se à consulta dos dados cadastrais do réu via Bacen/Renajud/Infojud. Indicando, qualquer um desses sistemas, diferente endereço daquele informado na inicial, expeça-se nova carta. Intimo a parte autora para que recolha as custas da despesa postal (R$ 20,00 [vinte reais] por carta expedida), no prazo de 15 (quinze) dias. A Requerimento do Exequente, expeça-se certidão do artigo 828, CPC. Cumpra-se.

ADV: RICARDO LEITE MENEZES (OAB 10110/AM) - Processo 0657999-41.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Wanessa Figueredo das Neves - Concedo os benefícios da justiça gratuita, com fundamento no art. 98 e ss., do NCPC. Tendo em vista a verossimilhança das alegações da parte autora, bem como sua condição de hipossuficiente técnica e econômica, defiro a inversão do ônus da prova a seu favor, na forma do artigo 6º, inciso VIII, do CDC. Nos termos do art. 3°, §2°, do CPC/15, "o Estado promoverá, sempre que possível, a solução consensual dos conflitos". Destarte, por conta do dever atribuído ao Estado de estimular a solução por autocomposição, e, tendo em vista que a petição inicial preenche os requisitos de sua admissibilidade, encaminhem-se os autos para o CEJUSC para que seja pautada a audiência de conciliação correspondente. Dê-se ciência de que "o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. (art. 334, §8º, do CPC), e a que a defesa deverá ser apresentada no prazo de quinze dias, na forma do art. 335 do CPC. Em caso de a parte ré não ser encontrada no logradouro declinado na exordial, autorizo a pesquisa de novo endereço por meio dos sistemas BACENJUD, RENAJUD, INFOJUD e SIEL, após o recolhimento dos emolumentos para cada pesquisa solicitada, renove-se a citação. Na hipótese de esgotamento dos meios ordinários de citação pessoal da parte demandada, defiro, mediante prévio requerimento, a citação da parte requerida por edital, na forma do art. 256, III, §3º, do Digesto Processual Civil, ao fito de que a ré, querendo, apresente defesa, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do decurso do prazo de 20 (vinte) dias a que alude o art. 257, III, do CPC. Determino, ainda, que o Edital seja publicado em jornal de ampla circulação, no prazo máximo de 15 dias, por no mínimo duas vezes, na forma do art. 257, parágrafo único, do Código de Processo Civil. Cumpre esclarecer que este iter concerne ao tempo estimado para a realização da citação, findo o qual iniciar-se-á a contagem do prazo para contestação. Impende assinalar, ainda, que, em caso de conduta dolosa atinente ao requerimento

da entelada citação por edital, o autor incorrerá em multa de 05 (cinco) salários mínimos, a ser revertida em prol do citando, conforme determina o art. 258, caput e parágrafo único, do CPC. Em não havendo manifestação da parte requerida, nomeio, desde já, a Defensoria Pública para exercer a Curadoria de Especial, nos termos do art. 72, II, parágrafo único, do CPC. Ressalta-se que eventual desinteresse da parte requerida quanto à realização da audiência deverá ser apresentada, por petição, com 10 (dez) dias de antecedência, contados da data da audiência. Apenas no caso de igual negativa de interesse pelo autor - exposta em sua exordial, sob pena de preclusão -, autoriza-se a não realização da audiência, haja vista que a lei exige o duplo desinteresse para que a diligência não seja cumprida (art. 334, §§ 5º e 4º, inc. I, do CPC/15). Nesse caso, retornem-se conclusos os autos. Se a resposta positiva for apresentada tempestivamente, intime-se a parte autora para, no prazo de quinze dias, manifestar-se sobre as peças e documentos entranhados, com esteio nos arts. 350 e 351 do NCPC, bem como especificar, de modo justificado, as provas que ainda pretende produzir, se houver. Se a reconvenção for ajuizada, intime-se a parte autora/reconvinda para que, no prazo de quinze dias, querendo, apresente resposta. Em havendo réplica à defesa ou contestação à reconvenção, intime-se a parte requerida/reconvinte para, também no prazo de quinze dias, dizer sobre tal manifestação e apontar, de modo fundamentado, os meios de prova cuja produção entende necessária ao deslinde da controvérsia sob exame. Caso obtida eventual autocomposição, sejam conclusos os autos para que esta seja reduzida a termo e homologada por sentença definitiva, nos moldes do art. 334, § 11, do CPC. Remetam-se os autos ao CEJUSC para a designação da entelada audiência. Ultimadas tais providências, voltem-me os autos conclusos para deliberação. Cite(m)-se e intime(m)-se. Cumpra-se.

ADV: RICARDO LEITE MENEZES (OAB 10110/AM) - Processo 0657999-41.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Wanessa Figueredo das Neves - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 30/04/2019 às 09:00h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, telefone: 33035246. Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL CITAÇÃO - ADVERTÊNCIAS: Art. 334 do Código de Processo Civil: § 8º O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. § 9º As partes devem estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos. Art. 335 do Código de Processo Civil: O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data: I - da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição; II - do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso I; III - prevista no art. 231, de acordo com o modo como foi feita a citação, nos demais casos. § 1º No caso de litisconsórcio passivo, ocorrendo a hipótese do art. 334, § 6º, o termo inicial previsto no inciso II será, para cada um dos réus, a data de apresentação de seu respectivo pedido de cancelamento da audiência. § 2º Quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso II, havendo litisconsórcio passivo e o autor desistir da ação em relação a réu ainda não citado, o prazo para resposta correrá da data de intimação da decisão que homologar a desistência. Caso V. S.ª não apresente contestação no prazo legal, serão aplicadas as penas de confissão e de revelia, ou seja, serão presumidos aceitos como verdadeiros, todos os fatos articulados pela parte requerente na petição inicial CPC, art. 344); OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

ADV: LEANDRO MENEZES DOS SANTOS (OAB A1115AM), ADV: MARLÚCIA GUIMARÃES ALMEIDA (OAB 5280/AM) - Processo 0659944-63.2018.8.04.0001 - Petição Cível - Compra e Venda - REQUERENTE: Nelma Helena de Andrade Baranda Maia e outro - Por tais razões, defiro a liminar vindicada, amparado pelo art. 300, § 2º, do NCPC, no sentido de determinar a imediata retirada do nome dos autores dos cadastros de proteção ao crédito e Cartórios de Protestos, bem com que promova a imediata suspensão das parcelas referentes às chaves as no total de 6 (seis) parcelas no valor de R$ 1.602,92 (mil seiscentos e dois e noventa e dois reais), no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de multa diária no valor de R$500,00 (quinhentos reais) até o limite de 10 (dez) dias-multa. Prosseguindo, remetam-se os autos para o Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Conflitos-CEJUSC, para que procedam a designação de audiência de conciliação/mediação, bem como realizem a citação da parte Requerida e a intimação das partes para comparecerem à audiência agendada, nos moldes do art. 334, do NCPC. Não havendo audiência ou autocomposição, a parte Requerida poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data prevista no art. 335, do NCPC, sob pena de revelia. Ressalto que o não comparecimento injustificado da parte Autora ou da parte Requerida à audiência designada é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será cominado com multa de 2% (dois por cento) da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, nos termos do art. 334, § 8º, do NCPC. Em caso de AR Negativo devolvido em razão de ausência ou recusa do Requerido, defiro, desde logo, a expedição de competente mandado de citação. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: REGINA CECÍLIA DE SENA COSTA (OAB 5090/AM), ADV: LUCIENE HELENA DA SILVA DIAS (OAB 4697/AM) - Processo 0700472-52.2012.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Luciana Sarah Jacob Nogueira - REQUERIDA: Classic Festas e Eventos Ltda. - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que se manifeste(m) acerca do bloqueio negativo/insuficiente realizado no sistema BACENJUD, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: MARIA GLÁUCIA BARBOSA SOARES (OAB 2477/AM), ADV: ELCILENE COLARES ALENCAR (OAB 5173/AM), ADV: ANTÔNIO HILTON PEREIRA DOURADO (OAB 5330/AM) - Processo 0705880-24.2012.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Transação - EXEQUENTE: Marcelo de Sá Rosário - REQUERIDO: Vitória Comércio de Madeira Ltda. - Intimem-se as partes, por seus advogados habilitados no feito, para que no prazo de cinco dias (art. 485, III e § 1º, do NCPC c/c art. 317, NCPC) manifestem interesse no prosseguimento do feito, requerendo o que lhes parecer de direito, sob pena de extinção do processo, sem resolução do mérito. Cumpra-se.

ADV: ADRIANA FERREIRA DO NASCIMENTO (OAB 5498/AM), ADV: JAMILA MARINHO CHEHAD BARBOSA (OAB 2950/AM), ADV: SANDRO ABREU TORRES (OAB 4078/AM), ADV: JOÃO BOSCO DE ALBUQUERQUE TOLEDANO (OAB 1456/AM) - Processo 0708214-31.2012.8.04.0001 - Monitória - Duplicata - REQUERENTE: Tomiasi Transportes Ltda. - R.H Intime-se o Autor, por seu advogado habilitado nos autos, para no prazo de cinco dias, manifestar sobre eventual prescrição da demanda em questão, requerendo o que lhe parecer de direito, sob pena de extinção do feito.

ADV: DANIEL PEREIRA DA SILVA NETO (OAB 5055/AM), ADV: LAURA MARIA SANTIAGO LUCAS (OAB 4872/AM), ADV: LUANA DE ASSIS PIRES (OAB 5030/AM) - Processo 0709877-15.2012.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cheque - EXEQUENTE: R. C. Recebíveis Ltda. - Expeça-se competente alvará, como requer à fl. 109, condicionada a expedição à apresentação de instrumento de procuração/substabelecimento com competentes poderes. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB

A1065/AM) - Processo 0710511-11.2012.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Por isso, INDEFIRO o pedido de expedição de ofício. Assevero que, cabe a parte autora promover a citação da demandada nos 10 (dez) dias subsequentes ao despacho que ordenar a citação, tal prazo pode ser prorrogado pelo prazo de 90 (noventa) dias, conforme disciplinam os 2.º e 3.º do art. 219, do CPC. Desta feita, prorrogo, por 90 (noventa) dias, o prazo para que a parte autora promova a citação da parte requerida, sob pena de extinção, nos moldes disciplinados no art. 267, IV do CPC. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM) - Processo 0710947-67.2012.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Por isso, INDEFIRO o pedido de expedição de ofício. Assevero que, cabe a parte autora promover a citação da demandada nos 10 (dez) dias subsequentes ao despacho que ordenar a citação, tal prazo pode ser prorrogado pelo prazo de 90 (noventa) dias, conforme disciplinam os 2.º e 3.º do art. 219, do CPC. Desta feita, prorrogo, por 90 (noventa) dias, o prazo para que a parte autora promova a citação da parte requerida, sob pena de extinção, nos moldes disciplinados no art. 267, IV do CPC. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: MARCOS ROBERTO MARINHO CAMPOS (OAB 4492/AM), ADV: VANESSA LIMA DO NASCIMENTO (OAB 9007/AM) - Processo 0716084-30.2012.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Constrição / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens - EXEQUENTE: Empresa Estadual de Turismo - AMAZONASTUR - EXECUTADO: Estado do Amazonas e outro - Intimem-se as partes, por seus advogados habilitados no feito, para que no prazo de cinco dias (art. 485, III e § 1º, do NCPC c/c art. 317, NCPC) manifestem interesse no prosseguimento do feito, requerendo o que lhes parecer de direito, sob pena de extinção do processo, sem resolução do mérito. Cumpra-se.

ADV: JORGE FERNANDES GARCIA DE VASCONCELLOS JÚNIOR (OAB 2167/AM), ADV: MAURÍLIO CÉSAR NUNES BRASIL (OAB 4201/AM), ADV: JORGE ALEXANDRE MOTTA DE VASCONCELLOS (OAB 2790/AM), ADV: KARLA PATRÍCIA BRASIL LUZZI (OAB 4714/AM), ADV: ROBERVAL MENDES DE SOUZA (OAB 4314/AM), ADV: FABIANNE RIBEIRO HALINSKI (OAB 7059/AM) - Processo 0718434-88.2012.8.04.0001 - Procedimento Comum - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: José Batista Sobrinho - REQUERIDO: Auto Viação Vitória Régia Ltda. - INDEFIRO, contudo, o pedido de denunciação à lide, salientando que, com o advento do novo Código de Processo Civil, essa é faculdade das partes e não obrigatória, estando resguardado o direito de regresso da parte que a promoveu, conforme redação do art. 125, § 1º, do CPC/2015. Ainda, preceitua o art. 355, do CPC/15: Art. 355. O juiz julgará antecipadamente o pedido, proferindo sentença com resolução de mérito, quando: I - não houver necessidade de produção de outras provas; II - o réu for revel, ocorrer o efeito previsto noart. 344e não houver requerimento de prova, na forma doart. 349. Compulsando os autos, entendo que a matéria debatida comporta julgamento antecipado, na forma do art. 355, I do novel Digesto Processual Civil. Após, voltem-me os autos conclusos. Intimem-se. Cumpra-se.

Absalão Gonzales Júnior (OAB 3278/AM)
Acácio Fernandes Roboredo (OAB 89774/SP)
Adalberto de Assis Nazaré Sobrinho (OAB 2953/AM)
Ademar Lins Vitório Filho (OAB 5269/AM)
Ademário do Rosário Azevedo (OAB 2926/AM)
Adolfo Praia Ferreira do Nascimento (OAB 10804/AM)
Adriana Ferreira do Nascimento (OAB 5498/AM)
Adriano de Oliveira Leite (OAB 4609/AM)
Adriano Menezes Hermida Maia (OAB 8894/AM)
Aguiberto Camilo Redi (OAB 202A/AM)
Alessandra Araújo Azevedo Fortunato (OAB 25586/CE)
Alexander Simonette Pereira (OAB 6139/AM)
Alexandre Coelho da Silva (OAB 5846/AM)
Alexandre Pereira Pinto (OAB 8997/AM)
Alexandro Magno Ferreira de Araújo (OAB 7983/AM)
Alfredo Gluck Young (OAB 1838/AM)
Alfredo Moacyr Cabral (OAB 341/AM)
Alonso Oliveira de Souza (OAB 1976/AM)
Amandio Ferreira Tereso Júnior (OAB 739A/AM)
Ana Lúcia da Cruz Patrão (OAB 116611/SP)
Ana Sarah Teles Monteiro (OAB 10519/AM)
Ana Virgínia Arakian Izel (OAB 3701/AM)
Andrade GC Advogados (OAB 5797/AM)
André de Souza Oliveira (OAB 5219/AM)
André Luiz Silva Pinto (OAB 7736/AM)
André Nieto Moya (OAB 235738/SP)
André Ricardo Cabral Pio (OAB 6688/AM)
Andréa Cristina da Costa Le Sueur (OAB 6161/AM)
Andrey Farache Barroso (OAB 12705/AM)
Ângela Maria Leite de Araújo Silva (OAB 6940/AM)
Annabelle de Oliveira Machado (OAB 4419/AM)
Anneson Frank Paulino de Souza (OAB 11981/AM)
Antônio Braz da Silva (OAB 1026A/AM)
Antônio Braz da Silva (OAB 12450/PE)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Antônio Eduardo Gonçalves de Rueda (OAB 16983/PE)
Antônio Hilton Pereira Dourado (OAB 5330/AM)
Arnoldo Bentes Coimbra (OAB 345/AM)
Auton Francisco Furtado Maia (OAB 5821/AM)
Bairon Antônio do Nascimento Júnior (OAB 3795/AM)
Bruna da Silva Bessa (OAB 8034/AM)
Bruno Bezerra de Souza (OAB 19352/PE)
Bruno Henrique de Oliveira Vanderlei (OAB 21678/PE)
Caio Patrick Coelho Silva Andade (OAB 13408/AM)
Carlos Daniel Rangel Barretto Segundo (OAB 5035/AM)
Carlos Ricardo de Araújo Melo (OAB 4239/AM)
Carlos Roberto Siqueira Castro (OAB 671A/AM)
Carolina Augusta Martins (OAB 9989/AM)
Caroline Cunha e Silva Meirelles (OAB 4940/AM)
Cassius Clei Farias de Aguiar (OAB 9725/AM)
Celso Marcon (OAB A566/AM)
Christiano de Oliveira Santiago (OAB 9536/AM)
Christina Cunha e Silva Meirelles (OAB 7896/AM)
Cláudia Moraes Nadaf da Costa Val (OAB 2523/AM)
Cláudia Sulzbach Portella de Macêdo (OAB 9886/AM)
Cláudio Elias dos Santos (OAB 4036/AM)
Cláudio Kazuyoshi Kawasaki (OAB 122626/SP)
Claudio Kazuyoshi Kawasaki (OAB A1117/AM)
Clayton Roitman Moraes de Oliveira (OAB 9115/AM)
Dagoberto Ramos (OAB 28851/SC)
Dainiusen Pedrosa Castro e Silva (OAB 953/RR)
Daniel Corrêa Homem de Carvalho (OAB 52551/RJ)
Daniel Pereira da Silva Neto (OAB 5055/AM)
Daniel Santos de Andrade (OAB 6733/AM)
Darlen Santiago (OAB 31724/CE)
Davi Mafra dos Anjos (OAB 9694/AM)
Déborah Caroline Santos da Silva (OAB 12525/AM)
Delias Tupinambá Vieiralves (OAB 2268/AM)
Diogo Henrique Vieira Barreto (OAB 9487/AM)
Edney Martins Guilherme (OAB 177167/SP)
Edson Rosas Júnior (OAB 1910/AM)
Eduardo Vital Chaves (OAB 257874/SP)
Elaise Moss Portela (OAB 7689/AM)
Elcilene Colares Alencar (OAB 5173/AM)
Eliana de Oliveira Resende (OAB 12168/AM)
Eloi Pinto de Andrade (OAB 819/AM)
Eloi Pinto de Andrade & Filhos - Advogados (OAB 46/AM)
Erivelton Pinheiro de Menezes (OAB 7181/AM)
Everton Sarraff Nascimento (OAB 6538/AM)
Ezelaide Viegas da Costa Almeida (OAB 1339/AM)
Fabianne Ribeiro Halinski (OAB 7059/AM)
Fabiano Vítor da Cruz Santana (OAB 12287/AM)
Fábio Moraes Castello Branco (OAB 4603/AM)
Félix de Melo Ferreira (OAB 3032/AM)
Fernando Luz Pereira (OAB A658AM)
Flaida Beatriz Nunes de Carvalho (OAB 38699/DF)
Flávio Rafael Perdigão Guerra (OAB 8500/AM)
Francisco Antônio Lima Pinheiro (OAB 1605/AM)
Francisco Carlos Nunes de Oliveira (OAB 10057/AM)

Francisco de Assis Lelis de Moura Júnior (OAB 23289/PE)
Franrobson Rodrigues Ribeiro (OAB 5441/AM)
Frederico Moraes Bracher (OAB 7311/AM)
Fued Cavalcante Sêmen Neto (OAB 10435/AM)
Gláucio Nunes da Luz (OAB 6326/AM)
Glauco Gomes Madureira (OAB 188483/SP)
Guilherme da Costa Ferreira Pignaneli (OAB 5546/RO)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gunther Aquiles Marques Paz (OAB 7296R/AM)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB 1065A/AM)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB A1065/AM)
Henrique Caboclo de Macedo (OAB 8816/AM)
Henrique Hércules da Costa Pinto (OAB 10229/AM)
Hileano Pereira Praia (OAB 3834/AM)
Hudson José Ribeiro (OAB 150060/SP)
Humberto Rossetti Portela (OAB 91263/MG)
Íkaro Pereira Amore (OAB 6350/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
Isabella Carla Marra Magalhães Barbosa (OAB 151018/MG)
Isabelle Benlolo de Azevedo (OAB 11737/AM)
Iury Roberto Borges Cella (OAB 10410/AM)
Ivanildo Rodrigues da Gama Júnior (OAB 8525/PA)
Jamila Marinho Chehad Barbosa (OAB 2950/AM)
Janaina Maria Albuquerque Fogassa (OAB 13800/AM)
Jane Cleide Alves da Silva (OAB 217623/SP)
Jean Cleuter Simões Mendonça (OAB 3808/AM)
Jeferson Alex Salviato (OAB 236655/SP)
Jéssica Ferreira Botelho (OAB 6826/AM)
Joana Darc dos Santos Cordeiro (OAB 8645/AM)
João Bosco de Albuquerque Toledano (OAB 1456/AM)
João Bosco Ramos Batista (OAB 2739/AM)
João Eurico Brasileiro de Souza Faria (OAB 8312/AM)
João Mendes de Almeida (OAB 1552/AM)
João Paulo Fogaça de Almeida Fagundes (OAB 154384/SP)
João Roas da Silva (OAB 98981/MG)
Jonathas Maciel de Menezes (OAB 11140/AM)
Jonny Cleuter Simões Mendonça (OAB 8340/AM)
Jorge Alexandre Motta de Vasconcellos (OAB 2790/AM)
Jorge Fernandes Garcia de Vasconcellos Júnior (OAB 2167/AM)
José Alberto Maciel Dantas (OAB 3311/AM)
José Arnaldo Janssen Nogueira (OAB 1047A/AM)
José Augusto de Rezende Júnior (OAB A1109/AM)
José Carlos Skrzyszowski Júnior (OAB 45445/PR)
José Carlos Skrzyszowski Júnior (OAB 862A/AM)
José Carlos Van Cleef de Almeida Santos (OAB 273843/SP)
José Lídio Alves dos Santos (OAB 1163A/AM)
José Luís Cantuária dos Reis (OAB 2896/AM)
José Luiz Franco de Moura Mattos Júnior (OAB 5517/AM)
José Mário de Carvalho Neto (OAB 4861/AM)
Josemar Lauriano Pereira (OAB 132101/RJ)
Júlia Gabriela Trindade de Melo (OAB 8074/AM)
Juliano Luís Cerqueira Mendes (OAB 3940/AM)
Júlio de Carvalho Paula Lima (OAB A1149AM)
Karla Patrícia Brasil Luzzi (OAB 4714/AM)
Karla Patrícia Bulaslan de Mendonça (OAB 11742/AM)
Kelly Anne Corrêa de Oliveira (OAB 9330/AM)
Kelma Souza Lima (OAB 5470/AM)
Kelson Girão de Souza (OAB 7670/AM)
Ketllen Braga Castro (OAB 12518/AM)
Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM)
Laura Maria Santiago Lucas (OAB 4872/AM)
Lázaro José Gomes Júnior (OAB 8125/MS)
Leandro Menezes dos Santos (OAB A1115AM)
Leandro Souza Benevides (OAB 491/AM)
Leonardo da Silva de Paula (OAB 158085/RJ)
Leonardo Guimarães Brito (OAB 4096/AM)
Leonardo Martins Wykrota (OAB 407097/SP)
Leonardo Martins Wykrota (OAB 87955/MG)
Lia de Souza Faria (OAB 10211/AM)
Lígia de Souza Frias (OAB 1074A/AM)
Luana de Assis Pires (OAB 5030/AM)
Lúcia Cristina Pinho Rosas (OAB 5109/AM)
Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB 4732/AM)
Luciene Helena da Silva Dias (OAB 4697/AM)
Luís Albert dos Santos Oliveira (OAB 8251/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB 876/AM)
Luiz Carlos Silva (OAB 168472/SP)
Malber Magalhães Souza Tavares (OAB 6455/AM)
Manoel Archanjo Dama Filho (OAB 4482/MT)
Manoel Marques de Oliveira Filho (OAB 5587/AM)
Marcelo Campos Schroder (OAB 2499/AM)
Marcelo de Souza Ferreira (OAB 8664/AM)
Marcelo Furukawa Maia (OAB 4527/AM)
Marco Antônio Portella de Macêdo (OAB 2039/AM)
Marcondes Fonseca Luniere Júnior (OAB 2897/AM)
Marcos Fábio Oliveira de Lima (OAB 11070/AM)
Marcos Roberto Marinho Campos (OAB 4492/AM)
Margide Amaro de Souza (OAB 10380/AM)
Maria do Perpétuo Socorro Figueiredo de Andrade (OAB 6566/AM)
Maria Eliana da Silva Horohiaque (OAB 9095/AM)
Maria Gláucia Barbosa Soares (OAB 2477/AM)
Maria Lucília Gomes (OAB 313A/AM)
Marinez da Silva Araújo (OAB 8377/AM)
Mário Marcondes Nascimento (OAB 7701/SC)
Marlúcia Guimarães Almeida (OAB 5280/AM)
Matheus Nunes de Oliveira Dantas (OAB 7197/AM)
Maurílio César Nunes Brasil (OAB 4201/AM)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 877A/AM)
Michelle de Oliveira Ferreira (OAB 20399/PA)
Miguel Barrella Filho (OAB 1622/AM)
Milene Vieira Martins (OAB 12828/AM)
Misael de Melo e Silva (OAB 10934/AM)
Moisés Batista de Souza (OAB 469A/AM)
Natasja Deschoolmeester (OAB 2140/AM)
Nazareno Pereira de Melo (OAB 5690/AM)
Nelson dos Santos Ale Júnior (OAB 8507/AM)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB 128341/SP)
Nilcilene Pereira Cavalcante (OAB 9834/AM)
Pablo da Silva Negreiros (OAB 4227/AM)
Pasquali Parise e Gasparini Júnior (OAB 4752/SP)
Paulo Alexandre Leite da Silva (OAB 3760/AM)
Paulo Marcos Rodrigues Brancher (OAB 146221/SP)
Paulo Rogério Arantes (OAB 1509/AM)
Pedro Ary Agacci Neto (OAB 645A/AM)
Pedro Câmara - Sociedade de Advogados (OAB 613/AM)
Pedro Câmara Júnior (OAB 2834/AM)
Pedro Noronha Monsalve Júnior (OAB 10511/AM)
Priscila Lima Monteiro (OAB 5901/AM)
Rafael Allbuquerque Gomes de Oliveira (OAB 4831/AM)
Rafael Sganzerla Durand (OAB 211648/SP)
Raphaela Batista de Oliveira (OAB 9169AC)
Regina Cecília de Sena Costa (OAB 5090/AM)
Renato de Souza Pinto (OAB 8794/AM)
Ricardo Leite Menezes (OAB 10110/AM)
RICARDO MAGALHÃES DOS SANTOS (OAB A436AM)
Risonaldo de Melo Lima Júnior (OAB 6997/AM)
Roberta Beatriz do Nascimento (OAB 1164A/AM)
Roberta Beatriz do Nascimento (OAB 192649/SP)
Roberto Carlos Leandro Soares (OAB 7653/AM)
Roberto Jarbas Moura de Souza (OAB 1246RO)
Roberto Marques da Costa (OAB 4135/AM)
Roberval Emerson Oliveira de Paula Filho (OAB 6721/AM)
Roberval Mendes de Souza (OAB 4314/AM)
Roberval Vieira Júnior (OAB 244234/SP)
Rodolfo Paulo Cabral (OAB 3548/AM)
Rodrigo Barbosa Vilhena (OAB 7396/AM)
Rodrigo Fernando de Almeida Oliveira (OAB 799A/AM)
Rodrigo José Rodrigues Alves Brasileiro (OAB 902A/AM)
Rogério Pinto Martins (OAB 31084/CE)
Rommel Júnior Queiroz Rodrigues (OAB 8279/AM)
Rondineli Ferreira Pinto (OAB 10389/PA)
Roseany Araújo Viana Alves (OAB 10952/CE)
Rubenito Cardoso da Silva Júnior (OAB 4947/AM)
Rubens Edmar Veronezzi (OAB 4259/AM)

SAMIA NASCIMENTO DA SILVA (OAB 10082/AM)
Samuel Martins Freitas (OAB 11969/AM)
Samuel Soares de Miranda (OAB 10370/AM)
Sandro Abreu Torres (OAB 4078/AM)
Serafim Pereira D'Alvim Meirelles Neto (OAB 1694/AM)
Sérgio Alberto Corrêa de Araújo (OAB 3749/AM)
Sérgio Schulze (OAB 7629/SC)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 44698/MG)
Solon Angelim de Alencar Ferreira (OAB 3338/AM)
Sônia Maria Cansanção da Silva (OAB 2431/AM)
Sudjane da Luz Rodrigues (OAB 6718/AM)
Suerda Carla Campos Morais de Araújo (OAB 4083/AM)
Tatiana Tavares de Campos (OAB 3069/PE)
Thales Silvestre Júnior (OAB 2406/AM)
Thatiana Neves Costa de Souza Castelo Branco (OAB 5715/AM)
Thatiane Tupinambá de Carvalho (OAB 3696/AM)
Thays de Souza Batista (OAB 10440/AM)
Tonny André de Souza Silva (OAB 8893/AM)
Vanessa Lima do Nascimento (OAB 9007/AM)
Victória Dutra de Alencar Arantes (OAB 188133/RJ)
Vilmar Luiz Graça Gonçalves (OAB 111023/RJ)
Vinícius Martins Dutra (OAB 69677/RS)
Viviane Lopes Soares (OAB 10534/AM)
Waldemir Costa da Rocha Junior (OAB 3520/AM)
Waldemir Costa da Rocha Júnior (OAB 3520AM)
Waldir Eugênio de Souza (OAB 11350/AM)
Wallison Daniel Dias Oliveira (OAB 8932/AM)
Walter Siqueira Brito (OAB 4186/AM)
Wellington de Amorim Alves (OAB 2993/AM)
Willian do Nascimento Telles (OAB 9688/AM)
Wilson Sales Belchior (OAB 17314/CE)
Wiston Feitosa de Sousa (OAB 6596/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 16ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
JUIZ(A) DE DIREITO ABRAHAM PEIXOTO CAMPOS FILHO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL CLARINDO JOSÉ LÚCIO GOMES JUNIOR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0074/2019

ADV: CELSO MARCON (OAB A566/AM), ADV: ADALBERTO DE ASSIS NAZARÉ SOBRINHO (OAB 2953/AM) - Processo 0047744-30.2005.8.04.0001 (001.05.047744-8) - Cumprimento de sentença - Depósito - REQUERENTE: Banco Finasa S/A - REQUERIDA: Edna Alves dos Santos - Remetam-se os autos à Contadoria para que se proceda o cálculo quanto aos honorários arbitrados na sentença de fls. 159 e 174. Após, cumpridas as diligências, voltem-me os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: RENAN LOURENÇO BARBARÁ (OAB 7035/AM) - Processo 0200398-11.2019.8.04.0001 (processo principal 0221683-41.2011.8.04.0001) - Cumprimento Provisório de Sentença - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Renan Lourenço Barbará - EXEQUENTE: G. M. L. Construções Ltda. - EPP - REQUERIDA: Metacon Construções, Montagens e Comércio Ltda. - R. H. Processo distribuído por dependência aos autos de n. 0221683-41.2011.8.04.0001. Apense-se ao referido feito, em seguida, voltem-me concluso. Cumpra-se.

ADV: JÚNIOR SOUSA AGUIAR (OAB 25546-A/PB), ADV: ALEANDRO LIMA DE QUEIROZ (OAB 23008-A/PB) - Processo 0202001-22.2019.8.04.0001 (processo principal 0659848-48.2018.8.04.0001) - Exibição de Documento ou Coisa - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Neyva Maraes Ramos - Associação Nacional de Aposentados e Pensionistas da Previdência Social - ANAPPS - R. H. Trata-se de petição simples cujo protocolo gerou equivocadamente um número como se incidente processual fosse. Por efeito, determino que a Secretaria tome as providências necessárias para a baixa no Sistema. Outrossim, ordeno que a referida peça seja entranhada nos autos pertinentes. Cumpra-se. P.R.I.C, dê-se baixa no sistema processual.

ADV: QUEIDI DOMINGUES SERAFIM (OAB 40634/SC) - Processo 0202519-12.2019.8.04.0001 - Carta Precatória Cível - Seção Cível - EXEQUENTE: Athetic Way Comércio de Equipamentos Para Ginástica e Fisioterapia Ltda. - Athletic da Amazônia Ltda. - EXECUTADO: J. R. C. da Rocha - À Secretaria, para certificar acerca do preenchimento dos requisitos do art. 260, do CPC/2015. Em caso negativo, certifique-se e devolva-se a missiva ao Juízo Deprecante, com fundamento no art. 267, I, do Digesto Processual Civil. Em caso positivo, retornem-me os autos conclusos.

ADV: DELIAS TUPINAMBÁ VIEIRALVES (OAB 2268/AM) - Processo 0202639-55.2019.8.04.0001 (processo principal 0658478-34.2018.8.04.0001) - Exibição de Documento ou Coisa - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Delias Tupinambá Vieiralves - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - R. H. Trata-se de petição simples cujo protocolo gerou equivocadamente um número como se incidente processual fosse. Por efeito, determino que a Secretaria tome as providências necessárias para a baixa no Sistema. Outrossim, ordeno que a referida peça seja entranhada nos autos pertinentes. Cumpra-se. P.R.I.C, dê-se baixa no sistema processual.

ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM), ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM) - Processo 0203766-09.2011.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Liquidação / Cumprimento / Execução - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - EXECUTADO: Mercantil Belo Horizonte de Produtos Alimentícios Ltda. - Manoel Antônio Benício de Oliveira - R. H. Defiro o pedido de suspensão da execução. Outrossim determino que os autos fiquem sobrestados pelo prazo de 01 (um) ano, nos moldes do art. 921, §1º, do CPC. Decorrido o prazo do sobrestamento sem que seja localizado o executado ou encontrado bens penhoráveis, determino o imediato arquivamento dos autos. Cumpra-se.

ADV: NAJLA MAKAREM NADAF THOMAZ DE LIMA (OAB 2183/AM), ADV: MÁRIO DIEGO DE SOUZA PARISOTTO (OAB 10779/AM) - Processo 0204063-35.2019.8.04.0001 (processo principal 0612244-91.2018.8.04.0001) - Cumprimento Provisório de Decisão - Locação de Imóvel - REQUERENTE: Najla Makarem Nadaf Thomaz de Lima - R. H. Trata-se de petição simples cujo protocolo gerou equivocadamente um número como se incidente processual fosse. Por efeito, determino que a Secretaria tome as providências necessárias para a baixa no Sistema. Outrossim, ordeno que a referida peça seja entranhada nos autos pertinentes. Cumpra-se. P.R.I.C, dê-se baixa no sistema processual.

ADV: AMILTON FARIAS SANTOS (OAB 16877/PA), ADV: DILERMANO DE SOUZA BENTES (OAB 16396/PA) - Processo 0205583-30.2019.8.04.0001 - Carta Precatória Cível - Obrigações - REQUERENTE: Herman Rene Vojta Ramirez - REQUERIDO: Ebazar.com.br Ltda. (Grupo Mercado Livre) - Via Marconi Veículos Ltda. - À Secretaria, para certificar acerca do preenchimento dos requisitos do art. 260, do CPC/2015. Em caso negativo, certifique-se e devolva-se a missiva ao Juízo Deprecante, com fundamento no art. 267, I, do Digesto Processual Civil. Em caso positivo, retornem-me os autos conclusos.

ADV: EDNILSON PIMENTEL MATOS (OAB 1799/AM) - Processo 0206629-25.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum - Auxílio-Doença Previdenciário - REQUERENTE: Selma Maria das Neves Benevides - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - INTSSADO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - R. H. Chamo o processo a ordem para tornar sem efeito os atos processuais das fls. 77 a 107, expedidos equivocadamente. Compulsando os autos, verifico que existe uma Recomendação Conjunta n° 01 de 15 de dezembro de 2015, firmado entre o Presidente do Conselho Nacional de Justiça, o Advogado- Geral da União e o Ministro de Estado do Trabalho e Previdência Social, bem como a Portaria 2183/2016-PTJ, que fixa a dispensa de audiência de conciliação ante a necessidade da prova pericial, ou seja, o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS será citado após a realização da perícia médica, para propositura de acordo ou oferecimento de contestação. A par da Recomendação mencionada, remetam-se os autos para o Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Conflitos - CEJUSC, para que proceda a designação de perícia médica. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ IVAN BENAION CARDOSO (OAB 1657/AM), ADV: DANIEL IBIAPINA ALVES (OAB 5980/AM), ADV: ÉRICO RODRIGO FREITAS PINHEIRO (OAB 6413/AM) - Processo 0207667-19.2010.8.04.0001 (001.10.207667-8) - Procedimento Sumário

- Acidente de Trabalho - REQUERENTE: Francisco de Castro Moreira - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - LITSPASSIV: Procuradoria Federal no Estado do Amazonas - Advocacia Geral da União - R. H. Os autos retornaram do segundo grau sem que nenhuma parte interessada tenha pugnado por cumprimento de sentença. Desta feita, determino o arquivamento dos autos com a devida baixa no sistema processual, sem prejuízo de eventual reativação em caso de requerimento. Cumpra-se.

ADV: THIAGO AUGUSTO CAMPOS TIROLLI (OAB 7730/AM), ADV: MARCOS ROBERTO MARINHO CAMPOS (OAB 4492/AM) - Processo 0210742-95.2012.8.04.0001 - Procedimento Comum - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Leonardo Amorim Ferraz - REQUERIDO: Escolas e Supletivos Nilton Lins - R. H. Arquive-se e baixe-se os autos com as cautelas de praxe.

ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM), ADV: HENRIQUE CABOCLO DE MACEDO (OAB 8816/AM) - Processo 0217383-41.2008.8.04.0001 (001.08.217383-5) - Despejo - Locação de Imóvel - REQUERENTE: Gradiente Eletrônica S/A - REQUERIDA: Jutaí 661 Equipamentos Eletrônicos Ltda. - À Secretaria, para que certifique se a citação por edital do Requerido obedeceu aos ditames do art. 257, do Código de Processo Civil. Cumpra-se.

ADV: JULLIE ANNE RODRIGUES DA CUNHA (OAB 9243/AM) - Processo 0218872-98.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum - Rescisão / Resolução - REQUERENTE: Sérgio Eduardo Ferreira Gesta - REQUERIDO: Wapmetal Componentes Metálicos e Automação Ltda. - ADMINISTRA: Carlos Ronaldo Lima Barroco Filho - Vista ao Sr. Administrador da recuperação judicial para se manifestar sobre o pedido. Intime-se.

ADV: RAFAEL FERNANDO TIESCA MACIEL (OAB 7187/AM), ADV: FERNANDO SOUZA MACHADO (OAB 5975/AM), ADV: ERIVELTON FERREIRA BARRETO (OAB 5568/AM) - Processo 0219059-53.2010.8.04.0001 (001.10.219059-4) - Execução de Título Extrajudicial - Liquidação / Cumprimento / Execução - EXEQUENTE: G. M. Zenatti - EXECUTADO: Cícero José de Lima Alencar - R. H. Considerando que não houveesgotamentodemeios executivosmenos gravosos ao devedor, indefiro os pedidos de fls. 80. Intime-se o autor para requerer o que entender de direito no prazo de 15 (quinze) dias. Cumpra-se.

ADV: VALÉRIO CÉSAR MILANI E SILVA (OAB 3934/RO) - Processo 0223069-62.2018.8.04.0001 - Carta Precatória Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - EXEQUENTE: Estado de Rondônia - EXECUTADO: Petry Indústria de Alimentos Ltda. - Eriseu Petry - Margareth Nishiguchi Petry - Expeça-se competente mandado em cumprimento à ordem do Juízo Deprecante. Cumpra-se.

ADV: ADEMÁRIO DO ROSÁRIO AZEVEDO (OAB 2926/AM), ADV: WISTON FEITOSA DE SOUSA (OAB 6596/AM) - Processo 0224986-63.2011.8.04.0001 - Procedimento Comum - Acidente de Trabalho - REQUERENTE: Gerlisson Bezerra de Oliveira - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - INTSSADO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - R. H. Intime-se o INSS para que se manifeste acerca da petição de fls. 166. Cumpra-se.

ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 1026A/AM) - Processo 0227380-48.2008.8.04.0001 (001.08.227380-5) - Execução de Título Extrajudicial - REQUERENTE: HSBC Bank Brasil S/A - Banco Múltiplo - REQUERIDA: Maria Lucilene Lima da Silva - Homologo por sentença o acordo firmado pelas partes para que produza os jurídicos e legais efeitos. A transação tem efeito de sentença, razão pelo qual julgo extinto o processo, com julgamento do mérito, na forma do art. 487, III, “b”, do NCPC, já ajustado entre as partes as custas, despesas processuais e honorários advocatícios.

ADV: JOSÉ IVAN BENAION CARDOSO (OAB 1657/AM) - Processo 0230921-89.2008.8.04.0001 (001.08.230921-4) - Procedimento Sumário - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: Regina Auxiliadora Rodrigues da Silva - REQUERIDO: Joaquim de Lima Lopes Júnior - PERITO: Richardson Chaves Corrêa - INTSSADA: Defensoria Pública do Estado do Amazonas - R. H. Intime-se o patrono da parte Requerida para que se manifeste acerca do pedido de desistência à fl. 179. Cumpra-se.

ADV: CARLOS CHRISTIANO KRAKHECKE FILHO (OAB 4132/AM), ADV: EDSON BELMONT DE LIMA (OAB 8931/AM), ADV: JÁDSON ALVES LIMA (OAB 1969/AM) - Processo 0232441-06.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum - DIREITO PREVIDENCIÁRIO - REQUERENTE: Deusimar Gomes dos Santos - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - PERITO: Marcelo Cláudio Barroso de Vasconcelos Dias - À Secretaria para cumprir o pedido na fl. 174, para expedir novo ofício.

ADV: MANUELA CANTANHEDE VEIGA ANTUNES (OAB 4598/AM) - Processo 0238069-83.2010.8.04.0001 (001.10.238069-5) - Procedimento Comum - REQUERENTE: Líbia Martha da Silva Xavier - REQUERIDO: Márcio Lenio Bentes Rabelo - NOTIFICADA: Defensoria Pública do Estado do Amazonas - Compulsando os autos, verifico que a parte Requerida, apesar de devidamente citada, para apresentar defesa, deixou transcorrer in albis o prazo, conforme certidão encartada à fl. 100, tornando-se revel. Portanto, tenho que a matéria comporta julgamento antecipado da lide, nos termos do art. 355, II, do CPC. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LEONARDO CUNHA E SILVA DE AGUIAR (OAB 3470/AM) - Processo 0238889-68.2011.8.04.0001 - Monitória - Obrigações - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: Vera Lúcia de Figueiredo - Ellany Batalha Fernandes - Sandro Jorge Macedo Fernandes - R. H. Remetam-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça, observadas as formalidades de praxe.

ADV: BAIRON ANTÔNIO DO NASCIMENTO JÚNIOR (OAB 3795/AM) - Processo 0240285-85.2008.8.04.0001 (001.08.240285-0) - Processo de Execução - Liquidação / Cumprimento / Execução - EXEQUENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - EXECUTADO: Nathan Salim Tayah - R. H. Ocorrendo a citação por edital, dou curador especial ao réu, na forma do art. 72, II, do CPC. Notifique-se pessoalmente o Defensor Público que atua junto a este Juízo. Cumpra-se.

ADV: ELIETE SANTANA MATOS (OAB 10423/CE), ADV: HIRAN LEÃO DUARTE (OAB 10422/CE) - Processo 0244102-60.2008.8.04.0001 (001.08.244102-3) - Execução de Título Extrajudicial - REQUERENTE: Banco Honda S/A - REQUERIDA: Rejane Helena dos Anjos Farias - R. H. Compulsando os autos, verifico que a ação de busca e apreensão foi convertida em ação de execução de título extrajudicial às fls. 59, posto isto, indefiro os pedidos formulados às fls. 69/70. Ato contínuo, cite-se o Executado para efetuar o pagamento da dívida no prazo de 3 (três) dias, conforme o art. 652, caput, do CPC. Fixo, desde logo, os honorários de advogado a serem pagos pelo Executado em 10% sobre o valor da dívida. No caso de integral pagamento no prazo supra, a verba honorária será reduzida pela metade. Em caso de o devedor não efetuar o pagamento do aludido montante, autorizo o senhor meirinho a realizar a penhora dos bens em nome do executado, bem como sua avaliação, tudo na forma do § 1º, do art. 652, do Diploma Processual Civil. Determino, ainda, na hipótese de o Oficial de Justiça não localizar o executado, o arresto de tantos bens quanto bastem para satisfazer o objeto do presente processo de expropriação do patrimônio do devedor, ex vi do art. 653, caput, também do CPC. Cumpra-se.

ADV: CLEMENTE AUGUSTO GOMES NETO (OAB 10785/AM) - Processo 0244432-08.2018.8.04.0001 (processo principal 0620716-18.2017.8.04.0001) - Exibição de Documento ou Coisa - DIREITO DO CONSUMIDOR - REQUERENTE: Adriana Oliveira de Souza - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - R. H. Trata-se de petição simples cujo protocolo gerou equivocadamente um número como se incidente processual fosse. Por efeito, determino que a Secretaria tome as providências necessárias para a baixa no Sistema. Outrossim, ordeno que a referida peça seja entranhada nos autos pertinentes. Cumpra-se. P.R.I.C, dê-se baixa no sistema processual.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT) - Processo 0245189-02.2018.8.04.0001 (processo principal 0629792-66.2017.8.04.0001) - Exibição de Documento ou Coisa - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Jonatha Teixeira de Araújo - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - R. H. Trata-se de petição simples cujo protocolo gerou equivocadamente um número como se incidente processual fosse. Por efeito, determino que a Secretaria tome as providências necessárias para a baixa no Sistema. Outrossim, ordeno que a referida peça seja entranhada nos autos pertinentes. Cumpra-se. P.R.I.C, dê-se baixa no sistema processual.

ADV: SAMUEL SOARES DE MIRANDA (OAB 10370/AM), ADV: CLÉUCIO DA SILVA OLIVEIRA (OAB 5060/AM) - Processo 0245372-70.2018.8.04.0001 (processo principal 0608930-11.2016.8.04.0001) - Exibição de Documento ou Coisa - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Gilcimar Amorim de Oliveira - REQUERIDO: Daniel Guedes de Carvalho - Kênia Bastos Andrade - R. H. Trata-se de petição simples cujo protocolo gerou equivocadamente um número como se incidente processual fosse. Por efeito, determino que a Secretaria tome as providências necessárias para a baixa no Sistema. Outrossim, ordeno que a referida peça seja entranhada nos autos pertinentes. Cumpra-se. P.R.I.C, dê-se baixa no sistema processual.

ADV: DELIAS TUPINAMBÁ VIEIRALVES (OAB 2268/AM) - Processo 0245946-93.2018.8.04.0001 (processo principal 0658478-34.2018.8.04.0001) - Exibição de Documento ou Coisa - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Delias Tupinambá Vieiralves - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - R. H. Trata-se de petição simples cujo protocolo gerou equivocadamente um número como se incidente processual fosse. Por efeito, determino que a Secretaria tome as providências necessárias para a baixa no Sistema. Outrossim, ordeno que a referida peça seja entranhada nos autos pertinentes. Cumpra-se. P.R.I.C, dê-se baixa no sistema processual.

ADV: REGINALDO GUEDES DA SILVA FILHO (OAB 6135/AM) - Processo 0245969-39.2018.8.04.0001 (processo principal 0607256-27.2018.8.04.0001) - Exibição de Documento ou Coisa - Nulidade / Anulação - REQUERENTE: Maria Adelino Xavier - REQUERIDO: Edvaldo Lima Canto - R. H. Trata-se de petição simples cujo protocolo gerou equivocadamente um número como se incidente processual fosse. Por efeito, determino que a Secretaria tome as providências necessárias para a baixa no Sistema. Outrossim, ordeno que a referida peça seja entranhada nos autos pertinentes. Cumpra-se. P.R.I.C, dê-se baixa no sistema processual.

ADV: HEITOR BARBOSA BRUNI DA SILVA (OAB 41422/PR) - Processo 0246009-21.2018.8.04.0001 (processo principal 0216818-28.2018.8.04.0001) - Exibição de Documento ou Coisa - Perdas e Danos - REQUERENTE: Raimundo Costa Mendonça - REQUERIDO: S. C. Transportes e Contruções Ltda. - R. H. Trata-se de petição simples cujo protocolo gerou equivocadamente um número como se incidente processual fosse. Por efeito, determino que a Secretaria tome as providências necessárias para a baixa no Sistema. Outrossim, ordeno que a referida peça seja entranhada nos autos pertinentes. Cumpra-se. P.R.I.C, dê-se baixa no sistema processual.

ADV: MÁRCIA SUZANA OLIVEIRA MENEZES (OAB 10267/AM) - Processo 0246237-93.2018.8.04.0001 (processo principal 0635336-98.2018.8.04.0001) - Exibição de Documento ou Coisa - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Igreja Evangélica Assembleia de Deus - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - R. H. Trata-se de petição simples cujo protocolo gerou equivocadamente um número como se incidente processual fosse. Por efeito, determino que a Secretaria tome as providências necessárias para a baixa no Sistema. Outrossim, ordeno que a referida peça seja entranhada nos autos pertinentes. Cumpra-se. P.R.I.C, dê-se baixa no sistema processual.

ADV: PASQUALI PARISE E GASPARINI JÚNIOR (OAB 4752/SP) - Processo 0246288-07.2018.8.04.0001 - Carta Precatória Cível - Busca e Apreensão - REQUERENTE: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - REQUERIDO: Allyson Oliveira Grijó - Expeça-se o mandado competente conforme a ordem do juízo deprecante. Caso a parte não seja beneficiária da justiça gratuita, condiciono tal expedição ao recolhimento das custas da diligência, nos moldes da Portaria nº 116/2017 - PTJ. Intime-se.

ADV: EDGAR PORTELA DA SILVA AGUIAR (OAB 9941/AM), ADV: DELIAS TUPINAMBÁ VIEIRALVES (OAB 2268/AM) - Processo 0246755-83.2018.8.04.0001 (processo principal 0211064-86.2010.8.04.0001) - Exibição de Documento ou Coisa - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Célia Regina de Souza Pereira - Ana Cristina de Souza Pereira - REQUERIDA: Martins Rent a Car Ltda. - Quirino Corretora e Administradora de Seguros Ltda. - Nobre Seguradora do Brasil S/A - R. H. Trata-se de petição simples cujo protocolo gerou equivocadamente um número como se incidente processual fosse. Por efeito, determino que a Secretaria tome as providências necessárias para a baixa no Sistema. Outrossim, ordeno que a referida peça seja entranhada nos autos pertinentes. Cumpra-se. P.R.I.C, dê-se baixa no sistema processual.

ADV: KEMAL ALMEIDA MUNEYMNE FILHO (OAB 3889/AM) - Processo 0247094-42.2018.8.04.0001 (processo principal 0641281-03.2017.8.04.0001) - Exibição de Documento ou Coisa - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Anderson Brito dos Santos - Banco Pan S/A - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados NPL I - R. H. Trata-se de petição simples cujo protocolo gerou equivocadamente um número como se incidente processual fosse. Por efeito, determino que a Secretaria tome as providências necessárias para a baixa no Sistema. Outrossim, ordeno que a referida peça seja entranhada nos autos pertinentes. Cumpra-se. P.R.I.C, dê-se baixa no sistema processual.

ADV: SERAFIM PEREIRA D'ALVIM MEIRELLES NETO (OAB 1694/AM), ADV: CHRISTINA CUNHA E SILVA MEIRELLES (OAB 7896/AM) - Processo 0247553-44.2018.8.04.0001 - Carta Precatória Cível - Atos executórios - EXEQUENTE: Banco da Amazônia S/A - EXECUTADO: Raimunda Emília de Assis dos Santos - À Secretaria, para certificar acerca do preenchimento dos requisitos do art. 260, do CPC/2015. Em caso negativo, certifique-se e devolva-se a missiva ao Juízo Deprecante, com fundamento no art. 267, I, do Digesto Processual Civil. Em caso positivo, retornem-me os autos conclusos.

ADV: JULIANA CHAVES COIMBRA GARCIA (OAB 4040/AM), ADV: FRANCISCO CHARLES CUNHA GARCIA JÚNIOR (OAB 4563/AM), ADV: LEANDRO SOUZA BENEVIDES (OAB 491A/AM), ADV: PEDRO DE ARAÚJO RIBEIRO (OAB 6935/AM) - Processo 0248892-87.2008.8.04.0001 (001.08.248892-5) - Execução de Título Extrajudicial - Liquidação / Cumprimento / Execução - EXEQUENTE: Importação e Exportação K. S. Ltda. - EXECUTADA: Úrsula de Oliveira Melo Souza - Determino que a parte exequente seja intimada, para regularizar a sua representação processual e proceder o devido recolhimento das custas judiciais, no prazo de 15 (quinze) dias, com a finalidade de pesquisa através do sistema BACENJUD, sob pena de extinção.

ADV: ALEXANDRE GOMES RIBEIRO (OAB 6199/AM), ADV: IRAN BAYMA DE MELO (OAB 2463/AM), ADV: DANIEL DE OLIVEIRA CAMPOS (OAB 5258/AM), ADV: MARCOS PAULO COÊLHO DE SOUZA (OAB 4395/AM), ADV: ANTÔNIO CARLOS DA SILVA SANTOS (OAB 2918/AM), ADV: FRANCISCO ÉZIO VIANA DE OLIVEIRA (OAB 2160/AM), ADV: KASSER JORGE CHAMY DIB (OAB 5551/AM) - Processo 0251053-60.2014.8.04.0001 (apensado ao processo 0354089-65.2007.8.04.0001) - Outras medidas provisionais - Indenização por Dano Moral - EXCIPIENTE: Iberostar Grand Amazon - EXCEPTO: Rucimar Souza de Lima - Registro de movimentação de SUSPENSO para correção de situação processual, conforme determinado à fl. 19, visto que os autos permaneciam "em andamento" impactando o cumprimento das metas nacionais.

ADV: PEDRO DE ARAÚJO RIBEIRO (OAB 6935/AM), ADV: LEANDRO SOUZA BENEVIDES (OAB 491A/AM), ADV: MARA LÚCIA ANTONY (OAB 598/AM), ADV: BRUNO VIEIRA DA ROCHA BARBIRATO (OAB 6975/AM), ADV: LÍVIA MARIA ANDRADE PORTO (OAB 11348/AM), ADV: ALCIDES ANDRADE (OAB 6377/AM), ADV: VERA LÚCIA TRIBUZY FERREIRA DA COSTA (OAB 6470/AM), ADV: FÁBIO NUNES BANDEIRA DE MELO (OAB 4331/AM), ADV: JOSÉ ABELARDO DE ALBUQUERQUE MELLO SANTOS (OAB 3551/AM), ADV: WALDENIZE ROBERTO TEIXEIRA (OAB 4699/AM), ADV: JOSÉ CARLOS DE SENA DANTAS (OAB 6295/AM), ADV: NANCY MAGGIO (OAB 6460/AM) - Processo 0256832-69.2009.8.04.0001 (001.09.256832-8) - Cumprimento de sentença - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: Nestor Eduardo dos Passos Ayres - REQUERIDO: KRP Express Pequenos Transportes Ltda. - Eneias Marques dos Santos Filho - Pemaza Amazônia S/A - Determino o desbloqueio das contas bancárias das empresas KRP Express Pequenos Transportes Ltda. e Pemaza Amazônia S.A., uma vez que, em relação a elas, a ação foi julgada improcedente.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0263405-55.2011.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A -

REQUERIDO: CD+ Indústria da Amazônia Ltda. - Fábio de Andrade Zanetti - Inara Cattaruzzi de Andrade Zanetti - Desta feita, concedo o prazo de 10 (dez) dias para que a parte Autora promova a citação da parte requerida, sob pena de extinção, nos moldes disciplinados no art. 485, IV, do CPC. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: CELSO ANTÔNIO DA SILVEIRA (OAB 5807/AM), ADV: CÁSSIA LUCIANA DA CONCEIÇÃO ROCHA (OAB 7819/AM) - Processo 0266036-69.2011.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Liminar - REQUERENTE: Maria do Socorro Freire de Lima - REQUERIDO: Wellaine Oliveira de Abreu - R. H. Intime-se a parte Autora para, no prazo de 10 (dez) dias, comprovar nos autos o recolhimento, no Juízo deprecado, das custas de cumprimento da missiva, se não for beneficiária da justiça gratuita. Em seguida, expeça-se a carta precatória para a comarca de Japurá/AM. Cumpra-se.

ADV: CÍNTIA MARTINS DE SOUZA (OAB 4399/AM), ADV: CÍNTIA MARTINS DE SOUZA (OAB 4399/AM) - Processo 0364058-07.2007.8.04.0001 (001.07.364058-2) - Monitória - REQUERENTE: Antônio Bezerra da Costa - REQUERIDA: Colônia de Pescadores Z - 1 de Roraima - Suspensão deferida por decisão judicial.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0600222-06.2015.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: Adria Cláudia Gomes Roberto - R. H. Expeça-se nova carta, com urgência, para o endereço indicado às fls. 72.

ADV: RAIMUNDO AMORIM DE ALMEIDA (OAB 10055/AM) - Processo 0600575-07.2019.8.04.0001 (apensado ao processo 0644810-93.2018.8.04.0001) - Embargos à Execução - Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução - EMBARGANTE: Raimundo Pereira de Almeida - EMBARGADA: Idalina da Silva Reis - R. H. Processo distribuído por dependência aos autos de n. 0644810-93.2018.8.04.0001. Apense-se ao referido feito, em seguida, voltem-me concluso. Cumpra-se.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 877A/AM) - Processo 0601789-72.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - EXECUTADO: Real Asfalto Transporte e Comércio de Petróleo Ltda. - Francinaldo de Oliveira Dias - Ante o exposto, decreto, de ofício, a prescrição intercorrente e por, conseguinte, JULGO EXTINTO COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO o processo executivo, nos termos do art. 487, II, CPC/15. Custas pagas nos autos. Após, o trânsito em julgado, dê-se baixa e arquive-se o feito com as cautelas de praxe. P.R.I.C.

ADV: FERNANDO LUZ PEREIRA (OAB 658A/AM), ADV: MOISÉS BATISTA DE SOUZA (OAB 469A/AM) - Processo 0601926-25.2013.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: B. V. Financeira S/A - C. F. I. - REQUERIDA: Soliege Maria Vieira dos Santos - R. H. Cite-se o Executado para efetuar o pagamento da dívida no prazo de 3 (três) dias, conforme o art. 652, caput, do CPC. Fixo, desde logo, os honorários de advogado a serem pagos pelo Executado em 10% sobre o valor da dívida. No caso de integral pagamento no prazo supra, a verba honorária será reduzida pela metade. Em caso de o devedor não efetuar o pagamento do aludido montante, autorizo o senhor meirinho a realizar a penhora dos bens em nome do executado, bem como sua avaliação, tudo na forma do § 1º, do art. 652, do Diploma Processual Civil. Determino, ainda, na hipótese de o Oficial de Justiça não localizar o executado, o arresto de tantos bens quanto bastem para satisfazer o objeto do presente processo de expropriação do patrimônio do devedor, ex vi do art. 653, caput, também do CPC. Cumpra-se.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0602462-31.2016.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Jeanderson Brandão Rodrigues - R. H. Defiro o pedido de citação por edital postulado as folhas anteriores. Expeça-se o edital, observando-se o prazo de 30 (trinta) dias, para os fins do art. 257, III, do NCPC. À Secretaria para tomar as devidas providências.

ADV: FRANCISCO ANTÔNIO LIMA PINHEIRO (OAB 1605/AM) - Processo 0602637-20.2019.8.04.0001 - Habilitação de Crédito - Classificação de créditos - REQUERENTE: Diego Moura Ramos - REQUERIDO: Wapmetal Componentes Metalicos e Automacao Ltda - Averbo minha suspeição, por motivo de foro íntimo. Ao substituto legal.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0602649-73.2015.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Jônatas do Nascimento Silva - Por todo o exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido a teor do disposto no art. 701, §2º, do CPC, e o faço para constituir, de pleno direito, o título executivo judicial no valor pleiteado de R$ 11.120,60 (onze mil, cento e vinte reais e sessenta centavos), atualizado nos moldes da Portaria nº 1855/2016-PTJ. Condeno a parte ré a arcar com as custas, despesas processuais e honorários advocatícios que fixo em 10% sobre o valor da condenação.

ADV: MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM), ADV: FELIPE SENA DE CARVALHO (OAB 3816/AM) - Processo 0602791-38.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - REQUERIDO: Allison Waine de Sousa - Compulsando os autos, verifico que a parte Requerente procedeu à juntada de comprovante de recolhimento de custas, à fl. 31, contudo, referido preparo não consta em aberto no sistema SAJ-PG5. Remetam-se os autos à Contadoria para que informe sobre o recolhimento das custas iniciais. Em seguida, voltem-me. Cumpra-se.

ADV: SÉRGIO SCHULZE (OAB 7629/SC) - Processo 0602970-69.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: V.F.C.F.I. - REQUERIDA: S.G.C.U. - Compulsando os autos, verifico que a parte Requerente procedeu à juntada de comprovante de recolhimento de custas, às fls. 16/18, contudo, referido preparo consta em aberto no sistema SAJ-PG5. Remetam-se os autos à Contadoria para que informe sobre o recolhimento das custas iniciais. Em seguida, voltem-me. Cumpra-se.

ADV: ADRIANA LO PRESTI MENDONÇA (OAB 3139/AM), ADV: ANTÔNIO FÁBIO BARROS DE MENDONÇA (OAB 2275/AM), ADV: CARLOS FERNANDO SIQUEIRA CASTRO (OAB 672A/AM), ADV: DANIEL COUTINHO DA SILVA (OAB 9122/AM), ADV: DANYELLE JATAHY BENAION (OAB 126585/RJ) - Processo 0603371-39.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: Carmina Teresa Herrera Zevallos - REQUERIDO: Pole Position Tecnologia Ltda. - Hyundai Motor Brasil Montadora de Automóveis Ltda. - PERITO: Carlos José Tôrres Galindo Filho - Intime-se o perito nomeado para que, no prazo de 5 (cinco) dias, se manifeste acerca da impugnação de honorários realizada às fls. 288/289.

ADV: MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM) - Processo 0603471-23.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - REQUERIDO: Waldete Ferreira da Silva - Compulsando os autos, verifico que a parte Requerente procedeu à juntada de comprovante de recolhimento de custas, às fl. 28, contudo, referido preparo consta em aberto no sistema SAJ-PG5. Remetam-se os autos à Contadoria para que informe sobre o recolhimento das custas iniciais. Em seguida, voltem-me. Cumpra-se.

ADV: TIMÓTEO MARTINS NUNES (OAB 847A/AM), ADV: ÁLVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 831A/AM) - Processo 0604124-64.2015.8.04.0001 - Procedimento Sumário - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Daniel Passos da Silva - REQUERIDO: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A - PERITO: Instituto Médico Legal - IML - R. H. Remetam-se os autos a conta única para que informe se há valores depositados vinculados ao presente processo. Cumpra-se.

ADV: MARLOS GAIO (OAB 914A/AM), ADV: JOÃO CARLOS FLOR JÚNIOR (OAB 915A/AM), ADV: ÁLVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 831A/AM) - Processo 0604306-84.2014.8.04.0001 - Procedimento Sumário - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Arlindo Silva de Alcântara - REQUERIDO: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A - PERITO: Dr. Marcelo Cláudio Barroso de Vasconcellos Dias - R. H. Remetam-se os autos a conta única para que informe se há valores depositados vinculados ao presente processo. Cumpra-se.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0605344-97.2015.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Adailson de Souza Bentes - Desta feita, concedo o prazo de 10 (dez) dias para que a parte Autora promova a citação da parte requerida, sob pena de extinção, nos moldes disciplinados no art. 485, IV, do CPC. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ÁLVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 5369/RO), ADV: MAYKA SALOMÃO CORDEIRO VIANA (OAB 6321/AM) - Processo 0605374-69.2014.8.04.0001 - Procedimento Sumário - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: José Lima da Silva - REQUERIDO: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A - PERITO: Dr. Marcelo Cláudio Barroso de Vasconcellos Dias - INTSSADO: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A - R. H. A Secretaria para cumprir, integralmente, a sentença de fls. Cumpra-se.

ADV: ROBERT MERRILL YORK JÚNIOR (OAB 4416/AM), ADV: HUGO FERNANDES LEVY NETO (OAB 4366/AM), ADV: CAROLINA AUGUSTA MARTINS (OAB 9989/AM), ADV: VICTOR HUGO TRINDADE SIMÕES (OAB 9286/AM) - Processo 0605442-48.2016.8.04.0001 - Monitória - Cheque - REQUERENTE: Merronit Comercial Ltda. - EPP - REQUERIDO: Elson Braga de Souza - R. H. Defiro o pedido de citação por edital postulado as folhas anteriores. Expeça-se o edital, observando-se o prazo de 30 (trinta) dias, para os fins do art. 257, III, do NCPC. À Secretaria para tomar as devidas providências.

ADV: LUIZ FERNANDO MAFRA NEGREIROS (OAB 5641/AM), ADV: RICARDO DA CUNHA COSTA (OAB 5737/AM), ADV: TATIANE MEDINA OLIVEIRA (OAB 6336/AM) - Processo 0605480-89.2018.8.04.0001 - Embargos à Execução - Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - EXECUTADO: M. J. A. de Figueiredo - R. H. Intime-se a parte embargada para, querendo, se manifestar acerca dos embargos de execução opostos no prazo de 15 (quinze) dias. Após, retornem-me os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: MÁRCIO FERREIRA DE OLIVEIRA (OAB 37201/CE), ADV: CARLOS ALBERTO BAIÃO (OAB 925A/AM) - Processo 0605496-14.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Itaú Unibanco S/A - EXECUTADO: M. F. de Oliveira Confecções - ME - Márcio Ferreira de Oliveira - Em cumprimento ao Acórdão de fls. 202/204, determino a suspensão do processo nos termos do art. 922 do CPC.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0605543-22.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: Maria do Carmo Souza Farias - Certifique a Secretaria acerca do trânsito em julgado da sentença de fls. 57/60. Em seguida, voltem-me os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: MANUELA CANTANHEDE VEIGA ANTUNES (OAB 4598/AM) - Processo 0605802-75.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Iracelma Paes da Gama - Luís Astrolábio da Silva Pires - REQUERIDO: Célio Luiz Souza da Costa - Compulsando os autos, verifico que a parte Requerente deixou de cumprir os requisitos da inicial indicados no art. 319, incisos II e VII, do NCPC, senão vejamos: Art. 319. A petição inicial indicará: I - o juízo a que é dirigida; II - os nomes, os prenomes, o estado civil, a existência de união estável, a profissão, o número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, o endereço eletrônico, o domicílio e a residência do autor e do réu; III - o fato e os fundamentos jurídicos do pedido; IV - o pedido com as suas especificações; V - o valor da causa; VI - as provas com que o autor pretende demonstrar a verdade dos fatos alegados; VII - a opção do autor pela realização ou não de audiência de conciliação ou de mediação. Assim, concedo o prazo de 15 (quinze) dias para que a parte Autora complete a inicial, atentando para os pressupostos supramencionados, sob pena de indeferimento da inicial, nos termos do parágrafo único, do artigo 321, do NCPC. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0605809-43.2014.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Lenilson Cardoso da Silva - Por todo o exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido a teor do disposto no art. 701, §2.º, do CPC, e o faço para constituir, de pleno direito, o título executivo judicial no valor pleiteado de R$ 3.861,67 (três mil, oitocentos e sessenta e um reais e sessenta e sete centavos), atualizado nos moldes da Portaria n.º 1855/2016-PTJ. Condeno a parte ré a arcar com as custas, despesas processuais e honorários advocatícios que fixo em 10% sobre o valor da condenação.

ADV: ROSIMAR FERNANDES HIPÓLITO (OAB 3931/AM) - Processo 0605943-94.2019.8.04.0001 (apensado ao processo 0619854-13.2018.8.04.0001) - Embargos à Execução - Nulidade / Inexigibilidade do Título - EMBARGANTE: José Matias de Oliveira Neto - EMBARGADO: Condomínio Residencial Forest Hill - R. H. Processo distribuído por dependência aos autos de n. 0619854-13.2018.8.04.0001. Apense-se ao referido feito, em seguida, voltem-me concluso. Cumpra-se.

ADV: BEATRIZ BATISTA DOS SANTOS (OAB 295353/SP) - Processo 0606027-95.2019.8.04.0001 (apensado ao processo 0634754-35.2017.8.04.0001) - Embargos à Execução - Valor da Execução / Cálculo / Atualização - EMBARGANTE: Conteudo Agência de Publicidade Ltda - EMBARGADO: Logica Assessoria e Consultoria Contabil S/s Ltda - R. H. Processo distribuído por dependência aos autos de n. 0634754-35.2017.8.04.0001. Apense-se ao referido feito, em seguida, voltem-me concluso. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ ANTÔNIO DE MORAES TEIXEIRA NETO (OAB 3986/AM), ADV: DANIEL SILVA BARROSO (OAB 2965/AM), ADV: CRISTIANE BELLINATI GARCIA LOPES (OAB 751A/AM), ADV: MAURO CELI MARTINS (OAB 2907/AM) - Processo 0606371-86.2013.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: HSBC Bank Brasil S/A - Banco Múltiplo - EXECUTADO: Prince Bike Norte Ltda. - Estevam Edson Chen - Bernardete Akemi Kakimori Chen - Ante o exposto, decreto, de ofício, a prescrição intercorrente e por, conseguinte, JULGO EXTINTO COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO o processo executivo, nos termos do art. 487, II, CPC/15. Custas pagas nos autos. Após, o trânsito em julgado, dê-se baixa e arquive-se o feito com as cautelas de praxe. P.R.I.C.

ADV: JOANA DARC DOS SANTOS CORDEIRO (OAB 8645/AM), ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM) - Processo 0606390-92.2013.8.04.0001 - Procedimento Comum - Antecipação de Tutela / Tutela Específica - REQUERENTE: Caloi Norte S/A - REQUERIDO: Aruanda Tecnologia e Comércio de Equipamentos Industriais Ltda. - Analisando os autos, verifico que as cartas do ato citatório foram realizadas em nome dos sócios em vez de ser o nome da pessoa jurídica requerida, assim entendo que a citação não é válida. Desta feita, determino que a Secretaria expeça carta de citação em nome da empresa e no endereço indicado às fls. 140. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ IVAN BENAION CARDOSO (OAB 1657/AM), ADV: KANTHYA PINHEIRO DE MIRANDA (OAB 18032/BA), ADV: TALVANI FRANCO LEITE BRITO (OAB 680A/AM), ADV: SUERDA CARLA CAMPOS MORAIS DE ARAÚJO (OAB 4083/AM) - Processo 0606594-68.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Francisco Ferreira de Freitas - REQUERIDO: EUCATUR - Empresa União Cascavel de Transportes e Turismo Ltda. - INTSSADO: Juizo de Direito da Comarca de Cascavel/CE - À Secretaria, para certificar se houve resposta do Juízo Deprecado.

ADV: WISTON FEITOSA DE SOUSA (OAB 6596/AM), ADV: ADEMÁRIO DO ROSÁRIO AZEVEDO (OAB 2926/AM), ADV: JORGE FERNANDES GARCIA DE VASCONCELLOS JÚNIOR (OAB 2167/AM), ADV: JORGE ALEXANDRE MOTTA DE VASCONCELLOS (OAB 2790/AM) - Processo 0606716-13.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Raimunda Pereira de Farias - Rafael Pereira de Farias - Marlene Pereira de Farias - REQUERIDO: Auto Viação Vitória Régia Ltda. - Global GNZ Transportes Ltda. - À Secretaria da 2ª UPJ, para que certifique a existência de peritos no Banco de Peritos deste Tribunal de Justiça, para o fim de reconstituição de acidente de trânsito, em conformidade com a Resolução n° 233/2016 do CNJ. Após, voltem-me conclusos. Cumpra-se.

ADV: ROSELY CRISTINA MARQUES CRUZ (OAB 178930/SP), ADV: DOUGLAS ALVES VILELA (OAB 264173/SP) - Processo 0607277-03.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - EXEQUENTE: Ambev - Companhia Brasileira de Bebidas - EXECUTADO: Higor Alves Castelo - Remetam-se os autos à Contadoria para que informe sobre o recolhimento das custas iniciais. Em seguida, voltem-me. Cumpra-se.

ADV: ACÁCIO FERNANDES ROBOREDO (OAB 89774/SP) - Processo 0607506-65.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco Santander Brasil S/A - EXECUTADO: A. N. T. Barroso Calçados - EPP - Ana Cláudia Tavares Barroso - De ordem, à secretaria para fazer cumprir a Portaria Conjunta n. 001/2017-PTJ quanto ao art. 1.º e incisos, para que proceda a realização dos seguintes atos: Art. 1.º. Delegar aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais abaixo especificadas: I - intimar a parte interessada para que proceda ao recolhimento das custas e despesas processuais de qualquer natureza; II - dar cumprimento imediato às cartas precatórias recebidas, independentemente de despacho do juiz, com a sua imediata devolução ao juízo deprecante, após o seu cumprimento; III - intimar a parte para se manifestar sobre mandados, cartas de citação ou intimação e demais expedientes devolvidos e juntados aos autos; IV - intimar a parte exequente para se manifestar sobre nomeação de bens à penhora; V - intimar a parte autora ou exequente para dar prosseguimento ao feito, requerendo o que entender de direito; VI - oferecer abertura de vista ao exequente, após o retorno de carta precatória expedida ou resposta de ofício; VII - proceder à consulta e penhora via Bancen Jud, na hipótese de consulta anterior negativa; VIII - intimar a parte exequente para manifestação sobre pagamentos realizados; IX - remeter os autos à Contadoria, quando necessário; X - intimar o autor para que no prazo de 15 (quinze) dias emende ou complete a petição inicial, indicando com precisão o que deve ser corrigido ou completado (art. 321, do NCPC), bem como intimar a parte para regularizar a sua representação (art. 76, do NCPC); XI - proceder à pesquisa de endereços em todos os sistemas disponíveis na Secretaria, sempre que se fizer necessário, inclusive antes da citação por edital; XII - reiterar citação ou intimação, por mandado, carta de intimação ou precatória, na hipótese de mudança de endereço do destinatário, quando indicado ou encontrado novo endereço; XIII - intimar a parte autora para manifestação, no prazo legal, quando o réu na contestação ou impugnação opuser fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor (art. 350, NCPC), ou argüir preliminares (arts. 350 e 351, NCPC); XIV - intimar as partes para especificarem e justificarem as provas que pretendem produzir, indicando, com objetividade, os fatos que desejam demonstrar, bem como sua necessidade; XV - intimar a parte contrária para manifestação, em 15 (quinze) dias, sempre que forem juntados novos documentos, nos termos do art. 437, §1.º, do NCPC; XVI - intimar as partes para se manifestarem sobre proposta de honorários periciais; XVII - intimar as partes para manifestação sobre o laudo pericial apresentado, no prazo legal; XVIII - intimar o Perito para efetuar o levantamento de 50% (cinqüenta por cento) dos honorários periciais, já no ato de abertura dos trabalhos, e para levantar o valor remanescente após a manifestação das partes quanto ao laudo pericial; XIX - intimar o perito judicial para entregar laudo pericial, quando findo o prazo estipulado para a finalização da perícia; XX - cobrar mandados que se encontrem na Central de Mandados, decorridos 30 (trinta) dias; XXI - desarquivar autos do arquivo provisório, mediante petição, ficando a Secretaria autorizada a assim proceder, dando-se vista à parte interessada, pelo prazo legal; XXII - remeter ao Setor de Distribuição, independentemente de despacho, para distribuição por dependência, as ações tais como embargos de devedor, embargos de terceiro e incidentes processuais; XXIIII - intimar a parte interessada a responder aos embargos declaratórios opostos com efeitos infringentes; XXIV - intimar as partes do retorno dos autos da instância superior; XXV - intimar a parte interessada para, no prazo legal, manifestar-se sobre proposta e contraproposta de acordo; XXVI - intimar a parte excepta para, no prazo legal, manifestar-se sobre exceção de pré-executividade; XXVII - intimar a parte requerida para se manifestar nos casos de pedido de desistência após oferecimento de contestação; XXVIII - intimar o curador especial para manifestação obrigatória nos casos do artigo 72, do NCPC; XXIX - intimar o recorrente para, no prazo legal, suprir a insuficiência do valor do preparo ou o recolhimento em dobro na hipótese de não comprovação do recolhimento, sob pena de deserção; XXX - intimar o recorrido para contrarrazoar, em 15 (quinze) dias, bem como o recorrente para responder no mesmo prazo, em caso de interposição de recurso de apelação na forma adesiva (arts. 997, §2.º e 1.010, §§1.º e 2.º, NCPC), remetendo os autos após as formalidades legais ao TJAM, independentemente de juízo de admissibilidade. E ainda, art. 7.º., para, igualmente proceder os seguintes atos: Art. 7.º. Fica o Diretor de Secretaria autorizado, dentro de prazos razoáveis, a solicitar ou a prestar informações sobre o cumprimento de cartas precatórias, expedidas ou recebidas, podendo, para tanto, expedir ofício à autoridade de mesma Hierarquia. Como também, fazer cumprir a Portaria 1.985/2017 especialmente no que tange o art. 3.º e incisos, procedendo os seguintes atos: Art. 3º Compete ao Diretor da UPJ, sem prejuízo das atribuições previstas em lei: I - coordenar e administrar a UPJ; II - conferir e assinar expedientes; III - emitir atos ordinatórios; III - garantir o fluxo normal de trabalho, com disciplina, organização e estrito cumprimento dos horários de funcionamento; IV - zelar para que não haja preferência na tramitação dos processos de uma vara em relação a outra, ressalvados os casos de urgência; V - tratar dos expedientes de habilitação de auxiliares do juízo; VI - atender os juízes nos trabalhos relativos à unidade integrada; VII - acompanhar, em conjunto com os assistentes, a produtividade dos servidores e das respectivas equipes; VIII - abrir diariamente o e-mail e malote digital institucional da UPJ, tratando todos aqueles expedientes cuja resposta/informação devam ser conferidas/aprovadas pelo Diretor, e encaminhar aos gabinetes Varas aqueles cujas providências sejam exclusivamente do magistrado responsável; IX - supervisionar a digitalização dos processos físicos; e X - tratar as seguintes fi las do fluxo digital: a) ag. digitalização; b) cumprir diligência do 2º grau; c) processos em suspeição/impedimento; d) processos redistribuídos/transferidos e) processos entrados por redistribuição; f) processos retornados do 2º grau; e g) secretaria. Assim ainda, art. 5.º. § 2.º e incisos, para que proceda a realização dos seguintes atos: Art. 5º A equipe de atendimento e suporte será responsável pelo atendimento ao público, pelo recebimento, cadastro e remessa de documentos, pela digitalização, pelo arquivamento e desarquivamento de autos físicos e pela análise das petições juntadas nos processos. § 2º Compete à equipe de atendimento e suporte: I - o atendimento ao público; II - emitir expedientes; III - praticar atos ordinatórios; IV - o arquivamento e desarquivamento dos processos físicos; V - receber, cadastrar e remeter documentos, inclusive os mandados à Central; VI - a digitalização de documentos e processos físicos; VII - gerar senha de acesso aos autos digitais; VIII - analisar diariamente as petições juntadas, de acordo com a ordem cronológica, e, na sequência dar andamento ao feito; IX - manter atualizados todos os dados cadastrais dos processos no sistema informatizado após a juntada das petições intermediárias; e X - tratar do subfluxo de petição intermediária. E por fim, o art. 6.º. § 2.º e incisos, para que igualmente proceda a realização dos seguintes atos: Art. 6º A equipe de movimentação será responsá vel pelo controle de prazos (decurso) nos processos físicos e digitais.. § 2º Compete à equipe de movimentação: I - emitir atos expedientes; II - praticar ordinatórios; III - verifi car diariamente os prazos, de acordo com as datas de vencimento, certificando-se o seu decurso e, na sequência dar andamento ao feito; IV - tratar as seguintes fi las do fluxo digital: a) ag. perícia/laudo; b) ato ordinatório; c) cumprimento de mandado; d) decurso de prazo; e) processos suspensos; f) recebidos do CEJUSC; e g) retorno de AR V - tratar a fi la análise de ARs não cumpridos do subfluxo Carta. Portanto, encaminhando os autos para as filas de conclusão, apenas os que estiverem prontos para decisão judicial.

ADV: RENATO ANDRÉ DA COSTA MONTE (OAB 4435/AM) - Processo 0607984-34.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - REQUERENTE: Condomínio Residencial Authentic Recife - REQUERIDO: Diego Silveira - R. H. Considerando a ausência de assinatura no instrumento procuratório de fls. 9, determino que a parte autora regularize sua representação processual, no prazo de 05 (cinco) dias, nos termos do art.76, I, do CPC. Cumpra-se.

ADV: FÉLIX DE MELO FERREIRA (OAB 3032/AM) - Processo 0608158-43.2019.8.04.0001 - Habilitação de Crédito - Quitação - REQUERENTE: Paulo Roberto Gentile Carmo - REQUERIDO: Wapmetal Indústria e Comércio de Componentes Metálicos, Máquinas e Equipamentos Ltda. - R. H. Averbo-me suspeito, por motivo de foro íntimo, para atuar no presente feito e em todas as demandas que estão reunidas por suposta conexão, nos termos do parágrafo único do art. 145, §1º, do NCPC, in verbis: "Art. 145. Há suspeição do juiz: (...) § 1o Poderá o juiz declarar-se suspeito por motivo de foro íntimo, sem necessidade de declarar suas razões". (g.m.) Inclusive, a jurisprudência se remete neste sentido: SUSPEIÇÃO DECLARADA POR MOTIVO DE FORO ÍNTIMO. ATO VINCULADO AO DEVER DE IMPARCIALIDADE. Além das hipóteses mencionadas pelo artigo 135 da lei adjetiva, prevê, ainda, o seu parágrafo, a possibilidade de o juiz declarar-se suspeito por motivo de foro íntimo. (TJMG; Número do processo:1.0000.07.451612-1/000(1); Relator: FERNANDO BRÁULIO ; Relator do Acórdão:FERNANDO BRÁULIO; Data do Julgamento: 02/07/2007; Data da Publicação: 29/08/2007; SUSPEIÇÃO AFIRMADA POR JUIZ DE DIREITO N° 1.0000.07.451612-1/000 - COMARCA DE MONTE CARMELO - COMUNICANTE(S): JD 1 V COMARCA MONTE CARMELO - RELATOR: EXMO. SR. DES. CONS. FERNANDO BRÁULIO). Deixo entrementes de indicar a causa por não estar obrigado a decliná-la, seguindo entendimento legal e jurisprudencial: "O juiz não está obrigado a declinar os motivos da suspeição por foro íntimo, porque estão em seu âmago."(RTRF-1ª Reg. 10/267). No mesmo sentido:RT754/432. Assim, remetam-se aos autos ao meu substituto legal, exceto se os servidores deste Juízo também afirmarem a suspeição, que devera ser certificada no feito para que seja remetido à distribuição, com as cautelas de praxe. Comunique-se à Corregedoria deste Tribunal. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ CARLOS VAN CLEEF DE ALMEIDA SANTOS (OAB 273843/SP) - Processo 0608343-86.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Seguro - EXEQUENTE: Sul América Companhia de Seguro Saúde - EXECUTADO: Avelino Gomes Filho - Advogados Associados - R. H. Indefiro o pedido de bacenjud, por não haver a parte requerente comprovado que esgotou as tentativas de diligencias para a localização do ré. Outrossim, determino a intimação da parte autora, para que adote as providências necessárias para a citação, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de extinção do feito, nos termos do art. 485, IV, do CPC. Cumpra-se.

ADV: JULIANA TRAUTWEIN CHEDE (OAB 52880PR), ADV: ÁLVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 831A/AM) - Processo 0608857-39.2016.8.04.0001 - Exibição - Liminar - REQUERENTE: Elson Passos Pinheiro - REQUERIDO: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A - R. H. Oficie-se a Conta Única para que informe o total dos valores depositados referentes à presente demanda. Após, expeça-se alvará para o levantamento dos valores pelo autor. Cumpra-se.

ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LÍGIA DE SOUZA FRIAS (OAB 1074A/AM) - Processo 0609100-12.2018.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: Raimunda da Silva Barbosa - R. H. Defiro o pedido de citação por edital postulado as folhas anteriores. Expeça-se o edital, observando-se o prazo de 30 (trinta) dias, para os fins do art. 257, III, do NCPC. À Secretaria para tomar as devidas providências.

ADV: CARLOS AUGUSTO GORDINHO BINDÁ (OAB 12972/AM), ADV: MARIA SANTANA DE FREITAS (OAB 5708/AM) - Processo 0609104-88.2014.8.04.0001 - Procedimento Sumário - Rescisão / Resolução - REQUERENTE: Walter Ribeiro - Marinete do Socorro Fróes Castro - REQUERIDO: Carlos Augusto da Silva Bindá - Intime-se, pois, o patrono da parte Autora para que proceda à juntada da Certidão de Óbito referida, bem como para, querendo, proceder à habilitação dos respectivos herdeiros, nos moldes do art. 687, do CPC. Suspenda-se o feito a partir da habilitação dos herdeiros, com fundamento no art. 689, do Digesto Processual Civil. À Secretaria, para as providências devidas.

ADV: ANTÔNIO CLEMENTINO DO MONTE JÚNIOR (OAB 1574/AM), ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB A737/AM) - Processo 0609124-45.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum - Espécies de Contratos - REQUERENTE: Marcelo de Sousa Santos - REQUERIDO: Banco do Brasil S/A - Ante as manifestações de fls. 304/307, mantenho a decisão de fl. 298, anunciado o julgamento antecipado da lide.

ADV: ADRIANA MONTEIRO DE CASTRO MARTINS (OAB 86928/RJ) - Processo 0609445-51.2013.8.04.0001 - Procedimento Comum - Compra e Venda - REQUERENTE: Jamerson Lima Júnior - Adriana Maia Lima - REQUERIDO: MCI Manaus Consultoria de Imovéis Ltda. - Jandercleide Rocha de Souza Fiacadori - Como requer. Cite-se no endereço indicado na fl. 136. Adotem-se as providências pertinentes. Cumpra-se.

ADV: ROSQUILD AZÊDO OMENA (OAB A605/AM) - Processo 0609873-62.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Osvaldo Figueiredo Maia - REQUERIDO: Dalvair B. de Souza e Cia. Ltda. - Intime-se a parte Autora para que se manifeste acerca do pedido de suspensão do feito, apresentado pelo Requerido às fls. 161/191.

ADV: ELZA MENEGUMI LIDA (OAB 95740/SP) - Processo 0609887-41.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - EXEQUENTE: Pandurata Alimentos Ltda. - EXECUTADO: Costa Comercial de Produtos Alimentícios Ltda. - EPP - De ordem, à secretaria para fazer cumprir a Portaria Conjunta n. 001/2017-PTJ quanto ao art. 1.º e incisos, para que proceda a realização dos seguintes atos: Art. 1.º. Delegar aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais abaixo especificadas: I - intimar a parte interessada para que proceda ao recolhimento das custas e despesas processuais de qualquer natureza; II - dar cumprimento imediato às cartas precatórias recebidas, independentemente de despacho do juiz, com a sua imediata devolução ao juízo deprecante, após o seu cumprimento; III - intimar a parte para se manifestar sobre mandados, cartas de citação ou intimação e demais expedientes devolvidos e juntados aos autos; IV - intimar a parte exequente para se manifestar sobre nomeação de bens à penhora; V - intimar a parte autora ou exequente para dar prosseguimento ao feito, requerendo o que entender de direito; VI - oferecer abertura de vista ao exequente, após o retorno de carta precatória expedida ou resposta de ofício; VII - proceder à consulta e penhora via Bancen Jud, na hipótese de consulta anterior negativa; VIII - intimar a parte exequente para manifestação sobre pagamentos realizados; IX - remeter os autos à Contadoria, quando necessário; X - intimar o autor para que no prazo de 15 (quinze) dias emende ou complete a petição inicial, indicando com precisão o que deve ser corrigido ou completado (art. 321, do NCPC), bem como intimar a parte para regularizar a sua representação (art. 76, do NCPC); XI - proceder à pesquisa de endereços em todos os sistemas disponíveis na Secretaria, sempre que se fizer necessário, inclusive antes da citação por edital; XII - reiterar citação ou intimação, por mandado, carta de intimação ou precatória, na hipótese de mudança de endereço do destinatário, quando indicado ou encontrado novo endereço; XIII - intimar a parte autora para manifestação, no prazo legal, quando o réu na contestação ou impugnação opuser fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor (art. 350, NCPC), ou argüir preliminares (arts. 350 e 351, NCPC); XIV - intimar as partes para especificarem e justificarem as provas que pretendem produzir, indicando, com objetividade, os fatos que desejam demonstrar, bem como sua necessidade; XV - intimar a parte contrária para manifestação, em 15 (quinze) dias, sempre que forem juntados novos documentos, nos termos do art. 437, §1.º, do NCPC; XVI - intimar as partes para se manifestarem sobre proposta de honorários periciais; XVII - intimar as partes para manifestação sobre o laudo pericial apresentado, no prazo legal; XVIII - intimar o Perito para efetuar o levantamento de 50% (cinqüenta por cento) dos honorários periciais, já no ato de abertura dos trabalhos, e para levantar o valor remanescente após a manifestação das partes quanto ao laudo pericial; XIX - intimar o perito judicial para entregar laudo pericial, quando findo o prazo estipulado para a finalização da perícia; XX - cobrar mandados que se encontrem na Central de Mandados, decorridos 30 (trinta) dias; XXI - desarquivar autos do arquivo provisório, mediante petição, ficando a Secretaria autorizada a assim proceder, dando-se vista à parte interessada, pelo prazo legal; XXII - remeter ao Setor de

Distribuição, independentemente de despacho, para distribuição por dependência, as ações tais como embargos de devedor, embargos de terceiro e incidentes processuais; XXIIII - intimar a parte interessada a responder aos embargos declaratórios opostos com efeitos infringentes; XXIV - intimar as partes do retorno dos autos da instância superior; XXV - intimar a parte interessada para, no prazo legal, manifestar-se sobre proposta e contraproposta de acordo; XXVI - intimar a parte excepta para, no prazo legal, manifestar-se sobre exceção de pré-executividade; XXVII - intimar a parte requerida para se manifestar nos casos de pedido de desistência após oferecimento de contestação; XXVIII - intimar o curador especial para manifestação obrigatória nos casos do artigo 72, do NCPC; XXIX - intimar o recorrente para, no prazo legal, suprir a insuficiência do valor do preparo ou o recolhimento em dobro na hipótese de não comprovação do recolhimento, sob pena de deserção; XXX - intimar o recorrido para contrarrazoar, em 15 (quinze) dias, bem como o recorrente para responder no mesmo prazo, em caso de interposição de recurso de apelação na forma adesiva (arts. 997, §2.º e 1.010, §§1.º e 2.º, NCPC), remetendo os autos após as formalidades legais ao TJAM, independentemente de juízo de admissibilidade. E ainda, art. 7.º., para, igualmente proceder os seguintes atos: Art. 7.º. Fica o Diretor de Secretaria autorizado, dentro de prazos razoáveis, a solicitar ou a prestar informações sobre o cumprimento de cartas precatórias, expedidas ou recebidas, podendo, para tanto, expedir ofício à autoridade de mesma Hierarquia. Como também, fazer cumprir a Portaria 1.985/2017 especialmente no que tange o art. 3.º e incisos, procedendo os seguintes atos: Art. 3º Compete ao Diretor da UPJ, sem prejuízo das atribuições previstas em lei: I - coordenar e administrar a UPJ; II - conferir e assinar expedientes; III - emitir atos ordinatórios; III - garantir o fluxo normal de trabalho, com disciplina, organização e estrito cumprimento dos horários de funcionamento; IV - zelar para que não haja preferência na tramitação dos processos de uma vara em relação a outra, ressalvados os casos de urgência; V - tratar dos expedientes de habilitação de auxiliares do juízo; VI - atender os juízes nos trabalhos relativos à unidade integrada; VII - acompanhar, em conjunto com os assistentes, a produtividade dos servidores e das respectivas equipes; VIII - abrir diariamente o e-mail e malote digital institucional da UPJ, tratando todos aqueles expedientes cuja resposta/informação devam ser conferidas/aprovadas pelo Diretor, e encaminhar aos gabinetes Varas aqueles cujas providências sejam exclusivamente do magistrado responsável; IX - supervisionar a digitalização dos processos físicos; e X - tratar as seguintes fi las do fluxo digital: a) ag. digitalização; b) cumprir diligência do 2º grau; c) processos em suspeição/impedimento; d) processos redistribuídos/transferidos e) processos entrados por redistribuição; f) processos retornados do 2º grau; e g) secretaria. Assim ainda, art. 5.º. § 2.º e incisos, para que proceda a realização dos seguintes atos: Art. 5º A equipe de atendimento e suporte será responsável pelo atendimento ao público, pelo recebimento, cadastro e remessa de documentos, pela digitalização, pelo arquivamento e desarquivamento de autos físicos e pela análise das petições juntadas nos processos. § 2º Compete à equipe de atendimento e suporte: I - o atendimento ao público; II - emitir expedientes; III - praticar atos ordinatórios; IV - o arquivamento e desarquivamento dos processos físicos; V - receber, cadastrar e remeter documentos, inclusive os mandados à Central; VI - a digitalização de documentos e processos físicos; VII - gerar senha de acesso aos autos digitais; VIII - analisar diariamente as petições juntadas, de acordo com a ordem cronológica, e, na sequência dar andamento ao feito; IX - manter atualizados todos os dados cadastrais dos processos no sistema informatizado após a juntada das petições intermediárias; e X - tratar do subfluxo de petição intermediária. E por fim, o art. 6.º. § 2.º e incisos, para que igualmente proceda a realização dos seguintes atos: Art. 6º A equipe de movimentação será responsá vel pelo controle de prazos (decurso) nos processos físicos e digitais.. § 2º Compete à equipe de movimentação: I - emitir atos expedientes; II - praticar ordinatórios; III - verifi car diariamente os prazos, de acordo com as datas de vencimento, certificando-se o seu decurso e, na sequência dar andamento ao feito; IV - tratar as seguintes fi las do fluxo digital: a) ag. perícia/laudo; b) ato ordinatório; c) cumprimento de mandado; d) decurso de prazo; e) processos suspensos; f) recebidos do CEJUSC; e g) retorno de AR V - tratar a fila análise de ARs não cumpridos do subfluxo Carta. Portanto, encaminhando os autos para as filas de conclusão, apenas os que estiverem prontos para decisão judicial.

ADV: DEBORAH SABBÁ GALVÃO (OAB 3048/AM), ADV: DANIELA CRISTINA DA EIRA CORRÊA BENAYON (OAB 6121/AM), ADV: MARIZA LUSTOZA RIBEIRO (OAB 6869/AM), ADV: DAVID AZULAY BENAYON (OAB 8688/AM), ADV: PAULO CESAR AZEVEDO DOS SANTOS (OAB 13278/AM) - Processo 0609968-63.2013.8.04.0001 - Procedimento Comum - DIREITO CIVIL - REQUERENTE: Kassem Lima Zaidan - REQUERIDA: Hospital Santa Júlia Ltda. - Nelson Brancaccio dos Santos - PERITO: Helber Freitas Alagia - R. H. Intime-se o perito Dr. Helber Freitas Alagaia, para no prazo de 05 (cinco) dias, se manifestar acerca das petições de fls. 400/404/405. Cumpra-se.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 877A/AM) - Processo 0610001-53.2013.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - EXECUTADA: Recomeço Comércio de Brinquedos Ltda. - Athea Awwad Abdel Qader Ismail - Ismail Awwad Abdel Qader Ismail - R. H. Indefiro o pedido de fls. 86/87, uma vez que houve frustração da ordem judicial de bloqueio de valores. Intime-se o exequente para indicar outra forma para garantir a execução. Cumpra-se.

ADV: MARIANA VALENTE MAIA (OAB 7749/AM) - Processo 0610575-08.2015.8.04.0001 - Procedimento Sumário - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condomínio Residencial Ponta Negra II - REQUERIDA: Marina Valente Maia - Intime-se a parte Requerida para que se manifeste acerca do pedido de desistência nos presentes autos, à fl. 125. Cumpra-se.

ADV: JOÃO PAULO BEZERRA DE FREITAS (OAB 12201/AM) - Processo 0610635-73.2018.8.04.0001 - Embargos à Execução - Nulidade / Inexigibilidade do Título - EMBARGANTE: S. C. P. Andrade Mousse - EMBARGADO: Administradora de Imóveis Batará Ltda. - EPP - R. H. Intime-se a parte embargada para se manifestar acerca dos embargos à execução opostos no prazo de 15 (cinco) dias. Após, retornem-me os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM), ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM) - Processo 0610727-22.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - EXECUTADO: Yasser A. D. Moraes Eventos Esportivos - ME - Yasser Alexandre Dias Moraes - R. H. Intime-se o exequente para que se manifeste acerca das certidões colacionadas aos autos no prazo legal. Cumpra-se.

ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM), ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM) - Processo 0611789-97.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - EXECUTADO: Sheila Maria Lima Pereira - ME - Lyrio Luís Camargo de Queiroz - Sheila Maria Lima Pereira - R. H. À Secretaria para certificar acerca da apresentação de defesa pela parte Requerida. Em seguida, voltem-me os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: JÚLIO DE CARVALHO PAULA LIMA (OAB 90461/MG), ADV: JÚLIO DE CARVALHO PAULA LIMA (OAB A1149AM), ADV: HUMBERTO ROSSETTI PORTELA (OAB 91263/MG), ADV: IGOR GÓES LOBATO (OAB 307482/SP) - Processo 0612113-53.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Locação de Imóvel - EXEQUENTE: Tvlândia Empreendimentos Imobiliários Ltda. - EXECUTADO: Tayrone Comércio Varejista de Suplementos Alimentícios Ltda. - ME - À Secretaria para certificar acerca da apresentação de defesa pela parte Requerida. Em seguida, voltem-me os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: ÁLVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 5369/RO), ADV: JOÃO CARLOS FLOR JÚNIOR (OAB 915A/AM), ADV: MARLOS GAIO (OAB A914AM) - Processo 0612845-73.2013.8.04.0001 - Procedimento Sumário - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Luzanira Santos Sandes - REQUERIDA: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A - PERITO: Dr. Marcelo Cláudio Barroso de Vasconcellos Dias - R. H. Remetam-se os autos a conta única para que informe se há valores depositados vinculados ao presente processo. Cumpra-se.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0612846-24.2014.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: Divanilce da Silva Mota - Desta feita, concedo o prazo de 10 (dez) dias para que a parte Autora promova a citação da parte requerida, sob pena de extinção, nos moldes disciplinados no art. 485, IV, do CPC. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: BAIRON ANTÔNIO DO NASCIMENTO JÚNIOR (OAB 3795/AM) - Processo 0613578-05.2014.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cheque - EXEQUENTE: Isabel Cristina Rodrigues Santiago de Faria e Cunha - EXECUTADA: Aldenilce de Oliveira Marinho - À Secretaria para cumprir a decisão de fls. 60.

ADV: KAREN BEZERRA ROSA BRAGA (OAB 6617/AM), ADV: JUAREZ CAMELO ROSA (OAB 2695/AM) - Processo 0614202-88.2013.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Mair Pedro da Costa Cunha - REQUERIDO: Banco Mercantil do Brasil S/A - Ante a Manifestação da parte Autora à fl. 98, oficie-se a Caixa Econômica Federal para que informe acerca dos valores bloqueados e transferidos que seguem indicados à fls. 96/97.

ADV: MAURO ALLEN BEZERRA (OAB 2655/AM), ADV: HILDERLEY REGO BARBOSA (OAB 7654/AM), ADV: JÉSSICA CRISTINA FONSECA PEREIRA (OAB 9519/AM) - Processo 0614306-75.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum - Direito de Imagem - REQUERENTE: Wander Rodrigo Borges Bahia - REQUERIDO: Jhon Pinto Cunha - Ante a manifestação de fl. 121, mantenho a decisão de fl. 116 por seus próprios fundamentos.

ADV: FERNANDO SAM DO NASCIMENTO NUNES (OAB 10736/AM) - Processo 0615041-40.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Empreitada - REQUERENTE: A. S. Queiroz Farias & Cia. Ltda. - ME - REQUERIDO: Patri Urbis 02 Empreencimento Imobiliário LTDA/ Patri Dezoito Empreendimentos Imobiliários LTDA - De ordem, à secretaria para fazer cumprir a Portaria Conjunta n. 001/2017-PTJ quanto ao art. 1.º e incisos, para que proceda a realização dos seguintes atos: Art. 1.º. Delegar aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais abaixo especificadas: I - intimar a parte interessada para que proceda ao recolhimento das custas e despesas processuais de qualquer natureza; II - dar cumprimento imediato às cartas precatórias recebidas, independentemente de despacho do juiz, com a sua imediata devolução ao juízo deprecante, após o seu cumprimento; III - intimar a parte para se manifestar sobre mandados, cartas de citação ou intimação e demais expedientes devolvidos e juntados aos autos; IV - intimar a parte exequente para se manifestar sobre nomeação de bens à penhora; V - intimar a parte autora ou exequente para dar prosseguimento ao feito, requerendo o que entender de direito; VI - oferecer abertura de vista ao exequente, após o retorno de carta precatória expedida ou resposta de ofício; VII - proceder à consulta e penhora via Bancen Jud, na hipótese de consulta anterior negativa; VIII - intimar a parte exequente para manifestação sobre pagamentos realizados; IX - remeter os autos à Contadoria, quando necessário; X - intimar o autor para que no prazo de 15 (quinze) dias emende ou complete a petição inicial, indicando com precisão o que deve ser corrigido ou completado (art. 321, do NCPC), bem como intimar a parte para regularizar a sua representação (art. 76, do NCPC); XI - proceder à pesquisa de endereços em todos os sistemas disponíveis na Secretaria, sempre que se fizer necessário, inclusive antes da citação por edital; XII - reiterar citação ou intimação, por mandado, carta de intimação ou precatória, na hipótese de mudança de endereço do destinatário, quando indicado ou encontrado novo endereço; XIII - intimar a parte autora para manifestação, no prazo legal, quando o réu na contestação ou impugnação opuser fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor (art. 350, NCPC), ou argüir preliminares (arts. 350 e 351, NCPC); XIV - intimar as partes para especificarem e justificarem as provas que pretendem produzir, indicando, com objetividade, os fatos que desejam demonstrar, bem como sua necessidade; XV - intimar a parte contrária para manifestação, em 15 (quinze) dias, sempre que forem juntados novos documentos, nos termos do art. 437, §1.º, do NCPC; XVI - intimar as partes para se manifestarem sobre proposta de honorários periciais; XVII - intimar as partes para manifestação sobre o laudo pericial apresentado, no prazo legal; XVIII - intimar o Perito para efetuar o levantamento de 50% (cinqüenta por cento) dos honorários periciais, já no ato de abertura dos trabalhos, e para levantar o valor remanescente após a manifestação das partes quanto ao laudo pericial; XIX - intimar o perito judicial para entregar laudo pericial, quando findo o prazo estipulado para a finalização da perícia; XX - cobrar mandados que se encontrem na Central de Mandados, decorridos 30 (trinta) dias; XXI - desarquivar autos do arquivo provisório, mediante petição, ficando a Secretaria autorizada a assim proceder, dando-se vista à parte interessada, pelo prazo legal; XXII - remeter ao Setor de Distribuição, independentemente de despacho, para distribuição por dependência, as ações tais como embargos de devedor, embargos de terceiro e incidentes processuais; XXIIII - intimar a parte interessada a responder aos embargos declaratórios opostos com efeitos infringentes; XXIV - intimar as partes do retorno dos autos da instância superior; XXV - intimar a parte interessada para, no prazo legal, manifestar-se sobre proposta e contraproposta de acordo; XXVI - intimar a parte excepta para, no prazo legal, manifestar-se sobre exceção de pré-executividade; XXVII - intimar a parte requerida para se manifestar nos casos de pedido de desistência após oferecimento de contestação; XXVIII - intimar o curador especial para manifestação obrigatória nos casos do artigo 72, do NCPC; XXIX - intimar o recorrente para, no prazo legal, suprir a insuficiência do valor do preparo ou o recolhimento em dobro na hipótese de não comprovação do recolhimento, sob pena de deserção; XXX - intimar o recorrido para contrarrazoar, em 15 (quinze) dias, bem como o recorrente para responder no mesmo prazo, em caso de interposição de recurso de apelação na forma adesiva (arts. 997, §2.º e 1.010, §§1.º e 2.º, NCPC), remetendo os autos após as formalidades legais ao TJAM, independentemente de juízo de admissibilidade. E ainda, art. 7.º., para, igualmente proceder os seguintes atos: Art. 7.º. Fica o Diretor de Secretaria autorizado, dentro de prazos razoáveis, a solicitar ou a prestar informações sobre o cumprimento de cartas precatórias, expedidas ou recebidas, podendo, para tanto, expedir ofício à autoridade de mesma Hierarquia. Como também, fazer cumprir a Portaria 1.985/2017 especialmente no que tange o art. 3.º e incisos, procedendo os seguintes atos: Art. 3º Compete ao Diretor da UPJ, sem prejuízo das atribuições previstas em lei: I - coordenar e administrar a UPJ; II - conferir e assinar expedientes; III - emitir atos ordinatórios; III - garantir o fluxo normal de trabalho, com disciplina, organização e estrito cumprimento dos horários de funcionamento; IV - zelar para que não haja preferência na tramitação dos processos de uma vara em relação a outra, ressalvados os casos de urgência; V - tratar dos expedientes de habilitação de auxiliares do juízo; VI - atender os juízes nos trabalhos relativos à unidade integrada; VII - acompanhar, em conjunto com os assistentes, a produtividade dos servidores e das respectivas equipes; VIII - abrir diariamente o e-mail e malote digital institucional da UPJ, tratando todos aqueles expedientes cuja resposta/informação devam ser conferidas/aprovadas pelo Diretor, e encaminhar aos gabinetes Varas aqueles cujas providências sejam exclusivamente do magistrado responsável; IX - supervisionar a digitalização dos processos físicos; e X - tratar as seguintes fi las do fluxo digital: a) ag. digitalização; b) cumprir diligência do 2º grau; c) processos em suspeição/impedimento; d) processos redistribuídos/transferidos e) processos entrados por redistribuição; f) processos retornados do 2º grau; e g) secretaria. Assim ainda, art. 5.º. § 2.º e incisos, para que proceda a realização dos seguintes atos: Art. 5º A equipe de atendimento e suporte será responsável pelo atendimento ao público, pelo recebimento, cadastro e remessa de documentos, pela digitalização, pelo arquivamento e desarquivamento de autos físicos e pela análise das petições juntadas nos processos. § 2º Compete à equipe de atendimento e suporte: I - o atendimento ao público; II - emitir expedientes; III - praticar atos ordinatórios; IV - o arquivamento e desarquivamento dos processos físicos; V - receber, cadastrar e remeter documentos, inclusive os mandados à Central; VI - a digitalização de documentos e processos físicos; VII - gerar senha de acesso aos autos digitais; VIII - analisar diariamente as petições juntadas, de acordo com a ordem cronológica, e, na sequência dar andamento ao feito; IX - manter atualizados todos os dados

cadastrais dos processos no sistema informatizado após a juntada das petições intermediárias; e X - tratar do subfluxo de petição intermediária. E por fim, o art. 6.º. § 2.º e incisos, para que igualmente proceda a realização dos seguintes atos: Art. 6º A equipe de movimentação será responsá vel pelo controle de prazos (decurso) nos processos físicos e digitais.. § 2º Compete à equipe de movimentação: I - emitir atos expedientes; II - praticar ordinatórios; III - verifi car diariamente os prazos, de acordo com as datas de vencimento, certificando-se o seu decurso e, na sequência dar andamento ao feito; IV - tratar as seguintes fi las do fluxo digital: a) ag. perícia/laudo; b) ato ordinatório; c) cumprimento de mandado; d) decurso de prazo; e) processos suspensos; f) recebidos do CEJUSC; e g) retorno de AR V - tratar a fi la análise de ARs não cumpridos do subfluxo Carta. Portanto, encaminhando os autos para as filas de conclusão, apenas os que estiverem prontos para decisão judicial.

ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM), ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM) - Processo 0615243-56.2014.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - EXECUTADO: Cristóvão C. Lima - EPP - Cristóvão Chaves Lima - Ante o exposto, decreto, de ofício, a prescrição intercorrente e por, conseguinte, JULGO EXTINTO COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO o processo executivo, nos termos do art. 487, II, CPC/15. Custas pagas nos autos. Após, o trânsito em julgado, dê-se baixa e arquive-se o feito com as cautelas de praxe. P.R.I.C.

ADV: MARIA DO SOCORRO GAMA DA SILVA (OAB 5365/AM) - Processo 0615690-39.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Nota de Crédito Comercial - EXEQUENTE: Geo Strauss Engenharia de Fundações da Amazônia Ltda. - EPP - EXECUTADO: Consutec Consultoria & Tecnologia Ltda. - EPP - De ordem, à secretaria para fazer cumprir a Portaria Conjunta n. 001/2017-PTJ quanto ao art. 1.º e incisos, para que proceda a realização dos seguintes atos: Art. 1.º. Delegar aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais abaixo especificadas: I - intimar a parte interessada para que proceda ao recolhimento das custas e despesas processuais de qualquer natureza; II - dar cumprimento imediato às cartas precatórias recebidas, independentemente de despacho do juiz, com a sua imediata devolução ao juízo deprecante, após o seu cumprimento; III - intimar a parte para se manifestar sobre mandados, cartas de citação ou intimação e demais expedientes devolvidos e juntados aos autos; IV - intimar a parte exequente para se manifestar sobre nomeação de bens à penhora; V - intimar a parte autora ou exequente para dar prosseguimento ao feito, requerendo o que entender de direito; VI - oferecer abertura de vista ao exequente, após o retorno de carta precatória expedida ou resposta de ofício; VII - proceder à consulta e penhora via Bancen Jud, na hipótese de consulta anterior negativa; VIII - intimar a parte exequente para manifestação sobre pagamentos realizados; IX - remeter os autos à Contadoria, quando necessário; X - intimar o autor para que no prazo de 15 (quinze) dias emende ou complete a petição inicial, indicando com precisão o que deve ser corrigido ou completado (art. 321, do NCPC), bem como intimar a parte para regularizar a sua representação (art. 76, do NCPC); XI - proceder à pesquisa de endereços em todos os sistemas disponíveis na Secretaria, sempre que se fizer necessário, inclusive antes da citação por edital; XII - reiterar citação ou intimação, por mandado, carta de intimação ou precatória, na hipótese de mudança de endereço do destinatário, quando indicado ou encontrado novo endereço; XIII - intimar a parte autora para manifestação, no prazo legal, quando o réu na contestação ou impugnação opuser fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor (art. 350, NCPC), ou argüir preliminares (arts. 350 e 351, NCPC); XIV - intimar as partes para especificarem e justificarem as provas que pretendem produzir, indicando, com objetividade, os fatos que desejam demonstrar, bem como sua necessidade; XV - intimar a parte contrária para manifestação, em 15 (quinze) dias, sempre que forem juntados novos documentos, nos termos do art. 437, §1.º, do NCPC; XVI - intimar as partes para se manifestarem sobre proposta de honorários periciais; XVII - intimar as partes para manifestação sobre o laudo pericial apresentado, no prazo legal; XVIII - intimar o Perito para efetuar o levantamento de 50% (cinqüenta por cento) dos honorários periciais, já no ato de abertura dos trabalhos, e para levantar o valor remanescente após a manifestação das partes quanto ao laudo pericial; XIX - intimar o perito judicial para entregar laudo pericial, quando findo o prazo estipulado para a finalização da perícia; XX - cobrar mandados que se encontrem na Central de Mandados, decorridos 30 (trinta) dias; XXI - desarquivar autos do arquivo provisório, mediante petição, ficando a Secretaria autorizada a assim proceder, dando-se vista à parte interessada, pelo prazo legal; XXII - remeter ao Setor de Distribuição, independentemente de despacho, para distribuição por dependência, as ações tais como embargos de devedor, embargos de terceiro e incidentes processuais; XXIIII - intimar a parte interessada a responder aos embargos declaratórios opostos com efeitos infringentes; XXIV - intimar as partes do retorno dos autos da instância superior; XXV - intimar a parte interessada para, no prazo legal, manifestar-se sobre proposta e contraproposta de acordo; XXVI - intimar a parte excepta para, no prazo legal, manifestar-se sobre exceção de pré-executividade; XXVII - intimar a parte requerida para se manifestar nos casos de pedido de desistência após oferecimento de contestação; XXVIII - intimar o curador especial para manifestação obrigatória nos casos do artigo 72, do NCPC; XXIX - intimar o recorrente para, no prazo legal, suprir a insuficiência do valor do preparo ou o recolhimento em dobro na hipótese de não comprovação do recolhimento, sob pena de deserção; XXX - intimar o recorrido para contrarrazoar, em 15 (quinze) dias, bem como o recorrente para responder no mesmo prazo, em caso de interposição de recurso de apelação na forma adesiva (arts. 997, §2.º e 1.010, §§1.º e 2.º, NCPC), remetendo os autos após as formalidades legais ao TJAM, independentemente de juízo de admissibilidade. E ainda, art. 7.º., para, igualmente proceder os seguintes atos: Art. 7.º. Fica o Diretor de Secretaria autorizado, dentro de prazos razoáveis, a solicitar ou a prestar informações sobre o cumprimento de cartas precatórias, expedidas ou recebidas, podendo, para tanto, expedir ofício à autoridade de mesma Hierarquia. Como também, fazer cumprir a Portaria 1.985/2017 especialmente no que tange o art. 3.º e incisos, procedendo os seguintes atos: Art. 3º Compete ao Diretor da UPJ, sem prejuízo das atribuições previstas em lei: I - coordenar e administrar a UPJ; II - conferir e assinar expedientes; III - emitir atos ordinatórios; III - garantir o fluxo normal de trabalho, com disciplina, organização e estrito cumprimento dos horários de funcionamento; IV - zelar para que não haja preferência na tramitação dos processos de uma vara em relação a outra, ressalvados os casos de urgência; V - tratar dos expedientes de habilitação de auxiliares do juízo; VI - atender os juízes nos trabalhos relativos à unidade integrada; VII - acompanhar, em conjunto com os assistentes, a produtividade dos servidores e das respectivas equipes; VIII - abrir diariamente o e-mail e malote digital institucional da UPJ, tratando todos aqueles expedientes cuja resposta/informação devam ser conferidas/aprovadas pelo Diretor, e encaminhar aos gabinetes Varas aqueles cujas providências sejam exclusivamente do magistrado responsável; IX - supervisionar a digitalização dos processos físicos; e X - tratar as seguintes fi las do fluxo digital: a) ag. digitalização; b) cumprir diligência do 2º grau; c) processos em suspeição/impedimento; d) processos redistribuídos/transferidos e) processos entrados por redistribuição; f) processos retornados do 2º grau; e g) secretaria. Assim ainda, art. 5.º. § 2.º e incisos, para que proceda a realização dos seguintes atos: Art. 5º A equipe de atendimento e suporte será responsável pelo atendimento ao público, pelo recebimento, cadastro e remessa de documentos, pela digitalização, pelo arquivamento e desarquivamento de autos físicos e pela análise das petições juntadas nos processos. § 2º Compete à equipe de atendimento e suporte: I - o atendimento ao público; II - emitir expedientes; III - praticar atos ordinatórios; IV - o arquivamento e desarquivamento dos processos físicos; V - receber, cadastrar e remeter documentos, inclusive os mandados à Central; VI - a digitalização de documentos e processos físicos; VII - gerar senha de acesso aos autos digitais; VIII - analisar diariamente as petições juntadas, de acordo com a ordem cronológica, e, na sequência dar andamento ao feito; IX - manter atualizados todos os dados cadastrais dos processos no sistema informatizado após a juntada das petições intermediárias; e X - tratar do subfluxo de petição

intermediária. E por fim, o art. 6.º. § 2.º e incisos, para que igualmente proceda a realização dos seguintes atos: Art. 6º A equipe de movimentação será responsá vel pelo controle de prazos (decurso) nos processos físicos e digitais.. § 2º Compete à equipe de movimentação: I - emitir atos expedientes; II - praticar ordinatórios; III - verifi car diariamente os prazos, de acordo com as datas de vencimento, certificando-se o seu decurso e, na sequência dar andamento ao feito; IV - tratar as seguintes fi las do fluxo digital: a) ag. perícia/laudo; b) ato ordinatório; c) cumprimento de mandado; d) decurso de prazo; e) processos suspensos; f) recebidos do CEJUSC; e g) retorno de AR V - tratar a fi la análise de ARs não cumpridos do subfluxo Carta. Portanto, encaminhando os autos para as filas de conclusão, apenas os que estiverem prontos para decisão judicial.

ADV: LÚCIA CRISTINA PINHO ROSAS (OAB 5109/AM), ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM) - Processo 0615969-93.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - EXECUTADO: Oliveira e Martins Empreendimentos e Projetos Ltda. - EPP - Jorge Elias Costa de Oliveira - De ordem, à secretaria para fazer cumprir a Portaria Conjunta n. 001/2017-PTJ quanto ao art. 1.º e incisos, para que proceda a realização dos seguintes atos: Art. 1.º. Delegar aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais abaixo especificadas: I - intimar a parte interessada para que proceda ao recolhimento das custas e despesas processuais de qualquer natureza; II - dar cumprimento imediato às cartas precatórias recebidas, independentemente de despacho do juiz, com a sua imediata devolução ao juízo deprecante, após o seu cumprimento; III - intimar a parte para se manifestar sobre mandados, cartas de citação ou intimação e demais expedientes devolvidos e juntados aos autos; IV - intimar a parte exequente para se manifestar sobre nomeação de bens à penhora; V - intimar a parte autora ou exequente para dar prosseguimento ao feito, requerendo o que entender de direito; VI - oferecer abertura de vista ao exequente, após o retorno de carta precatória expedida ou resposta de ofício; VII - proceder à consulta e penhora via Bancen Jud, na hipótese de consulta anterior negativa; VIII - intimar a parte exequente para manifestação sobre pagamentos realizados; IX - remeter os autos à Contadoria, quando necessário; X - intimar o autor para que no prazo de 15 (quinze) dias emende ou complete a petição inicial, indicando com precisão o que deve ser corrigido ou completado (art. 321, do NCPC), bem como intimar a parte para regularizar a sua representação (art. 76, do NCPC); XI - proceder à pesquisa de endereços em todos os sistemas disponíveis na Secretaria, sempre que se fizer necessário, inclusive antes da citação por edital; XII - reiterar citação ou intimação, por mandado, carta de intimação ou precatória, na hipótese de mudança de endereço do destinatário, quando indicado ou encontrado novo endereço; XIII - intimar a parte autora para manifestação, no prazo legal, quando o réu na contestação ou impugnação opuser fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor (art. 350, NCPC), ou argüir preliminares (arts. 350 e 351, NCPC); XIV - intimar as partes para especificarem e justificarem as provas que pretendem produzir, indicando, com objetividade, os fatos que desejam demonstrar, bem como sua necessidade; XV - intimar a parte contrária para manifestação, em 15 (quinze) dias, sempre que forem juntados novos documentos, nos termos do art. 437, §1.º, do NCPC; XVI - intimar as partes para se manifestarem sobre proposta de honorários periciais; XVII - intimar as partes para manifestação sobre o laudo pericial apresentado, no prazo legal; XVIII - intimar o Perito para efetuar o levantamento de 50% (cinqüenta por cento) dos honorários periciais, já no ato de abertura dos trabalhos, e para levantar o valor remanescente após a manifestação das partes quanto ao laudo pericial; XIX - intimar o perito judicial para entregar laudo pericial, quando findo o prazo estipulado para a finalização da perícia; XX - cobrar mandados que se encontrem na Central de Mandados, decorridos 30 (trinta) dias; XXI - desarquivar autos do arquivo provisório, mediante petição, ficando a Secretaria autorizada a assim proceder, dando-se vista à parte interessada, pelo prazo legal; XXII - remeter ao Setor de Distribuição, independentemente de despacho, para distribuição por dependência, as ações tais como embargos de devedor, embargos de terceiro e incidentes processuais; XXIIII - intimar a parte interessada a responder aos embargos declaratórios opostos com efeitos infringentes; XXIV - intimar as partes do retorno dos autos da instância superior; XXV - intimar a parte interessada para, no prazo legal, manifestar-se sobre proposta e contraproposta de acordo; XXVI - intimar a parte excepta para, no prazo legal, manifestar-se sobre exceção de pré-executividade; XXVII - intimar a parte requerida para se manifestar nos casos de pedido de desistência após oferecimento de contestação; XXVIII - intimar o curador especial para manifestação obrigatória nos casos do artigo 72, do NCPC; XXIX - intimar o recorrente para, no prazo legal, suprir a insuficiência do valor do preparo ou o recolhimento em dobro na hipótese de não comprovação do recolhimento, sob pena de deserção; XXX - intimar o recorrido para contrarrazoar, em 15 (quinze) dias, bem como o recorrente para responder no mesmo prazo, em caso de interposição de recurso de apelação na forma adesiva (arts. 997, §2.º e 1.010, §§1.º e 2.º, NCPC), remetendo os autos após as formalidades legais ao TJAM, independentemente de juízo de admissibilidade. E ainda, art. 7.º., para, igualmente proceder os seguintes atos: Art. 7.º. Fica o Diretor de Secretaria autorizado, dentro de prazos razoáveis, a solicitar ou a prestar informações sobre o cumprimento de cartas precatórias, expedidas ou recebidas, podendo, para tanto, expedir ofício à autoridade de mesma Hierarquia. Como também, fazer cumprir a Portaria 1.985/2017 especialmente no que tange o art. 3.º e incisos, procedendo os seguintes atos: Art. 3º Compete ao Diretor da UPJ, sem prejuízo das atribuições previstas em lei: I - coordenar e administrar a UPJ; II - conferir e assinar expedientes; III - emitir atos ordinatórios; III - garantir o fluxo normal de trabalho, com disciplina, organização e estrito cumprimento dos horários de funcionamento; IV - zelar para que não haja preferência na tramitação dos processos de uma vara em relação a outra, ressalvados os casos de urgência; V - tratar dos expedientes de habilitação de auxiliares do juízo; VI - atender os juízes nos trabalhos relativos à unidade integrada; VII - acompanhar, em conjunto com os assistentes, a produtividade dos servidores e das respectivas equipes; VIII - abrir diariamente o e-mail e malote digital institucional da UPJ, tratando todos aqueles expedientes cuja resposta/informação devam ser conferidas/aprovadas pelo Diretor, e encaminhar aos gabinetes Varas aqueles cujas providências sejam exclusivamente do magistrado responsável; IX - supervisionar a digitalização dos processos físicos; e X - tratar as seguintes fi las do fluxo digital: a) ag. digitalização; b) cumprir diligência do 2º grau; c) processos em suspeição/impedimento; d) processos redistribuídos/ transferidos e) processos entrados por redistribuição; f) processos retornados do 2º grau; e g) secretaria. Assim ainda, art. 5.º. § 2.º e incisos, para que proceda a realização dos seguintes atos: Art. 5º A equipe de atendimento e suporte será responsável pelo atendimento ao público, pelo recebimento, cadastro e remessa de documentos, pela digitalização, pelo arquivamento e desarquivamento de autos físicos e pela análise das petições juntadas nos processos. § 2º Compete à equipe de atendimento e suporte: I - o atendimento ao público; II - emitir expedientes; III - praticar atos ordinatórios; IV - o arquivamento e desarquivamento dos processos físicos; V - receber, cadastrar e remeter documentos, inclusive os mandados à Central; VI - a digitalização de documentos e processos físicos; VII - gerar senha de acesso aos autos digitais; VIII - analisar diariamente as petições juntadas, de acordo com a ordem cronológica, e, na sequência dar andamento ao feito; IX - manter atualizados todos os dados cadastrais dos processos no sistema informatizado após a juntada das petições intermediárias; e X - tratar do subfluxo de petição intermediária. E por fim, o art. 6.º. § 2.º e incisos, para que igualmente proceda a realização dos seguintes atos: Art. 6º A equipe de movimentação será responsá vel pelo controle de prazos (decurso) nos processos físicos e digitais.. § 2º Compete à equipe de movimentação: I - emitir atos expedientes; II - praticar ordinatórios; III - verifi car diariamente os prazos, de acordo com as datas de vencimento, certificando-se o seu decurso e, na sequência dar andamento ao feito; IV - tratar as seguintes fi las do fluxo digital: a) ag. perícia/laudo; b) ato ordinatório; c) cumprimento de mandado; d) decurso de prazo; e) processos suspensos; f) recebidos do CEJUSC; e g) retorno de AR V - tratar a fi la análise de ARs não cumpridos do subfluxo Carta. Portanto, encaminhando os autos para as filas de conclusão, apenas os que estiverem prontos para decisão judicial.

ADV: ANA VIRGÍNIA ARAKIAN IZEL (OAB 3701/AM), ADV: CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB 671A/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 128341/SP) - Processo 0616360-19.2013.8.04.0001 - Procedimento Comum - Previdência privada - REQUERENTE: José Sérgio Alves de Paula - REQUERIDO: Fundação Petrobras de Seguridade Social - PETROS - LITSPASSIV: Petróleo Brasileiro S/A - Petrobras - Mantenho a decisão de fl. 409, por seus próprios fundamentos.

ADV: CARLOS DANIEL RANGEL BARRETTO SEGUNDO (OAB 5035/AM), ADV: MATHEUS NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 7197/AM), ADV: ELIANA DE OLIVEIRA RESENDE (OAB 12168/AM) - Processo 0616407-17.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Locação de Imóvel - EXEQUENTE: Supermercado San Juan Ltda. - EXECUTADO: Natureza Comércio de Descartável Ltda. - Samuel Barros de Queiroz - Compulsando os autos, verifico que a parte Requerente não apresentou comprovante de recolhimento de custas. Remetam-se os autos à Contadoria para que informe sobre o recolhimento das custas iniciais. Em seguida, voltem-me. Cumpra-se.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0617029-38.2014.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: Lusiane Monteiro da Silva - R. H. Defiro o pedido de citação por edital postulado as folhas anteriores. Expeça-se o edital, observando-se o prazo de 30 (trinta) dias, para os fins do art. 257, III, do NCPC. À Secretaria para tomar as devidas providências.

ADV: EDMILSON ALMEIDA DE OLIVEIRA (OAB 3185/AM) - Processo 0617139-03.2015.8.04.0001 - Procedimento Sumário - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Pâmela Ferreira Pimentel - Pedro Lucas Pimentel Soares - Carlos Eduardo Aguiar da Silva - Ana Carla Almeida da Silva - REQUERIDO: Natal Transportes Ltda. - Natalino Acordi - Semilda Leite de Oliveira Acordi - Natalino Acordi Filho - Claudemir Alves Farias - MPAM: Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau - Dê-se vista ao Ministério Público e v. conclusos.

ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM), ADV: ODELY COSTA DOS SANTOS (OAB 10324/AM), ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM), ADV: JOSÉ MÁRIO DE CARVALHO NETO (OAB 4861/AM) - Processo 0618133-60.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum - Cancelamento de Hipoteca - REQUERENTE: Sheila Furtado Abrahim - REQUERIDO: Gonder Incorporadora Ltda. - PDG Incorporadora, Construtora, Urbanizadora e Corretora Ltda. - Construtora Aliança Ltda. - Banco Bradesco S/A - INTSSADO: Fisher Island do Condomínio Coral Gables Residencial - Determino a intimação das partes Requerente e Requerida para que informem nos presentes autos acerca de eventual prorrogação do prazo concedido para a aludida suspensão. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: JOÃO BOSCO DE ALBUQUERQUE TOLEDANO (OAB 1456/AM) - Processo 0618834-60.2013.8.04.0001 - Apreensão e Depósito de Coisa Vendida com Reserva de Domínio - Inadimplemento - REQUERENTE: Martins Veículos Ltda. - REQUERIDA: Vanusa Castro Mendes - Indefiro o pedido de fls. 99. A citação por edital é medida excepcional, autorizada apenas quando todas as tentativas de localização do réu restaram, comprovadamente, frustradas, o que não é o caso dos autos. Intime-se a parte Autora para promover a citação, no prazo de 10 (dez) dias, nos moldes do art. 240, § 2º, do NCPC, sob pena de extinção do feito.

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM), ADV: LÚCIA CRISTINA PINHO ROSAS (OAB 5109/AM) - Processo 0619611-40.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - EXECUTADO: Maricélia de Andrade Almeida - ME - Maricélia de Andrade Almeida - Compulsando os autos, verifico que a petição que postula pesquisa de ativos/bens está datada de 09.08.2018 e os resultados das pesquisas foram disponibilizados nos autos em 08.08.2018, razão pela qual determino que a parte autora seja intimada novamente para postular o que entender ser de direito, no prazo de 10 (dez) dias.

ADV: DERMEVAL DE OLIVEIRA NASCIMENTO (OAB 7475/AM) - Processo 0619783-50.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum - Direito de Imagem - REQUERENTE: David Elias Rodrigues dos Santos - REQUERIDO: Ícaro Pereira Moreno Silva - R. H. A Secretaria para cumprir, integralmente, a decisão de fls. 81.

ADV: DERMEVAL DE OLIVEIRA NASCIMENTO (OAB 7475/AM) - Processo 0619783-50.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum - Direito de Imagem - REQUERENTE: David Elias Rodrigues dos Santos - REQUERIDO: Ícaro Pereira Moreno Silva - Ante o exposto, julgo extinto o processo sem resolução de mérito, com fulcro no art. 485, II e III, do Código de Processo Civil. Custas ex legis, pela parte autora. Isento-a do pagamento, entretanto, em razão da gratuidade deferida. Transitada em julgado, arquive-se com baixa. P.R.I.

ADV: CAMILA DA COSTA ALMEIDA (OAB 8877/AM), ADV: MIQUÉIAS MATIAS FERNANDES (OAB 1516/AM), ADV: ADRIANO CÉZAR LINS CARLOS (OAB 7722/AM), ADV: MIQUÉIAS MATIAS FERNANDES JÚNIOR (OAB 9958/AM), ADV: MARIA TEREZA CÂMARA FERNANDES LIMA (OAB 4676/AM) - Processo 0620406-17.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Elisabete Aparecida Corrêa Castilho - Vanessa Corrêa Castilho - REQUERIDO: Redyar OTM Transportes Ltda. - R. H. Diante do lapso temporal, sem notícias acerca do cumprimento da carta, determino a remessa dos autos a Secretaria para que verifique se houve erro na expedição da mesma, em caso positivo, deverá expedir nova carta, com urgência.

ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB A737/AM) - Processo 0621127-27.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - REQUERIDO: Antônio Nascimento da Silva - Certifique a Secretaria acerca do trânsito em julgado da sentença de fls. 117/119. Em seguida, voltem-me os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: TIMÓTEO MARTINS NUNES (OAB 847A/AM), ADV: ÁLVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 831A/AM) - Processo 0621141-50.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Antônio Alex Aguiar Melo - REQUERIDO: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A - PERITO: Marcelo Cláudio Barroso de Vasconcellos Dias - R. H. Remetam-se os autos a conta única para que informe se há valores depositados vinculados ao presente processo. Cumpra-se.

ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 128341/SP), ADV: ICAROTY JOSÉ DA SILVA (OAB 6010/AM) - Processo 0621144-39.2013.8.04.0001 - Procedimento Comum - Perdas e Danos - REQUERENTE: Adriana Gomes Fernandes - REQUERIDO: Santa Sílvia Empreendimentos Imobiliários Ltda. - SPE Areia Branca Empreendimentos Imobiliários Ltda. - R. H. Em razão do Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR) n. 0005477-60.2016.8.04.0000 que tramita no segundo grau do Tribunal de Justiça, que versa sobre: “a) validade da cláusula contratual de tolerância, que viabiliza a prorrogação do prazo final de entrega da obra por mais 180 (cento e oitenta) dias; b) congelamento do saldo devedor entre a data em que a obra deveria ser entregue e a efetiva disponibilização ao consumidor para financiamento imobiliário; e c) dano moral em decorrência do atraso de obra”. Considerando que em sede do referido IRDR foi determinada a suspensão do feito até ulterior deliberação do Tribunal Pleno da Corte de Justiça do Estado do Amazonas. Em análise dos autos, verifico que o presente processo trata sobre o assunto sobrestado, determino assim a suspensão imediata destes autos. Por efeito, determino que a Secretaria certifique o andamento do IRDR e seu eventual desfecho. Observo que não havendo deliberação do órgão competente para continuidade do andamento dos feitos relacionados ao incidente em questão, estes devem permanecer suspensos. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: PATRÍCIA FONSECA BENAYON ALBANO DE SOUZA (OAB 2500/AM), ADV: JOSÉ ROBERTO BECHIR MAUÉS FILHO (OAB 15848/PA), ADV: JULIANA MEIRA COELHO MELHADO (OAB 100313/RJ), ADV: TAISSA MEIRA COELHO ARRUDA ARAGÃO (OAB 121816/RJ), ADV: JOSÉ LUÍS CANTUÁRIA DOS REIS (OAB 2896/AM) - Processo 0621252-34.2014.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Constrição / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens - EXEQUENTE: Lempar Serviços e Participações S/A - EXECUTADO: Easa Estaleiros Amazônia S/A

- R. H. Considerando a decisão judicial proferida nos autos do processo 0184438-32.2018.8.19.0001, oriunda do Juízo da 3ª Vara Empresarial da Comarca do Rio de Janeiro/RJ, a qual determina a suspensão de todas as ações e execuções ajuizadas em face dos devedores (THONIZ PARTICIPACOES SOCIETARIAS S.A., EASA ESTALEIROS AMAZONIA S.A., e INTEROCEAN ENGENHARIA E SHIP MANAGEMENT LTDA), nos termos do artigo 52, e art. 6º da Lei n. 11.101/2005 - LRF e mais as exceções previstas no art. 49 §§3º e 4º da mesma lei, pelo prazo de 180 dias úteis, por efeito, determino a suspensão da presente demanda. Outrossim, ordeno que a suspensão será no prazo de 180 dias úteis, a contar de 13/08/2018, conforme decisão supramencionada da Comarca de Rio de Janeiro. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ANDRÉ RODRIGO PEDROSA DE AMORIM (OAB 10978/AM), ADV: LARA REGINA FIGUEIREDO PINTO DE ANDRADE (OAB 10686/AM), ADV: ELOI PINTO DE ANDRADE (OAB 819/AM), ADV: CARLOS HENRIQUE DA SILVA CÉSAR PIRES (OAB 8263/AM), ADV: FABÍOLA DA SILVA GESTA CARUSO (OAB 4662/AM), ADV: GEISA RODRIGUES DA FROTA (OAB 8871/AM), ADV: ELOI PINTO DE ANDRADE & FILHOS - ADVOGADOS (OAB 46/AM) - Processo 0621683-63.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum - Seguro - REQUERENTE: Edimilson Rodrigues da Costa - REQUERIDO: Bradesco Seguros S/A - Bradesco Vida e Previdência S/A - PERITO: Helber Freitas Alagia - R. H. Diante da proposta apresentada pelo Sr. Experto, arbitro seus honorários em R$ 1.000,00 (mil reais), em razão da complexidade da perícia a ser realizada. Determino a intimação do perito nomeado para que indique data, hora e local de perícia, bem como requisite os exames ou laudos necessários para a devida análise. Intimem-se as partes. Cumpra-se.

ADV: HERALDO MOUSINHO BARRETO (OAB 4204/AM) - Processo 0621841-26.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: José Ribamar Machado de Oliveira - REQUERIDA: Maria Neuzimar de Oliveira Moura - José Antônio Silva de Oliveira - Defiro o pedido de fls. 97/98, cite-se por hora certa no endereço indicado. Expeça-se o necessário. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0621913-76.2015.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Manoel Ferreira dos Santos - Ocorrendo a citação por hora certa, dou curador especial ao réu, na forma do art. 72, II, do CPC. Notifique-se pessoalmente o Defensor Público que atua junto a este Juízo. Cumpra-se.

ADV: BEATRIZ ARAÚJO LIMA DE CASTRO (OAB 7706/AM), ADV: BRUNO DE ASSIS MARTINS (OAB 100246/MG) - Processo 0622317-93.2016.8.04.0001 - Monitória - Cédula de Crédito Comercial - REQUERENTE: Lematur - Maerb Transporte e Comércio de Alimentos Ltda. - ME - REQUERIDO: Tabocas Participações e Empreendimentos S/A - Na hipótese dos autos, entendo que a impossibilidade de custear a demanda não está provada pelos documentos juntados pelo Autor. Ainda, considerando a Portaria n° 490/2017-PTJ, deste tribunal, admite-se o pagamento parcelado de custas iniciais. Por tal razão, indefiro o pedido de gratuidade e determino o recolhimento das custas processuais devidas no prazo de lei, sob pena de cancelamento da distribuição, nos moldes art. 257, do CPC. Intime-se.

ADV: ANA MARIA FERNANDES MENEZES MARTINS (OAB 4303/AM) - Processo 0622892-04.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum - Nota Promissória - EXEQUENTE: Sandro José Silva Lima - EXECUTADO: Gláucio Moldes da Cunha - Diante disso, intime-se a parte Executada para demonstrar acerca da comunicação do(s) bem(ns) conjugal(is) indicado(s) à penhora.

ADV: ANA MARIA FERNANDES MENEZES MARTINS (OAB 4303/AM) - Processo 0622892-04.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum - Nota Promissória - EXEQUENTE: Sandro José Silva Lima - EXECUTADO: Gláucio Moldes da Cunha - Intime-se a parte Exequente para demonstrar acerca da comunicação do(s) bem(ns) conjugal(is) à penhora, pois, ab initio, é ônus seu realizar a referida indicação, conforme disposto no art. 798, II, c, do Digesto Processual Civil.

ADV: CRIS DA SILVA PALMEIRA (OAB 7281/AM), ADV: LEANDRO GOMES DE OLIVEIRA (OAB 7270/AM), ADV: OLAVO CÉSAR CASTRO MENDES (OAB 513A/AM) - Processo 0623065-91.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Liquidação / Cumprimento / Execução - EXEQUENTE: AFEAM - Agência de Fomento do Estado do Amazonas S/A - EXECUTADO: M. N. N. Silva - ME - Farahnaz Lany Alves - José da Cruz Cavalcante - Márcia Núbia Nascimento Silva - R. H. Defiro o pedido de suspensão da execução. Outrossim determino que os autos fiquem sobrestados até a quitação regular do acordo, nos moldes do art. 922, do CPC. Art. 922. Convindo as partes, o juiz declarará suspensa a execução durante o prazo concedido pelo exequente para que o executado cumpra voluntariamente a obrigação. Parágrafo único. Findo o prazo sem cumprimento da obrigação, o processo retomará o seu curso. Cumpra-se.

ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: JOÃO PAULO REIS GARZON (OAB 9542/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 1037A/AM), ADV: ORESTE NESTOR DE SOUZA LASPRO (OAB 98628/SP) - Processo 0623428-15.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Paulo Oliveira de Souza - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Banco Industrial do Brasil S/A - Banco Cruzeiro do Sul S/A - Intimem-se os postulantes indicados à fl. 472, por patrono habilitado no feito, para que apresentem declaração de únicos herdeiros. Cumpra-se.

ADV: CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA FILHO (OAB 4079/AM) - Processo 0624135-80.2016.8.04.0001 - Embargos de Terceiro - Esbulho / Turbação / Ameaça - EMBARGANTE: Maria Almeida Clarindo Filha - Damião Sírio da Silva - Ana Beatriz Cavalcante dos Santos - Francisco de Ribamar Silva Araújo - Raimunda Barbosa dos Santos - Frankney Gomes Freire - Francisco Nogueira dos Santos - Gesaías Barroso da Silva - Paulo Rodrigues Cavalcante - Renízio Guimarães de Sales - EMBARGADO: S. B. Imóveis Ltda. - INTSSADA: Defensoria Pública do Estado do Amazonas - R. H. no estado em que se encontra. Averbo-me suspeita para funcionar nos presentes autos, por motivo de foro íntimo, nos termos do art. 145, §1º, do CPC. Ao meu substituto legal. P.R.I.C.

ADV: PRISCILLA JIMENES DEL GUERRA (OAB 204205/SP) - Processo 0625034-78.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - EXEQUENTE: K. M. Multimodal Transportadora e Logística Ltda. - EXECUTADO: A. J. Brasil - Torno sem efeito a decisão de fls. 30. Considerando a certidão de fls. 28, e não sendo a hipótese do artigo 854, do CPC, autorizo a realização de penhora dos bens em nome do(s) executado(s), via BacenJud e RenaJud, bem como sua avaliação, tudo na forma do §1º, do art. 829, do Diploma Processual Civil. Determino, ainda, na hipótese de não localizar o(s) executado(s), o arresto de tantos bens quantos bastem para satisfazer o objeto do presente processo de expropriação do patrimônio do devedor, ex vi do art. 830, caput, também do CPC, através dos mesmos sistemas eletrônicos. Precedente do STJ: PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. EXECUTADOS NÃO LOCALIZADOS. ARRESTO PRÉVIO OU EXECUTIVO. ART. 653 DO CPC. BLOQUEIO ON LINE. POSSIBILIDADE, APÓS O ADVENTO DA LEI N. 11.382/2006. APLICAÇÃO DO ART. 655-A DO CPC, POR ANALOGIA. 1.- "1. O arresto executivo, também designado arresto prévio ou pré-penhora, de que trata o art. 653, do CPC, objetiva assegurar a efetivação de futura penhora na execução por título extrajudicial, na hipótese de o executado não ser encontrado para citação. 2. Frustrada a tentativa de localização do executado, é admissível o arresto de seus bens na modalidade on-line (CPC, art. 655-A, aplicado por analogia). (...)." (REsp 1.370.687/MG, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, DJe 15/08/2013). A Requerimento do Exequente, expeça-se certidão do artigo 828, CPC. Cumpra-se.

ADV: MANOEL PEDRO DE CARVALHO (OAB 4890/AM), ADV: FRANCYNE NEGRO VAZ LEAL (OAB 10447/AM), ADV: VIVIANE NUNES DE OLIVEIRA DA COSTA (OAB 8944/AM), ADV: OSWALDO TÁVORA BUARQUE NETO (OAB 5566/AM) - Processo 0625603-79.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Compra e Venda - EXEQUENTE: Norte Comércio de Peças e Acessórios para Veículos Ltda. - EXECUTADO: Enterpa Engenharia Ltda. - R. H. Expeçam-se competentes cartas de citação, observando-se os endereços indicados às fls. 347. Intime-se o autor para proceder ao recolhimento das custas das cartas

de citação, observando-se o disposto na tabela de n° 1, da Lei n° 4.408, de 28 de dezembro de 2016, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção. Cumpra-se.

ADV: LÍGIA DE SOUZA FRIAS (OAB 1074A/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0625642-08.2018.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: Laiana Alves de Sousa - Por todo o exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido a teor do disposto no art. 701, §2.º do CPC, e o faço para constituir, de pleno direito, o título executivo judicial no valor pleiteado de R$ 16.900,33 (dezesseis mil e novecentos reais e trinta e três centavos), atualizado nos moldes da Portaria n.º 1855/2016-PTJ. Condeno a parte ré a arcar com as custas, despesas processuais e honorários advocatícios que fixo em 10% sobre o valor da condenação.

ADV: FRANCISCO ADONIAS PINHEIRO (OAB 1584/AM), ADV: FRANCISCO CHARLES CUNHA GARCIA JÚNIOR (OAB 4563/AM), ADV: SAULO MOYSÉS REZENDE DA COSTA (OAB 7300/AM), ADV: RICARDO QUEIROZ DE PAIVA (OAB 4510/AM), ADV: JULIANA CHAVES COIMBRA GARCIA (OAB 4040/AM) - Processo 0625707-08.2015.8.04.0001 (apensado ao processo 0603191-91.2015.8.04.0001) - Procedimento Comum - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Terezinha de Jesus Oliveira Derzi - REQUERIDO: Planecon Planejamento, Empreendimentos e Construção Ltda. - José Corrêa Pinheiro - Leandro Seffair Lins de Albuquerque - R. H. Remetam-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça, observadas as formalidades de praxe.

ADV: ELIANA DE OLIVEIRA RESENDE (OAB 12168/AM), ADV: EDUARDO BONATES DE LIMA (OAB 5076/AM), ADV: CARLOS DANIEL RANGEL BARRETTO SEGUNDO (OAB 5035/AM) - Processo 0626293-40.2018.8.04.0001 (apensado ao processo 0616407-17.2018.8.04.0001) - Embargos à Execução - Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução - REQUERENTE: Natureza Comércio de Descartável Ltda - REQUERIDO: Supermercado San Juan Ltda. - Compulsando os autos, entendo que a matéria dos autos trata cinge-se sobre os requisitos do título executivo extrajudicial e eventual excesso de valores, desta feita, vejo que não é necessária a realização de depoimento pessoal das partes ou produção de prova testemunhal pela embargante. Destarte, entendo pelo julgamento antecipado, na forma do art. 355, I, do novel Digesto Processual Civil. Após, voltem-me os autos conclusos para proferir sentença. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0626966-72.2014.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Kleinberg Régio Frota Veras - R. H. Intime-se a parte Autora para, no prazo de 10 (dez) dias, comprovar nos autos o recolhimento, no Juízo deprecado, das custas de cumprimento da missiva. Em seguida, expeça-se a carta precatória para a comarca de Uruoca-CE. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ EDUARDO SILVA DE SALES (OAB 7700/AM) - Processo 0628516-97.2017.8.04.0001 (apensado ao processo 0606851-64.2013.8.04.0001) - Embargos à Execução - Extinção da Execução - EMBARGANTE: Rolmaq Comércio e Representações Ltda - EMBARGADO: Solinox Ltda. - R. H. Intime-se a embargante para que se manifeste acerca da impugnação apresentada às fls. 105/110, no prazo legal. Cumpra-se.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 877A/AM), ADV: ANA RITA LIMA FREIRE (OAB 3056/AM), ADV: JOÃO BOSCO DE ALBUQUERQUE TOLEDANO (OAB 1456/AM) - Processo 0628523-31.2013.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - EXECUTADO: Tereza do C. Pessoa Ferreira - ME - Tereza do Carmo Pessoa Ferreira - Suspenso por ordem da decisão de fls. 105.

ADV: JOÃO CARLOS FLOR JÚNIOR (OAB 915A/AM), ADV: MARLOS GAIO (OAB 914A/AM), ADV: ÁLVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 831A/AM) - Processo 0628634-15.2013.8.04.0001 - Procedimento Sumário - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Valdeni Rodrigues Ferreira - REQUERIDO: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A - PERITO: Dr. Marcelo Cláudio Barroso de Vasconcellos Dias - R. H. Remetam-se os autos a conta única para que informe se há valores depositados vinculados ao presente processo. Cumpra-se.

ADV: TIMÓTEO MARTINS NUNES (OAB 847A/AM), ADV: ÁLVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 831A/AM) - Processo 0629155-23.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Miquesio Cardoso da Silva - REQUERIDO: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A - PERITO: Marcelo Cláudio Barroso de Vasconcelos Dias - TERCEIRO I: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A - PERITO: Instituto Médico Legal - IML - R. H. Remetam-se os autos a conta única para que informe se há valores depositados vinculados ao presente processo. Cumpra-se.

ADV: ÁLVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 831A/AM), ADV: JOÃO CARLOS FLOR JÚNIOR (OAB 915A/AM), ADV: MARLOS GAIO (OAB 914A/AM) - Processo 0629244-80.2013.8.04.0001 - Procedimento Sumário - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Renato dos Santos Santos - REQUERIDO: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A - PERITO: Dr. Marcelo Cláudio Barroso de Vasconcellos Dias - R. H. Remetam-se os autos a Conta Única para que informe ao Juízo se há valores depositados nos presentes autos. Cumpra-se.

ADV: ÁLVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 831A/AM), ADV: TIMÓTEO MARTINS NUNES (OAB 847A/AM) - Processo 0629470-51.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Raphael Karllo Lima Magalhães - REQUERIDO: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A - PERITO: Marcelo Cláudio Barroso de Vasconcelos Dias - TERCEIRO I: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A - PERITO: Instituto Médico Legal - IML - R. H. Remetam-se os autos a conta única para que informe se há valores depositados vinculados ao presente processo. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (OAB 1047A/AM), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 1048A/AM) - Processo 0629561-44.2014.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Aquisição - REQUERENTE: B. B. Leasing S/A Arrendamento Mercantil - REQUERIDO: Joaquim Ferreira Pereira - Recebi hoje. Expeça-se novo mandado para o endereço indicado pela parte autora na fl. 105 . Cumpra-se.

ADV: MARCO ANTÔNIO CRESPO BARBOSA (OAB 115665/SP) - Processo 0630491-57.2017.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Pan S/A - REQUERIDO: Silas Silva dos Santos - R. H. Defiro o pedido de fls. 45. Proceda-se o bloqueio do veículo objeto da presente ação via sistema automatizado Renajud.

ADV: ROSEANY ARAÚJO VIANA ALVES (OAB 10952/CE), ADV: ALESSANDRA AZEVEDO ARAÚJO FURTUNATO (OAB 4705/AC), ADV: MARIA SOCORRO ARAÚJO SANTIAGO (OAB 1870/CE) - Processo 0630654-37.2017.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Cia. de Crédito, Financiamento e Investimento RCI Brasil - REQUERIDO: Everton David Vasconcelos da Silva - R. H. Intime-se a parte Autora para, no prazo de 10 (dez) dias, comprovar nos autos o recolhimento, no Juízo deprecado, das custas de cumprimento da missiva. Em seguida, expeça-se a carta precatória para a comarca de Tefé/AM. Cumpra-se.

ADV: PAULO LUIZ MARCONI JUNIOR (OAB 270278/SP), ADV: HIGINO ANTÔNIO JÚNIOR (OAB 22214/SP), ADV: ANA PAULA NAZARETH BABBULIN (OAB 187306/SP), ADV: CARLOS ROBERTO DENESZCZUK ANTÔNIO (OAB 146360/SP), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 877A/AM), ADV: DANIEL MACHADO AMARAL (OAB 312193/SP), ADV: RAQUEL MEDEIROS DA SILVA EMILIANO (OAB 365952/SP), ADV: ANTÔNIO MIGLIORE FILHO (OAB 314197/SP) - Processo 0630694-53.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - EXECUTADO: Paulo Roberto Baddini Mantovani - De ordem, à secretaria para fazer cumprir a Portaria Conjunta n. 001/2017-PTJ quanto ao art. 1.º e incisos, para que proceda a realização dos seguintes atos: Art. 1.º. Delegar aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais abaixo especificadas: I - intimar a parte interessada para que proceda ao recolhimento das custas e despesas processuais de qualquer

natureza; II - dar cumprimento imediato às cartas precatórias recebidas, independentemente de despacho do juiz, com a sua imediata devolução ao juízo deprecante, após o seu cumprimento; III - intimar a parte para se manifestar sobre mandados, cartas de citação ou intimação e demais expedientes devolvidos e juntados aos autos; IV - intimar a parte exequente para se manifestar sobre nomeação de bens à penhora; V - intimar a parte autora ou exequente para dar prosseguimento ao feito, requerendo o que entender de direito; VI - oferecer abertura de vista ao exequente, após o retorno de carta precatória expedida ou resposta de ofício; VII - proceder à consulta e penhora via Bancen Jud, na hipótese de consulta anterior negativa; VIII - intimar a parte exequente para manifestação sobre pagamentos realizados; IX - remeter os autos à Contadoria, quando necessário; X - intimar o autor para que no prazo de 15 (quinze) dias emende ou complete a petição inicial, indicando com precisão o que deve ser corrigido ou completado (art. 321, do NCPC), bem como intimar a parte para regularizar a sua representação (art. 76, do NCPC); XI - proceder à pesquisa de endereços em todos os sistemas disponíveis na Secretaria, sempre que se fizer necessário, inclusive antes da citação por edital; XII - reiterar citação ou intimação, por mandado, carta de intimação ou precatória, na hipótese de mudança de endereço do destinatário, quando indicado ou encontrado novo endereço; XIII - intimar a parte autora para manifestação, no prazo legal, quando o réu na contestação ou impugnação opuser fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor (art. 350, NCPC), ou argüir preliminares (arts. 350 e 351, NCPC); XIV - intimar as partes para especificarem e justificarem as provas que pretendem produzir, indicando, com objetividade, os fatos que desejam demonstrar, bem como sua necessidade; XV - intimar a parte contrária para manifestação, em 15 (quinze) dias, sempre que forem juntados novos documentos, nos termos do art. 437, §1.º, do NCPC; XVI - intimar as partes para se manifestarem sobre proposta de honorários periciais; XVII - intimar as partes para manifestação sobre o laudo pericial apresentado, no prazo legal; XVIII - intimar o Perito para efetuar o levantamento de 50% (cinqüenta por cento) dos honorários periciais, já no ato de abertura dos trabalhos, e para levantar o valor remanescente após a manifestação das partes quanto ao laudo pericial; XIX - intimar o perito judicial para entregar laudo pericial, quando findo o prazo estipulado para a finalização da perícia; XX - cobrar mandados que se encontrem na Central de Mandados, decorridos 30 (trinta) dias; XXI - desarquivar autos do arquivo provisório, mediante petição, ficando a Secretaria autorizada a assim proceder, dando-se vista à parte interessada, pelo prazo legal; XXII - remeter ao Setor de Distribuição, independentemente de despacho, para distribuição por dependência, as ações tais como embargos de devedor, embargos de terceiro e incidentes processuais; XXIIII - intimar a parte interessada a responder aos embargos declaratórios opostos com efeitos infringentes; XXIV - intimar as partes do retorno dos autos da instância superior; XXV - intimar a parte interessada para, no prazo legal, manifestar-se sobre proposta e contraproposta de acordo; XXVI - intimar a parte excepta para, no prazo legal, manifestar-se sobre exceção de pré-executividade; XXVII - intimar a parte requerida para se manifestar nos casos de pedido de desistência após oferecimento de contestação; XXVIII - intimar o curador especial para manifestação obrigatória nos casos do artigo 72, do NCPC; XXIX - intimar o recorrente para, no prazo legal, suprir a insuficiência do valor do preparo ou o recolhimento em dobro na hipótese de não comprovação do recolhimento, sob pena de deserção; XXX - intimar o recorrido para contrarrazoar, em 15 (quinze) dias, bem como o recorrente para responder no mesmo prazo, em caso de interposição de recurso de apelação na forma adesiva (arts. 997, §2.º e 1.010, §§1.º e 2.º, NCPC), remetendo os autos após as formalidades legais ao TJAM, independentemente de juízo de admissibilidade. E ainda, art. 7.º., para, igualmente proceder os seguintes atos: Art. 7.º. Fica o Diretor de Secretaria autorizado, dentro de prazos razoáveis, a solicitar ou a prestar informações sobre o cumprimento de cartas precatórias, expedidas ou recebidas, podendo, para tanto, expedir ofício à autoridade de mesma Hierarquia. Como também, fazer cumprir a Portaria 1.985/2017 especialmente no que tange o art. 3.º e incisos, procedendo os seguintes atos: Art. 3º Compete ao Diretor da UPJ, sem prejuízo das atribuições previstas em lei: I - coordenar e administrar a UPJ; II - conferir e assinar expedientes; III - emitir atos ordinatórios; III - garantir o fluxo normal de trabalho, com disciplina, organização e estrito cumprimento dos horários de funcionamento; IV - zelar para que não haja preferência na tramitação dos processos de uma vara em relação a outra, ressalvados os casos de urgência; V - tratar dos expedientes de habilitação de auxiliares do juízo; VI - atender os juízes nos trabalhos relativos à unidade integrada; VII - acompanhar, em conjunto com os assistentes, a produtividade dos servidores e das respectivas equipes; VIII - abrir diariamente o e-mail e malote digital institucional da UPJ, tratando todos aqueles expedientes cuja resposta/informação devam ser conferidas/aprovadas pelo Diretor, e encaminhar aos gabinetes Varas aqueles cujas providências sejam exclusivamente do magistrado responsável; IX - supervisionar a digitalização dos processos físicos; e X - tratar as seguintes fi las do fluxo digital: a) ag. digitalização; b) cumprir diligência do 2º grau; c) processos em suspeição/impedimento; d) processos redistribuídos/transferidos e) processos entrados por redistribuição; f) processos retornados do 2º grau; e g) secretaria. Assim ainda, art. 5.º. § 2.º e incisos, para que proceda a realização dos seguintes atos: Art. 5º A equipe de atendimento e suporte será responsável pelo atendimento ao público, pelo recebimento, cadastro e remessa de documentos, pela digitalização, pelo arquivamento e desarquivamento de autos físicos e pela análise das petições juntadas nos processos. § 2º Compete à equipe de atendimento e suporte: I - o atendimento ao público; II - emitir expedientes; III - praticar atos ordinatórios; IV - o arquivamento e desarquivamento dos processos físicos; V - receber, cadastrar e remeter documentos, inclusive os mandados à Central; VI - a digitalização de documentos e processos físicos; VII - gerar senha de acesso aos autos digitais; VIII - analisar diariamente as petições juntadas, de acordo com a ordem cronológica, e, na sequência dar andamento ao feito; IX - manter atualizados todos os dados cadastrais dos processos no sistema informatizado após a juntada das petições intermediárias; e X - tratar do subfluxo de petição intermediária. E por fim, o art. 6.º. § 2.º e incisos, para que igualmente proceda a realização dos seguintes atos: Art. 6º A equipe de movimentação será responsá vel pelo controle de prazos (decurso) nos processos físicos e digitais.. § 2º Compete à equipe de movimentação: I - emitir atos expedientes; II - praticar ordinatórios; III - verifi car diariamente os prazos, de acordo com as datas de vencimento, certificando-se o seu decurso e, na sequência dar andamento ao feito; IV - tratar as seguintes fi las do fluxo digital: a) ag. perícia/laudo; b) ato ordinatório; c) cumprimento de mandado; d) decurso de prazo; e) processos suspensos; f) recebidos do CEJUSC; e g) retorno de AR V - tratar a fi la análise de ARs não cumpridos do subfluxo Carta. Portanto, encaminhando os autos para as filas de conclusão, apenas os que estiverem prontos para decisão judicial.

ADV: AUDREY LOUISE DA MATTA COSTA (OAB 6749/AM) - Processo 0630932-04.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Protesto Indevido de Título - REQUERENTE: Osman Nasser Filho - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - R. H. Remetam-se os autos a Contadoria para a emissão de guia de recolhimento das custas processuais. Em seguida, intime-se o autora para, no prazo de 15 dias, comprovar o recolhimento dos valores. Cumpra-se.

ADV: RODOLFO PAULO CABRAL (OAB 3548/AM) - Processo 0631040-38.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - EXEQUENTE: Pool Engenharia Serviço, Indústria e Comércio de Construções Ltda. - EXECUTADO: Diego Diniz Xavier - ME - De ordem, à secretaria para fazer cumprir a Portaria Conjunta n. 001/2017-PTJ quanto ao art. 1.º e incisos, para que proceda a realização dos seguintes atos: Art. 1.º. Delegar aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais abaixo especificadas: I - intimar a parte interessada para que proceda ao recolhimento das custas e despesas processuais de qualquer natureza; II - dar cumprimento imediato às cartas precatórias recebidas, independentemente de despacho do juiz, com a sua imediata devolução ao juízo deprecante, após o seu cumprimento; III - intimar a parte para se manifestar sobre mandados, cartas de citação ou intimação e demais expedientes devolvidos e juntados aos autos; IV - intimar a

parte exequente para se manifestar sobre nomeação de bens à penhora; V - intimar a parte autora ou exequente para dar prosseguimento ao feito, requerendo o que entender de direito; VI - oferecer abertura de vista ao exequente, após o retorno de carta precatória expedida ou resposta de ofício; VII - proceder à consulta e penhora via Bancen Jud, na hipótese de consulta anterior negativa; VIII - intimar a parte exequente para manifestação sobre pagamentos realizados; IX - remeter os autos à Contadoria, quando necessário; X - intimar o autor para que no prazo de 15 (quinze) dias emende ou complete a petição inicial, indicando com precisão o que deve ser corrigido ou completado (art. 321, do NCPC), bem como intimar a parte para regularizar a sua representação (art. 76, do NCPC); XI - proceder à pesquisa de endereços em todos os sistemas disponíveis na Secretaria, sempre que se fizer necessário, inclusive antes da citação por edital; XII - reiterar citação ou intimação, por mandado, carta de intimação ou precatória, na hipótese de mudança de endereço do destinatário, quando indicado ou encontrado novo endereço; XIII - intimar a parte autora para manifestação, no prazo legal, quando o réu na contestação ou impugnação opuser fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor (art. 350, NCPC), ou argüir preliminares (arts. 350 e 351, NCPC); XIV - intimar as partes para especificarem e justificarem as provas que pretendem produzir, indicando, com objetividade, os fatos que desejam demonstrar, bem como sua necessidade; XV - intimar a parte contrária para manifestação, em 15 (quinze) dias, sempre que forem juntados novos documentos, nos termos do art. 437, §1.º, do NCPC; XVI - intimar as partes para se manifestarem sobre proposta de honorários periciais; XVII - intimar as partes para manifestação sobre o laudo pericial apresentado, no prazo legal; XVIII - intimar o Perito para efetuar o levantamento de 50% (cinqüenta por cento) dos honorários periciais, já no ato de abertura dos trabalhos, e para levantar o valor remanescente após a manifestação das partes quanto ao laudo pericial; XIX - intimar o perito judicial para entregar laudo pericial, quando findo o prazo estipulado para a finalização da perícia; XX - cobrar mandados que se encontrem na Central de Mandados, decorridos 30 (trinta) dias; XXI - desarquivar autos do arquivo provisório, mediante petição, ficando a Secretaria autorizada a assim proceder, dando-se vista à parte interessada, pelo prazo legal; XXII - remeter ao Setor de Distribuição, independentemente de despacho, para distribuição por dependência, as ações tais como embargos de devedor, embargos de terceiro e incidentes processuais; XXIIII - intimar a parte interessada a responder aos embargos declaratórios opostos com efeitos infringentes; XXIV - intimar as partes do retorno dos autos da instância superior; XXV - intimar a parte interessada para, no prazo legal, manifestar-se sobre proposta e contraproposta de acordo; XXVI - intimar a parte excepta para, no prazo legal, manifestar-se sobre exceção de pré-executividade; XXVII - intimar a parte requerida para se manifestar nos casos de pedido de desistência após oferecimento de contestação; XXVIII - intimar o curador especial para manifestação obrigatória nos casos do artigo 72, do NCPC; XXIX - intimar o recorrente para, no prazo legal, suprir a insuficiência do valor do preparo ou o recolhimento em dobro na hipótese de não comprovação do recolhimento, sob pena de deserção; XXX - intimar o recorrido para contrarrazoar, em 15 (quinze) dias, bem como o recorrente para responder no mesmo prazo, em caso de interposição de recurso de apelação na forma adesiva (arts. 997, §2.º e 1.010, §§1.º e 2.º, NCPC), remetendo os autos após as formalidades legais ao TJAM, independentemente de juízo de admissibilidade. E ainda, art. 7.º., para, igualmente proceder os seguintes atos: Art. 7.º. Fica o Diretor de Secretaria autorizado, dentro de prazos razoáveis, a solicitar ou a prestar informações sobre o cumprimento de cartas precatórias, expedidas ou recebidas, podendo, para tanto, expedir ofício à autoridade de mesma Hierarquia. Como também, fazer cumprir a Portaria 1.985/2017 especialmente no que tange o art. 3.º e incisos, procedendo os seguintes atos: Art. 3º Compete ao Diretor da UPJ, sem prejuízo das atribuições previstas em lei: I - coordenar e administrar a UPJ; II - conferir e assinar expedientes; III - emitir atos ordinatórios; III - garantir o fluxo normal de trabalho, com disciplina, organização e estrito cumprimento dos horários de funcionamento; IV - zelar para que não haja preferência na tramitação dos processos de uma vara em relação a outra, ressalvados os casos de urgência; V - tratar dos expedientes de habilitação de auxiliares do juízo; VI - atender os juízes nos trabalhos relativos à unidade integrada; VII - acompanhar, em conjunto com os assistentes, a produtividade dos servidores e das respectivas equipes; VIII - abrir diariamente o e-mail e malote digital institucional da UPJ, tratando todos aqueles expedientes cuja resposta/informação devam ser conferidas/aprovadas pelo Diretor, e encaminhar aos gabinetes Varas aqueles cujas providências sejam exclusivamente do magistrado responsável; IX - supervisionar a digitalização dos processos físicos; e X - tratar as seguintes fi las do fluxo digital: a) ag. digitalização; b) cumprir diligência do 2º grau; c) processos em suspeição/impedimento; d) processos redistribuídos/transferidos e) processos entrados por redistribuição; f) processos retornados do 2º grau; e g) secretaria. Assim ainda, art. 5.º. § 2.º e incisos, para que proceda a realização dos seguintes atos: Art. 5º A equipe de atendimento e suporte será responsável pelo atendimento ao público, pelo recebimento, cadastro e remessa de documentos, pela digitalização, pelo arquivamento e desarquivamento de autos físicos e pela análise das petições juntadas nos processos. § 2º Compete à equipe de atendimento e suporte: I - o atendimento ao público; II - emitir expedientes; III - praticar atos ordinatórios; IV - o arquivamento e desarquivamento dos processos físicos; V - receber, cadastrar e remeter documentos, inclusive os mandados à Central; VI - a digitalização de documentos e processos físicos; VII - gerar senha de acesso aos autos digitais; VIII - analisar diariamente as petições juntadas, de acordo com a ordem cronológica, e, na sequência dar andamento ao feito; IX - manter atualizados todos os dados cadastrais dos processos no sistema informatizado após a juntada das petições intermediárias; e X - tratar do subfluxo de petição intermediária. E por fim, o art. 6.º. § 2.º e incisos, para que igualmente proceda a realização dos seguintes atos: Art. 6º A equipe de movimentação será responsá vel pelo controle de prazos (decurso) nos processos físicos e digitais.. § 2º Compete à equipe de movimentação: I - emitir atos expedientes; II - praticar ordinatórios; III - verifi car diariamente os prazos, de acordo com as datas de vencimento, certificando-se o seu decurso e, na sequência dar andamento ao feito; IV - tratar as seguintes fi las do fluxo digital: a) ag. perícia/laudo; b) ato ordinatório; c) cumprimento de mandado; d) decurso de prazo; e) processos suspensos; f) recebidos do CEJUSC; e g) retorno de AR V - tratar a fi la análise de ARs não cumpridos do subfluxo Carta. Portanto, encaminhando os autos para as filas de conclusão, apenas os que estiverem prontos para decisão judicial.

ADV: DAVID AZULAY BENAYON (OAB 8688/AM), ADV: DANIEL AUGUSTO MAUÉS CARVALHO (OAB 5629/AM) - Processo 0631929-89.2015.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Amazon Compressores Comércio e Serviços de Equipamentos Ltda. - REQUERIDO: Diogo Magalhães e Maciel Aguiar Ltda. - ME - R. H. Ocorrendo a citação por edital, dou curador especial ao réu, na forma do art. 72, II, do CPC. Notifique-se pessoalmente o Defensor Público que atua junto a este Juízo. Cumpra-se.

ADV: PEDRO CÂMARA - SOCIEDADE DE ADVOGADOS (OAB 613/AM), ADV: EDSON PAES FONTENELE (OAB 7926/AM), ADV: ELAISE MOSS PORTELA (OAB 7689/AM), ADV: PEDRO CÂMARA JÚNIOR (OAB 2834/AM), ADV: ISABELLE BENLOLO DE AZEVEDO (OAB 11737/AM) - Processo 0631946-57.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Edson Paes Fontenele - REQUERIDO: Unimed de Manaus Cooperativa de Trabalho Médico Ltda. - PERITO: Francisco Batista Almeida (Médico urologista) - R. H. Tendo em vista que não houve irresignção da Requerida acerca da proposta de honorários apresentada pelo perito, arbitro seus honorários em R$ 5.000,00 (cinco mil reais). Determino, outrossim, que a Requerida deposite em Juízo, no prazo de 05 (cinco) dias, o montante correspondente aos honorários periciais, para o regular prosseguimento do feito. Cumpridas a diligências supramencionada, intime-se o experto para marca data, hora e local para a realização da perícia. Intimem-se as partes. Cumpra-se.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 104147/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0632162-23.2014.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia

S/A - REQUERIDA: Átila Pereira da Silva - Por todo o exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido a teor do disposto no art. 701, §2.º do CPC, e o faço para constituir, de pleno direito, o título executivo judicial no valor pleiteado de R$ 2.111,63 (dois mil, cento e onze reais e sessenta e três centavos), atualizado nos moldes da Portaria n.º 1855/2016-PTJ. Condeno a parte ré a arcar com as custas, despesas processuais e honorários advocatícios que fixo em 10% sobre o valor da condenação.

ADV: ROBERTA MARQUES BEZERRA (OAB 4535/AM), ADV: FRANCISCO HIAGO DE CASTRO BESSA (OAB 11075/AM), ADV: PAULO SÉRGIO DE MENEZES (OAB 54542/MG), ADV: LAURA MARIA SANTIAGO LUCAS (OAB 4872/AM) - Processo 0632190-20.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum - Erro Médico - REQUERENTE: Afonso Vieira Ferreira - REQUERIDO: Eude Gomes Felício da Costa - LITSPASSIV: Centro Amazonense de Oftalmologia Ltda. - PERITA: Rosemary Diniz Santim - Roberta Marques Bezerra - Ficam as Partes intimadas da redesignação da data da perícia, remarcada para o dia 11/03/2019, às 14:30, conforme fl. 282. Intimem-se.

ADV: JOSÉ ORISVALDO BRITO DA SILVA (OAB 57069/RJ), ADV: ÁLVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 831A/AM) - Processo 0632324-81.2015.8.04.0001 - Procedimento Sumário - Seguro - REQUERENTE: Manoel Márcio de Lima Ramos - REQUERIDO: Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais - Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais S/A - INTSSADO: Instituto Médico Legal - IML - Pelo exposto, JULGO IMPROCEDENTES os pedidos formulados na inicial, extinguindo o processo, com resolução do mérito, nos termos do art. 487, inciso I, do Novo Código de Processo Civil. A parte vencida arcará com as custas e despesas processuais da parte contrária, inclusive honorários advocatícios, que fixo em 10% sobre o valor atribuído à causa, nos termos do art. 85, §2º, do CPC. Entretanto, suspendo a exigibilidade da cobrança das verbas, em razão da justiça gratuita concedida à parte Autora. Após o trânsito em julgado, arquive-se e baixe com as cautelas de praxe. P.R.I.C.

ADV: CRISTIANE BARBOSA RODRIGUES (OAB 7806/AM), ADV: DORISMAR MARTINS MASIERO (OAB A1083/AM), ADV: BENJAMIM SAUL BENCHIMOL (OAB 4902/AM), ADV: JOABE DE FRANÇA BARROS (OAB 4919/AM), ADV: WAGNER LIBERAL MICHETTI (OAB 5193/AM), ADV: MARY MARUMY BASTOS TAKEDA (OAB 4107/AM) - Processo 0632990-48.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - EXEQUENTE: Horos Química da Amazônia Ltda. - EXECUTADO: J. P. F. dos Santos - ME - De ordem, à secretaria para fazer cumprir a Portaria Conjunta n. 001/2017-PTJ quanto ao art. 1.º e incisos, para que proceda a realização dos seguintes atos: Art. 1.º. Delegar aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais abaixo especificadas: I - intimar a parte interessada para que proceda ao recolhimento das custas e despesas processuais de qualquer natureza; II - dar cumprimento imediato às cartas precatórias recebidas, independentemente de despacho do juiz, com a sua imediata devolução ao juízo deprecante, após o seu cumprimento; III - intimar a parte para se manifestar sobre mandados, cartas de citação ou intimação e demais expedientes devolvidos e juntados aos autos; IV - intimar a parte exequente para se manifestar sobre nomeação de bens à penhora; V - intimar a parte autora ou exequente para dar prosseguimento ao feito, requerendo o que entender de direito; VI - oferecer abertura de vista ao exequente, após o retorno de carta precatória expedida ou resposta de ofício; VII - proceder à consulta e penhora via Bancen Jud, na hipótese de consulta anterior negativa; VIII - intimar a parte exequente para manifestação sobre pagamentos realizados; IX - remeter os autos à Contadoria, quando necessário; X - intimar o autor para que no prazo de 15 (quinze) dias emende ou complete a petição inicial, indicando com precisão o que deve ser corrigido ou completado (art. 321, do NCPC), bem como intimar a parte para regularizar a sua representação (art. 76, do NCPC); XI - proceder à pesquisa de endereços em todos os sistemas disponíveis na Secretaria, sempre que se fizer necessário, inclusive antes da citação por edital; XII - reiterar citação ou intimação, por mandado, carta de intimação ou precatória, na hipótese de mudança de endereço do destinatário, quando indicado ou encontrado novo endereço; XIII - intimar a parte autora para manifestação, no prazo legal, quando o réu na contestação ou impugnação opuser fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor (art. 350, NCPC), ou argüir preliminares (arts. 350 e 351, NCPC); XIV - intimar as partes para especificarem e justificarem as provas que pretendem produzir, indicando, com objetividade, os fatos que desejam demonstrar, bem como sua necessidade; XV - intimar a parte contrária para manifestação, em 15 (quinze) dias, sempre que forem juntados novos documentos, nos termos do art. 437, §1.º, do NCPC; XVI - intimar as partes para se manifestarem sobre proposta de honorários periciais; XVII - intimar as partes para manifestação sobre o laudo pericial apresentado, no prazo legal; XVIII - intimar o Perito para efetuar o levantamento de 50% (cinqüenta por cento) dos honorários periciais, já no ato de abertura dos trabalhos, e para levantar o valor remanescente após a manifestação das partes quanto ao laudo pericial; XIX - intimar o perito judicial para entregar laudo pericial, quando findo o prazo estipulado para a finalização da perícia; XX - cobrar mandados que se encontrem na Central de Mandados, decorridos 30 (trinta) dias; XXI - desarquivar autos do arquivo provisório, mediante petição, ficando a Secretaria autorizada a assim proceder, dando-se vista à parte interessada, pelo prazo legal; XXII - remeter ao Setor de Distribuição, independentemente de despacho, para distribuição por dependência, as ações tais como embargos de devedor, embargos de terceiro e incidentes processuais; XXIIII - intimar a parte interessada a responder aos embargos declaratórios opostos com efeitos infringentes; XXIV - intimar as partes do retorno dos autos da instância superior; XXV - intimar a parte interessada para, no prazo legal, manifestar-se sobre proposta e contraproposta de acordo; XXVI - intimar a parte excepta para, no prazo legal, manifestar-se sobre exceção de pré-executividade; XXVII - intimar a parte requerida para se manifestar nos casos de pedido de desistência após oferecimento de contestação; XXVIII - intimar o curador especial para manifestação obrigatória nos casos do artigo 72, do NCPC; XXIX - intimar o recorrente para, no prazo legal, suprir a insuficiência do valor do preparo ou o recolhimento em dobro na hipótese de não comprovação do recolhimento, sob pena de deserção; XXX - intimar o recorrido para contrarrazoar, em 15 (quinze) dias, bem como o recorrente para responder no mesmo prazo, em caso de interposição de recurso de apelação na forma adesiva (arts. 997, §2.º e 1.010, §§1.º e 2.º, NCPC), remetendo os autos após as formalidades legais ao TJAM, independentemente de juízo de admissibilidade. E ainda, art. 7.º., para, igualmente proceder os seguintes atos: Art. 7.º. Fica o Diretor de Secretaria autorizado, dentro de prazos razoáveis, a solicitar ou a prestar informações sobre o cumprimento de cartas precatórias, expedidas ou recebidas, podendo, para tanto, expedir ofício à autoridade de mesma Hierarquia. Como também, fazer cumprir a Portaria 1.985/2017 especialmente no que tange o art. 3.º e incisos, procedendo os seguintes atos: Art. 3º Compete ao Diretor da UPJ, sem prejuízo das atribuições previstas em lei: I - coordenar e administrar a UPJ; II - conferir e assinar expedientes; III - emitir atos ordinatórios; III - garantir o fluxo normal de trabalho, com disciplina, organização e estrito cumprimento dos horários de funcionamento; IV - zelar para que não haja preferência na tramitação dos processos de uma vara em relação a outra, ressalvados os casos de urgência; V - tratar dos expedientes de habilitação de auxiliares do juízo; VI - atender os juízes nos trabalhos relativos à unidade integrada; VII - acompanhar, em conjunto com os assistentes, a produtividade dos servidores e das respectivas equipes; VIII - abrir diariamente o e-mail e malote digital institucional da UPJ, tratando todos aqueles expedientes cuja resposta/informação devam ser conferidas/aprovadas pelo Diretor, e encaminhar aos gabinetes Varas aqueles cujas providências sejam exclusivamente do magistrado responsável; IX - supervisionar a digitalização dos processos físicos; e X - tratar as seguintes fi las do fluxo digital: a) ag. digitalização; b) cumprir diligência do 2º grau; c) processos em suspeição/impedimento; d) processos redistribuídos/transferidos e) processos entrados por redistribuição; f) processos retornados do 2º grau; e g) secretaria. Assim ainda, art. 5.º. § 2.º e incisos, para que proceda a realização dos seguintes atos: Art. 5º A equipe de atendimento e suporte será responsável pelo atendimento ao público, pelo recebimento, cadastro e remessa de documentos, pela digitalização, pelo

arquivamento e desarquivamento de autos físicos e pela análise das petições juntadas nos processos. § 2º Compete à equipe de atendimento e suporte: I - o atendimento ao público; II - emitir expedientes; III - praticar atos ordinatórios; IV - o arquivamento e desarquivamento dos processos físicos; V - receber, cadastrar e remeter documentos, inclusive os mandados à Central; VI - a digitalização de documentos e processos físicos; VII - gerar senha de acesso aos autos digitais; VIII - analisar diariamente as petições juntadas, de acordo com a ordem cronológica, e, na sequência dar andamento ao feito; IX - manter atualizados todos os dados cadastrais dos processos no sistema informatizado após a juntada das petições intermediárias; e X - tratar do subfluxo de petição intermediária. E por fim, o art. 6.º. § 2.º e incisos, para que igualmente proceda a realização dos seguintes atos: Art. 6º A equipe de movimentação será responsá vel pelo controle de prazos (decurso) nos processos físicos e digitais.. § 2º Compete à equipe de movimentação: I - emitir atos expedientes; II - praticar ordinatórios; III - verifi car diariamente os prazos, de acordo com as datas de vencimento, certificando-se o seu decurso e, na sequência dar andamento ao feito; IV - tratar as seguintes fi las do fluxo digital: a) ag. perícia/laudo; b) ato ordinatório; c) cumprimento de mandado; d) decurso de prazo; e) processos suspensos; f) recebidos do CEJUSC; e g) retorno de AR V - tratar a fi la análise de ARs não cumpridos do subfluxo Carta. Portanto, encaminhando os autos para as filas de conclusão, apenas os que estiverem prontos para decisão judicial.

ADV: DORISMAR MARTINS MASIERO (OAB A1083/AM), ADV: BENJAMIM SAUL BENCHIMOL (OAB 4902/AM), ADV: CRISTIANE BARBOSA RODRIGUES (OAB 7806/AM), ADV: JOABE DE FRANÇA BARROS (OAB 4919/AM), ADV: MARY MARUMY BASTOS TAKEDA (OAB 4107/AM), ADV: WAGNER LIBERAL MICHETTI (OAB 5193/AM) - Processo 0632999-10.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - EXEQUENTE: Horos Química da Amazônia Ltda. - EXECUTADO: Mikayl G. do Nascimento - ME - À Secretaria para cumprir a decisão de fls. 119.

ADV: PRISCILA DUARTE OZÓRIO (OAB 10902/AM), ADV: ALACID COÊLHO SILVA (OAB 3878/AM) - Processo 0633619-85.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Kátia Maria Santos de Brito - REQUERIDO: Alacid Coelho Silva - Efetivamente angularizada a relação processual, intime-se o Requerido para que, no prazo de 5 (cinco) dias, manifeste-se sobre o pedido de desistência da ação formulado pelo Requerente. Intime-se.

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM) - Processo 0633645-83.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - REQUERIDO: Raquel Modas Ltda - Mahmoud Ahmad M Yacub - Marwa Mrayed - Entendo que as medidas postuladas são desproporcionais e atentatórias aos direitos e garantias individuais assegurados pela Constituição Federal. Além do que, não vislumbro qual contribuição tais medidas possam ensejar na quitação da dívida, desta forma, indefiro os pleitos da parte exequente de fls. 103 a 105. O STJ já se pronunciou sobre o tema: AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSO CIVIL. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. MEDIDAS SATISFATIVAS DO CRÉDITO PERSEGUIDO DEVEM SER RAZOÁVEIS E PROPORCIONAIS, PARA QUE SEJAM MENOS GRAVOSAS AO DEVEDOR E MAIS EFICAZES. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 83/STJ. PRECEDENTE. OBSERVÂNCIA DO PRINCÍPIO DA MENOR ONEROSIDADE DA EXECUÇÃO EM FACE DAS CIRCUNSTÂNCIAS DO CASO CONCRETO. REVOLVIMENTO DE CONTEÚDO FÁTICO-PROBATÓRIO. APLICAÇÃO DA SÚMULA 7/STJ. AGRAVO DESPROVIDO. 1. É assente a cognição jurisprudencial deste Sodalício no sentido de que as medidas de satisfação do crédito perseguido em execução não podem extrapolar os liames de proporcionalidade e razoabilidade, de modo que contra o executado devem ser adotadas as providências menos gravosas e mais eficazes. Precedente. 2. No caso em exame, o Tribunal de origem, analisando o acervo fático-probatório dos autos, concluiu que os pedidos formulados pelo exequente, de suspensão de passaporte, de suspensão da CNH e de cancelamento dos cartões de crédito e débito, seriam excessivamente gravosos aos executados e desproporcionais à obrigação de pagamento do débito, mormente considerando que, no caso, o Juízo a quo já deferira medida adequada a compelir os devedores ao adimplemento, determinando inclusão de seus nomes nos cadastros de proteção ao crédito. A revisão de tal entendimento, na via estreita do recurso especial, sobretudo para perquirir a adequada aplicação do princípio da menor onerosidade no caso concreto, encontra óbice na Súmula 7 do STJ. 3. Agravo interno desprovido. (AgInt no AREsp 1283998/RS, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 09/10/2018, DJe 17/10/2018) Os Tribunais se remetem neste sentido: Execução de título extrajudicial. Medidas atípicas. Requerimento de suspensão das carteiras nacionais de habilitação dos executados. Deferimento. Cassação da decisão. Desproporcionalidade. Respeito ao princípio da responsabilidade patrimonial do devedor. A suspensão das carteiras nacionais de habilitação dos executados não possui pertinência com a tentativa de localização de patrimônio, aproximando-se mais de modalidade de punição ou penalização do devedor, em desrespeito ao princípio da responsabilidade patrimonial indicado no artigo 798, do CPC. Agravo provido. (TJSP; Agravo de Instrumento 2009939-09.2019.8.26.0000; Relator (a):Sandra Galhardo Esteves; Órgão Julgador: 12ª Câmara de Direito Privado; Foro de Mococa -2ª Vara; Data do Julgamento: 27/02/2019; Data de Registro: 27/02/2019) AGRAVO DE INSTRUMENTO. DIREITO PRIVADO NÃO ESPECIFICADO. AÇÃO DEEXECUÇÃODE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. MEDIDA DE COERÇÃO ATÍPICA. ART. 139, IV DO CPC/15. INTERPRETAÇÃO RESTRITIVA. O art. 139, inc. IV, do CPC/15 prevê que o juiz possa determinarmedidasindutivas, coercitivas,mandamentais ou sub-rogatórias necessárias para assegurar o cumprimento de ordem judicial, inclusive nas ações que tenham por objeto prestação pecuniária. No entanto, não abona o emprego de meios coercitivos de pressão psicológica ou privação de direitos não patrimoniais como a apreensão dePassaporte, Carteira Nacional de Habilitação, Cartão de Crédito ou Cartão de Movimentação Bancária. - Circunstância dos autos em que se impõe manter a decisão recorrida. RECURSO DESPROVIDO. (Agravo de Instrumento Nº 70080715840, Décima Oitava Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: João Moreno Pomar, Julgado em 22/02/2019) DIREITO PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE EXECUÇÃO. MEDIDA EXECUTIVA ATÍPICA. SUSPENSÃO DE PASSAPORTE E CNH. I - A adoção das medidas executivas atípicas, só é possível: a) após esgotados todos os meios típicos de satisfação da dívida; b) a medida seja necessária, lógica e proporcional; c) mediante a implementação de comandos não discricionáriosou que restrinjam direitos individuais de forma razoável; d) a decisão deve ser fundamentada e sujeita ao contraditório, demonstrando-se a excepcionalidade da medida adotada em razão da ineficácia dos meios executivos típicos. II - A suspensão do passaporte e CNH dos devedores não se apresenta como medida lógica e necessária ao cumprimento de obrigação de pagar, caracterizando-se mais como uma sanção. III - Negou-se provimento ao recurso. (Acórdão n.1153759, 07185301520188070000, Relator: JOSÉ DIVINO 6ª Turma Cível, Data de Julgamento: 21/02/2019, Publicado no PJe: 22/02/2019. Pág.: Sem Página Cadastrada.) 4002103-94.2018.8.04.0000 - Agravo de Instrumento - Ementa: AGRAVO DE INSTRUMENTO - ADOÇÃO DE MEDIDAS ATÍPICAS NECESSÁRIAS À CONSECUÇÃO DO SEU FIM. ART. 139, INC. IV, DO CPC/15. RAZOABILIDADE E ADEQUAÇÃO NÃO VERIFICADAS. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. 1. A questão controvertida está em definir o acerto da decisão que indeferiu os meios coercitivos atípicos, previstos no artigo 139, IV do Código de Processo Civil, requeridos pelo Exequente, ora Agravante, em face do Executado, ora Agravado, como: i) a suspensão da carteira nacional de habilitação, ii) suspensão do passaporte e iii) cancelamento de todos os cartões de crédito do executado. 2. As providências especiais requeridas devem guardar estreita relação com o caso sub judice, isto é, deve haver nexo entre a diligência requerida e as circunstâncias concretas, notadamente, o perfil do devedor, a envergadura da dívida e as tentativas de constrição que fracassaram. 3. Não é qualquer inadimplemento e fracasso junto BACENJUD, RENAJUD e INFOJUD que autorizará a automática suspensão da Carteira Nacional de Habilitação do Agravado, apreensão de passaporte e cancelamento dos cartões de crédito. Afinal, o perfil restritivo destas medidas impõe, como

condição de legitimidade para sua adoção, evidência de sua inconteste necessidade e adequação, o que não se revela cabível no presente caso. 4. Recurso conhecido e desprovido.(Relator (a): Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura; Comarca: Manaus/AM; Órgão julgador: Segunda Câmara Cível; Data do julgamento: 03/12/2018; Data de registro: 04/12/2018). Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: EDSON SILVA SANTIAGO (OAB 619/RR), ADV: ÁLVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 831A/AM) - Processo 0633763-64.2014.8.04.0001 - Procedimento Sumário - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Edmilson de Sousa - REQUERIDO: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A - PERITO: Dr. Marcelo Cláudio Barroso de Vasconcellos Dias - R. H. Remetam-se os autos a conta única para que informe se há valores depositados vinculados ao presente processo. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ RICARDO GOMES DE OLIVEIRA (OAB 5254/AM) - Processo 0633826-55.2015.8.04.0001 - Monitória - Duplicata - REQUERENTE: Braga Veículos Ltda. - REQUERIDO: R. K. Comércio e Distribuição de Brinquedos Ltda. - ME - R. H. A Secretaria para pesquisa de endereço através dos sistemas disponíveis a este Juízo. Quanto ao pedido de devolução de valores recolhidos por equívoco, não cabe a este Juízo a análise, devendo a parte formular seus pleitos junto a Presidência deste Tribunal. Cumpra-se.

ADV: JAMILE RIBEIRO DA SILVA (OAB 4977/AM) - Processo 0633851-63.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Obrigações - REQUERENTE: Sociedade Amazonense de Educação e Cultura Ltda - SAMEC - REQUERIDO: Leonardo Fernandes Granja - Compulsando os autos, verifico que a parte Requerente procedeu à juntada de comprovante de recolhimento de custas, às fls. 31 e 34, contudo, referido preparo não se encontra indicado no sistema SAJ-PG5. Remetam-se os autos à Contadoria para que informe sobre o recolhimento das custas iniciais. Em seguida, voltem-me. Cumpra-se.

ADV: ANTÔNIO PINHEIRO DE OLIVEIRA (OAB 808/AM) - Processo 0634099-34.2015.8.04.0001 - Outras medidas provisionais - Liminar - REQUERENTE: Associação de Taxistas Liberdade - ASTALIBE - Guilherme D'Avila de Araújo - Francivaldo Salves Barroso - REQUERIDO: V. R. Táxi Ltda. - ME - R. H. Diante do lapso temporal, sem notícias acerca do cumprimento da carta, determino a remessa dos autos a Secretaria para que verifique se houve erro na expedição da mesma, em caso positivo, deverá expedir nova carta, com urgência.

ADV: ROBERTO MARQUES DA COSTA (OAB 4135/AM) - Processo 0634468-23.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condomínio Residencial Nascentes do Tarumã - REQUERIDA: Dhyelis Cruz Litaiff - Compulsando os autos, verifico que a parte Requerente procedeu à juntada de comprovante de recolhimento de custas, às fls. 53/57, contudo, referido preparo não se encontra indicado no sistema SAJ-PG5. Remetam-se os autos à Contadoria para que informe sobre o recolhimento das custas iniciais. Em seguida, voltem-me. Cumpra-se.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0634469-47.2014.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Cristóvão da Costa - R. H. Defiro o pedido de citação por edital postulado as folhas anteriores. Expeça-se o edital, observando-se o prazo de 30 (trinta) dias, para os fins do art. 257, III, do NCPC. À Secretaria para tomar as devidas providências.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0634562-10.2014.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: Ivanilde Fé Freitas - Por todo o exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido a teor do disposto no art. 701, §2.º do CPC, e o faço para constituir, de pleno direito, o título executivo judicial no valor pleiteado de R$ 5.369,62 (cinco mil, trezentos e sessenta e nove reais e sessenta e dois centavos), atualizado nos moldes da Portaria n.º 1855/2016-PTJ. Condeno a parte ré a arcar com as custas, despesas processuais e honorários advocatícios que fixo em 10% sobre o valor da condenação.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 104147/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0634636-64.2014.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: Lusanete da Silva - R. H. Defiro o pedido de acesso ao sistema Infojud para pesquisa de endereço. Intime-se a parte interessada para proceder ao recolhimento das custas de cumprimento da presente ordem, conforme Tabela III, item 9 - Portaria 116/2017 - PTJ, no prazo de 10 dias sob pena de extinção. Após a comprovação do pagamento, proceda-se à pesquisa via sistema automatizado Infojud.

ADV: CLÁUDIA MORAES NADAF DA COSTA VAL (OAB 2523/AM) - Processo 0635957-71.2013.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cheque - EXEQUENTE: R. C. Recebíveis Ltda. - EXECUTADA: Cristiane Oliveira Castimares - Edmar Melo da Silva - Edmar Melo da Silva - ME - INTSSADA: Defensoria Pública do Estado do Amazonas - R. H. Ocorrendo a citação por edital, dou curador especial ao réu, na forma do art. 72, II, do CPC. Notifique-se pessoalmente o Defensor Público que atua junto a este Juízo. Cumpra-se.

ADV: TIMÓTEO MARTINS NUNES (OAB 847A/AM), ADV: ÁLVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 831A/AM) - Processo 0635969-51.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Elizeu Carvalho de Almeida - REQUERIDO: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A - PERITO: Dr. Marcelo Claúdio Barroso de Vaconcellos Dias - R. H. Remetam-se os autos a conta única para que informe se há valores depositados vinculados ao presente processo. Cumpra-se.

ADV: ÁLVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 831A/AM), ADV: TIMÓTEO MARTINS NUNES (OAB 847A/AM) - Processo 0635985-05.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Marlon Avelino de Oliveira - REQUERIDO: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A - INTSSADO: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A - PERITO: Instituto Médico Legal - IML - R. H. Remetam-se os autos a conta única para que informe se há valores depositados vinculados ao presente processo. Cumpra-se.

ADV: FLAIDA BEATRIZ NUNES DE CARVALHO (OAB 38699/DF), ADV: MATHEUS NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 7197/AM) - Processo 0636888-98.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Perdas e Danos - REQUERENTE: Olga Moreira Costa - REQUERIDO: Banco Bonsucesso S/A - Homologo por sentença o acordo firmado pelas partes para que produza os jurídicos e legais efeitos. A transação tem efeito de sentença, razão pelo qual julgo extinto o processo, com resolução do mérito, na forma do art. 487, III, "b", do NCPC, já ajustado entre as partes as custas, despesas processuais e honorários advocatícios.

ADV: LEYLA VIGA YURTSEVER (OAB 3737/AM), ADV: DÉBORA KATARINNE DE SOUZA RODRIGUES (OAB 9840/AM) - Processo 0637188-65.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cheque - EXEQUENTE: L. S. M. Comércio de Alimentos e Navegação Ltda. - ME - EXECUTADO: A. G. Comércio e Representação de Máquinas Ltda. - R. H. Defiro o pedido de suspensão da execução. Outrossim determino que os autos fiquem sobrestados pelo prazo de 01 (um) ano, nos moldes do art. 921, §1º, do CPC. Decorrido o prazo do sobrestamento sem que seja localizado o executado ou encontrado bens penhoráveis, determino o imediato arquivamento dos autos. Cumpra-se.

ADV: NELSON JOÃO DE SOUZA FILHO (OAB 9215SC) - Processo 0637504-15.2014.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - EXEQUENTE: Andrecris Confecções Ltda. - EPP - EXECUTADO: Francisco Siqueira Brilhante Júnior - R. H. Indefiro o pedido de fls. 62/63, uma vez que houve frustração da ordem judicial de bloqueio de valores. Intime-se o exequente para indicar outra forma para garantir a execução, conforme o art. 798, II, "c", do CPC. Cumpra-se.

ADV: ÁLVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 5369/RO), ADV: TIMÓTEO MARTINS NUNES (OAB 847A/AM) - Processo 0637549-19.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Joabe de Jesus da Silva - REQUERIDO: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A - PERITO: Marcelo Cláudio Barroso de Vasconcellos Dias - R. H. Remetam-se os autos a conta única para que informe se há valores depositados vinculados ao presente processo. Cumpra-se.

ADV: FERNANDO LUZ PEREIRA (OAB 658A/AM), ADV: MOISÉS BATISTA DE SOUZA (OAB 469A/AM) - Processo 0638606-38.2015.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Liminar - REQUERENTE: Banco Pan S/A - REQUERIDO: Francisco Mota dos Santos - R. H. Expeça-se o mandado conforme já determinado na decisão de fls. 75/75. Cumpra-se.

ADV: THIAGO RODRIGUES ABREU (OAB 7113/AM), ADV: SÉRGIO SCHULZE (OAB 7629/SC), ADV: FABIO TAZZANI (OAB 219073/SP) - Processo 0639153-78.2015.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - REQUERIDA: Vanessa Adriane Pinto Pimentel Tomaz - R. H. Proceda-se a baixa na restrição junto ao Renajud. Cumpra-se.

ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM) - Processo 0639325-83.2016.8.04.0001 - Monitória - Cheque - REQUERENTE: Dinâmica Distribuidora Ltda. - REQUERIDO: Anderson de Oliveira Massulo - Cite-se por hora certa conforme requerido.

ADV: MARCUS LEANDRO DE SOUZA ANDRADE (OAB 6928/AM) - Processo 0640516-66.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum - Aposentadoria por Invalidez - REQUERENTE: José Arimatéa Fernandes - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - PERITO: Marcelo Cláudio Barroso de Vasconcelos Dias - Paute-se audiência. Cumpra-se.

ADV: MARCUS LEANDRO DE SOUZA ANDRADE (OAB 6928/AM) - Processo 0640516-66.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum - Aposentadoria por Invalidez - REQUERENTE: José Arimatéa Fernandes - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - PERITO: Marcelo Cláudio Barroso de Vasconcelos Dias - De ordem, à secretaria para fazer cumprir a Portaria Conjunta n. 001/2017-PTJ quanto ao art. 1.º e incisos, para que proceda a realização dos seguintes atos: Art. 1.º. Delegar aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais abaixo especificadas: I - intimar a parte interessada para que proceda ao recolhimento das custas e despesas processuais de qualquer natureza; II - dar cumprimento imediato às cartas precatórias recebidas, independentemente de despacho do juiz, com a sua imediata devolução ao juízo deprecante, após o seu cumprimento; III - intimar a parte para se manifestar sobre mandados, cartas de citação ou intimação e demais expedientes devolvidos e juntados aos autos; IV - intimar a parte exequente para se manifestar sobre nomeação de bens à penhora; V - intimar a parte autora ou exequente para dar prosseguimento ao feito, requerendo o que entender de direito; VI - oferecer abertura de vista ao exequente, após o retorno de carta precatória expedida ou resposta de ofício; VII - proceder à consulta e penhora via Bancen Jud, na hipótese de consulta anterior negativa; VIII - intimar a parte exequente para manifestação sobre pagamentos realizados; IX - remeter os autos à Contadoria, quando necessário; X - intimar o autor para que no prazo de 15 (quinze) dias emende ou complete a petição inicial, indicando com precisão o que deve ser corrigido ou completado (art. 321, do NCPC), bem como intimar a parte para regularizar a sua representação (art. 76, do NCPC); XI - proceder à pesquisa de endereços em todos os sistemas disponíveis na Secretaria, sempre que se fizer necessário, inclusive antes da citação por edital; XII - reiterar citação ou intimação, por mandado, carta de intimação ou precatória, na hipótese de mudança de endereço do destinatário, quando indicado ou encontrado novo endereço; XIII - intimar a parte autora para manifestação, no prazo legal, quando o réu na contestação ou impugnação opuser fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor (art. 350, NCPC), ou argüir preliminares (arts. 350 e 351, NCPC); XIV - intimar as partes para especificarem e justificarem as provas que pretendem produzir, indicando, com objetividade, os fatos que desejam demonstrar, bem como sua necessidade; XV - intimar a parte contrária para manifestação, em 15 (quinze) dias, sempre que forem juntados novos documentos, nos termos do art. 437, §1.º, do NCPC; XVI - intimar as partes para se manifestarem sobre proposta de honorários periciais; XVII - intimar as partes para manifestação sobre o laudo pericial apresentado, no prazo legal; XVIII - intimar o Perito para efetuar o levantamento de 50% (cinqüenta por cento) dos honorários periciais, já no ato de abertura dos trabalhos, e para levantar o valor remanescente após a manifestação das partes quanto ao laudo pericial; XIX - intimar o perito judicial para entregar laudo pericial, quando findo o prazo estipulado para a finalização da perícia; XX - cobrar mandados que se encontrem na Central de Mandados, decorridos 30 (trinta) dias; XXI - desarquivar autos do arquivo provisório, mediante petição, ficando a Secretaria autorizada a assim proceder, dando-se vista à parte interessada, pelo prazo legal; XXII - remeter ao Setor de Distribuição, independentemente de despacho, para distribuição por dependência, as ações tais como embargos de devedor, embargos de terceiro e incidentes processuais; XXIIII - intimar a parte interessada a responder aos embargos declaratórios opostos com efeitos infringentes; XXIV - intimar as partes do retorno dos autos da instância superior; XXV - intimar a parte interessada para, no prazo legal, manifestar-se sobre proposta e contraproposta de acordo; XXVI - intimar a parte excepta para, no prazo legal, manifestar-se sobre exceção de pré-executividade; XXVII - intimar a parte requerida para se manifestar nos casos de pedido de desistência após oferecimento de contestação; XXVIII - intimar o curador especial para manifestação obrigatória nos casos do artigo 72, do NCPC; XXIX - intimar o recorrente para, no prazo legal, suprir a insuficiência do valor do preparo ou o recolhimento em dobro na hipótese de não comprovação do recolhimento, sob pena de deserção; XXX - intimar o recorrido para contrarrazoar, em 15 (quinze) dias, bem como o recorrente para responder no mesmo prazo, em caso de interposição de recurso de apelação na forma adesiva (arts. 997, §2.º e 1.010, §§1.º e 2.º, NCPC), remetendo os autos após as formalidades legais ao TJAM, independentemente de juízo de admissibilidade. E ainda, art. 7.º., para, igualmente proceder os seguintes atos: Art. 7.º. Fica o Diretor de Secretaria autorizado, dentro de prazos razoáveis, a solicitar ou a prestar informações sobre o cumprimento de cartas precatórias, expedidas ou recebidas, podendo, para tanto, expedir ofício à autoridade de mesma Hierarquia. Como também, fazer cumprir a Portaria 1.985/2017 especialmente no que tange o art. 3.º e incisos, procedendo os seguintes atos: Art. 3º Compete ao Diretor da UPJ, sem prejuízo das atribuições previstas em lei: I - coordenar e administrar a UPJ; II - conferir e assinar expedientes; III - emitir atos ordinatórios; III - garantir o fluxo normal de trabalho, com disciplina, organização e estrito cumprimento dos horários de funcionamento; IV - zelar para que não haja preferência na tramitação dos processos de uma vara em relação a outra, ressalvados os casos de urgência; V - tratar dos expedientes de habilitação de auxiliares do juízo; VI - atender os juízes nos trabalhos relativos à unidade integrada; VII - acompanhar, em conjunto com os assistentes, a produtividade dos servidores e das respectivas equipes; VIII - abrir diariamente o e-mail e malote digital institucional da UPJ, tratando todos aqueles expedientes cuja resposta/informação devam ser conferidas/aprovadas pelo Diretor, e encaminhar aos gabinetes Varas aqueles cujas providências sejam exclusivamente do magistrado responsável; IX - supervisionar a digitalização dos processos físicos; e X - tratar as seguintes fi las do fluxo digital: a) ag. digitalização; b) cumprir diligência do 2º grau; c) processos em suspeição/impedimento; d) processos redistribuídos/transferidos e) processos entrados por redistribuição; f) processos retornados do 2º grau; e g) secretaria. Assim ainda, art. 5.º. § 2.º e incisos, para que proceda a realização dos seguintes atos: Art. 5º A equipe de atendimento e suporte será responsável pelo atendimento ao público, pelo recebimento, cadastro e remessa de documentos, pela digitalização, pelo arquivamento e desarquivamento de autos físicos e pela análise das petições juntadas nos processos. § 2º Compete à equipe de atendimento e suporte: I - o atendimento ao público; II - emitir expedientes; III - praticar atos ordinatórios; IV - o arquivamento e desarquivamento dos processos físicos; V - receber, cadastrar e remeter documentos, inclusive os mandados à Central; VI - a digitalização de documentos e processos físicos; VII - gerar senha de acesso aos autos digitais; VIII - analisar diariamente as petições juntadas, de acordo com a ordem cronológica, e, na sequência dar andamento ao feito; IX - manter atualizados todos os dados cadastrais dos processos no sistema informatizado após a juntada das petições intermediárias; e X - tratar do subfluxo de petição intermediária. E por fim, o art. 6.º. § 2.º e incisos, para que igualmente proceda a realização dos seguintes atos: Art. 6º A equipe de movimentação será responsá vel pelo controle de prazos

(decurso) nos processos físicos e digitais.. § 2º Compete à equipe de movimentação: I - emitir atos expedientes; II - praticar ordinatórios; III - verifi car diariamente os prazos, de acordo com as datas de vencimento, certificando-se o seu decurso e, na sequência dar andamento ao feito; IV - tratar as seguintes fi las do fluxo digital: a) ag. perícia/laudo; b) ato ordinatório; c) cumprimento de mandado; d) decurso de prazo; e) processos suspensos; f) recebidos do CEJUSC; e g) retorno de AR V - tratar a fi la análise de ARs não cumpridos do subfluxo Carta. Portanto, encaminhando os autos para as filas de conclusão, apenas os que estiverem prontos para decisão judicial.

ADV: ADSON PINHO PINTO (OAB 5850/AM), ADV: ÉRICO CABOCLO DE MACEDO (OAB 7685/AM) - Processo 0640952-54.2018.8.04.0001 - Consignação em Pagamento - Pagamento em Consignação - CONSIGNANTE: Oftalnorte Ótica Ltda. - CONSIGNADO: HTS Serviços de Hotelaria e Turismo Ltda. - Compulsando os autos, verifica-se que a parte requerente procedeu à juntada de comprovante de recolhimento de custas, na fl. 34, contudo referido preparo não se encontra indicado no sistema SAJ-PG5. Remetam-se os autos à Contadoria para que informe sobre o recolhimento das custas iniciais. Ato contínuo, oficie-se a Conta Única para que informe o total dos valores consignados referentes à presente demanda. Em seguida, voltem-me. Cumpra-se.

ADV: THATIANE TUPINAMBÁ DE CARVALHO (OAB 3696/AM), ADV: JOSAFÁ FERNANDES DE MELO (OAB 9525/AM), ADV: LUANA ANDRADE MELO (OAB 12282/AM) - Processo 0641189-59.2016.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - REQUERIDO: Francisco Orleno Viana de Souza - Oficie-se a Conta Única para que informe o total dos valores consignados pelo Requerido referentes à presente demanda. Em havendo os valores supramencionados, expeça-se o competente alvará, como requer às fls. 93/94, condicionada a expedição à procuração/substabelecimento com poderes para levantamento. Cumpra-se.

ADV: FUED CAVALCANTE SÊMEN NETO (OAB 10435/AM), ADV: JONNY CLEUTER SIMÕES MENDONÇA (OAB 8340/AM) - Processo 0644509-49.2018.8.04.0001 (apensado ao processo 0642877-22.2017.8.04.0001) - Embargos à Execução - Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução - EMBARGANTE: Meireles & Munin Ltda - EMBARGADO: Pavão Indústria e Comércio Ltda. - R. H. Processo distribuído por dependência aos autos de n. 0642877-22.2017.8.04.0001. Apense-se ao referido feito, em seguida, voltem-me concluso. Cumpra-se.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: GUSTAVO LINHARES RODRIGUES (OAB 31361/BA) - Processo 0648263-96.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Sandra Maria de Castro - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - INTSSADA: Defensoria Pública do Estado do Amazonas - Por tais razões, concedo a liminar vindicada, amparado pelo art. 300, § 2º, do NCPC, no sentido de determinar que a requerida se abstenha de incluir o nome da autora dos cadastros de proteção de crédito e e nos Cartórios de Protestos de Manaus de no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de multa diária de R$ 500,00 (quinhentos reais) até o limite de 10 (cinco) dias-multa. Expeça-se o necessário para o cumprimento desta decisão. Concedo os benefícios da justiça gratuita, com fundamento no art. 98 e ss., do NCPC. Vislumbro, por fim, que a ré tem melhores condições técnicas de demonstrar o tipo de relação jurídica com a parte demandante e quais as suas condições. Desta feita, inverto o ônus da prova para que a instituição financeira colacione ao caderno processual até a audiência de conciliação, o contrato de empréstimo cartão de crédito consignado, em virtude da hipossufiência informacional e técnica do autor, na qualidade de consumidor, nos termos do artigo 6º, VIII, do CPC. Neste sentido, o STJ determina que: RECURSO ESPECIAL REPETITIVO (ART. 543-C DO CPC) - AÇÃO DECOBRANÇA - EXPURGOS INFLACIONÁRIOS EM CADERNETA DEPOUPANÇA - PLANOS BRESSER E VERÃO - PRELIMINAR -PRESCRIÇÃO VINTENÁRIA - NÃO-OCORRÊNCIA - EXIBIÇÃO DOSEXTRATOS BANCÁRIOS - INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA EM FAVORDA CORRENTISTA - POSSIBILIDADE - OBRIGAÇÃO DECORRENTE DELEI - CONDICIONAMENTO OU RECUSA - INADMISSIBILIDADE -RESSALVA - DEMONSTRAÇÃO DE INDÍCIOS MÍNIMOS DA EXISTÊNCIADA CONTRATAÇÃO - INCUMBÊNCIA DO AUTOR (ART. 333, I, DO CPC)- ART. 6º DA LEI DE INTRODUÇÃO AO CÓDIGO CIVIL - AUSÊNCIA DEPREQUESTIONAMENTO - INCIDÊNCIA DO ENUNCIADO N. 211/STJ - NOCASO CONCRETO, RECURSO ESPECIAL IMPROVIDO. I - Preliminar: nas ações em que se discutem os critérios deremuneração de caderneta de poupança e são postuladas asrespectivas diferenças de correção monetária e dos jurosremuneratórios, o prazo prescricional é de vinte anos, não transcorrido,na espécie; II - A obrigação da instituição financeira de exibir os extratos bancáriosnecessários à comprovação das alegações do correntista decorre delei, já que se trata de relação jurídica tutelada pelas normas do Códigodo Consumidor, de integração contratual compulsória, não podendo serobjeto de recusa nem de condicionantes, em face do princípio daboa-fé objetiva; III - A questão relativa ao art. 6º da LICC não foi objeto de debate no v.acórdão recorrido, ressentindo-se o especial, portanto, doindispensável prequestionamento, incindindo, na espécie, o Enunciadon. 211/STJ; IV - Para fins do disposto no art. 543-C, do Código de Processo Civil, écabível a inversão do ônus da prova em favor do consumidor para o fimde determinar às instituições financeiras a exibição de extratosbancários, enquanto não estiver prescrita a eventual ação sobre eles,tratando-se de obrigação decorrente de lei e de integração contratualcompulsória, não sujeita à recusa ou condicionantes, tais como oadiantamento dos custos da operação pelo correntista e a prévia recusa administrativa da instituição financeira em exibir osdocumentos, com a ressalva de que ao correntista, autor da ação,incumbe a demonstração da plausibilidade da relação jurídica alegada,com indícios mínimos capazes de comprovar a existência dacontratação, devendo, ainda, especificar, de modo preciso, os períodosem que pretenda ver exibidos os extratos; V - Recurso especial improvido, no caso concreto. (RECURSO ESPECIAL Nº 1.133.872 - PB (2009/0130944-4), Rel. Ministro Massami Uyeda, Segunda Seção, julgado em 14.12.2011, DJe 28.03.2012, Tema 411. Prosseguindo, remetam-se os autos para o Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Conflitos-CEJUSC, para que procedam a designação de audiência de conciliação/mediação, bem como realizem a citação da parte Requerida e a intimação das partes para comparecerem à audiência agendada, nos moldes do art. 334, do NCPC. Não havendo audiência ou autocomposição, a parte Requerida poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data prevista no art. 335, do NCPC, sob pena de revelia. Ressalto que o não comparecimento injustificado da parte Autora ou da parte Requerida à audiência designada é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será cominado com multa de 2% (dois por cento) da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, nos termos do art. 334, § 8º, do NCPC. Em caso de AR Negativo devolvido em razão de ausência ou recusa do Requerido, defiro, desde logo, a expedição de competente mandado de citação. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: GUSTAVO LINHARES RODRIGUES (OAB 31361/BA) - Processo 0648263-96.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Sandra Maria de Castro - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - INTSSADA: Defensoria Pública do Estado do Amazonas - Em conformidade com o art. 4º, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes interessadas para que tomem ciência da audiência de Conciliação - CEJUSC - Cível, designada para o dia 09/04/2019, às 11:30h, a ser realizada no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania no 4º Andar/Setor 01, do Fórum de Justiça Henoch Reis - Telefone: (92) 3303-5246.

ADV: FELIPE ANDRES ACEVEDO IBAÑEZ (OAB 206339/SP) - Processo 0649518-89.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Banco Itaucard S/A - REQUERIDO: Fabianni Caliri Martins Rolim - Isto posto, homologo a presente desistência, para os fins do art. 200, parágrafo único, do Código de Processo Civil. Julgo extinto o feito sem resolução do mérito, com fundamento no inciso VIII, do art. 485, do Código de Processo Civil.

ADV: GUSTAVO LINHARES RODRIGUES (OAB 31361/BA) - Processo 0653311-36.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Valdeiza de Oliveira da Conceição - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Por tais razões, concedo a liminar vindicada, amparado pelo art. 300, § 2º, do NCPC, no sentido de determinar a exclusão do nome da autora dos cadastros de proteção de crédito e Cartórios de Protestos de Manaus, bem como que a requerida se abstenha de interromper o fornecimento de energia referente aos meses de de dezembro/2015, de março/2016 à março/2018, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de multa diária de R$ 500,00 (quinhentos reais) até o limite de 10 (cinco) dias-multa. Expeça-se o necessário para o cumprimento desta decisão. Concedo os benefícios da justiça gratuita, com fundamento no art. 98 e ss., do NCPC. Tendo em vista a verossimilhança das alegações da parte autora, bem como sua condição de hipossuficiente técnica e econômica, defiro a inversão do ônus da prova a seu favor, na forma do artigo 6º, inciso VIII, do CDC. Nos termos do art. 3°, §2°, do CPC/15, "o Estado promoverá, sempre que possível, a solução consensual dos conflitos". Destarte, por conta do dever atribuído ao Estado de estimular a solução por autocomposição, e, tendo em vista que a petição inicial preenche os requisitos de sua admissibilidade, encaminhem-se os autos para o CEJUSC para que seja pautada a audiência de conciliação correspondente. Dê-se ciência de que "o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. (art. 334, §8º, do CPC), e a que a defesa deverá ser apresentada no prazo de quinze dias, na forma do art. 335, do CPC. Em caso de a parte ré não ser encontrada no logradouro declinado na exordial, autorizo a pesquisa de novo endereço por meio dos sistemas BACENJUD, RENAJUD, INFOJUD e SIEL, após o recolhimento dos emolumentos para cada pesquisa solicitada, renove-se a citação. Na hipótese de esgotamento dos meios ordinários de citação pessoal da parte demandada, defiro, mediante prévio requerimento, a citação da parte requerida por edital, na forma do art. 256, III, §3º, do Digesto Processual Civil, ao fito de que a ré, querendo, apresente defesa, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do decurso do prazo de 20 (vinte) dias a que alude o art. 257, III, do CPC. Determino, ainda, que o Edital seja publicado em jornal de ampla circulação, no prazo máximo de 15 dias, por no mínimo duas vezes, na forma do art. 257, parágrafo único, do Código de Processo Civil. Cumpre esclarecer que este iter concerne ao tempo estimado para a realização da citação, findo o qual iniciar-se-á a contagem do prazo para contestação. Impende assinalar, ainda, que, em caso de conduta dolosa atinente ao requerimento da entelada citação por edital, o autor incorrerá em multa de 05 (cinco) salários mínimos, a ser revertida em prol do citando, conforme determina o art. 258, caput e parágrafo único, do CPC. Em não havendo manifestação da parte requerida, nomeio, desde já, a Defensoria Pública para exercer a Curadoria de Especial, nos termos do art. 72, II, parágrafo único, do CPC. Ressalta-se que eventual desinteresse da parte requerida quanto à realização da audiência deverá ser apresentada, por petição, com 10 (dez) dias de antecedência, contados da data da audiência. Apenas no caso de igual negativa de interesse pelo autor exposta em sua exordial, sob pena de preclusão , autoriza-se a não realização da audiência, haja vista que a lei exige o duplo desinteresse para que a diligência não seja cumprida (art. 334, §§ 5º e 4º, inc. I, do CPC/15). Nesse caso, retornem-se conclusos os autos. Se a resposta positiva for apresentada tempestivamente, intime-se a parte autora para, no prazo de quinze dias, manifestar-se sobre as peças e documentos entranhados, com esteio nos arts. 350 e 351, do NCPC, bem como especificar, de modo justificado, as provas que ainda pretende produzir, se houver. Se a reconvenção for ajuizada, intime-se a parte autora/reconvinda para que, no prazo de quinze dias, querendo, apresente resposta. Em havendo réplica à defesa ou contestação à reconvenção, intime-se a parte requerida/reconvinte para, também no prazo de quinze dias, dizer sobre tal manifestação e apontar, de modo fundamentado, os meios de prova cuja produção entende necessária ao deslinde da controvérsia sob exame. Caso obtida eventual autocomposição, sejam conclusos os autos para que esta seja reduzida a termo e homologada por sentença definitiva, nos moldes do art. 334, § 11, do CPC. Remetam-se os autos ao CEJUSC para a designação da entelada audiência. Ultimadas tais providências, voltem-me os autos conclusos para deliberação. Concedo a gratuidade judicial pleiteada. Cite(m)-se e intime(m)-se. Cumpra-se.

ADV: GUSTAVO LINHARES RODRIGUES (OAB 31361/BA) - Processo 0653311-36.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Valdeiza de Oliveira da Conceição - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 4º, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes interessadas para que tomem ciência da audiência de Conciliação - CEJUSC - Cível, designada para o dia 23/04/2019, às 10:30h, a ser realizada no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania no 4º Andar/Setor 01, do Fórum de Justiça Henoch Reis - Telefone: (92) 3303-5246.

ADV: GUSTAVO LINHARES RODRIGUES (OAB 31361/BA) - Processo 0653311-36.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Valdeiza de Oliveira da Conceição - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 4º, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que tome ciência do ofício de fls. 74, e se manifeste, caso queira.

ADV: CÍNTIA ROSSETTE DE SOUZA (OAB 4605/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM) - Processo 0655145-74.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Desconto em folha de pagamento - REQUERENTE: Ivânia Regina de Souza Rebouças - REQUERIDO: Banco BMG S/A - R. H. A concessão da justiça gratuita não pode ser deferida por mera deliberação diante das afirmações do beneficiário, devendo ser considerado ainda a comprovação do estado de pobreza. Diante do exposto, e de conformidade com o artigo 5º, LXXIV, da Constituição Federal, comprove o requerente a condição de beneficiário da justiça gratuita, juntando aos autos documentos de sua condição de hipossuficiência ou efetue o pagamento das custas processuais. Concedo o prazo de 15 (quinze) dias úteis para a emenda da exordial, sob pena de indeferimento, a teor do disposto no parágrafo único, do artigo 321, do CPC/15. Ressalto que o transcurso do prazo sem qualquer manifestação da parte Autora acerca da emenda da justiça gratuita ocasionará a condenação em custas processuais, a qual, homologada por sentença, gerará título executivo passível de cobrança judicial e extrajudicial. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: THIAGO PESSOA ROCHA (OAB 29650/PE) - Processo 0655869-78.2018.8.04.0001 - Consignação em Pagamento - Pagamento em Consignação - CONSIGNANTE: Bradesco Vida e Previdência S/A - CONSIGNADA: Deolinda Marinho da Silva - Augusto Marinho da Silva - Zacarias Marinho da Silva - Compulsando os autos, verifico que a parte Requerente procedeu à juntada de comprovante de recolhimento de custas, às fls. 37/38, contudo, referido preparo não se encontra indicado no sistema SAJ-PG5. Remetam-se os autos à Contadoria para que informe sobre o recolhimento das custas iniciais. Em seguida, voltem-me. Cumpra-se.

ADV: IÊDA SANTOS CARDOSO (OAB 5714/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM) - Processo 0656006-60.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Tobias Freitas Guimaraes - REQUERIDO: Banco BMG S/A - R. H. A concessão da justiça gratuita não pode ser deferida por mera deliberação diante das afirmações do beneficiário, devendo ser considerado ainda a comprovação do estado de pobreza. Diante do exposto, e de conformidade com o artigo 5º, LXXIV, da Constituição Federal, comprove o requerente a condição de beneficiário da justiça gratuita, juntando aos autos documentos de sua condição de hipossuficiência, ou efetue o pagamento das custas processuais. Concedo o prazo de 15 (quinze) dias úteis para a emenda da exordial, sob pena de indeferimento, a teor do disposto no parágrafo único, do artigo 321, do CPC/15. Ressalto que o transcurso do prazo sem qualquer manifestação da parte Autora acerca da emenda da justiça gratuita ocasionará a condenação em custas processuais, a qual, homologada por sentença, gerará título executivo passível de cobrança judicial e extrajudicial. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: CRISTIANE BELLINATI GARCIA LOPES (OAB 751A/AM) - Processo 0660557-83.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Pan S/A - REQUERIDA: Waldeniria de Cassio Bezerra - Compulsando os autos, verifico que a parte Requerente procedeu à juntada de comprovante de recolhimento de custas, às fls. 17/19, contudo, referido preparo consta em aberto no sistema SAJ-PG5. Remetam-se os autos à Contadoria para que informe sobre o recolhimento das custas iniciais. Em seguida, voltem-me. Cumpra-se.

ADV: RODRIGO BETTI MAMERE (OAB 286899/SP) - Processo 0660639-17.2018.8.04.0001 - Monitória - Compra e Venda - REQUERENTE: KVRA Comércio, Importação, Exportação e Confecçao de Roupas Ltda. - REQUERIDO: T. A. Barauna e Cia. Ltda. - ME - Compulsando os autos, verifico que a parte Requerente procedeu à juntada de comprovante de recolhimento de custas, à fl. 06, contudo, referido preparo não se encontra indicado no sistema SAJ-PG5. Remetam-se os autos à Contadoria para que informe sobre o recolhimento das custas iniciais. Em seguida, voltem-me. Cumpra-se.

ADV: ROBERTO MARQUES DA COSTA (OAB 4135/AM) - Processo 0660897-27.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Constrição / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens - EXEQUENTE: Condomínio Residencial Nascentes do Tarumã - EXECUTADA: Erika Araújo Souza - Compulsando os autos, verifico que a parte Requerente procedeu à juntada de comprovante de recolhimento de custas, às fls. 65/67, contudo, referido preparo não se encontra indicado no sistema SAJ-PG5. Remetam-se os autos à Contadoria para que informe sobre o recolhimento das custas iniciais. Em seguida, voltem-me. Cumpra-se.

ADV: ROBERTO MARQUES DA COSTA (OAB 4135/AM) - Processo 0660974-36.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Constrição / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens - EXEQUENTE: Condomínio Residencial Nascentes do Tarumã - EXECUTADO: José Raimundo Maia Alves - Compulsando os autos, verifica-se que a parte Requerente procedeu à juntada de comprovante de recolhimento de custas, às fls. 63/65, contudo referido preparo não se encontra indicado no sistema SAJ-PG5. Remetam-se os autos à Contadoria para que informe sobre o recolhimento das custas iniciais. Em seguida, voltem-me. Cumpra-se.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0703664-90.2012.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: Monique de Menezes Dias da Silva - R. H. Defiro o pedido de citação por edital postulado as folhas anteriores. Expeça-se o edital, observando-se o prazo de 30 (trinta) dias, para os fins do art. 257, III, do NCPC. À Secretaria para tomar as devidas providências.

ADV: MICHAEL MACEDO BESSA (OAB 4058/AM), ADV: KÉLIA SIMONE DE SOUSA RÊGO (OAB 5140/AM), ADV: GLÁUCIO BESSA DE ANDRADE FIGUEIRA (OAB 4993/AM), ADV: JOSÉ IVAN BENAION CARDOSO (OAB 1657/AM) - Processo 0705869-92.2012.8.04.0001 - Procedimento Comum - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: José Ulisses Pereira de Souza - Ofene Guilherme de Souza Pereira - REQUERIDO: Carlos de Almeida Fernandes - Francisco Messias da Silva Fontenele - Analisando detidamente o feito, observo que a parte Requerente postula, entre outros, pelo pagamento de verba indenizatória a título de dano estético, exsurge dos autos, pois, como condição indispensável à aferição do grau e da extensão das lesões físicas alegadas na demanda a realização de perícia médica. Ante a ausência de manifestação do perito nomeado à fl. 333, determino à Secretaria da 2ª UPJ que certifique a existência de peritos médicos no Banco de Peritos deste Tribunal de Justiça, em conformidade com a Resolução n° 233/2016 do CNJ. Quanto à realização de reprodução simulada do acidente de trânsito em comento na ação, entendo desnecessária, suficiente, a meu ver, o laudo juntado às fls. 340/343.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0714971-41.2012.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Galdino Passos de Almeida - Expeça-se novo mandado de citação para o requerido, deverá o oficial proceder a citação por hora certa. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0717159-07.2012.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Irene Tavares de Andrade - R. H. Defiro o pedido de citação por edital postulado as folhas anteriores. Expeça-se o edital, observando-se o prazo de 30 (trinta) dias, para os fins do art. 257, III, do NCPC. À Secretaria para tomar as devidas providências.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0718868-77.2012.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: Alessandra Kelly da Silva Rocha - Recebi hoje. Expeça-se novo mandado para o endereço indicado pela parte autora na fl. 216. Cumpra-se.

ADV: BANDEIRA DE MELO E BARBIRATO ADVOGADOS (OAB 222/AM) - Processo 0719308-73.2012.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - EXEQUENTE: Pemaza Amazônia S/A - EXECUTADA: Elielba dos Santos Rodrigues - ME - De ordem, à secretaria para fazer cumprir a Portaria Conjunta n. 001/2017-PTJ quanto ao art. 1.º e incisos, para que proceda a realização dos seguintes atos: Art. 1.º. Delegar aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais abaixo especificadas: I - intimar a parte interessada para que proceda ao recolhimento das custas e despesas processuais de qualquer natureza; II - dar cumprimento imediato às cartas precatórias recebidas, independentemente de despacho do juiz, com a sua imediata devolução ao juízo deprecante, após o seu cumprimento; III - intimar a parte para se manifestar sobre mandados, cartas de citação ou intimação e demais expedientes devolvidos e juntados aos autos; IV - intimar a parte exequente para se manifestar sobre nomeação de bens à penhora; V - intimar a parte autora ou exequente para dar prosseguimento ao feito, requerendo o que entender de direito; VI - oferecer abertura de vista ao exequente, após o retorno de carta precatória expedida ou resposta de ofício; VII - proceder à consulta e penhora via Bancen Jud, na hipótese de consulta anterior negativa; VIII - intimar a parte exequente para manifestação sobre pagamentos realizados; IX - remeter os autos à Contadoria, quando necessário; X - intimar o autor para que no prazo de 15 (quinze) dias emende ou complete a petição inicial, indicando com precisão o que deve ser corrigido ou completado (art. 321, do NCPC), bem como intimar a parte para regularizar a sua representação (art. 76, do NCPC); XI - proceder à pesquisa de endereços em todos os sistemas disponíveis na Secretaria, sempre que se fizer necessário, inclusive antes da citação por edital; XII - reiterar citação ou intimação, por mandado, carta de intimação ou precatória, na hipótese de mudança de endereço do destinatário, quando indicado ou encontrado novo endereço; XIII - intimar a parte autora para manifestação, no prazo legal, quando o réu na contestação ou impugnação opuser fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor (art. 350, NCPC), ou argüir preliminares (arts. 350 e 351, NCPC); XIV - intimar as partes para especificarem e justificarem as provas que pretendem produzir, indicando, com objetividade, os fatos que desejam demonstrar, bem como sua necessidade; XV - intimar a parte contrária para manifestação, em 15 (quinze) dias, sempre que forem juntados novos documentos, nos termos do art. 437, §1.º, do NCPC; XVI - intimar as partes para se manifestarem sobre proposta de honorários periciais; XVII - intimar as partes para manifestação sobre o laudo pericial apresentado, no prazo legal; XVIII - intimar o Perito para efetuar o levantamento de 50% (cinqüenta por cento) dos honorários periciais, já no ato de abertura dos trabalhos, e para levantar o valor remanescente após a manifestação das partes quanto ao laudo pericial; XIX - intimar o perito judicial para entregar laudo pericial, quando findo o prazo estipulado para a finalização da perícia; XX - cobrar mandados que se encontrem na Central de Mandados, decorridos 30 (trinta) dias; XXI - desarquivar autos do arquivo provisório, mediante petição, ficando a Secretaria autorizada a assim proceder, dando-se vista à parte interessada, pelo prazo legal; XXII - remeter ao Setor de

Distribuição, independentemente de despacho, para distribuição por dependência, as ações tais como embargos de devedor, embargos de terceiro e incidentes processuais; XXIIII - intimar a parte interessada a responder aos embargos declaratórios opostos com efeitos infringentes; XXIV - intimar as partes do retorno dos autos da instância superior; XXV - intimar a parte interessada para, no prazo legal, manifestar-se sobre proposta e contraproposta de acordo; XXVI - intimar a parte excepta para, no prazo legal, manifestar-se sobre exceção de pré-executividade; XXVII - intimar a parte requerida para se manifestar nos casos de pedido de desistência após oferecimento de contestação; XXVIII - intimar o curador especial para manifestação obrigatória nos casos do artigo 72, do NCPC; XXIX - intimar o recorrente para, no prazo legal, suprir a insuficiência do valor do preparo ou o recolhimento em dobro na hipótese de não comprovação do recolhimento, sob pena de deserção; XXX - intimar o recorrido para contrarrazoar, em 15 (quinze) dias, bem como o recorrente para responder no mesmo prazo, em caso de interposição de recurso de apelação na forma adesiva (arts. 997, §2.º e 1.010, §§1.º e 2.º, NCPC), remetendo os autos após as formalidades legais ao TJAM, independentemente de juízo de admissibilidade. E ainda, art. 7.º., para, igualmente proceder os seguintes atos: Art. 7.º. Fica o Diretor de Secretaria autorizado, dentro de prazos razoáveis, a solicitar ou a prestar informações sobre o cumprimento de cartas precatórias, expedidas ou recebidas, podendo, para tanto, expedir ofício à autoridade de mesma Hierarquia. Como também, fazer cumprir a Portaria 1.985/2017 especialmente no que tange o art. 3.º e incisos, procedendo os seguintes atos: Art. 3º Compete ao Diretor da UPJ, sem prejuízo das atribuições previstas em lei: I - coordenar e administrar a UPJ; II - conferir e assinar expedientes; III - emitir atos ordinatórios; III - garantir o fluxo normal de trabalho, com disciplina, organização e estrito cumprimento dos horários de funcionamento; IV - zelar para que não haja preferência na tramitação dos processos de uma vara em relação a outra, ressalvados os casos de urgência; V - tratar dos expedientes de habilitação de auxiliares do juízo; VI - atender os juízes nos trabalhos relativos à unidade integrada; VII - acompanhar, em conjunto com os assistentes, a produtividade dos servidores e das respectivas equipes; VIII - abrir diariamente o e-mail e malote digital institucional da UPJ, tratando todos aqueles expedientes cuja resposta/informação devam ser conferidas/aprovadas pelo Diretor, e encaminhar aos gabinetes Varas aqueles cujas providências sejam exclusivamente do magistrado responsável; IX - supervisionar a digitalização dos processos físicos; e X - tratar as seguintes fi las do fluxo digital: a) ag. digitalização; b) cumprir diligência do 2º grau; c) processos em suspeição/impedimento; d) processos redistribuídos/transferidos e) processos entrados por redistribuição; f) processos retornados do 2º grau; e g) secretaria. Assim ainda, art. 5.º. § 2.º e incisos, para que proceda a realização dos seguintes atos: Art. 5º A equipe de atendimento e suporte será responsável pelo atendimento ao público, pelo recebimento, cadastro e remessa de documentos, pela digitalização, pelo arquivamento e desarquivamento de autos físicos e pela análise das petições juntadas nos processos. § 2º Compete à equipe de atendimento e suporte: I - o atendimento ao público; II - emitir expedientes; III - praticar atos ordinatórios; IV - o arquivamento e desarquivamento dos processos físicos; V - receber, cadastrar e remeter documentos, inclusive os mandados à Central; VI - a digitalização de documentos e processos físicos; VII - gerar senha de acesso aos autos digitais; VIII - analisar diariamente as petições juntadas, de acordo com a ordem cronológica, e, na sequência dar andamento ao feito; IX - manter atualizados todos os dados cadastrais dos processos no sistema informatizado após a juntada das petições intermediárias; e X - tratar do subfluxo de petição intermediária. E por fim, o art. 6.º. § 2.º e incisos, para que igualmente proceda a realização dos seguintes atos: Art. 6º A equipe de movimentação será responsá vel pelo controle de prazos (decurso) nos processos físicos e digitais.. § 2º Compete à equipe de movimentação: I - emitir atos expedientes; II - praticar ordinatórios; III - verifi car diariamente os prazos, de acordo com as datas de vencimento, certificando-se o seu decurso e, na sequência dar andamento ao feito; IV - tratar as seguintes fi las do fluxo digital: a) ag. perícia/laudo; b) ato ordinatório; c) cumprimento de mandado; d) decurso de prazo; e) processos suspensos; f) recebidos do CEJUSC; e g) retorno de AR V - tratar a fi la análise de ARs não cumpridos do subfluxo Carta. Portanto, encaminhando os autos para as filas de conclusão, apenas os que estiverem prontos para decisão judicial.

Acácio Fernandes Roboredo (OAB 89774/SP)
Adalberto de Assis Nazaré Sobrinho (OAB 2953/AM)
Ademário do Rosário Azevedo (OAB 2926/AM)
Adriana Lo Presti Mendonça (OAB 3139/AM)
Adriana Monteiro de Castro Martins (OAB 86928/RJ)
Adriano Cézar Lins Carlos (OAB 7722/AM)
Adson Pinho Pinto (OAB 5850/AM)
Alacid Coêlho Silva (OAB 3878/AM)
Alcides Andrade (OAB 6377/AM)
Aleandro Lima de Queiroz (OAB 23008-A/PB)
Alessandra Azevedo Araújo Furtunato (OAB 4705/AC)
Alexandre Gomes Ribeiro (OAB 6199/AM)
Álvaro Luiz da Costa Fernandes (OAB 5369/RO)
Álvaro Luiz da Costa Fernandes (OAB 831A/AM)
Amilton Farias Santos (OAB 16877/PA)
Ana Maria Fernandes Menezes Martins (OAB 4303/AM)
Ana Paula Nazareth Babbulin (OAB 187306/SP)
Ana Rita Lima Freire (OAB 3056/AM)
Ana Virgínia Arakian Izel (OAB 3701/AM)
André de Souza Oliveira (OAB 5219/AM)
André Rodrigo Pedrosa de Amorim (OAB 10978/AM)
Antônio Braz da Silva (OAB 1026A/AM)
Antônio Carlos da Silva Santos (OAB 2918/AM)
Antônio Clementino do Monte Júnior (OAB 1574/AM)
Antônio Fábio Barros de Mendonça (OAB 2275/AM)
Antônio Migliore Filho (OAB 314197/SP)
Antônio Pinheiro de Oliveira (OAB 808/AM)
Audrey Louise da Matta Costa (OAB 6749/AM)
Bairon Antônio do Nascimento Júnior (OAB 3795/AM)
Bandeira de Melo e Barbirato Advogados (OAB 222/AM)
Beatriz Araújo Lima de Castro (OAB 7706/AM)
Beatriz Batista dos Santos (OAB 295353/SP)
Benjamim Saul Benchimol (OAB 4902/AM)
Bruno de Assis Martins (OAB 100246/MG)
Bruno Vieira da Rocha Barbirato (OAB 6975/AM)
Camila da Costa Almeida (OAB 8877/AM)
Carlos Alberto Baião (OAB 925A/AM)
Carlos Alberto Souza de Almeida Filho (OAB 4079/AM)
Carlos Augusto Gordinho Bindá (OAB 12972/AM)
Carlos Christiano Krakhecke Filho (OAB 4132/AM)
Carlos Daniel Rangel Barretto Segundo (OAB 5035/AM)
Carlos Fernando Siqueira Castro (OAB 672A/AM)
Carlos Henrique da Silva César Pires (OAB 8263/AM)
Carlos Roberto Deneszczuk Antônio (OAB 146360/SP)
Carlos Roberto Siqueira Castro (OAB 671A/AM)
Carolina Augusta Martins (OAB 9989/AM)
Cássia Luciana da Conceição Rocha (OAB 7819/AM)
Celso Antônio da Silveira (OAB 5807/AM)
Celso Marcon (OAB A566/AM)
Christina Cunha e Silva Meirelles (OAB 7896/AM)
Cíntia Martins de Souza (OAB 4399/AM)
Cíntia Rossette de Souza (OAB 4605/AM)
Cláudia Moraes Nadaf da Costa Val (OAB 2523/AM)
Clemente Augusto Gomes Neto (OAB 10785/AM)
Cléucio da Silva Oliveira (OAB 5060/AM)
Cris da Silva Palmeira (OAB 7281/AM)
Cristiane Barbosa Rodrigues (OAB 7806/AM)
Cristiane Bellinati Garcia Lopes (OAB 751A/AM)
Daniel Augusto Maués Carvalho (OAB 5629/AM)
Daniel Coutinho da Silva (OAB 9122/AM)
Daniel de Oliveira Campos (OAB 5258/AM)
Daniel Ibiapina Alves (OAB 5980/AM)
Daniel Machado Amaral (OAB 312193/SP)
Daniel Silva Barroso (OAB 2965/AM)
Daniela Cristina da Eira Corrêa Benayon (OAB 6121/AM)
Danyelle Jatahy Benaion (OAB 126585/RJ)
David Azulay Benayon (OAB 8688/AM)
Débora Katarinne de Souza Rodrigues (OAB 9840/AM)
Deborah Sabbá Galvão (OAB 3048/AM)

Delias Tupinambá Vieiralves (OAB 2268/AM)
Dermeval de Oliveira Nascimento (OAB 7475/AM)
Dilermano de Souza Bentes (OAB 16396/PA)
Dorismar Martins Masiero (OAB A1083/AM)
Douglas Alves Vilela (OAB 264173/SP)
Edgar Portela da Silva Aguiar (OAB 9941/AM)
Edmilson Almeida de Oliveira (OAB 3185/AM)
Ednilson Pimentel Matos (OAB 1799/AM)
Edson Belmont de Lima (OAB 8931/AM)
Edson Paes Fontenele (OAB 7926/AM)
Edson Rosas Júnior (OAB 1910/AM)
Edson Silva Santiago (OAB 619/RR)
Eduardo Bonates de Lima (OAB 5076/AM)
Elaise Moss Portela (OAB 7689/AM)
Eliana de Oliveira Resende (OAB 12168/AM)
Eliete Santana Matos (OAB 10423/CE)
Eloi Pinto de Andrade (OAB 819/AM)
Eloi Pinto de Andrade & Filhos - Advogados (OAB 46/AM)
Elza Menegumi Lida (OAB 95740/SP)
Érico Caboclo de Macedo (OAB 7685/AM)
Érico Rodrigo Freitas Pinheiro (OAB 6413/AM)
Erivelton Ferreira Barreto (OAB 5568/AM)
Fábio Nunes Bandeira de Melo (OAB 4331/AM)
Fabio Tazzani (OAB 219073/SP)
Fabíola da Silva Gesta Caruso (OAB 4662/AM)
Felipe Andres Acevedo Ibañez (OAB 206339/SP)
Felipe Sena de Carvalho (OAB 3816/AM)
Félix de Melo Ferreira (OAB 3032/AM)
Fernando Luz Pereira (OAB 658A/AM)
Fernando Sam do Nascimento Nunes (OAB 10736/AM)
Fernando Souza Machado (OAB 5975/AM)
Flaida Beatriz Nunes de Carvalho (OAB 38699/DF)
Francisco Adonias Pinheiro (OAB 1584/AM)
Francisco Antônio Lima Pinheiro (OAB 1605/AM)
Francisco Charles Cunha Garcia Júnior (OAB 4563/AM)
Francisco Ézio Viana de Oliveira (OAB 2160/AM)
Francisco Hiago de Castro Bessa (OAB 11075/AM)
Francyne Negro Vaz Leal (OAB 10447/AM)
Fued Cavalcante Sêmen Neto (OAB 10435/AM)
Geisa Rodrigues da Frota (OAB 8871/AM)
Gláucio Bessa de Andrade Figueira (OAB 4993/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo Linhares Rodrigues (OAB 31361/BA)
Heitor Barbosa Bruni da Silva (OAB 41422/PR)
Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB 4018/AM)
Henrique Caboclo de Macedo (OAB 8816/AM)
Heraldo Mousinho Barreto (OAB 4204/AM)
Higino Antônio Júnior (OAB 22214/SP)
Hilderley Rego Barbosa (OAB 7654/AM)
Hiran Leão Duarte (OAB 10422/CE)
Hugo Fernandes Levy Neto (OAB 4366/AM)
Humberto Rossetti Portela (OAB 91263/MG)
Icaroty José da Silva (OAB 6010/AM)
Iêda Santos Cardoso (OAB 5714/AM)
Igor Góes Lobato (OAB 307482/SP)
Iran Bayma de Melo (OAB 2463/AM)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
Isabelle Benlolo de Azevedo (OAB 11737/AM)
Jádson Alves Lima (OAB 1969/AM)
Jamile Ribeiro da Silva (OAB 4977/AM)
Jéssica Cristina Fonseca Pereira (OAB 9519/AM)
Joabe de França Barros (OAB 4919/AM)
Joana Darc dos Santos Cordeiro (OAB 8645/AM)
João Bosco de Albuquerque Toledano (OAB 1456/AM)
João Carlos Flor Júnior (OAB 915A/AM)
João Paulo Bezerra de Freitas (OAB 12201/AM)
João Paulo Reis Garzon (OAB 9542/AM)
Jonny Cleuter Simões Mendonça (OAB 8340/AM)
Jorge Alexandre Motta de Vasconcellos (OAB 2790/AM)
Jorge Fernandes Garcia de Vasconcellos Júnior (OAB 2167/AM)
Josafá Fernandes de Melo (OAB 9525/AM)
José Abelardo de Albuquerque Mello Santos (OAB 3551/AM)
José Alberto Maciel Dantas (OAB 3311/AM)
José Antônio de Moraes Teixeira Neto (OAB 3986/AM)
José Arnaldo Janssen Nogueira (OAB 1047A/AM)
José Carlos de Sena Dantas (OAB 6295/AM)
José Carlos Van Cleef de Almeida Santos (OAB 273843/SP)
José Eduardo Silva de Sales (OAB 7700/AM)
José Ivan Benaion Cardoso (OAB 1657/AM)
José Luís Cantuária dos Reis (OAB 2896/AM)
José Mário de Carvalho Neto (OAB 4861/AM)
José Orisvaldo Brito da Silva (OAB 57069/RJ)
José Ricardo Gomes de Oliveira (OAB 5254/AM)
José Roberto Bechir Maués Filho (OAB 15848/PA)
Juarez Camelo Rosa (OAB 2695/AM)
Juliana Chaves Coimbra Garcia (OAB 4040/AM)
Juliana Meira Coelho Melhado (OAB 100313/RJ)
Juliana Trautwein Chede (OAB 52880PR)
Júlio de Carvalho Paula Lima (OAB 90461/MG)
Júlio de Carvalho Paula Lima (OAB A1149AM)
Jullie Anne Rodrigues da Cunha (OAB 9243/AM)
Júnior Sousa Aguiar (OAB 25546-A/PB)
Kanthya Pinheiro de Miranda (OAB 18032/BA)
Karen Bezerra Rosa Braga (OAB 6617/AM)
Kasser Jorge Chamy Dib (OAB 5551/AM)
Kélia Simone de Sousa Rêgo (OAB 5140/AM)
Kemal Almeida Muneymne Filho (OAB 3889/AM)
Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM)
Lara Regina Figueiredo Pinto de Andrade (OAB 10686/AM)
Laura Maria Santiago Lucas (OAB 4872/AM)
Leandro Gomes de Oliveira (OAB 7270/AM)
Leandro Souza Benevides (OAB 491A/AM)
Leonardo Cunha e Silva de Aguiar (OAB 3470/AM)
Leyla Viga Yurtsever (OAB 3737/AM)
Lígia de Souza Frias (OAB 1074A/AM)
Lívia Maria Andrade Porto (OAB 11348/AM)
Luana Andrade Melo (OAB 12282/AM)
Lúcia Cristina Pinho Rosas (OAB 5109/AM)
Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB 4732/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 104147/MG)
Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB 876/AM)
Luiz Fernando Mafra Negreiros (OAB 5641/AM)
Manoel Pedro de Carvalho (OAB 4890/AM)
Manuela Cantanhede Veiga Antunes (OAB 4598/AM)
Mara Lúcia Antony (OAB 598/AM)
Márcia Suzana Oliveira Menezes (OAB 10267/AM)
Márcio Ferreira de Oliveira (OAB 37201/CE)
MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM)
Marco Antônio Crespo Barbosa (OAB 115665/SP)
Marcondes Fonseca Luniere Júnior (OAB 2897/AM)
Marcos Paulo Coêlho de Souza (OAB 4395/AM)
Marcos Roberto Marinho Campos (OAB 4492/AM)
Marcus Leandro de Souza Andrade (OAB 6928/AM)
Maria do Socorro Gama da Silva (OAB 5365/AM)
Maria Santana de Freitas (OAB 5708/AM)
Maria Socorro Araújo Santiago (OAB 1870/CE)
Maria Tereza Câmara Fernandes Lima (OAB 4676/AM)
Mariana Valente Maia (OAB 7749/AM)
Mário Diego de Souza Parisotto (OAB 10779/AM)
Mariza Lustoza Ribeiro (OAB 6869/AM)
Marlos Gaio (OAB 914A/AM)
Marlos Gaio (OAB A914AM)
Mary Marumy Bastos Takeda (OAB 4107/AM)
Matheus Nunes de Oliveira Dantas (OAB 7197/AM)
Mauro Allen Bezerra (OAB 2655/AM)
Mauro Celi Martins (OAB 2907/AM)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 877A/AM)
Mayka Salomão Cordeiro Viana (OAB 6321/AM)
Michael Macedo Bessa (OAB 4058/AM)
Miquéias Matias Fernandes (OAB 1516/AM)
Miquéias Matias Fernandes Júnior (OAB 9958/AM)
Moisés Batista de Souza (OAB 469A/AM)
Najla Makarem Nadaf Thomaz de Lima (OAB 2183/AM)
Nancy Maggio (OAB 6460/AM)
Nelson João de Souza Filho (OAB 9215SC)

Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB 128341/SP)
Odely Costa dos Santos (OAB 10324/AM)
Olavo César Castro Mendes (OAB 513A/AM)
Oreste Nestor de Souza Laspro (OAB 98628/SP)
Oswaldo Távora Buarque Neto (OAB 5566/AM)
Pasquali Parise e Gasparini Júnior (OAB 4752/SP)
Patrícia Fonseca Benayon Albano de Souza (OAB 2500/AM)
Paulo Cesar Azevedo dos Santos (OAB 13278/AM)
Paulo Luiz Marconi Junior (OAB 270278/SP)
Paulo Sérgio de Menezes (OAB 54542/MG)
Pedro Câmara - Sociedade de Advogados (OAB 613/AM)
Pedro Câmara Júnior (OAB 2834/AM)
Pedro de Araújo Ribeiro (OAB 6935/AM)
Priscila Duarte Ozório (OAB 10902/AM)
Priscilla Jimenes Del Guerra (OAB 204205/SP)
Queidi Domingues Serafim (OAB 40634/SC)
Rafael Fernando Tiesca Maciel (OAB 7187/AM)
Rafael Sganzerla Durand (OAB A737/AM)
Raimundo Amorim de Almeida (OAB 10055/AM)
Raquel Medeiros da Silva Emiliano (OAB 365952/SP)
Reginaldo Guedes da Silva Filho (OAB 6135/AM)
Renan Lourenço Barbará (OAB 7035/AM)
Renato André da Costa Monte (OAB 4435/AM)
Ricardo da Cunha Costa (OAB 5737/AM)
Ricardo Queiroz de Paiva (OAB 4510/AM)
Robert Merrill York Júnior (OAB 4416/AM)
Roberta Marques Bezerra (OAB 4535/AM)
Roberto Marques da Costa (OAB 4135/AM)
Rodolfo Paulo Cabral (OAB 3548/AM)
Rodrigo Betti Mamere (OAB 286899/SP)
Roseany Araújo Viana Alves (OAB 10952/CE)
Rosely Cristina Marques Cruz (OAB 178930/SP)
Rosimar Fernandes Hipólito (OAB 3931/AM)
Rosquild Azêdo Omena (OAB A605/AM)
Samuel Soares de Miranda (OAB 10370/AM)
Saulo Moysés Rezende da Costa (OAB 7300/AM)
Serafim Pereira D'Alvim Meirelles Neto (OAB 1694/AM)
Sérgio Schulze (OAB 7629/SC)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 1048A/AM)
Suerda Carla Campos Morais de Araújo (OAB 4083/AM)
Taissa Meira Coelho Arruda Aragão (OAB 121816/RJ)
Talvani Franco Leite Brito (OAB 680A/AM)
Tatiane Medina Oliveira (OAB 6336/AM)
Thales Silvestre Júnior (OAB 2406/AM)
Thatiane Tupinambá de Carvalho (OAB 3696/AM)
Thiago Augusto Campos Tirolli (OAB 7730/AM)
Thiago Pessoa Rocha (OAB 29650/PE)
Thiago Rodrigues Abreu (OAB 7113/AM)
Timóteo Martins Nunes (OAB 847A/AM)
Valério César Milani e Silva (OAB 3934/RO)
Vera Lúcia Tribuzy Ferreira da Costa (OAB 6470/AM)
Victor Hugo Trindade Simões (OAB 9286/AM)
Viviane Nunes de Oliveira da Costa (OAB 8944/AM)
Wagner Liberal Michetti (OAB 5193/AM)
Waldenize Roberto Teixeira (OAB 4699/AM)
Wilson Sales Belchior (OAB 1037A/AM)
Wilson Sales Belchior (OAB 17314/CE)
Wiston Feitosa de Sousa (OAB 6596/AM)

17ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 17ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0062/2019

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM) - Processo 0203114-55.2012.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - De ordem, fica a Parte Autora intimada acerca da consulta ao Sistema Renajud às fls. 186, para requerer o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: LUCIANA DAL'AGNOL (OAB 6774/MT), ADV: ANA RITA LIMA FREIRE (OAB 3056/AM), ADV: JOÃO BOSCO DE ALBUQUERQUE TOLEDANO (OAB 1456/AM), ADV: JAMILA MARINHO CHEHAD BARBOSA (OAB 2950/AM), ADV: ALINE SCHLACHATA BARBOSA (OAB 4145/RO) - Processo 0209914-02.2012.8.04.0001 - Procedimento Comum - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Ostrowski & Irmaos Ltda - REQUERIDA: Chibatão Navegação e Comércio Ltda (Porto Chibatão) - Da análise dos autos percebo que a audiência de conciliação, instrução e julgamento , faz-se necessária a fim de obter maiores dados para informar o processo e subsidiar a sentença . Determino que seja pautada a audiência e intimadas as partes e seus representantes legais para que compareçam ao ato. Defiro o pedido de fls. 484/487, no sentido de se proceder a oitiva das testemunhas, no local de domicílio informado nos autos. Expeça-se carta precatória, com a observância das formalidades legais, na forma do artigo 260 do CPC .À secretaria para expedir o supracitado documento. Após, intime-se a parte autora, mediante a publicação do presente despacho no DJE, para que imprima a carta e os documentos pertinentes, bem assim remeta-os ou protocole um processo eletrônico autônomo junto ao juízo deprecado, com o pagamento das despesas da diligencia processual. Saliento que a parte autora deve comprovar nestes autos o protocolo da Precatória junto à vara competente, no prazo de 30 (trinta) dias. Com a juntada do protocolo, o autor deverá comprovar o cumprimento da diligência em até 6 (seis) meses.

ADV: CAUÊ TAUAN DE SOUZA YAEGASHI (OAB 357590/SP) - Processo 0225635-28.2011.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Credifibra S/A Credito,Finasc. e Investimento - De ordem, fica a Parte Autora intimada acerca da consulta ao Sistema SIEL às fls. 304, para requerer o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: DANIELA ZINI BOZARDI (OAB 101077/RS) - Processo 0233272-83.2018.8.04.0001 (processo principal 0639804-13.2015.8.04.0001) - Incidente de Desconsideração de Personalidade Jurídica - Duplicata - REQUERENTE: Vulcabras Azaléia - CE, Calçados e Artigos Esportivos S/A - Compulsando os autos, verifico que as partes não foram intimadas da sentença de fls. retro, razão pela qual as intimo para que tome(m) ciência do ato em questão, cujo teor segue abaixo: Vistos, etc., Instado, o Requerente não efetuou o recolhimento das custas para expedição da Carta do citação do sócio da desconsideranda. Para a validade do processo, necessária se faz a citação do Requerido (CPC/2015, art. 239), a ser realizada no prazo do parágrafo 2º do artigo 240 do CPC/2015. Diante do exposto, EXTINGO o presente Incidente, sem análise do mérito, nos termos do art. 485, IV do CPC. Arquivem-se os Autos. P.R.I.Cumpra-se.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM) - Processo 0600534-79.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que se manifeste(m) acerca das consultas eletrônicas realizadas, juntadas às fls. 141/147, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: MARCUS JOSÉ QUEIROZ FERREIRA (OAB 9930/AM) - Processo 0600567-30.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: H.C.M.B. - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 08/05/2019 às 10:00h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, telefone: 33035246. Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL CITAÇÃO - ADVERTÊNCIAS: Art. 334 do Código de Processo Civil: § 8º O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. § 9º As partes devem estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos. Art. 335 do Código de Processo Civil: O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data: I - da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição; II - do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso I; III - prevista no art. 231, de acordo com o modo como foi feita a citação, nos demais casos. § 1º No caso de litisconsórcio passivo, ocorrendo a hipótese do art. 334, § 6º, o termo inicial previsto no inciso II será, para cada um dos réus, a data de apresentação de seu respectivo pedido de cancelamento da audiência. § 2º Quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso II, havendo litisconsórcio passivo e o autor desistir da ação em relação a réu ainda não citado, o prazo para resposta correrá da data de intimação da decisão que homologar a desistência. Caso V. S.ª não apresente contestação no prazo legal, serão aplicadas as penas de confissão e de revelia, ou seja, serão presumidos aceitos como verdadeiros, todos os fatos articulados pela parte requerente na petição inicial CPC, art. 344); OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

ADV: FERNANDO LUZ PEREIRA (OAB A658AM), ADV: EDNEY MARTINS GUILHERME (OAB 177167/SP) - Processo 0600730-10.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: JAIRO RAFAEL MORAES MUNHOZ (OAB 8703/AM) - Processo 0600797-09.2018.8.04.0001 - Monitória - Compra e Venda - REQUERENTE: Verde Comércio de Peças e Lubrificantes Ltda - De ordem, fica a Parte Autora intimada acerca da consulta ao Sistema Infojud às fls. 85, para requerer o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: CÁSSIA LUCIANA DA CONCEIÇÃO ROCHA (OAB 7819/AM) - Processo 0601126-84.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Auxílio-Doença Previdenciário - REQUERENTE: Edilany de Souza da Silva - De ordem, abro prazo para que o réu apresente contestação no prazo de 30(trinta) dias, nos termos da Portaria 2183/2016 - PTJ e do Termo de Cooperação nº 012/2017, oportunidade em que o autor(a) também poderá se manifestar acerca do laudo pericial.

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: CALIXTO HAGGE NETO (OAB 8788/AM), ADV: CARLOS EDUARDO PEREIRA TEIXEIRA (OAB 327026/SP) - Processo 0601222-02.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Katia Cristina de Abreu Brasil - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes para apresentarem eventuais propostas de acordo e especificarem as provas que ainda pretendam produzir, devendo mencionar qual a sua utilidade para o deslinde da causa. No caso de prova oral, resumidamente, os fatos que com ela pretendem esclarecer. No caso de prova pericial, a utilidade do expediente, indicando a especialidade requerida e quesitos correlatos, no prazo comum de 15 (quinze) dias.

ADV: JONNY CLEUTER SIMÕES MENDONÇA (OAB 8340/AM), ADV: VIVIAN MENDONÇA MARTINS (OAB 9403/AM), ADV: FUED CAVALCANTE SÊMEN NETO (OAB 10435/AM), ADV: GERSON LUIZ MARTINS DOS SANTOS (OAB 6778/AM) - Processo 0602194-74.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Associação Educativa do Brasil - SOEBRAS - REQUERIDO: David Alcântara de Oliveira Pita - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 08/05/2019 às 08:30h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, telefone: 33035246. Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL CITAÇÃO - ADVERTÊNCIAS: Art. 334 do Código de Processo Civil: § 8º O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. § 9º As partes devem estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos. Art. 335 do Código de Processo Civil: O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data: I - da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição; II - do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso I; III - prevista no art. 231, de acordo com o modo como foi feita a citação, nos demais casos. § 1º No caso de litisconsórcio passivo, ocorrendo a hipótese do art. 334, § 6º, o termo inicial previsto no inciso II será, para cada um dos réus, a data de apresentação de seu respectivo pedido de cancelamento da audiência. § 2º Quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso II, havendo litisconsórcio passivo e o autor desistir da ação em relação a réu ainda não citado, o prazo para resposta correrá da data de intimação da decisão que homologar a desistência. Caso V. S.ª não apresente contestação no prazo legal, serão aplicadas as penas de confissão e de revelia, ou seja, serão presumidos aceitos como verdadeiros, todos os fatos articulados pela parte requerente na petição inicial CPC, art. 344); OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

ADV: EDSON PAES FONTENELE (OAB 7926/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0602543-72.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Obrigações - REQUERENTE: Caroline Fontinelle dos Santos - REQUERIDO: Enipeu Empreendimentos Imobiliarios Ltda - Em conformidade com o art. 1º, XIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes para apresentarem eventuais propostas de acordo e especificarem as provas que ainda pretendam produzir, devendo mencionar qual a sua utilidade para o deslinde da causa. No caso de prova oral, resumidamente, os fatos que com ela pretendem esclarecer. No caso de prova pericial, a utilidade do expediente, indicando a especialidade requerida e quesitos correlatos, no prazo comum de 15 (quinze) dias.

ADV: QUEILA COELHO DE SOUZA (OAB 7931/AM), ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787SC) - Processo 0602682-58.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Maria de Nazaré Pereira de Souza - Nos termos da Recomendação Conjunta nº: 01 de15 de dezembrode 2015, firmado entre o Presidente do Conselho Nacional de Justiça, o Advogado-Geral da União e o Ministro de Estado do Trabalho e Previdência Social, bem como da Portaria 2183/2016-PTJ, de ordem fica designado:1 - A realização de prova pericial médica, com nomeação de perito do Juízo e ciência à parte Autora dos quesitos unificados no anexo da Recomendação conjunta01/12/2015(http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=3060)2 - A nomeação do perito médico abaixo indicado, especialista em medicina do trabalho, momento em que faculta-se às partes a indicação de assistentes técnicos, sem prejuízo da apresentação dos respectivos quesitos, tudo no prazo de 15 (quinze) dias, conforme preceitua o art. 465, § 1º, do Código de Processo Civil.3 - Perícia médica designada para o dia 19/03/2019, a partir das 13:30 hs., no endereço abaixo indicado.4 - A intimação do INSS para que efetue o depósito dos honorários periciais no valor de R$350,00 (trezentos e cinquenta reais).5 - Apresentado o laudo, se for o caso, façam os autos conclusos ao juízo competente para apreciação de tutela de urgência ou evidência.6 -Dispensa-se a audiência de conciliação, de forma a tornar mais célere a prestação jurisdicional. Contar-se-á o prazo para contestação de 30 dias a partir da intimação da juntada do laudo pericial.7- A intimação da parte autora, por seu advogado, a comparecer no dia designado para a realização da perícia, munido de todos os exames médicos, radiológicos, laboratoriais e documentos pertinentes, mesmo que já juntados aos autos do processo. De ordem, abro vista às partes para se manifestarem acerca do laudo pericial apresentado no prazo comum de 15 dias (Art. 477, CPC).Dr. Flaviano Bivaqua de Araújo Junior, CRM/AM-4335, CPF:613.382.572-34,na ONCLOCIN, sito a Av. Castelo Branco , 1779, Cachoeirinha, nesta cidade.

ADV: VÍTOR VILHENA GONÇALO DA SILVA (OAB 6502/AM) - Processo 0602782-76.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Condomínio Morada dos Jardins - Edifício Orquídeas - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 15/05/2019 às 10:00h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, tel 33035246. Manaus, 11 de março de 2019 Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL CITAÇÃO - ADVERTÊNCIAS: Art. 334 do Código de Processo Civil: § 8º O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. § 9º As partes devem estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos. Art. 335 do Código de Processo Civil: O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data: I - da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição; II - do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso I; III - prevista no art. 231, de acordo com o modo como foi feita a citação, nos demais casos. § 1º No caso de litisconsórcio passivo, ocorrendo a hipótese do art. 334, § 6º, o termo inicial previsto no inciso II será, para cada um dos réus, a data de apresentação de seu respectivo pedido de cancelamento da audiência. § 2º Quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso II, havendo litisconsórcio passivo e o autor desistir da ação em relação a réu ainda não citado, o prazo para resposta correrá da data de intimação da decisão que homologar a desistência. Caso V. S.ª não apresente contestação no prazo legal, serão aplicadas as penas de confissão e de revelia, ou seja, serão presumidos aceitos como verdadeiros, todos os fatos articulados pela parte requerente na petição inicial CPC, art. 344); OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP), ADV: JOSÉ LÍDIO ALVES DOS SANTOS (OAB 1163A/AM) - Processo 0603933-14.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Bradesco Administradora de Consorcios Ltda - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. 96/100, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: SOLON ANGELIM DE ALENCAR FERREIRA (OAB 3338/AM) - Processo 0604142-46.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Representação comercial - REQUERENTE: Dunorte Distribuidora de Produtos de Consumo Ltda. - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 08/05/2019 às 11:00h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, telefone: 33035246. Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL CITAÇÃO - ADVERTÊNCIAS: Art. 334 do Código de Processo Civil: § 8º O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. § 9º As partes devem estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos. Art. 335 do Código de Processo Civil: O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data: I - da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição; II - do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso I; III - prevista no art. 231, de acordo com o modo como foi feita a citação, nos demais casos. § 1º No caso de litisconsórcio passivo, ocorrendo a hipótese do art. 334, § 6º, o termo inicial previsto no inciso II será, para cada um dos réus, a data de apresentação de seu respectivo pedido de cancelamento da audiência. § 2º Quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso II, havendo litisconsórcio passivo e o autor desistir da ação em relação a réu ainda não citado, o prazo para resposta correrá da data de intimação da decisão que homologar a desistência. Caso V. S.ª não apresente contestação no prazo legal, serão aplicadas as penas de confissão e de revelia, ou seja, serão presumidos aceitos como verdadeiros, todos os fatos articulados pela parte requerente na petição inicial CPC, art. 344); OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

ADV: FÁBIO LINDOSO E LIMA (OAB 7417/AM) - Processo 0604614-47.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Paulo Marreiro dos Santos Junior e outro - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 08/05/2019 às 10:30h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, telefone: 33035246. Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL CITAÇÃO - ADVERTÊNCIAS: Art. 334 do Código de Processo Civil: § 8º O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do

valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. § 9º As partes devem estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos. Art. 335 do Código de Processo Civil: O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data: I - da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição; II - do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso I; III - prevista no art. 231, de acordo com o modo como foi feita a citação, nos demais casos. § 1º No caso de litisconsórcio passivo, ocorrendo a hipótese do art. 334, § 6º, o termo inicial previsto no inciso II será, para cada um dos réus, a data de apresentação de seu respectivo pedido de cancelamento da audiência. § 2º Quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso II, havendo litisconsórcio passivo e o autor desistir da ação em relação a réu ainda não citado, o prazo para resposta correrá da data de intimação da decisão que homologar a desistência. Caso V. S.ª não apresente contestação no prazo legal, serão aplicadas as penas de confissão e de revelia, ou seja, serão presumidos aceitos como verdadeiros, todos os fatos articulados pela parte requerente na petição inicial CPC, art. 344); OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

ADV: ANNESON FRANK PAULINO DE SOUZA (OAB 11981/AM), ADV: RODRIGO OTÁVIO BORGES MELO (OAB 6488/AM) - Processo 0606899-13.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERENTE: Ricardo Teixeira Mena - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 15/05/2019 às 09:30h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, tel 33035246. Manaus, 11 de março de 2019 Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL CITAÇÃO - ADVERTÊNCIAS: Art. 334 do Código de Processo Civil: § 8º O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. § 9º As partes devem estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos. Art. 335 do Código de Processo Civil: O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data: I - da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição; II - do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso I; III - prevista no art. 231, de acordo com o modo como foi feita a citação, nos demais casos. § 1º No caso de litisconsórcio passivo, ocorrendo a hipótese do art. 334, § 6º, o termo inicial previsto no inciso II será, para cada um dos réus, a data de apresentação de seu respectivo pedido de cancelamento da audiência. § 2º Quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso II, havendo litisconsórcio passivo e o autor desistir da ação em relação a réu ainda não citado, o prazo para resposta correrá da data de intimação da decisão que homologar a desistência. Caso V. S.ª não apresente contestação no prazo legal, serão aplicadas as penas de confissão e de revelia, ou seja, serão presumidos aceitos como verdadeiros, todos os fatos articulados pela parte requerente na petição inicial CPC, art. 344); OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT) - Processo 0607128-70.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Auxílio-Acidente (Art. 86) - REQUERENTE: Eucilio Melo - Nos termos da Recomendação Conjunta nº: 01 de15 de dezembrode 2015, firmado entre o Presidente do Conselho Nacional de Justiça, o Advogado-Geral da União e o Ministro de Estado do Trabalho e Previdência Social, bem como da Portaria 2183/2016-PTJ, de ordem fica designado:1 - A realização de prova pericial médica, com nomeação de perito do Juízo e ciência à parte Autora dos quesitos unificados no anexo da Recomendação conjunta01/12/2015(http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=3060)2 - A nomeação do perito médico abaixo indicado, especialista em medicina do trabalho, momento em que faculta-se às partes a indicação de assistentes técnicos, sem prejuízo da apresentação dos respectivos quesitos, tudo no prazo de 15 (quinze) dias, conforme preceitua o art. 465, § 1º, do Código de Processo Civil.3 - Perícia médica designada para o dia 19/03/2019, a partir das 11:15 hs., no endereço abaixo indicado.4 - A intimação do INSS para que efetue o depósito dos honorários periciais no valor de R$350,00 (trezentos e cinquenta reais).5 - Apresentado o laudo, se for o caso, façam os autos conclusos ao juízo competente para apreciação de tutela de urgência ou evidência.6 -Dispensa-se a audiência de conciliação, de forma a tornar mais célere a prestação jurisdicional. Contar-se-á o prazo para contestação de 30 dias a partir da intimação da juntada do laudo pericial.7- A intimação da parte autora, por seu advogado, a comparecer no dia designado para a realização da perícia, munido de todos os exames médicos, radiológicos, laboratoriais e documentos pertinentes, mesmo que já juntados aos autos do processo. De ordem, abro vista às partes para se manifestarem acerca do laudo pericial apresentado no prazo comum de 15 dias (Art. 477, CPC).Dr. Marcelo Vasconcellos Dias, CRM /AM-4887, CPF493150482-56,na UBS Ivone Lima, sito a Rua Luiz Corrente, s/nº - Ouro Verde, nesta cidade.

ADV: MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM), ADV: LENA CLAUDIA DE NAZARE BRASIL (OAB 175519/MG) - Processo 0608109-02.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - REQUERIDO: William Costa da Silva - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 15/05/2019 às 09:00h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, telefone: 33035246. Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL CITAÇÃO - ADVERTÊNCIAS: Art. 334 do Código de Processo Civil: § 8º O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. § 9º As partes devem estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos. Art. 335 do Código de Processo Civil: O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data: I - da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição; II - do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso I; III - prevista no art. 231, de acordo com o modo como foi feita a citação, nos demais casos. § 1º No caso de litisconsórcio passivo, ocorrendo a hipótese do art. 334, § 6º, o termo inicial previsto no inciso II será, para cada um dos réus, a data de apresentação de seu respectivo pedido de cancelamento da audiência. § 2º Quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso II, havendo litisconsórcio passivo e o autor desistir da ação em relação a réu ainda não citado, o prazo para resposta correrá da data de intimação da decisão que homologar a desistência. Caso V. S.ª não apresente contestação no prazo legal, serão aplicadas as penas de confissão e de revelia, ou seja, serão presumidos aceitos como verdadeiros, todos os fatos articulados pela parte requerente na petição inicial CPC,

art. 344); OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

ADV: WILLIANE WANESSA QUEIROZ CAVALCANTE (OAB 8489/AM) - Processo 0608274-49.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Revisão do Saldo Devedor - REQUERENTE: Inspetoria Salesiana Missionária da Amazônia (Pró-menor Dom Bosco) - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes interessadas para que tomem ciência da audiência de Conciliação - CEJUSC - Cível, designada para o dia 25/04/2019 às 09:00h, a ser realizada no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania no 4º Andar /Setor 01 do Fórum de Justiça Henoch Reis - Telefone: (92) 3303-5246.

ADV: GERALDO CANTUÁRIO DOS SANTOS (OAB 9942/AM) - Processo 0608426-97.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Adjudicação Compulsória - REQUERENTE: Marcel Alexandre da Silva - R.H. no estado em que se encontra. Averbo-me suspeita para funcionar nos presentes autos, por motivo de foro íntimo, nos termos do art. 145, §1º, do CPC. Ao meu substituto legal. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP) - Processo 0608534-29.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Considerando a Petição de fls. 43/44, ocorreu a perda do objeto do presente feito. Assim, EXTINGO O PROCESSO, sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, VI, do CPC. Oficie-se com urgência a Central de Mandados para que o Mandado de fl. 45 seja recolhido SEM CUMPRIMENTO. Apos arquivem-se os Autos. P.R.I.Cumpra-se.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787SC), ADV: QUEILA COELHO DE SOUZA (OAB 7931/AM) - Processo 0608652-05.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Iurichan Augusto Aguiar - Nos termos da Recomendação Conjunta nº: 01 de15 de dezembrode 2015, firmado entre o Presidente do Conselho Nacional de Justiça, o Advogado-Geral da União e o Ministro de Estado do Trabalho e Previdência Social, bem como da Portaria 2183/2016-PTJ, de ordem fica designado:1 - A realização de prova pericial médica, com nomeação de perito do Juízo e ciência à parte Autora dos quesitos unificados no anexo da Recomendação conjunta01/12/2015(http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=3060)2 - A nomeação do perito médico abaixo indicado, especialista em medicina do trabalho, momento em que faculta-se às partes a indicação de assistentes técnicos, sem prejuízo da apresentação dos respectivos quesitos, tudo no prazo de 15 (quinze) dias, conforme preceitua o art. 465, § 1º, do Código de Processo Civil.3 - Perícia médica designada para o dia 19/03/2019, a partir das 11:15 hs., no endereço abaixo indicado.4 - A intimação do INSS para que efetue o depósito dos honorários periciais no valor de R$350,00 (trezentos e cinquenta reais).5 - Apresentado o laudo, se for o caso, façam os autos conclusos ao juízo competente para apreciação de tutela de urgência ou evidência.6 -Dispensa-se a audiência de conciliação, de forma a tornar mais célere a prestação jurisdicional. Contar-se-á o prazo para contestação de 30 dias a partir da intimação da juntada do laudo pericial.7- A intimação da parte autora, por seu advogado, a comparecer no dia designado para a realização da perícia, munido de todos os exames médicos, radiológicos, laboratoriais e documentos pertinentes, mesmo que já juntados aos autos do processo. De ordem, abro vista às partes para se manifestarem acerca do laudo pericial apresentado no prazo comum de 15 dias (Art. 477, CPC).Dr. Marcelo Vasconcellos Dias, CRM /AM-4887, CPF493150482-56,na UBS Ivone Lima, sito a Rua Luiz Corrente, s/nº - Ouro Verde, nesta cidade.

ADV: HENRIQUE FRANÇA RIBEIRO (OAB 7080/AM) - Processo 0610211-94.2019.8.04.0001 - Embargos à Execução - Nulidade / Inexigibilidade do Título - EMBARGADO: Ocrim S/A Produtos Alimentícios - Vistos, Apense-se aos autos n° 0606419.74.2015.8.04.0001. Apresente a parte Embargada, no prazo de 15 (quinze) dias, querendo, impugnação.

ADV: STEPHANY MARY FERREIRA RÉGIS DA SILVA (OAB 53612/PR), ADV: LUCIANA SEZANOWSKI MACHADO (OAB 25276/PR) - Processo 0610217-04.2019.8.04.0001 - Embargos à Execução - Nulidade / Inexigibilidade do Título - EMBARGADO: Banco Fidis S/A - Vistos, Apense-se aos autos n° 0610217-04.2019.8.04.0001. Apresente a parte Embargada, no prazo de 15 (quinze) dias, querendo, impugnação.

ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM), ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM) - Processo 0610406-79.2019.8.04.0001 - Embargos à Execução - Nulidade / Inexigibilidade do Título - EMBARGADO: Banco Bradesco S/A - Vistos, Apense-se aos autos n° 0610406-79.2019.8.04.0001. Apresente a parte Embargada, no prazo de 15 (quinze) dias, querendo, impugnação.

ADV: ERIC PIRES BENIGNO (OAB 9944/AM) - Processo 0611060-66.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condominio Eliza Miranda Mall - De ordem, intimo a parte autora para que efetue o pagamento das custas inicias e despesas de ingresso (postais/oficial de justiça), sob pena de cancelamento da distribuição, no prazo de 15 (quinze) dias. Art. 290 do CPC - "Será cancelada a distribuição do feito se a parte, intimada na pessoa de seu advogado, não realizar o pagamento das custas e despesas de ingresso em 15 (quinze) dias."

ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG) - Processo 0611405-37.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: LUCIVANE CARLA DA SILVA (OAB 10109/AM), ADV: CAROLINA OLIVEIRA DA FONSECA (OAB 10249/AM) - Processo 0612225-85.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Adjudicação Compulsória - REQUERENTE: Osmed Leandro Jamel da Cunha - Compulsando os autos, verifico que as partes não foram intimadas da sentença de fls. retro, razão pela qual as intimo para que tome(m) ciência do ato em questão, cujo teor segue abaixo: HOMOLOGO o pedido de desistência, extinguindo o feito sem resolução do mérito, a teor do art. 485, VIII, do CPC. Arquivem-se. P.R.I.Cumpra-se

ADV: GUSTAVO AMATO PISSINI (OAB 261030/SP), ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB 737A/AM) - Processo 0613529-95.2013.8.04.0001 - Procedimento Comum - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: LUÍS FELIPE AVELINO MEDINA (OAB 6100/AM), ADV: NAZIRA MARQUES DE OLIVEIRA (OAB 8707/AM), ADV: BÁRBARA CARVALHO IPIRANGA (OAB 11424/AM) - Processo 0614642-79.2016.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: Construtora Capital S.A. - REQUERIDA: Maria Auxiliadora Alves Ferreira - Em conformidade com o art. 1º, XXIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, abro vista às partes para que tomem ciência do retorno dos autos da Instância Superior e se manifestem, no prazo de 05 (cinco) dias, requerendo o que entender de direito.

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM) - Processo 0614819-43.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que se manifeste(m) acerca do bloqueio negativo/insuficiente realizado no sistema BACENJUD, juntada às fls. 149/151, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: RODRIGO BENAYON PONTES SERUDO (OAB 11132/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: RAPHAELA BATISTA DE OLIVEIRA (OAB 9169AC), ADV: MATHEUS DE SOUZA DEMASI (OAB 11327/AM), ADV: ANDRADE GC ADVOGADOS (OAB 57/AM), ADV: IZAQUE DE OLIVEIRA DUARTE (OAB 11807/AM) - Processo 0615574-33.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Cesare Angelini Neto e outros - REQUERIDO: Patri Dezoito Empreendimentos Imobiliarios Ltda. - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que se manifeste(m) acerca do bloqueio negativo/insuficiente realizado no sistema BACENJUD, juntada às fls. 270/271, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: RENATO LALOR DO REGO (OAB 5820/AM), ADV: MANUELA CANTANHEDE VEIGA ANTUNES (OAB 4598/AM), ADV: RAIMUNDO SÉRVULO LOURIDO BARRETO (OAB 3135/AM) - Processo 0620119-83.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: MARIA GORETH DE PAIVA BRUCE - REQUERIDA: MARIA MADALENA SOUZA DE LIMA - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que se manifeste(m) acerca do bloqueio negativo/insuficiente realizado no sistema BACENJUD, juntada às fls. 136/137, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0622450-38.2016.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos art.702, § 5º do CPC, responder aos embargos.

ADV: RUBENS ALVES DA SILVA (OAB 9610/AM), ADV: ARNALDO SANTOS FILHO (OAB 620/AP), ADV: HUGO PINTO BARROSO (OAB 12727/PA) - Processo 0622478-69.2017.8.04.0001 - Insolvência Requerida pelo Credor - Adimplemento e Extinção - REQUERENTE: Emerson de Jesus dos Reis Paiva e outros - REQUERIDO: W N de Matos - Me (Amazon Log) - Soenergy Sistemas Internacionais de Energia S/A e outro - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha/complemente as custas postais e junte comprovante de recolhimento, conforme Provimento nº 273/CGJ, levando-se em consideração a quantidade de partes e endereços que deverão constar na(s) carta(s), no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: ALICE DA SILVA WELGERT (OAB 12614/AM), ADV: BAIRON ANTÔNIO DO NASCIMENTO JÚNIOR (OAB 3795/AM) - Processo 0623574-85.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Locação de Imóvel - EXEQUENTE: Condomínio Amazonas - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. 79/83, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: FRANCISCO ALDAIRTON RIBEIRO CARVALHO JUNIOR (OAB 16045/CE), ADV: ROBERIO CASSIUS SAMPAIO ARAGAO (OAB 16468/CE), ADV: ANTONIO DOS SANTOS MOTA (OAB 19283/CE) - Processo 0628952-22.2018.8.04.0001 - Monitória - Mútuo - REQUERENTE: Fundação dos Economiários Federais - Funcef - REQUERIDO: Edelson Marinho Beltrao - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos art.702, § 5º do CPC, responder aos embargos.

ADV: KLESSIO MARCELO BETTINI (OAB 344791/SP) - Processo 0629964-71.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Duplicata - REQUERENTE: Microservice Tecnologia Digital da Amazonia Ltda - Compulsando os autos, verifico que as partes não foram intimadas da sentença de fls. retro, razão pela qual as intimo para que tome(m) ciência do ato em questão, cujo teor segue abaixo: Pelo exposto, julgo extinto o processo, sem resolução do mérito, ex vi do art. 485, IV, do CPC

ADV: MARIA LUCÍLIA GOMES (OAB 84206/SP), ADV: AMANDIO FERREIRA TERESO JÚNIOR (OAB 739A/AM) - Processo 0633304-62.2014.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. 158/160, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: AMANDIO FERREIRA TERESO JÚNIOR (OAB 739A/AM), ADV: AMANDIO FERREIRA TERESO JUNIOR (OAB 732A/AM) - Processo 0633405-31.2016.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Bradesco Administradora de Consorcios Ltda - Compulsando os autos, verifico que as partes não foram intimadas da sentença de fls. retro, razão pela qual as intimo para que tome(m) ciência do ato em questão, cujo teor segue abaixo: Ante o exposto, julgo extinto o feito, com resolução de mérito, nos termos do artigo 487, I, do Código de Processo Civil, e JULGO PROCEDENTE A AÇÃO, para : A) CONFIRMAR a tutela antecipada de fl. 155; B) DECLARAR a inexistência da contratação de consórcio Grupo 8504, Cota 108, posto que fraudulento; C) DETERMINAR a transferência do registro do automóvel para o nome do banco Réu, sem ônus ao Autor. Sendo o banco responsável pelas multa e IPVAs até a transferência; D) CONDENAR os Réus, solidariamente, ao pagamento de indenização por danos morais no importe de R$ 30.000,00 (trinta mil reais), com correção monetária desde a data do arbitramento e os juros na base de 1%, ao contar da mesma data. Oficie-se o DETRAN/AM para que promova a transferência do Veículo. Outrossim, JULGO EXTINTO, SEM RESOLUÇÃO O MÉRITO a AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO n° 0633405-31.2016.8.04.0001, nos termos do art. 485, VI do CPC. Condeno os Réus, solidariamente, ao pagamento das custas processuais e nos honorários advocatícios se sucumbência de 15% sobre o valor atualizado da condenação, nos termos do artigo art. 85, §2°, do Código de Processo Civil . P.I.Cumpra-se.

ADV: EDNEY MARTINS GUILHERME (OAB 177167/SP), ADV: FERNANDO LUZ PEREIRA (OAB A658AM), ADV: MOISÉS BATISTA DE SOUZA (OAB 469A/AM) - Processo 0633654-79.2016.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. 115/118, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: ALEXANDRE VIANA FREIRE (OAB 9947/AM), ADV: MAYKA SALOMÃO CORDEIRO VIANA (OAB 6321/AM) - Processo 0634690-88.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Compra e Venda - REQUERENTE: Pinheiro e Pinheiro Com. Mat. Pint. Ltda - De ordem, fica a Parte Autora intimada acerca da consulta ao Sistema Infojud às fls. 86/89, para requerer o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: CARLOS FERNANDO SIQUEIRA CASTRO (OAB 672A/AM), ADV: CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB 15410A/PA), ADV: MARCELO DA SILVA CARLOS (OAB 7366/AM), ADV: FABIANE RODRIGUES DE CASTRO (OAB 6031/AM), ADV: CÁSSIO CHAVES CUNHA (OAB 12268/PA) - Processo 0635166-97.2016.8.04.0001 - Petição Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: I Meires Ferreira ME e outro - REQUERIDO: Martins Comércio e Serviços de Distribuição S/A - Banco Triângulo S.A e outro - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: PEDRO STÊNIO LÚCIO GOMES (OAB 2604/AM) - Processo 0635960-84.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum - Espécies de Contratos - REQUERENTE: Cma Cgm do Brasil Agência Marítima Ltda, Agente de Cma Cgm Societé Anonyme - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº

001/2017-PTJ, tendo em vista que as custas de fls. 170 não podem ser utilizadas para expedição de carta, intimo a parte interessada para que recolha as custas postais e junte comprovante de recolhimento, conforme Provimento nº 273/CGJ, levando-se em consideração a quantidade de partes e endereços que deverão constar na(s) carta(s), no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP) - Processo 0637024-95.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Compulsando os autos, verifico que as partes não foram intimadas da sentença de fls. retro, razão pela qual as intimo para que tome(m) ciência do ato em questão, cujo teor segue abaixo: Vistos e etc., Homologo a desistência do feito para fins do artigo 200, parágrafo único do Código de Processo Civil. Em consequência, JULGO EXTINTO o presente feito sem resolução do mérito, com fulcro no art. 485, VIII, do Código de Processo Civil, por conseguinte, torno sem efeito a liminar deferida à fl. 50. Custas pagas. Proceda-se à baixa.

ADV: MÔNICA VICENTE TAKETA (OAB 7988/AM), ADV: JUCELINO DOS SANTOS NOBRE (OAB 6166/AM) - Processo 0637844-51.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum - Obrigações - REQUERENTE: Claudia A. Souza de Oliveira - REQUERIDO: Son Creation Market e Com Ltda Epp e outro - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 08/05/2019 às 09:30h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, telefone: 33035246. Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL CITAÇÃO - ADVERTÊNCIAS: Art. 334 do Código de Processo Civil: § 8º O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. § 9º As partes devem estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos. Art. 335 do Código de Processo Civil: O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data: I - da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição; II - do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso I; III - prevista no art. 231, de acordo com o modo como foi feita a citação, nos demais casos. § 1º No caso de litisconsórcio passivo, ocorrendo a hipótese do art. 334, § 6º, o termo inicial previsto no inciso II será, para cada um dos réus, a data de apresentação de seu respectivo pedido de cancelamento da audiência. § 2º Quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso II, havendo litisconsórcio passivo e o autor desistir da ação em relação a réu ainda não citado, o prazo para resposta correrá da data de intimação da decisão que homologar a desistência. Caso V. S.ª não apresente contestação no prazo legal, serão aplicadas as penas de confissão e de revelia, ou seja, serão presumidos aceitos como verdadeiros, todos os fatos articulados pela parte requerente na petição inicial CPC, art. 344); OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM) - Processo 0637874-23.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0638274-37.2016.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Diante disto, EXTINGO o feito sem resolução do mérito, com base no art. 485, VI, do CPC. Oficie-se a CEF para que proceda à transferência dos valores depositados nos Autos para a conta bancária indicada às fl. 161. Condeno ainda o Requerido ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios que fixo em 10% sobre o valor da causa, suspendendo a exigibilidade em razão da Gratuidade de Justiça. Oportunamente arquivem-se os Autos. P.R.I.Cumpra-se.

ADV: MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM) - Processo 0638721-54.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - Compulsando os autos, verifico que as partes não foram intimadas da sentença de fls. retro, razão pela qual as intimo para que tome(m) ciência do ato em questão, cujo teor segue abaixo: Vistos, etc., HOMOLOGO o pedido de desistência, extinguindo o feito sem resolução do mérito, a teor do art. 485, VIII, do CPC. Proceda-se ao desbloqueio via Renajud. Intime-se previamente a parte Autora para recolher as custas devidas, para fins de desbloqueio via Renajud, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ. Após arquivem-se. P.R.I.Cumpra-se.

ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM) - Processo 0642629-56.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. 105/117, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0643135-03.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que se manifeste(m) acerca do bloqueio negativo/insuficiente realizado no sistema BACENJUD, juntada às fls. 111/112, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: KAREN BEZERRA ROSA BRAGA (OAB 6617/AM), ADV: NALDO CANUTO FERNANDES (OAB 8230/AM), ADV: JUVENAL CANUTO FERNANDES (OAB 8230/AM), ADV: ANTÔNIO FERREIRA DO NORTE FILHO (OAB 13030/AM) - Processo 0643750-22.2017.8.04.0001 (apensado ao processo 0640593-41.2017.8.04.0001) - Procedimento Comum - Perdas e Danos - REQUERENTE: Jean Carlo Batista - REQUERIDO: Cesar Augusto Abreu - Em conformidade com o art. 1º, XIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes para apresentarem eventuais propostas de acordo e especificarem as provas que ainda pretendam produzir, devendo mencionar qual a sua utilidade para o deslinde da causa. No caso de prova oral, resumidamente, os fatos que com ela pretendem esclarecer. No caso de prova pericial, a utilidade do expediente, indicando a especialidade requerida e quesitos correlatos, no prazo comum de 15 (quinze) dias.

ADV: LETÍCIA SANT'ANA XAVIER (OAB 12994/AM), ADV: CAIO AUGUSTO MASCARENHAS DIAS (OAB 4100/AM) - Processo 0650406-58.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: Josiane Maia Cabral - REQUERIDO: Israel Transportes e Comercio Ltda - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: ADRIANE CRISTINE CABRAL MAGALHÃES (OAB 5373/AM) - Processo 0650622-19.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Valor da Execução / Cálculo / Atualização - EXEQUENTE: Condomínio do Edifício Tropical Executive & Residence Hotel - Compulsando os autos, verifico que as partes não foram intimadas da sentença de fls. retro, razão pela qual as intimo para que tome(m) ciência do ato em questão, cujo teor segue abaixo: Vistos, etc., Intimado a recolher as custas iniciais, sob pena de extinção, o Autor quedou inerte. Em razão disto, EXTINGO o processo, sem resolução do mérito, com base no art. 485, IV c/c 290 do CPC. Arquivem-se. P.R.I.Cumpra-se.

ADV: ROBERVAL EMERSON OLIVEIRA DE PAULA FILHO (OAB 6721/AM) - Processo 0650766-90.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: Condomínio Key Biscayne - Compulsando os autos, verifico que as partes não foram intimadas da sentença de fls. retro, razão pela qual as intimo para que tome(m) ciência do ato em questão, cujo teor segue abaixo: Vistos, etc., Intimado a recolher as custas iniciais, sob pena de extinção, o Autor quedou inerte. Em razão disto, EXTINGO o processo, sem resolução do mérito, com base no art. 485, IV c/c 290 do CPC. Arquivem-se. P.R.I.Cumpra-se.

ADV: GUSTAVO MICHELOTTI FLECK (OAB 21243/DF), ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787SC), ADV: QUEILA COELHO DE SOUZA (OAB 7931/AM) - Processo 0651876-27.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Josué Araújo Caldas - De ordem, abro prazo para que o réu apresente contestação no prazo de 30(trinta) dias, nos termos da Portaria 2183/2016 - PTJ e do Termo de Cooperação nº 012/2017, oportunidade em que o autor(a) também poderá se manifestar acerca do laudo pericial.

ADV: QUEILA COELHO DE SOUZA (OAB 7931/AM), ADV: GUSTAVO MICHELOTTI FLECK (OAB 21243/DF), ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787SC) - Processo 0652038-22.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Marcela Cristian Sousa Damasceno - Nos termos da Recomendação Conjunta nº: 01 de15 de dezembrode 2015, firmado entre o Presidente do Conselho Nacional de Justiça, o Advogado-Geral da União e o Ministro de Estado do Trabalho e Previdência Social, bem como da Portaria 2183/2016-PTJ, de ordem fica designado:1 - A realização de prova pericial médica, com nomeação de perito do Juízo e ciência à parte Autora dos quesitos unificados no anexo da Recomendação conjunta01/12/2015(http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=3060)2 - A nomeação do perito médico abaixo indicado, especialista em medicina do trabalho, momento em que faculta-se às partes a indicação de assistentes técnicos, sem prejuízo da apresentação dos respectivos quesitos, tudo no prazo de 15 (quinze) dias, conforme preceitua o art. 465, § 1º, do Código de Processo Civil.3 - Perícia médica designada para o dia 19/03/2019, a partir das 11:15 hs., no endereço abaixo indicado.4 - A intimação do INSS para que efetue o depósito dos honorários periciais no valor de R$350,00 (trezentos e cinquenta reais).5 - Apresentado o laudo, se for o caso, façam os autos conclusos ao juízo competente para apreciação de tutela de urgência ou evidência.6 -Dispensa-se a audiência de conciliação, de forma a tornar mais célere a prestação jurisdicional. Contar-se-á o prazo para contestação de 30 dias a partir da intimação da juntada do laudo pericial.7- A intimação da parte autora, por seu advogado, a comparecer no dia designado para a realização da perícia, munido de todos os exames médicos, radiológicos, laboratoriais e documentos pertinentes, mesmo que já juntados aos autos do processo. De ordem, abro vista às partes para se manifestarem acerca do laudo pericial apresentado no prazo comum de 15 dias (Art. 477, CPC).Dr. Marcelo Vasconcellos Dias, CRM /AM-4887, CPF493150482-56,na UBS Ivone Lima, sito a Rua Luiz Corrente, s/nº - Ouro Verde, nesta cidade.

ADV: KÊNIA MÔNIKA ARCANJO DE SOUZA (OAB 6427/AM) - Processo 0654430-32.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Auxílio-Doença Previdenciário - REQUERENTE: Jefte Fontenelle Cordeiro - De ordem, abro prazo para que o réu apresente contestação no prazo de 30(trinta) dias, nos termos da Portaria 2183/2016 - PTJ e do Termo de Cooperação nº 012/2017, oportunidade em que o autor(a) também poderá se manifestar acerca do laudo pericial.

ADV: BRUNO DE FREITAS SALGUEIRO (OAB 7708/AM), ADV: ROZELI FERREIRA SOBRAL ASTUTO (OAB 5743/AM) - Processo 0658903-61.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Aposentadoria por Invalidez - REQUERENTE: Ana Claudia Moreira Gomes - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 08/05/2019 às 09:00h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, tel 33035246. Manaus, 11 de março de 2019 Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL CITAÇÃO - ADVERTÊNCIAS: Art. 334 do Código de Processo Civil: § 8º O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. § 9º As partes devem estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos. Art. 335 do Código de Processo Civil: O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data: I - da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição; II - do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso I; III - prevista no art. 231, de acordo com o modo como foi feita a citação, nos demais casos. § 1º No caso de litisconsórcio passivo, ocorrendo a hipótese do art. 334, § 6º, o termo inicial previsto no inciso II será, para cada um dos réus, a data de apresentação de seu respectivo pedido de cancelamento da audiência. § 2º Quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso II, havendo litisconsórcio passivo e o autor desistir da ação em relação a réu ainda não citado, o prazo para resposta correrá da data de intimação da decisão que homologar a desistência. Caso V. S.ª não apresente contestação no prazo legal, serão aplicadas as penas de confissão e de revelia, ou seja, serão presumidos aceitos como verdadeiros, todos os fatos articulados pela parte requerente na petição inicial CPC, art. 344); OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

ADV: KÊNIA MÔNIKA ARCANJO DE SOUZA (OAB 6427/AM) - Processo 0658984-10.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: Jhosefy Gomes Teixeira - De ordem, abro prazo para que o réu apresente contestação no prazo de 30(trinta) dias, nos termos da Portaria 2183/2016 - PTJ e do Termo de Cooperação nº 012/2017, oportunidade em que o autor(a) também poderá se manifestar acerca do laudo pericial.

ADV: KASSER JORGE CHAMY DIB (OAB 5551/AM) - Processo 0659948-03.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Ótica A Especialista - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 15/05/2019 às 08:30h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, tel 33035246. Manaus, 11 de março de 2019 Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL CITAÇÃO - ADVERTÊNCIAS: Art. 334 do Código de Processo Civil: § 8º O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. § 9º As partes devem estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos. Art. 335 do Código de Processo Civil: O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data: I - da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição; II - do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso I; III - prevista no art. 231, de acordo com o modo como foi feita a citação, nos demais casos. § 1º No caso de litisconsórcio passivo, ocorrendo a hipótese do art. 334, § 6º, o termo inicial previsto no inciso II será, para cada um dos réus, a data de apresentação de seu respectivo pedido de cancelamento da audiência. § 2º Quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso II, havendo litisconsórcio passivo e o autor desistir da ação em relação a réu ainda não citado, o

prazo para resposta correrá da data de intimação da decisão que homologar a desistência. Caso V. S.ª não apresente contestação no prazo legal, serão aplicadas as penas de confissão e de revelia, ou seja, serão presumidos aceitos como verdadeiros, todos os fatos articulados pela parte requerente na petição inicial CPC, art. 344); OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

ADV: CARLA CRISTINA LOPES SCORTECCI (OAB 248970/SP) - Processo 0660956-15.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Itaú Unibanco S/A - Compulsando os autos, verifico que as partes não foram intimadas da sentença de fls. retro, razão pela qual as intimo para que tome(m) ciência do ato em questão, cujo teor segue abaixo: Vistos e etc., Homologo a desistência do feito para fins do artigo 200, parágrafo único do Código de Processo Civil. Em consequência, JULGO EXTINTO o presente feito sem resolução do mérito, com fulcro no art. 485, VIII, do Código de Processo Civil, por conseguinte, fica sem efeito a liminar deferida à fl. 54. Custas pagas. Proceda-se à baixa.

ADV: MOACIR MARQUES DE MEDEIROS (OAB 13394/AM) - Processo 0662123-67.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Rosana Vivian Marques Medeiros - De ordem, abro prazo para que o réu apresente contestação no prazo de 30(trinta) dias, nos termos da Portaria 2183/2016 - PTJ e do Termo de Cooperação nº 012/2017, oportunidade em que o autor(a) também poderá se manifestar acerca do laudo pericial.

Adriane Cristine Cabral Magalhães (OAB 5373/AM)
Alexandre Viana Freire (OAB 9947/AM)
Alice da Silva Welgert (OAB 12614/AM)
Aline Schlachata Barbosa (OAB 4145/RO)
Amandio Ferreira Tereso Junior (OAB 732A/AM)
Amandio Ferreira Tereso Júnior (OAB 739A/AM)
Ana Rita Lima Freire (OAB 3056/AM)
Andrade GC Advogados (OAB 57/AM)
Anneson Frank Paulino de Souza (OAB 11981/AM)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Antonio dos Santos Mota (OAB 19283/CE)
Antônio Ferreira do Norte Filho (OAB 13030/AM)
Arnaldo Santos Filho (OAB 620/AP)
Bairon Antônio do Nascimento Júnior (OAB 3795/AM)
Bárbara Carvalho Ipiranga (OAB 11424/AM)
Bruno de Freitas Salgueiro (OAB 7708/AM)
Caio Augusto Mascarenhas Dias (OAB 4100/AM)
Cairo Lucas Machado Prates (OAB 33787SC)
Calixto Hagge Neto (OAB 8788/AM)
Carla Cristina Lopes Scortecci (OAB 248970/SP)
Carlos Eduardo Pereira Teixeira (OAB 327026/SP)
Carlos Fernando Siqueira Castro (OAB 672A/AM)
Carlos Roberto Siqueira Castro (OAB 15410A/PA)
Carolina Oliveira da Fonseca (OAB 10249/AM)
Cássia Luciana da Conceição Rocha (OAB 7819/AM)
Cássio Chaves Cunha (OAB 12268/PA)
Cauê Tauan de Souza Yaegashi (OAB 357590/SP)
Daniela Zini Bozardi (OAB 101077/RS)
Defensoria Pública do Estado do Amazonas (OAB O/AM)
Edney Martins Guilherme (OAB 177167/SP)
Edson Paes Fontenele (OAB 7926/AM)
Edson Rosas Júnior (OAB 1910/AM)
Eric Pires Benigno (OAB 9944/AM)
Fabiane Rodrigues de Castro (OAB 6031/AM)
Fábio Lindoso e Lima (OAB 7417/AM)
Fernando Luz Pereira (OAB A658AM)
FRANCISCO ALDAIRTON RIBEIRO CARVALHO JUNIOR (OAB 16045/CE)
Fued Cavalcante Sêmen Neto (OAB 10435/AM)
Geraldo Cantuário dos Santos (OAB 9942/AM)
Gerson Luiz Martins dos Santos (OAB 6778/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo Amato Pissini (OAB 261030/SP)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB A1065/AM)
Gustavo Michelotti Fleck (OAB 21243/DF)
Henrique França Ribeiro (OAB 7080/AM)
Hugo Pinto Barroso (OAB 12727/PA)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Izaque de Oliveira Duarte (OAB 11807/AM)
Jairo Rafael Moraes Munhoz (OAB 8703/AM)
Jamila Marinho Chehad Barbosa (OAB 2950/AM)
João Bosco de Albuquerque Toledano (OAB 1456/AM)
Jonny Cleuter Simões Mendonça (OAB 8340/AM)
José Lídio Alves dos Santos (OAB 1163A/AM)
Jucelino dos Santos Nobre (OAB 6166/AM)
Juvenal Canuto Fernandes (OAB 8230/AM)
Karen Bezerra Rosa Braga (OAB 6617/AM)
Kasser Jorge Chamy Dib (OAB 5551/AM)
Kênia Mônika Arcanjo de Souza (OAB 6427/AM)
Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM)
Klessio Marcelo Bettini (OAB 344791/SP)
Lena Claudia de Nazare Brasil (OAB 175519/MG)
Letícia Sant'ana Xavier (OAB 12994/AM)
Luciana Dal'agnol (OAB 6774/MT)
Luciana Sezanowski Machado (OAB 25276/PR)
Lucivane Carla da Silva (OAB 10109/AM)
Luís Felipe Avelino Medina (OAB 6100/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Manuela Cantanhede Veiga Antunes (OAB 4598/AM)
Marcelo da Silva Carlos (OAB 7366/AM)
MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM)
Marcondes Fonseca Luniere Júnior (OAB 2897/AM)
Marcus José Queiroz Ferreira (OAB 9930/AM)
Maria Lucília Gomes (OAB 84206/SP)
Matheus de Souza Demasi (OAB 11327/AM)
Mayka Salomão Cordeiro Viana (OAB 6321/AM)
Moacir Marques de Medeiros (OAB 13394/AM)
Moisés Batista de Souza (OAB 469A/AM)
Mônica Vicente Taketa (OAB 7988/AM)
NALDO CANUTO FERNANDES (OAB 8230/AM)
Nazira Marques de Oliveira (OAB 8707/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Pedro Stênio Lúcio Gomes (OAB 2604/AM)
Queila Coelho de Souza (OAB 7931/AM)
Rafael Sganzerla Durand (OAB 737A/AM)
Raimundo Sérvulo Lourido Barreto (OAB 3135/AM)
Raphaela Batista de Oliveira (OAB 9169AC)
Renato Lalor do Rego (OAB 5820/AM)
Roberio Cassius Sampaio Aragao (OAB 16468/CE)
Roberta Beatriz do Nascimento (OAB 192649/SP)
Roberval Emerson Oliveira de Paula Filho (OAB 6721/AM)
Rodrigo Benayon Pontes Serudo (OAB 11132/AM)
Rodrigo Otávio Borges Melo (OAB 6488/AM)
Rozeli Ferreira Sobral Astuto (OAB 5743/AM)
Rubens Alves da Silva (OAB 9610/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 44698/MG)
Solon Angelim de Alencar Ferreira (OAB 3338/AM)
Stephany Mary Ferreira Régis da Silva (OAB 53612/PR)
Thales Silvestre Júnior (OAB 2406/AM)
Vítor Vilhena Gonçalo da Silva (OAB 6502/AM)
Vivian Mendonça Martins (OAB 9403/AM)
Williane Wanessa Queiroz Cavalcante (OAB 8489/AM)
Wilson Molina Porto (OAB 12790A/MT)
Wilson Sales Belchior (OAB 17314/CE)

18ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 18ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0059/2019

ADV: JOSE TRAVASSOS DAGUIAR PEREIRA (OAB 073.550/SP), ADV: RAFAEL LINS BERTAZZO (OAB 7213/AM), ADV: JOÃO FREIRE DA CUNHA FILHO (OAB 654/AM) - Processo 0008211-51.1993.8.04.0012 (012.93.008211-0) - Falência de Empresários, Sociedades Empresáriais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Recuperação judicial e Falência - REQUERENTE: Tab - Textil Abram Braj. Ltda. - CREDOR: Estado do Amazonas - REQUERIDO: Organizacao Leal Ltda. - É a situação atual dos autos. DECIDO. Ante o decurso do prazo, determino à Secretaria que expeça ofício para a Conta Única para que seja informada a atual conta judicial e o saldo depositado relativo ao depósito indicado às fls. 254. Com a indicação da conta judicial e saldo, expeça-se o competente alvará de levantamento do valor depositado, com as demais cominações legais que houver, em favor do Estado do Amazonas, na pessoa de quem o Ente Público indicar. Oportunamente feitas às devidas anotações, dê-se baixa na distribuição e arquivem-se os autos, com as cautelas de praxe. À Secretaria para o cumprimento das diligências. Cumpra-se.

ADV: PAULO CÉSAR LABORDA VALENTE (OAB 1403/AM) - Processo 0208786-97.2019.8.04.0001 (processo principal 0612601-76.2015.8.04.0001) - Cumprimento Provisório de Sentença - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Daniel de Figueiredo Valente - Vistos. Considerando que o cumprimento de sentença deve ser processado nos próprios autosdo processo de conhecimento, à Secretaria para proceder ao traslado do presente caderno processual aos autos nº 0612601-76.2015.8.04.0001, providenciando, a seguir, a sua baixa e arquivamento. Após, voltem-me os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: CARLOS ALBERTO GUEDES DA SILVA JÚNIOR (OAB 8713/AM), ADV: FABRÍCIO PERROTTA DA SILVA (OAB 165909/RJ) - Processo 0228152-59.2018.8.04.0001 (processo principal 0611894-11.2015.8.04.0001) - Cumprimento Provisório de Sentença - Incapacidade Laborativa Temporária - REQUERENTE: MARCOS DA SILVA SANTOS - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e outro - Vistos. Trata-se de Cumprimento Provisório de Sentença, proposta por MARCOS DA SILVA SANTOS, por meio de seu patrono(a), em face de Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e Procuradoria Federal no Estado do Amazonas, todos devidamente qualificados nos autos, pelos fatos e fundamentos descritos na exordial. Manifestação da parte Autora às folhas 48/51, onde informa o descumprimento da Decisão de folhas 42, que determinou a intimação da parte Requerida para que, em 5(cinco) dias, promova o restabelecimento do pagamento do auxilio-doença pelo período de tratamento do Autor, até a plena recuperação do mesmo, motivo pelo qual requer: seja majorada a multa por descumprimento da Decisão, a intimação da parte Requerida para realizar o pagamento dos valores incontroversos, a fixação de honorários advocatícios; a expedição de mandado de intimação para o Gerente do INSS de Manaus, para que cumpra e comprove nos autos em 48h. Verifica-se dos autos a concessão da tutela antecipada às fls. 41/42 a qual determinou à Requerida para prover o restabelecimento do pagamento do auxílio-doença pelo período de tratamento do autor até a plena recuperação, no prazo de 05 dias, sob pena de multa de R$5.000,00. Certidão da Secretaria às folhas 52 certificando o decurso do prazo sem que a parte Requerida tenha se manifestado. No que tange ao pedido de majoração da multa por descumprimento, este merece ser acolhido, pois a função das astreintes é obrigar o destinatário ao cumprimento da obrigação, incidindo a partir da ciência do obrigado e da sua recalcitrância. Desta feita, em face do caráter coercitivo, a multa pode ser majorada se o magistrado verificar a inércia do destinatário em cumprir a determinação Judicial, conforme art. 537, § 1º, CPC, tendo em vista o descumprimento da antecipação da tutela anteriormente deferida, sem justificativa plausível pela Requerida, majoro a multa para o valor de R$ 20.000,00 (vinte mil reais), no limite de 10 (dez) dias-multa. Tendo em vista que a execução invertida restou prejudicada, uma vez que a parte Requerida concordou com os cálculos trazidos pela parte autora, conforme denota-se às folhas 40, fixo honorários advocatícios no montante de 10 % (dez por cento), sob o valor da execução. Intime-se a parte Autora para juntar a planilha atualizada do débito, no prazo de 5 (cinco) dias. Após, intime-se o executado para realizar o pagamento relativo a multa de folhas 41/42 prevista no artigo 537 do CPC, no prazo de 15 dias, conforme artigo 537 § 3º cumulada com artigo 536 § 5º, do CPC, bem como o pagamento dos valores incontroversos, tendo em vista que, em manifestação às folhas 40, a mesma concordou com os cálculos apresentados pela parte Autora às folhas 18/20. Quanto ao pedido de expedição de mandado de intimação ao Gerente do INSS da cidade de Manaus, indefiro, uma vez que, em se tratando de órgão público federal, as intimações deverão ser encaminhas à Procuradoria Federal no Estado do Amazonas. Atente-se as partes que, apesar da consagração a eficácia imediata das astreintes, o dispositivo legal exige para o levantamento dos dispositivos realizados em juízo, o trânsito em julgado da sentença favorável à parte. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ELISABETE LUCAS (OAB 4118/AM), ADV: MARIA DO ROSÁRIO DE OLIVEIRA MELO (OAB 5385/AM) - Processo 0238508-65.2008.8.04.0001 (001.08.238508-5) - Procedimento Sumário - Contribuições Previdenciárias - REQUERENTE: Francisca Almeida de Araújo - Em conformidade com o art. 1º, XXIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos opostos, nos termos do art. 1.023, § 2º do NCPC.

ADV: JABSON DA SILVA CÉO (OAB 5803/AM), ADV: MARIA CAROLINA PORDEUS E SILVA CARDOSO (OAB 8083/AM) - Processo 0242630-19.2011.8.04.0001 - Procedimento Comum - Obrigações - REQUERENTE: Banco Santander S/A e outro - REQUERIDO: Gilberto Rodrigues Barbosa - Vistos. Trata-se de Ação de Cobrança, proposta por Banco Santander S/A e Banco Santander Brasil S/A, por meio de seu patrono(a), em face de Gilberto Rodrigues Barbosa, todos devidamente qualificados nos autos, pelos fatos e fundamentos descritos na exordial. Denota-se dos autos que, apesar de devidamente intimada pessoalmente parra promover o prosseguimento do feito, a parte autora quedou-se silente, conforme certidão da secretaria às folhas 63. Desta feita, determino a intimação da parte Requerida para, no prazo de 5 (cinco) dias, requerer o que entender de direito, nos termos do artigo 485, § 6, do CPC. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: FAUSTO MENDONÇA VENTURA (OAB 2503/AM), ADV: ROBERTA CINTRÃO SIMÕES DE OLIVEIRA (OAB 3582/AM), ADV: ELCI SIMÕES DE OLIVEIRA JÚNIOR (OAB 5543/AM) - Processo 0245556-94.2016.8.04.0001 - Renovatória de Locação - Locação de Imóvel - REQUERENTE: Casa Nossa Senhora de Nazaré Ltda - (Bar do Armando) - REQUERIDO: Diocese do Alto Solimões - Vistos. Trata-se de Ação Renovatória de Locação, proposta por Casa Nossa Senhora de Nazaré Ltda - (Bar do Armando), por meio de seu patrono(a), em face de Diocese do Alto Solimões, todos devidamente qualificados nos autos, pelos fatos e fundamentos descritos na exordial. Da detida análise dos autos verifico a necessidade de sanar algumas questões, zelando pela regularidade e eficiência do processo. Em Despacho de fls. 77, fora deferida a gratuidade da Justiça à Requerente. Na Contestação de fls. 103/115, a Requerida impugna o deferimento da gratuidade da Justiça à parte Autora, questionando como é possível haver movimentação zero em uma empresa que está em pleno funcionamento e sugere a dúvida: como uma empresa pagar um aluguel de R$ 5.000,00 (cinco mil reais) se tem lucratividade zero?. E, por esta razão, pugna pela anulação do deferimento do benefício da gratuidade da Justiça. Em petitório de fls. 141, a Requerida pugna pela intimação da parte Autora para que comprove o pagamento dos alugueis referentes aos meses: 09/2017, 10/2017, 11/2017, 12/2017, 01/2018, 02/2018, 03/2018, 04/2018, 05/2018 e 06/2018. A seu turno, a Requerente roga pela expedição de Ofício à Agência da Caixa Econômica Federal para que a referida instituição informe acerca dos depósitos efetuados pela Requerida em conta judicial. Denota-se que o evento cognominado 'Banda da Bica' reuniu milhares de pessoas em torno da sede da Requerente, sendo este um fato público e notório, o que certamente promove uma lucratividade imensurável à Autora,

o que viabiliza o pagamento das custas iniciais. Ademais, verifico que a parte Autora não acostou aos autos documentos suficientes para rechaçar as arguições apresentadas pela Requerida em sede de Contestação, no que tange à concessão do benefício da gratuidade da Justiça. Razão pela qual, revogo o Despacho de fls. 77, que deferiu a gratuidade da Justiça à parte Requerente. Pelo exposto, intime-se a Autora para que, no prazo de 10 (dez) dias, junte aos autos comprovante de pagamento das custas iniciais, sob pena de cancelamento da distribuição, nos termos do artigo 290 do Código de Processo Civil. Ato contínuo, intime-se a Requerente para que, no prazo de 05 (cinco) dias, comprove o pagamento dos alugueis referentes aos meses informados às fls. 141, sobe pena de extinção do feito, nos moldes do artigo 485, III, do CPC. Ressalto que está mantida a audiência de instrução e julgamento designada para o dia 21 de maio de 2019, às 9h (nove horas). Após, voltem-me os autos conclusos. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ELISÂNGELA PEREIRA DANIEL (OAB 5725/AM), ADV: ELAINE BONFIM DE OLIVEIRA (OAB 336/AM) - Processo 0247837-04.2008.8.04.0001 (001.08.247837-7) - Procedimentos Especiais de Jurisdição Voluntária - Alienação Judicial - REQUERENTE: Banco Finasa S/A - Compulsando os autos, verifico que as partes não foram intimadas da sentença de fls. 104/106, razão pela qual intimo-as para que tome(m) ciência do(a) sentença em questão, cujo teor segue abaixo: “Ao lume de todo o exposto, com fulcro no art. 487, I, do Código de Processo Civil, resolvo o mérito deste feito e JULGO PROCEDENTE o pedido para condenar a parte Requerida - devedor fiduciário, equiparado a depositário -, a pagar ao Banco Requerente a importância equivalente ao valor atualizado do bem, de acordo com a tabela FIPE vigente na presente data, incidindo-se correção monetária até a data do efetivo pagamento, pelos parâmetros usados pela tabela de cálculos judiciais do E. Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, e juros de 1% a.m, desde a citação realizada na ação de depósito (fls. 52). Pela sucumbência, condeno a parte Requerida no pagamento das custas, despesas processuais e em honorários advocatícios que fixo em 10% (dez por cento) do valor atualizado da causa, nos termos do art. 85, §2º, do Código de Processo Civil, buscando-se aqui bem remunerar o serviço jurídico prestado pelos patronos da parte Requerente. Opostos embargos de declaração, com efeito modificativo, intime-se a parte contrária para se manifestar no prazo legal. Interposta apelação, intime-se o apelado para responder no prazo legal. Proceda-se com a remessa dos autos ao Tribunal. Oportunamente feitas às devidas anotações e, certificado o trânsito em julgado, dê-se baixa na distribuição e arquivem-se os autos. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. “

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010/AM), ADV: ALEXANDRE MAGNO ARANHA RODRIGUES (OAB 6821/AM), ADV: SÔNIA MARIA CANSANÇÃO DA SILVA (OAB 2431/AM), ADV: LIEGE DE ABREU CARVALHO (OAB 2309/AM) - Processo 0255810-05.2011.8.04.0001 (apensado ao processo 0700417-38.2011.8.04.0001) - Cautelar Inominada - Liminar - REQUERENTE: Conserge Construcao e Servicos Gerais Ltda - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Intime-se a parte autora, pessoalmente, por carta com aviso de recebimento para no prazo de 5 (cinco) dias, manifestar se persiste interesse no prosseguimento do feito, requerendo, para tanto, o que entender necessário, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, III, do CPC.

ADV: CÁRITA MARTINS BORGES PEDROSO (OAB 7310/AM) - Processo 0601319-70.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum - Enriquecimento sem Causa - REQUERENTE: Carla Martins Santiago - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP) - Processo 0601606-62.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Administradora de Consórcio Nacional Honda Ltda. - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: CHRISTHIAN NARANJO DE OLIVEIRA (OAB 4188/AM) - Processo 0602672-77.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Obrigações - REQUERENTE: Condomínio Empresarial Adrianópolis - R.H. no estado em que se encontra. Averbo-me suspeita para funcionar nos presentes autos, por motivo de foro íntimo, nos termos do art. 145, §1º, do CPC. Ao meu substituto legal. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ELAINE BONFIM DE OLIVEIRA (OAB 336A/CE), ADV: ISRAEL LAMEGO DE LIMA JÚNIOR (OAB 8475/AM), ADV: CELSO MARCON (OAB A566/AM), ADV: LAMEGO & WAUGHAN - ESCRITÓRIO JURÍDICO (OAB 8475/AM) - Processo 0603383-82.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - REQUERIDA: Cynthia Rosa Espindola - Vistos. Tendo em vista o petitório de folhas 44/48, intime-se o Banco Autor para se manifestar no prazo de 15 (quinze) dias, requerendo o que entender de direito. Após o decurso do prazo, com ou sem manifestação, voltem-me os autos conclusos para decisão. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: EDGAR PORTELA DA SILVA AGUIAR (OAB 9941/AM), ADV: MILTON ANTÔNIO RIVERA REYES (OAB 9851/AM), ADV: MARIA DO SOCORRO GAMA DA SILVA (OAB 5365/AM), ADV: NATHÁLIA PIMENTEL BIONE DE SOUZA (OAB 8027/AM), ADV: PEDRO GUIMARÂES CABRAL FILHO (OAB 9111/AM), ADV: MAURÍCIO SANTOS SALIM (OAB 9230/AM) - Processo 0603405-48.2016.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: Maria Luzia Lima Barroso e outro - REQUERIDO: Osvaldo Capovilla - Ao lume de todo o exposto, com fulcro no art. 487, I, do Código de Processo Civil, resolvo o mérito do feito e JULGO IMPROCEDENTES os pedidos formulados na inicial. Condeno as partes Requerentes ao pagamento de custas e despesas processuais e, ainda, em honorários advocatícios, os quais fixo em 10% (dez por cento) sobre o valor da causa, em observância ao grau de zelo, à natureza e importância da causa, bem como pelo trabalho realizado pelo patrono da parte Requerida, com fulcro no art. 85, § 2º, do Código de Processo Civil. Opostos embargos de declaração, com efeito modificativo, intime-se a parte contrária para se manifestar no prazo legal. Interposta apelação, intime-se o apelado para responder no prazo legal. Proceda-se com a remessa dos autos ao Tribunal. Oportunamente feitas às devidas anotações e, certificado o trânsito em julgado, dê-se baixa na distribuição e arquivem-se os autos. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: CARLOS GOMES ROCHA DE FREITAS (OAB 10030/AM) - Processo 0604033-32.2019.8.04.0001 - Ação de Exigir Contas - Previdência privada - REQUERENTE: Sandra da Silva Costa - Vistos. Trata-se de Ação de Obrigação de Não Fazer, proposta por Sandra da Silva Costa, por meio de seu patrono(a), em face de Fundação Petrobrás de Seguridade Social - Petros, todos devidamente qualificados nos autos, pelos fatos e fundamentos descritos na exordial. Denota-se que às fls. 61/62, a parte Requerente pugna pela redesignação da Audiência de Conciliação pautada para o dia 14/03/2019. Tendo em vista a plausibilidade da justificativa da ausência, bem como as provas acostadas no bojo do petitório, DEFIRO a redesignação da audiência supracitada. Ao CEJUSC para que paute nova data. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ELCI SIMÕES DE OLIVEIRA JÚNIOR (OAB 5543/AM), ADV: ROBERTA CINTRÃO SIMÕES DE OLIVEIRA (OAB 3582/AM) - Processo 0604420-47.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Comissão - REQUERENTE: Selvarad Representações Comerciais de Imóveis e Eletrônicos Ltda- Me - Por todo exposto, estando ausente o requisito do perigo de dano, indefiro o pedido de tutela de urgência. Por conta do princípio de promoção pelo Estado da solução dos conflitos por autocomposição, e tendo em vista que a inicial preenche os requisitos essenciais, determino que os presentes autos sejam encaminhados ao Centro Judiciário de

Solução de Conflitos e Cidadania - CEJUSC, para designação de data, citação e emissão de todos os expedientes necessários à realização da Audiência de Conciliação, nos termos do caput do artigo 334 do Código de Processo Civil. Dê-se ciência que "o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado", conforme artigo 334, §8º, do referido Código. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: CHARLES BRITO PORTO (OAB 9468/AM), ADV: LEONARDO ANDRADE ARAGÃO (OAB 7729/AM), ADV: CARLOS EDUARDO LEME ROMEIRO (OAB 138927/SP) - Processo 0605253-36.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Fabiane de Almeida Silva Miranda - REQUERIDO: Consul - Eletrodomésticos (Whirlpool S.a.) - Benchimol Irmão e Cia. Ltda. - Em conformidade com o art. 1º, XVI, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes interessadas para que se manifestem sobre proposta de honorários periciais, no prazo de 5 (cinco) dias, na forma do § 3º do artigo 465 do CPC.

ADV: IVANA DA CUNHA LEITE RUIZ (OAB 4814/AM) - Processo 0605953-41.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Telefonia - REQUERENTE: Próspero Guerra Ruiz - Por todo exposto, estando ausente o requisito de probabilidade do direito, indefiro o pedido de tutela de urgência. Defiro o pedido de gratuidade da justiça à parte Requerente, à luz das informações presentes nos autos e na forma do parágrafo 3º do artigo 99 do Código de Processo Civil. Destaco que o benefício é temporário, uma vez que, nos termos do artigo 98, parágrafos 2º e 3º, do referido Diploma legal, a gratuidade não afasta a responsabilidade do beneficiário pelas despesas processuais e pelos honorários advocatícios decorrentes de sua sucumbência, cujas obrigações poderão ser executadas se, nos 05 (cinco) anos subsequentes ao trânsito em julgado da decisão que as certificou, o credor demonstrar que deixou de existir a situação de insuficiência de recursos que justificou a concessão de gratuidade Por conta do princípio de promoção pelo Estado da solução dos conflitos por autocomposição, e tendo em vista que a inicial preenche os requisitos essenciais, determino que os presentes autos sejam encaminhados ao Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania - CEJUSC, para designação de data, citação e emissão de todos os expedientes necessários à realização da Audiência de Conciliação, nos termos do caput do artigo 334 do Código de Processo Civil. Dê-se ciência que "o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado", conforme artigo 334, §8º, do referido Código. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: RONÉLIO CARDOSO DE LIMA (OAB 6432/AM), ADV: RODOLFO MEIRA ROESSING (OAB 12719/PA) - Processo 0606833-09.2014.8.04.0001 - Procedimento Sumário - Seguro - REQUERENTE: GERALDO LOPES SOBRINHO - REQUERIDA: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguros DPVAT e outro - DECIDO. Da análise dos autos, verifica-se que a parte Autora não se submeteu à perícia designada pelo Instituto Médico Legal, o que caracteriza a preclusão do seu direito de produzir prova pericial. O Código de Processo Civil, em seu artigo 223, assim determina, "Decorrido o prazo, extingue-se, o direito de praticar ou emendar ato processual, independentemente de declaração judicial, ficando assegurado, porém, à parte provar que o não realizou por justa causa". Ante o exposto, com vistas a evitar eventual alegação de cerceamento de direito, intime-se a parte Requerente, pessoalmente, e por meio de seu patrono, para que, no prazo de 15 (quinze) dias apresente justificativa a respeito de sua ausência à perícia médica designada, de forma objetiva e fundamentada, e requeira o que entender de direito. Decorrido o prazo in albis, certifique-se e voltem-me os autos conclusos para Sentença, em razão de entender perfeitamente cabível conhecer diretamente do pedido, nos termos do artigo 355, inciso I, do CPC. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ALICE DE AQUINO SIQUEIRA E SILVA (OAB 4564/AM), ADV: MANOEL ROMÃO DA SILVA (OAB 1432/AM), ADV: NÚBIA BATISTA PINHEIRO (OAB 11184/AM), ADV: GEFERSON BATISTA PINHEIRO (OAB 11931/AM), ADV: VICENTE DE PAULO SOARES COELHO (OAB 1144/AM) - Processo 0608069-54.2018.8.04.0001 - Despejo por Falta de Pagamento Cumulado Com Cobrança - Inadimplemento - REQUERENTE: Pedro Martins de Menezes Filho & Cia Ltda. - REQUERIDO: Lucivaldo de Castro Castelo Branco - Rosália Farias da Silva e outro - Vistos. Trata-se de Ação de Despejo Por Falta de Pagamento Cumulado Com Cobrança, proposta por Pedro Martins de Menezes Filho Cia Ltda., por meio de seu patrono, em face de Lucivaldo de Castro Castelo Branco, Francisco Farias de Carvalho e Rosália Farias da Silva, todos devidamente qualificados nos autos, pelos fatos e fundamentos descritos na exordial. Denota-se dos autos, às folhas 146, manifestação da parte Autora informando que o imóvel foi abandonado pelos Requeridos, embora conste tal informação, a determinação do despejo já foi concedida às folhas 115. Emolumentos devidos ao Oficial de Justiça recolhidos às folhas 143/145. Desta feita, à secretaria para a expedição do imediato mandado de Despejo, conforme determinado às folhas 115. Atente-se a parte Autora que a mesma poderá acompanhar o senhor Meirinho no momento da diligência. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM), ADV: GABRIEL EDUARDO DA SILVA MACHADO (OAB 13340/AM) - Processo 0608108-17.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - REQUERIDO: Gracilago Ferreira Santos Sobrinho - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para que se manifeste acerca da petição de fls. 51/53, no prazo de 05 (dias) dias.

ADV: PIO CARLOS FREIRIA JUNIOR (OAB A1118AM), ADV: CRISTIANE BELLINATI GARCIA LOPES (OAB 751A/AM) - Processo 0608302-51.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Itaucard S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado/AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB A598/AM) - Processo 0608974-59.2018.8.04.0001 - Monitória - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: LUÍS FELIPE DE SOUZA REBÊLO (OAB 17593/PE), ADV: LUCIANA GOULART PENTEADO (OAB 167884/SP), ADV: THIAGO PACHECO RODRIGUES (OAB 8826/AM), ADV: MARISA TAVARES BARROS PAIVA DE MOURA (OAB 23647/PE), ADV: JOSÉ IVAN BENAION CARDOSO (OAB 1657/AM) - Processo 0611577-76.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: José das Chagas Moreira Sousa - REQUERIDO: RIVOLI VEICULOS LTDA - Peugeot Citroën do Brasil Automóveis LTDA. - Ao lume de todo o exposto, com fulcro no art. 487, I, do Código de Processo Civil, resolvo o mérito do feito e JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos iniciais para CONDENAR as partes Requeridas Rivoli Veículos Ltda e Peugeot Citroën Brasil Automóveis Ltda.: a) a restituir ao Requerente o valor pago pela aquisição do automóvel, acrescidos de juros de mora de 1% a partir da citação e correção monetária, deste a data do desembolso, pela Tabela de Atualização do E. Tribunal de Justiça do Amazonas, devendo a parte Requerente entregar o veículo aos Requeridos, no prazo de 5 (cinco) dias após o recebimento

do reembolso; e, b) a pagar a quantia de R$10.000,00 (dez mil reais) a título de compensação por danos morais, acrescidos de juros moratórios de 1% ao mês e correção monetária pela Tabela de Atualização do E. Tribunal de Justiça do Amazonas, desde a citação. Condeno as partes Requeridas no pagamento das custas, despesas processuais e em honorários advocatícios, que fixo em 10% (dez por cento) do valor da condenação, nos termos do art. 85, § 2º, do Código de Processo Civil, em observância ao grau de zelo e pelo trabalho desempenhado pelo Defensor da parte Requerente. Opostos embargos de declaração, com efeito modificativo, intime-se a parte contrária para se manifestar no prazo legal. Interposta apelação, intime-se o apelado para responder no prazo legal. Proceda-se com a remessa dos autos ao Tribunal. Oportunamente feitas às devidas anotações e, certificado o trânsito em julgado, dê-se baixa na distribuição e arquivem-se os autos. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM) - Processo 0616111-92.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S. A. - Sucessor de Banco Losango S/A - Banco Multiplo - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado/AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: ROBERTA CINTRÃO SIMÕES DE OLIVEIRA (OAB 3582/AM), ADV: ELCI SIMÕES DE OLIVEIRA JÚNIOR (OAB 5543/AM), ADV: FAUSTO MENDONÇA VENTURA (OAB 2503/AM) - Processo 0616224-80.2017.8.04.0001 (apensado ao processo 0245556-94.2016.8.04.0001) - Despejo - Despejo para Uso Próprio - REQUERENTE: Diocese do Alto Solimões - REQUERIDO: Casa Nossa Senhora de Nazaré Ltda - (Bar do Armando) - Vistos. Denota-se a conexão entre os autos em epígrafe e o processo nº 0245556-94.2016.8.04.0001, o julgamento dos processos em conjunto na audiência pautada para o dia 21 de maio de 2019, às 9h (nove horas da manhã), é a medida que se impõe, para evitar decisões conflitantes. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: JULIANA INOUE MARIANO (OAB 261052/SP) - Processo 0617309-67.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: Maria Clemente de Souza - Por todo exposto, estando ausente o requisito de probabilidade do direito, indefiro o pedido de tutela de urgência. Defiro o pedido de gratuidade da justiça à parte Requerente, à luz das informações presentes nos autos e na forma do parágrafo 3º do artigo 99 do Código de Processo Civil. Destaco que o benefício é temporário, uma vez que, nos termos do artigo 98, parágrafos 2º e 3º, do referido Diploma legal, a gratuidade não afasta a responsabilidade do beneficiário pelas despesas processuais e pelos honorários advocatícios decorrentes de sua sucumbência, cujas obrigações poderão ser executadas se, nos 05 (cinco) anos subsequentes ao trânsito em julgado da decisão que as certificou, o credor demonstrar que deixou de existir a situação de insuficiência de recursos que justificou a concessão de gratuidade Conforme artigo 1º da Portaria nº 2.183/2016-PTJ - que disciplina sobre os procedimentos iniciais nos processos relativos às ações previdenciárias e ao seguro DPVAT, bem como prevê a realização de mutirões processuais pertinentes a tais demandas -, determino que os presentes autos sejam encaminhados ao Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania - CEJUSC para emissão de todos os expedientes necessários à realização de perícia. Dê-se ciência que "o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado", conforme artigo 334, §8º, do referido Código. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: TIMÓTEO MARTINS NUNES (OAB 503/RR) - Processo 0617862-56.2014.8.04.0001 - Procedimento Sumário - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: WALDECK BRAGA ORTIZ FILHO - DECIDO. Da análise dos autos, verifica-se que a parte Autora não se submeteu à perícia designada pelo Instituto Médico Legal, o que caracteriza a preclusão do seu direito de produzir prova pericial. O Código de Processo Civil, em seu artigo 223, assim determina, "Decorrido o prazo, extingue-se, o direito de praticar ou emendar ato processual, independentemente de declaração judicial, ficando assegurado, porém, à parte provar que o não realizou por justa causa". Ante o exposto, com vistas a evitar eventual alegação de cerceamento de direito, intime-se a parte Requerente, pessoalmente, e por meio de seu patrono, para que, no prazo de 15 (quinze) dias apresente justificativa a respeito de sua ausência à perícia médica designada, de forma objetiva e fundamentada, e requeira o que entender de direito. Decorrido o prazo in albis, certifique-se e voltem-me os autos conclusos para Sentença, em razão de entender perfeitamente cabível conhecer diretamente do pedido, nos termos do artigo 355, inciso I, do CPC. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: PENÉLOPE ARYADNE ANTONY LIRA (OAB 7357/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE) - Processo 0623139-82.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum - Contratos Bancários - REQUERENTE: Antonia Correa de Souza - REQUERIDO: BANCO INDUSTRIAL DO BRASIL e outro - Vistos etc. Versam autos sobre a Ação de Desconstituição de Débito c/c Obrigação de Fazer e Dano Moral e Material, com pedido de antecipação de tutela, proposta por Antonia Correa de Souza em face de BANCO INDUSTRIAL DO BRASIL e Banco Industrial do Brasil S/A, todos devidamente qualificados nos autos. Durante o trâmite do processo, na fase de cumprimento de sentença, as partes transigiram, conforme se aduz às fls. 324/326. É o breve relatório. Passo a fundamentar e decidir. A transação havida entre as partes deve ser homologada, tendo em vista que o instrumento da transação vem subscrito pelos procuradores das partes que têm poderes para transigir. Nada a questionar, homologo, por sentença, o acordo celebrado para que surta seus efeitos jurídicos e legais (artigo 200, parágrafo único, CPC) e, em consequência, julgo extinto o processo com resolução do mérito, nos termos do art. 487, III, b, do CPC. Pelo princípio da causalidade, condeno as partes em despesas processuais e honorários advocatícios, estes tal como definido pelos litigantes no acordo celebrado. Diante da inexistência de interesse recursal, declaro o trânsito em julgado nesta data, ficando dispensada sua certificação. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Arquivem-se.

ADV: NATASJA DESCHOOLMEESTER (OAB 2140/AM), ADV: KAREN REBECCA LOUZADA DADALTO HENRIQUES (OAB 140475/RJ), ADV: THIAGO ALMEIDA REBELLO (OAB 12327/AM) - Processo 0624824-56.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Solange da Silva Pimenta - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes para apresentarem eventuais propostas de acordo e especificarem as provas que ainda pretendam produzir, devendo mencionar qual a sua utilidade para o deslinde da causa. No caso de prova oral, resumidamente, os fatos que com ela pretendem esclarecer. No caso de prova pericial, a utilidade do expediente, indicando a especialidade requerida e quesitos correlatos, no prazo comum de 15 (quinze) dias.

ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: HIRAN LEÃO DUARTE (OAB 10422/CE), ADV: LANA KELLY DE ANDRADE SAMPAIO (OAB 4008/AM) - Processo 0625015-38.2017.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Psa Finance Brasil S/A - REQUERIDA: Josenilde Santos Oliveira Ferreira - Ao lume de todo o exposto, com fulcro no art. 487, I, do Código de Processo Civil, resolvo o mérito deste feito, confirmo a liminar deferida às fls. 26 e JULGO PROCEDENTE o pedido constante na exordial da presente ação de busca e apreensão em alienação fiduciária, consolidando a propriedade e posse plena e exclusiva ao Requerente/Reconvindo do veículo Marca Peugeot, Modelo 208 ACT Pack BVA, Ano 2014/2015, Placa PHF-5354, Chassi 936CLNFNWFB019582, na forma do §1º do art. 3º, do Decreto-Lei nº 911/69. Pela sucumbência, condeno a parte Requerida no pagamento das custas, despesas processuais e em honorários advocatícios que fixo em 10% (dez por cento) do valor da causa, em apreciação equitativa, nos termos do art.85, § 2º do Código de Processo Civil, buscando-se aqui bem remunerar o serviço jurídico prestado pelos procuradores da parte requerente, ficando suspensa

a exigibilidade de tais cobranças, em virtude da concessão dos benefícios da assistência judiciária gratuita, que ora defiro, ressalvada a demonstração, dentro do prazo legal, da hipótese preceituada no artigo 98, §§ 2º e 3º, do Código de Processo Civil. Autorizo a parte Requerente a alienar o bem a terceiro na forma do art. 2º, caput, do Decreto-Lei 911/69, com a ressalva de entregar ao Requerido o saldo apurado, se houver. Se requerido, oficie-se ao Detran/AM, comunicando estar o Requerente autorizado a proceder à transferência a terceiros que indicar. Considerando que não alcançou o fim a que se destinava, expeça-se alvará de levantamento dos valores depositados nos autos, fls. 42, com as devidas cominações legais, em favor da parte Requerida ou de quem esta indicar. Opostos embargos de declaração, com efeito modificativo, intime-se a parte contrária para se manifestar no prazo legal. Interposta apelação, intime-se o apelado para responder no prazo legal. proceda-se com a remessa dos autos ao Tribunal. Oportunamente feitas às devidas anotações e, certificado o trânsito em julgado, dê-se baixa na distribuição e arquivem-se os ambos os autos. P.R.I.C.

ADV: THAMMY DAS NEVES ATHAYDE (OAB 7312/AM), ADV: MARCO ANDRÉ HONDA FLORES (OAB 6171/MS) - Processo 0627036-21.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum - Contratos Bancários - REQUERENTE: Ana Dilza Gomes das Neves - REQUERIDO: Santander Capitalização - Ao lume de todo o exposto, com fulcro no art. 487, I, do Código de Processo Civil, resolvo o mérito do feito e JULGO IMPROCEDENTES os pedidos iniciais. Condeno a parte Requerente no pagamento das custas e despesas processuais e em honorários advocatícios, que fixo em 10% (dez por cento) do valor da causa, nos termos do art. 85, § 2º, do Código de Processo Civil, ficando suspensa a exigibilidade de tais cobranças, em virtude da concessão dos benefícios da assistência judiciária gratuita que ora defiro, ressalvada a demonstração, dentro do prazo legal, da hipótese preceituada no artigo 98, §§ 2º e 3º, do Código de Processo Civil. Opostos embargos de declaração, com efeito modificativo, intime-se a parte contrária para se manifestar no prazo legal. Interposta apelação, intime-se o apelado para responder no prazo legal. Proceda-se com a remessa dos autos ao Tribunal. Oportunamente feitas às devidas anotações e, certificado o trânsito em julgado, dê-se baixa na distribuição e arquivem-se os autos. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: LEANDRO FERNANDES CARLOS GOMES (OAB 133221/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0628621-11.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - EXEQUENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Vistos. Trata-se de Ação de Execução de Título Extrajudicial, proposta por Amazonas Distribuidora de Energia S/A, por meio de seu patrono(a), em face de IFER DA AMAZÔNIA LTDA., todos devidamente qualificados nos autos, pelos fatos e fundamentos descritos na exordial. Às folhas 78, Despacho determinando a expedição da carta de citação em desfavor dos Executados para que efetuem o pagamento da dívida no prazo de 3 (três) dias. Às folhas 85/86, Aviso de recebimento contatando que apenas a Executada IFER DA AMAZÔNIA LTDA., fora devidamente citada. Às folhas 90, a parte Exequente requer o julgamento procedente da demanda, em razão de a parte Executada IFER DA AMAZÔNIA LTDA., não ter se manifestado nos autos. Denota-se dos autos que o Executado MARCOS IONI FERNANDEZ não foi devidamente citado, conforme o aviso de recebimento sem cumprimento de folhas 85. Desta feita, levando em consideração que a citação é evento que marca o início da contagem dos prazos processuais, para as partes, é vital que se tenha a maior regularidade no ato citatório, e que sejam evitados quaisquer inconvenientes que possam levar a nulidades de citação, ou até mesmo ao desconhecimento da demanda. Desta feita, indefiro o petitório de folhas 90, e determino a intimação da parte Exequente para, no prazo de 5 (cinco) dias, informar novo endereço do Executado Marcos Ioni Fernandez, para fins de citação. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: RODRIGO BALLESTEROS (OAB 12141/AM), ADV: JOSÉ CARLOS VALIM (OAB 2095/AM), ADV: RODRIGO BALLESTEROS (OAB 158895/SP) - Processo 0629658-05.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Rescisão / Resolução - REQUERENTE: Sindicato dos Trabalhadores Na Indústria de Material Plástico de Manaus - Por todo exposto, estando ausente o requisito de probabilidade do direito, indefiro o pedido de tutela de urgência. Por conta do princípio de promoção pelo Estado da solução dos conflitos por autocomposição, e tendo em vista que a inicial preenche os requisitos essenciais, determino que os presentes autos sejam encaminhados ao Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania - CEJUSC, para designação de data, citação e emissão de todos os expedientes necessários à realização da Audiência de Conciliação, nos termos do caput do artigo 334 do Código de Processo Civil. Dê-se ciência que "o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado", conforme artigo 334, §8º, do referido Código. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG) - Processo 0630076-74.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco do Brasil S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0632336-90.2018.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado/AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: HUDSON JOSÉ RIBEIRO (OAB 150060/SP), ADV: PASQUALI PARISE E GASPARINI JÚNIOR (OAB 4752/SP) - Processo 0632993-66.2017.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: JOSÉ ALMIR DA ROCHA MENDES JÚNIOR (OAB A1235/AM), ADV: DINAH AMAZONAS DE OLIVEIRA (OAB 4667/AM), ADV: CHRISTIANO PINHEIRO DA COSTA (OAB 3542/AM), ADV: JOSÉ IVAN BENAION CARDOSO (OAB 1657/AM) - Processo 0634787-93.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Maria Lúcia Matos Mendes - REQUERIDO: BANCO ITAU BMG CONSIGNADO S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s), para que tomem ciência da data de perícia marcada para o dia 11/04/2019, às 13:00h, n

ADV: ELAINE BEZERRA DE QUEIROZ BENAYON (OAB 3456/AM) - Processo 0638961-43.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERENTE: S.F.G. - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: RODRIGO BENAYON PONTES SERUDO (OAB 11132/AM), ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM) -

Processo 0639183-11.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Lucineia da Silva Verçosa - REQUERIDO: Direcional Engenharia S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB A598/AM) - Processo 0647218-57.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - EXEQUENTE: Ipiranga Produtos de Petróleo S.a. - Vistos. Trata-se de manifestação da parte Autora às folhas 80/81, onde pugna pela desistência da ação em relação ao Executado Gilson Carneiro Machado, bem como a inclusão no polo passivo da demanda de Miria da Silva Cordeiro e Antonio Waldemar Carneiro Machado. Tendo em vista que ainda não houve citação das Executadas e a consequente formação relação processual triangular, defiro o petitório de folhas 80/81. À secretaria par a alteração e inclusão do polo passivo da demanda. Desta feita, intime-se a parte Exequente para se manifestar acerca do Aviso de Recebimento sem cumprimento de folhas 100, bem como viabilizar a Citação de todas as executadas. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: GUILHERME GUSTAVO VASQUES MOTA (OAB 5663/AM) - Processo 0651140-09.2018.8.04.0001 - Consignação em Pagamento - Pagamento em Consignação - CONSIGNANTE: M.O.L. - Vistos. Trata-se de Ação de Consignação em Pagamento proposta por Messias de Oliveira Lopes em face de Banco Psa Finance Brasil S/A, ambos devidamente qualificados nos autos, pelos fatos e fundamentos narrados na exordial. Da análise dos autos, verifico não estarem presentes os requisitos legais (nem minimamente) de interposição de ação consignatória, quais sejam, aqueles constantes do art. 335 do Código Civil. Ora. A ação de consignação em pagamento é procedimento especial de jurisdição contenciosa, devendo ter início nos termos da previsão legal, pois o desfecho processual é específico, não podendo ser desnaturado, sob pena de inconsistência processual e dificuldade intransponível na entrega da prestação jurisdicional. Ante o exposto, determino, nos termos do art. 321 do CPC, a intimação da parte Requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar ou completar a inicial, sob pena de indeferimento da petição inicial, com fulcro no art. 330, IV c/c art. 485, I, ambos do Código de Processo Civil. Cumpridos os atos de emenda, retornem-me conclusos para apreciar a inicial. Cumpra-se.

ADV: MAURÍLIO SÉRGIO FERREIRA DA COSTA FILHO (OAB 9967/AM) - Processo 0657876-43.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Maurílio Sérgio Ferreira da Costa - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 08/05/2019 às 08:30h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, tel 33035246. Manaus, 12 de março de 2019 Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL CITAÇÃO - ADVERTÊNCIAS: Art. 334 do Código de Processo Civil: § 8º O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. § 9º As partes devem estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos. Art. 335 do Código de Processo Civil: O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data: I - da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição; II - do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso I; III - prevista no art. 231, de acordo com o modo como foi feita a citação, nos demais casos. § 1º No caso de litisconsórcio passivo, ocorrendo a hipótese do art. 334, § 6º, o termo inicial previsto no inciso II será, para cada um dos réus, a data de apresentação de seu respectivo pedido de cancelamento da audiência. § 2º Quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso II, havendo litisconsórcio passivo e o autor desistir da ação em relação a réu ainda não citado, o prazo para resposta correrá da data de intimação da decisão que homologar a desistência. Caso V. S.ª não apresente contestação no prazo legal, serão aplicadas as penas de confissão e de revelia, ou seja, serão presumidos aceitos como verdadeiros, todos os fatos articulados pela parte requerente na petição inicial CPC, art. 344); OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

ADV: HIRAN LEÃO DUARTE (OAB 10422/CE) - Processo 0659767-02.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Honda S/A - Vistos etc. Versam os autos sobre Ação de Busca e Apreensão Em Alienação Fiduciária, proposta por Banco Honda S/A em face de Lucineide Rodrigues Braga, ambos devidamente qualificados, pelos fatos e fundamentos da exordial. Às fls. 51, a parte Requerente demonstrou falta de interesse no prosseguimento do feito, pleiteando a desistência da ação, bem como a expedição de ofícios ao Detran - AM, a fim de que seja baixada eventual restrição sobre o veículo, ora objeto da lide. É o relatório. Passo a decidir. Tendo em vista o pedido de desistência do feito pela parte Requerente, vale dizer ser desnecessário, para o caso em tela, o consentimento da parte contrária para extinção do feito, nos termos artigo 485, parágrafo 4º, do Código de Processo Civil, porquanto não houve a sua citação e a consequente formação da relação processual triangular. Ademais, denota-se dos autos inexistência de restrição, do veículo, ora objeto da lide, motivo pelo qual indefiro petitório, interposto às fls. 51, inerente a baixa da referida diligência. Ao lume do exposto, homologo por sentença a desistência da ação, para que surta seus efeitos jurídicos e legais, nos termos artigo 200, parágrafo único, do Código de Processo Civil, e, em consequência, julgo extinto o processo, sem resolução do mérito, termos do artigo 485, inciso VIII, do referido Código. Determino a expedição de oficios a Central de Mandados para que recolha imediatamente o Mandado expedido às folhas 50. Condeno a parte Requerente no pagamento das despesas processuais, se houver. O trânsito em julgado ocorreu nesta data, pois o pedido de desistência é incompatível com a vontade de recorrer. Oportunamente feitas as devidas anotações, dê-se baixa na distribuição e arquivem-se os autos. Publique-se. Intime-se. Registre-se. Cumpra-se.

ADV: EDNEY MARTINS GUILHERME (OAB 177167/SP), ADV: FERNANDO LUZ PEREIRA (OAB A658AM) - Processo 0660254-69.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado/AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: ROSÂNGELA DA ROSA CORRÊA (OAB 30820/RS) - Processo 0717773-12.2012.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Liminar - EXEQUENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado/AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

Alexandre Magno Aranha Rodrigues (OAB 6821/AM)
Alice de Aquino Siqueira e Silva (OAB 4564/AM)
André de Souza Oliveira (OAB 5219/AM)
Cárita Martins Borges Pedroso (OAB 7310/AM)
Carlos Alberto Guedes da Silva Júnior (OAB 8713/AM)
Carlos Eduardo Leme Romeiro (OAB 138927/SP)
Carlos Gomes Rocha de Freitas (OAB 10030/AM)
Celso Marcon (OAB A566/AM)
Charles Brito Porto (OAB 9468/AM)
Christhian Naranjo de Oliveira (OAB 4188/AM)
Christiano Pinheiro da Costa (OAB 3542/AM)
Cristiane Bellinati Garcia Lopes (OAB 751A/AM)
DINAH AMAZONAS DE OLIVEIRA (OAB 4667/AM)
Edgar Portela da Silva Aguiar (OAB 9941/AM)
Edney Martins Guilherme (OAB 177167/SP)
Elaine Bezerra de Queiroz Benayon (OAB 3456/AM)
Elaine Bonfim de Oliveira (OAB 336/AM)
Elaine Bonfim de Oliveira (OAB 336A/CE)
Elci Simões de Oliveira Júnior (OAB 5543/AM)
Elisabete Lucas (OAB 4118/AM)
Elisângela Pereira Daniel (OAB 5725/AM)
Fabrício Perrotta da Silva (OAB 165909/RJ)
Fausto Mendonça Ventura (OAB 2503/AM)
Fernando Luz Pereira (OAB A658AM)
Gabriel Eduardo da Silva Machado (OAB 13340/AM)
Geferson Batista Pinheiro (OAB 11931/AM)
Guilherme Gustavo Vasques Mota (OAB 5663/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Hiran Leão Duarte (OAB 10422/CE)
Hudson José Ribeiro (OAB 150060/SP)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Israel Lamego de Lima Júnior (OAB 8475/AM)
Ivana da Cunha Leite Ruiz (OAB 4814/AM)
Jabson da Silva Céo (OAB 5803/AM)
João Freire da Cunha Filho (OAB 654/AM)
José Almir da Rocha Mendes Júnior (OAB A1235/AM)
José Carlos Valim (OAB 2095/AM)
José Ivan Benaion Cardoso (OAB 1657/AM)
Jose Travassos Daguiar Pereira (OAB 073.550/SP)
Juliana Inoue Mariano (OAB 261052/SP)
Karen Rebecca Louzada Dadalto Henriques (OAB 140475/RJ)
Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM)
Lamego & Waughan - Escritório Jurídico (OAB 8475/AM)
Lana Kelly de Andrade Sampaio (OAB 4008/AM)
Leandro Fernandes Carlos Gomes (OAB 133221/MG)
Leonardo Andrade Aragão (OAB 7729/AM)
Liege de Abreu Carvalho (OAB 2309/AM)
Luciana Goulart Penteado (OAB 167884/SP)
Luís Albert dos Santos Oliveira (OAB 8251/AM)
Luís Felipe de Souza Rebêlo (OAB 17593/PE)
Manoel Romão da Silva (OAB 1432/AM)
Marco André Honda Flores (OAB 6171/MS)
MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM)
Maria Carolina Pordeus e Silva Cardoso (OAB 8083/AM)
Maria do Rosário de Oliveira Melo (OAB 5385/AM)
Maria do Socorro Gama da Silva (OAB 5365/AM)
Marisa Tavares Barros Paiva de Moura (OAB 23647/PE)
Maurício Santos Salim (OAB 9230/AM)
Maurílio Sérgio Ferreira da Costa Filho (OAB 9967/AM)
Milton Antônio Rivera Reyes (OAB 9851/AM)
Natasja Deschoolmeester (OAB 2140/AM)
Nathália Pimentel Bione de Souza (OAB 8027/AM)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB A598/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Núbia Batista Pinheiro (OAB 11184/AM)
Pasquali Parise e Gasparini Júnior (OAB 4752/SP)
Paulo César Laborda Valente (OAB 1403/AM)
Pedro Guimarães Cabral Filho (OAB 9111/AM)
Penélope Aryadne Antony Lira (OAB 7357/AM)
PIO CARLOS FREIRIA JUNIOR (OAB A1118AM)
Rafael Lins Bertazzo (OAB 7213/AM)
Roberta Beatriz do Nascimento (OAB 192649/SP)
Roberta Cintrão Simões de Oliveira (OAB 3582/AM)
Rodolfo Meira Roessing (OAB 12719/PA)
RODRIGO BALLESTEROS (OAB 12141/AM)
Rodrigo Ballesteros (OAB 158895/SP)
Rodrigo Benayon Pontes Serudo (OAB 11132/AM)
Ronélio Cardoso de Lima (OAB 6432/AM)
Rosângela da Rosa Corrêa (OAB 30820/RS)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 44698/MG)
Sônia Maria Cansanção da Silva (OAB 2431/AM)
Thales Silvestre Júnior (OAB 2406/AM)
Thammy das Neves Athayde (OAB 7312/AM)
Thiago Almeida Rebello (OAB 12327/AM)
Thiago Pacheco Rodrigues (OAB 8826/AM)
Timóteo Martins Nunes (OAB 503/RR)
Vicente de Paulo Soares Coelho (OAB 1144/AM)
Wilson Sales Belchior (OAB 17314/CE)

19ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 19ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0058/2019

ADV: ELAINE BONFIM DE OLIVEIRA (OAB 000.336/AM), ADV: CELSO MARCON (OAB A566/AM), ADV: GEOFREY MEIRIÑO DE SOUZA (OAB 4538AM), ADV: ELISÂNGELA PEREIRA DANIEL (OAB 5725/AM) - Processo 0074364-16.2004.8.04.0001 (001.04.074364-1) - Execução de Título Judicial - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Unibanco S/A - REQUERIDO: Valter Mendes Rodrigues - A teor do exposto, JULGO EXTINTO O PROCESSO, sem resolução do mérito, ex vi do art. 485, III, do CPC. Custas pelo autor. Transitada em julgado a presente decisão, encaminhem-se os presentes autos à contadoria para a baixa nos registros. Em caso de eventual pendência do pagamento de custas, determino a devolução dos autos a esta serventia para que proceda a intimação do devedor a fim de que, no prazo de 10 dias, realize o adimplemento do débito relativo às custas judiciais. Decorrido o prazo sem o aludido pagamento, encaminhe-se os autos à contadoria para emissão de certidão de crédito em seu desfavor. Publique-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: MAURÍCIO COIMBRA GUILHERME FERREIRA (OAB 151056S/RJ), ADV: MAURÍCIO COIMBRA GUILHERME FERREIRA (OAB 91811/MG) - Processo 0205608-87.2012.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Valor da Execução / Cálculo / Atualização - REQUERENTE: Banco Itau Unibanco S/A - Defiro o pedido de fl. antecedentes, assim determino a expedição de novo mandado de citação, penhora e avaliação, a ser cumprido no endereço declinado na petição susoaludida. Ressalto que, primeiramente, deve o requerente, proceder ao recolhimento das custas do Oficial de Justiça, no prazo de 05(cinco) dias, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, cujo depósito deverá ser feito na conta-corrente nº 9519-2, Agência 3563-7, do Banco do Brasil S/A, mediante boleto eletrônico emitido pelo sistema de gerenciamento processual do Tribunal de Justiça, sob pena de retornar sem cumprimento. Cumpra-se

ADV: BAIRON ANTÔNIO DO NASCIMENTO JÚNIOR (OAB 3795/AM), ADV: JACQUES MACHADO PORTELA (OAB 2722/AM), ADV: GISELE CORREIA DOS SANTOS BATISTA (OAB 419A/AM) - Processo 0217157-65.2010.8.04.0001 (apensado ao processo 0099229-06.2004.8.04.0001) (001.10.217157-3) - Embargos de Terceiro - EMBARGANTE: Centro Islâmico do Amazonas - EMBARGADA: Condomínio Amazonas - Em conformidade com o art. 1º, XXIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos opostos, nos termos do art. 1.023, § 2º do NCPC.

ADV: RAFAEL FERNANDO TIESCA MACIEL (OAB 7187/AM), ADV: FERNANDO SOUZA MACHADO (OAB 5975/AM), ADV: CARLOS EDGAR TAVARES DE OLIVEIRA (OAB 5910/

AM), ADV: ERIVELTON FERREIRA BARRETO (OAB 5568/AM) - Processo 0256077-74.2011.8.04.0001 (apensado ao processo 0242049-04.2011.8.04.0001) - Cumprimento de sentença - Valor da Execução / Cálculo / Atualização - EXEQUENTE: Prax Fomento Mercantil Ltda - EXECUTADO: Novotempo Industria Grafica Ltda - Defiro a transação pactuada entre as partes às fls 273/275, para que, por via de consequência, produza os seus efeitos legais e jurídicos, ao tempo em que mantenho SUSPENSO o processo, sob a égide dos arts. 313, II, e art 922, ambos do CPC, até o cumprimento integral do acordo entabulado entre as partes. Fica a parte autora na obrigação de comunicar a este Juízo a efetiva quitação do débito para fins de homologação do acordo e extinção do processo. Decorrido o prazo avençado, sem o cumprimento do acordo, intime-se o exequente para se manifestar pelo prosseguimento do feito, ex vi do art. 922, parágrafo único do CPC. Intimem-se.

ADV: MARCO LÚCIO SOUTO MAIOR DE ATHAYDE (OAB 4522/AM), ADV: SAUL ROGÉRIO RAMOS DE ATHAYDE (OAB 3264/AM), ADV: MAURÍCIO COIMBRA GUILHERME FERREIRA (OAB 91811/MG) - Processo 0266804-92.2011.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Obrigações - REQUERENTE: Plena Engenharia Ltda - REQUERIDO: Banco Itau S/A - Cuida-se de ação de procedimento comum, ajuizada por Plena Engenharia Ltda, já qualificado nos autos, contra Banco Itau S/A, também qualificado na peça vestibular. Verifica-se, por intermédio da petição de fls. 277/280, e documentos anexos, que as partes transigiram. Desta feita, HOMOLOGO o acordo celebrado, para que surta seus jurídicos e legais efeitos. Via de consequência, JULGO EXTINTO O PROCESSO, COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, nos moldes do art. 487, III, alínea “b” do Código de Processo Civil Brasileiro. Custas e honorários na forma convencionada pelas partes. Ao transcurso do prazo legal, sem a interposição de recurso, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe e dê-se baixa na distribuição. Publique-se. Registre-se e Intimem-se.

ADV: RAFAEL PENNINI NERY (OAB 13890/AM), ADV: CRISTIANO RIBEIRO VIANA (OAB 12740/AM) - Processo 0600041-63.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Perdas e Danos - REQUERENTE: Elisângela Bruce Costa - Ante o exposto, INDEFIRO o pedido de gratuidade da justiça requerido pela parte autora. Diante disso, remetam-se os autos ao contador para fins de cálculo das custas e intime-se para fins de recolhimento, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento da inicial, por falta de documentos indispensáveis ao prosseguimento da ação e irregularidades obstativas do andamento processual, com fulcro nos arts. 283, 284, parágrafo único, 295, VI e 267, I, todos do Código de Processo Civil. Intime-se e cumpra-se.

ADV: ACÁCIO FERNANDES ROBOREDO (OAB 89774/SP), ADV: ROBERVAL VIEIRA JÚNIOR (OAB 244234/SP) - Processo 0601712-58.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: S.B.S. - Pelo exposto, julgo extinto o processo, sem resolução do mérito, ex vi do art. 485, IV, do CPC. Condeno a parte Requerente ao pagamento das custas processuais. Entendo como despicienda a cobrança de honorários advocatícios, ante a não manifestação de qualquer ato em juízo pela parte ré. Após o trânsito em julgado e demais cautelas legais, arquivem-se os autos. P.R.I.C.

ADV: RENATO ANDRÉ DA COSTA MONTE (OAB 4435/AM) - Processo 0602355-79.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - EXEQUENTE: Condomínio The Place Business Center - Cite(m)-se o(s) executado(s) para que, querendo, proceda(m) ao adimplemento do débito indicado na exordial, acrescido de honorários advocatícios, no importe de 10% sobre o valor da dívida, no prazo de 03 (três) dias, conforme o art. 827 c/c 829, caput, do CPC, ou querendo, nos termos do art. 914 e 915 do CPC, apresentar Embargos À Execução, no prazo de 15 dias. Faça-se constar no mandado, que o pagamento integral no prazo, o valor dos honorários advocatícios será reduzido pela metade. (Artigo 827 § 1° do CPC). Em caso de o(s) devedor(es) não efetuar(em) o pagamento do aludido montante, autorizo o Sr. Meirinho a realizar a penhora dos bens em nome do(s) executado(s), bem como sua avaliação, tudo na forma do art. 829, §1º e 841, ambos do CPC . Infrutífera a penhora de bens pelo Oficial de Justiça, se requerido, defiro o bloqueio no Bacenjud em nome do(s) executado(s), no valor indicado na execução (art. 854 do CPC). Em sendo positivo o bloqueio, intime-se o executado para manifestar-se sobre o bloqueio, de acordo com o art. 854, §§ 2° e 3° do CPC. Sendo negativa a resposta do Bacenjud, autorizo o bloqueio de bens móveis em nome do(s) executado(s), via RenaJud, bem como sua avaliação, tudo na forma do §1º do art. 829 do Diploma Processual Civil. Determino, ainda, na hipótese de não localizar o(s) executado(s), o arresto de tantos bens quantos bastem para satisfazer o objeto do presente processo de expropriação do patrimônio do devedor, ex vi do art. 830, caput, também do CPC, através dos mesmos sistemas eletrônicos. Precedente do STJ: PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. EXECUTADOS NÃO LOCALIZADOS. ARRESTO PRÉVIO OU EXECUTIVO. ART. 653 DO CPC. BLOQUEIO ON LINE. POSSIBILIDADE, APÓS O ADVENTO DA LEI N. 11.382/2006. APLICAÇÃO DO ART. 655-A DO CPC, POR ANALOGIA. 1.- “1. O arresto executivo, também designado arresto prévio ou pré-penhora, de que trata o art. 653 do CPC, objetiva assegurar a efetivação de futura penhora na execução por título extrajudicial, na hipótese de o executado não ser encontrado para citação. 2. Frustrada a tentativa de localização do executado, é admissível o arresto de seus bens na modalidade on-line (CPC, art. 655-A, aplicado por analogia). (...).” (REsp 1.370.687/MG, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, DJe 15/08/2013) Em retornando o AR negativo por decorrência de não ter sido encontrado o endereço/réu no endereço indicado, proceda-se à consulta dos dados cadastrais do réu via Bacen/Renajud/Infojud. Indicando, qualquer um desses sistemas, diferente endereço daquele informado na inicial, expeça-se nova carta, desde de que recolhidas as custas da despesa postal (R$ 20,00 [vinte reais] por carta expedida), no prazo de 05 (cinco) dias. A Requerimento do Exequente, expeça-se certidão do artigo 828 do CPC. Outrossim, em observância ao que determina a Portaria 116/2017- TJ, todas as consultas aos sistemas (Bacen/Renajud/Infojud) ficam condicionadas ao pagamento das custas devidas. Por fim, intimo a parte autora para que recolha as custas do Mandado, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, no prazo de 5 (cinco) dias. Comprovado o efetivo recolhimento, expeça-se o competente Mandado. Cite-se. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ CARLOS SKRZYSZOWSKI JÚNIOR (OAB 986A/AM) - Processo 0602809-59.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Banco Itaucard S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, complemente as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça referentes à citação, no valor de R$ 65,00 (sessenta e cinco reais), necessárias à prática do ato processual e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: JUAREZ CAMELO ROSA (OAB 2695/AM), ADV: CARLA CAROLINE COUTINHO FROTA (OAB 12379/AM) - Processo 0604204-86.2019.8.04.0001 - Monitória - Locação de Imóvel - REQUERENTE: Xisto Tuji e outro - No exame preliminar dos argumentos do pedido e da documentação carreada aos autos, verifica-se a existência de um juízo de probabilidade, satisfazendo dessa forma as exigências do Art. 700 do Código de Processo Civil, a ensejar o processamento da presente Ação Monitória. Diante do exposto, determino a expedição de carta de citação para pagamento (de entrega de coisa ou execução de obrigação de fazer ou de não fazer) concedendo ao réu prazo de 15 (quinze) dias, para o cumprimento e o pagamento de honorários advocatícios de 5% (cinco) do valor da causa, conforme caput do artigo 701 do CPC. Intime-se o autor para que, no prazo de 05 (cinco) dias, comprove o pagamento das custas de emissão do AR, por meio de boleto bancário acessível no sítio eletrônico do TJAM, conforme Provimento nº 273-CGJ/AM, sob pena de extinção do processo, sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, IV e VI do CPC. Advirto desde já que, se não opostos embargos no prazo retro, ou não realizado o pagamento, o referido mandado monitório se converterá de pleno direito em título executivo judicial, nos termos do que dispõe o art. 701, § 2° do CPC. Anote-se, de igual forma, que se ocorrer o pagamento no prazo, o Réu ficará isento de custas processuais, em consonância com o disposto no § 1º do

art. 701, também do CPC. Caso sejam apresentados embargos à monitória, suspenda-se a eficácia da decisão referida no caput do art. 701 até o julgamento em primeiro grau, segundo dispõe art. 702, § 4° do CPC . Ato contínuo ao recebimento dos embargos, intime-se o autor da monitória para que responda aos embargos em até 15 (quinze) dias, nos termos do art. 702, § 5º, do CPC. Cumpre ressaltar que o devedor poderá, mediante a comprovação de depósito de 30% (trinta por cento) do valor cobrado, acrescido de custas e honorários de advogado de 5% (cinco por cento), requerer o restante do pagamento em até 6 (seis) parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês, nos termos dos artigos 701, § 5º c/c 916, todos do CPC. Caso a carta expedida retorne negativa, consulte-se o(s) sistema(s) eletrônico(s) INFOJUD, SIEL, BACENJUD e/ou RENAJUD, a fim de localizar o atual endereço da parte ré, após o pagamento, no prazo de 05 (cinco) dias, dos emolumentos pertinentes a cada pesquisa solicitada, nos termos da Portaria nº 116/2017, sob pena de extinção do processo, nos termos do art. 485, IV e VI do CPC. Constatado um único endereço e diverso do que já fora efetuada a diligência, expeça-se imediatamente nova carta de citação, caso contrário, intime-se o autor para manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre as referidas consultas, sob pena de extinção do processo, nos termos do art. 485, IV e VI, do CPC. No caso de ser solicitado a expedição de mandado de pagamento, defiro-a desde logo, devendo a parte comprovar, no prazo de 15 (quinze) dias, o recolhimento das custas das diligências do Oficial de Justiça, no prazo de 15 (quinze) dias, por meio de boleto bancário acessível no sítio eletrônico do TJAM, conforme valores constantes da Tabela I do Provimento nº 261/2015 CGJ/AM, sob pena de extinção do processo, nos termos do art. 485, IV e VI do CPC. Cumpra-se

ADV: RAFAEL FERNANDO TIESCA MACIEL (OAB 7187/AM), ADV: ANDRÉ LUIZ GUEDES DA SILVA (OAB 5261/AM) - Processo 0605590-54.2019.8.04.0001 - Execução de Título Judicial - Constrição / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens - REQUERENTE: Vidrorios Industria e Comercio Ltda - Analisando detidamente os autos, verifico que esta ação já foi ajuizada pela parte autora perante a 14ª Vara Cível processo n° 0625515-07.2017 e lá foi proferida sentença de extinção sem resolução do mérito. Assim, uma vez que esta ação se trata de pedido reiterado aquele ajuizado na 14ª Vara Cível, configurada está a dependência das ações, nos termos do Art. 286, II do CPC, senão vejamos: Art. 286. Distribuir-se-ão por dependência as causas de qualquer natureza: II - quando, tendo sido extinto o processo sem resolução de mérito, for reiterado o pedido, ainda que em litisconsórcio com outros autores ou que sejam parcialmente alterados os réus da demanda ; Diante do exposto, declino de minha competência para julgar a presente ação em favor do Juízo da 14ª Vara Cível, nos termos do Art. 286, II do Código de Processo Civil. Remetam-se os autos via setor de distribuição processual para os devidos fins, observadas as cautelas de praxe. Intime-se e cumpra-se.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT) - Processo 0606043-49.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Cite(m)-se o(s) executado(s) para que, querendo, proceda(m) ao adimplemento do débito indicado na exordial, acrescido de honorários advocatícios, no importe de 10% sobre o valor da dívida, no prazo de 03 (três) dias, conforme o art. 827 c/c 829, caput, do CPC, ou querendo, nos termos do art. 914 e 915 do CPC, apresentar Embargos À Execução, no prazo de 15 dias. Faça-se constar no mandado, que o pagamento integral no prazo, o valor dos honorários advocatícios será reduzido pela metade. (Artigo 827 § 1° do CPC). Em caso de o(s) devedor(es) não efetuar(em) o pagamento do aludido montante, autorizo o Sr. Meirinho a realizar a penhora dos bens em nome do(s) executado(s), bem como sua avaliação, tudo na forma do art. 829, §1º e 841, ambos do CPC . Infrutífera a penhora de bens pelo Oficial de Justiça, se requerido, defiro o bloqueio no Bacenjud em nome do(s) executado(s), no valor indicado na execução (art. 854 do CPC). Em sendo positivo o bloqueio, intime-se o executado para manifestar-se sobre o bloqueio, de acordo com o art. 854, §§ 2° e 3° do CPC. Sendo negativa a resposta do Bacenjud, autorizo o bloqueio de bens móveis em nome do(s) executado(s), via RenaJud, bem como sua avaliação, tudo na forma do §1º do art. 829 do Diploma Processual Civil. Determino, ainda, na hipótese de não localizar o(s) executado(s), o arresto de tantos bens quantos bastem para satisfazer o objeto do presente processo de expropriação do patrimônio do devedor, ex vi do art. 830, caput, também do CPC, através dos mesmos sistemas eletrônicos. Precedente do STJ: PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. EXECUTADOS NÃO LOCALIZADOS. ARRESTO PRÉVIO OU EXECUTIVO. ART. 653 DO CPC. BLOQUEIO ON LINE. POSSIBILIDADE, APÓS O ADVENTO DA LEI N. 11.382/2006. APLICAÇÃO DO ART. 655-A DO CPC, POR ANALOGIA. 1.- "1. O arresto executivo, também designado arresto prévio ou pré-penhora, de que trata o art. 653 do CPC, objetiva assegurar a efetivação de futura penhora na execução por título extrajudicial, na hipótese de o executado não ser encontrado para citação. 2. Frustrada a tentativa de localização do executado, é admissível o arresto de seus bens na modalidade on-line (CPC, art. 655-A, aplicado por analogia). (...)." (REsp 1.370.687/MG, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, DJe 15/08/2013) Em retornando o AR negativo por decorrência de não ter sido encontrado o endereço/réu no endereço indicado, proceda-se à consulta dos dados cadastrais do réu via Bacen/Renajud/Infojud. Indicando, qualquer um desses sistemas, diferente endereço daquele informado na inicial, expeça-se nova carta, desde de que recolhidas as custas da despesa postal (R$ 20,00 [vinte reais] por carta expedida), no prazo de 05 (cinco) dias. A Requerimento do Exequente, expeça-se certidão do artigo 828 do CPC. Outrossim, em observância ao que determina a Portaria 116/2017- TJ, todas as consultas aos sistemas (Bacen/Renajud/Infojud) ficam condicionadas ao pagamento das custas devidas. Por fim, intimo a parte autora para que recolha as custas do Mandado, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, no prazo de 5 (cinco) dias. Comprovado o efetivo recolhimento, expeça-se o competente Mandado. Cite-se. Cumpra-se.

ADV: ERIK LORENZZO MARINHO DA SILVA (OAB 4944/AM) - Processo 0606266-02.2019.8.04.0001 - Despejo por Falta de Pagamento Cumulado Com Cobrança - Locação de Imóvel - REQUERENTE: Artunizia dos Santos Cavalcante - Inicialmente, verifico que o valor da causa atribuído pela parte autora não corresponde ao disposto no art, 58, II da Lei 8.245/91 que rege as locações dos imóveis urbanos, assim retifico de ofício o valor atribuído à causa na vestibular para que tal valor corresponda a 12 (doze) meses de aluguel qual seja, R$ 13.800,00, conforme dispõe aludido acima. Remetam-se os autos à Contadoria a fim de que, com base no valor atribuído à causa, seja calculada a complementação das custas. Determino ainda que a Contadoria verifique o pagamento inicial das custas, uma vez que no comprovante juntado aos autos pela requerente as fls 18/19, o valor da causa não corresponde ao valor da inicial. Posteriormente, intime-se a requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, efetuar o recolhimento da complementação das custas processuais devidas, sob pena de cancelamento da distribuição do feito, nos moldes do art. 290 do CPC. Após, retornem os autos visando despacho inerente ao tipo de ação. Intime-se.

ADV: CARLOS ALBERTO GUEDES DA SILVA JÚNIOR (OAB 8713/AM), ADV: PAULO DIAS GOMES (OAB 2337/AM), ADV: CARLOS HENRIQUE COSTA DE SOUZA (OAB 5712/AM), ADV: NAZIRA MARQUES DE OLIVEIRA (OAB 8707/AM), ADV: RENATA LOPEZ ALANIS (OAB 8706/AM) - Processo 0606269-93.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: AMARILDO NUNES MOURA JÚNIOR - RECLAMADA: MARINILZA BELEM TAVEIRA - REQUERIDO: B K Comercio de Maquinas e Equipamentos Ltda-epp e outro - Ex Positis, nos termos do art. 487, I, do CPC, julgo PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos formulados na inicial, condenando os demandados, solidariamente, ao pagamento de R$ 15.000,00 (quinze mil reais) em favor do autor, sobre o qual deverá incidir correção monetária com base no INPC desde o evento danoso (art. 398 do CC e Súmula 54 do STJ), ocorrido em 16/08/2014, e juros moratórios de 1% ao mês desde a data do arbitramento (Súmula 362 do STJ), razão pela qual EXTINGO O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO. CONDENO, ainda, o requerente às penas da litigância de má-fé, nos moldes do art. 80, I (deduzir pretensão ou defesa contra texto expresso de lei ou fato incontroverso) e III (usar do processo para conseguir objetivo ilegal), do CPC, pela qual fica obrigado ao pagamento de multa, que

defino em 2% (dois por cento) sobre o valor da causa devidamente atualizada, esta com caráter punitivo, bem ainda condeno-lhe ao pagamento dos honorários advocatícios de 5% (cinco por cento), a incidir também sobre o valor da causa, nos moldes do art. 81 do CPC - que, à luz da jurisprudência dominante é perfeitamente cumulável com a multa do caput do mesmo dispositivo. Ademais, em razão da sucumbência recíproca, com fulcro no art. 86, do CPC, condeno as partes ao pagamento pro rata das custas e, quanto aos honorários advocatícios, fixo-os em 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação (art. 85, §2º, do CPC), a ser pago por cada parte vencida ao respectivo patrono da parte adversa. Fica vedada a compensação recíproca entre os últimos. Distribuo o ônus do pagamento das custas processuais e dos honorários na seguinte proporção: 50% (cinquenta por cento) do valor da condenação deverá ser arcado pela parte requerente e 50% (cinquenta por cento) do valor da condenação pela parte requerida. Contudo, por ser a parte autora beneficiária da gratuidade da Justiça, suspendo em relação a mesma a exigibilidade das obrigações decorrentes da sua sucumbência, na forma do art.98, §3º, do CPC. Transitada esta em julgado, sem recurso das partes, arquivem-se os autos e dê-se baixa, com as cautelas de praxe, junto ao setor competente. P.R.I.C.

ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG) - Processo 0606924-26.2019.8.04.0001 - Monitória - Compra e Venda - REQUERENTE: Manauara Empreendimentos Imobiliários Ltda - Direcional Engenharia - No exame preliminar dos argumentos do pedido e da documentação carreada aos autos, verifica-se a existência de um juízo de probabilidade, satisfazendo dessa forma as exigências do Art. 700 do Código de Processo Civil, a ensejar o processamento da presente Ação Monitória. Diante do exposto, determino a expedição de carta de citação para pagamento (de entrega de coisa ou execução de obrigação de fazer ou de não fazer) concedendo ao réu prazo de 15 (quinze) dias, para o cumprimento e o pagamento de honorários advocatícios de 5% (cinco) do valor da causa, conforme caput do artigo 701 do CPC. Intime-se o autor para que, no prazo de 05 (cinco) dias, comprove o pagamento das custas de emissão do AR, por meio de boleto bancário acessível no sítio eletrônico do TJAM, conforme Provimento nº 273-CGJ/AM, sob pena de extinção do processo, sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, IV e VI do CPC. Advirto desde já que, se não opostos embargos no prazo retro, ou não realizado o pagamento, o referido mandado monitório se converterá de pleno direito em título executivo judicial, nos termos do que dispõe o art. 701, § 2° do CPC. Anote-se, de igual forma, que se ocorrer o pagamento no prazo, o Réu ficará isento de custas processuais, em consonância com o disposto no § 1º do art. 701, também do CPC. Caso sejam apresentados embargos à monitória, suspenda-se a eficácia da decisão referida no caput do art. 701 até o julgamento em primeiro grau, segundo dispõe art. 702, § 4° do CPC . Ato contínuo ao recebimento dos embargos, intime-se o autor da monitória para que responda aos embargos em até 15 (quinze) dias, nos termos do art. 702, § 5º, do CPC. Cumpre ressaltar que o devedor poderá, mediante a comprovação de depósito de 30% (trinta por cento) do valor cobrado, acrescido de custas e honorários de advogado de 5% (cinco por cento), requerer o restante do pagamento em até 6 (seis) parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês, nos termos dos artigos 701, § 5º c/c 916, todos do CPC. Caso a carta expedida retorne negativa, consulte-se o(s) sistema(s) eletrônico(s) INFOJUD, SIEL, BACENJUD e/ou RENAJUD, a fim de localizar o atual endereço da parte ré, após o pagamento, no prazo de 05 (cinco) dias, dos emolumentos pertinentes a cada pesquisa solicitada, nos termos da Portaria nº 116/2017, sob pena de extinção do processo, nos termos do art. 485, IV e VI do CPC. Constatado um único endereço e diverso do que já fora efetuada a diligência, expeça-se imediatamente nova carta de citação, caso contrário, intime-se o autor para manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre as referidas consultas, sob pena de extinção do processo, nos termos do art. 485, IV e VI, do CPC. No caso de ser solicitado a expedição de mandado de pagamento, defiro-a desde logo, devendo a parte comprovar, no prazo de 15 (quinze) dias, o recolhimento das custas das diligências do Oficial de Justiça, no prazo de 15 (quinze) dias, por meio de boleto bancário acessível no sítio eletrônico do TJAM, conforme valores constantes da Tabela I do Provimento nº 261/2015 CGJ/AM, sob pena de extinção do processo, nos termos do art. 485, IV e VI do CPC. Cumpra-se

ADV: CRISTIANE DAS CHAGAS BOTELHO (OAB 4215/AM), ADV: MAURIANNE DE SOUZA KAIST (OAB 9951/AM), ADV: NARA NÚBIA PIRES DA COSTA (OAB 10241/AM) - Processo 0607088-88.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Responsabilidade Contratual - REQUERENTE: Sparcon Empreendimento Comercio e Representacoes Ltda e outro - Desta forma, determino o encaminhamento do presente processo ao Centro Judiciário de Solução de Conflitos Cíveis (Cejusc - Cível) a fim de que se proceda à mencionada audiência, a ser efetivada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias da sua designação (art. 334, caput, do CPC). Cite-se o réu com, no mínimo, 20 (vinte) dias de antecedência da mencionada audiência. Intime-se o autor, na pessoa de seu advogado, para igual comparecimento nesta. Determino, ainda, que seja dado expressa ciência às partes, nos atos respectivamente de citação e intimação, para informar que: a) eventual desinteresse da parte ré quanto à realização da audiência deverá ser apresentada, por petição, com 10 (dez) dias de antecedência, contados da data da audiência. Apenas no caso de igual negativa de interesse pelo autor - exposta em sua exordial, sob pena de preclusão -, autoriza-se a não realização da audiência, haja vista que a lei exige o duplo desinteresse para que a diligência não seja cumprida (art. 334, §§ 5º e 4º, inc. I, CPC/15). b) ocorrendo a audiência, o não comparecimento injustificado de qualquer das partes, autor ou réu, será considerado ato atentatório à dignidade da justiça, sendo a parte sancionada com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor do Estado do Amazonas. Ressalta-se que tal medida se dá com presunção juris tantum, não exigindo a lei prova de culpa para a imposição de multa e sendo ônus da parte demonstrar impedimento que afaste a presunção relativa em tela (art. 334, §8º, CPC). c) as partes devem estar, na audiência, acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos, podendo constituir representante, por procuração específica, com poderes para negociar e transigir (art. 334, §§ 9º e 10). d) a contestação deverá ser oferecida, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data: I - da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição (art. 335, inc. I, do CPC/15); II - do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando ambas as partes manifestarem, expressamente, desinteresse na composição consensual - o autor, em sua inicial, e o réu, por petição simples, apresentada com 10 (dez) dias de antecedência, contados da data da audiência (art. 335, inc. II, do CPC/15); III - no caso de litisconsórcio passivo e havendo o desinteresse na realização da audiência manifestado por todos os litisconsortes, o termo inicial previsto no item II será, para cada um dos réus, a data de apresentação de seu respectivo pedido de cancelamento da audiência (art. 335, §1º, do CPC/15). Por fim, obtida eventual autocomposição, sejam conclusos os autos para que esta seja reduzida a termo e homologada por sentença definitiva, nos moldes do art. 334, § 11, CPC/15. Defiro a gratuidade da justiça em favor da parte autora na forma do artigo 98 do Código de Processo Civil. Tendo em vista ainda a verossimilhança das alegações da parte autora, bem como sua condição de hipossuficiente técnica e econômica, defiro a inversão do ônus da prova a seu favor, na forma do artigo 6º, inciso VIII, do CDC. Cumpra-se.

ADV: AUTON FRANCISCO FURTADO MAIA (OAB 5821/AM) - Processo 0607441-31.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Condomínio - REQUERENTE: Condomínio Residencial Nascentes do Tarumã - Cite(m)-se o(s) executado(s) para que, querendo, proceda(m) ao adimplemento do débito indicado na exordial, acrescido de honorários advocatícios, no importe de 10% sobre o valor da dívida, no prazo de 03 (três) dias, conforme o art. 827 c/c 829, caput, do CPC, ou querendo, nos termos do art. 914 e 915 do CPC, apresentar Embargos À Execução, no prazo de 15 dias. Faça-se constar no mandado, que o pagamento integral no prazo, o valor dos honorários advocatícios será reduzido pela metade. (Artigo 827 § 1° do CPC). Em caso de o(s) devedor(es) não efetuar(em) o pagamento do aludido montante, autorizo o Sr. Meirinho a realizar a penhora dos bens em nome do(s) executado(s), bem como sua avaliação, tudo na forma do art. 829, §1º e 841, ambos do CPC . Infrutífera a penhora

de bens pelo Oficial de Justiça, se requerido, defiro o bloqueio no Bacenjud em nome do(s) executado(s), no valor indicado na execução (art. 854 do CPC). Em sendo positivo o bloqueio, intime-se o executado para manifestar-se sobre o bloqueio, de acordo com o art. 854, §§ 2° e 3° do CPC. Sendo negativa a resposta do Bacenjud, autorizo o bloqueio de bens móveis em nome do(s) executado(s), via RenaJud, bem como sua avaliação, tudo na forma do §1º do art. 829 do Diploma Processual Civil. Determino, ainda, na hipótese de não localizar o(s) executado(s), o arresto de tantos bens quantos bastem para satisfazer o objeto do presente processo de expropriação do patrimônio do devedor, ex vi do art. 830, caput, também do CPC, através dos mesmos sistemas eletrônicos. Precedente do STJ: PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. EXECUTADOS NÃO LOCALIZADOS. ARRESTO PRÉVIO OU EXECUTIVO. ART. 653 DO CPC. BLOQUEIO ON LINE. POSSIBILIDADE, APÓS O ADVENTO DA LEI N. 11.382/2006. APLICAÇÃO DO ART. 655-A DO CPC, POR ANALOGIA. 1.- "1. O arresto executivo, também designado arresto prévio ou pré-penhora, de que trata o art. 653 do CPC, objetiva assegurar a efetivação de futura penhora na execução por título extrajudicial, na hipótese de o executado não ser encontrado para citação. 2. Frustrada a tentativa de localização do executado, é admissível o arresto de seus bens na modalidade on-line (CPC, art. 655-A, aplicado por analogia). (...)." (REsp 1.370.687/MG, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, DJe 15/08/2013) Em retornando o AR negativo por decorrência de não ter sido encontrado o endereço/réu no endereço indicado, proceda-se à consulta dos dados cadastrais do réu via Bacen/Renajud/Infojud. Indicando, qualquer um desses sistemas, diferente endereço daquele informado na inicial, expeça-se nova carta, desde de que recolhidas as custas da despesa postal (R$ 20,00 [vinte reais] por carta expedida), no prazo de 05 (cinco) dias. A Requerimento do Exequente, expeça-se certidão do artigo 828 do CPC. Outrossim, em observância ao que determina a Portaria 116/2017- TJ, todas as consultas aos sistemas (Bacen/Renajud/Infojud) ficam condicionadas ao pagamento das custas devidas. Por fim, intimo a parte autora para que recolha as custas do Mandado, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, no prazo de 5 (cinco) dias. Comprovado o efetivo recolhimento, expeça-se o competente Mandado. Cite-se. Cumpra-se.

ADV: AUTON FRANCISCO FURTADO MAIA (OAB 5821/AM) - Processo 0607656-07.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Condomínio - REQUERENTE: Condomínio Residencial Nascentes do Tarumã - Cite(m)-se o(s) executado(s) para que, querendo, proceda(m) ao adimplemento do débito indicado na exordial, acrescido de honorários advocatícios, no importe de 10% sobre o valor da dívida, no prazo de 03 (três) dias, conforme o art. 827 c/c 829, caput, do CPC, ou querendo, nos termos do art. 914 e 915 do CPC, apresentar Embargos À Execução, no prazo de 15 dias. Faça-se constar no mandado, que o pagamento integral no prazo, o valor dos honorários advocatícios será reduzido pela metade. (Artigo 827 § 1° do CPC). Em caso de o(s) devedor(es) não efetuar(em) o pagamento do aludido montante, autorizo o Sr. Meirinho a realizar a penhora dos bens em nome do(s) executado(s), bem como sua avaliação, tudo na forma do art. 829, §1º e 841, ambos do CPC . Infrutífera a penhora de bens pelo Oficial de Justiça, se requerido, defiro o bloqueio no Bacenjud em nome do(s) executado(s), no valor indicado na execução (art. 854 do CPC). Em sendo positivo o bloqueio, intime-se o executado para manifestar-se sobre o bloqueio, de acordo com o art. 854, §§ 2° e 3° do CPC. Sendo negativa a resposta do Bacenjud, autorizo o bloqueio de bens móveis em nome do(s) executado(s), via RenaJud, bem como sua avaliação, tudo na forma do §1º do art. 829 do Diploma Processual Civil. Determino, ainda, na hipótese de não localizar o(s) executado(s), o arresto de tantos bens quantos bastem para satisfazer o objeto do presente processo de expropriação do patrimônio do devedor, ex vi do art. 830, caput, também do CPC, através dos mesmos sistemas eletrônicos. Precedente do STJ: PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. EXECUTADOS NÃO LOCALIZADOS. ARRESTO PRÉVIO OU EXECUTIVO. ART. 653 DO CPC. BLOQUEIO ON LINE. POSSIBILIDADE, APÓS O ADVENTO DA LEI N. 11.382/2006. APLICAÇÃO DO ART. 655-A DO CPC, POR ANALOGIA. 1.- "1. O arresto executivo, também designado arresto prévio ou pré-penhora, de que trata o art. 653 do CPC, objetiva assegurar a efetivação de futura penhora na execução por título extrajudicial, na hipótese de o executado não ser encontrado para citação. 2. Frustrada a tentativa de localização do executado, é admissível o arresto de seus bens na modalidade on-line (CPC, art. 655-A, aplicado por analogia). (...)." (REsp 1.370.687/MG, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, DJe 15/08/2013) Em retornando o AR negativo por decorrência de não ter sido encontrado o endereço/réu no endereço indicado, proceda-se à consulta dos dados cadastrais do réu via Bacen/Renajud/Infojud. Indicando, qualquer um desses sistemas, diferente endereço daquele informado na inicial, expeça-se nova carta, desde de que recolhidas as custas da despesa postal (R$ 20,00 [vinte reais] por carta expedida), no prazo de 05 (cinco) dias. A Requerimento do Exequente, expeça-se certidão do artigo 828 do CPC. Outrossim, em observância ao que determina a Portaria 116/2017- TJ, todas as consultas aos sistemas (Bacen/Renajud/Infojud) ficam condicionadas ao pagamento das custas devidas. Custas do Oficial de Justiça recolhidas. Expeça-se o competente Mandado. Cite-se. Cumpra-se.

ADV: AUTON FRANCISCO FURTADO MAIA (OAB 5821/AM) - Processo 0607747-97.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Condomínio - REQUERENTE: Condomínio Residencial Nascentes do Tarumã - Cite(m)-se o(s) executado(s) para que, querendo, proceda(m) ao adimplemento do débito indicado na exordial, acrescido de honorários advocatícios, no importe de 10% sobre o valor da dívida, no prazo de 03 (três) dias, conforme o art. 827 c/c 829, caput, do CPC, ou querendo, nos termos do art. 914 e 915 do CPC, apresentar Embargos À Execução, no prazo de 15 dias. Faça-se constar no mandado, que o pagamento integral no prazo, o valor dos honorários advocatícios será reduzido pela metade. (Artigo 827 § 1° do CPC). Em caso de o(s) devedor(es) não efetuar(em) o pagamento do aludido montante, autorizo o Sr. Meirinho a realizar a penhora dos bens em nome do(s) executado(s), bem como sua avaliação, tudo na forma do art. 829, §1º e 841, ambos do CPC . Infrutífera a penhora de bens pelo Oficial de Justiça, se requerido, defiro o bloqueio no Bacenjud em nome do(s) executado(s), no valor indicado na execução (art. 854 do CPC). Em sendo positivo o bloqueio, intime-se o executado para manifestar-se sobre o bloqueio, de acordo com o art. 854, §§ 2° e 3° do CPC. Sendo negativa a resposta do Bacenjud, autorizo o bloqueio de bens móveis em nome do(s) executado(s), via RenaJud, bem como sua avaliação, tudo na forma do §1º do art. 829 do Diploma Processual Civil. Determino, ainda, na hipótese de não localizar o(s) executado(s), o arresto de tantos bens quantos bastem para satisfazer o objeto do presente processo de expropriação do patrimônio do devedor, ex vi do art. 830, caput, também do CPC, através dos mesmos sistemas eletrônicos. Precedente do STJ: PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. EXECUTADOS NÃO LOCALIZADOS. ARRESTO PRÉVIO OU EXECUTIVO. ART. 653 DO CPC. BLOQUEIO ON LINE. POSSIBILIDADE, APÓS O ADVENTO DA LEI N. 11.382/2006. APLICAÇÃO DO ART. 655-A DO CPC, POR ANALOGIA. 1.- "1. O arresto executivo, também designado arresto prévio ou pré-penhora, de que trata o art. 653 do CPC, objetiva assegurar a efetivação de futura penhora na execução por título extrajudicial, na hipótese de o executado não ser encontrado para citação. 2. Frustrada a tentativa de localização do executado, é admissível o arresto de seus bens na modalidade on-line (CPC, art. 655-A, aplicado por analogia). (...)." (REsp 1.370.687/MG, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, DJe 15/08/2013) Em retornando o AR negativo por decorrência de não ter sido encontrado o endereço/réu no endereço indicado, proceda-se à consulta dos dados cadastrais do réu via Bacen/Renajud/Infojud. Indicando, qualquer um desses sistemas, diferente endereço daquele informado na inicial, expeça-se nova carta, desde de que recolhidas as custas da despesa postal (R$ 20,00 [vinte reais] por carta expedida), no prazo de 05 (cinco) dias. A Requerimento do Exequente, expeça-se certidão do artigo 828 do CPC. Outrossim, em observância ao que determina a Portaria 116/2017- TJ, todas as consultas aos sistemas (Bacen/Renajud/Infojud) ficam condicionadas ao pagamento das custas devidas. Custas do Oficial de Justiça recolhidas. Expeça-se o competente Mandado. Cite-se. Cumpra-se.

ADV: RENATO ANDRÉ DA COSTA MONTE (OAB 4435/AM) - Processo 0607986-04.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - REQUERENTE: Condominio Residencial Authentic Recife - Por todo o exposto, intime-se a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, realizar o devido depósito das custas judiciais, nos ditames do Compêndio Processual Civil, sob pena de extinção do feito, por falta de documentos indispensáveis ao prosseguimento da ação e irregularidades obstativas do julgamento de mérito, com fundamento nos arts. 320, 321, parágrafo único, 330, inc. IV e 485, inc. I, todos do Código de Processo Civil. Na decorrência do prazo, com ou sem pronunciamento, voltem-me conclusos. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ RICARDO GOMES DE OLIVEIRA (OAB 5254/AM) - Processo 0608241-59.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Pneus Forte Ltda - Por todo o exposto, intime-se a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, realizar o devido depósito das custas judiciais, nos ditames do Compêndio Processual Civil, sob pena de extinção do feito, por falta de documentos indispensáveis ao prosseguimento da ação e irregularidades obstativas do julgamento de mérito, com fundamento nos arts. 320, 321, parágrafo único, 330, inc. IV e 485, inc. I, todos do Código de Processo Civil. Na decorrência do prazo, com ou sem pronunciamento, voltem-me conclusos. Cumpra-se.

ADV: CRISTIANE BELLINATI GARCIA LOPES (OAB 751A/AM) - Processo 0608483-18.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Itaucard S/A - Deflui da análise da inicial que a liminar vindicada faz-se necessária diante da hipótese vertente, visto que a mora da parte devedora se encontra evidenciada nos autos. Intime-se a parte interessada para que, no prazo de 05 (cinco) dias, comprove o recolhimento das custas referentes às diligências requeridas, quais sejam: mandado de citação, com busca e apreensão, e bloqueio do veículo objeto da lide por meio do sistema RENAJUD, tudo nos termos da Portaria 116/2017 da Presidência desta Corte, se não for a parte interessada beneficiária da justiça gratuita total. Ressalte-se que o bloqueio será realizado somente se o bem não for encontrado. Após juntada de comprovante de recolhimento de custas, defiro liminarmente a busca e apreensão do bem indicado na vestibular, tudo com fundamento no caput do art. 3º, do Decreto-Lei nº 911, de 1º de outubro de 1969, nomeando, ainda, como fiel depositário do bem litigioso, representante legal do requerente. Em caso de a parte ré não ser encontrada no logradouro declinado na exordial, autorizo a pesquisa de novo endereço por meio dos sistemas BACENJUD, RENAJUD, INFOJUD e SIEL, após o recolhimento dos emolumentos para cada pesquisa solicitada, renove-se a citação. Não recolhidos os respectivos emolumentos, ou, ainda, na hipótese de o autor não envidar esforços no sentido de localizar a parte demandada, autorizo, desde já, seja intimado o banco requerente, pelo órgão oficial, para que, querendo, no prazo de 05 (cinco) dias, diga se tem efetivo interesse no prosseguimento do feito, sob pena de extinção do processo sem resolução de mérito, na forma do art. 485, IV e VI, do CPC. Paralelamente, se o veículo alienado fiduciariamente não for encontrado ou não se achar na posse da devedora, intime-se o autor para que, no prazo de quinze dias, requeira, nos mesmos autos, a conversão do pedido de busca e apreensão em ação executiva, tudo na forma do art. 4º do Decreto-Lei 911/69, sob pena de extinção por ausência de emenda à exordial, ex vi dos arts. 321, parágrafo único, e 330, IV, ambos do CPC. Uma vez cumprida a liminar, cite-se a parte ré para que no prazo de 05 (cinco) dias pague a integralidade da dívida pendente, segundo os valores apresentados pelo credor fiduciário na inicial, condição em que o bem ser-lhe-á restituído livre do ônus, ex vi do art. 3º, §2º, do Decreto-Lei nº 911/69, ou, querendo, ainda que quitado débito, apresente resposta no prazo de 15 (quinze) dias contados da execução da liminar, na forma do art. 3º, §3º do mesmo repositório legal. Cientifique-se a parte requerida de que a referida resposta poderá ser apresentada ainda na hipótese de pagamento integral da dívida, caso entenda ter havido adimplemento a maior e deseje restituição, conforme art. 3º, §4º, do Decreto-Lei no. 911/69. Autorizo o Sr. Meirinho a proceder na forma prevista no art. 212, parágrafo 2º, do Diploma Processual Civil. Advirto o banco credor de que, durante o prazo de cinco dias previsto no §1º do art. 3º do Decreto-Lei 911/69, não deverá alienar o bem dado em garantia, sob pena de eventual incidência dos §§6º e 7º da indigitada lei. Cumpra-se.

ADV: THATIANE TUPINAMBÁ DE CARVALHO (OAB 3696/AM) - Processo 0608714-45.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - De ordem, intimo a(s) parte(s) autora(s) para que tome(m) ciência do(a) decisão/despacho de fls. 41, cujo teor segue abaixo: "(...) intime-se o Requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, efetuar o recolhimento das custas processuais devidas, sob pena de cancelamento da distribuição do feito, nos moldes do art 290 do CPC. "

ADV: JOSÉ AUGUSTO DE REZENDE JÚNIOR (OAB A1109/AM) - Processo 0609499-07.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Yamaha Administradora de Consórcio Ltda - Compulsando os autos, verifico que a autora deixou de instruir a exordial com documentos hábeis à propositura de qualquer ação, nos termos do art. 320, do CPC, tratando-se de pessoa jurídica, a saber seus atos constitutivos, bem ainda dos documentos que comprovem os poderes dos seus representantes para nomear e constituir procuradores. Desse modo, intime-se a requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, sanar os vícios apontados, de modo a trazer aos autos os documentos acima declinados, sob pena de indeferimento da inicial, ex vi do art. 321, parágrafo único, do CPC. Intime-se.

ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 12450/PE) - Processo 0610006-65.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Deflui da análise da inicial que a liminar vindicada faz-se necessária diante da hipótese vertente, visto que a mora da devedora se encontra evidenciada nos autos. Intime-se a parte interessada para que, no prazo de 05 (cinco) dias, comprove o recolhimento das custas referentes às diligências requeridas, quais sejam: mandado de citação, com busca e apreensão, e bloqueio do veículo objeto da lide por meio do sistema RENAJUD, tudo nos termos da Portaria 116/2017 da Presidência desta Corte, se não for a parte interessada beneficiária da justiça gratuita total. Ressalte-se que o bloqueio será realizado somente se o bem não for encontrado. Após juntada de comprovante de recolhimento de custas, defiro liminarmente a busca e apreensão do bem indicado na vestibular, tudo com fundamento no caput do art. 3º, do Decreto-Lei nº 911, de 1º de outubro de 1969, nomeando, ainda, como fiel depositário do bem litigioso, representante legal do requerente. Em caso de a parte ré não ser encontrada no logradouro declinado na exordial, autorizo a pesquisa de novo endereço por meio dos sistemas BACENJUD, RENAJUD, INFOJUD e SIEL, após o recolhimento dos emolumentos para cada pesquisa solicitada, renove-se a citação. Não recolhidos os respectivos emolumentos, ou, ainda, na hipótese de o autor não envidar esforços no sentido de localizar a demandada, autorizo, desde já, seja intimado o banco requerente, pelo órgão oficial, para que, querendo, no prazo de 05 (cinco) dias, diga se tem efetivo interesse no prosseguimento do feito, sob pena de extinção do processo sem resolução de mérito, na forma do art. 485, IV e VI, do CPC. Paralelamente, se o veículo alienado fiduciariamente não for encontrado ou não se achar na posse da devedora, intime-se o autor para que, no prazo de quinze dias, requeira, nos mesmos autos, a conversão do pedido de busca e apreensão em ação executiva, tudo na forma do art. 4º do Decreto-Lei 911/69, sob pena de extinção por ausência de emenda à exordial, ex vi dos arts. 321, parágrafo único, e 330, IV, ambos do CPC. Uma vez cumprida a liminar, cite-se a parte ré para que no prazo de 05 (cinco) dias pague a integralidade da dívida pendente, segundo os valores apresentados pelo credor fiduciário na inicial, condição em que o bem ser-lhe-á restituído livre do ônus, ex vi do art. 3º, §2º, do Decreto-Lei nº 911/69, ou, querendo, ainda que quitado débito, apresente resposta no prazo de 15 (quinze) dias contados da execução da liminar, na forma do art. 3º, §3º do mesmo repositório legal. Cientifique-se a requerida de que a referida resposta poderá ser apresentada ainda na hipótese de pagamento integral da dívida, caso entenda ter havido adimplemento a maior e deseje restituição, conforme art. 3º, §4º, do Decreto-Lei no. 911/69. Autorizo o Sr. Meirinho a proceder na forma prevista no art. 212, parágrafo 2º, do Diploma Processual Civil. Advirto o banco credor de que, durante o prazo de cinco dias previsto no §1º do art. 3º do Decreto-Lei 911/69, não deverá alienar o bem dado em garantia, sob pena de eventual incidência dos §§6º e 7º da indigitada lei. Cumpra-se.

ADV: PABLO RODRIGO JACINTO (OAB 208004/SP) - Processo 0610688-20.2019.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: A.s.c. Indústria e Comércio de Roupas, Importação e Exportação Ltda. - No exame preliminar dos argumentos do pedido e da documentação carreada aos autos, verifica-se a existência de um juízo de probabilidade, satisfazendo dessa forma as exigências do Art. 700 do Código de Processo Civil, a ensejar o processamento da presente Ação Monitória. Diante do exposto, determino a expedição de carta de citação para pagamento (de entrega de coisa ou execução de obrigação de fazer ou de não fazer) concedendo ao réu prazo de 15 (quinze) dias, para o cumprimento e o pagamento de honorários advocatícios de 5% (cinco) do valor da causa, conforme caput do artigo 701 do CPC. Intime-se o autor para que, no prazo de 05 (cinco) dias, comprove o pagamento das custas de emissão do AR, por meio de boleto bancário acessível no sítio eletrônico do TJAM, conforme Provimento nº 273-CGJ/AM, sob pena de extinção do processo, sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, IV e VI do CPC. Advirto desde já que, se não opostos embargos no prazo retro, ou não realizado o pagamento, o referido mandado monitório se converterá de pleno direito em título executivo judicial, nos termos do que dispõe o art. 701, § 2° do CPC. Anote-se, de igual forma, que se ocorrer o pagamento no prazo, o Réu ficará isento de custas processuais, em consonância com o disposto no § 1º do art. 701, também do CPC. Caso sejam apresentados embargos à monitória, suspenda-se a eficácia da decisão referida no caput do art. 701 até o julgamento em primeiro grau, segundo dispõe art. 702, § 4° do CPC . Ato contínuo ao recebimento dos embargos, intime-se o autor da monitória para que responda aos embargos em até 15 (quinze) dias, nos termos do art. 702, § 5º, do CPC. Cumpre ressaltar que o devedor poderá, mediante a comprovação de depósito de 30% (trinta por cento) do valor cobrado, acrescido de custas e honorários de advogado de 5% (cinco por cento), requerer o restante do pagamento em até 6 (seis) parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês, nos termos dos artigos 701, § 5º c/c 916, todos do CPC. Caso a carta expedida retorne negativa, consulte-se o(s) sistema(s) eletrônico(s) INFOJUD, SIEL, BACENJUD e/ou RENAJUD, a fim de localizar o atual endereço da parte ré, após o pagamento, no prazo de 05 (cinco) dias, dos emolumentos pertinentes a cada pesquisa solicitada, nos termos da Portaria nº 116/2017, sob pena de extinção do processo, nos termos do art. 485, IV e VI do CPC. Constatado um único endereço e diverso do que já fora efetuada a diligência, expeça-se imediatamente nova carta de citação, caso contrário, intime-se o autor para manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre as referidas consultas, sob pena de extinção do processo, nos termos do art. 485, IV e VI, do CPC. No caso de ser solicitado a expedição de mandado de pagamento, defiro-a desde logo, devendo a parte comprovar, no prazo de 15 (quinze) dias, o recolhimento das custas das diligências do Oficial de Justiça, no prazo de 15 (quinze) dias, por meio de boleto bancário acessível no sítio eletrônico do TJAM, conforme valores constantes da Tabela I do Provimento nº 261/2015 CGJ/AM, sob pena de extinção do processo, nos termos do art. 485, IV e VI do CPC. Cumpra-se

ADV: DÉBORA SALGUEIRO DE MENEZES (OAB 12200/AM) - Processo 0610992-19.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - REQUERENTE: Condomínio Residencial Villa Dei Fiori - Como cediço nas Cortes Superiores, o benefício da gratuidade da Justiça não pode ser concedido por mera deliberação diante das afirmações do beneficiário, quando os elementos dos autos não trilham a mesma direção, mormente caso o requerente seja pessoa jurídica. Diante do exposto e de conformidade com o art. 5º, inc. LXXIV, da Constituição da República, comprove o requerente, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a condição de beneficiário da justiça gratuita, sob pena de aplicação da penalidade prevista em lei, devendo adotar as seguintes providências, juntando aos autos: Comprovante de rendimentos demonstrativo de falência, recuperação judicial ou extrato bancário. Intime-se.

ADV: RODRIGO SILVA RIBEIRO (OAB 5204/AM) - Processo 0611343-02.2013.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Locação de Imóvel - EXEQUENTE: Gabriela Mendes Jaime - Vistos, etc. Intime-se a parte executada, na pessoa de seu advogado, se constituído nos autos; por carta com aviso de recebimento, se acompanhado da Defensoria Pública ou no caso de réu revel (artigo 513, §2º do CPC), a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, promova o cumprimento voluntário da sentença, no valor indicado pelo exequente, sob pena do acréscimo de multa de 10% (dez por cento) e honorários também de 10% (dez por cento). Acaso a parte Executada efetue o pagamento integral da dívida, defiro a expedição de alvará em favor da parte Exequente para levantamento do respectivo valor. Após, dê-se baixa e arquivem-se os autos. Efetuado o pagamento parcial, a multa e os honorários incidirão sobre o restante, ressaltando-se que o prazo para impugnação contar-se-á a partir do depósito parcial. Após a fluência do prazo sem o pagamento voluntário, iniciar-se-á o prazo de 15(quinze) dias para o oferecimento de impugnação ao cumprimento de sentença. Oferecida a impugnação, certifique-se sua tempestividade, bem assim o pagamento de custas processuais sobre o valor da execução. Ultimadas tais providências, intime-se a parte exequente para se manifestar no prazo de quinze dias sobre a impugnação. Em caso de não recolhimento, ou, ainda, de adimplemento a menor das referidas custas, voltem-me os autos conclusos. Transcorrido o prazo para pagamento voluntário, intime-se a parte exequente para que apresente, no prazo de 05 (cinco) dias, memória atualizada e discriminada do débito, incluídas as sanções constantes do art. 523, §1º, do CPC. Com a devida juntada, proceda-se à penhora por meio do BACENJUD, na forma do art. 854 do CPC, em desfavor do réu, CPF n° 053.485.952-68. Efetivado o bloqueio, intime-se a parte executada para se manifestar, no prazo de 15 (quinze) dias, sobre a constrição dos valores, nos termos do art. 525, §11, do CPC. Na hipótese de insuficiência da penhora, efetue-se a pesquisa de bens em nome da parte executada, por meio do INFOJUD e do RENAJUD. Autorizo, desde logo, a constrição, mediante RENAJUD, de eventuais veículos existentes em nome do devedor. Após, intimem-se a parte exequente, para que, no prazo de 05 (cinco) dias, requeira o que entender de direito, sob pena de suspensão, na forma do artigo 921, III do CPC, mantendo-se os autos em arquivo provisório, sem prejuízo da retomada da execução, desde que requerido pela parte. Por fim, certificado o trânsito em julgado da decisão e transcorrido o prazo do art. 523 do CPC, a parte exequente poderá requerer diretamente à serventia a expedição de certidão, nos termos do art. 517 do CPC, que servirá também aos fins previstos no art. 782, §3º, todos do CPC. Cumpra-se.

ADV: AMANDA ARAÚJO DOS SANTOS (OAB 6150/AM), ADV: TIMÓTEO MARTINS NUNES (OAB 503/RR), ADV: RODOLFO MEIRA ROESSING (OAB 12719/PA), ADV: LUANA SILVA SANTOS (OAB 16292/PA) - Processo 0617983-50.2015.8.04.0001 - Procedimento Sumário - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: MARIA ROSENILDA DOS SANTOS CASTRO - REQUERIDO: SEGURADORA LIDER DOS SEGUROS DPVAT S.A. e outro - Ante ao exposto, JULGO IMPROCEDENTES OS PEDIDOS, condenando a Requerida ao pagamento de custas e despesas processuais, bem como honorários advocatícios, os quais fixo em 10% sobre o valor da causa, nos moldes do art. 85, §2º, do CPC/15. Contudo, deve permanecer suspensa a exigibilidade das verbas, tendo em vista o deferimento da Justiça Gratuita. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Manaus, 20 de fevereiro de 2019.

ADV: JOSÉ PAULO CITOLIN JÚNIOR (OAB 13311/AM), ADV: VALCERLAN FERREIRA CRUZ (OAB 10037/AM), ADV: HELDER PINTO DA SILVEIRA (OAB 10509/AM), ADV: ADRIANE CRISTINE CABRAL MAGALHÃES (OAB 5373/AM) - Processo 0619275-65.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Condomínio do Edifício Tropical Executive & Residence Hotel - REQUERIDO: José Wanderley Andrade Lopes - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerida para que se manifeste acerca da contraproposta de fls. 140/142, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT) - Processo 0623644-73.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: Sebastiana Fernandes Nunes - Em face da decisão do conflito negativo de competência, recebo os presentes autos e dou prosseguimento. Da análise do processo entendo ser dispensável a instrução processual, uma vez que as provas já existentes neste apresentam-se suficientes para autorizar o julgamento antecipado do pedido (art. 355, inciso I, CPC), aplicando-se, in casu, o princípio da economia processual e

o da razoável duração do processo. A esse talante, intimem-se as partes e após, se não houver irresignação a esse entender, voltem-se conclusos os autos para julgamento. Cumpra-se.

ADV: FRANCISCO JORGE RIBEIRO GUIMARÃES (OAB 2978/AM), ADV: GEYZA DIANY LIMA DAS CHAGAS (OAB 11855/AM), ADV: MARCO CESAR SOUZA PIMENTEL (OAB 13160/AM) - Processo 0624418-35.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - DIREITO DO CONSUMIDOR - REQUERENTE: Raquel Pereira Alves, - REQUERIDO: AFEAM - Agência de Fomento do Estado do Amazonas S/A - Cuida-se de ação de indenização por cobrança indevida c/c danos morais, ajuizada por Raquel Pereira Alves,, já qualificada nos autos, contra AFEAM - Agência de Fomento do Estado do Amazonas S/A, também qualificada na peça vestibular. Verifica-se, por intermédio do termo de audiência de fls. 80/81, que as partes transigiram. Desta feita, HOMOLOGO o acordo celebrado, para que surta seus jurídicos e legais efeitos. Via de consequência, JULGO EXTINTO O PROCESSO, COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, nos moldes do art. 487, III, alínea "b" do Código de Processo Civil Brasileiro. Custas e honorários na forma convencionada pelas partes. Ao transcurso do prazo legal, sem a interposição de recurso, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe e dê-se baixa na distribuição. Publique-se. Registre-se e Intimem-se.

ADV: ANANIAS GOMES DE SOUZA (OAB 9772/AM), ADV: JORGE HENRIQUE SILVA DE MELO (OAB 7999/AM), ADV: ANA LÚCIA DE SOUZA NOGUEIRA (OAB 5054/AM) - Processo 0625577-81.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum - Atraso de vôo - REQUERENTE: Maria Olindina Matos de Lima - LISTPASSIV: Swiss Internacional Air Lines AG - TVLX Viagens e Turismo S/A ("Viajanet") - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerente para manifestar-se acerca dos ARs juntados aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: GUSTAVO DA SILVA GRILLO (OAB 7883/AM), ADV: JÉSSICA CAVALHEIRO MUNIZ (OAB 107401/RS), ADV: ANDREY AUGUSTO BENTES RAMOS (OAB 7526/AM) - Processo 0631585-06.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - DIREITO DO CONSUMIDOR - REQUERENTE: Maria de Nazaré da Costa e Silva Bentes - REQUERIDO: Associação Nacional de Aposentados e Pensionistas da Previdência Social - Anapps - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0632332-53.2018.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerente para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: SÍLVIO KLEBER BATISTA LOBATO (OAB 8813/AM), ADV: CLAUDEVAN DE SOUZA PEREIRA (OAB 7800/AM), ADV: FABRÍCIO CABRAL DOS ANJOS MARINHO (OAB 7665/AM) - Processo 0633831-77.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum - Serviços Profissionais - REQUERENTE: Condominio do Edificio Centro Médico Odontógico de Manaus (CEMOM) - julgo extinto o presente processo, sem julgamento do mérito, com fulcro no art. 485, VIII, do Código de Processo Civil. Custas pagas. Transitada esta em julgado e, observadas as cautelas devidas, dê-se baixa e arquivem-se os presentes. P. R. I. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ AUGUSTO DE REZENDE JÚNIOR (OAB 1109A/AM), ADV: EDUARDO HOFF HOMEM (OAB 36297/RS) - Processo 0635230-39.2018.8.04.0001 (apensado ao processo 0615613-93.2018.8.04.0001) - Embargos à Execução - Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução - EMBARGANTE: Maria Nirlei Caldas - EMBARGADO: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Da análise dos autos, percebo que foi determinada a intimação da parte autora para comprovar a condição de beneficiário da justiça gratuita. Todavia, mesmo devidamente intimada, nada apresentou a parte requerente, transcorrendo a integralidade de seu prazo in albis. Por este motivo, INDEFIRO o pedido de gratuidade da justiça. Por todo o exposto, intime-se a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, realizar o devido depósito das custas judiciais, nos ditames do Compêndio Processual Civil, sob pena de extinção do feito. Na decorrência do prazo, com ou sem pronunciamento, voltem-me conclusos. Cumpra-se.

ADV: RISONALDO DE MELO LIMA JÚNIOR (OAB 6997/AM) - Processo 0638158-60.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Constrição / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens - EXEQUENTE: Condomínio do Conjunto Residencial Ariranhas - Cite(m)-se o(s) executado(s) para que, querendo, proceda(m) ao adimplemento do débito indicado na exordial, acrescido de honorários advocatícios, no importe de 10% sobre o valor da dívida, no prazo de 03 (três) dias, conforme o art. 827 c/c 829, caput, do CPC, ou querendo, nos termos do art. 914 e 915 do CPC, apresentar Embargos À Execução, no prazo de 15 dias. Faça-se constar no mandado, que o pagamento integral no prazo, o valor dos honorários advocatícios será reduzido pela metade. (Artigo 827 § 1° do CPC). Em caso de o(s) devedor(es) não efetuar(em) o pagamento do aludido montante, autorizo o Sr. Meirinho a realizar a penhora dos bens em nome do(s) executado(s), bem como sua avaliação, tudo na forma do art. 829, §1º e 841, ambos do CPC . Infrutífera a penhora de bens pelo Oficial de Justiça, se requerido, defiro o bloqueio no Bacenjud em nome do(s) executado(s), no valor indicado na execução (art. 854 do CPC). Em sendo positivo o bloqueio, intime-se o executado para manifestar-se sobre o bloqueio, de acordo com o art. 854, §§ 2° e 3° do CPC. Sendo negativa a resposta do Bacenjud, autorizo o bloqueio de bens móveis em nome do(s) executado(s), via RenaJud, bem como sua avaliação, tudo na forma do §1º do art. 829 do Diploma Processual Civil. Determino, ainda, na hipótese de não localizar o(s) executado(s), o arresto de tantos bens quantos bastem para satisfazer o objeto do presente processo de expropriação do patrimônio do devedor, ex vi do art. 830, caput, também do CPC, através dos mesmos sistemas eletrônicos. Precedente do STJ: PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. EXECUTADOS NÃO LOCALIZADOS. ARRESTO PRÉVIO OU EXECUTIVO. ART. 653 DO CPC. BLOQUEIO ON LINE. POSSIBILIDADE, APÓS O ADVENTO DA LEI N. 11.382/2006. APLICAÇÃO DO ART. 655-A DO CPC, POR ANALOGIA. 1.- "1. O arresto executivo, também designado arresto prévio ou pré-penhora, de que trata o art. 653 do CPC, objetiva assegurar a efetivação de futura penhora na execução por título extrajudicial, na hipótese de o executado não ser encontrado para citação. 2. Frustrada a tentativa de localização do executado, é admissível o arresto de seus bens na modalidade on-line (CPC, art. 655-A, aplicado por analogia). (...)." (REsp 1.370.687/MG, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, DJe 15/08/2013) Em retornando o AR negativo por decorrência de não ter sido encontrado o endereço/réu no endereço indicado, proceda-se à consulta dos dados cadastrais do réu via Bacen/Renajud/Infojud. Indicando, qualquer um desses sistemas, diferente endereço daquele informado na inicial, expeça-se nova carta, desde de que recolhidas as custas da despesa postal (R$ 20,00 [vinte reais] por carta expedida), no prazo de 05 (cinco) dias. A Requerimento do Exequente, expeça-se certidão do artigo 828 do CPC. Outrossim, em observância ao que determina a Portaria 116/2017- TJ, todas as consultas aos sistemas (Bacen/Renajud/Infojud) ficam condicionadas ao pagamento das custas devidas. Por fim, intimo a parte autora para que recolha as custas do Mandado, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, no prazo de 5 (cinco) dias. Comprovado o efetivo recolhimento, expeça-se o competente Mandado. Cite-se. Cumpra-se.

ADV: MANOEL MARQUES DE OLIVEIRA FILHO (OAB 5587/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 1037A/AM) - Processo 0646202-68.2018.8.04.0001 - Petição Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Artur Leao - REQUERIDO: Banco Industrial do Brasil S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: ANTÔNIA PEREIRA DA SILVA (OAB 5841/AM) - Processo 0647217-72.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Contratos Bancários - REQUERENTE: Maria Eduarda Rebelo de Miranda - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM), ADV: FRANCISCO CARLOS NUNES DE OLIVEIRA (OAB 10057/AM), ADV: CARLOS EDUARDO CAVALCANTE RAMOS (OAB 37489A/BA) - Processo 0649209-68.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: Alcicarlos Moraes da Silva - REQUERIDO: Banco Bonsucesso S.a,. - Cuida-se de ação de procedimento comum, ajuizada por Alcicarlos Moraes da Silva, já qualificado nos autos, contra Banco Bonsucesso S.A, também qualificado na peça vestibular. Verifica-se, por intermédio da petição de fls. 97/98, e documentos anexos, que as partes transigiram. Desta feita, HOMOLOGO o acordo celebrado, para que surta seus jurídicos e legais efeitos. Via de consequência, JULGO EXTINTO O PROCESSO, COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, nos moldes do art. 487, III, alínea “b” do Código de Processo Civil Brasileiro. Custas e honorários na forma convencionada pelas partes. Ao transcurso do prazo legal, sem a interposição de recurso, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe e dê-se baixa na distribuição. Publique-se. Registre-se e Intimem-se.

ADV: WALFRAN SIQUEIRA CALDAS (OAB 8915/AM) - Processo 0650189-15.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Direito de Imagem - REQUERENTE: Raissa Maria Barbosa da Costa - Em assim sendo, exauridas as oportunidades do mencionado saneamento, percebo que a petição inicial não preencheu os requisitos do art. 320 c/c 321, do CPC, mormente o referente ao pagamento das custas processuais, razão pela qual EXTINGO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, nos termos do que dispõe o art. 485, inc. I, c/c 330, IV, e 321, parágrafo único, todos do Código de Processo Civil. Face à prestação jurisdicional, condeno em custas processuais a parte requerente. Todavia, entendo como despicienda a cobrança de honorários advocatícios, ante a não manifestação de qualquer ato em juízo pela parte ré. Sem recurso adequado da presente decisão, proceda-se a baixa atinente com as cautelas legais e arquivem-se os autos. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: FERNANDA PRESTES DE LIMA (OAB 8776/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 373659/SP) - Processo 0651926-53.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Espécies de Contratos - REQUERENTE: Haidee Cristina Cruz Santiago - REQUERIDO: Banco Industrial do Brasil S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0657480-66.2018.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerente para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: ROBERVAL EMERSON OLIVEIRA DE PAULA FILHO (OAB 6721/AM) - Processo 0658484-41.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: Villa Jardim Torquato Condominio Jasmim - Da análise dos autos, percebo que foi determinada a intimação da parte autora para comprovar a condição de beneficiário da justiça gratuita. Todavia, mesmo devidamente intimada, nada apresentou a parte requerente, transcorrendo a integralidade de seu prazo in albis. Por este motivo, INDEFIRO o pedido de gratuidade da justiça. Por todo o exposto, intime-se a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, realizar o devido depósito das custas judiciais, nos ditames do Compêndio Processual Civil, sob pena de extinção do feito. Na decorrência do prazo, com ou sem pronunciamento, voltem-me conclusos. Cumpra-se.

ADV: ROBERVAL EMERSON OLIVEIRA DE PAULA FILHO (OAB 6721/AM) - Processo 0658510-39.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: Villa Jardim Torquato Condominio Jasmim - Da análise dos autos, percebo que foi determinada a intimação da parte autora para comprovar a condição de beneficiário da justiça gratuita. Todavia, mesmo devidamente intimada, nada apresentou a parte requerente, transcorrendo a integralidade de seu prazo in albis. Por este motivo, INDEFIRO o pedido de gratuidade da justiça. Por todo o exposto, intime-se a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, realizar o devido depósito das custas judiciais, nos ditames do Compêndio Processual Civil, sob pena de extinção do feito. Na decorrência do prazo, com ou sem pronunciamento, voltem-me conclusos. Cumpra-se.

ADV: MARCELO DE SOUZA FERREIRA (OAB 8664/AM) - Processo 0659494-23.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Jackeline Barbosa Leal Alves - Inicialmente, nos termos do art. 292, II do CPC, nas ações de rescisão contratual o valor da causa corresponderá ao valor do contrato (R$ 259.744,00, fls. 17/18). No entanto, tal quantia não reflete à indicada pela parte requerente, motivo pelo qual, com fundamento no § 3º do art. 292, do CPC, corrijo de ofício o valor da causa para R$ 259.744,00. Sanado o vício da exordial, defiro os benefícios da gratuidade da justiça, pois da análise dos documentos carreados aos autos, verifico condição de hipossuficiência da parte requerente. Os documentos de fls. 36/37 indicam a probabilidade do direito da autora, pois evidenciam a sua intenção de rescindir o contrato celebrado com a requerida. Há também urgência no pedido. Há perigo de dano, consistente nos efeitos da mora, podendo ter o seu nome maculado junto aos órgãos de proteção ao crédito, bem como sofrer execução e expropriação de seus bens. Diante do exposto, DEFIRO a tutela de urgência e DETERMINO que o réu se abstenha de cobrar o saldo remanescente do contrato objeto da lide, sob pena de multa diária de R$ 1.000,00 pelo prazo máximo de 30 dias. De igual forma, defiro a suspensão do pagamento das taxas de condomínio vincendas, visto que a intenção da parte requerente é rescindir o contrato, assim, não há motivos para prosseguimento do pagamento, todavia a consequência do pedido de rescisão contratual é a liberação do imóvel, razão pela qual autorizo a comercialização do imóvel pela requerida, ficando a mesma com o ônus de pagamento das taxas condominiais a partir desta decisão. Por oportuno, verifico que o contrato em comento é regido pelas normas do Código de Defesa do Consumidor que confere à parte vulnerável a concessão da inversão do ônus da prova face à capacidade técnica, jurídica e econômica da parte Requerida, nos termos do art. 6º, VIII, do CDC, bem como art. 373, §1º, do CPC. Ademais, tendo em vista que a petição inicial preenche os requisitos essenciais, designo audiência de conciliação preliminar para o dia 16/04/2019, às 09h, nos termos do Art. 334 do CPC, o qual se realizará no CEJUSC-CÍVEL sala 04. Dê-se ciência que “o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. (Art. 334 § 8º do CPC), e a que a defesa deverá ser apresentada no prazo de quinze dias, na forma do art. 335 do CPC. Caso obtida eventual autocomposição, sejam conclusos os autos para que esta seja reduzida a termo e homologada por sentença definitiva, nos moldes do art. 334, § 11, do CPC. Ultimadas tais providências, voltem-me os autos conclusos para deliberação. Cite(m)-se e intime(m)-se. Cumpra-se

ADV: JÉSSICA THAYS NASCIMENTO MARTINS (OAB 9252/AM) - Processo 0660197-51.2018.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: J A F de Lima - No exame preliminar dos argumentos do pedido e da documentação carreada aos autos, verifica-se a existência de um juízo de probabilidade, satisfazendo dessa forma as exigências do Art. 700 do Código de Processo Civil, a ensejar o processamento da presente Ação Monitória. Diante do exposto, determino a expedição de carta de citação para pagamento (de entrega de coisa ou execução de obrigação de fazer ou de não fazer) concedendo ao réu prazo de 15 (quinze) dias, para o cumprimento e o pagamento de honorários advocatícios de 5% (cinco) do valor da causa, conforme caput do artigo 701 do CPC. Intime-se o autor para que, no prazo de 05 (cinco) dias, comprove o pagamento das custas de emissão do AR, por meio de boleto bancário acessível no sítio eletrônico do TJAM, conforme Provimento nº 273-CGJ/AM, sob pena de extinção do processo, sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, IV e VI do CPC. Advirto desde já que, se não opostos embargos no prazo retro, ou não realizado o pagamento, o referido mandado monitório se converterá de pleno direito em título executivo judicial, nos termos do que dispõe o art. 701, § 2° do CPC. Anote-se, de igual forma, que se ocorrer o pagamento no prazo, o Réu ficará isento de custas processuais, em consonância com o disposto no § 1º do art. 701, também do CPC. Caso sejam apresentados embargos à monitória, suspenda-se a eficácia da decisão referida no caput do art. 701 até o julgamento em primeiro grau, segundo dispõe art. 702, § 4° do CPC . Ato contínuo ao recebimento dos embargos, intime-se o autor da monitória para que responda aos embargos em até 15 (quinze) dias, nos termos do art. 702, § 5º, do CPC. Cumpre ressaltar que o devedor poderá, mediante a comprovação de depósito de 30% (trinta por cento) do valor cobrado, acrescido de custas e honorários de advogado de 5% (cinco por cento), requerer o restante do pagamento em até 6 (seis) parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês, nos termos dos artigos 701, § 5º c/c 916, todos do CPC. Caso a carta expedida retorne negativa, consulte-se o(s) sistema(s) eletrônico(s) INFOJUD, SIEL, BACENJUD e/ou RENAJUD, a fim de localizar o atual endereço da parte ré, após o pagamento, no prazo de 05 (cinco) dias, dos emolumentos pertinentes a cada pesquisa solicitada, nos termos da Portaria nº 116/2017, sob pena de extinção do processo, nos termos do art. 485, IV e VI do CPC. Constatado um único endereço e diverso do que já fora efetuada a diligência, expeça-se imediatamente nova carta de citação, caso contrário, intime-se o autor para manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre as referidas consultas, sob pena de extinção do processo, nos termos do art. 485, IV e VI, do CPC. No caso de ser solicitado a expedição de mandado de pagamento, defiro-a desde logo, devendo a parte comprovar, no prazo de 15 (quinze) dias, o recolhimento das custas das diligências do Oficial de Justiça, no prazo de 15 (quinze) dias, por meio de boleto bancário acessível no sítio eletrônico do TJAM, conforme valores constantes da Tabela I do Provimento nº 261/2015 CGJ/AM, sob pena de extinção do processo, nos termos do art. 485, IV e VI do CPC. Cumpra-se

ADV: FELIPE ANDRES ACEVEDO IBAÑEZ (OAB 206339/SP), ADV: RAQUEL TINÔCO NÉIA (OAB 10222/AM) - Processo 0660236-48.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Itaú Unibanco S/A - REQUERIDO: Mayara Paixao Assuncao - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para que se manifeste acerca da petição de fls. 66/88, no prazo de 05 (dias) dias.

ADV: FABIANO VÍTOR DA CRUZ SANTANA (OAB 12287/AM) - Processo 0660694-65.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Caren Pâmela de Andrade Andrade - Compulsando os presentes autos, verifica-se que a parte Requerente objetiva Rescindir o contrato, a restituição dos valores pagos, bem como pretende que a parte requerida seja condenada em danos morais. Assim, nos termos do art. 292, II e VI, do CPC o valor da causa corresponderá ao valor do contrato (R$ 128.908,00, fls. 16) somado ao valor pretendido em danos morais (R$ 18.740,00) somado ao valor da comissão de corretagem (R$ 3.856,33) somado ao valor da restituição dos valores pagos (R$19.434,70). No entanto, tal quantia não reflete à indicada pela parte Requerente, motivo pelo qual, com fundamento no §3º do art. 292, do CPC, corrijo de ofício o valor da causa para R$ 170.939,03 (cento e setenta mil, novecentos e trinta e nove reais e três centavos). Sanado o vício da exordial, defiro os benefícios da gratuidade da justiça. Quanto aos pedidos em caráter liminar, sem adentrar no mérito da demanda, saliento que a tutela antecipada é uma exceção e, como tal, o juiz deve apreciar os elementos que o capacitem a quebrar o ordenamento ordinário do processo. Para que se adiante a outorga que se busca no processo de conhecimento, há necessidade da verificação dos pressupostos contidos no art. 300, do CPC, que não se restringem somente a prova inequívoca que convença o julgador da verossimilhança da alegação, mas, também, os requisitos do “fumus boni júris” e do “periculum in mora”. Como destaca Humberto Theodoro, a antecipação da tutela não constitui uma autorização para o juiz livremente introduzir medidas liminares de mérito em toda e qualquer ação, pois, embora prevista em caráter geral, continua sendo providência de exceção, subordinada a requisitos rigorosamente traçados pela lei. A exceção somente se tolera quando a prestação jurisdicional é posta em risco pela iminência de dano grave e de difícil reparação ou de conduta temerária e inaceitável do réu, frente a direito líquido e certo do autor. (in o Processo Civil Brasileiro no Limiar do Novo Século - Forense - 1999). Diante do exposto, verifico evidenciados o “fumus boni iuris” e o periculum in mora. No caso, a probabilidade do direito reside na existência de contrato de compra e venda entabulado entre as partes, bem como relatórios de cobrança e extrato analítico de pagamentos. O perigo da demora se caracteriza pelo fato de que se mostra abusiva a manutenção das cobranças de pagamento, já que a intenção da requerente é justamente rescindir o contrato, assim, não há motivos para prosseguimento da cobrança e do pagamento. Consequentemente, é prevalecente o direito de se resguardar com relação a possível negativação do nome da requerente. Ante o exposto, nos moldes do artigo 300, do CPC, defiro a tutela de urgência para DETERMINAR que a parte Requerida suspenda as cobranças do referido contrato bem como se abstenha de negativar o nome da requerente no SPC e SERASA, ou, caso já tenha inserido, que retire a negativação, de forma imediata, sob pena de multa diária de R$1.000,00 (hum mil reais) até o limite de 30 (trinta) dias. Por oportuno, verifico que o contrato em comento é regido pelas normas do Código de Defesa do Consumidor que confere à parte vulnerável a concessão da inversão do ônus da prova face à capacidade técnica, jurídica e econômica da parte Requerida, nos termos do art. 6º, VIII, do CDC, bem como art. 373, §1º, do CPC. Ademais, tendo em vista que a petição inicial preenche os requisitos essenciais, designo audiência de conciliação preliminar para o dia 16/04/2019, às 08h30min, nos termos do Art. 334 do CPC, o qual se realizará no CEJUSC-CÍVEL (sala 04). Dê-se ciência que “o não comparecimento injustificado da autora ou das rés à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. (Art. 334 § 8º do CPC). Cite-se e intimem-se.

ADV: SAAMARA DE MENDONÇA MUSTAFA (OAB 396531/SP) - Processo 0660998-64.2018.8.04.0001 - Monitória - Transporte de Coisas - REQUERENTE: H F de M Mustafa - No exame preliminar dos argumentos do pedido e da documentação carreada aos autos, verifica-se a existência de um juízo de probabilidade, satisfazendo dessa forma as exigências do Art. 700 do Código de Processo Civil, a ensejar o processamento da presente Ação Monitória. Diante do exposto, determino a expedição de carta de citação para pagamento (de entrega de coisa ou execução de obrigação de fazer ou de não fazer) concedendo ao réu prazo de 15 (quinze) dias, para o cumprimento e o pagamento de honorários advocatícios de 5% (cinco) do valor da causa, conforme caput do artigo 701 do CPC. Defiro ainda a gratuidade da justiça em favor do requerente. Advirto desde já que, se não opostos embargos no prazo retro, ou não realizado o pagamento, o referido mandado monitório se converterá de pleno direito em título executivo judicial, nos termos do que dispõe o art. 701, § 2° do CPC. Anote-se, de igual forma, que se ocorrer o pagamento no prazo, o Réu ficará isento de custas processuais, em consonância com o disposto no § 1º do art. 701, também do CPC. Caso sejam apresentados embargos à monitória, suspenda-se a eficácia da decisão referida

no caput do art. 701 até o julgamento em primeiro grau, segundo dispõe art. 702, § 4° do CPC . Ato contínuo ao recebimento dos embargos, intime-se o autor da monitória para que responda aos embargos em até 15 (quinze) dias, nos termos do art. 702, § 5º, do CPC. Cumpre ressaltar que o devedor poderá, mediante a comprovação de depósito de 30% (trinta por cento) do valor cobrado, acrescido de custas e honorários de advogado de 5% (cinco por cento), requerer o restante do pagamento em até 6 (seis) parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês, nos termos dos artigos 701, § 5º c/c 916, todos do CPC. Caso a carta expedida retorne negativa, consulte-se o(s) sistema(s) eletrônico(s) INFOJUD, SIEL, BACENJUD e/ou RENAJUD, a fim de localizar o atual endereço da parte ré. Constatado um único endereço e diverso do que já fora efetuada a diligência, expeça-se imediatamente nova carta de citação, caso contrário, intime-se o autor para manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre as referidas consultas, sob pena de extinção do processo, nos termos do art. 485, IV e VI, do CPC. No caso de ser solicitado a expedição de mandado de pagamento, defiro-a desde logo. Cumpra-se

ADV: FERNANDA CABRAL MARQUES (OAB 6755/AM), ADV: FABIO PONTES GARCIA (OAB 14234/AM) - Processo 0661112-03.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Rural - EXEQUENTE: AFEAM - Agência de Fomento do Estado do Amazonas S/A - EXECUTADO: Agrofrut Coop. Agrofrutifera dos Produtores de Urucará, (Devedor Principal) e outros - Cite(m)-se o(s) executado(s) para que, querendo, proceda(m) ao adimplemento do débito indicado na exordial, acrescido de honorários advocatícios, no importe de 10% sobre o valor da dívida, no prazo de 03 (três) dias, conforme o art. 827 c/c 829, caput, do CPC, ou querendo, nos termos do art. 914 e 915 do CPC, apresentar Embargos À Execução, no prazo de 15 dias. Faça-se constar no mandado, que o pagamento integral no prazo, o valor dos honorários advocatícios será reduzido pela metade. (Artigo 827 § 1° do CPC). Em caso de o(s) devedor(es) não efetuar(em) o pagamento do aludido montante, autorizo o Sr. Meirinho a realizar a penhora dos bens em nome do(s) executado(s), bem como sua avaliação, tudo na forma do art. 829, §1º e 841, ambos do CPC . Infrutífera a penhora de bens pelo Oficial de Justiça, se requerido, defiro o bloqueio no Bacenjud em nome do(s) executado(s), no valor indicado na execução (art. 854 do CPC). Em sendo positivo o bloqueio, intime-se o executado para manifestar-se sobre o bloqueio, de acordo com o art. 854, §§ 2° e 3° do CPC. Sendo negativa a resposta do Bacenjud, autorizo o bloqueio de bens móveis em nome do(s) executado(s), via RenaJud, bem como sua avaliação, tudo na forma do §1º do art. 829 do Diploma Processual Civil. Determino, ainda, na hipótese de não localizar o(s) executado(s), o arresto de tantos bens quantos bastem para satisfazer o objeto do presente processo de expropriação do patrimônio do devedor, ex vi do art. 830, caput, também do CPC, através dos mesmos sistemas eletrônicos. Precedente do STJ: PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. EXECUTADOS NÃO LOCALIZADOS. ARRESTO PRÉVIO OU EXECUTIVO. ART. 653 DO CPC. BLOQUEIO ON LINE. POSSIBILIDADE, APÓS O ADVENTO DA LEI N. 11.382/2006. APLICAÇÃO DO ART. 655-A DO CPC, POR ANALOGIA. 1.- "1. O arresto executivo, também designado arresto prévio ou pré-penhora, de que trata o art. 653 do CPC, objetiva assegurar a efetivação de futura penhora na execução por título extrajudicial, na hipótese de o executado não ser encontrado para citação. 2. Frustrada a tentativa de localização do executado, é admissível o arresto de seus bens na modalidade on-line (CPC, art. 655-A, aplicado por analogia). (...)." (REsp 1.370.687/MG, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, DJe 15/08/2013) Em retornando o AR negativo por decorrência de não ter sido encontrado o endereço/réu no endereço indicado, proceda-se à consulta dos dados cadastrais do réu via Bacen/Renajud/Infojud. Indicando, qualquer um desses sistemas, diferente endereço daquele informado na inicial, expeça-se nova carta, desde de que recolhidas as custas da despesa postal (R$ 20,00 [vinte reais] por carta expedida), no prazo de 05 (cinco) dias. A Requerimento do Exequente, expeça-se certidão do artigo 828 do CPC. Outrossim, em observância ao que determina a Portaria 116/2017- TJ, todas as consultas aos sistemas (Bacen/Renajud/Infojud) ficam condicionadas ao pagamento das custas devidas. Por fim, intimo a parte autora para que recolha as custas do Mandado, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, no prazo de 5 (cinco) dias. Comprovado o efetivo recolhimento, expeça-se o competente Mandado. Cite-se. Cumpra-se.

Acácio Fernandes Roboredo (OAB 89774/SP)
Adriane Cristine Cabral Magalhães (OAB 5373/AM)
Amanda Araújo dos Santos (OAB 6150/AM)
Ana Lúcia de Souza Nogueira (OAB 5054/AM)
Ananias Gomes de Souza (OAB 9772/AM)
André Luiz Guedes da Silva (OAB 5261/AM)
Andrey Augusto Bentes Ramos (OAB 7526/AM)
Antônia Pereira da Silva (OAB 5841/AM)
Antônio Braz da Silva (OAB 12450/PE)
Auton Francisco Furtado Maia (OAB 5821/AM)
Bairon Antônio do Nascimento Júnior (OAB 3795/AM)
Carla Caroline Coutinho Frota (OAB 12379/AM)
Carlos Alberto Guedes da Silva Júnior (OAB 8713/AM)
Carlos Edgar Tavares de Oliveira (OAB 5910/AM)
Carlos Eduardo Cavalcante Ramos (OAB 37489A/BA)
Carlos Henrique Costa de Souza (OAB 5712/AM)
Celso Marcon (OAB A566/AM)
Claudevan de Souza Pereira (OAB 7800/AM)
Cristiane Bellinati Garcia Lopes (OAB 751A/AM)
Cristiane das Chagas Botelho (OAB 4215/AM)
Cristiano Ribeiro Viana (OAB 12740/AM)
Débora Salgueiro de Menezes (OAB 12200/AM)
Eduardo Hoff Homem (OAB 36297/RS)
Elaine Bonfim de Oliveira (OAB 000.336/AM)
Elisângela Pereira Daniel (OAB 5725/AM)
Erik Lorenzzo Marinho da Silva (OAB 4944/AM)
Erivelton Ferreira Barreto (OAB 5568/AM)
Fabiano Vítor da Cruz Santana (OAB 12287/AM)
Fabio Pontes Garcia (OAB 14234/AM)
Fabrício Cabral dos Anjos Marinho (OAB 7665/AM)
Felipe Andres Acevedo Ibañez (OAB 206339/SP)
Fernanda Cabral Marques (OAB 6755/AM)
Fernanda Prestes de Lima (OAB 8776/AM)
Fernando Souza Machado (OAB 5975/AM)
Francisco Carlos Nunes de Oliveira (OAB 10057/AM)
Francisco Jorge Ribeiro Guimarães (OAB 2978/AM)
Geofrey Meiriño de Souza (OAB 4538AM)
Geyza Diany Lima das Chagas (OAB 11855/AM)
Gisele Correia dos Santos Batista (OAB 419A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo da Silva Grillo (OAB 7883/AM)
Helder Pinto da Silveira (OAB 10509/AM)
Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB 4018/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Jacques Machado Portela (OAB 2722/AM)
Jéssica Cavalheiro Muniz (OAB 107401/RS)
Jéssica Thays Nascimento Martins (OAB 9252/AM)
Jorge Henrique Silva de Melo (OAB 7999/AM)
José Augusto de Rezende Júnior (OAB 1109A/AM)
José Augusto de Rezende Júnior (OAB A1109/AM)
José Carlos Skrzyszowski Júnior (OAB 986A/AM)
José Paulo Citolin Júnior (OAB 13311/AM)
José Ricardo Gomes de Oliveira (OAB 5254/AM)
Juarez Camelo Rosa (OAB 2695/AM)
Luana Silva Santos (OAB 16292/PA)
Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB 4732/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB 876/AM)
Manoel Marques de Oliveira Filho (OAB 5587/AM)
Marcelo de Souza Ferreira (OAB 8664/AM)
Marco Cesar Souza Pimentel (OAB 13160/AM)
Marco Lúcio Souto Maior de Athayde (OAB 4522/AM)
Maurianne de Souza Kaist (OAB 9951/AM)
Maurício Coimbra Guilherme Ferreira (OAB 151056S/RJ)
Maurício Coimbra Guilherme Ferreira (OAB 91811/MG)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Nara Núbia Pires da Costa (OAB 10241/AM)

Nazira Marques de Oliveira (OAB 8707/AM)
Pablo Rodrigo Jacinto (OAB 208004/SP)
Paulo Dias Gomes (OAB 2337/AM)
Philippe Nunes de Oliveira Dantas (OAB 8872/AM)
Rafael Fernando Tiesca Maciel (OAB 7187/AM)
Rafael Pennini Nery (OAB 13890/AM)
Raquel Tinôco Néia (OAB 10222/AM)
Renata Lopez Alanis (OAB 8706/AM)
Renato André da Costa Monte (OAB 4435/AM)
Risonaldo de Melo Lima Júnior (OAB 6997/AM)
Roberval Emerson Oliveira de Paula Filho (OAB 6721/AM)
Roberval Vieira Júnior (OAB 244234/SP)
Rodolfo Meira Roessing (OAB 12719/PA)
Rodrigo Silva Ribeiro (OAB 5204/AM)
Saamara de Mendonça Mustafa (OAB 396531/SP)
Saul Rogério Ramos de Athayde (OAB 3264/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 44698/MG)
Sílvio Kleber Batista Lobato (OAB 8813/AM)
Thatiane Tupinambá de Carvalho (OAB 3696/AM)
Timóteo Martins Nunes (OAB 503/RR)
Valcerlan Ferreira Cruz (OAB 10037/AM)
Walfran Siqueira Caldas (OAB 8915/AM)
Wilson Molina Porto (OAB 12790A/MT)
Wilson Sales Belchior (OAB 1037A/AM)
Wilson Sales Belchior (OAB 373659/SP)

JUÍZO DE DIREITO DA 19ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
JUIZ(A) DE DIREITO ROGÉRIO JOSÉ DA COSTA VIEIRA
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL CYNTHIA MARIA JACOB ROCHA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0059/2019

ADV: JORGE ALEXANDRE MOTTA DE VASCONCELLOS (OAB 2790/AM), ADV: JORGE FERNANDES GARCIA DE VASCONCELLOS JÚNIOR (OAB 2167/AM), ADV: FRANCINEI MOREIRA DE ALMEIDA (OAB 2464/AM), ADV: FABIANNE RIBEIRO HALINSKI (OAB 7059/AM) - Processo 0601687-21.2013.8.04.0001 - Procedimento Comum - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Alberto Lopes - REQUERIDO: Auto Viação Vitória Régia Ltda. - Dando prosseguimento ao feito e para que no futuro não se alegue nulidade ou cerceamento de defesa, bem como para que não haja atrasos ao andamento do feito com a realização de atos desnecessários, determino a intimação das partes para que se manifestem no prazo de 05 (cinco) dias sobre a intenção de conciliação. Caso, não haja interesse das partes na conciliação, em face da questão de mérito está devidamente provada, e não haver necessidade de produzir outras provas, julgo-me apto para antecipar o julgamento da lide, nos termos do disposto no artigo 355, inciso I, do CPC. A esse talante, intimem-se as partes e após, se não houver irresignação a esse entender, através do recurso adequado, voltem-se conclusos os autos para decisão. Intime-se.

ADV: MATHEUS NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 7197/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0605241-51.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - DIREITO DO CONSUMIDOR - REQUERENTE: Jakes Camara da Costa - REQUERIDO: Banco BMG S/A - GRATUIDADE DA JUSTIÇA Concedo à requerente o benefício da gratuidade judiciária, nos termos do art. 98 do CPC. INVERSÃO DO ONUS DA PROVA Tendo em vista a verossimilhança das alegações da parte autora, bem como sua condição de hipossuficiência técnica e econômica, defiro a inversão do ônus da prova em seu favor, na forma do artigo 6º, inciso VIII, do CDC. Assim sendo, deve o requerido fazer prova do contrato pelo qual resgata seu crédito. TUTELA ANTECIPADA DE URGÊNCIA A tutela antecipada é uma exceção e, como tal, o juiz deve apreciar os elementos que o autorizem a quebrar o ordenamento ordinário do processo. Assim, para que se adiante a outorga que se busca no processo de conhecimento, há necessidade da verificação dos pressupostos contidos no art. 300, do CPC, os quais não se restringem à prova inequívoca ao convencimento do julgador da verossimilhança da alegação - concernente aos elementos que evidenciem, em cognição sumária, a probabilidade do direito alegado -, incluindo, ainda, o perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo, sem falar que a referida decisão concessiva da tutela não poderá ter efeitos irreversíveis. Na casuística enfrentada, a autora aduz a contratação em erro de empréstimo de cartão de crédito consignado, quando acreditava contratar empréstimo consignado puro, em razão da falha na prestação dos serviços operados pelo banco-réu. Outrossim, reclama da venda casada pelo réu do dito cartão de crédito, vinculando-o ao empréstimo consignado que o requerente objetivava, de forma condicionada. Pois bem. Na espécie, nítida é a hipossuficiência da parte autora em face do banco, a quem caberia fornecer à consumidora informações elucidativas e completas acerca dos serviços ofertados, bem ainda entregar-lhe via do contrato correspondente, o que não o fez até o momento. Sendo, por certo, desarrazoada a exigência da produção de prova diabólica pelo autor. Lado outro, os descontos sucessivos são incontestes, mormente pelos documentos acostados às fls. 20/30, tendo a interessada, inclusive, demonstrado a falta de limitação das parcelas do débito em seu contracheque, razão por que vislumbro a verossimilhança das suas alegações, ao menos nesse juízo de cognição sumária. Bem ainda resta evidente o perigo de dano na continuidade de tais descontos, incidentes sobre os proventos de aposentadoria da autora, comprometendo sua mantença e de sua família, dado o caráter alimentar desses rendimentos. Outrossim, a medida concessiva é razoável e facilmente reversível, acaso posteriormente decida-se pela improcedência do pedido. Pelo exposto, DEFIRO o pedido liminar de suspensão de desconto no contracheque da autora, referente ao contrato descrito nos autos, correspondente às prestações subtraídas sob sigla AMORT CARTÃO CRÉDITO - BMG, a se operar antes do fechamento da folha de pagamento do mês subsequente, sob pena de multa de R$ 5.000,00 (cinco mil reais) para cada débito, limitada a 10 (dez) ocorrências. AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO Nos termos do art. 3°, §2°, do CPC, “o Estado promoverá, sempre que possível, a solução consensual dos conflitos”. Dessarte, por conta do dever atribuído ao Estado de estimular a solução por autocomposição e, tendo em vista que a petição inicial preenche os requisitos de sua admissibilidade, determino o encaminhamento do presente processo ao Centro Judiciário de Solução de Conflitos Cíveis (Cejusc - Cível), a fim de que se proceda à mencionada audiência de conciliação, a qual desde já fica pautada para o dia 07 de maio de 2019, às 08:30h, na sala 04 (quatro) CEJUSC. Dê-se ciência de que “o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado” (art. 334, §8º, do CPC), e que a defesa deverá ser apresentada no prazo de quinze dias, na forma do art. 335 do CPC. Caso obtida eventual autocomposição, sejam conclusos os autos para que esta seja reduzida a termo e homologada por sentença definitiva, nos moldes do art. 334, § 11, do CPC. Cite-se. Intime-se. Cumpra-se.

Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Fabianne Ribeiro Halinski (OAB 7059/AM)
Francinei Moreira de Almeida (OAB 2464/AM)
Jorge Alexandre Motta de Vasconcellos (OAB 2790/AM)
Jorge Fernandes Garcia de Vasconcellos Júnior (OAB 2167/AM)
Matheus Nunes de Oliveira Dantas (OAB 7197/AM)

20ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 20ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0060/2019

ADV: GUSTAVO AMATO PISSINI (OAB 261030/SP), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 1048A/AM), ADV: JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (OAB 1047A/AM), ADV: CRISTIANA DA COSTA RODRIGUES (OAB 000.607/AM) - Processo 0008807-82.2004.8.04.0001 (001.04.008807-4) - Processo de Execução - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: BANCO DO BRASIL S/A. - Vistos, etc. Indefiro pedido de dilação de prazo de fls.295. Na falta de bens penhoráveis para fazer frente à pretensão do(a) exequente ou não encontrado o executado, determino a suspensão do processo pelo prazo de 01 (um) ano, conforme o disposto no artigo 921, § 1º do NCPC, ficando suspensa a prescrição, mantendo-se os autos em arquivo provisório, sem prejuízo da retomada do processo. Ultrapassado o prazo mencionado, sem que haja qualquer manifestação das partes, arquivem-se os autos, com a remessa destes à fila de "processos encerrados", ocasião na qual terá inicio o prazo de prescrição intercorrente, sem prejuízo da retomada do processo, caso existam bens penhoráveis, conforme o § 2º do referido artigo. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: FREDERICO MORAES BRACHER (OAB 7311/AM), ADV: BRENO DANTAS CESTARO (OAB 7352/AM), ADV: TATIANA DANTAS PORTELA (OAB 6562/AM), ADV: JOHNNY DE OLIVEIRA SALLES (OAB 8430/AM), ADV: FRANCISCA LOUREIRO DE SOUZA (OAB 8343/AM), ADV: ARIANA DA SILVA FÉLIX (OAB 8501/AM), ADV: KAMILA DA SILVA FREITAS (OAB 8458/AM), ADV: ALINY SOARES DA SILVA (OAB 4247/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB 1065A/AM), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM), ADV: JULIANA FARIAS RODRIGUES (OAB 3797/AM), ADV: SABRINA BRASIL SILVEIRA (OAB 6786/AM), ADV: ANA LUIZA MORAES REBOUÇAS (OAB 5891/AM), ADV: LÚCIO SAMPAIO DE SOUZA JÚNIOR (OAB 3695/AM), ADV: BAIRON ANTÔNIO DO NASCIMENTO JÚNIOR (OAB 3795/AM), ADV: ROSEMARY LIMA RODRIGUES (OAB 2351/AM), ADV: ADAIR JOSÉ PEREIRA MOURA (OAB 1251/AM), ADV: PAULO ALEXANDRE LEITE DA SILVA (OAB 3760/AM), ADV: SARA REGINA OLÍMPIO MAMEDE (OAB 4504/AM), ADV: JEFFERSON ORTIZ MATIAS (OAB 2998/AM), ADV: LEONARD LOPES DE ASSIS (OAB 6895/AM), ADV: MÁRCIA REGINA LOPES MACIEL (OAB 4163/AM), ADV: JORGE EDUARDO DE SOUZA MARTINHO (OAB 5273/AM), ADV: CLÁUDIO ELIAS DOS SANTOS (OAB 4036/AM), ADV: LEONARDO ALVARENGA VIANA (OAB 6956/AM), ADV: FREDERICO SANTOS PAIVA (OAB 6569/AM), ADV: ANDRÉ DE SANTA MARIA BINDÁ (OAB 3707/AM), ADV: JACQUES MACHADO PORTELA (OAB 2722/AM) - Processo 0011914-71.2003.8.04.0001 (001.03.011914-7) - Processo de Execução - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Manaus Energia S/A - Vistos, etc. Indefiro pedido de fls. 244. Na falta de bens penhoráveis para fazer frente à pretensão do(a) exequente ou não encontrado o executado, determino a suspensão do processo pelo prazo de 01 (um) ano, conforme o disposto no artigo 921, § 1º do NCPC, ficando suspensa a prescrição, mantendo-se os autos em arquivo provisório, sem prejuízo da retomada do processo. Ultrapassado o prazo mencionado, sem que haja qualquer manifestação das partes, arquivem-se os autos, com a remessa destes à fila de "processos encerrados", ocasião na qual terá inicio o prazo de prescrição intercorrente, sem prejuízo da retomada do processo, caso existam bens penhoráveis, conforme o § 2º do referido artigo. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG), ADV: JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (OAB 1047A/AM), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 1048A/AM) - Processo 0030238-12.2003.8.04.0001 (001.03.030238-3) - Processo de Execução - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: BANCO DO BRASIL S/A. - Vistos, etc Fica a parte requerente/exequente intimada para que, no prazo de 05 (cinco) dias, conforme Lei nº4.408/2016 e tabela de custas consolidada pela Portaria nº116/2017-PTJ, recolha as custas processuais atinentes a cada ato eletrônico de consulta (Infojud/Bacenjud/Renajud/Eirdft), sob pena de extinção do processo sem resolução de mérito, na forma do art. 485, IV, do CPC/2015 ou suspensão do processo, na forma do art.921, III, §1º, do CPC/2015, conforme a fase processual. Mantenham-se estes autos arquivados, tendo em vista o transcurso do prazo de suspensão, nos moldes do Art. 921 e seguintes, CPC/2015, conforme fls.280. Cumpra-se.

ADV: MARTHA MAFRA GONZALES (OAB 4103/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011/AM), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM) - Processo 0031199-79.2005.8.04.0001 (001.05.031199-0) - Execução de Título Judicial - Liquidação / Cumprimento / Execução - EXEQUENTE: Manaus Energia S/A - EXECUTADA: BMCC - Indústria Comércio Ltda - Intime-se a parte executada para se manifestar, no prazo de 05 (cinco) dias, sobre a petição de fls. 357/358. Transcorrido o prazo, com ou sem manifestação da parte ré, voltem-me os autos conclusos para despacho inicial. Cumpra-se.

ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB 1065A/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 104147/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0043640-63.2003.8.04.0001 (001.03.043640-1) - Processo de Execução - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Manaus Energia S/A - Vistos, etc. Fica a parte requerente/exequente intimada para que, no prazo de 05 (cinco) dias, conforme Lei nº4.408/2016 e tabela de custas consolidada pela Portaria nº116/2017-PTJ, recolha as custas processuais atinentes ao ato eletrônico de consulta Bacenjud. Após, voltem-me os autos conclusos para a fila de consulta. Mantenham-se estes autos arquivados conforme fls.266. Cumpra-se.

ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG), ADV: JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (OAB 1047A/AM), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 1048A/AM) - Processo 0057025-15.2002.8.04.0001 (001.02.057025-3) - Processo de Execução - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: BANCO DO BRASIL S/A. - Vistos, etc. Fica a parte requerente/exequente intimada para que, no prazo de 05 (cinco) dias, conforme Lei nº4.408/2016 e tabela de custas consolidada pela Portaria nº116/2017-PTJ, recolha as custas processuais atinentes a cada ato eletrônico de consulta (Infojud/Bacenjud/Renajud/Siel), sob pena de extinção do processo sem resolução de mérito, na forma do art. 485, IV, do CPC/2015 ou suspensão do processo, na forma do art.921, III, §1º, do CPC/2015, conforme a fase processual. Mantenham-se estes autos arquivados, nos moldes do Art. 921 e seguintes, CPC/2015. Após, voltem-me os autos conclusos para a fila de consulta. Cumpra-se.

ADV: FLÁVIA ALMEIDA MOURA DI LATELLA (OAB 109730/MG), ADV: MARCELO TOSTES DE CASTRO MAIA (OAB 63440/MG), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB A598/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0204862-93.2010.8.04.0001 (001.10.204862-3) - Processo de Execução - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Banco Rural S/A - Vistos, etc Fica a parte requerente/exequente intimada para que, no prazo de 05 (cinco) dias, conforme Lei nº4.408/2016 e tabela de custas consolidada pela Portaria nº116/2017-PTJ, recolha as custas processuais atinentes a cada ato eletrônico de consulta (Infojud/Bacenjud/Renajud/Eridft), sob pena de extinção do processo sem resolução de mérito, na forma do art. 485, IV, do CPC/2015 ou suspensão do processo, na forma do art.921, III, §1º, do CPC/2015, conforme a fase processual. Após, voltem-me os autos conclusos para a fila de consulta. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ MARCELO BRAGA NASCIMENTO (OAB 18298/GO), ADV: JOAO AUGUSTO DE C FERREIRA (OAB 325076/SP), ADV: JOSÉ MARCELO BRAGA NASCIMENTO (OAB 29120/SP), ADV: DENISE DE CÁSSIA ZÍLIO ANTUNES (OAB 90949/SP), ADV: DENISE CASSIA ZILIO ANTUNES (OAB 90949/SP) - Processo 0212841-77.2008.8.04.0001 (001.08.212841-4) - Processo de Execução - Liquidação / Cumprimento / Execução - EXEQUENTE: Unilever Bestfoods Brasil Ltda. - Vistos, etc. Indefiro o pedido de geração de guias por este próprio juízo. Fica o exequente intimado a consultar a Contadoria para dirimir quaisquer dúvidas quanto ao procedimento de geração de guias no site do TJAM. Dê-se o prazo de 10 (dez) dias para que a parte interessada apresente comprovante de pagamento de custas de consulta ordenadas às fls. 254. Após, voltem-me os autos conclusos à fila de consulta. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: RODRIGO BENAYON PONTES SERUDO (OAB 11132/AM), ADV: GERMANO COSTA ANDRADE (OAB 2835/AM), ADV: WILLIAM DANIEL BRASIL DAVID (OAB 6796/AM), ADV: RAPHAELA BATISTA DE OLIVEIRA (OAB 9169AC), ADV: CLÁUDIA DA SILVA DAVID (OAB 4863/AM) - Processo 0213886-67.2018.8.04.0001 (processo principal 0244686-25.2011.8.04.0001) - Cumprimento Provisório de Sentença - Perdas e Danos - EXEQUENTE: Renata Meirelles dos Santos - EXECUTADO: Urbis Empreendimentos Imobiliários S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ e tendo em vista a manifestação da parte executada nas fls. 104/106, intimo a parte exequente para que se manifeste acerca da consulta de fls. 99/100, no prazo de 05 (cinco) dias. Conforme despacho cujo teor segue abaixo: "Decorrido o prazo para a manifestação da parte executada, intime-se a parte exequente para se manifestar, no prazo de 05 (cinco) dias, acerca da consulta de fls. retro e requerer o que entender de direito."

ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG), ADV: GUSTAVO AMATO PISSINI (OAB 261030/SP), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 1048A/AM), ADV: JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (OAB 1047A/AM) - Processo 0232383-47.2009.8.04.0001 (001.09.232383-0) - Processo de Execução - Liquidação / Cumprimento / Execução - EXEQUENTE: Banco do Brasil S/A - Vistos, etc Intime-se a parte exequente para que diga manifeste-se quanto ao retorno do mandado de fls. 371/372 e se tem efetivo interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 05 (cinco) dias, suprindo sua falta mediante a promoção do(s) ato(s) e/ou diligência(s) útil(eis) pertinente(s), sob pena de não resolução do mérito, na forma do art. 485, III e IV, do CPC/2015 ou suspensão do processo, na forma do art.921, III, §1º, do CPC/2015, conforme a fase processual. Após, voltem-me os autos conclusos para despacho inicial.

ADV: PAULO AUGUSTO GRECO (OAB 119729/SP), ADV: HEBER QUINDERÉ JÚNIOR (OAB 4328/CE) - Processo 0359151-86.2007.8.04.0001 (001.07.359151-4) - Processo de Execução - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Videolar S.A - REQUERIDO: Cd + Ind. da Amazônia Ltda - Vistos, etc Defiro, em parte, o pedido de fls retro, tendo em vista que o valor a receber descrito em fls. 588/589 ocorreu/teria ocorrido em 2016/2017. Oficie-se a empresa FN RUZZI EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA para informar este juízo o valor do crédito existente em favor do sócio executado FABIO DE ANDRADE ZANETTI, CPF:040.280.518-60 (vide decisão de fls.448/449), abstendo-se de efetuar qualquer pagamento ao executado, depositando-se em juízo o respectivo crédito até o limite da importância executada Fica a parte interessada responsável por imprimir, enviar e protocolar esta decisão que serve como ofício, conforme dispõe , §2º, art. 1º, Portaria nº2072/2016-PTJ: "A impressão, o envio e o protocolo quando dirigidos a setores externos do Poder Judiciário Estadual fica a cargo da parte interessada, salvo situações específicas da Justiça Criminal e dos Assistidos pela Defensoria Pública do Estado do Amazonas." Após, ao exequente que informe este juízo sob o protocolamento deste despacho-ofício junto à empresa FN RUZZI EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: EVANILDO CARNEIRO DA SILVA (OAB 291A/AM), ADV: CARLOS ISAQUE DA SILVA (OAB 24434/PA), ADV: EVANILDO CARNEIRO DA SILVA (OAB 5746/PA) - Processo 0600532-70.2019.8.04.0001 - Embargos de Terceiro - Constrição / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens - REQUERENTE: Roberto Melo Silva - Vistos, etc. Cuida-se de ação de embargos de terceiro intentada por Roberto Melo Silva em face de Ednei Lourenço de Carvalho Júnior e Raudinei Costa Gamboa, em que a parte pleiteia antecipação de tutela para que seja feito o desbloqueio do veículo marca MITISUBISHI, modelo L200 4X4 GL, placa ATG - 2366, ano modelo 2011 e ano fabricação 2010, cor branca, chassi nº 93XGNK740BCA71967, RENAVAM nº0025783658-6 que está com restrição veicular em processo de execução de título extrajudicial nº 0630095-17.2016 (vide fls. 132/133 daqueles autos). Breve relato. A embargante afirma ter vendido um terreno a terceiros e esses deram como pagamento o veículo objeto da lide, entretanto tal veículo consta na propriedade do senhor Raudinei Costa Gamboa, um dos embargados. Em processo de execução nº 0630095-17.2016.8.04.0001,o referido veículo foi restrito às fls. 132/133. Decido. Nos termos do Novo Código de Processo Civil, em seu Artigo 294, a concessão da tutela provisória pode fundamentar-se em urgência ou evidência. E, da análise dos autos, verifico a possibilidade de adequar o pedido nos novos parâmetros processuais, fundamentada na tutela de urgência. Isso porque, nos termos do Art. 300, caput do NCPC, referente a tutela de urgência, o juiz a concederá "quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo". Ademais, no §3° do mesmo artigo, a tutela de urgência de natureza antecipada não será deferida quando houver perigo de irreversibilidade. Verifica-se que estamos diante de uma situação corriqueira em nosso país. Pessoas em suas relações negociais fazem tramitações que carecem de uma segurança jurídica amplamente confortável para ambas as partes. Diante disso, procedem a instrumento particular / recibo de compra e venda, contratos de gaveta etc. Entretanto, o entendimento jurisprudencial majoritário salienta que havendo boa-fé de ambas as partes e sem prejuízo de terceiros e credores, o judiciário poderá ponderar e reconhecer como legítimo o contrato, desde que cumpridas, no caso em tela, por exemplo, as devidas quitações das parcelas do veículo; cuidado do objeto enquanto em posse de terceiro para não ocorrer em eventuais multas, tendo em vista o carro ainda estar em nome do devedor fiduciário; e, a transferência do titular ao fim do processo de alienação. Vejamos, PROCESSO CIVIL. EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO. ARTIGO 267, INCISO VI, DO CPC. COMPRA E VENDA DE VEÍCULO ALIENADO FIDUCIARIAMENTE. CONTRATO VERBAL. SENTENÇA CASSADA. 1. A alienação do bem alienado fiduciariamente, sem a anuência do credor, não é oponível ao proprietário fiduciante, mas é válida entre o devedor alienante e terceiro adquirente, sob pena de ensejar o enriquecimento sem causa de uma das partes. 2. Verificada a existência de contrato verbal de compra e venda de veículo entre as partes, este deve ser reconhecido pelo juízo, ainda que o veículo em discussão esteja alienado fiduciariamente. 3. Recurso conhecido e provido. Sentença cassada. (TJ-DF - APC: 20150810045073, Relator: GISLENE PINHEIRO, Data de Julgamento: 16/12/2015, 2ª Turma Cível, Data de Publicação: Publicado no DJE : 22/01/2016 . Pág.: 295) (grifo meu) INSTRUMENTO PARTICULAR DE COMPRA E VENDA. Apesar do direito de propriedade somente ser adquirido com registrodo ato de compra e venda (escritura) inserida no registrode imóvel (art. 1245, CC, 2002), não se pode negar que o art. 1225, também do Código Civil de 2002, aloca o direito do promitente comprador como um direito real. Conquanto, o compromisso de compra e venda não transmita,de direito, a propriedade, consiste em um negócio jurídico irretratável no qual as partes pactuam a transferência do bem. Dessa forma, mesmo que não tenha sido registrado junto à matrícula a escritura outorgando a propriedade aopromitente comprador, a data de registro do compromisso há de ser levada em consideração para fins de análise da pretensão de declaração de fraude à execução. Recurso do embargado improvido .(TRT-2 - AP: 00013541620145020446 SP 00013541620145020446 A28, Relator: FRANCISCO FERREIRA JORGE NETO, Data de Julgamento: 18/06/2015, 14ª TURMA, Data de Publicação: 26/06/2015) (grifo meu) E sendo assim, verificada pelo menos em cognição sumária, a probabilidade do direito diante dos fatos narrados e da plausibilidade do pedido; boa-fé da embargante em apresentar documentações que comprovam o negócio realizado (fls.14/15), ainda em propriedade de um dos

embargados, ora requerido no processo principal; ao que consta, as parcelas estão sendo devidamente quitadas; a distribuição da ação de execução nº 0630095-17.2016.8.04.001 ter sido em 12/09/2016, bem a restrição veicular ocorrera em 17/04/2018 serem posterior ao contrato de compra e venda do veículo ocorrido em 26/09/2016; verifico, portanto, preenchido o requisito do dano irreparável, cuja demora da prestação jurisdicional a fim de conceder a tutela poderá prejudicar a parte embargante que não está na iminência de perda da posse do carro, sendo já deferido expedição de carta precatória para arresto do veículo de propriedade do executado nos autos principais, CONCEDO a tutela provisória de urgência, nos termos do Art. 300 do NCPC, a fim de que a Secretaria proceda com o DESBLOQUEIO via renajud do veículo marca MITISUBISHI, modelo L200 4X4 GL, placa ATG - 2366, ano modelo 2011 e ano fabricação 2010, cor branca, chassi nº 93XGNK740BCA71967, RENAVAM nº0025783658-6 que está com restrição veicular em processo de execução de título extrajudicial nº 0630095-17.2016 (vide fls. 132/133 daqueles autos). Ademais, no que concerne a tutela de urgência, verifico que possível a reversibilidade da medida. Quanto ao pedido de manutenção na posse do veículo, abstenho-me de decidir a respeito, posto o que está a alcance deste juízo é apenas o desbloqueio da restrição veicular e/ou diligência em face do carro nestes autos, não havendo que "blindar" o veículo em posse do embargante frente a quaisquer ações, o que ocorreria caso fosse o pleito concedido, inclusive em outras demandas. Determino igualmente a citação dos embargados, em nome de seus patronos cadastrados em processo de execução nº 0630095-17.2016.8.04.0001, para que querendo, no prazo de 15 (quinze) dias, ofereçam resposta aos termos da presente ação, na forma do que preconiza o artigo 679 do Atual Código de Processo Civil. A Secretaria que translade esta decisão como cópia ao autos de execução nº 0630095-17.2016.8.04.0001, assim como determino a suspensão, por ora, do despacho de fls. 158/159 dos autos principais. Remetam-se estes autos de embargos de terceiro à fila de consulta para desbloqueio de veículo. Cite-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ROMMEL JÚNIOR QUEIROZ RODRIGUES (OAB 8279/AM), ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB A737/AM), ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB 211648/SP) - Processo 0600941-46.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - REQUERIDO: Ellas Modas Confeccoes Ltda e outro - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT), ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 805A/AM) - Processo 0602104-61.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Auxílio-Doença Previdenciário - REQUERENTE: Marcia Marques da Silva - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB 1065/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0602615-64.2016.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 8º, II da Portaria nº 1985/2017, intimo a parte interessada para indicar o CEP do endereço que deverá constar na carta, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir mandado/carta para mais de um endereço ou de realizar consultas via sistemas judiciais, e não sendo o caso de benefício da justiça gratuita integral, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências.

ADV: FLÁVIO RAFAEL PERDIGÃO GUERRA (OAB 8500/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0604107-86.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - DIREITO DO CONSUMIDOR - REQUERENTE: Braulino Melgueira Luiz Filho - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Vistos, etc Cite-se o requerido por ato eletrônico, caso tenha cadastro no sistema. Do contrário, expeça-se carta. Defiro a gratuidade de justiça em favor do autor, bem como a inversão do ônus da prova. Tendo em vista as especificidades deste litígio, deixo de designar a audiência de conciliação do art. 334 do CPC/2015, reservando a momento oportuno a análise da conveniência da audiência de conciliação e do mútuo interesse das partes. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: BONIEK PEREIRA DA SILVA (OAB 8303/AM), ADV: PAULO SÉRGIO LOPES GONÇALVES (OAB 281005/SP) - Processo 0604299-24.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Rural - EXEQUENTE: Banco da Amazônia S/A - Vistos, etc. Defiro o petitório retro. Nesse espeque, à secretaria para expeça certidão de admissão da execução, nos termos do art. 828 do nosso código de processo civil. Com fulcro no § 1º do dispositivo antedito, deverá o exequente no prazo de 10 (dez) dias, comunicar a este juízo as averbações efetivadas. Noutro giro, deverá o interessado, em igual prazo, indicar medida executiva com escopo de impulsionar o feito, sob pena de suspensão, na forma do art. 921, III do CPC/2015. Advirto, desde logo, que não serão deferidas diligências protelatórias ou já realizadas por este juízo. Transcorrido o prazo mencionado, com ou sem manifestação do credor, voltem-me os autos conclusos. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: FELIPE NAVEGA MEDEIROS (OAB 165147/MG), ADV: WILLIAM CARMONA MAYA (OAB 257198/SP) - Processo 0604681-17.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Itaú Unibanco S/A - Vistos, etc. Em debruço ao caderno processual, verifico que houve pedido de prosseguimento do feito, nos termos da petição de fls. 261-270. Com escopo de melhorar a erudição dos presentes autos, transcrevo abaixo os pedidos feitos pelo banco exequente: "(1) A realização de pesquisas via BACENJUD, bloqueio de veículos via RENAJUD, com imposição de restrição de circulação (restrição total), e consulta ao sistema INFOJUD em relação ao Executado AUDEMIDES DAS GRAÇAS GUEDES, com a juntada das cópias das declarações de imposto de renda aos autos como documento sigiloso; (2) A penhora de valores mobiliários listados do art. 2º, incisos I ao IX, da Lei n.º 6.385/76, de eventuais investimentos no Tesouro Direto, títulos privados de renda fixa do tipo LCI - Letra de Câmbio Imobiliário, LCA - Letra de Crédito do Agronegócio, CDB - Certificado de Depósito Bancário, COE - Certificado de Operações Estruturadas ou quaisquer outros investimentos financeiros de titularidade do Executado AUDEMIDES DAS GRAÇAS GUEDES, com a consequente expedição de ofícios à: (2.1) B3 S.A. - BRASIL, BOLSA, BALCÃO (BOLSA DE VALORES); e, (2.2) COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS (CVM); (3) A penhora de ativos financeiros, valores mobiliários e qualquer investimento financeiro do Executado AUDEMIDES DAS GRAÇAS GUEDES porventura alocados em instituições financeiras não atingidas pelo BACENJUD, com a consequente expedição de ofício ao BANCO CENTRAL DO BRASIL, que deverá adotar as medidas necessárias para operacionalizar o bloqueio; (4) Igualmente, requer seja determinada a constrição dos respectivos acessórios e eventuais proventos (dividendos, bonificações, direitos de subscrição, juros sobre capital e outros) dos ativos financeiros, valores mobiliários e investimentos acima descritos nos itens (2) e (3); (5) A penhora de valores de planos de previdência privada do Executado Audemides Das Graças Guedes, mediante a expedição de ofícios à: (5.1) Confederação Nacional das Empresas de Seguros Gerais, Previdência Privada e Vida, Saúde Suplementar e Capitalização (CNseg); (5.2) Superintendência de Seguros Privados (SUSEP); e, (5.3) Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC); É o brevíssimo relato. Decido Passo a analisar cada item. Itens (1) - Indefiro o pedido de novas consultas aos sistemas conveniados ao judiciário, quais sejam, BacenJud, Renajud e Infojud, haja vista que as consultas já foram devidamente realizadas, conforme extrai-se do caderno processual. Ademais as diligências relacionadas à localização de bens pelos sistemas, depende de motivação expressa do exequente, que não apenas o transcurso do tempo, sob pena de onerar o juízo com providências que cabem ao exequente da demanda. Passo aos próximos itens da petição. Itens (2), (2.1) e (2.2) - Tendo em vista a natureza sigilosa das informações pretendidas pelo postulante, cediço que tal providencia não pode ser protocolada diretamente pelo interessado

junto aos órgão competentes pela administração e fiscalização das aplicações na previdência privada e titulos mobiliários publicos e privados, necessitando portanto, da tutela judicial ao fito de obter informações não contempladas pela pesquisa BacenJud. Nesse prisma, defiro o petitório de expedição de ofícios ao B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (Bolsa de Valores), bem como a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) com a finalidade de que promovam a penhora, até o limite do débito exequendo, de valores mobiliários listados do art. 2º, incisos I ao IX, da Lei n.º 6.385/76, de eventuais investimentos no Tesouro Direto, títulos privados de renda fixa do tipo LCI - Letra de Câmbio Imobiliário, LCA - Letra de Crédito do Agronegócio, CDB - Certificado de Depósito Bancário, COE - Certificado de Operações Estruturadas ou quaisquer outros investimentos financeiros de titularidade do Executado Audemides das Graças Guedes. Aclarados estes pontos, passo aos próximos itens. Itens (3) e (4) - Como forma acessória na busca de bens em nome do executado Audemides das Graças Guedes, determino a expedição de ofício ao órgão fiscalizador e disciplinador do sistema financeiro nacional, qual seja, Banco Central do Brasil a fim de que promova a penhora, até o limite do débito perseguido, de ativos financeiros, valores mobiliários - conforme dicção do art. 2º, incisos I ao IX, da Lei n.º 6.385/76 - e ainda quaisquer outros investimentos financeiros que porventura estejam alocados em instituições financeiras não alcançadas pelo BACENJUD, incluindo-se aqui, os respectivos acessórios e eventuais proventos (dividendos, bonificações, direitos de subscrição, juros sobre capital e outros). Ato continuo, prestigiando o Principio da Cooperação (consagrada nos artigos 5º e 6º do CPC/2015), intime-se o respectivo órgão fiscalizador para que, realize, por seus próprios canais internos, a comunicação da ordem de constrição às instituições financeiras supramencionadas. Na sequencia, passo a analisar o pleito derradeiro do exequente. Item (5) - No que concerne ao pedido de expedição de ofícios às superintendências (SUSEP) e (PREVIC), além da Confederação Nacional das Empresas de Seguros Gerais, Previdência Privada e Vida, Saúde Suplementar e Capitalização (CNseg), colijo que o pleito deve ser analisado com parcimônia. Ademais, conforme entendimento do Superior Tribunal de Justiça, cabe ao juiz analisar casuisticamente, sobre a possibilidade de penhora de valores depositados em fundos de previdência privada. Nesse contexto, defiro a expedição de ofícios aos retromencionados órgãos a fim de que, apenas informem, no prazo de 15 (quinze) dias, sobre a existência de eventuais valores depositados em previdência privada de titularidade do executado Audemides das Graças Guedes, CPF/MF sob o nº 077.131.852-91. Com as respostas, em caso positivo, passarei a debruçar-me sobre a intentada penhora de valores existentes em previdência privada. Impende ressaltar que a medida postulada pelo Banco Itaú não poderá ofender o princípio da menor onerosidade ao executado, razão pela qual deve ser melhor analisada, de preferência, quando já houver resposta dos demais órgãos, sob pena de incorrer inclusive em excesso de execução. Por todo o exposto, determino à secretaria que providencie a expedição dos referidos ofícios. No entanto, fica a parte interessada responsável por imprimir, enviar e protocolar os aludidos expedientes, conforme dispõe nos termos do que dispõe o §2º, art. 1º, Portaria nº 2072/2016-PTJ: "A impressão, o envio e o protocolo quando dirigidos a setores externos do Poder Judiciário Estadual fica a cargo da parte interessada, salvo situações específicas da Justiça Criminal e dos Assistidos pela Defensoria Pública do Estado do Amazonas." Dito isso, após a confecção dos documentos, intime-se o requerente/interessado para devidas providências. Cumpra-se.

ADV: MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM) - Processo 0605613-97.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - Vistos e etc. Homologo a desistência do presente feito, para fins do artigo 200, parágrafo único, do CPC/2015. Julgo, em consequência, extinto o processo, com fundamento no artigo 485, VIII, do CPC/2015. Custas pagas. Sem honorários. Arquivem-se os autos, independentemente do trânsito julgado, face a ausência de interesse recursal. Encaminhem-se os presentes autos à contadoria para a baixa nos registros. Em caso de eventual pendência do pagamento de custas, determino a devolução dos autos a esta serventia para que proceda a intimação do devedor a fim de que, no prazo de 10 (dez) dias, realize o adimplemento do débito relativo às custas judiciais. Decorrido o prazo sem o aludido pagamento, encaminhe-se os autos à contadoria para emissão de certidão de crédito e respectivo protesto, na forma da Portaria nº116/2017-PTJ c/c Provimento nº228/2014 da CGJ/AM. Publique-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: PATRÍCIA DE CASTRO LOPES (OAB 7971/AM), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM) - Processo 0605968-10.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Ester Simões de Oliveira - REQUERIDO: Banco BMG S/A - O art. 1º, §2º da Portaria nº 2072/2016-PTJ, assim dispõe: "A impressão, o envio e o protocolo quando dirigidos a setores externos do Poder Judiciário Estadual fica a cargo da parte interessada, salvo situações específicas da Justiça Criminal e dos assistidos pela Defensoria Pública do Estado do Amazonas." Desta feita, intimo a parte interessada para que tome ciência do(s) documento(s) expedido(s) - ofício - , remeta-o(s) ao(s) seu(s) destinatário(s) e junte, nos presentes autos, o(s) respectivo(s) comprovante(s) de protocolamento.

ADV: CARLOS ALBERTO BAIÃO (OAB 925A/AM), ADV: BRUNO HENRIQUE DE OLIVEIRA VANDERLEI (OAB 21678/PE) - Processo 0606306-81.2019.8.04.0001 (apensado ao processo 0606379-29.2014.8.04.0001) - Embargos de Terceiro - Coisas - EMBARGADO: Itaú Unibanco S/A e outros - Compulsando os autos, verifico que a parte Embargada (Itaú Unibanco S/A) não foi intimada da decisão interlocutória de fls. 360 e 361, tendo em vista que os patronos desta, não constam certidão de publicação. Dessa forma, intimo a parte Embargada para que tome ciência da decisão de fls. 360 e 361 , cujo teor segue abaixo: "Citem-se os embargados, através de seus respectivos advogados constituídos nos autos ou pessoalmente, caso não possuam, para contestar os presentes embargos no prazo de 15(quinze) dias (artigos 677,§3º c/c 679,CPC/2015). "

ADV: ROBERTO MARQUES DA COSTA (OAB 4135/AM), ADV: AUTON FRANCISCO FURTADO MAIA (OAB 5821/AM) - Processo 0607771-28.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Condomínio - REQUERENTE: Condomínio Residencial Nascentes do Tarumã - Vistos, etc. Cite(m)-se o executado(a)s para que, no prazo de 03 (três) dias, proceda ao adimplemento do débito indicado na exordial (R$1.182,96), acrescido de honorários advocatícios, já fixados no importe de 10% (dez por cento) sobre o valor da causa, conforme o art. 827 do CPC/2015. Faça-se constar no mandado executivo que na hipótese do pagamento integral do numerário exequendo no prazo acima alinhavado, a verba honorária será reduzida pela metade (§ 1º do art. 827 do CPC/2015). Efetivada a citação e decorrido o prazo legal para pagamento voluntário do débito, intime-se o(a) exequente para apresentar planilha atualizada do débito, no prazo de 05(cinco) dias, ficando autorizado, desde logo, a consulta ao sistema bacenjud para constrição do valores devidos. Cumprida a determinação de indisponibilidade de valores, intime-se o(a)s executado(a)s para se manifestar, no prazo de 05(cinco) dias, conforme art.854, §3º, do CPC/15. Não encontrados bens que possam ser penhorados ou arrestados, este Juízo procederá a buscas eletrônicas de bens via BacenJud, Renajud, Infojud e Eridft, após o pagamento das respectivas custas. Em retornando o mandado negativo por decorrência de não ter sido encontrado o(a)s executado(a)s no endereço indicado, proceda-se à consulta dos dados cadastrais do(a)s executado(a)s via Bacen/Renajud/Infojud/Siel, após o pagamento das respectivas custas. Indicando, qualquer um desses sistemas, diferente endereço daquele informado na inicial, expeça-se novo mandado, após a escolha, pelo(a) exequente, do endereço no qual será realizado a diligência, com a respectiva juntada do comprovante de custas do ato a ser praticado, no prazo de 05(cinco) dias. À Secretaria que expeça mandado de citação-execução. Custas de Oficial juntadas aos autos. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: LINCOLN MARTINS DA COSTA NOVO (OAB 3423/AM), ADV: SOLON ANGELIM DE ALENCAR FERREIRA (OAB 3338/AM) - Processo 0608369-21.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Condomínio - EXEQUENTE: Condomínio Residencial Ephygênio Salles - EXECUTADO: MARCUS ANTÔNIO MORAES FERREIRA - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta

nº 001/2017-PTJ, intimo a parte exequente para que se manifeste acerca da petição de fls. 310, no prazo de 05 (dias) dias. Havendo discordância quanto ao pedido da parte executada, deverá a parte exequente recolher as custas da diligência do oficial de justiça, conforme despacho de fls. 307.

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM) - Processo 0608752-28.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - EXECUTADO: Paulo Cesar Pessoa Mota - Vistos, etc. Conforme já determinado no comando de fls. 91, com a juntada do protocolo, o autor deverá comprovar o cumprimento da diligência deprecada em até 6 (seis) meses, conforme preceitua o art. 261,§2º e 3º, do CPC, sob pena de extinção do processo, sem resolução do mérito. Ademais, deverá o interessado se habilitar diretamente junto ao juízo deprecado a fim de acompanhar e impulsionar a diligencia de carta precatória. Aguarde-se o prazo acima descrito, ressaltando que o inicio do aludido prazo deu-se da leitura do malote digital às fls. 101/102. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM) - Processo 0608752-28.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte exequente para que se manifeste acerca da carta precatória devolvida com cumprimento negativo, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: BAIRON ANTÔNIO DO NASCIMENTO JÚNIOR (OAB 3795/AM), ADV: THOMAS BENES FELSBERG (OAB 19383/SP), ADV: MARCUS ALEXANDRE MATTEUCCI GOMES (OAB 164043/SP), ADV: ALICE DA SILVA WELGERT (OAB 12614/AM) - Processo 0610421-53.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Despejo para Uso Próprio - EXEQUENTE: CONDOMÍNIO AMAZONAS e outros - EXECUTADO: AMD COMÉRCIO DE ROUPAS LTDA (Loja Colombo) - Vistos, etc Intime-se o executado para que, no prazo de 5(cinco) dias, manifeste-se quanto ao alegado pelo exequente às fls.496/500. Após, voltem-me os autos conclusos para despacho inicial. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ LÍDIO ALVES DOS SANTOS (OAB 1163A/AM), ADV: GYORNEY MATOS NERY (OAB 13151/AM), ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 1164A/AM), ADV: JULIANA FALCI MENDES (OAB 223768/SP), ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP), ADV: MELQUISEDEC FREITAS PANTOJA (OAB 10412/AM), ADV: DELDSON SOUZA DE OLIVEIRA (OAB 8848/AM) - Processo 0610495-39.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - REQUERIDA: Etiany Santos de Matos - Vistos, etc. Extrai-se dos autos o interesse e a boa fé do banco postulante em tentar dirimir a quizila por completo. Contudo, apesar de devidamente intimado, o requerido quedou-se inerte, de forma que não manifestou-se, tampouco apresentou a documentação solicitada para regularização de transferência. Nessa esteira, tendo em vista a flagrante apatia do interessado, determino que, querendo, diligencie administrativamente a fim de promover a regularização da documentação referente ao bem objeto da presente demanda. Dito isso, verifico que resolvidas todas as questões dos autos, de forma que seu arquivamento é medida que se impõe. Com efeito, encaminhem-se os presentes autos à contadoria para a baixa nos registros. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: INGRID OLIVEIRA RODRIGUES (OAB 13258/AM) - Processo 0610580-88.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Repetição de indébito - REQUERENTE: Antônio Marinho Peixoto - Vistos, etc Intimo a parte autora para que informe/pontue/destaque em qual(is) código(s) e descrição(ões) está(ão) vindo a(s) cobrança(s), no prazo de 5(cinco) dias, sob pena de não resolução do mérito, na forma do art. 485, IV, do CPC/2015. Defiro a gratuidade de justiça em favor do autor. Após, com ou sem manifestação, voltem-me os autos conclusos para despacho inicial. Cumpra-se.

ADV: DANIELLE DELGADO GONÇALVES (OAB 9983/AM) - Processo 0610640-61.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Juziele de Souza Barbosa e outros - Compulsando os autos, e consultando o sistema de automação do judiciário SAJPG5, verifico que o processo foi distribuído por dependência ao processo de nº.0630664-81.2017.8.04.0001 por suspeita de repetição de ação. Entretanto, não se verifica relação entre os processos, tendo partes diferentes e objetos divergentes. Ademais, o autor da demanda não pleiteou distribuição por dependência. Logo, no caso vertente, não se verificam motivos que ensejam na reunião dos processos em questão. Ante o exposto, por não existir conexidade entre as demandas, nos termos do Art. 286 do CPC/2015, determino a remessa dos autos ao setor de distribuição processual, para que se proceda distribuição ordinária do feito. Cumpra-se.

ADV: LINCOLN MARTINS DA COSTA NOVO (OAB 3423/AM) - Processo 0610694-27.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condomínio Residencial Ephygênio Salles - Vistos, etc. Cite(m)-se o executado(a)s para que, no prazo de 03 (três) dias, proceda ao adimplemento do débito indicado na exordial (R$24.376,71), acrescido de honorários advocatícios, já fixados no importe de 10% (dez por cento) sobre o valor da causa, conforme o art. 827 do CPC/2015. Faça-se constar na carta executiva que na hipótese do pagamento integral do numerário exequendo no prazo acima alinhavado, a verba honorária será reduzida pela metade (§ 1º do art. 827 do CPC/2015). Efetivada a citação e decorrido o prazo legal para pagamento voluntário do débito, intime-se o(a) exequente para apresentar planilha atualizada do débito, no prazo de 05(cinco) dias, ficando autorizado, desde logo, a consulta ao sistema bacenjud para constrição do valores devidos. Cumprida a determinação de indisponibilidade de valores, intime-se o(a)s executado(a)s para se manifestar, no prazo de 05(cinco) dias, conforme art.854, §3º, do CPC/15. Não encontrados bens que possam ser penhorados ou arrestados, este Juízo procederá a buscas eletrônicas de bens via BacenJud, Renajud, Infojud e Eridft, após o pagamento das respectivas custas. Em retornando a carta negativa por decorrência de não ter sido encontrado o(a)s executado(a)s no endereço indicado, proceda-se à consulta dos dados cadastrais do(a)s executado(a)s via Bacen/Renajud/Infojud/Siel, após o pagamento das respectivas custas. Indicando, qualquer um desses sistemas, diferente endereço daquele informado na inicial, expeça-se novo mandado, após a escolha, pelo(a) exequente, do endereço no qual será realizado a diligência, com a respectiva juntada do comprovante de custas do ato a ser praticado, no prazo de 05(cinco) dias. À Secretaria que expeça carta de citação. Custas de AR juntadas aos autos. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ARMANDO DE SOUZA NEGRÃO (OAB 1982/AM) - Processo 0610778-28.2019.8.04.0001 - Ação de Exigir Contas - Serviços Profissionais - REQUERENTE: Antonia dos Santos Silva - Vistos, etc A Secretaria que expeça carta de citação à requerida para que apresente contestação/preste contas, sob as orientações dos Art. 550 a 553, CPC/2015. Defiro a gratuidade de justiça em favor da parte autora. Após, voltem-me os autos conclusos. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM) - Processo 0610854-57.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Vistos, etc. Do compulsar dos autos, verifico a tentativa frustrada de citar o executado, razão pela qual defiro o pedido de arresto on-line, via sistema BACENJUD, pelo valor descrito na proemial, vez que a jurisprudência pátria hodierna, em consonância com aos artigos 830 e 835, I do CPC/2015, perfilha no sentido da possibilidade do bloqueio de valores em não sendo o devedor encontrado no endereço apresentado na inicial. Sobre o tema colaciono jurisprudência nacional: AGRAVO INTERNO NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO. ARRESTO ON-LINE. AUSÊNCIA DE CITAÇÃO. 1 - Caso o devedor não seja localizado no endereço constante no título executivo extrajudicial para ser citado, tampouco localizados bens arrestáveis, nada impede que o magistrado condutor do feito proceda ao bloqueio (arresto on line), via convênio BACENJUD, de numerário ou ativos financeiros em contas bancárias do executado com vistas a garantir a execução, norteado pelos princípios da efetividade e celeridade do processo (arts. 653 e 655-A do Código de Processo Civil; entretanto, no caso dos autos, não houve sequer a tentativa de citação da devedora, ao ponto de justificar a medida de arresto on-line ora pleiteada, o que justifica, por ora, o seu indeferimento. 2 - inexistindo nos autos argumentos novos capazes de infirmar os fundamentos

que alicerçaram a decisão agravada, impõe-se sua manutenção. agravo interno conhecido mas, desprovido. (TJGO, agravo de instrumento 41 3205-54.2013.8.09.0000, Rel. Des. Amaral Wilson de oliveira, 2ª câmara cível, julgado em 14/01/2014, Dje 1475 de 30/01/2014) Frustrada a consulta ao Bacenjud, efetue-se consultas de bens nos sistemas Infojud, Eridft, e Renajud. Para tanto, intime-se o exequente para que comprove, no prazo de 05 (cinco) dias, o pagamento das custas referentes aos atos processuais eletrônicos, por meio de boleto bancário acessível no sítio eletrônico do TJAM, conforme Portaria nº 116/17-PTJ. Com a resposta, intime-se o exequente para, no prazo de 10 (dez) dias, diligenciar a citação do executado, sob pena de não resolução do mérito, na forma do art. 485, IV do CPC/2015. Advirto ainda que, a consulta de bens dar-se-á na forma de arresto, não podendo ser transformada em penhora até que os executados sejam devidamente citados. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0611049-37.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Vistos, etc. Cite(m)-se o executado(a)s para que, no prazo de 03 (três) dias, proceda ao adimplemento do débito indicado na exordial (R$31.863,96), acrescido de honorários advocatícios, já fixados no importe de 10% (dez por cento) sobre o valor da causa, conforme o art. 827 do CPC/2015. Faça-se constar na carta executiva que na hipótese do pagamento integral do numerário exequendo no prazo acima alinhavado, a verba honorária será reduzida pela metade (§ 1º do art. 827 do CPC/2015). Efetivada a citação e decorrido o prazo legal para pagamento voluntário do débito, intime-se o(a) exequente para apresentar planilha atualizada do débito, no prazo de 05(cinco) dias, ficando autorizado, desde logo, a consulta ao sistema bacenjud para constrição do valores devidos. Cumprida a determinação de indisponibilidade de valores, intime-se o(a)s executado(a)s para se manifestar, no prazo de 05(cinco) dias, conforme art.854, §3º, do CPC/15. Não encontrados bens que possam ser penhorados ou arrestados, este Juízo procederá a buscas eletrônicas de bens via BacenJud, Renajud, Infojud e Eridft, após o pagamento das respectivas custas. Em retornando a carta negativa por decorrência de não ter sido encontrado o(a)s executado(a)s no endereço indicado, proceda-se à consulta dos dados cadastrais do(a)s executado(a)s via Bacen/Renajud/Infojud/Siel, após o pagamento das respectivas custas. Indicando, qualquer um desses sistemas, diferente endereço daquele informado na inicial, expeça-se novo mandado, após a escolha, pelo(a) exequente, do endereço no qual será realizado a diligência, com a respectiva juntada do comprovante de custas do ato a ser praticado, no prazo de 05(cinco) dias. À Secretaria que expeça carta de citação. Custas de AR juntadas aos autos. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: AMANDIO FERREIRA TERESO JÚNIOR (OAB 739A/AM) - Processo 0611115-17.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Bradesco Administradora de Consorcios Ltda - Vistos, etc. Deflui da análise da inicial que a liminar vindicada faz-se necessária diante da hipótese vertente, visto que a mora do devedor se encontra evidenciada nos autos. Intime-se a parte interessada para que, no prazo de 05 (cinco) dias, comprove o recolhimento das custas referentes às diligências requeridas, quais sejam: mandado de citação, com busca e apreensão, e bloqueio do veículo objeto da lide por meio do sistema RENAJUD, tudo nos termos da Portaria 116/2017 da Presidência desta Corte, se não for a parte interessada beneficiária da justiça gratuita total. Após juntada de comprovante de recolhimento de custas, defiro liminarmente a Busca e Apreensão do bem indicado na vestibular, tudo com fundamento no caput do art. 3º, do Decreto-Lei nº 911, de 1º de outubro de 1969, nomeando, ainda, como fiel depositário do bem litigioso, representante legal do requerente. Em caso de a parte ré não ser encontrada no logradouro declinado na exordial, autorizo a pesquisa de novo endereço por meio dos sistemas BACENJUD, RENAJUD, INFOJUD e SIEL, após o recolhimento dos emolumentos para cada pesquisa solicitada, renove-se a citação. Não recolhidos os respectivos emolumentos, ou, ainda, na hipótese de o autor não envidar esforços no sentido de localizar o demandado, autorizo, desde já, seja intimado o banco requerente, pelo órgão oficial, para que, querendo, no prazo de 05 (cinco) dias, diga se tem efetivo interesse no prosseguimento do feito, sob pena de extinção do processo sem resolução de mérito, na forma do art. 485, IV e VI, do CPC. Paralelamente, se o veículo alienado fiduciariamente não for encontrado ou não se achar na posse do devedor, intime-se o autor para que, no prazo de quinze dias, requeira, nos mesmos autos, a conversão do pedido de busca e apreensão em ação executiva, tudo na forma do art. 4º do Decreto-Lei 911/69, sob pena de extinção por ausência de emenda à exordial, ex vi dos arts. 321, parágrafo único, e 330, IV, ambos do CPC. Uma vez cumprida a liminar, cite-se a parte ré para que no prazo de 05 (cinco) dias pague a integralidade da dívida pendente, segundo os valores apresentados pelo credor fiduciário na inicial, condição em que o bem ser-lhe-á restituído livre do ônus, ex vi do art. 3º, §2º, do Decreto-Lei nº 911/69, ou, querendo, ainda que quitado débito, apresente resposta no prazo de 15 (quinze) dias contados da execução da liminar, na forma do art. 3º, §3º do mesmo repositório legal. Cientifique-se o requerido de que a referida resposta poderá ser apresentada ainda que tenha pago a integralidade da dívida, caso entenda ter havido pagamento a maior e desejar restituição, conforme art. 3º, §4º, do Decreto-Lei no. 911/69. Autorizo o Sr. Meirinho a proceder na forma prevista no art. 212, parágrafo 2º, do Diploma Processual Civil. Advirto o banco credor de que, durante o prazo de cinco dias previsto no §1º do art. 3º do Decreto-Lei 911/69, não deverá alienar o bem dado em garantia, sob pena de eventual incidência dos §§6º e 7º da indigitada lei. Recolhidas as custas de diligências do(a) Sr.(a) Oficial(a) de Justiça, expeça-se mandado. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011/AM), ADV: RACHEL TÁVORA DE QUEIROZ (OAB 83351/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0611174-44.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Vistos, etc. Intime-se o executado, na pessoa de seu advogado, se constituído nos autos ou por carta com aviso de recebimento se acompanhado da Defensoria Pública e no caso de réu revel, a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, promova o cumprimento voluntário da obrigação encartada no título judicial transitado em julgado, no valor de R$2.822,99, sob pena de ver acrescido multa de 10% (dez por cento) e honorários também de 10% (dez por cento). Ressalte-se que em se tratando de réu revel, o exequente deve previamente realizar o pagamento das custas para emissão do expediente, no prazo de 05(cinco) dias. Efetuado o pagamento parcial, a multa e honorários incidirão sobre o restante. Após a fluência do prazo sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15(quinze) dias para o oferecimento de impugnação nos próprios autos, independentemente de penhora. Transcorrido o prazo de pagamento voluntário, intime-se a parte exequente para que apresente, no prazo de 05 (cinco) dias, memória atualizada e discriminada do débito, recolhendo em igual prazo, as custas processuais pertinentes à consulta ao sistema BACENJUD, conforme Lei nº 4.408/2016 e tabela de custas consolidada pela Portaria nº116/2017-PTJ. Com a devida juntada, proceda-se à penhora por meio do BACENJUD, na forma do art.854, do CPC/15. Efetivado o bloqueio, intime-se a parte executada para se manifestar, no prazo de 05 (cinco) dias, sobre a constrição dos valores, nos termos do art.854, §3º, do CPC. Após o transcurso do prazo, com ou sem manifestação, intime-se o exequente para se manifestar, no prazo de 05(cinco) dias. Em caso de penhora negativa ou insuficiente, efetue-se pesquisa de bens da parte executada, através do INFOJUD, ERIDFT e RENAJUD. Havendo bens, autorizo desde logo, a constrição judicial apenas dos veículos desembaraçados mediante o sistema RENAJUD, após o pagamento, no prazo de 05(cinco) dias, das custas processuais pertinentes às consultas aos sistemas mencionados, conforme Lei nº4.408/2016 e tabela de custas consolidada pela Portaria nº116/2017-PTJ. Após, intimem-se a parte exequente, para que no prazo de 05 (cinco) dias, requeira o que entender de direito, sob pena de suspensão, na forma do artigo 921, III do CPC/2015, mantendo-se os autos em arquivo provisório, sem prejuízo da retomada da execução. Caso a parte exequente seja beneficiária da gratuidade de justiça fica dispensada do pagamento das custas

para realização dos atos acima elencados. Na hipótese de manejo de impugnação ao cumprimento de sentença, deverá o impugnante desde logo pagar as respectivas custas. Determino ainda que após o devido recolhimento, a secretaria deverá intimar o impugnado para se manifestar em quinze dias. Cumpra-se.

ADV: CRISTIANE BELLINATI GARCIA LOPES (OAB 751A/AM), ADV: PIO CARLOS FREIRIA JUNIOR (OAB A1118AM) - Processo 0611835-18.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Itaucard S/A - Vistos, etc Defiro, em parte, o pedido de fls.77. Dê-se o prazo de 15 (quinze) dias para que o autor cumpra o despacho de fls.74, sob pena das sanções lá previstas. Após, voltem-me os autos conclusos para despacho inicial. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: TUDE MOUTINHO DA COSTA (OAB 564/AM), ADV: LUIZ ANTÔNIO GOMIERO JÚNIOR (OAB 154733/SP) - Processo 0613473-23.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - EXEQUENTE: Saint-gobain do Brasil Produtos Industriais e para Construção Ltda. - EXECUTADO: Aquarela Tintas Ltda. - De ordem, intimo a parte interessada (autora) para que, no prazo de 5 (cinco) dias, indique conta para transferência (conta, agência, Banco, Titularidade, CPF/CNPJ) do(s) valor(es) ou indique em nome de quem deverá ser levantado o alvará juntando procuração válida com poderes especiais para tal finalidade.

ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM), ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM) - Processo 0613520-60.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S.a - Vistos, etc. Vieram-me os autos conclusos. Decido. O pedido de homologação do acordo extrajudicial celebrado entre as partes deve ser acolhido por este juízo. Sendo assim, HOMOLOGO o acordo de fls. 114/117, para que surta seus efeitos legais e, via de consequência, DECLARO A SUSPENSÃO DO PROCESSO DE EXECUÇÃO durante o prazo concedido ao devedor para cumprimento voluntário da obrigação, na forma do art.922 do CPC. Após o cumprimento integral da obrigação arquivem-se os autos. Expeça-se alvará com os valores bloqueados no Bacenjud em favor do exequente, conforme acordo às fls. 116. À Secretaria para as providências de estilo. Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: MARTHA LORENA GOMES DE JESUS PEREIRA (OAB 9261/AM), ADV: BRUNO BIANCHI FILHO (OAB 4912/AM), ADV: SÉRGIO DE LIMA (OAB 201A/AM), ADV: GABRIELA SOUTO BRANCO (OAB 12814/AM), ADV: GEFSON HEFER ANTIQUERA OLIVEIRA (OAB 2482/AM), ADV: SÉRGIO DE LIMA (OAB 201/AM), ADV: JOSÉ MÁRIO DE CARVALHO NETO (OAB 4861/AM) - Processo 0613961-80.2014.8.04.0001 - Execução de Título Judicial - Compra e Venda - EXEQUENTE: Japurá Pneus Ltda - EXECUTADO: WASHINGTON VALENTE COSTA - Vistos, etc Breve relato. Em sentença de fls. 104/110, houve sucumbência recíproca. À cada parte foi ordenado o rateio dos honorários ao patrono da outra no patamar de 10% por cento sobre o valor da condenação. O requerido foi intimado a cumprir voluntariamente o pagamento de R$52.036,51, sendo que esse ofertou depósito de 30% do crédito líquido do autor no valor de R$15.610,95, assim como os R$5.203,65 referentes a 10% de honorários de advogado e R$2.126,46 de custas do processo. Os 3 valores depositados perfazem o total de R$22.941,06, sendo esse montante pedido pelo autor como levantamento de alvará. Autor não aceitou o parcelamento proposto pelo requerido. Decido. Com efeito, a opção pelo parcelamento somente é cabível em sede de ação de execução extrajudicial, inteligência do § 7º do artigo 916 do CPC. Assim, o valor depositado deve servir apenas a título de compensação sem incidência das sanções do § 1º do artigo 523 do CPC. Do valor de R$22.941,06 depositados pelo requerido, determino que haja a compensação dos honorários devido pelo autor ao advogado da parte contrária, isto é, levante-se alvará em favor do requerente no valor de R$22.941,06 menos os honorários no valor de R$5.203,65. O valor de R$5.203,65 retirados do depósito feito pelo requerido devem ser levantados por meio de alvará em favor dos advogados peticionantes às fls.221/224. Quanto ao pedido de bacenjud do valor remanescente no valor de R$34.914,53, defiro-o. Entretanto, faz-se necessária a comprovação de custas de consulta bacenjud. Portanto, fica a parte requerente/exequente intimada para que, no prazo de 05 (cinco) dias, conforme Lei nº4.408/2016 e tabela de custas consolidada pela Portaria nº116/2017-PTJ, recolha as custas processuais atinentes ao referido ato. Após, voltem-me os autos conclusos à fila de consulta. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: LÁZARO JOSÉ GOMES JÚNIOR (OAB 8125/MS), ADV: ALCIDES NEY JOSÉ GOMES (OAB 8658/MS), ADV: ALCIDES NEY JOSÉ GOMES (OAB 8659/MS) - Processo 0614660-37.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: BANCO DAYCOVAL S/A - Vistos, etc. Cite-se o executado por edital, em razão da declaração contida às fls. 247/248 de que esta encontra-se em lugar ignorado, incerto ou inacessível (art. 256, II, CPC/2015) ao fito de que, no prazo de 03 (três) dias, conforme artigo 829, caput, CPC/2015, a contar do decurso do prazo de 20 (vinte) dias, a que alude o art. 257, III, do CPC/2015, proceda ao adimplemento do débito indicado na exordial (R$ 37.982,25), acrescido de honorários advocatícios, já fixados no importe de 10% sobre o valor da causa, conforme o art. 827, caput, do CPC/2015. Faça-se constar no encimado expediente que na hipótese do pagamento integral do numerário exequendo no prazo acima alinhavado, a verba honorária será reduzida pela metade (art. 827, §1º, CPC/2015). Cumpre esclarecer que este iter concerne ao tempo estimado para a realização da citação, findo o qual iniciar-se-á a contagem do prazo para pagamento, nos termos do artigo 231, IV, CPC/2015. Em caso de revelia, posto que transcorrido o prazo legal para apresentação de defesa, infiro que os efeitos da presunção de veracidade dos fatos assacados na prefacial não possam incidir na espécie, haja vista cuidar-se de citação ficta. Nesse prisma, determino a intimação pessoal do Órgão da Defensoria Pública do Estado do Amazonas (DPE/AM) (art. 186, §1º, CPC) , para que atue como curadora especial dos interesses do revel (artigos 257, IV, c/c 72, II e parágrafo único, CPC/2015). Impende assinalar, ainda, que, em caso de conduta dolosa atinente ao requerimento da entelada citação por edital, o exequente incorrerá em multa de 05 (cinco) salários mínimos, a ser revertida em prol do citando, conforme determina o art. 258, CPC/2015. Promova-se a publicação do edital na rede mundial de computadores, no sítio eletrônico do TJAM e na plataforma de editais do Conselho Nacional de Justiça, que deve ser certificada nos autos, nos termos do art.257, III do CPC. Cumpra-se.

ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 1048A/AM), ADV: JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (OAB 1047A/AM), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG) - Processo 0615470-75.2016.8.04.0001 - Execução de Título Judicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: BB Leasing S.A - Arrendamento Mercantil - Vistos, etc Fica a parte requerente/exequente intimada para que, no prazo de 05 (cinco) dias, conforme Lei nº4.408/2016 e tabela de custas consolidada pela Portaria nº116/2017-PTJ, recolha as custas processuais atinentes a cada ato eletrônico de consulta (Infojud/Bacenjud/Renajud/Siel), sob pena de extinção do processo sem resolução de mérito, na forma do art. 485, IV, do CPC/2015 ou suspensão do processo, na forma do art.921, III, §1º, do CPC/2015, conforme a fase processual. Após, movam-se estes autos à fila de consulta. Cumpra-se.

ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB A737/AM), ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB 211648/SP), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0615549-83.2018.8.04.0001 - Monitória - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - Em conformidade com o art. 8º, II da Portaria nº 1985/2017, intimo a parte interessada para indicar os endereços que deverão constar nas cartas, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir mandado/carta para mais de um endereço ou de realizar consultas via sistemas judiciais, e não sendo o caso de benefício da justiça gratuita integral, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências.

ADV: WANDERLUCY SOUSA LIMA (OAB 9225/AM), ADV: DIEGO DE ASSIS CAVALCANTE (OAB 9224/AM) - Processo 0615674-85.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Inadimplemento - EXEQUENTE: Pororoca Servicos de Escritorio Ltda-me - Compulsando os autos, verifico que a consulta eletrônica, via sistema Bacenjud, não logrou êxito. Nesse espeque, intime-se o exequente para que junte, no prazo de 05 (cinco) dias, o comprovante de pagamento das custas referentes às consultas eletrônicas (Renajud, Infojud e Eridft), nos termos da

Lei nº 4.408/2016 e tabela de custas consolidada pela Portaria nº 116/2017-PTJ, a fim de encontrar bens em nome da executada, sob pena de suspensão do processo, na forma do art.921, III, §1º, do CPC/2015. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ AUGUSTO DE REZENDE JÚNIOR (OAB A1109/AM) - Processo 0615801-86.2018.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Fundação Getúlio Vargas - Fgv - Vistos, etc Indefiro a citação por edital. Intime-se a autora para que informe, no prazo de 5 (cinco) dias, comprove pagamento de custas para pesquisa de endereço nos sistemas judiciais (Infojud, Bacenjud, Renajud, Siel, Eridft), conforme Lei nº4.408/2016 e tabela de custas consolidada pela Portaria nº116/2017-PTJ, sob pena de não resolução do mérito, na forma do art. 485 e seguintes, CPC/2015. Após, com ou sem manifestação, voltem-me conclusos para despacho inicial. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: CAIO PATRICK COELHO SILVA ANDADE (OAB 13408/AM), ADV: PEDRO CÂMARA - SOCIEDADE DE ADVOGADOS (OAB 613/AM), ADV: ISABELA FARIAS NEVES (OAB 7950/AM), ADV: ISABELLE BENLOLO DE AZEVEDO (OAB 11737/AM), ADV: PEDRO CÂMARA JÚNIOR (OAB 2834/AM), ADV: ELAINE BONFIM DE OLIVEIRA (OAB 336A/AM) - Processo 0618511-16.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Indenizaçao por Dano Moral - EXEQUENTE: Vilma Pereira da Silva - EXECUTADO: Unimed de Manaus Cooperativa de Trabalho Médico Ltda. - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, e em cumprimento à decisão interlocutória de fls. 387/388, intimo a parte exequente para que se manifeste acerca da impugnação de fls. 391/396, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: MARIA SANTANA DE FREITAS (OAB 5708/AM), ADV: NÁDIA ALMEIDA LIMA (OAB 10786/AM), ADV: FERNANDA DE MEDEIROS FARIAS (OAB 11253/RN) - Processo 0621355-02.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Compra e Venda - EXEQUENTE: Dyana Cordeiro Simoes - EXECUTADO: Natal Química Jmv Mendes Ereli e outro - Defiro o pedido de fls. 87/88. Nesse espeque, intime-se a parte exequente para que, no prazo de 05 (cinco) dias, recolha as custas atinentes às consultas eletrônicas (Bacenjud, Renajud, Infojud e Eridft), nos termos da Lei nº 4.408/2016 e tabela de custas consolidada pela Portaria nº 116/2017-PTJ, a fim de encontrar bens em nome dos executados, sob pena de suspensão da execução, na forma do art. 921, III, §1º, do CPC. Após, remetam-se estes autos à fila de consultas eletrônicas. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM), ADV: LÚCIA CRISTINA PINHO ROSAS (OAB 5109/AM) - Processo 0622675-58.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Vistos, etc. Na falta de bens penhoráveis para fazer frente à pretensão do(a) exequente ou não encontrado o executado, determino a suspensão do processo pelo prazo de 01 (um) ano, conforme o disposto no artigo 921, § 1º do NCPC, ficando suspensa a prescrição, mantendo-se os autos em arquivo provisório, sem prejuízo da retomada do processo. Ultrapassado o prazo mencionado, sem que haja qualquer manifestação das partes, arquivem-se os autos, com a remessa destes à fila de “processos encerrados”, ocasião na qual terá inicio o prazo de prescrição intercorrente, sem prejuízo da retomada do processo, caso existam bens penhoráveis, conforme o § 2º do referido artigo. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: CAIO PATRICK COELHO SILVA ANDADE (OAB 13408/AM), ADV: CÉLIO FERNANDES DE SOUZA (OAB 12442/AM), ADV: AMANDA PIRAICE GOMES (OAB 8320/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM) - Processo 0624661-18.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Planos de Saúde - EXEQUENTE: STHEFANO BRITO FEITOSA - EXECUTADO: Unimed de Manaus Cooperativa de Trabalho Médico Ltda. - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte impugnante para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, recolha o preparo referente à impugnação ao cumprimento de sentença, no prazo de 15 (quinze) dias. Após o recolhimento, em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimem-se a parte impugnada para que se manifeste acerca da impugnação de fls. 242/248 , no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: ANTONIA RONAIRYS LIMA (OAB 42783/DF), ADV: RODRIGO BADARÓ DE CASTRO (OAB 2221A/DF), ADV: RODRIGO BADARÓ DE CASTRO (OAB 2221D/FA), ADV: TATIANA MARIA MELLO DE LIMA (OAB 15118/DF), ADV: RONALDO DA SILVA GAMA (OAB 7900/AM), ADV: MAHIRA ALMEIDA DE SÁ, ADV: RAMI YURI MENEZES GAMA (OAB 8933/AM) - Processo 0625675-37.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Rescisão / Resolução - EXEQUENTE: Leopoldo Joarez Conchy - EXECUTADO: Claro S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, e em cumprimento à decisão interlocutória de fls. 347/348, intimo a parte exequente para que se manifeste acerca da impugnação de fls. 351/358, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: EZEQUIEL DE FREITAS MEDEIROS (OAB 9818/AM) - Processo 0626842-50.2018.8.04.0001 - Monitória - Cheque - REQUERENTE: S.L.C.S.M. - Vistos, etc. Cuida-se de ação ajuizada por T da S Lustosa Comércio e Serviço - Me em face de C.C.R. de Oliveira - EPP e outros. Foi proferido despacho no sentido de intimar o autor para promover o regular andamento processual, sob pena de extinção do processo nos termos do art.485, IV, do NCPC. Houve o transcurso do prazo concedido sem qualquer manifestação do autor. Vieram-me os autos conclusos. Decido. Perlustrando o caderno processual, verifico que o autor, inobstante intimado a promover os atos que lhe competiam, quedou-se inerte, circunstância esta que, como corolário, deverá acarretar a extinção do processo sem resolução do mérito. Ademais, a hipótese do art. 485, inciso IV do NCPC, não traz como pressuposto a intimação pessoal da parte. O art. 485, §1º do NCPC é taxativo e apresenta os casos em que a parte será intimada pessoalmente para suprir a falta em cinco dias, antes de se determinar o arquivamento do feito. A esse respeito, trago o seguinte julgado: PROCESSO CIVIL. BUSCA E APREENSÃO. AUSÊNCIA DE CITAÇÃO. EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO. AUSÊNCIA DE PRESSUPOSTO DE DESENVOLVIMENTO VÁLIDO E REGULAR. INTIMAÇÃO PESSOAL DO AUTOR. DESNECESSIDADE. INTIMAÇÃO DO PATRONO DO AUTOR. PUBLICAÇÃO. 1. A falta de citação justifica a extinção do processo por falta de pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular. 2 A intimação pessoal do autor somente é necessária nos casos de extinção previstas no art. 267, II e III, do CPC, que não se amoldam à hipótese dos autos, (art. 267, IV, do CPC). 3. Apelação conhecida e desprovida. (TJ-DF - APC: 20100410041103, Relator: SANDOVAL OLIVEIRA, Data de Julgamento: 13/05/2015, 5ª Turma Cível, Data de Publicação: Publicado no DJE : 21/05/2015 . Pág.: 218) Dessa forma, caracterizado o desinteresse da parte em promover a regular continuidade do processo, nada mais resta ao julgador senão extinguir o processo por falta de pressuposto de desenvolvimento válido e regular. Dispositivo A teor do exposto, ausente pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo, JULGO EXTINTO o processo, sem resolução de mérito, tudo em conformidade com o art. 485, IV do CPC. Custas pelo autor. Sem honorários advocatícios, vez que não foi formalizada a angularização processual. Transitada em julgado a presente decisão, encaminhem-se os presentes autos à contadoria para a baixa nos registros, sem prejuízo de eventual pedido de cumprimento de sentença. Em caso de eventual pendência do pagamento das custas, solicito a devolução dos autos a esta serventia para que procedamos a intimação do devedor a fim de que, no prazo de 10 (dez) dias, realize o adimplemento do débito relativo às custas judiciais. Transcorrido o prazo, sem o aludido pagamento, encaminhe-se os autos à contadoria para emissão de certidão de crédito e respectivo protesto, na forma da Portaria nº116/2017-PTJ c/c Provimento nº228/2014 da CGJ/AM. P.R.I.C.

ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB A598/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM) - Processo 0627496-08.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Alienação Fiduciária - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Intime-se a parte exequente para que, no prazo de 05 (cinco) dias, dê prosseguimento aos seguintes feitos, sob pena de suspensão da execução, na forma do art.921, III, §1º, do CPC/2015, quais sejam: I- Junte o comprovante de pagamento das custas referentes a emissão de AR, por meio de boleto bancário acessível no sítio eletrônico do TJAM, conforme Provimento nº 273-CGJ/AM. Após, intime-se a parte executada, por meio de carta com aviso de recebimento, para se manifestar, no prazo de 05(cinco) dias, sobre o bloqueio de valores realizado às fls.

228/229, conforme art.854, §3º, CPC/15; II- Recolha as custas atinentes às consultas eletrônicas (Renajud, Infojud e Eridft), nos termos da Lei nº 4.408/2016 e tabela de custas consolidada pela Portaria nº 116/2017-PTJ, uma vez que o bloqueio realizado às fls. retro não foi suficiente para satisfazer o quantum debeatur. Cumpra-se.

ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB 211648/SP), ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB 737A/AM) - Processo 0628376-29.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco do Brasil S/A - Defiro o pedido de fls. 155/156. Intime-se a parte exequente para que, no prazo de 05 (cinco) dias, recolha as custas referentes a emissão de AR, por meio de boleto bancário acessível no sítio eletrônico do TJAM, conforme Provimento nº 273 - CGJ/AM, sob pena de extinção do processo, sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, IV, do CPC. Após, expeça-se ofício ao Comando do Exército de Manaus, a fim de que este informe, no prazo de 15 (quinze) dias, a unidade em que o executado Carlos André do Nascimento Melo está lotado. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: NAYANE MARIA DA SILVA RODRIGUES (OAB 10962/AM) - Processo 0628646-24.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum - Condomínio - REQUERENTE: Condomínio Solar da Praia - Vistos, etc. Cuida-se de ação de cobrança Condomínio Solar da Praia ajuiza em face de João Freire da Cunha Neto e outro. Para tanto, aduz em suas razões que os requeridos são proprietários do apartamento 1202 do Condomínio Solar da Praia, tendo deixado de pagar a cota condominial e respectivas cotas extras desde 2013. Compulsando os autos, não constatei documento que demonstrasse a posse ou a propriedade do bem em nome dos requeridos. Assim, converto o julgamento em diligência. Intime-se o requerente para comprovar em quinze dias a propriedade ou a posse dos requeridos. Após, voltem-me os autos conclusos para sentença. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 104147/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0629900-37.2013.8.04.0001 - Execução de Título Judicial - Pagamento - EXEQUENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Fica a parte requerente/exequente intimada para que, no prazo de 05 (cinco) dias, conforme Lei nº4.408/2016 e tabela de custas consolidada pela Portaria nº116/2017-PTJ, recolha as custas processuais atinentes ao ato eletrônico de consulta Bacenjud. Após, voltem-me os autos conclusos para a fila de consulta. Mantenham-se estes autos suspensos como determinado às fls. 265. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB A598/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 128341/SP), ADV: VITO SASSO FILHO (OAB 10344/AM), ADV: ADAM HENRIQUE PINHEIRO DA SILVA (OAB 11082/AM), ADV: WENDEL ALMEIDA DE SOUZA (OAB 11172/AM) - Processo 0630762-03.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Mário Pascoal de Brito Romano - EXECUTADO: Banco Bradesco S/A - Vistos, etc. Intime-se o executado, na pessoa de seu advogado, se constituído nos autos ou por carta com aviso de recebimento se acompanhado da Defensoria Pública e no caso de réu revel, a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, promova o cumprimento voluntário da obrigação encartada no título judicial transitado em julgado, no valor de R$9.809,22, sob pena de ver acrescido multa de 10% (dez por cento) e honorários também de 10% (dez por cento). Ressalte-se que em se tratando de réu revel, o exequente deve previamente realizar o pagamento das custas para emissão do expediente, no prazo de 05(cinco) dias. Efetuado o pagamento parcial, a multa e honorários incidirão sobre o restante. Após a fluência do prazo sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15(quinze) dias para o oferecimento de impugnação nos próprios autos, independentemente de penhora. Transcorrido o prazo de pagamento voluntário, intime-se a parte exequente para que apresente, no prazo de 05 (cinco) dias, memória atualizada e discriminada do débito, recolhendo em igual prazo, as custas processuais pertinentes à consulta ao sistema BACENJUD, conforme Lei nº 4.408/2016 e tabela de custas consolidada pela Portaria nº116/2017-PTJ. Com a devida juntada, proceda-se à penhora por meio do BACENJUD, na forma do art.854, do CPC/15. Efetivado o bloqueio, intime-se a parte executada para se manifestar, no prazo de 05 (cinco) dias, sobre a constrição dos valores, nos termos do art.854, §3º, do CPC. Após o transcurso do prazo, com ou sem manifestação, intime-se o exequente para se manifestar, no prazo de 05(cinco) dias. Em caso de penhora negativa ou insuficiente, efetue-se pesquisa de bens da parte executada, através do INFOJUD, ERIDFT e RENAJUD. Havendo bens, autorizo desde logo, a constrição judicial apenas dos veículos desembaraçados mediante o sistema RENAJUD, após o pagamento, no prazo de 05(cinco) dias, das custas processuais pertinentes às consultas aos sistemas mencionados, conforme Lei nº4.408/2016 e tabela de custas consolidada pela Portaria nº116/2017-PTJ. Após, intimem-se a parte exequente, para que no prazo de 05 (cinco) dias, requeira o que entender de direito, sob pena de suspensão, na forma do artigo 921, III do CPC/2015, mantendo-se os autos em arquivo provisório, sem prejuízo da retomada da execução. Caso a parte exequente seja beneficiária da gratuidade de justiça fica dispensada do pagamento das custas para realização dos atos acima elencados. Na hipótese de manejo de impugnação ao cumprimento de sentença, deverá o impugnante desde logo pagar as respectivas custas. Determino ainda que após o devido recolhimento, a secretaria deverá intimar o impugnado para se manifestar em quinze dias. Cumpra-se.

ADV: HIRAN LEÃO DUARTE (OAB 1053A/AM), ADV: HIRAN LEÃO DUARTE (OAB 10422/CE) - Processo 0631089-11.2017.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Gmac S.a. - Vistos, etc. Intime-se pessoalmente o Requerente, para que, querendo, no prazo de 05 (cinco) dias, diga se tem efetivo interesse no prosseguimento do feito, suprindo sua falta mediante a promoção do(s) ato(s) e/ou diligência(s) útil(eis) pertinente(s), sob pena de não resolução do mérito, na forma do art. 485, III e IV, do CPC/2015. Havendo pedido para expedir nova carta ou mandado, deverá o interessado pagar imediatamente as custas pertinentes e indicar o endereço no mesmo prazo assinalado acima. Cumpra-se.

ADV: ANDRADE GC ADVOGADOS (OAB 57/AM), ADV: FRANCISCO ADONIAS PINHEIRO (OAB 1584/AM), ADV: KÁTIA DE OLIVEIRA PINHEIRO LEITÃO (OAB 4333/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM) - Processo 0631234-04.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: Condomínio do Edifício Comercial Atrium - INTIMADO: J. Nasser Engenharia Ltda. - Intime-se o exequente e o arrematante para que se manifestem, no prazo de 10(dez) dias, sobre a impugnação de fls.372/378. Após, voltem-me os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: ELAINE BONFIM DE OLIVEIRA (OAB 336A/AM), ADV: CELSO MARCON (OAB A566/AM), ADV: CELSO MARCON (OAB 260289/SP), ADV: ELAINE BONFIM DE OLIVEIRA (OAB 336A/CE) - Processo 0632426-98.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Bmw - Financeira S.a - Credito, Financiamento e Investimento - Vistos, etc. Na falta de bens penhoráveis para fazer frente à pretensão do(a) exequente, determino a suspensão do processo pelo prazo de 01 (um) ano, conforme o disposto no artigo 921, § 1º, do CPC, ficando suspensa a prescrição, mantendo-se os autos em arquivo provisório, sem prejuízo da retomada do processo. Ultrapassado o prazo mencionado, sem que haja qualquer manifestação das partes, arquivem-se os autos, com a remessa destes à fila de "processos encerrados", ocasião na qual terá inicio o prazo de prescrição intercorrente, sem prejuízo da retomada do processo, caso existam bens penhoráveis, conforme o § 2º do referido artigo. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM), ADV: LÍGIA DE SOUZA FRIAS (OAB 1074A/AM), ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM), ADV: KELSON GIRÃO DE SOUZA (OAB 7670/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM) - Processo 0633961-62.2018.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Eufrozino Gomes de Araújo Oliveira Neto - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta, no prazo de 15

(quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: RENATO ANDRÉ DA COSTA MONTE (OAB 4435/AM) - Processo 0635253-82.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - EXEQUENTE: Cond. Residencial Sand Lane - Compulsando os autos, verifico que a parte executada foi devidamente citada, conforme AR de fls. 40 e, no entanto, deixou transcorrer in albis o prazo para pagamento ou oferecimento de embargos. Impende ressaltar que a efetiva entrega da carta no condomínio edilício, onde a parte ré reside, amolda-se ao disposto no art. 248, §4º, do CPC. Dessa forma, presume-se que a carta de citação entregue no endereço indicado na exordial, mediante assinatura do Aviso de Recebimento, foi recebida por funcionário da portaria do condomínio, e que tal documento foi entregue à executada, dado que, via de regra, é vedado o acesso do carteiro aos apartamentos de edifícios de mais de um pavimento, motivo pelo qual a distribuição postal é feita por intermédio do porteiro ou pessoa destacada para esse fim. Diante do exposto, a fim de dar prosseguimento à execução, intime-se a parte exequente para que, no prazo de 05 (cinco) dias, apresente memória discriminada e atualizada do débito, sob pena de suspensão da execução, na forma do art. 921, III, §1º, do CPC. Após, remetam-se estes autos à fila de consultas eletrônicas. Cumpra-se.

ADV: NEY BASTOS SOARES JÚNIOR (OAB 4336/AM) - Processo 0635790-20.2014.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Imissão - REQUERENTE: Manaus Ambiental S/A - Vistos, etc. Indefiro expedição de novo mandado enquanto não houver pagamento de novas custas. Quanto ao argumento levantado pela autora de que o meirinho deu casa ao não sucesso no cumprimento do mandado de fls. 89, destaco o uso do termo "o oficial de justiça poderá entrar em contato o preposto da empresa-autora" (fls.88, grifo meu) em que foi facultado ao servidor a faculdade de entrar em contato com o funcionário da empresa-autora e não há que se falar em causa apenas por parte do meirinho. Caberia à parte autora buscar meios para o êxito da diligência, haja vista que com o mandado nos autos deveria entrar em contato com a Central de Mandados a fim de que se comunica-se com o oficial de justiça. Caso queira expedir novo mandado, fica a requerente intimada a comprovar nestes autos, no prazo de 5 (cinco) dias, as custas de oficial de justiça. Após, voltem-me os autos conclusos para despacho inicial. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: FREDERICO MORAES BRACHER (OAB 7311/AM), ADV: TATIANA DANTAS PORTELA (OAB 6562/AM), ADV: BAIRON ANTÔNIO DO NASCIMENTO JÚNIOR (OAB 3795/AM), ADV: JÚLIO DE CARVALHO PAULA LIMA (OAB A1149AM), ADV: CHARLES GOMES DA COSTA JÚNIOR (OAB 10715/AM), ADV: CRISTIANE FURLIN CAVALCANTE (OAB 6970/AM), ADV: SARA REGINA OLÍMPIO MAMEDE (OAB 4504/AM), ADV: JACQUES MACHADO PORTELA (OAB 2722/AM) - Processo 0636226-71.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Locação de Imóvel - EXEQUENTE: Condomínio Amazonas - Vistos, etc. Tendo em vista que não fora concedido efeito suspensivo nos Embargos à Execução, em apenso, o prosseguimento da presente execução é medida que se impõe. Nesse espeque, intime-se a parte exequente para que diga se ainda tem interesse na execução, suprindo sua falta mediante o requerimento útil que lhe parecer pertinente, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de suspensão da presente execução, na forma do artigo 921, III, do CPC. Transcorrido o prazo mencionado, sem manifestação do credor, determino, desde logo, a suspensão do processo pelo prazo de 01 (um) ano, conforme o disposto no artigo 921, § 1º do NCPC, ficando suspensa a prescrição, mantendo-se os autos em arquivo provisório, sem prejuízo da retomada do processo. Ultrapassado o prazo mencionado, sem que haja qualquer manifestação das partes, arquivem-se os autos, com a remessa destes à fila de "processos encerrados", ocasião na qual terá inicio o prazo de prescrição intercorrente, sem prejuízo da retomada do processo, caso existam bens penhoráveis, conforme o § 2º do referido artigo. Intime-se a Defensoria, que atua na qualidade de curador, por ato eletrônico para que tome ciência deste Decisum. Cumpra-se.

ADV: TAINARA FERNANDA TALHAIRE (OAB 376275/SP), ADV: JOSÉ EDUARDO TREVIZAN (OAB 233347/SP) - Processo 0636331-14.2018.8.04.0001 - Monitória - Cheque - REQUERENTE: Gold Steel Comércio de Aço Ltda - Compulsando os autos, verifico a existência de um endereço, encontrado via sistema Bacenjud (fls.75/76), que ainda não foi diligenciado. Nesse espeque, intime-se a parte requerente para que, no prazo de 05 (cinco) dias, recolha as custas referentes a emissão de AR, por meio de boleto bancário acessível no sítio eletrônico do TJAM, conforme Provimento nº 273 - CGJ/AM, sob pena de extinção do processo, sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, IV, do CPC. Desde logo, fica facultado à requerente optar por realizar a citação da requerida por meio de mandado, comprovando, no prazo de 05 (cinco) dias, o pagamento das custas das diligências do(a) Oficial(a) de Justiça, mediante boleto bancário acessível no sítio eletrônico do TJAM, conforme valores constantes da Tabela III da Lei 4.408, de 28/12/2016 e tabela de custas consolidada pela Portaria nº 116/2017-PTJ. Após, à Secretaria que expeça AR/Mandado para o seguinte endereço: BC Danilo Correa, Nº 28, Petrópolis, CEP 69063-520, Manaus-AM. Cumpra-se.

ADV: LÚCIA CRISTINA PINHO ROSAS (OAB 5109/AM), ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM) - Processo 0636346-51.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Defiro o pedido de fls. retro. Expeça-se mandado de penhora, avaliação e averbação do imóvel de matrícula 41.671, registrado no Cartório do 3º Ofício do Registro de Imóveis (descrição no Boletim de Cadastro Imobiliário constante às fls. 195/19), após a comprovação, no prazo de 15(quinze) dias, do pagamento das custas das diligências do Oficial de Justiça, conforme valores constantes na Portaria nº116/2017-PTJ/AM, sob pena de suspensão da execução, nos termos do art. 921, III do CPC/2015. Cumpra-se.

ADV: BRENO BARBOSA FERREIRA (OAB A451/AM) - Processo 0636794-87.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum - Auxílio-Acidente (Art. 86) - REQUERENTE: Antonio Marcio Silva dos Santos - De ordem, fica intimada a parte executada para proceder o recolhimento dos honorários periciais, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: THADEU SOARES GORGITA BARBOSA (OAB 167421/RJ), ADV: JULIANA MAYRA NERY DE CARVALHO (OAB 24954ES) - Processo 0637544-26.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - EXEQUENTE: Oliveira & Carvalho - Auditoria e Consultoria Empresarial Ltda. - O art. 1º, §2º da Portaria nº 2072/2016-PTJ, assim dispõe: "A impressão, o envio e o protocolo quando dirigidos a setores externos do Poder Judiciário Estadual fica a cargo da parte interessada, salvo situações específicas da Justiça Criminal e dos assistidos pela Defensoria Pública do Estado do Amazonas." Desta feita, intimo a parte interessada para que tome ciência do(s) documento(s) expedido(s) - carta precatória - , remeta-o(s) ao(s) seu(s) destinatário(s) e junte, nos presentes autos, o(s) respectivo(s) comprovante(s) de protocolamento. Caso o(s) referido(s) documento(s) seja(m) enviado(s) via postal, solicito ao responsável pelo envio que identifique o número do processo no(s) Aviso(s) de Recebimento (AR), possibilitando a juntada deste(s) no processo correto quando devolvido ao cartório.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: LÍGIA DE SOUZA FRIAS (OAB 1074A/AM) - Processo 0637983-03.2017.8.04.0001 - Execução de Título Judicial - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Arquivem-se estes autos com as cautelas de praxe. Cumpra-se.

ADV: ANDRÉ RICARDO CARVALHO DE OLIVEIRA (OAB 7399/AM), ADV: JOSÉ CARLOS VAN CLEEF DE ALMEIDA SANTOS (OAB 273843/SP) - Processo 0638679-10.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum - Seguro - REQUERENTE: Sul América Companhia de Seguro Saúde - REQUERIDO: Materdei Administradora Educacional LTDA Epp - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB 1065A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: LEANDRO FERNANDES CARLOS GOMES (OAB 133221/MG), ADV: ADNA LIMA DA SILVA (OAB 11171/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0639340-18.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum - Planos de Saúde - REQUERENTE: Deusdemar Toscano Brito Nunes - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Expeça-se alvará. Após, arquivem-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ELAINE BEZERRA DE QUEIROZ BENAYON (OAB 3456/AM) - Processo 0639438-03.2017.8.04.0001 (apensado ao processo 0245856-61.2013.8.04.0001) - Procedimento Comum - Desconsideração da Personalidade Jurídica - REQUERENTE: Carlos José Tavares - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca da juntada da Carta Precatória aos autos com cumprimento parcial à fl. 232, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 877A/AM) - Processo 0640544-63.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 8º, II da Portaria nº 1985/2017, intimo a parte interessada para complementar o endereço fornecido às fls.108, indicando o bairro que deverá constar na carta, no prazo legal de 05 (cinco) dias.

ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP), ADV: JOSÉ LÍDIO ALVES DOS SANTOS (OAB 1163A/AM) - Processo 0640719-57.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Intime-se o requerente, para que, querendo, no prazo de 05 (cinco) dias, diga se tem efetivo interesse no prosseguimento do feito, suprindo sua falta mediante a promoção do(s) ato(s) e/ou diligência(s) útil(eis) pertinente(s), sob pena de não resolução do mérito, na forma do art. 485, IV, do CPC/2015. Havendo pedido para expedir nova carta ou mandado, deverá o interessado pagar imediatamente as custas pertinentes e indicar o endereço no mesmo prazo assinalado acima. Cumpra-se.

ADV: THAÍS BENTES LEONEL (OAB 163576/MG), ADV: MARCEL DA FONSECA MOURA (OAB 10083/AM), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT), ADV: ANA CAROLINA SOUSA CEI (OAB 8349/AM) - Processo 0641400-61.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Visto, etc Intime-se o autor para que junte planilha de débito atualizada. Após, voltem-me os autos conclusos para despacho inicial. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM), ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM) - Processo 0641455-46.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S A - Intime-se a parte exequente para que, no prazo de 05 (cinco) dias, dê prosseguimento aos seguintes feitos, sob pena de suspensão da execução, na forma do art.921, III, §1º, do CPC/2015, quais sejam: I- Junte o comprovante de pagamento das custas referentes a emissão de AR, por meio de boleto bancário acessível no sítio eletrônico do TJAM, conforme Provimento nº 273-CGJ/AM. Após, intime-se a parte executada, por meio de carta com aviso de recebimento, para se manifestar, no prazo de 05(cinco) dias, sobre o bloqueio de valores realizado às fls. 133/134, conforme art.854, §3º, CPC/15; II- Indique medida executiva pertinente para o desenvolvimento válido e regular do processo, uma vez que o bloqueio realizado às fls. retro não foi suficiente para satisfazer o quantum debeatur. Cumpra-se.

ADV: CLAUDIO KAZUYOSHI KAWASAKI (OAB A1117/AM), ADV: CLÁUDIO KAZUYOSHI KAWASAKI (OAB 122626/SP) - Processo 0642414-80.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Propriedade Fiduciária - EXEQUENTE: Banco Itaucard S/A - Compulsando os autos, verifico que a parte autora deixou transcorrer in albis o prazo assinalado às fls. 115. Nesse espeque, intime-se a parte exequente para que para que, querendo, no prazo de 05 (cinco) dias, diga se tem efetivo interesse no prosseguimento do feito, suprindo sua falta mediante a promoção do(s) ato(s) e/ou diligência(s) útil(eis) pertinente(s), sob pena de não resolução do mérito, na forma do art. 485, IV, do CPC/2015. Decorrido o prazo, sem manifestação, voltem-me os autos conclusos para despacho inicial. Cumpra-se.

ADV: RODRIGO CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE ALMEIDA (OAB 42604/PE), ADV: AMANDA KARLA PAIVA DA SILVA (OAB 12229/AM), ADV: FABIO RIVELLI (OAB 1119/AM), ADV: FÁBIO RIVELLI (OAB 297608/SP), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM) - Processo 0645222-24.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Transporte Aéreo - REQUERENTE: Paulo Moraes de Souza Filho - REQUERIDO: Tam Linhas Aereas S/A - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte apelada para que, querendo, ofereça contrarrazões à apelação interposta, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade. Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para que tome ciência da petição de fls. 188/191, e se manifeste, caso queira.

ADV: GHAZALEH PARHAM FARD (OAB 29070/SC) - Processo 0648108-93.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Compra e Venda - EXEQUENTE: Driany Maria Castro Barros de Barros e outro - Vistos, etc. Verifico que que se efetivou a citação do executado, conforme AR positivo de fls. 81. Nesse espeque, aguarde-se o prazo a que alude o art. 915, § 2º, II do CPC (prazo para interposição de Embargos). Decorrido o prazo, sem manifestação, intime-se o postulante a fim de que indique, no prazo de 05 (cinco) dias, medida executiva que pretende produzir, sob pena de suspensão da execução, na forma do art. 921, inciso III do nosso Digesto Processual Civil. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: GLÁUCIO NUNES DA LUZ (OAB 6326/AM) - Processo 0650108-66.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Valor da Execução / Cálculo / Atualização - EXEQUENTE: Cooperativa de Crédito dos Empresários de Manaus - Compulsando os autos, verifico que a parte exequente deixou transcorrer in albis o prazo assinalado às fls. 115. Nesse espeque, intime-se a parte exequente para que, querendo, no prazo de 05 (cinco) dias, diga se tem efetivo interesse no prosseguimento do feito, suprindo sua falta mediante a promoção do(s) ato(s) e/ou diligência(s) útil(eis) pertinente(s), sob pena de não resolução do mérito, na forma do art. 485, IV, do CPC/2015. Decorrido o prazo, sem manifestação, voltem-me os autos conclusos para despacho inicial. Cumpra-se.

ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB A737/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB 211648/SP) - Processo 0652263-42.2018.8.04.0001 - Monitória - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - Vistos, etc Defiro, em parte, o pedido de fls retro. Dê-se o prazo de 15 (quinze) dias para que o autor cumpra ato de fls.139 Após, voltem-me os autos conclusos para a fila de consulta. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: CAMILA DOLORES BEIRUTH CEZAR ROESSING (OAB 7039/AM), ADV: FRANCIMAR RODRIGUES SOARES (OAB 7022/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0657087-44.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Planos de Saúde - REQUERENTE: Lacy Vieira de Melo - REQUERIDO: Geap - Fundacao de Seguridade Social - Vistos, etc Intime-se o autor para que se manifeste, querendo, no prazo de 15(quinze) dias, sobre o teor da defesa e documentos encartados às fls.112/135, conforme art.350, Caput, do CPC. Cumpra-se.

ADV: JEAN CARLOS DE ARAÚJO ASSANTE (OAB 9215/AM) - Processo 0660845-31.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - EXEQUENTE: Maria de Nazaré Rodrigues de Araújo - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Exequente

para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB A737/AM) - Processo 0661079-13.2018.8.04.0001 - Monitória - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que complemente as custas postais e junte comprovante de recolhimento, conforme Provimento nº 273/CGJ, levando-se em consideração a quantidade de partes e endereços que deverão constar na(s) carta(s), no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: PEDRO CÂMARA - SOCIEDADE DE ADVOGADOS (OAB 613/AM), ADV: ISABELLE BENLOLO DE AZEVEDO (OAB 11737/AM), ADV: ELISA PINTO GOMES (OAB 9767/AM), ADV: PEDRO CÂMARA JÚNIOR (OAB 2834/AM), ADV: RICARDO CRUZ DA SILVA (OAB 2628/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: CAIO PATRICK COELHO SILVA ANDADE (OAB 13408/AM) - Processo 0716040-11.2012.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Obrigação de Fazer / Não Fazer - EXEQUENTE: Maria Mauricia Melo de Oliveira - EXECUTADO: Unimed de Manaus Cooperativa de Trabalho Médico Ltda. - De ordem, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que tome(m) ciência do(a) decisão/despacho de fls. 449, cujo teor segue abaixo: “Com a resposta, intime-se as partes para que se manifestem sobre o cálculo, no prazo comum de 10(dez) dias. “

Adair José Pereira Moura (OAB 1251/AM)
Adam Henrique Pinheiro da Silva (OAB 11082/AM)
Adna Lima da Silva (OAB 11171/AM)
Alcides Ney José Gomes (OAB 8658/MS)
Alcides Ney José Gomes (OAB 8659/MS)
Alice da Silva Welgert (OAB 12614/AM)
Aliny Soares da Silva (OAB 4247/AM)
Amanda Karla Paiva da Silva (OAB 12229/AM)
Amanda Piraice Gomes (OAB 8320/AM)
Amandio Ferreira Tereso Júnior (OAB 739A/AM)
Ana Carolina Sousa Cei (OAB 8349/AM)
Ana Luiza Moraes Rebouças (OAB 5891/AM)
Andrade GC Advogados (OAB 57/AM)
André de Santa Maria Bindá (OAB 3707/AM)
André de Souza Oliveira (OAB 5219/AM)
André Ricardo Carvalho de Oliveira (OAB 7399/AM)
Antonia Ronairys Lima (OAB 42783/DF)
Ariana da Silva Félix (OAB 8501/AM)
Armando de Souza Negrão (OAB 1982/AM)
Auton Francisco Furtado Maia (OAB 5821/AM)
Bairon Antônio do Nascimento Júnior (OAB 3795/AM)
Boniek Pereira da Silva (OAB 8303/AM)
Breno Barbosa Ferreira (OAB A451/AM)
Breno Dantas Cestaro (OAB 7352/AM)
Bruno Bianchi Filho (OAB 4912/AM)
Bruno Henrique de Oliveira Vanderlei (OAB 21678/PE)
Caio Patrick Coelho Silva Andade (OAB 13408/AM)
Camila Dolores Beiruth Cezar Roessing (OAB 7039/AM)
Carlos Alberto Baião (OAB 925A/AM)
CARLOS ISAQUE DA SILVA (OAB 24434/PA)
Célio Fernandes de Souza (OAB 12442/AM)
Celso Marcon (OAB 260289/SP)
Celso Marcon (OAB A566/AM)
Charles Gomes da Costa Júnior (OAB 10715/AM)
Cláudia da Silva David (OAB 4863/AM)
Cláudio Elias dos Santos (OAB 4036/AM)
Cláudio Kazuyoshi Kawasaki (OAB 122626/SP)
Claudio Kazuyoshi Kawasaki (OAB A1117/AM)
Cristiana da Costa Rodrigues (OAB 000.607/AM)
Cristiane Bellinati Garcia Lopes (OAB 751A/AM)
Cristiane Furlin Cavalcante (OAB 6970/AM)
Danielle Delgado Gonçalves (OAB 9983/AM)
Deldson Souza de Oliveira (OAB 8848/AM)
Denise Cassia Zilio Antunes (OAB 90949/SP)
Denise de Cássia Zílio Antunes (OAB 90949/SP)
Diego de Assis Cavalcante (OAB 9224/AM)
Edson Rosas Júnior (OAB 1910/AM)
Elaine Bezerra de Queiroz Benayon (OAB 3456/AM)
Elaine Bonfim de Oliveira (OAB 336A/AM)
Elaine Bonfim de Oliveira (OAB 336A/CE)
Elisa Pinto Gomes (OAB 9767/AM)
Evanildo Carneiro da Silva (OAB 291A/AM)
Evanildo Carneiro da Silva (OAB 5746/PA)
Ezequiel de Freitas Medeiros (OAB 9818/AM)
Fabio Rivelli (OAB 1119/AM)
Fábio Rivelli (OAB 297608/SP)
Felipe Navega Medeiros (OAB 165147/MG)
Fernanda de Medeiros Farias (OAB 11253/RN)
Flávia Almeida Moura Di Latella (OAB 109730/MG)
Flávio Rafael Perdigão Guerra (OAB 8500/AM)
Francimar Rodrigues Soares (OAB 7022/AM)
Francisca Loureiro de Souza (OAB 8343/AM)
Francisco Adonias Pinheiro (OAB 1584/AM)
Frederico Moraes Bracher (OAB 7311/AM)
Frederico Santos Paiva (OAB 6569/AM)
Gabriela Souto Branco (OAB 12814/AM)
Gefson Hefer Antiquera Oliveira (OAB 2482/AM)
Germano Costa Andrade (OAB 2835/AM)
Ghazaleh Parham Fard (OAB 29070/SC)
Gláucio Nunes da Luz (OAB 6326/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo Amato Pissini (OAB 261030/SP)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB 1065/AM)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB 1065A/AM)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB A1065/AM)
Gyorney Matos Nery (OAB 13151/AM)
Heber Quinderé Júnior (OAB 4328/CE)
Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB 4018/AM)
Hiran Leão Duarte (OAB 10422/CE)
HIRAN LEÃO DUARTE (OAB 1053A/AM)
Ingrid Oliveira Rodrigues (OAB 13258/AM)
Isabela Farias Neves (OAB 7950/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069/AM)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
Isabelle Benlolo de Azevedo (OAB 11737/AM)
Jacques Machado Portela (OAB 2722/AM)
Jean Carlos de Araújo Assante (OAB 9215/AM)
Jefferson Ortiz Matias (OAB 2998/AM)
JOAO AUGUSTO DE C FERREIRA (OAB 325076/SP)
Johnny de Oliveira Salles (OAB 8430/AM)
Jorge Eduardo de Souza Martinho (OAB 5273/AM)
José Arnaldo Janssen Nogueira (OAB 1047A/AM)
José Augusto de Rezende Júnior (OAB A1109/AM)
José Carlos Van Cleef de Almeida Santos (OAB 273843/SP)
José Eduardo Trevizan (OAB 233347/SP)
José Lídio Alves dos Santos (OAB 1163A/AM)
José Marcelo Braga Nascimento (OAB 18298/GO)
José Marcelo Braga Nascimento (OAB 29120/SP)
José Mário de Carvalho Neto (OAB 4861/AM)
Juliana Falci Mendes (OAB 223768/SP)
Juliana Farias Rodrigues (OAB 3797/AM)
Juliana Mayra Nery de Carvalho (OAB 24954ES)
Júlio de Carvalho Paula Lima (OAB A1149AM)
Kamila da Silva Freitas (OAB 8458/AM)
Kátia de Oliveira Pinheiro Leitão (OAB 4333/AM)
Kelson Girão de Souza (OAB 7670/AM)
Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM)
Lázaro José Gomes Júnior (OAB 8125/MS)
Leandro Fernandes Carlos Gomes (OAB 133221/MG)
Leonard Lopes de Assis (OAB 6895/AM)
Leonardo Alvarenga Viana (OAB 6956/AM)
Lígia de Souza Frias (OAB 1074A/AM)
Lincoln Martins da Costa Novo (OAB 3423/AM)
Lúcia Cristina Pinho Rosas (OAB 5109/AM)
Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB 4732/AM)

Lúcio Sampaio de Souza Júnior (OAB 3695/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 104147/MG)
Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB 876/AM)
Luiz Antônio Gomiero Júnior (OAB 154733/SP)
Mahira Almeida de Sá
Marcel da Fonseca Moura (OAB 10083/AM)
Marcelo Tostes de Castro Maia (OAB 63440/MG)
Márcia Regina Lopes Maciel (OAB 4163/AM)
MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM)
Marcondes Fonseca Luniere Júnior (OAB 2897/AM)
Marcus Alexandre Matteucci Gomes (OAB 164043/SP)
Maria Santana de Freitas (OAB 5708/AM)
Martha Lorena Gomes de Jesus Pereira (OAB 9261/AM)
Martha Mafra Gonzales (OAB 4103/AM)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 877A/AM)
Melquisedec Freitas Pantoja (OAB 10412/AM)
Nádia Almeida Lima (OAB 10786/AM)
Nayane Maria da Silva Rodrigues (OAB 10962/AM)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB 128341/SP)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB A598/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Ney Bastos Soares Júnior (OAB 4336/AM)
Patrícia de Castro Lopes (OAB 7971/AM)
Paulo Alexandre Leite da Silva (OAB 3760/AM)
Paulo Augusto Greco (OAB 119729/SP)
Paulo Sérgio Lopes Gonçalves (OAB 281005/SP)
Pedro Câmara - Sociedade de Advogados (OAB 613/AM)
Pedro Câmara Júnior (OAB 2834/AM)
PIO CARLOS FREIRIA JUNIOR (OAB A1118AM)
RACHEL TÁVORA DE QUEIROZ (OAB 83351/MG)
Rafael Sganzerla Durand (OAB 211648/SP)
Rafael Sganzerla Durand (OAB 737A/AM)
Rafael Sganzerla Durand (OAB A737/AM)
Rami Yuri Menezes Gama (OAB 8933/AM)
Raphaela Batista de Oliveira (OAB 9169AC)
Renato André da Costa Monte (OAB 4435/AM)
Ricardo Cruz da Silva (OAB 2628/AM)
Roberta Beatriz do Nascimento (OAB 1164A/AM)
Roberta Beatriz do Nascimento (OAB 192649/SP)
Roberto Marques da Costa (OAB 4135/AM)
RODRIGO BADARÓ DE CASTRO (OAB 2221A/DF)
RODRIGO BADARÓ DE CASTRO (OAB 2221D/FA)
Rodrigo Barbosa Vilhena (OAB 7396/AM)
Rodrigo Benayon Pontes Serudo (OAB 11132/AM)
Rodrigo Cavalcanti de Albuquerque Almeida (OAB 42604/PE)
Rommel Júnior Queiroz Rodrigues (OAB 8279/AM)
Ronaldo da Silva Gama (OAB 7900/AM)
Rosemary Lima Rodrigues (OAB 2351/AM)
Sabrina Brasil Silveira (OAB 6786/AM)
Sara Regina Olímpio Mamede (OAB 4504/AM)
Sérgio de Lima (OAB 201/AM)
Sérgio de Lima (OAB 201A/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 1048A/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 44698/MG)
Solon Angelim de Alencar Ferreira (OAB 3338/AM)
Tainara Fernanda Talhaire (OAB 376275/SP)
Tatiana Dantas Portela (OAB 6562/AM)
Tatiana Maria Mello de Lima (OAB 15118/DF)
Thadeu Soares Gorgita Barbosa (OAB 167421/RJ)
Thaís Bentes Leonel (OAB 163576/MG)
Thales Silvestre Júnior (OAB 2406/AM)
Thomas Benes Felsberg (OAB 19383/SP)
Tude Moutinho da Costa (OAB 564/AM)
Vito Sasso Filho (OAB 10344/AM)
Wanderlucy Sousa Lima (OAB 9225/AM)
Wendel Almeida de Souza (OAB 11172/AM)
William Carmona Maya (OAB 257198/SP)
William Daniel Brasil David (OAB 6796/AM)
Wilson Molina Porto (OAB 12790A/MT)
Wilson Molina Porto (OAB 805A/AM)

1ª VARA DE FAZENDA PÚBLICA

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0045/2019

ADV: MAURO ALLEN BEZERRA (OAB 2655/AM) - Processo 0206768-74.2017.8.04.0001 (processo principal 0222286-51.2010.8.04.0001) - Apelação - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: Emerson Gomes do Nascimento - De ordem do MM. Juiz de Direito e de acordo com a Certidão de fl. 12, proceda-se à baixa e ao arquivamento dos autos, com as cautelas de estilo. Intime-se.

ADV: ROGÉRIO PENA BENTO DA SILVA (OAB 9960/AM) - Processo 0208505-44.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Liquidação / Cumprimento / Execução - EXEQUENTE: Hudson Barbosa de Souza - Verifica-se que se trata de pedido de cumprimento de sentença formulado em maio de 2016, mas sem movimentação processual efetiva na vara de origem Assim, dado o lapso temporal, deve o Requerente manifesta-se sobre seu interesse no pedido, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de arquivamento. Intime-se.

ADV: CELSO ANTÔNIO DA SILVEIRA (OAB 5807/AM) - Processo 0208617-13.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: MICHEL ENOS GONÇALVES TELES e outros - Corrija-se a classe processual. Verifica-se que o pedido de cumprimento provisório da sentença foi proposto em julho de 2017 e permaneceu na Vara de origem sem qualquer movimentação efetiva. Assim, dado o lapso temporal, determino aos Requerentes para digam se ainda há interesse no pedido formulado, sob pena de arquivamento. Intime-se.

ADV: FLÁVIO DA CONCEIÇÃO FERREIRA OLIVEIRA (OAB 5960/AM), ADV: TÂNIA REGINA JARDIM LUNARDI (OAB 7188/AM), ADV: ANDRÉA FONSECA OLIVEIRA (OAB 5959/AM), ADV: SILVANA MARIA LÚDICE DA SILVA (OAB 452A/AM) - Processo 0215087-75.2010.8.04.0001 (001.10.215087-8) - Procedimento Comum - Indenização por Dano Material - REQUERIDO: Transportes Bertollini Ltda - Balsa Acre Brasil - De ordem do MM. Juiz de Direito, intima-se o(s) Requerido(s) para, querendo, apresentar(em) alegações finais (Art. 364, § 2.º do CPC), nos termos da r. Decisão de fls. 997/998. Decorrido o prazo legal, com ou sem manifestação, os autos deverão ser encaminhados conclusos para sentença. Intime-se.

ADV: RAIMUNDO PAIVA DE SOUZA (OAB 2839/AM) - Processo 0250469-95.2011.8.04.0001 - Mandado de Segurança - Aposentadoria/Retorno aoTrabalho - IMPETRANTE: Jorge Nunes de Barros - De ordem do MM. Juiz de Direito e considerando o trânsito em julgado da decisão judicial, intime-se as partes para requererem o que for de direito, no prazo de 10 (dez) dias. Intime-se.

ADV: MILCYETE BRAGA ASSAYAG (OAB 5006/AM) - Processo 0258035-95.2011.8.04.0001 - Procedimento Comum - Valor da Execução / Cálculo / Atualização - REQUERENTE: Locavel Serviços Ltda - Decisão. Diante do exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido para condenar o Estado do Amazonas a pagar os valores nominais descritos nas Notas Fiscais n.º n.º 061/2010, 136/2010, 483/2010, 572/2010, 685/2010, 573/2010, 784/2010, 897/2010, 1064/2010, 271/2011 e 366/2011, acrescidos de correção monetária - a contar da data dos respectivos vencimentos - e juros de mora, a contar da data da citação do Estado, observados os parâmetros especificados pelos arts. 8.º e 18 da Portaria 1.855/16, não se aplicando a multa de 2%, pelo atraso no pagamento, por falta de previsão contratual, conforme fundamentação. Por conseguinte, declaro encerrada a fase de conhecimento processual, com resolução do mérito, ex vi do art. 487, I do CPC. Honorários advocatícios fixados em 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação - art. 85, §3º, I, do CPC. Custas processuais pelo Requerido, das quais está isento, na forma da lei. Deixo de submeter a presente sentença ao reexame necessário, a teor do disposto no art. 496, §3º, II do Código de Processo Civil. P.R.I.

ADV: ALDEMIR DA ROCHA SILVA JÚNIOR (OAB 5445/AM) - Processo 0600154-27.2013.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Recondução - IMPETRANTE: Rosimeire Araújo Gonzalez - De

ordem do MM. Juiz de Direito, intima-se a parte Executada para, querendo, no prazo de 30 (trinta) dias e nos próprios autos, impugnar a execução, nos termos do art. 535, CPC. Intime-se.

ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM) - Processo 0601258-44.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Centro de Doenças Renais do Amazonas S/c Ltda. - Deixo de realizar a audiência prescrita pelo art. 334, do CPC, uma vez que o direito objeto da lide não admite autocomposição, conforme autoriza o inciso II, §4°, do mencionado dispositivo. Expeça-se mandado de pagamento, nos moldes do art. 701 c/c art. 183, do CPC, podendo o Requerido, independentemente de prévia segurança do juízo, opor embargos nos próprios autos, no prazo legal. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: DEBORA BANDEIRA KOENOW (OAB 36823/GO) - Processo 0603526-71.2019.8.04.0001 - Ação Civil Pública - Saúde - REQUERIDO: Estado do Amazonas - De ordem do MM. Juiz de Direito, intima-se a parte Requerente para, querendo, manifestar-se sobre a contestação, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos dos arts. 350 e 351, CPC. Intime-se.

ADV: LUÍS FELIPE MOTA MENDONÇA (OAB 2505/AM), ADV: GIOVANNI VIANA SALES REIS (OAB 11162/AM) - Processo 0604202-19.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Acumulação de Cargos - REQUERENTE: Edilson Pinheiro Souza - Defiro o pedido de gratuidade judicial. Deixo de realizar a audiência prescrita pelo art. 334, do CPC, uma vez que o direito objeto da lide não admite autocomposição, conforme autoriza o inciso II, §4°, do mencionado dispositivo. Cite(m)-se o(s) Requerido(s) para, no prazo legal, apresentar(em) contestação. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ADNILSO GOMES NERY (OAB 4124/AM) - Processo 0605601-93.2013.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - RMI - Renda Mensal Inicial, Reajustes e Revisões Específicas - REQUERENTE: Raimundo Francisco Oliveira Pereira - De ordem do MM. Juiz de Direito, intima-se a(s) parte(s) adversa(s) para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestar(em)-se sobre os documentos juntados, na forma do art. 437, §1º, CPC.

ADV: KELLY ANNE CORRÊA DE OLIVEIRA (OAB 9330/AM) - Processo 0605618-22.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO - REQUERENTE: D.S.R. - De ordem do MM. Juiz de Direito, intima-se a parte Requerente para, querendo, manifestar-se sobre a contestação, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos dos arts. 350 e 351, CPC. Intime-se.

ADV: MARCIA CAROLINE MILLEO LAREDO (OAB 8936/AM), ADV: AMANDA GOUVEIA MOURA (OAB 7222/AM), ADV: LUCCA FERNANDES ALBUQUERQUE (OAB 11712/AM), ADV: FERNANDA COUTO DE OLIVEIRA (OAB 11413/AM), ADV: LÍVIA ROCHA BRITO (OAB 6474/AM), ADV: BRUNO VIEIRA DA ROCHA BARBIRATO (OAB 6975/AM), ADV: FÁBIO NUNES BANDEIRA DE MELO (OAB 4331/AM) - Processo 0607034-59.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO - REQUERENTE: Suely Maria Vieira da Rocha Barbirato - De ordem do MM. Juiz de Direito, intima-se a(s) parte(s) Apelada(s) para, querendo, oferecer(em) contrarrazões à(s) apelação(ões) interposta(s), no respectivo prazo legal, nos termos do art. 1.010, §1°, c/c art. 219, caput, art. 180, caput, art. 183, caput, e art. 186, caput, todos do CPC. Decorrido o prazo legal, com ou sem manifestação, os autos deverão ser encaminhados ao E. Tribunal de Justiça (art. 1.010, §3°, CPC/2015), com as cautelas de estilo. Intime-se.

ADV: ANDRÉ FONSECA LEME (OAB 172666/SP) - Processo 0609363-10.2019.8.04.0001 - Execução de Título Judicial - Constrição / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens - REQUERENTE: Imed Instituto de Medicina, Estudos e Desenvolvimento - O pedido de gratuidade judicial deve ser apreciado com critério. No caso concreto, e diante dos documentos e informações existentes aos autos, concluo que a parte Requerente pode suportar algumas despesas processuais, motivo pelo qual, nos termos do art. 98, §5°, do CPC DEFIRO parcialmente o pedido para, no prazo de 15 (quinze) dias, recolher as custas e taxas judiciárias iniciais, calculadas sobre o valor de R$ 100.000,00 (cem mil reais), de acordo com as Tabelas anexas à Portaria 116/2017 - PTJ. Ademais, deverá arcar com outras despesas necessárias para tramitação processual, tais como diligências, perícias e despesas postais, etc. Recolhidas as custas processuais e a taxa judiciária, na forma estabelecida por este Juízo, e devidamente comprovadas nos autos do processo, CITE-SE, na forma da requerida. Em caso contrário, retornem conclusos. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: CATHARINA DE SOUZA CRUZ ESTRELLA (OAB 7006/AM) - Processo 0609879-30.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Equivalência salarial - REQUERENTE: Joelma Monteiro de Carvalho - Corrija-se a classe processual. Defiro o pedido de gratuidade judicial. Deixo de realizar a audiência prescrita pelo art. 334, do CPC, uma vez que o direito objeto da lide não admite autocomposição, conforme autoriza o inciso II, §4°, do mencionado dispositivo. A tutela provisória será examinada tão logo seja apresentada a contestação, munindo-se este Juízo de mais elementos para melhor avaliar o pedido. Cite(m)-se o(s) Requerido(s) para, no prazo legal, apresentar(em) contestação. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: AMÉRICO VALENTE CAVALCANTE JÚNIOR (OAB 8540/AM) - Processo 0610117-49.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Unidade de terapia intensiva (UTI) ou unidade de cuidados intensivos (UCI) - REQUERENTE: Claymer Fernandes Montenegro - Defiro o pedido de gratuidade judicial. Dada a natureza do pedido, intime-se o(a) Requerido(a) por mandado urgente, para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar-se sobre a antecipação requerida. Ato contínuo, proceda-se à citação do(a) Requerido(a), via Portal Eletrônico do e-SAJ, na forma da lei. Decorrido o prazo assinado, retornem conclusos para apreciação do pedido de tutela provisória. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ODEMILTON PINHEIRO MACENA JÚNIOR (OAB 7155/AM) - Processo 0618626-76.2013.8.04.0001 - Procedimento Comum - Rescisão / Resolução - REQUERENTE: ELIAS ISTENIO DE VASCONCELOS PUCU - De ordem do MM. Juiz de Direito, intime-se via portal eletrônico os Cartórios de Registro Civil (1º, 4º, 5º, 10º, 11° e 12º Ofícios), os quais, devidamente intimados via malote em 25/10/2018, ainda não cumpriram a determinação do MM. Juiz exarada no r. Despacho de fl. 166 in verbis: “Oficie-se os Cartórios de Registro Civil da Capital, por meio eletrônico, a fim de que informem a este Juízo sobre a existência de registro de óbito do Sr. ELIAS ISTENIO DE VASCONCELOS PUCU, RG n.º 0355602-6 e CPF n.º 273.216.652-91, encaminhando cópia da respectiva certidão”. Intime-se.

ADV: MÁRIO BATISTA DE ANDRADE NETO (OAB 5083/AM) - Processo 0619385-06.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Pensão por Morte (Art. 74/9) - REQUERENTE: Emanuel José Ferreira Fernandes, representando Antonio Augusto Ferreira Fernandes - De ordem do MM. Juiz de Direito, intima-se a parte Executada para, querendo, no prazo de 30 (trinta) dias e nos próprios autos, impugnar a execução, nos termos do art. 535, CPC. Intime-se.

ADV: MAELIR RODRIGUES DA SILVA (OAB 12977/AM) - Processo 0648336-68.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Pensão por Morte (Art. 74/9) - REQUERENTE: J.R.S. - Defiro o pedido de gratuidade judicial. Deixo de realizar a audiência prescrita pelo art. 334, do CPC, uma vez que o direito objeto da lide não admite autocomposição, conforme autoriza o inciso II, §4°, do mencionado dispositivo. Cite(m)-se o(s) Requerido(s) para, no prazo legal, apresentar(em) contestação. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: BENEDITO EVALDO DE LIMA (OAB 4821/AM) - Processo 0652635-88.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERIDO: Estado do Amazonas e outro - De ordem do MM. Juiz de Direito, intima-se a(s) parte(s) Apelada(s) para, querendo, oferecer(em) contrarrazões à(s) apelação(ões) interposta(s), no respectivo prazo legal, nos termos do art. 1.010, §1°, c/c art. 219, caput, art. 180, caput, art. 183, caput, e art. 186, caput, todos do CPC. Decorrido o prazo legal, com ou sem manifestação, os autos deverão ser encaminhados ao E. Tribunal de Justiça (art. 1.010, §3°, CPC/2015), com as cautelas de estilo. Intime-se.

ADV: ANDRÉ PHILLIPE BRITO GARGANTA (OAB 10870/AM) - Processo 0659923-87.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Antonio Vileo Atayde Freitas da Silva - De ordem do MM. Juiz de Direito, intima-se a parte Requerente para, querendo, manifestar-se sobre a contestação, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos dos arts. 350 e 351, CPC. Intime-se.

ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB A598/AM), ADV: MONIKE RAMOS RODRIGUES (OAB 7877/AM), ADV: ERIC SALES DA SILVA (OAB 7410/AM), ADV: RICHARD ANDERSON HIDALGO PAREDES (OAB 6682/AM), ADV: RONALDO SANTOS MONTEIRO (OAB 7502/AM), ADV: DYDRA FERREIRA DE ANDRADE (OAB 7795/AM) - Processo 0713479-14.2012.8.04.0001 - Petição Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Direcional Engenharia Ltda - De ordem do MM. Juiz de Direito e considerando o trânsito em julgado da decisão judicial, intime-se as partes para requererem o que for de direito, no prazo de 10 (dez) dias. Intime-se.

Adnilso Gomes Nery (OAB 4124/AM)
Aldemir da Rocha Silva Júnior (OAB 5445/AM)
Amanda Gouveia Moura (OAB 7222/AM)
Américo Valente Cavalcante Júnior (OAB 8540/AM)
André Fonseca Leme (OAB 172666/SP)
ANDRÉ PHILLIPE BRITO GARGANTA (OAB 10870/AM)
Andréa Fonseca Oliveira (OAB 5959/AM)
Benedito Evaldo de Lima (OAB 4821/AM)
Bruno Vieira da Rocha Barbirato (OAB 6975/AM)
Catharina de Souza Cruz Estrella (OAB 7006/AM)
Celso Antônio da Silveira (OAB 5807/AM)
Debora Bandeira Koenow (OAB 36823/GO)
Dydra Ferreira de Andrade (OAB 7795/AM)
Eric Sales da Silva (OAB 7410/AM)
Fábio Nunes Bandeira de Melo (OAB 4331/AM)
Fernanda Couto de Oliveira (OAB 11413/AM)
Flávio da Conceição Ferreira Oliveira (OAB 5960/AM)
Giovanni Viana Sales Reis (OAB 11162/AM)
Kelly Anne Corrêa de Oliveira (OAB 9330/AM)
Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM)
Lívia Rocha Brito (OAB 6474/AM)
Lucca Fernandes Albuquerque (OAB 11712/AM)
Luís Felipe Mota Mendonça (OAB 2505/AM)
Maelir Rodrigues da Silva (OAB 12977/AM)
Marcia Caroline Milleo Laredo (OAB 8936/AM)
Mário Batista de Andrade Neto (OAB 5083/AM)
Mauro Allen Bezerra (OAB 2655/AM)
Milcyete Braga Assayag (OAB 5006/AM)
Monike Ramos Rodrigues (OAB 7877/AM)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB A598/AM)
Odemilton Pinheiro Macena Júnior (OAB 7155/AM)
Raimundo Paiva de Souza (OAB 2839/AM)
Richard Anderson Hidalgo Paredes (OAB 6682/AM)
Rogério Pena Bento da Silva (OAB 9960/AM)
Ronaldo Santos Monteiro (OAB 7502/AM)
Silvana Maria lúdice da Silva (OAB 452A/AM)
Tânia Regina Jardim Lunardi (OAB 7188/AM)

3ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA

JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
JUIZ(A) DE DIREITO ETELVINA LOBO BRAGA
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL RAFAELA CARIELLO DA ROCHA CABRAL
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0015/2019

ADV: CHARDSON DE SOUZA MORAES (OAB 828/RR) - Processo 0603694-73.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Contribuições Previdenciárias - REQUERENTE: Marta Cristina Vieira Vidal - Raimundo Nonato Mendes da Silva - Certifico, nesta data, que expeço o competente Ato Ordinatório, com fulcro na Portaria n. 002/19-3ªVFP, de 18.02.2019, disponibilizada no DJE do dia 25.02.2019, para fins de intimação da parte autora, via DJE, no prazo de 15 dias, para apresentação de réplica aos termos da contestação ofertada pelo ente público (art. 351, do CPC). É o que me cumpre certificar. O referido é verdade, dou fé.

ADV: LISIEUX RIBEIRO LIMA (OAB 4486/AM), ADV: STELISY SILVA DA ROCHA (OAB 7989/AM), ADV: JOSÉ ESTEVÃO XAVIER (OAB 8824/AM), ADV: JUCELINNO ARAÚJO LIMA (OAB 8039/AM), ADV: ELISA PINTO GOMES (OAB 9767/AM), ADV: CAIO PATRICK COELHO SILVA ANDADE (OAB 13408/AM) - Processo 0611031-50.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Letice Domingos de Brito Morais - REQUERIDO: Unimed de Manaus Cooperativa de Trabalho Médico Ltda. - Estado do Amazonas - Certifico, nesta data, que expeço o competente Ato Ordinatório, com fulcro na Portaria n. 002/19-3ªVFP, de 18.02.2019, disponibilizada no DJE do dia 25.02.2019, para fins de intimação das partes, via Portal Eletrônico (Portaria nº 2073/2016, art. 2º) e DJE, da data, local e hora, indicadas pela Perita nomeada à fl. 322, para a realização da perícia. É o que me cumpre certificar. O referido é verdade, dou fé.

ADV: VASCO MACEDO VASQUES (OAB 5305/AM), ADV: ISALTINO JOSÉ BARBOSA NETO (OAB 9055/AM), ADV: FERNANDO CARLOS LUZ MOREIRA (OAB 102385/SP) - Processo 0625059-57.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum - Equilíbrio Financeiro - REQUERENTE: Consórcio Sanches Tripolono - Erin - Construtora Sanches Tripoloni Ltda - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Procuradoria da União No Estado do Amazonas - PERITO: Manoel Paes Marialva - Certifico, nesta data, que expeço o competente Ato Ordinatório, com fulcro na Portaria n. 002/19-3ªVFP, de 18.02.2019, disponibilizada no DJE do dia 25.02.2019, para fins de intimação das partes, via Portal Eletrônico (Portaria nº 2073/2016, art. 2º) e DJE, da data, hora e local indicados pelo Perito à fl. 629 para a realização da perícia. É o que me cumpre certificar. O referido é verdade, dou fé.

Caio Patrick Coelho Silva Andade (OAB 13408/AM)
Chardson de Souza Moraes (OAB 828/RR)
Elisa Pinto Gomes (OAB 9767/AM)
Fernando Carlos Luz Moreira (OAB 102385/SP)
Isaltino José Barbosa Neto (OAB 9055/AM)
José Estevão Xavier (OAB 8824/AM)
Jucelinno Araújo Lima (OAB 8039/AM)
Lisieux Ribeiro Lima (OAB 4486/AM)
Stelisy Silva da Rocha (OAB 7989/AM)
Vasco Macedo Vasques (OAB 5305/AM)

4ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA

JUÍZO DE DIREITO DA 4ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0051/2019

ADV: REBECA BEATRIZ SILVA SOUSA (OAB 12219/AM) - Processo 0601411-14.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Fernando Mendes Marinho - PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO AMAZONAS Juízo de Direito da 4ª Vara da Fazenda Pública Processo n. 0601411-14.2018.8.04.0001 Procedimento Comum Requerente: Fernando Mendes Marinho Requerido: Município de Manaus ATO ORDINATÓRIO De ordem do MM. Juiz, nos termos do art. 1°, VII, do Provimento n. 63/2002-CGJ, ficam ambas partes intimadas para, no prazo de 10 dias, sobre a data, local e horário da perícia a ser promovida pelo expert, conforme fl. 175. Manaus, 11 de março de 2019 Odílio Mendonça da Silva Neto Diretor de Secretaria

ADV: ANDRÉA DA SILVA GUEDES (OAB 10966/AM) - Processo 0636467-11.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Iêda Rosa Mendonça - SENTENÇA Autos nº:0636467-11.2018.8.04.0001 ClasseProcedimento Comum Assunto:Obrigação de Fazer / Não Fazer Autor(a):Iêda Rosa Mendonça Réu(s):Município de Manaus e Manaus Previdência - MANAUSPREV Vistos etc. I.- Relata-se. Trata-se de ação de obrigação de fazer ajuizada por Iêda Rosa Mendonça em face do Município de Manaus e Manaus Previdência - MANAUSPREV, tendo as partes sido devidamente qualificadas na inicial. Em apertada síntese, aduz a demandante

que foi funcionária pública do quadro de pessoal efetivo da Câmara Municipal de Manaus. Ademais, informa que seus proventos eram compostos pelo vencimento básico, bem como por parcela relativa ao salário produtividade. No entanto, alega que teve a parcela suprimida a partir do ano 2006 por força de lei. Não obstante, requereu a demandante a condenação dos réus ao pagamento de salário produtividade do período compreendido entre abril de 1993 e março de 2004, uma vez que não teve estes valores devidamente pagos pela Administração. Justificação Prévia apresentada às fls. 60/70. II.- Fundamenta-se. Consta na inicial que a autora deixou de receber a parcela de produtividade, no período compreendido entre abril de 1993 e março de 2004. A presente ação foi interposta em 14 de agosto de 2018, ou seja, quase 15 anos após a data da última parcela pugnada na inicial, o que demonstra a incidência de prescrição no caso. Com efeito, restou pacificado na jurisprudência dos tribunais que a prescrição em face da Fazenda Pública é quinquenal, nos termos do que preceitua o art. 1º do Decreto nº 20.910/32, que, in verbis: Art. 1º As dívidas passivas da União, dos Estados e dos Municípios, bem assim todo e qualquer direito ou ação contra a Fazenda federal, estadual ou municipal, seja qual for a sua natureza, prescrevem em cinco anos contados da data do ato ou fato do qual se originarem. A propósito, confira-se a jurisprudência sobre o tema: ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PRESCRIÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA. DECRETO 20.910 /32. QUESTÃO DECIDIDA COM BASE NO ART. 543-C DO CPC . AGRAVO NÃO PROVIDO. 1. A Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça, ao julgar o REsp 1.251.993/PR, Rel. Min. MAURO CAMPBELL MARQUES, submetido ao rito do art. 543-C do CPC , DJe 19/12/12, consolidou o entendimento no sentido de que não se aplicam os prazos prescricionais do Código Civil às ações movidas contra a Fazenda Pública, prevalecendo o prazo quinquenal previsto no Decreto 20.910 /32. 2. Agravo regimental não provido. (STJ - Agravo Regimental no Agravo de Recurso Especial n. 342486/SP 20130147057-5, publicado em 17/09/2013) ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO. CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO. ILEGITIMIDADE PASSIVA DO MUNICÍPIO. EXAME DE LEI LOCAL. SÚMULA 280 DO STF. INCIDÊNCIA. PRESCRIÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA. PRAZO QUINQUENAL. 1. "A solução da controvérsia acerca legitimidade do Município de Vitória de Santo Antão para figurar no pólo passivo da demanda depende da interpretação da Lei Municipal 3.188 /06, o que é inviável em sede especial, em razão da vedação presente na Súmula 280 do STF." (AgRg no AREsp 173.373/PE, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, julgado em 26/06/2012, DJe 02/08/2012) 2. A jurisprudência desta Corte é firme no sentido de que, nos termos do disposto no art. 1º do Decreto 20.910 /32, o prazo prescricional para propositura de ação de qualquer natureza contra a Fazenda Pública é quinquenal. 3. Agravo regimental a que se nega provimento. (STJ - Agravo Regimental no Agravo de Recurso Especial n. 376194/SP 2013-0239481-3, publicado em 17/09/2013 APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DECLARATÓRIA DE NULIDADE DE SINDICÂNCIAS OCORRIDAS ENTRE 1997 E 2004 - PRAZO PRESCRICIONAL QUINQUENAL APLICÁVEL À FAZENDA PÚBLICA - AUSÊNCIA DE RELAÇÃO DE TRATO SUCESSIVO - AÇÃO CONSTITUTIVA, E NÃO MERAMENTE DECLARATÓRIA - RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. SENTENÇA QUE DECRETOU A PRESCRIÇÃO MANTIDA. 1. A prescrição quinquenal prevista no art. 1º do Decreto nº 20.910/32, incide em todo e qualquer direito ou ação contra a Fazenda Pública, seja ela federal, estadual ou municipal, tendo sido tal questão pacificada pelo Superior Tribunal de Justiça através do julgamento do Recurso Especial Repetitivo nº 1251993/PR. 2. O pedido de declaração de nulidade de sindicâncias ocorridas entre 1997 e 2004 não trata de relação de trato sucessivo, uma vez que ataca ato certo (sindicância), com início e fim bem determinados. 3. O pedido de nulidade de sindicância não é meramente declaratório, mas constitutivo, uma vez que gerará uma situação jurídica nova, razão pela qual não há que se falar em imprescritibilidade da pretensão esposada na inicial. 4. Recurso conhecido e improvido. Sentença mantida. (TJMS - Apelação Cível n. 08085638020138120002, publicado em 24/04/2014) Portanto, entende-se que o direito pugnado na inicial se encontra prescrito, uma vez que não observou a autora o prazo quinquenal para o ajuizamento da causa. III.- Decide-se Diante de todo o exposto, julga-se liminarmente improcedente o pedido, conforme dicção que se extrai do art. 332, §1°, do Código de Processo Civil e, por consequência, extingue-se o processo com resolução de mérito, nos termos do art. 487, II, do CPC, em virtude da prescrição do direito apontado na inicial. Condena-se a demandante ao pagamento de honorários advocatícios, fixados em 10% (dez por cento) sobre o valor dado à causa. Não obstante, fica o montante inexigível pelo prazo do art. 98, §3°, do CPC. Custas pela parte autora. Sentença não sujeita ao duplo grau de jurisdição. Com o trânsito em julgado, dê-se baixa e arquivem-se os autos. Intime-se. Publique-se. Cumpra-se. Manaus, 22 de fevereiro de 2019. Juiz Paulo Fernando de Britto Feitoza

ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM) - Processo 0660975-21.2018.8.04.0001 - Mandado de Segurança - Habilitação / Registro Cadastral / Julgamento / Homologação - REQUERENTE: Angela Maria Batista Gomes - DECISÃO INTERLOCUTÓRIA Autos nº:0660975-21.2018.8.04.0001 ClasseMandado de Segurança Assunto: Autora: Réus: Habilitação / Registro Cadastral / Julgamento / Homologação Angela Maria Batista Gomes Estado do Amazonas Vistos etc. I.- Relata-se. Trata-se de mandado de segurança ajuizada por Angela Maria Batista Gomes em face de Estado do Amazonas, objetivando suspender os efeitos do ato administrativo que tornou sem efeito sua nomeação pelo Diário Oficial Nº 33.614 em 28/09/2017, pelas razões a seguir expostas. A impetrante foi aprovada no Concurso Público da Secretaria de Estado de Saúde do Amazonas - SUSAM 2014, para provimento de cargo profissional de nível fundamental para exercer a função de Auxiliar de Serviços Gerais. A homologação do resultado final foi publicada no portal eletrônico da Fundação Getúlio Vargas Projetos, no dia 22/07/2015. A publicação da nomeação da Impetrante deu-se pelo Diário Oficial Nº 33.614 em 28/09/2017 (diário oficial fl. 44), e a convocação para a posse, ocorreu pelo Diário Oficial da mesma data. Dessa forma, aduz a impetrante que a data da publicação da nomeação e da convocação para a posse pelo Diário Oficial, já haviam se passado mais de 02 (dois) anos e 2 (dois) meses da publicação do edital de homologação. Tendo em vista o grande lapso temporal, a Impetrante foi surpreendida com a nomeação, quando realizava uma busca de seu nome em um site da internet para verificar se havia pendências financeiras. Ocorre que, para sua decepção constatou que o prazo para tomar posse já havia se esgotado, o que ensejou a anulação do ato de nomeação da impetrante (fl. 45). É o relatório II.- Fundamenta-se, para ulterior decisão. Analisando a preliminar posta de incompetência absoluta deste juízo para julgar os Mandados de Segurança, cujas autoridades coatoras sejam o Governador do Estado e Secretário de Estado, passa-se a analisar a regra de competência, em confronto com o ato combatido. Verifica-se, portanto, que o Decreto que tornou sem efeito o ato de nomeação às fls. 45/46, é do Governador do Estado juntamente com o Secretário de Estado de Educação, razão pela qual a regra de competência se impõe, conforme a Constituição Estadual do Amazonas e Lei Complementar 17/1997, in verbis: Constituição Estadual: Art 72. Compete, ainda, ao Tribunal de Justiça: I - processar e julgar, originariamente: [...] c) o habeas data e o mandado de segurança contra os atos do Governador do Estado, do Vice-Governador, dos Prefeitos Municipais, do Presidente e Membros da Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado, do Presidente da Câmara Municipal e de sua Mesa Diretora, do Presidente e dos Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado, do Procurador Geral da Justiça, do Corregedor-Geral do Ministério Público, do Procurador-Geral do Estado, do Defensor Público-Geral do Estado, de Secretários de Estado e do próprio Tribunal, do seu Presidente, do seu Vice-Presidente e do Corregedor-Geral de Justiça; (grifou-se). Lei Complementar 17/1997: Art. 50. Compete às Câmaras Reunidas: [...] II julgar: [...] e) os Mandados de Segurança, habeas corpus e habeas data contra atos dos Prefeitos Municipais, das Câmaras Municipais, de seus Presidentes, e de Secretários de Estado; Desta forma, impõe-se o atendimento ao comando do artigo 64, § 3º, do CPC: Art. 64. A incompetência, absoluta ou relativa, será alegada como questão preliminar de contestação. (...) § 3º. § 3o Caso a alegação de incompetência seja acolhida, os autos serão remetidos ao juízo competente. O instituto da incompetência absoluta exige que quaisquer

decisões sejam apreciadas e proferidas pelo juíz competente, cujos efeitos de decisões eventualmente proferidas pelo juízo incompetente não alcançam o patrimônio jurídico para a parte que foi dirigida. Nesse sentido, o Tribunal de Justiça do Amazonas: AGRAVO DE INSTRUMENTO EM MANDADO DE SEGURANÇA - MEDIDA LIMINAR CONCEDIDA POR JUÍZO ABSOLUTAMENTE INCOMPETENTE - ATO COATOR ATRIBUÍDO A SECRETÁRIO DE ESTADO - COMPETÊNCIA EX RATIONE PERSONAE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA - MATÉRIA DE ORDEM PÚBLICA - INCOMPETÊNCIA PRONUNCIADA - PROCESSO ANULADO AB INITIO - REMESSA AO JUÍZO COMPETENTE - RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. (TJ-AM - AI: 40018397720188040000 AM 4001839-77.2018.8.04.0000, Relator: Lafayette Carneiro Vieira Júnior, Data de Julgamento: 16/10/2018, Conselho da Magistratura, Data de Publicação: 17/10/2018). Assim, a anulação da liminar deferida se impõe a fim de se estabelecer o escorreito trâmite processual. III.- Decide-se. Por todo o exposto, acata-se a preliminar de incompetência absoluta, revogando-se a liminar concedida às fls. 48/55 e anulando-a, em todos os seus termos. Remetam-se os presentes autos ao Tribunal de Justiça do Amazonas. Notifiquem-se as partes. Manaus, 22 de fevereiro de 2019. Juiz Paulo Fernando de Britto Feitoza

Andréa da Silva Guedes (OAB 10966/AM)
Luís Albert dos Santos Oliveira (OAB 8251/AM)
Rebeca Beatriz Silva Sousa (OAB 12219/AM)

5ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA

JUÍZO DE DIREITO DA 5ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0039/2019

ADV: GENE KELLY CALDAS GILA (OAB 4367/AM), ADV: FÉLIX DE MELO FERREIRA (OAB 3032/AM) - Processo 0007764-42.2006.8.04.0001 (001.06.007764-7) - Procedimento Comum - REQUERENTE: Manoel Mardone de Araújo - Defiro o pedido de fl. 214. Aguarde-se mais 20 (vinte) dias para manifestação das partes. Após, retornem os autos conclusos. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ALEX MENDES DOS SANTOS (OAB 7308/AM) - Processo 0205355-55.2019.8.04.0001 (processo principal 0101899-17.2004.8.04.0001) - Cumprimento Provisório de Sentença - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Margilson Lima do Nascimento - Dê-se baixa e arquivem-se os autos, com as cautelas de estilo. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: MAURÍCIO PEREIRA DA SILVA (OAB 1122/AM), ADV: ENEIAS DE PAULA BEZERRA (OAB 2354/AM) - Processo 0211909-21.2010.8.04.0001 (001.10.211909-1) - Cumprimento de sentença - Requisição de Pequeno Valor - RPV - REQUERENTE: Vera Nilce de Menezes - Retornem os autos à Contadoria para correção dos cálculos de fls. 433/435, uma vez que os valores constantes no relatório, à exceção do crédito de honorários, não condizem com os valores expostos no demonstrativo de cálculo de instruiu o pedido de cumprimento de sentença. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: RAIMUNDO MÁRIO BELCHIOR DE ANDRADE (OAB 1775/AM) - Processo 0218335-83.2009.8.04.0001 (001.09.218335-3) - Embargos à Execução - Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução - EMBARGADA: Rosa Maria Calderaro de Souza e outro - À Autora para, querendo, se manifestar em 10 (dez) dias. Decorrido o prazo sem manifestação, dê-se baixa e arquivem-se os autos. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: KAREN DO CARMO FERREIRA DOS SANTOS (OAB 3188/AM), ADV: MÁRIO JOSÉ PEREIRA JÚNIOR (OAB 3731/AM) - Processo 0235773-54.2011.8.04.0001 - Embargos à Execução - Liquidação / Cumprimento / Execução - EMBARGADO: Edmilson Miranda Targino Filho - Retornem os autos ao E. Tribunal de Justiça (2ª Câmara Cível), a fim de que seja dado cumprimento à decisão proferida pelo STJ no AgResp nº 876.943 (fls. 418/422), que determinou fossem supridas as omissões indicada nos Embargos de Declaração interpostos pelo Estado do Amazonas. Cumpra-se.

ADV: CHRISTINE MONTEIRO AUGUSTO SOUZA (OAB 5087/AM) - Processo 0236437-56.2009.8.04.0001 (001.09.236437-4) - Reintegração / Manutenção de Posse - Posse - REQUERENTE: Moisés Alves de Queiroz - Decisão. Em virtude do exposto, nos termos da fundamentação, acolho o parecer ministerial e PRONUNCIO a prescrição da pretensão autoral. JULGO EXTINTO O FEITO, com resolução de mérito, nos moldes do art. 487, II do CPC. CONDENO o Autor no pagamento dos honorários advocatícios, arbitrados em R$3.000,00 (três mil reais) com fulcro no art. 85, §8º do CPC), cuja exigibilidade fica suspensa ante a gratuidade de justiça concedida à fl. 24. Custas pelo Autor, isento na forma da Lei. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Manaus, 07 de março de 2019. Cezar Luiz Bandiera Juiz de Direito

ADV: JÚLIO DE OLIVEIRA MACEDO (OAB 6523/AM) - Processo 0243653-97.2011.8.04.0001 - Procedimento Comum - Medida Cautelar - REQUERENTE: Norma Silva de Oliveira - Às partes para em 10 (dez) dias indicarem se pretendem produzir outras provas no processo. Decorrido o prazo sem manifestação, retornem os autos conclusos para sentença. Intimem-se.

ADV: ELCINETE CARDOSO DE ALMEIDA (OAB 6946/AM), ADV: BRUNO CALHEIRO DE OLIVEIRA (OAB 5986/AM), ADV: DAMIÃO FERREIRA LISBOA (OAB 3067/AM), ADV: VALDICLEY DA SILVA VERAS (OAB 6507/AM), ADV: FREDERICO GUSTAVO TÁVORA (OAB 6462/AM), ADV: QUELEN FABIANA BENTES DA SILVA (OAB 7144/AM), ADV: WLADIMIR DA CUNHA ALELI (OAB 7084/AM) - Processo 0245941-86.2009.8.04.0001 (001.09.245941-3) - Procedimento Comum - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Alcimar Garcia de Menezes - Primeira manifestação deste Juízo, face à recente alteração legislativa que culminou com a redistribuição de processos advindos da extinta 4ª Vara da Fazenda Pública Estadual. Em acurado exame, colho que há matérias preliminares aduzidas em contestação e até então pendentes de apreciação. Desta forma, intime-se o Autor para: Corrigir o defeito da petição inicial, na qual não consta a assinatura do causídico; Promover a citação da Amazonprev, haja vista que o feito é referente a benefício previdenciário. Intime-se. Cumpra-se. Manaus, 07 de março de 2019. Cezar Luiz Bandiera Juiz de Direito

ADV: JANNE SALES GOMES (OAB 3045/AM), ADV: MARIA AUXILIADORA BICHARRA DA SILVA SANTANA (OAB 3004/AM) - Processo 0251804-86.2010.8.04.0001 - Procedimento Comum - Antecipação de Tutela / Tutela Específica - REQUERENTE: Sindicato dos Trabalhadores do Ensino Superior do Estado do Amazon - Vista ao Ministério Público para parecer de mérito. Após, retornem os autos conclusos para sentença. Intime-se. Cumpra-se. Manaus, 07 de março de 2019 Cezar Luiz Bandiera Juiz de Direito

ADV: ANDRÉ MENEZES DE SOUZA E SOUZA (OAB 5847/AM), ADV: SAMANTA COELHO DA SILVA E SILVA (OAB 9746/AM) - Processo 0257570-86.2011.8.04.0001 (apensado ao processo 0242794-81.2011.8.04.0001) - Procedimento Comum - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Elizanete Nunes de Lima Silva - A autora comparece às fls. 140/143 requerendo a designação de audiência, o chamamento do Sr. Adonias Mesquita Ferreira para compor a lide e prestar informações, a intimação do Cartório do 6º Ofício de Tabelionato de Notas além da realização de perícia em todos os documentos apresentados pela SUHAB em contestação. Revendo os termos da inicial, observo se tratar de ação indenizatória proposta unicamente contra a Superintendência Estadual de Habitação - SUHAB, muito embora a autora já tivesse conhecimento, desde a época da propositura da demanda, de quem era o cessionário do questionado contrato, bem como do Cartório em que a tratativa foi registrada (fls. 44). A intimação é ato através do qual se dá ciência a alguém dos atos e termos do processo (art. 269 do CPC), de modo que, se o Cartório do 6º Ofício de Tabelionato de Notas não é parte no processo, não há que se falar em intimação. O mesmo se diga em relação ao Sr. Adonias Mesquita Ferreira, cessionário/comprador no contrato discutido pela Autora. Em vista disso, intime-se a autora para em 10 (dez) dias esclarecer se pretende que os sujeitos acima indicados sejam incluídos na demanda, indicando a forma dentre uma daquelas admitidas pelo Código de Processo Civil, ou se tais devem ser tomados como testemunhas suas em eventual audiência de instrução a ser designada. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: THIAGO TEIXEIRA DA COSTA (OAB 12263/AM), ADV: CARLOS AUGUSTO GORDINHO BINDÁ (OAB 12972/AM), ADV: ANTÔNIO JARLISON PIRES DA SILVA (OAB 12261/AM) - Processo 0600728-40.2019.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Constrição / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens - REQUERENTE: Sergio Pereira Guimarães - Ao Exequente, Sérgio Pereira Guimarães, para em 15 (quinze) dias falar sobre a impugnação ao cumprimento de sentença apresentada pelo Município de Manaus. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: FRANCISCO GILBERT MELO DA SILVA (OAB 10983/AM), ADV: CLEITON DA SILVA CARVALHO (OAB 10652/AM) - Processo 0609137-05.2019.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Constrição / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens - REQUERENTE: Alcione Pereira Cavalcante - Trata-se de pedido individual de cumprimento de acórdão proferido em ação coletiva: mandado de segurança coletivo nº 4001983-56.2015.8.04.0000. Por se tratar de título originário do 2º grau, em causa de sua competência originária, além do demonstrativo discriminado e atualizado do crédito contendo as exigências do art. 534 do CPC/15, é imprescindível que o requerente junte à inicial cópia do próprio título para que este juízo tenha ciência dos termos em que foi dado. No caso em exame, embora conste dos autos cópia do acórdão, o alcance da decisão só poderá ser aferido a partir de sua em conjunto com a petição inicial. Assim, intime-se o requerente para que em 15 (quinze) dias emende a inicial, juntando cópia da petição inicial do MS nº 4001983-56.2015.8.04.0000. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: LUCIANE DE SOUZA AMAZONAS (OAB 12356/AM), ADV: MARIA LÍRIA NEVES DA SILVA (OAB 10639/AM) - Processo 0609613-43.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - ICMS/Imposto sobre Circulação de Mercadorias - REQUERENTE: Maria de Jesus Fernandes Sardo - Trata-se de ação declaratória de inexistência de relação jurídico-tributária cumulada com repetição de indébito e indenização. A autora pretende seja excluída da base de cálculo do ICMS incidente nas faturas de energia elétrica, as tarifas de transmissão (TUST) e de distribuição (TUSD). Como se depreende do teor da peça inicial, a matéria objeto da presente ação envolve a análise de tributo estadual (ICMS), questão da competência da Vara da Dívida Ativa, como determina a LC 17/97. Sendo a competência em razão da matéria absoluta e, por isso, improrrogável, impõe-se reconhecer de ofício a incompetência ratione materiae, declinando o processamento e julgamento da demanda para a Vara da Dívida Ativa Municipal da Comarca de Manaus. Determino à Secretaria que proceda ao encaminhamento dos autos do processo ao setor competente para redistribuição processual, nos termos da lei. Cumpra-se. Intime-se.

ADV: ADOLPHO MAURO MAUÉS NAZARETH (OAB 5540/AM) - Processo 0610081-07.2019.8.04.0001 - Embargos à Execução - Extinção da Execução - EMBARGADO: M G Silva Monteiro & Cia Ltda (Três Z Móveis Planejados) - À Secretaria para certificar no processo de execução nº 0650594-51.2018.8.04.0001 a oposição dos presentes Embargos. Intime-se a Exequente/Embargada, M G Silva Monteiro Cia Ltda., para se manifestar no prazo de 15 (quinze) dias. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: RUBENITO CARDOSO DA SILVA JÚNIOR (OAB 4947/AM) - Processo 0610148-69.2019.8.04.0001 - Mandado de Segurança - Nulidade / Anulação - REQUERENTE: Fundação de Apoio Institucional Muraki - Diante do exposto, com fundamento no parágrafo único do art. 200, do CPC, HOMOLOGO o pedido de desistência para que produza seus jurídicos e legais efeitos, EXTINGUINDO o processo, sem resolução de mérito, nos termos do art. 485, VIII, do CPC. Sem honorários advocatícios Custas pelo Impetrante, na forma da lei. P.R.I. Manaus, 08 de março de 2019. Cezar Luiz Bandiera Juiz de Direito

ADV: MATIAS HENRIQUE DE LIMA E LIMA (OAB 9810/AM) - Processo 0610207-57.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Pagamento Atrasado / Correção Monetária - REQUERENTE: Raimundo Álvaro Leite Cavalcante - O Autor requer a gratuidade da justiça. Todavia, documentos acostados à inicial trazem indícios de que este possui condições de pagar as custas e despesas processuais, ainda que de forma parcelada, como autoriza o CPC. Ao Autor para, nos termos do art. 99, §2º, do NCPC, comprovar no prazo de 5 (cinco) dias o preenchimento dos pressupostos para concessão da gratuidade da justiça, sob pena de indeferimento do pedido. Manaus, 08 de março de 2019

ADV: EVARISTO BRAGA DE ARAÚJO JÚNIOR (OAB 185469/SP) - Processo 0610208-81.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Duplicata - REQUERENTE: Fanem Ltda - Sendo assim, REJEITO INTEGRALMENTE a impugnação apresentada pelo Município de Manaus, devendo ser mantido como valor devido aquele indicado pela exequente às fl. 167. Condeno o Município de Manaus ao pagamento de honorários de advogado nos percentuais mínimos dos incisos do § 3º, do art. 85, do CPC, devidamente escalonados, nos termos do § 5º, do mesmo artigo. Remeta-se os autos a Contadoria para atualização da quantia devida. Publique-se. Intime-se. Manaus, 07 de março de 2019 Cezar Luiz Bandiera Juiz de Direito

ADV: PAULO VICTOR PEREIRA BARROS (OAB 13050/AM) - Processo 0610277-74.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Licenças - REQUERENTE: Luiz Bernardo da Silva - Defiro o pedido de gratuidade da justiça formulado pelo Autor, nos termos do art. 98 e seguintes do NCPC. Deixo de pautar a audiência de conciliação a que alude o art. 334 do CPC/15, em homenagem ao princípio da celeridade processual, em razão de não se ter notícia da existência de lei ou ato normativo estadual que autorize a Procuradoria Geral do Estado a transigir em juízo o que, por consequência, acaba por inadmitir a autocomposição (art. 334, II, CPC/15). Cite-se o Requerido para contestar a ação no prazo legal. Cumpra-se.

ADV: MARIA LÍRIA NEVES DA SILVA (OAB 10639/AM) - Processo 0610422-33.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - ICMS / Incidência Sobre o Ativo Fixo - REQUERENTE: Janaina Maria de Oliveira - Trata-se de ação declaratória de inexistência de relação jurídico-tributária cumulada com repetição de indébito e indenização. A autora pretende seja excluída da base de cálculo do ICMS incidente nas faturas de energia elétrica, as tarifas de transmissão (TUST) e de distribuição (TUSD). Como se depreende do teor da peça inicial, a matéria objeto da presente ação envolve a análise de tributo estadual (ICMS), questão da competência da Vara da Dívida Ativa, como determina a LC 17/97. Sendo a competência em razão da matéria absoluta e, por isso, improrrogável, impõe-se reconhecer de ofício a incompetência ratione materiae, declinando o processamento e julgamento da demanda para a Vara da Dívida Ativa Municipal da Comarca de Manaus. Determino à Secretaria que proceda ao encaminhamento dos autos do processo ao setor competente para redistribuição processual, nos termos da lei. Cumpra-se. Intime-se.

ADV: TUDE MOUTINHO DA COSTA (OAB 564/AM) - Processo 0612381-78.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Liminar - REQUERENTE: Costa Neto e Soares LTDA - À Secretaria para certificar se os valores depositados na conta nº 01664546-6 ainda se encontram disponíveis. Em caso positivo, cancele o alvará de fl. 393 e expeça-se novo, em nome da procuradora indicada à fl. 399. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ELAINE BEZERRA DE QUEIROZ BENAYON (OAB 3456/AM) - Processo 0615002-77.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum - Remuneração - REQUERENTE: Maiana Brazão da Silva - Em virtude dos efeitos infringentes perseguidos nos embargos de declaração, diga o Embargado, no prazo de 5 (cinco) dias. Após, conclusos para decisão. Intime-se.

ADV: CÉSAR AUGUSTO GOMES MONTEIRO (OAB 9696/AM) - Processo 0616802-09.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Licença-Prêmio - REQUERENTE: Silvana Gonçalves da Silva - DESPACHO Processo transitado em julgado. Às partes para que requeiram, em 10 (dez) dias, o que for de direito. Decorrido o prazo fixado sem qualquer manifestação contrária, proceda-se à baixa e arquivamento dos autos. Intimem-se. Manaus, 07 de março de 2019. Cezar Luiz Bandiera Juiz de Direito

ADV: RAFAELA CRISTINA DE SOUZA SALES (OAB 10924/AM) - Processo 0617817-13.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Gratificações Municipais Específicas - REQUERENTE: Maria de Fátima Ferreira Lima - Às partes para em 10 (dez) dias indicarem se pretendem produzir outras provas no processo. Decorrido o prazo sem manifestação, retornem os autos conclusos para sentença. Intimem-se.

ADV: ADEMIR JOSÉ MARTINS DE LIMA FILHO (OAB 9199/AM), ADV: KELVIN RODRIGUES DA SILVA (OAB 9203/AM) - Processo 0619221-70.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: SANDRA REGINA BERTOLDO - Remetam-se os autos ao E. Tribunal de Justiça. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: FLÁVIO QUEIROZ DE SOUZA PAULA (OAB 10036/AM) - Processo 0619508-96.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Jefeson Souza da Silva - Em virtude da decisão proferida pelo STF, na Adin 4.357/DF, bem como o alcance da modulação de seus efeitos, deixo de assegurar ao Município de Manaus a possibilidade de compensação de créditos, como prescrevia o art. 100, §9º, da CF/88. Remetam-se os autos à Contadoria para atualização do valor da execução relativa, apenas, ao crédito dos honorários (fl. 186). Intime-se. Cumpra-se.

ADV: CARLOS ALBERTO VALENTE GONZALES (OAB 7344/AM), ADV: JOBSON DOS SANTOS MASCARENHAS (OAB 10564/AM) - Processo 0621695-14.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Anulação - REQUERENTE: HELIO PEREIRA LIMA - Ao Exequente, Hélio Pereira Lima, para em 15 (quinze) dias falar sobre a impugnação ao cumprimento de sentença apresentada pelo Município de Manaus. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: JONATHAS ALVES MAIA (OAB 12187/AM) - Processo 0621701-50.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Pagamento - REQUERENTE: Geraldo Coelho de Lima - A matéria é de direito e de prova exclusivamente documental, motivo pelo qual, nos moldes do art. 355, I, do NCPC, decido pelo julgamento antecipado da lide. Decorrido o prazo de 10 (dez) dias, sem qualquer manifestação, retornem os autos conclusos para sentença. Intimem-se.

ADV: DANIELLE ARRUDA BENAYON (OAB 4996/AM), ADV: DANIEL SILVA BARROSO (OAB 2965/AM) - Processo 0629989-60.2013.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: SANDRA DOS SANTOS LIMA e outros - Intime-se a Universidade do Estado do Amazonas - UEA para, no prazo do art. 535, CPC, impugnar o cumprimento de sentença. Cumpra-se.

ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM) - Processo 0630087-69.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: Luciana Ferreira Pereira - Às partes para em 10 (dez) dias indicarem se pretendem produzir outras provas no processo. Decorrido o prazo sem manifestação, retornem os autos conclusos para sentença. Intimem-se.

ADV: ADRIANO JOSÉ DA CUNHA SOUZA (OAB 8410/AM) - Processo 0633148-69.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERIDO: Henrique Messa da Silva - Chamo o processo à ordem para tornar sem efeito a parte final da decisão de fls. 115/116. A perícia foi determinada atendendo pedido do requerido, Henrique Messa da Silva (fls. 99/102), não beneficiário da justiça gratuita, de modo que os honorários do experto devem ser por ele custeados, nos termos do art. 95 do CPC. Em vista disso, intimem-se as partes para se manifestarem em 5 (cinco) dias acerca da proposta de honorários apresentada às fls. 147/150. Decorrido o prazo, retornem os autos conclusos.

ADV: ANDERSON ORTIZ GRANJA DE SOUZA (OAB 5059/AM) - Processo 0634132-19.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Pagamento Atrasado / Correção Monetária - REQUERENTE: Wirley José dos Santos Abdala - Às partes para em 10 (dez) dias indicarem se pretendem produzir outras provas no processo. Decorrido o prazo sem manifestação, retornem os autos conclusos para sentença. Intimem-se.

ADV: CARMEM VALÉRYA ROMERO SALVIONI (OAB 6328/AM) - Processo 0638151-68.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Perdas e Danos - REQUERENTE: ISABELITA LEITE FERREIRA E SOUZA - Às partes para em 10 (dez) dias indicarem se pretendem produzir outras provas no processo. Decorrido o prazo sem manifestação, retornem os autos conclusos para sentença. Intimem-se.

ADV: FRANCINEILO BATISTA DA SILVA (OAB 10514/AM) - Processo 0638662-08.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Acidente de Trânsito - REQUERIDO: R de N Ferreira Transportes e outro - O novo Código de Processo Civil não repetiu regra inserta no art. 475-B, §3º do CPC/73, que previa a possibilidade de o juiz valer-se do contador do juízo para elaboração de memória de cálculo nos casos de assistência judiciária. Por sua vez, não se tem notícia tenha o CNJ, até hoje, colocado à disposição dos interessados programa de atualização financeira, como previsto no art. 509, §3º. Em vista disso, a fim de evitar prejuízo à parte hipossuficiente, determino a remessa dos autos à Contadoria, para elaboração de memória de cálculo, observados os termos do acórdão de fls. 349/357. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: PAULO VICTOR PEREIRA BARROS (OAB 13050/AM) - Processo 0639051-51.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Pagamento Atrasado / Correção Monetária - REQUERENTE: João Marcos Torres dos Santos - Diga o requerido em 10 (dez) dias sobre a proposta de fls. 191/192. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: JAMES CAVALCANTE DIRANE (OAB 12145/AM) - Processo 0641013-12.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Jose Gonçalves Cardoso - Às partes para em 10 (dez) dias indicarem se pretendem produzir outras provas no processo. Decorrido o prazo sem manifestação, retornem os autos conclusos para sentença. Intimem-se.

ADV: WIRLEY BENEZAR FALCAO (OAB 12792/AM) - Processo 0641647-08.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Promoção / Ascensão - REQUERENTE: Associação dos Subtenentes e Sargentos da Polícia e Bombeiros Militares do Estado do Amazonas- Asspbmam - Processo nº:0641647-08.2018.8.04.0001 Classe:Procedimento Comum Requerente:Associação dos Subtenentes e Sargentos da Polícia e Bombeiros Militares do Estado do Amazonas- Asspbmam Requerido:Estado do Amazonas DECISÃO Trata-se de Ação Ordinária, com Pedido de Tutela de Urgência Antecipada, ajuizada pela Associação dos Subtenentes e Sargentos da Polícia e Oficiais da Polícia e Bombeiros Militares do Amazonas contra o Estado do Amazonas e Comadante-Geral da Polícia Militar do Amazonas, todos devidamente qualificados à fl. 01-05 dos autos. Em apertada síntese, aduz a autora que, por erro administrativo perpetrado pelo Comando da Polícia Militar, deixou de haver a promoção de diversos Policiais Militares da graduação de 3º Sargento para a de 2º Sargento, ocasionando patente prejuízo para os referidos servidores. Assim, requer tutela de urgência a fim de que sejam eles incluídos no Quadro de Acesso para a promoção, bem como o ressarcimento financeiro decorrente do avanço na carreira, a contar de 21/04/2018. É o breve relato. Passo a decidir. A concessão da tutela provisória de urgência depende do preenchimento de alguns requisitos objetivamente delineados pelo art. 300, caput, do CPC, no caso, a probabilidade do direito e o perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo. Ademais, quando a Fazenda Pública estiver no polo passivo da tutela provisória pleiteada, dever-se-á observar ainda as disposições do art. 1.059, do CPC e, ainda, o que traça o art. 2º-B da Lei nº. 9.494/1997. O art. 2º-B da Lei nº. 9.494/1997 assim dispõe: Art.2o-B.A sentença que tenha por objeto a liberação de recurso, inclusão em folha de pagamento, reclassificação, equiparação, concessão de aumento ou extensão de vantagens a servidores da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, inclusive de suas autarquias e fundações, somente poderá ser executada após seu trânsito em julgado Nessa esteira, o art. 1.059 do Código de Processo Civil remete à Lei nº. 12.016/2009, a qual estabelece as limitações impostas para a concessão de medidas antecipatórias em face da Fazenda da Pública, conforme dicção dos §§ 2º e 5º, do art. 7º, do referido diploma legal, in verbis: § 2o Não será concedida medida liminar que tenha por objeto a compensação de créditos tributários, a entrega de mercadorias e bens provenientes do exterior, a reclassificação ou equiparação de servidores públicos e a concessão de aumento ou a extensão de vantagens ou pagamento de qualquer natureza.

ADV: CARLOS PEDRO CASTELO BARROS (OAB 1229/AM) - Processo 0643801-96.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Josenildo Souza da Silva - Às partes para em 10 (dez) dias indicarem se pretendem produzir outras provas no processo. Decorrido o prazo sem manifestação, retornem os autos conclusos para sentença. Intimem-se.

ADV: CÉSAR AUGUSTO GOMES MONTEIRO (OAB 9696/AM) - Processo 0648485-64.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Licença-Prêmio - REQUERENTE: Sebastiana da Silva Xavier - A matéria é de direito e de prova exclusivamente documental, motivo pelo qual, nos moldes do art. 355, I, do NCPC, decido pelo julgamento antecipado da lide. Decorrido o prazo de 10 (dez) dias, sem qualquer manifestação, retornem os autos conclusos para sentença. Intimem-se.

ADV: DAISY FEITOSA COUTINHO (OAB 6989/AM) - Processo 0649485-02.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Pagamento Atrasado / Correção Monetária - REQUERENTE: Jocildo Galdino da Costa - Decreto a revelia do Requerido, Estado do Amazonas. Deixo, todavia, de imputar-lhe os efeitos do art. 344, do NCPC, em razão de se tratar de direitos e interesses indisponíveis (art. 345, II, do NCPC). Vista ao Ministério Público. Intime-se.

ADV: JONATHAS ALVES MAIA (OAB 12187/AM) - Processo 0657446-91.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Pagamento - REQUERENTE: Pedro Carlos Barroso Augustinho - Nos termos da Ordem de Serviço nº 01/2012 e do disposto no art. 152, VI, do NCPC, vista ao Autor para se manifestar sobre a contestação no prazo de 15 (quinze) dias. Manaus, 08 de março de 2019. Camila Martins de Carvalho Diretora de Secretaria

ADV: CYRO ROBERTO PEREIRA DA COSTA (OAB 9836/AM) - Processo 0660105-73.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Promoção / Ascensão - REQUERENTE: Walter Menezes de Souza - Nos termos da Ordem de Serviço nº 01/2012 e do disposto no art. 152, VI, do NCPC, vista ao Autor para se manifestar sobre a contestação no prazo de 15 (quinze) dias. Manaus, 08 de março de 2019. Camila Martins de Carvalho Diretora de Secretaria

ADV: CARLOS AUGUSTO GORDINHO BINDÁ (OAB 12972/AM), ADV: THIAGO TEIXEIRA DA COSTA (OAB 12263/AM), ADV: ANTÔNIO JARLISON PIRES DA SILVA (OAB 12261/AM) - Processo 0661386-64.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Constrição / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens - EXEQUENTE: Antonio José de Oliveira - Ao Exequente, Antônio José de Oliveira, para em 15 (quinze) dias falar sobre a impugnação ao cumprimento de sentença apresentada pelo Município de Manaus. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: AMANDA MARTINS VALENTE (OAB 2487/AM), ADV: JOSÉ ELDAIR DE SOUZA MARTINS (OAB 1822/AM), ADV: CLEMENTE AUGUSTO GOMES (OAB 438/AM) - Processo 0701729-15.2012.8.04.0001 - Procedimento Comum - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Jose Nilo Lopes e outro - LITSPASSIV: Associação Amazonense do Munistério Público - DESPACHO Processo transitado em julgado. Não há obrigações a serem executadas. Baixa e arquivamento com as cautelas de estilo. Cumpra-se. Manaus, 08 de março de 2019. Cezar Luiz Bandiera Juiz de Direito

Ademir José Martins de Lima Filho (OAB 9199/AM)
Adolpho Mauro Maués Nazareth (OAB 5540/AM)
Adriano José da Cunha Souza (OAB 8410/AM)
Alex Mendes dos Santos (OAB 7308/AM)
Amanda Martins Valente (OAB 2487/AM)
Anderson Ortiz Granja de Souza (OAB 5059/AM)
André Menezes de Souza e Souza (OAB 5847/AM)
Antônio Jarlison Pires da Silva (OAB 12261/AM)
Bruno Calheiro de Oliveira (OAB 5986/AM)
Carlos Alberto Valente Gonzales (OAB 7344/AM)
Carlos Augusto Gordinho Bindá (OAB 12972/AM)
Carlos Pedro Castelo Barros (OAB 1229/AM)
Carmem Valérya Romero Salvioni (OAB 6328/AM)
César Augusto Gomes Monteiro (OAB 9696/AM)
Christine Monteiro Augusto Souza (OAB 5087/AM)
Cleiton da Silva Carvalho (OAB 10652/AM)
Clemente Augusto Gomes (OAB 438/AM)
Cyro Roberto Pereira da Costa (OAB 9836/AM)
Daisy Feitosa Coutinho (OAB 6989/AM)
Damião Ferreira Lisboa (OAB 3067/AM)
Daniel Silva Barroso (OAB 2965/AM)
Danielle Arruda Benayon (OAB 4996/AM)
Elaine Bezerra de Queiroz Benayon (OAB 3456/AM)
Elcinete Cardoso de Almeida (OAB 6946/AM)
Eneias de Paula Bezerra (OAB 2354/AM)
Evaristo Braga de Araújo Júnior (OAB 185469/SP)
Félix de Melo Ferreira (OAB 3032/AM)
Flávio Queiroz de Souza Paula (OAB 10036/AM)
Francineilo Batista da Silva (OAB 10514/AM)
Francisco Gilbert Melo da Silva (OAB 10983/AM)
Frederico Gustavo Távora (OAB 6462/AM)
Gene Kelly Caldas Gila (OAB 4367/AM)
James Cavalcante Dirane (OAB 12145/AM)
Janne Sales Gomes (OAB 3045/AM)
JOBSON DOS SANTOS MASCARENHAS (OAB 10564/AM)
Jonathas Alves Maia (OAB 12187/AM)
José Eldair de Souza Martins (OAB 1822/AM)
Júlio de Oliveira Macedo (OAB 6523/AM)
Karen do Carmo Ferreira dos Santos (OAB 3188/AM)
Kelvin Rodrigues da Silva (OAB 9203/AM)
Luciane de Souza Amazonas (OAB 12356/AM)
Luís Albert dos Santos Oliveira (OAB 8251/AM)
Maria Auxiliadora Bicharra da Silva Santana (OAB 3004/AM)
Maria Líria Neves da Silva (OAB 10639/AM)
Mário José Pereira Júnior (OAB 3731/AM)
Matias Henrique de Lima e Lima (OAB 9810/AM)
Maurício Pereira da Silva (OAB 1122/AM)
Paulo Victor Pereira Barros (OAB 13050/AM)
Quelen Fabiana Bentes da Silva (OAB 7144/AM)
Rafaela Cristina de Souza Sales (OAB 10924/AM)
Raimundo Mário Belchior de Andrade (OAB 1775/AM)
Rubenito Cardoso da Silva Júnior (OAB 4947/AM)
Samanta Coelho da Silva e Silva (OAB 9746/AM)
Thiago Teixeira da Costa (OAB 12263/AM)
Tude Moutinho da Costa (OAB 564/AM)
Valdicley da Silva Veras (OAB 6507/AM)
Wirley Benezar Falcao (OAB 12792/AM)
Wladimir da Cunha Aleli (OAB 7084/AM)

VARA DE REGISTROS PÚBLICOS E USUCAPIÃO

JUÍZO DE DIREITO DA VARA DE REGISTROS PÚBLICOS E USUCAPIÃO

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0033/2019

ADV: CAIO KANAWATI SOARES (OAB 10104/AM), ADV: JEAN CARLOS PINTO DA SILVA (OAB 5328/AM) - Processo 0221948-14.2009.8.04.0001 (001.09.221948-0) - Usucapião - Aquisição - REQUERENTE: Rita de Cássia Costa de Souza - Após detida análise dos autos, vejo que pendem de cumprimento as seguintes diligências requeridas pelo Ministério Público: a) Expedição de ofício ao Estado do Amazonas para que esclareça a Juízo em favor de quem foi destacada a propriedade imobiliária a que se reportou o ente público às fls. 66. Encaminhe-se-lhe para tanto cópia da referida manifestação; b) Expedição de ofícios a todas as serventias responsáveis pelo registro de imóveis da Capital para que encaminhem certidões negativas ou positivas para o título definitivo expedido pelo Estado do Amazonas em 18/03/1895, com detalhamentos acerca de eventuais desdobramentos até o atual proprietário do imóvel. No que toca à providência solicitada no item 3 da promoção de fls. 156/157 - lavratura de certidão informando sobre a publicação e afixação de edital de citação em nome da requerida, assimilo que tal se mostra despicienda, haja vista que o ato citatório se fez regularmente formalizado às fls. 52/53 do caderno processual, por ocasião de sua publicação no Diário de Justiça Eletrônico. Portanto, cabe tão somente à Secretaria do Juízo certificar sobre o transcurso in albis do prazo legal para oferta de contestação. Feito isso e obtidas respostas, renove-se vista dos autos à representante do Ministério Público e volvam-me conclusos. Cumpra-se.

ADV: JOÃO ROBERTO DA SILVEIRA TAPAJÓS (OAB 1915/AM), ADV: MARIA DOMINGAS GOMES LARANJEIRA (OAB 1239/AM), ADV: JANILDO GUIMARÃES (OAB 1437/AM), ADV: JORGE LUÍS DOS REIS OLIVEIRA (OAB 6866/AM), ADV: ARTHUR CÉSAR ZAHLUTH LINS (OAB 5238/AM) - Processo 0253508-71.2009.8.04.0001 (001.09.253508-0) - Usucapião - Aquisição - REQUERENTE: Maria das Gracas Andrade de Souza - REQUERIDA: Amancia Campos Correia e outro - DESPACHO Certifique se houve devolução do Mandado de Citação de fls.958 e 961. Em positivo, junte-se aos autos. Em negativo, oficie-se a central de Mandados para devolução, devidamente cumprido. Cumpra-se.

ADV: DANIEL FÁBIO JACOB NOGUEIRA (OAB 3136/AM), ADV: DANIEL PEREIRA DA SILVA NETO (OAB 5055/AM), ADV: NEY BASTOS SOARES JÚNIOR (OAB 4336/AM), ADV: LAURA MARIA SANTIAGO LUCAS (OAB 4872/AM), ADV: LUANA DE ASSIS PIRES (OAB 5030/AM), ADV: CÁRITA DOS ANJOS NASCIMENTO (OAB 8082/AM) - Processo 0635227-55.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum - Perda da Propriedade - REQUERENTE: Fulvio Pacifico Seabra e outro - REQUERIDO: Atlanta Participacoes e Negocios LTDA - DESPACHO Dê-se vistas ao M. Público.

Arthur César Zahluth Lins (OAB 5238/AM)
Caio Kanawati Soares (OAB 10104/AM)
Cárita dos Anjos Nascimento (OAB 8082/AM)
Daniel Fábio Jacob Nogueira (OAB 3136/AM)
Daniel Pereira da Silva Neto (OAB 5055/AM)
Janildo Guimarães (OAB 1437/AM)
Jean Carlos Pinto da Silva (OAB 5328/AM)
João Roberto da Silveira Tapajós (OAB 1915/AM)
Jorge Luís dos Reis Oliveira (OAB 6866/AM)
Laura Maria Santiago Lucas (OAB 4872/AM)
Luana de Assis Pires (OAB 5030/AM)
Maria Domingas Gomes Laranjeira (OAB 1239/AM)
Ney Bastos Soares Júnior (OAB 4336/AM)

4ª VARA CRIMINAL

JUÍZO DE DIREITO DA 4ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO ANDRÉA JANE SILVA DE MEDEIROS
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL ANDERSON SILVA DA COSTA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0021/2019

ADV: ALDEMIR DA ROCHA SILVA JÚNIOR (OAB 5445/AM) - Processo 0210309-23.2014.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo - DENUNCIADO: Thiago Lima dos Santos e outro - Instrução e Julgamento Data: 16/09/2019 Hora 08:30 Local: Sala padrão Situacão: Pendente

ADV: ALICE ARLINDA SANTOS SOBRAL (OAB 3884/AM) - Processo 0235912-30.2016.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Receptação Qualificada - DENUNCIADO: Marlon Pereira de Jesus e outros - Instrução e Julgamento Data: 16/09/2019 Hora 10:00 Local: Sala padrão Situacão: Pendente

ADV: MULLER HENRIQUE PESSOA (OAB 8124/AM) - Processo 0250965-61.2010.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo - DENUNCIADO: Fábio José Cosmo Frederico e outro - Instrução e Julgamento Data: 24/06/2019 Hora 08:30 Local: Sala padrão Situacão: Pendente

ADV: MARIA NAFICE DE OLIVEIRA (OAB 3929/AM) - Processo 0618857-30.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes do Sistema Nacional de Armas - DENUNCIADO: Elisson Jesse Gomes da Silva - Instrução e Julgamento Data: 04/09/2019 Hora 10:30 Local: Sala padrão Situacão: Pendente

ADV: MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO NUNES FEIJÓ FLORÊNCIO (OAB 6541/AM), ADV: CÍNTIA ALBUQUERQUE BRITO (OAB 5596/AM), ADV: CHARLENE DUARTE MAIA (OAB 8504/AM), ADV: RAPHAEL COELHO DA SILVA (OAB 7998/AM) - Processo 0622316-40.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo - RÉU: Rodrigo Sampaio Ferreira e outro - Ante o exposto, e por tudo mais que dos autos consta, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido formulado na denúncia e condeno DEIVISON JESUS MACIEL e RODRIGO SAMPAIO FERREIRA, anteriormente qualificados, como incursos nas sanções previstas pelo artigo 157, § 2.º, II e V, do CP; art. 244-B (3 vezes), da Lei n.º 8.069/90, c/c art. 70, do CP, ao tempo em que passo a dosar as respectivas penas a ser-lhes aplicadas, em estrita observância ao disposto pelo artigo 68, caput, do Código Penal. As condutas incriminadas e atribuídas aos réus incidem no mesmo juízo de reprovabilidade. Portanto, impõe-se uma única apreciação sobre as circunstâncias judiciais enunciadas no artigo 59 do Código Penal a todos os crimes, a fim de se evitar repetições desnecessárias. Analisadas as diretrizes do artigo 59, do Código Penal, denoto que os Réus agiram com culpabilidade reprovável normal a espécie, nada tendo a se valorar; Os Réus são primários; Poucos elementos foram coletados a respeito de suas condutas sociais e personalidades, razão pela qual deixo de valorá-las; O motivo do delito se constituiu pelo desejo de obtenção de lucro fácil, o qual já é punido pela própria tipicidade e previsão do delito, de acordo com a própria objetividade jurídica dos crimes contra o patrimônio; As circunstâncias em que ocorreu o crime estão relacionadas nos autos; As consequências do crime são normais a espécie. A vítima em nada influenciou à prática dos delitos. Não há informações sobre a situação econômica dos Réus. À vista das circunstâncias analisadas isoladamente é que fixo as seguintes penas bases: A) Crime previsto no art. 157, do Código Penal, em 4 (quatro) anos de reclusão. B) Crime previsto no art. 244-B, da Lei n.º 8.069/90, em 1 (um) ano de reclusão. Não concorrem circunstâncias agravantes e nem causas de diminuição a serem observadas. Concorre circunstância atenuante prevista no artigo 65, III, “d”, do Código Penal, a confissão, em favor de ambos os réus, e a atenuante da menoridade, beneplácito do réu RODRIGO FERREIRA, entretanto, deixo de atenuar em razão da impossibilidade de se reduzir abaixo do patamar mínimo legal (STJ: Súmula 231). É pacífico a jurisprudência neste sentido, tomando-se como exemplo, recente decisão do judiciário local. EMENTA - PROCESSO PENAL. APELAÇÃO CRIMINAL. ART. 157, § 2.º, I, DO CP. DOSIMETRIA. PENA-BASE JÁ FIXADA NO MÍNIMO LEGAL. PRESENÇA DE ATENUANTES. REDUÇÃO DA REPRIMENDA. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA N.º 231 DO STJ. 1. Tendo sido fixada a pena-base no mínimo legal, incabível reduzi-la ainda mais em virtude da presença de atenuantes. Inteligência da súmula n.º 231, do STJ. 2. Ainda que não seja de observância obrigatória, a aplicação da referida súmula é questão pacífica em ambas as Câmaras Criminais deste E. Tribunal. 3. Apelação criminal conhecida e não provida. (TJAM - Apelação n.º 0233071-62.2016.8.04. 0001 Relatora: Desembargadora CARLA MARIA SANTOS DOS REIS, Primeira Câmara Criminal, Data do julgamento: 15/10/2017, Data de registro: 16/10/2017). À vista das circunstâncias analisadas isoladamente e, mormente em face da ressalva constante no caput do art. 70, do CP, desconsidero a pena menos grave, atinente aos crimes de corrupção de menores, aduzido no art. 244-B, da Lei n.º 8.069/1990, restando a pena relativa ao crime de roubo supracitada, de 04 (quatro) anos de reclusão. Por conseguinte, elevo-a no patamar mínimo de 1/6 (um sexto), resultando em 04 (quatro) anos e 08 (oito) meses de reclusão. Presente no crime de roubo duas causas de aumento de pena prevista nos incisos II e V, do parágrafo 2.º, do artigo 157, do Código Penal, conforme restou evidenciada no bojo desta decisão, aumento a pena anteriormente dosada no patamar de 1/3, diante dos fatos e fundamentos já declinados, sobretudo pelo uso efetivo da arma, ficando os Réus condenados pelo crime de roubo majorado à pena de 06 (seis) anos, 02 (dois) meses e 20 (vinte) dias de reclusão. Por efeito, o resultado final obtido na dosagem da pena privativa de liberdade, fixo a multa no pagamento de 20 (vinte) dias-multa, cada um no equivalente a 1/30 do salário mínimo vigente ao tempo do fato delituoso observado o disposto pelo artigo 60, do Código Penal. Em atendimento à legislação processual, consignada na Lei 12.736/2012, que modificou a redação do artigo 387 do Código de Processo Penal, detraio da pena o quantum referente ao tempo da prisão provisória havida em 26.05.2018, dosando definitivamente a pena em 05 (cinco) anos, 06 (seis) meses e 15 (quinze) dias. Assim, fica o réu condenado definitivamente à pena de 05 (cinco) anos, 06 (seis) meses e 15 (quinze) dias de reclusão e ao pagamento de 20 (vinte) dias-multa, cada um no valor anteriormente arbitrado. Em consonância com o disposto pelo artigo 33, § 2.º, “b”, do Código Penal, os Réus deverão cumprir a pena em regime SEMIABERTO. Por sua vez, por vislumbrar ausentes os motivos ensejadores da prisão preventiva, concedo-lhes o direito de recorrerem em liberdade, razão pela qual determino que se EXPEÇAM os respectivos Alvarás de Solturas, se por outro motivo não estiverem presos. Deixo de aplicar o disposto no artigo 387, IV, do CPP, ante a inexistência de elementos probatórios à fixação do valor mínimo para reparação dos danos causados pela infração. Por fim, ISENTO os réus do pagamento

das custas processuais. Oportunamente, após o trânsito em julgado desta decisão, tomem-se as seguintes providências: 1) Lancem-se os nomes dos Réus no rol dos culpados; 2) Proceda-se o recolhimento dos valores atribuídos a título de pena pecuniária, em conformidade com o disposto no artigo 686, do Código de Processo Penal; 3) Oficie-se ao Tribunal Regional Eleitoral deste Estado, comunicando-se a condenação dos Réus, com as suas devidas identificações, para cumprimento do quanto disposto pelos artigos 71, parágrafo 2.º, do Código Eleitoral c/c 15, III, da Constituição da República; 4) Adotem-se as providências complementares, face ao novo regramento advindo com a implementação do Banco Nacional de Monitoramento de Prisões-BNMP 2.0, com a consequente remessa das peças necessárias destes autos à Vara de Execução Penal-VEP. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Manaus, 31 de janeiro de 2019. Margareth Rose Cruz Hoaegen Juíza de Direito.

ADV: JOALISSANDRA PEREIRA DE AMORIM (OAB 13067/AM), ADV: FRANCIEL FRANCO DE SOUZA ALMEIDA (OAB 9301/AM), ADV: ADONAI ROCHA DE OLIVEIRA (OAB 9162/AM), ADV: HELENA DE OLIVEIRA GALVÃO (OAB 2753/AM) - Processo 0625009-31.2017.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado - RÉU: Tais Esmeralda Machado Vieira - Joao Evangelista Queiroz Guedes - Aquilis Alves Lira e outro - Instrução e Julgamento Data: 16/04/2019 Hora 08:30 Local: Sala padrão Situacão: Pendente

ADV: JONATHAN CAMPOS CUTRIM (OAB 9855/AM) - Processo 0626602-61.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado - RÉU: Francivaldo Marques da Cruz e outros - Instrução e Julgamento Data: 13/05/2019 Hora 08:30 Local: Sala padrão Situacão: Pendente

ADV: EDUARDO DE SOUZA RODRIGUES (OAB 5559/AM) - Processo 0662229-29.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo - RÉU: Manoel Tomaz Barroso Filho - Instrução e Julgamento Data: 04/04/2019 Hora 10:00 Local: Sala padrão Situacão: Pendente

Adonai Rocha de Oliveira (OAB 9162/AM)
Aldemir da Rocha Silva Júnior (OAB 5445/AM)
Alice Arlinda Santos Sobral (OAB 3884/AM)
CHARLENE DUARTE MAIA (OAB 8504/AM)
Cíntia Albuquerque Brito (OAB 5596/AM)
Eduardo de Souza Rodrigues (OAB 5559/AM)
Franciel Franco de Souza Almeida (OAB 9301/AM)
Helena de Oliveira Galvão (OAB 2753/AM)
Joalissandra Pereira de Amorim (OAB 13067/AM)
Jonathan Campos Cutrim (OAB 9855/AM)
Maria do Perpétuo Socorro Nunes Feijó Florêncio (OAB 6541/AM)
Maria Nafice de Oliveira (OAB 3929/AM)
Muller Henrique Pessoa (OAB 8124/AM)
Raphael Coelho da Silva (OAB 7998/AM)

5ª VARA CRIMINAL

JUÍZO DE DIREITO DA 5ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO ANDRÉA JANE SILVA DE MEDEIROS
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL ALDEIR MENDONÇA DOS SANTOS
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0017/2019

ADV: LAÍSE CAVALCANTE SILVA (OAB 9329/AM), ADV: JOSÉ RAIMUNDO MONTEIRO DA SILVA (OAB 9490/AM) - Processo 0203916-48.2015.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estelionato - AUTORFATO: Valmir Barbosa da Silva e outros - Inquirição - Audiência Data: 27/03/2019 Hora 11:00 Local: Sala padrão Situacão: Pendente

ADV: EWERTON ALMEIDA FERREIRA (OAB 6839/AM), ADV: RODRIGO OTÁVIO BERNIZ LEITE (OAB 8465/AM), ADV: DIEGO AFONSO MENDES (OAB 8797/AM), ADV: SARAH LIMA TOLEDANO (OAB 10106/AM), ADV: HELIANDRO DA MATTA QUEIROZ DE AQUINO (OAB 6674/AM) - Processo 0223716-96.2014.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Furto - REPTADO: Diego Ferreira dos Santos - Vista à defesa, pelo prazo de 05 (cinco) dias para apresentação de memoriais, na forma do art. 403, §3º do Código de Processo Penal. Após, voltem-me conclusos para sentença.

ADV: JENNIFER DE QUEIROZ RODRIGUES DE OLIVEIRA (OAB 8383/AM), ADV: FRANCISCO SOUZA DE MELO (OAB 7808/AM), ADV: ANIELY VALENA DE OLIVEIRA MARIANO FORMIGA (OAB 7258/AM), ADV: DANIELLE QUEIROZ RIBEIRO (OAB 9296/AM), ADV: KAL-EL BESSA NASCIMENTO SALEM (OAB 6389/AM), ADV: WLADIMIR DA CUNHA ALELI (OAB 7084/AM), ADV: MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO NUNES FEIJÓ FLORÊNCIO (OAB 6541/AM), ADV: MARIA GORETH TERÇAS DE OLIVEIRA (OAB 3735/AM) - Processo 0234804-97.2015.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo - INDICIADO: F.S.L. e outro - Inquirição - Audiência Data: 28/03/2019 Hora 09:00 Local: Sala padrão Situacão: Pendente

ADV: MIGUEL HENRIQUE TINOCO DE ALENCAR (OAB 1409/AM) - Processo 0235576-26.2016.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado - INDICIADO: Renato dos Santos Palheta - EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA - PRAZO DE 90 DIAS Processo nº 0235576-26.2016.8.04.0001 A Doutora Andréa Jane Silva de Medeiros, Juíza de Direito, titular da 5ª Vara Criminal da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil. FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo da 5.ª Vara Criminal correm os termos de um processo crime que a Justiça Pública move contra o réu Renato dos Santos Palheta, cuja qualificação completa constante dos autos é RENATO DOS SANTOS PALHETA, Brasileiro(a), Solteiro, Servente, RG 2667505-6-SSP/AM, pai Raimundo Nonato Ferreira da Silva, mãe Maria Raimunda Pereira de Souza, Nascido/Nascida 03/08/1993, natural de Manaus - AM, com endereço à Rua Araca da Praia, 147, Monte das Oliveiras, CEP 69000-000, Manaus - AM, por prática de Roubo Majorado distribuído a esta Vara em 24/08/2016. Porque o referido réu não foi encontrado no(s) endereço(s) que consta(m) dos autos, encontrando-se, pois, atualmente em lugar incerto e não sabido, mandou a MM. Juíza de Direito expedir o presente EDITAL, COM PRAZO DE 90 DIAS, nos termos do art. 392, e seu parágrafo único, do Código de Processo Penal, com nova redação dada pela Lei 11.719, de 20 de junho de 2008, para INTIMAÇÃO DA SENTENÇA PENAL CONDENATÓRIA, proferida em desfavor do referido réu, dando, portanto, oportunidade para que apresente eventual recurso, se for o caso, no prazo legal de 5 (cinco) dias após o término do prazo do presente edital. Advirta-se que a inobservância dos prazos acima acarretará a imutabilidade da sentença, em virtude do trânsito em julgado. E para que chegue ao conhecimento do réu e que no futuro ninguém alegue ignorância, mandou expedir este Edital, que será publicado no Diário da Justiça Eletrônico. Dado e passado nesta Cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 01 de março de 2019. Eu, Valdiner Almeida Reis, Analista Judiciário, o digitei e conferi.

ADV: ROBSON MOREIRA DE QUEIROZ (OAB 10075/AM), ADV: FREDERICO GUSTAVO TÁVORA (OAB 6462/AM), ADV: LAURI DARIO BOCK (OAB 12074/AM), ADV: HELDER BRANDÃO GÓES (OAB 9780/AM), ADV: ELCINETE CARDOSO DE ALMEIDA (OAB 6946/AM), ADV: JESUALDO FERREIRA MONTEIRO (OAB 7935/AM), ADV: PATRÍCIA SENA PRAIA (OAB 8244/AM), ADV: ALEXANDRE MARTINS DE MENDONÇA (OAB 9107/AM), ADV: LUIZ FELIPE TAVARES VEIGA (OAB 13150/AM), ADV: LUCAS HARLES DO NASCIMENTO RIBEIRO (OAB 13350/AM), ADV: BRUNA GABRIELLE SILVA TRINDADE (OAB 14171/AM), ADV: ANADIR RIBEIRO NOGUEIRA (OAB 9704/AM) - Processo 0601329-46.2019.8.04.0001 - Medidas Protetivas - Estatuto do Idoso - Invasão de Dispositivo Informático - REPTANTE: Euzinete Pinto Vieira - 99202-2550 - INVESTIGAD: Lislane Coelho Gonzaga da Silva - Ante o exposto, INDEFIRO o pedido de reconsideração da decisão de fls. 55/56, mantendo a revogação das medidas cautelares e DECLARO este Juízo incompetente para processar e julgar o feito, declinando em favor de uma das Varas dos Juizados Especiais Criminais da Capital, o que faço com fulcro no art. 74 do Código de Processo Penal c/c o art. 61 da Lei 9.099/95. Intime-se as partes, nos termos do art. 581, inciso II do Código de Processo Penal. Por oportuno, INDEFIRO o pedido de expedição de Mandado

de Busca e Apreensão de Menor, requerido pela representada às fls. 75/76, ficando ambas as partes advertidas que a matéria relacionada à guarda da menor deve ser discutida perante a 3ª Vara de Família, onde, inclusive, houve acordo recente. Após o trânsito em julgado da presente decisão remetam-se os autos ao Juízo Competente. Adotem as providências de praxe, com baixa no registro e remessa.

ADV: EVANDRO THIAGO CID SANTOS (OAB 13915/AM), ADV: ELIEL DE SOUZA VIEIRA (OAB 14037/AM) - Processo 0603214-95.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo - INDICIADO: Douglas Saymon Franco Diogo - Ante o exposto, INDEFIRO o pedido de rejeição da denúncia e desclassificação do delito, eis que presentes as condições da ação e os pressupostos processuais, não restando configurada nenhuma das hipóteses do art. 395 e 397 do Código de Processo Penal. Apresentada defesa prévia pelo acusado, e ausentes as hipóteses do art. 397 do Código de Processo Penal, não sendo o caso de absolvição sumária, fica designada audiência de Instrução e Julgamento para 30/01/2020 às 10:00h, devendo a Secretaria tomar as providências legais para a intimação das partes e testemunhas, observando-se o disposto no art. 370 e ss., ficando autorizada a emitir intimação via postal concomitantemente, bem como para a requisição do réu, caso se encontrar preso, na forma do art. 185, §7º, ambos do Código de Processo Penal. Fica ainda autorizada a Secretaria do Juízo a expedir Carta Precatória para as diligências que se fizerem necessárias. Junte-se folha de antecedentes criminais atualizada, e caso haja alguma indicação de processo criminal julgado, com sentença condenatória, igualmente, junte-se certidão circunstanciada do mesmo.

ADV: JOSÉ ABELARDO ARAÚJO PINTO (OAB 6076/AM), ADV: JOSÉ AIRTON GARCIA JÚNIOR (OAB 8386/AM) - Processo 0605621-37.2016.8.04.0015 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Calúnia - QUERELADA: JOCIRA DOS SANTOS FOURNIER e outro - 1. Elaboração de uma carta de retratação pelos Querelados, cujo teor será apresentado em Juízo para aprovação pela Magistrada e pela Querelante; 2. Após aprovada, a carta de retratação deverá ser lida em Assembleia do Condomínio Life Ponta Negra, devendo, ainda, ser feito o registro da carta e de sua leitura em ata; 3. Publicação da carta de retratação registrada em Ata da Assembleia, dentro dos moldes formais do estatuto, em todos os elevadores do Condomínio Life Ponta Negra; 4. Envio da carta de retratação registrada em Ata da Assembleia para os e-mails dos condôminos cadastrados; 5. Juntada nos autos do comprovante de cumprimento das condições descritas nos itens 2 à 4 no prazo de 10 (dez) dias após a finalização do último ato dentre eles; 6. Doação no valor de R$ 600,00 (seiscentos reais), por cada Querelado, em produtos ao Grupo de Apoio à Criança com Câncer do Amazonas - GACC/AM, cujo comprovante deverá ser apresentado em juízo no prazo de 45 (quarenta e cinco dias);

ADV: MIGUEL HENRIQUE TINOCO DE ALENCAR (OAB 1409/AM) - Processo 0620160-79.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo - VÍTIMAFATO: Agnaldo Rodrigues de Oliveira - INDICIADO: Jean Martins da Silva - EDITAL DE CITAÇÃO COM PRAZO DE 15 DIAS Processo nº 0620160-79.2018.8.04.0001 A Doutora Andréa Jane Silva de Medeiros, Juíza de Direito, respondendo pela 5ª Vara Criminal da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil. FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo da 5.ª Vara Criminal correm os termos de um processo crime que a Justiça Pública move contra o(a) ré(u), cuja qualificação completa constante dos autos é JEAN MARTINS DA SILVA, Brasileiro(a), Solteiro, Desempregado (Desocupado), RG 7786222, pai José Lima da Silva, mãe Selanira Martins da SIlva, Nascido/Nascida 05/03/1997, natural de Monte Alegre - PA, com endereço à Rua Argentina, 450, Loteamento Parque das Nações, Flores, Manaus - AM por prática de Roubodistribuído a esta Vara em 15/05/2018. Porque o(a) referido(a) ré(u) não foi encontrado(a) no(s) endereço(s) que consta(m) dos autos, encontrando-se, pois, atualmente em lugar incerto e não sabido, mandou a MM. Juíza de Direito expedir o presente EDITAL DE CITAÇÃO, COM PRAZO DE 15 DIAS, nos termos do art. 396, e seu parágrafo único, do Código de Processo Penal, com nova redação dada pela Lei 11.719, de 20 de junho de 2008, para APRESENTAÇÃO DE RESPOSTA ESCRITA, ressaltando que o acusado poderá arguir preliminares e alegar tudo o que interesse à sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas, qualificando-as e requerendo sua intimação, quando necessário (CPP, art. 396-A, incluído pela Lei n.º 11.719, de 20 de junho de 2008), inclusive manifestar-se acerca de proposta de Suspensão Condicional do Processo (art. 89,da Lei nº 9.099/95), quando aplicável. E para que chegue ao conhecimento do(a) ré(u) e que no futuro ninguém alegue ignorância, mandou expedir este Edital, que será publicado no Diário da Justiça Eletrônico. Dado e passado nesta Cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 01 de março de 2019. Eu, Beatriz R. de Freitas,Estagiário(a), o digitei e conferi.

ADV: MAURÍLIO SÉRGIO FERREIRA DA COSTA FILHO (OAB 9967/AM), ADV: ELAINE RODRIGUES JERÔNIMO SILVA (OAB 7793/AM), ADV: RICARDO RODRIGUES JERÔNIMO (OAB 9354/AM), ADV: SÉRGIO SAHDO MEIRELES JUNIOR (OAB 13241/AM), ADV: TARCÍSIO NEVES DE SOUZA (OAB 13946/AM), ADV: RAIMUNDO DAVID JERÔNIMO (OAB 1728/AM) - Processo 0624475-53.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Constrangimento ilegal - VÍTIMAFATO: Eugênio Carlos Belfort Mar Junior - AUTORFATO: Cicero Brasiliano de Moraes e outros - Presentes os pressupostos processuais e válidas as condições da ação, porquanto, atendidas as formalidades legais do art. 41 e ausentes quaisquer das hipóteses do art. 395, ambos do Código de Processo Penal RECEBO a denúncia apresentada pelo Ministério Público em desfavor de Cicero Brasiliano de Moraes e Elizandro da Silva Corrêa, dando-o(s) como incurso(s) no tipo penal previsto no art. 1º, inciso I, alínea "a", §4º, inciso III da Lei 9.455/97 e art. 146, §1º do Código Penal. Cite-se o(s) denunciado(s) para apresentação de resposta escrita à acusação, no prazo de 10 (dez) dias, advertindo-o(s) ainda de que, na sua falta, ser-lhe(s)-á nomeado Defensor Público. Devidamente citado(s) e transcorrido in albis o referido prazo legal, havendo advogado constituído nos autos determino a intimação deste, via DJE, para apresentar resposta escrita no prazo legal. Quedando-se inerte a defesa constituída, intime-se o réu para, no prazo de 05 (cinco) dias, constituir novo advogado. Constituído novo advogado, intime-o via DJE para apresentar resposta escrita nos moldes acima. Não sendo constituído novo advogado pelo réu, ou não sendo possível a sua intimação, ou ainda em caso de réu citado sem defesa constituída nos autos, promovo desde já a nomeação do Dr. Miguel Henrique Tinoco de Alencar, ilustre Defensor Público do Estado, para defendê-lo(s) no prazo de 10 (dez) dias, nos termos do art. 396-A, §2º do Código de Processo Penal c/c o art. 34, inciso I da Lei Complementar Estadual 01/90. Atente-se o Cartório para o processamento em apartado de eventuais incidentes e exceções apresentadas no curso da ação, bem como para proceder a evolução de classe de inquérito policial para ação penal. Fica(m) desde já advertido(s) ainda o(s) denunciado(s) de que quaisquer mudanças de endereço deverão ser informadas ao Juízo. Solicite-se os laudos relativos às perícias requisitadas no curso do inquérito policial, notadamente aqueles de fls. 111 dos autos. Se, por ventura, restar frustrada a citação do(s) denunciado(s), fica autorizada a Secretaria a proceder a busca do atual endereço deste(s) junto aos sistemas eletrônicos SIEL (Tribunal Regional Eleitoral), INFOJUD (Receita Federal), SAJ/PG5 e quaisquer outros meios idôneos. Caso logre êxito as diligências empreendidas, sendo então fornecido endereço diverso daquele já constante nos autos, expeça-se novo mandado de citação ou carta precatória, se necessário; caso contrário, cite-se o denunciado via edital pelo prazo de 15 (quinze) dias, na forma do art. 361 e ss do Código de Processo Penal. À Secretaria para as demais providências.

ADV: ELAINE RODRIGUES JERÔNIMO SILVA (OAB 7793/AM), ADV: RICARDO RODRIGUES JERÔNIMO (OAB 9354/AM), ADV: RAIMUNDO DAVID JERÔNIMO (OAB 1728/AM) - Processo 0624475-53.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Constrangimento ilegal - VÍTIMAFATO: Eugênio Carlos Belfort Mar Junior - AUTORFATO: Cicero Brasiliano de Moraes e outros - Chamo o processo à ordem, pois compulsando os autos verifico que a denúncia não foi recebida em relação a todos os denunciados. Assim, Presentes os pressupostos processuais e válidas as condições da ação, porquanto, atendidas as formalidades legais do art. 41 e ausentes quaisquer das hipóteses do art. 395, ambos do

Código de Processo Penal RECEBO a denúncia apresentada pelo Ministério Público em desfavor de Mário Lima dos Santos, dando-o(s) como incurso(s) no tipo penal previsto no art. 1º, inciso I, alínea "a", §4º, inciso III da Lei 9.455/97 e art. 146, §1º do Código Penal. Cite-se o(s) denunciado(s) para apresentação de resposta escrita à acusação, no prazo de 10 (dez) dias, advertindo-o(s) ainda de que, na sua falta, ser-lhe(s)-á nomeado Defensor Público. Devidamente citado(s) e transcorrido in albis o referido prazo legal, havendo advogado constituído nos autos determino a intimação deste, via DJE, para apresentar resposta escrita no prazo legal. Quedando-se inerte a defesa constituída, intime-se o réu para, no prazo de 05 (cinco) dias, constituir novo advogado. Constituído novo advogado, intime-o via DJE para apresentar resposta escrita nos moldes acima. Não sendo constituído novo advogado pelo réu, ou não sendo possível a sua intimação, ou ainda em caso de réu citado sem defesa constituída nos autos, promovo desde já a nomeação do Dr. Miguel Henrique Tinoco de Alencar, ilustre Defensor Público do Estado, para defendê-lo(s) no prazo de 10 (dez) dias, nos termos do art. 396-A, §2º do Código de Processo Penal c/c o art. 34, inciso I da Lei Complementar Estadual 01/90. Atente-se o Cartório para o processamento em apartado de eventuais incidentes e exceções apresentadas no curso da ação, bem como para proceder a evolução de classe de inquérito policial para ação penal. Fica(m) desde já advertido(s) ainda o(s) denunciado(s) de que quaisquer mudanças de endereço deverão ser informadas ao Juízo. Solicite-se os laudos relativos às perícias requisitadas no curso do inquérito policial, notadamente aqueles de fls. 111 dos autos. Se, por ventura, restar frustrada a citação do(s) denunciado(s), fica autorizada a Secretaria a proceder a busca do atual endereço deste(s) junto aos sistemas eletrônicos SIEL (Tribunal Regional Eleitoral), INFOJUD (Receita Federal), SAJ/PG5 e quaisquer outros meios idôneos. Caso logre êxito as diligências empreendidas, sendo então fornecido endereço diverso daquele já constante nos autos, expeça-se novo mandado de citação ou carta precatória, se necessário; caso contrário, cite-se o denunciado via edital pelo prazo de 15 (quinze) dias, na forma do art. 361 e ss do Código de Processo Penal. Retifique-se o cadastro processual a fim de incluir o ora denunciado. À Secretaria para as demais providências.

ADV: MIGUEL HENRIQUE TINOCO DE ALENCAR (OAB 1409/AM) - Processo 0642512-02.2016.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes do Sistema Nacional de Armas - INDICIADA: Marques Fernando Nery e outro - EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA - PRAZO DE 90 DIAS Processo nº 0642512-02.2016.8.04.0001 A Doutora Andréa Jane Silva de Medeiros, Juíza de Direito, titular da 5ª Vara Criminal da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil. FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo da 5.ª Vara Criminal correm os termos de um processo crime que a Justiça Pública move contra o réu Marques Fernando Nery, cuja qualificação completa constante dos autos é MARQUES FERNANDO NERY, Brasileiro(a), Solteira, Desempregado, RG 1822201-3, pai Não declarado, mãe Maria Angela Nery, Nascido/Nascida 02/03/1985, natural de Tefe - AM, com endereço à Rua Travessa Dr. Pierre, 24, Santa Etelvina, CEP 00000-000, Manaus - AM, por prática de Crimes do Sistema Nacional de Armas distribuído a esta Vara em 09/01/2017. Porque o referido réu não foi encontrado no(s) endereço(s) que consta(m) dos autos, encontrando-se, pois, atualmente em lugar incerto e não sabido, mandou a MM. Juíza de Direito expedir o presente EDITAL, COM PRAZO DE 90 DIAS, nos termos do art. 392, e seu parágrafo único, do Código de Processo Penal, com nova redação dada pela Lei 11.719, de 20 de junho de 2008, para INTIMAÇÃO DA SENTENÇA PENAL CONDENATÓRIA, proferida em desfavor do referido réu, dando, portanto, oportunidade para que apresente eventual recurso, se for o caso, no prazo legal de 5 (cinco) dias após o término do prazo do presente edital. Advirta-se que a inobservância dos prazos acima acarretará a imutabilidade da sentença, em virtude do trânsito em julgado. E para que chegue ao conhecimento do réu e que no futuro ninguém alegue ignorância, mandou expedir este Edital, que será publicado no Diário da Justiça Eletrônico. Dado e passado nesta Cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 12 de março de 2019. Eu, Valdiner Almeida Reis, Analista Judiciário, o digitei e conferi.

Alexandre Martins de Mendonça (OAB 9107/AM)
Anadir Ribeiro Nogueira (OAB 9704/AM)
Aniely Valena de Oliveira Mariano Formiga (OAB 7258/AM)
Bruna Gabrielle Silva Trindade (OAB 14171/AM)
Danielle Queiroz Ribeiro (OAB 9296/AM)
Diego Afonso Mendes (OAB 8797/AM)
Elaine Rodrigues Jerônimo Silva (OAB 7793/AM)
Elcinete Cardoso de Almeida (OAB 6946/AM)
Eliel de Souza Vieira (OAB 14037/AM)
Evandro Thiago Cid Santos (OAB 13915/AM)
Ewerton Almeida Ferreira (OAB 6839/AM)
Francisco Souza de Melo (OAB 7808/AM)
Frederico Gustavo Távora (OAB 6462/AM)
Helder Brandão Góes (OAB 9780/AM)
Heliandro da Matta Queiroz de Aquino (OAB 6674/AM)
Jennifer de Queiroz Rodrigues de Oliveira (OAB 8383/AM)
Jesualdo Ferreira Monteiro (OAB 7935/AM)
José Abelardo Araújo Pinto (OAB 6076/AM)
José Airton Garcia Júnior (OAB 8386/AM)
José Raimundo Monteiro da Silva (OAB 9490/AM)
Kal-El Bessa Nascimento Salem (OAB 6389/AM)
Laíse Cavalcante Silva (OAB 9329/AM)
Lauri Dario Bock (OAB 12074/AM)
Lucas Harles do Nascimento Ribeiro (OAB 13350/AM)
LUIZ FELIPE TAVARES VEIGA (OAB 13150/AM)
Maria do Perpétuo Socorro Nunes Feijó Florêncio (OAB 6541/AM)
Maria Goreth Terças de Oliveira (OAB 3735/AM)
Maurílio Sérgio Ferreira da Costa Filho (OAB 9967/AM)
Miguel Henrique Tinoco de Alencar (OAB 1409/AM)
Patrícia Sena Praia (OAB 8244/AM)
Raimundo David Jerônimo (OAB 1728/AM)
Ricardo Rodrigues Jerônimo (OAB 9354/AM)
Robson Moreira de Queiroz (OAB 10075/AM)
Rodrigo Otávio Berniz Leite (OAB 8465/AM)
Sarah Lima Toledano (OAB 10106/AM)
Sérgio Sahdo Meireles Junior (OAB 13241/AM)
Tarcísio Neves de Souza (OAB 13946/AM)
Wladimir da Cunha Aleli (OAB 7084/AM)]

6ª VARA CRIMINAL

JUÍZO DE DIREITO DA 6ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO ANAGALI MARCON BERTAZZO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL CRISTIANE ROMANO TAVARES
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0047/2019

ADV: JANAÍNA SANTOS FERNANDES (OAB 4475/AM) - Processo 0209573-39.2013.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Quadrilha ou Bando - ACUSADO: Alexandro Ferreira de Souza Viana e outros - PASSOU A MMª JUÍZA PROFERIR O SEGUINTE DESPACHO: Superada a fase de instrução, abra-se vista ao Ministério Público na fase do artigo 402 do CPP. A defesa sai intimada para manifestação na mesma fase após a retorno dos autos do Parquet. Após, venham os autos conslusos. Cumpra-se.

ADV: JOELMA TAKEDA DE MORAES (OAB 8432/AM) - Processo 0602960-25.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado - ACUSADA: Jessica Oliveira dos Santos - Otavio Oliveira de Sousa - Instrução e Julgamento Data: 08/04/2019 Hora 09:45 Local: Sala padrão Situacão: Pendente

Janaína Santos Fernandes (OAB 4475/AM)
Joelma Takeda de Moraes (OAB 8432/AM)

7ª VARA CRIMINAL

JUÍZO DE DIREITO DA 7ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO CAREEN AGUIAR FERNANDES
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL MARIA DO SOCORRO ALMEIDA DA SILVA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0027/2019

ADV: ANTÔNIO FRAZÃO AMARAL (OAB 3042/AM) - Processo 0017262-36.2004.8.04.0001 (001.04.017262-8) - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Furto - RÉU: Josivaldo de Oliveira Ruas - INDICIADO: Deivisson Gimaque de Araújo - Marcelo Rodrigues de Lima e outro - Intime-se a Defesa para apresentar ALEGAÇÕES FINAIS.

ADV: MONIQUE RODRIGUES DA CRUZ (OAB 4292/AM) - Processo 0201338-84.2017.8.04.0020 - Inquérito Policial - Decorrente de Violência Doméstica - INDICIADA: R.P.N. - Assim sendo, acolho a promoção ministerial, considerando falta de justa causa para a propositura da ação penal, determino o arquivamento e baixa do presente Inquérito policial nos termos do art. 28 do Código de Processo Penal. Arquivem-se os autos. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: LUANA LIMA CARESTO (OAB 6235/AM), ADV: SARAH LIMA TOLEDANO (OAB 10106/AM), ADV: THIAGO THADEU BASTOS TAVARES DA SILVA (OAB 11821/AM) - Processo 0204663-90.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Alessandro Rodrigues de Souza - Matheus Martins Raimundo - Apresentar DEFESA ESCRITA do acusado MATHEUS MARTINS RAIMUNDO. Audiência designada para o dia 16/04/2019, às 10:30h.

ADV: LÚCIO FÁBIO CORDEIRO RIBEIRO (OAB 10088/AM) - Processo 0205437-86.2019.8.04.0001 (processo principal 0653419-65.2018.8.04.0001) - Restituição de Coisas Apreendidas - Furto - REQUERENTE: Davi da Silva Rocha - Assim, não tendo sido sanado o interesse do bem no processo original, haja vista a ausência do laudo referente à perícia requisitada, INDEFIRO o pedido de restituição ajuizado, com fulcro na legislação penal e processual penal vigente, conforme decisão naquele feito. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: LÚCIO FÁBIO CORDEIRO RIBEIRO (OAB 10088/AM) - Processo 0205437-86.2019.8.04.0001 (processo principal 0653419-65.2018.8.04.0001) - Restituição de Coisas Apreendidas - Furto - REQUERENTE: Davi da Silva Rocha - Intime-se o Requerente para que apresente comprovante de sua condição de aposentado, conforme Depacho de fl. 17.

ADV: MARIA DE FÁTIMA JEZINI MESQUITA (OAB 8378/AM) - Processo 0205808-26.2014.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estelionato - VÍTIMAFATO: Maria de Fatima Jezini Mesquita - Por conseguinte, constata-se legal e razoável a admissão de MARIA DE FÁTIMA CÂNDIDO MACHADO como assistente de acusação no caso dos autos, razão pela qual, DEFIRO o requerimento de habilitação como assistente de acusação. Intimem-se.

ADV: MONIQUE RODRIGUES DA CRUZ (OAB 4292/AM) - Processo 0209084-60.2017.8.04.0001 - Inquérito Policial - Falsidade ideológica - INDICIADO: A Esclarecer - Assim sendo, acolho a promoção ministerial, considerando que a autoria do delito não foi determinada e diante do esgotamento das vias necessárias para o fazê-lo, determinando, por conseguinte, o arquivamento e baixa do presente Inquérito policial nos termos do art. 28 do Código de Processo Penal, sem prejuízo de seu eventual desarquivamento, caso venham surgir novos elementos de convicção, como prevê a legislação vigente. Arquivem-se os autos. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: VALÉRIA SCHNEIDER DO CANTO (OAB 251989/SP) - Processo 0209166-23.2019.8.04.0001 (processo principal 0646921-50.2018.8.04.0001) - Exceção de Suspeição - Estupro - EXCIPIENTE: Júlio Adriano da Rocha Carvalho - Intime-se a Defesa do réu, a fim de que esclareça quanto ao pleito formulado, tendo em vista que foi protocolado a mesma Petição gerando o processo nº 0209162-83.2019, com apenas pedidos diferentes.

ADV: MONIQUE RODRIGUES DA CRUZ (OAB 4292/AM) - Processo 0218879-32.2013.8.04.0001 - Inquérito Policial - Estelionato - VÍTIMAFATO: GLACIAL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE SORVETES LTDA - INDICIADO: SUPORTE GRÁFICA E EDITORA LTDA - Autos n°: 0218879-32.2013.8.04.0001 Ação: Inquérito Policial/PROC Vítima do Fato:GLACIAL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE SORVETES LTDA Indiciado: SUPORTE GRÁFICA E EDITORA LTDA SENTENÇA Vistos em sentença, etc. Como exposto pelo Ministério Público não obstante todos os esforços empreendidos não resultou possível até o momento a identificação do autor do delito apurado, impossibilitando a propositura da ação penal, razão perla qual se manifestou pelo arquivamento dos autos, nos termos do art. 28 do Código de Processo Penal. Diante dos argumentos irrefutáveis, acolho a promoção ministerial, por reconhecer que não há medida legal outra a ser tomada no momento, determinando, por conseguinte, o arquivamento e baixa do presente feito nos termos do art. 28 do Código de Processo Penal, sem prejuízo de seu eventual desarquivamento, caso surjam novos elementos de convicção, como prevê a legislação vigente. Com as medidas de praxe, arquive-se. Manaus, 01 de março de 2019 Careen Aguiar Fernandes Juíza de Direito

ADV: CRISTIANE GAMA GUIMARÃES (OAB 4507/AM) - Processo 0224384-04.2013.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo - ACUSADO: Fabio Cortez da Silva - Diante de todo o exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido formulado na denúncia e, via de consequência, CONDENO FABIO CORTEZ DA SILVA às sanções penais do artigo 157, caput, do Código Penal, conforme fundamentação.

ADV: RODRIGO DA FROTA MENDONÇA (OAB 10031/AM) - Processo 0230880-78.2015.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo - RÉU: Herryson Ribeiro Pereira - Diante do exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido ínsito na denúncia e, por conseguinte, CONDENO HERRYSON RIBEIRO PEREIRA, já qualificado nos autos, como incurso nas penas do artigo 155 e artigo 157 c/c artigo 69 do Código Penal, consoante fundamentação.

ADV: YVON JOSÉ RAMALHO GOMES (OAB 2791/AM) - Processo 0232357-68.2017.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estelionato - RÉU: Elton Sillas Galvão Leal - Vistos em sentença e etc. O Ministério Público do Estado do Amazonas denunciou Erisângela de Jesus Souza, já qualificada nos autos, como incurso nas penas do artigo 171, do Código Penal Brasileiro, narrando, em síntese, na denúncia, que: " .. em fevereiro de 2017, ELTON SILLAS GALVÃO LEAL ofereceu às vítimas ILMA FIGUEIREDO LEMOS e ROSELY ADRIANA DE SOUZA serviço no sentido de agilizar a liberação de casas através do programa minha casa minha vida, na proximidade do Via Norte. Apurou-se que o Denunciado recebeu das vítimas determinada quantia em dinheiro, além das vítimas lhe comprarem dois telefones celulares no valor de R$ 3.150,00, prometendo resultados no período de 30 a 40 dias. Após o período informado pelo Denunciado, verificando que o Acusado não vinha cumprindo o prometido, tentaram entrar em contato para obter os valores de volta, não logrando êxito. Apesar dos esforços empreendidos pela autoridade policial, não foi possível localizar ELTON SILLAS GALVÃO LEAL, que foi qualificado indiretamente às fls. 21, tendo sido representado por sua prisão preventiva. Em pesquisa ao SAJ, verifica-se que mediante a utilização do mesmo modus operandi, o Denunciado vem aplicando o golpe em várias vítimas." Denúncia oferecida em 23/08/2017 e recebida em 13/09/2017 à fl.38. A seguir foi decretada a prisão preventiva do denunciado (decisão de fl. 39/40). Seguiram-se diversos pedidos de revogação sem que o réu fosse encontrado para ser citado pessoalmente ou preso. Regularmente citado após sua prisão haver sido consumada (fl. 121/177), apresentou defesa prévia à fl. 79/82, por seu advogado. Durante a audiência de instrução foi ouvida a vítima Ilma Figueiredo Lemos (fl. 269/271), a qual declarou que na época dos fatos trabalhava num posto de gasolina na Av. Constantino Nery com a Rua Pedro Teixeira; Que o acusado ia sempre ao local para abastecer; Que o acusado conhecia outros servidores do posto e teve um relacionamento com uma colega; Que um dia quando estava de licença maternidade o acusado lhe telefonou e perguntou se tinha casa própria; Que respondeu que sim, mas o acusado disse que tinha uma pessoa que conhecia que agilizava imóveis pela SUHAB; Que recusou o negócio porque desconfiou, por já ter visto outros golpes semelhantes; Que o acusado ligou novamente dois dias depois e ofereceu o negócio novamente; Que disse que sua sogra não tinha casa própria e poderia

se interessar pelo caso; Que levou o acusado até a casa de sua sogra a qual acabou concordando com o negócio e dando valores para o acusado; Que depois, como o imóvel que o acusado teria vendido não era entregue começaram a desconfiar; Que diante da desconfiança passaram a cobrar o acusado o qual dava várias desculpas e depois passou a ameaçar a declarante dizendo que faria "visitinhas" no posto onde trabalhava; Que por medo das ameaças recebidas deixou de trabalhar no posto de gasolina; Que depois de várias cobranças o acusado devolveu 1000 reais à sogra da declarante; Que o acusado dizia que os imóveis não foram entregues por motivos diversos; Que procuraram a delegacia e registraram queixa do fato; Que na delegacia descobriram que o acusado já tinha aplicado o mesmo golpe contra muitas outras vítimas e era conhecido da polícia; Que no total entregaram ao acusado 4.650 reais, sendo 1.000 reais entregues pela declarante e o restante por sua sogra na forma de dinheiro e celulares que ela tirou nos seus cartões de crédito; Que quando questionado sobre sua ficha criminal o acusado disse que era outra pessoa que aplicava golpes e usava o seu nome. Que o acusado prometeu que os imóveis seriam entregues cerca de 3 meses depois; Que o acusado não entregou nenhum comprovante do negócio; Que o acusado disse que seu contato era outra pessoa chamada Patrícia a qual ligava para a declarante e dava desculpas para o fato do imóvel não ter sido entregue; Que o acusado não atendia as ligações da declarante, mas depois retornava a ligação para não dar "aquele ar de que estava se escondendo". Que repassou ao acusado R$ 4.650 e o acusado devolveu R$ 1.000; Que sua sogra entregou ao acusado 500 reais e comprou e entregou ao acusado dois aparelhos celulares que ela comprou com seus cartões de crédito em duas lojas. A seguir foi ouvida em Juízo a vítima Rosely Adriana de Souza, tendo a mesma informado em audiência que mora há muitos anos em casa alugada; Que na época dos fatos sua nora a qual é frentista lhe telefonou dizendo que tinha um amigo que estava vendendo apartamentos com entrada de R$ 2.000,00 e o restante em parcelas; Que recusou a oferta duas vezes; Que ela garantiu que o negócio era verdadeiro; Que a cunhada levou o acusado até a sua casa; Que o acusado lhe disse que o negócio era feito com a participação de uma "Drª. Débora" e o acusado telefonou para a tal Drª. Débora e falou com ela e disse que levaria a declarante até onde eram os apartamentos; Que o acusado disse que estava vendendo apartamentos; Que a declarante comprou um apartamento e a sua nora também comprou; Que não recorda qual era o valor total do imóvel; Que deu os 2 mil de entrada e tirou mais dois celulares para o acusado em seus cartões de crédito e isso foi contabilizado como parte do pagamento; Que o pagamento feito com a compra dos celulares era para a aquisição de um Box na feira que haveria no condomínio; Que o acusado disse que era aposentado e mostrou fotos de um suposto acidente de automóvel que o acusado teria sofrido e disse que recebia cerca de R$ 10 mil mensais por conta da aposentadoria e que pagaria o valor da compra do box para a declarante e ela pagaria com a compra dos celulares; Que não recorda mais dos fatos com clareza, mas entregou ao acusado o dinheiro da entrada e ainda o valor dos celulares que comprou; Que depois ligou para o acusado e ele passou a ameaçá-la quando a declarante disse que ia procurar a polícia; Que a nora da declarante continuou cobrando o acusado e certa vez o acusado devolveu a ela R$ 1000 por depósito bancário; Que o acusado depois disse que seu pai havia morrido e por isso não estava podendo devolver o dinheiro. Que o acusado disse que os apartamentos que estaria vendendo ficariam na Zona Leste, próximo ao shopping Leste; Que não lembra o valor total do imóvel; Que o valor cobrado seria para pagar a entrada do imóvel e deveriam esperar que cerca de um mês depois os apartamentos seriam entregues; Que depois de um mês passou a cobrar o acusado o qual passou a dizer que houve um imprevisto, mas os imóveis seriam entregues no mês seguinte; Que no total entregou cerca de 5 mil reais (dinheiro e a compra de 2 celulares) seria para a o pagamento da entrada do imóvel e compra de um box na feira; Que além da declarante, também compraram imóvel a nora da declarante e sua cunhada ILMA; Que o acusado não mostrou nenhum imóvel, nem fôlder, nem material de divulgação de qualquer empreendimento; Que não falou nem conheceu a tal "Drª. Débora"; Que não recebeu recibo nem contrato do negócio do acusado; Que morou 30 anos de aluguel no São Raimundo; Que vendeu sua casa na Vila da Prata e foi vítima de um golpe ao comprar uma casa de uma pessoa que estava no o imóvel, mas não era o dono; Que o acusado é uma pessoa muito persuasiva. Foi então interrogado o réu como se vê à fl. 276/279. Na ocasião o acusado afirmou perante a esta magistrada que os fatos narrados na denúncia são verdadeiros; Que ROSELY é sogra da vítima ILMA; Que elas pagaram R$ 3.000; Que as vítimas entregaram dinheiro para Viviane Colares, que é uma mulher que fazia "esquemas" para "adiantar" casas; Que do dinheiro das vítimas ficou com 1.000 reais; Que conhecia Ilma o Posto de Gasolina; Que conheceu Viviane Colares quando recebeu seu apartamento; Que como Viviane Colares desapareceu a vítima Ilma passou a cobrá-lo e lhe fazer ameaças dizendo que iriam a polícia fez mais dois pagamentos em espécie para a vítima ILMA sendo uma parcela entregue no DB do Manoa e a outra na casa de show Chega Mais; Que a vítima não concordou em assinar recibo dos valores recebidos; Que trabalhou para Viviane Colares como motorista; Que quando passou a ser perseguido por conta dos golpes aplicados por Viviane Colares e vendeu seu apartamento e carro e sua mãe vendeu a casa para ressarcir as vítimas; Que não praticava golpes com Viviane Colares; Que Viviane praticava os golpes sozinha; Que apenas levava Viviane até as vítimas sem saber que Viviane não era uma pessoa honesta; Que é natural de Nova Olinda e está em Manaus/AM desde os 13 anos; Que tem 37 anos; Que devolveu o dinheiro das vítimas Ilma; Que na delegacia disse que Viviane Colares era a verdadeira autora do golpe contra as vítimas, e lhe disseram que já a haviam ouvido e estavam à procura dela. Que devolveu o dinheiro das vítimas ILMA e ROSELY porque recebia muitas cobranças e ameaças dessas vítimas; Que as vítimas ameaçavam levá-lo à polícia e diziam que a vítima Rosely tinha um sobrinho policial; Que recebia mensagens com ameaças das vítimas tanto por telefone contra WhatsApp. que recebeu 3 mil reais das vítimas Ilma e Rosely; Que do valor recebeu 1.000 reais dados a ele por Viviane Colares; Que devolveu os 3 mil reais para as vítimas em parcelas tendo pago a primeira parcela de 1.000 reais via depósito bancário realizado nos correios; Que pagou mais 1.000 em espécie para a vítima Ilma entregando no DB do Manôa e outros 1.000 reais em espécie para a vítima Ilma na esquina da casa de show Chega Mais. A título de diligências o Ministério Público requereu certidão acerca do processo na VEP e a VEP nada requereu, passando-se às alegações finais em audiência. O Ministério Público assim se manifestou: "MMª Juíza, as provas colhidas na instrução criminal demonstram que o acusado foi o autor dos fatos narrados na peça inaugural, conforme inquirição das vítimas ouvidas tanto em sede de inquérito policial, como em juízo. A conduta ora apurada ajusta-se perfeitamente ao preceito previsto no art. 171, ao auferir vantagem de R$ 4.650,00 (quatro mil seiscentos e cinquenta reais) da vítima Ilma e mais de 3 mil reais da vítima Rosely, oferecendo imóveis inexistentes. Materialidade aferida nos termos do art. 167 do CPP. A materialidade da conduta delituosa está consubstanciada no depoimento das vítimas em juízo. Ante exposto, o Ministério Público postula pela condenação do acusado na norma penal supramencionada". Em seguida vieram os derradeiros argumentos da Defesa: "MMª Juíza, requer a aplicação da pena mínima em função do réu ser primário, a atenuante da confissão espontânea e a substituição da pena pela restritiva de direitos." Antecedentes criminais de fl. 286/287, donde se verifica que o réu responde a outras seis ações penais em andamento, todas pelo crime de estelionato, utilizando-se inclusive, do mesmo modus operandi, denunciado nos autos. Certidão dá conta de que até esta data o réu está segregado por seis meses e 20 dias. É o relatório. Decido. Trata-se, na espécie, de crimes de estelionato, tipificados na norma incriminadora do artigo 171, caput, do Código Penal Brasileiro, imputando-se a autoria ao denunciado Elton Silas Galvão Leal contra as vítimas Rosely Adriana e Ilma Lemos. A materialidade dos crimes de estelionato é certa e restou comprovada por meio dos depoimentos colhidos desde a fase investigativa até o final da instrução em Juízo. Já a autoria delitiva pode ser constatada pelas peças informativas, pelas declarações obtidas desde a fase persecutória, bem como pela confissão parcial do réu durante o interrogatório em Juízo. Em resumo, é de se ressaltar, que, quanto às acusações, ao ser interrogado em Juízo, o réu limitou-se essencialmente a dois argumentos. Primeiro: o de que apenas intermediava para uma terceira pessoa, chamada Viviane Colares, a qual, porém, jamais foi mencionada pelas vítimas, que afirmam haver negociado e entregue os valores e aparelhos celulares diretamente ao acusado. E segundo: alegou haver restituído integralmente os valores às vítimas, fato por elas contestado e pelo acusado não comprovado. Nenhuma das duas teses justificam a conduta ardilosa do réu que prometeu às vítimas em troca de suas

economias imóveis sobre os quais jamais deteria o poder de entregar. O acervo probatório conduz, portanto, à conclusão de que o réu obteve para si vantagem ilícita, em prejuízo das vítimas, utilizando-se de fraude, o que é sobremaneira lastimável e repreensível, merecendo o réu, por isto, a reprimenda legal. Vê-se, destarte, que as condutas do denunciado se amoldam perfeitamente aos tipos penais previstos no artigo 171, caput, c/c artigo 71, todos do Código Penal, consistente nos delitos de estelionato em continuidade delitiva: "Art. 171 - Obter, para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil, ou qualquer outro meio fraudulento: Pena - reclusão, de (1) um a (5) cinco anos, e multa." Analisando-se os fatos percebe-se que os delitos de estelionato praticados pelo denunciado contra as vítimas se deram em curto espaço de tempo, pois são crimes da mesma espécie, entre as mesmas partes e cujas condições de tempo, lugar, maneira de execução se deram de forma subsequente e, portanto, em continuidade delitiva. Sendo assim, diante do exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido ínsito na denúncia e, por conseguinte, CONDENO ELTON SILAS GALVÃO LEAL, já qualificado nos autos, como incurso nas penas do artigo 171, caput c/c artigo 71, do Código Penal. Passo, em consequência, a analisar a dosimetria das penas do réu ora condenado, atenta aos ditames do que dispõem os artigos 59, 60 e 68, todos do Código Penal Brasileiro. Tomo a seguinte análise para os dois delitos de estelionato denunciados neste feito: A culpabilidade está evidenciada, vez que o réu possuía ao tempo dos fatos, a plena consciência da ilicitude dos seus atos, demonstrando a vontade deliberada em agir. O réu ostenta maus antecedentes próprios. É tecnicamente primário. No que concerne a sua personalidade e conduta social, vê-se que tem se voltado ao cometimento reiterado de estelionatos. Os motivos dos crimes decorrem da possibilidade de ganho fácil por meio de fraude, o que é sobremaneira lamentável. As circunstâncias foram as típicas desse tipo de crime, especialmente ousadia. As consequências materiais foram significativas para ambas as vítimas e a conduta criminosa foi lesiva à paz social da comunidade. Não considero que as vítimas contribuíram para o resultado. E, finalmente, verifico que não há indicativos da situação financeira da Ré, tudo levando a crer que não é boa. Feita, assim, essa análise primária, fixo a pena-base acima do mínimo legal em 02 (dois) anos de reclusão. Não há atenuante de confissão a considerar, pois o réu não contou toda a verdade em Juízo, ao contrário, tentou esquivar-se de sua responsabilidade perante a Justiça. Não há circunstâncias agravantes, causas de aumento ou diminuição de pena a serem consideradas. Observado o disposto nos artigos 59 e 60 do Código Penal, FIXO A PENA DE MULTA em 10 (dez) dias-multa, levando-se em consideração a situação econômica do réu que parece não ser boa, estabelecendo que o valor desta corresponde a 1/30 (um trinta avos) do salário mínimo legal e vigente à época do fato, corrigida monetariamente até o efetivo recolhimento. Em sendo aplicável ao caso a regra prevista no artigo 71 do Código Penal, à vista da existência concreta da prática de 02 (dois) crimes, que tiveram suas penas individualmente dosadas em patamares idênticos, aplico apenas uma das penas aumentada de 2/3 (dois terços), ficando ao réu condenado a 03(três) anos e 04 (quatro) meses de reclusão, face a ausência de demais causas de diminuição ou aumento, e 16 (dezesseis) dias-multa no patamar anteriormente fixado, a teor do que dispõe o artigo 72 do Código Penal. Considerando o que determina o §3º, do artigo 33, do Código Penal, o qual estabelece que o regime inicial da pena deve considerar a análise feita com base no artigo 59, determino o regime inicial para o cumprimento da pena do réu fechado, ante sua conduta criminosa reiterada. Deixo portanto de fazer a detração do tempo que o réu esteve segregado neste momento por não alterar o regime da pena ora imposta. Deixo de aplicar a substituição da pena privativa de liberdade pela restritiva de direitos nos termos do artigo 44 do Código Penal em face do número de delitos ora julgados, o que demonstra que as circunstâncias não recomendam tal aplicação (inciso III). A multa deverá ser recolhida em favor do Fundo Penitenciário, dentro dos dez dias subsequentes ao trânsito em julgado desta sentença (artigo 50 do Código Penal Brasileiro). Não havendo pagamento voluntário, após a intimação para tal, no prazo de que trata o artigo 50 do Código Penal Brasileiro, extraia-se certidão, encaminhando-se à Procuradoria da Fazenda Estadual, para adoção das medidas cabíveis, nos termos do artigo 51 do Código Penal. Com o trânsito em julgado: 1 - Expeça-se guia de recolhimento definitiva para a execução da pena. 2 - Lance-se o nome do réu no rol dos culpados. 3 - Comunique-se ao Tribunal Regional Eleitoral para os fins do artigo 15, III, da Constituição Federal. 4 - Remeta-se as peças necessárias destes autos à Vara de Execução Penal desta capital. Publique-se. Registre-se. Intime-se sucessivamente as partes, observado o disposto no artigo 392 do Código de Processo Penal.

ADV: PAULO AFONSO MORAIS DOLZANES (OAB 1750/AM) - Processo 0235875-42.2012.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo - INDICIADO: Paulo Afonso Moraes Dolzanes Junior - Ex positis, por restar configurado uma das causas saneamento do processo sem julgamento do mérito, acolho a promoção ministerial e declaro EXTINTA A PUNIBILIDADE do acusado Paulo Afonso Morais Dolzanes Junior, nos termos do artigo 107, I do Código Penal.

ADV: SARAH LIMA TOLEDANO (OAB 10106/AM), ADV: YVON JOSÉ RAMALHO GOMES (OAB 2791/AM) - Processo 0239000-76.2016.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Receptação - INDICIADO: Guto Cruz dos Santos e outro - Audiência designada para o dia 22/04/2019, às 09:00h.

ADV: IANA FARIAS GUIMARÃES (OAB 12099/AM) - Processo 0241628-67.2018.8.04.0001 - Carta Precatória Criminal - DIREITO PENAL - RÉU: I.R.C.L. - Audiência designada para o dia 15/03/2019, às 11:30h.

ADV: MONIQUE RODRIGUES DA CRUZ (OAB 4292/AM) - Processo 0329481-03.2007.8.04.0001 (apensado ao processo 0312582-61.2006.8.04.0001) (001.07.329481-1) - Petição Criminal - AUTOR: Bel. Mário José Sílvio Júnior - Vistos em sentença e etc. Trata-se de medida cautelar que visou e obteve concessão judicial para interceptação e quebra de sigilo telefônico em face de investigação de supostos crimes de rufianismo, roubos, furtos e tráficos de substâncias entorpecentes. Ocorre que, como salientou o Ministério Público, a Autoridade Policial, transcorrido mais de 11 anos, não apresentou as conclusões das medidas deferidas, nem qualquer justificativa para não fazê-lo, razão pela qual se manifestou o Órgão Ministerial pelo arquivamento dos autos, na impossibilidade da propositura de ação penal ante à perda do objeto, promovendo, pela expedição de ordem expressa de cessação e urgente dos efeitos das medidas inicialmente deferidas, bem como envio de oficio à Corregedoria da Polícia Civil para comunicar a omissão da Autoridade policial, requerendo as providências cabíveis. Pelo motivos acima expostos, acolho integralmente a promoção ministerial, determinando, 1) o arquivamento e baixa deste feito, como prevê a legislação vigente; 2) a expedição de ordem expressa de cessação e urgente dos efeitos das medidas anteriormente deferidas; 3) expedição de oficio à Corregedoria Geral da Polícia Civil para comunicar a omissão da Autoridade policial, requerendo as providências cabíveis, enviando-se para tanto, cópia integral dos autos. Após as medidas legais, arquive-se.

ADV: MONIQUE RODRIGUES DA CRUZ (OAB 4292/AM) - Processo 0600006-58.2019.8.04.0016 - Inquérito Policial - Crimes do Sistema Nacional de Armas - AUTORFATO: Desconhecido - Assim sendo, acolho a promoção ministerial, considerando a inexistência de indícios mínimos de autoria para deflagração da ação penal, ou seja, por não preencher os requisitos do artigo 41 do CPP, determino, por conseguinte, o arquivamento e baixa do presente Inquérito policial nos termos do art. 28 do Código de Processo Penal. Arquivem-se os autos. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: MONIQUE RODRIGUES DA CRUZ (OAB 4292/AM) - Processo 0601254-41.2018.8.04.0001 - Inquérito Policial - Furto Qualificado - AUTORFATO: Jhon Deyvid Rodrigues Martins - Glaura Isabela da Silva Santos - Assim sendo, acolho a promoção ministerial, diante da ausência de prova de materialidade e de indícios suficientes de autoria da infração penal, determino o arquivamento e baixa do presente Inquérito policial nos termos do art. 28 do Código de Processo Penal, sem prejuízo de seu eventual desarquivamento, caso venham surgir novos elementos de convicção, como prevê a legislação vigente. Arquivem-se os autos. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ARTHUR VIRGILIO DO CARMO RIBEIRO DE SOUZA (OAB 3219/AM) - Processo 0602871-02.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado - RÉU: Bering Venancio da Silva Junior e outros - Audiência designada para o dia 03/04/2019, às 09:30h.

ADV: MONIQUE RODRIGUES DA CRUZ (OAB 4292/AM) - Processo 0604693-26.2019.8.04.0001 - Inquérito Policial - Crimes Previstos no Estatuto do Idoso - AUTORFATO: Edilson da Silva Mendes - Assim sendo, acolho a promoção ministerial, por reconhecer que a situação ora sob exame não se amolda ao preceito primário dos crimes a norma incriminadora do Estatuto do Idoso, determinando, por conseguinte, o arquivamento e baixa do presente Inquérito policial nos termos do art. 28 do Código de Processo Penal. Arquivem-se os autos. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: AGUINALDO PEREIRA DIAS (OAB 7667/AM), ADV: DANIEL LOURENÇO (OAB 3192/AM) - Processo 0607194-60.2013.8.04.0001 - Representação Criminal/Notícia de Crime - Outras fraudes - REPTANTE: Vivaldo Lomas do Nascimento - Assim sendo, acolho a promoção ministerial, por reconhecer que a situação ora sob exame não se amolda ao preceito primário da norma incriminadora dos artigos 339 e 299, ambos do Código Penal, determinando, por conseguinte, o arquivamento e baixa do presente Inquérito policial nos termos do art. 28 do Código de Processo Penal, sem prejuízo de seu eventual desarquivamento, caso venham surgir novos elementos de convicção, como prevê a legislação vigente. Arquivem-se os autos. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: MONIQUE RODRIGUES DA CRUZ (OAB 4292/AM) - Processo 0609686-15.2019.8.04.0001 - Inquérito Policial - Furto - AUTORFATO: Carlos Eduardo Marcio Ramos - Assim sendo, acolho a promoção ministerial, por reconhecer que a situação ora sob exame não se amolda ao preceito primário da norma incriminadora do art. 168 do Código Penal, determinando, por conseguinte, o arquivamento e baixa do presente Inquérito policial nos termos do art. 28 do Código de Processo Penal, sem prejuízo de seu eventual desarquivamento, caso venham surgir novos elementos de convicção, como prevê a legislação vigente. Arquivem-se os autos. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO NUNES FEIJÓ FLORÊNCIO (OAB 6541/AM) - Processo 0610419-15.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo - RÉU: M.C.O. - Intime-se a Defesa para apresentar ALEGAÇÕES FINAIS.

ADV: ÉRICA CÂNDIDA COSTA (OAB 12473/AM), ADV: AMANDA KARLA PAIVA DA SILVA (OAB 12229/AM), ADV: MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO NUNES FEIJÓ FLORÊNCIO (OAB 6541/AM) - Processo 0618267-53.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo - RÉU: Lucas de Lima Guimarães - Sendo assim, diante do exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido ínsito na denúncia e, por conseguinte, CONDENO o réu LUCAS DE LIMA GUIMARÃES, já qualificado nos autos, como incurso nas penas do artigo 157, caput, do Código Penal em concurso material com a penalidade prevista no artigo 308 do mesmo Diploma Legal.

ADV: ANDRÉA MARQUES TELLES DE SOUZA (OAB 3283/AM), ADV: CAMILA BERTOLINI DE PAIVA (OAB 8223/AM) - Processo 0623372-11.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Receptação - RÉU: Paulo da Silva Kato - Audiência designada para o dia 11/04/2019, às 10:00h.

ADV: ANTÔNIO FRAZÃO AMARAL (OAB 3042/AM), ADV: MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO NUNES FEIJÓ FLORÊNCIO (OAB 6541/AM), ADV: CÍNTIA ALBUQUERQUE BRITO (OAB 5596/AM), ADV: AMANDA KARLA PAIVA DA SILVA (OAB 12229/AM) - Processo 0640889-29.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado - RÉU: Luiz Eduardo Souza Aguiar - Jonas de Sousa Chaves - Ex positis, julgo improcedente o pedido contido na denúncia, para ABSOLVER o acusado LUIZ EDUARDO SOUZA AGUIAR E JONAS DE SOUZA CHAVES da acusação que lhe fora imposta nos termos do art. 386, VII do Código de Processo Penal.. Publique-se. Registre-se. Intimem-se sucessivamente as partes, observado o disposto no artigo 392 do Código de Processo Penal. Expeça-se os competentes Alvarás de Soltura. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos.

ADV: JERÔNIMO PEREIRA DA SILVA NETO (OAB 9509/AM), ADV: KÁTIA MARIA VASCONCELOS DA SILVA SANTOS (OAB 11464/AM) - Processo 0643045-87.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Furto - RÉ: Kerolayne Oliveira Silva - Maria Ilza Felipe Vasconcelos - Sendo assim, diante do exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido ínsito na denúncia e, por conseguinte, CONDENO Kerolayne Oliveira Silva e Maria Ilza Felipe Vasconcelos, já qualificadas nos autos, pela prática do delito previsto no artigo 155 §4º, IV, do CPB do Código Penal.

ADV: YVON JOSÉ RAMALHO GOMES (OAB 2791/AM) - Processo 0658792-77.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes do Sistema Nacional de Armas - RÉU: Marcenildo Fonseca Silva - Sendo assim, diante do exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido ínsito na denúncia para CONDENAR MARCENILDO FONSECA SILVA, já qualificados nos autos, como incurso nas penas do artigo 14 da Lei n.° 10.826/03, consoante fundamentação.

ADV: MONIQUE RODRIGUES DA CRUZ (OAB 4292/AM) - Processo 0661336-38.2018.8.04.0001 - Inquérito Policial - Adulteração de Sinal Identificador de Veículo Automotor - AUTORFATO: José Weliton Lisboa de Oliveira - Assim sendo, acolho a promoção ministerial, determino o arquivamento e baixa do presente Inquérito policial nos termos do art. 28 do Código de Processo Penal. Arquivem-se os autos. Intimem-se. Cumpra-se.

Aguinaldo Pereira Dias (OAB 7667/AM)
Amanda Karla Paiva da Silva (OAB 12229/AM)
Andréa Marques Telles de Souza (OAB 3283/AM)
Antônio Frazão Amaral (OAB 3042/AM)
Arthur Virgilio do Carmo Ribeiro de Souza (OAB 3219/AM)
Camila Bertolini de Paiva (OAB 8223/AM)
Cíntia Albuquerque Brito (OAB 5596/AM)
Cristiane Gama Guimarães (OAB 4507/AM)
Daniel Lourenço (OAB 3192/AM)
Érica Cândida Costa (OAB 12473/AM)
Iana Farias Guimarães (OAB 12099/AM)
Jerônimo Pereira da Silva Neto (OAB 9509/AM)
Kátia Maria Vasconcelos da Silva Santos (OAB 11464/AM)
Luana Lima Caresto (OAB 6235/AM)
Lúcio Fábio Cordeiro Ribeiro (OAB 10088/AM)
Maria de Fátima Jezini Mesquita (OAB 8378/AM)
Maria do Perpétuo Socorro Nunes Feijó Florêncio (OAB 6541/AM)
Monique Rodrigues da Cruz (OAB 4292/AM)
Paulo Afonso Morais Dolzanes (OAB 1750/AM)
Rodrigo da Frota Mendonça (OAB 10031/AM)
Sarah Lima Toledano (OAB 10106/AM)
Thiago Thadeu Bastos Tavares da Silva (OAB 11821/AM)
Valéria Schneider do Canto (OAB 251989/SP)
Yvon José Ramalho Gomes (OAB 2791/AM)

8ª VARA CRIMINAL

JUÍZO DE DIREITO DA 8ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO PATRÍCIA MACÊDO DE CAMPOS
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL GINA OLIVEIRA SPOSINA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0226/2019

ADV: SULENE SOCORRO CARVALHO VERISSIMO DE OLIVEIRA (OAB 2557/AM), ADV: FABIONELLITO SANTOS DE ALMEIDA (OAB 7930/AM), ADV: CLÁUDIO AUGUSTO COLARES DA COSTA (OAB 8429/AM), ADV: MARIO JORGE CARDOSO MELO (OAB 10894/AM) - Processo 0227124-61.2015.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estelionato - RÉU: Daniel Gomes Teixeira Andrade - ACUSADO: Sandro Lopes Santos e outro - De ordem da MM. Juíza de Direito deste Juízo, Patrícia Macêdo de Campos, INTIMO a Defesa dos acusados DANIEL GOMES TEIXEIRA ANDRADE e SANDRO LOPES SANTOS, na qualidade de representantes destes, para, no prazo de 5 (cinco) dias, apresentarem alegações finais sob a forma de memoriais.

Cláudio Augusto Colares da Costa (OAB 8429/AM)
Fabionellito Santos de Almeida (OAB 7930/AM)
Mario Jorge Cardoso Melo (OAB 10894/AM)
Sulene Socorro Carvalho Verissimo de Oliveira (OAB 2557/AM)

9ª VARA CRIMINAL

JUÍZO DE DIREITO DA 9ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO HENRIQUE VEIGA LIMA
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL DEBORA MARQUES PEREIRA DIB
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0016/2019

ADV: LARISSA VIANEZ SANT' ANNA FIGUEIRA MACEDO (OAB 9047/AM) - Processo 0208889-12.2016.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Furto - DENUNCIADO: Edivan Menezes Teixeira - Em face do término do período de prova de suspensão condicional do processo sem revogação do benefício, decreto a extinção de punibilidade do denunciado Edivan Menezes Teixeira, nestes autos de número 0208889-12.2016.8.04.0001, com base no art. 89, § 5º, da Lei 9.099/95, como requer o Ministério Pú

ADV: JESUALDO FERREIRA MONTEIRO (OAB 7935/AM) - Processo 0224449-33.2012.8.04.0001 (apensado ao processo 0211719-87.2012.8.04.0001) - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Fuga de pessoa presa ou submetida a medida de segurança - RÉU: Athaualpa Augusto de Souza - 5293PMAM e outro - Compulsando o caderno, constato que como bem pontuou o MP, ocorreu suspensão do prazo prescricional entre 16/06/2015 e 21/07/2016, não se tendo completado, à época da prolação da sentença de fls. 370-371, quanto ao réu Athaualpa Augusto de Souza , o interregno da prescrição da Pretensão punitiva de 04 anos, referente ao delito inscrito na denúncia, do Art. 351 do CPP. No entanto, forçoso é concordar com a Promotoria quando pondera que: após a retomada da marcha processual, ocorrida na data de 21/07/2016, já transcorreram 2 (dois) anos, 07 (sete) meses e 05 (cinco) dias, que, somados ao 01 (um) ano, 08 (oito) meses e 6(seis) dias do prazo suspenso em 16/06/2015, perfazem o total de 04 (quatro) anos, 03 (três) meses e 11 (onze) dias. Desta feita, tem-se que com base no Art. 107, IV e 109, V, do CPB, é de se declarar EXTINTA A PUNIBILIDADE do acusado acima nominado, neste autos, como em julgado pretérito de natureza semelhante, cujo excerto transcrevo abaixo, realçando a razoabilidade perante a ordem constitucional vigente: "A necessidade de manter a congruência com os princípios constitucionais relativos à seara penal, além de se evitar a odiosa idéia da imprescritibilidade de condutas conhecidamente incluídas no rol de menor potencial ofensivo, tem levado esta Corte a impor limites ao prazo de suspensão da prescrição, a partir do que determina o art. 109 do Código Penal, impedindo a consecução eterna da pretensão punitiva. In casu, tomando-se por base a natureza delitiva, e reiniciado o prazo após cumprida a fluência prescricional do art. 109, vê-se que a pretensão punitiva ultrapassou e muito a exigência legal. Ordem concedida para extinguir a pretensão punitiva em face da prescrição." (STJ - HC 25734 - Rel. Min. José Arnaldo). Feitas as necessárias anotações e comunicações de praxe, dê-se baixa e arquive-se. Manaus (AM), 27 de fevereiro de 2019. Henrique Veiga Lima. Juiz de Direito.

ADV: ILMAIR FARIA SIQUEIRA (OAB 1505/AM) - Processo 0241697-75.2013.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Falsidade ideológica - RÉU: Romilson Gonçalves Valente e outros - INDICIADO: Antonio Olavo de Menezes Bilac Neto e outros - Em face do término do período de prova de suspensão condicional do processo sem revogação do benefício, decreto a extinção de punibilidade do denunciado Antonio Olavo de Menezes Bilac Neto, nestes autos de número 0241697-75.2013.8.04.0001, com base no art. 89, § 5º, da Lei 9.099/95, como requer o Ministério Pú

ILMAIR FARIA SIQUEIRA (OAB 1505/AM)
Jesualdo Ferreira Monteiro (OAB 7935/AM)
Larissa Vianez Sant' Anna Figueira Macedo (OAB 9047/AM)

Autos n°: 0238277-86.2018.8.04.0001
Antônio Carlos Gonzaga

Cuida-se de IP instaurado contra Antonio Carlos Gonzaga pelo delito de porte de munição.

Ao ter vista dos autos, o ilustre Promotor com atividades neste Juízo Criminal, pugnou pelo arquivamento do caderno, aduzindo a atipicidade da ação do indiciado.

Relatei. Decido.

Diz-se de perigo abstrato o delito do Art. 14 da Lei nº 10.826/03. Essa modalidade visa acautelar o meio social como um todo, ou seja, não existe uma vítima certa e determinada. Para a caracterização desse tipo de delito, não há a necessidade da produção de um resultado fático, mas tão-somente que a conduta se amolde à forma de lei.

Se efetuarmos a interpretação literal do dispositivo em tese infringido pelo increpado, encontramos que a lei criminaliza não só o porte de arma de uso permitido, mas também o de acessório ou munição, como sói ser o caso vertente.

Como bem observou o Órgão Ministerial, a diretriz mais atualizada da Corte Máxima Nacional não entende ser típico o porte de munição, pela ausência da ameaça efetiva ou potencial a qualquer bem jurídico.

É sobre esse tema que os doutrinadores têm-se debruçado em argumentos contra e a favor e da jurisprudência não se pode dizer que haja um posicionamento consolidado. Os mais conservadores entendem que se existe positivamente a descrição do porte de munição em pleno vigor, já que não revogada ou declarada inconstitucional a norma, não há que se falar em afastamento da incidência.

De outra banda, os partidários da corrente mais moderna e progressiva, advogam que pelo Princípio da Intervenção Mínima do Direito Penal (conhecido também como ultima ratio), a punição só será devida quando houver efetiva lesão ao bem jurídico que se deseja tutelar. Tal princípio se alinha com outro de igual importância: o da ofensividade, que traduz a idéia de que não será punida, no campo penal, a conduta que não atinja bens juridicamente relevantes.

Foi com base neste último dogma que o STF decidiu pelo afastamento da tipicidade do crime de porte de arma de fogo desmuniciada, no RHC 81.057-SP, citado pelo Parquet. Na interpretação lógica e sistemática do ordenamento jurídico, se o porte de arma desguarnecida de projéteis não caracteriza ofensa à figura típica, muito menos o é porte de simples munição, que sem o propulsor da arma de fogo, não pode ser disparada e, assim, oferecer um real risco à incolumidade pública.

Com sua peculiar clareza discorre o Professor Luiz Flávio Gomes:

"(...) a munição desarmada 'leia-se: munição isolada, sem chance de uso por uma arma de fogo´ assim como a posse de acessórios de uma arma. Não contam com nenhuma danosidade real. São objetos (em si mesmos considerados) absolutamente inidôneos para configurar qualquer delito. Todas essas condutas acham-se formalmente previstas na lei (estatuto do desarmamento), mas materialmente não configuram nenhum delito. Qualquer interpretação em sentido contrário constitui, segundo nosso juízo, grave ofensa à liberdade e ao Direito penal constitucionalmente enfocado.". GOMES, Luiz Flavio. Arma desmuniciada versus Munição Desarmada. http://www.wiki-iuspedia.com.br/article.php?story=20040705160036824, texto publicado em 05/07/2004

Na mesma senda, o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul decidiu acertadamente:

"PORTE ILEGAL DE MUNIÇÃO. SENTENÇA CONDENATÓRIA. APELAÇÃO. Portar ou guardar meia dúzia de cartuchos de arma de fogo, não destinados ao comércio ou tráfico ilegal e desprovidos de instrumento detonador, não caracteriza a conduta incriminada no art. 14 da Lei n.º 10.826/2033. APELO DEFENSIVO AO QUAL SE DÁ PROVIMENTO. (Apelação Crime Nº 70018918854, Terceira Câmara Criminal, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Vladimir Giacomuzzi, Julgado em 17/05/2007)."

Destarte, pelo exposto, acolho o pretendido pelo Ministério Público e determino o arquivamento dos presentes autos.

Noutro giro,determino a remessa das cópias requeridas pelo MP à VEMEQA.

Feitas as necessárias intimações e publicações, dê-se baixa, com as anotações de praxe.

Manaus (AM), 27 de fevereiro de 2019.

Henrique Veiga Lima.
Juiz de Direito

Autos n°: 0625855-14.2018.8.04.0001
Réu: Anderson Tavares da Silva

Cuidam-se de embargos de declaração impetrados pelo Defensor do réu Anderson Tavares da Silva visando sanar contradição da sentença condenatória prolatada às fls. 96 e ss, que fixou o regime inicial fechado, em que pese tenha aplicado a pena mínima de 01 ano de reclusão pelo delito de Furto.

O MP é pelo deferimento do pedido.

De tudo quanto visto e examinado, tenho que o decisum não é merecedor de reforma, porque está evidente que as péssimas condições pessoais do apenado serviram para a fixação do regime fechado para início de cumprimento da sanção.

Friso que as circunstâncias do evento não fugiram à normalidade, eis o motivo pelo que a pena-base foi estipulada no assoalho legal. Mas a maior censurabilidade adveio da bojuda folha corrida, já que apesar de contar apenas uma execução penal, mostra que não consegue desviar-se da seara delitiva, notadamente em ofensas quanto ao patrimônio alheio.

Nesse sentido:

REGIME INICIAL FECHADO. PENA INFERIOR A 4 ANOS.

MAUS ANTECEDENTES.REINCIDÊNCIA. POSSIBILIDADE.

SÚMULA 269/STJ. INAPLICABILIDADE. AGRAVO IMPROVIDO.

1A jurisprudência desta Corte firmou-se no sentido de ser possível a imposição do regime inicial mais gravoso

para desconto da reprimenda penal ao réu reincidente e possuidor de

maus antecedentes, ainda que a pena aplicada seja inferior a 4 anos.

2. Na hipótese, não há se falar em violação à Súmula 269/STJ, pois

devidamente justificada a imposição do regime fechado.

3. Agravo a que se nega provimento (AgRg no AREsp 1183800/SP,

Rel. Ministro JORGE MUSSI, Quinta Turma, julgado em 7/12/2017, DJe 15/12/2017)

Assim sendo, mantenho irretocáveis os termos da condenação, porque absolutamente condizentes com as provas coligidas nos autos.

Intime-se do indeferimento.

Manaus, 27 de fevereiro de 2019.

Henrique Veiga Lima.
Juiz de Direito

Autos n°: 0656675-16.2018.8.04.0001
Matuzalem Lopes Sandes

Vistos, etc.

Acolho o parecer de fl. , do digno representante do Ministério Público, cujo relatório passo a adotar como razão de decidir porque embasado em sólidos princípios legais e, DETERMINO O ARQUIVAMENTO da presente notitia criminis com base no artigo 28 do Código de Processo Penal, considerando que a Promotoria não encontrou elementos suficientes para oferecer a Denúncia. Ressalvo, todavia, a possibilidade de desarquivamento ex-vi do art.18 do mesmo Diploma Legal.

Cumpra-se.

Manaus (AM), 27 de fevereiro de 2019

Henrique Veiga Lima.
Juiz de Direito

Autos n°: 0314231-61.2006.8.04.0001
Aristeu Silva dos Santos Júnior

Compulsando o caderno, constato que o réu Aristeu Silva dos Santos Júnior, denunciado pelo delito do Art. 155 do CPB O crime em questão prescreve em 08 anos pela pena máxima cominada em abstrato, no entanto, a menoridade relativa do agente o reduz pela metade.

Ocorre que se levarmos em consideração o tempo que o Feito tramitou desde o recebimento da denúncia, em 13.04.2007 até a suspensão em 30.07.2009 e da retomada da instrução em 19.07.2017 até o momento, vemos que já acha-se frustrada a pretensão punitiva estatal, como bem pontuam as partes.

Desta feita, tem-se que com base no Art. 107, IV e 109, V, c/c Art. 115, todos do CPB, é de se declarar EXTINTA A PUNIBILIDADE do acusado acima nominado, neste autos, como em julgado pretérito de natureza semelhante, cujo excerto transcrevo abaixo, realçando a razoabilidade perante a ordem constitucional vigente:

"A necessidade de manter a congruência com os princípios constitucionais relativos à seara penal, além de se evitar a odiosa idéia da imprescritibilidade de condutas conhecidamente incluídas no rol de menor potencial ofensivo, tem levado esta Corte a impor limites ao prazo de suspensão da prescrição, a partir do que determina o art. 109 do Código Penal, impedindo a consecução eterna da pretensão punitiva. In casu, tomando-se por base a natureza delitiva, e reiniciado o prazo após cumprida a fluência prescricional do art. 109, vê-se que a pretensão punitiva ultrapassou e muito a exigência legal. Ordem concedida para extinguir a pretensão punitiva em face da prescrição." (STJ - HC 25734 - Rel. Min. José Arnaldo).

Feitas as necessárias anotações e comunicações de praxe, dê-se baixa e arquive-se.

Manaus (AM), 28 de fevereiro de 2019.

Henrique Veiga Lima.
Juiz de Direito

NOTAS DE INTIMAÇÃO - ADVOGADOS

Processo nº: 0229344-95.2016.8.04.0001
Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário/PROC
Assunto: Roubo Majorado
Réu(s): Ana Claudia Mendonça Soares, Eduardo da Silva Ramos e Oseias Wendel da Silva Viana
Advogado(s): João Bosco Lopes Maia Júnior, Kathleen Souza de Oliveira Belota, Jerônimo Pereira da Silva Neto, Cíntia Albuquerque Brito, ADRIEL LOPES MOTA, Andréa Marques Telles de Souza, Antônio Frazão Amaral, Aniely Valena de Oliveira Mariano Formiga, Belmiro Gonçalves Vianez Neto, Camila Bertolini de Paiva, Carlos Augusto Azevedo da Silva Júnior, CHARLENE DUARTE MAIA, Davi Rodrigues de Oliveira, Fábio Assunção Pavesi, Geysa Caroline de Souza Machado, Henrique da Silva Braga, Iran Vieira de Sousa, Jennifer de Queiroz Rodrigues de Oliveira, Jerônimo Pereira da Silva Neto, João Bosco Lopes Maia Júnior, Kal-El Bessa Nascimento Salem, Kathleen Souza de Oliveira Belota, Luciano Menezes Gadelha, Marcos Dino da Rocha Marinho, Maria do Perpétuo Socorro Nunes Feijó Florêncio, Michel Alex da Cunha Alves Maia, Nathália Pimentel Bione de Souza, Raphael Coelho da Silva, Richardson Martins Praia Braga, Veraci Torres da Silva e Adriano Alves de Lima
Finalidade: Apresentação de memoriais
Manaus, 12 de março de 2019
Henrique Veiga Lima
Juiz(a) de Direito

Processo nº: 0208335-72.2019.8.04.0001
Ação: Restituição de Coisas Apreendidas/PROC
Assunto: Quadrilha ou Bando
Querelado(s): Polícia Civil do Estado do Amazonas
Advogado(s): Muller Henrique Pessoa
Finalidade: Ciência de decisão – fl. 18
Manaus, 12 de março de 2019
Henrique Veiga Lima
Juiz(a) de Direito

11ª VARA CRIMINAL

JUÍZO DE DIREITO DA 11ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO EULINETE MELO SILVA TRIBUZY
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL SANDRA ONETE DA SILVA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0104/2019

ADV: FÁBIO GOUVÊA DE SÁ (OAB 3801/AM) - Processo 0603141-31.2016.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes do Sistema Nacional de Armas - INDICIADO: ALEXANDRE OLIVEIRA SANTOS e outro - Para fins de impulsionar o feito e com fundamento no provimento 063/02 - CGJ/AM, esta secretaria INTIMA A DEFESA, na pessoa dos advogado 3801/AM - Fábio Gouvêa de Sá , devidamente constituído nos autos, VIA NOTA DE PUBLICAÇÃO, Para Apresentação de Alegações Finais em forma de Memoriais no prazo 05 (cinco) dias.

Fábio Gouvêa de Sá (OAB 3801/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 11ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO EULINETE MELO SILVA TRIBUZY
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL SANDRA ONETE DA SILVA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0105/2019

ADV: EMÍLIA CAROLINA MELLO VIEIRA (OAB 3872/AM) - Processo 0208536-11.2012.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo - INDICIADO: Adriano Lima de Almeida - Para fins de impulsionar o feito e com fundamento no provimento 063/02 - CGJ/AM, esta secretaria INTIMA A DEFESA, na pessoa da advogada 3872/AM - Emília Carolina Mello Vieira , devidamente constituída nos autos, VIA NOTA DE PUBLICAÇÃO, Para apresentação de Alegações Finais em forma de Memoriais no prazo de 05 (cinco) dias.

Emília Carolina Mello Vieira (OAB 3872/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 11ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO EULINETE MELO SILVA TRIBUZY
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL SANDRA ONETE DA SILVA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0107/2019

ADV: CAMILA BERTOLINI DE PAIVA (OAB 8223/AM), ADV: CHARLENE DUARTE MAIA (OAB 8504/AM) - Processo 0650931-40.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo - ACUSADO: Jose Dias Marques Filho - Para fins de impulsionar o feito e com fundamento no provimento 063/02 - CGJ/AM, esta secretaria INTIMA A DEFESA, na pessoa da advogada 8223/AM - Camila Bertolini de Paiva , devidamente constituída nos autos, VIA NOTA DE PUBLICAÇÃO. Para apresentação de alegações finais em forma de memoriais, no prazo de 05 (cinco) dias.

Camila Bertolini de Paiva (OAB 8223/AM)
CHARLENE DUARTE MAIA (OAB 8504/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 11ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO EULINETE MELO SILVA TRIBUZY
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL SANDRA ONETE DA SILVA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0108/2019

ADV: CHARLENE DUARTE MAIA (OAB 8504/AM) - Processo 0651624-24.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo - ACUSADO: Rafael Maciel Vieira e outro - Para fins de impulsionar o feito e com fundamento no provimento 063/02 - CGJ/AM, esta secretaria INTIMA A DEFESA, na pessoa do advogado 8504/AM - CHARLENE DUARTE MAIA , devidamente constituído nos autos, VIA NOTA DE PUBLICAÇÃO. Para apresentação de alegações finais em forma de memoriais, no prazo de 05 (cinco) dias.
CHARLENE DUARTE MAIA (OAB 8504/AM)

1ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI
JUIZ(A) DE DIREITO MATEUS GUEDES RIOS
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL CINTYA LUANA ARAUJO GANDRA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0077/2019

ADV: MAURO DE SIQUEIRA QUEIROZ (OAB 2360/AM), ADV: ZILMARA MARCELA DE SOUZA GUEDES (OAB 10392/AM) - Processo 0023344-20.2003.8.04.0001 (001.03.023344-6) - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - RÉU: Marcus James Frota Lobato - FICA INTIMADO, DESDE JÁ, através do presente, o (a) patrono (a) do acusado (a) a comparecer no PLENÁRIO deste Juízo do 1º Tribunal do Júri - FÓRUM MINISTRO HENOCH REIS na Av. Jornalista Humberto Calderaro Filho (antiga Av.Paraíba), s/nº, térreo, Bairro de Adrianópolis, a fim de participar da Sessão de Julgamento do Tribunal do Júri Popular designada para o dia : 26/04/2019, às 08h30.

ADV: MAURO DE SIQUEIRA QUEIROZ (OAB 2360/AM), ADV: ZILMARA MARCELA DE SOUZA GUEDES (OAB 10392/AM) - Processo 0023344-20.2003.8.04.0001 (001.03.023344-6) - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - RÉU: Marcus James Frota Lobato - FICA INTIMADO, DESDE JÁ, através do presente, o (a) patrono (a) do acusado (a) a comparecer no PLENÁRIO deste Juízo do 1º Tribunal do Júri - FÓRUM MINISTRO HENOCH REIS na Av. Jornalista Humberto Calderaro Filho (antiga Av.Paraíba), s/nº, térreo, Bairro de Adrianópolis, a fim de participar da Sessão de Julgamento do Tribunal do Júri Popular designada para o dia : 15/04/2019, às 08h30.

ADV: LUCIANA DA SILVA TERÇAS (OAB 4121/AM) - Processo 0228002-54.2013.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - DENUNCIADO: Susan Assunção de Encarnação e outro - FICA INTIMADO ATRAVÉS DO PRESENTE, o (a)(s) patrono (a)(s) do acusado (a) para comparecer(em) neste Juízo do 1º Tribunal do Júri, a fim de participar da Audiência de Instrução e Julgamento DESIGNADA para o dia : 08.04. 2019, às 10h30min.

ADV: ÁTILA DE MEDEIROS AFFONSO (OAB 1819/AM) - Processo 0263328-41.2014.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - INDICIADO: Helione Fernandes Costa - FICA INTIMADO ATRAVÉS DO PRESENTE, o (a)(s) patrono (a)(s) do acusado (a) para comparecer(em) neste Juízo do 1º Tribunal do Júri, a fim de participar da Audiência de Instrução e Julgamento DESIGNADA para o dia: 20/05/2019, às 08H30.

Átila de Medeiros Affonso (OAB 1819/AM)
Luciana da Silva Terças (OAB 4121/AM)
Mauro de Siqueira Queiroz (OAB 2360/AM)
Zilmara Marcela de Souza Guedes (OAB 10392/AM)

TJ/AM - COMARCA DE MANAUS
JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DO TRIBUNAL DO JURI
JUIZ(A) DE DIREITO: Mateus Guedes Rios
DIRETORA DE SECRETARIA: Cintya Luana Araujo Gandra

PUBLICAÇÃO DA SENTENÇA

Processo nº 0204290-46.2011.8.04.0020.

De ordem do Dr. George Hamilton Lins Barroso, Juiz de Direito da 1ª Vara do Tribunal do Júri da Capital, Estado do Amazonas, Republica Federativa do Brasil, Considerando a Decisão Judicial.

FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, que, por este Juízo e Cartório do 1º Tribunal do Júri, tramitam os termos do processo nº 0204290-46.2011.8.04.0020 que a Justiça Pública move contra o acusado **JOSÉ MURILO VIEGAS SILVA**, Brasileiro(a), RG 2445873-2, pai Benedito Pereira da Silva, mãe Dolores Melquides Viegas Silva, Nascido/Nascida 13/01/1972, natural de Rio de Janeiro - RJ, com endereço à Rua Frei Caneca, 02, Colônia Oliveira

Machado, CEP 69070-000, Manaus - AM, a fim de tornar pública a Sentença a seguir resumida em transcrição **"Ante o exposto, com fundamento no Art. 413 do Código de Processo Penal, JULGO PROCEDENTE a Denúncia do Ministério Público e por conseguinte PRONUNCIO o acusado JOSÉ MURILO VIEGAS SILVA, já qualificado nos autos, a fim de que seja submetido a julgamento pelo Tribunal do Júri Popular desta Comarca, como incurso nas sanções do Art. 121, §2°, I (motivo torpe) e IV (recurso que dificultou a defesa da ofendida), c/c Art. 14, inciso II, e Art. 61, inciso II, alínea "f", ambos do CP. ",** e, para no futuro ninguém alegar ignorância, mandou o MM. Juiz, expedir o presente Edital, que será publicado no Diário Oficial do Estado do Amazonas e afixado na porta principal do Tribunal do Júri. Dado e passado nesta cidade de Manaus - Amazonas, 22 de fevereiro de 2019. Eu,Veranilce Marques Paiva, digitei. Eu, Marilene Ribeiro Alves, Diretora de Secretaria, confiro e assino.

EDITAL DE INTIMAÇÃO JULGAMENTO

O Dr. Mateus Guedes Rios, Juiz de Direito da 1º Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, etc...

FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente O ACUSADO, adiante identificado, que por este Júri e Cartório da 1º Vara do Tribunal do Júri tramitam os termos do processo nº 0011896-45.2006.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra **DAVIDSON DE SOUZA CORRÊA**, Brasileiro(a), Solteiro, Montador, RG 1340292-7/AM, pai Marcos Venícius Leal Corrêa, mãe Izabel Maria de Souza Corrêa, Nascido/Nascida 06/07/1980, natural de Manaus - AM, com endereço à Rua Galileu, 532, prox. ao Campo Estrela, Compensa II, Manaus - AM, por infração ao artigo 121, § 2º. III do Código Penal Brasileiro, em determinação ao disposto no Artigo 370, Parágrafo 1º do CPB, o MMº. Juíz de Direito mandou expedir o presente EDITAL DE INTIMAÇÃO no Diário Oficial do Poder Judiciário do Estado do Amazonas, **para INTIMAR O ACUSADO para que compareça neste juízo do 1° Tribunal do Júri, sito na Av. Jornalista Humberto Calderaro Filho, s/n, térreo, setor 3 (Fórum Ministro Henoch Reis), Bairro – Adrianópolis, Manaus-AM, no dia 08/04/2019 às 08:30h, a fim de ser submetido a julgamento pelo Tribunal do Júri Popular, pelo cometimento do crime de homicídio**. E para que, no futuro, o mesmo não alegue desconhecimento, mandou expedir o presente edital, considerado publicado no Diário da Justiça Eletrônico em data posterior a esta. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 11 de março de 2019. Eu, Sidnéia de Oliveira Freitas Fortes, o digitei. Eu, Cintya Luana Araujo Gandra , Diretor de Secretaria, o conferi.

Mateus Guedes Rios
Juiz de Direito

NOTA DE PUBLICAÇÃO DE SENTENÇA

O Dr. Celso Souza de Paula, Juiz de Direito da 1ª Vara do Tribunal do Júri da Capital, Estado do Amazonas, Republica Federativa do Brasil, nos autos de n.º 0001541-34.1992,o qual figura como acusados: EDSON PEREIRA DE SOUZA, WASHIGTON FIDEL BATISTA GUEDES, RAIMUNDO NONATO DAS GRAÇAS CARNEIRO, JOSE CARLOS AUGUSTO DE SOUZA, GILBERTO CARLOS GUERRA DA SILVA, EDIO SERGIO DA COSTA FARIAS e ALDRIN DA SILVA MOREIRA, vem por meio desta DAR PUBLICIDADE a SENTENÇA (de fls. 2.299 usque 2.303) a seguir resumida em transcrição: **"Desta forma, DECLARO EXTINTA A PUNIBILIDADE, com relação aos Acusados EDSON PEREIRA DE SOUZA, WASHINGTON FIDEL BATISTA GUEDES, RAIMUNDO NONATO DAS GRAÇAS CARNEIRO, JOSÉ CARLOS AUGUSTO DE SOUZA, GILBERTO CARLOS GUERRA DA SILVA, EDIO SERGIO DA COSTA FARIAS e ALDRIN DA SILVA MOREIRA, nos termos dos arts. 107, IV e 109, I, ambos doCódigo Penal Brasileiro. DETERMINO vista dos autos ao representante ministerial, para ciência. Após, dê-se baixa e arquivem-se. Manaus, 14 de setembro de 2018. Celso Souza de Paula Juiz de Direito"**

EDITAL DE INTIMAÇÃO

Autos nº:0222402-47.2016.8.04.0001
Ação:Ação Penal de Competência do Júri/PROC
Autor(a): A JUSTIÇA PÚBLICA
DenunciadoPamela Borba Ferreira

O Dr. Mateus Guedes Rios, Juiz de Direito da 1ª Vara do Tribunal do Júri da Capital, Estado do Amazonas, Republica Federativa do Brasil.

FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente O ACUSADO, adiante identificado, que, por este Juízo e Cartório do 1º Tribunal do Júri, tramitam os termos do processo 0222402-47.2016.8.04.0001 que a Justiça Pública move contra o acusado **PAMELA BORBA FERREIRA,** Brasileiro(a), Solteira, Autônomo, RG 24177407, CPF 022.267.612-41, pai Pedro Farias Ferreira, mãe Analigia Borba Gomes, Nascido/Nascida 18/10/1992, natural de Manaus - AM, com endereço à RUA São Severino, 41, Santa Etelvina, CEP 69093-111, Manaus - AM, atualmente em local incerto e não sabido, pronunciado por crime capitulado nas penas do Art. 121 § 2º, I, III, IV § 4º, Parte 2 c/c Art. 13 § 2º, "a" c/c Art. 29 "caput" c/c Art. 61 "caput", II, "h" todos do(a) CP c/c Art. 1-º, II § 4º, II do(a) LEI 9455/1997, em determinação ao disposto no Artigo 420 do CPP, pelo que mandou o MM. Juiz expedir o presente Edital de Intimação, a fim de que o acusado fique ciente da Sentença de Pronúncia nos seguintes termos **"JULGO PROCEDENTE a denúncia formulada pelo Ministério Público para PRONUNCIAR o (s) acusado (s) como incurso (s) na pena do Art. 121 § 2º, I, III, IV § 4º, Parte 2 c/c Art. 13 § 2º, "a" c/c Art. 29 "caput" c/c Art. 61 "caput", II, "h" todos do(a) CP c/c Art. 1-º, II § 4º, II do(a) LEI 9455/1997. Por fim, considerando que não se encontram presentes os motivos dispostos nos arts. 311 e 312 do Código de Processo Penal a ensejarem a custódia cautelar do(s) acusado(s), mantenho-o(s) em liberdade/preso aguardando seu(s) julgamento(s) pelo Tribunal do Povo."**. E para que chegue ao conhecimento do(s) Réu(s), e para no futuro ninguém alegar ignorância, mandou expedir este Edital, que será publicado no Diário Oficial do Estado do Amazonas e afixado na porta principal do Tribunal do Júri. Dado e passado nesta cidade de Manaus - Amazonas, 12 de março de 2019. Eu, Sidnéia de Oliveira Freitas Fortes, expedi, e eu Cintya Luana Araujo Gandra, Diretor(a) de Secretaria, confiro.

Mateus Guedes Rios
Juiz de Direito

2ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0043/2019

ADV: SIDNEY JOSÉ VIEIRA DE SOUZA (OAB 5798/AM) - Processo 0205223-95.2019.8.04.0001 (processo principal 0603485-75.2017.8.04.0001) - Recurso em Sentido Estrito - Homicídio Qualificado - APELANTE: Paulo Vitor de Freitas Rola - EDITAL DE INTIMAÇÃO De ordem do Doutor Anésio Rocha Pinheiro, Juiz de Direito, titular da 2ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, esta secretaria, considerando a Portaria de nº 03/2015 e em cumprimento à decisão judicial, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o ADVOGADO HABILITADO NOS AUTOS, adiante identificado, que, por este Juízo e Cartório da 2ª Vara do Tribunal do Júri, tramitam os termos do Processo Crime nº 0205223-95.2019.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra

ADV: LAILA JÉSSICA ALENCAR COSTA E SILVA (OAB 9572/AM) - Processo 0209247-21.2009.8.04.0001 (001.09.209247-1) - Ação Penal de Competência do Júri - DENUNCIADA: Érica Maria Brito D'Ávila - EDITAL - INTIMAÇÃO De ordem do Doutor Anésio

Rocha Pinheiro, Juiz de Direito, titular da 2ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, esta secretaria, considerando a Portaria de nº 03/2015 e em cumprimento à decisão judicial, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o ADVOGADO HABILITADO NOS AUTOS, adiante identificado, que, por este Juízo e Cartório da 2ª Vara do Tribunal do Júri, tramitam os termos do Processo Crime nº 0209247-21.2009.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra Érica Maria Brito D'Ávila, por infração Art. 121 § 2º, I do(a) CP todos do Código Penal Brasileiro, em determinação ao disposto no Artigo 370, Parágrafo 1º do CPP, o MM. Juiz de Direito, mandou expedir o presente EDITAL DE INTIMAÇÃO, no Diário Oficial do Poder Judiciário do Estado do Amazonas para INTIMAR o Dr. Laila Jéssica Alencar Costa e Silva, OAB 9572/AM, a fim de se fazer presente na AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO do acusado acima mencionado, designada para o dia 30/04/2019 às 08:30h, neste juízo, na Av. Paraíba S/Nº, Térreo, setor 03, São Francisco - CEP 69079-265, Fone: 3303-5225, Manaus-AM - E-mail: 2tribunal.juri@tjam.jus.br, e para que, no futuro, o mesmo não alegue desconhecimento. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 11 de março de 2019. Eu, Lucas Victor Gonçalves Assunção, Estagiário, o digitei. Eu, Maria Socorro Leandro da Silva, Diretora de Secretaria, o conferi. MARIA SOCORRO LEANDRO DA SILVA Diretora de Secretaria

ADV: CÂNDIDO HONÓRIO SOARES FERREIRA NETO (OAB 5199/AM), ADV: MARLEIDE SARAIVA DO AMARAL (OAB 6167/AM) - Processo 0242447-09.2015.8.04.0001 (apensado ao processo 0242973-73.2015.8.04.0001) - Ação Penal de Competência do Júri - Decorrente de Violência Doméstica - DENUNCIADO: K.S.A. - EDITAL DE INTIMAÇÃO DE DECISÃO De ordem da Doutora Ana Paula de Medeiros Braga, Juiza de Direito da 2ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, esta secretaria, considerando a Portaria de nº 03/2015 e em cumprimento à decisão judicial, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente os ADVOGADOS HABILITADOS NOS AUTOS, adiante identificados, que, por este Juízo e Cartório da 2ª Vara do Tribunal do Júri, tramitam os termos do Processo Crime nº 0242447-09.2015.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra Klifferson Silva Aguiar, por infração Art. 121 § 2º, I, IV e Art. 129 § 9º ambos do(a) CP, todos do Código Penal Brasileiro, em determinação ao disposto no Artigo 370, Parágrafo 1º do CPP , a MM. Juíza de Direito, mandou expedir o presente EDITAL DE INTIMAÇÃO, no Diário Oficial do Poder Judiciário do Estado do Amazonas para INTIMAR o Dr. Marleide Saraiva do Amaral OAB 6167/AM e Cândido Honório Soares Ferreira Neto OAB 5199/AM, A FIM DE TOMAR CIÊNCIA DA DECISÃO, a seguir transcrita "Ante o exposto, com base no art. 282, I e II, e §5º, do CPP, REVOGO a medida cautelar de monitoramento eletrônico, prevista no art. 319, IX, do mesmo diploma legal, em favor do réu KLIFFERSON SILVA AGUIAR, mantendo-se incólume os demais termos da decisão de fls. 376/379, ressaltando que eventual descumprimento, poderá ensejar decretação de prisão preventiva.", no PRAZO DE 05 (cinco) DIAS, e para que, no futuro, o mesmo não alegue desconhecimento. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 11 de março de 2019. Eu, Gabriel dos Santos Almeida, Estagiário, o digitei. Eu, Maria Socorro Leandro da Silva, Diretora de Secretaria, o conferi. MARIA SOCORRO LEANDRO DA SILVA Diretora de Secretaria

ADV: SARAH PORTO LIMA ANIJAR (OAB 4098/AM), ADV: CIRLANE FIGUEREDO ALBERTINO (OAB 8085/AM) - Processo 0640043-12.2018.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - RÉU: C.H.G.J. e outro - EDITAL - INTIMAÇÃO De ordem do Doutor Anésio Rocha Pinheiro, Juiz de Direito, titular da 2ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, esta secretaria, considerando a Portaria de nº 03/2015 e em cumprimento à decisão judicial, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o ADVOGADO HABILITADO NOS AUTOS, adiante identificado, que, por este Juízo e Cartório da 2ª Vara do Tribunal do Júri, tramitam os termos do Processo Crime nº 0640043-12.2018.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra Carlos Henrique Guimarães Junior, por infração Art. 121 § 2º, I c/c Art. 29 "caput" ambos do(a) CP todos do Código Penal Brasileiro, em determinação ao disposto no Artigo 370, Parágrafo 1º do CPP, o MM. Juiz de Direito, mandou expedir o presente EDITAL DE INTIMAÇÃO, no Diário Oficial do Poder Judiciário do Estado do Amazonas para INTIMAR a Dra. Sarah Porto Lima Anijar; Cirlane Figueredo Albertino, OAB 4098/AM; 8085/AM, a fim de se fazer presente na AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO do acusado acima mencionado, designada para o dia 23/04/2019 às 10:00h, neste juízo, na Av. Paraíba S/Nº, Térreo, setor 03, São Francisco - CEP 69079-265, Fone: 3303-5225, Manaus-AM - E-mail: 2tribunal.juri@tjam.jus.br, e para que, no futuro, o mesmo não alegue desconhecimento. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 11 de março de 2019. Eu, Lucas Victor Gonçalves Assunção, Estagiário(a), o digitei. Eu, Maria Socorro Leandro da Silva, Diretora de Secretaria, o conferi. MARIA SOCORRO LEANDRO DA SILVA Diretora de Secretaria

Cândido Honório Soares Ferreira Neto (OAB 5199/AM)
Cirlane Figueredo Albertino (OAB 8085/AM)
Laila Jéssica Alencar Costa e Silva (OAB 9572/AM)
Marleide Saraiva do Amaral (OAB 6167/AM)
Sarah Porto Lima Anijar (OAB 4098/AM)
Sidney José Vieira de Souza (OAB 5798/AM)

EDITAL DE PUBLICAÇÃO DE SENTENÇA

De ordem do Doutor Anésio Rocha Pinheiro, Juiz de Direito, titular da 2ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, esta secretaria, considerando a Portaria de nº 03/2015 e em cumprimento à decisão judicial,

FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente as partes, que, por este Juízo e Cartório da 2ª Vara do Tribunal do Júri, tramitam os termos do Processo Crime 0214281-06.2011.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra Maycon Lima de Castro, por infração Art. 121 §2º, I, IV todos do Código Penal Brasileiro, e, em determinação ao disposto Artigo 4º e seus incisos, da Lei 11.419/2006, o MM. Juiz de Direito, mandou expedir o presente EDITAL, no Diário Oficial do Poder Judiciário do Estado do Amazonas para TORNAR PÚBLICA A SENTENÇA, a seguir transcrita "Ante o exposto, com fundamento no art. 413 do Código de Processo Penal, JULGO PROCEDENTE a Denúncia do Ministério Público e por conseguinte Pronuncio o acusado MAYCON LIMA DE CASTRO, a fim de que seja submetido a julgamento pelo Tribunal do Júri Popular desta Comarca, como incurso nas sanções art. 121, §º, incisos I (motivo Torpe) e IV (recurso que dificultou a defesa da vítima), do Código Penal Brasileiro. Referente ao decreto preventivo, como bem se vê nos autos, o modus operandi da conduta demonstram toda periculosidade do réu, principalmente pela possível brutalidade dos fatos, de modo que aliado ao fato de ser contumaz na prática delitiva, necessário se faz garantir a ordem pública, rejeitando, por ora, qualquer possibilidade de liberdade provisória. Sendo assim, considerando a presença dos requisitos elencados no artigo 312 do Código de Processo Penal, principalmente, a necessidade de se resguardar a ordem pública, ante a periculosidade do réu (periculum libertatis), evidenciada pelo modus operandi da conduta concreta e antecedentes criminais, aliado ao fato de restar comprovado nesta deliberação a presença de materialidade e indícios de autoria (fumus comissi delicti), MANTENHO a prisão do ora pronunciado, até ordem contrária deste Juízo ou de Instância Superior, aguardando seu julgamento pelo Tribunal do Povo.Intimem-se pessoalmente o pronunciado, desta sentença, entregando-lhe cópia da Pronúncia. Em caso de certidão negativa, intime-o por edital. Por conseguinte, não se logrando êxito na tentativa editalícia, dê-se o devido prosseguimento ao feito, por obediência ao disposto no artigo 367 do Código de Processo Penal.Intime-se a Defesa do réu, na forma do artigo 370, §º do Código Processo Penal. Intime-se, pessoalmente o Ministério Público. Ocorrendo o trânsito em julgado da indigitada decisão, na

forma do artigo 422 do CPP, determino, a intimação do Ministério Público, por seu representante, e posteriormente ao advogado do acusado , para no prazo de 5 (cinco) dias, apresentarem o rol de testemunhas que irão depor em plenário, bem como para juntarem documentos e requererem as diligências necessárias que possam sanar qualquer nulidade ou esclarecer fato que interesse ao julgamento da causa, desde que não sejam diligências consideradas protelatórias. Sem diligências requeridas e com a juntada dos róis de testemunhas, junte-se o relatório do processo. Após, paute-se data para o julgamento do réu, no Plenário do Tribunal do Júri. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Manaus, 11 de março de 2019.", atendendo os ditames legais e para que, no futuro, não seja alegado desconhecimento da mesma, bem como a nulidade do ato processual. Transcorrido o prazo legal, sem interposição de recurso, os autos serão conclusos ao MM. Juiz, para decisão. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos. 12 de março de 2019 Eu, Yasmin Monick A. Moncayo, Estagiária, o digitei. Eu, Maria Socorro Leandro da Silva, Diretora de Secretaria, o conferi.

MARIA SOCORRO LEANDRO DA SILVA
DIRETORA DE SECRETARIA

EDITAL DE PUBLICAÇÃO DE SENTENÇA

De ordem do Doutor Anésio Rocha Pinheiro, Juiz de Direito, titular da 2ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, esta secretaria, considerando a Portaria de nº 03/2015 e em cumprimento à decisão judicial,

FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente as partes, que, por este Juízo e Cartório da 2ª Vara do Tribunal do Júri, tramitam os termos do Processo Crime 0614706-55.2017.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra Andrew Rafael Nunes Trindade e Wendel da Conceicao Freitas, por infração Art. 121 §2º, I, III, IV todos do Código Penal Brasileiro, e, em determinação ao disposto Artigo 4º e seus incisos, da Lei 11.419/2006, o MM. Juiz de Direito, mandou expedir o presente EDITAL, no Diário Oficial do Poder Judiciário do Estado do Amazonas para TORNAR PÚBLICA A SENTENÇA, a seguir transcrita "Ante o exposto, com fundamento no art. 413 do Código de Processo Penal, JULGO PROCEDENTE a Denúncia do Ministério Público e por conseguinte Pronuncio os acusados WENDEL DA CONCEIÇÃO FREITAS E ANDREW RAFAEL NUNES TRINDADE, já qualificados nos autos, a fim de que sejam submetidos a julgamento pelo Tribunal do Júri Popular desta Comarca, como incurso nas sanções Art. 121, §º, incisos I (motivo torpe), III (meio cruel) e IV (recurso que dificultou a defesa do ofendido). Outrossim, em consulta à Certidão de Antecedentes Criminais em anexo, verifica-se pelo modus operandi da conduta, bem como seus antecedentes criminais, a necessidade de manutenção do constrito cautelar, a fim de garantir a ordem pública. Sendo assim, considerando a presença dos requisitos elencados no artigo 312 do Código de Processo Penal, principalmente, a necessidade de se resguardar a ordem pública, ante a periculosidade do réu (periculum libertatis), evidenciada pelo modus operandi da conduta concreta e antecedentes criminais, aliado ao fato de restar comprovado nesta deliberação a presença de materialidade e indícios de autoria (fumus comissi delicti), MANTENHO a prisão dos oras pronunciados, até ordem contrária deste Juízo ou de Instância Superior, aguardando seu julgamento pelo Tribunal do Povo. Intimem-se pessoalmente o pronunciado, desta sentença, entregando-lhe cópia da Pronúncia. Em caso de certidão negativa, intime-o por edital. Por conseguinte, não se logrando êxito na tentativa editalícia, dê-se o devido prosseguimento ao feito, por obediência ao disposto no artigo 367 do Código de Processo Penal.Intime-se a Defesa do réu, na forma do artigo 370, §º do Código Processo Penal. Intime-se, pessoalmente o Ministério Público. Ocorrendo o trânsito em julgado da indigitada decisão, na forma do artigo 422 do CPP, determino, a intimação do Ministério Público, por seu representante, e posteriormente ao advogado do acusado , para no prazo de 5 (cinco) dias, apresentarem o rol de testemunhas que irão depor em plenário, bem como para juntarem documentos e requererem as diligências necessárias que possam sanar qualquer nulidade ou esclarecer fato que interesse ao julgamento da causa, desde que não sejam diligências consideradas protelatórias. Sem diligências requeridas e com a juntada dos róis de testemunhas, junte-se o relatório do processo. Após, paute-se data para o julgamento do réu, no Plenário do Tribunal do Júri. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Manaus, 11 de março de 2019.", atendendo os ditames legais e para que, no futuro, não seja alegado desconhecimento da mesma, bem como a nulidade do ato processual. Transcorrido o prazo legal, sem interposição de recurso, os autos serão conclusos ao MM. Juiz, para decisão. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos. 12 de março de 2019 Eu, Yasmin Monick A. Moncayo, Estagiária, o digitei. Eu, Maria Socorro Leandro da Silva, Diretora de Secretaria, o conferi.

MARIA SOCORRO LEANDRO DA SILVA
DIRETORA DE SECRETARIA

3ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI

JUÍZO DE DIREITO DA 3º VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI
JUIZ(A) DE DIREITO MAURO MORAES ANTONY
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL DIEGO DE JESUS BRAGA DA COSTA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0055/2019

ADV: ÁTILA DE MEDEIROS AFFONSO (OAB 1819/AM), ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0202405-78.2016.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - DENUNCIADO: T.B.G. - RÉU: E.M.A. e outros - De ordem do Juízo da 3ª Vara do Tribunal do Júri, Mauro Moraes Antony, da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, etc, esta secretaria, considerando a portaria nº. 02/2015 e em cumprimento à decisão judicial, FAZ SABER, pelo presente EDITAL, expedido com o fim de INTIMAR o acusado ELISON COLARES DA COSTA, (Alcunha: malvadinho), Brasileiro(a), RG 2540082-7, pai ANTONIO DA COSTA, mãe SILVIA DOS SANTOS COLARES, Nascido 07/11/1993, natural de Manaus - AM, com endereço à RUA TAUBATÉ, N°65, Próximo a aréa Véu de noiva, REDENÇÃO, CEP 69000-000, Manaus - AM, nos termos do art. 420, § único do CPP, da SENTENÇA de IMPRONÚNCIA, proferida nestes autos da Ação Penal nº. 0202405-78.2016.8.04.0001. O presente Edital é expedido com prazo de 15 (quinze) dias, contado do dia da publicação na imprensa oficial. O prazo para recurso correrá após o término dos 15 (quinze) dias, salvo se, no curso deste, for feita a intimação por qualquer das outras formas estabelecidas na legislação processual penal. Cópia da Sentença de Pronúncia ficará à disposição do acusado, pelo prazo deste edital e do recursal, em Juízo, na Secretaria da 3.ª Vara do Tribunal do Júri, Av. Paraíba S/Nº, Fórum Henoch Reis, 4º andar, Setor 06 - Fórum Henoch Reis, São Francisco - CEP 69079-265, Fone: 3303-5152, Manaus-AM - E-mail: 3tribunal.juri@tjam.jus.br. Dado e passado nesta cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, em 11 de março de 2019. Eu, Daniel Oliveira Alves, Assistente Judiciário, o digitei.

ADV: CRISTIANE GAMA GUIMARÃES (OAB 4507/AM) - Processo 0203186-95.2019.8.04.0001 (processo principal 0228696-52.2015.8.04.0001) - Recurso em Sentido Estrito - Homicídio Qualificado - APELANTE: Rodrigo Martins Rubem - Recebidos e vistos. RECEBO O RECURSO EM SENTIDO ESTRITO tendo em vista sua tempestividade (art. 593, I, do CPP). Em relação ao juízo de retratação, trata-se da possibilidade de reavaliar a decisão interlocutória proferida diante das alegações apresentadas pelas partes. Ao reexaminar os autos, quanto à preliminar arguida, entendo que os argumentos deduzidos não prosperam por dissentirem da abalizada jurisprudência

dos Tribunais Superiores. A ausência de memoriais não gera defeito processual, mas sim a falta de intimação para ofertá-las. Extrai-se dos autos que o juízo oportunizou a apresentação das alegações finais. Contudo, decorrido o prazo, a parte não as apresentou. Ora, se a parte não cumpre o prazo legal, não poderia arguir nulidade, valendo-se da própria torpeza e utilizando como argumento a sua inércia processual. Ademais, o Superior Tribunal de Justiça entende que não há nulidade no procedimento bifásico do Tribunal do Juri, assim tem entendido o STJ: HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO. INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA. NÃO CONHECIMENTO. HOMICÍDIO. SENTENÇA DE PRONÚNCIA. NULIDADE. NÃO OCORRÊNCIA. PREJUÍZO. INEXISTÊNCIA. ALEGAÇÕES FINAIS. PRESCINDIBILIDADE. INÉRCIA DA DEFESA, DEVIDAMENTE INTIMADA PARA REALIZAÇÃO DO ATO. ARTIGO 565 DO CPP. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO. (...)2. No processo penal é imprescindível, quando se trata de nulidade de ato processual, a demonstração do prejuízo sofrido, em consonância com o princípio pas de nullité sans grief, consagrado pelo legislador no artigo 563 do CPP, verbis: “Nenhum ato será declarado nulo, se da nulidade não resultar prejuízo para a acusação ou para a defesa”. 3. As alegações finais são prescindíveis no procedimento bifásico do Tribunal do Júri, por encerrar mero juízo provisório acerca da materialidade e autoria delitivas, demonstrando, assim ausência de prejuízo por sua inexistência quando a defesa, devidamente intimada, deixa transcorrer in albis o prazo para a realização do ato processual, como no caso dos autos. Precedentes 4. A inércia da defesa na apresentação das alegações finais do procedimento do Tribunal do Júri, quando devidamente intimada para tanto, não implica nulidade pela disposição do artigo 565 do CPP, no sentido de que “nenhuma das partes poderá arguir nulidade a que haja dado causa, ou para que tenha concorrido”. 5. Habeas corpus não conhecido. (grifo nosso) No mais, atento aos argumentos deduzidos no recurso, concluo que não deve ser modificada a decisão de PRONÚNCIA recorrida, cujos fundamentos bem resistem às razões do recurso, de forma que, nada tendo a reformar, a mantenho integralmente (art. 589 do CPP). Assim, observadas as formalidades legais, remetam-se os autos ao E. Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, realizando-se o traslado das seguintes peças processuais que entendo necessárias: denúncia, alegações finais e decisão de pronúncia. Por se tratarem de autos digitais, estes podem ser visualizados pelo sítio eletrônico do Tribunal de Justiça do Amazonas, mediante simples consulta deste número de processo. As peças processuais estão todas nomeadas e identificadas, sendo de fácil acesso e visualização, o que atende ao art. 589 do CPP. A necessidade de traslado das peças processuais, conforme impõe o art. 589 do CPP, justifica-se em casos em que os autos são físicos. Considerando que estes autos são digitais e de domínio público, cujo acesso integral pode ser facilmente realizado via sítio eletrônico do Tribunal de Justiça do Amazonas, não mais se mostra necessário a realização do traslado de todas as peças do processo. Caso se trate de autos em segredo de justiça, encaminhe-se senha de acesso à secretaria da Câmara Criminal do 2º grau para fins de acesso aos autos desta instância a quo. Cumpra-se.

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0207099-61.2014.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - DENUNCIADO: Jorge Martins da Silva e outros - Isto posto, após indeferir a inclusão da qualificadora do recurso que dificultou a defesa da vítima (IV, fine), via emendatio libelli (art. 418 do CPP), JULGO PROCEDENTE o pedido constante da DENÚNCIA formulada pelo Ministério Público para, nos termos do art. 413 do CPP, PRONUNCIAR o acusado RONILDO MAGALHÃES DE SOUZA como incurso nas penas do art. 121, §2º, I (torpe) e III (meio cruel), CPB, praticado em face de DIONÍSIO MAGALHÃES DE SOUZA. Em relação ao encerramento da instrução criminal e pelo fato de o réu encontrar-se recolhido, MANTENHO a prisão preventiva do mesmo, pois subsistem os fundamentos da custódia cautelar nos termos do art. 312 do CPP. Assim posiciona-se a jurisprudência: (...) Consoante entendimento pacificado nesta Corte Superior, caso persistam os motivos que ensejaram a decretação da prisão preventiva, desnecessária se torna proceder à nova fundamentação quando da prolação da sentença de pronúncia, mormente quando inexistem fatos novos capazes de promover a soltura do acusado. (STJ - RHC: 22314 RJ 2007/0257607-3, Relator: Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, Data de Julgamento: 21/08/2008, T5 - QUINTA TURMA, Data de Publicação: DJe 28/10/2008). DELIBERAÇÕES FINAIS: Intime-se, pessoalmente, o representante Ministerial com assento neste Juízo, bem como o acusado(s), nos termos do art. 420, I do CPP. Caso o mandado não tenha sido cumprimento pelo meirinho por questões formais/procedimentais, ou mesmo que tenha sido expedido com algum erro, desde já fica a secretaria autorizada a expedir novo mandado, sanando-se o equívoco. Intime-se o(a)(s) Defensor(a)(es) constituído(s) pelo ré(u)(s), na forma do art. 370, §1º do CPP. Tratando-se de acusado(s) solto(s), consigne no mandado a possibilidade de o oficial de justiça realizar a intimação por hora certa, tudo nos termos do art. 362 do CPP e art. 252 a 255 do CPC. Somente considerar-se-á válida a intimação por hora certa, caso tenha o meirinho procedido nos termos do art. 252 e ss. do CPC. Caso não tenha sido observado o procedimento legal, expeça-se novo mandado ou renove-o, conforme o caso. Ressalta-se que, por expressa determinação legal, é prescindível de autorização judicial a realização pelo Meirinho de citações e intimações em domingos ou feriados, ou nos dias úteis, antes das 6h e depois das 20h, desde que imprescindíveis e suscetíveis de gerar grave dano, consoante dispõe art. 212, §1° e §2°, CPC . Case se trate de réu(s) que tenha(m) medidas diversas da prisão, à secretaria para expedir o mandado atentando quanto ao endereço do termo de compromisso, bem como de eventual notícia/informação de mudança de endereço ou mesmo do que consta do termo de qualificação e interrogatório procedido em Juízo. Para o(s) réu(s) que não está(ão) sujeito(s) a medidas diversas da prisão, proceda-se à intimação observando o endereço que consta do auto de qualificação e interrogatório realizado em Juízo, levando em conta também eventual notícia/informação de mudança de endereço constante dos autos. Certificado nos autos pelo oficial de Justiça que o(a) acusado(a) não fora encontrado ou que seja foragido, conforme conste de informação oficial oriundo do Sistema Prisional do Estado, intime-o(s) por edital, com prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 420, parágrafo único do CPP. Caso se trate de acusado(a) que tenha sido intimado pessoalmente por mandando ou em cartório acerca de qualquer ato processual, inclusive de audiência de instrução preliminar, e não tenha comparecido para o ato (art. 367, primeira parte do CPP), o que resultou na ocasião a decretação de sua revelia, intime-o(s) da decisão de pronúncia no endereço outrora indicado e que foi localizado. Caso não seja mais encontrado, a secretaria fica autorizada a proceder a intimação da pronúncia, via edital, com prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 420, parágrafo único, do CPP. Caso se trate de acusado(a) que tenha sido DECRETADA A SUA REVELIA em razão de mudança de endereço, nos termos do art. 367, segunda parte, do CPP, proceda-se a intimação da decisão de pronúncia por edital, com prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 420, parágrafo único, do CPP. Intimadas as partes, na forma legal, e decorrido o prazo sem a interposição do competente recurso em sentido estrito, certifique-se nos autos a preclusão da presente decisão de Pronúncia. Certificada a tempestividade do Recurso em Sentido Estrito, desde já fica a Secretaria deste Juízo autorizada a abrir vista a parte contrária/recorrido para oferecer, no prazo legal, as contrarrazões recursais. Com a resposta do recorrido ou sem ela, tornem os autos conclusos para os fins previstos no art. 589 do CPP. Para fins de evitar redesignação de sessão de julgamento, intime-se o acusado por mandado e simultaneamente por edital. Caso o mandado de intimação da decisão não retorne no prazo de 30 dias, consoante os registros constante do sistema SAJ, expeça-se mandado de intimação de caráter urgente, para fins de cumprimento imediato. PROVIDÊNCIAS DO ART. 422 DO CPP Preclusa a sentença de pronúncia, determino que se abra vista ao Ministério Público e à defesa do(s) acusado(s), intimando-os para, em 05 (cinco) dias, apresentarem o rol de testemunhas, devidamente qualificadas, que irão depor em Plenário, até o máximo de 05 (cinco) por crime imputado a cada acusado(a)(s) (limite legal e jurisprudencial), oportunidade em que poderão juntar documentos e requererem diligências necessárias, nos termos do art 422, do CPP. Considerando ser impróprio o prazo de 05 (cinco) dias do art. 422 do CPP e valendo-se este Juízo dos poderes ordinatórios e instrutórios inerentes à atividade jurisdicional, fica

estabelecido o prazo limite de 02 (dois) MESES antes da data do julgamento em plenário para os requerimentos das partes, fundados no art. 422 do CPP. A medida justifica-se em razão da necessidade de prazo razoável para o atendimento dos requerimentos e a preparação dos autos para julgamento em plenário. Alerta-se que há portaria interna da Central de Mandados estabelecendo o prazo de 30 (trinta) dias para expedição de mandado e seu cumprimento. No mais, o cumprimento de demais diligências por repartições e órgãos internos também devem ser cumpridos/atendidos em prazo razoável. O atendimento a diligências às vésperas do julgamento em plenário pode restar prejudicado pela exiguidade do tempo para o efetivo cumprimento. Casos excepcionais que refujam das hipóteses acima ficam sujeitas à deliberação judicial própria, mediante requerimento fundamentado declarando motivo justo. Após a manifestação das partes, à Secretaria para inclusão do processo na pauta de julgamento, nos moldes do art. 423, II, CPP. Cumpra-se, na ordem estabelecida e observando o procedimento legal. Publique-se. Registre-se. Intime-se e demais providências de praxe.

ADV: ANDRÉ HUMBERTO FORTES PAPALÉO (OAB 5688/AM), ADV: ISABEL LUANA DE OLIVEIRA NOBRE (OAB 7338/AM), ADV: GORETH CAMPOS RUBIM (OAB 8542/AM), ADV: LARISSA CAMPOS RUBIM (OAB 11145/AM) - Processo 0210772-91.2016.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - DENUNCIADO: W.L.M. - REPTADO: G.S.L. - Para fins de impulsionar o feito e com base no provimento nº. 063/02 - CGJ/AM, esta secretaria inclui o processo na pauta de julgamento, nos moldes do art. 423, II do CPP, DESIGNANDO o dia 24/09/2019 às 08:30h para a realização do julgamento pelo Tribunal do Júri.

ADV: RAQUEL NATALINA BRITO SILVA (OAB 10323/AM) - Processo 0219989-95.2015.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - DENUNCIADO: Wlademir da Silva Chota - Recebidos e vistos. Acolho a promoção ministerial de fls. antecedentes. Expeça-se mandado para o comparecimento da vítima Edinelzo Ferreira (p. 227) A secretaria para as providências de praxe.

ADV: HIGOR CESAR DE CASTRO (OAB 12719/AM), ADV: SANDRA REGINA DOS SANTOS (OAB 3455/AM) - Processo 0224706-48.2018.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Crime Tentado - RÉU: Reinaldo Lopes de Lima - De ordem do Juízo da 3ª Vara do Tribunal do Júri, Mauro Moraes Antony, da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, etc, esta secretaria, considerando a portaria nº. 02/2015 e em cumprimento à decisão judicial, FAZ SABER, pelo presente EDITAL, expedido com o fim de INTIMAR o acusado REINALDO LOPES DE LIMA, Brasileiro(a), Convivente, RG 158301-1, pai Antonio Costa Lima, mãe Maria de Fátima Lopes de Souza, Nascido 11/03/1983, com endereço à Rua Natal, Nº 10, Beco Natal, Tancredo Neves, CEP 69000-000, Manaus - AM, nos termos do art. 420, § único do CPP, da DECISÃO INTERLOCUTÓRIA MODIFICADORA DE COMPETÊNCIA , proferida nestes autos da Ação Penal nº. 0224706-48.2018.8.04.0001. O presente Edital é expedido com prazo de 15 (quinze) dias, contado do dia da publicação na imprensa oficial. O prazo para recurso correrá após o término dos 15 (quinze) dias, salvo se, no curso deste, for feita a intimação por qualquer das outras formas estabelecidas na legislação processual penal. Cópia da Sentença de Pronúncia ficará à disposição do acusado, pelo prazo deste edital e do recursal, em Juízo, na Secretaria da 3.ª Vara do Tribunal do Júri, Av. Paraíba S/Nº, Fórum Henoch Reis, 4º andar, Setor 06 - Fórum Henoch Reis, São Francisco - CEP 69079-265, Fone: 3303-5152, Manaus-AM - E-mail: 3tribunal.juri@tjam.jus.br. Dado e passado nesta cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, em 11 de março de 2019. Eu, Daniel Oliveira Alves, Assistente Judiciário, o digitei.

ADV: JUAREZ BARBOSA DE LIMA NETO (OAB 8819/AM) - Processo 0233560-07.2013.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - ACUSADO: Agberto Ceran dos Santos Alves - Para fins de impulsionar o feito e com fundamento no provimento 063/02 - CGJ/AM, esta secretaria INTIMA A DEFESA, na pessoa do advogado) 8819/AM - JUAREZ BARBOSA DE LIMA NETO, devidamente constituído(a)(s) nos autos, VIA NOTA DE PUBLICAÇÃO, para conhecimento da Audiência de Instrução e Julgamento designada para o dia 18/03/2019, ÀS 14:30 HORAS na 5ª VARA DO JÚRI DA COMARCA DE FORTALEZA/CE.

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0242079-63.2016.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - DENUNCIADO: Raimundo José do Nascimento Frasão - Recebidos e vistos. O Ministério Público, no curso da ação penal ajuizada, formulou requerimento a este juízo pleiteando o deferimento de diligências relacionadas aos fatos tratados nos presentes autos. (p. 242) Passo a decidir. O Ministério Público tem assegurada a garantia constitucional e legal de requisitar diligências investigatórias, sendo tal incumbência arrolada no art. 129, VIII da CF: “requisitar diligências investigatórias e a instauração de inquérito policial, indicados os fundamentos jurídicos de suas manifestações processuais”, bem como na Lei Complementar nº. 11/93 (Lei Orgânica Estadual do MP/AM), cujo art. 4º estabelece inúmeros poderes requisitórios. Dessa feita, o Ministério Público NÃO está subordinado ao Poder Judiciário para tomar a iniciativa de requisitar informações e produzir provas, seja na fase investigatória seja na fase processual, principalmente no curso da ação penal, consoante consta do art. 47 do CPP: Art.47.Se o Ministério Público julgar necessários maiores esclarecimentos e documentos complementares ou novos elementos de convicção, DEVERÁ REQUISITÁ-LOS, DIRETAMENTE, de quaisquer autoridades ou funcionários que devam ou possam fornecê-los. Esse dispositivo encontra-se previsto especificamente no título III que trata da ação penal, caso em que, eventuais diligências, esclarecimentos ou NOVOS ELEMENTOS DE CONVICÇÃO QUE SURJAM NO CURSO DA AÇÃO PENAL, JÁ AJUIZADA, DEVEM SER OBJETO DE REQUISIÇÃO DIRETA PELO MINISTÉRIO PÚBLICO, uma vez que atua no feito como parte e tem o ônus de produzir as provas que comporão o acervo processual, nos termos do atual modelo processual penal-acusatório. Diversamente do art. 47, acima retratado, o art. 16 do CPP, previsto no título II, que trata do Inquérito Policial, exige que as DILIGÊNCIAS, desde que sejam NOVAS, quando IMPRESCINDÍVEIS ao oferecimento da denúncia, sejam objeto de apreciação judicial. Nesse caso, a lei exige expressamente a intervenção do Poder Judiciário quanto à requisição de novas diligências policiais, bem diferente do que é previsto no art. 47 do CPP, o qual, repisa-se, atribui expressa autonomia ao Ministério Público para requisitar diretamente elementos de prova. O Ministério Público, portanto, possui o direito subjetivo de requisitar diretamente informações para instruir ação penal. Ele não depende do Poder Judiciário para requisitar provas perante a administração direta e indireta. Assim posiciona-se o SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA: I - Consoante entendimento deste e. Superior Tribunal de Justiça, o Poder Judiciário NÃO ESTÁ OBRIGADO A DEFERIR REQUISIÇÕES PLEITEADAS PELO MINISTÉRIO PÚBLICO, senão quando demonstrada a real necessidade de sua intermediação (Precedentes). II - In casu, NÃO HOUVE SEQUER ALEGAÇÃO DE DIFICULDADE OU OBSTÁCULO PARA A REALIZAÇÃO DAS DILIGÊNCIAS PLEITEADAS PELO MINISTÉRIO PÚBLICO POR MEIOS PRÓPRIOS, o que EXIME A AUTORIDADE JUDICIÁRIA DA OBRIGAÇÃO DE DEFERIR A REQUISIÇÃO, não havendo que se falar em direito líquido e certo do recorrente. Recurso desprovido. RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 28.358 - SP (2008/0264283-9) Pelo exposto, INDEFIRO o requerimento formulado pelo Ministério Público para o juízo prover o cumprimento das diligências outrora requeridas (p. 242), sem prejuízo de o próprio Parquet as requisitar e, posteriormente, requerer a sua juntada aos autos, mediante iniciativa própria. No mais, este juízo já encerrou a instrução preliminar e oportunizou vista às partes para o oferecimento de alegações finais, as quais deverão ser oferecidas no prazo legal, sob pena de avanço do curso da ação penal com o ingresso na fase sentencial. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: LEONARDO ANASTACIO MASCARENHAS (OAB A1280/AM) - Processo 0245954-70.2018.8.04.0001 (processo principal 0242603-60.2016.8.04.0001) - Recurso em Sentido Estrito - Homicídio Qualificado - APELANTE: Paulo de Oliveira Barbosa Júnior - Recebidos e vistos. RECEBO O RECURSO EM SENTIDO ESTRITO tendo em vista sua tempestividade (art. 593, I, do CPP). Em relação ao juízo de retratação, trata-se da possibilidade de reavaliar a decisão interlocutória proferida diante das alegações apresentadas pelas partes. Ao reexaminar os autos concluo que não deve ser modificada a decisão de PRONÚNCIA recorrida, cujos

fundamentos bem resistem às razões do recurso, de forma que, nada tendo a reformar, a mantenho integralmente (art. 589 do CPP). Assim, observadas as formalidades legais, remetam-se os autos ao E. Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, realizando-se o traslado das seguintes peças processuais que entendo necessárias: denúncia, alegações finais e decisão de pronúncia. Por se tratarem de autos digitais, estes podem ser visualizados pelo sítio eletrônico do Tribunal de Justiça do Amazonas, mediante simples consulta deste número de processo. As peças processuais estão todas nomeadas e identificadas, sendo de fácil acesso e visualização, o que atende ao art. 589 do CPP. A necessidade de traslado das peças processuais, conforme impõe o art. 589 do CPP, justifica-se em casos em que os autos são físicos. Considerando que estes autos são digitais e de domínio público, cujo acesso integral pode ser facilmente realizado via sítio eletrônico do Tribunal de Justiça do Amazonas, não mais se mostra necessário a realização do traslado de todas as peças do processo. Caso se trate de autos em segredo de justiça, encaminhe-se senha de acesso à secretaria da Câmara Criminal do 2º grau para fins de acesso aos autos desta instância a quo. Cumpra-se.

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0500088-29.2019.8.04.0001 - Petição Criminal - DIREITO PENAL - REQUERENTE: Juízo de Direito da 3ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Manaus/AM - Diante da Certidão de fls. 686 certificando que o(a) servidor(a) público ORLANDO FERREIRA CRUZ JÚNIOR não está à disposição deste Juízo, NÃO CONHEÇO do Requerimento de Dispensa de fls. 624. Do exposto, oficie-se à Autoridade Requerente informando que o(a) referido(a) servidor(a) não está convocado(a) por este Juízo para servir como jurado(a).

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0500088-29.2019.8.04.0001 - Petição Criminal - DIREITO PENAL - REQUERENTE: Juízo de Direito da 3ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Manaus/AM - Do exposto, INDEFIRO o requerimento de dispensa dos servidores EDIVALDO SOARES MENDES e JOEL COLARES DE ALBUQUERQUE da função de Jurado(a) no Tribunal do Júri.

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0500088-29.2019.8.04.0001 - Petição Criminal - DIREITO PENAL - REQUERENTE: Juízo de Direito da 3ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Manaus/AM - Do exposto, INDEFIRO o requerimento de dispensa dos servidores NILZA GOMES TRINDADE, MOYSÉS MARREIRO DE ARAÚJO e MARIA IRACEMA LASMAR FRANCO, da função de Jurado(a) no Tribunal do Júri.

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0500088-29.2019.8.04.0001 - Petição Criminal - DIREITO PENAL - REQUERENTE: Juízo de Direito da 3ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Manaus/AM - Do exposto, INDEFIRO o requerimento de dispensa do(a) servidor(a) SARA RAQUEL CORDEIRO DE CASTRO da função de Jurado(a) no Tribunal do Júri.

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0604011-71.2019.8.04.0001 - Pedido de Prisão Preventiva - Homicídio Qualificado - REPTANTE: P.C.E.A. - Preserve-se o sigilo. Manaus, 11 de Março de 2019. Mauro Moraes Antony Juiz de Direito (assinatura digital)

ADV: THAYS STEFANY SOUZA DA SILVA (OAB 12289/AM), ADV: ANDRÉIA COSTA FERNANDES (OAB 11155/AM), ADV: MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO NUNES FEIJÓ FLORÊNCIO (OAB 6541/AM), ADV: IRAN VIEIRA DE SOUSA (OAB 5706/AM), ADV: GEYSA CAROLINE DE SOUZA MACHADO (OAB 6149/AM), ADV: ANTÔNIO FRAZÃO AMARAL (OAB 3042/AM), ADV: KAL-EL BESSA NASCIMENTO SALEM (OAB 6389/AM), ADV: NATHÁLIA PIMENTEL BIONE DE SOUZA (OAB 8027/AM), ADV: ÉRICA CÂNDIDA COSTA (OAB 12473/AM), ADV: AMANDA KARLA PAIVA DA SILVA (OAB 12229/AM), ADV: PRISCILA RUBIM NEPOMUCENO DA SILVA (OAB 13493/AM), ADV: FLAVIA YONARA ANDREOLA DA SILVA (OAB 13811/AM), ADV: DAVI RODRIGUES DE OLIVEIRA (OAB 8550/AM), ADV: RICHARDSON MARTINS PRAIA BRAGA (OAB 4786/AM), ADV: CYRO ROBERTO PEREIRA DA COSTA (OAB 9836/AM), ADV: HENRIQUE DA SILVA BRAGA (OAB 9379/AM), ADV: JOELMA TAKEDA DE MORAES (OAB 8432/AM), ADV: MICHEL ALEX DA CUNHA ALVES MAIA (OAB 9543/AM), ADV: CÍNTIA ALBUQUERQUE BRITO (OAB 5596/AM), ADV: AMANDA GUIMARÃES PRAIA (OAB 10761/AM), ADV: JERÔNIMO PEREIRA DA SILVA NETO (OAB 9509/AM), ADV: KAREN REGINA NOGUEIRA RAMALHOSA (OAB 9101/AM), ADV: JOÃO BOSCO LOPES MAIA JÚNIOR (OAB 8107/AM), ADV: MARCOS DINO DA ROCHA MARINHO (OAB 9346/AM), ADV: FÁBIO ASSUNÇÃO PAVESI (OAB 8754/AM), ADV: LUCIANO MENEZES GADELHA (OAB 8648/AM), ADV: CHARLENE DUARTE MAIA (OAB 8504/AM), ADV: CAMILA BERTOLINI DE PAIVA (OAB 8223/AM), ADV: RAPHAEL COELHO DA SILVA (OAB 7998/AM), ADV: ANIELY VALENA DE OLIVEIRA MARIANO FORMIGA (OAB 7258/AM), ADV: ANDRÉA MARQUES TELLES DE SOUZA (OAB 3283/AM) - Processo 0608568-04.2019.8.04.0001 - Auto de Prisão em Flagrante - Homicídio Simples - INDICIADO: Elias Santos do Nascimento - Para fins de impulsionar o feito e com fundamento no provimento 063/02 - CGJ/AM, esta secretaria INTIMA A DEFESA, na pessoa do(a)(s) advogado(a)(s) 12229/AM - Amanda Karla Paiva da Silva 10761/AM - Amanda Guimarães Praia 9836/AM - Cyro Roberto Pereira da Costa 3283/AM - Andréa Marques Telles de Souza 13811/AM - Flavia Yonara Andreola da Silva 3042/AM - Antônio Frazão Amaral 7258/AM - Aniely Valena de Oliveira Mariano Formiga 8223/AM - Camila Bertolini de Paiva 8432/AM - Joelma Takeda de Moraes 8504/AM - CHARLENE DUARTE MAIA 5596/AM - Cíntia Albuquerque Brito 8550/AM - Davi Rodrigues de Oliveira 8754/AM - Fábio Assunção Pavesi 6149/AM - Geysa Caroline de Souza Machado 9379/AM - Henrique da Silva Braga 5706/AM - Iran Vieira de Sousa 12289/AM - Thays Stefany Souza da Silva 9509/AM - Jerônimo Pereira da Silva Neto 8107/AM - João Bosco Lopes Maia Júnior 6389/AM - Kal-El Bessa Nascimento Salem 12473/AM - Érica Cândida Costa 8648/AM - Luciano Menezes Gadelha 9346/AM - Marcos Dino da Rocha Marinho 6541/AM - Maria do Perpétuo Socorro Nunes Feijó Florêncio 9543/AM - Michel Alex da Cunha Alves Maia 8027/AM - Nathália Pimentel Bione de Souza 7998/AM - Raphael Coelho da Silva 13493/AM - Priscila Rubim Nepomuceno da Silva 11155/AM - Andréia Costa Fernandes 4786/AM - Richardson Martins Praia Braga 9101/AM - Karen Regina Nogueira Ramalhosa , devidamente constituído(a)(s) nos autos, VIA NOTA DE PUBLICAÇÃO, para tomar conhecimento da promoção de fls. 83 e providenciar a juntada dos documentos requeridos pelo Ministério Público, no prazo de 5 dias.

ADV: JOÃO BOSCO LOPES MAIA JÚNIOR (OAB 8107/AM), ADV: MARCOS DINO DA ROCHA MARINHO (OAB 9346/AM), ADV: FÁBIO ASSUNÇÃO PAVESI (OAB 8754/AM), ADV: LUCIANO MENEZES GADELHA (OAB 8648/AM), ADV: CHARLENE DUARTE MAIA (OAB 8504/AM), ADV: CAMILA BERTOLINI DE PAIVA (OAB 8223/AM), ADV: RAPHAEL COELHO DA SILVA (OAB 7998/AM), ADV: ANIELY VALENA DE OLIVEIRA MARIANO FORMIGA (OAB 7258/AM), ADV: NATHÁLIA PIMENTEL BIONE DE SOUZA (OAB 8027/AM), ADV: MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO NUNES FEIJÓ FLORÊNCIO (OAB 6541/AM), ADV: IRAN VIEIRA DE SOUSA (OAB 5706/AM), ADV: GEYSA CAROLINE DE SOUZA MACHADO (OAB 6149/AM), ADV: ANTÔNIO FRAZÃO AMARAL (OAB 3042/AM), ADV: KAL-EL BESSA NASCIMENTO SALEM (OAB 6389/AM), ADV: RICHARDSON MARTINS PRAIA BRAGA (OAB 4786/AM), ADV: HENRIQUE DA SILVA BRAGA (OAB 9379/AM), ADV: ANDRÉIA COSTA FERNANDES (OAB 11155/AM), ADV: DAVI RODRIGUES DE OLIVEIRA (OAB 8550/AM), ADV: FLAVIA YONARA ANDREOLA DA SILVA (OAB 13811/AM), ADV: PRISCILA RUBIM NEPOMUCENO DA SILVA (OAB 13493/AM), ADV: AMANDA KARLA PAIVA DA SILVA (OAB 12229/AM), ADV: ÉRICA CÂNDIDA COSTA (OAB 12473/AM), ADV: THAYS STEFANY SOUZA DA SILVA (OAB 12289/AM), ADV: KAREN REGINA NOGUEIRA RAMALHOSA (OAB 9101/AM), ADV: AMANDA GUIMARÃES PRAIA (OAB 10761/AM), ADV: CÍNTIA ALBUQUERQUE BRITO (OAB 5596/AM), ADV: CYRO ROBERTO PEREIRA DA COSTA (OAB 9836/AM), ADV: JOELMA TAKEDA DE MORAES (OAB 8432/AM), ADV: MICHEL ALEX DA CUNHA ALVES MAIA (OAB 9543/AM), ADV: JERÔNIMO PEREIRA DA SILVA NETO (OAB 9509/AM), ADV: ANDRÉA MARQUES TELLES DE SOUZA (OAB 3283/AM) - Processo 0608568-04.2019.8.04.0001 - Auto de Prisão em Flagrante - Homicídio Simples - INDICIADO: Elias Santos do Nascimento - I - Recebidos e Vistos. II - RECEBO A DENÚNCIA, em todos os seus termos. III - Cite(m)-se o(s) denunciado(s) acerca da exordial acusatória para que ofereça(m),

via advogado constituído, RESPOSTA ESCRITA, no prazo de 10 (dez) dias, conforme o art. 406, CPP, advertido-o(s) ainda de, na sua falta, ser-lhe(s)-á(ão) nomeada(s) a Defensoria Pública. Em observância ao princípio da celeridade processual, faça constar do mandado de citação que o(s) acusado(s) pode, caso queira, optar desde a sua citação pela representação da Defensoria Pública, mediante registro no mandado. IV - Constando defensor/advogado(a)(s) habilitado(a)(s) nos autos com poderes para representar o(a)(s) acusado(a)(s), desde já ORDENO a intimação dele(s) para apresentar RESPOSTA ESCRITA no prazo legal. Caso sejam procedidas as intimações do(a)(s) defensor(a)(es)/advogado(a)(s) em 02 (duas) oportunidades e não sejam atendidos aos chamados da Justiça, abandonando a causa sem motivo imperioso previamente comunicado ao Juízo, configurar-se-á a inércia ABANDONO DA CAUSA, o que certamente ensejará a aplicação da multa prevista no art. 265 do CPP. E para que não alegue(m) qualquer desconhecimento quanto à aplicação da sanção pecuniária pelo abandono da causa, fica(m), o(s) defensor(es)/advogado(a)(s) desde já advertido(a)(s) da eventual incidência do art. 265 do CPP, sem prejuízo da comunicação a OAB/AM para apurar sua(s) conduta(s) no procedimento. V - Fica a secretaria autorizada a proceder à colheita de outros endereços do(a)(s) acusado(a)(s) junto aos Bancos de dados ordinariamente utilizados, quais sejam: Tribunal Regional Eleitoral (Sistema Siel), INFOJUD (Receita Federal) e do próprio SAJ/PG5 e quaisquer outros meios idôneos e acessíveis. Esses endereços e os que eventualmente já constem dos autos deverão ser empregados nos mandados para a citação pessoal. De modo a impedir movimentações e atos processuais inúteis, somente deverão ser utilizados os endereços que constem rua, número da residência, bairro e cidade. A ausência de quaisquer desses dados torna o endereço incompleto e, por consequência, a inviabilidade do cumprimento. VI - Com fundamento no art. 353, CPP, realizada(s) a(s) consulta(s) e identificado(s) endereço(s) existente(s) em outra(s) comarca(s), fica a secretaria autorizada a expedir CARTA PRECATÓRIA, caso em que deverá atender aos requisitos do art. 354, do CPP e art. 355, do CPP. Consigne-se na carta precatória que em caso de o(a) ré(u) ocultar-se para ser citado(a), que o(a) oficial(a) de justiça certifique e proceda à citação com hora certa, nos termos do art. 362 do CPP. VII - Devidamente CITADO(a)(s) e decorrido o prazo legal, sem manifestação do(a)(s) ré(u)(s), promovo desde já a nomeação da Defensoria Pública, com assento neste Juízo, para representar o(a)(s) ré(u)(s), bem como apresentar a sua resposta escrita, nos termos do art. 406 e ss. do Código de Processo Penal c/c art. 34, inciso I da Lei Complementar nº. 01/90. VIII - Em relação às testemunhas arroladas na denúncia, salvo as militares e os funcionários públicos, considerando-se o princípio da celeridade e da economia processual, fica a secretaria autorizada à proceder a colheita de endereços junto aos Bancos de Dados do Tribunal Regional Eleitoral (Sistema Siel), INFOJUD (Receita Federal), Câmara de Dirigentes Logistas de Manaus (CDLM) e do próprio SAJ/PG5 - em processos recentes -, e quaisquer outros meios idôneos acessíveis, de modo a efetivar as comunicações futuras dos atos processuais. IX - Colhidos todos os endereços do(a)(s) ré(u)(s), expedido(s) o(s) mandado(s) e não encontrado(a)(s) para ser(em) citado(a)(s) pessoalmente, fica, desde já, autorizada a secretaria a citá-lo(a)(s) por edital, com prazo de 15 (quinze) dias, na forma do art. 361 e ss do CPP, com o fim de cientificar-se da acusação imputada e oferecer resposta escrita no prazo legal. Em consulta às listagens prisionais e a informações constantes dos autos, caso o denunciado seja foragido do sistema prisional, fica a secretaria desde já autorizada a proceder a citação por edital, nos moldes acima delineados. X - Consoante a Portaria nº. 05/2015 - Central de Mandados, havendo decurso do prazo de 50 (cinquenta) dias sem notícia nos autos do cumprimento do mandado de citação, desde já este juízo determina a DEVOLUÇÃO do mandado de citação no prazo de 48 hs. Não atendida a solicitação pelo oficial de Justiça ou pela Central de Mandados, oficie-se a Corregedoria Geral de Justiça para apurar a desobediência à ordem. XI - Expeça(m)-se o(s) mandado(s) de citação com as advertências legais e pertinentes. Consigne-se no mandado de citação que o seu cumprimento é estritamente pessoal, nos termos das exigências legais. No mais, havendo mais de um endereço no mandado, fica o Sr. oficial de justiça incumbido de certificar acerca da diligência realizada em cada um dos endereços, sob pena de RENOVAÇÃO do mesmo mandado para novo cumprimento pelo mesmo oficial e sem prejuízo da adoção das medidas disciplinares cabíveis. Ademais, consigne também que, caso necessário, a citação proceder-se-á por hora certa, tudo nos termos do art. 362 do CPP e art. 227 a 229 do CPC, o que deverá ser minuciosamente certificado, sob pena de RENOVAÇÃO do mandado para novo cumprimento pelo mesmo oficial de Justiça. Fica, ainda, autorizada por este Juízo a realizar, caso necessário, a citação em domingos e feriados, ou nos dias úteis, antes das 06:00 hs e depois das 20:00hs, conforme art. 172, §1° e §2°, CPC. Consigne ainda que fica o oficial de Justiça advertido de que sua desídia, retardo injustificado e cumprimento irregular dos mandados poderá ensejar a configuração de ato atentatório à dignidade da Justiça, nos termos do art. 77 do CPC e da aplicação do inovador instituto do “contempt of court” e suas penalidades. XII - intime(m)-se o(a)(s) acusado(a)(s) para requerer, no prazo de 15 dias, a contar da citação, a restituição de bens eventualmente apreendidos que sejam de seu interesse, sob pena de perdimento. XIII - Proceda-se à evolução de classe e ao preenchimento do histórico de partes. XIV - No que concerne à citação do(a) acusado(a), antes da expedição de mandado via oficial de justiça, deverá ser procedida preliminarmente a intimação convidando o(a) acusado(a) a comparecer em juízo, no prazo de 05 (cinco) dias, para ser citado pessoalmente para responder à acusação por escrito no prazo de 10 dias. Consigne-se na carta de intimação as advertências legais, de modo a que não se alegue no futuro desconhecimento das mesmas; XV - Ficam os advogados desde já cientes de que em eventual renúncia de poderes, deverão juntar aos autos a comprovação da notificação do acusado, conforme as formais exigências do art. 112 do CPC, sob pena de continuarem vinculados ao processo, salvo se apresentarem causa justa que impeça a notificação do réu. No caso de apresentação de justificativa, esta será objeto de apreciação judicial. Desde já ficam os advogados cientes de que o não atendimento aos chamados deste juízo para se manifestarem na defesa dos acusados, sobretudo para atender às exigências do art. 112 do CPP, poderá ensejar o reconhecimento do abandono da causa e aplicação de multa, nos termos do art. 265 do CPP. Em caso de não atendimento das formalidades do art. 112 do CPP, a secretaria fica incumbida de prontamente intimar o(a) advogado(s) renunciante(s), mediante ato ordinatório, para no prazo de 05 (dias) cumprir apresentar a notificação da renúncia ao(s) réu(s), com a advertência de que, em não atendido, poder-se-á configurar abandono processual e aplicação de sanção pecuniária, nos termos do art. 265 do CPP. XVI - Colhidos todos os endereços do(a)(s) ré(u)(s), expedido(s) o(s) mandado(s) e não encontrado(a)(s) para ser(em) citado(a)(s) pessoalmente, fica, desde já, autorizada a secretaria a citá-lo(a)(s) por edital, com prazo de 15 (quinze) dias, na forma do art. 361 e ss do CPP, com o fim de cientificar-se da acusação imputada e oferecer resposta escrita no prazo legal. Em consulta às listagens prisionais e a informações constantes dos autos, caso o denunciado seja foragido do sistema prisional, fica a secretaria desde já autorizada a proceder a citação por edital, nos moldes acima delineados. XVII - Consoante a Portaria nº. 05/2015 - Central de Mandados, havendo decurso do prazo de 50 (cinquenta) dias sem notícia nos autos do cumprimento do mandado de citação, desde já este juízo determina a DEVOLUÇÃO do mandado de citação no prazo de 48 hs. Não atendida a solicitação pelo oficial de Justiça ou pela Central de Mandados, oficie-se a Corregedoria Geral de Justiça para apurar a desobediência à ordem. XVIII - Expeça(m)-se o(s) mandado(s) de citação com as advertências legais e pertinentes. Consigne-se no mandado de citação que o seu cumprimento é estritamente pessoal, nos termos das exigências legais. No mais, havendo mais de um endereço no mandado, fica o Sr. oficial de justiça incumbido de certificar acerca da diligência realizada em cada um dos endereços, sob pena de RENOVAÇÃO do mesmo mandado para novo cumprimento pelo mesmo oficial e sem prejuízo da adoção das medidas disciplinares cabíveis. Ademais, consigne também que, caso necessário, a citação proceder-se-á por hora certa, tudo nos termos do art. 362 do CPP e art. 227 a 229 do CPC, o que deverá ser minuciosamente certificado, sob pena de RENOVAÇÃO do mandado para novo cumprimento pelo mesmo oficial de Justiça. Fica, ainda, autorizada por este Juízo a realizar, caso necessário, a

citação em domingos e feriados, ou nos dias úteis, antes das 06:00 hs e depois das 20:00hs, conforme art. 172, §1° e §2°, CPC. Consigne ainda que fica o oficial de Justiça advertido de que sua desídia, retardo injustificado e cumprimento irregular dos mandados poderá ensejar a configuração de ato atentatório à dignidade da Justiça, nos termos do art. 77 do CPC e da aplicação do inovador instituto do "contempt of court" e suas penalidades. XIX - intime(m)-se o(a)(s) acusado(a)(s) para requerer, no prazo de 15 dias, a contar da citação, a restituição de bens eventualmente apreendidos que sejam de seu interesse, sob pena de perdimento. XX - Proceda-se à evolução de classe e ao preenchimento do histórico de partes. XXI - No que concerne à citação do(a) acusado(a), antes da expedição de mandado via oficial de justiça, deverá ser procedida preliminarmente a intimação convidando o(a) acusado(a) a comparecer em juízo, no prazo de 05 (cinco) dias, para ser citado pessoalmente para responder à acusação por escrito no prazo de 10 dias. Consigne-se na carta de intimação as advertências legais, de modo a que não se alegue no futuro desconhecimento das mesmas; XXII - Ficam os advogados desde já cientes de que em eventual renúncia de poderes, deverão juntar aos autos a comprovação da notificação do acusado, conforme as formais exigências do art. 112 do CPC, sob pena de continuarem vinculados ao processo, salvo se apresentarem causa justa que impeça a notificação do réu. No caso de apresentação de justificativa, esta será objeto de apreciação judicial. Desde já ficam os advogados cientes de que o não atendimento aos chamados deste juízo para se manifestarem na defesa dos acusados, sobretudo para atender às exigências do art. 112 do CPP, poderá ensejar o reconhecimento do abandono da causa e aplicação de multa, nos termos do art. 265 do CPP. Em caso de não atendimento das formalidades do art. 112 do CPP, a secretaria fica incumbida de prontamente intimar o(a) advogado(s) renunciante(s), mediante ato ordinatório, para no prazo de 05 (dias) cumprir apresentar a notificação da renúncia ao(s) réu(s), com a advertência de que, em não atendido, poder-se-á configurar abandono processual e aplicação de sanção pecuniária, nos termos do art. 265 do CPP. XXIII - No caso de se tratar de ação penal com PLURALIDADE DE RÉUS, cuja DEFENSORIA PÚBLICA esteja representando mais de 01 (um) acusado e detecte, a qualquer momento, no curso da ação penal, a CONFLITUOSIDADE DE TESES entre os assistidos, fica autorizada, desde já, a instar o Defensor Público Geral ou o setor competente da referida instituição solicitando a designação de um ou mais Defensores Públicos para representar o outro ou outros acusados, assistidos pela Defensoria Pública, uma vez que se trata de matéria inter corporis, a qual deverá ser posteriormente informada nos autos para fins de conhecimento do juízo e providências intimatórias. XXIV - No caso de existir(em) ADVOGADO(S) constituído(s) nos autos, a futura RENÚNCIA de poderes deve ser comunicada ao acusado-mandante, a fim de que lhe seja oportunizado nomear um sucessor, nos termos do art. 112 do CPC. Nos dias seguintes à formal comunicação do(s) réu(s), o advogado continuará a REPRESENTAR o mandante, desde que necessário para lhe evitar prejuízo. (CPC, §1º, art. 112). Caso apresente causa justa que impeça a notificação do réu, esta será objeto de apreciação judicial. XXV - Fica vedado ao advogado renunciante SUBSTABELECER os poderes, outrora conferidos, à Defensoria Pública. O procedimento legal previsto é apenas de comunicar ao acusado a renúncia de poderes, oportunizando-lhe constituir novo advogado e não conferir poderes à Defensoria Pública, à revelia do acusado. XXVI - No caso de o(s) advogado(s) não atender(em) ao que consta dos itens XXV e XXVI supra, fica a secretaria autorizada a intimá-lo(s), via ato ordinatório, para que providencie(m), no prazo de 5 (cinco) dias, a comunicação do(s) acusado(s) acerca da renúncia, mediante a juntada de documento que conste a respectiva assinatura do acusado, de modo a comprovar a sua cientificação, sob pena de o não atendimento ou descumprimento das formalidades legais configurar abandono processual e ensejar a aplicação de multa, nos termos do art. 265 do CPP. XXVII - Ficam as partes desde já cientes de que as peças processuais, o que abrange oficios, mandados e laudos periciais, as quais tenham sido encaminhadas e protocolizadas em formato físico, serão digitalizadas e mantidas à disposição das partes e demais interessados pelo prazo de 30 (trinta dias). Decorrido o prazo, fica a secretaria autorizada a providenciar o descarte das referidas peças, com as cautelas de praxe, junto ao setor competente, nos termos do art. 2º da resolução nº. 15/2011. XXVIII - À secretaria para as demais providências. Cumpra-se, com as cautelas de praxe

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0608860-86.2019.8.04.0001 - Auto de Prisão em Flagrante - Homicídio Qualificado - VÍTIMAFATO: Wilson da Silva Martins - RÉU: Marcos Antonio Lima da Costa - I - Recebidos e Vistos. II - RECEBO A DENÚNCIA, em todos os seus termos. III - Cite(m)-se o(s) denunciado(s) acerca da exordial acusatória para que ofereça(m), via advogado constituído, RESPOSTA ESCRITA, no praza de 10 (dez) dias, conforme o art. 406, CPP, advertido-o(s) ainda de, na sua falta, ser-lhe(s)-á(ão) nomeada(s) a Defensoria Pública. Em observância ao princípio da celeridade processual, faça constar do mandado de citação que o(s) acusado(s) pode, caso queira, optar desde a sua citação pela representação da Defensoria Pública, mediante registro no mandado. IV - Constando defensor/advogado(a)(s) habilitado(a)(s) nos autos com poderes para representar o(a)(s) acusado(a)(s), desde já ORDENO a intimação dele(s) para apresentar RESPOSTA ESCRITA no prazo legal. Caso sejam procedidas as intimações do(a)(s) defensor(a)(es)/advogado(a)(s) em 02 (duas) oportunidades e não sejam atendidos aos chamados da Justiça, abandonando a causa sem motivo imperioso previamente comunicado ao Juízo, configurar-se-á a inércia ABANDONO DA CAUSA, o que certamente ensejará a aplicação da multa prevista no art. 265 do CPP. E para que não alegue(m) qualquer desconhecimento quanto à aplicação da sanção pecuniária pelo abandono da causa, fica(m), o(s) defensor(es)/advogado(a)(s) desde já advertido(a)(s) da eventual incidência do art. 265 do CPP, sem prejuízo da comunicação a OAB/AM para apurar sua(s) conduta(s) no procedimento. V - Fica a secretaria autorizada a proceder à colheita de outros endereços do(a)(s) acusado(a)(s) junto aos Bancos de dados ordinariamente utilizados, quais sejam: Tribunal Regional Eleitoral (Sistema Siel), INFOJUD (Receita Federal) e do próprio SAJ/PG5 e quaisquer outros meios idôneos e acessíveis. Esses endereços e os que eventualmente já constem dos autos deverão ser empregados nos mandados para a citação pessoal. De modo a impedir movimentações e atos processuais inúteis, somente deverão ser utilizados os endereços que constem rua, número da residência, bairro e cidade. A ausência de quaisquer desses dados torna o endereço incompleto e, por consequência, a inviabilidade do cumprimento. VI - Com fundamento no art. 353, CPP, realizada(s) a(s) consulta(s) e identificado(s) endereço(s) existente(s) em outra(s) comarca(s), fica a secretaria autorizada a expedir CARTA PRECATÓRIA, caso em que deverá atender aos requisitos do art. 354, do CPP e art. 355, do CPP. Consigne-se na carta precatória que em caso de o(a) ré(u) ocultar-se para ser citado(a), que o(a) oficial(a) de justiça certifique e proceda à citação com hora certa, nos termos do art. 362 do CPP. VII - Devidamente CITADO(a)(s) e decorrido o prazo legal, sem manifestação do(a)(s) ré(u)(s), promovo desde já a nomeação da Defensoria Pública, com assento neste Juízo, para representar o(a)(s) ré(u)(s), bem como apresentar a sua resposta escrita, nos termos do art. 406 e ss. do Código de Processo Penal c/c art. 34, inciso I da Lei Complementar nº. 01/90. VIII - Em relação às testemunhas arroladas na denúncia, salvo as militares e os funcionários públicos, considerando-se o princípio da celeridade e da economia processual, fica a secretaria autorizada à proceder a colheita de endereços junto aos Bancos de Dados do Tribunal Regional Eleitoral (Sistema Siel), INFOJUD (Receita Federal), Câmara de Dirigentes Logistas de Manaus (CDLM) e do próprio SAJ/PG5 - em processos recentes -, e quaisquer outros meios idôneos acessíveis, de modo a efetivar as comunicações futuras dos atos processuais. IX - Colhidos todos os endereços do(a)(s) ré(u)(s), expedido(s) o(s) mandado(s) e não encontrado(a)(s) para ser(em) citado(a)(s) pessoalmente, fica, desde já, autorizada a secretaria a citá-lo(a)(s) por edital, com prazo de 15 (quinze) dias, na forma do art. 361 e ss do CPP, com o fim de cientificar-se da acusação imputada e oferecer resposta escrita no prazo legal. Em consulta às listagens prisionais e a informações constantes dos autos, caso o denunciado seja foragido do sistema prisional, fica a secretaria desde já autorizada a proceder a citação por edital, nos moldes acima delineados. X - Consoante a Portaria nº. 05/2015 - Central de

Mandados, havendo decurso do prazo de 50 (cinquenta) dias sem notícia nos autos do cumprimento do mandado de citação, desde já este juízo determina a DEVOLUÇÃO do mandado de citação no prazo de 48 hs. Não atendida a solicitação pelo oficial de Justiça ou pela Central de Mandados, oficie-se a Corregedoria Geral de Justiça para apurar a desobediência à ordem. XI - Expeça(m)-se o(s) mandado(s) de citação com as advertências legais e pertinentes. Consigne-se no mandado de citação que o seu cumprimento é estritamente pessoal, nos termos das exigências legais. No mais, havendo mais de um endereço no mandado, fica o Sr. oficial de justiça incumbido de certificar acerca da diligência realizada em cada um dos endereços, sob pena de RENOVAÇÃO do mesmo mandado para novo cumprimento pelo mesmo oficial e sem prejuízo da adoção das medidas disciplinares cabíveis. Ademais, consigne também que, caso necessário, a citação proceder-se-á por hora certa, tudo nos termos do art. 362 do CPP e art. 227 a 229 do CPC, o que deverá ser minuciosamente certificado, sob pena de RENOVAÇÃO do mandado para novo cumprimento pelo mesmo oficial de Justiça. Fica, ainda, autorizada por este Juízo a realizar, caso necessário, a citação em domingos e feriados, ou nos dias úteis, antes das 06:00 hs e depois das 20:00hs, conforme art. 172, §1° e §2°, CPC. Consigne ainda que fica o oficial de Justiça advertido de que sua desídia, retardo injustificado e cumprimento irregular dos mandados poderá ensejar a configuração de ato atentatório à dignidade da Justiça, nos termos do art. 77 do CPC e da aplicação do inovador instituto do "contempt of court" e suas penalidades. XII - intime(m)-se o(a)(s) acusado(a)(s) para requerer, no prazo de 15 dias, a contar da citação, a restituição de bens eventualmente apreendidos que sejam de seu interesse, sob pena de perdimento. XIII - Proceda-se à evolução de classe e ao preenchimento do histórico de partes. XIV - No que concerne à citação do(a) acusado(a), antes da expedição de mandado via oficial de justiça, deverá ser procedida preliminarmente a intimação convidando o(a) acusado(a) a comparecer em juízo, no prazo de 05 (cinco) dias, para ser citado pessoalmente para responder à acusação por escrito no prazo de 10 dias. Consigne-se na carta de intimação as advertências legais, de modo a que não se alegue no futuro desconhecimento das mesmas; XV - Ficam os advogados desde já cientes de que em eventual renúncia de poderes, deverão juntar aos autos a comprovação da notificação do acusado, conforme as formais exigências do art. 112 do CPC, sob pena de continuarem vinculados ao processo, salvo se apresentarem causa justa que impeça a notificação do réu. No caso de apresentação de justificativa, esta será objeto de apreciação judicial. Desde já ficam os advogados cientes de que o não atendimento aos chamados deste juízo para se manifestarem na defesa dos acusados, sobretudo para atender às exigências do art. 112 do CPP, poderá ensejar o reconhecimento do abandono da causa e aplicação de multa, nos termos do art. 265 do CPP. Em caso de não atendimento das formalidades do art. 112 do CPP, a secretaria fica incumbida de prontamente intimar o(a) advogado(s) renunciante(s), mediante ato ordinatório, para no prazo de 05 (dias) cumprir apresentar a notificação da renúncia ao(s) réu(s), com a advertência de que, em não atendido, poder-se-á configurar abandono processual e aplicação de sanção pecuniária, nos termos do art. 265 do CPP. XVI - Colhidos todos os endereços do(a)(s) ré(u)(s), expedido(s) o(s) mandado(s) e não encontrado(a)(s) para ser(em) citado(a)(s) pessoalmente, fica, desde já, autorizada a secretaria a citá-lo(a)(s) por edital, com prazo de 15 (quinze) dias, na forma do art. 361 e ss do CPP, com o fim de cientificar-se da acusação imputada e oferecer resposta escrita no prazo legal. Em consulta às listagens prisionais e a informações constantes dos autos, caso o denunciado seja foragido do sistema prisional, fica a secretaria desde já autorizada a proceder a citação por edital, nos moldes acima delineados. XVII - Consoante a Portaria nº. 05/2015 - Central de Mandados, havendo decurso do prazo de 50 (cinquenta) dias sem notícia nos autos do cumprimento do mandado de citação, desde já este juízo determina a DEVOLUÇÃO do mandado de citação no prazo de 48 hs. Não atendida a solicitação pelo oficial de Justiça ou pela Central de Mandados, oficie-se a Corregedoria Geral de Justiça para apurar a desobediência à ordem. XVIII - Expeça(m)-se o(s) mandado(s) de citação com as advertências legais e pertinentes. Consigne-se no mandado de citação que o seu cumprimento é estritamente pessoal, nos termos das exigências legais. No mais, havendo mais de um endereço no mandado, fica o Sr. oficial de justiça incumbido de certificar acerca da diligência realizada em cada um dos endereços, sob pena de RENOVAÇÃO do mesmo mandado para novo cumprimento pelo mesmo oficial e sem prejuízo da adoção das medidas disciplinares cabíveis. Ademais, consigne também que, caso necessário, a citação proceder-se-á por hora certa, tudo nos termos do art. 362 do CPP e art. 227 a 229 do CPC, o que deverá ser minuciosamente certificado, sob pena de RENOVAÇÃO do mandado para novo cumprimento pelo mesmo oficial de Justiça. Fica, ainda, autorizada por este Juízo a realizar, caso necessário, a citação em domingos e feriados, ou nos dias úteis, antes das 06:00 hs e depois das 20:00hs, conforme art. 172, §1° e §2°, CPC. Consigne ainda que fica o oficial de Justiça advertido de que sua desídia, retardo injustificado e cumprimento irregular dos mandados poderá ensejar a configuração de ato atentatório à dignidade da Justiça, nos termos do art. 77 do CPC e da aplicação do inovador instituto do "contempt of court" e suas penalidades. XIX - intime(m)-se o(a)(s) acusado(a)(s) para requerer, no prazo de 15 dias, a contar da citação, a restituição de bens eventualmente apreendidos que sejam de seu interesse, sob pena de perdimento. XX - Proceda-se à evolução de classe e ao preenchimento do histórico de partes. XXI - No que concerne à citação do(a) acusado(a), antes da expedição de mandado via oficial de justiça, deverá ser procedida preliminarmente a intimação convidando o(a) acusado(a) a comparecer em juízo, no prazo de 05 (cinco) dias, para ser citado pessoalmente para responder à acusação por escrito no prazo de 10 dias. Consigne-se na carta de intimação as advertências legais, de modo a que não se alegue no futuro desconhecimento das mesmas; XXII - Ficam os advogados desde já cientes de que em eventual renúncia de poderes, deverão juntar aos autos a comprovação da notificação do acusado, conforme as formais exigências do art. 112 do CPC, sob pena de continuarem vinculados ao processo, salvo se apresentarem causa justa que impeça a notificação do réu. No caso de apresentação de justificativa, esta será objeto de apreciação judicial. Desde já ficam os advogados cientes de que o não atendimento aos chamados deste juízo para se manifestarem na defesa dos acusados, sobretudo para atender às exigências do art. 112 do CPP, poderá ensejar o reconhecimento do abandono da causa e aplicação de multa, nos termos do art. 265 do CPP. Em caso de não atendimento das formalidades do art. 112 do CPP, a secretaria fica incumbida de prontamente intimar o(a) advogado(s) renunciante(s), mediante ato ordinatório, para no prazo de 05 (dias) cumprir apresentar a notificação da renúncia ao(s) réu(s), com a advertência de que, em não atendido, poder-se-á configurar abandono processual e aplicação de sanção pecuniária, nos termos do art. 265 do CPP. XXIII - No caso de se tratar de ação penal com PLURALIDADE DE RÉUS, cuja DEFENSORIA PÚBLICA esteja representando mais de 01 (um) acusado e detecte, a qualquer momento, no curso da ação penal, a CONFLITUOSIDADE DE TESES entre os assistidos, fica autorizada, desde já, a instar o Defensor Público Geral ou o setor competente da referida instituição solicitando a designação de um ou mais Defensores Públicos para representar o outro ou outros acusados, assistidos pela Defensoria Pública, uma vez que se trata de matéria inter corporis, a qual deverá ser posteriormente informada nos autos para fins de conhecimento do juízo e providências intimatórias. XXIV - No caso de existir(em) ADVOGADO(S) constituído(s) nos autos, a futura RENÚNCIA de poderes deve ser comunicada ao acusado-mandante, a fim de que lhe seja oportunizado nomear um sucessor, nos termos do art. 112 do CPC. Nos dias seguintes à formal comunicação do(s) réu(s), o advogado continuará a REPRESENTAR o mandante, desde que necessário para lhe evitar prejuízo. (CPC, §1º, art. 112). Caso apresente causa justa que impeça a notificação do réu, esta será objeto de apreciação judicial. XXV - Fica vedado ao advogado renunciante SUBSTABELECER os poderes, outrora conferidos, à Defensoria Pública. O procedimento legal previsto é apenas de comunicar ao acusado a renúncia de poderes, oportunizando-lhe constituir novo advogado e não conferir poderes à Defensoria Pública, à revelia do acusado. XXVI - No caso de o(s) advogado(s) não atender(em) ao que consta dos itens XXV e XXVI supra, fica a secretaria autorizada a intimá-lo(s), via ato ordinatório, para que providencie(m), no prazo de 5 (cinco) dias, a comunicação do(s)

acusado(s) acerca da renúncia, mediante a juntada de documento que conste a respectiva assinatura do acusado, de modo a comprovar a sua cientificação, sob pena de o não atendimento ou descumprimento das formalidades legais configurar abandono processual e ensejar a aplicação de multa, nos termos do art. 265 do CPP. XXVII - Ficam as partes desde já cientes de que as peças processuais, o que abrange oficios, mandados e laudos periciais, as quais tenham sido encaminhadas e protocolizadas em formato físico, serão digitalizadas e mantidas à disposição das partes e demais interessados pelo prazo de 30 (trinta dias). Decorrido o prazo, fica a secretaria autorizada a providenciar o descarte das referidas peças, com as cautelas de praxe, junto ao setor competente, nos termos do art. 2º da resolução nº. 15/2011. XXVIII - À secretaria para as demais providências. Cumpra-se, com as cautelas de praxe

ADV: ALDEMIR DO CARMO SILVA (OAB 9202/AM), ADV: FELIX VALOIS COELHO JUNIOR (OAB 339/AM), ADV: DIEGO MARCELO PADILHA GONÇALVES (OAB 7613/AM) - Processo 0618340-59.2017.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - REPTANTE: P.C.E.A. - I - Recebidos e Vistos. II - RECEBO A DENÚNCIA, em todos os seus termos. III - Cite(m)-se o(s) denunciado(s) acerca da exordial acusatória para que ofereça(m), via advogado constituído, RESPOSTA ESCRITA, no prazo de 10 (dez) dias, conforme o art. 406, CPP, advertido-o(s) ainda de, na sua falta, ser-lhe(s)-á(ão) nomeada(s) a Defensoria Pública. Em observância ao princípio da celeridade processual, faça constar do mandado de citação que o(s) acusado(s) pode, caso queira, optar desde a sua citação pela representação da Defensoria Pública, mediante registro no mandado. IV - Constando defensor/advogado(a)(s) habilitado(a)(s) nos autos com poderes para representar o(a)(s) acusado(a)(s), desde já ORDENO a intimação dele(s) para apresentar RESPOSTA ESCRITA no prazo legal. Caso sejam procedidas as intimações do(a)(s) defensor(a)(es)/advogado(a)(s) em 02 (duas) oportunidades e não sejam atendidos aos chamados da Justiça, abandonando a causa sem motivo imperioso previamente comunicado ao Juízo, configurar-se-á a inércia ABANDONO DA CAUSA, o que certamente ensejará a aplicação da multa prevista no art. 265 do CPP. E para que não alegue(m) qualquer desconhecimento quanto à aplicação da sanção pecuniária pelo abandono da causa, fica(m), o(s) defensor(es)/advogado(a)(s) desde já advertido(a)(s) da eventual incidência do art. 265 do CPP, sem prejuízo da comunicação a OAB/AM para apurar sua(s) conduta(s) no procedimento. V - Fica a secretaria autorizada a proceder à colheita de outros endereços do(a)(s) acusado(a)(s) junto aos Bancos de dados ordinariamente utilizados, quais sejam: Tribunal Regional Eleitoral (Sistema Siel), INFOJUD (Receita Federal) e do próprio SAJ/PG5 e quaisquer outros meios idôneos e acessíveis. Esses endereços e os que eventualmente já constem dos autos deverão ser empregados nos mandados para a citação pessoal. De modo a impedir movimentações e atos processuais inúteis, somente deverão ser utilizados os endereços que constem rua, número da residência, bairro e cidade. A ausência de quaisquer desses dados torna o endereço incompleto e, por consequência, a inviabilidade do cumprimento. VI - Com fundamento no art. 353, CPP, realizada(s) a(s) consulta(s) e identificado(s) endereço(s) existente(s) em outra(s) comarca(s), fica a secretaria autorizada a expedir CARTA PRECATÓRIA, caso em que deverá atender aos requisitos do art. 354, do CPP e art. 355, do CPP. Consigne-se na carta precatória que em caso de o(a) ré(u) ocultar-se para ser citado(a), que o(a) oficial(a) de justiça certifique e proceda à citação com hora certa, nos termos do art. 362 do CPP. VII - Devidamente CITADO(a)(s) e decorrido o prazo legal, sem manifestação do(a)(s) ré(u)(s), promovo desde já a nomeação da Defensoria Pública, com assento neste Juízo, para representar o(a)(s) ré(u)(s), bem como apresentar a sua resposta escrita, nos termos do art. 406 e ss. do Código de Processo Penal c/c art. 34, inciso I da Lei Complementar nº. 01/90. VIII - Em relação às testemunhas arroladas na denúncia, salvo as militares e os funcionários públicos, considerando-se o princípio da celeridade e da economia processual, fica a secretaria autorizada à proceder a colheita de endereços junto aos Bancos de Dados do Tribunal Regional Eleitoral (Sistema Siel), INFOJUD (Receita Federal), Câmara de Dirigentes Logistas de Manaus (CDLM) e do próprio SAJ/PG5 - em processos recentes -, e quaisquer outros meios idôneos acessíveis, de modo a efetivar as comunicações futuras dos atos processuais. IX - Colhidos todos os endereços do(a)(s) ré(u)(s), expedido(s) o(s) mandado(s) e não encontrado(a)(s) para ser(em) citado(a)(s) pessoalmente, fica, desde já, autorizada a secretaria a citá-lo(a)(s) por edital, com prazo de 15 (quinze) dias, na forma do art. 361 e ss do CPP, com o fim de cientificar-se da acusação imputada e oferecer resposta escrita no prazo legal. Em consulta às listagens prisionais e a informações constantes dos autos, caso o denunciado seja foragido do sistema prisional, fica a secretaria desde já autorizada a proceder a citação por edital, nos moldes acima delineados. X - Consoante a Portaria nº. 05/2015 - Central de Mandados, havendo decurso do prazo de 50 (cinquenta) dias sem notícia nos autos do cumprimento do mandado de citação, desde já este juízo determina a DEVOLUÇÃO do mandado de citação no prazo de 48 hs. Não atendida a solicitação pelo oficial de Justiça ou pela Central de Mandados, oficie-se a Corregedoria Geral de Justiça para apurar a desobediência à ordem. XI - Expeça(m)-se o(s) mandado(s) de citação com as advertências legais e pertinentes. Consigne-se no mandado de citação que o seu cumprimento é estritamente pessoal, nos termos das exigências legais. No mais, havendo mais de um endereço no mandado, fica o Sr. oficial de justiça incumbido de certificar acerca da diligência realizada em cada um dos endereços, sob pena de RENOVAÇÃO do mesmo mandado para novo cumprimento pelo mesmo oficial e sem prejuízo da adoção das medidas disciplinares cabíveis. Ademais, consigne também que, caso necessário, a citação proceder-se-á por hora certa, tudo nos termos do art. 362 do CPP e art. 227 a 229 do CPC, o que deverá ser minuciosamente certificado, sob pena de RENOVAÇÃO do mandado para novo cumprimento pelo mesmo oficial de Justiça. Fica, ainda, autorizada por este Juízo a realizar, caso necessário, a citação em domingos e feriados, ou nos dias úteis, antes das 06:00 hs e depois das 20:00hs, conforme art. 172, §1° e §2°, CPC. Consigne ainda que fica o oficial de Justiça advertido de que sua desídia, retardo injustificado e cumprimento irregular dos mandados poderá ensejar a configuração de ato atentatório à dignidade da Justiça, nos termos do art. 77 do CPC e da aplicação do inovador instituto do “contempt of court” e suas penalidades. XII - intime(m)-se o(a)(s) acusado(a)(s) para requerer, no prazo de 15 dias, a contar da citação, a restituição de bens eventualmente apreendidos que sejam de seu interesse, sob pena de perdimento. XIII - Proceda-se à evolução de classe e ao preenchimento do histórico de partes. XIV - No que concerne à citação do(a) acusado(a), antes da expedição de mandado via oficial de justiça, deverá ser procedida preliminarmente a intimação convidando o(a) acusado(a) a comparecer em juízo, no prazo de 05 (cinco) dias, para ser citado pessoalmente para responder à acusação por escrito no prazo de 10 dias. Consigne-se na carta de intimação as advertências legais, de modo a que não se alegue no futuro desconhecimento das mesmas; XV - Ficam os advogados desde já cientes de que em eventual renúncia de poderes, deverão juntar aos autos a comprovação da notificação do acusado, conforme as formais exigências do art. 112 do CPC, sob pena de continuarem vinculados ao processo, salvo se apresentarem causa justa que impeça a notificação do réu. No caso de apresentação de justificativa, esta será objeto de apreciação judicial. Desde já ficam os advogados cientes de que o não atendimento aos chamados deste juízo para se manifestarem na defesa dos acusados, sobretudo para atender às exigências do art. 112 do CPP, poderá ensejar o reconhecimento do abandono da causa e aplicação de multa, nos termos do art. 265 do CPP. Em caso de não atendimento das formalidades do art. 112 do CPP, a secretaria fica incumbida de prontamente intimar o(a) advogado(s) renunciante(s), mediante ato ordinatório, para no prazo de 05 (dias) cumprir apresentar a notificação da renúncia ao(s) réu(s), com a advertência de que, em não atendido, poder-se-á configurar abandono processual e aplicação de sanção pecuniária, nos termos do art. 265 do CPP. XVI - Colhidos todos os endereços do(a)(s) ré(u)(s), expedido(s) o(s) mandado(s) e não encontrado(a)(s) para ser(em) citado(a)(s) pessoalmente, fica, desde já, autorizada a secretaria a citá-lo(a)(s) por edital, com prazo de 15 (quinze) dias, na forma do art. 361 e ss do CPP, com o fim de cientificar-se da acusação imputada e oferecer resposta escrita no prazo legal. Em consulta às listagens prisionais e a informações constantes dos autos, caso o denunciado seja foragido

do sistema prisional, fica a secretaria desde já autorizada a proceder a citação por edital, nos moldes acima delineados. XVII - Consoante a Portaria nº. 05/2015 - Central de Mandados, havendo decurso do prazo de 50 (cinquenta) dias sem notícia nos autos do cumprimento do mandado de citação, desde já este juízo determina a DEVOLUÇÃO do mandado de citação no prazo de 48 hs. Não atendida a solicitação pelo oficial de Justiça ou pela Central de Mandados, oficie-se a Corregedoria Geral de Justiça para apurar a desobediência à ordem. XVIII - Expeça(m)-se o(s) mandado(s) de citação com as advertências legais e pertinentes. Consigne-se no mandado de citação que o seu cumprimento é estritamente pessoal, nos termos das exigências legais. No mais, havendo mais de um endereço no mandado, fica o Sr. oficial de justiça incumbido de certificar acerca da diligência realizada em cada um dos endereços, sob pena de RENOVAÇÃO do mesmo mandado para novo cumprimento pelo mesmo oficial e sem prejuízo da adoção das medidas disciplinares cabíveis. Ademais, consigne também que, caso necessário, a citação proceder-se-á por hora certa, tudo nos termos do art. 362 do CPP e art. 227 a 229 do CPC, o que deverá ser minuciosamente certificado, sob pena de RENOVAÇÃO do mandado para novo cumprimento pelo mesmo oficial de Justiça. Fica, ainda, autorizada por este Juízo a realizar, caso necessário, a citação em domingos e feriados, ou nos dias úteis, antes das 06:00 hs e depois das 20:00hs, conforme art. 172, §1° e §2°, CPC. Consigne ainda que fica o oficial de Justiça advertido de que sua desídia, retardo injustificado e cumprimento irregular dos mandados poderá ensejar a configuração de ato atentatório à dignidade da Justiça, nos termos do art. 77 do CPC e da aplicação do inovador instituto do “contempt of court” e suas penalidades. XIX - intime(m)-se o(a)(s) acusado(a)(s) para requerer, no prazo de 15 dias, a contar da citação, a restituição de bens eventualmente apreendidos que sejam de seu interesse, sob pena de perdimento. XX - Proceda-se à evolução de classe e ao preenchimento do histórico de partes. XXI - No que concerne à citação do(a) acusado(a), antes da expedição de mandado via oficial de justiça, deverá ser procedida preliminarmente a intimação convidando o(a) acusado(a) a comparecer em juízo, no prazo de 05 (cinco) dias, para ser citado pessoalmente para responder à acusação por escrito no prazo de 10 dias. Consigne-se na carta de intimação as advertências legais, de modo a que não se alegue no futuro desconhecimento das mesmas; XXII - Ficam os advogados desde já cientes de que em eventual renúncia de poderes, deverão juntar aos autos a comprovação da notificação do acusado, conforme as formais exigências do art. 112 do CPC, sob pena de continuarem vinculados ao processo, salvo se apresentarem causa justa que impeça a notificação do réu. No caso de apresentação de justificativa, esta será objeto de apreciação judicial. Desde já ficam os advogados cientes de que o não atendimento aos chamados deste juízo para se manifestarem na defesa dos acusados, sobretudo para atender às exigências do art. 112 do CPP, poderá ensejar o reconhecimento do abandono da causa e aplicação de multa, nos termos do art. 265 do CPP. Em caso de não atendimento das formalidades do art. 112 do CPP, a secretaria fica incumbida de prontamente intimar o(a) advogado(s) renunciante(s), mediante ato ordinatório, para no prazo de 05 (dias) cumprir apresentar a notificação da renúncia ao(s) réu(s), com a advertência de que, em não atendido, poder-se-á configurar abandono processual e aplicação de sanção pecuniária, nos termos do art. 265 do CPP. XXIII - No caso de se tratar de ação penal com PLURALIDADE DE RÉUS, cuja DEFENSORIA PÚBLICA esteja representando mais de 01 (um) acusado e detecte, a qualquer momento, no curso da ação penal, a CONFLITUOSIDADE DE TESES entre os assistidos, fica autorizada, desde já, a instar o Defensor Público Geral ou o setor competente da referida instituição solicitando a designação de um ou mais Defensores Públicos para representar o outro ou outros acusados, assistidos pela Defensoria Pública, uma vez que se trata de matéria inter corporis, a qual deverá ser posteriormente informada nos autos para fins de conhecimento do juízo e providências intimatórias. XXIV - No caso de existir(em) ADVOGADO(S) constituído(s) nos autos, a futura RENÚNCIA de poderes deve ser comunicada ao acusado-mandante, a fim de que lhe seja oportunizado nomear um sucessor, nos termos do art. 112 do CPC. Nos dias seguintes à formal comunicação do(s) réu(s), o advogado continuará a REPRESENTAR o mandante, desde que necessário para lhe evitar prejuízo. (CPC, §1º, art. 112). Caso apresente causa justa que impeça a notificação do réu, esta será objeto de apreciação judicial. XXV - Fica vedado ao advogado renunciante SUBSTABELECER os poderes, outrora conferidos, à Defensoria Pública. O procedimento legal previsto é apenas de comunicar ao acusado a renúncia de poderes, oportunizando-lhe constituir novo advogado e não conferir poderes à Defensoria Pública, à revelia do acusado. XXVI - No caso de o(s) advogado(s) não atender(em) ao que consta dos itens XXV e XXVI supra, fica a secretaria autorizada a intimá-lo(s), via ato ordinatório, para que providencie(m), no prazo de 5 (cinco) dias, a comunicação do(s) acusado(s) acerca da renúncia, mediante a juntada de documento que conste a respectiva assinatura do acusado, de modo a comprovar a sua cientificação, sob pena de o não atendimento ou descumprimento das formalidades legais configurar abandono processual e ensejar a aplicação de multa, nos termos do art. 265 do CPP. XXVII - Ficam as partes desde já cientes de que as peças processuais, o que abrange oficios, mandados e laudos periciais, as quais tenham sido encaminhadas e protocolizadas em formato físico, serão digitalizadas e mantidas à disposição das partes e demais interessados pelo prazo de 30 (trinta dias). Decorrido o prazo, fica a secretaria autorizada a providenciar o descarte das referidas peças, com as cautelas de praxe, junto ao setor competente, nos termos do art. 2º da resolução nº. 15/2011. XXVIII - À secretaria para as demais providências. Cumpra-se, com as cautelas de praxe

ADV: VALÉRIA FERREIRA RABELLO (OAB 6287/AM) - Processo 0622190-87.2018.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Crime Tentado - RÉ: M.S.C.P. - Para fins de impulsionar o feito e com fundamento no provimento 063/02 - CGJ/AM, esta secretaria intima a Defesa, por meio do advogado(s) 6287/AM - Valéria Ferreira Rabello , devidamente constituído nos autos, VIA NOTA DE PUBLICAÇÃO, para oferecer os MEMORIAIS no prazo legal.

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0627711-47.2017.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - RÉU: Daniel de Araujo Gama e outros - Refiro-me ao Parecer Ministerial constante de fls. 235. Fora solicitada por meio do Ofício nº 2166/2018, constante de fls. 217, a apresentação perante este juízo da Testemunha de Acusação, o policial civil Daniel Virgílio de Frota Uchoa, a fim de ser interrogado em audiência de Instrução Preliminar designada para o dia 18/02/2019. Contudo, não houve confirmação de recebimento de determinado ofício pela Delegacia-Geral da Polícia Civil, razão pela qual constatou-se ausência da testemunha e o não cumprimento do feito. Isto posto, designo o dia 29 de março de 2019, às 10 horas, para a audiência de INSTRUÇÃO PRELIMINAR e oitiva da Testemunha de Acusação Daniel Virgílio de Frota Uchoa, policial civil. Expeça-se Ofício devendo o mesmo ser digitalizado com o devido protocolo. Notifique-se o representante ministerial. À Secretaria para as demais providências. Manaus, 11 de março de 2019 Mauro Moraes Antony Juiz

ADV: SHYRLEY CASTELO BRANCO MONTEIRO (OAB 2030/AM), ADV: ROBERTO RANSES DAS C. BRASIL (OAB 2935/AM), ADV: JOAO EVANGELISTA GENEROSO DE ARAUJO (OAB 12394/AM), ADV: JÚLIA RAYANE MARINHO CORREIA (OAB 11337/AM), ADV: MÁRCIO ZENDY SOARES LEÃO (OAB 10518/AM), ADV: JERÔNIMO PEREIRA DA SILVA NETO (OAB 9509/AM), ADV: JOELMA TAKEDA DE MORAES (OAB 8432/AM), ADV: CRISTIANE GAMA GUIMARÃES (OAB 4507/AM) - Processo 0632451-14.2018.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - RÉU: Allyson Almeida da Costa - Mauro Alves Marinho - Gabriela Mendes de Souza - DIEGO TRAVASSOS PRINTES - Rodrigo de Carvalho de Souza e outro - Recebidos e vistos. Os autos estão em fase de instrução preliminar, já tendo havido a designação de audiência preliminar, que não se realizou em vista da ausência da vítima GABRIEL DA SILVA e das demais testemunhas, KESIA DA SILVA ARAÚJO e os policiais militares AURINO PROCOPIO e JÚNIOR PORFÍRIO. (p. 341) Quanto à vítima GABRIEL DA SILVA ARAÚJO, verifica-se constar notícia registrada no inquérito policial acerca da impossibilidade de sua localização, o que motivou o requerimento do Ministério Público para sua condução coercitiva pela autoridade policial e seus agentes, para o fim de realizar o exame de corpo de delito, bem

como a sua oitiva em juízo. Logo, desde a fase inquisitorial a referida vítima GABRIEL DA SILVA ARAÚJO não é localizada. Diante dessa situação processual e considerando que os autos já ingressaram na fase de instrução preliminar, pertinente seria adotar a providência da condução coercitiva da referida vítima Gabriel da Silva Araújo. Por meio da adoção da condução coercitiva, poder-se-á tentar localizá-la e trazê-la ao juízo para ser ouvida, caso em que poder-se-á encaminhá-la ao IML para fazer o exame de corpo de delito. Noutra banda, em caso de não ser localizada, certamente inviabilizar-se-á a produção da prova, sem prejuízo de medidas a serem adotadas diretamente pelo Ministério Público. Diante da realidade processual e considerando as razões acima, ORDENO a expedição do mandado de CONDUÇÃO COERCITIVA à VÍTIMA GABRIEL DA SILVA ARAÚJO, requerida pelo Ministério Público, para o oficial de justiça cumpri-lo dentro do período do seu plantão criminal, de modo a conceder-lhe prazo para cumprir a diligência. Consigne-se no mandado que, em caso de localização da testemunha, o oficial de justiça fica incumbido de conduzi-la e apresentá-la em cartório no horário de 08:00hs às 14:00hs, dentro do período de exercício do seu plantão criminal. No caso de o mandado retornar negativo, desde já fica a secretaria autorizada a intimar o Ministério Público para tomar conhecimento da não localização da vítima e oportunizar a juntada aos autos de endereço diverso no prazo de 10 dias ou a apresentação da vítima em juízo, sob pena de preclusão e continuidade da instrução preliminar. Cumpra-se.

ADV: JOAO EVANGELISTA GENEROSO DE ARAUJO (OAB 12394/AM), ADV: JÚLIA RAYANE MARINHO CORREIA (OAB 11337/AM), ADV: MÁRCIO ZENDY SOARES LEÃO (OAB 10518/AM), ADV: JOELMA TAKEDA DE MORAES (OAB 8432/AM), ADV: JERÔNIMO PEREIRA DA SILVA NETO (OAB 9509/AM), ADV: ROBERTO RANSES DAS C. BRASIL (OAB 2935/AM), ADV: SHYRLEY CASTELO BRANCO MONTEIRO (OAB 2030/AM), ADV: CRISTIANE GAMA GUIMARÃES (OAB 4507/AM) - Processo 0632451-14.2018.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - RÉU: Allyson Almeida da Costa - Mauro Alves Marinho - Gabriela Mendes de Souza - DIEGO TRAVASSOS PRINTES - Rodrigo de Carvalho de Souza e outro - Recebidos e vistos. Em detida análise dos autos, verifica-se não constar decisão deste juízo indeferindo pedido anterior de prisão domiciliar. Assim, diante dos pedidos de fls. 538/545 e 547/558, bem como o de fls. 625/629 e documentos de fls. 630/639, dê-se vista dos autos ao representante ministerial para manifestação. Cumpra-se.

ADV: GINA CARLA SARKIS ROMEIRO (OAB 2669/AM), ADV: JAKSON ALVES DE SOUZA (OAB 8840/AM), ADV: DANIELLE QUEIROZ RIBEIRO (OAB 9296/AM), ADV: PEDRO CELESTINO DA SILVA (OAB 9758/AM), ADV: REGIS FERREIRA MACHADO (OAB 10077/AM), ADV: PEDRO CELESTINO DA SILVA (OAB 9758/AM), ADV: MARIA GORETH TERÇAS DE OLIVEIRA (OAB 3735/AM) - Processo 0636011-95.2017.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - DENUNCIADO: Luciano Almeida da Fonseca - Washington Melo de Freitas - Keslley Santos Pereira - Para fins de impulsionar o feito e com base nas informações que constam da Certidão de fls. retro, esta Secretaria DESIGNA a AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO PRELIMINAR para o dia 02/04/2019 às 11:45h. As audiências de instrução preliminar estão sendo gravadas, conforme recomenda o art. 405 do CPP. Em caso de encerramento da referida instrução, solicita-se, se possível, ao representante do Ministério Público, advogados e defensores públicos que atuem no feito providenciar mídia portátil/pendrive ou outro recurso de mídia externa que permita transferir os arquivos gerados durante a instrução, possibilitando o amplo acesso às partes. Para tanto, intima o(s) advogado(s), caso exista(m) constituído(s), por meio deste ato. Providenciar-se-ão as demais intimações devidas e necessárias para a realização do ato.

ADV: ANTÔNIO GONÇALVES DA COSTA (OAB 1240/AM) - Processo 0648033-54.2018.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - RÉU: Z.S.T. - Recebidos e vistos. Postergo a apreciação do pedido formulado pelo réu ZOSIMAR DA SILVA TEIXEIRA para após o término da audiência de instrução designada para o vindouro dia 20 de março de 2019, às 10 horas. Intime-se.

Aldemir do Carmo Silva (OAB 9202/AM)
Amanda Guimarães Praia (OAB 10761/AM)
Amanda Karla Paiva da Silva (OAB 12229/AM)
André Humberto Fortes Papaléo (OAB 5688/AM)
Andréa Marques Telles de Souza (OAB 3283/AM)
Andréia Costa Fernandes (OAB 11155/AM)
Aniely Valena de Oliveira Mariano Formiga (OAB 7258/AM)
Antônio Frazão Amaral (OAB 3042/AM)
Antônio Gonçalves da Costa (OAB 1240/AM)
Átila de Medeiros Affonso (OAB 1819/AM)
Camila Bertolini de Paiva (OAB 8223/AM)
CHARLENE DUARTE MAIA (OAB 8504/AM)
Cíntia Albuquerque Brito (OAB 5596/AM)
Cristiane Gama Guimarães (OAB 4507/AM)
Cyro Roberto Pereira da Costa (OAB 9836/AM)
Danielle Queiroz Ribeiro (OAB 9296/AM)
Davi Rodrigues de Oliveira (OAB 8550/AM)
Defensoria Pública do Estado do Amazonas (OAB O/AM)
Diego Marcelo Padilha Gonçalves (OAB 7613/AM)
Érica Cândida Costa (OAB 12473/AM)
Fábio Assunção Pavesi (OAB 8754/AM)
Felix Valois Coelho Junior (OAB 339/AM)
Flavia Yonara Andreola da Silva (OAB 13811/AM)
Geysa Caroline de Souza Machado (OAB 6149/AM)
Gina Carla Sarkis Romeiro (OAB 2669/AM)
Goreth Campos Rubim (OAB 8542/AM)
Henrique da Silva Braga (OAB 9379/AM)
Higor Cesar de Castro (OAB 12719/AM)
Iran Vieira de Sousa (OAB 5706/AM)
Isabel Luana de Oliveira Nobre (OAB 7338/AM)
JAKSON ALVES DE SOUZA (OAB 8840/AM)
Jerônimo Pereira da Silva Neto (OAB 9509/AM)
João Bosco Lopes Maia Júnior (OAB 8107/AM)
Joao Evangelista Generoso de Araujo (OAB 12394/AM)
Joelma Takeda de Moraes (OAB 8432/AM)
Juarez Barbosa de Lima Neto (OAB 8819/AM)
Júlia Rayane Marinho Correia (OAB 11337/AM)
Kal-El Bessa Nascimento Salem (OAB 6389/AM)
Karen Regina Nogueira Ramalhosa (OAB 9101/AM)
Larissa Campos Rubim (OAB 11145/AM)
Leonardo Anastacio Mascarenhas (OAB A1280/AM)
Luciano Menezes Gadelha (OAB 8648/AM)
Márcio Zendy Soares Leão (OAB 10518/AM)
Marcos Dino da Rocha Marinho (OAB 9346/AM)
Maria do Perpétuo Socorro Nunes Feijó Florêncio (OAB 6541/AM)
Maria Goreth Terças de Oliveira (OAB 3735/AM)
Michel Alex da Cunha Alves Maia (OAB 9543/AM)
Nathália Pimentel Bione de Souza (OAB 8027/AM)
Pedro Celestino da Silva (OAB 9758/AM)
Priscila Rubim Nepomuceno da Silva (OAB 13493/AM)
Raphael Coelho da Silva (OAB 7998/AM)
Raquel Natalina Brito Silva (OAB 10323/AM)
Regis Ferreira Machado (OAB 10077/AM)
Richardson Martins Praia Braga (OAB 4786/AM)
Roberto Ranses das C. Brasil (OAB 2935/AM)
Sandra Regina dos Santos (OAB 3455/AM)
Shyrley Castelo Branco Monteiro (OAB 2030/AM)
Thays Stefany Souza da Silva (OAB 12289/AM)
Valéria Ferreira Rabello (OAB 6287/AM)

VARA DE EXECUÇÃO PENAL

JUÍZO DE DIREITO DA VARA DE EXECUÇÕES PENAIS (VEP)
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0048/2019

ADV: SANDRA REGINA DOS SANTOS (OAB 3455/AM), ADV: HIGOR CESAR DE CASTRO (OAB 12719/AM) - Processo 0201312-46.2017.8.04.0001 - Execução da Pena - Pena Privativa de Liberdade - APENADO: Luiza Cristina Fernandes Fuentes - Designo o dia 12/03/2019 às 9h para realização da audiência de justificação, na forma do art. 118, § 2º da LEP. Intimem-se.

ADV: JOSEMAR BERÇOT RODRIGUES JÚNIOR (OAB 7557/AM), ADV: JOSEMAR BERÇOT RODRIGUES (OAB 5935/AM), ADV: GILVAN PEREIRA DÁCIO (OAB 12781/AM) - Processo 0204947-64.2019.8.04.0001 - Pedido de Providências - DIREITO PENAL - APENADO: Laerte Maciel Lopes Junior - Quanto ao pedido de prisão domiciliar, em que pese as razões apresentadas, mantenho a decisão de fls. 31/34, pelos mesmos fundamentos, uma vez que o custodiado é preso provisório, sendo competente para apreciar o pedido o Juízo processante. Ademais, observo que após a manifestação da Defesa foi juntado aos autos, às fls. 70/72, Ofício oriundo da Unidade Prisional, informando as razões da não realização do procedimento cirúrgico do custodiado. Reitero, uma vez mais, que eventual novo pedido de prisão domiciliar com base em futuro laudo médico deve ser apreciado pelo juízo competente (3.ª Vara do Tribunal do Júri), pois se trata de preso provisório e o Juízo da VEP não tem competência para apreciação de casos como este e muito menos para substituir a prisão preventiva decretada por aquele Juízo do Júri por prisão domiciliar. A 3.ª Vara do Tribunal do Júri é o juízo natural do feito. Esclareça-se que, apesar de ter sido conhecido e denegada a ordem de Habeas Corpus, o Desembargador Relator do TJAM concedeu ordem de ofício para que este Juízo executivo (VEP) analizasse: "a possibilidade de concessão da permissão de saída com escolta para realização da cirurgia, permanecendo o Paciente no hospital até o recebimento da alta médica, quando deverá retornar à unidade prisional, nos termos do art. 14, § 2.º, c/c art. 120, II, e art. 121, todos da LEP." Arquivem-se os autos, pois esgotado o seu objeto. Cientifique-se o Ministério Público. Intimem-se.

ADV: RAIANY PRISCILA DE SOUZA FEIJO (OAB 12556/AM) - Processo 0215690-46.2013.8.04.0001 - Execução da Pena - Pena Privativa de Liberdade - APENADO: Robson Teixeira Rodrigues - De ordem deste Juízo de Direito, informo que este juízo realizará audiência de justificação no dia 28/03/2019, com início às 09:00h, devendo o apenado Robson Teixeira Rodrigues se apresentar ou ser apresentado, no caso de preso, na sala de audiências desta VEP, setor 04 do 4º andar do Forum Henoch Reis, com meia hora de antecedência. Intime-se Ministério Público e defesa.

ADV: MARIA GORETH TERÇAS DE OLIVEIRA (OAB 3735/AM) - Processo 0222958-20.2014.8.04.0001 - Execução Provisória - Execução Penal - RÉU: Denys Fernandes de Oliveira - De ordem deste Juízo de Direito e conforme Portaria Conjunta SEAP/VEP nº 01/2018, encaminho os autos à defesa, para que, em 5 (cinco) dias, se manifeste sobre os cálculos apresentados com relação ao apenado Denys Fernandes de Oliveira.

ADV: LÚCIO FÁBIO CORDEIRO RIBEIRO (OAB 10088/AM) - Processo 0225941-84.2017.8.04.0001 - Execução da Pena - Execução Penal - APENADO: Wallafi Souza Monteiro - Designo o dia 09/04/2019 às 09h para realização da audiência de justificação, na forma do art. 118, § 2º da LEP. Oficie-se à SEAP para que encaminhe as Certidões Carcerária, Disciplinar, Mapa Laboral e Síntese Educacional, se houver, referente ao Apenado Wallafi Souza Monteiro. Noutro giro, a título de informação, em consulta ao Sistema de Automação de Justiça - SAJ, verifiquei haver nova condenação de 07 (sete) anos, 06 (seis) meses e 23 (vinte e três) dias em detrimento do apenado, autos sob o nº 0630626-35.2018.8.04.0001, não havendo até a presente data envio dos autos para cadastro do processo de execução e consequente soma e unificação das penas. Diante do narrado, intime-se as partes no tocante a audiência designada, bem como diligencie junto à 6ª Vara Criminal, a fim de que remetam a guia de execução com urgência, visto a audiência designada.

ADV: LUANN ARAUJO DE PAULA MENDES (OAB 13592/AM) - Processo 0226341-45.2010.8.04.0001 (001.10.226341-9) - Execução da Pena - Execução Penal - APENADO: Carlos André Garone dos Santos - Ante o exposto, DEFIRO a PRORROGAÇÃO da prisão domiciliar do sentenciado Carlos André Garone dos Santos, mediante monitoramento eletrônico, pelo período de 45 dias, durante o qual o apenado deve submeter-se a avaliação de especialista em doença pulmonar, juntando aos autos a documentação médica comprobatória, sendo necessário, ainda, que o profissional informe o período do tratamento. Concedida a manutenção da prisão domiciliar mediante continuidade do monitoramento eletrônico, na forma do artigo 146-B, VI, da Lei de Execuções Penais, deve a Central advertir o sentenciado sobre as condições gerais de monitoramento, ficando desde já estabelecido ao sentenciado a permissão para se ausentar da residência apenas para tratamento médico, sendo vedado ausentar-se no período compreendido entre as 22h às 06h do dia seguinte, exceto quando devidamente justificado. O sentenciado é cientificado, ainda, de que não poderá mudar de endereço ou se ausentar da Comarca sem prévia autorização judicial. Nesse interregno deverá o apenado comprovar a realização das consultas, exames, ou outros procedimentos necessários ao tratamento médico. Não sendo efetuada nenhuma justificação nesse período, determino, ultrapassado o prazo de 30 dias, a imediata expedição de mandado de recaptura. Encaminhe-se a presente decisão, que vale como ofício, à SEAP. Cientifique-se o MP. Intimem-se.

ADV: WAGNER SILVA DE OLIVEIRA (OAB 6116/AM) - Processo 0232011-59.2013.8.04.0001 - Execução da Pena - Pena Privativa de Liberdade - APENADO: Sidney Ferreira da Conceição - Por todo o exposto, INDEFIRO o pedido da defesa de Sidney Ferreira da Conceição, eis que não preenchidos os requisitos do artigo 37 da Lei de Execuções Penais. P.R.I.C.

ADV: ROSANE ROMERO RAVAZI (OAB 8063/AM) - Processo 0240622-30.2015.8.04.0001 - Execução da Pena - Pena Privativa de Liberdade - APENADO: Jefferson Vasconcelos do Rozário - Não sendo constatados pontos passíveis de correção, HOMOLOGO os cálculos apresentados por este Juízo. Cientifique-se o Ministério Público e a Defesa para conhecimento.

ADV: AULENICE MARIA FERNANDES DE OLIVEIRA NOGUEIRA (OAB 10233/AM) - Processo 0247199-53.2017.8.04.0001 - Execução Provisória - Pena Privativa de Liberdade - APENADO: Hermes Alberto Ugarte Junior - determino: a) Seja oficiado ao Setor Médico da Administração Carcerária para emissão de LAUDO MÉDICO, no prazo de 10 dias, acerca das condições de saúde de Hermes Alberto Ugarte Junior, ocasião em que deverá constar expressamente: (i) a identificação da doença; (ii) possibilidade de tratamento no interior da unidade, em caso negativo explicitando as razões, para que se permita a avaliação dos motivos e a possibilidade de medida alternativa; (iii) eventual necessidade de consulta com profissional específico para elaboração de laudo e possibilidade de permanência na unidade até que se dê o exame específico; (iv) tempo estimado de tratamento ou tempo sugerido para reavalição do quadro clínico do paciente; b) Outrossim, oficie-se à Coordenadoria de Saúde, com URGÊNCIA, para que, até a decisão final neste incidente ou na hipótese de indeferimento até a convalescença, forneça ao Apenado a assistência médica (atendimento, exames e medicação) necessária, notificando à Vara de Execuções Penais de intercorrências que possam contribuir no agravamento do quadro de saúde do apenado, inclusive a falta de medicamentos disponíveis na unidade ou não realização de escolta. Com a juntada do laudo médico (alínea a), dê-se vista ao Ministério Público Estadual, de modo imediato, sem necessidade de novo despacho.

ADV: PRISCILA RUBIM NEPOMUCENO DA SILVA (OAB 13493/AM) - Processo 0254253-75.2014.8.04.0001 - Execução da Pena - Execução Penal - APENADO: FRANK CONCEIÇÃO RAMOS - De ordem deste Juízo de Direito e conforme Portaria Conjunta SEAP/VEP nº 01/2018, encaminho os autos à defesa, para que, em 5 (cinco) dias, se manifeste sobre os cálculos apresentados com relação ao apenado FRANK CONCEIÇÃO RAMOS.

Aulenice Maria Fernandes de Oliveira Nogueira (OAB 10233/AM)
Gilvan Pereira Dácio (OAB 12781/AM)
Higor Cesar de Castro (OAB 12719/AM)
Josemar Berçot Rodrigues (OAB 5935/AM)
Josemar Berçot Rodrigues Júnior (OAB 7557/AM)
Luann Araujo de Paula Mendes (OAB 13592/AM)
Lúcio Fábio Cordeiro Ribeiro (OAB 10088/AM)
Maria Goreth Terças de Oliveira (OAB 3735/AM)
Priscila Rubim Nepomuceno da Silva (OAB 13493/AM)
Raiany Priscila de Souza Feijo (OAB 12556/AM)
Rosane Romero Ravazi (OAB 8063/AM)
Sandra Regina dos Santos (OAB 3455/AM)
Wagner Silva de Oliveira (OAB 6116/AM)

AUDITORIA MILITAR

JUÍZO DE DIREITO DA VARA DA AUDITORIA MILITAR
JUIZ(A) DE DIREITO RAFAEL RODRIGO DA SILVA RAPOSO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL ALESSANDRA LÊDO GONÇALVES
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0074/2019

ADV: ROGÉRIO DA SILVA RODRIGUES (OAB 9949/AM) - Processo 0600355-09.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Prisão em flagrante - ACUSADO: Paulo Vanderlei Ferreira Cavalcante - Eis por que, na atualidade, sem motivos para que a medida rigorosa da prisão permaneça, revogo a prisão preventiva de Paulo Vanderlei Ferreira Cavalcante, cabo da Polícia Militar do Amazonas, o que faço com fulcro no artigo 259 do Código de Processo Penal Militar, aplicando ao acusado as seguintes restrições: não poderá se ausentar da Comarca de Manaus, mesmo em período de férias regulamentares, salvo com expressa autorização deste Juízo; não deverá exercer qualquer atividade na mesma Unidade em que atua a vítima; deverá comparecer a todos os atos processuais para os quais for requisitado, disso só podendo se escusar se não houver sido cientificado do ato pela própria Corporação.

Rogério da Silva Rodrigues (OAB 9949/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA VARA DA AUDITORIA MILITAR
JUIZ(A) DE DIREITO RAFAEL RODRIGO DA SILVA RAPOSO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL ALESSANDRA LÊDO GONÇALVES
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0075/2019

ADV: ROGÉRIO DA SILVA RODRIGUES (OAB 9949/AM) - Processo 0600355-09.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Prisão em flagrante - ACUSADO: Paulo Vanderlei Ferreira Cavalcante - Interrogatório Data: 11/04/2019 Hora 09:30 Local: Sala padrão Situacão: Pendente

Rogério da Silva Rodrigues (OAB 9949/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA VARA DA AUDITORIA MILITAR
JUIZ(A) DE DIREITO RAFAEL RODRIGO DA SILVA RAPOSO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL ALESSANDRA LÊDO GONÇALVES
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0076/2019

ADV: FREDERICO GUSTAVO TÁVORA (OAB 6462/AM) - Processo 0255252-62.2013.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes Militares - SINDICADO: Daniel Maciel Caldas - Instrução, Debates e Julgamento Data: 11/04/2019 Hora 09:00 Local: Sala padrão Situacão: Pendente

Frederico Gustavo Távora (OAB 6462/AM)

VARA DE ÓRFÃOS E SUCESSÕES

JUÍZO DE DIREITO DA VARA DE ÓRFÃOS E SUCESSÕES
JUIZ(A) DE DIREITO GILDO ALVES DE CARVALHO FILHO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL CARMEN MARIA TEXEIRA MANCILHA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0013/2019

ADV: JÉSSICA DOS REIS LIMA FERREIRA (OAB 10885/AM) - Processo 0200499-82.2018.8.04.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERIDA: E.G.S. e outros - CERTIDÃO Processo n°:0200499-82.2018.8.04.0001 CERTIFICO e Dou fé: Que nos termos da Ordem de Serviço N.º 002/2017 de 01 de setembro de 2017. (x) Faço vistas dos presentes autos ao advogado da parte interessada, via DJE, para se manifestar no prazo de 05 dias acerca da resposta de fls. 115/117. O referido é verdade. Dou fé. Manaus, 08 de março de 2019 Carmen Maria Teixeira Mancilha Escrivã judicial

ADV: DAVID MATALON NETO (OAB 3934/AM), ADV: 'CAROLINA MATOS CARVALHO - Processo 0210176-73.2017.8.04.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERIDA: Município de Manaus e outros - CERTIDÃO Processo n°:0210176-73.2017.8.04.0001 CERTIFICO e Dou fé: Que nos termos da Ordem de Serviço N.º 002/2017 de 01 de setembro de 2017. (x) Faço vistas dos presentes autos ao advogado da parte interessada, via DJE, para se manifestar no prazo de 05 dias acerca da resposta de fls. 177/179. O referido é verdade. Dou fé. Manaus, 08 de março de 2019 Carmen Maria Teixeira Mancilha Escrivã judicial

ADV: PETRA SOFIA PORTUGAL MENDONÇA FERREIRA (OAB 9053/AM) - Processo 0212733-33.2017.8.04.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: DUBLIMAR ALVES DRUMOND - CERTIDÃO Processo n°:0212733-33.2017.8.04.0001 CERTIFICO e Dou fé: Que nos termos da Ordem de Serviço N.º 002/2017 de 01 de setembro de 2017. (x) Faço vistas dos presentes autos ao advogado da parte interessada, via DJE, para se manifestar no prazo de 05 dias acerca da resposta de fls. 69/72 . O referido é verdade. Dou fé. Manaus, 08 de março 2019 Carmen Maria Teixeira Mancilha Escrivã judicial

ADV: ANTÔNIO CAVALCANTE DE ALBUQUERQUE JUNIOR (OAB 2992/AM) - Processo 0234140-71.2012.8.04.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - INVTARTE: D.P.F.D.P.N.M.I. - CERTIDÃO Processo n°:0234140-71.2012.8.04.0001 CERTIFICO e Dou fé: Que nos termos da Ordem de Serviço N.º 002/2017 de 01 de setembro de 2017. (x) Faço vistas dos presentes autos ao advogado da parte interessada, via DJE, para se manifestar no prazo de 05 dias acerca da certidão negativa do Senhor Oficial de Justiça de fls. . O referido é verdade. Dou fé. Manaus, 07 de março de 2019 Carmen Maria Teixeira Mancilha P/Escrivã judicial

ADV: ANTÔNIO CAVALCANTE DE ALBUQUERQUE JUNIOR (OAB 2992/AM) - Processo 0247297-09.2015.8.04.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: O.P.B. - CERTIDÃO Processo n°:0247297-09.2015.8.04.0001 CERTIFICO e Dou fé: Que nos termos da Ordem de Serviço N.º 002/2017 de 01 de setembro de 2017. (x) Faço vistas dos presentes autos ao advogado da parte interessada, via DJE, para se manifestar no prazo de 05 dias acerca da resposta de fls. 44/46. O referido é verdade. Dou fé. Manaus, 08 de março de 2019 Carmen Maria Teixeira Mancilha Escrivã judicial

ADV: SÉRGIO AUGUSTO COSTA DA SILVA (OAB 6583/AM), ADV: HECTOR VICTOR MENDES ALMEIDA (OAB 8249/AM) - Processo 0249564-90.2011.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: Maria Neurian Pontes Feitosa e outros - DESPACHO Diante do teor da sentença de fls. 24 e da decisão lançada à fl. 62, bem como considerando que os valores a que fazem jus os autores já se encontram depositados em conta judicial vinculada ao presente feito, expeçam-se os alvarás requeridos, observando-se a cota-parte de cada um dos requerentes. No mais, cancelem-se o alvará anteriormente expedido (fl. 25). Após, arquivem-se os autos. Cumpra-se.

ADV: MARIA DO CARMO LIMA DA SILVA (OAB 11098/AM), ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM), ADV: JOSÉ RODRIGUES FILGUEIRAS NETO (OAB 644/AM), ADV: LUIZ

HENRIQUE BRAZ (OAB 2587/AM), ADV: EDMILSON ALMEIDA DE OLIVEIRA (OAB 3185/AM), ADV: SIDNEY COELHO (OAB 9664/AM) - Processo 0343660-39.2007.8.04.0001 (001.07.343660-8) - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: G.L.O. - REQUERIDO: I.C.O. e outros - CERTIDÃO Processo n°:0343660-39.2007.8.04.0001 CERTIFICO e Dou fé: Que nos termos da Ordem de Serviço N.º 002/2017 de 01 de setembro de 2017. (x) Faço vistas dos presentes autos ao advogado da parte interessada, via DJE, para se manifestar no prazo de 05 dias acerca da resposta de fls. 449/451. O referido é verdade. Dou fé. Manaus, 07 de março de 2019 Carmen Maria Teixeira Mancilha Escrivã judicial

ADV: EDMILSON DAS NEVES GUERRA (OAB 848/AM), ADV: RONEISE MARKLANE DOS ANJOS SOUSA (OAB 10806/AM), ADV: ELIANE GONÇALVES DO NASCIMENTO (OAB 11107/AM) - Processo 0502891-24.2015.8.04.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - INVTANTE: Renata Ramos Barroco - CERTIDÃO Processo n°:0502891-24.2015.8.04.0001 CERTIFICO e Dou fé: Que nos termos da Ordem de Serviço N.º 002/2017 de 01 de setembro de 2017. (x) Faço vistas dos presentes autos ao advogado da parte interessada, via DJE, para se manifestar no prazo de 05 dias acerca da resposta de fls. 193/195. O referido é verdade. Dou fé. Manaus, 08 de março de 2019 Carmen Maria Teixeira Mancilha Escrivã judicial

ADV: CARLOS DOS ANJOS ROLIM FILHO (OAB 9894/AM), ADV: JACKELINE FERREIRA DA SILVA (OAB 9460/AM) - Processo 0601770-61.2018.8.04.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Maria Valdete Lopes - Ante a inércia certificada em fls. 34, DETERMINO a intimação dos herdeiros habilitados para que manifestem interesse em assumir o cargo de inventariante, no prazo de 15 (quinze) dias, devendo cumprir, inclusive, o determinado no despacho de fls. 32. Após, retornem os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: REJANE DA SILVA VIANA (OAB 4496/AM), ADV: MARIO ULYSSES DA SILVA RIKER (OAB 10171/AM) - Processo 0604598-69.2014.8.04.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: D.V.M.C.S. - S.M.M.C.S. - F.M.M. - CERTIDÃO Processo n°:0604598-69.2014.8.04.0001 CERTIFICO e Dou fé: Que nos termos da Ordem de Serviço N.º 002/2017 de 01 de setembro de 2017. (x) Faço vistas dos presentes autos ao advogado da parte interessada, via DJE, para se manifestar no prazo de 05 dias acerca da resposta de fls. 124/126. O referido é verdade. Dou fé. Manaus, 11 de março de 2019 Carmen Maria Teixeira Mancilha Escrivã judicial

ADV: DANIELLE DELGADO GONÇALVES (OAB 9983/AM), ADV: ISAEL FRANKLIN GONÇALVES (OAB 12054/AM) - Processo 0607220-19.2017.8.04.0001 - Arrolamento Sumário - Inventário e Partilha - INVTANTE: Maria Amélia Bezerra Simões - Compulsando os autos, não localizei a memória de cálculo referente ao ITCMD recolhido em fls. 67/70, motivo pelo qual DETERMINO a intimação da parte autora para que supra a referida omissão, no prazo de 15 (quinze) dias. Após, retornem os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: MUNICK ALBUQUERQUE COSTA (OAB 7874/AM) - Processo 0607667-07.2017.8.04.0001 - Arrolamento Comum - Inventário e Partilha - REQUERENTE: P.R.N. - CERTIDÃO Processo n°:0607667-07.2017.8.04.0001 CERTIFICO e Dou fé: Que nos termos da Ordem de Serviço N.º 002/2017 de 01 de setembro de 2017. (x) Faço vistas dos presentes autos ao advogado da parte interessada, via DJE, para se manifestar no prazo de 05 dias acerca da resposta de fls. 156/157. O referido é verdade. Dou fé. Manaus, 11 de março de 2019 Carmen Maria Teixeira Manilha Escrivã judicial

ADV: EMÍLIA CAROLINA MELLO VIEIRA (OAB 3872/AM) - Processo 0608005-78.2017.8.04.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: A.M.O. - CERTIDÃO Processo n°:0608005-78.2017.8.04.0001 CERTIFICO e Dou fé: Que nos termos da Ordem de Serviço N.º 002/2017 de 01 de setembro de 2017. (x) Faço vistas dos presentes autos ao advogado da parte interessada, via DJE, para se manifestar no prazo de 05 dias acerca da resposta de fls. 87/89. O referido é verdade. Dou fé. Manaus, 08 de março de 2019 Carmen Maria Teixeira Mancilha Escrivã judicial

ADV: MOISÉS SILVA DOS SANTOS (OAB 7940/AM) - Processo 0608356-17.2018.8.04.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: M.L.P.D. - CERTIDÃO Processo n°:0608356-17.2018.8.04.0001 CERTIFICO e Dou fé: Que nos termos da Ordem de Serviço N.º 002/2017 de 01 de setembro de 2017. (x) Faço vistas dos presentes autos ao advogado da parte interessada, via DJE, para se manifestar no prazo de 05 dias acerca da resposta de fls. 47/49 . O referido é verdade. Dou fé. Manaus, 08 de março de 2019 Carmen Maria Teixeira Mancilha Escrivã judicial

ADV: ALESSANDRA CAROLINE OLIVEIRA MOTA (OAB 6359/AM), ADV: ANDRÉA MARQUES TELLES DE SOUZA (OAB 3283/AM) - Processo 0609559-82.2016.8.04.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Dayla Simone Domingues Gomes - CERTIDÃO Processo n°:0609559-82.2016.8.04.0001 CERTIFICO e Dou fé: Que nos termos da Ordem de Serviço N.º 002/2017 de 01 de setembro de 2017. (x) Faço vistas dos presentes autos ao advogado da parte interessada, via DJE, para se manifestar no prazo de 05 dias acerca da resposta de fls. 183/185. O referido é verdade. Dou fé. Manaus, 11 de março de 2019 Carmen Maria Teixeira Mancilha Escrivã judicial

ADV: SORAYA DA COSTA COLLYER (OAB 2389/AM) - Processo 0612456-15.2018.8.04.0001 - Arrolamento Sumário - Levantamento de Valor - REQUERENTE: Cristóvão Mendes - CERTIDÃO Processo n°:0612456-15.2018.8.04.0001 CERTIFICO e Dou fé: Que nos termos da Ordem de Serviço N.º 002/2017 de 01 de setembro de 2017. (x) Faço vistas dos presentes autos ao advogado da parte interessada, via DJE, para se manifestar no prazo de 05 dias acerca da resposta de fls. 132/133. O referido é verdade. Dou fé. Manaus, 08 de março de 2019 Carmen Maria Teixeira Mancilha Escrivã judicial

ADV: AULENICE MARIA FERNANDES DE OLIVEIRA NOGUEIRA (OAB 10233/AM), ADV: DIOCLEMAR SANTOS NOGUEIRA JÚNIOR (OAB 12013/AM) - Processo 0612964-58.2018.8.04.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - INVTANTE: A.M.F.O.N. - A.S.O.C. - J.M.C. - A.F.O. - A.F.O. - A.O.S. - A.F.O. - M.S.C. - CERTIDÃO Processo n°:0612964-58.2018.8.04.0001 CERTIFICO e Dou fé: Que nos termos da Ordem de Serviço N.º 002/2017 de 01 de setembro de 2017. (x) Faço vistas dos presentes autos ao advogado da parte interessada, via DJE, para se manifestar no prazo de 05 dias acerca da resposta de fls. 81/85 . O referido é verdade. Dou fé. Manaus, 08 de março de 2019 Carmen Maria Teixeira Mancilha Escrivã judicial

ADV: TARCÍSIO RAMOS DO VALE (OAB 8534/AM), ADV: HELOM CÉSAR DA SILVA NUNES (OAB 9028/AM) - Processo 0618036-60.2017.8.04.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - INVTANTE: Maria do P. Socorro S. do Vale - CERTIDÃO Processo n°:0618036-60.2017.8.04.0001 CERTIFICO e Dou fé: Que nos termos da Ordem de Serviço N.º 002/2017 de 01 de setembro de 2017. (x) Faço vistas dos presentes autos ao advogado da parte interessada, via DJE, para se manifestar no prazo de 05 dias acerca da resposta de fls. 77/79. O referido é verdade. Dou fé. Manaus, 08 de março de 2019 Carmen Maria Teixeira Mancilha Escrivã judicial

ADV: CAROLINE GUIMARÃES DO VALLE (OAB 6412/AM) - Processo 0618564-31.2016.8.04.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - INVTARTE: LOURENÇO ARAÚJO COSTA - CERTIDÃO Processo n°:0618564-31.2016.8.04.0001 CERTIFICO e Dou fé: Que nos termos da Ordem de Serviço N.º 002/2017 de 01 de setembro de 2017. (x) Faço vistas dos presentes autos ao advogado da parte interessada, via DJE, para se manifestar no prazo de 05 dias acerca da resposta de fls. 51/54 . O referido é verdade. Dou fé. Manaus, 08 de março de 2019 Carmen Maria Teixeira Mancilha Escrivã judicial

ADV: RICARDO DE JESUS COLARES DE OLIVEIRA (OAB 10985/AM) - Processo 0622336-31.2018.8.04.0001 - Arrolamento Sumário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Maria da Conceição Barroso Taketomi - Diante do teor da certidão de fls. 32 e tendo em vista que a demanda encontra-se há bastante tempo sem manifestação de quaisquer dos herdeiros ou da inventariante nomeada, bem como considerando a impossibilidade de extinção das ações de inventário sem que haja a partilha ou adjudicação de bens, arquive-se administrativamente. Havendo manifestação, retornem os autos conclusos.

ADV: IZABEL TERRA LUCAS ALVES (OAB 13201/AM), ADV: VANILDE DE JESUS DUARTE (OAB 10028/AM), ADV: JOZELÚCIA LIMA MACIEL (OAB 7160/AM) - Processo

0625648-54.2014.8.04.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: LUCIA APARECIDA ANTUNES LICETTI e outros - CERTIDÃO Processo n°:0625648-54.2014.8.04.0001 CERTIFICO e Dou fé: Que nos termos da Ordem de Serviço N.º 002/2017 de 01 de setembro de 2017. (x) Faço vistas dos presentes autos ao advogado da parte interessada, via DJE, para se manifestar no prazo de 05 dias acerca da resposta de fls. 107/109. O referido é verdade. Dou fé. Manaus, 11 de março de 2019 Carmen Maria Teixeira Mancilha Escrivã judicial

ADV: ÉRICO VIDAL ROTONDANO (OAB 10709/AM), ADV: GERALDO HENRIQUE DUTRA DE MAGALHÃES (OAB 11072/AM) - Processo 0626592-85.2016.8.04.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Maria Auxiliadora Moreira - CERTIDÃO Processo n°:0626592-85.2016.8.04.0001 CERTIFICO e Dou fé: Que nos termos da Ordem de Serviço N.º 002/2017 de 01 de setembro de 2017. (x) Faço vistas dos presentes autos ao advogado da parte interessada, via DJE, para se manifestar no prazo de 05 dias acerca da resposta de fls. 94/96. O referido é verdade. Dou fé. Manaus, 08 de março de 2019 Carmen Maria Teixeira Mancilha Escrivã judicial

ADV: LIGIER MARTINS MOREIRA JÚNIOR (OAB 6660/AM) - Processo 0628291-77.2017.8.04.0001 - Arrolamento Comum - Inventário e Partilha - REQUERENTE: M.R.C.S. - CERTIDÃO Processo n°:0628291-77.2017.8.04.0001 CERTIFICO e Dou fé: Que nos termos da Ordem de Serviço N.º 002/2017 de 01 de setembro de 2017. (x) Faço vistas dos presentes autos ao advogado da parte interessada, via DJE, para se manifestar no prazo de 05 dias acerca da resposta de fls. 59/61 . O referido é verdade. Dou fé. Manaus, 08 de março de 2019 Carmen Maria Teixeira Mancilha Escrivã judicial

ADV: CLAUDIOMAR RIKER VIEIRA (OAB 13450/AM) - Processo 0629282-87.2016.8.04.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - INVTANTE: A.O.V. e outro - CERTIDÃO Processo n°:0629282-87.2016.8.04.0001 CERTIFICO e Dou fé: Que nos termos da Ordem de Serviço N.º 002/2017 de 01 de setembro de 2017. (x) Faço vistas dos presentes autos ao advogado da parte interessada, via DJE, para se manifestar no prazo de 05 dias acerca da resposta de fls. 77/79. O referido é verdade. Dou fé. Manaus, 08 de março de 2019 Carmen Maria Teixeira Mancilha Escrivã judicial

ADV: RODRIGO FERNANDO DE ALMEIDA OLIVEIRA (OAB 189340/SP), ADV: VITO SASSO FILHO (OAB 10344/AM), ADV: BEATRIZ DE SOUZA SOUZA (OAB 12761/AM) - Processo 0630503-71.2017.8.04.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - INVTARTE: Fernando Nakazawa - CERTIDÃO Processo n°:0630503-71.2017.8.04.0001 CERTIFICO e Dou fé: Que nos termos da Ordem de Serviço N.º 002/2017 de 01 de setembro de 2017. (x) Faço vistas dos presentes autos ao advogado da parte interessada, via DJE, para se manifestar no prazo de 05 dias acerca da resposta de fls. 90/92 . O referido é verdade. Dou fé. Manaus, 08 de março de 2019 Carmen Maria Teixeira Mancilha Escrivã judicial

ADV: ANTONIA SILVA DE SOUZA (OAB 9030/AM), ADV: BENEDITO LEAL TAVARES (OAB 9045/AM) - Processo 0632977-49.2016.8.04.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: RUTH HELENA RODRIGUES DE OLIVEIRA - INVTANTE: Rosely Rodrigues de Oliveira da Cruz - CERTIDÃO Processo n°:0632977-49.2016.8.04.0001 CERTIFICO e Dou fé: Que nos termos da Ordem de Serviço N.º 002/2017 de 01 de setembro de 2017. (x) Faço vistas dos presentes autos ao advogado da parte interessada, via DJE, para se manifestar no prazo de 05 dias acerca da resposta de fls. 58/60 . O referido é verdade. Dou fé. Manaus, 08 de março de 2019 Carmen Maria Teixeira Mancilha Escrivã judicial

ADV: MARISSOL DOS SANTOS CARVALHO (OAB 13131/AM) - Processo 0634975-81.2018.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: Francisco de Assis Onofre e outro - CERTIDÃO Processo n°:0634975-81.2018.8.04.0001 CERTIFICO e Dou fé: Que nos termos da Ordem de Serviço N.º 002/2017 de 01 de setembro de 2017. (x) Faço vistas dos presentes autos ao advogado da parte interessada, via DJE, para se manifestar no prazo de 05 dias acerca da rewposta de fls. 41/44. O referido é verdade. Dou fé. Manaus, 08 de março de 2019 Carmen Maria Teixeira Mancilha Escrivã judicial

ADV: JOSÉ ANTÔNIO DO NASCIMENTO PINHEIRO (OAB 6353/AM), ADV: SARAH LYS DA SILVA MAR (OAB 11906/AM), ADV: CARLOS ANDRE ALENCAR ASSUMPÇÃO (OAB 10654/AM), ADV: MARA LÚCIA REIS DE HOLANDA (OAB 10501/AM), ADV: LENILTON FORTUNATO DE OLIVEIRA (OAB 2025/AM) - Processo 0635586-05.2016.8.04.0001 - Inventário - Administração de herança - REQUERENTE: A.M.S.C. - REQUERIDA: J.U.C. e outros - CERTIDÃO Processo n°:0635586-05.2016.8.04.0001 CERTIFICO e Dou fé: Que nos termos da Ordem de Serviço N.º 002/2017 de 01 de setembro de 2017. (x) Faço vistas dos presentes autos ao advogado da parte interessada, via DJE, para se manifestar no prazo de 05 dias acerca da resposta de fls. 105/107. O referido é verdade. Dou fé. Manaus, 08 de março de 2019 Carmen Maria Teixeira Mancilha Escrivã judicial

ADV: PATRÍCIA LIMA TEIXEIRA (OAB 8482/AM) - Processo 0635852-21.2018.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: Teodora Teixeira Alvarenga - CERTIDÃO Processo n°:0635852-21.2018.8.04.0001 CERTIFICO e Dou fé: Que nos termos da Ordem de Serviço N.º 002/2017 de 01 de setembro de 2017. (x) Faço vistas dos presentes autos ao advogado da parte interessada, via DJE, para se manifestar no prazo de 05 dias acerca da resposta de fls. 62/63. O referido é verdade. Dou fé. Manaus, 28 de fevereiro de 2019 Carmen Maria Teixeira Mancilha Escrivã judicial

ADV: HELADIO DE SOUZA GOMES JÚNIOR (OAB 11129/AM) - Processo 0637847-69.2018.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: Ana Lucia da Silveira Lopes e outro - CERTIDÃO Processo n°:0637847-69.2018.8.04.0001 CERTIFICO e Dou fé: Que nos termos da Ordem de Serviço N.º 002/2017 de 01 de setembro de 2017. (x) Faço vistas dos presentes autos ao advogado da parte interessada, via DJE, para se manifestar no prazo de 05 dias acerca da resposta de fl. 58. O referido é verdade. Dou fé. Manaus, 08 de março de 2019 Carmen Maria Teixeira Mancilha Escrivã judicial

ADV: ELTON MANOEL BARRETO RODRIGUES (OAB 6683/AM), ADV: ELISABETE LUCAS (OAB 4118/AM) - Processo 0640088-21.2015.8.04.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: M.I.B.O. e outro - INTSSADA: E.S. - DESPACHO Intime-se a inventariante para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir o requerido pelo Parquet. Após, à conclusão. Cumpra-se.

ADV: ALEX JÚNIO SILVA DOS SANTOS (OAB 12430/AM) - Processo 0642631-26.2017.8.04.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: André Luiz Santos Pereira - CERTIDÃO Processo n°:0642631-26.2017.8.04.0001 CERTIFICO e Dou fé: Que nos termos da Ordem de Serviço N.º 002/2017 de 01 de setembro de 2017. (x) Faço vistas dos presentes autos ao advogado da parte interessada, via DJE, para se manifestar no prazo de 05 dias acerca da resposta de fls. 58/60 . O referido é verdade. Dou fé. Manaus, 08 de março de 2019 Carmen Maria Teixeira Mancilha Escrivã judicial

ADV: MÁRIO ALBERTO DA FONSECA MONTEIRO JÚNIOR (OAB 1431/AM) - Processo 0648772-27.2018.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: Marcos Roberto Abecassis Vasconcelos - Gleice Abecassis Vasconcelos - Michelle Simone Abecassis Vasconcelos - CERTIDÃO Processo n°:0648772-27.2018.8.04.0001 CERTIFICO e Dou fé: Que nos termos da Ordem de Serviço N.º 002/2017 de 01 de setembro de 2017. (x) Faço vistas dos presentes autos ao advogado da parte interessada, via DJE, para se manifestar no prazo de 05 dias acerca da resposta de fls. 64. O referido é verdade. Dou fé. Manaus, 08 de março de 2019 Carmen Maria Teixeira Mancilha Escrivã judicial

ADV: ANA CLÁUDIA MEDEIROS DE AQUINO (OAB 6712/AM) - Processo 0651133-17.2018.8.04.0001 - Petição Cível - Levantamento de Valor - REQUERENTE: Ereunizio Vilhena Damasceno - DESPACHO Não obstante o exigido às fls. 33/34, verifico que a parte autora juntou comprovação de hipossuficiência somente em relação a um dos requerentes. Renovo, desta feita, o prazo de 15 (quinze) dias, para a devida comprovação, já computada neste a dilação requerida às fls. 36/38 para fins de juntada de documentação. Cumpra-se.

Alessandra Caroline Oliveira Mota (OAB 6359/AM)
Alex Júnio Silva dos Santos (OAB 12430/AM)
Ana Cláudia Medeiros de Aquino (OAB 6712/AM)
Ana Regina Souza (OAB 1797/AM)
Andréa Marques Telles de Souza (OAB 3283/AM)
ANTONIA SILVA DE SOUZA (OAB 9030/AM)
Antônio Cavalcante de Albuquerque Junior (OAB 2992/AM)
Aulenice Maria Fernandes de Oliveira Nogueira (OAB 10233/AM)
Beatriz de Souza Souza (OAB 12761/AM)
Benedito Leal Tavares (OAB 9045/AM)
Carlos Andre Alencar Assumpção (OAB 10654/AM)
Carlos dos Anjos Rolim Filho (OAB 9894/AM)
'Carolina Matos Carvalho
Caroline Guimarães do Valle (OAB 6412/AM)
Claudiomar Riker Vieira (OAB 13450/AM)
Danielle Delgado Gonçalves (OAB 9983/AM)
David Matalon Neto (OAB 3934/AM)
Dioclemar Santos Nogueira Júnior (OAB 12013/AM)
Edmilson Almeida de Oliveira (OAB 3185/AM)
Edmilson das Neves Guerra (OAB 848/AM)
Eliane Gonçalves do Nascimento (OAB 11107/AM)
Elisabete Lucas (OAB 4118/AM)
Elton Manoel Barreto Rodrigues (OAB 6683/AM)
Emília Carolina Mello Vieira (OAB 3872/AM)
Érico Vidal Rotondano (OAB 10709/AM)
Geraldo Henrique Dutra de Magalhães (OAB 11072/AM)
HECTOR VICTOR MENDES ALMEIDA (OAB 8249/AM)
HELADIO DE SOUZA GOMES JÚNIOR (OAB 11129/AM)
Helom César da Silva Nunes (OAB 9028/AM)
Isael Franklin Gonçalves (OAB 12054/AM)
Izabel Terra Lucas Alves (OAB 13201/AM)
Jackeline Ferreira da Silva (OAB 9460/AM)
Jéssica dos Reis Lima Ferreira (OAB 10885/AM)
José Antônio do Nascimento Pinheiro (OAB 6353/AM)
José Rodrigues Filgueiras Neto (OAB 644/AM)
Jozelúcia Lima Maciel (OAB 7160/AM)
Lenilton Fortunato de Oliveira (OAB 2025/AM)
Ligier Martins Moreira Júnior (OAB 6660/AM)
Luiz Henrique Braz (OAB 2587/AM)
Mara Lúcia Reis de Holanda (OAB 10501/AM)
Maria do Carmo Lima da Silva (OAB 11098/AM)
Mário Alberto da Fonseca Monteiro Júnior (OAB 1431/AM)
Mario Ulysses da Silva Riker (OAB 10171/AM)
Marissol dos Santos Carvalho (OAB 13131/AM)
Moisés Silva dos Santos (OAB 7940/AM)
Munick Albuquerque Costa (OAB 7874/AM)
Patrícia Lima Teixeira (OAB 8482/AM)
Petra Sofia Portugal Mendonça Ferreira (OAB 9053/AM)
Rejane da Silva Viana (OAB 4496/AM)
Ricardo de Jesus Colares de Oliveira (OAB 10985/AM)
Rodrigo Fernando de Almeida Oliveira (OAB 189340/SP)
Roneise Marklane dos Anjos Sousa (OAB 10806/AM)
Sarah Lys da Silva Mar (OAB 11906/AM)
Sérgio Augusto Costa da Silva (OAB 6583/AM)
Sidney Coelho (OAB 9664/AM)
Soraya da Costa Collyer (OAB 2389/AM)
Tarcísio Ramos do Vale (OAB 8534/AM)
Vanilde de Jesus Duarte (OAB 10028/AM)
Vito Sasso Filho (OAB 10344/AM)

1ª VARA DE FAMÍLIA

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DE FAMÍLIA
JUIZ(A) DE DIREITO DÍDIMO SANTANA BARROS FILHO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL MÔNICA COSTEIRA DE MENDONÇA FURTADO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0046/2019

ADV: LAERCIO TIMOTEO DA SILVA (OAB 001.303/AM) - Processo 0001800-05.2005.8.04.0001 (001.05.001800-1) - Cumprimento de sentença - Alimentos - EXEQUENTE: Eduarda Venturelli Ribeiro - Defiro o pedido de fls 70. Viabilize-se.

ADV: REINALDO DE AGUIAR OLIVEIRA (OAB 1835/AM) - Processo 0028276-85.2002.8.04.0001 (001.02.028276-2) - Averiguação de Paternidade - Investigação de Paternidade - REQUERENTE: E.C.M.L. - Posto isso, julgo extinto o processo, sem resolução de mérito, nos termos do disposto no artigo 485, III do NCPC. P.R.I.C. arquive-se.

ADV: JOSE RODRIGUES FILGUEIRAS NETO (OAB 000.644/AM) - Processo 0051683-86.2003.8.04.0001 (001.03.051683-9) - Cumprimento de sentença - Ato / Negócio Jurídico - REQUERENTE: Alciclene Rocha da Silva e outro - Intime-se.

ADV: MILENE VIEIRA MARTINS (OAB 12828/AM), ADV: JACK GOMES DE SOUZA (OAB 11049/AM) - Processo 0201651-68.2018.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: J.A.C.S. - REQUERIDA: N.B.V.S. - CERTIDÃO Processo n°:0201651-68.2018.8.04.0001 De ordem, CERTIFICO para os devidos fins, que a audiência de Instrução e Julgamento fica pautada para o dia 01/08/2019 às 09:00h, em cumprimento ao despacho do(a) MM. Juiz(a). Em, 07 de março de 2019.

ADV: LARISSA ROSAS NOGUEIRA CHAGAS (OAB 12939/AM) - Processo 0202730-82.2018.8.04.0001 - Averiguação de Paternidade - Investigação de Paternidade - REQUERENTE: E.S.S. - De ordem do MM. Juiz de Direito Titular da 1ª Vara de Família da Comarca de Manaus-Am, Dr. Marcos Santos Maciel e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VII do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria nº 01/2017 deste juízo (Art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: Intimação do advogado da parte autora para comprovar que comunicou ao mandante sobre a renúncia retro, a fim de que este constitua novo patrono no prazo de 10 (dez) dias.

ADV: CLOTILDE VALENTIM DE OLIVEIRA (OAB 12771/AM) - Processo 0203240-61.2019.8.04.0001 (processo principal 0602927-35.2019.8.04.0001) - Exibição de Documento ou Coisa - Exoneração - REQUERENTE: Alexandre Bernardo de Oliveira - Intime-se o patrono do requerente para peticionar nos autos do processo principal, visto que é desnecessário a criação de um processo dependente, no prazo de 10 (dez) dias. Cancele-se a presente distribuição.

ADV: ROOSEVELT COSTA DINIZ (OAB 11032/AM) - Processo 0203637-23.2019.8.04.0001 (processo principal 0250379-53.2012.8.04.0001) - Cumprimento Provisório de Sentença - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: SHEILA PEDROZA DE SOUZA - Intimação por nota frustrada. Aplicação do artigo 275, do CPC, devendo o destinatário da intimação cumprir a determinação pendente no prazo de cinco dias. Com o término do prazo, independente de resposta, retornem os autos conclusos.

ADV: MARCOS AURÉLIO ALBUQUERQUE RODRIGUES (OAB 8855/AM), ADV: MULLER HENRIQUE PESSOA (OAB 8124/AM) - Processo 0205954-96.2016.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Fixação - EXECUTADO: G.M.P. - Atendam a Promoção Ministerial retro, providenciando-se as diligências necessárias para o caso concreto. Intime-se o executado nos termos do artigo 528, §§ 1º e 3º, do CPC. Prazo: três dias. Manaus, 08 de março de 2019

ADV: CARLOS JOSÉ VIGNÉ AMARAL (OAB 121781/RJ) - Processo 0208224-88.2019.8.04.0001 (processo principal 0603850-32.2017.8.04.0001) - Oposição - Levantamento de Valor - REQUERENTE: Marlene de Souza Nogueira - Intime-se o patrono da parte requerente para peticionar nos autos do processo principal, no prazo de 10 (dez) dias, visto que é desnecessário a criação de um processo dependente. Cancele-se a presente distribuição.

ADV: ELEN KARINA FONSECA MAUÉS (OAB 13157/AM) - Processo 0208553-03.2019.8.04.0001 (processo principal 0611601-75.2014.8.04.0001) - Cumprimento Provisório de Sentença - Nulidade / Anulação - REQUERENTE: Natasha Pinheiro Figueiredo - Considerando ser do advogado os honorários descrito na petição, a inicial deverá ser corrigida quanto aos dados do credor. Junte-se o título executivo, documentos pessoais da credora e procuração, no prazo de quinze dias, sob pena de arquivamento do cumprimento de sentença. Intime-se.

ADV: EUGÊNIO DA SILVA SOUSA (OAB 5500/AM) - Processo 0208796-44.2019.8.04.0001 (processo principal 0657925-84.2018.8.04.0001) - Cumprimento Provisório de Sentença - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Samuel Moura Canavarro - Shirley Moura Santaren - Intime-se a parte exequente para juntar o título executivo, procuração documentos pessoais do credor, no prazo de quinze dias, sob pena de ser extinto o feito.

ADV: REGINA JANSEN SIMÕES (OAB 1086/AM) - Processo 0211690-27.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Liquidação / Cumprimento / Execução - EXEQUENTE: M.A.V.F.S.M.I. - EXECUTADO: R.M.S. - O Doutor Marcos Santos Maciel, Juiz de Direito da 1ª Vara de Família da Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil. FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, que tramitam por este Juízo e Secretaria os autos acima mencionados. E, constando nos autos que o Requerido ROGÉRIO MAIA SIQUEIRA encontra-se atualmente em lugar incerto e não sabido, expediu-se este EDITAL, nos termos do art. 256 e seguintes, do Código de Processo Civil, para CITÁ-LO com base nos requisitos do art. 257 do CPC, para apresentar contestação no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data de publicação do edital, em conformidade com o despacho do MM. Juiz a seguir transcrito: Vem aos autos a parte autora para requerer citação por edital, sob o argumento de que o polo passivo encontra-se em lugar incerto e não sabido. Cite-se a parte demandada por edital, observando-se os requisitos do descritos nos incisos do art. 257 do CPC, para apresentar contestação no prazo de quinze dias, a contar da publicação do edital. Adverte-se sobre a necessária observância do previsto no inciso II, do art. 257, do CPC. Manaus, 14 de fevereiro de 2019. Dr. Marcos Santos Maciel, Juiz de Direito. Advertência: Será nomeado curador especial em caso de revelia (CPC art. 257). E para que no futuro ninguém possa alegar ignorância, passou-se o presente EDITAL, que será publicado uma (1) única vez pela Imprensa Oficial do Estado do Amazonas, afixado da forma da lei e no lugar de costume. DADO E PASSADO nesta cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, 28 de fevereiro de 2019. Eu, Mônica Costeira de Mendonça Furtado, Diretora de Secretaria, conferi e subscrevo.

ADV: LUIZ HENRIQUE BRAZ JÚNIOR (OAB 4652/AM), ADV: ROSEMEIRE SIMÕES DE ALMEIDA (OAB 3558/AM), ADV: WALDIR GONÇALVES BARROS JÚNIOR (OAB 5535/AM), ADV: WILSON JOSÉ DA SILVA CUNHA (OAB 3479/AM) - Processo 0213054-15.2010.8.04.0001 (001.10.213054-0) - Guarda - Guarda - REQUERENTE: IZABEL OLIVEIRA DE AZEVEDO - REQUERIDO: Marcelo da Silva Fernandes - Atendam a Promoção Ministerial retro, providenciando-se as diligências necessárias para o caso concreto. Manaus, 22 de fevereiro de 2019

ADV: HELOÍSA HELENA QUEIROZ DE MATOS CANTO (OAB 9056/AM) - Processo 0213264-85.2018.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Fixação - EXEQUENTE: L.K.B.F. - EXECUTADO: D.O.F. - O Doutor Dídimo Santana Barros Filho, Juiz respondendo pela 1ª Vara de Família da Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, Portaria 402/19. FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, que tramitam por este Juízo e Secretaria os autos acima mencionados. E, constando nos autos que a Requerente L.K.B.F., representada por sua genitora ANDRESSA MARTINS BANDEIRA encontra-se atualmente em lugar incerto e não sabido, expediu-se este EDITAL, nos termos do art. 256 e seguintes, do Código de Processo Civil, para INTIMA-LO para que , em conformidade com o despacho do MM. Juiz a seguir transcrito: Atendam a Promoção Ministerial retro, providenciando-se as diligências necessárias para o caso concreto. Manaus, 07 de março de 2019 Manaus, Dr. Dídimo Santana Barros Filho, Juiz de Direito. "Promoção Ministerial: promove pelo prosseguimento do feito, com a intimação da parte autora por edital.". E para que no futuro ninguém possa alegar ignorância, passou-se o presente EDITAL, que será publicado uma (1) única vez pela Imprensa Oficial do Estado do Amazonas, afixado da forma da lei e no lugar de costume. DADO E PASSADO nesta cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, 08 de março de 2019. Eu, Fábio Augusto do Nascimento Castilho, Diretora de Secretaria, conferi e subscrevo. Dr. Dídimo Santana Barros Filho Juiz de Direito

ADV: KATHLEEN SENNA DA SILVA (OAB 3323/AM), ADV: TÂNIA ZUNAIDE BRAGA RIBEIRO (OAB 4858/AM), ADV: PAULO JAQSON FREIRE PINTO (OAB 7967/AM), ADV: RAIMUNDO SIMAO JERONIMO FILHO (OAB 13056/AM) - Processo 0216389-76.2009.8.04.0001 (001.09.216389-1) - Cumprimento de sentença - Sociedade - REQUERENTE: R.R.F. - EXEQUENTE: K.R.F. - REQUERIDA: J.F. - O Doutor Marcos Santos Maciel, Juiz de Direito da 1ª Vara de Família da Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil. FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, que tramitam por este Juízo e Secretaria os autos acima mencionados. E, constando nos autos que o Executado encontra-se atualmente em lugar incerto e não sabido, expediu-se este EDITAL, nos termos do art. 257, do Código de Processo Civil, para INTIMÁ-LO para, em três dias efetuar o pagamento do débito, qual seja, R$ R$3.288,76 (dois mil, duzentos e oitenta e oito reais e setenta e seis centavos), acrescido das parcelas que se vencerem no curso do processo, com os acréscimos legais, provar que o fez ou justificar a impossibilidade de efetuá-lo, sob pena de protesto (CPC, 528, §1º), de prisão civil (CPC, 528, §3º) ou alternativamente e a critério da parte exequente, expropriação de bens (CPC, 530), bem como nomeação de curador. Bem como sua intimação para pagar as custas processuais, se houver, em conformidade com o despacho do MM. Juiz a seguir transcrito: Assim, decreto a nulidade dos atos processuais presente entre as páginas 142 e 154. Intime-se o credor para atualizar seu crédito no prazo de cinco dias. Diante das tentativas de intimação pessoal do executado, da informação presente na certidão de folhas 109 e manifestação do credor de não saber do atual localização do devedor, intime-se a parte executada, por edital (CPC, 257), para no prazo de 3 (três) dias efetuar o pagamento do valor reclamado, acrescido do valor das parcelas que se vencerem no curso do processo, com os acréscimos legais, provar que o fez ou justificar a impossibilidade de efetuá-lo, sob pena de protesto (CPC, 528, § 1º), de prisão civil (CPC, 528, § 3º) ou, alternativamente e a critério da parte exequente, expropriação de bens (CPC, 530), bem como nomeação de curador. Pelo mesmo edital, intime-se para pagar as custas processuais, se houver, verba que deve ser ressalvada no mandado, eis que o inadimplemento não sujeita a prisão (apenas constrição patrimonial). Prazo do edital: 30 dias. Manaus, 21 de fevereiro de 2019. Dr. Marcos Santos Maciel, Juiz de Direito. Advertência: pena de protesto (CPC, 528, § 1º), de prisão civil (CPC, 528, § 3º) ou, alternativamente e a critério da parte exequente, expropriação de bens (CPC, 530), bem como nomeação de curador. E para que no futuro ninguém possa alegar ignorância, passou-se o presente EDITAL, que será publicado uma (1) única vez pela Imprensa Oficial do Estado do Amazonas, afixado da forma da lei e no lugar de costume. DADO E PASSADO nesta cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, 28 de fevereiro de 2019. Eu, Mônica Costeira de Mendonça Furtado, Diretora de Secretaria, conferi e subscrevo. Dr. Marcos Santos Maciel Juiz de Direito

ADV: ELISÂNGELA NOGUEIRA RODRIGUES (OAB 3433/AM) - Processo 0223319-66.2016.8.04.0001 (apensado ao processo 0223872-16.2016.8.04.0001) (processo principal 0322938-81.2007.8.04.0001) - Cumprimento Provisório de Sentença - Alimentos - REQUERIDO: E.S.F. - Atendam a Promoção Ministerial retro, providenciando-se as diligências necessárias para o caso concreto. Manaus, 08 de março de 2019

ADV: CLAILTON COSTA DE OLIVEIRA (OAB 9880/AM), ADV: SIMON DE SOUZA GUIMARÃES BESSA (OAB 8640/AM) - Processo 0224722-02.2018.8.04.0001 (processo principal 0635863-21.2016.8.04.0001) - Cumprimento Provisório de Sentença - Fixação - EXEQUENTE: Nassara Fonseca Dias - EXECUTADO: E.D.S. - Chamo o feito à ordem para anular em parte o presente trâmite, por questões de ordem pública, diante da falta de observância de preceitos legais inerentes a citação levada

a efeito pela ausência da falta da assinatura por parte de quem recebeu a citação. Observa-se que no presente feito o executado não apresentou qualquer justificativa para se aproveitar o ato, ressaltando a possibilidade de ser decretada sua prisão. Diante do exposto, repitam a citação/intimação pessoal do polo passivo.

ADV: JOEL CUESTA TÉLLES (OAB 3584/AM) - Processo 0226881-59.2011.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: Karine Barreto dos Santod e outro - Acolho a promoção ministerial de fls.316. À Secretaria desta Especializada para as providências cabíveis. Cumpra-se, sem tardança.

ADV: DANIELLE AUFIERO MONTEIRO DE PAULA (OAB 6945/AM), ADV: ANIELLO MIRANDA AUFIERO (OAB 1579/AM), ADV: ALDENIZE MAGALHÃES AUFIERO (OAB 1874/AM), ADV: MÁRIO VITOR MAGALHÃES AUFIERO (OAB 8787/AM), ADV: LUCAS COSTA DO VALE (OAB 7990/AM), ADV: LISBET DE SOUZA CARDOSO BARBOSA (OAB 12359/AM) - Processo 0227955-41.2017.8.04.0001 (processo principal 0222384-26.2016.8.04.0001) - Cumprimento Provisório de Sentença - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: YARIMA BEZERRA COSTA - REQUERIDO: E.G.N. - Cumprimento de sentença sob rito da prisão civil. Acolho a promoção ministerial para determinar a intimação do executado para pagar o saldo remanescente no prazo de três dias sob pena de ser retomada a sua prisão já decretada, advertindo o devedor de que o adimplemento da obrigação deve observar todas as parcelas vencidas no decorrer do trâmite processual.

ADV: LÚCIO FÁBIO CORDEIRO RIBEIRO (OAB 10088/AM) - Processo 0230360-16.2018.8.04.0001 (processo principal 0212230-17.2014.8.04.0001) - Oposição - Dissolução - REQUERENTE: Maria Helena Gaspar Silva - De ordem do MM. Juiz de Direito respondendo pela 1ª Vara de Família da Comarca de Manaus-Am, de acordo com a Portaria de n° 402/19, Dr. Dídimo Santana Barros Filho, conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VII do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria nº 01/2017 deste juízo (Art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: intimação do polo ativo para informar o endereço atualizado da parte pendente de citação, IVONGRID PATRIC MOUZINHO DA ANUNCIAÇÃO, no prazo de (15) quinze dias.

ADV: TÂMARA MENDES GONÇALVES DE SOUSA (OAB 6857/AM), ADV: ALZIMAR JULIÃO LAHAN (OAB 7545/AM), ADV: MARCINEI BRITO DE SOUZA LIMA (OAB 8258/AM), ADV: CARLOS ALBERTO RODRIGUES DE SOUZA (OAB 6164/AM) - Processo 0234372-20.2011.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Revisão - REQUERIDO: R.C.S. - Defiro o pedido de fls. 184. Viabilize-se.

ADV: CÉSAR AUGUSTO MACEDO MONTEIRO (OAB 11121/AM), ADV: FABRICIO NASCIMENTO LIMA (OAB 10164/AM), ADV: JORGIANA LACET DE LIMA (OAB 10128/AM) - Processo 0234454-07.2018.8.04.0001 (processo principal 0614605-81.2018.8.04.0001) - Cumprimento Provisório de Decisão - Seção Cível - REQUERENTE: Luendria da Silva Araujo - REQUERIDO: F.M.M.A. - CERTIDÃO Processo n°:0234454-07.2018.8.04.0001 De ordem, CERTIFICO para os devidos fins, que a audiência de Instrução e Julgamento fica pautada para o dia 19/06/2019 às 10:00h, em cumprimento ao despacho do(a) MM. Juiz(a). Em, 07 de março de 2019.

ADV: LAURA RITA ARAÚJO CARDOSO (OAB 5675/AM), ADV: ROSILDA DE CARVALHO (OAB 5354/AM), ADV: FRANCISCO CHARLES CUNHA GARCIA JÚNIOR (OAB 4563/AM), ADV: JULIANA CHAVES COIMBRA GARCIA (OAB 4040/AM) - Processo 0235327-51.2011.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: J.L.C. - REQUERIDO: E.D.S.A. - Acolho a promoção ministerial de fls. 387. À Secretaria desta Especializada para as providências cabíveis. Cumpra-se, sem tardança.

ADV: CÉLIA ALICE CORDEIRO PINHEIRO (OAB 8898/AM) - Processo 0235773-78.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: N.D.L.S. - Intime-se a parte exequente para manifestar-se sobre a petição de fls. 211/213, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: MIRNA CRISTINA GEBER DA SILVA (OAB 9097/AM) - Processo 0237284-82.2014.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: M.L.M. - Em razão da natureza da demanda apresentada em juízo, determino a consulta do endereço do(a) requerido, via SIEL. Inexistindo nos autos dados necessários à consulta, intime-se a parte autora para fornecer o número, no prazo de dez dias. Com o resultado da diligência ou na impossibilidade de assim o fazer (por exemplo, a falta de dados necessários), voltem os autos conclusos.

ADV: PRISCILA NEVES SILVA COSTA (OAB 12879/AM) - Processo 0237990-60.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Liquidação / Cumprimento / Execução - EXECUTADO: A.C.G. - Atendam a Promoção Ministerial retro, providenciando-se as diligências necessárias para o caso concreto. Manaus, 07 de março de 2019

ADV: ANTÔNIO CAVALCANTE DE ALBUQUERQUE JUNIOR (OAB 2992/AM) - Processo 0242563-78.2016.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Levantamento de Valor - EXEQUENTE: P.H.G.V.M. - Atendam a Promoção Ministerial retro, providenciando-se as diligências necessárias para o caso concreto. Manaus, 07 de março de 2019

ADV: ANTÔNIO CAVALCANTE DE ALBUQUERQUE JUNIOR (OAB 2992/AM) - Processo 0242563-78.2016.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Levantamento de Valor - EXEQUENTE: P.H.G.V.M. - O Doutor Dídimo Santana Barros Filho, Juiz respondendo pela 1ª Vara de Família da Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, Portaria 402/19. FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, que tramitam por este Juízo e Secretaria os autos acima mencionados. E, constando nos autos que o Requerente P. H. G. V., representado por sua genitora ELIANA REGINA GENTIL MORAES encontra-se atualmente em lugar incerto e não sabido, expediu-se este EDITAL, nos termos do art. 256 e seguintes, do Código de Processo Civil, para INTIMA-LO para que , em conformidade com o despacho do MM. Juiz a seguir transcrito: Atendam a Promoção Ministerial retro, providenciando-se as diligências necessárias para o caso concreto. Manaus, 07 de março de 2019 Manaus. Dr. Dídimo Santana Barros Filho, Juiz respondendo. “Promoção Ministerial: promove pelo prosseguimento do feito, com a intimação da parte autora por edital.”. E para que no futuro ninguém possa alegar ignorância, passou-se o presente EDITAL, que será publicado uma (1) única vez pela Imprensa Oficial do Estado do Amazonas, afixado da forma da lei e no lugar de costume. DADO E PASSADO nesta cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, 08 de março de 2019. Eu, Fábio Augusto do Nascimento Castilho, Diretora de Secretaria em substituição, conferi e subscrevo. Dr. Dídimo Santana Barros Filho Juiz de Direito

ADV: ELCILENE COLARES ALENCAR (OAB 5173/AM) - Processo 0244622-20.2008.8.04.0001 (001.08.244622-0) - Execução de Título Extrajudicial - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: G.B.S. - Acolho a promoção ministerial de fls. 162. À Secretaria desta Especializada para as providências cabíveis. Cumpra-se, sem tardança.

ADV: CARLA JOSEFINA LIMA DE LIMA (OAB 9783/AM), ADV: GLAUCY ARAÚJO LIMA DE OLIVEIRA (OAB 5802/AM) - Processo 0247386-42.2009.8.04.0001 (001.09.247386-6) - Procedimento Comum - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Ela - Empresa Lider de Assessoria Ltda - Requerimento de citação por edital em sede de ação de Procedimento Comum. Consulta SIEL frustrada. Em razão da natureza da demanda apresentada em juízo, procederei com a consulta do endereço do requerido, via INFOJUD.. Inexistindo nos autos dados necessários à consulta, intime-se a parte autora para fornecer o número, no prazo de dez dias. Com o resultado da diligência ou na impossibilidade de assim o fazer (por exemplo, a falta de dados necessários), voltem os autos conclusos.

ADV: CARLA JOSEFINA LIMA DE LIMA (OAB 9783/AM), ADV: GLAUCY ARAÚJO LIMA DE OLIVEIRA (OAB 5802/AM) - Processo 0247386-42.2009.8.04.0001 (001.09.247386-6) - Procedimento Comum - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Ela - Empresa Lider de Assessoria Ltda - Intime-se a parte autora para manifestar-se sobre a consulta INFOJUD, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: LUÍS CARLOS PALHETA SILVA (OAB 9717/AM), ADV: DEBORA DE ALMEIDA (OAB 258681/SP), ADV: BRENDO DE CASTRO MARTINS (OAB 13009/AM) - Processo 0248461-

38.2017.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: R.P.M. - REQUERIDO: S.C. - Atendam a Promoção Ministerial retro, providenciando-se as diligências necessárias para o caso concreto. Manaus, 08 de março de 2019

ADV: ELISÂNGELA NOGUEIRA RODRIGUES (OAB 3433/AM) - Processo 0249370-27.2010.8.04.0001 - Procedimento Comum - Apuração de haveres - REQUERENTE: Marluce Marta Silva dos Santos - Em 02 de março de 2019, é juntado o mandado negativo de fls. 1110 e certidão do(a) Sr(a). Oficial(a) de Justiça . M31399

ADV: AMANDA DE SOUZA TRINDADE AIZAWA (OAB 5979/AM) - Processo 0249370-27.2010.8.04.0001 - Procedimento Comum - Apuração de haveres - REQUERENTE: Marluce Marta Silva dos Santos - REQUERIDO: Euclides dos Santos Furtado - É bem verdade que o patrono pode renunciar aos poderes recebidos. Contudo, sua pretensão fica condicionada à devida comunicação de seu constituinte. Ante o exposto, intime-se o patrono para comprovar comunicação a seu cliente, nos termos do art. 112 do CPC. Por questão de celeridade, intime-se a renunciada para constituir novo patrono em vinte dias, sob pena de ser extinto o processo.

ADV: ANTÔNIO CAVALCANTE DE ALBUQUERQUE JUNIOR (OAB 2992/AM), ADV: LUANA LIMA CARESTO (OAB 6235/AM), ADV: BRUNO CORTEZ CANUTO (OAB 12230/AM) - Processo 0250524-70.2016.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: J.G.C.O. - REQUERIDO: O.B.O. - Atendam a Promoção Ministerial retro, providenciando-se as diligências necessárias para o caso concreto. Prazo: quinze dias úteis. Manaus, 07 de março de 2019

ADV: IGOR BRANDÃO BARBOSA (OAB 6598/AM), ADV: ROGÉRIO CORRÊA BORGES (OAB 13795/PA) - Processo 0500117-50.2017.8.04.0001 (apensado ao processo 0250381-62.2008.8.04.0001) - Embargos à Execução - Alimentos - EMBARGANTE: Joao Uchoa da Silva Junior - EMBARGADA: Clícia Da Rocha Pinheiro - O Doutor Marcos Santos Maciel, Juiz de Direito da 1ª Vara de Família da Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil. FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, que tramitam por este Juízo e Secretaria os autos acima mencionados. E, constando nos autos que o Requerente JOÃO UCHOA DA SILVA JÚNIOR encontra-se atualmente em lugar incerto e não sabido, expediu-se este EDITAL, nos termos do art. 256 e seguintes, do Código de Processo Civil, para INTIMÁ-LO para manifestar interesse no prosseguimento do feito no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de arquivamento, na forma do §1º do art. 485 do NCPC, em conformidade com o despacho do MM. Juiz a seguir transcrito: DETERMINO a sua intimação, via edital, para se manifestar pelo interesse no prosseguimento do feito no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de arquivamento, na forma do §1º do art. 485 do NCPC. Após, retornem os autos conclusos. Cumpra-se. Manaus, 04 de fevereiro de 2019. Dr. Marcos Santos Maciel, Juiz de Direito. Advertência: Pena de arquivamento do feito. E para que no futuro ninguém possa alegar ignorância, passou-se o presente EDITAL, que será publicado uma (1) única vez pela Imprensa Oficial do Estado do Amazonas, afixado da forma da lei e no lugar de costume. DADO E PASSADO nesta cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, 28 de fevereiro de 2019. Eu, Mônica Costeira de Mendonça Furtado, Diretora de Secretaria, conferi e subscrevo. Dr. Marcos Santos Maciel Juiz de Direito

ADV: ANTONIO CHRISTO DA ROCHA LACERDA (OAB 1188/AM) - Processo 0500801-38.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Fixação - REQUERENTE: Sílvia Regina Lopes Cardoso - Deferido o pedido de desarquivamento dos autos para extração de cópias de seu conteúdo. Sendo o caso, atualize-se os dados no sistema. Proceda-se com a intimação necessária, por meio do(a) constituído(a). Em sendo Defensor Público, intime-se pessoalmente para comparecer e providenciar o requerido no prazo de 10 (dez) dias. Decorrido o prazo sem o comparecimento do(a) patrono(a) da parte peticionante, retornem os autos para o arquivo, efetuando-se novamente a baixa, se for o caso. Cumpra-se. Manaus, 22 de fevereiro de 2019 Marcos Santos Maciel Juiz de Direito

ADV: JOSÉ FÉLIX DE OLIVEIRA BRANDÃO (OAB 11862/AM), ADV: VALTER LÚCIO LELIS FONSECA (OAB 13838/PB) - Processo 0600124-21.2015.8.04.0001 - Dissolução e Liquidação de Sociedade - Dissolução - REQUERENTE: CLAUDIO CAVALCANTE RAMOS - REQUERIDA: LUCIANA MELO FELIX DA SILVA - Atendam a Promoção Ministerial retro, providenciando-se as diligências necessárias para o caso concreto. Manaus, 07 de março de 2019

ADV: RONEISE MARKLANE DOS ANJOS SOUSA (OAB 10806/AM) - Processo 0600338-70.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Família - REQUERENTE: E.M.B. - A petição inicial não preenche os requisitos descritos no artigo 319, do CPC. Em razão do exposto, determino a intimação da parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, adequando-a aos requisitos dispostos no art. 319 do NCPC e arts. 1º, 2º, 3º, 4º e §2º, todos previstos no Provimento da Corregedoria Nacional de Justiça - CNJ nº 61, de 17.10.2017, publicada no D.J.E, em 18.10.2017, uma vez que não foi possível localizar o endereço eletrônico das partes, bem como o número de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Físicas CPF da parte ré ou justificação da impossibilidade de assim proceder ou, ainda, requerimento de diligências para obtenção. Intime-se.

ADV: EULER VILAÇA BATISTA BORGES (OAB 2428/AM) - Processo 0600847-35.2018.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: E.C.C. - Atendam a Promoção Ministerial retro, providenciando-se as diligências necessárias para o caso concreto. Manaus, 07 de março de 2019

ADV: JOÃO BATISTA ANDRADE DE QUEIROZ (OAB 2372/AM) - Processo 0601755-58.2019.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: O.G.O. - EXEQUENTE: T.W.O.S. - Chamo o feito à ordem para apreciar e deferir o pedido de gratuidade de justiça apresentado nos presentes autos, pois encontra-se observado os requisitos legais previstos no CPC. Dê-se prosseguimento ao feito, sanando eventuais pendências. I. Manaus, 01 de março de 2019

ADV: LEÔNCIO PAES DE CARVALHO (OAB 12809/AM), ADV: LEONCIO PAES DE CARVALHO (OAB 12809/AM) - Processo 0601894-44.2018.8.04.0001 - Tutela e Curatela - Nomeação - Tutela e Curatela - REQUERENTE: Fernando Daniel Teles de Freitas - REQUERIDA: Sali Teles de Freitas - O Doutor Marcos Santos Maciel, Juiz de Direito da 1ª Vara de Família da Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil. FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, que tramitam por este Juízo e Secretaria os autos acima mencionados. E, constando nos autos que o Requerente FERNANDO DANIEL TELES DE FREITAS encontra-se atualmente em lugar incerto e não sabido, expediu-se este EDITAL, nos termos do art. 256 e seguintes, do Código de Processo Civil, para INTIMÁ-LO para apresentar novo patrono diante da renúncia de seu advogado, no prazo de 15 (quinze) dias, em conformidade com o despacho do MM. Juiz a seguir transcrito: Chamo processo à ordem. A intimação pendente é do requerente visando que ele apresente novo patrono diante da renúncia de seu advogado que até então patrocinava a causa. Assim, intime-o por edital, vez que não foi localizado no endereço inicialmente informado, conforme certidão de fls. 52. Manaus, 15 de fevereiro de 2019. Dr. Marcos Santos Maciel, Juiz de Direito. E para que no futuro ninguém possa alegar ignorância, passou-se o presente EDITAL, que será publicado uma (1) única vez pela Imprensa Oficial do Estado do Amazonas, afixado da forma da lei e no lugar de costume. DADO E PASSADO nesta cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, 28 de fevereiro de 2019. Eu, Mônica Costeira de Mendonça Furtado, Diretora de Secretaria, conferi e subscrevo. Dr. Marcos Santos Maciel Juiz de Direito

ADV: MARIA FERREIRA DE OLIVEIRA (OAB 6469/AM), ADV: JEAN CARLOS SIQUEIRA DE SOUZA (OAB 8165/AM), ADV: MARCO ANTONIO MOREIRA (OAB 8780/AM) - Processo 0602400-20.2018.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Alimentos - EXEQUENTE: L.P.S. - EXECUTADO: M.N.N. - Acolho a promoção ministerial de fls 101/102. À Secretaria desta Especializada para as providências cabíveis. Cumpra-se, sem tardança.

ADV: ALESSANDRA CAROLINE OLIVEIRA MOTA (OAB 6359/AM) - Processo 0602527-89.2017.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Alimentos - REQUERIDO: P.E.S.S. - Atendam a Promoção Ministerial retro, providenciando-se as diligências necessárias para o caso concreto. Manaus, 08 de março de 2019

ADV: ALINE OLIVEIRA DA COSTA (OAB 9743/AM) - Processo 0602533-28.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - ALIMENTAND: E.A.B.A.S. - Diante do exposto, INDEFIRO, por ora, a liminar pleiteada.Cite-se o Requerido para comparecer à audiência de mediação e conciliação a ser designada e realizada no Centro Judiciário de Solução de Conflitos das Varas de Família, nos termos do artigo 695 do NCPC.Intime-se, também, a Requerente para comparecimento a mencionada audiência.O instrumento de citação conterá apenas os dados necessários à audiência e deverá estar desacompanhado de cópia da petição inicial, assegurado a(o) ré(u) o direito de examinar seu conteúdo a qualquer tempo. (art. 695, §1º, do CPC/2015)A citação ocorrerá com antecedência mínima de 15 (quinze) dias da data designada para a audiência. (art. 695, §2º, do CPC/2015)"Ao ser citado, o réu deverá ser advertido de que sua ausência injustificada à audiência de conciliação ou mediação configura ato atentatório à dignidade da justiça, punível com a multa do art. 335, § 8º, sob pena de sua inaplicabilidade". (Enunciado n.º 273 do Fórum Permanente de Processualistas Civis - FPPC)As partes deverão estar obrigatoriamente acompanhadas de seus advogados ou defensores públicos na audiência de mediação ou conciliação, para que esta seja bem conduzida e orientada. (art. 695, §4º, do CPC/2015)Consoante o art. 697, do CPC/2015, sendo infrutífera a mediação ou a conciliação, ou seja, não realizado o acordo, passarão a incidir, a partir de então, as normas do procedimento comum (ordinário), observado o art. 335 do Codex.Assim sendo, inexitoso o acordo, fica o réu intimado para contestar, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, devendo, na audiência, receber(em) a contrafé. (art. 335, do CPC/2015), devendo no referido ato apresentar cópia de seu comprovante de recebimento de benefício previdenciário. Oficie-se o INSS solicitando informações sobre o valor do benefício recebido por parte do requerido, precisando, também a data do início do pagamento. Intime-se.Viabilize-se.

ADV: ANADIR RIBEIRO NOGUEIRA (OAB 9704/AM) - Processo 0602865-29.2018.8.04.0001 - Averiguação de Paternidade - Registro Civil das Pessoas Naturais - REQUERENTE: E.P.A.B.M.I.S.G.L.R.P.A. - A certidão expedida pelo auxiliar da justiça foi no sentido de encontrar fechada a residência do polo ativo, sem indicar se voltou ao local em outras ocasiões ou recebeu informações de terceiros de não residir o(a) requerente no local indicado. Em razão do exposto, repita-se a diligência.

ADV: WENDEL ALMEIDA DE SOUZA (OAB 11172/AM), ADV: SANDRA MARIA CARVALHO DE FARIAS (OAB 11679/AM) - Processo 0602922-81.2017.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Alimentos - REQUERENTE: H.C.M.P. - REQUERIDO: R.S.S. - CERTIFICO que, em cumprimento ao despacho retro do MM. Juiz de Direito. Dr. Dídimo Santana Barros Filho, fica pautada Audiência de conciliação/mediação, a ser realizada no CEJUSC - FAMÍLIA - Fórum Cível Des. Euza Maria Naice de Vasconcelos, Rua Valério Botelho de Andrade, S/N, 1º andar - São Francisco - Manaus - AM - CEP:69.079-260 , no dia 08/05/2019 às 10:30h. As partes deverão estar acompanhadas de seus advogados ou defensores públicos (art. 695, §4º, do CPC/2015). CERTIFICO ainda que, nesta data, são os autos encaminhados às filas "Ministério Público - Intimação/Audiência" e "CEJUSC - Publicação-Audiência" para publicação da data de audiência pela Secretaria da Vara de origem, objetivando também a intimação das referidas partes, por seus patronos via DJE/TJ/AM, para comparecimento à data designada.

ADV: WENDEL ALMEIDA DE SOUZA (OAB 11172/AM), ADV: SANDRA MARIA CARVALHO DE FARIAS (OAB 11679/AM) - Processo 0602922-81.2017.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Alimentos - REQUERENTE: H.C.M.P. - REQUERIDO: R.S.S. - Vistos etc, Trata-se de ação de alimentos movida por Ana Clara Pinheiro da Silva, representada por sua genitora, a senhora Hellen Cristina Menezes Pinheiro contra

ADV: CLOTILDE VALENTIM DE OLIVEIRA (OAB 12771/AM) - Processo 0602927-35.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - ALIMENTAND: T.B.O. - Intime-se o(a)(s) advogado(a)(s) da parte autora para, em 15 dias úteis, juntar procuração judicial com poderes específicos para firmar declaração de hipossuficiência econômica (art. 105, caput, do NCPC) em prol de seu(ua) constituinte, pois como adverte, Fredie Didier Jr. e Rafael Alexandria de Oliveira, na obra Benefício da Justiça Gratuita, 6ª edição, Editora JusPodiVm, página 70, 2016, "é importante a exigência de poder especial para tanto, já que a revogação do benefício concedido pode acarretar sanção para o beneficiário". E mais, "a ausência de poder específico do procurador torna o requerimento ineficaz em relação ao seu constituinte. Mas o ato é passível de ratificação, caso em que será considerado eficaz desde o momento em que foi praticado". Cumpra-se.

ADV: JANETE MARIA NEVES DE SOUSA (OAB 8626/AM), ADV: ADRIANA MOUTINHO MAGALHÃES IANNUZZI (OAB 8065/AM), ADV: MÁRIO VITOR MAGALHÃES AUFIERO (OAB 8787/AM) - Processo 0602955-42.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Revisão - REQUERENTE: R.T.Y. - Aos litigantes transcrevo alguns dispositivos do CPC, inerentes aos deveres das partes e litigância de má-fé, devendo as partes os observarem no decorrer do trâmite processual. Art. 77. Além de outros previstos neste Código, são deveres das partes, de seus procuradores e de todos aqueles que de qualquer forma participem do processo: I - expor os fatos em juízo conforme a verdade; II - não formular pretensão ou de apresentar defesa quando cientes de que são destituídas de fundamento; III - não produzir provas e não praticar atos inúteis ou desnecessários à declaração ou à defesa do direito; IV - cumprir com exatidão as decisões jurisdicionais, de natureza provisória ou final, e não criar embaraços à sua efetivação; V - declinar, no primeiro momento que lhes couber falar nos autos, o endereço residencial ou profissional onde receberão intimações, atualizando essa informação sempre que ocorrer qualquer modificação temporária ou definitiva; VI - não praticar inovação ilegal no estado de fato de bem ou direito litigioso. § 1o Nas hipóteses dos incisos IV e VI, o juiz advertirá qualquer das pessoas mencionadas no caput de que sua conduta poderá ser punida como ato atentatório à dignidade da justiça. § 2o A violação ao disposto nos incisos IV e VI constitui ato atentatório à dignidade da justiça, devendo o juiz, sem prejuízo das sanções criminais, civis e processuais cabíveis, aplicar ao responsável multa de até vinte por cento do valor da causa, de acordo com a gravidade da conduta. [...] Art. 79. Responde por perdas e danos aquele que litigar de má-fé como autor, réu ou interveniente. Art. 80. Considera-se litigante de má-fé aquele que: I - deduzir pretensão ou defesa contra texto expresso de lei ou fato incontroverso; II - alterar a verdade dos fatos; III - usar do processo para conseguir objetivo ilegal; IV - opuser resistência injustificada ao andamento do processo; V - proceder de modo temerário em qualquer incidente ou ato do processo; VI - provocar incidente manifestamente infundado; VII - interpuser recurso com intuito manifestamente protelatório.

ADV: CLAUDOMILTON ROBERTO DA SILVA (OAB 10291/AM) - Processo 0603170-76.2019.8.04.0001 - Tutela - Seção Cível - REQUERENTE: Claudineia Roberto da Silva - Idelfonson Franco de Jesus - Atendam a Promoção Ministerial retro, providenciando-se as diligências necessárias para o caso concreto. Manaus, 25 de fevereiro de 2019

ADV: KARINA BANDEIRA DA COSTA (OAB 10281/AM) - Processo 0603261-69.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: T.S.P. - Defiro a gratuidade de justiça ao polo ativo, nos termos do artigo 98 do CPC. Paute-se audiência de conciliação junto ao CEJUSC, providenciando-se as intimações necessárias, inclusive cientificando o M.P. Cite-se o polo passivo para comparecer à audiência de mediação e conciliação. Intime-se, também, o polo ativo para comparecimento à mencionada audiência. Façam constar nos instrumentos a advertência de aplicação de multa pelo não comparecimento à audiência sem a devida justificação.

ADV: KARINA BANDEIRA DA COSTA (OAB 10281/AM) - Processo 0603261-69.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: T.S.P. - CERTIFICO que, em cumprimento ao(à) despacho/decisão retro do MM. Juiz de Direito. Dr. Dídimo Santana Barros Filho, fica pautada Audiência de conciliação/mediação, a ser realizada no CEJUSC - FAMÍLIA - Fórum Cível Des. Euza Maria Naice de Vasconcelos, Rua Valério Botelho de Andrade, S/N, 1º andar - São Francisco - Manaus - AM - CEP:69.079-260 , no dia 08/05/2019 às 09:30h. As partes deverão estar acompanhadas de seus advogados ou defensores públicos (art. 695, §4º, do CPC/2015).

ADV: FERNANDO OLIVEIRA DE ALMEIDA (OAB 9481/AM) - Processo 0603302-41.2016.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: THAIS SOUZA CORDEIRO - De ordem, CERTIFICO para os devidos fins, que a audiência de mediação e Conciliação fica pautada para o dia 30/05/2019 às 09:45h, em cumprimento ao despacho do(a) MM. Juiz(a). Em, 07 de março de 2019.

ADV: HADER DA FONSECA ALMEIDA (OAB 10118/AM) - Processo 0603541-40.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Guarda - REQUERENTE: B.N.L. - M.P.S.N.L. - Atendam a Promoção Ministerial retro, providenciando-se as diligências necessárias para o caso concreto. Manaus, 25 de fevereiro de 2019

ADV: MÔNICA ANTONY DE QUEIROZ MELO (OAB 2043/AM) - Processo 0603782-14.2019.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: B.K.C.C. - Considerando os fatos descritos na petição inicial e documentos anexos, fixo alimentos provisórios em favor do(a) menor descrito(a) na petição inicial em 20% dos rendimentos brutos da parte Alimentante, deduzidos os descontos obrigatórios (ex. INSS e FGTS) e verbas indenizatórias a serem descontados em folha de pagamento do alimentante e depositados na conta bancária de quem os reivindica (ou representante legal). No que tange ao pedido de alimentos para a requerente, entendo que não houve a devida demonstração de que vivia sob dependência econômica do requerido, o que afasta a possibilidade de se conceder alimentos provisionais, já que inexistente indícios da probabilidade do direito, razão pela qual indefiro o pedido de alimentos formulado. Paute-se audiência de conciliação junto ao CEJUSC, providenciando-se as intimações necessárias, inclusive cientificando o M.P. Cite-se o polo passivo para comparecer à audiência de mediação e conciliação. Intime-se, também, o polo ativo para comparecimento à mencionada audiência. Façam constar nos instrumentos a advertência de aplicação de multa pelo não comparecimento à audiência sem a devida justificação. O instrumento de citação conterá apenas os dados necessários à audiência e deverá estar desacompanhado de cópia da petição inicial, assegurado ao réu o direito de examinar seu conteúdo a qualquer tempo. (art. 695, §1º, do CPC/2015). A citação ocorrerá com antecedência mínima de 15 (quinze) dias da data designada para a audiência. (art. 695, §2º, do CPC/2015). As partes deverão estar obrigatoriamente acompanhadas de seus advogados ou defensores públicos na audiência de mediação ou conciliação, para que esta seja bem conduzida e orientada. (art. 695, §4º, do CPC/2015). Consoante o art. 697, do CPC/2015, sendo infrutífera a mediação ou a conciliação, ou seja, não realizado o acordo, passarão a incidir, a partir de então, as normas do procedimento comum (ordinário), observado o art. 335 do Codex. Assim sendo, inexitoso o acordo, fica a parte demandada intimada para contestar, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, devendo, na audiência, receber a contrafé. (art. 335, do CPC/2015). O termo inicial para defesa, portanto, será a data da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição (art. 335, inciso I, do CPC/2015); do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando as partes manifestarem, em comum, o desinteresse pelo acordo (art. 335, inciso II, do CPC/2015); prevista no art. 231, de acordo com o modo como foi feita a citação, nos demais casos. (art. 335, inciso III, do CPC/2015). Na eventual necessidade de recolhimento de despesas postais, observar o previsto no provimento nº 273 -CGJ/AM. Retornando o instrumento citatório sem o devido cumprimento por não localização do endereço ou do destinatário, intime-se a parte demandante para promoção da citação no prazo de cinco dias, inclusive com a descrição de ponto de referência ou qualquer outra informação útil à efetivação da diligência. Aos litigantes ressalto o disposto no artigo 81 do CPC "De ofício ou a requerimento, o juiz condenará o litigante de má-fé a pagar multa, que deverá ser superior a um por cento e inferior a dez por cento do valor corrigido da causa, a indenizar a parte contrária pelos prejuízos que esta sofreu e a arcar com os honorários advocatícios e com todas as despesas que efetuou". No ato de habilitação o polo passivo deverá apresentar todas os seus dados descritos no artigo 379, do CPC. Intime-se. Viabilize-se.

ADV: JONES MONTEIRO MACHADO (OAB 10217/AM), ADV: LAURA RITA ARAÚJO CARDOSO (OAB 5675/AM), ADV: ANTÔNIO CLEMENTINO DO MONTE JÚNIOR (OAB 1574/AM), ADV: MARIA DO ROSÁRIO DE OLIVEIRA MELO (OAB 5385/AM) - Processo 0603871-08.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Revisão - REQUERENTE: Valcilene da Silva Souza - REQUERIDO: Erison de Amorim Dias - Tendo em vista que a parte executada, devidamente intimada, não pagou voluntariamente a dívida, defiro o pedido retro, nos termos do que dispõe o art. 523, § 3º c/c art. 835, inc. I, ambos do CPC, para proceder com o bloqueio de ativos financeiros via Bacenjud no CPF nº 715.951.202-20, observando o valçor descrito na página 426. Após quarenta e oito horas, voltem os autos conclusos para análise da resposta da diligência. Positivo o bloqueio, mas com valor excedente, proceda-se com o imediato cancelamento da indisponibilidade do excesso (CPC, 854, § 1º). Positivo o bloqueio (de valor que não se afigure ínfimo), intime-se o executado, na forma e para os fins do art. 854, §§ 2º e 3º. Decorrido o prazo do executado, voltem para julgamento da manifestação e/ou conversão da indisponibilidade em penhora (CPC, 854, § 5º). Intime-se a peticionante descrita nas páginas 432 e 443 para ajustar suas respectivas petições ao descrito na página 423, no prazo de cinco dias, sob pena de ser-lhe aplicada a multa por litigância de má-fé caso novamente apresente pedido de execução nos presentes autos. Excluam as petições descritas nas páginas 432/452, além das descritas na página 423.

ADV: FRANCISCO RENATO DE LIMA SABELLI (OAB 10866/AM), ADV: DIOGO JOSÉ VIEIRA DOS SANTOS (OAB 10810/AM) - Processo 0603976-14.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: E.M.S.R. - CERTIFICO que, em cumprimento ao despacho retro do MM. Juiz de Direito Dr. Dídimo Santana Barros Filho, fica pautada Audiência de Conciliação/Mediação para o dia 03 de maio de 2019, às 10 horas e 30 minutos, a ser realizada no CEJUSC - FAMÍLIA - Fórum Cível Des. Euza Maria Naice de Vasconcelos, Rua Valério Botelho de Andrade, S/N, 1º andar - São Francisco - Manaus - AM - CEP:69.079-260, As partes deverão estar acompanhadas de seus advogados ou defensores públicos (art. 695, §4º, do CPC/2015). Recomenda-se aos interessados que compareçam à Oficina de Pais, a ser realizada no dia 11/04/2019, juntamente com filhos na faixa etária de 06 a 17 anos, estes para Oficina das Crianças/Adolescentes, com início às 09 horas e término às 12 horas (tolerância de atraso de 20 minutos), no auditório do Fórum Cível Des. Euza Maria Naice de Vasconcelos - térreo. Serão fornecidas declarações para fins de justificativa no trabalho, se houver necessidade, cabendo ressaltar que a presença na Oficina de Pais não substitui o comparecimento à audiência de conciliação e mediação. CERTIFICO ainda que, nesta data, são os autos encaminhados às filas "Ministério Público - Intimação/Audiência" e "CEJUSC - Publicação- Audiência" para publicação da data de audiência pela Secretaria da Vara. Sendo expedida neste ato a carta de citação devida.

ADV: RENATO DE OLIVEIRA GAMENHA (OAB 10292/AM) - Processo 0604005-64.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - REQUERENTE: A.M.V.S. - CERTIFICO que, em cumprimento à decisão retro do MM. Juiz de Direito. Dr. Dídimo Santana Barros Filho, fica pautada Audiência de conciliação/mediação, a ser realizada no CEJUSC - FAMÍLIA - Fórum Cível Des. Euza Maria Naice de Vasconcelos, Rua Valério Botelho de Andrade, S/N, 1º andar - São Francisco - Manaus - AM - CEP:69.079-260 , no dia 15/04/2019 às 10:30h. As partes deverão estar acompanhadas de seus advogados ou defensores públicos (art. 695, §4º, do CPC/2015).

ADV: JULIANO DE SOUZA TRINDADE (OAB 53574/RS) - Processo 0604009-04.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Guarda - REQUERENTE: A.A.M.N. - Atendam a Promoção Ministerial retro, providenciando-se as diligências necessárias para o caso concreto. Manaus, 11 de março de 2019

ADV: ALEXSANDRA HELENA PEIXOTO DA SILVA ROSA (OAB A920/AM) - Processo 0604633-87.2018.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: R.R.L. - E.A.P.L. - Assim, resolvo por julgar o processo no estado. Contudo, antes que prolação da sentença, defiro o pedido de tutela provisória para deferir a guarda da menor E. A. L. F. aos autores, devendo os alimentos serem depositados na conta da autora. Transcorrido o prazo para oferecimento de recurso sobre a decisão de julgamento no estado, voltem os autos conclusos.

ADV: DANYEL ALENCAR GARAVITO (OAB 5576/AM), ADV: ALDA HELOÍSA TAVARES TOLEDO (OAB 7133/AM), ADV: SILVANA MARIA MARTINS DA COSTA (OAB 5644/AM) - Processo 0605001-96.2018.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Liquidação / Cumprimento / Execução - EXEQUENTE: Marilu do Carmo Brito - EXECUTADO: Antenor Finizola de Oliveira Filho - Diante da diversidade de patrimônio entre as sociedades empresarias e titulares de cotas/ações, somente as firmas individuais podem sofrer constrição por dívidas pessoais da pessoa natural. Assim, indefiro o pedido de penhora de bens das empresas em que o devedor é sócio. Não obstante, tem-se por deferido o pedido de penhora de valores via BACENJUD. À contadoria para atualização da dívida. Após, conclusos

ADV: JOANA LOREN DE OLIVEIRA BARBOSA GRANA (OAB 10729/AM) - Processo 0605074-34.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão - Abandono Material - REQUERENTE: M.P.L. - CERTIFICO que, em cumprimento ao/à despacho/decisão retro do(a) MM. Juiz(Juíza) de Direito Dr(a). Dídimo Santana Barros Filho, fica pautada Audiência de Conciliação/Mediação para o dia 08 de maio de 2019, às 9 horas e 30 minutos, a ser realizada no CEJUSC - FAMÍLIA - Fórum Cível Des. Euza Maria Naice de Vasconcelos, Rua Valério Botelho de Andrade, S/N, 1º andar - São Francisco - Manaus - AM - CEP:69.079-260. As partes deverão estar acompanhadas de seus advogados ou defensores públicos (art. 695, §4º, do CPC/2015). Recomenda-se aos interessados que compareçam à Oficina de Pais, a ser realizada no dia 11/04/2019, juntamente com filhos na faixa etária de 06 a 17 anos, estes para Oficina das Crianças/Adolescentes, com início às 09 horas e término às 12 horas (tolerância de atraso de 20 minutos), no auditório do Fórum Cível Des. Euza Maria Naice de Vasconcelos - térreo. Serão fornecidas declarações para fins de justificativa no trabalho, se houver necessidade, cabendo ressaltar que a presença na Oficina de Pais não substitui o comparecimento à audiência de conciliação e mediação. CERTIFICO ainda que, nesta data, são os autos encaminhados às filas "Ministério Público - Intimação/ Audiência" e "CEJUSC - Publicação- Audiência" para publicação da data de audiência pela Secretaria da Vara. Sendo expedida neste ato a carta de citação devido.

ADV: LUANNA BARROS DE ALBUQUERQUE GOMES (OAB 13172/AM) - Processo 0605368-86.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Família - REQUERENTE: P.S.F. - CERTIFICO que, em cumprimento ao despacho retro do MM. Juiz de Direito. Dr. Dídimo Santana Barros Filho, fica pautada Audiência de conciliação/mediação, a ser realizada no CEJUSC - FAMÍLIA - Fórum Cível Des. Euza Maria Naice de Vasconcelos, Rua Valério Botelho de Andrade, S/N, 1º andar - São Francisco - Manaus - AM - CEP:69.079-260 , no dia 03/05/2019 às 10:30h. As partes deverão estar acompanhadas de seus advogados ou defensores públicos (art. 695, §4º, do CPC/2015).

ADV: DANIELLA GUSMÃO DE OLIVEIRA (OAB 11923/AM), ADV: LUAN DAMASCENO DA CUNHA (OAB 11922/AM), ADV: PATRÍCIA PEREIRA DA SILVA (OAB 3689/AM), ADV: RICARDO MENDES LASMAR (OAB 5933/AM) - Processo 0605378-67.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: A.F.S.J. - REQUERIDO: B.M.J.S. - Consigno que os emolumentos da diligência descrita às fls. 142 serão cobrados ao final do trâmite processual, com base na interpretação do parágrafo 2º, do artigo 2º, do Provimento nº 250/2015 da Corregedoria Geral de Justiça do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas. Façam constar no mandado a presente determinação.

ADV: LAURA RITA ARAÚJO CARDOSO (OAB 5675/AM) - Processo 0605448-84.2018.8.04.0001 - Regulamentação de Visitas - Regulamentação de Visitas - REQUERENTE: E.A.D. - Vista a advogada do autor, para que fale sobre a certidão acima citada, no prazo de 10(dez) dias.

ADV: RODRIGO MENDES LASMAR (OAB 12480/AM), ADV: RICARDO MENDES LASMAR (OAB 5933/AM) - Processo 0605979-39.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: T.A.T.P. - CERTIFICO que, em cumprimento à decisão retro do MM. Juiz de Direito. Dr. Dídimo Santana Barros Filho, fica pautada Audiência de conciliação/mediação, a ser realizada no CEJUSC - FAMÍLIA - Fórum Cível Des. Euza Maria Naice de Vasconcelos, Rua Valério Botelho de Andrade, S/N, 1º andar - São Francisco - Manaus - AM - CEP:69.079-260 , no dia 03/05/2019 às 10:30h. As partes deverão estar acompanhadas de seus advogados ou defensores públicos (art. 695, §4º, do CPC/2015).

ADV: WALBER PRATA DE MENDONÇA (OAB 11816/AM) - Processo 0606056-82.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - ALIMENTAND: B.H.S.S. e outro - REQUERENTE: T.R.S. - Indefiro o pedido de expedição de ofício em razão de já existir nos autos a manifestação da fonte pagadora do requerido nas páginas 54/57. Diante da preclusão da oferecimento das alegações finais descrita na forma determinada na página 63. Remetam os autos ao MInistério Público para opinar sobre o mérito.

ADV: WILIAN DOS SANTOS TORRES JÚNIOR (OAB 11026/AM), ADV: ARIJONES BONFIM DA SILVA (OAB 6434/AM) - Processo 0606100-67.2019.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: M.C.S. - REQUERIDA: M.S.S. - Chamo o feito à ordem para apreciar e deferir o pedido de gratuidade de justiça apresentado nos presentes autos, pois encontra-se observado os requisitos legais previstos no CPC. Dê-se prosseguimento ao feito, sanando eventuais pendências. I. Manaus, 01 de março de 2019

ADV: NIELI NASCIMENTO ARAÚJO FERNANDES (OAB 1089A/AM), ADV: OTÁVIO ARAÚJO NETO (OAB 10189/AM), ADV: JAMMES BEZERRA DE OLIVEIRA (OAB 10038/AM) - Processo 0606170-84.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - REQUERENTE: M.C.L. - Cite-se o Requerido para comparecer à audiência de mediação e conciliação a ser designada e realizada no Centro Judiciário de Solução de Conflitos das Varas de Família, nos termos do artigo 695 do NCPC.Intime-se, também, o Requerente para comparecimento a mencionada audiência. Façam constar nos instrumentos a advertência de aplicação de multa pelo não comparecimento à audiência sem a devida justificação. O instrumento de citação conterá apenas os dados necessários à audiência e deverá estar desacompanhado de cópia da petição inicial, assegurado ao réu o direito de examinar seu conteúdo a qualquer tempo. (art. 695, §1º, do CPC/2015). A citação ocorrerá com antecedência mínima de 15 (quinze) dias da data designada para a audiência. (art. 695, §2º, do CPC/2015). Para que não pairem dúvidas de sua efetivação e diante da pessoalidade das demandas familiares, a citação será sempre feita na pessoa do réu, não se admitindo a intimação postal ou por edital. (art. 695, §3º, do CPC/2015). Ao oficial de Justiça observa-se o dever de citar a parte demandada onde quer que a encontre, observando-se as hipóteses de não citação previstas nos artigos 244 e 245 do CPC e o poder/dever de proceder com a citação por hora certa quando por 2 (duas) vezes, o oficial de justiça houver procurado o citando em seu domicílio ou residência sem o encontrar, havendo suspeita de ocultação, devendo intimar qualquer pessoa da família ou, em sua falta, qualquer vizinho de que, no dia útil imediato, voltará a fim de efetuar a citação, na hora que designar. As partes deverão estar obrigatoriamente acompanhadas de seus advogados ou defensores públicos na audiência de mediação ou conciliação, para que esta seja bem conduzida e orientada. (art. 695, §4º, do CPC/2015). Consoante o art. 697, do CPC/2015, sendo infrutífera a mediação ou a conciliação, ou seja, não realizado o acordo, passarão a incidir, a partir de então, as normas do procedimento comum (ordinário), observado o art. 335 do Códex . Assim sendo, inexitoso o acordo, fica a parte demandada intimada para contestar, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, devendo, na audiência, receber a contrafé. (art. 335, do CPC/2015). O termo inicial para defesa, portanto, será a data da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição (art. 335, inciso I, do CPC/2015); do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando as partes manifestarem, em comum, o desinteresse pelo acordo (art. 335, inciso II, do CPC/2015); prevista no art. 231, de acordo com o modo como foi feita a citação, nos demais casos. (art. 335, inciso III, do CPC/2015). Atente-se, por derradeiro, para os ensinamentos de Maria Berenice Dias, in verbis: "Na tentativa de encontrar formas consensuais de solução dos conflitos, é prevista a realização de audiência preliminar de conciliação ou mediação em todos os processos de conhecimento (334). Esta determinação, no entanto, não se confunde com o mesmo ato a ser realizado nas ações de família. Nestas demandas

o mediador ou conciliador deve estar acompanhado de profissional de outras áreas de conhecimento (694). Há outras peculiaridades. No processo de conhecimento o réu deve ser citado com 20 dias de antecedência (334), enquanto para a audiência de família, o prazo é de 15 dias (695 § 2º). Nestas demandas não é possível a qualquer das partes manifestar desinteresse em sua realização, como é facultado ao autor e ao réu nas demais ações (334 §§ 4º e 5º).” (Grifos não do original) (in As ações de família no novo Código de Processo Civil - por Maria Berenice Dias. Maria Berenice Dias - Advogada - Vice Presidenta Nacional do IBDFAM. 25 de Julho de 2015). Na eventual necessidade de recolhimento de despesas postais, observar o previsto no provimento nº 273 -CGJ/AM. Aos litigantes ressalto o disposto no artigo 81 do CPC “De ofício ou a requerimento, o juiz condenará o litigante de má-fé a pagar multa, que deverá ser superior a um por cento e inferior a dez por cento do valor corrigido da causa, a indenizar a parte contrária pelos prejuízos que esta sofreu e a arcar com os honorários advocatícios e com todas as despesas que efetuou”. No ato de habilitação o polo passivo deverá apresentar todas os seus dados descritos no artigo 379, do CPC. Intime-se. Viabilize-se.

ADV: JOHAN DA COSTA ARAÚJO (OAB 12234/AM), ADV: NIELI NASCIMENTO ARAÚJO FERNANDES (OAB 1089A/AM), ADV: JAMMES BEZERRA DE OLIVEIRA (OAB 10038/AM), ADV: OTÁVIO ARAÚJO NETO (OAB 10189/AM) - Processo 0606170-84.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - REQUERENTE: M.C.L. - Certifico para os devidos fins que, de ordem do MM Juiz Coordenador do CEJUSC-FAMÍLIA, Gildo Alves de Carvalho Filho, e em cumprimento ao Provimento n.º 273-CGJ/AM datado de 31/05/2016, constata-se que nesses autos a parte não é beneficiária da Justiça Gratuita ou goza de isenção legal, desta forma, movo estes autos à fila “CEJUSC-Suspensos” e copio para “CEJUSC Publicação”, na presente data, para intimação da parte interessada, por seu advogado, via DJE/AM, para recolhimento do valor das despesas postais e/ou mandado de citação/intimação, no prazo de 10 (dez) dias úteis. Certifico ainda que, se a diligência não for cumprida no prazo estipulado, os autos serão devolvidos à fila “Recebidos-CEJUSC”, da Vara de origem, para deliberações do MM. Juiz de Direito do feito.

ADV: LUIZ EDUARDO HAYDEN DOS SANTOS (OAB 12051/AM), ADV: AYNNE FLORES DE SOUZA (OAB 10072/AM), ADV: FRANCISCO CHARLES CUNHA GARCIA JÚNIOR (OAB 4563/AM), ADV: JULIANA CHAVES COIMBRA GARCIA (OAB 4040/AM) - Processo 0606322-06.2017.8.04.0001 - Averiguação de Paternidade - Registro Civil das Pessoas Naturais - REQUERENTE: H.C.A.L. - REQUERIDA: K.L.T. e outros - Posto isso, julgo extinto o processo, sem resolução de mérito, nos termos do disposto no artigo 485, III do NCPC. P.R.I.C. arquive-se.

ADV: ROSQUILD AZÊDO OMENA (OAB A605/AM) - Processo 0606547-55.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: Luma Gabriela Pontes Assayag - REQUERIDO: Marcus Túlio Tomé Catunda - Atendam a Promoção Ministerial retro, providenciando-se as diligências necessárias para o caso concreto. Manaus, 25 de fevereiro de 2019

ADV: RENATO DAMASCENO BATISTA (OAB 3120/AM) - Processo 0606620-27.2019.8.04.0001 - Interdição - Família - REQUERENTE: Renato Damasceno Batista - CERTIDÃO Processo n°:0606620-27.2019.8.04.0001 De ordem, CERTIFICO para os devidos fins, que a audiência de Inspeção Judicial/entrevista, fica pautada para o dia 19/07/2019 às 09:45h, em cumprimento ao despacho do(a) MM. Juiz(a). Em, 07 de março de 2019.

ADV: EDNYLZA DE SÁ BARBOSA MONTEIRO (OAB 14189/AM) - Processo 0606788-29.2019.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Alimentos - EXEQUENTE: Mary Anne Viana Mendes - Cumprimento de sentença sob o rito da coerção pessoal. Intime-se pessoalmente o executado para, em três dias, pagar o débito, provar que o fez ou justificar a impossibilidade de efetuá-lo. Caso o executado, nesse prazo, não efetue o pagamento, não prove que o efetuou ou não apresente justificativa da impossibilidade de efetuá-lo, fica desde já a determinação para fins de a Secretaria viabilizar o protesto da sentença/acordo/decisão interlocutória que estipulou os alimentos ora em execução, sem prejuízo da prisão civil do devedor.(art. 528, § 1º e 3º, do NCPC).

ADV: ENOS EDUARDO LINS DE PAULA (OAB 222599/RJ), ADV: LYCIA FABÍOLA GOMES DE ANDRADE (OAB 4580/AM) - Processo 0606796-06.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Alimentos - REQUERENTE: W.A.P. - Vistos etc. À Autora para corrigir o valor da causa, devendo corresponder a doze vezes o valor dos alimentos pugnados. Considerando a deficiência na demonstração nos autos sobre a necessidade do(a) (s) menor(es) e possibilidade da parte requerida fixo os alimentos provisórios em 50% do salário mínimo, reajustados na mesma data e no mesmo índice do salário mínimo vigente no país, a serem pagos diretamente à representante legal do(a)(s) menor(es) ou, em conta bancária, preferencialmente em nome do(s) titular(es) dos alimentos. Paute-se audiência de conciliação junto ao CEJUSC, providenciando-se as intimações necessárias, inclusive cientificando o M.P. Cite-se o polo passivo para comparecer à audiência de mediação e conciliação. Intime-se, também, o polo ativo para comparecimento à mencionada audiência. Façam constar nos instrumentos a advertência de aplicação de multa pelo não comparecimento à audiência sem a devida justificação. O instrumento de citação conterá apenas os dados necessários à audiência e deverá estar desacompanhado de cópia da petição inicial, assegurado ao réu o direito de examinar seu conteúdo a qualquer tempo. (art. 695, §1º, do CPC/2015). A citação ocorrerá com antecedência mínima de 15 (quinze) dias da data designada para a audiência. (art. 695, §2º, do CPC/2015). As partes deverão estar obrigatoriamente acompanhadas de seus advogados ou defensores públicos na audiência de mediação ou conciliação, para que esta seja bem conduzida e orientada. (art. 695, §4º, do CPC/2015). Consoante o art. 697, do CPC/2015, sendo infrutífera a mediação ou a conciliação, ou seja, não realizado o acordo, passarão a incidir, a partir de então, as normas do procedimento comum (ordinário), observado o art. 335 do Codex. Assim sendo, inexitoso o acordo, fica a parte demandada intimada para contestar, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, devendo, na audiência, receber a contrafé. (art. 335, do CPC/2015). O termo inicial para defesa, portanto, será a data da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição (art. 335, inciso I, do CPC/2015); do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando as partes manifestarem, em comum, o desinteresse pelo acordo (art. 335, inciso II, do CPC/2015); prevista no art. 231, de acordo com o modo como foi feita a citação, nos demais casos. (art. 335, inciso III, do CPC/2015). Na eventual necessidade de recolhimento de despesas postais, observar o previsto no provimento nº 273 -CGJ/AM. Retornando o instrumento citatório sem o devido cumprimento por não localização do endereço ou do destinatário, intime-se a parte demandante para promoção da citação no prazo de cinco dias, inclusive com a descrição de ponto de referência ou qualquer outra informação útil à efetivação da diligência. Aos litigantes ressalto o disposto no artigo 81 do CPC “De ofício ou a requerimento, o juiz condenará o litigante de má-fé a pagar multa, que deverá ser superior a um por cento e inferior a dez por cento do valor corrigido da causa, a indenizar a parte contrária pelos prejuízos que esta sofreu e a arcar com os honorários advocatícios e com todas as despesas que efetuou”. No ato de habilitação o polo passivo deverá apresentar todas os seus dados descritos no artigo 379, do CPC. Intime-se. Viabilize-se.

ADV: LUCAS COSTA DO VALE (OAB 7990/AM) - Processo 0606809-05.2019.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: A.M.S.S. - Vistos etc. Considerando a deficiência na demonstração nos autos sobre a necessidade do(a) (s) menor(es) e possibilidade da parte requerida fixo os alimentos provisórios em 20% do salário mínimo, reajustados na mesma data e no mesmo índice do salário mínimo vigente no país, a serem pagos diretamente à representante legal do(a)(s) menor(es) ou, em conta bancária, preferencialmente em nome do(s) titular(es) dos alimentos. Paute-se audiência de conciliação junto ao CEJUSC, providenciando-se as intimações necessárias, inclusive cientificando o M.P. Cite-se o polo passivo para comparecer à audiência de mediação e conciliação. Intime-se, também, o polo ativo para comparecimento à mencionada audiência. Façam constar nos instrumentos a advertência de aplicação de multa pelo não comparecimento à audiência sem a devida justificação.

O instrumento de citação conterá apenas os dados necessários à audiência e deverá estar desacompanhado de cópia da petição inicial, assegurado ao réu o direito de examinar seu conteúdo a qualquer tempo. (art. 695, §1º, do CPC/2015). A citação ocorrerá com antecedência mínima de 15 (quinze) dias da data designada para a audiência. (art. 695, §2º, do CPC/2015). As partes deverão estar obrigatoriamente acompanhadas de seus advogados ou defensores públicos na audiência de mediação ou conciliação, para que esta seja bem conduzida e orientada. (art. 695, §4º, do CPC/2015). Consoante o art. 697, do CPC/2015, sendo infrutífera a mediação ou a conciliação, ou seja, não realizado o acordo, passarão a incidir, a partir de então, as normas do procedimento comum (ordinário), observado o art. 335 do Codex. Assim sendo, inexitoso o acordo, fica a parte demandada intimada para contestar, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, devendo, na audiência, receber a contrafé. (art. 335, do CPC/2015). O termo inicial para defesa, portanto, será a data da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição (art. 335, inciso I, do CPC/2015); do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando as partes manifestarem, em comum, o desinteresse pelo acordo (art. 335, inciso II, do CPC/2015); prevista no art. 231, de acordo com o modo como foi feita a citação, nos demais casos. (art. 335, inciso III, do CPC/2015). Na eventual necessidade de recolhimento de despesas postais, observar o previsto no provimento nº 273 -CGJ/AM. Retornando o instrumento citatório sem o devido cumprimento por não localização do endereço ou do destinatário, intime-se a parte demandante para promoção da citação no prazo de cinco dias, inclusive com a descrição de ponto de referência ou qualquer outra informação útil à efetivação da diligência. Aos litigantes ressalto o disposto no artigo 81 do CPC "De ofício ou a requerimento, o juiz condenará o litigante de má-fé a pagar multa, que deverá ser superior a um por cento e inferior a dez por cento do valor corrigido da causa, a indenizar a parte contrária pelos prejuízos que esta sofreu e a arcar com os honorários advocatícios e com todas as despesas que efetuou". No ato de habilitação o polo passivo deverá apresentar todas os seus dados descritos no artigo 379, do CPC. Intime-se. Viabilize-se.

ADV: EDMILSON LUCENA DOS SANTOS JÚNIOR (OAB 6030/AM) - Processo 0606820-34.2019.8.04.0001 - Separação Consensual - Dissolução - REQUERENTE: C.S. - CERTIFICO que, em cumprimento ao/à despacho/decisão retro do(a) MM. Juiz(Juíza) de Direito Dr(a). Dídimo Santana Barros Filho, fica pautada Audiência de Conciliação/Mediação para o dia 03 de maio de 2019, às 10 horas e 30 minutos, a ser realizada no CEJUSC - FAMÍLIA - Fórum Cível Des. Euza Maria Naice de Vasconcelos, Rua Valério Botelho de Andrade, S/N, 1º andar - São Francisco - Manaus - AM - CEP:69.079-260, As partes deverão estar acompanhadas de seus advogados ou defensores públicos (art. 695, §4º, do CPC/2015). CERTIFICO ainda que, nesta data, são os autos encaminhados às filas "Ministério Público - Intimação/Audiência" e "CEJUSC - Publicação- Audiência" para publicação da data de audiência pela Secretaria da Vara. Sendo expedida(o) neste ato a(o) carta/mandado de citação devido(a).

ADV: CLÁUDIA DE SANTANA (OAB 8369/AM), ADV: ANA CAROLINA DA COSTA MAGALHÃES (OAB 6477/AM) - Processo 0606842-63.2017.8.04.0001 - Averiguação de Paternidade - Registro Civil das Pessoas Naturais - REQUERENTE: L.L.B. e outro - É dever das partes manifestarem nos autos toda vez que forem intimados sob pena de preclusão ou extinção do feito, conforme a natureza do ato a ser praticado. Em se tratando de o polo ativo deixar de praticar ato indispensável ao prosseguimento do feito, não sendo possível a resolução do processo com a resolução do mérito, deverá o magistrado extingui-lo por questões processuais, sem a incidência da coisa julgada material. No caso em tela a parte ativa deixou de praticar ato necessário ao prosseguimento do feito, mesmo após efetivação de sua intimação pessoal. Noutro viés, o feito não se encontra maduro o suficiente para análise do mérito, razão pela qual julgo extinto o processo com fundamento no inciso III do art. 485 do CPC, condenando a autora ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios (dez por cento sobre o valor atribuído à causa). Em razão de ser o polo ativo agraciado pelos benefícios da gratuidade de justiça, fica suspensa a exigibilidade do crédito pelo prazo prescricional de cinco anos. Intime-se. Após trânsito em julgado, baixe-se e arquive-se, com as providências de estilo. Manaus, 08 de março de 2019

ADV: BRUNO DE SOUZA CAVALCANTE (OAB 2677/AM) - Processo 0606977-46.2015.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Obrigação de Entregar - EXEQUENTE: A.K.S.S. - Intime-se.

ADV: JÉSSICA LAHIS SILVA BASTOS DE MENEZES (OAB 10836/AM) - Processo 0607310-56.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Regulamentação de Visitas - REQUERENTE: J.F.S.B. - Vistos etc, Deixo de acolher a promoção ministerial pois, segundo dados do sistema, o processo que foi sentenciado na extinta 2ª Vara de Família e posteriormente redistribuído para o presente juízo, em razão da modificação das regras de competência que desmembrou a competência para apreciar causas decorrente da sucessão hereditária. Assim, devolvam os autos ao Ministério Público para opinar sobre o mérito do pedido apresentado.

ADV: THIAGO MEDEIROS (OAB 11250/AM), ADV: RAILTON COSTA VIANA (OAB 9820/AM), ADV: SAMUEL ALVES RESENDE (OAB 11838/AM) - Processo 0607321-56.2017.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Alimentos - EXEQUENTE: C.E.A.S. - EXECUTADO: E.G.S. - Acolho a promoção ministerial de fls. 124. Expeça-se o alvará. À Secretaria desta Especializada para as providências cabíveis. Cumpra-se, sem tardança.

ADV: PAULO ROBERTO FARIAS DE OLIVEIRA (OAB 6011/AM) - Processo 0607600-71.2019.8.04.0001 - Interdição - Família - REQUERENTE: Hilza Monica Nunes Amaral - Nos termos do art. 751, do CPC, cite-se o(a) interditando(a) para comparecer perante juiz em dia a ser designado para a entrevista com o fim de auferir minuciosamente acerca de sua vida, negócios, bens, vontades, preferências e laços familiares e afetivos e sobre o que mais lhe parecer necessário para convencimento quanto à sua capacidade para praticar atos da vida civil. No ato da diligência, o oficial de justiça deverá certificar sobre a impossibilidade de deslocamento do interditando, para fim de se proceder com a inspeção judicial. Façam constar no mandado o termo e prazo para apresentação de impugnação do pedido de interdição, por advogado. Pautе-se audiência para interdição, providenciando-se as intimações necessárias. Manaus, 08 de março de 2019.

ADV: LÍVIA MARIA ANDRADE PORTO (OAB 11348/AM) - Processo 0607704-63.2019.8.04.0001 - Averiguação de Paternidade - Registro Civil das Pessoas Naturais - REQUERENTE: R.M.C.M. - Chamo o feito à ordem para complementar a determinação de paginas 36/37, determinando a expedição de ofício ao empregador do alimentante.

ADV: RICARDO AUGUSTO DA CRUZ LIMA (OAB 12205/AM), ADV: LÍVIA MARIA ANDRADE PORTO (OAB 11348/AM), ADV: EVERSON SOARES RODRIGUES (OAB 10819/AM) - Processo 0607704-63.2019.8.04.0001 - Averiguação de Paternidade - Registro Civil das Pessoas Naturais - REQUERENTE: R.M.C.M. - REQUERIDO: L.R.M. - De ordem do MM. Juiz de Direito Titular da 1ª Vara de Família da Comarca de Manaus-Am, Dr. Marcos Santos Maciel e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VII do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria nº 01/2017 deste juízo (Art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: Juntada de procuração com a atualização dos dados e endereços dos procuradores no sistema informatizado.

ADV: ARTEMIZA SOUZA E SOUZA (OAB 12465/AM) - Processo 0607753-07.2019.8.04.0001 - Conversão de Separação Judicial em Divórcio - Dissolução - REQUERENTE: M.M.M. - Defiro a gratuidade de justiça ao polo ativo, nos termos do artigo 98 do CPC. Cite-se o Requerido para comparecer à audiência de mediação e conciliação a ser designada e realizada no Centro Judiciário de Solução de Conflitos das Varas de Família, nos termos do artigo 695 do NCPC.Intime-se, também, o Requerente para comparecimento a mencionada audiência. Façam constar nos instrumentos a advertência de aplicação de multa pelo não comparecimento à audiência sem a devida justificação. O instrumento de citação conterá apenas os dados necessários à audiência e deverá estar desacompanhado de cópia da petição inicial, assegurado ao réu o direito de examinar seu conteúdo a qualquer tempo. (art. 695, §1º, do CPC/2015). A citação ocorrerá com antecedência mínima de 15 (quinze) dias da data designada para a audiência. (art. 695, §2º, do CPC/2015). Para que não

pairem dúvidas de sua efetivação e diante da pessoalidade das demandas familiares, a citação será sempre feita na pessoa do réu, não se admitindo a intimação postal ou por edital. (art. 695, §3º, do CPC/2015). Ao oficial de Justiça observa-se o dever de citar a parte demandada onde quer que a encontre, observando-se as hipóteses de não citação previstas nos artigos 244 e 245 do CPC e o poder/dever de proceder com a citação por hora certa quando por 2 (duas) vezes, o oficial de justiça houver procurado o citando em seu domicílio ou residência sem o encontrar, havendo suspeita de ocultação, devendo intimar qualquer pessoa da família ou, em sua falta, qualquer vizinho de que, no dia útil imediato, voltará a fim de efetuar a citação, na hora que designar. As partes deverão estar obrigatoriamente acompanhadas de seus advogados ou defensores públicos na audiência de mediação ou conciliação, para que esta seja bem conduzida e orientada. (art. 695, §4º, do CPC/2015). Consoante o art. 697, do CPC/2015, sendo infrutífera a mediação ou a conciliação, ou seja, não realizado o acordo, passarão a incidir, a partir de então, as normas do procedimento comum (ordinário), observado o art. 335 do Códex . Assim sendo, inexitoso o acordo, fica a parte demandada intimada para contestar, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, devendo, na audiência, receber a contrafé. (art. 335, do CPC/2015). O termo inicial para defesa, portanto, será a data da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição (art. 335, inciso I, do CPC/2015); do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando as partes manifestarem, em comum, o desinteresse pelo acordo (art. 335, inciso II, do CPC/2015); prevista no art. 231, de acordo com o modo como foi feita a citação, nos demais casos. (art. 335, inciso III, do CPC/2015). Atente-se, por derradeiro, para os ensinamentos de Maria Berenice Dias, in verbis: “Na tentativa de encontrar formas consensuais de solução dos conflitos, é prevista a realização de audiência preliminar de conciliação ou mediação em todos os processos de conhecimento (334). Esta determinação, no entanto, não se confunde com o mesmo ato a ser realizado nas ações de família. Nestas demandas o mediador ou conciliador deve estar acompanhado de profissional de outras áreas de conhecimento (694). Há outras peculiaridades. No processo de conhecimento o réu deve ser citado com 20 dias de antecedência (334), enquanto para a audiência de família, o prazo é de 15 dias (695 § 2º). Nestas demandas não é possível a qualquer das partes manifestar desinteresse em sua realização, como é facultado ao autor e ao réu nas demais ações (334 §§ 4º e 5º).” (Grifos não do original) (in As ações de família no novo Código de Processo Civil - por Maria Berenice Dias. Maria Berenice Dias - Advogada - Vice Presidenta Nacional do IBDFAM. 25 de Julho de 2015). Na eventual necessidade de recolhimento de despesas postais, observar o previsto no provimento nº 273 -CGJ/AM. Aos litigantes ressalto o disposto no artigo 81 do CPC “De ofício ou a requerimento, o juiz condenará o litigante de má-fé a pagar multa, que deverá ser superior a um por cento e inferior a dez por cento do valor corrigido da causa, a indenizar a parte contrária pelos prejuízos que esta sofreu e a arcar com os honorários advocatícios e com todas as despesas que efetuou”. No ato de habilitação o polo passivo deverá apresentar todas os seus dados descritos no artigo 379, do CPC. Intime-se. Viabilize-se.

ADV: ALICE DA SILVA WELGERT (OAB 12614/AM), ADV: BAIRON ANTÔNIO DO NASCIMENTO JÚNIOR (OAB 3795/AM) - Processo 0607791-19.2019.8.04.0001 - Divórcio Consensual - Dissolução - REQUERENTE: F.H.N. - Vistos etc. Para apreciação do pedido de justiça gratuita, providencie o(a) autor(a), no prazo de 10 dias e sob pena do indeferimento de tal benesse, a juntada de sua última declaração de imposto de renda, ou, na impossibilidade de fazê-lo, extratos dos últimos dois meses de conta bancária de sua utilização cotidiana, ressaltando-se que tal determinação é perfeitamente possível (artigo 99, §2º, do NCPC), pois “(...) Havendo dúvida da veracidade das alegações do beneficiário, nada impede que o magistrado ordene a comprovação do estado de miserabilidade, a fim de avaliar as condições para o deferimento ou não da assistência judiciária” (STJ - 1ª T. - REsp 544021/BA - Rel. Min. Teori Albino Zavascki - DJU 10.11.2003, p. 168). Anoto que fica facultado ao autor, se o caso, proceder ao recolhimento das custas iniciais no prazo acima assinalado. Oportunamente, tornem os autos conclusos. Int.

ADV: MARCOS PEREIRA DA SILVA (OAB 11150/AM) - Processo 0607799-93.2019.8.04.0001 - Divórcio Consensual - Dissolução - REQUERENTE: I.F.S. - Atendam a Promoção Ministerial retro, providenciando-se as diligências necessárias para o caso concreto. Prazo: quinze dias úteis. Manaus, 25 de fevereiro de 2019

ADV: ALAN DE MOURA MENDES (OAB 13404/AM) - Processo 0607962-73.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Alimentos - ALIMENTANT: P.S.R.P. - Atendam a Promoção Ministerial retro, providenciando-se as diligências necessárias para o caso concreto. Prazo: quinze dias úteis. Manaus, 07 de março de 2019

ADV: ALAN DE MOURA MENDES (OAB 13404/AM) - Processo 0607962-73.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Alimentos - ALIMENTANT: P.S.R.P. - Sugiro, também, em razão da complexidade da ação de modificação de guarda, a separação das pretensões contra as filhas maiores da modificação de guarda cumulada com a exoneração. No caso de modificação da guarda a genitora é parte legitima para referida pretensão, não sendo caso de nomeação de curador especial na forma descrita pelo autor pois é guardião juntamente com a requerida, sendo a pretensão apenas modificar o referencial de lar. Assim, assino o prazo de quinze dias, para as devidas adequações. Intime-se.

ADV: SUZANA PINTO LORENZONI (OAB 9155/AM) - Processo 0607978-27.2019.8.04.0001 - Regulamentação de Visitas - Regulamentação de Visitas - REQUERENTE: Isaac Pereira Oliveira - Cite-se o Requerido para comparecer à audiência de mediação e conciliação a ser designada e realizada no Centro Judiciário de Solução de Conflitos das Varas de Família, nos termos do artigo 695 do NCPC.Intime-se, também, o Requerente para comparecimento a mencionada audiência. Façam constar nos instrumentos a advertência de aplicação de multa pelo não comparecimento à audiência sem a devida justificação. O instrumento de citação conterá apenas os dados necessários à audiência e deverá estar desacompanhado de cópia da petição inicial, assegurado ao réu o direito de examinar seu conteúdo a qualquer tempo. (art. 695, §1º, do CPC/2015). A citação ocorrerá com antecedência mínima de 15 (quinze) dias da data designada para a audiência. (art. 695, §2º, do CPC/2015). Para que não pairem dúvidas de sua efetivação e diante da pessoalidade das demandas familiares, a citação será sempre feita na pessoa do réu, não se admitindo a intimação postal ou por edital. (art. 695, §3º, do CPC/2015). Ao oficial de Justiça observa-se o dever de citar a parte demandada onde quer que a encontre, observando-se as hipóteses de não citação previstas nos artigos 244 e 245 do CPC e o poder/dever de proceder com a citação por hora certa quando por 2 (duas) vezes, o oficial de justiça houver procurado o citando em seu domicílio ou residência sem o encontrar, havendo suspeita de ocultação, devendo intimar qualquer pessoa da família ou, em sua falta, qualquer vizinho de que, no dia útil imediato, voltará a fim de efetuar a citação, na hora que designar. As partes deverão estar obrigatoriamente acompanhadas de seus advogados ou defensores públicos na audiência de mediação ou conciliação, para que esta seja bem conduzida e orientada. (art. 695, §4º, do CPC/2015). Consoante o art. 697, do CPC/2015, sendo infrutífera a mediação ou a conciliação, ou seja, não realizado o acordo, passarão a incidir, a partir de então, as normas do procedimento comum (ordinário), observado o art. 335 do Códex . Assim sendo, inexitoso o acordo, fica a parte demandada intimada para contestar, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, devendo, na audiência, receber a contrafé. (art. 335, do CPC/2015). O termo inicial para defesa, portanto, será a data da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição (art. 335, inciso I, do CPC/2015); do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando as partes manifestarem, em comum, o desinteresse pelo acordo (art. 335, inciso II, do CPC/2015); prevista no art. 231, de acordo com o modo como foi feita a citação, nos demais casos. (art. 335, inciso III, do CPC/2015). Atente-se, por derradeiro, para os ensinamentos de Maria Berenice Dias, in verbis: “Na tentativa de encontrar formas consensuais de solução dos conflitos, é prevista a realização de audiência preliminar de conciliação ou mediação em todos os processos de conhecimento

(334). Esta determinação, no entanto, não se confunde com o mesmo ato a ser realizado nas ações de família. Nestas demandas o mediador ou conciliador deve estar acompanhado de profissional de outras áreas de conhecimento (694). Há outras peculiaridades. No processo de conhecimento o réu deve ser citado com 20 dias de antecedência (334), enquanto para a audiência de família, o prazo é de 15 dias (695 § 2º). Nestas demandas não é possível a qualquer das partes manifestar desinteresse em sua realização, como é facultado ao autor e ao réu nas demais ações (334 §§ 4º e 5º).” (Grifos não do original) (in As ações de família no novo Código de Processo Civil - por Maria Berenice Dias. Maria Berenice Dias - Advogada - Vice Presidenta Nacional do IBDFAM. 25 de Julho de 2015). Na eventual necessidade de recolhimento de despesas postais, observar o previsto no provimento nº 273 -CGJ/AM. Aos litigantes ressalto o disposto no artigo 81 do CPC “De ofício ou a requerimento, o juiz condenará o litigante de má-fé a pagar multa, que deverá ser superior a um por cento e inferior a dez por cento do valor corrigido da causa, a indenizar a parte contrária pelos prejuízos que esta sofreu e a arcar com os honorários advocatícios e com todas as despesas que efetuou”. No ato de habilitação o polo passivo deverá apresentar todas os seus dados descritos no artigo 379, do CPC. Intime-se. Viabilize-se.

ADV: SUZANA PINTO LORENZONI (OAB 9155/AM) - Processo 0607978-27.2019.8.04.0001 - Regulamentação de Visitas - Regulamentação de Visitas - REQUERENTE: Isaac Pereira Oliveira - CERTIFICO que, em cumprimento ao/à despacho/decisão retro do(a) MM. Juiz(Juíza) de Direito Dr(a). Dídimo Santana Barros Filho, fica pautada Audiência de Conciliação/Mediação para o dia 08 de maio de 2019, às 9 horas e 30 minutos, a ser realizada no CEJUSC - FAMÍLIA - Fórum Cível Des. Euza Maria Naice de Vasconcelos, Rua Valério Botelho de Andrade, S/N, 1º andar - São Francisco - Manaus - AM - CEP:69.079-260, As partes deverão estar acompanhadas de seus advogados ou defensores públicos (art. 695, §4º, do CPC/2015). Recomenda-se aos interessados que compareçam à Oficina de Pais, a ser realizada no dia 11/04/2019, juntamente com filhos na faixa etária de 06 a 17 anos, estes para Oficina das Crianças/Adolescentes, com início às 09 horas e término às 12 horas (tolerância de atraso de 20 minutos), no auditório do Fórum Cível Des. Euza Maria Naice de Vasconcelos - térreo. Serão fornecidas declarações para fins de justificativa no trabalho, se houver necessidade, cabendo ressaltar que a presença na Oficina de Pais não substitui o comparecimento à audiência de conciliação e mediação. CERTIFICO ainda que, nesta data, são os autos encaminhados às filas “Ministério Público - Intimação/Audiência” e “CEJUSC - Publicação- Audiência” para publicação da data de audiência pela Secretaria da Vara. Sendo expedida(o) neste ato a(o) carta/mandado de citação devido(a).

ADV: JOÃO EDUARDO RODRIGUES DO NASCIMENTO (OAB 13289/AM), ADV: LUCE ELAINE BENTO DE ANDRADE (OAB 3477/AM) - Processo 0608161-66.2017.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: E.C.A. - ALIMENTAND: G.A.X. e outro - REQUERIDO: J.L.B.X. - De ordem do MM. Juiz de Direito Titular da 1ª Vara de Família da Comarca de Manaus-Am, Dr. Marcos Santos Maciel e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VII do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria nº 01/2017 deste juízo (Art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: Juntada de substabelecimento, sem reserva de poderes, com a atualização dos dados e endereços dos procuradores no sistema informatizado.

ADV: NIELI NASCIMENTO ARAÚJO FERNANDES (OAB 1089/AM), ADV: JOHAN DA COSTA ARAÚJO (OAB 12234/AM), ADV: OZEIAS DE OLIVEIRA SOBRINHO (OAB 12031/AM), ADV: ANTONIO ACACIO DO NACIMENTO NETO (OAB 10383/AM), ADV: JAMMES BEZERRA DE OLIVEIRA (OAB 10038/AM) - Processo 0608211-58.2018.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: C.F.O. - Intimem-se as partes para apresentação de alegações finais no prazo sucessivo de quinze dias, a começar com o polo ativo.

ADV: RENATO ANDRÉ DA COSTA MONTE (OAB 4435/AM) - Processo 0608213-91.2019.8.04.0001 - Divórcio Consensual - Dissolução - REQUERENTE: W.O.S. - Atendam a Promoção Ministerial retro, providenciando-se as diligências necessárias para o caso concreto. Prazo: quinze dias úteis. Manaus, 25 de fevereiro de 2019

ADV: REBECA RAMOS DE MESQUITA (OAB 9471/AM) - Processo 0608309-09.2019.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: S.P.R. - CERTIFICO que, em cumprimento à decisão retro do MM. Juiz de Direito. Dr. Dídimo Santana Barros Filho, fica pautada Audiência de conciliação/mediação, a ser realizada no CEJUSC - FAMÍLIA - Fórum Cível Des. Euza Maria Naice de Vasconcelos, Rua Valério Botelho de Andrade, S/N, 1º andar - São Francisco - Manaus - AM - CEP:69.079-260 , no dia 08/05/2019 às 08:30h. As partes deverão estar acompanhadas de seus advogados ou defensores públicos (art. 695, §4º, do CPC/2015).

ADV: CLÁUDIO AUGUSTO COLARES DA COSTA (OAB 8429/AM) - Processo 0608429-52.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - REQUERENTE: M.M.P. - Vistos etc. Intime-se o(a)(s) advogado(a)(s) da parte autora para, em 15 dias úteis, juntar procuração judicial com poderes específicos para firmar declaração de hipossuficiência econômica (art. 105, caput, do NCPC) em prol de seu(ua) constituinte, pois como adverte, Fredie Didier Jr. e Rafael Alexandria de Oliveira, na obra Benefício da Justiça Gratuita, 6ª edição, Editora JusPodiVm, página 70, 2016, “é importante a exigência de poder especial para tanto, já que a revogação do benefício concedido pode acarretar sanção para o beneficiário”. E mais, “a ausência de poder específico do procurador torna o requerimento ineficaz em relação ao seu constituinte. Mas o ato é passível de ratificação, caso em que será considerado eficaz desde o momento em que foi praticado”. Junte-se título judicial exonerando (acordo e sentença homologatória). Corrija-se o valor da causa. Cumpra-se.

ADV: MÁRCIA REGINA BARROSO COSTA (OAB 5130/AM) - Processo 0608496-17.2019.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: E.S.S.F. - Conciliação - CEJUSC - Família Data: 08/05/2019 Hora 10:30 Local: CEJUSC Situacão: Pendente

ADV: MÁRCIA REGINA BARROSO COSTA (OAB 5130/AM) - Processo 0608496-17.2019.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: E.S.S.F. - CERTIFICO que, em cumprimento ao/à despacho/decisão retro do(a) MM. Juiz(Juíza) de Direito Dr(a). Dídimo Santana Barros Filho, fica pautada Audiência de Conciliação/Mediação para o dia 08 de maio de 2019, às 10 horas e 30 minutos, a ser realizada no CEJUSC - FAMÍLIA - Fórum Cível Des. Euza Maria Naice de Vasconcelos, Rua Valério Botelho de Andrade, S/N, 1º andar - São Francisco - Manaus - AM - CEP:69.079-260, As partes deverão estar acompanhadas de seus advogados ou defensores públicos (art. 695, §4º, do CPC/2015). CERTIFICO ainda que, nesta data, são os autos encaminhados às filas “Ministério Público - Intimação/Audiência” e “CEJUSC - Publicação- Audiência” para publicação da data de audiência pela Secretaria da Vara. Sendo expedida neste ato a carta de citação devida.

ADV: HENOCK IAGO MONTEIRO VALENTE (OAB 13924/AM) - Processo 0608554-20.2019.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: L.J.S.R. - Intime-se o(a)(s) advogado(a)(s) da parte autora para, em 15 dias úteis, juntar procuração judicial com poderes específicos para firmar declaração de hipossuficiência econômica (art. 105, caput, do NCPC) em prol de seu(ua) constituinte, pois como adverte, Fredie Didier Jr. e Rafael Alexandria de Oliveira, na obra Benefício da Justiça Gratuita, 6ª edição, Editora JusPodiVm, página 70, 2016, “é importante a exigência de poder especial para tanto, já que a revogação do benefício concedido pode acarretar sanção para o beneficiário”. E mais, “a ausência de poder específico do procurador torna o requerimento ineficaz em relação ao seu constituinte. Mas o ato é passível de ratificação, caso em que será considerado eficaz desde o momento em que foi praticado”. Em igual prazo, junte-se a procuração assinada pelo autor Willk Garcia Lima. Cumpra-se.

ADV: PAULO ROBERTO FARIAS DE OLIVEIRA (OAB 6011/AM) - Processo 0608609-68.2019.8.04.0001 - Divórcio Consensual - Dissolução - REQUERENTE: A.M.A. - R.S.A. - Intimem-se os interessados para apresentarem a Certidão de Casamento, no prazo de cinco dias. Defiro à gratuidade de justiça aos interessados.

ADV: PAULO ROBERTO FARIAS DE OLIVEIRA (OAB 6011/AM) - Processo 0608609-68.2019.8.04.0001 - Divórcio Consensual - Dissolução - REQUERENTE: A.M.A. - R.S.A. - É o relatório. DECIDO. A pretensão dos requerentes prospera, porquanto

amparada pelo ordenamento jurídico vigente. Com efeito, nos termos do artigo 226, parágrafo 6º, da Constituição Federal, cuja redação foi alterada pela Emenda Constitucional nº 66/2010, o casamento civil pode ser dissolvido pelo divórcio, independente do lapso temporal em que permaneceram casados. Isto posto, extinguindo a ação, com apreciação do mérito, com fulcro no artigo 487, III, "b", do Código de Processo Civil, HOMOLOGO, para que surta seus jurídicos e legais efeitos, o acordo de vontade dos requerentes, decretando-lhes o divórcio, que se regerá pelas cláusulas e condições fixadas no referido acordo. Considerando que "Não pode apelar da sentença homologatória de transação judicial, sob o fundamento de inconformismo com os termos desta, a parte que transigiu" (TJ SP - Apelação Cível n. 127.838-4 - São Paulo - 2ª Câmara de Direito Privado - Relator: Cezar Peluso - 20.02.01 - V.U.), porquanto caracterizada a preclusão lógica, expeça-se mandado de averbação e arquivem-se os autos, observadas as cautelas legais. Dispensada a expedição de mandado de averbação, restando por suficiente a apresentação da presente sentença mais o termo de acordo junto ao Cartório competente. Sem custas. P.R.I.C. Manaus,08 de março de 2019

ADV: NATHASHA CRISTINA MELO DA ROCHA DE HOLANDA BESSA (OAB 11755/AM) - Processo 0608678-03.2019.8.04.0001 - Regulamentação de Visitas - Regulamentação de Visitas - REQUERENTE: E.L.B. - Muito embora seja possível a cumulação dos pedidos de fixação de visitas e alimentos adotando-se o rito comum, a alimentada (menor) não possui legitimidade para sofrer o pedido de regulamentação de visitas. A regulamentação do presente feito pode ser realizado mediante formação de litisconsórcio entre a genitora e a menor, ou somente aquela, pois representa a filha, mas nunca tal como se apresenta (a menor - polo passivo - representada por sua genitora). Diante do exposto, determino a intimação da parte autora para adequar sua petição inicial, no prazo de quinze dias úteis, sob pena de ser indeferido liminarmente parte dos pedidos por carência de legitimidade. Intime-se ainda a parte autora para, em igual prazo, atribuir o valor correto à causa, devendo levar em consideração o valor dos alimentos acrescidos de doze parcelas.

ADV: BRUNO OLIVEIRA MEDEIROS (OAB 7203/AM) - Processo 0608911-97.2019.8.04.0001 - Divórcio Consensual - Dissolução - REQUERENTE: J.M.M. - Intime-se o(a)(s) advogado(a)(s) da parte autora para, em 15 dias úteis, juntar procuração judicial com poderes específicos para firmar declaração de hipossuficiência econômica (art. 105, caput, do NCPC) em prol de seu(ua) constituinte, pois como adverte, Fredie Didier Jr. e Rafael Alexandria de Oliveira, na obra Benefício da Justiça Gratuita, 6ª edição, Editora JusPodiVm, página 70, 2016, "é importante a exigência de poder especial para tanto, já que a revogação do benefício concedido pode acarretar sanção para o beneficiário". E mais, "a ausência de poder específico do procurador torna o requerimento ineficaz em relação ao seu constituinte. Mas o ato é passível de ratificação, caso em que será considerado eficaz desde o momento em que foi praticado". Em igual prazo, junte aos autos o acordo devidamente assinado pelas partes. Cumpra-se.

ADV: BRUNO OLIVEIRA MEDEIROS (OAB 7203/AM) - Processo 0608911-97.2019.8.04.0001 - Divórcio Consensual - Dissolução - REQUERENTE: J.M.M. - É o relatório. DECIDO. Defiro a gratuidade de justiça requerida pelos interessados. A pretensão dos requerentes prospera, porquanto amparada pelo ordenamento jurídico vigente. Com efeito, nos termos do artigo 226, parágrafo 6º, da Constituição Federal, cuja redação foi alterada pela Emenda Constitucional nº 66/2010, o casamento civil pode ser dissolvido pelo divórcio, independente do lapso temporal em que permaneceram casados. Isto posto, extinguindo a ação, com apreciação do mérito, com fulcro no artigo 487, III, "b", do Código de Processo Civil, HOMOLOGO, para que surta seus jurídicos e legais efeitos, o acordo de vontade dos requerentes, decretando-lhes o divórcio, que se regerá pelas cláusulas e condições fixadas no referido acordo. Considerando que "Não pode apelar da sentença homologatória de transação judicial, sob o fundamento de inconformismo com os termos desta, a parte que transigiu" (TJ SP - Apelação Cível n. 127.838-4 - São Paulo - 2ª Câmara de Direito Privado - Relator: Cezar Peluso - 20.02.01 - V.U.), porquanto caracterizada a preclusão lógica, expeça-se mandado de averbação e arquivem-se os autos, observadas as cautelas legais. Dispensada a expedição de mandado de averbação, restando por suficiente a apresentação da presente sentença mais o termo de acordo junto ao Cartório competente. P.R.I.C. Manaus,07 de março de 2019 Dídimo Santana Barros Filho Juiz de Direito

ADV: ROGER MARQUES MENDES (OAB 9516/AM) - Processo 0608990-76.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Alimentos - REQUERENTE: V.H.A.S.M.I. - E.C.A.S.G. - CERTIFICO que, em cumprimento ao/à despacho/decisão retro do(a) MM. Juiz(Juíza) de Direito Dr(a). Dídimo Santana Barros Filho, fica pautada Audiência de Conciliação/Mediação para o dia 08 de maio de 2019, às 8 horas e 30 minutos, a ser realizada no CEJUSC - FAMÍLIA - Fórum Cível Des. Euza Maria Naice de Vasconcelos, Rua Valério Botelho de Andrade, S/N, 1º andar - São Francisco - Manaus - AM - CEP:69.079-260, As partes deverão estar acompanhadas de seus advogados ou defensores públicos (art. 695, §4º, do CPC/2015). Recomenda-se aos interessados que compareçam à Oficina de Pais, a ser realizada no dia 11/04/2019, juntamente com filhos na faixa etária de 06 a 17 anos, estes para Oficina das Crianças/Adolescentes, com início às 09 horas e término às 12 horas (tolerância de atraso de 20 minutos), no auditório do Fórum Cível Des. Euza Maria Naice de Vasconcelos - térreo. Serão fornecidas declarações para fins de justificativa no trabalho, se houver necessidade, cabendo ressaltar que a presença na Oficina de Pais não substitui o comparecimento à audiência de conciliação e mediação. CERTIFICO ainda que, nesta data, são os autos encaminhados às filas "Ministério Público - Intimação/Audiência" e "CEJUSC - Publicação- Audiência" para publicação da data de audiência pela Secretaria da Vara. Sendo expedida(o) neste ato a(o) carta/mandado de citação devido(a).

ADV: CHRISTIANNE DI FELÍCIO FERREIRA DA SILVA (OAB 3631/AM), ADV: ELANE LABORDA DA SILVA (OAB 11222/AM) - Processo 0609023-03.2018.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: J.S. - REQUERIDO: A.W.G.F. - De ordem do MM. Juiz de Direito Titular da 1ª Vara de Família da Comarca de Manaus-Am, Dr. Marcos Santos Maciel e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VII do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria nº 01/2017 deste juízo (Art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: Juntada de procuração com a atualização dos dados e endereços dos procuradores no sistema informatizado.

ADV: BRUNO GOMES PIRES (OAB 7640/AM) - Processo 0609097-23.2019.8.04.0001 - Divórcio Consensual - Dissolução - REQUERENTE: I.J.G.T. - Promoção ministerial para intimação dos interessados para rubricarem as demais páginas do acordo. Procedam conforme requerido pelo Ministério Público. Prazo: cinco dias úteis.

ADV: BRUNO GOMES PIRES (OAB 7640/AM) - Processo 0609097-23.2019.8.04.0001 - Divórcio Consensual - Dissolução - REQUERENTE: I.J.G.T. - Divórcio consensual com alimentos. Atendimento de promoção ministerial - assinatura pelos requerentes de todas as páginas da inicial. Processo com vista ao Ministério Público para parecer de mérito. Informação, pela requerente, da necessidade de expedição urgente de ofício, para desconto da pensão em folha de pagamento - fechamento da folha. Sem prejuízo do parecer ministerial, expeça-se com urgência o ofício.

ADV: JOÃO PAULO REIS GARZON (OAB 9542/AM) - Processo 0609343-19.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Alimentos - EXEQUENTE: M.R.S. - Chamo o feito à ordem para apreciar e deferir o pedido de gratuidade de justiça apresentado nos presentes autos, pois encontra-se observado os requisitos legais previstos no CPC. Dê-se prosseguimento ao feito, sanando eventuais pendências. I. Manaus, 08 de março de 2019

ADV: ZENAIDE DE OLIVEIRA BRANDÃO (OAB 13164/AM) - Processo 0609365-14.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Reconhecimento / Dissolução - REQUERIDO: Valter Bezerra Furtado - Certifico para os devidos fins que faço a juntada tempestiva da Apelação interposta pela parte autora. De ordem, intimo a parte apelada para, querendo, oferecer contrarrazões à apelação interposta, nos termos do art. 1.010, § 1º do NCPC.

ADV: MARCOS ANTÔNIO VASCONCELOS (OAB 5794/AM) - Processo 0609368-32.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Alimentos - REQUERENTE: R.C.S.S. - Gratuidade processual deferida. Remetam os autos ao Ministério Público para ciência e manifestação.

ADV: MANOEL DIAS BARBOSA (OAB 6736/AM) - Processo 0609378-76.2019.8.04.0001 - Interdição - Família - REQUERENTE: Maria de Lourdes Marinho Prado - Nos termos do art. 751, do CPC, diligencie-se junto ao local em que se encontra o interditando internado para aferir da possibilidade de efetivação de sua citação. Caso não seja possível a citação, certifique-se e voltem os autos conclusos para nomeação de curador especial. Em sendo viável, cite-se o interditando para comparecer perante juiz em dia a ser designado para a entrevista com o fim de auferir minuciosamente acerca de sua vida, negócios, bens, vontades, preferências e laços familiares e afetivos e sobre o que mais lhe parecer necessário para convencimento quanto à sua capacidade para praticar atos da vida civil. No ato da diligência, o oficial de justiça deverá certificar sobre a impossibilidade de deslocamento do interditando, para fim de se proceder com a inspeção judicial. Façam constar no mandado o termo e prazo para apresentação de impugnação do pedido de interdição, por advogado. Paute-se audiência para entrevista do interditando e interessada, providenciando-se as intimações necessárias. No prazo de cinco dias, deverá a interessada informar se o interditando possui esposa ou companheira e as razões de não tê-la indicado para assumir o encargo. Manaus, 08 de março de 2019.

ADV: KEMAL ALMEIDA MUNEYMNE FILHO (OAB 3889/AM) - Processo 0609422-95.2019.8.04.0001 - Averiguação de Paternidade - Registro Civil das Pessoas Naturais - REQUERENTE: G.S.L. - Cite-se o Requerido para comparecer à audiência de mediação e conciliação a ser designada e realizada no Centro Judiciário de Solução de Conflitos das Varas de Família, nos termos do artigo 695 do NCPC.Intime-se, também, o Requerente para comparecimento a mencionada audiência. Façam constar nos instrumentos a advertência de aplicação de multa pelo não comparecimento à audiência sem a devida justificação. O instrumento de citação conterá apenas os dados necessários à audiência e deverá estar desacompanhado de cópia da petição inicial, assegurado ao réu o direito de examinar seu conteúdo a qualquer tempo. (art. 695, §1º, do CPC/2015). A citação ocorrerá com antecedência mínima de 15 (quinze) dias da data designada para a audiência. (art. 695, §2º, do CPC/2015). Para que não pairem dúvidas de sua efetivação e diante da pessoalidade das demandas familiares, a citação será sempre feita na pessoa do réu, não se admitindo a intimação postal ou por edital. (art. 695, §3º, do CPC/2015). Ao oficial de Justiça observa-se o dever de citar a parte demandada onde quer que a encontre, observando-se as hipóteses de não citação previstas nos artigos 244 e 245 do CPC e o poder/dever de proceder com a citação por hora certa quando por 2 (duas) vezes, o oficial de justiça houver procurado o citando em seu domicílio ou residência sem o encontrar, havendo suspeita de ocultação, devendo intimar qualquer pessoa da família ou, em sua falta, qualquer vizinho de que, no dia útil imediato, voltará a fim de efetuar a citação, na hora que designar. As partes deverão estar obrigatoriamente acompanhadas de seus advogados ou defensores públicos na audiência de mediação ou conciliação, para que esta seja bem conduzida e orientada. (art. 695, §4º, do CPC/2015). Consoante o art. 697, do CPC/2015, sendo infrutífera a mediação ou a conciliação, ou seja, não realizado o acordo, passarão a incidir, a partir de então, as normas do procedimento comum (ordinário), observado o art. 335 do Códex . Assim sendo, inexitoso o acordo, fica a parte demandada intimada para contestar, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, devendo, na audiência, receber a contrafé. (art. 335, do CPC/2015). O termo inicial para defesa, portanto, será a data da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição (art. 335, inciso I, do CPC/2015); do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando as partes manifestarem, em comum, o desinteresse pelo acordo (art. 335, inciso II, do CPC/2015); prevista no art. 231, de acordo com o modo como foi feita a citação, nos demais casos. (art. 335, inciso III, do CPC/2015). Atente-se, por derradeiro, para os ensinamentos de Maria Berenice Dias, in verbis: "Na tentativa de encontrar formas consensuais de solução dos conflitos, é prevista a realização de audiência preliminar de conciliação ou mediação em todos os processos de conhecimento (334). Esta determinação, no entanto, não se confunde com o mesmo ato a ser realizado nas ações de família. Nestas demandas o mediador ou conciliador deve estar acompanhado de profissional de outras áreas de conhecimento (694). Há outras peculiaridades. No processo de conhecimento o réu deve ser citado com 20 dias de antecedência (334), enquanto para a audiência de família, o prazo é de 15 dias (695 § 2º). Nestas demandas não é possível a qualquer das partes manifestar desinteresse em sua realização, como é facultado ao autor e ao réu nas demais ações (334 §§ 4º e 5º)." (Grifos não do original) (in As ações de família no novo Código de Processo Civil - por Maria Berenice Dias. Maria Berenice Dias - Advogada - Vice Presidenta Nacional do IBDFAM. 25 de Julho de 2015). Na eventual necessidade de recolhimento de despesas postais, observar o previsto no provimento nº 273 -CGJ/AM. Aos litigantes ressalto o disposto no artigo 81 do CPC "De ofício ou a requerimento, o juiz condenará o litigante de má-fé a pagar multa, que deverá ser superior a um por cento e inferior a dez por cento do valor corrigido da causa, a indenizar a parte contrária pelos prejuízos que esta sofreu e a arcar com os honorários advocatícios e com todas as despesas que efetuou". No ato de habilitação o polo passivo deverá apresentar todas os seus dados descritos no artigo 379, do CPC. Intime-se. Viabilize-se.

ADV: KEMAL ALMEIDA MUNEYMNE FILHO (OAB 3889/AM) - Processo 0609422-95.2019.8.04.0001 - Averiguação de Paternidade - Registro Civil das Pessoas Naturais - REQUERENTE: G.S.L. - CERTIFICO que, em cumprimento ao/à despacho/decisão retro do(a) MM. Juiz(Juíza) de Direito Dr(a). Dídimo Santana Barros Filho, fica pautada Audiência de Conciliação/Mediação para o dia 03 de maio de 2019, às 8 horas e 30 minutos, a ser realizada no CEJUSC - FAMÍLIA - Fórum Cível Des. Euza Maria Naice de Vasconcelos, Rua Valério Botelho de Andrade, S/N, 1º andar - São Francisco - Manaus - AM - CEP:69.079-260, As partes deverão estar acompanhadas de seus advogados ou defensores públicos (art. 695, §4º, do CPC/2015). CERTIFICO ainda que, nesta data, são os autos encaminhados às filas "Ministério Público - Intimação/Audiência" e "CEJUSC - Publicação- Audiência" para publicação da data de audiência pela Secretaria da Vara. Sendo expedida(o) neste ato a(o) carta/mandado de citação devido(a).

ADV: EDUARDO FELIPE MENEZES MENDONÇA (OAB 11311/AM) - Processo 0609480-35.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: S.O.R. - De ordem do MM. Juiz de Direito Titular da 1ª Vara de Família da Comarca de Manaus-Am, Dr. Marcos Santos Maciel e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VII do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria nº 01/2017 deste juízo (Art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: intimação do polo ativo para manifestação sobre a Certidão do Oficial de Justiça de fls. 232, no prazo de quinze dias.

ADV: SIMONE DOS SANTOS SANTANA (OAB 12082/AM) - Processo 0609649-85.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - ALIMENTAND: D.L.T. - A petição inicial não preenche os requisitos descritos no artigo 319, do CPC. Em razão do exposto, determino a intimação da parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, adequando-a aos requisitos dispostos no art. 319 do NCPC e arts. 1º, 2º, 3º, 4º e §2º, todos previstos no Provimento da Corregedoria Nacional de Justiça - CNJ nº 61, de 17.10.2017, publicada no D.J.E, em 18.10.2017, uma vez que não foi possível localizar o endereço eletrônico das partes, bem como o número de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Físicas CPF da parte ré ou justificação da impossibilidade de assim proceder ou, ainda, requerimento de diligências para obtenção. Intime-se.

ADV: CARLOS ALBERTO RODRIGUES DE SOUZA (OAB 6164/AM) - Processo 0609653-25.2019.8.04.0001 - Divórcio Consensual - Dissolução - REQUERENTE: A.V.D. - J.E.R. - Diante das considerações expostas, nos termos do art. 487, III, "b", do CPC tem-se por homologado o acordo firmado entre os interessados, para que surtam todos os efeitos legais. Frisa-se que a presente sentença serve como expediente para fins de averbação do divórcio no cartório competente, por conseguinte, está dispensada a expedição de ofício. Custas pelos interessados, contudo suspensa a exigibilidade por serem agraciados com os benefícios da gratuidade de justiça. P.R.I. Transitando em julgado, baixe-se e arquive-se, com as providências de estilo. Manaus, 08 de março de 2019

ADV: CAMILA BERTOLINI DE PAIVA (OAB 8223/AM) - Processo 0609680-76.2017.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: L.A.F.F. - Intime-se a parte autora para se manifestar sobre o mandado negativo de fls. 66, no prazo de 10 (dez) dias.

ADV: CAROLINNE SILVA MORESCHI (OAB 13761/AM), ADV: FREDERICO MORAES BRACHER (OAB 7311/AM), ADV: BAIRON ANTÔNIO DO NASCIMENTO JÚNIOR (OAB 3795/AM) - Processo 0609724-27.2019.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Fixação - EXEQUENTE: H.B.S.F. - Na forma do art. 528, § 8º, c/c 523, ambos do NCPC, intime-se o(a) executado(a) na pessoa do advogado constituído, por meio de publicação no diário oficial (NCPC 513 § 2º) para, em 15 (quinze) dias, pagar o débito, sob pena de da incidência multa de 10% (dez por cento) e, também, de honorários de 10% (dez por cento), estes calculados sobre o valor do débito em execução (NCPC 523 § 1º), além de se sujeitar à penhora (NCPC 831).

ADV: LORENZA SAID MONTEIRO (OAB 8421/AM) - Processo 0609727-79.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: J.P.M.S. - Defiro a gratuidade de justiça. Remetam os autos ao Ministério Público para ciência e manifestação.

ADV: ARTHUR DA COSTA PONTE (OAB 11757/AM) - Processo 0609764-09.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - ALIMENTAND: A.C.P. - Intime-se o primeiro requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, juntar aos autos a carteira de identificação de advogado.

ADV: ARTHUR DA COSTA PONTE (OAB 11757/AM) - Processo 0609764-09.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - ALIMENTAND: A.C.P. - Regular a manifestação de vontades e não se vislumbrando qualquer situação que o impossibilite, tem-se por homologado o acordo, para todos os efeitos legais, nos termos do art. 487, III, “b”, do CPC. Custas pagas. Caso o alimentos sejam descontados em folha de pagamento, oficie-se o empregador para promove o cancelamento do desconto. Providencie-se o necessário para cumprimento. P.R.I. Transitando em julgado, arquive-se, com as providências de estilo.

ADV: JOZINALDO DE AGUIAR MAIA (OAB 9455/PA) - Processo 0609786-67.2019.8.04.0001 - Separação Litigiosa - Dissolução - REQUERENTE: R.M.P. - Vistos etc. Para apreciação do pedido de justiça gratuita, providencie o(a) autor(a), no prazo de 10 dias e sob pena do indeferimento de tal benesse, a juntada de sua última declaração de imposto de renda, ou, na impossibilidade de fazê-lo, extratos dos últimos dois meses de conta bancária de sua utilização cotidiana, ressaltando-se que tal determinação é perfeitamente possível (artigo 99, §2º, do NCPC), pois “(...) Havendo dúvida da veracidade das alegações do beneficiário, nada impede que o magistrado ordene a comprovação do estado de miserabilidade, a fim de avaliar as condições para o deferimento ou não da assistência judiciária” (STJ - 1ª T. - REsp 544021/BA - Rel. Min. Teori Albino Zavascki - DJU 10.11.2003, p. 168). Anoto que fica facultado ao autor, se o caso, proceder ao recolhimento das custas iniciais e das despesas com a citação por oficial de justiça do polo passivo no prazo acima assinalado. Corrija-se o valor da causa da causa, pois há bens a partilhar e também discute-se alimentos para a prole. Neste caso, o valor da ação deve corresponder a soma da estimativa dos bens somados a 12 vezes o valor dos alimentos pugnandos. Oportunamente, tornem os autos conclusos.

ADV: IZABEL CRISTINA CIPRIANO DE ANDRADE (OAB 6737/AM) - Processo 0609948-62.2019.8.04.0001 - Separação Consensual - Dissolução - REQUERENTE: A.C.A.V. - J.P.A. - Diante do exposto, junte-se os comprovantes de renda dos interessados ou pague as custas processuais no prazo de quinze dias, corrigindo-se o valor atribuído à causa que deve refletir a soma de doze parcelas da obrigação alimentar ajustada.

ADV: MANOEL PEDRO DE CARVALHO (OAB 4890/AM) - Processo 0609953-84.2019.8.04.0001 - Conversão de Separação Judicial em Divórcio - Dissolução - REQUERENTE: A.F.S. - Defiro a gratuidade de justiça ao polo ativo, nos termos do artigo 98 do CPC. Paute-se audiência de conciliação junto ao CEJUSC, providenciando-se as intimações necessárias, inclusive cientificando o M.P. Cite-se o polo passivo para comparecer à audiência de mediação e conciliação. Intime-se, também, o polo ativo para comparecimento à mencionada audiência. Façam constar nos instrumentos a advertência de aplicação de multa pelo não comparecimento à audiência sem a devida justificação.

ADV: RICARDO LEITE MENEZES (OAB 10110/AM) - Processo 0609956-39.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Revisão - REQUERENTE: A.B.F.B. - Trata-se de ação revisional de alimentos com pedido de tutela provisória de urgência de redução da obrigação. M.P. se posicionou contra a tutela provisória requerida. Decido. Como sabido, o deferimento da tutela provisória de urgência exige a concorrência dos requisitos da probabilidade do direito e perigo de dano. No caso em exame, entretanto, não os vejo presentes. Ocorre que a mudança da verba alimentar só se justifica quando há alteração do binômio necessidade-possibilidade e, no caso em tela, apesar dos documentos acostados, tenho que não conferem plausibilidade ao argumento da parte autora, para que se decida, em sede de cognição sumária, a redução alimentar, sem a oportunização do contraditório, quebrando a presunção da necessidade que milita em favor da parte requerida, menor absolutamente incapaz. Destaca-se o fato da inexistir provas que a contribuição com o sustento ta outra filha não contemplada no título é fato superveniente, observando-se que a alimentada já existia ao tempo do acordo firmado. Não se pode assegurar que realmente houve as alterações da possibilidades da parte autora frente à obrigação alimentar assumida. Isso porque o autor sequer juntou cópia da sua declaração de imposto de renda e ainda porque a diminuição de sua cota parte na sociedade da qual faz parte, também não tem o condão confirmar, exclusivamente, a queda em sua renda. Tampouco há nos autos qualquer documento indicando os serviços que alega prestar autonomamente. em razão disso, indefiro a tutela provisória requerida, por ausência de elementos que amparem tal medida.

ADV: RICARDO LEITE MENEZES (OAB 10110/AM) - Processo 0609956-39.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Revisão - REQUERENTE: A.B.F.B. - Chamo o feito à ordem para apreciar e deferir o pedido de gratuidade de justiça apresentado nos presentes autos, pois encontra-se observado os requisitos legais previstos no CPC. Dê-se prosseguimento ao feito, sanando eventuais pendências. I. Manaus, 11 de março de 2019

ADV: MAX EDUARDO VIEIRA SARUBI (OAB 9540/AM) - Processo 0609973-75.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: W.C.H. - Trata-se de ação revisional de alimentos com pedido de tutela provisória de urgência de redução da obrigação. Decido. Como sabido, o deferimento da tutela provisória de urgência exige a concorrência dos requisitos da probabilidade do direito e perigo de dano. No caso em exame, entretanto, não os vejo presentes. Ocorre que a mudança da verba alimentar só se justifica quando há alteração do binômio necessidade-possibilidade e, no caso em tela, apesar dos documentos acostados, tenho que não conferem plausibilidade ao argumento da parte autora, para que se decida, em sede de cognição sumária, a redução alimentar, sem a oportunização do contraditório, quebrando a presunção da necessidade que milita em favor da parte requerida, menor absolutamente incapaz. Destaca-se que o alegado desemprego é bem antigo. Por outro lado, o autor nada comprovou sobre a redução de seus ganhos, sendo seu o ônus da prova. Não se pode assegurar que realmente houve as alterações da possibilidades da parte autora frente à obrigação alimentar assumida. Isso porque o autor sequer juntou cópia da sua declaração de imposto de renda e ainda porque a diminuição de sua cota parte na sociedade da qual faz parte, também não tem o condão confirmar, exclusivamente, a queda em sua renda. Tampouco há nos autos qualquer documento indicando os serviços que alega prestar autonomamente. em razão disso, indefiro a tutela provisória requerida, por ausência de elementos que amparem tal medida.

ADV: MAX EDUARDO VIEIRA SARUBI (OAB 9540/AM) - Processo 0609973-75.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: W.C.H. - Chamo o feito à ordem para apreciar e deferir o pedido de gratuidade de justiça apresentado nos presentes autos, pois encontra-se observado os requisitos legais previstos no CPC. Dê-se prosseguimento ao feito, sanando eventuais pendências. I. Manaus, 11 de março de 2019

ADV: FABIANA ALBUQUERQUE ARNAUD DE SOUZA LIMA (OAB 10286/AM), ADV: RENATA SIMONETTI TEIXEIRA (OAB 13286/AM) - Processo 0610049-02.2019.8.04.0001 - Guarda - Guarda - REQUERENTE: A.M.M.F. - Vistos etc. Para apreciação do pedido de justiça gratuita, providencie o(a) autor(a), no prazo de 10 dias e sob pena do indeferimento de tal benesse, a juntada de sua última declaração de imposto de renda, ou, na impossibilidade de fazê-lo, extratos dos últimos dois meses de conta bancária de sua utilização cotidiana, ressaltando-se que tal determinação é perfeitamente possível (artigo 99, §2º, do NCPC), pois "(...) Havendo dúvida da veracidade das alegações do beneficiário, nada impede que o magistrado ordene a comprovação do estado de miserabilidade, a fim de avaliar as condições para o deferimento ou não da assistência judiciária" (STJ - 1ª T. - REsp 544021/BA - Rel. Min. Teori Albino Zavascki - DJU 10.11.2003, p. 168). Anoto que fica facultado ao autor, se o caso, proceder ao recolhimento das custas iniciais e das despesas com a citação por oficial de justiça do polo passivo no prazo acima assinalado. Oportunamente, tornem os autos conclusos. Int.

ADV: RENATA SIMONETTI TEIXEIRA (OAB 13286/AM), ADV: FABIANA ALBUQUERQUE ARNAUD DE SOUZA LIMA (OAB 10286/AM) - Processo 0610049-02.2019.8.04.0001 - Guarda - Guarda - REQUERENTE: A.M.M.F. - Analisando os autos verifica-se que o menor não possui legitimidade para sofrer o pedido de guarda (no caso, modificação). A regulamentação do presente feito pode ser realizado mediante formação de litisconsórcio entre a guardiã e o menor, ou somente aquela, pois representa o filho, mas nunca tal como se apresenta (o menor - polo passivo - representado por sua genitora). Diante do exposto, determino a intimação da parte autora para adequar sua petição inicial, no prazo de quinze dias úteis, sob pena de ser indeferido liminarmente parte dos pedidos por carência de legitimidade. Intime-se.

ADV: LAYANA CABRAL MARQUES MOREIRA (OAB 7838/AM) - Processo 0610060-31.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Regime de Bens Entre os Cônjuges - REQUERENTE: Ana Gabriela Barroncas Ferreira - Em razão da natureza da demanda onde não há contraditório, afastada está a possibilidade de apresentação de impugnação ao benefício da gratuidade de justiça requerida na inicial, razão pela qual determino a INTIMAÇÃO dos interessados para comprovarem seus rendimentos ou efetuarem o pagamento das custas processuais, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de cancelamento da distribuição. Observa-se que na presente causa o valor das custas processuais iniciais representa pequeno percentual sobre o valor atribuído à causa (CEM REAIS) . Na ocasião, caso não efetuem o pagamento das custas, deverão patronos juntarem procuração judicial com poderes específicos para firmar declaração de hipossuficiência econômica (art. 105, caput, do NCPC) em prol de seus constituintes, pois como adverte, Fredie Didier Jr. e Rafael Alexandria de Oliveira, na obra Benefício da Justiça Gratuita, 6ª edição, Editora JusPodiVm, página 70, 2016, "é importante a exigência de poder especial para tanto, já que a revogação do benefício concedido pode acarretar sanção para o beneficiário". E mais, "a ausência de poder específico do procurador torna o requerimento ineficaz em relação ao seu constituinte. Mas o ato é passível de ratificação, caso em que será considerado eficaz desde o momento em que foi praticado". Ainda no referido prazo, deverão os interessados reapresentarem o documento ilegível (fls. 6), cópias das Declarações de Imposto de Renda, declaração de próprio punho sobre os bens e dívidas existentes, pois a mudança de regime não pode prejudicar terceiros. Tudo providenciado, remetam os autos ao Ministério Público.

ADV: EULEN OLIVEIRA FRAZÃO (OAB 10903/AM) - Processo 0610083-74.2019.8.04.0001 - Averiguação de Paternidade - Investigação de Paternidade - REQUERENTE: A.J.R.F. - Manifestação sem a devida comprovação de outorga de poderes de representação. Intime-se o(a) advogado(a) peticionante para regulamentar nos autos seus poderes de representação, no prazo de dez dias. Em sintonia com o art. 319 do NCPC, intime-se a parte autora para, nem igual prazo, emendar/complementar a inicial, juntando RG, CPF, comprovante de residência, certidão do menor e certidão de casamento.

ADV: FABIO PONTES GARCIA (OAB 14234/AM) - Processo 0610095-88.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: A.R.P.A. - Intime-se a parte autora para juntar aos autos os documentos de fls 11 e 12, de forma legível. Prazo: 15 (quinze) dias.

ADV: FABIO PONTES GARCIA (OAB 14234/AM) - Processo 0610095-88.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: A.R.P.A. - 1. Gratuidade deferida. Pautе-se audiência de conciliação no CEJUSC. Cite-se o réu e intimem-se as partes, a fim de que compareçam à audiência, acompanhados de seus advogados/defensores públicos, esclarecendo que, não havendo reconhecimento voluntário da paternidade, seguir-se-á com a coleta de material genético para realização de exame de DNA. O não comparecimento injustificado ou a recusa da perícia implicará em presunção da paternidade, nos termos do art. 2º-A, parágrafo único, da Lei 8.560/92 e da Súmula 301 do STJ. Da audiência, quando qualquer das partes não comparecer ou, comparecendo, não houver acordo, correrá o prazo de 15 dias para o réu oferecer contestação, sob pena de revelia. Intime-se o Ministério Público. 2. Caso o réu não seja encontrado, consulte-se INFOJUD e SIEL. 3. Esgotados os meios ordinários de tentativa de citação pessoal, cite-se por edital, com prazo de 20 dias, para resposta em 15 (quinze) dias. 4. Não havendo manifestação do réu citado por edital ou com hora certa, nomeia-se, desde já, a Defensoria Pública para exercer a curadoria especial. 5. Caso o réu apresente resposta, intime-se o advogado/defensor público do autor para manifestação no prazo de 15 (quinze) dias. 6. Não havendo manifestação do autor, intime-o, pelo correio, para, no prazo de 5 (cinco) dias, informar se possui interesse no prosseguimento do feito, promovendo atos e diligências que lhe incumbirem no processo, sob pena de extinção com fundamento no art. 485, III do Código de Processo Civil. 7. Tudo nos autos, conclusos.

ADV: FABIO PONTES GARCIA (OAB 14234/AM) - Processo 0610095-88.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: A.R.P.A. - Certifico para os devidos fins que, em cumprimento as determinações exaradas no Despacho retro, esclareço que, conforme consta na petição inicial a parte requerida reside fora da Comarca de Manaus e de comarca contígua de fácil comunicação inviabilizando a realização da audiência de conciliação/mediação por este Centro Judiciário de Solução Consensual de Conflitos das Varas de Família - CEJUSC-FAMÍLIA, devolvo os autos à fila "Recebidos-CEJUSC" da Vara de origem, na presente data, para deliberações do MM. Juiz de Direito do feito.

ADV: GABRIELA GOMES SOARES (OAB 12504/AM) - Processo 0610284-66.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: V.S.C. - A existência da pessoa natural termina com a morte (art. 6º CC). Assim, não pode morto ser demandante ou demandado em qualquer espécie de processo. Dessa forma, intime-se a autora para informar se o falecido possui pais vivos, bem como filhos. Se positivo, devem estes figurar no polo passivo da presente ação. Não havendo, inclua os colaterais. Deverá na mesma oportunidade apresentar declaração de próprio punho de que não tem conhecimento de que o(a) falecido(a) era casado(a) ou possuía outra(o) companheira(o), sob as penas da lei, bem como certidão do órgão previdenciário a que o(a) falecido(a) era vinculado (INSS, AMAZONPREV, MANAUSPREV ou outro equivalente) dando conta da eventual existência de algum dependente habilitado para recebimento de pensão.

ADV: REBECA BEATRIZ SILVA SOUSA (OAB 12219/AM) - Processo 0610304-57.2019.8.04.0001 - Conversão de Separação Judicial em Divórcio - Dissolução - REQUERENTE: S.L.A. - A petição inicial não preenche os requisitos descritos no artigo 319, do CPC. Em razão do exposto, determino a intimação da parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, adequando-a aos requisitos dispostos no art. 319 do NCPC e arts. 1º, 2º, 3º, 4º e §2º, todos previstos no Provimento da Corregedoria Nacional de Justiça - CNJ nº 61, de 17.10.2017, publicada no D.J.E, em 18.10.2017, uma vez que não foi possível localizar o endereço eletrônico das partes, bem como o número de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Físicas CPF da parte ré ou justificação da impossibilidade de assim proceder ou, ainda, requerimento de diligências para obtenção. Intime-se.

ADV: RÔMULO LUIZ VIEIRA DOS SANTOS (OAB 5558/AM) - Processo 0610370-37.2019.8.04.0001 - Separação Consensual - Dissolução - REQUERENTE: W.V.S. - Intimem-se os acordantes para juntarem aos autos o termo de acordo devidamente assinado pelas partes, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: FRANROBSON RODRIGUES RIBEIRO (OAB 5441/AM) - Processo 0610470-60.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum - Nulidade / Anulação - REQUERENTE: B.S.F. - Por consequência da citação ficta e falta de contestação, nomeio curador especial ao polo passivo, na pessoa da Defensora Pública do Estado do Amazonas à Doutora Regina Jansen Simões. Retornem os autos à serventia do juízo, providenciando: a) intimação da curadora especial para promover a defesa do(a) revel, no prazo de quinze dias; b) com o término do prazo para apresentação da contestação, intime-se o polo ativo para indicar quais fatos e meios de provas deseja produzir em audiência de instrução e julgamento, no prazo de cinco dias, sob pena de ser o feito apreciado no estado, com ou sem resolução do mérito.

ADV: MARCELLUS DE MAGALHÃES CORDEIRO JÚNIOR (OAB 7085/AM) - Processo 0610495-05.2019.8.04.0001 - Guarda - Guarda - REQUERENTE: M.M.A. - Intime-se o(a)(s) advogado(a)(s) da parte Hudson Carril de Oliveira para, em 15 dias úteis, juntar procuração judicial com poderes específicos para firmar declaração de hipossuficiência econômica (art. 105, caput, do NCPC) em prol de seu(ua) constituinte, pois como adverte, Fredie Didier Jr. e Rafael Alexandria de Oliveira, na obra Benefício da Justiça Gratuita, 6ª edição, Editora JusPodiVm, página 70, 2016, "é importante a exigência de poder especial para tanto, já que a revogação do benefício concedido pode acarretar sanção para o beneficiário". E mais, "a ausência de poder específico do procurador torna o requerimento ineficaz em relação ao seu constituinte. Mas o ato é passível de ratificação, caso em que será considerado eficaz desde o momento em que foi praticado". Cumpra-se.

ADV: FÁBIO BOTELHO LOPES (OAB 10290/AM) - Processo 0610643-16.2019.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Oferta - EXEQUENTE: Raíza Kamilla da Silva Corrêa - Cumprimento de sentença sob o rito da coerção pessoal. Intime-se pessoalmente o executado para, em três dias, pagar o débito, provar que o fez ou justificar a impossibilidade de efetuá-lo. Caso o executado, nesse prazo, não efetue o pagamento, não prove que o efetuou ou não apresente justificativa da impossibilidade de efetuá-lo, fica desde já a determinação para fins de a Secretaria viabilizar o protesto da sentença/acordo/decisão interlocutória que estipulou os alimentos ora em execução, sem prejuízo da prisão civil do devedor.(art. 528, § 1º e 3º, do NCPC).

ADV: MARA LÚCIA LIMA (OAB 13939/AM) - Processo 0610735-91.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: D.F.C. - Vistos etc. Defiro a gratuidade de justiça requerida na inicial. A pretensão da parte exequente encontra-se em desacordo com o §7º, do art. 528, do NCPC, em razão do excessivo número de parcelas inseridas no presente pedido. Consta expressamente do referido dispositivo legal que "o débito alimentar que autoriza a prisão civil do alimentante é o que compreende até as 3 (três) prestações anteriores ao ajuizamento da execução e as que se vencerem no curso do processo". Assim, intime-se o(a)(s) exequente(s) para adequar(em) sua pretensão, seja limitando o número de parcelas, seja modificando o rito a ser observado (art. 528, § 8º, do NCPC) ou ainda fazendo a cisão das execuções, preferencialmente, neste caso, em autos distintos. Int.

ADV: FRANCISCO FRUTUOSO LIMA (OAB 9748/AM) - Processo 0610816-40.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Regime de Bens Entre os Cônjuges - REQUERENTE: Gerise Gomes de Souza - Vistos etc. Para apreciação do pedido de justiça gratuita, providencie o(a) autor(a), no prazo de 10 dias e sob pena do indeferimento de tal benesse, a juntada de sua última declaração de imposto de renda, ou, na impossibilidade de fazê-lo, extratos dos últimos dois meses de conta bancária de sua utilização cotidiana, ressaltando-se que tal determinação é perfeitamente possível (artigo 99, §2º, do NCPC), pois "(...) Havendo dúvida da veracidade das alegações do beneficiário, nada impede que o magistrado ordene a comprovação do estado de miserabilidade, a fim de avaliar as condições para o deferimento ou não da assistência judiciária" (STJ - 1ª T. - REsp 544021/BA - Rel. Min. Teori Albino Zavascki - DJU 10.11.2003, p. 168). Anoto que fica facultado ao autor, se o caso, proceder ao recolhimento das custas iniciais e das despesas com a citação por oficial de justiça do polo passivo no prazo acima assinalado. Oportunamente, tornem os autos conclusos. Int.

ADV: PATRÍCIA SENA PRAIA (OAB 8244/AM) - Processo 0610824-51.2018.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: E.S.C. - CERTIDÃO Processo n°:0610824-51.2018.8.04.0001 De ordem, CERTIFICO para os devidos fins, que a audiência de Conciliação fica pautada para o dia 01/07/2019 às 09:45h, em cumprimento ao despacho do(a) MM. Juiz(a). Em, 07 de março de 2019.

ADV: WANDREY CRISTIANO DE JESUS VIEIRA (OAB 8900/AM), ADV: ANDREZA DA COSTA PAES (OAB 12353/AM) - Processo 0611971-15.2018.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: V.N.S. - REQUERIDO: D.A.R. - Defiro o pedido de fls. 67. Paute-se data para audiência de conciliação, instrução e julgamento. Intimações necessárias.

ADV: ANDREZA DA COSTA PAES (OAB 12353/AM), ADV: WANDREY CRISTIANO DE JESUS VIEIRA (OAB 8900/AM) - Processo 0611971-15.2018.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: V.N.S. - REQUERIDO: D.A.R. - CERTIDÃO Processo n°:0611971-15.2018.8.04.0001 De ordem, CERTIFICO para os devidos fins, que a audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento fica pautada para o dia 12/08/2019 às 09:45h, em cumprimento ao despacho do(a) MM. Juiz(a). Em, 07 de março de 2019.

ADV: CLAUDIA PEREIRA LEITE (OAB 9712/AM) - Processo 0612026-34.2016.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Oferta - REQUERENTE: R.F. - Aguarde-se o transcurso do prazo concedido na certidão de fls. 91. Após, retornem os autos conclusos.

ADV: CAIO KANAWATI SOARES (OAB 10104/AM) - Processo 0612580-32.2017.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: M.O.S. - Defiro o pedido de fls. 97. Viabilize-se.

ADV: MARIA GLADES RODRIGUES GUEDES (OAB 9823/AM) - Processo 0612865-88.2018.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Família - EXEQUENTE: S.M.A. - M.A.S. - M.A.S. - O (A) Requerente informa na inicial que a Requerida (o) se encontra em lugar incerto e desconhecido. Com a finalidade de se evitar eventual injustiça, determino a consulta junto ao SIEL. Havendo necessidade de informações necessárias à consulta, intime-se o polo ativo para apresentá-los em cinco dias.

ADV: DAYSEVANDA DAS GRAÇAS BRITO DANTAS (OAB 7003/AM), ADV: FRANCISCO DE SOUSA SANTANA JÚNIOR (OAB 9856/AM) - Processo 0612876-25.2015.8.04.0001 - Guarda - Guarda - REQUERENTE: M.S.N.J. - De ordem do MM. Juiz de Direito Titular da 1ª Vara de Família da Comarca de Manaus-Am, Dr. Marcos Santos Maciel e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VII do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria nº 01/2017 deste juízo (Art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: Juntada de substabelecimento, sem reserva de poderes e com a atualização dos dados e endereços dos procuradores no sistema informatizado.

ADV: PAULO VÍTOR LOPES BEZERRA (OAB 9660/AM) - Processo 0612938-31.2016.8.04.0001 - Dissolução e Liquidação de Sociedade - Dissolução - REQUERENTE: E.S.B. - Certifico para os devidos fins que a contestação de fls. 121/123 é tempestiva. Nesta ocasião, de ordem, intima-se a parte autora para réplica no prazo de 15 (quinze) dias. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: MICHEL FARAH SADALA SENA (OAB 9438/AM) - Processo 0613154-21.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Família - REQUERENTE: L.B.L. - Vista ao advogado da autora, para que fale sobre a certidão acima citada, no prazo de 10(dez) dias.

ADV: LORENA ROSA ANDRADE DA SILVA CHAIN (OAB 11752/AM) - Processo 0614208-90.2016.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Dissolução - EXEQUENTE: F.E.S.E. - Atendam a Promoção Ministerial retro, providenciando-se as diligências necessárias para o caso concreto. Manaus, 07 de março de 2019

ADV: CARLOS ALBERTO RODRIGUES DE SOUZA (OAB 6164/AM) - Processo 0614912-35.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: M.I.V.R. - Atendam a Promoção Ministerial retro, providenciando-se as diligências necessárias para o caso concreto. Manaus, 07 de março de 2019

ADV: CARLOS ALBERTO RODRIGUES DE SOUZA (OAB 6164/AM) - Processo 0614912-35.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: M.I.V.R. - O Doutor Dídimo Santana Barros Filho, Juiz de Direito respondento pela 1ª Vara de Família da Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, Portaria 402/19. FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, que tramitam por este Juízo e Secretaria os autos acima mencionados. E, constando nos autos que a Requerente MIRELLA CHRISTINE VIEIRA SENA encontra-se atualmente em lugar incerto e não sabido, expediu-se este EDITAL, nos termos do art. 256 e seguintes, do Código de Processo Civil, para INTIMÁ-LA para manifestar-se sobre despacho de fl. 37, em conformidade com o despacho do MM. Juiz a seguir transcrito: Atendam a Promoção Ministerial retro, providenciando-se as diligências necessárias para o caso concreto. Manaus, 07 de março de 2019 Manaus, Dr. Dídimo Santana Barros Filho, Juiz de Direito. E para que no futuro ninguém possa alegar ignorância, passou-se o presente EDITAL, que será publicado uma (1) única vez pela Imprensa Oficial do Estado do Amazonas, afixado da forma da lei e no lugar de costume. DADO E PASSADO nesta cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, 08 de março de 2019. Eu, Fábio Augusto do Nascimento Castilho, Diretora de Secretaria, conferi e subscrevo. Dr. Dídimo Santana Barros Filho Juiz de Direito

ADV: ELIVANE FERREIRA DA SILVA (OAB 10645/AM) - Processo 0615010-54.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: M.D.G. - Intime-se a parte peticionante para apresentação da comprovação do trânsito em julgado da sentença apresentada no prazo de cinco dias. Com a resposta, remetam os autos ao Ministério Público.

ADV: BRENO BARBOSA FERREIRA (OAB A451/AM) - Processo 0615292-34.2013.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Família - EXEQUENTE: I.R.L. - EXECUTADO: M.D.B.L. - De ordem do MM. Juiz de Direito Titular da 1ª Vara de Família da Comarca de Manaus-Am, Dr. Marcos Santos Maciel e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VII do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria nº 01/2017 deste juízo (Art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: Intimação do advogado da parte exequente para provar que comunicou a renúncia de fls. 166 ao mandante, a fim de que este constitua novo advogado no prazo de 10 (dez) dias.

ADV: ERIKA PATRICIA MARINHO OLIVEIRA (OAB 12133/AM) - Processo 0615386-40.2017.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: M.L.B.C. - De ordem do MM. Juiz de Direito Titular da 1ª Vara de Família da Comarca de Manaus-Am, Dr. Marcos Santos Maciel e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VII do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria nº 01/2017 deste juízo (Art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: oficie-se ao juízo deprecado para que informe sobre o cumprimento da carta precatória de fls. 162.

ADV: ELMISON ROSA BEZERRA (OAB 10499/AM) - Processo 0615516-93.2018.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Valor da Execução / Cálculo / Atualização - REQUERENTE: Thais Louzada Ribeiro - Intime-se a exequente para se manifestar em 10 (dez) dias sobre a petição de fls. 66/71.

ADV: CARLOS ALBERTO RODRIGUES DE SOUZA (OAB 6164/AM), ADV: MÔNICA VICENTE TAKETA (OAB 7988/AM) - Processo 0615778-48.2015.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: G.A.F. e outro - REQUERIDO: A.L.F. - Processo parado há mais de 30 dias por falta de promoção do(a) autor(a). Em razão disso, intime-se o(a) advogado(a) do autor(a) para, no prazo de 05 (cinco) dias, informar se ainda tem interesse no prosseguimento do processo, sob pena de extinção com fundamento no art. 485, III, do Código de Processo Civil.

ADV: RENATO FERNANDES MARIANO (OAB 8246/AM) - Processo 0615857-22.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Exoneração - REQUERENTE: Rodolfo Marques de Farias - Defiro o pedido de fls. 68/69. Expeça-se mandado de intimação para audiência.

ADV: LUIZ EDUARDO LUSTOSA DE OLIVEIRA (OAB 833/AM) - Processo 0617133-88.2018.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: M.P.N. - CERTIDÃO Processo n°:0617133-88.2018.8.04.0001 De ordem, CERTIFICO para os devidos fins, que a audiência de Instrução e Julgamento fica pautada para o dia 14/08/2019 às 09:45h, em cumprimento ao despacho do(a) MM. Juiz(a). Em, 11 de março de 2019.

ADV: CARLOS ALBERTO RODRIGUES DE SOUZA (OAB 6164/AM) - Processo 0617977-77.2014.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: J.E.C.S. - Atendam a Promoção Ministerial retro, providenciando-se as diligências necessárias para o caso concreto. Manaus, 25 de fevereiro de 2019

ADV: MAIARA CARVALHO DA MOTTA (OAB 3994/AM) - Processo 0618908-41.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - ALIMENTAND: M.M.G.S.G. - ALIMENTANT: A.A.G.F. - De ordem do MM. Juiz de Direito Titular da 1ª Vara de Família da Comarca de Manaus-Am, Dr. Marcos Santos Maciel e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VII do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria nº 01/2017 deste juízo (Art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: Intimação do polo ativo para pagar as custas pendentes, no prazo de 10 dias.

ADV: KARLA PATRÍCIA BRASIL LUZZI (OAB 4714/AM) - Processo 0619892-93.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Fixação - REQUERENTE: D.S.S. - Intime-se as partes para se manifestarem sobre a resposta do BACENJUD, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: GABRIELLE DOS SANTOS FREIRE (OAB 12068/AM), ADV: OTÁVIO DIAS PEDROSA FILHO (OAB 9559/AM), ADV: FABÍOLA DA SILVA GUIMARÃES (OAB 8422/AM) - Processo 0620345-54.2017.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: E.M.L. - REQUERIDO: E.O.A. - De ordem do MM. Juiz de Direito Titular da 1ª Vara de Família da Comarca de Manaus-Am, Dr. Marcos Santos Maciel e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VII do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria nº 01/2017 deste juízo (Art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte Ato Ordinatório: intimação do polo ativo e passivo para assinar o Termo de Guarda, no prazo de dez dias.

ADV: ROSÂNGELA FROTA MAGALHÃES (OAB 7980/AM) - Processo 0620407-60.2018.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: A.A.X. - CERTIDÃO Processo n°:0620407-60.2018.8.04.0001 De ordem, CERTIFICO para os devidos fins, que a audiência de mediação e Conciliação fica pautada para o dia 03/07/2019 às 09:00h, em cumprimento ao despacho do(a) MM. Juiz(a). Em, 11 de março de 2019.

ADV: GLÊNIO GUSMÃO VERAS (OAB 10056/AM), ADV: BRUNO INFANTE FONSECA (OAB 1945E/AM), ADV: ROSEANE LIMA DOS ANJOS (OAB 10862/AM) - Processo 0621067-88.2017.8.04.0001 (apensado ao processo 0604651-45.2017.8.04.0001) - Cumprimento Provisório de Sentença - Valor da Execução / Cálculo / Atualização - REQUERENTE: Emelly Sofhia Souza da Silva - Rep. Por Ingria Richelly Souza de Souza - REQUERIDO: Alex Junio Santos da Silva - Expeça-se contramandado extemporâneo para regularizar os autos no sistema.

ADV: GLÊNIO GUSMÃO VERAS (OAB 10056/AM), ADV: BRUNO INFANTE FONSECA (OAB 1945E/AM), ADV: ROSEANE LIMA DOS ANJOS (OAB 10862/AM) - Processo 0621067-88.2017.8.04.0001 (apensado ao processo 0604651-45.2017.8.04.0001) - Cumprimento Provisório de Sentença - Valor da Execução / Cálculo / Atualização - REQUERENTE: Emelly Sofhia Souza da Silva - Rep. Por Ingria Richelly Souza de Souza - REQUERIDO: Alex Junio Santos da Silva - É bem verdade que o patrono pode renunciar aos poderes recebidos. Contudo, sua pretensão fica condicionada à devida comunicação de seu constituinte. Ante o exposto, intime-se o patrono para comprovar comunicação a seu cliente, nos termos do art. 112 do CPC. Por questão de celeridade, intime-se o(a) renunciado(a) para constituir novo patrono em vinte dias.

ADV: FRANK FERREIRA DANTAS (OAB 10195/AM), ADV: GLÊNIO GUSMÃO VERAS (OAB 10056/AM), ADV: ROSEANE LIMA DOS ANJOS (OAB 10862/AM), ADV: BRUNO INFANTE FONSECA (OAB 1945E/AM) - Processo 0621067-88.2017.8.04.0001 (apensado ao processo 0604651-45.2017.8.04.0001) - Cumprimento Provisório de Sentença

- Valor da Execução / Cálculo / Atualização - REQUERENTE: Emelly Sofhia Souza da Silva - Rep. Por Ingria Richelly Souza de Souza - REQUERIDO: Alex Junio Santos da Silva - Juntada de comprovantes de pagamento e depósito judicial acompanhado de pedido de revogação da prisão. Pairam dúvidas quanto ao adimplemento integral da dívida apresentada, razão pela qual determino a intimação da parte credora apresentar manifestação no prazo de cinco dias. Contudo, antes de qualquer outra providência, procedam com urgência a expedição de alvará de soltura/contramandado em favor do devedor, pois a prisão civil é medida excepcional visando compelir o adimplemento da obrigação, não se justificando a sua manutenção diante da alegada quitação do débito, presumindo-se a boa-fé do devedor. Transcorrido o prazo assinado, remetam os autos ao Ministério Público.

ADV: KELMA SOUZA LIMA (OAB 5470/AM) - Processo 0621216-26.2013.8.04.0001 - Procedimento Comum - União Estável ou Concubinato - REQUERENTE: Maria do Perpetuo Socorro Carneiro de Freitas - Arquive-se, decorrido o trânsito em julgado.

ADV: CRISTIANE YAMADA DA SILVA (OAB 3955/AM) - Processo 0621617-83.2017.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: J.A.S.S. - Defiro o pedido de fls. 57. Cite-se a parte requerida por Edital, observando-se os requisitos do descritos nos incisos do art. 257 do CPC, para apresentar contestação no prazo de quinze dias, a contar da publicação do edital. Adverte-se sobre a necessária observância do previsto no inciso II, do art. 257, do CPC. Prazo: 20 dias.

ADV: JOSÉ DE RIBAMAR FREITAS JÚNIOR (OAB 7404/AM), ADV: JABER CALIL NADAF NETO (OAB 5247/AM), ADV: SÉRGIO PAULO MESQUITA JÚNIOR (OAB 10823/AM), ADV: CARLA DAYANY LUZ ABREU (OAB 7038/AM), ADV: PAULO ROGÉRIO ARANTES (OAB 1509/AM), ADV: SYLVIA INES BARBOSA FERREIRA FREITAS (OAB 13324/AM), ADV: MARIA GLADES RIBEIRO DOS SANTOS (OAB 2144/AM), ADV: KARLA FREIXO BRAGA (OAB 3775/AM), ADV: PAULO ROBERTO ARCE NICOLAU (OAB 8226/AM), ADV: VICTORIA DUTRA DE ALENCAR ARANTES (OAB 10316/AM) - Processo 0621696-33.2015.8.04.0001 (apensado ao processo 0642740-40.2017.8.04.0001) - Cumprimento de sentença - Dissolução - EXEQUENTE: C.C.V.O. - EXECUTADO: J.A.B.F.F. - Cumprimento de sentença. Divórcio com alimentos. Sentença homologatória de 2016. Sucessivos atrasos no pagamento dos alimentos. Novo atraso. Novo requerimento de cumprimento de sentença. Dificuldade de intimação pessoal do executado. Advogado do executado com poderes para receber citação e intimação - petição de pág. 757. Diante disso, intime-se, por mandado, o executado, na pessoa do advogado, para, em 3 (três) dias, pagar o débito, provar que o fez ou justificar a impossibilidade, sob pena de prisão por 03 (três) meses. Fixam-se os honorários em 20% (vinte por cento) do valor da execução, reduzidos de metade, no caso de integral pagamento no prazo anotado. Decorrido o prazo para pagamento sem manifestação do executado, vista ao Ministério Público. Manifestando-se o executado, vista ao exequente pelo prazo de 15 dias, remetendo-se, com a manifestação, os autos ao Ministério Público. Tudo nos autos, conclusos.

ADV: CYNTHIA FERNANDA OLIVEIRA SOARES (OAB 8963/PA), ADV: MARINETE GOMES DOS SANTOS (OAB 12803/PA), ADV: ANA PAULA ROCHA ASFOR (OAB 26894/CE) - Processo 0622239-36.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum - Fixação - REQUERENTE: ABILIO SOARES DE CARVALHO - REQUERIDO: Reginaldo Soares de Carvalho - ROBERTO SOARES DE CARVALHO - Solange Geralda Maria de Carvalho - Soaraya Cristina Maria de Carvalho - Rosangela Maria de Carvalho Patrocinio - Angela Maria De Carvalho Menezes - O Doutor Marcos Santos Maciel, Juiz de Direito da 1ª Vara de Família da Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil. FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, que tramitam por este Juízo e Secretaria os autos acima mencionados. E, constando nos autos que o Requerente ABILIO SOARES DE CARVALHO encontra-se atualmente em lugar incerto e não sabido, expediu-se este EDITAL, nos termos do art. 256 e seguintes, do Código de Processo Civil, para INTIMÁ-LO para manifestar interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de arquivamento, na forma do §1º do art. 485 do NCPC, em conformidade com o despacho do MM. Juiz a seguir transcrito: Uma vez infrutífera a tentativa de intimação pessoal da parte requerente, DETERMINO a sua intimação, via edital, para se manifestar pelo interesse no prosseguimento do feito no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de arquivamento, na forma do §1º do art. 485 do NCPC. Após, retornem os autos conclusos. Cumpra-se. Manaus, 15 de fevereiro de 2019. Dr. Marcos Santos Maciel, Juiz de Direito. Advertência: Pena de arquivamento, na forma do §1º do art. 485 do NCPC. E para que no futuro ninguém possa alegar ignorância, passou-se o presente EDITAL, que será publicado uma (1) única vez pela Imprensa Oficial do Estado do Amazonas, afixado da forma da lei e no lugar de costume. DADO E PASSADO nesta cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, 28 de fevereiro de 2019. Eu, Mônica Costeira de Mendonça Furtado, Diretora de Secretaria, conferi e subscrevo. Dr. Marcos Santos Maciel Juiz de Direito

ADV: RAKEL SILVA DE LIMA (OAB 8435/AM), ADV: ANA FLÁVIA DA SILVA GOMES (OAB 9615/AM) - Processo 0622609-49.2014.8.04.0001 - Guarda - Guarda - REQUERENTE: A.O.R.S. - Vistos etc, Indefiro o pedido de reconsideração pois desprovido de amparo legal. Aos interessados cabe observância ao devido processo legal apresentando o recurso adequado dentro do prazo fixado em lei. Observa-se a existência de procedimento específico e apropriado para pleitear autorização de viagem internacional, sendo equivocado desarquivar o presente feito para tal intento. Retornem os autos ao arquivo. Intimem-se.

ADV: ERIKA AUGUSTA DE PAULA FREITAS CHAPARRO (OAB 9690/AM) - Processo 0622743-08.2016.8.04.0001 - Guarda - Guarda - REQUERENTE: A.B.C. - REQUERIDA: K.M.B.C. - Edital de Citação e Intimação com prazo de 20 (vinte) dias

ADV: KAMILA SOARES AFONSO (OAB 9858/AM), ADV: KAREN BEZERRA ROSA BRAGA (OAB 6617/AM), ADV: JUAREZ CAMELO ROSA (OAB 2695/AM), ADV: CARLA CAROLINE COUTINHO FROTA (OAB 12379/AM) - Processo 0622924-38.2018.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: L.H.M.M.O. - REQUERIDA: J.M.S. - Atendam a Promoção Ministerial retro, providenciando-se as diligências necessárias para o caso concreto. Prazo: quinze dias úteis. Manaus, 22 de fevereiro de 2019

ADV: VINICIO CARLOS CORDOVIL MENDES FILHO (OAB 7907/AM), ADV: RHAIZA JULIANA OLIVEIRA VIEIRA (OAB 8993/AM) - Processo 0623152-13.2018.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: R.C.A. - REQUERIDO: N.A.C. - Intimação por nota frustrada. Aplicação do artigo 275, do CPC, devendo o destinatário da intimação cumprir a determinação pendente no prazo de cinco dias. Com o término do prazo, independente de resposta, retornem os autos conclusos.

ADV: PATRÍCIA SENA PRAIA (OAB 8244/AM) - Processo 0623938-57.2018.8.04.0001 - Homologação de Transação Extrajudicial - Pagamento - REQUERENTE: S.G.S. - Atendam a Promoção Ministerial retro, providenciando-se as diligências necessárias para o caso concreto. Manaus, 07 de março de 2019

ADV: FÁBIO GUEDES DOS REIS (OAB 3132/AM) - Processo 0624236-20.2016.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: M.C.N. - Aguarde-se a fluência do prazo assinalado na deliberação de fls. 79. Após, retornem os autos conclusos.

ADV: THAÍS FIGUEIRA DE OLIVEIRA (OAB 11229/AM), ADV: ROSA GABRIELA GAZEL SANTANA (OAB 11103/AM) - Processo 0624328-27.2018.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: Marisa Paz Costa - Atendam a Promoção Ministerial retro, providenciando-se as diligências necessárias para o caso concreto. Manaus, 25 de fevereiro de 2019

ADV: JOÃO BATISTA ANDRADE DE QUEIROZ (OAB 2372/AM) - Processo 0624355-83.2013.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - REQUERENTE: Joao Cesar Lima de Matos - Cumpra-se o despacho de fls. 119, intimando pessoalmente o requerente para cumprir a deliberação de fls. 116.

ADV: LISBET DE SOUZA CARDOSO BARBOSA (OAB 12359/AM), ADV: LUCAS COSTA DO VALE (OAB 7990/AM) - Processo 0624512-17.2017.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Alimentos - EXEQUENTE: A.E.B.N. - Por consequência da citação ficta e falta de contestação, nomeio curador especial ao polo passivo, na pessoa da Defensora Pública do Estado do Amazonas à Doutora

Regina Jansen Simões. Retornem os autos à serventia do juízo, providenciando: a) intimação da curadora especial para promover a defesa do(a) revel, no prazo de quinze dias; b) com o término do prazo para apresentação da contestação, intime-se o polo ativo para indicar quais fatos e meios de provas deseja produzir em audiência de instrução e julgamento, no prazo de cinco dias, sob pena de ser o feito apreciado no estado, com ou sem resolução do mérito.

ADV: ADALGIZA RADOYKA SIMÃO DE QUEIROZ (OAB 8240/AM), ADV: JORGE LUIZ PEIXOTO DO NASCIMENTO (OAB 2305/AM) - Processo 0624620-46.2017.8.04.0001 - Interdição - Tutela e Curatela - REQUERIDO: Luiz Sá de Queiroz Albuquerque - Acolho a promoção ministerial para realização de perícia técnica visado identificar o grau de capacidade da pessoa a ser interditada. Prazo: trinta dias.

ADV: AMANDA ALBUQUERQUE AGUILAR (OAB 13657/AM), ADV: FREDERICO MORAES BRACHER (OAB 7311/AM), ADV: RUTH GONÇALVES PINTO (OAB 8398/AM), ADV: CRISTIANE ALBUQUERQUE AMORE (OAB 8536/AM) - Processo 0625060-42.2017.8.04.0001 (apensado ao processo 0619315-47.2018.8.04.0001) - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - ALIMENTAND: J.D.M.M. - ALIMENTANT: A.F.M. - Verifica-se que nos presentes autos há ofício pendente de resposta. Reiterem-se o ofício para entrega das informações pendentes no prazo improrrogável de dez dias.

ADV: MARCOS MAURÍCIO COSTA DA SILVA (OAB 4272/AM), ADV: EDUARDO DE SOUZA RODRIGUES (OAB 5559/AM) - Processo 0625089-34.2013.8.04.0001 - Alimentos - Provisionais - Fixação - REQUERENTE: A.B.S.R. - Diante do exposto, deixo de apreciar o pedido de mérito, julgando-se extinto o processo por questões processuais, nos termos do art. 485, IV, do Código de Processo Civil. Revoga-se qualquer liminar deferida. P.R.I Custas pela parte requerente pois deu causa à extinção do feito sem a resolução do mérito. Contudo, suspendo a exigibilidade nos termos do § 3º do artigo 98, do CPC. Baixe-se e arquive-se os autos tão logo ocorra o trânsito em julgado da decisão. Manaus, 07 de março de 2019

ADV: JOSÉ ABELARDO DE ALBUQUERQUE MELLO SANTOS (OAB 3551/AM), ADV: ROQUE LANE WILKENS MARINHO (OAB 10486/AM), ADV: WALDENIZE ROBERTO TEIXEIRA (OAB 4699/AM) - Processo 0625648-15.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: J.R.S. - Por consequência da citação ficta e falta de contestação, nomeio curador especial ao(s) acionado(s), na pessoa da Defensora Pública do Estado do Amazonas à Doutora Regina Jansen Simões. Retornem os autos à serventia do juízo, providenciando: a) intimação da curadora especial para promover a defesa do(s) revê(éis), no prazo de quinze dias.

ADV: EMÍLIA CAROLINA MELLO VIEIRA (OAB 3872/AM) - Processo 0625667-21.2018.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Alimentos - EXEQUENTE: N.S.F.C. - N.S.F.C. - EXECUTADO: L.J.F.C. - Intime-se a parte exequente para manifestar-se sobre a proposta de acordo oferecida pelo executado, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: PATRÍCIA SENA PRAIA (OAB 8244/AM), ADV: MARIA DE LOURDES NOGUEIRA SAMPAIO (OAB 5063/AC) - Processo 0626735-06.2018.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: R.C.S. - Certifico para os devidos fins que a contestação de fls. 78/125 é tempestiva. Nesta ocasião, de ordem, intima-se a parte autora para réplica no prazo de 15 (quinze) dias para réplica. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ANDREZA MESQUITA BASTOS PONTES (OAB 8511/AM), ADV: FRANCISCO IVAN PALHETA CAMURÇA (OAB 9596/AM), ADV: KARINE CASARA BATISTA (OAB 10522/AM) - Processo 0627139-28.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: R.F.S. - REQUERIDO: R.N.M.S. e outro - Vistos etc, O credor não observou a determinação de execução em novos autos descritas na página 431, razão pela qual indefiro o processamento da multa nos presentes autos. Paute-se nova audiência de conciliação junto ao CEJUSC para tentativa de solucionar a pendência no acordo firmado. Intimem-se.

ADV: CAIO KANAWATI SOARES (OAB 10104/AM) - Processo 0627396-19.2017.8.04.0001 - Guarda - Abandono Material - REQUERENTE: C.G.S. - Certifico para os devidos fins que faço a juntada tempestiva dos Embargos de Declaração opostos pela parte requerida. De ordem, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos opostos, nos termos do art. 1.023, parágrafo 2º do NCPC.

ADV: FIGUEIRA & NASCIMENTO SOCIEDADE DE ADVOGADOS (OAB 572/AM), ADV: MIQUEIAS AMARO DOS SANTOS (OAB 9811/AM), ADV: ELVISLAN DO NASCIMENTO SILVA (OAB 8970/AM), ADV: ADJAILSON SILVA FIGUEIRA DE SOUZA (OAB 8620/AM) - Processo 0627396-19.2017.8.04.0001 - Guarda - Abandono Material - REQUERIDA: L.A.P. - Certifico para os devidos fins que faço a juntada tempestiva dos Embargos de Declaração opostos pela parte Autora. De ordem, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos opostos, nos termos do art. 1.023, parágrafo 2º do NCPC.

ADV: ANDRÉA MARQUES TELLES DE SOUZA (OAB 3283/AM), ADV: DANIEL SILVA BARROSO (OAB 2965/AM) - Processo 0627462-33.2016.8.04.0001 - Interdição - Tutela e Curatela - REQUERENTE: M.M.T.S. e outros - Atendam a Promoção Ministerial retro, providenciando-se as diligências necessárias para o caso concreto. Prazo: cinco dias úteis. Manaus, 22 de fevereiro de 2019

ADV: JOSENY GUSMÃO DA SILVA (OAB 8783/AM), ADV: RODRIGO GONÇALVES DA LUZ PEREIRA (OAB 8520/AM) - Processo 0627902-58.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Revisão - REQUERENTE: G.J.O.M. - REQUERIDA: M.L.B.R. - CERTIDÃO Processo n°:0627902-58.2018.8.04.0001 De ordem, CERTIFICO para os devidos fins, que a audiência de Instrução e Julgamento fica pautada para o dia 06/08/2019 às 09:45h, em cumprimento ao despacho do(a) MM. Juiz(a). Em, 08 de março de 2019.

ADV: IRAN GOMES DE CARVALHO (OAB 13675/AM) - Processo 0628142-47.2018.8.04.0001 - Averiguação de Paternidade - Registro Civil das Pessoas Naturais - REQUERENTE: E.A.S. - Atendam a Promoção Ministerial retro, providenciando-se as diligências necessárias para o caso concreto. Prazo: quinze dias úteis. Manaus, 08 de março de 2019

ADV: ALEXANDRE MARTINS DE MENDONÇA (OAB 9107/AM) - Processo 0628211-84.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Fixação - REQUERENTE: F.S.S. - REQUERIDO: V.G.S. - Intime-se o executado, conforme requerido na página 241, sob pena de ser aplicado multa ao devedor caso, possuindo, não indique bens passíveis de penhora. Havendo necessidade, posteriormente procederei com as demais diligências requeridas para satisfação do crédito. Expeçam certidão de dívida para viabilizar ao credor a negativação e/ou protesto junto aos órgão competentes.

ADV: ROGÉRIO PENA BENTO DA SILVA (OAB 9960/AM) - Processo 0628558-15.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - DIREITO CIVIL - REQUERENTE: J.A.S. - Intime-se o polo passivo para apresentar sua justificativa pelo não comparecimento à audiência e manifestar interesse no prosseguimento do feito no prazo de cinco dias, sob pena de ser extinto o processo.

ADV: ROGÉRIO PENA BENTO DA SILVA (OAB 9960/AM) - Processo 0628558-15.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - DIREITO CIVIL - REQUERENTE: J.A.S. - Chamo o feito à ordem. Onde lê-se “passivo”, leia-se “ativo”.

ADV: DIEGO OLIVEIRA REIS (OAB 6823/AM) - Processo 0628634-73.2017.8.04.0001 - Interdição - Tutela e Curatela - REQUERENTE: Ordecley Bentes Barros - Atendam a Promoção Ministerial retro, providenciando-se as diligências necessárias para o caso concreto. Prazo: quinze dias úteis. Manaus, 25 de fevereiro de 2019

ADV: ELIEZER ALVES DE OLIVEIRA (OAB 10900/AM), ADV: MARCOS PAULO MOURA LUZ (OAB 10868/AM), ADV: WILSON RUBEN DA SILVA MACIEL (OAB 10782/AM) - Processo 0628889-94.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - FixaçãoAna Priscila Brandão Barroso - Jefferson Mainetti da Silva - Caso a visita ocorra de forma voluntária durante do trâmite processual deverá o exequente comunicar o fato ao juízo para fins de extinção do feito. Cumpra-se.

ADV: LEONARDO ANASTACIO MASCARENHAS (OAB A1280/AM), ADV: SÓSTENES ADIEL PEREIRA BATISTA (OAB 10131/BA), ADV: CIRO GONÇALVES BOTELHO (OAB 39395/

BA), ADV: DAYSEVANDA DAS GRAÇAS BRITO DANTAS (OAB 7003/AM), ADV: LEIDY DAIANA SOUTELO BATISTA (OAB 9413/AM) - Processo 0628890-16.2017.8.04.0001 - Averiguação de Paternidade - Registro Civil das Pessoas Naturais - REQUERENTE: M.M.S.S. - De ordem do MM. Juiz de Direito Titular da 1ª Vara de Família da Comarca de Manaus-Am, Dr. Marcos Santos Maciel e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VII do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria nº 01/2017 deste juízo (Art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: Juntada de substabelecimento, sem reserva de poderes, com a atualização dos dados e endereços dos procuradores no sistema informatizado.

ADV: EWERTON SMITH DO NASCIMENTO (OAB 9715/AM), ADV: MARCOS VINICIO DE SOUSA CASTRO (OAB 10279MA), ADV: DANILO VIEIRA LIMA (OAB 37767/GO) - Processo 0629095-79.2016.8.04.0001 - Averiguação de Paternidade - Investigação de Paternidade - REQUERENTE: D.L.S. - REQUERIDA: E.B.L. e outros - Verifica-se que o pedido apresentado na última petição já foi atendido na página 208, razão pela qual procederei com a consulta INFOJUD e BACENJUD para identificação dos endereços do polo passivo. Caso reste frustrada a diligência, oficie-se as concessionárias descrita na referida deliberação. Intime-se.

ADV: RUSTENE ROCHA MONTEIRO (OAB 11974/AM) - Processo 0629667-98.2017.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Obrigação de Fazer / Não Fazer - EXEQUENTE: Débora Juliana de Sousa Mafra - Vista a advogada da autora, para que fale sobre a certidão acima citada, no prazo de 10(dez) dias.

ADV: GLÁUCIO NUNES DA LUZ (OAB 6326/AM) - Processo 0629996-47.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Dissolução - REQUERIDA: H.N.T. - Em 11 de março de 2019, é juntada a estes autos a(s) petição(ões) anterior(es). Nesta ocasião, de ordem, intima-se a parte requerida para manifestação no prazo de 10 (dez) dias.

ADV: MAX EDUARDO VIEIRA SARUBI (OAB 9540/AM), ADV: REBECA DANTAS DIB (OAB 8909/AM) - Processo 0630033-74.2016.8.04.0001 - Guarda - Guarda - REQUERENTE: RAIMUNDA BATISTA DA SILVA - De ordem do MM. Juiz de Direito Titular da 1ª Vara de Família da Comarca de Manaus-Am, Dr. Dídimo Santana Barros Filho e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VII do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria nº 01/2017 deste juízo (Art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte Ato Ordinatório: intimação do polo ativo para assinar o Termo de Guarda, no prazo de dez dias.

ADV: MIRNA CRISTINA GEBER DA SILVA (OAB 9097/AM) - Processo 0630339-09.2017.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Liquidação / Cumprimento / Execução - EXEQUENTE: Letícia de Carvalho Ribeiro - Isamilde de Carvalho Ribeiro - Requerimento de citação por edital em sede de ação de Execução de Alimentos. Em razão da natureza da demanda apresentada em juízo, determino a consulta do endereço do(a) requerido, via INFOJUD. Inexistindo nos autos dados necessários à consulta, intime-se a parte autora para fornecer o número, no prazo de dez dias. Com o resultado da diligência ou na impossibilidade de assim o fazer (por exemplo, a falta de dados necessários), voltem os autos conclusos.

ADV: SIDNEY JOSÉ VIEIRA DE SOUZA (OAB 5798/AM), ADV: KASSER JORGE CHAMY DIB (OAB 5551/AM), ADV: ALEXANDRE GOMES RIBEIRO (OAB 6199/AM), ADV: FRANK FIGUEIREDO CÉSAR (OAB 6560/AM), ADV: MARCOS PAULO COÊLHO DE SOUZA (OAB 4395/AM) - Processo 0630348-10.2013.8.04.0001 (apensado ao processo 0625676-22.2014.8.04.0001) - Execução de Alimentos - Alimentos - EXEQUENTE: S.B.F.M.C. - EXECUTADO: U.S.G.C. - Atendam a Promoção Ministerial retro, providenciando-se as diligências necessárias para o caso concreto. Prazo: quinze dias úteis. Manaus, 07 de março de 2019

ADV: MAX EDUARDO VIEIRA SARUBI (OAB 9540/AM) - Processo 0630440-51.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Dissolução - EXEQUENTE: W.P.S. - Vista aos advogados do autor, para que fale sobre a certidão acima citada, no prazo de 10(dez) dias.

ADV: JAMES RODRIGUES MOREIRA (OAB 8227/AM), ADV: ADRIANNE SANCHES SOARES DA SILVA (OAB 8595/AM), ADV: JAMES DE PAULA BRAZ (OAB 7134/AM) - Processo 0630688-46.2016.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: A.C.S.A. - Interposição de recurso de apelação. Nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC, intime-se a parte adversa para apresentar suas contrarrazões no prazo de quinze dias. Com a preclusão do ato, procedam no moldes dos parágrafos do art. 1.010, do CPC, providenciando-se à remessa dos autos ao Juízo ad quem.

ADV: CAROLINE SOARES MARTINS (OAB 8861/AM), ADV: LAURA CID VIEIRA BELEM (OAB 11987/AM) - Processo 0630947-70.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - ALIMENTAND: M.V.S.S. - Intimem-se as partes para apresentação de alegações finais no prazo sucessivo de quinze dias, a começar com o polo ativo.

ADV: MARY JANE FARACO DE A. LOPES (OAB 5815/AM) - Processo 0631556-87.2017.8.04.0001 - Interdição - Tutela e Curatela - REQUERENTE: Antonio Newton Alves da Silva - Atendam a Promoção Ministerial retro, providenciando-se as diligências necessárias para o caso concreto. Manaus, 08 de março de 2019

ADV: PATRÍCIA SENA PRAIA (OAB 8244/AM), ADV: WALTER DA CUNHA AZEVEDO FILHO (OAB 3828/AM) - Processo 0631674-29.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: C.Q.C. - REQUERIDO: A.H.M.B. - Promoção ministerial para intimação das partes visando apresentação de documentos. Procedam conforme requerido pelo Ministério Público advertindo a parte que o não comprimento desmotivado da ordem ensejará aplicação de multa por incidência do fato ao previsto nos incisos IV dos artigos 77 e 80, ambos do CPC. Com a resposta, voltem os autos ao MInistério Público. Prazo: cinco dias úteis.

ADV: CARLOS ALBERTO RODRIGUES DE SOUZA (OAB 6164/AM) - Processo 0631891-43.2016.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: M.N.F. e outros - Cumpra-se o despacho de fls. 75.

ADV: SARA MARTINS SOMBRA DE OLIVEIRA (OAB 9456/AM), ADV: FRANK FIGUEIREDO CÉSAR (OAB 6560/AM), ADV: BRUNO CLÁUDIO ELESBÃO (OAB 7468/AM) - Processo 0632009-48.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - ALIMENTAND: E.A.L.S. - ALIMENTANT: F.R.P.S. - CERTIDÃO Processo n°:0632009-48.2018.8.04.0001 De ordem, CERTIFICO para os devidos fins, que a audiência de Instrução e Julgamento fica pautada para o dia 31/07/2019 às 09:00h, em cumprimento ao despacho do(a) MM. Juiz(a). Em, 07 de março de 2019.

ADV: WISTON FEITOSA DE SOUSA (OAB 6596/AM), ADV: ADEMÁRIO DO ROSÁRIO AZEVEDO (OAB 2926/AM) - Processo 0632679-86.2018.8.04.0001 - Interdição - Tutela e Curatela - REQUERENTE: Maria Olinda Teixeira Martins - Vista aos advogados da autora, para que fale sobre a certidão, no prazo de 10(dez) dias.

ADV: SILVANA MARIA MARTINS DA COSTA (OAB 5644/AM), ADV: ALDA HELOÍSA TAVARES TOLEDO (OAB 7133/AM) - Processo 0633280-29.2017.8.04.0001 (apensado ao processo 0605001-96.2018.8.04.0001) - Procedimento Comum - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: M.C.B. - REQUERIDO: A.F.O.F. - Dissolução de união estável com alimentos. Processo sentenciado. Proposta de acordo pela autora, para solução definitiva. Ainda que o processo já esteja sentenciado, tem-se por razoável a manifestação do requerido sobre a proposta. Intime-se, para manifestação no prazo de 05 (cinco) dias. Ao término do prazo, conclusos.

ADV: LUCAS COSTA DO VALE (OAB 7990/AM), ADV: LISBET DE SOUZA CARDOSO BARBOSA (OAB 12359/AM) - Processo 0633301-73.2015.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Constrição / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens - EXEQUENTE: B.G.S. - REQUERENTE: R.T.G. - O Doutor Dídimo Santana Barros Filho, Juiz respondendo pela 1ª Vara de Família da Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, Portaria 402/19. FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, que tramitam por este Juízo e Secretaria os autos acima mencionados. E, constando nos autos que o Executado EDENILSON MENEZES DE SOUSA encontra-se atualmente em lugar incerto e não sabido, expediu-se este EDITAL, nos termos do art. 256 e seguintes, do Código de Processo Civil, para INTIMA-LO para efetuar o pagamento da dívida de R$12.670,95, sob pena de, não o fazendo, sujeitar-se à multa de 10% (dez por cento), penhora e avaliação de bens, em conformidade com o despacho do MM. Juiz a seguir transcrito:

Intime-se o executado por edital com prazo de 20 dias. Manaus, 08 de março de 2019. Dr. Marcos Santos Maciel, Juiz de Direito. Advertência: Será nomeado curador especial em caso de revelia (CPC art. 257). E para que no futuro ninguém possa alegar ignorância, passou-se o presente EDITAL, que será publicado uma (1) única vez pela Imprensa Oficial do Estado do Amazonas, afixado da forma da lei e no lugar de costume. DADO E PASSADO nesta cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, 08 de março de 2019. Eu, Fábio Augusto do Nascimento Castilho, Diretora de Secretaria, conferi e subscrevo. Dr. Dídimo Santana Barros Filho Juiz respondendo

ADV: CARLOS ALBERTO GUEDES DA SILVA JÚNIOR (OAB 8713/AM), ADV: MÁRIO JOSE CHAGAS PAULAIN JÚNIOR (OAB 7405/AM) - Processo 0633336-28.2018.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Alimentos - EXEQUENTE: P.A.B.M.J. - O Estado promoverá, sempre que possível, a solução consensual dos conflitos, cabendo ao Poder Judiciário utilizar-se a qualquer momento da conciliação, da mediação e/ou outros métodos não defeso por lei. Sem prejuízo dos demais atos processuais já praticados, remetam os autos ao CEJUSC para realização de audiência de conciliação /mediação.

ADV: GILVAN PEREIRA DÁCIO (OAB 12781/AM), ADV: ÁLVARO VIANA ORTIZ (OAB 13165/AM) - Processo 0633359-71.2018.8.04.0001 - Regulamentação de Visitas - Regulamentação de Visitas - REQUERIDA: Nayssa do Nascimento Maba - Certifico para os devidos fins que faço a juntada tempestiva dos Embargos de Declaração opostos pela parte Autora. De ordem, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos opostos, nos termos do art. 1.023, parágrafo 2º do NCPC.

ADV: ZILA LIMA ARAÚJO (OAB 10973/AM) - Processo 0633483-25.2016.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: Z.L.A. e outro - De ordem do MM. Juiz de Direito Titular da 1ª Vara de Família da Comarca de Manaus-Am, Dr. Marcos Santos Maciel e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VII do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria nº 01/2017 deste juízo (Art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte Ato Ordinatório: intimação do polo ativo para assinar o Termo de Guarda, no prazo de dez dias.

ADV: CAROLINA ALBUQUERQUE DO VALLE (OAB 8112/AM), ADV: LUIZ CLÁUDIO PIRES COSTA (OAB 10798/AM) - Processo 0633639-76.2017.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - ALIMENTAND: L.B.X. - Em razão da natureza da demanda apresentada em juízo, determino a consulta do endereço do(a) requerido, via SIEL. Inexistindo nos autos dados necessários à consulta, intime-se a parte autora para fornecer o número, no prazo de dez dias. Com o resultado da diligência ou na impossibilidade de assim o fazer (por exemplo, a falta de dados necessários), voltem os autos conclusos.

ADV: EDUARDO MARQUES DA SILVA (OAB 9114/AM) - Processo 0634048-52.2017.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: Rafaeli Christine Nascimento Damasceno - Defiro o pedido de fls. 50/51. Viabilize-se.

ADV: NAYANNE PIRES CÉSAR (OAB 7782/AM) - Processo 0634373-61.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Fixação - REQUERENTE: A.C.S.G. - Intime-se.

ADV: NAYANNE PIRES CÉSAR (OAB 7782/AM) - Processo 0634373-61.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Fixação - REQUERENTE: A.C.S.G. - Vista aos advogados da autora, para que fale sobre a certidão acima citada, no prazo de 10(dez) dias.

ADV: SANDRA HELENA DA SILVA (OAB 6787/CE), ADV: KÊNIO MARCOS SANTOS E SILVA (OAB 6406/AM) - Processo 0634393-23.2014.8.04.0001 - Guarda - Guarda - REQUERIDA: A.V.M. - Cumpra-se o despacho de fls. 147.

ADV: MÁRCIA REGINA BARROSO COSTA (OAB 5130/AM), ADV: MARCILINHA SANTANA DE OLIVEIRA (OAB 4964/AM), ADV: EGUINALDO GONÇALVES DE MOURA (OAB 3761/AM) - Processo 0634655-65.2017.8.04.0001 - Separação de Corpos - União Estável ou Concubinato - REQUERENTE: F.S.N. - REQUERIDA: Z.K.R.T. - Observa-se que não é a quantidade de pedidos que caracteriza a continência mas sim a abrangência de um em face do outro. Se em dói processos buscam idêntica finalidade, estar-se-á diante da litispendência (integral ou parcial). Expeçam o ofício para os fins descritos pelo Ministério Público. Diante dos Princípios Constitucionais da Dignidade da Pessoa Humana e do Melhor Interesse da Criança e do Adolescente e à vista do disposto no artigo 694, primeira parte, do Código de Processo Civil, visando a amparar os interesses do menor, que tão jovem já enfrenta os conflitos entre seus responsáveis, determino que as partes compareçam à Oficina de Pais e filhos, que é realizada pelo CEJUSC-FAMÍLIA, localizado no 5º andar, Setor 6 do Fórum Ministro Henoch Reis, quinto andar, sito na Rua Av. Jornalista Humberto Calderaro Filho, na cidade de Manaus/AM, telefones para inscrições: 3303-5028 ou 33035031, ou, alternativamente realizem o correspondente curso on line, no site www.cnj.jus.br/eadcnj, no prazo de máximo de trinta dias.

ADV: ADAIR REBELO (OAB 382/AM), ADV: FRANCISCO CHARLES CUNHA GARCIA JÚNIOR (OAB 4563/AM), ADV: JULIANA CHAVES COIMBRA GARCIA (OAB 4040/AM) - Processo 0634756-73.2015.8.04.0001 - Tutela e Curatela - Nomeação - Tutela e Curatela - REQUERENTE: LUCIANE DA SILVA E SILVA - REQUERIDO: Francisco Lúcio da Silva e Silva - INTSSADA: Amazonete Duarte Bragança - Autos n.º 0634756-73.2015.8.04.0001 EDITAL DE INTERDIÇÃO O Dr. Marcos Santos Maciel, MM. Juiz de Direito da 1ª Vara de Família da Comarca de Manaus, na forma da lei etc. Faço saber a todos quantos o presente edital virem que, por este Juízo e Secretaria, que este subscreve, foram processados os termos da interdição de FRANCISCO LÚCIO DA SILVA E SILVA, a requerimento de Luciane da Silva e Silva, tendo a respectiva sentença nomeado o Sr. AMAZONETE DUARTE BRAGANÇA, curador do interditando e declarado esta incapaz de reger a sua pessoa e administrar os seus bens.(E01338) Manaus 28 de fevereiro de 2019.

ADV: INGRID OLIVEIRA RODRIGUES (OAB 13258/AM), ADV: WALLESTEIN MONTEIRO DE SOUZA (OAB 4907/AM), ADV: AMON SILVA COSTA (OAB 12179/AM) - Processo 0634892-65.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: F.S.L. - REQUERIDO: D.L.S. - CERTIDÃO Processo n°:0634892-65.2018.8.04.0001 De ordem, CERTIFICO para os devidos fins, que a audiência de Instrução e Julgamento fica pautada para o dia 08/08/2019 às 10:00h, em cumprimento ao despacho do(a) MM. Juiz(a). Em, 07 de março de 2019.

ADV: LUIZ HENRIQUE BRAZ JÚNIOR (OAB 4652/AM) - Processo 0635808-41.2014.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - REQUERENTE: R.O.S. - Diante do requerimento presente na petição inicial e omissão da sentença, defiro o pedido de gratuidade de justiça. Atualize-se os dados cadastrais. Arquive-se.

ADV: AILMARA CAMURCA DE PAULA (OAB 10532/AP) - Processo 0636083-53.2015.8.04.0001 - Alimentos - Provisionais - Fixação - REQUERENTE: ANA VALERIA SILVA FERREIRA - Diante do exposto, deixo de apreciar o pedido de mérito, julgando-se extinto o processo por questões processuais, nos termos do art. 485, IV, do Código de Processo Civil. P.R.I Custas pela parte requerente pois deu causa à extinção do feito sem a resolução do mérito. Contudo, suspendo a exigibilidade nos termos do § 3º do artigo 98, do CPC. Baixe-se e arquive-se os autos tão logo ocorra o trânsito em julgado da decisão. Manaus, 07 de março de 2019

ADV: FRANCICLEIA DA SILVA MACHADO MATOS (OAB 11119/AM) - Processo 0636093-92.2018.8.04.0001 - Averiguação de Paternidade - Registro Civil das Pessoas Naturais - REQUERENTE: F.S.M.M. - Atendam a Promoção Ministerial retro, providenciando-se as diligências necessárias para o caso concreto. Prazo: quinze dias úteis. Manaus, 25 de fevereiro de 2019

ADV: CAROLINA ALBUQUERQUE DO VALLE (OAB 8112/AM) - Processo 0636134-64.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum - Regime de Bens Entre os Cônjuges - REQUERENTE: KAMILA SAID TRIFIATIS - Defiro a gratuidade de justiça ao polo ativo, nos termos do artigo 98 do CPC. Paute-se audiência de conciliação junto ao CEJUSC, providenciando-se as intimações necessárias, inclusive cientificando o M.P. Cite-se o polo passivo para comparecer à audiência de mediação e conciliação. Intime-se, também, o polo ativo para comparecimento à mencionada audiência. Façam constar nos instrumentos a advertência de aplicação de multa pelo não comparecimento à audiência sem a devida justificação.

ADV: CAROLINA ALBUQUERQUE DO VALLE (OAB 8112/AM) - Processo 0636134-64.2015.8.04.0001 - Procedimento

Comum - Regime de Bens Entre os Cônjuges - REQUERENTE: KAMILA SAID TRIFIATIS - CERTIFICO que, em cumprimento ao/à despacho/decisão retro do(a) MM. Juiz(Juíza) de Direito Dr(a). Dídimo Santana Barros Filho, fica pautada Audiência de Conciliação/Mediação para o dia 08 de maio de 2019, às 10 horas e 30 minutos, a ser realizada no CEJUSC - FAMÍLIA - Fórum Cível Des. Euza Maria Naice de Vasconcelos, Rua Valério Botelho de Andrade, S/N, 1º andar - São Francisco - Manaus - AM - CEP:69.079-260. As partes deverão estar acompanhadas de seus advogados ou defensores públicos (art. 695, §4º, do CPC/2015). CERTIFICO ainda que, nesta data, são os autos encaminhados às filas "Ministério Público - Intimação/Audiência" e "CEJUSC - Publicação- Audiência" para publicação da data de audiência pela Secretaria da Vara. Sendo expedida(o) neste ato a(o) carta/mandado de citação devido(a).

ADV: VINICIO CARLOS CORDOVIL MENDES FILHO (OAB 7907/AM), ADV: MÁRCIA AUGUSTA DE SOUZA (OAB 13482/AM) - Processo 0636451-57.2018.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: A.N.M. - REQUERIDO: E.N.R. - Diante das considerações expostas, nos termos do art. 487, III, "b", do CPC tem-se por homologado o acordo firmado entre os interessados, para que surtam todos os efeitos legais. Frisa-se que a presente sentença serve como expediente para fins de averbação do divórcio no cartório competente, por conseguinte, está dispensada a expedição de ofício. Custas pelos interessados, contudo suspensa a exigibilidade por serem agraciados com os benefícios da gratuidade de justiça. P.R.I. Transitando em julgado, baixe-se e arquive-se, com as providências de estilo. Manaus, 08 de março de 2019

ADV: EDILSON LIMA DA SILVA (OAB 5707/AM) - Processo 0636494-91.2018.8.04.0001 - Separação de Corpos - Casamento - REQUERENTE: L.A.S.L. - Atendam a Promoção Ministerial retro, providenciando-se as diligências necessárias para o caso concreto. Manaus, 08 de março de 2019

ADV: CÉSAR LUIZ CAMPOS DA COSTA (OAB 8026/AM) - Processo 0636601-77.2014.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Dissolução - REPTANTE: W.M.C.S.R. - Intime-se a parte credora para manifestação sobre a petição de folhas 156, no prazo de cinco dias. Após remetam os autos ao Ministério Público.

ADV: CÉSAR LUIZ CAMPOS DA COSTA (OAB 8026/AM) - Processo 0636601-77.2014.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Dissolução - REPTANTE: W.M.C.S.R. - Atendam a Promoção Ministerial retro, providenciando-se as diligências necessárias para o caso concreto. Prazo: quinze dias úteis. Manaus, 08 de março de 2019

ADV: JOÃO BATISTA ANDRADE DE QUEIROZ (OAB 2372/AM) - Processo 0637268-63.2014.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - REQUERENTE: ITAMAR RODRIGUES COSTA - Diante do exposto, deixo de apreciar o pedido de mérito, julgando-se extinto o processo por questões processuais, nos termos do art. 485, IV, do Código de Processo Civil. Revoga-se qualquer a liminar deferida. Oficie-se o empregador para retomar os descontos dos alimentos. P.R.I Custas pela parte requerente pois deu causa à extinção do feito sem a resolução do mérito. Contudo, suspendo a exigibilidade nos termos do § 3º do artigo 98, do CPC. Baixe-se e arquive-se os autos tão logo ocorra o trânsito em julgado da decisão. Manaus, 07 de março de 2019

ADV: JOSÉ PEREIRA DE MOURA NETO (OAB 7397/AM), ADV: ÉRICO CABOCLO DE MACEDO (OAB 7685/AM) - Processo 0637602-58.2018.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: M.C.C.P. - REQUERIDO: J.P.A. - R.h. INTIMEM-SE sucessivamente as partes, para que especifiquem as provas que pretendem produzir, na forma do NCPC, art. 348, fundamentando a pertinência das mesmas, sob pena de indeferimento, na linha do atual entendimento jurisprudencial acerca do tema. (ex.: STJ; AgRg-REsp 1.407.571; Proc. 2013/0330961-2; RJ; Segunda Turma; Relª Minª Assusete Magalhães; DJE 18/09/2015) Cumpra-se.

ADV: SHEILA FURTADO ABRAHIM (OAB 1893/AM) - Processo 0637852-96.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Reconhecimento / Dissolução - EXECUTADO: A.G.S. - Atendam a Promoção Ministerial retro, providenciando-se as diligências necessárias para o caso concreto. Prazo: quinze dias úteis. Manaus, 07 de março de 2019

ADV: HELY DE SOUZA PINHEIRO (OAB 5720/AM), ADV: FABIANA SOUZA MOTA (OAB 11303/AM), ADV: LEOCLEIDE SILVA DUARTE HITOTUZI (OAB 11110/AM), ADV: FÁBIO LEANDRO LIRA PEREIRA (OAB 4730/AM) - Processo 0637860-05.2017.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Alimentos - EXEQUENTE: T.F.L. - EXECUTADO: I.D.S.A. - De ordem do MM. Juiz de Direito Titular da 1ª Vara de Família da Comarca de Manaus-Am, Dr. Marcos Santos Maciel e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VII do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria nº 01/2017 deste juízo (Art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: Juntada de substabelecimento, sem reserva de poderes e com a atualização dos dados e endereços dos procuradores no sistema informatizado.

ADV: EDUARDO SANTANA PINHEIRO (OAB 7049/AM), ADV: ANTÔNIO GONÇALVES DA COSTA (OAB 1240/AM) - Processo 0638566-51.2018.8.04.0001 - Averiguação de Paternidade - Registro Civil das Pessoas Naturais - REQUERENTE: C.S.L. - REQUERIDO: C.G.L. - Defiro o pedido de fls. 48/49. Viabilize-se.

ADV: RITA DE CÁSSIA FERREIRA DE LUCENA (OAB 5107/AM), ADV: VITO SASSO FILHO (OAB 10344/AM) - Processo 0638687-79.2018.8.04.0001 - Regulamentação de Visitas - Regulamentação de Visitas - REQUERENTE: V.B.S. - REQUERIDO: P.H.B.S. - De ordem do MM. Juiz de Direito Titular da 1ª Vara de Família da Comarca de Manaus-Am, Dr. Marcos Santos Maciel e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VII do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria nº 01/2017 deste juízo (Art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: Juntada de substabelecimento, sem reserva de poderes, com a atualização dos dados e endereços dos procuradores no sistema informatizado.

ADV: TAÍS MIRANDA RODRIGUES (OAB 7743/AM), ADV: BRUNA SOUZA DE FIGUEIREDO (OAB 7742/AM), ADV: GABRIEL WILLIAM FACHIN LIMA (OAB 8518/AM) - Processo 0638707-12.2014.8.04.0001 (apensado ao processo 0621808-02.2015.8.04.0001) - Procedimento Comum - Curadoria dos bens do ausente - REQUERENTE: D.C.G. - Vista a advogada da autora, para que fale sobre a certidão em referência, no prazo de 10(dez) dias.

ADV: AMANDA DIAS SIMÕES DE OLIVEIRA (OAB 12445/AM), ADV: ALTAMIR DA SILVA VIEIRA JÚNIOR (OAB 12961/AM), ADV: ALTAMIR DA SILVA VIEIRA JUNIOR (OAB 12961/AM) - Processo 0638900-85.2018.8.04.0001 - Adoção - Adoção Nacional - REQUERENTE: S.F.M. - A.F.O.F. e outro - REQUERIDO: F.P.M. e outro - Regular a manifestação de vontades e não se vislumbrando qualquer situação que o impossibilite, tem-se por homologado o acordo, para todos os efeitos legais. Sem custas. Providencie-se o necessário para cumprimento. P.R.I. Transitando em julgado, arquive-se, com as providências de estilo.

ADV: ALESSANDRA MALHEIROS DE SOUZA GOMES (OAB 4080/AM) - Processo 0639353-51.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Dissolução - REQUERENTE: D.S.S. e outro - Vistos etc. Constato duplicidade de formas de cumprimento de sentença de alimentos (coerção pessoal e coerção patrimonial). Embora este Julgador entenda como a maioria da jurisprudência nacional, com destaque ao Tribunal Gaúcho com decisões recentes sobre o tema, em não ser possível a cumulação dos dois pedidos nos mesmos autos (art. 327 §1º, I e III, do NCPC, contrario sensu), considerando que reclamam formas procedimentais diversas e incompatíveis entre si (NCPC, art. 780), bem assim, pela inevitável possibilidade de causar tumulto no processo, em prejuízo das próprias partes, hei de me curvar ao posicionamento precário (provisório) do Tribunal de Justiça do Amazonas (TJAM) que admitiu um Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR) acerca do assunto, tendo sido, inclusive, concedida tutela provisória da lavra do eminente Desembargador Aristóteles Lima Thury no sentido de que os Juízos Familiaristas processem simultaneamente os pedidos de cumprimento de sentença sujeitos ao rito da prisão (parcelas recentes = três últimas anteriores ao ajuizamento da execução) e da penhora (parcelas antigas), devendo, portanto, ocorrer a cisão dos procedimentos, mas dentro do mesmo processo, na verdade, nos autos em que o título executivo judicial foi concebido. Por amor ao argumento, ressalto que a própria doutrinadora Maria Berenice Dias, advogada, desembargadora aposentadado TJ/RS e integrante nacional

doIBDFAM - Instituto Brasileiro de Direito de Família, citada no pedido formulado pela Defensoria Pública Estadual já havia anteriormente se manifestado em artigos nestes termos quando do advento do novo Código de Processo Civil, se não vejamos: "A cobrança dos alimentos definitivos pode ser levada a efeito nos mesmos autos, seja por meio do cumprimento da sentença ou da execução por coação pessoal. Pretendendo o credor fazer uso de ambos os procedimentos, isto é, quando quiser cobrar tanto as parcelas vencidas há mais de três meses como a dívida recente, mister que o pedido de execução sob a modalidade de prisão seja veiculado em apartado. Nos mesmos autos será buscado o cumprimento da sentença. A diversidade de rito entre as duas formas de cobrança certamente retardaria o adimplemento da obrigação se processadas em conjunto." (Dias, Maria Berenice. EXECUÇÃO DOS ALIMENTOS E AS REFORMAS DO CPC. Revista de Direito do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Editora Espaço Jurídico). (grifei) E a ilustre doutrinadora prossegue afirmando: "Havendo parcelas antigas e atuais, não conseguiu o legislador encontrar uma saída. Parece que continua a ser indispensável que o credor proponha dupla execuções, o que só onera as partes e afoga a justiça. A não ser que a cobrança seja feita em sequência. Frustrada a via da prisão, a execução segue pelo rito da expropriação (CPC 530)" (DIAS, Maria Berenice. A cobrança dos alimentos no novo CPC. Migalhas. [S. l.]. 2015.) (grifei) Logo, a questão não se mostra singela como faz crer a(s) parte(s) exequente(s). Na forma pretendida, a prestação jurisdicional apenas se tornará onerosa em demasia, ao contrário do que pensa(m) o(a) (s) exequente(s). É fato a possibilidade de confusão dos meses devidos por um rito e por outro. A prática forense demonstra isso no dia a dia. A título de exemplo, basta que um único valor devido que leve à expropriação de bens seja erroneamente lançado como fundamento para a prisão do executado. Pronto, está criada a celeuma, vindo o executado com justificativas e petições dizendo que sob determinado valor seria cabível a penhora, e não a prisão. Ou, então, basta o entendimento diverso do juízo para que o(a)(s) exequente(s) que se sinta(m) prejudicado(a)(s). A cada decisão dada, portanto, caberia o recurso respectivo, apenas atravancando o andamento dos autos, em flagrante prejuízo ao bom andamento do feito. O novo CPC não criou a possibilidade da cumulação de ritos. O que antes se fazia pelo rito do art. 733 (prisão) e do art. 732 (ou 475-J cumprimento de sentença com expropriação de bens), em autos distintos, agora é feito pelos ritos dos art. 523 ou 528 do novo Código, com pouquíssimas alterações, aliás, tal qual a possibilidade de protesto do débito e a previsão legal de alguns entendimentos jurisprudenciais sobre o tema, como a adoção da Sumula 309 do STJ, que se encontra prevista claramente no disposto no § 7º, do art. 528. Na forma pretendida, a prestação jurisdicional apenas se tornará onerosa em demasia, ao contrário do que pensa(m) o(a) (s) exequente(s). É fato a possibilidade de confusão dos meses devidos por um rito e por outro. A prática forense demonstra isso no dia a dia. A título de exemplo, basta que um único valor devido que leve à expropriação de bens seja erroneamente lançado como fundamento para a prisão do executado. Pronto, está criada a celeuma, vindo o executado com justificativas e petições dizendo que sob determinado valor seria cabível a penhora, e não a prisão. Ou, então, basta o entendimento diverso do juízo para que o(a)(s) exequente(s) que se sinta(m) prejudicado(a)(s). A cada decisão dada, portanto, caberia o recurso respectivo, apenas atravancando o andamento dos autos, em flagrante prejuízo ao bom andamento do feito. Assim sendo, com a devida vênia quanto às vozes que vêm sustentado entendimento contrário, como no caso a Defensoria Pública deste Estado, do ponto de vista prático, não é nada funcional a cumulação de ritos, além do que acredito não ser essa posição a mais adequada. A inadmissibilidade de cumulação de ritos numa mesma execução está consolidada, inclusive, na Conclusão nº 22 do Centro de Estudos do Tribunal de Justiça, a saber: "22ª - Não deve ser admitida, em um mesmo processo, de forma simultânea ou sucessiva, a execução de alimentos pela via expropriatória e coercitiva". (destaquei) Em suma, destaco mais uma vez que a jurisprudência majoritária, respeitada (TJRS, TJSP, etc) e atual caminha no sentido da impossibilidade da cumulação da execuções de alimentos sob ritos distintos no mesmo processo, tendo em vista: (A) a incompatibilidade de procedimentos (NCPC, art. 780); (B) a possibilidade de se criar tumulto processual; e (C) a impossibilidade de impor ao devedor dois meios de coerção simultâneos, em relação aos mesmos débitos. Além do que isso vai de encontro aos princípios Efetividade e Celeridade da Prestação Jurisdicional (CRFB, art. 5º, XXXV e LXXVIII) e não observa o teor do artigo art. 798, II, alínea "a", do NCPC, que impõe ao credor o dever de indicar "a espécie de execução de sua preferência, quando por mais de um modo puder ser realizada". Feita a reflexão acima e em atenção a determinação provisória do e. TJAM no IRDR nº 00042232-43.2018.8.04.000, ordeno: A) Intime-se pessoalmente o(a) executado para, em três dias, pagar o débito, provar que o fez ou justificar a impossibilidade de efetuá-lo. Caso o executado, nesse prazo, não efetue o pagamento, não prove que o efetuou ou não apresente justificativa da impossibilidade de efetuá-lo, fica desde já a determinação para fins de a Secretaria viabilizar o protesto da sentença/acordo/decisão interlocutória que estipulou os alimentos ora em execução, sem prejuízo da prisão civil do devedor.(art. 528, § 1º e 3º, do NCPC). Anote-se que o débito alimentar que autoriza a prisão civil do alimentante é o que compreende até as 3 (três) prestações anteriores ao ajuizamento da execução e as que se vencerem no curso do processo; B) Na forma do art. 528, § 8º, c/c 523, ambos do NCPC, intime-se o executado na pessoa do advogado constituído, por meio de publicação no diário oficial (NCPC 513 § 2º) para, em 15 (quinze) dias, pagar o débito, sob pena de da incidência multa de 10% (dez por cento) e, também, de honorários de 10% (dez por cento), estes calculados sobre o valor do débito em execução (NCPC 523 § 1º), além de se sujeitar à penhora (NCPC 831). Atente-se que, neste caso, o cumprimento de sentença de alimentos alcança as parcelas ditas antigas, ou seja, não inseridas no pedido do item acima. Sujeitar-se-á o devedor, ainda, a protesto. (art. 528, § 3º, do NCPC) Caso o devedor seja representado pela Defensoria Pública ou não tiver representante nos autos, deve ser intimado por carta com aviso de recebimento (NCPC 513 § 2º II) ou por edital, se for revel (NCPC 513 § 2º IV). Atente-se que o marco inicial de incidência da multa é a intimação do devedor. Na hipótese da execução ser levada a efeito após um ano do trânsito em julgado da sentença, a intimação ao devedor é feita, por meio de carta com aviso de recebimento (NCPC 513 § 4º). Esta carta deverá ser encaminhada ao endereço constante dos autos. Considera-se realizada a intimação se o devedor tiver mudado de residência sem prévia comunicação ao juízo (NCPC 513 § 3º). Ocorrendo o pagamento parcial do débito, no prazo previsto nocaput, do art. 528, do NCPC, a multa referida e os honorários previstos no § 1odo mesmo dispositivo legal incidirão sobre o valor restante. (523, §2,º do NCPC) Não sendo efetuado tempestivamente o pagamento voluntário, será expedido, desde logo, mandado de penhora e avaliação, seguindo-se os atos de expropriação. (523, §3º e 831, do NCPC) Advirta o devedor de que transcorrido o prazo previsto no art. 523 do NCPC sem que tenha havido o pagamento voluntário, inicia-se a contagem do prazo de 15 (quinze) dias para que ele, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação, alegando os temas apontados no rol legal (CPC 525 § 1º). Recaindo a penhora em dinheiro, mesmo que a impugnação disponha de efeito suspensivo, é permitido mensalmente o levantamento do valor da prestação (NCPC 528 § 8º), descabe a imposição de caução, vez que se trata de crédito de natureza alimentar (NCPC 521 I). Viabilize-se.

ADV: REBEKAH ROCHA PRAIA (OAB 10936/AM), ADV: RONALDO NUNES MADURO JUNIOR (OAB 13428/AM) - Processo 0639389-25.2018.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: I.M.C. - REQUERIDA: N.K.M.C. - De ordem do MM. Juiz de Direito Titular da 1ª Vara de Família da Comarca de Manaus-Am, Dr. Marcos Santos Maciel e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VII do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria nº 01/2017 deste juízo (Art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: Juntada de procuração com a atualização dos dados e endereços dos procuradores no sistema informatizado.

ADV: GUSTAVO DE LIMA BARBOSA (OAB 13443/AM), ADV: JORGE EDUARDO DE SOUZA MARTINHO (OAB 5273/AM), ADV: ALICE VIEIRA NUNES (OAB 7323/AM), ADV: CLAILTON COSTA DE OLIVEIRA (OAB 9880/AM), ADV: HELOISE BASTOS MARTINHO (OAB 12609/AM), ADV: CARLOS ANTONIO ALVES

SANTOS (OAB 45551/BA) - Processo 0639866-82.2017.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: M.M.F. - REQUERIDO: F.M.B. - Analisando o petitório, verifica-se que trata-se de pedido antecipado, vez que o momento oportuno para contraditar as testemunhas é no ato da audiência, nos termos do art. 457 do CPC. Ademais, o pedido resta prejudicado, pois a audiência já foi realizada e as testemunhas foram ouvidas como informantes. À Secretaria desta especializada para juntar aos autos o termo de audiência.

ADV: DAVI MAFRA DOS ANJOS (OAB 9694/AM), ADV: HAROLDO JORGE SANTOS (OAB 4066/AM) - Processo 0640050-38.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum - União Estável ou Concubinato - REQUERENTE: L.C.S.M. - REQUERIDA: S.R.M. - AUDIÊNCIA - SEMANA DA CONCILIAÇÃO (Rec. Diss. Sociedade de Fato - Acordo)

ADV: BRENO BARBOSA FERREIRA (OAB A451/AM) - Processo 0640233-77.2015.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Levantamento de Valor - REQUERENTE: S.K.C.R. - REQUERIDO: M.D.B.L. - De ordem do MM. Juiz de Direito Titular da 1ª Vara de Família da Comarca de Manaus-Am, Dr. Marcos Santos Maciel e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VII do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria nº 01/2017 deste juízo (Art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: Intimação do advogado da parte requerente para comprovar que comunicou a renúncia ao mandante a fim de que este constitua novo advogado no prazo de 10 (dez) dias.

ADV: ITALO EDUARDO PINA PRADO (OAB 13261/AM), ADV: ANA BÁRBARA MARTINS BACELAR (OAB 11404/AM) - Processo 0640299-86.2017.8.04.0001 - Averiguação de Paternidade - Registro Civil das Pessoas Naturais - REQUERENTE: A.B.F. - Defiro o pedido de fls. 87. Expeça-se o respectivo mandado.

ADV: JOÃO RICARDO BRAGA (OAB 7953/AM) - Processo 0640439-86.2018.8.04.0001 - Interdição - Família - REQUERENTE: S.S.B.R. - Atendam a Promoção Ministerial retro, providenciando-se as diligências necessárias para o caso concreto. Manaus, 25 de fevereiro de 2019

ADV: BAIRON ANTÔNIO DO NASCIMENTO JÚNIOR (OAB 3795/AM), ADV: CAROLINNE SILVA MORESCHI (OAB 13761/AM), ADV: JANAINA MARIA ALBUQUERQUE FOGASSA (OAB 13800/AM) - Processo 0640866-54.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum - Guarda - REQUERENTE: R.M.S. e outros - Defiro o pedido de fls. 49/50. Transcorrido o prazo, retornem os autos conclusos.

ADV: MARIZETE NEVES GOMES (OAB 3038/AM) - Processo 0641001-03.2015.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: G.A.C. - Vista a advogada da autora, para que fale sobre a certidão em referência, no prazo de 10(dez) dias.

ADV: FERNANDO LUÍS SIMÕES DA SILVA (OAB 6063/AM), ADV: ADNILSO GOMES NERY (OAB 4124/AM), ADV: KELY PATRÍCIA PAIXÃO SILVA (OAB 9763/AM), ADV: CARLOS VARANDA (OAB 3091/AM), ADV: GLICÉRIA GUERREIRO DA SILVA (OAB 8526/AM) - Processo 0641056-80.2017.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Alimentos - REQUERENTE: C.F.H.F. - REQUERIDO: C.S.F. - Da análise dos autos verifica-se que o feito principal já fo julgado, inclusive com deliberação para efetivação dos descontos em folha, devendo o Secretaria tomar as providências cabíveis o mais breve possível, lembrando-se que recurso contra decisão que fixa alimentos não possui efeito suspensivo. Sem prejuízo da análise da decretação da prisão requerida, paute-se audiência de conciliação conforme manifestação ministerial.

ADV: GLICÉRIA GUERREIRO DA SILVA (OAB 8526/AM), ADV: CARLOS VARANDA (OAB 3091/AM), ADV: KELY PATRÍCIA PAIXÃO SILVA (OAB 9763/AM), ADV: ADNILSO GOMES NERY (OAB 4124/AM), ADV: FERNANDO LUÍS SIMÕES DA SILVA (OAB 6063/AM) - Processo 0641056-80.2017.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Alimentos - REQUERENTE: C.F.H.F. - REQUERIDO: C.S.F. - CERTIDÃO Processo n°:0641056-80.2017.8.04.0001 De ordem, CERTIFICO para os devidos fins, que a audiência de Conciliação fica pautada para o dia 29/05/2019 às 09:45h, em cumprimento ao despacho do(a) MM. Juiz(a). Em, 07 de março de 2019.

ADV: RAFAELLE SENA DE SOUZA (OAB 357557SP) - Processo 0641838-87.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum - Exoneração - REQUERENTE: C.M.K. - Em 11 de março de 2019, de ordem do MM Juiz de Direito Coordenador do CEJUSC-FAMÍLIA, Gildo Alves de Carvalho Filho, abre-se vista à parte autora, por seu advogado ou defensor público, para no prazo de 5 (cinco) dias, se manifestar acerca das informações do SIEL e INFOJUD, retro.

ADV: BRUNO DE SOUZA CAVALCANTE - Processo 0641886-46.2017.8.04.0001 - Divórcio Consensual - Dissolução - REQUERENTE: I.F.C. - Em 06 de março de 2019, é juntado a estes autos o mandado negativo de fls. 46 e certidão do(a) Sr.(a) Oficial(a) de Justiça.M31399

ADV: SERGIO DE ALMEIDA PIMENTA (OAB 9288/AM) - Processo 0642010-92.2018.8.04.0001 - Interdição - Família - REQUERENTE: L.E.S. - Atendam a Promoção Ministerial retro, providenciando-se as diligências necessárias para o caso concreto. Manaus, 08 de março de 2019

ADV: JUAN PABLO FERREIRA GOMES (OAB 7716/AM), ADV: GRACE ANNY FONSECA BENAYON ZAMPERLINI (OAB 2508/AM), ADV: GILVAN GERALDO DE AQUINO SEIXAS (OAB 1497/AM) - Processo 0642305-37.2015.8.04.0001 - Petição Cível - Investigação de Paternidade - REQUERENTE: M.R.S.C. - REQUERIDO: L.O.G.J. - K.C.C.G. - K.C.C.G. - O Doutor Marcos Santos Maciel, Juiz de Direito da 1ª Vara de Família da Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil. FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, que tramitam por este Juízo e Secretaria os autos acima mencionados. E, constando nos autos que o Requerido LUIS DE OLIVEIRA GONÇALVES JÚNIOR encontra-se atualmente em lugar incerto e não sabido, expediu-se este EDITAL, nos termos do art. 256 e seguintes, do Código de Processo Civil, para CITÁ-LO para apresentar contestação no prazo de quinze dias, a contar da data da publicação do edital, em conformidade com o despacho do MM. Juiz a seguir transcrito: Defiro a gratuidade de justiça requerida na inicial. Vem aos autos a parte autora para requerer citação por edital, sob o argumento de que o polo passivo encontra-se em lugar incerto e não sabido. Todas as diligências para localização da parte passiva foram infrutíferas. Por meio de promoção, o Ministério Público opinou pela citação editalícia. Ante o exposto, cite-se a parte demandada por edital, observando-se os requisitos do descritos nos incisos do art. 257 do CPC, para apresentar contestação no prazo de quinze dias, a contar da publicação do edital. Adverte-se sobre a necessária observância do previsto no inciso II, do art. 257, do CPC. Manaus, 04 de fevereiro de 2019. Dr. Marcos Santos Maciel, Juiz de Direito. Advertência: Será nomeado curador especial em caso de revelia (CPC art. 257). E para que no futuro ninguém possa alegar ignorância, passou-se o presente EDITAL, que será publicado uma (1) única vez pela Imprensa Oficial do Estado do Amazonas, afixado da forma da lei e no lugar de costume. DADO E PASSADO nesta cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, 28 de fevereiro de 2019. Eu, Mônica Costeira de Mendonça Furtado, Diretora de Secretaria, conferi e subscrevo. Dr. Marcos Santos Maciel Juiz de Direito

ADV: TATIANA FERREIRA DA SILVA (OAB 10168/AM) - Processo 0642343-44.2018.8.04.0001 - Petição Cível - Revisão - REQUERENTE: G.C.J.S. - Diante da impossibilidade da modificação da sentença já publicada, sem o devido processo legal, indefiro o pedido de prosseguimento do feito, devendo o autor ingressar com nova ação ou recorrer da sentença já proferida. Intime-se.

ADV: MARIZETE DE SOUZA CALDAS (OAB 6405/AM) - Processo 0643278-21.2017.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Obrigação de Fazer / Não Fazer - EXEQUENTE: L.O.F.O. - EXECUTADO: J.A.B.F.F. - Atendam a Promoção Ministerial retro, providenciando-se as diligências necessárias para o caso concreto. Prazo: quinze dias úteis. Manaus, 07 de março de 2019

ADV: ALESSANDRA TAKETOMI FEITOSA (OAB 13625/AM) - Processo 0643647-15.2017.8.04.0001 - Alteração do Regime de Bens - Regime de Bens Entre os Cônjuges - REQUERENTE: José Gonçalves de Andrade e Silva - REQUERIDO: Luciene Costa Gomes - Atendam a Promoção Ministerial retro, providenciando-se as diligências necessárias para o caso concreto. Prazo: quinze dias úteis. Manaus, 07 de março de 2019

ADV: DINAH NASCIMENTO TEIXEIRA (OAB 7204/AM), ADV: LUCÉLIA MACHADO DIAS (OAB 11279/AM), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM) - Processo

0643658-10.2018.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: P.P.L. - REQUERIDA: T.C.F.A. - Aguarde-se a fluência do prazo para oferecimento de contestação. Após, retornem os autos conclusos.

ADV: ALINE LEITE PEREIRA (OAB 13643/AM) - Processo 0643811-43.2018.8.04.0001 - Petição Cível - Alimentos - REQUERENTE: C.M.S. - Em 11 de março de 2019, de ordem do MM Juiz de Direito Coordenador do CEJUSC-FAMÍLIA, Gildo Alves de Carvalho Filho, abre-se vista à parte autora, por seu advogado ou defensor público, para no prazo de 5 (cinco) dias, se manifestar acerca do Mandado negativo de fls. 41.

ADV: MARCELO BRENDON MELO RODRIGUES (OAB 10407/AM) - Processo 0644056-54.2018.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: M.P.P. - CERTIFICO que, feito o pregão da audiência de conciliação/mediação, as partes não compareceram. Compulsando os autos verificou-se um pedido de redesignação de audiência. Fica a Audiência de conciliação REDESIGNADA para o dia 03/04/2019 às 10:30h, a ser realizada no CEJUSC -FAMÍLIA -Fórum Henoch Reis, Av. Jornalista Umberto Calderaro Filho (Antiga Rua Paraíba), S/N, 5º andar, setor 6, Adrianópolis, CEP: 69079-265, Manaus - AM, sendo a citação do requerido renovada por oficial de justiça no endereço informado na petição de folhas 43, qual seja, TRAVESSA S6, NÚMERO 03, BAIRRO JAPIIM, PRÓXIMO A UBS LOURENÇO BORGHI, MANAUS AM. Informa que o NÚMERO DA CASA DA REQUERIDA ESTÁ PRÓXIMO AO CONTADOR DE LUZ, sendo inclusive bem vistoso, conforme foto que junta em Anexo.

ADV: LISBET DE SOUZA CARDOSO BARBOSA (OAB 12359/AM) - Processo 0644276-52.2018.8.04.0001 - Divórcio Consensual - Dissolução - REQUERENTE: Y.M.C.S. - Cumprimento de sentença sob o rito da coerção pessoal. Intime-se pessoalmente o executado para, em três dias, pagar o débito, provar que o fez ou justificar a impossibilidade de efetuá-lo. Caso o executado, nesse prazo, não efetue o pagamento, não prove que o efetuou ou não apresente justificativa da impossibilidade de efetuá-lo, fica desde já a determinação para fins de a Secretaria viabilizar o protesto da sentença/acordo/decisão interlocutória que estipulou os alimentos ora em execução, sem prejuízo da prisão civil do devedor.(art. 528, § 1º e 3º, do NCPC).

ADV: RICARDO LEITE MENEZES (OAB 10110/AM) - Processo 0645489-30.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum - Investigação de Paternidade - REQUERENTE: L.F.F.S. - Posto isso, julgo extinto o processo, sem resolução de mérito, nos termos do disposto no artigo 485, III do NCPC. P.R.I.C. arquive-se.

ADV: DAYANNA PEREIRA LEITE (OAB 13841/AM) - Processo 0646886-90.2018.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Revisão - REQUERENTE: A.G.M. - Diante do exposto, homologo o pedido de desistência, nos termos do art. 485, VIII, do CPC. Custas pela parte demandante. Contudo suspensa a exigibilidade por força da gratuidade de justiça a ela deferida.

ADV: GLEN WILLDE DO LAGO FREITAS (OAB 4160/AM) - Processo 0646979-53.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: J.I.M.M. - Atendam a Promoção Ministerial retro, providenciando-se as diligências necessárias para o caso concreto. Manaus, 07 de março de 2019

ADV: ADNILSO GOMES NERY (OAB 4124/AM) - Processo 0648146-08.2018.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: K.N.L.S. - EXEQUENTE: H.N.S.P. - Atendam a Promoção Ministerial retro, providenciando-se as diligências necessárias para o caso concreto. Prazo: quinze dias úteis. Manaus, 07 de março de 2019

ADV: MARIA MOTA ACIOLY (OAB 175A/AM) - Processo 0648166-96.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - REQUERENTE: J.A.C.A. - Da sentença que indefere a petição incial pode o magistrado pode retratar-se no caso de interposição de embargos de declaração ou apelação, caso se convença ter agido com erro, conforme hipóteses descritas nos artigos 331 caput, 332, §3º e 485, § 7º do CPC.

ADV: AMANDA ALBUQUERQUE AGUILAR (OAB 13657/AM) - Processo 0648877-04.2018.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: C.M.S. - Atendam a Promoção Ministerial retro, providenciando-se as diligências necessárias para o caso concreto. Manaus, 08 de março de 2019

ADV: MAIARA CRISTINA MORAL DA SILVA (OAB 7738/AM) - Processo 0649215-75.2018.8.04.0001 - Interdição - Família - REQUERENTE: Aloísio Rodrigues de Oliveira Júnior - Intime-se.

ADV: EHUD EMANUEL ABENSUR SANTOS (OAB 10760/AM) - Processo 0650466-31.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Regulamentação de Visitas - REQUERENTE: T.S.T. - Defiro o pedido de fls. 37. Paute-se nova audiência junto ao CEJUSC. Intimações necessárias.

ADV: EHUD EMANUEL ABENSUR SANTOS (OAB 10760/AM) - Processo 0650466-31.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Regulamentação de Visitas - REQUERENTE: T.S.T. - CERTIFICO que, em cumprimento ao/à despacho/decisão retro do(a) MM. Juiz(Juíza) de Direito Dr(a). Dídimo Santana Barros Filho, fica pautada Audiência de Conciliação/Mediação para o dia 03 de maio de 2019, às 9 horas e 30 minutos, a ser realizada no CEJUSC - FAMÍLIA - Fórum Cível Des. Euza Maria Naice de Vasconcelos, Rua Valério Botelho de Andrade, S/N, 1º andar - São Francisco - Manaus - AM - CEP:69.079-260, As partes deverão estar acompanhadas de seus advogados ou defensores públicos (art. 695, §4º, do CPC/2015). CERTIFICO ainda que, nesta data, são os autos encaminhados às filas "Ministério Público - Intimação/Audiência" e "CEJUSC - Publicação- Audiência" para publicação da data de audiência pela Secretaria da Vara. Sendo expedida(o) neste ato a(o) carta/mandado de citação devido(a).

ADV: ELCILENE COLARES ALENCAR (OAB 5173/AM) - Processo 0650675-97.2018.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: G.P.S. - Aguarde-se a fluência do prazo para oferecimento de contestação. Após, retornem os autos conclusos.

ADV: JULIANA SOUZA DO VALE (OAB 13451/AM) - Processo 0652363-94.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: M.P.B.S. - Diante do exposto, com fundamento no parágrafo único do artigo 200 c/c artigo 485, inciso VIII, ambos do Código de Processo Civil, homologo o pedido de desistência do feito e julgo extinto o processo, sem resolução do mérito. Custas pela parte desistente, nos termos do art. 90, do CPC. Contudo, suspensa a exigibilidade pelo prazo prescricional de cinco anos, em razão da gratuidade de justiça requerida na petição inicial.

ADV: IKARO BASTOS PEDROSA (OAB 11465/AM), ADV: JOÃO AUGUSTO CORDEIRO RAMOS (OAB 5754/AM) - Processo 0652462-64.2018.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Alimentos - EXEQUENTE: V.M.L. - EXECUTADO: V.A.R. - Intime-se a parte executada para manifestar-se sobre os cálculos apresentados pela contadoria, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: EDUARDO SANTANA PINHEIRO (OAB 7049/AM) - Processo 0653067-10.2018.8.04.0001 - Averiguação de Paternidade - Registro Civil das Pessoas Naturais - REQUERENTE: J.R.C.R. - Paute-se data para audiência de coleta de material, para o exame de DNA. Intimações necessárias.

ADV: EDUARDO SANTANA PINHEIRO (OAB 7049/AM) - Processo 0653067-10.2018.8.04.0001 - Averiguação de Paternidade - Registro Civil das Pessoas Naturais - REQUERENTE: J.R.C.R. - CERTIDÃO Processo n°:0653067-10.2018.8.04.0001 De ordem, CERTIFICO para os devidos fins, que a Audiência p/ coleta de material genético fica pautada para o dia 26/07/2019 às 09:00h, em cumprimento ao despacho do(a) MM. Juiz(a). Em, 07 de março de 2019.

ADV: JOÃO PAULO REIS GARZON (OAB 9542/AM) - Processo 0653268-02.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: M.R.B.E. - Ante a manifestação de fls. 44, resta prejudicada a consuta Siel. Intime-se a parte autora para requerer o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: DIVINO FRANCISCO DE OLIVEIRA BARRETO JÚNIOR (OAB 8487/AM), ADV: RIGONEY SARAIVA AMORIM (OAB 13582/AM) - Processo 0655031-38.2018.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Alimentos - EXEQUENTE: R.N.A. - Atendam a Promoção Ministerial retro, providenciando-se as diligências necessárias para o caso concreto. Manaus, 07 de março de 2019

ADV: JACQUELINE DE ALENCAR OLIVEIRA (OAB 12167/AM) - Processo 0655060-88.2018.8.04.0001 - Petição Cível - Dissolução - REQUERENTE: Katiúska Pereira Santos Duarte

- Atendam a Promoção Ministerial retro, providenciando-se as diligências necessárias para o caso concreto. Prazo: quinze dias úteis. Manaus, 25 de fevereiro de 2019

ADV: MARIA ANTONIA ALVES BEZERRA AFONSO (OAB 10390/AM) - Processo 0655117-09.2018.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: M.A.A.B.A. - ARBITRO no montante de 30% (trinta por cento) do salário-mínimo vigente, devidos a partir da citação do requerido, a serem entregues diretamente à genitora (mediante recibo), até ser informada a conta para depósito. Paute-se audiência de conciliação junto ao CEJUSC, providenciando-se as intimações necessárias, inclusive cientificando o M.P. Cite-se o polo passivo para comparecer à audiência de mediação e conciliação. Intime-se, também, o polo ativo para comparecimento à mencionada audiência. Façam constar nos instrumentos a advertência de aplicação de multa pelo não comparecimento à audiência sem a devida justificação. O instrumento de citação conterá apenas os dados necessários à audiência e deverá estar desacompanhado de cópia da petição inicial, assegurado ao réu o direito de examinar seu conteúdo a qualquer tempo. (art. 695, §1º, do CPC/2015). A citação ocorrerá com antecedência mínima de 15 (quinze) dias da data designada para a audiência. (art. 695, §2º, do CPC/2015). As partes deverão estar obrigatoriamente acompanhadas de seus advogados ou defensores públicos na audiência de mediação ou conciliação, para que esta seja bem conduzida e orientada. (art. 695, §4º, do CPC/2015). Consoante o art. 697, do CPC/2015, sendo infrutífera a mediação ou a conciliação, ou seja, não realizado o acordo, passarão a incidir, a partir de então, as normas do procedimento comum (ordinário), observado o art. 335 do Codex. Assim sendo, inexitoso o acordo, fica a parte demandada intimada para contestar, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, devendo, na audiência, receber a contrafé. (art. 335, do CPC/2015). O termo inicial para defesa, portanto, será a data da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição (art. 335, inciso I, do CPC/2015); do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando as partes manifestarem, em comum, o desinteresse pelo acordo (art. 335, inciso II, do CPC/2015); prevista no art. 231, de acordo com o modo como foi feita a citação, nos demais casos. (art. 335, inciso III, do CPC/2015). Na eventual necessidade de recolhimento de despesas postais, observar o previsto no provimento nº 273 -CGJ/AM. Retornando o instrumento citatório sem o devido cumprimento por não localização do endereço ou do destinatário, intime-se a parte demandante para promoção da citação no prazo de cinco dias, inclusive com a descrição de ponto de referência ou qualquer outra informação útil à efetivação da diligência. Aos litigantes ressalto o disposto no artigo 81 do CPC "De ofício ou a requerimento, o juiz condenará o litigante de má-fé a pagar multa, que deverá ser superior a um por cento e inferior a dez por cento do valor corrigido da causa, a indenizar a parte contrária pelos prejuízos que esta sofreu e a arcar com os honorários advocatícios e com todas as despesas que efetuou". No ato de habilitação o polo passivo deverá apresentar todas os seus dados descritos no artigo 379, do CPC. Intime-se. Viabilize-se.

ADV: MARIA ANTONIA ALVES BEZERRA AFONSO (OAB 10390/AM) - Processo 0655117-09.2018.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: M.A.A.B.A. - CERTIFICO que, em cumprimento ao/à despacho/decisão retro do(a) MM. Juiz(Juíza) de Direito Dr(a). Dídimo Santana Barros Filho, fica pautada Audiência de Conciliação/Mediação para o dia 03 de maio de 2019, às 8 horas e 30 minutos, a ser realizada no CEJUSC - FAMÍLIA - Fórum Cível Des. Euza Maria Naice de Vasconcelos, Rua Valério Botelho de Andrade, S/N, 1º andar - São Francisco - Manaus - AM - CEP:69.079-260, As partes deverão estar acompanhadas de seus advogados ou defensores públicos (art. 695, §4º, do CPC/2015). Recomenda-se aos interessados que compareçam à Oficina de Pais, a ser realizada no dia 11/04/2019, juntamente com filhos na faixa etária de 06 a 17 anos, estes para Oficina das Crianças/Adolescentes, com início às 09 horas e término às 12 horas (tolerância de atraso de 20 minutos), no auditório do Fórum Cível Des. Euza Maria Naice de Vasconcelos - térreo. Serão fornecidas declarações para fins de justificativa no trabalho, se houver necessidade, cabendo ressaltar que a presença na Oficina de Pais não substitui o comparecimento à audiência de conciliação e mediação. CERTIFICO ainda que, nesta data, são os autos encaminhados às filas "Ministério Público - Intimação/ Audiência" e "CEJUSC - Publicação- Audiência" para publicação da data de audiência pela Secretaria da Vara. Sendo expedida(o) neste ato a(o) carta/mandado de citação devido(a).

ADV: HELLEN FIGUEIREDO RODRIGUES ZUMAETA (OAB 3782/AM) - Processo 0655509-46.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Família - REQUERENTE: P.K.S.D. - CERTIFICO que, em cumprimento ao(à) despacho/decisão retro do MM. Juiz de Direito. Dr. Dídimo Santana Barros Filho, fica pautada Audiência de conciliação/mediação, a ser realizada no CEJUSC - FAMÍLIA - Fórum Cível Des. Euza Maria Naice de Vasconcelos, Rua Valério Botelho de Andrade, S/N, 1º andar - São Francisco - Manaus - AM - CEP:69.079-260 , no dia 08/05/2019 às 08:30h. As partes deverão estar acompanhadas de seus advogados ou defensores públicos (art. 695, §4º, do CPC/2015).

ADV: LARISSA LADISLAU DA SILVA (OAB 8276/AM), ADV: FÁBIO AGUSTINHO DA SILVA (OAB 2776/AM), ADV: FÁBIO LUÍS SANCHES DE PAULA (OAB 8879/AM) - Processo 0655712-08.2018.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - ASSISTENTE: G.L.C. - De ordem do MM. Juiz de Direito Titular da 1ª Vara de Família da Comarca de Manaus-Am, Dr. Marcos Santos Maciel e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VII do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria nº 01/2017 deste juízo (Art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: Juntada de renúncia de poderes, com a atualização dos dados e endereços dos procuradores no sistema informatizado.

ADV: KARINA AUXILIADORA PINTO (OAB 2496/AM) - Processo 0656548-78.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: S.F.V. - Certifico para os devidos fins que para a expedição do mandado ou carta de citação/ intimação para a audiência de conciliação/mediação por este CEJUSC-FAMÍLIA, é necessária a análise quanto ao pedido de gratuidade da justiça ora requerido. Desta forma devolvo os autos à fila "Recebidos - CEJUSC" da Vara de origem para conclusão ao MM. Juiz de Direito.

ADV: KARINA AUXILIADORA PINTO (OAB 2496/AM) - Processo 0656548-78.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: S.F.V. - Chamo o feito à ordem para apreciar e deferir o pedido de gratuidade de justiça apresentado nos presentes autos, pois encontra-se observado os requisitos legais previstos no CPC. Dê-se prosseguimento ao feito, sanando eventuais pendências. I. Manaus, 11 de março de 2019

ADV: VILA & BRAGA ADVOGADOS ASSOCIADOS (OAB 523/AM), ADV: FELIPE BRAGA DE OLIVEIRA (OAB 9663/AM) - Processo 0656774-83.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: P.H.M.V. - E.M.D. - Vista aos advogados da autora, para que fale sobre a certidão acima citada, no prazo de 10(dez) dias.

ADV: FELIPE BRAGA DE OLIVEIRA (OAB 9663/AM) - Processo 0656774-83.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: P.H.M.V. - E.M.D. - Atendam a Promoção Ministerial retro, providenciando-se as diligências necessárias para o caso concreto. Manaus, 07 de março de 2019

ADV: KELMA SOUZA LIMA (OAB 5470/AM) - Processo 0658161-36.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - União Estável ou Concubinato - REQUERENTE: Jeyssianne Raquel de Oliveira - Atendam a Promoção Ministerial retro, providenciando-se as diligências necessárias para o caso concreto. Paute-se audiência. Intime-se e cite-se. Desgino a Dra. Regina Jansen com curadora especial do menor incapaz. Int. Manaus, 25 de fevereiro de 2019

ADV: KELMA SOUZA LIMA (OAB 5470/AM) - Processo 0658161-36.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - União Estável ou Concubinato - REQUERENTE: Jeyssianne Raquel de Oliveira - CERTIDÃO Processo n°:0658161-36.2018.8.04.0001 De ordem, CERTIFICO para os devidos fins, que a audiência de mediação e Conciliação fica pautada para o dia 04/06/2019 às 09:45h, em cumprimento ao despacho do(a) MM. Juiz(a). Em, 07 de março de 2019.

ADV: PEDRO ANTÔNIO DE OLIVEIRA (OAB 9678/AM), ADV: PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA JUNIOR (OAB 11130/AM) - Processo 0658171-80.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial

Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: J.B.S. - CERTIFICO que, em cumprimento ao(à) despacho/decisão retro do MM. Juiz de Direito. Dr. Marcos Santos Maciel, fica pautada Audiência de conciliação/mediação, a ser realizada no CEJUSC - FAMÍLIA - Fórum Cível Des. Euza Maria Naice de Vasconcelos, Rua Valério Botelho de Andrade, S/N, 1º andar - São Francisco - Manaus - AM - CEP:69.079-260 , no dia 03/05/2019 às 10:30h. As partes deverão estar acompanhadas de seus advogados ou defensores públicos (art. 695, §4º, do CPC/2015).

ADV: SOLON ANGELIM DE ALENCAR FERREIRA (OAB 3338/AM) - Processo 0659010-08.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - DIREITO CIVIL - REQUERENTE: O.T. - Muito embora provável, não há certeza de que a advogada que apresentou agravo será a representante do requerido nos presentes autos, razão pela qual indefiro o pedido de intimação na forma descrita na página 136. Registra-se ser incontroverso a ciência do requerido sobre a presente ação. A recusa do recebimento do AR apresenta indícios da intenção do polo passivo em protelar o feito. Em nome da boa-fé e cooperação, aguarde-se a realização da audiência. Caso o requerido não compareça, paute-se nova audiência e expeçam mandado de citação. Intime-se.

ADV: JERÔNIMO PEREIRA DA SILVA NETO (OAB 9509/AM), ADV: FÁBIO CRISTIANO MOURA DE FREITAS (OAB 10756/AM), ADV: ALAN HERGERTON FAÇANHA (OAB 9353/AM) - Processo 0659213-67.2018.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: M.C.S.M. - R.O.F. - Atendam a Promoção Ministerial retro, providenciando-se as diligências necessárias para o caso concreto. Manaus, 08 de março de 2019

ADV: FRANCISCO IVAN PALHETA CAMURÇA (OAB 9596/AM) - Processo 0659773-09.2018.8.04.0001 - Separação Litigiosa - Casamento - REQUERENTE: A.J.B.A. - Cite-se o Requerido para comparecer à audiência de mediação e conciliação a ser designada e realizada no Centro Judiciário de Solução de Conflitos das Varas de Família, nos termos do artigo 695 do NCPC.Intime-se, também, o Requerente para comparecimento a mencionada audiência. Façam constar nos instrumentos a advertência de aplicação de multa pelo não comparecimento à audiência sem a devida justificação. O instrumento de citação conterá apenas os dados necessários à audiência e deverá estar desacompanhado de cópia da petição inicial, assegurado ao réu o direito de examinar seu conteúdo a qualquer tempo. (art. 695, §1º, do CPC/2015). A citação ocorrerá com antecedência mínima de 15 (quinze) dias da data designada para a audiência. (art. 695, §2º, do CPC/2015). Para que não pairem dúvidas de sua efetivação e diante da pessoalidade das demandas familiares, a citação será sempre feita na pessoa do réu, não se admitindo a intimação postal ou por edital. (art. 695, §3º, do CPC/2015). Ao oficial de Justiça observa-se o dever de citar a parte demandada onde quer que a encontre, observando-se as hipóteses de não citação previstas nos artigos 244 e 245 do CPC e o poder/dever de proceder com a citação por hora certa quando por 2 (duas) vezes, o oficial de justiça houver procurado o citando em seu domicílio ou residência sem o encontrar, havendo suspeita de ocultação, devendo intimar qualquer pessoa da família ou, em sua falta, qualquer vizinho de que, no dia útil imediato, voltará a fim de efetuar a citação, na hora que designar. As partes deverão estar obrigatoriamente acompanhadas de seus advogados ou defensores públicos na audiência de mediação ou conciliação, para que esta seja bem conduzida e orientada. (art. 695, §4º, do CPC/2015). Consoante o art. 697, do CPC/2015, sendo infrutífera a mediação ou a conciliação, ou seja, não realizado o acordo, passarão a incidir, a partir de então, as normas do procedimento comum (ordinário), observado o art. 335 do Códex . Assim sendo, inexitoso o acordo, fica a parte demandada intimada para contestar, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, devendo, na audiência, receber a contrafé. (art. 335, do CPC/2015). O termo inicial para defesa, portanto, será a data da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição (art. 335, inciso I, do CPC/2015); do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando as partes manifestarem, em comum, o desinteresse pelo acordo (art. 335, inciso II, do CPC/2015); prevista no art. 231, de acordo com o modo como foi feita a citação, nos demais casos. (art. 335, inciso III, do CPC/2015). Atente-se, por derradeiro, para os ensinamentos de Maria Berenice Dias, in verbis: "Na tentativa de encontrar formas consensuais de solução dos conflitos, é prevista a realização de audiência preliminar de conciliação ou mediação em todos os processos de conhecimento (334). Esta determinação, no entanto, não se confunde com o mesmo ato a ser realizado nas ações de família. Nestas demandas o mediador ou conciliador deve estar acompanhado de profissional de outras áreas de conhecimento (694). Há outras peculiaridades. No processo de conhecimento o réu deve ser citado com 20 dias de antecedência (334), enquanto para a audiência de família, o prazo é de 15 dias (695 § 2º). Nestas demandas não é possível a qualquer das partes manifestar desinteresse em sua realização, como é facultado ao autor e ao réu nas demais ações (334 §§ 4º e 5º)." (Grifos não do original) (in As ações de família no novo Código de Processo Civil - por Maria Berenice Dias. Maria Berenice Dias - Advogada - Vice Presidenta Nacional do IBDFAM. 25 de Julho de 2015). Na eventual necessidade de recolhimento de despesas postais, observar o previsto no provimento nº 273 -CGJ/AM. Aos litigantes ressalto o disposto no artigo 81 do CPC "De ofício ou a requerimento, o juiz condenará o litigante de má-fé a pagar multa, que deverá ser superior a um por cento e inferior a dez por cento do valor corrigido da causa, a indenizar a parte contrária pelos prejuízos que esta sofreu e a arcar com os honorários advocatícios e com todas as despesas que efetuou". No ato de habilitação o polo passivo deverá apresentar todas os seus dados descritos no artigo 379, do CPC. Intime-se. Viabilize-se.

ADV: FRANCISCO IVAN PALHETA CAMURÇA (OAB 9596/AM) - Processo 0659773-09.2018.8.04.0001 - Separação Litigiosa - Casamento - REQUERENTE: A.J.B.A. - Certifico para os devidos fins que para a expedição do mandado ou carta de citação/intimação para a audiência de conciliação/mediação por este CEJUSC-FAMÍLIA, é necessária a análise quanto ao pedido de gratuidade da justiça ora requerido. Desta forma devolvo os autos à fila "Recebidos - CEJUSC" da Vara de origem para conclusão ao MM. Juiz de Direito.

ADV: FRANCISCO IVAN PALHETA CAMURÇA (OAB 9596/AM) - Processo 0659773-09.2018.8.04.0001 - Separação Litigiosa - Casamento - REQUERENTE: A.J.B.A. - Chamo o feito à ordem para apreciar e deferir o pedido de gratuidade de justiça apresentado nos presentes autos, pois encontra-se observado os requisitos legais previstos no CPC. Dê-se prosseguimento ao feito, sanando eventuais pendências. I. Manaus, 11 de março de 2019

ADV: RENNALT LESSA DE FREITAS (OAB 8020/AM), ADV: GABRIELA BARRETO LIMA DE CARVALHO (OAB 10244/AM) - Processo 0660199-21.2018.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: D.I.S. - Intimem a parte adversa para manifestação sobre o pedido de guarda provisória, no prazo de cinco dias. Após, remetam os autos ao Ministério Público para ciência e manifestação.

ADV: CARLOS ALBERTO RODRIGUES DE SOUZA (OAB 6164/AM) - Processo 0660350-84.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: M.H.M.M. - CERTIDÃO Processo n°:0660350-84.2018.8.04.0001 De ordem, CERTIFICO para os devidos fins, que a audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento fica pautada para o dia 30/07/2019 às 09:00h, em cumprimento ao despacho do(a) MM. Juiz(a). Em, 07 de março de 2019.

ADV: CARLOS ALBERTO RODRIGUES DE SOUZA (OAB 6164/AM) - Processo 0660350-84.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: M.H.M.M. - De ordem do MM. Juiz de Direito Titular da 1ª Vara de Família da Comarca de Manaus-Am, Dr. Marcos Santos Maciel e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VII do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria nº 01/2016 deste juízo (Art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: intimação do polo ativo para informar o endereço laboral do requerido, no prazo de dez dias.

ADV: DANIELE DE FREITAS CORREA (OAB 9287/AM) - Processo 0660860-97.2018.8.04.0001 - Averiguação de Paternidade - Registro Civil das Pessoas Naturais - REQUERENTE: T.L.F.A. - CERTIDÃO Processo n°:0660860-97.2018.8.04.0001 De ordem, CERTIFICO para os devidos fins, que a Audiência p/ coleta de material genético fica pautada para o dia 02/08/2019 às 09:00h, em cumprimento ao despacho do(a) MM. Juiz(a). Em, 07 de março de 2019.

ADV: LUIZ ROBERTO DE MELO FONSECA (OAB 7177/AM), ADV: ROSEMEIRE SIMÕES DE ALMEIDA (OAB 3558/AM), ADV: KENNEDY PAZ TIRADENTES (OAB 7682/AM), ADV: LUIZ HENRIQUE BRAZ JÚNIOR (OAB 4652/AM) - Processo 0702901-89.2012.8.04.0001 - Averiguação de Paternidade - Investigação de Paternidade - REQUERENTE: P.P.C.C. - REQUERIDO: M.A.F. e outro - Atendam a Promoção Ministerial retro, providenciando-se as diligências necessárias para o caso concreto. Após, devolvam os autos ao Parquet para manifestação sobre teor das petições 448/452 e 459/459. Manaus, 08 de março de 2019

Adair Rebelo (OAB 382/AM)
ADALGIZA RADOYKA SIMÃO DE QUEIROZ (OAB 8240/AM)
Ademário do Rosário Azevedo (OAB 2926/AM)
Adjailson Silva Figueira de Souza (OAB 8620/AM)
Adnilso Gomes Nery (OAB 4124/AM)
Adriana Moutinho Magalhães Iannuzzi (OAB 8065/AM)
Adrianne Sanches Soares da Silva (OAB 8595/AM)
Ailmara Camurca de Paula (OAB 10532/AP)
Alan de Moura Mendes (OAB 13404/AM)
Alan Hergerton Façanha (OAB 9353/AM)
Alda Heloísa Tavares Toledo (OAB 7133/AM)
Aldenize Magalhães Aufiero (OAB 1874/AM)
Alessandra Caroline Oliveira Mota (OAB 6359/AM)
Alessandra Malheiros de Souza Gomes (OAB 4080/AM)
Alessandra Taketomi Feitosa (OAB 13625/AM)
Alexandre Gomes Ribeiro (OAB 6199/AM)
Alexandre Martins de Mendonça (OAB 9107/AM)
Alexsandra Helena Peixoto da Silva Rosa (OAB A920/AM)
Alice da Silva Welgert (OAB 12614/AM)
Alice Vieira Nunes (OAB 7323/AM)
Aline Leite Pereira (OAB 13643/AM)
Aline Oliveira da Costa (OAB 9743/AM)
Altamir da Silva Vieira Junior (OAB 12961/AM)
Altamir da Silva Vieira Júnior (OAB 12961/AM)
Álvaro Viana Ortiz (OAB 13165/AM)
Alzimar Julião Lahan (OAB 7545/AM)
Amanda Albuquerque Aguilar (OAB 13657/AM)
Amanda de Souza Trindade Aizawa (OAB 5979/AM)
Amanda Dias Simões de Oliveira (OAB 12445/AM)
Amon Silva Costa (OAB 12179/AM)
Ana Bárbara Martins Bacelar (OAB 11404/AM)
Ana Carolina da Costa Magalhães (OAB 6477/AM)
Ana Flávia da Silva Gomes (OAB 9615/AM)
Ana Paula Rocha Asfor (OAB 26894/CE)
Anadir Ribeiro Nogueira (OAB 9704/AM)
André de Souza Oliveira (OAB 5219/AM)
Andréa Marques Telles de Souza (OAB 3283/AM)
Andreza da Costa Paes (OAB 12353/AM)
Andreza Mesquita Bastos Pontes (OAB 8511/AM)
Aniello Miranda Aufiero (OAB 1579/AM)
Antonio Acacio do Nacimento Neto (OAB 10383/AM)
Antônio Cavalcante de Albuquerque Junior (OAB 2992/AM)
Antonio Christo da Rocha Lacerda (OAB 1188/AM)
Antônio Clementino do Monte Júnior (OAB 1574/AM)
Antônio Gonçalves da Costa (OAB 1240/AM)
Arijones Bonfim da Silva (OAB 6434/AM)
Artemiza Souza e Souza (OAB 12465/AM)
Arthur da Costa Ponte (OAB 11757/AM)
AYNNE FLORES DE SOUZA (OAB 10072/AM)
Bairon Antônio do Nascimento Júnior (OAB 3795/AM)
Brendo de Castro Martins (OAB 13009/AM)
Breno Barbosa Ferreira (OAB A451/AM)
Bruna Souza de Figueiredo (OAB 7742/AM)
Bruno Cláudio Elesbão (OAB 7468/AM)
Bruno Cortez Canuto (OAB 12230/AM)
Bruno de Souza Cavalcante
Bruno de Souza Cavalcante (OAB 2677/AM)
Bruno Gomes Pires (OAB 7640/AM)
Bruno Infante Fonseca (OAB 1945E/AM)
Bruno Oliveira Medeiros (OAB 7203/AM)
Caio Kanawati Soares (OAB 10104/AM)
Camila Bertolini de Paiva (OAB 8223/AM)
Carla Caroline Coutinho Frota (OAB 12379/AM)
Carla Dayany Luz Abreu (OAB 7038/AM)
Carla Josefina Lima de Lima (OAB 9783/AM)
Carlos Alberto Guedes da Silva Júnior (OAB 8713/AM)
Carlos Alberto Rodrigues de Souza (OAB 6164/AM)
Carlos Antonio Alves Santos (OAB 45551/BA)
Carlos José Vigné Amaral (OAB 121781/RJ)
Carlos Varanda (OAB 3091/AM)
Carolina Albuquerque do Valle (OAB 8112/AM)
CAROLINE SOARES MARTINS (OAB 8861/AM)
CAROLINNE SILVA MORESCHI (OAB 13761/AM)
CÉLIA ALICE CORDEIRO PINHEIRO (OAB 8898/AM)
César Augusto Macedo Monteiro (OAB 11121/AM)
César Luiz Campos da Costa (OAB 8026/AM)
Christianne Di Felício Ferreira da Silva (OAB 3631/AM)
Ciro Gonçalves Botelho (OAB 39395/BA)
Clailton Costa de Oliveira (OAB 9880/AM)
Cláudia de Santana (OAB 8369/AM)
Claudia Pereira Leite (OAB 9712/AM)
Cláudio Augusto Colares da Costa (OAB 8429/AM)
Claudomilton Roberto da Silva (OAB 10291/AM)
CLOTILDE VALENTIM DE OLIVEIRA (OAB 12771/AM)
Cristiane Albuquerque Amore (OAB 8536/AM)
Cristiane Yamada da Silva (OAB 3955/AM)
Cynthia Fernanda Oliveira Soares (OAB 8963/PA)
Daniel Silva Barroso (OAB 2965/AM)
Daniele de Freitas Correa (OAB 9287/AM)
DANIELLA GUSMÃO DE OLIVEIRA (OAB 11923/AM)
Danielle Aufiero Monteiro de Paula (OAB 6945/AM)
Danilo Vieira Lima (OAB 37767/GO)
Danyel Alencar Garavito (OAB 5576/AM)
Davi Mafra dos Anjos (OAB 9694/AM)
Dayanna Pereira Leite (OAB 13841/AM)
Daysevanda das Graças Brito Dantas (OAB 7003/AM)
Debora de Almeida (OAB 258681/SP)
Diego Oliveira Reis (OAB 6823/AM)
Dinah Nascimento Teixeira (OAB 7204/AM)
Diogo José Vieira dos Santos (OAB 10810/AM)
Divino Francisco de Oliveira Barreto Júnior (OAB 8487/AM)
Edilson Lima da Silva (OAB 5707/AM)
Edmilson Lucena dos Santos Júnior (OAB 6030/AM)
Ednylza de Sá Barbosa Monteiro (OAB 14189/AM)
Eduardo de Souza Rodrigues (OAB 5559/AM)
EDUARDO FELIPE MENEZES MENDONÇA (OAB 11311/AM)
Eduardo Marques da Silva (OAB 9114/AM)
Eduardo Santana Pinheiro (OAB 7049/AM)
Eguinaldo Gonçalves de Moura (OAB 3761/AM)
EHUD EMANUEL ABENSUR SANTOS (OAB 10760/AM)
Elane Laborda da Silva (OAB 11222/AM)
Elcilene Colares Alencar (OAB 5173/AM)
Elen Karina Fonseca Maués (OAB 13157/AM)
Eliezer Alves de Oliveira (OAB 10900/AM)
Elisângela Nogueira Rodrigues (OAB 3433/AM)
ELIVANE FERREIRA DA SILVA (OAB 10645/AM)
Elmison Rosa Bezerra (OAB 10499/AM)
Elvislan do Nascimento Silva (OAB 8970/AM)
Emília Carolina Mello Vieira (OAB 3872/AM)
Enos Eduardo Lins de Paula (OAB 222599/RJ)
Érico Caboclo de Macedo (OAB 7685/AM)
Erika Augusta de Paula Freitas Chaparro (OAB 9690/AM)
Erika Patricia Marinho Oliveira (OAB 12133/AM)
Eugênio da Silva Sousa (OAB 5500/AM)
Eulen Oliveira Frazão (OAB 10903/AM)
Euler Vilaça Batista Borges (OAB 2428/AM)
Everson Soares Rodrigues (OAB 10819/AM)
Ewerton Smith do Nascimento (OAB 9715/AM)
Fabiana Albuquerque Arnaud de Souza Lima (OAB 10286/AM)
FABIANA SOUZA MOTA (OAB 11303/AM)
Fábio Agustinho da Silva (OAB 2776/AM)
Fábio Botelho Lopes (OAB 10290/AM)
Fábio Cristiano Moura de Freitas (OAB 10756/AM)
Fábio Guedes dos Reis (OAB 3132/AM)
Fábio Leandro Lira Pereira (OAB 4730/AM)
Fábio Luís Sanches de Paula (OAB 8879/AM)
Fabio Pontes Garcia (OAB 14234/AM)

Fabíola da Silva Guimarães (OAB 8422/AM)
Fabricio Nascimento Lima (OAB 10164/AM)
Felipe Braga de Oliveira (OAB 9663/AM)
Fernando Luís Simões da Silva (OAB 6063/AM)
Fernando Oliveira de Almeida (OAB 9481/AM)
Figueira & Nascimento Sociedade de Advogados (OAB 572/AM)
Francicleia da Silva Machado Matos (OAB 11119/AM)
Francisco Charles Cunha Garcia Júnior (OAB 4563/AM)
Francisco de Sousa Santana Júnior (OAB 9856/AM)
Francisco Frutuoso Lima (OAB 9748/AM)
Francisco Ivan Palheta Camurça (OAB 9596/AM)
Francisco Renato de Lima Sabelli (OAB 10866/AM)
Frank Ferreira Dantas (OAB 10195/AM)
Frank Figueiredo César (OAB 6560/AM)
Franrobson Rodrigues Ribeiro (OAB 5441/AM)
Frederico Moraes Bracher (OAB 7311/AM)
Gabriel William Fachin Lima (OAB 8518/AM)
Gabriela Barreto Lima de Carvalho (OAB 10244/AM)
Gabriela Gomes Soares (OAB 12504/AM)
Gabrielle dos Santos Freire (OAB 12068/AM)
Gilvan Geraldo de Aquino Seixas (OAB 1497/AM)
Gilvan Pereira Dácio (OAB 12781/AM)
Gláucio Nunes da Luz (OAB 6326/AM)
Glaucy Araújo Lima de Oliveira (OAB 5802/AM)
Glen Willde do Lago Freitas (OAB 4160/AM)
Glênio Gusmão Veras (OAB 10056/AM)
Glicéria Guerreiro da Silva (OAB 8526/AM)
Grace Anny Fonseca Benayon Zamperlini (OAB 2508/AM)
GUSTAVO DE LIMA BARBOSA (OAB 13443/AM)
Hader da Fonseca Almeida (OAB 10118/AM)
Haroldo Jorge Santos (OAB 4066/AM)
Hellen Figueiredo Rodrigues Zumaeta (OAB 3782/AM)
Heloísa Helena Queiroz de Matos Canto (OAB 9056/AM)
Heloise Bastos Martinho (OAB 12609/AM)
Hely de Souza Pinheiro (OAB 5720/AM)
Henock Iago Monteiro Valente (OAB 13924/AM)
Igor Brandão Barbosa (OAB 6598/AM)
Ikaro Bastos Pedrosa (OAB 11465/AM)
Ingrid Oliveira Rodrigues (OAB 13258/AM)
Iran Gomes de Carvalho (OAB 13675/AM)
Italo Eduardo Pina Prado (OAB 13261/AM)
Izabel Cristina Cipriano de Andrade (OAB 6737/AM)
Jaber Calil Nadaf Neto (OAB 5247/AM)
Jack Gomes de Souza (OAB 11049/AM)
Jacqueline de Alencar Oliveira (OAB 12167/AM)
James de Paula Braz (OAB 7134/AM)
James Rodrigues Moreira (OAB 8227/AM)
Jammes Bezerra de Oliveira (OAB 10038/AM)
Janaina Maria Albuquerque Fogassa (OAB 13800/AM)
Janete Maria Neves de Sousa (OAB 8626/AM)
Jean Carlos Siqueira de Souza (OAB 8165/AM)
Jerônimo Pereira da Silva Neto (OAB 9509/AM)
Jéssica Lahis Silva Bastos de Menezes (OAB 10836/AM)
Joana Loren de Oliveira Barbosa Grana (OAB 10729/AM)
João Augusto Cordeiro Ramos (OAB 5754/AM)
João Batista Andrade de Queiroz (OAB 2372/AM)
João Eduardo Rodrigues do Nascimento (OAB 13289/AM)
João Paulo Reis Garzon (OAB 9542/AM)
João Ricardo Braga (OAB 7953/AM)
Joel Cuesta Télles (OAB 3584/AM)
Johan da Costa Araújo (OAB 12234/AM)
Jones Monteiro Machado (OAB 10217/AM)
Jorge Eduardo de Souza Martinho (OAB 5273/AM)
Jorge Luiz Peixoto do Nascimento (OAB 2305/AM)
Jorgiana Lacet de Lima (OAB 10128/AM)
José Abelardo de Albuquerque Mello Santos (OAB 3551/AM)
José de Ribamar Freitas Júnior (OAB 7404/AM)
José Félix de Oliveira Brandão (OAB 11862/AM)
José Pereira de Moura Neto (OAB 7397/AM)
Jose Rodrigues Filgueiras Neto (OAB 000.644/AM)
Joseny Gusmão da Silva (OAB 8783/AM)
Jozinaldo de Aguiar Maia (OAB 9455/PA)
Juan Pablo Ferreira Gomes (OAB 7716/AM)
Juarez Camelo Rosa (OAB 2695/AM)
Juliana Chaves Coimbra Garcia (OAB 4040/AM)
Juliana Souza do Vale (OAB 13451/AM)
Juliano de Souza Trindade (OAB 53574/RS)
KAMILA SOARES AFONSO (OAB 9858/AM)
Karen Bezerra Rosa Braga (OAB 6617/AM)
Karina Auxiliadora Pinto (OAB 2496/AM)
Karina Bandeira da Costa (OAB 10281/AM)
Karine Casara Batista (OAB 10522/AM)
Karla Freixo Braga (OAB 3775/AM)
Karla Patrícia Brasil Luzzi (OAB 4714/AM)
Kasser Jorge Chamy Dib (OAB 5551/AM)
Kathleen Senna da Silva (OAB 3323/AM)
Kelma Souza Lima (OAB 5470/AM)
Kely Patrícia Paixão Silva (OAB 9763/AM)
Kemal Almeida Muneymne Filho (OAB 3889/AM)
Kênio Marcos Santos e Silva (OAB 6406/AM)
Kennedy Paz Tiradentes (OAB 7682/AM)
Laercio Timoteo da Silva (OAB 001.303/AM)
Larissa Ladislau da Silva (OAB 8276/AM)
Larissa Rosas Nogueira Chagas (OAB 12939/AM)
Laura Cid Vieira Belem (OAB 11987/AM)
Laura Rita Araújo Cardoso (OAB 5675/AM)
Layana Cabral Marques Moreira (OAB 7838/AM)
Leidy Daiana Soutelo Batista (OAB 9413/AM)
Leocleide Silva Duarte Hitotuzi (OAB 11110/AM)
Leonardo Anastacio Mascarenhas (OAB A1280/AM)
Leoncio Paes de Carvalho (OAB 12809/AM)
Leôncio Paes de Carvalho (OAB 12809/AM)
Lisbet de Souza Cardoso Barbosa (OAB 12359/AM)
Lívia Maria Andrade Porto (OAB 11348/AM)
Lorena Rosa Andrade da Silva Chain (OAB 11752/AM)
Lorenza Said Monteiro (OAB 8421/AM)
Luan Damasceno da Cunha (OAB 11922/AM)
Luana Lima Caresto (OAB 6235/AM)
Luanna Barros de Albuquerque Gomes (OAB 13172/AM)
Lucas Costa do Vale (OAB 7990/AM)
Luce Elaine Bento de Andrade (OAB 3477/AM)
Lucélia Machado Dias (OAB 11279/AM)
Lúcio Fábio Cordeiro Ribeiro (OAB 10088/AM)
Luís Carlos Palheta Silva (OAB 9717/AM)
Luiz Cláudio Pires Costa (OAB 10798/AM)
Luiz Eduardo Hayden dos Santos (OAB 12051/AM)
Luiz Eduardo Lustosa de Oliveira (OAB 833/AM)
Luiz Henrique Braz Júnior (OAB 4652/AM)
Luiz Roberto de Melo Fonseca (OAB 7177/AM)
Lycia Fabíola Gomes de Andrade (OAB 4580/AM)
Maiara Carvalho da Motta (OAB 3994/AM)
Maiara Cristina Moral da Silva (OAB 7738/AM)
Manoel Dias Barbosa (OAB 6736/AM)
Manoel Pedro de Carvalho (OAB 4890/AM)
Mara Lúcia Lima (OAB 13939/AM)
Marcellus de Magalhães Cordeiro Júnior (OAB 7085/AM)
Marcelo Brendon Melo Rodrigues (OAB 10407/AM)
Márcia Augusta de Souza (OAB 13482/AM)
Márcia Regina Barroso Costa (OAB 5130/AM)
Marcilinha Santana de Oliveira (OAB 4964/AM)
Marcinei Brito de Souza Lima (OAB 8258/AM)
MARCO ANTONIO MOREIRA (OAB 8780/AM)
Marcos Antônio Vasconcelos (OAB 5794/AM)
Marcos Aurélio Albuquerque Rodrigues (OAB 8855/AM)
Marcos Maurício Costa da Silva (OAB 4272/AM)
Marcos Paulo Coêlho de Souza (OAB 4395/AM)
Marcos Paulo Moura Luz (OAB 10868/AM)
Marcos Pereira da Silva (OAB 11150/AM)
MARCOS VINICIO DE SOUSA CASTRO (OAB 10279MA)
MARIA ANTONIA ALVES BEZERRA AFONSO (OAB 10390/AM)
Maria de Lourdes Nogueira Sampaio (OAB 5063/AC)
Maria do Rosário de Oliveira Melo (OAB 5385/AM)
Maria Ferreira de Oliveira (OAB 6469/AM)
Maria Glades Ribeiro dos Santos (OAB 2144/AM)
Maria Glades Rodrigues Guedes (OAB 9823/AM)
Maria Mota Acioly (OAB 175A/AM)
Marinete Gomes dos Santos (OAB 12803/PA)
Mário Jose Chagas Paulain Júnior (OAB 7405/AM)

Mário Vitor Magalhães Aufiero (OAB 8787/AM)
Marizete de Souza Caldas (OAB 6405/AM)
Marizete Neves Gomes (OAB 3038/AM)
Mary Jane Faraco de A. Lopes (OAB 5815/AM)
Max Eduardo Vieira Sarubi (OAB 9540/AM)
Michel Farah Sadala Sena (OAB 9438/AM)
Milene Vieira Martins (OAB 12828/AM)
Miqueias Amaro dos Santos (OAB 9811/AM)
Mirna Cristina Geber da Silva (OAB 9097/AM)
Mônica Antony de Queiroz Melo (OAB 2043/AM)
Mônica Vicente Taketa (OAB 7988/AM)
Muller Henrique Pessoa (OAB 8124/AM)
Nathasha Cristina Melo da Rocha de Holanda Bessa (OAB 11755/AM)
Nayanne Pires César (OAB 7782/AM)
Nieli Nascimento Araújo Fernandes (OAB 1089/AM)
Nieli Nascimento Araújo Fernandes (OAB 1089A/AM)
Otávio Araújo Neto (OAB 10189/AM)
Otávio Dias Pedrosa Filho (OAB 9559/AM)
Ozeias de Oliveira Sobrinho (OAB 12031/AM)
Patrícia Pereira da Silva (OAB 3689/AM)
Patrícia Sena Praia (OAB 8244/AM)
Paulo Jaqson Freire Pinto (OAB 7967/AM)
Paulo Roberto Arce Nicolau (OAB 8226/AM)
Paulo Roberto Farias de Oliveira (OAB 6011/AM)
Paulo Rogério Arantes (OAB 1509/AM)
Paulo Vítor Lopes Bezerra (OAB 9660/AM)
Pedro Antônio de Oliveira (OAB 9678/AM)
Pedro Antonio de Oliveira Junior (OAB 11130/AM)
Priscila Neves Silva Costa (OAB 12879/AM)
Rafaelle Sena de Souza (OAB 357557SP)
Railton Costa Viana (OAB 9820/AM)
Raimundo Simao Jeronimo Filho (OAB 13056/AM)
Rakel Silva de Lima (OAB 8435/AM)
Rebeca Beatriz Silva Sousa (OAB 12219/AM)
Rebeca Dantas Dib (OAB 8909/AM)
Rebeca Ramos de Mesquita (OAB 9471/AM)
REBEKAH ROCHA PRAIA (OAB 10936/AM)
Regina Jansen Simões (OAB 1086/AM)
Reinaldo de Aguiar Oliveira (OAB 1835/AM)
Renata Simonetti Teixeira (OAB 13286/AM)
Renato André da Costa Monte (OAB 4435/AM)
Renato Damasceno Batista (OAB 3120/AM)
Renato de Oliveira Gamenha (OAB 10292/AM)
Renato Fernandes Mariano (OAB 8246/AM)
Rennalt Lessa de Freitas (OAB 8020/AM)
Rhaiza Juliana Oliveira Vieira (OAB 8993/AM)
Ricardo Augusto da Cruz Lima (OAB 12205/AM)
Ricardo Leite Menezes (OAB 10110/AM)
Ricardo Mendes Lasmar (OAB 5933/AM)
Rigoney Saraiva Amorim (OAB 13582/AM)
Rita de Cássia Ferreira de Lucena (OAB 5107/AM)
Rodrigo Gonçalves da Luz Pereira (OAB 8520/AM)
Rodrigo Mendes Lasmar (OAB 12480/AM)
Roger Marques Mendes (OAB 9516/AM)
Rogério Corrêa Borges (OAB 13795/PA)
Rogério Pena Bento da Silva (OAB 9960/AM)
Rômulo Luiz Vieira dos Santos (OAB 5558/AM)
Ronaldo Nunes Maduro Junior (OAB 13428/AM)
Roneise Marklane dos Anjos Sousa (OAB 10806/AM)
Roosevelt Costa Diniz (OAB 11032/AM)
Roque Lane Wilkens Marinho (OAB 10486/AM)
Rosa Gabriela Gazel Santana (OAB 11103/AM)
Rosângela Frota Magalhães (OAB 7980/AM)
Roseane Lima dos Anjos (OAB 10862/AM)
Rosemeire Simões de Almeida (OAB 3558/AM)
Rosilda de Carvalho (OAB 5354/AM)
Rosquild Azêdo Omena (OAB A605/AM)
Rustene Rocha Monteiro (OAB 11974/AM)
Ruth Gonçalves Pinto (OAB 8398/AM)
Samuel Alves Resende (OAB 11838/AM)
Sandra Helena da Silva (OAB 6787/CE)
Sandra Maria Carvalho de Farias (OAB 11679/AM)
Sara Martins Sombra de Oliveira (OAB 9456/AM)
Sergio de Almeida Pimenta (OAB 9288/AM)
Sérgio Paulo Mesquita Júnior (OAB 10823/AM)
Sheila Furtado Abrahim (OAB 1893/AM)
Sidney José Vieira de Souza (OAB 5798/AM)
Silvana Maria Martins da Costa (OAB 5644/AM)
Simon de Souza Guimarães Bessa (OAB 8640/AM)
Simone dos Santos Santana (OAB 12082/AM)
Solon Angelim de Alencar Ferreira (OAB 3338/AM)
Sóstenes Adiel Pereira Batista (OAB 10131/BA)
Suzana Pinto Lorenzoni (OAB 9155/AM)
SYLVIA INES BARBOSA FERREIRA FREITAS (OAB 13324/AM)
Taís Miranda Rodrigues (OAB 7743/AM)
Tâmara Mendes Gonçalves de Sousa (OAB 6857/AM)
Tânia Zunaide Braga Ribeiro (OAB 4858/AM)
Tatiana Ferreira da Silva (OAB 10168/AM)
Thaís Figueira de Oliveira (OAB 11229/AM)
Thiago Medeiros (OAB 11250/AM)
VALTER LÚCIO LELIS FONSECA (OAB 13838/PB)
Victoria Dutra de Alencar Arantes (OAB 10316/AM)
Vila & Braga Advogados Associados (OAB 523/AM)
Vinicio Carlos Cordovil Mendes Filho (OAB 7907/AM)
Vito Sasso Filho (OAB 10344/AM)
Walber Prata de Mendonça (OAB 11816/AM)
Waldenize Roberto Teixeira (OAB 4699/AM)
Waldir Gonçalves Barros Júnior (OAB 5535/AM)
Wallestein Monteiro de Souza (OAB 4907/AM)
Walter da Cunha Azevedo Filho (OAB 3828/AM)
Wandrey Cristiano de Jesus Vieira (OAB 8900/AM)
Wendel Almeida de Souza (OAB 11172/AM)
Wilian dos Santos Torres Júnior (OAB 11026/AM)
Wilson José da Silva Cunha (OAB 3479/AM)
Wilson Ruben da Silva Maciel (OAB 10782/AM)
Wiston Feitosa de Sousa (OAB 6596/AM)
Zenaide de Oliveira Brandão (OAB 13164/AM)
Zila Lima Araújo (OAB 10973/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DE FAMÍLIA
JUIZ(A) DE DIREITO ODÍLIO PEREIRA COSTA NETO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL FÁBIO AUGUSTO DO NASCIMENTO CASTILHO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0047/2019

ADV: ALICHELLY CARINA MACEDO VENTURA (OAB 7185/AM) - Processo 0601631-46.2017.8.04.0001 (apensado ao processo 0625302-40.2013.8.04.0001) - Execução de Alimentos - Valor da Execução / Cálculo / Atualização - EXEQUENTE: J.V.N.S.R. e outros - EXECUTADO: E.E.R.F. - Tendo em vista a suspeição declarada do membro do Ministério Público (fl. 130), determino que seja oficiado à Procuradoria Geral de Justiça para que designe novo membro para atuar no feito.
Alichelly Carina Macedo Ventura (OAB 7185/AM)

2ª VARA DE FAMÍLIA

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE FAMÍLIA
JUIZ(A) DE DIREITO EVERALDO DA SILVA LIRA
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL ROCILANE NAVEGANTE DA SILVA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0011/2019

ADV: ANNESON FRANK PAULINO DE SOUZA (OAB 11981/AM) - Processo 0201067-40.2014.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Fixação - EXEQUENTE: I.C.R.I.C.R. - Vista aos credores acerca das manifestações de fls. 58-62, no prazo de 10 dias.
ADV: ISABELA PROCOPIO DA SILVA (OAB 13421/AM) - Processo 0205000-79.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERIDO: O.A.P. - Expeçam-se os ofícios requeridos às fls. 95, §2º. Cumpra-se.

ADV: ISABELA PROCOPIO DA SILVA (OAB 13421/AM) - Processo 0205000-79.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERIDO: O.A.P. - Cumpra-se.

ADV: JOÃO BOSCO CORREA OMENA (OAB 9109/AM) - Processo 0207487-85.2019.8.04.0001 (processo principal 0241529-73.2013.8.04.0001) - Exibição de Documento ou Coisa - Transação - REQUERENTE: Arnaldo Fernandes de Almeida - Uma vez que o(a) autor(a) da ação é representado por advogado particular, determino que proceda-se o cancelamento da primeira distribuição e a redistribuição do feito para uma das Varas de Família da Capital, visto que conforme a Resolução Nº15/2010, a 5ª, 8ª, 9ª (atualmente 2ª Vara de Família) e 10ª (atualmente 3ª Vara de Família) Varas de Família somente receberão processos nos quais o Ministério Público ou a Defensoria Pública sejam os autores.

ADV: ALDIZIO DE SOUZA CARVALHO (OAB 1611/AM) - Processo 0209097-88.2019.8.04.0001 (processo principal 0224008-76.2017.8.04.0001) - Cumprimento Provisório de Decisão - Registro Civil das Pessoas Naturais - REQUERENTE: SONIA MARIA LIMA - Deve o patrono(a) peticionar endereçando os documentos ao processo ativo (qual seja 0224008-76.2017.8.04.0001), desta forma o Juízo de Direito poderá analisar o que fora requerido e tomar as medidas cabíveis ao impulso da ação. A petição retro foi cadastrada incorretamente criando um processo de forma indevida, razão pela qual torno extinto o presente processo dependente. À fila de encerrados.

ADV: PEDRO EMIDIO LIMA DA SILVA (OAB 10413/AM), ADV: ELAINE PRISCILLA DE SOUSA MARTINS (OAB 10688/AM) - Processo 0211064-47.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Investigação de Paternidade - REQUERIDO: F.O.D. - Em face do exposto expeça-se mandado de prisão pelo prazo de sessenta dias, com base no art. 528, § 1º, do CPC pelo débito de R$ 3.210,19 (dez/18) mais os vencidos no curso desta demanda. Ultrapassado este prazo (60 dias), liberte-se-o.Proceda-se ao protesto. Quanto ao rito da expropriação, pelos mesmos motivos acima, acolhe-se a penhora (fl. 98). Aguardar resposta do Bacenjud.

ADV: TEREZINHA MAIA DA GAMA SILVA (OAB 14036/AM), ADV: JOZINALDO DE AGUIAR MAIA (OAB 9455/PA) - Processo 0211385-77.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum - Dissolução - REQUERIDO: R.R.S. - Proceda-se o cadastro do(a)(s) patrono(a)(s) conforme instrumento procuratório juntado às fls. anteriores.

ADV: ANDRÉ LUIZ SILVA PINTO (OAB 7736/AM) - Processo 0212350-26.2015.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Dissolução - EXEQUENTE: K.S.S.B. - Nega-se a penhora, visto que consta a cláusula de inalienabilidade por 10 anos a contar do registro (fl.263) que implica na automática impenhorabilidade. Oficie-se à 3ª vara de família visando saber se a investigação de paternidade já foi julgada (fl. 146).

ADV: HARBEN GOMES AVELAR (OAB 9795/AM), ADV: BIANKA CAELLI BARRETO RODRIGUES (OAB 4445/AM) - Processo 0214839-65.2017.8.04.0001 (processo principal 0229061-19.2009.8.04.0001) - Cumprimento Provisório de Sentença - Alimentos - REQUERENTE: L.E.S.A. - EXECUTADO: Lindolfo Reis Avelar - Ante ao exposto nega-se o pedido. Visando propiciar efetividade a execução oficie-se à CEF para saber da existência de saldo do FGTS ou PIS do executado.

ADV: GIZELLY CARREIRO DE AQUINO SOARES (OAB 9173/AM), ADV: LEONÍZIA LIMA ENES (OAB 9159/AM) - Processo 0218582-49.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERIDO: H.S.G. - Vistos, etc. Sem prejuízo de eventual julgamento antecipado da lide, especifiquem as partes as provas que pretendem produzir, justificando-as. Prazo de 10 (dez) dias. Cumpra-se.

ADV: ÁTILA DE MEDEIROS AFFONSO (OAB 1819/AM) - Processo 0220786-66.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERIDO: R.S.N. - Certifico para os fins de direito que, faço vistas dos presentes autos à parte passiva, em cumprimento ao despacho de fls. 73. É o que me cumpre certificar.

ADV: THIAGO ALLENDE SILVA DE LIMA (OAB 8668/AM) - Processo 0225508-46.2018.8.04.0001 - Averiguação de Paternidade - Investigação de Paternidade - REQUERENTE: D.V.S.R. - REQUERIDO: D.V.R. e outro - Dê-se vista à Defensoria Pública para manifestar-se sobre a Contestação apresentada, no prazo de 30 (trinta) dias, já considerado o dobro legal, nos termos do art. 351 do CPC. Intimem-se.

ADV: LEANDRO FERREIRA DA SILVA (OAB 12921/AM) - Processo 0227162-05.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Dissolução - REQUERENTE: A.P.S.R. e outro - Dê-se vista ao Ministério Público.

ADV: LEANDRO FERREIRA DA SILVA (OAB 12921/AM) - Processo 0227162-05.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Dissolução - REQUERENTE: A.P.S.R. e outro - AO SIEL

ADV: JEBERSON FERNANDES DOS SANTOS (OAB 12432/AM) - Processo 0233015-10.2008.8.04.0001 (001.08.233015-9) - Cumprimento de sentença - Oferta - EXECUTADO: A.C.S. - Dê-se vista ao Ministério Público.

ADV: ANTUNES MULLER VINHOTE DE VASCONCELOS (OAB 20527/PA) - Processo 0234514-77.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERIDO: J.P.A. - Aguarde-se o cumprimento da carta de intimação de fls. 45.

ADV: TAMARA JESSICA NEVES FERREIRA (OAB 12363/AM) - Processo 0235499-80.2017.8.04.0001 - Guarda - Guarda - REQUERIDO: J.A.B.O. - CERTIFICA, para os devidos fins de direito que se fizerem necessários, que a parte autora, por meio da Defensoria Pública, apresentou as alegações finais (fls. 97-99). Logo, abre-se o prazo para a defesa apresentar as devidas alegações finais conforme despacho de fls. 95

ADV: SARAH DE SOUZA LOBO (OAB 5971/AM), ADV: MARIA EUNI TAVEIRA DE ALMEIDA COSTA (OAB 9670/AM) - Processo 0238768-64.2016.8.04.0001 - Dissolução e Liquidação de Sociedade - Dissolução - REQUERENTE: PATRICIA MARINHO DE MORAIS - REQUERIDO: CLAOMIRO GONÇALVES LOPES - De ordem, intime-se a parte recorrida para, querendo, oferecer contrarrazões à apelação interposta, nos termos do art. 1.010, § 1º do NCPC. Prazo de (15) quinze dias. Com ou sem elas, remeta-se ao Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas. Cumpra-se.

ADV: CARMEM MELLO MOURA (OAB 3649/AM) - Processo 0239144-79.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Transação - EXECUTADO: M.L.C. - Proceda-se o cadastro do(a)(s) patrono(a)(s) conforme instrumento procuratório juntado às fls. anteriores.

ADV: MOACIR BRILHANTE DOS SANTOS (OAB 13088/AM) - Processo 0242050-76.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum - Dissolução - REQUERIDA: D.R.L. - PAUTE-SE INSTRUÇÃO, VISTO QUE ESTÃO SENDO MARCADAS PARA AGOSTO. VISTA À DEFENSORIA ACERCA DO PEDIDO LIMINAR (FLS. 163-167). PRAZO: 10 DIAS

ADV: RICARDO LEITE MENEZES (OAB 10110/AM) - Processo 0243840-71.2012.8.04.0001 - Divórcio Consensual - Dissolução - REQUERENTE: A.B.F.B. e outro - Despacho: Processo de conhecimento já sentenciado e baixado (fls. 10, 13). Parte representada por advogado particular (fls. 33). Deve o patrono da parte interessada cadastrar um processo autônomo, propondo a ação Revisional de Alimentos e trasladar as peças correspondentes, utilizando para o tal a classe correspondente, conforme tabela unificada do Conselho Nacional de Justiça - CNJ. As petições devem ser endereçadas para a nova ação sob pena de não serem conhecidas. À fila de encerrados.

ADV: MARCO TÚLIO ZAGHI PACHECO (OAB 8161/AM), ADV: CLÉUCIO DA SILVA OLIVEIRA (OAB 5060/AM) - Processo 0246511-91.2017.8.04.0001 - Remoção, modificação e dispensa de tutor ou curador - Guarda - REQUERIDA: R.B.L. - Determino que as partes sejam acompanhadas pela equipe multidisciplinar para elaboração de Estudo Psicossocial. Após a juntada do laudo/estudo, dê-se vista ao Ministério Público. Cumpra-se.

ADV: HADER DA FONSECA ALMEIDA (OAB 10118/AM), ADV: GABRIEL CASTILHO DOS SANTOS (OAB 10277/AM) - Processo 0247454-45.2016.8.04.0001 - Guarda - Guarda - REQUERIDO: AMARILDO LUCENA DE SOUZA e outro - Cumpram-se as partes a Promoção Ministerial de fls. 118 (...manifestem sobre a possibilidade de nomeação de profissional pelo MM. Juiz, a fim de que seja realizada perícia particular com honorários pagos pelas partes, visando à celeridade processual.).

ADV: JANAINA LEÃO BRAGA (OAB 12906/AM) - Processo 0247546-28.2013.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Concessão / Permissão / Autorização - REQUERENTE: K.R.V. - AGUARDAR RESPOSTA DO OFÍCIO DE FL. 80.

ADV: DORA MESTANZA BARCIO DE PAIVA (OAB 12764/AM), ADV: JAQUELINE OLIVEIRA DE PAULA (OAB 9269/AM), ADV: JEYSILA EDIENY RABELO PEREIRA (OAB 12886/AM), ADV: FABRÍCIO ARTEIRO DE PAIVA (OAB 11185/AM) - Processo 0248887-89.2013.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Fixação - REQUERENTE: E.K.N.K.N.K.N. - REQUERIDO: E.G.N. - Dê-se vista à parte Exequente através de seu patrono legalmente constituído, para manifestar-se sobre Justificação, proposta de pagamento e documentos de fls. 172 a 187, no prazo de 03 (três) dias. Mantenho a decisão de fls. 159/163. Cumpra-se.

ADV: ARTHUR DA COSTA PONTE (OAB 11757/AM), ADV: DAVID CUNHA NOVOA (OAB 10777/AM), ADV: JÉSSICA SANTANA MAGNANI (OAB 10343/AM), ADV: INGRID GODINHO DODÔ (OAB 9425/AM), ADV: PAULO ROGÉRIO ARANTES (OAB 1509/AM), ADV: KARLA FREIXO BRAGA (OAB 3775/AM) - Processo 0252238-65.2016.8.04.0001 (processo principal 0244435-41.2010.8.04.0001) - Cumprimento Provisório de Sentença - Revisão - EXECUTADO: J.A.A. - Dê-se vista à parte Exequente através de seu patrono legalmente constituído, para manifestar-se acerca da proposta de folhas anteriores e documentos, no prazo de 03 (três) dias.

ADV: CLÁUZIO HEITOR DA SILVA JÚNIOR (OAB 6348/AM), ADV: EMMANUEL CHACON RODRIGUES CARNEIRO DE ALBUQUERQUE (OAB 7758/AM) - Processo 0257648-75.2014.8.04.0001 - Dissolução e Liquidação de Sociedade - Dissolução - REQUERENTE: M.S.M. - Despacho (Petição e Documentos de fls. 47/60): Processo de conhecimento já sentenciado e baixado (fls. 16, 18). Requerente representado por advogado particular conforme instrumento procuratório de fls. 51. Deve o patrono da parte interessada cadastrar um processo autônomo, propondo a Ação de Revisão de Alimentos e trasladar as peças correspondentes, utilizando para o tal a classe correspondente, conforme tabela unificada do Conselho Nacional de Justiça - CNJ. As petições devem ser endereçadas para a nova ação sob pena de não serem conhecidas. À fila de encerrados.

ADV: CAIO JOSE MACEDO RAMALHO (OAB 13051/AM) - Processo 0610300-20.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: A.A.A. - ALIMENTAND: A.V.A.V. - Uma vez que o(a) autor(a) da ação é representado por advogado particular, determino que proceda-se o cancelamento da primeira distribuição e a redistribuição do feito para uma das Varas de Família da Capital, visto que conforme a Resolução Nº15/2010, a 5ª, 8ª, 9ª (atualmente 2ª Vara de Família) e 10ª (atualmente 3ª Vara de Família) Varas de Família somente receberão processos nos quais o Ministério Público ou a Defensoria Pública sejam os autores.

ADV: CLÁUZIO HEITOR DA SILVA JÚNIOR (OAB 6348/AM) - Processo 0610587-80.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - ALIMENTAND: M.S.M. - Uma vez que o(a) autor(a) da ação é representado por advogado particular, determino que proceda-se o cancelamento da primeira distribuição e a redistribuição do feito para uma das Varas de Família da Capital, visto que conforme a Resolução Nº15/2010, a 5ª, 8ª, 9ª (atualmente 2ª Vara de Família) e 10ª (atualmente 3ª Vara de Família) Varas de Família somente receberão processos nos quais o Ministério Público ou a Defensoria Pública sejam os autores.

ADV: JOSÉ MILITÃO RODRIGUES DA SILVA (OAB 12721/AM) - Processo 0610641-46.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: V.E.A.C. - R.G.A. - Uma vez que o(a) autor(a) da ação é representado por advogado particular, determino que proceda-se o cancelamento da primeira distribuição e a redistribuição do feito para uma das Varas de Família da Capital, visto que conforme a Resolução Nº15/2010, a 5ª, 8ª, 9ª (atualmente 2ª Vara de Família) e 10ª (atualmente 3ª Vara de Família) Varas de Família somente receberão processos nos quais o Ministério Público ou a Defensoria Pública sejam os autores.

ADV: LUIS GUILHERME DE JESUS HONORATO (OAB 14195/AM) - Processo 0610906-48.2019.8.04.0001 - Divórcio Consensual - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: Alessandra Pereira Lima - Almério Albuquerque Pereira - Uma vez que o(a) autor(a) da ação é representado por advogado particular, determino que proceda-se o cancelamento da primeira distribuição e a redistribuição do feito para uma das Varas de Família da Capital, visto que conforme a Resolução Nº15/2010, a 5ª, 8ª, 9ª (atualmente 2ª Vara de Família) e 10ª (atualmente 3ª Vara de Família) Varas de Família somente receberão processos nos quais o Ministério Público ou a Defensoria Pública sejam os autores.

ADV: CAMILA FROES BARROS (OAB 12056/AM), ADV: LUCIANO VIEIRA DA ROCHA SILVA (OAB 4787/AM), ADV: JOSÉ AIRTON MENDES DA SILVA (OAB 220A/AM) - Processo 0615617-67.2017.8.04.0001 (apensado ao processo 0242987-23.2016.8.04.0001) - Procedimento Comum - Tutela e Curatela - REQUERENTE: K.K.G.A. - REQUERIDO: A.C.B.G. e outro - Intime-se o(a) Advogado(a) subscritor(a) da petição de fls. antecedentes para cumprir na íntegra o disposto no art. 112 do Código de Processo Civil, fazendo juntada aos autos da ciência de seu cliente para nomear outro patrono.

ADV: ALDA HELOÍSA TAVARES TOLEDO (OAB 7133/AM) - Processo 0621489-63.2017.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Alimentos - REQUERENTE: M.E.A.C. - Em face do exposto acolhe-se o bloqueio da conta da empresa do executado pelo débito de R$ 8.659,80 (fl. 43).Aguardar resposta (48 horas).

ADV: ALDA HELOÍSA TAVARES TOLEDO (OAB 7133/AM) - Processo 0621489-63.2017.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Alimentos - REQUERENTE: M.E.A.C. - A CREDORA ACERCA DO RESULTADO DO BACENJUD.PRAZO: 05 DIAS.

ADV: ELIZABETH DE OLIVEIRA MUBARAC (OAB 13423/AM), ADV: LUIZ GUSTAVO NEGRO VAZ JÚNIOR (OAB 7355/AM), ADV: VANILDE DE JESUS DUARTE (OAB 10028/AM) - Processo 0624411-43.2018.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Alimentos - EXEQUENTE: L.M.S.S.L.M.S.S. - EXECUTADO: E.E.S. - Proceda-se o cadastro do(a)(s) patrono(a)(s) conforme instrumento procuratório juntado às fls. anteriores.

ADV: ISABEL CRISTINA GERALDO DA SILVA (OAB 12992/AM) - Processo 0639214-65.2017.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Levantamento de Valor - EXEQUENTE: D.R.S. - Em face do exposto, expeça-se mandado de prisão pelo prazo de sessenta dias, com base no art. 528, § 3º, do CPC pelo débito de R$ 848,86 mais os vencidos no curso desta demanda. Proceda-se ao protesto. Ultrapassado este prazo (60 dias), liberte-se-o.

ADV: DAYSEVANDA DAS GRAÇAS BRITO DANTAS (OAB 7003/AM) - Processo 0641604-71.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERIDO: D.S.P. - Vistos, etc. Sem prejuízo de eventual julgamento antecipado da lide, especifiquem as partes as provas que pretendem produzir, justificando-as. Prazo de 10 (dez) dias. Cumpra-se.

ADV: DAINIUSEN PEDROSA CASTRO E SILVA (OAB 953/RR), ADV: ALEXANDRE GOMES RIBEIRO (OAB 6199/AM), ADV: DIEGO PEDROSA CASTRO LIMA (OAB 13251/AM) - Processo 0652957-11.2018.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Alimentos - REQUERENTE: Raquel Correa Brandao - REQUERIDO: D.F.F. - Dê-se vista ao Ministério Público.

Alda Heloísa Tavares Toledo (OAB 7133/AM)
Aldizio de Souza Carvalho (OAB 1611/AM)
Alexandre Gomes Ribeiro (OAB 6199/AM)
André Luiz Silva Pinto (OAB 7736/AM)
Anneson Frank Paulino de Souza (OAB 11981/AM)
Antunes Muller Vinhote de Vasconcelos (OAB 20527/PA)
Arthur da Costa Ponte (OAB 11757/AM)
Átila de Medeiros Affonso (OAB 1819/AM)
Bianka Caelli Barreto Rodrigues (OAB 4445/AM)
Caio Jose Macedo Ramalho (OAB 13051/AM)
Camila Froes Barros (OAB 12056/AM)
Carmem Mello Moura (OAB 3649/AM)
Cláuzio Heitor da Silva Júnior (OAB 6348/AM)
Cléucio da Silva Oliveira (OAB 5060/AM)
Dainiusen Pedrosa Castro e Silva (OAB 953/RR)
David Cunha Novoa (OAB 10777/AM)
Daysevanda das Graças Brito Dantas (OAB 7003/AM)
DIEGO PEDROSA CASTRO LIMA (OAB 13251/AM)
Dora Mestanza Barcio de Paiva (OAB 12764/AM)
Elaine Priscilla de Sousa Martins (OAB 10688/AM)
Elizabeth de Oliveira Mubarac (OAB 13423/AM)
Emmanuel Chacon Rodrigues Carneiro de Albuquerque (OAB 7758/AM)
Fabrício Arteiro de Paiva (OAB 11185/AM)

Gabriel Castilho dos Santos (OAB 10277/AM)
Gizelly Carreiro de Aquino Soares (OAB 9173/AM)
Hader da Fonseca Almeida (OAB 10118/AM)
Harben Gomes Avelar (OAB 9795/AM)
Ingrid Godinho Dodô (OAB 9425/AM)
Isabel Cristina Geraldo da Silva (OAB 12992/AM)
Isabela Procopio da Silva (OAB 13421/AM)
Janaina Leão Braga (OAB 12906/AM)
Jaqueline Oliveira de Paula (OAB 9269/AM)
Jeberson Fernandes dos Santos (OAB 12432/AM)
Jéssica Santana Magnani (OAB 10343/AM)
Jeysila Edieny Rabelo Pereira (OAB 12886/AM)
João Bosco Correa Omena (OAB 9109/AM)
José Airton Mendes da Silva (OAB 220A/AM)
José Militão Rodrigues da Silva (OAB 12721/AM)
Jozinaldo de Aguiar Maia (OAB 9455/PA)
Karla Freixo Braga (OAB 3775/AM)
Leandro Ferreira da Silva (OAB 12921/AM)
Leonízia Lima Enes (OAB 9159/AM)
Luciano Vieira da Rocha Silva (OAB 4787/AM)
Luis Guilherme de Jesus Honorato (OAB 14195/AM)
Luiz Gustavo Negro Vaz Júnior (OAB 7355/AM)
Marco Túlio Zaghi Pacheco (OAB 8161/AM)
Maria Euni Taveira de Almeida Costa (OAB 9670/AM)
Moacir Brilhante dos Santos (OAB 13088/AM)
Paulo Rogério Arantes (OAB 1509/AM)
pedro emidio lima da silva (OAB 10413/AM)
Ricardo Leite Menezes (OAB 10110/AM)
Sarah de Souza Lobo (OAB 5971/AM)
Tamara Jessica Neves Ferreira (OAB 12363/AM)
Terezinha Maia da Gama Silva (OAB 14036/AM)
Thiago Allende Silva de Lima (OAB 8668/AM)
Vanilde de Jesus Duarte (OAB 10028/AM)

4ª VARA DE FAMÍLIA

JUÍZO DE DIREITO DA 4ª VARA DE FAMÍLIA
JUIZ(A) DE DIREITO VICENTE DE OLIVEIRA ROCHA PINHEIRO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL CLEMÍLIA MARIA ANDRADE DE SOUSA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0021/2019

ADV: EDER CARLOS RIBEIRO PIRES (OAB 7901/AM) - Processo 0012100-17.2010.8.04.0012 (012.10.012100-7) - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: L.S.N. - REQUERIDO: E.F.N. - Intime-se a parte autora, pessoalmente, por carta com AR, para se manifestar pelo interesse no prosseguimento do feito no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, § 1o, do Código de Processo Civil.

ADV: ALBERTO PEDRINI JR. (OAB 002.313/AM) - Processo 0027056-52.2002.8.04.0001 (001.02.027056-0) - Procedimento Comum - Dissolução - REQUERENTE: S.S.M.D. - A.L.D. - Oficie-se conforme pedido de folha 34-39. Concluída a diligência, intime-se a parte ALDEMAR LUIZ DORNELES para, no prazo de 10 (dez) dias, informar se há questões pendentes nestes autos. Transcorrido o prazo em branco ou sendo negativa a resposta, arquive-se e dê-se baixa no feito. Cumpra-se.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0085032-46.2004.8.04.0001 (001.04.085032-4) - Execução de Alimentos - Ato / Negócio Jurídico - REQUERENTE: Andreia Magalhães dos Santos - EXECUTADO: Jose Roberto Figueiredo Canavarro - De Ordem do MM. Juiz de Direito Titular da 4ª Vara de Família da Comarca de Manaus, Dr. ODÍLIO PEREIRA COSTA NETO e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e art. 152, VII do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria n.º 01/2018 deste juízo (Art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: "Intime-se a parte autora, pessoalmente por Carta AR, para, no prazo de 5 (cinco) dias, manifestar-se acerca das certidões de fls. 39/42".

ADV: STEFANIA DE SOUZA FARIAS (OAB 6176/AM), ADV: ANDRÉ FERNANDES (OAB 3957/AM), ADV: MICHAEL QUEIROZ LEITÃO (OAB 9714/AM) - Processo 0200458-18.2018.8.04.0001 (processo principal 0628526-44.2017.8.04.0001) - Cumprimento Provisório de Decisão - Fixação - REQUERENTE: Vanalucia Rebelo Moraes - EXECUTADO: T.L.M. - Em respeito aos principios processuais que privilegiam a solução consensual da lide e entendendo que a prisão civil é medida extrema em processo de execução alimentar, paute-se audiência de conciliação e mediação a fim de criar oportunidade para as partes transacionarem. Intimem-se as partes. Intime-se o Ministério Público. Não havendo acordo ou ausente a parte requerida, tornem os autos conclusos para Decisão Interlocutória. Cumpra-se.

ADV: NESTOR ARNAUD BARBOSA (OAB 4985/AM), ADV: ROBERTO CARLOS LEANDRO SOARES (OAB 7653/AM), ADV: KASSER JORGE CHAMY DIB (OAB 5551/AM) - Processo 0204811-72.2016.8.04.0001 (processo principal 0635235-37.2013.8.04.0001) - Cumprimento de sentença - Alimentos - EXEQUENTE: L.S.L. - EXECUTADO: S.D.L. - Intime-se a parte exequente para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar-se sobre os documentos de folhas 106-112 e requerer o quê entender de direito. Cumpra-se.

ADV: BRUNO DE SOUZA CAVALCANTE (OAB 2677/AM) - Processo 0214018-95.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Revisão - EXEQUENTE: D.S.B. - EXECUTADO: A.C.A. - Intime-se a parte exequente para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar-se sobre os documentos de folha 51-54 e requerer o quê entender de direito. Cumpra-se.

ADV: ZILA LIMA ARAÚJO (OAB 10973/AM), ADV: ERIVELT SABINO DE ARAÚJO (OAB 7920/AM), ADV: DANIEL BRITTO FREIRE ARAÚJO (OAB 12641/MA) - Processo 0220901-58.2016.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: A.S.M.A.I. - REQUERIDO: C.A.M.A. - Uma vez que a demanda foi sentenciada e julgada sem resolução do mérito, expira-se os efeitos da decisão de folhas 44-45. Assim, oficie-se o empregador para que cesse os descontos. No mais, transitado e julgado, arquive-se e dê-se baixa nos presentes autos.

ADV: AMÉRICO GORAYEB NETO (OAB 3923/AM) - Processo 0221086-28.2018.8.04.0001 (processo principal 0614354-05.2014.8.04.0001) - Cumprimento Provisório de Sentença - Fixação - EXEQUENTE: BRENO OLIVA MAIA - NINA OLIVA MAIA - EXECUTADO: A.M.L. - Intime-se a parte exequente para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar-se sobre os documentos de folhas 66-67 e requerer o quê entender de direito.

ADV: BRUNO INFANTE FONSECA (OAB 1945E/AM), ADV: ROSEANE LIMA DOS ANJOS (OAB 10862/AM) - Processo 0221233-88.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Fixação - REQUERENTE: R.J.R.S. - REQUERIDO: A.J.S.S. - Diante dos mais recentes documentos juntados pela parte exequente, ou seja, em face das peças de fls. 57/59 e 60, e, ainda, por tudo o mais que dos autos consta; DÊ-SE VISTA à representante do Ministério Público. Após, voltem-me imediatamente conclusos. Int. CUMPRA-SE, com a urgência que a lide reclama.

ADV: MARIA CLAUDIA SOUSA DA SILVA (OAB 1082A/AM), ADV: ADROALDO ALEXANDRE ARRUDA DA SILVA (OAB 5483/AM) - Processo 0224312-75.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: M.V.N.E. - REQUERIDO: R.N.V.S. - Intimem-se as partes litigantes a fim de que informem, no prazo de 10 (dez) dias, se pretendem produzir provas em audiência de instrução e julgamento, bem como especifique quais provas desejam que sejam produzidas. À secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.

ADV: COELHO & RIBEIRO ADVOGADOS ASSOCIADOS (OAB 6199/AM), ADV: ALEXANDRE GOMES RIBEIRO (OAB 6199/AM), ADV: MARCOS PAULO COÊLHO DE SOUZA (OAB 4395/AM), ADV: LUCAS COSTA DO VALE (OAB 7990/AM), ADV: LISBET DE SOUZA CARDOSO BARBOSA (OAB 12359/AM) - Processo 0224704-83.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Transação - REQUERENTE: G.R.A. - REQUERIDO: L.C.L. - EXECUTADO: B.R.M.L. - De Ordem do MM. Juiz de Direito Titular da 4ª Vara de Família da Comarca de Manaus, Dr. ODÍLIO PEREIRA COSTA NETO e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e art. 152, VII do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria n.º 01/2018 deste juízo (Art. 152, § 1º do CPC), pratico

o seguinte ato Ordinatório: "Intime-se a parte autora, através de patrono constituído nos autos, para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestar-se acerca da justificativa de fls. 120/122".

ADV: KATHLEEN SENNA DA SILVA (OAB 3323/AM) - Processo 0237999-03.2009.8.04.0001 (001.09.237999-1) - Cumprimento de sentença - Investigação de Paternidade - EXEQUENTE: S.E.S.M. - EXECUTADO: S.L.S.A. - De Ordem do MM. Juiz de Direito Titular da 4ª Vara de Família da Comarca de Manaus, Dr. ODÍLIO PEREIRA COSTA NETO e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e art. 152, VII do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria n.º 01/2018 deste juízo (Art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: "Intime-se a parte autora, pessoalmente por carta AR, para, no prazo de 5 (cinco) dias, manifestar-se acerca das certidões de fls. 39/40".

ADV: JOSAFÁ FERNANDES DE MELO (OAB 9525/AM), ADV: ANDRÉ RODRIGUES DE ALMEIDA (OAB 5016/AM) - Processo 0238579-33.2009.8.04.0001 (001.09.238579-7) - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Alimentos - REQUERENTE: G.G.O.M. - R.S.O.M. - REQUERIDO: G.A.M. - Acolho Parecer Miniterial de fls. 123/125. Em consonância com este, intime-se a parte Requerente para que regularize a representação processual de Rebeca Sultane de Oliveira Muniz, uma vez que esta atingiu a maioridade, não podendo mais ser representada/assistida por sua genitora. Outrossim, apresente planilha atualizada do débito, na forma especificada no art. 524 do CPC, para efeito de cálculo dos descontos de acordo com o percentual máximo permitido pela lei; Em seguida, Expeça-se ofício ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, para que proceda com os descontos em 15% do benefício do requerido, além de mais 5%, referentes aos alimentos em atraso até que a divida de, (60.435,49), seja quitada. Totaliza-se, portanto, descontos de 20% de seu benefício, devendo ser depositados em conta bancária informada no ofício de fls. 27. Oficie também o INSS para que encaminhe cópia dos três últimos contracheques do requerido. Por fim, considerando que a última manifestação da parte Executada nos presentes autos ocorreu no ano de 2013 (fls. 44-65), intime-se o Executado para que se manifeste nos autos acerca do débito alimentar.

ADV: DANIEL CARDOSO DE ALBUQUERQUE (OAB 6086/AM), ADV: DEOLINDA MARIA NOGUEIRA CARDOSO (OAB 4127/AM) - Processo 0241305-67.2015.8.04.0001 (processo principal 0612338-78.2014.8.04.0001) - Cumprimento de sentença - Fixação - EXEQUENTE: Samuel Ophyr Alves de Azevedo Lima - EXECUTADO: A.C.O.L. - Intime-se a parte exequente para, no prazo de 15 (quinze) dias, atender a promoção do Ministério Público de folhas 348-349. Após, dê-se nova vista ao parquet. Cumpra-se.

ADV: FRANCISCO ANTÔNIO LIMA PINHEIRO (OAB 1605/AM), ADV: ROSEMEIRE SIMÕES DE ALMEIDA (OAB 3558/AM), ADV: EDILSON LIMA DA SILVA (OAB 5707/AM), ADV: WILSON JOSÉ DA SILVA CUNHA (OAB 3479/AM) - Processo 0241961-97.2010.8.04.0001 (001.10.241961-3) - Execução de Alimentos - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: A.M.M. - REQUERIDO: S.G.M. - J.P.M. e outro - Preliminarmente, oficie-se a SEMEF conforme petitório de folhas 297-298. No mais, em respeito aos principios processuais que privilegiam a solução consensual da lide e diante do grande decurso processual dos presentes autos, paute-se audiência de conciliação e mediação a fim de criar oportunidade para as partes transacionarem. Intimem-se as partes. Não havendo acordo ou ausente a parte requerida, tornem os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: PAULO ROBERTO BRAGA BARBOSA JÚNIOR (OAB 2356/AM), ADV: FRANCISCO MOACIR MAIA FILHO (OAB 5560/AM), ADV: PATRÍCIA FONSECA BENAYON ALBANO DE SOUZA (OAB 2500/AM), ADV: MIRIAM REGINA CUNHA DUTRA (OAB 4869/AM), ADV: REGINA VERA NOGUEIRA LEMOS (OAB 249492/SP), ADV: WALDEMIR DOS SANTOS COSTA JÚNIOR (OAB 8905/AM) - Processo 0245640-42.2009.8.04.0001 (001.09.245640-6) - Processo de Execução - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Érica de Souza Pereira - REQUERIDO: Fernando Francisco Nogueira Lemos e outros - De Ordem do MM. Juiz de Direito Titular da 4ª Vara de Família da Comarca de Manaus, Dr. ODÍLIO PEREIRA COSTA NETO e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e art. 152, VII do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria n.º 01/2018 deste juízo (Art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: "Intime-se a parte autora, através de patrono constituído nos autos, para, no prazo de 5 (cinco) dias, manifestar-se acerca da certidão de fls. 253".

ADV: ANTÔNIO CAVALCANTE DE ALBUQUERQUE JUNIOR (OAB 2992/AM), ADV: MARIA DE LOURDES DOS SANTOS SOARES (OAB 9041/AM) - Processo 0253584-51.2016.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: T.C.A.M. - REQUERIDO: E.R.A. - Defiro petitório de fls. 44/47. Cite-se e Intime-se por hora certa a parte requerida, pessoalmente por Oficial de Justiça, para cumprimento do despacho de folhas 36 a fim de que se realize a mencionada audiência .

ADV: ANTÔNIO IVAN OLÍMPIO DA SILVA (OAB 3110/AM), ADV: ANTÔNIO HILTON PEREIRA DOURADO (OAB 5330/AM) - Processo 0303277-53.2006.8.04.0001/01 - Cumprimento de sentença - Sociedade - EXEQUENTE: Valcilene Duarte Oliveira - EXECUTADO: A.C.S. - Em respeito aos principios processuais que privilegiam a solução consensual da lide e considerando também o grande lapso processual da presente execução, paute-se audiência de conciliação e mediação a fim de criar oportunidade para as partes transacionarem, observando que o valor de multa devido é aquele decidido em sede de recurso, conforme folhas 298-312. Intimem-se as partes. Não havendo acordo ou ausente a parte requerida, tornem os autos conclusos para Decisão Interlocutória. Cumpra-se.

ADV: ROBERTA CUNHA DOS SANTOS (OAB 14086/AM) - Processo 0600283-22.2019.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Fixação - EXEQUENTE: Q.G.A. - EXECUTADO: E.N.L. - De Ordem do MM. Juiz de Direito Titular da 4ª Vara de Família da Comarca de Manaus, Dr. ODÍLIO PEREIRA COSTA NETO e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e art. 152, VII do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria n.º 01/2018 deste juízo (Art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: "Intime-se a parte autora, através de patrono constituído nos autos, para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestar-se acerca do comprovante de pagamento de fls. 29/31 ".

ADV: FABIANE RODRIGUES DE CASTRO (OAB 6031/AM) - Processo 0600381-07.2019.8.04.0001 - Interdição - DIREITO CIVIL - REQUERENTE: M.P.C.S. - REQUERIDA: R.P.F. - Inspeção Judicial Data: 22/05/2019 Hora 08:30 Local: Sala padrão

ADV: TATIANA DANTAS PORTELA (OAB 6562/AM), ADV: CHARLES GOMES DA COSTA JÚNIOR (OAB 10715/AM), ADV: EDYRANNE NASCIMENTO DOS SANTOS (OAB 11157/AM), ADV: FREDERICO MORAES BRACHER (OAB 7311/AM), ADV: JOSÉ DELFIN BUITRAGO ACOSTA (OAB 5546/AM), ADV: BAIRON ANTÔNIO DO NASCIMENTO JÚNIOR (OAB 3795/AM), ADV: MARIA CAROLINA PORDEUS E SILVA CARDOSO (OAB 8083/AM), ADV: LAINA REGINA FERNANDES DE ALENCAR (OAB 10949/AM) - Processo 0601063-30.2017.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: A.B.F. - REQUERIDO: C.R.A. - DESPACHO Recebida hoje; Intime-se (o)a autor(a), pessoalmente por carta, para, no prazo de 05 (cinco) dias, informar se ainda tem interesse no prosseguimento do processo e requerer o que entender de direito, sob pena de extinção com fundamento no art. 485, §1º, do Novo Código de Processo Civil. Considerar-sem-á intimado(a) caso seja certificada a mudança de endereço, sem comunicar o Juízo (art. 274, parágrafo único, do CPC). Cumpra-se, expedindo o necessário. Manaus, 11 de março de 2019 Vicente de Oliveira Rocha Pinheiro Juiz de Direito, conforme Portaria 457/2019 PTJ

ADV: AUGUSTO FLÁVIO SANTOS DE ANDRADE (OAB 4960/AM) - Processo 0602351-42.2019.8.04.0001 - Carta Precatória Cível - Família - REQUERENTE: Roberto César Porto de Andrade Filho - REQUERIDO: Roberto César Porto de Andrade - De Ordem do MM. Juiz de Direito Titular da 4ª Vara de Família da Comarca de Manaus, Dr. ODÍLIO PEREIRA COSTA NETO e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e art. 152, VII do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria n.º 01/2018 deste juízo (Art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: "Intime-se a parte autora, através de patrono constituído nos autos, para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestar-se acerca da justificação de fls. 16/21".

ADV: ÉRICO VIDAL ROTONDANO (OAB 10709/AM) - Processo 0603769-15.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Alimentos - ALIMENTAND: L.D.G. - ALIMENTANT: R.G.S. - Intime-

se a parte autora para emendar a inicial, no prazo de 15 dias, a fim de juntar aos autos, o titulo que originou a homologação do acordo, pois se faz necessário saber os termos acordados, o que não é possível vislumbrar na sentença homologatória, tendo em vista que esta não faz referência aos mencionados termos, sob pena de indeferimento, nos termos do art. 321 do Código de Processo Civil. Cumpra-se.

ADV: DANIELLE DELGADO GONÇALVES (OAB 9983/AM), ADV: KENNEDY ALVES DA SILVA (OAB 5519/AM) - Processo 0605259-43.2017.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: J.B.C. - REQUERIDO: S.B.C.S. - Intimem-se as partes litigantes a fim de que informem, no prazo de 10 (dez) dias, se pretendem produzir provas em audiência de instrução e julgamento, bem como especifique quais provas desejam que sejam produzidas. À secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.

ADV: LAURA POLIANA DE OLIVEIRA FRAGATA (OAB 13528/AM), ADV: CARMEM VALÉRYA ROMERO SALVIONI (OAB 6328/AM), ADV: EDUARDO ALVARENGA VIANA (OAB 6032/AM) - Processo 0605936-10.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Dissolução - EXEQUENTE: A.M.S.F.S. - EXECUTADO: G.M.F.S. - Em consonância com o parecer ministerial, defiro o pedido de desconto em folha dos alimentos incidentes sobre o terço constitucional de férias e o 13º salário do alimentante nos anos de 2016, 2017 e 2018. Oficie-se o empregador para cumprimento, observando-se o limite legal de desconto de 50% (cinquenta por cento). Intimem-se as partes para conhecimento da presente decisão.

ADV: SELMA MARA SANTANA MOTA (OAB 5524/AM), ADV: ELAINE BEZERRA DE QUEIROZ BENAYON (OAB 3456/AM), ADV: ROBERT LINCOLN DA COSTA AREIAS (OAB 8088/AM) - Processo 0606630-76.2016.8.04.0001 - Petição Cível - Tutela e Curatela - REQUERENTE: Francisco Ritta Bernardino - REQUERIDA: Ellen Ritta Honorato e outros - Diante da certidão de folha 99, intime-se os patronos da parte autora para, no prazo de dez dias, informar acerca da possibilidade da sucessão processual e continuidade da demanda, requerendo o quê entender de direito. Cumpra-se.

ADV: CHRISTIANE GREYCE MORAES DA SILVA MENDONÇA (OAB 12754/AM) - Processo 0607100-05.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Alimentos - REQUERENTE: E.C.F.S. - REQUERIDO: D.F.S. - CERTIFICO que, em cumprimento à decisão fls.56 do MM. Juiz de Direito. Dr. Vicente de Oliveira Rocha Pinheiro, fica pautada Audiência de conciliação/mediação, a ser realizada no CEJUSC - FAMÍLIA - Fórum Cível Des. Euza Maria Naice de Vasconcelos, Rua Valério Botelho de Andrade, S/N, 1º andar - São Francisco - Manaus - AM - CEP:69.079-260 , no dia 02/05/2019 às 09:30h. As partes deverão estar acompanhadas de seus advogados ou defensores públicos (art. 695, §4º, do CPC/2015).

ADV: ROBERTA CUNHA DOS SANTOS (OAB 14086/AM), ADV: JULIE CINTRA LEVINTHAL (OAB 8180/AM) - Processo 0607642-23.2019.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: A.C.B.L. - REQUERIDA: Y.L.B.S. - CERTIFICO que, em cumprimento à decisão retro do MM. Juiz de Direito. Dr. Vicente de Oliveira Rocha Pinheiro, fica pautada Audiência de conciliação/mediação, a ser realizada no CEJUSC - FAMÍLIA - Fórum Cível Des. Euza Maria Naice de Vasconcelos, Rua Valério Botelho de Andrade, S/N, 1º andar - São Francisco - Manaus - AM - CEP:69.079-260 , no dia 02/05/2019 às 09:30h. As partes deverão estar acompanhadas de seus advogados ou defensores públicos (art. 695, §4º, do CPC/2015).

ADV: VÍTOR LIMA VERDE COELHO (OAB 12945/AM), ADV: THIAGO SILVA DE SOUZA NUNES (OAB 7342/AM), ADV: BRUNO RICARDO LIMA TAPAJÓS (OAB 5695/AM), ADV: LUANA PEREIRA RÉGIS (OAB 9340/AM) - Processo 0608119-22.2014.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - ALIMENTAND: E.C.M. - REQUERIDA: E.L.C. - Intime-se o executado, nos termos dos art.523 e seguintes, do CPC, para pagar o débito, no quantum de R$ 1428, 26 (mil quatrocentos e vinte e oito reais e vinte e seis centavos), no prazo de 15 (quinze) dias, acrescido de custas, se houver. Não ocorrendo o pagamento voluntário no prazo acima estipulado, o débito será acrescido de multa de dez por cento e, também, de honorários de advogado de dez por cento, sendo expedido mandado de penhora e avaliação, seguindo-se os atos de expropriação. Transcorrido o prazo previsto noart. 523 do CPC sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que o executado, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação em relação aos aos meses em atraso. Cumpra-se.

ADV: CELSO ANTÔNIO DA SILVEIRA (OAB 5807/AM) - Processo 0608217-31.2019.8.04.0001 - Arrolamento Comum - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Francisco Neves de Souza - REQUERIDA: Fernanda Pereira de Souza - Fagner Pereira de Souza e outros - Intime-se a parte autora para emendar a inicial, no prazo de 15 dias, a fim de indicar os endereços das partes requeridas, tendo em vista que o endereço indicado em fls. 01, consta como sendo dos genitores destes. Intime-se ainda, para juntar aos autos, a Declaração de Hipossuficiência, tendo em vista pedido de gratuidade de justiça de fls. 09, sob pena de indeferimento, nos termos do art. 321 do Código de Processo Civil. Cumpra-se.

ADV: KAMILA MAIA BOTELHO TELLES (OAB 8957/AM) - Processo 0608682-74.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: A.D.T. - M.L.T.Q. - M.T.Q. - REQUERIDO: A.F.Q. - Citada, fl. 88, a parte requerida quedou-se inerte, fl.103. Assim, reconheço sua revelia, entretanto, verifico a inocorrência do efeito da revelia, nos termos dos art. 345, II, do NCPC. Assim, intime-se o autor para, no prazo de 5 (cinco) dias, especificar as provas que pretende produzir, nos termos do art. 348 do NCPC. Cumpra-se.

ADV: ALAN HERGERTON FAÇANHA (OAB 9353/AM), ADV: FÁBIO CRISTIANO MOURA DE FREITAS (OAB 10756/AM) - Processo 0608713-60.2019.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: M.L.R. - REQUERIDA: A.S.O. - Nessa esteira, diante dos documentos juntados aos autos, entendo ausentes os requisitos para a concessão da tutela requerida neste momento processual, uma vez que não restaram configurados as condições acima dispostas. Assim, INDEFIRO o pedido de tutela antecipada. Dito isto, deve-se dar seguimento ao trâmite processual. Determino que seja pautada e realizada audiência de mediação e conciliação o Centro Judiciário de Solução de Conflitos das Varas de Família. Assim, cite-se a parte requerida e intime-se a parte autora para comparecerem à audiência, devendo constar no mandado que a parte deverá estar acompanhada de advogado ou de defensor público, nos termos do art. 695, §4º, do NCPC. Sendo infrutífera a mediação ou a conciliação, ou seja, não realizado o acordo ou o não comparecimento de qualquer das partes, fica a parte demandada intimada para contestar, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, consoante art. 335, do CPC/2015. Após, apresentada a defesa, intime-se à parte autora para a apresentação de réplica em igual prazo. Ato contínuo, oficie-se o setor competente para a realização do estudo psicossocial. Dê-se ciência ao Ministério Público. Intimem-se.

ADV: EULER VILAÇA BATISTA BORGES (OAB 2428/AM) - Processo 0608978-62.2019.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: I.P.N. - REQUERIDA: J.S.P. - Autos nº:0608978-62.2019.8.04.0001 ClasseGuarda AssuntoSeção Cível Requerentes: IVANIRA DA SILVA PEREIRA LUIZ CARLOS DA SILVA NUNES Requerida: JULIANE DA SILVA PEREIRA. DESPACHO Intime-se a parte autora para emendar a inicial, no prazo de 15 dias, a fim de juntar aos autos, Declaração de Hipossuficiência, sob pena de indeferimento, nos termos do art. 321 do Código de Processo Civil. Após, paute -se de audiência de conciliação e dê-se vista à representante do Ministério Publico. Cumpra-se. Manaus, 11 de março de 2019. Vicente de Oliveira Rocha Pinheiro Juiz de Direito Substituto (Portária 457/2019.PTJ)

ADV: LILIAN MEGUMI BUZAGLO KOGUCHI (OAB 11753/AM) - Processo 0609083-39.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Família - REQUERENTE: P.M.L. - REQUERIDO: J.A.S. - Compulsando-se os autos e verificando presentes os requisitos, fixo alimentos provisório em favor do alimentando no patamar de 1 e 1/2 (um e meio) salário mínimo vigente, em favor de sua filha, MARIA ANITA LIMA SANTANA, devido a partir da citação, que será depositado na conta bancária da representante da menor, senhora Priscila Machado de Lima, no dia 05 de cada mês, na conta poupança nº 3040, agência 8160-2, Operação 013, Banco da Caixa Econômica.

ADV: SÍLVIA ROBERTA PADILHA DE OLIVEIRA (OAB 6664/AM) - Processo 0609402-07.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: P.S.N. - REQUERIDO: P.C.S.P. - Processo nº: 0609402-07.2019.8.04.0001 REQUERENTE:PAULO SATORU NOMI REQUERIDO:I.C.P.N neste ato representada por sua genitora PAULA CRISTINA DA SILVA PORTILHO DECISÃO Defiro a gratuidade da justiça. Trata-se de ação Revisional de Alimentos com pedido de tutela provisória de urgência, visando diminuir o valor pago a título de pensão alimentícia. O art. 300 do CPC fixa os requisitos necessários para a concessão da tutela de urgência, a saber: probabilidade do direito e perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo. Entendo que os elementos constantes dos autos não são suficientes para, neste momento, reduzir o valor pago. Em vista da natureza da prestação alimentar, é necessário aguardar a manifestação da parte contrária para, então, aferir se houve modificação substancial no binômio necessidade/possibilidade em relação à prestação original. Outrossim, o §3º do próprio art. 300 do CPC esclarece que a tutela de urgência não será concedida quando houver receio de irreversibilidade dos efeitos da decisão. Por sua vez, o art. 10 do CPC (norma fundamental do processo civil) prestigia o contraditório; tornando a concessão de medida liminar uma exceção. Sendo assim, por interpretação sistemática dos artigos supracitados que reitero a necessidade de estabelecer o contraditório prévio. Cite-se o réu para comparecer à audiência de conciliação e mediação a ser designada e realizada no Centro Judiciário de Solução de Conflitos das Varas de Família, devendo constar da citação a advertência do art. 695,§4º do CPC. Intimem-se o autor e o Ministério Público. Manaus, 11 de março de 2019. Vicente de Oliveira Rocha Pinheiro Juiz de Direito conforme Portaria 457/2019 PTJ

ADV: SÍLVIA ROBERTA PADILHA DE OLIVEIRA (OAB 6664/AM) - Processo 0609402-07.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: P.S.N. - REQUERIDO: P.C.S.P. - Processo nº 0609402-07.2019.8.04.0001 Requerente:CRISTIANE CORREIA LIMA Requerido:SALUSTIANO LIMA DA SILVA DESPACHO Recebida hoje; Intime-se (o)a autor(a), pessoalmente por carta, para, no prazo de 05 (cinco) dias, informar se ainda tem interesse no prosseguimento do processo e requerer o que entender de direito, sob pena de extinção com fundamento no art. 485, §1º, do Novo Código de Processo Civil. Considerar-sem-á intimado(a) caso seja certificada a mudança de endereço, sem comunicar o Juízo (art. 274, parágrafo único, do CPC). Cumpra-se, expedindo o necessário. Manaus, 11 de março de 2019 Vicente de Oliveira Rocha Pinheiro Juiz de Direito conforme Portaria 457/2019 PTJ

ADV: ANDRESSA SODRÉ OLIVEIRA (OAB 9885/AM) - Processo 0609606-51.2019.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: E.A.R.L. - REQUERIDO: W.L.S. - A parte requerida encontra-se em local incerto e não sabido. Assim, conforme requerimento na exordial, localize-se o endereço cadastral da parte requerida através do Programa SIEL. Em caso negativo, cite-se por Edital, com prazo de 20 (vinte) dias. Em caso positivo, paute-se audiência de mediação e conciliação. Cite-se para comparecer na audiência designada. Caso não haja acordo, daquela audiência fluirá o prazo de 15 (quinze) dias para a resposta da parte requerida. Após, abra-se igual prazo para apresentação de réplica. Cumpra-se.

ADV: CARLA DUARTE ALECRIM (OAB 12448/AM) - Processo 0610216-19.2019.8.04.0001 - Guarda - Guarda - REQUERENTE: M.L.X. - REQUERIDO: L.E.A.S. - Nessa esteira, diante dos documentos juntados aos autos, entendo ausentes os requisitos para a concessão da tutela requerida neste momento processual, uma vez que não restaram configurados as condições acima dispostas. Contudo, tendo em vista que a tutela de urgência, versa sobre autorização para que o menor acompanhasse sua genitora em viagem marcada para o dia 09/03/2019, tendo esta data já ocorrido. INDEFIRO o pedido de tutela antecipada.. Dito isto, deve-se dar seguimento ao trâmite processual. Determino que seja pautada e realizada audiência de mediação e conciliação o Centro Judiciário de Solução de Conflitos das Varas de Família. Assim, cite-se a parte requerida e intime-se a parte autora para comparecerem à audiência, devendo constar no mandado que a parte deverá estar acompanhada de advogado ou de defensor público, nos termos do art. 695, §4º, do NCPC. Sendo infrutífera a mediação ou a conciliação, ou seja, não realizado o acordo ou o não comparecimento de qualquer das partes, fica a parte demandada intimada para contestar, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, consoante art. 335, do CPC/2015. Após, apresentada a defesa, intime-se à parte autora para a apresentação de réplica em igual prazo. Ato contínuo, oficie-se o setor competente para a realização do estudo psicossocial. Dê-se ciência ao Ministério Público. Intimem-se.

ADV: ADNILSO GOMES NERY (OAB 4124/AM), ADV: KELY PATRÍCIA PAIXÃO SILVA (OAB 9763/AM), ADV: JOSE RICARDO VIEIRA DE BARROS PUÇA FILHO (OAB 12720/AM), ADV: MARCOS VINÍCIUS DIAS MORAIS (OAB 11143/AM), ADV: GLICÉRIA GUERREIRO DA SILVA (OAB 8526/AM) - Processo 0610542-47.2017.8.04.0001 - Averiguação de Paternidade - Registro Civil das Pessoas Naturais - REQUERENTE: L.M.L. - REQUERIDA: D.N.S. - Paute-se audiência de instrução e julgamento, em razão da complexidade da demanda em apreço Defiro prova documental e testemunhal, cabendo às partes, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentarem rol de testemunhas, observando o disposto nos parágrafos 4º, 5º e 6º do art. 357 do CPC. Esclareço às partes que as testemunhas arroladas deverão comparecer independentemente de intimação. Intimem-se as partes, contendo a advertência do art. 385, § 1º, do CPC, e seus advogados. Cumpra-se.

ADV: CARLOS ALBERTO RODRIGUES DE SOUZA (OAB 6164/AM) - Processo 0610828-88.2018.8.04.0001 - Averiguação de Paternidade - Registro Civil das Pessoas Naturais - REQUERENTE: E.G.L. - REQUERIDO: H.S.L. - De Ordem do MM. Juiz de Direito Titular da 4ª Vara de Família da Comarca de Manaus, Dr. ODÍLIO PEREIRA COSTA NETO e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e art. 152, VII do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria n.º 01/2018 deste juízo (Art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: "Vista ao Ministério Público para manifestar-se sobre do acordo de fls. 38/39".

ADV: LUCIANO VIEIRA DA ROCHA SILVA (OAB 4787/AM), ADV: HERMESON DOS SANTOS RODRIGUES (OAB 8245/AM) - Processo 0611464-59.2015.8.04.0001 - Cumprimento Provisório de Sentença - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: R.S.S. - REQUERIDA: A.R.V.O. - Tendo sido o acordo realizado por livre vontade das partes e considerando os documentos apresentados, HOMOLOGO POR SENTENÇA o acordo firmado entre as partes para que produza seus jurídicos e legais efeitos e JULGO EXTINTO com resolução de mérito o processo em epígrafe, com base no artigo 487, III, "b" do CPC. Expeça-se o necessário, de ordem. Sem custas.

ADV: MARIA DO CARMO DO AMARAL LINHARES (OAB 1786/AM), ADV: MILCYETE BRAGA ASSAYAG (OAB 5006/AM) - Processo 0612059-24.2016.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Revisão - EXEQUENTE: RONALDO CESAR FREYRE PINTO NETO - EXECUTADO: José Geraldo Lima - Em resposta ao petitório de folhas 343-345, intime-se a parte exequente para, no prazo de dez dias, esclarecer se a parcela de alimentos de fevereiro de 2017 ainda está em débito, uma vez que está inclusa na planilha de folha 325. Caso ainda seja inadimplida, deve-se juntar aos autos planilha atualizada, inclusive com valores atualizados desta parcela. Caso já esteja havido a adimplência da referida parcela, deve-se juntar aos autos tabela apenas com os valores em débito referentes a correção monetária não paga. Cumpra-se.

ADV: JOSIAS FERREIRA CAVALCANTE (OAB 3580/AM), ADV: EDIANAVE MENDONÇA LIMA (OAB 8469/AM) - Processo 0613333-28.2013.8.04.0001 - Procedimento Comum - Guarda - REQUERENTE: R.G.S. - REQUERIDO: N.N.B. - Paute-se audiência de instrução e julgamento, em razão da complexidade da demanda em apreço. Na oportunidade, realizar-se-á a oitiva do menor W. R. DOS S. B., em consonância com parecer ministerial de folhas 56-57. Defiro ainda prova documental e testemunhal, cabendo às partes, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentarem rol de testemunhas, observando o disposto nos parágrafos 4º, 5º e 6º do art. 357 do CPC. Esclareço às partes que as testemunhas arroladas deverão comparecer independentemente de intimação. Intimem-se as partes, contendo a advertência do art. 385, § 1º, do CPC, e seus advogados. Cumpra-se.

ADV: WALTER SIQUEIRA BRITO (OAB 4186/AM) - Processo 0613882-62.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: Marcus Vinicius Brito Martins - REQUERIDA: Alessandra Brasileiro Almeida - De Ordem do MM. Juiz de Direito Titular da 4ª Vara de Família da Comarca de Manaus, Dr. ODÍLIO PEREIRA COSTA NETO e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e art. 152, VII do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria n.º 01/2018 deste juízo (Art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: "Vista ao Ministério Público para manifestar-se sobre do acordo parcial de fls. 66/68".

ADV: JOÃO MEDEIROS DA SILVA (OAB 6595/AM), ADV: BERNARDO SILVA DE SEIXAS (OAB 7910/AM), ADV: BRUNO DE SOUZA CAVALCANTE (OAB 9057/AM), ADV: MARCOS MAURÍCIO COSTA DA SILVA (OAB 4272/AM), ADV: GUILHERME GUSTAVO VASQUES MOTA (OAB 5663/AM), ADV: ANTÔNIO ALVES PEREIRA (OAB 2622/AM), ADV: LEYLA VIGA YURTSEVER (OAB 3737/AM), ADV: ELLEN CAROLINA LIMA COLARES (OAB 11239/AM) - Processo 0613975-64.2014.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Fixação - EXEQUENTE: A.R.D. - REQUERENTE: F.J.D.F. - EXECUTADO: F.F.F. - Em respeito aos principios processuais que privilegiam a solução consensual da lide e considerando ainda o longo trâmite processual da presente execução, paute-se audiência de conciliação e mediação a fim de criar oportunidade para as partes transacionarem. Intimem-se as partes. Não havendo acordo ou ausente a parte requerida, torne os autos conclusos para Decisão Interlocutória. Cumpra-se.

ADV: IGSON DE OLIVEIRA ANDRADE (OAB 5533/AM) - Processo 0614268-34.2014.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: A.C.Q.J. - REQUERIDO: A.C.Q. - Em respeito aos principios processuais que privilegiam a solução consensual da lide, paute-se audiência de conciliação e mediação a fim de criar oportunidade para as partes transacionarem. Intimem-se as partes. Não havendo acordo ou ausente a parte requerida, tornem os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: JULIANY ROSINA BENTES DA SILVA (OAB 10039/AM) - Processo 0615444-14.2015.8.04.0001 - Averiguação de Paternidade - Investigação de Paternidade - REQUERENTE: A.L.S.S. - REQUERIDO: W.B.F. - Conciliação Data: 24/05/2019 Hora 09:00 Local: Sala padrão

ADV: AURIMAR ANTONIO BATISTA IMBIRIBA (OAB 9815/AM) - Processo 0615578-70.2017.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - REQUERENTE: R.A.S.C. - REQUERIDO: R.R.C.C. - G.C.C. - Citada, fl. XX, a parte requerida quedou-se inerte conforme fls 73. Assim, reconheço sua revelia, entretanto, verifico a inocorrência do efeito da revelia, nos termos dos art. 345, II, do NCPC. Assim, intime-se o autor para, no prazo de 5 (cinco) dias, especificar as provas que pretende produzir, nos termos do art. 348 do NCPC. Cumpra-se.

ADV: SERGIO RENAM DE MELLO FREITAS (OAB 11095/AM) - Processo 0616548-36.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - REQUERENTE: J.A.S.A. - REQUERIDA: C.M.A. - Citada, fl. 44/45, a parte requerida quedou-se inerte 48. Assim, reconheço sua revelia, entretanto, verifico a inocorrência do efeito da revelia, nos termos dos art. 345, II, do NCPC. Assim, intime-se o autor para, no prazo de 5 (cinco) dias, especificar as provas que pretende produzir, nos termos do art. 348 do NCPC. Cumpra-se.

ADV: DANIEL MARCELO BENVENUTTI DE SALES (OAB 7949/AM) - Processo 0617198-20.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum - Exoneração - REQUERENTE: P.C.M.S. - REQUERIDA: A.L.S. - M.L.A. - De Ordem do MM. Juiz de Direito Titular da 4ª Vara de Família da Comarca de Manaus, Dr. ODÍLIO PEREIRA COSTA NETO e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e art. 152, VII do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria n.º 01/2018 deste juízo (Art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: "Intime-se a parte autora, através de patrono constituído nos autos, para, no prazo de 5 (cinco) dias, manifestar-se acerca da certidão de fls. 53".

ADV: ADRIANA ALMEIDA LIMA (OAB 4577/AM), ADV: JAMILE RIBEIRO DA SILVA (OAB 4977/AM), ADV: CARLOS ALBERTO RODRIGUES DE SOUZA (OAB 6164/AM), ADV: TÂMARA MENDES GONÇALVES DE SOUSA (OAB 6857/AM), ADV: PAULO ROBERTO FARIAS DE OLIVEIRA (OAB 6011/AM) - Processo 0617363-67.2017.8.04.0001 - Separação Litigiosa - Casamento - REQUERENTE: P.S.S.J. - REQUERIDA: R.A.B. - Intime-se a parte autora para, no prazo de 10 (dez) dias, atender a promoção do Ministério Público de folhas 77-78. Após, dê-se nova vista ao parquet. Cumpra-se.

ADV: MANOEL DIAS BARBOSA (OAB 6736/AM), ADV: RICARDO DE OLIVEIRA CABRAL (OAB 7130/AM), ADV: JERÔNIMO SÁ PEIXOTO PINHEIRO (OAB 5575/AM), ADV: RAIMUNDO NONATO HERCULANO DA SILVA (OAB 2147/AM) - Processo 0617690-80.2015.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Transação - REQUERENTE: GUATASSARA DE CARVALHO MARTINS - EXECUTADO: NILSON CARDOSO DE SOUZA - Preliminarmente, salienta-se que questões referentes à exoneração de alimentos deve ser objeto de ação autônoma. Sabe-se que a verba alimentar deve ser paga até determinação judicial para sua suspensão ou exoneração. Assim, válida a Clausula 01 do acordo de folha 01-09, homologado por este juízo em 20/07/2015, conforme folha 13. Portanto, consoante pedido de folhas 154-160, determino que se oficie a nova fonte pagadora do alimentante, o Instituto Nacional de Seguro Social - INSS, para que proceda com o desconto acordado anteriormente. No mais, tramitam os autos para executar valores referentes à Cláusula 03 do acordo retromencionado. À folha 154-160 o exequente esclarece à quais anos se referem os débitos. Assim, visando a solução consensual da lide e evitando as medidas executórias, intime-se o executado para, no prazo de dez dias, manifestar-se novamente acerca da petição e do débito. Por fim, oficie-se também a Eletrobrás Amazonas Energia Geração S/A para, no prazo de quinze dias, confirmar a adesão do Executado ao PDC e informar os valores por ele recebidos em face da rescisão do contrato de trabalho. Cumpra-se.

ADV: PAULO JAQSON FREIRE PINTO (OAB 7967/AM), ADV: MICHELE DE SOUZA DERZE (OAB 6418/AM), ADV: RAIMUNDO SIMAO JERONIMO FILHO (OAB 13056/AM) - Processo 0618979-77.2017.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Alimentos - REQUERENTE: Gabrielle Magalhães de Moraes - REQUERIDO: Diogo Denis Oliveira Brasil - De Ordem do MM. Juiz de Direito Titular da 4ª Vara de Família da Comarca de Manaus, Dr. ODÍLIO PEREIRA COSTA NETO e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e art. 152, VII do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria n.º 01/2018 deste juízo (Art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: "Intime-se a parte autora, através de patrono constituído nos autos, para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestar-se acerca da Justificativa de fls. 47/52".

ADV: HENRIQUE FRANÇA SILVA (OAB 7307/AM), ADV: ANA PAULA NOGUEIRA DE SÃO MARCOS BATISTA MOURA (OAB 6677/AM) - Processo 0619430-44.2013.8.04.0001 (apensado ao processo 0603019-18.2016.8.04.0001) - Guarda - Guarda - REQUERIDO: A.A.B. - Cumpra-se a decisão de folhas 2465-2468 e remeta-se os autos para a comarca de Santa Maria/RS.

ADV: JARSON ARIDAY DA S. COSTA (OAB 15997/PA) - Processo 0619901-84.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: C.M.A. - REQUERIDA: L.V.S. - CERTIFICO que, em cumprimento ao(à) despacho/decisão retro do MM. Juiz de Direito. Dr. Vicente de Oliveira Rocha Pinheiro, fica pautada Audiência de conciliação/mediação, a ser realizada no CEJUSC - FAMÍLIA - Fórum Cível Des. Euza Maria Naice de Vasconcelos, Rua Valério Botelho de Andrade, S/N, 1º andar - São Francisco - Manaus - AM - CEP:69.079-260 , no dia 02/05/2019 às 09:30h. As partes deverão estar acompanhadas de seus advogados ou defensores públicos (art. 695, §4º, do CPC/2015).

ADV: PUALANÍ MOREIRA BARRETO (OAB 9852/AM), ADV: BRUNO DE FREITAS SALGUEIRO (OAB 7708/AM), ADV: SIMONE ROSADO MAIA MENDES (OAB 4550/PI), ADV: EDUARDO ALVARENGA VIANA (OAB 6032/AM) - Processo 0620071-27.2016.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Levantamento de Valor - EXEQUENTE: R.T.A.R. - EXECUTADO: F.F.R. - De Ordem do MM. Juiz de Direito Titular da 4ª Vara de Família da Comarca de Manaus, Dr. ODÍLIO PEREIRA COSTA NETO e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e art. 152, VII do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria n.º 01/2018 deste juízo (Art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: "Oficie-se novamente ao empregador do executado, de acordo com endereço informado na manifestação de fls. 130".

ADV: ANDREA FRANÇA DE SOUZA (OAB 8211/AM) - Processo 0620238-15.2014.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: V.A.B. - REQUERIDA: T.G.B. - Acolho o petitório de folhas 91-98, e retrato-me da Sentença de folhas 89, tornando-a nula, com fulcro no art. 485, §7º do Código de Processo Civil. Assim, deve-se dar continuidade a lide. Portanto, acolho parecer Ministerial de folhas 97 e determino que se paute nova audiência de conciliação. Intime-se as partes para comparecer. Intime-se ainda a avó paterna da menor, atual guardiã fática da menor, no endereço de folhas 83-84. Por fim, oficie-se o setor responsável pelo estudo psicossocial para que informe o andamento deste, uma vez que há espera de cerca de quatro anos. Cumpra-se.

ADV: CARLOS CÉSAR MOREIRA DE SOUZA (OAB 8610/AM), ADV: HELOM CÉSAR DA SILVA NUNES (OAB 9028/AM), ADV: JORGE LAURI FAZIONI (OAB 5914/AM) - Processo 0620471-41.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum - Fixação - REQUERENTE: SIMONE ALVES LOURENÇO - REQUERIDO: VLADIMIR LOURENÇO DE SÁ JUNIOR - De Ordem do MM. Juiz de Direito Titular da 4ª Vara de Família da Comarca de Manaus, Dr. ODÍLIO PEREIRA COSTA NETO e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e art. 152, VII do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria n.º 01/2018 deste juízo (Art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: "Intime-se a parte autora, através de patrono constituído nos autos, para, no prazo de 5 (cinco) dias, manifestar-se acerca da certidão de fls. 112".

ADV: SELMA MARA SANTANA MOTA (OAB 5524/AM), ADV: MARIA LUIZA DO NASCIMENTO RIBEIRO (OAB 3066/AM) - Processo 0623731-58.2018.8.04.0001 - Ação de Exigir Contas - Tutela e Curatela - REQUERENTE: T.J.H.B. - E.R.H. - REQUERIDA: M.C.S.S. - Inclusive diante do disposto na certidão retro, AGUARDE-SE o retorno do MM. Juiz de Direito da 4ª Vara de Família. Assim, RESSALVADA ALGUMA QUESTÃO DE EFETIVA URGÊNCIA, deverão os autos voltarem conclusos após o término das férias regulamentares do referido magistrado. Int. CUMPRA-SE.

ADV: VANDSON SOARES DA SILVA (OAB 7508/AM) - Processo 0623973-17.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: J.N.B. - REQUERIDA: T.S.B. - Citada, fl. 51/52, a parte requerida quedou-se inerte 55. Assim, reconheço sua revelia, entretanto, verifico a inocorrência do efeito da revelia, nos termos dos art. 345, II, do NCPC. Assim, intime-se o autor para, no prazo de 5 (cinco) dias, especificar as provas que pretende produzir, nos termos do art. 348 do NCPC. Cumpra-se.

ADV: ADRIANO PEREIRA BONETH (OAB 8862/AM) - Processo 0624341-26.2018.8.04.0001 (apensado ao processo 0622896-70.2018.8.04.0001) - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: K.S.A. - REQUERIDA: E.K.F.A. - K.F.A. - Autos nº:0624341-26.2018.8.04.0001 ClasseAlimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 AssuntoRevisão Requerente:KELLYSON SERRÃO ARAÚJO Requerido:ESTER KAROLINE DE FREITAS ARAÚJO KARINY DE FREITAS ARAÚJO SENTENÇA Trata-se de Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 na qual foi determinada a intimação da parte autora no endereço por ela informado e cadastrado nos autos, a fim de que manifestasse interesse no prosseguimento do feito. A referida intimação foi recebida, conforme AR de fls. 41 e não houve manifestação até a presente data. É o sucinto relatório. No presente caso, conforme a disposição legal acima transcrita, a parte autora foi devidamente intimada e permaneceu inerte, ensejando, deste modo, a extinção do processo, nos termos do art. 485, III do CPC, in verbis: Art. 485. O juiz não resolverá o mérito quando: (...) III - por não promover os atos e as diligências que lhe incumbir, o autor abandonar a causa por mais de 30 (trinta) dias; Assim sendo, nos termos do art. 485, III, do CPC, resolvo EXTINGUIR O FEITO, SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO. Publique-se, registre-se, intime-se e cumpra-se. Transitado em julgado, certifique-se e realize os procedimentos necessários para arquivamento dos autos. Manaus, 11 de março de 2019. Vicente de Oliveira Rocha Pinheiro Juiz de Direito, conforme Portaria 457/2019 PTJ

ADV: ELLEN CAROLINA LIMA COLARES (OAB 11239/AM), ADV: BRUNO DE SOUZA CAVALCANTE (OAB 9057/AM), ADV: CLÁUDIA DE SANTANA (OAB 8369/AM), ADV: BERNARDO SILVA DE SEIXAS (OAB 7910/AM), ADV: ANA CAROLINA DA COSTA MAGALHÃES (OAB 6477/AM) - Processo 0624536-79.2016.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: G.R.C. - REQUERIDA: J.C.S.S. - Dê-se vista ao Ministério Público, tendo em vista existir interesse de incapaz, consoante art.698 do NCPC. Cumpra-se.

ADV: JULIANO LUÍS CERQUEIRA MENDES (OAB 3940/AM), ADV: JOÃO VICTOR PEREIRA MARTINS DA SILVA (OAB 8726/AM), ADV: DANIEL SANTOS DE ANDRADE (OAB 6733/AM), ADV: FRANCISCO AUGUSTO MARTINS DA SILVA (OAB 1753/AM), ADV: ARNOLDO BENTES COIMBRA (OAB 345/AM), ADV: JOSÉ LUIZ FRANCO DE MOURA MATTOS JÚNIOR (OAB 5517/AM), ADV: WELLINGTON DE AMORIM ALVES (OAB 2993/AM), ADV: NILSON CORONIN (OAB 1925/AM) - Processo 0625954-86.2015.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Fixação - EXEQUENTE: E.J.S. - E.J.S. - EXECUTADO: J.P.C.S. - De Ordem do MM. Juiz de Direito Titular da 4ª Vara de Família da Comarca de Manaus, Dr. ODÍLIO PEREIRA COSTA NETO e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e art. 152, VII do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria n.º 01/2018 deste juízo (Art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: "Intime-se a parte autora, através de patrono constituído nos autos, para, no prazo de 5 (cinco) dias, manifestar-se acerca da certidão de fls. 212".

ADV: JOSIAS FERREIRA CAVALCANTE (OAB 3580/AM), ADV: EDIANAVE MENDONÇA LIMA (OAB 8469/AM), ADV: MARIA ROSA SOARES DE LIMA ÁVILA (OAB 4086/AM) - Processo 0626690-70.2016.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: R.G.M.S. - REQUERIDO: F.C.L.N. - Considerando que uma vez proferida a Sentença não há mais de se falar em vigência de Decisão Interlocutória e considerando também que a Sentença prolatada nos autos do processo de divórcio entre as partes indeferiu o pedido de alimentos à ex-cônjuge, intime-se a parte autora para, no prazo de 10 (dez) dias, esclarecer: 1) Qual o título executivo está executando nestes autos; 2) Quais os meses do débito a ser executado neste processo. Após, tornem os autos conclusos.

ADV: MARIA LUIZA DO NASCIMENTO RIBEIRO (OAB 3066/AM) - Processo 0626926-51.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Oferta - REQUERENTE: I.C.V. - REQUERIDA: R.O.S.V. - CERTIFICO que, em cumprimento à decisão de fls.41/42 do MM. Juiz de Direito. Dr. Vicente de Oliveira Rocha Pinheiro, fica pautada Audiência de conciliação/mediação, a ser realizada no CEJUSC - FAMÍLIA - Fórum Cível Des. Euza Maria Naice de Vasconcelos, Rua Valério Botelho de Andrade, S/N, 1º andar - São Francisco - Manaus - AM - CEP:69.079-260 , no dia 02/05/2019 às 09:30h. As partes deverão estar acompanhadas de seus advogados ou defensores públicos (art. 695, §4º, do CPC/2015).

ADV: CLÁUDIA DE SANTANA (OAB 8369/AM) - Processo 0627660-02.2018.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: D.S.S. - REQUERIDA: A.B.A. - Defiro o pedido de retificação do polo passivo, conforme folha 27, devendo a Secretária proceder com as medidas necessárias. No mais, paute-se nova audiência de conciliação e mediação. Cite-se a parte requerida para comparecer à audiência no endereço informado à folha 40. Intime-se a parte autora e o Ministério Público. Cumpra-se.

ADV: PATRÍCIA LIMA TEIXEIRA (OAB 8482/AM) - Processo 0628790-61.2017.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: M.C.S.V. - REQUERIDO: R.S.F. - SENTENÇA Trata-se de Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 Em folhas 62 foi determinada a intimação da autora no endereço por ela informado e cadastrado nos autos, a fim de que cumprisse o que lhe foi estabelecido. Contudo, não foi possível efetivar a sua intimação, uma vez que a parte mudou de endereço, conforme consta na certidão de fls 76. Autos conclusos. Decido. A atualização de quaisquer informações sempre que houver modificação temporária ou definitiva é dever da parte, consoante o art. 77, V, do Código de Processo Civil: Art. 77: Além de outros previstos neste Código, são deveres das partes, de seus procuradores e de todos aqueles que de qualquer forma participem do processo: V) declinar, no primeiro momento que lhes couber falar nos autos, o endereço residencial ou profissional onde receberão intimações, atualizando essa informação sempre que ocorrer qualquer modificação temporária ou definitiva; (grifei) No presente caso, o autor mudou de endereço sem informar a este juízo, o que impossibilita a sua intimação pessoal e o regular prosseguimento do feito, ensejando,

deste modo, a extinção do processo, nos termos do art. 485, III do CPC: Art. 485. O juiz não resolverá o mérito quando: (...) III - por não promover os atos e as diligências que lhe incumbir, o autor abandonar a causa por mais de 30 (trinta) dias; Dessa forma, com fulcro no art. 485, III, do CPC, resolvo EXTINGUIR O FEITO, SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO. Sem custas. Cumpra-se, registre-se e publique-se. Transitado em julgado, arquive-se com as providências de estilo. Manaus, 08 de março de 2019. Vicente de Oliveira Rocha Pinheiro Juiz de Direito

ADV: ADRIANA GOMES DE OLIVEIRA (OAB 12202/AM) - Processo 0629206-92.2018.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: A.M.G.O. - REQUERIDO: A.T.S.S. - Trata-se de Ação de Divórcio. As partes transacionaram acordo parcial de mérito, folhas 34-35. É o relatório. Decido. Primeiramente, entendo por deferir o pedido de decretação do divórcio antecipadamente, visto que é cediço que o divórcio está submetido a um único requisito, qual seja, a vontade de uma pessoa casada dissolver o vínculo matrimonial independentemente de qualquer prazo, de casamento ou de separação fática. No mais, faz-se necessário ainda homologar o acordo no que concerne à guarda e visitas. Saliento, entretanto, que a presente decisão não faz coisa julgada em relação aos alimentos. Assim, HOMOLOGO o acordo parcial de folhas 34-35, com fulcro no art. 356, I, CPC, decretando o divórcio entre as partes, devendo ser este devidamente averbado, e estabelecendo o regime de guarda e visitas. Expeça-se mandado de averbação e o quê mais for necessário. No mais, deve-se continuar a tramitação da lide em relação aos alimentos Observo que, conforme certidão de folha 42, a parte requerida não apresentou contestação. Assim, reconheço sua revelia, entretanto, verifico a inocorrência do efeito da revelia, nos termos dos art. 345, II, do NCPC. Assim, intime-se o autor para, no prazo de 5 (cinco) dias, especificar as provas que pretende produzir, nos termos do art. 348 do NCPC. Cumpra-se.

ADV: EHUD EMANUEL ABENSUR SANTOS (OAB 10760/AM) - Processo 0629484-93.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Investigação de Paternidade - REQUERENTE: R.F.S.F. - REQUERIDA: S.S.G. - W.C.P. - Intime-se a parte autora para, no prazo de quinze dias, atender a promoção ministerial de folhas 34-36 no que concerne à regularização do polo passivo da demanda. Na oportunidade, deve pleitear pelo o quê entender de direito. No mais, indefiro o pedido ministerial de realização de D.N.A., entendendo pela sua desnecessidade em razão do acordo de folhas 31-32. Por fim, persiste razão o parquet quando da necessidade de constatação de vinculo afetivo do autor com o menor. Portanto, oficie-se o setor responsável para realização de estudo psicossocial. Cumpra-se.

ADV: MAURA CARVALHO MARANHÃO (OAB 12135/AM), ADV: BRUNO OLIVEIRA MEDEIROS (OAB 7203/AM), ADV: EDIMAR RIBEIRO DE OLIVEIRA (OAB 13556/AM) - Processo 0629524-75.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: V.O.R. - REQUERIDO: A.A.C. - Autos nº:0629524-75.2018.8.04.0001 ClasseAlimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 AssuntoFixação Requerente: RAQUEL ALVES RAPOSO REBECA SAFIRA ALVES RAPOSO Requerido: ADELSON ALVES DA COSTA SENTENÇA Trata-se de Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68. As partes requereram pela desistência da ação, conforme fls.43, em razão do acordo já realizado nos autos:0635089-20.2018 (1°Vara de Familia) É o relatório. Decido. Em consequência, com fundamento no artigo 485, inciso VIII, reconheço a desistência do feito e JULGO EXTINTO sem exame de mérito o presente processo. Oficie-se o empregador do Requerido para cessar os descontos. Sem custas. Publique-se, registre-se, intime-se e cumpra-se. Transitado em julgado, certifique-se e realize os procedimentos necessários para arquivamento dos autos. Manaus, 11 de março de 2019. Vicente de Oliveira Rocha Pinheiro Juiz de Direito conforme portaria 457/2019

ADV: PEDRO ANTÔNIO DE OLIVEIRA (OAB 9678/AM) - Processo 0629753-35.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: D.F.L.F. - REQUERIDA: I.L.O.D. - De Ordem do MM. Juiz de Direito Titular da 4ª Vara de Família da Comarca de Manaus, Dr. ODÍLIO PEREIRA COSTA NETO e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e art. 152, VII do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria n.º 01/2018 deste juízo (Art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: "Expeça-se novo ofício conforme atualização solicitada na petição de fls. 56".

ADV: FRANCISCO CARLOS RAMOS DA SILVA (OAB 8136/AM), ADV: GISELE BRITO DE AGUIAR (OAB 4918/AM), ADV: MARIA DO CARMO DO AMARAL LINHARES (OAB 1786/AM), ADV: MILCYETE BRAGA ASSAYAG (OAB 5006/AM) - Processo 0629773-65.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Pagamento - REQUERENTE: RONALDO CESAR FREYRE PINTO NETO - REQUERIDO: JOSÉ GERALDO LIMA - No mais, em respeito aos principios processuais que privilegiam a solução consensual da lide e considerando ainda o extenso lapso temporal desta demanda executória, paute-se audiência de conciliação e mediação a fim de criar oportunidade para as partes transacionarem. Intimem-se as partes. Não havendo acordo ou ausente a parte requerida, tornem os autos conclusos para Decisão Interlocutória. Cumpra-se.

ADV: CAMILA PONTES TORRES (OAB 12280/AM), ADV: RAYNA COELHO BARBOSA (OAB 12222/AM) - Processo 0630135-28.2018.8.04.0001 - Interdição - Tutela e Curatela - REQUERENTE: Danna Michelle Gordiano Valente - REQUERIDA: Marília Gordiano Valente - Inspeção Judicial Data: 22/05/2019 Hora 09:30 Local: Sala padrão

ADV: VASCO MACEDO VASQUES (OAB 5305/AM), ADV: GUALTER MORAES DOS REIS (OAB 8804/AM), ADV: THIAGO ANDRADE DE OLIVEIRA (OAB 7671/AM), ADV: GINA MORAES DE ALMEIDA (OAB 7036/AM), ADV: WILSON PEÇANHA NETO (OAB 4630/AM), ADV: MÁRCIO SILVA TEIXEIRA (OAB 4672/AM) - Processo 0630331-95.2018.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: J.R.M.A. - REQUERIDA: N.S.A. - CERTIFICO que, de ordem do MM Juiz Coordenador do CEJUSC-FAMÍLIA, MM. Juiz de Direito. Dr. Gildo Alves de Carvalho Filho, fica pautada Audiência de conciliação/mediação, a ser realizada no CEJUSC - FAMÍLIA - Fórum Cível Des. Euza Maria Naice de Vasconcelos, Rua Valério Botelho de Andrade, S/N, 1º andar - São Francisco - Manaus - AM - CEP:69.079-260 , no dia 16/04/2019 ÀS 9 HORAS. As partes deverão estar acompanhadas de seus advogados ou defensores públicos (art. 695, §4º, do CPC/2015).

ADV: MAX EDUARDO VIEIRA SARUBI (OAB 9540/AM) - Processo 0630337-73.2016.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: M.L.S.R. - REQUERIDO: V.L.R. - Acolho Parecer Ministerial de fls. 86/87. Em consonância com este, intime-se a parte autora para no prazo de 15 (quinze) dias, informar se vem recebendo os alimentos provisórios arbitrados, bem como apresente planilha de gastos da menor, com os respectivos comprovantes, na medida do possível. Retorne os autos à Secretaria para realização de pesquisa, em nome do alimentante, junto ao InfoJud, de suas três ultimas declarações de imposto de renda, bem como junto ao BacenJud e ao RenaJud, de ativos financeiros e veículos em seu nome.

ADV: AGUINALDO PEREIRA DIAS (OAB 7667/AM) - Processo 0630458-33.2018.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Alimentos - REQUERENTE: R.R.O.C. - M.R.O.C. - L.E.O.C. - M.E.O.C. - REQUERIDO: A.Q.C. - De Ordem do MM. Juiz de Direito Titular da 4ª Vara de Família da Comarca de Manaus, Dr. ODÍLIO PEREIRA COSTA NETO e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e art. 152, VII do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria n.º 01/2018 deste juízo (Art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: "Intime-se a parte autora, através de patrono constituído nos autos, para, no prazo de 5 (cinco) dias, manifestar-se acerca da certidão de fls. 39".

ADV: MYLLA CHRISTIE VASCONCELOS SAIDT (OAB 12691/AM), ADV: MARIA DE CÁSSIA RABELO DE SOUZA (OAB 2736/AM) - Processo 0632412-17.2018.8.04.0001 - Petição Cível - União Estável ou Concubinato - REQUERENTE: Rosiane Vilaça da Silva - REQUERIDA: Cassia Letícia da Silva Rabelo e outros - Requerente: ROSIANE VILAÇA DA SILVA Requerido:CÁSSIO DA SILVA RABELO ANA CÁSSIA DA SILVA RABELO CASSIA LETÍCIA DA SILVA RABELO SENTENÇA Vistos, Trata-se de União Estável ou Concubinato. No curso do processo, as partes transacionaram acordo e pleitearam sua homologação, consoante fls. 51/52. Autos conclusos, decido. O acordo versa sobre União Estável ou Concubinato. DO RECONHECIMENTO E DISSOLUÇÃO DA UNIÃO ESTÁVEL: As partes reconheceram a União Estável

havida no período de 1997 a maio de 2016, assim como a sua consequente dissolução, em decorrência do falecimento do Sr. Edmilson Rabelo de Souza. Tendo sido o acordo realizado por livre vontade das partes e considerando os documentos apresentados, HOMOLOGO POR SENTENÇA o acordo firmado entre as partes para que produza seus jurídicos e legais efeitos e JULGO EXTINTO com resolução de mérito o processo em epígrafe, com base no artigo 487, III, "b" do CPC. Sem custas. Manaus, 11 de março de 2019. Vicente de Oliveira Rocha Pinheiro Juiz de Direito conforme Portaria 457/2019 PTJ

ADV: FRANCISCO SOUZA DE MELO (OAB 7808/AM) - Processo 0635386-61.2017.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Alimentos - REQUERENTE: E.V.S.R. - REQUERIDO: E.R.S. - Diante a Certidão de fls. 58, a Parte requerida quedou-se inerte. Dê-se vista ao Ministério Público, tendo em vista existir interesse de incapaz, consoante art.698 do NCPC. Cumpra-se.

ADV: WILSON OLIVEIRA MELO JÚNIOR (OAB 3220/AM), ADV: LAURO AUGUSTO DE LIMA CAVALCANTI (OAB 6343/AM), ADV: BERNARDINA LIMA ARCE (OAB 6689/AM) - Processo 0635476-74.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: MARIA NIZETE QUEIROZ DE VASCONCELOS - REQUERIDO: FRANCISCO JOSÉ ROCHA GONÇALVES - ALICE RIBEIRO DE AZEVEDO e outros - De Ordem do MM. Juiz de Direito Titular da 4ª Vara de Família da Comarca de Manaus, Dr. ODÍLIO PEREIRA COSTA NETO e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e art. 152, VII do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria n.º 01/2018 deste juízo (Art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: " Expeça-se novo mandado de citação, conforme atualização do endereço informado na petição de fls. 418/ 419".

ADV: NANCY MAGGIO (OAB 6460/AM) - Processo 0636010-76.2018.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: M.W.F.S. - REQUERIDA: A.M.L. - Autos nº:0636010-76.2018.8.04.0001 ClasseGuarda AssuntoSeção Cível Requerente:MAX WASHINGTON FREITAS DA SILVA Requerida: ALINE MOTA DE LIMA DESPACHO Citada, fl.67, a parte requerida quedou-se inerte 70. Assim, reconheço sua revelia, entretanto, verifico a inocorrência do efeito da revelia, nos termos dos art. 345, II, do NCPC. Assim, intime-se o autor para, no prazo de 5 (cinco) dias, especificar as provas que pretende produzir, nos termos do art. 348 do NCPC. Cumpra-se. Manaus, 11 de março de 2019. Vicente de Oliveira Rocha Pinheiro Juiz de Direito, conforme Portaria 457/2019 PTJ

ADV: KATHLEEN SENNA DA SILVA (OAB 3323/AM) - Processo 0636022-95.2015.8.04.0001 - Averiguação de Paternidade - Investigação de Paternidade - REQUERENTE: F.F.S. - REQUERIDO: E.M.V.O. - K.R.O. e outros - Diante do lapso temporal desde sua última manifestação, intime-se a parte autora para, no prazo de 10 (dez) dias, informar suas condições financeiras e se já possuiu meios suficientes para arcar com o curto do exame de D.N.A. Após, tornem os autos conclusos.

ADV: MARGARIDA MARIA LEÃO DE OLIVEIRA (OAB 5185/AM) - Processo 0637837-25.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Investigação de Paternidade - REQUERENTE: T.L.X. - REQUERIDO: D.H.P.R. - De Ordem do MM. Juiz de Direito Titular da 4ª Vara de Família da Comarca de Manaus, Dr. ODÍLIO PEREIRA COSTA NETO e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e art. 152, VII do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria n.º 01/2018 deste juízo (Art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: "Vista ao Ministério Público para manifestar-se sobre do acordo de fls. 58/60".

ADV: BETINA BRENDA GOMES LUNIER (OAB 12370/AM), ADV: LUCIANA AMAZONAS CABRAL (OAB 10218/AM) - Processo 0638197-91.2017.8.04.0001 - Divórcio Consensual - Dissolução - REQUERENTE: P.B.G.O. - A.D.O. - De Ordem do MM. Juiz de Direito Titular da 4ª Vara de Família da Comarca de Manaus, Dr. ODÍLIO PEREIRA COSTA NETO e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e art. 152, VII do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria n.º 01/2018 deste juízo (Art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: "Intime-se a parte autora, através de patrono constituído nos autos, para, no prazo de 5 (cinco) dias, manifestar-se acerca da certidão de fls. 103".

ADV: WINSTON DE ARAÚJO TEIXEIRA (OAB 11584/RN) - Processo 0638333-54.2018.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: J.D.B. - REQUERIDO: W.S.M. - De Ordem do MM. Juiz de Direito Titular da 4ª Vara de Família da Comarca de Manaus, Dr. ODÍLIO PEREIRA COSTA NETO e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e art. 152, VII do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria n.º 01/2018 deste juízo (Art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: "Intime-se a parte autora, através de patrono constituído nos autos, para, no prazo de 5 (cinco) dias, manifestar-se acerca da certidão de fls. 53".

ADV: LUCIANO VIEIRA DA ROCHA SILVA (OAB 4787/AM) - Processo 0640484-90.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: A.Q. - REQUERIDA: A.L.S.A. - De Ordem do MM. Juiz de Direito Titular da 4ª Vara de Família da Comarca de Manaus, Dr. ODÍLIO PEREIRA COSTA NETO e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e art. 152, VII do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria n.º 01/2018 deste juízo (Art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: "Intime-se a parte autora, através de patrono constituído nos autos, para, no prazo de 5 (cinco) dias, manifestar-se acerca da certidão de fls. 51".

ADV: YURY CROIFF SANTOS THURY (OAB 8079/AM) - Processo 0641015-50.2016.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: M.M.T.N.S. - REQUERIDA: K.C.S. e outros - Dê-se vista ao Ministério Público, tendo em vista existir interesse de incapaz, consoante art.698 do NCPC. Cumpra-se.

ADV: NILSON OLIVEIRA DE ANDRADE (OAB 8687/AM), ADV: CHRISTIAN ARAÚJO DE SOUZA (OAB 13291/AM) - Processo 0641687-87.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: A.L.A.R.M. - REQUERIDO: A.C.N.R.J. - De Ordem do MM. Juiz de Direito Titular da 4ª Vara de Família da Comarca de Manaus, Dr. ODÍLIO PEREIRA COSTA NETO e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e art. 152, VII do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria n.º 01/2018 deste juízo (Art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: "Vista ao Ministério Público para manifestar-se sobre do acordo de fls. 49/51".

ADV: WICTOR FLÁVIO DE SÃO PAULO AGUIAR (OAB 8907/AM), ADV: CLEITON DA SILVA CARVALHO (OAB 10652/AM), ADV: AGRÍCIO ROCHA DA SILVA NETO (OAB 13822/AM) - Processo 0642103-55.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - REQUERENTE: F.P.O.F. - REQUERIDO: P.P.S.F. - De Ordem do MM. Juiz de Direito Titular da 4ª Vara de Família da Comarca de Manaus, Dr. ODÍLIO PEREIRA COSTA NETO e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e art. 152, VII do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria n.º 01/2018 deste juízo (Art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: "Vista à parte autora para que se manifeste acerca da contestação de fls. 37/51, no prazo de 15 (quinze) dias".

ADV: MARY JANE SAMPAIO DE OLIVEIRA (OAB 6081/AM), ADV: ROSA EVANEIDE MENDES PINTO (OAB 7291/AM), ADV: ELIZABETH MACEDO SOARES (OAB 6557/AM) - Processo 0642211-84.2018.8.04.0001 - Averiguação de Paternidade - Registro Civil das Pessoas Naturais - REQUERENTE: A.S.N. - REQUERIDO: H.R.M. - A.L.A. - Tendo sido o acordo realizado por livre vontade das partes e considerando os documentos apresentados, HOMOLOGO POR SENTENÇA o acordo firmado entre as partes para que produza seus jurídicos e legais efeitos e JULGO EXTINTO com resolução de mérito o processo em epígrafe, com base no artigo 487, III, "b" do CPC. A presente sentença servirá como mandado de averbação. Expeça-se o necessário, de ordem. Sem custas.

ADV: CÍNTIA ROSSETTE DE SOUZA (OAB 4605/AM), ADV: RAIMUNDO DE AMORIM FRANCISCO SOARES (OAB 1137/AM) - Processo 0642324-38.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: W.F.S. - REQUERIDO: W.G.S. - De Ordem do MM. Juiz de Direito Titular da 4ª Vara de Família da Comarca de Manaus, Dr. ODÍLIO PEREIRA COSTA NETO e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e art. 152, VII do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria n.º 01/2018 deste juízo (Art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: "Vista à parte autora para que se manifeste, por meio de seu advogado, acerca da Contestação de fls. 110/119, no prazo 15 (quinze) dias.".

ADV: ALEXSANDRE GODINHO FURTADO (OAB 11933/AM), ADV: NÁIADE VICTÓRIA ARAÚJO PERRONE (OAB 9183/AM) - Processo 0644052-17.2018.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Alimentos - EXEQUENTE: J.B.P.M.N. - L.C.M.N. - EXECUTADO: J.K.N.N. - Intime-se a parte exequente para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestar-se acerca da justificativa de folhas 51-102 e requerer o quê entender de direito. Cumpra-se.

ADV: PATRÍCIA SENA PRAIA (OAB 8244/AM) - Processo 0646279-77.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - REQUERENTE: J.A.M.N. - REQUERIDA: B.O.N. - À Secretaria para proceder nova consulta em nome da requerida junto ao SIEL, tendo-se em vista a realização de pesquisa apenas pelo INFOJUD. Em seguida, expeça-se mandado para que seja realizada a citação pessoal da parte requerida por meio de Oficial de Justiça. Cumpra-se. Após, voltem os autos conclusos.

ADV: RENATO FERNANDES MARIANO (OAB 8246/AM), ADV: EMÍLIA CAROLINA MELLO VIEIRA (OAB 3872/AM) - Processo 0646511-89.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: J.V.A. - REQUERIDO: G.P.C. - De Ordem do MM. Juiz de Direito Titular da 4ª Vara de Família da Comarca de Manaus, Dr. ODÍLIO PEREIRA COSTA NETO e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e art. 152, VII do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria n.º 01/2018 deste juízo (Art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: "Intima-se a parte Autora por meio de patrono constituído, para no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar Réplica acerca da Contestação de fls. 87/93".

ADV: ANDRELINO NOGUEIRA RABELO (OAB 13032/AM) - Processo 0647229-86.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - ALIMENTAND: R.L.P. - ALIMENTANT: R.S.P. - Tendo sido o acordo realizado por livre vontade das partes e considerando os documentos apresentados, HOMOLOGO POR SENTENÇA o acordo firmado entre as partes para que produza seus jurídicos e legais efeitos e JULGO EXTINTO com resolução de mérito o processo em epígrafe, com base no artigo 487, III, "b" do CPC. Oficie-se o empregador. Expeça-se o necessário, de ordem. Sem custas.

ADV: RENATA MENDES ANGELIM (OAB 13279/AM), ADV: RUAN CARDOSO CAROLINO (OAB 13281/AM), ADV: JENNIFER KAROLINE DE OLIVEIRA SILVA (OAB 13419/AM) - Processo 0647367-53.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Alimentos - REQUERENTE: M.S.B.R. - A.H.B. - REQUERIDO: R.S.R. - CERTIFICO que, em cumprimento ao(à) despacho/decisão retro do MM. Juiz de Direito. Dr. Vicente de Oliveira Rocha Pinheiro, fica pautada Audiência de conciliação/mediação, a ser realizada no CEJUSC - FAMÍLIA - Fórum Cível Des. Euza Maria Naice de Vasconcelos, Rua Valério Botelho de Andrade, S/N, 1º andar - São Francisco - Manaus - AM - CEP:69.079-260 , no dia 02/05/2019 às 09:30h. As partes deverão estar acompanhadas de seus advogados ou defensores públicos (art. 695, §4º, do CPC/2015).

ADV: ALESSANDRO ADAUTO DE MEDEIROS (OAB 12142/AM) - Processo 0650377-08.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: M.G.S. - REQUERIDO: W.R.S.S. - Dessa forma, com fuclro no artigo 485, inciso VIII, acolho a desistência do feito e JULGO EXTINTO sem exame de mérito o presente processo. Sem custas. Arquive-se, observadas as formalidades legais. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: BRUNO RODRIGO MACIEL COSTA DE LIMA (OAB 13094/AM), ADV: BRUNO RODRIGO MACIEL COSTA DE LIMA (OAB 13094/AM) - Processo 0650577-15.2018.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: Edilson da Costa Silva - REQUERIDA: N.K.F.M.S. - Dessa forma, com fuclro no artigo 485, inciso VIII, acolho a desistência do feito e JULGO EXTINTO sem exame de mérito o presente processo. Sem custas. Arquive-se, observadas as formalidades legais. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: CARLOS ALBERTO RODRIGUES DE SOUZA (OAB 6164/AM) - Processo 0650716-64.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: Valdima Dantas de Oliveira - REQUERIDO: José Maria Oliveira Torres - Maria do Disterro OLiveira Torres - SANDRA MARIA OLIVEIRA TORRES e outros - Tendo sido o acordo realizado por livre vontade das partes e considerando os documentos apresentados, HOMOLOGO POR SENTENÇA o acordo firmado entre as partes para que produza seus jurídicos e legais efeitos e JULGO EXTINTO com resolução de mérito o processo em epígrafe, com base no artigo 487, III, "b" do CPC. Expeça-se o necessário, de ordem. Sem custas.

ADV: ALESSANDRA AMAZONAS DA CUNHA (OAB 5780/AM) - Processo 0651891-93.2018.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: R.B.C. - REQUERIDO: R.B.C. - Defiro o benefício da gratuidade da Justiça. Preliminarmente, oficie-se conforme já determinado à folha 19. No mais, verifico que compõe o polo passivo da demanda os requeridos RENATA BRILHANTE DA CUNHA e GABRIEL DA SILVA BARROS, genitores da menor. Cite-se a requerida RENATA BRILHANTE DA CUNHA por carta com AR para contestar o feito em quinze dias. Quanto ao requerido GABRIEL DA SILVA BARROS, que se encontra em local incerto ou não sabido, diante da o resultado negativo da busca por seu endereço às folhas anteriores, determino seja realizada a sua citação por edital, com prazo de 20 dias, nos termos dos arts. 256, II e 257, I do Código de Processo Civil. Citados, após o decurso do prazo, certifique-se e tornem os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: ALESSANDRA AMAZONAS DA CUNHA (OAB 5780/AM) - Processo 0651891-93.2018.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: R.B.C. - REQUERIDO: R.B.C. - Defiro o benefício da gratuidade da Justiça. Preliminarmente, oficie-se conforme já determinado à folha 19. No mais, verifico que compõe o polo passivo da demanda os requeridos R. B. DA C. e G. DA S. B., genitores da menor sob foco. Cite-se a requerida R. B. DA C. por carta com AR para contestar o feito em quinze dias. Quanto ao requerido G. DA S. B., que se encontra em local incerto ou não sabido, diante da o resultado negativo da busca por seu endereço às folhas anteriores, determino seja realizada a sua citação por edital, com prazo de 20 dias, nos termos dos arts. 256, II e 257, I do Código de Processo Civil. Citados, após o decurso do prazo, certifique-se e tornem os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: ALOIZIO PAES DE LIMA (OAB 1814/AC) - Processo 0651910-02.2018.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: J.A.Q. - REQUERIDA: L.D.S. - J.S.Q. - Nessa esteira, diante dos documentos juntados aos autos, entendo ausentes os requisitos para a concessão da tutela requerida neste momento processual, uma vez que não restaram configurados as condições acima dispostas. Assim, por ora, INDEFIRO o pedido de tutela antecipada. Dito isto, deve-se dar seguimento ao trâmite processual. Determino que seja pautada e realizada audiência de mediação e conciliação o Centro Judiciário de Solução de Conflitos das Varas de Família. Assim, cite-se a parte requerida e intime-se a parte autora para comparecerem à audiência, devendo constar no mandado que a parte deverá estar acompanhada de advogado ou de defensor público, nos termos do art. 695, §4º, do NCPC. Sendo infrutífera a mediação ou a conciliação, ou seja, não realizado o acordo ou o não comparecimento de qualquer das partes, fica a parte demandada intimada para contestar, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, consoante art. 335, do CPC/2015. Após, apresentada a defesa, intime-se à parte autora para a apresentação de réplica em igual prazo. Ato contínuo, oficie-se o setor competente para a realização do estudo psicossocial. Dê-se ciência ao Ministério Público. Intimem-se.

ADV: ROSEANE RODRIGUES DA CUNHA (OAB 7610/AM) - Processo 0652435-81.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Alimentos - REQUERENTE: A.A.F.A.L. - ALIMENTAND: M.R.F.S. - ALIMENTANT: J.M.R.S. - De Ordem do MM. Juiz de Direito Titular da 4ª Vara de Família da Comarca de Manaus, Dr. ODÍLIO PEREIRA COSTA NETO e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e art. 152, VII do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria n.º 01/2018 deste juízo (Art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: "Vista ao Ministério Público para manifestar-se sobre do acordo de fls. 31/32".

ADV: ELAINE BEZERRA DE QUEIROZ BENAYON (OAB 3456/AM) - Processo 0653878-67.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: L.E.L. - A.E.L. - M.E.M.L. - REQUERIDO: V.Q.L. - DESPACHO Intime-se a parte Requerida através de carta precatória para que providencie a sua regularização da representação processual no prazo de 5 (cinco) dias Após, dê-se vista a representante do Ministério Público. Cumpra-se Manaus, 08 de março de 2019. Vicente de Oliveira Rocha Pinheiro Juiz de Direito

ADV: MÁRIO ALBERTO DA FONSECA MONTEIRO JÚNIOR (OAB 1431/AM) - Processo 0654683-20.2018.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: E.F.N. - REQUERIDA: O.I.M.P.N. - De Ordem do MM. Juiz de Direito Titular da 4ª Vara de Família da Comarca de Manaus, Dr. ODÍLIO PEREIRA COSTA NETO e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e art. 152, VII do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria n.º 01/2018 deste juízo (Art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: "Vista ao Ministério Público para manifestar-se sobre o acordo de fls. 30/32".

ADV: DANIELLE DELGADO GONÇALVES (OAB 9983/AM), ADV: ISAEL FRANKLIN GONÇALVES (OAB 12054/AM), ADV: WINSTON DE ARAÚJO TEIXEIRA (OAB 11584/RN) - Processo 0654827-91.2018.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: E.F.C. - REQUERIDO: J.S.B. - Intime-se a parte autora para, no prazo de 10 (dez) dias, se manifestar sobre o documento de folha 27 e requerer o quê entender de direito. Cumpra-se.

ADV: MICHELLE MELO BARBOSA (OAB 2648/AM), ADV: DINA FLÁVIA FREITAS DA SILVA (OAB 8182/AM), ADV: DANIELLE PEREIRA SILVA (OAB 11102/AM) - Processo 0655139-67.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - REQUERENTE: W.J.A. - REQUERIDA: A.P.P.A. - W.R.A. - Tendo sido o acordo realizado por livre vontade das partes e considerando os documentos apresentados, HOMOLOGO POR SENTENÇA o acordo firmado entre as partes para que produza seus jurídicos e legais efeitos e JULGO EXTINTO com resolução de mérito o processo em epígrafe, com base no artigo 487, III, "b" do CPC. Cancele-se a audiência pautada. Oficie-se o empregador. Expeça-se o necessário, de ordem. Sem custas.

ADV: BAIRON ANTÔNIO DO NASCIMENTO JÚNIOR (OAB 3795/AM) - Processo 0655316-31.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - REQUERENTE: A.M.S. - REQUERIDA: V.A.S. - SENTENÇA Vistos, Trata-se de Exoneração de Alimentos. No curso do processo, as partes transacionaram acordo e pleitearam sua homologação, consoante fls.29/38. Autos conclusos, decido. O acordo versa sobre exoneração de alimentos. Tendo sido o acordo realizado por livre vontade das partes e considerando os documentos apresentados, HOMOLOGO POR SENTENÇA o acordo firmado entre as partes para que produza seus jurídicos e legais efeitos e JULGO EXTINTO com resolução de mérito o processo em epígrafe, com base no artigo 487, III, "b" do CPC. Oficie-se o empregador do Requerido para cessar os descontos referente a pensão alimentícia em favor da filha Vitoria Alves dos Santos. Sem custas. Manaus, 08 de março de 2019. Vicente de Oliveira Rocha Pinheiro Juiz de Direito

ADV: KELMA SOUZA LIMA (OAB 5470/AM) - Processo 0656926-34.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Guarda - REQUERENTE: Flauzina da Silva Galvão - REQUERIDO: Diego Philippe Xaud Cabasson - Paute-se audiência de conciliação para ratificação dos termos de acordo. Intime-se as partes. Intime-se o Ministério Público. Cumpra-se.

ADV: CÉSAR LUIZ CAMPOS DA COSTA (OAB 8026/AM) - Processo 0658403-92.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - ALIMENTAND: E.S.S. - ALIMENTANT: M.S.S. - Defiro a gratuidade de justiça, nos termos do artigo 98 do CPC. Recomendo que as partes participem da Oficina de Pais e Filhos que é realizada na última quarta-feira do mês, no 3º andar, setor 1 do Fórum Henoch Reis, sito na Av. Jornalista Humberto Calderaro Filho, na cidade de Manaus/AM, ou realizem a referida Oficina On-line, disponibilizada no site do CNJ, dentro da área destinada ao Ambiente Virtual de Aprendizagem , criada no intuito de estimular os pais a estabelecerem convivência com mais diálogo, cordialidade e respeito, proporcionando o saudável desenvolvimento emocional dos filhos e a resolução pacífica de seus conflitos. Cite(m)-se a(s) parte(s) requerida(s) para comparecer(em) à audiência de mediação e conciliação a ser designada e realizada no Centro Judiciário de Solução de Conflitos das Varas de Família, nos termos do artigo 695 do NCPC. Intime-se, também, o polo ativo para comparecimento à mencionada audiência. Façam constar nos instrumentos a advertência de aplicação de multa pelo não comparecimento à audiência sem a devida justificação. As partes deverão estar obrigatoriamente acompanhadas de seus advogados ou defensores públicos na audiência de mediação ou conciliação, para que esta seja bem conduzida e orientada. (art. 695, §4º, do CPC/2015). Sendo infrutífera a mediação ou a conciliação, ou seja, não realizado o acordo ou o não comparecimento de qualquer das partes, fica a parte demandada intimada para contestar, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias. (art. 335, do CPC/2015). Na eventual necessidade de recolhimento de despesas postais, observar o previsto no provimento nº 273 -CGJ/AM. Retornando o instrumento citatório sem o devido cumprimento por não localização do endereço ou do destinatário, intime-se a parte demandante para promoção da citação no prazo de cinco dias, inclusive com a descrição de ponto de referência ou qualquer outra informação útil à efetivação da diligência. Intime-se. Viabilize-se.

ADV: ERIKA PAIVA PONCE E SILVA (OAB 10795/AM) - Processo 0658545-96.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - REQUERENTE: L.A.L. - REQUERIDA: M.N.S.L. - Processo nº 0658545-96.2018.8.04.0001 Requerente:LUIZ ALBERTO LOBATO Requerido:MARIA DE NAZARÉ FERREIRA DA SILVA DESPACHO: Defiro a gratuidade de justiça, nos termos do artigo 98 do CPC. Cite(m)-se a(s) parte(s) requerida(s) para comparecer(em) à audiência de mediação e conciliação a ser designada e realizada no Centro Judiciário de Solução de Conflitos das Varas de Família, nos termos do artigo 695 do NCPC. Intime-se, também, o polo ativo para comparecimento à mencionada audiência. Façam constar nos instrumentos a advertência de aplicação de multa pelo não comparecimento à audiência sem a devida justificação. As partes deverão estar obrigatoriamente acompanhadas de seus advogados ou defensores públicos na audiência de mediação ou conciliação, para que esta seja bem conduzida e orientada. (art. 695, §4º, do CPC/2015). Sendo infrutífera a mediação ou a conciliação, ou seja, não realizado o acordo ou o não comparecimento de qualquer das partes, fica a parte demandada intimada para contestar, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias. (art. 335, do CPC/2015). Na eventual necessidade de recolhimento de despesas postais, observar o previsto no provimento nº 273 -CGJ/AM. Retornando o instrumento citatório sem o devido cumprimento por não localização do endereço ou do destinatário, intime-se a parte demandante para promoção da citação no prazo de cinco dias, inclusive com a descrição de ponto de referência ou qualquer outra informação útil à efetivação da diligência. Intime-se. Viabilize-se. Manaus, 11 de março de 2019. Vicente de Oliveira Rocha Pinheiro Juiz de Direito conforme Portaria 457/2019 PTJ

ADV: LAZARO PEREIRA DOURADO (OAB 9775/AM) - Processo 0660689-43.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Alimentos - REQUERENTE: F.S.O. - REQUERIDA: A.L. - CERTIFICO que, em cumprimento à decisão retro do MM. Juiz de Direito. Dr. Odílio Pereira Costa Neto, fica pautada Audiência de conciliação/mediação, a ser realizada no CEJUSC - FAMÍLIA - Fórum Cível Des. Euza Maria Naice de Vasconcelos, Rua Valério Botelho de Andrade, S/N, 1º andar - São Francisco - Manaus - AM - CEP:69.079-260 , no dia 04/04/2019 às 08:30h. As partes deverão estar acompanhadas de seus advogados ou defensores públicos (art. 695, §4º, do CPC/2015). CERTIFICO ainda que, nesta data, são os autos encaminhados às filas "Ministério Público - Intimação/Audiência" e "CEJUSC - Publicação-Audiência" para publicação da data de audiência pela Secretaria da Vara de origem. Sendo citada e intimada desta data a parte Requerida conforme certidão que se segue.

Adnilso Gomes Nery (OAB 4124/AM)
Adriana Almeida Lima (OAB 4577/AM)
Adriana Gomes de Oliveira (OAB 12202/AM)
Adriano Pereira Boneth (OAB 8862/AM)
Adroaldo Alexandre Arruda da Silva (OAB 5483/AM)
Agrício Rocha da Silva Neto (OAB 13822/AM)
Aguinaldo Pereira Dias (OAB 7667/AM)
Alan Hergerton Façanha (OAB 9353/AM)
Alberto Pedrini Jr. (OAB 002.313/AM)
Alessandra Amazonas da Cunha (OAB 5780/AM)
Alessandro Adauto de Medeiros (OAB 12142/AM)
Alexandre Gomes Ribeiro (OAB 6199/AM)
Alexsandre Godinho Furtado (OAB 11933/AM)
Aloizio Paes de Lima (OAB 1814/AC)
Américo Gorayeb Neto (OAB 3923/AM)
Ana Carolina da Costa Magalhães (OAB 6477/AM)
Ana Paula Nogueira de São Marcos Batista Moura (OAB 6677/AM)
Ana Regina Souza (OAB 1797/AM)
André Fernandes (OAB 3957/AM)
André Rodrigues de Almeida (OAB 5016/AM)

Andrea França de Souza (OAB 8211/AM)
Andrelino Nogueira Rabelo (OAB 13032/AM)
Andressa Sodré Oliveira (OAB 9885/AM)
Antônio Alves Pereira (OAB 2622/AM)
Antônio Cavalcante de Albuquerque Junior (OAB 2992/AM)
Antônio Hilton Pereira Dourado (OAB 5330/AM)
Antônio Ivan Olímpio da Silva (OAB 3110/AM)
Arnoldo Bentes Coimbra (OAB 345/AM)
Augusto Flávio Santos de Andrade (OAB 4960/AM)
Aurimar Antonio Batista Imbiriba (OAB 9815/AM)
Bairon Antônio do Nascimento Júnior (OAB 3795/AM)
Bernardina Lima Arce (OAB 6689/AM)
Bernardo Silva de Seixas (OAB 7910/AM)
Betina Brenda Gomes Lunier (OAB 12370/AM)
Bruno de Freitas Salgueiro (OAB 7708/AM)
Bruno de Souza Cavalcante (OAB 2677/AM)
Bruno de Souza Cavalcante (OAB 9057/AM)
Bruno Infante Fonseca (OAB 1945E/AM)
Bruno Oliveira Medeiros (OAB 7203/AM)
Bruno Ricardo Lima Tapajós (OAB 5695/AM)
Bruno Rodrigo Maciel Costa de Lima (OAB 13094/AM)
Camila Pontes Torres (OAB 12280/AM)
Carla Duarte Alecrim (OAB 12448/AM)
Carlos Alberto Rodrigues de Souza (OAB 6164/AM)
Carlos César Moreira de Souza (OAB 8610/AM)
Carmem Valérya Romero Salvioni (OAB 6328/AM)
Celso Antônio da Silveira (OAB 5807/AM)
César Luiz Campos da Costa (OAB 8026/AM)
Charles Gomes da Costa Júnior (OAB 10715/AM)
Christian Araújo de Souza (OAB 13291/AM)
Christiane Greyce Moraes da Silva Mendonça (OAB 12754/AM)
Cíntia Rossette de Souza (OAB 4605/AM)
Cláudia de Santana (OAB 8369/AM)
Cleiton da Silva Carvalho (OAB 10652/AM)
Coelho & Ribeiro Advogados Associados (OAB 6199/AM)
Daniel Britto Freire Araújo (OAB 12641/MA)
Daniel Cardoso de Albuquerque (OAB 6086/AM)
Daniel Marcelo Benvenutti de Sales (OAB 7949/AM)
Daniel Santos de Andrade (OAB 6733/AM)
Danielle Delgado Gonçalves (OAB 9983/AM)
Danielle Pereira Silva (OAB 11102/AM)
Deolinda Maria Nogueira Cardoso (OAB 4127/AM)
Dina Flávia Freitas da Silva (OAB 8182/AM)
Eder Carlos Ribeiro Pires (OAB 7901/AM)
Edianave Mendonça Lima (OAB 8469/AM)
Edilson Lima da Silva (OAB 5707/AM)
Edimar Ribeiro de Oliveira (OAB 13556/AM)
Eduardo Alvarenga Viana (OAB 6032/AM)
Edyranne Nascimento dos Santos (OAB 11157/AM)
EHUD EMANUEL ABENSUR SANTOS (OAB 10760/AM)
Elaine Bezerra de Queiroz Benayon (OAB 3456/AM)
Elizabeth Macedo Soares (OAB 6557/AM)
Ellen Carolina Lima Colares (OAB 11239/AM)
Emília Carolina Mello Vieira (OAB 3872/AM)
Érico Vidal Rotondano (OAB 10709/AM)
Erika Paiva Ponce e Silva (OAB 10795/AM)
Erivelt Sabino de Araújo (OAB 7920/AM)
Euler Vilaça Batista Borges (OAB 2428/AM)
Fabiane Rodrigues de Castro (OAB 6031/AM)
Fábio Cristiano Moura de Freitas (OAB 10756/AM)
Francisco Antônio Lima Pinheiro (OAB 1605/AM)
Francisco Augusto Martins da Silva (OAB 1753/AM)
Francisco Carlos Ramos da Silva (OAB 8136/AM)
Francisco Moacir Maia Filho (OAB 5560/AM)
Francisco Souza de Melo (OAB 7808/AM)
Frederico Moraes Bracher (OAB 7311/AM)
Gina Moraes de Almeida (OAB 7036/AM)
Gisele Brito de Aguiar (OAB 4918/AM)
Glicéria Guerreiro da Silva (OAB 8526/AM)
Gualter Moraes dos Reis (OAB 8804/AM)
Guilherme Gustavo Vasques Mota (OAB 5663/AM)
Helom César da Silva Nunes (OAB 9028/AM)
Henrique França Silva (OAB 7307/AM)
Hermeson dos Santos Rodrigues (OAB 8245/AM)
Igson de Oliveira Andrade (OAB 5533/AM)
Isael Franklin Gonçalves (OAB 12054/AM)
Jamile Ribeiro da Silva (OAB 4977/AM)
Jarson Ariday da S. Costa (OAB 15997/PA)
Jennifer Karoline de Oliveira Silva (OAB 13419/AM)
Jerônimo Sá Peixoto Pinheiro (OAB 5575/AM)
João Medeiros da Silva (OAB 6595/AM)
João Victor Pereira Martins da Silva (OAB 8726/AM)
Jorge Lauri Fazioni (OAB 5914/AM)
Josafá Fernandes de Melo (OAB 9525/AM)
José Delfin Buitrago Acosta (OAB 5546/AM)
José Luiz Franco de Moura Mattos Júnior (OAB 5517/AM)
JOSE RICARDO VIEIRA DE BARROS PUÇA FILHO (OAB 12720/AM)
Josias Ferreira Cavalcante (OAB 3580/AM)
Juliano Luís Cerqueira Mendes (OAB 3940/AM)
Juliany Rosina Bentes da Silva (OAB 10039/AM)
Julie Cintra Levinthal (OAB 8180/AM)
Kamila Maia Botelho Telles (OAB 8957/AM)
Kasser Jorge Chamy Dib (OAB 5551/AM)
Kathleen Senna da Silva (OAB 3323/AM)
Kelma Souza Lima (OAB 5470/AM)
Kely Patrícia Paixão Silva (OAB 9763/AM)
Kennedy Alves da Silva (OAB 5519/AM)
Laina Regina Fernandes de Alencar (OAB 10949/AM)
Laura Poliana de Oliveira Fragata (OAB 13528/AM)
Lauro Augusto de Lima Cavalcanti (OAB 6343/AM)
LAZARO PEREIRA DOURADO (OAB 9775/AM)
Leyla Viga Yurtsever (OAB 3737/AM)
LILIAN MEGUMI BUZAGLO KOGUCHI (OAB 11753/AM)
Lisbet de Souza Cardoso Barbosa (OAB 12359/AM)
Luana Pereira Régis (OAB 9340/AM)
Lucas Costa do Vale (OAB 7990/AM)
Luciana Amazonas Cabral (OAB 10218/AM)
Luciano Vieira da Rocha Silva (OAB 4787/AM)
Manoel Dias Barbosa (OAB 6736/AM)
Márcio Silva Teixeira (OAB 4672/AM)
Marcos Maurício Costa da Silva (OAB 4272/AM)
Marcos Paulo Coêlho de Souza (OAB 4395/AM)
Marcos Vinícius Dias Morais (OAB 11143/AM)
Margarida Maria Leão de Oliveira (OAB 5185/AM)
Maria Carolina Pordeus e Silva Cardoso (OAB 8083/AM)
Maria Claudia Sousa da Silva (OAB 1082A/AM)
Maria de Cássia Rabelo de Souza (OAB 2736/AM)
Maria de Lourdes dos Santos Soares (OAB 9041/AM)
Maria do Carmo do Amaral Linhares (OAB 1786/AM)
Maria Luiza do Nascimento Ribeiro (OAB 3066/AM)
Maria Rosa Soares de Lima Ávila (OAB 4086/AM)
Mário Alberto da Fonseca Monteiro Júnior (OAB 1431/AM)
Mary Jane Sampaio de Oliveira (OAB 6081/AM)
Maura Carvalho Maranhão (OAB 12135/AM)
Max Eduardo Vieira Sarubi (OAB 9540/AM)
Michael Queiroz Leitão (OAB 9714/AM)
Michele de Souza Derze (OAB 6418/AM)
Michelle Melo Barbosa (OAB 2648/AM)
Milcyete Braga Assayag (OAB 5006/AM)
Miriam Regina Cunha Dutra (OAB 4869/AM)
Mylla Christie Vasconcelos Saidt (OAB 12691/AM)
Náiade Victória Araújo Perrone (OAB 9183/AM)
Nancy Maggio (OAB 6460/AM)
Nestor Arnaud Barbosa (OAB 4985/AM)
Nilson Coronin (OAB 1925/AM)
Nilson Oliveira de Andrade (OAB 8687/AM)
Patrícia Fonseca Benayon Albano de Souza (OAB 2500/AM)
Patrícia Lima Teixeira (OAB 8482/AM)
Patrícia Sena Praia (OAB 8244/AM)
Paulo Jaqson Freire Pinto (OAB 7967/AM)
Paulo Roberto Braga Barbosa Júnior (OAB 2356/AM)
Paulo Roberto Farias de Oliveira (OAB 6011/AM)
Pedro Antônio de Oliveira (OAB 9678/AM)
Pualaní Moreira Barreto (OAB 9852/AM)
Raimundo de Amorim Francisco Soares (OAB 1137/AM)
Raimundo Nonato Herculano da Silva (OAB 2147/AM)
Raimundo Simao Jeronimo Filho (OAB 13056/AM)

Rayna Coelho Barbosa (OAB 12222/AM)
Regina Vera Nogueira Lemos (OAB 249492/SP)
Renata Mendes Angelim (OAB 13279/AM)
Renato Fernandes Mariano (OAB 8246/AM)
Ricardo de Oliveira Cabral (OAB 7130/AM)
Robert Lincoln da Costa Areias (OAB 8088/AM)
Roberta Cunha dos Santos (OAB 14086/AM)
Roberto Carlos Leandro Soares (OAB 7653/AM)
Rosa Evaneide Mendes Pinto (OAB 7291/AM)
Roseane Lima dos Anjos (OAB 10862/AM)
Roseane Rodrigues da Cunha (OAB 7610/AM)
Rosemeire Simões de Almeida (OAB 3558/AM)
Ruan Cardoso Carolino (OAB 13281/AM)
Selma Mara Santana Mota (OAB 5524/AM)
Sergio Renam de Mello Freitas (OAB 11095/AM)
Sílvia Roberta Padilha de Oliveira (OAB 6664/AM)
Simone Rosado Maia Mendes (OAB 4550/PI)
Stefania de Souza Farias (OAB 6176/AM)
Tâmara Mendes Gonçalves de Sousa (OAB 6857/AM)
Tatiana Dantas Portela (OAB 6562/AM)
Thiago Andrade de Oliveira (OAB 7671/AM)
Thiago Silva de Souza Nunes (OAB 7342/AM)
Vandson Soares da Silva (OAB 7508/AM)
Vasco Macedo Vasques (OAB 5305/AM)
Vítor Lima Verde Coelho (OAB 12945/AM)
Waldemir dos Santos Costa Júnior (OAB 8905/AM)
Walter Siqueira Brito (OAB 4186/AM)
Wellington de Amorim Alves (OAB 2993/AM)
Wictor Flávio de São Paulo Aguiar (OAB 8907/AM)
Wilson José da Silva Cunha (OAB 3479/AM)
Wilson Oliveira Melo Júnior (OAB 3220/AM)
Wilson Peçanha Neto (OAB 4630/AM)
Winston de Araújo Teixeira (OAB 11584/RN)
Yury Croiff Santos Thury (OAB 8079/AM)
Zila Lima Araújo (OAB 10973/AM)

5ª VARA DE FAMÍLIA

JUÍZO DE DIREITO DA 5ª VARA DE FAMÍLIA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0034/2019

ADV: TUDE MOUTINHO DA COSTA (OAB 564/AM) - Processo 0638066-24.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Inventário e Partilha - REQUERENTE: SAMARA PEREIRA JACÓ - Vista ao patrono do(a) exequente. 05 (cinco) dias.

Tude Moutinho da Costa (OAB 564/AM)

VARA ESPECIALIZADA DA DÍVIDA ATIVA MUNICIPAL

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ESPECIALIZADA DA DÍVIDA ATIVA MUNICIPAL
JUIZ(A) DE DIREITO ANA MARIA DE OLIVEIRA DIÓGENES
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LORENA PONTES DOS SANTOS
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0027/2019

ADV: VALÉRIO TANCREDO (OAB 2456/AM), ADV: PEDRO NEVES MARX (OAB 464/AM) - Processo 0213485-20.2008.8.04.0001 (001.08.213485-6) - Procedimento Comum - Nulidade / Anulação - REQUERENTE: Samsung Eletrônica da Amazônia Ltda - REQUERIDO: Município de Manaus e outro - Decisão R. Hoje.Considerando que o Município de Manaus , ora Requerido, não foi intimado, pessoalmente, da decisão de página 302, determino que se cumpra o ato intimatório , através do Portal Eletrônico, para que diga, no prazo de 15 (quinze) dias, as provas que ainda deseja produzir nestes autos.Na hipótese de não interesse na dilação probatória, o processo será julgado sob a égide do art. 355, Inciso I, do Código de Processo Civil.Intime-se. Cumpra-se. Manaus, 13 de novembro de 2017. Dra. Ana Maria de Oliveira Diógenes - Juíza de Direito.

ADV: MOYSÉS ARAÚJO CORDEIRO (OAB 2195/AM), ADV: ANDRÉA CALDEIRA DO COUTO (OAB 3601/AM) - Processo 0500899-23.2018.8.04.0001 (apensado ao processo 0801089-78.2016.8.04.0001) - Embargos à Execução Fiscal - IPTU/ Imposto Predial e Territorial Urbano - EMBARGANTE: Natelson Dantas Sobreira - EMBARGADA: Município de Manaus - Decisão R. Hoje. Tendo em vista que os Embargos à Execução Fiscal, é como uma verdadeira ação autônoma, possuindo as mesmas condições e regras processuais ao processo de conhecimento, conforme disposto no art. 373, inciso I, do Código de Processo Civil, hei por bem em determinar a intimação da parte Embargante para, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar a sua Réplica à Impugnação dos Embargos à Execução Fiscal. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 1037A/AM) - Processo 0601928-87.2016.8.04.0001 (apensado ao processo 0312499-11.2007.8.04.0001) - Embargos à Execução - Nulidade / Inexigibilidade do Título - EMBARGANTE: Banco Bradesco S/A - EMBARGADA: Município de Manaus - Vistos etc... Trata-se de Ação de Embargos à Execução Fiscal, manejada por Banco Bradesco S/A que busca desconstituir o crédito tributário que embasa o feito executivo de nº 0312499-11.2007.8.4.0001 ajuizado pelo Município de Manaus. Preliminarmente, a parte Embargante alega que o Município de Manaus violou seu direito ao contraditório e à ampla defesa, uma vez que teria citado de forma genérica os dispositivos supostamente infringidos que ensejaram o lançamento do crédito tributário de ISS, bem como não juntou aos autos as cópias dos respectivos processos administrativos. Assevera que, a ausência de tais requisitos de forma específica torna a Certidão de Dívida Ativa-CDA apresentada na demanda nula de pleno direito, por violação dos princípios constitucionais. No mérito, sustenta a ausência de liquidez e certeza do crédito tributário em cobrança. Argumenta que, a Certidão de Dívida Ativa de nº 426738, que fundamenta a Execução Fiscal, não menciona o tributo devido; não preenche os requisitos necessários para a validade do título executivo da Fazenda Pública, haja vista que não indica os tipos de serviços que sofreram a incidência do ISS e que menciona de forma genérica o Código Tributário Municipal. Salienta que, as operações bancárias são tributadas exclusivamente pelo IOF, imposto tributável pela União Federal, nos termos do art. 153 da Constituição Federal, não podendo o Fisco Municipal cobrar outro encargo sobre a mesma renda, em face da vedação constitucional da bitributação. Nesses termos, considera indevida a exigência do tributo levada a efeito por meio da execução embargada, considerando indevida a incidência do ISS uma vez que a Lei Complementar n° 116/2003 definiu taxativamente os serviços e operações bancários passíveis de tributação por meio de ISS. Pelo exposto, pugna que sejam os presentes Embargos julgados procedentes, declarando-se a extinção da Execução Fiscal de nº 0312499-11.2007.8.4.0001. Manifestando-se por meio da Impugnação juntada às fls. 52/67, o Município de Manaus sustenta a higidez da CDA apresentada no feito, que a mesma contém todos os requisitos prescritos pela Lei n. 6.830/80. Assevera que, a alegação de que os serviços bancários não podem ser tributados pelo ISSQN não encontra fundamento jurídico, entende que o tributo deve incidir sobre os serviços bancários nos termos da Lista Anexa da Lei Complementar n° 116/03. Assim, requer sejam julgados totalmente improcedentes os pedidos dos Embargos à Execução para fins de se determinar a continuidade do feito executivo. Instadas, as partes manifestaram-se sem interesses à produção de novas provas. Vieram-me os autos. Relatados, no essencial, passo a decidir. Como é cediço, os requisitos formais que a lei impõe à Certidão de Dívida Ativa têm a finalidade primeira de identificar a exigência tributária e proporcionar que o executado apresente defesa. A jurisprudência pátria tem decidido no sentido de que não se deve exigir que se cumpram com rigor as formalidades, sem que esteja devidamente demonstrado o prejuízo causado. Vejamos: “TRIBUTÁRIO. RECURSO ESPECIAL. CDA.

AUSÊNCIA DE REQUISITO ESSENCIAL. AUSÊNCIA DE PREJUÍZO À DEFESA DO DEVEDOR. PRINCÍPIO DA INSTRUMENTALIDADE DAS FORMAS. SÚMULA 7/STJ. 1. Os requisitos formais da CDA visam dotar o devedor dos meios necessários a identificar o débito e, assim, poder impugná-lo. Não se exige cumprimento de formalidade, sem demonstrar o prejuízo que ocorreu pela preterição da forma. Princípio da instrumentalidade dos atos processuais. 2. A Corte a quo entendeu que a falta do número do processo administrativo não trouxe prejuízos à defesa do devedor. Para que fosse revisto tal entendimento seria necessário o reexame dos elementos probatórios insertos nos autos, o que é vedado nos termos da Súmula 7/STJ. 3. Recurso especial improvido. " (STJ - REsp 660.895/PR, 2ª Turma, Relator Ministro Castro Meira, j. 17/11/2005). (Grifei). * * * "PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO FISCAL. NOMEAÇÃO DE BEM À PENHORA. ORDEM LEGAL. ART. 11 DA LEF. PENHORA PELO SISTEMA BACEN-JUD. POSSIBILIDADE. INTIMAÇÃO FEITA EM NOME DE ADVOGADO DISTINTO AO DO SOLICITADO. AUSÊNCIA DE PREJUÍZO. PRINCÍPIO PAS DE NULLITÉ SANS GRIEF. 1. A jurisprudência desta Corte, em homenagem ao princípio pas de nullité sans grief, firmou entendimento no sentido de que a parte, ao requerer o reconhecimento de nulidade, deverá comprovar o efetivo prejuízo sofrido. 2. Na hipótese, ainda que se tenha admitido ser irregular a intimação, a Corte de origem considerou que o autor não demonstrou o efetivo prejuízo, tendo em vista que exerceu efetivamente seu direito de defesa, por meio da interposição do recurso cabível. 3. A Fazenda Pública não é obrigada a aceitar bens nomeados à penhora fora da ordem legal insculpida no art. 11 da Lei 6.830/80, pois o princípio da menor onerosidade do devedor, preceituado no art. 620 do CPC, tem de estar em equilíbrio com a satisfação do credor. 4. Agravo regimental não provido." (STJ - AgRg no REsp: 1338515 RS 2012/0170154-2, Relator: Ministro BENEDITO GONÇALVES, Data de Julgamento: 20/03/2014, T1 - PRIMEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 28/03/2014). (Grifei). Desta feita, verifico que o Auto de Infração de nº 20025000202 foi lavrado por autoridade competente e em observância da legislação pertinente. O Embargante não se desincumbiu do ônus probatório de demonstrar de forma objetiva e eficaz que as eventuais omissões apontadas causaram prejuízo à sua defesa, prevalecendo, nesse sentido, a presunção de certeza e liquidez da guerreada Certidão de Dívida Ativa-CDA, a qual só pode ser ilidida por prova inequívoca a cargo do executado nos termos do art. 3º da Lei nº 6.830/80, corroborado pelo disposto no art. 204 do Código Tributário Nacional-CTN e jurisprudência acerca do tema como segue: "AGRAVO INTERNO - EXECUÇÃO FISCAL - EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE - PEDIDO DE PARCELAMENTO -NÃO ILIDE A PRESUNÇÃO DE LIQUIDEZ E CERTEZA DA CDA. I - A jurisprudência do Egrégio Superior Tribunal de Justiça consolidou entendimento no sentido de não caber dilação probatória em exceção de pré-executividade. II -Gozando a CDA de presunção legal de liquidez e certeza, somente prova inequívoca em sentido contrário, a cargo do sujeito passivo, poderá ilidi-la e resultar em seu desfazimento (Código Tributário Nacional, art. 204 e parágrafo único; Lei n. 6.830/80, art. 3º e parágrafo único). III -Cabe ao Executado o ônus da prova (Código de Processo Civil, art. 333, II), e, sem que dele se tenha desincumbido, não subsiste, portanto, qualquer manifestação quanto à falta de liquidez e certeza do título executivo. IV - O pedido de parcelamento - que se constitui no único documento acostado aos autos pelo agravante - desacompanhado do consentimento do Fisco, não tem o condão de ilidir o direito de crédito, consubstanciado na CDA que embasa a execução fiscal em tela. V - A União Federal logrou comprovar, por meio dos demonstrativos acostados aos autos, que não há qualquer notícia do alegado parcelamento, devendo, portanto, ser mantida a decisão agravada por seus próprios fundamentos. VI - Registre-se, por fim, conforme consulta ao extrato de movimentação judiciária da Justiça Federal de 1ª Instância, colhido no Sistema de Acompanhamento Processual desta Corte, em anexo, que já foi expedido mandado de penhora em face dos bens oferecidos, para garantia da dívida inscrita na CDA 70706006093-15. VII - Agravo interno conhecido e desprovido." (TRF-2 - AG: 200802010063116 RJ 2008.02.01.006311-6, Relator: Desembargador Federal JOSE ANTONIO LISBOA NEIVA, Data de Julgamento: 25/05/2010, TERCEIRA TURMA ESPECIALIZADA, Data de Publicação: E-DJF2R - Data::21/06/2010 - Página::238/239) Ademais, a documentação juntada aos autos (fls. 73/92), demonstra que o Embargante foi regularmente notificado acerca do procedimento fiscal (Auto de Infração de nº 000020025000202), tendo apresentado defesa na esfera administrativa. Incabível, portanto, a alegação de cerceamento de defesa. Pelos fundamentos acima delineados, hei por bem REJEITAR a preliminar arguida. Passo a analisar a matéria de fundo sub examine. É cediço que, o ISSQN é o tributo municipal devido em razão da prestação de serviços, dispondo os entes municipais do poder-dever de editar leis ordinárias instituidoras do tributo, em consonância com a lei complementar, que disciplina, especialmente em relação aos impostos, as normas gerais definidoras dos fatos geradores, bases de cálculo e contribuintes, nos termos do Decreto-Lei nº 406/68, posteriormente revogado pela Lei Complementar n° 116/2003. O Superior Tribunal de Justiça já decidiu em julgamento sob o rito dos recursos repetitivos, que a lista de serviços anexa ao Decreto, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar, é taxativa, cabendo, porém, uma leitura extensiva de seus itens, como segue: "TRIBUTÁRIO SERVIÇOS BANCÁRIOS ISS LISTA DE SERVIÇOS TAXATIVIDADE INTERPRETAÇÃO EXTENSIVA. 1. A jurisprudência desta Corte firmou entendimento de que é taxativa a Lista de Serviços anexa ao Decreto-lei 406/68, para efeito de incidência de ISS, admitindo-se, aos já existentes apresentados com outra nomenclatura, o emprego da interpretação extensiva para serviços congêneres. 2. Recurso especial não provido. Acórdão sujeito ao regime do art. 543-C do CPC e da Resolução STJ 08/08." STJ - REsp1111234/ PR RECURSO ESPECIAL 2009/0015818-9. "TRIBUTÁRIO. AGRAVO REGIMENTALNORECURSO ESPECIAL. SERVIÇOS BANCÁRIOS. ISS. LISTA DE SERVIÇOS. TAXATIVIDADE. INTERPRETAÇÃO EXTENSIVA. PRECEDENTE DA 1a. SEÇÃO:RESP1.111.234/PR, REL. MIN. ELIANA CALMON, DJe 8.10.2009 - JULGADO SOB O RITO DO ART. 543-C DO CPC. SÚMULA 424/STJ. AGRAVO REGIMENTAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO. 1. Esta Corte firmou o entendimento, em sede de Recurso Especial Repetitivo, que a lista de serviços anexa do Decreto-Lei 406/68 (com a redação dada pela LC 56/87), que estabelece quais serviços sofrem a incidência do ISS, comporta interpretação extensiva, para abarcar os serviços correlatos àqueles previstos expressamente. Precedente:REsp. 1.111.234/PR, Rel. Min. ELIANA CALMON, 1a. Seção, DJe 8.10.2009. 2. Entendimento pacificado através da Súmula 424/STJ que: É legítima a incidência de ISS sobre os serviços bancários congêneres da lista anexa ao DL 406/1968 e à LC 56/1987. 3. Agravo Regimental desprovido." STJ - AgRg no REsp: 1245503 MG 2011 0037248 3 - DJe 01/04/2016. Portanto, mesmo que não esteja expressamente previsto na lista anexa da Lei Complementar, não é defeso ao Fisco Municipal a tributação de serviços bancários por meio do ISS, desde que essencialmente correlatos àqueles expressamente previstos, evitando-se, assim, que a mera mudança nominal do serviço inviabilize a incidência da regular tributação, tendo em vista a impossibilidade de o legislador prever toda a gama de serviços eventualmente prestados pelas instituições financeiras. Dessa forma, verifico que os serviços objetos da tributação por parte do Município de Manaus, em cobrança na presente ação de execução, estão inseridos, por interpretação extensiva, nos termos da Súmula 424 do Superior Tribunal de Justiça , no conjunto daqueles submetidos à incidência do tributo em questão. Assim, pelas razões expostas, JULGO IMPROCEDENTES os presentes Embargos à Execução Fiscal e determino a EXTINÇÃO DO FEITO, COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, nos termos do Art. 487, inciso I, do Código de Processo Civil. Quanto aos honorários advocatícios, hei por bem em condenar o Embargante em R$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos) reais. Custas pagas. Cumpridas as formalidades legais, e decorrido o prazo, proceda-se com a baixa e arquivamento desses Embargos. Em ato contínuo, dê-se o prosseguimento a Ação de Execução Fiscal. Cumpra-se. Manaus, 31 de janeiro de 2019. Ana Maria de Oliveira Diógenes Juíza de Direito

ADV: PAULO CEZAR KRICHANÃ DA SILVA (OAB 8494/AM) - Processo 0602439-85.2016.8.04.0001 (apensado ao processo 0832475-10.2008.8.04.0001) - Embargos à Execução Fiscal - Extinção da Execução - EMBARGANTE: Francisco Barbosa da Fonseca - EMBARGADA: Município de Manaus - Vistos etc... Trata-se de Ação de Embargos à Execução Fiscal, manejada por FRANCISCO BARBOSA DA FONSECA, que busca desconstituir o crédito tributário que embasa o feito executivo de nº 0832475-10.2008.8.4.0001 ajuizado pelo Município de Manaus. A parte Embargante sustenta a ocorrência de prescrição do crédito tributário do Imposto Predial e Territorial Urbano-IPTU do exercício de 2003, que lastreia o feito executivo, tendo em vista que a citação da demanda ocorreu mais de cinco anos após a sua constituição do tributo. Pelo exposto, requer sejam os presentes Embargos julgados procedentes, declarando-se a extinção da Execução Fiscal de nº 0832475-10.2008.8.4.0001. Benefício de gratuidade da justiça concedido conforme Despacho de fl. 18. Manifestando-se por meio da Impugnação juntada às fls. 24/31, o Município de Manaus sustenta a higidez da Certidão de Dívida Ativa-CDA apresentada no feito, requerendo que sejam julgados totalmente improcedentes os pedidos dos Embargos à Execução para fins de se determinar a continuidade do feito executivo. Relatados, passo a DECIDIR. Como é cediço, ocorre a prescrição pelo não exercício de um direito dentro do prazo legal, configurando a perda do direito de ação, fato que o torna materialmente , inexigível. Em sede tributária, é o prazo que a Fazenda Pública tem para propor a ação de execução do crédito tributário contra o sujeito passivo. A propósito, é o que se extrai da inteligência do art. 174 do Código Tributário Nacional, que preceitua, in verbis: "Art. 174. A ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em 5 (cinco) anos, contados da data de sua constituição definitiva." O Embargante sustenta a tese de ocorrência da prescrição. Para tanto, toma como base a data do Despacho Citatório na ação de Execução Fiscal, em 19/11/2015, ante a data de constituição definitiva do crédito tributário em 2003. A nova redação dada ao inciso I, parágrafo único do art. 174 do Código Tributário Nacional, aplicável no caso concreto, haja vista que o feito executivo foi ajuizado após a alteração introduzida pela Lei Complementar nº 118/2005, trata da "ação para a cobrança do crédito tributário" e expressamente prevê que a contagem do prazo prescricional se interrompe "pelo despacho do juiz que ordenar a citação em execução fiscal". O Despacho Citatório na ação (fl. 56) se deu em 19/11/2015 e, por força do disposto no art. 8º, § 2º da Lei de Execução Fiscal n. 6.830/1980, interrompeu a contagem do prazo prescricional e, conforme art. 240, § 1º do CPC, fez retroagir à data da propositura da ação os efeitos dessa interrupção. Portanto, tendo a Fazenda Pública ajuizado o feito em tempo hábil, não merece prosperar a alegação de prescrição do crédito tributário referente ao IPTU/2003, em cobrança na Ação de Execução Fiscal, face a interrupção da contagem do prazo prescricional demonstrado linhas acima. Ademais, nos termos da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, em consonância com a edição Súmula 106 do referido Colendo Superior, "a demora na citação, por motivos inerentes ao mecanismo da justiça, não justifica o acolhimento da arguição de prescrição ou decadência." Vejamos. PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. CONFIRMAÇÃO DA DECISÃO QUE DÁ PROVIMENTO AO RECURSO ESPECIAL, PARA AFASTAR A PRESCRIÇÃO, POR ESTAR O ACÓRDÃO DO TRIBUNAL DE ORIGEM EM CONFRONTO COM A ORIENTAÇÃO JURISPRUDENCIAL DO STJ. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO. I. A Primeira Seção do STJ, ao julgar, sob o rito do art. 543-C do CPC, o Recurso Especial 1.120.295/SP (Rel. Ministro LUIZ FUX, DJe de 21/05/2010), assim se pronunciou sobre a aplicabilidade das disposições do art. 219 do CPC às Execuções Fiscais para cobrança de créditos tributários: (a) o CPC, no § 1º de seu art. 219, estabelece que a interrupção da prescrição, pela citação, retroage à data da propositura da ação, o que significa dizer que, em Execução Fiscal para a cobrança de créditos tributários, o marco interruptivo da prescrição, atinente à citação pessoal feita ao devedor (quando aplicável a redação original do inciso I do parágrafo único do art. 174 do CTN) ou ao despacho do juiz que ordena a citação (após a alteração do art. 174 do CTN pela Lei Complementar 118/2005), retroage à data do ajuizamento da execução, que deve ser proposta dentro do prazo prescricional; (b) "incumbe à parte promover a citação do réu nos 10 (dez) dias subseqüentes ao despacho que a ordenar, não ficando prejudicada pela demora imputável exclusivamente ao serviço judiciário" (art. 219, § 2º, do CPC). II. Ainda sobre a aplicabilidade das disposições do art. 219 do CPC às Execuções Fiscais para cobrança de créditos tributários, a Segunda Turma do STJ, ao julgar o Recurso Especial 1.282.955/RS (Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, DJe de 26/02/2013), deixou consignado que, muito embora o CTN, em seu art. 174, a exemplo do CPC, eleja expressamente o suporte fático hipotético para haver a interrupção do prazo prescricional (citação ou despacho), ele é omisso em relação ao momento da produção de seus efeitos, pois não estabelece uma data para tal. Essa data, seja por emprego da analogia, por emprego da equidade ou dos princípios gerais de Direito Público (fórmula prevista no art. 108, I, III e IV, do próprio CTN), pode e deve ser buscada no CPC, que estabelece, expressamente, em seu art. 219, § 1º, como sendo "a data da propositura da ação". Sendo assim, não há qualquer equívoco ou conflito normativo em interpretar-se o art. 174 do CTN em combinação com o art. 219, § 1º, do CPC. III. Nos presentes autos, o Tribunal de origem fez consignar, no acórdão recorrido, que deixou de aplicar a Súmula 106 do STJ, na espécie, pela simples circunstância de a exequente ter ajuizado a Execução Fiscal quando faltavam apenas seis dias para prescreverem os créditos tributários. No entanto, o simples fato de a Execução ter sido ajuizada apenas poucos dias antes do término do prazo de prescrição não justifica, por si só, o afastamento da Súmula 106 do STJ, conforme decidido pela Segunda Turma do STJ, no Recurso Especial 1.337.571/PE (Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, DJe de 03/09/2012). IV. A jurisprudência do STJ é pacífica, no sentido de que não cabe a esta Corte, em sede de Recurso Especial, apreciar alegação de afronta a princípios e normas constitucionais, sob pena de usurpação da competência do STF. Precedente: EDcl no AgRg nos EREsp 1.238.322/RS, Rel. Ministro OG FERNANDES, CORTE ESPECIAL, DJe de 17/06/2014. V. Agravo Regimental improvido. (STJ - AgRg no REsp: 1474333 PR 2014/0202321-3, Relator: Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, Data de Julgamento: 24/02/2015, T2 - SEGUNDA TURMA, Data de Publicação: DJe 05/03/2015) Isto posto, JULGO IMPROCEDENTES os presentes Embargos à Execução Fiscal e determino a EXTINÇÃO DO FEITO, COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, nos termos do Art. 487, inciso I do Código de Processo Civil. Cumpridas as formalidades legais, e decorrido o prazo, proceda-se com a baixa e arquivamento desses Embargos. Em ato contínuo, dê-se o prosseguimento a Ação de Execução Fiscal de nº 0832475-10.2008.8.4.0001. Cumpra-se. Manaus, 01 de fevereiro de 2019. Ana Maria de Oliveira Diógenes Juíza de Direito

ADV: RAFAEL MALLMANN (OAB 51454/RS), ADV: GUSTAVO NYGAARD (OAB 29023/RS) - Processo 0605508-57.2018.8.04.0001 - Mandado de Segurança - ISS/ Imposto sobre Serviços - IMPETRANTE: Refeições Puras Rid Limitada - IMPETRADA: Município de Manaus - Subsecretário da Receita da Secretaria Municipal de Finanças e Controle Interno do Município de Manaus - Vistos. Tratam os presentes autos de Mandado de Segurança ajuizado por REFEIÇÕES PURAS RID LTDA, indicando como Autoridade Coatora o Subsecretário da Receita da Secretaria de Finanças e Controle Interno do Município de Manaus. A Impetrante afirma que atua no ramo de venda de refeições coletivas no Estado do Amazonas e, em 2009, passou a integrar o grupo "SODEXO S.A", com sede na França. Alega que celebrou contrato de "licença de marca registrada", através do qual ajustou a cessão do direito de uso de determinadas marcas registradas, mediante remuneração. Aduz que a remuneração da SODEXO S.A se dará com a emissão, por volta do dia 15 de cada mês, fatura ou invoice relativa à remuneração citada com vencimento para o dia 20 do mesmo mês, cujo pagamento efetivar-se-à via remessas bancárias ao exterior. Argumenta que, no entender da Subsecretaria da Receita Municipal, tais remessas ao exterior, na qualidade de suposta contraprestação de serviço cuja prestação tenha se iniciado no exterior e concluída no Brasil, sujeitam-se ao recolhimento do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, em consonância com a Lei Municipal nº 2.251/2017. Defende que as ditas remessas não correspondem a uma contraprestação por serviço prestado no exterior mas mero pagamento de royalties em virtude da cessão de uso de marca e

que tal atividade não configura um serviço, mas uma obrigação de dar, não sujeita à tributação pelo imposto sobre serviços. Requer o deferimento de medida liminar, antecipando os efeitos da tutela, com base no art. 300 do Código de Processo Civil e no art. 151, inciso IV, do Código Tributário Nacional, determinando que a Autoridade Coatora abstenha-se de tributar, nos termos do art. 1º da Lei nº 2.251/2017, subitem 3.02 e do subitem 3.02 da Lei Complementar nº 116/2003,as remessas regidas pelo contrato em anexo, bem como por todos os demais que tenham por objeto a cessão de uso de marca pela Impetrante à SODEXO S.A. É o relatório, no essencial. Decido. Primeiramente, chamo à ordem o despacho de pagina 128 para torná-lo sem efeito, tendo em vista que não obedeceu aos preceitos contidos na Lei de Mandado de Segurança (Lei 12.016/09). Verifico que a Impetrante Sodexo Rid Serviços e Comércio de Alimentação Ltda afirma que não pode ser tributada, na sua relação com a SODEXO SA, tendo em vista que seu contrato é de cessão de uso de marca e patente (royalties), e tal atividade não pode ser considerada prestação de serviço, visto não haver o esforço humano a caracterizar uma obrigação de fazer, mas caracteriza-se como uma obrigação de dar. A Impetrante, dessa forma, junta os invoices ou faturas dos meses de janeiro a agosto de 2018, afirmando que o Município de Manaus está a cobrar, em cima do valor das respectivas faturas, o percentual de 5% (cinco por cento) referente ao Imposto sobre a circulação de mercadorias. Observo que, nas páginas 97, 99, 101, 104, 108, 112, 116, 121, 123, e 127, há depósitos judiciais realizados pela Impetrante, segundo a mesma, referentes à cobrança de ISSQN pelo Município de Manaus sobre as invoices emitidas a título de remuneração de cessão de uso de marca e patente, relativo ao período de: * janeiro/2018 (R$ 1.826,05 - um mil, oitocentos e vinte e seis reais e cinco centavos); * fevereiro/2018 (R$ 1.655,50 -um mil, seiscentos e cinquenta e cinco reais e cinquenta centavos); * março/2018 (R$ 1.898,05 - um mil, oitocentos e noventa e oito reais e cinco centavos); * abril/2018 (R$ 1.844,20 - um mil, oitocentos e quarenta e quatro reais e vinte centavos); * maio/2018 (R$ 1.889,45 -um mil, oitocentos e oitenta e nove reais e quarenta e cinco centavos); * junho/2018 (R$ 1.846,80 - um mil, oitocentos e quarenta e seis reais e oitenta centavos); * julho/2018 (R$ 2.137,95 - dois mil, cento e trinta e sete reais e noventa e cinco centavos, e R$ 8.176,25 - oito mil, cento e setenta e seis reais e vinte e cinco centavos) e * agosto/2018 (R$ 2.211,80 - dois mil, duzentos e onze reais e oitenta centavos). Como se verifica, a Impetrante realizou o último depósito em agosto de 2018. Noutra banda, sabe-se que tais invoices são emitidos pela própria Impetrante e que, pelas análise de tais documentos, não está caracterizado como e de que forma o Município de Manaus vem exigindo o recolhimento do ISSQN sobre as referidas faturas. A única informação, inserida pela própria Demandante nos invoices é a chamada "WITHHOLDING TAX",em outras palavras, imposto retido na fonte, em percentual de 15% (quinze por cento). Ora, não há discriminação nenhuma acerca desse percentual, não há notas fiscais e nem outro documento que comprove que o Município de Manaus está cobrando a referida exação, logo, não se pode dizer que o Município retém os 5% (cinco por cento) a título de ISSQN. Nesta esteira, o Mandado de Segurança trata-se de remédio constitucional que visa a garantir um direito líquido e certo maculado por alguma Autoridade do Estado. Assim, revela o art. 1º da Lei 12.016/09: Art. 1º. Conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, não amparado por habeas corpus ou habeas data, sempre que, ilegalmente ou com abuso de poder, qualquer pessoa física ou jurídica sofrer violação ou houver justo receio de sofrê-la por parte de autoridade, seja de que categoria for e sejam quais forem as funções que exerça. O direito líquido e certo é aquele que não exige dilação probatória para ser comprovado, podendo ser demonstrado de plano, mediante prova pré-constituída. Assim, trata-se de direito determinado, que pode ser exercido prontamente, posto que incontestável. É, dessa forma, um direito induvidoso, advindo de fatos que podem ser demonstrado através da apresentação de documentos inequívocos, sem necessidade de dilação probatória. Há que se destacar que a apresentação da prova pré-constituída obrigatoriamente deve acompanhar a peça exordial, em razão do princípio da celeridade estar presente no Mandado de Segurança, salvo a exceção trazida pelo artigo 6º, § 10 da referida Lei. Noutro giro, a Impetrante deixou de realizar os depósitos judiciais em agosto de 2018. É de sabença que, o Novo Código de Processo Civil modificou todo o sistema de tutela judicial fundada em cognição sumária, passando as tutelas (antecipada e cautelar) a respeitarem o mesmo regime legal. De par com isso, surge a tutela provisória fundando-se em regime de urgência, subdivindo-se em cautelar e antecipada, incidindo esta última no intuito de assegurar a efetividade do direito material, ou seja, deve ser demonstrado que além da urgência, o direito material está em risco na hipótese de apenas vir a ser reconhecido ao final da demanda. Destaque-se, assim, que, para a concessão da tutela de urgência, alguns requisitos devem ser preenchidos, quais sejam, quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito (fumus boni iuris - plausibilidade jurídica) - isto é, aparência do direito alegado, sendo um juízo de probabilidade de acolhimento das alegações deduzidas pelo autor em sua petição inicial. E, ainda, o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo (periculum in mora). Pelas razões acima expostas, não há como conceder a medida liminar requerida pela Impetrante considerando o inciso IV do art. 151 do Código Tributário Nacional, ante a não demonstração da probabilidade do direito da mesma, posto que não há como inferir, pelos documentos juntados da inicial, que o Município de Manaus está recolhendo o ISSQN incidente sobre a cessão de uso de marca e patente nas faturas emitidas pela Impetrante. E também não demonstra o perigo de dano ou o risco ao resultado útil, considerando que não mais efetuou o depósito judicial a partir de setembro de 2018, e nem demonstra que ainda vem pagando a referida exação ao Município de Manaus. Assim, conforme fundamentação acima, INDEFIRO o pedido de antecipação dos efeitos da tutela, formulado pela Sodexo Rid Serviços e Comércio de Alimentação Ltda em face do Subsecretário da Receita da Secretaria de Finanças e Controle Interno do Município de Manaus, baseado no art. 151, inciso IV do Código Tributário Nacional, em consonância com o art. 300 do Código de Processo Civil. Determino a Notificação da Autoridade apontada Coatora para prestar as informações devidas, no prazo de 10 dias, conforme Art. 7º, inc. I, Lei Mandamental vigente ,devendo a Impetrante recolher a diligência do oficial de justiça a fim de expedição do competente Mandado de Notificação. Após a juntada, pela Impetrante, do comprovante de pagamento das custas e diligências do meirinho, proceda a Secretaria a expedição do competente Mandado de Notificação, na forma da lei. Dê-se ciência ao r. Órgão de Representação Judicial do Município de Manaus, Procuradoria Geral do Município de Manaus. Após, dê-se vista ao Douto Ministério Público. Cumpra-se. Int. Demais providências necessárias. Manaus-AM, 27 de fevereiro de 2019.

ADV: EDUARDO FLAVIO GRAZIANO (OAB 62672/SP) - Processo 0607182-36.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum - Obrigações - REQUERENTE: Banco Safra S/A - REQUERIDO: Prefeitura Municipal de Manaus - Semef Secretaria Municipal de Economia, Finanças Tecnologia da Informação e Controle In - Vistos etc... Trata-se de Ação de Obrigação de Fazer cumulada com pedido de Tutela Antecipada, proposta por Banco Safra S/A em face do MUNICÍPIO DE MANAUS, objetivando compelir o Ente Municipal, ora Requerido a expedir guias do ITBI. Documentação comprobatória do direito alegado, juntada às fls. 11 a 20. Custas processuais devidamente recolhidas (fls. 21/23). Em decisão interlocutória de fls. 24/25 proferida pelo Juízo da 3ª Vara da Fazenda Pública Estadual , foi determinada a redistribuição dos autos para a Vara Especializada da Dívida Ativa Municipal face a matéria de natureza tributária. Às fls. 28, foi o presente feito digital recebido por esta Especializada no estado , conclusos à MMa Juíza de Direito. A instituição bancária, ora Requerente atravessou petitório às fls. 29, requerendo a desistência da presente ação, na forma do art. 485, VIII, do Código de Processo Civil. Vieram-me conclusos. É o relatório, no essencial. DECIDO. Em análise ao caderno digital, verifica-se que antes deste juízo dar efetivo andamento ao feito, a parte Autora formulou pedido de desistência. Desse modo, frente ao pleito inserto na pág. 29 da presente ação, verifica-se que a parte Requerente valendo-se de um direito que lhe assiste, não tem mais intento em prosseguir na disputa judicial. Sem manifestação do Município de Manaus nos presentes autos, ou seja, não completada a triangulação processual , cabe ao Autor requerer a desistência da ação. Nesse sentido trago o teor do § 4º do artigo 485 do Código de Processo Civil: Art. 485. (...) § 4º.

Oferecida a contestação, o autor não poderá, sem o consentimento do réu, desistir da ação. Em outras palavras, antes do oferecimento da contestação, poderá o Autor desistir do processo sem o necessário consentimento do Requerido. Em face disso, para os fins do art. 485, inciso VIII do Código de Processo Civil, hei por bem homologá-la nos termos legais. Em consequência, JULGO EXTINTO o processo sem a resolução do mérito, na forma a que preceitua o art. 485, inciso VIII, da Lei Adjetiva Civil, sem condenação ao pagamento da verba advocatícia. Custas já pagas pelo Requerente. Dê-se baixa, observe-se as demais formalidades legais e, certificado o trânsito em julgado, arquive-se. Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se. Manaus, 01 de março de 2019

ADV: JUSSARA DA SILVA PONTES (OAB 7062/AM) - Processo 0607503-42.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum - Anulação de Débito Fiscal - REQUERENTE: Yolaine Marques Mourao - REQUERIDA: Município de Manaus - R.Hoje. Dê-se vista à parte Requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar sua réplica à Contestação inserta às fls retro. Cumpra-se. Intime-se. Manaus, 07 de março de 2019. Ana Maria de Oliveira Diógenes - Juíza de Direito

ADV: DIEGO HUMBELINO DUARTE (OAB 9071/AM), ADV: LÉA FERNANDES AMAZONAS (OAB 8612/AM) - Processo 0608752-91.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Protesto Indevido de Título - REQUERENTE: Alessandra Araújo dos Santos - REQUERIDA: Município de Manaus - Tendo em vista o excessivo acervo que possui esta Especializada, sem contar as dificuldades de reduzido número de servidores recebo hoje os presentes autos. Não obstante a paralisação do processo após a apresentação da Contestação, destaco que ainda assim o feito está tramitando com a normalidade regular frente a um Juízo que tenta diariamente administrar as dificuldades antes narradas. Assim, dando prosseguimento, proceda-se a intimação da parte Autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestar-se acerca da peça contestatória e documentos juntados às fls. 37/117. Intime-se. Cumpra-se. Manaus, 01 de março de 2019. Ana Maria de Oliveira Diógenes - Juíza de Direito

ADV: CAMILA XEREZ DE FREITAS BALBI (OAB 8601/AM) - Processo 0609671-51.2016.8.04.0001 (apensado ao processo 0833248-11.2015.8.04.0001) - Embargos à Execução Fiscal - Nulidade / Inexigibilidade do Título - EMBARGANTE: Importadora Belmiro's Ltda - BELMIRO GONÇALVES VIANEZ FILHO - EMBARGADA: Município de Manaus - Vistos, etc... Ao compulsar o bojo processual, constato que na Ação de Execução Fiscal n. 0833248-11.2015, que ensejou este incidente processual, não consta a efetiva garantia do Juízo. Nesses termos, hei por bem em determinar a intimação da parte Embargante/Executada para que proceda, no prazo de 15 (quinze) dias, a garantia integral do valor em cobrança, que é condição de procedibilidade dos Embargos à Execução Fiscal, nos exatos nos termos do art. 16, § 1º, da Lei nº 6.830/80. Intime-se. Cumpra-se. Manaus, 22 de fevereiro de 2019. Ana Maria de Oliveira Diógenes Juíza de Direito

ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 685A/AM) - Processo 0611311-21.2018.8.04.0001 (apensado ao processo 0801589-47.2016.8.04.0001) - Embargos à Execução Fiscal - Nulidade / Inexigibilidade do Título - EMBARGANTE: Itaú Unibanco S/A - EMBARGADO: Municipio de Manaus - Decisão R. Hoje. Tendo em vista que os Embargos à Execução Fiscal, funcionam como verdadeira ação autônoma, possuindo as mesmas condições e regras processuais ao processo de conhecimento, conforme disposto no art. 373, inciso I, do Código de Processo Civil, hei por bem determinar a intimação das partes para, no prazo legal, indicarem as provas que ainda pretendem produzir nestes autos. Na hipótese de não interesse na dilação probatória, o processo será julgado sob a égide do art. 355, Inciso I, do Código de Processo Civil. Intimem-se. Cumpra-se. Manaus, 08 de março de 2019. Ana Maria de Oliveira Diógenes - Juíza de Direito

ADV: MARCIA CRISTINA COSTA DIAS (OAB 29518/PE), ADV: EDUARDO COELHO CAVALCANTI (OAB 23546/PE) - Processo 0611518-25.2015.8.04.0001 (apensado ao processo 0922346-17.2009.8.04.0001) - Embargos à Execução Fiscal - Prazo de Recolhimento - EMBARGANTE: HSBC Bank Brasil S/A - Banco Múltiplo - EMBARGADA: Município de Manaus - Trata-se de Ação de Embargos à Execução Fiscal, manejada por HSBC Bank Brasil S/A - Banco Múltiplo que busca desconstituir o crédito tributário que embasa o feito executivo de nº 0922346-17.2009.8.4.0001 ajuizado pelo Município de Manaus. A Embargante assevera que o crédito tributário, referente ao ALVARÁ dos exercícios 2006 e 2007, que constam nas Certidões de Dívida Ativa-CDAs apresentadas na Ação de Execução Fiscal, foram fulminados pela prescrição, motivo pelo qual requer sejam os presentes Embargos julgados procedentes, declarando-se a extinção da respectiva Ação de Execução Fiscal. Manifestando-se por meio da Impugnação juntada às fls. 30/43, o Município de Manaus sustenta a higidez do título apresentado na demanda, considerando que ajuizou a ação em tempo hábil, respeitando o prazo quinquenal estabelecido em Lei. Nesses termos, pugna seja julgado improcedente o pedido dos Embargos à Execução. Instadas, as partes não requereram novas provas. Vieram-me os autos. Relatados, no essencial, passo a decidir. Como é cediço, ocorre a prescrição pelo não exercício de um direito dentro do prazo legal, o que faz perecer a ação, fato que o torna materialmente , inexigível. Em sede tributária, é o prazo que a Fazenda Pública tem para propor a ação de execução do crédito tributário contra o sujeito passivo. A propósito, é o que se extrai da inteligência do art. 174 do Código Tributário Nacional, que preceitua, in verbis:"A ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em 5 (cinco) anos, contados da data de sua constituição definitiva." Os créditos tributários de ALVARÁ dos exercícios de 2006 e 2007, tiveram como datas de constituição definitiva, os dias 03/04/2006 e 15/04/2007, com os respectivos prazos prescricionais se esgotando após 03/04/2011 e 14/04/2012. Tendo em vista a data da propositura do feito executivo de nº 0922346-17.2009.8.4.0001, em 13/03/2009, verifico que o Município de Manaus ajuizou a ação de execução respeitando o prazo quinquenal estabelecido no art. 174 do Código Tributário Nacional-CTN. A nova redação dada ao art. 174, parágrafo único, inciso I do já mencionado Codex Tributário Nacional, introduzida pela Lei Complementar nº 118/2005, aplicável ao caso concreto, trata da "ação para a cobrança do crédito tributário" e expressamente prevê que a contagem do prazo prescricional se interrompe "pelo despacho do juiz que ordenar a citação em execução fiscal". Não obstante o Despacho Citatório ter sido proferido somente em 13/01/2012, não se verifica a ocorrência de prescrição, tendo em vista que o mesmo, por força do disposto no art. 8º, § 2º da Lei de Execução Fiscal n. 6.830/1980, interrompeu a contagem do prazo prescricional e, conforme estabelece o art. 240, § 1º do CPC, fez retroagir à data da propositura da ação os efeitos dessa interrupção, afastando a ocorrência de prescrição da pretensão municipal. Em complemento, saliento que, no entendimento da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, em consonância com a Súmula 106 , tem-se que: "a demora na citação, por motivos inerentes ao mecanismo da justiça, não justifica o acolhimento da argüição de prescrição ou decadência." Vejamos. PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. CONFIRMAÇÃO DA DECISÃO QUE DÁ PROVIMENTO AO RECURSO ESPECIAL, PARA AFASTAR A PRESCRIÇÃO, POR ESTAR O ACÓRDÃO DO TRIBUNAL DE ORIGEM EM CONFRONTO COM A ORIENTAÇÃO JURISPRUDENCIAL DO STJ. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO. I. A Primeira Seção do STJ, ao julgar, sob o rito do art. 543-C do CPC, o Recurso Especial 1.120.295/SP (Rel. Ministro LUIZ FUX, DJe de 21/05/2010), assim se pronunciou sobre a aplicabilidade das disposições do art. 219 do CPC às Execuções Fiscais para cobrança de créditos tributários: (a) o CPC, no § 1º de seu art. 219, estabelece que a interrupção da prescrição, pela citação, retroage à data da propositura da ação, o que significa dizer que, em Execução Fiscal para a cobrança de créditos tributários, o marco interruptivo da prescrição, atinente à citação pessoal feita ao devedor (quando aplicável a redação original do inciso I do parágrafo único do art. 174 do CTN) ou ao despacho do juiz que ordena a citação (após a alteração do art. 174 do CTN pela Lei Complementar 118/2005), retroage à data do ajuizamento da execução, que deve ser proposta dentro do prazo prescricional; (b) "incumbe à parte promover a citação do réu nos 10 (dez) dias subseqüentes ao despacho que a ordenar, não ficando prejudicada pela demora imputável exclusivamente ao serviço judiciário" (art. 219, § 2º, do CPC). II. Ainda sobre a aplicabilidade das disposições do art. 219 do CPC às Execuções Fiscais para cobrança de créditos tributários, a Segunda Turma do STJ, ao julgar o Recurso Especial 1.282.955/RS (Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, DJe

de 26/02/2013), deixou consignado que, muito embora o CTN, em seu art. 174, a exemplo do CPC, eleja expressamente o suporte fático hipotético para haver a interrupção do prazo prescricional (citação ou despacho), ele é omisso em relação ao momento da produção de seus efeitos, pois não estabelece uma data para tal. Essa data, seja por emprego da analogia, por emprego da equidade ou dos princípios gerais de Direito Público (fórmula prevista no art. 108, I, III e IV, do próprio CTN), pode e deve ser buscada no CPC, que estabelece, expressamente, em seu art. 219, § 1º, como sendo "a data da propositura da ação". Sendo assim, não há qualquer equívoco ou conflito normativo em interpretar-se o art. 174 do CTN em combinação com o art. 219, § 1º, do CPC. III. Nos presentes autos, o Tribunal de origem fez consignar, no acórdão recorrido, que deixou de aplicar a Súmula 106 do STJ, na espécie, pela simples circunstância de a exequente ter ajuizado a Execução Fiscal quando faltavam apenas seis dias para prescreverem os créditos tributários. No entanto, o simples fato de a Execução ter sido ajuizada apenas poucos dias antes do término do prazo de prescrição não justifica, por si só, o afastamento da Súmula 106 do STJ, conforme decidido pela Segunda Turma do STJ, no Recurso Especial 1.337.571/PE (Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, DJe de 03/09/2012). IV. A jurisprudência do STJ é pacífica, no sentido de que não cabe a esta Corte, em sede de Recurso Especial, apreciar alegação de afronta a princípios e normas constitucionais, sob pena de usurpação da competência do STF. Precedente: EDcl no AgRg nos EREsp 1.238.322/RS, Rel. Ministro OG FERNANDES, CORTE ESPECIAL, DJe de 17/06/2014. V. Agravo Regimental improvido. (STJ - AgRg no REsp: 1474333 PR 2014/0202321-3, Relator: Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, Data de Julgamento: 24/02/2015, T2 - SEGUNDA TURMA, Data de Publicação: DJe 05/03/2015) Assim, pelas razões expostas, JULGO IMPROCEDENTES os presentes Embargos à Execução Fiscal e determino a EXTINÇÃO DO FEITO, COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, nos termos do Art. 487, inciso I do Código de Processo Civil. Quanto aos honorários advocatícios, hei por bem em condenar a Embargante em R$ 3.000,00 (três mil) reais. Custas pagas. Cumpridas as formalidades legais, e decorrido o prazo, proceda-se com a baixa e arquivamento desses Embargos. Manaus, 18 de fevereiro de 2019. Ana Maria de Oliveira Diógenes Juíza de Direito

ADV: ROSSANA OLIVEIRA GRAFFIGNA (OAB 58446PR) - Processo 0612912-33.2016.8.04.0001 (apensado ao processo 0859902-74.2011.8.04.0001) - Embargos de Terceiro - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: ROSSANA OLIVEIRA GRAFFIGNA - REQUERIDA: Município de Manaus - Trata-se de Ação de Embargos à Execução Fiscal manejada por Rossana Oliveira Graffigna, em face do MUNICÍPIO DE MANAUS, por dependência nos autos da Ação de Execução Fiscal de nº 0859902-74.2011.8.4.0001. Ao compulsar o caderno processual, verifico que na Ação de Execução Fiscal que deu origem ao presente Incidente Processual, fora proferida Sentença (fls. 06/07) em decorrência do cancelamento do débito exequendo. Pelo exposto, verifico que não existem mais razões plausíveis capazes de autorizar a continuidade da discussão processual existente nestes autos, ante a prejudicialidade operada pela perda superveniente de seu objeto, caracterizando a falta de interesse processual, exigindo-se, consequentemente, a extinção do feito. Assim, tendo em vista a perda do objeto, JULGO EXTINTO os presentes Embargos à Execução Fiscal, sem resolução do mérito, com fundamento no art. 485, VI, do Código de Processo Civil. Cumpridas as formalidades legais, e decorrido o prazo, proceda-se com a baixa e arquivamento desses Embargos. Cumpra-se. Manaus, 01 de março de 2019. Ana Maria de Oliveira Diógenes Juíza de Direito

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0613229-65.2015.8.04.0001 (apensado ao processo 0920760-71.2011.8.04.0001) - Embargos à Execução Fiscal - Competência Tributária - EMBARGANTE: Banco Bradesco S/A - EMBARGADA: Município de Manaus - R. Hoje. Com vistas a dirimir todas as questões atinentes ao feito, defiro a realização de prova pericial contábil, oportunidade em que nomeio como Perita Judicial, a Dra Maria Clenes Bezerra Glória, Perita Contábil, para a verificação das questões que se fizerem necessárias, fincando a mesma incumbida de apresentar o competente Laudo em 30 (trinta) dias. Assim, intimem-se as partes para querendo, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentarem manifestação acerca do perito nomeado, indicar assistente e formular quesitos, de conformidade com as disposições do art. 465, §1°, incisos I, II e III, da Novel Lei Processual Civil. Proceda-se, igualmente, a intimação da Experts ora nomeada, para, em 05 (cinco) dias, apresentar proposta de honorários, segundo enuncia o §2°, do art. 465, daquele Diploma Legal Processual. a Após, da proposta indicada pela Sra Perita, renove-se a intimação das partes pelo prazo de 05 (cinco) dias, para se pronunciarem, nos termos do § 3°, do art. 465 da Lei Adjetiva Civil. Cumpra-se. Manaus, 07 de março de 2019 . Ana Maria de Oliveira Diógenes Juíza de Direito

ADV: ANDRÉA REGINA DA SILVA PICANÇO (OAB 4557/AM) - Processo 0614594-91.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum - Perdas e Danos - REQUERENTE: Jose Jocenildo Silva Sousa - REQUERIDA: Município de Manaus - Decisão R. Hoje. Digam as partes, no prazo de 15 (quinze) dias, as provas que ainda desejam produzir nestes autos. Na hipótese de não manifestação ou não interesse na dilação probatória, voltem-me os autos conclusos para que o processo seja julgado sob a égide do art. 355, Inciso I, do Código de Processo Civil. Intimem-se. Cumpra-se. Manaus, 08 de março de 2019. Ana Maria de Oliveira Diógenes - Juíza de Direito

ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 1037A/AM) - Processo 0614637-86.2018.8.04.0001 (apensado ao processo 0800827-94.2017.8.04.0001) - Embargos à Execução Fiscal - Extinção da Execução - EMBARGANTE: Banco Bradesco S/A - EMBARGADA: Município de Manaus - Decisão R. Hoje. Tendo em vista que os Embargos à Execução Fiscal, é como uma verdadeira ação autônoma, possuindo as mesmas condições e regras processuais ao processo de conhecimento, conforme disposto no art. 373, inciso I, do Código de Processo Civil, hei por bem em determinar a intimação da parte Embargante para, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar a sua Réplica à Impugnação dos Embargos à Execução Fiscal. Intime-se. Cumpra-se. Manaus, 08 de março de 2019. Ana Maria de Oliveira Diógenes - Juíza de Direito

ADV: VERA LÚCIA JOHNSON DE ASSIS (OAB 2904/AM) - Processo 0621683-68.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum - Protesto Indevido de Título - REQUERENTE: Jose Luiz Pereira de Oliveira - REQUERIDA: Município de Manaus - R.Hoje. Dê-se vista dos autos ao Requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar sua Réplica à Contestação de fls. 45/62. Cumpra-se. Intime-se. Manaus, 01 de março de 2019. Ana Maria de Oliveira Diógenes - Juíza de Direito

ADV: PHITAGORAS FERNANDES (OAB 286708SP) - Processo 0624601-11.2015.8.04.0001 (apensado ao processo 0823435-96.2011.8.04.0001) - Embargos à Execução Fiscal - Nulidade / Inexigibilidade do Título - EMBARGANTE: Banco Santander Brasil S/A - EMBARGADA: Município de Manaus - Vistos etc... Trata-se de Ação de Embargos à Execução Fiscal, manejada por Banco Santander S/A que busca desconstituir o crédito tributário que embasa o feito executivo de nº 0823435-96.2011.8.4.0001 ajuizado pelo Município de Manaus. A parte Embargante alega que o Município de Manaus violou seu direito à ampla defesa, tendo em vista que não foi notificada acerca do lançamento do crédito tributário apurado por meio dos Autos de Infração de nº 000020105000483 e nº 000020105000484, referentes à inscrição municipal nº 3333601. Argumenta que o título apresentado no feito executivo não contém as prescrições legais, necessárias à presunção de certeza e liquidez, nos moldes do que preconiza o art. 2º, § 5º, da Lei n.º 6.830 /80. Argumenta, ainda, que a aplicação de multa em percentual de 100% sobre o valor do imposto tem caráter confiscatório nos termos do art. 150 da Constituição Federal. Pelo exposto, requer que sejam os presentes Embargos julgados procedentes, declarando-se a extinção da Execução Fiscal de nº 0823435-96.2011.8.4.0001. Manifestando-se por meio da Impugnação juntada às fls. 67/88, o Município de Manaus sustenta a higidez da Certidão de Dívida Ativa-CDA apresentada no feito, que a mesma contém todos os requisitos prescritos pela Lei n. 6.830/80. Salienta que o Embargante foi devidamente notificado acerca do lançamento, do qual deixou de oferecer impugnação administrativa, constituindo-se, em definitivo, o crédito tributário. Assim, pugna que sejam julgados totalmente improcedentes os pedidos dos Embargos à Execução para fins de se determinar a continuidade do feito

executivo. Vieram-me os autos. Relatados, no essencial , passo a decidir. Como é cediço, os requisitos formais que a lei impõe à Certidão de Divida Ativa têm a finalidade primeira de identificar a exigência tributária e proporcionar que o executado apresente defesa. A jurisprudência pátria tem decidido no sentido de que não se deve exigir que se cumpram com rigor as formalidades, sem que esteja devidamente demonstrado o prejuízo causado. Vejamos: TRIBUTÁRIO. RECURSO ESPECIAL. CDA. AUSÊNCIA DE REQUISITO ESSENCIAL. AUSÊNCIA DE PREJUÍZO À DEFESA DO DEVEDOR. PRINCÍPIO DA INSTRUMENTALIDADE DAS FORMAS. SÚMULA 7/STJ. 1. Os requisitos formais da CDA visam dotar o devedor dos meios necessários a identificar o débito e, assim, poder impugná-lo. Não se exige cumprimento de formalidade, sem demonstrar o prejuízo que ocorreu pela preterição da forma. Princípio da instrumentalidade dos atos processuais. 2. A Corte a quo entendeu que a falta do número do processo administrativo não trouxe prejuízos à defesa do devedor. Para que fosse revisto tal entendimento seria necessário o reexame dos elementos probatórios insertos nos autos, o que é vedado nos termos da Súmula 7/STJ. 3. Recurso especial improvido. (STJ - REsp 660.895/PR, 2ª Turma, Relator Ministro Castro Meira, j. 17/11/2005). (Grifei). * * * PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO FISCAL. NOMEAÇÃO DE BEM À PENHORA. ORDEM LEGAL. ART. 11 DA LEF. PENHORA PELO SISTEMA BACEN-JUD. POSSIBILIDADE. INTIMAÇÃO FEITA EM NOME DE ADVOGADO DISTINTO AO DO SOLICITADO. AUSÊNCIA DE PREJUÍZO. PRINCÍPIO PAS DE NULLITÉ SANS GRIEF. 1. A jurisprudência desta Corte, em homenagem ao princípio pas de nullité sans grief, firmou entendimento no sentido de que a parte, ao requerer o reconhecimento de nulidade, deverá comprovar o efetivo prejuízo sofrido. 2. Na hipótese, ainda que se tenha admitido ser irregular a intimação, a Corte de origem considerou que o autor não demonstrou o efetivo prejuízo, tendo em vista que exerceu efetivamente seu direito de defesa, por meio da interposição do recurso cabível. 3. A Fazenda Pública não é obrigada a aceitar bens nomeados à penhora fora da ordem legal insculpida no art. 11 da Lei 6.830/80, pois o princípio da menor onerosidade do devedor, preceituado no art. 620 do CPC, tem de estar em equilíbrio com a satisfação do credor. 4. Agravo regimental não provido. (STJ - AgRg no REsp: 1338515 RS 2012/0170154-2, Relator: Ministro BENEDITO GONÇALVES, Data de Julgamento: 20/03/2014, T1 - PRIMEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 28/03/2014). (Grifei). Nesses termos, verifico que os Autos de Infração de nº 000020105000483 e nº 000020105000484 foram lavrados por autoridade competente e em observância da legislação pertinente. O Embargante não se desincumbiu do ônus probatório de demonstrar de forma objetiva que as eventuais omissões apontadas causaram prejuízo à sua defesa, prevalecendo, nesse sentido, a presunção de certeza e liquidez da Certidão de Dívida Ativa-CDA, a qual só pode ser ilidida por prova inequívoca a cargo do executado nos termos do art. 3º da Lei nº 6.830/80, corroborado pelo disposto no art. 204 do Código Tributário Nacional-CTN e jurisprudência acerca do tema como segue: AGRAVO INTERNO - EXECUÇÃO FISCAL - EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE - PEDIDO DE PARCELAMENTO -NÃO ILIDE A PRESUNÇÃO DE LIQUIDEZ E CERTEZA DA CDA. I - A jurisprudência do Egrégio Superior Tribunal de Justiça consolidou entendimento no sentido de não caber dilação probatória em exceção de pré-executividade. II -Gozando a CDA de presunção legal de liquidez e certeza, somente prova inequívoca em sentido contrário, a cargo do sujeito passivo, poderá ilidi-la e resultar em seu desfazimento (Código Tributário Nacional, art. 204 e parágrafo único; Lei n. 6.830/80, art. 3º e parágrafo único). III -Cabe ao Executado o ônus da prova (Código de Processo Civil, art. 333, II), e, sem que dele se tenha desincumbido, não subsiste, portanto, qualquer manifestação quanto à falta de liquidez e certeza do título executivo. IV - O pedido de parcelamento - que se constitui no único documento acostado aos autos pelo agravante - desacompanhado do consentimento do Fisco, não tem o condão de ilidir o direito de crédito, consubstanciado na CDA que embasa a execução fiscal em tela. V - A União Federal logrou comprovar, por meio dos demonstrativos acostados aos autos, que não há qualquer notícia do alegado parcelamento, devendo, portanto, ser mantida a decisão agravada por seus próprios fundamentos. VI - Registre-se, por fim, conforme consulta ao extrato de movimentação judiciária da Justiça Federal de 1ª Instância, colhido no Sistema de Acompanhamento Processual desta Corte, em anexo, que já foi expedido mandado de penhora em face dos bens oferecidos, para garantia da dívida inscrita na CDA 70706006093-15. VII - Agravo interno conhecido e desprovido. (TRF-2 - AG: 200802010063116 RJ 2008.02.01.006311-6, Relator: Desembargador Federal JOSE ANTONIO LISBOA NEIVA, Data de Julgamento: 25/05/2010, TERCEIRA TURMA ESPECIALIZADA, Data de Publicação: E-DJF2R - Data::21/06/2010 - Página::238/239) Ademais, a documentação juntada aos autos, demonstra que o Embargante foi regularmente notificado (fl. 99) acerca do procedimento fiscal (Autos de Infração de nº 000020105000483) e (fl. 116) (Autos de Infração de nº 000020105000484) tratados, respectivamente, nos processos administrativos 2010/2967/3446/00579 e 2010/2967/3446/00583. Assim, incabível a alegação de cerceamento de defesa, tendo em vista que, mesmo tendo conhecimento do procedimento fiscal, o Embargante deixou de apresentar defesa na esfera administrativa. Acerca da alegação que versa sobre o caráter confiscatório da multa aplicada pelo Fisco Municipal, verifico que, pela gravidade da conduta que é imputada ao Embargante, qual seja, o não recolhimento aos cofres públicos de valores retidos de terceiros a título de tributo, o encargo punitivo tal como lhe foi aplicado não violou o dispositivo constitucional que veda a aplicação de multa com valor confiscatório. Ademais , a mesma está dentro dos parâmetros estabelecidos pela legislação municipal aplicável, nos termos da Lei 1420/2010. Assim, pelas razões expostas, JULGO IMPROCEDENTES os presentes Embargos à Execução Fiscal e determino a EXTINÇÃO DO FEITO, COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, nos termos do Art. 487, inciso I do Código de Processo Civil. Quanto aos honorários advocatícios, hei por bem em condenar o Embargante em R$ 8.000,00 (oito mil) reais. Cumpridas as formalidades legais, e decorrido o prazo, proceda-se com a baixa e arquivamento desses Embargos. Em ato contínuo, dê-se o prosseguimento a Ação de Execução Fiscal de nº 0823435-96.2011.8.4.0001. Manaus, 28 de fevereiro de 2019. Ana Maria de Oliveira Diógenes Juíza de Direito

ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 685A/AM) - Processo 0625265-42.2015.8.04.0001 (apensado ao processo 0852273-15.2012.8.04.0001) - Embargos à Execução Fiscal - Nulidade / Inexigibilidade do Título - EMBARGANTE: Banco Bradesco S/A - EMBARGADA: Município de Manaus - Vistos, etc... Trata-se de Ação de Embargos à Execução Fiscal manejada por BANCO BRADESCO S/A, em face do MUNICÍPIO DE MANAUS, por dependência aos feitos da Ação de Execução Fiscal nº 0852273-15.2012..8.4.0001. Ao compulsar o caderno processual, verifico que na Ação de Execução Fiscal que deu origem ao Incidente Processual, fora proferida a Sentença (fls. 94/97) com fulcro no art. 156, inc. I da Lei n. 5.172/66 do Código Tributário Nacional, c/c art. 924, II, e com fulcro no art. 487, III, a, ambos do Código de Processo Civil de 2015, em decorrência da extinção administrativa do crédito tributário. Assim, não existem mais razões plausíveis capazes de autorizar a continuidade da discussão processual existente nos autos, ante a prejudicialidade operada pela perda superveniente de seu objeto, caracterizando a falta de interesse processual, exigindo-se, consequentemente, a extinção do processo. Isto posto, tendo em vista a perda do objeto, JULGO EXTINTO os presentes Embargos, sem resolução do mérito, com fundamento no art. 485, VI, do Código de Processo Civil. Cumpridas as formalidades legais, e decorrido o prazo, proceda-se com a baixa e arquivamento desses Embargos. Cumpra-se. Manaus, 25 de janeiro de 2019.

ADV: LUIZ EDUARDO DE CASTILHO GIROTTO (OAB 124071/SP) - Processo 0625550-35.2015.8.04.0001 (apensado ao processo 0812904-82.2010.8.04.0001) - Embargos à Execução Fiscal - Fato Gerador/Incidência - EMBARGANTE: Banco Santander Brasil S/A - EMBARGADO: MUNICÍPIO DE MANAUS - R. Hoje. Com vistas a dirimir todas as questões atinentes ao feito, defiro a realização de prova pericial contábil, oportunidade em que nomeio como Perito Judicial, o (a) Dr.(a) Maria Clenes Bezerra Glória , Perito(a) Contábil, para a verificação das questões que se fizerem necessárias, fincando o(a) mesmo(a) incumbido(a)

de apresentar o laudo em 30 (trinta) dias. Assim, intimem-se as partes para querendo, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentarem manifestação acerca do perito nomeado, indicar assistente e formular quesitos, de conformidade com as disposições do art. 465, §1°, incisos I, II e III, da Novel Lei Processual Civil. Proceda-se, igualmente, a intimação do(a) Perito(a) para, em 05 (cinco) dias, apresentar proposta de honorários, segundo enuncia o §2°, do art. 465, daquele Diploma Legal Processual. Após, da proposta indicada pelo Sr(a). Perito(a), renove-se a intimação das partes pelo prazo de 05 (cinco) dias, para se pronunciarem, nos termos do § 3°, do art. 465 da Lei Adjetiva Civil. Cumpra-se. Manaus, 28 de fevereiro de 2019. Ana Maria de Oliveira Diógenes - Juíza de Direito

ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG) - Processo 0626288-86.2016.8.04.0001 - Embargos à Execução Fiscal - Extinção da Execução - EMBARGANTE: Banco do Brasil S/A - EMBARGADO: MUNICIPIO DE MANAUS - Vistos etc... Trata-se de ação de Embargos à Execução Fiscal manejada por Banco do Brasil S/A, em face do MUNICÍPIO DE MANAUS, por dependência nos autos da Ação de Execução Fiscal de nº 0906190-41.2015.8.4.0001. Ao compulsar o caderno processual, verifico que na Ação de Execução Fiscal que deu origem ao Incidente Processual fora proferida Sentença (fl. 105/106) em decorrência do pagamento do débito exequendo. Pelo exposto, verifico que não existem mais razões plausíveis capazes de autorizar a continuidade da discussão processual existente nestes autos, ante a prejudicialidade operada pela perda superveniente de seu objeto, caracterizando a falta de interesse processual, exigindo-se, consequentemente, a extinção do feito. Assim, tendo em vista a perda do objeto, JULGO EXTINTO os presentes Embargos à Execução Fiscal, sem resolução do mérito, com fundamento no art. 485, VI, do Código de Processo Civil. Cumpridas as formalidades legais, e decorrido o prazo, proceda-se com a baixa e arquivamento desses Embargos. Cumpra-se. Manaus, 22 de fevereiro de 2019. Ana Maria de Oliveira Diógenes Juíza de Direito

ADV: ANTÔNIO ADALBERTO MAGALHÃES MARTINS (OAB 2792/AM) - Processo 0629496-83.2013.8.04.0001 (apensado ao processo 0875298-57.2012.8.04.0001) - Procedimento Comum - Liminar - REQUERENTE: Associacao de Educacao Latu Sensu do Brasil - REQUERIDA: Município de Manaus - Vistos, etc. Cuida-se de Ação Anulatória de Débito Fiscal, com pedido de Antecipação de Tutela ajuizada por Associação de Educação Latu Sensu do Brasil - AELSEB em face do Município de Manaus pelas razões a seguir expostas. A Requerente afirma que tramita contra si a Ação de Execução Fiscal nº. 0875298-57.2012.8.04.0001, decorrente do Auto de Infração e Intimação nº 2011.3000775, que culminou com o estabelecimento de multa no valor de R$ 1.990,20 (hum mil, novecentos e noventa reais e vinte centavos), a título de suposto descumprimento do dever acessório, o qual deu origem a Certidão de Divida Ativa - CDA que instrumentaliza o executivo fiscal antes mencionado. Alega que, o Auto de Infração nº 20113000775 foi motivado pelo que segue: "O contribuinte ora autuado, sob a DAF-1 1031/2011, não escriturou os livros fiscais no período de 01 de janeiro de 2009 a 30 de junho de 2010, pela falta dos mesmos, totalizando 30 (trinta) meses sem a devida escrituração com multa acessória de 3 (três) UFM por mês de atraso perfazendo 90 (noventa) UFM, que fica reduzida a 30 (trinta) UFM, de multa de infração no período, com limite máximo dado pela Lei 1.186/07". Assim, a Demandante assevera que o Auto de Infração está eivado de vício e deve ser considerado nulo e que os livros contábeis estiveram sempre à disposição da fiscalização da Fazenda Municipal, tendo sido entregues pelo representante da Autora na sede da Secretaria Municipal de Finanças diretamente ao auditor, que, posteriormente os devolveu. Aduz, ainda, que os mesmos livros fiscais e contábeis sempre estiveram totalmente disponíveis para a fiscalização, não havendo nenhuma razão para sonegação destes documentos que se encontram registrados no Cartório de Títulos e Documentos conforme prova acima citada, bem como cumpre fielmente o estabelecido no Artigo 14, inciso III, do Código Tributário Nacional para a manutenção da sua imunidade. Afirma que, o Município de Manaus não cumpriu procedimentos estabelecidos na Lei Municipal n° 1.182/2007 que disciplinam a suspensão da Imunidade Tributária da Requerente. Requer, a concessão da antecipação de tutela, inaudita altera pars, para suspender a exigibilidade do credito tributário, em face dos argumentos expostos e comprovados, na forma do art. 150,V, do Código Tributário Nacional-CTN. No mérito, pleiteia sejam julgados totalmente procedentes os pedidos formulados na presente Ação Anulatória de Débito Fiscal para declarar a insubsistência e a ilegalidade do Auto de Infração 2011.3000775 e consequentemente, dos lançamentos dele originados, por ser a Autora beneficiaria da imunidade tributaria do art. 150,VI, "c" da Constituição Federal, e por não ter descumprido os requisitos do art. 14 do CTN, assim como não ter sido obedecido pela parte Ré o que determina a Lei 1182/2007, bem como para conceder ou, senão, ratificar, a concessão da tutela antecipatória. Decisão prolatada nas páginas 66/70, deferindo a antecipação de tutela e suspendendo a exigibilidade do crédito tributário referente ao Auto de Infração nº 2011.3000775 e determinando o apensamento dos autos ao processo de Execução Fiscal nº 0875298-57.2012. Contestação do Município de Manaus, nas págs. 71/79, aduzindo que a parte não carreou aos autos documento essencial à propositura da ação, qual seja, seus livros contábeis. No mérito, ataca que, para que pudesse ter deferida a imunidade, imperiosa a coadunação com os requisitos estabelecidos no art. 14 do Código Tributário Nacional e que não houve comprovação de nenhum deles, posto que não há nenhum documento fiscal nos autos. Requer a extinção do feito, sem resolução de mérito, por força da ausência de documento essencial à propositura da demanda ou, caso assim não entenda, julgar improcedente a ação, pelos demais argumentos expostos, especificamente sobre a ausência de imunidade tributária. Réplica apresentada pela Autora, nas págs. 89/95, afirmando, em síntese, que a mesma busca do Poder Judiciário é o reconhecimento de que o Auto de Infração lavrado pela Administração Pública é nulo, é ilegal, preenche todos os requisitos exigidos no artigo 14 do CTN, alegando que a contabilidade está devidamente registrada e regular, bem como foi reconhecido pelo próprio agente da Ré no Termo de Encerramento da Fiscalização. Ademais, afirma que a imunidade tributária, tal qual previsto no artigo 150 da CF, é inerente à sua condição de entidade de ensino sem fins lucrativos, não havendo, até a presente data, qualquer ato válido e regular no sentido de suspender seu direito, pelo que não poderia a Ré lavrar o guerreado Auto de Infração. Vista ao Ministério Público, o ilustre Representante daquele Órgão informa o não interesse público a justificar a intervenção. Decisão, na pág. 108, instando as partes a se manifestarem quanto ao interesse na produção de provas ou, se não houver, pelo julgamento da lide sob a égide do art.355, I, do Código de Processo Civil. Intimadas, mantiveram-se silentes, conforme certidão exarada na pág. 118. Vieram-me os autos. Relatados, no essencial, passo a decidir. Primeiramente, cumpre esclarecer, minuciosamente qual o pedido que a Autora busca na presente solução judicial. Como bem enfatizado pelo Demandante na Réplica (páginas 91/92), "Com o devido respeito o núcleo da controvérsia, como chama o contestante, não é a discussão acerca da imunidade da Autora visto que esta, a imunidade, prevista no artigo 150 da CF, permanece válida e eficaz (...)". E continua: "É dizer: a Autora não está buscando no Poder Judiciário uma decisão que obrigue a Administração Pública, ora Ré, a lhe conceder imunidade tributária (...)", esclarecendo que: "No presente caso o que a Autora busca do Poder Judiciário é o reconhecimento de que o Auto de Infração lavrado pela Administração Pública, ora Ré, é nulo, é ilegal, já que a Autora não pode ser autuada pelo não recolhimento de tributos (...)". Nesse sentido, a Autora busca a declaração da insubsistência e a ilegalidade do Auto de Infração 2011.30007765 e, consequentemente, dos lançamentos dele originados, por ser alegadamente beneficiária da imunidade tributaria do art. 150,VI, "c" da Constituição Federal, e por não ter descumprido os requisitos do art. 14 do Código Tributário Nacional, assim como não ter sido obedecido pela Ré o que determina a Lei 1182/2007. Consequentemente, com o fito de esclarecer os lindes do pedido na exordial e, apesar de reiteradamente a Demandante informar que não procura discutir a sua imunidade tributária, mas usa tal argumento como motivo para anular o citado documento punitivo , examinarei o pedido sob a ótica da declaração de Nulidade do referido Auto de Infração de nº 2011.3000775. Dessa forma, analisando a cópia do Auto de Infração nº 2011300075 juntado na página 47, verifico que a Demandante foi autuada porque "(...) não escriturou os livros fiscais no período de 01 de

janeiro de 2009 a 30 de junho de 2010, pela falta dos mesmos, totalizando 30 (trinta) meses sem a devida escrituração com multa acessória de 3 (três) UFM por mês de atraso perfazendo 90 (noventa) UFM, que fica reduzida a 30 (trinta) UFM, de multa de infração no período, com limite máximo dado pela Lei 1.186/07". Ora, não observo nos autos nenhuma ilegalidade do Auto de Infração exarado pela Autoridade Fiscal Municipal, bem como a Autora não apresenta provas que sustentem o alegado . Limita-se a afirmar que "não pode ser autuada pelo não recolhimento de tributos não só porque inexiste qualquer ato válido e regular praticado pela Administração Pública que tenha retirado sua imunidade tributária - o que, aliás, sequer foi contestado pela Ré - mas principalmente porque de fato e de direito preenche todos os requisitos exigidos no artigo 14 do CTN, inclusive e principalmente a contabilidade devidamente registrada e regular, como foi reconhecido pelo próprio agente da Ré que no Termo de Encerramento da Fiscalização". Ora, o fato de ser a mesma beneficiária da imunidade tributária prevista no artigo 150 da Constituição Federal /88, não lhe dá o direito de descumprir regras acessórias, conforme descrito no inciso III, do art. 14 do Código Tributário Nacional, que são exigências que, justamente, vão embasar o seu direito à referida imunidade, descumprindo tais exigências, a mesma perderá o seu beneplácito. E, lembrando que aqui não se está discutindo se o Município de Manaus, após autuar a mesma porque "não escriturou os livros fiscais no período de 01 de janeiro de 2009 a 30 de junho de 2010, pela falta dos mesmos, totalizando 30 (trinta) meses sem a devida escrituração (...)", absteve-se de, posteriormente, iniciar procedimento administrativo para suspender sua imunidade, conforme afirmou, expressamente, a Requerente: "Logo, pode-se afirmar, sem embargos, que ao contrário do que afirma a ora Ré, o núcleo da controvérsia não é a imunidade da Autora e sim a Nulidade do Auto de Infração". Além disso, afirmar que os livros contábeis não são essenciais para a propositura da presente ação só serve para confirmar que o Município de Manaus agiu corretamente em autuar a mesma por descumprimento aos preceitos do art. 14 do Código Tributário Nacional, considerando que todo direito subjetivo se origina de um fato. É do exame do fato e de sua adequação ao direito objetivo que se extrairá a solução do litígio. Portanto, não basta à parte litigante apenas alegar os fatos para que a sentença declare o direito. É necessário que se verifique a verdade do alegado através das provas. Tal entendimento fundamenta-se no art. 373, inciso I, do Código de Processo Civil, que determina: " Art. 373. O ônus da prova incumbe: I - ao autor, quanto ao fato constitutivo de seu direito;" Por força do dispositivo legal acima transcrito , cabe ao Autor o ônus de provar fato constitutivo de seu direito. Ademais, ao ingressar com a ação em epígrafe, deveria a parte Requerente, ao menos, ter instruído a inaugural com todos os documentos aptos a dirimir a questão suscitada em Juízo. Não fez na exordial e nem tampouco quando intimada a indicar as provas que pretendia produzir, conforme pág. 80/81. Embora despiciendo, cumpre lembrar que os atos administrativos gozam de presunção de legitimidade e este atributo decorre da sujeição da Administração Pública à lei. Desta forma, os atos praticados pela administração presumem-se legítimos até que se prove em contrário. Em adendo, é imprescindível que se considere a presunção de legitimidade dos atos administrativos, que exige prova em contrário para seu afastamento, ou nas palavras de Cassagne (apud Maria Sylvia Zanella Di Pietro, 2000:183): "A presunção de legitimidade constitui um princípio do ato administrativo que encontra seu fundamento na presunção de validade que acompanha todos os atos estatais, princípio em que se baseia, por sua vez, o dever do administrado de cumprir o ato administrativo. Se não existisse esse princípio, toda a atividade administrativa seria diretamente questionável, obstaculizando o cumprimento dos fins públicos, ao antepor um interesse individual de natureza privada ao interesse coletivo ou social, em definitivo, o interesse público." Com efeito, os atos administrativos gozam ainda de presunção de veracidade, ou seja, presumem-se verdadeiros os fatos aduzidos pela Administração, que embora relativa, dispensa prova da legitimidade dos atos de cunho administrativo na atividade pública. A seu turno, presumida a legitimidade, cabe ao particular, no caso, a Autora, provar o contrário, demonstrando cabalmente que a Administração Pública obrou fora ou além do permitido em lei, isto é, com ilegalidade flagrante sob a forma de abuso ou desvio de poder. Nesta esteira, a Requerente não trouxe nenhum documento que demonstrasse a ilegalidade do Auto de Infração nº 2011300075, como, por exemplo, os livros contábeis relativo ao ano de 2009 a 2010, que embasou o Fisco Municipal a exarar o referido documento, a fim de que este Juízo tivesse base de dados para julgar a lide. Os documentos adicionados à inicial não servem para provar o direito da Autora, ou seja, não servem como defesa de formalidades legais que deveriam ter sido tomadas pela Autora de não escrituração dos livros fiscais no período de 01 de janeiro de 2009 a 30 de junho de 2010, pela falta dos mesmos, totalizando 30 (trinta) meses sem a devida escrituração dos referidos livros. DISPOSITIVO Diante do exposto, entendo pela IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO formulado na exordial e, como consequência, julgo EXTINTA sem resolução do mérito, a presente Ação Anulatória de Débito Fiscal oposta por Associação de Educação Latu Sensu do Brasil - AELSEB, em face do Município de Manaus, nos termos da fundamentação e em consonância com o Art. 485, inciso VI, Código de Processo Civil/2015. Honorários advocatícios pela Requerente, os quais arbitro em R$ 400,00 (quatrocentos reais) em favor do Município de Manaus. Custas pagas, conforme pág. 54. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Após o trânsito em julgado, dê-se BAIXA nos autos e arquivem-se com as cautelas de praxe. Cumpra-se. Manaus, 07 de março de 2019

ADV: FERNANDO CÉSAR LIMA FERREIRA DE OLIVEIRA (OAB 843A/AM) - Processo 0631796-76.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum - DIREITO TRIBUTÁRIO - REQUERENTE: Lucia Jeronimo da Silva - REQUERIDA: Município de Manaus - R.Hoje. Dê-se vista à Requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar sua réplica à Contestação inserta às fls retro. Cumpra-se. Intime-se. Manaus, 07 de março de 2019. Ana Maria de Oliveira Diógenes - Juíza de Direito

ADV: LILIAN DA SILVA ALVES (OAB 8921/AM), ADV: JÚLIO CÉSAR DE ALMEIDA LORENZONI (OAB 5545/AM) - Processo 0635684-87.2016.8.04.0001 (apensado ao processo 0829319-43.2010.8.04.0001) - Embargos à Execução - Extinção da Execução - EMBARGANTE: Logica Assessoria e Consultoria Contabil S/s Ltda - EMBARGADA: Município de Manaus - Vistos, etc... Trata-se de ação de Embargos à Execução Fiscal manejada por Lógica Acessoria e consultoria Contábil LTDA, em face do MUNICÍPIO DE MANAUS, por dependência aos feitos da Ação de Execução Fiscal nº 0829319-43.2010.8.4.0001. Ao compulsar o caderno processual, verifico que na Ação de Execução Fiscal que deu origem ao Incidente Processual em tela, fora proferida Sentença (fls. 34/37) em decorrência do Ofício nº 1474/2018 - GPG/PGM, (petição) o qual pugnou pela extinção de 47.948 (quarenta e sete mil, novecentos e quarenta e oito) ações de execução fiscal, com a consequente extinção dos processos, com fulcro no art. 156, inc. I da Lei n. 5.172/66 (Código Tributário Nacional) c/c art. 924, II, e com fulcro no art. 487, III, a, ambos do Código de Processo Civil de 2015. Assim, verifico que não existem mais razões plausíveis capazes de autorizar a continuidade da discussão processual existente nestes autos, ante a prejudicialidade operada pela perda superveniente de seu objeto, caracterizando a falta de interesse processual, exigindo-se, consequentemente, a extinção do feito. Isto posto, tendo em vista a perda do objeto, JULGO EXTINTO os presentes Embargos à Execução Fiscal, sem resolução do mérito, com fundamento no art. 485, VI, do Código de Processo Civil. Cumpridas as formalidades legais, e decorrido o prazo, proceda-se com a baixa e arquivamento desses Embargos. Cumpra-se. Manaus, 01 de março de 2019. Ana Maria de Oliveira Diógenes Juíza de Direito

ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 1037A/AM) - Processo 0638482-89.2014.8.04.0001 (apensado ao processo 0875275-14.2012.8.04.0001) - Embargos à Execução - Valor da Execução / Cálculo / Atualização - EMBARGANTE: Banco Bradesco S/A - EMBARGADA: Município de Manaus - Vistos etc... Trata-se de Ação de Embargos à Execução Fiscal, manejada por Banco Bradesco S/A que busca desconstituir o crédito tributário que embasa o feito executivo de nº 0875275-14.2012.8.4.0001 ajuizado pelo Município de Manaus. Preliminarmente, a Embargante alega que o Município de Manaus violou seu direito ao contraditório e à ampla defesa, uma vez que teria citado de forma genérica os dispositivos supostamente infringidos que ensejaram o lançamento

do crédito tributário de ISS, formalizado na Certidão de Dívida Ativa-CDA nº 1021434. Assevera que, a ausência de tais requisitos de forma específica a torna nula de pleno direito, por violação dos princípios constitucionais. No mérito, a Embargante sustenta a ausência de liquidez e certeza do crédito tributário em cobrança. Argumenta que, a Certidão de Dívida Ativa que fundamenta a Execução Fiscal não menciona o tributo devido; não preenche os requisitos necessários para a validade do título executivo da Fazenda Pública, haja vista que não indica os tipos de serviços que sofreram a incidência do ISS; que menciona de forma genérica o Código Tributário Municipal. Salienta que, as operações bancárias são tributadas exclusivamente pelo IOF, imposto tributável pela União Federal nos termos do art. 153 da Constituição Federal, não podendo o Fisco Municipal cobrar outro imposto sobre a mesma renda, em face da vedação constitucional da bitributação. Nesses termos, considera indevida a exigência do tributo levada a efeito por meio da execução embargada, considerando indevida a incidência do ISS, haja vista que a Lei Complementar n° 116/2003 definiu taxativamente os serviços e operações bancários passíveis de tributação por meio de ISS. Pelo exposto, requer sejam os presentes Embargos julgados procedentes, declarando-se a extinção da Execução Fiscal de nº 0875275-14.2012.8.4.0001. Manifestando-se por meio da Impugnação juntada às fls. 46/61, o Município de Manaus sustenta a higidez da CDA apresentada no feito, que a mesma contém todos os requisitos prescritos pela Lei n. 6.830/80. Acentua que, a alegação de que os serviços bancários não podem ser tributados pelo ISSQN não encontra fundamento jurídico, entende que o tributo deve incidir sobre os serviços bancários nos termos da Lista Anexa da Lei Complementar 116/03. Assim, pugna que sejam julgados totalmente improcedentes os pedidos dos Embargos à Execução para fins de se determinar a continuidade do feito executivo. Vieram-me os autos. Relatados, no essencial, passo a decidir. Como é cediço, os requisitos formais que a lei impõe à Certidão de Dívida Ativa têm a finalidade primeira de identificar a exigência tributária e proporcionar que o executado apresente defesa. A jurisprudência pátria tem decidido no sentido de que não se deve exigir que se cumpram com rigor as formalidades, sem que esteja devidamente demonstrado o prejuízo causado. Vejamos: "TRIBUTÁRIO. RECURSO ESPECIAL. CDA. AUSÊNCIA DE REQUISITO ESSENCIAL. AUSÊNCIA DE PREJUÍZO À DEFESA DO DEVEDOR. PRINCÍPIO DA INSTRUMENTALIDADE DAS FORMAS. SÚMULA 7/STJ. 1. Os requisitos formais da CDA visam dotar o devedor dos meios necessários a identificar o débito e, assim, poder impugná-lo. Não se exige cumprimento de formalidade, sem demonstrar o prejuízo que ocorreu pela preterição da forma. Princípio da instrumentalidade dos atos processuais. 2. A Corte a quo entendeu que a falta do número do processo administrativo não trouxe prejuízos à defesa do devedor. Para que fosse revisto tal entendimento seria necessário o reexame dos elementos probatórios insertos nos autos, o que é vedado nos termos da Súmula 7/STJ. 3. Recurso especial improvido."(STJ - REsp 660.895/PR, 2ª Turma, Relator Ministro Castro Meira, j. 17/11/2005). (Grifei). * * * "PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO FISCAL. NOMEAÇÃO DE BEM À PENHORA. ORDEM LEGAL. ART. 11 DA LEF. PENHORA PELO SISTEMA BACEN-JUD. POSSIBILIDADE. INTIMAÇÃO FEITA EM NOME DE ADVOGADO DISTINTO AO DO SOLICITADO. AUSÊNCIA DE PREJUÍZO. PRINCÍPIO PAS DE NULLITÉ SANS GRIEF. 1. A jurisprudência desta Corte, em homenagem ao princípio pas de nullité sans grief, firmou entendimento no sentido de que a parte, ao requerer o reconhecimento de nulidade, deverá comprovar o efetivo prejuízo sofrido. 2. Na hipótese, ainda que se tenha admitido ser irregular a intimação, a Corte de origem considerou que o autor não demonstrou o efetivo prejuízo, tendo em vista que exerceu efetivamente seu direito de defesa, por meio da interposição do recurso cabível. 3. A Fazenda Pública não é obrigada a aceitar bens nomeados à penhora fora da ordem legal insculpida no art. 11 da Lei 6.830/80, pois o princípio da menor onerosidade do devedor, preceituado no art. 620 do CPC, tem de estar em equilíbrio com a satisfação do credor. 4. Agravo regimental não provido."(STJ - AgRg no REsp: 1338515 RS 2012/0170154-2, Relator: Ministro BENEDITO GONÇALVES, Data de Julgamento: 20/03/2014, T1 - PRIMEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 28/03/2014). (Grifei). Nesses termos, verifico que o Auto de Infração de nº 000020115000837 foi lavrado por autoridade competente e em observância à legislação pertinente. A parte Embargante não se desincumbiu do ônus probatório de demonstrar de forma objetiva que as eventuais omissões apontadas causaram prejuízo à sua defesa, prevalecendo, nesse sentido, a presunção de certeza e liquidez da CDA, a qual só pode ser ilidida por prova inequívoca a cargo do executado nos termos do art. 3º da Lei nº 6.830/80, corroborado pelo disposto no art. 204 do Código Tributário Nacional-CTN e jurisprudência acerca do tema como segue: "AGRAVO INTERNO - EXECUÇÃO FISCAL - EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE - PEDIDO DE PARCELAMENTO -NÃO ILIDE A PRESUNÇÃO DE LIQUIDEZ E CERTEZA DA CDA. I - A jurisprudência do Egrégio Superior Tribunal de Justiça consolidou entendimento no sentido de não caber dilação probatória em exceção de pré-executividade. II -Gozando a CDA de presunção legal de liquidez e certeza, somente prova inequívoca em sentido contrário, a cargo do sujeito passivo, poderá ilidi-la e resultar em seu desfazimento (Código Tributário Nacional, art. 204 e parágrafo único; Lei n. 6.830/80, art. 3º e parágrafo único). III -Cabe ao Executado o ônus da prova (Código de Processo Civil, art. 333, II), e, sem que dele se tenha desincumbido, não subsiste, portanto, qualquer manifestação quanto à falta de liquidez e certeza do título executivo. IV - O pedido de parcelamento - que se constitui no único documento acostado aos autos pelo agravante - desacompanhado do consentimento do Fisco, não tem o condão de ilidir o direito de crédito, consubstanciado na CDA que embasa a execução fiscal em tela. V - A União Federal logrou comprovar, por meio dos demonstrativos acostados aos autos, que não há qualquer notícia do alegado parcelamento, devendo, portanto, ser mantida a decisão agravada por seus próprios fundamentos. VI - Registre-se, por fim, conforme consulta ao extrato de movimentação judiciária da Justiça Federal de 1ª Instância, colhido no Sistema de Acompanhamento Processual desta Corte, em anexo, que já foi expedido mandado de penhora em face dos bens oferecidos, para garantia da dívida inscrita na CDA 70706006093-15. VII - Agravo interno conhecido e desprovido." (TRF-2 - AG: 200802010063116 RJ 2008.02.01.006311-6, Relator: Desembargador Federal JOSE ANTONIO LISBOA NEIVA, Data de Julgamento: 25/05/2010, TERCEIRA TURMA ESPECIALIZADA, Data de Publicação: E-DJF2R - Data::21/06/2010 - Página::238/239) Ademais, a documentação juntada aos autos (fls. 62/93), demonstra que a Embargante foi regularmente notificada acerca do procedimento fiscal (Auto de Infração de nº 000020115000837) tratado no processo administrativo n° 2011/2967/3446/00860. Pelo exposto, incabível a alegação de cerceamento de defesa, tendo em vista que, mesmo tendo conhecimento do procedimento fiscal, o Embargante deixou de apresentar defesa na esfera administrativa. Pelos fundamentos acima delineados, hei por bem REJEITAR a preliminar arguida, passando a analisar a matéria de fundo sub examine. É cediço que, o ISSQN é o tributo municipal devido em razão da prestação de serviços, pelo que os entes municipais têm o poder-dever de editar leis ordinárias instituidoras do tributo, em consonância com a lei complementar, que disciplina, especialmente em relação aos impostos, as normas gerais definidoras dos fatos geradores, bases de cálculo e contribuintes, nos termos do Decreto-Lei nº 406/68, vigente à época da lavratura do Auto de Infração, posteriormente revogado pela Lei Complementar n° 116/2003. O Superior Tribunal de Justiça já decidiu em julgamento sob o rito dos recursos repetitivos, que a lista de serviços anexa ao Decreto, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar, é taxativa, cabendo, porém, uma leitura extensiva de seus itens, como segue: "TRIBUTÁRIO SERVIÇOS BANCÁRIOS ISS LISTA DE SERVIÇOS TAXATIVIDADE INTERPRETAÇÃO EXTENSIVA. 1. A jurisprudência desta Corte firmou entendimento de que é taxativa a Lista de Serviços anexa ao Decreto-lei 406/68, para efeito de incidência de ISS, admitindo-se, aos já existentes apresentados com outra nomenclatura, o emprego da interpretação extensiva para serviços congêneres. 2. Recurso especial não provido. Acórdão sujeito ao regime do art. 543-C do CPC e da Resolução STJ 08/08."STJ - REsp1111234/ PR RECURSO ESPECIAL 2009/0015818-9 "TRIBUTÁRIO. AGRAVO REGIMENTALNORECURSO ESPECIAL. SERVIÇOS BANCÁRIOS. ISS. LISTA DE SERVIÇOS. TAXATIVIDADE.

INTERPRETAÇÃO EXTENSIVA. PRECEDENTE DA 1a. SEÇÃO:RESP1.111.234/PR, REL. MIN. ELIANA CALMON, DJe 8.10.2009 - JULGADO SOB O RITO DO ART. 543-C DO CPC. SÚMULA 424/STJ. AGRAVO REGIMENTAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO. 1. Esta Corte firmou o entendimento, em sede de Recurso Especial Repetitivo, que a lista de serviços anexa do Decreto-Lei 406/68 (com a redação dada pela LC 56/87), que estabelece quais serviços sofrem a incidência do ISS, comporta interpretação extensiva, para abarcar os serviços correlatos àqueles previstos expressamente. Precedente:REsp. 1.111.234/PR, Rel. Min. ELIANA CALMON, 1a. Seção, DJe 8.10.2009. 2. Entendimento pacificado através da Súmula 424/STJ que: É legítima a incidência de ISS sobre os serviços bancários congêneres da lista anexa ao DL 406/1968 e à LC 56/1987. 3. Agravo Regimental desprovido." STJ - AgRg no REsp: 1245503 MG 2011 0037248 3 - DJe 01/04/2016. Portanto, mesmo que não esteja expressamente previsto na lista anexa da Lei Complementar, não é defeso ao Fisco Municipal a tributação de serviços bancários por meio do ISS, desde que essencialmente correlatos àqueles expressamente previstos, evitando-se, assim, que a mera mudança nominal do serviço inviabilize a incidência da regular tributação, tendo em vista a impossibilidade de o legislador prever toda a gama de serviços eventualmente prestados pelas instituições financeiras. Dessa forma, verifico que os serviços ensejadores da tributação por parte do Município de Manaus, em cobrança na presente ação de execução, estão inseridos, por interpretação extensiva, nos termos da Súmula 424 do STJ, no conjunto daqueles submetidos à incidência do tributo em questão. Assim, pelas razões expostas, JULGO IMPROCEDENTES os presentes Embargos à Execução Fiscal e determino a EXTINÇÃO DO FEITO, COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, nos termos do Art. 487, inciso I, do Código de Processo Civil. Quanto aos honorários advocatícios, hei por bem em condenar o Embargante em R$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos) reais. Custas pagas. Cumpridas as formalidades legais, e decorrido o prazo, proceda-se com a baixa e arquivamento desses Embargos. Em ato contínuo, dê-se o prosseguimento a Ação de Execução Fiscal. Cumpra-se. Manaus, 29 de janeiro de 2019. Ana Maria de Oliveira Diógenes Juíza de Direito

ADV: ANTONELA MARTINS DOS SANTOS (OAB 9781/AM) - Processo 0638953-03.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum - Protesto Indevido de Título - REQUERENTE: P.A.A. - REQUERIDA: M.M. e outro - R.Hoje. Dê-se vista dos autos ao Requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar sua Réplica à Contestação ínsita às fls retro. Cumpra-se. Intime-se. Manaus, 01 de março de 2019. Dra. Ana Maria de Oliveira Diógenes - Juíza de Direito

ADV: MARCO AURÉLIO SALLES DA COSTA RAMOS (OAB 6332/AM), ADV: MARCO MUBARACA SILVA DE ARAÚJO (OAB 6099/AM) - Processo 0640110-79.2015.8.04.0001 (apensado ao processo 0842275-18.2015.8.04.0001) - Embargos à Execução Fiscal - Extinção da Execução - EMBARGANTE: Bernardino Gonzaga de Souza Filho - EMBARGADA: Município de Manaus - Vistos, etc... Trata-se de ação de Embargos à Execução Fiscal manejada por Bernardino Gonzaga de Souza Filho, em face do MUNICÍPIO DE MANAUS, por dependência aos feitos da Ação de Execução Fiscal nº 0842275-18.2015.8.4.0001. Ao compulsar o caderno processual, verifico que na Ação de Execução Fiscal que deu origem ao Incidente Processual em tela, fora proferida Sentença (fls. 07/10) em decorrência do Ofício nº 1474/2018 - GPG/PGM, (petição) o qual pugnou pela extinção de 47.948 (quarenta e sete mil, novecentos e quarenta e oito) ações de execução fiscal, com a consequente extinção dos processos, com fulcro no art. 156, inc. I da Lei n. 5.172/66 (Código Tributário Nacional) c/c art. 924, II, e com fulcro no art. 487, III, a, ambos do Código de Processo Civil de 2015. Assim, verifico que não existem mais razões plausíveis capazes de autorizar a continuidade da discussão processual existente nestes autos, ante a prejudicialidade operada pela perda superveniente de seu objeto, caracterizando a falta de interesse processual, exigindo-se, consequentemente, a extinção do feito. Isto posto, tendo em vista a perda do objeto, JULGO EXTINTO os presentes Embargos à Execução Fiscal, sem resolução do mérito, com fundamento no art. 485, VI, do Código de Processo Civil. Cumpridas as formalidades legais, e decorrido o prazo, proceda-se com a baixa e arquivamento desses Embargos. Cumpra-se. Manaus, 22 de fevereiro de 2019. Ana Maria de Oliveira Diógenes

ADV: ANTÔNIO LUIZ RODRIGUES ARAÚJO (OAB 8882/AM) - Processo 0641586-55.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum - Anulação de Débito Fiscal - REQUERENTE: SEVERINO ARAÚJO DA SILVA - REQUERIDA: Município de Manaus - R.Hoje. Dê-se vista dos autos ao Requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar sua Réplica à Contestação ínsita às fls retro. Cumpra-se. Intime-se. Manaus, 07 de março de 2019. Ana Maria de Oliveira Diógenes - Juíza de Direito

ADV: JOÃO ANTONIO DA MOTA SEIXAS (OAB 10046/AM), ADV: GABRIEL CASTILHO DOS SANTOS (OAB 10277/AM), ADV: HADER DA FONSECA ALMEIDA (OAB 10118/AM) - Processo 0643591-79.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum - Sustação de Protesto - REQUERENTE: Miriam Alves da Silva - REQUERIDA: Município de Manaus - Decisão R. Hoje. Digam as partes, no prazo de 15 (quinze) dias, as provas que ainda desejam produzir nestes autos. Na hipótese de não manifestação ou não interesse na dilação probatória, voltem-me os autos conclusos para que o processo seja julgado sob a égide do art. 355, Inciso I, do Código de Processo Civil. Intimem-se. Cumpra-se. Manaus, 01 de março de 2019. Ana Maria de Oliveira Diógenes - Juíza de Direito

ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 1037A/AM) - Processo 0648316-77.2018.8.04.0001 (apensado ao processo 0800850-40.2017.8.04.0001) - Embargos à Execução Fiscal - Extinção da Execução - EMBARGANTE: HSBC Bank Brasil S/A - Banco Múltiplo - EMBARGADA: Município de Manaus - Autos n°: 0648316-77.2018.8.04.0001 Ação: Embargos À Execução Fiscal/PROC Embargante: Município de Manaus Embargado: HSBC Bank Brasil S/A - Banco Múltiplo SENTENÇA Vistos etc... Trata-se de Ação de Embargos à Execução Fiscal, manejada por HSBC Bank Brasil S. A. - Banco Múltiplo, que busca desconstituir o crédito tributário que embasa o feito executivo de nº 0800850-40.2017.8.4.0001 ajuizado pelo Município de Manaus. A Embargante argumenta que a Certidão de Dívida Ativa que fundamenta a Execução Fiscal não preenche os requisitos necessários para a validade do título executivo da Fazenda Pública. Informa que a mesma não indica os tipos de serviços que sofreram a incidência do ISS e que somente menciona de forma genérica o Código Tributário Municipal, fatos que teriam impedido o exercício pleno do seu direito de defesa. Salienta que as operações bancárias são tributadas, exclusivamente pelo IOF, imposto de competência da União nos termos do art. 153 da Constituição Federal, não podendo o Fisco Municipal cobrar outro imposto sobre a mesma renda, em face da vedação constitucional da bitributação. Nesses termos, considera indevida a exigência do tributo levada a efeito por meio da execução embargada, considerando indevida a incidência do ISS haja vista que a Lei Complementar 116/2003 definiu, taxativamente, os serviços e operações bancários passíveis de tributação por meio de ISS. Pelo exposto, requer que sejam os presentes Embargos julgados procedentes, declarando-se a extinção da Execução Fiscal de nº 0800850-40.2017.8.4.0001. Manifestando-se por meio da Impugnação juntada às fls. 59/68, o Município de Manaus sustenta a higidez da CDA apresentada no feito, asseverando que a mesma observou todos os requisitos prescritos pela Lei n. 6.830/80, em especial o termo de Inscrição de Dívida Ativa, que contem todos os elementos formais necessários. Assim, pugna sejam julgados totalmente improcedentes os pedidos dos Embargos à Execução para fins de se determinar a continuidade do feito executivo. Vieram-me os autos. Relatados, no essencial. Passo a decidir. Como é cediço, os requisitos formais que a lei impõe à Certidão de Divida Ativa têm a finalidade primeira de identificar a exigência tributária e proporcionar que o executado apresente defesa. A jurisprudência pátria tem decidido no sentido de que não se deve exigir que se cumpram com rigor as formalidades, sem que esteja devidamente demonstrado o prejuízo causado. Vejamos: TRIBUTÁRIO. RECURSO ESPECIAL. CDA. AUSÊNCIA DE REQUISITO ESSENCIAL. AUSÊNCIA DE PREJUÍZO À DEFESA DO DEVEDOR. PRINCÍPIO DA INSTRUMENTALIDADE DAS FORMAS. SÚMULA 7/STJ. 1. Os requisitos formais da CDA visam dotar o devedor dos meios necessários a identificar o débito e, assim, poder impugná-lo. Não se exige cumprimento de formalidade, sem demonstrar o prejuízo que ocorreu pela preterição da forma. Princípio da instrumentalidade dos atos processuais. 2. A Corte a quo entendeu que a falta do número do processo administrativo não trouxe prejuízos à defesa

do devedor. Para que fosse revisto tal entendimento seria necessário o reexame dos elementos probatórios insertos nos autos, o que é vedado nos termos da Súmula 7/STJ. 3. Recurso especial improvido. (STJ - REsp 660.895/PR, 2ª Turma, Relator Ministro Castro Meira, j. 17/11/2005). (Grifei). * * * PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO FISCAL. NOMEAÇÃO DE BEM À PENHORA. ORDEM LEGAL. ART. 11 DA LEF. PENHORA PELO SISTEMA BACEN-JUD. POSSIBILIDADE. INTIMAÇÃO FEITA EM NOME DE ADVOGADO DISTINTO AO DO SOLICITADO. AUSÊNCIA DE PREJUÍZO. PRINCÍPIO PAS DE NULLITÉ SANS GRIEF. 1. A jurisprudência desta Corte, em homenagem ao princípio pas de nullité sans grief, firmou entendimento no sentido de que a parte, ao requerer o reconhecimento de nulidade, deverá comprovar o efetivo prejuízo sofrido. 2. Na hipótese, ainda que se tenha admitido ser irregular a intimação, a Corte de origem considerou que o autor não demonstrou o efetivo prejuízo, tendo em vista que exerceu efetivamente seu direito de defesa, por meio da interposição do recurso cabível. 3. A Fazenda Pública não é obrigada a aceitar bens nomeados à penhora fora da ordem legal insculpida no art. 11 da Lei 6.830/80, pois o princípio da menor onerosidade do devedor, preceituado no art. 620 do CPC, tem de estar em equilíbrio com a satisfação do credor. 4. Agravo regimental não provido. (STJ - AgRg no REsp: 1338515 RS 2012/0170154-2, Relator: Ministro BENEDITO GONÇALVES, Data de Julgamento: 20/03/2014, T1 - PRIMEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 28/03/2014). (Grifei). Verifico que a Embargante não se desincumbiu do ônus probatório de demonstrar de forma objetiva que as eventuais omissões apontadas causaram prejuízo à sua defesa, prevalecendo, nesse sentido, a presunção de certeza e liquidez da CDA, a qual só pode ser ilidida por prova inequívoca a cargo do executado nos termos do art. 3º da Lei nº 6.830/80, corroborado pelo disposto no art. 204 do Código Tributário Nacional-CTN e jurisprudência acerca do tema como segue: AGRAVO INTERNO - EXECUÇÃO FISCAL - EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE - PEDIDO DE PARCELAMENTO -NÃO ILIDE A PRESUNÇÃO DE LIQUIDEZ E CERTEZA DA CDA. I - A jurisprudência do Egrégio Superior Tribunal de Justiça consolidou entendimento no sentido de não caber dilação probatória em exceção de pré-executividade. II -Gozando a CDA de presunção legal de liquidez e certeza, somente prova inequívoca em sentido contrário, a cargo do sujeito passivo, poderá ilidi-la e resultar em seu desfazimento (Código Tributário Nacional, art. 204 e parágrafo único; Lei n. 6.830/80, art. 3º e parágrafo único). III -Cabe ao Executado o ônus da prova (Código de Processo Civil, art. 333, II), e, sem que dele se tenha desincumbido, não subsiste, portanto, qualquer manifestação quanto à falta de liquidez e certeza do título executivo. IV - O pedido de parcelamento - que se constitui no único documento acostado aos autos pelo agravante - desacompanhado do consentimento do Fisco, não tem o condão de ilidir o direito de crédito, consubstanciado na CDA que embasa a execução fiscal em tela. V - A União Federal logrou comprovar, por meio dos demonstrativos acostados aos autos, que não há qualquer notícia do alegado parcelamento, devendo, portanto, ser mantida a decisão agravada por seus próprios fundamentos. VI - Registre-se, por fim, conforme consulta ao extrato de movimentação judiciária da Justiça Federal de 1ª Instância, colhido no Sistema de Acompanhamento Processual desta Corte, em anexo, que já foi expedido mandado de penhora em face dos bens oferecidos, para garantia da dívida inscrita na CDA 70706006093-15. VII - Agravo interno conhecido e desprovido. (TRF-2 - AG: 200802010063116 RJ 2008.02.01.006311-6, Relator: Desembargador Federal JOSE ANTONIO LISBOA NEIVA, Data de Julgamento: 25/05/2010, TERCEIRA TURMA ESPECIALIZADA, Data de Publicação: E-DJF2R - Data::21/06/2010 - Página::238/239) Ademais, a documentação juntada aos autos (fls. 106/110) demonstra que a Embargante foi regularmente notificada acerca do procedimento fiscal (Auto de Infração 000020115000370), no qual apresentou defesa administrativa. Nesses termos, incabível a alegação de cerceamento de defesa. Acerca da tese que versa sobre a incompetência do Município de Manaus para cobrar o ISS sobre operações bancárias, é cediço que o ISSQN é o tributo municipal devido em razão da prestação de serviços, vez que os entes municipais têm o poder-dever de editar leis ordinárias instituidoras do tributo, em consonância com a lei complementar, que disciplina, especialmente em relação aos impostos, as normas gerais definidoras dos fatos geradores, bases de cálculo e contribuintes, nos termos do Decreto-Lei nº 406/68, posteriormente revogado pela Lei Complementar 116/2003. O Superior Tribunal de Justiça já decidiu em julgamento sob o rito dos recursos repetitivos, que a lista de serviços anexa ao Decreto lei nº 406/68, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar, é taxativa, cabendo, porém, uma leitura extensiva de seus itens, como segue: TRIBUTÁRIO SERVIÇOS BANCÁRIOS ISS LISTA DE SERVIÇOS TAXATIVIDADE INTERPRETAÇÃO EXTENSIVA. 1. A jurisprudência desta Corte firmou entendimento de que é taxativa a Lista de Serviços anexa ao Decreto-lei 406/68, para efeito de incidência de ISS, admitindo-se, aos já existentes apresentados com outra nomenclatura, o emprego da interpretação extensiva para serviços congêneres. 2. Recurso especial não provido. Acórdão sujeito ao regime do art. 543-C do CPC e da Resolução STJ 08/08. STJ - REsp1111234/ PR RECURSO ESPECIAL 2009/0015818-9 * * * TRIBUTÁRIO. AGRAVO REGIMENTALNORECURSO ESPECIAL. SERVIÇOS BANCÁRIOS. ISS. LISTA DE SERVIÇOS. TAXATIVIDADE. INTERPRETAÇÃO EXTENSIVA. PRECEDENTE DA 1a. SEÇÃO:RESP1.111.234/PR, REL. MIN. ELIANA CALMON, DJe 8.10.2009 - JULGADO SOB O RITO DO ART. 543-C DO CPC. SÚMULA 424/STJ. AGRAVO REGIMENTAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO. 1. Esta Corte firmou o entendimento, em sede de Recurso Especial Repetitivo, que a lista de serviços anexa do Decreto-Lei 406/68 (com a redação dada pela LC 56/87), que estabelece quais serviços sofrem a incidência do ISS, comporta interpretação extensiva, para abarcar os serviços correlatos àqueles previstos expressamente. Precedente:REsp. 1.111.234/PR, Rel. Min. ELIANA CALMON, 1a. Seção, DJe 8.10.2009. 2. Entendimento pacificado através da Súmula 424/STJ que: É legítima a incidência de ISS sobre os serviços bancários congêneres da lista anexa ao DL 406/1968 e à LC 56/1987. 3. Agravo Regimental desprovido. STJ - AgRg no REsp: 1245503 MG 2011 0037248 3 - DJe 01/04/2016. Nesses termos, e ressaltando a informação trazida pelo Município de Manaus, de que o Auto de Infração 000020115000370 não diz respeito a tributação de serviços bancários, mas refere-se a falta de recolhimento de ISSQN retido na fonte pela Embargante, verifico que mesmo que não esteja expressamente previsto na lista anexa da Lei Complementar, não é defeso ao Fisco Municipal a tributação de serviços bancários por meio do ISS, desde que essencialmente correlatos àqueles expressamente previstos, evitando-se, assim, que a mera mudança nominal do serviço inviabilize a incidência da regular tributação, tendo em vista a impossibilidade de o legislador prever toda a gama de serviços eventualmente prestados pelas instituições financeiras. Assim, pelas razões expostas, JULGO IMPROCEDENTES os presentes Embargos à Execução Fiscal e determino a EXTINÇÃO DO FEITO, COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, nos termos do Art. 487, inciso I do Código de Processo Civil. Quanto aos honorários advocatícios, hei por bem em condenar o Embargante em R$ 1.700,00 (mil e setecentos) reais. Custas pagas. Cumpridas as formalidades legais, e decorrido o prazo, proceda-se com a baixa e arquivamento desses Embargos. Em ato contínuo, dê-se o prosseguimento a Ação de Execução Fiscal. Manaus, 25 de fevereiro de 2019. Ana Maria de Oliveira Diógenes Juíza de Direito

ADV: FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES (OAB 995A/AM) - Processo 0656320-06.2018.8.04.0001 (apensado ao processo 0618257-43.2017.8.04.0001) - Embargos à Execução Fiscal - Nulidade / Inexigibilidade do Título - EMBARGANTE: Banco Bradesco S/A - EMBARGADA: Município de Manaus - Decisão R. Hoje. Tendo em vista que os Embargos à Execução Fiscal, é como uma verdadeira ação autônoma, possuindo as mesmas condições e regras processuais ao processo de conhecimento, conforme disposto no art. 373, inciso I, do Código de Processo Civil, hei por bem em determinar a intimação da parte Embargante para, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar a sua Réplica à Impugnação dos Embargos à Execução Fiscal. Intime-se. Cumpra-se. Manaus, 08 de março de 2019. Ana Maria de Oliveira Diógenes - Juíza de Direito

ADV: PEDRO STÊNIO LÚCIO GOMES (OAB 2604/AM) - Processo 0711601-54.2012.8.04.0001 (apensado ao processo 0818096-93.2010.8.04.0001) - Embargos à Execução - Valor da Execução / Cálculo / Atualização - EMBARGANTE: Swedish Match da Amazônia S/A - EMBARGADA: Município de Manaus - Autos n°: 0711601-54.2012.8.04.0001 Ação: Embargos À Execução/PROC Embargante: Município de Manaus Embargado: Swedish Match da Amazônia S/A SENTENÇA Vistos, etc... Trata-se de Ação de Embargos à Execução Fiscal, manejada por Swedish Match da Amazônia S/A que busca desconstituir o crédito tributário que embasa o feito executivo de nº 0818096-93.2010.8.4.0001 ajuizado pelo Município de Manaus. A Embargante sustenta que os títulos exequendos não possuem os requisitos legais; que a cobrança da diferença de IPTU do exercício 2006 viola o princípio da irretroatividade da lei, argumenta que os mesmos não obedecem os requisitos indispensáveis à sua constituição configurando ausência de liquidez e certeza do crédito tributário, nos termos do que estabelece o artigo 204 do Código Tributário Nacional. Pelo exposto, requer sejam os presentes Embargos julgados procedentes, declarando-se a extinção da Execução Fiscal de nº 0818096-93.2010.8.4.0001. Manifestando-se por meio da Impugnação juntada às fls. 33/38, o Município de Manaus sustenta que a cobrança do Imposto Predial e Territorial Urbano-IPTU encontra fundamento na Constituição Federal , Código Tributário Nacional e legislação municipal. Argumenta que as alegações da Embargante são improcedentes, uma vez que a execução fiscal foi instaurada a partir de um lançamento tributário fundamentado na lei, não sendo apresentados elementos probatórios relativos à suposta majoração indevida do antes mencionado tributo. Nesses termos, pugna que sejam julgados totalmente improcedentes os pedidos dos Embargos à Execução para fins de se determinar a continuidade do feito executivo. Vieram-me os autos. Relatados, no essencial, passo a decidir. Da análise detida dos autos, verifico que o Município de Manaus fez de ofício revisão de lançamento de Imposto Predial e Territorial Urbano-IPTU dos imóveis de matrícula nº 371155 e nº 371154, de propriedade da ora Embargante. O procedimento se deu a partir da constatação de erro no cadastro do imóvel que encontrava-se cadastrados no item TIPO DE CONSTRUÇÃO como “galpão fechado”, quando, na verdade deveria estar registrado como “indústria””, contudo, sem alteração de alíquota do cálculo do tributo. A possibilidade de revisão do lançamento do crédito tributário, é assegurada pelo Código Tributário Nacional-CTN, nos termos do art. 145: “Art. 145. O lançamento regularmente notificado ao sujeito passivo só pode ser alterado em virtude de: [] III - iniciativa de ofício da autoridade administrativa, nos casos previstos no art. 149.”. Sobre a revisão do lançamento por iniciativa de ofício da administração, a mesma orienta-se pelo disposto no art. 149 do já mencionado Estatuto Tributário , que está assim editado: “Art. 149. O lançamento é efetuado e revisto de ofício pela autoridade administrativa nos seguintes casos: [...] VIII - quando deva ser apreciado fato não conhecido ou não provado por ocasião do lançamento anterior;” . Nesses termos, a administração pode rever de ofício o lançamento anteriormente efetuado “quando deva ser apreciado fato não conhecido ou não provado por ocasião do lançamento anterior”, , desde que dentro do prazo decadencial, como no caso em tela. Salientando-se que esta atividade é “vinculada e obrigatória, sob pena de responsabilidade funcional.” nos termos do artigo 142, do CTN, que dispõe : Art. 142. Compete privativamente à autoridade administrativa constituir o crédito tributário pelo lançamento, assim entendido o procedimento administrativo tendente a verificar a ocorrência do fato gerador da obrigação correspondente, determinar a matéria tributável, calcular o montante do tributo devido, identificar o sujeito passivo e, sendo caso, propor a aplicação da penalidade cabível. Parágrafo único. A atividade administrativa de lançamento é vinculada e obrigatória, sob pena de responsabilidade funcional. Pelo exposto, é certo que a iniciativa de ofício da autoridade administrativa sobre a revisão do lançamento, nos casos previstos no art. 149, é vinculada e obrigatória sendo cabível a cobrança executiva da respectiva diferença de débitos ainda não atingidos pela decadência. A revisão de lançamento de IPTU em decorrência de retificação de dados cadastrais do imóvel, caracteriza erro de fato e não de direito (critério jurídico) conforme jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça. Vejamos: TRIBUTÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. IPTU. RETIFICAÇÃO DE DADOS CADASTRAIS DO IMÓVEL. REVISÃO DE LANÇAMENTO POR ERRO DE FATO. POSSIBILIDADE. ART. 149, VIII, DO CTN. QUESTÃO SEDIMENTADA EM RECURSO ESPECIAL REPETITIVO (RESP 1.130.545/RJ). ACÓRDÃO RECORRIDO CASSADO. DETERMINADO O RETORNO DOS AUTOS. 1. “A retificação de dados cadastrais do imóvel, após a constituição do crédito tributário, autoriza a revisão do lançamento pela autoridade administrativa (desde que não extinto o direito potestativo da Fazenda Pública pelo decurso do prazo decadencial), quando decorrer da apreciação de fato não conhecido por ocasião do lançamento anterior, ex vi do disposto no artigo 149, inciso VIII, do CTN” (REsp 1.130.545/RJ, Rel. Ministro Luiz Fux, Primeira Seção, DJe 22/02/2011, julgado pelo rito do art. 543-C do CPC). 2. Cassado o acórdão recorrido, devem os autos retornarem à Corte de origem, para que sejam analisadas as demais causas de pedir suscitadas na vestibular da ação ordinária ajuizada pela contribuinte. 3. Agravos regimentais dos particulares e do município não providos. (STJ - AgRg nos EDcl noAREsp610880/ RJ AGRAVO REGIMENTAL NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL 2014/0290772-5) Nesse sentido, ao verificar que o cadastro do imóvel da Embargante estava equivocado, o Município de Manaus procedeu a devida revisão de ofício de lançamento de IPTU de exercícios anteriores não atingidos pelo prazo decadencial, visto tratar-se de erro de fato, referente ao enquadramento do imóvel no item “TIPO DE CONSTRUÇÃO” o qual estava erroneamente cadastrado como “galpão fechado”, quando na verdade deveria estar registrado como “indústria”. Por todo o exposto, verifico que os procedimentos que culminaram com o ajuizamento da Ação de Execução Fiscal de nº 0818096-93.2010.8.4.0001, foram conduzidos por autoridade competente, com observância do procedimento administrativo atinente, que ao detectar erro no cadastro do imóvel e procedeu a necessária retificação em cumprimento da norma tributária aplicável, procedendo com a devida notificação do interessado. A Embargante não apresentou os elementos probatórios necessários e capazes de ilidir a exigibilidade do crédito tributário consubstanciado nas Certidões de Divida Ativa apresentadas no feito, prevalecendo, assim, o disposto no art. 3º da Lei nº 6.830/80, corroborado pelo disposto no art. 204 do CTN, estabelece que “A Dívida Ativa regularmente inscrita goza da presunção de certeza e liquidez”, a qual só pode ser ilidida por prova inequívoca, a cargo do executado. Vejamos: AGRAVO INTERNO - EXECUÇÃO FISCAL - EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE - PEDIDO DE PARCELAMENTO -NÃO ILIDE A PRESUNÇÃO DE LIQUIDEZ E CERTEZA DA CDA. I - A jurisprudência do Egrégio Superior Tribunal de Justiça consolidou entendimento no sentido de não caber dilação probatória em exceção de pré-executividade. II -Gozando a CDA de presunção legal de liquidez e certeza, somente prova inequívoca em sentido contrário, a cargo do sujeito passivo, poderá ilidi-la e resultar em seu desfazimento (Código Tributário Nacional, art. 204 e parágrafo único; Lei n. 6.830/80, art. 3º e parágrafo único). III -Cabe ao Executado o ônus da prova (Código de Processo Civil, art. 333, II), e, sem que dele se tenha desincumbido, não subsiste, portanto, qualquer manifestação quanto à falta de liquidez e certeza do título executivo. IV - O pedido de parcelamento - que se constitui no único documento acostado aos autos pelo agravante - desacompanhado do consentimento do Fisco, não tem o condão de ilidir o direito de crédito, consubstanciado na CDA que embasa a execução fiscal em tela. V - A União Federal logrou comprovar, por meio dos demonstrativos acostados aos autos, que não há qualquer notícia do alegado parcelamento, devendo, portanto, ser mantida a decisão agravada por seus próprios fundamentos. VI - Registre-se, por fim, conforme consulta ao extrato de movimentação judiciária da Justiça Federal de 1ª Instância, colhido no Sistema de Acompanhamento Processual desta Corte, em anexo, que já foi expedido mandado de penhora em face dos bens oferecidos, para garantia da dívida inscrita na CDA 70706006093-15. VII - Agravo interno conhecido e desprovido. (TRF-2 - AG: 200802010063116 RJ 2008.02.01.006311-6, Relator: Desembargador Federal JOSE ANTONIO LISBOA NEIVA, Data de Julgamento: 25/05/2010, TERCEIRA TURMA ESPECIALIZADA, Data de Publicação:

E-DJF2R - Data::21/06/2010 - Página::238/239). Assim, pelas razões expostas, JULGO IMPROCEDENTES os presentes Embargos à Execução Fiscal e determino a EXTINÇÃO DO FEITO, COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, nos termos do Art. 487, inciso I do Código de Processo Civil. Quanto aos honorários advocatícios, hei por bem em condenar o Embargante em R$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos) reais. Cumpridas as formalidades legais, e decorrido o prazo, proceda-se com a baixa e arquivamento desses Embargos. Em ato contínuo, dê-se o prosseguimento a Ação de Execução Fiscal. Manaus, 06 de fevereiro de 2019 Ana Maria de Oliveira Diógenes Juíza de Direito

ADV: CARLA CEUSINA DE ALBUQUERQUE TAVARES (OAB 11005/AM) - Processo 0800363-70.2017.8.04.0001 - Execução Fiscal - Dívida Ativa - EXEQUENTE: Município de Manaus - EXECUTADO: Edimilson Jose de Sousa - DECISÃO Processo nº: 0800363-70.2017.8.04.0001 Classe: Execução Fiscal Exequente: Município de Manaus Executado: Edimilson Jose de Sousa Trata-se de Exceção de Pré-Executividade manejada por Edimilson José de Sousa na ação de Execução Fiscal na qual o Município de Manaus busca ver adimplido o crédito tributário consubstanciado nas Certidões de Dívida Ativa juntadas às fls. 02/14. A parte Executada, ora Excipiente, requer, em síntese, que seja declarada a nulidade da citação efetivada no feito haja vista que a mesma fora recebida por pessoa que lhe é estranha. Requer, ainda, extinção da ação tendo em vista a nulidade da CDA, configurada por ausência de certeza e liquidez em face da revisão de ofício dos valores dos débitos de IPTU dos exercícios 2012, 2013, 2014 e 2015. Pedido de desbloqueio de valores dos ativos financeiros da Executada deferido conforme Decisão de fls. 92/93. Por meio do petitório de fls. 104/111, o Município de Manaus manifesta-se acerca do presente incidente, oportunidade em que sustenta a higidez dos títulos apresentados, requerendo que sejam julgados improcedentes os pleitos da Excipiente. Vieram-me conclusos. É o relatório, no essencial, DECIDO. O Excipiente alega nulidade da citação efetivada na demanda (fl. 18) sob o argumento que o recebimento da carta de citação se deu por pessoa "ESTRANHA AO PROCESSO e TOTALMENTE DESCONHECIDA pelo Executado, não sendo seu parente, caseiro, vizinho ou mesmo conhecido". Assevera que a ausência de efetiva citação pessoal, viola dispositivo legal contido no Código de Processo Civil. Como é cediço, no que toca à citação em execução fiscal, a Lei de Execução Fiscal - LEF (Lei Especial) traz regra específica sobre a questão (artigos 8º, II, e 12, § 3º) a qual prevalece sobre o Código de Processo Civil (Lei Geral). Logo, pelo Princípio da Especialidade e inexistindo nos autos comprovação de que a tentativa de citação fora feita em endereço diverso ao do Executado prevalece o entendimento o qual, na ação de execução fiscal, não exige que a citação seja pessoal, bastando que seja no respectivo endereço do devedor, mesmo que recebida por pessoa diversa. Vejamos ainda a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça acerca do tema: PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO. CITAÇÃO POSTAL. ENTREGA NO DOMICÍLIO DO EXECUTADO. RECEBIMENTO POR PESSOA DIVERSA. INTERRUPÇÃO DA PRESCRIÇÃO. VALIDADE. PRECEDENTES. 1. Trata-se a controvérsia à possibilidade de interrupção da prescrição por meio de citação via postal recebida por terceiros. 2. A jurisprudência do Superior Tribunal é no sentido de que a Lei de Execução Fiscal traz regra específica sobre a questão no art. 8º, II, que não exige seja a correspondência entregue ao seu destinatário, bastando que o seja no respectivo endereço do devedor, mesmo que recebida por pessoa diversa, pois, presume-se que o destinatário será comunicado. 3. Agravo regimental não provido. STJ - (AgRg no REsp 1178129/MG , Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, julgado em 10/8/2010, DJe 20/8/2010) * * * PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. RECURSO ESPECIAL. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. ISS. ILEGITIMIDADE PASSIVA AD CAUSAM. INOCORRÊNCIA. ARTS. 150, § 7º DA CF/88 E 128 DO CTN. VÍCIO NA CITAÇÃO. INOCORRÊNCIA. DECADÊNCIA. FATO GERADOR. LEI MUNICIPAL Nº 1.603/84. DIREITO LOCAL. SUMULA 280 DO STF. ARGÜIÇÃO DE PRESCRIÇÃO EM SEDE DE EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. POSSIBILIDADE. PRESCRIÇÃO. INOCORRÊNCIA. JUNTADA DA LEI MUNICIPAL À INICIAL DA AÇÃO . NÃO OBRIGATORIEDADE. 1. O art. 8º, II, da Lei 6.830/80 estabelece como regra, na execução fiscal, a citação pelo correio, com aviso de recepção, sendo certo que, como lex specialis, prevalece sobre os arts. 222, "d", e 224, do CPC, por isso que a pessoalidade da citação é dispensada, sendo despicienda, inclusive, a assinatura do aviso de recebimento pelo próprio executado, bastando que reste inequívoca a entrega no seu endereço. 2. A norma insculpida no art. 12. III, da Lei 6.830/80 considera a prescindibilidade da citação pessoal, determinando que, nas hipóteses em que o AR não contiver a assinatura do executado ou de seu representante legal, impõe-se que a intimação da penhora seja feita pessoalmente, corroborando o entendimento supra. 3. A exceção de pré-executividade configura comparecimento espontâneo, suprindo a falta de citação, e não afetando, portanto, a validade do processo. (Precedentes: AgRg no Ag 504280, DJ 08.11.2004; AgRg no Ag 476215/RJ, DJ 07.03.2005; REsp 658566/DF, DJ 02.05.2005). [] STJ - (REsp 857.614/SP, Rel. Ministro LUIZ FUX, PRIMEIRA TURMA, julgado em 04/03/2008, DJe 30/04/2008) Nesses termos, tendo em vista que a citação de fl. 08 se deu no endereço que consta na CDA, e não tendo o Excipiente produzido prova em contrário, prevalece o disposto no art. 3º da Lei nº 6.830/80, corroborado pelo disposto no art. 204 do Código Tributário Nacional, que assim estabelece : "A Dívida Ativa regularmente inscrita goza da presunção de certeza e liquidez", a qual só pode ser ilidida por prova inequívoca, a cargo do executado. Acerca da alegação de que as CDA's apresentadas na lide pelo Município de Manaus "possuem gravosos erros em sua constituição", haja vista revisão dos valores cobrados a título de IPTU dos exercícios 2012, 2013, 2014 e 2015, verifico que a possibilidade de revisão do lançamento do crédito tributário, é assegurada pelo Estatuto Tributário Nacional , nos termos do art. 145 c/c art 149, assim editados : "Art. 145. O lançamento regularmente notificado ao sujeito passivo só pode ser alterado em virtude de: [] III - iniciativa de ofício da autoridade administrativa, nos casos previstos no art. 149." ""Art. 149. O lançamento é efetuado e revisto de ofício pela autoridade administrativa nos seguintes casos: [...] VIII - quando deva ser apreciado fato não conhecido ou não provado por ocasião do lançamento anterior;" . Pelo exposto, é certo que a iniciativa de ofício da Fazenda Pública sobre a revisão do lançamento, é vinculada e obrigatória sendo cabível a cobrança executiva da respectiva diferença de débitos ainda não atingidos pela decadência, com a devida notificação do contribuinte como no caso em tela. Acerca da alegação de que os imóveis estão localizados em zona rural, passível de tributação por meio do Imposto Territorial Rural - ITR, verifico que, nos termos da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, a incidência do referido tributo é determinada pela destinação econômica do imóvel, objeto da tributação, como segue: TRIBUTÁRIO. IMÓVEL NA ÁREA URBANA. DESTINAÇÃO RURAL. IPTU. NÃO-INCIDÊNCIA. ART. 15 DO DL 57/1966. RECURSO REPETITIVO. ART. 543-C DO CPC. 1. Não incide IPTU, mas ITR, sobre imóvel localizado na área urbana do Município, desde que comprovadamente utilizado em exploração extrativa, vegetal, agrícola, pecuária ou agroindustrial (art. 15 do DL 57/1966). 2. Recurso Especial provido. Acórdão sujeito ao regime do art. 543-C do CPC e da Resolução 8/2008 do STJ. STJ-REsp 1112646/SP RECURSO ESPECIAL 2009/0051088-6 Assim, verifico que há necessidade de dilação probatória para se averiguar a real utilização dos imóveis em questão no tocante a incidência do Imposto Territorial Rural-ITR e não do Imposto Predial e Territorial Urbano-IPTU, fato que torna inviável a análise dessa pedido por meio de Exceção de Pré-Executividade. Isto posto, hei por bem JULGAR IMPROCEDENTES os pedidos acima formulados na Exceção de Pré-Executividade e, como consequência, DETERMINAR o prosseguimento da Ação de Execução Fiscal ajuizada. Intimem-se as partes para o conhecimento desta Decisão Interlocutória. Cumpra-se. Manaus, 28 de janeiro de 2019 Ana Maria de Oliveira Diógenes Juíza de Direito

ADV: NATASJA DESCHOOLMEESTER (OAB 2140/AM), ADV: FABIO MARCOS PATARO TAVARES (OAB 208094/SP), ADV: ADEMIR BUITONI (OAB 25271/SP) - Processo 0825298-24.2010.8.04.0001 - Execução Fiscal - Dívida Ativa - EXEQUENTE: Município de Manaus - EXECUTADO: Brinquedos Estrela Ind e Com Ltda - MAURÍCIO ANDRADE MARSIGLIA - Vistos. Trata-se de Embargos de Declaração manejados pela Municipalidade,

objetivando que seja sanado o vício encartado na Exceção de Pré-Executividade que não pôs fim ao processo, somente determinou a retirada de pessoa não sócia, mas administrador da empresa, como devedor na Certidão de Dívida Ativa que ampara a execução fiscal em epígrafe. Sustenta o Município de Manaus que, não obstante o entendimento deste Juízo, houve omissão na decisão de págs. 119/122 que determinou a exclusão da CDA do nome de pessoa que não era sócio da empresa. Assim, entendendo restar evidenciada omissão no decisum face a exclusão do sócio e não condenação nos ônus da sucumbência, o Município de Manaus pleiteia o acolhimento dos Embargos de Declaração, com vistas a ser sanado o vício apontado, nos termos do art. 1.022, inciso II, do CPC. É o relatório. PASSO A DECIDIR. Ao que se infere dos argumentos delineados pelo Ente Municipal no bojo dos presentes Aclaratórios, vejo que não há nenhuma omissão a ser sanada na decisão de páginas 119/122. Trago à transcrição os termos do artigo 1.022 e parágrafo único do Código de Processo Civil: Art. 1.022. Cabem embargos de declaração contra qualquer decisão judicial para: I - (...) II - suprir omissão de ponto ou questão sobre o qual devia se pronunciar o juiz de ofício ou a requerimento; IIII - (...) Parágrafo único. Considera-se omissa a decisão que: I - deixe de se manifestar sobre tese firmada em julgamento de casos repetitivos ou em incidente de assunção de competência aplicável ao caso sob julgamento; II - incorra em qualquer das condutas descritas noart. 489, § 1o. As hipóteses previstas no artigo 489, § 1º do Código de Processo Civil referem-se exclusivamente à fundamentação das decisões, especificamente, quando o juiz omite ou não explicita termos da fundamentação. No presente caso, não houve nenhuma omissão, mas simplesmente foi decidido que a condenação em honorários seria decidida por ocasião da sentença, ao final da presente Execução Fiscal. Trago à colação excerto da decisão na página 122: "Quanto ao pedido de honorários formulado pelo Município deixo para manifestar-me ao final da presente execução". Tal determinação se deve ao fato de que a parte que entrou com a Exceção de Pré-Executividade, Maurício Andrade Marsiglia, foi vitorioso no pleito, consequentemente, seria incoerente e impróprio condená-lo a pagar verbas sucumbenciais. Ora, o princípio da causalidade foi aplicado ao Município de Manaus considerando que, a despeito de ajuizar cobrança executória em face de pessoa não responsável pela dívida, não poderia saber que a parte deixara de ser administrador da empresa antes do fato gerador da mesma. Assim, é o teor do artigo 82, § 2º do CPC: Art. 82, § 2º: A sentença condenará o vencido a pagar ao vencedor as despesas que antecipou. Destaquei. Ademais, o artigo 31 da Lei Municipal nº 254/1994, citado pelo Município de Manaus na página 139, refere-se à infração administrativa, imputada no âmbito da Administração Municipal e não nesta esfera Judiciária. Outrossim, o objetivo da presente Ação de Execução Fiscal é alcançar o crédito tributário devido pela Executada, ou seja, a presente ação destina-se ao cumprimento, forçado, da obrigação tributária principalnão espontaneamente cumprida pelo contribuinte, no caso, pela Brinquedos Estrela Ind e Com Ltda, e por esta razão, o descumprimento de obrigações acessórias deve ser manejado em autos próprios pelo Município de Manaus, em nova situação jurídica, diversa do objeto da Certidão da Dívida Ativa supra, qual seja, a cobrança da TVFR - Taxa de Verificação de Funcionamento Regular ou "Alvará" do exercício de 2009 pela referida empresa. Assim, não havendo omissão a ser sanada, não merece retificação a decisão apontada pelo Município de Manaus. Desta feita, deixo de acolher os Embargos de Declaração opostos pelo Fisco Municipal, não reconhecendo a omissão e mantendo em seus termos a decisão exarada nas páginas 119/122. Ao ensejo, intimo o Município de Manaus para dar prosseguimento a presente Execução Fiscal. Intimem-se. Cumpra-se. Manaus, 07 de março de 2019. Ana Maria de Oliveira Diógenes - Juíza de Direito

ADV: PAULO RICARDO DA SILVA GOMES (OAB 7942/AM) - Processo 0842039-71.2012.8.04.0001 - Execução Fiscal - Dívida Ativa - EXEQUENTE: Município de Manaus - EXECUTADO: Ntc-arteprint Ind e Com de Emb Cart. Toner,imp e Copiadoras Ltda - DECISÃO Processo nº: 0842039-71.2012.8.04.0001 Classe: Execução Fiscal Exequente: Município de Manaus Executado: Ntc-arteprint Ind e Com de Emb Cart. Toner,imp e Copiadoras Ltda Trata-se de Exceção de Pré-Executividade manejada por ARTEPRINTBOX INDUSTRIA E COMERCIO DE EMBALAGENS LTDA nos autos da Ação de Execução na qual o Município de Manaus objetiva ver adimplido o crédito tributário, referente ao ALVARÁ exercício 2010, consubstanciado na Certidão de Dívida Ativa de nº 985246. A Executada, ora Excipiente, alega nulidade da Certidão de Dívida Ativa - CDA apresentada no feito haja vista que o crédito tributário em questão é objeto de impugnação administrativa, até então, pendente de decisão final. Requer, ainda, o desbloqueio de valor penhorado , via BACENJUD. No mais, colaciona disposições doutrinárias acerca do cabimento do presente incidente e requer pela extinção da Ação de Execução Fiscal. Por meio do petitório de fls. 36/41, o Município de Manaus manifesta-se acerca do presente incidente oportunidade em que requer pelo reconhecimento de sua improcedência em face da necessidade de dilação probatória, incompatível com a natureza da via eleita. Vieram-me conclusos. É o relatório no essencial. DECIDO. Nos termos da Súmula 393 do Superior Tribunal de Justiça- STJ, "a exceção de pré-executividade é admissível na execução fiscal relativamente às matérias conhecíveis de ofício que não demandem dilação probatória". A jurisprudência converge no sentido de que a Exceção de Pré-Executividade mostra-se inviável nos casos em que não há prova pré-constituída que viabilize sua análise, a saber: AGRAVO DE INSTRUMENTO - EXECUÇÃO FISCAL - EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE - MATÉRIA DE ORDEM PÚBLICA, PROVA PRÉ-CONSTITUÍDA - IMUNIDADE TRIBUTÁRIA - NECESSIDADE DE DILAÇÃO PROBATÓRIA. A exceção de pré-executividade é um meio de defesa do executado dentro da própria execução, dispensando a interposição de embargos. Por meio dela, argüi-se a ausência das condições da ação, como a executividade do título, a falta de liquidez da obrigação ou a inadequação do meio escolhido para satisfazer o crédito. Inexistindo prova pré-constituída nos autos que possibilite a análise da matéria por meio da exceção de pré-executividade, torna-se inviável o presente instituto para sua discussão. (TJMG, AI nº 1.0024.08.852480-6/001, 4ª Câmara Cível, Rel. Des. DÁRCIO LOPARDI MENDES, publ. 08/05/2009); (Grifei). * * * AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO FISCAL. NECESSIDADE DE DILAÇÃO PROBATÓRIA.EXCEÇÃO DE PRÉ- EXECUTIVIDADE. NÃO CABIMENTO.1. Trata-se de agravo de instrumento com pedido de efeito suspensivo interposto por JOSÉ NILTON DE SOUZA contra decisão prolatada pelo Juízo da 4ª Vara Federal da Seção Judiciária de Sergipe, que, em sede de Execução Fiscal da União Federal, não conheceu a exceção de pré-executividade oposta pelo executado. 2. No caso em análise, sustenta o agravante ser indevida a cobrança da multa definida na exordial executiva, por padecer o título do vício de excesso de execução, uma vez que a definição da base de cálculo do IRPF suplementar está alicerçada em imposto já quitado. 3. A exceção de pré-executividade, forma de defesa do demandado, nos próprios autos da execução, foi criada em sede de doutrina e jurisprudência para viabilizar ao executado arguir matérias de ordem pública, como a falta de condições da ação e dos pressupostos processuais, que podem ser declarados ex officio pelo Juiz. 4. No entanto, para seu deferimento, necessário se faz que a prova objeto da exceção seja robusta, verossímil, pré-constituída, sob pena do seu não acolhimento, por se tratar de matéria a ser analisada em embargos à execução. 5. No caso dos autos, afasta-se a relevância dos argumentos perfilhados pelo ora agravante em face da presunção de liquidez, certeza e exigibilidade de que goza a Certidão de Dívida Ativa. 6. Em verdade, a matéria referente à indevida composição do débito fiscal denota a necessidade de dilação probatória para sua confirmação, expediente incompatível com a via escolhida, devendo, na espécie, o litígio ser deduzido no meio processual adequado. 7. Agravo de instrumento desprovido. TRF-5 - Agravo de Instrumento : AG 00089668220144050000 AL: Relator Desembargador Federal Paulo Roberto de Oliveira Lima. Publ. 19/12/2014. (Grifei). No presente incidente, a Excipiente requer a extinção da ação de execução, para tanto, alega ser nula a Certidão de Dívida Ativa - CDA que lastreia o feito haja vista existência de recurso administrativo, pendente de decisão, no qual requer o cancelamento do crédito tributário em questão. É cediço que o art. 3º da Lei nº 6.830/80, corroborado pelo disposto no art. 204 do Código Tributário Nacional -CTN, estabelece que "A Dívida Ativa regularmente inscrita goza da presunção de certeza e liquidez", a qual só pode ser ilidida por prova inequívoca, a cargo

da parte executada. Nesses termos, verifico que os procedimentos que culminaram com o ajuizamento da ação de execução foram conduzidos por autoridade competente e com observância da legislação pertinente. A Excipiente não demonstrou de plano que a impugnação administrativa, junto ao órgão municipal, foi feita de forma tempestiva e capaz de produzir os efeitos do art. 151 do Estatuto Tributário Nacional no sentido de suspender a exigibilidade do crédito tributário. Assim, verifico que não foram apresentados os elementos probatórios necessários e capazes de ilidir a exigibilidade do crédito tributário consubstanciado na Certidão de Divida Ativa apresentada na ação, havendo a necessidade de dilação probatória, fato que inviabiliza a análise dos pedidos formulados, por não se amoldarem à natureza jurídica do incidente oposto. Acerca do pedido de desbloqueio dos valores penhorados por esse Juízo via BACENJUD, verifico que a constrição deve ser mantida, tendo em vista que a Excipiente não comprovou a ocorrências de nenhuma das hipóteses de impenhorabilidade previstas no art. 833 do Código de Processo Civil. Pelo exposto, hei por bem JULGAR IMPROCEDENTES TODOS OS PEDIDOS formulados na presente Exceção de Pré-Executividade oposta e, como consequência, DETERMINAR o prosseguimento da Ação de Execução Fiscal ajuizada. Intimem-se as partes para o conhecimento desta Decisão Interlocutória. Cumpra-se. Manaus, 26 de fevereiro de 2019 Ana Maria de Oliveira Diógenes Juíza de Direito

ADV: PAULO JOSÉ VIEIRALVES DONATO LOPES (OAB 1855/AM) - Processo 0852258-46.2012.8.04.0001 - Execução Fiscal - Dívida Ativa - EXEQUENTE: Município de Manaus - EXECUTADO: Isaac Bezerra Silva - DECISÃO Processo nº: 0852258-46.2012.8.04.0001 Classe: Execução Fiscal Exequente: Município de Manaus Executado: Isaac Bezerra Silva Trata-se de Exceção de Pré-Executividade manejada por Isaac Bezerra Silva, nos autos da Ação de Execução Fiscal na qual o Município de Manaus busca ver adimplido o crédito tributário, referente Auto de Infração 000020098001428, consubstanciado na Certidão de Dívida Ativa de nº 1021286. A parte Excipiente sustenta, em síntese, que em virtude de acordo firmado em audiência na Vara do Meio Ambiente, e o devido cumprimento do respectivo TACA, nada há que se discutir sobre o assunto nas esferas administrativas Municipal ou Estadual, considerando, portanto irregular a infração apurada por meio do Auto de Infração 000020098001428, motivo pelo qual requer a anulação desse lançamento fiscal e consequente extinção do presente feito executivo. Às fls. 10/17, o Município de Manaus apresenta sua impugnação à Exceção de Pré-Executividade, oportunidade em que sustenta a higidez do título apresentado na demanda e requer pela improcedência do pleito da Excipiente, e o devido prosseguimento da ação de execução. Vieram-me conclusos. É o relatório no essencial. DECIDO. O entendimento que predomina na doutrina e jurisprudência pátria é de que é admissível a interposição de incidente de Exceção de Pré-Executividade em execuções fiscais. Porém, manifesta é a exigência de que estejam presentes no referido incidente, simultaneamente, dois requisitos: um de ordem material e outro de ordem formal que são, respectivamente, a exigência de que a matéria invocada seja suscetível de conhecimento de ofício pelo juiz e a certeza de que a decisão possa ser tomada sem necessidade de dilação probatória. Tal entendimento é dado a partir da clara redação do enunciado da Súmula 393 do Superior Tribunal de Justiça, que está assim editada : Súmula 393. A exceção de pré-executividade é admissível na execução fiscal relativamente às matérias conhecíveis de ofício que não demandem dilação probatória. (DJ 07/10/09). In casu, verifico que a alegação articulada pela parte Excipiente não é aferível de plano, haja vista que é totalmente desprovida de elementos probatórios capazes de embasar suas afirmações. Portanto, considero que a via ora eleita, não é a adequada para exame da referida alegação, por demandar dilação probatória inequívoca capaz de ilidir a presunção de legalidade e veracidade inerentes à Certidão de Dívida Ativa-CDA, entendimento este que converge com a jurisprudência pátria acerca do tema, como segue: PROCESSUAL CIVIL - TRIBUTÁRIO - AGRAVO REGIMENTAL - EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE - DILAÇÃO PROBATÓRIA - SÚMULA 393 DO STJ - ART. 202 DO CTN - CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - PRESUNÇÃO DE CERTEZA E LIQUIDEZ. 1. "Conforme preconizam os arts. 202 do CTN e 2º, § 5º, da Lei 6.830/80, a finalidade de constituição do título é atribuir à CDA a certeza e liquidez inerentes aos títulos de crédito, o que confere ao executado elementos para opor embargos, obstando execuções arbitrárias". (in AC 0010680-68.2003.4.01.3300/BA, Rel. Desembargador Federal Reynaldo Fonseca, Sétima Turma, e-DJF1 p.436 de 30/03/2012). 2. Os atos administrativos (in casu, a CDA) gozam, no ordenamento jurídico brasileiro, de presunção de legalidade e certeza, só derruída por prova inequívoca, a cargo do agravante. O ônus probandi no sentido de apresentar elementos que afastem a referida presunção compete ao executado e não ao Judiciário limitar tal presunção. 3. Firme o entendimento de que "1. A exceção de pré-executividade, segundo o Min. Luiz Fux (Resp 573.467/SC), é servil à suscitação de questões que devam ser conhecidas de ofício pelo juiz, como as atinentes à liquidez do título executivo, os pressupostos processuais e as condições da ação executiva" (in AgRg no Resp nº 968047/RN, Rel. Min. Humberto Martins, 6ª T., in DJ de 03/04/2008). 4. A exceção de pré-executividade é admissível na execução fiscal relativamente às matérias conhecíveis de ofício que não demandem dilação probatória. (Súmula do STJ, Enunciado nº 393). 5. Com efeito, "não é possível aferir-se o decurso do prazo prescricional, sem análise probatória, em face da existência de interrupção do prazo (...)". Não cabe discussão acerca de excesso na execução em sede de exceção de pré-executividade, por demandar provas. 4. Como o exame das matérias dependem de instrução probatória, os embargos à execução são a via adequada para a discussão, nos termos do art. 741, V e 745 do CPC (AG 0020396-13.2012.4.01.0000 / MG, Rel. DESEMBARGADOR FEDERAL LUCIANO TOLENTINO AMARAL, SÉTIMA TURMA, e-DJF1 p.530 de 11/10/2012). 6. Agravo Regimental não provido. (TRF-1 - AGA: 175375320144010000, Relator: DESEMBARGADOR FEDERAL REYNALDO FONSECA, Data de Julgamento: 05/08/2014, SÉTIMA TURMA, Data de Publicação: 15/08/2014). (Grifei). * * * "AGRAVO DE INSTRUMENTO - EXECUÇÃO FISCAL - EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE - MATÉRIA DE ORDEM PÚBLICA, PROVA PRÉ-CONSTITUÍDA - IMUNIDADE TRIBUTÁRIA - NECESSIDADE DE DILAÇÃO PROBATÓRIA. A exceção de pré-executividade é um meio de defesa do executado dentro da própria execução, dispensando a interposição de embargos. Por meio dela, argüi-se a ausência das condições da ação, como a executividade do título, a falta de liquidez da obrigação ou a inadequação do meio escolhido para satisfazer o crédito. Inexistindo prova pré-constituída nos autos que possibilite a análise da matéria por meio da exceção de pré-executividade, torna-se inviável o presente instituto para sua discussão. (TJMG, AI nº 1.0024.08.852480-6/001, 4ª Câmara Cível, Rel. Des. DÁRCIO LOPARDI MENDES, publ. 08/05/2009); (Grifei). * * * TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. VIOLAÇÃO AO ART. 535 DO CPC NÃO CONFIGURADA. RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA DO SÓCIO. NOME DO EXECUTADO NA CDA. ILEGITIMIDADE PASSIVA ARGUIDA EM EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. INVIABILIDADE. 1. No que se refere à alegada afronta ao disposto no art. 535, inciso II, do CPC, o julgado recorrido não padece de omissão, porquanto decidiu fundamentadamente a quaestio trazida à sua análise, não podendo ser considerado nulo tão somente porque contrário aos interesses da parte. 2. O acórdão recorrido encontra-se em sintonia com a jurisprudência do STJ no sentido de que não é cabível Exceção de Pré-executividade em execução fiscal promovida contra sócio que figura como responsável na Certidão de Dívida Ativa - CDA. A presunção de legitimidade assegurada à CDA impõe ao executado que figura no título executivo o ônus de demonstrar a inexistência de sua responsabilidade tributária, demonstração essa que demanda dilação probatória, a qual deve ser promovida no âmbito dos Embargos à Execução. 3. Agravo Regimental não provido. (STJ - AgRg no AREsp: 474717 MG 2014/0029947-8, Relator: Ministro HERMAN BENJAMIN, Data de Julgamento: 22/04/2014, T2 - SEGUNDA TURMA, Data de Publicação: DJe 18/06/2014). (Grifei). Assim, devidamente caracterizada está a inviabilidade do presente incidente em face da necessidade de dilação probatória, hei por bem JULGAR IMPROCEDENTE a presente Exceção de Pré-Executividade oposta e, como consequência, DETERMINAR o prosseguimento da Ação de Execução Fiscal ajuizada. Intimem-se as partes para o conhecimento desta Decisão Interlocutória. Cumpra-se. Manaus, 01 de fevereiro de 2019 Ana Maria de Oliveira Diógenes Juíza de Direito

ADV: RAFAEL FERNANDO TIESCA MACIEL (OAB 7187/AM) - Processo 0852268-90.2012.8.04.0001 - Execução Fiscal - Dívida Ativa - EXEQUENTE: Município de Manaus - EXECUTADO: Vulcaplast Industria da Amazonia Ltda - R. Hoje Ao perscrutar os autos verifico que não há nenhuma condenação referente à honorários advocatícios. Verifico ainda, que a Decisão do Agravo de Instrumento de nº 4001144-26.2018.8.04.0000 não fora informada pelo Egrégio Tribunal de Justiça do Amazonas. Diante do exposto, INDEFIRO o pedido de Cumprimento de Sentença de pgs. 92 à 94. Cumpra-se. Intime-se. Manaus, 27 de fevereiro de 2019. Ana Maria de Oliveira Diógenes - Juíza de Direito

ADV: FREDERICO MORAES BRACHER (OAB 7311/AM) - Processo 0875123-63.2012.8.04.0001 - Execução Fiscal - Dívida Ativa - EXEQUENTE: Município de Manaus - EXECUTADO: Condominio Residencial House Ville - "(...) Nesses termos, verifico que o crédito tributário, consubstanciado na Certidão de Divida Ativa apresentada na ação, foi regularmente constituído, com observância dos critérios estabelecidos na legislação pertinente, e que o Excipiente não apresentou os elementos probatórios necessários e capazes de ilidir sua validade.Isto posto, ante os fundamentos acima, JULGO TOTALMENTE IMPROCEDENTES os pedidos formulados na presente Exceção de Pré-Executividade e, assim, determino, como consequência, o prosseguimento do feito. Intimem-se as partes para ciência desta Decisão." Manaus, 20 de fevereiro de 2019. Ana Maria de Oliveira Diógenes

ADV: ANTÔNIO LÚCIO PANTOJA JÚNIOR (OAB 8111/AM) - Processo 0906600-02.2015.8.04.0001 - Execução Fiscal - Dívida Ativa - REQUERENTE: Munícipio de Manaus - REQUERIDA: Maria Eugenia Seffair Lins de Albuquerque - Trata-se de Exceção de Pré-Executividade manejada por Maria Eugênia Seffair Lins de Albuquerque, nos autos da Ação de Execução Fiscal na qual o Município de Manaus busca ver adimplido o crédito tributário consubstanciado nas Certidões de Dívida Ativa juntadas às fls. 02/03. A ora Excipiente colaciona disposições doutrinárias acerca do cabimento do incidente de Exceção de Pré-Executividade e alega, em síntese, que efetuou o parcelamento do débito em cobrança na ação de execução, motivo pelo qual requer a extinção da demanda. O Município de Manaus, instado a se manifestar (fl.21), deixou decorrer o prazo in albis. Vieram-me os autos. Relatados no essencial, passo a DECIDIR. Reza o art. 156 do Código Tributário Nacional: Art. 156. Extinguem o crédito tributário: I - o pagamento; II - a compensação; III - a transação; IV - remissão; V - a prescrição e a decadência; VI - a conversão de depósito em renda; VII - o pagamento antecipado e a homologação do lançamento nos termos do disposto no artigo 150 e seus §§ 1º e 4º; VIII - a consignação em pagamento, nos termos do disposto no § 2º do artigo 164; IX - a decisão administrativa irreformável, assim entendida a definitiva na órbita administrativa, que não mais possa ser objeto de ação anulatória; X - a decisão judicial passada em julgado. XI - a dação em pagamento em bens imóveis, na forma e condições estabelecidas em lei Parágrafo único. A lei disporá quanto aos efeitos da extinção total ou parcial do crédito sobre a ulterior verificação da irregularidade da sua constituição, observado o disposto nos artigos 144 e 149. Da análise dos autos, verifico que por ocasião do ajuizamento da execução fiscal, o crédito tributário representado pela respectiva Certidão de Dívida Ativa-CDA revestia-se dos atributos de certeza, liquidez e exigibilidade. A posterior adesão a parcelamento, ainda que anterior à citação, é causa suspensiva de exigibilidade nos termos do art. 151, VI, do Código Tributário |Nacional-CTN. Nestes termos, sendo o parcelamento causa da suspensão do crédito tributário exequendo, não há falar em extinção da execução. Vejamos o seguinte precedente: DECISÃO MONOCRÁTICA Nº 17.485 AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2183900-64.2014.8.26.0000 PAULÍNIA AGRAVANTE: MOINHOS CRUZEIRO DO SUL S.A. AGRAVADA: FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO TRIBUTÁRIO EXECUÇÃO FISCAL EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE ADESÃO A PARCELAMENTO APÓS O AJUIZAMENTO DA EXECUÇÃO FISCAL E ANTES DA CITAÇÃO SUSPENSÃO DA EXECUÇÃO. O parcelamento é causa de suspensão do crédito tributário (art. 151 CTN). A adesão ao parcelamento posteriormente ao ajuizado da execução e antes da citação somente tem o condão de obstar o curso do feito executivo, não de extinguilo. Precedentes do C. STJ em recurso repetitivo. Objeção de pré-executividade rejeitada. Decisão mantida. Recurso desprovido. Assim, ante os fundamentos acima, JULGO IMPROCEDENTE o pedido formulado na presente Exceção de Pré-Executividade, referente à extinção da presente ação. Intimem-se as partes para ciência desta Decisão. Cumpra-se. Manaus, 14 de fevereiro de 2019. Ana Maria de Oliveira Diógenes - Juíza de Direito

ADEMIR BUITONI (OAB 25271/SP)
Andréa Caldeira do Couto (OAB 3601/AM)
Andréa Regina da Silva Picanço (OAB 4557/AM)
Antonela Martins dos Santos (OAB 9781/AM)
Antônio Adalberto Magalhães Martins (OAB 2792/AM)
Antônio Lúcio Pantoja Júnior (OAB 8111/AM)
Antônio Luiz Rodrigues Araújo (OAB 8882/AM)
Camila Xerez de Freitas Balbi (OAB 8601/AM)
Carla Ceusina de Albuquerque Tavares (OAB 11005/AM)
Diego Humbelino Duarte (OAB 9071/AM)
Eduardo Coelho Cavalcanti (OAB 23546/PE)
Eduardo Flavio Graziano (OAB 62672/SP)
Fabio Marcos Pataro Tavares (OAB 208094/SP)
Felipe Gazola Vieira Marques (OAB 995A/AM)
Fernando César Lima Ferreira de Oliveira (OAB 843A/AM)
Frederico Moraes Bracher (OAB 7311/AM)
Gabriel Castilho dos Santos (OAB 10277/AM)
Gustavo Nygaard (OAB 29023/RS)
Hader da Fonseca Almeida (OAB 10118/AM)
João Antonio da Mota Seixas (OAB 10046/AM)
Júlio César de Almeida Lorenzoni (OAB 5545/AM)
Jussara da Silva Pontes (OAB 7062/AM)
Karina de Almeida Batistuci (OAB 685A/AM)
Léa Fernandes Amazonas (OAB 8612/AM)
Lilian da Silva Alves (OAB 8921/AM)
LUIZ EDUARDO DE CASTILHO GIROTTO (OAB 124071/SP)
Marcia Cristina Costa Dias (OAB 29518/PE)
Marco Aurélio Salles da Costa Ramos (OAB 6332/AM)
Marco Mubaraca Silva de Araújo (OAB 6099/AM)
Moysés Araújo Cordeiro (OAB 2195/AM)
Natasja Deschoolmeester (OAB 2140/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Paulo Cezar Krichanã da Silva (OAB 8494/AM)
Paulo José Vieiralves Donato Lopes (OAB 1855/AM)
Paulo Ricardo da Silva Gomes (OAB 7942/AM)
Pedro Neves Marx (OAB 464/AM)
Pedro Stênio Lúcio Gomes (OAB 2604/AM)
Phitagoras Fernandes (OAB 286708SP)
Rafael Fernando Tiesca Maciel (OAB 7187/AM)
RAFAEL MALLMANN (OAB 51454/RS)
ROSSANA OLIVEIRA GRAFFIGNA (OAB 58446PR)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 44698/MG)
Valério Tancredo (OAB 2456/AM)
Vera Lúcia Johnson de Assis (OAB 2904/AM)
Wilson Sales Belchior (OAB 1037A/AM)

4ª VARA ESPECIALIZADA EM CRIME DE USO E TRÁFICO DE ENTORPECENTES

JUÍZO DE DIREITO DA 4ª V.E.C.U.T.E.
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0055/2019

ADV: ALDEMIR DA ROCHA SILVA JÚNIOR (OAB 5445/AM) - Processo 0600520-90.2018.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Patrick Brian Moreira de Aguiar - Diego Barroso Machado e outro - R.Hoje. Cumpra-se a parte final da decisão de fls. 282/284, intimando-se os advogados dos réus DIEGO BARROSO MACHADO e PATRICK BRIAN MOREIRA DE AGUIAR (fls. 118 e 115), via Dje, para apresentarem as alegações finais escritas, no prazo de 05 (cinco) dias. Transcorrido in albis o prazo, intimem-se pessoalmente os réus para constituírem novo defensor, no prazo de 10 (dez) dias, ao término do qual, não havendo manifestação, fica nomeada a Defensoria Pública para atuar na defesa, devendo os autos serem encaminhados com vista à Defensora Pública com atuação nesta Vara Especializada, para apresentar memoriais, no prazo legal. À Secretaria, para providências. Manaus, 12 de fevereiro de 2019.

Aldemir da Rocha Silva Júnior (OAB 5445/AM)

ASSINATURA TJAM SAJ DIGITAL

1ª VARA DE CRIMES CONTRA A DIGNIDADE SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA ESPECIALIZADA EM CRIMES CONTRA DIGNIDADE SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

JUIZ(A) DE DIREITO PATRÍCIA CHACON DE OLIVEIRA LOUREIRO

ESCRIVÃ(O) JUDICIAL JULIANA DO VALLE CORREIA LIMA

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0029/2019

ADV: MARLEIDE SARAIVA DO AMARAL (OAB 6167/AM) - Processo 0215050-19.2008.8.04.0001 (001.08.215050-9) - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo (art. 157) - INDICIADA: Shirlene Pantoja de Mendonça - ADV.: Marleide Saraiva do Amaral OAB 6167/AM. Processo nº: 0215050-19.2008.8.04.0001 . Réu: Shirlene Pantoja de Mendonça . Finalidade: Comparecimento à Audiência de Instrução e Julgamento, pautada para o dia 10/06/2019 às 09:30h . Observação: Processo em segredo de justiça por força do disposto previsto no art. 234-B do CPB.

ADV: EGUINALDO GONÇALVES DE MOURA (OAB 3761/AM) - Processo 0334787-50.2007.8.04.0001 (001.07.334787-7) - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Atentado Violento ao Pudor - RÉU: J.C. - ADV.: Eguinaldo Gonçalves de Moura OAB 3761/AM. Processo nº: 0334787-50.2007.8.04.0001 . Réu: Jaime de Carvalho . Finalidade: Comparecimento à Audiência de Instrução e Julgamento, pautada para o dia 09/04/2019 às 11:30h . Observação: Processo em segredo de justiça por força do disposto previsto no art. 234-B do CPB.

Eguinaldo Gonçalves de Moura (OAB 3761/AM)
Marleide Saraiva do Amaral (OAB 6167/AM)

2ª Vara de Crimes contra a Dignidade Sexual de Crianças e Adolescentes

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA ESPECIALIZADA EM CRIMES CONTRA DIGNIDADE SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

JUIZ(A) DE DIREITO ARTICLINA OLIVEIRA GUIMARÃES

ESCRIVÃ(O) JUDICIAL JANDERSON BARRETO DE SOUZA

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0027/2019

ADV: ANTÔNIO HILTON PEREIRA DOURADO (OAB 5330/AM), ADV: LAZARO PEREIRA DOURADO (OAB 9775/AM) - Processo 0209444-39.2010.8.04.0001 (001.10.209444-7) - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Atentado Violento ao Pudor - DENUNCIADO: J.R.C.S. - CERTIFICO, para os devidos fins de direito, que esta secretaria designou à audiência de Instrução e Julgamento para o dia 29/08/2019 às 10:30h.

ADV: HONORIO VIEIRA DA COSTA JUNIOR (OAB 9720/AM) - Processo 0213000-73.2015.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estupro de Vulnerável - RÉU: M.M.C. - CERTIFICO, para os devidos fins de direito, que esta secretaria designou à audiência de Instrução e Julgamento para o dia 13/08/2019 às 09:15h.

ADV: LUANN ARAUJO DE PAULA MENDES (OAB 13592/AM), ADV: CLEVER RODRIGUES MENEZES JUNIOR (OAB 14055/AM) - Processo 0215360-49.2013.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estupro de Vulnerável - RÉU: M.M.B. - Certifico, para os devidos fins de direito, que esta secretaria designou à audiência de Instrução e Julgamento para o dia 03/09/2019 às 10:30h.

ADV: FRANCISCO SOUZA DE MELO (OAB 7808/AM), ADV: HELDO GONÇALVES DE OLIVEIRA (OAB 5842/AM), ADV: MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO NUNES FEIJÓ FLORÊNCIO (OAB 6541/AM), ADV: KAL-EL BESSA NASCIMENTO SALEM (OAB 6389/AM), ADV: WLADIMIR DA CUNHA ALELI (OAB 7084/AM), ADV: ANIELY VALENA DE OLIVEIRA MARIANO FORMIGA (OAB 7258/AM) - Processo 0221390-32.2015.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estupro - DENUNCIADO: A.A.C.L. - Certifico, para os devidos fins de direito, que esta secretaria designou à Audiência de Instrunção e Julgamento para o dia 07/10/2019 às 08:00.

ADV: FRANCISCO ALDO ROCHA JÚNIOR (OAB 7794/AM) - Processo 0230384-59.2009.8.04.0001 (001.09.230384-7) - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Atentado Violento ao Pudor - RÉU: F.R.P.N. - Certifico, para os devidos fins, que face indisponibilidade da Sala de Depoimento Especial (Sala do Anjo), procedo ao cancelamento da audiência agendada nesta data, 12/03/2019 às 09:30h. Certifico ainda, que a audiência acima cancelada foi redesignada para o dia 20/03/2019 às 11:45h na Sala de Audiência, ficando devidamente intimados da nova data, independente de expedição de um novo mandado todos os que abaixo assinam, devendo-se expedir para os demais que não estão presentes neste ato.

ADV: ALEX MENDES DOS SANTOS (OAB 7308/AM) - Processo 0235628-90.2014.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estupro de vulnerável - RÉU: J.S.C. - Certifico, para os devidos fins, que o Ministério Público (fls.374/376) apresentou alegações finais. Certifico, outrossim, que em conformidade com as diretrizes instituídas pela ordem de serviço n° 001/2018 deste Juízo, encaminho os presentes autos à fila de publicação no DJE para intimação do advogado de defesa, com a finalidade de apresentação de alegações finais dentro do prazo legal.

ADV: ALEX MENDES DOS SANTOS (OAB 7308/AM) - Processo 0235628-90.2014.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estupro de vulnerável - RÉU: J.S.C. - Isto posto, forte nos argumentos acima expostos, DEFIRO O PEDIDO DE REVOGAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA, com fulcro no art. 316 do CPP, e assim, determino que o Réu Jonny da Silva Carneiro, seja posto incontinenti em liberdade, se por outro motivo não estiver preso, ao passo em que aplico-lhe as seguintes medidas cautelares diversas da prisão, à luz dos artigos 282, I e II c/c 319 e incisos, todos do Código de Processo Penal: 1. Comparecimento mensal neste Juízo; 2. Comunicar a este Juízo mudança de endereço; 3. Recolhimento domiciliar no período noturno, compreendidos entre 22:00h e 05:00 e nos dias de folga do trabalho; 4. Não se ausentar da Comarca, sem autorização deste Juízo; 5. Não se aproximar da vítima, das testemunhas, e de seus familiares, mantendo-se a uma distância mínima de 500 metros. 6. Monitoramento eletrônico para fins de cumprimento dos itens 3 e 5. Frise-se que o descumprimento das obrigações acima impostas acarretará a decretação da prisão preventiva do réu nos termos do parágrafo único do 312 c/c o art. 282, §4° do Código de Processo Penal.

ADV: KLISMAN DA SILVA MULLER (OAB 11080/AM) - Processo 0240502-16.2017.8.04.0001 - Inquérito Policial - Estupro de Vulnerável - INVESTIGAD: S.A.S. - Isto posto, JULGO EXTINTA A PUNIBILIDADE do Réu , nos termos do artigo 107, I, do Código Penal Brasileiro c/c artigo 62 do Código de Processo Penal. Após o trânsito em julgado, arquivem-se. Publique-se. Intimem-se.

ADV: ROSILDA DE CARVALHO (OAB 5354/AM) - Processo 0242276-91.2011.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estupro de Vulnerável - DENUNCIADO: R.J.N.S. - CERTIFICO, para os devidos fins de direito, que esta secretaria designou à audiência de Instrução e Julgamento para o dia 22/07/2019 às 11:30h.

ADV: CLAUDEMIRO DE ANDRADE BENTES JÚNIOR (OAB 8219/AM) - Processo 0256398-41.2013.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Contra a dignidade sexual - RÉU: A.C.S. - CERTIFICO, para os devidos fins de direito, que esta secretaria designou à audiência de Instrução e Julgamento para o dia 22/08/2019 às 10:30h.

ADV: JOSEANI CATUNDA PRUDENTE (OAB 3504/AM) - Processo 0500702-20.2008.8.04.0001 (001.08.500702-2) - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estupro - DENUNCIADO: A.J.S. - CERTIFICO, para os devidos fins de direito, que esta secretaria designou à audiência de Instrução e Julgamento para o dia 14/10/2019 às 08:00h.

ADV: ALEKSANDER CUESTA DE OLIVEIRA (OAB 5607/AM) - Processo 0646779-46.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estupro - RÉU: C.S.G. - Forte nesses argumentos,

em harmonia com parecer ministerial, INDEFIRO O PEDIDO DE REVOGAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA ao(à)(s) Réu(é)(s) Cristiano da Silva Guimarães, com fundamento nos arts. 316 do CPP, por permanecerem inalterados os motivos que ensejam sua segregação cautelar, consoante fundamentação supra.

Aleksander Cuesta de Oliveira (OAB 5607/AM)
Alex Mendes dos Santos (OAB 7308/AM)
Aniely Valena de Oliveira Mariano Formiga (OAB 7258/AM)
Antônio Hilton Pereira Dourado (OAB 5330/AM)
Claudemiro de Andrade Bentes Júnior (OAB 8219/AM)
Clever Rodrigues Menezes Junior (OAB 14055/AM)
Francisco Aldo Rocha Júnior (OAB 7794/AM)
Francisco Souza de Melo (OAB 7808/AM)
Heldo Gonçalves de Oliveira (OAB 5842/AM)
Honorio Vieira da Costa Junior (OAB 9720/AM)
Joseani Catunda Prudente (OAB 3504/AM)
Kal-El Bessa Nascimento Salem (OAB 6389/AM)
Klisman da Silva Muller (OAB 11080/AM)
LAZARO PEREIRA DOURADO (OAB 9775/AM)
Luann Araujo de Paula Mendes (OAB 13592/AM)
Maria do Perpétuo Socorro Nunes Feijó Florêncio (OAB 6541/AM)
Rosilda de Carvalho (OAB 5354/AM)
Wladimir da Cunha Aleli (OAB 7084/AM)

VARA ESPECIALIZADA DO MEIO AMBIENTE E QUESTÕES AGRÁRIAS

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ESPECIALIZADA DO MEIO AMBIENTE
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0035/2019

ADV: SANELMO PEIXOTO SIQUEIRA (OAB 9814/AM) - Processo 0622050-58.2015.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes contra o Meio Ambiente e o Patrimônio Genético - INDICIANTE: 18.ª Promotoria de Justiça - Meio Ambiente - DENUNCIADO: JOSÉ AUGUSTO VARELA DA MATA (LAS VEGAS SHOW CLUBE) - Processo n° 0622050-58.2015.8.04.0001 SENTENÇA c/ MÉRITO -HOMOLOGATÓRIA (Suspensão Condicional do Processo) Vistos,... HOMOLOGO A SUSPENSÃO PROCESSUAL, firmada entre o MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL e JOSÉ AUGUSTO VARELA DA MATA (LAS VEGAS SHOW CLUBE), conforme termo de audiência às fls. 98/99, para que produza seus efeitos jurídicos e legais, nos termos do art. 89, da Lei nº 9.099/95 e art. 28, da Lei nº 9.605/98 AGUARDE-SE o cumprimento. PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. INTIME-SE. CUMPRA-SE.. Manaus/AM quarta-feira, 07 de novembro de 2018 Adalberto Carim Antonio Juiz de Direito

ADV: DÉCIO FLÁVIO GONÇALVES TORRES FREIRE (OAB 56543/MG), ADV: DANILO CARVALHO FREIRE SILVA FILHO (OAB 162033/MG) - Processo 0643280-59.2015.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Da Poluição - RÉU: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Autos nº:0643280-59.2015.8.04.0001 DESPACHO Ex positis em audiência, Determino a secretaria que redesigne a presente audiência para o dia 10/06/2019 às 11:00 horas. Devendo a secretaria realizar as intimações das testemunhas de acusação, conforme denuncia fls 01/08, bem como as testemunhas de defesa fls. 99/113. Saindo os presentes os presentes devidamente intimados. Após, VOLTE-ME concluso os presentes feitos. CUMPRA-SE. Manaus, 22 de novembro de 2018. (Assinatura digital) Adalberto Carim Antonio Juiz de Direito

Danilo Carvalho Freire Silva Filho (OAB 162033/MG)
Décio Flávio Gonçalves Torres Freire (OAB 56543/MG)
Sanelmo Peixoto Siqueira (OAB 9814/AM)

SEÇÃO VII

JUIZADO ESPECIALIZADO NO COMBATE A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER

3º Juizado Especial de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher

JUÍZO DE DIREITO DA 3º JUIZADO ESPECIALIZADO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA (MARIA DA PENHA)
JUIZ(A) DE DIREITO REYSON DE SOUZA E SILVA
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL GILSON JOSÉ DOS SANTOS JUNIOR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0016/2019

ADV: HEBERT SHINITI TAKANO (OAB 10717/AM) - Processo 0602268-26.2019.8.04.0001 - Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) - Ameaça - REQUERIDO: M.S.M. - Isto posto, INDEFIRO o pedido de revogação das medidas protetivas, mantendo-as integralmente até término de seu prazo de vigência. Decreto extinção do feito. Intime-se, por advogados. Intime-se o MP. Caso inexista recurso, certifique-se e arquive-se.

ADV: ANSELMO LIMA DE MATOS FILHO (OAB 13644/AM) - Processo 0608827-96.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Sumário - Ameaça - INDICIADO: M.A.F.R. - DECISÃO: Isso posto, consoante parecer ministerial, defiro pleito do Acusado (fl. 40/43), para revogar prisão preventiva outrora decretada em desfavor de MANUEL ADAMILTON FLORIANO RODRIGUES (fl. 34/35), em razão de lhe aplicar cautelares diversas dos incisos I, II, III, IV e IX do art. 319, do CPP. Expeça-se alvará de soltura c/c mandados de citação e de notificação para cumprir medidas cautelares diversas aplicadas, todos para serem cumpridos no recinto da unidade penitenciária onde se localiza custodiado atualmente.

ADV: JOSÉ AMARILIS CASTELLO BRANCO (OAB 931/AM), ADV: FÁBIO MORAES CASTELLO BRANCO (OAB 4603/AM), ADV: MARCOS DANIEL SOUZA RODRIGUES (OAB 10987/AM), ADV: MARIANA MORAES CASTELLO BRANCO (OAB 12421/AM) - Processo 0644934-13.2017.8.04.0001 (apensado ao processo 0642707-50.2017.8.04.0001) - Ação Penal - Procedimento Sumário - Ameaça - VÍTIMAFATO: K.C.S.S. - RÉU: T.F.V.S. - De Ordem do MM. Juiz, pautei audiência de instrução e julgamento para o dia 09/04/2019, às 11:30h.

ADV: NILSON RIBEIRO (OAB 412/AM) - Processo 0653670-83.2018.8.04.0001 (apensado ao processo 0641133-89.2017.8.04.0001) - Ação Penal - Procedimento Sumário - Injúria - VÍTIMAFATO: H.Q. - H.Q. - H.Q. - RÉU: U.Q. - De Ordem do MM. Juiz, pautei audiência de instrução e julgamento para o dia 22/04/2019, às 11:00h.

Anselmo Lima de Matos Filho (OAB 13644/AM)
Fábio Moraes Castello Branco (OAB 4603/AM)
Hebert Shiniti Takano (OAB 10717/AM)
José Amarilis Castello Branco (OAB 931/AM)
Marcos Daniel Souza Rodrigues (OAB 10987/AM)
Mariana Moraes Castello Branco (OAB 12421/AM)
Nilson Ribeiro (OAB 412/AM)

VARA DO JUIZADO DA FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL E MUNICIPAL

JUÍZO DE DIREITO DA JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL E MUNICIPAL
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0176/2019

ADV: JESUALDO FERREIRA MONTEIRO (OAB 7935/AM), ADV: ALEXANDRE TOSCANO DE BRITO FILHO (OAB 8913/AM) - Processo 0655990-09.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Thony Mitti Brelaz Costa - Diante da manifestação da parte autora quanto à aceitação dos termos do acordo proposto pelo Estado do Amazonas, HOMOLOGO, por sentença, o acordo celebrado pelas partes, no valor de R$ 16.000,00 (dezesseis mil reais), para que produza seus regulares efeitos jurídicos, nos termos do art. 487, III, "b", do Código de Processo Civil. Intime-se o advogado da Requerente para, no prazo de 05 (cinco) dias, para apresentar a conta bancária e dados do titular para a instrução do ofício requisitório de pequeno valor. Após, oficie-se ao Procurador-Geral do Estado, nos termos do art. 13, I da Lei n.º 12.1253/09, via portal eletrônico. Comprovado o pagamento, arquivem-se os autos, mediante as cautelas e diligências necessárias. Sem custas e condenação em pagamento de honorários advocatícios, respeitando-se o art. 55 da Lei 9.099/95. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: JESUALDO FERREIRA MONTEIRO (OAB 7935/AM), ADV: ALEXANDRE TOSCANO DE BRITO FILHO (OAB 8913/AM) - Processo 0656040-35.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Jamerson Marques de Castro - Diante da manifestação da parte autora quanto à aceitação dos termos do acordo proposto pelo Estado do Amazonas, HOMOLOGO, por sentença, o acordo celebrado pelas partes, no valor de R$ 19.960,00 (dezenove mil, novecentos e sessenta reais), para que produza seus regulares efeitos jurídicos, nos termos do art. 487, III, "b", do Código de Processo Civil. Intime-se o advogado da Requerente para, no prazo de 05 (cinco) dias, para apresentar a conta bancária e dados do titular para a instrução do ofício requisitório de pequeno valor. Após, oficie-se ao Procurador-Geral do Estado, nos termos do art. 13, I da Lei n.º 12.1253/09, via portal eletrônico. Comprovado o pagamento, arquivem-se os autos, mediante as cautelas e diligências necessárias. Sem custas e condenação em pagamento de honorários advocatícios, respeitando-se o art. 55 da Lei 9.099/95. P.R.I. Cumpra-se.

Alexandre Toscano de Brito Filho (OAB 8913/AM)
Jesualdo Ferreira Monteiro (OAB 7935/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL E MUNICIPAL
JUIZ(A) DE DIREITO ANTONIO ITAMAR DE SOUSA GONZAGA
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL RENAN PINHEIRO COSTA LIMA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0174/2019

ADV: RIBEIRO & FARIAS ADVOGADOS ASSOCIADOS (OAB 597/AM), ADV: PETER MATEUS DE FARIAS RIBEIRO (OAB 11063/AM) - Processo 0603091-97.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Pagamento - REQUERENTE: Nicolas Verly da Conceição - REQUERIDA: Município de Manaus - Assim, pela evidente incompetência desta Vara do Juizado da Fazenda Pública para análise do presente feito, uma vez que cuida de ação de procedimento especial, incompatível com o rito dos juizados especiais, em prol da economia processual e celeridade, determino a devolução dos autos a 1ª Vara da Fazenda Pública. Cumpra-se.

ADV: PENÉLOPE ARYADNE ANTONY LIRA (OAB 7357/AM) - Processo 0607913-32.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Adicional por Tempo de Serviço - REQUERENTE: Emilia Barreto Alves - Ante o exposto, homologo o pedido de desistência e, por consequência, JULGO EXTINTO O PROCESSO, SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, nos termos do artigo 485, VIII, do Código de Processo Civil. Sem custas e honorários conforme disposto no art. 55, da Lei 9.099/95. Certificado o trânsito em julgado, proceda-se ao arquivamento dos autos com as cautelas de praxe. P.R.I.C.

ADV: TATIANE SALVATIERRA DA COSTA (OAB 5752/AM) - Processo 0609671-46.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Ademar Lima Lopes - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Ademar Lima Lopes em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, oportunizo ao Requerido a possibilidade de ofertar proposta conciliatória, nos autos do processo, de acordo com a inteligência do art. 8º da Lei n. 12.153/09, no prazo de 10 dias, devendo ser devidamente intimado para tanto. Caso haja proposta de acordo, intime-se o Requerente para responder no prazo de 10 dias. Não havendo sucesso nesta fase conciliatória, determino a remessa dos autos à contadoria para atualização monetária dos valores. Intime-se o advogado do Requerente para, no prazo de 15 dias, para apresentar as cópias das peças necessárias e demais informações prescritas no art. 534 do CPC, para a instrução de precatório requisitório, nos termos da Resolução 003/2014-DVEXPED-TJ/AM. Após, intime-se a Fazenda Pública para, querendo, se manifestar no prazo de 15 dias (art. 52, IX da Lei n. 9.099/95 c/c art. 7º da Lei n. 12.153/09 c/c art. 525 do CPC). Uma vez intimada, se a devedora não concordar com o valor executado (excesso de execução), deverá declarar de imediato o valor que entende devido, sob pena de não conhecimento da arguição, nos termos do art. 535 § 2 do CPC. Caso não haja resistência, oficie-se a Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, com amparo no art. 730, I do CPC, nos termos dos arts. 268 e 269 do RI/TJAM/precatório (natureza alimentar). Após, arquivem-se.

ADV: TATIANE SALVATIERRA DA COSTA (OAB 5752/AM) - Processo 0609676-68.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Luiz Vieira Rodrigues - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Luiz Vieira Rodrigues em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, oportunizo ao Requerido a possibilidade de ofertar proposta conciliatória, nos autos do processo, de acordo com a inteligência do art. 8º da Lei n. 12.153/09, no prazo de 10 dias, devendo ser devidamente intimado para tanto. Caso haja proposta de acordo, intime-se o Requerente para responder no prazo de 10 dias. Não havendo sucesso nesta fase conciliatória, determino a remessa dos autos à contadoria para atualização monetária dos valores. Intime-se o advogado do Requerente para, no prazo de 15 dias, para apresentar as cópias das peças necessárias e demais informações prescritas no art. 534 do CPC, para a instrução de precatório requisitório, nos termos da Resolução 003/2014-DVEXPED-TJ/AM. Após, intime-se a Fazenda Pública para, querendo, se manifestar no prazo de 15 dias (art. 52, IX da Lei n. 9.099/95 c/c art. 7º da Lei n. 12.153/09 c/c art. 525 do CPC). Uma vez intimada, se a devedora não concordar com o valor executado (excesso de execução), deverá declarar de imediato o valor que entende devido, sob pena de não conhecimento da arguição, nos termos do art. 535 § 2 do CPC. Caso não haja resistência, oficie-se a Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, com amparo no art. 730, I do CPC, nos termos dos arts. 268 e 269 do RI/TJAM/precatório (natureza alimentar). Após, arquivem-se.

ADV: MÁRIO JOSE CHAGAS PAULAIN JÚNIOR (OAB 7405/AM) - Processo 0609704-36.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Reajuste de Prestações - REQUERENTE: Gregory Silva Gomes - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Gregory Silva Gomes em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, oportunizo ao Requerido a possibilidade de ofertar proposta conciliatória, nos autos do processo, de acordo com a inteligência do art. 8º da Lei n. 12.153/09, no prazo de 10 dias, devendo ser devidamente intimado

para tanto. Caso haja proposta de acordo, intime-se o Requerente para responder no prazo de 10 dias. Não havendo sucesso nesta fase conciliatória, determino a remessa dos autos à contadoria para atualização monetária dos valores. Intime-se o advogado do Requerente para, no prazo de 15 dias, para apresentar as cópias das peças necessárias e demais informações prescritas no art. 534 do CPC, para a instrução de precatório requisitório, nos termos da Resolução 003/2014-DVEXPED-TJ/AM. Após, intime-se a Fazenda Pública para, querendo, se manifestar no prazo de 15 dias (art. 52, IX da Lei n. 9.099/95 c/c art. 7º da Lei n. 12.153/09 c/c art. 525 do CPC). Uma vez intimada, se a devedora não concordar com o valor executado (excesso de execução), deverá declarar de imediato o valor que entende devido, sob pena de não conhecimento da arguição, nos termos do art. 535 § 2 do CPC. Caso não haja resistência, oficie-se a Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, com amparo no art. 730, I do CPC, nos termos dos arts. 268 e 269 do RI/TJAM/precatório (natureza alimentar). Após, arquivem-se.

ADV: ANDERSON SANTOS SILVA (OAB 12015/AM) - Processo 0609857-69.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Pagamento Atrasado / Correção Monetária - REQUERENTE: Ernane Braz Costa - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Ernane Braz Costa em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, oportunizo ao Requerido a possibilidade de ofertar proposta conciliatória, nos autos do processo, de acordo com a inteligência do art. 8º da Lei n. 12.153/09, no prazo de 10 dias, devendo ser devidamente intimado para tanto. Caso haja proposta de acordo, intime-se o Requerente para responder no prazo de 10 dias. Não havendo sucesso nesta fase conciliatória, determino a remessa dos autos à contadoria para atualização monetária dos valores. Intime-se o advogado do Requerente para, no prazo de 15 dias, para apresentar as cópias das peças necessárias e demais informações prescritas no art. 534 do CPC, para a instrução de precatório requisitório, nos termos da Resolução 003/2014-DVEXPED-TJ/AM. Após, intime-se a Fazenda Pública para, querendo, se manifestar no prazo de 15 dias (art. 52, IX da Lei n. 9.099/95 c/c art. 7º da Lei n. 12.153/09 c/c art. 525 do CPC). Uma vez intimada, se a devedora não concordar com o valor executado (excesso de execução), deverá declarar de imediato o valor que entende devido, sob pena de não conhecimento da arguição, nos termos do art. 535 § 2 do CPC. Caso não haja resistência, oficie-se a Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, com amparo no art. 730, I do CPC, nos termos dos arts. 268 e 269 do RI/TJAM/precatório (natureza alimentar). Após, arquivem-se.

ADV: ANDERSON SANTOS SILVA (OAB 12015/AM) - Processo 0609859-39.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Diárias e Outras Indenizações - REQUERENTE: Ernane Braz Costa - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Ernane Braz Costa em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, oportunizo ao Requerido a possibilidade de ofertar proposta conciliatória, nos autos do processo, de acordo com a inteligência do art. 8º da Lei n. 12.153/09, no prazo de 10 dias, devendo ser devidamente intimado para tanto. Caso haja proposta de acordo, intime-se o Requerente para responder no prazo de 10 dias. Não havendo sucesso nesta fase conciliatória, determino a remessa dos autos à contadoria para atualização monetária dos valores. Intime-se o advogado do Requerente para, no prazo de 15 dias, para apresentar as cópias das peças necessárias e demais informações prescritas no art. 534 do CPC, para a instrução de precatório requisitório, nos termos da Resolução 003/2014-DVEXPED-TJ/AM. Após, intime-se a Fazenda Pública para, querendo, se manifestar no prazo de 15 dias (art. 52, IX da Lei n. 9.099/95 c/c art. 7º da Lei n. 12.153/09 c/c art. 525 do CPC). Uma vez intimada, se a devedora não concordar com o valor executado (excesso de execução), deverá declarar de imediato o valor que entende devido, sob pena de não conhecimento da arguição, nos termos do art. 535 § 2 do CPC. Caso não haja resistência, oficie-se a Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, com amparo no art. 730, I do CPC, nos termos dos arts. 268 e 269 do RI/TJAM/precatório (natureza alimentar). Após, arquivem-se.

ADV: LEANDRO JOSEPH DE AQUINO (OAB 12474/AM) - Processo 0610020-49.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Reajuste de Remuneração, Soldo, Proventos ou Pensão - REQUERENTE: Getúlio da Silva Furtado - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Getúlio da Silva Furtado em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, oportunizo ao Requerido a possibilidade de ofertar proposta conciliatória, nos autos do processo, de acordo com a inteligência do art. 8º da Lei n. 12.153/09, no prazo de 10 dias, devendo ser devidamente intimado para tanto. Caso haja proposta de acordo, intime-se o Requerente para responder no prazo de 10 dias. Não havendo sucesso nesta fase conciliatória, determino a remessa dos autos à contadoria para atualização monetária dos valores. Intime-se o advogado do Requerente para, no prazo de 15 dias, para apresentar as cópias das peças necessárias e demais informações prescritas no art. 534 do CPC, para a instrução de precatório requisitório, nos termos da Resolução 003/2014-DVEXPED-TJ/AM. Após, intime-se a Fazenda Pública para, querendo, se manifestar no prazo de 15 dias (art. 52, IX da Lei n. 9.099/95 c/c art. 7º da Lei n. 12.153/09 c/c art. 525 do CPC). Uma vez intimada, se a devedora não concordar com o valor executado (excesso de execução), deverá declarar de imediato o valor que entende devido, sob pena de não conhecimento da arguição, nos termos do art. 535 § 2 do CPC. Caso não haja resistência, oficie-se a Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, com amparo no art. 730, I do CPC, nos termos dos arts. 268 e 269 do RI/TJAM/precatório (natureza alimentar). Após, arquivem-se.

ADV: AMAURI VIEIRA DOS SANTOS (OAB 11881/AM) - Processo 0610115-79.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Execução Provisória - REQUERENTE: Natanael Ribeiro Lopes Filho - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Natanael Ribeiro Lopes Filho em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, oportunizo ao Requerido a possibilidade de ofertar proposta conciliatória, nos autos do processo, de acordo com a inteligência do art. 8º da Lei n. 12.153/09, no prazo de 10 dias, devendo ser devidamente intimado para tanto. Caso haja proposta de acordo, intime-se o Requerente para responder no prazo de 10 dias. Não havendo sucesso nesta fase conciliatória, determino a remessa dos autos à contadoria para atualização monetária dos valores. Intime-se o advogado do Requerente para, no prazo de 15 dias, para apresentar as cópias das peças necessárias e demais informações prescritas no art. 534 do CPC, para a instrução de precatório requisitório, nos termos da Resolução 003/2014-DVEXPED-TJ/AM. Após, intime-se a Fazenda Pública para, querendo, se manifestar no prazo de 15 dias (art. 52, IX da Lei n. 9.099/95 c/c art. 7º da Lei n. 12.153/09 c/c art. 525 do CPC). Uma vez intimada, se a devedora não concordar com o valor executado (excesso de execução), deverá declarar de imediato o valor que entende devido, sob pena de não conhecimento da arguição, nos termos do art. 535 § 2 do CPC. Caso não haja resistência, oficie-se a Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, com amparo no art. 730, I do CPC, nos termos dos arts. 268 e 269 do RI/TJAM/precatório (natureza alimentar). Após, arquivem-se.

ADV: THIAGO TEIXEIRA DA COSTA (OAB 12263/AM) - Processo 0610121-86.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Constrição / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens - EXEQUENTE: Edson da Silva Serrão - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Edson da Silva Serrão em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, oportunizo ao Requerido a possibilidade de ofertar proposta conciliatória, nos autos do processo, de acordo com a inteligência do art. 8º da Lei n. 12.153/09, no prazo de 10 dias,

devendo ser devidamente intimado para tanto. Caso haja proposta de acordo, intime-se o Requerente para responder no prazo de 10 dias. Não havendo sucesso nesta fase conciliatória, determino a remessa dos autos à contadoria para atualização monetária dos valores. Intime-se o advogado do Requerente para, no prazo de 15 dias, para apresentar as cópias das peças necessárias e demais informações prescritas no art. 534 do CPC, para a instrução de precatório requisitório, nos termos da Resolução 003/2014-DVEXPED-TJ/AM. Após, intime-se a Fazenda Pública para, querendo, se manifestar no prazo de 15 dias (art. 52, IX da Lei n. 9.099/95 c/c art. 7º da Lei n. 12.153/09 c/c art. 525 do CPC). Uma vez intimada, se a devedora não concordar com o valor executado (excesso de execução), deverá declarar de imediato o valor que entende devido, sob pena de não conhecimento da arguição, nos termos do art. 535 § 2 do CPC. Caso não haja resistência, oficie-se a Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, com amparo no art. 730, I do CPC, nos termos dos arts. 268 e 269 do RI/TJAM/precatório (natureza alimentar). Após, arquivem-se.

ADV: AMAURI VIEIRA DOS SANTOS (OAB 11881/AM) - Processo 0610130-48.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Execução Provisória - REQUERENTE: Tiago Jorge de Deus Melo - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Tiago Jorge de Deus Melo em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, oportunizo ao Requerido a possibilidade de ofertar proposta conciliatória, nos autos do processo, de acordo com a inteligência do art. 8º da Lei n. 12.153/09, no prazo de 10 dias, devendo ser devidamente intimado para tanto. Caso haja proposta de acordo, intime-se o Requerente para responder no prazo de 10 dias. Não havendo sucesso nesta fase conciliatória, determino a remessa dos autos à contadoria para atualização monetária dos valores. Intime-se o advogado do Requerente para, no prazo de 15 dias, para apresentar as cópias das peças necessárias e demais informações prescritas no art. 534 do CPC, para a instrução de precatório requisitório, nos termos da Resolução 003/2014-DVEXPED-TJ/AM. Após, intime-se a Fazenda Pública para, querendo, se manifestar no prazo de 15 dias (art. 52, IX da Lei n. 9.099/95 c/c art. 7º da Lei n. 12.153/09 c/c art. 525 do CPC). Uma vez intimada, se a devedora não concordar com o valor executado (excesso de execução), deverá declarar de imediato o valor que entende devido, sob pena de não conhecimento da arguição, nos termos do art. 535 § 2 do CPC. Caso não haja resistência, oficie-se a Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, com amparo no art. 730, I do CPC, nos termos dos arts. 268 e 269 do RI/TJAM/precatório (natureza alimentar). Após, arquivem-se.

ADV: JANILSON DA COSTA BARROS (OAB 13152/AM), ADV: LUÍS CARLOS DE PAULA E SOUSA (OAB 1667/AM), ADV: SAMMY DE SOUZA SAHDO (OAB 4791/AM) - Processo 0610238-14.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - FGTS/Fundo de Garantia Por Tempo de Serviço - REQUERENTE: Ana Elgaly dos Reis - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Portanto, deve ser observada a planilha apresentada pela Requerente às fls. 389, como parâmetro para cálculos dos valores devidos. Encaminho os autos à Contadoria para correção dos valores.

ADV: AMAURI VIEIRA DOS SANTOS (OAB 11881/AM) - Processo 0610276-89.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Execução Provisória - REQUERENTE: Franciney Marques de Jesus - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Franciney Marques de Jesus em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, oportunizo ao Requerido a possibilidade de ofertar proposta conciliatória, nos autos do processo, de acordo com a inteligência do art. 8º da Lei n. 12.153/09, no prazo de 10 dias, devendo ser devidamente intimado para tanto. Caso haja proposta de acordo, intime-se o Requerente para responder no prazo de 10 dias. Não havendo sucesso nesta fase conciliatória, determino a remessa dos autos à contadoria para atualização monetária dos valores. Intime-se o advogado do Requerente para, no prazo de 15 dias, para apresentar as cópias das peças necessárias e demais informações prescritas no art. 534 do CPC, para a instrução de precatório requisitório, nos termos da Resolução 003/2014-DVEXPED-TJ/AM. Após, intime-se a Fazenda Pública para, querendo, se manifestar no prazo de 15 dias (art. 52, IX da Lei n. 9.099/95 c/c art. 7º da Lei n. 12.153/09 c/c art. 525 do CPC). Uma vez intimada, se a devedora não concordar com o valor executado (excesso de execução), deverá declarar de imediato o valor que entende devido, sob pena de não conhecimento da arguição, nos termos do art. 535 § 2 do CPC. Caso não haja resistência, oficie-se a Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, com amparo no art. 730, I do CPC, nos termos dos arts. 268 e 269 do RI/TJAM/precatório (natureza alimentar). Após, arquivem-se.

ADV: AMAURI VIEIRA DOS SANTOS (OAB 11881/AM) - Processo 0610360-90.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Execução Provisória - REQUERENTE: Jorgemar Pinheiro de Souza - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Jorgemar Pinheiro de Souza em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, oportunizo ao Requerido a possibilidade de ofertar proposta conciliatória, nos autos do processo, de acordo com a inteligência do art. 8º da Lei n. 12.153/09, no prazo de 10 dias, devendo ser devidamente intimado para tanto. Caso haja proposta de acordo, intime-se o Requerente para responder no prazo de 10 dias. Não havendo sucesso nesta fase conciliatória, determino a remessa dos autos à contadoria para atualização monetária dos valores. Intime-se o advogado do Requerente para, no prazo de 15 dias, para apresentar as cópias das peças necessárias e demais informações prescritas no art. 534 do CPC, para a instrução de precatório requisitório, nos termos da Resolução 003/2014-DVEXPED-TJ/AM. Após, intime-se a Fazenda Pública para, querendo, se manifestar no prazo de 15 dias (art. 52, IX da Lei n. 9.099/95 c/c art. 7º da Lei n. 12.153/09 c/c art. 525 do CPC). Uma vez intimada, se a devedora não concordar com o valor executado (excesso de execução), deverá declarar de imediato o valor que entende devido, sob pena de não conhecimento da arguição, nos termos do art. 535 § 2 do CPC. Caso não haja resistência, oficie-se a Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, com amparo no art. 730, I do CPC, nos termos dos arts. 268 e 269 do RI/TJAM/precatório (natureza alimentar). Após, arquivem-se.

ADV: ADRIANA CARLA SOUZA CROMWELL (OAB 3030/AM), ADV: JOSÉ ARTHUR DE SOUSA RODRIGUES ALVES (OAB 7906/AM) - Processo 0611625-64.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigações - REQUERENTE: Raimundo Olivio Canto Pereira - REQUERIDA: Município de Manaus - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Antonio Itamar de Sousa Gonzaga, INTIME-SE o Requerido para ciência do ofício requisitório de pequeno valor - RPV expedido às folhas antecedentes para que produza seus efeitos legais. Atenciosamente,

ADV: ADRIANA CARLA SOUZA CROMWELL (OAB 3030/AM), ADV: JOSÉ ARTHUR DE SOUSA RODRIGUES ALVES (OAB 7906/AM) - Processo 0611706-13.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigações - REQUERENTE: Yolane Margarethe Lopes de Castro - REQUERIDA: Município de Manaus - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Antonio Itamar de Sousa Gonzaga, INTIME-SE o Requerido para ciência do ofício requisitório de pequeno valor - RPV expedido às folhas antecedentes para que produza seus efeitos legais. Atenciosamente,

ADV: ANA MARCELA GRANA DE ALMEIDA (OAB 7513/AM), ADV: AMAURI VIEIRA DOS SANTOS (OAB 11881/AM) - Processo 0616154-29.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Gratificações e Adicionais - REQUERENTE: Ronaldo Correa Bastos - REQUERIDO: Estado do Amazonas - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Antonio Itamar de Sousa Gonzaga, INTIME-SE o requerido para se manifestar sobre os cálculos apresentados, bem como acerca da petição de folhas antecedentes, no prazo de 15 dias, nos termos da sentença (conforme provimento nº 63/02 - CGJ)."

ADV: AMAURI VIEIRA DOS SANTOS (OAB 11881/AM), ADV: ANA MARCELA GRANA DE ALMEIDA (OAB 7513/AM) - Processo 0617553-93.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial

Cível - Gratificações e Adicionais - REQUERENTE: Hitler Gray Farias Ribeiro - REQUERIDO: Estado do Amazonas - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Antonio Itamar de Sousa Gonzaga, INTIME-SE o requerido para se manifestar sobre os cálculos apresentados, bem como acerca da petição de folhas antecedentes, no prazo de 15 dias, nos termos da sentença (conforme provimento nº 63/02 - CGJ).”

ADV: LORENA SILVA DE ALBUQUERQUE (OAB 6023/AM), ADV: AMAURI VIEIRA DOS SANTOS (OAB 11881/AM) - Processo 0617555-63.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Gratificações e Adicionais - REQUERENTE: Júlio Conceição Brasil da Silva Júnior - REQUERIDO: Estado do Amazonas - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Antonio Itamar de Sousa Gonzaga, INTIME-SE o requerido para se manifestar sobre os cálculos apresentados, bem como acerca da petição de folhas antecedentes, no prazo de 15 dias, nos termos da sentença (conforme provimento nº 63/02 - CGJ). ...”

ADV: LUCIANA RODRIGUES PINTO (OAB 9164/AM), ADV: LEILA MARIA RAPOSO XAVIER LEITE (OAB 3726/AM) - Processo 0618314-27.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Pagamento - REQUERENTE: Marcelo Ferreira de Arruda Ormond - REQUERIDO: Estado do Amazonas - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Antonio Itamar de Sousa Gonzaga, INTIME-SE o Requerido para ciência do ofício requisitório de pequeno valor - RPV expedido às folhas antecedentes para que produza seus efeitos legais. Atenciosamente,

ADV: RAMON MICHAEL CHAVES PESQUEIRA (OAB 10594/AM) - Processo 0618493-58.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Reajuste de Remuneração, Soldo, Proventos ou Pensão - REQUERENTE: Arnoldo Brasil Muniz Junior - Diante da manifestação da parte autora quanto à aceitação dos termos do acordo proposto pelo Estado do Amazonas, HOMOLOGO, por sentença, o acordo celebrado pelas partes, no valor de R$ 19.960,00 (dezenove mil, novecentos e sessenta reais), para que produza seus regulares efeitos jurídicos, nos termos do art. 487, III, “b”, do Código de Processo Civil. Intime-se o advogado da Requerente para, no prazo de 05 (cinco) dias, para apresentar a conta bancária e dados do titular para a instrução do ofício requisitório de pequeno valor. Após, oficie-se ao Procurador-Geral do Estado, nos termos do art. 13, I da Lei n.º 12.1253/09, via portal eletrônico. Comprovado o pagamento, arquivem-se os autos, mediante as cautelas e diligências necessárias. Sem custas e condenação em pagamento de honorários advocatícios, respeitando-se o art. 55 da Lei 9.099/95. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: AMAURI VIEIRA DOS SANTOS (OAB 11881/AM), ADV: LORENA SILVA DE ALBUQUERQUE (OAB 6023/AM) - Processo 0618797-57.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Gratificações e Adicionais - REQUERENTE: Carlos Eduardo de Matos Costa - REQUERIDO: Estado do Amazonas - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Antonio Itamar de Sousa Gonzaga, INTIME-SE o Requerido para se manifestar sobre os cálculos apresentados, bem como acerca da petição de fls. 229 e 230, no prazo de 15 dias, nos termos da sentença (conforme provimento nº 63/02 - CGJ). “

ADV: AMAURI VIEIRA DOS SANTOS (OAB 11881/AM), ADV: ISABELA PERES RUSSO (OAB 3198/AM) - Processo 0619318-02.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Gratificações e Adicionais - REQUERENTE: Hernandson Monteiro Nogueira - REQUERIDO: Estado do Amazonas - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Antonio Itamar de Sousa Gonzaga, INTIME-SE o Requerido para se manifestar sobre os cálculos apresentados, bem como acerca da petição de folhas antecedentes, no prazo de 15 dias, nos termos da sentença (conforme provimento nº 63/02 - CGJ).”

ADV: VITOR BARBOSA DE OLIVEIRA (OAB 8285-A/TO), ADV: AMAURI VIEIRA DOS SANTOS (OAB 11881/AM) - Processo 0623255-20.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Gratificações e Adicionais - REQUERENTE: Grasianne Gomes de Souza - REQUERIDO: Estado do Amazonas - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Antonio Itamar de Sousa Gonzaga, INTIME-SE o Requerido para se manifestar sobre os cálculos apresentados, bem como acerca da petição de folhas antecedentes, no prazo de 15 dias, nos termos da sentença (conforme provimento nº 63/02 - CGJ).”

ADV: GAMAL SWAMI DE ABREU (OAB 9106/AM), ADV: MARGIDE AMARO DE SOUZA (OAB 10380/AM), ADV: CARLOS ALEXANDRE M.C.M MATOS (OAB 2364/AM) - Processo 0624830-63.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Pagamento Atrasado / Correção Monetária - REQUERENTE: Karinny Picanço Matos - REQUERIDO: Estado do Amazonas - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Antonio Itamar de Sousa Gonzaga, INTIME-SE o Requerido para ciência do ofício requisitório de pequeno valor - RPV expedido às folhas antecedentes para que produza seus efeitos legais. Atenciosamente,

ADV: CARLOS ALEXANDRE M.C.M MATOS (OAB 2364/AM), ADV: GAMAL SWAMI DE ABREU (OAB 9106/AM) - Processo 0625292-20.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Pagamento Atrasado / Correção Monetária - REQUERENTE: Adriano Aguiar Lins Montenegro - REQUERIDO: Estado do Amazonas - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Antonio Itamar de Sousa Gonzaga, INTIME-SE o Requerido para ciência do ofício requisitório de pequeno valor - RPV expedido às folhas antecedentes para que produza seus efeitos legais. Atenciosamente,

ADV: MARCELO AUGUSTO ALBUQUERQUE DA CUNHA (OAB 2538/AM), ADV: BENEDITO EVALDO DE LIMA (OAB 4821/AM) - Processo 0625459-37.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Saúde - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Considerando o teor da petição de folhas antecedentes, em que se verifica a impossibilidade de contato do patrono do requerente com a parte autora, entendo por bem determinar a intimação pessoal do autor acerca do teor do despacho de fls. 115. Expeça-se carta endereçada ao senhor Manoel Simas Nascimento, domiciliado na Rua Rui Adriano de Araújo Jorge, Nº 1.229, QD-3, Nova Cidade, CEP: 69.017-000, Manaus/AM. À Secretaria para as providências de praxe. Cumpra-se.

ADV: IVÂNIA LÚCIA SILVA COSTA (OAB 7530/AM) - Processo 0626802-05.2017.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contrato Temporário de Mão de Obra L 8.745/1993 - REQUERIDO: Estado do Amazonas - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Antonio Itamar de Sousa Gonzaga, INTIME-SE o Requerido para ciência do ofício requisitório de pequeno valor - RPV expedido às folhas antecedentes para que produza seus efeitos legais. Atenciosamente,

ADV: GLÍCIA PEREIRA BRAGA E SILVA (OAB 2269/AM), ADV: FRANKLIN ARTHUR MARTINZ FILHO (OAB 20217/CE), ADV: NATACHA DE OLIVEIRA PEQUENO (OAB 12048/AM) - Processo 0627349-11.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Kamilla Kafran França de Vasconcelos - REQUERIDO: Estado do Amazonas - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Antonio Itamar de Sousa Gonzaga, INTIME-SE o Requerido para ciência do ofício requisitório de pequeno valor - RPV expedido às folhas antecedentes para que produza seus efeitos legais. Atenciosamente,

ADV: RAMON MICHAEL CHAVES PESQUEIRA (OAB 10594/AM) - Processo 0629843-43.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Reajuste de Remuneração, Soldo, Proventos ou Pensão - REQUERENTE: Davi Corrêa da Silva - Diante da manifestação da parte autora quanto à aceitação dos termos do acordo proposto pelo Estado do Amazonas, HOMOLOGO, por sentença, o acordo celebrado pelas partes, no valor de R$ 26.814,83 (vinte seis mil, oitocentos e quatorze reais, oitenta e três centavos), para que produza seus regulares efeitos jurídicos, nos termos do art. 487, III, “b”, do Código de Processo Civil. Intime-se o advogado da Requerente para, no prazo de 05 (cinco) dias, para apresentar a conta bancária e dados do titular para a instrução do ofício requisitório de pequeno valor. Após, oficie-se ao Procurador-Geral do Estado, nos termos do art. 13, I da Lei n.º 12.1253/09, via portal eletrônico. Comprovado o pagamento, arquivem-se os autos, mediante as cautelas e diligências necessárias. Sem custas e condenação em pagamento de honorários advocatícios, respeitando-se o art. 55 da Lei 9.099/95. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: FRANCISCO GILBERT MELO DA SILVA (OAB 10983/AM), ADV: CLEITON DA SILVA CARVALHO (OAB 10652/AM) - Processo 0630893-07.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO - REQUERENTE: Cleomar

Alves da Rocha - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Cleomar Alves da Rocha em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, oportunizo ao Requerido a possibilidade de ofertar proposta conciliatória, nos autos do processo, de acordo com a inteligência do art. 8º da Lei n. 12.153/09, no prazo de 10 dias, devendo ser devidamente intimado para tanto. Caso haja proposta de acordo, intime-se o Requerente para responder no prazo de 10 dias. Não havendo sucesso nesta fase conciliatória, determino a remessa dos autos à contadoria para atualização monetária dos valores. Intime-se o advogado do Requerente para, no prazo de 15 dias, para apresentar as cópias das peças necessárias e demais informações prescritas no art. 534 do CPC, para a instrução de precatório requisitório, nos termos da Resolução 003/2014-DVEXPED-TJ/AM. Após, intime-se a Fazenda Pública para, querendo, se manifestar no prazo de 15 dias (art. 52, IX da Lei n. 9.099/95 c/c art. 7º da Lei n. 12.153/09 c/c art. 525 do CPC). Uma vez intimada, se a devedora não concordar com o valor executado (excesso de execução), deverá declarar de imediato o valor que entende devido, sob pena de não conhecimento da arguição, nos termos do art. 535 § 2 do CPC. Caso não haja resistência, oficie-se a Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, com amparo no art. 730, I do CPC, nos termos dos arts. 268 e 269 do RI/TJAM/precatório (natureza alimentar). Após, arquivem-se.

ADV: FRANCISCO GILBERT MELO DA SILVA (OAB 10983/AM) - Processo 0631168-53.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO - REQUERENTE: Dorivan Bentes Repolho - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Dorivan Bentes Repolho em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, oportunizo ao Requerido a possibilidade de ofertar proposta conciliatória, nos autos do processo, de acordo com a inteligência do art. 8º da Lei n. 12.153/09, no prazo de 10 dias, devendo ser devidamente intimado para tanto. Caso haja proposta de acordo, intime-se o Requerente para responder no prazo de 10 dias. Não havendo sucesso nesta fase conciliatória, determino a remessa dos autos à contadoria para atualização monetária dos valores. Intime-se o advogado do Requerente para, no prazo de 15 dias, para apresentar as cópias das peças necessárias e demais informações prescritas no art. 534 do CPC, para a instrução de precatório requisitório, nos termos da Resolução 003/2014-DVEXPED-TJ/AM. Após, intime-se a Fazenda Pública para, querendo, se manifestar no prazo de 15 dias (art. 52, IX da Lei n. 9.099/95 c/c art. 7º da Lei n. 12.153/09 c/c art. 525 do CPC). Uma vez intimada, se a devedora não concordar com o valor executado (excesso de execução), deverá declarar de imediato o valor que entende devido, sob pena de não conhecimento da arguição, nos termos do art. 535 § 2 do CPC. Caso não haja resistência, oficie-se a Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, com amparo no art. 730, I do CPC, nos termos dos arts. 268 e 269 do RI/TJAM/precatório (natureza alimentar). Após, arquivem-se.

ADV: DAVI FONTENELE DE ALMEIDA (OAB 13125/AM), ADV: ALMERON CAMINHA (OAB 12270/AM) - Processo 0632659-95.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO - REQUERENTE: Francisco Weberson Ferreira Martins - Diante da manifestação da parte autora quanto à aceitação dos termos do acordo proposto pelo Estado do Amazonas, HOMOLOGO, por sentença, o acordo celebrado pelas partes, no valor de R$ 19.080,00 (dezenove mil e oitenta reais), para que produza seus regulares efeitos jurídicos, nos termos do art. 487, III, "b", do Código de Processo Civil. Intime-se o advogado da Requerente para, no prazo de 05 (cinco) dias, para apresentar a conta bancária e dados do titular para a instrução do ofício requisitório de pequeno valor. Após, oficie-se ao Procurador-Geral do Estado, nos termos do art. 13, I da Lei n.º 12.1253/09, via portal eletrônico. Comprovado o pagamento, arquivem-se os autos, mediante as cautelas e diligências necessárias. Sem custas e condenação em pagamento de honorários advocatícios, respeitando-se o art. 55 da Lei 9.099/95. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: AMAURI VIEIRA DOS SANTOS (OAB 11881/AM) - Processo 0633561-48.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Gratificações e Adicionais - REQUERENTE: Ageu Ribeiro Gondim - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Antonio Itamar de Sousa Gonzaga, INTIME-SE o Requerido para se manifestar sobre a petição de folhas antecedentes, no prazo de 15 dias, nos termos da sentença (conforme provimento nº 63/02 - CGJ)."

ADV: CYNTIA COSTA DE LIMA (OAB 7345/AM) - Processo 0634461-31.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Reajuste de Remuneração, Soldo, Proventos ou Pensão - REQUERENTE: Samyr Mustafa Lopes Sales - Diante da manifestação da parte autora quanto à aceitação dos termos do acordo proposto pelo Estado do Amazonas, HOMOLOGO, por sentença, o acordo celebrado pelas partes, no valor de R$ 19.960,00 (dezenove mil, novecentos e sessenta reais), para que produza seus regulares efeitos jurídicos, nos termos do art. 487, III, "b", do Código de Processo Civil. Intime-se o advogado da Requerente para, no prazo de 05 (cinco) dias, para apresentar a conta bancária e dados do titular para a instrução do ofício requisitório de pequeno valor. Após, oficie-se ao Procurador-Geral do Estado, nos termos do art. 13, I da Lei n.º 12.1253/09, via portal eletrônico. Comprovado o pagamento, arquivem-se os autos, mediante as cautelas e diligências necessárias. Sem custas e condenação em pagamento de honorários advocatícios, respeitando-se o art. 55 da Lei 9.099/95. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: LUCIANA BARROSO DE FREITAS (OAB 5144/AM), ADV: JOSEMBERGUE CAVALCANTE FIGUEIREDO (OAB 7298/AM) - Processo 0635318-77.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - DIREITO CIVIL - REQUERENTE: Roberto Queiroz da Rocha - REQUERIDO: Estado do Amazonas - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Antonio Itamar de Sousa Gonzaga, INTIME-SE o Requerido para ciência do ofício requisitório de pequeno valor - RPV expedido às folhas antecedentes para que produza seus efeitos legais. Atenciosamente,

ADV: BRENDO DE CASTRO MARTINS (OAB 13009/AM) - Processo 0635557-81.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Pagamento Atrasado / Correção Monetária - REQUERENTE: Francisco Mesquita da Silva Filho - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Antonio Itamar de Sousa Gonzaga, INTIME-SE o Requerido para ciência do ofício requisitório de pequeno valor - RPV expedido às folhas antecedentes para que produza seus efeitos legais. Atenciosamente,

ADV: CARLOS ALEXANDRE M.C.M MATOS (OAB 2364/AM), ADV: AMAURI VIEIRA DOS SANTOS (OAB 11881/AM) - Processo 0636289-62.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Gratificações e Adicionais - REQUERENTE: Joselma de Souza Ferreira - REQUERIDO: Estado do Amazonas - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Antonio Itamar de Sousa Gonzaga, INTIME-SE o Requerido para ciência do ofício requisitório de pequeno valor - RPV expedido às folhas antecedentes para que produza seus efeitos legais. Atenciosamente,

ADV: ÁLVARO DA TRINDADE GARCIA FILHO (OAB 6236/AM), ADV: CLEYTON RAFAEL MARTINS DO AMARAL (OAB 016696PA), ADV: ÁLVARO DA TRINDADE GARCIA FILHO (OAB 6236/AM), ADV: CLEYTON RAFAEL MARTINS DO AMARAL (OAB 11691/AM) - Processo 0636410-90.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Posse e Exercício - REQUERENTE: Anderson Oliveira Santana - Ante o exposto, homologo o pedido de desistência e, por consequência, JULGO EXTINTO O PROCESSO, SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, nos termos do artigo 485, VIII, do Código de Processo Civil. Sem custas e honorários conforme disposto no art. 55, da Lei 9.099/95. Certificado o trânsito em julgado, proceda-se ao arquivamento dos autos com as cautelas de praxe. P.R.I.C.

ADV: ISABELA PERES RUSSO (OAB 3198/AM), ADV: ROGÉRIO PENA BENTO DA SILVA (OAB 9960/AM) - Processo 0637497-81.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Militar - REQUERENTE: Edilson de Souza Pinto - REQUERIDO: Estado do Amazonas - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Antonio Itamar de Sousa Gonzaga, INTIME-SE o Requerido para ciência do ofício requisitório de pequeno valor - RPV expedido às folhas antecedentes para que produza seus efeitos legais. Atenciosamente,

ADV: DAVI MAFRA DOS ANJOS (OAB 9694/AM), ADV: LEONARDO DE BORBOREMA BLASCH (OAB 2997/AM) - Processo 0637797-77.2017.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Nulidade / Inexigibilidade do Título - REQUERENTE: Karla Chikako Sousa Sudo - REQUERIDO: Estado do Amazonas e outros - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Antonio Itamar de Sousa Gonzaga, INTIME-SE o Requerido para ciência do ofício requisitório de pequeno valor - RPV expedido às folhas antecedentes para que produza seus efeitos legais. Atenciosamente,

ADV: GAMAL SWAMI DE ABREU (OAB 9106/AM), ADV: ISABELA PERES RUSSO (OAB 3198/AM), ADV: MARGIDE AMARO DE SOUZA (OAB 10380/AM) - Processo 0638315-33.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Pagamento Atrasado / Correção Monetária - REQUERENTE: Alan Oliveira de Moraes - REQUERIDO: Estado do Amazonas - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Antonio Itamar de Sousa Gonzaga, INTIME-SE o Requerido para ciência do ofício requisitório de pequeno valor - RPV expedido às folhas antecedentes para que produza seus efeitos legais. Atenciosamente,

ADV: CIRO GONÇALVES BOTELHO (OAB 39395/BA) - Processo 0638955-36.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Gratificações e Adicionais - REQUERENTE: Wilber Jorge Tovar - Diante do exposto, conheço dos Embargos de Declaração, pois tempestivos, todavia não os acolho, pois opostos em desobediência ao disposto no art. 1.022 do Código de Processo Civil vigente, vez que não fora devidamente demonstrada eventual omissão, contradição, obscuridade ou erro material na decisão que lhe tem como objeto. P. R. I. C.

ADV: ISABELA PERES RUSSO (OAB 3198/AM), ADV: RAQUEL DA COSTA SUBIRANA PENA (OAB 12304/AM) - Processo 0639036-82.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO - REQUERENTE: Luiz Eduardo Corrêa da Silva - REQUERIDO: Estado do Amazonas - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Antonio Itamar de Sousa Gonzaga, INTIME-SE o Requerido para ciência do ofício requisitório de pequeno valor - RPV expedido às folhas antecedentes para que produza seus efeitos legais. Atenciosamente,

ADV: LORENA SILVA DE ALBUQUERQUE (OAB 6023/AM), ADV: ITALO EDUARDO PINA PRADO (OAB 13261/AM) - Processo 0640729-04.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Moisés Pereira Arancibia - REQUERIDO: Estado do Amazonas - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Antonio Itamar de Sousa Gonzaga, INTIME-SE o Requerido para ciência do ofício requisitório de pequeno valor - RPV expedido às folhas antecedentes para que produza seus efeitos legais. Atenciosamente,

ADV: RAMON MICHAEL CHAVES PESQUEIRA (OAB 10594/AM) - Processo 0640973-30.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Reajuste de Remuneração, Soldo, Proventos ou Pensão - REQUERENTE: Raimundo de Jesus Rodrigues da Silva - Diante da manifestação da parte autora quanto à aceitação dos termos do acordo proposto pelo Estado do Amazonas, HOMOLOGO, por sentença, o acordo celebrado pelas partes, no valor de R$ 27.660,00 (vinte e sete mil, seiscentos e sessenta reais), para que produza seus regulares efeitos jurídicos, nos termos do art. 487, III, “b”, do Código de Processo Civil. Intime-se o advogado da Requerente para, no prazo de 05 (cinco) dias, para apresentar a conta bancária e dados do titular para a instrução do ofício requisitório de pequeno valor. Após, oficie-se ao Procurador-Geral do Estado, nos termos do art. 13, I da Lei n.º 12.1253/09, via portal eletrônico. Comprovado o pagamento, arquivem-se os autos, mediante as cautelas e diligências necessárias. Sem custas e condenação em pagamento de honorários advocatícios, respeitando-se o art. 55 da Lei 9.099/95. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: DAVI FONTENELE DE ALMEIDA (OAB 13125/AM) - Processo 0641228-85.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO - REQUERENTE: Priscila Rodrigues de Lima - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Antonio Itamar de Sousa Gonzaga, INTIME-SE o Requerido para ciência do ofício requisitório de pequeno valor - RPV expedido às folhas antecedentes para que produza seus efeitos legais. Atenciosamente,

ADV: AMAURI VIEIRA DOS SANTOS (OAB 11881/AM), ADV: ISABELA PERES RUSSO (OAB 3198/AM) - Processo 0641317-11.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Gratificações e Adicionais - REQUERENTE: Walmor Arruda Baraúna - REQUERIDO: Estado do Amazonas - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Antonio Itamar de Sousa Gonzaga, INTIME-SE o Requerido para ciência do ofício requisitório de pequeno valor - RPV expedido às folhas antecedentes para que produza seus efeitos legais. Atenciosamente,

ADV: ROGÉRIO PENA BENTO DA SILVA (OAB 9960/AM) - Processo 0641366-52.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Militar - REQUERENTE: Joelson Jardim de Oliveira - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Antonio Itamar de Sousa Gonzaga, INTIME-SE o Requerido para ciência do ofício requisitório de pequeno valor - RPV expedido às folhas antecedentes para que produza seus efeitos legais. Atenciosamente,

ADV: ISABELA PERES RUSSO (OAB 3198/AM), ADV: AMAURI VIEIRA DOS SANTOS (OAB 11881/AM) - Processo 0641724-17.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Gratificações e Adicionais - REQUERENTE: Pedro Ricardo Ribeiro da Silva - REQUERIDO: Estado do Amazonas - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Antonio Itamar de Sousa Gonzaga, INTIME-SE o Requerido para ciência do ofício requisitório de pequeno valor - RPV expedido às folhas antecedentes para que produza seus efeitos legais. Atenciosamente,

ADV: RAMON MICHAEL CHAVES PESQUEIRA (OAB 10594/AM) - Processo 0642328-75.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Reajuste de Remuneração, Soldo, Proventos ou Pensão - REQUERENTE: Emerson Wladi Porto Santarém - Diante da manifestação da parte autora quanto à aceitação dos termos do acordo proposto pelo Estado do Amazonas, HOMOLOGO, por sentença, o acordo celebrado pelas partes, no valor de R$ 39.742,09 (trinta e nove mil, setecentos e quarenta e dois reais e nove centavos), para que produza seus regulares efeitos jurídicos, nos termos do art. 487, III, “b”, do Código de Processo Civil. Intime-se o advogado da Requerente para, no prazo de 05 (cinco) dias, para apresentar a conta bancária e dados do titular para a instrução do ofício requisitório de pequeno valor. Após, oficie-se ao Procurador-Geral do Estado, nos termos do art. 13, I da Lei n.º 12.1253/09, via portal eletrônico. Comprovado o pagamento, arquivem-se os autos, mediante as cautelas e diligências necessárias. Sem custas e condenação em pagamento de honorários advocatícios, respeitando-se o art. 55 da Lei 9.099/95. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: RAMON MICHAEL CHAVES PESQUEIRA (OAB 10594/AM) - Processo 0642830-14.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Reajuste de Remuneração, Soldo, Proventos ou Pensão - REQUERENTE: Erimar Vilaça de Castro - Diante da manifestação da parte autora quanto à aceitação dos termos do acordo proposto pelo Estado do Amazonas, HOMOLOGO, por sentença, o acordo celebrado pelas partes, no valor de R$ 34.494,26 (trinta e quatro mil, quatrocentos e noventa e quatro reais e vinte e seis centavos), para que produza seus regulares efeitos jurídicos, nos termos do art. 487, III, “b”, do Código de Processo Civil. Intime-se o advogado da Requerente para, no prazo de 05 (cinco) dias, para apresentar a conta bancária e dados do titular para a instrução do ofício requisitório de pequeno valor. Após, oficie-se ao Procurador-Geral do Estado, nos termos do art. 13, I da Lei n.º 12.1253/09, via portal eletrônico. Comprovado o pagamento, arquivem-se os autos, mediante as cautelas e diligências necessárias. Sem custas e condenação em pagamento de honorários advocatícios, respeitando-se o art. 55 da Lei 9.099/95. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: RAMON MICHAEL CHAVES PESQUEIRA (OAB 10594/AM) - Processo 0642841-43.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Reajuste de Remuneração, Soldo, Proventos ou Pensão - REQUERENTE: Edivaldo Vilaça de Castro - Diante da manifestação da parte autora quanto à aceitação dos termos do acordo proposto pelo Estado do Amazonas, HOMOLOGO, por sentença, o acordo celebrado pelas partes, no valor de R$ 26.950,86 (vinte seis mil, novecentos e cinquenta reais, oitenta e seis centavos), para que produza seus regulares efeitos jurídicos, nos termos do art. 487, III, “b”, do Código de

Processo Civil. Intime-se o advogado da Requerente para, no prazo de 05 (cinco) dias, para apresentar a conta bancária e dados do titular para a instrução do ofício requisitório de pequeno valor. Após, oficie-se ao Procurador-Geral do Estado, nos termos do art. 13, I da Lei n.º 12.1253/09, via portal eletrônico. Comprovado o pagamento, arquivem-se os autos, mediante as cautelas e diligências necessárias. Sem custas e condenação em pagamento de honorários advocatícios, respeitando-se o art. 55 da Lei 9.099/95. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: ROGÉRIO PENA BENTO DA SILVA (OAB 9960/AM), ADV: ISABELA PERES RUSSO (OAB 3198/AM) - Processo 0643452-93.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Militar - REQUERENTE: Noelia Kennedy dos Santos Alves - REQUERIDO: Estado do Amazonas - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Antonio Itamar de Sousa Gonzaga, INTIME-SE o Requerido para ciência do ofício requisitório de pequeno valor - RPV expedido às folhas antecedentes para que produza seus efeitos legais. Atenciosamente,

ADV: CONCEIÇÃO GAMA DE MATOS (OAB 11015/AM), ADV: LORENA SILVA DE ALBUQUERQUE (OAB 6023/AM) - Processo 0643471-02.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Everton Castro Carvalho - REQUERIDO: Estado do Amazonas - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Antonio Itamar de Sousa Gonzaga, INTIME-SE o Requerido para ciência do ofício requisitório de pequeno valor - RPV expedido às folhas antecedentes para que produza seus efeitos legais. Atenciosamente,

ADV: AMAURI VIEIRA DOS SANTOS (OAB 11881/AM), ADV: LORENA SILVA DE ALBUQUERQUE (OAB 6023/AM) - Processo 0643681-53.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Gratificações e Adicionais - REQUERENTE: Ilnen da Silva de Oliveira - REQUERIDO: Estado do Amazonas - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Antonio Itamar de Sousa Gonzaga, INTIME-SE o Requerido para ciência do ofício requisitório de pequeno valor - RPV expedido às folhas antecedentes para que produza seus efeitos legais. Atenciosamente,

ADV: ROGÉRIO PENA BENTO DA SILVA (OAB 9960/AM), ADV: VITOR BARBOSA DE OLIVEIRA (OAB 8285-A/TO) - Processo 0643713-58.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Militar - REQUERENTE: Roberta Farias de Lima - REQUERIDO: Estado do Amazonas - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Antonio Itamar de Sousa Gonzaga, INTIME-SE o Requerido para ciência do ofício requisitório de pequeno valor - RPV expedido às folhas antecedentes para que produza seus efeitos legais. Atenciosamente,

ADV: DAISY FEITOSA COUTINHO (OAB 6989/AM), ADV: ISABELA PERES RUSSO (OAB 3198/AM), ADV: GAMAL SWAMI DE ABREU (OAB 9106/AM) - Processo 0643903-21.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum - Pagamento Atrasado / Correção Monetária - REQUERENTE: Oderley Barroso Farias - REQUERIDO: Estado do Amazonas - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Antonio Itamar de Sousa Gonzaga, INTIME-SE o Requerido para ciência do ofício requisitório de pequeno valor - RPV expedido às folhas antecedentes para que produza seus efeitos legais. Atenciosamente,

ADV: ISABELA PERES RUSSO (OAB 3198/AM), ADV: ARLECY DE SOUZA FERREIRA (OAB 6581/AM) - Processo 0644023-64.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigações - REQUERENTE: Lucineia do Nascimento Bezerra - REQUERIDO: Estado do Amazonas - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Antonio Itamar de Sousa Gonzaga, INTIME-SE o Requerido para ciência do ofício requisitório de pequeno valor - RPV expedido às folhas antecedentes para que produza seus efeitos legais. Atenciosamente,

ADV: ISABELA PERES RUSSO (OAB 3198/AM), ADV: AMAURI VIEIRA DOS SANTOS (OAB 11881/AM) - Processo 0644254-91.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Gratificações e Adicionais - REQUERENTE: Wilson Lalor Teixeira - REQUERIDO: Estado do Amazonas - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Antonio Itamar de Sousa Gonzaga, INTIME-SE o Requerido para ciência do ofício requisitório de pequeno valor - RPV expedido às folhas antecedentes para que produza seus efeitos legais. Atenciosamente,

ADV: ANTONIO CARLOS GAMA ALVES (OAB 16215/PA) - Processo 0644351-91.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Pagamento - REQUERENTE: Herley de Jesus Colares dos Reis - Diante da manifestação da parte autora quanto à aceitação dos termos do acordo proposto pelo Estado do Amazonas, HOMOLOGO, por sentença, o acordo celebrado pelas partes, no valor de R$ 19.960,00 (dezenove mil, novecentos e sessenta reais), para que produza seus regulares efeitos jurídicos, nos termos do art. 487, III, “b”, do Código de Processo Civil. Intime-se o advogado do Requerente para, no prazo de 05 (cinco) dias, para apresentar a conta bancária e dados do titular para a instrução do ofício requisitório de pequeno valor. Após, oficie-se ao Procurador-Geral do Estado, nos termos do art. 13, I da Lei n.º 12.1253/09, via portal eletrônico. Comprovado o pagamento, arquivem-se os autos, mediante as cautelas e diligências necessárias. Sem custas e condenação em pagamento de honorários advocatícios, respeitando-se o art. 55 da Lei 9.099/95. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: LORENA SILVA DE ALBUQUERQUE (OAB 6023/AM), ADV: CHARLE JOSEPH BADR (OAB 11268/AM) - Processo 0644380-44.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Marcio de Oliveira Soares - REQUERIDO: Estado do Amazonas e outro - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Antonio Itamar de Sousa Gonzaga, INTIME-SE o Requerido para ciência do ofício requisitório de pequeno valor - RPV expedido às folhas antecedentes para que produza seus efeitos legais. Atenciosamente,

ADV: KATIANNY KEILA SALIM COLAÇO (OAB 12269/AM) - Processo 0645084-91.2017.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Elisangela Nunes da Silva - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Antonio Itamar de Sousa Gonzaga, INTIME-SE o Requerido para ciência do ofício requisitório de pequeno valor - RPV expedido às folhas antecedentes para que produza seus efeitos legais. Atenciosamente,

ADV: LEILA MARIA RAPOSO XAVIER LEITE (OAB 3726/AM), ADV: MATHEUS LOBATO BELTRÃO (OAB 13287/AM) - Processo 0645157-29.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Harlen Gomes Magalhaes - REQUERIDO: Estado do Amazonas - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Antonio Itamar de Sousa Gonzaga, INTIME-SE o Requerido para ciência do ofício requisitório de pequeno valor - RPV expedido às folhas antecedentes para que produza seus efeitos legais. Atenciosamente,

ADV: RAMON MICHAEL CHAVES PESQUEIRA (OAB 10594/AM) - Processo 0645181-57.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Reajuste de Remuneração, Soldo, Proventos ou Pensão - REQUERENTE: Geslean de Lima - Diante da manifestação da parte autora quanto à aceitação dos termos do acordo proposto pelo Estado do Amazonas, HOMOLOGO, por sentença, o acordo celebrado pelas partes, no valor de R$ 26.641,00 (vinte e seis mil, seiscentos e quarenta e um reais), para que produza seus regulares efeitos jurídicos, nos termos do art. 487, III, “b”, do Código de Processo Civil. Intime-se o advogado da Requerente para, no prazo de 05 (cinco) dias, para apresentar a conta bancária e dados do titular para a instrução do ofício requisitório de pequeno valor. Após, oficie-se ao Procurador-Geral do Estado, nos termos do art. 13, I da Lei n.º 12.1253/09, via portal eletrônico. Comprovado o pagamento, arquivem-se os autos, mediante as cautelas e diligências necessárias. Sem custas e condenação em pagamento de honorários advocatícios, respeitando-se o art. 55 da Lei 9.099/95. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: SIDIANY SOARES SERRÃO (OAB 13097/AM) - Processo 0645498-55.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Pagamento Atrasado / Correção Monetária - REQUERENTE: Raimundo de Castro Avelino - Diante da manifestação da parte autora quanto à aceitação dos termos do acordo proposto pelo Estado do Amazonas, HOMOLOGO, por sentença, o acordo celebrado pelas partes, no valor de R$ 19.960,00 (dezenove mil, novecentos e sessenta reais), para que produza seus regulares efeitos jurídicos, nos termos do art. 487, III, “b”, do Código de Processo Civil. Intime-se o advogado da Requerente para, no prazo de 05 (cinco) dias, para apresentar a conta bancária e dados do titular para a instrução do ofício requisitório de pequeno valor. Após, oficie-se ao Procurador-Geral do Estado, nos termos do

ASSINATURA TJAM SAJ DIGITAL

art. 13, I da Lei n.º 12.1253/09, via portal eletrônico. Comprovado o pagamento, arquivem-se os autos, mediante as cautelas e diligências necessárias. Sem custas e condenação em pagamento de honorários advocatícios, respeitando-se o art. 55 da Lei 9.099/95. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: RAMON MICHAEL CHAVES PESQUEIRA (OAB 10594/AM), ADV: LUCIANA BARROSO DE FREITAS (OAB 5144/AM) - Processo 0645521-98.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Reajuste de Remuneração, Soldo, Proventos ou Pensão - REQUERENTE: Patrick Hayne Batista Cardoso - REQUERIDO: Estado do Amazonas - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Antonio Itamar de Sousa Gonzaga, INTIME-SE o Requerido para ciência do ofício requisitório de pequeno valor - RPV expedido às folhas antecedentes para que produza seus efeitos legais. Atenciosamente,

ADV: ROGÉRIO PENA BENTO DA SILVA (OAB 9960/AM), ADV: VITOR BARBOSA DE OLIVEIRA (OAB 8285-A/TO) - Processo 0645625-90.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Militar - REQUERENTE: Lucio Ramos de Oliveira - REQUERIDO: Estado do Amazonas - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Antonio Itamar de Sousa Gonzaga, INTIME-SE o Requerido para ciência do ofício requisitório de pequeno valor - RPV expedido às folhas antecedentes para que produza seus efeitos legais. Atenciosamente,

ADV: LEILA MARIA RAPOSO XAVIER LEITE (OAB 3726/AM), ADV: ANDERSON SANTOS SILVA (OAB 12015/AM) - Processo 0646350-79.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Pagamento Atrasado / Correção Monetária - REQUERENTE: Claudio Carril Ferreira - REQUERIDO: Estado do Amazonas - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Antonio Itamar de Sousa Gonzaga, INTIME-SE o Requerido para ciência do ofício requisitório de pequeno valor - RPV expedido às folhas antecedentes para que produza seus efeitos legais. Atenciosamente,

ADV: LORENA SILVA DE ALBUQUERQUE (OAB 6023/AM), ADV: CHRISTIAN ARAUJO DE SOUZA (OAB 13291/AM) - Processo 0646931-94.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Remuneração - REQUERENTE: Jonice Batista de Oliveira - REQUERIDO: Estado do Amazonas - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Antonio Itamar de Sousa Gonzaga, INTIME-SE o Requerido para ciência do ofício requisitório de pequeno valor - RPV expedido às folhas antecedentes para que produza seus efeitos legais. Atenciosamente,

ADV: AMAURI VIEIRA DOS SANTOS (OAB 11881/AM), ADV: LORENA SILVA DE ALBUQUERQUE (OAB 6023/AM) - Processo 0646943-11.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Gratificações e Adicionais - REQUERENTE: Francinalvo Matos da Silva - REQUERIDO: Estado do Amazonas - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Antonio Itamar de Sousa Gonzaga, INTIME-SE o Requerido para ciência do ofício requisitório de pequeno valor - RPV expedido às folhas antecedentes para que produza seus efeitos legais. Atenciosamente,

ADV: ANTONIO CARLOS GAMA ALVES (OAB 16215/PA), ADV: LORENA SILVA DE ALBUQUERQUE (OAB 6023/AM) - Processo 0647005-51.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Pagamento - REQUERENTE: Sebastião Cardoso Pereira - REQUERIDO: Estado do Amazonas - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Antonio Itamar de Sousa Gonzaga, INTIME-SE o Requerido para ciência do ofício requisitório de pequeno valor - RPV expedido às folhas antecedentes para que produza seus efeitos legais. Atenciosamente,

ADV: JESUALDO FERREIRA MONTEIRO (OAB 7935/AM) - Processo 0647470-60.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigações - REQUERENTE: Elson Luiz Tavares Ferreira - Diante da manifestação da parte autora quanto à aceitação dos termos do acordo proposto pelo Estado do Amazonas, HOMOLOGO, por sentença, o acordo celebrado pelas partes, no valor de R$ 19.960,00 (dezenove mil, novecentos e sessenta reais), para que produza seus regulares efeitos jurídicos, nos termos do art. 487, III, "b", do Código de Processo Civil. Intime-se o advogado da Requerente para, no prazo de 05 (cinco) dias, para apresentar a conta bancária e dados do titular para a instrução do ofício requisitório de pequeno valor. Após, oficie-se ao Procurador-Geral do Estado, nos termos do art. 13, I da Lei n.º 12.1253/09, via portal eletrônico. Comprovado o pagamento, arquivem-se os autos, mediante as cautelas e diligências necessárias. Sem custas e condenação em pagamento de honorários advocatícios, respeitando-se o art. 55 da Lei 9.099/95. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: LEILA MARIA RAPOSO XAVIER LEITE (OAB 3726/AM), ADV: RAMON MICHAEL CHAVES PESQUEIRA (OAB 10594/AM) - Processo 0647624-78.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Reajuste de Remuneração, Soldo, Proventos ou Pensão - REQUERENTE: Charles da Silva Bandeira - REQUERIDO: Estado do Amazonas - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Antonio Itamar de Sousa Gonzaga, INTIME-SE o Requerido para ciência do ofício requisitório de pequeno valor - RPV expedido às folhas antecedentes para que produza seus efeitos legais. Atenciosamente,

ADV: ANTONIA CARINE SANTOS DA SILVA (OAB 11139/AM) - Processo 0647771-07.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: Maria Auxiliadora Campos da Frota - Forte nesses motivos, ante à ausência de interesse estatal e patente ilegitimidade passiva da MANAUSPREV, julgo extinta a ação, sem resolução de mérito neste tocante, excluindo a autarquia fundacional do polo passivo da lide. Por derradeiro, declino da competência ratione materiae para processar e julgar o processo em epígrafe e, por conseguinte, em prol da celeridade e economia processual, determino a remessa dos autos ao JUÍZO DE ORIGEM, respeitadas as regras de competência insculpidas na legislação de regência. À Secretaria para as providências de praxe, procedendo a exclusão da MANAUSPREV do polo passivo da demanda. Redistribuam-se os autos.

ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM) - Processo 0648140-98.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Kaio César Freire de Oliveira - Diante da manifestação da parte autora quanto à aceitação dos termos do acordo proposto pelo Estado do Amazonas, HOMOLOGO, por sentença, o acordo celebrado pelas partes, no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais), para que produza seus regulares efeitos jurídicos, nos termos do art. 487, III, "b", do Código de Processo Civil. Intime-se o advogado da Requerente para, no prazo de 05 (cinco) dias, para apresentar a conta bancária e dados do titular para a instrução do ofício requisitório de pequeno valor. Após, oficie-se ao Procurador-Geral do Estado, nos termos do art. 13, I da Lei n.º 12.1253/09, via portal eletrônico. Comprovado o pagamento, arquivem-se os autos, mediante as cautelas e diligências necessárias. Sem custas e condenação em pagamento de honorários advocatícios, respeitando-se o art. 55 da Lei 9.099/95. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: DAVID PEREIRA MEDEIROS (OAB 13618/AM) - Processo 0649223-52.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigações - REQUERENTE: Ivoney da Cruz Rodrigues - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Antonio Itamar de Sousa Gonzaga, INTIME-SE o Requerido para ciência do ofício requisitório de pequeno valor - RPV expedido às folhas antecedentes para que produza seus efeitos legais. Atenciosamente,

ADV: DAVID PEREIRA MEDEIROS (OAB 13618/AM) - Processo 0649237-36.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigações - REQUERENTE: Elinaldo Pereira da Silva - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Antonio Itamar de Sousa Gonzaga, INTIME-SE o Requerido para ciência do ofício requisitório de pequeno valor - RPV expedido às folhas antecedentes para que produza seus efeitos legais. Atenciosamente,

ADV: CLEITON DA SILVA CARVALHO (OAB 10652/AM), ADV: FRANCISCO GILBERT MELO DA SILVA (OAB 10983/AM) - Processo 0649437-43.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Diárias e Outras Indenizações - REQUERENTE: Francisco Francelino de França Barreto - Diante da manifestação da parte autora quanto à aceitação dos termos do acordo proposto pelo Estado do Amazonas, HOMOLOGO, por sentença, o acordo celebrado pelas partes, no valor de R$ 19.960,00 (dezenove mil, novecentos e sessenta reais), para que produza seus regulares efeitos jurídicos, nos termos do art. 487, III, "b", do Código de Processo Civil. Intime-se o advogado da Requerente para, no prazo de 05 (cinco) dias, para apresentar a conta bancária e dados

do titular para a instrução do ofício requisitório de pequeno valor. Após, oficie-se ao Procurador-Geral do Estado, nos termos do art. 13, I da Lei n.º 12.1253/09, via portal eletrônico. Comprovado o pagamento, arquivem-se os autos, mediante as cautelas e diligências necessárias. Sem custas e condenação em pagamento de honorários advocatícios, respeitando-se o art. 55 da Lei 9.099/95. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: RAMON MICHAEL CHAVES PESQUEIRA (OAB 10594/AM), ADV: LUCIANA BARROSO DE FREITAS (OAB 5144/AM) - Processo 0649891-23.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Reajuste de Remuneração, Soldo, Proventos ou Pensão - REQUERENTE: Kemer Cruz Pimentel - REQUERIDO: Estado do Amazonas - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Antonio Itamar de Sousa Gonzaga, INTIME-SE o Requerido para ciência do ofício requisitório de pequeno valor - RPV expedido às folhas antecedentes para que produza seus efeitos legais. Atenciosamente,

ADV: IVAN GLEIDSON TRINDADE DE SOUZA FARIAS (OAB 11908/AM), ADV: LUCIANA BARROSO DE FREITAS (OAB 5144/AM) - Processo 0651502-11.2018.8.04.0001 - Execução de Título Judicial - Constrição / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens - REQUERENTE: Raimundo Pereira Coelho - REQUERIDO: Estado do Amazonas - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Antonio Itamar de Sousa Gonzaga, INTIME-SE o Requerido para ciência do ofício requisitório de pequeno valor - RPV expedido às folhas antecedentes para que produza seus efeitos legais. Atenciosamente,

ADV: JOÃO BATISTA ANDRADE DE QUEIROZ (OAB 2372/AM) - Processo 0651513-40.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Sistema Remuneratório e Benefícios - REQUERENTE: Dayse Lia Andrade da Silva - Diante do exposto: 1) concluo pela competência deste juízo; 2) determino a emenda da peça de ingresso, no prazo de 15 (quinze) dias, devendo a parte adequá-la para preenchimento dos requisitos dos arts. 534 do CPC, 52 da Lei n. 9.099/95 e 13 da Lei n. 12.153/09, juntar cópia da sentença do Mandado de Segurança n° 4001983-56.2015.8.04.0000, bem como de demonstrativo discriminado e atualizado do crédito com indicação do índice de correção monetária adotado, juros aplicados e as respectivas taxas, termo inicial e termo final dos juros e correção monetária utilizados, periodicidade da capitalização dos juros e especificação dos eventuais descontos obrigatórios realizados, no prazo de 15 dias sob pena de extinção. Deve, ainda, a parte autora apresentar todos os contracheques do período postulado e, caso haja pedido de GTE, indicar os meses no qual houve percepção desta gratificação. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: AMAURI VIEIRA DOS SANTOS (OAB 11881/AM) - Processo 0651518-62.2018.8.04.0001 - Petição Cível - Gratificações Estaduais Específicas - REQUERENTE: Claudiomar Lopes de Souza - Diante da manifestação da parte autora quanto à aceitação dos termos do acordo proposto pelo Estado do Amazonas, HOMOLOGO, por sentença, o acordo celebrado pelas partes, no valor de R$ 8.380,00 (oito mil, trezentos e oitenta reais), para que produza seus regulares efeitos jurídicos, nos termos do art. 487, III, “b”, do Código de Processo Civil. Após, oficie-se ao Procurador-Geral do Estado, nos termos do art. 13, I da Lei n.º 12.1253/09, via portal eletrônico. Comprovado o pagamento, arquivem-se os autos, mediante as cautelas e diligências necessárias. Sem custas e condenação em pagamento de honorários advocatícios, respeitando-se o art. 55 da Lei 9.099/95. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: AMAURI VIEIRA DOS SANTOS (OAB 11881/AM) - Processo 0651523-84.2018.8.04.0001 - Petição Cível - Gratificações Estaduais Específicas - REQUERENTE: João Marcos da Silva Lima - Diante da manifestação da parte autora quanto à aceitação dos termos do acordo proposto pelo Estado do Amazonas, HOMOLOGO, por sentença, o acordo celebrado pelas partes, no valor de R$ 19.960,00 (dezenove mil, novecentos e sessenta reais), para que produza seus regulares efeitos jurídicos, nos termos do art. 487, III, “b”, do Código de Processo Civil. Após, oficie-se ao Procurador-Geral do Estado, nos termos do art. 13, I da Lei n.º 12.1253/09, via portal eletrônico. Comprovado o pagamento, arquivem-se os autos, mediante as cautelas e diligências necessárias. Sem custas e condenação em pagamento de honorários advocatícios, respeitando-se o art. 55 da Lei 9.099/95. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: AMAURI VIEIRA DOS SANTOS (OAB 11881/AM) - Processo 0651527-24.2018.8.04.0001 - Petição Cível - Gratificações Estaduais Específicas - REQUERENTE: Giandro Kildary Ferreira de Oliveira - Diante da manifestação da parte autora quanto à aceitação dos termos do acordo proposto pelo Estado do Amazonas, HOMOLOGO, por sentença, o acordo celebrado pelas partes, no valor de R$ 19.960,00 (dezenove mil, novecentos e sessenta reais), para que produza seus regulares efeitos jurídicos, nos termos do art. 487, III, “b”, do Código de Processo Civil. Após, oficie-se ao Procurador-Geral do Estado, nos termos do art. 13, I da Lei n.º 12.1253/09, via portal eletrônico. Comprovado o pagamento, arquivem-se os autos, mediante as cautelas e diligências necessárias. Sem custas e condenação em pagamento de honorários advocatícios, respeitando-se o art. 55 da Lei 9.099/95. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: ANTONIO CARLOS GAMA ALVES (OAB 16215/PA) - Processo 0651535-98.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Pagamento - REQUERENTE: Raimundo Naildo Mota Marinho - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Antônio Itamar de Sousa Gonzaga, CITE-SE o Requerido para oferecer CONTESTAÇÃO no prazo de 15 dias.

ADV: ROGÉRIO PENA BENTO DA SILVA (OAB 9960/AM) - Processo 0651618-17.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Militar - REQUERENTE: Alexandre da Silva Salazr - Diante da manifestação da parte autora quanto à aceitação dos termos do acordo proposto pelo Estado do Amazonas, HOMOLOGO, por sentença, o acordo celebrado pelas partes, no valor de R$ 13.000,00 (treze mil reais), para que produza seus regulares efeitos jurídicos, nos termos do art. 487, III, “b”, do Código de Processo Civil. Após, oficie-se ao Procurador-Geral do Estado, nos termos do art. 13, I da Lei n.º 12.1253/09, via portal eletrônico. Comprovado o pagamento, arquivem-se os autos, mediante as cautelas e diligências necessárias. Sem custas e condenação em pagamento de honorários advocatícios, respeitando-se o art. 55 da Lei 9.099/95. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: IVAN GLEIDSON TRINDADE DE SOUZA FARIAS (OAB 11908/AM) - Processo 0652005-32.2018.8.04.0001 - Execução de Título Judicial - Constrição / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens - REQUERENTE: Francisco Carlos Pereira da Silva - Diante da manifestação da parte autora quanto à aceitação dos termos do acordo proposto pelo Estado do Amazonas, HOMOLOGO, por sentença, o acordo celebrado pelas partes, no valor de R$ 19.960,00 (dezenove mil, novecentos e sessenta reais), para que produza seus regulares efeitos jurídicos, nos termos do art. 487, III, “b”, do Código de Processo Civil. Intime-se o advogado da Requerente para, no prazo de 05 (cinco) dias, para apresentar a conta bancária e dados do titular para a instrução do ofício requisitório de pequeno valor. Após, oficie-se ao Procurador-Geral do Estado, nos termos do art. 13, I da Lei n.º 12.1253/09, via portal eletrônico. Comprovado o pagamento, arquivem-se os autos, mediante as cautelas e diligências necessárias. Sem custas e condenação em pagamento de honorários advocatícios, respeitando-se o art. 55 da Lei 9.099/95. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: IVAN GLEIDSON TRINDADE DE SOUZA FARIAS (OAB 11908/AM) - Processo 0652068-57.2018.8.04.0001 - Execução de Título Judicial - Constrição / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens - REQUERENTE: Evandro Rodrigues Lima - Diante da manifestação da parte autora quanto à aceitação dos termos do acordo proposto pelo Estado do Amazonas, HOMOLOGO, por sentença, o acordo celebrado pelas partes, no valor de R$ 19.960,00 (dezenove mil, novecentos e sessenta reais), para que produza seus regulares efeitos jurídicos, nos termos do art. 487, III, “b”, do Código de Processo Civil. Intime-se o advogado da Requerente para, no prazo de 05 (cinco) dias, para apresentar a conta bancária e dados do titular para a instrução do ofício requisitório de pequeno valor. Após, oficie-se ao Procurador-Geral do Estado, nos termos do art. 13, I da Lei n.º 12.1253/09, via portal eletrônico. Comprovado o pagamento, arquivem-se os autos, mediante as cautelas e diligências necessárias. Sem custas e condenação em pagamento de honorários advocatícios, respeitando-se o art. 55 da Lei 9.099/95. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: CÁSSIO JOSÉ MATOS DE BARROS (OAB 13256/AM) - Processo 0652570-93.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Sistema Remuneratório e Benefícios

- REQUERENTE: Wermeson Pinheiro Rodrigues - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Antonio Itamar de Sousa Gonzaga, INTIME-SE o Requerido para ciência do ofício requisitório de pequeno valor - RPV expedido às folhas antecedentes para que produza seus efeitos legais. Atenciosamente,

ADV: JESUALDO FERREIRA MONTEIRO (OAB 7935/AM), ADV: ALEXANDRE TOSCANO DE BRITO FILHO (OAB 8913/AM) - Processo 0653133-87.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Rodrigo Ordones de Lima - Diante da manifestação da parte autora quanto à aceitação dos termos do acordo proposto pelo Estado do Amazonas, HOMOLOGO, por sentença, o acordo celebrado pelas partes, no valor de R$ 19.960,00 (dezenove mil, novecentos e sessenta reais), para que produza seus regulares efeitos jurídicos, nos termos do art. 487, III, "b", do Código de Processo Civil. Intime-se o advogado da Requerente para, no prazo de 05 (cinco) dias, para apresentar a conta bancária e dados do titular para a instrução do ofício requisitório de pequeno valor. Após, oficie-se ao Procurador-Geral do Estado, nos termos do art. 13, I da Lei n.º 12.1253/09, via portal eletrônico. Comprovado o pagamento, arquivem-se os autos, mediante as cautelas e diligências necessárias. Sem custas e condenação em pagamento de honorários advocatícios, respeitando-se o art. 55 da Lei 9.099/95. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: JESUALDO FERREIRA MONTEIRO (OAB 7935/AM), ADV: ALEXANDRE TOSCANO DE BRITO FILHO (OAB 8913/AM) - Processo 0653195-30.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Domingos Sávio Oliveira Vilagelim - Diante da manifestação da parte autora quanto à aceitação dos termos do acordo proposto pelo Estado do Amazonas, HOMOLOGO, por sentença, o acordo celebrado pelas partes, no valor de R$ 19.960,00 (dezenove mil, novecentos e sessenta reais), para que produza seus regulares efeitos jurídicos, nos termos do art. 487, III, "b", do Código de Processo Civil. Intime-se o advogado da Requerente para, no prazo de 05 (cinco) dias, para apresentar a conta bancária e dados do titular para a instrução do ofício requisitório de pequeno valor. Após, oficie-se ao Procurador-Geral do Estado, nos termos do art. 13, I da Lei n.º 12.1253/09, via portal eletrônico. Comprovado o pagamento, arquivem-se os autos, mediante as cautelas e diligências necessárias. Sem custas e condenação em pagamento de honorários advocatícios, respeitando-se o art. 55 da Lei 9.099/95. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: CARLOS AUGUSTO GORDINHO BINDÁ (OAB 12972/AM) - Processo 0653482-90.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Gratificações e Adicionais - REQUERENTE: Edson da Silva Machado Filho - Diante da manifestação da parte autora quanto à aceitação dos termos do acordo proposto pelo Estado do Amazonas, HOMOLOGO, por sentença, o acordo celebrado pelas partes, no valor de R$ 19.960,00 (dezenove mil, novecentos e sessenta reais), para que produza seus regulares efeitos jurídicos, nos termos do art. 487, III, "b", do Código de Processo Civil. Intime-se o advogado da Requerente para, no prazo de 05 (cinco) dias, para apresentar a conta bancária e dados do titular para a instrução do ofício requisitório de pequeno valor. Após, oficie-se ao Procurador-Geral do Estado, nos termos do art. 13, I da Lei n.º 12.1253/09, via portal eletrônico. Comprovado o pagamento, arquivem-se os autos, mediante as cautelas e diligências necessárias. Sem custas e condenação em pagamento de honorários advocatícios, respeitando-se o art. 55 da Lei 9.099/95. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: RAQUEL MOREIRA DA SILVA PORTELA (OAB 13163/AM) - Processo 0653485-45.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Pagamento Atrasado / Correção Monetária - REQUERENTE: Erika Michelle Cacau de Oliveira - Diante da manifestação da parte autora quanto à aceitação dos termos do acordo proposto pelo Estado do Amazonas, HOMOLOGO, por sentença, o acordo celebrado pelas partes, no valor de R$ 19.960,00 (dezenove mil, novecentos e sessenta reais), para que produza seus regulares efeitos jurídicos, nos termos do art. 487, III, "b", do Código de Processo Civil. Intime-se o advogado da Requerente para, no prazo de 05 (cinco) dias, para apresentar a conta bancária e dados do titular para a instrução do ofício requisitório de pequeno valor. Após, oficie-se ao Procurador-Geral do Estado, nos termos do art. 13, I da Lei n.º 12.1253/09, via portal eletrônico. Comprovado o pagamento, arquivem-se os autos, mediante as cautelas e diligências necessárias. Sem custas e condenação em pagamento de honorários advocatícios, respeitando-se o art. 55 da Lei 9.099/95. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: CARLOS AUGUSTO GORDINHO BINDÁ (OAB 12972/AM) - Processo 0653618-87.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Gratificações e Adicionais - REQUERENTE: Eduardo de Souza Melo - Diante da manifestação da parte autora quanto à aceitação dos termos do acordo proposto pelo Estado do Amazonas, HOMOLOGO, por sentença, o acordo celebrado pelas partes, no valor de R$ 19.960,00 (dezenove mil, novecentos e sessenta reais), para que produza seus regulares efeitos jurídicos, nos termos do art. 487, III, "b", do Código de Processo Civil. Intime-se o advogado da Requerente para, no prazo de 05 (cinco) dias, para apresentar a conta bancária e dados do titular para a instrução do ofício requisitório de pequeno valor. Após, oficie-se ao Procurador-Geral do Estado, nos termos do art. 13, I da Lei n.º 12.1253/09, via portal eletrônico. Comprovado o pagamento, arquivem-se os autos, mediante as cautelas e diligências necessárias. Sem custas e condenação em pagamento de honorários advocatícios, respeitando-se o art. 55 da Lei 9.099/95. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: CARLOS AUGUSTO GORDINHO BINDÁ (OAB 12972/AM) - Processo 0653625-79.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Gratificações e Adicionais - REQUERENTE: Fabricio Santos dos Santos - Diante da manifestação da parte autora quanto à aceitação dos termos do acordo proposto pelo Estado do Amazonas, HOMOLOGO, por sentença, o acordo celebrado pelas partes, no valor de R$ 19.960,00 (dezenove mil, novecentos e sessenta reais), para que produza seus regulares efeitos jurídicos, nos termos do art. 487, III, "b", do Código de Processo Civil. Intime-se o advogado da Requerente para, no prazo de 05 (cinco) dias, para apresentar a conta bancária e dados do titular para a instrução do ofício requisitório de pequeno valor. Após, oficie-se ao Procurador-Geral do Estado, nos termos do art. 13, I da Lei n.º 12.1253/09, via portal eletrônico. Comprovado o pagamento, arquivem-se os autos, mediante as cautelas e diligências necessárias. Sem custas e condenação em pagamento de honorários advocatícios, respeitando-se o art. 55 da Lei 9.099/95. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: JESUALDO FERREIRA MONTEIRO (OAB 7935/AM), ADV: ALEXANDRE TOSCANO DE BRITO FILHO (OAB 8913/AM) - Processo 0653633-56.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Jonas de Souza Rios - Diante da manifestação da parte autora quanto à aceitação dos termos do acordo proposto pelo Estado do Amazonas, HOMOLOGO, por sentença, o acordo celebrado pelas partes, no valor de R$ 19.960,00 (dezenove mil, novecentos e sessenta reais), para que produza seus regulares efeitos jurídicos, nos termos do art. 487, III, "b", do Código de Processo Civil. Intime-se o advogado da Requerente para, no prazo de 05 (cinco) dias, para apresentar a conta bancária e dados do titular para a instrução do ofício requisitório de pequeno valor. Após, oficie-se ao Procurador-Geral do Estado, nos termos do art. 13, I da Lei n.º 12.1253/09, via portal eletrônico. Comprovado o pagamento, arquivem-se os autos, mediante as cautelas e diligências necessárias. Sem custas e condenação em pagamento de honorários advocatícios, respeitando-se o art. 55 da Lei 9.099/95. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: RAQUEL MOREIRA DA SILVA PORTELA (OAB 13163/AM) - Processo 0653634-41.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Pagamento Atrasado / Correção Monetária - REQUERENTE: Atalias do Nascimento Nogueira - Diante da manifestação da parte autora quanto à aceitação dos termos do acordo proposto pelo Estado do Amazonas, HOMOLOGO, por sentença, o acordo celebrado pelas partes, no valor de R$ 19.960,00 (dezenove mil, novecentos e sessenta reais), para que produza seus regulares efeitos jurídicos, nos termos do art. 487, III, "b", do Código de Processo Civil. Intime-se o advogado da Requerente para, no prazo de 05 (cinco) dias, para apresentar a conta bancária e dados do titular para a instrução do ofício requisitório de pequeno valor. Após, oficie-se ao Procurador-Geral do Estado, nos termos do art. 13, I da Lei n.º 12.1253/09, via portal eletrônico. Comprovado o pagamento, arquivem-se os autos, mediante as cautelas e diligências necessárias. Sem custas e condenação em pagamento de honorários advocatícios, respeitando-se o art. 55 da Lei 9.099/95. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: JESUALDO FERREIRA MONTEIRO (OAB 7935/AM), ADV: ALEXANDRE TOSCANO DE BRITO FILHO (OAB 8913/AM) - Processo 0653640-48.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Josué Marques das Chagas - Diante da manifestação da parte autora quanto à aceitação dos termos do acordo proposto pelo Estado do Amazonas, HOMOLOGO, por sentença, o acordo celebrado pelas partes, no valor de R$ 19.960,00 (dezenove mil, novecentos e sessenta reais), para que produza seus regulares efeitos jurídicos, nos termos do art. 487, III, "b", do Código de Processo Civil. Intime-se o advogado da Requerente para, no prazo de 05 (cinco) dias, para apresentar a conta bancária e dados do titular para a instrução do ofício requisitório de pequeno valor. Após, oficie-se ao Procurador-Geral do Estado, nos termos do art. 13, I da Lei n.º 12.1253/09, via portal eletrônico. Comprovado o pagamento, arquivem-se os autos, mediante as cautelas e diligências necessárias. Sem custas e condenação em pagamento de honorários advocatícios, respeitando-se o art. 55 da Lei 9.099/95. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: THIAGO TEIXEIRA DA COSTA (OAB 12263/AM), ADV: CARLOS AUGUSTO GORDINHO BINDÁ (OAB 12972/AM) - Processo 0653759-09.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Gratificações e Adicionais - REQUERENTE: Anderson Henrique de Souza Matos - Diante da manifestação da parte autora quanto à aceitação dos termos do acordo proposto pelo Estado do Amazonas, HOMOLOGO, por sentença, o acordo celebrado pelas partes, no valor de R$ 19.960,00 (dezenove mil, novecentos e sessenta reais), para que produza seus regulares efeitos jurídicos, nos termos do art. 487, III, "b", do Código de Processo Civil. Intime-se o advogado da Requerente para, no prazo de 05 (cinco) dias, para apresentar a conta bancária e dados do titular para a instrução do ofício requisitório de pequeno valor. Após, oficie-se ao Procurador-Geral do Estado, nos termos do art. 13, I da Lei n.º 12.1253/09, via portal eletrônico. Comprovado o pagamento, arquivem-se os autos, mediante as cautelas e diligências necessárias. Sem custas e condenação em pagamento de honorários advocatícios, respeitando-se o art. 55 da Lei 9.099/95. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: BLENDA DA SILVA BARROS (OAB 13147/AM), ADV: IVAN GLEIDSON TRINDADE DE SOUZA FARIAS (OAB 11908/AM) - Processo 0653856-09.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Pagamento Atrasado / Correção Monetária - REQUERENTE: Patrícia Silva Melo - Diante da manifestação da parte autora quanto à aceitação dos termos do acordo proposto pelo Estado do Amazonas, HOMOLOGO, por sentença, o acordo celebrado pelas partes, no valor de R$ 19.960,00 (dezenove mil, novecentos e sessenta reais), para que produza seus regulares efeitos jurídicos, nos termos do art. 487, III, "b", do Código de Processo Civil. Intime-se o advogado da Requerente para, no prazo de 05 (cinco) dias, para apresentar a conta bancária e dados do titular para a instrução do ofício requisitório de pequeno valor. Após, oficie-se ao Procurador-Geral do Estado, nos termos do art. 13, I da Lei n.º 12.1253/09, via portal eletrônico. Comprovado o pagamento, arquivem-se os autos, mediante as cautelas e diligências necessárias. Sem custas e condenação em pagamento de honorários advocatícios, respeitando-se o art. 55 da Lei 9.099/95. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: BLENDA DA SILVA BARROS (OAB 13147/AM), ADV: IVAN GLEIDSON TRINDADE DE SOUZA FARIAS (OAB 11908/AM) - Processo 0653870-90.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Pagamento Atrasado / Correção Monetária - REQUERENTE: Jeova Freitas de Barros - Diante da manifestação da parte autora quanto à aceitação dos termos do acordo proposto pelo Estado do Amazonas, HOMOLOGO, por sentença, o acordo celebrado pelas partes, no valor de R$ 19.960,00 (dezenove mil, novecentos e sessenta reais), para que produza seus regulares efeitos jurídicos, nos termos do art. 487, III, "b", do Código de Processo Civil. Intime-se o advogado da Requerente para, no prazo de 05 (cinco) dias, para apresentar a conta bancária e dados do titular para a instrução do ofício requisitório de pequeno valor. Após, oficie-se ao Procurador-Geral do Estado, nos termos do art. 13, I da Lei n.º 12.1253/09, via portal eletrônico. Comprovado o pagamento, arquivem-se os autos, mediante as cautelas e diligências necessárias. Sem custas e condenação em pagamento de honorários advocatícios, respeitando-se o art. 55 da Lei 9.099/95. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: RAQUEL MOREIRA DA SILVA PORTELA (OAB 13163/AM) - Processo 0653887-29.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Pagamento Atrasado / Correção Monetária - REQUERENTE: José Francisco Costa da Silva - Diante da manifestação da parte autora quanto à aceitação dos termos do acordo proposto pelo Estado do Amazonas, HOMOLOGO, por sentença, o acordo celebrado pelas partes, no valor de R$ 19.960,00 (dezenove mil, novecentos e sessenta reais), para que produza seus regulares efeitos jurídicos, nos termos do art. 487, III, "b", do Código de Processo Civil. Intime-se o advogado da Requerente para, no prazo de 05 (cinco) dias, para apresentar a conta bancária e dados do titular para a instrução do ofício requisitório de pequeno valor. Após, oficie-se ao Procurador-Geral do Estado, nos termos do art. 13, I da Lei n.º 12.1253/09, via portal eletrônico. Comprovado o pagamento, arquivem-se os autos, mediante as cautelas e diligências necessárias. Sem custas e condenação em pagamento de honorários advocatícios, respeitando-se o art. 55 da Lei 9.099/95. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ GOMES DE AMORIM (OAB 10881/AM) - Processo 0654121-11.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Pagamento Atrasado / Correção Monetária - REQUERENTE: Edineis Arruda de Oliveira - Diante da manifestação da parte autora quanto à aceitação dos termos do acordo proposto pelo Estado do Amazonas, HOMOLOGO, por sentença, o acordo celebrado pelas partes, no valor de R$ 19.060,00 (dezenove mil e sessenta reais), para que produza seus regulares efeitos jurídicos, nos termos do art. 487, III, "b", do Código de Processo Civil. Após, oficie-se ao Procurador-Geral do Estado, nos termos do art. 13, I da Lei n.º 12.1253/09, via portal eletrônico. Comprovado o pagamento, arquivem-se os autos, mediante as cautelas e diligências necessárias. Sem custas e condenação em pagamento de honorários advocatícios, respeitando-se o art. 55 da Lei 9.099/95. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: CARLOS AUGUSTO GORDINHO BINDÁ (OAB 12972/AM), ADV: ANTÔNIO JARLISON PIRES DA SILVA (OAB 12261/AM) - Processo 0654244-09.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Gratificações e Adicionais - REQUERENTE: Robert Washington Barreto - Diante da manifestação da parte autora quanto à aceitação dos termos do acordo proposto pelo Estado do Amazonas, HOMOLOGO, por sentença, o acordo celebrado pelas partes, no valor de R$ 19.960,00 (dezenove mil, novecentos e sessenta reais), para que produza seus regulares efeitos jurídicos, nos termos do art. 487, III, "b", do Código de Processo Civil. Intime-se o advogado da Requerente para, no prazo de 05 (cinco) dias, para apresentar a conta bancária e dados do titular para a instrução do ofício requisitório de pequeno valor. Após, oficie-se ao Procurador-Geral do Estado, nos termos do art. 13, I da Lei n.º 12.1253/09, via portal eletrônico. Comprovado o pagamento, arquivem-se os autos, mediante as cautelas e diligências necessárias. Sem custas e condenação em pagamento de honorários advocatícios, respeitando-se o art. 55 da Lei 9.099/95. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: CARLOS AUGUSTO GORDINHO BINDÁ (OAB 12972/AM), ADV: ANTÔNIO JARLISON PIRES DA SILVA (OAB 12261/AM) - Processo 0654245-91.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Gratificações e Adicionais - RECLAMANTE: Salvandir Gonçalves de Castro - Diante da manifestação da parte autora quanto à aceitação dos termos do acordo proposto pelo Estado do Amazonas, HOMOLOGO, por sentença, o acordo celebrado pelas partes, no valor de R$ 19.960,00 (dezenove mil, novecentos e sessenta reais), para que produza seus regulares efeitos jurídicos, nos termos do art. 487, III, "b", do Código de Processo Civil. Intime-se o advogado da Requerente para, no prazo de 05 (cinco) dias, para apresentar a conta bancária e dados do titular para a instrução do ofício requisitório de pequeno valor. Após, oficie-se ao Procurador-Geral do Estado, nos termos do art. 13, I da Lei n.º 12.1253/09, via portal eletrônico. Comprovado o pagamento, arquivem-se os autos, mediante as cautelas e diligências necessárias. Sem custas e condenação em pagamento de honorários advocatícios, respeitando-se o art. 55 da Lei 9.099/95. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: ANDERSON SANTOS SILVA (OAB 12015/AM) - Processo 0654271-89.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Pagamento Atrasado / Correção Monetária - REQUERENTE: Celio Machado da Silva - Diante do exposto: 1) concluo pela competência deste juízo; 2) determino a emenda da peça de ingresso, no prazo de 15 (quinze) dias, devendo a parte adequá-la para preenchimento dos requisitos dos arts. 534 do CPC, 52 da Lei n. 9.099/95 e 13 da Lei n. 12.153/09, juntar cópia da sentença do Mandado de Segurança n° 4001983-56.2015.8.04.0000, bem como de demonstrativo discriminado e atualizado do crédito com indicação do índice de correção monetária adotado, juros aplicados e as respectivas taxas, termo inicial e termo final dos juros e correção monetária utilizados, periodicidade da capitalização dos juros e especificação dos eventuais descontos obrigatórios realizados, no prazo de 15 dias sob pena de extinção. Deve, ainda, a parte autora apresentar todos os contracheques do período postulado e, caso haja pedido de GTE, indicar os meses no qual houve percepção desta gratificação. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ANDERSON SANTOS SILVA (OAB 12015/AM) - Processo 0654277-96.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Pagamento Atrasado / Correção Monetária - REQUERENTE: Romeu Beltrão de Souza - Diante do exposto: 1) concluo pela competência deste juízo; 2) determino a emenda da peça de ingresso, no prazo de 15 (quinze) dias, devendo a parte adequá-la para preenchimento dos requisitos dos arts. 534 do CPC, 52 da Lei n. 9.099/95 e 13 da Lei n. 12.153/09, juntar cópia da sentença do Mandado de Segurança n° 4001983-56.2015.8.04.0000, bem como de demonstrativo discriminado e atualizado do crédito com indicação do índice de correção monetária adotado, juros aplicados e as respectivas taxas, termo inicial e termo final dos juros e correção monetária utilizados, periodicidade da capitalização dos juros e especificação dos eventuais descontos obrigatórios realizados, no prazo de 15 dias sob pena de extinção. Deve, ainda, a parte autora apresentar todos os contracheques do período postulado e, caso haja pedido de GTE, indicar os meses no qual houve percepção desta gratificação. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: CARLOS AUGUSTO GORDINHO BINDÁ (OAB 12972/AM) - Processo 0654540-31.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Gratificações e Adicionais - REQUERENTE: Antonio Azevedo de Souza - Diante da manifestação da parte autora quanto à aceitação dos termos do acordo proposto pelo Estado do Amazonas, HOMOLOGO, por sentença, o acordo celebrado pelas partes, no valor de R$ 19.080,00 (dezenove mil, novecentos e sessenta reais), para que produza seus regulares efeitos jurídicos, nos termos do art. 487, III, "b", do Código de Processo Civil. Intime-se o advogado da Requerente para, no prazo de 05 (cinco) dias, para apresentar a conta bancária e dados do titular para a instrução do ofício requisitório de pequeno valor. Após, oficie-se ao Procurador-Geral do Estado, nos termos do art. 13, I da Lei n.º 12.1253/09, via portal eletrônico. Comprovado o pagamento, arquivem-se os autos, mediante as cautelas e diligências necessárias. Sem custas e condenação em pagamento de honorários advocatícios, respeitando-se o art. 55 da Lei 9.099/95. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: CARLOS AUGUSTO GORDINHO BINDÁ (OAB 12972/AM) - Processo 0654558-52.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Gratificações e Adicionais - REQUERENTE: Janderson Lima Mesquita - Diante da manifestação da parte autora quanto à aceitação dos termos do acordo proposto pelo Estado do Amazonas, HOMOLOGO, por sentença, o acordo celebrado pelas partes, no valor de R$ 19.060,00 (dezenove mil e sessenta reais), para que produza seus regulares efeitos jurídicos, nos termos do art. 487, III, "b", do Código de Processo Civil. Intime-se o advogado do Requerente para, no prazo de 05 (cinco) dias, para apresentar a conta bancária e dados do titular para a instrução do ofício requisitório de pequeno valor. Após, oficie-se ao Procurador-Geral do Estado, nos termos do art. 13, I da Lei n.º 12.1253/09, via portal eletrônico. Comprovado o pagamento, arquivem-se os autos, mediante as cautelas e diligências necessárias. Sem custas e condenação em pagamento de honorários advocatícios, respeitando-se o art. 55 da Lei 9.099/95. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: RAMON MICHAEL CHAVES PESQUEIRA (OAB 10594/AM) - Processo 0654561-07.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Reajuste de Remuneração, Soldo, Proventos ou Pensão - REQUERENTE: James da Silva Tavares - Diante da manifestação da parte autora quanto à aceitação dos termos do acordo proposto pelo Estado do Amazonas, HOMOLOGO, por sentença, o acordo celebrado pelas partes, no valor de R$ 19.960,00 (dezenove mil, novecentos e sessenta reais), para que produza seus regulares efeitos jurídicos, nos termos do art. 487, III, "b", do Código de Processo Civil. Intime-se o advogado da Requerente para, no prazo de 05 (cinco) dias, para apresentar a conta bancária e dados do titular para a instrução do ofício requisitório de pequeno valor. Após, oficie-se ao Procurador-Geral do Estado, nos termos do art. 13, I da Lei n.º 12.1253/09, via portal eletrônico. Comprovado o pagamento, arquivem-se os autos, mediante as cautelas e diligências necessárias. Sem custas e condenação em pagamento de honorários advocatícios, respeitando-se o art. 55 da Lei 9.099/95. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: CARLOS AUGUSTO GORDINHO BINDÁ (OAB 12972/AM) - Processo 0654597-49.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Gratificações e Adicionais - REQUERENTE: Jorge da Silva Santana - Diante da manifestação da parte autora quanto à aceitação dos termos do acordo proposto pelo Estado do Amazonas, HOMOLOGO, por sentença, o acordo celebrado pelas partes, no valor de R$ 19.960,00 (dezenove mil, novecentos e sessenta reais), para que produza seus regulares efeitos jurídicos, nos termos do art. 487, III, "b", do Código de Processo Civil. Intime-se o advogado da Requerente para, no prazo de 05 (cinco) dias, para apresentar a conta bancária e dados do titular para a instrução do ofício requisitório de pequeno valor. Após, oficie-se ao Procurador-Geral do Estado, nos termos do art. 13, I da Lei n.º 12.1253/09, via portal eletrônico. Comprovado o pagamento, arquivem-se os autos, mediante as cautelas e diligências necessárias. Sem custas e condenação em pagamento de honorários advocatícios, respeitando-se o art. 55 da Lei 9.099/95. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: THIAGO TEIXEIRA DA COSTA (OAB 12263/AM), ADV: CARLOS AUGUSTO GORDINHO BINDÁ (OAB 12972/AM) - Processo 0655129-23.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Gratificações e Adicionais - REQUERENTE: Marcos Samias de Melo - Diante da manifestação da parte autora quanto à aceitação dos termos do acordo proposto pelo Estado do Amazonas, HOMOLOGO, por sentença, o acordo celebrado pelas partes, no valor de R$ 19.960,00 (dezenove mil, novecentos e sessenta reais), para que produza seus regulares efeitos jurídicos, nos termos do art. 487, III, "b", do Código de Processo Civil. Intime-se o advogado da Requerente para, no prazo de 05 (cinco) dias, para apresentar a conta bancária e dados do titular para a instrução do ofício requisitório de pequeno valor. Após, oficie-se ao Procurador-Geral do Estado, nos termos do art. 13, I da Lei n.º 12.1253/09, via portal eletrônico. Comprovado o pagamento, arquivem-se os autos, mediante as cautelas e diligências necessárias. Sem custas e condenação em pagamento de honorários advocatícios, respeitando-se o art. 55 da Lei 9.099/95. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: JESUALDO FERREIRA MONTEIRO (OAB 7935/AM), ADV: ALEXANDRE TOSCANO DE BRITO FILHO (OAB 8913/AM) - Processo 0655136-15.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Damião Batista da Silva - Diante da manifestação da parte autora quanto à aceitação dos termos do acordo proposto pelo Estado do Amazonas, HOMOLOGO, por sentença, o acordo celebrado pelas partes, no valor de R$ 19.960,00 (dezenove mil, novecentos e sessenta reais), para que produza seus regulares efeitos jurídicos, nos termos do art. 487, III, "b", do Código de Processo Civil. Intime-se o advogado da Requerente para, no prazo de 05 (cinco) dias, para apresentar a conta bancária e dados do titular para a instrução do ofício requisitório de pequeno valor. Após, oficie-se ao Procurador-Geral do Estado, nos termos do art. 13, I da Lei n.º 12.1253/09, via portal eletrônico. Comprovado o pagamento, arquivem-se os autos, mediante as cautelas e diligências necessárias. Sem custas e condenação em pagamento de honorários advocatícios, respeitando-se o art. 55 da Lei 9.099/95. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: CARLOS AUGUSTO GORDINHO BINDÁ (OAB 12972/AM) - Processo 0655154-36.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Gratificações e Adicionais - REQUERENTE: Arilton Gusmão de Lima - Diante da manifestação da parte autora quanto à aceitação dos termos do acordo proposto

pelo Estado do Amazonas, HOMOLOGO, por sentença, o acordo celebrado pelas partes, no valor de R$ 19.960,00 (dezenove mil, novecentos e sessenta reais), para que produza seus regulares efeitos jurídicos, nos termos do art. 487, III, "b", do Código de Processo Civil. Intime-se o advogado da Requerente para, no prazo de 05 (cinco) dias, para apresentar a conta bancária e dados do titular para a instrução do ofício requisitório de pequeno valor. Após, oficie-se ao Procurador-Geral do Estado, nos termos do art. 13, I da Lei n.º 12.1253/09, via portal eletrônico. Comprovado o pagamento, arquivem-se os autos, mediante as cautelas e diligências necessárias. Sem custas e condenação em pagamento de honorários advocatícios, respeitando-se o art. 55 da Lei 9.099/95. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ GOMES DE AMORIM (OAB 10881/AM) - Processo 0655407-24.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Pagamento Atrasado / Correção Monetária - REQUERENTE: Keylle Anne Pontes da Silva - Diante da manifestação da parte autora quanto à aceitação dos termos do acordo proposto pelo Estado do Amazonas, HOMOLOGO, por sentença, o acordo celebrado pelas partes, no valor de R$ 19.960,00 (dezenove mil, novecentos e sessenta reais), para que produza seus regulares efeitos jurídicos, nos termos do art. 487, III, "b", do Código de Processo Civil. Após, oficie-se ao Procurador-Geral do Estado, nos termos do art. 13, I da Lei n.º 12.1253/09, via portal eletrônico. Comprovado o pagamento, arquivem-se os autos, mediante as cautelas e diligências necessárias. Sem custas e condenação em pagamento de honorários advocatícios, respeitando-se o art. 55 da Lei 9.099/95. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ GOMES DE AMORIM (OAB 10881/AM) - Processo 0655451-43.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Pagamento Atrasado / Correção Monetária - REQUERENTE: Gilberto Nery Sena - Diante da manifestação da parte autora quanto à aceitação dos termos do acordo proposto pelo Estado do Amazonas, HOMOLOGO, por sentença, o acordo celebrado pelas partes, no valor de R$ 19.960,00 (dezenove mil, novecentos e sessenta reais), para que produza seus regulares efeitos jurídicos, nos termos do art. 487, III, "b", do Código de Processo Civil. Após, oficie-se ao Procurador-Geral do Estado, nos termos do art. 13, I da Lei n.º 12.1253/09, via portal eletrônico. Comprovado o pagamento, arquivem-se os autos, mediante as cautelas e diligências necessárias. Sem custas e condenação em pagamento de honorários advocatícios, respeitando-se o art. 55 da Lei 9.099/95. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: IVAN GLEIDSON TRINDADE DE SOUZA FARIAS (OAB 11908/AM), ADV: BLENDA DA SILVA BARROS (OAB 13147/AM) - Processo 0656700-29.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Pagamento Atrasado / Correção Monetária - REQUERENTE: Lívio Nascimento da Silva - Diante da manifestação da parte autora quanto à aceitação dos termos do acordo proposto pelo Estado do Amazonas, HOMOLOGO, por sentença, o acordo celebrado pelas partes, no valor de R$ 19.960,00 (dezenove mil, novecentos e sessenta reais), para que produza seus regulares efeitos jurídicos, nos termos do art. 487, III, "b", do Código de Processo Civil. Intime-se o advogado da Requerente para, no prazo de 05 (cinco) dias, para apresentar a conta bancária e dados do titular para a instrução do ofício requisitório de pequeno valor. Após, oficie-se ao Procurador-Geral do Estado, nos termos do art. 13, I da Lei n.º 12.1253/09, via portal eletrônico. Comprovado o pagamento, arquivem-se os autos, mediante as cautelas e diligências necessárias. Sem custas e condenação em pagamento de honorários advocatícios, respeitando-se o art. 55 da Lei 9.099/95. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: RAQUEL MOREIRA DA SILVA PORTELA (OAB 13163/AM) - Processo 0656970-53.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Alexandre de Souza Valentim - Diante da manifestação da parte autora quanto à aceitação dos termos do acordo proposto pelo Estado do Amazonas, HOMOLOGO, por sentença, o acordo celebrado pelas partes, no valor de R$ 19.960,00 (dezenove mil, novecentos e sessenta reais), para que produza seus regulares efeitos jurídicos, nos termos do art. 487, III, "b", do Código de Processo Civil. Intime-se o advogado da Requerente para, no prazo de 05 (cinco) dias, para apresentar a conta bancária e dados do titular para a instrução do ofício requisitório de pequeno valor. Após, oficie-se ao Procurador-Geral do Estado, nos termos do art. 13, I da Lei n.º 12.1253/09, via portal eletrônico. Comprovado o pagamento, arquivem-se os autos, mediante as cautelas e diligências necessárias. Sem custas e condenação em pagamento de honorários advocatícios, respeitando-se o art. 55 da Lei 9.099/95. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: CARLOS AUGUSTO GORDINHO BINDÁ (OAB 12972/AM) - Processo 0656983-52.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Gratificações e Adicionais - REQUERENTE: Alessandro Silva Melo - Diante da manifestação da parte autora quanto à aceitação dos termos do acordo proposto pelo Estado do Amazonas, HOMOLOGO, por sentença, o acordo celebrado pelas partes, no valor de R$ 19.960,00 (dezenove mil, novecentos e sessenta reais), para que produza seus regulares efeitos jurídicos, nos termos do art. 487, III, "b", do Código de Processo Civil. Intime-se o advogado da Requerente para, no prazo de 05 (cinco) dias, para apresentar a conta bancária e dados do titular para a instrução do ofício requisitório de pequeno valor. Após, oficie-se ao Procurador-Geral do Estado, nos termos do art. 13, I da Lei n.º 12.1253/09, via portal eletrônico. Comprovado o pagamento, arquivem-se os autos, mediante as cautelas e diligências necessárias. Sem custas e condenação em pagamento de honorários advocatícios, respeitando-se o art. 55 da Lei 9.099/95. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: THIAGO TEIXEIRA DA COSTA (OAB 12263/AM), ADV: CARLOS AUGUSTO GORDINHO BINDÁ (OAB 12972/AM) - Processo 0656991-29.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Gratificações e Adicionais - REQUERENTE: Luciano Leandro Soeiro - Diante da manifestação da parte autora quanto à aceitação dos termos do acordo proposto pelo Estado do Amazonas, HOMOLOGO, por sentença, o acordo celebrado pelas partes, no valor de R$ 19.960,00 (dezenove mil, novecentos e sessenta reais), para que produza seus regulares efeitos jurídicos, nos termos do art. 487, III, "b", do Código de Processo Civil. Intime-se o advogado da Requerente para, no prazo de 05 (cinco) dias, para apresentar a conta bancária e dados do titular para a instrução do ofício requisitório de pequeno valor. Após, oficie-se ao Procurador-Geral do Estado, nos termos do art. 13, I da Lei n.º 12.1253/09, via portal eletrônico. Comprovado o pagamento, arquivem-se os autos, mediante as cautelas e diligências necessárias. Sem custas e condenação em pagamento de honorários advocatícios, respeitando-se o art. 55 da Lei 9.099/95. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: CARLOS AUGUSTO GORDINHO BINDÁ (OAB 12972/AM) - Processo 0657010-35.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Gratificações e Adicionais - REQUERENTE: Francisco Carlos Carvalho de Castro - Diante da manifestação da parte autora quanto à aceitação dos termos do acordo proposto pelo Estado do Amazonas, HOMOLOGO, por sentença, o acordo celebrado pelas partes, no valor de R$ 19.960,00 (dezenove mil, novecentos e sessenta reais), para que produza seus regulares efeitos jurídicos, nos termos do art. 487, III, "b", do Código de Processo Civil. Intime-se o advogado da Requerente para, no prazo de 05 (cinco) dias, para apresentar a conta bancária e dados do titular para a instrução do ofício requisitório de pequeno valor. Após, oficie-se ao Procurador-Geral do Estado, nos termos do art. 13, I da Lei n.º 12.1253/09, via portal eletrônico. Comprovado o pagamento, arquivem-se os autos, mediante as cautelas e diligências necessárias. Sem custas e condenação em pagamento de honorários advocatícios, respeitando-se o art. 55 da Lei 9.099/95. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: CARLOS AUGUSTO GORDINHO BINDÁ (OAB 12972/AM) - Processo 0657024-19.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Gratificações e Adicionais - REQUERENTE: Mario Augusto Dourado Menezes - Diante da manifestação da parte autora quanto à aceitação dos termos do acordo proposto pelo Estado do Amazonas, HOMOLOGO, por sentença, o acordo celebrado pelas partes, no valor de R$ 19.960,00 (dezenove mil, novecentos e sessenta reais), para que produza seus regulares efeitos jurídicos, nos termos do art. 487, III, "b", do Código de Processo Civil. Intime-se o advogado da Requerente para, no prazo de 05 (cinco) dias, para apresentar a conta bancária e dados do titular para a instrução do ofício requisitório de pequeno valor. Após, oficie-se ao Procurador-Geral do Estado, nos termos do art. 13, I da Lei n.º 12.1253/09, via portal eletrônico. Comprovado

o pagamento, arquivem-se os autos, mediante as cautelas e diligências necessárias. Sem custas e condenação em pagamento de honorários advocatícios, respeitando-se o art. 55 da Lei 9.099/95. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: ELOY BARBOSA PENNA RIBEIRO (OAB 3877/AM) - Processo 0657042-40.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Pagamento Atrasado / Correção Monetária - REQUERENTE: Raimundo Aroldo Lucas de Maceda - Diante da manifestação da parte autora quanto à aceitação dos termos do acordo proposto pelo Estado do Amazonas, HOMOLOGO, por sentença, o acordo celebrado pelas partes, no valor de R$ 19.960,00 (dezenove mil, novecentos e sessenta reais), para que produza seus regulares efeitos jurídicos, nos termos do art. 487, III, "b", do Código de Processo Civil. Intime-se o advogado da Requerente para, no prazo de 05 (cinco) dias, para apresentar a conta bancária e dados do titular para a instrução do ofício requisitório de pequeno valor. Após, oficie-se ao Procurador-Geral do Estado, nos termos do art. 13, I da Lei n.º 12.1253/09, via portal eletrônico. Comprovado o pagamento, arquivem-se os autos, mediante as cautelas e diligências necessárias. Sem custas e condenação em pagamento de honorários advocatícios, respeitando-se o art. 55 da Lei 9.099/95. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: BLENDA DA SILVA BARROS (OAB 13147/AM), ADV: IVAN GLEIDSON TRINDADE DE SOUZA FARIAS (OAB 11908/AM) - Processo 0657043-25.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Pagamento Atrasado / Correção Monetária - REQUERENTE: Rangel Almeida dos Santos - Diante da manifestação da parte autora quanto à aceitação dos termos do acordo proposto pelo Estado do Amazonas, HOMOLOGO, por sentença, o acordo celebrado pelas partes, no valor de R$ 19.960,00 (dezenove mil, novecentos e sessenta reais), para que produza seus regulares efeitos jurídicos, nos termos do art. 487, III, "b", do Código de Processo Civil. Intime-se o advogado da Requerente para, no prazo de 05 (cinco) dias, para apresentar a conta bancária e dados do titular para a instrução do ofício requisitório de pequeno valor. Após, oficie-se ao Procurador-Geral do Estado, nos termos do art. 13, I da Lei n.º 12.1253/09, via portal eletrônico. Comprovado o pagamento, arquivem-se os autos, mediante as cautelas e diligências necessárias. Sem custas e condenação em pagamento de honorários advocatícios, respeitando-se o art. 55 da Lei 9.099/95. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: CARLOS AUGUSTO GORDINHO BINDÁ (OAB 12972/AM) - Processo 0657099-58.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Gratificações e Adicionais - REQUERENTE: José Luiz dos Santos Maciel - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Antônio Itamar de Sousa Gonzaga, CITE-SE o Requerido para oferecer CONTESTAÇÃO no prazo de 15 dias.

ADV: CARLOS AUGUSTO GORDINHO BINDÁ (OAB 12972/AM) - Processo 0657102-13.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Gratificações e Adicionais - REQUERENTE: Diego dos Santos Monteiro - Diante da manifestação da parte autora quanto à aceitação dos termos do acordo proposto pelo Estado do Amazonas, HOMOLOGO, por sentença, o acordo celebrado pelas partes, no valor de R$ 19.960,00 (dezenove mil, novecentos e sessenta reais), para que produza seus regulares efeitos jurídicos, nos termos do art. 487, III, "b", do Código de Processo Civil. Intime-se o advogado do Requerente para, no prazo de 05 (cinco) dias, para apresentar a conta bancária e dados do titular para a instrução do ofício requisitório de pequeno valor. Após, oficie-se ao Procurador-Geral do Estado, nos termos do art. 13, I da Lei n.º 12.1253/09, via portal eletrônico. Comprovado o pagamento, arquivem-se os autos, mediante as cautelas e diligências necessárias. Sem custas e condenação em pagamento de honorários advocatícios, respeitando-se o art. 55 da Lei 9.099/95. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: ANTÔNIO PRAIA CALDAS (OAB 9546/AM) - Processo 0657110-87.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Sistema Remuneratório e Benefícios - REQUERENTE: Herberson Gomes de Almeida - Diante da manifestação da parte autora quanto à aceitação dos termos do acordo proposto pelo Estado do Amazonas, HOMOLOGO, por sentença, o acordo celebrado pelas partes, no valor de R$ 14.849,13 (quatorze mil, oitocentos e quarenta e nove reais e treze centavos), para que produza seus regulares efeitos jurídicos, nos termos do art. 487, III, "b", do Código de Processo Civil. Após, oficie-se ao Procurador-Geral do Estado, nos termos do art. 13, I da Lei n.º 12.1253/09, via portal eletrônico. Comprovado o pagamento, arquivem-se os autos, mediante as cautelas e diligências necessárias. Sem custas e condenação em pagamento de honorários advocatícios, respeitando-se o art. 55 da Lei 9.099/95. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: JESUALDO FERREIRA MONTEIRO (OAB 7935/AM), ADV: ALEXANDRE TOSCANO DE BRITO FILHO (OAB 8913/AM) - Processo 0657403-57.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Davi Gouveia dos Santos e Outros - Diante da manifestação da parte autora quanto à aceitação dos termos do acordo proposto pelo Estado do Amazonas, HOMOLOGO, por sentença, o acordo celebrado pelas partes, no valor de R$ 19.960,00 (dezenove mil, novecentos e sessenta reais), para que produza seus regulares efeitos jurídicos, nos termos do art. 487, III, "b", do Código de Processo Civil. Intime-se o advogado da Requerente para, no prazo de 05 (cinco) dias, para apresentar a conta bancária e dados do titular para a instrução do ofício requisitório de pequeno valor. Após, oficie-se ao Procurador-Geral do Estado, nos termos do art. 13, I da Lei n.º 12.1253/09, via portal eletrônico. Comprovado o pagamento, arquivem-se os autos, mediante as cautelas e diligências necessárias. Sem custas e condenação em pagamento de honorários advocatícios, respeitando-se o art. 55 da Lei 9.099/95. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: DANIEL COELHO SILVA (OAB 10581/AM), ADV: JÉSSICA LOPES DE LIMA (OAB 10184/AM) - Processo 0657420-93.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Gratificações e Adicionais - REQUERENTE: Felipe Coelho Silva - Diante da manifestação da parte autora quanto à aceitação dos termos do acordo proposto pelo Estado do Amazonas, HOMOLOGO, por sentença, o acordo celebrado pelas partes, no valor de R$ 19.960,00 (dezenove mil, novecentos e sessenta reais), para que produza seus regulares efeitos jurídicos, nos termos do art. 487, III, "b", do Código de Processo Civil. Intime-se o advogado da Requerente para, no prazo de 05 (cinco) dias, para apresentar a conta bancária e dados do titular para a instrução do ofício requisitório de pequeno valor. Após, oficie-se ao Procurador-Geral do Estado, nos termos do art. 13, I da Lei n.º 12.1253/09, via portal eletrônico. Comprovado o pagamento, arquivem-se os autos, mediante as cautelas e diligências necessárias. Sem custas e condenação em pagamento de honorários advocatícios, respeitando-se o art. 55 da Lei 9.099/95. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: RAFAEL LINS BERTAZZO (OAB 7213/AM), ADV: CARLOS AUGUSTO GORDINHO BINDÁ (OAB 12972/AM) - Processo 0657423-48.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Gratificações e Adicionais - REQUERENTE: Haroldo Ramos Carneiro Junior - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Diante da manifestação da parte autora quanto à aceitação dos termos do acordo proposto pelo Estado do Amazonas, HOMOLOGO, por sentença, o acordo celebrado pelas partes, no valor de R$ 19.960,00 (dezenove mil, novecentos e sessenta reais), para que produza seus regulares efeitos jurídicos, nos termos do art. 487, III, "b", do Código de Processo Civil. Intime-se o advogado da Requerente para, no prazo de 05 (cinco) dias, para apresentar a conta bancária e dados do titular para a instrução do ofício requisitório de pequeno valor. Após, oficie-se ao Procurador-Geral do Estado, nos termos do art. 13, I da Lei n.º 12.1253/09, via portal eletrônico. Comprovado o pagamento, arquivem-se os autos, mediante as cautelas e diligências necessárias. Sem custas e condenação em pagamento de honorários advocatícios, respeitando-se o art. 55 da Lei 9.099/95. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: DEJANNE RAQUEL D'OLIVEIRA CALDEIRA (OAB 9405/AM) - Processo 0659226-66.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Anulação e Correção de Provas / Questões - REQUERENTE: Lucilene Maciel Coelho Prado - Pelo exposto, com base na fundamentação aduzida, resta afastada a competência desde Juizado Especial para análise do presente feito, de modo que, em prol da economia e celeridade processual, determino a devolução dos autos à vara comum de origem, qual seja, 3ª Vara da Fazenda Pública. À Secretaria para as providências de praxe. Cumpra-se.

ADV: IVAN GLEIDSON TRINDADE DE SOUZA FARIAS (OAB 11908/AM) - Processo 0659682-16.2018.8.04.0001 - Execução de Título Judicial - Constrição / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens - REQUERENTE: Augusto Vasconcelos da Costa - Diante da manifestação da parte autora quanto à aceitação dos termos do acordo proposto pelo Estado do Amazonas, HOMOLOGO, por sentença, o acordo celebrado pelas partes, no valor de R$ 19.960,00 (dezenove mil, novecentos e sessenta reais), para que produza seus regulares efeitos jurídicos, nos termos do art. 487, III, "b", do Código de Processo Civil. Intime-se o advogado da Requerente para, no prazo de 05 (cinco) dias, para apresentar a conta bancária e dados do titular para a instrução do ofício requisitório de pequeno valor. Após, oficie-se ao Procurador-Geral do Estado, nos termos do art. 13, I da Lei n.º 12.1253/09, via portal eletrônico. Comprovado o pagamento, arquivem-se os autos, mediante as cautelas e diligências necessárias. Sem custas e condenação em pagamento de honorários advocatícios, respeitando-se o art. 55 da Lei 9.099/95. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: IVAN GLEIDSON TRINDADE DE SOUZA FARIAS (OAB 11908/AM) - Processo 0659868-39.2018.8.04.0001 - Execução de Título Judicial - Constrição / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens - REQUERENTE: Walter da Silva Nascimento - Diante da manifestação da parte autora quanto à aceitação dos termos do acordo proposto pelo Estado do Amazonas, HOMOLOGO, por sentença, o acordo celebrado pelas partes, no valor de R$ 19.960,00 (dezenove mil, novecentos e sessenta reais), para que produza seus regulares efeitos jurídicos, nos termos do art. 487, III, "b", do Código de Processo Civil. Após, oficie-se ao Procurador-Geral do Estado, nos termos do art. 13, I da Lei n.º 12.1253/09, via portal eletrônico. Comprovado o pagamento, arquivem-se os autos, mediante as cautelas e diligências necessárias. Sem custas e condenação em pagamento de honorários advocatícios, respeitando-se o art. 55 da Lei 9.099/95. P.R.I. Cumpra-se.

Adriana Carla Souza Cromwell (OAB 3030/AM)
Alexandre Toscano de Brito Filho (OAB 8913/AM)
Almeron Caminha (OAB 12270/AM)
Álvaro da Trindade Garcia Filho (OAB 6236/AM)
Amauri Vieira dos Santos (OAB 11881/AM)
Ana Marcela Grana de Almeida (OAB 7513/AM)
Anderson Santos Silva (OAB 12015/AM)
Antonia Carine Santos da Silva (OAB 11139/AM)
ANTONIO CARLOS GAMA ALVES (OAB 16215/PA)
Antônio Jarlison Pires da Silva (OAB 12261/AM)
Antônio Praia Caldas (OAB 9546/AM)
Arlecy de Souza Ferreira (OAB 6581/AM)
Benedito Evaldo de Lima (OAB 4821/AM)
Blenda da Silva Barros (OAB 13147/AM)
Brendo de Castro Martins (OAB 13009/AM)
Carlos Alexandre M.C.M Matos (OAB 2364/AM)
Carlos Augusto Gordinho Bindá (OAB 12972/AM)
Cássio José Matos de Barros (OAB 13256/AM)
Charle Joseph Badr (OAB 11268/AM)
Christian Araujo de Souza (OAB 13291/AM)
Ciro Gonçalves Botelho (OAB 39395/BA)
Cleiton da Silva Carvalho (OAB 10652/AM)
CLEYTON RAFAEL MARTINS DO AMARAL (OAB 016696PA)
Cleyton Rafael Martins do Amaral (OAB 11691/AM)
CONCEIÇÃO GAMA DE MATOS (OAB 11015/AM)
Cyntia Costa de Lima (OAB 7345/AM)
Daisy Feitosa Coutinho (OAB 6989/AM)
Daniel Coelho Silva (OAB 10581/AM)
Davi Fontenele de Almeida (OAB 13125/AM)
Davi Mafra dos Anjos (OAB 9694/AM)
David Pereira Medeiros (OAB 13618/AM)
DEJANNE RAQUEL D'OLIVEIRA CALDEIRA (OAB 9405/AM)
ELOY BARBOSA PENNA RIBEIRO (OAB 3877/AM)
Francisco Gilbert Melo da Silva (OAB 10983/AM)
Franklin Arthur Martinz Filho (OAB 20217/CE)
Gamal Swami de Abreu (OAB 9106/AM)
Glícia Pereira Braga e Silva (OAB 2269/AM)
Isabela Peres Russo (OAB 3198/AM)
Italo Eduardo Pina Prado (OAB 13261/AM)
Ivan Gleidson Trindade de Souza Farias (OAB 11908/AM)
Ivânia Lúcia Silva Costa (OAB 7530/AM)
Janilson da Costa Barros (OAB 13152/AM)
Jéssica Lopes de Lima (OAB 10184/AM)
Jesualdo Ferreira Monteiro (OAB 7935/AM)
João Batista Andrade de Queiroz (OAB 2372/AM)
José Arthur de Sousa Rodrigues Alves (OAB 7906/AM)
José Gomes de Amorim (OAB 10881/AM)
Josembergue Cavalcante Figueiredo (OAB 7298/AM)
Katianny Keila Salim Colaço (OAB 12269/AM)
Leandro Joseph de Aquino (OAB 12474/AM)
Leila Maria Raposo Xavier Leite (OAB 3726/AM)
Leonardo de Borborema Blasch (OAB 2997/AM)
Lorena Silva de Albuquerque (OAB 6023/AM)
Luciana Barroso de Freitas (OAB 5144/AM)
Luciana Rodrigues Pinto (OAB 9164/AM)
Luís Albert dos Santos Oliveira (OAB 8251/AM)
Luís Carlos de Paula e Sousa (OAB 1667/AM)
Marcelo Augusto Albuquerque da Cunha (OAB 2538/AM)
Margide Amaro de Souza (OAB 10380/AM)
Mário Jose Chagas Paulain Júnior (OAB 7405/AM)
Matheus Lobato Beltrão (OAB 13287/AM)
Natacha de Oliveira Pequeno (OAB 12048/AM)
Penélope Aryadne Antony Lira (OAB 7357/AM)
Peter Mateus de Farias Ribeiro (OAB 11063/AM)
Rafael Lins Bertazzo (OAB 7213/AM)
Ramon Michael Chaves Pesqueira (OAB 10594/AM)
Raquel da Costa Subirana Pena (OAB 12304/AM)
Raquel Moreira da Silva Portela (OAB 13163/AM)
Ribeiro & Farias Advogados Associados (OAB 597/AM)
Rogério Pena Bento da Silva (OAB 9960/AM)
Sammy de Souza Sahdo (OAB 4791/AM)
Sidiany Soares Serrão (OAB 13097/AM)
Tatiane Salvatierra da Costa (OAB 5752/AM)
Thiago Teixeira da Costa (OAB 12263/AM)
Vitor Barbosa de Oliveira (OAB 8285-A/TO)

JUÍZO DE DIREITO DA JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL E MUNICIPAL
JUIZ(A) DE DIREITO ANTONIO ITAMAR DE SOUSA GONZAGA
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL RENAN PINHEIRO COSTA LIMA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0175/2019

ADV: MATHEUS LOBATO BELTRÃO (OAB 13287/AM), ADV: VITOR BARBOSA DE OLIVEIRA (OAB 8285-A/TO) - Processo 0644842-98.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Célio Sabino Souza dos Santos - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Intime-se o Requerente para se manifestar sobre a contestação, e sobre a proposta de acordo apresentada. Prazo: 15 dias.

Matheus Lobato Beltrão (OAB 13287/AM)
Vitor Barbosa de Oliveira (OAB 8285-A/TO)

SEÇÃO VIII

JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS E CRIMINAIS - CAPITAL

1ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0066/2019

ADV: IZABELLE ARAÚJO MARINHO (OAB 12468/AM) - Processo 0201685-98.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigações - REQUERENTE: Francisco Alves Bezerra - REQUERIDO: J. Souza/Comercial Oliveira - De ordem da Exm.ª Sr.ª Dr.ª Dinah Câmara Fernandes de Souza, Juíza de Direito respondendo exclusivamente por este Juizado, e diante do requerimento do Exequente, vem esta Secretaria, através do presente Ato Ordinatório, INTIMAR a parte embargada para apresentar as contrarrazões dos embargos opostos às folhas 68/71 no prazo de 5 dias. Após, irão os autos conclusos para sentença de embargos.

ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB 1058A/AM) - Processo 0203054-30.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigações - REQUERENTE: Eunice de Araújo Andrade - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - De ordem, dou ciência à parte interessada do pagamento efetuado nos autos, e a intimo para, no prazo 2 (dois) dias, informar Banco, Agência e conta bancária para imediata transferência. Transcorrido o prazo sem a manifestação, o alvará será expedido na forma “em espécie”, para recebimento na boca do caixa.

ADV: LEONARDO ALVARENGA VIANA (OAB 6956/AM), ADV: WICTOR FLÁVIO DE SÃO PAULO AGUIAR (OAB 8907/AM), ADV: ELIZANDRA LACERDA DOS SANTOS (OAB 8529/AM) - Processo 0203693-82.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Cleberson Jamacaru do Nascimento - REQUERIDA: Glória Amoedo dos Santos - Odilo Antônio Baptistella Filho - CÉLIO OLIVEIRA CARÇALTO - Izete Medeiros da Silva - De ordem da Exm.ª Sr.ª Dr.ª Dinah Câmara Fernandes de Souza, Juíza de Direito respondendo exclusivamente por este Juizado, e diante do requerimento do Exequente, vem esta Secretaria, através do presente Ato Ordinatório, INTIMAR a parte Requerida para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir voluntariamente a sentença e efetuar o pagamento da condenação devidamente atualizada, nos termos do art. 523, caput, do CPC. Na hipótese de não pagamento no prazo de 15 (quinze) dias, proceda-se ao início da execução através de bloqueio judicial através do Bacenjud, acrescendo a multa de 10% sobre montante da condenação, nos termos do art. 523, § 1°, do CPC.

ADV: JONATHAS MACIEL DE MENEZES (OAB 11140/AM), ADV: MAURÍCIO MARQUES DOMINGUES (OAB 175513/SP) - Processo 0600512-71.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - DIREITO DO CONSUMIDOR - REQUERENTE: Moisés dos Santos Nascimento - REQUERIDO: Carrefour Comércio e Indústria Ltda. - De ordem da Exm.ª Sr.ª Dr.ª Dinah Câmara Fernandes de Souza, Juíza de Direito respondendo exclusivamente por este Juizado, e diante das telas de desbloqueio de folhas 54/58, vem esta Secretaria, através do presente Ato Ordinatório, INTIMAR a parte Requerida para dar-lhe ciência de que não há valores bloqueados por esta Vara.

ADV: ANNESON FRANK PAULINO DE SOUZA (OAB 11981/AM), ADV: JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (OAB 1047A/AM), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 1048A/AM), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG) - Processo 0602830-58.2017.8.04.0016 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Manuel da Rocha Carvalho Neto - REQUERIDO: Banco do Brasil S/A - De ordem da Exm.ª Sr.ª Dr.ª Dinah Câmara Fernandes de Souza, Juíza de Direito respondendo exclusivamente por este Juizado, e diante do requerimento do Exequente, vem esta Secretaria, através do presente Ato Ordinatório, INTIMAR a parte Requerida para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir voluntariamente a sentença e efetuar o pagamento da condenação devidamente atualizada, nos termos do art. 523, caput, do CPC. Na hipótese de não pagamento no prazo de 15 (quinze) dias, proceda-se ao início da execução através de bloqueio judicial através do Bacenjud, acrescendo a multa de 10% sobre montante da condenação, nos termos do art. 523, § 1°, do CPC.

ADV: STEFANY BIANCA NASCIMENTO TAVARES (OAB 9341/AM) - Processo 0604926-78.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Moisés Alexandre Esteves Hatchwell - REQUERIDO: Claro S/A - De ordem do MM Juiz de Direito fica designada a audiência de Conciliação/Instrução e Julgamento para o dia 09/04/2019 às 10:15h, por ser o autor idoso, intimando-se as partes através da publicação do presente expediente. Há de se ressaltar que em caso de reconhecimento da relação de consumo, a inversão do ônus da prova será concedida em momento oportuno.

ADV: NILSON DE JESUS FERREIRA (OAB 2799/AM) - Processo 0605340-76.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Rodolfo Pinto Bentes - REQUERIDO: Claro S/A - De ordem do MM Juiz de Direito fica designada a audiência de Conciliação para o dia 25/07/2019 às 09:00h, intimando-se as partes através da publicação do presente expediente. Há de se ressaltar que em caso de reconhecimento da relação de consumo, a inversão do ônus da prova será concedida em momento oportuno.

ADV: DAVID SALEON GOMES ABECASSIS (OAB 9614/AM) - Processo 0605356-30.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Água e/ou Esgoto - REQUERENTE: Maria das Gracas Moraes de Menezes - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - De ordem do MM Juiz de Direito fica designada a audiência de Conciliação para o dia 25/07/2019 às 11:15h, intimando-se as partes através da publicação do presente expediente. Há de se ressaltar que em caso de reconhecimento da relação de consumo, a inversão do ônus da prova será concedida em momento oportuno.

ADV: VÍTOR VILHENA GONÇALO DA SILVA (OAB 6502/AM) - Processo 0605368-44.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Condomínio - REQUERENTE: Condomínio Residencial Piazza Di Fiori - REQUERIDO: Itaú Unibanco S/A - De ordem do MM Juiz de Direito fica designada a audiência de Conciliação para o dia 29/07/2019 às 08:45h, intimando-se as partes através da publicação do presente expediente. Há de se ressaltar que em caso de reconhecimento da relação de consumo, a inversão do ônus da prova será concedida em momento oportuno.

ADV: VÍTOR VILHENA GONÇALO DA SILVA (OAB 6502/AM) - Processo 0605377-06.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Condomínio - REQUERENTE: Condomínio Residencial Piazza Di Fiori - REQUERIDO: Itaú Unibanco S/A - De ordem do MM Juiz de Direito fica designada a audiência de Conciliação para o dia 29/07/2019 às 09:15h, intimando-se as partes através da publicação do presente expediente. Há de se ressaltar que em caso de reconhecimento da relação de consumo, a inversão do ônus da prova será concedida em momento oportuno.

ADV: ADRIANO FERNANDES FERREIRA (OAB 5940/AM) - Processo 0605414-33.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Quitação - RECLAMANTE: Patricia Fortes Attademo Ferreira - REQUERIDO: Claro S/A - De ordem do MM Juiz de Direito fica designada a audiência de Conciliação para o dia 29/07/2019 às 09:45h, intimando-se as partes através da publicação do presente expediente. Há de se ressaltar que em caso de reconhecimento da relação de consumo, a inversão do ônus da prova será concedida em momento oportuno.

ADV: KAREN BEZERRA ROSA BRAGA (OAB 6617/AM) - Processo 0605428-17.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Maria do Perpétuo Socorro de Souza Cezar - REQUERIDO: Banco Bradesco S.a - De ordem do MM Juiz de Direito fica designada a audiência de Conciliação para o dia 29/07/2019 às 10:45h, intimando-se as partes através da publicação do presente expediente. Há de se ressaltar que em caso de reconhecimento da relação de consumo, a inversão do ônus da prova será concedida em momento oportuno.

ADV: KAREN BEZERRA ROSA BRAGA (OAB 6617/AM) - Processo 0605429-02.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Maria do Perpétuo Socorro de Souza Cezar - REQUERIDO: Banco Bradesco S.a., - De ordem do MM Juiz de Direito fica designada a audiência de Conciliação para o dia 29/07/2019 às 11:00h, intimando-se as partes através da publicação do presente expediente. Há de se ressaltar que em caso de reconhecimento da relação de consumo, a inversão do ônus da prova será concedida em momento oportuno.

ADV: BRUNO OLIVEIRA MEDEIROS (OAB 7203/AM) - Processo 0605459-37.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: S.L.F. - REQUERIDO: A.V. - De ordem do MM Juiz de Direito fica designada a audiência de Conciliação para o dia 29/07/2019 às 10:00h, intimando-se as partes através da publicação do presente expediente. Há de se ressaltar que em caso de reconhecimento da relação de consumo, a inversão do ônus da prova será concedida em momento oportuno.

ADV: SIZENANDO GALVÃO DE SOUZA NETO (OAB 3001/SE) - Processo 0605469-81.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Debora Cristina Martins - REQUERIDO: Tim Celular S/A - De ordem do MM Juiz de Direito fica designada a audiência de Conciliação para o dia 29/07/2019 às 11:15h, intimando-se as partes através da publicação do presente expediente. Há de se ressaltar que em caso de reconhecimento da relação de consumo, a inversão do ônus da prova será concedida em momento oportuno.

ADV: MARCELA PAULO SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA (OAB 10325/AM), ADV: MARCELA DA SILVA PAULO (OAB 10325/AM) - Processo 0605487-05.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Maria do Bom Socorro dos Santos Nogueira - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - De ordem do MM Juiz de Direito fica designada a audiência de Conciliação para o dia 29/07/2019 às 11:30h, intimando-se as partes através da publicação do presente expediente. Há de se ressaltar que em caso de reconhecimento da relação de consumo, a inversão do ônus da prova será concedida em momento oportuno.

ADV: MARCELA PAULO SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA (OAB 10325/AM), ADV: MARCELA DA SILVA PAULO (OAB 10325/AM) - Processo 0605489-72.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Maria do Bom Socorro dos Santos Nogueira - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - De ordem do MM Juiz de Direito fica designada a audiência de Conciliação para o dia 29/07/2019 às 11:45h, intimando-se as partes através da publicação do presente expediente. Há de se ressaltar que em caso de reconhecimento da relação de consumo, a inversão do ônus da prova será concedida em momento oportuno.

ADV: DANIEL JOSE SAMPAIO DE BRITO (OAB 12178/AM) - Processo 0605517-40.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Consórcio - REQUERENTE: Leonardo Cidade Martins - REQUERIDO: Administradora de Consórcio Nacional Honda Ltda. - Canopus Motos - De ordem do MM Juiz de Direito fica designada a audiência de Conciliação para o dia 30/07/2019 às 08:30h, intimando-se as partes através da publicação do presente expediente. Há de se ressaltar que em caso de reconhecimento da relação de consumo, a inversão do ônus da prova será concedida em momento oportuno.

ADV: LUÍS MAGNUM BARROS SANTOS (OAB 8512/AM) - Processo 0605568-51.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Luís Magnum Barros Santos - REQUERIDO: Banco Bradesco Financiamentos S/A - De ordem do MM Juiz de Direito fica designada a audiência de Conciliação para o dia 30/07/2019 às 09:45h, intimando-se as partes através da publicação do presente expediente. Há de se ressaltar que em caso de reconhecimento da relação de consumo, a inversão do ônus da prova será concedida em momento oportuno.

ADV: SANDOVAL FERNANDO CARDOSO DE FREITAS (OAB 7944/AM) - Processo 0605597-04.2019.8.04.0015 - Procedimento Comum - Sustação de Protesto - REQUERENTE: Araújo & Saraiva Ltda - REQUERIDO: Banco Safra S/A - De ordem do MM Juiz de Direito fica designada a audiência de Conciliação para o dia 30/07/2019 às 10:30h, intimando-se as partes através da publicação do presente expediente. Há de se ressaltar que em caso de reconhecimento da relação de consumo, a inversão do ônus da prova será concedida em momento oportuno.

ADV: KELLY OLIVEIRA - SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA (OAB 9330/AM), ADV: KELLY ANNE CORRÊA DE OLIVEIRA (OAB 9330/AM) - Processo 0605602-26.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Cristiane França Baraúna - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - De ordem do MM Juiz de Direito fica designada a audiência de Conciliação para o dia 30/07/2019 às 10:45h, intimando-se as partes através da publicação do presente expediente. Há de se ressaltar que em caso de reconhecimento da relação de consumo, a inversão do ônus da prova será concedida em momento oportuno.

ADV: RAPHAEL QUINTILIANO PAZUELLO (OAB 8881/AM) - Processo 0605612-70.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Jéssica Kataryna Veras dos Santos - REQUERIDO: C&A Modas Ltda. - De ordem do MM Juiz de Direito fica designada a audiência de Conciliação para o dia 30/07/2019 às 11:00h, intimando-se as partes através da publicação do presente expediente. Há de se ressaltar que em caso de reconhecimento da relação de consumo, a inversão do ônus da prova será concedida em momento oportuno.

ADV: MARIA ALTAMIRA DE SOUZA (OAB 6959/AM) - Processo 0605629-09.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Gonzaga Oliveira - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - De ordem do MM Juiz de Direito fica designada a audiência de Conciliação para o dia 30/07/2019 às 11:30h, intimando-se as partes através da publicação do presente expediente. Há de se ressaltar que em caso de reconhecimento da relação de consumo, a inversão do ônus da prova será concedida em momento oportuno.

ADV: EMERSON LUIZ MENEZES DE ARAUJO (OAB 12151/AM) - Processo 0605638-68.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Isaias Picanço de Oliveira - REQUERIDO: Rossi Residencial S.a. - De ordem do MM Juiz de Direito fica designada a audiência de Conciliação para o dia 30/07/2019 às 11:45h, intimando-se as partes através da publicação do presente expediente. Há de se ressaltar que em caso de reconhecimento da relação de consumo, a inversão do ônus da prova será concedida em momento oportuno.

ADV: LUIZ ALEXANDRE ABREU D'ABADIA (OAB 13495/AM) - Processo 0605648-15.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: José Paulo Guedes Saint Clair - REQUERIDO: DECOLAR.COM LTDA - De ordem do MM Juiz de Direito fica designada a audiência de Conciliação para o dia 31/07/2019 às 08:30h, intimando-se as partes através da publicação do presente expediente. Há de se ressaltar que em caso de reconhecimento da relação de consumo, a inversão do ônus da prova será concedida em momento oportuno.

ADV: GILBERTO GUIMARÃES VIEIRA (OAB 8506/AM) - Processo 0605650-82.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Jacqueline Balieiro Barreto - REQUERIDO: André Ramos de Almeida - De ordem do MM Juiz de Direito fica designada a audiência de Conciliação para o dia 31/07/2019 às 08:45h, intimando-se as partes através da publicação do presente expediente. Há de se ressaltar que em caso de reconhecimento da relação de consumo, a inversão do ônus da prova será concedida em momento oportuno.

ADV: DIEGO DA SILVA SOARES CRUZ (OAB 21519/MT) - Processo 0605665-51.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Ronis Vieira Lobato - RECLAMADO: Vivo S/A - De ordem do MM Juiz de Direito fica designada a audiência de Conciliação para o dia 31/07/2019 às 09:00h, intimando-se as partes através da publicação do presente expediente. Há de se ressaltar que em caso de reconhecimento da relação de consumo, a inversão do ônus da prova será concedida em momento oportuno.

ADV: JÉSSICA SANTANA MAGNANI (OAB 10343/AM), ADV: DAVID CUNHA NOVOA (OAB 10777/AM), ADV: MARINA REZENDE LOPES (OAB 12153/AM), ADV: JENNIFER GUIMARÃES DA SILVA (OAB 13314/AM) - Processo 0605693-19.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: David Cunha Novoa - REQUERIDO: Banco Santander Brasil S/A - VISA DO BRASIL EMPREENDIMENTOS LTDA - De ordem do MM Juiz de Direito fica designada a audiência de Conciliação para o dia 31/07/2019 às 09:15h, intimando-se as partes através da publicação do presente expediente. Há de se ressaltar que em caso de reconhecimento da relação de consumo, a inversão do ônus da prova será concedida em momento oportuno.

ADV: IKARO BASTOS PEDROSA (OAB 11465/AM) - Processo 0605703-63.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: João Rodrigo Augusto da Silva Junior - REQUERIDO: Google Brasil Internet Ltda - De ordem do MM Juiz de Direito fica designada a audiência de Conciliação para o dia 31/07/2019 às 09:30h, intimando-se as partes através da publicação do presente expediente. Há de se ressaltar que em caso de reconhecimento da relação de consumo, a inversão do ônus da prova será concedida em momento oportuno.

ADV: EMERSON SIQUEIRA PEREIRA (OAB 10338/AM) - Processo 0605724-39.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Daniel Gomes Bonneterre - Darny Mendes Picanco - REQUERIDO: Fitas Flax da Amazônia Ltda. - De ordem do MM Juiz de Direito fica designada a audiência de Conciliação para o dia 31/07/2019 às 10:00h, intimando-se as partes através da publicação do presente expediente. Há de se ressaltar que em caso de reconhecimento da relação de consumo, a inversão do ônus da prova será concedida em momento oportuno.

ADV: FRANCISLEY DE OLIVEIRA SALLES (OAB 5526/AM) - Processo 0605728-76.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Escolinha Tio Patinhas Ltda - Epp - REQUERIDA: Elizabeth Correia da Aguiar - De ordem do MM Juiz de Direito fica designada a audiência de Conciliação para o dia 31/07/2019 às 10:15h, intimando-se as partes através da publicação do presente expediente. Há de se ressaltar que em caso de reconhecimento da relação de consumo, a inversão do ônus da prova será concedida em momento oportuno.

ADV: MÁRCIA AUGUSTA DE SOUZA (OAB 13482/AM) - Processo 0605749-52.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Seguro - REQUERENTE: Luiz Almir de Menezes Fonseca - REQUERIDO: Companhia de Seguros Banco do Brasil - Aliança do Brasil - De ordem do MM Juiz de Direito fica designada a audiência de Conciliação para o dia 31/07/2019 às 10:45h, intimando-se as partes através da publicação do presente expediente. Há de se ressaltar que em caso de reconhecimento da relação de consumo, a inversão do ônus da prova será concedida em momento oportuno.

ADV: GABRIEL WILLIAM FACHIN LIMA (OAB 8518/AM) - Processo 0605780-72.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: R.B.C. - REQUERIDO: G.L.A. - De ordem do MM Juiz de Direito fica designada a audiência de Conciliação para o dia 31/07/2019 às 11:00h, intimando-se as partes através da publicação do presente expediente. Há de se ressaltar que em caso de reconhecimento da relação de consumo, a inversão do ônus da prova será concedida em momento oportuno.

ADV: FABRÍCIO DE MELO PARENTE (OAB 5772/AM) - Processo 0605878-57.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Direito de Imagem - REQUERENTE: Fabrício de Melo Parente - Lubênia Pinheiro de Melo Parente - REQUERIDO: Gol Linhas Aéreas S/A - De ordem do MM Juiz de Direito fica designada a audiência de Conciliação para o dia 01/08/2019 às 09:15h, intimando-se as partes através da publicação do presente expediente. Há de se ressaltar que em caso de reconhecimento da relação de consumo, a inversão do ônus da prova será concedida em momento oportuno.

ADV: PAULA AUGUSTA CARVALHO DE LIMA (OAB 6313/AM), ADV: HELOYSE DAYSE DE MATOS DANGELO (OAB 8428/AM), ADV: IUARLEY DA SILVA FONSECA (OAB 10548/AM) - Processo 0606888-92.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Manoel Ronaldo Aguiar Batista - Silvana Maria Medeiros da Silva Batista - REQUERIDO: Civilcorp Empreendimentos Imobiliários Tarumã Ltda - De ordem da Exm.ª Sr.ª Dr.ª Dinah Câmara Fernandes de Souza, Juíza de Direito respondendo exclusivamente por este Juizado, e diante do requerimento do Exequente, vem esta Secretaria, através do presente Ato Ordinatório, INTIMAR a parte Requerida para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir voluntariamente o acórdão e efetuar o pagamento da condenação devidamente atualizada, nos termos do art. 523, caput, do CPC. Na hipótese de não pagamento no prazo de 15 (quinze) dias, proceda-se ao início da execução através de bloqueio judicial através do Bacenjud, acrescendo a multa de 10% sobre montante da condenação, nos termos do art. 523, § 1°, do CPC.

ADV: VALDNORA OLIVEIRA LOUREIRO (OAB 10913/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB 1058A/AM) - Processo 0610435-58.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Eli Gorayeb Reis - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - De ordem, dou ciência à parte interessada do pagamento efetuado nos autos, e a intimo para, no prazo 2 (dois) dias, informar Banco, Agência e conta bancária para imediata transferência. Transcorrido o prazo sem a manifestação, o alvará será expedido na forma “em espécie”, para recebimento na boca do caixa.

ADV: MARTA MARIA VALE OYAMA (OAB 7146/AM) - Processo 0610902-03.2018.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Locação de Imóvel - EXEQUENTE: Everton Nazareno Lima Azevedo - EXECUTADO: Sebasião Bento Rodrigues - Carlândio Bento Rodrigues - De ordem da Exm.ª Sr.ª Dr.ª Dinah Câmara Fernandes de Souza, Juíza de Direito respondendo exclusivamente por este Juizado, por se tratar de título extrajudicial em que não há decretação da revelia, mas sim de procedimentos adotados na execução, os autos serão encaminhados para a fila BACENJUD.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB 1065A/AM), ADV: LEANDRO FERNANDES CARLOS GOMES (OAB 133221/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: RENATO FERNANDES MARIANO (OAB 8246/AM) - Processo 0611875-55.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Dirleno de Oliveira Amazonas - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - De ordem da Exm.ª Sr.ª Dr.ª Dinah Câmara Fernandes de Souza, Juíza de Direito respondendo exclusivamente por este Juizado, e diante do requerimento do Exequente, vem esta Secretaria, através do presente Ato Ordinatório, INTIMAR a parte Requerida para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir voluntariamente a sentença e efetuar o pagamento da condenação devidamente atualizada, nos termos do art. 523, caput, do CPC. Na hipótese de não pagamento no prazo de 15 (quinze) dias, proceda-se ao início da execução através de bloqueio judicial através do Bacenjud, acrescendo a multa de 10% sobre montante da condenação, nos termos do art. 523, § 1°, do CPC.

ADV: ANDRÉ PHILLIPE BRITO GARGANTA (OAB 10870/AM), ADV: LILIAN KAREN DE SOUZA (OAB 167344/MG), ADV: JOSE HENRIQUE CANCADO GONCALVES (OAB 855A/SE), ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 57680/MG), ADV: RAFAEL RAPOSO DA CÂMARA AULER (OAB 8000/AM), ADV: FÁBIO NOGUEIRA CORRÊA (OAB 5674/AM) - Processo 0612227-13.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Evicção ou Vicio Redibitório - REQUERENTE: Raoni de Lima Nogueira - REQUERIDO: Claro S/A - De ordem, dou ciência à parte interessada do pagamento efetuado nos autos, e a intimo para, no prazo 2 (dois) dias, informar Banco, Agência e conta bancária para imediata transferência. Transcorrido o prazo sem a manifestação, o alvará será expedido na forma “em espécie”, para recebimento na boca do caixa.

Adriano Fernandes Ferreira (OAB 5940/AM)
ANDRÉ PHILLIPE BRITO GARGANTA (OAB 10870/AM)
Anneson Frank Paulino de Souza (OAB 11981/AM)
Bruno Oliveira Medeiros (OAB 7203/AM)
Daniel Jose Sampaio de Brito (OAB 12178/AM)

David Cunha Novoa (OAB 10777/AM)
David Saleon Gomes Abecassis (OAB 9614/AM)
Diego da Silva Soares Cruz (OAB 21519/MT)
Elizandra Lacerda dos Santos (OAB 8529/AM)
Emerson Luiz Menezes de Araujo (OAB 12151/AM)
Emerson Siqueira Pereira (OAB 10338/AM)
Fábio Nogueira Corrêa (OAB 5674/AM)
Fabrício de Melo Parente (OAB 5772/AM)
Francisley de Oliveira Salles (OAB 5526/AM)
Gabriel William Fachin Lima (OAB 8518/AM)
Gilberto Guimarães Vieira (OAB 8506/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Gustavo Gonçalves Gomes (OAB 1058A/AM)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB 1065A/AM)
HELOYSE DAYSE DE MATOS DANGELO (OAB 8428/AM)
Ikaro Bastos Pedrosa (OAB 11465/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Iuarley da Silva Fonseca (OAB 10548/AM)
Izabelle Araújo Marinho (OAB 12468/AM)
Jennifer Guimarães da Silva (OAB 13314/AM)
Jéssica Santana Magnani (OAB 10343/AM)
Jonathas Maciel de Menezes (OAB 11140/AM)
José Arnaldo Janssen Nogueira (OAB 1047A/AM)
José Henrique Cançado Gonçalves (OAB 57680/MG)
Jose Henrique Cancado Goncalves (OAB 855A/SE)
Karen Bezerra Rosa Braga (OAB 6617/AM)
Kelly Anne Corrêa de Oliveira (OAB 9330/AM)
Kelly Oliveira - Sociedade Individual de Advocacia (OAB 9330/AM)
Leandro Fernandes Carlos Gomes (OAB 133221/MG)
Leonardo Alvarenga Viana (OAB 6956/AM)
Lilian Karen de Souza (OAB 167344/MG)
Luís Magnum Barros Santos (OAB 8512/AM)
Luiz Alexandre Abreu D'abadia (OAB 13495/AM)
Marcela da Silva Paulo (OAB 10325/AM)
Marcela Paulo Sociedade Individual de Advocacia (OAB 10325/AM)
Márcia Augusta de Souza (OAB 13482/AM)
Maria Altamira de Souza (OAB 6959/AM)
Marina Rezende Lopes (OAB 12153/AM)
Marta Maria Vale Oyama (OAB 7146/AM)
Maurício Marques Domingues (OAB 175513/SP)
Nilson de Jesus Ferreira (OAB 2799/AM)
Paula Augusta Carvalho de Lima (OAB 6313/AM)
Rafael Raposo da Câmara Auler (OAB 8000/AM)
Raphael Quintiliano Pazuello (OAB 8881/AM)
Renato Fernandes Mariano (OAB 8246/AM)
Sandoval Fernando Cardoso de Freitas (OAB 7944/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 1048A/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 44698/MG)
Sizenando Galvão de Souza Neto (OAB 3001/SE)
Stefany Bianca Nascimento Tavares (OAB 9341/AM)
Valdnora Oliveira Loureiro (OAB 10913/AM)
Vítor Vilhena Gonçalo da Silva (OAB 6502/AM)
Wictor Flávio de São Paulo Aguiar (OAB 8907/AM)

PORTARIA N.º 001/2019 – 1.º JEC

A **Dr.ª DINAH CÂMARA FERNANDES DE SOUZA**, Juíza de Direito, respondendo com exclusividade por este 1.º Juizado Especial Cível da Comarca de Manaus, conforme Portaria 784 de 13.04.2018, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO a atuação da Guarda Militar na prestação de serviços de segurança no Fórum Mário Verçoza, bem como ordenamento dos espaços, do trânsito de pessoas e magistrados;

CONSIDERANDO que a remoção dos policiais militares entre os diversos setores do Poder Judiciário faz parte do mecanismo de atuação da Administração Pública,

RESOLVE:

I – Elogiar os militares integrantes da Policia Militar do Estado do Amazonas, que prestaram serviço no Fórum Mário Verçoza, oferecendo segurança aos magistrados e demais pessoas que por este ambiente circularam.

II – Designar, como merecedores dos elogios expressos neste ato, os Policiais Militares:

2.º Tenente PM José Luis Gonzaga da Mota
2.º Sargento PM Adriana Karla Lima da Silva
1.º Sargento PM Gresse Eley Dodô de Oliveira

Publique-se. Registre-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Manaus, 12 de março de 2019.

Dinah Câmara Fernandes de Souza
Juíza de Direito

PORTARIA N.º 001/2019 – 1.º JEC

A **Dr.ª DINAH CÂMARA FERNANDES DE SOUZA**, Juíza de Direito, respondendo com exclusividade por este 1.º Juizado Especial Cível da Comarca de Manaus, conforme Portaria 784 de 13.04.2018, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO a atuação da Guarda Militar na prestação de serviços de segurança no Fórum Mário Verçoza, bem como ordenamento dos espaços, do trânsito de pessoas e magistrados;

CONSIDERANDO que a remoção dos policiais militares entre os diversos setores do Poder Judiciário faz parte do mecanismo de atuação da Administração Pública,

RESOLVE:

I – Elogiar os militares integrantes da Policia Militar do Estado do Amazonas, que prestaram serviço no Fórum Mário Verçoza, oferecendo segurança aos magistrados e demais pessoas que por este ambiente circularam.

II – Designar, como merecedores dos elogios expressos neste ato, os Policiais Militares:

2.º Tenente PM José Luis Gonzaga da Mota
2.º Sargento PM Adriana Karla Lima da Silva
1.º Sargento PM Gresse Eley Dodô de Oliveira

Publique-se. Registre-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Manaus, 12 de março de 2019.

Dinah Câmara Fernandes de Souza
Juíza de Direito

PORTARIA N.º 001/2019 – 1.º JEC

A Dr.ª DINAH CÂMARA FERNANDES DE SOUZA, Juíza de Direito, respondendo com exclusividade por este 1.º Juizado Especial Cível da Comarca de Manaus, conforme Portaria 784 de 13.04.2018, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO a atuação da Guarda Militar na prestação de serviços de segurança no Fórum Mário Verçoza, bem como ordenamento dos espaços, do trânsito de pessoas e magistrados;

CONSIDERANDO que a remoção dos policiais militares entre os diversos setores do Poder Judiciário faz parte do mecanismo de atuação da Administração Pública,

RESOLVE:

I – Elogiar os militares integrantes da Policia Militar do Estado do Amazonas, que prestaram serviço no Fórum Mário Verçoza, oferecendo segurança aos magistrados e demais pessoas que por este ambiente circularam.

II – Designar, como merecedores dos elogios expressos neste ato, os Policiais Militares:

2.º Tenente PM José Luis Gonzaga da Mota
2.º Sargento PM Adriana Karla Lima da Silva
1.º Sargento PM Gresse Eley Dodô de Oliveira

Publique-se. Registre-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Manaus, 12 de março de 2019.

Dinah Câmara Fernandes de Souza
Juíza de Direito

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
JUIZ(A) DE DIREITO DINAH CÂMARA FERNANDES DE SOUZA
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL MARCELO RICARDO RAPOSO DA CÂMARA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0067/2019

ADV: RENNO ANDRADE VALER (OAB 8669/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: RAMON MICHAEL CHAVES PESQUEIRA (OAB 10594/AM) - Processo 0601505-48.2017.8.04.0016 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Ato / Negócio Jurídico - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Banco Bradesco S/A - Vistos e analisados os autos. Cuida-se de pedido de tutela específica consistente na obrigação do banco de não proceder aos descontos em desfavor da parte autora. Já foi determinado por este juízo e majorado por mais de uma vez que cessassem os descontos, porém mais uma vez a parte demandada desobedece um comando judicial. Entretanto, consoante demonstrou a autora, a medida antecipatória continua a ser transgredida pela ré. É cediço que para a efetivação da tutela específica ou a obtenção do resultado prático equivalente, poderá o juiz, a requerimento da parte e até de ofício, modificar o valor da multa caso verifique que ela se tornou inócua. Constatando-se que a tutela não surtiu o efeito esperado, resolvo ratificar as decisões anteriormente proferidas e majorar a multa pelo descumprimento, a R$ 4.000,00 (quatro mil reais) por cada desconto indevido. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: BAIRON ANTÔNIO DO NASCIMENTO JÚNIOR (OAB 3795/AM), ADV: ALICE DA SILVA WELGERT (OAB 12614/AM) - Processo 0602901-34.2015.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: MAURO JOSÉ SOUZA DE OLIVEIRA - Trata-se de pedido de desconsideração da personalidade jurídica do devedor, pugnando pela execução em face dos sócios. INDEIRO, por ora, a abertura do incidente, uma vez que inesgotados os meios executórios em face da pessoa jurídica devedora. Como é cediço, o incide de desconsideração só se faz devido ao final de todo o processo executivo contra o devedor originário, visto que trata-se de medida excepcional de satisfação do crédito. Sendo assim, determino a expedição de mandado de penhora e avaliação em face da empresa devedora. Concomitantemente, dê-se vista ao Exequente, para que se manifeste, no prazo de 10 (dez) dias, para apresentar demais medidas executórias que entenda cabíveis, sob pena de Extinção. Ademais, após o esgotamento dos meios executórios, fica o exequente intimado, desde já, a apresentar a petição de desconsideração da personalidade jurídica, acompanhada de todos os documentos necessários à apreciação do pedido, demonstrando os requisitos legais para o seu deferimento. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ EDUARDO SILVA DE SALES (OAB 7700/AM) - Processo 0603368-13.2015.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Prestação de Serviços - REQUERENTE: José Eduardo Silva de Sales - De ordem da Exm.ª Sr.ª Dr.ª Juíza de Direito, Dinah Câmara Fernandes de Souza, e diante do requerimento do Exequente, vem esta Secretaria, através do presente Ato Ordinatório, INTIMAR a parte requerente para manifestação quanto aos documentos de fls. 248/280 no prazo de 10 (dez) dias.

ADV: LEYLANE EDIENE SILVA (OAB 9461/AM) - Processo 0604901-41.2014.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Compra e Venda - EXEQUENTE: INARA NASSERALA RIBEIRO DO VALLE - Defiro o pedido pleiteado pela exequente à folha 109. Assim, tendo em vista que a executada possui créditos a receber da empresa Dabi Atlante Indústrias Odontológicas Ltda, provenientes de possível quebra de contrato entre ambas, OFICIE-SE a empresa acima, atentando-se aos dados indicados à folha 109, para, em havendo de fato créditos a serem pagos à executada destes autos (ACADÊMICA COMÉRCIO DE MATERIAIS MÉDICOS E ODONTOLÓGICOS LTDA), deposite em conta judicial em favor da exequente, Inara Nasserala Ribeiro do Vale, o valor da condenação, a saber, R$ 5.449,15. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ RICARDO ABRANTES BARRETO (OAB 2596/AM) - Processo 0605303-49.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Tirso Farias Vargas - Preenchidos os pressupostos, determino à parte requerida que exclua o nome da parte requerente do(s) cadastro(s) do SPC e da SERASA, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de multa diária de R$ 200,00 (duzentos reais), até o limite de R$ 5.000,00 (cinco mil reais). Designo a audiência de conciliação, na sala Sala 1 do 1º JECC (Conciliação Cível) data de 25/07/2019 às 10:00h. Sendo verossímeis as alegações da parte requerente, determino a inversão do ônus da prova em seu favor, nos termos do art. 6º, VIII, do CDC. Cite-se e intimem-se.

ADV: JADILSOM JOSÉ CHAVES DA COSTA (OAB 10490/AM) - Processo 0605312-11.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Disilenne de Souza Silva - Preenchidos os pressupostos, determino à parte requerida que exclua o nome da parte requerente do(s) cadastro(s) do SPC e da SERASA, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de multa diária de R$ 200,00 (duzentos reais), até o limite de R$ 5.000,00 (cinco mil reais). Designo a audiência de conciliação, na sala Sala 1 do 1º JECC (Conciliação Cível) data de 25/07/2019 às 10:15h. Sendo verossímeis as alegações da parte requerente, determino a inversão do ônus da prova em seu favor, nos termos do art. 6º, VIII, do CDC. Cite-se e intimem-se.

ADV: KEMAL ALMEIDA MUNEYMNE FILHO (OAB 3889/AM) - Processo 0605333-84.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Renato Martins da Cruz - Preenchidos os pressupostos, determino à parte requerida que exclua o nome da parte requerente do(s) cadastro(s) do SPC e da SERASA, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de multa diária de R$ 200,00 (duzentos reais), até o limite de R$ 5.000,00 (cinco mil reais). Designo a audiência de conciliação, na sala Sala 1 do 1º JECC (Conciliação Cível) data de 25/07/2019 às 10:45h. Sendo verossímeis as alegações da parte requerente, determino a inversão do ônus da prova em seu favor, nos termos do art. 6º, VIII, do CDC. Cite-se e intimem-se.

ADV: ELÁDIO MIRANDA LIMA (OAB 86235/RJ), ADV: FÉLIX DE MELO FERREIRA (OAB 3032/AM), ADV: DANIEL COUTINHO DA SILVA (OAB 9122/AM), ADV: WILNA ELIZABETH SANTIAGO CAVALCANTE (OAB 4339/AM) - Processo 0605709-46.2014.8.04.0015 - Procedimento Sumário - Perdas e Danos - REQUERIDO: Telemar Norte Leste S/A - Forte nesses argumentos, ante o processo de recuperação judicial e com fundamento no art. 53, §4, da lei n. 9.099/95, JULGO EXTINTA a presente execução em face da executada. Assim, se o exequente assim atuar, certifique o Diretor de Secretaria e entregue a certidão de dívida ao autor/exequente, que deverá agir às suas expensas e responsabilidade para o cadastro restritivo dos dados da empresa executada em órgãos restritivos de crédito ou mesmo em cartórios de protestos, ou ainda para fins de habilitação no juízo onde tramita

a recuperação judicial da executada. Ademais, tendo havido pagamento da obrigação principal nos autos (fl.196), determino a expedição do valor depositado em favor da exequente. Isento de custas e honorários, salvo recurso. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ MÁRIO DE CARVALHO NETO (OAB 4861/AM), ADV: DANIEL FÁBIO JACOB NOGUEIRA (OAB 3136/AM), ADV: JULIANA FERNANDES DOS SANTOS (OAB 292422/SP), ADV: LUCAS NUNES CHAMA (OAB 16956/PA) - Processo 0606545-14.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Condomínio - REQUERIDO: Api Spe 22 Planejamento e Desenvolvimento de Empreendimentos Imobiliários Ltda - Ante a manifestação do exequente à folha 251 informando que fizera acordo extrajudicial com a executada, determino o arquivamento dos autos, todavia, sem qualquer prejuízo às partes, que poderão proceder ao desarquivando do processo caso surja fato novo. Desse modo, arquivem-se os autos, mediante as cautelas de praxe. Cumpra-se.

ADV: CARLOS VENÍCIOS DE ASSIS SANTANA (OAB 5991/AM), ADV: ANDERSON R. DE SOUZA BENCHIMOL (OAB 7034/AM), ADV: ADOLPHO MAURO MAUÉS NAZARETH (OAB 5540/AM) - Processo 0608225-05.2015.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: SERVSOL SERV. DE PINTURA E COMÉRCIO DE TINTAS LTDA-ME - Defiro o pedido de penhora do imóvel de matrícula n. 36927, registrado no Cartório do 3º Ofício de Registro de Imóveis de Manaus, formulado pelo exequente às folhas 217/218. Assim, expeça-se mandado de penhora e avaliação do referido imóvel, juntando-se cópia da certidão narrativa às folhas 219/221, ficando o executado intimado a oferecer embargos à execução, nos termos da lei. Ademais, a averbação da penhora fica a cargo da parte exequente, nos termos do que determina o art. 844, do CPC: Para presunção absoluta de conhecimento por terceiros, cabe ao exequente providenciar a averbação do arresto ou da penhora no registro competente, mediante apresentação de cópia do auto ou do termo, independentemente de mandado judicial. Apresentados ou não os embargos à execução, façam-se os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: ANDREY HUMBERTO FROZ DE BORBA (OAB 9723/AM), ADV: FROZ DE BORBA ADVOGADOS (OAB 9723/AM) - Processo 0610132-44.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Despesas Condominiais - EXEQUENTE: Condomínio Residencial Quinta das Marinas - Intime-se a parte exequente para manifestar-se, no prazo de 5 dias, a fim de que diga se aceita o acordo proposto pela executada, nos moldes apresentados no tópico 1.3 da petição de folha 92/96. Após, havendo aceitação, façam-se os autos conclusos para sentença homologatória, a qual deverá especificar as formas de pagamento. Em caso de negativa, fica a parte executada intimada desde já a requerer as medias cabíveis. Cumpra-se.

ADV: ALLAN MARCELO SERRÃO BRAULE PINTO (OAB 9133/AM) - Processo 0610323-26.2016.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Defeito, nulidade ou anulação - LITSPASSIV: CATIA ALZUGARAY e outro - R.H. no estado em que se encontra. A parte exequente requereu a desconsideração da personalidade jurídica à folha 158, pugnando pela penhora na conta dos sócios. INDEFIRO, por ora, a abertura do incidente, uma vez que inesgotados os meios executórios em face da pessoa jurídica devedora. Como é cediço, o incide de desconsideração só se faz devido ao final de todo o processo executivo contra o devedor originário. Sendo assim, determino a expedição de mandado de penhora e avaliação em face da empresa devedora. Concomitantemente, dê-se vista ao Exequente, para que se manifeste, no prazo de 10 (dez) dias, para apresentar demais medidas executórias que entenda cabíveis, sob pena de Extinção. Ademais, após o esgotamento dos meios executórios, fica o exequente intimado, desde já, a apresentar a petição de desconsideração da personalidade jurídica, acompanhada de todos os documentos necessários à apreciação do pedido, demonstrando os requisitos legais para o seu deferimento. Cumpra-se.

ADV: ROBERTO NONATO PAIVA DE SOUZA (OAB 5496/AM) - Processo 0610476-30.2014.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo - REQUERENTE: HAYAO IWAMOTO - De ordem da Exm.ª Sr.ª Dr.ª Juíza de Direito, Dinah Câmara Fernandes de Souza, vem esta Secretaria, através do presente Ato Ordinatório, INTIMAR a parte requerente para manifestação em 10 (dez) dias.

ADV: MOISES FERREIRA DA SILVA (OAB 11905/AM), ADV: MARCO ANDRÉ HONDA FLORES (OAB 6171/MS) - Processo 0610977-76.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Aldemario Rodrigues Monteiro - REQUERIDO: Banco Santander Brasil S/A - Vistos, etc. HOMOLOGO, por sentença, o acordo entabulado entre as partes para que produza seus jurídicos e legais efeitos, tudo de conformidade com o parágrafo único, do art. 22, da Lei 9.099/95. Determino à secretaria, em caso de cumprimento da avença, ultime o arquivamento dos autos, segundo o que dita o inciso III, do art. 269, do Código de Processo Civil. Faça-o, independentemente de outro despacho. Isenção de custas processuais e honorários advocatícios, à inteligência do que dispõe o art. 55 da Lei 9.099/95. P.R.I.

ADV: RIBEIRO & FARIAS ADVOGADOS ASSOCIADOS (OAB 597/AM), ADV: PETER MATEUS DE FARIAS RIBEIRO (OAB 11063/AM) - Processo 0611652-39.2017.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: H.r Serviços Educacionais Ltda - Crij - Alvarás expedidos

ADV: CIDINEY RODRIGUES FERREIRA (OAB 46521/BA), ADV: NAUDAL RODRIGUES DE ALMEIDA (OAB 4068/AM), ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO) - Processo 0612912-20.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Eliandro Dias de Matos - REQUERIDO: Telefônica Brasil S/A - Por estes fundamentos, não fundados em nenhuma das matérias legalmente delimitadas, conheço dos EMBARGOS DE DECLARAÇÃO para, no mérito, NEGAR-LHES PROVIMENTO, consoante fundamentação supra. P. R. I. C.

ADV: DORGIVAL SABINO DE ARAÚJO (OAB 12971/AM) - Processo 0613536-69.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Erro Médico - REQUERENTE: Simone Silva Rodrigues - REQUERIDO: Ótica Diniz e L Reis Comercio de Otica Ltda - Laboratório Opto Visão Avaliação Visual - De ordem, fica intimado o Patrono da parte requerente para apresentar o CEP do endereço da parte requerida, Laboratório Opto Visão Avaliação Visual, para intimação referente a Audiência de Instrução no dia 25 do abril às 10:00h.

ADV: MOACIR MARQUES DE MEDEIROS (OAB 13394/AM) - Processo 0614801-09.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - RECLAMANTE: Wesley Vicente Cordeiro - REQUERIDO: Disal Administradora de Consórcios Ltda. - De ordem da Exm.ª Sr.ª Dr.ª Dinah Câmara Fernandes de Souza, Juíza de Direito respondendo exclusivamente por este Juizado, vem esta Secretaria, através do presente Ato Ordinatório, INTIMAR a parte autora para, no prazo de 5 (cinco) dias, manifestar-se acerca da petição de folhas 116/121. Após o termo do prazo, façam-se os autos conclusos para decisão.

ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM), ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM), ADV: VÍTOR VILHENA GONÇALO DA SILVA (OAB 6502/AM) - Processo 0615298-23.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Bancários - REQUERENTE: Maria Conceição Brandão Freitas Marques - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - De ordem da Exma. Sra. Dra. Dinah Câmara Fernandes de Souza, Juíza de Direito, respondendo exclusivamente por este 1º Juizado Especial, e diante da determinação emanada da Coordenadoria dos Juizados Especiais com relação à suspensão das causas que versam sobre o tema CESTA BÁSICA, vem esta Secretaria, através do presente Ato Ordinatório, determinar a suspensão do feito até ulterior deliberação.

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: ROBERTO CÉSAR DINIZ CABRERA (OAB 6071/AM), ADV: SELMA MAGALHAES SANTANA (OAB 7683/AM) - Processo 0616825-10.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Francisco Almeida dos Santos - REQUERIDO: Banco Daycoval S/A - Por estes fundamentos, não fundados em nenhuma das matérias legalmente delimitadas, conheço dos EMBARGOS DE DECLARAÇÃO para NEGAR-LHES provimento, consoante fundamentação supra P. R. I. C.

ADV: CARLOS EDUARDO CAVALCANTE RAMOS (OAB 1676/PE), ADV: NATHALIA PEREIRA LEITE VILELA TEIXEIRA (OAB 167006/RJ), ADV: CÍNTIA MARTINS DE SOUZA (OAB 4399/AM) - Processo 0618453-34.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Kevin Bruno Batalha Diniz - REQUERIDO: Banco Santander Brasil S/A - Vistos, etc. HOMOLOGO, por sentença, o acordo entabulado entre as partes às fls. 100 para que produza seus jurídicos e legais efeitos, tudo de conformidade com o parágrafo único, do art. 22, da Lei 9.099/95. Determino à secretaria, em caso de cumprimento da avença, ultime o arquivamento dos autos, segundo o que dita o inciso III, do art. 269, do Código de Processo Civil. Faça-o, independentemente de outro despacho. Isenção de custas processuais e honorários advocatícios, à inteligência do que dispõe o art. 55 da Lei 9.099/95. P.R.I.

ADV: RICARDO LEITE MENEZES (OAB 10110/AM), ADV: RIULNA VENTURA MULLER (OAB 6654/AM) - Processo 0621831-95.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Riulna Ventura Muller - Autos n°: 0621831-95.2018.8.04.0015 Ação: Procedimento do Juizado Especial Cível/PROC Requerente:Riulna Ventura Muller Requerido:Rodrigo Rodrigues dos Santos Sentença Dispensado o relatório, na forma do art. 38, da Lei 9.099/95, decido. A requerente, devidamente intimada, faltou à audiência, sem declinar motivação bastante para justificar sua ausência. Determinam os arts. 9° e 51, inciso I, da Lei 9.099/95, que o processo deve ser extinto, sem julgamento do mérito, sempre que o autor, sem justo motivo, deixar de comparecer pessoalmente a alguma das audiências designadas. Nesse sentido: "O comparecimento pessoal da parte às audiências é obrigatório. A pessoa jurídica poderá ser representada por preposto". (FONAJE, Enunciado 20) ISTO POSTO, julgo extinto o processo sem resolução do mérito, nos termos do art. 51, inciso I da Lei 9.099/95. Isento o autor do pagamento das custas processuais. Após o trânsito em julgado, dê-se baixa e arquivem-se os autos. P.R.I

ADV: CECILIA MARIA VACCARO BRAMBILLA (OAB 44467/PR) - Processo 0623314-63.2018.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - EXEQUENTE: M. L. Leite - Me (Vip Formatura) - Considerando, como à saciedade demonstrado, a falta de comparecimento do Autor à audiência de conciliação e o preceituado no inciso I, do artigo 51, da Lei de Regência dos Juizados Especiais, JULGO EXTINTA A PRESENTE DEMANDA sem aprofundamento do mérito, em conseqüência CONDENO o Autor ao pagamento de custas, ex vi do parágrafo 2o daquele Diploma. Arquive-se os autos. Manaus, 07 de março de 2019

ADV: DAIANA KELLY BANDEIRA SPENER (OAB 13366/AM) - Processo 0623385-65.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Armando Barroso Pereira - desistência

ADV: HAROLDO ALVES PIMENTA FILHO (OAB 9502/AM), ADV: CHRISTIANNE GOMES DA ROCHA (OAB 18305A/PB) - Processo 0626813-55.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Telefonia - REQUERENTE: Haroldo Alves Pimenta Filho - REQUERIDO: Tim Celular S/A - Vistos, etc. HOMOLOGO, por sentença, o acordo entabulado entre as partes para que produza seus jurídicos e legais efeitos, tudo de conformidade com o parágrafo único, do art. 22, da Lei 9.099/95. Determino à secretaria, em caso de cumprimento da avença, ultime o arquivamento dos autos, segundo o que dita o inciso III, do art. 269, do Código de Processo Civil. Faça-o, independentemente de outro despacho. Isenção de custas processuais e honorários advocatícios, à inteligência do que dispõe o art. 55 da Lei 9.099/95. P.R.I.

Adolpho Mauro Maués Nazareth (OAB 5540/AM)
Alice da Silva Welgert (OAB 12614/AM)
Allan Marcelo serrão Braule Pinto (OAB 9133/AM)
Anderson R. de Souza Benchimol (OAB 7034/AM)
Andrey Humberto Froz de Borba (OAB 9723/AM)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Bairon Antônio do Nascimento Júnior (OAB 3795/AM)
Carlos Eduardo Cavalcante Ramos (OAB 1676/PE)
Carlos Venícios de Assis Santana (OAB 5991/AM)
Cecilia Maria Vaccaro Brambilla (OAB 44467/PR)
Christianne Gomes da Rocha (OAB 18305A/PB)
Cidiney Rodrigues Ferreira (OAB 46521/BA)
Cíntia Martins de Souza (OAB 4399/AM)
Daiana Kelly Bandeira Spener (OAB 13366/AM)
Daniel Coutinho da Silva (OAB 9122/AM)
Daniel Fábio Jacob Nogueira (OAB 3136/AM)
Dorgival Sabino de Araújo (OAB 12971/AM)
Eládio Miranda Lima (OAB 86235/RJ)
Félix de Melo Ferreira (OAB 3032/AM)
Froz de Borba Advogados (OAB 9723/AM)
Haroldo Alves Pimenta Filho (OAB 9502/AM)
Jadilsom José Chaves da Costa (OAB 10490/AM)
José Eduardo Silva de Sales (OAB 7700/AM)
José Mário de Carvalho Neto (OAB 4861/AM)
José Ricardo Abrantes Barreto (OAB 2596/AM)
Juliana Fernandes dos Santos (OAB 292422/SP)
Kemal Almeida Muneymne Filho (OAB 3889/AM)
Leylane Ediene Silva (OAB 9461/AM)
Lucas Nunes Chama (OAB 16956/PA)
Marco André Honda Flores (OAB 6171/MS)
Marcondes Fonseca Luniere Júnior (OAB 2897/AM)
Moacir Marques de Medeiros (OAB 13394/AM)
Moises Ferreira da Silva (OAB 11905/AM)
Nathalia Pereira Leite Vilela Teixeira (OAB 167006/RJ)
Naudal Rodrigues de Almeida (OAB 4068/AM)
Peter Mateus de Farias Ribeiro (OAB 11063/AM)
Ramon Michael Chaves Pesqueira (OAB 10594/AM)
Renno Andrade Valer (OAB 8669/AM)
Ribeiro & Farias Advogados Associados (OAB 597/AM)
Ricardo Leite Menezes (OAB 10110/AM)
Riulna Ventura Muller (OAB 6654/AM)
Roberto César Diniz Cabrera (OAB 6071/AM)
Roberto Nonato Paiva de Souza (OAB 5496/AM)
Selma Magalhaes Santana (OAB 7683/AM)
Thales Silvestre Júnior (OAB 2406/AM)
Vítor Vilhena Gonçalo da Silva (OAB 6502/AM)
Wilker Bauher Vieira Lopes (OAB 29320/GO)
Wilna Elizabeth Santiago Cavalcante (OAB 4339/AM)
Wilson Sales Belchior (OAB 17314/CE)

6ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 6º VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0051/2019

ADV: TÂMARA MENDES GONÇALVES DE SOUSA (OAB 6857/AM), ADV: ERNESTO ALVES DE SOUSA JÚNIOR (OAB 12864/AM) - Processo 0200157-29.2018.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: MANOEL BELEZA CONSTANTINO - De ordem, intimo a parte autora/exequente a fim de que forneça seus dados bancários (banco, agência, conta corrente, com dígito, CPF), necessários à efetivação do pagamento por meio de transferência eletrônica, excetuando-se contas poupança criadas em agências lotéricas, tendo em vista a incompatibilidade do sistema de transferência eletrônica. Ao cumprimento, transfira-se o valor devido. Concomitantemente, intimo a parte autora/exequente para postular o que entender de direito, relativamente a eventual saldo remanescente/prosseguimento da execução. Prazo de 15 dias.

ADV: GISCARDE OVÍDIO KARRER DE MELO MONTEIRO (OAB 6885/AM) - Processo 0202215-05.2018.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo - REQUERENTE: Maria Regina Souza Sales - INTIME-SE a parte interessada para se manifestar sobre a diligência/constrição negativa de fl. antecedente, requerendo o que de direito, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: ANA CAROLINA REMÍGIO DE OLIVEIRA (OAB 86844/MG), ADV: FLÁVIA ALMEIDA MOURA DI LATELLA (OAB 109730/MG), ADV: MARCELO TOSTES DE CASTRO MAIA (OAB 63440/

MG), ADV: CHRISTIANO PINHEIRO DA COSTA (OAB 3542/AM) - Processo 0202742-88.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Margareth Barbosa da Cruz - REQUERIDO: Universidade Anhanguera Uniperp - Instituto de Educação do Norte Ltda. EPP - Verifico que satisfeitas as obrigações determinadas no título executivo, razão pela qual JULGO EXTINTO o processo, nos termos do art. 924, II, CPC/15. Baixar e arquivar, reativando, caso necessário, conforme avaliação do Ilmo. Sr. Diretor de Secretaria.

ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 9558/AL), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: ALFREDO ZUCCA NETO (OAB 154694/SP) - Processo 0205428-19.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERIDO: Livelo S.a - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Celso Antunes da Silveira Filho, INTIME-SE a parte recorrida para, querendo, apresentar contrarrazões ao Recurso Inominado no prazo legal, na forma preconizada pelo artigo 42, § 2º, da Lei 9.099/95.

ADV: JOAAB MELO BARBOSA (OAB 8348/AM), ADV: RENATO DE SOUZA PINTO (OAB 8794/AM), ADV: ALEXANDRO MAGNO FERREIRA DE ARAÚJO (OAB 7983/AM) - Processo 0600079-33.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Eline Gonzaga da Silva - R. H. no estado em que se encontra. Diante dos verossímeis argumentos expostos na petição, defiro o pedido de inversão do ônus da prova por considerar a hipossuficiência do Requerente em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor, devendo constar no Mandado Citatório. Remeta-se os autos ao CEJUSC para fins de designação e realização de audiência de conciliação. Junto com a citação, notifique-se a parte ré para que, caso frustrada a conciliação, apresente, 10 dias após, resposta e eventuais documentos, eis que o caso é de julgamento antecipado da lide, nos termos dos artigos 355 do CPC/2015 c/c artigo 5º da Lei 9.099/95. Havendo interesse de produção de prova oral, deverá o postulante justificar a necessidade da mesma. Cumpra-se. Intime-se.

ADV: JOSÉ MÁRIO DE CARVALHO NETO (OAB 4861/AM) - Processo 0600135-03.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Condomínio - REQUERENTE: Condominio Vivendas do Rio Negro Praças - INTIME-SE a parte interessada para se manifestar sobre a diligência negativa de fl. antecedente, inclusive, se se referir a AR recebido por terceiros por se tratar de modalidade de citação não admitida no âmbito do JEC, conforme art. 18, I da Lei nº. 9.099/95. A presente intimação não desincumbe a parte de comparecer à eventual audiência designada nos autos. Prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: JOYCE LIMA DA SILVA (OAB 8807/AM), ADV: JOYCE LIMA DA SILVA (OAB 8807/AM) - Processo 0600155-57.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Valor da Execução / Cálculo / Atualização - EXEQUENTE: Gilberto Meneses Costa - INTIME-SE a parte interessada para se manifestar sobre a diligência/constrição negativa de fl. antecedente, requerendo o que de direito, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: JOÃO BATISTA ANDRADE DE QUEIROZ (OAB 2372/AM) - Processo 0600282-63.2017.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Obrigações - REQUERENTE: Haroldo Bandeira da Silva - Intime-se a parte exequente para que apresente os cálculos pertinentes à integralidade do cumprimento de sentença, devidamente atualizados - conjuntamente com o respectivo memorial. Prazo de 10 dias. Em sede de Juizados Especiais, não há condenação em honorários no primeiro grau, conforme art. 55 da Lei nº 9.099/95. Conforme entendimento do STJ (REsp 1262933/RJ), a aplicação da multa do art. 523, CPC/15 depende de prévia intimação do devedor para pagamento voluntário e sua respectiva inércia em fazê-lo, razão pela qual não deverá constar dos cálculos a serem apresentados. Em tendo havido incidência de astreintes, o seu cálculo de referência deverá vir em apartado do restante da condenação, com menção às fls em que fixada e evento nos autos que comprovasse o descumprimento. Prazo de 10 dias. P.C.I.

ADV: ROBERTO MARQUES DA COSTA (OAB 4135/AM) - Processo 0600342-02.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Silvanira Araujo Maia - De ordem, intimo a parte autora/exequente a fim de que forneça seus dados bancários (banco, agência, conta corrente, com dígito, CPF), necessários à efetivação do pagamento por meio de transferência eletrônica, excetuando-se contas poupança criadas em agências lotéricas, tendo em vista a incompatibilidade do sistema de transferência eletrônica. Ao cumprimento, transfira-se o valor devido. Concomitantemente, intimo a parte autora/exequente para postular o que entender de direito, relativamente a eventual saldo remanescente/prosseguimento da execução. Prazo de 15 dias.

ADV: JOÃO ANTONIO DA MOTA SEIXAS (OAB 10046/AM) - Processo 0600392-28.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Seguro - REQUERENTE: Ducicleia da Silva Mendes - R. H. no estado em que se encontra. Diante dos verossímeis argumentos expostos na petição, defiro o pedido de inversão do ônus da prova por considerar a hipossuficiência do Requerente em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor, devendo constar no Mandado Citatório. Remeta-se os autos ao CEJUSC para fins de designação e realização de audiência de conciliação. Junto com a citação, notifique-se a parte ré para que, caso frustrada a conciliação, apresente, 10 dias após, resposta e eventuais documentos, eis que o caso é de julgamento antecipado da lide, nos termos dos artigos 355 do CPC/2015 c/c artigo 5º da Lei 9.099/95. Havendo interesse de produção de prova oral, deverá o postulante justificar a necessidade da mesma. Cumpra-se. Intime-se.

ADV: ISABEL DA SILVA MEDEIROS (OAB 7178/AM) - Processo 0600472-23.2017.8.04.0016 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Wanessa da Silva Benevenuto - INTIME-SE a parte interessada para se manifestar sobre a diligência negativa de fl. antecedente, inclusive, se se referir a AR recebido por terceiros por se tratar de modalidade de citação não admitida no âmbito do JEC, conforme art. 18, I da Lei nº. 9.099/95. A presente intimação não desincumbe a parte de comparecer à eventual audiência designada nos autos. Prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: MARCO ANDRÉ HONDA FLORES (OAB 6171/MS), ADV: PABLO DE PAULA LIMA (OAB 9482/AM), ADV: MARCOS PAULO COÊLHO DE SOUZA (OAB 4395/AM), ADV: ALEXANDRE GOMES RIBEIRO (OAB 6199/AM) - Processo 0601073-95.2018.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Benedito Lourenço Conceição da Silva - REQUERIDO: Banco Santander Brasil S/A - Verifico que satisfeitas as obrigações determinadas no título executivo, razão pela qual JULGO EXTINTO o processo, nos termos do art. 924, II, CPC/15. Baixar e arquivar, reativando, caso necessário, conforme avaliação do Ilmo. Sr. Diretor de Secretaria.

ADV: AGUINALDO PEREIRA DIAS (OAB 7667/AM) - Processo 0601103-96.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Erivaldo Santos de Macedo - R. H. no estado em que se encontra. Diante dos verossímeis argumentos expostos na petição, defiro o pedido de inversão do ônus da prova por considerar a hipossuficiência do Requerente em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor, devendo constar no Mandado Citatório. Remeta-se os autos ao CEJUSC para fins de designação e realização de audiência de conciliação. Junto com a citação, notifique-se a parte ré para que, caso frustrada a conciliação, apresente, 10 dias após, resposta e eventuais documentos, eis que o caso é de julgamento antecipado da lide, nos termos dos artigos 355 do CPC/2015 c/c artigo 5º da Lei 9.099/95. Havendo interesse de produção de prova oral, deverá o postulante justificar a necessidade da mesma. Cumpra-se. Intime-se.

ADV: ALEXANDRO MAGNO FERREIRA DE ARAÚJO (OAB 7983/AM), ADV: RENATO DE SOUZA PINTO (OAB 8794/AM), ADV: JOAAB MELO BARBOSA (OAB 8348/AM) - Processo 0601286-67.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Deusilene Lopes de Oliveira Coutinho - R. H. no estado em que se encontra. Diante dos verossímeis argumentos expostos na petição, defiro o pedido de inversão do ônus da prova por considerar a hipossuficiência do Requerente em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor, devendo constar no Mandado Citatório. Remeta-se os autos ao CEJUSC para fins de designação e realização de audiência de conciliação. Junto com a citação, notifique-se a parte ré para que, caso frustrada a conciliação,

apresente, 10 dias após, resposta e eventuais documentos, eis que o caso é de julgamento antecipado da lide, nos termos dos artigos 355 do CPC/2015 c/c artigo 5º da Lei 9.099/95. Havendo interesse de produção de prova oral, deverá o postulante justificar a necessidade da mesma. Cumpra-se. Intime-se.

ADV: JEAN MENDONÇA DOS SANTOS (OAB 10984/AM), ADV: PABLO DE PAULA LIMA (OAB 9482/AM), ADV: MARCOS PAULO COÊLHO DE SOUZA (OAB 4395/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB 1058A/AM) - Processo 0601357-40.2017.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Direito de Imagem - REQUERENTE: Dora Lúcia Gama Rodrigues - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Verifico que satisfeitas as obrigações determinadas no título executivo, razão pela qual JULGO EXTINTO o processo, nos termos do art. 924, II, CPC/15. Baixar e arquivar, reativando, caso necessário, conforme avaliação do Ilmo. Sr. Diretor de Secretaria.

ADV: BÁRBARA TRINDADE LOPES (OAB 9178/AM) - Processo 0601524-86.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: A.S.F.N. e outro - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 11/06/2019 às 11:00h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, telefone: 33035246. Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL CITAÇÃO - ADVERTÊNCIAS: Art. 334 do Código de Processo Civil: § 8º O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. § 9º As partes devem estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos. Art. 335 do Código de Processo Civil: O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data: I - da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição; II - do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso I; III - prevista no art. 231, de acordo com o modo como foi feita a citação, nos demais casos. § 1º No caso de litisconsórcio passivo, ocorrendo a hipótese do art. 334, § 6º, o termo inicial previsto no inciso II será, para cada um dos réus, a data de apresentação de seu respectivo pedido de cancelamento da audiência. § 2º Quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso II, havendo litisconsórcio passivo e o autor desistir da ação em relação a réu ainda não citado, o prazo para resposta correrá da data de intimação da decisão que homologar a desistência. Caso V. S.ª não apresente contestação no prazo legal, serão aplicadas as penas de confissão e de revelia, ou seja, serão presumidos aceitos como verdadeiros, todos os fatos articulados pela parte requerente na petição inicial CPC, art. 344); OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

ADV: NAYANNA EVELLYN PESSOA GAIA (OAB 12723/AM) - Processo 0601741-32.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Marcela da Silva Paulo - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 18/06/2019 às 08:30h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, telefone: 33035246. Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL CITAÇÃO - ADVERTÊNCIAS: Art. 334 do Código de Processo Civil: § 8º O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. § 9º As partes devem estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos. Art. 335 do Código de Processo Civil: O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data: I - da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição; II - do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso I; III - prevista no art. 231, de acordo com o modo como foi feita a citação, nos demais casos. § 1º No caso de litisconsórcio passivo, ocorrendo a hipótese do art. 334, § 6º, o termo inicial previsto no inciso II será, para cada um dos réus, a data de apresentação de seu respectivo pedido de cancelamento da audiência. § 2º Quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso II, havendo litisconsórcio passivo e o autor desistir da ação em relação a réu ainda não citado, o prazo para resposta correrá da data de intimação da decisão que homologar a desistência. Caso V. S.ª não apresente contestação no prazo legal, serão aplicadas as penas de confissão e de revelia, ou seja, serão presumidos aceitos como verdadeiros, todos os fatos articulados pela parte requerente na petição inicial CPC, art. 344); OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

ADV: MARIA DE FÁTIMA LIMA DA SILVA (OAB 6785/AM) - Processo 0601751-76.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo - REQUERENTE: Levy Salviano de Macedo Júnior e outro - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 18/06/2019 às 11:00h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, telefone: 33035246. Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL CITAÇÃO - ADVERTÊNCIAS: Art. 334 do Código de Processo Civil: § 8º O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. § 9º As partes devem estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos. Art. 335 do Código de Processo Civil: O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data: I - da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição; II - do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso I; III - prevista no art. 231, de acordo com o modo como foi feita a citação, nos demais casos. § 1º No caso de litisconsórcio passivo, ocorrendo a hipótese do art. 334, § 6º, o termo inicial previsto no inciso II será, para cada um dos réus, a data de apresentação de seu respectivo pedido de cancelamento da audiência. § 2º Quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso II, havendo litisconsórcio passivo e o autor desistir da ação em relação a réu ainda não citado, o prazo para resposta correrá da data de intimação da decisão que homologar a desistência. Caso V. S.ª não apresente contestação no prazo legal, serão aplicadas as penas de confissão e de revelia, ou seja, serão presumidos aceitos como verdadeiros, todos os fatos articulados pela parte requerente na petição inicial CPC, art. 344); OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

ADV: VICTOR HUGO TRINDADE SIMÕES (OAB 9286/AM), ADV: CAROLINA AUGUSTA MARTINS (OAB 9989/AM) - Processo 0601807-12.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Condomínio - REQUERENTE: Condomínio Weekend Club Ponta Negra - Recebo a inicial. Remetam-se os autos ao CEJUSC-CÍVEL, para designação e realização de audiência de conciliação. Em sede de Juizados Especiais não há a opção de, desde logo, declinar a realização da Audiência de Conciliação, nos termos dos arts. 2° e 16, ambos da Lei n° 9.099/95. Junto com a citação, notifique-se a parte ré para que, caso frustrada a conciliação, apresente resposta e eventuais documentos, eis que o caso é de julgamento antecipado da lide, nos termos do artigo 355 e 370, CPC/15 c/c artigo 5º da Lei 9.099/95. Havendo interesse de produção de prova oral, deverá o postulante justificar a necessidade da mesma. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: AGUINALDO PEREIRA DIAS (OAB 7667/AM) - Processo 0601917-11.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: V.a. Representações de Produtos de Limpeza Ltda M.e - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 18/06/2019 às 10:30h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, telefone: 33035246. Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL CITAÇÃO - ADVERTÊNCIAS: Art. 334 do Código de Processo Civil: § 8º O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. § 9º As partes devem estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos. Art. 335 do Código de Processo Civil: O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data: I - da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição; II - do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso I; III - prevista no art. 231, de acordo com o modo como foi feita a citação, nos demais casos. § 1º No caso de litisconsórcio passivo, ocorrendo a hipótese do art. 334, § 6º, o termo inicial previsto no inciso II será, para cada um dos réus, a data de apresentação de seu respectivo pedido de cancelamento da audiência. § 2º Quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso II, havendo litisconsórcio passivo e o autor desistir da ação em relação a réu ainda não citado, o prazo para resposta correrá da data de intimação da decisão que homologar a desistência. Caso V. S.ª não apresente contestação no prazo legal, serão aplicadas as penas de confissão e de revelia, ou seja, serão presumidos aceitos como verdadeiros, todos os fatos articulados pela parte requerente na petição inicial CPC, art. 344); OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

ADV: CLEMILTON LUCIO BRAÑA (OAB 10906/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0601931-92.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Daura dos Santos Alves - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Não atendido integralmente os comandos determinados no Despacho de fls. 25, corrijo de ofício o valor da causa para R$ 28.164,48, nos termos do art. 292, § 3.º do CPC. Diante dos argumentos expostos, e dos documentos acostados nos autos, INDEFIRO o pedido de tutela de urgência, eis que inexistente o lastro probatório suficiente para caracterizar verossimilhança das alegações, sem prejuízo de posterior reanálise em momento oportuno. Conforme Ofício 137/2018 - TRJE, nos autos do processo 0000199-73.2018.8.04.9000 (IRDR), ordenou-se a suspensão dos processos de conhecimento que versem sobre empréstimos quitados via descontos em folha de pagamento e atrelados à cartão de crédito. Assim, cumpra-se a decisão, baixando-se e suspendendo-se o feito até pronunciamento em sentido contrário. Apesar de o IRDR restar decidido, foi manejado, pelos bancos, Embargos de Declaração que obstaculizaram o trânsito em julgado, subsistindo, portanto, a suspensão dos feitos. P.C.I. Prejudicada eventual audiência designada. Cancele-se, caso pautada.

ADV: FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES (OAB 995A/AM), ADV: MIQUÉIAS MATIAS FERNANDES JÚNIOR (OAB 9958/AM), ADV: KÁTIA ASSIS RODRIGUES ROCHA (OAB 10320/AM) - Processo 0602150-08.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Dinah Câmara Fernandes de Souza - REQUERIDO: BradesCard S/A - Redesigne-se a audiência de conciliação, promovendo-se as intimações de praxe. P.C.I.

ADV: MARCELO ALBUQUERQUE CHAVES (OAB 9607/AM) - Processo 0602281-17.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condomínio Alphaville Manaus 4 - INTIME-SE a parte interessada para se manifestar sobre a diligência/constrição negativa de fl. antecedente, requerendo o que de direito, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: FERNANDA PRESTES DE LIMA (OAB 8776/AM), ADV: PRESTES SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA (OAB 8776/AM) - Processo 0602463-66.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Mútuo - EXEQUENTE: Mirian Kelly Pinheiro dos Santos Ferreira - Cite-se a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação a ser designada e realizada pelo CEJUSC-CÍVEL, localizado no Forum Henoch Reis, 4º andar, setor 1, cujo endereço é Avenida Jornalista Umberto Calderaro Filho, S/N, São Francisco. Acolho o pedido de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do(a) Autor(a) em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor. Junto com a citação, notifique-se a parte ré para que, caso frustrada a conciliação, apresente, 10 dias após, resposta, eventuais documentos e mídias que contenham áudio/vídeo, eis que o caso é de julgamento antecipado da lide, nos termos dos artigos 355 do CPC/2015 c/c artigo 5º da Lei 9.099/95. Havendo interesse de produção de prova oral, deverá o postulante justificar sua necessidade. Em expediente apartado, notifique-se a parte ré para que - preste as informações que reputar pertinentes no prazo de 10 dias, voltando, após, conclusos para apreciação do pedido de antecipação dos efeitos da tutela, assim providenciando a Secretaria.

ADV: ZULENIR SANTOS DE MENEZES (OAB 9411/AM) - Processo 0602550-22.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - DIREITO DO CONSUMIDOR - REQUERENTE: Anderson Matos Colares - Conforme dispõe o art. 373, Inciso I, CPC,o ônus da prova incumbe: ao autor, quanto ao fato constitutivo de seu direito, portanto, diante dos argumentos expostos, e dos documentos acostados nos autos, INDEFIRO o pedido de tutela de urgência, eis que o autor não comprovou a negativação de seu nome junto aos Órgãos de Proteção ao Crédito, sem prejuízo de posterior reanálise em momento oportuno. Cite-se a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação a ser designada e realizada pelo CEJUSC-CÍVEL, localizado no Forum Henoch Reis, 4º andar, setor 1, cujo endereço é Avenida Jornalista Umberto Calderaro Filho, S/N, São Francisco. Acolho o pedido de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do(a) Autor(a) em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor. Junto com a citação, notifique-se a parte ré para que, caso frustrada a conciliação, apresente, 10 dias após, resposta, eventuais documentos e mídias que contenham áudio/vídeo, eis que o caso é de julgamento antecipado da lide, nos termos dos artigos 355 do CPC/2015 c/c artigo 5º da Lei 9.099/95. Havendo interesse de produção de prova oral, deverá o postulante justificar sua necessidade. P.C.I.

ADV: CÍNTIA MARTINS DE SOUZA (OAB 4399/AM) - Processo 0602580-57.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Aline de Oliveira de Matos - Diante dos argumentos expostos,

e dos documentos acostados nos autos, INDEFIRO o pedido de tutela de urgência, eis que inexistente o lastro probatório suficiente para caracterizar verossimilhança das alegações, sem prejuízo de posterior reanálise em momento oportuno. Cite-se a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação a ser designada e realizada pelo CEJUSC-CÍVEL, localizado no Forum Henoch Reis, 4º andar, setor 1, cujo endereço é Avenida Jornalista Umberto Calderaro Filho, S/N, São Francisco. Acolho o pedido de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do(a) Autor(a) em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor. Junto com a citação, notifique-se a parte ré para que, caso frustrada a conciliação, apresente, 10 dias após, resposta, eventuais documentos e mídias que contenham áudio/vídeo, eis que o caso é de julgamento antecipado da lide, nos termos dos artigos 355 do CPC/2015 c/c artigo 5º da Lei 9.099/95. Havendo interesse de produção de prova oral, deverá o postulante justificar sua necessidade. P.C.I.

ADV: RENATO DE SOUZA PINTO (OAB 8794/AM), ADV: ALEXANDRO MAGNO FERREIRA DE ARAÚJO (OAB 7983/AM) - Processo 0602600-82.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Orleni Ramos da Silva - Cite-se a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação a ser designada e realizada pelo CEJUSC-CÍVEL, localizado no Forum Henoch Reis, 4º andar, setor 1, cujo endereço é Avenida Jornalista Umberto Calderaro Filho, S/N, São Francisco. Acolho o pedido de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do(a) Autor(a) em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor. Junto com a citação, notifique-se a parte ré para que, caso frustrada a conciliação, apresente, 10 dias após, resposta, eventuais documentos e mídias que contenham áudio/vídeo, eis que o caso é de julgamento antecipado da lide, nos termos dos artigos 355 do CPC/2015 c/c artigo 5º da Lei 9.099/95. Havendo interesse de produção de prova oral, deverá o postulante justificar sua necessidade. P.C.I.

ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM) - Processo 0602646-37.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Marcilene Coelho Rodrigues - Diante dos argumentos expostos, e dos documentos acostados nos autos, considero verossímeis os argumentos do requerente, e visando a evitar dano de difícil reparação, nos termos do art. 300, NCPC, DEFIRO o pedido de tutela de urgência requerido pela parte autora, DETERMINANDO que a ré se abstenha de de cobrar indevidamente, de qualquer maneira, tão somente os valores colocados em litígio, referente aos meses de Setembro/2018, nos valores de R$ 470,34 (quatrocentos e setenta reais e trinta e Quatro centavos), R$ 436,76 (quatrocentos e trinta e seis reais e setenta e seis Centavos) R$ 411,99 (quatrocentos e onze Reais e noventa e nove centavos) e a Outubro/2018, no valor de R$ 439,79 (quatrocentos e trinta e nove reais e setenta e nove centavos), bem como se abstenha de incluir o nome da Parte Autora no cadastro de inadimplentes dos Órgãos de Proteção de crédito, apenas e tão somente aos valores colocados em litigio, nos termos do que dispõe o art 77, CPC. . Cite-se a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação a ser designada e realizada pelo CEJUSC-CÍVEL, localizado no Forum Henoch Reis, 4º andar, setor 1, cujo endereço é Avenida Jornalista Umberto Calderaro Filho, S/N, São Francisco. Acolho o pedido de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do(a) Autor(a) em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor. Junto com a citação, notifique-se a parte ré para que, caso frustrada a conciliação, apresente, 10 dias após, resposta, eventuais documentos e mídias que contenham áudio/vídeo, eis que o caso é de julgamento antecipado da lide, nos termos dos artigos 355 do CPC/2015 c/c artigo 5º da Lei 9.099/95. Havendo interesse de produção de prova oral, deverá o postulante justificar sua necessidade.

ADV: FÁBIO RIVELLI (OAB 1119A/AM), ADV: FÁBIO RIVELLI (OAB 297608/SP), ADV: DANIELLA KARINA KANDA REBELLO (OAB 6576/AM) - Processo 0602695-15.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Jose Wilson do Nascimento Correa - REQUERIDO: Latam Airlines Group S/A - Verifico que satisfeitas as obrigações determinadas no título executivo, razão pela qual JULGO EXTINTO o processo, nos termos do art. 924, II, CPC/15. Baixar e arquivar, reativando, caso necessário, conforme avaliação do Ilmo. Sr. Diretor de Secretaria.

ADV: JOÃO RICARDO DE SOUZA DIXO JÚNIOR (OAB 3236/AM) - Processo 0602789-60.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - RECLAMANTE: Roger Castro Barros - R. H. no estado em que se encontra. Diante dos verossímeis argumentos expostos na petição, defiro o pedido de inversão do ônus da prova por considerar a hipossuficiência do Requerente em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor, devendo constar no Mandado Citatório. Remeta-se os autos ao CEJUSC para fins de designação e realização de audiência de conciliação. Junto com a citação, notifique-se a parte ré para que, caso frustrada a conciliação, apresente, 10 dias após, resposta e eventuais documentos, eis que o caso é de julgamento antecipado da lide, nos termos dos artigos 355 do CPC/2015 c/c artigo 5º da Lei 9.099/95. Havendo interesse de produção de prova oral, deverá o postulante justificar a necessidade da mesma. Cumpra-se. Intime-se.

ADV: JOÃO RICARDO DE SOUZA DIXO JÚNIOR (OAB 3236/AM) - Processo 0602790-45.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - RECLAMANTE: Roger Castro Barros - R. H. no estado em que se encontra. Diante dos verossímeis argumentos expostos na petição, defiro o pedido de inversão do ônus da prova por considerar a hipossuficiência do Requerente em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor, devendo constar no Mandado Citatório. Remeta-se os autos ao CEJUSC para fins de designação e realização de audiência de conciliação. Junto com a citação, notifique-se a parte ré para que, caso frustrada a conciliação, apresente, 10 dias após, resposta e eventuais documentos, eis que o caso é de julgamento antecipado da lide, nos termos dos artigos 355 do CPC/2015 c/c artigo 5º da Lei 9.099/95. Havendo interesse de produção de prova oral, deverá o postulante justificar a necessidade da mesma. Cumpra-se. Intime-se.

ADV: KARINA FERREIRA SILVA (OAB 9328/AM) - Processo 0602983-26.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Robson Ferreira Dornelas - R. H. no estado em que se encontra. Diante dos verossímeis argumentos expostos na petição, defiro o pedido de inversão do ônus da prova por considerar a hipossuficiência do Requerente em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor, devendo constar no Mandado Citatório. Remeta-se os autos ao CEJUSC para fins de designação e realização de audiência de conciliação. Junto com a citação, notifique-se a parte ré para que, caso frustrada a conciliação, apresente, 10 dias após, resposta e eventuais documentos, eis que o caso é de julgamento antecipado da lide, nos termos dos artigos 355 do CPC/2015 c/c artigo 5º da Lei 9.099/95. Havendo interesse de produção de prova oral, deverá o postulante justificar a necessidade da mesma. Cumpra-se. Intime-se.

ADV: MARCELO DE FIGUEIREDO ARRUDA (OAB 4505/AM), ADV: MUNICK ALBUQUERQUE COSTA (OAB 7874/AM) - Processo 0603153-95.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Maria Jose Alves de Figueiredo - Defiro o pedido de fls. 45/47, eis que amparado documentalmente. À Secretaria para que designe nova da data para realização da audiência de conciliação. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: MANOEL MARQUES DE OLIVEIRA FILHO (OAB 5587/AM), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT) - Processo 0603308-98.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - DIREITO DO CONSUMIDOR - REQUERENTE: Heloisa Helena Duarte Ferreira - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A e outro - Cite-se a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação a ser realizada no dia 06.05.2019 às 10h00min., no 6º JEC. Acolho o pedido de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do(a) Autor(a) em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso

VIII, do Código de Defesa do Consumidor. Junto com a citação, notifique-se a parte ré para que, caso frustrada a conciliação, apresente, 10 dias após, resposta, eventuais documentos e mídias que contenham áudio/vídeo, eis que o caso é de julgamento antecipado da lide, nos termos dos artigos 355 do CPC/2015 c/c artigo 5º da Lei 9.099/95. Havendo interesse de produção de prova oral, deverá o postulante justificar sua necessidade. P.C.I.

ADV: JOSÉ ESTEVÃO XAVIER (OAB 8824/AM) - Processo 0603442-28.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: estevão e rocha advogados associados - Recebo a inicial. Remetam-se os autos ao CEJUSC-CÍVEL, para designação e realização de audiência de conciliação. Em sede de Juizados Especiais não há a opção de, desde logo, declinar a realização da Audiência de Conciliação, nos termos dos arts. 2° e 16, ambos da Lei n° 9.099/95. Junto com a citação, notifique-se a parte ré para que, caso frustrada a conciliação, apresente resposta e eventuais documentos, eis que o caso é de julgamento antecipado da lide, nos termos do artigo 355 e 370, CPC/15 c/c artigo 5º da Lei 9.099/95. Havendo interesse de produção de prova oral, deverá o postulante justificar a necessidade da mesma. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: FLÁVIO RAFAEL PERDIGÃO GUERRA (OAB 8500/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0603511-60.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - DIREITO DO CONSUMIDOR - REQUERENTE: Mario Socorro Pinheiro de Fonte - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A e outro - .Cite-se a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada nos autos do processo em epígrafe para o dia 27/05/2019 às 09:30 horas, a ser realizada neste 6° Juizado Especial Cível. Acolho o pedido de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do(a) Autor(a) em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor. Junto com a citação, notifique-se a parte ré para que, caso frustrada a conciliação, apresente, 10 dias após, resposta, eventuais documentos e mídias que contenham áudio/vídeo, eis que o caso é de julgamento antecipado da lide, nos termos dos artigos 355 do CPC/2015 c/c artigo 5º da Lei 9.099/95. Havendo interesse de produção de prova oral, deverá o postulante justificar sua necessidade. Em expediente apartado, notifique-se a parte ré para que 2 - preste as informações que reputar pertinentes no prazo de 10 dias, voltando, após, conclusos para apreciação do pedido de antecipação dos efeitos da tutela, assim providenciando a Secretaria.

ADV: GESIEL BARBOZA SANTOS (OAB 1514/RR), ADV: HELOÍSA PONTES MAUÉS (OAB 9667/AM) - Processo 0603870-12.2016.8.04.0016 - Cumprimento de sentença - Perdas e Danos - RECLAMANTE: Lucioney de Melo Pereira - Intime-se a parte exequente para que apresente os cálculos pertinentes à integralidade do cumprimento de sentença, devidamente atualizados - conjuntamente com o respectivo memorial. Prazo de 10 dias. Em sede de Juizados Especiais, não há condenação em honorários no primeiro grau, conforme art. 55 da Lei nº 9.099/95. Conforme entendimento do STJ (REsp 1262933/RJ), a aplicação da multa do art. 523, CPC/15 depende de prévia intimação do devedor para pagamento voluntário e sua respectiva inércia em fazê-lo, razão pela qual não deverá constar dos cálculos a serem apresentados. Em tendo havido incidência de astreintes, o seu cálculo de referência deverá vir em apartado do restante da condenação, com menção às fls em que fixada e evento nos autos que comprovasse o descumprimento. Prazo de 10 dias. P.C.I.

ADV: CRIS RODRIGUES FLORÊNCIO PEREIRA (OAB 5316/AM) - Processo 0603946-34.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Seguro - REQUERENTE: Flavio Abreu Bastos - R. H. no estado em que se encontra. Diante dos verossímeis argumentos expostos na petição, defiro o pedido de inversão do ônus da prova por considerar a hipossuficiência do Requerente em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor, devendo constar no Mandado Citatório. Remeta-se os autos ao CEJUSC para fins de designação e realização de audiência de conciliação. Junto com a citação, notifique-se a parte ré para que, caso frustrada a conciliação, apresente, 10 dias após, resposta e eventuais documentos, eis que o caso é de julgamento antecipado da lide, nos termos dos artigos 355 do CPC/2015 c/c artigo 5º da Lei 9.099/95. Havendo interesse de produção de prova oral, deverá o postulante justificar a necessidade da mesma. Cumpra-se. Intime-se.

ADV: RODRIGO FALEIROS DE OLIVEIRA (OAB 22693/MS) - Processo 0604007-89.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: Johanna Ballaschk Graciatti - R. H. no estado em que se encontra. Diante dos verossímeis argumentos expostos na petição, defiro o pedido de inversão do ônus da prova por considerar a hipossuficiência do Requerente em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor, devendo constar no Mandado Citatório. Remeta-se os autos ao CEJUSC para fins de designação e realização de audiência de conciliação. Junto com a citação, notifique-se a parte ré para que, caso frustrada a conciliação, apresente, 10 dias após, resposta e eventuais documentos, eis que o caso é de julgamento antecipado da lide, nos termos dos artigos 355 do CPC/2015 c/c artigo 5º da Lei 9.099/95. Havendo interesse de produção de prova oral, deverá o postulante justificar a necessidade da mesma. Cumpra-se. Intime-se.

ADV: DANIELLY COELHO DE MOURA (OAB 13183/AM) - Processo 0604204-44.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: Maria Zeneide Marques Rolim - Diante dos argumentos expostos, e dos documentos acostados nos autos, considero verossímeis os argumentos do requerente, e visando a evitar dano de difícil reparação, nos termos do art. 300, NCPC, DEFIRO o pedido de tutela de urgência requerido pela parte autora, DETERMINANDO que a ré se abstenha de cobrar indevidamente, de qualquer maneira, tão somente os valores colocados em litígio, referente aos meses de Novembro/2018 no valor de R$ 560,01 (Quinhentos e sessenta reais e um centavo), dezembro/2018, no valor de R$ 559,99 (Quinhentos e cinquenta e nove reais e noventa e nove centavos), janeiro/2019, no valor de R$ 548,90 (Quinhentos e quarenta e oito reais e noventa centavos), bem como se abstenha de incluir o nome da Parte Autora no cadastro de inadimplentes dos Órgãos de Proteção de Crédito, até ulterior deliberação deste Juízo, nos termos do art. 297, CPC/15 . Cite-se a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação a ser designada e realizada pelo CEJUSC-CÍVEL, localizado no Forum Henoch Reis, 4º andar, setor 1, cujo endereço é Avenida Jornalista Umberto Calderaro Filho, S/N, São Francisco. Acolho o pedido de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do(a) Autor(a) em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor. Junto com a citação, notifique-se a parte ré para que, caso frustrada a conciliação, apresente, 10 dias após, resposta, eventuais documentos e mídias que contenham áudio/vídeo, eis que o caso é de julgamento antecipado da lide, nos termos dos artigos 355 do CPC/2015 c/c artigo 5º da Lei 9.099/95. Havendo interesse de produção de prova oral, deverá o postulante justificar sua necessidade. P.C.I.

ADV: RENZZO FONSECA ROMANO (OAB 6242/AM) - Processo 0604832-33.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: Ruiter Sander Macedo Martins de Rezende - A inicial apresenta pedido de impugnação a negativação do nome autoral sem requerer a declaração de inexigibilidade do valor que fomentou a negativação. Trata-se de inépcia nos termos do art. 330, §1º, III, CPC/15. Ademais, faz-se necessária a juntada nos autos de documento comprobatório da negativação, de forma detalhada e legível, eis que o documento apresentado em fls. 37, está com difícil leitura. Intime-se a parte autora para que emende o pedido d) da inicial, a fim de especificar os meses e valores que pretende tornar litigiosos e que ocasionaram a negativação em seu CPF, bem como emendar o valor da causa, de modo a compreender a somatória dos pedidos, a fim de refletir seu real proveito econômico, nos termos do art. 292, VI, CPC. Prazo de 15 dias. Após o prazo, certificados, voltem conclusos. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: MARILENE BALBI DE ALBUQUERQUE (OAB 12492/AM), ADV: ROBERTO AMARAL ARRUDA FILHO (OAB 10034/AM) - Processo 0604876-52.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: Fabio Jhones Correa - Prazo de 15 dias para que a parte autora emende o pedido 2) da inicial, a fim de especificar os meses e valores por extenso, que pretende tornar litigiosos, bem como

emende o valor da causa, de modo a refletir seu real proveito econômico, nos termos do art. 292, VI, CPC. Decisão com base nos arts. 38, § u da L. 9.099/95 e 322 e 324, ambos do CPC/15. Após o prazo, certificados, voltem conclusos. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: JOÃO BATISTA ANDRADE DE QUEIROZ (OAB 2372/AM) - Processo 0604887-15.2017.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Perdas e Danos - REQUERENTE: Wallace Pereira Alencar - INTIME-SE a parte interessada para se manifestar sobre a diligência/constrição negativa de fl. antecedente, requerendo o que de direito, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: ISAEL DE JESUS GONÇALVES AZEVEDO (OAB 3051/AM) - Processo 0605111-19.2019.8.04.0015 - Procedimento Comum - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Nilo Oliveira de Sousa Filho - Isto posto, homologo a desistência e, por conseqüência, JULGO EXTINTO o Processo sem a Apreciação do Mérito, nos termos do art. 51, caput, c/c o art. 485, inciso VIII do CPC. Sem custas e honorários advocatícios, de acordo com o art. 55, caput da Lei 9099/95. Preparo de lei. Após, ARQUIVEM-SE os presentes autos, com as cautelas de praxe.

ADV: ICAROTY JOSÉ DA SILVA (OAB 6010/AM), ADV: MARCO ANDRÉ HONDA FLORES (OAB 6171/MS) - Processo 0605167-86.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Aluisio Abreu da Silva - REQUERIDO: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - Verifico que satisfeitas as obrigações determinadas no título executivo, razão pela qual JULGO EXTINTO o processo, nos termos do art. 924, II, CPC/15. Baixar e arquivar, reativando, caso necessário, conforme avaliação do Ilmo. Sr. Diretor de Secretaria.

ADV: CRIS RODRIGUES FLORÊNCIO PEREIRA (OAB 5316/AM) - Processo 0605348-87.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Bancários - REQUERENTE: Miguel Inhuma Filho - Diante dos argumentos expostos, e dos documentos acostados nos autos, INDEFIRO o pedido de tutela de urgência, eis que o seu teor se confunde com o mérito da demanda, sem prejuízo de posterior reanálise em momento oportuno. Cite-se a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada nos autos do processo em epígrafe para o dia 17/05/2019 às 11:00 horas, a ser realizada neste 6° Juizado Especial Cível. Acolho o pedido de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do(a) Autor(a) em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor. Junto com a citação, notifique-se a parte ré para que, caso frustrada a conciliação, apresente, 10 dias após, resposta, eventuais documentos e mídias que contenham áudio/vídeo, eis que o caso é de julgamento antecipado da lide, nos termos dos artigos 355 do CPC/2015 c/c artigo 5º da Lei 9.099/95. Havendo interesse de produção de prova oral, deverá o postulante justificar sua necessidade. P.C.I.

ADV: RAIMUNDO DE AMORIM FRANCISCO SOARES FILHO (OAB 5505/AM) - Processo 0605400-49.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: João Américo da Silva - Conforme decisão exarada nos autos do Incidente de Uniformização de Jurisprudência nº 0000511-49.2018.8.04.9000 (IRDR), originado no Recurso Inominado nº. 0605626-10.2017.8.04.0020, ordenou-se a suspensão dos processos de conhecimento que versem sobre (i) legalidade das cobranças da tarifa bancária denominada “cesta básica de serviços”, “cestá fácil” ou similares, quando não demonstrada a contratação de tais serviços, mediante contrato específico, ou se tal panorama configura a existência de ato contraditório por parte do usuário do serviço, que, sabendo dos descontos efetivados em sua conta-corrente, se mantém inerte (venire contra factum proprium); (ii) a ocorrência ou não de danos morais em razão de tais descontos à pessoa do correntista e (iii) ocorrência ou não do dever de repetição simples ou dobrada dos valores descontados, acaso constatado, no caso concreto, que estes são indevidos. Assim, cumpra-se a decisão, baixando-se e suspendendo-se o feito até pronunciamento em sentido contrário. Suspensão que inclui processos pendentes de prazo recursal. Prejudicada eventual audiência designada. Cancele-se, caso pautada.

ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM), ADV: JANDER RUBEM SOUZA DA ROCHA (OAB 7886/AM), ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM) - Processo 0605795-75.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Yeda Cavalcanti Véras - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - R. H. no estado em que se encontra. Diante dos verossímeis argumentos expostos na petição, defiro o pedido de inversão do ônus da prova por considerar a hipossuficiência do Requerente em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor, devendo constar no Mandado Citatório. Remeta-se os autos ao CEJUSC para fins de designação e realização de audiência de conciliação. Junto com a citação, notifique-se a parte ré para que, caso frustrada a conciliação, apresente, 10 dias após, resposta e eventuais documentos, eis que o caso é de julgamento antecipado da lide, nos termos dos artigos 355 do CPC/2015 c/c artigo 5º da Lei 9.099/95. Havendo interesse de produção de prova oral, deverá o postulante justificar a necessidade da mesma. Cumpra-se. Intime-se.

ADV: CRIS RODRIGUES FLORÊNCIO PEREIRA (OAB 5316/AM) - Processo 0605943-86.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Bancários - REQUERENTE: Heldo Tavares de Aguiar - Diante dos argumentos expostos, e dos documentos acostados nos autos, INDEFIRO o pedido de tutela de urgência, eis que o seu teor se confunde com o mérito da demanda, sem prejuízo de posterior reanálise em momento oportuno. Cite-se a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação a ser designada e realizada pelo CEJUSC-CÍVEL, localizado no Forum Henoch Reis, 4º andar, setor 1, cujo endereço é Avenida Jornalista Umberto Calderaro Filho, S/N, São Francisco. Acolho o pedido de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do(a) Autor(a) em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor. Junto com a citação, notifique-se a parte ré para que, caso frustrada a conciliação, apresente, 10 dias após, resposta, eventuais documentos e mídias que contenham áudio/vídeo, eis que o caso é de julgamento antecipado da lide, nos termos dos artigos 355 do CPC/2015 c/c artigo 5º da Lei 9.099/95. Havendo interesse de produção de prova oral, deverá o postulante justificar sua necessidade. P.C.I.

ADV: LUCAS LEOPOLDINO MARINHO LARANJEIRAS (OAB 10625/AM) - Processo 0607113-93.2018.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: M.B. 3000 Segurança Eletrônica Ltda - Intime-se a parte executada para que adimpla voluntariamente o valor apresentado no prazo legal, comprovando-o nestes autos.

ADV: SANDRA RÉGIA DUDA CLEMENTE (OAB 9376/AM) - Processo 0607169-29.2018.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Antonia Elizabete Santos Jales Coelho - INTIME-SE a parte interessada para se manifestar sobre a diligência/constrição negativa de fl. antecedente, requerendo o que de direito, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: ADRIANE CRISTINE CABRAL MAGALHÃES (OAB 5373/AM), ADV: LUCAS RODRIGUES LUCAS (OAB 9493/AM) - Processo 0607720-09.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: Adriane Cristine Cabral Magalhães - INTIME-SE a parte interessada para se manifestar sobre a diligência/constrição negativa de fl. antecedente, requerendo o que de direito, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: LÍDIA ROBERTO DA SILVA (OAB 9135/AM) - Processo 0608237-48.2017.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Cebach - Centro Educacional Batista da Chapada - INTIME-SE a parte interessada para se manifestar sobre a diligência/constrição negativa de fl. antecedente, requerendo o que de direito, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: ERIKA NAIANA D. PIRES (OAB 590A/AM), ADV: VÍTOR VILHENA GONÇALO DA SILVA (OAB 6502/AM) - Processo 0608303-91.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - DIREITO CIVIL - REQUERENTE: Marcos Pericles de Queiroz Sobral Filho - INTIME-SE a parte interessada para se manifestar sobre a diligência/constrição negativa de fl. antecedente, requerendo o que de direito, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: BRUNO NUNES FERREIRA (OAB 11020AM) - Processo 0608534-89.2016.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo - REQUERENTE: Claudia Maria de Oliveira Martins - INTIME-SE a parte interessada para se manifestar sobre a diligência/constrição negativa de fl. antecedente, requerendo o que de direito, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: DEYVIZON ALVES DO NASCIMENTO (OAB 9357/AM), ADV: JONATHAN SOLON MELO NUNES (OAB 12119/AM) - Processo 0609320-65.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Nair Alexandrina da Silva Medeiros - REQUERIDO: Mediclab Serviços e Atividades Médicas Ltda. - Verifico que satisfeitas as obrigações determinadas no título executivo, razão pela qual JULGO EXTINTO o processo, nos termos do art. 924, II, CPC/15. Baixar e arquivar, reativando, caso necessário, conforme avaliação do Ilmo. Sr. Diretor de Secretaria.

ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB A598/AM) - Processo 0609848-02.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Berg Cooper Diniz - REQUERIDO: Lojas Riachuelo S/A - Verifico que satisfeitas as obrigações determinadas no título executivo, razão pela qual JULGO EXTINTO o processo, nos termos do art. 924, II, CPC/15. Baixar e arquivar, reativando, caso necessário, conforme avaliação do Ilmo. Sr. Diretor de Secretaria.

ADV: JORGE HENRIQUE SILVA DE MELO (OAB 7999/AM) - Processo 0609955-46.2018.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Constrição / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens - EXEQUENTE: Prime Desenvolvimento Profissional Eireli - Me - INTIME-SE a parte interessada para se manifestar sobre a diligência/constrição negativa de fl. antecedente, requerendo o que de direito, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: MESSI ELMER VASCONCELOS CASTRO (OAB 9910/AM) - Processo 0610342-61.2018.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Espécies de Contratos - REQUERENTE: Silvana de Almeida Maciel - Intime-se a parte executada para que adimpla voluntariamente o valor apresentado no prazo legal, comprovando-o nestes autos.

ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: DANIEL BATTIPAGLIA SGAI (OAB 214918/SP), ADV: MARÍLIA MICKEL MIYAMOTO (OAB 271431/SP), ADV: RODRIGO OTÁVIO BORGES MELO (OAB 6488/AM), ADV: MÁRCIO VINÍCIUS COSTA PEREIRA (OAB 84367/RJ) - Processo 0610665-08.2014.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: CÁSSIO ANDRÉ BORGES DOS SANTOS - REQUERIDO: DECOLAR.COM LTDA - Gol Linhas Aéreas Inteligentes S/A - Verifico que satisfeitas as obrigações determinadas no título executivo, razão pela qual JULGO EXTINTO o processo, nos termos do art. 924, II, CPC/15. Baixar e arquivar, reativando, caso necessário, conforme avaliação do Ilmo. Sr. Diretor de Secretaria.

ADV: CARLOS EDUARDO CAVALCANTE RAMOS (OAB 37489A/BA), ADV: LUIZ GUSTAVO FERNANDES DA COSTA (OAB 149048/MG), ADV: MATHEUS NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 7197/AM) - Processo 0610865-73.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Ideraldo dos Santos Alfaia - REQUERIDO: Banco Olé Bonsucesso Consignado S/A - Por isso, ou seja, sendo mera consequência de expresso texto legal, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO, nos termos do art. 51, I, da Lei 9.099/95 c/c enunciado 20, do FONAJE. Condeno a parte ausente em custas, a serem cobradas caso renovada a ação, nos termos do disposto no art. 51, § 2º da Lei 9.099/95 c/c com base no enunciado 28, do FONAJE c/c art. 2º, II do Prov. 256/2015, da CGJ/AM. Sem honorários. Custas recursais de lei (preparo). P.R.I. Arquivem-se os autos com baixa na distribuição.

ADV: ÉRICA CAROLINA DE OLIVEIRA CASTRO (OAB 11174/AM), ADV: ADONAY PAES BARRETO DE OLIVEIRA (OAB 6202/AM) - Processo 0611236-37.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - RECLAMANTE: Daniel Vilaça da Silva - REQUERIDO: Clube dos Empregados da Petrobrás de Manaus Cepe - Am - Por isso, ou seja, sendo mera consequência de expresso texto legal, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO, nos termos do art. 51, I, da Lei 9.099/95 c/c enunciado 20, do FONAJE. Condeno a parte ausente em custas, a serem cobradas caso renovada a ação, nos termos do disposto no art. 51, § 2º da Lei 9.099/95 c/c com base no enunciado 28, do FONAJE c/c art. 2º, II do Prov. 256/2015, da CGJ/AM. Sem honorários. Custas recursais de lei (preparo). P.R.I. Arquivem-se os autos com baixa na distribuição.

ADV: ALESSANDRA ALVES DE CARVALHO (OAB 988A/AM) - Processo 0612306-60.2016.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: TATIANA DE ALMEIDA FURTADO - De ordem, intimo a parte autora/exequente a fim de que forneça seus dados bancários (banco, agência, conta corrente, com dígito, CPF), necessários à efetivação do pagamento por meio de transferência eletrônica, excetuando-se contas poupança criadas em agências lotéricas, tendo em vista a incompatibilidade do sistema de transferência eletrônica. Ao cumprimento, transfira-se o valor devido. Concomitantemente, intimo a parte autora/exequente para postular o que entender de direito, relativamente a eventual saldo remanescente/prosseguimento da execução. Prazo de 15 dias.

ADV: JOÃO MARCOS CONCEIÇÃO BERNARDO (OAB 11883/AM), ADV: ÁGATA CRISTH BARROSO DE SOUZA (OAB 3879/AM) - Processo 0612419-43.2018.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: Ciesi Centro Integrado de Ensino Prof Swely Imbiriba Ltda - INTIME-SE a parte interessada para se manifestar sobre a diligência/constrição negativa de fl. antecedente, requerendo o que de direito, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: ROBERTO MARQUES DA COSTA (OAB 4135/AM) - Processo 0613333-10.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condomínio Edifício Ajuricaba - INTIME-SE a parte interessada para se manifestar sobre a diligência/constrição negativa de fl. antecedente, requerendo o que de direito, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: CRIS RODRIGUES FLORÊNCIO PEREIRA (OAB 5316/AM) - Processo 0613471-74.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Seguro - REQUERENTE: Joyce Kelly Massulo de Souza - Intime-se a parte autora para que comprove sua residência indicada na qualificação das fls. 1 através de documento(s) idôneo(s),devidamente atualizada e em seu nome, facultando-se-lhe utilização do disposto na lei 7.115/83. Prazo de 15 dias. Após o prazo, certificados, voltem conclusos. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: VALDEMIRO BRASILIANO DE MORAIS FILHO (OAB 11274AM), ADV: CÉSAR LUIZ CAMPOS DA COSTA (OAB 8026/AM) - Processo 0613598-12.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: VALDEMIRO BRASILIANO DE MORAIS FILHO - REQUERIDA: Ileia Amorim da Cunha Cavalcanti - F. 77/78 - Ausência justificada com atestado médico. À Secretaria para designar nova data para audiência de conciliação. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: JOSUÉ NASCIMENTO PIMENTEL (OAB 9118/AM), ADV: MARCOS PEREIRA DA SILVA (OAB 11150/AM) - Processo 0613743-68.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigações - REQUERENTE: Dubom Fracionamento e Ind. de Cereais Ltda - INTIME-SE a parte interessada para se manifestar sobre a diligência/constrição negativa de fl. antecedente, requerendo o que de direito, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: MARCOS PEREIRA DA SILVA (OAB 11150/AM), ADV: JOSUÉ NASCIMENTO PIMENTEL (OAB 9118/AM) - Processo 0613769-66.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigações - REQUERENTE: Dubom Fracionamento e Ind. de Cereais Ltda - INTIME-SE a parte interessada para se manifestar sobre a diligência/constrição negativa de fl. antecedente, requerendo o que de direito, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: JOSUÉ NASCIMENTO PIMENTEL (OAB 9118/AM), ADV: MARCOS PEREIRA DA SILVA (OAB 11150/AM) - Processo 0613914-25.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigações - REQUERENTE: Dubom Fracionamento e Ind. de Cereais Ltda - INTIME-SE a parte interessada para se manifestar sobre a diligência/constrição negativa de fl. antecedente, requerendo o que de direito, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: RAQUEL PINTO VALENTE (OAB 6771/AM), ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM), ADV: HENRIQUE MOURA ROCHA (OAB 234429/SP) - Processo 0613924-69.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Mônica Cristina Raposo da Câmara Chaves do Carmo - REQUERIDO: Tapiri Turismo Ltda - Global Village Viagens e Turismo LTDA e outro - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Celso Antunes da Silveira Filho, INTIME-SE a parte recorrida para, querendo, apresentar contrarrazões ao Recurso Inominado no prazo legal, na forma preconizada pelo artigo 42, § 2º, da Lei 9.099/95.

ADV: MARCELA DA SILVA PAULO (OAB 10325/AM), ADV: MARCELA PAULO SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA (OAB 10325/AM), ADV: GREYSA MORES FRAGOSO (OAB 12765/AM), ADV: ENY BITTENCOURT (OAB 29442/BA) - Processo 0614048-86.2017.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Seguro - REQUERENTE: Kennedy Nascimento Rodrigues - REQUERIDO: Itaú Unibanco Holding S/A - Banco Itaucard S/A - Intime-se a parte executada para que adimpla voluntariamente o valor apresentado no prazo legal, comprovando-o nestes autos.

ADV: LUCAS OBANDO DE OLIVEIRA (OAB 11198/AM) - Processo 0615013-30.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Dano Ambiental - REQUERENTE: Thays Obando Brito - Prazo de 5 dias para que a parte autora comprove a aquiescência da ré com a transação apresentada às f. 31/33. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: DAYANA FREITAS DE ALBUQUERQUE BULCÃO (OAB 10001/AM) - Processo 0615225-85.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Seguro - REQUERENTE: Nancy Souza da Silva - Intime-se a parte autora para que emende o pedido c) da inicial, a fim de esclarecer com precisão os meses e valores cobrados e impugnados e o valor da repetição, de forma separada, eis que se tratam, a rigor, de pedidos distintos, com base nos arts. 38, § u da L. 9.099/95 e 322 e 324, ambos do CPC/15, bem como emendar o valor da causa, de modo a refletir seu real proveito econômico, nos termos do art. 292, VI, CPC. Prazo de 15 dias. Após o prazo, certificados, voltem conclusos. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: KASSER JORGE CHAMY DIB (OAB 5551/AM) - Processo 0615343-27.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Yasser Hussami Hauache e outro - INTIME-SE a parte interessada para se manifestar sobre a diligência/constrição negativa de fl. antecedente, requerendo o que de direito, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: JOSE HENRIQUE CANCADO GONCALVES (OAB 855A/SE), ADV: KELLY ANNE CORRÊA DE OLIVEIRA (OAB 9330/AM), ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 57680/MG) - Processo 0615504-37.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Andreza Luiza de Araujo Fernandes - REQUERIDO: Net Serviços de Comunicação S/A - Trata-se de pedido de prosseguimenot do feito em razão da ausência da parte ré à audiência de conciliação realizada no CEJUSC. Os autos foram encaminhados ao Centro Judiciário de Solução de Conflitos - CEJUSC exclusivamente para se antecipar a audiência de conciliação, sem prejuízo daquela previamente designada para 29/05/2019, às 08h30min e que será realizada na sala de audiências deste 6º Juizado. Nesse sentido se verifica o disposto no art. 3º da Resolução 004/2015-PTJ: Art. 3.º O Sistema de Conciliação e Mediação será operacionalizado pelas seguintes Unidades: (...) II - Centros Judiciários de Solução de Conflitos, compostos dos Setores de Solução Pré-Processual de Conflitos, de Solução Processual de Conflitos e de Cidadania, concentrando as atividades atendimento e orientação ao cidadão e de realização de reuniões objetivando, por meio de conciliação e mediação, soluções antecipadas para as demandas de competência das Varas: a) de Família; b) Cíveis e da Fazenda Pública; c) dos Juizados Especiais Cíveis; d) do Programa Justiça Itinerante. Nesse sentido, ratifico o despacho de fls. 127. Aguarde-se a realização da audiência de conciliação.

ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 57680/MG), ADV: KLISMAN DA SILVA MULLER (OAB 11080/AM), ADV: RUBEMAR ROCHA DE LUCENA (OAB 11448/AM) - Processo 0616304-65.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Flavia Lima Goncalves - REQUERIDO: Claro S/A - Trata-se de pedido de prosseguimento do feito em razão da ausência da parte ré à audiência de conciliação realizada no CEJUSC. Os autos foram encaminhados ao Centro Judiciário de Solução de Conflitos - CEJUSC exclusivamente para se antecipar a audiência de conciliação, sem prejuízo daquela previamente designada para 02/05/2019, às 9h e que será realizada na sala de audiências deste 6º Juizado. Nesse sentido se verifica o disposto no art. 3º da Resolução 004/2015-PTJ: Art. 3.º O Sistema de Conciliação e Mediação será operacionalizado pelas seguintes Unidades: (...) II - Centros Judiciários de Solução de Conflitos, compostos dos Setores de Solução Pré-Processual de Conflitos, de Solução Processual de Conflitos e de Cidadania, concentrando as atividades atendimento e orientação ao cidadão e de realização de reuniões objetivando, por meio de conciliação e mediação, soluções antecipadas para as demandas de competência das Varas: a) de Família; b) Cíveis e da Fazenda Pública; c) dos Juizados Especiais Cíveis; d) do Programa Justiça Itinerante. Nesse sentido, ratifico o despacho de fls. 76. Aguarde-se a realização da audiência de conciliação.

ADV: DANIEL DE LIMA CAVALCANTE (OAB 9070/AM) - Processo 0616513-68.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Seguro - REQUERENTE: Joaquim Araujo Cavalcante Filho - R. H. no estado em que se encontra. Diante dos verossímeis argumentos expostos na petição, defiro o pedido de inversão do ônus da prova por considerar a hipossuficiência do Requerente em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor, devendo constar no Mandado Citatório. Remeta-se os autos ao CEJUSC para fins de designação e realização de audiência de conciliação. Junto com a citação, notifique-se a parte ré para que, caso frustrada a conciliação, apresente, 10 dias após, resposta e eventuais documentos, eis que o caso é de julgamento antecipado da lide, nos termos dos artigos 355 do CPC/2015 c/c artigo 5º da Lei 9.099/95. Havendo interesse de produção de prova oral, deverá o postulante justificar a necessidade da mesma. Cumpra-se. Intime-se.

ADV: HAROLDO ALVES PIMENTA FILHO (OAB 9502/AM), ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 9558/AL), ADV: JOSÉ CARLOS VAN CLEEF DE ALMEIDA SANTOS (OAB 273843/SP) - Processo 0616554-98.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Planos de Saúde - REQUERENTE: Islene Botelho Barroso - REQUERIDO: Qualicorp Administradora de Benefícios S/A - Sulamérica Seguro Saúde S/A - Atendendo aos requisitos de tempestividade e preparo impostos pela L. 9.099/95, o que se extrai da certidão lavrada por esta Secretaria, recebo o recurso no duplo efeito somente em relação à eventual obrigação de pagar, nos termos do arts. 42 e 43 da Lei 9.099/95. Havendo condenação em obrigação de fazer, esta deverá ser cumprida pelo devedor, por força do art. 43 da Lei 9.099/95 e dos efeitos acima dispostos. Preclusos os atos pertinentes, certifique-se e remetam-se os autos ao MM Juiz Distribuidor das Turmas Recursais, com as nossas homenagens. Intimem-se.

ADV: RICARDO ALAN MONTEIRO BATISTA (OAB 8084/AM) - Processo 0616616-75.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Arthur de Freitas Lisboa - R.H. no estado em que se encontra. Vista ao exequente da certidão de dívida retro. Após, em nada mais havendo, arquivem-se os autos. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: LUANA PEREIRA RÉGIS (OAB 9340/AM), ADV: ANGÉLICA ORTIZ RIBEIRO (OAB 2847/AM) - Processo 0616817-33.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Ricardo Cesar L Pereira - REQUERIDO: Gol Linhas Aéreas Inteligentes S/A - Por isso, JULGO PROCEDENTE EM PARTE O PEDIDO, CONDENANDO A RÉ TÃO-SOMENTE A PAGAR R$1.174,29, equivalente ao valor pago na remarcação (1.784,09) deduzido do valor pago inicialmente (609,80). É a solução mais adequada ao caso. Correção monetária pelos parâmetros usados pelo TJAM, aplicando-se no que pertinente: desde a data do(s) desembolso. Juros de 1% a.m desde a citação. Sem custas pretéritas. Sem honorários. Preparo de lei (Lei AM 2.429/96 c/c Prov. 256/2015-CGJ/AM). P.R.I. Transitada em julgado, dê-se baixa e arquivem-se os autos.

ADV: SÍLVIA ROBERTA PADILHA DE OLIVEIRA (OAB 6664/AM), ADV: GUTTEMBERG ALENCAR VIANA (OAB 9698/AM), ADV: PAULO RODRIGUES DE ALMEIDA (OAB 9533/AM), ADV: JEAN MENDONÇA DOS SANTOS (OAB 10984/AM) - Processo 0617091-31.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Geffeson Costa Andrade - De ordem, intimo a parte autora/exequente a fim de que forneça seus dados bancários (banco, agência, conta corrente, com dígito, CPF), necessários à efetivação do pagamento por meio de transferência eletrônica, excetuando-se contas poupança criadas em agências lotéricas, tendo em vista a incompatibilidade do sistema de transferência eletrônica. Ao cumprimento, transfira-se o valor devido. Concomitantemente, intimo a parte autora/exequente para postular o que entender de direito, relativamente a eventual saldo remanescente/prosseguimento da execução. Prazo de 15 dias.

ADV: HENRIQUE VIDAL ISRAEL DOS SANTOS (OAB 8277/AM) - Processo 0617111-56.2016.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Jean Robert Cesar - INTIME-SE a parte interessada para se manifestar sobre a diligência/constrição negativa de fl. antecedente, requerendo o que de direito, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: RAGÉLIA SANTOS DE PAIVA KANAWATI (OAB 10998/AM), ADV: MARCOS ALESSANDRO MACEDO FERNANDES DA SILVA (OAB 11680/AM) - Processo 0617174-47.2017.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Edson Renato da Silva - REQUERIDO: Centro de Educação Executivo do Amazonas - LITSPASSIV: Fundação Getúlio Vargas - Fgv - Intime-se a parte executada para que adimpla voluntariamente o valor apresentado no prazo legal, comprovando-o nestes autos.

ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM) - Processo 0617375-39.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: William Janes de Carvalho Bastos - R. H. no estado em que se encontra. Diante dos verossímeis argumentos expostos na petição, defiro o pedido de inversão do ônus da prova por considerar a hipossuficiência do Requerente em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor, devendo constar no Mandado Citatório. Remeta-se os autos ao CEJUSC para fins de designação e realização de audiência de conciliação. Junto com a citação, notifique-se a parte ré para que, caso frustrada a conciliação, apresente, 10 dias após, resposta e eventuais documentos, eis que o caso é de julgamento antecipado da lide, nos termos dos artigos 355 do CPC/2015 c/c artigo 5º da Lei 9.099/95. Havendo interesse de produção de prova oral, deverá o postulante justificar a necessidade da mesma. Cumpra-se. Intime-se.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 877A/AM), ADV: MANOEL MARQUES DE OLIVEIRA FILHO (OAB 5587/AM) - Processo 0617421-28.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - DIREITO DO CONSUMIDOR - REQUERENTE: Francisca Ivaneide Lopes Cordeiro - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A e outro - R. H. no estado em que se encontra. Diante dos verossímeis argumentos expostos na petição, defiro o pedido de inversão do ônus da prova por considerar a hipossuficiência do Requerente em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor, devendo constar no Mandado Citatório. Cite-se a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada nos autos do processo em epígrafe para o dia 10/05/2019 às 09:30 horas, a ser realizada neste 6° Juizado Especial Cível. Junto com a citação, notifique-se a parte ré para que, caso frustrada a conciliação, apresente, 10 dias após, resposta e eventuais documentos, eis que o caso é de julgamento antecipado da lide, nos termos dos artigos 355 do CPC/2015 c/c artigo 5º da Lei 9.099/95. Havendo interesse de produção de prova oral, deverá o postulante justificar a necessidade da mesma. Cumpra-se. Intime-se.

ADV: DANIELLA KARINA KANDA REBELLO (OAB 6576/AM) - Processo 0617432-23.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: M.G.C. - INTIME-SE a parte interessada para se manifestar sobre a diligência negativa de fl. antecedente, inclusive, se se referir a AR recebido por terceiros por se tratar de modalidade de citação não admitida no âmbito do JEC, conforme art. 18, I da Lei nº. 9.099/95. A presente intimação não desincumbe a parte de comparecer à eventual audiência designada nos autos. Prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: MÁRIO JORGE OLIVEIRA DE PAULA FILHO (OAB 2908/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB 1058A/AM) - Processo 0617851-43.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Maria de Nazaré de Moraes Lira - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Trata-se de pedido de arquivamento do feito em razão da ausência da parte autora à audiência de conciliação realizada no CEJUSC. Os autos foram encaminhados ao Centro Judiciário de Solução de Conflitos - CEJUSC exclusivamente para se antecipar a audiência de conciliação, sem prejuízo daquela previamente designada para 09/05/2019, às 11h e que será realizada na sala de audiências deste 6º Juizado. Nesse sentido se verifica o disposto no art. 3º da Resolução 004/2015-PTJ: Art. 3.º O Sistema de Conciliação e Mediação será operacionalizado pelas seguintes Unidades: (...) II - Centros Judiciários de Solução de Conflitos, compostos dos Setores de Solução Pré-Processual de Conflitos, de Solução Processual de Conflitos e de Cidadania, concentrando as atividades atendimento e orientação ao cidadão e de realização de reuniões objetivando, por meio de conciliação e mediação, soluções antecipadas para as demandas de competência das Varas: a) de Família; b) Cíveis e da Fazenda Pública; c) dos Juizados Especiais Cíveis; d) do Programa Justiça Itinerante. Nesse sentido, ratifico o despacho de fls. 44. Aguarde-se a realização da audiência de conciliação.

ADV: JOÃO THOMAZ PRAZERES GONDIM (OAB 62192/RJ), ADV: ANA PAULA ALVES SACONI (OAB 260912/SP), ADV: DEJANNE RAQUEL D'OLIVEIRA CALDEIRA (OAB 9405/AM), ADV: JOSE GUILHERME SELBACH GURIDI (OAB 52775/RS) - Processo 0617980-48.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: Franciclei Burlamaque Maciel - REQUERIDO: B2w Companhi A Global do Varejo (americanas.com) - Asus do Brasil - Acbz Importação e Comércio Ltda - Sms Infocomm Servicos e Gerenciamento de Solucoes de Tecnologia Ltda - Trata-se de pedido de prosseguimento do feito em razão da ausência da parte ré ASUS à audiência de conciliação realizada no CEJUSC. Os autos foram encaminhados ao Centro Judiciário de Solução de Conflitos - CEJUSC exclusivamente para se antecipar a audiência de conciliação, sem prejuízo daquela previamente designada para 09/05/2019, às 9h e que será realizada na sala de audiências deste 6º Juizado. Nesse sentido se verifica o disposto no art. 3º da Resolução 004/2015-PTJ: Art. 3.º O Sistema de Conciliação e Mediação será operacionalizado pelas seguintes Unidades: (...) II - Centros Judiciários de Solução de Conflitos, compostos dos Setores de Solução Pré-Processual de Conflitos, de Solução Processual de Conflitos e de Cidadania, concentrando as atividades atendimento e orientação ao cidadão e de realização de reuniões objetivando, por meio de conciliação e mediação, soluções antecipadas para as demandas de competência das Varas: a) de Família; b) Cíveis e da Fazenda Pública; c) dos Juizados Especiais Cíveis; d) do Programa Justiça Itinerante. Nesse sentido, ratifico o despacho de fls. 22. Aguarde-se a realização da audiência de conciliação.

ADV: NALDIR FRANCO HAYDEN (OAB 957/AM) - Processo 0618007-31.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Luzia Sena de Carvalho - INTIME-SE a parte interessada para se manifestar sobre a diligência/constrição negativa de fl. antecedente, requerendo o que de direito, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: RODRIGO DOS SANTOS GADELHA (OAB 9778/AM) - Processo 0618395-65.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Rubens Nascimento dos Santos - Intime-se a parte autora para que comprove sua residência indicada na qualificação das fls. 1 através de documento(s) idôneo(s), devidamente atualizada e em seu nome, facultando-se-lhe utilização do disposto na lei 7.115/83. Prazo de 15 dias. Após o prazo, certificados, voltem conclusos. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO), ADV: ESDRA SILVA DOS SANTOS (OAB 15916/O/MT) - Processo 0618664-70.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado

Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Ronaldo Vieira Cunha - REQUERIDO: Telefônica Brasil S/A - Por isso, ou seja, sendo mera consequência de expresso texto legal, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO, nos termos do art. 51, I, da Lei 9.099/95 c/c enunciado 20, do FONAJE. Condeno a parte ausente em custas, a serem cobradas caso renovada a ação, nos termos do disposto no art. 51, § 2º da Lei 9.099/95 c/c com base no enunciado 28, do FONAJE c/c art. 2º, II do Prov. 256/2015, da CGJ/AM. Sem honorários. Custas recursais de lei (preparo). P.R.I. Arquivem-se os autos com baixa na distribuição.

ADV: CHRISTIANNE GOMES DA ROCHA (OAB 18305A/PB), ADV: GUSTAVO DA SILVA GRILLO (OAB 7883/AM), ADV: ANDREY AUGUSTO BENTES RAMOS (OAB 7526/AM) - Processo 0618717-51.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Telefonia - REQUERENTE: Maria de Nazaré da Costa e Silva Bentes - REQUERIDO: Tim Celular S/A - Deste modo, estando presente nos autos prova da ciência das partes da decisão prolatada, bem como por verificar não versar a transação sobre direito irrenunciável, vejo por bem HOMOLOGAR, por sentença, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o acordo judicial celebrado entre as partes com fulcro no parágrafo único do artigo 22 da Lei 9.099/95, devendo a Secretaria, após cumprimento, arquivar estes autos, independentemente de novo Despacho, por força do art. 487, III, CPC. Sem custas. Em caso de descumprimento, ficam desde já, autorizadas as diligências executivas eventualmente requeridas. P. R. I.

ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB A737/AM), ADV: RENATO DE SOUZA PINTO (OAB 8794/AM), ADV: ALEXANDRO MAGNO FERREIRA DE ARAÚJO (OAB 7983/AM) - Processo 0618779-91.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Julia Teixeira da Silva - REQUERIDO: Banco do Brasil S/A - R. H. no estado em que se encontra. Diante dos verossímeis argumentos expostos na petição, defiro o pedido de inversão do ônus da prova por considerar a hipossuficiência do Requerente em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor, devendo constar no Mandado Citatório. Remeta-se os autos ao CEJUSC para fins de designação e realização de audiência de conciliação. Junto com a citação, notifique-se a parte ré para que, caso frustrada a conciliação, apresente, 10 dias após, resposta e eventuais documentos, eis que o caso é de julgamento antecipado da lide, nos termos dos artigos 355 do CPC/2015 c/c artigo 5º da Lei 9.099/95. Havendo interesse de produção de prova oral, deverá o postulante justificar a necessidade da mesma. Cumpra-se. Intime-se.

ADV: ANTÔNIO ALVES PEREIRA (OAB 2622/AM) - Processo 0619679-11.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Waldelira Nascimento Ferreira - Intime-se a parte autora para que comprove sua residência indicada na qualificação das fls. 1 através de documento(s) idôneo(s), devidamente atualizada e em seu nome, facultando-se-lhe utilização do disposto na lei 7.115/83. Prazo de 15 dias. Após o prazo, certificados, voltem conclusos. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: CRIS RODRIGUES FLORÊNCIO PEREIRA (OAB 5316/AM) - Processo 0619848-95.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Seguro - REQUERENTE: David Brito da Silva - R. H. no estado em que se encontra. Diante dos verossímeis argumentos expostos na petição, defiro o pedido de inversão do ônus da prova por considerar a hipossuficiência do Requerente em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor, devendo constar no Mandado Citatório. Remeta-se os autos ao CEJUSC para fins de designação e realização de audiência de conciliação. Junto com a citação, notifique-se a parte ré para que, caso frustrada a conciliação, apresente, 10 dias após, resposta e eventuais documentos, eis que o caso é de julgamento antecipado da lide, nos termos dos artigos 355 do CPC/2015 c/c artigo 5º da Lei 9.099/95. Havendo interesse de produção de prova oral, deverá o postulante justificar a necessidade da mesma. Cumpra-se. Intime-se.

ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 1037A/AM), ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM) - Processo 0620417-96.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Edson Nunes Vieira - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A e outro - F. 81 - Autos que aguardam prolação de decisão. Aguarde-se a conclusão do julgamento do Mandado de Segurança ou do IRDR que versa sobre o tema posto em litígio

ADV: RAPHAEL DOUGLAS VIEIRA (OAB 90343/MG) - Processo 0620471-28.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Raphael Douglas Vieira - Trata-se de pedido de prosseguimento do feito em razão da ausência da parte ré à audiência de conciliação realizada no CEJUSC. Os autos foram encaminhados ao Centro Judiciário de Solução de Conflitos - CEJUSC exclusivamente para se antecipar a audiência de conciliação, sem prejuízo daquela previamente designada para 30/05/2019, às 10h30min e que será realizada na sala de audiências deste 6º Juizado. Nesse sentido se verifica o disposto no art. 3º da Resolução 004/2015-PTJ: Art. 3.º O Sistema de Conciliação e Mediação será operacionalizado pelas seguintes Unidades: (...) II - Centros Judiciários de Solução de Conflitos, compostos dos Setores de Solução Pré-Processual de Conflitos, de Solução Processual de Conflitos e de Cidadania, concentrando as atividades atendimento e orientação ao cidadão e de realização de reuniões objetivando, por meio de conciliação e mediação, soluções antecipadas para as demandas de competência das Varas: a) de Família; b) Cíveis e da Fazenda Pública; c) dos Juizados Especiais Cíveis; d) do Programa Justiça Itinerante. Nesse sentido, ratifico o despacho de fls. 56. Aguarde-se a realização da audiência de conciliação.

ADV: RAFAEL FONDAZZI (OAB 58844/PR) - Processo 0620607-25.2018.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - EXEQUENTE: C G Neves Studio Fotográfico Ltda - Epp - INTIME-SE a parte interessada para se manifestar sobre a diligência/constrição negativa de fl. antecedente, requerendo o que de direito, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: MARCELO DA SILVA CARLOS (OAB 7366/AM) - Processo 0620968-42.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Cissy Anne Barros de Lira - Tenho como justificada as ausências à audiência pautada pelo CEJUSC, tendo em vista que o sistema informatizado dava conta da existência de duas audiências pendentes. Mantenho a audiência designada para ocorrer no 6º Juizado Especial Cível, em 30/05/2019 às 09h. P.C.I.

ADV: PATRÍCIA LIMA TEIXEIRA (OAB 8482/AM) - Processo 0621106-43.2017.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo - REQUERENTE: Irene Raoru Sasahara - INTIME-SE a parte interessada para se manifestar sobre a diligência/constrição negativa de fl. antecedente, requerendo o que de direito, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM) - Processo 0621177-45.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Maria das Graças Moreira Paiva - F. 118 - Aguarde-se a prolação da decisão de mérito nos autos do MSeg. Cumpra-se.

ADV: CRIS RODRIGUES FLORÊNCIO PEREIRA (OAB 5316/AM) - Processo 0621547-24.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Dagmar Silva de Lima - Diante dos argumentos expostos, e dos documentos acostados nos autos, INDEFIRO o pedido de tutela de urgência, eis que o seu teor se confunde com o mérito da demanda, sem prejuízo de posterior reanálise em momento oportuno. Cite-se a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada nos autos do processo em epígrafe para o dia 13/05/2019 às 09:30 horas, a ser realizada neste 6° Juizado Especial Cível. Acolho o pedido de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do(a) Autor(a) em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor. Junto com a citação, notifique-se a parte ré para que, caso frustrada a conciliação, apresente, 10 dias após, resposta, eventuais documentos e mídias que contenham áudio/vídeo, eis que o caso é de julgamento antecipado da lide, nos termos dos artigos 355 do CPC/2015 c/c artigo 5º da Lei 9.099/95. Havendo interesse de produção de prova oral, deverá o postulante justificar sua necessidade. P.C.I.

ADV: JORGE ALEXANDRE MOTTA DE VASCONCELLOS (OAB 2790/AM), ADV: JORGE FERNANDES GARCIA DE VASCONCELLOS JÚNIOR (OAB 2167/AM), ADV: MARCELO FURUKAWA MAIA (OAB 4527/AM) - Processo 0622323-24.2017.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: L P A de Souza Me- Tubarão Transportes - REQUERIDO: Global GNZ Transportes Ltda. - Intime-se a parte executada para que adimpla voluntariamente o valor apresentado no prazo legal, comprovando-o nestes autos.

ADV: CLAUDIO PEDREIRA DE FREITAS (OAB 194979/SP), ADV: MARCELA PAULO SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA (OAB 10325/AM), ADV: MARCELA DA SILVA PAULO (OAB 10325/AM), ADV: PEDRO MARQUES JONES NETO (OAB 30917/BA), ADV: IGOR MACEDO FACÓ (OAB 16470/CE), ADV: FABIANNE RIBEIRO HALINSKI (OAB 7059/AM), ADV: GILBERTO BADARÓ DE ALMEIDA SOUZA (OAB 22772/BA) - Processo 0622726-90.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Emilio Bezerra da Cruz - REQUERIDO: Affix Administradora de Benefícios Ltda - Hapvida Assistência Médica Ltda. - Por isso, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO, CONDENANDO A PARTE RÉ, SOLIDARIAMENTE, A PAGAREM R$ 10.000,00 em prol da parte autora, a título de indenização por danos morais, bem como a se abster de efetuar cobrança pelo serviço não contratado. CONDENO-OS, ainda, a pagar R$2.400,00, equivalente ao dobro do valor cobrado indevidamente por um ano (R$ 100,00 por mês), nos termos do art. 42, § u, do CDC. Limitação de um ano, tendo em vista que o plano é de ser reajustado anualmente, sendo certo que o erro de impressão no folheto de fl. 18 (283 em vez de 383) só lhe aproveitará por um ano, passando a pagar, quando dos reajustes, exatamente igual aos outros usuário do pleno coletivo por adesão. Não se trata de direito subjetivo autoral pagar valor diferente de outros do mesmo grupo, com a mesma idade. Correção monetária pelos parâmetros usados pelo TJAM, aplicando-se no que pertinente: desde a data do(s) desembolso (danos materiais) e da presente data (danos morais, S. 362 STJ). Juros de 1% a.m desde a citação Valor do dano moral, levando-se em conta: a grande diferença de pujança econômica entre as partes, bem como o caráter pedagógico da condenação (STJ; RESP 355392; RJ; Terceira Turma; Rel. Desig. Min. Sebastião de Oliveira Castro Filho; Julg. 26/03/2002; DJU 17/06/2002; pág. 00258) Sem custas pretéritas. Sem honorários. Preparo (custas recursais) de lei, atentando-se ao Prov. 256/2015, da CGJ/AM. P.R.I.

ADV: AGUIBERTO CAMILO REDI (OAB 202A/AM) - Processo 0622830-48.2018.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - DIREITO CIVIL - EXEQUENTE: George Venâncio Martins Sobrinho - Me - INTIME-SE a parte interessada para se manifestar sobre a diligência/constrição negativa de fl. antecedente, requerendo o que de direito, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: CRIS RODRIGUES FLORÊNCIO PEREIRA (OAB 5316/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE) - Processo 0622871-15.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Bancários - REQUERENTE: Joao Magno de Noronha - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - R. H. no estado em que se encontra. Diante dos verossímeis argumentos expostos na petição, defiro o pedido de inversão do ônus da prova por considerar a hipossuficiência do Requerente em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor, devendo constar no Mandado Citatório. Cite-se a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada nos autos do processo em epígrafe para o dia 17/05/2019 às 10:30 horas, a ser realizada neste 6° Juizado Especial Cível. Junto com a citação, notifique-se a parte ré para que, caso frustrada a conciliação, apresente, 10 dias após, resposta e eventuais documentos, eis que o caso é de julgamento antecipado da lide, nos termos dos artigos 355 do CPC/2015 c/c artigo 5º da Lei 9.099/95. Havendo interesse de produção de prova oral, deverá o postulante justificar a necessidade da mesma. Cumpra-se. Intime-se.

ADV: DAVID ALMEIDA DOS SANTOS (OAB 2153/AM) - Processo 0623053-98.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Nildo Lopes dos Anjos - INTIME-SE a parte interessada para se manifestar sobre a diligência/constrição negativa de fl. antecedente, requerendo o que de direito, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: ONETÍCIO BATISTA DOS SANTOS NETO (OAB 10986/AM) - Processo 0623348-38.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Andrea de Aquino Araújo Bahia - INTIME-SE a parte interessada para se manifestar sobre a diligência de fl. 51, requerendo o que de direito, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: JOSEMBERGUE CAVALCANTE FIGUEIREDO (OAB 7298/AM) - Processo 0623690-49.2018.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Maria Roseneide de Andrade Cossetin - Intime-se a parte executada para que adimpla voluntariamente o valor apresentado no prazo legal, comprovando-o nestes autos.

ADV: MATHEUS NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 7197/AM), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT) - Processo 0623808-25.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - DIREITO DO CONSUMIDOR - REQUERENTE: Emilia Rosana de Oliveira Silva - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A e outro - R. H. no estado em que se encontra. Diante dos verossímeis argumentos expostos na petição, defiro o pedido de inversão do ônus da prova por considerar a hipossuficiência do Requerente em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor, devendo constar no Mandado Citatório. Remeta-se os autos ao CEJUSC para fins de designação e realização de audiência de conciliação. Junto com a citação, notifique-se a parte ré para que, caso frustrada a conciliação, apresente, 10 dias após, resposta e eventuais documentos, eis que o caso é de julgamento antecipado da lide, nos termos dos artigos 355 do CPC/2015 c/c artigo 5º da Lei 9.099/95. Havendo interesse de produção de prova oral, deverá o postulante justificar a necessidade da mesma. Cumpra-se. Intime-se.

ADV: CÍNTIA MARTINS DE SOUZA (OAB 4399/AM), ADV: JOSÉ ALMIR DA ROCHA MENDES JÚNIOR (OAB 392A/RN) - Processo 0623870-02.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Laércio Mendes Cerqueira - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A e outro - R. H. no estado em que se encontra. Diante dos verossímeis argumentos expostos na petição, defiro o pedido de inversão do ônus da prova por considerar a hipossuficiência do Requerente em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor, devendo constar no Mandado Citatório. Remeta-se os autos ao CEJUSC para fins de designação e realização de audiência de conciliação. Junto com a citação, notifique-se a parte ré para que, caso frustrada a conciliação, apresente, 10 dias após, resposta e eventuais documentos, eis que o caso é de julgamento antecipado da lide, nos termos dos artigos 355 do CPC/2015 c/c artigo 5º da Lei 9.099/95. Havendo interesse de produção de prova oral, deverá o postulante justificar a necessidade da mesma. Cumpra-se. Intime-se.

ADV: NAYANE MARIA DA SILVA RODRIGUES (OAB 10962/AM) - Processo 0624322-75.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Condomínio - REQUERENTE: Condominio Residencial Opera de Paris - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 11/06/2019 às 09:30h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, telefone: 33035246. Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL CITAÇÃO - ADVERTÊNCIAS: Art. 334 do Código de Processo Civil: § 8º O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. § 9º As partes devem estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos. Art. 335 do Código de Processo Civil: O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data: I - da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição; II - do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso I; III - prevista no art. 231, de acordo com o modo como foi feita a citação, nos demais casos. § 1º No caso

de litisconsórcio passivo, ocorrendo a hipótese do art. 334, § 6º, o termo inicial previsto no inciso II será, para cada um dos réus, a data de apresentação de seu respectivo pedido de cancelamento da audiência. § 2º Quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso II, havendo litisconsórcio passivo e o autor desistir da ação em relação a réu ainda não citado, o prazo para resposta correrá da data de intimação da decisão que homologar a desistência. Caso V. S.ª não apresente contestação no prazo legal, serão aplicadas as penas de confissão e de revelia, ou seja, serão presumidos aceitos como verdadeiros, todos os fatos articulados pela parte requerente na petição inicial CPC, art. 344); OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

ADV: KLISMAN DA SILVA MULLER (OAB 11080/AM) - Processo 0625184-46.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Jose Hamilton Ribeiro Pinheiro - Fl 32/33 - Fale a parte autora, especificando em qual polo pretende incluir Rosicley Cortez, eis que a manifestação supra não atende o determinado na decisão de f. 29. Prazo de 15 dias.

ADV: RICARDO DE OLIVEIRA FRANCESCHINI (OAB 24140/PE), ADV: LEONOR REGINA FIGUEIREDO PINTO DE ANDRADE (OAB 11932/AM) - Processo 0625489-30.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Luiz Felipe Ribeiro da Silva - REQUERIDO: American Airlines Brasil - Delta Airlines Inc. - HOMOLOGO, por sentença, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o acordo judicial celebrado entre autor e DELTA AIRLINES, com fulcro no parágrafo único do artigo 22 da Lei 9.099/95, devendo a Secretaria, após cumprimento, arquivar estes autos, independentemente de novo Despacho, por força do artigo 487, III do CPC. Por consectário lógico, DELTA Airlines está dispensada de comparecer à audiência de conciliação designada para ocorrer em 17/04/2019, às 08h30min. Prosseguimento da lide em face de American Airlines. Sem custas, de acordo com o artigo 55 da Lei 9.099/95.

ADV: KAL-EL BESSA NASCIMENTO SALEM (OAB 6389/AM) - Processo 0625705-88.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Substituição do Produto - REQUERENTE: Néper Souza Campelo - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 18/06/2019 às 09:30h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, tel 33035246. Manaus, 12 de março de 2019 Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL CITAÇÃO - ADVERTÊNCIAS: Art. 334 do Código de Processo Civil: § 8º O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. § 9º As partes devem estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos. Art. 335 do Código de Processo Civil: O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data: I - da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição; II - do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso I; III - prevista no art. 231, de acordo com o modo como foi feita a citação, nos demais casos. § 1º No caso de litisconsórcio passivo, ocorrendo a hipótese do art. 334, § 6º, o termo inicial previsto no inciso II será, para cada um dos réus, a data de apresentação de seu respectivo pedido de cancelamento da audiência. § 2º Quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso II, havendo litisconsórcio passivo e o autor desistir da ação em relação a réu ainda não citado, o prazo para resposta correrá da data de intimação da decisão que homologar a desistência. Caso V. S.ª não apresente contestação no prazo legal, serão aplicadas as penas de confissão e de revelia, ou seja, serão presumidos aceitos como verdadeiros, todos os fatos articulados pela parte requerente na petição inicial CPC, art. 344); OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

ADV: PAULO FELIPE SANTOS MAGALHÃES (OAB 11367/AM) - Processo 0626135-40.2018.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Locação de Imóvel - EXEQUENTE: Jaber Calil Nadaf Neto - INTIME-SE a parte interessada para se manifestar sobre a diligência/constrição negativa de fl. antecedente, requerendo o que de direito, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: BRUNO FRANCISCO FERREIRA (OAB 58131/PR) - Processo 0626523-40.2018.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - EXEQUENTE: Ferreira & Bombarda Ltda - Me - INTIME-SE a parte interessada para se manifestar sobre a diligência/constrição negativa de fl. antecedente, requerendo o que de direito, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: LISBET DE SOUZA CARDOSO BARBOSA (OAB 12359/AM) - Processo 0626597-94.2018.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Indenizaçao por Dano Moral - RECLAMANTE: Rebeca Perales Rabello - Intime-se a parte exequente para que apresente os cálculos pertinentes à integralidade do cumprimento de sentença, devidamente atualizados - conjuntamente com o respectivo memorial. Prazo de 10 dias. Em sede de Juizados Especiais, não há condenação em honorários no primeiro grau, conforme art. 55 da Lei nº 9.099/95. Conforme entendimento do STJ (REsp 1262933/RJ), a aplicação da multa do art. 523, CPC/15 depende de prévia intimação do devedor para pagamento voluntário e sua respectiva inércia em fazê-lo, razão pela qual não deverá constar dos cálculos a serem apresentados. Em tendo havido incidência de astreintes, o seu cálculo de referência deverá vir em apartado do restante da condenação, com menção às fls em que fixada e evento nos autos que comprovasse o descumprimento. Prazo de 10 dias. P.C.I.

ADV: EDUARDO SANTANA PINHEIRO (OAB 7049/AM) - Processo 0626671-51.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: D.A.F. - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 11/06/2019 às 10:00h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, telefone: 33035246. Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL CITAÇÃO - ADVERTÊNCIAS: Art. 334 do Código de Processo Civil: § 8º O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. § 9º As partes devem estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos. Art. 335 do Código de Processo Civil: O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data: I - da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição; II - do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso I; III - prevista no art. 231, de acordo com o modo como foi feita a citação, nos demais casos. § 1º No caso de litisconsórcio passivo, ocorrendo a hipótese do art. 334, § 6º, o termo inicial previsto no inciso II será, para cada um dos réus, a data de apresentação de seu respectivo pedido de cancelamento da audiência. § 2º Quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso II, havendo litisconsórcio passivo e o autor desistir da ação em relação a réu ainda não citado, o prazo para resposta correrá da data de intimação da decisão que homologar a desistência. Caso V. S.ª não apresente contestação

no prazo legal, serão aplicadas as penas de confissão e de revelia, ou seja, serão presumidos aceitos como verdadeiros, todos os fatos articulados pela parte requerente na petição inicial CPC, art. 344); OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

ADV: FABÍOLA VASCONCELOS MITOSO (OAB 4236/AM) - Processo 0626678-43.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - DIREITO DO CONSUMIDOR - REQUERENTE: Afrânio Cardoso dos Santos - INTIME-SE a parte interessada para se manifestar sobre a diligência negativa de fl. antecedente, inclusive, se se referir a AR recebido por terceiros por se tratar de modalidade de citação não admitida no âmbito do JEC, conforme art. 18, I da Lei nº. 9.099/95. A presente intimação não desincumbe a parte de comparecer à eventual audiência designada nos autos. Prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: ODELY COSTA DOS SANTOS (OAB 10324/AM) - Processo 0626795-34.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: Madalena do Perpetuo Socorro dos Santos Bezerra - Intime-se a parte autora para que emende o pedido c) da inicial, a fim de esclarecer com precisão o valor cobrado impugnado e o valor da repetição, de forma separada, eis que se tratam, a rigor, de pedidos distintos, com base nos arts. 38, § u da L. 9.099/95 e 322 e 324, ambos do CPC/15. Prazo de 15 dias. Após o prazo, certificados, voltem conclusos. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: BRUNO FRANCISCO FERREIRA (OAB 58131/PR) - Processo 0627058-66.2018.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - EXEQUENTE: Ferreira & Pelegrini Ltda - Me - INTIME-SE a parte interessada para se manifestar sobre a diligência/constrição negativa de fl. antecedente, requerendo o que de direito, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0627514-16.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Glaucioneia de Lima Begot - REQUERIDO: Banco Bradesco S.a e outro - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 18/06/2019 às 09:00h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, telefone: 33035246. Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL CITAÇÃO - ADVERTÊNCIAS: Art. 334 do Código de Processo Civil: § 8º O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. § 9º As partes devem estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos. Art. 335 do Código de Processo Civil: O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data: I - da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição; II - do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso I; III - prevista no art. 231, de acordo com o modo como foi feita a citação, nos demais casos. § 1º No caso de litisconsórcio passivo, ocorrendo a hipótese do art. 334, § 6º, o termo inicial previsto no inciso II será, para cada um dos réus, a data de apresentação de seu respectivo pedido de cancelamento da audiência. § 2º Quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso II, havendo litisconsórcio passivo e o autor desistir da ação em relação a réu ainda não citado, o prazo para resposta correrá da data de intimação da decisão que homologar a desistência. Caso V. S.ª não apresente contestação no prazo legal, serão aplicadas as penas de confissão e de revelia, ou seja, serão presumidos aceitos como verdadeiros, todos os fatos articulados pela parte requerente na petição inicial CPC, art. 344); OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

ADV: EVANDRO DE AZEVEDO MARTINS FILHO (OAB 8290/AM), ADV: JÉSSICA SANTANA MAGNANI (OAB 10343/AM), ADV: DAVID CUNHA NOVOA (OAB 10777/AM), ADV: MARINA REZENDE LOPES (OAB 12153/AM), ADV: RONALDO THALES UCHÔA BRANDÃO (OAB 12738/AM), ADV: JENNIFER GUIMARÃES DA SILVA (OAB 13314/AM) - Processo 0628158-56.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Rodrigo Bezerra Viegas da Costa - Me - Defiro o pedido de fls. 69. Cite-se por Oficial de Justiça no endereço indiciado pela parte autora (fl. 69). Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ROBERTO CÉSAR DINIZ CABRERA (OAB 6071/AM) - Processo 0628325-73.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: Roberto César Diniz Cabrera - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 18/06/2019 às 09:30h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, tel 33035246. Manaus, 12 de março de 2019 Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL CITAÇÃO - ADVERTÊNCIAS: Art. 334 do Código de Processo Civil: § 8º O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. § 9º As partes devem estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos. Art. 335 do Código de Processo Civil: O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data: I - da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição; II - do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso I; III - prevista no art. 231, de acordo com o modo como foi feita a citação, nos demais casos. § 1º No caso de litisconsórcio passivo, ocorrendo a hipótese do art. 334, § 6º, o termo inicial previsto no inciso II será, para cada um dos réus, a data de apresentação de seu respectivo pedido de cancelamento da audiência. § 2º Quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso II, havendo litisconsórcio passivo e o autor desistir da ação em relação a réu ainda não citado, o prazo para resposta correrá da data de intimação da decisão que homologar a desistência. Caso V. S.ª não apresente contestação no prazo legal, serão aplicadas as penas de confissão e de revelia, ou seja, serão presumidos aceitos como verdadeiros, todos os fatos articulados pela parte requerente na petição inicial CPC, art. 344); OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

ADV: MÔNICA VICENTE TAKETA (OAB 7988/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB 1058A/AM) - Processo 0628547-41.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Modesto Novoa Rivas - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Diante dos argumentos expostos, e dos documentos acostados nos autos, considero verossímeis os argumentos do requerente, e visando

a evitar dano de difícil reparação, nos termos do art. 300, NCPC, DEFIRO o pedido de tutela de urgência requerido pela parte autora, DETERMINANDO que a ré se abstenha de cobrar indevidamente, apenas e tão somente em virtude dos débitos discutidos nos autos no valor de R$ 9.564,92 (nove mil quinhentos e sessenta e quatro reais e noventa e dois centavos), inclusive através de inclusão do nome da Parte Autora no cadastro de inadimplentes dos Órgãos de Proteção de crédito, nos termos do que dispõe o art 77, CPC.

ADV: ODELY COSTA DOS SANTOS (OAB 10324/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: CARLOS EVALDO SOUZA JÚNIOR (OAB 7548/AM) - Processo 0628753-55.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Madalena do Perpetuo Socorro dos Santos Bezerra - GEORGE HENRIQUE SOARES DE SOUZA - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - R. H. no estado em que se encontra. Diante dos verossímeis argumentos expostos na petição, defiro o pedido de inversão do ônus da prova por considerar a hipossuficiência do Requerente em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor, devendo constar no Mandado Citatório. Cite-se a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada nos autos do processo em epígrafe para o dia 27/05/2019 às 09:00 horas, a ser realizada neste 6° Juizado Especial Cível. Junto com a citação, notifique-se a parte ré para que, caso frustrada a conciliação, apresente, 10 dias após, resposta e eventuais documentos, eis que o caso é de julgamento antecipado da lide, nos termos dos artigos 355 do CPC/2015 c/c artigo 5º da Lei 9.099/95. Havendo interesse de produção de prova oral, deverá o postulante justificar a necessidade da mesma. Cumpra-se. Intime-se.

ADV: ODELY COSTA DOS SANTOS (OAB 10324/AM), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM) - Processo 0628754-40.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Madalena do Perpetuo Socorro dos Santos Bezerra - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - R. H. no estado em que se encontra. Diante dos verossímeis argumentos expostos na petição, defiro o pedido de inversão do ônus da prova por considerar a hipossuficiência do Requerente em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor, devendo constar no Mandado Citatório. Cite-se a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada nos autos do processo em epígrafe para o dia 27/05/2019 às 08:30 horas, a ser realizada neste 6° Juizado Especial Cível. Junto com a citação, notifique-se a parte ré para que, caso frustrada a conciliação, apresente, 10 dias após, resposta e eventuais documentos, eis que o caso é de julgamento antecipado da lide, nos termos dos artigos 355 do CPC/2015 c/c artigo 5º da Lei 9.099/95. Havendo interesse de produção de prova oral, deverá o postulante justificar a necessidade da mesma. Cumpra-se. Intime-se.

ADV: ROGER MARQUES MENDES (OAB 9516/AM), ADV: JORGE LUÍS ENRIQUE GALLARDO ONDINOLA (OAB 10044/AM) - Processo 0629019-42.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cancelamento de vôo - REQUERENTE: Kely Cavalcante Pinheiro - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 18/06/2019 às 10:00h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, tel 33035246. Manaus, 12 de março de 2019 Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL CITAÇÃO - ADVERTÊNCIAS: Art. 334 do Código de Processo Civil: § 8º O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. § 9º As partes devem estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos. Art. 335 do Código de Processo Civil: O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data: I - da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição; II - do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso I; III - prevista no art. 231, de acordo com o modo como foi feita a citação, nos demais casos. § 1º No caso de litisconsórcio passivo, ocorrendo a hipótese do art. 334, § 6º, o termo inicial previsto no inciso II será, para cada um dos réus, a data de apresentação de seu respectivo pedido de cancelamento da audiência. § 2º Quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso II, havendo litisconsórcio passivo e o autor desistir da ação em relação a réu ainda não citado, o prazo para resposta correrá da data de intimação da decisão que homologar a desistência. Caso V. S.ª não apresente contestação no prazo legal, serão aplicadas as penas de confissão e de revelia, ou seja, serão presumidos aceitos como verdadeiros, todos os fatos articulados pela parte requerente na petição inicial CPC, art. 344); OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

ADV: ROGER MARQUES MENDES (OAB 9516/AM), ADV: JORGE LUÍS ENRIQUE GALLARDO ONDINOLA (OAB 10044/AM) - Processo 0629042-85.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cancelamento de vôo - REQUERENTE: Terezinha de Jesus Marques Mendes - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 18/06/2019 às 10:30h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, tel 33035246. Manaus, 12 de março de 2019 Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL CITAÇÃO - ADVERTÊNCIAS: Art. 334 do Código de Processo Civil: § 8º O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. § 9º As partes devem estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos. Art. 335 do Código de Processo Civil: O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data: I - da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição; II - do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso I; III - prevista no art. 231, de acordo com o modo como foi feita a citação, nos demais casos. § 1º No caso de litisconsórcio passivo, ocorrendo a hipótese do art. 334, § 6º, o termo inicial previsto no inciso II será, para cada um dos réus, a data de apresentação de seu respectivo pedido de cancelamento da audiência. § 2º Quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso II, havendo litisconsórcio passivo e o autor desistir da ação em relação a réu ainda não citado, o prazo para resposta correrá da data de intimação da decisão que homologar a desistência. Caso V. S.ª não apresente contestação no prazo legal, serão aplicadas as penas de confissão e de revelia, ou seja, serão presumidos aceitos como verdadeiros, todos os fatos articulados pela parte requerente na petição inicial CPC, art. 344); OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

ADV: BRUNO FRANCISCO FERREIRA (OAB 58131/PR) - Processo 0629048-92.2018.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - EXEQUENTE: Ferreira & Pelegrini Ltda - Mee - INTIME-SE a parte interessada para se manifestar sobre a diligência/constrição negativa de fl. antecedente, requerendo o que de direito, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: ANA PAULA DA SILVA SOUSA (OAB 6608/AM) - Processo 0629105-13.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: Andrey Matias Pires - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 18/06/2019 às 10:00h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, telefone: 33035246. Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL CITAÇÃO - ADVERTÊNCIAS: Art. 334 do Código de Processo Civil: § 8º O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. § 9º As partes devem estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos. Art. 335 do Código de Processo Civil: O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data: I - da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição; II - do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso I; III - prevista no art. 231, de acordo com o modo como foi feita a citação, nos demais casos. § 1º No caso de litisconsórcio passivo, ocorrendo a hipótese do art. 334, § 6º, o termo inicial previsto no inciso II será, para cada um dos réus, a data de apresentação de seu respectivo pedido de cancelamento da audiência. § 2º Quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso II, havendo litisconsórcio passivo e o autor desistir da ação em relação a réu ainda não citado, o prazo para resposta correrá da data de intimação da decisão que homologar a desistência. Caso V. S.ª não apresente contestação no prazo legal, serão aplicadas as penas de confissão e de revelia, ou seja, serão presumidos aceitos como verdadeiros, todos os fatos articulados pela parte requerente na petição inicial CPC, art. 344); OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

ADV: CAROLINA MEDEIROS RABELLO (OAB 11733/AM) - Processo 0629227-26.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Bárbara Medeiros Rabello - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 18/06/2019 às 11:00h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, tel 33035246. Manaus, 12 de março de 2019 Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL CITAÇÃO - ADVERTÊNCIAS: Art. 334 do Código de Processo Civil: § 8º O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. § 9º As partes devem estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos. Art. 335 do Código de Processo Civil: O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data: I - da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição; II - do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso I; III - prevista no art. 231, de acordo com o modo como foi feita a citação, nos demais casos. § 1º No caso de litisconsórcio passivo, ocorrendo a hipótese do art. 334, § 6º, o termo inicial previsto no inciso II será, para cada um dos réus, a data de apresentação de seu respectivo pedido de cancelamento da audiência. § 2º Quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso II, havendo litisconsórcio passivo e o autor desistir da ação em relação a réu ainda não citado, o prazo para resposta correrá da data de intimação da decisão que homologar a desistência. Caso V. S.ª não apresente contestação no prazo legal, serão aplicadas as penas de confissão e de revelia, ou seja, serão presumidos aceitos como verdadeiros, todos os fatos articulados pela parte requerente na petição inicial CPC, art. 344); OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

ADV: JULIANA CYPRESTE FERRARI (OAB 25230/ES) - Processo 0629327-78.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Atraso de vôo - RECLAMANTE: Tiago Pawelski - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 18/06/2019 às 09:00h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, tel 33035246. Manaus, 12 de março de 2019 Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL CITAÇÃO - ADVERTÊNCIAS: Art. 334 do Código de Processo Civil: § 8º O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. § 9º As partes devem estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos. Art. 335 do Código de Processo Civil: O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data: I - da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição; II - do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso I; III - prevista no art. 231, de acordo com o modo como foi feita a citação, nos demais casos. § 1º No caso de litisconsórcio passivo, ocorrendo a hipótese do art. 334, § 6º, o termo inicial previsto no inciso II será, para cada um dos réus, a data de apresentação de seu respectivo pedido de cancelamento da audiência. § 2º Quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso II, havendo litisconsórcio passivo e o autor desistir da ação em relação a réu ainda não citado, o prazo para resposta correrá da data de intimação da decisão que homologar a desistência. Caso V. S.ª não apresente contestação no prazo legal, serão aplicadas as penas de confissão e de revelia, ou seja, serão presumidos aceitos como verdadeiros, todos os fatos articulados pela parte requerente na petição inicial CPC, art. 344); OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

ADV: BAIRON ANTÔNIO DO NASCIMENTO JÚNIOR (OAB 3795/AM), ADV: FREDERICO MORAES BRACHER (OAB 7311/AM), ADV: CAROLINNE SILVA MORESCHI (OAB 13761/AM) - Processo 0629387-51.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Mônica Peres Serejo de Melo - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 11/06/2019 às 10:30h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, telefone: 33035246. Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL CITAÇÃO - ADVERTÊNCIAS: Art. 334 do Código de Processo Civil: § 8º O não comparecimento injustificado

do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. § 9º As partes devem estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos. Art. 335 do Código de Processo Civil: O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data: I - da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição; II - do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso I; III - prevista no art. 231, de acordo com o modo como foi feita a citação, nos demais casos. § 1º No caso de litisconsórcio passivo, ocorrendo a hipótese do art. 334, § 6º, o termo inicial previsto no inciso II será, para cada um dos réus, a data de apresentação de seu respectivo pedido de cancelamento da audiência. § 2º Quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso II, havendo litisconsórcio passivo e o autor desistir da ação em relação a réu ainda não citado, o prazo para resposta correrá da data de intimação da decisão que homologar a desistência. Caso V. S.ª não apresente contestação no prazo legal, serão aplicadas as penas de confissão e de revelia, ou seja, serão presumidos aceitos como verdadeiros, todos os fatos articulados pela parte requerente na petição inicial CPC, art. 344); OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

ADV: IVANA DA CUNHA LEITE RUIZ (OAB 4814/AM) - Processo 0629707-04.2018.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Constrição / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens - EXEQUENTE: Cond. Mundi Resort Residencial - INTIME-SE a parte interessada para se manifestar sobre a diligência/constrição negativa de fl. antecedente, requerendo o que de direito, no prazo de 15 (quinze) dias.

Adonay Paes Barreto de Oliveira (OAB 6202/AM)
Adriane Cristine Cabral Magalhães (OAB 5373/AM)
Ágata Cristh Barroso de Souza (OAB 3879/AM)
Aguiberto Camilo Redi (OAB 202A/AM)
Aguinaldo Pereira Dias (OAB 7667/AM)
Alessandra Alves de Carvalho (OAB 988A/AM)
Alexandre Gomes Ribeiro (OAB 6199/AM)
Alexandro Magno Ferreira de Araújo (OAB 7983/AM)
Alfredo Zucca Neto (OAB 154694/SP)
Ana Carolina Remígio de Oliveira (OAB 86844/MG)
Ana Paula Alves Saconi (OAB 260912/SP)
Ana Paula da Silva Sousa (OAB 6608/AM)
André de Souza Oliveira (OAB 5219/AM)
Andrey Augusto Bentes Ramos (OAB 7526/AM)
Angélica Ortiz Ribeiro (OAB 2847/AM)
Antônio Alves Pereira (OAB 2622/AM)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Bairon Antônio do Nascimento Júnior (OAB 3795/AM)
Bárbara Trindade Lopes (OAB 9178/AM)
BRUNO FRANCISCO FERREIRA (OAB 58131/PR)
BRUNO NUNES FERREIRA (OAB 11020AM)
Carlos Eduardo Cavalcante Ramos (OAB 37489A/BA)
Carlos Evaldo Souza Júnior (OAB 7548/AM)
Carolina Augusta Martins (OAB 9989/AM)
Carolina Medeiros Rabello (OAB 11733/AM)
CAROLINNE SILVA MORESCHI (OAB 13761/AM)
César Luiz Campos da Costa (OAB 8026/AM)
Christianne Gomes da Rocha (OAB 18305A/PB)
Christiano Pinheiro da Costa (OAB 3542/AM)
Cíntia Martins de Souza (OAB 4399/AM)
Claudio Pedreira de Freitas (OAB 194979/SP)
Clemilton Lucio Braña (OAB 10906/AM)
Cris Rodrigues Florêncio Pereira (OAB 5316/AM)
Daniel Battipaglia Sgai (OAB 214918/SP)
Daniel de Lima Cavalcante (OAB 9070/AM)
Daniella Karina Kanda Rebello (OAB 6576/AM)
Danielly Coelho de Moura (OAB 13183/AM)
David Almeida dos Santos (OAB 2153/AM)
David Cunha Novoa (OAB 10777/AM)
DAYANA FREITAS DE ALBUQUERQUE BULCÃO (OAB 10001/AM)
DEJANNE RAQUEL D'OLIVEIRA CALDEIRA (OAB 9405/AM)
DEYVIZON ALVES DO NASCIMENTO (OAB 9357/AM)
Edson Rosas Júnior (OAB 1910/AM)
Eduardo Santana Pinheiro (OAB 7049/AM)
Eny Bittencourt (OAB 29442/BA)
Érica Carolina de Oliveira Castro (OAB 11174/AM)
Erika Naiana D. Pires (OAB 590A/AM)
Ernesto Alves de Sousa Júnior (OAB 12864/AM)
Esdra Silva dos Santos (OAB 15916/O/MT)
Evandro de Azevedo Martins Filho (OAB 8290/AM)
Fabianne Ribeiro Halinski (OAB 7059/AM)
Fábio Rivelli (OAB 1119A/AM)
Fábio Rivelli (OAB 297608/SP)
Fabíola Vasconcelos Mitoso (OAB 4236/AM)
Felipe Gazola Vieira Marques (OAB 995A/AM)
Fernanda Prestes de Lima (OAB 8776/AM)
Flávia Almeida Moura Di Latella (OAB 109730/MG)
Flávio Rafael Perdigão Guerra (OAB 8500/AM)
Frederico Moraes Bracher (OAB 7311/AM)
Gesiel Barboza Santos (OAB 1514/RR)
Gilberto Badaró de Almeida Souza (OAB 22772/BA)
Giscarde Ovídio Karrer de Melo Monteiro (OAB 6885/AM)
Greysa Mores Fragoso (OAB 12765/AM)
Gustavo da Silva Grillo (OAB 7883/AM)
Gustavo Gonçalves Gomes (OAB 1058A/AM)
Guttemberg Alencar Viana (OAB 9698/AM)
Haroldo Alves Pimenta Filho (OAB 9502/AM)
Heloísa Pontes Maués (OAB 9667/AM)
Henrique Moura Rocha (OAB 234429/SP)
Henrique Vidal Israel dos Santos (OAB 8277/AM)
Icaroty José da Silva (OAB 6010/AM)
Igor Macedo Facó (OAB 16470/CE)
Isabel da Silva Medeiros (OAB 7178/AM)
Isael de Jesus Gonçalves Azevedo (OAB 3051/AM)
Ivana da Cunha Leite Ruiz (OAB 4814/AM)
Jander Rubem Souza da Rocha (OAB 7886/AM)
Jean Mendonça dos Santos (OAB 10984/AM)
Jennifer Guimarães da Silva (OAB 13314/AM)
Jéssica Santana Magnani (OAB 10343/AM)
Joaab Melo Barbosa (OAB 8348/AM)
João Antonio da Mota Seixas (OAB 10046/AM)
João Batista Andrade de Queiroz (OAB 2372/AM)
João Marcos Conceição Bernardo (OAB 11883/AM)
João Ricardo de Souza Dixo Júnior (OAB 3236/AM)
João Thomaz Prazeres Gondim (OAB 62192/RJ)
Jonathan Solon Melo Nunes (OAB 12119/AM)
Jorge Alexandre Motta de Vasconcellos (OAB 2790/AM)
Jorge Fernandes Garcia de Vasconcellos Júnior (OAB 2167/AM)
Jorge Henrique Silva de Melo (OAB 7999/AM)
Jorge Luís Enrique Gallardo Ondinola (OAB 10044/AM)
José Almir da Rocha Mendes Júnior (OAB 392A/RN)
José Carlos Van Cleef de Almeida Santos (OAB 273843/SP)
José Estevão Xavier (OAB 8824/AM)
Jose Guilherme Selbach Guridi (OAB 52775/RS)
José Henrique Cançado Gonçalves (OAB 57680/MG)
Jose Henrique Cancado Goncalves (OAB 855A/SE)
José Mário de Carvalho Neto (OAB 4861/AM)
Josembergue Cavalcante Figueiredo (OAB 7298/AM)
Josué Nascimento Pimentel (OAB 9118/AM)
Joyce Lima da Silva (OAB 8807/AM)
Juliana Cypreste Ferrari (OAB 25230/ES)
Kal-El Bessa Nascimento Salem (OAB 6389/AM)
Karina de Almeida Batistuci (OAB 9558/AL)
Karina Ferreira Silva (OAB 9328/AM)
Kasser Jorge Chamy Dib (OAB 5551/AM)

Kátia Assis Rodrigues Rocha (OAB 10320/AM)
Kelly Anne Corrêa de Oliveira (OAB 9330/AM)
Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM)
Klisman da Silva Muller (OAB 11080/AM)
Leonor Regina Figueiredo Pinto de Andrade (OAB 11932/AM)
Lídia Roberto da Silva (OAB 9135/AM)
Lisbet de Souza Cardoso Barbosa (OAB 12359/AM)
Luana Pereira Régis (OAB 9340/AM)
Lucas Leopoldino Marinho Laranjeiras (OAB 10625/AM)
Lucas Obando de Oliveira (OAB 11198/AM)
Lucas Rodrigues Lucas (OAB 9493/AM)
Luís Albert dos Santos Oliveira (OAB 8251/AM)
Luiz Gustavo Fernandes da Costa (OAB 149048/MG)
Manoel Marques de Oliveira Filho (OAB 5587/AM)
Marcela da Silva Paulo (OAB 10325/AM)
Marcela Paulo Sociedade Individual de Advocacia (OAB 10325/AM)
Marcelo Albuquerque Chaves (OAB 9607/AM)
Marcelo da Silva Carlos (OAB 7366/AM)
Marcelo de Figueiredo Arruda (OAB 4505/AM)
Marcelo Furukawa Maia (OAB 4527/AM)
Marcelo Tostes de Castro Maia (OAB 63440/MG)
Márcio Vinícius Costa Pereira (OAB 84367/RJ)
Marco André Honda Flores (OAB 6171/MS)
Marcondes Fonseca Luniere Júnior (OAB 2897/AM)
Marcos Alessandro Macedo Fernandes da Silva (OAB 11680/AM)
Marcos Paulo Coêlho de Souza (OAB 4395/AM)
Marcos Pereira da Silva (OAB 11150/AM)
Maria de Fátima Lima da Silva (OAB 6785/AM)
Marilene Balbi de Albuquerque (OAB 12492/AM)
Marília Mickel Miyamoto (OAB 271431/SP)
Marina Rezende Lopes (OAB 12153/AM)
Mário Jorge Oliveira de Paula Filho (OAB 2908/AM)
Matheus Nunes de Oliveira Dantas (OAB 7197/AM)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 877A/AM)
Messi Elmer Vasconcelos Castro (OAB 9910/AM)
Miquéias Matias Fernandes Júnior (OAB 9958/AM)
Mônica Vicente Taketa (OAB 7988/AM)
Munick Albuquerque Costa (OAB 7874/AM)
Naldir Franco Hayden (OAB 957/AM)
Nayane Maria da Silva Rodrigues (OAB 10962/AM)
Nayanna Evellyn Pessoa Gaia (OAB 12723/AM)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB A598/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Odely Costa dos Santos (OAB 10324/AM)
Onetício Batista dos Santos Neto (OAB 10986/AM)
Pablo de Paula Lima (OAB 9482/AM)
Patrícia Lima Teixeira (OAB 8482/AM)
Paulo Felipe Santos Magalhães (OAB 11367/AM)
Paulo Rodrigues de Almeida (OAB 9533/AM)
Pedro Marques Jones Neto (OAB 30917/BA)
Philippe Nunes de Oliveira Dantas (OAB 8872/AM)
Prestes Sociedade Individual de Advocacia (OAB 8776/AM)
Rafael Fondazzi (OAB 58844/PR)
Rafael Sganzerla Durand (OAB A737/AM)
Ragélia Santos de Paiva Kanawati (OAB 10998/AM)
Raimundo de Amorim Francisco Soares Filho (OAB 5505/AM)
Raphael Douglas Vieira (OAB 90343/MG)
Raquel Pinto Valente (OAB 6771/AM)
Renato de Souza Pinto (OAB 8794/AM)
Renzzo Fonseca Romano (OAB 6242/AM)
Ricardo Alan Monteiro Batista (OAB 8084/AM)
Ricardo de Oliveira Franceschini (OAB 24140/PE)
Roberto Amaral Arruda Filho (OAB 10034/AM)
Roberto César Diniz Cabrera (OAB 6071/AM)
Roberto Marques da Costa (OAB 4135/AM)
Rodrigo dos Santos Gadelha (OAB 9778/AM)
Rodrigo Faleiros de Oliveira (OAB 22693/MS)
Rodrigo Otávio Borges Melo (OAB 6488/AM)
Roger Marques Mendes (OAB 9516/AM)
Ronaldo Thales Uchôa Brandão (OAB 12738/AM)
Rubemar Rocha de Lucena (OAB 11448/AM)
Sandra Régia Duda Clemente (OAB 9376/AM)
Sílvia Roberta Padilha de Oliveira (OAB 6664/AM)
Tâmara Mendes Gonçalves de Sousa (OAB 6857/AM)
Thales Silvestre Júnior (OAB 2406/AM)
VALDEMIRO BRASILIANO DE MORAIS FILHO (OAB 11274AM)
Victor Hugo Trindade Simões (OAB 9286/AM)
Vítor Vilhena Gonçalo da Silva (OAB 6502/AM)
Wilker Bauher Vieira Lopes (OAB 29320/GO)
Wilson Sales Belchior (OAB 1037A/AM)
Wilson Sales Belchior (OAB 17314/CE)
Zulenir Santos de Menezes (OAB 9411/AM)

7ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 7ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0056/2019

ADV: RODRIGO RODRIGUES DIAS DE ALMEIDA (OAB 2518/AM), ADV: MATHEUS ARAÚJO MUNIZ (OAB 7626/AM) - Processo 0211478-32.2016.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Joycy Lopes de Almeida - REQUERIDO: Operadora de Telefonia Brasil S/A (VIVO) - INTIME-SE a parte interessada para, no prazo de 05 (cinco) dias, indicar uma única conta bancária apta em nome de um dos autorizados para levantamento dos valores, além de nome completo e CPF/CNPJ do autorizado, a fim de que se faça a transferência eletrônica de valores via Alvará Eletrônico.

ADV: RISONALDO DE MELO LIMA JÚNIOR (OAB 6997/AM) - Processo 0213560-80.2009.8.04.0015 (015.09.213560-3) - Execução de Título Extrajudicial - Liquidação / Cumprimento / Execução - EXEQUENTE: S. M. Barbosa de Queiroz - ME - EXPEÇA-SE a competente CARTA PRECATÓRIA para que o Sr. Oficial de Justiça Avaliador do Juízo Deprecado se dirija ao endereço da parte ré e, de acordo com o art. 53 da Lei 9.099/95 e o art. 829, caput, do CPC, PROCEDA-SE com as providências da CITAÇÃO da parte executada para, no prazo de 03 (três) dias, efetuar o pagamento do valor indicado pela parte Exequente, na forma do art. 829, CPC. Junte-se à carta os seguintes documentos: Petição Inicial, Procuração ao patrono da parte autora, A presente decisão e o título executivo judicial (sentença) ou extrajudicial.

ADV: ÍNGRIDE OHANA DE QUEIROZ LIMA (OAB 403848/SP), ADV: MÁRIO JORGE DA SILVA ARAÚJO (OAB 6570/AM), ADV: VILMA OLIVEIRA DOS SANTOS (OAB 542/AM), ADV: JORGE ALEXANDRE MOTTA DE VASCONCELLOS (OAB 2790/AM) - Processo 0600282-60.2017.8.04.0016 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Suelen Costa de Araújo - REQUERIDO: Cosmed Indústria de Cosméticos e Medicamentos S.a - Supermercado Db Ltda - Por isso, JULGO PROCEDENTE o pedido da parte autora para CONDENAR a parte ré a pagar solidariamente R$10.000,00 em prol da parte autora, a título de indenização por danos morais; bem como para CONDENAR na restituição do valor de R$18,06 a título indenização por danos materiais. Correção monetária pelo INPC, aplicando-se no que pertinente: desde a data do(s) desembolso (danos materiais) e da presente data (danos morais, Súmula 362 do STJ). Juros de 1% a.m desde a citação. Sem custas e honorários sucumbenciais em primeiro grau de jurisdição, ex vi do art. 55 da lei 9.099/95. Da interposição de recurso, observar a parte recorrente o recolhimento do preparo e as custas recursais de lei (art. 54, parágrafo único e 55, ambos da Lei 9.099/95, combinado com a Lei Estadual 2.429/96 e Provimento 256/2015-CGJ/AM). Havendo pedido de gratuidade de justiça, a parte recorrente deverá comprovar que preenche os pressupostos para tal, nos termos do art. 99 o NCPC. Interposto o mesmo, faça-se os autos conclusos para análise do juízo de admissibilidade do recurso. Por outro lado, transcorrido o prazo legal, sem a interposição de recurso, determino à Secretaria que certifique o trânsito em julgado e dê-se baixa e arquivamento dos autos oportunamente. P.R.I.

ADV: ANA LÚCIA SALAZAR DE SOUSA (OAB 7173/AM) - Processo 0601975-14.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Georgeth Lima Figueiredo - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Moacir Pereira Batista e de acordo com a Ordem de Serviço n.º 001/2018/7ºJEC, INTIMO a parte autora e CITO a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para do dia 23/07/2019 às 08:30h. ADVIRTO à parte ré acerca da possibilidade de deferimento de Inversão do Ônus da prova pelo magistrado no momento do julgamento, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor.

ADV: EMMANUEL MICHAEL HARAQUIAN FILHO (OAB 3342/AM) - Processo 0602276-58.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: Ana Paula Mariano da Silva - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Moacir Pereira Batista e de acordo com a Ordem de Serviço n.º 001/2018/7ºJEC, INTIMO a parte autora e CITO a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para do dia 23/05/2019 às 08:15h. ADVIRTO à parte ré acerca da possibilidade de deferimento de Inversão do Ônus da prova pelo magistrado no momento do julgamento, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor.

ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 9558/AL) - Processo 0603503-83.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Bancários - REQUERENTE: Denilson Vieira Novo - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Por isso, INDEFIRO O PEDIDO DE TUTELA PROVISÓRIA. INTIME-SE a parte autora e CITE-SE a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para o dia 28/05/2019 às 09:15h. ADVIRTO a parte ré acerca da possibilidade de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do(a) Autor(a) em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor.

ADV: PEDRO LUCAS LINDOSO (OAB 496A/AM) - Processo 0603936-09.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Zeferina Grijo Cavalcante e outro - Considerando que a parte ré reside em outra comarca e que a tentativa de citação por carta postal não foi frutífera, além da mesma não possui cadastro para citação eletrônica, EXPEÇA-SE a competente CARTA PRECATÓRIA para que o Sr. Oficial de Justiça Avaliador do Juízo Deprecado se dirija ao endereço da parte ré e proceda com a sua citação para comparecer em audiência datada para o dia 30/04/2019 às 10:00h. Junte-se à carta os seguintes documentos: Petição Inicial, Procuração ao patrono da parte autora e A presente decisão. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: LUIZ GUSTAVO BARBOSA DE SOUZA FRANÇA (OAB 9528/AM) - Processo 0604545-70.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Ana Leticia Martin Topdjian - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Moacir Pereira Batista e de acordo com a Ordem de Serviço n.º 001/2018/7ºJEC, INTIMO a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, JUNTAR comprovante de residência ATUALIZADO em seu nome, atendendo à Resolução N.º 12/2017 do TJ/AM que ordena a distribuição dos processos nos Juizados Especiais de acordo com o endereço da parte autora.

ADV: ANTÔNIO JARLISON PIRES DA SILVA (OAB 12261/AM) - Processo 0604789-96.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Elton Garcia dos Reis - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Moacir Pereira Batista e de acordo com a Ordem de Serviço n.º 001/2018/7ºJEC, INTIMO a parte autora e CITO a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para do dia 22/07/2019 às 10:30h. ADVIRTO à parte ré acerca da possibilidade de deferimento de Inversão do Ônus da prova pelo magistrado no momento do julgamento, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor.

ADV: HUMBERTO FILIPE PINHEIRO PEDROSA (OAB 13037/AM) - Processo 0605009-94.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Atraso de vôo - REQUERENTE: André Luiz Machado - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Moacir Pereira Batista e de acordo com a Ordem de Serviço n.º 001/2018/7ºJEC, INTIMO a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, JUNTAR comprovante de residência ATUALIZADO em seu nome, atendendo à Resolução N.º 12/2017 do TJ/AM que ordena a distribuição dos processos nos Juizados Especiais de acordo com o endereço da parte autora.

ADV: JÚLIO ALBERTO CORRÊA SALAS (OAB 10165/AM) - Processo 0605325-10.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Extravio de bagagem - REQUERENTE: Daniel Lucas Rodrigues de Souza - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Moacir Pereira Batista e de acordo com a Ordem de Serviço n.º 001/2018/7ºJEC, INTIMO a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, JUNTAR comprovante de residência ATUALIZADO em seu nome, atendendo à Resolução N.º 12/2017 do TJ/AM que ordena a distribuição dos processos nos Juizados Especiais de acordo com o endereço da parte autora.

ADV: ALCEMIR PESSOA FIGLIUOLO NETO (OAB 13248/AM) - Processo 0605346-83.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cancelamento de vôo - REQUERENTE: Andrea Melo Moutinho da Costa - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Moacir Pereira Batista e de acordo com a Ordem de Serviço n.º 001/2018/7ºJEC, INTIMO a parte autora e CITO a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para do dia 24/04/2019 às 10:45h. ADVIRTO à parte ré acerca da possibilidade de deferimento de Inversão do Ônus da prova pelo magistrado no momento do julgamento, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor.

ADV: MARIA ROSIANE DE BRITO (OAB 7628/AM) - Processo 0605427-32.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condomínio Amazonas - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Moacir Pereira Batista e de acordo com a Ordem de Serviço n.º 001/2018/7ºJEC, INTIMO a parte autora e CITO a parte ré por carta postal para comparecimento à audiência de conciliação designada para do dia 17/05/2019 às 10:45h.

ADV: EDNYLZA DE SÁ BARBOSA MONTEIRO (OAB 14189/AM) - Processo 0605574-58.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Adriano Augusto Marconi Gobeth e outro - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Moacir Pereira Batista e de acordo com a Ordem de Serviço n.º 001/2018/7ºJEC, INTIMO a parte autora e CITO a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para do dia 07/06/2019 às 10:15h. ADVIRTO à parte ré acerca da possibilidade de deferimento de Inversão do Ônus da prova pelo magistrado no momento do julgamento, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor.

ADV: MARLEN CRISTINNY PRADO PORTILHO (OAB 12132/AM), ADV: RODRIGO PRADO PORTILHO (OAB 8360/AM) - Processo 0605689-79.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Dandara dos Anjos Prado - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Moacir Pereira Batista e de acordo com a Ordem de Serviço n.º 001/2018/7ºJEC, INTIMO a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, JUNTAR comprovante de residência ATUALIZADO em seu nome, atendendo à Resolução N.º 12/2017 do TJ/AM que ordena a distribuição dos processos nos Juizados Especiais de acordo com o endereço da parte autora.

ADV: MICHAEL QUEIROZ LEITÃO (OAB 9714/AM) - Processo 0605718-32.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Marcia Regina Pacheco Botelho - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Moacir Pereira Batista e de acordo com a Ordem de Serviço n.º 001/2018/7ºJEC, INTIMO a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, JUNTAR comprovante de residência ATUALIZADO em seu nome, atendendo à Resolução N.º 12/2017 do TJ/AM que ordena a distribuição dos processos nos Juizados Especiais de acordo com o endereço da parte autora.

ADV: ALLAN SORELLY DE ALMEIDA ALBUQUERQUE (OAB 10143/AM) - Processo 0607611-92.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigações - REQUERENTE: Carlos Adamilton Ramos - Considerando que a parte ré reside em outra comarca e que a tentativa de citação por carta postal não foi frutífera, além da mesma não possui cadastro para citação eletrônica, EXPEÇA-SE a competente CARTA PRECATÓRIA para que o Sr. Oficial de Justiça Avaliador do Juízo Deprecado se dirija ao endereço da parte ré e proceda com a sua citação para comparecer em audiência datada para o dia 19/06/2019 às

09:30h. Junte-se à carta os seguintes documentos: Petição Inicial, Procuração ao patrono da parte autora e A presente decisão. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: EDUARDO SANTANA PINHEIRO (OAB 7049/AM) - Processo 0612801-36.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Crislene Cruz de Souza - Considerando que a parte ré reside em outra comarca e que a tentativa de citação por carta postal não foi frutífera, além da mesma não possui cadastro para citação eletrônica, EXPEÇA-SE a competente CARTA PRECATÓRIA para que o Sr. Oficial de Justiça Avaliador do Juízo Deprecado se dirija ao endereço da parte ré e proceda com a sua citação para comparecer em audiência datada para o dia 01/04/2019 às 09:30h. Junte-se à carta os seguintes documentos: Petição Inicial, Procuração ao patrono da parte autora e A presente decisão. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: AGUINALDO PEREIRA DIAS (OAB 7667/AM) - Processo 0612988-44.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Jefferson Andrey Gomes Maia - Por isso, DECLARANDO INEXISTENTE(s) O(s) DÉBITO(s) DISCUTIDO(s) NOS AUTOS, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO, CONDENANDO A PARTE RÉ A PAGAR R$ 5.000,00 em prol da parte autora, a título de indenização por danos morais, bem como a retirar seu nome de cadastro de maus pagadores e/ou protestos. Confirmo em definitivo os efeitos da Decisão de fl. 16. Correção monetária pelo INPC, aplicando-se no que pertinente: desde a data do(s) desembolso (danos materiais) e da presente data (danos morais, S. 362 STJ). Juros de 1% a.m. Sem condenações em custas pretéritas e honorários, nos termos do art. 55 da Lei 9.099/95. Preparo de lei. Da interposição de recurso, observar a parte recorrente o recolhimento do preparo e as custas recursais de lei (art. 54, parágrafo único e 55, ambos da Lei 9.099/95, combinado com a Lei Estadual 2.429/96 e Provimento 256/2015-CGJ/AM). Havendo pedido de gratuidade de justiça, a parte recorrente deverá comprovar que preenche os pressupostos para tal, nos termos do art. 99 o NCPC. Interposto o mesmo, faça-se os autos conclusos para análise do juízo de admissibilidade do recurso. Por outro lado, transcorrido o prazo legal, sem a interposição de recurso, determino à Secretaria que certifique o trânsito em julgado e dê-se baixa e arquivamento dos autos oportunamente. P.R.I.C.

ADV: LUIZ RICARDO ALVES DA SILVA (OAB 7048/AM), ADV: GEORGIA MARTIGNAGO DE PELLEGRIN WARKEN TOLEDO (OAB 314917/SP) - Processo 0613102-80.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Eliane Patrícia de Holanda Coelho - REQUERIDO: Ethiiopian Airlines Brazil - Por isso, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO, CONDENANDO A PARTE RÉ A PAGAR R$ 10.000,00 em prol da parte autora, a título de indenização por danos morais. IMPROCEDENTES os demais pedidos. Correção monetária pelos parâmetros usados pelo TJAM, aplicando-se a partir da presente data (danos morais, S. 362 STJ). Juros de 1% a.m. desde a citação. Sem custas e honorários sucumbenciais em primeiro grau de jurisdição, ex vi do art. 55 da lei 9.099/95. Da interposição de recurso, observar a parte recorrente o recolhimento do preparo e as custas recursais de lei (art. 54, parágrafo único e 55, ambos da Lei 9.099/95, combinado com a Lei Estadual 2.429/96 e Provimento 256/2015-CGJ/AM).Havendo pedido de gratuidade de justiça, a parte recorrente deverá comprovar que preenche os pressupostos para tal, nos termos do art. 99 o NCPC. Interposto o mesmo, faça-se os autos conclusos para análise do juízo de admissibilidade do recurso. Por outro lado, transcorrido o prazo legal, sem a interposição de recurso, determino à Secretaria que certifique o trânsito em julgado e dê-se baixa e arquivamento dos autos oportunamente. P.R.I.

ADV: LARA REGINA FIGUEIREDO PINTO DE ANDRADE (OAB 10686/AM) - Processo 0613339-17.2018.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: Ceproeducar Ltda - Me - EXPEÇA-SE a competente CARTA PRECATÓRIA para que o Sr. Oficial de Justiça Avaliador do Juízo Deprecado se dirija ao endereço da parte ré e, de acordo com o art. 53 da Lei 9.099/95 e o art. 829, caput, do CPC, PROCEDA-SE com as providências da CITAÇÃO da parte executada para, no prazo de 03 (três) dias, efetuar o pagamento do valor indicado pela parte Exequente, na forma do art. 829, CPC. Junte-se à carta os seguintes documentos: Petição Inicial, Procuração ao patrono da parte autora, A presente decisão e o título executivo judicial (sentença) ou extrajudicial.

ADV: GEYZA DIANY LIMA DAS CHAGAS (OAB 11855/AM), ADV: MARCO CESAR SOUZA PIMENTEL (OAB 13160/AM), ADV: LEONARDO LOPES SANTINHO (OAB 292091/SP) - Processo 0613390-28.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - DIREITO DO CONSUMIDOR - REQUERENTE: Clemilton Rodrigues de Freitas - REQUERIDO: Uniprev União Previdenciária - Por isso, JULGO IMPROCEDENTES OS PEDIDOS de indenização por danos materiais e morais. DETERMINO à parte ré que cancele o contrato e não proceda a mais nenhum desconto/cobrança de “Uniprev-Previdência” no contracheque ou conta bancária da parte autora, sob pena de R$ 1.000,00 (mil reais) para cada desconto realizado, limitados a 10 descontos, sem prejuízo da eventual repetição de indébito do que porventura tenha sido descontado após a publicação desta. Sem custas e honorários sucumbenciais em primeiro grau de jurisdição, ex vi do art. 55 da lei 9.099/95. Da interposição de recurso, observar a parte recorrente o recolhimento do preparo e as custas recursais de lei (art. 54, parágrafo único e 55, ambos da Lei 9.099/95, combinado com a Lei Estadual 2.429/96 e Provimento 256/2015-CGJ/AM). Havendo pedido de gratuidade de justiça, a parte recorrente deverá comprovar que preenche os pressupostos para tal, nos termos do art. 99 o NCPC. Interposto o mesmo, faça-se os autos conclusos para análise do juízo de admissibilidade do recurso. Por outro lado, transcorrido o prazo legal, sem a interposição de recurso, determino à Secretaria que certifique o trânsito em julgado e dê-se baixa e arquivamento dos autos oportunamente. P.R.I.C.

ADV: FLÁVIO RAFAEL PERDIGÃO GUERRA (OAB 8500/AM), ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO) - Processo 0613461-30.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Telefonia - REQUERENTE: Antônio Paulo Rodrigues de Souza - REQUERIDO: Telefônica Brasil S/A - Por isso, JULGO PROCEDENTE o pedido da parte autora para CONDENAR a parte ré a pagar R$ 5.000,00 (cinco mil reais) em prol da parte autora, a título de indenização por danos morais; bem como para CONDENAR na restituição do valor de R$ 542,52 a título de danos materiais (indébito). IMPROCEDENTE o pedido contraposto. Correção monetária pelo INPC, aplicando-se no que pertinente: desde a data do(s) desembolso (danos materiais) e da presente data (danos morais, Súmula 364 do STJ). Juros de 1% a.m desde a citação. Confirmo em definitivo os efeitos da Decisão de fl. 70. Sem custas e honorários sucumbenciais em primeiro grau de jurisdição, ex vi do art. 55 da lei 9.099/95. Da interposição de recurso, observar a parte recorrente o recolhimento do preparo e as custas recursais de lei (art. 54, parágrafo único e 55, ambos da Lei 9.099/95, combinado com a Lei Estadual 2.429/96 e Provimento 256/2015-CGJ/AM). Interposto o mesmo, faça-se os autos conclusos para análise do juízo de admissibilidade do recurso. Por outro lado, transcorrido o prazo legal, sem a interposição de recurso, determino à Secretaria que certifique o trânsito em julgado, dê-se baixa e arquive-se oportunamente.

ADV: FÉLIX DE MELO FERREIRA (OAB 3032/AM) - Processo 0613954-41.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo - REQUERENTE: Félix de Melo Ferreira e outro - PROCEDO com a redesignação da audiência de conciliação e com a CITAÇÃO da parte ré ou INTIMAÇÃO das partes interessadas para comparecimento a audiência de conciliação redesignada nos autos do processo em epígrafe para o dia 08/05/2019 às 11:15h.

ADV: MATHEUS NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 7197/AM) - Processo 0614039-27.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Erika Medeiros Pucu - EXPEÇA-SE a competente CARTA PRECATÓRIA para que o Sr. Oficial de Justiça Avaliador do Juízo Deprecado se dirija ao endereço da parte ré e proceda com a PENHORA E AVALIAÇÃO de tantos bens quantos bastem para pagamento do valor da condenação, o qual deverá ser indicado na Carta Precatória. Junte-se à carta os seguintes documentos: Petição Inicial, Procuração ao patrono da parte autora, A presente decisão e o título executivo judicial (sentença) ou extrajudicial.

ADV: FABIANNE RIBEIRO HALINSKI (OAB 7059/AM), ADV: JIULIANE MOURA DA COSTA (OAB 9809/AM), ADV: JIULIAN ERIVALDO MOURA COSTA (OAB 11417/AM), ADV: IGOR MACEDO FACÓ (OAB 16470/CE) - Processo 0618380-96.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: José Erivaldo da Costa - REQUERIDO: Hapvida Assistência Médica Ltda. - Diante do exposto, verificando que a parte embargante não cumpriu com o disposto, REJEITO OS EMBARGOS DE EXECUÇÃO, determinando a continuação da execução, nos termos do decisão de fls. 166/167.

ADV: LUÍS EDUARDO PEREIRA SANCHES (OAB 39162/PR), ADV: JANO DE SOUZA MELLO (OAB 4587/AM), ADV: TRAJANO BASTOS DE OLIVEIRA NETO FRIEDRICH (OAB 964A/AM) - Processo 0621621-78.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Frank Queiroz de Azevedo - REQUERIDO: Tokio Marine Seguradora S/A - JULGO PROCEDENTE o pedido da parte autora e faço nos seguintes termos: a) CONDENO o requerido a pagar o requerente a quantia de dez mil reais a título de danos morais, incindindo juros e correção da publicação da sentença; b) CONDENO (obrigação de fazer) o requerido a restituir o bem ao requerente no prazo de 30 dias úteis da intimação da sentença, sob pena de convolação em perdas e danos, via tabela FIPE, incindindo correção da data do fato. Sem custas e honorários sucumbenciais em primeiro grau de jurisdição, ex vi do art. 55 da lei 9.099/95. Da interposição de recurso, observar a parte recorrente o recolhimento do preparo e as custas recursais de lei (art. 54, parágrafo único e 55, ambos da Lei 9.099/95, combinado com a Lei Estadual 2.429/96 e Provimento 256/2015-CGJ/AM). Interposto o mesmo, recebendo o recurso no efeito devolutivo, faça-se os autos conclusos para análise do juízo de admissibilidade do recurso. Por outro lado, transcorrido o prazo legal, sem a interposição de recurso, determino à Secretaria que certifique o trânsito em julgado e dê-se baixa e arquivamento dos autos oportunamente. P.R.I.C.

ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG), ADV: ALEXSANDER DO NASCIMENTO CORDEIRO (OAB 13832/AM), ADV: JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (OAB 1047A/AM), ADV: FRANCIMAR MACIEL FERREIRA (OAB 10155/AM), ADV: LETÍCIA MASCARENHAS DIAS (OAB 9099/AM), ADV: WARNEY MAURO PRESTES DA COSTA VAL (OAB 2837/AM) - Processo 0623712-10.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Helton Camilo Silva Santos - REQUERIDO: Banco do Brasil S/A - MASTERCARD BRASIL SOLUÇÕES DE PAGAMENTO LTDA e outro - Por isso, JULGO PROCEDENTE o pedido da parte autora para CONDENAR as partes rés a pagarem solidariamente R$ 8.000,00 em prol da parte autora, a título de indenização por danos morais; bem como para CONDENAR solidariamente na restituição do valor de R$ 1.273,24 a título indenização por danos materiais. Correção monetária pelo INPC, aplicando-se no que pertinente: desde a data do(s) desembolso (danos materiais) e da presente data (danos morais, Súmula 362 do STJ). Juros de 1% a.m desde a citação. Sem custas e honorários sucumbenciais em primeiro grau de jurisdição, ex vi do art. 55 da lei 9.099/95. Da interposição de recurso, observar a parte recorrente o recolhimento do preparo e as custas recursais de lei (art. 54, parágrafo único e 55, ambos da Lei 9.099/95, combinado com a Lei Estadual 2.429/96 e Provimento 256/2015-CGJ/AM). Havendo pedido de gratuidade de justiça, a parte recorrente deverá comprovar que preenche os pressupostos para tal, nos termos do art. 99 o NCPC. Interposto o mesmo, faça-se os autos conclusos para análise do juízo de admissibilidade do recurso. Por outro lado, transcorrido o prazo legal, sem a interposição de recurso, determino à Secretaria que certifique o trânsito em julgado e dê-se baixa e arquivamento dos autos oportunamente. P.R.I.

ADV: MAYARA ALVES ALMEIDA (OAB 13686/AM) - Processo 0624039-52.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inadimplemento - REQUERENTE: So Fitas Comércio de Embalagem e Material Plástico Ltda Epp - Considerando que a parte ré reside em outra comarca e que a tentativa de citação por carta postal não foi frutífera, além da mesma não possui cadastro para citação eletrônica, EXPEÇA-SE a competente CARTA PRECATÓRIA para que o Sr. Oficial de Justiça Avaliador do Juízo Deprecado se dirija ao endereço da parte ré e proceda com a sua citação para comparecer em audiência datada para o dia 16/05/2019 às 09:15h. Junte-se à carta os seguintes documentos: Petição Inicial, Procuração ao patrono da parte autora e A presente decisão. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: RICARDO CARVALHO PAIXÃO (OAB 3742/AM) - Processo 0626294-80.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - RECLAMANTE: Ricardo Carvalho Paixão - Por isso, JULGO PROCEDENTE o pedido da parte autora para CONDENAR a parte ré a pagar R$ 6.000,00 em prol da parte autora, a título de indenização por danos morais. Correção monetária pelo INPC, aplicando-se no que pertinente: desde a data do(s) desembolso (danos materiais) e da presente data (danos morais, Súmula 362 do STJ). Juros de 1% a.m desde a citação. Sem custas e honorários sucumbenciais em primeiro grau de jurisdição, ex vi do art. 55 da lei 9.099/95. Da interposição de recurso, observar a parte recorrente o recolhimento do preparo e as custas recursais de lei (art. 54, parágrafo único e 55, ambos da Lei 9.099/95, combinado com a Lei Estadual 2.429/96 e Provimento 256/2015-CGJ/AM). Havendo pedido de gratuidade de justiça, a parte recorrente deverá comprovar que preenche os pressupostos para tal, nos termos do art. 99 o NCPC. Interposto o mesmo, faça-se os autos conclusos para análise do juízo de admissibilidade do recurso. Por outro lado, transcorrido o prazo legal, sem a interposição de recurso, determino à Secretaria que certifique o trânsito em julgado e dê-se baixa e arquivamento dos autos oportunamente. P.R.I.

Aguinaldo Pereira Dias (OAB 7667/AM)
Alcemir Pessoa Figliuolo Neto (OAB 13248/AM)
Alexsander do Nascimento Cordeiro (OAB 13832/AM)
Allan Sorelly de Almeida Albuquerque (OAB 10143/AM)
Ana Lúcia Salazar de Sousa (OAB 7173/AM)
Antônio Jarlison Pires da Silva (OAB 12261/AM)
Ednylza de Sá Barbosa Monteiro (OAB 14189/AM)
Eduardo Santana Pinheiro (OAB 7049/AM)
Emmanuel Michael Haraquian Filho (OAB 3342/AM)
Fabianne Ribeiro Halinski (OAB 7059/AM)
Félix de Melo Ferreira (OAB 3032/AM)
Flávio Rafael Perdigão Guerra (OAB 8500/AM)
Francimar Maciel Ferreira (OAB 10155/AM)
Georgia Martignago de Pellegrin Warken Toledo (OAB 314917/SP)
Geyza Diany Lima das Chagas (OAB 11855/AM)
Humberto Filipe Pinheiro Pedrosa (OAB 13037/AM)
Igor Macedo Facó (OAB 16470/CE)
Íngride Ohana de Queiroz Lima (OAB 403848/SP)
Jano de Souza Mello (OAB 4587/AM)
Jiulian Erivaldo Moura Costa (OAB 11417/AM)
Jiuliane Moura da Costa (OAB 9809/AM)
Jorge Alexandre Motta de Vasconcellos (OAB 2790/AM)
José Arnaldo Janssen Nogueira (OAB 1047A/AM)
Júlio Alberto Corrêa Salas (OAB 10165/AM)
Karina de Almeida Batistuci (OAB 9558/AL)
LARA REGINA FIGUEIREDO PINTO DE ANDRADE (OAB 10686/AM)
Leonardo Lopes Santinho (OAB 292091/SP)
Letícia Mascarenhas Dias (OAB 9099/AM)
Luís Eduardo Pereira Sanches (OAB 39162/PR)
Luiz Gustavo Barbosa de Souza França (OAB 9528/AM)
Luiz Ricardo Alves da Silva (OAB 7048/AM)
Marco Cesar Souza Pimentel (OAB 13160/AM)
Maria Rosiane de Brito (OAB 7628/AM)
Mário Jorge da Silva Araújo (OAB 6570/AM)
Marlen Cristinny Prado Portilho (OAB 12132/AM)
Matheus Araújo Muniz (OAB 7626/AM)
Matheus Nunes de Oliveira Dantas (OAB 7197/AM)
Mayara Alves Almeida (OAB 13686/AM)
Michael Queiroz Leitão (OAB 9714/AM)
Pedro Lucas Lindoso (OAB 496A/AM)
Ricardo Carvalho Paixão (OAB 3742/AM)
Risonaldo de Melo Lima Júnior (OAB 6997/AM)
RODRIGO PRADO PORTILHO (OAB 8360/AM)
Rodrigo Rodrigues Dias de Almeida (OAB 2518/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 44698/MG)
Trajano Bastos de Oliveira Neto Friedrich (OAB 964A/AM)
Vilma Oliveira dos Santos (OAB 542/AM)
Warney Mauro Prestes da Costa Val (OAB 2837/AM)
Wilker Bauher Vieira Lopes (OAB 29320/GO)

8ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 8ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (NILTON LINS)
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0044/2019

ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB 1058A/AM) - Processo 0600014-06.2017.8.04.0016 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - De ordem, à vista do bloqueio de fls. antecedentes, dê-se vista ao Executado para impugnação, no prazo de 15 dias.

ADV: CHRISTIANNE GOMES DA ROCHA (OAB 18305A/PB), ADV: KARLA PATRÍCIA BULASLAN DE MENDONÇA (OAB 11742/AM) - Processo 0600257-79.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Telefonia - REQUERENTE: Lucélia Gomes Rodrigues de Souza - REQUERIDO: Tim Celular S/A - Vistos, etc. HOMOLOGO, por sentença, o acordo extrajudicial entabulado entre as partes, às fls.86/87, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, tudo de conformidade com o art. 57 da Lei 9.099/95. Isenção de custas processuais e honorários advocatícios, à inteligência do que dispõe o artigo 55, da Lei 9.099/95. Determino à Secretaria que dê-se baixa e arquivem-se os autos, ex vi do art. 487, III, "b", do NCPC, independentemente de nova determinação do juízo, permitida a reativação dos autos a pedido do interessado. Libere-se a pauta de audiência, caso tenha sido aprazada. À Secretaria para as providências cabíveis.

ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM) - Processo 0600268-11.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: João Ricardo Guedelha e Silva - De ordem, fica designado o dia 12/04/2019 às 10:00h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ELDILEIA SENA DE OLIVEIRA (OAB 12339/AM) - Processo 0600512-37.2019.8.04.0015 - Procedimento Comum - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Luiz Carlos Monteiro Cavalcante - De ordem, fica designado o dia 11/04/2019 às 12:00h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ADRIANA OLIVEIRA DE AZEVEDO (OAB 3555/AM), ADV: MARIANA SOARES DE LIMA FARIA (OAB 3528/AM), ADV: FERNANDA DE ANDRADE REBOUÇAS SAMPAIO (OAB 8450/AM), ADV: BRENNO PAMPLONA CAVALCANTE (OAB 7515/AM) - Processo 0600700-95.2017.8.04.0016 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Material - EXEQUENTE: Bianca Pamplona Cavalcante - EXECUTADO: M Claudia da Silva Eireli - Scarlett Sposa - MARIA DE JESUS C DA SILVA ARAÚJO e outro - Ante o exposto, REJEITO a exceção reconhecendo a sucessão das empresas envolvidas na presente lide, oportunidade em que determino: Proceda-se a atualização do valor da condenação. Proceda-se o bloqueio judicial, via BACENJUD, do valor apurado pela execução. O bloqueio deve recair sobre os ativos da empresa sucessora nominada MARIA DE JESUS C. DA SILVA ARAÚJO - ME (SCARLETT SPOSA), conforme CNPJ de fl.286, e sobre MARIA CLÁUDIA RODRIGUES PINTO, CPF nº 495.776.973-72 (Inteligência do CCB, art. 1.146). Intimem-se as partes do teor desta decisão. Cumpra-se. Manaus, 28 de fevereiro de 2019.

ADV: LUCIO GLORIVALDO MATOS MARTINS (OAB 8380/AM) - Processo 0600772-53.2015.8.04.0016 - Cumprimento de sentença - Seguro - REQUERENTE: CÁSSIO JOSÉ MATOS DE BARROS - Intime-se o exequente/executado para, no prazo de 10 (dez) dias, impulsionar os autos, sob pena de arquivamento.

ADV: RENATO DE SOUZA PINTO (OAB 8794/AM), ADV: ARAÚJO & BARBOSA ADVOGADOS ASSOCIADOS (OAB 524201/AM), ADV: JOAAB MELO BARBOSA (OAB 8348/AM), ADV: ALEXANDRO MAGNO FERREIRA DE ARAÚJO (OAB 7983/AM) - Processo 0601007-81.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: Josimere de Souza Correa - De ordem, fica designado o dia 12/04/2019 às 09:00h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: CÍNTIA MARTINS DE SOUZA (OAB 4399/AM) - Processo 0601183-60.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: João Ferreira de Lima - De ordem, fica designado o dia 12/04/2019 às 09:30h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: PATRESE ANUNCIAÇÃO PRADO (OAB 9571/AM) - Processo 0601635-70.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Moisés Tavares Magalhães - De ordem, fica designado o dia 12/04/2019 às 10:30h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM) - Processo 0602071-29.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Timaia Costa Serrão - De ordem, fica designado o dia 12/04/2019 às 11:00h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ERIK LORENZZO MARINHO DA SILVA (OAB 4944/AM), ADV: GUSTAVO VISEU (OAB 117417/SP), ADV: KLAUS GIACOBBO RIFFEL (OAB 75938/RS), ADV: MARCELO ALBUQUERQUE CHAVES (OAB 9607/AM), ADV: LUCIANA NAZIMA (OAB 169451/SP) - Processo 0602296-83.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condomínio Alphaville Manaus 4 - REQUERIDO: Alphaville Urbanismo S.A e outro - Ante o que, por tudo mais quanto dos autos consta, JULGO PROCEDENTE o pedido formulado por Condomínio Alphaville Manaus 4 em face de Alphaville Urbanismo S.A e outro, para condenar os réus solidariamente ao pagamento da quantia de R$ 5.707,18 (cinco mil, setecentos e sete reais e dezoito centavos) a parte autora, com juros (1%) e correção monetária da citação válida. Sem condenação em custas e honorários. P.R.I.C. Manaus, 01 de março de 2019

ADV: ANANIAS GOMES DE SOUZA (OAB 9772/AM) - Processo 0602733-90.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Viviane Melo Teixeira - De ordem, fica designado o dia 12/04/2019 às 11:30h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: MARCELA PAULO SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA (OAB 10325/AM), ADV: MARCELA DA SILVA PAULO (OAB 10325/AM) - Processo 0603050-88.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - RECLAMANTE: Cleice Alves da Silva - De ordem, fica designado o dia 12/04/2019 às 10:30h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO) - Processo 0603192-60.2017.8.04.0016 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - REQUERIDO: Vivo S/A - De ordem, INTIME-SE a(s) parte(s) Executada(s) para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir a sentença e efetuar o pagamento da quantia devida e atualizada por servidor judicial no valor de R$ 1.650,78(um mil seiscentos e cinquenta reais e setenta e oito centavos), nos termos do art. 523, NCPC. Advertência: na hipótese de não pagamento no prazo, será acrescida multa de 10% sobre o montante apurado, prosseguindo-se automaticamente os atos de expropriação.

ADV: CHRISTIANNE GOMES DA ROCHA (OAB 18305A/PB), ADV: BENEDITO EVALDO DE LIMA (OAB 4821/AM) - Processo 0603223-15.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Joaquim Alfredo Eduardo Silveira Loureiro - REQUERIDO: Tim Celular S/A - Vistos, etc. HOMOLOGO, por sentença, o acordo entabulado entre as partes para que produza seus jurídicos e legais efeitos, na forma do parágrafo único, do art. 22, da Lei 9.099/95. Isenção de custas processuais e honorários advocatícios, à inteligência do que dispõe o art. 55 da Lei 9.099/95. Arquivem-se os autos. Cumpra-se.

ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 1037A/AM), ADV: RÔMULO RAFAEL SILVA CARVALHO (OAB 10504/AM), ADV: MARIA DO SOCORRO DA SILVA GUIMARÃES (OAB 3676/AM) - Processo 0603342-75.2016.8.04.0016 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Glenda Simone R Oliveira - REQUERIDO: Banco Itaucard S/A - Ante as

considerações apresentadas, declaro a prescrição, e julgo extinto o processo com julgamento do mérito, nos termos do artigo 485, IV, do Código de Processo Civil Brasileiro, c/c artigo 27 da Lei 8.078/90.

ADV: FERNANDA PRESTES DE LIMA (OAB 8776/AM), ADV: FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES (OAB 995A/AM), ADV: PRESTES SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA (OAB 8776/AM) - Processo 0604065-92.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Seguro - REQUERENTE: Kleudo Braga Dias - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - De ordem, fica designado o dia 15/04/2019 às 11:00h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ÂNGELA MARIA DANTAS DE ALENCAR (OAB 8924/AM) - Processo 0604219-13.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condomínio Residencial Ilhas Gregas I - De ordem, fica designado o dia 15/04/2019 às 11:30h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ÂNGELA MARIA DANTAS DE ALENCAR (OAB 8924/AM) - Processo 0604222-65.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condomínio Residencial Ilhas Gregas I - De ordem, fica designado o dia 15/04/2019 às 12:00h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: LUIZ GUSTAVO BARBOSA DE SOUZA FRANÇA (OAB 9528/AM) - Processo 0604229-57.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Luiz Humberto de Souza França - De ordem, fica designado o dia 11/04/2019 às 11:30h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: FELIPE BRAGA DE OLIVEIRA (OAB 9663/AM), ADV: VILA & BRAGA ADVOGADOS ASSOCIADOS (OAB 523/AM) - Processo 0604309-21.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Jaqueline Dias Cordeiro - De ordem, fica designado o dia 12/04/2019 às 08:30h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: JOBSON DOS SANTOS MASCARENHAS (OAB 10564/AM), ADV: LORENA ROSA ANDRADE DA SILVA CHAIN (OAB 11752/AM) - Processo 0604341-26.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: João Pedro Feitoza Gama - De ordem, fica designado o dia 11/04/2019 às 11:30h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: GREG LEE SOARES DUARTE (OAB 10127/AM) - Processo 0604351-70.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Greg Lee Soares Duarte - De ordem, fica designado o dia 12/04/2019 às 09:00h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ANA CAROLINA BEZERRA DE FREITAS (OAB 7698/AM) - Processo 0604373-31.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Helyda Serra da Silva - De ordem, fica designado o dia 12/04/2019 às 10:00h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ALEIR CARDOSO DE OLIVEIRA (OAB A1253/AM) - Processo 0604388-97.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Dayane Damascena da Silva - De ordem, fica designado o dia 15/04/2019 às 08:30h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ANA PAULA IVO FERNANDES (OAB 4288/AM) - Processo 0604400-14.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Susi Aparecida Kansbock - De ordem, fica designado o dia 16/04/2019 às 08:30h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: CLEITON DA SILVA CARVALHO (OAB 10652/AM) - Processo 0604407-06.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Heliandro de Souza Aranha - De ordem, fica designado o dia 15/04/2019 às 10:00h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: JOSÉ MÁRIO DE CARVALHO NETO (OAB 4861/AM) - Processo 0604421-87.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Condomínio - REQUERENTE: Condominio Residencial Vista do Sol - De ordem, fica designado o dia 16/04/2019 às 08:30h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: FERNANDO FRANCISCO MARQUES PEREIRA CUNHA (OAB 13429/AM) - Processo 0604438-26.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - DIREITO DO CONSUMIDOR - REQUERENTE: Sônia Lopes Mamede - De ordem, fica designado o dia 15/04/2019 às 10:30h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: LUIZ FELLYPE ROQUE DE QUEIROZ (OAB 12625/AM) - Processo 0604467-76.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Luiz Fellype Roque de Queiroz - De ordem, fica designado o dia 15/04/2019 às 11:00h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: KAREN DE CASTRO LÔNDERO (OAB 12296/AM) - Processo 0604469-46.2019.8.04.0015 - Procedimento Comum - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Mauro Cezar Londero Oliveira - De ordem, fica designado o dia 15/04/2019 às 11:30h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: EMERSON LUIZ MENEZES DE ARAUJO (OAB 12151/AM) - Processo 0604539-63.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: Isaias Picanço de Oliveira - De ordem, fica designado o dia 16/04/2019 às 10:30h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: LUAN VIEIRA DA CUNHA (OAB 11201/AM) - Processo 0605639-53.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cancelamento de vôo - REQUERENTE: Maurino Nogueira de Azevedo - De ordem, fica designado o dia 30/04/2019 às 09:00h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: KELLY ANNE CORRÊA DE OLIVEIRA (OAB 9330/AM), ADV: KELLY OLIVEIRA - SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA (OAB 9330/AM) - Processo 0605671-58.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Nereida Brandão Silveira dos Santos - De ordem, fica designado o dia 30/04/2019 às 10:00h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ARI BADARANE NICOLAU JÚNIOR (OAB 11935/AM) - Processo 0609599-51.2018.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Despesas Condominiais - EXEQUENTE: Condomínio Residencial Laranjeiras Village - EXECUTADA: Ziza Fatima Martins de Oliveira - Intime-se o condomínio para, dentro do prazo legal, realizar o pagamento ao qual fora condenado. Quanto ao veículo, o mesmo já encontra-se desbloqueado, conforme fl. 100.

ADV: ALCEMIR PESSOA FIGLIUOLO NETO (OAB 13248/AM), ADV: JOÃO BOSCO DA SILVA VIEIRA FILHO (OAB 8342/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: DIAS DOS SANTOS ADVOGADOS (OAB 311/AM), ADV: LUCIANO ARAÚJO TAVARES (OAB 12512/AM), ADV: INGRYD DOS SANTOS MOUSSE (OAB 8304/AM) - Processo 0611360-20.2018.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - DIREITO CIVIL - REQUERENTE: Ronaldo Cezar da Cunha Peixoto Júnior e outro - REQUERIDO: A N Barroso Franquias e Serviços de Limpeza Eireli - Centro de Doenças Renais do Amazonas Sociedade Civil Ltda - Ante o exposto, resta evidente que as duas empresas trabalham em conjunto, funcionando como grupo econômico, de modo que possuem responsabilidade solidaria em relação aos débitos

tratados no presente processo. Razão pela qual, defiro o pedido de bloqueio (bacenjud) nas contas das empresas AN Barroso e Norte Gestão, até o montante do crédito em execução. Quanto ao pedido de bloqueio dos valores devidos nas contas da empresa Trato Franquias e Serviços LTDA (JAN_PRO do Brasil), este deve ser indeferido, uma vez que tal empresa não participou do processo de conhecimento, momento apropriado para se reconhecer a solidariedade ou não entre as obrigações, não podendo se estender na atual fase processual. Cumpra-se.

ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: JOÃO BOSCO DA SILVA VIEIRA FILHO (OAB 8342/AM), ADV: DIAS DOS SANTOS ADVOGADOS (OAB 311/AM), ADV: LUCIANO ARAÚJO TAVARES (OAB 12512/AM), ADV: ALCEMIR PESSOA FIGLIUOLO NETO (OAB 13248/AM) - Processo 0611361-05.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - DIREITO CIVIL - REQUERENTE: Ronaldo Cezar da Cunha Peixoto Júnior e outro - REQUERIDO: A N Barroso Franquias e Serviços de Limpeza Eireli - Centro de Doenças Renais do Amazonas Sociedade Civil Ltda - Trata-se de pedido de reconhecimento de grupo econômico entre as empresas AN Barroso Franquias e Serviços de Limpeza Eireli e a Norte Gestão de Franquias EIRELI, bem como bloqueio dos valores devidos nas contas das mesmas, pleiteado pelo exequente. O art. 50 do Código Civil permite afastar a autonomia patrimonial da pessoa jurídica quando constatado abuso de personalidade jurídica pelo desvio de finalidade da atividade comercial, ou pela confusão patrimonial entre duas ou mais empresas, configurando grupo econômico, sendo possível estender a obrigação estabelecida de uma empresa para a outra, ainda que não tenha participado do processo original. Nesse contexto, verifico que as duas empresas funcionam no mesmo endereço, qual seja, Rua Albert Sabin, Conjunto Shangrila IV, nº 5, Bairro Parque dez de Novembro, Manaus-AM. Também constato que o Sr. Paulo Chaves de Vasconcelos realizou procuração em nome da Norte Gestão de Franquias EIRELI, concedendo poderes de gestão administrativa e financeira ao Sr. Adilson Nascimento Barroso, proprietário da empresa AN Barroso. Por fim, há o fato de que a própria franqueadora AN Barroso recebia royalties pela empresa Norte Gestão de Franquias, conforme os comprovantes de transferência de Andreia Pereira Souza ME em favor da empresa Norte Gestão, indicando união financeira e patrimonial entre elas. Impende salientar que requerido apesar de ter ciência da obrigação de pagar, nada propõe, tentando antecipadamente evitar uma constrição de valores das contas do devedor, diante do que se constata que o mesmo está se furtando ao pagamento de forma abusiva. Ante o exposto, resta evidente que as duas empresas trabalham em conjunto, funcionando como grupo econômico, de modo que possuem responsabilidade solidaria em relação aos débitos tratados no presente processo. Razão pela qual, defiro o pedido de bloqueio (bacenjud) nas contas das empresas AN Barroso e Norte Gestão, até o montante do crédito em execução. Quanto ao pedido de bloqueio dos valores devidos nas contas da empresa Trato Franquias e Serviços LTDA (JAN_PRO do Brasil), este deve ser indeferido, uma vez que tal empresa não participou do processo de conhecimento, momento apropriado para se reconhecer a solidariedade ou não entre as obrigações, não podendo se estender na atual fase processual. Cumpra-se. Manaus, 12 de março de 2019.

ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: JOÃO BOSCO DA SILVA VIEIRA FILHO (OAB 8342/AM), ADV: INGRYD DOS SANTOS MOUSSE (OAB 8304/AM), ADV: DIAS DOS SANTOS ADVOGADOS (OAB 311/AM), ADV: LUCIANO ARAÚJO TAVARES (OAB 12512/AM), ADV: ALCEMIR PESSOA FIGLIUOLO NETO (OAB 13248/AM) - Processo 0611362-87.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - DIREITO CIVIL - REQUERENTE: Ronaldo Cezar da Cunha Peixoto Júnior e outro - REQUERIDO: A N Barroso Franquias e Serviços de Limpeza Eireli - Centro de Doenças Renais do Amazonas Sociedade Civil Ltda - R. Hoje Trata-se de pedido de reconhecimento de grupo econômico entre as empresas AN Barroso Franquias e Serviços de Limpeza Eireli e a Norte Gestão de Franquias EIRELI, bem como bloqueio dos valores devidos nas contas das mesmas, pleiteado pelo exequente. O art. 50 do Código Civil permite afastar a autonomia patrimonial da pessoa jurídica quando constatado abuso de personalidade jurídica pelo desvio de finalidade da atividade comercial, ou pela confusão patrimonial entre duas ou mais empresas, configurando grupo econômico, sendo possível estender a obrigação estabelecida de uma empresa para a outra, ainda que não tenha participado do processo original. Nesse contexto, verifico que as duas empresas funcionam no mesmo endereço, qual seja, Rua Albert Sabin, Conjunto Shangrila IV, nº 5, Bairro Parque dez de Novembro, Manaus-AM. Também constato que o Sr. Paulo Chaves de Vasconcelos realizou procuração em nome da Norte Gestão de Franquias EIRELI, concedendo poderes de gestão administrativa e financeira ao Sr. Adilson Nascimento Barroso, proprietário da empresa AN Barroso. Por fim, há o fato de que a própria franqueadora AN Barroso recebia royalties pela empresa Norte Gestão de Franquias, conforme os comprovantes de transferência de Andreia Pereira Souza ME em favor da empresa Norte Gestão, indicando união financeira e patrimonial entre elas. Impende salientar que requerido apesar de ter ciência da obrigação de pagar, nada propõe, tentando antecipadamente evitar uma constrição de valores das contas do devedor, diante do que se constata que o mesmo está se furtando ao pagamento de forma abusiva. Ante o exposto, resta evidente que as duas empresas trabalham em conjunto, funcionando como grupo econômico, de modo que possuem responsabilidade solidaria em relação aos débitos tratados no presente processo. Razão pela qual, defiro o pedido de bloqueio (bacenjud) nas contas das empresas AN Barroso e Norte Gestão, até o montante do crédito em execução. Quanto ao pedido de bloqueio dos valores devidos nas contas da empresa Trato Franquias e Serviços LTDA (JAN_PRO do Brasil), este deve ser indeferido, uma vez que tal empresa não participou do processo de conhecimento, momento apropriado para se reconhecer a solidariedade ou não entre as obrigações, não podendo se estender na atual fase processual. Cumpra-se. Manaus, 12 de março de 2019.

ADV: DIAS DOS SANTOS ADVOGADOS (OAB 311/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: JOÃO BOSCO DA SILVA VIEIRA FILHO (OAB 8342/AM), ADV: LUCIANO ARAÚJO TAVARES (OAB 12512/AM), ADV: ALCEMIR PESSOA FIGLIUOLO NETO (OAB 13248/AM), ADV: INGRYD DOS SANTOS MOUSSE (OAB 8304/AM) - Processo 0611363-72.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - DIREITO CIVIL - REQUERENTE: Ronaldo Cezar da Cunha Peixoto Júnior e outro - REQUERIDO: Centro de Doenças Renais do Amazonas Sociedade Civil Ltda - A N Barroso Franquias e Serviços de Limpeza Eireli - Trata-se de pedido de reconhecimento de grupo econômico entre as empresas AN Barroso Franquias e Serviços de Limpeza Eireli e a Norte Gestão de Franquias EIRELI, bem como bloqueio dos valores devidos nas contas das mesmas, pleiteado pelo exequente. O art. 50 do Código Civil permite afastar a autonomia patrimonial da pessoa jurídica quando constatado abuso de personalidade jurídica pelo desvio de finalidade da atividade comercial, ou pela confusão patrimonial entre duas ou mais empresas, configurando grupo econômico, sendo possível estender a obrigação estabelecida de uma empresa para a outra, ainda que não tenha participado do processo original. Nesse contexto, verifico que as duas empresas funcionam no mesmo endereço, qual seja, Rua Albert Sabin, Conjunto Shangrila IV, nº 5, Bairro Parque dez de Novembro, Manaus-AM. Também constato que o Sr. Paulo Chaves de Vasconcelos realizou procuração em nome da Norte Gestão de Franquias EIRELI, concedendo poderes de gestão administrativa e financeira ao Sr. Adilson Nascimento Barroso, proprietário da empresa AN Barroso. Por fim, há o fato de que a própria franqueadora AN Barroso recebia royalties pela empresa Norte Gestão de Franquias, conforme os comprovantes de transferência de Andreia Pereira Souza ME em favor da empresa Norte Gestão, indicando união financeira e patrimonial entre elas. Impende salientar que requerido apesar de ter ciência da obrigação de pagar, nada propõe, tentando antecipadamente evitar uma constrição de valores das contas do devedor, diante do que se constata que o mesmo está se furtando ao pagamento de forma abusiva. Ante o exposto, resta evidente que as duas empresas trabalham em conjunto, funcionando como grupo econômico, de modo que possuem responsabilidade solidaria em relação aos débitos tratados no presente processo. Razão pela qual, defiro o pedido de bloqueio (bacenjud) nas contas das empresas AN Barroso e Norte Gestão, até o montante do crédito

em execução. Quanto ao pedido de bloqueio dos valores devidos nas contas da empresa Trato Franquias e Serviços LTDA (JAN_ PRO do Brasil), este deve ser indeferido, uma vez que tal empresa não participou do processo de conhecimento, momento apropriado para se reconhecer a solidariedade ou não entre as obrigações, não podendo se estender na atual fase processual. Cumpra-se. Manaus, 12 de março de 2019.

ADV: MARIA FRANCIDEUZA DA COSTA (OAB 4256/AM), ADV: HIAGO DOS SANTOS BUÁS (OAB 11741/AM) - Processo 0613874-14.2016.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo - REQUERENTE: Ruth Monteiro de Oliveira - De ordem, fica designado o dia 27/03/2019 às 12:30h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/ AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB A598/AM) - Processo 0615823-05.2018.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Responsabilidade do Fornecedor - EXEQUENTE: Naara de Oliveira Barbosa - EXECUTADO: Construtora Capital S/A - Ante o exposto, ACOLHO os embargos opostos para reconhecer a ilegitimidade da empresa CONSTRUTORA CAPITAL S/A, e determinar a sua exclusão do polo passivo da presente execução, bem como a liberação da quantia sob constrição judicial, devendo ser permanecer a empresa CAPITAL ROSSI EMPREENDIMENTOS S/A como principal devedora. Intime-se a construtora Construtora Capital S/A para indicar advogado para receber o alvará judicial. Prossiga-se a execução em relação a empresa CAPITAL ROSSI EMPREENDIMENTOS S/A. Intimem-se as partes. Cumpra-se. Manaus, 27 de fevereiro de 2019.

ADV: LEUDYANO ADEODATO VENÂNCIO (OAB 11234/AM), ADV: ANTÔNIO JORGE LOUREIRO (OAB 12470/AM), ADV: PAULA MIRANDA DA CUNHA (OAB 159369/MG) - Processo 0621061-05.2018.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - EXEQUENTE: André Feliphe Melo de Gusmão - Maira Haydee Goellner - EXECUTADO: Constroi Imobiliária Ltda Me., - Desta forma, considerando que as hipóteses em que são admissíveis ao executado opor embargos à execução, art. 52, IX, da Lei 9.099/95, não se amoldam ao caso concreto e que as razões do inconformismo não se enquadram em nenhum dos aspectos formais do dispositivo retromencionado, os presentes embargos merecem ser rejeitados. Ante o exposto, REJEITO os embargos, oportunidade em que determino à execução juntar a resposta do Banco e, caso positivo, a expedição de alvará judicial em favor do embargado, por meio do advogado constituído, após o trânsito em julgado desta sentença. Intimem-se. Cumpra-se. Manaus, 11 de março de 2019.

ADV: RICARDO AUGUSTO BULHÕES LEITE (OAB 23804/ MT), ADV: LUCIANO DA SILVA BURATTO (OAB 179235/SP) - Processo 0621435-21.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Leonardo Viana dos Santos - RECLAMADO: Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados NPL I - Ante o exposto, determino a liberação do valor bloqueado em favor do embargado, por meio do advogado constituído, observando a sequencia da fila de expedição de alvará. Após os procedimentos de praxe, arquivem-se os autos. Intimem-se as partes. Cumpra-se. Manaus,01 de março de 2019.

ADV: ODELY COSTA DOS SANTOS (OAB 10324/AM) - Processo 0623695-71.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Patrícia Gadelha da Cunha Braga - Vistos, etc. HOMOLOGO, por sentença, o acordo entabulado entre as partes para que produza seus jurídicos e legais efeitos, na forma do parágrafo único, do art. 22, da Lei 9.099/95. Isenção de custas processuais e honorários advocatícios, à inteligência do que dispõe o art. 55 da Lei 9.099/95. Arquivem-se os autos. Cumpra-se.

ADV: FLÁVIA ALBUQUERQUE LIRA (OAB 24521/PE) - Processo 0623852-44.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Transporte de Pessoas - REQUERENTE: Humberto Kennedy Melo da Silva - Ante o que, por tudo mais quanto dos autos consta, JULGO PROCEDENTE o pedido formulado por Humberto Kennedy Melo da Silva em face de Tam Linhas Aéreas S/A, para: - condenar o réu ao pagamento da quantia de R$ 540,40 (quinhentos e quarenta reais e quarenta centavos) a parte autora, a título indenizatório pelos danos materiais sofridos, com juros (1%) e correção monetária da citação válida; - condenar o réu ao pagamento da quantia de R$ 5.000,00 (cinco mil reais) a parte autora, a título indenizatório pelos danos morais sofridos, com juros (1%) e correção monetária desta data. Sem condenação em custas e honorários de primeiro grau. Reservo-me para apreciar o eventual pedido de gratuidade de custas por ocasião do recurso possível desta, diante das provas apresentadas que legitimem o benefício. P.R.I.C. Manaus, 08 de março de 2019

ADV: BRENO DE ALMEIDA RODRIGUES (OAB 8121/AM) - Processo 0626630-84.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Leila Maria Ferreira Paes e outro - Ante o que, por tudo mais quanto dos autos consta, JULGO PROCEDENTE o pedido formulado por Jorge Luiz de Figueiredo Braga e Leila Maria Ferreira Paes em face de Tam Linhas Aéreas S/A, para: - condenar o réu ao pagamento da quantia de R$ 500,00 (quinhentos reais) a parte autora, a título indenizatório pelos danos materiais sofridos, com juros (1%) e correção monetária da citação válida; - condenar o réu ao pagamento da quantia de R$ 5.000,00 (cinco mil reais) a parte autora, a título indenizatório pelos danos morais sofridos, com juros (1%) e correção monetária desta data. Sem condenação em custas e honorários de primeiro grau. Reservo-me para apreciar o eventual pedido de gratuidade de custas por ocasião do recurso possível desta, diante das provas apresentadas que legitimem o benefício. P.R.I.C. Manaus, 28 de fevereiro de 2019

ADV: PETER LÍNEKER DOS SANTOS LABORDA (OAB 10266/ AM), ADV: JOSE HENRIQUE CANCADO GONCALVES (OAB 855A/SE), ADV: LILIAN KAREN DE SOUZA (OAB 167344/MG) - Processo 0626794-49.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Leonice Maia Said - REQUERIDO: Claro S/A - Ante o que, por tudo mais quanto dos autos consta, JULGO PROCEDENTE, em parte, o pedido formulado por Leonice Maia Said em face de Claro S/A, para: - condenar o réu ao pagamento da quantia de R$ 4.000,00 (quatro mil reais) a parte autora, a título indenizatório pelos danos morais sofridos, com juros (1%) e correção monetária desta data; - determinar o cancelamento das cobranças referentes ao contrato já cancelado, no prazo de 10 (dez) dias a contar de intimação para cumprimento, sob pena de multa que arbitro em R$ 500,00 (quinhentos reais) por cobrança, até o limite de 10 (dez); - declarar a inexistência do débito imputado sob responsabilidade da parte autora, para todos os efeitos. Sem condenação em custas e honorários de primeiro grau. Reservo-me para apreciar o eventual pedido de gratuidade de custas por ocasião do recurso possível desta, diante das provas apresentadas que legitimem o benefício. P.R.I.C. Manaus, 28 de fevereiro de 2019

ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 57680/ MG), ADV: CLÁUDIA NASCIMENTO GUIMARÃES SANTANA (OAB 11093/AM) - Processo 0627143-52.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Domingas Cortez Gomes - REQUERIDO: Claro S/A - Vistos, etc. HOMOLOGO, por sentença, o acordo entabulado entre as partes para que produza seus jurídicos e legais efeitos, na forma do parágrafo único, do art. 22, da Lei 9.099/95. Isenção de custas processuais e honorários advocatícios, à inteligência do que dispõe o art. 55 da Lei 9.099/95. Arquivem-se os autos. Cumpra-se.

ADV: LEONARDO MARQUES BENTES DA CUNHA (OAB 12565/AM), ADV: JOSE HENRIQUE CANCADO GONCALVES (OAB 855A/SE) - Processo 0628009-60.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Telefonia - REQUERENTE: If7 Comercio de Cosmeticos, Calcados e Vestuarios Eireli - Me - REQUERIDO: Claro S/A - Isto posto, ACOLHO, em parte, os embargos opostos concedendo efeito infringente à sentença de fls. 89/90, para determinar à empresa CLARO S/A para, no prazo de 10(dez) dias, a contar da intimação, cancelar o protesto operado em nome da empresa autora perante os órgãos de proteção de crédito e instituições congêneres, sob pena de multa arbitro no importe de R$500,00(quinhentos reais) até o limite de 10(dez). REJEITO os argumentos referentes à aplicação de revelia. Intimem-se as partes. Cumpra-se.

ADV: FABIANNE CRISTINE SILVA DE VASCONCELOS DIAS (OAB 11007/AM) - Processo 0628257-26.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Francisca Anne de

Souza Resutto - Ante o que, por tudo mais quanto dos autos consta, JULGO PROCEDENTE o pedido formulado por Francisca Anne de Souza Resutto em face de Tim Celular S/A, para: - condenar o réu ao pagamento da quantia de R$ 7.000,00 (sete mil reais) a parte autora, a título indenizatório pelos danos morais sofridos, com juros (1%) e correção monetária desta data; - declarar a inexistência do débito imputado sob responsabilidade da parte autora, para todos os efeitos. Torno definitiva a tutela provisória deferida. Sem condenação em custas e honorários de primeiro grau. Reservo-me para apreciar o eventual pedido de gratuidade de custas por ocasião do recurso possível desta, diante das provas apresentadas que legitimem o benefício. P.R.I.C. Manaus, 28 de fevereiro de 2019

ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: RENATO DE SOUZA PINTO (OAB 8794/AM), ADV: ALEXANDRO MAGNO FERREIRA DE ARAÚJO (OAB 7983/AM), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM) - Processo 0628383-76.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Silvana Ferreira de Souza - REQUERIDO: SKY Serviços de Banda Larga Ltda. - Ante o que, por tudo mais quanto dos autos consta, JULGO PROCEDENTE o pedido formulado por Silvana Ferreira de Souza em face de SKY Serviços de Banda Larga Ltda., para: - condenar o réu ao pagamento da quantia de R$ 7.000,00 (sete mil reais) a parte autora, a título indenizatório pelos danos morais sofridos, com juros (1%) e correção monetária desta data; - declarar a inexistência do débito imputado sob responsabilidade da parte autora, para todos os efeitos. Torno definitiva a tutela provisória deferida. Sem condenação em custas e honorários de primeiro grau. Reservo-me para apreciar o eventual pedido de gratuidade de custas por ocasião do recurso possível desta, diante das provas apresentadas que legitimem o benefício. P.R.I.C. Manaus, 28 de fevereiro de 2019

ADV: LUCAS LEOPOLDINO MARINHO LARANJEIRAS (OAB 10625/AM) - Processo 0628727-57.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Celso S de Carvalho-me (Nome Fantasia: Home & Office) - Ante o que, por tudo mais quanto dos autos consta, JULGO PROCEDENTE o pedido formulado por Celso S de Carvalho-me (Nome Fantasia: Home Office) em face de Cemed - Centro Médico e Diagnóstico Por Imagem Ltda, para: - condenar o réu ao pagamento da quantia de R$ 9.181,53 (nove mil, cento e oitenta e um reais e cinquenta e três centavos) a parte autora, a título indenizatório pelos danos materiais sofridos, com juros (1%) e correção monetária da citação válida. Sem condenação em custas e honorários de primeiro grau. Reservo-me para apreciar o eventual pedido de gratuidade de custas por ocasião do recurso possível desta, diante das provas apresentadas que legitimem o benefício. P.R.I.C. Manaus, 08 de março de 2019

ADV: ROGÉRIO PEREIRA DE SALES (OAB 5625/AM) - Processo 0628741-41.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: Andrea Viana de Sales - Ante o que, por tudo mais quanto dos autos consta, JULGO PROCEDENTE o pedido formulado por Andrea Viana de Sales em face de Amazonas Distribuidora de Energia S/A, para: - condenar o réu ao pagamento da quantia de R$ 4.000,00 (quatro mil reais) a parte autora, a título indenizatório pelos danos morais sofridos, com juros (1%) e correção monetária desta data; - declarar a inexistência do débito imputado sob responsabilidade da parte autora, para todos os efeitos. Torno definitiva a tutela provisória deferida. Sem condenação em custas e honorários de primeiro grau. Reservo-me para apreciar o eventual pedido de gratuidade de custas por ocasião do recurso possível desta, diante das provas apresentadas que legitimem o benefício. P.R.I.C. Manaus, 01 de março de 2019

ADV: ELIAS BINDÁ DE CARVALHO JÚNIOR (OAB 8571/AM) - Processo 0628872-16.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERENTE: Elias Bindá de Carvalho Júnior - Ante o que, por tudo mais quanto dos autos consta, JULGO PROCEDENTE o pedido formulado por Elias Bindá de Carvalho Júnior em face de Amazonas Distribuidora de Energia S/A, para: - condenar o réu ao pagamento da quantia de R$ 5.000,00 (cinco mil reais) a parte autora, a título indenizatório pelos danos morais sofridos, com juros (1%) e correção monetária desta data; - determinar a revisão das faturas do período de julho a novembro de 2018, emitindo novas faturas utilizando como base fatura com vencimento em 08/05/2018, no prazo de 15 (quinze) dias a contar de intimação para cumprimento, sob pena de multa diária que arbitro em R$ 500,00 (quinhentos reais), até o limite de 10 (dez) dias. Torno definitiva a tutela provisória deferida. Sem condenação em custas e honorários de primeiro grau. Reservo-me para apreciar o eventual pedido de gratuidade de custas por ocasião do recurso possível desta, diante das provas apresentadas que legitimem o benefício. P.R.I.C. Manaus, 08 de março de 2019

ADV: FRANCISCO NONATO BOARY (OAB 1058/AM), ADV: PAULO NEY SIMÕES DA SILVA (OAB 2196/AM) - Processo 0629060-09.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Frank Benzecry - REQUERIDA: Maria Auxiliadora R. Queiróz - Vistos etc... Considerando a injustificada ausência do Requerente à audiência designada, e em observância ao disposto no art. 51, inciso I, da Lei nº 9.099/95, julgo extinto o processo sem apreciação do mérito, e condeno-o(a) no pagamento das custas judiciais. (Enunciado 28 FONAJE). P.R.I. Cumpra-se. Manaus, 11 de março de 2019

ADV: PAULO HENRIQUE LIMA DE MELO (OAB 12433/AM) - Processo 0629479-29.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigações - REQUERENTE: Ana Lucia Abud Mendes - Intime-se o exequente para, no prazo de 10 (dez) dias, impulsionar os autos, sob pena de arquivamento.

Adriana Oliveira de Azevedo (OAB 3555/AM)
Alcemir Pessoa Figliuolo Neto (OAB 13248/AM)
Aleir Cardoso de Oliveira (OAB A1253/AM)
Alexandro Magno Ferreira de Araújo (OAB 7983/AM)
Ana Carolina Bezerra de Freitas (OAB 7698/AM)
Ana Paula Ivo Fernandes (OAB 4288/AM)
Ananias Gomes de Souza (OAB 9772/AM)
André de Souza Oliveira (OAB 5219/AM)
Ângela Maria Dantas de Alencar (OAB 8924/AM)
Antônio Jorge Loureiro (OAB 12470/AM)
Araújo & Barbosa Advogados Associados (OAB 524201/AM)
Ari Badarane Nicolau Júnior (OAB 11935/AM)
Benedito Evaldo de Lima (OAB 4821/AM)
Brenno Pamplona Cavalcante (OAB 7515/AM)
Breno de Almeida Rodrigues (OAB 8121/AM)
Christianne Gomes da Rocha (OAB 18305A/PB)
Cíntia Martins de Souza (OAB 4399/AM)
Cláudia Nascimento Guimarães Santana (OAB 11093/AM)
Cleiton da Silva Carvalho (OAB 10652/AM)
Dias dos Santos Advogados (OAB 311/AM)
Eldileia Sena de Oliveira (OAB 12339/AM)
Elias Bindá de Carvalho Júnior (OAB 8571/AM)
Emerson Luiz Menezes de Araujo (OAB 12151/AM)
Erik Lorenzzo Marinho da Silva (OAB 4944/AM)
FABIANNE CRISTINE SILVA DE VASCONCELOS DIAS (OAB 11007/AM)
Felipe Braga de Oliveira (OAB 9663/AM)
Felipe Gazola Vieira Marques (OAB 995A/AM)
Fernanda de Andrade Rebouças Sampaio (OAB 8450/AM)
Fernanda Prestes de Lima (OAB 8776/AM)
Fernando Francisco Marques Pereira Cunha (OAB 13429/AM)
Flávia Albuquerque Lira (OAB 24521/PE)
Francisco Nonato Boary (OAB 1058/AM)
Greg Lee Soares Duarte (OAB 10127/AM)
Gustavo Gonçalves Gomes (OAB 1058A/AM)
Gustavo Viseu (OAB 117417/SP)
Hiago dos Santos Buás (OAB 11741/AM)
Ingryd dos Santos Mousse (OAB 8304/AM)
Joaab Melo Barbosa (OAB 8348/AM)
João Bosco da Silva Vieira Filho (OAB 8342/AM)
JOBSON DOS SANTOS MASCARENHAS (OAB 10564/AM)
José Henrique Cançado Gonçalves (OAB 57680/MG)
Jose Henrique Cancado Goncalves (OAB 855A/SE)
José Mário de Carvalho Neto (OAB 4861/AM)
Karen de Castro Lôndero (OAB 12296/AM)
Karla Patrícia Bulaslan de Mendonça (OAB 11742/AM)
Kelly Anne Corrêa de Oliveira (OAB 9330/AM)
Kelly Oliveira - Sociedade Individual de Advocacia (OAB 9330/AM)

Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM)
Klaus Giacobbo Riffel (OAB 75938/RS)
Leonardo Marques Bentes da Cunha (OAB 12565/AM)
Leudyano Adeodato Venâncio (OAB 11234/AM)
Lilian Karen de Souza (OAB 167344/MG)
Lorena Rosa Andrade da Silva Chain (OAB 11752/AM)
Luan Vieira da Cunha (OAB 11201/AM)
Lucas Leopoldino Marinho Laranjeiras (OAB 10625/AM)
Luciana Nazima (OAB 169451/SP)
Luciano Araújo Tavares (OAB 12512/AM)
Luciano da Silva Buratto (OAB 179235/SP)
LUCIO GLORIVALDO MATOS MARTINS (OAB 8380/AM)
Luís Albert dos Santos Oliveira (OAB 8251/AM)
Luiz Fellype Roque de Queiroz (OAB 12625/AM)
Luiz Gustavo Barbosa de Souza França (OAB 9528/AM)
Marcela da Silva Paulo (OAB 10325/AM)
Marcela Paulo Sociedade Individual de Advocacia (OAB 10325/AM)
Marcelo Albuquerque Chaves (OAB 9607/AM)
Maria do Socorro da Silva Guimarães (OAB 3676/AM)
Maria Francideuza da Costa (OAB 4256/AM)
Mariana Soares de Lima Faria (OAB 3528/AM)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB A598/AM)
Odely Costa dos Santos (OAB 10324/AM)
Patrese Anunciação Prado (OAB 9571/AM)
Paula Miranda da Cunha (OAB 159369/MG)
Paulo Henrique Lima de Melo (OAB 12433/AM)
Paulo Ney Simões da Silva (OAB 2196/AM)
Peter Líneker dos Santos Laborda (OAB 10266/AM)
Philippe Nunes de Oliveira Dantas (OAB 8872/AM)
Prestes Sociedade Individual de Advocacia (OAB 8776/AM)
Renato de Souza Pinto (OAB 8794/AM)
Ricardo Augusto Bulhões Leite (OAB 23804/MT)
Rogério Pereira de Sales (OAB 5625/AM)
Rômulo Rafael Silva Carvalho (OAB 10504/AM)
Vila & Braga Advogados Associados (OAB 523/AM)
Wilker Bauher Vieira Lopes (OAB 29320/GO)
Wilson Sales Belchior (OAB 1037A/AM)
Wilson Sales Belchior (OAB 17314/CE)

9ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 9ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
JUIZ(A) DE DIREITO IGOR DE CARVALHO LEAL CAMPAGNOLLI
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL RAIMUNDO NONATO SANTOS DA SILVA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0050/2019

ADV: EDIR FARIAS MAIA JÚNIOR (OAB 10395/AM) - Processo 0202483-49.2015.8.04.0020 - Cumprimento de sentença - Perdas e Danos - EXEQUENTE: ALLAN GUILHERME CANDEIRA MARTINS - Desta feita, certifique o Diretor de Secretaria e entregue-lhe a certidão de dívida, cabendo à parte agir às suas expensas e responsabilidade para o cadastro restritivo dos dados do Executado em órgãos restritivos de crédito ou mesmo em cartórios de protestos. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: DAIANE APARECIDA KLAUS (OAB 12860/AM) - Processo 0601469-23.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Glaucio Ney da Silva Feitosa - De ordem, fica designado o dia 10/04/2019 às 08:15h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: CAROLINE GUIMARÃES DO VALLE (OAB 6412/AM) - Processo 0601516-94.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Sandra Brito de Sá - De ordem de Sua Excelência o Juiz de Direito Igor de Carvalho Leal Campagnolli, responsável pelo 9º Juizado Especial Cível, requer, em complemento à Declaração de f. 19, a juntada do documento de identidade da Declarante, a Sra. Nazaré Brito dos Santos, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, SOB PENA DE EXTINÇÃO DO PROCESSO.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0601528-11.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - De ordem do Dr. Igor de Carvalho Leal Campagnolli - Juíz de Direito da 9ª Vara do Juizado Especial Cível da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, na forma da lei etc., mandou expedir o presente Ato, destinado à Citação de Banco Bradesco S/A. Comunico-lhe que Raimundo Giomar Medeiros da S., já devidamente qualificado, registrou a demanda que tomou o n.º 0601528-11.2019.8.04.0020, neste Juizado, contra Vossa Senhoria. FINALIDADE: Citá-lo para comparecer à audiência de Conciliação da 9ª Vara do Juizado Especial Cível designada para 09/04/2019 às 08:30h no endereço indicado abaixo. Na referida oportunidade, será tentada solução amigável que atenda a seus interesses e aos do Reclamante, sem quaisquer despesas.

ADV: ELISABETE LUCAS (OAB 4118/AM) - Processo 0601564-53.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Osmundo Francisco Jorge - De ordem, fica designado o dia 10/04/2019 às 08:45h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: KELMA SOUZA LIMA (OAB 5470/AM) - Processo 0601680-59.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Kethelen Lima dos Santos - De ordem, fica designado o dia 17/05/2019 às 08:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: MARIA DE FÁTIMA JEZINI MESQUITA (OAB 8378/AM), ADV: ROVAN JEZINI DO NASCIMENTO (OAB 10481/AM) - Processo 0601686-66.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Dayane Royce de Souza Silva - CERTIFICO para os devidos fins que, de acordo com o Código de Normas e o disposto no § 4º do art. 203 do NCPC, pratiquei o ato processual que segue: De ordem, fica a Autora intimada, na pessoa de seu advogado, se constituído nos autos; por carta com aviso de recebimento, se acompanhado da Defensoria Pública; ou por publicação oficial, para, no prazo de 5 (cinco) dias, emendar a inicial, indicando: (X) o comprovante de residência em nome da Autora, com data recente (no máximo 6 meses - sendo apenas aceito conta de ÁGUA, LUZ ou TELEFONE FIXO), ou, na ausência deste, declaração subscrita pela pessoa indicada no comprovante de residência, de que a autora reside no imóvel, acompanhada de cópia de documento de identidade do declarante.

ADV: KARLA PATRÍCIA BULASLAN DE MENDONÇA (OAB 11742/AM) - Processo 0601690-06.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Elizeu Barbosa de Oliveira - CERTIFICO para os devidos fins que, de acordo com o Código de Normas e o disposto no § 4º do art. 203 do NCPC, pratiquei o ato processual que segue: De ordem, fica o Autor intimado, na pessoa de seu advogado, se constituído nos autos; por carta com aviso de recebimento, se acompanhado da Defensoria Pública; ou por publicação oficial, para, no prazo de 5 (cinco) dias, emendar a inicial, indicando: (X) o comprovante de residência em nome do Autor, com data recente (no máximo 6 meses - sendo apenas aceito conta de ÁGUA, LUZ ou TELEFONE FIXO), ou, na ausência deste, declaração subscrita pela pessoa indicada no comprovante de residência, de que o autor reside no imóvel, acompanhada de cópia de documento de identidade do declarante.

ADV: JEYSILA EDIENY RABELO PEREIRA (OAB 12886/AM) - Processo 0601702-20.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Conceição Castro do Nascimento - De ordem, fica designado o dia 09/04/2019 às 08:45h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: DIEGO DA SILVA SOARES CRUZ (OAB 21519/MT) - Processo 0601744-69.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Jodan Frank Pereira Monteiro - CERTIFICO para os devidos fins que, de acordo com o Código de Normas e o disposto no § 4º do art. 203 do NCPC, pratiquei o ato processual que segue: De ordem, fica o Autor intimado, na pessoa de seu advogado, se constituído nos autos; por carta com aviso de recebimento, se acompanhado da Defensoria Pública; ou por publicação oficial, para, no prazo de 5 (cinco) dias, emendar a inicial, indicando: (X) o comprovante de residência em nome do Autor, com data recente

(no máximo 6 meses - sendo apenas aceito conta de ÁGUA, LUZ ou TELEFONE FIXO), ou, na ausência deste, declaração subscrita pela pessoa indicada no comprovante de residência, de que o autor reside no imóvel, acompanhada de cópia de documento de identidade do declarante.

ADV: DIEGO DA SILVA SOARES CRUZ (OAB 21519/MT) - Processo 0601759-38.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Maria de Fatima Lopes da Silva - CERTIFICO para os devidos fins que, de acordo com o Código de Normas e o disposto no § 4º do art. 203 do NCPC, pratiquei o ato processual que segue: De ordem, fica a Autora intimada, na pessoa de seu advogado, se constituído nos autos; por carta com aviso de recebimento, se acompanhado da Defensoria Pública; ou por publicação oficial, para, no prazo de 5 (cinco) dias, emendar a inicial, indicando: (X) o comprovante de residência em nome da Autora, com data recente (no máximo 6 meses - sendo apenas aceito conta de ÁGUA, LUZ ou TELEFONE FIXO), ou, na ausência deste, declaração subscrita pela pessoa indicada no comprovante de residência, de que a autora reside no imóvel, acompanhada de cópia de documento de identidade do declarante. (X) Cópias legíveis de RG e CPF da autora.

ADV: JEYSILA EDIENY RABELO PEREIRA (OAB 12886/AM) - Processo 0601776-74.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Amanda Melo Azevedo - CERTIFICO para os devidos fins que, de acordo com o Código de Normas e o disposto no § 4º do art. 203 do NCPC, pratiquei o ato processual que segue: De ordem, fica a Autora intimada, na pessoa de seu advogado, se constituído nos autos; por carta com aviso de recebimento, se acompanhado da Defensoria Pública; ou por publicação oficial, para, no prazo de 5 (cinco) dias, emendar a inicial, indicando: (X) cópia do RG e CPF da declarante do documento de f. 18 dos autos.

ADV: YVON JOSÉ RAMALHO GOMES (OAB 2791/AM) - Processo 0601789-73.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Prescrição e Decadência - RECLAMANTE: Carlos Alberto Araújo - De ordem, fica designado o dia 10/04/2019 às 08:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: JOÃO AUGUSTO CORDEIRO RAMOS (OAB 5754/AM) - Processo 0601794-95.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Marlene Cardenes de Oliveira - De ordem, fica designado o dia 12/04/2019 às 08:15h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: NELSON SAPHA KIZEM (OAB 245/AM), ADV: RICARDO LEITE MENEZES (OAB 10110/AM) - Processo 0604171-30.2014.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Acidente de Trânsito - EXEQUENTE: Diego Pereira Pantoja - De ordem, INTIME-SE a parte Exequente para no prazo de 5 (cinco) dias, manifestar sobre a referida consulta de fls. antecedentes.

ADV: JOÃO BOSCO DA SILVA VIEIRA FILHO (OAB 8342/AM) - Processo 0604284-27.2018.8.04.0020 - Execução de Título Extrajudicial - Locação de Imóvel - EXEQUENTE: Fabiano Fernandes Mariano - CERTIFICO para fins de direito que, após consulta realizada no BACENJUD (f.43/45), em razão da inexistência/insuficiência de saldo positivo. CERTIFICO para fins de direito que, após consulta realizada no RENAJUD (f.46/47), observei que a parte executada não possui bens passíveis de penhora. CERTIFICO para fins de direito que, após consulta realizada no INFOJUD, observei que a parte executada não possui bens passíveis de penhora. Destaco que referida consulta não será juntada aos autos, tendo em vista que as informações ali contidas são protegidas por sigilo fiscal. CERTIFICO por fim que já fora expedido Mandado de penhora e avaliação, sem êxito, consoante certidão do senhor meirinho de fls. 30/32. De ordem, fica o Exequente intimado, na pessoa de seu advogado, se constituído nos autos; por carta com aviso de recebimento, se acompanhado da Defensoria Pública; ou por publicação oficial, a fim de que, no prazo de 5 (cinco) dias, para, querendo, manifestar se sobre as referidas consulta, bem como para requerer o que entender de direito.

ADV: IOLDY VÂNIO LIMA FONSECA (OAB 8069/AM), ADV: MARCOS ANTÔNIO VÍTOR DA SILVA (OAB 7841/AM) - Processo 0604864-91.2017.8.04.0020 - Cumprimento de sentença - Acidente de Trânsito - EXEQUENTE: Francisco de Assis Rodrigues - De ordem, INTIME-SE o Exequente, para no prazo de 5 (cinco) dias, manifestar-se sobre à referida consulta de fls. Antecedentes.

ADV: CÍNTIA ROSSETTE DE SOUZA (OAB 4605/AM) - Processo 0606500-29.2016.8.04.0020 - Cumprimento de sentença - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - EXEQUENTE: LUIZ ANEZIO PRAIA DA CUNHA - De ordem, INTIME-SE o Exequente, para no prazo de 5 (cinco) dias, manifestar-se sobre à referida consulta de fls. Antecedentes.

ADV: NELCINEILA BATISTA DE OIIVEIRA (OAB 5779/AM) - Processo 0606721-12.2016.8.04.0020 - Cumprimento de sentença - Acidente de Trânsito - EXEQUENTE: ALESSANDRA DE SOUZA DA SILVA - De ordem, INTIME-SE a parte Exequente, para no prazo de 5 (cinco) dias, para manifestar-se sobre à referida consulta de fls. Antecedentes.

ADV: JARSON ARIDAY DA SILVA COSTA (OAB 741A/AM), ADV: ANDRÉA CRISTINA DA COSTA LE SUEUR (OAB 6161/AM) - Processo 0608007-54.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Gionilson de Jesus dos Santos - REQUERIDO: Centauros Motos Ltda. - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Defiro a gratuidade processual em prol da parte recorrente, eis que comprovados os requisitos necessários para tanto, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: RAYANE CRISTINA CARVALHO LINS (OAB 4544/AM), ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM) - Processo 0609003-52.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos de Consumo - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Defiro a gratuidade processual em prol da parte recorrente, eis que comprovados os requisitos necessários para tanto, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: LÍDIA ROBERTO DA SILVA (OAB 9135/AM) - Processo 0609454-77.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Centro Educacional Batista Canaã - De ordem, fica designado o dia 16/05/2019 às 08:45h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

Andréa Cristina da Costa Le Sueur (OAB 6161/AM)
Caroline Guimarães do Valle (OAB 6412/AM)
Cíntia Rossette de Souza (OAB 4605/AM)
Daiane Aparecida Klaus (OAB 12860/AM)
Diego da Silva Soares Cruz (OAB 21519/MT)
Edir Farias Maia Júnior (OAB 10395/AM)
Elisabete Lucas (OAB 4118/AM)
Ioldy Vânio Lima fonseca (OAB 8069/AM)
Jarson Ariday da Silva Costa (OAB 741A/AM)
Jeysila Edieny Rabelo Pereira (OAB 12886/AM)
João Augusto Cordeiro Ramos (OAB 5754/AM)
João Bosco da Silva Vieira Filho (OAB 8342/AM)
José Alberto Maciel Dantas (OAB 3311/AM)
Karla Patrícia Bulaslan de Mendonça (OAB 11742/AM)
Kelma Souza Lima (OAB 5470/AM)
Lídia Roberto da Silva (OAB 9135/AM)
Marcos Antônio Vítor da Silva (OAB 7841/AM)
Maria de Fátima Jezini Mesquita (OAB 8378/AM)
Nelcineila Batista de Oliveira (OAB 5779/AM)
Nelson Sapha Kizem (OAB 245/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Rayane Cristina Carvalho Lins (OAB 4544/AM)
Ricardo Leite Menezes (OAB 10110/AM)
ROVAN JEZINI DO NASCIMENTO (OAB 10481/AM)
Yvon José Ramalho Gomes (OAB 2791/AM)

10ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 10ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0056/2019

ADV: ROBERTO TRIGUEIRO FONTES (OAB 692A/AM) - Processo 0606135-04.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Lucicleide Mascarenhas da Cruz - De ordem, intimo a parte autora para que apresente cópia da sua última declaração de imposto de renda. (art. 99, § 2.º do CPC). Prazo de (05) cinco dias.

ADV: EVALDO LUCIO DA SILVA (OAB 10462/MT) - Processo 0608833-80.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Michele Pires de Souza - Assim, com fundamento no artigo 485, III do Código de Processo Civil c/c §1º do art. 51 da Lei n. 9.099/95, julgo extinto o processo sem resolução do mérito. Arquivem-se.

Evaldo Lucio da Silva (OAB 10462/MT)
Roberto Trigueiro Fontes (OAB 692A/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 10ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
JUIZ(A) DE DIREITO IGOR DE CARVALHO LEAL CAMPAGNOLLI
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL VANESSA OLIVEIRA DOS SANTOS
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0055/2019

ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM) - Processo 0201128-96.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: JOSE DE JESUS DOS SANTOS - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - TAMARA FERNANDES FEITOSA - Ante o exposto e nos termos da fundamentação acima, JULGO IMPROCEDENTE o pedido, nos termos do artigo 487, I do Código de Processo Civil. Sem custas e honorários advocatícios neste primeiro grau de jurisdição, nos termos do art. 55 da Lei 9.099/95. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Manaus, 11 de março de 2019. Igor de Carvalho Leal Campagnolli Juiz

ADV: SÓSTENES ADIEL PEREIRA BATISTA (OAB 10131/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: GIÁCOMO DINELLY LIMA (OAB 9753/AM) - Processo 0201379-17.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigações - REQUERENTE: RAIMUNDO QUEIROZ DE LIRA - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Satisfeita a obrigação pela parte executada, conforme comprovação no rosto dos autos, julgo extinta a presente execução, com espeque no art. 924, inciso II, do Código de Processo Civil. Arquivem-se os presentes autos, mediante as cautelas de estilo. Sem custas. P.R.I.C.

ADV: AGUINALDO PEREIRA DIAS (OAB 7667/AM) - Processo 0201498-75.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigações - REQUERENTE: Marilda Carvalho da Silva Pereira - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Reporto-me ao Ato Ordinatório de fl. 126 dos autos, no qual a autora foi intimada a apresentar cópia de sua última declaração de imposto de renda no prazo de 05 dias. No entanto, verifiquei que o prazo transcorreu sem que a autora apresentasse o referido documento. Sendo assim, indefiro a gratuidade da justiça, e de ordem, fica intimada a parte autora para realizar pagamento do preparo no prazo de 48 horas (art. 42,§ 2º da lei 9.099/95) , sob pena de deserção.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0201797-52.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigações - REQUERENTE: Rosilda dos Santos Sombra - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Nesse elastério, reconheço a complexidade probatória da causa e a consequente incompetência desta Justiça Especial para dirimi-la, nos moldes do artigo do art. 51, III, da Lei nº 9.099/95, pelo que determino a extinção do feito sem o julgamento do mérito. Caso não haja recurso das partes, no prazo da lei, autorizo o imediato arquivamento dos autos, com as cautelas de estilo.

ADV: RAQUEL DOS SANTOS PORTO (OAB 17929/PA) - Processo 0202061-69.2018.8.04.0020 (processo principal 0606383-04.2017.8.04.0020) - Embargos Infringentes na Execução Fiscal - Arras ou Sinal - REQUERENTE: E.t.r Contrutora e Incorporadora Ltda. - Forte nessas razões, julgo extinto o processo sem julgamento do mérito. Arquivem-se.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0202448-84.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigações - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Forte nessas razões, com fundamento no art. 487, inciso I, do Digesto de Processo Civil, julgo procedente o pedido de indenização por danos morais, condenando a parte requerida ao pagamento de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), a título de indenização por danos morais, com correção monetária (INPC) e juros moratórios de 1% a.m., ambos a partir da prolação deste decisum. Por força desta, ficam confirmados os efeitos da decisão interlocutória de fls. 13/14. Deixo de condenar a parte demandada ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, escudando-me na primeira parte do art. 55 da Lei 9.099/95. P. R. I. C.

ADV: DANIEL COUTINHO DA SILVA (OAB 9122/AM), ADV: WILNA ELIZABETH SANTIAGO CAVALCANTE (OAB 4339/AM), ADV: ELÁDIO MIRANDA LIMA (OAB 86235/RJ) - Processo 0202591-73.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigações - REQUERIDO: Oi Móvel S/A - Relatório dispensado nos termos do art. 38, caput, da Lei n° 9.099/95. As partes apresentaram acordo judicial para a devida homologação. Analisando a avença apresentada, observo que preenche os requisitos legais e, portanto, deve ser homologada. Diante disso, homologo o acordo extrajudicial firmado pelas partes, em conformidade com o art. 57, da Lei n° 9.099/95. Por conseguinte, julgo extinto o processo com resolução do mérito, sob o esteio do art. 487, inciso III, do Código de Processo Civil. Sem condenação em custas, na forma do art. 55 da Lei n° 9.099/95. Arquivem-se os autos com as cautelas de praxe. .

ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: MATHEUS ARAÚJO MUNIZ (OAB 7626/AM) - Processo 0203316-96.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: SAMUEL ALVES DE PAULA - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Forte nesses fundamentos, considerando especialmente a falta de êxito do requerente em demonstrar a existência do prejuízo moral afirmado, notadamente pelo fato de já possuir negativação anterior em seu nome, com fulcro no art. 487, I, do CPC, julgo improcedente o pedido de indenização por danos morais. Julgo procedente o pedido relativo à exclusão do nome do autor dos cadastros de inadimplentes, determinando que a empresa proceda às diligências necessárias para tal, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de multa diária no valor de R$ 200,00 (duzentos reais), até o limite de 15 (quinze) dias, a ser revertido em favor do requerente. Em caso de descumprimento, converta-se a referida multa em perdas e danos. Sem custas e honorários advocatícios. P. R. I. C.

ADV: JANDER RUBEM SOUZA DA ROCHA (OAB 7886/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 128341/SP), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB A598/AM), ADV: DENY FRANCY ARAUJO DA ROCHA (OAB 12136/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0600452-83.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Albertina Pontes de Paula - REQUERIDO: Banco Bradesco Financiamentos S/A - TERCEIRO I: Banco Bradesco S/A - Satisfeita a obrigação pela parte executada, conforme comprovação no rosto dos autos, julgo extinta a presente execução, com espeque no art. 924, inciso II, do Código de Processo Civil. Arquivem-se os presentes autos, mediante as cautelas de estilo. Sem custas. P.R.I.C.

ADV: PRISCILA PACHECO FERREIRA (OAB 5364/AM), ADV: EDSON DE OLIVEIRA (OAB 480/AM) - Processo 0600671-33.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Rubens Elessandro Menezes do Nascimento - De ordem, e considerando a certidão de fl. 125, intime-se o exequente para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestar-se acerca das fls. 75-124, juntadas a este processo por força da sentença de fls. 51-52, prolatada no processo de nº. 0607145-83.2018.8.04.0020.

ADV: JOICY COSTA CORRÊA DA CUNHA ARGENT THOMPSO (OAB 146976/RJ) - Processo 0600674-51.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERIDO: Editora Três Comércio de Publicções Ltda - Compulsando os autos, observo que a recorrente, no recurso inominado de fls.128-150, alega estar em recuperação judicial e por essa razão não efetuou o pagamento das custas processuais, no entanto, a parte não juntou aos autos documento comprobatório de sua condição, qual seja, decisão que determinou ou confirma o seu estado de recuperação judicial. Assim, determino que, a parte apresente documento que comprove sua impossibilidade de arcar com as custas do processo, no prazo de 10 dias. Após retornem-me os autos conclusos

ADV: FLÁVIO QUEIROZ DE SOUZA PAULA (OAB 10036/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB 1058A/AM) - Processo 0600752-11.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Evania Teixeira de Assis - REQUERIDO: Banco Olé Bonsucesso Consignado S/A - Forte nas razões expendidas, com fulcro no art. 487, I, do CPC, julgo improcedentes os pleitos insertos na peça de ingresso. Deixo de condenar a parte vencida ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, escudando-me na primeira parte do art. 55 da Lei 9.099/95. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as cautelas de estilo. P. R. I. C.

ADV: ALYSSON ROBERTO ROCHA FERREIRA (OAB 11860/AM), ADV: GIÁCOMO DINELLY LIMA (OAB 9753/AM), ADV: DIOGO HENRIQUE VIEIRA BARRETO (OAB 9487/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: ANDRÉ LUIZ DUARTE DA CRUZ (OAB 7694/AM) - Processo 0601361-28.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Pedro Farias da Silva - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Forte nas razões expendidas, com fulcro no art. 487, I, do CPC, julgo improcedentes os pleitos insertos na peça de ingresso. Deixo de condenar a parte vencida ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, escudando-me na primeira parte do art. 55 da Lei 9.099/95. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as cautelas de estilo. P. R. I. C.

ADV: THIAGO THADEU BASTOS TAVARES DA SILVA (OAB 11821/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0601624-94.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Josiane Felipe de Oliveira - Francinaldo Marcelo Gomes de Souza - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Satisfeita a obrigação pela parte executada, conforme comprovação no rosto dos autos, julgo extinta a presente execução, com espeque no art. 924, inciso II, do Código de Processo Civil. Arquivem-se os presentes autos, mediante as cautelas de estilo. Sem custas. P.R.I.C.

ADV: AUTON FRANCISCO FURTADO MAIA (OAB 5821/AM) - Processo 0601761-08.2019.8.04.0020 - Procedimento Comum - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: V.A.M. - Forte nas razões acima expendidas, indefiro o pedido de antecipação de tutela manejado pelo requerente. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: AUTON FRANCISCO FURTADO MAIA (OAB 5821/AM) - Processo 0601761-08.2019.8.04.0020 - Procedimento Comum - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: V.A.M. - Conciliação Data: 22/05/2019 Hora 11:30 Local: Conciliação 1 Situacão: Pendente

ADV: LÍDIA ROBERTO DA SILVA (OAB 9135/AM) - Processo 0601805-27.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Centro Educacional Batista Canaã - Conciliação Data: 22/05/2019 Hora 11:15 Local: Conciliação 1 Situacão: Pendente

ADV: MARILENE BALBI DE ALBUQUERQUE (OAB 12492/AM), ADV: CARLOS EDUARDO CAVALCANTE RAMOS (OAB 37489/BA) - Processo 0601905-16.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Mútuo - RECLAMANTE: Maria Rozimar Porto Batista - REQUERIDO: Banco Olé Bonsucesso Consignado S/A - Forte nas razões expendidas, com fulcro no art. 487, I, do CPC, julgo improcedentes os pleitos insertos na peça de ingresso. Deixo de condenar a parte vencida ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, escudando-me na primeira parte do art. 55 da Lei 9.099/95. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as cautelas de estilo. P. R. I. C.

ADV: ADSON PINHO PINTO (OAB 5850/AM) - Processo 0604399-48.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Paulo Teixeira de Albuquerque - REQUERIDO: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - Reporto-me ao Ato Ordinatório de fl. 99 dos autos, no qual a autora foi intimada a apresentar cópia de sua última declaração de imposto de renda no prazo de 05 dias. No entanto, verifiquei que o prazo transcorreu sem que a autora apresentasse o referido documento. Sendo assim, indefiro a gratuidade da justiça, e de ordem, fica intimada a parte autora para realizar pagamento do preparo no prazo de 48 horas (art. 42,§ 2º da lei 9.099/95) , sob pena de deserção.

ADV: DRIELLE CARVALHO DE ARRUDA (OAB 9121/AM), ADV: FÁBIO CARVALHO DE ARRUDA (OAB 8076/AM) - Processo 0604528-53.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Maria Jose Rabelo Azevedo - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Reporto-me ao Ato Ordinatório de fl. 150 dos autos, no qual a autora foi intimada a apresentar cópia de sua última declaração de imposto de renda no prazo de 05 dias. No entanto, verifiquei que o prazo transcorreu sem que a autora apresentasse o referido documento. Sendo assim, indefiro a gratuidade da justiça, e de ordem, fica intimada a parte autora para realizar pagamento do preparo no prazo de 48 horas (art. 42,§ 2º da lei 9.099/95) , sob pena de deserção.

ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB A598/AM), ADV: MARCELA DA SILVA PAULO (OAB 10325/AM), ADV: MARCELA PAULO SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA (OAB 10325/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0605824-13.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Lucas Marinho de Oliveira - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Forte nesses fundamentos e com fulcro no art. 487, I, do CPC, julgo parcialmente procedente a presente demanda para: 1 - declarar a nulidade e, consequentemente, o cancelamento dos descontos realizados sob rubrica “cart protegido” e “seg. Prot. Cartão”; 2 - condenar a parte requerida ao pagamento de R$ 265,20 (duzentos e sessenta e cinco reais e vinte centavos), à título de repetição de indébito, com juros de 1% ao mês e correção monetária (INPC), ambos a serem contados a partir do efetivo prejuízo do autor (data do primeiro desconto indevido); 3 - Improcedente o pedido de indenização por danos morais. Deixo de condenar o demandado ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, escudando-me na primeira parte do art. 55 da Lei nº 9.099/95.

ADV: EVALDO LUCIO DA SILVA (OAB 10462/MT) - Processo 0605831-05.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Aline Bento Ipe - De ordem, intime-se o requerente para, no prazo de 10 (dez) dias, informar os dados bancários (Banco, agência, conta corrente, com dígito, CPF ou CNPJ) necessários à expedição de alvará eletrônico para fins de transferência bancária ou para que manifeste interesse pela expedição de alvará eletrônico para levantamento em espécie, bem como para que se manifeste acerca da satisfação das obrigações.

ADV: CÍNTIA MARTINS DE SOUZA (OAB 4399/AM), ADV: KÊNIA BASTOS ANDRADE (OAB 4037/AM), ADV: FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES (OAB 76696/MG), ADV: FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES (OAB 995A/AM), ADV: RUBENS GASPAR SERRA (OAB 3499/AC) - Processo 0606004-29.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano

Moral - REQUERENTE: José Souza dos Santos - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Bradesco Vida e Previdência S/A - Satisfeita a obrigação pela parte executada, conforme comprovação no rosto dos autos, julgo extinta a presente execução, com espeque no art. 924, inciso II, do Código de Processo Civil. Arquivem-se os presentes autos, mediante as cautelas de estilo. Sem custas. P.R.I.C.

ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 9558/AL), ADV: FERNANDO CÉSAR LIMA FERREIRA DE OLIVEIRA (OAB 843A/AM), ADV: CÍNTIA MARTINS DE SOUZA (OAB 4399/AM) - Processo 0606009-51.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: José Souza dos Santos - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Bradesco Vida e Previdência S/A - Satisfeita a obrigação pela parte executada, conforme comprovação no rosto dos autos, julgo extinta a presente execução, com espeque no art. 924, inciso II, do Código de Processo Civil. Arquivem-se os presentes autos, mediante as cautelas de estilo. Sem custas. P.R.I.C.

ADV: CARLOS ROSSATO DA SILVA AVILA (OAB 10309/MT) - Processo 0606055-40.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Antonio Welison Araujo Cerdeiro - Conciliação Data: 22/05/2019 Hora 10:45 Local: Conciliação 1 Situacão: Pendente

ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM) - Processo 0606135-04.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Lucicleide Mascarenhas da Cruz - De ordem, intimo a parte autora para que apresente cópia da sua última declaração de imposto de renda. (art. 99, § 2.º do CPC). Prazo de (05) cinco dias.

ADV: FELIPE LUIZ ALENCAR VILAROUCA (OAB 19194/MT), ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO) - Processo 0607003-79.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Erlonilson Vieira de Oliveira - RECLAMADO: Vivo S/A - Ante o exposto e nos termos da fundamentação acima, JULGO IMPROCEDENTE o pedido, nos termos do artigo 487, I do Código de Processo Civil. Sem custas e honorários advocatícios neste primeiro grau de jurisdição, nos termos do art. 55 da Lei 9.099/95. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Manaus, 12 de março de 2019. (Assinado Eletronicamente) Igor de Carvalho Leal Campagnolli Juiz de Direito

ADV: RENATO FERNANDES MARIANO (OAB 8246/AM), ADV: LILIAN KAREN DE SOUZA (OAB 167344/MG), ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 57680/MG), ADV: TATIANA FERREIRA DA SILVA (OAB 10168/AM), ADV: PAULO ALBERTO RODRIGUES DE OLIVEIRA ARRUDA (OAB 8766/AM), ADV: JOSE HENRIQUE CANCADO GONCALVES (OAB 855A/SE), ADV: FÁBIO NOGUEIRA CORRÊA (OAB 5674/AM) - Processo 0607006-34.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Maria Neuza Queiroz - REQUERIDO: Net Serviços de Comunicação S/A - Claro S/A - Ante o exposto e nos termos da fundamentação acima, JULGO IMPROCEDENTE o pedido, nos termos do artigo 487, I do Código de Processo Civil. Sem custas e honorários advocatícios neste primeiro grau de jurisdição, nos termos do art. 55 da Lei 9.099/95. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Manaus, 12 de março de 2019. Igor de Carvalho Leal Campagnolli Juiz

ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: MALBER MAGALHÃES SOUZA TAVARES (OAB 6455/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 1037A/AM) - Processo 0607032-66.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Erminia de Moraes Rodrigues - REQUERIDO: Sky Brasil Serviços Ltda - Satisfeita a obrigação pela parte executada, conforme comprovação no rosto dos autos, julgo extinta a presente execução, com espeque no art. 924, inciso II, do Código de Processo Civil. Arquivem-se os presentes autos, mediante as cautelas de estilo. Sem custas. P.R.I.C.

ADV: JOÃO BATISTA ANDRADE DE QUEIROZ (OAB 2372/AM), ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM), ADV: JOICY COSTA CORRÊA DA CUNHA ARGENT THOMPSO (OAB 146976/RJ), ADV: JULIANO MARTINS MANSUR (OAB 113786/RJ), ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM) - Processo 0607055-75.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Elizoney Pinheiro da Silva - REQUERIDO: Sabemi Seguradora S/A - Banco Bradesco S/A - Ante o exposto e nos termos da fundamentação acima, JULGO IMPROCEDENTE o pedido, nos termos do artigo 487, I do Código de Processo Civil. Sem custas e honorários advocatícios neste primeiro grau de jurisdição, nos termos do art. 55 da Lei 9.099/95. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Manaus, 11 de março de 2019. (Assinado Eletronicamente) Igor de Carvalho Leal Campagnolli Juiz de Direito

ADV: CHRISTIANO DRUMOND PATRUS ANANIAS (OAB 78403/MG), ADV: DIOGO HENRIQUE VIEIRA BARRETO (OAB 9487/AM), ADV: HELENA MARIA VITAL DE MELO (OAB 14031/AM), ADV: BIANCA MEDRADO DE CARVALHO (OAB 8775/AM), ADV: HELENA MARIA VITAL DE MELO (OAB 14031/AM) - Processo 0607282-65.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Rita de Cassia do Nascimento Bessa - REQUERIDO: Lojas Marisa S/A - SAX S/A CRÉDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO - Defiro o pedido de cumprimento de sentença de fls. 142-143. Considerando os cálculos judiciais de fl. 144, intimem-se as partes executadas para, solidariamente, no prazo de 15 (quinze) dias, efetuarem o pagamento do valor executado de R$5.050,00 (cinco mil e cinquenta reais), sob pena de ser acrescida multa de 10%, nos termos do art. 523, §1º, do Código de Processo Civil. Transcorrido o prazo in albis, atualize-se o valor do débito incluindo os consectários legais e prossiga-se à execução com a penhora online diretamente na conta da parte executada via BacenJud, nos termos do art. 854, caput, do CPC. Em caso de inexistência de saldo positivo, expeça-se mandado de penhora e avaliação. Por fim, restando infrutíferas as medidas acima descritas, proceda-se à realização de consulta e bloqueio de veículos mediante o RENAJUD. Cumpra-se.

ADV: MARCELO DA SILVA CARLOS (OAB 7366/AM), ADV: FERNANDA PRESTES DE LIMA (OAB 8776/AM), ADV: CÁSSIO CHAVES CUNHA (OAB 12268/PA) - Processo 0607743-08.2016.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Aline Maria da Silva Barbosa - REQUERIDO: Banco Olé Bonsucesso Consignado S/A - Reporto-me ao Ato Ordinatório de fl. 258 dos autos, no qual a autora foi intimada a apresentar cópia de sua última declaração de imposto de renda no prazo de 05 dias. No entanto, verifiquei que o prazo transcorreu sem que a autora apresentasse o referido documento. Sendo assim, indefiro a gratuidade da justiça, e de ordem, fica intimada a parte autora para realizar pagamento do preparo no prazo de 48 horas (art. 42,§ 2º da lei 9.099/95) , sob pena de deserção.

ADV: JOSÉ LUÍS CANTUÁRIA DOS REIS (OAB 2896/AM) - Processo 0607796-52.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo - REQUERENTE: Fábio Roberto Galvão da Silva - Conciliação Data: 22/05/2019 Hora 11:45 Local: Conciliação 1 Situacão: Pendente

ADV: LUCIANO DA SILVA BURATTO (OAB 179235/SP), ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 9558/AL), ADV: AGUINALDO PEREIRA DIAS (OAB 7667/AM), ADV: FÁBIO NOGUEIRA CORRÊA (OAB 5674/AM), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM) - Processo 0608059-50.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Adelson Welligton Santos - REQUERIDO: Itapeva VII Multicarteira Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados NPL I - Forte nestes fundamentos, com fulcro no art. 487, I do Código de Processo Civil, e levando-se em consideração o exposto, notadamente a falta de êxito do requerente em demonstrar a existência da conduta ilícita ou abusiva por parte da demandada, julgo improcedente o pedido formulado na inicial. Sem custas e honorários advocatícios. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos e dê-se baixa nos competentes registros.

ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: AGUINALDO PEREIRA DIAS (OAB 7667/AM) - Processo 0608269-04.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE:

Janderson Bastos Sampaio - REQUERIDO: Telefônica Brasil S/A - Ante o exposto e nos termos da fundamentação acima, JULGO IMPROCEDENTE o pedido, nos termos do artigo 487, I do Código de Processo Civil. Sem custas e honorários advocatícios neste primeiro grau de jurisdição, nos termos do art. 55 da Lei 9.099/95. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Manaus, 12 de março de 2019. (Assinado Eletronicamente) Igor de Carvalho Leal Campagnolli Juiz de Direito

ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM), ADV: RAYANE CRISTINA CARVALHO LINS (OAB 4544/AM), ADV: FÁBIO CARVALHO DE ARRUDA (OAB 8076/AM) - Processo 0608272-56.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Maria Oliveira Machado - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Relatório dispensado nos termos do art. 38, caput, da Lei n° 9.099/95. As partes apresentaram acordo judicial para a devida homologação. Analisando a avença apresentada, observo que preenche os requisitos legais e, portanto, deve ser homologada. Diante disso, homologo o acordo extrajudicial firmado pelas partes, em conformidade com o art. 57, da Lei n° 9.099/95. Por conseguinte, julgo extinto o processo com resolução do mérito, sob o esteio do art. 487, inciso III, do Código de Processo Civil. Sem condenação em custas, na forma do art. 55 da Lei n° 9.099/95. Arquivem-se os autos com as cautelas de praxe. .

ADV: MICHELLE MELO BARBOSA (OAB 2648/AM) - Processo 0608391-17.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: M.M.S.N. - Indefiro o pedido de julgamento antecipado da lide por entender que, consideradas as circunstâncias do caso concreto e analisadas as alegações dos litigantes, resta necessário o esclarecimento de alguns pontos suscitados na inicial e na peça de defesa, no que diz respeito a quem se encontra em posse do referido bem, local da realização do serviço e comprovante do pagamento dos serviços referentes ao reparo, a ser feito em audiência instrutória, mediante depoimento pessoal das partes, razões por que se afigura necessária a realização do referido ato.

ADV: MICHELLE MELO BARBOSA (OAB 2648/AM) - Processo 0608391-17.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: M.M.S.N. - Instrução e Julgamento Data: 03/04/2019 Hora 11:30 Local: Sala de audiência do Juiz Situacão: Pendente

ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM), ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM), ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM) - Processo 0608591-24.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Raimundo Giomar Medeiros da Silva - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Bradesco Auto/RE Companhia de Seguros - Forte nesses fundamentos, com fulcro no art. 487, inciso I, do Digesto de Processo Civil, julgo parcialmente procedentes os pedidos autorais para, determinar o cancelamento do seguro denominado “AQUI/DEV”, condenando a parte ré ao pagamento do valor de R$ 541,20 (quinhentos e quarenta e um reais e vinte centavos), a título de repetição de indébito em dobro, com juros de 1% ao mês e correção monetária (INPC), ambos a serem contados a partir da data do desconto, bem como ao pagamento da importância de R$ 1.000,00 (mil reais), a título de indenização pelos danos morais narrados na inicial, com correção monetária (INPC) e juros moratórios de 1% a.m., ambos a partir da prolação deste decisum. Deixo de condenar a parte requerida ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, escudando-me na primeira parte do art. 55 da Lei 9.099/95.

ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM), ADV: FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES (OAB 995A/AM) - Processo 0608595-61.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Raimundo Giomar Medeiros da Silva - Diante do exposto, com fundamento no art. 485, § 3º do Código de Processo Civil, pronuncio, ex officio, a ilegitimidade passiva do requerido, e, sem resolução do mérito, extingo o processo, com esteio no art. 485, inciso VI, do Estatuto Processual Civil. Sem condenação em custas e honorários advocatícios, de acordo com o artigo 55 da Lei 9.099/95.

ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM), ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM), ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM) - Processo 0608601-68.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Raimundo Giomar M da Silva - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Diante do exposto, com fundamento no art. 485, § 3º do Código de Processo Civil, pronuncio, ex officio, a ilegitimidade passiva do requerido, e, sem resolução do mérito, extingo o processo, com esteio no art. 485, inciso VI, do Estatuto Processual Civil. Sem condenação em custas e honorários advocatícios, de acordo com o artigo 55 da Lei 9.099/95.

ADV: BRUNO HENRIQUE DE OLIVEIRA VANDERLEI (OAB 21678/PE), ADV: JANAÍNA LOPES CAVALCANTE (OAB 5872/AM), ADV: JUREMA DIAS DE LIMA MISSIONEIRO DOS SANTOS (OAB 70558/SP) - Processo 0608620-74.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Maria Darti de Oliveira e Silva - REQUERIDO: Sul América Companhia Nacional de Seguros - Forte nesses fundamentos e com fulcro no art. 487, I, do CPC: 1 - julgo procedente o pedido relativo à declaração de nulidade dos descontos operacionados a partir de maio de 2014 até novembro de 2018, bem como para declarar rescindido o contrato objeto desta demanda; 2 - julgo procedente o pleito de repetição de indébito em dobro, condenando o requerido a pagar para suplicante, o valor de R$ 2.806,10 (dois mil, oitocentos e seis reais e dez centavos), com juros de 1% ao mês e correção monetária (INPC), ambos a serem contados a partir do efetivo prejuízo da autora (data do primeiro desconto indevido); 3 - julgo parcialmente procedente o pedido de indenização por danos morais, condenando o requerido ao pagamento da importância de R$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), com correção monetária (INPC) e juros moratórios de 1% ao mês, ambos a partir da prolação deste decisum. Deixo de condenar os demandados ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, escudando-me na primeira parte do art. 55 da Lei nº 9.099/95. P.R.I.C

ADV: CARLOS ROSSATO DA SILVA AVILA (OAB 10309/MT), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO) - Processo 0608628-51.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Milucia Leite Cardenas - RECLAMADO: Vivo S/A - Ante o exposto e nos termos da fundamentação acima, JULGO IMPROCEDENTE o pedido, nos termos do artigo 487, I do Código de Processo Civil. Sem custas e honorários advocatícios neste primeiro grau de jurisdição, nos termos do art. 55 da Lei 9.099/95. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Manaus, 12 de março de 2019. (Assinado Eletronicamente) Igor de Carvalho Leal Campagnolli Juiz de Direito

ADV: CÁSSIO CHAVES CUNHA (OAB 12268/PA), ADV: CRIS RODRIGUES FLORÊNCIO PEREIRA (OAB 5316/AM), ADV: BRUNO DE OLIVEIRA RODRIGUES (OAB 9968/AM) - Processo 0609095-64.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Enriquecimento sem Causa - REQUERENTE: Valmir Guedes da Silva - REQUERIDO: Banco Olé Bonsucesso Consignado S/A - Forte nas razões expendidas, com fulcro no art. 487, I, do CPC, julgo improcedentes os pleitos insertos na peça de ingresso. Deixo de condenar a parte vencida ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, escudando-me na primeira parte do art. 55 da Lei 9.099/95. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as cautelas de estilo. P. R. I. C.

ADV: CÁSSIO CHAVES CUNHA (OAB 12268/PA), ADV: CRIS RODRIGUES FLORÊNCIO PEREIRA (OAB 5316/AM) - Processo 0609631-75.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - DIREITO DO CONSUMIDOR - REQUERENTE: Arnaldo Pinheiro Cavalcante - REQUERIDO: Banco Olé Bonsucesso Consignado S/A - Forte nas razões expendidas, com fulcro no art. 487, I, do CPC, julgo improcedentes os pleitos insertos na peça de ingresso. Deixo de condenar a parte vencida ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, escudando-me na primeira parte do art. 55 da Lei 9.099/95. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as cautelas de estilo. P. R. I. C.

ADV: MICHELE DE SOUZA DERZE (OAB 6418/AM) - Processo 0610828-65.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: Kercia dos Santos Pantoja - REQUERIDO: Macedo e Campos Ltda - Me - Assim, julgo extinta a presente execução, com fulcro no art. 53, §4º, da Lei 9.099/95, sem prejuízo de posterior expedição de certidão de dívida ao autor, caso requeira, para fins de inscrição no serviço de Proteção ao Crédito - SPC e SERASA, sob pena de responsabilidade, com base no Enunciado 76 do FONAJE. Arquivem-se os presentes autos, mediante as cautelas de estilo. Sem custas. P.R.I.C.

ADV: OSMAR FORESTO RODRIGUES (OAB 4026/AM), ADV: DANIELLE KOHASHI DA COSTA (OAB 10059/AM), ADV: LAURA FLAVIA GUIMARÃES (OAB 11992/AM) - Processo 0613755-04.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Daiellen Gleice Barbosa da Silva - REQUERIDO: Flecha Atacadista - Aguia Comercio Atacadista de Produtos Alimenticios Ltada - Me (Atacadista Flecha) - Forte nos argumentos expostos, e considerando o pedido de fls. 106, determino a SUSPENSÃO do curso do presente processo, até o prazo de 180 dias, contados conforme arbitrado pelo juízo de recuperação (04/07/2018). P.R.I.C.

Adson Pinho Pinto (OAB 5850/AM)
Aguinaldo Pereira Dias (OAB 7667/AM)
Alysson Roberto Rocha Ferreira (OAB 11860/AM)
André de Souza Oliveira (OAB 5219/AM)
André Luiz Duarte da Cruz (OAB 7694/AM)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Auton Francisco Furtado Maia (OAB 5821/AM)
Bianca Medrado de Carvalho (OAB 8775/AM)
Bruno de Oliveira Rodrigues (OAB 9968/AM)
Bruno Henrique de Oliveira Vanderlei (OAB 21678/PE)
Carlos Eduardo Cavalcante Ramos (OAB 37489/BA)
Carlos Rossato da Silva Avila (OAB 10309/MT)
Cássio Chaves Cunha (OAB 12268/PA)
Christiano Drumond Patrus Ananias (OAB 78403/MG)
Cíntia Martins de Souza (OAB 4399/AM)
Cris Rodrigues Florêncio Pereira (OAB 5316/AM)
Daniel Coutinho da Silva (OAB 9122/AM)
Danielle Kohashi da Costa (OAB 10059/AM)
Deny Francy Araujo da Rocha (OAB 12136/AM)
Diogo Henrique Vieira Barreto (OAB 9487/AM)
Drielle Carvalho de Arruda (OAB 9121/AM)
Edson de Oliveira (OAB 480/AM)
Eládio Miranda Lima (OAB 86235/RJ)
Evaldo Lucio da Silva (OAB 10462/MT)
Fábio Carvalho de Arruda (OAB 8076/AM)
Fábio Nogueira Corrêa (OAB 5674/AM)
Felipe Gazola Vieira Marques (OAB 76696/MG)
Felipe Gazola Vieira Marques (OAB 995A/AM)
Felipe Luiz Alencar Vilarouca (OAB 19194/MT)
Fernanda Prestes de Lima (OAB 8776/AM)
Fernando César Lima Ferreira de Oliveira (OAB 843A/AM)
Flávio Queiroz de Souza Paula (OAB 10036/AM)
Giácomo Dinelly Lima (OAB 9753/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo Gonçalves Gomes (OAB 1058A/AM)
Helena Maria Vital de Melo (OAB 14031/AM)
Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB 4018/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
Janaína Lopes Cavalcante (OAB 5872/AM)
Jander Rubem Souza da Rocha (OAB 7886/AM)
João Batista Andrade de Queiroz (OAB 2372/AM)
Joicy Costa Corrêa da Cunha Argent Thompso (OAB 146976/RJ)
José Alberto Maciel Dantas (OAB 3311/AM)
José Henrique Cançado Gonçalves (OAB 57680/MG)
Jose Henrique Cancado Goncalves (OAB 855A/SE)
José Luís Cantuária dos Reis (OAB 2896/AM)
Juliano Martins Mansur (OAB 113786/RJ)
Jurema Dias de Lima Missioneiro dos Santos (OAB 70558/SP)
Karina de Almeida Batistuci (OAB 9558/AL)
Kênia Bastos Andrade (OAB 4037/AM)
Laura flavia Guimarães (OAB 11992/AM)
Lídia Roberto da Silva (OAB 9135/AM)
Lilian Karen de Souza (OAB 167344/MG)
Luciano da Silva Buratto (OAB 179235/SP)
Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB 4732/AM)
Luís Albert dos Santos Oliveira (OAB 8251/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Malber Magalhães Souza Tavares (OAB 6455/AM)
Marcela da Silva Paulo (OAB 10325/AM)
Marcela Paulo Sociedade Individual de Advocacia (OAB 10325/AM)
Marcelo da Silva Carlos (OAB 7366/AM)
Marcondes Fonseca Luniere Júnior (OAB 2897/AM)
Marilene Balbi de Albuquerque (OAB 12492/AM)
Matheus Araújo Muniz (OAB 7626/AM)
Michele de Souza Derze (OAB 6418/AM)
Michelle Melo Barbosa (OAB 2648/AM)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB 128341/SP)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB A598/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Osmar Foresto Rodrigues (OAB 4026/AM)
Paulo Alberto Rodrigues de Oliveira Arruda (OAB 8766/AM)
Philippe Nunes de Oliveira Dantas (OAB 8872/AM)
Priscila Pacheco Ferreira (OAB 5364/AM)
Raquel dos Santos Porto (OAB 17929/PA)
Rayane Cristina Carvalho Lins (OAB 4544/AM)
Renato Fernandes Mariano (OAB 8246/AM)
Rubens Gaspar Serra (OAB 3499/AC)
Sóstenes Adiel Pereira Batista (OAB 10131/AM)
Tatiana Ferreira da Silva (OAB 10168/AM)
Thales Silvestre Júnior (OAB 2406/AM)
Thiago Thadeu Bastos Tavares da Silva (OAB 11821/AM)
Wilker Bauher Vieira Lopes (OAB 29320/GO)
Wilna Elizabeth Santiago Cavalcante (OAB 4339/AM)
Wilson Sales Belchior (OAB 1037A/AM)
Wilson Sales Belchior (OAB 17314/CE)

11ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 11ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0021/2019

ADV: ALEXANDRE BATISTA MENDES (OAB 3977/AM) - Processo 0201106-16.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERIDO: Mario Alcir Monteiro Rodrigues e outro - Dispositivo A teor do exposto, determino: A) Condeno o réu na obrigação de providenciar em 5 (cinco) dias a limpeza no terreno do autor, retirando os restos de construção; B) Condeno o autor na obrigação de permitir a entrada do réu, ou de pessoa indicada por este, para efetuar a limpeza em seu terreno. C) As obrigações acima expostas, deverão ser cumpridas por ambas as partes sob pena de multa diária de R$ 100,00. Improcedente os pedidos de danos morais, conforme fundamentação. Sem custas e honorários, salvo recurso. Manaus,13 de fevereiro de 2019 Francisco Soares de Souza Juiz de Direito

Alexandre Batista Mendes (OAB 3977/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 11ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUIZ(A) DE DIREITO LUIZ PIRES DE CARVALHO NETO

ESCRIVÃ(O) JUDICIAL CÍNTIA MARIA STONE DE MESQUITA

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0020/2019

ADV: VÍVIAN KARLA GOMES DA SILVA GONZAGA (OAB 5671/AM) - Processo 0200033-14.2015.8.04.0092 (apensado ao processo 0600237-27.2014.8.04.0092) (processo principal 0600237-27.2014.8.04.0092) - Cumprimento de sentença - Constrição / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens - EXEQUENTE: Sílvia Lorena Sousa dos Santos - Intime-se a parte exequente para, em 15 dias, indicar bens penhoráveis do executado, sob pena de o processo ser extinto, nos termos do Art.53, §4º da Lei 9.099/95.

ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0200509-47.2018.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Constrição / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens - EXECUTADO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Intime-se a parte executada para se manifestar, em 05 dias, sobre a petição de f. 114/117. Expirado tal prazo, v. conclusos.

ADV: MÁRCIO IRINEU DA SILVA (OAB 306306/SP), ADV: MICHAEL JORGE HARRAQUIAN NETO (OAB 8938/AM), ADV: ALDRIN BENTES PONTES (OAB 8887/AM), ADV: MAURÍCIO MARQUES DOMINGUES (OAB 175513/SP), ADV: GUILHERME TEUBL FERREIRA (OAB 211481/SP) - Processo 0200594-72.2014.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Constrição / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens - EXEQUENTE: MARCIA MARIA DE NAZARE SOUZA - EXECUTADO: Hipermercado Carrefour da Ponta Negra - Philco Eletrônicos S/A - Diante do “nada a opor” da Executada Philco Eletrônicos S/A às f. 311/312, defiro o pedido de f. 304/305. Expeça-se alvará em favor da empresa Carrefour Comércio e Indústria Ltda, para levantamento do valor de R$ 4.826,51, dados bancários informado às f. 304. Expeça-se ainda alvará para pagamento do valor remanescente em favor da Exequente, devendo a mesma informar no prazo de 05 dias, dados bancários para pagamento. Intime(m)-se a(s) parte(s) executada(s) Philco Eletrônicos S/A, na(s) pessoa(s) de seu(s) advogado(s), ou pessoalmente para, em 15 (quinze) dias, promover(em) o cumprimento voluntário da obrigação encartada ao título judicial transitado em julgado no valor de R$ 4.826,51 (quatro mil, oitocentos e vinte e seis reais e cinquenta e um centavos), sob pena de ver acrescida a multa de 10% (dez por cento) a que alude o art. 523, § 1º., (primeira parte) do CPC. Expirado o aludido prazo sem o pagamento voluntário, atualize-se o valor do débito incluindo os consectários legais e prossiga-se a execução com a penhora on-line diretamente nas contas da(s) parte(s) executada(s), nos termos do art. 854, caput, do CPC. Em caso de inexistência de saldo positivo, expeça-se mandado de penhora e avaliação, bem como seja realizada consulta e bloqueio de veículos através do RENAJUD. Por fim, com fulcro no art. 525 do CPC e em observância aos princípios da celeridade e da economia processual regentes do procedimento dos Juizados Especiais, fica(m) o(s) executado(s) intimado(s) de que, exaurido o prazo para pagamento espontâneo inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que apresente(m), caso queira(m), Embargos à Execução. Intime(m)-se. Cumpra-se.

ADV: ANDRADE GC ADVOGADOS (OAB 5797/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM) - Processo 0200746-81.2018.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Constrição / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens - EXECUTADO: Map Transportes Aereos Ltda (Map Linhas Aéreas) - Intime(m)-se a(s) parte(s) executada(s), na(s) pessoa(s) de seu(s) advogado(s), ou pessoalmente para, em 15 (quinze) dias, promover(em) o cumprimento voluntário da obrigação encartada ao título judicial transitado em julgado no valor de R$ 6.070,55 (seis mil e setenta reais e cinquenta e cinco centavos), sob pena de ver acrescida a multa de 10% (dez por cento) a que alude o art. 523, § 1º., (primeira parte) do CPC. Expirado o aludido prazo sem o pagamento voluntário, atualize-se o valor do débito incluindo os consectários legais e prossiga-se a execução com a penhora on-line diretamente nas contas da(s) parte(s) executada(s), nos termos do art. 854, caput, do CPC. Em caso de inexistência de saldo positivo, expeça-se mandado de penhora e avaliação, bem como seja realizada consulta e bloqueio de veículos através do RENAJUD. Por fim, com fulcro no art. 525 do CPC e em observância aos princípios da celeridade e da economia processual regentes do procedimento dos Juizados Especiais, fica(m) o(s) executado(s) intimado(s) de que, exaurido o prazo para pagamento espontâneo inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que apresente(m), caso queira(m), Embargos à Execução. Intime(m)-se. Cumpra-se.

ADV: MARIA DE JESUS DE SOUZA LIMA (OAB 3076/AM) - Processo 0200756-96.2016.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Constrição / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens - EXECUTADO: Jorge de Souza Lima - Intime-se a parte executada para se manifestar, em 05 dias, sobre a petição de f. 203-204. Expirado tal prazo, v. conclusos.

ADV: MUNICK ALBUQUERQUE COSTA (OAB 7874/AM), ADV: MARCELO DE FIGUEIREDO ARRUDA (OAB 4505/AM) - Processo 0200995-03.2016.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Constrição / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens - EXEQUENTE: Cleber da Silva Tapajós - Nos autos em epígrafe, na fase de conhecimento, a Autora requereu autorização para construção de muro na propriedade do Requerido. Às f. 74/75, foi julgado improcedente a ação. Às f. 80/81, o Requerido ingressou com a fase de Cumprimento de Sentença. Vieram-me os autos conclusos. E em analise minuciosa, verifico que a fase de Cumprimento de Sentença se deu de forma errônea, uma vez que, para que se promova uma execução é necessário que o credor preencha alguns requisitos de ordem processual, indispensáveis à propositura ou andamento de qualquer ação. O principal objetivo do título executivo é possibilitar que a parte vá a juízo requerendo que se promova a execução forçada para satisfação de seu crédito. Esse requerimento da atividade jurisdicional tem como fundamento a existência de um título executivo judicial. Esta provocação possibilita ao Estado se sub-rogar no patrimônio do devedor a fim de que a obrigação não cumprida por ele, e que é representada no título judicial, tenha a sua satisfação garantida. Esse é, inclusive, o objetivo primordial da execução. Para tanto, imprescindível à existência de um título executivo, pois “nulla executio sine titulo”, ou seja, não há execução sem título. Esta é a vontade da lei, extraída de seu art. 586. A regra continua sendo de que não se promove qualquer execução sem que se apresente o título executivo, ou seja, à medida que se descumpre uma obrigação, é necessário, sob provocação, que o Estado-juiz declare realmente quem tem direito, restando ao credor, ao final, umtítulo executivo judicial, ou umasentençareconhecendo a existência de uma obrigação, o que não houve no caso em tela. Diante do exposto, CHAMO O PROCESSO A ORDEM, para TORNAR SEM EFEITO o despacho de f. 100 e todos os atos seguintes até a presente data. Intimem-se. Após, arquivem-se os autos.

ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB 1058A/AM), ADV: MÔNICA REJANE DE AGUIAR NADAL (OAB 12265/AM), ADV: RAQUEL DA COSTA SUBIRANA PENA (OAB 12304/AM) - Processo 0201088-29.2017.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Constrição / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens - EXEQUENTE: Osman Leonardo da Silva - EXECUTADO: Manaus Ambiental S/A - Dessa forma, em que pese os argumentos trazidos pela Embargante, entendo que, verdadeiramente, não há, omissão a ser sanada pela via escolhida, haja vista que os fundamentos verberados foram precisos e objetivos. Com essas considerações, julgo improcedentes os embargos de declaração interpostos, por não admitir configurados qualquer dos vícios previstos no art. 48 da Lei 9.099/95. Dito isto, mantenho o valor da multa cominada. Isso posto, julgo improcedentes os presentes embargos. Prossiga-se com a execução. Sem custas e honorários. P.R.I. Manaus, 26 de fevereiro de 2019. Francisco Soares de Souza Juiz de Direito

ADV: FÁBIO RIVELLI (OAB 297608/SP), ADV: MAURÍCIO COIMBRA GUILHERME FERREIRA (OAB 151056/RJ), ADV: ANA CAROLINA PIMENTEL LEVY (OAB 4980/AM) - Processo 0201355-45.2010.8.04.0092/01 - Cumprimento de sentença - Obrigação de Fazer / Não Fazer - EXECUTADO: BANCO PANAMERICANO - Conforme a certidão retro, indefiro o pedido de expedição de alvará, tendo em vista que o valor solicitado já foi levantado. Intimem-se. Arquivem-se.

ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0201416-22.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Dispositivo Posto isto e por tudo mais que dos autos consta, com fulcro nos arts. 487, I do CPC, 5º. e 6º da Lei 9.099/95, julgo IMPROCEDENTE a ação. Sem custas e honorários de advogado, salvo recurso. Havendo apresentação de recurso no prazo legal e realizados os recolhimentos previstos no art. 54, § único, da Lei 9.099/95, receberei somente no efeito devolutivo, de logo, ficando autorizadas a intimação da parte recorrida para contrarrazoar, em 10(dez) dias e vencido, o referido prazo, remetam-se os autos à Egrégia Turma Recursal. P.R.I Manaus, 27 de fevereiro de 2019. Francisco Soares de Souza Juiz de Direito

ADV: KÁTIA ASSIS RODRIGUES ROCHA (OAB 10320/AM) - Processo 0201461-26.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos Bancários - REQUERIDO: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Decido . A matéria ventilada na presente ação é objeto do Incidente de Uniformização de Jurisprudência nº 0000511-49.2018.8.04.9000, admitido pela Coordenadora dos Juizados Especiais do TJ/AM, no qual a mesma ordenou a todos os Juizados Especiais Cíveis e aos membros das Turmas Recursais a suspensão de todos os feitos que versem sobre as seguintes questões jurídicas, que serão objeto de Uniformização: 1. se é legal a cobrança da tarifa bancária denominada “cesta básica de serviços”, “cesta fácil” ou similares, quando não demonstrada a contratação de tais serviços, mediante contrato específico, ou se tal panorama configura a ocorrência de ato contraditório por parte do usuário do serviço, que, sabendo dos descontos efetivados em sua conta-corrente, se mantém inerte (venire contra factum proprium); 2. a ocorrência ou não de danos morais em razão de tais descontos dapessoa do correntista; e 3. ocorrência ou não do dever de repetição simples ou dobrada dos valores descontados, acaso constatado, no caso concreto, que estes são indevidos. Neste diapasão, SUSPENDO os presentes Autos até o pronunciamento definitivo sobre a matéria, o que deverá ser certificado oportunamente, bem como, após, ser feita nova conclusão.

ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 9558/AL), ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 685A/AM), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM) - Processo 0201479-47.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERIDO: Virginia Surety Companhia de Seguros do Brasil e outro - Conforme certidão retro, determino que a executada VIRGÍNIA SURETY COMPANHIA DE SEGUROS DO BRASIL, junte aos autos o comprovante de pagamento com o número da conta judicial, no prazo de 05 dias, sob pena de multa. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ANDRADE GC ADVOGADOS (OAB 5797/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: AMANDA ALVES (OAB 326111/SP) - Processo 0201820-10.2017.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERIDO: Antonio Rodrigues & Cia Ltda - Multilaser Industrial S/A - M Net - Serviços e Comércio de Informática Ltda-Me - Dispositivo Pelo exposto, julgo improcedentes os pedidos contidos na exordial. Isto posto, excluo a M Net - Serviços e Comércio de Informática Ltda -ME por ilegitimidade passiva. Sem custas e honorários de advogado, salvo recurso. Havendo apresentação de recurso no prazo legal e realizados os recolhimentos previstos no art. 54, parágrafo único, da Lei 9.099/95, o receberei somente no efeito devolutivo, de logo autorizadas a intimação da parte recorrida para contrarrazoar em 10(dez) dias e, vencido tal prazo, a remessa dos autos à Egrégia Turma Recursal. P.R.I. Manaus, 26 de fevereiro de 2019. Francisco Soares de Souza Juiz de Direito

ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 57680/MG), ADV: JOSE HENRIQUE CANCADO GONCALVES (OAB 855A/SE) - Processo 0202599-96.2016.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Constrição / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens - EXECUTADO: Net Serviços de Comunicação S/A - De ordem, do Juiz de Direito, intime-se o réu para completar as informações de f. 576/578, tendo em vista não haver o nome do banco, apenas as informações de conta e agência.

ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM), ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM), ADV: VIVIANE RIBEIRO CARDOSO (OAB 8521/AM) - Processo 0203123-30.2015.8.04.0092 (apensado ao processo 0601922-35.2015.8.04.0092) (processo principal 0601922-35.2015.8.04.0092) - Cumprimento de sentença - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Ana Elissa Ribeiro Calado - EXECUTADO: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Cuida-se de pedido de cumprimento da obrigação de fazer formulado pela parte exequente. Decido. Analisando detidamente os autos, verifico que até o momento não fora cumprido o que determina o dispositivo de sentença no que tange a obrigação de fazer, qual seja, a revisão contratual e o reparcelamento da dívida para adequar as parcelas ao atual salário da exequente. Aduz a parte executada a impossibilidade em reduzir o valor da parcela ao patamar indicado pela exequente às f. 63, justificando que o sistema de convênio com a SEMAD não permite que sejam realizadas as referidas alterações, sustentando, ainda, a necessidade de expedição de ofício à SEMAD, para que esta altere o valor da parcela. Intimada para se manifestar, a parte exequente concordou com a medida requerida. Diante do exposto, determino a expedição de ofício à SEMAD, para que esta realize as devidas providências, no sentido de que o valor da parcela do contrato de empréstimo consignado de n.º 756569850 seja alterado para o valor de R$ 554,32 (quinhentos e cinquenta e quatro reais e trinta e dois centavos). Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: RUBENS GASPAR SERRA (OAB 119859/SP), ADV: FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES (OAB 317407/SP) - Processo 0203488-55.2013.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Constrição / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens - EXECUTADO: Banco Bradesco S.A (Cidade Nova) - Considerando o teor da petição de f. 216-217, indefiro a expedição de ofício ao Banco do Brasil tendo em vista que a transferência de valores já fora devidamente cumprida, conforme comprovante abaixo. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: DOUGLAS HERCULANO BARBOSA (OAB 6407/AM), ADV: CARLOS ROBERTO DENESZCZUK ANTÔNIO (OAB 146360/SP) - Processo 0600242-15.2015.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Material - EXECUTADO: Dalvair B. de Souza e Cia. Ltda. - Stok Casa e outros - Vistos etc... Trata-se de pedido de suspensão do processo em vista da recuperação judicial da executada Dalvair B. de Souza e Cia. Ltda. - Stok Casa. Decido Em decisão proferida no Processo n° 0606295-86.2018.8.04.0001, a executada obteve deferimento no pedido de processamento de sua recuperação judicial, conforme informado às f. 296/302. Ante o exposto, em atendendo à determinação contida na decisão alhures, determino o sobrestamento da presente ação pelo prazo de 180 dias úteis, contados a partir de 23 de novembro de 2018. Findo esse prazo, ou caso ultimado o julgamento do Processo n° 0606295-86.2018.8.04.0001, voltem-me conclusos.

ADV: ALDA HELOÍSA TAVARES TOLEDO (OAB 7133/AM) - Processo 0600372-63.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Alcineide Ribeiro Gama - Intime-se o(a) demandante para, em 05 (cinco) dias, fornecer o novo endereço da parte requerida Arb Ateliê e Personalizados. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: SAMUEL MARTINS FREITAS (OAB 11969/AM), ADV: SALIM DAVID GUIMARÃES FELIPE (OAB 13138/AM) - Processo 0600450-91.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Salim David Guimarães Felipe - REQUERIDO: WSA - Serviços Comércio e Indústria Ltda (Birogra) - Certifico para os devidos fins que, de ordem do Excelentíssimo Juiz Francisco Soares de Souza, titular deste juizado, conforme ordem de serviço nº 001/2018/11º JEC, fica designado o dia 09/04/2019 às 12:30h para a realização de audiência de Conciliação/Instrução e Julgamento. O referido é verdade e dou fé. É o que me cumpre certificar.

ADV: FRANCIANE MONTEIRO CAVALCANTE (OAB 6934/AM), ADV: ELDILEIA SENA DE OLIVEIRA (OAB 12339/AM), ADV: ANA CRISTINA MARINHO BESSA (OAB 11702/AM) - Processo 0600462-42.2017.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Indenizaçao por Dano Moral - EXEQUENTE: Cecília da Silva Cavalcante - Intime-se a parte exequente para se manifestar, em 05 dias, sobre o documento de f. 190-191. Expirado tal prazo, v. conclusos.

ADV: JOSÉ AIRTON GARCIA JÚNIOR (OAB 8386/AM) - Processo 0600506-95.2016.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Constrição / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens - EXEQUENTE: Condomínio 02 - VILLA JARDIM TORQUATO - CONDOMÍNIO AZALEIA - Intime-se a parte exequente para, em 05 dias, requerer o que entender de direito. Expirado tal prazo, v. conclusos.

ADV: ROGÉRIO PENA BENTO DA SILVA (OAB 9960/AM), ADV: ALDA HELOÍSA TAVARES TOLEDO (OAB 7133/AM) - Processo 0600591-47.2017.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Constrição / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens - EXEQUENTE: Alderi Pereira de Araujo - EXECUTADO: J.e.s de Sousa Movéis - Me - DECISÃO Vistos etc... Trata-se de proposta de acordo para pagamento de débito. DECIDO. Observo nos autos que a parte executada tem dois bloqueios nos valores de R$ 543,00 e R$ 550,60. A parte exequente não aceitou a proposta de acordo de f. 173/174 e manifestou-se pela procedência da execução do valor de R$ 7.800,00. Dito isto, em homenagem ao principio da efetividade processual, determino que o Executado, no prazo de 05 dias, proceda a complementação do valor de R$ 1.246,40, (um mil, duzentos e quarenta e seis reais e quarenta centavos) que somados aos valores bloqueados perfazem o montante referente aos 30% que determina o art. 916, caput, do NCPC. A primeira das seis parcelas terá como dia de vencimento a data de 15/03/2019 e as demais no mesmo dia dos meses subsequentes, até o limite de seis meses. A parte executada deve comprovar nos autos o depósito de cada prestação em 48 horas, contadas de sua efetivação, com juros de 1% ao mês e correção monetária a contar do pedido de parcelamento. O não pagamento de qualquer das parcelas implicará no vencimento das subsequentes e o prosseguimento do feito, com o imediato reinício dos atos executivos e imposição de multa de 10% sobre o valor das prestações não pagas, sendo vedada a oposição de embargos (§ 6º do art. 916 do vigente CPC). Complementado o valor da entrada e juntado o comprovante aos autos, expeça-se o competente alvará à parte exequente. Intimem-se. Cumpra-se. Manaus, 08 de março de 2019.

ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: FERNANDA PRESTES DE LIMA (OAB 8776/AM), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: PRESTES SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA (OAB 8776/AM) - Processo 0600611-04.2018.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Constrição / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens - EXEQUENTE: Ednelza de Souza Pereira - EXECUTADO: Banco BMG S/A - De ordem, intime-se a parte executada para informar se o pagamento de f. 221-223 refere-se a pagamento voluntário ou trata-se de garantia do juízo.

ADV: FERNANDA PRESTES DE LIMA (OAB 8776/AM), ADV: PRESTES SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA (OAB 8776/AM) - Processo 0600645-42.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Rosevana Regis Barreto - Diante o exposto, em havendo dissenso quanto a existência da dívida e até mesmo sobre a celebração do contrato, com suporte no art. 300 do CPC, ordeno à parte requerida que abstenha-se de proceder novos descontos com a rubrica “BIB CARTÃO” do contracheque da postulante, sob pena de multa de R$300,00 (trezentos reais), por desconto indevido. Defiro a inversão do “onus probandi”, e o faço pela verossimilhança das alegações da parte autora, bem como porquanto esta, na condição de consumidora, é parte hipossuficiente na relação jurídica entelada. Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 03/05/2019 às 12:30h. Cite-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ZULENIR SANTOS DE MENEZES (OAB 9411/AM) - Processo 0600678-32.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Roseli Nascimento Leão - Vieram conclusos os autos, em razão da petição formulada pela parte autora de f.160/162. Em síntese, na sobredita manifestação a requerente pugna pela reconsideração da decisão interlocutória de f.42, visando a reativação do plano de sáude do qual se trata neste feito. Posto isto, ratifico a supracitada decisão interlocutória e acautelo-me quanto à concessão da tutela antecipada pleiteada. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: SOLON ANGELIM DE ALENCAR FERREIRA (OAB 3338/AM), ADV: LARISSA TICIANY BASTOS GARCIA (OAB 8806/AM) - Processo 0600783-43.2018.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Constrição / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens - EXECUTADO: Atack - Centro de Distribuição e Logística Ltda - Intime(m)-se a(s) parte(s) executada(s), na(s) pessoa(s) de seu(s) advogado(s), ou pessoalmente para, em 15 (quinze) dias, promover(em) o cumprimento voluntário da obrigação encartada ao título judicial transitado em julgado no valor de R$ 6.558,03 (seis mil quinhentos e cinquenta e oito reais e três centavos), sob pena de ver acrescida a multa de 10% (dez por cento) a que alude o art. 523, § 1º., (primeira parte) do CPC. Expirado o aludido prazo sem o pagamento voluntário, atualize-se o valor do débito incluindo os consectários legais e prossiga-se a execução com a penhora on-line diretamente nas contas da(s) parte(s) executada(s), nos termos do art. 854, caput, do CPC. Em caso de inexistência de saldo positivo, expeça-se mandado de penhora e avaliação, bem como seja realizada consulta e bloqueio de veículos através do RENAJUD. Por fim, com fulcro no art. 525 do CPC e em observância aos princípios da celeridade e da economia processual regentes do procedimento dos Juizados Especiais, fica(m) o(s) executado(s) intimado(s) de que, exaurido o prazo para pagamento espontâneo inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que apresente(m), caso queira(m), Embargos à Execução. Intime(m)-se. Cumpra-se.

ADV: FLÁVIA ALMEIDA MOURA DI LATELLA (OAB 109730/MG), ADV: ROBERTO ALVES (OAB 9258/AM) - Processo 0600898-35.2016.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Constrição / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens - EXEQUENTE: MARIA DO SOCORRO PESTANA MESQUITA - EXECUTADO: Banco BMG S/A - Da detida análise do reclamo interposto, infiro não incidir na espécie nenhuma das hipóteses do art. 48 da Lei 9.099/95 quais sejam, omissão, contradição ou obscuridade. Nestes termos, depreendo que o inconformismo da embargante não merece prosperar, haja vista que suas razões revelam tão somente o intuito de reapreciação da causa, o que não se admite com a objetividade do recurso manejado. Assim, inegável que o presente recurso não se mostra adequado ao desiderato pretendido pelo recorrente que, conforme já asseverado alhures, possui rígidos contornos processuais, não podendo, simplesmente, servir à reapreciação de causas já decididas. Para este fim existem outros meios processuais postos à disposição da parte. Logo, em não havendo contradição, obscuridade ou omissão a se sanar no decisório guerreado, o improvimento dos presentes Embargos é medida que se impõe, pois a exequente apenas poderia solicitar o pagamento de valores que entender faltantes para que se encerre a presente ação. Dispositivo Ante o exposto, julgo parcialmente procedente o apelo integrativo interposto, pelo que mantenho, em todos os seus termos, a sentença combatida, ao tempo que determino, uma vez transitada esta em julgado, sejam os presentes autos encaminhados ao setor de cálculo, com o intuito de averiguar possível saldo remanescente. Sem custas e honorários.

ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: AGUINALDO PEREIRA DIAS (OAB 7667/AM), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM) - Processo 0600907-26.2018.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Constrição / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens - EXEQUENTE: Carlos Jorge de Oliveira Gomes - EXECUTADO: Banco BMG S/A - Tendo em vista que já houve o pagamento da condenação diretamente na conta bancária do patrono do autor, indefiro o pedido de f. 110. Intimem-se. Arquivem-se.

ADV: DIEGO ANDRADE DE OLIVEIRA (OAB 8792/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: CALIXTO HAGGE NETO (OAB 8788/AM), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM) - Processo 0601100-07.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Augusto Castro dos Santos - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Diante o exposto, em havendo dissenso quanto a existência da dívida e até mesmo sobre a celebração do contrato, com suporte no art. 300 do CPC, ordeno à parte requerida que abstenha-se de proceder novos descontos de rubrica “BANCO BMG EMPRÉSTIMO” do

contracheque do postulante, sob pena de multa de R$300,00 (trezentos reais), por desconto indevido. Defiro a inversão do "onus probandi", e o faço pela verossimilhança das alegações da parte autora, bem como porquanto esta, na condição de consumidor, é parte hipossuficiente na relação jurídica entelada. Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 27/05/2019 às 09:00h. Cite-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: DEBORA DE CAMPOS FROTA (OAB 10140/AM) - Processo 0601192-82.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - EXEQUENTE: Tec Maxi Comercio e Serviços Ltda - Certifico para os devidos fins que, de ordem do Excelentíssimo Juiz Francisco Soares de Souza, titular deste juizado, conforme ordem de serviço nº 001/2018/11º JEC, fica designado o dia 30/05/2019 às 10:30h para a realização de audiência de Conciliação/Instrução e Julgamento. O referido é verdade e dou fé. É o que me cumpre certificar.

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0601329-64.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERIDO: Banco CSF S/A (Banco Carrefour S/A) - Diante a verossimilhança de suas alegações, bem como por ser, na condição de consumidora, parte hipossuficiente na relação jurídica entelada, defiro a parte autora a inversão do "onus probandi". Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 29/05/2019 às 10:00h. Cite-se. Intime-se.

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM) - Processo 0601440-82.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Luiz Antonio Nogueira Garcia - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Ante o exposto, julgo procedente o pedido de indenização por danos morais, condenando o reclamado ao pagamento de R$ 3.000,00 (três mil reais), com fulcro nos artigos 186, 927 do CCB e 14, caput, do CDC. Juros de 1% ao mês e correção monetária a contar da presente data. Julgo improcedente o pedido de repetição do indébito, consoante fundamentação. Declaro inexigível a dívida do contrato em questão e determino ao requerido que se abstenha de efetuar novos descontos rubricados "BMG CARTAO" no contracheque do autor, sob pena de multa de R$ 200,00 por desconto indevido. Sem custas e honorários, salvo recurso. Havendo apresentação de recurso no prazo legal e realizados os recolhimentos previstos no art. 54, parágrafo único, da Lei 9.099/95, o receberei somente em seu efeito devolutivo, de logo autorizadas a intimação da parte recorrida para contrarrazoar em 10 (dez) dias e, vencido tal prazo, a remessa dos autos à Egrégia Turma Recursal. P.R.I.

ADV: ANA CLEIA DE LIMA MACHADO (OAB 12249/AM), ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 12450/PE) - Processo 0601484-04.2018.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Perdas e Danos - REQUERENTE: Antonio Silva Porto - REQUERIDO: Itaú Unibanco S/A - Intime(m)-se a(s) parte(s) executada(s), na(s) pessoa(s) de seu(s) advogado(s), ou pessoalmente para, em 15 (quinze) dias, promover(em) o cumprimento voluntário da obrigação encartada ao título judicial transitado em julgado no valor de R$ 4.782,03 (quatro mil setecentos e oitenta e dois reais e três centavos), sob pena de ver acrescida a multa de 10% (dez por cento) a que alude o art. 523, § 1º., (primeira parte) do CPC. Expirado o aludido prazo sem o pagamento voluntário, atualize-se o valor do débito incluindo os consectários legais e prossiga-se a execução com a penhora on-line diretamente nas contas da(s) parte(s) executada(s), nos termos do art. 854, caput, do CPC. Em caso de inexistência de saldo positivo, expeça-se mandado de penhora e avaliação, bem como seja realizada consulta e bloqueio de veículos através do RENAJUD. Por fim, com fulcro no art. 525 do CPC e em observância aos princípios da celeridade e da economia processual regentes do procedimento dos Juizados Especiais, fica(m) o(s) executado(s) intimado(s) de que, exaurido o prazo para pagamento espontâneo inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que apresente(m), caso queira(m), Embargos à Execução. Intime(m)-se. Cumpra-se.

ADV: EULER BARRETO CARNEIRO (OAB 4762/AM) - Processo 0601607-65.2019.8.04.0092 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Antonio L de Souza Menezes - Por esta razão, determino que, em 05 (cinco) dias, a parte requerente apresente última declaração anual do Imposto de Renda ou Simples (CNPJ do ano Corrente), sob pena de indeferimento da inicial. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: EULER BARRETO CARNEIRO (OAB 4762/AM) - Processo 0601612-87.2019.8.04.0092 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Antonio L de Souza Menezes - Por esta razão, determino que, em 05 (cinco) dias, a parte requerente apresente última declaração anual do Imposto de Renda ou Simples (CNPJ do ano Corrente), sob pena de indeferimento da inicial. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: EULER BARRETO CARNEIRO (OAB 4762/AM) - Processo 0601613-72.2019.8.04.0092 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Antonio L de Souza Menezes - Por esta razão, determino que, em 05 (cinco) dias, a parte requerente apresente última declaração anual do Imposto de Renda ou Simples (CNPJ do ano Corrente), sob pena de indeferimento da inicial. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ADRIELI RAIANI LIMA MARQUES (OAB 13897/AM) - Processo 0601622-34.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Nyelsen Soares Beckman - Diante a verossimilhança de suas alegações, bem como por ser, na condição de consumidor, parte hipossuficiente na relação jurídica entelada, defiro a parte autora a inversão do "onus probandi". Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 27/05/2019 às 08:00h. Cite-se. Intime-se.

ADV: MIRNA CRISTINA GEBER DA SILVA (OAB 9097/AM) - Processo 0601624-04.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Maria Diamantina Coelho da Silva - Acautelo-me quanto à concessão da tutela de urgência antecipada, e o faço pela ausência de elementos que indiquem a plausibilidade do direito pleiteado. Inobstante, defiro a inversão do ônus da prova em favor da parte requerente, na forma do artigo 6º, VIII do Código de Defesa do Consumidor. Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 24/05/2019 às 11:30h. Cite-se. Intime-se.

ADV: ANA LIDIA DA SILVA (OAB 4153/RO) - Processo 0601631-93.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Seguro - REQUERENTE: Francisco Jose da Silva - Por esta razão, determino que, em 05 (cinco) dias, a parte requerente apresente cópia de comprovante de residência atualizado emitido por concessionária de água, luz ou telefone, sob pena de indeferimento da inicial. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: MARIO JORGE CARDOSO MELO (OAB 10894/AM) - Processo 0601635-33.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Diorice Lemos de Souza - Acautelo-me quanto à concessão da tutela de urgência antecipada, e o faço em razão da natureza satisfativa do pedido. Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 24/05/2019 às 10:00h. Cite-se. Intime-se.

ADV: FREDERICO OLIVEIRA ALBUQUERQUE (OAB 9146/AM) - Processo 0601637-03.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Claudio Saraiva do Nascimento - Acautelo-me quanto à concessão da tutela de urgência antecipada, e o faço em razão da natureza satisfativa do pedido. Inobstante, defiro a inversão do ônus da prova em favor da parte requerente, na forma do artigo 6º, VIII do Código de Defesa do Consumidor. Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 24/05/2019 às 09:45h. Cite-se. Intime-se.

ADV: ELSON RODRIGUES DE ANDRADE FILHO (OAB 5753/AM) - Processo 0601639-70.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Joao Aparecido Teixeira de Souza - Acautelo-me quanto à concessão da tutela de urgência antecipada, e o faço em razão da natureza satisfativa do pedido. Inobstante, defiro a inversão do ônus da prova em favor da parte requerente, na forma do artigo 6º, VIII do Código de Defesa do Consumidor. Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 23/05/2019 às 13:30h. Cite-se. Intime-se.

ADV: KELLY OLIVEIRA - SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA (OAB 9330/AM), ADV: KELLY ANNE CORRÊA DE OLIVEIRA (OAB 9330/AM) - Processo 0601641-40.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Francisco Gilmar Ferreira da Silva - Por esta razão, determino que, em 05 (cinco) dias, a parte requerente apresente cópia da carteira de identidade, cpf e declaração subscrita pela pessoa indicada no comprovante de residência constante dos autos, sob pena de indeferimento da inicial. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: RAPHAEL QUINTILIANO PAZUELLO (OAB 8881/AM) - Processo 0601645-77.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Antecipação de Tutela / Tutela Específica - REQUERENTE: José Isaac Pazuello - Vislumbrando, pois, presentes os pressupostos do artigo 300, caput, do Código de Processo Civil, ordeno à parte requerida que abstenha-se de promover a inscrição do nome da parte demandante nos cadastros do SPC/SERASA relativamente às faturas de vencimento em 06/01/2019 no valor de R$ 1.003,97 (f.25), em 06/03/2019 de R$ 1.182,95 (f.26) e na data de R$ 06/04/2019 de R$ 1.009,45 (f.27), sob pena de multa diária de R$300,00 (trezentos reais), bem como que a demandada abstenha-se de efetuar cobranças concernentes as sobreditas faturas, sob pena de multa de R$ 300,00 (trezentos reais) por cobrança indevida Ordeno ainda à parte reclamada que abstenha-se de interromper o fornecimento de energia elétrica da unidade de consumo de matrícula nº 1171054, sob pena de multa diária de R$ 300,00 (trezentos reais). Defiro a inversão do "onus probandi", e o faço pela verossimilhança das alegações da parte autora, bem como porquanto esta, na condição de consumidor, é parte hipossuficiente na relação jurídica entelada. Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 24/05/2019 às 13:00h. Cite-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: CALIXTO HAGGE NETO (OAB 8788/AM) - Processo 0601649-17.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Ana Gloria Nogueira Monteiro - Diante o exposto, em havendo dissenso quanto a existência da dívida e até mesmo sobre a celebração do contrato, com suporte no art. 300 do CPC, ordeno à parte requerida que abstenha-se de proceder novos descontos sob a rubrica "CARTÃO ADIANT. SAL" do contracheque da postulante, sob pena de multa de R$300,00 (trezentos reais), por desconto indevido. Defiro a inversão do "onus probandi", e o faço pela verossimilhança das alegações da parte autora, bem como porquanto esta, na condição de consumidora, é parte hipossuficiente na relação jurídica entelada. Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 24/05/2019 às 13:30h. Cite-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: CALIXTO HAGGE NETO (OAB 8788/AM) - Processo 0601651-84.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Ana Gloria Nogueira Monteiro - Diante o exposto, em havendo dissenso quanto a existência da dívida e até mesmo sobre a celebração do contrato, com suporte no art. 300 do CPC, ordeno à parte requerida que abstenha-se de proceder novos descontos do contracheque da postulante, sob pena de multa de R$300,00 (trezentos reais), por desconto indevido. Defiro a inversão do "onus probandi", e o faço pela verossimilhança das alegações da parte autora, bem como porquanto esta, na condição de consumidor, é parte hipossuficiente na relação jurídica entelada. Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 27/05/2019 às 11:30h. Cite-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM) - Processo 0601655-24.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: .Manoel Aragão Bentes., - Acautelo-me quanto à concessão da tutela de urgência antecipada, e o faço em razão da natureza satisfativa do pedido. Inobstante, defiro a inversão do ônus da prova em favor da parte requerente, na forma do artigo 6º, VIII do Código de Defesa do Consumidor. Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 27/05/2019 às 09:30h. Cite-se. Intime-se.

ADV: DAYANA MÁRCIA EVANGELISTA DE OLIVEIRA (OAB 10892/AM) - Processo 0601669-08.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Waldecy Saraiva Gomes - Diante o exposto, em havendo dissenso quanto a existência da dívida e até mesmo sobre a celebração do contrato, com suporte no art. 300 do CPC, ordeno à parte requerida que abstenha-se de proceder novos descontos do contracheque da postulante, sob pena de multa de R$300,00 (trezentos reais), por desconto indevido. Defiro a inversão do "onus probandi", e o faço pela verossimilhança das alegações da parte autora, bem como porquanto esta, na condição de consumidor, é parte hipossuficiente na relação jurídica entelada. Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 27/05/2019 às 08:30h. Cite-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: JANAÍNA LOPES CAVALCANTE (OAB 5872/AM) - Processo 0601670-90.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: Jose Romulo Leite - Diante a verossimilhança de suas alegações, bem como por ser, na condição de consumidor, parte hipossuficiente na relação jurídica entelada, defiro a parte autora a inversão do "onus probandi". Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 27/05/2019 às 12:45h. Cite-se. Intime-se.

ADV: EVALDO LUCIO DA SILVA (OAB 10462/MT) - Processo 0601674-30.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Washington Rodrigues de Araujo - Por esta razão, determino que, em 05 (cinco) dias, a parte requerente apresente cópia de comprovante de residência atualizado emitido por concessionária de água, luz ou telefone, sob pena de indeferimento da inicial. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ANTÔNIO ALVES PEREIRA (OAB 2622/AM) - Processo 0601678-67.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: José Nogueira Corrêa - Acautelo-me quanto à concessão da tutela de urgência antecipada, e o faço em razão da natureza satisfativa do pedido. Por conseguinte, designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 27/05/2019 às 09:15h. Cite-se. Intime-se.

ADV: ANDERSON DE SOUZA LIMA (OAB 10190/AM) - Processo 0601681-22.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: Rivelino Rodrigues Lima - Por esta razão, determino que, em 05 (cinco) dias, a parte requerente apresente cópia da carteira de identidade e do cpf legíveis, sob pena de indeferimento da inicial. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ANDERSON DE SOUZA LIMA (OAB 10190/AM) - Processo 0601681-22.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: Rivelino Rodrigues Lima - Nestes moldes, identificando presentes os pressupostos do art. 300 do CPC, concedo a tutela de urgência antecipada por que pugna a parte autora para ordenar à parte requerida que abstenha-se de interromper o fornecimento de energia elétrica da unidade de consumo de matrícula nº 2168152-0, ou, caso tenha interrompido, que restabeleça o fornecimento de energia elétrica da sobredita unidade consumidora, em 24 horas sob pena de multa diária de R$ 300,00 (trezentos reais) Defiro a inversão do "onus probandi", e o faço pela verossimilhança das alegações da parte autora, bem como porquanto esta, na condição de consumidor, é parte hipossuficiente na relação jurídica entelada. Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 28/05/2019 às 12:45h. Cite-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: DYOGO RODRIGUES DE OLIVEIRA (OAB 11920/AM) - Processo 0601685-59.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Alessandra Pinheiro Torres - Diante a verossimilhança de suas alegações, bem como por ser, na condição de consumidora, parte hipossuficiente na relação jurídica entelada, defiro a parte autora a inversão do "onus probandi". Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 27/05/2019 às 09:30h. Cite-se. Intime-se.

ADV: ELSON RODRIGUES DE ANDRADE FILHO (OAB 5753/AM) - Processo 0601694-21.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Adriano Marinho Bezerra - Certifico para os devidos fins que, de ordem do Excelentíssimo Juiz Francisco Soares de Souza, titular deste juizado, conforme ordem de serviço nº 001/2018/11º JEC, fica designado o dia 27/05/2019 às 10:30h para a realização de audiência de Conciliação/Instrução e Julgamento. O referido é verdade e dou fé. É o que me cumpre certificar.

ADV: DYOGO RODRIGUES DE OLIVEIRA (OAB 11920/AM) - Processo 0601695-06.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Alessandra Pinheiro Torres - Diante a verossimilhança de suas alegações, bem como por ser, na condição de consumidora, parte hipossuficiente na relação jurídica entelada, defiro a parte autora a inversão do "onus probandi". Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 27/05/2019 às 09:45h. Cite-se. Intime-se.

ADV: JANAÍNA LOPES CAVALCANTE (OAB 5872/AM) - Processo 0601701-13.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: Rosenaide Alves da Silva Ferreira - Diante o exposto, em havendo dissenso quanto a existência da dívida e até mesmo sobre a celebração do contrato, com suporte no art. 300 do CPC, ordeno à parte requerida que abstenha-se de proceder novos descontos denominados "SULAMÉRICA SEGURO" do contracheque da postulante, sob pena de multa de R$300,00 (trezentos reais), por desconto indevido. Defiro a inversão do "onus probandi", e o faço pela verossimilhança das alegações da parte autora, bem como porquanto esta, na condição de consumidora, é parte hipossuficiente na relação jurídica entelada. Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 27/05/2019 às 12:30h. Cite-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: BRUNO MEDEIROS DINIZ DE CARVALHO (OAB 8584/AM) - Processo 0601704-65.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Eros Augusto Pereira da Silva - Por esta razão, determino que, em 05 (cinco) dias, a parte requerente apresente cópia de comprovante de residência atualizado emitido por concessionária de água, luz ou telefone, sob pena de indeferimento da inicial. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: BRUNO MEDEIROS DINIZ DE CARVALHO (OAB 8584/AM) - Processo 0601704-65.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Eros Augusto Pereira da Silva - Diante o exposto, em havendo dissenso quanto a existência da dívida e até mesmo sobre a celebração do contrato, com suporte no art. 300 do CPC, ordeno à parte requerida que abstenha-se de proceder novos descontos com a rubrica "BIB CARTÃO" do contracheque do postulante, sob pena de multa de R$300,00 (trezentos reais), por desconto indevido. Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 30/05/2019 às 10:30h. Cite-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: MÁRIO JOSE CHAGAS PAULAIN JÚNIOR (OAB 7405/AM) - Processo 0601714-12.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: David Victor de Lima - Por esta razão, determino que, em 05 (cinco) dias, a parte requerente apresente cópia de comprovante de residência atualizado emitido por concessionária de água, luz ou telefone, sob pena de indeferimento da inicial. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ALEIR CARDOSO DE OLIVEIRA (OAB A1253/AM) - Processo 0601719-34.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Maria de Fátima Souza da Costa - Diante a verossimilhança de suas alegações, bem como por ser, na condição de consumidora, parte hipossuficiente na relação jurídica entelada, defiro a parte autora a inversão do "onus probandi". Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 28/05/2019 às 08:00h. Cite-se. Intime-se.

ADV: GISCARDE OVÍDIO KARRER DE MELO MONTEIRO (OAB 6885/AM) - Processo 0601722-86.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Antonio de Oliveira Reis - Diante a verossimilhança de suas alegações, bem como por ser, na condição de consumidor, parte hipossuficiente na relação jurídica entelada, defiro a parte autora a inversão do "onus probandi". Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 28/05/2019 às 09:30h. Cite-se. Intime-se.

ADV: LAILA JÉSSICA ALENCAR COSTA E SILVA (OAB 9572/AM) - Processo 0601728-93.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Emerson Cândido dos Santos - Por esta razão, determino que, em 05 (cinco) dias, a parte requerente apresente cópia de comprovante de residência atualizado emitido por concessionária de água, luz ou telefone, sob pena de indeferimento da inicial. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: LAILA JÉSSICA ALENCAR COSTA E SILVA (OAB 9572/AM) - Processo 0601731-48.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: José Ribamar Ribeiro Matos - Diante a verossimilhança de suas alegações, bem como por ser, na condição de consumidor, parte hipossuficiente na relação jurídica entelada, defiro a parte autora a inversão do "onus probandi". Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 28/05/2019 às 10:30h. Cite-se. Intime-se.

ADV: FÁBIO RENAM DE MELLO FREITAS (OAB 2298/AM) - Processo 0601734-03.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Conceição Soares Bahia - Diante a verossimilhança de suas alegações, bem como por ser, na condição de consumidora, parte hipossuficiente na relação jurídica entelada, defiro a parte autora a inversão do "onus probandi". Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 27/05/2019 às 13:00h. Cite-se. Intime-se.

ADV: LUIZ ALBERTO DUTRA SCHMIDT (OAB A1160/AM) - Processo 0601735-85.2019.8.04.0092 - Procedimento Comum - Perdas e Danos - REQUERENTE: Rogério da Silva Gomes - Diante a verossimilhança de suas alegações, bem como por ser, na condição de consumidor, parte hipossuficiente na relação jurídica entelada, defiro a parte autora a inversão do "onus probandi". Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 28/05/2019 às 11:00h. Cite-se. Intime-se.

ADV: ARRUDA ADVOCACIA E CONSULTORIA JURÍDICA (OAB 44914/AM), ADV: DRIELLE CARVALHO DE ARRUDA (OAB 9121/AM), ADV: FÁBIO CARVALHO DE ARRUDA (OAB 8076/AM) - Processo 0601740-10.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Ana Gleide Negreiros dos Santos - Acautelo-me quanto à concessão da tutela de urgência antecipada, e o faço pela ausência de elementos que indiquem a plausibilidade do direito pleiteado. Inobstante, defiro a inversão do ônus da prova em favor da parte requerente, na forma do artigo 6º, VIII do Código de Defesa do Consumidor. Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 27/05/2019 às 13:15h. Cite-se. Intime-se.

ADV: ARRUDA ADVOCACIA E CONSULTORIA JURÍDICA (OAB 44914/AM), ADV: DRIELLE CARVALHO DE ARRUDA (OAB 9121/AM), ADV: FÁBIO CARVALHO DE ARRUDA (OAB 8076/AM) - Processo 0601741-92.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Ana Gleide Negreiros dos Santos - Diante a verossimilhança de suas alegações, bem como por ser, na condição de consumidora, parte hipossuficiente na relação jurídica entelada, defiro a parte autora a inversão do "onus probandi". Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 27/05/2019 às 13:30h. Cite-se. Intime-se.

ADV: FRANCISCA CUMAPE GOMES (OAB 7238/AM) - Processo 0601752-24.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Gilberto Tadeu da Cunha Soares - Por esta razão, determino que, em 05 (cinco) dias, a parte requerente apresente cópia de comprovante de residência atualizado emitido por concessionária de água,luz ou telefone, sob pena de indeferimento da inicial. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: FÁBIO CARVALHO DE ARRUDA (OAB 8076/AM), ADV: DRIELLE CARVALHO DE ARRUDA (OAB 9121/AM), ADV: ARRUDA ADVOCACIA E CONSULTORIA JURÍDICA (OAB 44914/AM) - Processo 0601755-76.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Isclei Maria Pacheco Silva - Diante a verossimilhança de suas alegações, bem como por ser, na condição de consumidora, parte hipossuficiente na relação jurídica entelada, defiro a parte autora a inversão do "onus probandi". Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 27/05/2019 às 11:30h. Cite-se. Intime-se.

ADV: ANA CLEIA DE LIMA MACHADO (OAB 12249/AM) - Processo 0601759-16.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Seguro - REQUERENTE: Ronilson Trindade Reis - Diante a verossimilhança de suas alegações, bem como por ser, na condição de consumidor, parte hipossuficiente na relação jurídica entelada, defiro a parte autora a inversão do "onus probandi". Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 28/05/2019 às 11:30h. Cite-se. Intime-se.

ADV: MARCOS FÁBIO OLIVEIRA DE LIMA (OAB 11070/AM) - Processo 0601764-38.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Limitação de Juros - REQUERENTE: Ismael Aguiar da Silva - Diante a verossimilhança de suas alegações, bem

como por ser, na condição de consumidor, parte hipossuficiente na relação jurídica entelada, defiro a parte autora a inversão do "onus probandi". Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 28/05/2019 às 10:00h. Cite-se. Intime-se.

ADV: FÁBIO RENAM DE MELLO FREITAS (OAB 2298/AM) - Processo 0601766-08.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Francisca Miranda de Melo - Diante a verossimilhança de suas alegações, bem como por ser, na condição de consumidora, parte hipossuficiente na relação jurídica entelada, defiro a parte autora a inversão do "onus probandi". Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 28/05/2019 às 10:30h. Cite-se. Intime-se.

ADV: MANOEL MARQUES DE OLIVEIRA FILHO (OAB 5587/AM) - Processo 0601774-82.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Janes Vieira de Sousa - Diante a verossimilhança de suas alegações, bem como por ser, na condição de consumidora, parte hipossuficiente na relação jurídica entelada, defiro a parte autora a inversão do "onus probandi". Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 29/05/2019 às 13:00h. Cite-se. Intime-se.

ADV: PRISCILA CAROLINE BORGES DE ALMEIDA (OAB 13746/AM) - Processo 0601776-52.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Diego Pereira da Silva - Diante do exposto, presentes os requisitos do art. 300, caput, do Código de Processo Civil, concedo a tutela de urgência antecipada na forma pleiteada, para ordenar à parte requerida que proceda a exclusão do nome da parte demandante do cadastro do SPC/SERASA, em 05 (cinco) dias, sob pena de multa diária de R$ 300,00 (trezentos reais). Defiro a inversão do "onus probandi", e o faço pela verossimilhança das alegações da parte autora, bem como porquanto esta, na condição de consumidor, é parte hipossuficiente na relação jurídica entelada. Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 30/05/2019 às 09:00h. Cite-se. Intime-se.Cumpra-se.

ADV: JANAÍNA LOPES CAVALCANTE (OAB 5872/AM) - Processo 0601782-59.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Jose Rainero de Jesus da Silva - Diante a verossimilhança de suas alegações, bem como por ser, na condição de consumidor, parte hipossuficiente na relação jurídica entelada, defiro a parte autora a inversão do "onus probandi". Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 29/05/2019 às 10:30h. Cite-se. Intime-se.

ADV: JANAÍNA LOPES CAVALCANTE (OAB 5872/AM) - Processo 0601785-14.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Maria Cleia dos Santos Lima - Diante a verossimilhança de suas alegações, bem como por ser, na condição de consumidora, parte hipossuficiente na relação jurídica entelada, defiro a parte autora a inversão do "onus probandi". Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 29/05/2019 às 11:00h. Cite-se. Intime-se.

ADV: CLEMILTON LUCIO BRAÑA (OAB 10906/AM) - Processo 0601788-66.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Manoel Maia Marques Martins - Acautelo-me quanto à concessão da tutela de urgência antecipada, e o faço pela ausência de elementos que indiquem a plausibilidade do direito pleiteado. Inobstante, defiro a inversão do ônus da prova em favor da parte requerente, na forma do artigo 6º, VIII do Código de Defesa do Consumidor. Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 29/05/2019 às 11:00h. Cite-se. Intime-se.

ADV: ALEX JÚNIO SILVA DOS SANTOS (OAB 12430/AM) - Processo 0601794-73.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Alex Júnio Silva dos Santos - Diante a verossimilhança de suas alegações, bem como por ser, na condição de consumidor, parte hipossuficiente na relação jurídica entelada, defiro a parte autora a inversão do "onus probandi". Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 29/05/2019 às 10:00h. Cite-se. Intime-se.

ADV: FÁBIO RENAM DE MELLO FREITAS (OAB 2298/AM) - Processo 0601797-28.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: José Renato Silveira Gadelha - Diante a verossimilhança de suas alegações, bem como por ser, na condição de consumidor, parte hipossuficiente na relação jurídica entelada, defiro a parte autora a inversão do "onus probandi". Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 28/05/2019 às 13:00h. Cite-se. Intime-se.

ADV: FÁBIO RENAM DE MELLO FREITAS (OAB 2298/AM) - Processo 0601798-13.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Lidia Lemos da Silva - Diante a verossimilhança de suas alegações, bem como por ser, na condição de consumidora, parte hipossuficiente na relação jurídica entelada, defiro a parte autora a inversão do "onus probandi". Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 28/05/2019 às 13:15h. Cite-se. Intime-se.

ADV: FÁBIO RENAM DE MELLO FREITAS (OAB 2298/AM) - Processo 0601802-50.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Maria Eleonora da Costa Pereira - Diante a verossimilhança de suas alegações, bem como por ser, na condição de consumidora, parte hipossuficiente na relação jurídica entelada, defiro a parte autora a inversão do "onus probandi". Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 28/05/2019 às 13:30h. Cite-se. Intime-se.

ADV: FÁBIO RENAM DE MELLO FREITAS (OAB 2298/AM) - Processo 0601803-35.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Maria Jovelina Guimaraes - Diante a verossimilhança de suas alegações, bem como por ser, na condição de consumidora, parte hipossuficiente na relação jurídica entelada, defiro a parte autora a inversão do "onus probandi". Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 27/05/2019 às 12:00h. Cite-se. Intime-se.

ADV: ALDA HELOÍSA TAVARES TOLEDO (OAB 7133/AM) - Processo 0601810-27.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Jéssica Fernandes Ribeiro - Acautelo-me quanto à concessão da tutela de urgência antecipada, e o faço pela ausência de elementos que indiquem a plausibilidade do direito pleiteado. Inobstante, defiro a inversão do ônus da prova em favor da parte requerente, na forma do artigo 6º, VIII do Código de Defesa do Consumidor. Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 30/05/2019 às 08:00h. Cite-se. Intime-se.

ADV: LUANA CRISTINA DE SOUZA CABRINI (OAB 10531/AM) - Processo 0601812-94.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Elane Cristina Gonçalves de Oliveira - Diante a verossimilhança de suas alegações, bem como por ser, na condição de consumidora, parte hipossuficiente na relação jurídica entelada, defiro a parte autora a inversão do "onus probandi". Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 29/05/2019 às 08:00h. Cite-se. Intime-se.

ADV: PRISCILA CAROLINE BORGES DE ALMEIDA (OAB 13746/AM) - Processo 0601815-49.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Diego Pereira da Silva - Diante do exposto, presentes os requisitos do art. 300, caput, do Código de Processo Civil, concedo a tutela de urgência antecipada na forma pleiteada, para ordenar à parte requerida que proceda a exclusão do nome da parte demandante do cadastro do SPC/SERASA, em 05 (cinco) dias, sob pena de multa diária de R$ 300,00 (trezentos reais). Defiro a inversão do "onus probandi", e o faço pela verossimilhança das alegações da parte autora, bem como porquanto esta, na condição de consumidor, é parte hipossuficiente na relação jurídica entelada. Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 29/05/2019 às 11:30h. Cite-se. Intime-se.Cumpra-se.

ADV: ARRUDA ADVOCACIA E CONSULTORIA JURÍDICA (OAB 44914/AM), ADV: DRIELLE CARVALHO DE ARRUDA (OAB 9121/AM), ADV: FÁBIO CARVALHO DE ARRUDA (OAB 8076/AM) - Processo 0601819-86.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Evani Mendonça da Silva - Diante a verossimilhança de suas alegações, bem como por ser, na condição de consumidora, parte hipossuficiente na relação jurídica entelada, defiro a parte autora a inversão do "onus probandi". Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 28/05/2019 às 12:00h. Cite-se. Intime-se.

ADV: FÁBIO CARVALHO DE ARRUDA (OAB 8076/AM), ADV: DRIELLE CARVALHO DE ARRUDA (OAB 9121/AM), ADV: ARRUDA ADVOCACIA E CONSULTORIA JURÍDICA (OAB 44914/AM) - Processo 0601824-11.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Jhonathas Bedido de Souza - Diante a verossimilhança de suas alegações, bem como por ser, na condição de consumidor, parte hipossuficiente na relação jurídica entelada, defiro a parte autora a inversão do "onus probandi". Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 29/05/2019 às 08:00h. Cite-se. Intime-se.

ADV: DRIELLE CARVALHO DE ARRUDA (OAB 9121/AM), ADV: FÁBIO CARVALHO DE ARRUDA (OAB 8076/AM) - Processo 0601827-63.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Dilcilane Azevedo Rodrigues - Por esta razão, determino que, em 05 (cinco) dias, a parte requerente apresente cópia de comprovante de residência atualizado emitido por concessionária de água, luz ou telefone, sob pena de indeferimento da inicial. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: REBECA BEATRIZ SILVA SOUSA (OAB 12219/AM) - Processo 0601830-18.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Direito de Imagem - REQUERENTE: Erison dos Santos Pereira - Certifico para os devidos fins que, de ordem do Excelentíssimo Juiz Francisco Soares de Souza, titular deste juizado, conforme ordem de serviço nº 001/2018/11º JEC, fica designado o dia 30/05/2019 às 10:00h para a realização de audiência de Conciliação/Instrução e Julgamento. O referido é verdade e dou fé. É o que me cumpre certificar.

ADV: LUANA CRISTINA DE SOUZA CABRINI (OAB 10531/AM) - Processo 0601833-70.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Raimundo Napoleão Artini Filho - Diante a verossimilhança de suas alegações, bem como por ser, na condição de consumidor, parte hipossuficiente na relação jurídica entelada, defiro a parte autora a inversão do "onus probandi". Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 29/05/2019 às 08:30h. Cite-se. Intime-se.

ADV: FÁBIO CARVALHO DE ARRUDA (OAB 8076/AM) - Processo 0601838-92.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Zacarias Rodrigues Barbosa - Nestes moldes, presentes os requisitos do art. 300, caput, do Código de Processo Civil, concedo a medida pleiteada e ordeno à parte requerida que restabeleça o fornecimento de água tratada da unidade de consumo de matrícula n° 4790405, em 24 horas, sob pena de multa diária de R$ 300,00 (trezentos reais). Ordeno ainda à parte requerida que abstenha-se de promover a inscrição do nome da parte demandante nos cadastros do SPC/SERASA relativamente à fatura de vencimento 02/10/2017 (f.13), ou, caso já tenha inserido, que efetue sua retirada, sob pena de multa diária de R$300,00 (trezentos reais). Defiro a inversão do "onus probandi", e o faço pela verossimilhança das alegações da parte autora, bem como porquanto esta, na condição de consumidor, é parte hipossuficiente na relação jurídica entelada. Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 29/05/2019 às 08:30h. Cite-se. Intime -se. Cumpra-se.

ADV: AMAURI VIEIRA DOS SANTOS (OAB 11881/AM) - Processo 0601842-32.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Descontos Indevidos - REQUERENTE: Deyde Saraiva Trindade - Diante o exposto, em havendo dissenso quanto a existência da dívida e até mesmo sobre a celebração do contrato, com suporte no art. 300 do CPC, ordeno à parte requerida que abstenha-se de proceder novos descontos com a rubrica APEAM PRAC-CONTRIB do contracheque do postulante, sob pena de multa de R$300,00 (trezentos reais), por desconto indevido. Defiro a inversão do "onus probandi", e o faço pela verossimilhança das alegações da parte autora, bem como porquanto esta, na condição de consumidor, é parte hipossuficiente na relação jurídica entelada. Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 29/05/2019 às 10:30h. Cite-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: BLENDA DA SILVA BARROS (OAB 13147/AM) - Processo 0601845-84.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Descontos Indevidos - REQUERENTE: Elisângela Sena Ferreira - Diante o exposto, em havendo dissenso quanto a existência da dívida e até mesmo sobre a celebração do contrato, com suporte no art. 300 do CPC, ordeno à parte requerida que abstenha-se de proceder novos descontos com a rúbrica "BMG CARTÃO" do contracheque da postulante, sob pena de multa de R$300,00 (trezentos reais), por desconto indevido. Defiro a inversão do "onus probandi", e o faço pela verossimilhança das alegações da parte autora, bem como porquanto esta, na condição de consumidora, é parte hipossuficiente na relação jurídica entelada. Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 29/05/2019 às 11:30h. Cite-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: FÁBIO RENAM DE MELLO FREITAS (OAB 2298/AM) - Processo 0601847-54.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Fatima Moreira da Silva - Diante a verossimilhança de suas alegações, bem como por ser, na condição de consumidora, parte hipossuficiente na relação jurídica entelada, defiro a parte autora a inversão do "onus probandi". Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 29/05/2019 às 09:00h. Cite-se. Intime-se.

ADV: PRISCILA NEVES SILVA COSTA (OAB 12879/AM) - Processo 0601851-91.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Eduardo Rodrigues dos Santos - Diante a verossimilhança de suas alegações, bem como por ser, na condição de consumidor, parte hipossuficiente na relação jurídica entelada, defiro a parte autora a inversão do "onus probandi". Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 30/05/2019 às 09:30h. Cite-se. Intime-se.

ADV: FÁBIO RENAM DE MELLO FREITAS (OAB 2298/AM) - Processo 0601855-31.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Ivaneide do Nascimento Andrade - Diante a verossimilhança de suas alegações, bem como por ser, na condição de consumidora, parte hipossuficiente na relação jurídica entelada, defiro a parte autora a inversão do "onus probandi". Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 29/05/2019 às 09:30h. Cite-se. Intime-se.

ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM) - Processo 0601860-53.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Domingos Savio Trindade C. - Certifico para os devidos fins que, de ordem do Excelentíssimo Juiz Francisco Soares de Souza, titular deste juizado, conforme ordem de serviço nº 001/2018/11º JEC, fica designado o dia 29/05/2019 às 13:15h para a realização da audiência de Conciliação/Instrução e Julgamento. No entanto, cabe registrar que a matéria ventilada no pedido de urgência, é objeto de IRDR (Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas) n° 0000511-49.2018.8.04.9000 - Cesta básica, já conhecido pelos desembargadores do TJ/AM, porém, ainda pendente de julgamento. O referido é verdade e dou fé. É o que me cumpre certificar.

ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM) - Processo 0601861-38.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Domingos Savio Trindade C. - Diante a verossimilhança de suas alegações, bem como por ser, na condição de consumidor, parte hipossuficiente na relação jurídica entelada, defiro a parte autora a inversão do "onus probandi". Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 30/05/2019 às 08:30h. Cite-se. Intime-se.

ADV: ANTÔNIO JARLISON PIRES DA SILVA (OAB 12261/AM) - Processo 0601863-08.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Antônio Jarlison Pires da Silva - Acautelo-me quanto à concessão da tutela de urgência antecipada, e o faço em razão da natureza satisfativa do pedido. Inobstante, defiro a inversão do ônus da prova em favor da parte requerente, na forma do artigo 6º, VIII do Código de Defesa do Consumidor. Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 29/05/2019 às 09:00h. Cite-se. Intime-se.

ADV: FLÁVIO RAFAEL PERDIGÃO GUERRA (OAB 8500/AM) - Processo 0601866-60.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Francisco Oscar Oliveira da Silva - Diante a verossimilhança de suas alegações, bem como por ser, na condição de consumidor, parte hipossuficiente na relação jurídica entelada, defiro a parte autora a inversão do "onus probandi". Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 29/05/2019 às 09:15h. Cite-se. Intime-se.

ADV: DIEGO DA SILVA SOARES CRUZ (OAB 21519/MT) - Processo 0601871-82.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Francisco Tadeu Gomes de Sousa Junior - Por esta razão, determino que, em 05 (cinco) dias, a parte requerente apresente cópia de comprovante de residência atualizado emitido por concessionária de água, luz ou telefone, sob pena de indeferimento da inicial. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: DIEGO DA SILVA SOARES CRUZ (OAB 21519/MT) - Processo 0601872-67.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Frank Alan Pereira Araujo - Por esta razão, determino que, em 05 (cinco) dias, a parte requerente apresente cópia de comprovante de residência atualizado emitido por concessionária de água, luz ou telefone, sob pena de indeferimento da inicial. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: CRIS RODRIGUES FLORÊNCIO PEREIRA (OAB 5316/AM) - Processo 0601874-37.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Seguro - REQUERENTE: Jose Hugo Pereira Nascimento - Diante a verossimilhança de suas alegações, bem como por ser, na condição de consumidor, parte hipossuficiente na relação jurídica entelada, defiro a parte autora a inversão do "onus probandi". Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 29/05/2019 às 09:45h. Cite-se. Intime-se.

ADV: MARCELA PAULO SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA (OAB 10325/AM), ADV: MARCELA DA SILVA PAULO (OAB 10325/AM) - Processo 0601878-74.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Evelen da Silva Lima - Acautelo-me quanto à concessão da tutela de urgência antecipada, e o faço pela ausência de elementos que indiquem a plausibilidade do direito pleiteado. Inobstante, defiro a inversão do ônus da prova em favor da parte requerente, na forma do artigo 6º, VIII do Código de Defesa do Consumidor. Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 29/05/2019 às 09:30h. Cite-se. Intime-se.

ADV: AMAURI VIEIRA DOS SANTOS (OAB 11881/AM) - Processo 0601879-59.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Harrison Andrade da Costa - Certifico para os devidos fins que, de ordem do Excelentíssimo Juiz Francisco Soares de Souza, titular deste juizado, conforme ordem de serviço nº 001/2018/11º JEC, fica designado o dia 29/05/2019 às 13:30h para a realização da audiência de Conciliação/Instrução e Julgamento. No entanto, cabe registrar que a matéria ventilada no pedido de urgência, é objeto de IRDR (Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas) n° 0000511-49.2018.8.04.9000 - Cesta básica, já conhecido pelos desembargadores do TJ/AM, porém, ainda pendente de julgamento. O referido é verdade e dou fé. É o que me cumpre certificar.

ADV: AGUINALDO PEREIRA DIAS (OAB 7667/AM) - Processo 0601890-88.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Edir Damiao Pereira - Diante do exposto, presentes os requisitos do art. 300, caput, do Código de Processo Civil, concedo a tutela de urgência antecipada na forma pleiteada, para ordenar à parte requerida que proceda a exclusão do nome da parte demandante do cadastro do SPC/SERASA, em 05 (cinco) dias, sob pena de multa diária de R$ 300,00 (trezentos reais). Ordeno, ainda, que a parte requerida abstenha-se de efetuar cobranças concernentes a dívida em comento, sob pena de multa de R$ 300,00 (trezentos reais) por cobrança indevida. Defiro a inversão do "onus probandi", e o faço pela verossimilhança das alegações da parte autora, bem como porquanto esta, na condição de consumidor, é parte hipossuficiente na relação jurídica entelada. Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 30/05/2019 às 11:00h. Cite-se. Intime-se.Cumpra-se.

ADV: RENATA BENTES SENA (OAB 13543/AM), ADV: ROBERTO MARQUES DA COSTA (OAB 4135/AM) - Processo 0601904-09.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condomínio Allegro Residencial Club - Intime-se o(a) demandante para, em 05 (cinco) dias, fornecer o novo endereço da parte requerida Mônica Freire Fonseca, sob pena de extinção do processo. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: FELIPE ANDRES ACEVEDO IBANEZ (OAB 1290A/AM), ADV: FELIPE ANDRES ACEVEDO IBAÑEZ (OAB 206339/SP) - Processo 0602215-97.2018.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Constrição / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens - EXECUTADO: Banco Pan S/A - Intime(m)-se a(s) parte(s) executada(s), na(s) pessoa(s) de seu(s) advogado(s), ou pessoalmente para, em 15 (quinze) dias, promover(em) o cumprimento voluntário da obrigação encartada ao título judicial transitado em julgado no valor de R$ 3.340,55 (três mil trezentos e quarenta reais e cinquenta e cinco centavos), sob pena de ver acrescida a multa de 10% (dez por cento) a que alude o art. 523, § 1º., (primeira parte) do CPC. Expirado o aludido prazo sem o pagamento voluntário, atualize-se o valor do débito incluindo os consectários legais e prossiga-se a execução com a penhora on-line diretamente nas contas da(s) parte(s) executada(s), nos termos do art. 854, caput, do CPC. Em caso de inexistência de saldo positivo, expeça-se mandado de penhora e avaliação, bem como seja realizada consulta e bloqueio de veículos através do RENAJUD. Por fim, com fulcro no art. 525 do CPC e em observância aos princípios da celeridade e da economia processual regentes do procedimento dos Juizados Especiais, fica(m) o(s) executado(s) intimado(s) de que, exaurido o prazo para pagamento espontâneo inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que apresente(m), caso queira(m), Embargos à Execução. Intime(m)-se. Cumpra-se.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 877A/AM), ADV: CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB 671A/AM) - Processo 0602224-93.2017.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Constrição / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens - EXECUTADO: Banco Bradesco S/A - Tim Celular S/A - Intime(m)-se a(s) parte(s) executada(s), na(s) pessoa(s) de seu(s) advogado(s), ou pessoalmente para, em 15 (quinze) dias, promover(em) o cumprimento voluntário da obrigação encartada ao título judicial transitado em julgado no valor de R$ 16.956,55 (dezesseis mil, novecentos e cinquenta e seis reais e cinquenta e cinco centavos), sob pena de ver acrescida a multa de 10% (dez por cento) a que alude o art. 523, § 1º., (primeira parte) do CPC. Expirado o aludido prazo sem o pagamento voluntário, atualize-se o valor do débito incluindo os consectários legais e prossiga-se a execução com a penhora on-line diretamente nas contas da(s) parte(s) executada(s), nos termos do art. 854, caput, do CPC. Em caso de inexistência de saldo positivo, expeça-se mandado de penhora e avaliação, bem como seja realizada consulta e bloqueio de veículos através do RENAJUD. Por fim, com fulcro no art. 525 do CPC e em observância aos princípios da celeridade e da economia processual regentes do procedimento dos Juizados Especiais, fica(m) o(s) executado(s) intimado(s) de que, exaurido o prazo para pagamento espontâneo inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que apresente(m), caso queira(m), Embargos à Execução. Intime(m)-se. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 57680/MG), ADV: JESSICA LOBO SILVA (OAB 158014 /MG), ADV: JEAN CLEUTER SIMÕES MENDONÇA (OAB 3808/AM) - Processo 0602236-44.2016.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Constrição / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens - EXEQUENTE: ROSEMIRA SOARES SALVADOR - EXECUTADO: NET SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO S/A - De ordem, intime-se o réu para completar os dados bancários com a finalidade de expedição de alvará eletrônico, tendo em vista que a informação OPERAÇÃO se faz necessária para os dados de contas da Caixa Econômica Federal.

ADV: LÍDIA ROBERTO DA SILVA (OAB 9135/AM) - Processo 0602373-60.2015.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Constrição / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens - EXEQUENTE: Centro Educacional Professora Ana Cleide - Intime-se a parte exequente para, em 15 dias, indicar bens penhoráveis do executado, sob pena de o processo ser extinto, nos termos do Art.53, §4º da Lei 9.099/95.

ADV: CIRO GONÇALVES BOTELHO (OAB 39395/BA), ADV: GAMAL SWAMI DE ABREU (OAB 9106/AM), ADV: MARGIDE AMARO DE SOUZA (OAB 10380/AM) - Processo 0602812-66.2018.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Constrição / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens - EXEQUENTE: Reinaldo Assunção da Silva - Intime-se a parte exequente para, em 15 dias, indicar bens penhoráveis do executado, sob pena de o processo ser extinto, nos termos do Art.53, §4º da Lei 9.099/95.

ADV: ELAINA LARISSE FRUTUOSO CESTARI DE LIMA (OAB 13633/AM) - Processo 0603053-40.2018.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Constrição / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens - EXEQUENTE: Gabriela Cruz Oliveira - EXECUTADA: Cintia Ticiana Aquino de Souza - Hanna Aquino da Silva - Intime(m)-se a(s) parte(s) executada(s), na(s) pessoa(s) de seu(s) advogado(s), ou pessoalmente para, em 15 (quinze) dias, promover(em) o cumprimento voluntário da obrigação encartada ao título judicial transitado em julgado no valor de R$ 4.843,73 (quatro mil, oitocentos e quarenta e três reais e setenta e três centavos), sob pena de ver acrescida a multa de 10% (dez por cento) a que alude o art. 523, § 1º., (primeira parte) do CPC. Expirado o aludido prazo sem o pagamento voluntário, atualize-se o valor do débito incluindo os consectários legais e prossiga-se a execução com a penhora on-line diretamente nas contas da(s) parte(s) executada(s), nos termos do art. 854, caput, do CPC. Em caso de inexistência de saldo positivo, expeça-se mandado de penhora e avaliação, bem como seja realizada consulta e bloqueio de veículos através do RENAJUD. Por fim, com fulcro no art. 525 do CPC e em observância aos princípios da celeridade e da economia processual regentes do procedimento dos Juizados Especiais, fica(m) o(s) executado(s) intimado(s) de que, exaurido o prazo para pagamento espontâneo inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que apresente(m), caso queira(m), Embargos à Execução. Intime(m)-se. Cumpra-se.

ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO), ADV: MALBER MAGALHÃES SOUZA TAVARES (OAB 6455/AM) - Processo 0603146-37.2017.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Antoniel Ferreira Rocha - REQUERIDO: Telefônica Brasil S/A - Dispositivo Ante o exposto, julgo parcialmente procedente o pedido para condenar a reclamada ao pagamento de R$ 4.000,00 (quatro mil reais), a título de danos morais, com fulcro nos artigos 186 e 927 do CCB e 14, caput do CDC. Juros de 1% ao mês e correção monetária a contar desta data. Julgo procedente o pedido de devolução do indébito para condenar a requerida ao pagamento de R$ 114,60 (cento e quatorze reais e sessenta centavos), conforme fundamentação. Juros de 1% ao mês e correção monetária a contar da citação. Condeno o requerida na obrigação de fazer para que retorno com o plano controle anterior do autor, no qual pagava o valor de R$ 29,90, sob pena de multa diária de R$ 200,00. Sem custas e honorários de advogado, salvo recurso. Havendo apresentação de recurso no prazo legal e realizados os recolhimentos previstos no art. 54, § único, da Lei 9.099/95, o receberei somente no efeito devolutivo, de logo autorizadas a intimação da parte recorrida para contrarrazoar em 10(dez) dias e, vencido tal prazo, a remessa dos autos à Egrégia Turma Recursal. P.R.I Manaus, 01 de março de 2019. Francisco Soares de Souza Juiz de Direito

ADV: ALDA HELOÍSA TAVARES TOLEDO (OAB 7133/AM), ADV: ANA PAULA IVO FERNANDES (OAB 4288/AM), ADV: ANDREA ELDA REIS MENDONÇA (OAB 582A/AM) - Processo 0603205-25.2017.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Israel Carneiro Araujo - REQUERIDO: Auto Onibus Lider - Trata-se de pedido de penhora perante o Sinetram formulado pela parte exequente. Decido. Em análise minuciosa dos autos, verifico que às f. 158 foi expedido mandado de penhora e avaliação, o qual resultou na penhora do ônibus de placa OAD- 9248, avaliado no valor de R$ 95.000,00 (noventa e cinco mil reais), consoante laudo de avaliação de f. 169. Intimada para se manifestar, a parte exequente sustentou que o valor do bem é superior ao valor da execução, e que não poderia ficar no aguardo do desfecho da execução por essa via, requerendo a penhora perante o Sinetram. Vale registrar que, o bem objeto da penhora, já possui restrição perante ao Detran- Am, conforme f. 160-162. Ante o exposto, indefiro a penhora perante o Sinetram, e determino a intimação da parte exequente para, em 05 (cinco) dias, indicar bens do executado sob pena de arquivamento. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: LENINE YURI SAMPAIO GUEDES CAVALCANTE (OAB 9517/AM) - Processo 0603222-27.2018.8.04.0092 - Execução de Título Extrajudicial - Constrição / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens - EXEQUENTE: Condomínio Residencial Forest Hill - Intime-se o(a) exequente para, em 05 (cinco) dias, fornecer o novo endereço da parte executada. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: EVANILDO CARNEIRO DA SILVA (OAB 5746/PA) - Processo 0603270-86.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Pedro Rodrigues Pinheiro - Por esta razão, determino que, em 05 (cinco) dias, a parte requerente apresente cópia de comprovante de residência atualizado emitido por concessionária de água,luz ou telefone, sob pena de indeferimento da inicial. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES (OAB 317407/SP) - Processo 0603375-60.2018.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Perdas e Danos - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Deixo de receber o recurso, eis que deserto, nos termos do art. 54 § único da Lei 9.099/95 c/c art. 3º, § 1º do provimento 256 da Corregedoria Geral de Justiça do Estado do Amazonas, in verbis: Art. 54 - Parágrafo único: O preparo do recurso, na forma do § 1º do art. 42 desta Lei, compreenderá todas as despesas processuais, inclusive aquelas dispensadas em primeiro grau de jurisdição, ressalvada a hipótese de assistência judiciária gratuita. Art. 3º, § 1º - No mesmo prazo assinalado no caput, o recorrente deverá, também recolher o valor das custas processuais, nos termos do art. 55 da Lei 9.099/95, de acordo com a tabela de custas atualmente em vigor, divulgada na página oficial do Tribunal de Justiça do Amazonas. Certifique-se o trânsito em julgado da sentença lançada nos autos. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: RONEISE MARKLANE DOS ANJOS SOUSA (OAB 10806/AM) - Processo 0603452-69.2018.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Constrição / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens - EXEQUENTE: Williams Rabelo Garcia Junior - EXECUTADO: Transguia Logística - Intime(m)-se a(s) parte(s) executada(s), na(s) pessoa(s) de seu(s) advogado(s), ou pessoalmente para, em 15 (quinze) dias, promover(em) o cumprimento voluntário da obrigação encartada ao título judicial transitado em julgado no valor de R$ 9.239,27 (nove mil duzentos e trinta e nove reais e vinte e sete centavos), sob pena de ver acrescida a multa de 10% (dez por cento) a que alude o art. 523, § 1º., (primeira parte) do CPC. Expirado o aludido prazo sem o pagamento voluntário, atualize-se o valor do débito incluindo os consectários legais e prossiga-se a execução com a penhora on-line diretamente nas contas da(s) parte(s) executada(s), nos termos do art. 854, caput, do CPC. Em caso de inexistência de saldo positivo, expeça-se mandado de penhora e avaliação, bem como seja realizada consulta e bloqueio de veículos através do RENAJUD. Por fim, com fulcro no art. 525 do CPC e em observância aos princípios da celeridade e da economia processual regentes do procedimento dos Juizados Especiais, fica(m) o(s) executado(s) intimado(s) de que, exaurido o prazo para pagamento espontâneo inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que apresente(m), caso queira(m), Embargos à Execução. Intime(m)-se. Cumpra-se.

ADV: FÁBIO RENAM DE MELLO FREITAS (OAB 2298/AM), ADV: MATHEUS ARAÚJO MUNIZ (OAB 7626/AM) - Processo 0603802-57.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Valter dos Santos Figueiredo - Intime-se a parte Requerente para se manifestar, em 05 dias, sobre a petição de f.111/114. Expirado tal prazo, v. conclusos.

ADV: CLÁUDIO DAVI BATISTA NOGUEIRA (OAB 8286/AM), ADV: NOGUEIRA ADVOCACIA E ASSESSORIA JURÍDICA (OAB 443/AM) - Processo 0603931-96.2017.8.04.0092 - Execução de Título Extrajudicial - Perdas e Danos - EXEQUENTE: Condomínio River Park Residencial Club - Diante da petição de f. 59/61, indefiro o pedido de item 2 e 3, tendo em vista que o mesmo não tomou conhecimento da ação. Defiro o pedido de item 4, para que seja expedido novo mandado de citação e intimação para o Executado, atentando a Secretaria para o nome correto do mesmo, no endereço indicado à f. 48, devendo o Sr. Oficial de Justiça, utilizar-se do art. 252 do CPC, caso haja ocultação do mesmo. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: JONNY CLEUTER SIMÕES MENDONÇA (OAB 8340/AM), ADV: FUED CAVALCANTE SÊMEN NETO (OAB 10435/AM) - Processo 0604045-98.2018.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Constrição / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de

Bens - EXECUTADO: Jpa Comércio de Móveis Eireli - Intime(m)-se a(s) parte(s) executada(s), na(s) pessoa(s) de seu(s) advogado(s), ou pessoalmente para, em 15 (quinze) dias, promover(em) o cumprimento voluntário da obrigação encartada ao título judicial transitado em julgado no valor de R$ 41.750,88 (quarenta e um mil setecentos e cinquenta reais e oitenta e oito centavos), sob pena de ver acrescida a multa de 10% (dez por cento) a que alude o art. 523, § 1º., (primeira parte) do CPC. Expirado o aludido prazo sem o pagamento voluntário, atualize-se o valor do débito incluindo os consectários legais e prossiga-se a execução com a penhora on-line diretamente nas contas da(s) parte(s) executada(s), nos termos do art. 854, caput, do CPC. Em caso de inexistência de saldo positivo, expeça-se mandado de penhora e avaliação, bem como seja realizada consulta e bloqueio de veículos através do RENAJUD. Por fim, com fulcro no art. 525 do CPC e em observância aos princípios da celeridade e da economia processual regentes do procedimento dos Juizados Especiais, fica(m) o(s) executado(s) intimado(s) de que, exaurido o prazo para pagamento espontâneo inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que apresente(m), caso queira(m), Embargos à Execução. Intime(m)-se. Cumpra-se.

ADV: ANDRADE GC ADVOGADOS (OAB 5797/AM), ADV: ROBERTO MARQUES DA COSTA (OAB 4135/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM) - Processo 0604381-05.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condomínio Residencial Allegro - REQUERIDO: Direcional Rubi Empreendimentos Imobiliários Ltda. e outros - Certifico para os devidos fins que, de ordem do Excelentíssimo Juiz Francisco Soares de Souza, titular deste juizado, conforme ordem de serviço nº 001/2018/11º JEC, fica designado o dia 28/05/2019 às 09:15h para a realização de audiência de Conciliação/Instrução e Julgamento. O referido é verdade e dou fé. É o que me cumpre certificar.

ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM) - Processo -

ADV: DAYSEVANDA DAS GRAÇAS BRITO DANTAS (OAB 7003/AM), ADV: SÓSTENES ADIEL PEREIRA BATISTA (OAB 10131/BA), ADV: LEIDY DAIANA SOUTELO BATISTA (OAB 9413/AM) - Processo 0604419-85.2016.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Constrição / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens - EXECUTADO: APEAM (ASSOCIAÇÃO DOS PRAÇAS DO ESTADO DO AMAZONAS) - Intime-se a parte executada para se manifestar, em 05 dias, sobre a petição de f. 164/165, e para manifesta-se acerca da penhora realizada. Expirado tal prazo, v. conclusos.

ADV: HAROLDO ALVES PIMENTA FILHO (OAB 9502/AM) - Processo 0604554-29.2018.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Constrição / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens - EXEQUENTE: Leila Macedo Ismael - EXECUTADO: Banco Pan S/A - Intime(m)-se a(s) parte(s) executada(s), na(s) pessoa(s) de seu(s) advogado(s), ou pessoalmente para, em 15 (quinze) dias, promover(em) o cumprimento voluntário da obrigação encartada ao título judicial transitado em julgado no valor de R$ 3.502,59 (três mil quinhentos e dois reais e cinquenta e nove centavos), sob pena de ver acrescida a multa de 10% (dez por cento) a que alude o art. 523, § 1º., (primeira parte) do CPC. Expirado o aludido prazo sem o pagamento voluntário, atualize-se o valor do débito incluindo os consectários legais e prossiga-se a execução com a penhora on-line diretamente nas contas da(s) parte(s) executada(s), nos termos do art. 854, caput, do CPC. Em caso de inexistência de saldo positivo, expeça-se mandado de penhora e avaliação, bem como seja realizada consulta e bloqueio de veículos através do RENAJUD. Por fim, com fulcro no art. 525 do CPC e em observância aos princípios da celeridade e da economia processual regentes do procedimento dos Juizados Especiais, fica(m) o(s) executado(s) intimado(s) de que, exaurido o prazo para pagamento espontâneo inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que apresente(m), caso queira(m), Embargos à Execução. Intime(m)-se. Cumpra-se.

ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM), ADV: FRANCISCO CARLOS NUNES DE OLIVEIRA (OAB 10057/AM) - Processo 0604567-62.2017.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Constrição / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens - EXEQUENTE: Ana Katia de Moura Moreira - Intime-se a parte exequente para se manifestar, em 05 dias, sobre o acordo de f. 213-215. Expirado tal prazo, v. conclusos.

ADV: PENHA MARIA GOMES DE ARAUJO (OAB 8157/AM), ADV: HILCIA REGINA LIMA DE AQUINO (OAB 5648/AM) - Processo 0604637-45.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Marcos Viana de Sousa - Intime-se a parte Requerente para se manifestar, em 05 dias, sobre a petição de f.retro. Expirado tal prazo, v. conclusos.

ADV: AGUINALDO PEREIRA DIAS (OAB 7667/AM), ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO), ADV: HARTHURO YACINTHO ALVES CARNEIRO (OAB 45458/GO) - Processo 0604858-62.2017.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Constrição / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens - EXEQUENTE: Oscar Firmino de Mesquita - EXECUTADO: Telefônica Brasil S/A - Tendo em vista o pagamento de f. 327, determino a expedição de alvará eletrônico em favor do autor. Aguarde-se o fim do prazo de 15 dias para pagamento voluntário, conforme a decisão de f. 332, para então dar prosseguimento à execução atendendo ao valor total da execução. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ANTÔNIO ARY FRANCO CÉSAR (OAB 123514/SP), ADV: LEIDY DAIANA SOUTELO BATISTA (OAB 9413/AM), ADV: URBANO VITALINO DE MELO NETO (OAB 17700/PE), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0605472-67.2017.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Constrição / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens - EXEQUENTE: Antonia Selma Pereira Saul - EXECUTADO: Cardif do Brasil - Seguros e Previdência S.a - Carrefour Comércio e Indústria Ltda. - SENTENÇA Vistos etc. Tendo em vista que o réu Cardif do Brasil - Seguros e Previdência S/A, realizou pagamento maior que o determinado na decisão de f. 258, intime-se este, para que informe dados bancários com a finalidade de devolução dos valores de R$ 2.735,41. Comprovado o pagamento voluntário de ambos os réus, autorizo a expedição do (s) respectivo (s) alvará (s). Cumprida tal diligência, considero atendido integralmente a sentença e exaurida a finalidade do processo, pelo que decreto sua extinção e ordeno seu arquivamento com as cautelas de praxe, após a expedição de alvará eletrônico de devolução dos valores sobreditos..

ADV: PABLO DE PAULA LIMA (OAB 9482/AM), ADV: ALEXANDRE GOMES RIBEIRO (OAB 6199/AM) - Processo 0605548-57.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Ednelza Gomes do Nascimento - Intime-se o(a) demandante para, em 05 (cinco) dias, fornecer o novo endereço da parte requerida, sob pena de extinção do processo. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: LÍDIA ROBERTO DA SILVA (OAB 9135/AM) - Processo 0605702-75.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Centro Educacional Frances Burnett - Certifico para os devidos fins que, de ordem do Excelentíssimo Juiz Francisco Soares de Souza, titular deste juizado, conforme ordem de serviço nº 001/2018/11º JEC, fica designado o dia 28/05/2019 às 09:45h para a realização de audiência de Conciliação/Instrução e Julgamento. O referido é verdade e dou fé. É o que me cumpre certificar.

ADV: LÍDIA ROBERTO DA SILVA (OAB 9135/AM) - Processo 0605743-42.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Centro Educacional Frances Burnett - REQUERIDA: Maria Joanice Taveira Le Lacheur da Silva - Ante o exposto, julgo procedente o pedido para condenar a requerida ao pagamento de R$ 5.316,34 (cinco mil, trezentos e dezesseis reais e trinta e quatro centavos) referente às mensalidades em atraso. Juros de 1% ao mês e correção monetária a partir desta data. Sem custas e honorários, salvo recurso. P.R.I.

ADV: RICARDO LEITE MENEZES (OAB 10110/AM) - Processo 0605836-05.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Valdivia Ferreira Lopes - Recebo o recurso em seu duplo efeito, nos termos do artigo 43 da Lei 9.099/95. Intime-se a parte recorrida para apresentar contrarrazões ao recurso no prazo de dez dias, querendo. Expirado o aludido prazo, com ou sem apresentação de resposta, remetam-se os autos à Turma Recursal.

ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM) - Processo 0605857-78.2018.8.04.0092 -

Cumprimento de sentença - Constrição / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens - EXECUTADO: Banco BMG S/A - Intime(m)-se a(s) parte(s) executada(s), na(s) pessoa(s) de seu(s) advogado(s), ou pessoalmente para, em 15 (quinze) dias, promover(em) o cumprimento voluntário da obrigação encartada ao título judicial transitado em julgado no valor de R$ 4.214,08 (quatro mil, duzentos e quatorze reais e oito centavos), sob pena de ver acrescida a multa de 10% (dez por cento) a que alude o art. 523, § 1º., (primeira parte) do CPC. Expirado o aludido prazo sem o pagamento voluntário, atualize-se o valor do débito incluindo os consectários legais e prossiga-se a execução com a penhora on-line diretamente nas contas da(s) parte(s) executada(s), nos termos do art. 854, caput, do CPC. Em caso de inexistência de saldo positivo, expeça-se mandado de penhora e avaliação, bem como seja realizada consulta e bloqueio de veículos através do RENAJUD. Por fim, com fulcro no art. 525 do CPC e em observância aos princípios da celeridade e da economia processual regentes do procedimento dos Juizados Especiais, fica(m) o(s) executado(s) intimado(s) de que, exaurido o prazo para pagamento espontâneo inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que apresente(m), caso queira(m), Embargos à Execução. Intime(m)-se. Cumpra-se.

ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: MARCO ANDRÉ HONDA FLORES (OAB 6171/MS), ADV: PAULO ALBERTO RODRIGUES DE OLIVEIRA ARRUDA (OAB 8766/AM), ADV: CLEMENTE AUGUSTO GOMES NETO (OAB 10785/AM) - Processo 0605908-89.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Alonso Costa de Souza - REQUERIDO: Logos Bolsa de Veiculos Ltda - Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - Dispositivo Pelo exposto, julgo improcedentes os pedidos contidos na exordial, por não reconhecer os pressupostos necessários para configura-los, conforme preceitua o artigo 186 do CPC. Sem custas e honorários de advogado, salvo recurso. Havendo apresentação de recurso no prazo legal e realizados os recolhimentos previstos no art. 54, § único, da Lei 9.099/95, o receberei somente no efeito devolutivo, de logo autorizadas a intimação da parte recorrida para contrarrazoar em 10(dez) dias e, vencido tal prazo, a remessa dos autos à Egrégia Turma Recursal. P.R.I Manaus, 26 de fevereiro de 2019. Francisco Soares de Souza Juiz de Direito

ADV: IOLDY VÂNIO LIMA FONSECA (OAB 8069/AM) - Processo 0605916-66.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Paulo Immig - Vieram conclusos os autos em razão de manifestação do autor as f.117/119. Em síntese da sobredita petição o autor requer a execução das astreintes em virtude da requerida descumprir até a data de 01/01/2019 a liminar concedida por este juízo. Em razão disso, impende consignar, de logo, que, tal diligência fora solicitada intempestivamente, sendo o momento adequado para tal a fase de cumprimento de sentença, após o trânsito em julgado, conforme nota-se no disposto em art. 537, §2º, do CPC, in verbis: Art. 537. A multa independe de requerimento da parte e poderá ser aplicada na fase de conhecimento, em tutela provisória ou na sentença, ou na fase de execução, desde que seja suficiente e compatível com a obrigação e que se determine prazo razoável para cumprimento do preceito. § 2ºO valor da multa será devido ao exequente. E art. 52, II, da Lei 9.099/95, in verbis: Art. 52. A execução da sentença processar-se-á no próprio Juizado, aplicando-se, no que couber, o disposto no Código de Processo Civil, com as seguintes alterações: II - os cálculos de conversão de índices, de honorários, de juros e de outras parcelas serão efetuados por servidor judicial; Posto isto, indefiro o pleito. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: PAULO FELIPE SANTOS MAGALHÃES (OAB 11367/AM), ADV: BRENNO CAZEMIRO CÂMARA (OAB 13168/AM) - Processo 0605991-08.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Maria Clara Mendes Araújo - Deixo de receber o recurso, eis que deserto, em razão da ausência de pagamento do preparo e das custas judiciais no prazo legal. Certifique-se o trânsito em julgado da sentença lançada nos autos. À secretaria para a providências cabíveis.

ADV: NATASJA DESCHOOLMEESTER (OAB 2140/AM), ADV: ENRIQUE FONSECA REIS (OAB 90724/MG) - Processo 0605999-82.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Rebeca da Costa Silva - REQUERIDO: Rv Tecnologias e Sistemas S/A - Dispositivo Ante o exposto, julgo improcedente o apelo integrativo interposto, mantendo-se, em todos os seus termos, a sentença combatida. De outra banda, tendo em vista que é manifesta a intenção da recorrente de postergar a solução do feito pela só circunstância de deduzir matéria imprópria a esta via recursal, a condeno em multa equivalente a 2% (dois por cento) do valor atualizado da causa, o que faço com suporte no normativo do § 2o., do art. 1.026 do CPC. Sem custas e honorários. P.R.I. Manaus, 23 de fevereiro de 2019. Francisco Soares de Souza Juiz de Direito

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0606016-55.2017.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Constrição / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens - EXECUTADO: Banco Pan S/A - Intime(m)-se a(s) parte(s) executada(s), na(s) pessoa(s) de seu(s) advogado(s), ou pessoalmente para, em 15 (quinze) dias, promover(em) o cumprimento voluntário da obrigação encartada ao título judicial transitado em julgado no valor de R$ 4.354,03 (quatro mil, trezentos e cinquenta e quatro reais e três centavos), sob pena de ver acrescida a multa de 10% (dez por cento) a que alude o art. 523, § 1º., (primeira parte) do CPC. Expirado o aludido prazo sem o pagamento voluntário, atualize-se o valor do débito incluindo os consectários legais e prossiga-se a execução com a penhora on-line diretamente nas contas da(s) parte(s) executada(s), nos termos do art. 854, caput, do CPC. Em caso de inexistência de saldo positivo, expeça-se mandado de penhora e avaliação, bem como seja realizada consulta e bloqueio de veículos através do RENAJUD. Por fim, com fulcro no art. 525 do CPC e em observância aos princípios da celeridade e da economia processual regentes do procedimento dos Juizados Especiais, fica(m) o(s) executado(s) intimado(s) de que, exaurido o prazo para pagamento espontâneo inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que apresente(m), caso queira(m), Embargos à Execução. Intime(m)-se. Cumpra-se.

ADV: AUTON FRANCISCO FURTADO MAIA (OAB 5821/AM), ADV: ROBERTO MARQUES DA COSTA (OAB 4135/AM) - Processo 0606090-75.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condomínio Residencial Allegro - Certifico para os devidos fins que, de ordem do Excelentíssimo Juiz Francisco Soares de Souza, titular deste juizado, conforme ordem de serviço nº 001/2018/11º JEC, fica designado o dia 17/05/2019 às 13:15h para a realização de audiência de Conciliação/Instrução e Julgamento. O referido é verdade e dou fé. É o que me cumpre certificar.

ADV: FLÁVIO RAFAEL PERDIGÃO GUERRA (OAB 8500/AM), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE) - Processo 0606098-52.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Tânia Maria Moreira Pinheiro - REQUERIDO: Banco Industrial do Brasil S/A - Dispositivo Pelo exposto, julgo improcedente os pedidos da exordial. Sem custas e honorários de advogado, salvo recurso. Havendo apresentação de recurso no prazo legal e realizados os recolhimentos previstos no art. 54, § único, da Lei 9.099/95, o receberei somente no efeito devolutivo, de logo autorizadas a intimação da parte recorrida para contrarrazoar em 10(dez) dias e, vencido tal prazo,a remessa dos autos à Egrégia Turma Recursal. P.R.I

ADV: FÉLIX DE MELO FERREIRA (OAB 3032/AM) - Processo 0606128-87.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Veronilce Rodrigues Belem - Certifico para os devidos fins que, de ordem do Excelentíssimo Juiz Francisco Soares de Souza, titular deste juizado, conforme ordem de serviço nº 001/2018/11º JEC, fica designado o dia 28/05/2019 às 11:00h para a realização de audiência de Conciliação/Instrução e Julgamento. O referido é verdade e dou fé. É o que me cumpre certificar.

ADV: MARGIDE AMARO DE SOUZA (OAB 10380/AM) - Processo 0606251-85.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: Walton José Bizantino de Lima - REQUERIDO: Prosegur Brasil S/A Transporte de Valores e Segurança - Dispositivo Pelo exposto, Julgo parcialmente procedente o pedido de danos morais para condenar o requerido ao pagamento de R$-7.000,00 (sete mil reais), com fulcro nos artigos 186 e 927 do CCB e 14, caput, do CDC. Juros de 1% e Correção Monetária a contar desta data. Sem custas e

honorários de advogado, salvo recurso. Havendo apresentação de recurso no prazo legal e realizados os recolhimentos previstos no art. 54, parágrafo único, da Lei 9.099/95, o receberei somente em seu efeito devolutivo, de logo autorizadas a intimação da parte recorrida para contrarrazoar no prazo de 10(dez) dias e, vencido tal prazo, a remessa dos autos à Egrégia Turma Recursal. P.R.I Manaus, 26 de fevereiro de 2019. Francisco Soares de Souza Juiz de Direito

ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: ALMINO LIMA SANTOS (OAB 8642/AM) - Processo 0606289-97.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Elizangela Freire Vidal - REQUERIDO: Banco Industrial do Brasil S/A - Indefiro o pleito de instrução do feito, por entender cabível o julgamento do processo no estado em que se encontra, eis que os elementos de prova residentes nos autos viabilizam seu seguro desate, o que faço em harmonia com o art. 355, I, do Código de Processo Civil. Intimem-se. Após, v. conclusos.

ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP), ADV: JOSÉ LÍDIO ALVES DOS SANTOS (OAB 1163A/AM), ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 1164A/AM), ADV: ANA CLEIA DE LIMA MACHADO (OAB 12249/AM), ADV: GUILHERME FERNANDES DA COSTA (OAB 13699/AM) - Processo 0606351-74.2017.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Constrição / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens - EXEQUENTE: Jessica Thabata Fonseca Amorim - EXECUTADO: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Analisando detidamente os autos, verifico que não fora realizado o levantamento do valor sobredito. Posto isto, defiro o pedido de f. retro, e determino a expedição do alvará em favor da parte executada. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 1037A/AM), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: JAMMES BEZERRA DE OLIVEIRA (OAB 10038/AM) - Processo 0606352-25.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Alfredo Francisco Lima da Cruz - REQUERIDO: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Indefiro o pleito de instrução do feito, por entender cabível o julgamento do processo no estado em que se encontra, eis que os elementos de prova residentes nos autos viabilizam seu seguro desate, o que faço em harmonia com o art. 355, I, do Código de Processo Civil. Intimem-se. Após, v. conclusos.

ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 1048A/AM), ADV: JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (OAB 1047A/AM) - Processo 0606393-89.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Revisão do Saldo Devedor - REQUERIDO: Banco do Brasil S/A - Defiro o pedido de gratuidade judiciária. Recebo o recurso em seu duplo efeito legal, nos termos do artigo 43 da Lei 9.099/95. Intime-se a parte recorrida para apresentar contrarrazões ao recurso no prazo de dez dias, querendo. Expirado o aludido prazo, com ou sem apresentação de resposta, remetam-se os autos à Turma Recursal. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ DE ANDRADE AZEDO NETTO (OAB 10394/AM), ADV: JOÃO THOMAZ PRAZERES GONDIM (OAB 62192/RJ) - Processo 0606425-94.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Robson Apolonio Muniz Azevedo - REQUERIDO: Pagseguro Internet S.a. - Indefiro o pleito de instrução do feito, por entender cabível o julgamento do processo no estado em que se encontra, eis que os elementos de prova residentes nos autos viabilizam seu seguro desate, o que faço em harmonia com o art. 355, I, do Código de Processo Civil. Intimem-se. Após, v. conclusos.

ADV: IVAN GLEIDSON TRINDADE DE SOUZA FARIAS (OAB 11908/AM) - Processo 0606538-48.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Descontos Indevidos - REQUERENTE: Maria Alice de Sá Gomes - Recebo o recurso em seu duplo efeito, nos termos do artigo 43 da Lei 9.099/95. Intime-se a parte recorrida para apresentar contrarrazões ao recurso no prazo de dez dias, querendo. Expirado o aludido prazo, com ou sem apresentação de resposta, remetam-se os autos à Turma Recursal.

ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE) - Processo 0606541-03.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERIDO: Banco Industrial do Brasil S/A - Defiro o pedido de gratuidade judiciária. Recebo o recurso em seu duplo efeito legal, nos termos do artigo 43 da Lei 9.099/95. Intime-se a parte recorrida para apresentar contrarrazões ao recurso no prazo de dez dias, querendo. Expirado o aludido prazo, com ou sem apresentação de resposta, remetam-se os autos à Turma Recursal. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB 1058A/AM) - Processo 0606555-84.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Defiro o pedido de gratuidade judiciária. Recebo o recurso em seu duplo efeito legal, nos termos do artigo 43 da Lei 9.099/95. Intime-se a parte recorrida para apresentar contrarrazões ao recurso no prazo de dez dias, querendo. Expirado o aludido prazo, com ou sem apresentação de resposta, remetam-se os autos à Turma Recursal. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: LEANDRO CESAR DE JORGE (OAB 200651/SP) - Processo 0606590-78.2017.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Constrição / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens - EXECUTADO: Canopus Administradora de Consórcios S/A - Intime(m)-se a(s) parte(s) executada(s), na(s) pessoa(s) de seu(s) advogado(s), ou pessoalmente para, em 15 (quinze) dias, promover(em) o cumprimento voluntário da obrigação encartada ao título judicial transitado em julgado no valor de R$ 13.894,53 (treze mil, oitocentos e noventa e quatro reais e cinquenta três centavos), sob pena de ver acrescida a multa de 10% (dez por cento) a que alude o art. 523, § 1º., (primeira parte) do CPC. Expirado o aludido prazo sem o pagamento voluntário, atualize-se o valor do débito incluindo os consectários legais e prossiga-se a execução com a penhora on-line diretamente nas contas da(s) parte(s) executada(s), nos termos do art. 854, caput, do CPC. Em caso de inexistência de saldo positivo, expeça-se mandado de penhora e avaliação, bem como seja realizada consulta e bloqueio de veículos através do RENAJUD. Por fim, com fulcro no art. 525 do CPC e em observância aos princípios da celeridade e da economia processual regentes do procedimento dos Juizados Especiais, fica(m) o(s) executado(s) intimado(s) de que, exaurido o prazo para pagamento espontâneo inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que apresente(m), caso queira(m), Embargos à Execução. Quanto ao pedido de astreintes, intime-se o réu para apresentar manifestação no prazo de 05 dias. Intime(m)-se. Cumpra-se.

ADV: MIRNA CRISTINA GEBER DA SILVA (OAB 9097/AM) - Processo 0606630-26.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Otacílio Pereira da Silva - Recebo o recurso em seu duplo efeito, nos termos do artigo 43 da Lei 9.099/95. Intime-se a parte recorrida para apresentar contrarrazões ao recurso no prazo de dez dias, querendo. Expirado o aludido prazo, com ou sem apresentação de resposta, remetam-se os autos à Turma Recursal.

ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM) - Processo 0606631-11.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Defiro o pedido de gratuidade judiciária. Recebo o recurso em seu duplo efeito legal, nos termos do artigo 43 da Lei 9.099/95. Intime-se a parte recorrida para apresentar contrarrazões ao recurso no prazo de dez dias, querendo. Expirado o aludido prazo, com ou sem apresentação de resposta, remetam-se os autos à Turma Recursal. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: MARGIDE AMARO DE SOUZA (OAB 10380/AM) - Processo 0606648-47.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Erikson Meireles Amora - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Certifico para os devidos fins que, conforme ordem de serviço nº 001/2018/11º JEC e de ordem do Excelentíssimo

Juiz Francisco Soares de Souza, titular deste juizado, corrijo o erro material constante no termo de audiência (f. 166), quanto à data de publicação da sentença. Assim, onde se lê: "[...]e saem, desde já, intimadas da publicação de Sentença nesta secretaria no dia 18/02/2018"; Leia-se: "[...]e saem, desde já, intimadas da publicação de Sentença nesta secretaria no dia 18/02/2019". O referido é verdade e dou fé.

ADV: ANTÔNIA PEREIRA DA SILVA (OAB 5841/AM), ADV: SUELLEN PONCELL DO NASCIMENTO DUARTE (OAB 28490/PE), ADV: DIEGO YURY TIBURTINO GALDINO (OAB A1185/AM) - Processo 0606677-97.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Maria Eduarda Rebelo de Miranda - REQUERIDO: Banco Olé Bonsucesso Consignado S/A - Dispositivo Ante o exposto, julgo parcialmente procedente o pedido de indenização por danos morais para condenar o requerido ao pagamento de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), com fulcro nos artigos 186 e 927 do CCB e 14, caput do CDC. Juros de 1% ao mês e correção monetária a partir desta data. Julgo procedente o pedido de devolução do indébito para condenar o requerido ao pagamento de R$ 1,619,74 (seis mil, seiscentos e dezenove reais e setenta e quatro centavos), conforme fundamentação. Juros de 1% ao mês e correção monetária a partir da citação. Declaro inexigível a divida, ensejo do presente, condenando o réu na obrigação de fazer para se abster de efetuar novos descontos intitulados " Bonsucesso Emprest. - Código 5820" no benefício da requerente, sob pena de multa diária de R$ 200,00. Sem custas e honorários, salvo recurso. Havendo apresentação de recurso no prazo legal e realizados os recolhimentos legais previstos no art. 54, parágrafo único da Lei 9.099/95, receberei o recurso em seu duplo efeito, de logo ficando autorizada a intimação da parte recorrida para contrarrazoar, no prazo de 10(dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos à Egrégia Turma Recursal. P.R.I. Manaus, 28 de fevereiro de 2019. Francisco Soares de Souza Juiz de Direito

ADV: ANTÔNIA PEREIRA DA SILVA (OAB 5841/AM) - Processo 0606678-82.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Maria Eduarda Rebelo de Miranda - Recebo o recurso em seu duplo efeito, nos termos do artigo 43 da Lei 9.099/95. Intime-se a parte recorrida para apresentar contrarrazões ao recurso no prazo de dez dias, querendo. Expirado o aludido prazo, com ou sem apresentação de resposta, remetam-se os autos à Turma Recursal.

ADV: IVAN GLEIDSON TRINDADE DE SOUZA FARIAS (OAB 11908/AM) - Processo 0606736-85.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Descontos Indevidos - REQUERENTE: Maria Alice de Sá Gomes - Certifico para os devidos fins que, conforme ordem de serviço nº 001/2018/11º JEC e de ordem do Excelentíssimo Juiz Francisco Soares de Souza, titular deste juizado, realizo a intimação da parte recorrida para apresentar contrarrazões ao recurso interposto. O referido é verdade e dou fé. É o que me cumpre certificar.

ADV: ROOSEVELT JOBIM FILHO (OAB 3920/AM) - Processo 0606758-17.2016.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Maria Luiza Farias da Costa - Trata-se do pedido de f. 154, em que a autora solicita o cumprimento de atos executórios relativos ao parcelamento, às f. 139/140. Perlustrando os autos, verifico que o réu já realizou o pagamento de duas parcelas e, conforme a certidão retro, o valor da parcela seguinte já foi paga. Desta forma, indefiro o pedido de f. 154 e autorizo a expedição de alvará eletrônico em favor da autora. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: CARLOS RICARDO DE ARAÚJO MELO (OAB 4239/AM) - Processo 0606770-60.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Eliete da Silveira Vieira - Fica redesignada o dia 28/05/2019 às 08:30 horas, como nova data para a realização da audiência.

ADV: CÁRITA MARTINS BORGES PEDROSO (OAB 7310/AM) - Processo 0606842-47.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Emanoela Costa Barros Murgia - Intime-se a requerente para, em 48h, juntar aos autos as faturas referentes aos meses de agosto e setembro/2018 (com todas as discriminações dos supostos serviços) e quaisquer outras que lhe tenham porventura sido enviadas desde a abertura desta demanda. Expirado tal prazo, v. conclusos.

ADV: RICARDO HÜBNER (OAB 9398/AM), ADV: ALOIZIO PAES DE LIMA (OAB 1814/AC) - Processo 0606977-59.2018.8.04.0092 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: Antonio Wicaro Alves da Silva - Indefiro o pedido de f. 30/32. Uma, por entender ser vedada a penhora de verbas recebidas a titulo de aposentadoria (art. 833, IV do NCPC), exceto para pagamento de dívidas de caráter alimentício (art. 833, § 2º do NCPC), o que não ocorreu no caso dos autos. Duas, tendo em vista que diante da natureza atribuída a aposentadoria, esta sem duvida trata-se de um beneficio de caráter alimentar ao contribuinte, afinal, em regra é a única fonte de renda auferida pelo cidadão, sendo certo ainda que deste provento ele deverá viabilizar a subsistência própria e de seus familiares. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: TATIANE PEREIRA BRAGA (OAB 12267/AM), ADV: ANDRADE GC ADVOGADOS (OAB 5797/AM), ADV: ROBERTO MARQUES DA COSTA (OAB 4135/AM) - Processo 0607087-58.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Wisley Fernando Pinto de Brito - Sabrina Silva de Brito - REQUERIDO: Condomínio Residencial Allegro - Direcional Rubi Empreendimentos Imobiliarios Ltda - Dispositivo Pelo exposto, condenos as requeridas solidariamente ao pagamento de R$ 8.000,00 (oito mil reais), a título de danos morais, com fulcro nos artigos 186 e 927 do CCB. Juros mensais de 1% e correção monetária a contar desta data. Condeno a ré Direcional Rubi Empreendimentos Ltda na obrigação de providenciar, em 15 (quinze) dias, os reparos e fazer cessar a infiltração na estrutura do BLOCO 38, Apto 402, 4º andar, do referido Condomínio, inclusive realizando os acabamentos internos e externos do referido imóvel, tais como aplicação de massa corrida, pintura, etc sob pena de multa diária de R$ 500,00. Sem custas e honorários, salvo recurso. P.R.I. Manaus, 27 de fevereiro de 2019. Francisco Soares de Souza Juiz de Direito

ADV: DANTON CAVALCANTE BEZERRA (OAB 12258/AM) - Processo 0607193-20.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Carla Dias da Silva da Cruz - Certifico para os devidos fins que, de ordem do Excelentíssimo Juiz Francisco Soares de Souza, titular deste juizado, conforme ordem de serviço nº 001/2018/11º JEC, fica designado o dia 30/05/2019 às 12:00h para a realização de audiência de Conciliação/Instrução e Julgamento. O referido é verdade e dou fé. É o que me cumpre certificar.

ADV: JANAÍNA LOPES CAVALCANTE (OAB 5872/AM) - Processo 0607248-68.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Salvanir Souza Ramos - Recebo o recurso em seu duplo efeito, nos termos do artigo 43 da Lei 9.099/95. Intime-se a parte recorrida para apresentar contrarrazões ao recurso no prazo de dez dias, querendo. Expirado o aludido prazo, com ou sem apresentação de resposta, remetam-se os autos à Turma Recursal.

ADV: PUALLO PORTO PEREIRA (OAB 10278/AM) - Processo 0607350-90.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Lady Ana da Silva Mesquita - Certifico para os devidos fins que, de ordem do Excelentíssimo Juiz Francisco Soares de Souza, titular deste juizado, conforme ordem de serviço nº 001/2018/11º JEC, fica designado o dia 30/05/2019 às 12:00h para a realização de audiência de Conciliação/Instrução e Julgamento. O referido é verdade e dou fé. É o que me cumpre certificar.

ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB 1058A/AM) - Processo 0607362-41.2017.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Intime(m)-se a(s) parte(s) executada(s), na(s) pessoa(s) de seu(s) advogado(s), ou pessoalmente para, em 15 (quinze) dias, promover(em) o cumprimento voluntário da obrigação encartada ao título judicial transitado em julgado no valor de R$ 1.657,32 (mil seiscentos e cinquenta e sete reais e trinta e dois centavos), sob pena de ver acrescida a multa de 10% (dez por cento) a que alude o art. 523, § 1º., (primeira parte) do CPC. Expirado o aludido prazo sem o pagamento voluntário, atualize-se o valor do débito incluindo os consectários legais e prossiga-se a execução com a penhora on-line diretamente nas contas da(s) parte(s) executada(s), nos termos do art. 854, caput, do CPC. Em caso de inexistência de

saldo positivo, expeça-se mandado de penhora e avaliação, bem como seja realizada consulta e bloqueio de veículos através do RENAJUD. Por fim, com fulcro no art. 525 do CPC e em observância aos princípios da celeridade e da economia processual regentes do procedimento dos Juizados Especiais, fica(m) o(s) executado(s) intimado(s) de que, exaurido o prazo para pagamento espontâneo inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que apresente(m), caso queira(m), Embargos à Execução. Intime(m)-se. Cumpra-se.

ADV: FLÁVIO RAFAEL PERDIGÃO GUERRA (OAB 8500/AM) - Processo 0607405-41.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Maria Francisca Pereira Vieira - Certifico para os devidos fins que, conforme ordem de serviço nº 001/2018/11º JEC e de ordem do Excelentíssimo Juiz Francisco Soares de Souza, titular deste juizado, realizo a intimação da parte recorrida para apresentar contrarrazões ao recurso interposto. O referido é verdade e dou fé. É o que me cumpre certificar.

ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG) - Processo 0607409-78.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERIDO: Banco do Brasil S/A - Defiro o pedido de gratuidade judiciária. Recebo o recurso somente em seu efeito devolutivo, nos termos do artigo 43 da Lei 9.099/95. Intime-se a parte recorrida para apresentar contrarrazões ao recurso no prazo de dez dias, querendo. Expirado o aludido prazo, com ou sem apresentação de resposta, remetam-se os autos à Turma Recursal. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: DANIELE MIRANDA SOUTO (OAB 12414/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 1037/AM) - Processo 0607411-48.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Dulcilene Maria de Souza Couto - REQUERIDO: Itaú Seguros S/A - Indefiro o pleito de instrução do feito, por entender cabível o julgamento do processo no estado em que se encontra, eis que os elementos de prova residentes nos autos viabilizam seu seguro desate, o que faço em harmonia com o art. 355, I, do Código de Processo Civil. Intimem-se. Após, v. conclusos.

ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 1164A/AM) - Processo 0607412-33.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Revisão do Saldo Devedor - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Defiro o pedido de gratuidade judiciária. Recebo o recurso somente no efeito devolutivo, nos termos do artigo 43 da Lei 9.099/95. Intime-se a parte recorrida para apresentar contrarrazões ao recurso no prazo de dez dias, querendo. Expirado o aludido prazo, com ou sem apresentação de resposta, remetam-se os autos à Turma Recursal. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: NANCY MAGGIO (OAB 6460/AM), ADV: MANOEL PEDRO DE CARVALHO (OAB 4890/AM) - Processo 0607453-34.2017.8.04.0092 - Execução de Título Extrajudicial - Constrição / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens - REQUERENTE: Z. F. Martins de Oliveira Epp - REQUERIDA: Silvia da Silva Souza - Vistos etc... Trata-se de pedido de parcelamento de débito. DECIDO. Observo nos autos que a parte executada não cumpriu fielmente os requisitos do art. 916, caput, do CPC, e que a parte exequente manifestou sua concordância desde que incluso juros e multa para que não perca o valor ante a inflação. Dito isto, em homenagem ao principio da efetividade processual, defiro tal pleito e determino a suspensão dos atos executivos. A primeira das quarenta e oito parcelas terá como dia de vencimento a data de 10/03/2019 e as demais no mesmo dia dos meses subsequentes, até o limite de quarenta e oito meses. A parte executada deve depositar na conta do patrono da parte exequente a ser informada pelo mesmo, com juros de 1% ao mês e correção monetária a contar do pedido de parcelamento, conforme petição de f. 66. O não pagamento de qualquer das parcelas implicará no vencimento das subsequentes e o prosseguimento do feito, com o imediato reinício dos atos executivos e imposição de multa de 10% sobre o valor das prestações não pagas, sendo vedada a oposição de embargos (§ 6º do art. 916 do vigente CPC). Intimem-se. Cumpra-se. Manaus, 07 de março de 2019.

ADV: DYOGO RODRIGUES DE OLIVEIRA (OAB 11920/AM) - Processo 0607461-74.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Antonia dos Anjos Printes - Certifico para os devidos fins que, conforme ordem de serviço nº 001/2018/11º JEC e de ordem do Excelentíssimo Juiz Francisco Soares de Souza, titular deste juizado, realizo a intimação da parte recorrida para apresentar contrarrazões ao recurso interposto. O referido é verdade e dou fé. É o que me cumpre certificar.

ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM), ADV: PAULO HENRIQUE DE SOUZA VIANA (OAB 12177/AM), ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM) - Processo 0607471-21.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: José Manuel Salustiano Mendes - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Decido . A matéria ventilada na presente ação é objeto do Incidente de Uniformização de Jurisprudência nº 0000511-49.2018.8.04.9000, admitido pela Coordenadora dos Juizados Especiais do TJ/AM, no qual a mesma ordenou a todos os Juizados Especiais Cíveis e aos membros das Turmas Recursais a suspensão de todos os feitos que versem sobre as seguintes questões jurídicas, que serão objeto de Uniformização: 1. se é legal a cobrança da tarifa bancária denominada “cesta básica de serviços”, “cesta fácil” ou similares, quando não demonstrada a contratação de tais serviços, mediante contrato específico, ou se tal panorama configura a ocorrência de ato contraditório por parte do usuário do serviço, que, sabendo dos descontos efetivados em sua conta-corrente, se mantém inerte (venire contra factum proprium); 2. a ocorrência ou não de danos morais em razão de tais descontos da pessoa do correntista; e 3. ocorrência ou não do dever de repetição simples ou dobrada dos valores descontados, acaso constatado, no caso concreto, que estes são indevidos. Neste diapasão, SUSPENDO os presentes Autos até o pronunciamento definitivo sobre a matéria, o que deverá ser certificado oportunamente, bem como, após, ser feita nova conclusão.

ADV: LUIZ EDUARDO HAYDEN DOS SANTOS (OAB 12051/AM) - Processo 0607493-79.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Jackson Fernandes da Silva - Certifico para os devidos fins que, conforme ordem de serviço nº 001/2018/11º JEC e de ordem do Excelentíssimo Juiz Francisco Soares de Souza, titular deste juizado, realizo a intimação da parte recorrida para apresentar contrarrazões ao recurso interposto. O referido é verdade e dou fé. É o que me cumpre certificar.

ADV: TARCISO DA COSTA FREIRE (OAB 10297/AM) - Processo 0608157-13.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Darlinda da Silva Souza - Intime-se a parte Requerente para se manifestar, em 05 dias, sobre a petição de f.40/41. Expirado tal prazo, v. conclusos.

ADV: EULER BARRETO CARNEIRO (OAB 4762/AM) - Processo 0608193-55.2018.8.04.0092 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: E. da Silva Betcel (E.s.b. Comercio de Maquinas e Equipamentos) - Intime-se o(a) exequente para, em 05 (cinco) dias, fornecer o novo endereço da parte executada. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ÁLVARO VIANA ORTIZ (OAB 13165/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB 1058A/AM), ADV: CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB 671A/AM) - Processo 0608459-87.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Regilane Maria Oliveira da Silva Freire - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Certifico para os devidos fins que, de ordem do Excelentíssimo Juiz Francisco Soares de Souza, titular deste juizado, conforme ordem de serviço nº 001/2018/11º JEC, fica designado o dia 27/05/2019 às 11:00h para a realização de audiência de Conciliação/Instrução e Julgamento. O referido é verdade e dou fé. É o que me cumpre certificar.

Adrieli Raiani Lima Marques (OAB 13897/AM)
Aguinaldo Pereira Dias (OAB 7667/AM)
Alda Heloísa Tavares Toledo (OAB 7133/AM)
Aldrin Bentes Pontes (OAB 8887/AM)
Aleir Cardoso de Oliveira (OAB A1253/AM)
Alex Júnio Silva dos Santos (OAB 12430/AM)
Alexandre Gomes Ribeiro (OAB 6199/AM)
Almino Lima Santos (OAB 8642/AM)
Aloizio Paes de Lima (OAB 1814/AC)

Álvaro Viana Ortiz (OAB 13165/AM)
AMANDA ALVES (OAB 326111/SP)
Amauri Vieira dos Santos (OAB 11881/AM)
Ana Carolina Pimentel Levy (OAB 4980/AM)
Ana Cleia de Lima Machado (OAB 12249/AM)
Ana Cristina Marinho Bessa (OAB 11702/AM)
Ana Lidia da Silva (OAB 4153/RO)
Ana Paula Ivo Fernandes (OAB 4288/AM)
Anderson de Souza Lima (OAB 10190/AM)
Andrade GC Advogados (OAB 5797/AM)
André de Souza Oliveira (OAB 5219/AM)
Andrea Elda Reis Mendonça (OAB 582A/AM)
Antônia Pereira da Silva (OAB 5841/AM)
Antônio Alves Pereira (OAB 2622/AM)
Antônio Ary Franco César (OAB 123514/SP)
Antônio Braz da Silva (OAB 12450/PE)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Antônio Jarlison Pires da Silva (OAB 12261/AM)
ARRUDA ADVOCACIA E CONSULTORIA JURÍDICA (OAB 44914/AM)
Auton Francisco Furtado Maia (OAB 5821/AM)
Blenda da Silva Barros (OAB 13147/AM)
Brenno Cazemiro Câmara (OAB 13168/AM)
Bruno Medeiros Diniz de Carvalho (OAB 8584/AM)
Calixto Hagge Neto (OAB 8788/AM)
Cárita Martins Borges Pedroso (OAB 7310/AM)
Carlos Ricardo de Araújo Melo (OAB 4239/AM)
Carlos Roberto Deneszczuk Antônio (OAB 146360/SP)
Carlos Roberto Siqueira Castro (OAB 671A/AM)
Ciro Gonçalves Botelho (OAB 39395/BA)
Cláudio Davi Batista Nogueira (OAB 8286/AM)
Clemente Augusto Gomes Neto (OAB 10785/AM)
Clemilton Lucio Braña (OAB 10906/AM)
Cris Rodrigues Florêncio Pereira (OAB 5316/AM)
Daniele Miranda Souto (OAB 12414/AM)
Danton Cavalcante Bezerra (OAB 12258/AM)
Dayana Márcia Evangelista de Oliveira (OAB 10892/AM)
Daysevanda das Graças Brito Dantas (OAB 7003/AM)
Debora de Campos Frota (OAB 10140/AM)
Diego Andrade de Oliveira (OAB 8792/AM)
Diego da Silva Soares Cruz (OAB 21519/MT)
Diego Yury Tiburtino Galdino (OAB A1185/AM)
Douglas Herculano Barbosa (OAB 6407/AM)
Drielle Carvalho de Arruda (OAB 9121/AM)
Dyogo Rodrigues de Oliveira (OAB 11920/AM)
Elaina Larisse Frutuoso Cestari de Lima (OAB 13633/AM)
Eldileia Sena de Oliveira (OAB 12339/AM)
Elson Rodrigues de Andrade Filho (OAB 5753/AM)
Enrique Fonseca Reis (OAB 90724/MG)
Euler Barreto Carneiro (OAB 4762/AM)
Evaldo Lucio da Silva (OAB 10462/MT)
Evanildo Carneiro da Silva (OAB 5746/PA)
Fábio Carvalho de Arruda (OAB 8076/AM)
Fábio Renam de Mello Freitas (OAB 2298/AM)
Fábio Rivelli (OAB 297608/SP)
felipe andres acevedo ibanez (OAB 1290A/AM)
Felipe Andres Acevedo Ibañez (OAB 206339/SP)
Felipe Gazola Vieira Marques (OAB 317407/SP)
Félix de Melo Ferreira (OAB 3032/AM)
Fernanda Prestes de Lima (OAB 8776/AM)
Flávia Almeida Moura Di Latella (OAB 109730/MG)
Flávio Rafael Perdigão Guerra (OAB 8500/AM)
Franciane Monteiro Cavalcante (OAB 6934/AM)
Francisca Cumape Gomes (OAB 7238/AM)
Francisco Carlos Nunes de Oliveira (OAB 10057/AM)
Frederico Oliveira Albuquerque (OAB 9146/AM)
Fued Cavalcante Sêmen Neto (OAB 10435/AM)
Gamal Swami de Abreu (OAB 9106/AM)
Giscarde Ovídio Karrer de Melo Monteiro (OAB 6885/AM)
Guilherme Fernandes da Costa (OAB 13699/AM)
Guilherme Teubl Ferreira (OAB 211481/SP)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo Gonçalves Gomes (OAB 1058A/AM)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB A1065/AM)
Haroldo Alves Pimenta Filho (OAB 9502/AM)
HARTHURO YACINTHO ALVES CARNEIRO (OAB 45458/GO)
Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB 4018/AM)
Hilcia Regina Lima de Aquino (OAB 5648/AM)
Ioldy Vânio Lima fonseca (OAB 8069/AM)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
Ivan Gleidson Trindade de Souza Farias (OAB 11908/AM)
Jammes Bezerra de Oliveira (OAB 10038/AM)
Janaína Lopes Cavalcante (OAB 5872/AM)
Jean Cleuter Simões Mendonça (OAB 3808/AM)
Jessica Lobo Silva (OAB 158014 /MG)
João Thomaz Prazeres Gondim (OAB 62192/RJ)
Jonny Cleuter Simões Mendonça (OAB 8340/AM)
José Airton Garcia Júnior (OAB 8386/AM)
José Arnaldo Janssen Nogueira (OAB 1047A/AM)
José de Andrade Azedo Netto (OAB 10394/AM)
José Henrique Cançado Gonçalves (OAB 57680/MG)
Jose Henrique Cancado Goncalves (OAB 855A/SE)
José Lídio Alves dos Santos (OAB 1163A/AM)
Karina de Almeida Batistuci (OAB 685A/AM)
Karina de Almeida Batistuci (OAB 9558/AL)
Kátia Assis Rodrigues Rocha (OAB 10320/AM)
Kelly Anne Corrêa de Oliveira (OAB 9330/AM)
Kelly Oliveira - Sociedade Individual de Advocacia (OAB 9330/AM)
Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM)
Laila Jéssica Alencar Costa e Silva (OAB 9572/AM)
Larissa Ticiany Bastos Garcia (OAB 8806/AM)
Leandro Cesar de Jorge (OAB 200651/SP)
Leidy Daiana Soutelo Batista (OAB 9413/AM)
Lenine Yuri Sampaio Guedes Cavalcante (OAB 9517/AM)
Lídia Roberto da Silva (OAB 9135/AM)
Luana Cristina de Souza Cabrini (OAB 10531/AM)
Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB 4732/AM)
Luís Albert dos Santos Oliveira (OAB 8251/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB 876/AM)
Luiz Alberto Dutra Schmidt (OAB A1160/AM)
Luiz Eduardo Hayden dos Santos (OAB 12051/AM)
Malber Magalhães Souza Tavares (OAB 6455/AM)
Manoel Marques de Oliveira Filho (OAB 5587/AM)
Manoel Pedro de Carvalho (OAB 4890/AM)
Marcela da Silva Paulo (OAB 10325/AM)
Marcela Paulo Sociedade Individual de Advocacia (OAB 10325/AM)
Marcelo de Figueiredo Arruda (OAB 4505/AM)
Márcio Irineu da Silva (OAB 306306/SP)
Marco André Honda Flores (OAB 6171/MS)
Marcondes Fonseca Luniere Júnior (OAB 2897/AM)
Marcos Fábio Oliveira de Lima (OAB 11070/AM)
Margide Amaro de Souza (OAB 10380/AM)
Maria de Jesus de Souza Lima (OAB 3076/AM)
Mario Jorge Cardoso Melo (OAB 10894/AM)
Mário Jose Chagas Paulain Júnior (OAB 7405/AM)
Matheus Araújo Muniz (OAB 7626/AM)
Maurício Coimbra Guilherme Ferreira (OAB 151056/RJ)
Maurício Marques Domingues (OAB 175513/SP)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 877A/AM)
Michael Jorge Harraquian Neto (OAB 8938/AM)
Mirna Cristina Geber da Silva (OAB 9097/AM)
Mônica Rejane de Aguiar Nadal (OAB 12265/AM)
Munick Albuquerque Costa (OAB 7874/AM)
Nancy Maggio (OAB 6460/AM)
Natasja Deschoolmeester (OAB 2140/AM)
Nogueira Advocacia e Assessoria Jurídica (OAB 443/AM)
Pablo de Paula Lima (OAB 9482/AM)
Paulo Alberto Rodrigues de Oliveira Arruda (OAB 8766/AM)
Paulo Felipe Santos Magalhães (OAB 11367/AM)
Paulo Henrique de Souza Viana (OAB 12177/AM)
Penha Maria Gomes de Araujo (OAB 8157/AM)
Philippe Nunes de Oliveira Dantas (OAB 8872/AM)
Prestes Sociedade Individual de Advocacia (OAB 8776/AM)
Priscila Caroline Borges de Almeida (OAB 13746/AM)
Priscila Neves Silva Costa (OAB 12879/AM)
PUALLO PORTO PEREIRA (OAB 10278/AM)

Raphael Quintiliano Pazuello (OAB 8881/AM)
Raquel da Costa Subirana Pena (OAB 12304/AM)
Rebeca Beatriz Silva Sousa (OAB 12219/AM)
Renata Bentes Sena (OAB 13543/AM)
Ricardo Hübner (OAB 9398/AM)
Ricardo Leite Menezes (OAB 10110/AM)
Roberta Beatriz do Nascimento (OAB 1164A/AM)
Roberta Beatriz do Nascimento (OAB 192649/SP)
Roberto Alves (OAB 9258/AM)
Roberto Marques da Costa (OAB 4135/AM)
Rogério Pena Bento da Silva (OAB 9960/AM)
Roneise Marklane dos Anjos Sousa (OAB 10806/AM)
Roosevelt Jobim Filho (OAB 3920/AM)
Rubens Gaspar Serra (OAB 119859/SP)
Salim David Guimarães Felipe (OAB 13138/AM)
Samuel Martins Freitas (OAB 11969/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 1048A/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 44698/MG)
Solon Angelim de Alencar Ferreira (OAB 3338/AM)
Sóstenes Adiel Pereira Batista (OAB 10131/BA)
Suellen Poncell do Nascimento Duarte (OAB 28490/PE)
Tarciso da Costa Freire (OAB 10297/AM)
Tatiane Pereira Braga (OAB 12267/AM)
Thales Silvestre Júnior (OAB 2406/AM)
Urbano Vitalino de Melo Neto (OAB 17700/PE)
Vívian Karla Gomes da Silva Gonzaga (OAB 5671/AM)
Viviane Ribeiro Cardoso (OAB 8521/AM)
Wilker Bauher Vieira Lopes (OAB 29320/GO)
Wilson Sales Belchior (OAB 1037/AM)
Wilson Sales Belchior (OAB 1037A/AM)
Wilson Sales Belchior (OAB 17314/CE)
Zulenir Santos de Menezes (OAB 9411/AM)

12ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 12º VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0053/2019

ADV: HARILSON DA SILVA ARAÚJO (OAB 14039/DF), ADV: INGRYD DOS SANTOS MOUSSE (OAB 8304/AM) - Processo 0200669-12.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Helio José da Silva Junior - REQUERIDO: Gol Linhas Aéreas Inteligentes S/A - Diante do exposto, HOMOLOGO o acordo para que surta seus efeitos jurídicos e legais, julgando extinto o presente processo com fulcro no artigo 487, III, b) do Código de Processo Civil. A Requerimento do credor, expeça-se competente alvará, se for o caso.

Harilson da Silva Araújo (OAB 14039/DF)
Ingryd dos Santos Mousse (OAB 8304/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 12º VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
JUIZ(A) DE DIREITO FÁBIO CÉSAR OLINTHO DE SOUZA
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL GIZELE CRUZ FERREIRA ALFAIA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0052/2019

ADV: BRUNO MENDES CORDEIRO (OAB 7420/AM) - Processo 0205802-35.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERIDO: Asus do Brasil - Acbz Importação e Comércio Ltda - Forte nesses argumentos, REJEITO A PRELIMINAR e, no mérito, JULGO PROCEDENTE o pedido deduzido na inicial, termos em que CONDENO o réu ao pagamento de R$ 930,00 (novecentos e trinta reais) a título de danos materiais decorrente do extravio do celular, com incidência de juros legais e correção monetária (INPC) devidos desde a data do evento danoso (23/11/2018), bem como ao pagamento de R$ 3.000,00 (três mil reais) a título de danos morais, com incidência dos mesmos consectários legais, desde a data do evento danoso (juros legais) e do arbitramento (correção monetária). Isento de custas e honorários, ex vi do art. 54 da Lei n. 9.099/95. P. R. I. C.

ADV: ISAAC REIS DA SILVA (OAB 12729/AM) - Processo 0600387-69.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Soraya Lília Arruda da Silva - Ex positis, JULGO EXTINTO o processo sem lhe adentrar no mérito por indeferir, como indeferido tenho, a petição inicial da parte Autora, visto que estão ausentes os requisitos de admissibilidade da tutela jurisdicional. Faço-o segundo o preceituado no artigo 321, parágrafo único do Código de Processo Civil c/c 485, inciso I, do mesmo Diploma Legal. Isento de condenação em custas processuais e honorários advocatícios por força do disposto no artigo 55, da Lei n° 9.099/95. PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE. Manaus, 11/3/2019.

ADV: FÁBIO ASSUNÇÃO PAVESI (OAB 8754/AM) - Processo 0600548-79.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigações - REQUERENTE: Eduardo Jorge Ferreira Barroso - De ordem, vem esta Secretaria, através do presente Ato Ordinatório, INTIMAR a parte Requerente para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar-se acerca do AR NEGATIVO juntado aos autos. Manaus, 12 de março de 2019.

ADV: SANDRA JOELMA P. PAIVA VAZ (OAB 8831/AM) - Processo 0601925-85.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Despesas Condominiais - REQUERENTE: CONDOMÍNIO 4 VILLA JARDIM TORQUATO CONDOMÍNIO LIRIO - De ordem, fica designado o dia 13/05/2019 às 09:45h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: FERNANDO CÉSAR LIMA FERREIRA DE OLIVEIRA (OAB 843A/AM) - Processo 0602690-61.2016.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: Rosimeire de Freitas Muniz - De ordem, vem esta Secretaria, através do presente Ato Ordinatório, INTIMAR a parte Requerente para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar-se acerca dos AR NEGATIVOS juntados aos autos. Manaus, 12 de março de 2019.

ADV: VERÔNICA DA SILVA E SILVA (OAB 12757/AM) - Processo 0602821-31.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Maurílio Bruno Gomes de Aguiar - De ordem, vem esta Secretaria, através do presente Ato Ordinatório, INTIMAR a parte Requerente para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar-se acerca do AR NEGATIVO juntado aos autos. Manaus, 12 de março de 2019.

ADV: KAIO FELIPE OLIVEIRA FERNANDES (OAB 9102/AM) - Processo 0603173-88.2015.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - EXEQUENTE: EQUIPEL - MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA - De ordem, fica intimada a parte autora/exequente para se manifestar sobre o documento juntado às fls. 178, no prazo de 05 (cinco) dias, querendo.

ADV: LEANDRO REBELO DE PAULA (OAB 11851/AM) - Processo 0603520-22.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: Lilian Peixoto de Araujo - De ordem, vem esta Secretaria, através do presente Ato Ordinatório, INTIMAR a parte Requerente para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar-se acerca do AR NEGATIVO juntado aos autos. Manaus, 12 de março de 2019.

ADV: TARCÍSIO RAMOS DO VALE (OAB 8534/AM), ADV: LUCAS RODRIGUES LUCAS (OAB 9493/AM) - Processo 0603549-72.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Cond. Brisas do Parque Residencial Clube - De ordem, fica designado o dia 13/05/2019 às 10:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: RENAN FARIAS COELHO (OAB 12908/AM) - Processo 0603668-33.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigações - REQUERENTE: Fernanda Alves da Costa - De ordem, vem esta Secretaria, através do presente Ato Ordinatório, INTIMAR a parte Requerente para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar-se acerca do AR NEGATIVO juntado aos autos. Manaus, 12 de março de 2019.

ADV: JONATHAN SOLON MELO NUNES (OAB 12119/AM), ADV: MANOEL MARQUES DE OLIVEIRA FILHO (OAB 5587/AM) - Processo 0605887-53.2018.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - DIREITO DO CONSUMIDOR - REQUERENTE: Maria Jose Rodrigues da Silva - REQUERIDO: Med Labclinica Médica e Laboratório Ltda. - De ordem, ficam intimadas a partes para se manifestarem sobre o documento juntado às fls. 94/95, no prazo de 05 (cinco) dias, nos termos do decisum de fl. 91.

ADV: FABIANE RODRIGUES DE CASTRO (OAB 6031/AM) - Processo 0605902-22.2018.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Locação de Imóvel - EXEQUENTE: José Dacy de Lima - De ordem, vem esta Secretaria, através do presente Ato Ordinatório, INTIMAR a parte Requerente para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar-se acerca do AR NEGATIVO juntado aos autos. Manaus, 12 de março de 2019.

ADV: ROBERTO MARQUES DA COSTA (OAB 4135/AM), ADV: AUTON FRANCISCO FURTADO MAIA (OAB 5821/AM) - Processo 0612386-53.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Constrição / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens - REQUERENTE: Condomínio Gran Vista Ponta Negra - Vistos, etc. HOMOLOGO, por sentença, o acordo extrajudicial entabulado entre as partes, às fls. 65/68 para que produza seus jurídicos e legais efeitos, tudo de conformidade com o art. 57 da Lei 9.099/95. Isenção de custas processuais e honorários advocatícios, à inteligência do que dispõe o artigo 55, da Lei 9.099/95. Determino à Secretaria que dê-se baixa e arquivem-se os autos, ex vi do art. 487, III, "b", do NCPC, independentemente de nova determinação do juízo, permitida a reativação dos autos a pedido do interessado. Libere-se a pauta de audiência, caso tenha sido aprazada. À Secretaria para as providências cabíveis.

ADV: THAYANNE DA SILVA ANJOS (OAB 13564/AM) - Processo 0615369-25.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Condomínio em Edifício - REQUERENTE: Condomínio Residencial Bella Vista - Ante o exposto e tudo o mais que dos autos consta, JULGO EXTINTO O FEITO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, na forma do artigo 51, I, da Lei 9.099/95, c/c Enunciado 111/FONAJE c/c art. 75, XI do NCPC, consoante fundamentação supra. Fica condicionado o ajuizamento de demanda idêntica ao recolhimento das custas judiciais, nos termos do Enunciado 28/FONAJE. Transitada em julgado, arquivem-se os autos. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se. Manaus, 11/3/2019.

ADV: HILEANO PEREIRA PRAIA (OAB 3834/AM), ADV: ORLANDO PATRÍCIO DE SOUSA (OAB 7705/AM), ADV: BRUNO MENDES CORDEIRO (OAB 7420/AM), ADV: CLÁUDIO ELIAS DOS SANTOS (OAB 4036/AM) - Processo 0615756-40.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Anayara da Costa Lima - REQUERIDO: Mirai Mti Exportação e Representação Ltda (Mirai Panasonic) - Asus do Brasil - Acbz Importação e Comércio Ltda - Pelo exposto, em razão da complexidade da causae pela necessidade de prova técnica pericial, Resta prejudicada a análise do mérito, pelo que, com fundamento nos arts. 3.º, caput, e 51, II, da Lei n.º 9.099/95, JULGO EXTINTO O PROCESSO, SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO. Sem custas processuais e honorários de advogado (Lei n. 9.099/95, art. 55, caput). P. R. I. C.

ADV: FERNANDO CÉSAR LIMA FERREIRA DE OLIVEIRA (OAB 843A/AM) - Processo 0619084-75.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Fernando César Lima Ferreira de Oliveira - De ordem, fica designado o dia 17/04/2019 às 08:00h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: DERMEVAL DE OLIVEIRA NASCIMENTO (OAB 7475/AM), ADV: HUMBERTO ROSSETTI PORTELA (OAB 91263/MG), ADV: JÚLIO DE CARVALHO PAULA LIMA (OAB A1149AM) - Processo 0619809-64.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Jefferson Aires da Silva - REQUERIDO: Amazon Security Ltda - De ordem, intimem-se as partes para, no prazo comum de 15 (quinze) dias, iniciar a execução (credor) ou cumprir voluntariamente o julgado (devedor).

ADV: KAL-EL BESSA NASCIMENTO SALEM (OAB 6389/AM), ADV: AUREO LUIS ALTENHOFEN (OAB 411760/SP) - Processo 0620870-57.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Augusto Gentile Neto - REQUERIDO: Moveis Kappesberg Ltda. - De ordem, ante a petição e documentos de fls. 86/87, retirem-se os presentes autos da pauta de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento, 09/11/2018 às 11:45h e, ato contínuo, redesigne-se para nova data, com intimação das partes.

ADV: LUIZ HENRIQUE ZUBARAN OSSUOSKY FILHO (OAB 7537/AM) - Processo 0622783-74.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: Magaly Carvalho Evangelista - De ordem, vem esta Secretaria, através do presente Ato Ordinatório, INTIMAR a parte Requerente para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar-se acerca do AR NEGATIVO juntado aos autos. Manaus, 12 de março de 2019.

ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB A737/AM), ADV: DINAH NASCIMENTO TEIXEIRA (OAB 7204/AM) - Processo 0622987-21.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Daniel da Silva de Andrade - REQUERIDO: Banco do Brasil S/A - Nos termos da certidão de fl. antecedente, verifico que o recorrente deixou de recolher o preparo judicial exigido à admissibilidade do recurso inominado de fls. 163/181, conforme determina o art. 3° do Provimento CGJ n. 256/2015 c/c o art. 42, §1.º, da Lei 9.099/95,. Observo, por oportuno, que, em sede de JECCs, não há a previsão de intimação para recolhimento integral do preparo, consoante inovação trazida pelo Novo Código de Processo Civil, no art. 1.007, § 4.º, por falta de previsão legal no art. 42 da Lei n. 9.099/95. Ademais, tal norma não pode ser aplicada ao microssistema, ex vi do Enunciado 168, segundo o qual, "Não se aplica aos recursos dos Juizados Especiais o disposto no artigo 1.007 do CPC 2015". Isto posto, em juízo prévio de admissibilidade, denego seguimento, por deserção, ao recurso inominado. Certifique-se o trânsito em julgado. Intimem-se as partes.

ADV: EDIANE EVANGELISTA DE MOURA DOS SANTOS (OAB 12161/AM) - Processo 0623343-16.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Daniela Lasmar de Mendonça Oliveira - De ordem, vem esta Secretaria, através do presente Ato Ordinatório, INTIMAR a parte Requerente para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar-se acerca do AR NEGATIVO juntado aos autos. Manaus, 11 de março de 2019.

ADV: CECILIA MARIA VACCARO BRAMBILLA (OAB 44467/PR) - Processo 0623398-64.2018.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - EXEQUENTE: M. L. Leite - Me (Vip Formatura) - Vistos e examinados. O Exeqüente, em petição de fls. 43, informa que obteve a satisfação integral de seu crédito. Desta feita, JULGO EXTINTO o procedimento executório e, em conseqüência, o feito seqüencial excutivo à luz do que apregoa o art. 924, II e art. 925 do CPC. Torno sem efeito os atos de constrição, devendo ser desbloqueado o valor indicado às fls. 30-31. Arquive-se em definitivo, lançando-se o necessário termo e adotando as providências de praxe. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: ALMERON CAMINHA (OAB 12270/AM), ADV: MAURO JOSE FERNANDES TAVARES (OAB 325102/SP), ADV: JULIANO MARTINS MANSUR (OAB 113786/RJ) - Processo 0623718-17.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Ato / Negócio Jurídico - REQUERENTE: Caroline Barbosa Contente Nogueira - REQUERIDO: Sabemi Seguradora S/A - Up Promotora de Vendas - Forte nestes argumentos, REJEITO AS PRELIMINARES, RATIFICO a tutela concedida e, no mérito, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTES o pedido da inicial, termos em que: I) DECLARO NULO o contrato de assistência financeira (fls. 81-82), por tratar-se de negócio jurídico nulo, posto que simulado (Art. 167, CC), e por vício da vontade da Autora, devendo o Réu Sabemi adotar incontinenti medidas para encerrá-lo, assim como cessar os descontos das parcelas, sob pena de multa, que majoro para R$ 500,00 por desconto indevido, até o limite de 10 incidências, sem prejuízo da execução pertinente; II) CONDENO os Réus ao pagamento de R$ 27.640,20, a título de repetição dobrada de indébito, nos termos do art. 42, parágrafo único, CDC; e III) CONDENO os Réus ao pagamento de R$ 10.519,80, a título de dano moral, com juros legais a partir do evento danoso - Súmula 54 STJ, e correção monetária na forma da lei, desde o arbitramento. Os valores dos itens II) e III) devem,

contudo, ser compensados com as dívidas existentes entre as partes, nos termos do art. 368/CC, restando em favor da Autora o valor a receber de R$ 726,83 (R$ 38.160,00 - R$ 37.433,17), sobre o qual deverão incidir juros legais a partir da citação e correção monetária oficial, a partir da fixação. Sem condenação em custas processuais e honorários de advogado (Lei n. 9.099/95, art. 54 e 55). P. R. I. C. Manaus, 11 de março de 2019.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT), ADV: ANDRÉA CALDEIRA DO COUTO (OAB 3601/AM), ADV: FRANCISCO CARLOS NUNES DE OLIVEIRA (OAB 10057/AM) - Processo 0623833-38.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Alex Sander das Chagas Lima - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Previplan Benefícios - Por estes fundamentos, inocorrentes as matérias legalmente delimitadas, REJEITO os EMBARGOS DE DECLARAÇÃO opostos nas fls. 151/156. P. R. I. C. Manaus, 11 de março de 2019.

ADV: MARIA ANGELA FERREIRA REIS (OAB 5906/AM), ADV: RITA DE CÁSSIA FERREIRA DE LUCENA (OAB 5107/AM) - Processo 0624253-43.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Adriana Nunes Nascimento de Lucena - Assim, intime-se-lhe para que, em 3 dias, junte sua última DIRPF e os seus três últimos contracheques para análise deste julgador a respeito da concessão, ou não, da gratuidade de justiça.

ADV: JOSUÉ NASCIMENTO PIMENTEL (OAB 9118/AM), ADV: MARCOS PEREIRA DA SILVA (OAB 11150/AM) - Processo 0624542-73.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigações - REQUERENTE: Dubom Fracionamento e Ind. de Cereais Ltda - Desta feita, HOMOLOGO o pedido de desistência da actio e JULGO EXTINTO o PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, com supedâneo no que dita o artigo 485, VIII, do Novo Código Processual Civil. Arquivem-se os autos com as cautelas de praxe e independente de intimação das partes, inteligência do §1º, do art. 51, da Lei 9.099/95. Sem custas no primeiro grau de jurisdição. Cumpra-se.

ADV: SUERDA CARLA CAMPOS MORAIS DE ARAÚJO (OAB 4083/AM), ADV: ROBERTO CARLOS LEANDRO SOARES (OAB 7653/AM) - Processo 0624658-79.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: Paulo Roberto Rodrigues de Andrade - REQUERIDO: Solimoes Transportes de Passageiros e Cargas Ltda - Eucatur - Nos termos da certidão de fl. antecedente, verifico que o recurso é intempestivo. Com efeito, reza o art. 42, caput, da Lei 9.099/95, que “o recurso será interposto no prazo de 10 (dez) dias, contados da ciência da sentença (...)”. Isto posto, em juízo prévio de admissibilidade (Enunciado 166 do Fonaje), denego seguimento ao recurso inominado, por intempestividade. Certifique-se o trânsito em julgado. Intimem-se as partes.

ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB 1058A/AM), ADV: NATASJA DESCHOOLMEESTER (OAB 2140/AM) - Processo 0624779-10.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Frank Mota de Oliveira - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Vistos, etc. HOMOLOGO, por sentença, o acordo judicial entabulado entre as partes, às fls. 133/134, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, tudo de conformidade com o art. 22, parágrafo único, da Lei n.º 9.099/95. Isenção de custas processuais e honorários advocatícios, à inteligência do que dispõe o artigo 55, da Lei 9.099/95. Dê-se baixa e arquivem-se os autos, ex vi do art. 487, III, “b”, do CPC, independentemente de nova determinação do juízo, permitida a reativação dos autos a pedido do interessado. Libere-se a pauta de audiência, caso tenha sido aprazada. À Secretaria para as providências cabíveis.

ADV: MICHELE FREITAS CORRÊA (OAB 3348/AM) - Processo 0625228-65.2018.8.04.0015 - Despejo - Despejo para Uso Próprio - REQUERENTE: Thomas de Oliveira - De ordem, fica designado o dia 10/05/2019 às 08:45h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: BAIRON ANTÔNIO DO NASCIMENTO JÚNIOR (OAB 3795/AM) - Processo 0625345-56.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Luciano de Jesus Oliveira - De ordem, vem esta Secretaria, através do presente Ato Ordinatório, INTIMAR a parte Requerente para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar-se acerca do AR NEGATIVO juntado aos autos. Manaus, 12 de março de 2019.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT), ADV: ELIANA DE OLIVEIRA RESENDE (OAB 12168/AM) - Processo 0625361-10.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Eliana de Oliveira Resende - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - CONCLUSÃO Ex positis, forte nesses argumentos, confirmo a liminar concedida às fls. 20/22 e JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos deduzidos na inicial, termos em que somente DECLARO inexigíveis todas as cobranças lançadas a título de anuidade no cartão de titularidade da autora e cuja numeração final é 4313, desde 6/2018 em diante, as quais somente poderão ser novamente efetivadas depois de desbloqueio do cartão respectivo pela requerente. Improcedente o pedido de reparação em danos morais. Sem condenação em custas processuais e honorários de advogado (Lei n. 9.099/95, art. 54 e 55). P. R. I. C. Manaus, 11 de março de 2019.

ADV: ANDRÉ FUNES CARNEIRO (OAB 12883/AM), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM) - Processo 0625494-52.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: André Funes Carneiro - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - CONCLUSÃO Ex positis, forte nesses argumentos, confirmo a liminar concedida às fls. 26-28, rejeito a preliminar e, no mérito JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos deduzidos na inicial, termos em que CONDENO o requerido à repetição dobrada das parcelas de anuidade descontadas sobre o saldo bancário do autor, no montante de R$ 843,04, com juros legais e correção monetária pelo a partir das datas dos descontos indevidos - 03.09.2014 - fls. 18. Improcedente o pedido de reparação de dano moral, consoante fundamentação supra. Sem condenação em custas processuais e honorários de advogado (Lei n. 9.099/95, art. 54 e 55). P. R. I. C. Manaus, 11 de março de 2019.

ADV: ARNOLDO NOGUEIRA DE SOUZA (OAB 7497/AM), ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 57680/MG), ADV: MARIA AMALIA CANDIDO DE ALVARENGA MORAIS (OAB 149111/MG), ADV: JOSE HENRIQUE CANCADO GONCALVES (OAB 855A/SE) - Processo 0625693-74.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Ehtina Elza Ribeiro Oliveira - REQUERIDO: Claro S/A - Forte nesses argumentos, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido autoral, termos em que: 1) RATIFICO a tutela antecipada concedida às fls. 28/30; e 2) CONDENO a reclamada ao pagamento de R$ 2.300,00, a título de indenização por dano moral, com incidência de juros legais a partir da data da citação válida e correção monetária a partir da fixação (dano moral). Improcedente o pedido de declaração de inexigibilidade de débito. Isento de custas e honorários, ex vi do art. 54 da Lei n. 9.099/95. P. R. I. C.

ADV: CHRISTIANNE GOMES DA ROCHA (OAB 18305A/PB), ADV: DIEGO YURY TIBURTINO GALDINO (OAB A1185/AM), ADV: PATRÍCIA DE LIMA LINHARES (OAB 11193/AM) - Processo 0625823-64.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Patrícia Augusta do Rego Monteiro Lacerda - REQUERIDO: Tim Celular S/A - Vistos, etc. HOMOLOGO, por sentença, o acordo judicial entabulado entre as partes, às fls. 85/86, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, tudo de conformidade com o art. 22, parágrafo único, da Lei n.º 9.099/95. Isenção de custas processuais e honorários advocatícios, à inteligência do que dispõe o artigo 55, da Lei 9.099/95. Dê-se baixa e arquivem-se os autos, ex vi do art. 487, III, “b”, do CPC, independentemente de nova determinação do juízo, permitida a reativação dos autos a pedido do interessado. Libere-se a pauta de audiência, caso tenha sido aprazada. À Secretaria para as providências cabíveis.

ADV: FABIANNE RIBEIRO HALINSKI (OAB 7059/AM), ADV: RUBXLEY CASTRO DE OLIVEIRA (OAB 11469/AM) - Processo 0625846-10.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: Lucia Regina Rodrigues Delima - REQUERIDO: Hapvida Assistência Médica

Ltda. - Ante o exposto, e o que dos autos consta, rejeito a preliminar e, no mérito, JULGO PROCEDENTE o pedido deduzido na inicial, art. 487, I, do CPC, termos em que, CONDENO o réu ao pagamento de indenização por dano moral, que ora arbitro em R$ 10.000,00 (dez mil reais), sobre a qual deverá incidir juros legais a partir da citação e correção monetária oficial, a partir do arbitramento. Isento de custas e honorários, ex vi do art. 54 da Lei n. 9.099/95. P.R.I.C.

ADV: AGUINALDO PEREIRA DIAS (OAB 7667/AM), ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 57680/MG), ADV: JOSE HENRIQUE CANCADO GONCALVES (OAB 855A/SE) - Processo 0625869-53.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Josiane Fagundes de Souza, - REQUERIDO: EMBRATEL TVSAT TELECOMUNICACOES SA - Forte nesses argumentos, afasto a prejudicial de mérito arguida e JULGO PROCEDENTE o pedido deduzido na inicial, termos em que: 1) DECLARO INEXIGÍVEL o débito originador da restrição de crédito efetivada nas fls. 19/20, no importe de R$ 185,42 e seus respectivos acréscimos, cabendo ao réu efetuar a sua exclusão, para todos os fins de direito, sob pena de execução forçada; 2) DECLARO INEXIGÍVEIS todos os débitos gerados no interesse do contrato 021/07646157-8 em desfavor da autora e 3) CONDENO o requerido ao pagamento de indenização por dano moral, que ora arbitro em R$ 5.500,00, acrescida de juros mensais de 1% desde a citação e correção monetária oficial (INPC) desde a fixação, consoante fundamentação supra. Isento de custas e honorários, ex vi do art. 54 da Lei n. 9.099/95. P. R. I. C. Manaus, 11 de março de 2019.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: JAILENE CASTELO BESSA DE OLIVEIRA (OAB 6865/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0625900-73.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Jailene Castelo Bessa de Oliveira - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Considerando, como à saciedade demonstrado, a falta de comparecimento do Autor à audiência de conciliação/instrução e julgamento e o preceituado no inciso I, do artigo 51, da Lei de Regência dos Juizados Especiais, JULGO EXTINTA A PRESENTE DEMANDA sem aprofundamento do mérito, em conseqüência CONDENO a Autora ao pagamento de custas, ex vi do parágrafo 2o daquele Diploma, e REVOGO a liminar concedida nas fls. 22/23. Arquivem-se os autos. Manaus, 11 de março de 2019

ADV: CÉSAR AUGUSTO GOMES MONTEIRO (OAB 9696/AM) - Processo 0625985-59.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Honorários Advocatícios - REQUERENTE: Clemente Augusto Gomes S/c - Ex positis, JULGO EXTINTO o processo sem lhe adentrar no mérito por indeferir, como indeferido tenho, a petição inicial da parte Autora, visto que estão ausentes os requisitos de admissibilidade da tutela jurisdicional. Faço-o segundo o preceituado no artigo 321, parágrafo único do Código de Processo Civil c/c 485, inciso I, do mesmo Diploma Legal. Isento de condenação em custas processuais e honorários advocatícios por força do disposto no artigo 55, da Lei n° 9.099/95. PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE. Manaus, 11/3/2019.

ADV: MARCELA PAULO SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA (OAB 10325/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: MARCELA DA SILVA PAULO (OAB 10325/AM) - Processo 0626607-41.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERENTE: Edivaldo Nascimento dos Santos - REQUERIDO: Eletrobrás Amazonas Distribuidora de Energia S.a - Forte nesses argumentos, REJEITO A PRELIMINAR e, no mérito, JULGO PROCEDENTE o pedido deduzido na inicial, termos em que: i) DECLARO INEXIGÍVEL o débito discriminado na inicial e objeto de protesto, conforme espelhos de fls. 16 e 22/23; ii) DETERMINO o refaturamento da cobrança vencida em 13/7/2018 pela média de consumo dos 12 meses anteriores ao período impugnado, cujo resultado deverá ser objeto de concessão de crédito operacional sobre as faturas vincendas; iii) CONDENO a requerida ao pagamento de indenização por dano moral, que ora arbitro em R$ 5.000,00 (cinco mil reais), sobre a qual deverão incidir juros legais desde a citação e correção monetária oficial (INPC), a partir do arbitramento, consoante fundamentação supra. Prejudicado o pedido contraposto. Isento de custas e honorários, ex vi do art. 54 da Lei n. 9.099/95. P. R. I. C.

ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM) - Processo 0626839-53.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Luzia Aldenise Nascimento Albuquerque - Ex positis, indefiro a petição inicial, razão pela qual JULGO EXTINTO o processo sem análise do mérito, uma vez ausentes os requisitos de admissibilidade da tutela jurisdicional, ex vi do art. 321, parágrafo único, do Código de Processo Civil c/c 485, inciso I, do mesmo Diploma Legal. Isento de condenação em custas processuais e honorários advocatícios por força do disposto no artigo 55, da Lei n° 9.099/95. P.R.I.C. Manaus, 11 de março de 2019.

ADV: VICTOR HUGO TRINDADE SIMÕES (OAB 9286/AM) - Processo 0626935-68.2018.8.04.0015 - Procedimento Comum - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Cond. Weekend Club Ponta Negra - De ordem, vem esta Secretaria, através do presente Ato Ordinatório, INTIMAR a parte Requerente para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar-se acerca do AR NEGATIVO juntado aos autos. Manaus, 12 de março de 2019.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: IVENS DE OLIVEIRA PINTO (OAB 13398/AM) - Processo 0627003-18.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condominio Ideal Flores da Cidade - REQUERIDO: Santa Sofia Empreendimentos Imobiliários Ltda - Santa Aurora Empreendimentos Imobiliários - Ante o exposto e tudo o mais que dos autos consta, rejeito a preliminar ventilada e, no mérito, JULGO PROCEDENTE o pedido deduzido pelo autor, com fundamento no art. 38 da Lei 9.099/95 c/c 1.336, I c/c art. 1.348, II e VII do CC c/c art. 12 da Lei nº 4.591/64 e, via de consequência, CONDENO as rés em solidariedade ao pagamento da quantia de R$ 6.392,57, valor atualizado até janeiro último, sem prejuízo de acréscimo de novas taxas vencidas inadimplidas durante o curso processual, consoante fundamentação supra. Juros legais e Correção Monetária, na forma da Lei, a partir da citação válida. P. R. I. C.

ADV: FRANCISCO IVAN PALHETA CAMURÇA (OAB 9596/AM), ADV: LUCIANA GOULART PENTEADO (OAB 167884/SP), ADV: ERIK LORENZZO MARINHO DA SILVA (OAB 4944/AM) - Processo 0627137-45.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Adriana Augusta Bento Albuquerque - REQUERIDO: Azul Linhas Aéreas Brasileiras S/A - De ordem, intimem-se as partes para, no prazo comum de 15 (quinze) dias, iniciar a execução (credor) ou cumprir voluntariamente o julgado (devedor).

ADV: MARY MARUMY BASTOS TAKEDA (OAB 4107/AM) - Processo 0627520-23.2018.8.04.0015 - Procedimento Comum - Pagamento - REQUERENTE: Cii Centro Internancional de Idiomas Ltda - CONCLUSÃO: Ante o exposto e tudo o mais que dos autos consta, JULGO PROCEDENTE o pedido deduzido pela autora, com fundamento no art. 38 da Lei 9.099/95 e, via de conseqüência, CONDENO os réus solidariamente ao pagamento da quantia de R$ 493,03, com espeque na memória de cálculos de fl. 39, consoante fundamentação supra. Juros legais desde a citação e Correção Monetária pelo INPC a partir do vencimento de cada mensalidade. Em sede de Juizados Especiais não há pagamento de custas processuais nem fixação de honorários advocatícios em 1º grau, na forma do art. 54, caput, Lei nº 9.099/95. P. R. I. C.

ADV: BRUNO FRANCISCO FERREIRA (OAB 58131/PR) - Processo 0627753-20.2018.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - EXEQUENTE: Ferreira e Bombarda Ltda Me - Vistos, etc... Trata-se de execução de título judicial espraiado em sentença proferida nestes autos, tendo sido tomadas todas as providências para o recebimento do crédito condenatório, inclusive aquela relativa à penhora de bens pelo sistema Bacenjud, restando infrutífera. Intimada a exequente, ela nada requereu. Tenho, portanto, que há motivo bastante ao pronunciamento de extinção do processo executório e consequente arquivamento do feito, à inteligência do que reza o art. 53, § 4º, da

Lei 9.099/95, devolvendo-se os documentos à autora-exequente. Em casos tais reverbera-se a possibilidade da Exequente pugnar pela expedição de certidão de dívida em desfavor do Executado, desde que por si assumida a inteira responsabilidade por tal medida, segundo o que dita o Enunciado 76 do FONAJE. Enunciado 76 - No processo de execução, esgotados os meios de defesa ou inexistindo os meios de defesa ou inexistindo bens para a garantia do débito, expede-se, a pedido do exequente, certidão de dívida para fins de inscrição no Serviço de Proteção ao Crédito - SPC e SERASA, sob pena de responsabilidade. Desta feita, se a Exequente assim atuar, certifique a Diretora de Secretaria e entregue a certidão de dívida à autora/exequente, que deverá agir às suas expensas e responsabilidade para o cadastro restritivo dos dados do Executado em órgãos restritivos de crédito ou mesmo em cartórios de protestos. Libere-se eventual patrimônio do devedor penhorado. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: LÍDIA ROBERTO DA SILVA (OAB 9135/AM) - Processo 0628116-07.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Centro Educacional Equipe Ltda - De ordem, vem esta Secretaria, através do presente Ato Ordinatório, INTIMAR a parte Requerente para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar-se acerca do AR NEGATIVO juntado aos autos. Manaus, 12 de março de 2019.

ADV: TATIANA FERREIRA DA SILVA (OAB 10168/AM), ADV: RENATO FERNANDES MARIANO (OAB 8246/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB 1058A/AM) - Processo 0628266-85.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Maria Raimunda de Oliveira Soares - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - De ordem, fica designado o dia 10/05/2019 às 08:30h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

Aguinaldo Pereira Dias (OAB 7667/AM)
Almeron Caminha (OAB 12270/AM)
André de Souza Oliveira (OAB 5219/AM)
André Funes Carneiro (OAB 12883/AM)
Andréa Caldeira do Couto (OAB 3601/AM)
Arnoldo Nogueira de Souza (OAB 7497/AM)
Aureo Luis Altenhofen (OAB 411760/SP)
Auton Francisco Furtado Maia (OAB 5821/AM)
Bairon Antônio do Nascimento Júnior (OAB 3795/AM)
BRUNO FRANCISCO FERREIRA (OAB 58131/PR)
Bruno Mendes Cordeiro (OAB 7420/AM)
Cecilia Maria Vaccaro Brambilla (OAB 44467/PR)
César Augusto Gomes Monteiro (OAB 9696/AM)
Christianne Gomes da Rocha (OAB 18305A/PB)
Cláudio Elias dos Santos (OAB 4036/AM)
Dermeval de Oliveira Nascimento (OAB 7475/AM)
Diego Yury Tiburtino Galdino (OAB A1185/AM)
Dinah Nascimento Teixeira (OAB 7204/AM)
Ediane Evangelista de Moura dos Santos (OAB 12161/AM)
Eliana de Oliveira Resende (OAB 12168/AM)
Erik Lorenzzo Marinho da Silva (OAB 4944/AM)
Fabiane Rodrigues de Castro (OAB 6031/AM)
Fabianne Ribeiro Halinski (OAB 7059/AM)
Fábio Assunção Pavesi (OAB 8754/AM)
Fernando César Lima Ferreira de Oliveira (OAB 843A/AM)
Francisco Carlos Nunes de Oliveira (OAB 10057/AM)
Francisco Ivan Palheta Camurça (OAB 9596/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo Gonçalves Gomes (OAB 1058A/AM)
Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB 4018/AM)
Hileano Pereira Praia (OAB 3834/AM)
Humberto Rossetti Portela (OAB 91263/MG)
Isaac Reis da Silva (OAB 12729/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Ivens de Oliveira Pinto (OAB 13398/AM)
Jailene Castelo Bessa de Oliveira (OAB 6865/AM)
Jonathan Solon Melo Nunes (OAB 12119/AM)
José Henrique Cançado Gonçalves (OAB 57680/MG)
Jose Henrique Cancado Goncalves (OAB 855A/SE)
Josué Nascimento Pimentel (OAB 9118/AM)
Juliano Martins Mansur (OAB 113786/RJ)
Júlio de Carvalho Paula Lima (OAB A1149AM)
Kaio Felipe Oliveira Fernandes (OAB 9102/AM)
Kal-El Bessa Nascimento Salem (OAB 6389/AM)
Leandro Rebelo de Paula (OAB 11851/AM)
Lídia Roberto da Silva (OAB 9135/AM)
Lucas Rodrigues Lucas (OAB 9493/AM)
Luciana Goulart Penteado (OAB 167884/SP)
Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB 4732/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luiz Henrique Zubaran Ossuosky Filho (OAB 7537/AM)
Manoel Marques de Oliveira Filho (OAB 5587/AM)
Marcela da Silva Paulo (OAB 10325/AM)
Marcela Paulo Sociedade Individual de Advocacia (OAB 10325/AM)
Marcos Pereira da Silva (OAB 11150/AM)
Maria Amalia Candido de Alvarenga Morais (OAB 149111/MG)
Maria Angela Ferreira Reis (OAB 5906/AM)
Mary Marumy Bastos Takeda (OAB 4107/AM)
Mauro Jose Fernandes Tavares (OAB 325102/SP)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Michele Freitas Corrêa (OAB 3348/AM)
Natasja Deschoolmeester (OAB 2140/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Orlando Patrício de Sousa (OAB 7705/AM)
Patrícia de Lima Linhares (OAB 11193/AM)
Rafael Sganzerla Durand (OAB A737/AM)
Renan Farias Coelho (OAB 12908/AM)
Renato Fernandes Mariano (OAB 8246/AM)
Rita de Cássia Ferreira de Lucena (OAB 5107/AM)
Roberto Carlos Leandro Soares (OAB 7653/AM)
Roberto Marques da Costa (OAB 4135/AM)
RUBXLEY CASTRO DE OLIVEIRA (OAB 11469/AM)
Sandra Joelma P. PAiva Vaz (OAB 8831/AM)
Suerda Carla Campos Morais de Araújo (OAB 4083/AM)
Tarcísio Ramos do Vale (OAB 8534/AM)
Tatiana Ferreira da Silva (OAB 10168/AM)
Thayanne da Silva Anjos (OAB 13564/AM)
Verônica da Silva e Silva (OAB 12757/AM)
Victor Hugo Trindade Simões (OAB 9286/AM)

13ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 13º VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0041/2019

ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: INGRYD DOS SANTOS MOUSSE (OAB 8304/AM), ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM) - Processo 0203003-19.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Marcilene de Lima Machado Monteiro - REQUERIDO: Servis Eletronica Defense - De ordem, verificando a tempestividade dos embargos de declaração com efeitos modificativos, INTIMO a parte embargada para APRESENTAR CONTRARRAZÕES no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: MARIA STELLA BARBOSA DE OLIVEIRA (OAB 145252/RJ), ADV: MARIA STELLA BARBOSA DE OLIVEIRA (OAB 145252/RJ), ADV: BRUNO GIMACK SALGADO (OAB 6610/AM), ADV: ANTÔNIO JOSÉ PINTO BARROS (OAB 6587/AM), ADV: MARIANA GALVÃO SIMÕES (OAB 164459/RJ) - Processo 0601119-50.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: Lucijara Costa de Oliveira - REQUERIDO: Banco Triângulo S.a - Homologo, por sentença, o acordo celebrado entre as partes interessadas, às fls. 24/26, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, em conformidade com o art. 487, III, b, do CPC. Isenção de custas processuais e honorários advocatícios, à inteligência do que dispõe o art. 55 da Lei n. 9.099/95. Exclua-se de pauta a audiência designada. P.R.I. Após, arquivem-se.

ADV: DAYANA FREITAS DE ALBUQUERQUE BULCÃO (OAB 10001/AM) - Processo 0602937-37.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Obrigações - REQUERENTE: Célio Loureiro Yepes - Isto posto, julgo extinta a presente execução, nos termos do art. 924, inciso I c/c art. 798, I, "a", ambos do CPC. Sem custas e honorários, ex vi legis. Havendo apresentação de recurso no prazo legal e realizados os recolhimentos legais previstos no art. 54, parágrafo único da Lei 9.099/95, recebo o recurso em ambos os efeitos, proceda a intimação da parte recorrida para contrarrazoar, no prazo de 10 (dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos à Egrégia Turma Recursal. P.R.I. Após o trânsito em julgado, arquivem-se.

ADV: NEY BASTOS SOARES JÚNIOR (OAB 4336/AM) - Processo 0603035-22.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Multa Cominatória / Astreintes - REQUERENTE: Apply Assessoria Em Educação Ltda. Me - Posto isso, julgo extinto o processo sem análise do mérito, nos termos do art. 485, VII, CPC. Sem custas e honorários, ex vi legis. Havendo apresentação de recurso no prazo legal e realizados os recolhimentos legais previstos no art. 54, parágrafo único da Lei 9.099/95, recebo o recurso em ambos os efeitos, proceda a intimação da parte recorrida para contrarrazoar, no prazo de 10 (dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos à Egrégia Turma Recursal. P.R.I. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos.

ADV: ODELY COSTA DOS SANTOS (OAB 10324/AM) - Processo 0603182-48.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: Lucineide Olinto de Souza - Intime-se a parte autora/recorrente para que, no prazo de 05 (cinco) dias, comprove nos autos a hipossuficiência alegada, em consonância ao que dispõe o Enunciado 116 do FONAJE.

ADV: MARIA ALTAMIRA DE SOUZA (OAB 6959/AM) - Processo 0603611-15.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Marcia Alves Benicio - De ordem, fica designado o dia 19/06/2019 às 10:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: MARY MARUMY BASTOS TAKEDA (OAB 4107/AM), ADV: ANA LUIZA GARCIA AVELINO (OAB 8119/AM), ADV: JOABE DE FRANÇA BARROS (OAB 4919/AM), ADV: BENJAMIM SAUL BENCHIMOL (OAB 4902/AM), ADV: WAGNER LIBERAL MICHETTI (OAB 5193/AM), ADV: CRISTIANE BARBOSA RODRIGUES (OAB 7806/AM) - Processo 0604698-45.2015.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Condomínio - REQUERENTE: Subcondompinio Residencial Acácias 2 - De ordem, verificando a tempestividade dos embargos à execução, e estando devidamente garantido o Juízo, INTIMO a parte embargada para querendo, APRESENTAR IMPUGNAÇÃO aos embargos à execução no prazo legal de 15 (quinze) dias.

ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 9558/AL), ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM) - Processo 0604782-07.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Philipe Abrãao Castro - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - De ordem, fica designado o dia 13/06/2019 às 08:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: IAGO OLIVEIRA PASCARELLI (OAB 13854/AM) - Processo 0604911-12.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cancelamento de vôo - REQUERENTE: Phelippe Santos Sidi - De ordem, fica designado o dia 17/06/2019 às 11:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ADSON PINHO PINTO (OAB 5850/AM) - Processo 0605184-88.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Claudia Cristina Vieira do Nascimento - Posto isso, julgo extinta a presente demanda sem análise do mérito, nos termos do art. 51, inciso III, da Lei 9.099/95. Sem custas e honorários, ex vi legis. Havendo apresentação de recurso no prazo legal e realizados os recolhimentos legais previstos no art. 54, parágrafo único da Lei 9.099/95, recebo o recurso em ambos os efeitos, proceda a intimação da parte recorrida para contrarrazoar, no prazo de 10 (dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos à Egrégia Turma Recursal. P.R.I. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos.

ADV: ADSON PINHO PINTO (OAB 5850/AM) - Processo 0605185-73.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Claudia Cristina Vieira do Nascimento - Posto isso, julgo extinta a presente demanda sem análise do mérito, nos termos do art. 51, inciso III, da Lei 9.099/95. Sem custas e honorários, ex vi legis. Havendo apresentação de recurso no prazo legal e realizados os recolhimentos legais previstos no art. 54, parágrafo único da Lei 9.099/95, recebo o recurso em ambos os efeitos, proceda a intimação da parte recorrida para contrarrazoar, no prazo de 10 (dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos à Egrégia Turma Recursal. P.R.I. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos.

ADV: AGUINALDO PEREIRA DIAS (OAB 7667/AM) - Processo 0605672-43.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Anderson Cauper de Azevedo - De ordem, fica designado o dia 19/06/2019 às 08:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: CRIS RODRIGUES FLORÊNCIO PEREIRA (OAB 5316/AM) - Processo 0605695-86.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Rosanei Isabela de Jesus Varjao - De ordem, fica designado o dia 19/06/2019 às 08:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ADAM SMITH RIBEIRO DA SILVA (OAB 10925/AM) - Processo 0605713-10.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Perdas e Danos - REQUERENTE: Empresa Doutro Faz Tudo - Assim sendo, intime-se a parte autora para que, no prazo de 15 (quinze) dias, proceda a emenda na inicial apresentando documento atualizado, datado no máximo nos últimos seis meses, que demonstre ser microempresa - ME ou empresa de pequeno porte - EPP, sob pena de extinção.

ADV: JONILSON MAIA PEREIRA (OAB 7871/AM) - Processo 0605722-69.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Planos de Saúde - REQUERENTE: Amanda Patricia Alhais Machado - Assim sendo, intime-se a parte autora para que, no prazo de 15 (quinze) dias, proceda a emenda à inicial, apresentado documento adequado para comprovação de sua residência, atendendo o disposto na Portaria n. 001/2012-CGJECC, sob pena de indeferimento da petição inicial.

ADV: GUILHERME WELLINGTON PESSOA DE FARIAS (OAB 10183/AM) - Processo 0605733-98.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Assinatura Básica Mensal - REQUERENTE: Guilherme Wellington Pessoa de Farias - De ordem, fica designado o dia 18/06/2019 às 11:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: JONILSON MAIA PEREIRA (OAB 7871/AM) - Processo 0605743-45.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Serviços Hospitalares - REQUERENTE: Maria Gerlandia da Silva Amazonas - Assim sendo, intime-se a parte autora para que, no prazo de 15 (quinze) dias, proceda a emenda à inicial, apresentado documento adequado para comprovação de sua residência, atendendo o disposto na Portaria n. 001/2012-CGJECC, sob pena de indeferimento da petição inicial.

ADV: LUCIANA MORAIS AVELAR (OAB 633A/AM) - Processo 0605770-28.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERENTE: Condomínio Alphaville Manaus 3 - Posto isso, julgo extinta a presente demanda sem a análise do meritum causae, nos termos do artigo 51, inciso IV, da Lei n. 9.099/95. Havendo apresentação de recurso no prazo legal e realizados os recolhimentos legais previstos no art. 54, parágrafo único da Lei 9.099/95, recebo o recurso em ambos os efeitos, proceda a intimação da parte recorrida para contrarrazoar, no prazo de 10 (dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos à Egrégia Turma Recursal. P.R.I.C. Após o trânsito em julgado, arquivem-se.

ADV: RENATO ANDRÉ DA COSTA MONTE (OAB 4435/AM), ADV: ERIC PIRES BENIGNO (OAB 9944/AM) - Processo 0608082-45.2017.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Despesas Condominiais - EXEQUENTE: Condominio Residencial Eliza Miranda - Alagoas - Posto isso, julgo extinta a presente execução, vez que a parte exequente obteve, por qualquer outro meio, a

extinção total da dívida, nos termos do art. 924, III do Código de Processo Civil. À Secretaria para que proceda o desbloqueio do veículo indicado à fl. 81, bem como o recolhimento do mandado de penhora e avaliação do imóvel, fl. 88. P.R.I. Após, arquivem-se.

ADV: KÁREN REBECCA LOUZADA DADALTO HENRIQUES (OAB 7075/AM), ADV: KAREN REBECCA LOUZADA DADALTO HENRIQUES (OAB 140475/RJ), ADV: DOUGLLAS DOURO CARVALHO (OAB 2953/TO), ADV: CASSIANO CIRILO ANUNCIAÇÃO NETTO (OAB 4420/AM), ADV: NATASJA DESCHOOLMEESTER (OAB 2140/AM), ADV: RAPHAELA SILVA ANUNCIAÇÃO (OAB 8535/AM) - Processo 0608122-27.2017.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Raphaela Silva Anunciação - REQUERIDO: Associação Adventista Norte Brasileira de Prevenção e Assistência À Saúde - Em atenção ao pagamento voluntário realizado às fls.167/169, inexistindo manifestação da parte exequente desfavorável ao montante pago quando oportunizada, JULGO EXTINTA a presente execução nos termos do art. 924, II do Código de Processo Civil, com a satisfação da obrigação pelo devedor. Expeça-se o Alvará Judicial do valor depositado à fl.167 em favor da parte exequente. P.R.I. Cumpridas as diligências, ARQUIVEM-SE.

ADV: TAYANA CECÍLIA DA SILVA FROTA (OAB 7064/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB 1058A/AM), ADV: JOHNNY DE OLIVEIRA SALLES (OAB 8430/AM) - Processo 0609435-86.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Franklin da Silva Frota - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Posto isso, julgo parcialmente procedente o pedido para condenar a parte ré, a título de compensação por dano moral, a pagar o valor de R$4.000,00 (Quatro mil reais), incidindo juros e correção monetária a partir desta data. Julgo os demais pedidos improcedentes. Sem custas e honorários, ex vi legis. Havendo apresentação de recurso no prazo legal e realizados os recolhimentos legais previstos no art. 54, parágrafo único da Lei 9.099/95, recebo o recurso em ambos os efeitos, proceda a intimação da parte recorrida para contrarrazoar, no prazo de 10 (dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos à Egrégia Turma Recursal. P.R.I. Após o trânsito em julgado, fica a parte autora ciente que deverá se manifestar sobre o disposto no art. 52, inciso IV, da Lei n. 9.099/95, no prazo de 05 (cinco) dias. Transcorrido o referido prazo sem manifestação, arquivem-se.

ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: ANDRÉ LUIZ DUARTE DA CRUZ (OAB 7694/AM), ADV: ALYSSON ROBERTO ROCHA FERREIRA (OAB 11860/AM), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM) - Processo 0611029-72.2017.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Daiana Cruz da Silva - REQUERIDO: Banco BMG S/A - julgo extinta a presente execução, vez que a parte exequente obteve, por qualquer outro meio, a extinção total da dívida, nos termos do art. 924, III do Código de Processo Civil. P.R.I. Após, arquivem-se.

ADV: ADRIANO GONÇALVES FEITOSA (OAB 12531/AM) - Processo 0612598-74.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigações - REQUERENTE: Rafael Algelo dos Santos Lima - Posto isso, julgo extinta a presente demanda sem análise do mérito, com fulcro no art. 51, II da Lei 9099/99. Sem custas e honorários, ex vi legis. Havendo apresentação de recurso no prazo legal e realizados os recolhimentos legais previstos no art. 54, parágrafo único da Lei 9.099/95, recebo o recurso em ambos os efeitos, proceda a intimação da parte recorrida para contrarrazoar, no prazo de 10 (dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos à Egrégia Turma Recursal. P.R.I. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos.

ADV: MATHEUS NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 7197/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB 1058A/AM) - Processo 0613486-77.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Lindinalva Nunes de Oliveira - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Posto isso, julgo improcedente o pedido formulado pela parte autora face a parte ré, condenando a mesma na qualidade de litigante de má-fé a pagar multa de 1%, bem como a indenizar a parte ré em 10%, ambos sobre o valor da causa, nos termos do art. 81 do CPC. Fixo honorários advocatícios em 10% sobre o valor da causa. E condeno ainda, ao recolhimento das custas conforme determina o Enunciado 136 do FONAJE. Havendo apresentação de recurso no prazo legal e realizados os recolhimentos legais previstos no art. 54, parágrafo único da Lei 9.099/95, recebo o recurso em ambos os efeitos, proceda a intimação da parte recorrida para contrarrazoar, no prazo de 10 (dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos à Egrégia Turma Recursal. P.R.I. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos.

ADV: DAVID CUNHA NOVOA (OAB 10777/AM), ADV: INGRYD DOS SANTOS MOUSSE (OAB 8304/AM), ADV: JÉSSICA SANTANA MAGNANI (OAB 10343/AM), ADV: MARINA REZENDE LOPES (OAB 12153/AM) - Processo 0614189-71.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - DIREITO DO CONSUMIDOR - REQUERENTE: David Cunha Novoa - REQUERIDO: Gol Linhas Aéreas Inteligentes S/A - Posto isso, julgo parcialmente procedente o pedido para condenar a parte ré, a título de restituição por dano moral, a pagar o valor de R$ 6.000,00 (seis mil reais), incidindo juros e correção monetária a partir desta data. Julgo parcialmente procedente o pedido para condenar a parte ré, a título de restituição por dano material, a pagar o valor de R$ 2.305,80 (dois mil trezentos e cinco reais e oitenta centavos), indicado à fl. 27, incidindo juros e correção monetária a partir da citação. Julgo os demais pedidos improcedentes. Sem custas e honorários, ex vi legis. Havendo apresentação de recurso no prazo legal e realizados os recolhimentos legais previstos no art. 54, parágrafo único da Lei 9.099/95, recebo o recurso em ambos os efeitos, proceda a intimação da parte recorrida para contrarrazoar, no prazo de 10 (dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos à Egrégia Turma Recursal. P.R.I. Após o trânsito em julgado, fica a parte autora ciente que deverá se manifestar sobre o disposto no art. 52, inciso IV, da Lei n. 9.099/95, no prazo de 05 (cinco) dias. Transcorrido o referido prazo sem manifestação, arquivem-se.

ADV: GUALTER MORAES DOS REIS (OAB 8804/AM), ADV: ARI BADARANE NICOLAU JÚNIOR (OAB 11935/AM), ADV: LEONOR REGINA FIGUEIREDO PINTO DE ANDRADE (OAB 11932/AM), ADV: GUILHERME DA COSTA LINS (OAB 10685/AM), ADV: PATRÍCIA FONSECA BENAYON ALBANO DE SOUZA (OAB 2500/AM) - Processo 0614215-06.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condomínio Residencial Laranjeiras Village - REQUERIDO: Senso Engenharia e Comercio Ltda - Posto isso, julgo extinto o processo sem julgamento do mérito, nos termos do art. 51, II, da lei 9099/95. Sem custas e honorários, ex vi legis. Havendo apresentação de recurso no prazo legal e realizados os recolhimentos legais previstos no art. 54, parágrafo único da Lei 9.099/95, recebo o recurso em ambos os efeitos, proceda a intimação da parte recorrida para contrarrazoar, no prazo de 10 (dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos à Egrégia Turma Recursal. P.R.I. Após o trânsito em julgado, arquivem-se.

ADV: HORÁCIO PERDIZ PINHEIRO NETO (OAB 157407/SP), ADV: KLAUS GIACOBBO RIFFEL (OAB 75938/RS) - Processo 0615754-70.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERIDO: Localcred Assessoria e Cobrança Ltda - AVON COSMETICOS LTDA - Ante os documentos de fls.122/128, apresentados somente após o indeferimento da justiça gratuita, conforme despacho de fl.120, verifico que a parte recorrente, no prazo para recolhimento das despesas legais, comprovou ser hipossuficiente, fazendo jus aos benefícios da gratuidade de justiça, razão pela qual defiro o pedido de isenção de preparo e custas. Assim sendo, recebo o recurso em ambos os efeitos a fim de evitar dano de difícil reparação à parte. Intime-se a parte recorrida para, querendo, apresentar contrarrazões, no prazo de 10 (dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos a Eg. Turma Recursal.

ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB 1058A/AM), ADV: MATHEUS ARAÚJO MUNIZ (OAB 7626/AM) - Processo 0616571-71.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Maria Helena Costa de Souza - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Posto isso, julgo extinto o processo sem julgamento do mérito,

nos termos do art. 51, II, da lei 9099/95. Sem custas e honorários, ex vi legis. Havendo apresentação de recurso no prazo legal e realizados os recolhimentos legais previstos no art. 54, parágrafo único da Lei 9.099/95, recebo o recurso em ambos os efeitos, proceda a intimação da parte recorrida para contrarrazoar, no prazo de 10 (dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos à Egrégia Turma Recursal. P.R.I. Após o trânsito em julgado, arquivem-se.

ADV: ANDRÉ BARBOSA ASSAM (OAB 10404/AM) - Processo 0616838-43.2017.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - EXEQUENTE: Abiezer da Silva Vinente Junior - Isto posto, julgo extinta a presente execução nos termos do art.53, §4º, da Lei n. 9.099/95 c/c Enunciado n. 75 do FONAJE. Havendo requerimento, expeça-se certidão de dívida atualizada para fins de direito. P.R.I. Após, arquivem-se os autos.

ADV: ANTÔNIA PEREIRA DA SILVA (OAB 5841/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB 1058A/AM) - Processo 0616993-46.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Maria Josineide Nicolino de Souza - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Posto isso, julgo improcedente os pedidos. Quanto ao pedido de justiça gratuita, a lei assegura o acesso aos Juizados Especiais em primeira instância sem qualquer ônus, não havendo necessidade de provimento jurisdicional, devendo este pedido ser requerido em momento oportuno, razão pela qual indefiro o pedido. Sem custas e honorários, ex vi legis. Havendo apresentação de recurso no prazo legal e realizados os recolhimentos legais previstos no art. 54, parágrafo único da Lei 9.099/95, recebo o recurso em ambos os efeitos, proceda a intimação da parte recorrida para contrarrazoar, no prazo de 10 (dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos à Egrégia Turma Recursal. P.R.I. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos.

ADV: JOICY COSTA CORRÊA DA CUNHA ARGENT THOMPSO (OAB 146976/RJ), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: JOICY COSTA CORRÊA DA CUNHA ARGENT THOMPSON (OAB 897A/AM) - Processo 0617585-90.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERIDO: Banco CSF S/A (Banco Carrefour S/A) - Editora Tres Comercio de Publicações Ltda - Intime-se a parte ré/recorrente para que, no prazo de 05 (cinco) dias, comprove nos autos a hipossuficiência alegada, em consonância ao que dispõe o Enunciado 116 do FONAJE.

ADV: ODELY COSTA DOS SANTOS (OAB 10324/AM) - Processo 0617698-10.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Lucineide Olinto de Souza - Intime-se a parte autora/recorrente para que, no prazo de 05 (cinco) dias, comprove nos autos a hipossuficiência alegada, em consonância ao que dispõe o Enunciado 116 do FONAJE.

ADV: ADSON PINHO PINTO (OAB 5850/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM) - Processo 0623044-39.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Claudia Cristina Vieira do Nascimento - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Posto isso, julgo extinta a presente demanda sem análise do mérito, nos termos do art. 51, inciso III, da Lei 9.099/95. Sem custas e honorários, ex vi legis. Havendo apresentação de recurso no prazo legal e realizados os recolhimentos legais previstos no art. 54, parágrafo único da Lei 9.099/95, recebo o recurso em ambos os efeitos, proceda a intimação da parte recorrida para contrarrazoar, no prazo de 10 (dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos à Egrégia Turma Recursal. P.R.I. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos.

ADV: FABIANO CORTEZ DE NEGREIROS (OAB 9281/AM) - Processo 0624059-43.2018.8.04.0015 (apensado ao processo 0624050-81.2018.8.04.0015) - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Maria de Fatima Carvalho Monteiro - Analisando os autos com maior acuidade, verifico que a certidão emitida pela Coordenadoria de Distribuição, apontou a existência de conexão com os autos n. 0624050-81.2018.8.04.0015, que tramita neste Juízo. Logo, sendo comuns a causa de pedir e os pedidos, determino a reunião dos autos, devendo prosseguir no processo principal que foi indicado na referida certidão, nos termos do art. 55, §1º, do CPC. A par disso, verifico que nos dois processos o endereço indicado na inicial não pertence a parte ré, conforme peticionado nos autos, não comparecendo a parte ré na audiência designada por este Juízo por ausência de citação válida. Desse modo, à Secretaria para retificação dos endereços das partes, conforme indicado na petição de fl. 57 dos presentes autos e fl. 54 dos autos n. 0624050-81.2018.8.04.0015. Após, paute-se nova audiência de conciliação. Cite-se e intime-se.

ADV: ROBERTO MARQUES DA COSTA (OAB 4135/AM), ADV: AUTON FRANCISCO FURTADO MAIA (OAB 5821/AM) - Processo 0626873-28.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condomínio Jardim de Flores - Posto isso, julgo extinto o processo sem análise do mérito por inexistir interesse processual que se revela pelo binômio utilidade-necessidade, nos termos do art. 485, VI do CPC. Sem custas e honorários, ex vi legis. Havendo apresentação de recurso no prazo legal e realizados os recolhimentos legais previstos no art. 54, parágrafo único da Lei 9.099/95, recebo o recurso em ambos os efeitos, proceda a intimação da parte recorrida para contrarrazoar, no prazo de 10 (dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos à Egrégia Turma Recursal. P.R.I. Após, arquivem-se.

ADV: PAULO GUSTAVO BARROSO SOBRAL (OAB 11235/AM) - Processo 0629481-96.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Valmir Rodrigues do Espirito Santo - Ante o Ar negativo de fls. 53/54, cite-se a parte ré por meio de oficial de justiça. Outrossim, em razão da proximidade da audiência aprazada, não havendo tempo hábil para retorno da diligência, fica a audiência de conciliação REDESIGNADA para o dia 24/06/2019 às 09 horas. Intime-se

ADAM SMITH RIBEIRO DA SILVA (OAB 10925/AM)
Adriano Gonçalves Feitosa (OAB 12531/AM)
Adson Pinho Pinto (OAB 5850/AM)
Aguinaldo Pereira Dias (OAB 7667/AM)
Alysson Roberto Rocha Ferreira (OAB 11860/AM)
Ana Luiza Garcia Avelino (OAB 8119/AM)
André Barbosa Assam (OAB 10404/AM)
André Luiz Duarte da Cruz (OAB 7694/AM)
Antônia Pereira da Silva (OAB 5841/AM)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Antônio José Pinto Barros (OAB 6587/AM)
Ari Badarane Nicolau Júnior (OAB 11935/AM)
Auton Francisco Furtado Maia (OAB 5821/AM)
Benjamim Saul Benchimol (OAB 4902/AM)
Bruno Gimack Salgado (OAB 6610/AM)
CASSIANO CIRILO ANUNCIAÇÃO NETTO (OAB 4420/AM)
Cris Rodrigues Florêncio Pereira (OAB 5316/AM)
Cristiane Barbosa Rodrigues (OAB 7806/AM)
David Cunha Novoa (OAB 10777/AM)
DAYANA FREITAS DE ALBUQUERQUE BULCÃO (OAB 10001/AM)
Dougllas Douro Carvalho (OAB 2953/TO)
Eric Pires Benigno (OAB 9944/AM)
Fabiano Cortez de Negreiros (OAB 9281/AM)
Gualter Moraes dos Reis (OAB 8804/AM)
Guilherme da Costa Lins (OAB 10685/AM)
Guilherme Wellington Pessoa de Farias (OAB 10183/AM)
Gustavo Gonçalves Gomes (OAB 1058A/AM)
Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB 4018/AM)
Horácio Perdiz Pinheiro Neto (OAB 157407/SP)
Iago Oliveira Pascarelli (OAB 13854/AM)
Ingryd dos Santos Mousse (OAB 8304/AM)
Jéssica Santana Magnani (OAB 10343/AM)
Joabe de França Barros (OAB 4919/AM)
Johnny de Oliveira Salles (OAB 8430/AM)
Joicy Costa Corrêa da Cunha Argent Thompso (OAB 146976/RJ)
Joicy Costa Corrêa da Cunha Argent Thompson (OAB 897A/AM)
Jonilson Maia Pereira (OAB 7871/AM)
Karen Rebecca Louzada Dadalto Henriques (OAB 140475/RJ)
Káren Rebecca Louzada Dadalto Henriques (OAB 7075/AM)
Karina de Almeida Batistuci (OAB 9558/AL)
Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM)

Klaus Giacobbo Riffel (OAB 75938/RS)
Leonor Regina Figueiredo Pinto de Andrade (OAB 11932/AM)
Luciana Morais Avelar (OAB 633A/AM)
Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB 4732/AM)
Luís Albert dos Santos Oliveira (OAB 8251/AM)
Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB 876/AM)
Maria Altamira de Souza (OAB 6959/AM)
Maria Stella Barbosa de Oliveira (OAB 145252/RJ)
Mariana Galvão Simões (OAB 164459/RJ)
Marina Rezende Lopes (OAB 12153/AM)
Mary Marumy Bastos Takeda (OAB 4107/AM)
Matheus Araújo Muniz (OAB 7626/AM)
Matheus Nunes de Oliveira Dantas (OAB 7197/AM)
Natasja Deschoolmeester (OAB 2140/AM)
Ney Bastos Soares Júnior (OAB 4336/AM)
Odely Costa dos Santos (OAB 10324/AM)
Patrícia Fonseca Benayon Albano de Souza (OAB 2500/AM)
Paulo Gustavo Barroso Sobral (OAB 11235/AM)
Raphaela Silva Anunciação (OAB 8535/AM)
Renato André da Costa Monte (OAB 4435/AM)
Roberto Marques da Costa (OAB 4135/AM)
Tayana Cecília da Silva Frota (OAB 7064/AM)
Wagner Liberal Michetti (OAB 5193/AM)

14ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 14ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0027/2019

ADV: JESSE JAMES LOPES DA SILVA (OAB 9730/AM), ADV: CARLOS GOMES ROCHA DE FREITAS (OAB 10030/AM) - Processo 0200142-23.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Nely Correa Assunção - REQUERIDO: Raimundo Souza Moreira - Vistos, etc. Trata-se de pedido de audiência instrutória. O pedido desmerece agasalho. Com efeito, verifico que a matéria de direito discutida dispensa de provas em audiência. Desta forma, com fundamento no art.5º da LJE, proferirei julgamento da lide. Intimem-se as partes e seus respectivos patronos.

ADV: ROBERTO MARQUES DA COSTA (OAB 4135/AM) - Processo 0601257-14.2018.8.04.0092 - Execução de Título Extrajudicial - Constrição / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens - REQUERENTE: Condomínio Residencial Verona Premium - XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Carlos Gomes Rocha de Freitas (OAB 10030/AM)
Jesse James Lopes da Silva (OAB 9730/AM)
Roberto Marques da Costa (OAB 4135/AM)

15ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 15º VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0045/2019

ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB 1058A/AM) - Processo 0205981-66.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - DIREITO DO CONSUMIDOR - REQUERENTE: Maria Tereza Mota Pinheiro - REQUERIDO: Tim Celular S/A - Em análise aos presentes autos verifico que, realizada a audiência conciliatória, as partes não transigiram, tendo naquela oportunidade requerido o julgamento antecipado da lide. Tratando-se de matéria de direito e não havendo mais provas a produzir, defiro o pedido nos termos do art. 355, I, do CPC/15. Intimem-se as partes, facultando eventuais manifestações e contestação, caso não conste nos autos, no prazo de 15 (quinze) dias. Após o decurso do prazo, faça-se conclusão para sentença. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: MYLENE COSTA MACIEL (OAB 4835/AM) - Processo 0604035-57.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: Jose da Silva Moura - Averbo-me impedida de atuar no presente feito, nos nos termos do art. 144, IX do CPC/15, o qual transcrevo: Art. 144. Há impedimento do juiz, sendo-lhe vedado exercer suas funções no processo: IX - quando promover ação contra a parte ou seu advogado. Destarte, considerando que essa julgadora ajuizou ação em face do réu, exsurge impedimento para atuar no presente processo, razão pela qual ordeno sua redistribuição ao meu substituto legal, dando-se baixa na distribuição. Demais providências pela Secretaria. Cumpra-se.

ADV: MANOEL PEDRO DE CARVALHO (OAB 4890/AM) - Processo 0604079-76.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: Vanessa Litaiff Cauper Nonato - Averbo-me impedida de atuar no presente feito, nos nos termos do art. 144, IX do CPC/15, o qual transcrevo: Art. 144. Há impedimento do juiz, sendo-lhe vedado exercer suas funções no processo: IX - quando promover ação contra a parte ou seu advogado. Destarte, considerando que essa julgadora ajuizou ação em face do réu, exsurge impedimento para atuar no presente processo, razão pela qual ordeno sua redistribuição ao meu substituto legal, dando-se baixa na distribuição. Demais providências pela Secretaria. Cumpra-se.

ADV: ARLECY DE SOUZA FERREIRA (OAB 6581/AM) - Processo 0605521-77.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Moises Rosa Pereira, - Averbo-me impedida de atuar no presente feito, nos nos termos do art. 144, IX do CPC/15, o qual transcrevo: Art. 144. Há impedimento do juiz, sendo-lhe vedado exercer suas funções no processo: IX - quando promover ação contra a parte ou seu advogado. Destarte, considerando que essa julgadora ajuizou ação em face do réu, exsurge impedimento para atuar no presente processo, razão pela qual ordeno sua redistribuição ao meu substituto legal, dando-se baixa na distribuição. Demais providências pela Secretaria. Cumpra-se.

ADV: SUERDA CARLA CAMPOS MORAIS DE ARAÚJO (OAB 4083/AM), ADV: TALVANI FRANCO LEITE BRITO (OAB 680A/AM) - Processo 0607759-06.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERIDO: Rondonia Transportes Ltda - De ordem, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos opostos, nos termos do art. 1.023, § 2º do NCPC.

ADV: ANGÉLICA MARIA MONTEIRO DUARTE (OAB 2659/AM), ADV: RODRIGO RODRIGUES DIAS DE ALMEIDA (OAB 2518/AM), ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM), ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO) - Processo 0618454-19.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Jurandir Marques de Oliveira - REQUERIDO: Telefônica Brasil S/A - Ex positis, e por tudo mais que dos autos constam, JULGO TOTALMENTE IMPROCEDENTE a demanda, proferindo sentença com base no art. 487, I do CPC. P.R.I.

ADV: MARCO ANDRÉ HONDA FLORES (OAB 6171/MS), ADV: BRUNO MORAES MONTEIRO (OAB 12037/AM), ADV: JOSÉ ALMIR DA ROCHA MENDES JÚNIOR (OAB A1235/AM) - Processo 0618716-66.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Francisco Balthazar Monteiro - REQUERIDO: Banco Santander Brasil S/A - Itaú Unibanco S/A - Em análise aos presentes autos verifico que, realizada a audiência conciliatória, as partes não transigiram, tendo naquela oportunidade requerido o julgamento antecipado da lide. Tratando-se de matéria de direito e não havendo mais provas a produzir, defiro o pedido nos termos do art. 355, I, do CPC/15. Intimem-se as partes, facultando eventuais manifestações e contestação, caso não conste nos autos, no prazo de 15 (quinze) dias. Após o decurso do prazo, faça-se conclusão para sentença. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT), ADV: YAGO LIRA DE LIMA MABELINI (OAB 13650/AM), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM) - Processo 0621557-34.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - DIREITO DO CONSUMIDOR - REQUERENTE: Orlando Donisete Mabelini - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Em análise aos presentes autos verifico que, realizada a audiência conciliatória, as partes não transigiram, tendo naquela oportunidade requerido o julgamento antecipado da lide. Tratando-se de matéria de direito e não havendo mais provas a produzir, defiro o pedido nos termos do art. 355, I, do CPC/15. Intimem-se as partes, facultando eventuais manifestações e contestação, caso não conste nos autos, no prazo de 15 (quinze) dias. Após o decurso do prazo, faça-se conclusão para sentença. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: MICHELE FERREIRA DE ALENCAR (OAB 11864/AM) - Processo 0625347-26.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Mackem Silva de Castro - REQUERIDO: SKY Serviços de Banda Larga Ltda. - Em análise aos presentes autos verifico que, realizada a audiência conciliatória, as partes não transigiram, tendo naquela oportunidade requerido o julgamento antecipado da lide. Tratando-se de matéria de direito e não havendo mais provas a produzir, defiro o pedido nos termos do art. 355, I, do CPC/15. Intimem-se as partes, facultando eventuais manifestações e contestação, caso não conste nos autos, no prazo de 15 (quinze) dias. Após o decurso do prazo, faça-se conclusão para sentença. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: BRENDO DE CASTRO MARTINS (OAB 13009/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM) - Processo 0625387-08.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Vania Maria de Almeida Cavalcante - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Em análise aos presentes autos verifico que, realizada a audiência conciliatória, as partes não transigiram, tendo naquela oportunidade requerido o julgamento antecipado da lide. Tratando-se de matéria de direito e não havendo mais provas a produzir, defiro o pedido nos termos do art. 355, I, do CPC/15. Intimem-se as partes, facultando eventuais manifestações e contestação, caso não conste nos autos, no prazo de 15 (quinze) dias. Após o decurso do prazo, faça-se conclusão para sentença. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM), ADV: JONATHAS MARCELINO ANDRADE DOS SANTOS (OAB 7607/AM) - Processo 0627289-93.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Fabio Dutra Figueredo - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Em análise aos presentes autos verifico que, realizada a audiência conciliatória, as partes não transigiram, tendo naquela oportunidade requerido o julgamento antecipado da lide. Tratando-se de matéria de direito e não havendo mais provas a produzir, defiro o pedido nos termos do art. 355, I, do CPC/15. Intimem-se as partes, facultando eventuais manifestações e contestação, caso não conste nos autos, no prazo de 15 (quinze) dias. Após o decurso do prazo, faça-se conclusão para sentença. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: CRIS RODRIGUES FLORÊNCIO PEREIRA (OAB 5316/AM), ADV: BRUNO SILVA MATOS (OAB 99106/MG) - Processo 0627303-77.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Seguro - REQUERENTE: Aurelio Carneiro Pinto - REQUERIDO: Itavida Clube de Seguros - Em análise aos presentes autos verifico que, realizada a audiência conciliatória, as partes não transigiram, tendo naquela oportunidade requerido o julgamento antecipado da lide. Tratando-se de matéria de direito e não havendo mais provas a produzir, defiro o pedido nos termos do art. 355, I, do CPC/15. Intimem-se as partes, facultando eventuais manifestações e contestação, caso não conste nos autos, no prazo de 15 (quinze) dias. Após o decurso do prazo, faça-se conclusão para sentença. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM), ADV: NELSON MONTEIRO DE CARVALHO NETO (OAB 60359/RJ) - Processo 0627308-02.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Wladimir Ramos de Souza Gonçalves - REQUERIDO: Itaú Unibanco S/A - Em análise aos presentes autos verifico que, realizada a audiência conciliatória, as partes não transigiram, tendo naquela oportunidade requerido o julgamento antecipado da lide. Tratando-se de matéria de direito e não havendo mais provas a produzir, defiro o pedido nos termos do art. 355, I, do CPC/15. Intimem-se as partes, facultando eventuais manifestações e contestação, caso não conste nos autos, no prazo de 15 (quinze) dias. Após o decurso do prazo, faça-se conclusão para sentença. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ALAN DE MOURA MENDES (OAB 13404/AM), ADV: JOSE HENRIQUE CANCADO GONCALVES (OAB 855A/SE), ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 57680/MG), ADV: MARIA AMALIA CANDIDO DE ALVARENGA MORAIS (OAB 149111/MG), ADV: JESSICA LOBO SILVA (OAB 158014 / MG) - Processo 0627326-23.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Telefonia - REQUERENTE: Alan de Moura Mendes - REQUERIDO: Claro S/A - Em análise aos presentes autos verifico que, realizada a audiência conciliatória, as partes não transigiram, tendo naquela oportunidade requerido o julgamento antecipado da lide. Tratando-se de matéria de direito e não havendo mais provas a produzir, defiro o pedido nos termos do art. 355, I, do CPC/15. Intimem-se as partes, facultando eventuais manifestações e contestação, caso não conste nos autos, no prazo de 15 (quinze) dias. Após o decurso do prazo, faça-se conclusão para sentença. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: EDSON PEREIRA DUARTE (OAB 3702/AM), ADV: MARIA FÁTIMA SILVA OLIVEIRA (OAB 6356/AM), ADV: BRUNO HENRIQUE DE OLIVEIRA VANDERLEI (OAB 21678/PE), ADV: ANA CAROLINA REMÍGIO DE OLIVEIRA (OAB 86844/MG) - Processo 0627388-63.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: José Carlos Freire - REQUERIDO: Mir Importação e Exportação Ltda - Samsung Eletrônica da Amazônia Ltda. - Seguros Sura S/A - Ana Maria de Souza- Me - Em análise aos presentes autos verifico que, realizada a audiência conciliatória, as partes não transigiram, tendo naquela oportunidade requerido o julgamento antecipado da lide. Tratando-se de matéria de direito e não havendo mais provas a produzir, defiro o pedido nos termos do art. 355, I, do CPC/15. Intimem-se as partes, facultando eventuais manifestações e contestação, caso não conste nos autos, no prazo de 15 (quinze) dias. Após o decurso do prazo, faça-se conclusão para sentença. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO), ADV: EVALDO LUCIO DA SILVA (OAB 10462/MT) - Processo 0627483-93.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Manuel Russean Lemos Pinto - REQUERIDO: Telefônica Brasil S/A - Em análise aos presentes autos verifico que, realizada a audiência conciliatória, as partes não transigiram, tendo naquela oportunidade requerido o julgamento antecipado da lide. Tratando-se de matéria de direito e não havendo mais provas a produzir, defiro o pedido nos termos do art. 355, I, do CPC/15. Intimem-se as partes, facultando eventuais manifestações e contestação, caso não conste nos autos, no prazo de 15 (quinze) dias. Após o decurso do prazo, faça-se conclusão para sentença. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: IAGO DA SILVA RODRIGUES (OAB 13954/AM) - Processo 0627577-41.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Antonio Waldir Gomes de Araújo - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Em análise aos presentes autos verifico que, realizada a audiência conciliatória, as partes não transigiram, tendo naquela oportunidade requerido o julgamento antecipado da lide. Tratando-se de matéria de direito e não havendo mais provas a produzir, defiro o pedido nos termos do art. 355, I, do CPC/15. Intimem-se as partes, facultando eventuais manifestações e contestação, caso não conste nos autos, no prazo de 15 (quinze) dias. Após o decurso do prazo, faça-se conclusão para sentença. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: FLÁVIO RAFAEL PERDIGÃO GUERRA (OAB 8500/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM) - Processo 0628134-28.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Edilson Barbosa Rego - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Em análise aos presentes autos verifico que, realizada a audiência conciliatória, as partes não transigiram, tendo naquela oportunidade requerido o julgamento antecipado da lide. Tratando-se de matéria de direito e não havendo mais provas a produzir, defiro o pedido nos termos do art. 355, I, do CPC/15. Intimem-se as partes, facultando eventuais manifestações e contestação, caso não conste nos autos, no prazo de 15 (quinze) dias. Após o decurso do prazo, faça-se conclusão para sentença. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: HADER DA FONSECA ALMEIDA (OAB 10118/AM) - Processo 0628271-10.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Francisca Souza Carvalho - REQUERIDO: SKY Serviços de Banda Larga Ltda. - Em análise aos presentes autos verifico que, realizada a audiência conciliatória, as partes não transigiram, tendo naquela oportunidade requerido o julgamento antecipado da lide. Tratando-se de matéria de direito e não havendo mais provas a produzir, defiro o pedido nos termos do art. 355, I, do CPC/15. Intimem-se as partes, facultando eventuais manifestações e contestação, caso não conste nos autos, no prazo de 15 (quinze) dias. Após o decurso do prazo, faça-se conclusão para sentença. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: MARIA DO SOCORRO DA SILVA GUIMARÃES (OAB 3676/AM), ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 57680/MG), ADV: JESSICA LOBO SILVA (OAB 158014 /MG), ADV: JOSE HENRIQUE CANCADO GONCALVES (OAB 855A/SE) - Processo 0628532-72.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Eder da Silva Teles - REQUERIDO: Claro S/A - Em análise aos presentes autos verifico que, realizada a audiência conciliatória, as partes não transigiram, tendo naquela oportunidade requerido o julgamento antecipado da lide. Tratando-se de matéria de direito e não havendo mais provas a produzir, defiro o pedido nos termos do art. 355, I, do CPC/15. Intimem-se as partes, facultando eventuais manifestações e contestação, caso não conste nos autos, no prazo de 15 (quinze) dias. Após o decurso do prazo, faça-se conclusão para sentença. Intimem-se. Cumpra-se.

Alan de Moura Mendes (OAB 13404/AM)
Ana Carolina Remígio de Oliveira (OAB 86844/MG)
André de Souza Oliveira (OAB 5219/AM)
Angélica Maria Monteiro Duarte (OAB 2659/AM)
Arlecy de Souza Ferreira (OAB 6581/AM)
Brendo de Castro Martins (OAB 13009/AM)
Bruno Henrique de Oliveira Vanderlei (OAB 21678/PE)
Bruno Moraes Monteiro (OAB 12037/AM)
Bruno Silva Matos (OAB 99106/MG)
Cris Rodrigues Florêncio Pereira (OAB 5316/AM)
Edson Pereira Duarte (OAB 3702/AM)
Evaldo Lucio da Silva (OAB 10462/MT)
Flávio Rafael Perdigão Guerra (OAB 8500/AM)
Gustavo Gonçalves Gomes (OAB 1058A/AM)
Hader da Fonseca Almeida (OAB 10118/AM)
IAGO DA SILVA RODRIGUES (OAB 13954/AM)
Jessica Lobo Silva (OAB 158014 /MG)
Jonathas Marcelino Andrade dos Santos (OAB 7607/AM)
José Almir da Rocha Mendes Júnior (OAB A1235/AM)
José Henrique Cançado Gonçalves (OAB 57680/MG)
Jose Henrique Cancado Goncalves (OAB 855A/SE)
Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB 4732/AM)
Luís Albert dos Santos Oliveira (OAB 8251/AM)
Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB 876/AM)
Manoel Pedro de Carvalho (OAB 4890/AM)
Marco André Honda Flores (OAB 6171/MS)
Marcondes Fonseca Luniere Júnior (OAB 2897/AM)
Maria Amalia Candido de Alvarenga Morais (OAB 149111/MG)
Maria do Socorro da Silva Guimarães (OAB 3676/AM)
Maria Fátima Silva Oliveira (OAB 6356/AM)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Michele Ferreira de Alencar (OAB 11864/AM)
Mylene Costa Maciel (OAB 4835/AM)
Nelson Monteiro de Carvalho Neto (OAB 60359/RJ)
Philippe Nunes de Oliveira Dantas (OAB 8872/AM)
Rodrigo Rodrigues Dias de Almeida (OAB 2518/AM)
Suerda Carla Campos Morais de Araújo (OAB 4083/AM)
Talvani Franco Leite Brito (OAB 680A/AM)
Wilker Bauher Vieira Lopes (OAB 29320/GO)
Wilson Sales Belchior (OAB 17314/CE)
Yago Lira de Lima Mabelini (OAB 13650/AM)

17ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL

JUÍZO DE DIREITO DA 17ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO LUCIANA DA EIRA NASSER
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL ALESSANDRA MADDY FIGLIUOLO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0063/2019

ADV: CHRISTHIAN NARANJO DE OLIVEIRA (OAB 4188/AM) - Processo 0604999-50.2019.8.04.0015 - Ação Penal - Procedimento Sumaríssimo - Difamação - AUTOR: Christhian Naranjo de Oliveira - SENTENÇA Vistos, etc. Trata-se de INTERPELAÇÃO JUDICIAL promovida pelo interpelante contra o interpelado. Argumenta a parte autora que é advogado constituído no processo n. 0002172.63.2014, em trâmite perante a 10.a. Vara do Trabalho de Manaus, representando o também advogado Erick Diniz Figueira. O representando teria direito ao levantamento de honorários advocatícios decorrentes de sucumbência e, porque suspenso seu direito de advogar, findou por constituir o ora interpelante para o levantamento dos valores. Ocorre que, segundo o interpelante, o interpelado teria indeferido o pedido e concluído pela "prática de irregularidade/crime/infração de forma a fundamentar a instauração de procedimento em face do interpelante". Prossegue argumentando que "a manifestação não menciona a prática de infração "em tese", mas no interesse dos autos, solicita a apuração da pratica de infração profisisonal, com a absoluta segurança do cometimento de irregularidade pelo interpelante'. Requereu, ao final, que o interpelado esclarecesse qual a conduta típica praticada, o ilícito, a irregularidade, a infração praticada pelo interpelante que ensejou a tomada de providências no interesse daqueles autos, materializada com a solicitação de apuração da prática de infração profissional. Conclusos, decido. Preliminarmente, observo que o interpelante pretende esclarecimento sobre decisão judicial, ato diretamente vinculado ao exercício da função do interpelado, que é juiz do trabalho. A interpelação judicial, por ser ação cautelar preparatória, deve tramitar no juízo competente para o processo principal: DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL. CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. PEDIDO DE EXPLICAÇÕES/INTERPELAÇÃO JUDICIAL. PROCEDIMENTO DE NATUREZA CAUTELAR. COMPETÊNCIA DO JUÍZO DA EVENTUAL AÇÃO PENAL. I - O pedido de explicações ou interpelação judicial, previsto no artigo 144 do Código Penal, é procedimento de natureza cautelar e, como tal, deve ser avaliado pelo mesmo juízo competente para julgar a ação principal. II (...) (TJAM - CC: 00020092520158040000 AM 0002009-25.2015.8.04.0000, Relator: João de Jesus Abdala Simões, Data de Julgamento: 03/06/2015, Câmaras Reunidas, Data de Publicação: 03/06/2015) Tratado-se de suposto crime (que aqui não se analisa) atribuído a magistrado e por ato diretamente vinculado ao exercício de sua função jurisdicional, incide o disposto no artigo 108, I, da CF. Logo, veiculou o pedido perante juizado incompetente. Por todo o exposto, ausente pressuposto processual de validade, rejeito liminarmente a presente interpelação judicial. P.R.I. Transitando em julgado, arquive-se. Manaus, 01 de março de 2019 Luciana da Eira Nasser Juíza de Direito

ADV: MARCO ROBERTO PEREIRA DA SILVA (OAB 10172/AM), ADV: ALBERTO RAMON FREITAS SANTIAGO (OAB 11858/AM) - Processo 0610369-44.2018.8.04.0015 - Ação Penal - Procedimento Sumaríssimo - Leve - VÍTIMAFATO: J.A.M.O.S. e outro - AUTORFATO: M.R.P.S. - SENTENÇA Vistos, etc. Cuida-se, em tela, dos crimes de lesão corporal e injúria (arts. 129, caput, e 140 do CPB), delitos de ação penal pública condicionada à representação e ação privada, respectivamente, em que constam como autores e querelados/vítimas e querelantes, Marco Roberto Pereira da Silva, Jocilane Andreia Maria Oliveira dos Santos e Raimundo Frank Araújo de Oliveira, fato ocorrido no dia 24/01/2018. É o brevíssimo relatório. DECIDO. Transcorrido o prazo decadencial (23/07/2018) sem que os querelantes/vítimas tenham ofertado a queixa-crime, bem como a representação criminal, condição processual indispensável para prosseguimento do feito, vejamos: Art. 38 do CPP Salvo disposição em contrário, o ofendido, ou seu representante legal, decairá no direito de queixa ou de representação, se não o exercer dentro do prazo de seis meses, contado do dia em que vier a saber quem é o autor do crime, ou, no caso do art. 29, do dia em que se esgotar o prazo para o oferecimento da denúncia. Disciplina também o artigo 103 do Código Penal: Art. 103 - Salvo disposição expressa em contrário, o ofendido decai do direito de queixa ou de representação se não o exerce dentro do prazo de 6 (seis) meses, contado do dia em que veio a saber quem é o autor do crime, ou, no caso do § 3º do art. 100 deste Código, do dia em que se esgota o prazo para oferecimento da denúncia. Renúncia expressa ou tácita do direito de queixa Como regra, o prazo da decadência é de 06 (seis) meses e, em se tratando de causa de extinção da punibilidade, o prazo tem natureza penal, devendo ser contado nos termos do art. 10 do Código Penal, quer dizer, inclui-se no cômputo do prazo o dies a quo. Vejamos: Art. 10 do Código Penal - O dia do começo inclui-se no cômputo do prazo. Contam-se os dias, os meses e os anos pelo calendário comum. Esta é a posição doutrinária majoritária: Já se consolidou a jurisprudência no sentido de que o art. 10 do Código Penal é aplicável, em relação aos prazos prescricionais e decadenciais, porque de direito material, e não processual, sendo certo ainda que, quando tais prazos se encerram em domingos e feriados, não podem ser prorrogados até o primeiro dia útil subsequente. (FRANCO, Alberto Silva. Código Penal e sua interpretação jurisprudencial. Parte Geral. Volume 1. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001, p. 205) "A decadência extingue a punibilidade. Entende-se por decadência a perda do direito de ação pelo decurso do tempo. O seu caráter processual é manifesto. Extinguindo o direito de ação, a decadência, por via de consequência, extingue a punibilidade (art. 107, IV, CP). Segundo dispõe o art. 103, do Código Penal Brasileiro, o ofendido decai do direito de queixa ou representação, se não o exerce dentro do prazo de seis meses, contado do dia em que veio a saber quem é o autor do crime, ou, no caso de ação penal privada subsidiária, do dia em que se esgota o prazo para oferecimento da denúncia (df. art. 100, §3º, CP; art. 5º, LIX, CF; e art. 29, CPP). A decadência ocorre, assim, seja no caso de ação penal privada, seja no caso de ação penal pública condicionada à representação. (...) O prazo de decadência se conta de acordo com a regra do art. 10, CP, ou seja, incluindo o dia do começo." (FRAGOSO, Heleno Cláudio. Lições de Direito Penal. Parte Geral. Rio de Janeiro: Forense, 2006, p. 530, 531). A propósito, nesta mesma linha, veja-se julgado do Superior Tribunal de Justiça: "RECURSO ESPECIAL. PENAL E PROCESSO PENAL. DECADÊNCIA DO DIREITO DE QUEIXA. ARTIGOS 10 E 103 DO CÓDIGO PENAL. CONTAGEM EM MESES. Segundo precedentes o prazo de decadência do direito de queixa, expresso em meses, conta-se na forma preconizada no art. 10, do estatuto punitivo, na linha do calendário comum, o que significa dizer que o prazo de um mês tem início em determinado dia e termina na véspera do mesmo dia do mês subsequente. Recurso especial conhecido e provido." (Resp 203574 - SP, Quinta Turma, Rel. Min. José Arnaldo da Fonseca, DJ de 06/11/2000). APELAÇÃO CRIMINAL. AMEAÇA. AÇÃO CONDICIONADA A REPRESENTAÇÃO. DECADÊNCIA. INÉRCIA DO INETERESSADO EM RATIFICAR A REPRESENTAÇÃO DO CRIME DE AMEAÇA IMPUTADO AO APELADO, EM JUÍZO. ART. 75, LEI 9.099/95 C/C ART. 38 CPP. DECADÊNCIA RECONHECIDA. APELAÇÃO DESPROVIDA. SENTENÇA MANTIDA. Relatório dispensado na forma do art. 38, da lei 9.099/95. Devidamente satisfeitos os pressupostos de admissibilidade - subjetivos e objetivos, conheço do apelo interposto e passo a exarmina-lhe o mérito. 1. O apelante fundamente seu recurso na não ocorrência de decadência de seu direito de ação, por considerar como válida a representação oferecida no distrito policial, e não em juízo. Pugna pela cassação da sentença, e retorno dos autos ao Juízo originário, para prosseguimento da ação. 2. Da análise dos autos, observa-se que a imputação do crime Ameaça (art. 147, CP), ao Apelado, foi registrada junto ao 19º DIP, em 15.03.2016 (fls. 19), havendo Apelante realizado Termo de Representação, junto ao mesmo distrito policial, em 05.07.2016. 3. A Audiência preliminar foi pautada para 12.09.2016 (fls. 19), e embora não haja sido realizada, pela ausência do Apelante. Apesar do AR negativo de fls. 17, o Apelante demonstrou seu conhecimento inequívoco do teor do processo, conforme petição de fls. 20-21, datada de 22.09.2016. 4. Feitas estas considerações, importante observar que o artigo 75, caput, da Lei nº 9.099/1995 dispõe que, não obtida a conciliação entre as partes, a representação se dará em juízo. Assim, a representação, nos casos submetidos à regência da Lei 9.099/95 não ocorre nos DIPs, mas no âmbito do Juizado, em razão do princípio da especialidade desta lei, sobre o art. 5º, §4º, do CPP. 5. Não se pode olvidar que o Termo Circunstanciado de Ocorrência, nos crimes de competência dos Juizados Criminais, substitui o Inquérito Policial. Ademais, se a representação fosse realizada na Polícia, o representante do Ministério Público já se acharia legitimado para oferecer a eventual denúncia, o que impediria a composição dos danos. Noutra situação, se o ofendido for levado à Delegacia de Polícia e não quiser que sejam tomadas providências, caberá à autoridade policial tomar por escrito essa manifestação. (TOURINHO NETO, 2010). 6. Portanto, considerando que transcorreram mais de seis meses entre o conhecimento da autoria do fato pelo Apelante, e a ausência de representação em juízo, após a audiência preliminar, o reconhecimento da decadência é medida que se impõe. (APELAÇÃO CRIMINAL PROCESSO 0207752-50.2016.8.04.20015; Apelante: Waldomiro Honorato; 3ª Turma Recursal dos Juízados Especiais Cíveis e Criminais do Amazonas; Relator Antônio Carlos Marinho Bezerra Júnior). Portanto, os querelante/vítimas deixaram transcorrer in albis o prazo para representarem, bem como o oferecimento da queixa-crime. Sendo assim, há que se considerar a decadência do direito de queixa e representação dos querelantes/vítimas, motivo pelo qual enseja a extinção da punibilidade dos querelados/autores Raimundo Franky Araújo de Oliveira, Jocilane Andreia Maria Oliveira dos Santos e Marco Roberto Pereira da Silva, sendo matéria de ordem pública, nos termos do que dispõe o art. 107, inciso IV do Código Penal. Art. 107 - Extingue-se a punibilidade: ( ) IV - pela prescrição, decadência ou perempção; ( ). Isto posto, julgo extinta a punibilidade dos querelados/autores, ex vi, do art. 107, IV, do CPB. Sem custas. Publique-se, Registre-se e Intime-se. Após, dê-se baixa na distribuição. Manaus, 26 de fevereiro de 2019. Luciana da Eira Nasser Juíza de Direito

ADV: WALFRAN SIQUEIRA CALDAS (OAB 8915/AM) - Processo 0618282-77.2018.8.04.0015 - Representação Criminal/Notícia de Crime - Calúnia - REQUERENTE: Ester Siqueira Caldas - S E N T E N Ç A Cuida-se, em tela de crime injúria, (art. 140 do CPB), supostamente praticado por Edson Palheta Brasil contra Ester Siqueira Caldas. Fato ocorrido no dia 13/09/2015. A querelante regularmente intimada, através de seu advogado fls., 45, injustificadamente não compareceu à audiência, presume-se que não possui interesse no prosseguimento do feito. Em síntese, é o relatório. D E C I D O. Dispõe o art. 60, III do Código de Processo Penal: "Art. 60 - nas causas em que somente se procede mediante queixa, considerar-se-á perempta a ação pena. (...) III Quando o querelante deixar de comparecer, sem motivo justificado, a qualquer ato do processo a que deva estar presente, ou deixar de formular o pedido de condenação nas alegações finais; (...). Isto posto, julgo perempta ação e por conseguinte extinta a punibilidade do querelado, nos termos do art. 60, III c/c o art. 107, IV do Código Penal Brasileiro. Sem custas. Publique-se, Registre-se e Intimem-se. Anotações devidas, dê-se baixa na distribuição. Manaus, 26 de fevereiro de 2019 Luciana da Eira Nasser Juíza de Direito

ADV: JOÃO BOSCO DE ALBUQUERQUE TOLEDANO (OAB 1456/AM), ADV: ADRIANA FERREIRA DO NASCIMENTO (OAB 5498/AM), ADV: FERNANDA CABRAL MARQUES (OAB 6755/AM) - Processo 0623809-44.2017.8.04.0015 - Ação Penal - Procedimento Sumaríssimo - Crimes contra as Relações de Consumo - AUTORFATO: Gilson Antonio Jose Lisboa - SENTENÇA Vistos etc. Cuida-se, no caso, do crime de propaganda enganosa inscrito no art. 66 da Lei nº 8.078/1990, imputado à Concessionária Mavel Veículos, neste ato representado por Gilson Antonio José Lisboa. O Ministério Público, manifestou-se pelo arquivamento dos autos, tendo em vista a inexistência de conduta típica capaz de deflagrar o ajuizamento de ação penal. Isto posto, em consonância com o parecer ministerial de fls. , determino o arquivamento dos autos, nos termos do art. 28 do CPP. Sem custas. Publique-se, Registre-se e Intime-se. Após, dê-se baixa na distribuição. Manaus, 07 de março de 2019 Luciana da Eira Nasser Juíza de Direito

Adriana Ferreira do Nascimento (OAB 5498/AM)
Alberto Ramon Freitas Santiago (OAB 11858/AM)
Christhian Naranjo de Oliveira (OAB 4188/AM)
Fernanda Cabral Marques (OAB 6755/AM)
João Bosco de Albuquerque Toledano (OAB 1456/AM)
Marco Roberto Pereira da Silva (OAB 10172/AM)
Walfran Siqueira Caldas (OAB 8915/AM)

SUMÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

Presidente **Desembargador Yedo Simões de Oliveira**
Endereço **Av. André Aráujo s/n - CEP:69060-000**
Telefone **(092) 2129-6666**
Internet **www.tjam.jus.br**

TRIBUNAL DE JUSTIÇA 1
SEÇÃO I 1
PRESIDÊNCIA 1
SECRETARIA JUDICIÁRIA 1
Decisões 1
Intimações 1
SECRETARIA DA CENTRAL DE PRECATÓRIOS 1
Intimações 1
Listagem em ordem cronológica dos precatórios dos entes públicos devedores 2
SEÇÃO II 4
TRIBUNAL PLENO 4
Conclusões de Acórdãos 4
Intimações 4
Decisões 4
Pauta de Julgamento Designado 5
SEÇÃO III 5
CÂMARAS REUNIDAS 5
Conclusões de Acórdãos 5
Intimações 8
Pauta de Julgamento Designado 10
SEÇÃO IV 10
CÂMARAS ISOLADAS 10
PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL 10
Pauta de Julgamento Designado 16
SEGUNDA CÂMARA CÍVEL 21
Intimações 25
Pauta de Julgamento Designado 26
TERCEIRA CÂMARA CÍVEL 32
Despachos 32
Intimações 34
Decisões 34
Pauta de Julgamento Designado 36
PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL 37
Despachos 37
Intimações 37
Decisões 38
Pauta de Julgamento Designado 38
SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL 39
Despachos 39
Intimações 40
Decisões 40
Pauta de Julgamento Designado 41
SEÇÃO VI 42
VARAS - COMARCA DA CAPITAL 42
1ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 42
2ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 77
3ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 81
4ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 102
5ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 102
6ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 105
7ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 134
8ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 140
9ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 142
10ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 146
11ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DO TRABALHO 153
12ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 159
13ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 165
14ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 173
15ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 178
16ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 184
17ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 229
18ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 238
19ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 244
20ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 256
1ª VARA DE FAZENDA PÚBLICA 268
3ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA 270
4ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA 270
5ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA 272
VARA DE REGISTROS PÚBLICOS E USUCAPIÃO 275
4ª VARA CRIMINAL 276
5ª VARA CRIMINAL 277
6ª VARA CRIMINAL 279
7ª VARA CRIMINAL 280
8ª VARA CRIMINAL 283
9ª VARA CRIMINAL 284
11ª VARA CRIMINAL 286
1ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI 286
2ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI 287
3ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI 289
VARA DE EXECUÇÃO PENAL 299
AUDITORIA MILITAR 300
VARA DE ÓRFÃOS E SUCESSÕES 300
1ª VARA DE FAMÍLIA 303
2ª VARA DE FAMÍLIA 332
4ª VARA DE FAMÍLIA 335
5ª VARA DE FAMÍLIA 346
VARA ESPECIALIZADA DA DÍVIDA ATIVA MUNICIPAL 346
4ª VARA ESPECIALIZADA EM CRIME DE USO E TRÁFICO DE ENTORPECENTES 362
1ª VARA DE CRIMES CONTRA A DIGNIDADE SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES 363
2ª Vara de Crimes contra a Dignidade Sexual de Crianças e Adolescentes 363
VARA ESPECIALIZADA DO MEIO AMBIENTE E QUESTÕES AGRÁRIAS 364
SEÇÃO VII 364
JUIZADO ESPECIALIZADO NO COMBATE A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER 364
3º Juizado Especial de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher 364
VARA DO JUIZADO DA FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL E MUNICIPAL 365
SEÇÃO VIII 380
JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS E CRIMINAIS - CAPITAL 380
1ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL 380
6ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL 386
7ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL 403
8ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL 407
9ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL 412
10ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL 414
11ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL 418
12ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL 435
13ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL 439
14ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL 443
15ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL 443
17ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL 445